



5SNHH ANAIS

ORGANIZAÇÃO

Camila Aparecida Braga Oliveira

Helena Miranda Mollo

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

2011



POSSIBILIDADES DA PESQUISA DA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DA SAÚDE E FLECK

Betânia Gonçalves Figueiredo*

Os estudos na área da história da saúde e das práticas de saúde tem se desenvolvido de forma mais intensa e sistemática, nos últimos 20 anos no Brasil. Este crescimento pode ser explicado em função tanto do aumento dos programas de pós-graduação como do interesse de pesquisa de uma área pouco trabalhada e analisada (verificada, entre outros, pela presença de grupos de pesquisa expresso na ANPUH e na SBHC além de fóruns mais específicos).

Entre as temáticas que se tornam alvo de pesquisa destaca-se um conjunto variado de situações, problemas, períodos e abordagens. Em numa tentativa, sempre provisória e limitada, de mapear os conjuntos temáticos pesquisados destacam-se as análises que buscam compreender a formação de campos ou áreas novas do saber. Esses estudos debruçam sobre o conhecimento disponível e articulado à época e os movimentos no sentido de constituir um campo mais especializado e melhor definido. Para citar alguns exemplos a construção e consolidação da especialidade do médico ginecologista, ou a constituição do campo da pediatria, ambos nos primórdios do século XX.

Outro conjunto temático trata da profissionalização e os conflitos e disputas inerentes ao campo. Esta temática mobiliza uma série de situações, como a análise dos discursos que subsidiam esse movimento, reflexões sobre as disputas envolvidas no processo, as ações do estado e as manifestações no campo legislativo e judiciário para citarmos algumas das implicações.

Há toda uma preocupação com as formas de expressão, ou suportes de comunicação representados nestes processos de mudanças e ruptura da história das ciências da saúde, ou história das práticas e praticas da saúde. Desde os denominados manuais de formação e reprodução do saber, os textos de divulgação como também as fotografias, os laboratórios.

Outro conjunto que merece ser mencionado refere-se às instituições: hospitais,

* Professora do Departamento de História da UFMG e integrante do grupo de pesquisa *Scientia*. A pesquisa conta com o apoio do CNPq e Fapemig.

lazaretos, espaços de reclusão e isolamento, instituições de formação e ou pesquisa (faculdades, universidade, institutos, laboratórios).

Associado a cada uma dessas temáticas observa-se tanto interfaces como sobreposições e desdobramentos temáticos. Ao buscar as formas de definição de um campo de conhecimento a discussão em torno da profissão, da comunicação com público, dos debates e formatação da legislação estão, necessariamente, associados.

Outro tema importante é as análises de determinadas doenças e seus contextos históricos como a varíola, a lepra, a gripe espanhola, a AIDS. A história das doenças e suas situações epidêmicas possibilitam discutir a ciência à época, os confrontos entre poder público, comunidade acadêmicas, e sociedade; a ação do estado e os serviços de saúde pública; as construções sociais em torno da doença, da epidemia e transmissão.

Um conjunto desses trabalhos busca dialogar, mesmo que de forma incipiente, com as discussões teóricas metodológicas presentes no campo da história das ciências. Temas tais como a formação de uma comunidade de cientistas ou de especialistas e as regras de comunicação e procedimentos entre eles, a construção de campos conceituais para que determinadas áreas do conhecimento possam ser constituir e desenvolver, as diversas redes de comunicação e regras estabelecidas nas atividades de pesquisa (laboratório relatórios, critérios de validação de experimentos e assim por diante).

Dentro os autores que contribuem para a discussão dos processos e métodos da História das Ciências Ludwik Fleck (1896-1961) tem nos chamado a atenção de forma especial. Trata-se de um texto publicado pela primeira vez em 1935, contexto do entre guerras o que provavelmente contribuiu para a pouca repercussão à época. Desde então ocorreram algumas traduções, e finalmente, em 2010, antes tarde do que nunca, a tradução para o português. Trata-se do livro intitulado “Gênese e desenvolvimento de um fato científico” (FLECK, 2000).

Para investigar como o conceito de sífilis chegou até os dias atuais Fleck lança mão de reflexões e conceitos importantes para a história das ciências. Para enriquecer todo o processo de produção da “Gênese e desenvolvimento de um fato científico” há que se destacar que Ludwik Fleck além de médico de formação, era um polonês judeu vivendo o contexto do entre as grandes guerras mundiais. Como atividade principal dedicou-se às pesquisas na área da microbiologia. Suas reflexões e esforços no campo da história das ciências são perpendiculares ao seu interesse profissional central.

Entre os debates estabelecidos por Fleck no referido livro destacamos três. O primeiro refere-se ao contexto de produção de um conhecimento específico para diagnosticar um microorganismo patogênico presente no sangue dos diagnosticados como portadores da sífilis. O segundo a construção conceitual de uma doença a partir de um conjunto de sintomas, lidos e interpretados ao longo da história. Trata-se do conceito da sífilis e como ele foi apropriado, construído, interpretado ao longo da história. E finalmente o grupo de pesquisadores, homens de ciências, e seus entraves, debates, enfrentamentos para seguir determinados caminhos epistemológicos.

Todos esses três temas escolhidos por nós como destaque e importância podem ser aplicados na diversidade de problemas analisados nas pesquisas recentes da área de forma a nos indicar caminhos e soluções analíticas ricas e interessantes.

Na apresentação do trabalho iremos explorar estes caminhos.

Referência Bibliográfica

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CARNAVAL EM UBERLÂNDIA NO SÉCULO XX: ATÉ QUANDO ELE FOI POPULAR¹

Fernando Cesar dos Santos*

Miselele de Souza Silva**

Introdução

Buscando um entendimento acerca das manifestações populares de um modo geral, nos deparamos com essa fantástica explosão cultural de cores, alegorias e símbolos que é o Carnaval brasileiro. Nossa pesquisa consiste em entendê-lo nas micro-áreas, como nesse caso a cidade de Uberlândia, e depois passarmos para um estudo sobre a festa em território nacional, buscando alcançar sua maior amplitude, chegando até os pólos carnavalescos de maior renome como no caso das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador.

Cabe destacar que nossa pesquisa busca identificar não somente o início dessa festa em determinada localidade, mas tentar entender também como aos poucos ela passa de uma manifestação puramente popular, para uma festa regulamentada pelos poderes públicos, portanto, institucionalizada; analisando as características de alcance de uma festa legitimamente popular.

Para isso, no entendo, faz-se necessário atribuir a forma de como enxergamos a cultura popular, e para tanto, resgataremos aqui duas maneiras de conceituação da mesma, a partir do historiador francês Roger Chartier, que diz:

O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. (CHARTIER, 1995: 179)

¹ O presente trabalho foi realizado como requisito avaliativo para a Disciplina História Regional e Local: Metodologia e Ensino, e orientado pelo Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior.

* Universidade Federal de Uberlândia, graduando.

** Universidade Federal de Uberlândia, graduanda.

Vemos, portanto, a partir de nossa pesquisa acerca dessa manifestação popular na cidade de Uberlândia, uma espécie de transição entre a cultura popular encerrado em si, feita para na periferia da cidade, e para ela, e posteriormente uma manifestação de resistência, como veremos abaixo, dessa manifestação que irá concorrer com outras formas de manifestar-se na época do carnaval. Contudo, nosso maior destaque, se dá à medida em que essa manifestação, inicialmente escondida e vivida apenas pela população afastada da classe elitista, passa a ser uma festa realizada para a elite, a partir do trabalho e criatividade retirados da massa popular marginal, e regulamentada pelo poder público municipal.

Sua Derrocada

Nossa pesquisa tem como ponto de partida uma entrevista realizada pelo “Projeto Depoimentos”, da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, no ano de 1991. A entrevistada, Sra. Castorina Maria de Jesus, negra neta de escravos, chegando, como tantos, à Uberlândia ainda menina e já desempenhando funções domésticas como forma de pagar seu sustento na casa dos patrões, nos leva, com simplicidade e enorme alegria, ao início das manifestações carnavalescas populares dessa cidade, nos brindando com a doçura e inocência que elas eram realizadas.

Um último ponto que gostaríamos de abordar aqui, relacionando a história de vida de D. Castorina Maria de Jesus com a história da cidade de Uberlândia, é o Carnaval. Sendo ela irmã e mãe dos fundadores dos principais blocos e escolas de samba da cidade, e também integrante ativa dos mesmos, desfilando e tocando os instrumentos na avenida junto com outros foliões, podemos atribuí-la papel destaca na construção da festa carnavalesca da cidade.

Nossa história começa na década de trinta, quando, depois de voltar de uma viagem a Ribeirão Preto no interior de São Paulo, Devanir dos Santos, irmão de D. Castorina, decide iniciar um bloco carnavalesco pelas ruas da cidade. Batizado de “Tenentes Negros”, esse grupo sai às ruas com suas fantasias que imitavam um uniforme militar – simbolizando o “Tenente Negro”, que seria seu próprio fundador – e com suas ornamentações, instrumentos e posteriormente alguns carros alegóricos.

Algum tempo depois, já contando com alguns blocos que rivalizam em uma espécie de concurso na Avenida Afonso Pena, como é o caso do bloco “Turunas”, o

carnaval conhece sua primeira fase de decadência, motivada pela abertura dos salões de festas para as comemorações de carnaval. O carnaval começaria então sua transição, das ruas para os salões. Não suportando a concorrência e decorrente falta de incentivo financeiro por parte da população, os blocos extinguem-se.

Contudo, já na década de 50, com a oficialização da festa nas ruas pelo então prefeito Tubal Vilela e apoio do comércio e da Rádio Educadora, o carnaval toma novo fôlego. Em 1953, é fundada por Mestre Lotinho, filho de D. Castorina, a escola que viria ser a mais tradicional da cidade, a escola “Tabajaras”. Podemos constatar a movimentação da festa nessa época em um texto de SILVA que diz:

Na década de 50 o Carnaval ganhou o entusiasmo do radialista Maximiliano Carneiro, o Rei Momo cognominado Coronel Hipopoto, a Rainha Naghetina (Oswaldo Naghetini), o Príncipe Herdeiro Dedeu (Amadeu Zardo) e o Bobo da corte Tororó Tantam. Foi a época de bom Carnaval. Tubal Vilela oficializou a festa, surgiu a primeira Escola de Samba, a Tabajaras do General Lotinho, nascida do rancho dos Tenentes Negros, surgiram outras escolas e o concurso foi oficializado pelo prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha. No começo as Escolas não possuíam música própria. Cantavam sucessos do rádio. A primeira vencedora foi a Tabajaras. (SILVA, s/d apud OLIVEIRA, 1999: 27)

Já no ano de 1972, após dois anos sem desfile, o então prefeito Virgílio Galassi, promove o retorno das escolas, segundo matéria publicada em um jornal da cidade que, além de mostrar o reinício da festa popular, promove também uma grande exaltação à pessoa do prefeito:

(...) movimentou a cidade e proporcionou lucros e aumento de vendas para o comércio. Uberlândia contou este ano com a ajuda oficial do prefeito, Virgílio Galassi, que vem fazendo uma administração humana, homem inteligente e sensível que quis dar ao seu povo a festa que foi um sucesso. Se alegria é sentimento humano e sentimento não tem preço, o administrador de Uberlândia pode gabar-se de ter dado quatro dias de festa e alegria a seu povo. (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano XLII, nº 13.075, 08/01/1981)

Outra mudança significativa foi a mudança do desfile das escolas, anteriormente realizado na Avenida Afonso Pena, para a Avenida João Naves de Ávila, atendendo às exigências, sobretudo do comércio local:

A impossibilidade de se manter o Carnaval de rua na Av. Afonso Pena tem sido constatada nos últimos desfiles. A interrupção da principal artéria da cidade causa problemas ao tráfego que é totalmente desviado(...) O desfile desagrade aos comerciantes que reclamam de danos causados às suas vitrines e luminosos.

Desagrada a população que fica impedida de usar normalmente o serviço de transportes e aos moradores dos edifícios de apartamentos que se queixam do barulho que os atinge(...). (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano XLII, nº 13.075, 08/01/1981)

Na gestão do então prefeito Zaire Rezende, e com a criação da Secretaria Municipal de Cultura em 1983, uma tendência se confirma: embora fosse uma festa popular, o carnaval de rua de Uberlândia vinha contando com o apoio do poder público, sobretudo a partir da criação das escolas de samba na década de 50. Com a criação da Secretaria, a distribuição das verbas destinadas ao carnaval e a premiação passam a serem controladas pela mesma, institucionalizando-se assim toda a organização burocrática da festa, instalando o poder público como o administrador também desta grandiosa manifestação cultural popular.

Algumas considerações

Supomos haver demonstrado nesse breve trabalho, como o Carnaval uberlandense passa de uma manifestação puramente popular e que se confunde com a própria história de vida das pessoas participantes e simpatizantes do evento, para uma festa regulamentada pelo poder público, que com o intuito de apoio institucional, termina tendo papel dirigente e sensor.

Nosso projeto, portanto, busca entender quais seriam as motivações dos “homens públicos” em apoiarem tais manifestações e a transformarem em algo dirigido pelas secretarias municipais. Em Uberlândia, além da clara delimitação do espaço para tais eventos, mantendo-se assim uma separação social entre as diferentes camadas, a propagando política em torno do apoio eram imensas. Portanto, julgamos termos justificado nossa visão pessimista acerca do ideal institucionalizador existente por trás do apoio das representações municipais a este evento puramente popular em seu início, e que resulta, sob o nosso entendimento, em uma apropriação de um bem de caráter popular.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O objeto de fuga: algumas reflexões em torno do

conceito de região. IN: **Fronteiras**, v.10,n.17 ,p.55-67, jan/jun. 2008.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões. In: **História e Perspectivas**, n.20/21, jan/dez., 1999.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico”. In: **Revista Estudos Históricos**, Vol. 8, Nº 16, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144>, Acesso em: 15/07/2011.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano XXXVI, nº 11.411, 17/02/1972.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, ano XLII, nº 13.075, 08/01/1981.

OLIVEIRA, Rosyane. **Carnaval: Da Festa Popular à regulamentação – Uberlândia 1983 a 1992**, Universidade Federal de Uberlândia: 1999.

SILVA, Antonio Pereira. O Carnaval em Uberlândia. **Arquivo Público Municipal de Uberlândia**, s/d, mimeo.

A FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO E BUENOS AIRES NA DÉCADA DE 1870

Thiago Dargains Rodrigues*

O objeto do trabalho é o discurso de médicos do Brasil e Argentina sobre a febre amarela na década de 1870. Pretendo levantar as similaridades e diferenças de ambos e através de uma análise comparativa, testar a hipótese de que a febre amarela esteve mais presente nas preocupações de médicos argentinos do que retrata a historiografia.

Neste trabalho também pretendo apresentar a proposta de comparação de dois movimentos intelectuais: a Geração de 1870 no Brasil, que pode ou não ter contado com a participação de médicos de prestígio, enquanto que a *Generación del 80* na Argentina, possuiu participação intensa de médicos envolvidos com o combate a epidemia de febre amarela de Buenos Aires de 1871.

É necessário ressaltar que este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, que se encontra ainda no início, limitado-se à apresentação da análise de algumas fontes, sem apresentar conclusões.

A febre amarela grassava no Rio de Janeiro endemicamente desde 1849, quando teria sido importada da Bahia. Aparte alguns verões de exceção, à corte enfrentou sérias epidemias da doença todos os anos até 1906.

Durante a década de 1870 a febre amarela havia se convertido em um sério problema de saúde pública para a cidade do Rio de Janeiro. As constantes epidemias davam à cidade a fama de pestilenta, cemitério de imigrantes, o que atrapalhava consideravelmente a imigração. Para Jose Pereira Rego, o Barão do Lavradio, o ano de 1873 trouxe a mais grave epidemia de febre amarela que a corte havia visto até então: naquele ano morreram 3659 pessoas.

Por sua vez Buenos Aires foi vítima da febre amarela algumas vezes. Foram registradas epidemias em: 1852, 1858, 1870, 1871 e 1890. Em 1871 a capital da Argentina testemunhou a morte de 14.000 pessoas, aproximadamente 10% de sua população. Durante a mesma epidemia houve uma desorganização geral da vida na cidade. Aproximadamente 40% da população, entre eles padres, médicos e membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário, fugiram da cidade para localidades não

* Mestrando pela Casa de Oswaldo Cruz e bolsista da FIOCRUZ

infectadas.

As fontes analisadas até agora demonstram as distintas maneiras que médicos, brasileiros e argentinos, enxergavam o problema representado pela febre amarela na década de 1870, bem como a diferente significação que a esta doença possuía no Brasil e na Argentina.

Analisei seis teses de doutoramento apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1871 e 1876. Cinco tinham como tema principal a febre amarela, e uma delas o papel das condições telúricas e climáticas da cidade do Rio de Janeiro nas epidemias.

Para médicos do Brasil, a doença estava aclimatada ao país. Segundo a concepção vigente da época a febre amarela era uma doença própria dos climas quentes. Assim uma vez aqui introduzida e encontrando condições favoráveis para sua reprodução, o Rio de Janeiro estaria fadado a conviver para sempre com a doença. As teses analisadas corroboram essa idéia, não demonstrando nenhuma esperança na erradicação da doença na corte e afirmam apenas que seria possível diminuir a intensidade das epidemias através da adoção de preceitos da higiene.

As principais discussões observadas nestas teses eram sobre a possibilidade ou não da transmissão da febre amarela por contágio. Das seis teses, quatro defendem a natureza infecto-contagiosa da doença e duas dizem que esta é puramente contagiosa. Esse quadro marca a fragmentação do discurso médico sobre a doença.

Existia uma preocupação muito grande nas teses analisadas em atribuir a gênese da febre amarela a outro lugar que não o Rio de Janeiro. Nas teses sempre se buscava rastrear de onde a doença poderia ter sido importada. No caso do Rio de Janeiro, a febre amarela teria vindo de Nova Orleans para Bahia e depois para o Rio de Janeiro.

Apesar de acreditarem ter provado que a febre amarela não tinha sua origem no Rio de Janeiro, e sim havia sido importada, todas as teses analisadas concordam que a cidade possuía condições telúricas e climáticas favoráveis à formação do miasma responsável por causar a febre amarela, explicando dessa maneira o surgimento das seguidas epidemias ocorridas no Rio de Janeiro.

As fontes consultadas se apropriam e citam médicos de renome no Brasil à época, como Torres Homem, professor da Faculdade de Medicina e Jose Pereira Rego, chefe da Junta Central de Higiene. As teses demonstram que tanto médicos de prestígio,

quanto os estudantes de medicina consideravam a febre amarela como um dos principais problemas de saúde pública da corte. Ainda assim, poucos recursos eram investidos pelo governo federal nas medidas recomendadas pelos higienistas¹ no combate à doença.

Estes fatores transformavam médicos brasileiros em pessimistas quanto à erradicação da doença na corte. Seriam necessárias grandes modificações nas condições telúricas da cidade para atenuar as epidemias por vir, e não havia um consenso se elas bastariam para acabar com a doença.

Por outro lado as fontes da Argentina mostram um panorama diferente, apesar de médicos locais concordarem em certos aspectos com os brasileiros. Notadamente na questão referente à transportabilidade da doença, existem algumas diferenças importantes.

Médicos argentinos não consideravam a febre amarela aclimatada a Buenos Aires, graças ao clima temperado da cidade, e também, pela ausência de fatores associados ao surgimento do miasma causador da febre amarela² naquela região.

Trabalhos de três médicos argentinos de renome – Eduardo Wilde, Guillermo Rawson e Emilio Coni – descrevem a febre amarela como um elemento exógeno à Argentina, dizendo que na epidemia de 1871 em Buenos Aires, a doença foi importada do Rio de Janeiro. Era consenso entre estes três médicos que para evitar epidemias de febre amarela na Argentina, bastava evitar que a doença fosse importada de outra localidade. Desta maneira a principal preocupação de médicos argentinos em relação à doença era evitar sua entrada no país através de seus portos.

Notamos nas fontes já analisadas uma diferença na abordagem da doença por parte de médicos do Brasil e da Argentina: enquanto que brasileiros estavam preocupados com a descrição e extinção das condições que favoreciam a formação dos miasmas causadores da febre amarela, na Argentina a principal preocupação era de barrar a importação da doença, através de quarentenas em seus portos. Os médicos brasileiros acreditavam na existência focos de infecção da febre amarela no Rio de Janeiro, enquanto que os argentinos não acreditavam na possibilidade destes focos existirem em Buenos Aires.

A principal idéia que argentinos e brasileiros partilhavam era a da possibilidade

¹ Secamento de pântanos, canalização de rios e melhorias das condições dos cortiços.

² Pântanos, as brisas marinhas e materiais em decomposição pelas ruas.

de se transferir a doença de um lugar a outro. Os argentinos achavam que a febre amarela chegou a Buenos Aires em 1871 através do contágio direto de passageiros vindos do Rio de Janeiro, enquanto que alguns médicos brasileiros, além da possibilidade do contágio partilhavam da idéia de que os focos de infecção poderiam ser trazidos nos navios vindos do exterior.

Quanto à participação de médicos nos grupos intelectuais chamados de Geração de 1870 no Brasil e *Generación del 80* na Argentina, as fontes apontam que no segundo caso, médicos de prestígio que combateram a febre amarela em 1871, participaram deste movimento. Porém ainda carece de maior investigação se médicos brasileiros participaram na Geração de 1870.

Segundo Paula Bruno (2007), a *Generación del 80* foi marcada na Argentina como um grupo da aristocracia, que mesclava participação política e literária com suas áreas de atuação profissional. Este grupo teria sido responsável pela consolidação do Estado argentino após a federalização de Buenos Aires e seu maior objetivo era modernizar a Argentina.

Eduardo Wilde foi considerado um dos expoentes da *Generación del 80*. Trabalhando na assistência aos doentes da epidemia de febre amarela de Buenos Aires em 1871. Alguns anos depois foi ministro dos Governos de Julio Roca e Juarez Celman. Publicou também um livro com ensaios sobre a Argentina chamado *Tiempo Perdido*.

Uma das hipóteses desta parte de minha pesquisa é que a análise da biografia e obra de médicos que participaram da formulação das políticas de saúde pública, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires na década de 1870, poderão me ajudar a situar o discurso médico da época dentro da história intelectual.

Referências Bibliográficas

BRAVO, Paula. Un balance acerca del uso de la expresión Generación del 80 entre 1920 y 2000. **Revista de Historia y Ciencias Sociales**, Instituto de Investigaciones “Dr. José Maria Luis Mora”, México DF, n. 68, maio/agosto 2007.

CONI, Emilio Ramón. **Memorias de un médico higienista**: contribucion a la historia de la higiene pública y social argentina 1867-1917. Buenos Aires: A. Flaiban.

- CORREIA JUNIOR, Francisco Simões. **Da febre amarella sob o ponto de vista de sua genese e propagação**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Imprensa Industrial, 1876.
- LEAL, Lourenço Ferreira da Silva. **Da topographia e da climatologia da cidade do Rio de Janeiro e sua influencia sobre a salubridade publica**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typographia Acadêmica, 1872.
- MAFRA, Norberto Alvarenga. **Febre amarella**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typographia de Quirino, 1872.
- MESQUITA, Durval Pereira De. **Diagnóstico da febre amarella e seu tratamento**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Typographia Estrella Fluminense, 1871.
- MOREIRA, Affonso Carlos. **Diagnóstico da febre amarella e seu tratamento**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typographia Imparcial, 1872.
- RAWSON, Guillermo. **Escritos científicos**. Buenos Aires: El Ateneo, 1928.
- SERPA, João Aristides Soares. **Da febre amarella sob o ponto de vista de sua gênese e propagação**. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typographia do Globo. 1876.
- WILDE, Eduardo. **Curso de higiene pública**. Buenos Aires: C. Casavalle, 1885.

**NELSON RODRIGUES:
AS DUAS FACES DE UM “ANJO PORNOGRÁFICO”**

Lays da Cruz Capelozi*

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a trajetória do dramaturgo Nelson Rodrigues, tendo como base em algumas obras sobre o autor.

O livro de Ruy Castro, *Anjo Pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues* foi escrito em 1992, já na introdução o escritor avisa que essa obra não será uma crítica, e mesmo que a narrativa pareça um romance é por causa da conturbada vida que Nelson teve, tanto na infância como na vida adulta. Mas mesmo assim a obra mostra um Nelson recluso e perturbado, limitando seu talento apenas à construção de seu meio e deixando de lado toda criatividade que impulsionou e renovou o teatro brasileiro.

Em todo livro, o autor procura traços em sua vida, principalmente na infância, porque Nelson desenvolveu essa técnica de escrever tragédias.

Ruy Castro tenta mostrar que desde começo, que Nelson despertou suas paixões muito cedo. O envolvimento com as artes veio através das sessões de cinema que via no velho cinema América, junto à mãe, em meados da década de 20.

Aos sete anos, por exemplo, entrou pela primeira vez num cinema. (...)Mas o primeiro filme que impressionou Nelson, assim como Mário Filho, foi o seriado “Amoeda quebrada”, com Eddie Polo (Rolleaux), em que os garotos saíam do cine Maracanã imitando o muque do herói. Era um filme de 1915, mas atrasos de três ou quatro anos, até que os filmes chegassem por aqui, eram normais. (CASTRO, 1992: 31)

Outra paixão despertada ainda quando criança, e que depois será um tema recorrente em suas matérias, é o futebol, ou como diz Ruy Castro descobriu o Flamengo.

Com seu pai envolvido com a vida jornalística, não era de se esperar que o primeiro trabalho de Nelson fosse no jornal de seu pai “A Manhã”, a cada coluna Nelson parecia ter uma personalidade, as vezes tratava o passado como longe, aparentando assim ser um velho e em outras colunas se apresenta com seus vinte e poucos anos cheios de vida, mas na maioria de suas crônicas, Nelson já mostrava sua

* Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

visão pessimista dos acontecimentos, um pessimismo que segundo Castro digno de uma alma tormentada.

A morte entrou na vida de Nelson por causa do assassinato de seu irmão Roberto, tal ato é determinante em suas peças. “Ninguém conseguirá penetrar no teatro de Nelson Rodrigues sem entender a tragédia provocada pela morte de Roberto. No mesmo dia do enterro, toda família se pôs luto (...). Nelson só chorava.” (CASTRO, 1992: 94/95).

Ao longo de seu livro, fica a impressão que Ruy Castro vai construindo Nelson tal como o conhecemos. Mas aos olhos de muitos, um artista já nasce pronto, os dons é que vão se construindo em torno de sua realidade.

O crítico de teatro Sábato Magaldi, além de escrever e estudar a vida e obra do escritor Nelson Rodrigues, também era um grande conhecido deste, a tal ponto que Nelson o pediu para escrever sobre seu teatro. Para escrever este livro, Magaldi dividiu suas peças não em ordem cronológica, mas sim em quatro temáticas, são estas: Peças Psicológicas Peças Míticas e Tragédias Cariocas (divida em duas partes), Nelson aprovou este agrupamento e pediu que escrevesse cerca de 30 páginas para cada volume.

Com a morte do dramaturgo, Magaldi pensou em desistir do projeto com medo da limitação dos prefácios pedidos. Então teve que refazer o projeto, esquecendo-se dos grandes prefácios e inserindo a importância do teatro rodriguiano para a história do teatro brasileiro. Como mesmo disse: “*A trajetória da dramaturgia rodriguiana permite indagações múltiplas*”(MAGALDI, 1987: 2).

Nesta obra, o crítico analisa, identifica e ressalta seu estilo em diversas peças, como por exemplo, a loucura, a morte, a obsessão pelas instituições públicas e a morte. O contexto histórico em que Nelson está inserido também é levado em conta, quando uma de suas peças é censurada.

O livro de Sábato deixa bem claro como funcionava a mente de Nelson o seu pensar e escrever suas peças, outro dado também mostrado é de como o dramaturgo encarava as encenações de sua peça. Ao considerar esta obra e outras obras sobre o magnífico teatro de Nelson Rodrigues, fica claro (e o próprio crítico ressalta isso) a forte ligação que Sábato possuía com o dramaturgo carioca.

É óbvio que não podemos comparar uma obra a outra, pois a formação dos dois

autores é diferente, o contexto histórico que cada escreve é diferente, sendo assim é distinto também o enfoque que ambos dão a vida e obra de Nelson. Enquanto Ruy Castro tem mais preocupação com a vida pessoal, Sábato, diante sua profissão, tem um interesse mais pelas obras interligando com sua vida pessoal.

Deste modo percebemos que mesmo com a imensa produção acadêmica que há sobre este assunto, ainda existem alguns pontos escuros sobre a vida do celebre Nelson Rodrigues.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Ruy. **O Anjo Pornográfico**: A vida de Nelson Rodrigues. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

MAGALDI, Sábato. **Nelson Rodrigues**: Dramaturgia e encenações. Perspectiva. São Paulo, 1987.

CONTRIBUIÇÃO DE DOMINGOS VANDELLI AO REFORMISMO ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO DO SÉCULO XVIII

Érick Luiz Wutke Ribeiro*

A Ilustração, no contexto luso do século XVIII assume perspectivas próprias quando colocadas dentro do amplo quadro do Iluminismo francês e britânico (ou mesmo alemão) – que representam o movimento em suas notas mais expressivas – que demonstram, por um lado: contigüidade de expressão entre os portugueses e outros pensadores iluministas do seu tempo; e, por outro, concepções que distanciam os lusos no mundo mental do Iluminismo.

Estudar a problemática europeia da “Modernidade” ao nível concreto de Portugal – e mesmo Espanha – é um feito que apresenta dificuldades quase insuperáveis (FALCON, 1982: 149). Foi visando essa problemática que (CARVALHO, 2008) empreendeu uma pesquisa para examinar se houve similitude ou não entre os princípios adotados na reforma da Universidade de Coimbra a partir de 1772 e aqueles presentes na República das Letras. Esse distanciamento, que pode ser modificado a cada nova fonte comparada entre os dois universos, permite que muitas novas interpretações sobre o período surjam e divirjam em vários pontos, ora por technicalidades, ora por visões interpretativas gerais distintas.

Logo, ao nos debruçarmos sobre a obra de Domingos Agostino Vandelli surgem observações ilustrativas disso; que por sua vez nos levam a debater mais detidamente a questão do “Reformismo Ilustrado”. O italiano Domenico, nascido no ano de 1735 em Pádua, era cada vez mais Domingos, em Portugal. Lá chegou a convite de Marquês de Pombal; este queria que Vandelli em terras lusas se estabelecesse, e em Coimbra participasse da reforma iluminista dos Estatutos da Universidade. (CARDOSO, 2003: 3)

Há, portanto que se separar a linha que de concebe as análises da produção dos saberes em Domingos Vandelli e a constituição das práticas científicas realmente efetivadas por ele, e, mais ainda suas intenções ao utilizar sua pesquisa científica como divulgação para fins econômicos e políticos no contexto de Portugal do século XVIII. A

* Aluno de graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de iniciação científica pelo CNPq.

reforma de Pombal mostrava-se – para seus articuladores – como uma necessidade dentro da sociedade portuguesa – conforme anotado por intelectuais que muito influenciaram Pombal. Como é o caso dos estrangeirados. Um deles, Ribeiro Sanches, para quem Portugal era o “Reino Cadaveroso”, diz que a nação lusa padecia de grande arcaísmo se comparado aos demais povos europeus. Escreve em 1761: “Hoje é máxima constante que a virtude, a ciência e o valor dos Povos não dependem de sua educação particular nem da Religião que professam”. (SANCHES, 2003: 1). As observações de Ribeiro Sanches se inserem, portanto, em um contexto de crítica à cultura portuguesa. Portugal despontou para o mundo nos séculos XV e XVI como potência dos mares, mas ao longo do século XVII e XVIII a cultura científica esteve atrelada ainda a modelos medievais. Predominou na península ibérica outra tradição científica, ligada à modernização da tradição aristotélico-tomista da Idade Média. (SOTO, 2010: 50).

Algumas marcas essenciais e caras ao Iluminismo: a gradual passagem da transcendência histórica colocada como Presença sob Deus à imanência antropocêntrica, associada a idéias de progresso e de civilização, ficaram fora do escopo intelectual em desenvolvimento em Portugal. O espírito científico só ganha espaço em solo lusitano em meados do século XVIII, pois além do poder da Igreja Católica no controle das instituições de ensino havia dificuldade da recepção aos escritos na península.

O processo de criação de um espaço de sociabilidade intelectual, deflagrado pela Academia das Ciências, engendrou uma forma de comunicação cotidiana, de cunho naturalista-utilitária, entre os sócios, e uma nova atitude científica fundada numa concepção coletiva de trabalho intelectual. Em Portugal, a partir do último quartel do século XVIII, as viagens tornaram-se relativamente frequentes e cada vez mais especializadas e preparadas por riscadores ou desenhistas, jardineiros-botânicos, naturalistas e filósofos da natureza. (FILHO, 2006: 12)

Essa divulgação científica – esse ambiente criado pouco a pouco pela intelectualidade europeia –, para além do objetivo de popularizar a ciência e o espírito investigativo, teve também, como consequência, a crescente transformação desses cientistas em fontes de autoridade. (VILLALTA, 1999: 216) Este sendo um dos motivos para que Vandelli sintasse-se confortável – assim como Lineu, criador da taxonomia moderna – a dar conselhos sobre a exploração a ser efetuada nas colônias.

Desse modo, reitera-se a união do intelectualismo a serviço da coroa e seus usos.

Diz novamente, que para esses acadêmicos,

fiéis vassallos da rainha e do absolutismo, a prioridade era revigorar as bases do sistema colonial e estabelecer uma nova política ultramarina voltada para as potencialidades do mundo natural das colônias, redescobertas metodicamente pelo reformismo da Academia Real das Ciências. O reinado de D. Maria I e do príncipe regente D. João objetivara elaborar, desta forma, um grande mapa científico das colônias. (CARDOSO, 2003: 13)

Há de se deixar anotado que com sua formação em Medicina e História Natural, Domingos Vandelli fundou o Laboratório de Química e o Gabinete de História Natural da Universidade, e ainda colaborou na criação do Jardim Botânico de Coimbra. Também “o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra foi inicialmente composto dos espécimes trazidos por Vandelli da Itália. O acervo do Museu foi progressivamente acrescido do material recolhido por Vandelli em Lisboa.” (FILHO, 2006: 18)

Essas reformas todas circunscrevem todo um conjunto de ações deliberadas da coroa, mediadas e integradas por Pombal, para colocar uma nova leitura das ciências em Portugal que não estivessem mais atadas à essas concepções escolásticas.

A própria organização das colecções, dos gabinetes, dos jardins botânicos, dos museus de história natural, que confere ao conjunto de objectos expostos e fruídos o carácter de sistema simbólico de organização que reproduz hierarquias e percursos com repercussão no plano social. E é ainda neste sentido que a *expertise* relativa ao mundo natural constitui condição de acesso a lugares proeminentes de aconselhamento político [...] (CARDOSO, 2003)

A tal ponto essa leitura é verdadeira que, diz, “Vandelli [era] um articulador chave da conexão entre os estabelecimentos científicos na metrópole e nas colônias. Soube como poucos distribuir funções entre os burocratas e naturalistas em Portugal e na América Portuguesa.” (FILHO, 2006: 14).

O papel de naturalista e articulador de reforma desempenhado por Domingos Vandelli coloca em voga outra questão do Iluminismo: nota-se em Portugal o caso do despotismo esclarecido, mesmo que não exatamente como se chegou a vivenciar noutros lugares da Europa. O que há ali é uma Reforma que é “iluminista” por deliberação da Coroa e de seu secretário de Estado do Reino, Pombal. Havia uma tentativa de ruptura com o Medievo, mas não se acolheram – onde o despotismo

esclarecido ocorreu – todas as ideias do Iluminismo; nesse sentido o caso luso é mais iluminista no que concerne ao trato com a Religião: ali houve algum traço de anticlericalismo como presente nas obras francesas do período. Noutros tantos casos, os déspotas não abriram mão da estrutura religiosa de suas nações, mesmo fazendo “concessões” ou integrando reformas em vários outros níveis.

Analise-se algumas das memórias de Vandelli e vemos que sua contribuição à reforma não chega a ser iluminista em todos os aspectos que esse conceito pode acarretar – como se pode citar da concepção iluminista da Religião: Vandelli, não é anticlericalista e constantemente cita o Criador na concepção judaico-cristã (e não deísta, como também surgiu nalgumas vertentes iluministas). Noutro ponto, é uma demonstração de quanto o Iluminismo Português se distancia dos demais. Não se vê em Vandelli a tentativa de análises da sociedade, como parece virar moda a partir do século XVIII na lavra daqueles que se encantaram e engajaram com o Iluminismo. Com o papel de Homem de Ciência, que ele se colocava, sua atitude “política” se limitava mais a demonstrar a importância das ciências, sua reestruturação e organização adequada para melhor ganho de conhecimento e também do Reino.

Com ganho para o Reino, significa ganho econômico. Nota-se por alguns títulos de memórias: *Memória sobre as minas de ouro do Brasil*, *Memória sobre os diamantes do Brasil*, *Preâmbulo à Memória sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas*, e por fim, *Memória sobre a utilidade dos museus de história natural*. Os três primeiros tratam exclusivamente das considerações científicas acerca das riquezas do Império e usos delas que Portugal pode fazer, seja no reino vegetal ou mineral. A última, reiterando a utilidade e importância dos museus, é um texto retórico. Possui argumentos e procura mostrar beleza, na natureza e na sua investigação, que é a ciência.

Mas há ali, na obra de Vandelli, uma tendência comum e que parece se cristalizar a partir do Iluminismo: a ciência que antes era uma atividade de Padres, pouco preocupados com a necessidade das nações investirem e se valerem de descobertas científicas, passar a ser utilizada e direcionada pelo poder estatal em uso próprio, mesmo que sempre justificada o duplo ganho do Estado e do progresso da própria ciência. Nesse sentido, Domingos Vandelli é um perfeito iluminista, ou antes, perfeito cientista, a se engajar no contexto iluminista de sua época para contribuir política e economicamente com o reino que o convidou.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, J. L. A história natural e a ciência económica na obra de Domingos Vandelli: Introdução. In: VANDELLI, D. **Memórias de História Natural**. 1ª Edição. ed. Porto: Porto Editora, 2003.
- CARVALHO, F. R. D. **Um Iluminismo português?: A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008.
- FALCON, F. J. C. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.
- FILHO, O. M. Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII. **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, v. Volume I, p. 1-23, 2006. ISSN 1676 - 7640.
- SANCHES, A. R. **Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente**. 1º. ed. Covilha: Universidade da Beira Interior, 2003.
- SOTO, J. H. D. Os Escolásticos do Século de Ouro Espanhol como Precursores da Escola Austríaca. In: _____ **A Escola Austríaca**. Tradução de André Azevedo Alves. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- VILLALTA, L. C. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. São Paulo: Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

**ANTICOMUNISMO CATÓLICO NO BRASIL:
COMBATE AO “PERIGO VERMELHO”**

Jadson Adriani de Oliveira*

O fenômeno do anticomunismo, segundo Carla Simone Rodhegero (RODEGHERO, 2002) “[...] diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas”.

A autora prossegue:

O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no legislativo, etc. (RODEGHERO, 2002: 45)

Segundo Motta, o anticomunismo é uma frente que reúne grupos políticos e projetos diversos. Nesse sentido, não se pode pensar em um corpo homogêneo, bem como o mais adequado talvez seja se falar em anticomunismos (no plural). O único ponto de união, segundo o autor, é a “recusa ao comunismo” (MOTTA, 2002: 15).

Para Sá Motta, as representações anticomunistas, provém de três matrizes: catolicismo, nacionalismo e liberalismo. A Igreja Católica, segundo o autor, é a instituição não-estatal mais engajada no combate aos comunistas, visto que o comunismo “[...] se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral” (MOTTA, 2002: 18-20).

Neste trabalho focaremos a matriz católica do anticomunismo no Brasil. Para tanto, faremos uma breve exposição acerca do que tem sido produzido sobre o tema. De início é possível observar que a maior parte dos trabalhos foram produzidos por estudantes de mestrado dos programas de pós-graduação em História ou áreas afins.

Em “O diabo é vermelho”, resultado de sua dissertação de mestrado, Carla

* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em História Social das Relações Políticas.

Simone Rodeghero tratou do imaginário anticomunista no Rio Grande do Sul e da Igreja Católica, analisando o período de 1945 a 1964. A autora pautou seu trabalho na análise de três periódicos, sendo dois deles os maiores jornais católicos gaúchos da época (Correio Riograndense e Jornal do Dia).

Nesse trabalho a autora coloca algumas questões para suas fontes: a) que elementos compunham o anticomunismo católico?; b) de que tipos de argumentos, imagens, adjetivos e caracterizações os anticomunistas se utilizavam?; c) o anticomunismo católico tinha algo de específico em relação a outros anticomunismos?; entre outras (RODEGHERO, 1998: 21-22).

O imaginário anticomunismo é entendido pela autora, conforme o objetivo específico da pesquisa em questão como “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964” (RODEGHERO, 1998: 28).

Os discursos anticomunistas presentes naqueles periódicos permitiram à autora perceber a identidade atribuída ao comunismo e a seus adeptos. A necessidade de combater o “perigo vermelho” podia ser justificada com base na necessidade de se haver uma distinção moral entre o bem e o mal, entre o lícito e o ilícito, entre a luz e as trevas, entre o amor e ódio. Todas essas antíteses se faziam necessárias para delimitar e identificar os inimigos, bem como traçar a “identidade do ser-cristão”. Merece destaque também, no trabalho de Rodeghero, o fato de os anticomunistas católicos se valerem da imagem do diabo no intento de estigmatizar os comunistas.

Além da imagem do demônio eram utilizadas para identificar os comunistas imagens como: micróbrios, mostros, abutres, gatos, lobos disfarçados de ovelhas, polvo, serpentes, dragões etc. No mesmo sentido, eram atribuídos aos comunistas as características específicas de tais animais como: prejudicar a saúde, alimentar-se de carne decomposta, infestar o ambiente, astúcia, falsidade, entre outras tantas (RODEGHERO, 1998: 36).

Motta (2002), em seu livro fruto de uma tese de doutorado, também aborda a questão do imaginário anticomunista, e analisa, além dos discursos, as imagens produzidas com a finalidade de combater o “perigo vermelho”. Na iconografia anticomunista, o autor percebe um importante material para a análise das representações

anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil. No que diz respeito às imagens produzidas pela Igreja, além daquelas relacionadas ao diabo (maior parte das representações), “a maioria alude ao caráter anticlerical e iconoclasta atribuído aos militantes comunistas, consubstanciado em ações devotadas à destruição da Igreja” (MOTTA, 2002: 96).

Dentre as imagens selecionadas pelo autor, merece destaque a figura de “Nossa Senhora e o Monstro, que estampou um livro escrito por D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, publicado nos anos 60. Tal figura representa, segundo Motta, Nossa Senhora de Fátima com um rosário nas mãos, acima de um monstro alado com várias cabeças. O título do livro é “Catecismo Anticomunista”. Segundo Motta, o rosário simbolizava a mobilização da Igreja contra o infiel. A figura alada, monstruosa e grotesca, representa, segundo o autor, o comunismo. A figura representaria assim, a vitória da Igreja contra os comunistas.

De acordo com Pereira (2010), para a Igreja Católica o comunismo era um inimigo irreconciliável, representando um desafio até mesmo à sobrevivência da religião. O autor apresenta em sua dissertação de mestrado uma análise dos artigos/matérias veiculados pelo jornal católico O Santuário, no momento imediatamente posterior à chamada Intentona Comunista. Pereira nos apresenta um trecho do periódico, datado de sete de dezembro de 1935, onde esse jornal nos dá uma idéia de sua concepção do que é o comunismo:

Felizmente gorou a recente tentativa de implantar no Brasil um governo comunista. No Rio a revolta da Escola de Aviação foi abafada em três horas, a do terceiro regimento de infantaria em doze horas; em Pernambuco combateu-se mais de 24 horas, a cidade de Natal esteve em poder dos revoltosos durante três dias. Os comunistas deram provas numerosas de sua ferocidade matando friamente oficiais e soldados que se lhes impunham. O resultado da revolução é, como sempre, muito triste: não somente prejuízos materiais muito importantes, mas também o sacrificio de diversos oficiais e soldados dedicados à causa da ordem, também a morte de numerosos revolucionários, vítimas da insidiosa propaganda comunista e a prisão de centenas de outros. Com diversos oficiais revolucionários foi encontrada uma ordem, assinada por Carlos Prestes, de começar a revolução no dia 27. O próprio Prestes que mandou os outros entrar no fogo, escondeu-se em lugar seguro e não teve o brio de apresentar-se depois e compartilhar com os seus as conseqüências da derrota. (PEREIRA, 2010: 80)

Ao longo do ano de 1936, esse jornal mantinha se combate ao comunismo. Na edição de 14 de março de 1936, na página 2 trazia:

Não está morto o comunismo entre nós, infelizmente; estará enfraquecido, desorganizado, mas ainda há muitos comunistas que ameaçam e tramam violências e atentados. Em São Paulo a polícia descobriu na semana passada células comunistas que dispunham de material para fabricar bombas e tinham várias bombas prontas. Em Recife, durante um desfile carnavalesco, foram distribuídos boletins comunistas que diziam que a derrota comunista de novembro não é derrota definitiva, que se deve preparar novas agitações, desencadeando greves, apregoando a luta por conquistas políticas, levando estas lutas até as guerrilhas e a insurreição. Em Alagoas foi exonerado, por ser comunista, o diretor da instrução pública. A polícia do Rio conseguiu mandar prender o chefe do comunismo da América do Sul, e especialmente do Brasil, Luiz Carlos Prestes. (PEREIRA, 2010)

E na edição de 20 de junho de 1936, esse periódico alertava:

Centenas de pessoas seriam assassinadas se não fosse a rapidez com que as forças do governo retomaram a cidade. Quem tiver amor aos filhos, a sua esposa, a seus bens e a sua vida deve ter horror ao comunismo. Deus nos livre desse horrível flagelo. Ler livros ou escritos de propaganda comunista é o mesmo que inocular no espírito o pior veneno. (PEREIRA, 2010: 81)

Esses discursos anticomunistas deixam bastante claro o engajamento católico no combate ao comunismo no Brasil. É possível observar que esse combate se dava de forma sistemática, obviamente tornando-se mais feroz em determinados contextos, como no período de 1935-1937, considerado por Motta como a “primeira grande ‘onda’ anticomunista” no Brasil.

Resultado de Dissertação de Mestrado de Carla Luciana Silva, em 1998, “Onda Vermelha” propõe-se a compreender e evidenciar as campanhas anticomunistas empreendidas no Brasil entre 1931 e 1934, com o intuito de demonstrar que antes do episódio da “Intentona Comunista” já era possível identificar um imaginário anticomunista no Brasil.

Segundo Silva, a construção desse imaginário não se processou a partir daquele evento, e sim, através de práticas aperfeiçoadas ao longo do tempo, devidamente reforçadas por referentes comunicados no período analisado em seu trabalho:

Essa discussão nos obriga a não aceitar as discussões que dizem que somente em 1935 estava configurado no Brasil um inimigo porque houve a chamada Intentona Comunista, quando o perigo se tornaria real de fato em novembro de 1935. Tentamos chamar a atenção justamente para o fato de essa construção do comunista como inimigo da nação e todas as suas decorrências deve ser buscada não apenas em 1935, deve ser estudada como um processo histórico. (SILVA, 2001: 35)

É possível observar também a atuação da Igreja, no período que antecede o golpe de 1964. em resposta ao comício de 13 de março, na Central do Brasil, deu-se em 19 de março, ou seja, apenas seis dias depois a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com mais de meio milhão de participantes, segundo a organização do evento, que contou com a participação, aos lados dos padres, de pastores e rabinos. O caráter anticomunista do evento, que já estava implícito no próprio nome escolhido, foi explicitado numa proclamação divulgada pelos organizadores. A proclamação foi publicada no jornal O Globo de 20 março:

Povo do Brasil,

A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. (...) Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador.

Não defendemos a nossa casa enquanto era tempo, quando era fácil e, agora, as forças do mal, da mentira e da demagogia ameaçam a própria vida da família brasileira.

Mas hoje, na praça pública, dia da família, essa multidão imensa veio, espontaneamente, responder aos chamados das mulheres brasileira (...)

Reformas sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé (...)

Fiéis às nossas religiões, fiéis à nossa Constituição, fiéis à nossa pátria - construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz.

Com Deus, pela Liberdade, marchemos para a salvação da Pátria!

Os discursos proferidos durante o ato enfatizaram, da mesma forma, a denúncia do “perigo vermelho”. O padre Calazans, senador da República, fez referência direta a Goulart:

Hoje é dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: Não! Não! Não!. (MOTTA, 2006, 140)

Almeida (ALMEIDA, 2010) trata, em sua dissertação de mestrado dos discursos e práticas anticomunistas na arquidiocese de Olinda e Recife, no período de 1952 e 1960. A autora analisa alguns periódicos e cartas pastorais.

Em um trecho de uma Carta Pastoral, Dom Antônio, arcebispo de Recife escreveu sobre a incapacidade do comunismo de atender às necessidades dos brasileiros, já que,

mesmo abstraindo de uma justificativa cristã, o comunismo era essencialmente inadaptável para o Brasil,

pois os regimes devem procurar uma espécie de raiz na própria índole do povo, na sua própria estrutura racial. A Rússia aceitou o comunismo e a ele se submeteu, mais por uma questão de índole comunitária e gregária. Povo sujeito a mais que uma tradição rígida, escravizado a uma rotina. Com um sentido mórbido de disciplina e hierarquia; de uma inatividade que tocava as raízes da indolência; povo imprevidente e sem iniciativa, a Rússia possui, por assim dizer, uma espécie de tendência ao Coletivismo, uma espécie de entrega passiva à escravidão. Parece que a própria massa pensava que só um núcleo ativo e evoluído poderia impor-lhe o progresso dos povos personalistas. Mesmo assim, apesar da índole e da formação do povo, o regime teve que admitir flexões, aceitando princípios capitalistas. Admita-se, pois, que a Rússia tivesse necessidade de um sistema coletivista, o que é realmente discutível. E no Brasil? Mesmo sob o ponto exclusivamente político seria um grande erro a adoção de um sistema de predominância coletiva neste país. Pois a nossa mais alta expressão é a afirmação da personalidade, ciosa de sua autonomia. (A Tribuna, 22.03.52: 01)

Em outro momento o arcebispo expõe seu anticomunismo:

Apelamos para todos os homens de responsabilidade para que pensem, acima de tudo, na vida da Pátria. E mesmo aos que, iludidos, por doutrinas estranhas, esquecem o Brasil, apelamos para que auscultem o próprio coração que ressoa a prece ardente de uma mãe piedosa e reboam os ecos imortais dos séculos gloriosos da própria pátria! Que ilustres autoridades do glorioso Estado de Pernambuco encontrem, nesta campanha leal e sincera de esclarecimento, proporcionada pelos intelectuais e jornalistas, o apoio necessário, para, pacificamente, arrancarem do erro tantos brasileiros iludidos ou arrastados pelos credos vermelhos. E fazemos voto a Deus para que, nesta hora grave da nacionalidade, a reflexão ilumine e esclareça a consciência de tantos cidadãos irmãos nossos pelo batismo e pela pátria, integrando-os tranquilamente no seio da grande nação brasileira, no filão dourado de suas tradições cristãs, gloriosas e imortais! (A Tribuna, 31.01.53: 01)

Como podemos observar é central o papel desempenhado pela Igreja Católica no combate ao comunismo no Brasil. Esse combate se manifestou predominantemente através do discurso. O combate realizado pelo Estado foi mais efetivo no que diz respeito às práticas: perseguiu, humilhou, matou e torturou os “subversivos”

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Viviane Antunes Guimarães. **Chorem os Sinos**: os discursos e as práticas

- anticomunistas da arquidiocese de Olinda e Recife (1952-1960). Recife: UFPE, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). São Paulo, Perspectiva, 2002.
- _____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre memória e história (coord.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **“Guardai-vos dos falsos profetas”**: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937). Franca: UNESP, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- _____. **Memórias e Avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL AMERICANA:
NOSSA AMÉRICA, UM ESTUDO PARTICULAR**

Michelle Mattar Pereira de Oliveira*

Introdução

A questão de identidade na América é tratada por diversos autores entre eles destaco José Martí com seu livro *Nossa América*.

A questão de identidade americana denota diversas possibilidades entre elas enxergar este continente que tratamos como parte independente das questões européias. A partir daí surge o inquietamento de como enxergar nossa realidade dispersa da realidade européia já que a construção de nossa história demonstra-nos uma ligação forte com a Europa em questões de cunho político, econômico e cultural.

O presente trabalho tem como intuito apresentar aos leitores como José Martí em seus relatos “Só será escritor imortal nas Américas”, “Professores ambulantes”, “Mãe América” e “Nossa América” inseridos no livro *Nossa América*, trabalha a trajetória da construção de uma Nação através de argumentos que possibilitam a fomentação de ideias nacionalistas no continente americano.

Nação com identidade imaginada

Em primeiro lugar é necessário entendermos que a Identidade que o povo americano almeja é de alcançar a liberdade e a cidadania rejeitando o antigo regime e olhando para seu território como capaz de alcançar a independência sem que este processo sofra uma crise na estrutura do continente, pois na sua formação este dependia inteiramente das relações comerciais com países europeus.

Sabemos que boa parte da Independência está fundada na emancipação da nação, ou seja, a libertação nacional de um território seja nos processos políticos, culturais e econômicos.

A partir daí, é preciso entender que o conceito de Nação, em princípio, no território americano não se faz de forma unitária, pois há critérios determinantes e diferenciados que

* Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Avenida Levino de Souza, nº 1669. Bairro Umuarama; Uberlândia - MG; CEP: 38405-322; Email: profmichellemattar@hotmail.com

influenciam esse processo. Critério esses que podem ser caracterizados como: étnico, civil e cultural, ou seja, algumas regiões, ao mesmo tempo em que desejavam a independência política, econômica e cultural, focavam em manter suas tradições e nem sempre essas se ligavam a outras regiões, porque mesmo que territorialmente perto, tinham maneiras diferenciadas de agir e pensar sobre determinados aspectos.

No entanto, para se implantar a Americanidade era preciso exaltar valores desta região e não romper completamente com valores europeus já que estes estavam tão infiltrados que era impossível enxergá-los de forma dispersa.

Assim, é necessário ressaltarmos que o processo de ruptura tratado por alguns escritores principais do processo de articular ideias de Independência como José Martí, Simon Bolívar e Domingo Sarmiento, o intuito desses autores era o de ressaltarem ideias abstratas como liberdade, cidadania e exaltação do povo.

Literatura Latino Americana: construção de uma historiografia nacional

A literatura deve ser vista como um símbolo na construção de uma identidade da nação, assim como a música, o cinema e a cultura como um todo.

A partir daí, a população atuante nesse processo não deve ser apenas consumidora desta literatura e sim participar da produção desta, utilizando-a como forma de contestação política. Veremos vários exemplos de como alguns autores importantes tratam este assunto sobre a literatura na América Latina.

Rama é um escritor uruguaio discute a princípio o papel do ensino da literatura em nossa sociedade, onde através dessa literatura obtemos símbolos de construção das identidades nacionais. Acredita ainda que a construção de uma literatura seja a criação estética que promove a sociedade, a literatura não deve ser uma literatura da “arte pela arte”, mas sim ajudar para uma construção de uma visão crítica da sociedade.

Vejam os em um trecho de RAMA.

Não basta haver obras literárias, boas e bem sucedidas, para que exista uma literatura. Para conquistar tal denominação, as distintas obras literárias, bem como os movimentos estéticos, devem responder a uma estrutura interior harmônica, dotada de uma continuidade criadora, de um desejo de futuro, de uma vida real que responda a uma necessidade da sociedade na qual funcionam. (RAMA, 2008: 49)

Neste trecho podemos perceber que o autor defende a ideia de que todo ser humano é crítico por natureza, e necessita-se de uma continuidade no processo de criação da literatura para que esta possa alcançar um futuro glorioso.

A partir daí podemos destacar Dóris Sommer em *Romances Irresistíveis*, no qual a autora faz questão de mostrar que alguns romances de diversos países da América latina defendem a construção de uma historiografia literária nacional, ou seja, não seria uma historiografia da América como continente e sim dos vários países da América, mesmo porque a autora acredita que devem ser levadas em consideração várias questões envolvidas nestes países entre elas: classe, gêneros, etnias etc. Vejamos:

Os “romancistas históricos” latino-americanos se viram em uma situação pré-moderna semelhante, apesar de, segundo Benedict Anderson, devermos acrescentar que eles se viram em tal situação antes dos europeus, e por isso ofereceram modelos tanto de ficção quanto de fundação. (SOMMER, 2004: 43)

Porém é necessário ressaltar que a autora tem uma visão norte americana dos países da América Latina, enxergando-os sempre com olhar de separação territorial, onde segundo a autora existem diferentes crenças, etnias e etc.

Maria Lígia Prado uma autora brasileira, trabalha com um foco principal de retratar intelectuais para a formação de uma nação em diversos aspectos entre eles: batalhas, estudos científicos, e o destaque de padres como líderes de movimentos armados, focando assim estes aspectos na conquista de uma base de sustentação para a construção de uma nação, valorizando a cultura de países da América Latina e América central, como é o caso do México.

O foco principal de seu discurso é o de comparar como a Revolução Francesa com ideias de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” atingem os países da América latina como um todo. Vejamos no trecho que se segue.

[...] a independência aparece como frustração, como proclamam tantos os seus protagonistas, é porque, antes de tudo abriu a possibilidade de um desenlace diferente e despertou os sonhos adormecidos de muitos[...]Os letrados...esqueceram que os processos históricos eram lentos, que o ritmo das mudanças não acompanhavam a pressa dos autores sociais e que os ventos nem sempre sopravam na direção por eles desejada. (PRADO, 2004: 73)

Neste escrito é necessário ressaltarmos que a autora acredita que nos países da América Latina algumas mudanças de cunho político, econômico e social agravariam a

situação desses que buscavam a liberdade, pois como podemos verificar, na citação acima, o ritmo dessas mudanças mostrava-se lento.

E por fim, podemos citar Carmen Mc Evoy, autora chilena, com seu discurso “Guerra, civilização e identidade nacional”, onde neste, acredita na literatura como identidade nacional.

A autora trabalha com registros escritos do Peru e do Chile, seleciona esses registros de colecionismo de Vicuña para tentar construir uma literatura. Enfatiza a ideia de barbárie em relação ao “progresso” de cada país, discursando sobre uma guerra que ocorreu entre Peru, Chile e Bolívia. Verifica nesses escritos que a maioria dos conflitos dessa época eram territoriais.

Trabalha com um questionamento de como a relação de Vicuña com os documentos pode ou não construir a historiografia, pois Vicuña iniciava sua escrita dependendo de como as notícias chegavam a ele. Mesmo assim, o colecionador acreditava ser neutro a diversas interferências para construir uma história nacional.

Em outro sentido, a subtração de livros, documentos e objetos científicos peruanos por parte do Chile e a participação de intelectuais de renome, como Barros e Vicuña, na mutilação de memória histórica do país vizinho são episódios diretamente vinculados aos elementos culturais da guerra estudados por Shapiro. Remeto aqui à ideia do peruano como objeto de desejo e também o tema da destruição simbólica do outro como premissa para construção identitária. (EVOY, 2010: 182)

Sendo assim, é possível percebermos que a autora deixa claro sobre a relação permanente entre interesses pessoais e a construção da literatura como fomentadora de ideias nacionais.

É possível percebermos nestes textos que há um diálogo evidente no sentido do desejo desses autores em concretizar um meio, nesse caso o literário, para a formação de uma Nação/ Identidade.

Assim, fica claro o interesse destes intelectuais em desenvolver a literatura para que esta seja uma arma poderosa no processo de construção de uma identidade nacional, utilizando de elementos próprios de cada país para caracterização desta.

José Martí: história e literatura latino americana

Antes de iniciarmos a caracterização da obra do autor é necessário verificarmos

que seu trabalho pode ser considerado literário, porém José Martí está longe de escrever um romance, sua preocupação é em discutir um projeto para América como um todo, e não somente Cuba, ao contrário de Sarmiento cuja preocupação era somente com a Argentina.

José Martí é Cubano, desde muito cedo começa a se envolver com processos de Independência das Américas. Tinha um perfil revolucionário e foi escritor de panfletos de agitação, ao contrário de muitos intelectuais que só ficavam na teoria, José Martí lutou e morreu em batalha. Acreditava que a Independência Americana não deveria ser em relação à Espanha, Europa, mas também em relação aos EUA. Importante ressaltarmos como as treze colônias foram se formando por anexo e compras de territórios até chegar ao país enorme que o EUA é hoje.

Seu livro pode ser considerado “preventivo” e engajado politicamente falando, pois nele há advertências para o futuro e muito dessas advertências foram válidas, e, além disso, seu discurso pode ser retomado aos dias atuais, no quesito educação para todos onde será caracterizado ao longo deste trabalho.

Para desenvolver este trabalho foram escolhidos quatro de seus relatos para que possamos ter uma ideia geral de como o autor pensava em relação à construção da identidade latino americana. Os relatos são: “Só será escritor imortal nas Américas”, “Professores ambulantes”, “Mãe América” e “Nossa América”.

No primeiro relato “Só será escritor imortal nas Américas” o autor faz questão de advertir que a América ainda não tinha um plano de escritor porque ninguém ainda reflete nossa realidade, ou seja, nossa realidade sempre estava ligada em comparação à realidade européia. Assim, o autor mostra a real importância na construção dessa literatura com o objetivo de ser relacionada à transformação da realidade social. “Não existirão letras, que são expressão, enquanto não houver essência para nelas se exprimir. Nem haverá literatura Hispano-americana enquanto não existir Hispano-América.” (MARTÍ, 1983: 65).

No relato “Professores Ambulantes” o autor trabalha com a defesa da questão social, ou seja, acredita que a solidariedade, compaixão e a ternura fazem o ser humano melhor, e com o desenvolvimento destas a realidade a construção do ser humano seria diferente. Enfatiza a importância da educação, na qual esta seria a única forma do ser humano se situar no que estava ocorrendo no mundo para poder lutar a seu favor. É

necessário ressaltarmos que hoje no século XXI há ainda essa falta de educação que direcione o cidadão a lutar pelo que acredita ser seu direito.

A felicidade existe sobre a terra e pode ser conquistada com o exercício prudente da razão, com o conhecimento da harmonia do universo e com a prática constante da generosidade.[...]Ser bom é a única forma de ser feliz. Ser culto é a única maneira de ser feliz. Mas, no comum da natureza é necessário ser próspero para ser bom. (MARTÍ, 1983: 84)

O autor acrescenta também que é necessário que se filtre o que a pessoa irá aprender para demonstrar interesse em relação ao aprendizado, mesmo porque de acordo com autor o que importa é o objetivo a ser alcançado, ou seja, mostrar para o cidadão formas de utilizar seus conhecimentos na luta pelos seus direitos.

[...] o professor lhes ensinaria, de modo suave, coisas práticas e proveitosas, por gosto próprio e sem esforço iria se infiltrando neles uma ciência que começa lisonjeando e servindo seus interesses; - pois quem tentar melhorar o homem não pode esquecer-se de seus baixos instintos, e sim contar com eles como fato importantíssimo, ter o cuidado de não atuar contra eles, e sim com eles. (MARTÍ, 1983: 86)

Assim, José Martí acredita que os professores ambulantes, ou seja, que iriam aos campos a fim de passar seus conhecimentos para camponeses de forma terna, seria a única forma de levar o conhecimento correto para esses indivíduos remediando assim sua ignorância sobre fatos ocorrentes naquele momento.

O terceiro texto que iremos caracterizar é “Mãe América”, um texto com formato de discurso, discurso este pronunciado no sarau artístico-literário da Sociedad Literária Hispanoamericana no ano de 1889.

Neste discurso fica claro o foco em caracterizar as diferenças das Américas: América do Norte, América Central e Latina. A América do Norte é vista como um território de prioridades de crescimento. A este chegavam os europeus que se faziam donos dessas terras, donos no sentido próprio da palavra; eram vistos como senhores e faziam dos povos que viviam naquela região, seus servos.

Alguém traz em seu barco escravos para vender, ou um fanático que queima bruxas, ou um governador que não quer nem ouvir falar de escolas; o que os barcos trazem são pessoas de universidades e de letras, suecos, místicos, alemães fervorosos, hunguenotes francos, escoceses altivos, batavos econômicos; trazem arados, sementes, teares, harpas, salmos, livros.

[...] A autoridade era de todos e davam-na e a quem a queria dar. (MARTÍ, 1983: 188)

A partir daí, o autor discute como a República mudou o consentimento dos europeus em relação à cultura deste povo, ou seja, a República veio como uma forma de trazer o “desenvolvimento” no sentido político, econômico e cultural, colocando a América como parte integrante no processo de desenvolvimento mundial deixando de lado a cultura milenar de um povo que aqui vivia.

Ao final de seu discurso o autor tenta despertar o orgulho de ser latino - americano ressaltando os aspectos positivos deste continente e atingindo assim o sentimento desse povo para que se reconheça como parte de um todo. Vejamos no trecho que se segue.

Por isso vivemos aqui, orgulhosos de nossa América, para servi-la e honrá-la. Não vivemos como futuros servos nem como aldeões deslumbrados, e sim com a determinação e a capacidade de contribuir para que seja estimada por seus méritos, para que seja respeitada pelos seus sacrifícios; porque as próprias guerras que, por pura ignorância lhe lançam no rosto os que não a conhecem, são o selo de honra de nossos povos, que não vacilaram em acelerar, com o adubo de seu sangue, o caminho do progresso e podem ostentar na frente suas guerras como uma coroa. (MARTÍ, 1983: 192)

Por fim, trabalharemos com o discurso de “Nossa América”, no qual é importante apontar que o termo “Nossa América” dá uma idéia de posse de terra, de sentimento e orgulho deste continente.

Neste relato o autor adverte que é preciso destruir a idéia de que fazemos parte de um “grupinho específico” de cada país, é necessário adquirir o sentimento de que nós, indivíduos residentes neste continente, somos parte de um todo; sendo assim, é preciso lutar não por uma classe específica e sim por um conjunto inteiro.

Outra ideia que ressalta neste discurso está neste trecho: “O Governo deve ser do País. O espírito do governo deve ser do País. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do País” (MARTÍ, 1983: 196). Sendo assim é possível percebermos que o autor aponta que para se governar bem um determinado Estado é preciso que o governo esteja envolvido com assuntos pertinentes ao continente específico (América), destruindo mais uma vez a ideia de que o que vem da Europa é o melhor para os países localizados na América. Acrescenta ainda que cada continente tem sua especificidade.

Assim, a proposta inicial do autor para se construir uma Nação paira na união dos indivíduos residentes no continente americano em enxergar suas qualidades para lutar por uma Elevação espiritual, Educação e Autonomia, diferente do continente europeu.

Considerações finais

De acordo com as caracterizações sobre a construção da literatura na América latina feita por vários autores, em especial José Martí, é possível percebermos que a ideia de elevação do espírito por meio da educação é de extrema importância já que é por meio desta que o País pode se tornar independente, sendo que essa educação deve ser questionadora para que o espírito se eleve.

Martín enxerga nos professores não só o poder transformador, mas também o espírito e o mundo através da autodeterminação. Ao ressaltar a educação, podemos ligar aos dias atuais, pois muitos candidatos acreditam que é através da educação que pode se chegar ao um desenvolvimento concreto do país onde se vive.

Como se trata de um documento produzido na época da passagem do Império para República, tanto estudantes de graduação quanto professores de história, podem utilizá-lo para figurar pesquisas sobre a dominação dos EUA em relação a outros países, pois esta faz parte da realidade que vivemos. Além de que se trata de uma obra panfletária que reflete sobre o tempo, como José Martín era um militante ele utiliza a imprensa como sua arma de luta.

Portanto, é possível perceber que mesmo com a construção da ideia de uma literatura nacional é necessário que o país reforce a educação, pois esta se mostra de extrema importância para o acompanhamento da construção de uma identidade latino-americana através da literatura nacional.

Referências Bibliográficas

- RAMA, Á. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Belo Horizonte; Editora da UFMG, 2008.
- EVOY, Carmen Mc. “Guerra, civilização e identidade nacional. Uma abordagem do colecionismo de Benjamin Vincuña Mackenna, 1874-1884”. In: PAMPLONA,

M. & STUVEN A. M. **Estado nação no Brasil e no Chile ao longo do século**

XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SOMMER, D. “Romances irresistível”, In: **Ficções de Fundação**: os romances nacionais da América Latina -Belo Horizonte; Editora UFMG, 2004.

PRADO, M.L.C. “Sonhos e desilusões nas independências hispano-americanas”. In: **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 2004.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983 (Texto original de 1891).

**OS LIMITES DO USO DA BIOGRAFIA NA PESQUISA HISTÓRICA:
REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA NAS DECISÕES POLÍTICAS
DE GRUPOS MINEIROS NO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Luana Melo e Silva*

Esta comunicação é resultado de um estudo desenvolvido como dissertação de mestrado pelo programa de pós-graduação em história da UFOP. A dissertação, intitulada “Os deputados mineiros eleitos às Cortes Constituintes de Lisboa”, procurou, através de uma análise prosopográfica dos 17 deputados eleitos pela província Minas Gerais, compreender seus posicionamentos políticos. Eleitos deputados pela província de Minas Gerais às Cortes de Lisboa em 1821, estes deputados recusaram-se a compor a bancada brasileira naquelas Cortes. Depois de sua eleição, estes parlamentares partiram para o Rio de Janeiro, onde permaneceram entre articulações e negociações com figuras de destaque na cena política da Corte. Ao final da pesquisa, constatou-se que a permanência destes parlamentares no Brasil serviu como instrumento de esvaziamento da influência e legitimidade das Cortes de Lisboa. Envolvidos no jogo político da Corte carioca, estes deputados decidiram-se por sua permanência no Brasil apoiando a monarquia constitucional que se firmaria na figura de D. Pedro e ainda a criação de uma instância legislativa a se contrapor às Cortes de Lisboa, que veio a ser a Assembleia legislativa do Rio de Janeiro.

O que se pretende analisar nesta comunicação é como a prosopografia, ou biografia coletiva, configurou-se como ferramenta de análise neste estudo. Quais os limites de seu uso e até que ponto este método foi frutífero para responder as perguntas que o objeto coloca.

Na tentativa de caracterizar o grupo de deputados eleitos optou-se pela construção de quadros comparativos, contendo dados que permitem a reconstituição de seus perfis. O método prosopográfico mostrou-se adequado ao conhecimento desse grupo, uma vez que permite comparar e examinar esses indivíduos no ambiente familiar, acadêmico, profissional, ou seja, no seu espaço de formação. A intenção foi esmiuçar suas vidas pessoais e profissionais em busca de elementos que justificassem sua presença e influência no universo da política e que revelassem aspectos ou sentidos

* Mestre em história pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsa financiadora capes/reuni

de suas ações como políticos.

Durante o trabalho de levantamento das fontes e constituição das prosopografias, observou-se que, por tratar-se de indivíduos com expressiva participação política no período ou o que se encaixa dentro do conceito de elites políticas, a confecção das biografias destes homens foi trabalho de outros pesquisadores e instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e o Arquivo Público Mineiro, por exemplo. Por essa razão encontrou-se alguns perfis já constituídos.

Ao observar suas biografias constatou-se que trabalhava-se com um grupo muito heterogêneo no que diz respeito à origem de suas fortunas, trajetórias políticas, sociabilidades e posicionamentos políticos. Alguns dos indivíduos estudados tiveram passagem pela universidade de Coimbra e poderíamos classifica-los dentro do conceito cunhado por Lúcia Bastos (NENES, 2003) como elite Coimbrã. Uma outra parte deste grupo, poderia se encaixar no perfil de uma “elite brasiliense”, que de acordo com a citada autora, contrapunha-se ao primeiro grupo no que diz respeito aos seus projetos para o Brasil no período de 1821 e 1822. Dessa maneira, se fossemos pensar que os posicionamentos políticos destes indivíduos foram orientados pelo universo da cultura política que partilhavam, seria impossível encontrar um consenso ou prever a ação conjunta destes indivíduos.

Analisando seus locais de nascimento, constatamos que boa parte dos deputados estudados, era oriunda da região sul mineira (mais precisamente as Villas de São João Del Rei e Barbacena). As elites políticas dessa região, de acordo com a historiografia sobre o assunto, tendiam a buscar uma conciliação com o príncipe D. Pedro e com o grupo que apoiava um projeto de monarquia constitucional firmada em sua figura. Esta historiografia atribui aos interesses econômicos destas elites, a explicação para sua postura política. Com a vinda da corte para o Brasil há um fortalecimento e expansão do comércio de abastecimento da região sul mineira que passa a abastecer a corte carioca. Dessa maneira, suas elites buscavam maior proximidade e participação nos negócios do Rio de Janeiro. Porém, outra grande parte dos deputados estudados aqui, eram oriundos da região mineradora central (Villa Rica, Mariana e Diamantina), apontada pela historiografia do período como uma região cujas elites políticas tendiam a um autonomismo. Nem aderiam aos grupos em defesa do projeto petrinista nem às cortes lisboetas, tendiam na verdade a desligar-se de ambos.

No que tange seus negócios e os de suas famílias, alguns dos indivíduos estudados eram provenientes de famílias produtoras e de comerciantes do sul de Minas, outras eram de grandes mineradores da região central. Suas profissões também eram diversas: padres, funcionários públicos, capitães, médicos, etc. Alguns tinham longa carreira na política dentro do Brasil, outros viviam em Portugal mesmo quando de sua eleição para deputados e sequer envolveram-se no jogo político que levou à decisão de não participar dos debates nas cortes.

Dessa maneira, o método prosopográfico apresentou limitações inerentes a ele. O fato de serem representantes da província de Minas Gerais não os tornavam um grupo político e social distinto, o que gerou problemas para o uso do método, que tem sido mais frutífero quando aplicado a um grupo cuja identidade institucional ou política aponte alguma identidade e coesão.

A partir dos dados levantados sobre seus perfis, seria impossível prever qualquer ação conjunta destes indivíduos. E ficam, portanto, as perguntas: de que maneira e até que ponto permanecer no Brasil foi uma decisão coletiva? Como, para indivíduos com perfis tão heterogêneos a permanência no Brasil e o apoio ao governo de D. Pedro apareceu como a melhor opção naquele momento?

Mesmo com suas limitações, insistiu-se na utilização do método prosopográfico pelas possibilidades de observação dos sujeitos que ele nos abriu. Foi frutífero, na medida em que caracterizou esses homens como elites políticas (no que diz respeito à sua grande influência no mundo do governo, relações e atuação nas esferas burocráticas e administrativas), em que revelou parentescos, redes de sociabilidade e sinalizou para o fato de estes indivíduos não constituírem um grupo, embora tenham revelado seus outros grupos de pertencimento. Porém não esclarecia qual o comportamento destes homens diante dos acontecimentos em curso.

Diante da impossibilidade desse método apontar o sentido de sua ação coletiva, partiu-se para uma análise da documentação produzida por eles mesmos e por indivíduos com os quais se relacionavam e que faziam referência aos sujeitos aqui estudados. Essas fontes eram cartas e ofícios ao governo provisório da província de Minas Gerais, ao príncipe regente e a outros indivíduos que apareceram relacionados aos eventos que contribuíram para a permanência desses deputados no Brasil. O universo revelado por essas fontes é riquíssimo e aponta para as articulações que

envolviam a figura dos deputados e suas relações com as instituições de governo e poder no Brasil.

Outro fator determinante para o entendimento das decisões políticas tomadas pelo grupo estudado foi o contexto. A eleição dos deputados às Cortes começa acontecer pelas províncias do Brasil em princípios de 1821, momento em que as Cortes tinham prestígio no Brasil e apareciam como um local privilegiado de debate político e solução dos problemas do império. Boa parte das elites do Brasil ainda acreditava na união com Portugal e na formação de um grande império luso-brasileiro. Enquanto isso, a província mineira passava por um processo conflituoso de formação de sua Junta provisória de governo e uma grande disputa interna de poder fez com que o governo da província se formasse apenas no final de 1821. A eleição dos deputados mineiros se dá após o fim dessas disputas, em finais de 1821, quando já havia chegado ao Brasil os decretos das cortes de Lisboa que foram considerados “recolonizadores”. As Cortes perdem prestígio e credibilidade. A deputação mineira depois de eleita e enviada ao Rio de Janeiro, envia carta ao governo da província mineira, afirmando que seria mais interessante permanecer no Brasil do que ir compor a bancada brasileira nas Cortes que só desejavam recolonizar o Brasil.

Ao longo da pesquisa observou-se – e esta é uma das hipóteses levantadas e defendidas aqui – que a resposta para a não ida destes deputados estaria no jogo político que aconteceu no Centro-Sul do Brasil e não nas Cortes propriamente, ou em Portugal. Num momento em que se discutia constitucionalismo, ideias liberais, regeneração portuguesa e se pensava em vários projetos para o império (seja ele brasileiro ou luso-brasileiro) partir para Lisboa era estar fora de todo o debate político que aqui acontecia.

Diante do que foi exposto até então, cabe pensar sobre o método biográfico e prosopográfico no que tange a discussão historiográfica que reflete sobre o método. A historiografia grega situava a história ao lado dos acontecimentos coletivos e colocava a biografia à parte, como uma análise de um indivíduo, análise esta, muito suscetível à visão do autor. A história pode caber inteira na biografia? No caso do estudo que tratamos aqui, a pergunta seria a história, ou o contexto dos acontecimentos políticos do período aqui estudado poderiam ser compreendidos através das biografias dos indivíduos estudados? A ação coletiva, ou seja, as articulações políticas que levaram à permanência dos deputados mineiros no Brasil, poderia ser compreendida através de

suas biografias? A complexidade e velocidade dos acontecimentos do período poderiam ser compreendidas através do indivíduo, ou estariam contidas no indivíduo?

Num período transparente para a história, se houver algum, ela (a biografia) consiste em realizar uma verificação do conhecimento histórico já elaborado, servindo de instrumento de medida *sui generis* com suas fontes parcelares, necessariamente parciais e de uma inteligibilidade subjetiva. Existe risco de que esse tipo de biografia não contribua mais para a compreensão da época que as peças monocromáticas de um quebra-cabeças que representam o céu ou o mar. É uma questão de método. Esse tipo de biografia pode também revelar constantes, indicar diferenças, captar a realidade dos problemas sociais através do concreto da vida. Tudo depende do nível significativo do personagem. E é certo que quanto menos ele se situar entre os protagonistas da história, mais o ensinamento tem chance de ser rico. Trata-se então de uma questão de fonte. (LEVILLAIN, 2009: 175)

A biografia pode, sim, ser um empreendimento de avaliação do conhecimento já existente, ou das relações entre um sistema político e a coletividade. “Seu percurso vai do grupo e da sociedade ao indivíduo no grupo e na sociedade” (LEVILLAIN, 2009: 176).

Acreditando no gênero biográfico, os anos oitenta trouxeram de volta este método para o debate historiográfico. O contexto era da crise do marxismo, a libertação da história serial que havia subjugado a factual e ainda o retorno da história política. Esta última, retomando todo o seu sentido num momento em que os Estados-nação eram os grandes agentes das mudanças do período e a política o repertório dessa mudança. A história política retorna renovada e sua reabilitação decorreu no interior da escola dos *Annales*. No momento de sua renovação, os historiadores do político haviam absorvido os métodos da história social e das ciências da linguagem e deram preferência a temas ligados aos comportamentos coletivos mais que das vontades individuais e das instituições. Assim a biografia reassume uma função “a meio caminho entre o particular e o coletivo”. Ela vem analisar as “relações entre o desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes”. É claro que a renovação também das fontes em especial o uso dos diários e autobiografias, contribuíram para o retorno da biografia como método de pesquisa histórica, mas de forma indireta. A utilização dessas fontes aponta para um aspecto fundamental para a compreensão do retorno da biografia: o individualismo.

É preciso entender que a biografia não busca expor tudo o que é o indivíduo, a

utilidade do método não reside nisto, mas sim, na potencialidade de compreender o que o indivíduo externa e pode representar do momento que vive. Os deputados mineiros, ou melhor, suas ações e escolhas políticas serviram para compreender como os indivíduos e grupos vivenciaram as transformações em curso.

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais que devia. Esse a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana... (LEVILLAIN, 2009: 176)

Referências Bibliográficas

- BARMAN, Roderick e BRAMAN, Jean. **The prosopography on the Brazilian Empire**. Latin American Research Review. Washington. Vol. 13,2, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **L’Ilusion biographique**. Actes de La Recherche em Sciences Sociales. Paris 62/63: 69/72, juin 1986.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DAVIES, Natalie Zenon. **O Retorno de Martin Guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo: 2**. O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- FIGUEIREDO, Luciano. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- GINZBURG, Carlos. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: ____. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989b.
- HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- JULLIARD, Jaques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. (Ed.).

- História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jaques. **São Luís**, Biografia, 1 reimpressão. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & Abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: editora da UNESP, 1992.
- LEVILAIN, Philippe. Os protagonistas da história: a biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora UFRJ: editora FGV, 2009.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: A cultura política da independência (1820–1822). Rio de Janeiro, REVAN/FAPERJ, 2003.
- NORA, Pierre. Entre mmémoire et histoire: Le problématique dès lieux. In: _____. (dir.). **Les lieux de Mémoire** – La République. Paris: Galimard, 1984.
- REMOND, René. Uma história presente. In: _____. (Ed.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Maria E. de Barros. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro. (org.). **Historia no plural**. Brasília: editora da UNB, 1994.
- SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-siècle**: política e cultura. São Paulo: Cia das letras, Ed. Unicamp, 1988.
- SILVA, Luana Melo. **Os deputados mineiros eleitos às Cortes Constituintes de Lisboa**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.
- STONE, Lawrence. The revival of narrative. In: _____. **The past and present revisited**. Londres: Routledge & Paul Kegan, 1987.
- Tuck, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: editora da UNESP, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

NAÇÃO E CINEMA –
(DES)CONSTRUINDO A GUERRA DO VIETNÃ PELA ANÁLISE FÍLMICA DE "NASCIDO EM 4 DE JULHO"

Gustavo Almeida Vieira *

Buscar nos filmes históricos mais do que uma interpretação factual do passado, requer além de uma análise crítica sobre o mesmo, uma confrontação ideológica de valores enraizados tanto na época de produção quanto na época abordada pelo filme. Relações complexas e significantes surgem destas produções cinematográfica, em questão o filme *Nascido em 4 de Julho*¹ do diretor Oliver Stone², cuja abordagem dramática dos conflitos vividos entorno da Guerra do Vietnã, expressam mais do que uma análise sobre a guerra em si, mas também nos mostra como relações vividas no cotidiano de um cidadão comum se tornam reflexo de suas escolhas, e como este é fragilizado pelos desapontamentos mostrados no filme.

Este trabalho busca apresentar uma proposta de análise sobre uma das questões mais abordadas no filme, no caso o sentimento a Nação. Como este é colocado pelas câmeras e em qual contexto é posto a prova, pensando a guerra do Vietnã além da questão política da guerra fria, mas também como transformadora de mentalidades um catalisador do tema aqui tratado, tanto pela temática em si quanto pelo contexto político de sua produção. Para tal, o autor Robert A. Rosenstone ao analisar historicamente o trabalho do diretor Oliver Stone em *Nascido em 4 de Julho* nos dá um embasamento teórico para entender a complexidade dos filmes históricos e como estes dialogam com o valor da nação.

Tendo como base a percepção fílmica do diretor Oliver Stone para analisar o filme em questão, podemos sentir um profundo senso dramático para com os horrores da guerra e como isto afeta a forma que o espectador vê a nação. Stone fragiliza antes de fortalecer, coloca em xeque valores enraizados na sociedade estadunidense, como a religião cristã, a democracia e a política nacionalista como formas de chocar e sensibilizar o espectador, no intuito de criar uma representação histórica do passado, o

* Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

¹ NASCIDO EM 4 DE JULHO. Direção: Oliver Stone.USA: Ixtlan Production, 1989. 1 filme(145 min), son., color

² Oliver Stone: Diretor de cinema e veterano da Guerra do Vietnã, nascido em 15 de Setembro de 1946, na cidade de Nova Iorque, EUA.

que para alguns historiadores mais conservadores não pode ser chamado de história.

Nas palavras de Robert A. Rosenstone:

Os problemas de Stone com a recepção de seus filmes apontam para uma questão maior: é possível retratar a história no cinema? Aqui, responderei: “Sim, mas só se for creditado à palavra história um significado particular. Um sentido que há muito tempo transpassa nossas cabeças, uma noção que data do final do século XIX: a de que história é contar o passado como ele realmente aconteceu – ou, no caso do filme, mostrar como ele realmente ocorreu”. De forma mais profunda, história não é mais (nem menos) que tentar recontar, explicar, interpretar o passado; é dar sentido aos eventos, momentos, movimentos, pessoas, períodos de tempo que foram dissipados. (ROSENSTONE, 2009: 395)

Considerar o trabalho de Oliver Stone como o de um historiador, onde (use onde quando se referir a lugar, coloque “em que”) um determinado contexto histórico é analisado através de problemáticas que servem como reflexão para os espectadores, Rosenstone nos mostra que *Nascido em 4 de Julho* é mais do que uma retratação fictícia da guerra do Vietnã, mas é também uma produção histórica legítima onde a história é interpretada não como verdade factual. Mas sim:

A “Verdade” da história não reside na verificação de pedaços individuais de dados, mas em toda a narrativa do passado, e em quão bem essa narrativa emprega o discurso da história – o já existente conjunto de dados e argumentos a respeito de um assunto. (ROSENSTONE, 2009: 396)

Desta forma, podemos analisar o sentimento anti-guerra de Stone e focar na questão da Nação e como esta molda o indivíduo retratado no filme por Tom Cruise³ como Ron Kovic⁴, um jovem estadunidense de classe média, atleta, popular, com amigos e namorada, um adolescente normal com uma família tradicional e conservadora, cuja história familiar de “heróis de guerra” tendo o pai e o tio como soldados da 2ª Guerra Mundial, leva o jovem Kovic a sonhar com o dia em que lutaria por seu país, vendo desfiles no feriado de 4 de julho (data de seu nascimento) onde veteranos passam pelas ruas com orgulho, porém, neste momento vemos entre eles soldados aleijados pela guerra, uma visão negativa e dramática, que deixa Ron um pouco desconfortável.

³ Tom Cruise: Ator nascido em 3 de Julho de 1962 em Syracuse, Nova Iorque, EUA.

⁴ Ron Kovic: Ativista anti-guerra, Veterano da Guerra do Vietnã e escritor do livro *Nascido em 4 de Julho* que deu origem ao filme, nascido em 4 de julho de 1946 em Ladysmith, Wisconsin, EUA.

Mostrando diversas referências à política estadunidense, como discursos de John F. Kennedy⁵ e Richard Nixon⁶ (em momentos diferentes e cronológicos (em momentos cronologicamente distintos), para ilustrar uma crítica ou um contexto histórico, o filme coloca a Nação em um primeiro momento como grandiosa e cativante e pela qual Kovic se identifica e ama, contudo, quando o jovem parte para guerra do Vietnã e sofre uma série de choques encarando a dura realidade do conflito, o mesmo se vê perdido e confuso sobre os valores morais da guerra, mesmo que ainda considere a causa significativa.

No final do quadro que enfoca a ação de Kovic na guerra, este é atingido por uma bala que atravessa seu peito e danifica sua espinha, deixando-o paralisado do tórax para baixo. Levado a um hospital o jovem ex-soldado se depara com diversos casos semelhantes ao seu, além de enfermeiras e enfermeiros des preocupados (parte deles) com sua condição, fazendo-o perceber que a guerra para grande parte das pessoas ali, não significa nada, e que seu esforço para lutar por seu país não é apreciado de maneira homogênea como ele pensava. Ao observar uma manifestação na televisão onde a bandeira dos EUA é queimada pelos manifestantes ele diz “*ame ou deixe-a*”, vemos aí o começo do rompimento de Kovic com suas crenças nacionalistas, em que os horrores da guerra passam por sua cabeça sem uma explicação do porquê de tudo aquilo, sem apoio de muitas pessoas e confuso. O que Robert Burgoyne retrata como:

o ferimento sofrido pelo protagonista torna-se a marca de uma história que não deve ser passada adiante, de uma tradição contra a qual se deve ir. O ferimento da personagem lhe revela um lado diferente da narrativa nacional; o passado nacional passa a ser percebido como uma cadeia ininterrupta de corpos rotos que vão dos veteranos aleijados da cena do desfile na infância até o presente. (BURGOYNE, 2002: 104)

Voltando pra casa, os preconceitos e os olhares de seus parentes e vizinhos por conta de seu estado (paralítico) leva Kovic a mais desapego em sua vida, embriagando-se e procurando um sentido para tudo que passou. Ron não se identifica mais com tudo aquilo que um dia lhe era importante; indo, assim, para o México, onde juntamente com outros veteranos de guerra se envolve em bebidas e prostitutas, na busca pelo

⁵John F. Kennedy: 35.º presidente dos Estados Unidos da América, partido Democrata, nascido em 29 de Maio de 1917, Brooklin, Massachusetts, EUA.

⁶Richard Nixon: 37.º presidente dos Estados Unidos da América, partido Republicano, Nascido em 9 de janeiro de 1913, Yorba Linda, Califórnia, EUA.

esquecimento (dos horrores sofridos). O que não acontece. Ao se dar conta da banalidade que sua vida se tornou, Ron regressa ao seu país e a partir deste momento o resgate da nação tem início, como propusemos na observação da intenção de Stone.

Tentando se redimir de seus pecados Ron parte para uma jornada de manifestações anti-guerra e redenção pessoal, lutando pelo fim da atuação estadunidense na guerra. Deixa a postura de jovem conservador para se tornar um ativista político, militando em prol das ideias que se invertem totalmente ao longo do filme. Por fim, Ron se torna uma figura respeitada pelos democratas e ao discursar na Convenção Nacional Democrática 1976 diz: *“as pessoas dizem que se você não ama a America então de o fora, bom eu amo a America”*, nota-se aí aqui uma inversão do sentido atribuído por Ron em um momento anterior, no caso ao ver a bandeira sendo queimada, uma espécie de inversão de papéis, contudo sem alterar o amor a pátria e a nação.

Para tratar a nação como um elemento primordial da obra de Stone e levar este foco a uma relevância significativa para a história, este pequeno resumo sobre os acontecimentos do filme é fundamental para entendermos cronologicamente como o amor, a desilusão e a renovação desta nacionalidade são colocados, levando em conta que a nação é um dos elementos chaves neste drama.

Obviamente, pontuar cada cena do filme seria desgastante, porém, vírgula creio que algumas das questões colocadas no filme sejam de fundamental importância para entendermos o diálogo que o filme traz com a nação. Como o resgate do soldado Ron, que após ser baleado é salvo por outro soldado de seu pelotão, que o carrega para fora do conflito, sendo este negro, criando uma perspectiva nacionalista. E somente é concluída ao fim da trama, com Ron já como ativista e paralisado, no qual devido a um policial disfarçado de manifestante que tenta prender Kovic que cai no chão e é resgatado por um de seus colegas, que o carrega da mesma forma que o soldado o carregara na guerra do Vietnã, sendo este ativista também negro. É um elemento subjetivo extremamente rico e amplo, pois podemos interpretar esses dois momentos como uma espécie de transição da maturidade de Ron Kovic ao longo da narrativa fílmica. No primeiro resgate, Ron é um jovem ingênuo que luta uma guerra sem sentido e traumatizante, quando resgatado por um soldado negro que está lutando assim como ele pela “liberdade”, pela “democracia” no Vietnã, sendo que os direitos dos negros

estavam sendo reivindicados simultaneamente nos EUA, leva-nos a questionar o verdadeiro sentido da participação americana na guerra. Ron não é só resgatado da morte, mas também da alienação sofrida pelo amor cego a nação e seus valores. Posteriormente no segundo resgate, Ron, amadurecido e com outra perspectiva sobre aqueles valores, recebe ajuda de um companheiro ativista negro, devido à opressão do governo contra a oposição que culmina cena do resgate, mostrando que a raça não importa e sim a causa: igualdade e liberdade para todos.

Em um primeiro momento, o cenário da manifestação contra a reeleição de Nixon que leva a todos os acontecimentos envolvendo a queda de Ron, parece nos dizer que a nação não é mais parte de Ron Kovic, contudo, ao analisarmos bem o empenho de Ron para alcançar a igualdade e o fim da guerra, pode-se pensar a nação não somente como um sentimento político que começa e termina com ações hediondas como a guerra, mas também como todo um apanhado de valores que ultrapassam as limitações políticas. Vemos assim a mensagem de que a Nação sempre prevalece mesmo quando está fragilizada pelas divergências internas.

Pensando todo este contexto, podemos dizer que o filme *Nascido em 4 de Julho*, faz uma crítica aos horrores da guerra do Vietnã, além de pôr em xeque as atitudes tomadas pelo país na guerra, levando o espectador a pensar o que é ser patriota e nacionalista. Porém não de uma forma depreciativa no sentido de desapego a nação, mas sim como lição para que o país possa reerguer-se de seus erros como uma grande Nação unida, ou seja, o filme traz sim o resgate da nação.

Tendo este filme como uma produção do final da década de 1980, mais especificamente de 1989, segue uma tendência já muito explorada na década em questão, o sentimento de repúdio a Guerra do Vietnã, uma mancha na Nação Americana, um trauma na grande família estadunidense, o que já vinha sendo retratado em filmes como *Platoon*⁷ e *Nascido Para Matar*⁸, entre outros, cuja crítica feita a guerra no primeiro se dá por uma fórmula semelhante a do filme *Nascido em 4 de Julho*, por ter também Oliver Stone como diretor; em segundo, por meio do sarcasmo, da ironia e da destruição psicológica, marcas características do diretor Stanley

⁷ PLATOON. Direção: Oliver Stone. UK/USA: Hemdale Film Production, 1986. 1 filme (120 min), son., color

⁸ NASCIDO PARA MATAR. Direção: Stanley Kubrick. UK | USA: Natant, Stanley Kubrick Productions, Warner Bros. Pictures, 1987. 1 filme (116 min), son., color

Kubrick em seus filmes. Partindo desta tendência anti-guerra Burgoney faz a seguinte análise:

Nos anos 1980, o Vietnã era principalmente apresentado como um trauma de família, corporificado na pessoa do veterano psicologicamente afetado que só a estrutura da família poderia curar. Mesmo quando a família norte-americana não estava presente na narrativa, a ansiedade a respeito da família era, no entanto, visível, de forma deslocada, transposta para a família camponesa vietnamita. (BURGOYNE, 2002: 113)

Nesta perspectiva, o filme *Nascido em 4 de Julho* interliga Vietnã e EUA através da transplantação de valores afetivos na recriação da guerra. Vemos claramente a crítica política estadunidense da década de 1980 ao que podemos chamar de “vergonha americana”, não somente pelo mal que os soldados americanos fizeram ao Vietnã, mas também pelo fato de que a guerra dividiu o país internamente, fragilizando a nação, sendo que para reergue-la era necessário retratar os males feitos na guerra não pelo heroísmo do soldado em combate, ou pela afirmação de que o exército estava lá para ajudar, mas sim pelo ato de redimir o soldado através do trauma e da conscientização.

Vemos, enfim, uma Nação se solidificando novamente. A mensagem de Stone sobre a Guerra do Vietnã firmou-se no público dando ao diretor seu segundo Oscar⁹ e realizando um desejo pessoal de retratar a sua maneira a história de Ron Kovic e novamente da guerra do Vietnã, levando em consideração que Stone é um ex-soldado que lutou na Guerra do Vietnã, fazendo dele uma parte direta de sua análise.

Referências Bibliográficas

- BURGOYNE, Robert. **A nação do filme**. Tradução de René Loncan. Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ROSENSTONE, Robert; Oliver Stone: historiador da América recente. In: NÓVOA, Jorge, FRESSATO, Soleni e FEIGELSON, Kristian. **Cinematógrafo: Um olhar sobre a história**. Salvador, EDUFBA, São Paulo Ed. Da UNESP, 2009.
- ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

⁹ Oscar: prêmio entregue anualmente pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, fundada em Los Angeles, Califórnia, em 11 de maio de 1927.

BIOGRAFIA E HISTÓRIA:

AMÉLIA DUARTE MACHADO E A CONSTRUÇÃO DO “PAPA-FIGO” NATALENSE

Ariane Liliam da Silva Rodrigues Medeiros*

Introdução

Escrever uma biografia nos põe diante do desafio de construir uma narrativa que dê conta de uma vida, assim não apenas direcionado a um acontecimento, ou aspecto o historiador dá forma a um enredo, busca contar a existência de um indivíduo. Digo desafio, pois uma vida abarca diversos aspectos sociais, psicológicos, culturais, diversos acontecimentos, diversos tempos e diversos indivíduos, pois o indivíduo não vive sozinho, não age e pensa sozinho, assim uma biografia não apenas se concentra no indivíduo, em uma vida, mas em várias. Pensar dessa maneira torna mais complexa essa narrativa. O indivíduo é um elemento social e histórico e na construção de uma biografia os historiadores não devem prender-se ao indivíduo como uma forma única e fixa, bem como sua trajetória também não deve seguir um desenrolar linear. Desafios postos eu pretendo discutir alguns aspectos da construção biográfica pelos historiadores, enxergando não apenas os desafios, mas também as vantagens de trabalhar com biografias em História. Assim ao longo do texto pretendo utilizar como exemplo o caso de Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado, tema de minha pesquisa de Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cuja área de concentração é História e Espaços. Assim o meu objetivo no presente artigo é pensar nos caminhos do fazer biografia pelos historiadores, nos desafios, nos aspectos, e nas vantagens da opção de trabalhar com essa opção teórica e metodológica, assim minhas perguntas são como os historiadores podem trabalhar com biografias? Sob quais aspectos trabalhar biografias em História apresenta desafios e vantagens?

Biografia e História

As questões que envolvem Biografia e História vêm me interessando deste que resolvi trabalhar com Amélia Duarte Machado (1881- 1981) uma mulher que depois de ficar viúva do rico comerciante português Manoel Machado, ficou conhecida como a

* Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista CAPES. Email: lili_ariane@yahoo.com.br.

figura simbólica feminina Viúva Machado. Durante os anos em que esteve casada, de 1903 a 1934, Amélia D. Machado desempenhou seu papel de esposa, gozou de uma vida de privilégios e possuiu uma importante posição dentro da sociedade natalense. Porém, após a morte de seu marido, quando sem filhos, herdou a fortuna do comerciante e começou a gerir seus negócios, passou a ser vítima de boatos em torno do seu nome e de sua condição de viúva. Surgiu então para a sociedade natalense a Viúva Machado uma denominação envolta em simbolismo. O imaginário popular passou a associar Amélia Machado à figura do papa-figo, já formalizada na cultura popular como um ser que capturava e perseguia crianças para comer o fígado das mesmas.

A produção de biografias por parte dos historiadores retornou nas últimas décadas de maneira diferenciada e aparece em muitos casos destacando a vida de sujeitos anônimos e não meramente de grandes heróis. Esses sujeitos “silenciados” pela historiografia tradicional, nessa nova perspectiva, podem através de suas trajetórias de vida revelar aspectos do cotidiano da sociedade. O uso do gênero biográfico pelos historiadores é um movimento internacional aparente em várias correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e também a historiografia brasileira atual (SCHIMDT, 1997: 5). Compreendemos assim, que as biografias históricas apresentam-se como um assunto de plena relevância para reflexões do campo da historiografia contemporânea, afinal para François Dosse “*O domínio da escrita biográfica tornou-se hoje um terreno propício à experimentação para o historiador apto a avaliar o caráter ambivalente da epistemologia de sua disciplina, a história, inevitavelmente apanhada na tensão entre seu pólo científico e seu pólo ficcional*” (DOSSE, 2009: 18). Nesse sentido segundo as considerações de Giovanni Levi as biografias abarcam “*a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia*”, pois abrangem questões como: as relações com as ciências sociais, o problema das escalas de análise, das relações entre regras e práticas, os limites da liberdade e da racionalidade humanas (LEVI, 2006: 168). Levi, também propõe um questionamento acerca das relações entre história e narrativa indicando que os historiadores reflitam sobre a maneira como escrevem as biográficas de seus personagens:

A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia. Muito já se debateu sobre esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos que influenciaram amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis: a propósito, por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição (LEVI, 1996: 168-169).

Percebemos assim como Levi que quando os historiadores escrevem biografias e narram à vida de seus personagens utilizam modelos que são característicos da literatura, assim acreditamos que a diferencia entre história e narrativa literária está na forma como os historiadores constroem a trajetória de seus personagens envolvendo questões de teoria e metodologia e também aspectos que não estão isentos das escolhas e interpretações do historiador, pois como afirma Levi:

Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições (LEVI, 1996: 179-180).

Pierre Bourdieu nos alerta que é indispensável à construção da noção de trajetória evitando a chamada “ilusão biográfica”, ou seja, existe uma ausência de unidade e de identidade lógica no estudo de vida, por isso para ele seria necessário perceber o contexto em que o indivíduo está inserido como um espaço social em que ele, o indivíduo, está sujeito a modificações (BORDIEU, 1996: 189). Bourdieu comenta um ponto relevante para pensar a maneira como os historiadores escrevem a vida de seus personagens, apontando que os personagens biografados pelos historiadores não podem ser considerados dentro de uma perspectiva linear em um todo coerente e orientado, mas ao mesmo tempo nessa abordagem o indivíduo perde a sua autonomia individual, é percebido apenas a partir das relações sociais. Schmidt, analisando as aproximações e afastamentos dos usos da biografia por historiadores e

jornalistas ressalta que na historiografia contemporânea um número significativo de historiadores estabelece um diálogo entre o indivíduo com sua autonomia individual, considerando suas peculiaridades e singularidades, e seu contexto.

[...] um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo "a vida dos grandes vultos"), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas). (SCHMIDT, 1997: 15)

O exemplo de Amélia Duarte Machado

Para investigarmos a trajetória de Amélia Duarte Machado e a construção da Viúva Machado, utilizaremos como metodologia a História Oral, além disso, usaremos fontes encontradas em jornais da época como notícias sobre seus empreendimentos ou sobre a própria Amélia. Trabalharemos com as memórias dos que vivenciaram a crença no “papa-figo” atrelado a Viúva Machado, através de textos memorialistas onde os sujeitos narram suas memórias acerca da crença no “papa-figo”. Nesse trabalho com a memória não excluiremos o uso as narrativas orais, iremos realizar entrevistas com pessoas que viveram com Amélia Machado, familiares ou amigos, que poderão revelar informações desconhecidas sobre a vida dessa mulher e a maneira como reagia ao medo e a hostilidade da população local, bem como com pessoas que acreditavam ou conheciam o mito da Viúva Machado. Assim, entendemos que nas biografias, assim como nas autobiografias, o elemento da memória pode ser utilizado pelo biógrafo como uma ferramenta para que ele perceba inúmeras interpretações e imagens do indivíduo. Através da metodologia da História Oral procuramos pensar como Amélia D. Machado e a Viúva Machado serão construídas pelas narrativas dos depoentes, quais os sentimentos, imagens e espaços que a elas serão atribuídos. Utilizando o método da História Oral problematizaremos narrativas que são colocadas no presente pelos depoentes, pois como pensa Bosi *“Na maior parte das vezes, lembrar não é viver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”* (BOSI, 1994: 55).

Apesar de a Viúva Machado ter sido tema de poemas, reportagens de jornal, e ser citada em diversos textos memorialistas, nos quais seus autores narraram o medo da figura do “papa-figo”, levantar hipóteses sobre a construção do mito investigando a vida

de Amélia Duarte Machado, construindo sua biografia, são caminhos ainda não percorridos. Acredito que a da Viúva Machado pode revelar tensões entre a posição de Amélia Duarte Machado e as idéias provincianas da cidade do Natal, misturando-se aí também o imaginário popular da época onde atuaram nesse processo idéias, visões de mundo e de gênero de uma época, narrativas que construíram os espaços do “papa-figo”.

Considerações finais

O historiador pode utilizar em uma investigação biográfica indícios como textos jornalísticos, literários, possíveis autobiografias, e narrativas orais sobre o sujeito, formando assim uma diversidade de pontos de vista aonde o historiador irá definir a partir de sua concepção o que deve ser registrado ou não de forma a buscar respostas para a pergunta que se propôs a fazer em relação à pesquisa. As biografias despertam a curiosidade do leitor que de alguma maneira quer adentrar na vida do outro, quer saber mais do que já sabe, o leitor quer mergulhar em uma vida que não é a sua. Em relação à personagem que pretendo biografar me percebo como esse leitor, deve ser por isso que quis saber mais sobre a vida de Amélia, não me contentava com os estereótipos que cercavam sua vida.

Aos historiadores que trabalham com pesquisas biográficas há sempre um desafio presente que é construir algo íntimo e pessoal como a trajetória do outro, que na maioria das vezes não pertence ao espaço e ao tempo do historiador. Entra em jogo uma variedade de fontes que podem ser voltados ao sujeito ou referentes também à sociedade da época, pois a trajetória de um indivíduo está ligada também a fatores sociais e culturais de seu tempo. Os historiadores precisam explorar as possibilidades, mas também os limites da narrativa biográfica. As discussões apresentadas aqui por alguns autores trouxeram contribuições para uma reflexão acerca do uso do gênero biográfico pelos historiadores que na atualidade se diferencia, em muitos aspectos, da história dos grandes personagens. Assim as biografias históricas podem revelar muito mais do que a trajetória de vida de um sujeito.

Referências Bibliográficas

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. Paris: 1986. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. Paris: 1989. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.

**PATRIMÔNIO CULTURAL KRIKATI:
RITUAIS E ORALIDADE DOS GUARDIÕES**

Karilene Costa Fonseca*

Introdução

O presente trabalho procurou registrar o ritual Wy'tý krikati, a partir da oralidade dos mais velhos, observando as adaptações ocorridas ao longo do processo histórico, como também a importância do mesmo para manutenção da cultura e a influência que exerce aos mais jovens e a comunidade da aldeia São José, localizada na cidade de Montes Altos Maranhão.

Salientamos ainda a sabedoria dos mais velhos e a função social que exercem na comunidade, pois através da oralidade desempenham habitualmente o compromisso de passarem os ensinamentos que foram assimilados pelas experiências de vida para os jovens, com o preceito da tradição oral. Com isto propagando a educação patrimonial no intuito de preservar a memória.

Le Goff destaca a possibilidade de resgate do cotidiano a partir da cultura material numa perspectiva histórico-etnológica. Este casamento pode realizar-se porque,

A História conseguiu subtrair-se ao fascínio dos acontecimentos e de seu ritmo trepidante, da cronologia com datas fixas. A história do cotidiano resulta quase sempre, segundo o autor da eclosão de um certo olhar etnológico. (LE GOFF, 1986: 74)

Desse modo, ressaltamos a importância do estudo da cultura material e imaterial do povo indígena Krikati para o fortalecimento da educação patrimonial na região sulmaranhense e a (re)construção da cidadania cultural dos povos indígenas, enfatizando o direito a memória e a identidade cultural da população Maranhense.

Com as palavras Marly Rodrigues:

Negar o direito à memória é, ao mesmo tempo, não reconhecer o grupo ao qual está relacionado o bem cultural e não apoiar os processos desenvolvidos no

* Graduanda do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz-Cesi, cursando história

interior destes grupos no sentido de se reconhecerem como construtores da História. (RODRIGUES, 1995: 199)

Na perspectiva pluricultural esta pesquisa é importante para o fortalecimento da identidade no Sul do Maranhão, consolidando a preservação do patrimônio cultural krikati e a sua contribuição para cultura do não índio.

A Sociedade Indígena Krikati

O povo krikati compõe o tronco lingüístico macro-jê e pertence à família Timbira. É um dos povos mais numerosos do sul do Maranhão, residindo na aldeia São José e Raiz, nos municípios maranhenses das cidades de Montes Altos e sítio Novo no sudoeste do estado. A terra Indígena (TI) é banhada por rios e córregos das bacias do rio Tocantins (Lajeado, Tapuio, entre outros), Pindaré e Mearim¹. A região é de cerrado, a aldeia é composta por mil e doze pessoas (1.012).

Os Krikati são conhecidos pelos demais Timbiras como “povo guerreiro”, que resistiu a colonização e o contato direto com o não índio, sendo “bravos”, em vários momentos da colonização sulmaranhese e indo ao enfrentamento físico com os criadores de gado (MELLATI, 1978).

Percebe-se que os resquícios culturais deixados pela passagem do povo krikati está latente na região tocantina, com vestígios de patrimônios materiais e imateriais nas áreas em que se estabeleceram em Imperatriz e microrregiões (BARATA, 1995).

A aldeia é dividida por dois círculos grandes, sendo que o formato da aldeia São José é uma característica da família Timbira. Os Timbiras organizam suas aldeias em formato, de dois ou três círculos, dependendo do tamanho da reserva Indígena e da quantidade de pessoas (NIMUENDAJÚ, 1930). A comunidade fica longe das margens do rio Tocantins, aproximadamente 30 a 50 km de distancia, segundo relatos dos meus informantes².

Krikati quer dizer: “aqueles da aldeia grande”, denominação reconhecida pelos demais timbiras e povos da região.

¹ Informação do site do Instituto socioambiental-ISA.

² O termo informante é utilizado pelas ciências sociais para identificar os indivíduos que contribuem com informações referentes ao objeto estudado. Sendo estes importantes na coleta de dados na pesquisa em campo.

É importante enfatizar que os rituais e as festas propagam o respeito ao indivíduo e o coletivo da comunidade; às cerimônias, corridas de tora e flecha, às noites inteiras de cantos na aldeia, servem para preparar o índio para vida (MATTA, 1976).

De acordo com um ancião na aldeia³:

A força está no coletivo, no canto dos mais velhos, no passo seguido pelos jovens e crianças, na dança do Wy'tý, no maracá na mão do idoso e nas pinturas corporais. É bom cantar. O povo se reúne no centro da aldeia e canta a noite toda. O maracá puxa, dá o caminho... O maracá também canta, é bonita a melodia do maracá. O cantor tem que saber todos os cantos tem que aprender com os mais velhos que aprenderam com os antigos. O canto é forte e poderoso. (Oralidade do Benjamim Krikati em 04/04/ 2010)

No século XX alguns pesquisadores formularam a idéia que o grupo Krikati teria sido extinto pela expansão agro-pastoril (Niumuendajú 1946 e 1952; Melatti 1972; Matta 1976; Lave 1967). Tais pesquisadores apresentaram esta análise porque o grupo se estabelecia numa região do cerrado, caracterizado por grandes áreas de campos naturais, propícia à pecuária e à exploração com a frente agro-pastoril. Surge daí a justificativa de Niumuendajú do etnogenocídio e o uso da terra do grupo para criação de gado. Com o passar do tempo percebeu que no meio dos Gaviões (Pukobyé) existiam alguns indivíduos que apesar de algumas semelhanças, não faziam parte do grupo; no caso os Krikati, que fugindo do ambiente de ameaça, resistiam à opressão dos grandes criadores de gado. Com isto tornando visível a organização e a resistência pela sobrevivência da família, inerente a força guerreira jê-timbira, “assim é que os krikati de Montes Altos se referem aos Pukobyé, gaviões, que significa o povo da mata, e os Pukobyé denominam os krikati como Pongateve, significa o povo dos belos campos” (BARATA, 1995: 33).

É perceptível na aldeia o cuidado que a comunidade tem na manutenção das tradições, e a importância dos anciões e das crianças para o contínuo da cultura e a permanência da identidade, valorizando sua história e preservando o cotidiano.

Com as palavras do Renato Krikati⁴:

³ Benjamim krikati é um dos guardiões da cultura na aldeia São José, responsável pela fabricação dos adornos corporais para o ritual Wy'tý.

⁴ Conselheiro da aldeia e responsável pela manutenção das reuniões de conselho da comunidade.

Eu me criei por aqui mesmo, quando eu era menino, fui criado por minha avó cega, porque quando eu era pequeno minha mãe me deu pra minha avó pra ir morar com um canela, aí minha avó me cuidou. Ficamos morando no meio dos matos, é viemos andando, nasci lá, mas vim desde pequeno pra cá, então um dia o cacique falou pra gente ir pra uma aldeia, porque no mato é frio e dava doença, aí a gente saiu, veio pra cá, tiramos madeira, aí o povo fez as casa. (Narrado por Renato Krikati em 14/11/ 2009)

Na pesquisa in loco observei com exatidão o cotidiano dos mais velhos e a função inerente que cada um detém na comunidade. É evidente o quanto são importantes para a organização da aldeia e a condescendência para família. O ancião Benjamim Krikati, por exemplo, que vive há muito tempo na aldeia, um dos fundadores da comunidade, sempre no final da tarde visita as casas de seus filhos para aconselhá-los e relatar as histórias do povo krikati: “sempre passo aos meus filhos que a família é importante e que devemos obedecer aos mais velhos”. Então, denotamos a importância do idoso no dia-a-dia da aldeia, consolidando as tradições do povo krikati. Além de serem os responsáveis pela socialização dos krikati com os demais povos da família Timbira.

São os anciões que guardam a história do povo krikati e sabem quais os rituais devem ser praticados nos períodos sazonais. Os mesmo iniciam a criança a vida adulta; prepara o jovem à vida de guerreiro e autoriza os indivíduos a formarem família.

Ritual Wy'tý Krikati

Wy'tý é uma festa que esta relacionada ao nome que a pessoa recebe e como é costume que nessa sociedade que alguém dê um de seus nomes a uma criança ou adolescente, essa pessoa recebe juntamente com o nome o seu lugar dentro da sociedade, seu grupo ritual, sua metade e as festas que deve realizar. (BARROS, 1995: 36)

De acordo com a Socióloga Maria Mirtes, o ritual Gavião krikati (Wy'tý), tornou-se um dos momentos mais importante da comunidade. É a ocasião em que todos os indivíduos separam-se em grupos e dividem suas experiências e estranhezas adquiridas ao longo percurso da vida, independente do grau da maturidade. Por conta disso, analisamos categoricamente este ritual, como grau máximo de socialização entre os membros da aldeia e a representação simbólica da sociedade Krikati.

O Ritual Wy'tý constitui a socialização do povo indígena Krikati,

principalmente para aldeia São José, comunidade que mantém a tradição. Acontece a cada quatro anos e a cerimônia dura quatro meses.

Wy'tý está relacionado ao momento festivo da aldeia, abertura para a ritualização de todos os ritos. É como se realizasse no ritual todos os ritos praticados pelos krikati, porque a todo o momento é realizada uma manifestação corporal que pertence a outros rituais do grupo krikati, por exemplo, a corrida de tora, de flecha, enclausuramento dos jovens principais para realização do Wy'tý e a escolha do nome que a pessoa recebe para sua identificação até o final do ritual. Através ritual do Wy'tý a pessoa afirma sua posição na sociedade e as festas que devem realizar durante o ano (BARROS, 1995).

É no pátio da comunidade que se decide quem organizará a festa e as escolhas dos homens para participação do ritual; geralmente cabe aos conselheiros a disposição de seus filhos e netos para o Wy'tý. São indicados pelos donos da festa ou um idoso da comunidade escolhe os dois jovens e a criança de oito a dez anos que ficaram reclusos em uma casa afastada da aldeia durante três meses, sem autorização para saírem, tempo aproximadamente que separa a primeira, da segunda fase do rito, os jovens ficam separados de seus familiares e amigos.

A criança do sexo masculino é utilizada como uma espécie de guia para os jovens durante todo período do ritual. A criança segue sempre a frente todas às vezes que uns dos jovens necessitem sair. Durante a festa, a comunidade é dividida em vários grupos, em que cabe a cada um representar um animal da fauna do cerrado.

O Wy'tý é um ritual composto por homens e mulheres, sendo que o grupo principal do ritual é escolhido ou indicado pelos mais velhos, conselheiros ou o dono da festa. Dois jovens representam o gavião e a criança o pintinho: estes são os principais “sujeitos” do Wy'tý.

Todo ritual ocorre em volta dos três homens que são figuras significativas do Wy'tý, cabendo às mulheres a participarem dos grupos que os demais indivíduos da comunidade fazem parte. A primeira e a segunda fase do ritual são iniciadas e finalizadas pela corrida de tora que por sua vez é feita por homem e mulheres. Há um dos momentos que ocorre a fuga dos gaviões, nome dado aos dois jovens principais do ritual que na língua krikati significa hagré. Sendo este o momento organizado pelas mulheres, formam uma roda no meio do pátio, dentro deste círculo são colocados os

dois gaviões e o pintinho, estes devem fugir de dentro da roda, conhecido pelo nome de ninho. O momento representa uma das etapas do ritual mais importante, pois os gaviões ou o pintinho que conseguirem fugir da roda tornam evidente a comunidade à força masculina.

Wy'tý transmite valores e promove a socialização entre os membros, além de iniciar o jovem e a criança a seus deveres na comunidade e determina o compromisso que cada um assumiu com os parentes e a comunidade.

O povo krikati tenta manter o ritual como um elo de respeito aos velhos e proteção a cultura, ainda que o ritual tenha perdido algumas de suas características, por exemplo, a espontaneidade dos indivíduos em estarem participando deste momento importante da história do povo krikati. Acredita-se que embora haja resistência de algumas pessoas de não participarem do ritual, o importante é que as tradições não sejam esquecidas e que tenha a participação de todos.

O Wy'tý é conhecido como a grande festa krikati que se estabeleceu desde a formação do povo Timbira, ninguém sabe ao certo sua origem, pois a história do ritual é guardada pelos mais velhos. Alguns antropólogos que estabeleceram diálogos no século XIX com os krikati e investigaram a cosmologia Wy'tý, perceberam que o rito marca o momento festivo do grupo (NIMUENDAJÚ, 1987), além disso, o ritual é um momento de socialização entre os krikati e demais indivíduos da comunidade Timbira e que através do rito a comunidade tem a autorização dos deuses para prática de todos os rituais da comunidade (GENNEP 1979).

Os rituais Krikati constituem um dos momentos mais significativos para o grupo, pois marca a socialização de um indivíduo ou passagem de um grupo para outro. Constituem a identidade do sujeito nas diferentes fases da vida, incluindo a passagem do mundo natural ao dos espíritos.

A maioria dos rituais Krikati é preparada com antecedência, em especial a do Wy'tý (gavião), que mantém uma relação engajada entre o universo natural e sobrenatural na estrutura mais complexa para assimilação do rito.

Segundo Maria Peirano: “Rituais são bens para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais” (2003: 03).

Para Durkheim, os rituais criam laços de similaridade entre os indivíduos por meios dos quais, socialmente compartilham ideias e valores, criando uma conotação religiosa. Partindo disso, acreditamos que os rituais formam o momento mais similar para construção do ser social e a identidade de quem somos. Na perspectiva de Mauss Maciel (1979) os ritos tem algo em particular que permite chamá-los de atos tradicionais necessários para criação do seu próprio gênero.

Van Gennep discute que os ritos compõem toda a mudança de lugar, composição da identidade, troca de estado dentro de um grupo, posição social e idade.

O ritual Wy'tý tem como característica fundamental a socialização entre os indivíduos. Surgindo deste ritual uma política de educação ambiental, visto que o rito utiliza elementos da fauna do cerrado. Wy'tý é importante na manutenção da identidade é na preservação da cultura krikati, transmitindo valores de respeito e honradez da aos indivíduos que participam e assistem o momento festivo da aldeia.

Referências Bibliográficas

- BARATA, Maria Helena. **A antropologia entre facções políticas Indígenas**: Um drama do contato interétnico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.
- BARROS, Mirtes. **RITUAL WUTU**: O grande Ritual Krikati: Dissertação de Mestrado apresentado na Universidade Estadual de São Paulo, 1999.
- DAMATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis. Vozes, 1976.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. Tradução Joaquim Pereira Neto. 3 ed.São Paulo: Paulos,2008.
- FONSECA, Karilene Costa. **Krikati**: Rituais e Oralidade dos Guardiões: Relatório final de iniciação científica apresentado na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, 2010.
- GENNEP, Van Arnoldo. **Les Rites de passage**. Páris: Picad, 1979.
- LAVE, J.E.C. **Social Taxonomy among the krikati (jê) of Central Brazil**. Cambridge, Harvard University. Tese de doutorado.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Pedagógica e Universitária LTDA, 1979.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 3ed. São Paulo: HUCITEC: [Brasília]: INL,1980.

NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos apocúva-guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

PEIRANO, Mariza. **Rituais Ontem e Hoje**. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio: Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p.195-203, 1996.

À GUERRA TOTAL, RESISTÊNCIA TOTAL

Clarissa Mattos Farias *

A Mentira

Nascido em 1913 na Argélia, Albert Camus foi morar na França às vésperas da ocupação alemã em 1940. Já envolvido na vida política na Argélia em uma perspectiva antifascista, engajou-se na Resistência ao nazismo na França. Seu destaque na Resistência foi como jornalista tomando um posicionamento muito claro diante dos acontecimentos: a favor da libertação da França.

O título do documento alerta para o objetivo do autor ao publicá-lo. “Contra a guerra total resistência total”. Diante da Segunda Guerra Mundial e mais especificamente em face da guerra interna à ocupação nazista na França, Camus se posicionara. Era do lado da Resistência que decidira se colocar. O “outro lado” era composto por colaboracionistas, aqueles que viam na invasão a chance de recuperação da França, a possibilidade de Renovação Nacional. No entanto, apesar de lados tão diametralmente opostos, havia ainda um posicionamento que não se encaixava em nenhum dos dois e ao qual Camus se dirige na sua convocação.

O artigo começa com uma acusação: a intenção dos invasores de dividir a França. Denuncia-os por tentarem produzir um discurso que seja enunciado tantas vezes e difundido de forma tão ostensiva que se torne parte da mentalidade de alguns homens. A mentira reproduzida pela propaganda alemã é a de transformar a Resistência em bandidos que apenas trazem o perigo para a população francesa. É nesse sentido que remete à divisão da França. A divisão que os colaboracionistas criaram. A mentira que eles difundiram.

A aceitação passiva da sociedade diante do regime, no entanto, é o ponto central da reflexão do autor. Camus está fazendo uma acusação não só àqueles que emitem a mentira, mas mais àqueles que a escutam e a aceitam passivamente. O autor indica que escolher se isentar de escolha é também escolher. Não existe não-posicionamento, a França indiferente ainda assim é França. No entanto é uma França que não reconhece seus atos e, principalmente, não tem consciência de sua responsabilidade.

* Estudante de Graduação de História na PUC-Rio desde 2008.2 e bolsista PET desde 2009.2

Mote desse texto, a mentira aparenta remeter sempre a um problema de caráter, como se tivessem lados bem definitivos. Se há mentira, há uma verdade. Essa última se encontra na resistência. Não se pode comparar o exercício da Resistência com o ativismo da milícia pró-Vichy. A separação valorativa tão bem delineada no documento aponta para o que Vicente Barreto nota em seu livro *Camus, Vida e Obra*, uma mudança de postura diante do conceito de absurdo.

Camus, aos olhos de Vicente Barreto, localiza o absurdo como a impossibilidade de organização da sociedade por ideias abstratas partindo do pressuposto que há um desejo do homem de ordenar o mundo naturalmente caótico. Surgem implicações que parecem desmerecer qualquer lógica pré-estabelecida que se imponha ao mundo. No entanto, o que o documento - tendo em vista seu objetivo específico - parece apontar é que é impossível viver em sociedade com uma moralidade demasiadamente ampla, sem nenhuma referência, em que a decisão ganha um ensejo tão individual que se esquece a própria necessidade de convivência. O isolamento é inadmissível, pois nele se perdem parâmetros de um aceitável comum.

A percepção das possíveis conseqüências do seu pensamento o faz repensar um caminho de adequação. Ver nos franceses a escolha do comodismo ou uma pretensa automeação de juiz da situação gera em Camus a convocação de sua consciência do absurdo, mas dessa vez se impondo a tomada de decisões muito claramente definidas. Essa inicial dicotomia não desmerece um pressuposto teórico da inadequação de sistemas abstratos no mundo real. Pelo contrário, o artigo a confirma. Camus alerta para a impossibilidade de julgamento exterior. Ninguém pode se definir como tal, ninguém tem essa capacidade. Nem ele. Todos estão envolvidos na situação e essa é a proposta mais explícita do artigo. A situação histórica em que todos esses homens estão vivendo é uma só e ninguém pode se isentar a ponto de conseguir retirar-se dela.

Resistência Total

O sentido de totalidade exposto no título não se invoca apenas pelo uso estratégico ao falar da França inteira, mas também de perceber o envolvimento de todos nessa guerra total que merece um empenho completo em sua defensiva/ofensiva. Os colaboracionistas partem dessa situação de escolheram seu lado. A Resistência tomou o dela. Mas aqueles que não se incomodam, dizem que a guerra não os interessa, esses

estão permitindo a guerra.

Não esquecendo que se trata de um escrito político, não podemos ignorar os seus objetivos inerentes: agregar pessoas à Resistência e desfazer o mito que se criou através da propaganda alemã em cima dos “patriotas dos maquis”. Incorporando então um discurso mais combativo, aponta para as barbaridades arbitrarias que foram conduzidas nesse novo regime.

Não digam: ‘Isto não é do meu interesse. Eu vivo no campo, e o fim da guerra me encontrará na paz em que eu estava no começo da tragédia’. Pois isto é do seu interesse. (...) Em 18 de dezembro, em Corrèze, na Chaveroye, a 5km de Ussel, um oficial alemão tendo sido ferido em condições obscuras, 5 reféns foram fuzilados no local e duas fazendas incendiadas. Em 4 de fevereiro, em Grole, na Ain, os alemães, não tendo encontrado os reféns que procuravam, fuzilaram o prefeito e dois notáveis. Eis então franceses mortos que ‘não interessavam’. (CAMUS, 2006: 912)

É uma tentativa explícita não só de acusar os que permanecem alheios à guerra, mas de convencê-los de como isso os afeta. Buscar as conseqüências diretas dessa postura. A política de Vichy, de acordo com Camus, parte da tentativa de convencer que o mau é o resistente: “Diz-se aos franceses: ‘Nós matamos e nós destruimos os bandidos que vocês matariam se nós não estivéssemos aqui. Vocês não têm nada em comum com eles’.” (CAMUS, 2006: 912). Camus busca uma identidade para convencê-los do contrário.

Apelo à Pátria

O segundo ponto de convencimento é a invocação de um sentimento patriótico. Camus opõe enfaticamente dois países: a Alemanha e a França. A França que aceitou os golpes da invasão foge do seu dever nacional de proteger a pátria. A Alemanha, o país que juntou a França em um mesmo ódio. Para combatê-la, a França não pode se dividir, porque o dever patriótico dela é se unir e defender um mesmo objetivo. Há um apelo pela totalidade territorial, uma defesa total desse país.

Nesse sentido, esse aspecto foi o mais surpreendente do documento, pois os romances do autor não indicam esse aspecto do orgulho patriótico. Pode ser uma estratégia de convencimento, mas se assim for, ela vem carregada de algo que é pautado numa expectativa real: uma resposta ao sentimento patriótico. Algo que não separe

Nazismo de Resistência, mas que incorpore um discurso “Alemanha vs França”.

De acordo com Winock, os anos anteriores à guerra mostraram um constante debate no meio intelectual acerca do papel da Alemanha na configuração do Estado francês. A disputa se dava em diversas escalas por desprezo à raça alemã, por medo do poderio alemão, na culpabilidade da Primeira Guerra Mundial, por simpatia ao Nazismo recém-instaurado e pela possibilidade que o país oferecia à Renovação Nacional. Todas essas linhas de pensamento se confundiam e disputavam no espaço público, nem um pouco homogêneo.

O nacionalismo não se desloca desse contexto, portanto. Não se tratava afinal de proteger a Resistência, mas sim libertar a França, para que ela caminhasse sozinha em busca de um regime que se adequasse às imperfeições. Os franceses eram um. Um mesmo país em busca da defesa da sua nacionalidade. Camus buscava a identidade desses homens. Como a propaganda alemã partia da divisão, da união os resistentes se fortaleciam. Não havia laço mais legítimo nessa época de guerra que os juntasse que não o da nacionalidade. Essa crescente identidade que o autor vai configurando se expressa ainda mais com a palavra “oprimidos” para descrever a situação que todos os franceses se encontravam.

Há apenas um combate, e se vocês não se engajarem nele, nosso inimigo lhes demonstrará todos os dias que este combate é de vocês. Tomem suas posições, pois se o destino de tudo o que vocês amam e respeitam lhes interessa, então mais uma vez, não duvidem, este combate lhes interessa. Digam somente que nós empregaremos todos juntos esta grande força dos oprimidos que é a solidariedade no sofrimento.¹ (CAMUS, 2006: 913)

O trocadilho final com a palavra “souf-france” os junta de fato nessa nação de oprimidos na luta contra uma força comum. Nesse sentido, a resistência total é a guerra que o governo Vichy desencadeou contra o povo francês. A verdade que Camus quer enfim desvelar: “É esta força que por sua vez aniquilará a mentira, e nosso desejo comum é que ela preservará então ímpeto suficiente para animar uma nova verdade e uma nova França.” (CAMUS, 2006: 913).

¹ Sofrimento no original é “Souf-france”. O autor utiliza um trocadilho pois juntas, as palavras significam sofrimento, mas ele separa para destacar o nome do país.

O Impacto da Realidade

Os anos 39-45 marcaram uma geração. Foi a época da deflagração da descoberta da “defasagem entre a vida real e as idéias dos homens” (BARRETO, 1970: 43) no mundo ocidental. De diversos países que foram atingidos por esse fenômeno, destaca-se em meu trabalho a França por ser um dos territórios dominados quando antes era dominante. Lugar de uma geração de intelectuais que foi marcada de forma peculiar pelo que impulsionava no passado, pressionava no presente e aguardava no futuro. Respectivamente, o espelho do progresso, a invasão nazista e o término da guerra.

Parte da geração do período existencialista – incluindo aqueles que não se definem nessa categoria – é fortemente caracterizada pela recusa de sistemas abstratos. O absurdo da existência humana já se apresentava como questão ao indicar os limites do conceito de progresso. As teorias abstratas que ordenavam a História não mais faziam sentido diante dos acontecimentos. O que no século XIX eram promessas a serem cumpridas na marcha da História, no século seguinte desmoronou com a ineficácia e decepção. Na pretensão de razão, a realidade foi moldada para os ideais, mas as idéias não se baseavam na realidade. É dessa percepção que essa geração parte, da formulação da ausência de sentido da existência humana. Dessa constatação surgem diversos caminhos de compreensão.

A peculiaridade francesa está em sua postura central no mundo do final do século anterior. Os regimes republicanos ideais estavam em decadência. A terceira república francesa já vinha apresentando suas fissuras. As críticas ao regime, outrora modelo, iam se acumulando sem muitas soluções, mas com grande poder denunciante. Uma moralidade, uma verdade, um Deus, uma filosofia. Nenhum desses conceitos poderia ser unívoco, pelo menos não enquanto pensamento universal.

Albert Camus faz parte dessa geração comprimida pelas diversas temporalidades. Suas publicações iniciais, antes da guerra ou da ocupação, apontam para os temas que irão moldar seus escritos futuros. No entanto, como Vicente Barreto observa “a História ainda não o obrigava a fazer escolhas” (BARRETO, 1970: 66). As obras de Camus ainda não estavam impregnadas do teor político-moral que iriam assumir, mostrava apenas feições da preocupação com a irracionalidade do mundo perante a necessidade de ordenação da humanidade.

Em março de 1944, após todo o horror da guerra, mas sem saber seu resultado ainda, Camus escreve na revista *Combat*, clandestina, o artigo intitulado “À guerre totale, résistance totale” analisado aqui, no qual, diferente do que se espera, não só combatia diretamente a ocupação alemã, mas sim àqueles indiferentes a ela. Fora da perspectiva filosófica do autor, não divaga, nem especula, é direto em seus objetivos. Não lamenta a realidade humana, nem acusa o absurdo dela, mas direciona para o que aparenta ser em suas obras uma condição: a responsabilidade humana da escolha.

O impacto da realidade extrai dele o que de mais concreto há na sua experiência. Não se trata de justificar o pensamento dele nessa causalidade, mas inseri-lo nesse contexto de profundo descontentamento. A guerra alterara demais a vida dessa geração. Não mais se falava de um questionamento intelectual apenas, mas era a vivência da escolha, da liberdade – e da ausência dela -, da opressão, do orgulho nacional invadido, da supressão de todos os direitos que ao menos a permitia pensar na condição humana. Aronson e Judt analisam esse período como a urgência do agir. Essa mudança de perspectiva altera o vocabulário político que será operado no momento posterior à guerra.

O Combate

O documento aqui analisado foi publicado em março de 44, alguns poucos meses antes do fim da ocupação. A guerra já havia alcançado, para alguns, o ápice do horror. Para Camus, isso não parece ser diferente. Esse testemunho é um texto político e, como já ressaltei, não se pode perder isso de vista. Apesar de o escritor recusar posturas dogmáticas, o posicionamento dele aqui é bastante específico, quase manifestando um sentimento de desespero. A libertação da França é também o desatar dos nós dessa guerra.

O desejo de libertação da França os junta nessa unidade que as divergências não fazem sentido. O engajamento como palavra de ordem já se apresentava, mas as situações práticas foram moldando as especulações teóricas. Seja na repulsa pela instituição da violência de Camus, ou a colaboração crítica com o Partido Soviético de Sartre, esses intelectuais procuravam algo que configurasse agora um sentido para suas elucubrações filosóficas.

Necessita-se encarar essa nova perspectiva de conciliação entre o

questionamento de uma unidade moral tradicional e a ênfase na responsabilidade humana. A fala de Camus nesse documento objetiva encontrar lados, posturas que formam uma pessoa. O posicionamento seja ele político ou moral precisa ser imaginado dentro de uma sociedade. Camus não suporta ver sua filosofia capaz de justificar uma igualdade com o nazismo. Esse caldo cultural que transformou esse modo de pensar foi compartilhado, mas em vivência particular. Os referenciais pareciam todos se alterarem e as soluções não podiam apenas dar conta do imaginário.

Tendo consciência de seu papel como intelectual, Camus assume uma postura de risco, escrevendo em uma revista clandestina, convocando o povo francês a agir. Invoca a revolta diante do absurdo que não está apenas na morte, mas em buscar superar o absurdo insuperável. A lucidez da insuperabilidade promove a vivência, por isso não existem os que pretensamente julgam as ações. Só há os que escolhem. Sempre. A escolha como condição humana. Nisso se assemelha a Sartre².

O engajamento foi entendido de forma muito diferente pelos dois. No entanto, ambos procuraram um sentido prático para a filosofia. Em 1944 Camus não podia apenas se revoltar contra a morte como sentido único da existência humana. Todo o regime totalitário que legitimava ações pela propaganda mentirosa, denunciada no documento, configurara uma mudança de postura que nos anos seguintes veio a ser a elaboração de distinções entre maneiras de agir. *L'Homme Revolte* é a consolidação dessas ideias que passaram por um exame de consciência nesse período e que garantiram uma renovação filosófica profunda de um pensamento que cada vez mais queria se basear na realidade.

Fonte

CAMUS, Albert. *À guerre totale résistance totale*. In: **Oeuvres complètes I**: 1931-1944. Paris: Gallimard, 2006.

Referências Bibliográficas

ARONSON, Ronald. **Camus e Sartre**: O polêmico fim de uma amizade no pós-guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

² Para tal comparação: SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARRETO, Vicente. **Camus: Vida e Obra**. Rio de Janeiro: José Alvaro Editora S.A, 1970.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JUDT, Tony. **Passado Imperfeito: Um Olhar Crítico sobre a Intelectualidade Francesa no Pós Guerra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

NADEAU, Maurice. **História do Surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PAIVA, Rita. Revolta, Revolução e nostalgia de unidade em Albert Camus. In: PINTO, Débora Morato, GENTIL, Hélio Salles, FERRAZ, Marcus Sacrini, PIVA, Paulo Jonas de Lima (orgs.). **Ensaio sobre filosofia francesa contemporânea**. São Paulo: Alameda, 2009.

PENHA, João Da. **O que é o Existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos, 61).

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

WINOCK, Michel. **O Século dos Intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HISTORIOGRAFIA DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL E AS INICIATIVAS LIGADAS À RACIONALIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE ENSINO

Bianca Barbagallo Zucchi*

A introdução de métodos considerados “racionais”¹ na educação profissional brasileira foi sendo testada e construída ao longo da década de 1930 e se consolidou como uma das formas dominantes de método de ensino para formação de trabalhadores em 1942 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os métodos racionais de formação do trabalhador tinham como base as ideias defendidas pelos fundadores do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) fundado em São Paulo em 1931 por profissionais de diferentes áreas como: industriais, engenheiros, sanitaristas e educadores. O principal objetivo do IDORT era divulgar a aplicação do que consideravam métodos racionais que poderiam ser aplicados nas indústrias, nas escolas, nos setores públicos, etc., esses métodos por meio do estudo dos movimentos humanos gerariam economia de tempo, evitariam o cansaço físico dos trabalhadores, levando a uma maior produtividade a um custo mais baixo.

Com relação aos métodos racionais ligados à formação de trabalhadores, uma figura proeminente foi Roberto Mange, um dos membros fundadores do IDORT e, posteriormente, do SENAI. O engenheiro suíço defendia que a forma como os trabalhadores eram formados no Brasil, seja no próprio local de trabalho seja nas Escolas Profissionais, era empírico, improvisado e acarretava numa série de problemas ligados à produção fabril brasileira. As principais mudanças propostas por Mange visando uma formação racional dos trabalhadores eram: separar o local de aprendizado do local de trabalho, logo, os aprendizes deveriam frequentar cursos fora da fábrica, em local específico para esse fim, uma escola; o ensino deveria ser ministrado por um profissional técnico especialista e não por operários “comuns”; os alunos deveriam ser selecionados por meio de testes psicotécnicos; o aprendizado deveria ser ministrado por

* Doutoranda do programa Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, pesquisa financiada pelo CNPq.

¹ A racionalidade defendida pelo IDORT, SENAI, etc. tinha como base, segundo a própria instituição, princípios advindos das teorias formuladas por Taylor e Ford tais como: segmentação de tarefas, economia de gestos, estudos relacionados ao tempo necessário para a realização de cada tarefa, oferecimento de serviços extra fábrica, etc.. Atualmente essas apropriações vêm sendo problematizadas e criticadas, principalmente por Zanetti e Vargas (2007).

meio das Séries Metódicas de Ofício² (SMOs); a especialização do trabalhador em um ofício específico; haveria um currículo regular (Português, Matemática, etc.) além de disciplinas de caráter moralizante, concomitante ao ensino técnico.

Mange testou tais métodos racionais de formação do trabalhador no Curso de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo a partir de meados da década de 1920; no Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP, também conhecido como Curso de Ferroviários da Companhia Sorocabana) a partir de 1931; e no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) a partir de 1934. Os resultados positivos, na avaliação de Mange, obtidos nesses cursos foram amplamente divulgados, principalmente em periódicos ligados a pessoas que defendiam os métodos racionais, como, por exemplo, a Revista do IDORT e o jornal *O Estado de São Paulo*. Dessa forma, Roberto Mange foi construindo uma imagem de pessoa legítima e autorizada a ditar as mudanças que deveriam ocorrer na formação de operários do Brasil, ancorando seu discurso nos métodos científicos e, portanto, racionais, nos quais se baseava o pessoal do IDORT.

Não por acaso Roberto Mange foi entrevistado por Fernando de Azevedo em 1926 no que ficou conhecido como “Inquérito Educacional” publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. O periódico era claramente a favor da adoção dos métodos racionais de ensino (sendo um de seus fundadores também fundador do IDORT) outras pessoas ligadas ao Ensino Profissional no Brasil, Fernando de Azevedo optou por entrevistar Mange que na época havia chegado ao Brasil há poucos anos e tinha poucas experiências na aplicação de métodos racionalizados aplicados à formação do trabalhador no Brasil. Uma das pessoas que poderia ter sido entrevistada por Fernando de Azevedo era Aprígio Gonzaga.

Gonzaga foi diretor da Escola Profissional Masculina de São Paulo nos primeiros vinte anos de existência dessa instituição. Gonzaga via na Educação Profissional a oportunidade de desenvolvimento de “hábitos de trabalho” e senso de “disciplina moral” entre os futuros trabalhadores (WEINSTEIN, 2000: 54). Gonzaga foi diretor da Escola Profissional Masculina e da Escola Profissional Feminina da capital

² As Séries Metódicas são atividades baseadas nos métodos de ensino do engenheiro russo Victor Della Vos, da Escola Imperial Técnica de Moscou, a partir da segunda metade do século XIX (Marques, 2003: 14). São desenhos técnicos que decompõem as atividades a serem feitas nas oficinas, organizando-as das mais simples para as mais complexas.

(São Paulo) durante os primeiros vinte anos de existência das instituições. Ele acreditava numa formação mais extensiva da mão de obra, na qual os formados teriam o domínio completo do processo de produção. Como já citado, Aprígio Gonzaga condenava a especialização do trabalhador em apenas uma atividade. Segundo Gonzaga, o conhecimento completo de cada função pelos trabalhadores seria a única arma contra a total mecanização das profissões industriais. Dessa forma, a ênfase educacional nas Escolas Profissionais da Capital era o aluno, em detrimento dos processos industriais. Não que Gonzaga fosse contrário ao processo de industrialização, mas entendia o Ensino Profissional como uma forma de proteção do futuro trabalhador com relação ao mercado de trabalho.

Gonzaga via na capacitação profissional “um meio de proteção do trabalhador industrial que, sem isso, iria se tornar uma vítima indefesa de um patrão explorador” (WEINSTEIN, 2000: 55). Do seu ponto de vista a especialização do trabalhador em uma tarefa específica seria extremamente danosa, tornando-o facilmente substituível na linha de produção das fábricas. De outra forma, uma capacitação profissional mais abrangente redundaria num maior controle do processo de produção por parte do trabalhador, o que, segundo Gonzaga, protegeria os operários de ações arbitrárias dos patrões.

Essas ideias foram aplicadas na formação profissional por Aprígio Gonzaga em seu período como diretor das Escolas Profissionais da Capital. Não foi encontrado nenhum estudo até o presente momento sobre os alunos egressos destas escolas e da aceitação (ou não) desse tipo de formação no mercado de trabalho de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Também não foi encontrado estudo sobre a eficácia, ou não, que teria a formação não especializada enquanto uma “proteção” do trabalhador que dominasse as diferentes áreas ligadas à sua profissão. O que podemos observar é que ao mesmo tempo em que as ideias de formação profissional defendidas por Gonzaga parecem perder a visibilidade ou o apoio político é possível percebermos a ascensão das ideias defendidas por Mange e pelo pessoal do IDORT.

Parece que enquanto Roberto Mange e os defensores dos métodos racionais de formação conseguiram, do final da década de 1920 e ao longo da década de 1930, se consolidarem como pessoas autorizadas e legitimadas a propor novas metas e remodelações ao Ensino Profissional, Gonzaga e sua experiência de décadas como

diretor das Escolas Profissionais Masculina e Feminina de São Paulo parecem que foram, aos poucos, sendo isolados ou tendo sua importância diminuída.

Posteriormente, no processo de reformulação do Ensino Profissional empreendido pelo governo de Getúlio Vargas, Gonzaga não foi escolhido por Vargas ou por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, para compor nenhuma comissão encarregada de propor mudanças na legislação sobre essa modalidade de ensino.

Parece que Gonzaga, assim como outros educadores, era considerado pelos chamados “modernos” reformadores da educação como ligado a um ensino arcaico e que era referente ao período anterior ao “novo” Brasil criado por Vargas com a chamada “revolução” de 1930. Gonzaga parece ter sido deixado de lado de maneira proposital, pois sua visão da formação profissional não estava de acordo com a educação “moderna” nem dos autointitulados Pioneiros da Educação Nova (cujo Manifesto foi publicado em 1932), nem com as propostas educacionais do jornal *O Estado de S. Paulo*, nem com as comissões de remodelação do ensino Profissional de Vargas. Ainda que os ideais de formação de Aprígio Gonzaga não fossem opostos aos de Mange (pelo contrário, as propostas tinham mais pontos em comum do que divergentes) o diretor da “antiga” Escola Profissional, mais preocupado com o futuro-operário do que com a indústria foi excluído do debate sobre os rumos que deveria tomar o Ensino Profissional.

Sejam quais forem os motivos que levaram a esse “silenciamento” o que podemos observar é a ascensão do discurso da racionalização aplicada à formação profissional escolar, e a consequente especialização dos futuros trabalhadores, como única forma adequada, eficiente e barata de formar operários fabris para a escola, ainda que essas ideias não tivessem sido colocadas em prática por grande parte dos industriais até meados do século XX.

Com relação à historiografia sobre o tema parece possível afirmarmos que alguns autores (CUNHA, 2000a, 2000b, 2000c, 2005; CAETANO, 1986; MORAES, 2003) que se dedicaram a estudar o Ensino Profissional no Brasil tomaram como verdade a construção discursiva empreendida pelos defensores dos métodos racionais de formação, qual seja, que a partir da década de 1930 os métodos racionais foram aplicados tanto à indústria quanto à formação dos trabalhadores. Além disso, para tais autores, a racionalização deve ser entendida, necessariamente, como perniciosa ao

trabalhador, pois tenderia a diminuir ou retirar o saber-fazer dos trabalhadores, tornando-os especialistas em determinadas tarefas e, portanto, facilmente substituíveis.

Desse ponto de vista, sem dúvidas, a racionalização seria um fator pernicioso. No entanto, estou de acordo com Weinstein (2000) que afirma que entre as décadas de 1920 a 1940 a racionalização, seja dentro das fábricas seja nas escolas profissionais, teve pouca aderência entre os empresários da época. Ao contrário de uma adoção maciça, o que foi possível observar são empresários resistentes às mudanças propostas pelo IDORT e, logo, uma continuidade na forma como o trabalho se desenvolvia em grande parte das pequenas e grandes indústrias brasileiras. Portanto, a racionalização do processo de produção nunca foi uma unanimidade entre os donos das indústrias. Por outro lado, alguns grupos de trabalhadores lutaram em prol da adoção de métodos racionais de produção, pois viam na racionalização do processo de trabalho vantagens como menos fadiga e melhor resultado na produção. Dois exemplos de grupos de trabalhadores que defendiam a adoção de métodos racionais e que se posicionavam contrários aos métodos “retrógados” impostos por seus patrões eram os vidreiros e os gráficos (WEINSTEIN, 2000). Nesse sentido afirma Weinstein:

Essa visão do Capital como representante das forças de modernidade e do Trabalho resistindo romanticamente a essas forças logo se desfaz, ainda que nos limitemos a analisar o campo dos trabalhadores, onde estes, em alguns casos, pressionavam por inovações “racionais”, que seus patrões relutavam em adotar (...).

Longe de travar uma luta de resistência contra as forças da modernização, muitos líderes e militantes operários consideravam a especialização dos trabalhadores crucial para qualquer transformação da indústria brasileira. (...) Em contraste com uma visão de patrões desejosos de modernização entrando em choque com trabalhadores quixotescos, esta abordagem resulta num quadro mais complexo de porta-vozes dos industriais e líderes operários movimentando-se no mesmo campo discursivo, com ambos os lados declarando-se os campeões da modernidade e do progresso. (WEINSTEIN, 2000: 22)

Nesse sentido, é possível afirmarmos que, diferentemente de um cenário homogêneo marcado pela opressão dos patrões sobre a classe operária por meio da racionalização que havia segundo alguns autores (CUNHA, 2000a, 2000b, 2000c, 2005; CAETANO, 1986; MORAES, 2003) parece que a questão da racionalização e da sua aceitação ou não pode ser melhor analisado se levarmos em conta essas nuances e especificidades de diferentes grupos de trabalhadores e não buscarmos explicações que

deem conta de todas as instituições. Ou seja, não parece possível afirmarmos que a aplicação de métodos racionais se deu necessariamente em detrimento dos operários e a favor dos patrões, ao menos no que tange ao Brasil das décadas de 1930 e 1940.

Com relação ao Ensino Profissional, a historiografia tende a ressaltar que a partir de 1942 com a criação do SENAI (que defendia e adotava os chamados métodos racionais de formação) a racionalização se tornou uma forma única e homogênea de formação dos trabalhadores e também necessariamente perniciosa para eles, pois ao especializar o futuro operário em uma tarefa, ele estaria sendo desqualificado segundo alguns autores. Dessa forma, o Ensino Profissional serviria exclusivamente aos patrões, pois os alunos treinados serviriam tão somente como um exército de reserva e poderiam ser facilmente substituídos.

Nesse sentido estamos de acordo com Vargas e Zanetti que afirmam sobre o método de ensino proposto por Mange e pelo SENAI “visavam, sem dúvida, qualificar o trabalhador (...) segundo uma determinada orientação, por meio de métodos originados num propósito de organização racional do trabalho” (VARGAS e ZANETTI, 2007: 20). Ou seja, ainda que os métodos defendidos por Mange, pelo IDORT e pelo SENAI visassem um maior controle e maiores lucros para os patrões, os cursos de formação que ofereciam visavam, ainda que do ponto de vista da racionalização, uma formação ou uma transmissão de saberes ligados a um ofício e a possibilidade de ocupar um cargo especializado dentro da indústria (tendo em vista que o público-alvo deles eram os chamados “operários especializados” e não operários ligados a operações puramente mecânicas que não necessitavam de saberes especializados).

Além disso, assim como ocorreu nas indústrias, os cursos de formação profissional não aderiram de maneira homogênea ou unânime aos métodos racionais de formação de operários. Um exemplo disso são as Escolas Profissionais dirigidas por Aprígio Gonzaga, as escolas e cursos profissionais a cargo de ordens católicas e as escolas criadas por Nilo Peçanha.

Apesar desse cenário com diferentes agentes e de surgimento de novas ideias ligadas a como deveria funcionar a indústria brasileira e, como consequência, seus trabalhadores, a historiografia sobre o Ensino Profissional brasileiro tende a buscar explicações generalizadoras, onde os métodos racionais de produção e formação teriam sido, necessariamente, um meio utilizado pelos patrões para desqualificar a classe

trabalhadora, sendo o Ensino Profissional um desdobramento desse processo. Ao contrário, há fortes indicações de que os trabalhadores formados pelo SENAI nas primeiras décadas de sua existência tiveram boa aceitação no mercado de trabalho da época e se engajaram politicamente a favor de melhorias para a classe trabalhadora (ainda que esse não fosse objetivo da instituição).

Há que se fazer uma análise mais cuidadosa do discurso daqueles que defendiam a racionalização como única forma de produzir e formar trabalhadores, cotejando fontes históricas referentes a períodos e grupos de trabalhadores diferenciados para buscarmos um painel mais fidedigno do posicionamento da classe trabalhadora brasileira frente aos métodos chamados modernos, novos, científicos e racionais defendidos por alguns grupos intelectuais da primeira década do século XX.

Referências Bibliográficas

- CAETANO, Coraly Gará. **Qualificação Profissional Ferroviária**: (uma estratégia de controle). Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 1986.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.14, 2000a.
- _____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 2000b.
- _____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, 2000c.
- _____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MARQUES, Sandra Lunardi. **A Escola Profissional Masculina na Capital**. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2003.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**: Instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. Bousquet; COSTA, Vanda M. Ribeiro Costa. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil** (1920-1964). São Paulo: Cortez, 2000.

ZANETTI, Augusto. VARGAS, João Tristan. **Taylorismo e fordismo na indústria paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920-1940**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

ZUCCHI, Bianca B. **O programa e os métodos de treinamento profissional do Curso de Ferroviários da Companhia Sorocabana** (São Paulo, década de 1930). Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2007.

“ASSIM É SE LHE PARECE”:

AS DIFERENTES VISÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE MARTINHO LUTERO

João Henrique dos Santos*

Introdução

Dentre as maiores dificuldades encontradas para o estudo da Reforma Protestante, sem dúvida a questão da objetividade e da imparcialidade acerca de Lutero foi a maior. Retratado como santo ou demônio, como homem de nobres e elevados ideais ou como um bêbado insubordinado e devasso, Lutero presta-se a várias apropriações, sendo, sem qualquer exagero, uma das figuras mais controversas da História. A visada lançada sobre Lutero refletia talvez muito mais qual a pertença religiosa do autor do que a imagem real do Reformador.

Robert Kolb (KOLB, 2000: 9) recorda que, já em 1529, Johannes Cochlaeus, um adversário de primeira hora e também o primeiro biógrafo de Lutero, descreveu o Reformador como “tendo sete cabeças” (COCHLAEUS, 1529: 54). Kolb salienta que, por outro lado, “para alguns de seus seguidores, o Reformador funcionou como um profeta que substituiu os papas e concílios como adjudicantes ou autoridade secundária (interpretando como primeira autoridade a Escritura) na vida da Igreja” (KOLB, 2000: 11).

Por oportuno, citarei W. Dau: “Algumas pessoas recordam-se bastante bem que Lutero dirigiu-se ao Papa chamando-o ‘Mais infernal pai!’ e ficam horrorizadas, esquecendo-se de que o Papa tinha sido extremamente violento nos apelativos que aplicou a Lutero: ‘Filho de Belial’, ‘filho da perdição’ foram alguns dos termos adoráveis com os quais Lutero foi assegurado do amável interesse que o Santo Padre tinha por ele.” (DAU, 1917: 10) (sic).

A propósito, o padre jesuíta Ricardo Garcia Villoslada, um dos mais ácidos críticos de Lutero e da Reforma, deste modo se refere à imagem de Lutero:

É muito difícil formular um juízo sintetizante sobre o chamado ‘Reformador’, porque dele se pode afirmar que é isto e o outro; é branco e negro, é vermelho ou é azul, segundo se olhe pelo anverso ou pelo reverso; em momentos parece

* Doutor em Ciência da Religião. Professor Adjunto do Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

um anjo e em outros um demônio; aqui se nos apresenta simpático e amável, e ali detestável e odioso; é um teólogo de intuições geniais e também um falastrão irresponsável de falsidades e erros inconcebíveis em um professor de teologia; é um convicto pregador da paz mas quando lhe convém não hesita em pregar a guerra religiosa; enaltece a tolerância e não tolera ao que rechaça suas doutrinas. (VILLOSLADA, 1990: 4)

No século XIX, no nacionalismo alemão, Lutero foi celebrado como herói nacional, em muitas representações, muitas das quais sem qualquer base histórica. Suas declarações fortes sobre os judeus foram encampadas pelos nazistas para justificar a queima de sinagogas. Os ideólogos da comunista República Democrática Alemã intitularam Lutero como indeciso, alguém que, se tinha idéias reformistas, logo compôs-se com os poderosos, e não combateu contra eles, como Thomas Müntzer. Para a Igreja Católica Romana, Lutero foi um sedicioso, por cuja culpa grande parte do ocidente se afastou do reto e único caminho, enquanto que para as igrejas evangélicas, Lutero foi um iluminado pela fé.

“É ainda possível dizer qualquer coisa de novo sobre Lutero?”, indaga Otto Pesch no capítulo primeiro de sua obra de introdução teológica e histórica sobre Lutero (PESCH, 2007: 23). Mesmo concordando com esse autor que “os estudos sobre Lutero, ainda que unicamente aqueles dos últimos decênios, encheriam bibliotecas inteiras” (Ibidem), creio firmemente na possibilidade real de se acrescentar uma nova visada, uma nova perspectiva sobre o homem, sua obra e seu tempo.

O Confessionalismo como veneno da historiografia: Lutero e suas biografias

Boa parte da bibliografia existente sobre a Reforma e, em particular, sobre Martinho Lutero, reveste-se de tom confessional e apologético. Muitos dos biógrafos de Lutero, especialmente seus contemporâneos, mas também os posteriores, escreveram apaixonadamente sobre o homem e a obra, vendo-o quer como santo, quer como demônio, dependendo da filiação religiosa do biógrafo.

Para aqueles autores vinculados ao catolicismo romano e que foram moldados pela Contra-Reforma Tridentina, Lutero era a soma de todos os defeitos e males, a epítome da perversidade, irreligiosidade e devassidão. Não escreveram biografias ou panfletos para descrever o homem, mas sim para buscar desmoralizá-lo e, por extensão, a causa que ele defendeu.

Vale, contudo, lembrar que o primeiro biógrafo de Lutero, e também seu inimigo feroz, Johannes Cochlaeus, já em 1529, dizia ter o Reformador alemão “sete cabeças”, em alusão a demônios apocalípticos.

Como recorda Robert Kolb, as diferentes imagens de Lutero, como “Profeta, Professor e Herói”, demoraram um século, de 1520 a 1620, para ser consolidadas, por obra dos partidários da Reforma, quer teólogos, quer políticos, e do próprio povo alemão.

Por outro lado, os apologetas da causa luterana – e da Reforma em geral – ou não viam defeitos ou os minimizavam, quer na vida, quer na obra do Reformador. O Revdo. J. A. Wylie, em sua obra “The History of Protestantism”, de 1878, usou uma epígrafe de Carlyle para a abertura do livro: “Protestantismo, a causa sagrada da Luz e Verdade de Deus contra a Falsidade e Escuridão do Demônio”, o que exemplifica sobejamente quão tendenciosa era sua visão dos fatos históricos que ele narrava.

Efetivamente, no sexto livro dessa obra, que contém o recorte histórico que se estende do Debate de Leipzig (1519) à Dieta de Worms (1521), esse autor não consegue mostrar nada de bom vindo de Roma nem nada de mau vindo de Wittenberg. Ao comentar a ameaça representada pelos turcos (p. 358), o autor afirma que “não há turco no mundo como o turco romano”.

Dompnier, em sua obra sobre a imagem católica sobre o protestantismo, *Le Venin de l'hérésie*, mostra como para os católicos nos séculos XVI e XVII, de modo especial os franceses, nada de bom poderia advir do protestantismo.

Emblemática é a obra do jesuíta Hartmann Grisar, que, mesmo escrita no início do século XX, é fortemente tingida com as cores da Contrarreforma, retratando Lutero como um sectário fanático. Ainda que não tenha sido possível a checagem das muitas fontes citadas ao longo dos seis volumes dessa obra, existe a forte possibilidade de que algumas delas tenham sido fabricadas por católicos, ao sabor da Contrarreforma, para desacreditar o Reformador alemão. A relação tormentosa de Lutero com o divino foi a responsável pelos incidentes que ocorreram quando celebrou sua primeira missa, em 2 de maio de 1507, ocasião na qual quase desmaiou. Grisar maximizou esse episódio, dizendo que “Lutero teria fugido do altar, não fosse a intervenção de seu acólito” (GRISAR, 1913: 47). Menciona, ainda, diversos outros episódios que usa para querer demonstrar como Lutero seria próximo ao demônio, irreligioso e, portanto, inteiramente

inapto para a vida monástica (GRISAR, Hartmann. *op. cit.*: 42, 49, 54 *passim*). Marius, em sua biografia de Lutero, sustenta que esse transtorno estava relacionado a toda uma concepção medieval sobre a transubstanciação e o papel do sacerdote na sacramentalidade da missa, o que é também assumido por Bainton.

Este é o desafio para o historiador: selecionar quais biografias usar e, ao selecioná-las, extrair o que é factual ou interpretativo, separando daquilo que é meramente apologético. Não há outro caminho, senão o da consulta às fontes primárias e a leitura dos que as analisaram e discutiram, quer coetaneamente, quer posteriormente à redação desses documentos.

No caso específico de Martinho Lutero, Lucien Fèbvre refere como existentes sete edições das obras de Lutero, sendo as duas referenciais conhecidas como as Edições de Erlangen e Weimar, de 1826 a 1885 e 1883 a 1921, respectivamente. A edição de Erlangen consta de 67 tomos de obras em alemão, “Dr. M. Luthers Sämtliche Werke”, e 33 tomos de obras em latim, “Lutheri opera”.

Esta é a Edição que vem sendo mais usada pelos historiadores e teólogos que se dedicam ao estudo da vida e obra de Martinho Lutero, à qual se deve agregar a correspondência de Lutero, reunida nos 18 volumes da Edição Enders (1884-1923).

Usando a expressão de Carr: “Melhor olhar para a História menos em termos de comportamento pessoal consciente e mais em termos de atitudes e situações de grupo sub- conscientes”. Isso se contrapõe à formulação de Roskill, de que “sua função [dos historiadores] é não mais que reunir e registrar os acontecimentos de um período com precisão escrupulosa e imparcialidade”, visto o que se propõe ser a ruptura com a presuntiva neutralidade do historiador, levando à formulação de juízo e ao seu posicionamento.

A neutralidade, na visão de Bloch, coaduna-se com a visão do cientista, e não historiador, visto a ciência basear-se em análise e classificação e a História em descrição, análise e narração. Nessa abordagem, a investigação deve procurar investigar o quanto o “espírito do tempo” – espírito de negação da possibilidade de alteridade religiosa – foi condicionante ou mesmo determinante para o comportamento individual e coletivo dos envolvidos nos eventos cuja análise é proposta.

Deve-se procurar, a todo custo, fugir de formas simplistas que vejam a Reforma “de dentro”, como se fosse fenômeno hermético que pudesse ser apreciado e entendido

unicamente do ponto de vista teológico/filosófico. Em verdade, muito mais útil se revela a abordagem de Lucien Fèbvre, buscando entender e desvendar as teias econômicas, políticas e sociais que moviam os protagonistas dos eventos, de modo especial de 1520.

Portanto, das abordagens existentes quanto à religião, a que se configura mais interessante ao historiador é aquela que busca ver a religião como um elemento de coesão social, unindo homens em torno de ideais práticos e não em torno de idéias teológicas. É importante a postulação de Alberigo, de que “a história da Igreja não se apresenta em algum sentido qualificável como disciplina teológica, uma vez que a teologia supõe tomar como ponto de partida o dado revelado” (in MARTINA: 55).

Deve ser ressaltado que uma certa historiografia da Reforma é contemporânea dos próprios eventos. Já em 1518, as principais faculdades de teologia (Lovaina, Paris e Colônia) e os teólogos apontados por Roma vinculavam os Reformadores e suas propostas a heresias e heresiarcas já condenados no passado. B. Roussel e B. Vogler afirmam que “a ruptura provocada pela Reforma possibilitou até o Iluminismo duas interpretações antagonistas: protestantes e católicos se afrontam em torno do tema da verdadeira e da falsa Igreja” (in BURGUIÈRE, 1993: 646-652). Os martirologios, especialmente os de Foxe e de Jean Crespin, ambos do século XVI, somente serviram para aumentar o fosso entre os historiadores e cronistas. Roussel e Vogler também destacam o papel de Ranke, que, “pela primeira vez interpreta Lutero como historiador, sem ser guiado por preocupações de teologia ou de edificação” (Idem: 647).

De fato, em sua obra *História do Papado entre os séculos XVI e XVII*, Ranke procedeu a uma reabilitação imparcial do papado, além de situar Lutero em seu contexto. Tal imagem seria revista por Troeltsch, que viu um Lutero ao mesmo tempo revolucionário e conservador, que “fortaleceu o desenvolvimento do poder dos príncipes e a apatia do povo, impedindo as reformas sociais” (Idem: 648).

Verifica-se que existe grande influência da chamada “tese marxista” sobre a construção de um perfil de Lutero. Para a maioria dos historiadores marxistas desde o século XIX, Lutero não foi um teólogo ou um religioso, mas um agitador popular, filho de camponês que compartilhava das aspirações de seu povo oprimido pela burguesia latifundiária, que soube guiá-lo à revolta. Por esta perspectiva, a Reforma não é senão o disfarce religioso da crise econômico-social. Martina recorda, no entanto, que a afixação

das 95 teses ocorreu dois anos antes do desembarque de Cortés no México, o que denota que a transformação econômica da Europa ocorreu simultaneamente – ou até mesmo posteriormente – à Reforma protestante. É de se salientar que aderem à Reforma membros das mais diversas classes sociais: camponeses, artesãos, burgueses, nobres e príncipes, “substancialmente, homens que tinham interesses econômicos opostos” (MARTINA, *op. cit.*: 55-56). Esta tese foi, de acordo com Otto Pesch, reforçada nos anos anteriores a 1983, ano jubilar de Lutero, concebendo “a reforma eclesial feita por Lutero como expressão ideológica de transformações sociais e econômicas já em movimento ou, ao menos, maduras, transformações que Lutero teria, de certo modo, favorecido, em parte novamente bloqueado, sobretudo na ocasião da guerra dos camponeses” (PESCH, *op. cit.*: 45). Roussel e Vogler (ROUSSEL, B. e VOGLER, B., *op. cit.*: 648-649) destacam que a tese marxista fixada por Engels em 1850, em *A guerra dos camponeses*, apresenta a Reforma como uma expressão da primeira revolução burguesa, com Thomas Müntzer aprofundando-lhe o significado durante a Guerra dos Camponeses, de 1524-25.

Referências Bibliográficas

- BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- COCHLAEUS, Johannes. **Septiceps Lutherus, vbique sibi, suis scriptis, contrarius in Visitationen Saxoniam**. Leipzig: Valentin Schumann, 1529.
- DAU, W. H. T.. **Luther examined and reexamined**. St. Louis: Concordia Publishing House, 1917.
- GRISAR, Hartmann. **Luther**. London: K. Paul, Trench, Trubner & co, 1913-1917.
- KOLB, Robert. **Martin Luther as Prophet, Teacher, Hero**. Cambridge: Baker Publishing Group, 2000.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero a nossos dias**. São Paulo: Loyola, 1997.
- PESCH, Otto Hermann. **Martin Lutero** – Introduzione storica e teologica. Roma: Queriniana, 2007.
- TROELTSCH, Ernst. **Protestantism and Progress** – a historical study of the relation of protestantism to the modern world. Eugene: Wipf and Stock, 1999.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

VILLOSLADA, Ricardo García. **Lutero visto por los historiadores católicos del siglo XX**. Madrid: F.U.E., 1990.

O TEATRO BRASILEIRO SOB O OLHAR CRÍTICO E HISTÓRICO DE SÁBATO MAGALDI

Cássia Abadia da Silva*

O ponto de partida dessa pesquisa se situa na relação entre História e Teatro, a qual, ao longo dos anos, tem se mostrado frutífera ao estimular e promover a interdisciplinaridade entre essas análogas áreas de atuação, ampliando-se, dessa maneira, não somente a noção de fonte histórica, mas também as possibilidades de investigação no campo historiográfico. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o teatro deve ser entendido como documento histórico, advindo da ação humana de um determinado momento.

Trata-se, portanto, de uma linguagem que dialoga com o momento sociocultural de sua concepção e que carrega, em suas entrelinhas, os vestígios desse momento. Sendo assim, mostra-se pertinente conceber o teatro como aglutinador dos questionamentos acerca de um determinado período, a partir da análise dos seus elementos estéticos, da sua narrativa, dos agentes envolvidos na sua produção, bem como acerca das formas e dos canais através dos quais ficaram registrados os indícios da sua recepção.

A respeito desse último aspecto, mostra-se de suma importância apontar o papel que a crítica teatral tem ocupado nos trabalhos daqueles que se debruçam sobre o estudo de obras cênicas, uma vez que os textos produzidos pelos críticos são os indícios de uma recepção das mesmas. Não há como negar que, essencialmente, a cena teatral é efêmera, pois se evanesce entre o abrir e fechar das cortinas do teatro. No entanto, a mesma pode ser recuperada através dos vestígios materiais que perduram através dos tempos, e, nesse processo, o texto do crítico se torna um objeto privilegiado no que se concerne à recepção que determinada obra obteve.

É sob o prisma dessas discussões que se sustenta o desenvolvimento desse trabalho, visto que a sua proposta é abordar e analisar as discussões acerca da crítica teatral, tendo como preocupação compreender o papel que a mesma ocupou na construção de uma historiografia do teatro, se questionando acerca da sua contribuição

*Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia e integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).

para a formação do Moderno Teatro Brasileiro. Para tanto, elegeu-se o crítico Sábado Magaldi como objeto central, devido à importância que suas críticas assumiram ao longo das últimas décadas, à respeitabilidade e pertinência dos seus textos.

Sábado Magaldi, mineiro nascido em Belo Horizonte, foi crítico teatral de vários jornais e revistas ao longo dos anos de 1940 a 1980. Notável por seu estilo, tornou-se, juntamente com Décio de Almeida Prado, um dos analistas mais destacado e influente do moderno teatro brasileiro. Sua produção jornalística, que abrange a reportagem, o ensaio e a crítica especializada,¹ representa a vasta produção do então Professor Emérito de Teatro Brasileiro da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que lecionou também durante quatro anos, nas Universidade de Paris III (Sorbone Nouvelle) e Provence, em Aix-em-Provence, além de ser membro da Academia Brasileira de Letras.

Faz-se necessário lembrar que Sábado Magaldi inicia seus trabalhos na década de 1940, período caracterizado pelo grande prestígio adquirido por essas publicações, marcado pelos generosos espaços destinados às análises cênicas e por um *status* que creditava ao ofício uma aura não apenas no meio jornalístico, mas entre o público leitor desses periódicos – realidade que se estende pela década de 1950 e meados dos anos 1960. Segundo a historiadora Talitta Tatiane Martins Freitas,

Por ser considerada uma “arte nobre”, na década de 1950 desfilavam nos jornais colunas extensas com análises minuciosas dos elementos dos espetáculos, disponibilizando não somente informações ao público em geral, mas também promovendo um *feedback* com os envolvidos na sua produção (direção, atores, iluminação, cenografia, etc.). [...] Assim sendo, o jornalismo impresso nesse período caracteriza-se por essa elitização dos conteúdos, uma tentativa de forjar uma tradição na vida intelectual dos grandes centros urbanos [...]. (FREITAS, 2010: 30-31)

Desse modo, tem-se como referencial um indivíduo que, no papel de crítico, adquiriu grande relevância na formação tanto dos profissionais envolvidos diretamente com o teatro, como na elaboração de um repertório para os seus leitores em geral. Essa peculiaridade de Sábado Magaldi justifica, de maneira indelével, a pertinência desse projeto de pesquisa.

Sendo assim, o objeto a ser referenciado na pesquisa é a trajetória profissional

¹ Para maiores informações consultar: MAGALDI, Sábado. *Depois do Espetáculo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

do crítico Sábato Magaldi, através da análise sistemática das suas críticas, reunidas e publicadas em livros como **Panorama do Teatro Brasileiro** (1962, 1997), **Temas da História do Teatro** (1963), **Aspectos da Dramaturgia Moderna** (1963), **Iniciação ao Teatro** (1965, 1997), **O cenário no avesso** (1977), **Um Palco brasileiro – O Arena de São Paulo** (1984), **Nelson Rodrigues: Dramaturgia e Encenações** (1987), **O texto no teatro** (1989), **As luzes da ilusão** (com Lêdo Ivo, 1995), **Moderna Dramaturgia Brasileira** (1998), **Cem anos de teatro em São Paulo** (com Maria Thereza Vargas, 2000), **Depois do espetáculo** (2003), **Teatro da ruptura: Oswald de Andrade** (2004), **Teatro da obsessão: Nelson Rodrigues** (2004), **Teatro sempre** (2006).

A partir disso, mostra-se relevante salientar alguns aspectos sobre o ofício da crítica, tendo a clareza de que essa prática advém do século XIX – com os ingleses – e tem como principais colaboradores no Brasil os literatos José de Alencar e Machado de Assis. Evidencia-se, dessa maneira, que os primórdios da crítica encontram-se no campo da análise literária, que com passar do tempo voltou seus olhares também para outras manifestações culturais, a saber, as obras e cenas teatrais com todo um conjunto de elementos, o que é apresentado nas palavras de Magaldi, ao falar do objeto de análise:

O crítico tem como objeto o conjunto do espetáculo e não apenas um de seus elementos. Houve tempo em que a crítica se demorava mais na análise do texto, e não apenas por facilidade, já que ele pode ser lido antes ou depois da estréia. [...] Enfeixado o espetáculo nas mãos do encenador, a crítica se volta de preferência, para sua concepção. Dependendo do espetáculo é mais significativo o texto, ou desempenho, ou a cenografia, ou qualquer outro elemento. [...] Não se deve esquecer que a crítica almeja possuir o estatuto de obra de arte, por mais simples seja a sua composição. (MAGALDI, 2003: 24)

Sob essa perspectiva, percebemos que o crítico se coloca como parte integrante do fazer teatral, uma vez que:

O crítico sério participa do processo teatral, atua para o aprimoramento da arte. Não é necessário citar as numerosas campanhas que ele patrocinou ou apoiou, para a melhoria das condições dos que trabalham no palco. [...] Porque o crítico, à semelhança de qualquer espectador, gosta de ver um bom espetáculo, e sente perda a noite, se não aproveitou nada do que viu. Até para deleite pessoal, o crítico encara o seu papel como o de parceiro do artista criador, irmanados na permanente construção do teatro. (MAGALDI, 2003: 27)

Assim, Sábato Magaldi torna-se uma referência extremamente importante quando o assunto é crítica teatral, ou mesmo teatro dentro da historiografia Brasileira. Sua vasta produção se estende entre as décadas de 1940 a 1980, período no qual a crítica passa por mudanças significativas: desde o seu auge até o seu declínio e crise. Contudo, o que procuramos ao longo deste período de produção é visualizar a construção do repertório, a recepção, as ideias norteadoras e principalmente como foram utilizadas essas críticas, suas ideias na orientação das apresentações que eram feitas posteriores, como elas incorporavam as críticas, tendo como base de fundo um contexto político bastante agitado, de maneiras análogas em diferentes temporalidades. Segundo a historiadora Rosangela Patriota, o crítico e suas análises são frutos de seu tempo, e:

Nesse sentido, pode se dizer que na maioria das vezes, o trabalho do crítico indica os “temas” e os “lugares” em que a História do Teatro deve ser pensada. Ele realiza, além disso, uma seleção estabelecendo o que deve figurar para a posteridade ou não. Talvez este seja o grande impasse pra o historiador que se propõe a pensar as produções artísticas como documento de pesquisa, sem que com isso ele aniquile o trabalho crítico. (PATRIOTA, 1999: 89)

Desse modo, percebe-se que o trabalho do crítico é marcado também pelas escolhas, indagações e inquietudes próprias do seu tempo. Tomando as críticas de Sábato Magaldi enquanto fonte documental, buscaremos demonstrar como estas tem contribuído para o aperfeiçoamento das obras teatrais, ou seja, texto e espetáculo, assim como para construção de uma História do teatro, ficando evidenciado que o dialogo com a arte tem dado muitos resultados frutíferos, convidando a cada vez mais seus pesquisadores a se adentrar a esse universo apaixonante.

Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, M. F. S. **Sábato Magaldi**: um mineiro no Rio de Janeiro. 2004. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Teatro, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BARTHES, R. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BENTLEY, E. **O Dramaturgo como Pensador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

- 1991.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BRECHT, B. **Estudos sobre Teatro**. Lisboa: Ed. Portugalia, s/d.
- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARDOSO, M. A. **Tempos sombrios, ecos de liberdade – a palavra de Jean-Paul Sartre sob as imagens de Fernando Peixoto**: no palco, Mortos sem Sepultura (Brasil, 1977). 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- EAGLETON, T. **A Função da Crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREITAS, T. T. M. Crítica em crise ou a crise da crítica. In: _____. **Por entre as coxias**: A arte do efêmero perpetuado por mais de “Sete Minutos”. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-Rio/Contraponto, 2006.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- KUSHNIR, B. **Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAGALDI, S. **Depois do Espetáculo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. **Moderna Dramaturgia Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. **O Texto no Teatro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. **Teatro em Foco**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. **Teatro Sempre**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. **Panorama do Teatro Brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC/ DAC/ FUNARTE/ SNT, s/d.

- PATRIOTA, R. **A Crítica de um Teatro Crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PATRIOTA, R. O teatro e o historiador: interlocuções entre linguagem artística e pesquisa histórica. In: RAMOS, Alcides Freire; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosangela (Orgs.). **A história invade a cena**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PATRIOTA, R. **Vianinha**: um dramaturgo no coração de seu tempo. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RAMOS, A. F. **Canibalismo dos Fracos**: Cinema e História do Brasil. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- SILVEIRA, M. **A Outra Crítica**. São Paulo: Símbolo, 1976.
- VESENTINI, C. A.. **A Teia do Fato**. São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1997.
- ZILBERMAN, R. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

A NARRATIVA BIOGRÁFICA E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza*

Nas últimas décadas os estudos biográficos recuperaram um lugar de prestígio na produção historiográfica que vem se dedicando a problematização das relações constituídas entre narrativa biográfica e escrita da História. As discussões relativas a esta relação se inscrevem num movimento maior da historiografia marcado por uma série de retornos, entre eles o da própria biografia; que, por longos anos, foi considerada como modelo do fazer história tradicional, aquela mais sensível à cronologia e aos grandes homens do que às estruturas e às massas e por isso, rechaçada por muitos historiadores. Pode-se relacionar este retorno a chamada crise dos paradigmas. Esta crise marcou o conhecimento histórico nas últimas décadas ao levantar o questionamento do valor analítico das estruturas e das relações, dos modos de produção; da história serial e ao recuperar os sujeitos individuais, os estudos de caso e a micro-história.

Assim, o abalo nas estruturas historiográficas ocasionou o renascimento da História Política, sendo o político compreendido como um espaço de articulação social e de representação (FERREIRA, 1992: 265-271), o que permitiu tanto o florescimento da História narrativa quanto a valorização do indivíduo, o qual encontrou novamente espaço emergindo das estruturas e das classes sociais. Segundo Philippe Levillain é nesse contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política, no qual se procurou dar voz ao indivíduo na história através de uma valorização da ação dos atores, que podemos entender o florescimento contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico (LEVILLAIN, 2003: 141-184).

Desta forma, surgia - fruto da menor ênfase na História quantitativa e serial, do “retorno” do político reabilitado e da narrativa - um novo interesse não só pela escrita de si, pela vida cotidiana, pelos costumes e pelos homens comuns, mas também pelo indivíduo e por seu papel na História. Em lugar da linearidade factual da curta

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas/RJ e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro no projeto Dicionário da Política Republicana Fluminense - 1889 a 2009.

duração centrada na cronologia do tempo curto da vida do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político, social, cultural, no qual se inseria e desenvolvia uma vida. As trajetórias estavam imersas num campo de possibilidades de escolhas e de exploração no qual se exercia a ação individual.

Com isso, a História dos “de baixo” acompanhou também a onda da História Oral que se centrou na construção de trajetórias individuais e nas chamadas histórias de vida. Esta nova forma de se trabalhar com a história ao ser mais descritiva e narrativa do que analítica, ao focar o homem mais do que as circunstâncias e ao incorporar aportes da literatura a historiografia abriu novamente espaço para a biografia (SCHMIDT, 1997: 21). Então o método biográfico que ressurgia reformado passava a ter por objetivo, como defende Sabina Loriga, analisar o homem comum em sua multiplicidade, incoerente e conflituoso¹, como forma de escapar a uma concepção cerceadora das vontades individuais (LORIGA, 1998: 38).

A força do retorno da biografia proveio dos questionamentos sobre como distinguir o indivíduo na sociedade na qual as análises, até então mais validadas, o diluíram. A tentativa de redução da concepção “hipersocializada do homem”, tal como praticada pelo marxismo e pelo estruturalismo, enveredou pela análise psicológica que foi centrada na subjetividade e na afirmação pelo indivíduo de sua autonomia na sociedade (LEVILLAIN, 2003: 168-70). A biografia, com isso, tornou-se um importante mecanismo de entendimento das liberdades de escolha individuais e das liberdades de ação - mesmo que restritas e certamente incertas e instáveis - dentro do contexto normativo. Esse contexto passou a ser compreendido não mais como absoluto, mas sim contraditório e, por vezes, incoerente. Desta forma, abriu-se uma brecha para as estratégias de ação desses sujeitos históricos na sociedade (SCHMIDT, 1997: 21).

Esta comunicação ao tomar a biografia como questão, utilizando-a como possibilidade teórico-metodológica de análise, como defende esta “nova” história política, almeja perceber o indivíduo na história também em sua rede de relações

¹ Ao falar sobre a “experiência biográfica” Jacques Revel afirma que uma biografia “pode ser relida como um conjunto de tentativas, de escolhas, de tomadas de posição diante da incerteza. Ela não é mais pensável apenas sob a forma da necessidade – esta vida existiu e a morte a transformou em destino -, mas como um campo de possibilidades entre as quais o ator histórico teve de escolher”. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: e experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 38.

trabalhando com a perspectiva de sua função mediadora e com o fato de que há uma margem de liberdade de ação, mesmo que restrita, desse ator social dentro do incoerente e conflituoso sistema de normas. Para Giovanni Levi:

nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação, ou de interpretação das regras, de negociação. (...) A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas. [Com isso, evitar-se-ia] (...) abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. Talvez [esta] seja apenas uma nuance, mas (...) não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irreduzível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação. (LEVI, 2006: 179-180)

Desta forma, compartilha-se da concepção de que estas estruturas normativas não existem para além da experiência vivida, mas sim são produzidas e negociadas nas relações estabelecidas entre os sujeitos, que são, por sua vez, mutáveis e instáveis. Esta perspectiva relacional permite reformular a relação existente entre as normas e os comportamentos, pois de acordo com Cerutti:

A [uma] imagem da vida social governada por normas exteriores (e, portanto, há uma visão do comportamento individual como expressão de uma adesão ou de uma recusa dessas normas), [opõem -se] (...) uma concepção muito menos linear mas bem mais rica da relação existente entre indivíduo e o mundo circundante. O indivíduo [com isso] pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam, portanto, na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades, que caracteriza a vida social. Numa tal perspectiva, o centro da análise será constituído pelo próprio processo social – pelas interações individuais nos diferentes contextos sociais – e não apenas pelas instituições. Das estruturas e das instituições, a atenção se desloca [assim] para os processos e as interações. (CERUTTI, 1998: 189)

De acordo com Giovanni Levi um trabalho biográfico deve estar sempre atento aos seguintes problemas: “a relação entre normas e práticas, entre indivíduo e grupo, entre determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada” (LEVI, 2006: 179). Nesse sentido, o método biográfico não pode ser

qualificado como “ilusório” tendo em vista a força limite dos laços normativos, dos mecanismos sociais sobre as iniciativas individuais. Da mesma forma, uma história de vida não pode ser “reconstituída” a partir de um “relato coerente de uma seqüência de acontecimentos, com significado e direção” (BOURDIEU, 2006: 185), mas sim tendo por base exatamente aquilo que Pierre Bourdieu percebeu ser feito no romance moderno: o imprevisto, fora de propósito, o aleatório.

Neste ponto, a nova história política, a partir da biografia, abriu-se para uma aproximação com a literatura. Nos debates mais recentes confirma-se que a linguagem e a temporalidade são os pontos que aproximam história e ficção já que ambas são compreendidas como discursos no tempo. A História é o discurso dos acontecimentos humanos em sociedade, já a Literatura é o discurso que representa os fatos históricos a partir da imaginação do autor. Poderíamos considerar, então, a literatura e a história como leituras possíveis da recriação do real uma vez que os discursos não apenas representam, mas também instituem imaginários e práticas sociais. O texto lido não oferecerá apenas a mediação do conhecimento de si mesmo, mas em última instância, estará proporcionando o conhecimento de um “mundo” através do mundo da obra. De acordo com Paul Ricoeur “contando histórias os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais do desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais dos homens” (RICOEUR, 1978). Nessa perspectiva que não toma a literatura como falseamento, logo *locus* da ficção, o historiador biógrafo tem a oferecer o que o escritor literário também oferece, versões sobre o real.

Hoje um número significativo de historiadores procura pensar sobre a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo “a vida dos grandes vultos”), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas). Assim, vemos aparecer o resgate de facetas diferenciadas dos personagens pesquisados e não apenas, como nos trabalhos tradicionais, a vida pública e os feitos notáveis dos mesmos. É neste grupo de “novos biógrafos” que o projeto de tese que venho desenvolvendo se enquadra².

² O projeto de tese de doutorado (‘Xô galinha’; ‘Entra, menino’; ‘Sim, Senhor’- mulher não tem querer: Heloneida Studart e a (des)construção do papel feminino) desenvolvido por mim no Programa de Pós-

Apesar de reconhecer a relevância da produção legislativa de Heloneida Studart³ optei em minha pesquisa por analisá-la a partir de sua produção literária e jornalística em função de estar trabalhando com a hipótese de que a relação gênero e política, fundamental para a sua autoconstrução, foi anterior a sua atuação na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e mais, foi além da idéia de feminismo que perpassou sua atuação legislativa. Através do uso das palavras, principalmente as escritas, ela construiu uma sólida carreira intelectual que serviu de base para uma consistente carreira parlamentar que a fez, posteriormente, assumir uma identidade combativa – que contrastava com a de um intelectual clássico – que a levou, se não negar, pelo menos por em segundo plano suas atividades enquanto intelectual.

Assim, a meu ver, é na produção literária e jornalística de Heloneida que podemos captar a fragmentação de sua biografia individual. Em seus romances isto se traduz pela constante variação dos tempos, pelos recursos aos incessantes retornos e pelo caráter contraditório, paradoxal dos pensamentos e linguagens das suas protagonistas que quase sempre assumem também a função de narradoras. Transpondo similar atitude literária para a história devemos nos questionar como este indivíduo (Heloneida) se definiu (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconheceu em uma classe. Seu texto ficcional apresenta estratégias e arranjos do universo das relações do real que cria esquemas persuasivos de interpretação dos processos sociais que apresentam uma realidade, aquela “vista” pela autora. É evidente que não podemos negar que a produção literária de um autor se encaixe em um âmbito social, em

graduação em História Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas/RJ sob orientação de João Marcelo Ehlert Maia tem por objetivos: analisar a biografia de Heloneida buscando encontrar a rede de sociabilidade na qual a mesma estava inserida e, com isso, conhecer seus interlocutores e sua formação política e intelectual; apontar a relevância da obra literária e jornalística para o debate e difusão da relação entre gênero e discurso político no cenário brasileiro e sua contribuição para a história das narrativas produzida pelas mulheres; investigar as relações estabelecidas entre a autora e o feminismo brasileiro, sobretudo, as narrativas do ressurgimento do movimento na década de 1970, visando compreender o que a autora acreditava ser mulher e, conseqüentemente, o discurso elaborado por ela sobre o papel feminino na sociedade brasileira; analisar como a narrativa engendra a confluência entre história (memória) e a recriação literária, para tanto levantar pontos autobiográficos na obra da escritora e, também, momentos históricos; visando contribuir para o debate a respeito da relação história, memória e ficção.

³ Nasceu em 9 de abril de 1925 em Fortaleza (CE) e faleceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em 3 de dezembro de 2007, era filha de Vicente Soares e de Edite Studart Soares. Cientista social, escritora de romances e jornalista, dedicou grande parte de sua vida profissional em defesa da igualdade entre os sexos. Por isso, em 2006, chegou a figurar entre os nomes das mil mulheres indicadas pela Fundação de Mulheres Suíças para concorrerem ao prêmio Nobel da Paz. No entanto, é mais conhecida por sua atuação enquanto deputada estadual na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) por cinco mandatos: 1978-1983 (MDB); 1986-1991 (PMDB/PSDB/PT); 1990-1995 (PDT); 1994-1999 (PT); 1998-2001 (PT) era suplente assumiu em 2001.

determinado local e época e que demonstre, parcialmente, a sociedade em que vive e exponha características do seu meio social, mas o que predomina é a leitura do mundo feita por quem escreve.

Assim, permito que em minha pesquisa biográfica venha à tona entre outros aspectos, os sentimentos, o inconsciente, a cultura, a dimensão privada e o cotidiano. Compartilho da idéia de Michel de Certeau (1982: 352) de que cada homem deve ser entendido como um *locus* no qual uma incoerente e, frequentemente, contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem. Neste sentido, a biografia recuperada pela Nova História Política é para mim um método que dilui as fronteiras entre a história e a ficção, a realidade e a imaginação.

Considerações finais

A biografia histórica, hoje reabilitada, não tem por vocação esgotar o absoluto do eu. Ela é o melhor meio de se mostrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida. A possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente parece então se perder em meio a uma pluralidade de identidades, referências e locais. Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação e na idéia de uma identidade. A biografia hoje constitui a passagem privilegiada pela qual os questionamentos e as técnicas próprios à literatura se colocam para a historiografia.

Ao construírem biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências. A desconstrução deste arcabouço deve fazer do historiador alguém que não aponta caminhos únicos, mas que descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades.

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade e de racionalidade. Também como nós as tensões entre o vivido e o que foi imaginado/desejado são fundamentais em suas vidas. Portanto, estamos diante da crítica à “ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu para quem o relato biográfico não deve

se ancorar no pressuposto “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”. (BOURDIEU, 2006: 184). Dito de outra maneira, o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea em direção a um fim determinado manifestado desde os momentos mais remotos da infância do personagem. O historiador biógrafo partindo deste pressuposto deve deixar aflorar em suas narrativas o sujeito, que longe de ser detentor de uma constância verdadeiramente inatingível, é fracionado, múltiplo e detentor de vários “eus” (MALATIAN, 2011: 26). Desta maneira o grande desafio que se apresenta aos historiadores biógrafos na atualidade é compreender as margens de liberdade individual diante dos sistemas normativos, tentando superar esse dualismo.

Acredito ser interessante pensar o contexto como um “campo de possibilidades historicamente delimitadas” (GINZBURG, 1989: 183) e lembrar que os indivíduos biografados, como qualquer indivíduo, a cada momento de suas vidas tem diante de si um futuro incerto e indeterminado a partir do qual fazem escolhas. Se hoje esse futuro já é passado e o resultado das escolhas feitas conhecido, cabe ao biógrafo a tarefa de recuperar o drama da liberdade dos personagens que - como em qualquer pessoa - provocou incertezas, oscilações e incoerências. Pode-se, também, por em cena o papel do acaso mostrando que as trajetórias não estavam predeterminadas desde o início ao sucesso ou ao fracasso. Parodiando Thompson, é necessário expressar o “fazer-se” do personagem ao longo de sua existência (THOMPSON, 1987: 262) e mais, é necessário o historiador biógrafo deixar transparecer em seu texto o seu fazer historiográfico daquele personagem.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: e experiência**

- da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha História”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- GINZBURG, Carlo. **A microhistória e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1989.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.
- MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. **Cadernos Cedem**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518>>. Acesso em 08 maio de 2011.
- RICOUER, Paul. **Les temps et les filosofies**. Paris: -, 1978.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, n. 19, 1997.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**PORQUE ERA ELA, PORQUE ERA EU:
A CIDADE, O CRONISTA E AS IDENTIDADES CARIOCAS**

Amanda Danelli Costa*

João do Rio começou muito jovem a exercer o seu ofício como literato e fez sua estréia em jornal pouco antes de completar 18 anos, quando publicou seu primeiro texto, uma crítica à peça *Casa de Bonecas*, de Ibsen, n' *A Tribuna*. Como crítico, adotando o pseudônimo *Claude*, sua contribuição mais importante é para as Artes Plásticas, com a cobertura que fez do Salão de Belas Artes durante cinco anos seguidos. Como ficcionista, sua estréia foi escandalosa: o tema de *Impotência*, publicada n' *A Cidade do Rio* duas semanas depois de sua maioridade, já apresenta a sua ousadia.

A ironia, traço pungente, associada ao humor, se tornou uma eficiente estratégia de fazer o exame moral da sociedade. O caráter irônico da composição literária mediou as relações entre o artista e a sociedade, que o acolhia na medida em que era criticada.

A imprensa no Rio de Janeiro já sofria com as novidades que surgiam na Europa. Os jornais passaram a apresentar manchetes, subtítulos, reportagens, entrevistas, fotografias e caricaturas. As inovações técnicas não apenas mudavam o significado da imprensa nesse momento, mas também reinventavam a literatura que se destinava a preencher as páginas dos jornais. Do mesmo modo, a fotografia e o cinema mudaram a maneira das idéias circularem, para além de mudar técnica e formalmente a sua representação. João do Rio incorporou esses meios como tema e como forma nas suas crônicas. O indivíduo moderno, fosse o literato ou o transeunte, precisava se adaptar à pressa do transcorrer do tempo. Era o tempo do *homo cinematographicus*, significado que o cronista encontrou para a constituição dessa individualidade moderna de início do século, apresentada em seu livro *Cinematographo*. O trecho seguinte demonstra como a sensação da velocidade na passagem do tempo refletia no comportamento social como um todo: “Qual é o fito principal de todos nós? Acabar depressa! O homem cinematográfico resolveu a suprema insanidade: encher o tempo, atropelar o tempo, abarrotar o tempo, paralisar o tempo para chegar antes dele” (RIO, 1909).

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura.

Depois do seu falecimento, toda a biblioteca do cronista foi doada pela sua mãe para o Real Gabinete Português de Leitura. Hoje, é possível fazer pesquisas nos volumes originais dos livros do próprio João do Rio, bem como observar os títulos que compõem sua biblioteca. Os livros de Friedrich Nietzsche, Charles Baudelaire, Edgar Allan Poe e Oscar Wilde foram leituras que colocaram o literato *up to date* em relação às idéias que circulavam no mundo e são, pelo menos, um sinal do seu caráter cosmopolita. Esses autores vão aparecer na sua obra, citados ou não, como referências fortes na busca do cronista para uma interpretação sobre a sua própria experiência urbana moderna.

Numa cidade em transformação, o cronista adquire a relevância de quem narra a história do presente. Fixou a cidade, os tipos, as modas e as mentiras. Cada sinal merece a atenção do cronista, que pode transfigurar o banal em essencial. Observar o pormenor põe em evidência o que se esconde, e abre um mundo de possibilidades. Assim, ele se dedica ao heterogêneo, fazendo-se múltiplo para captar o efêmero, o contingente, o circunstancial, presente na cidade mutante. Sua escrita é “dobradiça” porque está entre antigos e modernos, num entre-lugar. E é dessa forma que João do Rio se habilita para elaborar a crítica da tensão moderna, relativa à passagem do tempo e à reformulação de uma subjetividade. A maneira como ele trabalhou essas questões, ela em si, mantém a tensão, o que enriquece sua literatura.

O cronista fixou o espetáculo das mudanças promovidas na cidade e na capital nas primeiras décadas do século XX. Múltiplo, captou o acontecer das ruas e dos salões, da população e do *jet-set*. A mobilidade do repórter dava a ele a liberdade de circular por todos os lugares e de observar como as relações intersubjetivas se estabelecem e como elas participam de um movimento dinâmico que afeta e é afetado pelos projetos públicos.

Este livro, como quantos venho publicando, tem a preocupação do momento. Talvez mais que os outros. O seu desejo ou a sua vaidade é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sobre o mais curioso período da nossa vida social que é o da transformação atual de usos, costumes e idéias. Do estudo dos homens, das multidões, dos vícios e das aspirações resulta a fisionomia característica de um povo. E bastam as vezes alguns traços para que se reconheça o instante psíquico da fisionomia. (RIO, 2006: 96)

O livro em questão é “Vida vertiginosa”, publicado em 1911, num momento posterior às reformas de Passos, quando, muito possivelmente, já se podia sentir

claramente seus efeitos na relação pouco saudável que se estabeleceu entre a cidade e a capital. O título do livro já tematiza e qualifica a questão do tempo moderno, apresentando a sua relação com a tecnologia – “A era do automóvel” –, com as sociabilidades, fazendo do tema algumas crônicas de costumes – “O chá e as visitas” e “*Modern girls*” –, além de apresentar uma “outra cidade” em contato com a capital – “Jogatina” e “Os livres acampamentos da miséria”.

A coluna “Pall-Mall Rio” de *O Paiz*, se propunha a fazer uma série de perfis de personalidades e descrições de efemérides, dando continuidade a alguns temas presentes desde o “Cinematógrafo”. O “Pall-Mall”, ao contrário de “As religiões do Rio” ou “A alma encantadora das ruas”, voltou-se para a alta sociedade carioca, fazendo registros dos personagens que desfilavam pelas estréias do Municipal, nos banquetes do Assírio, nas recepções em embaixadas ou nos jogos de *foot-ball*. Enquanto o mundo lamentava a guerra mundial, no inverno de 1916, João do Rio punha-se a escrever sobre elegância, perfumes, vestidos, chás e jantares. A temática fútil não objetivava fazer o “sorriso da sociedade”, mas uma crítica ardente, irônica, ao *modus vivendi* carioca e às suas preocupações primeiras, mesmo em tempos de guerra. O cronista, à semelhança do fotógrafo, “é o tirano, o agente da vaidade”. “Quando um homem se ergue em fotógrafo - a sociedade prostra-se”. A crônica clica um instantâneo desse espetáculo mundano, embebido pela “delícia das ilusões” (SUSSEKIND, 1987). Revela os paradoxos de uma sociedade em crise porque sua aparência não reflete o que vai por dentro, não se observa a si própria – esse indivíduo de hábitos civilizados é um sujeito cindido no espaço do próprio corpo e na sua relação com o mundo porque não consegue incorporar o que aparece e não consegue elaborar criticamente suas faltas internas. O cronista, por outro lado, se equilibra na corda por se sentir nesse mundo e ao mesmo tempo fora dele, justamente por conseguir fazer o raio-x da barbárie civilizacional.

A apostar como de todas as crises, a única que não será realidade é a dos perfumes! Sempre haverá dinheiro para comprar as essências dos perfumistas de França. No tempo de Cristo, inventaram a calúnia de que Judas vendera Cristo por 30 dinheiros. Pois nesse tempo um frasco de mirra custava 30 dinheiros. Que de extraordinário agora, com a Grande Guerra que um fiasco de violeta de Coty custe 300 mil réis?

Não. Tudo menos as senhoras sem perfume. E todos nós compreenderemos o marido que hipotecar a casa para acompanhar a esposa ao perfumista. (RIO, 1916)

Perambular ou vagabundear com inteligência, este é o exercício ao qual o *flâneur* se dedica. Flanar é admirar, auscultar, ser um diletante faminto pelos detalhes. João do Rio apresenta a qualidade de esmiuçar tudo àquilo que observa, pois: “(...) de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete” (RIO, 1995: 6).

Com a declaração “eu amo a rua”, João do Rio percebe as ruas da cidade como um lugar de elaboração e de realização da cultura; e sabe que esse caráter guarda muito da multiplicidade que se encontra nas multidões. Para o cronista, o projeto ideal para a cidade de uma reforma civilizatória significava a mudança das relações culturais nos muitos grupos sociais que conviviam no mesmo espaço urbano. As novas relações de negociação entre as culturas geram conseqüentemente novas interpretações para a realidade experimentada nesse espaço regenerado.

Ao contrário de Bilac e outros eufóricos da *belle époque*, que corriam ao lado do presente transformador, João do Rio vai apurar o que queriam esquecer: a presença da cultura. Enquanto a cidade vestia suas belas máscaras, João do Rio mostrava a sua face, ou melhor, as suas faces, e, no limite, apresentava suas chagas. Vale observar a distinção entre os dois trechos dos autores; o primeiro fazendo o elogio da civilização através da regeneração, e o segundo apontando ironicamente a tensão existente na idéia de civilização que então vigorava e se mostrava no calçamento da rua Direita:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um largo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria estavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (BILAC, 1904)

(...) daqui a pouco, quem passar por ali, já terá forçosamente idéias mais claras e mais calmas do que as que tinha antigamente quando passava por uma rua esburacada e suja – que, como o inferno, só era calçada... de boas intenções. Isso não é paradoxo: é verdade segura e irrecusável. O homem que vai aos seus negócios ou aos seus prazeres com o espírito amarrado a uma meditação, vai habitualmente com a cabeça baixa, olhando o solo. Quando o solo está bem limpo, bem calçado, bem varrido, bem plano, os olhos desse homem vão recebendo sensações alegres e tranquilas, que vão contribuindo para tornar tranquilas e alegres suas idéias... Não esqueçamos, meus amigos, que o homem é produto do meio. O país faz o cidadão – e o calçamento faz o transeunte. (RIO, 1903)

As crônicas de “As religiões do Rio” e de “A alma encantadora das ruas” encenam o que obscurece o projeto da “cidade da virtude” civilizada, projetada e ordenada racionalmente como uma cidade ideal. O estilo do artista corta a alma feito um golpe de estilete, fazendo subir ao palco a “cidade do vício”, estigmatizada pelos males sociais. (SCHORSKE, 2000: 61) As várias cidades na relação com a capital se mostram em interação e negociação constantes. O flâneur lê e traduz o espaço público, metonimizado pela rua, como dado vívido e dinâmico.

Embora reconhecesse no desenvolvimento técnico um artifício fundamental para a sobrevivência do indivíduo, João do Rio temia pela maneira vertiginosa da técnica avançar sobre a cidade e sobre os homens. Percebia que a técnica se tornava independente do seu criador, transformando-o em seu subordinado, encantado com os prazeres viabilizados pelo avanço tecnológico.

O cronista receia o aniquilamento do homem e de tudo que lhe é próprio, como a sua capacidade de criar. Sem conseguir criar, o homem perde a sua individualidade, a sua particularidade que o torna sujeito no mundo. Sem indivíduo, só nos resta a massa, uniforme e homogênea. Resta a esse homem, amputado no seu espírito, a imitação. É o fim do indivíduo, e no limite o fim do artista, aquilo que João do Rio mais teme. Carl Schorske sintetiza em um parágrafo o estado sensível do artista:

Para Baudelaire e seus seguidores estetas e decadentes do fim do século, a cidade tornava possível o que Walter Pater chamou de “a consciência acelerada, multiplicada”. Porém, esse enriquecimento da sensibilidade pessoal era obtido a um preço terrível: o afastamento dos confortos psicológicos da tradição e de qualquer sentido de participação num todo social integrado. Na visão dos novos artistas urbanos, a cidade moderna destruíra a validade de todos os credos integradores herdados. Tais crenças preservaram-se somente de forma hipócrita, como máscaras historicistas da realidade burguesa. Ao artista cabia arrancar as máscaras, para mostrar ao homem moderno sua verdadeira face. A apreciação estética sensorial – e sensual –, da vida moderna tornou-se, nesse contexto, apenas um tipo de compensação para a falta de ancora, de integração social ou de crença. (SCHORSKE, 2000: 68)

No seu trabalho, João do Rio se dedica a refletir sobre a possibilidade de uma modernidade sadia, que permita que a tradição não seja apagada, mas diluída no novo; distinto do que ele observava como proposta pelo Estado brasileiro, com suas pretensões de modernizar-se à custa do antigo, que duramente persistiu às intervenções. No Rio de Janeiro moderno, antigo e novo não coexistiram numa mesma célula, mas certamente num mesmo corpo, o que fez com que o espaço da cidade e da capital se

configurasse como um espaço diferencial.

Ao reconhecer o antigo no novo, o passado no presente, João do Rio se dava conta de que seu próprio tempo, presente do futuro, muito em breve seria outro, enfim, passado. Assim, ele percebia o seu tempo como uma espécie de relíquia e punha-se a compor vistas. Daí sua ansiedade em registrar, como se tudo estivesse prestes a desaparecer, mesmo o que fosse considerado de “último tipo”. A nevrose que João do Rio vivia e explicitava na sua escrita era própria de um sujeito histórico que percebia “o seu próprio lugar corresponder a uma conjuntura espaço-temporal de dimensões heterogêneas – a contemporaneidade do não-contemporâneo” (FALCON & RODRIGUES, 2000: 230): “Trata-se (...) de uma nova experiência do tempo (...) cujo ritmo se acelera cada vez mais, trazendo no seu bojo a consciência dessa aceleração, a consciência de um presente vivido desde o futuro imediato e sentido como passado de seu próprio futuro” (FALCON & RODRIGUES, 2000: 229).

Com uma aposta no progresso, o projeto de modernidade aplicado à cidade do Rio de Janeiro no início do século XX deveria reconhecer os limites da cidade colonial e transpô-los para se conformar num novo tempo. No entanto, nossa modernidade experimentada tinha feições provincianas: atendia a algumas demandas modernas, mas aprisionava os novos valores numa perspectiva antiga. Esse seu caráter estava relacionado a uma mudança de valores sem uma simultânea mudança nas relações sociais.

O artificialismo vertiginoso da cópia não deu tempo para o homem se olhar e se entender. Nem poderia, pois os sonhos tinham que se manter em suspensão constante. Tudo foi contagiado pela brevidade: a crônica sucedeu o romance; o flerte sucedeu o noivado; o carro sucedeu os coches. O tempo era o da rapidez: beleza rápida, conquista rápida, valor rápido, desuso rápido, substituição rápida. O artificialismo apresenta sua marca na padronização, tanto dos desejos, quanto dos gostos e atitudes. O indivíduo, perdido de si mesmo, encontra na moda a vestimenta que lhe cobre o vazio da consciência. Sem pensar, mas aos suspiros, ele acata as leis modelares, os padrões de civilização. Tudo está homogeneamente artificial:

Tudo no mundo é cada vez mais figurino. O figurino é a obsessão contemporânea. (...) Estamos na era da exasperante ilusão, do artificialismo, do papel pintando, das casas pintadas, das almas pintadas. (...) Deseja-se superar,

ser o figurino, mostrar qualquer coisa diferente dos mais ou igual aos melhores nem que seja por alguns segundos. (RIO, 2006: 64)

A crítica de João do Rio se dirige, enfim, aos resultados desse projeto modernizador estéril. O maior prejuízo deixado pelas transformações está na progressiva perda da individualidade, desfigurada tanto na relação do indivíduo consigo próprio como nas suas sociabilidades. A compreensão do jogo entre civilização e cultura ajuda a costurar uma análise por dentro da obra de João do Rio no sentido de pôr em evidência aquilo que a modernização escondia e permitir que se reconheça a miríade de relações que definiam a cidade-capital.

Referências Bibliográficas

BILAC, Olavo. Crônica. **Revista Kosmos**, março de 1904.

FALCON, Francisco José Calazans e RODRIGUES, Antonio Edmilson Rodrigues.

Tempos modernos: ensaios de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIO, João do. A crise do Perfume. **n'O Paiz**, 27/05/1916.

_____. **A pressa de acabar**, 1909.

_____. A Rua. In: **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

_____. **Gazeta de Notícias**, 23/09/1903.

_____. **Vida vertiginosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das Letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

**O PROCESSO DE MISTIÇAGEM HISPANO-AMERICANO:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Ricardo Leme Santelli*

O continente americano, por volta do ano de 1500, era numericamente bem povoado, possuindo praticamente $\frac{1}{4}$ (um quarto) da população mundial. A Mesoamérica contava com cerca de 25 milhões de habitantes, ao passo que a Península Ibérica tinha menos de 5 milhões. A civilização Maia, na Mesoamérica, atingiu seu apogeu no século X e, por volta de 1500, continuava a influenciar a região litorânea. Nos planaltos do interior, entretanto, desenvolveu-se a Confederação Asteca. Em 1325, os astecas fundaram a cidade de Tenochtitlán, base da futura Confederação e sobre a qual se construiria a Cidade do México. A Confederação Asteca possuiu uma política de conquistas, chegando a estender-se das margens do Oceano Atlântico às do Pacífico e impondo sua autoridade a cerca de 20 milhões de súditos.

A conquista espanhola da América foi um longo processo que se desenvolveu em diversas etapas. O “descobrimento”, com a chegada de espanhóis ao continente em 1492, não significou o início da conquista em seu sentido pleno. Apenas na geração seguinte e com a conquista do México, em 1521, e do Peru, em 1533, a colonização espanhola ganharia contornos próprios. Serge Gruzinski considera a formação das sociedades coloniais ter sido marcada, em uma fase inicial, pela grande incidência de perda de raízes, pela diversidade de componentes étnicos, culturais, religiosos, pelo comando limitado ou nulo com a autoridade central, pela predominância da instabilidade, da mobilidade e da irregularidade. Esse universo fraturado teria deixado marcas nas sociedades coloniais em parte porque tal experiência consagrava a predominância da “recepção fragmentada”, pois a conquista desencadeava para todos os lados envolvidos, a perda, a dissolução das referências originais - ibéricas, ameríndias, africanas - e a elaboração de novas. Essa dinâmica de perda e reconstrução se traduziu por uma recepção intermitente e fragmentada das culturas em presença e constitui o que

* Ricardo Leme Santelli é mestrando do Programa de Pós Graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou o curso em 2011/1, sendo bolsista do CNPq e orientado pela Prof^{ra}. Dr^a. Juliana Beatriz Almeida de Souza.

o autor identifica como formas sociais fractais.

A cidade do México seria um retrato perfeito desta situação “fractal”, coexistindo nela um mundo antigo em destruição e um novo, em processo de construção, a partir de seus destroços e ruínas. Além disso, segundo Gruzinski, “os vencedores viveram, por muitos anos, em uma espécie de estado de sítio contínuo (...), rodeados por milhares de índios hostis” (GRUZINSKI, 1993: 78-79).

Ao chegarem à América, a distância do universo europeu, com o qual estavam familiarizados, fazia com que os espanhóis se desprendessem de costumes e crenças que antes seguiam. Desse modo, ocorria o chamado *extrañamiento de tierra*, uma vez que eram obrigados a conviver com hábitos e realidades completamente desconhecidos e a agir de forma inaceitável para os padrões tradicionais do Velho Mundo. Esta perda de referências acabou se somando ao estado caótico da sociedade em formação e à confusão generalizada em que se encontrava. É necessário ressaltar que o estranhamento foi recíproco, sendo vivido também pelos nativos americanos no convívio com “seres estranhos de origem misteriosa” (GRUZINSKI, 1994: 159) e com os objetos e animais que estes traziam. O abismo entre os dois universos fez com que o contato entre ambos fosse bastante fragilizado.

A criação de conexões entre os grupos só foi possível graças aos múltiplos processos de mestiçagem de seres e imagens, sendo ela responsável por estabelecer laços entre os mundos fragmentados, tornando-se base para formação das sociedades coloniais. É impossível falar de América ibérica sem falar de mestiçagem. O processo de mestiçagem decorrente do contato sexual entre os três grupos primários, espanhóis, índios e negros, e seus respectivos descendentes, gerou uma diversidade biológica, cultural e etnográfica jamais vistas em outro momento histórico.

Do ponto de vista social, o contato sexual gerou uma população de mestiços que não pode ser reduzida ao episódico e compensou as dificuldades de comunicação verbal e os efeitos do *extrañamiento de tierra*, além de apoiar o processo de expansão e ocupação de novos territórios americanos. A primeira geração de mestiços foi, em geral, aceita como espanhola, fossem oriundos de casamentos mistos ou oriundos de concubinato. É válido destacar que essa primeira geração, fortemente ligada ao grupo paterno, desempenhou parte ativa nas últimas etapas da conquista. No entanto, existiram exceções e alguns mestiços da primeira geração se juntaram ao grupo materno. Mas este

fenômeno não se limitava aos mestiços. Alguns poucos espanhóis de pura linhagem também se juntaram e assimilavam a cultura indígena.

De todo modo, com a conquista, se iniciou um intenso processo de cruzamento entre europeus e ameríndios. Entretanto, o estudo preciso da evolução das taxas de reprodução desta população mestiça torna-se problemática devido à inexatidão dos documentos e registros históricos existentes, devido a diversas questões como a condição de ilegitimidade jurídica de grande parte dos filhos de espanhóis e nativos, em sua maioria frutos de relações extraconjugais.

O avanço da mestiçagem seria menos notado se as massas indígenas continuassem sendo tão numerosas como, evidentemente, foram antes do contato com os europeus. Para marcar a importância da mestiçagem, durante os séculos XVI e XVII, devemos ter em mente que a declinação populacional foi rápida e brutal sobre os nativos. Em 1570, apenas 3,5% da população era representada por brancos, negros e mestiços, enquanto, em 1650, este número cresce para 19%. As causas principais do declínio demográfico foram as enfermidades importadas, ou seja, o choque microbiano¹: a varíola, o tifo, o sarampo e a gripe. Ao contrário dos povos que já conviviam a séculos com essas doenças, os ameríndios não haviam desenvolvido nenhuma resistência contra estas enfermidades. A epidemia de varíola, introduzida no México por um africano, em 1520, causou aniquilamento até entre índios que não haviam entrado em contato com espanhóis. De modo similar, as enfermidades européias chegaram ao Peru e podemos constatar que a baixa populacional ocorrida, entre 1568 e 1580, na Nova Espanha, foi produto de uma epidemia de febre tifóide.

O conceito de “mestiço” apropriado historicamente pelos conquistadores foi marcado por duas correntes, a da tradição clássica e a da história mais recente da reconquista espanhola. Diversos paralelos eram traçados com o mundo animal relacionando o híbrido ao filho bastardo e estéril, mas, em geral, sempre ocupava uma posição de degeneração, inferior à de seus progenitores. No Novo Mundo, além disso, sua condição política era ambígua.

Assim, na década de 1570 foi promulgada uma série de restrições aos direitos dos mestiços, entre elas a proibição de viver entre os indígenas e o direito de serem

¹ Introdução de doença contra as quais as populações nativas não possuíam defesas orgânicas, o que, no caso da América, provocou grandes baixas demográficas.

soldados. Entretanto, o ordenamento de mestiços como sacerdotes é mantido, visto que existia uma grande necessidade de haver, na Nova Espanha, sacerdotes que conhecessem o idioma dos nativos. Por outro lado, os mulatos e os negros livres também sofriam as restrições de pessoas de nascimento ilegítimo. No entanto, os indivíduos africanos demonstraram valor militar e, pouco a pouco, começaram a ser recrutados para as unidades especiais. Neste contexto, os mulatos eram chamados de pardos e os negros de morenos.

A Coroa seguiu uma política cuja finalidade era separar seus súditos índios dos restantes. O ponto de partida desta política era o conceito de duas Repúblicas, a República dos espanhóis e a República dos índios, caracterizando assim uma grave política de segregação e gerando problemas jurídicos específicos. Em primeiro lugar, a Coroa desejava proteger os índios da violência, do abuso e também das más influências para sua moral e sua fé; em segundo, existia o desejo de manter este dualismo já estabelecido aos níveis eclesiásticos e administrativos. Teoricamente, a política de separação esbarra em um objetivo da Coroa: a difusão do espanhol entre os índios. Tampouco harmonizava com a liberdade de conceder matrimônios mistos entre índios e espanhóis. Esta política de separação fracassaria devido aos diversos conflitos entre as metas da Coroa. Uma das razões para este fracasso foi à queda da população indígena e o aumento considerável da população dos mestiços.

Foi neste momento que surgiu o conceito de *castas*², nome genérico utilizado para identificar os vários tipos mestiços ali presentes e indicar sua posição sócio-econômica. Na estratificação social ou de castas estabelecida na América Espanhola se conjugaram principalmente 3 valores sociais ou elementos como notas distintivas de cada estrato ou casta: o elemento racial, o elemento econômico e o elemento cultural. Do ponto de vista das atividades econômicas, para as castas intermediárias, sobraram os ofícios manuais ou o trabalho nas terras dos *criollos* e até mesmo, muitas vezes, nas terras coletivas indígenas.

A categoria de “mestiço” pode ser considerada englobante, quando inclui todas as mesclas, e específica, quando, por regra geral, se designa a filhos de pais espanhóis e mães nativas. Em muitos casos, o termo “mestiço” aparece como sinônimo de

² Palavra de origem ibérica medieval aplicável a todo tipo de grupo humano.

aculturação³, porém reitero a percepção da mestiçagem como fenômeno biológico, social e, sobretudo, cultural, à medida que a partir dela geram-se novas formas culturais.

Porém, é importante observar que a definição dos grupos étnicos não pode ser efetuada somente a partir da cultura, embora esta entre de forma decisiva no processo de construção da etnicidade. As características que são levadas em conta “não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes”. Assim, o conteúdo cultural pode ser de duas ordens: traços diacríticos como o vestuário, moradia ou estilo geral de vida; e orientações de valores fundamentais, padrões morais pelos quais as ações são julgadas. “Nenhum desses tipos de ‘conteúdos’ culturais deriva de uma lista descritiva de traços ou diferenças culturais” (BARTH, 1998: 194).

A noção de identidade étnica deve ser considerada a partir de quatro grandes problemáticas: o da atribuição categorial, pelo qual os atores identificam-se e são identificados pelos outros; o das fronteiras do grupo, que servem de base para a dicotomização Nós/Eles; o da fixação dos símbolos identitários, que fundam a crença na origem comum; e o da saliência, que recobre o conjunto dos processos pelos quais os traços étnicos são realçados na interação social.

São as fronteiras étnicas que, para além do conteúdo cultural, definem os grupos. “As identidades étnicas só se mobilizam com referencia a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos” (BARTH, 1998: 152). A etnicidade é, portanto, um processo dinâmico sempre sujeito a mudanças e reconfigurações e, dessa forma, as fronteiras são mais ou menos fluidas, permeáveis. Assim sendo, a formação de fronteiras internas, fruto de tensões e parte das estratégias de controle social, são também táticas de auto-definição e de formulação das identidades.

É necessário ressaltar que há uma relação intrínseca entre imaginário social e as relações de poder, assim entre o imaginário social do século XVIII e as pinturas de castas. Segundo Bronislaw Baczko, o imaginário social é

uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações

³ Esta idéia faz parte das estratégias de desvalorização dos mestiços nas sociedades hispano-americanas.

com ela, com as divisões internas e as instituições sociais. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. (BACZKO, 1985: 309–310)

Para o autor, a avaliação das múltiplas funções dos imaginários sociais não pode passar despercebida, tanto em relação à intervenção das representações e símbolos nas práticas coletivas, bem como na sua direção e orientação.

Referências Bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**. Lisboa, Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1985. vol. 5: Antropos – Homem.
- BERNARD Carmen. Los híbridos en Hispanoamerica: un enfoque antropológico de un proceso histórico. In: BOCCARA, Guillaume & GALINDO G., Sylvia. **Logica mestiza em America**. Temuco: Instituto de Estudios Indígenas, 2000.
- _____. **Negros esclavos y libres en las ciudades hispano americanas**. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2001.
- CHARTIER R.. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **História cultural**. Lisboa: Difel, 1990.
- CROSBY, A.. **The Columbian Exchange**. Biological and Cultural Consequences of 1492. Westport: Connecticut Greenwood Press, 1972.
- DARNTON, R.. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FREYRE, G.. **Casa-Grande e Senzala**. 28ªed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GARCÍA SÁIZ, María Concepción. **Las castas mexicanas**. Un género pictórico americano. Milani: Olivetti, 1989.
- _____. **La pintura colonial en el Museo de América (I)**: La escuela mexicana. Madrid: Ministerio de Cultura, 1960.
- _____. **La pintura colonial en el Museo de América (II)**: Los encochados. Madrid: Ministerio de Cultura, 1980.
- GRUZINSKI, S.. **La colonización de lo imaginario**. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI - XVIII. México: F C E, 1991.

- _____. **La guerra de las imágenes**. De Cristóbal Colón a "Blade Runner" (1492 - 2019). México, FCE, 1994.
- _____. Las repercusiones de la conquista: la experiencia novohispana. In: BERNAND, Carmen (org.). **Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años**. México, FCE, 1994.
- _____. Do barroco ao neobarroco: fontes coloniais dos tempos pós modernos. O caso mexicano. In: CHIAPPINI, L., AGUIAR, F. W. de (orgs.). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: Edusp, 1993.
- KATZEW, Ilona. **Pintura de castas**. Madrid: Turner, 2004.
- LIPSCHUTZ, Alejandro. **El problema racial en la conquista de América**. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1975.
- MARAVALL, José António. **A cultura do barroco**: análise de uma estrutura histórica. São Paulo: Edusp, 1997.
- MORENO NAVARRO, Isidoro. **Los cuadros del mestizaje americano**. Estudio antropológico del mestizaje. Madrid: Ediciones Jose Porruas Turanzas, 1973.
- MÖRNER, Magnus. **La mezcla de razas en la Historia de América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- PANOFSKY, E. **Estudios de iconología**. Temas humanísticos na Arte do Renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- PÉREZ HERRERO, Pedro. **La América colonial**. (1492 – 1763) Política y sociedad. Madrid: Editorial Síntesis, 2002. (Historia de España. 3^{er} Milenio, n. 18).
- SOUZA, Juliana Beatriz A. de. Antonio de Lorenzana y los mestizos en México colonial. In: Veronica Salles-Reese e Carmen Fernández-Salvador (org.). **Autores y Actores del Mundo Colonial**. Nuevos Enfoques Multidisciplinarios. Quito: CASO (Georgetown University)/ Universidade São Francisco de Quito (UFSQ), 2008.
- TODOROV, T. **A conquista da América**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MICHEL DE CERTEAU:
O HISTORIADOR COMO *PASSEUR* E A HISTÓRIA COMO HETEROLOGIA
João Rodolfo Munhoz Ohara*

Michel de Certeau é constantemente citado na historiografia brasileira por dois motivos principais: primeiramente, seu trabalho com o cotidiano, no qual elabora uma reflexão sobre a complexa relação entre produtos (e produtores) e seus consumidores, da qual podemos destacar os conceitos de apropriação, estratégias e táticas; em seguida, seu trabalho mais teórico a respeito da historiografia e da produção do discurso historiográfico, do qual comumente se retira o conceito de “lugar social de produção” como a “síntese” desse pensamento. É sobre o segundo aspecto que voltamos nossa atenção: consideramos que embora a apropriação do conceito de “lugar social de produção” tenha oferecido avanços bastante significativos à historiografia, é sua função relativa à proposta maior de Certeau – a saber, a concepção de uma historiografia como saber heterológico – que oferece o caminho mais desestabilizante da crítica certeuniana à prática historiográfica. Articulada a essa percepção do conceito, trazemos a idéia do intelectual “*passer*” elaborada por Certeau em texto dedicado ao colega Michel Foucault quando de sua morte. Segundo essa idéia, o trabalho intelectual consiste em se deslocar em relação ao objeto, resistir à identidade que busca fixar um lugar para o pensar e, assim, ser capaz de pensar diferentemente (*autrement*). Assim, nosso texto busca *passar* pelo pensamento certeuniano e questionar, mais que fixar, a crítica de Certeau à prática historiográfica a fim de procurar e instigar as potencialidades de um pensamento relativamente pouco explorado até hoje na historiografia brasileira.

Em *L'Écriture de l'Histoire* (1ª edição francesa em 1975, 2ª edição brasileira em 2008) Michel de Certeau elaborou uma análise bastante precisa dos procedimentos e das condições da historiografia. No capítulo mais famoso da obra, chamado “A Operação Historiográfica”, Certeau (2008: 65) se guia pela seguinte pergunta – que abre esta seção: “O que fabrica o historiador quando ‘faz história’?” Ora, para ele, a historiografia pode ser cortada e analisada em três níveis que se articulam:

* Graduado em História e mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.

[...] um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). [...] Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. [...] (CERTEAU, 2008: 66, grifo do autor)

Vale lembrar que o conceito de “científico”, sempre entre aspas para o autor, se refere a uma especificidade colocada em nota: entende-se como “científico” “[...] a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados.” (CERTEAU, 2008: 109, nota 5, grifo do autor) Isso porque toda a ilusão de neutralidade e objetividade se vê ruída no pensamento certeuniano – a ponto de Roger Chartier indicar, num chiste, que Ginzburg o classificaria no grupo dos “céticos” (CHARTIER, 2009: 16).

Seguindo o texto de Certeau, vemos como ele indica a relação estreita entre a instituição e institucionalização do saber e seu caráter de conhecimento estável: “[...] A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica [...]” (CERTEAU, 2008: 70). Destarte, o que se vê constituído é um *campo*, nos termos próprios de Bourdieu (2000: 135, grifo nosso), “[...] um espaço multidimensional de *posições* tal que qualquer posição atual pode ser definida *em função de* um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes [...]”. Mas seria engano pensar a autoridade desse campo, o lugar social de produção, de maneira estática e imposta; pode-se pensar em um deslocamento do conceito certeuniano do crível (*croyable*) para situar que “toda autoridade repousa sobre uma adesão” (CERTEAU, 1995: 37). Retornando à operação historiográfica, Certeau coloca claramente que

A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma “doutrina”. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. Não que uma seja a causa da outra. [...] É, antes, necessário recusar o isolamento destes termos e, portanto, a possibilidade de transformar uma correlação numa relação de causa e efeito. [...] Desta maneira, os sistemas sócio-econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar. (CERTEAU, 2008: 70)

Se, portanto, as condições de emergência do discurso historiográfico se colocam nos termos de uma rede de relações assimétricas de poder, parece bastante sensato questionar sua capacidade de “falar do real”. Para tanto, nos deslocamos do primeiro

para os dois outros aspectos apontados por Certeau: os *procedimentos* e a *escrita*. Fica bastante clara a relação estreita entre os níveis ao notarmos que é o lugar (ou o discurso, se pensarmos na categoria foucaultiana conforme a compreende Paul Veyne) que circunscreve as possibilidades do pensável e do crível (*croyable*). Ao mesmo tempo, a escrita ambiciona trazer uma ausência à presença; é por encontrar um Outro a ser *identificado*, no que Lévinas chamaria de epistemologia ditatorial do Mesmo, que o historiador escreve, considerando que a presença evocada pelo texto é capaz de compreender aquilo de que fala.

A nível de procedimentos, “[...] de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das ‘neves eternas’, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. [...]” (CERTEAU, 2008: 79). Ora, neste sentido, não se pode identificar as fontes aos textos – e vice-versa: daquilo que é exterior, que é Outro ao historiador, ele se apropria, corta, analisa e produz algo que se encontra em seu lugar social. Considerar a prática da própria pesquisa como construção significa também atentar para a construção do sentido da história. A fonte, ao ser apropriada pela pesquisa, é privada de seu lugar original; os vestígios, dispostos caoticamente (no sentido nietzscheano), são extraídos e rearranjados em um sentido que lhes é exterior (CERTEAU, 2008: 81).

Quanto à escrita, ela “[...] permanece controlada pelas práticas da qual resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado [...]” (CERTEAU, 2008: 95). O caminho entre a pesquisa e o texto não é simples, linear e transparente; a linguagem escrita obedece a uma série de imposições alheias ao universo da pesquisa (CERTEAU, 2008: 96-99). Mas é na escrita – talvez mais especificamente na leitura do texto – que se opera o *efeito de real*:

Pelas “citações”, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira [...] ele [o discurso historiográfico] se estabelece como saber do outro. [...] combina no singular do saber, citando o plural dos documentos citados. [...] Assim, a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real [...]. Ela produz credibilidade. (CERTEAU: 101)

Ora, se o texto remete a esse Outro que não consegue cercar completamente, a esse Outro ausente e irrecuperável (o passado) a não ser por seus vestígios, ou mesmo este Outro cuja natureza ou forma não pode ser senão construída no esforço da

imaginação (as fontes), convém observar a construção desse efeito no que Certeau chama de ato *performativo* do discurso historiográfico. “Substituto do ser ausente, prisão do gênio mau da morte, o texto histórico tem um papel performativo. A linguagem permite a uma prática situar-se com relação ao seu outro, o passado. [...]” (CERTEAU, 2008: 108)

Mas será possível resistir à captura pelo lugar? Será possível escapar suficientemente às forças estabelecidas no campo de produção intelectual para que esse encontro com o Outro (o passado, as fontes) produza algo diferente da assimilação desse Outro pelo Mesmo? Elucidemos melhor o problema. Certeau fala da etnologia e da produção do saber etnológico nos seguintes termos:

[...] a operação escriturária que produz, preserva, cultiva “verdades” não-perecíveis, articula-se num rumor de palavras diluídas tão logo enunciadas, e, portanto, perdidas para sempre. Uma “perda” irreparável é o vestígio destas palavras nos textos dos quais são objeto. É assim que se parece escrever uma relação com o outro. (CERTEAU, 2008: 214)

Eis que a etnologia se caracteriza por ser a disciplina responsável pelo contato com o Outro, mas um Outro que nos é, ao mesmo tempo, contemporâneo e ancestral – os povos ditos primitivos, selvagens. A etnologia é um saber heterológico por excelência: ao registrar o Outro em seus relatos de observação, o etnólogo se esforça para traduzir uma experiência outra nos termos que lhes são familiares, espaço do Mesmo. Estende-se a esse Outro estudado as categorias do Mesmo – busca-se compreender “como é o amor desse povo?”, ou “como fazem eles a política?”. Estabelecendo um paralelo que, guardadas as devidas especificidades, nos parece bastante oportuno, pode-se dizer que o discurso historiográfico enquadra-se nessa categoria de “heterologia” – é também um saber sobre um Outro, mas um outro deslocado no tempo. Efetivamente não se encontra aqui muita distinção: tanto o Outro do etnólogo como o do historiador só são “acessíveis” através de vestígios – os cantos pronunciados ou os sons registrados, a comunicação verbal ou as cartas – e só são, por fim, passíveis de estudo após serem sepultados pela linguagem do Mesmo.

Talvez seja um problema que o próprio Certeau não tenha resolvido – embora possamos considerar seus estudos sobre o consumo (*A Invenção do Cotidiano*, de 1980) como um avanço importante neste sentido. Mas fica bastante claro em seu texto “O Riso

de Foucault” quem o historiador francês considerava ter avançado bravamente contra tal problema. Para ele, Michel Foucault se colocava como uma importante referência no trabalho de uma história mais atenta a esse Outro que se apresenta nos vestígios. Com isso não estamos dizendo, de maneira alguma, que essa fosse a intenção de Foucault; ao contrário, o que colocamos pode ser entendido a partir da leitura que Certeau faz da obra do colega filósofo, expressa no texto analisado.

Ao notar a resistência de Foucault a ser identificado, fixado em um lugar, Certeau chama a atitude do colega de uma atitude de *passeur*. Este termo pode ser traduzido literalmente como “passante”, “aquele que passa”, mas designa, no idioma francês, um tipo específico de indivíduo – uma espécie de contrabandista, no sentido de atravessar fronteiras com produtos ou pessoas, ou de adentrar zonas proibidas (CERTEAU, 1986: 259, nota 1). Em suma, o termo carrega o desinteresse (já tão comentado) de Foucault pelos limites das disciplinas e sua capacidade de abstração, responsável pela construção de conceitos importantes para a filosofia e para a história através de suas “passagens”.

Ser classificado como o prisioneiro de um lugar e de qualificações, vestir-se da autoridade que condecora aos fiéis sua entrada em uma disciplina, ser enquadrado dentro de uma hierarquia de saberes e lugares, e ser, finalmente, “estabelecido”, constituía, para Foucault, a própria figura da morte. [...] (CERTEAU, 2002: 138, tradução livre)

Essa resistência, Certeau continua, é a característica desse pensamento que estava aberto à – e mesmo em busca da – “surpresa” (*étonnement*) (CERTEAU, 2002: 139), do momento onde determinados problemas tornam-se pensáveis – ou *críveis*, se formos retomar o vocabulário certeuniano – de maneira inesperada (CERTEAU, 2002: 140-141). E é essa mesma atenção ao Outro o qual se nos apresenta que fundamenta a capacidade ampliada de análise – desta vez não em busca da colonização, mas em busca daquilo que Foucault chamou de *ontologia do presente*. É onde a heterologia, esse saber do Outro, se coloca para mover o Mesmo; ao invés de tentar absorver seu Outro, perceber problemas presentes no Mesmo.

Neste sentido, pensar o ofício do historiador como um *passeur*, alguém que resiste à identidade e é capaz de conhecer para cuidar de si (*epimelêia heautoû*) – usando livremente esse conceito tão trabalhado no último Foucault – mostra-se uma das

leituras possíveis da obra de Michel de Certeau, e uma leitura que consideramos extremamente importante frente à crise que se instalou no pensamento historiográfico desde os anos 60. Nossa hipótese de trabalho direciona, portanto, a reflexão para o campo já explorado por Certeau acerca da prática do historiador, agregando uma nova dimensão à discussão – a ética. É assim que esperamos inquietar, problematizar e, assim, iniciar a nossa *passagem*.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CARRARD, P. History as a kind of writing: Michel de Certeau and the poetics of historiography. **The South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 100, n. 2, p. 465-482, 2001.
- CERTEAU, M. **Histoire et Psychanalyse entre science et fiction**. 2ª ed. Paris: Gallimard, 2002.
- _____. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus: 1995.
- _____. **Heterologies: discourse on the Other**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.
- CHARTIER, R. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LÉVINAS, E. **Descobrimos a existência com Husserl e Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Hemus, 1981.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 2, p. 163-209, 2009.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

**EXPERIÊNCIA E ESTRUTURA EM ANTÔNIO GRAMSCI:
A QUESTÃO DOS INTELLECTUAIS¹**

Laurindo Mékie Pereira*

A escrita da história tendo em perspectiva a um só tempo os condicionamentos das estruturas e a agência dos indivíduos é um antigo desafio ao historiador. Entre os anos 1930 e 1970, as estruturas predominavam sobre o indivíduo nos textos dos historiadores. Essa tendência foi sustentada, em grande medida, pela influência do marxismo e dos Annales em suas primeiras gerações. Essa problemática está presente, também, nos escritos de Gramsci. Teoria e prática constituem um todo quase indivisível na vida do autor. O valor que ele confere à ação política é coerente com a sua luta contra os determinismos em voga em seu tempo de militância política e sindical. Aqui, refletimos sobre a abordagem gramsciana dos intelectuais e, a partir dela, pensamos a relação estrutura-indivíduo, temática para a qual o autor contribuiu de forma expressiva ao estudar a história da Itália e ao formular um conjunto de conceitos de forte valor heurístico até o tempo presente.

Embora de importância central no debate, não foi Gramsci que inaugurou, no interior do materialismo histórico, a ênfase na ação dos sujeitos, como se pode perceber na leitura do *Dezoito Brumário* de Karl Marx. A afirmação deste segunda a qual os homens fazem a história, mas não escolhem as circunstâncias sob as quais se encontra, (MARX, 2000: 15) pode ser tomada como uma espécie de colocação geral do problema da relação indivíduo-estrutura.

Efetivamente, em obras como o *Manifesto Comunista* e *O Dezoito Brumário*, o autor parece privilegiar o indivíduo. No primeiro caso, talvez pela própria natureza e objetivos do texto, a fé na ação (política) se revela no tom e no conteúdo de todo o livro. No *Dezoito Brumário*, Marx analisa processos políticos que se desenrolam frente aos seus olhos. Poder-se-ia dizer que é um belo exemplo de história do tempo presente.

¹ Este trabalho conta com o apoio financeiro da FAPEMIG.

* Professor do Mestrado em História da Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes, Doutor em História pela USP.

Assim, em virtude da temporalidade – presente – e do objeto – política -, parece razoável imaginar que as opções, encenações dos indivíduos e grupos se destaquem com nitidez, embora o autor não despreze os condicionantes sociais e históricos legados pelo passado.

Para os mais críticos, a ênfase conferida aos indivíduos, ou melhor, às classes, nas obras iniciais de Marx e que parece se opor ao determinismo econômico, é enganadora. Segundo CASTORIADIS (1995: 42), na visão marxista,

as classes são somente o instrumento no qual se encarna a ação das forças produtivas. Se são atores, o são exatamente no sentido em que os atores no teatro recitam um texto dado previamente e executam gestos predeterminados, e onde representando bem ou mal, não conseguem impedir que a tragédia se encaminhe em direção ao seu fim inexorável. (CASTORIADIS, 1982: 42)

Por sua vez, Hobsbawm observa o caráter histórico e seletivo da apropriação das obras e conceitos de Marx. A desconsideração para com o Dezoito Brumário, por exemplo, seria derivada do fato de que os problemas por ele levantados não atraíram o imediato interesse de lideranças e pesquisadores (HOBSBAWM, 1998: 161). Dessa forma, o que se firmou, especialmente na primeira metade do século XX, foi uma versão vulgar do marxismo, centrado no privilégio das estruturas e o seu peso no desenrolar da história. Em termos políticos e institucionais, esse processo estaria profundamente ligado ao regime stalinista (BOTTOMORE, 2001: 134).

Entre os historiadores, especificamente, esse marxismo vulgar contribuiu para projetar os estudos do social e do econômico e, quase que na mesma proporção, para esvaziar a história política. Nesse ponto específico houve uma convergência entre Escola dos Annales em suas duas primeiras gerações e os marxistas que compartilhavam da vulgata stalinista. Essas duas visões, observa Julliard, possuíam em comum um “desprezo pelos fenômenos políticos; uma convicção que se diria emanada de Saint Simon, de que um problema político não é mais que problema econômico mal colocado.” (JULLIARD, 1976: 182)

Nos anos 1950 e especialmente na década seguinte quando a *Formação da Classe Operária Inglesa* seria publicada, E. P. Thompson se tornou uma das referências mais importantes no debate sobre a agência dos indivíduos e, nesse caso, dos trabalhadores (THOMPSON, 1997).

Mas antes de Thompson e também antes que a renovação da história política desafiasse a tirania do sócio-econômico, Gramsci já havia produzido uma volumosa obra, em forma de escritos carcerários, no interior da qual pode-se localizar uma teoria política que faltava ao marxismo.

A formação intelectual de Gramsci foi pontuada por influências em princípio não usuais para os marxistas ortodoxos. Natural do Sul da Itália e de uma família de baixa renda, Gramsci aderiu, na juventude, às causas de cunho regionalista no *Mezzogiorno*. Do ponto de vista teórico, as influências sofridas pelo autor derivavam mais do neo-idealismo de Benedetto Croce do que de uma visão materialista *stricto sensu*. Isso se explicaria, segundo Carlos Nelson Coutinho, pelo ambiente intelectual então existente: uma bizarra junção de marxismo e positivismo que resultavam em uma visão fatalista e imobilista. Nessas circunstâncias, ao valorizar e privilegiar os elementos históricos na compreensão da sociedade, o idealismo atraiu o autor. Conforme Carlos Nelson Coutinho, o que Gramsci absorve do idealismo “[...] é o elemento liberador, o elemento que acentua o papel da vontade e da ação na transformação do real, a recusa do fetichismo dos ‘fatos’ e dos mitos cientificistas que levaram a um determinismo vulgar e fatalista (COUTINHO, 1989: 11).

Para alguns, Gramsci nunca se “libertou” por completo dessa herança idealista. Conforme Secco, “em vez de ler a obra de Hegel com os óculos de Marx, ele leu a obra de Marx com as lentes de Hegel” (SECCO, 2010).

A biografia de Gramsci é uma ilustração do que ele próprio fala dos intelectuais. Tratando, em 1926, dos intelectuais do *Mezzogiorno*, o autor dizia que eles se “desenvolvem lentamente” e que “representam toda a tradição cultural de um povo cuja história inteira desejam resumir e sintetizar” e, em se tratando do velho intelectual “nascido no terreno camponês”, seria absurdo esperar que ele pudesse “[...] romper com todo o passado para se colocar completamente no terreno de uma nova ideologia” (GRAMSCI, 1987: 164). Gramsci não era um “velho intelectual”, mas era, também, um homem do seu tempo – primeiras décadas do século XX - e do seu espaço, o sul da Itália.

Como o foco colocado sobre os intelectuais, poderíamos dizer que Gramsci parafraseia Marx: os intelectuais fazem a história, mas não nas circunstâncias que eles escolheram.

Para Gramsci, todos os homens são, potencialmente, intelectuais, mas nem todos desempenham essa função. A definição do autor é ampliada. Intelectual é aquele que é agente organizador das classes, ajudando-as a se expressarem politicamente. Eles são fundamentais a qualquer organização. A rigor, explica Gramsci: “(...) não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 2004a: 104).

Os intelectuais constituem, portanto, um segmento, mas não uma classe (GRAMSCI, 2004b: 64). Eles gozam de uma autonomia relativa. É precisamente essa margem de autonomia que lhes permite agir como formuladores e organizadores do consenso social. Caso sua atividade fosse imediatamente determinada pelas injunções da economia, eles seriam incapazes de produzirem qualquer idéia que transcende aos interesses econômicos corporativos (PORTELLI, 2002).

A importância dos intelectuais dentro da abordagem gramsciana relaciona-se diretamente com a centralidade do conceito de hegemonia. Em síntese, essa se define como a direção moral e intelectual que uma classe, fração ou aliança de classes, exerce sobre as demais. A hegemonia se constrói como um processo dinâmico e ininterrupto. Ela não é, pois, uma *coisa*, ou um estado; ela é um fazer-se diário (GRAMSSCI, 1976).

Diferentemente da dominação – o exercício do poder em bases coercitivas e fundamentada no aparelho do Estado *stricto sensu* – a hegemonia tem uma materialidade nova e própria que é a sociedade civil (GRAMSCI, 1976). É nesse terreno em que operam os intelectuais. Eles atuam para construir o consenso, que é condição indispensável à hegemonia.

Já foi identificada a margem de autonomia de que dispõem o intelectual. Todavia a sua relação com a dinâmica social é complexa e requer maiores considerações. Se, por um lado, a autonomia lhe permite ir além do econômico-corporativo, por outro, o pertencimento a uma classe fundamental incide sobre as idéias que ele formula e difunde. E isso é positivo na apreciação de Gramsci. É nesse complexo jogo de autonomia e pertencimento que se percebe como o autor reconhece o papel do indivíduo na história, mas não o idealiza, fazendo tabula rasa dos processos coletivos e sociais.

Para o autor, quando o indivíduo, no caso o intelectual, atua, ou pensa atuar, sem ligações com a vida social, ele se perde, torna-se um elemento estranho ao tempo e sociedade em que se insere. Esse indivíduo que flutua ou pensa fazê-lo sobre ou para além da sociedade produz o que Gramsci denomina ideologias arbitrárias, que são especulações “racionalistas” e voluntaristas, sem conexão com a vida real (GRAMSCI, 2004a: 98-99, 111, 237).

Bastante distinto é o caso dos intelectuais agentes da hegemonia. Suas filosofias se traduzem em termos compreensíveis para o cidadão comum, as massas, como se dizia à época de Gramsci.

O trabalho teórico *per se* é inútil, para Gramsci. Como se opera concretamente a relação teoria-prática/vida social? Em outros termos, em qual instância se materializa a relação intelectual-povo? A resposta gramsciana é clara: “A relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’” (GRAMSCI, 2004a: 101). É a política o *locus* da experimentação das idéias. Uma *filosofia* é apenas uma teoria enquanto permanece entre os filósofos. Quando apreendida pelas pessoas em geral, essa *filosofia* converte-se em *senso comum*. “Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’.” (GRAMSCI, 2004a: 100).

Quando fala em “política”, Gramsci não se refere à política parlamentar-eleitoral. Ele se refere à amplificada “luta de hegemonias” (GRAMSCI, 2004a: 103). E esses embates hegemônicos e contra-hegemônicos ocorrem no âmbito da sociedade civil que é onde se constrói e se disputa o consenso, como já assinalado.

Esse entendimento amplificado da política não implica em desconsideração pela política convencional. Os partidos políticos ocupam um lugar de destaque no processo de interação teoria-prática. No mundo moderno, explica o autor, eles são importantes na “elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções” (GRAMSCI, 2004a: 105).

A problemática indivíduo-estrutura recebe, portanto, um tratamento complexo em Gramsci. É possível que essa micro abordagem sintetize a visão geral que o autor apresenta sobre a relação entre as esferas do político e do sócio-econômico. Como já assinalado, desde a juventude o autor rejeita os determinismos de qualquer natureza. É

instrutivo a este respeito a passagem seguinte, em que ele repele esse etiqueta colada em Marx:

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. (GRAMSCI, 2004a: 238)

A política apresenta suas dinâmicas próprias, explica o autor. É possível e até desejável que um grupo social torne-se hegemônico antes de ser dominante (GRAMSCI, 2004, VOL. 5: 62). Gramsci recusa o determinismo e também a completa autonomia da política. Esta, afirma, reflete “tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirmam que devam necessariamente se realizar” (GRAMSCI, 2004a: 239).

Retomar Gramsci para o diálogo parece instrutivo em tempos de retorno da biografia e de renovação da história política. Essas tendências da historiografia recente são tributárias, entre outras coisas, de uma nova concepção do papel do indivíduo da história, libertando-o dos determinismos. Para Levillain (2003: 162) uma das razões do retorno da biografia é precisamente a crise do marxismo; para Sirinelli (2003: 237), a história dos intelectuais começou a “superar sua indignidade” a partir de meados dos anos 1970, entre outros motivos, por causa do novo *status* da história política; para Remond (2003: 445), essa nova história política se afirma a partir da tese de que o político é específico, constituiu-se numa “realidade distinta”.

Embora produzido em outro tempo e condicionado por ele, o pensamento de Gramsci converge e aproxima-se dessas recentes teses em vários pontos, assim como se distancia em outros. No que diz respeito às convergências, o autor italiano não hesitaria em condenar junto com Levillain os determinismos, subscreveria com Sirinelli a relevância dos intelectuais e da sua dignidade enquanto objetos de estudo do historiador e, por fim, diria com Remond que a política não é mero reflexo das outras instâncias, como muitos dos seus contemporâneos pensavam.

Referências Bibliográficas

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere – volume 1**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere – volume 5**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, Rene. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2000.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- REMOND, Pierre. Do político. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SECCO, Lincoln. Notas Sobre a Filosofia da Práxis. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-262.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Vol. I.

**LUÍS SOARES CORREIA DE ARAÚJO:
TRAÇOS DE UMA BIOGRAFIA**

Douglas Albert de Souza Lima*

Durante os anos de 2009 e 2010, como bolsista de iniciação científica,¹ tive a oportunidade de pesquisar no jornal *A República*. Minha meta era identificar as Resoluções Municipais instituídas pela Intendência de Natal durante a Primeira República. Pelas Resoluções observamos as mudanças ocorridas na cidade nos primeiros anos do século XX. Estas mostraram as ações do poder público em áreas das mais diversas, tais como, a cultura, o trânsito, os transportes, a urbanização, a saúde, a educação.

À medida que lia o jornal percebia uma série de ações culturais voltadas especificamente para reforçar/construir na sociedade natalense, valores vinculados ao patriotismo, ao civismo. Ao mesmo tempo fui percebendo que nessas ações “civilizatórias” era constante a presença do professor Luís Soares de Araújo, um educador Assuense que vem para a capital a pedido do governador à época – 1917 – para ser diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho, grupo esse que se destacou no contexto educacional na cidade do Natal.

Considerando essa situação, este trabalho pretende entender as práticas civilizatórias desenvolvidas em Natal durante o século XX a partir da biografia de Luís Soares de Araújo. Apesar de não deixar escrito traços autobiográficos, ele nos deixou pistas de sua trajetória. São essas pistas que ajudam a compreender a experiência de configuração de uma entidade civilizadora e, portanto, explicitam a relação sujeito e sociedade. Assim, este trabalho pretende analisar um amplo panorama sobre a Cidade de Natal tendo como “fio condutor” a trajetória pessoal de um personagem.

A narrativa da história de Luís Soares traz um novo modo de espacializar a Cidade do Natal. Nesse sentido, conhecer Luís Soares é também conhecer a Cidade. Há perfeitamente a problemática de que ele não vai representar Natal como um todo, porém, ele vai representar uma das muitas cidades existentes em Natal, assim como

* Graduado em História da UFRN e membro do Grupo de Pesquisa Os espaços na modernidade

¹ Como bolsista de Iniciação Científica, estive vinculado ao projeto intitulado: A institucionalização da gestão urbana: levantamento documental e análise das resoluções do Conselho da Intendência Municipal de Natal (1890-1930) coordenado pelo professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

Freyre represente um dos muitos nordestes.

Luís Soares Correia de Araújo, mais conhecido como Professor Luís Soares, viveu boa parte de sua vida, em Natal, no bairro do Alecrim, que, no começo do século XX, era tido como um dos mais pobres e desassistidos (NONATO, 1980) pelo poder público. Nesse bairro, foi Diretor do *Grupo Escolar Frei Miguelinho* e fundador do *Grupo de Escoteiros do Alecrim*. Na condição de gestor dessas instituições, estava presente em praticamente todas as ações que se referiam a mobilizações em torno de civismo. É no Alecrim que Luis Soares inicia uma vida de práticas sociais na Cidade do Natal.

Para relacionar os fatos da vida de Luís Soares com a formação da Cidade do Natal, vejo a narração como um meio de expor essa relação. Certeau (2004) mostra que a cidade é sentida, vivenciada e modificada de acordo com o consumo dos seus moradores, das necessidades e da inventividade dos indivíduos que a lêem diariamente, numa relação constante de (re)criação de espaços e lugares.

Certeau (1994) também afirma que os relatos especificam espaços pelas ações de sujeitos históricos. Portanto, a idéia de espaço neste trabalho parte do pressuposto que Luís Soares é um sujeito histórico, porém, que ainda precisa ser constituído. Assim, utilizarei-me da análise de material tanto produzido por Luís Soares como para Luís Soares, identificando como suas práticas civilizatórias foram moldando o espaço da Cidade do Natal

Espaço é um termo abstrato para um conjunto complexo de idéias (TUAN, 1983). Com essa definição estabeleço a idéia de que um lugar, ou uma instituição é também um espaço. Pois o espaço se constitui numa interpretação do homem, ele só existe – o espaço – enquanto perspectiva do homem, enquanto resultado de uma (ou várias) relação estabelecida entre ambos, é uma história produzida pelo homem.

Certo de que para dar vida a esse biografado, faz-se necessária a ajuda de discursos orais, as fontes de jornais, as cartas e a minibiografia escrita por Nonato (1980) não darão conta do todo que é a história de Luís Soares. Diante disso, será necessário recorrer à memória daqueles que conviveram com Luís. Para tanto, me utilizarei de Halbwachs (1990), quando o mesmo diz que, falando em memória coletiva em memória histórica, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Com isso, pretendo buscar o ideário coletivo para buscar preencher

possíveis lacunas que os documentos escritos deixam.

Tratando-se de uma obra biográfica, percebe-se a necessidade de trabalhar também em torno do pensamento teórico de Pierre Bourdieu (2001) quando afirma que uma vida é insuperavelmente e o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato da mesma.

Além disso, houve também preocupações na construção dessa narrativa, tomando por base a citação de Márcia de Almeida (2009) ao falar de André Maurois, vê-se que é primordial não construir uma biografia sem antes tomar cuidado com as limitações impostas pelo fato de os protagonistas e antagonistas de “suas” histórias terem existências mundanas e reais, tendo o cuidado de não narrar tudo sobre o biografado, mas sim, destacar os aspectos que vivificassem o biografado. Atentar que a biografia (empírica) não se trata de um romance, que possui uma grande liberdade de construção.

Esse estudo parte da análise do jornal *A República* (1917-1967), periódico através do qual Luís Soares se utilizou para divulgação de suas práticas, principalmente como diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho e como presidente da Associação Escoteira do Alecrim. Adicionar sempre notas ao principal jornal da cidade do Natal na época, não só mostra a força que Luís Soares possui na sociedade; vai além, não só como meio divulgador, mas serve também como arquivo. Além disso, também foi utilizado uma coletânea que composta de várias passagens em vários jornais sobre a vida de Luís Soares. É nesse material que se encontra o maior acervo sobre ele. Por fim, fez-se necessário o uso de entrevistas, para preencher lacunas porventura abertas durante a minha pesquisa. Essas análises são apenas um início. Há ainda bastante material a ser analisado.

Luís Soares: educação e civismo

O professor Luís Soares nasceu, em 1888, na cidade de Assu, onde cursou as primeiras séries e, em seguida, foi morar em Recife, onde cursou o pedagógico. Após a conclusão do Pedagógico, a convite do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, veio morar em Natal com a missão de construir grupos escolares e escolas em Natal e em diversos municípios do interior, como foi o caso do Grupo Escolar Frei Miguelinho, criado em 1917. Todavia, a ação de Luís Soares não ficou restrita a fundação de escolas,

fundando em 1918 uma banda escolar, a “Charanga do Alecrim”, com jovens do bairro; além disso, em 1919 fundou a Associação de Escoteiros de Alecrim.

Iniciando a década de 1920, Luís Soares criou o “Curso complementar”, no turno da noite, com aula para adultos. Em 1922, Luiz Soares cria a Escola Profissional do Alecrim e na continuação o Grupo Escolar Frei Miguelinho.

Seguindo no contexto educacional, Luís Soares implementou, no ano de 1945, um Jardim de Infância no Grupo Escolar Frei Miguelinho, o que possibilitou a educação para todas as idades dentro do bairro do Alecrim, que diante de uma Natal que seguia os passos do “progresso”, era tido como um dos bairros mais pobres e desassistidos da cidade.

Investigando um pouco mais, temos que no ano de 1917, ele criou a Associação de Escoteiros do Alecrim, com o apoio de Henrique Castriciano (personagem de destaque no Rio Grande do Norte) e de Olavo Bilac (conhecido de âmbito nacional). Ao trazer o escotismo para Natal, Luis Soares tinha por meta iniciar a criança e o adolescente “no ritual da obediência e da valorização da pátria” (BITTENCOURT, 1990). Essa valorização da pátria foi feita a partir dos ideais republicanos. Segundo Bittencourt (1990), “uma das tradições [...] era o do sentimento Republicano” do povo [...]. A monarquia deveria ser entendida como anomalia que se fez necessária apenas temporária e circunstancialmente na “História Nacional”.

Luís Soares criou no Alecrim um **espaço** onde as práticas civis - militares se somarão ao núcleo educacional – escola – no que pode ser visto como um **local** central de difusão das idéias nacionais. O movimento escoteiro àquela época era visto como a “educação perfeita para introduzir, desde a infância, a relação militar – povo” e “a obediência incondicional às autoridades constituídas e à hierarquia social”. Esse tipo de educação era baseado em disciplina rígida, estilo militar, para formar o cidadão de bem e idolatria pelos símbolos nacionais – culto à Bandeira e ao Hino Nacional, comemoração das datas nacionais, ou seja, culto às tradições brasileiras, tradições essas que não existiam, por exemplo, durante o Império (BITTENCOURT, 1990).

Durante o começo do séc. XXI tem início um período que Hobsbawn vai denominar de “Fenômeno Nacional, no qual são realizadas práticas nacionalizantes que tem por objetivo a construção da idéia de nação.” Essa nação vai estar imbuída de práticas modernizantes e civilizatórias (BITTENCOURT, 1990).

Além de práticas como escotista, Luís Soares também vai estar à frente de outras ações que mostram sua necessidade de transformação – melhorias – em prol do Estado do RN.

No ano de 1918, em meados de abril, chegam relatos da seca que começou a atingir algumas cidades – Assú, Martins, Mossoró, entre outras – e que acaba por se alastrar por boa parte do Estado. O Governo toma uma série de medidas – construção de açudes e barragens. Na capital, Luís Soares inicia uma campanha para recebimento de donativos em favor dos flagelados (A REPÚBLICA, 1918).

Em 1919, a gripe espanhola começa a se espalhar pelo Brasil, chegando também ao RN, mesmo havendo poucos casos, porém, causou problemas ao Governo do Estado. Mais uma vez Luís Soares se destaca iniciando uma campanha de doação de alimentos e ajudando na distribuição e aplicação de medicamentos.

Em 1927, ele reorganizou a “Liga de Desportos Terrestres do RN”, no qual foi eleito presidente, segundo Nonato (1980), esse trabalho “levou o Presidente Juvenal Lamartine [...] a construir, em 1929, no Tirol, o Estádio que conserva o nome daquele Chefe de Governo.

No mês de Março de 1944 é fundada, no mesmo bairro – Alecrim - , um Centro de Saúde, a “Policlínica do Alecrim”. Ela foi criada em um terreno doado pela associação dos escoteiros do Alecrim, por intermédio de Luís Soares, que vai fazer parte do primeiro conselho administrativo, como Presidente. Após sua morte, em 1967, ele foi homenageado, quando seu nome também passou a ser o nome da policlínica, que se transformou no Hospital Luís Soares.

No ano de 1945, Luís Soares participa ativamente da organização e instalação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, que mais tarde integrarão a Universidade Federal do Rio Grande do norte. Em 1950 ele foi eleito para a Câmara de Vereadores de Natal, no qual foi posto como vice-presidente.

Em 1953, Luís Soares pede a intervenção do então Vice-Presidente da República e também norte-riograndense, João Café Filho para conseguir autorização para a reforma do Forte dos Reis Magos, que estava se deteriorando, e no qual obteve sucesso perceptível através de uma carta (DIÁRIO, 1953) que recebeu informando que estava para ser enviado ao Estado uma equipe técnica do Iphan de Recife, para verificação e estudos

iniciais do trabalho. Sua morte ocorre em 13 de agosto de 1967, com acompanhamento de boa parte da população do Alecrim e de autoridades locais.

Na análise de entrevistas, vamos ter um reforço dessas mesmas ações do professor Luís Soares. Sempre demonstrado como homem ativo, de uma rigidez para com a disciplina, porém, sempre enaltecido como alguém que trabalha para o próximo.

Luís Soares e a cidade do Natal

Nos dias de hoje, o bairro do Alecrim é tido como comercial. Boa parte da população de Natal habita em outros conjuntos residenciais. Porém, na época de atuação de Luís Soares, tal bairro era um dos mais populosos, além de ser um dos mais carentes, como dito anteriormente e é para esse bairro que Luís Soares vai dedicar sua obra.

A Natal criada por ele é essa Natal criada a partir do bairro do Alecrim. O Grupo escolar Frei Miguelinho seve como base para a implementação de uma série de atividades que moldam não só o bairro, como a Cidade passa a ter uma nova perspectiva.

Como núcleo educacional, acaba atingindo todos os níveis da hoje chamada “educação básica”, incluindo o ensino de jovens e adultos e a escola de ensino técnico, a Escola Profissional do Alecrim. Com isso, os cidadãos desse e de outros bairros acabam por freqüentarem esse espaço educacional, principalmente os mais desassistidos materialmente.

Ao instituir o movimento escoteiro, Luís Soares alia a rígida disciplina, com exemplo militar, à escola. Vamos ter, a partir daí, uma nova formação social, com novos elementos, principalmente republicanos, com uma maior ênfase às “Tradições Nacionais”.

Com a reorganização da Liga de Desportos, vamos ter a criação do Estádio Juvenal Lamartine, que por muitos anos será um local concentrador das mais diversas práticas desportivas do RN.

Se por um lado investia na área social para com as crianças e jovens daquele bairro, também soube aproveitá-los. Quando, ao Estado do RN, vinham políticos de grande expressão Nacional, ou quando havia os mais diversos eventos no estado – comemorações, eventos esportivos, desfiles cívicos etc., Luís Soares aproveitava a banda escolar “Charanga do Alecrim”. Além de mostrar à cidade e aos visitantes uma

produção de sua escola, também criava nos jovens participantes da banda uma noção de importância social.

Essa importância e a noção de cidadania se dará também com a ajuda aos flagelados da seca e as vítimas da peste no Estado.

Sua participação na política, na criação da policlínica e na formação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, mostra, além de sua importância, a sua força e o seu prestígio dentro da Cidade do Natal. Os mais próximos a ele afirmam que, quando se lançou na política, na realidade, “o” lançaram; além de não ter a intenção de vencer, não fazendo campanha, melhor, fez campanha contra, pedindo, por exemplo, que professores do Grupo Escolar Frei Miguelinho não votassem nele.

A partir dessas ações, observa-se uma mudança significativa na espacialidade da Cidade do Natal. Vamos ter dois grandes bairros vão ter bastante destaque, o bairro da Ribeira e o bairro de Cidade Alta. Com as mudanças implementadas a partir de Luís Soares, dentre outras, o Alecrim passa a ser um bairro com grande visibilidade, agora não só por sua grande população, mas também pelo que passa a representar dentro da sociedade Norte-Riograndense.

A construção dessa análise histórica do processo de civilização pela qual Natal passou durante a consolidação da República no Brasil é possibilitada por essa narrativa de Luís Soares, que também visa questionar as tradicionais concepções de espaço criados pela “modernidade” do início do século XX, procurando investigar suas repercussões sobre o humano, situado entre espaços sociais e a vida pessoal.

Ficou evidenciado de que Luís Soares destacou-se como uma personalidade ímpar na sociedade natalense, em boa parte do século XX. Ele terminou sua vida como diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho, não ocupou cargos no governo e sua participação política não foi das mais longas, cumprindo apenas um mandato de vereador. Entretanto, a cidade que Luís Soares vislumbrou é uma projeção de um modelo nacional. Sua realização, talvez não tenha sido completa em sua plenitude, mas diante das possibilidades, pode-se dizer foi um feito interessante.

Referências Bibliográficas

A REPÚBLICA, Natal, 1917 – 1967.

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco. Lapa, 1996.
- BITTENCOURT, Circe. A História nas escolas primárias: pátria e trabalho. In: _____ . **Pátria**: civilização e trabalho (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DIÁRIO DE NATAL**, Natal, 1953.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Mestiço, pobre, nevroprata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira. In: Gomes, Angela de Castro; Schimdt Bisso (Org.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro, FGV; Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- NONATO, R. Luiz Soares, educador e exemplo. **Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte**. Natal, n. 70, p. 25-30, 1980.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

**WALTER BENJAMIN:
HISTORIADOR MODERNO – HISTORIADOR DA MODERNIDADE**

Josias José Freire Jr*

Nesta comunicação apresentaremos algumas considerações acerca da possibilidade de ler a obra benjaminiana tardia como historiografia peculiar. Primeiramente apresentaremos o conceito de história de Walter Benjamin presente em seus ensaios sobre o poeta francês Charles Baudelaire. Pelas ideias de Benjamin sobre o caráter moderno da lírica baudelaireana, apresentaremos a marca de modernidade da historiografia do filósofo. Em seguida elaboraremos reflexões objetivando estabelecer uma crítica atualizadora do conceito de história do filósofo alemão, bem como uma breve introdução dos temas e desenvolvimentos dos dois ensaios do final da década de 1930, onde o projeto de uma historiografia benjaminiana deveria ser realizado; projeto inconcluso, mas ao mesmo tempo aberto. Por fim articularemos algumas conclusões provisórias no que se refere à possibilidade de ler aqueles textos benjaminianos como historiografia e teoria da história singulares e que versavam sobre demandas específicas daqueles momentos.

Neste texto apresentaremos algumas considerações sobre o conceito de *modernidade* na obra do filósofo alemão de Walter Benjamin (1892-1940). Apesar das dificuldades de definir o significado do conceito de modernidade – que se agravam na obra de W. Benjamin, pelas peculiaridades de sua linguagem filosófica – seguiremos um itinerário específico. Para abordarmos o conceito de modernidade primeiro passaremos brevemente pelo conceito de experiência história do filósofo.

De acordo com o filósofo Walter Benjamin escrever a história significa, entre outras coisas, responder aos apelos do passado no presente. Também para W. Benjamin, a história é sempre também a história de uma forma peculiar de apreender o passado e o presente daquele passado visado, isto é, ele defende uma história como a história da experiência histórica de determinado momento.

Uma das principais críticas benjaminianas à historiografia de seu tempo foi a defesa, por parte dessa historiografia, da chamada ‘ideologia do progresso’. Baseada em

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

uma historiografia que visava reviver o ‘passado tal como ele foi’, tal historiografia enfatizava o encadeamento homogêneo do tempo, não restando lugar pelas peculiaridades de cada momento histórico. Contra a “historiografia dominante” – que W. Benjamin generaliza como ‘historicista’ nas teses *Sobre o Conceito de História* (BENJAMIN, 1994: 222) – da passagem dos séculos XIX para o XX, Benjamin invoca uma historiografia peculiar, onde os aspectos sócio-históricos díspares são enfatizados em favor de uma nova historiografia. Para W. Benjamin a experiência história constitui e é constituída dialeticamente pela a historiografia, não entendida apenas como a historiografia oficial, mas como também os documentos culturais que registram e elaboram as experiências, individuais e coletivas, do tempo. Tanto o modelo historiográfico da célebre obra *Passagens* (BENJAMIN: 2006) como as considerações acerca da poesia de Charles Baudelaire (BENJAMIN, 1989: 103) apresentam peculiaridades acerca da experiência histórica da modernidade como uma espécie de modelo teórico para a historiografia que vise tal período. Passemos algumas considerações sobre estes textos.

O projeto de um livro sobre o poeta francês Charles Baudelaire apareceu nos anos de 1938 e 1939 como ponto de convergência dos materiais reunidos por Walter Benjamin que se transformaram, após a morte do filósofo em 1940, na obra *Passagens*, publicada integralmente apenas quarenta anos após a morte do filósofo. O projeto do livro esboçado por Benjamin era intitulado *Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo* teria três partes (BOLLE, 2000: 53), e o ensaio que deveria ser capítulo central do livro-projeto, *Sobre Alguns Temas em Baudelaire* foi publicado pelo *Zeitschrift für Sozialforschung* [Instituto de Pesquisas Sociais], conhecida como Escola de Frankfurt – na época, exilada em Nova Iorque – dirigido por Theodor W. Adorno e M. Horkheimer. O texto original, alvo de duras críticas de Theodor W. Adorno (AGAMBEN, 2005: 138), o ensaio *Das Paris des Second Empire bei Baudelaire*, que em português fora publicado com nome abreviado *Paris do Segundo Império* fora reescrito e substituído pelo ensaio *Sobre Alguns Temas em Baudelaire*, que assim foi publicado em 1939. O tema de nossos comentários é a versão reescrita, *Sobre Alguns Temas em Baudelaire* e publicada pelo Instituto.

Escolher o texto *Sobre Alguns Temas em Baudelaire* para uma apresentação sumária do método materialista-dialético de apresentação das considerações de Walter

Benjamin sobre a história sócio-cultural do capitalismo poderia parecer uma aceitação das críticas de Adorno, já que este texto foi publicado, após a recusa do texto de 1938, *A Paris do Segundo Império [em Baudelaire]*, por parte do Instituto de Pesquisa Social, dirigido por Adorno e Max Horkheimer. Ao contrário. Entendemos a reelaboração do texto de 1938, que resultou no ensaio publicado em 1939, *Sobre Alguns Temas em Baudelaire* como uma resposta de Walter Benjamin à Adorno e ao Instituto. A teoria da qual Adorno sentira falta no primeiro texto, foi metodicamente explicitada no segundo ensaio sobre Baudelaire. Reconhecemos a importância do primeiro texto, o *Paris do Segundo Império [em Baudelaire]* como “paradigma da historiografia benjaminiana” (BOLLE, 2000: 74), mas optamos pelo ensaio *Sobre Alguns Temas em Baudelaire* exatamente pelo caráter de “reposta teórica” que Benjamin conferiu a este texto. Mas o próprio projeto benjaminiano de construção historiográfica do século XIX, enquanto ensaio de montagem, que deveria incidir sobre os elementos isolados e fazer deles jorrar a história autêntica deveria eliminar a teoria: “Fórmula: construção extraída dos fatos. Construção com a completa ausência de teoria. O que Goethe em seus escritos morfológicos tentou fazer” (BENJAMIN, *apud* BUCK-MORSS, 2002: 104). A teoria aqui a ser eliminada faz claramente – tendo em vista a obra de Benjamin – as construções teóricas abstratas, induzidas sobre os fatos. Só poderia existir a teoria que se apresentasse no interior dos acontecimentos, como seu desenvolvimento interno, e o conceito de *imagem dialética* e de *origem* nos mostra isso. Por isso entendemos neste contexto a resposta contida no ensaio *Sobre Alguns Temas em Baudelaire* como esforço de explicitar a delimitação teórica do conceito de historiografia de Benjamin, a partir de seu *método* de exposição das *imagens dialéticas* reunidas acerca do poeta Charles Baudelaire.

De acordo com Walter Benjamin a recepção da obra de Charles Baudelaire foi caracterizada pela forma através da qual, em seu tempo, o público recebia os temas da poesia lírica enquanto experiências. Uma “mudança na estrutura” (BENJAMIN, 1989: 104) da experiência alterou de forma drástica a forma de recepção da obra poética, o que repercutiu, conseqüentemente, na própria atividade poética. Antes de estabelecer as influências da mudança na estrutura da experiência na obra do poeta francês, e a repercussão destas mudanças na própria concepção estética de poesia, W. Benjamin especifica tais mudanças. Vale lembrar que Benjamin aponta a “filosofia da vida” como

uma das grandes responsáveis pela busca da experiência humana nas vivências: em uma tentativa de resgatar a “verdadeira experiência”, a “filosofia da vida” especula exatamente ao redor de seu oposto, as vivências:

Desde o final do século passado, a filosofia vinha realizando uma série de tentativas para se apropriar da ‘verdadeira’ experiência [...]. Naturalmente não partiram da existência do homem em sociedade: invocavam a literatura, melhor ainda a natureza e, finalmente, a época mítica, de preferência. (BENJAMIN, 1989: 104)

Para Benjamin a obra de Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido* ilustra bem o esforço de reconstruir a experiência autêntica na época de seus esfacelamento, os nossos dias. O grande obstáculo à obra do rememorar é a ausência de conteúdos memoráveis, posto que o vivenciado se articula em nosso tempo apenas na ordem do que pode ser lembrado. Não há, em nossos dias, mais conteúdos para a memória, e isto ficou ilustrado na obra de Proust, para Benjamin, no conceito de *mémoire involontaire*, que em oposição à “memória voluntária” (BENJAMIN, 1989: 106) não pode ser despertada pela inteligência, pelo esforço intelectual. Tanto que, na grandiosa obra proustiana, é o acaso que desencadeia o rememorar, a *Madeleine* que por acaso revolve o passado antes inacessível ao intelecto. A memória involuntária seria a única capaz de acessar as experiências autênticas do passado para Proust. Benjamin segue as idéias proustianas, questionando apenas o caráter de “acaso” do rememorar (BENJAMIN, 1989: 106). Para questionar esta idéia de acaso da experimentação da “experiência autêntica” Walter Benjamin comenta acerca do “declínio da narrativa”, fenômeno *pari passu* à perda da “experiência autêntica”. O fim das “narrativas tradicionais” representou uma contribuição e um sintoma do declínio da experiência (BENJAMIN, 1989: 107). A transmissão de experiência pela narração se opõe à transmissão de informações, sinônimo de nossos dias pobres em experiência (BENJAMIN, 1989: 107). Seguindo Benjamin:

Esta [a narrativa tradicional] não tem pretensão de transmitir um acontecimento puro e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impregnadas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila. (BENJAMIN, 1989: 107)

Esta definição das narrativas tradicionais como transmissoras da “experiência autêntica” é significativa. O acúmulo da tradição, a transmissão oral dos conhecimentos

ancestrais, vedadas à era da informação em que vivemos é ilustrado pelo trabalho artesanal do oleiro, que dá forma aos seu objeto e deixa nele as suas marcas. Esta forma de trabalho também entrou em extinção em nossos dias, a produção pessoal, onde os objetos únicos recebem, um a um, a marca de seu criador. A experiência moderna padronizou a produção, e a informação, de maneira que não há nada há ser transmitido, da mesma forma que a autenticidade das coisas que só são vistas, em sua novidade ou unicidade, enquanto ilusões.

Como já comentamos, a lírica de Charles Baudelaire foi profundamente influenciada pelas transformações na ordem da experiência, vivenciadas na modernidade capitalista. Walter Benjamin desenvolveu seu importante trabalho com a poesia de Baudelaire para perceber na obra do poeta as transformações do mundo moderno em sua gênese. O conhecimento do desenvolvimento das relações sócio-culturais na modernidade capitalista deveriam servir, de acordo com o filósofo Walter Benjamin, exclusivamente para a compreensão de seu tempo, onde as ilusões, a mitologia que originou com o novo modo de vida capitalista, burguês e moderno levaram suas contradições ao extremo, reproduzindo não à derrota da classe dominante, mas o triunfo da barbárie e do caos.

A poesia de Baudelaire, de acordo com Benjamin, foi marcada pela *experiência do choque*: “Baudelaire abraçou como sua causa aparar os choques, de onde quer que proviessem, com seu ser espiritual e físico” (BENJAMIN, 1989: 111)

A poesia de Baudelaire corresponde a uma “experiência para a qual o choque se tornou a norma” (BENJAMIN, 1989: 110). Esta “experiência do choque” – aqui Benjamin foi influenciado em sua teoria da “experiência do choque”, como ele deixa mesmo claro, pela própria obra poética de Baudelaire, mas também por Freud – em seu *Além do Princípio do Prazer* (1921) – e nos escritores Edgar Alan Poe – em suas descrições da cidade grande e das multidões, fundamentais na compreensão da lírica baudelaireana – em Marcel Proust – e seu conceito de memória involuntária e memória voluntária (intelectual) – também em P. Valéry, me seus comentários à obra de Baudelaire e em suas próprias reflexões sobre a experiência moderna – corresponde às vivências da modernidade, onde os indivíduos assimilam sua experiência cotidiana de maneira à protegerem-se dos traumas por elas provocados. Nas palavras de Walter Benjamin:

Quanto maior é a participação do fator do choque em cada uma das impressões, tanto mais constante deve ser a presença do consciente no interesse em proteger contra os estímulos; quanto maior for o êxito com que ele operar, tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e tanto mais corresponderão ao conceito de vivência. (BENJAMIN, 1989: 111)

As experiências da modernidade são a tão ponto danosas à estrutura psíquica dos indivíduos, que a estrutura mental do consciente desenvolve uma defesa natural a tais choques, “amortecendo” os impactos causados por esta vivência, não as assimilando no âmbito das experiências. O ato de processar conscientemente uma informação protege a estrutura psíquica dos indivíduos dos choques cotidianos, mas interdita a assimilação de experiências autênticas.

As *imagens dialéticas* apresentadas no ensaio *A Paris do Segundo Império* [em *Baudelaire*], o ensaio recusado por parte do Instituto de Pesquisa Social, dirigido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, visavam apresentar as experiências de choque da modernidade como a regra da modernidade e ainda as construções ilusórias, mitológicas, que esta assimilação da vivência engendrou na modernidade. Modernidade que nasceu como projeto de desenvolvimento, cuja idéia de progresso ganhou um lugar especial, onde o conhecimento deveria progredir paralelamente ao desenvolvimento da sociedade e da cultura. Tantos os produtos culturais quanto o conhecimento produzido acerca dele estavam embebidos nesta ideologia progressista, graças à força que correntes de idéias como o hegelianismo e o historicismo vulgares repercutiram na mentalidade burguesa. Não existia uma consciência burguesa quanto àqueles mitos engendrados pela nova fé que emergiu nos tempos modernos, naturalmente. O método de Walter Benjamin de apresentação da história visava exatamente dismantelar os sistemas de poder que também agiam na ordem do saber (cultural e científico). O que se torna explícito no texto reformulado para a publicação pelo Instituto de Pesquisa Social, *Sobre Alguns Temas em Baudelaire*, é o esforço do filósofo em demonstrar de que maneira a crítica à cultura burguês-capitalista deveria partir do interior dos próprios sistemas de dominação, pela exposição de suas contradições internas, pelo desvelamento dos processos imanentes aos produtos culturais de nosso tempo.

Com estas notas sobre as peculiaridades do conceito de história de Walter Benjamin acreditamos ser possível enfatizar alguns aspectos. Primeiro reconhecer a atualização do pensamento de Walter Benjamin para teoria da história como

possibilidade de considerar alguns aspectos das produções culturais não apenas como documentos acerca do passado, mas como elementos que contribuem na própria constituição da experiência do passado específicas de nosso tempo. Paralelo a este reconhecimento as reflexões benjaminianas enfatizam o caráter lingüístico tanto da historiografia quanto do material sobre o qual os historiadores elaboram suas considerações sobre o passado: sem desconsiderar a materialidade do passado, reconhecer a importância do “sistema” que o configura, nas célebres palavras de Michel de Certeau (CERTEAU, 2008: 77).

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Edição alemã de Rolf Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na edição brasileira de Olgária C. F. Matos; tradução do alemão de Irene Aron; tradução do francês de Cleonice P. B. Mourão, Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.
- _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa, Hermes Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense: 1984.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens**. Trad. Ana Luiza Andrade. Belo Horizonte/MG: UFMG, Chapecó/SC: Editora Universitária Argos: 2002.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”. Trad, Wanda Nogueira Brandt. São Paulo: Boitempo, 2005.

A TEMPORALIDADE NA CRÍTICA CULTURAL DE FREDRIC JAMESON

Cristiane Paula Arantes*

O presente esboço pretende esmiuçar algumas das categorias respeitantes às teses compostas pelo teórico Fredric Jameson, com um foco na temporalidade a partir da instrumentalização conceitual oferecida por Reinhart Koselleck. Neste sentido, a temporalidade jamesoniana será tencionada a partir de suas considerações acerca da denominada pós-modernidade e os desdobramentos nela problematizados por meio da idéia de utopia e sua densidade na teoria cultural.

A *imaginação histórica* ou a *temporalidade* são perspectivas conceituais bastante controversas na historiografia, especialmente se nos atermos aos projetos pautados em conceitos e idéias de movimento, como aquelas vividas no maio de 1968. Imbuídos de temporalizações, os “ismos” que envolveram os revolucionários em várias partes do Ocidente, eram assim dotados de parcialidades comprometidas com um ideal político os quais só foram possíveis, a partir da Modernidade. Ao passo que se forjou a “distância inexorável” entre o espaço de experiência – composto pelo passado imaginado e vivido – e o horizonte de expectativa, no qual “toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento [...]” (KOSSELECK, 2006: 317).

Mas a derrota das ações políticas direcionadas ao comunismo, de acordo com Fredric Jameson, evidenciara o fim da temporalidade moderna, dada a recusa às narrativas modernas clássicas, sobretudo a expectativa – marca do *topos* moderno. A teorização jamesoniana atenta para inúmeros aspectos circunscritos no debate sobre a pós-modernidade, para entendermos como é construída, faz-se importante situar a obra do autor reflexivamente, para enfim tencionarmos o “tempo pós-moderno”.

Fredric Jameson é enquadrado como um crítico literário norte-americano, nascido em Cleveland, no estado de Ohio em 1934. Graduou-se em Letras pela Haverford College, em 1954. Após esse ano morou um tempo na Europa (França e Alemanha), onde se especializou na literatura francesa e, teve ainda, contato com o marxismo, o que mudou os rumos do seu trabalho. Já no ano de 1956, retornou aos

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista FAPEMIG.

Estados Unidos e deu início ao doutorado com a orientação e influência de Erich Auerbach¹, na Universidade de Yale, onde foi também professor. A tese, publicada em 1961, trata do pensamento político de Sartre². Conforme Maria Elisa Cevasco, na década de 50, havia uma segregação de intelectuais de esquerda nos Estados Unidos dado o macarthismo predominante até os anos 1960, o qual foi responsável não só pela perseguição ao pensamento de esquerda das universidades, mas também resultou na expulsão de pensadores do país. Na mesma década, conseguiram certa visibilidade após trocas intelectuais com o marxismo europeu.

O contexto de mobilização na sociedade americana, apesar da predominância do conservadorismo é impactante ainda mais pela influência do pensamento marxista naquela época. Uma das especificidades de sua trajetória intelectual é que sua radicalização política se dá também por via estética, por meio da leitura dos modernistas clássicos e os impulsos kantianos atrelados às noções que delineiam expectativas progressistas para um futuro melhor, nos quais Jameson verificou um sentido processual que redefine e transforma o mundo.

A literatura clássica, neste sentido, potencializou o desejo de superação do capitalismo em Jameson. Mas, esta inserção do marxismo em suas perspectivas foi o escopo para os rumos que sua produção tomará, ao mesmo tempo em que não tornou seu pensamento iminente bolchevique, afinal, isto aconteceu pelo seu contato com a cultura e a estética.

Nos últimos anos da década de 1950, a constituição dos chamados Estudos Culturais na Inglaterra foram provocados, entre outros motivos, pelo incômodo diante das atrocidades do stalinismo, o *boom* econômico do pós-guerra, a adesão de jovens marxistas que configuraram mudanças nas aspirações da esquerda, resultando assim, na emergência de uma Nova Esquerda. A área de atuação mais duradoura da *New Left* foi na esfera da cultura (CEVASCO, 2008: 87).

Participaram desse processo historiadores, críticos literários e nomes sem formação intelectual definida a exemplo de Edward P. Thompson, Raymond Williams, Stuart Hall, entre outros. A prerrogativa fundamental dos Estudos Culturais, era pensar

¹ Conhecido no Brasil pelos estudos filológicos e uma possível sociologia da literatura, ao unir a crítica da arte literária à sua condição histórica. Vide: WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach sociólogo. *Tempo social*. 2004, vol.16, nr.1, p. 61-91.

² A tese não foi publicada no Brasil. JAMESON, Fredric. *Sartre: The Origins of a Style*. New Haven: Yale University Press. 1961.

a cultura como componente da sociedade, não algo apartado dela. Na verdade, o paradigma se fixava no rompimento com o esquema interpretativo marxista ortodoxo: a infra e superestrutura (CEVASCO, 2008: 87).

Portanto, o pensamento marxista encontrava-se em fase revisionista, sem perder seu compromisso com a ruptura das formas de dominação econômica, as quais, de acordo com a *New Left* se confundiam com as formatações culturais.

Fredric Jameson, depois de seu contato com o marxismo europeu e as “novas tendências no estudo da cultura” aliadas à sua erudição intelectual, conheceu a teoria dos filósofos da Escola de Frankfurt, nas obras de Adorno e Habermas, entendendo-as em seu contexto histórico, visto que esses autores se voltaram para uma crítica ao ideal iluminista a partir do conceito de *dialética negativa*.

Tal negatividade nada mais foi que a crítica formulada por meio do denominado esclarecimento – *Aufklärung* – o qual assumiu uma formatação contrária à esperada, uma vontade de poder e domínio sobre a natureza, e seu programa dessacralizante como o primeiro estágio no desenvolvimento de uma visão de mundo puramente instrumentalista que levará a Auschwitz (JAMESON, 2006: 35).

Em *The Prison house of language* (1972), Jameson interessa-se pelo modelo estruturalista francês e o formalismo russo, fato que gerou uma confusão em seus leitores pois, ao discutir esses modelos e posteriormente as teses pós-modernas, fez com que fosse considerado um pós-moderno. Sobre isto, Oliveira nos diz:

Essa dificuldade em relação aos escritos de Jameson é muito semelhante àquela que sempre perseguiu Adorno por conta de sua peculiar abordagem do tema da *identidade*. Aliás, no que se refere à recepção no sentido mais geral, podemos dizer que Jameson herdou o falso problema que, não raro, era colocado em relação a *Dialética Negativa*, a saber: para alguns ele é demasiadamente marxista, enquanto, para outros, ele não é suficientemente marxista. (OLIVEIRA, 2008: 16)

Tais incompreensões revelam o problema identitário e receptivo enfrentado pelo caráter interdisciplinar do seu arsenal bibliográfico e a inexistência de uma matriz interpretativa consolidada no Brasil e em outras partes do Ocidente. Douglas Kellner aponta que o diálogo de Fredric Jameson com as diversas teorias circunscritas ao *ethos* pós-moderno, faz com que sua trajetória intelectual seja uma

totalidade ainda aberta, como um projeto teórico relativamente unificado no

qual os vários textos constituem partes de um conjunto. [...] concepção mais abrangente do texto literário, uma tentativa de romper os limites do cânone acadêmico estabelecido para incluir a produção cultural como um todo, e de privilegiar a dimensão histórica dos textos. (KELLNER, 1989: 3-5)

Em 1981, focado nos estudos sobre a narrativa, unidos a psicanálise e teorias da modernidade, Jameson aborda a fragmentação da vida e publica o livro *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico* (JAMESON, 1992). Enunciando logo no prefácio seu compromisso com a história, ao defender que os textos literários devam ser encarados como objetos da historicidade humana, isto é, elementos políticos e estéticos dos acontecimentos e valores sociais no momento de sua escritura³. Apresenta assim, o famoso imperativo: *historicizar sempre!*

Tornou-se professor emérito da Universidade de Duke em 1982 e em 1984 publicou o ensaio *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, transformado em livro em 1991⁴. Nele constrói uma leitura totalizante sobre a fusão da economia com a cultura na pós-modernidade, emerge na cena histórica um *boom* de imagens desconexas, dilui-se com o sujeito que se encontra desorientado e esquizofrênico em meio à primazia do espaço sobre o tempo (dentre outras teses apresentadas pelo autor), além da indistinção entre cultura de massa e erudita.

Nota-se nessa interpretação a nítida influência da Escola de Frankfurt⁵ na formação do autor. Neste livro o autor aborda a literatura, cinema, filosofia, arquitetura e a própria economia, entendida em escala mundial. Ainda segundo Oliveira:

Os trabalhos posteriores de Jameson, sejam eles sobre Brecht, o cinema do terceiro mundo ou ficção científica, têm sido obstinadamente fiéis à ousada tarefa que ele se impôs: enfrentar a “*exclusão estrutural da memória*” na *pós-modernidade* (grifo do autor), mostrando, por meio de uma crítica incisiva do presente, que o desejo *chamado utopia* (grifo do autor) existe até mesmo onde menos se espera, e que *tudo pode ser historicizado*. (grifo do autor). (OLIVEIRA, 2008: 18)

A ênfase jamesoniana na historicidade é explicada pelo diagnóstico das

³ Identifico na obra de Williams uma abordagem semelhante. Ver: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁴ JAMESON, F. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press. 1991.

⁵ A crítica cultural da Escola de Frankfurt, versa sobre o debate entre alta e baixa cultura. Jameson, porém, entende que a indistinção entre ambas é um traço do pós-modernismo cultural que pode implicar numa transformação da esfera cultural a partir da democratização das formas culturais.

contradições históricas, entendidas dialeticamente, que redirecionam a cultura em sentido amplo, em um movimento de determinismo ou primazia da primeira sobre a segunda. Uma condição fundamental é a rejeição da expectativa – traço do classicismo moderno na arte, teoria e filosofia. O projeto liberalizante na música, a exemplo, apresenta um “resultado distorcido de uma tentativa de imaginar a totalidade numa época em que não se tem nenhuma experiência dela, em circunstâncias que condenam a tentativa ao fracasso já de início” (JAMESON, 1985: 36).

Todavia, a perspectiva da ausência de temporalidade é aprofundada na medida que Jameson evidencia a presença da utopia quando esta se esvai em meio à fragmentação ocasionada pelo afunilamento da modernidade após a aceleração do tempo, o qual torna-se uma abstração sem conteúdo dada a fragmentação sem precedentes. Estas características, de acordo com os traços desenhados pelo autor, nutrem uma inclinação da cultura pós-moderna em aprofundar a indistinção entre espaço e tempo e, em consequência uma ausência da temporalidade orientadora. Neste sentido, atentamos para o modernismo da teoria jamesoniana, ao crer em um horizonte de expectativa que, *a priori*, seria uma experiência sensorial (não necessariamente espacial, pois este veicula-se ao passado exemplar, não ao cânone modernista reivindicado pelo teórico) a partir das formas culturais de sentido representativo.

O transitar do moderno para o pós-moderno carrega uma sensação de perda ocasionada pela marcha do capitalismo tardio que envolve Ocidente e Oriente em formas culturais dominadas pelo primeiro, apesar da permanência de particularidades residuais e que resistem no segundo. Emerge nos dizeres de Jameson as antinomias do capitalismo no tempo pós-moderno, isento de significação diante do presente que escapa às projeções futuras. Será o presente perpétuo o fim da história ou a dissolução dos universais modernos?

Jameson centraliza a cultura como ímpeto da pós-modernidade, simultaneamente propõe recuperar-se os absolutos kantianos pelas formas culturais coexistentes e canonizadas por ele nos “ismos” dos anos 1960 e da hermenêutica marxista que vise orientar os sujeitos no caminhar da história. A utopia aparece como o não-lugar, em detrimento da teleologia que engloba expectativas de algo melhor, novo ou aperfeiçoado:

Quero muito bem frisar muito bem a necessidade da reinvenção da visão utópica em qualquer tipo de política contemporânea: essa lição, [...], faz parte do legado dos anos 60 que não pode jamais ser esquecido em qualquer reavaliação daquele período e de nossa relação com ele. Por outro lado, é necessário reconhecer que as visões utópicas, em si mesmas, ainda não constituem uma política. (JAMESON, 1991: 176)

Assim, os *impulsos utópicos* na cultura configuram um projeto de recusa à leitura pós-moderna de utopia como código do socialismo (no entender da esquerda) ou o totalitarismo stalinista na interpretação da direita.

A preocupação com a utopia se dá por um entendimento de que a mesma seria uma forma de transformação sistêmica, seja do paradigma comunista ou democrático. Jameson, desta forma, embora aparentemente ligado à uma perspectiva filosófica da História, busca um caminho que evite filiações doutrinárias, pois na pós-modernidade o *télos* linear é inviável. Isto se dá pela dialética do utopismo como negação e, concomitantemente uma impossibilidade de se transformar no atual estado de coisas enunciado pela vivência do espaço sobre o tempo, perante o esgotamento das formas absolutas que servem de referência na modernidade.

A crítica cultural jamesoniana atenta para a dissolução da história em sua perspectiva linear e teológica, embora não empreenda juízos de valor a respeito das idiossincrasias provocadas pela presença da cultura do Primeiro no Terceiro Mundo, este último entendido como o foco das possibilidades utópicas mesmo diante das rendições ao capitalismo multinacional. É a cultura do Terceiro Mundo, o *lócus* da utopia que transcende ao *topos*, dotada de um escapismo processual e ideologias por vezes, reacionária. Em decorrência disso, o lugar da cultura deve ser examinado cuidadosamente em reflexões posteriores.

Referências Bibliográficas

- CEVASCO, Maria E. **10 lições sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial. Ed: 2. 2008.
- JAMESON, F. **Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham, NC: Duke University Press. 1991.
- _____. **Marxismo e Forma: teorias dialéticas da literatura no século XX**. São Paulo: Hucitec, 1971.

_____. **Espaço e Imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

KELLNER, Douglas. Jameson, Marxism, and Postmodernism. In: KELLNER, D. **Postmodernism/Jameson/Critique**. Washington, D. C.: Mouton Press, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, Maurício M. dos S. **A persistência do mesmo na inquietude turbulenta do mundo**: Fredric Jameson e o ocaso da História na pós-modernidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

**DIREITO, INTELECTUAIS E MODERNIDADE:
O PAPEL DE FRANCISCO JOSÉ VIVEIROS DE CASTRO NO DEBATE JURÍDICO
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA**

Carolina Rabelo*

Viveiros de Castro era professor da cadeira de direito criminal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1894 e considerava uma ciência parva e ridícula a que era ensinada nas academias e praticada pelos magistrados brasileiros. As discussões eram palavrosas e estéreis, rabulices de um formalismo processual que sugava a inteligência dos magistrados em seus tentáculos de polvo. Velhos desembargadores, em suas barbas brancas e bojudos ventres, discutiam de forma grave e séria se deveriam anular um julgamento do júri quando não constava dos autos ter o oficial de justiça tocado o badalo ao abrir a sessão. Crescia cada vez mais a importância das questões preliminares enquanto ficava de lado a interpretação do direito criminal em seu sentido filosófico e liberal, reduzindo-o a um amontoado de sofismas. Viveiros de Castro atribuía essas falhas à escola clássica, que descrevia o crime como coisa abstrata e metafísica. A diferença entre a nova escola e a escola clássica era a mesma entre a medicina antiga e a medicina moderna: a última ocupava-se do doente seguindo seu temperamento e hereditariedades, determinando assim o remédio a ser escolhido, enquanto a primeira atentava apenas para os fenômenos, os sintomas. A escola clássica estudava o crime enquanto coisa uniforme; a nova escola estudava o criminoso de maneira antropológica, segundo as necessidades da defesa social. (VIVEIROS DE CASTRO, 1913: 22).

Viveiros de Castro criticava não apenas o ensino jurídico, mas também os magistrados e advogados do seu tempo. Chamando atenção para a revolução dos estudos penais na Europa e inspirado em Lombroso, atacou as concepções tradicionais do direito clássico. Apesar da importância atribuída ao autor italiano, Viveiros de Castro pensava que a antropologia criminal era apenas uma forma de abordagem dentro de um movimento mais amplo, que inclui também a sociologia criminal e que aponta para a

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Bolsista Capes.

formação de uma *nova escola penal*:

Uma nova escola se apresentou, formulando outros princípios, outras ideias, propagando-se como um rastilho de pólvora, conquistando a adesão dos espíritos mais eminentes. Na Itália ela tornou-se especialmente antropológica, estudando as anomalias anatômicas e físicas do delinquente, criando o tipo criminoso nato, explicando o crime por uma analogia congênita ou hereditária. Na França tornou-se especialmente sociológica, estudando a influência das questões sociais, formulando pelo órgão do doutor Lassacagne o conceito de que cada sociedade tem o criminoso que merece, pois é ela o caldo de cultura onde se desenvolve o micróbio do crime. (VIVEIROS DE CASTRO, 1913: 9)

Diante da revolução do direito penal na Europa e da inércia e do conservadorismo dos estudos jurídicos no Brasil, Viveiros de Castro assume para si o papel de divulgador das ideias e dos princípios da nova escola penal, ao definir seu próprio estudo como obra de propaganda e combate. Ao mesmo tempo, indica também o público que deseja atingir: não espera que seus leitores sejam nem seus contemporâneos, que querem basear o ensino e a prática do direito unicamente “no bom senso, na boa razão e na equidade”, nem na nova geração que então começava na magistratura e na advocacia, ainda despreparada para o conhecimento positivo e científico do direito:

A nova geração que surge hoje na vida intelectual do país, estreando-se na magistratura e na advocacia, não vê também com bons olhos o advento da nova escola. Estudada na filosofia eclética de Cousin, no romantismo literário de Victor Hugo, está corroída até a medula pela retórica, pelo gosto do palavreado inane, balofo, frívolo. A ciência moderna positiva, exata, fria, irrita-lhe os nervos. Ela prefere atirar aos quatro ventos os palavrões de “liberdade, livre-arbítrio, alma divina e imortal, princípios absolutos de eterna justiça”. Sem preparação filosófica, sem conhecimento das ciências positivas, que neste século radicalmente transformaram a concepção mecânica do universo, falta-lhe a necessária base para o estudo destas questões que afetam tão profundamente os destinos do homem e os interesses sociais. (VIVEIROS DE CASTRO, 1913: 11)

A nova escola penal precisava, no entanto, enfrentar muitos obstáculos. Era acusada de subordinar a ciência do direito à psiquiatria, mesmo “tendo aberto vastos e novos horizontes ao direito penal”. Essa nova vida do direito, que se mostrava exuberante e rica, garantia a defesa social e colocava-se como uma forma de luta pela vida. Para os juristas da escola clássica, o crime era apenas uma violação voluntária de

um princípio de justiça absoluto e sancionado na legislação positiva. A justiça era eterna e imutável, pairando sobre o tempo e as sociedades, e o livre arbítrio constituía-se de guia da conduta humana. Mas, ora, ambos estes alicerces, nos quais os juristas repousavam seu conceito de crime, eram falsos. Nem a justiça era imutável nem o livre arbítrio era verdadeiro. A justiça era relativa, variando de acordo com o *nível ético* de diferentes estados sociais, e o livre arbítrio poderia ser afetado por características biológicas que, essas sim, eram capazes de determinar o comportamento de um criminoso. Mesmo nos homens *normais*, nenhum ato era consequência do livre arbítrio. O procedimento humano era determinado pelo “motivo mais forte”, aquele que mais atuava sobre os sentimentos, que mais vibrava sobre os nervos. Desta forma, se a escola clássica estava fundamentada em princípios falsos, era necessário encontrar uma nova justificação para o direito de punir:

...como o criminoso nato não tem senso moral, a consequência justa dessas premissas é faltar-lhe o livre-arbítrio e, portanto, não pode ser punido. (...) A escola clássica, fundando a responsabilidade penal no livre arbítrio, chega a estas conclusões perigosas, a impunidade de quase todos os criminosos, a impotência da defesa social contra os ataques dos assassinos e ladrões. É certo que na prática seus adeptos punem estes indivíduos, mas sempre de um modo errôneo. (VIVEIROS DE CASTRO, 1913: 37)

A nova escola penal encarava resolutamente o problema. Ao reunir-se em sociedade e organizar o Estado, o homem, animal que do ponto de vista físico era o menos provido de meios de defesa, teve como fim assegurar os direitos de todos pela proteção concedida aos direitos de cada um. Mas, assim como a vida de um organismo não pode ser concebida abstraído-se as células que o compõem, não se poderia conceber a existência de um Estado abstraído-se seus indivíduos. Para ser possível a existência de uma agremiação humana, era necessário que dominassem os dois princípios altruístas típicos e fundamentais, o da benevolência e o da justiça. Havia, no entanto, indivíduos como o ladrão e o assassino, que eram privados de quaisquer sentimentos de piedade ou probidade, quer por uma disposição congênita, quer pela força do hábito, quer pelo contágio do exemplo. Esses indivíduos apresentavam para a sociedade um caráter de temibilidade porque, privados dos dois sentimentos fundamentais, eram inadaptáveis à vida social. O Estado, portanto, deveria, no interesse dos cidadãos honestos e pacíficos, empregar os necessários meios de repressão para

garantir a vida e a propriedade.

O jurista Viveiros de Castro não era o primeiro a divulgar estas ideias. A maioria dos autores no campo da criminologia, mesmo os que assumem posição mais crítica, atribui aos trabalhos do italiano Cesare Lombroso (1835-1909) um lugar de destaque na constituição do conhecimento criminológico moderno. Junto com Raffaele Garofalo (1852-1934) e Enrico Ferri (1856-1929), Lombroso pretendeu construir uma abordagem científica do crime, estabelecendo uma oposição entre a escola clássica, desenvolvida, desde o século XVIII, a partir das ideias de Cesare Beccaria (1738-1794) e Jeremy Bentham (1748-1832), e a escola positiva, defendida por ele próprio. Esta cisão, ainda presente na criminologia do século XX, indica duas formas de abordar o problema do crime: de um lado, a escola clássica define a ação criminal em termos legais ao enfatizar a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição; de outro, a escola positiva rejeita uma definição estritamente legal, ao destacar o determinismo em vez da responsabilidade individual e defender um tratamento científico do criminoso, tendo em vista a proteção da sociedade.

Formado em medicina e influenciado desde cedo por teorias positivistas e evolucionistas, Lombroso tornou-se famoso por defender a teoria que ficou conhecida como a do “criminoso nato”. Ao partir do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados, e ao basear suas afirmações em grande quantidade de dados antropométricos, Lombroso construiu uma teoria evolucionista na qual os criminosos aparecem tipos atávicos, isto é, indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Sendo esse atavismo tanto físico quanto mental, poder-se-ia identificar, valendo-se de sinais anatômicos, os indivíduos hereditariamente destinados ao crime. Ao longo de seus trabalhos, Lombroso incorporou à sua teoria do atavismo várias outras categorias referentes a enfermidades e degenerações congênicas para explicar as origens do comportamento criminoso, considerando também as causas sociais em suas explicações. Apesar disso, nunca abandonou o pressuposto de que as raízes fundamentais do crime eram biológicas e que poderiam ser identificadas a partir dos estigmas anatômicos dos indivíduos. Em termos gerais, Lombroso reduziu o crime a um fenômeno natural ao considerar o criminoso, simultaneamente, um primitivo e um doente.

A obra mais importante de Lombroso, *O homem delinquente*, foi publicada em 1876, teve várias reedições na Itália e ganhou destaque em 1878, a partir das traduções para o francês e o alemão. A cada nova edição na Itália, o autor adicionava novos dados antropométricos para confirmar suas teorias. Em 1899, em nova obra, escreveu também sobre as causas socioeconômicas do crime. As teorias de Lombroso foram, durante muito tempo, tema de discussões jurídicas e penais. Ele pretendia criar uma ciência ampla, que ultrapassasse a doutrina penal, uma ciência da natureza humana que desse conta das desigualdades entre os homens. Para isso, era necessário o esforço de toda uma geração de pesquisadores. Outros autores que compartilharam dessa ambição foram Ferri e Garofalo, também admirados por Viveiros de Castro, e junto com Lombroso foram responsáveis pela definição da criminologia como a ciência voltada para o estudo do criminoso. No fim do século XIX e início do XX, foram realizados diversos congressos de antropologia criminal na Europa, mostrando o interesse que esta disciplina despertou entre leigos e especialistas. Foi nestes congressos que começaram a aparecer as primeiras resistências às novas ideias. O método utilizado por Lombroso estava aquém do padrão científico da época e foi rapidamente criticado. Com sua morte, em 1909, cessaram os congressos de criminologia. Mesmo tendo encontrado descrédito na Europa, na América Latina começavam os tempos de ouro da nova escola.

De acordo com Sueann Caufield, os debates que colocaram a “escola positiva” de direito penal em oposição à tradição brasileira do direito clássico forneceram a linha divisória mais explícita entre a nova e a velha geração dos especialistas do direito penal no fim do século XIX. Jovens juristas, muitos dos quais dividiam o tempo entre os tribunais e as pesquisas acadêmicas, como Viveiros de Castro, formavam uma elite em meio a um grupo crescente de profissionais liberais urbanos que se considerava qualificada para diagnosticar e remediar os males sociais que obstruíam o progresso nacional. Esses profissionais foram influenciados pelo positivismo de Comte, ainda que indiretamente, pois esta teoria dominava o pensamento militar e a formação de profissionais da área técnica desde as décadas anteriores. Embora poucos juristas fossem ortodoxos em relação ao positivismo (o próprio Viveiros de Castro, em *A nova escola penal*, deixa claro que concorda com Comte apenas parcialmente), muitos sustentavam as ideias comtianas sobre o progresso do homem e o aperfeiçoamento da

sociedade por meio da aplicação racional de princípios científicos. (CAUFIELD, 2000: 70)

Até o final do século XIX, os estudiosos europeus da escola positiva enfrentaram grande resistência por parte dos membros da escola clássica, e no Brasil não foi diferente. A oposição entre os princípios do livre-arbítrio e da igualdade e o determinismo biológico representou, de acordo com Caufield, o debate jurídico mais importante na segunda metade do oitocentos em todo o ocidente. A esta questão ligava-se a questão do direito natural levantada pelos iluministas: existiam conceitos comuns e uma moral universal para todos os homens racionais e sociedades civilizadas, ou a lei e a moralidade desenvolviam-se de maneira distinta de acordo com a cultura de cada sociedade? Para os juristas brasileiros, envolvidos com o projeto de civilização e consciência nacionais, era urgente chegar a uma conclusão. Para Caufield, essa urgência explica o imenso prestígio da escola positiva, ainda que na Europa a criminologia científica já estivesse em decadência. O que atraiu os brasileiros não foram exatamente os critérios psicológicos, sociológicos e fisiológicos que explicavam a criminalidade, mas sim o uso que eles faziam da ciência para refutar os princípios da escola clássica, que eram considerados “utópicos”. Para promover o “aperfeiçoamento” social (e racial) da nação, viam no direito positivo uma justificativa e um método para intervir no desenvolvimento físico e intelectual da população. Como dizia Viveiros de Castro, se na Europa a nova escola prometia a melhoria moral da humanidade, certamente poderia ajudar os juristas brasileiros a reverter a degeneração física e cultural que poderia condenar o Brasil a uma eterna inferioridade. Nina Rodrigues, a quem Viveiros de Castro dedicou a obra *Os delitos contra a honra da mulher*, foi pioneiro da medicina legal e da antropologia criminal no Brasil, tendo “adaptado” a obra de Lombroso e de outros cientistas europeus adeptos do racismo à realidade brasileira, concluindo que os índios e negros não possuíam juízo, tampouco livre-arbítrio. Desta forma, seria necessário que o direito penal determinasse um tratamento diferenciado para estas “raças inferiores”.

No entanto, a discriminação racial explícita ou a individualização com base na raça nunca encontraram lugar na lei republicana. Os juristas evitavam o determinismo racial simples em seus estudos, favorecendo teorias que considerassem também os

ambientes social e familiar como causas dos desvios. Esta tendência pode ser em parte explicada pela escassez de recursos para pesquisas técnicas no Brasil; estudos mais sistemáticos de criminologia foram iniciados somente após 1930. Além disso, estavam sendo desenvolvidas, em outros círculos, teorias sociais e raciais do mesmo tipo. De todo modo, os adeptos da vertente que buscavam explicações ambientais não ignoravam necessariamente as avaliações e políticas racistas. (CAUFIELD, 2000: 51-73)

Para o jurista, o grande motivo da má compreensão das obras de Lombroso, Ferri e Lacassagne era a ignorância dos magistrados, incapazes de fazer uma exposição razoável sobre suas ideias. De forma análoga, a literatura, outra área a que Viveiros de Castro se dedicou, atravessava uma fase crítica no seu desenvolvimento histórico. Era uma época de vacilações, desânimos e incertezas. Crítico de uma sociedade em transformação, Viveiros de Castro produziu vasta obra jurídica e literária, onde procurou expor problemas e sugerir soluções para alguns dos males que acometiam o povo brasileiro, “povo novo, povo que acaba de fazer sem efusão de sangue duas grandes revoluções, uma social e outra política, eliminando da sua organização econômica o elemento escravo e da sua organização política o elemento monárquico” (VIVEIROS DE CASTRO, 1895: 10). Atribuía às mudanças trazidas pela vida urbana da virada do século uma influência negativa sobre os costumes e o assustador incremento dos crimes contra a honra da mulher. No prefácio do livro de contos *Chiquinha Mascote*, diz:

Cada pensador novo que surge derroca o edifício que se encontrava altaneiro e firme. O eminente chefe do positivismo, sem contestação o primeiro vulto científico do século, tentou debalde acabar com esta anarquia mental, servindo-me de sua feliz expressão. Mas apesar do seu mérito e grande esforço, o sistema que legou não vingou também. Será possível constituir a sociologia em ciência, quando pode o homem, pela força de seu gênio e pela perversidade da alma, alterar e modificar os fenômenos históricos? Enquanto assim naufragam as teorias, os velhos princípios conservadores, fundamentos da sociedade e da ordem, recebem ataques diretos, violentos e brutais. A propriedade é roubo, grita Proudhon. O casamento é a prostituição em nome da lei, define Ives Guyot. (...) o homem tornou-se neste fim de século um escravo dos prazeres, sepultado em um materialismo grosseiro. (...) Gozar é sua única ambição, e gozar traduz simplesmente a boa carne, o vinho velho, a mulher bonita. (VIVEIROS DE CASTRO, 1893: X)

Está aí exposto um pouco do sentido negativo que apresentavam, na visão de

Viveiros de Castro, as transformações experimentadas pela cidade do Rio de Janeiro e pela sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX. A investigação da obra e a atuação pública de Viveiros de Castro se constituirá numa tentativa de recuperar os significados que este sujeito histórico emprestava à sociedade em que vivia. Considerando que Viveiros de Castro é sujeito histórico de um momento de transição, é possível utilizar sua obra para discutir algumas questões que foram caras a ele e à sociedade do fim do século XIX e início do século XX. Parto do princípio de que, neste período, existia um projeto de modernidade que deveria conformar a nascente república brasileira. Diz o sociólogo Anthony Giddens:

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social (...). As transformações ocorridas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes (...) e serviram para estabelecer formas de conexão social que cobrem o globo; (...) vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (GIDDENS, 1991: 14)

A partir desse momento, começa a formar-se uma concepção nova do direito: a noção científica, na qual a disciplina aparece ligada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista. Paralelamente, nesse movimento de afirmação, o direito distancia-se das ciências humanas, buscando associar-se apenas às áreas que encontravam apenas leis e certezas no seu caminho. Esses intelectuais tinham a certeza de estarem construindo não apenas novas teorias, mas também uma nova nação. Em Recife, advindos sobretudo de setores da classe média urbana, que crescentemente se distanciava da hegemonia rural, esses intelectuais compartilhavam da sensação de que “a ciência tudo pode” e de que existiria uma verdadeira tarefa, uma missão a ser cumprida. Enquanto em Olinda os alunos pertenciam majoritariamente a famílias tradicionais da região, vinculadas a setores agrários, em Recife a composição social do grupo era mais diversificada: o novo centro aglutinava não só representantes das famílias rurais da região, como também alunos provenientes de setores médios urbanos ascendentes. (SCHWARCZ, 1993: 150)

O discurso da criminologia extrapolou a discussão estritamente técnica de temas referentes ao direito penal ao apontar para a necessidade de uma problematização mais ampla das questões referentes ao crime e à criminalidade na nascente sociedade

republicana. Diante dos muitos desafios que pareciam colocar em risco a própria viabilidade da nova ordem política e social, os juristas abraçaram com entusiasmo os ensinamentos da nova ciência do crime que se consolidava na Europa. Foram pensadas reformas jurídicas e institucionais amplas, que acabaram forçando os limites aos quais o liberalismo havia circunscrito o papel do Estado no país. A recepção da criminologia no Brasil começou nas últimas décadas do século XIX e teve aceitação especial na faculdade de direito do Recife, que havia sido transferida de Olinda em 1854. A nova geração de Pernambuco estava determinada a expurgar antigos padrões em nome da civilização. Os novos modelos correspondiam à entrada de todo um jargão evolucionista que teve larga aceitação entre as novas lideranças das principais cadeiras da faculdade. (ALVAREZ, 2003: 214)

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Marcos Cesar. **Bachareis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil**. São Paulo: Método, 2003.
- CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: modernidade, moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. **Chiquinha Mascote (contos)**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1893.
- _____. **Ideias e fantasias**. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão, 1895.
- _____. **A nova escola penal**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1913 (1ª ed. 1894).

**NAS CARTAS DE CAPISTRANO:
INSCRIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA CORRESPONDÊNCIA
DO INTELECTUAL CEARENSE**

Khalil Andreozzi Naime*

Sobre Capistrano de Abreu

Em 23 de Outubro de 1853, nascia no município cearense de Maranguape, João Capistrano de Abreu, filho de Jerônimo Honório de Abreu e D. Antônia de Abreu. Já em sua mocidade, no ano de 1875, Capistrano mudou-se para o Rio de Janeiro após desistir do curso de Direito em Recife. Não demoraria para que conseguisse emprego na famosa Livraria Garnier, onde escreveria notas publicitárias para os lançamentos da editora de mesmo nome. Posteriormente, Capistrano lecionaria no Colégio Aquino até 1879, quando deixaria tal função em vista de sua aprovação em concurso para a Biblioteca Nacional.

De 1877 a 1880 Capistrano foi presença importante em periódicos como a *Gazeta de Notícias*, *O Globo* e o *Jornal do Commercio*, publicando ensaios literários e os *Necrológios* de José de Alencar e Francisco Adolfo de Varnhagen, trabalhos sobre autores que marcaram sua formação intelectual – sendo Varnhagen a principal influência de Capistrano no âmbito dos estudos históricos, sobre os quais posteriormente se debruçaria.

No ano de 1883, Capistrano foi aprovado em concurso para lecionar no Colégio Pedro II, no qual concorreu com a tese intitulada *Descobrimiento do Brasil e seu Desenvolvimento*. Mas após seis anos, reformas no ensino o obrigaram afastar-se da profissão. Tal evento deu início à fase de grande produtividade de Capistrano, em que escreveu *Capítulos de história colonial, Caminhos antigos e povoamento do Brasil, Ensaios e Estudos*, entre outros. Nesse período, também traduziu e publicou obras de autores alemães como Wappaeus, Sellin e Kirchoff, além de documentos diversos resgatados ao longo das pesquisas destinadas aos seus estudos.

Após cinco décadas de produção intelectual, João Capistrano de Abreu veio a falecer no dia 13 de Agosto de 1927, aos setenta e quatro anos de idade.

* Graduando do curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de Iniciação Científica CNPq/PIBIC-UFF.

Sobre Tomás Lino de Assumpção

Tomás Lino de Assumpção nasceu em Lisboa no ano de 1842. Ainda jovem, viveu alguns anos no Brasil onde se casou com uma brasileira, com a qual teria uma filha. Lino posteriormente retorna a Lisboa, tornando-se secretário da Biblioteca Nacional e, algum tempo depois, inspetor geral das Bibliotecas e Arquivos. Nesta última função, transitou por todo o país visitando bibliotecas e arquivos, sendo notável o seu conhecimento sobre tais instituições. Também trabalhou para o periódico *O Dia* como jornalista, além de ser o correspondente da *Gazeta de Notícias* na cidade portuguesa.

Lino escreveu alguns livros e colaborou na organização ou tradução de outros. Entre aqueles de sua autoria estão: *Frades e freiras: chroniquetas monasticas, As festas d'outr'ora* (1894) e *Narrativas do Brazil: 1876-1880* (1881). Em 1902, com parceria de Antonio Maria Pereira, Lino publicou *Séca e Méca*, talvez seu último trabalho, pois faleceria ainda nesse mesmo ano.

Cartas de Capistrano

Entre as primeiras palavras da carta de 12 de março de 1885, Capistrano escreve a que “história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses pelo menos um continente” (RODRIGUES, 1977b: 306), antecipadamente indicando o que seria o tema central de suas correspondências com Lino de Assunção. Vivendo em Lisboa e com aparente facilidade de locomoção em Portugal, Lino se tornaria o encarregado do levantamento documental nos arquivos portugueses, procurando e reproduzindo tudo o que Capistrano considerasse como relevante para a escrita de sua *história pátria*, pois ao mundo era imprescindível o continente.

Nas trinta e duas correspondências, trocadas no decorrer de ao menos oito anos, estão inscritas as concepções de Capistrano acerca do fazer historiográfico, especialmente quanto ao seu método de crítica documental. Fortemente sustentado pelas reflexões de historiadores alemães acerca da pesquisa histórica, como Leopold von Ranke, Capistrano demonstrava grande conhecimento dos arquivos brasileiros e estrangeiros e da trajetória dos documentos, dando instruções a Assunção de onde buscar as fontes solicitadas, como também de verificar a autenticidade dos documentos. Em sua maioria, os documentos que Lino estava encarregado de encontrar já haviam

sido submetidos a alguns critérios exigidos por Capistrano, como a contemporaneidade compartilhada pela fonte e o acontecimento estudado. Após serem localizados, copiados e enviados ao Brasil, toda a documentação ainda seria alvo de análises e revisões comparativas sistematicamente realizadas por Capistrano, pois considerava-se que somente através da crítica documental seria possível considerar tais fontes como válidas para o seu projeto de escrita da história do Brasil.

Nas correspondências, também se torna claro o desejo de Capistrano: “desencavar (...) tudo, enfim, que for possível. (...) Há, pois, muito que fazer, que remexer, que descobrir, que completar e aprofundar” (RODRIGUES, 1977b: 349). Podemos considerar que tal esforço de ‘desencavar tudo’, de trazer à superfície, dando um lugar aos fatos no interior da história e, simultaneamente, fazer destes os elementos básicos com os quais tal história seria construída, constituía-se como um elemento fundamental do *fazer* historiográfico de Capistrano.

Assim, tal movimento de ‘desencavar’ desenvolvia-se na inter-relação entre a crítica documental e a interpretação teoricamente fundamentada – seja em teorias sociológicas ou em uma noção de apreensão da história em sua totalidade. De modo que houvesse a possibilidade de se compreender os fatos e apreender “as relações que ligam os momentos sucessivos de um povo (...)” (ARAÚJO, 1988: 34 apud CAPISTRANO, 1931). Este procedimento é ilustrado quando Capistrano, em carta a Afonso de Taunay, escreve que somente após “acertar as datas, fazer listas de juizes etc (...) virá a interpretação dos fatos” (RODRIGUES, 1977b: 78).

É notável em Capistrano a idéia de que a razão da História seria imanente à própria História, de modo que apenas poderia ser alcançada por meio dos acontecimentos, dos fatos. A partir desta relação, desdobra-se o procedimento que mobiliza a empiria e a teoria. Pois apenas através dos fatos históricos é que poderia ser compreendida a razão, as leis, da História.

Em carta a Lino, Capistrano diz achar que na Torre do Tombo “esteja a luz para o século XVI”, evidenciando aqui o estatuto e o lugar do documento em sua prática historiográfica. Para Capistrano, as fontes são a própria “luz” da História, de modo que somente seria possível conhecê-la a partir dos documentos, pois apenas através destes, e não de pré-concepções, é que a História se mostraria.

Uma conseqüência de tais noções particulares de Capistrano, levando em

consideração o estatuto fundamental do documento para este, seria a do valor negativo ou nulo das falhas e lacunas documentais. A menos que se possa conceber que uma falha documental signifique uma falha *na* História, seria mister tomá-la como inválida à pesquisa e apurá-la pelo método comparativo até que o fato seja *desencavado*. Esta noção está inscrita na afirmação de Capistrano acerca da publicação integral da história de Frei Vicente, “qual saiu das mãos do autor, sem as mutilações que a garra do tempo e a estupidez dos contemporâneos lhe infligiram” (RODRIGUES, 1977b: 342). Vemos que as alterações ‘infligidas’ ao documento não se configuram como integrantes deste, sendo como elementos estranhos que devem ser eliminados por meio da crítica.

Consideramos que tais concepções são o ponto de partida para a necessidade de invalidar as inconsistências e incompatibilidades documentais em sua investigação e intentar superá-las incessantemente por meio da crítica documental, afim de que não comprometam o rigor historiográfico e a própria história que se constitui enquanto é escrita.

Segundo Daniel Mesquita Pereira, em Capistrano “a própria escrita da história parece ser uma condição de possibilidade para que a nação complete seu processo formativo” (PEREIRA, 2002: 16). Nação esta que, tendo seu futuro vislumbrado por Capistrano ainda em seu germe, lentamente se constituiu em conjunto com seu povo.

Capistrano, como resultado de suas investigações, percebia as dificuldades que atravessaram o processo de formação da nação e que ainda o perpassavam, pois este ainda não havia encontrado seu fim. Com isso, para elaborar a história de uma nação que ainda se construía, Capistrano também necessitou buscar em outros lugares a história do *mundo* - da nação brasileira que ganhava forma em suas pesquisas. Para escrever a história do Brasil, seria preciso procurar onde houvesse vestígios do que Capistrano considerava como sendo o trajeto percorrido por essa nação inacabada. Encontramos, nesse ponto, o centro do seu intento de *desencavar* as partes da nação que ele mesmo construiria, mas que se encontravam, em maior ou menor grau, “soterradas” nos arquivos estrangeiros e na própria história de outros povos. Assim, consideramos que em Capistrano a História e a nação não se formariam apenas pelos acontecimentos e pelo desenvolvimento das singularidades de um povo, mas que somente se veria constituída quando sua própria escrita se completasse.

Sobre a obra *Correspondência de Capistrano de Abreu*

A coletânea de cartas trocadas por Capistrano foi publicada pela primeira vez no ano de 1954 pelo Ministério da Educação e do Desporto sendo composta por apenas dois volumes. Na segunda edição, datada de 1977 e publicada pela editora Civilização Brasileira em convênio com o Instituto Nacional do Livro e o Ministério da Educação e Cultura, houve a adição de um volume extra onde estão contidas diversas cartas ainda não publicadas. As duas edições foram organizadas e prefaciadas por José Honório Rodrigues.

As cartas trocadas entre Capistrano e Lino publicadas em *Correspondência de Capistrano de Abreu*, recebem prefácio de Luís Silveira, o responsável pela publicação anterior do material no ano de 1946 em Lisboa. Segundo Silveira, Manuel Múrias foi o primeiro a “chamar a atenção” para as cartas Capistrano-Lino. Esta correspondência teria sido encontrada entre “os papéis avulsos da 1ª seção do Arquivo Histórico Colonial” e Múrias teria publicado-as na *Revista Ocidente* a partir do vol. IV de 1939.

Apesar da baixa circulação entre o grande público, tal obra tem presença constante nos estudos acadêmicos sobre Capistrano de Abreu, figurando em bibliografias de estudos desde o final da década de 1980, não nos sendo possível verificar uso significativo em período mais recuado.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, 1, 1988.

Catálogo das Bibliotecas Municipais de Lisboa, disponível em: <<http://catalogolx.cm-lisboa.pt/>>

FALCON, Francisco José Calazans. O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção Historiográfica. **Trajeto** – Revista de História UFC. Nº 05.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História** v. 30, p. 15-36, 2010.

MINÉ, Elza Assumpção. A Geração de 70 e o Brasil: alguns ângulos e percursos. **Via Atlântica** (USP), v. 9, p. 213-224, 2006. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via09/Via%209%20cap15.pdf>>

NUNES, Henrique Barreto. As bibliotecas na “Memória” de Tomás Lino de Assunção. In: **Memória da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos**. V. N. de Famalicão: Museu Bernardino Machado, 2004. Disponível em: <<http://henriquebn.wordpress.com/revisao-da-materia-dada/as-bibliotecas-na-memoria-de-tomas-lino-da-assuncao>>

PEREIRA, Daniel M.. **Descobrimientos de Capistrano**: a história do Brasil a grandes traços e largas malhas. Tese (Doutorado), 2002, PUC-Rio, p. 16. Disponível em:

<<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/capistranoroteiros.htm>>

RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed.. 1977a. Volume I.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed.. 1977a. Volume III.

**DO SINDICATO AO CATETE – MEMÓRIAS POLÍTICAS E CONFISSÕES HUMANAS:
PROBLEMAS E DESAFIOS DA ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA NA PRODUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA**

Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha*

Porém mesmo do ponto de vista das coisas mais insignificantes da vida nós não somos um todo materialmente constituído, idêntico para todas as pessoas, e de que cada um não tem mais que tomar conhecimento, como se se tratasse de um livro de contabilidade ou de um testamento; nossa personalidade social é uma criação do pensamento alheio.

Marcel Proust, *No Caminho de Swann*

Será possível um sujeito escrever sobre sua própria “trajetória de vida”? Quais as implicações que esse tipo de escrita suscita no debate epistemológico da história? O historiador pode fazer uso dela no seu “*métier*” historiográfico? Esse artigo, longe de querer esgotar esses questionamentos, se constitui numa provocação, pretendo aqui, a partir das discussões levantadas pela historiografia a respeito dos relatos autobiográficos, analisar o livro de memórias do ex-presidente Café Filho (1899-1970), no qual ele (re)elabora suas experiências de vida se identificando com os trabalhadores urbanos da Natal da década de 1920, criando assim para si uma imagem de grande humanista, sempre se pondo em defesa dos mais fracos.

Em meados da década de 1960, Café Filho concluiu seus escritos autobiográficos, mas de longe este Café não é o mesmo Café que outrora capitaneava os sindicatos potiguares. Nesse meio tempo entre o líder sindical e o escritor, nosso personagem ascendeu ao posto mais alto da política brasileira. Com o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, ele assumiu a Presidência da República. Ficando no poder pouco mais de um ano, sendo deposto por seu Ministro da Guerra em novembro de 1955. Seu governo foi bastante conturbado, pois se aproximou de grupos ligados a UDN¹, que não aceitavam a posse de Juscelino Kubitschek como presidente eleito.

* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

¹ A União Democrática Nacional (UDN) foi fundada em 1945, se constituindo como principal partido de oposição a figura de Getúlio Vargas, com um caráter fortemente conservador.

Portanto, Café Filho escreve suas memórias na figura de “ex-presidente”, sua principal pretensão era explicar “as distorções em torno da minha passagem na presidência” (CAFÉ, 1966: 3). No entanto, não só descreve sua passagem no comando do país, vai mais além, narra vários aspectos de sua vida, constituindo uma lógica e um sentido nos fatos de sua trajetória, fazendo como que todos os estágios de sua existência se constituam num todo coerentemente organizado e com sentido. Assim sua autobiografia transforma sua vida em um conjunto de acontecimentos narrados como uma história, com sentido e direção, um caminho unilateral com um princípio que desemboca invariavelmente num fim. Café elege certos acontecimentos interessantes de sua vida e estabelece ligações entre eles dando-lhes coerência.

Aqui adentramos num dos problemas metodológicos da escrita biográfica, em consonância com o pensamento do romancista francês Marcel Proust compreendemos que “não somos um todo materialmente constituído”. Os sujeitos de forma alguma se constituem os mesmos nos mais diversos campos sociais no qual eles interagem ou nas diferentes temporalidades que sua vida biológica atravessa. Os indivíduos agem, pensam e são pessoas diferentes em diferentes situações.

Pierre Bourdieu nos alerta acerca desse problema, denominando “ilusão biográfica” a falácia de se acreditar que uma vida se organiza como um conjunto harmônico e orientado como um todo único.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa reforçar (BOURDIEU, 1998: 185)

Um *locus*, no qual uma pluralidade de deliberações se confronta, o sujeito se constitui numa categoria fragmentária e complexa. O real no qual esse sujeito se insere é composto por “elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (BOURDIEU apud ROBBE-GRILLET, 1998: 185).

A narrativa de Café Filho apresenta-nos sua vida como um todo coerente e significativo. Nela ele constrói uma imagem de si como um indivíduo irrequieto e revoltado contra as injustiças. Colocar-nos que desde sua infância esse espírito de

rebeldia foi germinando dentro dele, o que justificou suas ações e crenças políticas durante toda sua vida.

Nos primeiros capítulos de sua obra, seu pai, João Fernandes Campos Café, aparece como uma das figuras centrais da narrativa.

Já vivi, exatamente, o mesmo tempo de meu pai: sessenta e seis anos. Cumprida a minha missão, posso hoje identificar-me completamente com ele, no quanto lhe devo em formação e ensinamentos, modelando o meu caráter para que procurasse exercer fielmente quaisquer responsabilidades, inclusive aquelas que, imprevisíveis, me espreitam a sorte. (CAFÉ, 1966: 4)

Ao identificar sua trajetória de vida com a do seu pai, Café Filho busca adquirir as qualidades do mesmo. Ao narrar que seu progenitor era um funcionário público de uma lisura incontestável, além de protestante atuante e marçom convicto numa época na qual o catolicismo era hegemônico (transição do século XIX para o XX), cria uma imagem de “si mesmo” de honestidade e de crítico da ordem vigente. Mostrando, desta forma, que a educação recebida do seu pai o preparou para ser o que ele se transformou posteriormente.

Ao longo dos capítulos, nos quais descreve sua infância e juventude, fica evidente sua tentativa de comunicar uma imagem de um Café contestador e preocupado com os destinos dos menos afortunados, durante toda sua narrativa ele procura enfatizar essas qualidades. A cidade de Natal foi o cenário por excelência de sua formação como pessoa. Afirma que estudou nas principais instituições de ensino da capital do Rio Grande do Norte, e nelas desenvolveu um espírito contestador e fraterno que o seguiu durante toda sua vida.

Lembra com entusiasmo da recusa da professora Albertina Avelino, irmã do futuro senador Georgino Avelino, de participar das homenagens pela visita do então Presidente da República Afonso Pena (1906-1909), que acabará de ser eleito, pois sua família era opositora ao governo.

Meu espírito de menino emocionou-se com aquele exemplo de coragem, numa época e numa província em que as vinganças e perseguições políticas costumavam ser esmagadoras.

Ainda hoje, como adulto, ao evocar o episódio sinto-me tentado a refletir com admiração nas reservas de bravura cívica e resistência política dispersas pelo interior do país, subsistindo a quaisquer perigos e sacrifícios, como servindo a

fontes de inspiração e estímulo para homens públicos em horas de desânimo. (CAFÉ, 1966: 15)

Sua oposição a José Augusto do mesmo modo é recordada. Ainda estudante do Atheneu Norte-Riograndense se tornou oposição ao diretor José Augusto, pois este cobria de privilégios certos alunos em detrimento dos outros. Essa situação se repete em diversos momentos da vida de nosso personagem: na década de 1920 quando Café líder sindical entra em atrito com o então governador José Augusto (1924-1928), agora líder de uma poderosa oligarquia; na década de 1930, no Partido Social Nacionalista Café disputa as eleições contra o Partido Popular chefiado por José Augusto.

Advogado provisionado atuou na defesa dos mais humildes, durante sua narrativa dá grande importância a essa atividade, que o associa aos pescadores, estivadores e operários, seus principais clientes. Conta-nos que nasceu politicamente nas Rocas, bairro conhecido justamente por sua pobreza e desamparo, onde certa vez foi preso juntamente com quarenta e quatro trabalhadores que reivindicavam melhorias na infra-estrutura do bairro. Vangloria-se por só deixar a delegacia quando conseguiu libertar todos e fala-nos da reação das pessoas ao seu ato.

De muito advogar a causa dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente das suas reivindicações, nos sindicatos e nas ruas. (...)
A multidão formada acolheu-me numa manifestação que não se dissolveu ali: conduziu-me até a casa do meu sogro, onde eu morava.
Que instinto de desafio, ombro a ombro com os mais fracos, que ousadia da juventude, sensibilidade social, paixão da justiça, consciência ou inconsciência do perigo me aduziram àquele gesto?
Através de gestos como aquele, é que, a pouco e pouco, me fui afirmando na confiança e na estima do povo da minha Cidade e do meu Estado. (CAFÉ, 1966: 35-37)

Desta maneira, no momento em que o Rio Grande do Norte estava sob o domínio oligárquico dos Maranhão e posteriormente dos Bezerra de Medeiros, Café Filho surgiu como um jovem líder opositor ao *status quo* reinante. Durante o seu relato biográfico tece severas críticas a política oligárquica, escrevendo as maneiras de controle exercidas sobre o eleitorado.

Associa-se sempre ao sofrimento dos mais fracos, nasce como ele próprio enfatiza nas Rocas, mas não no sentido biológico, seu principal nascimento foi o político em meio aos trabalhadores do bairro marginalizado das Rocas. Não concluiu o

ensino Superior de Direito, no entanto, exercia a profissão como rábula. Descreve-nos alguns julgamentos, nos quais conseguiu livrar os réus da condenação certa, geralmente seus clientes eram pobres que cometiam crimes devido às suas miseráveis condições de vida, com sua retórica convencia a todos da inocência dos seus clientes.

Na década de 1920, ingressa com toda força na política, “à falta de outro líder, procurei interpretar e formular a reação do Povo do Rio Grande do Norte” (CAFÉ, 1966: 39). Edita o *Jornal do Norte* na sua própria residência, o qual se estabelece como um órgão de ferrenha oposição ao governo.

Em 1923, se candidata pela primeira vez ao cargo de vereador, mas não impetra os votos necessários para se eleger, põe a culpa, pela sua derrota, no situacionismo que comprou os votos de seu eleitorado, “operários e gente simples”.

Neste mesmo ano, organizou em Natal uma Greve Geral, arregimentando os estivadores e outras categorias, paralisando assim a cidade. Devido as suas atividades sindicalistas sofreu forte perseguição por parte do governador Antonio José de melo e Souza (1920-1923), tendo que se ausentar do estado por algum tempo. Em 1926, retorna ao Rio Grande do Norte, mas por pouco tempo, pois teve que fugir para a Bahia por causa de uma condenação a três meses de prisão por defender a Coluna Prestes. Voltando a Natal para cumprir a pena pouco tempo depois.

Posteriormente continua suas atividades oposicionistas contra o governo. Em 1928, alcança uma vitória nas urnas nas eleições para a Câmara Municipal de Natal, porém foi impedido de assumir. Prossegue criticando o Governador Juvenal Lamartine (1928-1930) e se lança em campanha a favor da Aliança Libertadora tendo mais tarde que escapar do Estado novamente.

Café Filho desta forma vai tecendo as teias do tecido da sua própria existência, no entanto, as cores desse tecido foram deliberadamente criadas por ele. Apresentando para o leitor uma seqüência de acontecimentos, selecionados para a criação de uma auto-imagem identificada com a luta contra as injustiças, dando assim legitimidade a sua carreira política.

O auto-relato se mostra como um local privilegiado onde o autor se ver como protagonista de sua própria história, um “eu que narra” se confunde com um “eu que é narrado”, instaurando “um campo de renegociação e reinvenção identitária” (CARVALHO, 2003: 184). Deste modo Café cria uma identidade atrelada aos

trabalhadores. Falo em “criação” nesse momento, por acreditar que o ato narrativo se constitui num agenciamento dos fatos que representa a ação.

Penso o ato narrativo da mesma maneira que a professora Isabel Carvalho propôs, a partir de Paul Ricoeur e Gadamer, o qual

Passa de um campo prefigurado da ação, no nível do vivido e da experiência em mimese I, para um tempo configurado simbolicamente pela composição narrativa em mimese II, tendo em vista comunicar uma experiência a alguém, o que caracteriza o terceiro tempo enquanto tempo da alteridade, onde se comunica o narrado para alguém. Assim, tem-se o tempo refigurado em mimese III, que restitui à ação o tempo vivido do leitor, completando o ciclo dessas operações narrativas, onde o sentido nunca se encerra num fechamento ou cristalização. (CARVALHO, 2003: 289)

Por conseqüência, o vivido e o narrado se apresentam como tempos diferentes. O narrador Café se debruça sobre um outro Café, que já não existe mais. O antigo Café Filho só nos é apresentado por meio da memória do narrador. A memória de forma alguma se apresenta como um processo passivo e estagnado, funcionando como um simples depósito, ela é ativa, criadora de significados. Os escritos autobiográficos se transfiguram numa “racionalização do passado” (PORTELLI, 1993: 51) feita por indivíduos a partir do seu presente.

A formulação de autobiografia se faz através do recurso da memória, resultado da lembrança que se transforma em linguagem, adicionado à imaginação e ao olhar particular sobre aquilo que se passou, recriando situações a partir do ponto que se fala, do presente que se escreve e se lembra. (PIOEVAN, 2007: 3)

O ato narrativo se vale deste modo da dinâmica da memória. Os indivíduos expõem apenas aquilo que lhes convém lembrar naquela determinada temporalidade ou em meio daquele determinado grupo. Café Filho recria seu passado a partir do local em que fala, seu texto, portanto, recupera “a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (PORTELLI, 1993:41).

Cada indivíduo possui fragmentos de muitas recordações sociais distintas, a memória se apresenta como “um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico” (PORTELLI, 1993: 16). Como a constituição dos “relatos de si” se faz por meio da memória, e esta, liga o indivíduo a sociedade, nos auto-relatos podemos

observar como os sujeitos se movimentam dentro dos sistemas sociais.

Por meio da narrativa de Café, percebemos como o sistema oligárquico da República Velha deixava alguns espaços de manobra para seus opositores. A escrita autobiográfica se transfigura num terreno ideal para se entender a relação sujeito/sociedade. O contexto no qual o sujeito está inserido se constitui, como alega Ginzburg, “num campo de possibilidades historicamente determinadas” (GINZBURG, 1989: 183) que ampliam ou restringem a liberdade de movimentação dos indivíduos.

A biografia é o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. (...)

Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados. (LEVI, 1998:180)

Café Filho ao narrar sua vida reconstrói a partir do presente o seu passado. Seu livro de memórias se constituiu dessa maneira como um espaço de associação de sua identidade com a identidade dos trabalhadores potiguares da década de 1920, apresentando-nos como elementos da oposição se movimentavam dentro da política norte-riograndense.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. V.1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.
- CARVALHO, Isabel Cristina M. **Biografia, identidade e narrativa**: elementos para uma análise hermenêutica. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ano 9. n. 19. p. 283-302. Julho, 2003.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros**

ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal: CCHLA, 1992.

PIOVESAN, Greyce Kely. Biografia, trajetória e história. **IV Encontro Regional Sul de História Oral**. Florianópolis. n. 1. 2007. Disponível em: < <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Greyce%20Kely.pdf> > Acesso em 05 de julho de 2011.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: **PROJETO HISTÓRIA (História e Cultura)**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC. N.10. dez, 1993.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **PROJETO HISTÓRIA (História e Cultura)**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC. N.10. dez, 1993.

A PRODUÇÃO DE AUTORIDADE:

PONTO DE VISTA E PARTIDARISMO NA OBRA DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

Jussara Rodrigues da Silva*

A tarefa de escrita da história do Brasil no oitocentos demandava uma série de procedimentos metodológicos e epistemológicos uma vez que a própria história nacional inexistia, pelo menos não aos moldes propostos por uma elite intelectual e política que compunham os quadros do IHGB. Essa elite, selecionada mais por relações de sociabilidade do que por competências literárias, tomou para si o compromisso de elaborar um projeto historiográfico capaz de reunir os instrumentos para a escrita da história nacional (GUIMARÃES, 1988: 5). O grande problema com o qual os membros do IHGB se deparavam é que assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava em seu processo de constituição. Assim como a identidade da história, também não estava clara a identidade do historiador. O que este deveria ou não fazer, como fazer e o que ele deveria ser? (CÉZAR, 2004: 12) Alguns discursos proferidos quando da inauguração do IHGB são tentativas de normatizar a tarefa do historiador destacando quais seriam os atributos necessários àqueles que pretendessem escrever a história nacional.

Paradigmático nesse sentido é o discurso de Januário da Cunha Barbosa. Em sua palestra, Januário expunha como fundamental que o historiador soubesse manipular as fontes e o tempo, que a partir de um conjunto de informações escolhesse as mais pertinentes ao país e com elas compusesse a história pátria (BARBOSA, 1839: 12-13). No entanto a instituição de uma periodização e o encadeamento dos acontecimentos não poderia ser feito por qualquer homem, a história nacional deveria ser escrita pelos brasileiros. Isso porque ficava claro que a história que se empreendia escrever deveria ser escrita a partir do ponto de vista nacional. O historiador tinha como missão, antes de tudo, servir à nação. Narrar e explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista dos brasileiros.

Concomitante a esse momento de delimitação da história, Januário receberia uma carta que dava conta da existência de um brasileiro que poderia prestar grandes

* Aluna de mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES.

serviços ao país por ter se dedicado ao estudo de documentos inéditos sobre a história e geografia do Brasil. Na carta Varnhagen declara ao cônego:

Tenho muita satisfação de levar às mãos de V. S^a para que se digne apresentar ao Instituto de que é digno secretário, o incluso exemplar de um escrito que acabo de publicar; contando desde já, fiado na benevolência e ilustração de seus membros, que me serão relevadas minhas faltas, e as irregularidades typográficas pelo serviço que procurei prestar-lhe, **e desejo e espero continuar**. Nas *Reflexões Críticas*, tendo por primeiro intuito o restaurar o nome e a obra do principal escritor antigo do Brasil, insisti talvez demasiadamente em alguns pontos, que se a principio desagradarem ao leitor Brasileiro, espero que isto me será revelado por quem atender que escrevi uma obra crítica entre os Portugueses, aos quais a estranheza do assunto fazia reclamar autorização de quem refutava ou afirmava. Neste escrito não poupei a mínima ocasião de dar notícias de muitos escritos dignos de serem conhecidos **para constituírem os elementos necessários à história e geografia do Brasil. Os arquivos e bibliotecas da Europa, especialmente os de Portugal, contêm tão ricos e preciosos manuscritos sobre o Império, que muito conviria ao Instituto tomar providencias, para os possuir por cópia, análogas às que outrora praticou Portugal, votando somas para conservar o monsenhor Ferreira em Madrid, o visconde de Santarém em Paris, e outros literatos enviados à Itália e Inglaterra. Sobretudo este assunto devia talvez intervir o governo, que devendo alimentar o espírito de nacionalidade, deve ter presente que são a primeira base talvez desta, a historia e conhecimento do país natal.**

Folgo de ter tido ocasião de fazer algum serviço ao país em que primeiro vi o sol, e em que recebi os primeiros fundamentos da minha educação literária.

Brevemente terei também concluído a publicação do Diário de Pero Lopes de Souza, que estou acabando de imprimir, e espero que este escrito, como porque em notas discuto o descobrimento da ilha de Fernando, o do Rio de Janeiro, rio da Prata, S. Vicente, e a importante questão de Américo em 1501. Em outro escrito para o qual já tenho riquíssimos elementos, procurarei para o futuro dar uma extensa Geografia Física do Brasil, e sobre ela fundar um projeto de divisão e subdivisão territoriais, local mais conveniente para capital do Império, etc. Esta é obra de tão grande circunstancia, que não sairá tão cedo. Rogo a V. S^a queira transmitir ao Instituto as provas da minha consideração e respeito. (VARNHAGEN, 1961: 39-40)

Seu remetente, Francisco Adolfo de Varnhagen, no momento, advinha de uma conjuntura bastante promissora para os seus estudos científicos e literários. Suas *Reflexões Críticas* apresentadas em 1838, à Academia Real de Ciências de Lisboa haviam-lhe trazido um sólido reconhecimento intelectual; devido ao qual fora possível ao jovem literato associação à mesma academia (SILVA, 2006: 36). A boa acolhida junto à Academia de Ciências de Lisboa certamente serviu de incentivo para suas futuras realizações como historiador.

Varnhagen possuía um dos principais dotes de historiador que Januário da

Cunha Barbosa enfatizava em seu discurso: sabia manipular as fontes. Mas para ser o historiador da nação era preciso ainda mais. A tarefa dos historiadores, defendida pelo cônego, era livrar os fatos notáveis da história pátria do esquecimento, salvá-los, eternizá-los, o que pressupõe, por sua vez, certo número de procedimentos metodológicos cobrindo um vasto campo que começa com a descoberta das fontes e se estende até a produção textual (CÉZAR, 2004: 13). Ao pôr em plano destacado um autor e sua obra, pretendo traçar o percurso metodológico e epistemológico que a tarefa de escrita da história nacional demandava.

Num momento em que a própria identidade da história e do historiador ainda não estavam claras, abre-se um espaço para a construção por parte dos historiadores de seus próprios meios de legitimar o seu trabalho. Seguir as diretrizes expostas nos estatutos do IHGB era um primeiro passo para desvendar o que deveria ser um trabalho de história, mas o historiador poderia ainda lançar mão de outros mecanismos na tentativa de obter um texto autorizado. Num percurso que vai do contexto para o texto e do texto para o contexto, abordo o regime de autoridade que presidia a escrita da história no Brasil no século XIX. Tomo emprestado de François Hartog a noção de regime de autoridade utilizada por ele para analisar as *Histórias* de Heródoto (HARTOG, 1999: 26). A noção de regime de autoridade refere-se a algumas perguntas com relação ao texto histórico: quem fala, respaldado por quem, pelo quê? O que permite a uma obra o título de confiável, autorizada? O que permite ao historiador produzir-se e apresentar-se como um autor? O regime de autoridade também responde a algumas questões pontuais com relação à possibilidade do historiador assenhorear-se do passado: como ver o que não se viu? Como fazer como se se houvesse visto? Como fazer ver o que não se viu? As respostas a essas perguntas dependerão das regras do meio, do que permite e proíbe o lugar de onde fala o historiador e, no caso de Varnhagen o IHGB, por outro lado, revelam as marcas do que é próprio dele, das marcas do autor no texto, indicando a possibilidade de discutir a validade da figura do historiador-juiz proposta por Varnhagen.

A possibilidade de julgamento por parte do historiador advém não só das fontes de que dispõe, mas também de seu próprio conhecimento e da manipulação das informações. Seguindo as diretrizes do IHGB, Varnhagen evidencia que seu trabalho é orientado pelo compromisso com a nação. Embora estabeleça como primeiro dote do

historiador a imparcialidade, quando se trata de assuntos referentes ao Brasil Varnhagen não esconde que adota um ponto de vista. O partido é da nação.

Dentro do regime de autoridade, o partidarismo em nome da nação é um dos elementos de maior legitimação de uma obra histórica no contexto de formação da identidade nacional. Estabelecer esse sentimento patriótico de pertencimento a uma mesma nação insuflá-lo entre os brasileiros por meio da história era uma forma de promover o acolhimento de uma obra.

Em trabalho recente sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista, Maria da Glória de Oliveira destaca como os sentimentos de inspiração patriótica tornavam cada vez mais problemáticos os desígnios de pensar a escrita da história nacional no século XIX nos moldes científicos (OLIVEIRA, 2010: 44). As motivações de patriotismo levantariam suspeitas acerca da imparcialidade dos escritores.

A questão coloca em plano opostos a objetividade e o partidarismo como componentes do conhecimento histórico. Tal premissa parte do pressuposto de que a cientificização da história entraria em contradição com função de orientação na vida prática do pensamento histórico (RÜSEN, 2001: 126). A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas (KOSELLECK, 2006: 161).

Segundo Koselleck, até o século XVIII o postulado científico da imparcialidade no sentido do apartidarismo, da neutralidade ou da abstenção mantém-se intacto. A partir daí formulou-se um conceito reflexivo de história onde as condições da ação, do fluxo e do conhecimento da história se relacionam entre si. Isso só foi possível porque se adotou um ponto de vista em meio ao movimento histórico (KOSELLECK, 2006: 165).

Foi Chladenius que, ao partir do princípio de que a história e sua representação seriam coincidentes, percebeu a necessária separação metodológica entre a história e seu relato para que se pudesse interpretá-la e julgá-la. Isso porque todo relato que se faz da história é fragmentado pela visão perspectivista. A adoção de um ponto de vista passa então a se constituir como um pressuposto do conhecimento histórico (KOSELLECK, 2006: 169).

Desde então, segundo Koselleck, os historiadores tiveram “coragem de referir-se

aberta e conscientemente à sua posição, uma vez que deveriam refletir seu ponto de vista” (KOSELLECK, 2006: 171).

Varnhagen, embora admitisse que o principal dote do historiador fosse a imparcialidade, não escondeu que sua *História Geral* foi escrita a partir de um ponto de vista. Ao se colocar a serviço da nação, o historiador deveria se esforçar ao máximo para incentivar o patriotismo e fortalecer a unidade nacional, como pode ser vislumbrado em sua proposta. Varnhagen assim expunha o seu projeto para a escrita da história do Brasil:

Narraremos segundo nos hajam apresentados, em vista dos documentos, a reflexão e o estudo, e alguma que outra vez, sem abusar, tomaremos a nosso cargo fazer aquelas ponderações a que formos levados por íntimas convicções; pois triste do historiador que as não têm relativamente ao seu país, ou que tendo-as, não ousa apresentá-las, quando os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniências do futuro. (VARNHAGEN, 1854: 12)

A concepção de Varnhagen é semelhante ao que Rüsen expressa como a definição de partidarismo. Nesse caso, partidarismo é a “dependência do pensamento histórico de carências de orientações causadas por interesses práticos” (RÜSEN, 2001: 126). Uma vez que o conhecimento tenciona garantir a sua função orientadora na sociedade, seguir essas carências de orientação e esses interesses é uma forma de legitimar o próprio trabalho do historiador. A eficácia de tal proposição pode ser vislumbrada se pensarmos no contexto histórico em que a *História Geral do Brasil* seria publicada. No oitocentos, a relação com o passado é marcada por um horizonte quase que intransponível: a nação. Esta se tornava para os intelectuais, ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa historiográfico (HARTOG, 2003: 15) A própria formação do conceito moderno de história, tal como desenvolvido a partir do século XVIII, constituindo-se como um singular coletivo, a história em si e para si (KOSELLECK, 2006: 41-60), tem, pois, como uma de suas faces principais a questão nacional. Não sendo apenas um mero instrumento ideológico, a história aparece como um conceito regulador que possibilita e delimita a confecção de diferentes projetos sociais.

No caso brasileiro, a idéia de nação assumiu desde o início uma conotação positiva, ou seja, oficial. A elaboração de um conceito moderno de nação esteve intimamente ligada a um projeto político. Seu novo sentido deveu-se ao esforço por

parte do Estado-monárquico recém instaurado e de seus intelectuais no interesse de garantir a unidade territorial e política. A idéia de nação, tal como então utilizada, visava fortalecer o Segundo Reinado, estabelecendo uma série de referências comuns que permitissem caracterizar a individualidade histórica da nação brasileira. Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado-monárquico brasileiro, ligado a um projeto civilizador, que o conceito de nação foi trabalhado.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, vinha justamente suprir essa demanda por uma história nacional, sendo-lhe atribuído como tarefa delinear um perfil para a nação brasileira buscando no passado suas origens, seus momentos fundadores e, principalmente, o sentido que presidia sua formação.

A carência de orientação da vida prática que o conhecimento histórico, por meio das obras dos historiadores, pretendia suprir é exatamente o delineamento da identidade da nação brasileira. Nesse sentido, a adoção do ponto de vista nacional além de contribuir para o fortalecimento desse projeto historiográfico, político e civilizador, se configura como uma das formas de produção de autoridade do historiador e de sua história.

Varnhagen, ao escrever a história do Brasil, de um ponto de vista nacional, reconhecia que todos os povos, ao registrarem o seu passado, tentavam enfatizar aquilo que mais despertava admiração e ocultavam muitas vezes o que poderia ser condenado. Assim, segundo ele, talvez “se de todas as conquistas dos Gregos e dos Romanos tivéssemos historias escriptas pelos seus inimigos ou rivaes talvez que não admirasse o mundo tantas proezas, e nem tantos heroes” (VARNHAGEN, 1854: 36). Da mesma forma, dizia Varnhagen que “um Indio que escrevesse a história da Conquista não teria que cançar-se muito para nos dizer que para elle tudo quanto haviam feito os europeus fora violência, ilegitimidade, usurpação, (...); eis a historia nacional se os Indios do mato conquistassem todo o Brazil (...)”. (VARNHAGEN, 1857: XXVI). “Um infeliz Africano, que escrevesse a historia do captiveiro hereditario, poderia tambem compendiar a sua obra exclamando: Engano, crueldade, escravidão!” (VARNHAGEN, 1857: XXVI).

Estava claro para Varnhagen que assim como ele escrevia a história do Brasil sob um determinado ponto de vista, outras nações também adotavam o mesmo procedimento. No entanto, fazer tal afirmação não retiraria o caráter objetivo de seu

empreendimento. O partidarismo em nome da nação é apenas uma das formas que Varnhagen utilizou para instituir-se como uma autoridade e legitimar a sua escrita. Mas a dimensão da pesquisa empírica não pode ser menosprezada como elemento objetivo de aquisição e produção do conhecimento histórico. Pensar o regime de autoridade que presidia a escrita da história no Brasil no oitocentos é articular as diversas formas e os procedimentos metodológicos e epistemológicos que o historiador poderia utilizar para instituir-se como uma autoridade, cuja adoção do ponto de vista é apenas um deles.

Fontes

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por LESSA, Clado Ribeiro. Rio de Janeiro, INL/NEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **RIHGB**, v. 1, t. 1, 1839.

CÉZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos: caminhos da historiografia**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos

históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 37-52 – 2010.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história**: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A reescrita da tradição**: a invenção historiográfica do documento na História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857). Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro, 2006.

**MONTEIRO LOBATO E O “NASCIMENTO” DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL:
NOTAS DE PESQUISA**

Goshai Daian Loureiro*

Essas notas fazem parte de uma pesquisa de mestrado mais ampla. Nela busco analisar práticas conflitantes de representação da infância tomando como ponto de partida as histórias do Sítio do Picapau Amarelo escritas e editadas por Monteiro Lobato entre 1921 e 1946. Para isso recuo à comparação com outros livros para crianças escritos por autores brasileiros desde o final do século XIX, interrogando como esses textos se endereçam às crianças (que tipo de relação propõe com o leitor ou destinatário) e os diferentes conceitos de infância em jogo na constituição da literatura infantil no Brasil. Mas, na arquitetura geral da pesquisa, é a figura de Monteiro Lobato ponto fixo que orienta o trânsito por temáticas específicas e organiza o conjunto dos materiais. Trata-se de uma opção metodológica. Não pelo indivíduo e sua psicologia, mas por um sujeito trans-individual, o autor, que ao escrever para o público infantil, simultaneamente, partilha, reitera, desloca e subverte convenções sociais de seu tempo com relação à infância.

Ainda assim, na prática, como operar dessa maneira?

Meu ponto de partida é evitar pressupor (*take for granted*) Monteiro Lobato como o fundador da literatura infantil brasileira. Ao contrário, gostaria de perguntar como essa “autoria” de um gênero específico chega a lhe ser atribuída. Nesta comunicação tentarei esboçar uma resposta cotejando algumas interpretações sobre a principal biografia de Monteiro Lobato, escrita pelo jornalista e crítico literário Edgard Cavalheiro.

Significativo de que o reconhecimento de Monteiro Lobato não é automático é a ausência de qualquer referência aos seus livros em *Problemas da Literatura Infantil* (1951), de Cecília Meireles, considerado o primeiro trabalho teórico sobre o gênero no país. Essa ausência me parece ainda mais significativa uma vez que o livro é uma reunião de conferências proferidas no ano de 1948, o mesmo da morte de Monteiro Lobato, que à época já era um escritor consagrado pelas produções para o público

* Mestrando, PPGHIS PUC-RIO

infantil. Esse silêncio contrasta com a celebração do escritor por parte da crítica acadêmica ao longo de toda a segunda metade do século XX, em especial a partir do centenário do seu nascimento em 1982. Refiro-me aos trabalhos de Leonardo Arroyo, Nelly Novaes Coelho, e especialmente Marisa Laojolo e Regina Zilberman.

Ao contrário de Cecília Meireles, Edgard Cavalheiro fez escola. Numa coletânea recente publicada com o desejo de abrir novos rumos para pesquisas sobre as histórias do Sítio e seu autor, João Ceccantini define assim a importância do trabalho deste biógrafo:

Apenas sete anos após a morte de Lobato (1882/1948), essa obra fundadora pôs em circulação uma quantidade substantiva de informações sobre o escritor desconhecidas na época, bem como apresentou de maneira organizada inúmeros outros dados que se encontravam dispersos nas mais diversas fontes. Cavalheiro, contemporâneo de Lobato, teve amplo acesso ao arquivo do escritor, confiado por ele ao jovem ensaísta poucos anos antes de falecer, o que possibilitou a composição de um vasto e esclarecedor painel voltado a contextualizar a caudalosa produção de Lobato e importantes aspectos de sua existência.

O trabalho gigantesco de Cavalheiro tornou-se uma baliza absoluta para os estudos lobatianos que se produziram desde meados da década de 1950, tendo sido referido, citado e parafraseado por sucessivos pesquisadores dos mais diferentes perfis – daqueles que tiveram o zelo e o rigor de atribuir a Cavalheiro a origem de muitas das informações e idéias sobre Lobato expostas a novas gerações de leitores àqueles que, menos cuidadosos, nem sempre deixaram devidamente esclarecido que muito do que expunham em seus textos limitava-se a uma espécie de síntese ou diluição da obra de Cavalheiro, sem a consulta a novas fontes primárias ou o aporte de idéias originais, de fato (CECCANTINI, 2009: 67-68).

O trecho é extenso, mas representativo dos usos dessa biografia numa determinada seqüência de estudos. O que me é mais problemático nessa denúncia é que ela traz implícita uma adesão irrestrita ao trabalho do biógrafo, negligenciando as circunstâncias em que foi produzida a sua narrativa. Ter sido ele um contemporâneo e ter escrito a biografia ainda próximo à morte do autor me parece menos um atestado de confiança do que um pedido de interrogação. Não sobre a veracidade da biografia, mas sobre a sua estrutura e engenharia internas.

Em 1955, quase uma década depois que o autor lhe confia seu arquivo pessoal, Edgard Cavalheiro publicou a primeira edição de *Monteiro Lobato: Vida e Obra*. São dois grossos volumes perfazendo pouco mais de 700 páginas. Nelas, o biógrafo estabelece um percurso em 25 capítulos que vai do nascimento à morte do autor. O

princípio de composição dos capítulos varia um pouco. (a) Alguns recortam períodos ou fases da vida do autor, como a infância na fazenda do avô em “O neto do visconde”, os anos de colegial em “A insofrida adolescência” e os tempos de promotor do município de Areias em “Oblivion, Itaoca”. (b) Outros recortam facetas da persona de Monteiro Lobato, o editor em “Livros, livros a mancheias”, o literato em constante conflito com o homem de negócios em “Milhos e Pérolas”, etc. (b) Outros ainda se definem em relação a algum livro ou temáticas recorrentes em vários textos do escritor: o Urupês em “Doze histórias trágicas”, o diário de mocidade em “Mundices da Lua”, o inquérito sobre o Saci em “A bestinha baia”, a rejeição às modas francesas em “Guerra aos Macacos”, o apoio à sanitização em “O Brasil é um vasto hospital”, etc. Mas, fundamentalmente, todos os capítulos estabelecem uma relação mais ou menos direta com algum livro do escritor. O percurso não esgota todas as páginas, que da metade do segundo volume em diante, apresentam uma enorme compilação de bibliografias, listas e apêndices. Ali são elencados todos os livros e artigos publicados por Monteiro Lobato (reunidos ou não em livros até aquele momento), manuscritos, traduções, nomes de correspondentes ativos e passivos do autor, depoimentos colhidos pelo biógrafo e reproduções de textos ilustrativos de diversos períodos de sua existência.

Esse arranjo demonstra que não se trata apenas de uma biografia. O pólo verdadeiramente forte do trabalho de Edgard Cavalheiro é a *obra*. A vida está a serviço do entendimento da obra, e de um entendimento como restituição de uma falta. O que é isso que Edgard Cavalheiro julga necessário restituir ao conjunto dos livros escritos por Monteiro Lobato? Um sentido autônomo, um conjunto de enunciados, conexões e aproximações entre esses textos que independa da opinião dos críticos porque calcado no sentido mesmo da própria existência do seu autor.

Desde os capítulos iniciais o principal argumento elaborado pelo biógrafo é o da vocação para a literatura. O livro abre com a cena do parto de Lobato, pela qual fica-se sabendo que seu nome de batismo era José Carlos, cujo apelido “Juca” é utilizado pelo narrador para distinguir a *persona* do Lobato-criança. A descrição da sua primeira lembrança já evoca uma de suas futuras histórias. Aos 5 anos de idade, acompanhando o pai numa caçada, “sua primeira aventura romântica”, o garoto observa o sombrio da mata e se põe “naquele estado de espírito com que fixaria, muitos anos depois, o Pedrinho, quando às escondidas de Dona Benta, penetrou pela primeira vez no capão de

mato do Tucano Amarelo, onde havia até onça” (*idem*: 7). A sobreposição entre a infância do autor e as histórias do Sítio é retomada de maneira contundente ao final do capítulo:

Dando um balanço nas lembranças de infância, de que se recordara Monteiro Lobato velho? Das aventuras da Fazenda, quantas não terão sido transportadas para as aventuras dos habitantes do Sítio do Picapau Amarelo? Pedrinho caçando onças, é Juca de Flaubert em punho penetrando nos capões do mato de Santa Maria. Os lambaris do ribeirão das Águas Claras figaram muitas vezes o anzol da vara de pescar que empunhava trêmulo de emoção. Dos brinquedos com os sabugos de milho, sairia mais tarde o Visconde de Sabugosa; o Rabicó comera certa vez enorme abóbora reservada a Dona Olímpia... Vó Anacleto contava-lhe histórias, era paciente como todas as vovós, e deixava-o e as irmãs fazerem tudo quanto queriam (*idem*: 14-15).

O que está em jogo aqui é a inscrição das histórias e personagens do Sítio do Picapau Amarelo na experiência subjetiva da infância do autor. Uma infância esplêndida, sem “nenhum choque a traumatizar-lhe a sensibilidade infantil” (*idem*: 22). Mas, tudo seria apenas uma alegoria, não fosse o modo são retomadas essas sobreposições ao longo da biografia. No capítulo “O Sítio do Picapau Amarelo”, Cavalheiro comenta que Monteiro Lobato inicialmente dera pouca importância a suas histórias para crianças. Elas surgem como uma espécie de fuga à agitação da vida em São Paulo. Diverte-se com elas e aos poucos vão ganhando corpo, mas os personagens vão lhe ocorrendo ao sabor do acaso. Até que:

Em Nova York, numa tarde desocupada, a saudade da Pátria começa a doer-lhe. (...) A infância volta inteira, insubstituível. A primeira entrada na floresta. O circo de cavalinhos. As irmãs. O alpendre. O colo materno... O mundo de criança se reconstitui sereno, perfeito, e aquilo lhe dá prazer. (...) Não pensara até aquele momento, que naquelas historietas o melhor era o seu próprio mundo infantil que, meio inconsciente, reconstituía, com a pureza e a inocência que só as lembranças da infância permitem ao adulto (*idem*: 163).

Os circuitos explicativos montados por Edgard Cavalheiro são constituídos por uma enorme quantidade de projeções e recuos. Tomemos como exemplo apenas aquele que explica sua maturação como escritor.

- a. A reconstituição das brincadeiras do pequeno Juca, móvel do primeiro capítulo, estabelece um traço fundamental de sua personalidade: o peralta

- recluso, que toma a literatura como brinquedo (*idem*: 15-16).
- b. O primeiro texto, publicado aos 14 anos num jornalzinho estudantil em Taubaté, revela o gérmen de espírito crítico numa prosa ainda sem grandes qualidades literárias (*idem*: 25).
 - c. Ao episódio da primeira reprovação em Português, transcrito das cartas de Lobato à sua mãe, comenta o biógrafo: “Mas é impotente, nada poderá fazer pelo menos por enquanto. Mais tarde se vingará da gramática e dos gramáticos” (*idem*: 23) – referência indireta à recorrência do tema nos contos do autor e em *Emília no País da Gramática*.
 - d. A intensa vida literária do internato em São Paulo, descrita minuciosamente, lhe serve de “terreno propício para o desabrochar da vocação nascente” (*idem*: 33).
 - e. Na faculdade de Direito, não havia do que “envergonhar-se Monteiro Lobato, ao recordar a literatura publicada no ‘Minarete’, n’‘O povo’ e demais jornaizinhos em que tão abundantemente colaborou (...). Ao contrário: o que se pode concluir é conterem tais escritos as principais qualidades que irão, depuradas, caracterizar-lhe a prosa” (*idem*: 73).

Desse modo é com facilidade que Cavalheiro rejeita a tese de que Monteiro Lobato tornara-se escritor por acidente.

- f. Corre a lenda – endossada pelo próprio autor – de que a divulgação do artigo ‘Velha Praga’ fora da seção de queixas e reclamações do jornal [O Estado de São Paulo], estimulou o fazendeiro a reincidir [na literatura], e que reincidindo se transformara, sem querer, nisso que os noticiários gravemente chamam um ‘homem de letras’.
- “A lenda é bonita, mas outra é a realidade: em novembro de 1914 Monteiro Lobato era escritor feito, embora praticamente inédito, pois quase tudo quanto tinha produzido até então fora divulgado com pseudônimos (*idem*: 129-130).

O que é realmente curioso nesse último excerto é que ele mostra uma divergência entre biógrafo e biografado. Todos as projeções, sobreposições e recuos mencionados até aqui foram pautados em formulações do próprio Monteiro Lobato. Mesmo a tese do “retorno da infância” durante a viagem aos EUA encontra respaldo na correspondência do escritor com seu amigo Godofredo Rangel. Ora, Edgard Cavalheiro não herdou apenas o arquivo pessoal do autor, mas um gigantesco aglomerado de teias discursivas, pelas quais Monteiro Lobato produziu a si mesmo durante mais de 40 anos. Podemos pensar que era muito difícil não deixar se enredar por ela e que fosse uma tarefa sufocante abrir caminho para algo completamente novo a respeito da

personalidade de seu biografado. Mas sua saída é outra, é refazer a teia, misturar-se ela, ampliar suas ligações, sempre preservando os ligamentos originais. Eis o mecanismo que produz o *efeito de verdade* de sua biografia.

Por isso a divergência é tão significativa. Como ela, outras aparecem sempre que o biografado insiste em negar o próprio pendão literário. Para Cavalheiro, falta a Lobato a consciência mais profunda de sua vocação (*idem*: 230). Sua tarefa é restituí-la ao morto. Não apenas por homenagem. Não é por isso que ele retoma os elogios de Lúcia Miguel Pereira, Guimarães Menegale e outros sobre suas obras infantis. Não é por isso que diz que suas histórias “se desenvolvem da maneira como a criança vê o mundo e a vida” (*idem*: 176), ou que ressalta sua capacidade de perceber na prática essas “verdades fundamentais da psicologia infantil” (*idem*: 166). Mas para defender sua obra contra as diatribes publicadas pela Liga Universitária Católica Feminina (*idem*: 179-182). Da mesma forma evoca os elogios de Oswald de Andrade a Monteiro Lobato para desfazer o seleuma em torno do episódio da crítica à exposição Malfatti; e diz: “Só a completa ignorância da sua vida e da sua obra levará alguém de boa-fé a negar-lhe sinceridade e independência, entusiasmos e generosidade” (*idem*: 246).

No fundo é o fantasma de Cecília Meireles e da crítica católica que impede o reconhecimento do verdadeiro significado da obra infantil de Monteiro Lobato. “Para esconjurá-lo é necessário invocar a alma do morto recorrendo a textos perdidos, cartas que tiveram vida efêmera sob os olhos de leitores particulares, críticas positivas soltas em páginas de jornais e suplementos literários, memórias que é preciso colher antes que seus portadores virem pó. Em suma, trata-se de uma obra de necromancia.

É com a força de argumentos calcados na “alma” mesma do autor, isto é, sua vocação, que o biógrafo estabelece o lugar de Monteiro Lobato como fundador da literatura infantil brasileira. No que diz respeito à sua atividade editorial no setor de livros infantis, afirma: “não houve apenas renovação, e sim criação de algo novo. (...) o livro infantil brasileiro nasce, sem a menor dúvida, de ‘A Menina do Narizinho Arrebitado’” (*idem*: 200-201). E adiante: “Em princípio de 1925 traçara grande programa de trabalhos. Dando um balanço na própria produção, acha criminoso não aproveitar onda tão favorável para empreender de uma vez por todas a renovação da literatura infantil no Brasil” (*idem*: 267). E ainda: “Que estava criando, com tais narrativas, a literatura infantil brasileira, Monteiro Lobato não se dera conta” (*idem*: 264).

Não gostaria de finalizar esta comunicação com a impressão de ter desqualificado o trabalho de Edgard Cavalheiro. Ao contrário, busquei qualificá-lo, definir seus principais dispositivos biográficos. Mas seria interessante avançar, ainda que de forma incipiente, sobre os desafios levantados por uma apropriação da biografia de Monteiro Lobato colocada nestes termos.

Em primeiro lugar é necessário reconhecer a habilidade de Cavalheiro ao expor as contradições e idiossincrasias do autor, tais como o conflito entre o literato e o capitalista, a rejeição à “literariedade” da literatura (entendida como excesso de ornamento), o retorno da infância na velhice e a conexão entre a publicação de *Mundo da Lua* como expressão da nostalgia de uma infância perdida. Tais aspectos possuem dimensão ativa dentro de seus escritos? Como é possível dar um tratamento adequado à subjetividade de Monteiro Lobato sem a sobre-determinação do conceito de vocação?

E em consequência, afastar da interpretação um tom denunciante, que rejeite como “falso” todo tipo de sentido produzido pelo biógrafo no conjunto dos materiais que compõe a biografia. Opera-se uma ilusão, isso é certo, mas é possível desviar-lhe o olhar, e como na geometria, encontrar-lhe um ponto de fuga a partir do qual seja possível lhe dar nova profundidade.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: vida e obra**. São Paulo: Ed. Nacional, 2 v. 1956.
- CECCANTINI, João. “De raro poder fecundante: Lobato editor”. In: LAJOLO, Marisa & CECCANTINI, J. **Monteiro Lobato, livro a livro: a Obra infantil**. São Paulo: Ed. Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Passagens, 1992.

DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA E A BIOGRAFIA

Rômulo Medeiros Pereira*

A presente comunicação é um mergulho no ambíguo campo da biografia que propõe discutir alguns aspectos envolvendo a utilização do gênero biográfico, compreendendo como ocorreu seu “regresso” aos quadros da historiografia e sua prolífera produção durante a segunda metade do século XX. Incorporando as questões da ilusão da unidade individual e da relação individual e social, responsáveis por suscitarem a desconfiança e discordância do gênero biográfico enquanto método cognitivo capaz de apreender uma vida. Discussões exaustivamente debatidas no campo historiográfico, principalmente por Giovanni Levi (2006), François Dosse (2009), Pierre Bourdieu (2006), Sabina Loriga (1998), autores que pontuam relevantes questões sobre indivíduo e contexto.

Problematizaremos essas questões com algumas ferramentas da filosofia de Paul Ricoeur; seu conceito de identidade e da relação entre liberdade e natureza que fala de uma filosofia da vontade, ou seja, da reciprocidade do voluntário e do involuntário na experiência humana. Que se caracteriza como sendo sua primeira fase filosófica, definida por alguns comentadores como uma fenomenologia de corte idealista e ainda pouco explorada no campo da história.

Em 1949 Paul Ricoeur obtém o título de doutor em letras pela Universidade de Paris, com sua dissertação *Liberdade e Natureza*, primeiro volume de sua filosofia da vontade, algo como uma fenomenologia eidética da reciprocidade do voluntário e do involuntário na experiência humana. Seu principal objetivo nessa fase é captar essa duas noções centrais que atribuem sentido a liberdade dos indivíduos. Tratando-se de uma filosofia que busca a descrição da ação ou do agir na experiência humano.

Como os estudos historiográficos afirmam, fica visível, durante os acontecimentos de Maio de 68, a capacidade dos indivíduos agirem questionando os valores consagrados, libertando-se das estruturas. Tornando os indivíduos agentes transformadores das estruturas sócio-econômicas e dos comportamentos políticos e culturais. “O retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e

* Formado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura.” (BURKE, 1990: 103)

Sendo assim, o “regresso” do gênero biográfico ao campo epistemológico da história, estaria atrelado à retomada da história política ao quadro da renovação historiográfica, renovação promovida pela crise geral das ciências humanas entre os anos 80 e 90 do século XX, resultante do desmoronamento dos sistemas globais de interpretação e dos paradigmas dominantes fornecidos pelo marxismo e pelo estruturalismo; pilares teóricos de sustentação dos avanços da história entre os anos de 1960 e 1970.

Essas transformações possibilitaram à história fazer-se não mais apenas por grandes personalidades, mas por sujeitos que não faziam parte dos calendários oficiais e que seus intentos de vida jamais se misturaram com o destino da pátria. “No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, (...) cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado.” (GINZBURG, 2006: 11)

Sucedendo-se o desvencilhamento da história de temas tabus, convencionais e abstratos, (povos, nações, classes, economia, comemorações nacionais e grandes homens) o inusitado passa a ser historicizado e politizado, como o odor, a lágrima, o humor, o amor, a solidão, o corpo, a morte e a vida. “Se a crise do político produziu a queda da biografia, a volta do político levou a sua ascensão” (MOTTA).

Essa ascensão que possibilitou uma enorme proliferação de publicações biográficas, também trouxe consigo o estigma da desconfiança e da dúvida em relação ao gênero. Desconfiou-se da possibilidade do gênero poder narrar uma vida através de linhas ordenadas de um texto e da capacidade do mesmo apreender a história de vida de um indivíduo fornecendo elementos de apreensão do todo social. “(...) a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia (...). Um primeiro aspecto significativo refere-se às relações entre história e narrativa” (LEVI, 2010: 168).

A desconfiança e a dúvida seriam as responsáveis por atirarem o gênero biográfico num terreno associado à imprecisão e a subjetividade, deixando-o mais próximo de uma liberdade ficcional do que de um método, um rigor de investigação,

uma verdade histórica. “A biografia assume um papel ambíguo em história: pode ser um instrumento da pesquisa social ou, ao contrário, propor uma forma de evitá-la”. (LEVI, 2010: 168). A biografia preencheria o espaço de interseção entre a ficção e a ciência, espaço de “(...) tensão entre essa ânsia de verdade e uma narração que deve passar pela ficção e que situa a biografia num ponto médio entre ficção e realidade histórica. (DOSSE, 2009: 12) entre os embates das concepções históricas nominalistas e realistas.¹

Em 1986 Bourdieu chamaria a atenção das ciências sociais para a “ilusão biográfica”, do engano de se considerar a trajetória de vida de um indivíduo “(...) como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” (BOURDIEU, 2010: 185). Acusando as ciências sociais “(...) de serem prisioneiras de uma ilusão característica do senso comum, que “descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira (...)” (BOURDIEU, 2010: 183). Mais suas provocações não só suscitaria apreços, renderia principalmente algumas críticas ao conceito de habitus utilizado por ele.²

As críticas acusariam Bourdieu de enxergar a possibilidade de abarcar a trajetória individual apenas pelo meio do percurso dos outros agentes, por participarem de acontecimentos similares em um mesmo espaço e tempo de sociabilidade. O valor do sujeito histórico estaria atrelado à capacidade de transmitir os modos, costumes e valores socioculturais de uma estrutura abrangente. “Por intermédio de sua crítica, o sociólogo tende a homologar as condutas individuais e a reforçar os normativos, a força do habitus.” (LORIGA, 1998: 246) Na “ilusão biográfica” Bourdieu não “(...) utiliza o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico (...), para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas.” (LORIGA, 1998: 246-247)

No fundo, a relação entre habitus de grupo e habitus individual estabelecida por Pierre Bourdieu remete à seleção entre o que é comum e mensurável, “o estilo

¹ De um lado estão os nominalistas, para quem a história se reduz, em suma, a uma série de discursos produzidos sobre o passado. (...) O passado, afinal, não existe, e não há nada a não ser os seus nomes. Por isso, toda a história é contemporânea. (...) Do outro, os realistas, para quem o passado é de facto um real, que é necessário restaurar. (LARDREAU, 1989: 35)

² (...) a noção de habitus tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais. (BOURDIEU, 2011: 58)

próprio de uma época ou de uma classe”, e o que diz respeito à “singularidade das trajetórias sociais”: “na verdade, é uma relação de homologia, isto é, de diversidade na homogeneidade, que reflete a diversidade na homogeneidade característica de suas condições sociais de produção e que une os habitus singulares dos diferentes membros de uma mesma classe. Cada sistema de disposições individuais é uma variante estrutural dos demais (...), o estilo pessoal não é senão um desvio em relação ao estilo próprio de uma época ou de uma classe. A infinidade de combinações possíveis a partir de experiências estatisticamente comuns às pessoas de um mesmo grupo determina assim “a infinidade de diferenças singulares” e também “a conformidade e estilo” do grupo. Também aqui os afastamentos e os desvios, uma vez assinalados, parecem remeter-se ao que é estrutural e estatisticamente próprio do grupo estudado. Tal abordagem comporta certos elementos funcionalistas na identificação das normas e dos estilos comuns aos membros do grupo e na rejeição dos afastamentos e dos desvios tidos como não significativos. Pierre Bourdieu levanta tanto a questão do determinismo quanto a da escolha consciente, mas a escolha consciente é antes constatada do que definida, e a ênfase parece recair mais nos aspectos deterministas e inconscientes, nas “estratégias” que não são fruto “de uma verdadeira intenção estratégica”. (LEVI, 2010: 174-175)

Essas difíceis provocações (indivíduo/contexto) não passariam despercebidas por historiadores dedicados a pensar o gênero biográfico. A Sabina Loriga ao lidar com elas utilizaria o que chamou de “paradoxo do sanduíche”, ou seja, “(...) um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto (...)” (LORIGA, 1998: 248). Mas segundo Benito Schmidt a “fórmula” utilizada por Loriga apesar de ser uma solução fácil, deixa pendente o que hoje é mais desafiador para os historiadores: “(...) compreender as margens de liberdade individual diante dos sistemas normativos” (SCHMIDT).

A fala de Benito Schmidt exigiria de nós a necessidade de pensarmos o gênero biográfico aos moldes do pensamento do Giovanni Levi.

(...) nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante – da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. (LEVI, 2010: 179-180)

Não optando por nenhum dos “pólos” já que o fazer seria tomar o caminho contrário ao que afirma Ricoeur, “A fenomenologia da vontade em busca da união vivida entre o voluntário e o involuntário ataca o dualismo em sua raiz” (RICOEUR, 2009: 74).

Foucault, segundo alguns críticos de seu pensamento, no momento em que nega o sujeito opta por resumi-lo aos grillhões discursivos disciplinares jurídicos ou médicos. “Seria essa uma boa estratégia para a escrita biográfica? Não segundo Ginzburg, que acusa Foucault de “irracionalismo estetizante”. (SCHMIDT) Mas Durval Muniz como “bom” foucaultiano, ao defender a postura política e epistemologia de Foucault, alega que essa é a postura de Ginzburg ao contar a história do moleiro Domenico Scandella, conhecido por Menocchio.

(...) Menocchio [o moleiro herege do século XVI estudado por Ginzburg] termina se explicando pelo contexto mesmo com toda sua singularidade. Foucault, ao contrário, embora reconheça ressonâncias do contexto nas atitudes de Rivière, não o reduz a estas influências, há sempre algo de estranho e singular que o distingue do meio. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 51)

Ricoeur em uma leitura própria da “(...) apresentação Kantiana da antinomia liberdade/causalidade ou, como poderíamos dizer hoje, liberdade/determinismo.” (PELLAUER, 2009: 22) recusaria a compreensão da antinomia como uma exclusão estrita em que uma tese deveria ser verdadeira e a outra falsa, ou seja, optar por um dos pólos. Preferindo a interpretação que afirmasse a existência de duas linguagens distintas, “(...) uma fala da experiência vivida de nós mesmos como livres, outra correspondente a uma linguagem científica que pressupõe uma compreensão da causalidade que não deixa espaço à liberdade.” (PELLAUER, 2009: 23) E que a tentativa de reduzir ambas a apenas uma delas, resultaria em “(...) falar ou de subjetividade ou de objetividade, como se uma e outra pudesse existir separadamente. (PELLAUER, 2009: 23)

A inovação de Ricoeur ao invés de enunciar o problema básico em termos de liberdade e determinismo, resolveu fazer em termos que chamaria de reciprocidade do voluntário e do involuntário na experiência de vida dos indivíduos. Ricoeur reconhece que os indivíduos ao relacionar-se com o contexto ao qual está inserido, acaba agindo sobre o mesmo através de ações intencionadas. Intenção que aplica uma função prática à consciência.

(...) consciência que não é mais parte de um mundo existente absolutamente se revela como pura consciência de... e toda realidade é “reduzida” à condição de “objeto” – Gegenstand – dessa consciência. (...) deve-se agora tomar a vida prática da consciência tal como ela se dá, e aplica-lhe diretamente o método de

análise intencional, sem o rodeio de uma fenomenologia prévia de percepção e, em geral, dos atos objetivantes. (RICOEUR, 2009: 59-61)

Esses atos objetivantes, segundo Ricoeur, aplicam-se sobre o que chamou-se de projeto. Os indivíduos decidem sobre um projeto, essa ação coloca o projeto à prova de ser executado, considerando o “eu” como ser humano capaz, ainda ligado à questão da ação. Tornando voluntária uma ação e caracterizando uma decisão a partir da inclusão de uma intenção, que após o fato poderia ser chamado de projeto em potencial de uma ação proposta.

Tomamos, portanto, o termo projeto no sentido estrito de correlato do decidir. (...) O projeto é ação no gerundivo, o programa futuro no qual me acho implicado (no acusativo) como aquele que fará e (no nominativo) como aquele que pode. (...) essa intencionalidade do decidir, voltada para o projeto, se articula sobre uma imputação de mim mesmo. Dizer “eu decido...” envolve um “eu me decido”. Essa consciência surda de responsabilidade conserva pronto para a reflexão o próprio impulso da consciência que se supera para uma obra a fazer no mundo. (...) o “fazer” está para o caminho para o fazer: aqui a estrutura intencional que se propõe é agir; o querer não designa mais “no vácuo”, opera no presente. Eu opero presenças como feitas por mim, e o mundo inteiro, com seus caminhos e seus obstáculos, com o que tem de não resolvido e não passado, é a matéria e o contexto do meu agir. O “feito por mim”, o “pragma”, digo eu, diversamente do projeto, está no mundo e não mais tem ao fundo o mundo. Está no mundo e não em meu corpo. No agir o corpo se vê “atravessado”: não é o objeto do agir, mesmo no sentido amplo de correlato, mas o seu órgão; através de sua função órgão, em que se apaga, ele fica aberto sobre a obra completa (que exprimo por todos os infinitivos de ação: correr, trabalhar, etc.) A obra é assim a minha resposta prática, inscrita no tecido do mundo, a uma dificuldade aberta *in medias res*. (RICOEUR, 2009: 65-66)

A filosofia ricoeuriana é um pensamento afirmativo da emancipação humana, uma ontologia quebrada, em que o indivíduo é um ser da transcendência, e limitá-lo seria o mesmo que o instigar à revolta, o reafirmar do primado da vida. O indivíduo ao viver no interior totalizante significaria não criar uma consciência totalizante, mas sim começar por dentro da totalidade da experiência, reconhecendo toda experiência. O indivíduo é ao mesmo tempo um ser do sentido e da realização, ser do constrangimento e da necessidade. Essa dialética entre a vida afirmada e a vida ferida possibilitaria o indivíduo (re)encontrar-se.

Compreender-se para possuir-se, para não ser terra de outro. Compreender-se para transformar-se, para ultrapassar-se, libertar-se. O si como tarefa de eu, (...)

primeira frente de trabalho. Urgência de compreender-se em um mundo fragmentado e fragmentador. (FRANCO, 1995: 12)

Em que o “eu” do indivíduo moderno por não ser nem contínuo e nem harmônico e não manter certa coincidência consigo mesmo, necessitaria de se refigurar através de práticas de si, sejam elas histórias verídicas ou fictícias que muitas vezes atribuiriam um sentido variado e alargado ao sujeito.

A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriunda da composição poética de um texto narrativo. Pode-se dizer, assim, que o si-mesmo é refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Diferentemente da identidade abstrata do Mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida. (...) Como se comprova pela análise literária da autobiografia verifica, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. (RICOEUR, 2010: 419)

Para Ricoeur o termo identidade não passaria de uma categoria tomada no seu sentido prático, constituída na própria prática do ato de ler e narrar uma vida. “(...) a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa.” (RICOEUR, 2010: 418).

Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder a questão: quem faz tal ação? Quem é o seu agente, o seu autor? Para começar, responde-se a essa pergunta nomeando alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? Que justifica que se considere que o sujeito da ação, assim designado por seu nome, é o mesmo ao longo de toda uma vida que se estende do nascimento à morte? A resposta só pode ser narrativa. (RICOEUR, 2010: 418)

O sujeito se afirma ao afirmar a vida, mas vida que sofre as amarras da natureza, das estruturas, dos adversários, do involuntário. Realização e constrangimento, desejo e frustração, alegria e morte. Signos presentes na fala humana que estão à espera de uma interpretação que ao ler e narrar uma trajetória de vida, transforme mais uma vez o tempo vivido em tempo humano; “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOER, 2010: 93).

Por todas essas contribuições ricoeurianas, argumentamos que a história de vida

de um indivíduo não pode ser explicada e narrada por um método cognitivo embasado apenas em um dos pólos (indivíduo/contexto) na busca de uma melhor objetividade.

Para Heidegger (...) o Dasein não pode igualmente ser explicado como sendo em último caso algo objetivo, meramente mais uma coisa entre tantas, sem que a subjetividade desempenhe qualquer papel, pois então como poderia isso ser conhecido, uma vez que não haveria qualquer conhecedor? Por isso Heidegger sustenta que a subjetividade e a objetividade têm que ser entendidas hermeneuticamente por meio de uma interpretação derivada desse ser-no-mundo mais fundamental. Foi essa versão do Dasein que Ricoeur mais valorizou. (PELLAUER, 2007: 22)

Fazer essa escolha entre um dos pólos, seria optar por se basear em um modelo cognitivo em que o biógrafo é relacionado ao biografado simplesmente pela consciência que cria do mesmo. Tornando o ato de escrever uma vida, uma empobrecida relação de experiência consigo mesmo. O biógrafo ao tentar narrar e apreender uma vida apenas seria um sujeito em relação a si mesmo, e não um sujeito em relação com outro.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- MOTTA, Marly.
<<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6727article.htm>>
acessado em 15 de junho de 2011.
- PELLAUER, David. **Compreender: Ricoeur**. Petrópolis RJ: Editora vozes, 2009.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora EFG V, 1998.

SCHIMIDT, Benito. <<http://www.echs.ufop.br/memorial/trab2/h/25.htm>>, acessado em 10 de maio de 2011.

**PASSAGENS:
HISTORIOGRAFIA DA MODERNIDADE**

Josias José Freire Jr.*

Walter Benjamin atribuiu à parte final, mais desenvolvida e aberta de sua obra a tarefa de realizar sua filosofia; tal realização teria como centro sua filosofia da história e sua obra historiográfica. Neste trabalho elaboraremos algumas considerações acerca da obra *Passagens*, de Walter Benjamin, com intuito de apresentar sua proposta teórica de uma historiografia da experiência histórica da modernidade. No primeiro momento apresentaremos alguns elementos que marcaram a gênese do conceito historiográfico presente na obra *Passagens* em sua teoria da alegoria presente no livro sobre o drama barroco alemão. Em seguida comentaremos alguns elementos presentes na obra *Passagens* pertencentes à seção *N*, intitulada *Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso*, elementos estes que deverão figurar como concepção teórico-historiográfica da obra do filósofo.

Nossa empreitada objetiva apresentar o material produzido nas outras seções das *Passagens* como obra aberta, historiografia peculiar. Por fim comentaremos algumas características da interpretação benjaminiana da teoria da modernidade presente na obra de Charles Baudelaire, onde o filósofo alemão a partir de reflexões acerca da lírica do poeta francês apresenta *traços* da modernidade estética, inscritos na obra desse, como elementos da experiência histórica moderna que escapam às historiografias tradicionais.

Em seu livro sobre o drama barroco alemão (BENJAMIN, 1984) apresenta a reabilitação barroca, o gênero que Walter Benjamin estuda em seu célebre livro – o Trauerspiel, o teatro barroco alemão do período posterior à contra-reforma. Cf. nota do tradutor (BENJAMIN, 1984: 09) – o tema da alegoria a partir da confrontação com o conceito – inautêntico – de símbolo, sob o qual o romantismo erigiu suas pretensões de um “saber absoluto” (BENJAMIN, 1984: 181): “Esse abuso ocorre sempre que numa obra de arte a ‘manifestação’ de uma ‘idéia’ é caracterizada como ‘símbolo’” (BENJAMIN, 1984: 182). Contra a ideia romântica de continuidade entre a verdade suprassensível e a ideia de sua manifestação simbólica, Benjamin atualiza a alegoria

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

barroca como ruptura desta continuidade, pela apresentação dos “extremos” que compõem a experiência da materialidade – a verdade não pode se manifestar no mundo empírico tal como se este refletisse sua perfeição. Se a verdade se manifesta no mundo material esta manifestação não pode ultrapassar sua condição de imperfeito, ao contrário, deve partir dela.

Diferentemente do conceito moderno de alegoria – distorcido pelas visões do romantismo (BENJAMIN, 1984: 182) e pelo classicismo (BENJAMIN, 1984: 183) – Walter Benjamin propõem uma reabilitação da “intenção alegórica” como “forma de expressão”, e não apenas um modo de ilustração (BENJAMIN, 1984: 184), e esta reabilitação partirá da apresentação do conceito barroco de alegoria. Para o barroco a alegoria em primeiro lugar apresenta o “abismo” entre *Ser* e *Significação*: desestabiliza a harmonia do significado das coisas como dado, ao qual restaria à investigação apenas especular. A alegoria barroca evidencia a vertigem da significação: nada une a coisa à ideia, o significado se fragmenta sob a marca da arbitrariedade, a palavra pode significar qualquer coisa.

O emblema – a forma de expressão por excelência do drama barroco alemão – apresenta esta arbitrariedade como marcas da transitoriedade do mundo: “Ao passo que no símbolo, como transfiguração do declínio, o rosto metamorfoseado da natureza se revela fugazmente à luz da salvação, a alegoria mostra ao observador a *facies hippocratica* da história como topopaisagem petrificada” (BENJAMIN, 1984: 188). A ausência de significado fixo, a distância entre o nome e a coisa, é preenchida pelo símbolo – que restitui o fragmentado à unidade, como a etimologia da palavra revela – enquanto que na alegoria esta distância é evidenciada e se torna mais grave: a natureza barroca é muda, *morta*: a história não pode ser senão a representação desta mudez, desta morte: “A história em tudo o que nela é desde o início é prematuro [abortado] sofrido e malogrado, se exprime num rosto – não, numa caveira” (BENJAMIN, 1984: 188). A reabilitação da alegoria pelo drama barroco parte do reconhecimento da transitoriedade – do caráter histórico e humano – do mundo e da linguagem que tenta abarcá-lo. A história como história da morte, não apenas representação da morte na história, mas o barroco contribuiu para uma “concepção filosófica” da alegoria, a que Benjamin se dedicou a reabilitar: “Os poetas barrocos viam na natureza transitória uma alegoria da história humana, em que ela aparecia não como plano divino ou cadeia de

acontecimentos, mas como morte ruína e catástrofe [...]” (BUCK-MORSS, 2002: 216). A representação da transitoriedade tornava a própria história como algo fragmentado, marcado pela ruptura e pelo inacabamento: “A coroa significa a grinalda de ciprestes” (BENJAMIN, 1984: 254).

Mas a alegoria do drama barroco, para Benjamin, também deve ser determinada historicamente. Seu poder crítico – de desestabilizar os significados totais e harmônicos, em favor de um retorno permanente às coisas – encontra o limite da vertigem da significação. A cristandade marcou o drama barroco, o alegorista trai (*Treulos*) seu próprio procedimento, para escapar à efemeridade do mundo profano se refugia na teologia: “[...] A intenção alegórica se perderia, de símile em símile, na vertigem de suas profundezas abissais, se não precisasse, mesmo no mais extremo desses símiles, agir de tal modo que toda vanglória e irreligiosidade apareçam como auto-ilusões” (BENJAMIN, 1984: 255). O ideal de “auto-absorção alegórica” aparece, enfim, como seu limite: Gólgota por fim deve significar a salvação: “A transitoriedade não é apenas significada, representada alegoricamente, mas também significante, oferecendo-se como material a ser alegorizado: a alegoria da salvação” (BENJAMIN, 1984: 255). O alegorista barroco, sob a égide da contra-reforma, trai a intenção alegórica o estabelecer o marco da salvação como significa último e invariável. Ainda nas palavras de Benjamin:

No fim a contemplação barroca inverte sua direção nas imagens da morte, olhando para trás, redentora. [...] Com isso resolve-se o enigma das coisas mais fragmentárias e mais dispersas. Ao mesmo tempo a alegoria perde tudo o que tinha de mais inalienavelmente seu [...]. Os últimos objetos em que ela acreditava apropriar-se com mais segurança do rejeitado, se transformam em alegorias, e essas alegorias preenchem e negam o Nada em que eles se representam, assim como a intenção, em vez de manter-se fiel até o fim à contemplação das ossadas, refugia-se, deslealmente [*Treulos*], na Ressurreição. (BENJAMIN, 1984: 255)

A alegoria barroca despertou, após os anos de obscurecimento pelas teorias da bela harmonia entre simbolizante e simbolizado, o caráter ruinoso e arbitrário de qualquer representação. Fez deste caráter a matéria de sua exposição, mas refugiou-se, por fim, no mito da ressurreição como forma de alcançar terreno firme. Mas a alegoria sobreviveu, em outro tempo e em outro lugar. Esta nova habilitação da alegoria figura como ponto central no interior da filosofia benjaminiana – a segunda matriz do conceito

benjaminiano de alegoria – e tem um lugar não menos importante em nosso trabalho: o próprio conceito de experiência da modernidade, o qual as *Passagens* figuram como historiografia típica, está imbuído por este novo conceito de alegoria.

Diferentemente dos alegoristas do barroco alemão, Charles Baudelaire, o poeta lírico do auge do capitalismo, não cessou a vertigem alegórica de sua linguagem em favor de qualquer refúgio, ao contrário, fez de sua alegoria sua maior arma contra sua época. A visão alegórica foi a experiência lírica baudelaireana por excelência:

*Paris change! mais rien dans ma mélancolie
N'a bougé! palais neufs, échafaudages, blocs,
Vieux faubourgs, tout pour moi devient allégorie,
Et mes chers souvenirs sont plus lourds que des rocs* (BAUDELAIRE, 1975: 86)

Esta primeira estrofe da segunda parte do poema *Le Cygne* (O cisne, alegoricamente, o *signo*, *Le signe*) apresenta alguns dos elementos fundamentais da alegoria baudelaireana: a melancolia (o *spleen*), a cidade moderna – como ruína e grandiosidade – e a memória, para Benjamin, “figura chave” da alegoria do século XIX (BENJAMIN, 1989: 180). Na tradução de Ivan Junqueira – que preferiu “nostalgia”, mesmo dada a grande importância do tema da melancolia do olhar alegórico, e ainda não preservou o *tornar-se* alegoria do olhar baudelaireano – da edição da obra reunida: “Paris muda! Mas nada em minha nostalgia / Mudou! Novos palácios, andaimes, lajedos, / Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria, / E essas lembranças pesam mais do que rochedos” (BAUDELAIRE, 1995: 173). Ainda acerca da importância da obra de Charles Baudelaire na elaboração da filosofia benjaminiana dois pontos: W. Benjamin traduziu em 1923 o *Tableaux parisiens*, o ensaio sobre a tarefa-renúncia do tradutor, que comentamos brevemente acima, foi o prefácio desta tradução. O *Konvolut* “J” das *Passagens*, que corresponde aos materiais acerca de Baudelaire, é composto de cerca de 900 fragmentos e corresponde a cerca de metade de todo projeto (BENJAMIN, 2006: 263, nota introdutória de Willi Bolle).

A poesia de Baudelaire se converteu numa das mais importantes bases para a teoria benjaminiana da experiência histórica. Isto devido ao fato de que Baudelaire “manifestou uma sensibilidade estética radicalmente nova que se alimentava da ‘decadente’ experiência sensorial da cidade moderna” (BUCK-MORSS, 2002: 219). Não é exagero afirmar que a base estética do projeto historiográfico de apresentação da

experiência histórica da modernidade das *Passagens* seja a visão baudelaireana de seu tempo. Nas palavras de Benjamin: “A singular beleza de tantos versos iniciais de poemas de Baudelaire é: o emergir do abismo” (BENJAMIN, 1989: 151). A experiência moderna sob a ótica de Baudelaire é o abismo: abismo entre a poesia e a sociedade, entre a lírica e o moderno, entre o olhar e a natureza.

A alegoria de Charles Baudelaire tinha apenas um propósito: destruir a sociedade burguesa – que o rejeitou – destruir suas perspectivas de futuro (BENJAMIN, 1989: 152), destruir sua harmonia: “A alegoria de Baudelaire traz, ao contrário da barroca, as marcas da cólera, indispensável para invadir esse mundo e arruinar as suas criações harmônicas” (BENJAMIN, 1989: 164). O olhar alegórico de Baudelaire é o olhar do melancólico, que amplia a experiência da modernidade: a modernidade baudelaireana é muito mais que a continuidade do progresso: “o *spleen*” a melancolia baudelaireana “é o sentimento que corresponde à catástrofe em permanência” (BENJAMIN, 1989: 154). A poesia de Baudelaire, também ao contraio da alegoria do drama barroco, não se refugia no mito, pois não nega o caráter fragmentário da experiência moderna em favor de nenhuma unidade: “A poesia de Baudelaire se fixa nas ruínas. Oferece a imagem da inquietação entorpecida” (BENJAMIN, 1989: 159).

A experiência da modernidade baudelaireana se tornou a principal via de atualização e apresentação do conceito benjaminiano de experiência da modernidade. A experiência baudelaireana, para Benjamin, é caracterizada pelo choque: “Baudelaire inseriu a experiência do choque [*Chokerlebnis*] no âmago de seu trabalho artístico” (BENJAMIN, 1989: 111). O grande arquivo historiográfico representado pela obra *Passagens* não é senão uma coleção de documentos desta experiência, que para ser desvencilhada da configuração totalizadora que a apresenta enquanto harmônica – por isso impassível à *mudança* – precisa ser exposta em suas contradições mais graves, que não pertence aos grandes objetos, mas aos menores e, aparentemente, sem importância.

Mais uma atualização e a experiência representada na obra de Baudelaire se tornará a própria concepção benjaminiana de modernidade. Ambos declaram a mesma intenção: “Interromper o curso do mundo – esse era o desejo mais profundo de Baudelaire. [...] Desse desejo nasciam sua violência, sua impaciência e sua ira; dele nasciam também as tentativas sempre renovadas de atingir o mundo no coração” (BENJAMIN, 1989: 160); a historiografia das *Passagens* “arranca, por uma explosão

[*spregt ab*], a época da ‘continuidade histórica’ reificada. Mas ela faz explodir [*spregt auf*] também a homogeneidade dessa época, impregnando-a com *ecrasita*, isto é, com presente” (BENJAMIN, 2006: 516; 1982: 593) [N 9a, 6] – a anotação entre colchetes se refere à organização dada por Benjamin aos fragmentos que compõem o volume notas e materiais: O arquivo temático (*konvolut*) “N” corresponde à “Teoria do Conhecimento, Teoria do progresso (*Erkenntnistheoretisches, Theorie des Fortschritts*), os números correspondem à ordem do fragmento no interior do *Konvolut*. A referência de 2006 é da edição brasileira, a de 1982 da publicação original pela editora Suhrkamp Verlag. A atualização que falta à alegoria de Baudelaire, atualização a qual Benjamin se dedicará nas *Passagens* – e que temos por objetivo apresentar – é a transposição da alegoria do âmbito estético para os domínios da política e da história.

Passemos por fim ao conceito central da historiografia benjaminiana: a imagens dialética (*dialektisches Bild*). Órgão das *Passagens*, as imagens dialéticas correspondem à desestabilização, a explosão à qual o continuum historiográfico deve ser submetido, para a partir dos fragmentos, surgir uma nova *configuração*. A marca da historiografia das *Passagens* é seu caráter imagético [*bildhaft*] (BENJAMIN, 2006: 505) [N 3, 3], contraposto à representação tradicional de continuidade e harmonia. Portadoras de um “índice histórico”, as imagens dialéticas, enquanto imagens autênticas – impregnadas de tempo – são apresentadas não apenas como históricas no sentido de pertencentes à “determinada época”, mas, principalmente, são *legíveis* apenas em determinado momento – o momento em que o passado e o presente estabelecem uma tensão que destrói a (falsa) continuidade entre eles, para emergir sua relação autêntica: uma relação política. Neste momento de legibilidade “a verdade está carregada de tempo” (BENJAMIN, 2006: 504; 1982: 578) [N 3, 1], isto é, a verdade toca, tangencia, o reino das coisas em um instante – em um lampejo – descanoniza, mortifica e atualiza sua apresentação, promovendo a morte intenção, Tema fundamental da filosofia benjaminiana, desde seus primeiros textos sobre a linguagem, a “morte da *intentio*” é o re-conhecimento do que na linguagem, nas obras de arte e na história escapa, daquilo que é transitório, mas que é o lugar do essencial, do inabarcável, da verdade. “A estrutura da verdade requer uma essência que pela ausência de intenção se assemelha à das coisas, mas lhe é superior pela permanência. [...] A verdade não é uma intenção, que encontrasse sua determinação através da empiria, e sim a força que determina a essência

dessa empiria” (BENJAMIN, 1984: 58). Não é outro o sentido da história “à contrapelo”, do fragmentário, das ruínas de nosso tempo, dos “vencidos”. Somente uma leitura que tome a obra filosófica de Walter Benjamin como unidade – apresentada de maneira fragmentada – pode dar conta de seu conceito de história em toda sua complexidade, para além de simplificações ideológicas, teológicas ou epistemológicas. Revelar a unidade do projeto benjaminiano realizado nas *Passagens* é garantir a tensão entre estas três esferas no interior de sua obra, a construção de outra história: “a imagem é a dialética na imobilidade [*Dialektik im Stillstand*]. Pois, enquanto a relação do presente com passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética” (BENJAMIN, 2006: 504; 1982: 578) [N 3, 1].

Assim como a tradução rompe a concepção instrumental de linguagem, seu ideal – mitológico de comunicação de sentido e de afinidade – e assim como a crítica rompe as configurações míticas da falsa totalidade – do acesso à verdade dada na natureza – as imagens dialéticas rompem, na sua aparição imagética explosiva, a mitologia da continuidade e da homogeneidade históricas: “Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas”, isto é, tangenciam a experiência histórica, a experiência do tempo, “não arcaicas”, não mitológicas. “A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente à toda leitura” (BENJAMIN, 2006: 505; 1982: 578) [N 3, 1]. A obra *Passagens* representa desta forma um arquivo de imagens dialéticas, prontas a re-apresentar a tensão entre o passado e o presente que as visa, possibilitando talvez a construção de um novo agora da cognoscibilidade.

Tais imagens deveriam dessa forma capturar elementos da experiência histórica da modernidade no intuito de, ao construir uma *historiografia moderna*, apresentar a verdade acerca de nossa modernidade.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Edição alemã de Rolf Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na edição brasileira de Olgária C. F. Matos; tradução do alemão de Irene Aron; tradução do francês de Cleonice

P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

_____. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo. Tradução José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Das Passagen-Werk**. Editado por Rolf Tiedemann. Parte 1. Suhrkamp Verlag, Frankfurt Am Main, 1982.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do Olhar**: Walter Benjamin e o projeto das Passagens. Tradução de Ana Luiza de Andrade, revisão de David Lopes da Silva. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002.

BAUDELAIRE, Charles. **Poesia e prosa**: volume único. Tradução Ivan Junqueira, *ET al.* Edição organizada por Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

_____. **Oeuvres Complètes**. Edição, apresentação e notas de Claude Pichois. Ed. Gallimard, 1975.

**“CULTURA POLÍTICA”:
APROPRIAÇÕES PELA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA**

Lorena Lopes da Costa*

Introdução

Embora o conceito “cultura política” tenha nascido na ciência política, sua apropriação e reformulação pela historiografia têm revigorado a própria história política. Com Almond e Verba, em 60, o conceito foi pensado como instrumento para a compreensão da origem dos sistemas políticos democráticos, num caráter nacional e hierarquizado. Por outro lado, nos anos 80 e 90, historiadores franceses, influenciados mais pela antropologia, rejeitaram tanto a implicação nacional quanto as implicações etnocêntricas da contribuição norte-americana. Esses historiadores buscaram privilegiar, para melhor desvendar o fenômeno, a possibilidade de num mesmo espaço conviverem distintas culturas políticas e questionaram Almond e Verba quanto à legitimidade de pressupor que diferentes civilizações podem formular culturas políticas idênticas. O presente artigo busca explorar a história desse conceito e suas apropriações pela historiografia mais recente.

O conceito “Cultura Política”: algumas abordagens

Embora o conceito “cultura política” tenha nascido na ciência política, na década de 60, foi, especialmente a partir das décadas de 80 e 90, que um grupo de franceses apropriou-se do conceito numa abordagem historiográfica¹. Com Almond e Verba, em 60, o conceito foi pensado como instrumento para a compreensão da origem dos sistemas políticos democráticos. E, mesmo considerando a possibilidade de existirem situações híbridas, os politólogos americanos dotaram o conceito de um caráter nacional e, segundo sua crítica, hierarquizado².

Almond e Verba definiram uma cultura política como um conjunto de percepções, sentimentos e avaliações de uma sociedade capazes de expressarem, de

* Mestranda no Departamento de História da UFMG, na Linha de História e Culturas Políticas e bolsista do CNPq.

¹ Nessa primeira abordagem histórica do conceito serão considerados os textos de Serge Berstein, Eliana Dutra e Rodrigo Patto, apontados nas referências.

² Aqui, a crítica se refere àquela feita especialmente por Berstein e Sirinelli.

alguma forma, o sistema político dessa sociedade³. Ao usarem o termo “cultura”, os autores remontavam à antropologia, tomando-o como espécie de orientação psicológica em relação aos fatos passados numa sociedade em certo momento. Nesse sentido, a cultura, assim entendida, permite identificar um padrão comportamental num determinado ambiente. A política, por outro lado, remonta a uma esfera que dota o indivíduo de alguma autonomia. Esse indivíduo analisa a política, avaliando-a. Na formulação de Almond e Verba, no entanto, o conceito serve, claramente, para hierarquizar as diferentes culturas políticas, enaltecendo a democrática.

Cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político. É preciso ressaltar, porém, que a utilização da noção por parte de seus autores está vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento dos *sistemas políticos democráticos*. Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de *cultura política* não pode ser dissociado da idéia de que um modelo de comportamento político nas democracias participativas. Diferentemente dos antropólogos, cuja noção traz implícita a idéia de relativização, Almond e Verba entendem que a *cultura política democrática* – ou *cultura cívica*, para usar a terminologia dos autores – é uma conquista da sociedade ocidental. (KUSCHNIR; PIQUET, 1999: 230)

Por outro lado, nos anos 80 e 90, historiadores franceses, influenciados mais pela antropologia que pela própria sociologia e psicologia comportamentalista, rejeitaram tanto a implicação nacional quanto as implicações etnocêntricas da contribuição norte-americana. Esses historiadores buscaram privilegiar, para melhor desvendar o fenômeno, a possibilidade de num mesmo espaço conviverem distintas culturas políticas, ainda que, em determinado momento, alguma delas possa ser predominante, e questionaram, dentre outros pontos estabelecidos por Almond e Verba, a legitimidade de pressupor que diferentes civilizações podem formular culturas políticas idênticas⁴.

A reformulação do conceito teria revigorado a história política. Até então presa à imagem de uma área interessada por eventos, nomenclaturas de homens e de instituições, o uso conceitual da cultura política teria promovido a oportunidade de renovar tanto o objeto da história política quanto o método de abordá-lo⁵. Segundo Berstein, um dos historiadores franceses responsáveis pela renovação da história

³ Toma-se como referência o texto “As dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política”, de Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro.

⁴ Ver DUTRA, Eliana. “História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias”.

⁵ Ver BERSTEIN, Serge. “A cultura política”; “Culturas Políticas e Historiografia” e “Nature et fonction des cultures politiques”.

política, a cultura política teria esse força enquanto conceito pelo fato de avançar em relação à investigação dos comportamentos políticos no decorrer da história, oferecendo respostas mais satisfatórias acerca daquilo que motiva tanto um homem quanto um grupo a optarem por determinado comportamento político.

Para Berstein, ela seria, então, um conjunto coerente cujos elementos estão relacionados entre si, conferindo uma sorte de identidade ao indivíduo. Nesse conjunto de componentes diversos, estão em simbiose: uma base filosófica, uma leitura do passado histórico e instrumentos para se fazê-la; uma visão institucional que pode ser apreendida pela forma como se organiza ou dever-se-ia organizar o Estado; uma concepção de sociedade ideal; um vocabulário com especificidades, capaz de sustentar discursos codificados e, além de fórmulas repetitivas, ritos e símbolos que, tal como as palavras, desempenham o papel de significante. A cultura política forneceria um patrimônio ou, em outras palavras, um repertório, que, incluindo vocabulário, símbolos, gestos, canções, rituais, dentre outros, dá àqueles que aderiram a ela formas semelhantes de enxergar o mundo à volta, interpretando-o e atuando nele. O autor não deixa de ponderar que os elementos que compõem uma cultura política podem variar entre períodos da história e entre sociedades (um exemplo esclarecedor é a religião, entendida enquanto um componente de presença variável em distintas culturas políticas).

Ainda na avaliação de Serge Berstein, a cultura política deve ser diferenciada de tradição política, por se consolidar de forma evolutiva.

Como e por que nasce a cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações. (BERSTEIN, 1998: 355)

Assim, o nascimento de uma cultura política não se dá de forma acidental; ele funciona como uma resposta à sociedade aos problemas que lhe são contemporâneos e que, naquele momento, não têm respostas formuladas de forma suficientemente satisfatória. Por serem novas, contudo, essas respostas demandam tempo para que sejam aceitas, de modo que da proposição para se solucionar um problema à transformação desta em solução legítima, o prazo pode ser grande. E mesmo no decorrer desse prazo, o conjunto de proposições que uma cultura política abarca não se mantém de forma estática. Alimentando-se de outras contribuições, uma cultura política se altera para

evitar aquilo que marcaria seu declínio: entrar em contradição com a própria realidade. Ela, por conseguinte, estrutura a personalidade de um indivíduo e, ao mesmo tempo, é um fenômeno coletivo, que por habitar a longa duração, abre portas a gerações diferentes, o que aponta para o fato de que não é só por causa de uma mesma vivência que ocorre a adesão.

Num mesmo momento histórico, existe uma variedade de culturas políticas, que fazem referências a raízes históricas e filosóficas também distintas e que, mantêm, por vezes, concepções antitéticas de poder e de valores considerados como essenciais. Cada cultura política tem como que um núcleo de identidade, cuja apreensão pode se dar por meio daquilo que Berstein chama de família políticas, partes integrantes da cultura política: jornais, livros, sociedades de pensamento, associações, dentre outras. E quando essas famílias políticas, bem como as culturas políticas em geral estão inscritas numa mesma sociedade, convivendo com uma gama de problemas comuns, elas também podem acabar por se influenciarem, mesmo que rejeitem, em princípio, as alternativas e os símbolos concorrentes.

Berstein, por fim, entende que a cultura política revelaria apenas um dos elementos da cultura de uma sociedade, qual seja aquele que permite, justamente, compreender as motivações dos atos dos homens num dado momento da história. Conhecer uma cultura política permitiria identificar as razões que levam um grupo de homens a se sentirem mais próximos de uma força política, mais que de qualquer outra, tendo, por causa disso, quase de forma espontânea, leituras semelhantes diante de eventos tanto do passado quanto do presente e, ainda, aspirações semelhantes, posto que uma cultura política busca o ideal⁶.

Eliana Dutra também reconhece a origem do termo em Verba e Almond, e enfatiza importância dos historiadores franceses no que tange às críticas e questões levantadas em relação ao modelo anterior. Inventariando as tendências, Dutra, ancora-se em Daniel Cefai⁷, para ressaltar a influência decisiva da hermenêutica de Geertz em Berstein, para se entender a transformação do sentido do conceito empreendida pelo

⁶ Como se poderá ver, privilegiou-se a abordagem de Berstein, em função de elementos identificados por ele aparecerem nas abordagens posteriores, porque necessários e importantes para o conceito. Para evitar a repetição desmedida, a análise feita pelos outros autores tratados será menos extensa.

⁷ Seria essa a chave do balanço conceitual empreendido por Daniel Cefai, que buscou, segundo Dutra, contribuições tanto das novas abordagens tanto da sociologia compreensiva quanto da historiografia contemporâneas. "Experience, Culture et Politique". In: CEFAL, Daniel. *Cultures Politiques*.

segundo.

Seria a noção de experiência a chave que teria permitido inovar as relações entre a cultura e a política, tal como fizeram os historiadores franceses. Cefai, segundo Dutra, recusa o estudo de uma cultura política somente enquanto sistema simbólico ou funcional. Então, aproximando-se em boa medida de Berstein, o autor destrincha o conceito, organizando certos pontos de referência, quais sejam: a interação e a pertinência das culturas políticas; os usos das culturas políticas por quem aderiu a elas; as ações, os símbolos e os rituais que mobilizam os atores; as sensibilidades e afetividade que as mensagens políticas mobilizam; as instituições-chave, como escolas, partidos e sindicatos, que seriam necessárias na difusão das culturas políticas (e seriam para Berstein, algumas das famílias políticas); as estruturas de temporalidade; as gramáticas de autoridade que as relações cívicas e políticas colocam em jogo; as lógicas de atuação e as situações dos atores e a constituição dos universos políticos. Como já dito, porém, Cefai inclui também nesses elementos uma dose de subjetividade e individualidade, dada a atenção que concede à noção de atividade. A individualidade em Berstein, a despeito de ser mencionada, recebe poucos argumentos, já que o autor parece centrar-se um pouco mais na historicidade e na pluralidade das culturas políticas. Ao contrário, Cefai a endossa e entende-a como ponto fundamental para seu alargamento.

Para Cefai, destacando apenas alguns dos elementos, as estruturas de temporalidade podem apontar para os contextos em que as culturas políticas emergem e se transformam tal como a observações dos usos das culturas políticas permitem notar as orientações dessas culturas políticas nas maneiras de pensar e julgar, de justificar as intervenções no espaço público, de criticar ou legitimar normas e leis e de trocar argumentos sobre o sentido de determinados eventos. Por outro lado, ao pensar nas estruturas de pertinência, que são repertórios de interpretação que pesam sobre as escolhas do ator social, Cefai enfatiza os conflitos e compromissos que esse ator precisa encarar frente à demanda do contexto, afastando a idéia da imposição de consenso cultural. Da mesma maneira, quanto aos universos políticos, os atores participam, segundo ele, de forma a criar suas maneiras próprias de raciocinar, argumentar, julgar. Embora não pareça discordar de Berstein (Dutra ressalta que, para Berstein, a cultura política se configura como um patrimônio cultural a um só tempo coletivo e individual),

Cefai parece dar um pouco mais de espaço para o indivíduo numa cultura política e, assim, dá vazão para que se pense que esse indivíduo, porque não simplesmente orientado pela cultura política, também ele próprio a transforma.

Dutra ainda acrescenta que, além dos canais de transmissão da cultura política, citados por Berstein e também por Cefai, seria preciso pensar na importância da memória, que além de propagá-la também a codificaria. Assim, as representações do passado tanto pela historiografia e quanto pela literatura e pelo cinema colocam-se no cerne da consolidação e da difusão das culturas políticas.

Colocadas na encruzilhada das representações coletivas do passado, do presente e do futuro, as culturas políticas são também codificadas e transmitidas pela memória. Assim, a invenção dos lugares de memória; as políticas de conservação do patrimônio; as culturas do museu e suas estratégias de utilidade; os ritos de comemoração e de inauguração, os jubileus; os monumentos; as representações do passado na historiografia, na literatura e no cinema; colocam-se, no nosso entender, no centro das problemáticas de criação, consolidação, difusão e cristalização das culturas políticas. E a sua aquisição e interiorização, tal como consideramos, se inserem também, nas motivações do político. (DUTRA, 2002: 27)

Como se viu, as referências a Almond e Verba e a Berstein são essenciais para se discutir o conceito em questão. Permitem ao estudioso dar-se conta da complexidade do conceito e da necessidade de esclarecê-lo para que seu uso não se torne algo que obscureça o objeto ao invés de lançar luz sobre ele. Almond e Verba, autores que deram início ao uso conceitual de cultura política, foram aqui considerados apenas de passagem. Buscou-se, a partir dos textos de Berstein e de Dutra, e, por meio deste último, das considerações de Cefai, pensar na nova abordagem do conceito, a qual, bem mais que a abordagem de Almond e Verba, interessa por ora. No entanto, dada como certa a complexidade do conceito, pode-se observar, não obstante a discussão feita até agora, sua proximidade com outro conceito, que é o de ideologia. E para tentar refinar o debate teórico faz-se uso, por fim, de outro estudioso do tema.

Rodrigo Patto, aproximando-se de Berstein e também, indiretamente, de Daniel Cefai, entende que uma definição adequada para a cultura política, certamente influenciada por todo o histórico do conceito, pode ser: um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, que é partilhado por um grupo, sendo que esse conjunto acaba por expressar uma identidade coletiva e por fornecer leituras

comuns do passado, assim como por inspirar projetos políticos para o futuro⁸. Tal definição, como afirmado há pouco, também explica o conceito ideologia, se esta for apreendida na sua acepção de sistema de idéias. Para Patto, no entanto, a cultura política transcende a ideologia. Poder-se-ia dizer, até mesmo, que muitas das culturas políticas consistentes possuem uma ideologia própria. A força da cultura política, para o autor (e além da força, parece ser possível acrescentar, a especificidade do conceito), residiria, então, no fato de que parte das pessoas que compõem o grupo que adere a uma determinada cultura política o faz menos pela concordância com as idéias desse grupo ou dessa cultura política e mais por identificar-se com os valores e as tradições organizados e mantidos vivos pelo grupo.

Pode-se dizer que muitas das culturas políticas consistentes possuem ideologia, entendida como um sistema de idéias que constitui o seu cerne. Mas é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes). Toda a força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as idéias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo. (PATTO, 2009: 27-28)

Ademais, duas outras questões que refinam o debate são levantadas pelo estudioso. Em primeiro lugar, não haveria razão, segundo ele, para opor a versão do conceito no singular, como defendem Almond e Verba⁹ à versão no plural, como defendem os historiadores franceses, representados aqui principalmente pela argumentação de Berstein. As duas maneiras seriam válidas e, em alguns casos, seriam até mesmo necessárias umas às outras, porque complementar-se-iam. Em segundo lugar, Patto levanta uma questão que, diferente da primeira, não aglutina o debate desenvolvido, mas evidencia aos seus empreendedores e a quem mais tenha interesse no uso do conceito, um risco, de grande escala para os historiadores, cuja preocupação centra-se naquilo que a abordagem de cultura política poderia, considerando o risco, ameaçar. Se a cultura política se dá na duração e a política é presa à tradição e arraigada na cultura, o conceito poderia ter sua utilidade reduzida a tratar apenas aquilo que é

⁸ Ver PATTO, Rodrigo. “A História Política e o conceito de cultura política” e *Culturas políticas na história: novos estudos* (Cap. 1).

⁹ Como já dito, os autores fazem uma ressalva, no que tange a possibilidade de culturas políticas conviverem em determinado momento e espaço, mas no geral, segundo a crítica, o conceito é pensado pelos politólogos no singular.

imóvel na história e, portanto, é pouco caro à historiografia.

Para finalizar, o autor enfatiza alguns pontos que devem ser observados quando do trabalho com tal conceito. Alguns dele, já contemplados pelos autores referidos: as culturas políticas não devem ser entendidas como estanques nem imunes ao contato de umas com as outras; deve-se observar os vetores sociais que as reproduzem (próximos das famílias políticas, para Berstein, e instituições, para Cefai); e também se estar atento para o fato de que nem toda história cultural do político implica o uso da categoria e que ela não pode ser confundida, pela semelhança que decorre da inversão, com política cultural. Outros, porém, inovam: a cultura política transcende a ideologia; o trabalho do conceito por meio do contraste permite melhor visualizar características, bem como peculiaridades das culturas políticas diversas e o estudo das culturas políticas exige do estudioso a atenção não só às representações, mas também às práticas (o que fica apontado por Berstein e Cefai, mas não explicitado).

Consideração final

Bem mais que adequar a pesquisa ao conceito, é sempre válido para o estudioso e, neste caso, especificamente, para o historiador, testar seu operador, no sentido de exigir adequação à proposta de estudo. O conceito “cultura política” vem sendo usado à exaustão pela historiografia, sem que se possa deixar de suspeitar que tal excesso se deva, em parte, a um modismo conceitual. Espera-se, portanto, que a breve discussão possa, de alguma forma, contribuir para o refinamento teórico do termo e de suas apropriações.

Referências Bibliográficas

- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília. ROLLEMBERG, Denise. BICALHO, Maria Fernanda. KNAUSS, Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BERSTEIN, Serge. Nature et fonction des cultures politiques. In: **Les Cultures**

Politiques en France. Paris: 1999.

DUTRA, Eliana R. de Freitas Dutra. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, número 28, dez. 2002.

KUSCHNIR, Karina. CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História Política e o conceito de cultura política. **Anais do X Encontro Regional de História**. Mariana: 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

A BOA PREGUIÇA BRASILEIRA

Nayamim Moscal*

Há algum tempo utilizar a literatura como fonte histórica deixou de ser um problema, ou melhor, passamos a problematizar a literatura historicamente, sem receios.

Segundo Clóvis Gruner

O uso da literatura, em suas diferentes formas e expressões, permite ao historiador acessar dimensões do passado nem sempre possíveis de serem visitadas e interpretadas por intermédio de outras fontes, notadamente aquelas de caráter mais oficial. Produtores de sentido, além de representações do real, os textos literários possibilitam, do presente, aprofundar as leituras de uma realidade pretérita latente. Ao captar e significar sensibilidades, costumes e hábitos não facilmente visíveis, eles autorizam uma aproximação com “realidades afetivamente vividas”, com modos de ver e sentir, que, não raro, escapam a outras formas de discurso. (GRUNER, 2009: 12)

Sendo assim, podemos, através da literatura, pensar e analisar certos aspectos de nossa sociedade. Aqui utilizaremos a obra de Ariano Suassuna, “A Farsa da boa preguiça” para pensarmos o trabalho no Brasil, sobre a perspectiva das classes populares. Para isso se fez necessário entender que os grupos populares não somente reproduzem “do jeito que dá” os hábitos das classes mais elitizadas, elas se apropriam deles criando novos códigos, novas leituras.

Eis o objetivo de nosso trabalho: compreender como a classe pobre absorveu e reproduziu o discurso acerca da importância do trabalho, feito pelas elites e pelas autoridades. Para desenvolvermos esta problemática seguimos a seguinte estrutura: buscamos contextualizar como se criou este pensamento sobre o trabalho no Brasil, passando pelo processo de disciplinarização da população pobre brasileira, que teve início no século XIX, introduzindo na sequência o autor e sua obra, buscando contextualizar a produção de Ariano Suassuna inserida na literatura brasileira, chegando à análise do texto, na qual buscamos indícios de certa resistência aos padrões impostos pela elite.

A formação da idéia de trabalho no Brasil

* Universidade Tuiuti do Paraná, pós-graduanda em História Cultural.

Em 1850, quando se proibiu o tráfico de escravos no Brasil, proprietários de terras juntamente com o Estado, começaram a se preocupar com a substituição da mão de obra escrava, mas não viam os trabalhadores livres brasileiros como qualificados para esta função. A imagem do trabalho atrelada à escravidão estava profundamente difundida entre as classes dominantes, o que os fez pensar que seria necessário remodelar a ideia de trabalho no Brasil, fazendo com que, a partir daquele momento, o pensamento a respeito do trabalho começasse a ganhar outras características. Era preciso que o trabalho deixasse de ser ligado à escravidão, e passasse a se tornar uma ação nobre, elemento fundamental para o desenvolvimento do país (NAXARA, 1998).

A população brasileira, vista como desqualificada e pouco afeita ao trabalho passou a ser alvo de um programa de disciplinarização (NAXARA, 1998). O estudo pretendido nesse trabalho passou, obrigatoriamente, pela compreensão do caminho percorrido por esta tentativa de disciplinarização, que está diretamente ligada à imagem do brasileiro como indivíduo desqualificado, que precisava, justamente, ser educado para o trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e progresso da nação.

Os nacionais¹ já eram considerados avessos ao trabalho desde o século XIX. A imagem positiva do trabalho começa a ser colocada no séc. XIX, e se intensifica na medida em que o trabalho escravo entra em decadência; a própria vinda de imigrantes europeus para o Brasil reafirma a ideia de que a população livre e pobre, de acordo com as autoridades da época, não estava preparada para o mercado de trabalho, ou seja, esta não era a população adequada para rumar o Brasil ao progresso. A elite brasileira enxergava no “povo” o atraso e a barbárie, ou seja, o oposto do que se buscava. O brasileiro passava a ser identificado pelo que lhe faltava (NAXARA, 1998).

A busca da disciplinarização do povo valorizava a imagem do trabalhador, marginalizando o chamado vadio ou desordeiro. Encontramos um exemplo disto nos documentos da Secretaria de Polícia da província do Paraná, datados do século XIX, aonde é comum vermos indivíduos que eram “presos por ébrio” (sic), ou por estarem em “desordem”. Isto nos revela o princípio disciplinarizador que se almejava naquela época. Mantendo-nos no âmbito policial, os mecanismos desenvolvidos para o controle da população também são um bom exemplo para ilustrar a aversão da sociedade àqueles

¹ Esta expressão foi encontrada em documentos do século XIX, utilizadas para se referir aos nascidos no Brasil.

que não acatavam as ordens; uma prática comum aos anos de 1800 era o “recrutamento forçado” de indivíduos que não desejavam fazer parte do corpo policial, assim como a assinatura do “termo de bem viver”, com o qual o indivíduo se comprometia a ter um bom comportamento. É importante percebermos aqui como a polícia se configura em um órgão essencial para que se coloque em prática o projeto disciplinador; da mesma forma as reformas das leis penais, que ampliam a concepção de crime, e as manifestações populares como alvo desse controle e dessa punição também fazem parte dessa nova consciência disciplinarizadora (BONI, 1987). Obviamente, não são apenas os órgãos do Estado que estão ligados às práticas controladoras,

as construções e representações transcendem a exclusividade ideológica, e são percebidas nas práticas cotidianas, intelectuais, artísticas e na abrangência da dimensão social, que, por sua vez, implica a formulação das representações daquele imaginário. (CISCATI, 2000)

São duas linhas que se cruzam: a busca pela disciplinarização e o desprezo pelos nacionais. A passagem do século XIX para o XX se configura em um momento em que começaram a surgir preocupações no sentido de compreender a história e a cultura brasileiras, e isto era pautado pela idéia de progresso. Como observa Márcia Naxara surgem aí três oposições básicas: civilização/barbárie, progresso/atraso, elite/povo. (NAXARA, 1998: 18). Podemos pensar estas oposições, quando inseridas na sociedade, como “representações coletivas”, mais especificamente como um sistema “de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade” (CHARTIER, 2002). As proposições de Roger Chartier nos abrem um leque de possibilidades para pensarmos a construção destas configurações sobre o povo brasileiro, bem como a construção da identidade nacional e a consolidação da imagem do brasileiro não afeito ao trabalho. É importante frisar esta realidade contraditória a qual se refere Chartier, pois as definições produzidas pelos diferentes grupos sociais não são engessadas. Como aponta Antonio Celso Ferreira, em prefácio à Márcia Ciscati, a imagem da população brasileira está sempre transitando entre “a ociosidade e o trabalho, o atraso e o progresso, o arcaico e o moderno, a ordem e a desordem, o inferno e o paraíso” (CISCATI, 2000: 11). No decorrer do século XX, o ideal de educação para o trabalho voltada à população pobre permanece, se fortalecendo, principalmente, no

Estado Novo. No entanto a população permanece entre aquelas oposições, ora acionando a identidade de trabalhador, ora a de malandro e vadio. O mesmo indivíduo que era considerado trabalhador poderia ser o malandro em outras ocasiões, ou ainda eles podem existir durante o mesmo período em diferentes meios. Assim, cidadãos honestos e vadios seguem se relacionando, convivendo com as práticas disciplinarizadoras, que se difundiam na sociedade, fosse como mecanismos do Estado, fosse nas práticas cotidianas.

Trabalhador Brasileiro

Assim, a classe trabalhadora brasileira surgia no seguinte contexto: a recente abolição da escravidão, o aumento da população das cidades, a chegada de imigrantes europeus e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A soma destes fatores gerou, como foi exposto acima, uma série de mecanismos de controle destes trabalhadores, que tinham a cidade em constante crescimento como palco destas mudanças. A cidade e suas transformações tiveram grande importância para esta nova classe, que surgia juntamente com o aumento da população de “desocupados”, que passavam a conviver diariamente com os trabalhadores pobres, ambos os grupos sendo alvo das práticas de controle da classe dominante, que se refletiria em suas próprias práticas cotidianas.

Desse modo foram surgindo as dicotomias em relação ao povo brasileiro, que, ainda hoje, é representado como malandro, desonesto, aproveitador; mas também como generoso, trabalhador e acima de tudo persistente na luta pela sobrevivência. Essas duas facetas percorrem toda a trajetória do trabalhador brasileiro, que transita nestas representações, porém não muito tranquilamente.

A partir disto podemos pensar a negação ao trabalho como uma forma de resistência ao que foi imposto. Esta leitura pode ser aplicada a Joaquim Simão, personagem da “Farsa da Boa Preguiça”, de Ariano Suassuna, antecipando a análise a ser feita mais adiante. Simão possuía outro olhar para o trabalho, no qual o trabalho braçal não era fundamental na vida de um homem, sendo assim, Simão passa boa parte do tempo deitado no banco, buscando inspiração para seus versos. Tal atitude é considerada inadequada pela classe dominante presente na obra, que vê o “ócio criativo” de Simão como lazer, ou pura vadiagem.

Não pretendemos, desta forma, excluir as outras formas de resistência da classe

pobre perante os desígnios das autoridades. O movimento operário do início do século teve extrema importância, porém não é o objetivo do trabalho seguir esta linha de raciocínio, e sim seguir as formas de resistência informais, presentes no cotidiano não só do trabalhador, mas também da população pobre em geral. Como afirma Michel de Certeau (1994), a sociedade não apenas absorve o que lhe é dado, mas sim atribui significado e incorpora às suas práticas cotidianas.

A literatura de Ariano Suassuna

Ariano Suassuna é um categórico defensor da cultura brasileira. Nascido na Paraíba, Suassuna possui figuras-chaves em sua vida que pautaram e ainda se fazem presentes em sua produção literária. Uma delas é o pai, João Suassuna, que foi assassinado quando Ariano tinha apenas três anos de idade, mas ainda assim tem uma presença muito forte na obra do filho. A outra figura, que nos interessa mais neste trabalho, é o traço forte deixado pela cultura popular, que permeia todo o trabalho do autor, em entrevista à Revista Nossa História, o autor descreve seu primeiro contato com a cultura popular:

Meu pai tinha um excepcional gosto por poesia popular, e a biblioteca que ele me deixou exerceu uma influência forte na minha formação. Eu via cantorias desde muito menino. Certa vez, vi um grande cantador chamado Antonio Marinho. Além de improvisar versos nessa cantoria, ele cantou um folheto seu que sabia de memória. Nesse texto havia a presença de elementos fantásticos, uma aparição. Foi algo que me impressionou muito. Depois dali eu passei a ouvir cantadores na feira de Taperoá e lá vi, pela primeira vez, uma apresentação de mamulengos, o teatro de bonecos do Nordeste. (SUASSUNA, 2004: 50)

Suassuna começa sua produção logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, período marcado pela busca de uma consciência política da brasilidade, consciência esta que segue a trilha deixada pelos modernistas. Em meio a este contexto nacional é que surge o TEP (Teatro de Estudantes de Pernambuco), grupo que buscava “realizar o aproveitamento dramático dos assuntos brasileiros, para diminuir a distância entre povo e elite” (VASSALO, 1993: 24). Depois do TEP surgiram outros grupos com intenções parecidas, e é dentro deles que nasce a ideia do Movimento Armorial.

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como característica principal a relação entre o espírito mágico dos folhetos do Romanceiro popular do

Nordeste (literatura de cordel), com a música de viola, rabeça ou pífano que acompanha suas canções e com a xilogravura que ilustra suas capas, assim como o espírito e a forma das artes e espetáculos populares em correlação com este Romanceiro. (SUASSUNA, 1974: 7)

Entender o Armorial é primordial para se entender a escrita de Ariano Suassuna, pois toda a sua obra perpassa esta estética. Buscar no povo a nobreza necessária para se construir uma cultura erudita brasileira², este era o objetivo do movimento, que tinha o nordeste brasileiro como sua essência.

Ao buscarmos o enquadramento de Ariano Suassuna dentro da literatura brasileira, pouco encontramos. Na “História Concisa da Literatura Brasileira”, de Alfredo Bosi, ele é citado rapidamente como integrante do chamado regionalismo, sem maiores preocupações em detalhar a obra do autor. Já na “História da literatura brasileira”, mais recente, da italiana Luciana Stegagno-Picchio ele já aparece integrado a uma geração que representa a literatura brasileira atual, fora do Brasil.

Suassuna, a farsa e a crítica

A literatura sobre malandros, mendigos e vadios é bastante vasta, sendo também bastante numerosa, as análises sobre estas obras. Buscamos na “Farsa da boa preguiça”, alguns elementos que representem a resistência ao trabalho, na forma como ele foi – e ainda é – imposto pelas autoridades e disseminado dentro da sociedade.

A trama está diretamente ligada ao processo de disciplinarização, mencionado no capítulo anterior; Joaquim Simão é mal visto pelos outros personagens por recusar-se a fazer trabalhos braçais, prefere o ócio criativo, comum aos poetas, mas é visto como preguiçoso e vagabundo. Além desta questão ser discutida a partir da perspectiva social, ela também é discutida na perspectiva religiosa, na qual Simão é julgado por seus atos. Não pretendemos imprimir idealismo na prática de Simão, mas é possível ver no personagem uma resistência – espontânea ou não – que sendo transportada para um quadro maior, pode ser vista como uma prática das classes mais baixas, como forma de respostas às postulações vindas do alto.

A idéia do autor ao escrever este texto era problematizar a questão do trabalho, principalmente quebrar o paradigma em relação ao trabalho criativo. No prefácio à

² Aqui o erudito não tem qualquer relação com o elitizado.

edição de 1972, Suassuna deixa isto muito claro, para ele pode haver nobreza na preguiça e feiúra no trabalho (SUASSUNA, 2008); na trama, quem defende esta posição é São Pedro.

A “Farsa da boa preguiça” representa o imaginário de boa parcela da sociedade brasileira, construído desde o século XIX, de que pobre é pobre porque não trabalha, e se não trabalha é preguiçoso, vadio, malandro, e estas características não faziam parte do que uma nação precisava para crescer, portanto, tipos assim, deveriam ser banidos ou disciplinados, para que não apresentassem perigo à sociedade. Aqui voltamos às postulações de Roger Chartier (2002), quando o autor trata das representações e de como estas tem uma relação dinâmica com o cotidiano de uma sociedade. A obra de Suassuna representa um pensamento construído em relação ao trabalho através do cotidiano, de imposições do governo, meios de comunicação, etc. Ao mesmo tempo busca apresentar uma nova perspectiva sobre o assunto, a fim de quebrar um paradigma.

A questão da negação ao trabalho como resistência é essencial para compreendermos este contexto, pois ela traz consigo outros elementos, que explicam porque um indivíduo opta por uma vida, por assim dizer, mais tranquila. Como apontado anteriormente, esta característica é constitutiva da figura dos pícaros da literatura espanhola, apropriada por Suassuna, e que representou – e representa – uma parcela da população que permanece fora da ordem, ora por necessidade, ora por vontade própria.

Este tipo popular, portanto, está totalmente fora das definições sobre homem de bem, já que além de trabalhador o sujeito precisa se encaixar nos padrões de conduta social e familiar – como já foi pontuado no capítulo anterior. Simão, apesar de ter esposa e filhos³, não interpreta o papel de provedor da casa, como deveria ser segundo os padrões de conduta de um “homem de bem”. Mesmo provendo algum recurso para casa, através de sua poesia, a postura de Simão não é aceita pela comunidade. Ele busca atingir uma condição melhor de vida com seus versos – e somente desta forma – mas seus objetivos nunca são muito ambiciosos.

Ao nos voltarmos para a criação do imaginário brasileiro em relação ao trabalho, percebemos que a classe popular sempre ressignificou o que era imposto pelas elites e pelas autoridades. Chartier, ao tratar da cultura popular, diz:

³ Estes não aparecem na obra como personagens, são apenas citados.

O “popular” não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos, manipulados de diversas maneiras. Tal constatação desloca necessariamente o trabalho do historiador, já que o obriga a caracterizar, não conjuntos culturais dados como “populares” em si, mas as modalidades diferenciadas pelas quais eles são apropriados. (CHARTIER, 1995: 6)

No texto de Suassuna, podemos enxergar a prática de Joaquim Simão como uma forma de dar outro significado, atribuir outro valor ao trabalho, e, por conseguinte, à preguiça. Para Simão, o que tem valor é sua poesia, seu trabalho criativo. Simão consegue, com seus argumentos sobre os males que o trabalho pode trazer para si, convencer sua esposa Nevinha que deve continuar com sua rotina de composição e contemplação. Michel de Certeau, ao investigar as práticas cotidianas das classes populares, aponta uma “bricolagem” sobre a cultura dominante feita por esses grupos, “segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (CERTEAU, 1994: 40).

Sendo assim, Simão, com seu jeito “preguiçoso e devagar”, imprime outro sentido ao trabalho, mudando assim não só o ponto de vista social da questão, mas também religioso, com o aval de Jesus, Miguel e São Pedro.

Considerações finais

Ao revermos a trajetória da disciplinarização para o trabalho percebemos a intensidade com a qual ela foi disseminada no decorrer da história brasileira, e também a forma a qual ela se inseriu no imaginário da sociedade brasileira, sendo praticamente impossível demovê-la.

Todo o esforço despendido pelas autoridades e pelas elites, desde o século XIX, surtiu efeito em uma parcela considerável da população brasileira. Mas como vimos através desta pesquisa houveram aqueles que não aceitaram facilmente estas imposições. Estes sujeitos, seja espontaneamente ou propositalmente, resistiram aos códigos que lhes eram impostos, como fez Joaquim Simão.

A obra de Suassuna bebe nas práticas cotidianas da população nordestina, se configurando em uma ótima fonte para pensarmos estas resistências historicamente. Neste trabalho Simão representa a classe não-trabalhadora, ou seja, não enquadrada nos padrões estabelecidos pelas autoridades e elites progressistas.

Os estudos acerca da marginalidade buscam deslocar o olhar sobre a “margem”, pensando-a dentro de seus códigos e convenções. Assim, o objetivo deste estudo foi pensar como suas práticas se relacionam com as imposições dos segmentos mais elitizados. Buscamos, ao longo do texto, contextualizar como se formou e como agiu esta parcela da população perante as postulações vindas do alto.

As leituras feitas por Michel de Certeau e Roger Chartier nos ajudaram a compreender como as práticas de Simão se configuraram em uma resistência contra o sistema criado pelos poderosos, como diria Ariano Suassuna. Através da “Farsa da boa preguiça”, o autor consegue abrir uma brecha para um novo pensamento em relação ao trabalho e à preguiça.

Também podemos verificar, após esta pesquisa, como a literatura possui uma relação estreita com a sociedade na qual se insere, mantendo uma contínua rede de trocas, onde ambas as partes determinam aspectos uma da outra.

Ao repassarmos a trajetória percorrida por Simão percebemos nela a crítica feita pelo autor aos segmentos da sociedade que simplesmente excluem estes sujeitos que buscam outras formas de trabalho, que não o convencional, criticando também a superficialidade intelectual e a hipocrisia de grupos, que na época em que o texto foi escrito (década de 1960), tinham uma visão completamente rasa a respeito das classes populares brasileiras. O processo de disciplinarização que se constituiu a partir da segunda metade do século XIX construiu um imaginário repleto de simplificações sobre estes grupos de “desqualificados”.

Diferentemente da literatura picaresca europeia, a obra de Ariano Suassuna possui uma boa dose de moralidade religiosa, de modo que não defende a preguiça indiscriminadamente, apenas apresenta a possibilidade de existir um ócio criador, como é o caso de Joaquim Simão, que precisa dos momentos de contemplação para ter inspiração para escrever seus versos.

Suassuna também coloca, como parte da cultura dos povos morenos, a importância da preguiça, que seria o fator motivador principal para o trabalho. Segundo o autor o verdadeiro objetivo do trabalho é a preguiça que ele proporciona depois, deixando o sujeito livre para fazer qualquer atividade que queira, esta sim “verdadeiramente digna”.

A questão do trabalho no Brasil se consolidou de forma altamente contraditória,

porque por mais que o imaginário brasileiro tenha absorvido os ideais disciplinarizadores, na prática alguns preceitos são esquecidos, como vimos no primeiro capítulo, ao falarmos a respeito do “jeitinho brasileiro”. Joaquim Simão, e outros personagens da literatura brasileira, representam uma parte dos brasileiros que além de não entrar no sistema imposto, construíram para si outros códigos, criando outras práticas de vida, mais condizentes com sua situação. Ousemos ser preguiçosos.

Referências Bibliográficas

- BONI, Maria Ignês Mancini de. **Espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba, 1890- 1920**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995.
- _____. O mundo como representação. In: **À Beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CISCATI, Márcia. **Malandros na terra do trabalho: malandragem e boemia na cidade de São Paulo (1930-1950)**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000.
- GRUNER, Clóvis. Introdução. In: **Nas tramas da ficção**. História, literatura e leitura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- KARVAT, Erivan. **A Sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- NAXARA, Márcia. **Estrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro (1870/1920)**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998.
- SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- SUASSUNA, Ariano. **A Farsa da boa preguiça**. 6º edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SUASSUNA, Ariano. **O Movimento Armorial**. Recife: Editora UFPE, 1974.

_____. “Eu sou é imperador!”, In: **Revista Nossa História**. Ano 2, nº 14, 2004.

VASSALO, Lúcia. **O sertão medieval: origens européias do teatro de Ariano Suassuna**.

Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

UMA LEITURA DA SOCIEDADE ATRAVÉS DE *VESTIDO DE NOIVA* DE NELSON RODRIGUES
Letícia Fonseca Falcão*

Visto que esse texto trata de uma pesquisa em andamento, julgo de extrema importância fazer de antemão alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar ressalto que o se encontrará aqui reflexões e apontamentos do percurso e metodologias dessa pesquisa, justificando sua importância. Trata-se, portanto de apontamentos do processo de pesquisa, não apresentando-se resultados por ainda não se haver chegado ao final desse percurso, ainda tão aberto a novas descobertas e outros rumos. A presente pesquisa vem buscando compreender a obra de um polêmico dramaturgo brasileiro, para finalmente poder refletir sobre uma de suas máximas obras, a peça *Vestido de Noiva*, para finalmente compreender o que sua montagem representou na trajetória do grupo TAPA (Teatro Amador Produções Artísticas).

Na produção teatral vemos representados diferentes âmbitos da sociedade. O tablado se apresenta como um espaço recorrente de lutas, críticas e manifestações que de fato são capazes refletir a conjuntura do ambiente do qual surgem tais discussões. Um texto teatral é capaz de dizer muito sobre seu tempo, assim como esse tempo pode nos esclarecer muito sobre o próprio autor já que “os homens se parecem mais com sua época do que com seu país” (BLOCH, 2001: 7). Partindo dessa idéia é válido pensar que tomando este tipo de escrito como documento para o trabalho do historiador, é possível e porque não dizer necessário, a realização de um diálogo entre Arte/Sociedade, como aqui estará proposto.

Frequentemente as atenções se voltam para a produção teatro brasileira da década de 60, período deveras conturbado politicamente na história de nosso país. Esse momento de efervescência da produção cultural gira em torno de uma discussão que nos aponta para o chamado Teatro Engajado. É de fato algo a ser levado em consideração, especialmente se pensarmos a repercussão que tais lutas tiveram e o que as mesmas representam na luta pela redemocratização. Por outro lado, nem todo grupo teatral se valia deste espaço no intuito de alcançar fins políticos.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC/UFU) e bolsista FAPEMIG de Iniciação Científica.

É essa especificidade que está presente também no grupo TAPA, que parte de uma compreensão diferente dos grupos que lançavam seu grito contra a ditadura, por exemplo. Esse grupo, formado no ano de 1973 adota uma postura diferente, não se colocando como militantes muito embora não deixassem de dar especial ênfase a diferentes questões relevantes que permeiam a sociedade contemporânea. Pensando a trajetória desse grupo sabemos que durante ela surgiram três grandes projetos, sendo estes: a trilogia das comédias clássicas, o Panorama do Teatro Brasileiro e uma investigação das classes dominantes.

Pensando por essa perspectiva podemos entender a identificação do grupo com a obra de Nelson Rodrigues. O auto declarado “Reacionário” também atravessou os anos da ditadura militar sem que sua produção se localizasse no chamado teatro engajado. Por esse “deslocamento” talvez se deva o fato de sua pouca visibilidade durante esse período, mas como veremos na década de oitenta há uma retomada e uma valorização do teatro de Nelson Rodrigues, que volta a cena quando o país já vive a redemocratização. Foi dentro desse cenário que surgiu a remontagem de “Vestido de Noiva” pelo grupo TAPA.

Assim, por perceber as especificidades do referido grupo, a presente pesquisa vem se dedicando a pensar sua trajetória e especialmente a construção do projeto chamado “Panorama do Teatro Brasileiro” e mais pontualmente ainda a montagem da peça “Vestido de Noiva” de Nelson Rodrigues, objeto maior de reflexão nessa pesquisa, que como pode-se perceber ainda que com um breve estudo, dificilmente poderia ter ficado fora deste projeto, tanto pelo fascínio que exerce sobre o diretor do grupo, Eduardo Tolentino de Araújo, quanto pela unânime voz que aponta a mesma como um divisor de águas para o teatro brasileiro, inaugurando o que seria o nosso teatro moderno.

Esse direcionamento parece elucidativo para o que essa pesquisa vem pretendendo realizar, que é pensar a obra de Nelson Rodrigues como um todo, de modo a compreender sua conturbada trajetória de vida e sua particular trajetória como dramaturgo que se fez reconhecido nessa atividade, tanto quanto na de cronista esportivo, jornalista e demais outras atividades que demonstram a versatilidade deste

homem que tinha enorme apreço por desnudar a sociedade da moral² que se impunha, inclusive a ele mesmo. A polêmica é elemento presente em sua obra. Traição, sexo, tragédias, são temas caros nos quais ele mergulha fazendo, por uma lente bem particular, o retrato da sociedade brasileira da época.

Ainda que estejamos com os olhos nessas questões, muito mais pode ser pensado a partir disso. Vem permeando todo o processo de pesquisa o questionamento possível acerca de quais podem ter sido os elementos determinantes para que tal peça fosse apontada como marco no teatro moderno, e mantendo tal “status” até os dias de hoje. O questionamento se repete inclusive na curiosidade de se compreender que grupos colocam em xeque tal afirmação e que sujeitos continuam a legitimá-lo.

Questões acerca da sociedade, da moral e dos comportamentos, debatidos com frequência e quase sem tabus nos dias atuais, já eram temas recorrentes nas obras de Nelson Rodrigues, no entanto o que hoje é de livre discussão naqueles anos ainda ficava mantido somente no interdito, já que raramente alguém se aventurava a questionar a ordem moral estabelecida. Mas não só por isso Nelson é ainda consagrado enquanto inaugurador do chamado teatro brasileiro moderno. Tal adjetivo, sabemos, atribui-se muito mais a montagem do que ao texto em si. Dessa feita surge a indagação acerca das demais montagens que vieram com o passar das décadas e o recorrente sucesso, desde àquela montagem dita “arqueológica” preservando o cenário de Santa Rosa até a montagem do grupo TAPA, quando *Vestido de Noiva* se encontrava consagrada enquanto marco na história do teatro brasileiro, sendo essa especificidade que chama a atenção para essa montagem.

Quando pretende-se estabelecer a particular relação que compreendo entre Arte e Sociedade, considero de extrema importância dedicar especial atenção para que previamente possamos situar a produção que se pretende estudar, seu tempo, o lugar de onde parte e o próprio autor, neste caso, Nelson Rodrigues, e pensa-lo ainda enquanto sujeito de seu próprio tempo, possibilitando a compreensão do lugar social de onde toda sua obra estava sendo produzida, de modo que sejamos capazes de compreender sua inserção, na sociedade e seu modo de enxergá-la através do conhecimento de sua produção.

Fazer esse caminho de compreensão prévia da trajetória do autor se faz

² Para uma leitura sobre arte e moralidade na obra de Nelson Rodrigues ver: CALDAS, 2008.

indispensável quando temos a intenção de perceber a subjetividade, da qual jamais estaremos livres, especialmente no ofício de historiador, que guia o discurso do mesmo. Esse entendimento mostra-se de extrema importância inclusive para um segundo momento dessa pesquisa, onde há a pretensão de se analisar em particular e com maior profundidade a montagem de *Vestido de Noiva* pelo grupo TAPA.

O período ao qual a pesquisa vem dando maior enfoque se refere especificamente a dois marcos. Primeiro, a partir da idéia de pensar a trajetória do dramaturgo, acredito que mereça especial atenção lançar um olhar mais atento ao momento de produção da peça em questão, ou seja, a década de quarenta, a qual também assistiu a sua primeira montagem. E um segundo marco seria a década de oitenta onde se deu a montagem do grupo TAPA. Vale ressaltar que o intervalo entre esses momentos não é um vazio e que será igualmente pensado, levando em conta a especificidade da obra de Nelson que fugiu a regra do chamado teatro engajado que esteve em alta durante o período, ficando de certa forma à margem, retomando já no momento de redemocratização.

Nelson Rodrigues declara a si próprio como não sendo um intelectual, e mantida essa distância pensa-se que ele provavelmente não teria construído essa narrativa pensando previamente em características expressionistas ou em interpretações psicológicas, mas a análise à distância nos dá o privilégio de ler tais alegorias, bem como pensar a carga de leitura e reflexão que os diretores das montagens trouxeram para realizar seus espetáculos, cabendo inclusive uma ponderação quanto ao repertório freudiano de Eduardo Tolentino. Vimos ainda que estudos apontam para interpretações diversas quando a protagonista, Alaíde, podendo privilegiar certos debates, como a moral e o tabu que permeava o sexo conjugal e as sensações sexuais as quais cabiam ou não a mulher daquela sociedade. Toda essa situação de “aprisionamento” pode ser pensada enquanto

Resultado de uma organização social medíocre e sem horizontes, que assinala a mulher (sobretudo da sua classe social – estamos em 1943) um único caminho: casar, ter filhos, freqüentar reuniões sociais teatro e cinema. A vida sexual restringe-se à sensaboria do sexo conjugal, em que o prazer é terreno proibido. (CALDAS, 2008: 61)

A mulher aparece ainda limitada em outros momentos da obra de Nelson Rodrigues, e o tema da vida conjugal e do fracasso da instituição familiar repete-se com

a intenção de inserir de uma vez por todas essas críticas. E dessa vez a presença de uma meretriz, Clessy, que pode ser pensada inclusive como representação do alter-ego da personagem Alaíde, vai ainda mais fundo na ferida aberta da moral da sociedade daquela época.

Em momentos históricos diferentes, diversas montagens deste texto conseguiram adquirir impressionantes significações, que tinham sempre um diálogo especial voltado para seu próprio momento. Essa atualidade da obra em diferentes “presentes” é algo que de fato merece especial atenção, assim como também merece essa atenção pensar o que representava a montagem do grupo TAPA dentro do projeto Panorama do Teatro Brasileiro, e qual seria o papel que esse projeto cumpriria frente ao público.

Mais do que pensar essas questões pontuais, essa pesquisa vem se desenvolvendo com vistas a estabelecer uma profunda reflexão em torno da possibilidade de dialogo entre História e Teatro, bem como em torno das relações entre Arte e Sociedade, mostrando-se assim preocupada em realizar de discussões interdisciplinares que possam enriquecer o debate a medida em que vem se pensando o texto, em seus mais diversos âmbitos; o autor, a trajetória do grupo TAPA para por fim ser capaz de estudar de maneira consistente a remontagem feita pelo mesmo.

A partir de tais intenções ficam explícitas as finalidades e esforços que vem se realizando em torno da concretização de um estudo interdisciplinar entre História e Teatro, tomando como de suma importância a relação que os sujeitos aqui estudados - sendo estes claramente ligados a cena teatral - estabelecem com a sociedade em que vivem se constituindo e de fato se reconhecendo enquanto sujeitos históricos.

Este processo vem se desenvolvendo através da análise de textos de linguagem teatral pensando-os enquanto documentos históricos, haja vista que os mesmos são reconhecidamente frutos da produção cultural, tratando-se portanto de vestígios que cabem ser farejados pelo bom historiador, que “se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça” (BLOCH, 2001: 54). Assim compreendemos que estes vestígios de nossa produção cultural são objetos riquíssimos para os estudos em nossa área.

Valendo-me então dos documentos com os quais afirmo pautar esta pesquisa, parto do pressuposto de que estes têm sua carga de subjetividade. Suas entrelinhas estão impregnadas de intencionalidades por parte de seus autores, e isso muito quer dizer

sobre a época e a sociedade em que os mesmos foram produzidos. Os documentos, com nos ensina Marson, não deixam de ser “um ato de poder (...) sendo representação (...) e parte do real” (MARSON, 1984: 53).

Quando me refiro aos documentos nos quais esta pesquisa vem se pautando, acredito ser necessário esclarecer melhor que eles se tratam de escritos auto biográficos, textos e críticas teatrais além de reportagens. Como já foi dito acredito que a trajetória de Nelson Rodrigues seja de fundamental importância para compreender sua obra e sua repercussão da sociedade, de modo que a leitura de seus textos teatrais completos são, na minha opinião, indispensáveis para começar a pensar esse viés além de estabelecer uma relação mais próxima com a linguagem e as temáticas do autor. Além disso a busca pelo conhecimento das demais áreas em que atuava enquanto escritor: de repórter a cronista.

Este trabalho vem pautando seus passos iniciais ainda na leitura e problematização dos escritos biográficos e autobiográficos acerca deste autor. É importante esclarecer que em momento algum a reflexão sobre o momento e o lugar de produção destes escritos será negligenciada, assim como a mesma preocupação se faz presente em relação à leitura dos demais documentos utilizados, a exemplo de reportagens e críticas teatrais.

As críticas vem merecendo merecem uma especial atenção por ser capaz de construir uma aproximação das impressões causadas pelas montagens num primeiro momento, além de permitir abrir um caminho para pensar também o papel e lugar social ocupado por estes escritos bem como por quem os escreve, e como se institui um poder desses críticos em relação aos espetáculos de forma a erigir certa influência na opinião pública. Mais do que isso, tenho podido me aproximar mais do que na época era entendido como teatro, do que foi lido como moderno nessas montagens, a repercussão, etc. A exemplo o crítico Álvaro Lins, um dos mais instigantes críticos da peça *Vestido de Noiva* aparece com uma perspectiva instigante para pensar a mesma por afirmar que a arte cênica seja talvez a única arte que não tem caráter individual. Um autor isolado nada significa, porque uma peça que só suporta a leitura, e não a representação já perdeu seu caráter de teatro. Tal afirmativa se refere ao trabalho conjunto de autores, diretores, atores cenógrafos e todos os sujeitos envolvidos numa produção teatral. Isso significa dizer que o resultado final é fruto de felicidade (ou não) da combinação dessas

diferentes idéias. Uma afirmativa desse teor pode dar – como de fato deu - margem para questionamentos que indagavam sobre quem seria o fundador do teatro moderno se Santa Rosa e Ziembinski juntamente com o grupo Os Comediantes tivessem se encontrado com um texto de Drummond ao invés de Vestido de Noiva.

Mais do que isso, os textos críticos são um canal de acesso às diferentes opiniões, desde a rejeição da obra até opiniões como a do premiado diretor Antunes Filho, que aponta Nelson Rodrigues como o único gênio. Daí surge também outras questões quanto ao mito de genialidade e de modernidade que se consolida em torno da figura de Nelson que talvez tenha de ser desconstruído ou que mereça ser ao menos questionado.

Ao lado do trato com esses documentos vem sendo associada a leitura de bibliografias que me permitam compreender toda a lógica e a dinâmica da produção teatral, bem como de sua crítica de modo que me permita também fazer as pretendidas relações entre História/Teatro, Arte/Política. Refiro-me aqui a textos teóricos, ao lado também de trabalhos acadêmicos em torno dessa temática, sejam eles das áreas de história, sociologia, artes, teatro, antropologia ou afins. Destaco também a importância de me manter atenta visto que mesmo que tais trabalhos tragam importantes discussões e enriqueçam a capacidade de um diálogo multidisciplinar, eles estão calcados em diferentes métodos e diferentes repertórios que circundam o trabalho dessas áreas; dessa feita cabe certa cautela nesse trabalho de modo que eu não me desvie de um trabalho se cunho histórico, que valorize as particularidades de nossos métodos, discussões preocupações e questionamentos.

Vale, portanto, lembrar que, ainda que a discussão acerca da importância dos estudos multidisciplinares se faça presentes em nosso tempo e em nosso meio, é muito importante que haja o devido cuidado para que não se percam por esse motivo as especificidades dos métodos científicos da história. Tal preocupação já poderia ser lida em Certeau quando este levanta questionamento sobre a prática do historiador para mais tarde chamar a atenção para a influência do lugar social ocupado por este sujeito bem como suas práticas e métodos. Essa preocupação de Certeau suscita debates³ até hoje, e pode ser ilustrada no seguinte trecho:

³ Dentre estes debates que dialogam com a obra de Certeau, podemos dar destaque a um texto que reflete quanto a essa preocupação a cerca de trabalhos de discussão multidisciplinar (BRESCIANI, 2008) que

O importante não é a combinação de séries, obtida graças a um isolamento prévio de traços significantes, de acordo com modelos pré-concebidos, mas, por um lado, a relação entre estes modelos e os limites que seu emprego sistemático faz aparecer e, por outro lado, a capacidade de transformar estes limites em problemas tecnicamente tratáveis (...) a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir “erros” - insuficiências, falhas - cientificamente utilizáveis. (CERTEAU, 2010: 86)

Partindo destes pressupostos, e pensando a especificidade de se trabalhar com as fontes aqui arroladas, é importante ressaltar que a priori são fragmentos, produções humanas, carregados de possibilidades abertas para a pesquisa histórica, e ainda que seja essencial o diálogo com a bibliografia especializada, os métodos e os questionamentos que serão levantados devem manter a reflexão no campo da história. Cabe pensar ainda que o fenômeno teatral deve “ser apreendido inicialmente como acontecimento histórico, que se extingue no momento em que sua ação é finalizada. Por isso, a sua recomposição só poderá ocorrer por meio de sés fragmentos, dentre os quais a crítica teatral” (PATRIOTA, 2008: 39) - fragmentos esses que nos dão a possibilidade de construir um conhecimento histórico -, e por isso a necessidade de o historiador que adentra nesse campo, lançar mão destes escritos, bem como discussões teóricas de tais áreas.

É importante ainda saber desde os primeiros passos da pesquisa que a neutralidade é uma utopia inalcançável quando se trata de documentos produzidos pelo homem, e nisso cabe a confissão de que tal como os documentos nos quais embasa sua pesquisa, o próprio historiador é sujeito dotado de subjetividades e intencionalidades em suas escolhas e em sua escrita. E é justamente essa infundável relação de seres subjetivos que faz da história um campo de possibilidades. Assim afirmo que essa subjetividade estará de fato presente tanto nos documentos com os quais irei me deparar durante a pesquisa, como também na narrativa que eu mesma irei produzir como conclusão deste caminho.

revela especial preocupação com os métodos históricos frente ao desafio de trabalhos que buscam uma intertextualidade em áreas afins. Essa preocupação da autora surge em diversos momentos, como no trecho em que ela chama para que o profissional da área de história fique “atento à temporalidade própria de cada disciplina, às bases conceituais e recortes temáticos” .

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da História** – ou Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella. Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade: Um Desafio Para o Historiador? In: HARRES, Marluza Marques; HEINZ, Flávio M. (Org). **A História e seus territórios**. Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Editora OIKOS, 2008.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. A Obsessão da pureza: um ensaio sobre arte e moralidade em Nelson Rodrigues. In: RAMOS, Alcides F.; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosangela (Orgs). **A História Invade a Cena**. HUCITEC, 2008.
- CASTRO, Ruy. **O Anjo Pornográfico: A Vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: A história entre certezas e inquietude** Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2002.
- FRAGA, E. **Nelson Rodrigues Expressionista**. São Paulo: FAPESP, 1998.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **Memória/História**. Porto: Casa da Moeda, 1984.
- MAGALDI, Sábato. **Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- MARSON, Adalberto. **Reflexões sobre o procedimento histórico**. São Paulo: Marco Zero, s/d.
- PATRIOTA, R. O teatro e o historiador: interlocuções entre linguagens artísticas e pesquisa histórica. In: RAMOS, Alcides F.; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosangela (Orgs.). **A História invade a cena**. HUCITEC, 2008.
- SILVA, Marcos A.da. O trabalho da linguagem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.6, n 11, 45-61, set. 1985/ fev. 1986.
- VIEIRA, Maria do Pilar (et al.) **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

AS TRANSFORMAÇÕES DA IDEIA DE RES PUBLICA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DOS CIOMPI NO “HUMANISMO CÍVICO” FLORENTINO (SÉCULOS XV E XVI)

Julia do Espírito Santo Baptista*

A Praça da Senhoria, localizada na hoje cidade de Florença, não passa despercebida pelos turistas que circulam por ali. Com uma arquitetura de saltar os olhos, a praça em forma de “L” possui também uma importante galeria (Galeria degli Uffici) e diversos palácios que foram construídos ao longo da história da cidade. Porém o que muitos turistas não sabem é que esta praça foi o cenário de diversas disputas pelo poder político em Florença. O Palazzo dei Priori¹ ou Palazzo della Signoria, hoje com o nome de Palazzo Vecchio, localizado na praça foi palco de uma importante sublevação popular na Florença republicana do final do século XIV. O chamado tumulto dos Ciompi ocorrera em 1378 sendo de suma importância para a reconfiguração *a posteriori* da idéia de república por autores como Leonardo Bruni, Francesco Guicciardini e Nicolau Maquiavel. Nesta comunicação pretendemos analisar de que forma o tumulto foi caracterizado por esses diferentes autores nas histórias de Florença produzidas pelos mesmos. Analisaremos aqui a *Historiae Florentini Populi* de Leonardo Bruni, em sua tradução inglesa, produzida em 1442, a *Storie Fiorentine* de Francesco Guicciardini, produzida em 1508, e a História de Florença, de Nicolau Maquiavel produzida entre 1520 e 1525. A escolha destas obras como fontes consiste em estabelecer uma trajetória da cidade de Florença após o tumulto dos Ciompi, bem como analisar as suas representações no século XV e XVI.

A manutenção das instâncias políticas da república florentina foi ameaçada diversas vezes ao longo de sua história, seja por tentativas de invasões externas, como a do papa Gregório XI, ou por disputas internas entre importantes grupos sociais cidadãos, como é o caso dos Ciompi. Estes eram os integrantes de uma das mais importantes associações corporativas de Florença, a Arte da lã². Lideraram uma revolta

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social – Instituto de História / UFRJ

¹ Os Priori eram os nove integrantes que compunham a Senhoria, escolhidos entre os mais conceituados membros das associações de comerciantes, trabalhadores e artesãos da cidade através de um sorteio.

² As Artes eram corporações de ofício divididas em Maiores e Menores e para cada uma, um magistrado era escolhido e a este caberia estabelecer a justiça aos seus membros. Entretanto, grande parte da população não estava inserida nestas Artes, compondo a plebe. Esta precisava se submeter às outras Artes.

em busca de participação nas decisões políticas da cidade, que foi vencida da Guerra dos Oito Santos, enfrentava uma forte crise financeira devido às despesas com a guerra, além da incredulidade dos revoltosos na liderança política dos líderes guelfos³.

Em uma tentativa de conter a revolta, após a deliberação dos Senhores, um novo gonfaloneiro de justiça foi nomeado: Luigi Guicciardini. Este conseguiu acalmar os ânimos da cidade, que depôs suas armas. Os Senhores, visando manter a calma após a tempestade, decidiram, em conjunto com os representantes de todas as Artes, que estes examinassem se alguma alteração nas normas políticas deveria ser feita. Contudo, para as gentes que não integravam as Artes esta negociação foi vista com maus olhos já que, somado ao medo de qualquer tipo de punição pelos incêndios e roubos ocorridos na revolta, observamos a insatisfação que “o povo miúdo nutria pelos cidadãos mais ricos e pelos príncipes das Artes, por não lhes parecer que eram pagos o suficiente por seu trabalho conforme acreditavam merecer por justiça” (MAQUIAVEL, 2007: 182).

Esse novo levante dominou a cidade em julho de 1378, com pouca ou nenhuma resistência dos Senhores, que contavam com poucos soldados frente à multidão que se dirigia ao palácio e com a casa do gonfaloneiro de justiça e de outros magistrados em chamas. Aqueles ainda tentaram, sem êxito, ceder às reivindicações da criação de três novas corporações de ofício com dois integrantes ocupando cargos na Senhoria e a absolvição dos presos com a reintegração de seus cargos, entre outras. Alguns integrantes de famílias importantes na cidade também apoiaram os revoltosos, além dos Oito da guerra, uma importante magistratura remanescente da guerra contra o papa Gregório XI. O palácio, bem como a principal magistratura florentina agora estavam nas mãos da plebe e de suas decisões.

Um novo gonfaloneiro de justiça foi escolhido, o cardador de lã Michele di Lando. O tumulto agora cessara. Novos senhores foram escolhidos por Lando e aqueles que não pertenciam à plebe, o chamado povo gordo (*popolo grasso*), mas que apoiaram o tumulto, como Salvestro de' Medici e Tommaso Strozzi, receberam recompensas por seus trabalhos através de rendimentos e taxações. A plebe, insatisfeita com as reformas

³ Guelfos e Gibelinos eram facções políticas que disputavam o poder em Florença, na qual os guelfos possuíam maioria. Sua nomenclatura teve origem no século XII, quando surgiu um conflito na disputa pela sucessão do Império Romano-Germânico. Os guelfos e o Papa apoiavam a casa da Baviera e Saxônia, enquanto os gibelinos eram partidários da casa da Suábia dos Hohenstaufen. Essas facções eram compostas por importantes famílias florentinas.

feitas por Lando e com as recompensas dadas, empunharam armas novamente contra o gonfaloneiro de justiça. Novos combates ocorreram na Praça da Signoria com a vitória de Lando contra a plebe que outrora defendera. No escrutínio para a nova Senhoria, em setembro, foram privados de seu mandato dois Senhores pertencentes à plebe e instituiu-se que não mais seria permitido a plebeus ocuparem cargos públicos e assim ficava revogada a Arte da plebe. A senhoria agora oscilava somente entre as Artes Maiores e Menores, com o gonfaloneiro pertencendo ora a uma, ora a outra.

Os autores que aqui analisaremos possuem olhares distintos frente a um mesmo evento. Olhos que realizam a mesma função somente biologicamente. Com a decodificação dos símbolos pelo cérebro, a percepção de cada indivíduo em relação a algo comum se diferencia. A partir deste momento, o indivíduo agrega à informação “sua bagagem de modelos, categorias, hábitos de dedução e analogias (...) e fornece uma estrutura e portanto um significado à fantástica complexidade de informações oculares” (BAXANDALL, 1972: 38). Desta forma, os conhecimentos, as capacidades e as experiências associadas ao que foi visto ou lido e analisado diferem de uma pessoa para outra.

Leonardo Bruni dedicou sua vida profissional à política, sendo secretário apostólico de três papas e, posteriormente, duas vezes chanceler da república de Florença. Escreveu sua *Historiae Florentini Populi* na primeira metade do século XV, quando era chanceler do governo Medici. A respeito do tumulto dos Ciompi, Bruni destaca sua origem a partir das desavenças entre os Guelfos e os Gibelinos e os Oito da Guerra. A participação da plebe era motivada pelo apetite por riquezas e bens, não buscando nada além do roubo, assassinato e expulsão dos cidadãos honrados. Em sua História, o tumulto deve ser visto como um exemplo perpétuo de desmando e caos provocado por multidões armadas que forçam o governo à sua vontade, já que por serem mais numerosas são mais poderosas. A ideia de república defendida por Bruni se desenvolve a partir do exemplo negativo dos Ciompi. Sendo assim,

a busca dos exemplos adequados no passado e o caráter educativo e pragmático da história constituíam a chave para a compreensão de sua importância, para os que se interessavam pela política e pelas questões de filosofia moral.(...) Cícero e Tito-Lívio tinham uma importância crucial nesse contexto, pois serviam de modelo tanto no que diz respeito à narrativa dos eventos quanto do que se podia aprender com eles. (BIGNOTTO, 1996: 184)

Outro aspecto importante, entre muitos outros, a ser considerado na história de Leonardo Bruni é o conceito de prudência. Michele di Lando, para ele, é um homem virtuoso, apesar de ser artesão e oriundo das classes baixas, pois não cedeu a vontade da multidão e apaziguou o conflito. Porém mesmo sendo virtuoso, Lando não deve ser caracterizado como prudente, na medida em que o “ser prudente” está atrelado ao bom nascimento.

Já Francesco Guicciardini escreveu sobre o tumulto dos Ciompi no início do século XVI, em suas *Storie fiorentine*, na qual busca entender o declínio dos valores centrais que davam sentido à aristocracia florentina, para, ao mesmo tempo, definir certos mecanismos capazes de incidir no estabelecimento de um bom governo. Partindo dos Ciompi, o autor exemplifica que o republicanismo popular proporcionara desmando e caos, o que poderia ter levado Florença à ruína. Para ele a eclosão tumulto foi provocada, principalmente, pela divisão dos cidadãos que participavam efetivamente da condução dos assuntos públicos. Alguns integrantes do *povo gordo*, insatisfeitos com a permanência dos Oito de Guerra na gerência da cidade, após sucessivas eleições, se aliaram à plebe para alcançar o poder político. Entretanto, o que se observou foi à instauração de um governo popular já que mesmo com as alianças, os Ciompi, ao tomarem o poder, não se mantiveram sob o arbítrio dos Oito.

A partir desta visão, o governo dos Ciompi era alicerçado nas diversas corporações de ofício, constituindo um governo das multidões e não dos *nobili*, o que descaracterizava o ideal de governo republicano defendido pelo mesmo, no qual este deve ser gerido por homens de boa reputação, virtuosos, dotados de experiência e considerados sábios.

A História de Florença escrita por Nicolau Maquiavel no início do século XVI foi, durante muitos anos, a principal versão da rebelião de 1378, devido a sua riqueza de particularidades, nunca vista em nenhuma outra obra acerca do assunto (SESTAN, 1981: 132). Para Maquiavel, o tumulto dos Ciompi deve ser compreendido como algo temporário, um episódio. Mas, diferentemente dos demais autores citados, Maquiavel não vê o tumulto como um movimento estritamente calcado no descontentamento da plebe em relação àqueles que geriam a cidade. O autor destaca as causas políticas, sociais e, principalmente, as morais do conflito. A igualdade política, almejada pelos revoltosos, bem como a dignidade, é destacada pelo autor na voz de um dos revoltosos:

Não deve assustar-vos a antiguidade do sangue que eles nos jogam ao rosto; porque todos os homens tiveram o mesmo princípio e são, por isso, igualmente antigos, e foram feitos de um mesmo modo pela natureza. Fiquemos todos nus, e vereis que somos semelhantes; e se nos vestirmos com as vestes deles, e eles com as nossas, vereis que, sem dúvida, nós parecemos nobres [*ignobili*]; porque somente a pobreza e a riqueza nos desigualam. (MAQUIAVEL, 2007: 185)

Ao optarmos por analisar as histórias escritas por esses homens que eram intimamente relacionados com a vida pública de Florença, selecionamos um *corpus* documental que durante muito tempo foi interpretado através do viés do *humanismo cívico*. Este conceito, cunhado pelo alemão Hans Baron, tem como marco inicial os conflitos do final do século XIV e início do XV, que resultaram na vitória da república florentina sobre as forças de Milão. Para Baron, uma nova consciência cívica foi fundamentada durante esse período, tendo três pontos importantes: o patriotismo, o governo popular e a valorização do serviço público e comprometimento com a república. A devoção à pátria direcionou os olhares para a cidade, para a vida política e a vida civil. As discussões que outrora foram de fundo assumem agora papel central na vida civil florentina, tais como a liberdade como independência, a dedicação ao bem público e a participação nos negócios da cidade (BIGNOTTO, 2000: 52).

É importante destacar também que mesmo sendo um conceito muito debatido e criticado (Cf. HANKINS, 2003), o *humanismo cívico* permite definir, mesmo que heurísticamente, um *corpus* textual que dá relevo à discussão sobre a vida civil florentina, e o interpretamos em consonância com a retórica. Trata-se, precisamente, de um conjunto de textos que adquirem sentido à luz dos preceitos definidos em tratados antigos e humanistas de arte retórica. Esta é utilizada como uma chave de leitura, na medida em que nos permite compreender, de acordo com o critério do verossímil histórico, o que certos textos podem ter significado em seus contextos de produção.

A retórica de acordo com Aristóteles visa deleitar, instruir e mover com a finalidade de persuadir. Ela tem por objetivo principal instrumentalizar o prudente na arena da política a fim de que este possua argumentos fortes e se dirija ao melhor caminho para a pólis. A discussão sobre a prudência é fundamental para se pensar a retórica, tida como a arte de se encontrar os meios para a persuasão através da razão, pois o olhar de Aristóteles vai ao encontro das possibilidades de se viver em um mundo contingente. Já na *Retórica a Herênio*, atribuída a Cícero, a organização do discurso é

fundamental para se persuadir, diferindo de Aristóteles, que privilegia o argumento, a estrutura da argumentação. O conceito de prudência consiste em uma retomada desses preceitos éticos-retóricos-poéticos da antiguidade realizada nas histórias produzidas pelos autores aqui debatidos.

Ao se analisar a república idealizada por Leonardo Bruni observa-se sua construção a partir de um sistema de liberdades no qual a questão principal é a manutenção de Florença como um corpo político livre frente aos ataques externos e apta para realizar sua expansão territorial. A república deveria ser administrada por homens de bom nascimento, possuidores de prudência e virtude. Destaca elementos como o caráter natural tanto da liberdade quanto da igualdade entre os florentinos, decorrentes da origem republicana da cidade, fundada no apogeu de Roma. Defende a igualdade de oportunidade para se participar da república, mas não a igualdade de direitos para os integrantes das Artes participarem dela. Para Bruni, a liberdade “dá origem ao único sistema justo: a república” (BIGNOTTO, 1991: 28).

Guicciardini procurava no passado florentino, período tido como de glórias e conquistas, ordem e justiça, virtude e liberdade, o modelo a partir do qual se pudesse reerguer uma república fundamentada nos valores dos *ottimati*, que seriam

famílias há muito estabelecidas, tanto mercantis quanto nobres em suas origens, que poderiam ver-se como a classe dominante hereditariamente ou como elemento dominante, distinguida por prudência, experiência e outras qualidades de liderança acima da média, portanto, identificáveis com aquelas elites aristotélicas a quem epítetos como “poucos” ou “aristocracia” podem ser justificadamente aplicados. (POCOCK, 1975: 101)

Valores estes em oposição ao “governo largo” que prevalecia no momento em que redigia esta obra, no início do século XVI. Assim como Bruni, ele ressalta a liberdade da cidade florentina como uma de suas principais características. O autor defende o governo aristocrático, fundamentado na concórdia e na sabedoria de seus governantes. Guicciardini escreve suas histórias entre 1508 e 1510 durante o conturbado momento em que Florença vive uma república popular extremamente instável, instaurada em 1494 após a expulsão de Piero de’ Medici. Entretanto, a degradação dos valores republicanos florentinos se iniciara bem antes, com a primazia dos Medici nas diversas magistraturas cidadinas desde 1434. Desta forma, diferente de autores do

quattrocento, tanto Guicciardini quanto Maquiavel não podiam elogiar ou defender o momento que vivenciavam. Este último, mesmo acreditando em uma origem diferente para a cidade de Florença, exalta o apego à liberdade, que teria sido desde sempre, um dado efetivo da realidade florentina.

Para Maquiavel a república também esta pautada em elementos como a virtude e a prudência de seus administradores, porém sem a vinculação desses preceitos ao bom nascimento ou ao pertencimento aos *ottimati*. A prudência agiria em oposição à fortuna, já que esta última “pode ser vencida com a prudência, pondo-se freio à ambição desses homens, anulando-se as ordenações que alimentaram as facções e prendendo aqueles que não estão em conformidade com a verdadeira vida livre e civil” (MAQUIAVEL, 168-169).

Por fim torna-se possível perceber que a análise das representações letradas acerca do tumulto dos Ciompi permite compreender o sentido de república que surge em Florença, na primeira metade do século XV, visto que o tumulto dos Ciompi foi considerado por autores como Leonardo Bruni e Francesco Guicciardini como acontecimento responsável pela corrupção da unidade do corpo político. Diferentemente de Maquiavel, que o caracteriza como um episódio, como algo transitório, além de atribuir a um membro da plebe a caracterização de prudente e virtuoso, estas que anteriormente estavam atreladas ao bom nascimento. Desta forma, um novo quadro foi se delineando na história florentina.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES, **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- BAXANDALL, M. **O Olhar Renascente: Pintura e Experiência Social na Itália da Renascença**. Ed. Paz e Terra, 1991.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Editora Loyola, 1991.
- _____. (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BRUNI, Leonardo. **History of the Florentine People**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2001.
- CÍCERO. **La Invención Retórica (De Inventione)**. Madrid: Gredos, 1997.

GUICCIARDINI, Francesco. **Storie Fiorentine**. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1998.

HANKINS, J. **Humanism and platonism in the Italian Renaissance**.Vol.1. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

POCOCK, J.G.A. **The Machiavellian Moment**: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. Princeton and London: Princeton University Press, 1975.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O JAPÃO NA OBRA DE OLIVEIRA LIMA

Júlio Vellozo*

Oliveira Lima, diplomata e historiador pernambucano, foi um dos principais intelectuais brasileiros do início do século XX - membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das figuras centrais do corpo diplomático do país, letrado dos que gozaram de maior prestígio em sua época – a obra de Lima influenciou decisivamente a historiografia nacional.

Oliveira Lima guarda especial interesse como um dos mais importantes e originais historiadores brasileiros. Autor de uma obra extensa, especialmente de estudos sobre o Brasil e Portugal, o autor pernambucano conseguiu firmar uma visão muito própria sobre a evolução da história nacional. Uma narrativa da trajetória brasileira que divergia no fundamental da que era sustentada pela maioria dos historiadores do início da República. Estes estavam, em sua maioria, polarizados por uma visão negativa do passado brasileiro, que via na legado ibérico um obstáculo para a entrada do país na modernidade.

Esta visão negativa da maioria dos historiadores sobre o passado brasileiro tinha como padrão de comparação, explícita ou implicitamente, a colonização anglo-saxã, vista, geralmente, como mais capaz de talhar os povos para a busca da modernidade. Não faltavam a essas análises os determinismos geográficos e raciais, que estavam em voga na Europa e que eram apropriados e adaptados às necessidades dos elementos que pensavam o Brasil.

A intelectualidade contemporânea a Oliveira Lima estava polarizada por um difícil desafio: pensar a inserção do Brasil na modernidade partindo de um pressuposto “rebaixado”. Como construir uma nacionalidade partindo de um povo indefinido racialmente, educado por uma colonização atrasada, carola e despótica, que vivera por séculos no regime degenerado da escravidão? Os letrados da Belle Epoque brasileira viveram o mal-estar oriundo da angustiada distância entre necessidade e possibilidade.

* Mestrando Programa Culturas Brasileiras IEB/USP

Diante desta contradição, os intelectuais reagiram de maneira diversa. Alguns, como Silvio Romero, viveram a dolorosa contradição entre o racismo científico e a percepção das potencialidades da miscigenação, em uma mistura muito própria de romantismo alemão e cientificismo finissecular. Outros adotaram posições surpreendentemente críticas, de sabor quase contemporâneo, como Manoel Bomfim.

A obra de Oliveira Lima é uma destas reações ao dilema, uma das tentativas empreendidas de se livrar das estreitas correias dos determinismos.

O que nos interessa neste texto é compreender o percurso de Oliveira Lima até a posição pró-ibérica assumida nos primeiros anos do século XX e aprofundada até o final de sua vida. Veremos que aí há um percurso interessante, motivado por vicissitudes da própria vida de Lima.

Variados autores estudaram a obra de Oliveira Lima com grande qualidade. Entretanto, um aspecto nos parece ter fugido a estes estudos sobre o intelectual pernambucano: a forte inflexão que sua obra sofre no início dos anos 1900. Em nossa opinião podemos falar de dois Oliveira Lima, uma marcado pelos determinismos, pela visão relativamente negativa do passado brasileiro e pela rejeição do passado ibérico; outro que tem uma visão praticamente oposta a esta, valorizando o passado brasileiro e os Bragança e sustentando a ideia de que a República já havia encontrado a obra de feitura da nação completa em função dos feitos de Dom João VI e de Pedro II.

Para nós teve um papel determinante (ainda que não único) nesta mudança a ida do intelectual pernambucano ao Japão, motivada por sua carreira diplomática. Veremos isso a seguir.

Antes do Japão

Em meio a uma obra muito ampla, que inclui até mesmo uma peça de teatro elogiada por Machado de Assis e Euclides da Cunha¹, foi seu trabalho de historiador que distinguiu Oliveira Lima como intelectual importante.

Reconhecido por seus pares, foi integrado ainda muito jovem ao círculo mais importante de letrados do Rio de Janeiro, que se reunia em torno à Academia Brasileira

¹ A peça é *El Secretário Del Rey*, uma obra em três atos publicada em 1904. A crítica elogiosa de Machado está ASSIS, Machado. *Oliveira Lima: El Secretário del Rey*. In: *Machado de Assis, Obras Completas*, vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p. 223. Foi publicada originalmente na Gazeta de Notícias em 02/06/1904.

de Letras. Quando esta foi criada em 1897, os dez membros fundadores elegeram outros 30 para completar o quadro, dentre eles Lima que, aos 29 anos, venceu o Barão do Rio Branco, Assis Brasil e Fontoura Xavier, todos mais velhos e consagrados. Os dois primeiros, por uma dessas ironias da história, seriam seus inimigos de vida inteira.

Membro do corpo diplomático brasileiro, tendo servido em variados países, Oliveira Lima sempre colocou seu espaço no Itamaraty a serviço de sua atividade de historiador. Nos deslocamentos fazia em função do trabalho, sempre tinha como estratégia a proximidade com arquivos úteis aos seus estudos no domínio de Clio.

Sua obra anterior ao livro *No Japão, Impressões da Terra e da Gente* é bastante marcada pelo racismo científico e pelos determinismos típicos da época.

O livro de Lima onde este tipo de visão está mais explícita é *Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais*, publicado em 1899, três anos antes, portanto, de seu *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*. Aquela obra é marcada por um fio condutor, a comparação permanente entre os EUA e o Brasil e a constatação de que elementos raciais e culturais legados pela colonização britânica haviam preparado os Estados Unidos para um inserção natural na civilização, enquanto a civilização ibérica havia legado aos países da porção sul da América entraves que deveriam ser superados através de uma ruptura com o passado.

Nos Estados Unidos é, portanto, movido pela mesma tensão que polariza as atenções da intelectualidade contemporânea a Lima: a busca pelos caminhos para a inserção do Brasil na modernidade. A resposta do intelectual pernambucano, neste primeiro momento não deixa dúvidas: é preciso que o Brasil se desvencilhe de seu passado ibérico e siga o mesmo caminho civilizacional trilhado pelos EUA. Em suas palavras:

a grandeza dos Estados Unidos tem sido (...) constituída pela considerável imigração européia, além do gênio ativo e inventivo da própria raça colonizadora. Este fator primordial é também essencial. A diferença de resultado na colonização (...) da América Inglesa e da América Latina deve mesmo filiar-se mais do que tudo nas qualidades das respectivas raças conquistadoras. (LIMA: 1899)

Conforme notou Helder Gordim da Silveira, em *Nos Estados Unidos* a marca arianista é bastante marcada já que o autor pernambucano sustenta de forma explícita que, para o sucesso da experiência norte-americana, foi fundamental o fato dos norte-

americanos terem evitado a miscigenação e o “abastardamento” da raça (SILVEIRA: 2003).

Não bastasse o determinismo de raça, há também na obra um forte determinismo de meio, o que também era bastante comum à época. Para Lima, a paisagem norte-americana havia legado aos colonizadores, que já portavam “na massa do sangue” os caracteres da melhor raça, dificuldades que contribuíram para forjar um povo ainda melhor preparado para o progresso. Ao contrário do que ocorrera no Brasil, onde as facilidades de um meio onde tudo se oferecia com facilidade e as qualidades da perseverança e do culto ao trabalho não se impunham como necessidade.

Assim, *Nos Estados Unidos* é um livro marcado pelos determinismos que tiveram grande força à época. Constituía, como notou Barbosa Lima Sobrinho uma tentativa de oferecer ao Brasil, um caminho parecido com o que haviam trilhado os Estados Unidos, sempre guardando o fato de que haviam diferenças intransponíveis oriundas das determinações da raça e do meio.

O livro já trazia algumas críticas aos Estados Unidos que poucos anos depois iriam ganhar grande proporção, como, por exemplo, ao espírito expansionista. A diferença marcante é que, neste primeiro momento, o darwinismo social de Lima, que logo seria matizado ou mesmo abandonado, via este movimento como algo natural, como um processo inevitável.

Outra marca do livro é a crítica fortíssima à colonização ibérica, já presente em textos anteriores de Lima, como no seu livro de estréia sobre Pernambuco. É interessante notar que este é um dos elementos que se alteraria mais drasticamente na visão do autor. Em *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* Lima diria, opondo o espírito prático e empreendedor do britânico à rapacidade da ação lusa:

Outros motivos o não impeliam com decisão. O português pensou sempre mais em acometer e roubar o hindu do que em convertê-lo, e isso mesmo sem método, porque em matéria de comércio nunca se chegou na Península à concepção de um sistema vantajoso. Lisboa foi no século XVI, período de sua maior prosperidade, um mero entreposto por onde transitavam, caminho de Flandres, as cargas ultramarinas. (LIMA: 1895)

A partir da ida ao Japão

O livro nos Estados Unidos começou a ser publicado em 1986 na Revista do

Brasil e apareceu como volume completo, como dissemos, em 1899. Em 1901, entretanto, a vida de Lima sofreria uma importante reviravolta com a indicação do diplomata para cumprir uma missão junto a legação brasileira no Japão.

É interessante notar que o historiador pernambucano resistiu tenazmente à sua indicação para o posto. Ainda que o deslocamento significasse uma promoção - já que ele passaria a ocupar um posto superior na hierarquia do Itamaraty - Lima viu o deslocamento para a Ásia como um distanciamento do centro da civilização e como um óbice aos seus estudos históricos, já que os arquivos japoneses não poderiam lhe oferecer o material com o qual ele se fartava nos arquivos lisboetas e londrinos.

Entretanto, já no navio que o levava para a sua nova missão, a resistência de Lima começou a ser vencida. O contato com japoneses a bordo e as leituras que fazia como introdução à realidade complexa do país foram transformando esta indisposição em simpatia.

Em pouco tempo, Lima se abria para uma experiência cultural apetitosa. Passava a ver a cultura do Japão como algo novo a conhecer, e ver os japoneses como um ramo intelectualmente interessante da família humana. Espécie de antropólogo amador, o Lima determinista, naturalista, racista, toma, com a ida ao Japão, um verdadeiro banho de relativismo cultural.

Encantando com a arte, curioso com os costumes, interessado pela filosofia, Lima se utilizou dos vinte e um meses em que viveu no país para um mergulho na cultura japonesa. Segundo Paulo Yokota, em prefácio escrito em 1997 ao livro de Oliveira Lima *No Japão, Impressões da Terra e da Gente*:

Pode-se afirmar que não se conhece, ainda hoje, nenhuma obra de brasileiro sobre o Japão tão completa como esta pioneira contribuição de Oliveira Lima. Mesmo comparada com as de autores em língua estrangeira, poucos chegaram a observações tão precisas e cheias de sensibilidade, penetrando no âmago da alma japonesa. (YOKOTA, 1997: 16)

Entretanto, só este interesse pela cultura japonesa sozinho provavelmente não teria sido suficiente para amolecer a visão determinista do autor. A pedra de toque da experiência japonesa de Lima foi o contato com uma modernização acelerada da economia, levada a cabo durante o período em que o diplomata esteve lá, que se fazia sem que os japoneses fizessem concessões importantes no que dizia respeito à sua

cultura. Dito de outro modo, o diplomata pernambucano assistiu durante sua estada a um processo vertiginoso de modernização que se concretizava sem que os japoneses abrissem mão do que havia de essencial e próprio em sua cultura.

Daí a percepção de Lima, que ganharia progressivamente corpo em suas obras posteriores de que seria possível uma modernização brasileira que não necessitaria de ruptura com o legado cultural português. Isso possibilitou que o autor de *No Japão* se reconciliasse com suas origens lusas e pernambucanas e passasse a ver o passado brasileiro como trunfo e não mais como obstáculo.

Ao voltar ao país em 1903 entrou na reta final da feitura do livro *Dom João VI no Brasil*. Mais tarde, em 1925, publicaria *O Movimento da Independência* e, em 1928, ano de sua morte, publicaria *O Império Brasileiro*.

Os três livros formam - e este é outro elemento que os estudiosos de Lima não notaram até os dias de hoje -, uma interpretação global sobre o Brasil. Esta parte do pressuposto de que a cultura legada pelos portugueses foi um trunfo e não um óbice, na medida em que permitiu: a) a construção de uma sociedade uniforme culturalmente (apesar das diferenças, que se afirmam em uma unidade maior) b) uma independência livre de violência, graças a uma transição pacífica já preparada pela período joanino c) uma escravidão menos terrível do que a dos EUA, que possibilitou que depois da abolição se construísse uma sociedade mais tolerante.

Assim, no início do século XX, quando a maioria esmagadora dos historiadores da república, mesmo os críticos ao novo regime, viam 1889 como um início, uma fundação e acreditavam que a nação ainda estava por se fazer, Oliveira Lima afirmava:

Para amar o Brasil como ele deve ser amado, não se pode denegrir um período para enaltecer outro, não se devem exaltar os próceres da independência à custa dos portugueses que a tornaram possível, nos os propagandistas da República à custa dos homens de Estado do Império, que nos deram o gosto da paz, da ordem associada à liberdade e das cousas da inteligência.

Tudo quanto for de natureza a reforçar entre nós o sentimento nacional, o sentimento brasileiro, deve ser cuidadosamente cultivado, e todos lucram em verificar que a nossa história, por mais local que pareça, é toda ela a mesma, obedecendo aos mesmos intuits e à mesma direção; que nos são comuns seus espíritos e seus processo; que a língua, a religião, a tradição e a velha alma portuguesa nos fizeram iguais, e tão iguais, que apesar das variantes na dosagem maior ou menor dos elementos exóticos, o brasileiro é o mesmo do extremo Norte ao extremo Sul, havendo talvez menos diferença entre um

paraense e um paulista, um mineiro e um pernambucano, do que entre um provençal e um normando, um catalão e um andaluz. (SOBRINHO, 1971)

Vê-se no trecho acima que para Oliveira Lima a construção da nação havia sido concluída. Havíamos chegado à República com uma alma, uma língua, tradições, religiosidade em uma homogeneidade maior do que muitas das nações mais civilizadas da Europa. Assim, o historiador pernambucano se diferencia até mesmo dos poucos elementos que como ele valorizavam o legado português, mas que consideravam que não tínhamos uma nação constituída, caso, por exemplo, de Alberto Torres.

A visão sustentada por Oliveira Lima pode ser vista como um ponto de partida para a elaboração posterior que seria construída por Gilberto Freyre. É uma pista interessante investigar se as fundações do pensamento Freyriano não foram fíncadas pelos dois, em co-autoria, quando eles praticamente dividiram a mesma casa nos Estados Unidos.

Sendo assim, nossa hipótese é que a obra de Lima tem duas fases marcadas, ainda que haja sobreposições entre elas. E que para que esta segunda fase iberista fosse possível, a ida ao Japão, movimento fortuito da carreira diplomática do autor, foi fundamental. Esta constatação talvez contribua para demonstrar que na história dos intelectuais a vida e a obra podem ser melhor compreendidas se vistas em suas intersecções.

Referências Bibliográficas

LIMA, Oliveira. **Nos Estados Unidos, Impressões Políticas e Sociais**. Leipzig: Brockhaus, 1899.

_____. **O Movimento da Independência**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. **No Japão: impressões da Terra e da Gente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SILVEIRA, Helder Gordim. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**. Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização das Relações Internacionais do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Oliveira Lima**: Sua Vida e Sua Obra. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

TEODORO SAMPAIO E O SERTÃO PAULISTA – 1886 A 1903

Eduardo Giavara*

Rumo aos sertões; retomar o caminho do ouro e das esmeraldas; desbravar terras que de séculos já estariam desbravadas, uma vez que o bandeirante não tornou aos seus descobertos, e as veredas que abriu se lhe fecharam ao depois com a natureza agressiva da mata, ciosa dos seus mistérios.

Teodoro Sampaio, 1939.

Escrever sobre a trajetória intelectual de Theodoro Sampaio não é das mais fáceis, pois ele destoa de muitos de seu tempo, graças ao fato de o circuito cultural e científico em que ele transita está em profunda transformação e, além disso, a cor e a condição de ex-escravo, muitas vezes, pesou sobre o seu destino, retardando a notoriedade e afastando-o por diversas vezes do convívio social.

As idéias da geração de 1870 exerceram papel decisivo nessa trajetória, trazendo em seu bojo o signo da mudança e as novas idéias permeando o discurso científico. Entre elas, o ideário romântico, importante na construção da identidade nacional, calcado na imagem da natureza exuberante e do *bom selvagem* rousseauiano, encontra-se ameaçado pelo cientificismo, cujas teorias imprimiram um novo panorama, marcado pela “emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais a sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (SCHAWARCZ, 1993: 28). É nessa conjuntura que Teodoro Sampaio se apresenta, ora produzindo textos científicos de primeira ordem para o “progresso” do país, ora atuando como historiador e construtor da identidade paulista.

Foi nos primeiros meses do ano de 1886, que o jovem Teodoro Fernandes Sampaio, desembarcou em São Paulo, a convite do amigo Orville Derby, para compor o quadro de Engenheiros da recém criada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Apesar da pouca idade, trazia na bagagem experiência suficiente para encarar a dura tarefa de explorar e mapear o Estado de São Paulo. Durante os anos que

* Doutor pela Universidade Estadual Paulista, *campus* de Assis, Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia – FACIP/UFU, pesquisador em História ambiental, história da ciência e tecnologias.

permaneceu na capital paulista, aproximou-se de círculos sociais e culturais, exerceu importantes atividades de engenharia, dialogou com intelectuais, contribuiu para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, entre tantas outras tarefas com que se ocupou. Sua permanência em São Paulo se estende até 1904, época em que ocupava o cargo de Engenheiro Chefe do Saneamento do Estado de São Paulo, entre os anos de 1898 a 1903.

O início de sua vida intelectual deu-se em 1872 com o ingresso na Escola Central que, durante seu curso se torna Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nas palavras de Silvia Figuerôa, a “reforma visava readequar a formação de profissionais, aliando às demandas colocadas pelo desenvolvimento econômico e material as novas aquisições científicas” (FIGUERÔA, 1997: 109). Antes mesmo de se formar, é contratado para prestar serviços gráficos pelo Museu Nacional, onde conhece o geólogo americano Orville Derby, importante amigo que o ajudou na sua formação e de quem ressaltava o apoio, devotando-lhe gratidão: [...] “pelo seu conselho, pela sua interferência oportuna. Devo-lhe muito do que sei e aprendi no grande livro da natureza, cujas folhas ele me ensinou a volver com amor e confiança” (SAMPAIO, 1916: 199).

Após sua formação em 1877, Derby o convida para a expedição ao Rio São Francisco – fundamental para que sua “vocaçãõ de geógrafo, geólogo e naturalista viesse à tona” (COSTA, 2001: 24). Contratado como engenheiro de 2ª classe, elaborou uma série de considerações econômicas, geográficas e antropológicas durante esta viagem e, anos mais tarde, esses apontamentos resultaram em seu livro, intitulado *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, uma das mais importantes análises do interior nordestino, durante décadas, destacando-se como uma obra de geografia regional cujos apontamentos auxiliaram Euclides da Cunha na composição de *Os Sertões*.

A atuação de Theodoro Sampaio em São Paulo vai além da CGG, destacando-se ainda como um importante intelectual, ao compor, juntamente com Antônio Toledo Piza, Cesário Mota, Horácio de Carvalho e Antônio Francisco de Paula Souza a Comissão responsável pela instalação da Escola Politécnica. Ainda em São Paulo, viveu outro momento importante de sua carreira intelectual, a publicação do livro *O Tupy na Geografia Nacional*, em 1901, que lhe rendeu críticas na época de José Veríssimo, mas rapidamente se tornou referência nos estudos lingüísticos e também lhe assegurou posição de destaque entre os intelectuais de sua época.

Sampaio ganhou espaço e prestígio na elite paulista e foi convidado para assumir, como engenheiro sanitário, a chefia do Serviço de Água e Esgoto da cidade de São Paulo, função que lhe permitiu ser parte ativa do replanejamento do sistema de esgoto e do abastecimento de água. Participou também da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da construção de hospitais, sanatórios e atuou diretamente na criação de uma legislação sanitária entre muitas outras coisas.

Em 1904, assume, junto ao governo da Bahia, a organização de uma empresa que fosse capaz de gerir a distribuição de água e o saneamento básico. Lá, experimenta uma intensa vida intelectual e profissional que o tornou uma das pessoas mais ilustres, culminando com a sua candidatura, a convite da elite, para deputado federal. Entretanto, eleito, teve uma passagem apagada nas cadeiras da Assembléia Nacional. Perto do final da vida, ainda assume alguns cargos como a administração da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. (COSTA, 2001: 28-31)

Conseguiu importante posição entre os intelectuais brasileiros e destacou-se como um dos maiores nomes da engenharia nacional, principalmente, pelas viagens de exploração. Renegado pela história, sua imagem está sendo resgatada nos últimos anos pelo Movimento Negro como um importante cientista brasileiro no século XIX.

Em São Paulo, sua principal tarefa foi a viagem em expedição pelos Rios Itapetininga e Paranapanema, na qual ocupou o posto de 1º Engenheiro e Chefe de Topografia da Comissão, assumindo a responsabilidade de explorar em mais de 1320 km, durante 130 dias, os “terrenos desconhecidos” do Estado. Em 1890, os resultados do trabalho foram expostos num relatório com 26 cartas topográficas dos rios, posteriormente foi publicado no Boletim da Comissão um texto de análise das condições econômicas e geográficas da região. Na década de 30, em comemoração aos 50 anos da expedição, Teodoro Sampaio escreveu suas memórias sobre a viagem, posteriormente publicadas na revista do Arquivo Municipal de São Paulo.

Theodoro ganhou seus primeiros elogios ao apresentar os resultados e as possibilidades de exploração que se abriam. Rapidamente amigos, convites de festas, reuniões científicas passaram a compor a sua rotina na capital, demonstrando a importância intelectual da exploração para Teodoro.

Foi nas margens do Paranapanema, em contato com os índios *caiuás*, que

demonstrou maturidade com o conhecimento científico e, em 1937, declara que aí que surgiram seus primeiros apontamentos da língua tupi, “era primeira vez que eu via o índio bravo, o homem primitivo, saído das selvas, e que eu examinava nos seus aspectos físicos, nas suas maneiras, no seu natural assustadiço e desconfiado, diante da gente civilizada” (SAMPAIO, 1939: 82). Toma suas primeiras notas sobre os estudos da linguística, afirmando que os estudos dos “dialectos aquire importancia, pelo muito que representam na marcha evolutiva das linguas” e complementa que:

Em período não muito distante não restará desse povo senão algumas tradições, talvez alteradas, algumas denominações ligadas às fundações dos conquistadores a essa língua, acaso salva do total aniquilamento por algum desses raros monumentos literários que os amadores das boas cousas da patria têm generosamente erguido e resguardado. (SAMPAIO, 1890: 45)

No entanto é possível perceber um Teodoro ambíguo em relação ao índio, pois alimenta a idéia de que os índios são portadores de uma “nobreza selvagem” e como “os autênticos representantes, vivem derramados no vale do Paranapanema, para baixo do Salto Grande; vivem nas matas marginais deste rio [...]”, (SAMPAIO, 1939: 85) trazendo à baila um índio ameaçado pela civilização.

Em seu relatório, mapas e memórias traça as delimitações geográficas, as características físicas, linguísticas e culturais desse povo, não se esquecendo da violência que imperava contra o nativo, acreditava que:

A catechese é, a nosso ver, a melhor medida para a pacificação destes sertões, onde ha tudo a esperar da energia e tenacidade dos seus actuaes povoadores. Esta medida não deve ter em vista, como não pode ter, transformar o selvicola em agente de uma civilização que elle não comprehende. Do indio domesticado não licito esperar um operario como o requer a nossa civilização. Amançado ou domesticado pela palavra do missionario, o indio perde toda aquella nobreza selvagem sem ganhar em capacidade ou em grandeza moral; baptisado, mas não christão e simplesmente credulo, elle arrastará uma vida apathica e miseravel, como essas plantas em estiolamento por haver mudado de *habitat*. No contacto com a raça mais forte, que o subjugá, elle só tem que perder, pelo efeito d’essa lei inflexivel e implacavel que explica a expansão e o aperfeiçoamento da especie humana. (SAMPAIO, 1890: 25)

No entanto, na iminência do extermínio, Teodoro também mostrou o índio como uma raça cuja inferioridade era um obstáculo à “civilização”, Portanto, o caminho mais plausível seria restringir a vida indígena aos aldeamentos e domesticá-los para o trabalho agrícola e para a criação, deixando as extensas terras onde viviam para serem

reaproveitadas economicamente pelas lavouras de exportação.

Mesmo que conturbada a visão humanizada de Teodoro contrastou com a de outros engenheiros da Comissão que, em 1905, empreenderam outra viagem a região e não alimentaram nenhuma simpatia pelo indígena, Gentil Moura, chefe da expedição de Exploração de Rio do Peixe, argumentava que:

O caminho do progresso da cultura d'esta zona está claramente indicado. Os Campos Novos do Paranapanema é o sertão mais fácil de se povoar que o Rio Feio e Aguapehy. Cruzado já por uma estrada de rodagem que se acha construída até a foz do Rio Santo Anastácio e sendo em via de prolongamento um importante estrada de ferro que penetrará na sua parte central, não pode continuar por muito tempo a estagnação de seu povoamento. O inimigo perfídioso, sanguinario e vingatorio, o corôado selvagem, finalmente terá que aceitar a civillisação emigrar ou sucumbir e o sertão, admiravel sertão, abrir-se-ha, sem condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade. (COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA, 1913: 14)

Mesmo diante do prenúncio do mundo civilizado Teodoro via no interior o futuro da nação e o caminho necessário para construção da civilização e lembrou que, nos últimos anos do Império era preciso desbravar o “sertão ocidental: rumo as desertos longínquos onde o Paraná e o Paraguai, artérias grossas de um sistema de caudais gigantescos, desafiam a ambição do homem, aguçam-lhes as energias, aguardando ainda o despertar de uma nova raça [...] (SAMPAIO, 1939: 65).

No texto, *O sertão antes da conquista*, publicado na revista do IHGSP em 1898, corrobora com tal perspectiva ao apontar que a literatura construiu uma “noção falsa” sobre o interior brasileiro, em decorrência dos cronistas da Companhia de Jesus que entraram no interior do Brasil pelo vale Amazônico. E aponta que o país é apenas conhecido pelo litoral, “onde a frescura do solo dá-lhe uma vestimenta de galas, nas florestas virgens quase impenetráveis, e onde os rios, ainda os menos consideráveis, exibem largas embocaduras e amplos estuários, não era avaliado senão superficialmente e por esse processo quase sempre falho em matéria de observação: concluir do todo pela parte” (SAMPAIO, 1978: 314).

Segundo o geógrafo Fabio M. S. Guimarães, ao olhar para o interior Theodoro demonstrava ser um homem de seu tempo, contrariava o senso comum de que os campos de cerrados eram pobres e inviáveis para a agricultura (GUIMARÃES, 1978: 38). Segundo Sampaio:

Os campos são na realidade reservas do futuro, serão um dia o teatro de uma lavoura mais inteligente e racional, quando o coeficiente da população relativa deixar de ser um fracção para se tornar o representativo de muitas dezenas de entes humanos por kilometros quadrados do nosso território. Então dos campos que representam tantos mil kilometros de terras abertas e desimpedidas, com superfície igual ou quasi nivelada, com uma temperatura branda e clima saudável, serão de facto, como solo eminentemente aravel, o teatro de uma poderosa cultura intensiva. (SAMPAIO, 1890: 17)

A participação no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a simpatia que alimentou pelo Estado fez com que Teodoro Sampaio olhasse para dentro do país, viu no interior o índio, o caboclo e o caipira como personagens de uma história que precisa ser construída. A história “imaginada” foi alimentada pelo mito do Bandeirante, pioneiro no desbravamento do interior e construtor da alma paulista.

Como homem de ciência construiu importantes espaços de pesquisa que lhe conferiu o posto de importante viajante brasileiro do século XIX, imprimiu características próprias ao seu texto, abandonou a redação do romantismo, proporcionou um texto técnico e descritivo, mas sem deixar de conferir vida aos vários personagens que encontrou. Segundo Guimarães, “Sampaio era um verdadeiro geógrafo de campo e não o que os americanos chamam de *arm-chair geographer* (geógrafo de gabinete)” (GUIMARÃES, 1978: 29). Suas melhores obras foram resultados diretos de suas viagens, os seus textos não estiveram limitados a monótonas descrições, avançou ao colocar as condições sociais e culturais. Demonstrou muita habilidade nas margens do Paranapanema em se aproximar dos índios e coletar informações lingüísticas junto aos indígenas.

Quando retornou à Salvador em 1904, Teodoro Sampaio já havia completado 49 anos, colecionou amigos e prestígio. Mas também levou na bagagem muita experiência que lhe permitiu dar paços largos na capital baiana: tornou-se empresário, responsável por contratos de obras públicas, fundou o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, elegeu-se deputado federal, cargo que, segundo alguns de seus biógrafos, não exerceu com paixão.

Referências Bibliográficas

COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLÓGICA. **Exploração do Rio do Peixe**. São

Paulo: Typ. Rothschild, 1913.

COSTA, Luís Augusto Maia. **O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas**. (1886-1903). Dissertação de Mestrado. FAU/USP, 2001.

FIGUERÔA, S. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional**. (1875-1934). São Paulo: Hucitec, 1995.

GUIMARÃES, Fabio M. S. Teodoro Sampaio: geógrafo de campo e intérprete de mapas. In: SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Voze: Petrópolis, 1978.

SAMPAIO, Teodoro. Considerações geographicas e economicas sobre o valle do Paranapanema. **Boletim da Comissão Geographica e Geologica**. n° 4, p. 03-73, 1890.

SAMPAIO, Teodoro. Discurso na sessão solene do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Histórico da Bahia**, n° 42, p. 199, 1916.

SAMPAIO, Teodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Voze: Petrópolis, 1978.

SAMPAIO, Teodoro. Um inédito de Teodoro Sampaio. **Revista do Arquivo Municipal**, ano V, vol. LVIII, p. 63-90, junho/1939.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

**A CRÍTICA ILUMINISTA DE ANTÔNIO NUNES RIBEIRO SANCHES OU A ILUSTRAÇÃO
EXÓGENA PORTUGUESA**

Rafael de Lima Fonseca*

A questão da *Ilustração* encontra-se atual, pois “somos hoje, de fato, de uma forma ou de outra herdeiros do *Iluminismo*” (FALCON, 1994: 7). As mutações nesse processo são o nosso interesse. Até que ponto as ideias de Ribeiro Sanches – português, médico, cientista, humanista (nos moldes da ilustração) e crítico – conseguiram adentrar ao mundo português, em outras palavras, até que ponto foi sua contribuição para o pensamento iluminista a formar-se em Portugal? O propósito deste trabalho é trazer algumas respostas a tal questão. Para tanto, partiremos das premissas do conceito de crítica de Reinhart Koselleck.

A mudança da transcendência à imanência associadas a ideias de progresso e de civilização ficaram fora do escopo intelectual em desenvolvimento em Portugal. O espírito científico ganha pouco espaço em solo lusitano até meados do século XVIII, pois além do poder da Igreja Católica no controle das pedagogias, tem-se que considerar a especificidade da península no tocante as questões intelectuais, além da dificuldade da recepção dos escritos além Pirineus. Escreve Francisco Falcon:

a ideologia estruturada alhures e para ali [Portugal] transferida, modificando-se bastante no decurso desse movimento, que não é um simples ‘reflexo’ mas uma verdadeira releitura, uma reinterpretação do discurso ilustrado em função das condições ali existentes, de onde resultou uma construção ao mesmo tempo nova e original. (FALCON, 1982: 197)

As contribuições de Antônio Ribeiro Sanches para as reformas educacionais e políticas em Portugal, durante o reinado de D. João V, isto é, seus apontamentos críticos com um profundo sentimento de desgosto acerca da questão do arcaísmo que se encontrava a pátria são de importância ímpar para compreendermos a formação da vanguarda iluminista portuguesa. Portugal era para Ribeiro Sanches o “Reino Cadaveroso”. Escreve em 1761: “Hoje é máxima constante que a virtude, a ciência e o valor dos Povos não dependem de sua educação particular nem da Religião que

* Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Financiamento: PIBIC-FAPEMIG.

professam.” (SANCHES: 2003: 1).

Disso se depreende as primeiras impressões de como se entendia/via Portugal no século XVIII, além das críticas ao Estado absolutista português por não distinguir-se da vida religiosa no campo intelectual ou das Universidades, uma vez que a Universidade de Coimbra e Évora eram regidas por ordens ligadas à Igreja Romana. Aponta que:

as máximas da vida virtuosa e civil, (de que devem ser o segundo objecto desta Universidade [a que ele propõe ao Soberano criar]) não se apreende a força de *Missões*, de *Novenas*, nem de *Práticas espirituais*: só as Leis e os estatutos da Universidade bem observados, e executados por Magistrados prudentes e virtuosos, cidadãos com família, ou em estado de a ter, poderão inspirar no ânimo dos Estudantes estas virtudes adquiridas pelo ensino, pela sujeição, e pelo exemplo dos superiores e dos seus Lentos. (SANCHES, 2003: 2)

As observações de Ribeiro Sanches se inserem, portanto, em um contexto de crítica à cultura portuguesa. Portugal despontou para o mundo nos séculos XV e XVI como potência dos mares, mas ao longo do século XVII e XVIII a cultura científica esteve atrelada ainda a modelo aristotélico-tomista. Sabe-se que no Renascimento ocorrem mudanças na forma de ser do homem. Suas relações com a natureza e com os outros homens alteram-se drasticamente. As idéias e conceitos de Humanismo, Filantropia, Razão e Ciência surgem no século XV e XVI, em França, Alemanha e Inglaterra, mas ganham força e abrangência supranacionais no século XVIII. O conhecimento sai dos herméticos e entra em contato com o público interessado, homens de letras e com formação científica. Portugal, por sua vez, estava caminhando contra as perspectivas além-pirineus. As forças religiosas travaram intensa batalha contra a abertura do mundo científico e Portugal fechou-se para o resto da Europa. Predominou na península ibérica outra tradição científica, ligada à modernização da tradição aristotélico-tomista da Idade Média (DOMINGUES, 1996). O impacto e as consequências desse fechamento vieram à tona quando se viu perda entre tradições e tradicionalistas. As perspectivas críticas despontaram nesse cenário em que predominava o sentimento de estagnação e a necessidade de reformas. (FALCON, 1982).

Dessa forma, é central atentarmos ao conceito de *crítica*. Este tal como é tratado aqui, remete a “crítica prática”, isto é, aquela feita pela observância crítica do Estado absolutista, da Santa Igreja, ou seja, das ordens regulares, possíveis

centralizadoras do poder, e do arcaísmo visando sua reforma. Os Iluministas e simpatizantes das ideais de progresso e razão, na perspectiva de Koselleck, “entendiam-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo” (KOSELLECK, 1999: 9). Ademais, faz-se relevante ressaltar que tais apreciações não visavam incitar os homens a pegarem em armas e por uma revolução darem cabo ao Estado absolutista. Muito pelo contrário, como se lê em Koselleck, a crítica ao Estado velava as verdadeiras intenções dos Reformistas. (KOSELLECK, 1999: 116) Esse conceito de crítica se mostra útil para compreender as idéias de Ribeiro Sanches e suas posições em relação à cultura científica em Portugal de meados do século XVIII.

A intenção dessa crítica partia, segundo esse mesmo autor, de um pressuposto do próprio Estado Absolutista, o qual seria sua contradição flagrante da condição horizontal dos súditos e a possibilidade de ser homem crítico. A crítica moral invade o espírito dos letrados e fora das amarras do Estado nascem as sociedades secretas. Destas surgem o segredo, o ponto elementar da crítica iluminista, a sociedade dentro do Estado, em que o primeiro não diz respeito ao segundo enquanto associação privada, e, por fim, a opinião pública. (KOSELLECK, 1999)

É interessante notar que em Sanches essas premissas iluministas de Koselleck não são fáceis de encontrar e talvez sequer as encontremos; segredo e maçonaria são duas instâncias que estão longe das condições dos estrangeirados, principalmente Ribeiro Sanches. Dentro da perspectiva da opinião pública, como descreve o autor, Sanches desempenha um papel fundamental de crítico público. A falta da perspectiva do segredo ou de sua inserção em alguma loja maçônica não podem ser elementos de limitação de o seu fazer-se iluminista. Obviamente, Sanches exerce outro papel, que se fundamenta na perspectiva de crítica moral como se pretenderá demonstrar, de *outsider*, que é também fruto do caráter impetuoso do Estado Absolutista. Os estrangeirados possuem os elementos básicos para criticar sem incorrer na máquina legislativa do Estado. Estar fora dos domínios geográficos do Estado incide também estar em uma sociedade particular, dos letrados.

A formação portuguesa iluminista ou, por outra ótica, as tendências do iluminismo aplicadas a Portugal tem seu ponto de destaque nas reformas pombalinas a partir da década de 1750. Mas essa única verificação é pueril por demais para

compreendermos o impulso que culmina nas reformas do Marquês. É preciso buscar nas leituras dos portugueses sobre si mesmos o viés histórico para a necessidade das reformas.

Dessa forma, não é ingênuo constatar que a ilustração exógena portuguesa veio de uma releitura crítica que se percebe do Estado, de suas instâncias e instituições, que partiram uma nova percepção histórica do mundo. Ora, essas necessidades de reforma têm por premissa diagnosticar alguma incoerência ou desvio de um caminho preestabelecido, mas diferentemente da escatologia judaico-cristã não tinham por certo o futuro, abria-se em expectativa. Os prognósticos políticos e a história como mestra da vida são fundamentais para a compreensão do passado. Para melhor compreendermos essas asserções citaremos Valdeci Lopes de Araujo, que escreve:

as descobertas das ciências poderiam levar a uma correta compreensão do passado, bem como o conhecimento do passado poderia revelar saberes úteis à ciência. O fundamental nessa compreensão é a ideia de que existiria um soterramento da verdade provocado pela decadência das civilizações, e que cada uma dessas civilizações, em seu momento de esplendor descobriu certos conhecimentos eternos. (...) Prepara-se assim um tipo de interesse no passado, mas não pelo passado. Esse interesse no passado é parte do esforço de revisão crítica da tradição que ganha corpo no século XVIII. (ARAÚJO, 2008: 28)

Essa verificação de uma nova perspectiva de passado e tempo histórico é particularmente importante para compreendermos a formação iluminista portuguesa, como no restante da Europa. Se existe um caminho preestabelecido legitimam-se então as condições arcaicas que se encontrava a península, por esta estar fora do percurso. Se esse caminho é só apenas uma contingência de trajeto legitimam-se as reformas respaldadas na asserção da razão. Dessas acepções do conceito de crítica, passemos então a esboçar mais claramente os escritos de Sanches e tentar perceber essas perspectivas iluministas aos moldes koselleckianos em algumas de suas obras.

Sanches em seu texto, *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente*, de 1761, escreve sobre a necessidade de uma Universidade de cunho mais cosmopolita e voltado ao mundo das ciências e a sua divulgação. Para além dessa superficial constatação, podemos anotar a visão histórica de Sanches, às vezes contraditória, pois encontramos tanto a história pedagógica, cunhado por Cícero de mestra da vida, quanto uma história crítica, que

diríamos moderna pela sua intenção crítica reformadora. Na primeira perspectiva temos a experiência de Sanches baseada no passado, ou seja, naquilo que o passado pode ensinar para melhor conduzir a vida política e moral lusitanas. Na história crítica moderna temos a experiência voltada para o presente que se afirma como possibilidade de transformação desse presente a partir de uma análise avaliativa do momento em que se vive. Sanches partilhava da ideia de progresso; otimista, acreditava que a partir desse vetor ideológico Portugal reencontraria com a história universal europeia. (ARAUJO, 1984: 381)

A história passa a ser uma explicação crítica dos acontecimentos e não mais possui aquele caráter de *exempla* de outrora. (KOSELLECK, 2005: 41-60). Escreve Sanches sobre a intenção da Universidade que se tece em seus escritos: “O intento que tiveram as escolas que fundaram os Imperadores Romanos e que deve ter a Universidade que proponho, é formar a mocidade ingênua do Estado.” (SANCHES, 2003: 2a). Ora, é lúcido perceber a supressão do tempo histórico nessa passagem, característica teórica da história mestra da vida, quando a comparar as condições da “mocidade ingênua” portuguesa, que seriam os filhos de pais livres, ao contexto histórico específico romano de libertos versus escravidão. No mesmo parágrafo, para além do exemplo do passado, Sanches, já se mostra como um homem ulterior ao renascimento quando diz que através da *imitação* dos valores dos magistrados da universidade os estudantes aprenderão as máximas da virtude e da moral. Percebe-se então o tempo histórico caracterizado por um antes e um depois, ainda que indiretamente. Pois a virtuosidade, cunhada sobre premissas da Universidade respaldada nas ciências e diretamente na razão, seria a condição primeira para o reencontro português com a Europa. Do futuro tem-se, então, apenas expectativas da incerteza do vir a ser e da necessidade razão para que ao menos tenha um vir a ser positivo.

Mais adiante, Sanches atenta à necessidade dos jovens “ingênuos” de se formarem “homens cidadãos, amantes do bem público, que conheçam o seu Rei pelo único Soberano”. Segue contrapondo os objetivos das Universidades Pontifícias:

O objetivo destas Universidades é fundar uma Monarquia arbitrária dentro da legítima, e sustentar-se à custa desta última que os Estudantes formados não julguem por si, e que só se convençam pela autoridade e pelo poder usurpado dos que os ensinaram. (SANCHES, 2003: 2)

Ora, a análise do excerto supracitado é deveras interessante para se notar a questão dos apontamentos críticos de Sanches a respeito das pretensões da Santa Igreja no governo português. Diferentemente dos demais iluministas analisados por Koselleck, Sanches a primeira vista não tem pretensões de minar o Estado Absolutista. Talvez sequer essa pretensão exista, nas leituras até agora feitas é possível situá-lo como um sustentador das teses e ações do Estado Absolutista em todas suas instâncias.

Assim, podemos dizer que a ilustração exógena portuguesa está intimamente ligada às questões da educação, da religião e do saber científico como um todo. É necessário salientar que a ilustração de Sanches, ou o que se entende por essa, é simplesmente a querela por uma condição científica aberta, exotérica. Sua visão histórica de mundo é elementar para a compreensão desse fato. Se para os franceses e alemães o Estado Absolutista era o empecilho para a realização da liberdade individual, em Sanches essa questão sequer é proposta. Os males do “atraso” português estão na sua calamitosa submissão à Igreja.

Assim, seriam as pretensões de reformas educacionais e a laicização do Estado as formas primeiras de se buscar essa individualidade? A astúcia de Sanches seria capaz de prever essa necessidade de uma reformulada visão de mundo para, numa etapa ulterior do processo de liberdade individual - enquanto constituição do homem moderno -, elucidar a querela intelectual contra o Estado Absolutista? O que podemos elucidar é que toda vontade de reforma tem em vista uma finalidade. Projeta-se, assim, para o futuro, que seria, dentro da lógica da razão como motor, a união de Portugal com o resto da Europa, a qual Sanches conhecia bem.

Ainda que, segundo Koselleck, a transformação da visão histórica em processo histórico, percebível na metodologia analítica da história dos conceitos; os iluministas, não tinham consciência dessa mudança, mas tinham, por outro lado, noção de que o passado era, naquele momento, um lugar determinado pelo tempo. Ora, tal concepção gerará a partir de então novos tratos acerca do passado. O presente impunha assim novas necessidades. O passado não mais como cópia e imitação. Dessa forma, é processo histórico porque existe a exigência de uma releitura crítica dos tempos passados.

Em Sanches, a dificuldade de perceber sua visão de história crítica impede-nos num inicial momento de responder sem indução se é o passado um repertório tipológico

ou se deixava o passado de ser uma autoridade. Parece-nos que a questão de fundo de Sanches e sua profunda mágoa com o atraso português frente às nações européias estão mais intimamente ligadas ao legado manuelino de supressão judaica. Não é errôneo apontar que Sanches realmente amava sua pátria, quando à luz dos seus escritos o vemos sempre a declamar as virtudes do povo lusitano. O “atraso”, como o dissemos, está nas escolhas portuguesas de certa submissão à Igreja.

A angústia de Sanches pode bem ser entendida partindo desse pressuposto supressão judaico – vide sua condição de exilado quando a escrever sobre as reformas e as condições arcaicas da península. Mas para além da mera constatação há outro fator elementar. Sanches, como iluminista, tinha a clara certeza de que suas propostas reformistas dariam num fim, o qual ele não projeta. Isso se faz lógico quando indagamos os pressupostos de uma constituição cívica que saiba respeitar a soberania do Soberano e tenha as máximas virtudes não mais em potência na construção do súdito perfeito. (SANCHES, 2003: 2) Daqui podemos dizer que as reformas de Sanches visavam um futuro de expectativas e não escatológico ou, dentro das determinações da filosofia da história, do devir.

Assim, sua implicância com a relevância da Igreja em Portugal, infiltrada nas questões políticas, sociais e educacionais do Reino, não podem ser vistas apenas como reprodução de sua condição de cristão novo. A Igreja é a representação da tradição do passado que teima em permanecer viva. É o passado arcaico, é a representação do que chamamos acima de passado como repertório tipológico. Ora, à essa função a Igreja não mais caberia. O passado de que vale retirar exemplos e tê-lo como repertório é o pré-cristão, notadamente o greco-romano.

O iluminismo português, assim, se constrói dentro de um determinado quadro político comum nas demais partes da Europa. Mas com a especificidade de vir de fora e ser introjetado no espírito lusitano. Os estrangeirados, expulsos ou não, não urdiram ideias mortas por uma nação já desfalecida. O que compuseram e propunham foi levada experiência com prombal resultando na expulsão jesuítica das missões e dos colégios e do emprego das ciências nas universidades portuguesas, ainda que por breve momento.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A invenção do passado: conceitos e narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). **O marquês de Pombal e a universidade de Coimbra**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2000.
- _____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade (1760)**. Coimbra: Imprensa Universitária, 1922.
- _____. **Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente**. Portugal, 2003. Disponível em <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/>. Acesso em: 12 set. 2010.

À SUA MAJESTADE:
COMPOSIÇÃO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS DE BRASIL E PORTUGAL
Michelle Fernanda Tasca*

Ao considerar a grande importância assumida pelos escritos literários nos debates intelectuais do Oitocentos, concomitante à sistematização dos conhecimentos históricos e ao trato específico e valorização das fontes primárias, temos a ascensão de uma literatura com ares historicizados, da qual foram os maiores e mais conhecidos exemplos os escritos de Sir Walter Scott (1771 – 1832), que emerge no cenário intelectual inglês com seus romances históricos - textos literários com fatos e personagens que se mesclam entre o real e o fictício. Enquanto os historiadores valorizavam cada vez mais a veracidade nos relatos e pretendiam que seus textos seguissem uma trajetória fidedigna aos dados presentes nos documentos, a literatura preenchia com a ficção e o imaginário as lacunas encontradas, dando vida aos frios personagens da história documental, dotando-os de sentimentos e paixões impossíveis de serem captados com a forma científica de se tratar o passado.

Nessa relação flutuante entre a história e a literatura inserem-se nossos autores: dedicando grande parte de sua vida à pesquisas sobre a história de Portugal e privilegiando, sobremaneira, o período medieval, até então pouco estudado, Alexandre Herculano publicou importantes obras para a historiografia lusitana, como os volumes que compõem a *História de Portugal* (1846-1853), a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), e alguns textos historiográficos reunidos posteriormente nos *Opúsculos*. Varnhagen por sua vez, brasileiro de nascimento e europeu por formação¹, escreveu obras de capital importância para o início da historiografia brasileira, como a conhecida *História Geral do Brasil* publicada primeiramente em 1857 e reeditada em 1872, *História das lutas contra Holandeses no Brasil* (1871), além de vários textos publicados nas páginas do jornal *O Panorama* e da *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, criado em 1838 e do qual tornou-se correspondente em 1841.

* Aluna de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa financiada pela FAPESP.

¹ Embora tenha nascido em Sorocaba em 1816, Varnhagen parte aos 7 anos de idade para Portugal com sua família, onde empreendeu seus estudos. (CEZAR, 2007)

Essas histórias que começavam a ser escritas eram voltadas para a criação de uma identidade nacional tanto para o Brasil quanto para Portugal, o primeiro preocupado em criar a memória de um país independente, agora separado da antiga metrópole e o segundo em um período de reestruturação após as crises que se desenrolaram em seu território, com a saída da família real que rumara para o Rio de Janeiro em 1822, e os eventos que levaram ao desenrolar da Guerra Civil ocorrida durante os anos de 1832 e 1834, da qual participaram tanto Herculano quanto Varnhagen. Em tal momento, em que a construção de uma história nacional se fazia tão preponderante, os escritores contavam com o apoio direto dos soberanos de ambos os países, nomes que não deixam de citar e agradecer tanto na *História de Portugal*, em que Herculano reconhece as benesses de D. Fernando que propiciaram a escritura da obra, assim como sua pesquisa, quanto na *História Geral do Brasil*, que Varnhagen dedicou à “Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II”.

Ao mesmo tempo em que passavam horas a fio dentro de arquivos e bibliotecas européias² angariando documentação muitas vezes esquecidas e inéditas, a fim de comporem as respectivas histórias nacionais de seus países, escreveram também com pretensões literárias utilizando invariavelmente o mesmo material selecionado para as *Histórias*. A obra de Herculano, de maiores proporções, é composta pelas narrativas publicadas entre 1838 e 1846 em periódicos como *O Panorama*, *Ilustração* e a *Revista Universal Lisbonense*, que foram editadas e reunidas em 1851 nas *Lendas e Narrativas*. Assim como os romances *O Monge de Cistér*, *Eurico*, *o Presbítero* e *O Bobo*, que foram publicados nos mesmos jornais, respectivamente em 1841, 1842 e 1843.

Os textos de aporte ficcionais de Varnhagen são menos proeminentes e se resumem a poucas obras conhecidas³: *Crônica do Descobrimento do Brasil*, publicada inicialmente em 1840, também nas páginas do jornal lisbonense *O Panorama*, e republicada no *Diário do Rio de Janeiro* com o nome de *O Descobrimento do Brasil: crônica do fim do 15º século*; *O matrimonio de um bisavô ou o Caramuru*, publicado em 1848, no tomo 10 da *Revista do IHGB*; *Amador Bueno: drama épico histórico americano em quatro actos, e três mutações*, e *Sumé, lenda mito-religiosa-americana*,

² As grandes pesquisas de Varnhagen na primeira metade do XIX são feitas em arquivos europeus, sobretudo em Portugal.

³ O fato dos artigos publicados nos periódicos durante o século XIX nem sempre apresentarem identificação de autoria dificultam a atribuição dos textos a seus respectivos autores.

recolhida em outras eras por um índio moranduçara, agora traduzida e dada à luz por um paulista de Sorocaba, publicada no *Panorama* em 1855 e em um volume publicado em Madrid no mesmo ano.

Dessa forma, tanto as *Histórias* escritas por eles quanto essas narrativas literárias embasadas por fundamentos históricos dão indícios das diferentes formas de se narrar o passado que começavam a se desenvolver durante a primeira metade do século XIX. Interessa-nos, portanto, investigar os caminhos utilizados pelos autores ao atuar nesse estreito limiar entre a História e a Literatura: abririam eles mão da veracidade buscada nos relatos históricos quando escreviam literatura? Qual seria a função dela para esses autores, conhecidos, sobretudo por seus trabalhos historiográficos? Ou melhor, como observar essa relação, tendo em mente que tais conceitos talvez não estivessem consolidados no oitocentos da forma como concebemos atualmente?

Em uma passagem do conto “O Bispo Negro” Herculano lança uma afirmação que nos dá uma pista sobre seu posicionamento ante a questão:

Se a história se contenta com o triste espetáculo de um filho condenando ao exílio aquela que o gerou, a tradição carrega as tintas do quadro, pintando-nos a desditosa viúva do conde Henrique a arrastar grilhões no fundo de um calabouço. A História conta-nos o facto; a tradição os costumes. A história é verdadeira, a tradição verossímil; e o verossímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria. (HERCULANO, 1998: 247-248)

Ou seja, dentro da própria novela define-se a concepção histórica: a História é aquela que almeja a verdade. No entanto, é lançada sua contrapartida: ao construir-se a “pátria” busca-se o verossímil, e como sua literatura está diretamente relacionada ao retorno a um passado glorioso da História portuguesa, seria essa sua premissa. Mas, como que unindo os pontos de um círculo, temos que essa literatura com base no verossímil recorre a feitos históricos para se justificar. Adentramos nesse momento em outra questão: a dialética entre o *verdadeiro* e o *verossímil*. Na perspectiva de Maria de Fátima Marinho, o romance histórico teria, portanto, suas bases voltadas mais para a relatividade do que para a verdade dos textos. (MARINHO, 1992: 98)

Nesse sentido, ao discorrer sobre o Herculano romancista, Massaud Moisés afirma que ele alia o fato histórico à ficção, mas deixando claro seu maior apreço à História devido a ênfase dada ao contexto histórico em da cena retratada, deixando a impressão “de que a veracidade documental sobrelevava, no seu espírito, a

verossimilhança da imaginação...”. (MOISES, 1972: 237)

Por outro lado, Herculano apresenta a seguinte passagem em *Cenas de Um Ano de Minha Vida*, em que a relação da verdade ligada sobremaneira aos documentos é relativizada:

Quando o character dos individuos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as chronicas desenharam esse character com pincel firme, o novelleiro póde se mais verídico do que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o genio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dicto, ou de muitos dictos elle deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não traduzidos, até, materialmente; de um factu ou de muitos factos deduz um affecto ou muitos affectos, que se não revelaram. Esta é a historia intima dos homens que já não são: esta é a novella do passado. Quem sabe fazer isso chama-se Scott, Hugo, ou De Vigny, e vale mais, e conta mais verdades, que boa meia-dúzia de bons historiadores. (HERCULANO, 1840: 243)

Hugo L. Menezes apresenta um interpretação diversa, afirmando que Herculano, como criador literário, sobrepõe o aspecto ficcional de sua obra à realidade histórica. Através da interligação entre a história e a ficção, ele intentava levantar e garantir a memória nacional a partir da “reconstituição de época e da reflexão sobre o passado lusitano”. (MENEZES: 17)

A partir dessas múltiplas interpretações da relação história x literatura na obra de Herculano, encontram-se passagens em textos do próprio autor em que essa relação é abordada por ele de forma mais ou menos explícita. Em *Eurico, o Presbítero* é apresentada, portanto a seguinte citação: “O fato narrado neste capítulo é histórico. O lugar da cena e da época é que são inventados”. (HERCULANO, 1965) Também em “A Dama do Pé-de-Cabra” e na “Batalha de Crissus”, ambos textos das *Lendas e Narrativas* respectivamente, ficam evidenciadas essas mesmas relações das quais tratamos:

Vós os que não credes em bruxas, nem em almas penadas, nem em tropelias de Satanás, assentai-vos aqui ao lar, bem juntos ao pé de mim, e contar-vos-ei a história de D. Diogo Lopes, senhor de Biscaia. E não me digam no fim: “Não pode ser”. Pois eu sei cá inventar cousas destas? Se a conto, é porque a li num livro muito velho, quase tão velho quanto o nosso Portugal. E o autor do livro leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares. É uma tradição veneranda; e quem descrê das tradições lá irá para onde o pague. (HERCULANO, 1998: 215)

La em meio a terceira noite após aquela em que os crentes do Islame tinham parado nas fraldas setentrionais das cordilheiras de Asido. Eram profundas as trevas que se dilatavam pela face da terra, mas os raios cintilantes das estrelas rareavam o manto negro da atmosfera. Esta luz incerta reverberava tremula e fugia nas pontas das lanças dos atalaias, que apinhados na coroa dos outeirinhos ou embrenhados entre as sebes dos valados, miravam os picos agudos que, ao longe, para o norte, negrejavam como recortados no chão estrelado do céu. (HERCULANO, 1985: 20)

Como percebemos, o autor possui concepções distintas dos conceitos de ficção e história, mas nem por isso os diferencia em sua literatura. Ele assume estar apresentando um fato histórico, no entanto adverte que há na narrativa uma parcela de invenção. No segundo trecho ele recorre à uma suposta fonte original escrita para dar credibilidade e veracidade ao que irá contar: “Se a conto, é porque a li num livro muito velho”, não obstante, retorna à questão da tradição com o mesmo intuito, pois “quem descrê das tradições lá irá para onde o pague”. (HERCULANO, 1998: 215) Finalmente, na terceira passagem, adentramos em outra característica que se fará de capital importância tanto em sua obra quanto na de Varnhagen: a narração de um fato histórico com elementos de romance, ou seja, para discorrer sobre o que teria sido a batalha de Crissus, cria um ambiente pitoresco, com a imagem da noite criada a partir das profundas trevas amenizadas pelos “raios cintilantes das estrelas”. (HERCULANO, 1985: 20)

Encontramos características semelhantes em trecho da *Crônica do Descobrimento do Brasil* escrita por Varnhagen, em que ficam visíveis suas premissas de historiador ao escrever um texto literário:

Cedo veio a noite de 22 de Abril de 1500 em que se realizou esse descobrimento, segundo a narração ingênua e circunstanciada, feita a elrei por Pero Vaz de Caminha, que ia por escrivão para a feitoria de Calecut, e que sendo testemunha ocular, tem também a seu favor ser esta sua narração uma carta particular a elrei em que até lhe fala de negócios domesticos. E sendo escripta no mesmo local e ocasião em que se passavam os factos, e não depois de decorridos tempos em que algumas miudezas poderiam ter escapado, é de tão ponderosa auctoridade que estando, de mais, em harmonia com a narração do piloto portuguez em Ramusio, deve em nossa opinião supplantar as dos mais acreditados escriptores que não foram coevos, incluindo nestes Castanheda, Barros, Goes, e até o mesmo Gaspar Correa, a quem seguiremos em muitos outros pontos, por ser o escriptor verdadeiramente original dos fastos da Índia nos primeiros doze annos. Deste documento de Pero Vaz, já impresso, conserva-se o veneravel original na Torre do Tombo. É o primeiro escripto de Penna portugueza no Novo-mundo, e nesta historia o seguimos por vezes textualmente. (...) - Porem, como íamos dizendo, chegara a noite e corria já

quase no fim o quarto de prima: - Pero Vaz na sua camara recostado com o cotovelo no coxim e o rosto na palma da mão, ideava o escrever uma carta a seu rei. Tudo estava em socêgo – só se ouvia o sussurrar da água chapinhando nos costados da capitania – o ranger dos aparelhos nos moitões e quadernaes em virtude do balouçar da nau – o bocejar das vigias nos chapiteus de ré e d’avante que se conservavam sobre rolda – e os passos cadenciados do official de quarto que, andando pela tolda, e pensando na futura sorte daquela navegação, admirava o estrelado firmamento do Novo-mundo, que reflectindo-se no mar deixava a frota entre dois mantos azues recamados de perolas e bordados de lantejoulas. E a briza suave refrescava o ar afoagueado pelo ardor do sol durante o dia, e trazia bafagens terrais prenhes de balsâmicos perfumes. (VARNHAGEN, 1840: 21- 22)

Varnhagen inicia o excerto acima contextualizando sua narrativa. Remete seu texto à versão original da carta de Pero Vaz de Caminha, que encontrou na Torre do Tombo - “primeiro escripto de Penna portugueza no Novo-mundo” – no intuito de dotar seu escrito da veracidade e autoridade de uma “testemunha ocular” e fonte primária, traços invariavelmente esperados de um historiador oitocentista em busca da verdade dos fatos. No entanto, prossegue a narrativa de forma fortemente romanceada, descrevendo Pero Vaz no ato de escrever sua carta como um personagem vivo: “Pero Vaz na sua camara recostado com o cotovelo no coxim e o rosto na palma da mão, ideava o escrever uma carta a seu rei”, naquela tranqüila noite em que “só se ouvia o sussurrar da água chapinhando nos costados da capitania”.

Tanto Varnhagen quanto Herculano baseiam suas narrativas em documentação encontrada ao longo de seus anos de pesquisas em arquivos europeus. O historiador brasileiro escreve sua crônica tendo como pano de fundo a Carta de Pero Vaz de Caminha encontrada na Torre do Tombo, como já mencionado. Alexandre Herculano procede de maneira muito semelhante. Apenas para citar um exemplo, em *Arras por Foro de Espanha* ele utiliza como fonte as Crônicas de Fernão Lopes - cronista real que teria escritos seus trabalhos em fins do séc. XIV e início do XV - para narrar a paixão de D. Fernando por D. Leonor Telles, que a fez coroar rainha sob grande contrariedade popular.

A partir do que foi exposto, encontramos apoio nas proposições de Sergio Campos Matos em *Historiografia e memória nacional*, na qual defende que as fronteiras entre a história enquanto "conhecimento e representação da realidade objetivo" e a que denomina "história imaginária" nem sempre serão passíveis de serem

encontradas. A obra historiográfica remeteria a fatos de certa forma “já constituídos”, enquanto que os acontecimentos de um romance poderiam ser criados de forma mais ou menos verossímil, mas sem as necessidades de se submeterem à verdade, então premissa da História. No entanto, o próprio trabalho teórico de seleção e construção de dados conta com a intervenção do historiador e algumas obras do gênero romanesco apresentam, por vezes, um coeficiente considerável de historicidade que fariam delas importantes documentos para a compreensão de uma época. (MATOS, 1998: 27)

Apesar de uma afirmação crescente de uma história crítica, positiva, em que a dimensão científica impunha a denuncia e o esquecimento dos mitos das origens, a contaminação e mescla do fabuloso e do verdadeiro é um fenômeno ainda bem evidente na primeira metade do séc XIX. (MATOS, 1998: 28)

Conclusão

As obras literárias, que seguindo o gênero do romance histórico com as especificidades de cada autor, são escritas por Herculano e por Varnhagen, este em menores proporções, adquirem uma importância impar na construção da memória nacional exercendo seu papel ao lado das grandes obras históricas, respectivamente *História de Portugal* e *História Geral do Brasil*. Publicadas em periódicos acessíveis a uma parcela maior da população e com uma linguagem romanceada, tornava a história mais atrativa do que as obras de cunho erudito.

A liberdade permitida ao autor literário abre caminhos, a princípio, não permitidos ao historiador oitocentista tão preocupado com uma história fidedigna, baseada em dados documentais. O historiador que se dedicava a romancear os eventos históricos, apoiando-se nas mesmas fontes, operava no limite entre o “real” e o fictício, limite este talvez ainda não tão certos e definitivos. Ampliava-se assim, a própria concepção da história que se desenvolvia e se reconstruía nessa primeira metade do século XIX, relativizando a idéia da história científica e objetiva, a partir do momento em que era inserida a imaginação de cunho histórico para preencher as lacunas que o documento não permitia contar. Era a mesma história, produzida pelos mesmos historiadores e com a mesma base documental, mas contada e apresentada ao público de uma maneira diversa: imaginativa, com personagens vivos e emocionais, que se mesclam entre figuras históricas e personagens inventados de acordo com a imaginação do escritor.

Referências Bibliográficas

- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. Rio de Janeiro: **Revista Topoi**, v. 8, n. 15, jul-dez 2007, pp. 159-207.
- HERCULANO, A. A velhice. **O Panorama** – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, n. 170, ano 1840.
- HERCULANO, A. **Contos de Alexandre Herculano**. 2ª edição. São Paulo: Cultrix, 1985.
- HERCULANO, A. **Eurico, o Presbítero**. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- HERCULANO, A. **Lendas e narrativas**. 2ª edição. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998.
- MARINHO, Maria de Fátima. O Romance Histórico de Alexandre Herculano. **Revista da Faculdade de Letras** – Línguas e Literaturas, II série, vol. 09, 1992.
- MATOS, Sérgio Campos de. **Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)**, Lisboa: Ed. Colibri, 1998.
- MOISES, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- VARNHAGEN, Francisco A. de, Chronica do descobrimento do Brazil. **O Panorama** – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, n. 142, ano 1840.

**UMA VIDA EM TEMPO DE CINEMA:
CARLOS NIEMEYER**

Paulo Roberto de Azevedo Maia*

Essa comunicação tem como finalidade apresentar um dos nomes mais representativos do cinema brasileiro do século XX. O cineasta Carlos Niemeyer. Trata-se do produtor do cinejornal *Canal 100* (1959-1986), um dos periódicos cinematográficos mais importantes da história por encantar com sua técnica, fazendo das imagens do futebol seu grande destaque. A abordagem cinematográfica desse periódico foi, de forma não oficial, condizente com a proposta de leitura do Brasil feita pelo projeto de propaganda política do regime militar que procurou se distanciar dos tipos clássicos de propaganda.

Os grupos que atuavam pretendendo uma ação eficaz do Estado no meio cinematográfico, na década de 50, no campo do cinejornalismo, tinham a pretensão de criar um cinema equiparado ao tipo da indústria praticado pelos Estados Unidos, o que era evidenciado pela influência desenvolvimentista no setor. O Brasil apresentava condições ideais para novos empreendimentos, como por exemplo, um Estado capaz de viabilizar um projeto de Brasil contemplando um grande número de empresários que se lançam à construção de um novo país, mais moderno e que deveria ser divulgado. A imprensa escrita, a televisão e, também, o cinema passam a ser importantes veículos nessa empreitada, em função disso, novos nomes e empresas surgem.

A política desenvolvimentista de JK foi uma condição para o surgimento da "Carlos Niemeyer Produções Ltda" e do cinejornal *Canal 100*, ambos surgem durante a construção de Brasília, aliás, vários cinejornais são desenvolvidos para cobrir o nascimento da nova capital. Porém, esse vinha para se estabelecer como o maior periódico cinematográfico, desde o *Cinejornal Brasileiro* de Vargas.

Carlos Niemeyer foi o idealizador e produtor do *Canal 100*, deve-se a ele o desenvolvimento de um periódico que ficou em exibição nas telas de todo o país por 27 anos (1959-1986). Esse homem, ao contrário do que poderia se esperar, não era do meio cinematográfico e podemos dizer que a sua inserção no universo do cinema

* É historiador formado pela IFCH-Unicamp e mestre em Multimeios na área de cinema pelo Departamento de Cinema do Instituto de Artes da Unicamp.

aconteceu por acaso.

Carlos Niemeyer era conhecido na aeronáutica pela sua participação na Segunda Guerra Mundial, mas, apesar disso, grande parte das classes média e alta da cidade do Rio de Janeiro, conhecia-o como um grande boêmio, aliás, tratava-se de um dos maiores. Sua fama de conquistador, ele teria namorado Carmem Miranda por um curto período na década de 40, e de rei da noite foram reforçadas com a fundação do clube dos Cafajestes, grupo de amigos da zona sul carioca que organizava a agitação da região. Rui Castro assim o definiu: “*Homem em permanente estado de Carnaval, ele já incendiou festas, coquetéis, arquibancadas, boates, praias, ruas e bairros inteiros do Rio*” (CASTRO, 1999).

Niemeyer começou a viver uma nova etapa de sua vida ao deixar a carreira de militar e passar a trabalhar na aviação civil. A experiência como piloto fez com que conhecesse, na década de 50, o cineasta Jean Mazon. Esse contato parece ter sido de fundamental importância para fazer nascer o ideal cinematográfico no produtor do *Canal 100*. De piloto, logo se transforma em cooperador nas produções de Mazon e, aos poucos, vai adquirindo gosto pelo cinema. Segundo Niemeyer o espírito de aventura da aviação pode ser comparado a fazer cinema no Brasil: “*No meu tempo voar era coisa de valente, de pioneiro. O nosso cinema ainda está nessa base*”.¹

A afirmação se torna mais verdadeira quando existe preconceito. O cinejornalismo era visto como uma forma inferior de se fazer cinema, principalmente quando o realizador não tinha tradição no ramo, o que lhe conferia o título de mero cavador, sem nenhuma preocupação estética e social. O realizador do cinema de atualidades foi, desde o início do século XX, reconhecido como um arrivista disposto a tudo para conseguir dinheiro, não era, portanto, considerado um artista, longe disso, era a escória, aquele que tirava do cinema o título de sétima arte. Ser cavador era, no meio cinematográfico, o exemplo maior, da falta de consciência.

O *Canal 100* surgiu em um momento de fecunda produção engajada, como é caso do Cinema Novo, que criticava a falta de ação do cinema de entretenimento, despreocupado com a força da arte como instrumento de mudança social. Levar notícias às telas com um forte caráter de entretenimento, utilizando velhos temas dos

¹ Entrevista de Carlos Niemeyer no artigo “Flamengo, samba e Caju. É Carlinhos”, de Marco Aurélio Jangada, Revista Placar, Rio, 15/01/71.

informativos cinematográficos como o futebol em destaque era algo impensado. Primeiro pelos que achavam que a produção de cinejornais era sem valor estético e outros pela crítica política de esquerda que negava o cinema alienado, distante dos grandes temas e das mudanças que seriam necessárias para superar sua condição de país dependente do terceiro mundo. Esse tipo de discurso teve força na produção engajada oriunda dos Centros Populares de Cultura da UNE.

Oswaldo Caldeira, que acompanhou a trajetória do *Canal 100*, afirma que o preconceito fez com que Carlos Niemeyer fosse renegado pela comunidade cinematográfica:

Se alguém achou o nome de Carlinhos Niemeyer, do Canal 100, em alguma enciclopédia de cinema, me diga, pois eu não consegui achar. Por que? Eu acho que muito preconceito tem impedido que isso que acabei de dizer seja dito com todas as letras. Preconceito de toda ordem, o maior deles contra o esporte mesmo. Como se o futebol focalizado apenas como esporte, enquanto show, enquanto espetáculo, fosse uma coisa insuficiente, fosse uma coisa menor. Como se ele pudesse ser considerado como um tema nobre apenas a partir do momento em que estivesse associado a uma abordagem social, sociológica, psicanalítica, antropológica, política, seja lá o que for. (CALDEIRA, 2005: 33)

A imagem do boêmio, burguês, despreocupado com a vida nacional fez com que se fortalecesse o preconceito contra Carlos Niemeyer:

Acho que Niemeyer é subestimado por causa disso, por puro preconceito, e porque Carlos não era um diretor de cinema, não era um intelectual na acepção mais restrita e corrente do termo. Carlos Niemeyer estava fora desse perfil, era um cara rico, do lendário "clube dos cafajestes", um "bon vivant", um cara que não tinha nada a ver com os intelectuais, era um "mero" produtor de cinejornal. (CALDEIRA, 2005: 33)

Caldeira afirma que o preconceito era levado ao extremo a ponto de provocar um isolamento da equipe do *Canal 100* daqueles que "realmente faziam cinema", esse entendido como forma superior de arte. Seu comentário exemplifica bem a forma com que a equipe de Niemeyer chegou a ser tratada:

Uma vez eu estava comendo com o pessoal do Canal 100 no Bismarck - onde eles almoçavam diariamente - e entrou um grande produtor de cinema e me perguntou ao pé do ouvido: "Oswaldo, o que você está fazendo no meio dessa gente, essa mesa não conta". Era o desprezo pelo pessoal dos cinejornais. (CALDEIRA, 2005: 33)

Mas, apesar das dificuldades de se fazer cinema no Brasil e das retaliações sofridas dentro da própria comunidade cinematográfica, a sétima arte ganhava cada vez mais importância, deixava de ser apenas uma distração, mero lazer, para se tornar um negócio rentoso que poderia aliar prazer e lucro. Assim, Carlos Niemeyer, contando com amizades poderosas e o prestígio até mesmo de um parente próximo, Oscar Niemeyer, arquiteto de Brasília, não teve dificuldades para conseguir um patrocínio do Estado, o que viabilizou o *Canal 100* durante toda sua existência.

Com o apoio estatal não houve como o *Canal 100* deixar de crescer. Beneficiando-se dos recursos provenientes do Estado, já no governo JK, Niemeyer começou a fazer reportagens sistemáticas do avanço do parque automobilístico e acompanhar a vida presidencial. De qualquer forma, o interessante não é o fato de se conseguir patrocínio, mas principalmente o fato de se manter um patrocínio por tanto tempo. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram, de forma alternada, os investidores no empreendimento cinejornalístico. Dentro dessa perspectiva o *Canal 100* pode ser visto, como afirma Jean Claude Bernardet (1976: 26), mais um cavador a procurar recursos.

O apoio estatal não foi à única fonte de recursos para as investidas cinematográficas da produtora de Carlos Niemeyer. Muitos filmes de encomenda foram realizados o que colaborou em muito para viabilidade financeira da empresa. Aliás, a produtora de Niemeyer foi criada a partir da compra do espólio da Líder Cine-jornal.²

A empresa se notabilizou por um caráter pluralista, sem posicionamento ideológico claro. Não existia dentro da produtora de Niemeyer um ideal direitista ou esquerdista, o posicionamento ideológico não era uma preocupação. O que prevalecia era o ideal de acumulação de capital, ou seja, o mesmo ideal dos cavadores do início do século XX. Assim, foi possível uma produção que atendesse grupos de tendências diferentes. Um exemplo é a realização do documentário *Os Sem Terra* que abordava a questão da reforma agrária, a pedido do governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e acontecia, ao mesmo tempo, em que eram produzidos filmes de conteúdo conservador como *A Boa Empresa*, discurso favorável à boa imagem do patrão com claro interesse de ocultar os conflitos nas relações de trabalho, e, ainda, *Asas da*

² Depoimento de Carlos Niemeyer para Luiz Octávio Câmara de Mello Coimbra em dezembro de 1986. Coimbra, Luiz Octávio de Mello, *Canal 100: um cinejornal e a memória social*, dissertação de mestrado, UFRJ, 1988: 73.

Democracia,³ uma apologia a Força Aérea Brasileira, ambos encomendados pelo IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

O IPÊS era uma organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, fundada em 1961, que desenvolveu intensa propaganda anticomunista através de cursos, conferências públicas e artigos publicados em jornais. Apesar de ser uma instituição de cunho civil, muitos militares faziam parte de seus quadros, a saber: Golbery do Couto e Silva, João Baptista Leopoldo Figueiredo, João José Batista Tubino, Heitor Aquino Herrera, Nelson Reynaldo de Carvalho. Os empresários de destaque eram Israel Klabin, Antônio Gallotti, José Ermírio de Moraes e Gilbert Hubert Jr, além de profissionais liberais, como Mário Henrique Simonsen, Cândido Mendes, Jorge Oscar de Melo Flores e Paulo Assis Ribeiro. (CÔRREA, 2005: 26).

O IPÊS nasceu tentando se distanciar do modelo clássico dos grupos anticomunistas. A experiência do IBAD⁴, que acabou chamando muita atenção com a abertura de uma CPI para investigar suas atividades, fez com que o tom da nova organização fosse outro: procurar desenvolver estratégias de convencimento utilizando recursos e meios variados como a imprensa e até mesmo o cinema, mas sem manter influência direta e pública na política. O IPÊS fez dura oposição ao governo Goulart e foi um dos grandes incentivadores do golpe militar de 1964.

Os filmes da produtora de Niemeyer para o IPÊS, produzidos entre 1962 e 1964, tinham o intuito de cultivar os valores capitalistas, católicos e militares e contavam com a direção de Carlos Niemeyer, além da tradicional narração de Cid Moreira que se tornaria clássica nas edições do *Canal 100*.⁵

O futebol foi o tema privilegiado no *Canal 100*, pois, depois de passar pelo noticiário, era esse assunto que finalizava cada edição, trazendo imagens

³ Essas observações são feitas a partir da leitura do roteiro dos filmes *A Boa Empresa* e *Asas da Democracia* elaborada pela equipe do *Canal 100*.

⁴ O instituto foi fundado em maio de 1959 e passou a receber contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, críticos do estilo populista de JK, tinham como objetivo o combate ao comunismo no Brasil e participação no debate econômico, político e social do país. O IBAD pretendia uma ação efetiva política: produziu e difundiu grande número de programas de rádio e de televisão e matérias nos jornais, com conteúdo anticomunista. A organização foi, a partir de 1961, um agente de conciliação entre deputados golpistas e militares. Em 1963, passou por uma série de investigações com a abertura de uma CPI e acabou sendo fechada pelo poder judiciário. CHIAVENATO, Júlio José, *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Moderna, 1994: 32.

⁵ Uma referência à ligação das produções Carlos Niemeyer com o IPES pode ser visto no livro de Rene Dreifuss, *A conquista do Estado*, Petrópolis, Editora Vozes, 1985. Ver também O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963) / Marcos Corrêa. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

surpreendentes, diferentes daquelas trazidas pelos outros periódicos cinematográficos e da televisão. O Maracanã lotado em dia de Fla-Flu ou o último jogo da seleção brasileira eram de encher os olhos dos espectadores. Um exemplo, foi a última partida do técnico João Saldanha no comando da seleção brasileira em 1970. Em um Maracanã, quase no escuro, foi possível salvar a partida e ver Pelé fazer um gol memorável, graças às lentes de Niemeyer.

O início dos anos 80 trouxe grandes mudanças, tanto para realidade política brasileira, como para os cinejornais, e o fim do governo militar coincide com o fim do *Canal 100*. A experiência do jornalismo cinematográfico atingia um desgaste limite. Sem o auxílio econômico das instituições governamentais não era mais possível manter um cinejornal em um mundo dominado pela televisão.

Muitos anos se passaram desde a última exibição do *Canal 100* em 1986. Carlos Niemeyer morreu em 1999. O acervo do cinejornal se encontra na empresa Carlos Niemeyer Produções que agora é comandada pelos seus familiares. O *Canal 100* se converteu em uma experiência histórica, forte na memória coletiva e representativa no sentido de exaltar imagens do Brasil em três décadas.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecido de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**, Bauru, EDUSC: 1999.

CALDEIRA, Oswaldo. Garrincha, Alegria do Povo – futebol, tema de filme? In: MELO, Victor Andrade de, PERES, Fabio de Faria. **O esporte vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Editora do Senac/RJ, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

COIMBRA, Octávio Câmara de Melo. **Canal 100: Um cinejornal e a memória social**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1988.

CORRÊA, Marcos. **O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963)**, Campinas, SP: [s.n.], 2005.

FILHO, Ciro Marcondes. **O Capital da notícia**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

FILHO, Kleber Mendonça. **O Canal 100 Captou o Imaginário do Futebol**,

Disponível em:

<<http://www.cf.uol.com.br/cinemascope/artigo.cfm?CodArtigo=60>>

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). Tese de doutorado: FFLCH - USP, 1996.

SAMPAIO, Walter. **Jornalismo Audio Visual**: Rádio, Tv e Cinema. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

**REALIDADE NA FICÇÃO E FICÇÃO NA REALIDADE:
UMA ANÁLISE DE AMOR EM CAMPO MINADO, DE DIAS GOMES**

Aline Monteiro de Carvalho Silva*

Vamos Soltar os Demônios ou *Amor em Campo Minado* é o título de uma peça escrita por Dias Gomes em 1969. Seu texto retrata os primeiros momentos após o golpe militar através da história da fuga para uma *garçoniere* de um jornalista e intelectual, que precisa se esconder para não ser preso. Essa produção teatral foi uma proposta de reflexão do dramaturgo sobre os erros e acertos nos projetos da intelectualidade de esquerda, sobre o que restou das certezas esboçadas por eles antes do golpe. Utilizando-se de experiências pessoais e reflexões compartilhadas entre o protagonista e si, o dramaturgo faz da personagem principal seu *alter-ego*, trazendo para reflexão as relações entre texto e autor, estrutura e agente, entre o contexto vivido no país e as experiências vividas por Dias Gomes.

Amor em Campo Minado é uma peça dividida em dois atos, contando com quatro personagens: Sérgio Pontes, Nara Pontes, Dr. Moura e Vera. Além desses, entram em cena seis policiais armados de metralhadoras que só aparecem no final da peça. Toda a ação se passa na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente dentro de um apartamento usado para encontros amorosos, conhecido na década de 1950 e 1960 como *garçoniere*. Justamente por ser utilizado com esse princípio, o cenário idealizado pelo autor remete a sexo, com fotos de mulheres nuas, luz vermelha, cigarros e bebida. Não foi por acaso a escolha desse tipo de cenário para a peça. O local é apropriado para as tensões e discussões do casal protagonista, que resolvem suas questões com base no grito e no amor.

As duas primeiras personagens apresentadas ao público são as secundárias. Entram em cena Dr. Moura e Vera, o chefe e sua amante. O primeiro é descrito como um homem maduro e gordo, “conceituado chefe de seção do funcionalismo público. Ela é jovem e bonita” e trabalha como sua secretária (GOMES, s/d: 789). Pouco tempo após a sua chegada ao apartamento, eles são interrompidos pela entrada da primeira

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, financiada pela CAPES.

personagem principal, Sérgio Pontes, que é descrito como um homem de aproximadamente quarenta anos, que tem

no rosto um traço de marcante ironia, quando fala parece estar sempre debochando do interlocutor, e isto o faz parecer, a primeira vista, pretensioso, autossuficiente e antipático. Conhecendo-o melhor vê-se que é apenas uma defesa. No fundo é o oposto, tímido, inseguro, sujeito a profundas depressões que se seguem, no espaço de um segundo, às maiores euforias. Seu espírito é um verdadeiro caos de perguntas sem respostas, embora, exteriormente, ele aparente ser o dono da verdade. (GOMES, s/d: 790)

A personagem surge vestido de padre, fato que se justifica quando descobrimos que Sérgio está fugindo da polícia e foi se esconder no apartamento de um amigo, quando o jornal em que trabalhava foi invadido, fazendo com que este saia do local com a batina de seu irmão. É no momento do encontro entre o funcionário público e o “padre” que se fornece ao leitor a referência temporal. Quando Dr. Moura questiona o porquê Paulo – que é citado algumas vezes ao longo do texto, nunca aparecendo em cena –, amigo dos dois, não lhe avisou que outra pessoa estaria lá naquele dia, Sérgio diz que ele não deveria ter tido tempo, pois estavam acontecendo no país muitas coisas e o primeiro concorda, afirmando: “é verdade... a Revolução”. (GOMES, s/d: 791)

Com a saída de cena dos personagens secundários, há a entrada da segunda personagem principal, Nara. Ela é a mulher de Sérgio, tem

trinta e cinco anos, aproximadamente, veste-se com muito gosto. Quinze anos de vida em comum com Sérgio a tornaram também irônica. Mas em agressividade ela o supera. Parece estar sempre esperando um ataque dele, para revidar. O ponto chave em suas relações com Sérgio é a consciência que tem de sua própria inferioridade intelectual. Na realidade, ela detesta o intelectualismo do marido porque acredita que isto o leva a considerá-la inferior. (GOMES, s/d: 794)

A entrada dessa personagem acentua os conflitos e apreensões de Sérgio. Nara serve como instigadora dos medos, conflitos e reflexões do marido. Tanto na hora em que brigam, quanto na hora em que fazem amor. A partir desse momento da peça iniciam-se as reflexões sobre o papel do intelectual de esquerda, sobre o que deu e o que não deu certo em relação aos planos e ideias desse grupo.

A fuga de João Goulart do país e a falta de reação do presidente diante do golpe fizeram parte dos questionamentos da esquerda do período e até hoje geram debates.

Classificado algumas vezes como uma pessoa de personalidade fraca, suscetível aos caminhos que os grupos que o apoiavam lhe indicassem, Jango também aparece na peça e em outras obras da mesma forma.

A crítica à postura do presidente deposto fez parte das discussões da esquerda logo após o golpe, tanto por parte dos grupos que o apoiavam, principalmente na questão das reformas de base, quanto pelos que não estavam ao seu lado. Outro debate intenso no pós-1964 foi em relação ao fato de que, para quem apoiava o governo de Jango, principalmente para as esquerdas, o golpe foi inesperado. Essa questão é debatida na peça. Ao discutirem sobre os motivos de Sérgio estar escondido em uma *garçoniere*, ele afirma que o golpe não era algo que ele imaginava que pudesse acontecer.

Sérgio – Claro, quem é que podia prever o que aconteceu? Eu mesmo, até agora, ainda não consegui acreditar. Por mais que eu queira me convencer... é inteiramente ilógico, irracional e estúpido. Esta noite não consegui dormir nem um segundo, pensando, tentando estabelecer uma relação lógica de causa e efeito entre o que aconteceu antes e o que aconteceu depois. Sabe que é impossível. É como juntar dois pedaços de um quebra-cabeça que não se ajustam.

Nara – É que você continua fora da realidade. Você e todos os seus amigos. Isso de não ter para onde ir, de não ter admitido antes como uma possibilidade o que aconteceu depois, mostra que vocês não passam de brincalhões.

Sérgio – Brincalhões, não, imprevidentes talvez.

Nara – A imprevidência era resultado da falta de seriedade.

Sérgio – Não, não, Nara, é injusto o que você está dizendo. Seriedade havia até demais.

Nara – Eu não estou querendo admitir que tenha sido simplesmente por... burrice.

Sérgio – Eu não sei. Não sei. Alguma coisa falhou. Ou fomos enganados. Elaboramos uma tática sobre dados falsos. Informações falsas. Sei lá. O fato é que havíamos atravessado o *Rubicon*¹ e nada podia deter o nosso ímpeto revolucionário; de repente tudo desmoronou como um castelo de cartas.

Nara – Você não se sente ridículo?

Sérgio – Absolutamente ridículo. Como um marido enganado que foi o último a saber. (GOMES, s/d: 804-805)

As discussões entre Nara e Sérgio refletem as discussões que ocorriam dentro da esquerda nos anos de 1960. Por que não deu certo? Qual caminho seguir agora? Manter

¹ *Rubicon* é um rio que fica ao norte da Itália. A expressão “atravessar o Rubicom” significa “passar por um ponto sem retorno”, pois se refere à travessia do rio feita por Júlio César, em 49 a.C., o que foi considerado um ato de guerra, porque após esse ato, o curso do rio foi alterado e, desde então, é impossível confirmar exatamente de onde o Rubicom fluía quando César o cruzou. Desde então, a frase “atravessar o Rubicão” passou a ser usada para referir-se a qualquer pessoa que tome uma decisão arriscada de maneira irrevogável, sem volta.

a mesma forma de agir ou adotar uma nova postura? Dias Gomes se utiliza de questões matrimoniais, conflitos entre marido e mulher, para trabalhar os conflitos que estavam na pauta de discussões da esquerda brasileira.

Nesse diálogo, é importante destacar que Dias Gomes coloca na fala de Sérgio a surpresa pelo golpe, que foi sentida pelos artistas e intelectuais de esquerda. Em sua maioria, esse grupo não cogitou a hipótese de que o caminho trilhado poderia estar errado ou não levar a nenhum lugar.

O golpe de 1964 atingiu a intelectualidade de esquerda, fazendo com que esta se reorganizasse em torno de um novo projeto: a revolução continuava como objetivo final, mas, em primeiro lugar, era necessário derrubar a ditadura instaurada. O Ato Institucional do final do ano de 1968 foi mais um duro golpe nesse grupo, que viu recrudescer ainda mais as rédeas do regime e seus projetos ficando ao longo do caminho.

Nara relembra a Sérgio que ele seria nomeado como Secretário de Imprensa da presidência. Ele se mostra aliviado, já que acreditava que caso tivesse tomado posse teria como destino certo ou o asilo político ou a prisão. Como o presidente fora deposto, ele agradece ao medo do chefe de Estado que não chegou a empossá-lo. Outro personagem que será importante no final da história, mas que é apenas citado aparece no texto: Donato Silveira. Ele foi escolhido para o lugar que seria de Sérgio pelo novo governo, o que para ele é entendível, já que o considera fascista, apesar de ser um intelectual e jornalista como ele:

Sérgio – Ainda bem que isso não aconteceu.

Nara – Por quê?

Sérgio – Como Secretário de Imprensa eu só teria duas saídas: o asilo ou a prisão. O Presidente hesitou, teve medo de me nomear, e esse medo me salvou. (Faz um brinde.) Ao cagaço do presidente!

Nara – E sabe quem foi escolhido para o seu lugar? Donato Silveira.

Sérgio – Muito bem escolhido. Um fascista.

Nara – Não sei se ele é fascista. Acho que é um homem de bem, honesto. Não partilha de suas ideias mas é um amigo. (GOMES, s/d: 816)

A esposa lhe diz que considera Donato um intelectual honesto e que este está disposto a ajudá-lo, mas o marido rebate dizendo que não aceitaria a ajuda de alguém que está do lado do inimigo. Nara quer que ele aceite e diz que Donato só impôs uma condição: que Sérgio tenha juízo. Em outras palavras, para ele “não se meter em nada,

calar a boca, afastar-se de seus antigos companheiros”, mostrando aos que estão no poder que não é tão perigoso (GOMES, s/d: 816). Essa declaração o irrita profundamente, já que para ele essa proposta é como se aliar ao inimigo. Rebate dizendo que ao “inimigo não se faz concessão, com o inimigo não se concilia” (GOMES, s/d: 817). Contrariando o pensamento do marido, Nara continua criticando sua postura, aumentando cada vez mais sua oposição em relação às suas atitudes:

Nara – (Com sarcasmo.) Como se você não vivesse conciliando diariamente.

Sérgio – Eu?

Nara – Sim, você. O jornal onde você trabalha está a serviço de quem? Defende os interesses de quem? De aquilo tudo que você quer destruir.

Sérgio – O jornal sim, eu não.

Nara – Você é apenas o editorialista do jornal. Traduz em palavras a opinião do jornal.

Sérgio – É um problema profissional Sou pago para isso.

Nara – Pago para trair suas ideias.

Sérgio – Não é uma traição.

Nara – Que nome você prefere? Prostituição? É muito forte. E também injusto. Devo reconhecer que fora do editorial você defende suas ideias e luta por elas de uma maneira muito coerente. É talvez uma semiprostituição, como dessas moças que vem aqui fazer amor. Fora daqui são honestíssimas...

Sérgio – (Descontrola-se, grita.) Nara! Chega! (Pausa.) É preciso separar o homem do profissional. O editorialista é pago para escrever sobre o que foi decidido. Não importa o que ele pense. Seu trabalho é impessoal, entende?

Nara – Entendo. É como *la belle de jour*, aquela mulher que pela manhã e a noite vivia uma vida irrepreensível com o marido, mas passava as tardes num bordel atendendo a clientela. Você, Sérgio, é uma *belle de jour* intelectual... (GOMES, s/d: 817-818)

Pode-se perceber a semelhança entre o momento pessoal e profissional pelo qual passava o autor e a personagem Sérgio. Enquanto escrevia esta peça, Dias Gomes recebeu o convite para entrar na *Rede Globo de Televisão*. Naquela época e posteriormente, houve uma discussão sobre a validade da ida desses artistas para a televisão e até que ponto o dramaturgo, e outros intelectuais de esquerda como ele, estavam fazendo a opção correta ao ir para a tevê. A *Globo* era criticada e mau vista pela esquerda, sendo identificada com o governo e vista como partidária do regime. A questão de Dias Gomes entre aceitar ser a *belle de jour* intelectual ou negar o convite, mantendo-se focado no teatro, está destacada nas páginas de *Amor em Campo Minado*. Ele acaba fazendo a mesma opção de Sérgio, que parece ser seu *alter-ego*. Utilizou como justificativa os seus problemas financeiros e a ideia de que poderia alcançar um

verdadeiro público popular na tevê optou por fazer parte do quadro da *Globo*, tornando-se um dos maiores autores brasileiros de novela.

Apesar de se passar logo após o golpe de 1964, *Vamos Soltar os Demônios* foi escrita em 1969, quando a repressão sobre os artistas e intelectuais era sentida mais fortemente. Como parte desse grupo, Dias Gomes também sentiu os efeitos do governo militar. Suas peças, mesmo as escritas antes de 1964, foram sistematicamente censuradas. Um dos casos mais conhecidos foi a proibição de sua peça *O Berço do Herói* poucas horas antes de sua estreia.

Ao analisar *Vamos Soltar os Demônios*, Anatol Rosenfeld diz que a vitória do regime militar

e a derrota das esquerdas é, na peça, apenas o ponto de partida para investigar o comportamento do intelectual derrotado, depois de colocado, como uma cobaia, nas condições esterilizadas e cuidadosamente preparadas de um laboratório: ele é posto sob a alta pressão de uma situação limite – a detenção iminente; e recebe como parceira a própria esposa, espécie de pilha que aumenta a tensão e provoca violentas descargas elétricas. Sob as furiosas investidas que Nara irrompe no apartamento, onde Sérgio se refugiou, uma verdadeira batalha matrimonial que aguça a crise do intelectual até aquele ponto em que ele se revela em profundidade. (ROSENFELD, 1996: 82)

Não foi por acaso que Dias Gomes faz um intelectual de esquerda, fugitivo da polícia, seu personagem principal. Assim como Sérgio, o autor era um intelectual de esquerda, marxista, ligado ao PCB. Algumas das questões da personagem também eram reflexões que estavam sendo feitas por ele naquele momento, como o fato dos militares terem conseguido dar o golpe, a dúvida sobre as certezas que ele tinha de estar no caminho certo e que se mostraram erradas, entre outras. Um exemplo claro desse questionamento é o trecho em que Sérgio diz que eles realmente acreditavam estar a frente do movimento, contribuindo para as mudanças, atravessando o Rubicão.

Dias Gomes também traz para o texto uma discussão sobre a opção do partido de não reagir ao golpe, talvez por perplexidade, por não acreditar no que estava acontecendo ou como opção de luta. O Partido Comunista acreditava que a opção pela luta armada, ao invés de combater, poderia fortalecer o governo militar. Para a esquerda tradicional, a escolha pelas armas não era vista como opção nem como uma solução. Coube a boa parte dos movimentos dissidentes de esquerda fazer a escolha pela luta armada. Assim como boa parte dos seus companheiros de partido o dramaturgo não

acreditava que a melhor opção era luta armada.

Algumas experiências passadas por Dias também foram utilizadas na feitura do texto. Segundo Dias Gomes, em março de 1964, através de indicação da classe teatral, João Goulart havia nomeado o dramaturgo para o cargo de diretor do Serviço Nacional de Teatro. Porém, a nomeação não chegou a ser publicada no *Diário Oficial* e ele não foi empossado, fato que, segundo ele, caso tivesse ocorrido, levaria a sua prisão (GOMES, 1998: 192). Sérgio, em passagem da peça, acredita que, se tivesse sido empossado como Secretário de Imprensa da presidência, cargo para qual havia sido escolhido pelo presidente, estaria preso. O dramaturgo usou uma experiência pessoal para escrever a peça. Em sua autobiografia disse, assim como Sérgio, acreditava que se fosse empossado, logo após do golpe, estaria preso.

As ligações entre a biografia e a obra de Dias Gomes continuam ao longo do texto. O dramaturgo teve seu nome divulgado em uma lista de comunistas que trabalhavam na Rádio Nacional e teve que fugir, acabando por parar em “um velho hotel de quinta categoria, hospedagem de prostitutas e caminhoneiros” (GOMES, 1998: 200), onde acreditava que a polícia não apareceria. Logo depois, ao descobrir que o hotel ficava próximo a um quartel do exército, fugiu novamente. Pensou em se exilar, mas mudou de ideia, indo se esconder no apartamento de Flávio Rangel, enquanto o jornalista Paulo Francis se escondia numa *garçoniere* em Copacabana. Mais tarde foi parar em uma fazenda, onde não ficou muito tempo. Retornou para casa e não foi levado à prisão, apesar de ter se fugido novamente, logo após a instituição do Ato Institucional nº 5. Segundo ele, o fato de nunca ter sido preso foi uma lacuna em sua biografia.

Assim como Sérgio e os intelectuais de esquerda da década de 1960, Dias Gomes acreditava que as mudanças estavam a caminho e que as transformações pretendidas por esse grupo finalmente sairiam do plano das ideias para o plano da ação. Em sua biografia o dramaturgo dedica algumas linhas ao que parece ter se tornado seu pensamento de alguns anos depois – a biografia é de 1998, um ano antes de sua morte. Ao falar do comício promovido por João Goulart na Central do Brasil, diz que

Após o gigantesco comício de 13 de maio, em prol das reformas de base, reuni em minha casa um grupo de intelectuais de esquerda, todos eles haviam participado daquele ato político. O clima era de grande euforia.

- Atravessamos o Rubicão! – afirmou alguém erguendo um copo. – *Alea jacta est!* – E todos concordaram.

- Jango não pode mais recuar, e a direita, acuada, vai ter que engolir as reformas.

Em minha cabeça ecoavam as palavras agourentas de um deputado comunista, Marco Antônio Coelho, que me abraçou, ao fim do comício, descendo do palanque:

- Nos encontramos no presídio de Ilha Grande.

Marco Antônio viria a ser preso e barbaramente torturado pelo Doi-Codi até enlouquecer. Mas, naquele momento, era a única pessoa lúcida e sensata. (GOMES, 1998: 192-193)

Amor em Campo Minado foi uma tentativa de Dias Gomes fazer uma reflexão sobre o que deu e o que não deu certo nos projetos da intelectualidade de esquerda. Uma forma de análise sobre o que restou das certezas esboçadas antes do golpe de 1964. Ao longo do texto sua personagem principal, autodeclarado intelectual de esquerda, se questiona sobre o que ele acreditava estar certo e de repente “desmoronou como um castelo de cartas”. Há uma análise das estratégias adotadas pela esquerda brasileira. E para além disso: há um exame das propostas do Partido Comunista Brasileiro, suas opções de luta, a questão das etapas da revolução, burguesa e socialista e a opção por não ter um confronto direto com o regime militar. Dessa forma, a ficção e a realidade se misturam, entrelaçando questões e escolhas de Sérgio e Dias Gomes. Trajetórias que nos permitiram aprofundar uma reflexão sobre as relações entre história, política e cultura esboçadas neste artigo.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

GOMES, Dias. **Apenas Um Subversivo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. “Vamos Soltar os Demônios”. **Teatro de Dias Gomes**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

O Teatro através da história: Teatro Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil; Entourage Produções Artísticas, 1994.

MICHALSKY, Yan. **O teatro sobre pressão**: uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. In: **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, 2005.

_____. Cultura e política: anos 1960-1970 e sua herança. In: Delgado Lucilia A. Neves & Ferreira, Jorge Luiz (horas.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2003, v. 2.

_____. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSENFELD, Anatol. **O Mito e o Herói no Moderno Teatro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In. MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp. 1995.

SOSNOWSKY, Saul, SCHWARZ, Jorge (orgs.). **Brasil**: o trânsito da memória. São Paulo: Edusp, 1994.

**HISTORIOGRAFIA NORTE RIO-GRANDENSE:
UNILATERALIDADE E ENSINO EM HISTÓRIA¹**

Débora Quézia Brito da Cunha*
Ágda Priscila da Silva**

Introdução

Sabemos que a historiografia do Rio Grande do Norte teve como centro principal a figura da “oligarquia” Albuquerque Maranhão, mais especificamente o personagem de Pedro Velho. As principais informações sobre o período republicano no estado do Rio Grande do Norte giram em torno da tríade historiográfica potiguar - Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo. Todos eles estão envoltos em uma cortina de tradicionalismo tratando a Proclamação como uma grande recordação do fato, cristalizando em um determinado tempo a concepção de um grupo específico como sendo a “verdade” do acontecimento, o que leva muitos historiadores atualmente a se questionarem sobre estes escritos e procurarem novos meios de explicação dessa construção da identidade do povo norte-rio-grandense.

Para realizarmos este artigo, analisaremos as obras de Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, num primeiro momento, levando em consideração a maneira como esses três autores realizaram uma história do Rio Grande do Norte, utilizando ainda como embasamento os artigos de Renato Amado Peixoto e Raimundo Nonato A. da Rocha. Num segundo momento faremos uma breve análise das produções realizadas pelos autores contemporâneos Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna, Sérgio Luiz Bezerra Trindade e Denise Mattos Monteiro, que constituem livros didáticos direcionados para o ensino médio. E por fim, analisaremos a questão da identidade, lugar de fala e contexto histórico na realização das obras de Lyra, Cascudo e Pombo.

A construção historiográfica do período republicano no Rio Grande do Norte

Para melhor compreender como se deu a escrita da história do Rio Grande do Norte, precisamos entender que esses livros foram escritos em um contexto político no

¹ Artigo desenvolvido sob a orientação da Prof^a Dr^a. Fátima Martins Lopes (DEHIS/PPGH/UFRN), coordenadora do subprojeto PIBID-História (campus Natal).

* Aluna graduanda do curso de História (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/MEC/CAPES).

** Aluna graduanda do curso de História (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/MEC/CAPES).

qual se necessitava favorecer e consolidar as ideias de um grupo que estava no controle político. O Rio Grande do Norte precisava de uma identidade e essa foi construída em volta de uma única família: os Albuquerque Maranhão, principalmente no que se refere à figura de Pedro Velho.

Tavares de Lyra, como já dito, enalteceu em sua narrativa a figura de Pedro Velho como pode ser percebido no trecho a seguir: Todos aqueles que conhecem ou estudam a marcha ascensional da propaganda democrática do nosso país, no período que vai do abolicionismo a Republica, sabem que, no Rio Grande do Norte, a alma do movimento foi o Dr. Pedro [...]. Parecia um indiferente; e, no entanto, era um revoltado que se preparava para descer oportunamente à liça, honrando, pela sua ação patriótica, a memória inolvidável dos seus antepassados ilustres [...] Na sua primeira campanha, a da abolição, demonstrou o alto valor de seus méritos; mas foi como propagandista republicano e, mais tarde, como chefe de partido e homem de governo, que revelou, em toda sua plenitude, os dotes excepcionais do seu grande espírito. (LYRA, 1998: 319)

A figura de Pedro Velho é de suma importância não apenas por se tratar de um republicano mas também porque ele e seu grupo tinham uma estreita relação com o poder desde o Império. Lyra, por ser seu genro e ao mostrá-lo como republicano-patriota, promoveu uma tentativa de apresentá-lo como novidade na política. Dessa forma, Lyra, descreve detalhadamente o que, a seu ver, ocorreu no início do período republicano citando vários textos da Ata de fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Norte (PRRN). A linguagem e a visão da instauração da República no Estado são totalmente favoráveis aos republicanos e, neste sentido, demonstra que o principal objetivo destes ao irem às urnas era mostrar e provar que existiam. Tais eleições, segundo Lyra, foram de grande importância para os republicanos, sendo o próximo grande acontecimento a proclamação de fato.

Lyra mostra Pedro Velho e seu grupo, como a perfeita sintonia entre progresso e civilização. É válido ressaltar ainda, que esse autor escreveu sua obra sobre o estado não só enaltecendo a figura de Pedro Velho mas também mostrando que a Proclamação da República era algo inevitável. Para isso, utiliza do discurso religioso para conseguir o apoio popular do movimento: “A república, como um novo Cristo, teve o seu precursor; e o Batista desse novíssimo evangelho foi a liberdade dos escravos”. (LYRA, 1998: 318)

No que diz respeito à História do Rio Grande do Norte proposta por Rocha Pombo, vemos que esse constrói uma narrativa utilizando fontes oficiais, o que demonstra seu perfil de historiador ligado ao positivismo. Assim com Lyra, Rocha

Pombo afirma que a idéia republicana já estava consolidada desde a Independência, sendo assim um acontecimento inevitável. Afirma ainda, que o movimento republicano tinha suas forças baseadas nas elites letradas. O fato mais curioso da obra dele é que essa foi toda escrita no Rio de Janeiro, Rocha Pombo conseguiu escrever uma obra “completa” sobre o Rio Grande do Norte sem nunca ter pisado no estado, a obra de Lyra foi uma de suas principais fontes, isso explica algumas semelhanças entre elas.

Inicialmente ele fez uma relação entre os ideais republicanos presentes na Revolução de 1817, na Abolição da Escravatura e na Proclamação. Como os autores anteriores, ele destacou a pessoa de Pedro Velho e sua participação no movimento republicano, como pode ser acompanhado no trecho:

Aparece neste momento um homem cujo o estilo parecia talhado para evangelizador de grandes idéias. Logo depois da abolição, declarou-se o dr. Pedro Velho francamente republicano, e com sucesso tal que o levou a resolver imediatamente a criação de um núcleo de propaganda. (POMBO, 1921: 456)

A partir de então, Pombo inicia sua descrição do processo de formação do Partido republicano, descrição esta que culmina com a chegada da República, evento este inevitável, segundo Pombo. É importante ressaltar que assim como na obra de Lyra, em Rocha Pombo encontramos a presença do discurso religioso como meio de convencimento. A idéia de que a República seria a salvação da nação também aparece em seu discurso.

Um fato interessante que não pode ser esquecido é que ele retira de Natal a centralidade do movimento, mostrando que em Caicó esse já tinha sido fundado. Essa informação se choca com toda a modernidade e centralidade antes apresentada por Lyra. Na obra de Rocha Pombo, encontramos mais divergências com a obra de Lyra, o que demonstra a construção de discursos influenciados e repletos de valores dos que detinham o poder, ou seja, era escrito somente aquilo que os poderosos queriam que escrevessem. Isso pode ser visto no relato do momento em que foi afirmada a proclamação da República, que segundo Pombo essa só chegou ao RN no dia 17 de Novembro de 1889 e não na tarde de 15 de Novembro como afirmava Lyra em sua obra. Pois, no dia 15 até o dia 16 no Rio de Janeiro, a capital do país, ainda nem estava formado o governo provisório, portanto, na tarde do dia 15 Pedro Velho não poderia estar noticiando a proclamação da República ainda como afirmava Lyra.

A descrição da figura de Pedro Velho no discurso de Pombo também é maravilhosamente descrita perto da perfeição e repleta de elogios grandiosos e enaltecidos. Pombo vai mostrar ainda, que o que estava acontecendo no RN não agradava o governo provisório do RJ, então vemos emergir a figura do Dr. Adolpho Gordo, até então não citado na história do RN. Vemos também, que existia oposição dentro do partido republicano em Natal, diferentemente da uniformidade e estabilidade descritas por Lyra.

Por fim, ele discute a montagem do estado republicano, descrevendo os governantes e legisladores com cargos nos primeiros anos de República no Rio Grande do Norte. Dr. Alberto Maranhão aparece como o homem que modernizou Natal em um período de crise e desespero. Também encontramos a figura de Ferreira Chaves como o que resolveu os problemas da seca.

Cascudo em sua obra também nomeada História do Rio Grande do Norte, na qual o capítulo oito é dedicado à Proclamação da República, mostra o quanto ele se preocupou em legitimar o que era o conceito de República, buscando a origem da nação para demonstrar a importância do seu estudo. Ele vai mostrar os aspectos republicanos em diferentes lugares do Rio Grande do Norte, como também a atuação de diferentes pessoas e suas respectivas contribuições para a implementação da República, centralizando sua escrita na figura de Pedro Velho e Natal. Para justificar suas teorias, Câmara Cascudo utilizou fontes, que em sua maioria são citações dele mesmo, o que era comum por se tratar de um erudito. Cascudo, assim como Lyra e Pombo, era envolvido com a política e sua obra esta repleta de interesses e influências políticas.

Embora retrate questões seridoenses também, mostrando que a República não foi só um acontecimento exclusivo e dependente da família Albuquerque Maranhão, mas outros grupos familiares já existiam e já estavam inseridos no movimento republicano, sua obra ainda se centraliza na figura de Pedro Velho e nas suas ações, as enaltecendo como fez os outros autores. Em dado momento, Cascudo faz uma história comparativa citando eventos europeus relacionando-os à tradição republicana popular, partindo do que aconteceu para mostrar o que ia acontecer numa espécie de história linear: “É o mesmo espírito da Magna Carta e na luta em Roma pela criação do Tributo do Povo e da dignidade senatorial e consular para o plebeu.” (CASCUDO, 1956: 203)

Para Cascudo, a primeira manifestação republicana no Rio Grande do Norte ocorre em 1871 através de uma saudação enviada do estado ao Clube Republicano do Rio de Janeiro informando total adesão às idéias republicanas. Esses ideais não se limitaram à cidade de Natal, mas também estiveram presentes em São José de Mipibú, por meio de Cisneiros de Albuquerque, em Caicó, na figura de Janúncio da Nóbrega com a fundação do núcleo republicano. Foi através do jornal “*O Povo*”, do Príncipe (Caicó) que foi divulgado um “Manifesto Republicano ao Povo Seridoense” e um pouco antes fora criado o Centro Republicano Seridoense.

Cascudo ressalta a figura de Pedro Velho, abordando a influência de seu primo João Avelino e Tobias Monteiro. O primeiro foi um dos mentores do movimento abolicionista e republicano, espalhando um boletim com este cunho em Natal, e responsável pelo ensinamento do primo (Pedro Velho), a fim de torná-lo chefe e fundador do Partido Republicano. Já Tobias Monteiro, republicano fervoroso, escreve uma carta para Pedro Velho, lançando-lhe um convite para chefiar o movimento republicano no Rio Grande do Norte, dando, inclusive, sugestões para propaganda.

Pedro Velho, então, aceita o convite e marca uma reunião para fundação do PRRN, a qual foi presidida pelo Dr. João de Albuquerque Maranhão e nela foi eleita a diretoria do Centro Republicano da Capital. O nome de Pedro Velho era tão cogitado para ficar a frente da República pela sua atuação, inteligência e direitos de organizador. Sua organização do Estado Republicano dá-se a partir de 1896 de modo que toda a administração foi renovada, reformada e adaptada às exigências da época, criou novos municípios como Patu, São Gonçalo e Currais Novos, dividiram e regulamentaram o governo municipal, consolidou as leis judiciárias, saldou débitos, enfim ganhou o título de Organizador do Estado Republicano.

Desse modo, a constituição da República potiguar obedece a diversos interesses particulares e a uma dinâmica social peculiar, na qual um antigo monarquista se torna grande líder do republicanismo. Esta República é um projeto, sobretudo das elites comandadas e orientadas por elas e para elas. Porém, na historiografia tradicional, como pudemos perceber, o que aparece é o interesse de trazer a tona uma política democrática, com a participação popular e voltada para o povo. Uma República constituída de maneira pacífica, sem oposição forte, trazendo o avanço e o desenvolvimento, enquanto que as vozes dissonantes deste discurso tradicionalmente

aceito como verdade absoluta eram silenciadas, promovendo a construção de uma República linear. O governo do povo no seio do Rio Grande do Norte.

As narrativas de Lira, Pombo, e Cascudo ajudaram a construir uma noção de República do consenso e do progresso aqui no estado. As vozes discordantes são praticamente emudecidas. Foram essas narrativas que consolidaram a interpretação sobre a República até os anos 1970. (ROCHA, 2009: 7)

Ao lermos o artigo do professor Peixoto (2010), percebemos que toda centralidade e unidade espacial descrita por Lira nas mãos dos Albuquerque Maranhão e na cidade de Natal não é válida, pois no estado do Rio Grande do Norte existiam outros discursos locais. Por isso, não se pode falar de um único grupo familiar. Para Peixoto, na realidade existiam três grupos familiares no início do século XX, a família Gurgel em Mossoró, a família Medeiros no Seridó e a Pedroza em Natal. Cada uma delas possuía tanto espacialidades distintas e interesses divergentes que visavam a sua preservação e aumento de poder. Desta feita, por meio de Amado, podemos compreender que os discursos construídos sobre a história norte-rio-grandense tinham como objetivo apenas atender e consolidar os interesses de uma única família, que controlava o poder e o aparelho estadual.

A predominância dos laços de parentesco, fossem eles consaguíneos ou por afinidade, foram de fundamental importância na consolidação do domínio e liderança política na região. Foram esses laços de parentesco que deram ao tenente coronel José Bernardo de Medeiros, por exemplo, a liderança absoluta da política liberal e depois republicana da região do Seridó potiguar. Além do pólo seridoense, outro pólo do republicanismo potiguar foi Natal na figura do grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, fato que este fica bem claro ao se perceber que, na realidade o PRRN, criado por Pedro Velho, era, em grande medida, uma extensão de sua família.

História do Rio Grande do Norte por autores contemporâneos x ensino de história

No que diz respeito aos conteúdos históricos escolares, Luiz Eduardo Brandão Suassuna e Marlene da Silva Mariz em sua obra *História do Rio Grande do Norte* utilizam dos conceitos empregados pela tríade: Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo. Utilizando uma bibliografia bem ultrapassada, referências, por

exemplo, da década de 1960.

Com relação aos conceitos utilizados, são trabalhados conceitos como Monarquia, República e Oligarquia, por exemplo, contudo não percebemos um aprofundamento, por parte dos autores, ao tratarem tais conceitos. Acreditamos que tal fato ocorre em virtude do público alvo (alunos do Ensino Médio) já possuírem certa carga conceitual. Todavia, consideramos necessário ser feito esse trabalho de “revisão” para que os alunos tragam à memória conceitos que talvez já estejam perdidos. Além disso, o conceito “oligarquia” também é ultrapassado não devendo ser levado aos alunos, o certo seria trabalhar com grupos familiares. Como bem sabemos, não existia uma oligarquia, mas grupos familiares que detinham influência e poder em suas regiões (Caicó, Natal e Mossoró).

A obra “Introdução à História do Rio Grande do Norte”, realizada por Sérgio Luiz Bezerra Trindade, possui como fontes principais as obras de Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, analisadas no decorrer deste artigo. Trindade não apresenta novas possibilidades de análise do período, fazendo uma obra que traz uma história de datas e fatos, sem levantar quaisquer questionamentos novos quanto à temática. A bibliografia aparece no corpo da narrativa do livro. Apesar de ser um livro didático voltado para o ensino médio, e conter questões de vestibular, testes e redação para auxiliar o aluno, os conceitos são apresentados aos alunos de forma maçante. Portanto tal obra não apresenta nenhuma novidade quanto à historiografia da história do Rio Grande do Norte realizada pela “tríade” analisada, nas primeiras décadas da República.

A autora Denise Mattos Medeiros, em sua obra “Introdução à História do Rio Grande do Norte” apresenta uma abordagem historiográfica que possibilita a construção de outras versões sobre o momento. Utilizando uma bibliografia e fontes que são analisadas para a realização da produção, sendo a bibliografia empregada no decorrer do corpo da narrativa da obra. As obras de Câmara Cascudo e Tavares de Lyra são utilizadas como bibliografia. A autora apresenta o conteúdo histórico de forma clara, não deixando de contextualizar e analisar os conceitos presentes na temática.

Identidade, lugar de fala e contexto histórico

Tavares de Lyra (1920), Rocha Pombo (1921) e Câmara Cascudo (1955) são responsáveis por escreverem três versões de *História do Rio Grande do Norte*. Suas

obras são consideradas clássicas na historiografia norte-riograndense. Por serem homens de seu tempo, percebemos claramente que nesses três autores, há uma busca por fazer em seus trabalhos grandes sínteses da história do RN na tentativa de construir uma identidade para o mesmo.

Entendemos que historiografia e historicidade possuem relações indissociáveis, isto é, a análise crítica da produção existente implica em saber que todo o conhecimento histórico de um determinado tempo tem sua própria historicidade, tendo em vista que não podem ser desvinculados do contexto histórico do qual foram produzidos. Os valores sociais, as visões de mundo, os conflitos ideológicos, os embates políticos entre outros fatores, presentes na sociedade, na qual estava inserido, o historiador está subjacente a sua produção, ao seu lugar de fala.

A historiografia norte-riograndense em sua primeira fase correspondeu aos primeiros 70 anos do século XX e é denominada de “historiografia clássica”. Ela foi constituída pela produção de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tendo Tavares de Lyra produzido por encomenda Instituto Histórico Geográfico brasileiro, pertencentes a uma geração anterior à formação universitária em História, onde sua matriz teórica encontra-se no século XIX, quando nasce a escrita da História no Brasil. Nesse período os historiadores se reuniam em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no intuito de construírem uma identidade nacional, de um passado comum para o “povo” dessa nação que se organizava.

Conclusão

Diante da análise dos autores, que tentaram escrever uma história do RN nos primeiros períodos da república, percebemos que tanto Tavares de Lyra quanto Câmara Cascudo e Rocha Pombo possuíam um discurso da instauração da República como um evento ocorrido num clima de paz e consenso sendo bem aceito por toda a população. Lyra e Pombo em suas narrativas buscavam construir imagens harmônicas e conciliatórias, consolidando, assim, uma ideia de união durante os primeiros anos da República, disfarçando as divergências entre os grupos que se articularam para dar vida ao novo regime.

As produções relatadas surgiram com a intenção de expor toda a história do Rio Grande do Norte, tentaram, a partir de obras gerais, englobar tudo o que se passou no estado. Muito embora nossa tríade tratada nesse artigo seja de autores cuja consulta é obrigatória para quem deseja estudar a história política local desde a época colonial, eles fizeram uma abordagem excessivamente linear e empirista, muitas vezes baseados na crônica ou no uso da memória para afirmar suas ideias. Deixando de lado o estudo de fontes, utilizadas erroneamente em alguns momentos dando uma compreensão sobre o período sob a óptica dos mais poderosos, e esquecendo de que a história possui várias vozes e que não devemos ocultá-las nem silenciá-las, em nossos discursos, pois esses se tornam vazios e repletos de subjetividades e influências negativas.

As obras dos autores contemporâneos analisadas neste artigo, que são também livros didáticos, apresentam as produções da “tríade” como bibliografia básica e utilizam das falas dos mesmos para legitimar, reafirmar ou refutar ideias. As concepções incorporadas por estas produções, que foram realizadas com intenções políticas, como legitimar a instituição da República em nosso estado e o poder conferido a Pedro Velho e a família Albuquerque Maranhão, estão fortemente arraigadas no imaginário norte-riograndense e poucas vezes são transpostas em alguma obra que trabalhe a temática.

Quanto ao ensino, uma vez que o professor utiliza-se das obras didáticas para ministrar o conteúdo em questão, e estas por sua vez, apresentam em sua maioria uma repetição da “história” produzida pela “tríade”, podemos afirmar que muito dessa história dos poderosos, das oligarquias, esta imbuída no ensino de história do Rio Grande do Norte e cabe ao professor e ao historiador realizar uma “desconstrução” da versão unilateral que prevalece no tocante a produção historiográfica referente ao estado.

O PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência) tem sido uma grande oportunidade para os discentes que pretendem seguir a carreira docente futuramente. Aprendemos e nos distanciamos dos preceitos tradicionais da educação. Por meio da participação no subprojeto do PIBID/História-Natal da UFRN, estamos mais próximos da prática educativa, pois o curso de história apenas nos fornece teorias, mas a prática e o conhecimento da realidade escolar é algo distante para nós. A abordagem da História possibilita espaços para a pregação doutrinária, sustentando ideologias. Considerando essa particularidade, torna-se eminentemente necessário

problematizar conceitos e temas historicamente construídos, considerando seus efeitos. Para que possamos aplicar da melhor forma possível na sala de aula um conteúdo, necessitamos investigar os locais de fala em que o texto foi construído e mostrar aos alunos que não existe uma história, mas várias histórias, pois elas são construídas a partir do ponto de vista de seus autores.

Referências Bibliográficas

- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1956.
- LIRA, Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, 1920.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte contemporâneo 1934-1990: estado, evolução política, social e econômica**. Natal RN: CDF Gráfica e Editora, 2001.
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: EDUFRN, 2007.
- PEIXOTO, Renato Amado. **Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX**. Natal: Revista de história regional, 2010.
- POMBO, Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.
- ROCHA, Raimundo N.A. da. A República no Rio Grande do Norte: memória e historiografia. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho.

**UMA APROXIMAÇÃO EM SLOW-MOTION:
HISTÓRIA, CINEMA E A HISTÓRIA NO CINEMA**

Luís Fernando Amâncio Santos*

Durante algum tempo, os estudos de história ignoraram a possibilidade de incorporar o cinema. O que não deve causar espanto, se pensarmos que enquanto os irmãos Lumière projetavam seus primeiros filmes, a história vivia a supremacia do que chamamos de Escola Metódica, privilegiando os documentos oficiais e as fontes escritas. Para seus autores, que se apropriaram do pensamento histórico de L. Von Ranke, a História deveria ser uma ciência objetiva, excluindo lidar com o passado de modo subjetivo ou especulativo. Não haveria espaço para julgar o passado, mas sim expor o que passou, em uma ciência de recortar e colar acontecimentos. O modo de cumprir adequadamente essa reconstituição se daria através do recolhimento de dados em documentos escritos e voluntários, jamais outras fontes.

A oposição aos metódicos e o seu restrito campo documental veio na forma da revista de *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, professores na Universidade de Estrasburgo. Com uma proposta interdisciplinar e de que a história não deveria ser exclusivamente política, a Escola dos *Annales* trouxe uma abertura para a diversidade de fontes que, posteriormente, permitiu que os filmes pudessem ser apropriados pelo conhecimento histórico.

Ainda assim, os estudiosos de história demoraram a se interessar pelo cinema. Ele, seguido de uma série de trabalhos e debates a esse respeito, se deu há quatro décadas. Embora se possam identificar trabalhos anteriores, por sua importância e maior disseminação, é preciso tomar como “texto fundador” o capítulo “O filme: uma contra-análise da sociedade?”, de Marc Ferro (1987). O autor cunhou o termo cinema-história, que será utilizado aqui para definir esse tipo de trabalho. A publicação desse capítulo na coletânea *História: Novos Objetos*, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, é emblemática. A disciplina estava atenta para novas abordagens e o cinema apresentava-se como uma delas.

Nesse texto, Ferro empreende uma discussão justamente sobre a distância entre

* Mestrando pela UFMG. Bolsista CAPES.

cinema e história. Para ele, a explicação está nas mudanças pelas quais passou a historiografia. No início do século, envoltos pelos princípios do nacionalismo, os historiadores engajavam-se em suas narrativas das glórias da nação. O cinematógrafo, divertindo um público curioso e desqualificado, não entrava no leque de fontes para a construção dessa história. Porém, na medida em que os objetivos historiográficos vão se libertando de temas cívicos, ocorre a natural renovação das fontes. As imagens captadas pelas lentes do cinema apresentam possibilidades valiosas em um exame mais aprofundado de determinadas instituições, o que Ferro explora em três exemplos (filme ficcional, filmes propaganda e de atualidades) sobre a União Soviética.

É a partir da publicação desse texto que o cinema passa a ser mobilizado como fonte/ objeto da história. Um processo que ainda busca consolidação, tanto em seus referenciais teórico-metodológicos, quanto na ocupação de espaço no debate acadêmico. Mas, sem dúvida, estudar cinema-história não é mais fazer parte da marginalidade.

O cinema como documento

O cinema como documento foi o primeiro interesse dos historiadores e, de fato, é anterior aos trabalhos de Marc Ferro. Ainda no princípio do século já existia uma preocupação no arquivamento de filmes, principalmente os chamados cinejornais, produções sobre as atualidades. A câmera é tomada como testemunha ocular, registrando eventos fundamentais da história. Os mais ingênuos ressaltavam o processo objetivo, um registro da realidade como ela se apresenta. A história captada pelas câmeras de cinema o seria com uma fidedignidade que nenhuma outra fonte poderia fazer¹.

Todavia, a ingenuidade não perdura aos questionamentos a respeito de possíveis manipulações. A adulteração de imagens, além do perigoso poder da edição, faz com que os historiadores precisem, acima de tudo, de desconfiar das imagens. Nem sempre o que parece acontecer em um filme aconteceu daquela maneira, ou sequer aconteceu. Tratar as imagens acreditando exclusivamente no que elas apresentam pode levar o historiador a cometer erros.

¹ É o caso do primeiro trabalho a esse respeito que se tem notícia, do câmera polonês Boleslas Matuszewski, em 1989, para quem a imagem cinematográfica era testemunha exata, infalível. Mais adiante, entre 1926 e 1934, encontros do Congresso Internacional das Ciências Históricas defenderam a criação de arquivos para o armazenamento desse novo tipo de documento por seu valor de registro (KORNIS, 1992: 242)

O cinema como documento, entretanto, não se restringe aos documentários. Uma das importantes contribuições de Marc Ferro é utilizar filmes ficcionais em suas pesquisas. Esse gênero seria o mais permissivo à “contra-análise”, aludida em sua obra supracitada. No ambiente ficcional, portanto aparentemente sem compromissos com a apreensão do “real”, há o espaço para informações que “escapam”, revelando o que não seria demonstrado racionalmente. Nesse sentido, o autor é um entusiasta do poder das câmeras, uma valorização que parece exagerada. Diante delas, o inevitável viria à tona:

A câmera revela o funcionamento real daquela [a sociedade], diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus *lapses*. É mais do que é preciso para que, após a hora de desprezo, venha a da desconfiança, do terror. (FERRO, 1987: 202)

Sua análise de *Dura Lex* (1925, Kulechov) é exemplar. O diretor, adaptando o romance *O Imprevisto*, de Jack London, faz alterações no roteiro original que, de certa forma, aludem ao seu presente na União Soviética, embora a trama se passe no Canadá. A partir da comparação entre o livro e o filme, observando as modificações no temperamento dos personagens e o acréscimo de algumas cenas, Ferro entende que há uma crítica à prática judiciária que se aplica, facilmente, ao contexto soviético. Uma denúncia de que há a URSS no Canadá de *Dura Lex* é uma grande refeição de aniversário que se faz “à la russa” (Ibidem: 206). Nesse tipo de operação, consciente ou inconsciente, se dá a contra-análise da sociedade, que faz dos filmes uma fonte privilegiada para a pesquisa.

Todavia, a abordagem de Marc Ferro ainda submete o cinema como uma fonte auxiliar. Em seus exemplos, percebe-se que o filme ainda é utilizado após uma prévia extração de conhecimento a partir de outras fontes. Não é o cinema como mera ilustração, porém ainda parece não ser capaz de ocupar posição central na pesquisa histórica por si só.

É importante destacar que, anteriormente, Siegfried Kracauer, pensador alemão da Escola de Frankfurt, também interrogou o cinema buscando a compreensão de um contexto. Em seu *De Caligari a Hitler*, o autor traça uma relação entre o cinema expressionista alemão e a ascensão do nazismo. Os filmes seriam um indicativo da mentalidade daquela nação, uma vez que revelariam pensamentos, crenças e, acima de

tudo, o estado psicológico coletivo. Afinal, além de não ser um produto individual, um filme tem objetivo de atingir uma coletividade, é um meio de comunicação em grande escala. Embora seja criticado o simplismo com que Kracauer trata a relação mentalidade de uma época/ cinema produzido por ela, seu estudo tem grande relevância, seja por seu pioneirismo ou pelas reações que causou ao longo do tempo.

Outro pesquisador importante, contemporâneo a Marc Ferro, é Pierre Sorlin (1985). Seu trabalho baseia-se em grande medida na oposição à sociologia do cinema inaugurada por Kracauer. Nesta, os filmes seriam tomados como explicação de aspectos sociais, elementos externos ao cinema propriamente dito. Assim, Sorlin utiliza-se principalmente da semiótica, dos símbolos presentes na composição dos filmes, para chegar aos seus significados. Os objetos cinematográficos são respeitados, pois, como complexos sistemas, sendo que a compreensão da película deveria partir deles. Tamanha valorização da semiótica é, posteriormente, revista pelo próprio autor.

O cinema para pensar o conhecimento histórico

Pierre Sorlin tem importância por ser um dos primeiros autores a pesquisar os filmes históricos. Entre tantos temas possíveis no cinema, essa modalidade tem grande importância na aproximação entre o cinema e os historiadores. As adaptações históricas, que aqui designaremos com a denominação “filmes históricos”, são tão comuns que tornou-se inevitável o interesse dos historiadores em sua análise, que coloca em questão a própria disciplina historiográfica.

A motivação, a princípio, parece ser óbvia: aos historiadores interessam os filmes históricos por serem eles os especialistas em tratar do assunto. Sua opinião pode alertar o público a respeito de uma representação equivocada do passado. Público que costuma ser numeroso. Há em Hollywood, principalmente, uma tradição de grandes produções para adaptações históricas. E mesmo quando não se alcança a bilheteria almejada, é muito maior o número de pessoas com acesso a esses filmes do que à trabalhos acadêmicos. Fato é que o cinema desponta como uma das principais formas de transmissão do conhecimento histórico.

Porém, mais do que ser uma sentinela da “boa representação histórica” – o que, além de questionável, não deixa de ser uma posição limitada – o historiador enxerga nos filmes históricos um laboratório para pensar sua disciplina. Interessam aos

pesquisadores, as intervenções de temáticas contemporâneas à produção cinematográfica, transvertidas em questões e eventos do tempo que se pretende recuperar. Em muitos casos, essas questões se apresentam de maneira impensável ao tempo supostamente reconstruído e podem ser conscientes ou não. Essa operação coloca o historiador diante de um perigo recorrente na disciplina histórica: o anacronismo. Mesmo assim, reiteramos: há mais para se pensar sobre os filmes históricos do que sua sincronia com a produção acadêmica.

A seguir, destacaremos dois historiadores que se dedicam a analisar essa modalidade cinematográfica. Em seus trabalhos, de enfoques distintos entre si, acreditamos visualizar importantes possibilidades que os filmes históricos apresentam ao historiador.

Alcides Freire Ramos, em *Canibalismo dos Fracos: cinema e história do Brasil*, apresenta, a partir do estudo de *Os Inconfidentes* (1972, de Joaquim Pedro de Andrade), uma concisa sistematização da operação diante de um filme histórico. A Inconfidência Mineira, representada em anos de ditadura, é a alegoria promovida pelo cineasta para pensar a situação do intelectual e do engajamento político diante do governo autoritário. Ao recorte temporal representado diante das telas (e houve uma pesquisa documental cuidadosa de Joaquim Pedro) há o encontro com o contexto de sua produção. Sem uma desvalorização mútua: vista por alguém diante do Estado repressor do pós-1964, a Inconfidência ganha contornos peculiares, todavia, ainda são os eventos que precederam a execução de Tiradentes.

Canibalismo dos Fracos vai no sentido de aproximar os estudos sobre cinema dos métodos historiográficos. Isso implica valorizar as estruturas fílmicas, sem, entretanto, deixar-se embriagar por elas. Junto com o estudo das imagens e discursos de *Os Inconfidentes*, Ramos desenvolve uma ampla pesquisa documental. Não por acaso, ele engloba um fator importante às pesquisas de cinema-história: a formação de sentido que a película recebe a partir das críticas, textos de estudiosos e as declarações do próprio autor. Se trabalhar com a recepção dos filmes continua sendo um desafio para o historiador, é preciso incorporar esses outros indícios de sua interpretação e assimilação. Esse material “assim como – socialmente falando – produziu significados acerca da obra e sugeriu idéias aos leitores/ espectadores no momento de sua publicação, lança

questões ao pesquisador no momento em que este se debruça sobre a sua pesquisa” (RAMOS, 2002: 46).

O autor, assim, vê nas representações filmicas um complexo atrelamento ao seu contexto. Apesar de ser um passado que se pretende demonstrar na tela, ao historiador tais filmes são mais úteis para abordar a sua produção.

Cabe salientar que, do ponto de vista histórico, tanto os textos dos críticos, quanto as declarações autojustificadoras, bem como possíveis intenções do autor (não manifestas e/ou inconscientes) captadas pela análise do processo de composição possuem, em algum nível, ligações com o processo histórico no qual estão inseridos. Por este motivo, o trabalho não ficaria completo sem algum esforço de contextualização. É o que torna possível entender as possíveis apropriações, consumações. (RAMOS, 2002: 327)

Robert Rosenstone, em *A história nos filmes, os filmes na história*, não parte de um caso específico, mas da análise de diversos gêneros de filmes históricos, para desenvolver o que ele entende pela relação explicitada no título. Sua abordagem segue outra direção, mais atenta à contribuição da produção desse gênero para o conhecimento histórico. A proposta do autor é consideravelmente provocadora para seus pares: ao pensar a respeito da possibilidade de fazer uma “escrita filmica da história” (algo que Marc Ferro refutou como possível) Rosenstone propõe, inclusive, que alguns cineastas sejam pensados como historiadores.

Eles já são (ou podem ser) historiadores, se, com essa palavra nos referirmos a pessoas que confrontam os vestígios do passado (rumores, documentos, edifícios, lugares, lendas, histórias orais e escritas) e os usam para contar enredos que fazem sentido para nós no presente. (ROSENSTONE, 2010: 54)

O autor insiste que história escrita e filmes históricos devem ser assim pensados como mídias diferentes. É o que ele critica, por exemplo, no livro de Natalie Davis, *Slaves on Screen*. Nessa obra, que como o título sugere, trata da escravidão representada em cinco filmes, Davis entende que o cinema tem suas técnicas para contar a história, cujo texto falado é a mais óbvia, mas também fazem parte dela o figurino, trilha sonora, jogos de câmera, entre outros. A despeito de intervenções como a criação de personagens ou a reformulação de eventos, a autora valoriza os filmes enquanto fonte sobre a visão histórica de dada época.

É ao seu último capítulo, “Contar a Verdade”, que reside a crítica de

Rosenstone. Desconsiderando a proximidade com a ficção como algo inerente ao cinema, Natalie Davis pontua o filme histórico como em geral comprometido, ao ceder a interesses externos que, por sua vez, promovem uma representação adulterada do passado. A autora se queixa da falta de citações das documentações utilizadas e de explicações a respeito de alterações feitas. Rosenstone repudia essas medidas que, para ele, demonstram um entendimento do cinema como uma imitação da história tradicional.

Enquanto mídia diferente, os filmes têm sua própria contribuição a dar – uma contribuição distinta, promovendo uma representação mais envolvente do que o melhor texto acadêmico. É característica do cinema promover experiências sensoriais, enquanto a história escrita encerra em si uma gama de informações que são transmitidas com maior sucesso por ela. De forma que “a história apresentada nessas duas mídias diferentes teria, em última instância, que deve ser julgada a partir de critérios diferentes” (Ibidem: 21).

Rosenstone não considera todos os cineastas como historiadores, mas aqueles que tratam a história criticamente. Os cineastas que não tomam o filme como mero entretenimento e que partem de sua obra para entender situações passadas, trazê-las para o presente (Ibidem: 174). No capítulo “Cineasta/ historiador”, ele se detém em Oliver Stone como um exemplo dessa categoria. Os diretores têm métodos e produção diferentes dos historiadores, porém seria em seu propósito de compreender a história que essas categorias se aproximariam.

É importante destacar que o autor teve interesse despertado para o tema ao assistir *Walker* (1987, de Alex Cox) que, apesar de ser sobre Willian Walker, norte-americano que chegou a ser presidente da Nicarágua no século XIX, utiliza, em sua comicidade, de metáforas visuais que pervertem a temporalidade, como a aparição de automóveis e periódicos lançados posteriores na composição narrativa. “A história, na verdade, não passa de uma série de convenções para se pensar sobre o passado” (Ibidem: 195). Aceitar o cinema, então, como narrativa sobre o passado, seria expandir a convenção tradicionalmente aceita.

Todavia, toda a ênfase que Rosenstone coloca em entender que alguns diretores de cinema seriam historiadores deve ser ponderada. Afinal, a argumentação do autor vai ao sentido de demonstrar que são linguagens diferentes, com alcances e ações distintas.

De modo que compreendê-los dentro da mesma categoria talvez seja contraditório. O que não deixa de ser uma questão menor: fundamental é a valorização que o autor dá à representação histórica enquanto tal, não somente como mote para abordar o contexto de sua produção.

Conclusão

A análise dos trabalhos de Marc Ferro, Alcides Freire Ramos e Robert Rosenstone nos apresenta um panorama da aproximação entre historiografia e cinema. Uma aproximação que não se deu em uma velocidade acelerada, pelo contrário, mas que parece ter cada vez menos resistências. E, para sorte daqueles que defendem a amplitude na disciplina histórica, a distinção entre o cinema enquanto fonte e como objeto tem sido cada vez mais abolida. Ele não é mais somente um mecanismo para elucidar problemas: agora, ele também é um problema. Não há mais dúvidas de que o cinema tem importantes contribuições a dar para a historiografia - ao menos não deveria haver. Os filmes também estão na história, que agora se faz sob a sua influência. “Ultrapassamos a problemática tradicional, que considera o cinema como ‘fonte de história’, para nos aventurarmos numa incursão no domínio de uma história que se fará sob influência do cinema e da imagem” (LAGNY, 2009: 100). A linguagem da sétima arte impregna lembranças sobre a própria vida. Projeta-se o futuro pessoal como se numa grande angular.

Nas origens desse processo de incorporação, Marc Ferro apresentou exemplos de como os filmes ajudam a ampliar a análise sobre os primórdios da URSS, seu objeto de pesquisa. É a “contra-análise da sociedade”, na qual a câmera dispõe de um potencial exclusivo. Décadas depois, no Brasil, Alcides Freire Ramos, ao examinar *Os Inconfidentes*, desenvolve uma pesquisa madura, extraindo da película informações sobre sua produção e os dilemas vividos pela intelectualidade da qual seu diretor fazia parte. Também “contra-análise da sociedade”, *Canibalismo dos Fracos* enfoca as relações entre o presente vivido pelos produtores de um filme histórico e o passado representado – relação íntima, inevitavelmente. Por fim, em Robert Rosenstone, temos acesso a um debate ainda em formação: a possibilidade do cinema ser, mais do que fonte, produtor de história. Ainda há muito a se discutir acerca da dimensão das representações filmicas enquanto historiografia. Porém, há de se valorizar que essa

linguagem diferente também tem sua contribuição para se pensar o passado.

Para exemplificar as diferentes fontes escolhidas pelos historiadores, Marc Ferro usa o exemplo de um guerreiro com suas armas: “segundo a natureza de sua missão, segundo a época, o historiador escolheu tal conjunto de fontes, adotou tal método; mudou como um combatente muda de arma e de tática quando as que ele usava até aquele momento perderam sua eficácia” (FERRO, *op. cit.*: 200). Utilizando dessa mesma comparação, podemos dizer que a consolidação do cinema nas pesquisas de história mostra uma historiografia fortalecida que vê, na diversificação de suas armas, a renovação de seu repertório de ação.

Referências Bibliográficas

- FERRO, Marc. O Filme: Uma contra-análise da Sociedade. In: LE GOFF e NORA. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.
- KRACAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler**: uma historia psicologica do cinema alemão. Rio de Janeiro, c1988.
- LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de história. In: FEIGELSON, Kristian; FRESSATO, Soleni Biscouto; NÓVOA, Jorge. **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos Fracos**. Cinema e História do Brasil. Bauru/SP: EDUSP, 2002.
- ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, Os filmes na história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- SORLIN, Pierre. **Sociologia del cine**: la apertura para la historia de mañana. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1985.

**HISTÓRIA, ESCRITA DE SI E EXPERIÊNCIA DE FÉ:
NOVOS RUMOS PARA A HISTORIOGRAFIA RELIGIOSA**

Tiago Pires*

O estudo da religião: dos ritos e símbolos às representações culturais

Durante o século XIX, em contraposição a uma análise marcadamente teológica e confessional que privilegiava o estudo das igrejas cristãs, emergiu a História das Religiões que, como o próprio nome já diz, destinava-se à compreensão de outras crenças, sem conferir exclusividade para o estudo do cristianismo (ALBUQUERQUE, 2007: 37). Tal vertente historiográfica estava mais “preocupada com as origens e os períodos mais antigos das religiões, seu método era voltado para determinar a precisão dos textos religiosos, comparar os discursos sagrados e comparar as próprias religiões por meio de seus mitos, ritos, símbolos e instituições.” (ALBUQUERQUE, 2003: 59). Mesmo antes do surgimento da História das Religiões e das Ciências da Religião, marcadas por um forte cientificismo característico do século XIX, a força da história eclesiástica *à la* Eusébio de Cesaréia já era inicialmente questionada (mas não descartada por completo) nas universidades alemãs no século XVIII, sobretudo pelas formulações de Johann Lorenz Mosheim (1694-1755) (MATA, 2010: 45).

A historiografia religiosa aos poucos se modificava, destituindo-se de uma história eclesiástica eminentemente confessional e apologética, rendendo-se à pluralidade de objetos e à metodização do estudo da religião. Mas as formas de estudar religião não se modificaram por acaso, visto que a *inversão do pensamento* entre os séculos XVII e XVIII já denotaram que o religioso, sobretudo o institucionalismo clerical, destituiu-se de sua primazia de fornecimento de sentido à existência humana. Uma ética política substituiu processualmente a piedade e mesmo a moral religiosa, assumindo o que foi por muito tempo o papel do cristianismo. (CERTEAU, 2008: 178). Paulatinamente, a dimensão do religioso se diluía na esfera social e política, e o Estado, cada vez mais, acabava por englobar as funções que antes eram da Igreja, na garantia de oferecer à sociedade uma coerência e felicidade não mais por meio dos preceitos

* Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e bacharelado em História pela mesma universidade. Integrante do Grupo de Pesquisa em Historiografia Religiosa – UFOP. Pesquisa desenvolvida sob a orientação da profª Dra. Virgínia Buarque. Financiamento: PIBIC/CNPq.

religiosos, mas a partir de um *contrato social*, de uma ética política. De outra forma, como aponta Michel de Certeau (2008), essa ética política não advém se não da própria religião, o que nos mostra o quão tensional e contraditório tornou-se pensar essa temática. Tais assertivas fazem com que alguns historiadores, como Sérgio da Mata (2010), acreditem que o religioso nunca desapareceu do cenário mundial, apenas mudou de local, assumindo outras formas.

Ainda hoje nas pesquisas acadêmicas, a religião continua a ser um objeto almejado e estudado em grande parte sob o viés de uma *história cultural do sagrado*, como define Eduardo Basto de Albuquerque (2007). Essa vertente interpretativa, segundo a hipótese do autor, sofisticou os aspectos teóricos e metodológicos estabelecidos pela História Nova na década de 1960, na qual “a religião passou a ser abordada de modo completamente diferente, fecundada pela proximidade intelectual com a economia, a demografia, a psicologia, a antropologia e a sociologia” (ALBUQUERQUE, 2007: 37). Na perspectiva da História Nova, como fica claro no artigo de Dominique Julia publicado nos anos 1970 na obra “História: novos objetos, novas problemáticas, novas abordagens”, que o objeto religioso perdeu sua especificidade, visto que para esse autor

querer explicar em termos científicos uma religião já constitui uma confissão de que esta deixou de fundamentar a sociedade, significa defini-la como uma representação, tratá-la como um produto cultural despido de todo privilégio de verdade com relação aos outros produtos. (JULIA, 1995: 107)

Mas, a partir dos anos 1980, muitos historiadores começam a deslocar seus olhares para o campo da cultura, momento em que o conceito de *representação* ganha destaque, em contraposição ao termo *mentalidade* tão caro aos *Annales*. Algumas críticas são tecidas aos métodos quantitativos e inventariais trasladados da história social e econômica da primeira geração dos *Annales* para a história das mentalidades. Michel de Certeau (2008), Carlo Ginzburg (2002) e Roger Chartier (2002; 1991), para citar alguns exemplos, são autores emblemáticos na defesa por uma história que se atenta para as *tensões* e *contradições* da vivência humana e da própria história, que não podem ser lidas sob a ótica de um inventariado generalizante de grandes ideias e pensamentos coletivos de uma época. Não é por acaso que termos como *circularidade cultural*, *apropriações*, *leituras*, e *representações* permeiem os trabalhos desses

intelectuais, mostrando uma leitura mais sofisticada, porém tensional, da história humana. Como afirma Albuquerque, “nesse vaivém, metodologicamente, a religião perdeu seus privilégios, e a historiografia passou a abordá-la sempre em interface com outro campo” (ALBUQUERQUE, 2007: 42). Desde então, o religioso corre o risco de perder (quando não perde) seu postulado de objeto singular perante aos estudos históricos, o que faz muitos historiadores se pronunciarem em defesa da especificidade do religioso frente aos outros objetos culturais, pois “não se pode diluí-lo numa história econômica ou social como aconteceu nas décadas de 60 e 70 ou como ocorre, por vezes, na atualidade, quando a história das mentalidades ou a história cultural têm a ambição de englobar, sem mais, a História religiosa [...]” (GOMES, 2002: 17).

No bojo dessas discussões, mostra-se necessário estabelecer novos olhares sobre o objeto religioso nos estudos acadêmicos contemporâneos, a fim de que esses sejam analisados sob um viés interpretativo que não os reduza a uma análise exclusivamente sociocultural, ainda que tal dimensão continue sendo de suma importância para uma análise mais sofisticada da religião. Nessa perspectiva, este trabalho visa contribuir para as discussões no campo da historiografia religiosa que, muito recentemente, tem se atentado para a especificidade do objeto religioso, sobretudo dos atos de crer presentes no discurso eclesial, interpretados não somente como representações culturais, mas como modulações discursivas singulares na elaboração de uma visão do mundo que transita entre as premissas socioculturais e transcendentais. Dentre essas modalidades discursivas, a escrita de si assume espaço privilegiado, principalmente com o advento da modernidade, face à primazia conferida ao sujeito pelo imaginário ocidental. Desse modo, objetivamos fazer uma discussão historiográfica e teórica a fim de pensarmos novas maneiras de se estudar a experiência de fé cristã, a partir, sobretudo, da prática discursiva e dos atos de crer formulados em autobiografias eclesiais católicas produzidas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX.

A experiência religiosa entre enunciados, enunciações e silenciamentos

O estudo da experiência religiosa constitui-se como um grande desafio aos historiadores, visto que tal experiência abarca uma dimensão que muitas vezes se mostra oculta ou para além dos limites investigativos da história, uma vez que “o religioso assume a imagem do marginal e do atemporal, nele, uma natureza profunda,

estranha à história, se combina com aquilo que uma sociedade rejeita para suas fronteiras” (CERTEAU, 2008: 35). Outro problema seria a dificuldade em que os historiadores mantêm em encontrar documentos que lhes possibilitem uma análise da dimensão experiencial com sagrado, pois, na maioria das vezes, a documentação “oficial” de uma determinada religião não fornece indícios suficientes para tal estudo. Não é por acaso que muitos intelectuais têm procurado em outros campos e em outros documentos, na qual a literatura assume espaço privilegiado¹, os vestígios de uma experiência numinosa que se ausenta das fontes “oficiais” de muitas religiões.

A fim de trilhar caminhos metodológicos que se propunham a investigação da especificidade dessas experiências que se encontram, muitas vezes, para além dos limites da análise histórica, Michel de Certeau, historiador e teólogo especialista em história religiosa, propôs um conjunto de formulações teóricas envolvendo diversas áreas das ciências humanas. Ele buscou empreender uma análise que lhe possibilitasse estudar a experiência religiosa sob um viés histórico, a partir da relação entre sujeito, linguagem e contexto sociocultural e teológico. Esse autor não descartou as vinculações culturais da religião, contudo, também não deixou de lado a especificidade das representações e práticas religiosas. No trato com a linguagem, Certeau se apropriou de muitas das assertivas da análise do discurso, sem descartar, é claro, a dimensão referencial e subjetiva dos escritos. Para ele, o texto não possui um significado em si e não pode ser desvinculado da experiência (ou da *prática*), já que “não se pode compreender o que *dizem* independentemente da *prática* que resultam” (CERTEAU, 2008: 32). Ele transitou entre a teologia sem se adentrar nos métodos especulativos, teceu diálogos com a linguística sem excluir dos textos o sujeito e o contexto sociocultural e, no campo da história, propôs uma análise interdisciplinar sem excluir a historicidade do objeto de estudo.

Somente compreendemos a experiência religiosa pelo o que ela nos deixou, ou seja, por meio dos “estágios sucessivos de uma perda” materializada em diferentes modalidades discursivas. Certeau estava mais preocupado com o *modus loquendi* da escrita religiosa, com as marcas de enunciação e silenciamentos, do que com o enunciado propriamente dito, visto que “atendo-se ao discurso e à sua fabricação, se apreenda melhor a natureza das relações que ele mantém com o seu outro, o real”

¹ Conferir os trabalhos de MABEL, 2009 e SANTOS; LOPES, 2009.

(CERTEAU, 2008: 33). E é a partir desses caminhos que o autor tentou compreender a relação do homem com o sagrado, com o *outro*. Tais formulações pressupõem uma especificidade do religioso, pois esse se comunica, percebe e representa o mundo de maneira singular. Apesar da singularidade, Certeau nunca descartou as vinculações socioculturais ao tratar da religião, seja para abordar a escrita mística ou os casos de possessão ocorridos em Loudun.

Segundo Certeau, a crença começa a se dissociar da prática desde o século XVII, num processo que até então se acentua. Nessa perspectiva, o “esboroamento das crenças em sociedade que deixaram de ser religiosamente homogêneas torna ainda mais necessárias as referências objetivas: o crente se diferencia do incréu – ou o católico do protestante – pelas práticas” (CERTEAU, 2008: 36). Tais *práticas* não se constituem somente em ações voltadas para as missões, pregações, ritos, mas na dimensão discursiva, que não é lida pelo autor apenas como uma representação do “real” (da vivência e das ações), mas como um ato, uma prática que não representa a crença, mas que se constitui como uma modulação dessa. O ato da escrita já é, em si, um investimento do sujeito em algo, uma mostra de sua fé e, portanto, uma experiência religiosa realizada no e a partir do ato de escrever (e de crer). Apesar de algumas modalidades da escrita religiosa, mais especificamente da eclesiástica católica, serem consideradas como um ato de crer, e não simplesmente uma representação da crença, tais documentos não estão isentos da incorporação de representações advindas do contexto cultural, teológico, religioso e subjetivo. De outro modo, todas essas apropriações são ressignificadas na prática discursiva, o que torna a escrita religiosa uma *modus loquendi* singular de se expressar e perceber o mundo. A partir do que foi discutido acima, sobretudo por meios das formulações teóricas de Michel de Certeau, propomos a seguir realizar breves pontuações acerca dos novos rumos da historiografia religiosa, tendo como enfoque a escrita eclesiástica autobiográfica em fins do século XIX e início do XX.

A fé da escrita ou a fé na escrita? Novos rumos para a historiografia religiosa

A experiência religiosa, sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII, momento em que a crença, paulatinamente, começa a se separar da prática (CERTEAU, 2008), não pode ser pensada como uma reprodução da doutrina estabelecida nos textos

cânones, nem lida como uma “mentalidade” de uma época, visto que tal conceituação não abarca as relações tencionais² próprias da vivência humana. Em termos gerais, é dificultoso historicizar a experiência com o sagrado se não pelas formas de representar tais experiências, seguindo uma *formalidade das práticas no fazer e no dizer* (CERTEAU, 2008).

A História Cultural proposta por Roger Chartier (2002), que em grande parte dialoga e se apropria dos trabalhos desenvolvidos por Certeau e Ginzburg, tem se tornado um dos caminhos mais utilizados por historiadores que almejam estudar historicamente a religião e, mais especificamente, a relação do homem com o sagrado e as suas implicações socioculturais e políticas. Chartier não descarta a existência de um certo grau de autonomia de algumas modalidades discursivas, desde que articuladas a outros aspectos sociais. Ele mesmo chega a utilizar o termo *prática discursiva* (CHARTIER, 1988: 27), defendendo que as “estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras.” (CHARTIER, 2002: 27). Apesar de abrir caminhos metodológicos plausíveis para se trabalhar historicamente a experiência religiosa, tal objeto não adquiriu em seus trabalhos o caráter de prioridade nem de especificidade, aspectos esses mais presentes nas obras de Michel de Certeau. Mesmo não combatendo as propostas da História Cultural de Chartier³, Certeau lançou-se com mais profundidade ao estudo da religião, atentando sempre para a sua singularidade perante aos outros objetos históricos e, dessa forma, para uma maneira específica de analisá-los.

Tendo isso em vista, Certeau mostra-se mais plausível como eixo metodológico para a compreensão da experiência religiosa que ocorre a partir do ato da escrita, sendo que o discurso religioso, em muitos casos, está para além de uma simples representação da crença. Dentre as variadas modalidades discursivas religiosas, destacamos as autobiografias eclesiásticas, produzidas em fins do século XIX e início do XX, como exemplo emblemático para a compreensão da experiência de fé a partir da escrita.

Há pouco tempo deparei-me com duas autobiografias, um tanto quanto raras, escritas em momentos próximos, abarcando também períodos de vida similares. A

² Concepção tão cara à análise histórica de Michel de Certeau (2008), Roger Chartier (2002) e Carlo Ginzburg (2002).

³ Até porque Chartier se apropriou de muitas das concepções de Michel de Certeau.

primeira foi a *Autobiografia* de Bento Ferraz (1865-1944), pastor e um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Independente no Brasil, que abarca o período de 1891 a 1941⁴. A outra foi o *Manuscrito Autobiográfico*⁵ de Monsenhor José Silvério Horta (1859-1933), sacerdote católico muito conhecido por seus feitos milagrosos na cidade de Mariana e adjacências, escrita pouco antes de seu falecimento, em 1932. Apesar de serem redigidas por indivíduos membros da hierarquia religiosa (cada um na sua confissão), a escrita de si abarcou dimensões diferenciadas. As duas autobiografias mostraram uma dimensão da experiência religiosa que dificilmente aparece na documentação oficial. Não foram poucos os casos de ordem sobre-humana relatados em suas trajetórias eclesiásticas. Contudo, há uma diferença na forma como a vida é representada nesses textos. Enquanto a autobiografia de Bento Ferraz foi redigida sob o viés das autobiografias laicas modernas, a escrita eclesiástica de Monsenhor Horta permeou outros gêneros discursivos, como as *Confissões* de santo Agostinho e a *Apologia* do cardeal John Newman (BUARQUE, 2011). Ambos os documentos podem ser analisados sob a perspectiva da *prática discursiva*, pois, no ato de narrar a própria vida, o sujeito não somente a representa, mas a recria, assim como ressignifica sua existência. Nesses casos, o ato da escrita constitui o sujeito que escreve. O *eu-para-mim* na escrita não é o *eu-para-mim* da vivência, nem o *eu* para o *outro*. (BAKHTIN, 2003).

No caso do *Manuscrito Autobiográfico* de Monsenhor Horta, notamos uma peculiaridade ainda maior e, por isso, tal documento mostra com mais clareza a dimensão da experiência de fé no ato da escrita. Ele pode ser lido à luz do *auto-informação* caracterizado por Bakhtin (2003), no qual a escrita constitui-se como um ato de fé, uma modalidade da experiência religiosa, um diálogo com Deus que ocorre no ato da escrita, numa *súplica-oração* no formato de um relato testemunhal. A escrita de si é um caminho privilegiado para os historiadores que almejam compreender a experiência com o sagrado, sobretudo no ato da escrita. A historiografia tem fornecido pouca atenção para essa dimensão da experiência religiosa. Contudo, nem todo documento pode ler lido nessa perspectiva. Como disse Eduardo Basto de Albuquerque em uma de

⁴ Período do seu ministério como pastor.

⁵ Não tivemos acesso ao documento original, que se encontra extraviado. Apenas tivemos acesso à fotocópia da transcrição produzida em 1965 pelo padre José de Alvarenga Freitas a partir do documento original. Este manuscrito me foi cedido pela prof^a Virgínia Buarque, a quem agradeço a imensa gentileza de ter me fornecido o privilégio de trabalhar com tal documentação.

suas últimas apresentações⁶, cada objeto exigirá, de alguma forma, sua própria metodologia.

Para Certeau, a experiência do ser humano é o único “real” existente, e somente é palpável para o sujeito que a vivencia, sendo o discurso religioso o estágio sucessivo dessa perda da existência. Por outro lado, considerando a escrita religiosa como uma prática (um ato de crer) e não somente um conjunto de representações, é possível compreender com mais completude não só a especificidade de representar do religioso, mas do praticar, dialogando, é claro, com a dimensão sociocultural, sem descartar, contudo, a dimensão que muitas vezes ultrapassa a nossa percepção, o nosso entendimento e os limites estabelecidos pelo conhecimento histórico. E, segundo Certeau, são esses limites que lançarão aos futuros historiadores a curiosidade necessária para ultrapassá-los. Esses são, talvez, os novos rumos que a historiografia religiosa pode trilhar.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Distinções no campo de estudos da religião e da história. In: GUERRIERO, Silas (Org.). **O estudo das religiões, desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- _____. Da história religiosa à história cultural do sagrado. **Ciências da Religião - História e Sociedade**, v. 5 (n. 5), 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BUARQUE, Virgínia. A especificidade do religioso: um diálogo entre história e teologia. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes; LUCAS, Meize Regina de Lucena. (Org.). **Tempo no plural: história, ensino e diversidade cultural**. 1ª. ed. Fortaleza: Realce, v., 2008.
- _____. Autobiografias eclesiásticas: para além da representação de si. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, (n. 9), Jan. 2011.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, (n. 19), p. 83-97, 1997.

⁶ Tais palavras foram pronunciadas no evento promovido pela ABHR em 2009, no grupo de trabalho coordenado pelo mesmo professor.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **La Fable Mystique**, 1. Paris: Gallimard, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11(5), 1991.

_____. **A História Cultural entre práticas e representações**. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, Retórica, Prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Francisco José Silva. A religião como objeto da História. In: LIMA, Lana L. da Gama et alli. **História e Religião**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

JULIA, Dominique. A religião: História religiosa. In: LE GOFF, Jacques (org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. De Rosseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MATA, Sérgio da. **História e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

PEREIRA, Mabel Salgado. História, Literatura e demônios. **SAECULUM – Revista de História** (20). João Pessoa, jan/jun. 2009.

SANTOS, Gerson Tenório dos; LOPES, Paulo César. Literatura e fenômeno religioso. **Kaliope**, São Paulo, ano 5, (1), p. 93-114, jan./jun., 2009.

JOAQUIM INOJOSA E A PRODUÇÃO INTELECTUAL COMO ESCRITA DE SI

Natália Conceição Silva Barros*

Existe, sim, a boa imprensa. É aquela que coopera com princípios e ideais para progresso da humanidade. É aquela que aconselha os governos, educa o povo, reprova a dissolução dos costumes, prega a moral, a sã política, ensina administração, legisla, sanciona e vela, porque traduz a consciência popular ao passo que nela se reflete. E ela tem, sobretudo, uma missão educadora; a de levar aos lares, às escolas, às fábricas, às casernas, das capitais às cidades menores, o sopro dos ideais modernos, clareando as Inteligências materializadas pelo trabalho e fazendo vibrar as pilhas elétricas dos nervos humanos, ao eclodir dos pensamentos que estavam adormidos no subconsciente, à espera da varinha mágica que os despertasse. (INOJOSA, 1978)

Acreditava Joaquim Inojosa, e muitos intelectuais e artistas da década de 1920, que a imprensa exercia uma ampla influência no “pensamento da humanidade”. Num período distante da WEB 2.0, dos *blogs, twitters e redes sociais*, meios de rápida e dinâmica difusão e produção de informações e conhecimentos por qualquer cidadão, ao alcance de todos, considerava-se os impressos, particularmente jornais e revistas, como veículos privilegiados onde determinados sujeitos poderiam pensar e agir. Ainda distantes da televisão e do nosso mundo virtual, onde se pode ter acesso às últimas notícias até mesmo via celular, percebia-se que aquela era uma época em que as pessoas preferiam ler o jornal a comparecer às praças públicas para ouvir os políticos, um período de declínio do prestígio da voz sonora, metálica e entusiasmada por determinada causa. Sentia-se o empobrecimento da oralidade, do relato de experiência que passava de pessoa a pessoa, assistia-se então a entrada da informação, dispersa, aligeirada, explicativa, como a forma de comunicação por excelência dos *tempos modernos*, expressão recorrentemente presente entre os contemporâneos de Inojosa.¹ Acreditava-se, naquele momento, que o *artigo pensado, meditado*, significava e instruía mais do que o *discurso recitado ao capricho da fantasia*. Jornalistas e jornais, conforme o pensamento da época, impulsionariam e educariam o povo, além de convencerem e

* Professora do Colégio Aplicação da UFPE; Doutoranda em História – UFPE; email: natibarros1@yahoo.com.br

¹ Sobre o declínio da arte de narrar, da oralidade e do empobrecimento da experiência nos orientamos por: BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994: 197-221.

dirigirem governos.

Para Inojosa, a missão da imprensa era ampla: educar, conscientizar, clarear as inteligências, erguer multidões e dirigir governos. No artigo *Imprensa e Jornalistas*, publicado em janeiro de 1925, além de descrever a missão da imprensa, conforme citamos acima, o escritor determina o papel dos jornalistas: *os deveres do jornalista são, assim, os de um apóstolo. Apenas ele pensa no gabinete ao invés de sair de casa em casa; mas a sua voz será ouvida por pobres e ricos, bons e maus, justos e injustos. É que o jornalista, como o apóstolo, deve estar sempre ao lado da verdade.*

Originalmente publicado no Jornal do Comércio do Recife e no Jornal Flama do Rio de Janeiro, o artigo citado reaparece em 1978 no livro *Joaquim Inojosa: 60 anos de Jornalismo (1917-1977)*, uma edição da Editora Meio-Dia, de propriedade do próprio Inojosa. Além dos artigos produzidos, desde os seus 17 anos, em jornais de Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Belém, acompanhados de um texto de apresentação do autor, no livro foram publicados os discursos proferidos por Inojosa e companheiros de carreira, autoridades políticas e intelectuais, na efeméride dos 60 anos; uma *fortuna crítica* composta de memórias, cartas, mensagens, discursos, notícias e fotografias dando conta de sua atuação como jornalista e das repercussões de suas *críticas e polêmicas* ao longo da carreira.

Poderíamos pensar esse conjunto documental como o esforço de reavivar o *apostolado* do já maduro intelectual? Seria um acerto de contas de suas convicções como jornalista, um atestado de missão cumprida? Questões que se diluem e perdem densidade quando, do confronto entre as produções do jovem e do maduro autor, da forma como organiza, edita e publica a documentação que carrega as marcas de sua vida profissional, percebemos os ecos dos aprendizados, das atitudes políticas e estéticas vivenciadas e não tão coerentes e lineares como, parece, pretendeu-se construir. Ao nos trazer à tona seus escritos de seis décadas na imprensa, Joaquim Inojosa nos possibilita cercar suas experiências como intelectual, de conhecermos as “campanhas” em que se empenhou, de entendermos seu exercício de mediador cultural, além de nos apontar as crenças e valores de uma geração que pretendia modificar política e esteticamente o Brasil. Suas experiências na imprensa são aqui consideradas como fundamentais na criação dos seus interesses e paixões, e nos permite vislumbrarmos a emergência do confronto e da colaboração entre a reflexão consciente e a necessidade inconsciente, a

mescla de lembranças e anseios mutáveis e inacabados na construção da vida pública.²

Além de escrever na imprensa, como jornalista e repórter, Inojosa fundou jornais e revistas no Recife e no Rio de Janeiro, e, em 1939, quando já morava na capital do país, criou a Editora Meio-Dia. Dentro das comemorações da carreira de 60 anos, publica em 1977, em texto chamado “Jornalismo por Ideal”, o que considera “as raízes” de sua carreira, suas influências literárias e pessoais e comenta algumas das “campanhas” que o mobilizaram:

O jornalismo que exerço há sessenta anos (seis, apenas de profissional: 1922/1927), tem suas raízes fíncadas num ideal de meninice, que atravessou a juventude e atingiu inato aos dias de hoje. Assumi ou assume, por vezes, aspectos polêmicos, dentro da liberdade sadia que deve disciplinar e conduzir a imprensa, para que ela se impunha perante o público como força de cultura e de equilíbrio social. (...) Podia enumerar algumas das campanhas em que me empenhei. Seria, porém, delongar-me sem maior interesse, salvo para futuros pesquisadores de história da imprensa. Cito, contudo, sem pormenores, os entrechoques políticos de Pernambuco, em 1922, o movimento modernista no Nordeste (1922-1930); a defesa da instituição do salário mínimo; a eleição presidencial de 1937; a pregação em favor do divórcio, pelo O Jornal, no ano de 1933; a de democracia orgânica para o Brasil, quando cheguei a escrever, enfaticamente, que “a civilização de hoje não se constrói com oratória, mas com o trabalho” e que “o Brasil precisa de abelhas e não de patativas”. Foi isso publicado em 17 de outubro de 1940 (Meio-Dia) e não vejo como pensar diferentemente nos dias atuais, quando, mais do que nunca, podemos observar que somente as abelhas constroem uma nação. Que a boa imprensa contribua para isso... (INOJOSA, 1978)

Se pensarmos que a *escrita não apenas comunica ou exprime, mas, impõe um “para além da linguagem” que é ao mesmo tempo a História e o partido que nela se toma* (BARTHES, 2004: 3), podemos começar a dimensionar a publicação dos artigos de Inojosa, suas memórias do início da carreira, suas concepções de imprensa e suas percepções do país, no seu presente e no seu passado, como o exercício simultâneo de busca por uma “genealogia”, por um passado singular e linear e, ao mesmo tempo, a construção dessas mesmas aspirações por meio da escrita que indica, reivindica,

² É importante destacar que nossa abordagem da experiência, levando em conta o amor, a agressão, os conflitos, como elementos básicos da dimensão social dos sujeitos, ancora-se em Freud, particularmente na leitura freudiana da história feita por Peter Gay. Nesse sentido, para darmos um “salto analítico”, sem descuidar do rigor documental, procuraremos pensar os significados latentes dessa mesma documentação produzida por Joaquim Inojosa, tanto na juventude quanto na maturidade. Nossa narrativa tentará ser sensível às possíveis condensações de desejos, fantasias e medos imersos nos escritos desse intelectual e que são partes fundamentais da experiência humana, pois, são sentimentos e percepções construídos em momento histórico e social específicos.

alardeia esse lugar na história da imprensa, do modernismo, das lutas políticas e sociais no país. Ao tecer suas memórias, Inojosa, no trecho citado, tenta frisar sua autonomia, mostrando que apenas de 1922 a 1927 atuou profissionalmente, no período em que foi empregado do Jornal do Comércio. Ainda nos escritos do Diário de Estudante, suas reflexões insinuavam o temor de “ter patrão”, de ser “empregado público”, de perder sua *consciência livre*:

Um dos maiores prazeres para o homem que estuda e sobretudo para o que escreve, é a independência de espírito. (...) eu prefiro perder dez bons amigos a deixar de dar ao meu espírito a necessária independência, a fim de pregar o que assimilou, pairando sempre às regiões da sinceridade, livre, completamente livre, sem variações simuladas nem negação vulgar. (...) O homem que não tem a consciência livre, não tem independente o caráter. Assim, um empregado público que costume, como quase todos em geral, viver sob a autoridade moral do patrão, guiando-se por seus passos, rastejando-lhe à sombra, vê-se, pela adaptação ao sinecurismo, obrigado a não “proceder como pensa” para não contrariar o superior hierárquico. Não tem livre vontade e muitas vezes foge do dever, receoso de exteriorizar acertada opinião.(INOJOSA, 1921: 142)

Nas escritas do moço e do velho, delineia-se uma concepção do *homem das letras*, do *douto*, do *intelectual*³ como aquele que pelo exercício da cultura, da distinção pelos estudos, adquire uma autoridade e influência nos debates públicos, um sujeito que se diferencia socialmente e que, paradoxalmente, deve ser “livre” para ser “engajado”, em busca desse universal que é “a verdade”; sujeito que é polêmico, independente e, principalmente, que tem na escrita sua maneira própria de intervir na sociedade. As escritas do estudante e do experiente jornalista, do reconhecido escritor, delineiam seu horizonte, verticalizam suas posturas políticas e individualizam sua relação com o meio cultural e intelectual do país, seus compromissos e seus combates em 60 anos de imprensa. No entanto, essa escrita também ofusca trajetórias e escamoteia certas escolhas, melhor dizendo, essa escrita escolhe, toma partido na história e na memória do seu sujeito-autor.

Em *60 anos de Jornalismo*, o então Presidente da *Ordem dos Velhos Jornalistas*⁴

³ Expressões presentes na documentação analisada.

⁴ Localizada no Rio de Janeiro, da qual Inojosa foi um dos sócios fundadores.

e acadêmico da Academia Carioca de Letras⁵, apresenta sua vida profissional dividindo-a em cinco períodos, delimitando as respectivas influências na sua “paixão pela vida de imprensa”. Segundo descreve, uma *1ª fase* durou cinco anos: da estréia, em 14 de abril de 1917, até fins de 1921, quando, em outubro, publicava o último artigo em jornal da Paraíba, transferindo suas colaborações para a imprensa do Recife; seguiu-se uma *2ª fase*, de 1922 a 1930, na capital pernambucana; uma *3ª fase*, já no Rio de Janeiro, quando inicia em março de 1931 sua colaboração em *O jornal e Diário da Noite* (pertencente aos Diários Associados); a *4ª fase* de 1939, com a fundação do jornal *Meio-Dia*, até outubro de 1942; a *5ª fase*, de novembro de 1942 até aos dias de hoje (ou seja, 1977), voltando em 1968 para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Inojosa teve passagem também pelo semanário *A Nação* e pelo então Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*. Ao descrever e delimitar sua própria vida em fases ligadas ao exercício profissional, Inojosa, de certa forma, define-se e nos indica o forte desejo de que sua vida fosse alvo de interesse póstumo. Podemos pensá-lo como um sujeito *lapidário de si*⁶, que arquiva, seleciona, apresenta e publica o material que será deixado à posterioridade, escolhendo definir-se nas polêmicas nas quais se envolveu como jornalista.

É importante ressaltar que em 1975 ele publicou pela Editora Meio-Dia, *Notícias Biobibliográficas de Joaquim Inojosa*. Com 92 páginas, narrado em 3ª pessoa, o livro traz uma *síntese da vida desse escritor, do ano de nascimento até os dias atuais*. Na seção *Iconografia*, a obra apresenta retratos das várias fases de sua vida, ao lado de estudantes, recebendo condecorações e homenagens, discursando e na convivência com autoridades intelectuais e políticas do Brasil, a exemplo de Tarsila do Amaral, José Américo de Almeida, do cônsul italiano Sotero Cosme e do General Eurico Gaspar Dutra; a seção *Oferendas* traz imagens de contracapas de livros dedicados a Inojosa por importantes nomes da literatura nacional e da crítica, como Menocchi Del Picchia, Mario de Andrade, Guilherme de Almeida - seus companheiros na difusão do modernismo no Brasil -, Alceu Amoroso Lima, Carlos Drummond de Andrade e Mario da Silva Brito. *Notícias biobibliográfica e 60 anos de jornalismo* trazem índices

⁵ Em 1975.

⁶ A expressão *lapidário de si* é usada por Hebe Mattos e Keila Grinberg ao estudarem a trajetória de Antonio Pereira Rebouças e as estratégias na construção de suas memórias. MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila Maria. *Lapidário de si: Antonio Pereira Rebouças e a escrita de si*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004: 27-50.

cronológicos da atuação do escritor, com listas de artigos, livros e discursos publicados.

Quais eram os anseios do Inojosa de mais de 70 anos ao publicar esses livros em meados da década de 1970?

Na apresentação da contracapa do livro *Notícias Biobibliográfica*, logo acima de um retrato de Inojosa em frente a um microfone, com papéis em punho, provavelmente numa tribuna, encontramos um indício desses anseios: *Esta notícia biobibliográfica mostrará em resumo o que tem sido a vida de Joaquim Inojosa, ora como advogado, ora como empresário, mas sempre jornalista e escritor, atividades que jamais abandonou desde as estréias de 1917 e 1920*. A escolha da palavra “notícias” no título do livro não deixa de ser pertinente, de chamar a atenção por se valer de um vocábulo próprio do meio jornalístico, razão mesma da existência dos meios de comunicação, o que mobiliza um jornalista e que torna o seu trabalho interessante. A notícia é uma busca, mas também, uma construção do jornalista. Podemos pensar que ao ressaltar suas “campanhas”, ao enumerá-las e publicá-las na forma de livros, reunindo os artigos de diferentes momentos de sua vida, Inojosa constrói-se como a própria notícia, ele é o *fato*.

Acreditamos que nenhuma das campanhas o mobilizou tanto como a recepção e difusão do Modernismo no Brasil. Desde 1922, quando do seu encontro com os Andrades, Mario e Oswald, Tarsila do Amaral, Guilherme de Almeida e outros jovens paulistas, organizadores da Semana de Arte que chocou São Paulo, Inojosa dedicará muita energia, palavras e ações na construção de um lugar destacado e singular no que, segundo ele próprio, representou “*a maior revolução cultural brasileira de todos os tempos*.” (INOJOSA, 1975) Ele publicou muitos livros, documentos, artigos na imprensa por toda sua vida, contando o que considerava “a verdade” sobre o Modernismo em Pernambuco, tentando “desmascarar” uma possível ascendência de Gilberto Freyre e do Movimento Regionalista no Recife da década de vinte.

No entanto, entendemos que o esforço de construir sua identidade como o *arauto do modernismo no Nordeste*, foi ao mesmo tempo um remédio e um veneno às suas pretensões biográficas, pois entendemos que houve um congelamento da sua imagem, dificultando um entendimento mais denso de quem era esse sujeito fora do enquadramento determinado por ele mesmo. Ao erigir boa parte de sua produção crítica como respostas ao sociólogo Gilberto Freyre, Joaquim Inojosa conseguiu um espaço

privilegiado na historiografia do Movimento Modernista no Brasil. Destacando seu papel de precursor e difusor da renovação das artes no Nordeste, publica *O Movimento Modernista em Pernambuco* (1968,3 volumes), *No Pomar Vizinho* (1968), *Um movimento imaginário* (1972), *Carro Alegórico* (1973) e *Pá de Cal* (1978) e constrói seu autorretrato como o *outro* de Freyre. O intelectual transforma sua vocação memorialística, seu “gosto por arquivos” em estratégia na luta política e intelectual contra o *Senhor de Apipucus*. Ao publicar seus arquivos (matérias de jornais e revistas, trechos de cartas, livros e relatos de contemporâneos de 1922) Inojosa aciona a memória como dispositivo estratégico para definir um lugar intelectual no passado e no presente. No entanto, a historiografia até o momento não observou atentamente os esforços desse intelectual na difusão e cristalização de sua auto-imagem, limitando-se a reproduzir seus discursos sobre o modernismo e os modernistas. Ao abordarmos a trajetória desse escritor antes de 1922, quando ainda era estudante da Faculdade de Direito do Recife, e depois de 1930, quando fixa sua moradia no Rio de Janeiro, pretendemos analisar sua escrita, seu pensamento e suas práticas na diferença dos tempos, fora dos cenários predeterminados e dos quadros de referências cristalizados.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: **Obras Escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BARTHES, Roland. **O grau Zero da Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de Si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- INOJOSA, Joaquim. **60 anos de jornalismo (1917-1977)**. Rio de Janeiro: Editora Meio-Dia, 1978.
- _____. **Os Andrades e outros aspectos do modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

**AS PRÁTICAS CIENTÍFICAS NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO DO SÉCULO XVIII:
TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E REDES DE SOCIABILIDADE NA HISTORIOGRAFIA**

Jean Luiz Neves Abreu*

As trajetórias de vida têm oferecido um campo rico de análise para a historiografia das ciências, em particular no que se refere à biografia intelectual. Muitos dos trabalhos se pautam por relacionar as ideias e percursos individuais ao contexto histórico-social no qual os indivíduos estão inseridos. Ampliando esse foco de análise, uma das contribuições da recente historiografia tem sido a de analisar as redes de sociabilidade para a compreensão dos papéis desempenhados pelos homens de ciência na sociedade, nas arenas epistêmicas e transepistêmicas.

Os estudos de história das ciências procuram problematizar a biografia por várias vias, sendo uma delas a que vê o cientista como parte das relações e campos onde atua. Everett Mendelsohn propõe que os cientistas devem ser vistos como fruto de um processo histórico e, dessa forma, enquanto atores que tiveram vidas não somente na ciência, mas nas sociedades mais amplas das quais eles eram membros (MENDELSON, 1977: 3-4). Ao se deter sobre a questão da biografia na história das ciências, Silvia Figueirôa corrobora a posição de Michel Letté de que o cientista se insere numa rede de relações e concentra as características e interrogações de uma comunidade. Neste sentido, a autora chama atenção para a relevância dos estudos prosopográficos, metodologia que oferece a possibilidade de abordar a ciência e os cientistas enquanto resultantes das relações que mantêm com seu grupo e com a sociedade (FIGUEIRÔA, 2007).

Como pensar essas questões para o século XVIII luso-brasileiro; de que maneira, o exame da trajetória individual contribui para a compreensão das práticas científicas nesse contexto? Na tentativa de encaminhar algumas respostas, o percurso escolhido foi o de abordar um caso em particular, o do médico Antônio Ribeiro Sanches. Em seguida, busca-se abordar de que maneira a historiografia sobre as práticas científicas no contexto-luso brasileiro da segunda metade do século XVIII tem problematizado as trajetórias dos homens da ciência.

* Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em História (UFMG). Financiamento: PROPP-Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (UFU) e CNPq.

Antônio Nunes Ribeiro Sanches nasceu em 1699 e deixou Coimbra na sua juventude, em 1719, formando-se em medicina na Universidade de Salamanca. Sentia-se então oprimido pelo ambiente intelectual dominado pelos jesuítas e pela sua origem judaica. Denunciado por um primo de ser praticante de ritos judaicos, Ribeiro Sanches deixou de vez Portugal em 1726, temeroso em relação à Inquisição que perseguia sua família. Com o intuito de aprofundar seus estudos, esteve em vários países, como Londres e França. Em 1730, foi para a Universidade de Leiden, na Holanda, onde se estabeleceu por alguns anos e manteve contato com o renomado médico Boerhaave, seu principal preceptor. A partir da indicação de Boerhaave dirigiu-se para a Rússia, onde exerceu atividade médica durante vários anos, retornando a Paris em 1747 (SANCHES, 1922: 8-85).

Em contato com a ciência praticada no restante da Europa e crítico da situação em que se encontrava o saber científico em Portugal, Ribeiro Sanches foi um apologista da difusão da ciência moderna no Reino em substituição à orientação escolástica até então vigente no ensino. Nas *Cartas sobre a educação da mocidade*, publicada em Paris, em 1760, e enviada ao Diretor Geral de Estudos, o Principal Almeida, Ribeiro Sanches expunha a debilidade da educação em Portugal e, em particular, o estado em que se encontrava a medicina. Observava que o sistema pedagógico não era “suficiente para educarem os súditos de que tem necessidade o Reino, porque nestas quatro faculdades não entra a ciência natural” (SANCHES, 1922: 159). Nesse caso, o médico tinha os jesuítas como principal destinatário de suas censuras. Não é um mero acaso que suas propostas pedagógicas vieram a público um ano após a expulsão da ordem da Companhia de Jesus, em 1759, acreditando o autor ser aquele um momento propício para divulgar novas idéias (CARVALHO, 1987: 438).

Ribeiro Sanches foi autor de vários textos onde propunha mudanças vistas como necessárias à renovação científica em terras lusitanas. No *Tratado da conservação e saúde dos povos*, impresso em Paris em 1756 e em Lisboa em 1757, dizia que tinha o desejo de satisfazer o desejo de ser útil a terra onde nasceu (SANCHES, 1757). Embora nunca tenha retornado a Portugal, ele é reconhecido pela historiografia portuguesa como um dos precursores do Reformismo Ilustrado, pela influência de suas concepções na renovação do conhecimento científico e na reforma da Universidade de Coimbra, (CARVALHO, 1987; ARAÚJO, 1984). O que teria possibilitado a Ribeiro Sanches

difundir suas idéias no Reino, em que sentido a sua biografia contribui para elucidar alguns pontos dessa questão?

A resposta a essa questão extravasa sua história particular. A atuação de Ribeiro Sanches tem sido analisada como parte de um movimento mais amplo de renovação cultural protagonizada pelos “estrangeirados” em Portugal. “Estrangeirados” foram aqueles que por ascendência ou por circunstâncias diversas tomaram contato, mesmo sem sair de Portugal, com as descobertas científicas em outros centros da Europa e que estão associados com a problemática da Ilustração, a exemplo de Luís Antônio Verney, Jacob de Castro Sarmiento, dentre outros.

A questão dos “estrangeirados” tem sido objeto de controvérsias em razão das dificuldades de se estabelecerem elementos capazes de definir as características que unem os componentes desse grupo. Ao debruçar sobre o problema, Tiago Reis Miranda comenta ainda o pouco rigor metodológico e a falta de pesquisas biográficas que tornam difíceis a utilização do conceito e a dificuldade de se estabelecer uma unidade no âmbito dos ideários desse grupo. Para o autor, os critérios utilizados para definir “o conjunto de indivíduos que ora se analisa nem sempre são claros, variando entre o político, o sócio-econômico e o cultural” (MIRANDA, 1991: 48).

Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Ana Simões atentam também para os limites impostos pelo conceito. Para as autoras, os “estrangeirados” não podem ser definidos por categorias previamente definidas para a história política, econômica e social. Em contrapartida, defendem ser a noção de rede científica que permite traçar as afinidades existentes entre um conjunto de indivíduos relacionados entre si e que, mesmo informalmente, partilham um “tema comum”. Dessa forma, o “estrangeirado” é visto como “um segmento da malha de canais de difusão que se propõe integrar Portugal num novo corpo cognitivo e intelectual e epistemológico” (CARNEIRO, DIOGO e SIMÕES, 2000: 74).

Metodologicamente, essa perspectiva permite contornar certos obstáculos relativos aos critérios empregados para o estudo da questão do “estrangeiramento”. No lugar de tratar das concepções de determinados indivíduos tomados isoladamente e depois agrupá-los segundo características aleatórias, a investigação das redes possibilita reconstituir os vínculos formais e informais nas quais esses letrados se envolvem. De outra forma, tal abordagem contribui para compreender as articulações entre os

elementos específicos de formação e trajetória individuais e as dimensões coletivas das práticas científicas.

O caso de Ribeiro Sanches, aqui tomado como exemplo, demonstra a pertinência desse percurso analítico. Mesmo longe de Portugal, ele mantinha contato com homens ilustres e influentes, como D. Luís da Cunha, embaixador em Haia na época, que havia solicitado ao médico, em 1730, um plano de estudos para ser introduzido na Universidade de Coimbra. Os laços com o embaixador permitiram a Sanches um intercâmbio regular com os elementos próximos da corte de Lisboa e tornando possível divulgar em Portugal suas propostas de reformas. Após 1746, ele trocou várias correspondências com outro “estrangeirado”, o clérigo Luís Antônio Verney e autor do *Verdadeiro método de estudar* (1746), com o qual travou várias polêmicas. Com o médico Jacob de Castro Sarmiento, tradutor do *Novo Organon*, manteve igualmente amplo diálogo epistolar, tendo por objeto a troca de ideias sobre o progresso das ciências e as atividades da Sociedade Real de Londres e da Academia Real de Paris (ARAÚJO, 1984).

Por um lado, esses dados permitem mostrar como a biografia intelectual de Ribeiro Sanches pode fornecer caminhos para se compreender os processos e canais de divulgação da ciência moderna em Portugal a partir de suas articulações formais e informais nos circuitos da produção do conhecimento científico, as quais nem sempre se dão no âmbito das arenas epistemológicas. Por outro lado, a trajetória desse autor se conecta à de outros homens e, como já foi dito, com a própria sociedade onde atua, incluindo a esfera estatal.

Tais elementos têm sido mobilizados por alguns trabalhos associados à temática da Ilustração em Portugal e na América Portuguesa, os quais se voltam para as formas pelas quais os homens de ciência mobilizam estratégias individuais e coletivas para se inserirem na sociedade.

Em artigo no qual aborda a apropriação do Iluminismo pelos letrados no Brasil nas últimas décadas do século XVIII, Lorelai Kury traz alguns exemplos de como alguns homens de ciência se apropriaram e manipularam os conceitos das Luzes em voga, enfatizando as conexões que os letrados luso-brasileiros constituíram com os circuitos do conhecimento europeu. Exemplo disso é José Bonifácio. Após passar pela Universidade de Coimbra foi enviado pelo naturalista Vandelli, na década de 1790, para

viagem de estudos em países europeus, tornando-se conhecido na França como d'Andrada, participando de sociedades científicas, a exemplo da Société d'histoire naturelle de Paris. A autora procura fornecer outros exemplos que comprovam a inserção de alguns indivíduos no cosmopolitismo das Luzes e como, do ponto de vista das ideias, não houve simples reprodução das teorias científicas, na medida em suas concepções estavam atreladas à realidade colonial (KURY, 2004).

Outra dimensão dos trabalhos relativos às práticas científicas no mundo luso-brasileiro da segunda metade do século XVIII é aquela que enfatiza a necessidade de reconstituir os laços entre os letrados e o Estado. A esse respeito, Ronald Raminelli observou como a recente historiografia deu um saldo qualitativo ao vincular a produção do conhecimento às tramas do poder. Recorrendo à noção de “sistema de patronagem” de Emma Spary, o autor deslinda como o fazer científico dependia do financiamento estatal no império luso. É com base em tais pressupostos que o autor se debruça sobre algumas trajetórias de naturalistas que atuaram nos domínios ultramarinos, dentre outros aspectos das atuações dos naturalistas no império ultramarino português (RAMINELLI, 2008: 135-157).

Uma forma de demonstrar a pertinência de sua análise foi se voltando para alguns casos particulares. Em trabalho sobre Baltazar da Silva Lisboa, o “juiz naturalista”, Raminelli reconstitui a formação desse letrado na Universidade de Coimbra. Após frequentar o curso jurídico e estudar história natural e química, Silva Lisboa foi enviado para a América Portuguesa para promover a história natural. Ao atuar como juiz de fora no Rio de Janeiro se envolveu em disputas locais, razão pela qual foi expulso da capitania em 1796, sendo nomeado como ouvidor para a comarca de Ilhéus, na Bahia. Em 1801, sob proteção de D. Rodrigo de Souza Coutinho, tornou-se juiz conservador das matas e acumulou serviços e honras graças aos seus conhecimentos e serviços de naturalista. A exemplo de outros letrados, Silva Lisboa se inseria no “sistema de patronagem” colocando seus conhecimentos sobre a natureza à disposição do Governo Português e, em contrapartida, conquistando lugares na administração, honras e títulos (RAMINELLI, 2006).

O exame desse caso ganha relevância na percepção de elementos singulares que construíram o Império Português na época moderna. O texto sobre Baltazar de Silva Lisboa se encontra justamente em uma obra coletiva, onde a redução de escala e os

enredos individuais servem de referência para o estudo de temas vistos até então pelo viés de uma historiografia que privilegia os grupos sociais em detrimento do indivíduo (VAINFAS, SANTOS, NEVES, 2006).

Volto aqui a propor que o significado das experiências individuais está ligado às redes de conhecimento. Em outras palavras, no tocante às práticas científicas a importância de um indivíduo não pode ser dissociada das redes e dos quadros institucionais nos quais estão inseridos. Dessa forma, é importante mencionar também os estudos voltados para as academias científicas como forma de institucionalização do saber e de atuação dos letrados. As academias no contexto luso-americano se tornaram, ao longo do setecentos, relevantes espaços de organização do conhecimento e de sociabilidade, o que é válido não somente para as ciências naturais, como para a própria prática historiográfica, como bem demonstrou Iris Kantor (2004).

Atento a essa dimensão, Oswaldo Munteal filho analisou o papel desempenhado pela Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) como lugar de “articulação entre os projetos do Estado Português e a atmosfera intelectual do reformismo ilustrado de cariz pragmático”. O autor nota que a Academia possibilitou o encontro de vários homens preparados em Coimbra em acordo com os métodos científicos da ciência moderna. Estes métodos eram direcionados principalmente para o estudo e apropriação da natureza do Império Ultramarino, constituindo um “campo de identificação de práticas discursivas de intelectuais letrados” (MUNTEAL FILHO, 2001: 502-505).

Outro estudo sobre o papel das agremiações científicas é o de Vera Regina Beltrão Marques a respeito da Academia Científica do Rio de Janeiro (MARQUES, 2005). Criada sob os auspícios do vice-rei, marquês do Lavradio, a Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro (1772) estava ligada à Academia Real das Ciências da Suécia e seus membros se empenharam na atualização dos conhecimentos científicos na América Portuguesa, principalmente no tocante ao estudo da natureza brasileira.

A autora aponta a importância do envolvimento dos associados com outros letrados em Portugal, como indicam as correspondências trocadas entre Antônio Ribeiro Sanches e o fundador da Academia, José Henriques Ferreira, e com o bacharel em filosofia e médico Manuel Henriques de Paiva, dentre outros acadêmicos. Para Vera Beltrão Marques, as ligações entre esses homens de ciência e a Academia de Ciências

da Suécia, garantiram vínculos e debates que extrapolaram o domínio metropolitano. Além disso, seu estudo mostra que, mesmo após o fim da Academia em 1779, muitos de seus membros continuaram sua trajetória científica. Destaca nesse sentido a figura de Manuel Henriques de Paiva, que em Lisboa se tornou médico e professor, além de sócio da Academia das Ciências de Lisboa, dentre outras funções honoríficas e de destaque, como o fato de ser médico da Real Câmara (MARQUES, 2005: 51-52).

Essa abordagem demonstra que a historiografia sobre as práticas científicas não pode deixar de estabelecer os pontos de intercessão entre a biografia individual e coletiva. Como já foi mencionado no início deste trabalho, pesquisas centradas na história das ideias se voltam para as biografias de determinados homens de ciência, revelando a dimensão singular e, ao mesmo tempo, coletiva de suas práticas, indissociáveis de uma abordagem do contexto e das formas de sociabilidade. Para o século XVIII luso-brasileiro, pode-se dizer que se por um lado, as histórias de vida revelam distinções das trajetórias dos “cientistas”; por outro, esses só se projetam quando conseguem se inserir em instituições que os projetam na esfera da ciência. Como lembra Silvia Figueirôa para outro contexto é “na interação inextricável, porém singular, entre indivíduo e contexto, ideias e ‘ambiente’, que o conhecimento é produzido” (FIGUEIRÔA, 2005: 53).

Dessa forma, é no cruzamento entre o pensamento individual e o “coletivo de pensamento” (FLECK, 1985) no qual o autor se insere que se encontra uma chave interpretativa relevante para as práticas científicas no setecentos. Este trabalho, mais do que apontar conclusões para os usos da biografia na historiografia das ciências tão somente procurou trazer à tona algumas questões que, a nosso ver, se mostram frutíferas e suscitam problemas ainda a serem investigados.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, pedagogia e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches. **Revista de História e teoria das idéias**. Revoltas e revolução, Coimbra. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, v. 6, p. 377-395, 1984.
- CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana. DIOGO; Maria Paula. Enlightenment Science in

- Portugal: The estrangeirados and their communication networks. **Social Studies of Science**, 30, 4, p. 591-619, 2000.
- CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça . A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v.4, n.3, p.1-14, jul./ago/set. 2007.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908).. **Varia História**, Belo Horizonte-MG, v. 21, n. 34, p. 437-455, 2005.
- FLECK, Ludwik. **La gênesis y el desarrollo de um hecho científico**: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del coletivo de pensamiento. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo-Salvador: Editora Hucitec, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: A Academia Científica do Rio de Janeiro. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.
- MENDELSON, Everett. The social construction of scientific knowledge. In: MENDELSON, Everett.; WEINGART, Peter.; WHITLEY, Richard. (Eds.). **The social production of scientific knowledge**. Dordrecht: D. Reidel Publ. Co., 1977.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Estrangeirados": A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, n.123-124, pp. 35-70, 1991.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMINELLI, Ronald . Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista.

In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das (Orgs.). **Retratos do Império**: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EdUFF, 2006.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade** [1760].

Coimbra: Imprensa Universitária, 1922.

SANCHES, Antônio Ribeiro. **Tratado da conservação da saúde dos povos**. Lisboa:

Officina Joseph Filipe, 1757.

VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos e NEVES, Guilherme Pereira das

(Orgs.). **Retratos do Império**: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EdUFF, 2006.

JOSÉ DE ALENCAR E A LITERATURA COMO NARRATIVA DA HISTÓRIA

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira*

O texto que ora se apresenta é o resultado parcial de um projeto maior: minha dissertação de mestrado em andamento e, portanto, terá caráter resumido. O objetivo da dissertação é destacar a contiguidade entre a perspectiva de história que embasava os romances indianistas de José de Alencar e a formação de uma tradição dos estudos históricos nacionais em seu período. Pretendemos demonstrar que o indianismo alencarino se propunha como uma narrativa histórica, acompanhando de perto as proposições da cultura histórica em formação em nosso país. Ao final se destacará o compromisso de Alencar com a narrativa da história pela forma literária, seu conhecimento de um projeto de história nacional e seu comprometimento com a execução desse projeto.

Nesta apresentação nosso objetivo é mais modesto e reside em apontar para as relações entre o pensamento de Alencar e a tradição que se construía, naquele momento, sobre como e o que narrar da história nacional. Para tanto abordaremos aqui dois de seus textos não ficcionais: *Cartas da Confederação dos Tamoios* (1856) e “Benção Paterna” (1872) destacando neles alguns aspectos importantes da perspectiva alencarina sobre a história do Brasil e sobre o como narrá-la. A partir do acesso a estes textos podemos afirmar que Alencar apresentava como certezas: a consciência de uma história brasileira, representada por um passado que necessitava ser recuperado na forma da narrativa histórica; a certeza de que a literatura seria uma forma possível dessa narrativa; A noção de uma cronologia para a história pátria, definida pela referência ao indígena; a urgência em se narrar o passado indígena, como o mais recuado ponto da história nacional e definidor das origens.

Estes aspectos nos indicam uma perspectiva bem elaborada de passado e narrativa do mesmo, na concepção do autor. Ainda que os textos aqui abordados não apresentem uma poética acabada ou mesmo um projeto strictu sensu, neles Alencar se pronuncia de maneira mais delongada sobre tais aspectos, principalmente na ênfase da relação entre literatura e história. Neles pode-se perceber, sobretudo, o

* Mestranda PPGHIS-UFOP.

comprometimento de Alencar com as questões de seu tempo e principalmente, que se encontrava a par dos temas que ocupavam os estudos históricos no período (1820-1870). Em consonância com os debates mais acirrados do período, os textos alencarinos ressaltam que paralelamente ao sentimento de urgência em relação ao passado nacional e do chamado patriótico à construção da memória histórica nacional tanto pela literatura como pela história (e esse seria o tema de alguns dos textos e autores mais influentes do período), o indígena assumia centralidade nas propostas de cronologia e de temática para quaisquer manifestações de nacionalidade.

As razões da escolha do indígena como cronótopo da história nacional no período (cronótopo em sentido Bakhtiniano de dimensionamento espaço-temporal da narrativa) são profundas e ainda merecem estudos. Pode-se sem dúvida relacionar essa opção pelo elemento indígena como definição imagética, no paralelismo dos estudos históricos da primeira metade do século XIX que, ancorados na monogenia e tendo em vista a existência de adiantadas civilizações americanas, levava a acreditar-se na possibilidade de se encontrar civilizações perdidas também no Brasil (e essa ilusão só se desfez após o malfado das expedições de busca imperiais, a partir de 1860).

Há que destacar que, para além de questões nativistas, o indígena assumia a função de baliza histórica, de tema privilegiado dos estudos históricos nacionais e, portanto a importância do tema ultrapassa o mero efeito estético pitoresco que vem sendo ressaltado nas abordagens do indianismo literário¹. A temática do indígena na literatura e história do Brasil faz seu debut em um texto que nos parece ser iniciador dos debates em torno do cronótopo do indígena, como definidor da nacionalidade, bem como pela proposição da literatura como narradora da história: o *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. De Denis. Neste trabalho que foi o primeiro a reconhecer uma literatura brasileira – publicado quatro anos após a Independência – Ferdinand Denis se torna o iniciador do debate sobre o indígena como cronótopo para a literatura e história nacional, ao associar a história indígena pré-cabralina a Homero. Para ele a literatura nacional deveria se dedicar à narrativa do passado nacional (entendendo então, a literatura como uma forma válida de

¹ A crítica literária tem apontado à exaustão a relação entre indianismo e nacionalismo, num sentido estético de pitoresco e valorização do tema local. Há, porém uma dimensão histórica para a representação deste indígena, que significa muito mais do que simplesmente uma “cor local” em sentido estético. Em nossa dissertação discutimos mais profundamente este aspecto.

narrativa da história), associando literatura nacional à narrativa da história e reiterando um tempo heroico indígena que seria fonte de mitos e lendas equivalentes aos gregos e romanos.

A história brasileira, para Denis, se equivaleria à europeia e, sendo assim, os tempos históricos europeus encontrariam similitude nas épocas brasileiras. A uma antiguidade indígena, se seguiria uma “idade média” brasileira, em que a conquista do território (natureza e indígenas) entre subjugar a natureza hostil e elevar os autóctones à civilização europeia equivaleria aos grandes feitos medievais. A cronologia de Denis para a história do Brasil se fazia em equiparação de etapas da história europeia pelas equivalentes na história pátria e, nesse sentido, o indígena se torna uma baliza extremamente importante como representante do passado mais recuado e como elemento definidor de origens.

Este texto de Denis certamente não caiu em solo seco. Em 1836 Gonçalves de Magalhães publica seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” em que as primeiras flores de Denis desabrocham. Seguindo pela senda de uma história literária comprometida com a narrativa da nação, G. de Magalhães constrói um projeto ao mesmo tempo literário e histórico em que retoma vários dos temas de Denis, sobretudo a urgência de narrar o tempo indígena como a Idade antiga do Brasil e a narrativa da nação como principal objetivo da narrativa literária. Em seu estudo a periodização, temas, sua ênfase na narrativa do indígena, ate mesmo a forma da história (que em sua opinião deve seguir o drama) tudo dirige para a continuidade da proposta de Denis, do indígena como cronótopo da história nacional e para o compromisso da literatura com a narrativa da história da nação.

Como terceiro exemplar da importância do cronótopo do indígena na narrativa da nação, temos *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845) de Von Martius, primeiro projeto de escrita da história strictu sensu que, no entanto, retoma as preocupações externadas nos textos e autores anteriores. Nesse trabalho Martius reitera à narrativa histórica a responsabilidade de narrar a nacionalidade, embora ainda em sentido contíguo à narrativa literária - ele mesmo autor de um romance indianista: *Frei Apolônio*: um romance do Brasil de 1831. Não será escusado sublinhar as imbricações entre história e literatura no período: os três autores citados foram grandes nomes da história e literatura nacionais na primeira metade do século XIX. Todos eles produziram

obras em ambos os campos, compartilhavam de alguns pressupostos e, sobretudo da fé no cronótopo indianista como definidor da história nacional, que vigoraria no período compreendido entre 1820 – 1870.

Queremos poder perceber estes autores e seus textos como indiciais, ao mesmo tempo em que colaboradores, de uma tradição e de uma cultura histórica em que a memória da nação se produzia. Pioneiros, seus trabalhos representaram papel importantíssimo como consolidadores de um pensamento sobre o cronótopo indianista na história nacional e foram responsáveis pela formalização de ideias que eram correntes na primeira metade do século XIX. A influência e presença deles e de suas obras é inquestionável e desta maneira, sua capacidade de nos elucidar a respeito das preocupações históricas do período é insofismável. Assim, a partir deles concluímos pela importância do projeto litero/histórico da primeira metade do século XIX, em que os letrados nacionais se dedicaram ostensivamente à elaboração de uma memória histórica que se manifestava, principalmente, através da literatura indianista.

A partir da opção pela narrativa do indígena como memória histórica, Alencar se insere numa tradição à qual se remete incessantemente e a que pretende e julga ter dado continuidade. Nos dois momentos que aqui nos interessam ele se encontra em estágios distintos: nas *Cartas*, em 1856, ele apresenta uma perspectiva projetiva a ser seguida pela literatura, em sentido de colaborar na construção da memória histórica da nação, em acordo com a tradição. No segundo momento, o da *Benção Paterna* de 1872 ele se vê em momento de balanço historiográfico (*latu sensu*) em que se julga realizador das propostas apontadas por aquela tradição. Se em 1856, Alencar esboçava um projeto literário (comprometido com a narrativa histórica) em 1872 ele dá esse projeto por acabado, o que demonstra, no mínimo, uma linearidade de pensamento e ação. Em segundo lugar e não menos importante, se no primeiro momento Alencar aponta para o compromisso entre a narrativa literária e a memória histórica, em seu “testamento literário” ele dá por concluído um projeto de narrar a nação desde a sua antiguidade até o tempo contemporâneo, através da narrativa literária, ou seja, todos os seus romances são históricos.

A perspectiva de uma literatura capaz de narrar a história se prende ao momento de Alencar e a uma perspectiva que não dissociava literatura e história como narradoras da memória da nação (e esta perspectiva era comum entre os autores do período, a

exemplo dos três citados anteriormente aqui). Complementaridade em relação à narrativa histórica e aos Estudos Históricos, capacidade similar de portar a verdade histórica, responsabilidade semelhante de conformar e divulgar a memória histórica e, sobretudo a mesma concepção de história nacional que era compartilhada pelos autores do período: a história do Brasil conformada pelo cronótopo indígena. Assim, a obra alencarina se demonstra como um importante indicial do estado da cultura histórica de seu período, divulgador privilegiado de uma memória histórica que se propunha e um competente autor de narrativas históricas, como uma percepção invulgar da história. Sua preocupação com a especificidade da história já se demonstra nas Cartas, onde ele insiste no respeito à tradição.

O chamado à tradição: As Cartas sobre a Confederação dos tamoios

As Cartas sobre a Confederação dos Tamoios (1856) (publicadas anonimamente em jornal e depois em livro, no mesmo ano) deram início a um importante fato literário dos novecentos: A polêmica da Confederação dos Tamoios. Publicadas por ocasião do lançamento do poema épico *A Confederação dos tamoios* (1856) por Gonçalves de Magalhães, As cartas são um chamado a razão para G. de Magalhães, em que Alencar aponta as deficiências do poema proposto como nossa epopeia nacional.

Forma e conteúdo já indicam a proposta histórico-literária do texto: destinado a rememorar um episódio da história colonial de luta entre os índios tamoios e os portugueses na forma de um poema épico, o texto tem alto teor nativista e se propunha a consolidar as propostas do mesmo autor, no ensaio de 1836: a narrativa da história através da literatura, a ênfase no tema histórico para a literatura nacional e principalmente a ênfase na recuperação do passado em que se reitera a figura do indígena na história nacional. Seguindo a tese do enxerto cultural defendida em seu ensaio de 1836, o poema e a iniciativa de produzi-lo tendiam a consolidar as propostas de vinte anos atrás. Juntamente com os poemas indianistas de Gonçalves Dias, G. de Magalhães pretendia confirmar a maturidade da literatura pátria, que engajada na representação do passado (tendo o indígena como cronótopo) cumpria sua missão de memória histórica. À falta, porém, da grande obra da nacionalidade G. de Magalhães sai a campo para produzir a grande narrativa nacional. Mas Alencar quer mais.

Dedica-se a leitura do poema como curioso e apaixonado e como se pode

perceber pelo teor das críticas, como um grande interessado na causa nacional, sobretudo quanto ao papel que a literatura tem a desempenhar na divulgação da cultura histórica e da nacionalidade. Assim é uma leitura cívica e política que Alencar desenvolve em suas cartas, centradas na apreciação estética. Acima de tudo, Alencar apela à tradição histórica. É a ela que se refere todo o tempo para confirmar a historicidade do narrado por Magalhães e para reiterar a necessidade de que esses fatos sejam vertidos à narrativa histórica (ainda que literária). Assim, paralelamente às críticas de teor estético que formam a grande massa das *Cartas...*, Alencar desenvolve um esboço de teoria literária que se apoia principalmente na necessidade de narrar o passado e reavivar/celebrar a memória histórica.

Esboçam-se, portanto, nas cartas, algumas referências importantes para o seu futuro trabalho de narrador da Nação. Apesar de difusas, algumas das principais características da narrativa alencarina estão propostas nesse texto como objetivos a serem alcançados e, principalmente como indiciais de sua consciência histórica e do compartilhamento de uma cultura histórica. Apesar de não poder se referir ainda a uma tradição historiográfica no sentido moderno, Alencar apresenta uma invulgar consciência da existência de uma história nacional, nos parâmetros definidos por Rüsen (2009) como participantes de uma consciência e cultura histórica.

A começar pelo seu apelo à narrativa do passado como necessidade premente: a identidade está atrelada à memória histórica: que nos dá a dimensão do que somos hoje, porque esse momento é distinto do passado, que não existe mais (RUSEN). A narrativa literária do passado dá ao poeta o poder de fazer reviver o passado (ALENCAR, 1856: 52-3). Porém há uma distância entre o narrado e o vivido que precisa ser respeitado, numa perspectiva clara de que ele é completamente distinto do presente, não só no sentido dos fatos acontecidos, mas também da maneira como eles são percebidos e sentidos (ALENCAR, 1856: 6). A ênfase temática recai sobre a urgência de uma narrativa do indígena como um monumento que necessita ser estudado, porque o indígena da narrativa histórica é aquele que não existe mais, o grande representante de nossa memória histórica.

Outro aspecto importante, presente nestas cartas, é o reconhecimento da existência de uma tradição. Essa tradição representa a certeza moderna de que possuímos uma história, porque temos narrativas e documentos (nem sempre escritos)

para referendá-la. Repare-se que as referências são várias, apontando para a convivência entre diversas vozes narrativas e fontes, que convivem em pé de igualdade no sentido de referenciar o passado. A cultura histórica que vem se constituindo apresenta ainda uma constelação em que as referências (fontes) flutuam paralelamente, sem uma ordem exata a não ser sua originalidade e capacidade de testemunho. O critério alencarino para veracidade do narrado repousa na proximidade entre fato e narrador, ainda que insista numa crítica interna, relativa às possíveis intenções ou interesses da fonte.

O estado da cultura histórica nacional quando da produção das *Cartas* é bem representado pelas escolhas alencarinas. Seu texto se torna indicial de que o momento é de coleta das fontes, do reconhecimento do passado como entidade a ser reverenciada, momento também de imprecisão na organização dos dados e de priorização de fontes, bem como de voluntarismo no trabalho de resgate; tais aspectos percebem-se na argumentação alencarina e estão apontados nos esforços do IHGB no período, como nos demonstra Guimarães (1988). Neste texto, porém, essas questões assumem vital importância porque tem o caráter de um esboço, um projeto do que se tornaria mais tarde o romance indianista de Alencar. Ao criticar o poema de G. de Magalhães, Alencar associa crítica literária e argumentação sobre a memória ressaltando aspectos que ele considera vitais na tradição histórica e que necessitam ser destacados na narrativa sobre o passado: literatura indianista.

Dentre estes aspectos, ele ressalta a necessidade de se narrar o indígena do passado, sobretudo a violência sofrida, uma vez que o encontro entre as duas raças representaria a destruição de um povo. É complexa essa perspectiva, porque o anti-lusitanismo presente em G. de Magalhães será posteriormente atenuado nas narrativas alencarinas. Do nativismo de Magalhães ao nacionalismo de Alencar, houve que reavaliar a presença do português, uma vez que não se poderia negar sua ascendência. Essa perspectiva não estava clara nas *Cartas*, mas se tornaria bastante bem construída em *Benção Paterna* (1872).

A Benção paterna: historiador do passado e profeta do futuro

A benção paterna é o prefácio a *Sonhos d'ouro*, romance publicado em 1872 e assinado por Sênio. Nele Alencar já se encontra bastante distante do jovem entusiasta das *Cartas*. A vivência política e literária (e estas coisas nunca se dissociaram em sua

vida) havia sido bastante desgastante, afora os problemas de saúde e Alencar assume que já se sente velho: Sênio. Como outros, este prefácio é na verdade uma defesa prévia da obra, bem como um balanço de sua produção literária. Poderíamos dizer que este texto é um testamento literário alencarino, em que ele dá por bem concluída sua missão de narrar a nação através da ficção, como também parece considerar como sua a missão de constituir a literatura nacional.

Nesse texto, logo após alguns conselhos paternos para o “livrinho” Alencar faz uma digressão sobre o estado da literatura nacional, que se confunde com sua produção literária a qual, em sua opinião, havia atingido o sucesso de narrar toda a história nacional, desde seus tempos mais remotos, (aqueles em que o indígena é representado) até os dias mais atuais, em que se representam a vida rural e urbana da nação. Desde as origens, retomando o tempo indígena em que se podia narrar através de lendas, até os romances históricos em que o período colonial de encontro entre as raças se fazia, até chegar ao período contemporâneo, de tudo dera notícia a sua produção literária.

Escrito em 1872, benção paterna avalia toda a produção alencarina, confundida com por ele com a literatura nacional e considerada como tendo realizado a tarefa de narrar toda a história nacional. Em uma cronologia que segue ainda o cronótopo do indígena e as épocas prognosticadas pelos autores anteriores, Alencar aponta para o sentido da nação: as etnias se encontram (como no texto de Martius) confluindo para a formação do rio da nacionalidade. “Historiador do passado e profeta do futuro” (ALENCAR, 1856: 53) Alencar atualiza a perspectiva de Martius, apontando para os afluxos continuados de emigrantes europeus e sua possível influência na formação da nacionalidade, ainda tênue. Em verdade, ele avança, no sentido de prognósticos para o futuro da nação ao considerar as levas imigrantistas do presente como influências ainda impossíveis de prever, mas que certamente interviriam no futuro (ALENCAR, 1872: XIV).

Perceba-se que, não só há uma periodização clara para a história do Brasil, como uma caracterização também definida em sentido acabado (ALENCAR, 1872: XIII-XIV). A segurança com que o autor se refere a esta periodização e à caracterização das épocas da história pátria (sempre a partir da literatura) remetem a uma cultura histórica já difundida e facilmente reconhecível para o leitor, sem necessidade de maiores citações ou justificativas. A história nacional é já conhecida e se encontra bastante bem

narrada: sobretudo representada pela literatura nacional – sua produção.

As raízes do Brasil, porém, em sua perspectiva, são aquelas lançadas pelos autores da primeira metade do século XIX: índios e brancos. Sua literatura se associa a narrativa da história e Alencar aparentemente considera seus romances todos como históricos, uma vez que narram épocas do Brasil. Datado, sem dúvida alguma, esse benção paterna apresenta uma cronologia para a história do Brasil e uma definição de épocas, sobretudo centradas no desenvolvimento da sociedade brasileira. É o elemento humano e cultural o que pretende narrar a história de Alencar, em iniciativa bastante arrojada. Esta é em sua opinião a *missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vae esboçando no viver do povo* (ALENCAR, 1872: XVI).

O *pathos* nativista das *Cartas* cede vez ao encanto nacionalista da mestiçagem. O lamento pela dizimação dos indígenas como proposto no texto de 1856, foi suavizado pela certeza de um destino glorioso em que a “seiva americana” renova o envelhecido sangue português, que será sempre melhorado por novas levas de migrantes (ALENCAR, 1872: XIII). O Brasil, em sua opinião parece ser o destino de várias culturas que, juntas na profundidade do tempo histórico, levariam ao surgimento da nação madura, em tempo futuro. A experiência da memória histórica perde o caráter de lamentação pelo passado e torna-se local de experiência para se compreender o destino da Nação. Há nesse raciocínio muito de Martius, sem dúvida alguma, como também há algo de G. de Magalhães e de Denis. As ideias destes homens sem dúvida alguma refletiam o pensamento de seu tempo, quando não o enformavam. Porém há a colaboração alencarina de perceber no afluxo das novas raças uma continuidade do destino e do desenvolvimento da nacionalidade que se comprovaria acertado. A nação estava longe de estar acabada: e a baliza da nacionalidade é lançada para o futuro, o tempo histórico esticado.

Há sem dúvida, uma perspectiva diferenciada entre estes dois textos, que não será aprofundada aqui. Interessava-nos demonstrar a historicidade da narrativa do indígena no período e o contato de Alencar com os estudos históricos. Também se tentou demonstrar que, não só Alencar estava bastante bem informado sobre, como também apresentava uma perspectiva madura e que representava uma contribuição real

para a consolidação da memória histórica nacional através da literatura.

Suas narrativas se propõem a colaborar na construção de uma memória e de um tempo histórico que ainda se encontra relativamente difuso em 1856 e já bem sólido em 1872. Cremos ter podido demonstrar que Alencar participou do debate de seu tempo sobre a história nacional, sobretudo em sua conformação em torno do cronótopo do indígena e, portanto, se encontrava não só observando atentamente os estudos históricos do período, como também se comprometia a divulgá-los e mesmo contribuir para seu avanço, no sentido da representação do tempo e da memória, através do romance que em sua perspectiva (afirmada em benção paterna), é sempre histórico.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José de. *Benção Paterna*. In: _____. **Sonhos d'ouro**: romance brasileiro (Volume 1). 1. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.
- _____. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios 1**. Ed. Rio de Janeiro: Empresa Tipografia Nacional do Diário, 1856.
- DENIS, Ferdinand. **Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil**. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: **Niterói** – Revista brasiliense. Tomo 1º, n. 1. Paris, 1836.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**. N. 24. Janeiro de 1845.

ESCREVER A VIDA DE MARC BLOCH, OU COMO FAZER UMA BIOGRAFIA ACADÊMICA DE UM HERÓI FRANCÊS

Jougi Guimarães Yamashita*

As grandes livrarias do país têm sempre uma sessão reservada às biografias. O mundo se transforma, as pessoas lêem cada vez menos, o gosto delas varia de acordo com o tempo, mas a prateleira de biografias permanece aparentemente inabalável, apresentando novas edições e novos títulos a todo instante. Imediatamente, podemos chegar a uma conclusão lógica: biografias vendem bem. A vida dos outros, por assim dizer, fascina.

Esse sucesso certo da escrita de uma vida, porém, não se repetiu a todo instante no campo historiográfico. Seu caráter subjetivo, que lhe é inescapável, uma vez que o biógrafo só é capaz de “reconstruir” uma vida utilizando-se de sua própria imaginação e talento criador (DOSSE, 2009: 55), foi justamente o germe da desconfiança do historiador em relação a esse gênero durante um longo período. Em um momento em que a história lutava com todas as suas forças para se consolidar como um campo científico do conhecimento¹, nada parecia mais compreensível do que negar espaço a uma escrita em que o saber empírico estivesse “envenenado” com as cores e formas da caneta de quem escreve. Para os historiadores, portanto, a biografia foi considerada um gênero menor, “impuro”, como disse François Dosse (2009).

Isso só vai ser revisto com mais intensidade a partir da década de 1980. Nesse momento, a postura do historiador em relação à biografia se alterava consideravelmente. Em meio a inúmeras discussões de renovação historiográfica que foram impostas naquele momento, o registro de uma vida voltou a ser atrativo para os guardiões de Clio. Justamente o caráter renegado anteriormente, de que a biografia é uma “mescla de erudição, criatividade literária e intuição psicológica” (DOSSE, 2009: 60) tornou-se eixo para debater a fundo o papel da história como ciência ou ficção – ou, por que não, a ambos.

Uma das grandes mudanças que se consolidaram nesse novo momento foi que, a

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profª. Drª. Norma Côrtes Gouveia de Melo.

¹ Estamos falando dos séculos XIX e boa parte do século XX.

partir dele, as biografias de grandes nomes passaram a dividir espaço nas prateleiras com pessoas até certo ponto desconhecidas. O “homem comum” passava a ser interessante para os historiadores. Para além da questão da eminência do indivíduo, outra questão se colocava. Uma vida mereceria ser contada se atendesse a dois requisitos básicos: a singularidade da trajetória seria fundamental, mas, ao mesmo, tempo ela deveria representar uma época.

Bem ao encontro dessa problemática encontra-se a figura de Marc Bloch. Nome consagrado na historiografia como um dos fundadores dos *Annales*, a grande referência da escrita da história na França durante boa parte do século XX, sua trajetória combina muito bem essa demanda por singularidade e representatividade de uma época. Justamente por isso, foi um dos tantos nomes “relembrados” pelos biógrafos acadêmicos a partir da década de 1980².

Marc Bloch nasceu em 1886, portanto, poucos anos após a derrota da França na guerra franco-prussiana. Foi, por esse motivo, educado no período em que o patriotismo era estimulado no território nacional. Durante a infância e juventude, experimentou um momento de ruptura da sociedade e identidade francesas, com o caso Dreyfus (algo que, aliás, deve ter sido preocupante para uma família judaica como a de Bloch). Ainda nesse clima de incertezas, teve início a Grande Guerra de 1914-18, na qual Bloch atuou como soldado. Após a guerra, sofreu com o anti-semitismo que já experimentara anos antes – mesmo que não na própria pele, pois, formado em história, tentou durante uma década conseguir uma vaga no renomado *Collège de France*, empreitada na qual não foi bem sucedido. Viveu, durante esses anos de insucessos, em Estrasburgo, região de eterna disputa entre franceses e alemães e, por isso, centro de intensos debates sobre a identidade nacional. Para completar, com a Segunda Guerra despontando, Bloch mais uma vez atuou no *front*. Com a França derrotada, e sendo perseguido em sua própria terra por ser judeu, veio a decisão que coroou uma vida repleta de momentos extremos da história francesa: a de aderir à Resistência, a partir do grupo *Franc-Tireur*. Daí em diante, pouco tempo seria contado para sua prisão e o seu fuzilamento pela Gestapo logo após o famoso “Dia D”.

Guerra franco-prussiana, Caso Dreyfus, as duas Guerras Mundiais, o clima de

² Ver nas Referências bibliográficas os trabalhos de Carole Fink (1995), Étienne Bloch (2000) e Olivier Dumoulin (2003).

Estrasburgo, a Resistência Francesa. De fato, um indivíduo com trajetória única, mas ao mesmo tempo claramente representante de um tempo bem marcado: a Terceira República Francesa. Ler sobre a sua vida, portanto, não deixaria de ser uma forma de “mergulhar em uma época” de constantes tensões em torno da identidade nacional francesa.

Outro contexto muito debatido nas últimas décadas do século XX e nesses primeiros anos do novo milênio em território francês também favoreceu diretamente a escolha de Marc Bloch como alguém a ser biografado. A derrota do país em 1940 e o subsequente trauma da França colaboracionista – o governo de Vichy – não foram importantes para a trajetória de Bloch apenas por terem sido o cenário de seu fuzilamento pela Gestapo, o fim de sua vida física. Esses momentos foram cruciais também para a construção de sua trajetória *post-mortem*, ligada a todo o esforço de memória que criou o “mito” Marc Bloch, nome hoje conhecido não apenas pelos historiadores, mas apresentado como um herói à sociedade francesa. Bloch apareceu na mídia francesa, como, por exemplo, nos consagrados *Le Monde* e *Le Nouvel Observateur* (DUMOULIN, 2003). Na década de 1990, várias instituições adotaram ou tentaram adotar o nome Marc Bloch, e chegaram mesmo a brigar por ele³. Havia chegado o tempo dos nomes de ruas, prêmios e estabelecimentos escolares. Criou-se uma aura que era inédita a um historiador profissional.

Isso foi, de certa forma, resultado de um recalque na sociedade francesa em relação à experiência da guerra (LABORIE, 1994, 2009). Como falar da humilhante derrota? Como dizer que uma nação que, desde 1789, se tornou o baluarte da liberdade, foi capaz de se submeter ao inimigo e, o que é pior, de ajudá-lo a perseguir e enviar aos campos de concentração tantos indivíduos, inclusive cidadãos nacionais? Como falar daqueles que nada fizeram ao ver o inimigo ocupando suas cidades? E daqueles que compartilhavam com os ideais do invasor? Como tratar, enfim, daqueles anos em que todos os valores que compunham o “ser francês” mostraram-se fracos, praticamente

³ A título de exemplo: em 1993, foi criada a *Association Marc Bloch*, dirigida por François Bédarida. Em 1994, o centro francês de investigações em ciências humanas de Berlim foi batizado com seu nome, além da universidade de Belfort, e a tentativa de adotar o nome no Conselho de Administração da Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo (tentativa fracassada e envolta num interessante caso: a propaganda contra a adoção do nome foi feita através da distribuição de panfletos com conotação anti-semita). Em 1995, alunos oficiais de reserva da escola de Coëtquidan eram chamados de “capitão Bloch”. No mesmo ano, recebera uma promoção na *École National d'Administration*, eleição que até então só Tocqueville e Braudel (logo após a sua morte) haviam recebido. (DUMOULIN, 2003: 26)

nada além de discurso, quando uma sociedade parecia ter paralisado diante do poder do inimigo?

A resposta, durante algum tempo, foi não falar. Tratar apenas daqueles que levaram até as últimas consequências os ensinamentos que eram comemorados no dia 14 de julho. Fazer com que esses virassem, na memória, não uma pequena parcela da sociedade, mas sim *o todo nacional*, que nunca ficaria de braços cruzados frente ao absurdo que se estabeleceu após a derrota de 1940. A culpa teria sido toda dos alemães. Nesse discurso, que muitos levaram a cabo durante anos, não houve cidadão francês algum aliado à barbárie de Hitler e seus subordinados maléficis. Assim, a consciência dos franceses ficava limpa. Segundo Pierre Laborie, o período que os franceses se reconheciam nessa visão do passado que identificava o país àqueles que haviam resistido ao regime de Vichy e à ocupação alemã durou cerca de 30 anos (2009: 41).

Antes de avançarmos, uma ressalva deve ser feita. Essas interdições da memória não são exclusividade dos franceses. Podem ser detectadas em vários momentos da história como, por exemplo, no caso do trauma das ditaduras latino-americanas. Beatriz Sarlo (2007) destaca que, em ambos os casos, o que acontece é que essa memória que se cria imediatamente logo após o trauma não deixa espaço para a sua crítica. É a vitória de um discurso de resistência e indignação que é muito poderoso e que exclui a possibilidade de diálogo com qualquer outro discurso. Não se pode estar contra ele, nem mesmo buscar relativizá-lo. Fazer isso seria estar do lado do opressor de outrora, seria trair a pátria. Dessa forma, vemos nascer uma “ditadura do discurso” que aprisiona e tortura o conhecimento histórico.

Durante as últimas décadas, no entanto, alguns historiadores conseguiram superar esse problema fundamental sobre o período da guerra. Mas é sintomático que o movimento de questionar a memória gaullista de uma resistência unificada sobre a guerra e analisar a situação da França dividida tenha começado com o trabalho de um historiador que não era francês, Robert Paxton (ROUSSO, 1998), com sua obra sobre Vichy (1997). A partir daí, historiadores como Henry Rousso, François Bédarida e Pierre Laborie começaram a desenvolver seus estudos sobre o tema. Mesmo assim, no entanto, a memória da grande Resistência e das vítimas da *Shoah* ainda existe e tem força. Processos em torno da reparação das vítimas, julgamentos de criminosos de guerra ou colaboracionistas, entre tantos outros exemplos, são provas cabais de que o

debate ainda está aceso e longe de terminar.

Nesse momento de busca por uma análise crítica da França na guerra, a atuação de grandes nomes consagrados como heróicos são muito criticados. Os “heróis” da Resistência, como De Gaulle e os Aubrac, perdem seu espaço. Imenso prejuízo para os esforços de memória. Quem salvaria a França, se os líderes até então cultuados fossem desgastados com erros e hesitações?

A resposta, de certa forma, assemelha-se muito ao objeto dos historiadores que recuperavam o biográfico. Eram os “homens comuns”, heróis que não tinham a notoriedade dos que estavam substituindo, nem a influência dos mesmos, mas que dentro do seu espaço de possibilidades teriam atuado de forma que convenientemente passou a ser digna de lembrança. Não é à toa, portanto, que Marc Bloch, agora elevado ao panteão dos heróis da luta pela França, tenha sido biografado nesse período.

Esse momento, aliás, enquadra-se no que Daniel Madélenat classifica como o “paradigma moderno” da biografia (1995)⁴. Seria o momento em que a biografia finalmente se firma como gênero, e assume o seu caráter híbrido já mencionado – a mescla da rigidez documental com a capacidade imaginativa do autor – e que põe o cientificismo em xeque. O que diferencia o paradigma moderno dos outros é que a criação (intuição) do autor ganha força, passando a ser um elemento levado mais em conta do que a objetividade (a razão). Muitas dessas biografias, por exemplo, vão tentar retratar a infância dos biografados, seus momentos de “inconsciência”.

Carole Fink (1995), que foi uma das pioneiras na escrita de uma biografia⁵ do historiador que morrera em 1944, não foge a esse roteiro em seu trabalho sobre Bloch. Chega mesmo a buscar elementos da sua vida que seriam fundamentais, como antes do próprio nascimento, no primeiro capítulo intitulado “Antecedentes”. Esboçar os passos da família Bloch na França seria, para a autora, um passo importante para entender esse indivíduo cuja vida seria escrita. E como o período da infância carece de fontes, é sobre a educação de Marc Bloch que ela se debruça. Ter lido os manuais de Lavisser nos liceus, e ter crescido em meio a todo o debate sobre o Caso Dreyfus – e, conseqüentemente, sobre a identidade judaica e suas tensões com a identidade nacional

⁴ No seu trabalho sobre a biografia, ele diferencia três paradigmas biográficos durante a história: o paradigma clássico, o romântico e o moderno. Este último é o que nos interessa no presente momento. Estaria datado a partir do século XX, sobretudo após o fim da Grande Guerra.

⁵ Consideramos aqui livros publicados, deixando de lado artigos contendo dados biográficos.

francesa – são traços que marcariam a personalidade de Bloch.

Essa biografia de Fink apresenta uma estrutura organizada cronologicamente. Portanto, a escrita da vida nesse caso segue uma vertente factual. A formação como historiador, a participação na Grande Guerra, a experiência em Estrasburgo, a fundação e o trabalho nos *Annales*, a breve experiência como professor em Paris, interrompida pela Segunda Guerra Mundial e a derrota de 1940, a vida em Vichy e a participação na Resistência Francesa, são apresentadas sem saltos no tempo, num roteiro bem definido, que culmina, obviamente, com a sua morte e uma breve exposição do legado deixado por ele.

Bem diferente é a biografia escrita por Olivier Dumoulin (2003) que, de qualquer forma, também estaria inscrita no paradigma moderno se seguirmos a classificação de Madélenat. Nela, são os traços psicológicos do personagem – que, assim como a infância, não transparece objetivamente nas fontes e documentos – que são privilegiados. Por conta disso, a linearidade tão estimada na biografia escrita por Carole Fink não é posta em prática. Observa-se ali uma estrutura que, apesar de aparentemente “esfacelada”, segue a ideia de discutir brevemente as identidades de Marc Bloch, bem como alguns temas importantes de sua trajetória. Nessa biografia, o Bloch herói dos anos 1990 é confrontado com o Bloch humano que viveu de 1886 a 1944 e, portanto, com todas as suas “variações” (o soldado, o judeu, o historiador, o francês). Medos, tensões, incoerências não são escondidas, numa clara tentativa de mostrar que todos esses “Blochs” são, na verdade, um. Um indivíduo moderno, e que como tal apresenta uma multiplicidade de identidades que se complementam e dão sentidos variados ao nome – no caso, Marc Bloch.

Giovanni Levi (1996), Pierre Bourdieu (1996) e Jacques Le Goff (1998), por exemplo, apontam também para a questão da relação desse indivíduo moderno com o contexto em que estão inseridos. O contexto – e nesse ponto todos concordam – influi e muito nas ações dos indivíduos. Mas sempre há uma tensão entre ele e a liberdade de ação. Esta tensão, que antes do “abandono” do biográfico pelos historiadores era deixada de lado, agora é ressaltada, enaltecida. O que Levi propõe, então, é que deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha, que não seria de modo algum absoluta por conta dos sistemas normativos que constituem qualquer sociedade. A proposta desses autores, portanto, é a de mostrar essa relação

indivíduo/contexto como algo dinâmico, em que não há a predominância de um ou outro, mas uma relação constante.

Essa discussão, é claro, não é domínio exclusivo de historiadores. Ela é central em vários campos do conhecimento, como, por exemplo, as ciências sociais e a psicologia. Também não podemos dizer que ela é tão simples quanto acabamos de expor. Na verdade, o que importa aqui é perceber que muitos trabalhos parecem garantir importantes avanços, no sentido de acabar com a idéia de uma distância infinita entre indivíduo e sociedade.

Simmel (2006) e Norbert Elias (1994), por exemplo, já propunham novas maneiras de analisar sociedade e indivíduo diferentes daquelas que Durkheim preconizava nos “momentos inaugurais” da sociologia. O primeiro era, aliás, contemporâneo deste que ficou conhecido como o pai da sociologia. Elias, por sua vez, escreveu desde a década de 1930, mas teve reconhecimento tardio; seus textos começaram a ser debatidos sobretudo a partir da década de 1980.

A contribuição deles para o avanço da sociologia se dá justamente pelo fato de eles deixarem de lado essa visão de uma polaridade entre as instâncias e buscarem analisá-las a partir de suas *relações*. No trabalho de Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos*, isso aparece de maneira muito forte. A questão não é definir as fronteiras entre as duas instâncias, até mesmo porque indivíduo e sociedade só existem dentro desse sistema relacional que eles constituem. Ou seja, cada um constitui e é constituído pelo outro. Só há, como o próprio título do livro (que é o mesmo do primeiro texto de Elias sobre a questão) denuncia, uma sociedade *dos* indivíduos, e um indivíduo só se constitui plenamente quando faz parte de uma sociedade – que, por sua vez, é algo que não foi planejada por nenhum indivíduo, apesar de ser constituída por um conjunto deles.

Nesse sentido, ambas as instâncias possuem uma existência não-finalista (ELIAS, 1994: 23). Ora, isso fica claro se não nos esquecermos desses aspectos que acabamos de mencionar: que a sociedade não é planejada por ninguém e que o indivíduo só existe se inserido dentro dela.

Elias propõe, então, que pensemos em termos de *relações e funções*. A relação indivíduo/sociedade pode ser comparada, metaforicamente, à relação entre os tijolos e a casa. A casa (sociedade) é constituída por um conjunto de pedras (indivíduos), mas

forma uma coisa que é diferente delas. A estrutura da casa não é a estrutura das pedras, mas a estrutura das *relações* entre elas. E dentro dessa estrutura cada pedra exerce uma *função* específica. Dentro dessa relação que se constitui, portanto, podemos perceber que cada pedra possui um lugar específico que vai dar forma à casa. Assim ocorre com os indivíduos dentro de uma sociedade. Cada um vai cumprir uma função específica dentro da sociedade, cuja fuga é improvável, se não impossível. Esta função é determinada pela sociedade, de certa forma. É todo um contexto que irá “dar forma” a individualidade de um ser humano. Só que, dentro dessa fôrma, há sempre uma margem – maior ou menor, dependendo do indivíduo – de liberdade de ação. É aí que se forma a individualidade.

A partir desse rápido esboço, entendemos porque a análise da vida de Marc Bloch pode nos ajudar a esclarecer certos aspectos da França do século XX. Sua vida e o seu legado refletem aspectos fundamentais da sociedade francesa desses anos de tantas mudanças e crises fundamentais no debate sobre a identidade nesse país. Como já vimos, em apenas um indivíduo, podemos encontrar momentos fundamentais da história da França no século XX.

Por fim, algumas ilações. Uma interessante coincidência de contingências nos campos biográfico e historiográfico consagrou nessas últimas décadas do século XX a figura de Marc Bloch. Aliado às discussões sobre as relações indivíduo/sociedade, consagra-se o novo paradigma biográfico que daria destaque a homens comuns com vidas singulares, bem como o intenso debate sobre a renovação crítica da memória da França de Vichy. Somam-se a todos esses debates as comemorações em torno de Bloch nas décadas de 1970/80 – por conta do 30º aniversário de sua morte e do 50º do nascimento dos *Annales* – que acabariam por definir *Apologia da história* como um clássico da historiografia e, por isso, de leitura indispensável aos historiadores, e a existência de elementos suficientes para que a sua trajetória fosse digna de ser escrita. Se antes o interesse se restringia ao campo familiar e dos historiadores (especialmente os medievalistas), depois da década de 1980 a vida de Marc Bloch ascende ao grupo daquelas que merecem ser escritas e lembradas para os franceses em geral.

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Étienne, CRUZ-RAMIREZ, Alfredo. **Marc Bloch**: une biographie impossible. Limoges: Culture & Patrimoine Limousin, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DUMOULIN, Olivier. **Marc Bloch o el compromiso del historiador**. Granada: Editorial Universidad de Granada-Servei de Publicacions de la Universitat de València, 2003.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FINK, Carole. **Marc Bloch**: uma vida na história. Oeiras: Celta, 1995.
- LABORIE, Pierre. Historiens sous haute surveillance. In: **Esprit** (nº 198). Paris, 1994.
- _____. **Les Français des années troubles – de la guerre d’Espagne à la Libération**. Paris: Seuil, 2003.
- _____. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LE GOFF, Jacques. Introdução. In: _____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado – cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorga Zahar, 2006.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

**AUTOBIOGRAFIA, BIOGRAFIA, HISTORIOGRAFIA:
NOTAS SOBRE A *CONTRA-HISTÓRIA DA FILOSOFIA*, DE MICHEL ONFRAY**

Éder Silveira*

O pensamento mágico trabalha a historiografia clássica da filosofia. Estranhamente, os apóstolos da razão pura e da educação transcendental comungam na mitologia que criam e, depois, reproduzem abundantemente ensinando, redigindo artigos, lecionando, escrevendo, publicando fábulas que, de tanto serem repetidas, se tornam verdades e palavra de evangelho.

Michel Onfray

Introdução

O filósofo francês Michel Onfray é autor de aproximadamente 50 obras que cobrem diversos temas da filosofia como ética, estética, política e história da filosofia. Ainda assim, é provável que parte da notoriedade de que goza atualmente se deva à criação da Universidade Popular de Caen, depois de se demitir do sistema de ensino público da França após quase duas décadas como professor do Liceu Técnico de Caen.¹ Na Universidade Popular os cursos ministrados são gratuitos, abertos ao público e não exigem qualquer tipo de pré-requisito para que sejam acompanhados.

Em diversas oportunidades, Onfray fez referências a certos fundamentos do pensar filosófico que procura colocar em prática na Universidade Popular. Em primeiro lugar, a liberdade, tanto dos educandos quanto dos educadores. O desejo de levar o conhecimento universal ao maior número de pessoas, sem restrições. Os seus principais modelos? O cinismo de Diógenes de Sinope, o Jardim de Epicuro, a gaia ciência nietzschiana.

A sua experiência didática na Universidade Popular está intimamente ligada ao projeto editorial nomeado *Contre Histoire de la Philosophie*, obra dividida em aproximadamente 6 volumes e escrita com o objetivo claro de reinterpretar a história da

* Doutor em História pela UFRGS, com estágio de Pós-doutorado realizado junto ao Departamento de História da USP. Professor da UFCSPA. E-mail: silveira_eder@yahoo.com.br.

¹ Aliás, a experiência de Onfray como professor de filosofia do Liceu Técnico de Caen é analisada em ONFRAY, Michel. *Antimanuel de philosophie*. Paris: ? 2001.

filosofia e da cultura desde um ponto de vista bastante peculiar: o olhar cínico, materialista e hedonista. Nessa obra, Onfray oferece o seu olhar sobre as disputas que moveram a filosofia desde a sua época clássica até o século XX, procurando assim ar vozes daqueles que foram apagados da história da filosofia e do pensamento ocidental.

Há plausibilidade nesse projeto histórico e filosófico? Como o autor opera com conceitos que são centrais a esse empreendimento, tais como biografia, autobiografia e historiografia? Qual a função que a historiografia deve desempenhar nesse projeto intelectual? Essas são algumas das preocupações que percorrem as páginas que seguem.

Biografia e escrita de si

A obra *A potência de existir*, publicada como uma espécie de balanço do trabalho intelectual de Onfray, é iniciada por um longo prefácio, intitulado *Autoretrato como criança*. Em uma prosa memorialística densa, carregada de sentido e, porque não dizer, vingadora, o autor ensaia uma racionalização de sua formação intelectual e das marcas principais que se arrastam desde a sua infância e juventude que ajudaram a definir parte de suas escolhas como filósofo. Em grande medida, esse exercício de autorreflexão remete aquilo que Pierre Bourdieu aludia ao afirmar que “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” (BOURDIEU, 2005: 40).

Nas suas experiências infantis, em um exercício francamente psicanalítico, procura os elementos que o formaram. Um momento decisivo: a ruptura que a sua infância sofre quando aos 10 anos é arrancado do convívio familiar e do mundo infantil e protegido e é levado para uma escola interna dirigida por salesianos, onde estão, ao menos assim o entende, sua luta contra o autoritarismo e a sua recusa radical da religião e de tudo o que ela encerra do ponto de vista moral e ético.

Neste autorretrato o autor está sempre presente no texto. Em momento algum procurando retirar-se da narrativa, presença que não é uma peculiaridade deste ensaio mais abertamente autobiográfico. A sua presença nunca é ocultada sob o véu de uma voz neutra, recurso, diga-se, bastante corriqueiro nos textos de historiadores.² Montaigne é o modelo escolhido por Michel Onfray para a sua escrita, a um só tempo

² Segundo Onfray: “A historiografia clássica e tradicional se posiciona aqui, evidentemente, a favor dos falsos modestos e os hábeis dissimuladores. Ela ama a humildade orgulhosa de um Pascal, que, como se sabe, afirma que *o eu é odioso*, mas, no mesmo fôlego, utiliza 753 vezes a palavra *eu* nos papelinhos dos seus *Pensamentos*” (ONFRAY, 2010: 13-4).

histórica, filosófica e de si. A experiência individual que atravessa a escrita dos *Ensaio*s para Onfray importa não exatamente pelo que ela encerra em si mas pelo “gancho” que ela oferece para as reflexões do autor, que parte de sua experiência pessoal, navega pelo conhecimento dos antigos e consegue alcançar um registro com grande poder de interpretação.

Nesse sentido, chamo a atenção para a passagem que segue, onde está explicitado o entendimento da escrita e da experiência autobiográfica no texto. Para Onfray

Partir de si não obriga a ficar em si, nem a sentir um prazer potencialmente culpado nisso. Entre a recusa do ego e o egotismo alucinado, há um espaço para dar ao eu um estatuto singular: uma ocasião de apreender o mundo a fim de penetrar algum dos seus segredos. A introspecção filosófica – a aposta de Descartes em seu cogito – fornece os meios de um ponto de partida. (ONFRAY, 2010: 14-5)

Muitas vezes, temos a impressão de que esse registro só é possível em obras explicitamente memorialísticas, sendo vedado em “textos sérios”. Mesmo no tocante aos registros biográfico e autobiográfico, as suspeitas são significativas. O supracitado Pierre Bourdieu, em um texto bastante conhecido, *A ilusão biográfica*, elaborou uma crítica acerba aos escritos de caráter memorialístico. A escrita de caráter biográfico, aos seus olhos, ocupa um espaço no jogo de disputas simbólicas que se dá em um campo determinado, sendo a escrita de si ou a biografia um lance importante na busca pela conquista de capital simbólico. A autobiografia, por exemplo, é utilizada para racionalizar disputas nas quais os atores estão envolvidos e consagrar a sua posição em um campo sob tensão. Para Bourdieu,

(...) a narrativa autobiográfica inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 2005b: 75)

A preocupação de Bourdieu em suas reflexões sobre a escrita biográfica foi desmitificar a criação de uma coerência em todas as ações de uma vida, expressas narrativamente. Incidia diretamente sobre aquilo que chamava de escritas de uma vida. Sobre a interpretação bordieusiana sobre o biográfico, Dosse formula uma crítica digna de nota. Ele concorda com Bourdieu em seus reparos ao *continuum* que a escrita

biográfica cria, por conta das idéias de *telos* e linearidade que são imanentes. No entanto, Dosse reprova na análise de Bourdieu seu acento excessivamente estruturalista, que o leva a uma recusa radical da noção de sujeito, conduzindo a análise para uma negação a priori do biográfico como gênero. Ou, nas palavras de Dosse, para Bourdieu “o sujeito é uma entidade não pertinente, tanto quanto a sucessão dos acontecimentos; portanto, com base nos critérios 'científicos' definidos por ele, o processo histórico fica totalmente invalidado em termos de pertinência” (DOSSE, 2009: 209).

É justamente contra essa tradição à qual Dosse faz referência, que herdou do estruturalismo a ojeriza ao sujeito, que o texto de Onfray, que o seu entendimento de história da filosofia, se bate. Para ele, a filosofia só se dá a ler “no terreno material das apostas corporais, históricas, existenciais e psicanalíticas, entre outras...” (ONFRAY, 2010: 15). Essa aposta em elementos biográficos, existenciais, colocados *pari passu* com o contexto e as idéias ajuda a compreender a ambição de seu projeto filosófico.

Observando a estrutura da sua *Contra-história da filosofia*, bem como ensaios como *Le crépuscule d'une idole*, controversa crítica ao pensamento freudiano, as biografias dos autores em questão ganham, indiscutivelmente, grande importância retórica.

Nas páginas que seguem vou procurar explorar esses elementos frente as definições de história e historiografia com as quais o autor opera em seus livros.

História, contra-história e historiografia

As histórias ocultas, as contra-histórias e os chamados “livros negros” parecem ocupar um papel de destaque no mercado editorial internacional e mesmo nacional. Obras como o *Livro negro do comunismo*, o *Livro negro do capitalismo*, o *Livro negro do colonialismo* e, mais recentemente, o *Livro negro da psicanálise*, a despeito de seu apelo por vezes excessivamente midiático, tem o mérito de dar visibilidade e tornar públicos debates de suma importância.

Décadas antes desse debate ganhar tamanha força nos meios literários e acadêmicos, o historiador Marc Ferro, que inclusive é o organizador do *Livro negro do colonialismo* chamava a atenção para as disputas narrativas em torno das histórias e contra-histórias de diferentes grupos e povos. O primeiro exemplo, escolhido por Ferro, é a produção de silêncios em torno dos judeus, especialmente a partir do século XIX, fortemente combatido pela produção de história e/ou contra-história onde esse “ausente”

reivindicava a sua voz. Segundo Ferro,

Assim, são os vencidos, cuja história foi sepultada, que animam esse *segundo foco*. O tipo de história que ele secreta aparece ou reaparece toda vez que um grupo social, ou étnico, a até mesmo a instituição que o encarna, sente-se dominado, explorado, privado de história. Então ele ressuscita seus trabalhos e seus dias, e essa história é um projeto político, uma ação (FERRO, 1989: 44).

É nesse campo discursivo que Onfray deseja inserir a sua *Contra-história da filosofia*. Seu primeiro objetivo é compreender como formou-se a ratio ocidental, que discursividades, que modos de vida, que vias paralelas foram silenciadas, foram abandonadas em nome de um determinado conjunto de autores, de idéias, de modos de pensar e sentir.

Para o autor, a alternativa à história da filosofia reside na historiografia, forma de conhecimento que permitirá compreender os meandros da construção dos mitos de origem do pensar filosófico e de seu devir. “A historiografia”, segundo Onfray, “é do âmbito da arte da guerra”. Seu conhecimento deve ser da ordem da “polemologia”. Pergunta-se o autor “como encarar o combate, medir as relações de força, elaborar uma estratégia, uma tática para realizá-la, gerir as informações, calar, silenciar, enfatizar o óbvio, fingir, e tudo o que supõe enfrentamentos capazes de determinar vencedor e vencido?” (ONFRAY, 2008: 11). E com que tipo de construção narrativa é preciso se bater? Segundo ele,

Não se questionam os produtos da historiografia dominante. Como, aliás, seria possível, se a historiografia nunca é ensinada no *corpus* dos estudos de filosofia? Em nenhum lugar se consagra algum tempo a essa fabricação: não se filosofa sobre a construção as urdiduras da história da filosofia. Por que aparar as arestas e forçar o diverso a entrar em formas úteis para obrigar a vitalidade dos pensamentos a seguir um só grande fluxo autenticado? (ONFRAY, 2010: 5)

Há nessa passagem de Onfray o desejo de estabelecer um embate, no entanto, não é necessário qualquer exagero ou inverdade. Para confirmar a sua impressão, basta tomarmos alguns manuais de história da filosofia e, em alguns casos, de história das idéias, para constataremos que existe o estabelecimento de um cânone, do qual pouco se consegue desviar. A pergunta de Onfray vai além da constatação: porque existe este cânone? Como ele foi estabelecido? Por quê?

O filósofo inglês Roger Scruton, em um manual de filosofia moderna escrito sob o ponto de vista predominante da filosofia analítica, em momento algum se questiona

sobre o espaço que é dado a esse ou aquele filósofo e ainda menos sobre ausências. No primeiro capítulo da obra, inclusive, Scruton confronta a sua perspectiva, a da história analítica com a história das idéias, afirmando categoricamente que o seu maior interesse era o conteúdo imanente das obras, sendo que o conhecimento da época em que elas foram produzidas e mesmo a sua recepção são elementos secundários (SCRUTON, 2008).

A perspectiva de Onfray é diametralmente oposta. Não que o conteúdo das obras não seja importante, mas o tempo e as relações nas quais os autores estavam envolvidos são de fundamental importância para que seja possível que se compreendam os diferentes jogos de memória e de esquecimento. Segundo o autor:

A comparação das produções nesse domínio revela uma uniformização espantosa: mesmos verbetes, mesmos textos dos mesmos autores, mesmos conteúdos nos artigos biográficos dos manuais, às vezes até a mesma iconografia... As enciclopédias muitas vezes são constituídas pirateando artigos e obras que o editor diz pretender superar e que o autor, pago a preço vil, despacha rapidinho atualizando a bibliografia na qual não se esquece e acrescentar remissões a seus opúsculos e artigos confidenciais. De livro a livro, reproduzem-se os mitos sem nunca os pôr em dúvida uma só vez. (ONFRAY, 2010: 5)

Portanto, o objetivo de Onfray é reabilitar autores sobre os quais paira o silêncio e confrontar as versões oficiais da história da filosofia. Um dos seus exemplos preferidos: Diógenes e os filósofos cínicos. Se o cinismo se mantém, de alguma forma, em circulação, até o momento isso deveu-se mais aos artistas os séculos XIX e da primeira metade do século XX, que reivindicavam a Diógenes do que por considerações mais conseqüentes de sua memória e imaginação cultural. Desde *O ventre dos filósofos* (1990) Onfray vem procurando retomar aspectos dessa herança, inclusive estabelecendo paralelos entre Diógenes e Sócrates. De ambos, não restou nada senão a memória, senão aquilo que deles se disse. No entanto, na história do pensamento ocidental, a importância a eles atribuída é muito diversa.

Considerações finais

Michel Onfray é um provocador. Suas idéias são polêmicas e ele parece procurar recuperar um pouco do espírito cínico, bem temperado pela filosofia nietzschiana, ao escolher atacar os ídolos da tribo, sendo a sua diatribe mais recente com os herdeiros do pensamento de Freud em Paris. Aqui foi explorada, em particular, a sua interpretação sobre a escrita da história da filosofia que, observando-se o seu projeto intelectual,

pode-se facilmente preferir chamar de história do pensamento ou mesmo de história da cultura ocidental. Em torno desta questão, foram analisadas algumas de suas observações sobre o ato de escrever e sobre as relações entre a biografia e a historiografia.

É possível dizer que esse exercício, por ele batizado de criação de uma contra-história, não é exatamente uma novidade ou uma interpretação original. No entanto, daqui emergem questões curiosas, como o fato de Onfray, filósofo de formação, abertamente questionar o papel historicamente desempenhado pela sua área de conhecimento, que em certa medida paira por sobre todos os campos de saber e raramente mostra-se disposta a ouvir aquilo que outros campos de saber podem ter a dizer. Em diversas passagens do primeiro volume da *Contra-história*, Onfray refere o papel estratégico da historiografia que, a fim de corrigir os desvios da filosofia, deveria ser empunhada como uma arma.

Além disso, não deixa de ser interessante a forma que o autor utiliza para confrontar a tão sonhada neutralidade axiológica, a qual, segundo ele, nem mesmo deveria ser desejada, uma vez que a história e a historiografia devem assumir seu papel como polemologia.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.
- _____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 7ª edição. Campinas: Papirus, 2005b.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.
- ONFRAY, Michel. **O ventre dos filósofos**. Crítica da razão dietética. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- _____. **A arte de ter prazer**. Por um materialismo hedonista. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Antimanuel de philosophie**. Leçons socratiques et alternatives. Paris: Bréal, 2001.
- _____. **Contra-história da filosofia. 1: as sabedorias antigas**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- _____. **Contra-história da filosofia. 2:** o cristianismo hedonista. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Contra-história da filosofia. 3:** libertinos barrocos. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. **Tratado de ateologia.** Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. **A potência de existir.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- _____. **Le crépuscule d'une idole.** L'affabulation freudienne. Paris: Grasset, 2010b.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SCRUTTON, Roger. **Uma breve história da filosofia moderna.** De Descartes a Wittgenstein. Tradução de Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

**AS REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS, AS PRÁTICAS CULTURAIS
E OS SÍMBOLOS SAGRADOS:
OS IRMÃOS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO NA COLÔNIA**

Célia Maia Borges*

Introdução

Entender as práticas religiosas dos colonos que se reuniram nas associações religiosas é a proposta do presente trabalho. Interessa-nos conhecer os significados das escolhas de determinadas confrarias¹, das condutas dos seus associados, a pertinência de abraçar alguns elementos sagrados e a força destes na definição do espaço sagrado. No entanto, mergulhar na vida religiosa dos colonos exige métodos de análise que devem ser problematizados. Será que a quantificação dos dados pode desvendar aspectos da realidade que se pretende conhecer? Retirar conclusões a partir de cifras nos ajudam a compreender comportamentos religiosos? Mais: o que nos garante haver uma homogeneidade das práticas dos fiéis a partir dos dados inferidos pelos números? Michel de Certeau afirma que «a ambivalência do gesto pode se insinuar por trás do caráter unívoco das cifras»; ou ainda que as práticas religiosas ocultam ambigüidades que não podem ser compreendidas somente com a análise serial. De fato, inúmeros equívocos se têm cometido em razão da extração apressada de conclusões com base na contabilidade de alguns atos religiosos.

Outras questões se colocam: é possível inferir o grau de religiosidade dos colonos em função das práticas festivas de cunho religioso? É possível caracterizar o grupo confrarial em contraposição a outros? Será que quantificar o número de irmãos que ingressaram em determinado ano em uma irmandade pode revelar aspectos de uma devoção? Graças a pesquisas realizadas sobre os irmãos do Santíssimo de Minas colonial, nossa proposta vai no sentido de problematizar estas e outras questões de cunho metodológico.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. A comunicação ora apresentada é resultado da pesquisa desenvolvida para o projeto Devoção e Sociabilidade: Os irmãos do Santíssimo Sacramento em Minas. Século XVIII e XIX, financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

¹ Utilizamos ao longo desse trabalho os termos irmandade e confraria enquanto sinônimos, pois foram estas as designações que encontramos na documentação acerca dessas organizações religiosas; no entanto, existem diferenças conceituais no Código do Direito Canônico.

O fenômeno religioso e a demonstração dos gestos

Pensar a religiosidade dos colonos com base na reunião desses agentes em irmandades religiosas pode nos ajudar a perceber uma questão central que é o envolvimento dos irmãos com o fenômeno religioso. Isto porque foram eles os principais responsáveis que propiciaram as condições adequadas para a organização dos cultos católicos. Interessante notar que dentre as primeiras irmandades que surgiram nas Minas constam as de invocação ao Santíssimo Sacramento, que tinham por missão principal dar sustentação material às principais celebrações dos rituais da Igreja Católica.

A propagação das irmandades do Santíssimo Sacramento na Colônia deve ser vista como um prolongamento do grande movimento ocorrido na Europa em torno ao culto eucarístico. Conforme já observamos em outros trabalhos, o investimento na adoração da hóstia consagrada e a difusão das irmandades do Santíssimo Sacramento na Europa e além-mar resultaram do trabalho da Igreja Católica que, no embate com os protestantes, reforçaram a doutrina da transubstanciação. Nascida na Baixa Idade Média, a transubstanciação foi objeto de debate no IV Concílio de Latrão (1215) que reconhecia que através da consagração pelo sacerdote a hóstia e o vinho se tornavam corpo e sangue de Jesus (VICENT; LEMAITRE, 2008: 234). A difusão da doutrina foi assim resultado de uma intensa atividade pastoral entre os séculos XIII e XV (*Idem*).

A Igreja na Europa Católica encontrou nos fiéis um forte apoio, pelo que desde logo se multiplicaram nas igrejas matrizes as irmandades que tinham dentre os seus objetivos dar sustentação ao culto eucarístico. Nas colônias recém-conquistadas os colonos trouxeram esse modelo e deram continuidade à vida confrarial; porém, o que chama atenção é a escolha da irmandade devotada ao culto eucarístico logo no início da colonização na região mineradora. Isto porque várias destas irmandades surgiram muito antes dos povoados alcançarem o estatuto de vilas, é o caso, por exemplo, de São João del Rei onde a irmandade do Santíssimo Sacramento data de 1711 e o povoado é alçado à condição de vila em 1713. Como já dissemos, estas Irmandades tinham por missão acima de tudo garantir os cultos principais da Igreja Católica, fossem os relativos à Semana Santa e à procissão do *Corpus Christi*, fossem os cuidados a ministrar aos enfermos de modo a não ficarem sem o Viático à hora da morte. Talvez os colonos estivessem preocupados com a manutenção desses ofícios quando pensaram na

organização de tais irmandades, antes mesmo da chegada da Igreja e do Estado ao solo minerador.

As cartas e petições enviadas pelos irmãos constituem nesse sentido uma rica documentação sobre o interesse daqueles colonos no cuidado com o culto. Interessante a este respeito é a petição enviada pelos confrades do Santíssimo Sacramento ao cabido eclesiástico do Rio de Janeiro, em 1721, a reivindicar o direito à fábrica da matriz, uma vez que tinham sido eles os construtores da igreja e os responsáveis por todas as alfaias, imagens e paramentos necessários ao culto². Esta irmandade lavra o seu primeiro compromisso em 1711. Da mesma forma os registros lançados nos livros de receitas e despesas das associações revelam as ações dos confrades no decorrer desse período. A análise da documentação da Irmandade do Santíssimo Sacramento de N.^a Sra do Pilar de Vila Rica mostra que os irmãos, no ano de 1712, realizaram a recolha de uma grande soma de esmolas pelas lavras, ao redor do povoado, e investiram na compra de imagens e ornamentos para a igreja e nos anos seguintes continuaram a enriquecê-la³. Segundo o Cônego Raimundo Trindade, a igreja de N.^a Sra do Pilar de Ouro Preto, que abrigava a irmandade, foi instituída entre 1700 e 1703 (TRINDADE, 1945: 213). Interessante notar que, no caso de N.^a Sra do Pilar de Ouro Preto quanto na de São João del Rei, elas passaram a receber vigários colados somente a partir da segunda década de Setecentos mediante o alvará régio de 16 de Fevereiro de 1724 (*Idem*: 11-12).

Registre-se que o fenômeno religioso era para aqueles irmãos uma questão central, durante vários anos dedicaram-se à organização do templo e à preparação dos cultos; eram eles que cuidavam de tudo o que fosse necessário aos cultos: santos óleos, velas, paramentos, imagens e até o pagamento de músicos e sermonistas requeridos pelas principais festividades religiosas do calendário litúrgico católico. Ao longo dos séculos XVIII e XIX o esforço de investir no cuidado dos templos e dos cultos conservar-se-ia, apesar das dificuldades financeiras de algumas delas em razão da decadência do ouro na região.

Não obstante todo este empenho, tornou-se lugar comum dizer que a grande participação dos irmãos do Santíssimo, bem como os das Ordens Terceiras nas

² Ver a tal respeito o documento anexo ao compromisso da Irmandade do Santíssimo de São João del-rei disponível no Arquivo da Paróquia do Pilar daquela cidade.

³ Ouro Preto: Casa dos Contos. Microfilme 11. Arquivo Eclesiástico de N. Sra do Pilar. Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento. 1712-1745.

festividades religiosas, revelava antes de tudo um propósito de promoção e de prestígio por parte dos integrantes destas associações na medida em que adquiriam destaque social ao ostentarem suas opas e insígnias nas procissões. Mas dizer apenas isto é não compreender que tais confrades se achavam imersos na lógica do Antigo Regime. A busca de conquistas sociais e políticas não significava que não houvesse também um sentimento de religiosidade entre os leigos. Tanto mais que os próprios membros da Igreja utilizavam uma linguagem simbólica, ainda que diferenciada, de representação de poder, como vários estudos têm demonstrado (PAIVA, 2002: 13).

Avaliar a religiosidade dos colonos pela forma como as pessoas se envolviam nas festas, como bem chamou a atenção Sérgio da Mata, como o têm feito alguns historiadores, na esteira do viajante Saint-Hilaire, parece-me ser uma visão algo parcial: agradar aos seus santos, orná-los e organizar as festas com muita pompa espelhava exatamente a fé dos confrades (MATA, 1997: 50). Era isto a expressão de uma forte religiosidade que refletia-se no desejo de requisitar o amparo de seus santos, quer para obter a proteção naquela sociedade, quer para recuperar a saúde, obter prosperidade e garantir um bom futuro na vida e no além

As crenças desses homens podem ser confirmadas pelas disposições testamentárias deixadas por vários integrantes das Irmandades do Santíssimo Sacramento. Ainda que tenhamos privilegiado a análise dos testamentos e inventários da mesa diretora de São João del-Rei – dado que inúmeros testamentos dos demais integrantes não foram encontrados – constatamos o que já foi estudado por vários historiadores em relação ao mesmo período: que salta aos olhos a preocupação dos leigos com a salvação de suas almas. Frente à iminência da morte, eles destinavam boa parte de suas fortunas e bens adquiridos para a salvação eterna. Exemplo disso é o alferes Manoel Antonio Pereira de Souza que estipulou no seu testamento a vontade de o seu corpo ser acompanhado por quatro ou cinco sacerdotes e requisitou ainda que fossem celebradas cento e cinquenta missas pela sua alma⁴. O irmão Alexandre Barroso Pereira deixou expresso que queria cem missas na localidade onde vivia e mais outras cem no Convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro⁵. Aliás, a requisição de missas noutras localidades aparece também em vários testamentos de irmãos, sendo o convento

⁴ São João del-Rei. Arquivo do IPHAN. O documento consta do inventário guardado na cx. 523. O alferes foi irmão de mesa nos anos de 1788/1789.

⁵ São João del-Rei. Arquivo do IPHAN. Testamento, cx. 102, 1792.

de Santo Antonio, na atual capital fluminense, mencionado diversas vezes. É o caso de Antonio Ferreira Rocha que dispôs no seu testamento o desejo de ser enterrado com o hábito de São Francisco ou de N.^a Sra. do Carmo e serem oficiadas cem missas pela sua alma, metade na freguesia onde residia e outra no Convento Santo Antonio⁶. É possível que os frades franciscanos em Minas fossem representados como guardiães de santidade, razão por que talvez fossem mais requisitados na qualidade de intercessores no caminho da salvação. Por outro lado, é interessante notar que alguns irmãos dispuseram em testamento no sentido de serem acompanhados por pobres e, para tanto, deixaram esmolos que deviam ser repartidas pelos desvalidos; outras vezes estipulavam que queriam acompanhamento de confrades da Irmandade do Rosário, composta majoritariamente por escravos e forros. Exemplo: o português José Madeira, que quis ser amortilhado com o hábito de São Francisco e enterrado na igreja Matriz, acompanhado pelos pobres e pelos irmãos do Rosário⁷.

Deixar altos valores para os santos (imagens) não era só incomum nos testamentos, e também o de estipular as doações para as várias irmandades, como foi o caso do irmão já aqui citado, Antonio Ferreira da Rocha, que deixou para N.^a Sr.^a do Carmo a mesma quantia que reservou para a sua esposa, cinqüenta mil reis⁸. É um fato digno de nota que, mesmo tratando-se de sodalícios da irmandade do Santíssimo Sacramento, a grande maioria dos testamentos consultados expressava o desejo de os seus restos serem envoltos no hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Carmo. Cabe aqui lembrar que muitos desses confrades eram integrantes de outras irmandades ou de Ordens Terceiras. Acreditavam certamente na probabilidade de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo terem grandes poderes de intercessão a favor de suas almas na hora da morte. Isto porventura não são provas de uma grande religiosidade?

Outra manifestação de grande motivação religiosa por parte dos colonos e o seu interesse para com os cultos pode observar-se nas várias petições enviadas ao bispo ou à Mesa de Consciência e Ordens a requerer licença para edificação, benção de capelas e igrejas por solicitação de sacerdotes. Veja-se a petição enviada pelo Guarda-Mor João de Abreu e demais moradores das localidades da Casa da Casca e Rio de Santa Anna

⁶ São João del-Rei. Arquivo do IPHAN. Testamento. Cx. 113.

⁷ São João del-Rei. Arquivo do IPHAN. Testamento. Cx. 150, 1756.

⁸ São João del-Rei, Arquivo do IPHAN, Testamento. Cx. 113.

ao bispo Dom Frei João da Cruz, em 1747. Neste caso, não se trata de reivindicações de confrades mas de fiéis que requerem a presença de um sacerdote para administrar os sacramentos e a devida licença para benzer a igreja, que tinha por invocação Sant'Ana. Alegavam os interessados estar há cinco anos sem lhes serem satisfeitos os “preceitos da confissão e comunhão” por lhes faltarem sacerdotes, pois estes recusavam-se a ir até às ditas localidades devido ao fato desses lugares se situarem entre rios caudalosos e a travessia ser feita sob ameaça constante de ataques de gentios. Para tal, os peticionários dispunham-se a arcar com recursos próprios com vista à manutenção do templo e do culto. O bispo do Rio de Janeiro apurou a situação e requereu o parecer de um sacerdote, Manoel Freire Batalha, que havia sido Vigário da Vara do Ribeirão do Carmo, comarca da igreja mencionada, e este confirmou as informações prestadas pelos requerentes (TRINDADE, 1945: 85).

Em 1713 o padre Manuel Braz Cordeiro relatou que quando assumiu o posto de vigário na freguesia de N.^a Sra da Conceição e Almas, e quando assistia na Vila Leal do Ribeirão do Carmo, já existia no local uma capelinha muito antiga construída por um devoto com o objetivo de ter missa para a sua família. Aos olhos do sacerdote o local era «indigente», pois «excepto o tempo de Missa, servia depois de agasalho de animais imundos». Pois bem: talvez na visão do colono a casa do Senhor servisse também para abrigar os animais, criaturas consideradas por ele não menos dignas de Deus. Verdade é que, como disse o mesmo padre, os fiéis procuraram garantir os ofícios Divinos erigindo aquele pequeno templo (*Idem*: 139). Com excesso de zelo, esse vigário impôs que os fiéis investissem na reconstrução da igreja e para a tornar adequada, aos seus olhos, mandou vir do Rio de Janeiro o painel com a imagem de N.^a Sr.^a da Conceição, orago da igreja, e promoveu a criação de três irmandades: a do Santíssimo Sacramento, a de N.^a Sr.^a da Conceição, e a das Almas Santas.

Pelo que se depreende do ofício firmado pelo pároco, os fiéis deram apoio ao seu projeto, motivo por que passaram a pedir esmolas com suas opas para a promoção dos diversos cultos e festas religiosas, da quaresma, da festa de N.^a Sr.^a do Rosário, de Santo Antonio, e ainda para a comemoração das Almas, para a festa da Natividade do Senhor, dentre outras enumeradas pelo padre. Afirma o bispo que, ouvidas as testemunhas sobre a veracidade das informações prestadas pelo cura, todas confirmaram sem discrepância a petição que lhe fora enviada (*Idem*: 140). Resumindo: com esta meia

dúzia de dados pretende mostrar-se que a questão religiosa era fundamental para a vida dos colonos que, a seu modo, e com muita festa, cuidavam dos cultos e procuravam agradar aos seus santos.

O fenômeno religioso e a ambivalência dos gestos

Contudo, se por um lado podemos retirar conclusões a respeito da intensa participação dos irmãos nos assuntos religiosos, tendo por fundamento a análise de cartas, petições e testamentos lavrados pelo punho dos próprios colonos, por outro podemos ser levados a equívocos se se partir de uma base de dados apoiada exclusivamente na quantificação. Por exemplo, contabilizar o número de pessoas que tiveram acesso aos sacramentos não significa que se possa concluir por uma maior ou menor religiosidade dos colonos, pelo contrário, o que se tem em boa medida é um sinal do excessivo controle da Igreja sobre as consciências e sobre as condutas dos fiéis. Como se sabe, desde o IV Concílio de Latrão (1215) que a confissão anual se tornara obrigatória para os fiéis. Esta coação, como diria Delumeau, teria exercido um grande peso sobre as mentalidades nos países católicos e protestantes até a Reforma (DELUMEAU, 1991: 15). O controle sobre a vida dos fiéis ia do batismo à sepultura, passando pelo casamento, onde tudo era devidamente registrado pela Igreja.

Por conseguinte, contabilizar o acesso ao sacramento eucarístico talvez não seja o melhor caminho para se chegar a conclusões sobre as práticas religiosas na Colônia. Sem esquecer que a desobriga, ou seja a confissão pascal obrigatória para senhores e escravos, impunha a todos a necessidade da penitência e da comunhão (HESPANHA, 1993: 292).

Por outra parte, dizer que havia “uma grande indiferença” por parte dos colonos em relação à Eucaristia cotidiana pelo fato de ela não se encontrar explicitada nos livros de compromissos, conforme afirma Adalgisa Arantes Campos, pode não traduzir, do meu ponto de vista, uma leitura suficientemente esclarecedora dos documentos (CAMPOS, 1984: 261). Não era por constituir a missa um valor em si para o colono que este se dispensava de frequentar a comunhão diária; ela era tão importante que exigia uma grande preparação (*Idem*: 262). Como acertadamente demonstrou Sérgio da Mata, a baixa frequência dos fiéis à comunhão podia não significar uma “subvalorização da eucaristia no Setecentos mas antes a sua hipervalorização” (MATA, 1997: 41-57). Isto

porque o colono podia deixar de comungar por temor ao sagrado, por medo dos castigos e também pelo receio de não corresponder ao modelo de cristão exigido pela Igreja.

Os símbolos sagrados e o inefável

Se com efeito é difícil dimensionar a religiosidade dos colonos segundo uma contabilização de práticas, uma das vias metodológicas é tentar entender a força depositada nos símbolos sagrados pelos fieis por recurso a imagens arroladas nos testamentos, inventários e nos livros de associações religiosas que falam dos bens destas; sendo ainda importante estudar as doações deixadas para os santos de devoção e os registros de imagens trazidas pelos portugueses. Como é sabido muitos reinóis carregavam imagens nos seus pertences a fim de obterem proteção, e edificaram ermidas e igrejas para seus santos de proteção.

De acordo com Louis Marin, a imagem guarda uma determinada força pela ação que exerce nas pessoas pelo fato de representar uma ausência, ou seja tornar presente ou substituir qualquer coisa que não estava presente (MARIN, 1993: 10). Esta a razão por que a imagem carregava o poder de enunciação do gesto fundador atribuído ao santo. A imagem tinha, portanto, o poder de substituir – aos olhos do fiel – o próprio santo. É assim que o colono ao carregar uma estátua era como se estivesse acompanhado do próprio santo, representado pela imagem ou pelo objeto sagrado. Ao migrar para Minas, ele transportava imagens, crucifixos, e tudo o mais que lhes oferecesse um resguardo.

Saliente-se um último aspecto: a veneração da imagem de N.^a Sr.^a do Pilar em algumas igrejas do Brasil Colônia que se transformou em orago das duas principais igrejas matrizes de Minas. Essa imagem não constituía a principal devoção na Metrópole e, por outro lado, ainda é um assunto que requer ser devidamente estudado. Seja como for, ela era padroeira dos espanhóis. A explicação que comumente se dá desta devoção é que ela resultou do período da União Ibérica. Todavia, este ponto de vista não explica por inteiro a adoção dessa invocação por alguns dos conquistadores. Acreditamos, na esteira de Augusto de Lima Júnior, que a veneração a N.^a S.^a do Pilar, no interior de Minas, deveu-se à alguns portugueses provenientes do norte de Portugal, provavelmente da região do Minho, pois havia no norte da Metrópole uma imagem cultuada sob essa invocação na vila de São João de Rei, que se crê remontar ao século XII (LIMA JÚNIOR, 2008: 52). Frei Agostinho de Santa Maria aponta o início dessa

invocação como correspondendo à iniciativa do apóstolo Santiago que, após uma visão da santa, construiu uma ermida em Saragoça, Espanha, destinada a uma imagem de N.^a Sr.^a do Pilar (*Idem*: 51). Verdade ou não, o certo é que o santuário atraía peregrinos de toda parte. Quando os colonos vieram do norte de Portugal dedicaram em algumas localidades da Capitania de Minas as primeiras igrejas consagradas a essa devoção. Isto explica talvez o fato de as principais igrejas, convertidas mais tarde em matrizes – a de São João del Rei e a de Vila Rica – passassem a ter como patrono a de N.^a S.^a do Pilar. Em ambos os casos, as igrejas foram edificadas logo no início do XVIII e criaram as primeiras irmandades sob a invocação do Santíssimo Sacramento e sob o cuidado das quais ficou o Santuário Eucarístico.

As irmandades do Santíssimo de São João del Rei e de Vila Rica chamaram a si a responsabilidade de paramentar as igrejas antes mesmo das cidades se tornarem vilas. Em ambas as situações, as igrejas primitivas foram mais tarde reformadas e ampliadas. Em São João del-Rei a igreja foi deslocada do lugar original, mas o material do templo primitivo foi aproveitado para a edificação da segunda igreja. Para estas edificações utilizaram-se somente recursos dos portugueses que cuidaram dos altares, das imagens, dos ornamentos e paramentos e de tudo quanto fosse necessário aos cultos.

Conclusão

Os leigos desde o início procuraram garantir com a sua fé o culto ao Santo Sacramento e os rituais da Igreja Católica; demonstraram as suas crenças empregando seus recursos na edificação dos templos e no cuidado dos bens sagrados. Tal fé reafirmar-se-ia em todo o século XVIII e também no XIX; o mesmo aconteceu com os demais grupos que se reuniram em várias outras associações religiosas, os quais, de forma diferenciada, tinham por objetivo assegurar os rituais católicos, o culto aos santos de devoção e os sufrágios para a salvação de suas almas.

A grande religiosidade dos colonos pode ser demonstrada se se levar em conta o esforço empreendidos por esses homens que ao capitalizaram dinheiro e energias na edificação de templos, quer equipando-os com imagens e alfaias, quer criando todas as condições para a celebração dos cultos católicos em associação como as irmandades. Antes da chegada do Estado e da Igreja, eles, os leigos, cuidaram de delimitar o território sagrado para que não faltasse a proteção divina; ao mesmo tempo associaram-se em confrarias que tinham por objetivo dar sustentação material aos cultos religiosos.

De um forma geral, foram os fiéis, reunidos ou não em associações religiosas, que tiveram a preocupação de erguer os templos. Analisar as suas cartas, petições e testamentos pode revelar o âmago dos seus valores e da sua lógica cultural enquanto denominadores comuns das suas crenças religiosas.

Referências Bibliográficas

- BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e almas**. São Paulo, tese de doutorado em História, USP, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **El Lugar del Otro**. Historia Religiosa Y Mística. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.
- DELUMEAU, Jean. **A Confissão e o Perdão**. A Confissão Católica séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HESPANHA, António Manuel. A Igreja. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal V**. IV. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais: Origens das Principais Invocações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.
- MATA, Sérgio. Religionswissenschaft e Crítica da Historiografia da Minas Colonial. **Revista de História**. FFLCH-USP, 136 (1997), 41-57.
- MARIN, Louis. **Des Pouvoirs de l'Image**. Paris. Éditions du Seuil, 1993.
- PAIVA, José Pedro. Public ceremonies ruled by the ecclesiastical-clerical sphere. In: PAIVA, José Pedro (ed.). **Religious ceremonials and images: Power and social meaning (1400-1750)**. Coimbra. Polimage Editores, 2002.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro. Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação. N. 13. 1945.
- VICENTE, Catherine; LEMAITRE, Nicole. El Culto al Santo Sacramento (siglo XIII). In: CORBIN, Alain (Dir.). **Historia del Cristianismo**. Barcelona: Ariel, 2008.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

A HISTÓRIA DO TERMO “POPULISMO” NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Thiago Cavaliere Mourelle*

Embora estejamos falando sobre a historiografia brasileira, foi um americano que talvez tenha resumido melhor o uso do populismo pelos estudiosos do Brasil. Michael L. Conniff fez um pequeno histórico da trajetória conceitual que esse termo teve na nossa historiografia, mencionando as diferentes interpretações realizadas:

Em geral, concordam que o populismo abrange uma massa eleitoral urbana, liderança carismática e o equilíbrio de diversos interesses na arena política. (...) Para alguns, o termo significa uma manipulação oportunista de eleitores que haviam recém-adquirido seu direito de votar. Para outros, é primordialmente um mecanismo de controle social para o refreamento dos trabalhadores braçais urbanos. Outros, ainda, o consideram um instrumento pelo qual os elementos mais novos de uma elite dirigente arrebatam influência política dos elementos mais velhos. E outros grupos de estudiosos consideram o populismo uma adaptação imperfeita dos procedimentos democráticos ocidentais nos países recém-industrializados do Terceiro Mundo. (CONNIFF, 2006: 15)

Para Conniff, o populismo foi uma política inovadora do início do século XX que tentou corrigir abusos do governo elitista e procurou acomodar as rápidas urbanização e industrialização. Englobava todas as classes, era urbano, eleitoral, reformista, popular, não-autoritário e de liderança carismática (CONNIFF, 2006: 19).

Uma observação relevante na obra de Conniff diz respeito ao antagonismo que ele coloca entre duas tradições muito fortes no Brasil: o autoritarismo e o populismo. O primeiro advém do poder patrimonial e o segundo do municipal, ambos em constante conflito no Brasil desde a época da colonização portuguesa.

Partindo desse pensamento é possível concluir que a associação às vezes feita do populismo com o autoritarismo e o fascismo é uma idéia equivocada. Na realidade, a tradição autoritária é forte no Brasil e aparece em algumas administrações populistas, mas não estabelece com estas uma combinação necessária, muito menos lógica. Conniff define o populismo como uma ação reformista que procura integrar o pobre a uma sociedade de massa. Tal prática independe do tipo de governo, seja ele autoritário ou

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Historiador do Arquivo Nacional (NA) / Brasil.

democrático (CONNIFF, 2006: 31).

Já Alexandre Silva deixa claro algumas idéias básicas que revelam o sentido de seu texto: acredita – assim como Conniff – que o populismo é reformista; crê na tentativa de manipulação das classes trabalhadoras por parte do líder populista; acredita que este líder é oriundo das elites do país. Compartilhamos dessas primeiras afirmações de Silva, porém ao desdobrar sua linha de pensamento ele peca nas conclusões a que chega. Silva diz que o líder populista lança mão de um carisma inequívoco, responsável por inúmeras manifestações populares de apoio ao seu governo, ainda que suas práticas, de fato, não dêem conta de uma melhoria efetiva na qualidade de vida desses trabalhadores. Os paliativos propostos pelos populistas, segundo Silva, são aceitos e aclamados pela população (SILVA, 2005: 98).

Em comparação com as políticas sociais anteriores, as ações reformistas da política pública a partir da década de 1930 representaram verdadeiramente grandes avanços. Silva utiliza um diagnóstico do populismo discutido e criticado por um longo tempo na historiografia. É difícil compreender o populismo sem pensar que a população que o apoiou não tenha recebido nada substancial em troca. A propósito da obra de Pedro Ernesto - prefeito do Rio de Janeiro entre 1931 e 1936 -, é inegável que a ampliação da rede escolar e a construção de diversos hospitais trouxeram vantagens para a população carioca.¹

Assim, o populismo não deve ser encarado como uma forma de “enganar” os trabalhadores, mas como uma nova forma de lidar com a população, não mais através da violência, mas por intermédio de uma negociação em que os interesses populares eram levados em conta. Esta é a idéia-chave para se compreender o populismo dos anos 1930.

Alexandre Silva fez sua análise tomando como referência a historiografia do “grupo de Itatiaia” e, principalmente, a “sociologia paulista” (SILVA, 2005: 99), teóricos que precisamos analisar se quisermos compreender o que se escreveu no Brasil sobre populismo.

Faziam parte do chamado “grupo de Itatiaia” alguns estudiosos que, nos anos 1950, debatiam sobre diversos assuntos da realidade brasileira. Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, Hermes Lima, João Paulo de Almeida Magalhães e Helio Jaguaribe eram alguns deles. De seus encontros surgiram as

¹ Consideramos Pedro Ernesto Baptista o pioneiro da política populista no Brasil. (MOURELLE, 2010).

publicações dos *Cadernos do Nosso Tempo*, cujos exemplares apresentaram análises muito valiosas sobre o Brasil. De integrantes desse grupo surgiu a iniciativa para a criação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), que viria a ser o núcleo-base para a organização do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Ângela de Castro Gomes definiu o pensamento básico do ISEB sobre populismo como: “um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido², embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural)” (GOMES, 2001: 27).

No entanto, Gomes escolheu como alvo principal de suas críticas um membro de outro grupo de estudo, Francisco Weffort, sociólogo que procurou aprofundar os estudos sobre o populismo, revendo as conclusões pioneiras do “grupo de Itatiaia”.

Weffort fazia parte de um conjunto de sociólogos paulistas, entre os quais estavam Juarez Brandão Lopez, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Bóris Fausto, entre outros. Para Gomes ele foi o mais importante teórico do populismo no Brasil (GOMES, 2001: 30).

A obra de Francisco Weffort talvez resuma o pensamento da sociologia paulista sobre o chamado “ciclo populista” – que é entendido como indo de 1930 até o golpe militar de 1964. Ângela de Castro Gomes atacou diretamente a idéia de “massas populares manipuladas” e, ao observar a análise de Weffort sobre a classe operária brasileira, a compreendeu como uma visão pejorativa daquele autor sobre a realidade de nosso país:

(...) se o paradigma de classe operária européia (e outros) foi questionado, demandando-se uma ótica singular para a realidade brasileira, ele o foi para reforçar uma visão de que o que existe entre nós são massas – por definição desorganizadas e inconscientes –, e, portanto, alvo privilegiado da política de manipulação do Estado: o populismo. (GOMES, 2001: 35)

Enquanto Gomes rejeitou a abordagem de Weffort a respeito do populismo, Silva foi mais compreensivo quanto a ele. Silva entendeu que a substituição da idéia de manipulação pelo termo aliança mostrou que “Weffort entende que não há, de fato, uma manobra pura e simples das classes populares, e sim, uma troca de interesses entre esta

² Bodea mostra o erro dessa avaliação, demonstrando que o líder populista primeiro conquista expressão e poder dentro de seu partido, para só depois expandir seu prestígio para além dele (BODEA, 1992).

e o Estado, firmando a idéia de compromisso dentro do jogo político” (SILVA, 2005: 100).

Compreendemos que, apesar de não analisar profundamente a relação entre o líder populista e os grupos sociais governados por ele – o que viabiliza a crítica feita por Gomes –, Weffort deixa aberta a possibilidade de troca de interesses entre ambas as partes, o que pode ser considerada uma inovação no estudo das práticas populistas.

Segundo Weffort, a democracia, como ideal de vida política, nunca chegou a ter, no Brasil, condições propícias de difusão e é difícil garantir que possua raízes sociais profundas. Ainda mais difícil é admitir que, em terras brasileiras, o regime democrático possua a eficácia apregoada pelos americanos como fórmula de equilíbrio e de controle social. Não obstante, a democracia “foi uma realidade no Brasil, tanto quanto pode ser real a democracia burguesa. Não, porém, no sentido formal da vigência imperativa de uma constituição, mas no sentido de que as *massas* participaram do jogo político” (WEFFORT, 1986: 23).

Desdobrando o pensamento de Weffort é possível concluirmos que em uma sociedade frágil – no sentido de ter dificuldade em exercer a pressão necessária para o “equilíbrio e controle social” – a figura do líder populista emerge como uma alternativa para propor a entrada das “*massas* no jogo político” de uma outra forma, a partir da intermediação do Estado.

É nesse ponto que Gomes teria sido rigorosa ao examinar o pensamento de Weffort. Apesar dele realmente conceber que houve uma certa ingenuidade por parte do que chama de *massas* e que existia um tipo de controle destas pelo líder populista, há ao longo do texto seguidas referências de que tal relação não se daria sem contrapartida, ou seja, sem que fossem realizadas ações que beneficiassem à população.

Portanto, a troca de interesses sugerida por Ângela de Castro Gomes não foi ignorada por Weffort, como vemos no trecho a seguir:

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. (...) Do lado das massas populares a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontaneamente estas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações. (WEFFORT, 1986: 62-71)

Logo, Francisco Weffort não “infantilizou” as *massas* nem as considerou grupos puramente “emocionais”, mas apenas defendeu a idéia de que elas não tiveram capacidade de se organizarem de modo a conseguir tomar o Estado com um projeto próprio de desenvolvimento nacional. Para ele, uma das raízes da capacidade de manipulação dos grupos dominantes sobre as *massas* estaria na divisão interna destas e na incapacidade delas de assumirem, em seu próprio nome, as responsabilidades do Estado (WEFFORT, 1986: 71). Essa desorganização seria decorrente da pouco extensa experiência democrática brasileira quando comparada aos países europeus e aos Estados Unidos, por exemplo.

Portanto, mais do que o seu vocabulário ou a acusação de que ele infantiliza os trabalhadores, devemos nos ater na principal falha de Weffort: sua incapacidade de contextualização histórica do movimento de 1930 e o reducionismo que sua visão Bonapartista³ representa.

É uma contradição Weffort usar a expressão “controle de massas” e ao mesmo tempo enxergar um “Estado Bonapartista”. O Estado era burguês em 1930. Além disso, Weffort indica resistência dos trabalhadores e relação de troca com o Estado, porém não aprofunda tal proposta, o que torna sua obra superficial, embora tenha certo pioneirismo e tenha qualidades, como mencionamos.

Após os esforços iniciais do “grupo de Itatiaia” e a sistematização mais complexa da “sociologia paulista”, nos anos 1980 Ângela de Castro Gomes abriu uma discussão que seria seguida por muitos, em especial por Jorge Ferreira: uma tentativa de lançar novos olhares sobre o que a historiografia chamava de populismo. Questionando obras clássicas – como *O populismo na política brasileira*, de Weffort – os dois historiadores buscaram novos caminhos para se compreender a relação existente entre os líderes políticos e a sociedade dos anos 1930 em diante.

A historiografia brasileira da década de 1980, influenciada por E. P. Thompson, segundo Ângela de Castro Gomes teria como principal ponto de inovação a mudança do foco de estudo dos “homens do Estado” para a cultura operária. Talvez por isso os esforços empreendidos por Gomes no intuito de afirmar e reafirmar repetidas vezes a necessidade de entender a relação do líder populista com a sociedade não como uma

³ Conceito gramsciano que expressa a situação de um governo que surge em meio a uma crise, em que há conflito entre dominantes e dominados, sem que nenhum grupo consiga supremacia sobre o outro (GRAMSCI, 1987).

mera manipulação ou tutela, mas como uma troca. Nessa proposta, a historiadora é contra a expressão *massas*, que para ela tem conotação negativa.

Uma síntese do pensamento de Ângela de Castro Gomes pode ser explicitada pelas palavras da própria, no desfecho do capítulo de sua autoria no livro *O populismo e sua História: debate e crítica*, organizado por Jorge Ferreira:

Não sou simpática (...) às idéias de uma classe trabalhadora ‘passiva’ e sem consciência, sendo ‘manipulada’ por políticos inescrupulosos que a ‘enganavam’, e que não tinham, na verdade, representatividade política e social. O que eu pretendia demarcar era que não aceitava esta concepção, nem de classe trabalhadora nem de pacto político. O uso da ‘palavra’ populismo, assim, me pareceu algo extremamente danoso para enunciar o que eu desejava defender, e a ‘palavra’ trabalhismo, cuja invenção eu acompanhava em minha análise histórica, surgia como muito mais adequada para a proposta da então tese. (GOMES, 2001: 35).

A tese referida pela autora é a que deu origem ao livro *A invenção do trabalhismo*. Gomes ainda admite que a palavra trabalhismo também recebeu outros sentidos, assim como ocorreu com o termo populismo, porém afirma que seu objetivo foi fugir do “lugar-comum populismo”, buscando atualizar os estudos, fazendo algo inovador. Porém, é possível perceber que a construção inovadora do trabalhismo de Ângela de Castro Gomes também possui alguns problemas, entre os quais a periodização proposta pela historiadora, que defende a década de 1940 como o momento do surgimento do trabalhismo, quando nos anos 1930 já é possível identificar tais práticas – dois exemplos: governo de Pedro Ernesto, na então capital da República; e as articulações de Lindolfo Collor, como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, já em 1930⁴.

Jorge Ferreira, assim como Gomes, também lamenta a imensa gama de significados que a palavra populismo adquiriu ao longo dos anos, tendo hoje um valor negativo. Partindo deste ponto, ele elabora uma análise a respeito das origens de tal conceito, afirmando que as elites liberais, que tiveram o controle sobre Estado abalado em 1930, passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros fatores, sugerindo uma relação destituída de reciprocidade: o Estado, com Vargas,

⁴ Para mais detalhes, ver texto de Orlando de Barros sobre o Ministério Lindolfo Collor (BARROS, 2007).

surgiu como “todo-poderoso, capaz de influenciar a mente das pessoas”; a sociedade – os trabalhadores em particular –, amedrontada com a polícia e manipulada pela propaganda do DIP, foi transformada em “massa de manobra” e, portanto, vitimizada. (FERREIRA, 2001: 8-9).

Ao longo dos anos, teria sido perpetuada essa imagem de Estado “enganador” da população – para usar expressão de Ângela de Castro Gomes –, por ter se tornado cômoda tanto para os intelectuais da elite cafeeira paulista, que necessitavam de uma justificativa à diminuição de seus poderes junto ao governo, como também para os pensadores de esquerda ⁵, desejosos de compreender o porquê da grande simpatia de boa parte dos trabalhadores pela figura de Getúlio Vargas, que se estendeu no imaginário popular até os dias atuais.

O populismo se tornou uma expressão usada no intuito de desqualificar o adversário, significando alguém que utiliza o discurso e a propaganda para iludir a população com falsas promessas, se aproximando dela com o intuito de ludibriá-la. Jorge Ferreira afirma que “a noção de ‘populismo’ tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, explicar muito pouco” (FERREIRA, 2001: 13).

Aperfeiçoando o conceito de “aliança” sugerido por Weffort, Gomes procurou associar a relação entre o chefe do executivo federal e os trabalhadores como uma troca, em que a legislação trabalhista foi o meio de convencimento para que a população apoiasse Vargas, como se tivesse uma dívida moral com ele.

Ela nomeou essa estratégia governamental como sendo a “lógica do dar-receber-retribuir”, que funcionava da seguinte forma: o governo apresentava a legislação do trabalho como uma doação feita pelo Estado para os trabalhadores, como se eles não tivessem lutado historicamente para adquirir tais direitos, mas os recebido na forma de dádiva.

A propaganda do regime funcionava como meio de construir a imagem de Getúlio Vargas como o homem responsável por essa doação, criando um vínculo emocional dos trabalhadores com o chefe do governo, que se tornava o que a historiografia convencionou a chamá-lo: o “pai dos pobres”.

⁵ Octávio Ianni (IANNI, 1975) se insere neste caso, como realça Daniel Aarão Reis Filho (REIS FILHO, 2001).

Dessa forma, recebendo essas “benesses” do “bom homem” do governo, o trabalhador se via quase que moralmente obrigado a colaborar com seu beneficiário. Assim, Vargas conseguia ganhar popularidade e, conseqüentemente, credibilidade junto à população pobre e necessitada (GOMES, 2002: 226).

Logo, o trabalhismo utilizado por Ângela de Castro Gomes foi uma estratégia adotada por Vargas ao longo do Estado Novo e que se solidificou mais efetivamente a partir da estadia de Marcondes Filho frente ao Ministério do Trabalho, em 1943. O objetivo foi criar um vínculo emocional entre Vargas e os trabalhadores com o fim de o presidente obter o apoio e, mais do que isso, a gratidão popular, tendo em vista a redemocratização que estava por vir.

O problema da análise de Gomes e Ferreira decorre da periodização adotada por ambos, isto é, de que o trabalhismo data a partir de 1943. Este tem suas raízes bem antes do ano mencionado, pois, a nosso ver, Pedro Ernesto Baptista, prefeito do Rio de Janeiro no início dos anos 1930, foi o precursor das estratégias varguistas do Estado Novo.

Pedro Ernesto Baptista, entre 1931 e 1936, foi pioneiro na criação de uma série de leis trabalhistas para funcionários municipais, chegou a fundar um partido trabalhista com ele próprio na direção (a União Trabalhista do Distrito Federal), e utilizou a “lógica do dar-receber-retribuir” com base numa ampla propaganda política através do rádio (antes de Vargas utilizar tal meio de comunicação), sendo adorado pelos cariocas e obtendo simpatia da população de vários estados (MOURELLE, 2010: *passim*).⁶

Portanto, o “trabalhismo” de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, como é possível perceber, é passível de algumas críticas. Mesmo assim, ele não deixa de ser um conceito muito importante, principalmente por enxergar a população urbana de maneira muito mais ativa do que propôs o grupo de Itatiaia e Francisco Weffort, entre outros. Sem dúvida é uma forma mais adequada para se estudar o comportamento dos trabalhadores dos anos 1930.

Porém, a aversão adquirida pelos dois historiadores em relação ao termo “populismo” não se justifica. Talvez por discordarem da forma como foi construída a

⁶ Mesmo se desconsiderássemos Pedro Ernesto e nos atentássemos para as medidas populistas somente em âmbito nacional, o foco deveria sair de 1943 e ir para 1930, quando Lindolfo Collor – primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio – pôs em voga as primeiras medidas originárias do trabalhismo (BARROS, 2007: 297-330).

definição do populismo pelas gerações antecessoras ou pelos inúmeros significados que essa palavra ganhou nos dias atuais, buscaram um novo conceito, uma nova forma de se definir a relação entre o líder político e seus governados durante o período chamado de “ciclo populista”.

São inegáveis os avanços de Gomes e Ferreira em relação ao maior aprofundamento do estudo com foco nos trabalhadores, suas relações e consciência de classe. Porém, a substituição do uso de “populismo” por “trabalhismo” é uma mera troca de expressões.

É importante, por ora, fixar observações fundamentais para o estudo do populismo. Ao se estudar as décadas de 1930 e 1940, não podemos de forma alguma observar os trabalhadores como meros fantoches ou fazendo parte de uma “massa emocional”. Porém, é preciso também não esquecer que a enorme repressão e os instrumentos de propaganda varguista interferiram sim na organização operária.

Concluimos que o populismo surgiu na elite, objetivando reformas. A política populista constitui-se em práticas burguesas no intuito de estabelecer uma nova relação com o número crescente de trabalhadores urbanos, a partir do medo que a elite sentia do aumento da organização trabalhista desde a Primeira República. Por meio da promoção de melhorias práticas na condição de vida dos trabalhadores, o líder populista foi aceito pela população.

Por último, destacamos o uso da propaganda, fundamental para o sucesso do populismo, exaltando as realizações do líder populista e clamando pelo apoio popular quase como um dever moral do cidadão beneficiado.

Desta forma, é de fundamental importância que o populismo (ou trabalhismo) continue sendo estudado e problematizado, de modo a fomentar o crescimento do já extenso debate historiográfico sobre o assunto.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor. In: Jorge Ferreira (org.). **História das esquerdas no Brasil**. 3 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BODEA, Migual. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre:

Editora da UFRGS, 1992.

CONNIFF, Michael L. **Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo, 1925-1945**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Jorge Ferreira (org). **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da História**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FERREIRA, JORGE (org). **O populismo e sua História: debate e crítica**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Ed., 1975.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **O Trabalhismo de Pedro Ernesto – limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos Anos 1930**. Curitiba: Juruá, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Alexandre Elias da. **Populismo e práticas políticas no governo Pedro Ernesto (1931-1936)**, dissertação de mestrado defendida na UFF em 2005.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. 3ª Ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

BERLIN ALEXANDERPLATZ:
A EXPANSÃO DA METRÓPOLE E A CRISE DO ROMANCE

Leonardo de Carvalho Augusto*

A presente comunicação pretende discutir as relações entre História Cultural e Literatura a partir das informações obtidas na incorporação dos subúrbios à capital alemã, momento de reconfiguração de seus limites urbanos e início de uma intensa vida cultural, que seria conhecida como "os anos dourados". Nesse sentido, o final da década de 1920, retratado no livro de Alfred Döblin, *Berlin Alexanderplatz*, põe em questão uma série de impasses que marcam uma condição histórica da cidade, entendida tanto como texto quanto como um *locus* de disputa social.

Antes de mais nada, é preciso um cuidado especial para que seja possível tomar a palavra. Minha opção por uma relação mediatizada para tecer a trama reside em dois motivos: o acúmulo de categorias que poderiam compor a abordagem e a entrada em jogo do recurso da montagem, que de tão caudalosa é capaz de afogar o autor, que mal consegue organizar seu argumento e apresentar suas idéias.

Parto de um ponto levantado por Walter Benjamin, em um texto em que o crítico parece estar ensaiando os movimentos iniciais de “O narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, escrito em 1936. No artigo “A crise do Romance - sobre *Alexanderplatz*, de Döblin” (1930), Benjamin desenvolve a interpretação de que há uma crise do romance, iniciada com a reabilitação da poesia épica e a absorção da linguagem falada. A “contaminação” do romance provocada por estes elementos antigos, que trazidos da narrativa compõem uma dimensão externa à escritura são uma ruptura, pois de acordo com Benjamin se tratariam de duas formas discursivas opostas:

A tradição oral, patrimônio da epopéia, nada tem em comum com o que constitui a substância do romance. (...) ele [o romance] nem provém da tradição oral nem a alimenta. Essa característica o distingue, sobretudo, da narrativa, que representa, na prosa, o espírito épico em toda a sua pureza. (BENJAMIN, 1994: 55-56)

Logo em seguida, Alfred Döblin é apresentado como um narrador nato, para quem o livro significa a morte das linguagens autênticas. Benjamin elogia a palestra

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

proferida pelo escritor no primeiro anuário da Seção de Poesia da Academia Prussiana das Artes, intitulada “A Construção da obra épica”.

A tese, que por outros meios expunha a necessidade de que o poeta épico pudesse dispor de forças lingüísticas mais importantes e mais constitutivas, é recebida como um documento para a compreensão da anunciada crise do romance. E, citando Benjamin, “Como teórico, Döblin não se resigna com essa crise, mas antecipa-se a ela e a transforma em coisa sua. Seu último livro mostra que em sua produção a teoria e a prática coincidem.” (BENJAMIN, 1994: 56)

A cidade de Berlin, através de seus urbanistas também não fugiu a essa responsabilidade. As mudanças na Coria área foram precedidas pelas mudanças na periferia.

Desde o final da Primeira Guerra, uma lei de planejamento urbano havia fixado as novas regras do funcionamento comunal (RIBBE, 1993: 49)¹, sendo o tiro de partida para a formação de uma comunidade urbana moderna. A Grande Berlin passaria a fagocitar as comunas vizinhas, deixando para trás o espectro de seu caráter provincial, ligado ao passado imperial prussiano. Essa ampliação dos limites da cidade já estava prevista desde o período Guilhermino, bem como as tentativas de reforma do Rio de Janeiro já faziam intenções por aqui no Segundo Reinado, antes mesmo da reforma Passos.

A partir de 1900, ficou claro que o crescimento da população, os problemas de habitação e urbanização tornavam-se tão graves que só um pensamento diretor em escala regional seria adequado para o futuro. Com efeito, havia mais cerca de dez milhões de habitantes num raio de aproximadamente 25 quilômetros em torno do coração medieval de Berlim. (RIBBE, 1993: 50)

Mas foi somente depois que uma série de conflitos políticos e administrativos chegou a termo que a nova cidade pode acontecer. O teor da lei da nova comuna de Berlim era o de uma composição entre os interesses da antiga cidade e o dos seus arredores. Seu escopo era, com um planejamento que tomasse este conjunto urbano como uma região, regular “o crescimento praticamente descontrolado de um dos centros industriais mais importantes da Alemanha.” (RIBBE, 1993: 50)

Ao contrário de Paris, onde o crescimento urbano se irradiou a partir de um núcleo, aqui as aldeias e vilas nas imediações de Berlim cresceram autonomamente,

¹ Segundo o autor, a lei de 27 de abril de 1920, entrou em vigor ainda em 1º. de outubro do mesmo ano.

pressionando a cidade imperial, tal como Charlottenburg, Neukölln, Lichtenberg e Wilmersdorf. Esse processo de expansão urbana teve desdobramentos importantes quando da redação da lei que instituiria a nova metrópole. Uma série de enfrentamentos foram colocados por interesses materiais desses núcleos urbanos.

Na verdade, as municipalidades, no essencial, mediam a necessidade de independência pelo grau de suas possibilidades financeiras. Por outro lado, as que se encontravam mais distantes da Velha Berlim não mostravam muito entusiasmo pelo reagrupamento proposto. (RIBBE, 1993: 52)

Passadas duas décadas da virada do século, Berlim contava com quase 4 milhões de habitantes, cerca de 150 mil deles estrangeiros, gente vinda do leste europeu como russos, poloneses e emigrados da antiga monarquia austro-húngara (RICHARD, 1988: 80). Era a este estado de coisas, já pressentido, que as medidas urbanísticas pretendiam responder. De acordo com Wolfgang Ribbe.

O projeto da Grande Berlim, oferecia a visão de uma nova cidade com dimensões extraordinárias: 880 quilômetros quadrados de superfície total. É preciso ter em mente que Viena, depois de incorporar as comunas vizinhas no fim do século XIX, cobria apenas 178 quilômetros quadrados, e que mesmo metrópoles como Paris ou Nova Iorque dispunham de um território de menos vasto: respectivamente 470 e 840 quilômetros quadrados. Só Londres, com sua estrutura extensa de cidade-jardim, tinham uma superfície maior: 1.790 quilômetros quadrados. (RIBBE, 1993: 52)

Contrastando com as medidas da metrópole, o arco em que o personagem principal de *Berlin Alexanderplatz* vive é de no máximo mil metros. Franz Biberkopf, rola-se dentro dos limites de uma estação equivalente à Central do Brasil, incluindo seus arredores de miséria. Nesta bifurcação, rumo ao leste, a Alex rege sua vida. “Um regente cruel, se se quiser. E seu poder é ilimitado. Porque o leitor se esquece de tudo o que não seja *ele*, aprende a preencher, nesse espaço, sua existência e descobre como sabia pouco a seu respeito”. (BENJAMIN, 1994: 58)

“Um punhado de gente em torno da Alex” (DÖBLIN, 2009:133) parece não ter nada a perder, mas é através de Biberkopf que percebemos o lado real da miséria, uma espécie de compostura, se se quiser encontrar uma idéia correlata em Erich Auerbach, por exemplo. (GUMBRECHT, 2002: 95)

Mas quem é Franz Biberkopf? Tomo as perguntas do filósofo sem medo de ser repetitivo: “por que o livro se chama *Berlin Alexanderplatz*, enquanto *A história de*

Franz Biberkopf só aparece como subtítulo? O que é Berlim, Alexanderplatz? (BENJAMIN, 1994: 57).

Berlin Alexanderplatz não foi interessante como romance à primeira vista, pois seguindo os passos do poeta épico, Döblin chega até as coisas com grande lentidão. (Idem) Benjamin atribui isso a um detalhe que seria no mínimo curioso:

o próprio espírito do dialeto berlinense. O ritmo do seu movimento é vagaroso. Pois o berlinense fala como conhecedor, relacionando-se amorosamente com o que diz. Ele degusta o que diz. Quando insulta, zomba ou ameaça, ele toma algum tempo para fazê-lo. (BENJAMIN, 1994: 57)

Otto Friedrich (1997: 19-28) quando lança mão de informantes - como Edwin Redslob, Sol Hurok, Abram Chasins, Yehudi Menuhin e mesmo Kenneth Tynan, que jamais foi a Berlim -; com o intuito de pintar seu retrato de Berlim nos anos 20, reforça o juízo exposto acima e vai além, ao dizer que

os berlinenses não são, de modo algum, como os demais alemães. Falam um curioso e peculiar dialeto e, como os nova-iorquinos, em regra nasceram em outro lugar. Diz-que o berlinense típico veio da Silésia; afirma-se, também, que os húngaros reconhecem Berlim como a sua capital. Outros alemães, particularmente os do sul, não gostam dos berlinenses. Consideram-nos barulhentos, cínicos e, em geral, sem dignidade. Os berlinenses devolvem a antipatia. Encaram os demais alemães como apatetados e bastante inclinados ao nazismo (...) (FRIEDRICH, 1997: 22)

Deixando de lado outras questões que o comentário de Friedrich poderia sugerir, por ora, vamos nos ater ao dialeto berlinense (*berliner Schnauze*). Ele forma um jogo de palavras muito interesse com o nome do herói de Döblin – Biberkopf – que, numa tradução literal poderia muito bem ser “cabeça de castor”. Qualquer analogia com roedores não é aqui mera coincidência. Benjamin reconhece no sotaque de Franz o “focinho berlinense”² (BENJAMIN, 1994: 57) e a lembrança dos ratos como um sinal da miséria se aproxima da cidade cosmopolita. É a partir deste lugar social que fala Franz Biberkopf.

² O tradutor do ensaio (Sérgio Paulo Rouanet) afirma que o termo indica o estilo de falar do berlinense: irreverente, rápido na réplica e ocasionalmente agressivo. Já Bárbara Freitag, em seu *Teorias da Cidade*, acrescenta à essa tradução outros elementos, além da tagarelice: “O berlinense leva a alcunha de *Berliner Gross Schnauze* (o linguarudo de Berlim, numa tradução livre), que fala mal de tudo e de todos.” (FREITAG, 2006: 22)

O livro é um monumento a Berlim, porque o narrador não se preocupou em cortejar a cidade, com o sentimentalismo de quem celebra a terra natal. Ele fala a partir da cidade, Berlim é seu megafone. Seu dialeto é uma das forças que se voltam contra o caráter fechado do velho romance. Pois esse livro nada tem de fechado. Ele tem sua moral, que afeta mesmo os berlinenses. (BENJAMIN, 1994)

Talvez esta seja a primeira oportunidade para exposição de uma hipótese há muito guardada: a de que, durante o período da República de Weimar, a cidade de *Berlim* corresponderia à categoria *espaço*, ao passo que, a cidade de *Weimar* equivaleria à categoria de *tempo*. E nesta relação esquemática de forças o espaço seria alargado e o tempo contraído. Obviamente, o desenvolvimento dessa correlação se liga ao momento político vivido pela Alemanha entre 1918-1933, mas este não terá lugar aqui. Bárbara Freitag ao resenhar uma das principais teses sociológicas de Georg Simmel, a cidade como sede do cosmopolitismo, indica como exemplo Berlim, “à qual se pode opor Weimar. Esta última estaria impregnada de personalidades marcantes como Goethe, Schiller, List, ao passo que a grande cidade parece ser indiferente às celebridades” (FREITAG, 2006: 22).

Berlim era uma cidade sem tradições centenárias, podendo ser comparada com qualquer grande cidade americana, principalmente com Nova Iorque, nos anos 20. Muito ampla, de largas avenidas e vento cortante, fresco. Uma cidade palimpsesto, que apesar de ainda conservar suas fachadas monumentais, de estilo bismarckiano, era uma das mais estimulantes para os que estavam interessados nas transformações urbanas e arquitetônicas, bem para aqueles que estavam desejosos de retratar a sujeira, a violência, o barulho e a desordem.

Walter Benjamin descreve os bairros que ficam atrás da Alexanderplatz, uma espécie de “lado B” onde se situavam os bairros miseráveis do leste, como o Scheunenviertel, por exemplo:

....os pátios dos fundos em torno da praça Georgenkirch, e onde se preservaram mais silenciosamente que em outras partes da cidade,...e em torno da Kaiserstrasse (...), remanescentes intactos da última década do século passado. Não é um bairro industrial, e sim comercial, habitado pela burguesia. No meio de tudo isso, o negativo sociológico desse meio: os marginais, reforçados pelos contingentes de desempregados. Biberkopf é um deles. (BENJAMIN, 1994)

Franz Biberkopf é um homem sem passado. Recém saído da prisão por matado sua esposa acidentalmente enquanto a espancava, tenta refazer sua vida, manter-se decente, mas amarga diversos fracassos em busca de um filé de vitela ou um arenque defumado. Tal é o que “narra” Döblin na organização dos capítulos do “Terceiro Livro”, estruturados no estilo das narrativas populares: “Ontem ainda, na sela de cavalos garbosos, Hoje um tiro no peito, Amanhã para a vala fria, não, saberemos nos controlar” (DÖBLIN, 2009: 117, 122, 127).

Quando se anda em círculos nunca se é muito rápido. Em Alexanderplatz, o autor acompanha a trajetória de seus personagens, sem se precipitar. Tudo transcorre calmamente sem qualquer tom de denúncia. No dizer de Benjamin

Não há nada de tão grave com que não possamos conviver durante algum tempo. Nesse livro, a miséria tem o seu lado jovial. Ela se senta com os homens na mesma mesa, sem que com isso a conversa se interrompa; eles continuam sentados e não param de comer. (BENJAMIN, 1994: 58)

E nesse banquete estridente “...burgueses e criminosos coexistem em grande harmonia, porque seus interesses, embora opostos, situam-se no mesmo mundo. O mundo desses marginais e homólogo ao mundo burguês...” (BENJAMIN, 1994: 59).

O recurso da montagem no romance de Döblin amplia suas possibilidades em estrutura e estilo. Isso se relaciona de perto com este encontro anual, pois para Benjamin a novidade da montagem se baseia na idéia de documento. Na obra de Döblin o conjunto resultante entrou para a literatura épica (PERLOFF, 1993: 99). “Os versículos da Bíblia, as estatísticas, os textos publicitários são usados por Döblin para conferir autoridade à ação épica. Eles correspondem aos versos estereotipados da antiga epopéia” (PERLOFF, 1933: 56).

De todas essas informações o autor só nos faz reter duas, o esfacelamento e a morte, que rondavam o tempo todo, mas aterrorizam quando finalmente aparecem.

O verdadeiro leitor lê uma obra épica para ‘conservar’ certas coisas. E sem dúvida ele conserva duas coisas: o episódio do braço e o de Mietze. Por que Franz Biberkopf é jogado debaixo de um carro, perdendo um braço? E por que lhe tiram a amiga e a matam? A resposta está na segunda página do livro: ‘Porque ele exige mais da vida que um sanduíche’. (...) Seu ‘grande focinho’ fareja uma coisa que não tem forma. Ele está consumido por uma fome – a do destino. Nada mais. (...) (PERLOFF, 1933: 59)

Tudo bem. Está tudo bem. *Berlin Alexanderplatz* vira um romance. “Franz Biberkopf deixa de ser exemplar e ascende, em vida, ao céu dos personagens romanescos. (...)” (PERLOFF, 1933: 59). Seja lá o que for que o destino lhe reserva, é preciso que suportemos que esta foi a sua escolha, pois “no momento em que o herói consegue ajudar-se, sua existência não pode mais ajudar-nos” (PERLOFF, 1933: 60).

Mas o que dizer da sua cidade? Difícil não concordar com estas palavras, de Andreas Huyssen

Talvez não haja outra grande cidade ocidental que suporte as marcas da história do século XX tão intensamente e de forma tão auto-consciente como Berlim. A cidade-texto tem sido escrita, apagada e reescrita ao longo deste século violento, e sua legitimidade se deve tanto mais às marcas visíveis do espaço construído quando às memórias reprimidas e rompidas pelos eventos traumáticos. (HUYSEN, 2002: 93)

Talvez este argumento já começasse a fazer sentido antes mesmo das obras da reunificação.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. A crise do Romance – sobre Alexanderplatz, de Döblin. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Cagnebin. - 7ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 54-60. Obras escolhidas - Vol. 1
- DOBLIN, Alfred. **Berlin Alexandreplatz.** Irene Aron (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FREITAG, Bárbara. **Teorias da Cidade.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.
- FRIEDRICH, Otto. **Antes do dilúvio.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. ‘Pathos da travessia terrena’ – o cotidiano de Erich Auerbach. **Erich Auerbach** - V Colóquio Uerj. Rio de Janeiro: Ed.Imago, 2002.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- PERLOFF, Marjorie. **O Momento Futurista: Avant-Garde, Avant-Guerre e a Linguagem da Ruptura.** São Paulo: EDUSP, 1993.

- RIBBE, Wolfgang. Nascimento da Grande Berlim. In: RICHARD, Lionel (org.). **Berlim, 1919-1933**: a encarnação extrema da modernidade. p. 49-56. (trad.) Lucy Magalhaes; Revisão Técnica, Francisco José Calazans Falcon. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- RICHARD, Lionel. **A República de Weimar**, 1919-1933. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1988.

**JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA –
JORNALISTA NO REGRESSO, HISTORIADOR DA REAÇÃO**

Gabriel Abílio de Lima Oliveira*

Introdução

No curso das disputas travadas pelos grupos que se articularam em busca das fileiras governamentais durante o período do Império brasileiro, as batalhas políticas constituíram-se como lutas de idéias e configuraram uma rica e complexa arena de debates. Estes debates foram travados em dimensões variadas de um “espaço público” (HABERMAS, 1973) em construção (MOREL, 2005), como, por exemplo, as casas do legislativo e, sobretudo, a imprensa. Dentre as variadas pautas levadas ao púlpito da coisa pública, apareciam as demandas de um Estado nacional por se forjar, tais como a manutenção dos monopólios coloniais pela Monarquia e a quem caberia extensão dos direitos políticos e civis encampados pelo liberalismo *sui generis* que apontava no horizonte.

Entender a trama que envolve o debate político do oitocentos no Brasil é entender como agiram os atores deste teatro social e, entre estes, os representantes de elite letrada envolvida em atividades diversas como o jornalismo, a advocacia, a literatura, os cargos do Estado e até a arte de lecionar, posições que contribuíram para registrar as fontes que chegaram até os dias atuais. Assim, pensar a dimensão histórica de tal recorte é também atentar para a maneira através da qual aqueles agentes construíram sua visão dos fatos, muitas vezes intencionalmente, outras vezes em vista de demandas conjunturais e em todos os momentos redigindo, dando vida a conceitos e idéias, valores e códigos em comum:

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico. (KOSELLECK, 2006: 101)

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação *stricto-sensu* da Universidade Federal de São João del Rei. Pesquisa financiada pela CAPES/REUNI.

O exercício desenvolvido na presente análise apoia-se nessa perspectiva, as fontes pesquisadas consistem em textos redigidos no oitocentos, versando as mesmas sobre o século da Monarquia brasileira. Seu autor é Justiniano José da Rocha, importante jornalista do período. Buscou-se pensar a visão sobre as disputas políticas do Regresso construídas por Justiniano em dois momentos, no início de sua carreira, em 1836, no periódico *O Chronista*, de oposição a Feijó; e quando já era deputado, em 1855, no seu famoso panfleto *Ação, Reação, Transação*, o qual consolidou a interpretação conservadora sobre o Império (1822-1855) na historiografia. Portanto, o destaque vai para a relação entre a construção dos conceitos a nível textual e a descrição de uma determinada realidade social, aspecto indissociável da dimensão semântica que um determinado recorte espaço-temporal adquire ao longo de sua análise enquanto fenômeno histórico. Inicialmente, é válido situar informações acerca da vida e da carreira do personagem em questão.

Vida e Obra

A maioria dos autores que se debruçaram sobre as efemérides da vida de Justiniano José da Rocha afirmam que seu nascimento se deu a oito de novembro de 1812 no Rio de Janeiro, alguns deles também levantaram dúvidas acerca dos nomes de seus verdadeiros pais (BLAKE, 1970: 269; MAGALHÃES JR., 1956: 130). Contudo, atentando para os esforços de Elmano Cardim, em texto publicado a 10 de outubro de 1962, para a conferência comemorativa pelos 100 anos da morte do jornalista e político conservador, as dúvidas sobre a origem do mesmo aparecem esclarecidas. Segundo o pesquisador, o verdadeiro natalício de Rocha teria sido a 8 de novembro de 1811 e, no que tange aos progenitores do referido personagem:

Da certidão de batismo de Justiniano, celebrado pelo coadjutor Antônio Ferreira Ribeiro, em 4 de janeiro de 1812, consta, além do nome dos seus pais, o lugar de nascimento deste, sendo ele José Caetano da Rocha, dado como nascido em Pernambuco, e ela, d. Maria Luisa Muzzi, dada como natural do Rio de Janeiro. (CARDIM, 1962: 89)

Nenhuma informação adicional é dada sobre os pais de Justiniano, entretanto, cumpre destacar alguns passos de sua trajetória de formação intelectual e de carreira.

Cursou as primeiras letras no liceu Henrique IV em Paris e bacharelou-se em

Direito pela faculdade de São Paulo em 1833, mesma província onde conhecera Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, em 1835. Exerceu advocacia, foi professor de História e Geografia no Colégio Pedro II e lente de direito da Escola Militar. Foi diretor do Correio Oficial, membro do Conselho de Instrução Pública da Corte, do IHGB, censor do Conservatório de Arte Dramática e deputado pela província de Minas Gerais na quinta, oitava e nona legislaturas. Publicou livros de História, Geografia, Direito, além de traduzir importantes autores da literatura universal como Alexandre Dumas (BLAKE, 1970: 269-273; CARDIM, 1962: 87-121; MASCARENHAS, 1956: 127-159; SOUZA, 1953: 339-348).

Apesar de todas as ocupações exercidas durante sua vida, foi no jornalismo que Justiniano se destacou, por sua facilidade de redação e por seus textos combativos. No início de sua carreira, em 1836, fundou o periódico *O Atlante* e escreveu para *O Chronista* juntamente com Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva, ambas as folhas fizeram oposição à Regência una do padre Feijó e se colocaram ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcellos e do *Sete de Abril* na imprensa regressista.

À parte de seu talento, o senhor Rocha foi acusado de escrever em troca de benefícios em dinheiro e até mesmo de escravos. Tal fato gerou muitas polêmicas, culminando em um desentendimento com o Marquês de Paraná nas sessões da câmara em 1855 (NABUCO, 1997: 199-205). Entretanto, ao que parece, as desavenças iam além de questões pessoais, pois, em um primeiro momento, Justiniano se mostrara contrário à política da conciliação defendida por Paraná. Por isso, por sua posição aguerrida em favor do partido da Ordem, o jornalista ficou marcado na história do Brasil Império como pena a serviço dos conservadores: “Tinha, porém, em seu desfavor, a condição de haver sido quase sempre um jornalista governamental, interpretando a tarefa ingrata de intérprete do pensamento conservador e de defensor dos ministérios desta facção (...)” (MAGALHÃES JR, 1956: 128). Tal denominação não persistiu somente pela veia jornalística de Justiniano, mas também por sua contribuição à história, matéria na qual era versado e através da qual construiu uma das mais famosas interpretações sobre o período de início da construção do Estado nacional brasileiro, interpretação essa consoante com a versão conservadora da realidade monarquista e liberal do Brasil de então e que marcou época, deixou marcas e continua a ser analisada até os dias de hoje.

Como se pôde perceber, o ator em questão esteve envolvido em duas atividades fundamentais para a construção das visões sobre a história política dos partidos monárquicos do Segundo Reinado. Sua ação foi intensa nas disputas na imprensa e não se resumiu a elas, transportando aquela história que ele mesmo ajudara a construir para uma espécie de síntese, meta-narrativa de algo vivido e presenciado, imerso em dimensões temporais diversas, dirigidas por objetividade política e por sensibilidade histórica. Difícil mensurar qual dessas faces é mais incisiva neste trabalho histórico e jornalístico, entretanto, elas existem e merecem uma menção cuidadosa. Entre as crônicas do Regresso e a história da Reação, Justiniano deixava sua marca, sua opinião acerca de como havia sido aquele momento fundamental para a definição de uma política de Estado Saquarema (MATTOS, 1999). Portanto, é de suma importância para a presente análise situar o Regresso e o modo como o mesmo foi abordado por Justiniano e seus companheiros no periódico *O Chronista*. No turbilhão de polêmicas que envolvia o governo de Feijó, o jovem jornalista bradava seus posicionamentos e mesmo uma pretensa imparcialidade.

Cronista do Regresso

Entre os anos de 1837 e 1838, Bernardo Pereira de Vasconcellos, ferrenho opositor de Diogo Feijó e principal articulador do movimento que, mais tarde, seria caracterizado por Justiniano de Reação, justificava sua posição política à assembleia. A fala do deputado mineiro ficou como um marco do Regresso, deixando uma incisiva justificativa relativa à sua mudança de posicionamento político (CARVALHO, 1999: 9). Entretanto, o texto de Bernardo sintetizava um processo que se desenvolvia há algum tempo e envolvia discussões também acerca do termo *Regresso*. Em artigo do periódico *O Sete de Abril* em 1836, uma das principais folhas de oposição à regência de Feijó, diferentes interpretações do termo apareciam e marcavam os posicionamentos políticos das personagens envolvidas:

(...) excomungou o sr. Evaristo ao *regresso* por nós aconselhado como meio de obstar aos males com que a precipitação nos ameaçava; e porque o *regresso* também significava voltar atrás, e n'este sentido pôde diser-se synonymo de retrogradação, confundio *regresso* com retrogradação, palavra muito impopular no Brasil. Embora foi definido o *regresso*, embora forão invocados os escritores clássicos que usarão d'esta palavra na acepção de recurso – contra desacêtos - ; o Dictador do Balcão não quiz admitir tal significação, nem autorisar os

escritores a declarar o sentido que ligavam as palavras (...) ¹.

Evaristo da Veiga, uma das figuras mais importantes ao lado de Diogo Feijó, leal ao padre regente por quase toda a vida, encampava acusações a Bernardo que, por sua vez, já revidava, deixando claro o significado de *Regresso*. Ou seja, dois grandes nomes da imprensa e do parlamento, representando oposição e governo, utilizavam-se dos diferentes significados que uma palavra tão comentada à época poderia ter. Por um lado, destacava-se o aspecto negativo do *regresso*, sua ligação com um possível retrocesso nos “avanços” que o liberalismo moderado alcançara. Por outro lado, era invocado o argumento da necessidade de se reestabelecer uma determinada ordem perdida com a “revolução” e com os “desacertos”. Diferentes leituras do contexto político levavam a diferentes significações do mesmo. A partir do uso de um conceito dinâmico e plural construíam-se os fatos e as visões em torno das disputas políticas. Tal conceito fora utilizada também por Justiniano no periódico *O Chronista*. Ao que parece, não só os aspectos positivos e negativos da palavra em evidência eram salientados, havia ainda a tentativa de um posicionamento neutro:

Algumas pessoas têm os redactores do CHRONISTA como affectos ao partido que este anno se tem desenvolvido na câmara dos deputados em opposição ao governo; manifesto engano é esse: os redactores do CHRONISTA não entendem de partidos, nem abraçam hoje qualquer partido que seja ².

Apesar de não usar diretamente a palavra *Regresso*, o texto pretende passar a idéia de imparcialidade. Contudo, já em outro número, ainda que sem um posicionamento direto, a referência é explícita ao comentar as atitudes dos candidatos às eleições de 1836 para a câmara dos deputados: “Todos elles são sectarios do *progresso* e do *regresso*, da monarchia e da democracia, da nobreza transmissível e do nivelamento das classes” ³. Percebe-se ainda a utilização do termo *Progresso*, frente política formada por aqueles que apoiavam a ala moderada do regente. Assim, o vocabulário se enriquecia, tornava-se mais complexo e corroborava para caracterizar as facções políticas que se delineavam e que, mais tarde, dariam origem aos grupos Liberal e Conservador.

Outra questão importante para a presente análise é fato de que os termos

¹ *O Sete de Abril*, nº307 – 02/01/1836. (Grifos do autor).

² *O Chronista*, nº 14 – 13/08/1836. (Grifos do autor).

³ *Ibidem*, nº 1 (2º trimestre) – 17/09/1836. (Grifos do autor).

relacionados aos grupos políticos apareciam sempre em destaque, tanto n' *O Sete de Abril* quanto n' *O Chronista*. Assim, apesar da pretendida imparcialidade de Justiniano, era premente o destaque às disputas que se configuravam. Entretanto, um posicionamento neutro não era o que aparecia em outros momentos, por exemplo em artigo relacionado a um processo do governo contra o jornal de Bernardo Pereira de Vasconcelos:

Mais um processo entre a imprensa e o governo, mais uma victma das perseguições que se fiseram no principio d' este anno aos jornaes que não seguiam os votos dos *progressistas*, e que pensavam que a nau do estado em imminente perigo não estava entregue aos mais habeis pilotos⁴.

O destaque foi para o termo *progressistas* e a oposição a tal grupo aparece justificada, tal linha de argumentação continua a se fiar alguns números depois, onde a crítica a Feijó e sua administração era incisiva e, logo após, vinha em destaque: “*Os males vão em progresso*”⁵. Mesmo sem referência direta ao grupo *progressista*, a utilização do termo aparecia de forma pejorativa, tal como feito por Evaristo com o conceito de *Regresso*. Ao que parece, no curso das batalhas na imprensa, as argumentações dos grupos envolvidos inseriam-se sobremaneira em suas respectivas caracterizações e a identidade do Regresso Conservador constituía-se conceitualmente a partir do enriquecimento semântico do próprio termo e das contraposições ao vocabulário da linha Progressista.

Portanto, imerso nas disputas pelo governo, na construção de projetos e visões sobre a história do recém-independente Estado nacional brasileiro, aparecia Justiniano como um dos Cronistas do Regresso Conservador. Jovem e em meio a figuras já experientes no jogo político, o ator aqui analisado corroborava para adensar o arsenal regressista na imprensa, começava sua carreira como um dos responsáveis pela definição das fronteiras ideológicas das disputas políticas regenciais. De um começo dinâmico e complexo, Justiniano passaria a outro estágio de sua carreira cristalizando o período vivido como uma reação necessária à “desordem” que assolava o país, o *Regresso* se travestiria, vinte anos depois, em *Reação*.

⁴ *Ibidem*, nº 8 (2º trimestre) – 22/10/1836. (Grifo do autor).

⁵ *Ibidem*, Nº 12(2º trimestre) – 05/11/1836. (Grifos do autor).

A história da reação

O folheto *Ação, Reação e Transação* marcou a consolidação de uma importante parte da história do Brasil Império, sua interpretação cobre o período de gênese do Estado nacional brasileiro e marca uma visão conservadora das disputas políticas destes anos. Ao longo dos anos, a historiografia sobre o Império baseou-se neste opúsculo e muitas análises do texto foram feitas. (BARMAN, 1973; GUIMARÃES, 2007; NABUCO, 1997; TORRES, 1998). Ao longo da argumentação, a estrutura textual baseada na dialética hegeliana aparece claramente e corrobora para a organicidade da proposta de se traçar uma linha evolutiva das lutas políticas do período que vai da Independência em 1822 até a chamada conciliação em 1855. Para a presente proposta, cumpre salientar de que modo o Regresso Conservador aparece no escrito de Justiniano.

Logo no título de sua obra, o autor salienta: “Terceiro Período – 1836 a 1840. Luta da Reação” (MAGALHÃES JR, 1956: 189). O referido espaço de tempo era justamente aquele em que os dissidentes da ala moderada se articularam em torno do compromisso regressista. Como visto, apesar da tentativa de neutralidade, à época da Regência de Feijó, Justiniano certamente se colocou ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcelos e da oposição aos ministérios. Entretanto, a caracterização daquele governo em *Ação, Reação e Transação* foi feita de maneira diferente:

Era impossível que a fraqueza do govêrno, compensada pelos seus excessos, não adiantasse consideravelmente a educação política do Brasileiro, e não infundisse em alguns corações patrióticos, a par dos desgostos da atualidade, uma como saudade do passado, um como pezar de o haver comprometido (*Idem, Ibidem*).

Neste momento o governo Regencial já era parte do passado, a crítica vinha acompanhada do caráter de inevitabilidade daquela crise e não era mais uma ácida e ferrenha desqualificação dos ministérios do padre regente. Para além do caráter pedagógico que tomava o período da Reação, o texto traz ainda impressões sobre a dinâmica dos grupos políticos regenciais, incluindo a figura do monarca e da própria Monarquia portuguesa:

A morte do Sr. D. Pedro I dissipou os receios de restauração, que, geralmente considerada como o maior dos perigos a que podia estar exposta a nação, exercia a mais fatal pressão sobre os espíritos. O partido dominante, que até então não podia dividir-se, quaisquer que fossem os germes da divisão que em seu seio existissem, sentiu-se desafogado; cada um dos seus membros pôde

consigo próprio consultar o seu dever, e atender à inspiração da própria consciência; e a nação, divorciada dos conservadores em ódio à restauração, pôde adotar os seus princípios políticos, confundir-se, identificar-se com eles. (*Idem, Ibidem*: 191)

O distanciamento temporal agora evidente auxiliava na construção da visão histórica do período em questão, os protagonistas apareciam de modo mais claro e a herança portuguesa invocada como um auxílio à restauração da instituição monárquica no Brasil. Em sequência a este comentário, vinha a imagem de Bernardo Pereira de Vasconcelos como “um dos mais notáveis estadistas de então”, e completava: “(...) hasteou êle na câmara a bandeira do regresso” (MAGALHÃES JR., R. *Op. cit*: 191). O grande articulador da Reação obtinha ali os louros por seu esforço, sendo identificado como responsável pelo início do movimento restaurador.

Outro marco destacado por Justiniano em seu texto é a queda do regente Feijó: “Com a retirada do regente, com a formação de um novo ministério, saído do grêmio da oposição parlamentar, começaram a fazer-se nos hábitos públicos, na linguagem oficial, e nas leis, as mais importantes modificações” (*Idem, ibidem*: 195). Crucial para o sucesso e a continuidade da linha histórica traçada nessa interpretação eram a figura de Vasconcelos e a queda de Feijó, agora não mais como figuras de combate ou apoio, mas personagens de uma trama com enredo e desfecho demarcados. É assim que termina a parte de *Ação, Reação e Transação* que trata do período do Regresso, uma conclusão permeada por uma narrativa histórica, linear e, novamente, como em artigo d’*O Chronista*, pretensamente imparcial:

A ação democrática havia triunfado em 1831; que importam seus instrumentos, as paixões, os interesses que lhe deram o triunfo? A reação monárquica triunfou em 1840; que importam seus instrumentos, as paixões e os cálculos que lhe deram o triunfo? A grande lei do progresso achou-se cumprida; foi essa a segunda fase da luta; era tão necessária como a primeira, tão necessária como a terceira. (*Idem, ibidem*: 199)

A história subsumia as paixões e as disputas políticas, transformava as rugas entre Progressistas e Regressistas em partes inevitáveis de uma linearidade. O que importava agora era construir uma história de certo Regresso, que se tornou Reação e cumpriu a lei de outro “progresso” que não era mais aquele perseguido por Vasconcelos e pelo próprio Justiniano, um progresso conciliador e atenuante diante das modificações pelas quais passava a política Imperial à época do ministério Paraná, com o qual o

próprio autor aqui analisado havia se desentendido.

Conclusão

Ao longo desta breve análise versando sobre a questão relativa ao modo através do qual o Regresso aparece descrito por um de seus principais jornalistas, é válido destacar o fato de diferentes discursos contribuírem para o enriquecimento e a ampliação da visão histórica sobre um mesmo contexto. É justamente no curso das argumentações e das construções de códigos políticos e sociais que os recortes espaciais e temporais surgem como partes fundamentais da história como disciplina: “(...) os processos de permanência, transformações e inovação são compreendidos diacronicamente ao longo da série de significados e dos usos de um termo determinado” (KOSELLECK, 2006: 107). Tendo o Regresso como um período permeado por modificações e por idéias de restauração é imprescindível a sua caracterização como uma realidade histórica multifacetada, construtora e constructo da dinâmica inerente aos conceitos. No caso da presente proposta, discurso político e discurso histórico estiveram em evidência, bem como a ação de jornalista e historiador de Justiniano José da rocha, tais questões concorrem para o redimensionamento e redefinição dos aspectos de um período conturbado e, muitas vezes, relegado a uma simples transição na historiografia sobre o Império brasileiro.

Referências Bibliográficas

- BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como escreveu ação; reação; transação. **RIHGB**, v.301, 1973.
- BLAKE, Sacramento. **Dicionario Bibliografico Brasileiro**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- CARDIM, Dr. Elmano. Justiniano José da Rocha. **RIHGB**, v. 257, 1962.
- CARVALHO, José Murilo de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a**

- uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio; 2006.
- MAGALHÃES JR., R. **Três panfletários do segundo reinado**. São Paulo: Nacional, 1956.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do império**: Firmino Rodrigues Silva. São Paulo: Nacional, 1961.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Vol. 1.
- SOUZA, José Antônio Soares de. Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai. **RIHGB**, v. 220, 1953.
- TORRES, Valéria Aparecida Rocha. **Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial**. Campinas, SP: 1998. (Dissertação de Mestrado).

“A ÉTICA É A VERDADEIRA FILOSOFIA DA HISTÓRIA”:

***BILDUNG* E HERMENÊUTICA EM DROYSEN**

Pedro Spinola Pereira Caldas*

Wilhelm von Humboldt, em sua clássica conferência sobre a tarefa do historiador, afirma que “(...) a verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma a distância dos olhos” (HUMBOLDT, 2010: 83). No que diz respeito aos meus estudos sobre Droysen, não poderia senão concordar integralmente com as suas palavras. Depois de anos dedicados à teoria da história de Droysen, passei a me ocupar com a historiografia de Burckhardt. Mas, curiosamente, a distância foi muito produtiva: creio que, finalmente, consegui desenvolver um problema que, mais explicitamente tratado em Burckhardt (cf. CALDAS, 2011), em minha tese de doutorado, esteve longe de ser resolvido e até de ser formulado: como relacionar um conceito habitualmente relacionado ao método (hermenêutica) com outro, fundamentalmente ético (*Bildung*, formação)? Em Droysen, o problema aparece na seguinte frase, que a meus olhos sempre soou enigmática: “A ética seria a verdadeira filosofia da história” (DROYSEN, 1977: 55).

Portanto, como articulá-las? *Bildung* é um termo altamente polissêmico, mas duas de suas conotações certamente estarão presentes em todas suas categorizações, sistematizações e tipologias: totalidade e autonomia. É bem precisa a definição de Hegel para o homem culto: “(...) é aquele que sabe imprimir em tudo a marca da universalidade” (HEGEL, 1994: 65). Como dar à capacidade de pensar universalmente a condição de obtenção de autonomia, outro atributo indispensável do projeto da *Bildung* (cf. RÜSEN, 2007: 97; NIPPERDEY, 1998: 58; ASSMANN, 1994: 5)? Este é o desafio, que Trevelyan certa vez definiu como a diferença específica do conhecimento histórico: “A verdadeira História só pode fazer bem. Não pode, como a verdadeira Física, ser usada para causar danos” (TREVELYAN, 2010: 153). *Bildung* é, portanto, universalidade e autonomia.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisador do CNPq.

É necessário, claro, tentar compreender a função prática para além do topos da História, mestra da vida. Tento, pois, desenvolver o que já foi dito por Arthur Assis (cf. ASSIS, 2009: 22), a saber: se Droysen supera o modelo da exemplaridade, ele não deixa de lado a existência de uma dimensão prática. É possível, portanto, aprender algo decisivo com Droysen: abandonar o ideal de história como mestra da vida não significa deitar fora também toda e qualquer função formativa para a escrita da história.

Minha proposta, portanto, pode ser anunciada nos seguintes pontos.

1. *A totalidade* (presente em Hegel) *é formal*; ou seja, ela não é nomológica, isto é, não opera através da redução da experiência mediante a constatação de regularidades expressas em leis do processo histórico. Muito menos ela é a totalidade empírica, a soma de fatos de diferentes naturezas. Ela é formal na medida em que é capaz de integrar diferentes formas de pensar. Este é o sentido, inclusive, da hermenêutica como método capaz de articular a especulação filosófica e teológica com a empiria das ciências da natureza.
2. *A autonomia é conquista da singularidade*; ou por outra, o método compreensivo não é meramente uma técnica de aplicação de regras. Ao trabalharmos hermeneuticamente, adquirimos consciência da relevância de nossa subjetividade na medida em que a experimentamos como insubstituível. Creio que isto é fundamental: ao insistirmos na afirmação da autonomia, podemos cair em uma especialização que foge do imperativo da universalidade; autonomia significa fazer uma pergunta que até então permanecera latente, significa se incomodar com algo que não perturba nenhuma outra forma de conhecimento. É o que se pode ser feito por esta área de conhecimento, e nenhuma outra.

Vejamos, portanto, como isso ocorre no método hermenêutico de Droysen.

Droysen dizia que a interpretação histórica se divide em quatro etapas: (a) pragmática; (b) interpretação das condições; (c) psicológica; (d) interpretação das idéias. Em cada uma delas, podemos perceber a tentativa de incorporar uma forma específica de pensar, reproduzido em um determinado diálogo de Droysen com outros grandes nomes na prática da pesquisa e metodologia de seu tempo.

A interpretação pragmática consiste no estabelecimento dos fatos considerados relevantes para explicação das transformações históricas. O procedimento filosófico adotado é o *empirismo indutivo*, que tem em Francis Bacon um de seus grandes nomes. Como procede o empirismo indutivo? Vejamos o que diz Anthony Kenny, competente historiador da filosofia:

(...) descoberta das leis científicas pelo exame sistemático de casos particulares. Se não se deseja que isso seja uma ligeira generalização a partir de inadequadas amostras da natureza, é necessário que tenhamos um procedimento cuidadosamente esquematizado, demonstrando a nós como avançar gradualmente de instâncias particulares a axiomas de generalidade gradualmente abrangente. (KENNY, 2009: 50)

Dou-lhes um exemplo: em seu livro sobre o fascismo, Michael Mann tentou identificar algum padrão entre as sociedades na qual movimentos fascistas chegaram ao poder. Ele percebeu que a visão corrente de que o fascismo surge sempre em sociedades industriais afundadas em uma grave crise econômica é simplesmente falsa, isto porque, em países como Polônia e Portugal, ambos à época ainda predominantemente rurais, governos fascistas ou de fortes tendências autoritárias de direita chegaram ao poder em meio a um contexto de moderado crescimento econômico. O fascismo, portanto, não tem relação direta com a economia (cf. MANN, 2008: 78-86).

Ou seja, usando sua subjetividade (a comparação entre Alemanha, Itália, Polônia e Portugal não está dada na realidade e não caiu no colo de Michael Mann), o pesquisador chegou a um dado objetivo, capaz de ilustrar muito bem a definição de Koselleck do “poder de veto das fontes” (cf. KOSELLECK, 2006: 168). Mann avançou gradualmente de instâncias particulares, criando uma série de fatos e comparando-os. O fato de não ter constatado um padrão não é um demérito. Ainda assim, ele atingiu algo de objetivo.

Qual a noção de sujeito aqui pressuposta, senão a de que ele é intercambiável? Ou seja: qualquer outro pesquisador, se usar o mesmo método e consultar as mesmas fontes, chegará fatalmente ao mesmo resultado, ou a algo extremamente próximo. Portanto, temos aqui uma subjetividade em ação, mas não uma subjetividade autônoma, insubstituível, autoral. Curiosamente, é o que se verifica nas pesquisas de iniciação científica: o coordenador do projeto (o orientador) passa, muitas vezes, tarefas de pesquisa basicamente empíricas para os seus alunos; e isto não só porque, de alguma

maneira, esta é mesmo a etapa inicial da pesquisa (a iniciação seria, portanto, conhecer a operar a partir do método empírico indutivo), mas, sobretudo, porque o orientador pode ser substituído por alguém menos experiente¹.

O próprio exemplo dado a partir da obra de Michael Mann me permite passar para a fase seguinte da concepção de interpretação de Droysen: a da interpretação das condições; afinal, Mann, para estabelecer fatos, acabou construindo um contexto causal. É esta a função da interpretação das condições: conhecer as determinantes de um fato histórico, sendo estas causas espaciais, temporais e técnicas. Nesta fase, pode-se chegar a uma verdade lógica, sendo sempre o *método dedutivo* o mais recomendado para chegar a tais resultados.

Na filosofia e nas ciências, há incontáveis casos. Poderíamos citar, por exemplo, a filosofia da história de Kant, na qual o filósofo afirma que o conhecimento das ações humanas se dá na busca de leis naturais não aparentes para a própria consciência humana: por exemplo, um homem e uma mulher se casam por terem consciência do afeto mútuo; mas podemos muito bem perceber que tal casamento só foi possível sob algumas condições. É necessário pensar logicamente, sair do todo para a parte. Se tentarmos compreender o nacional-socialismo, por exemplo, dificilmente conseguiríamos explicá-lo sem o racismo, muito embora este não tenha sido causa suficiente (mas foi causa necessária). O próprio Droysen, em sua obra sobre Alexandre Magno, gasta um bocado de tinta descrevendo as condições geográficas da Pérsia e da Grécia, sem as quais o conflito entre ambas seria impensável (cf. DROYSEN, 2010: 39).

Aqui, o diálogo de Droysen com Henry Thomas Buckle é bastante ilustrativo. Ao fazer a resenha da monumental *História da Civilização da Inglaterra* (também de 1857!), Droysen alertou para o fato de que o historiador, se não pode deixar de lado a constatação de leis da lógica, por outro lado, não pode se limitar a perceber regularidades.

E, da mesma forma como na interpretação pragmática, é também intercambiável o sujeito do conhecimento produzido pelo método dedutivo. Afinal, uma lei será tanto mais verdadeira quanto menos depender do observador que a descobre e aplica. Como

¹ Esta associação entre a interpretação pragmática e a iniciação científica foi feita por Naiara Damas, durante uma aula minha para seus alunos na UFRJ.

falar de uma lei da física aplicável no Brasil, e não na Austrália, de um cálculo matemático sueco, mas ineficaz para um nigeriano?

Em um terceiro momento, temos a *interpretação psicológica*. Esta é uma reação a anterior, pois Droysen, baseado na própria experiência, afirma que os seres humanos não reagem igualmente às mesmas condições; e, mais ainda, por vezes as determinantes sociais simplesmente não conseguem explicar os eventos históricos. É o momento em que se chega a uma **verdade intersubjetiva**, dada pela nossa capacidade de reconstruir intenções de um indivíduo ou de uma coletividade.

Com qual ciência dialogava Droysen? Neste momento, é mais complicado reproduzir o debate entre a história e as demais ciências presentes no repertório dos saberes disponíveis no século XIX. Neste caso, temos o método também hermenêutico de Schleiermacher: para este, é necessário compreender o significado vital. Para este grande teólogo, a hermenêutica deve ser dedicada não somente à análise de textos literários, mas uma forma de compreender, na vida, o fenômeno da compreensão.

Na prática, a interpretação psicológica é fundamental: ela procura perceber um significado de um evento histórico sem levar em conta – na medida do possível – o seu resultado e seus desdobramentos. Parte do princípio, portanto, de que nenhuma escolha é totalmente determinada, mas sim uma decisão tomada dentre várias: a Alemanha não estava fadada a cair nos braços do nazismo; esta era uma das possibilidades, dentre outras. Por que, dentro de uma gama de possibilidades, aconteceu exatamente esta ou aquela: reconstruir esta decisão é a interpretação psicológica. Ela lida diretamente com a imprevisibilidade. Para dar um outro exemplo sobre o nazismo: como nos mostra Ian Kershaw (cf. KERSHAW 1993: 12), Hitler não tinha o perfil do típico governante alemão desde a unificação, no século XIX. Entender como um outsider toma as rédeas políticas de uma sociedade moderna e industrial deve prescindir, portanto, de análises deterministas.

Neste caso, que tipo de subjetividade é pressuposta? De alguma maneira, ela se anula, mas não em busca de um padrão ou de uma lei, mas uma subjetividade que se deixa anular pelo objeto estudado – isto é, ela é substituída pelo objeto, por mais complexo que este seja.

Por fim, temos a interpretação das ideias, o nível mais sofisticado de compreensão. Nela, o historiador, segundo Droysen, há de ser capaz de reconstruir um

processo histórico cujo sentido não está dado para a consciência dos agentes. Este é o momento em que se pode falar de uma **verdade ideal**. Podemos usar um exemplo da própria obra de Droysen, a saber, o caso de Alexandre Magno: ao unir ocidente e oriente, de modo algum ele poderia imaginar que estava preparando o terreno para o cristianismo, religião originalmente oriental que se tornou ocidental. Ou posso ainda dar outros exemplos: nenhum documento colonial se proclama a favor do “homem cordial”, conceito de Sérgio Buarque de Holanda; muito menos qualquer oficial do Terceiro Reich se proclamou um defensor de uma “concepção banal do mal”; este é um conceito de Hannah Arendt, que o percebeu por detrás das intenções de Eichmann, como um elemento identificável somente no processo e que não pode ser obtido mediante a percepção de um padrão, a fixação de uma lei e a reconstrução de uma intenção.

Somente o historiador, após a passagem do tempo, pode compreender o significado histórico de uma ação. E é este sentido que será capaz de integrar os outros três anteriores, formando, portanto, uma ciência integrativa. Mas ainda resta perguntar: o intérprete é intercambiável, como nas duas primeiras fases da interpretação? Ou ele se anula, como na fase da interpretação o psicológica? Está em jogo algo muito relevante: o que acontece conosco quando conhecemos?

Trata-se, no caso da história, ao menos para Droysen, de se conhecer a partir do próprio passado. Em sua famosa preleção sobre a filosofia da história, Hegel afirma (cf. HEGEL, 1994: 54) que só posso saber de um objeto ao saber de mim; é se ver em um processo dialético, ver como os fatores que me determinam é também um objeto para mim: é portanto uma união indissolúvel entre sujeito e objeto: não discuto aqui a eficácia dos conceitos, mas se Sérgio Buarque houvesse se decidido por outra profissão, dificilmente o conceito de “homem cordial” existiria. O mesmo vale para a “banalidade do mal”, de Hannah Arendt. É quando o historiador se torna um autor, no sentido literal da palavra: ele aumenta o mundo. Assim, ele não é intercambiável. É singular.

Concluindo, pois: em sua totalidade formal a hermenêutica é um percurso formativo. Isto porque ela é capaz de – ao menos no ambiente do século XIX, integrar métodos distintos, e, assim, viabilizar o diálogo formal entre ciências especializadas. Sua universalização não é da erudição, mas da capacidade de assimilar elaborações de diferentes formas de entender o mundo.

Penso, pois, que a teoria de Droysen ainda está em pauta: em primeiro lugar, porque nos ajudaria a estabelecer capacidades para o historiador. Saber proceder indutivamente, dedutivamente, intersubjetivamente e dialeticamente são capacidades que deveríamos aprender na graduação: as disciplinas teóricas deveriam, portanto, a partir de exemplos de pesquisas empíricas, mostrar diferentes formas de produção do conhecimento e imputação de sentido. Em segundo lugar, porque nos permitiria conduzir o debate historiográfico de outra maneira. Podemos comparar as obras mediante suas *pretensões de sentido: empírico, lógico, empático e ideal*. Creio que não faz muito sentido colocar lado a lado biografias com estudos de história social; o livro de Hannah Arendt com as biografias de Kershaw. Em terceiro lugar, e o mais importante, é que a teoria de Droysen nos leva a pensar: quais as implicações éticas do conhecimento histórico?

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Arthur. Droysens Historik und die Krise der exemplarischen Geschichtstheorie. In: BLANKE, Horst-Walter (org.) **Historie und Historik**: 200 Jahre Johann Gustav Droysen – Festschrift für Jörn Rüsen zum 70. Geburtstag. Köln; Weimar; Wien: Böhlau, 2009.
- ASSMANN, Aleida. **Construction de la mémoire nationale**: Une brève histoire de l'idée allemande de Bildung. Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme, 1994.
- CALDAS, Pedro S.P. História e formação: Reflexões sobre Burckhardt e Nietzsche. In: FONSECA, Selva G; GATTI Jr., Décio (orgs). **Perspectivas do ensino de história**: Ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Stuttgart; Bad-Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977.
- _____. **Alexandre o Grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- HEGEL, Georg W.F. **Die Vernunft in der Geschichte**. Hamburg: Meiner, 1994.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org). **A História pensada**: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

- KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental** – Volume III: O Despertar da filosofia moderna. São Paulo: Loyola, 2009.
- KERSHAW, Ian. **Hitler**: Um perfil do poder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LORENZ, Chris. **Konstruktion der Vergangenheit**: Eine Einführung in die Geschichtstheorie. Köln; Weimar; Wien: Böhlau, 1997.
- MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- NIPPERDEY, Thomas. **Deutsche Geschichte 1800-1866**. Bürgerwvt und starker Staat. München: Beck, 1998.
- RÜSEN, Jörn. **História viva**: Teoria da História III – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- TREVELYAN, George M. Viés na História (1947). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org). **A História pensada**: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

**O BIÓGRAFO COMO PROPAGANDISTA:
A TRAJETÓRIA DE GETÚLIO VARGAS NA PERSPECTIVA DE EPITÁCIO PESSOA
CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**

Jefferson José Queler*

Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nascido em junho de 1911, traz em seu nome referências a importantes políticos. Seu tio-avô, Epitácio da Silva Pessoa, foi presidente da República de 1919 a 1922, e seu pai, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente da Paraíba entre 1928 e 1930 e candidato derrotado à vice-presidência da República pela chapa da Aliança Liberal. Proximidade do centro da política nacional como essa será por ele buscada nos anos seguintes, em especial através de seus contatos com Getúlio Vargas.

Em 1932, Epitácio foi comissionado no posto de tenente da Força Pública da Paraíba, a partir do qual integrou destacamento comandado pelo general Waldomiro de Lima contra a “Revolução Constitucionalista” em São Paulo. Retomando seus estudos, no Rio de Janeiro, bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito em 1937. Durante sua vida, atuou também nas funções de oficial-de-gabinete no Ministério da Agricultura e secretário de Educação do governo da Paraíba, depositário de justiça, oficial do 5º Ofício de Registro Civil, presidente do Banco Nacional de Depósitos, proprietário dos jornais *Folha Trabalhista* e *Diário Popular* e senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre 1950 e 1951.

Sua proximidade com a figura de Vargas fica evidenciada em trecho de carta de sua mãe, Maria Luiza Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, a este último em 17 de julho de 1936, na qual agradece a nomeação do filho para determinado cargo:

Acabo de ter conhecimento, pelo Epitacio, da sua resolução de nomea-lo, para a vaga do nosso malogrado Candido. (...) Agora senhor Presidente, que está praticamente terminada a carreira funcional de Epitacio com essa nomeação, me seja permitido renovar um pedido (...) Quero para elle senhor Presidente, os seus conselhos e a sua fiscalização.

Desejo, enfim, que o senhor o encaminhe na vida, elle que tão cedo ficou sem pai e que precisa tanto de um guia! (Arquivo pessoal Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, GVC 36. 07. 17 XXIII – 24)

* Doutor em História pela UNICAMP e professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Vargas parece ter-lhe facilitado o caminho na carreira pública, pelo que podemos supor sua gratidão. Não parece ser casual que, pouco depois, em 1937, publicasse o que chamou de “esboço de biografia” do então presidente (ALBUQUERQUE, 1941: *passim*). Claro que o impulso para escrever o relato biográfico não deve ser reduzido a uma simples tentativa de agradecer a seu protetor, nem a uma mera busca de maiores dividendos na administração pública; afinal, é preciso levar em conta a concordância do autor com muitas das diretrizes do governo Vargas. Sobre questão semelhante, Max Weber sustenta que militantes, funcionários e dirigentes do partido esperam obter, com a triunfo de seu chefe, vantagens, posições ou outras compensações (WEBER, 2003: 59-60). Em suas palavras: “Uma pessoa que se dedica com devoção espera por remediação e não se satisfaz apenas em trabalhar para a causa de um programa abstrato de um partido medíocre”.

Em nosso caso, é preciso destacar, não estamos tratando do triunfo de um chefe de partido, e sim de alguém que se estabeleceu enquanto ditador na presidência da República, com o estabelecimento do Estado Novo, e aboliu os partidos políticos. Contudo, pensando na produção do relato biográfico de Eptácio, penso serem também válidas as afirmações de Weber de que apoio político e busca de vantagens junto ao líder andam de mãos dadas. É o que transparece na missiva do então governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, enviada a Vargas em 23 de novembro de 1939. Trata-se da transcrição de uma carta enviada a Francisco Campos, uma vez que este intermediaria pedido de Eptácio junto à administração paraibana:

Exmo. Amigo Francisco Campos – Saudações – Tendo V. Excia. insistido que eu examinasse a proposta do Sr. Eptacio Pessoa Cavalcanti, venho reiterar a declaração da impossibilidade de qualquer acôrdo.

As exigencias do proponente abrangem, alem de outros pontos, a substituição, por indicação sua, do Secretario do Interior, Chefe de Policia e Comandante da Força Publica, a renovação do Departamento Administrativo e a queda de situações locais unanimes. (...)

Contemplei o Sr. Eptacio na administração da Paraíba e logo me vi forçado a renunciar a sua colaboração que se inverteu no mais desleal despropósito de cavar a minha quédia.

(...) sinto que me diminuiria inteiramente, perdendo a autoridade moral para governar o meu Estado, se entrasse em nova combinação com aquele moço. (Arquivo pessoal Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, GVC 39. 11. 23, XXXII – 71)

Dessa forma, ainda que não possamos reduzir o ato de escrever a referida biografia a uma simples intenção de pleitear cargos junto ao governo, podemos supor

que a produção de tal obra garantia certo cacife ao autor para justificar suas demandas frente à administração varguista, inclusive em região em que um de seus opositores governava.

Afinal de contas, a obra de Epitácio, apesar de se auto-proclamar como despida de qualquer “laivo de bajulação”, procura, de diversas formas, justificar as ações daquele que já teria sido o “mais constitucional dos ditadores” (ALBUQUERQUE, 1941: 21-22). Na justificativa do livro, temos uma importante chave para compreendê-lo. Ele é apresentado como uma:

tentativa de fixação da personalidade do Sr. Getulio Vargas; do que há nela de definitivo e imutável; do que escapa ao vai-vem dos acontecimentos, sempre difíceis de apanhar em sua verdadeira significação. Não é um hino de louvores fáceis ao prestígio eventual de um homem. Sendo um esboço de biografia, pretende ser também um subsídio verídico e imparcial à reconstituição da verdade histórica. (Ibid., 1941: 21)

Em se tratando de algumas análises de trajetórias de indivíduos atualmente, tais colocações colocariam muitas problemas. Pierre Bourdieu, por exemplo, trata da necessidade de se procurar as encruzilhadas na vida de uma pessoa, possíveis caminhos que se abriram para ela, e como ela fez escolhas em meio a tais possibilidades, de modo a evitar uma análise que vislumbra o adulto de hoje já presente na criança de ontem (BOURDIEU, 2006). Peter Gay, ao defender o uso da psicanálise freudiana pelos historiadores, lembra que Freud conferia importante papel às experiências infantis na formação da personalidade dos adultos (GAY, 1989). Porém, também admitia a possibilidade de os indivíduos incorporarem novas experiências ao longo de suas vidas. Tendo em vista tais colocações, não pretendo desqualificar o texto de Epitácio com uma análise retrospectiva, mas procurar compreender os porquês de ele ter atribuído tanta importância aos primeiros anos da vida de Vargas para definir o que seriam alguns dos supostos traços imutáveis da personalidade dele.

A análise de Epitácio, em larga medida, gira em torno da chamada “Revolução de 30”, fato histórico cunhado pelos vencedores das disputas militares e políticas naquele ano, o qual procurou apagar da memória as propostas e as atuações dos vencidos (DECCA & VESENTINI, 1976: 27). O autor compara esse suposto marco com a Revolução Francesa e a Revolução Russa, situações em que se exasperaram a “multidão criminosa”, a “massa sedenta de sangue”, os “instintos bestiais da massa”

(ALBUQUERQUE, 1941: 27 e 31). Com isso, servia-se de aspectos do pensamento conservador do século XIX, que tratava o advento das “massas” na política como algo negativo e perigoso. Ambiente conflituoso de tal magnitude não se verificaria no Brasil, apenas a possibilidade de que surgisse:

Brasil... 1930... A simples menção dessa data, em paralelo com as outras, já tranqüiliza o espírito de quem lê... País calmo, certamente. Tranqüilo, cheio de sol. Sem os grandes pesadelos da Revolução Francesa, sem a miséria e a inquietação das convulsões sociais que geraram a Revolução Russa.

Mas também o Brasil tem as suas tragédias. Combalido já há quase um decênio por pequenos surtos revolucionários, que esboçavam o futuro desequilíbrio social, o país, tradicionalmente calmo, começava a deixar de ser o gigante adormecido. (Ibid., 1941: 31)

Em sua opinião, 1930 surge como o ano em que o país relativamente harmonioso mas potencialmente inclinado a tomar o rumo da França e da Rússia, seria domado por uma força maior. Afinal, tal momento não deixou de despertar os “instintos baixos da massa”, controlados pelo líder dos vencedores, Getúlio Vargas. E eis o ensejo para que a biografia deste último fosse justificada:

Toda a gente sabe quem êle é, o que foi, os cargos que ocupou, como neles se conduziu.

Ninguém sabe, entretanto, como êle é, a estrutura íntima de que é feito, e é natural tôda a curiosidade que há em torno aos seus menores atos.

A alma coletiva ri tranqüila no meio das ruas. Recebe com satisfação aquele que já consagrou seu herói. Mas ela ignora o que representa de definitivo e de perigoso para as nações esse “Herói Nacional”, êsse “Chefe da Revolução”.

Êle tanto pode ser o Moloch, que satisfaz os instintos baixos da plebe, como o homem equilibrado, que sabe refrear e guiar os passos das massas.

Felizmente para ela, a alma coletiva pode rir nas ruas; por acaso ela terá acertado. (Ibid., 1941: 44-45)

Por meio da trajetória pessoal de Vargas, busca-se explicar como se forjou a suposta personalidade de um líder tido como capaz de pacificar o país e impedir grandes derramamentos de sangue; alguém que, no calor dos acontecimentos, soube guardar “serenidade nas atitudes, imparcialidade nos juízos” (Ibid., 1946: 46).

E o foco é dirigido para suas primeiras experiências familiares, na medida em que no “ambiente íntimo de sua vida, vamos encontrar (...) a explicação para a harmonia e a coerência firme de suas atitudes públicas” (Ibid., 1941: 49). No ambiente da campanha gaúcha, em sua infância, teria tido suas primeiras lições de como ser

comedido: “No aconchêgo da família, os seus gestos revelam o contraste da inflexibilidade que a vida de campanha dá e nele procura incutir o conceito espartano pelo qual só se aspiram os filhos para a nobreza dos destinos da Pátria.” (Ibid., 1941: 50). Mais do que a campanha, tratava-se de um ambiente de fronteira, em que a diversidade de costumes e a disparidade de opiniões ensina “numa lição diuturna a desbastar as arestas do personalismo, a atenuar a natural agressividade que todos têm na defesa das opiniões próprias” (Ibid., 1941: 52). Na análise de Eptácio, uma menção subliminar de que o inconsciente de Vargas era então moldado, repercutindo em suas futuras atividades no governo: “Essas primeiras imagens de longínqua infância, tão marcantes para a formação da personalidade, vão acompanhar muitos dos seus atos de estadista. Talvez disso nem êle próprio se dê conta” (Ibid., 1941: 52).

De certa forma, Eptácio congela a formação da personalidade de Vargas na infância dele, como se, a partir de então, ele se tornasse imune a quaisquer pressões de indivíduos ou grupos sociais: algo mais do que improvável em se tratando de alguém que vive em sociedade. É o que se pode depreender de sua narrativa do período em que o futuro presidente esteve no colégio:

cadinho de personalidades diversas (...) o seu espírito desperta, saudoso, a lembrança dos pagos distantes, para a compreensão dos primeiros choques com o mundo de almas contrárias que se lhe antepõem. Mas parece escrito no destino dêsse homem, marcado por uma intensa tranqüilidade íntima, que sua vida deve ser atravessada por uma agitação contínua. Agitação apenas externa, epidérmica, que não lhe atinge o âmago do ser, já solidificado em esboço desde essas primeiras épocas. (Ibid., 1941: 54)

O que exploraremos adiante serão as implicações políticas desse tipo de afirmação, e não a sofisticação ou precisão do aparato psicanalítico empregado pelo autor.

Eptácio apenas delineia experiências que teriam contribuído para reforçar o suposto caráter comedido de Vargas, como sua passagem pelo 6º Batalhão de Infantaria do Rio Grande do Sul, em 1899, que: “Vai enriquecer o seu caráter na intimidade árdua das lides da caserna. Êsse contacto de um ano com a tropa, longe de diminuí-lo, dá-lhe o senso da discrição e da ponderação necessárias à vida militar” (Ibid., 1941: 54). Outra experiência militar, desta vez na Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo teria contribuído para consolidar o caráter disciplinado de seu espírito:

Não será preciso apelar para as cores demasiado dramáticas para se imaginar como a inteligência e a sensibilidade do Sr. Getulio Vargas se devem ter revoltado na promiscuidade forçada com esses homens rudimentares, onde se é apenas um número, onde a personalidade não conta, onde se é obrigado a obedecer pela necessidade da disciplina. (Ibid., 1941: 56)

Desse modo, quando retorna a Porto Alegre ao término de sua atuação como militar, já “não é o mesmo homem” (Ibid., 1941: 58). Segundo Eptácio, os “seus vinte anos de vida têm a mesma intensidade e a experiência que muitos não atingem aos quarenta. O espetáculo da campanha, o caráter árduo da vida militar, enrijeceram-no, definiram-lhe as qualidades viris”. Isto é, as supostas experiências da adolescência como militar apenas teriam corroborado um caráter que já teria se formado anos antes. Tanto que, ao analisar o Estágio de Vargas na Escola Brasileira, em 1902, assevera que nada de “forte foi acrescentado à sua alma” por esta já ter sido “trabalhada por experiências mais intensas” (Ibid., 1941: 58). Na opinião de Eptácio, esses primeiros marcos da trajetória foram decisivos para definir os “traços predominantes da personalidade” de Vargas, como a sua “integral ausência de vaidade e de apego às posições” (Ibid., 1941: 61).

Então retornamos a 1930, com a personalidade de Vargas já assentada pelo autor, e este prontifica-se a livrá-lo da acusação de ter deflagrado o movimento que depôs o governo de Washington Luis:

A história é sempre a mesma por toda parte. Sem respeito à hierarquia, não há autoridade; há prepotência. E é essa que faz as revoltas. Nunca, de boa fé, se poderá atribuir ao Sr. Getulio Vargas, visivelmente sereno, desprendido, equilibrado, a responsabilidade de ter lançado o país num movimento armado, para entregar-lhe uma posição que disputara pelo voto. Nada disso. O Sr. Getulio Vargas foi apenas eleito na grande teia revolucionária, tecida pelos sofrimentos e pelas revoltas da alma brasileira” (Ibid., 1941: 80-81)

Nada de apelo às armas. Pelo contrário, os “primeiros fragores da luta ainda ouvem, esbatidas e longínquas, suas últimas palavras de ponderação” (Ibid., 1941: 81-82). Em outras palavras, “Nada de Chefe de Revolução. Tudo de estadista educado na prudência, na segurança e no roteiro dos caminhos serenos” (Ibid., 1941: 83). Diante disso, poderíamos nos perguntar: quais os propósitos do autor em delinear tal personalidade por meio de ilações? Alguma relação com a atuação de Vargas à frente do

Estado Novo, nas circunstâncias em que o livro foi escrito? É o que tudo indica.

Após oferecer sua interpretação da trajetória de Vargas até o centro do poder no país, Eptácio, tomando o marco periodizador dos vencedores em 1930, afirma: “Três de Novembro de 1930...Inicia-se uma nova fase nos destinos do Brasil” (Ibid., 1941: 97). Alguém que, no topo da administração pública naquele momento, em meio a turbilhão de ideias que se chocavam, soubera se manter “completamente isento da pressão ambiente” (Ibid., 1941: 100). E eis que retomamos o que parece ser a chave interpretativa do texto, o Vargas como ditador é pintado como um líder que se pauta por princípios democráticos: “apressa-se o Ditador a concretizar em atos as promessas que, como candidato da Aliança Liberal, havia feito ao povo brasileiro” (Ibid., 1941: 102); e mais, guia-se por princípios constitucionais: “Dentro da maré agitada do movimento revolucionário, sente-se, longínqua e sempre presente, nas atitudes do Ditador, a mão de ferro orientada e orientadora das diretrizes espirituais do seu temperamento de homem da lei” (Ibid., 1941: 103-104). Em outras palavras, um homem cuja personalidade teria se cristalizado na juventude, seria capaz de manter o mesmo padrão de conduta tanto num regime democrático quanto num regime ditatorial. E as colocações de Eptácio sobre a conjuntura de 1930, quando Vargas assumiu a Presidência interinamente acima das leis, procuram atuar no momento da implantação do Estado Novo, outro momento em que uma Constituição era burlada. Aliás, essa posição guarda muitas afinidades com o discurso oficial, por meio do qual se proclamava o novo regime como um prolongamento da “Revolução de 30” (BORGES, 1998).

Como ditador, Vargas colocaria em prática o que prometera pouco antes como candidato, como a anistia a opositores do antigo governo e uma lei de imprensa que permitisse maior liberdade de pensamento, antecipando-se aos anseios de seu povo:

o Ditador, profundamente humano, conhecedor esmerado do sentimento de seu povo, sabia de antemão que a simples concessão de anistia não resolvia por si só a grande tensão de espírito que havia longo tempo se vinha formando e que atingira ao máximo nos dois quadriênios finais da velha República” (ALBUQUERQUE, 1941: 106)

A ação ditatorial de Vargas é justificada ainda pelo que seriam as melhorias na administração pública, como a promulgação do Código dos Interventores, para “impregnar no espírito de cada um uma imprescindível responsabilidade e delimitação de poder” (Ibid., 1941: 107). E, dando-se conta da suposta confusão nas áreas da saúde

e da educação, criou justamente o Ministério da Educação e Saúde Pública, como forma de melhor conduzir as duas áreas. Ademais, também atuou na formação do Ministério do Trabalho:

Instituindo o Ministério do Trabalho, num dos seus atos primeiros de governo revolucionário, não visava o Sr. Getulio Vargas senão lançar as sementes das grandes soluções dos problemas sociais, dando-lhes um cunho de atualidade digna de figurar entre as mais perfeitas legislações trabalhistas do mundo atual” (ALBUQUERQUE, 1941: 112)

Estes são apenas alguns exemplos das medidas de Vargas como ditador, consideradas pelo autor tão ou mais dignas do que medidas constitucionais. Afinal:

A sua atividade política dentro das instituições legais não foi dispersa, nem mais digna de respeito do que o critério que sempre o norteou como Chefe ditatorial do Governo.

Tanto em pleno regime discricionário como dentro das normas constitucionais, o Sr. Getulio Vargas soube sempre conservar uma magnífica unidade de caráter. Foi sempre um só e mesmo homem, moderado nas efervescências do momento, firme nas hesitações que assaltaram a tantos outros, em cada minuto do período de adaptação, o espírito sempre arejado pelos largos ventos do mais sadio patriotismo, indiferente aos juízos injustos, despreocupado de agradar como igualmente de ferir. Em poucas palavras; reto como um fio a prumo. (Ibid., 1941: 146-147)

E, se há alguma dúvida de que tais colocações estejam profundamente atreladas a justificativas para a implantação do Estado Novo, basta notar como Epiácio defende, em 1937, a implantação da “democracia autoritária” (Ibid., 1941: 214). A seu ver, ela teria propiciado importantes realizações, como a continuidade do plano de obras contra as secas, algo que não era viabilizado em outros tempos em razão de desvios de recursos públicos. Tal é um dos principais propósitos da obra de Epiácio, construir uma personalidade imutável para Vargas de maneira a retratar o Estado Novo como uma continuidade ou aperfeiçoamento do regime constitucional anterior. Afinal:

a coragem do Sr. Getulio Vargas nada tem da moldura brilhante e exagerada dos grandes caudilhos de sua terra.

É, antes, um potencial de domínio sobre si mesmo, de massacre cotidiano, se assim se pode dizer, dos naturais arroubos exclusivistas de cada um, sem a preocupação de procurar revestir, quaisquer das suas atitudes, de bravura, daquele cunho de galhardia tão ao agrado das multidões. (Ibid., 1941: 237)

Declarada temperança que lhe permitiria conduzir o país acima das leis.

Considerações finais

A narrativa biográfica de Eptácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque pode ser vista como uma grande manifestação de apoio a Vargas e ao Estado Novo, regime autoritário por este encabeçado: um relato propagandístico destinado a obter mais recursos e poder junto à administração pública e a justificar o regime ditatorial. Por meio da psicologização do líder, o autor buscou definir a personalidade de Vargas nos primeiros anos da trajetória dele e congelá-la nos anos seguintes, tudo por meio de deduções e suposições. É claro que tais expedientes foram mobilizados para fins políticos, com o intuito de transmitir a mensagem de que o Vargas ditador se portaria, na Presidência, com o mesmo refreamento e justiça que teriam caracterizado sua atuação durante o período constitucional.

Em se tratando da reflexão sobre o papel do gênero biográfico no trabalho do historiador nos dias de hoje, fica evidente o risco da proximidade entre o biógrafo e o biografado. Ao mesmo tempo em que ela pode facilitar acesso a documentos e entrevistas, também é passível de engendrar tamanho compromisso com o objeto de estudo, que impede o investigador de traçar diferentes caminhos e possibilidades presentes ou perdidos no passado, bem como as experiências que marcaram não apenas a infância do biografado, como também aquelas que lhe moldaram a personalidade em etapas posteriores. Em lugar disso, corre-se o risco de transformar a narrativa biográfica num desdobramento da propaganda política.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Eptácio Pessoa Cavalcanti. **Getulio Vargas** (Esboço de biografia). 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.
- BORGES, Vavy. Anos trinta e política: conceitos, imagens e temas. FREITA, Maços C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. in: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

DECCA, Edgar S. & VESENTINI, Carlos A. A revolução do vencedor. in: **Separata da revista Ciência e Cultura**, vol. 29 (1), 1976.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política**: a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1992.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: Ed. UNB, 2003.

**UM REMÉDIO PODEROSO:
JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES E A QUESTÃO DO ENSINO PÚBLICO ESCOLAR
(1834–1836)**

Lívia Beatriz da Conceição*

Em 1º de fevereiro de 1835, Joaquim José Rodrigues Torres assim abria a primeira sessão da primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial fluminense:

Vindo hoje cumprir o grato dever de dar começo a vossos primeiros trabalhos, sobremodo me é penoso não poder apresentar-vos nesta mesma ocasião o quadro completo do estado dos negócios públicos e das providências que mais precisa a província para seu melhoramento. Sobre outras causas, o curto espaço de menos de quatro meses que tem de existência a Administração Provincial e a falta quase absoluta de documentos que me pusessem ao fato dos negócios, fazem forçosamente aparecer no Relatório que tenho a honra de apresentar-vos defeitos e lacunas que em verdade podem ser supridos por vossas luzes e pelo conhecimento prático que tendes da Província, mas o que não obstante apressar-me-ei a encher e corrigir a medida que for recebendo mais exatas e amplas informações. (TORRES, 1850: 1)

Joaquim José Rodrigues Torres assumiu a presidência da Província do Rio de Janeiro em outubro de 1834, dois meses após a promulgação do Ato Adicional de 12 de agosto do mesmo ano. Nesta primeira fala à Assembléia Legislativa Provincial ele precisava apresentar “o quadro completo do estado dos negócios públicos e das providências que mais precisa[va] a província para seu melhoramento”, conforme decretava o artigo oito da lei complementar à Constituição de 1824.

Um relatório construído num “curto espaço de menos de quatro meses” de atuação, mas que não deixou de dar especial atenção, como defenderemos, a um tema/projeto considerado por ele como um “remédio poderoso” (TOREES, 1850: 3): o ensino público escolar. Nesse sentido, sua fala de abertura pode nos fornece alguns vestígios que nos ajudam a refletir sobre qual era a sua posição, a sua estratégia de ação para o tema da instrução pública, com vias a “formar” os “membros” e a imprimir uma direção para o jovem império em construção.

De acordo com o referido Ato, que criou as Assembléias Legislativas

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) -Agência Financiadora CAPES.

Provinciais, competia a estas legislar sobre a instrução pública primária e secundária em âmbito provincial¹, e Joaquim José Rodrigues Torres, como presidente de província, devia prestar esclarecimentos sobre o que estava sendo executado nesse objetivo. Mas este também era um momento, seguramente, de sugerir idéias, de tecer suas propostas de ação política, como no caso das Escolas de Primeiras Letras, uma vez que estas se configuravam para ele como um singular local, pois:

Os conhecimentos que aí se adquirem são indispensáveis, não só para tratar dos negócios domésticos, mas ainda para bem desempenhar todos os deveres de Cidadão. Fora uma tirania que o Estado impusesse a seus membros obrigações, sem lhes dar ao mesmo tempo meios de as bem conhecer e cumprir. (TORRES, 1850: 4)

A relação necessária entre o “governo da Casa” e o “governo do Estado” se estabelecia no diminuto espaço escolar. Lugar indispensável para se apreender não somente as “obrigações” relacionadas aos “negócios domésticos”, mas também aquelas que diziam respeito ao bom desempenho enquanto “Cidadão” do “Estado”. Obrigações estas que deveriam ser antes muito bem conhecidas para em seguida serem cumpridas.

Uma das principais providências a serem tomadas nesse curto período de administração provincial seria, então, no seu entender, a multiplicação desse privilegiado espaço de experimentação política. Contudo, para que os frutos que daí se pudessem tirar fossem proveitosos seria importante, primeiramente, haver um investimento em uma outra estratégia de ação: a formação de “hábeis professores” (TORRES, 1850: 4).

Nesse objetivo, em seu laboratório fluminense, Joaquim José Rodrigues Torres indica também como providência necessária a ser tomada para o “melhoramento do País” a criação de uma Escola Normal. Local onde esses professores seriam “habilita[dos] convenientemente” (TORRES, 1850: 3) para efetuarem sua tão preciosa função de informar aos “membros” desse Estado em construção quais seriam aqueles “indispensáveis” “deveres de Cidadão”.

Em suas palavras, “o acréscimo de despesa que disso proviera, seria para o futuro amplamente compensado pelas vantagens que aí resultariam” (TORRES, 1850: 4). O investimento na instrução pública, através de uma habilitação/fiscalização dos

¹ Apenas o ensino superior e o elementar e médio do recém criado Município Neutro permaneceram a cargo do Ministério do Império.

professores e da multiplicação das escolas de primeiras letras, era considerado assim por esse personagem individual como um “remédio poderoso” (TORRES, 1850: 3), com vias a um objetivo maior de formação do povo e do Estado. Essas, certamente, seriam as vantagens possíveis a serem conseguidas, justificando, como é defendido por ele, tamanha despesa do serviço público.

Mesmo em se tratando de um relatório com “defeitos e lacunas” (TORRES, 1850: 1), ou ainda com “erros e omissões”², e o fato dele estar a apenas quatro meses como presidente de província, o espaço escolar ocupava um lugar de destaque em seu projeto de ação política como o local onde se edificaria “a educação científica e moral dos habitantes” (TORRES, 1850: 3) da Província fluminense e, por conseguinte, do “país”. Urgente se fazia, então, a criação daquele lugar singular para a certa capacitação do professorado, figurando-os, assim, em “Alunos habilitados” (TORRES, 1836: 5).

Ainda em 4 de abril de 1835, cerca de apenas dois meses após o primeiro relatório e seis meses após a sua entrada na presidência da província, foi criada por lei provincial a Escola Normal³. Seus trabalhos, com vias a “formar crescido número de Cidadãos habilitados convenientemente para dar à instrução primária o impulso e consideração que deve ela merecer de um povo civilizado” (TORRES, 1836: 3), iniciaram-se em outubro do mesmo ano.

A Escola Normal da província fluminense para Rodrigues Torres deveria capacitar não somente os candidatos às cadeiras vagas, isto é, os professores que quisessem se tornar efetivos, mas também todo o professorado já em exercício e “que disso carecessem” (TORRES, 1850: 3); e assim foi instituído pela lei provincial que a criou.

A argumentação para que os professores já em função fossem aperfeiçoados nesse espaço de disciplinarização era a de que assim foi decretado pela primeira e única

² Esta já uma perspectiva construída cerca de um ano depois, em relatório apresentado à mesma Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1836. Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “s/título, 1836”, p. 1 (disponível em www.crl.edu/brazil).

³ Lei de 04 de abril de 1835. **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835**. Niterói, Typografia Niterói, 1839. A Escola Normal fluminense foi a primeira a ser criada pelo Império do Brasil. Em nosso período de estudo, que corresponde ao final dos anos trinta, houve somente mais três: em Minas Gerais, em 1835, mas com funcionamento efetivo a partir de 1840, na Bahia, em 1836, e no Pará, em 1839. Ver a respeito, por exemplo, José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

lei geral sobre a instrução pública primária no Império, a de 15 de outubro de 1827. Porém, ao consultarmos a referida legislação, em seu artigo 9º, podemos perceber que o que se pedia para ser feito com os professores em exercício era bem diferente do que sugeria a lei provincial de 1835: “os professores atuais não serão providos nas cadeiras que novamente se criarem sem exame aprovação”. Isto é, passariam por um exame de seleção os professores que já em função quisessem se tornar efetivos. E ainda, a lei de 1827 não fala em criação de uma Escola Normal, e, seguramente, a fluminense tinha características próprias construídas no bojo das discussões e formação de idéias que em muito tinham correlação com as propostas de experimentação política de seu primeiro presidente de Província.

Um exemplo disso foi a criação de um dispositivo legal que conferia aos professores matriculados, como forma de incentivá-los a estar presentes nesse privilegiado espaço de fabricação disciplinada do professorado, proventos para que estes pagassem suas mensalidades, algo que não foi instituído pela lei de 1827, figurando-se assim em “escolares pensionistas”⁴. No entanto, para que eles tivessem esse direito deveriam atestar sua freqüência através de uma lista que seria enviada pelo diretor da escola diretamente ao presidente de província, via secretaria de governo, ao final de cada mês⁵.

E mais, pela lei provincial, em seu 12º artigo, os professores em exercício que se recusassem a freqüentar a Escola Normal seriam aposentados com ordenados correspondentes ao seu tempo de serviço. Além do fato de que, pelo artigo 13º, a escola estaria sob vigilância e inspeção direta do próprio presidente de província, com o diretor sendo “obrigado a dar-lhe conta todos os meses do adiantamento e conduta de seus ouvintes”⁶. Caso assim não o fizesse, ele poderia ser demitido; assim como os escolares,

⁴ Artigo 18 da Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850 seguida de um repertório da mesma legislação organizado por Luiz Honório Vieira Souto: oficial chefe da secretaria da Assembléia Legislativa Provincial. Parte II – Regulamentos e deliberações. Niterói. Typografia Fluminense, 1851. Pela Lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 5º, “os professores que não tivessem a necessária instrução (...) [no ensino mútuo iriam] instruir-se em curto prazo e a custa dos seus ordenados”. “Lei de 15 de outubro de 1827”. In: LIMA, Lauro de Oliveira. **Histórias da Educação no Brasil:** de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro: Editora Brasília, s/d.

⁵ Artigo 18 da lei paulino Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850 seguida de um repertório da mesma legislação organizado por Luiz Honório Vieira Souto: oficial chefe da secretaria da Assembléia Legislativa Provincial. Parte II – Regulamentos e deliberações. Niterói. Typografia Fluminense, 1851.

⁶ Lei de 04 de abril de 1835. **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835**. Niterói, Typografia Niterói, 1839.

que “por incapacidade, irregularidade de conduta e falta de aplicação”⁷ não se encaixassem no perfil dessa subordinadora instituição de ensino.

Em 10 de outubro do mesmo ano, em execução ao artigo 17º da lei de 4 de abril de 1835, o vice-presidente de província, Paulino José Soares de Souza, ordenava que além dos escolares poderem ser demitidos por falta de “capacidade, morigeração e regularidade de comportamento ou aplicação necessária para desempenhar os deveres do magistério”, assim seria procedido caso eles tivessem “quinze faltas sem causa legítima”⁸. Da mesma forma, o diretor daria parte ao presidente de província logo que julgasse que um escolar estivesse “suficientemente instruído” para dar início aos exames de seleção públicos para o provimento das cadeiras vagas⁹.

No tocante a estes exames, é curiosa a proximidade estabelecida entre esta capacitação dos professores e a atuação de Joaquim José Rodrigues Torres como presidente de província, pois a este cabia a avaliação direta daqueles que, nos seus dizeres, estivessem “habilitados convenientemente” para o exercício do magistério, já que ele próprio, como presidente de província, faria parte da banca pública dos candidatos ao cargo de efetivos¹⁰.

Vale lembrar nesse momento que não somente os novos, mas todos os professores em exercício nas escolas de primeiras letras da província foram obrigados a passar pela formação/habilitação na escola normal, e, a partir disso, por este exame público com a presença do seu então presidente. A primeira autoridade provincial¹¹ aproximava-se, nesse ato, diretamente do professorado. Mas não apenas agora através do acesso e leitura dos relatórios enviados mensalmente pelo diretor da escola normal sobre o gerenciamento desse particular local de experimentação de um projeto político

⁷ Lei de 04 de abril de 1835. **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835**. Niterói, Typografia Niterói, 1839.

⁸ Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850 seguida de um repertório da mesma legislação organizado por Luiz Honório Vieira Souto: oficial chefe da secretaria da Assembléia Legislativa Provincial. Parte II – Regulamentos e deliberações. Niterói. Typografia Fluminense, 1851.

⁹ Artigo 9º da Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850 seguida de um repertório da mesma legislação organizado por Luiz Honório Vieira Souto: oficial chefe da secretaria da Assembléia Legislativa Provincial. Parte II – Regulamentos e deliberações. Niterói. Typografia Fluminense, 1851.

¹⁰ Artigo 10º da Lei de 04 de abril de 1835. **Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835**. Niterói, Typografia Niterói, 1839.

¹¹ De acordo com a Lei de 3 de outubro de 1834, que marcava as atribuições do presidente de Província, este seria a primeira autoridade provincial, e a ele estavam subordinados “todos que nela se encontrassem, ‘seja qual for a sua classe ou graduação’”. MATTOS, Ilmar R. “A teia de Penélope”. In: MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 244.

de ação.

Joaquim José Rodrigues Torres estabelecia, com isso, um contato direto com o cotidiano escolar, decidindo, inclusive, quais desses docentes estavam “suficientemente instruídos” para atuarem como um “poderoso agente do governo do Estado” (MATTOS, 1994). Em seu segundo relatório à Assembléia Legislativa Provincial, de 1º de março de 1836, ele tece vários comentários a respeito do bom funcionamento desse privilegiado espaço de preparo daqueles que seriam os responsáveis por forjar o par Estado/povo do jovem império em formação. Uma de suas principais ponderações diz respeito à própria organização interna desta instituição:

Se me fora permitido fazer algumas observações sobre a Lei orgânica da Escola, propor-vos-ia: 1º, que houvesse um número determinado de pensões para os Alunos que mais distintos se mostrassem: 2º, que fixásseis desde já os honorários para os que, habilitados na Escola, vierem a exercer o Magistério: dar-lhes-eis assim um estímulo presente, e assegurando-lhes as vantagens que devem no futuro gozar, criareis o incentivo mais poderoso para aplicação dos Alunos, e por conseqüência para o bom resultado das Escolas primárias, isto é, da parte mais essencial da educação, porque é a que maior influência pode exercer sobre a sorte do nosso país (TORRES, 1836: 3-4).

De professores transmutavam-se em alunos “distintos” e capacitados que seriam, além de rigorosamente treinados, fiscalizados por uma “autoridade encarregada especialmente desta incumbência” (TORRES, 1836: 4). Mais uma vez o diretor, que era indicado diretamente pelo presidente de província para o cargo. O primeiro deles a ser nomeado foi o “distinto brasileiro” (TORRES, 1836: 3) Tenente Coronel José da Costa Azevedo, “cidadão” (TORRES, 1836: 4) este que tinha “conhecimentos especiais” (TORRES, 1836: 3) para dirigir o ensino público. Tanto que a ele era sugerido por Joaquim José Rodrigues Torres que fosse entregue também, ainda que momentaneamente, a “inspeção e fiscalização de todas as Escola primárias da Província” (TORRES, 1836: 4), com o objetivo de “dar-lhes a mais conveniente direção” (TORRES, 1836: 4). Junto a isto, caberia a José da Costa Azevedo:

Organizar os Estatutos por que se devem elas reger; determinar os compêndios e modelos; dar aos professores as instruções necessárias; exigir deles todas as informações convenientes; solicitar, por intermédio do Governo da Província, as providências para o bom desempenho e melhoramento deste importante ramo do serviço público. (TORRES, 1836: 4).

Funções estas que Rodrigues Torres assegurava que “seriam cabalmente

preenchidas pelo cidadão que se achava a testa deste útil estabelecimento” (TORRES, 1836: 4). Esta medida, de “dar aos professores as instruções necessárias; [e] exigir deles todas as informações convenientes”, através da precisa vigilância do Tenente Coronel José da Costa Azevedo, seria uma ação formar, cumpridor de “todos os deveres de Cidadão”, mas também sobre o tipo de Estado que se pretendia construir a partir de uma direção.

Rastreamos suas propostas de ação no que diz respeito à instrução pública pode nos fornecer, em escala micro, alguns vestígios sobre as leituras construídas por esse personagem histórico individual para e num momento particular de formação do Estado nacional no Brasil monárquico. Projetos estes, dentre tantos vários outros, de ação política em que o ensino público era percebido, seguramente, como um “remédio poderoso”, e o espaço escolar do laboratório fluminense como um singular local num objetivo maior de formar/forjar o povo e a nação do jovem império em construção.

Este artigo teve por finalidade problematizar suas diversas propostas de ação nesse sentido como presidente da província fluminense, mas sempre tendo em mente os limites em sua possibilidade de atuação. A viabilidade de realização ou não de seus projetos de ação política dependeu, certamente, de outros tantos projetos individuais e/ou coletivos. Escrever uma história de vida, objetivo mais amplo em pesquisa de doutoramento, certamente é estar sempre atento ao jogo relacional no qual o sujeito biografado esteve envolvido. Redes de dependência e reciprocidade construídas ao longo de uma vida e que são plásticas, negociáveis, dentro de um campo de possíveis¹².

Referências Bibliográficas

AVELAR, Alexandre de Sá. O *return* da biografia: problemas e perspectivas. In: MATA, Sergio Ricardo, MOLLO, Helena Miranda e VARELLA (Orgs). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a História?**. Ouro Preto: Edufop, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta

¹² Idéia esta cunhada por Gilberto Velho como forma de evitarmos, numa análise sobre trajetórias e biografias, “um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sócio-cultural rígido”. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994: 40.

- de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. **Soberania no mundo atlântico**: tráfico de escravos e a construção do Estado nacional no Brasil monárquico (1831–1850). Dissertação de mestrado – Departamento de História da UFF, Niterói, 2004, Mimeo.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. **Mozart**, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. In: **Topoi**. Rio de Janeiro, nº 1, 2000.
- GUIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823 – 1988**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

REVEL, Jacquiel (Org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro. FGV, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**. Porto Alegre, n.6, pp. 165-192, dez. 1996.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823 – 1988**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

TORRES, Joaquim José Rodrigues. s/título, 1836. Disponível em: <www.crl.edu/brasil>

TORRES, Joaquim José Rodrigues. “Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835”. Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850. Disponível em: <www.crl.edu/brazil>

VELHO, Gilberto Velho. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

O PAPEL DO SUJEITO NA CONCEPÇÃO DE PROGRESSO DE LEOPOLD VON RANKE

Bárbara Natalia Gómez*

El objetivo del trabajo es presentar a través de la concepción de progreso de Leopold von Ranke (1795-1886) el papel que le otorga a los sujetos en el accionar histórico. A tal efecto trabajamos como texto principal las Conferencias *Ueber die Epochen der neueren Geschichte*, realizadas en Berchtesgaden, del año 1854. Las mismas fueron publicadas post-mortem, en 1888, en la colección de la Historia Universal -*Weltgeschichte*- en el tomo VII. Las *Conferencias* fueron realizadas a pedido del rey Maximiliano II de Baviera (1848-1864), quién había sido su alumno en la universidad de Berlín¹.

Trabajamos también con la conferencia de 1836, que el autor pronuncia cuando asume el cargo de profesor regular en la universidad de Berlín *Ueber die Verwandtschaft un den Unterschied der Historie un der Politik*. Como texto histórico propiamente dicho y para ejemplificar su propuesta escogimos *Die römischen Päpste, im dem letzten 4 Jahrhunderten* de 1836.

Inicialmente presentamos la concepción de historia del autor de modo general, para luego adentrarnos a la idea de progreso y las diversas formas en que lo reconoce. Específicamente nos dedicamos a las ideas directrices, que es donde el historiador debe buscar el progreso de la historia de la humanidad. Allí, para presentar el papel de los sujetos históricos, hacemos una digresión y presentamos el análisis y abordaje de la historia en tres niveles.

Concepción de historia rankeana

Ranke fue un historiador que construyó su obra y su concepción de historia en

* Doutoranda em História Social da Cultura da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Bolsista, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES PEC-PG.

¹ Es importante resaltar que anteriormente el príncipe había tomado clases de historia en Göttingen con Herren y Dalhmann. A instancias de este, ya convertido en rey Maximiliano II se creó la “Comisión Histórica” de la Academia de Ciencias de Baviera, cuyas publicaciones más relevantes fueron *Diccionario de biografía alemana*, las *Historias de las ciencias*, las *Crónicas de las ciudades alemanas*, los *Anales del imperio medieval* y las *Actas de la dieta imperial*. En el año 1859 fundó la revista *Historische Zeitschrift*, que funciona hasta la actualidad. Gooch (1913), p. 123.

oposición a la filosofía de la historia contemporánea, a la que consideraba vacía de contenidos empíricos y llena de especulaciones metafísica. En palabras del mismo autor, la filosofía

(...) parte de ideas apriorísticas para llegar o pretender llegar a conclusiones sobre lo que debiera ser. Se pretende descubrir esas ideas en la historia universal, sin percatarse de que se hallan expuestas a no pocas dudas. Y en tal empeño, se entresaca de entre la muchedumbre infinita de hechos aquellos que parecen corroborar las ideas preconizadas (...). (RANKE, 1836a: 518)

A lo predicho el autor definía como filosofía de la historia. Criticaba además, que ésta parte de un postulado irrecusable, que sostiene que “la humanidad marcha por un camino de progreso ininterrumpido, en un constante proceso de superación” (RANKE, 1836a: 518), ideas todas a las que Ranke se oponía y consideraba improbables históricamente.

La gran mayoría de su obra fueron textos históricos basados en fuentes originales sin especulaciones y/o reflexiones filosóficas. Casi no escribió sobre el quehacer historiográfico, puesto que consideraba que ésta no era una actividad que debía realizar el historiador. Afirmaba que la misión del historiador

consiste en observar las causas de los sucesos y sus premisas, así como sus resultados y sus efectos, en discernir claramente los planes de los hombres, los extravíos con que los unos fracasan y la habilidad y la sabiduría con que otros triunfan y se imponen, en conocer porque unos se hunden y otros vencen, porque uno estados se fortalecen y otros se acaban; en una palabra en comprender a fondo y con la misma minuciosidad las causas ocultas de los acontecimientos y sus manifestaciones exteriores. (RANKE, 1836: 510)

El progreso

En el marco de su perspectiva histórica, la idea del progreso no estaba muy alejadas de las mismas exigencias de comprobación empírico-histórica. Así, criticaba fervientemente las concepciones de progreso hegeliana, la iluminista-universalista y la geográfica entre otras; porque proponían formas de desarrollo progresivo que carecían de comprobación filosófica y empírica en la historia de la humanidad. También, les objetaba el hecho de que no hacían justicia con el papel que le otorgaban a la providencia en el accionar de los hombres, ni al contrario. Para el autor el progreso era producto de una intrincada articulación entre el accionar humano y el accionar de la

providencia. El progreso era reconocido en diversas áreas de la actividad humana, este además tenía la característica de presentarse de diversas maneras.

Diversas formas de Progreso

Para el autor el progreso existía y era evidente en algunas áreas con más claridad que en otras. En lo que definía como “intereses materiales” el progreso se daba de forma incondicional; característica reconocida también en el desarrollo y la aplicación de las *ciencias exactas*. Esta forma de progreso incondicional adquiría maneras particulares, la más importante era la *expansión*. Así, explicaba el autor, la expansión de las “ideas de cultura y humanidad” se extendieron por las diferentes naciones. Partieron de las naciones latinas (Italia, España y Francia) y germanas (Alemania, Inglaterra y Escandinavia) para propagarse hacia el resto de las naciones. Dicha “expansión” también se aplicaba al campo del arte y la literatura.

Es importante aclarar aquí que la característica expansiva tiene que ver con un aumento espacial y geográfico del acceso al progreso y no una expansión en tanto mejoramiento o aumento del progreso en si mismo o de las áreas que progresan.

En directa relación con lo antedicho, Ranke explicaba que había habido una expansión del conocimiento y del dominio de la naturaleza de las ciencias exactas como así también de las ideas religiosas y morales, por el mundo. Es importante resaltar aquí, que esta “expansión” que se da hacia diversas direcciones espaciales, no debe entenderse como que el recorrido del progreso careció de interrupciones o alteraciones.

Por otro lado, Ranke reconocía que el progreso se producía también en el aspecto moral, pero aquí adquiría características particulares, puesto que se daba en la humanidad en su conjunto y no en cada individuo

el individuo muere, pues su existencia es finita; la humanidad, en cambio, tiene una existencia infinita. En lo material admito un progreso, pues aquí lo uno engendra lo otro; no así en lo moral. A mi modo de ver, la verdadera grandeza moral de cada generación es igual a la de las otras, sin que en un punto a la grandeza moral existe ninguna potencia superior; así, por ejemplo, no podríamos superar la grandeza moral del mundo antiguo. Ocurre a veces, e incluso con frecuencia, en el mundo del espíritu, que la grandeza intensiva se halle en razón inversa a la extensiva; basta comparar nuestra literatura con la de los clásicos. (RANKE, 1854: 61)

El autor también describía como se produce el progreso en las *ciencias del*

espírito, específicamente en la filosofía, la política y la historia. Específicamente en el caso de la **Historia** sucede lo mismo que con la política, explicaba no es posible superar a los autores de la antigüedad clásica como Tucídides (460-396?). Sin embargo la historia del período histórico contemporáneo a Ranke, era, según él mismo, superior a la del griego; puesto que en el siglo XIX se consideraba a la historia como una unidad, además de que abarcaba más naciones, haciéndola de esta forma más amplia.

En el apartado siguiente presentamos la ideas directrices como herramienta para reconocer el progreso en la historia de la humanidad y qué debe hacer el historiador para identificarlas.

Las ideas directrices: donde el historiador identifica el progreso

Según Ranke para comprender el movimiento progresivo del género humano, el historiador debe identificar las grandes tendencias espirituales que dominan una época y cómo se articulan entre sí. Estas son las ideas directrices que dominan un período.

Entonces “el progreso no consiste en otra cosa sino en que cobre cuerpo un cada período histórico un cierto movimiento del espíritu humano que destaca ora una tendencia ora otra y se manifiesta en ella de un modo particular,” (RANKE, 1854: 59). Las ideas directrices representaban las diversas tendencias del espíritu humano. La otra parte donde se debe buscar el progreso es en el entronque y articulación de cada una de estas épocas.

El historiador deberá fijarse, fundamentalmente y por encima de todo, en el modo de vivir y de pensar de los hombres de un determinado período; si lo hace así, verá que, independientemente de las grandes ideas inmutables y eternas, por ejemplo la idea de moral [que deviene de la providencia], cada época tiene su tendencia específica y su ideal propio. (...) En segundo lugar, el historiador debe observar también la diferencia existente entre las distintas épocas, para llegar a comprender la necesidad interior de su entronque y sucesión. Desde este punto, es innegable la existencia de cierto progreso; pero no nos atreveríamos a afirmar que este progreso se presenta en línea recta; más exacto sería representárselo como un río que va abriéndose paso a su modo por entre los obstáculos que tratan de cerrarle el camino. (RANKE, 1854: 59)

Para comprender el papel de las ideas directrices en las concepción de historia rankeana debemos adentrarnos en su propuesta sobre la manera de abordar los hechos históricos.

La historia en tres niveles

Para el alemán la historia, en tanto relato de los hechos acaecidos en el pasado, debe ser abordada teniendo en cuenta tres niveles de análisis. El primero y más básico es el hecho histórico en sí mismo, por ejemplo las Conversaciones de Ratisbona o la Reforma. El segundo nivel son los actores de la historia, o sea, los autores de los hechos reconocidos en el primer nivel, que pueden ser personas –Lutero, el Papa Alejandro VI, Contarini– como estados, principados, y/o reinos –Estado Pontificio, Francia, España, Inglaterra–. En directa relación con los actores aparecen las ideas directrices, puesto que son producto de éstos.

El tercer nivel está representado por la ley del transcurso de la historia universal –la Providencia– que influye sobre los actos de los hombres – específicamente sobre los actores de los hechos–, los guían y encaminan, no de modo necesario pero sí “con la fuerza de un destino enraizado en los hábitos, en la marcha de la Historia, en las condiciones naturales del suelo, el clima, el pueblo y la tradición.” (ROCES, 1971: 13).

Entonces, para abordar el papel de los sujetos en la concepción de progreso Ranke, nos vamos a concentrar en el segundo nivel de análisis que propone el autor. Para ejemplificar la propuesta de análisis histórico rankeano, vamos a trabajar con el texto histórico *Die römischen Päpste, im dem letzten 4 Jahrhunderten* de 1836.

Los protagonistas de los hechos tienen autonomía y libre albedrío para **actuar**. Es justamente este accionar lo que hace posible, el surgimiento de las «ideas directrices que dominan un período histórico». Por ejemplo en el caso del tiempo de Ranke, la influencia profunda estuvo representada por las consecuencias de la revolución francesa, que afectó la historia general de Europa, y fue la idea directriz de la primera parte del siglo XIX.

Ranke no especifica, en los textos que hemos trabajado, cuanto tiempo de vigencia tiene una idea directriz, pero por los ejemplos que hemos podido observar en sus obras, afirmamos que podría ser aproximadamente de cincuenta años a un siglo.

Estas ideas directrices “que obran en la historia no son fuerzas trascendentes, sino creaciones inmanentes, las exigencias concretas de ciertos hombres” (FUETER, 1953: 151), manifiesta el historiador Edouard Fueter. Las ideas son producto de los hombres mortales. La función del historiador consiste en poder reconocerla y desde este

marco explicar los acontecimientos y el comportamiento de los actores.

Segundo nivel de análisis: actores

En la *Historia de los Papas* el fenómeno que el autor intentaba explicar era la separación religiosa que se produce entre la unidad de los pueblos latinos y germanos, provocada por el surgimiento del protestantismo y la Reforma. Para comprenderlo, el autor se concentró en los actores que protagonizaron el/los hechos, por ello presentó un pormenorizado desarrollo del comportamiento de los papas desde donde argumentaba que fueron los causantes y provocadores de la separación que implicó el surgimiento del protestantismo.

Ya hemos visto como aquella disensión del Papado con el poder imperial español contribuyó, quizá más que ninguna otra cosa al establecimiento del protestantismo en Alemania. Sin embargo, no se supo evitar una segunda escisión que ejerció todavía una acción más amplia en círculos mayores. Como primer momento podemos considerar la retirada de las tropas pontificias del ejército imperial y el traslado del concilio. Pronto se manifestó la importancia de estos hechos. Ningún obstáculo mayor conoció el intento de sojuzgamiento de los protestantes que los tejemanejes de Paulo III en aquella ocasión. (RANKE, 1836: 144)

El interés de Ranke en el segundo nivel del análisis, especialmente cuando nos referimos a los sujetos, debe ser comprendido en el marco de la influencia filosófica de Immanuel Kant².

Quien aseveraba en su opúsculo *Idee su einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht de 1784* que es necesario focalizar la atención en los sujetos singulares, puesto que a través de las acciones de estos, se puede reconocer el desarrollo progresivo de la especie. Así sobre el papel de los protagonistas de los sucesos el filósofo decía:

(...) no podemos resistir cierta indignación cuando vemos su hacer y padecer representando en el gran escenario del mundo; y cuando aquí o allí advertimos cierta aparente sabiduría de algún individuo, encontramos que en definitiva, visto en grandes líneas, todo está entretejido por la torpeza, la vanidad pueril, y con frecuencia, por la maldad y el afán de destrucción igualmente pueriles. (...) El filósofo no puede sacar, en este caso, sino la siguiente indicación: ya que para el hombre y su juego, vistos en grandes trazos, no puede presuponer ninguna intención racional propia, tendrá que investigar si no le es posible

² Cabe aclarar que Ranke no especifica en ningún texto haber sido influido por el filósofo. Es una influencia realizada por nosotros.

descubrir una intención de la naturaleza en semejante absurda marcha de las cosas humanas a partir de la cual sea posible una historia, conforme con determinado plan de la naturaleza, en criaturas que se conducen sin [un] propio plan. (KANT, 1784: 28-29)

En este sentido, escrutar las almas y los móviles de los personajes históricos, fue para Ranke el lugar donde debía buscarse la concreción y puesta en práctica de la ley del orden cósmico espiritual, que explicaría hechos considerados como carentes de sentido.

Los actores protagonistas de la historia para la concepción del historiador eran personas que ejercían cargos de poder –papas, reyes, príncipes, emperadores–, o si hablamos de estados, eran las grandes potencias. Al respecto afirmaba Ranke

En la actualidad se presta a menudo demasiada atención a los propósitos y a las influencias de altos personajes, de príncipes y de gobiernos, y su recuerdo no pocas veces padece con las culpas de todos, pero también ocurre que a ellos se atribuya lo que es mérito de la generalidad. (RANKE, 1836: 144)

Esta reflexión nos permite asegurar que Ranke consideraba que en la historia hay “figuras” que cumplen papeles claves; en el sentido que tienen mayor responsabilidades en determinados sucesos, y que el historiador debe buscar algunas respuestas en estos personajes y no en otros. Aclaraba que no son los únicos que construyen la historia, pero en ocasiones se puede llegar a afirmar que influyen bastante.

En la *Historia de los Papas* dedicaba especial cuidado a mostrar cómo el comportamiento exclusivamente de los pontífices potenció el proceso de ruptura religiosa –por ejemplo, después de las conversaciones de Ratisbona en 1541–, considerándolos autores materiales del proceso, no exclusivos, pero si claves. En el caso de Paulo IV hay un ítem específico dentro del libro tercero, titulado *Observaciones sobre el desarrollo del protestantismo durante el papado de Paulo IV*. El libro tercero está dedicado exclusivamente a los papas: sus biografías, las anécdotas de cómo llegan al poder, cómo funcionó el nepotismo, las relaciones con las potencias extranjeras, etc. Ahora bien, el único ítem que se sale de la línea temática refiere a las últimas sesiones del Concilio de Trento –tan importantes dentro del proceso histórico estudiado y con directa relación con los pontífices–. Sin embargo, hay un ítem que vale la pena resaltar: *Observaciones sobre el desarrollo del protestantismo durante el papado de Paulo IV*.

En estas páginas, el historiador expone como las decisiones políticas y religiosas de Paulo IV sirvieron para que el protestantismo se desarrolle mucho más, provocando una profundización de la separación entre las naciones latinas (Italia y España) y Alemania e Inglaterra, o sea, parte de las naciones germánicas.

Sube a la Sede Paulo IV. Se dio cuenta del sesgo que tomaban los acontecimientos y pretendió ante todo restablecer la paz. Pero, con ciega pasión, se comprometió con la lucha. Y, así, ocurrió que él, el fanático violento, que odiaba y perseguía al protestantismo, fue quizás, entre todos los Papas, quien más contribuyó a su fortalecimiento. (RANKE, 1836: 145)

En este marco afirmamos que el autor consideraba que los papas fueron los responsables, de cierta forma, de la separación de los pueblos latinos y germanos (la Reforma).

Revisar el accionar de los sujetos es reconocer el papel que tienen los individuos en el acontecer histórico. Es “reconocer”, en palabras de Wilhelm von Humboldt, que el hombre es un ser con poder de acción, autonomía y libre albedrío, y que está influenciado por la ley del transcurso de la historia universal. Entonces, son los individuos los que producen con sus acciones las «ideas directrices» que dominan un período y que generalmente no son evidentes para los contemporáneos de éstas, las cuales pueden llegar a parecer anárquicas y desordenadas pero en realidad son una expresión del plan divino (del tercer nivel de análisis).

Consideraciones finales

La misión de la historia, declaraba Ranke, “no consiste tanto en reunir y acoplar hechos como en comprenderlos y explicarlos. La historia no es como algunos piensan, obra de la memoria exclusiva.” (RANKE, 1836: 510)

Los hechos históricos no son piezas sueltas o sucesos aislados, son expresiones/resultados de las ideas directrices -que son acciones de sujetos/de algunas naciones que a su vez están directa e indirectamente articulados a otros sujetos/de otras naciones- y en un marco mayor son expresiones humanas del plan de la providencia, de la ley del transcurso de la historia universal, que en ocasiones es incomprendible para los contemporáneos de los hechos, pero que adquiere nitidez y claridad para el historiador, por el tiempo que lo separa de los hechos.

En estas líneas hemos querido mostrar cual era el criterio a partir del cual Ranke presentaba determinados sujetos como protagonistas de la historia. Así desde la idea de *progreso* representada según el autor en las ideas directrices que dominan un período histórico, hemos llegado a los sujetos que hacen la historia con sus acciones.

Referências Bibliográficas

- GOOCH, George Peabody. (1913). **History and Historians in the Nineteenth Century** Versión Castellana de Historia e Historiadores del siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica. 1977. Primera Edición en Castellano 1942. FCE. México.
- KANT, Immanuel. (1784) **Idee su einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht** (Versión en español y estudio preliminar de Eduardo García Belsunce, **Idea de una historia universal desde un punto de vista cosmopolita**. Buenos Aires. 1º Edición Prometeo. 2008.
- RANKE, Leopold von. **Grandes figuras de la historia**. Barcelona. Ediciones Grijalbo. 1971.
- RANKE, Leopold von. **Pueblos y estados de la historia moderna**. México. Ediciones Fondo de Cultura Económica. 1960. Con un Estudio de G. P. Gooch.
- RANKE, Leopold von. (1836) **Die römischen Päpste in dem letzten 4 Jahrhunderten** (Versión castellana Eugenio Imaz. *Historia de la papas, en la época moderna*. México. Ediciones Fondo de Cultura Económica. Tercera edición en español 1963.)

**HISTÓRIA INTELECTUAL E HISTÓRIA DOS CONCEITOS:
POSSÍVEIS ABORDAGENS PARA A HISTORIOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA**

Lucas Machado dos Santos*

Este artigo tem por objetivo desenvolver uma discussão acerca da importância da aproximação de duas escolas historiográficas para o estudo da história intelectual e da história do pensamento político: o contextualismo lingüístico da escola de Cambridge¹ e a história dos conceitos de origem alemã². Não tem por intenção apresentar uma discussão geral acerca das características teóricas e metodológicas destas duas escolas³, mas intenciona delimitar a operacionalidade de certos aspectos metodológicos presentes nestas correntes teóricas para um estudo de caso, inserido na história do pensamento político latino-americano: a análise do ideário político e pedagógico do Cubano José Martí quanto às propostas para um projeto americanista de educação popular. Desta forma serão tratados os conceitos e abordagens que permitem operacionalizar esta pesquisa de dissertação de mestrado.

Os principais formuladores da escola do contextualismo lingüístico são os historiadores Quentin Skinner e John Pocock. Desde meados da década de 60, as inovações desta abordagem estão relacionadas a chamada “virada lingüística”, provocando uma virada “historicista”⁴ nos estudos sobre história do pensamento político. Para os propósitos desta pesquisa serão abordados os conceitos de contexto, atos de fala e intencionalidade autoral em diálogo com as propostas de Quentin Skinner, mas principalmente, a abordagem de John Pocock acerca dos conceitos de linguagem, lance e vocabulário político. Antecipo que esta pesquisa pretende realizar um diálogo mais específico com as propostas de Pocock, entendendo que elas possuem certas

* Mestrando em História Social pelo PPGHIS-UFRJ.

¹ Centrando o debate nas perspectivas de seus dois principais representantes, os historiadores Quentin Skinner e John Pocock.

² Em um diálogo com o historiador Reinhart Koselleck.

³ Para uma apresentação do debate geral entre estas duas correntes ver: “Feres J.J e Jasmim, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. RJ: ED. PUC. 2006”.

⁴ A proposta básica destes historiadores está no estudo das idéias em contexto, no qual o historiador deve investigar a linguagem dos atores da época, para interpretar os possíveis significados dos discursos, sem transferir para o passado as preocupações políticas presentistas do historiador. A possibilidade ou não desta tarefa gerou debates e críticas entre diversos autores, ver: “*História dos conceitos. Dois momentos de um encontro intelectual*. In: Feres J.J e Jasmim, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. RJ: ED. PUC. 2006”, e também: “Feres J.J. De Cambridge para o mundo, Historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner”.

nuances distintas da proposta metodológica de Skinner, apesar dos diversos pontos de contato entre as metodologias propostas pelos dois autores.

A possibilidade de pontos de contato entre as perspectivas metodológicas de Pocock com a do historiador alemão Reinhart Koselleck, principal formulador da escola da história dos conceitos, tem sido apontada por diversos historiadores de diferentes países, destacando-se, Melvin Richter⁵. Entendendo que as formulações de Koselleck têm diversos e diferentes aspectos relacionados a temas distintos, especificamente, é proposta aqui a possibilidade de diálogo da preocupação de Pocock com a reconstituição do vocabulário político de um contexto de debates, com a contribuição de Koselleck acerca da semântica histórica dos conceitos, no sentido da investigação dos conceitos básicos que formam o campo semântico de um debate político. A identificação do campo semântico dos conceitos permite poder distinguir sobre quais são as possibilidades de significado do uso de um conceito em determinado contexto histórico e lingüístico. Portanto a discussão acerca da semântica histórica será relacionada com a tarefa de resgatar os conceitos básicos de determinado contexto lingüístico, para a melhor compreensão dos atos de fala proferidos por diferentes atores relacionados a determinado tema ou debate investigado.

O apelo aos estudos das idéias em contexto, reivindicação maior de Skinner, se relaciona com a proposta de evitar anacronismos na interpretação dos textos políticos, que aconteceria quando o historiador transfere o horizonte de preocupações do presente para o passado investigado. A preocupação com a elaboração de uma metodologia propriamente histórica dos estudos do pensamento político é uma questão central para Pocock e Skinner. Porém as proposições das formas de relacionar texto e contexto mudam em certos aspectos, desde as proposições iniciais elaboradas na década de 60, e também ganham contornos distintos nesses dois autores. Segundo João Feres⁶, outro aspecto central das preocupações de Skinner está na questão da intencionalidade autoral, ou na possibilidade de verificar e distinguir as intenções efetuadas, daquelas não efetuadas nos discursos. Como foi tratada acima, a recomendação do historiador se ater ao horizonte de preocupações políticas da época dos atores históricos investigados,

⁵ Ver: Richter, Melvin. *The history of political and social concepts*. Oxford University Press. New York. 1995.

⁶ Ver: “Feres J.J. De Cambridge para o mundo, Historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner”.

preocupações com a trajetória, dentre outras, permitiriam este resgate das intenções originais por parte do historiador. Este foco central no resgate de intenções autorais foi sendo relativizado pelo próprio Skinner. O texto “*Meaning and Understanding in the History of Ideas*”, de 1969, coloca o resgate das intenções efetuadas nos discursos enquanto uma tarefa central, mas já em 1974 no texto “*Some problems in analysis of political thought in action*”⁷, ele afirma que esta seria uma dentre suas preocupações, relativizando a centralidade desta questão. De qualquer maneira, a noção de intencionalidade autoral perpassa de forma geral a obra de Skinner enquanto um conceito central de sua elaboração teórica⁸.

È identificado neste ponto, uma diferença entre Skinner e Pocock, na medida em que aproximação desta pesquisa com a escola do contextualismo lingüístico se dá, sobretudo, pelo trabalho de Pocock com o conceito de linguagem: “o conceito central que orienta o labor meta-teórico de Pocock é ‘linguagem’ e não intencionalidade autoral” (FERES; GANTUS, 2006: 20). Por conta desta questão faremos aqui um diálogo com os artigos de Pocock publicados no Brasil em 2003 sob o título de *Linguagens do Ideário Político*, por conta da revisão historiográfica contida nestes artigos acerca da proposta do contextualismo lingüístico. Ao definir “o estado das artes” (POCOCK, 2003: 23), de como os historiadores têm elaborado a história do discurso político sob a influência de propostas da filosofia da linguagem, Pocock ressalta o estudo

sobre a variedade de linguagens em que o debate político pode-se desdobrar (...); e segundo, sobre os participantes do debate político, visto como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e por outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada de seus debates. (POCOCK, 2003: 37)

O estudo das idéias de um autor, no caso desta pesquisa, as idéias de José Martí, não poderia começar com uma abordagem direta do que o autor escreveu para buscar atribuir o significado dos discursos produzidos. O estudo das linguagens socialmente constituídas e nas quais os discursos são produzidos seria a tarefa primordial do

⁷ Ver: “História dos conceitos. Dois momentos de um encontro intelectual. In: Feres J.J e Jasmim, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. RJ: ED. PUC. 2006”,

⁸ Ver: “Feres J.J. De Cambridge para o mundo, Historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner”.

historiador. Desta forma, o contexto lingüístico pode ser investigado ao se estudar os diversos atores políticos de um debate que definem o contorno das pautas discutidas e dos significados possíveis dos termos e conceitos, que servem de meio para expressar diferentes propostas e intenções. O contexto lingüístico é, portanto, por característica, ambivalente, na medida em que permitem diferentes atores se apropriarem das convenções lingüísticas vigentes para atribuir aos seus atos de fala particulares, diferentes significados. O historiador deve, portanto:

levar adiante suas investigações, simultaneamente em duas direções, na dos contextos em que a linguagem foi enunciada e nas dos atos de fala e enunciação efetuadas no e sobre o contexto oferecido pela própria linguagem e outros contextos na qual ela se situa. (POCOCK, 2003: 35)

Essa observação acerca do dialogo em duas direções é importante na medida em que interpretar o discurso de um autor relacionando-o com o contexto lingüístico e as convenções vigentes em torno de um debate, não significa aprisioná-lo ao contexto, mas verificar a possibilidade de um autor estar inovando sobre o contexto lingüístico, de forma a alterá-lo através das mudanças de significação relacionadas com seus atos de fala. Porém, antes de continuar nesta direção é importante situar em que sentido é tratado aqui, os idiomas e as linguagens.

O conceito de linguagem é usado por Pocock, não no sentido étnico de linguagem, mas como sub-idiomas dentro de uma língua vernácula, em que em que esses idiomas significam linguagens restritas á atividades específicas, “retóricas, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política que foram criados e difundidos e muito mais importante, empregados no discurso político” (POCOCK, 2005: 65). Ou também a linguagem pode ser considerada como um contexto de um modo de discurso institucionalizado, como em uma profissão ou em uma instituição religiosa ou política.

Para Pocock, “a linguagem, no sentido em que estamos usando o termo, é a chave do historiador tanto para o ato de fala quanto para o contexto” (POCOCK, 2006: 35). O enfoque no estudo das linguagens permite a observação do contexto e a interpretação dos atos de fala e seus sentidos argumentativos:

Uma ‘linguagem’ no nosso sentido específico é então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um termo de discussão prescrito para o discurso

político, social ou histórico no interior da qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida. (POCOCK, 2006: 37)

Considerando as linguagens e seu contexto pode-se entender o como novas experiências e conflitos políticos permitem a produção de inovações e mudanças “no discurso da linguagem sob estudo” (POCOCK, 2006: 37). Portanto, considerando a linguagem como questão central para a compreensão dos contextos e dos atos de fala, pode-se buscar os “meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto lingüístico e, em particular, como atua e inova sobre ele” (POCOCK, 2006: 39).

O historiador deve mover-se da ‘langue’ para ‘parole’, do aprender as linguagens para determinar os atos de enunciação que foram efetuados ‘dentro’ delas. Depois do quê, ele começará a pesquisar em busca dos efeitos destes atos, geralmente com relação às circunstâncias e ao comportamento de outros agentes que usaram ou estavam dispostos ao uso destas linguagens, e mais especificamente ‘sobre’ as linguagens ‘dentro’ das quais esses atos foram efetuados. (POCOCK, 2005: 66)

Considerando os contextos de linguagens e suas características, o historiador pode interpretar o sentido do uso das palavras enquanto atos de enunciação de forma a historicizar o discurso político e atribuir á interpretação das idéias, um caráter históricos ao situá-las em seus contextos, demonstrando como as idéias por sua vez, podem alterá-los.

Isso nos leva á importância do conceito de lance, como forma de identificar por parte de um autor, se ele está usando uma linguagem convencional em relação ao contexto, de um modo não convencional. Este uso não convencional da linguagem pode alterar o contexto lingüístico de forma direta ou indireta. Outra possibilidade é a existência de uma reflexão crítica por parte de um autor acerca da linguagem de sua época, em uma intenção explícita de alterá-la. Nesta segunda possibilidade, o historiador pode verificar a existência da criação de uma nova linguagem, ou sub-linguagem. Quanto ao conceito de lance:

A expressão sugere jogo e manobra tática, e nossa compreensão ‘do que ele (*o autor*)⁹ estava fazendo’ quando executou seu lance depende, portanto, em

⁹ Adição nossa.

grande parte, de nossa compreensão da situação prática na qual ele se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar (...). (POCOCK, 2003: 39)

Ou seja, recolhendo uma quantidade suficiente de documentos e referências, o historiador pode elaborar uma hipótese, acerca do como um autor se utiliza de um conceito determinado em sentido convencional previamente estabelecido, de forma não convencional, em referência ao contexto lingüístico. O uso da linguagem em sentido não convencional carrega a potencialidade de subverter o uso e o campo semântico dos significados possíveis de um conceito, para além de suas possibilidades convencionais.

Existe também, como foi mencionada, a segunda possibilidade, a de que uma linguagem nova esteja sendo criada. Nestes casos, muitas vezes percebemos o encontro entre o filósofo, o teórico e o político. O uso de técnicas sofisticadas de retórica e metafísica não exclui a potencialidade de intervenção política de um texto. É neste sentido que “o historiador do discurso deve ver a filosofia e a ação, mais como coexistentes do que como coisas separáveis: Hobbes ou Locke tanto como filósofos quanto como panfletistas” (POCOCK, 2003: 39). A maneira como um autor comenta a linguagem de sua época e reivindica um modo de como ela deva ser utilizada, não é apenas um debate de cunho filosófico desinteressado, mas faz parte de estratégias que explicitam intenções políticas e concepções culturais. Deste modo o historiador pode verificar se os atos de fala de um autor se utilizam das convenções estabelecidas de forma a contribuir com a sua transformação (junto às intervenções de outros atores), ou se ele faz parte da reivindicação pela mudança consciente do uso da linguagem política, com a criação de novas linguagens, com termos novos inventados ou termos re-significados. É neste ponto que faremos uma relação com a proposta metodológica de Pocock com a semântica histórica de Koselleck.

Pocock elabora mais sobre a questão das linguagens e idiomas, do que propriamente dito, a reflexão teórica sobre conceitos. Entendendo que a reflexão de Koselleck pode dar contribuição substancial para esta proposta metodológica, buscaremos relacionar a questão apontada por João Feres e Marcelo Gantus, de que Pocock usa “a expressão ‘vocabulário político’ para se referir aos vocabulários que são identificáveis em um dado período histórico e numa determinada sociedade” (FERES; GANTUS, 2006: 26), com a investigação acerca da pluralidade semântica dos

conceitos¹⁰. Identificar o vocabulário político para entender os atos de fala proferidos nos contextos lingüísticos, exige uma compreensão dos conceitos básicos que formam este vocabulário.

A perspectiva de Koselleck aponta para a necessidade de se pensar em conjunto, a relação entre linguagem, conceitos e experiência. Os conceitos fundamentais de um vocabulário político não apenas transmitem experiências, mas as constituem, de forma a que as mudanças na linguagem política apontam conflito e mudanças sociais, tanto quanto fazem parte delas. Essa relação entre linguagem e experiência é central na metodologia proposta por Koselleck. Neste sentido ele propõe que “uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só a história da língua, mas também as dados da história social, pois toda a semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística” (KOSELLECK, 2006: 103). Desta forma, “o interesse pelo emprego de conceitos políticos e sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico” (KOSELLECK, 2006: 101). A batalha semântica pela definição dos conceitos integra o conjunto das lutas políticas. Cabe agora uma breve exposição da diferença entre palavras comuns e conceitos.

Um conceito, ao contrario de uma palavra comum, expressa uma polissemia de significados associado ao “contexto falado e a situação social” (KOSELLECK, 2006: 109), diferentemente das palavras comuns em que o aspecto de significado e de significante pode ser pensado separadamente (dentro da tríade significado-significante-objeto). É neste sentido que Koselleck adverte que “os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados” (KOSELLECK, 2006: 109). No caso dos conceitos políticos, as circunstâncias políticas e lingüísticas se agregam ao significante, de maneira que um conceito pode expressar uma pluralidade semântica de significados possíveis de serem determinados historicamente. “Uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela” (KOSELLECK, 2006: 109).

A polissemia dos conceitos por sua vez, tem na multiplicidade cronológica, seu

¹⁰ Referências a noção de campo semântico relacionada a questão do vocabulário político, foram anteriormente já feitas tendo como pressuposto a aproximação teórica aqui referida.

aspecto fundamental. Na medida em que um conceito denota uma totalidade de significado, ele aponta para o passado, no sentido do espaço de experiências, e para o futuro projetando um horizonte de expectativas. Um conceito pode abarcar, portanto, diversas camadas temporais:

ao longo da investigação da história de um conceito, tornou-se possível investigar também o espaço de experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito. Em uma palavra, a precisão metodológica da história dos conceitos foi uma decorrência direta da possibilidade de se tratar conjuntamente espaço e tempo, com a perspectiva sincrônica de análise. (KOSELLECK, 2006: 104)

Através do dialogo entre conceito e experiência, o vocabulário político de uma época pode ser compreendido em seus conceitos fundamentais e relacionado ao campo das experiências vividas. Na medida em que o discurso político não se esgota em sua temporalidade, ao momento da ação imediata, conceber o discurso político enquanto ação, não esgota a pluralidade semântica e temporal de suas camadas de significado. Esta pode ser uma importante contribuição para a teoria dos atos de fala. A experiência política do presente transmite uma experiência do passado e projeta expectativas em relação ao futuro, abrindo possibilidades para se entender o discurso político e a linguagem, enquanto ações que interferem no curso das batalhas pela definição do futuro, na medida em que os discursos apontam para o porvir em diferentes intenções. Um mesmo discurso pode, portanto, conter diferentes camadas temporais na relação entre presente, passado e futuro.

Temos que destacar, porém, que a História dos Conceitos, partindo desta perspectiva sincrônica de relacionar a linguagem política de uma época aos contextos sociais e lingüísticos, não se limita a esta tarefa:

Em uma segunda etapa da investigação os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma seqüência temporal, para serem ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história do conceito. (KOSELLECK, 2006: 105)

Deste modo a metodologia da história dos conceitos permite uma análise sincrônica dos conceitos relacionados a determinados contextos, mas também a análise diacrônica da mudança dos extratos de significados de um conceito na escala da longa

duração. Em alguns casos, trata da mudança de um conceito em termos de séculos, em outros até de milênios, isolando os contextos específicos não quais os conceitos são efetivamente articulados na linguagem.

Esta questão foi explicitada na medida em que, para os fins da delimitação desta pesquisa, o diálogo com a perspectiva do Koselleck se dá apenas em um nível propriamente sincrônico, o de buscar compreender quais os conceitos centrais e o campo semântico dos conceitos envolvidos nos debates acerca da questão da formação das nações e a educação popular na América Latina, durante a segunda metade do século XIX. Esta investigação faz parte da tentativa de uma descrição densa do contexto intelectual no qual José Martí executou seus atos de fala.

Por conta das limitações de formato deste artigo, não é possível fazer um apresentação geral das hipóteses desta pesquisa, mas é importante apontar que a possibilidade de verificar a realização de “lances” por parte de José Martí em relação ao debate sobre formação da nação e educação popular, só pode ser verificado através de uma observação do contexto, que permita uma comparação das idéias deste autor em relação ao modo como a linguagem política era convencionalmente utilizada. Isto remete a necessidade de compreensão do vocabulário político da época e seus conceitos.

Foi buscado aqui, uma aproximação do contextualismo lingüísticos e os conceitos de linguagem, lance e ato de fala, com a contribuição da história dos conceitos acerca da semântica histórica dos conceitos. Esta relação permite uma abordagem mais sofisticada acerca da pluralidade semântica e temporal do discurso político em suas distintas camadas de linguagem e significado. A observação sincrônica de um contexto de debates em comparação a diferentes atos de fala, realizados dentro destes contextos, permite a elaboração de hipóteses acerca dos diferentes lances que alteram a linguagem correntemente utilizada. Como vimos os lances podem consistir na criação de novas linguagens, de forma a atribuir novos ou diferentes significados á experiência das batalhas políticas em curso, potencialmente, também, intervindo nos rumos das lutas políticas ao mudarem a forma como os diferentes projetos são elaborados e executados.

Referências Bibliográficas

FERES J.J; JASMIM, Marcelo Gantus. **História dos Conceitos**: Debates e

Perspectivas. RJ: ED. PUC. 2006.

FERES J.J. **De Cambridge para o mundo, Historicamente**: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a07v48n3.pdf>>.

KOSELLECK, HEINHART. **Futuro Passado**. Contribuição á Semântica dos Tempos Históricos. RJ: Contraponto: Ed. PUC-RJ, 2006.

RICHTER, Melvin. **The history of political and social concepts**. Vol.1. Regarding Method. New York: Oxford University Press. 1995.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. SP: Ed. USP, 2003.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. SP: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

SKINNER, Quentin. **Meaning and Understanding in the History of Ideas**. History and Theory, Vol .8 No.1. (1969). Pp. 3-53. Disponível em: <<http://links.jstor.org>>.

LIBERDADE E USOS DA HISTÓRIA EM BENJAMIN CONSTANT

Carlos Mauro de Oliveira Jr.*

Assim, entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nas questões públicas, é escravo em todos seus assuntos privados. Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, permanece limitado, observado, reprimido em todos seus movimentos; como posição do corpo coletivo, ele interroga, destitui, condena, despoja, exila, atinge mortalmente seus magistrados ou seus superiores; como sujeito ao corpo coletivo, ele pode, por sua vez, ser privado de sua posição, despojado de suas honrarias, banido, condenado, pela vontade arbitrária do todo ao qual pertence.

Entre os modernos, ao contrário, o indivíduo, independente na vida privada, mesmo nos Estados mais livres, só é soberano em aparência. Sua soberania é restrita, quase sempre interrompida; e, se, em épocas determinadas, mas raras, durante as quais ainda é cercado de precauções e impedimentos, ele exerce essa soberania, é sempre para abdicar a ela” “Assim, entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nas questões públicas, é escravo em todos seus assuntos privados. Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, permanece limitado, observado, reprimido em todos seus movimentos; como posição do corpo coletivo, ele interroga, destitui, condena, despoja, exila, atinge mortalmente seus magistrados ou seus superiores; como sujeito ao corpo coletivo, ele pode, por sua vez, ser privado de sua posição, despojado de suas honrarias, banido, condenado, pela vontade arbitrária do todo ao qual pertence.

Entre os modernos, ao contrário, o indivíduo, independente na vida privada, mesmo nos Estados mais livres, só é soberano em aparência. Sua soberania é restrita, quase sempre interrompida; e, se, em épocas determinadas, mas raras, durante as quais ainda é cercado de precauções e impedimentos, ele exerce essa soberania, é sempre para abdicar a ela. (*De la liberté des Anciens comparée...*)

Apresentação

Reinhart Koselleck, em um texto clássico, distingue duas formas de experimentar o tempo histórico demonstradas, respectivamente, pela *Historia Magistra Vitae* e pelas filosofias da história derivadas do Iluminismo (KOSELLECK, 1979). Na primeira, encontraríamos uma possível exemplaridade da História na condução dos assuntos políticos humanos, uma vez que sendo a natureza humana constante e as situações da história se repetem, o ator político pode aproveitar as experiências dos Antigos no agir. As filosofias da história surgidas no XVIII, por sua vez, separariam as experiências dos Antigos e Modernos, por estabelecer uma noção de processo ligada a

* Professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

uma ideia de perfectibilidade. Neste sentido, a ideia de se valer dos exemplos do passado seria tola, pois os homens que viviam naquela época estariam na infância da história.

O nosso objetivo é matizar a distinção proposta por Koselleck a partir de um exercício de leitura de alguns textos de Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830) escritos no período da Restauração Monárquica bourbon (1814-1830) - *De l'esprit de Conquête et de l'Usurpation dans leur rapport avec la civilisation européenne* (1814) e *De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes* (1819). Neste sentido, propor uma leitura em que o uso dos autores e princípios políticos dos autores antigos não seriam desvalorizados em si, mas adaptados a uma realidade histórica compreendida a partir de um processo que modificaria os valores, a sensibilidade e visões de mundo dos homens. Assim sendo, a nossa hipótese diz respeito à possibilidade de Benjamin Constant, nestes textos, ter buscado um uso da História a meio caminho entre os apresentados por Koselleck.

A leitura que propomos está ligada ao fato de Constant ser um autor com pretensão de influir politicamente em seu contexto e que por este motivo lidava com as diferentes visões de mundo presentes em seu tempo como projetos de grupos políticos específicos em disputa. E, desde a sua chegada à Paris, no início da fase termidoriana da Revolução Francesa (1795-99), teve por projeto político uma reunião dos “moderados” que possibilitasse um regime livre na França posterior à Revolução. Depois, com a queda de Napoleão, em 1814, Constant reformula suas ideias de liberdade no sentido de serem compatíveis com um regime monárquico. Logo, precisa construir uma argumentação que rejeite dois tipos de resgate político e histórico dos Antigos – a liberdade cívica, compreendida como soberania ou “liberdade positiva” (conforme a distinção clássica de Isaiah Berlin – 1958), defendida pelos jacobinos franceses e o espírito guerreiro e de conquista, defendido pelos partidários do período napoleônico (1799-1814). Defender um ideal de moderação política representa negar a possibilidade histórica destes usos dos Antigos, insistindo na ideia de que representam um anacronismo, que não levam em conta o conjunto de transformações históricas ocorrido na Europa desde a Antiguidade grega e romana.

Constant realiza este objetivo a partir do uso da ideia de perfectibilidade histórica, possivelmente retirada de seu contato com autores do iluminismo escocês, pensada a

partir do desenvolvimento de valores e sociabilidades da sociedade comercial. Estes permitirão a Constant a construção da ideia de liberdade individual, que permite aos atores sociais, tempo e espaço para lidar com seus negócios, com a busca da riqueza, etc¹.

O pensamento Liberal da Restauração

Andre Jardin em *Histoire du Libéralisme Politique – de la crise de l’absolutisme à la Constitution de 1875* (1985), afirma que os autores liberais tentam, desde o fim do Terror (1792-94), um exercício de conciliação entre os valores da tradição francesa do XVIII com ideias vindas do exterior, especialmente a partir da contribuição dos que retornaram da emigração. Ideias e valores da contra-revolução e de visões desenvolvidas na Inglaterra e por pensadores alemães serão apropriadas pelos “moderados” franceses, no sentido de filtrar o reacionarismo presente nestas, aceitando uma parte do legado da Revolução Francesa.

A ideia de moderação, nos contextos do Diretório e da Restauração bourbônica – períodos de intensa produção intelectual de Constant – significa conciliar a sociedade criada pela Revolução Francesa com ideias vindas do exterior, permitindo a constituição de um regime representativo e parlamentar que garantisse a liberdade individual. Os exemplos da Inglaterra (principalmente) e dos Estados Unidos serão importantes neste momento.

Stanley Mellon em *The political Uses of History* (1958) apresenta um estudo sobre a necessidade de analisar os trabalhos históricos para compreender a política da Restauração Monárquica francesa a partir de 1814. A versão liberal da Revolução Francesa, afirma Mellon, busca um meio de defender a Revolução dos conservadores, chegando mesmo a usar o argumento de Edmund Burke – em *Reflection on the Revolution in France* (1790) – de respeitar a tradição histórica do país no sentido de que, agora², a Revolução Francesa estava inscrita na História e que a contra-

¹ Desenvolvemos este argumento, com mais vagar, em nossa tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – *Entre virtudes e interesses – Liberdade, Cidadania e Sistema Representativo em Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville*.

² Benjamin Constant já tinha usado este argumento em um conjunto de panfletos publicados no Diretório que foram editados por Phillippe Raynaud em 1988. *De la Force du Gouvernement Actuel de la France et*

revolução seria uma revolução. Um argumento curioso.

Mellon apresenta algumas teses surgidas com os historiadores liberais da Revolução Francesa durante a Restauração. As principais são a responsabilização do Antigo Regime pela resistência e pela violência revolucionárias, a afirmação de que os crimes são antigos na História da França, a afirmação de que algumas faltas eram inevitáveis (uma ideia de necessidade está presente) e a valorização dos resultados da Revolução, ressaltados como legítimos. Isto quer dizer que no que se refere ao saldo geral, a revolução foi boa (MELLON, 1958: 25-29).

Aqui a nossa hipótese se encontra com os argumentos de Jardin e Mellon e, segundo acreditamos, permite o diálogo com Koselleck. Cumpre que o uso das fontes selecionadas nos permita matizar a oposição presente no esquema do historiador alemão, no sentido de insistir para a ideia de adaptação necessária dos princípios filosóficos (como o uso dos Antigos) em política. Com isto, o erro dos radicais franceses, segundo Constant, não residia no uso dos valores antigos, e sim em não refletir sobre sua adaptação histórica.

Há um componente no “vocabulário político” da Revolução Francesa que se articula com a rejeição de princípios filosóficos em política. O arsenal contra-revolucionário insistirá que os princípios remetem a um dever ser independente da experiência, uma abstração, uma metafísica. A adaptação necessária permite o uso de princípios, contornando a rejeição. Isto significa que uma ideia de utopia – de dever ser – possa ajudar a construir a política, permitindo a mudança. Uma mudança adaptada ao espírito do tempo, ao estado geral da sociedade... Ambas noções usadas por Constant e relacionadas à ideia de progresso. “*Tout ce qui tient à l’homme et à ses opinions, sur quelque object que ce soit, est nécessairement progressif, c’est-à-dire variable et transitoire*” (CONSTANT- *Mélanges de Littérature et de Politique*, 1829).

Princípios em política e adaptação histórica

Por motivos de espaço neste trabalho e tendo em vista o fato de ser este um esboço inicial de um estudo sobre as estratégias políticas e os usos da História em

de la Nécessité de s’y rallier. *Des Réactions Politiques. Des Effets de la Terreur*. Paris, Flammarion, 1988.

Benjamin Constant e Madame de Staël entre 1795 e 1820, não trataremos aqui das polêmicas existentes em torno dos textos de Benjamin Constant em seu contexto, das acusações de inconstância, ou seja, mudar de posição à medida que os grupos políticos franceses se sucedem no poder³.

Nesta ocasião, gostaríamos de realizar um exercício de leitura sobre o uso dos Antigos em Constant e da construção que este autor fez de uma oposição entre antigos e modernos. Se por um lado a oposição remete aos erros do anacronismo de autores que não compreenderam que o progresso das sociedades inviabiliza o uso de exemplo da Antiguidade clássica, como Rousseau, Mably, Robespierre e Saint-Just, por outro lado existe o convite para uma “ciência política bem feita”, consciente da necessidade de adaptação. Um uso da ideia de progresso das sociedades na História para negar os excessos do conservadorismo na França da Restauração.

Na abertura do texto *De l'Esprit de Conquête*, Constant afirma que o “sucesso” da empreitada teórica é estar de acordo com o “espírito geral” da sociedade (CONSTANT, 1997: 123-4). Se nos textos do Diretório – acima referidos – isto se aplicava aos usos dos Antigos pelos jacobinos, agora Constant adapta a ideia para negar o Império Napoleônico a partir de seu caráter guerreiro, expansionista e de suas concepções autoritárias e uniformizantes de administração. Se os povos antigos deviam muito ao espírito bélico, os modernos gostam da paz que propicia o comércio e os prazeres individuais (Idem, ibidem: 129). A análise histórica de Constant afirma que “nós” chegamos à época do comércio, um impulso civilizado que substitui a selvageria da guerra (Idem, ibidem: 130).

A engenharia intelectual de Constant, presente em *De l'Esprit...* e retomada em *De la liberté des Anciens comparée...*, diz respeito a negar as tradições jacobina e napoleônica ao afirmar que elas se valiam de valores de homens antigos, não ligados ao Homem moderno. Estes valores não são ruins em si, mas pertencem a outro modelo de sociedade. “*Il y a de choses qui sont possibles à telle époque, et qui ne le sont plus à telle autre. Cette vérité, souvent reconnue, ne l'est jamais sans danger*” (Idem, ibidem: 123).

³ Para alguns detalhes sobre este ponto, mais uma vez nos remetemos à nossa tese de doutoramento já citada, especialmente capítulos 1 e 2.

Enfin le commerce inspire aux hommes un vif amour pour l'indépendance individuelle" (...) "Il résulte de ce que je viens d'exposer, que nous ne pouvons plus jouir de la liberté des anciens, qui se composait de la participation active et constant au pouvoir collectif. (CONSTANT, 1997: 600 e 602) ⁴

Há dois pontos interessantes no argumento de Constant.

O primeiro diz respeito a um uso liberal de um conjunto de argumentos presentes na aristocracia durante a Restauração, que negam a centralização administrativa revolucionária (jacobina e napoleônica) e o despotismo de Paris – um argumento retomado nas histórias da Revolução Francesa de Madame de Stael e Alexis de Tocqueville. Este conjunto insiste no valor das liberdades (no plural)⁵, ligadas ao poder local, à descentralização.

Les intérêts et les souvenirs qui naissent des habitudes locales contiennent un germe de résistance que l'autorité ne souffre qu'à regret, et qu'elle s'empresse de déraciner (...) Ce qui j'ai dit de la noblesse s'applique également à la propriété. Les anciens propriétaires sont les appuis naturels d'un monarchie légitime, ils sont les ennemis-nés d'un usurpateur. (CONSTANT – De l'Esprit..., 1997: 165 e 192)

O que nos parece interessante são as curiosas articulações com uma versão aristocrática do pensamento neoromano (Skinner), a partir da leitura inglesa do republicanismo florentino⁶. Melhor dizendo, este argumento presente em Constant, será retomado por um certo liberalismo aristocrático francês com tendências anglófilas, mais especialmente em Tocqueville, em que as liberdades do Antigo Regime aparecem articuladas à comuna americana e suas origens políticas inglesas⁷.

O segundo ponto interessante diz respeito ao argumento da sociedade comercial e sua articulação com a possibilidade de uso de referências antigas. Constant critica a metafísica de Rousseau, Mably e outros fãs de Esparta por desejarem trazer um critério de cidadania (ligado à soberania) que não se coaduna com a realidade comercial da Europa de fins do XVIII (Idem, *ibidem*: 211-215). Ao assim procederem, negaram a

⁴ O segundo trecho se refere à *De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes (1819)*.

⁵ Koselleck em sua leitura dos modelos históricos criados pelo Iluminismo europeu indica que o uso de um singular coletivo – liberdade – teria substituído as liberdades no plural próprias do Antigo Regime. Podemos supor que o retorno estratégico da ideia de “libertés” não seja casual.

⁶ Ver de Quentin Skinner *Liberdade Antes do Liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1999, e de John Pocock *The Machiavellian Moment*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

⁷ Desenvolvemos este argumento em nossa tese de doutoramento, especialmente na introdução e capítulos 3 e 4.

versão ateniense de liberdade antiga em que, segundo Contant, havia maior liberdade individual devido ao comércio⁸.

Constant, ao criticar Rousseau, não parece ter conhecido um texto que relativiza (em parte) a defesa da adoção do modelo de Esparta. Em *Lettres de M. Rousseau de Genève* (1764), aparece uma crítica ao desejo genebrino em se espelhar nos exemplos antigos (muito distantes de “nós” (ROUSSEAU, 2006: 425). É bem verdade que no conjunto da nona carta à República de Genebra, Rousseau pede que a burguesia genebrina não abandone a vigilância sobre o poder, ao se deixar levar pelo interesse privado, preferindo ser protegido que livre (ROUSSEAU, 2006: 437)⁹.

Em Contant, a defesa da liberdade, confundida com soberania, pressupõe uma série de sacrifícios incompatíveis com os homens modernos que tem muito mais a perder em lazer e prazeres que os homens antigos. Na prática, como esta visão não levou em conta a realidade, a experiência francesa abriu espaço à demagogia jacobina e ao despotismo napoleônico. Chega a afirmar que a tradição francesa, inclusive Montesquieu, não se sente à vontade em defender a liberdade individual – um erro em uma sociedade comercial (CONSTANT, *De l'Esprit*: 231). “*Défion-nos, Messieurs, de cette admiration pour certaines réminiscences antiques. Puisque nous vivons dans les temps modernes, je veux la liberté convenable aux temps modernes*” (CONSTANT – *De la liberté...*: 612).

Estes dois pontos tornaram Constant um defensor de um liberalismo individualista ou da “liberdade negativa” de Isaiah Berlin. Todavia existe em Constant uma preocupação política com o silêncio em torno do poder, comum a sociedades em que os interesses particulares se sobrepõem ao bem comum. Uma curiosa antecipação de argumentos presentes no segundo volume da *Démocratie en Amérique* de Tocqueville, publicado em 1840. A constante preocupação com o bem privado afasta o homem da coisa pública permitindo o aumento das prerrogativas do Estado, estimulando a uniformização legislativa e o despotismo.

Entra em cena o tema da apatia ou do isolamento. No discurso pronunciado no *Athénée Royal* em 1819, Constant encerra chamando a atenção para o perigo de “estarmos” absorvidos demais em “nossos” prazeres que acabamos renunciando ao

⁸ Pierre Vidal-Naquet explora este ponto nas obras citadas na bibliografia.

⁹ Tema discutido por Pierre Vidal-Naquet nas obras citadas na bibliografia.

direito de partilhar do poder público em demasia (Idem, ibidem: 616) ¹⁰.

Conclusão

Acreditamos ter demonstrado que é possível realizar uma leitura de textos de Benjamin Constant que concilia dois experiências do tempo histórico (ideia de Koselleck). Sendo um autor da política, o nosso autor está interessado com os usos que a História da Revolução Francesa – e dos princípios filosóficos – podem ter nas disputas que levarão à constituição do sistema parlamentar e representativo na França posterior a Napoleão.

Seria mesmo possível que Constant defendesse que o modelo ateniense era muito mais adequado à modernidade europeia. Este parece ser o ponto. Não se rejeita o uso das experiências do passado e a possibilidade da história informar a ação política. Deseja-se, sempre, que o uso dos princípios sejam adaptados historicamente a fim de não caírem em uma metafísica perigosa, por ser descolada da realidade. Esta realidade, em Constant, é informada pela noção de progresso ou perfectibilidade.

Referências Bibliográficas

BERLIN, Isaiah. **Quatro Ensaios sobre a Liberdade**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

CONSTANT, Benjamin. De l'Esprit de Conquête et de l'Usurpation dans leur rapport avec la Civilisation Européene (1814); De la Liberté des Anciens compare à celle des Modernes – discours prononcé à l'Athénée Royal de Paris en 1819 et Mélanges de Littérature et de Politique. In: Gauchet, Marcel (ed.). **Écrits Politiques**. Paris: Gallimard, 1997.

_____. **Écrits et discours politiques par Benjamin Constant**. Paris, Jean-Jacques Pauvert, 1964. 2 vols. Édition par O. Pozzo di Borgo.

FONTANA, Biancamaria. **Benjamin Constant and the pos-revolutionary mind**.

¹⁰ Neste sentido poderíamos afirmar que o Rousseau de maturidade (que escreve as Cartas de Genebra) e Constant pensam em uma conciliação das duas liberdades, o que desmontaria a leitura de Isaiah Berlin.

New Haven and London, Yale University Press, 1991.

JARDIN, André. **Histoire du Libéralisme Politique**: de la crise de l'absolutisme à la Constitution de 1875. Paris: Hachette, 1985.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado** – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto – PUC-Rio.

MORTIER, Roland. Comment terminer la Révolution et fonder la République. In: **Annales Benjamin Constant**, 1988.

ROSANVALLON, Pierre. **La Monarchie Impossible**: les Chartes de 1814 et de 1830. Paris: Fayard, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Cartas Escritas da Montanha**. São Paulo: Unesp – PUC SP, 2006.

_____. **Le Sacre du Citoyen**. Paris, Gallimard, 1992.

VIDAL-NAQUET, Pierre: Finley, les anciens et les modernes. In: FINLEY, Moses. **L'Invention de la Politique**. Paris: Flammarion, 1985.

_____. **Os Gregos, os Historiadores, a Democracia**: O grande desvio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

1964 NOS TEXTOS DO BUXO GOLBERY

Ana Maria Koch*

Dupla dificuldade existiu para a aceitação no meio acadêmico, isso no final da década de 1990, de proposta de estudo dos eventos relativos ao golpe militar de 1964 considerados a partir do papel do *bruxo*. Apelidado assim pela imprensa da época, Golbery do Couto e Silva foi aparecendo como uma figura interessante para o estudo do contexto político brasileiro das décadas de 1950 a 1980 durante o trabalho de dois anos com bolsa de pesquisa (FAPERGS) em nível de Aperfeiçoamento abordando o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra¹ (ESG). Ambas entidades aglutinavam esforços de conduzir processos políticos tanto de doutrinação como de ação norteada pelas respectivas ideologias adotadas, opostas entre si. No caso do ISEB, o fechamento desse órgão do Ministério da Educação e Cultura ocorreu em 1964 em ato assinado pelo Presidente da República Ranieri Mazzilli (de 2 a 15 abr. 1964); o marxismo era uma das linhas ideológicas importantes que participavam do debate na Instituição sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no Brasil. No caso da ESG, criada por Lei em 1949 como parte da estrutura do Ministério da Defesa, havia relação informal dela com instituições civis como a ADESG, o IPES e o IBAD, todas anticomunistas. O exame dos textos publicados pela Escola mostrou uma injunção estranha entre os conceitos democracia e cristianismo que não pertenciam ao conjunto do discurso norte-americano de defesa do ocidente contra o comunismo.

A primeira dificuldade para o tratamento do tema, formulado em 1996 para uma Dissertação, foi a de que propunha uma investigação a ser realizada a partir da produção textual e da ação de um execrado também pela esquerda intelectual acadêmica, e o também vem do fato de que Golbery do Couto e Silva já havia sido exonerado do cargo que ocupava na ESG em 1955, acusado de participação em tentativa de golpe para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. A segunda, porque a pesquisa tinha como um dos pontos importantes de abordagem a verificação da biografia desse execrado para estabelecer a relação dela com a produção de textos publicados de meados de 1950 a

* Universidade Federal do Piauí, Professora Doutora, FAPERGS, FINEP, CNPq.

¹ A ESG se diferencia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), fundada como instituição civil em 1951 por ex-alunos de curso do órgão do Ministério da Defesa.

início da década de 1980. O exame buscava entender o modo de utilização de dois conceitos que, justapostos, causaram o estranhamento: *ocidente cristão*.

Na historiografia da década de 1990 o nome de Golbery do Couto e Silva ainda era relacionado à ESG de modo determinante, apesar da exoneração de 1955, talvez pela participação dele na ADESG. Mais importante, a historiografia predominantemente de corte marxista enfatizava a influência da direita norte-americana na produção textual dele e da mesma ESG, excluindo outras possibilidades de abordagem. Recuperando dados biográficos em traços gerais para o esclarecimento do estudo realizado, da época da publicação do livro *Planejamento estratégico*, de 1955, foi a primeira tentativa de *golpe* para impedir a posse de presidente eleito pelas regras da Constituição brasileira, ano imediatamente posterior ao do *Manifesto dos coronéis*, de fev. 1954. Esses militares², dentre eles muitos ex-tenentes de 1922, reivindicavam o “aparelhamento real do Exército para o cumprimento, a qualquer instante, das indeclináveis missões que lhe cabem” (*apud* CARONE, 1980: 558).

Golbery do Couto e Silva participou de modo importante da redação do documento, mas além do exame do material textual produzido por ele, do projeto do grupo no qual participou, bem como das alianças estabelecidas nas tentativas de conduzir o processo político brasileiro no período posterior à exoneração dele da ESG, em 1955, há outras questões da trajetória pessoal que devem ser levadas em conta: em 1961, foi assessor de Jânio Quadros e prometeu ao Presidente apoio dos militares no evento da renúncia, numa segunda tentativa de golpe; de 1961 a 1964 articulou militares e civis no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de ação democrática (IBAD); em 1964, passou a atuar no Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei 4.341 assinada pelo general Castelo Branco, quando levou para o órgão “todo o fichário do *serviço de inteligência* do IPES” (BONES, 1978: 20).

Fazia parte do grupo derrotado na crise da sucessão, crise envolvendo os castelistas e o do ministro da Guerra Costa e Silva que “advogava um endurecimento

² Envolvido em política desde operações militares na Revolução de 1932, Golbery do Couto e Silva fez parte de um grupo coeso que trabalhou no III Exército, em Porto Alegre; fez estágio no exército norte-americano, em 1944, de onde partiu para fazer parte da FEB na Itália. No imediato pós-guerra os *veteranos do Realengo* propuseram a criação de um Estado Maior das Forças Armadas, organismo semelhante ao National War College que, nos Estados Unidos, cuidava das questões de segurança do país em caso de guerra. Essa foi a base da ESG, que passou a funcionar em 1949, com o auxílio de uma “missão de assistência’ americana” (Bones, 1978: 19).

total do regime” (ADEUS, 1984: 24), o que implicou medidas de proteção a Ernesto Geisel e ao mesmo Golbery do Couto e Silva. Na troca de governo, o último não passou o cargo para o sucessor no Serviço Nacional de Informações, Emílio Garrastazu Médici (BONES, 1978: 21). Golbery do Couto e Silva, que em 1967 teve publicada a coletânea de textos sob o título *Geopolítica do Brasil*, a partir de 1968 “ficou afastado do Planalto até o final do governo Médici”, já aposentado desde 1969 no cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, quando assumiu cargo na *Dow Química* (GASPARY, 1987: 24). O *ostracismo político* terminou em 1974, quando foi conduzido à Chefia da Casa Civil como “o principal conselheiro de Ernesto Geisel” (ADEUS, 1984: 24). Sempre envolvido em conflitos políticos, renunciou em 1977; assumiu cargo no governo do general Figueiredo e demitiu-se em 1981, denunciando o grupo militar oposto que formava-se então em torno do “ministro-chefe do *Serviço Nacional de Informações*, Octávio Medeiros” (ADEUS, 1984: 25). Passou então a ser um dos coordenadores da candidatura de Paulo Maluf, que lhe custou a perda do título de *magu da abertura*; manteve o apoio a Maluf quando do *comício das diretas* no Rio de Janeiro, momento em que “boa parte da cúpula militar que o chamava de contra-revolucionário, por ajudar Geisel a acabar com a censura à imprensa, a tortura e o AI-5, se aproximava secreta e sorridentemente de Tancredo Neves” (GASPARY, 1987: 25).

Ao lado dos dados biográficos, numa metodologia de investigação dos conceitos, deve ser colocada em questão a leitura e análise dos textos do autor. O enquadramento para essa leitura pode ser feito a partir da abordagem adotada por Golbery do Couto e Silva – no caso, o surpreendente esquema evolucionista – e, ao mesmo tempo, pela observação do estilo rebuscado de redação que contrasta com o que se espera de formulações no âmbito militar. Um exemplo aqui pode auxiliar no entendimento da questão, e ele vem do conteúdo da palestra realizada em 1980 na ESG, texto que contém, paralelamente ao plano geral do propósito político exposto, a avaliação do golpe de 1964 que o autor considerava revolucionário:

Apelemos, agora, a uma visão dialética, Marx excluso, se quiserem. [...] Na fase ascendente da centralização produzem-se, portanto, gérmens [sic] da própria centralização, obstáculos que começam desde logo a opôr-se [sic] à primeira, mas sem força de retardá-la, quanto mais de detê-la; tudo se passa assim, até que a centralização atinja seu clímax; a partir de então, os fatores em oposição ou obstáculos começam a preponderar, freando o processo de centralização cada vez mais, até reduzi-lo à inoperância.

Assim, por exemplo, [...] essa tão denegrada e temida burocracia [...] acaba por se lhes tornar um freio decisivo ao próprio crescimento [do Estado], passando [a burocracia] a constituir obstáculo intransponível pelas dificuldades que cria e, dia a dia, multiplica, ao cuidar muito mais de si mesma, de suas mesquinhas querelas de poder e prestígio entre grupos influentes diversos e, [sic] de sua preservação e continuísmo, [sic] do que do próprio processo de centralização racionalista e planejador, a que deveu seu nascimento e a preponderância de seu difuso, mas onipresente poder. E isso é, aliás, até confortador... (SILVA, 1993: 117)

Os textos publicados de Golbery do Couto e Silva³ foram: o *Manifesto dos coronéis*, de 1954; o livro *Planejamento estratégico*, publicado pela Biblioteca do Exército e pela Companhia Editora Americana, de 1955; o livro *Geopolítica do Brasil*, publicado pela Livraria José Olympio, de 1967; e a palestra *Conjuntura política nacional – o poder executivo*, apresentada em 1980, na ESG. O texto de 1954 – o manifesto – e o de 1980 – a palestra – são curtos, com temáticas específicas. Metodologicamente é importante destacar que destinavam-se a dois propósitos distintos no que se refere ao público e ao comprometimento do autor. A publicação de 1955 tinha temática especificada no título *Planejamento estratégico*, editado como volume 212 de coleção da Biblioteca do Exército. O conteúdo refere textos redigidos no Rio de Janeiro pelo então tenente-coronel e, estando circunscritos ao mesmo contexto de redação do *Manifesto*, podem ser lidos sob o critério (a) de crítica quanto à crise política dupla configurada pelo final do segundo governo Vargas: o suicídio de um presidente da República e período de campanha eleitoral presidencial; e (b) de tentativa de subsidiar com idéias os esforços de um determinado grupo por superação da crise e propondo uma direção específica a ser seguida. A estrutura da publicação está constituída de quatro partes: 1.^a parte, *O planejamento e a segurança nacional*, de outubro de 1954, com 96 p.; 2.^a parte, *Planejamento do fortalecimento do potencial nacional*, de novembro de 1954, com 68 p.; 3.^a parte, *Planejamento da guerra*, de novembro de 1953, com 33 p.; e 4.^a parte, *Os estudos estratégicos de área*, de abril de 1953, com 108 p.

O livro *Geopolítica do Brasil*, de 1967, é uma coletânea de “palestras e ensaios” (Silva, 1967: 3) apresentados independentemente uns dos outros durante a década de 1950 e no ano de 1960. O livro contém uma biografia elaborada pela editora e nota

³ Deixou, ao morrer em 1987 com 76 anos, uma biblioteca de 10.000 volumes (ADEUS, 1987: 25) e “um arquivo que soma 5.000 papéis”, além de um diário constante de um volume com 1500 páginas (GASPARY, 1987: 24).

introdutória assinada por Afonso Arinos de Melo Franco. Tem *dedicatória* do então general ao “ilustre mestre prof. Delgado de Carvalho,[geógrafo do IBGE]” e *apresentação*, na qual reafirma então tanto as idéias apresentadas em período anterior, como o prisma sob o qual as idéias foram construídas: em 1967 “o antagonismo entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista domina ainda a conjuntura mundial” (Silva, 1967: 4). A *introdução – O problema vital da segurança nacional* – é constituída de texto datado de 1952, redigido no Rio de Janeiro. Os textos, publicados em 1967, período em que o grupo político ao qual o autor pertencia estava no governo do Estado brasileiro – são apresentados numa reordenação temática⁴.

Ao lado do primeiro levantamento quanto ao **enquadramento da abordagem adotada** (ou do pressuposto teórico do sistema) nos textos estudados e do **estilo de redação**, os passos dados para dar a base da verificação dos **componentes** dos textos de Golbery do Couto e Silva e das **relações** que a partir destes podem ser estabelecidas foram, complementarmente, o **inventário da produção textual** e o estabelecimento da situação que possibilitou essa produção na **biografia** deste autor.

Para chegar à compreensão da produção textual deste autor foi necessário partir de uma distinção interna entre os diferentes textos, considerando a época da produção e o envolvimento político do momento. Eles foram examinados, como **textos**, sob a ordem cronológica de elaboração e numa perspectiva de **macrotexto**, isto é, pela ordem de publicação no conjunto formado por eles. Essas duas ordens – de elaboração e de publicação – podem não coincidir e essa verificação têm implicação relevante no procedimento de análise dos conceitos. Entre outros aspectos, ainda, é preciso considerar que cada texto redigido, com a respectiva publicação dele, pode estar destinado a público específico, o que dá a sua característica e permite observação num conjunto formado por textos semelhantes de outros autores. No caso, o material produzido por Golbery do Couto e Silva pode ser observado como texto de tipo doutrinário, forma pela qual o autor se exime de justificar a cada passo a fonte da

⁴ 1.^a parte: *Aspectos geopolíticos do Brasil* (contendo os subtítulos I. *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1952; II. *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1959; III. *Aspectos geopolíticos do Brasil*, de 1960); 2.^a parte, sem título especificado (contendo os subtítulos I. *Geopolítica e geoestratégia*, de 1959; II. *Dois pólos da segurança nacional na América Latina*, de 1959; III. *Áreas internacionais de entendimento e áreas de atrito*, de 1959; e 3.^a parte: *O Brasil e a defesa do ocidente*, de 1958. O Anexo 1 é denominado de ensaio metodológico pelo autor, com o título *Formulação de um conceito estratégico nacional* e é de 1955; o Anexo 2 foi denominado *Esboço de um plano de pesquisa geopolítica*, s/d.

informação ou a fonte do conjunto de conceitos adotados. As informações estão contidas no texto e é a erudição do intérprete que possibilita a identificação quando ela não é explícita. Por exemplo, Golbery refere textualmente Aristóteles e abomina quem não o adota referindo tal fato como *heresia tremenda*⁵, indicando implicitamente uma determinada linha adotada, no caso, o antiliberalismo. Referências explícitas e implícitas são campo de observação específicos e importante para identificar as relações no campo da História das idéias e situá-lo nele. Minha proposta é da de observá-las sob o conceito **intexto**⁶.

Um texto, ainda, pode ser estudado a partir da abertura de determinada **perspectiva contextual**. A escolha dessa perspectiva é decisão do analista e, por isso, é preciso levar em conta, sempre, que existem outras possibilidades potencialmente em aberto para a investigação. No caso do material estudado, a perspectiva contextual foi construída levando em conta diferentes variáveis, porque a análise estava relacionada também com a biografia e, ainda, com os eventos políticos da época.

O tipo do texto, a biografia, os eventos e os conceitos utilizados pelo autor formaram um conjunto a subsidiar a interpretação. A proposta da Dissertação, por isso, investigou as relações conceituais (a) com os *capitalismos do século XX*, o liberal norte-americano e o de estado soviético (ou *organicista* de Estado), para compreender a proposta de necessidade de *Segurança do ocidente* (Capítulo 1); (b) com a Escola Superior de Guerra e a tradição de *militar cidadão* existente no exército brasileiro desde o final da Guerra do Paraguai (Capítulo 2); (c) com a noção de *Cruzada pela neocristandade* dos católicos pós Vaticano I, isto é, a cruzada contra os infiéis

⁵ “[...]‘repudiando de frente a Aristóteles – heresia tremenda!’ – e se inspirando sobretudo em Euclides, Thomas Hobbes descobriu e apontou, à adoração reverente e temerosa dos povos, o novo Leviatã, esse deus potenteso, embora mortal, da soberania e do poderio absoluto. Seu raro e agudo engenho tomaria, como ponto de partida, aquele mesmo mito fascinante e estranhamente crível do ‘contrato social’ que, na época atraía todos os espíritos, fecundando o **liberalismo nascente** de que Locke se afirmaria, mais tarde intérprete inexcusável até hoje, e, por um extraordinário passe de mágica, fazia daquele mito o próprio fundamento de sua incrível proposição derradeira – a renúncia total da liberdade do indivíduo em aras de um poder [civil] soberano, incontrastável e supremo” (sem grifo no original) (SILVA: 1967, 7).

⁶ Conceito desenvolvido no estudo de Pós-Doutoramento em programa PRODOC/UFPI em 2005/2006, significando o trabalho textual como tecido no qual o autor *borda* – marca o *intexto* que fica integrado ao texto – que pode ou não ser reconhecido pelo leitor; quando o trabalho feito sobre o texto é percebido, o entendimento do leitor ganha significado além do dado pelo no texto, mas não há prejuízo de entendimento se não percebido. No caso da citação, o *liberalismo nascente* é referido em textos católicos do século XIX, repetido por bispos como o gaúcho d. João Becker na década de 1920 para expressar o *antagonismo* entre essa proposta e a orgânica do catolicismo tomista, de base Aristotélica; o estilo de Golbery do Couto e Silva indica para o mesmo tipo de formulação retórica.

modernos (isto é, os *liberais*) na sociedade e na *ecclesia* para compreender o híbrido conceitual *cruzada pela democracia* interpretado por Golbery do Couto e Silva para a situação brasileira, dando sentido à proposta de 1964 defendendo o *progresso da ordem pela barganha leal* - sendo a barganha com o projeto de poder dos liberais norte-americanos para a *defesa da nação* na segunda metade do século XX, e *leal* porque na defesa de seu projeto, este reformulado para *abertura democrática liberalizante* em 1980.

A proposta de trabalho levou em conta, ainda o critério de análise textual que distingue, para o estudo de cada texto, o **Autor** do **Narrador** e também o **Narratário** do **Leitor**. Tratados como instituições de construção textual, o Narrador e o Narratário formam, com o próprio **Texto**, um conjunto a ser considerado para uma situação de contexto histórico determinado e para um tipo de texto específico que veiculam as idéias ali expressas. Considerando que o Autor pode mudar de projeto e de atuação política – sendo ele um político – pode ocorrer que ele apresente diferente inflexão em texto de outra época, para outro Leitor. A circunscrição do Narrador e do Narratário a um tipo de texto determinado, com contexto histórico determinado pode iluminar a sua situação no conjunto da obra, determinada como macrotexto.

No caso estudado, da produção textual de tipo doutrinário, esse é o recurso que permite entender que, num novo contexto histórico, o projeto político de Golbery do Couto e Silva que defendia como Narratário do *planejamento para o Brasil* na década de 1980 permaneceu o mesmo daquele da década de 1950, apresentado com vocabulário em parte atualizado para o Narratário a quem o texto está endereçado, esse que foi o ouvinte da palestra na ESG ou o Leitor da publicação dela.

Considerados os recursos da análise textual, quando relacionados à biografia, é possível relativizar os dados predominantes dos estudos históricos relativos ao golpe de 1964. Primeiro, pelo exame da biografia de Golbery do Couto e Silva é possível verificar que os militares, no Brasil, não formavam um grupo homogêneo. As opções políticas dos tenentes, pós 1822, vão da extrema direita à extrema esquerda, passando pelos constitucionalistas, todos querendo conduzir o processo político. Dentro da extrema direita, linha política na qual Golbery do Couto e Silva organizou a produção textual, é possível ainda indicar a especificidade desse conteúdo e da ação política, causando tensão com diferentes grupos considerando a história dos militares em

contexto específicos e com a atuação política dos militares no Brasil.

Referências Bibliográficas

ADEUS do “Bruxo”. **Isto É**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 561, p. 23-25, 23 set. 1987.

BONES, Elmar. Golbery, poder e silêncio. **Coojornal**, Porto Alegre, set. 1978, v. 3, n. 32, p. 19-21.

CARONE, Edgard. **A quarta república: 1945-1964**. São Paulo: DIFEL, 1980.

GASPARI, Elio. Golbery do Couto e Silva: 1911–1987: os papéis secretos de Golbery. **Veja**, São Paulo: Abril, v. 994, p. 20-31, 23 set. 1987.

GENETTE, Gerard. **Discurso da narrativa: ensaio de método**. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

GENETTE, Gerard. **Introdução ao arquiteyto**. Lisboa: Vega, 1986.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo: 1980. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 111-135, dez. 1993.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional e poder executivo & geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: B. Exército, Americana, 1955.

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE (PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA)¹

Ágda Priscila da Silva*
Débora Quézia Brito da Cunha**

Introdução

A investigação do processo de construção do pensamento educacional brasileiro constitui uma tarefa inadiável, como afirma Fávero (1992), buscando assim, as origens, as matrizes e as formas como esse pensamento se apresenta na História da Educação no país. Uma vez que tomamos essa afirmação como nosso pressuposto, devemos ter em mente que, para conseguir investigar esse “processo de construção” devemos analisar os ideais de nossos educadores, sua formação científico-acadêmica e as contribuições dadas por eles aos campos que atuavam.

Este trabalho foi idealizado por nós, a partir de nossas vivências, pois percebermos e nos integrarmos aos conflitos e discussões referentes ao planejamento e desenvolvimento de ações educativas, ao longo da nossa participação dentro do subprojeto de História do PIBID-MEC-CAPES (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC- RN.

Quanto a nossa metodologia utilizaremos a análise de livros, periódicos e produções acadêmicas que versem sobre a temática proposta. Num primeiro momento, apresentaremos alguns apontamentos sobre a historiografia da educação nacional que justificam a iniciativa do trabalho proposto neste artigo. No momento seguinte, apresentaremos nossa análise e uma breve biografia sobre três importantes educadores do cenário potiguar, Henrique Castriciano, Nestor Lima e Luís Soares. Apresentando suas atuações, ideais e as conseqüentes contribuições para o desenvolvimento do ensino no estado do Rio Grande do Norte.

¹ Artigo desenvolvido sob a orientação da Profa. Dra. Fátima Martins Lopes (DEHIS/PPGH/UFRN), coordenadora do subprojeto do PIBID-História (campus Natal).

* Aluna graduanda do curso de História (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/MEC/CAPES)

** Aluna graduanda do curso de História (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/MEC/CAPES)

Alguns apontamentos sobre a historiografia e história da educação nacional

A história da educação aparece nas primeiras décadas do século XX como um campo cuja área de pesquisa divide espaço com uma das novas vertentes do campo da nova história – a história cultural. Como afirma Clarice Nunes, pesquisadora da área de história da educação, “Aliás, o interesse pela escola e sua investigação como “instituição mediadora” de práticas culturais é o exemplo mais claro da invasão da produção da nova história cultural sobre um campo tradicionalmente ocupado pela história da educação”. (NUNES, 1992: 151). Não se define, ao certo, as fronteiras entre a nova história cultural e a história da educação.

Os intelectuais da educação não têm sido caracterizados na historiografia da educação. Sendo que nesta, a falta de reflexões sobre como se deu a atuação concreta destes intelectuais é desconcertante, segundo Nunes. Existem inúmeros trabalhos que exaltam os escritos sobre o pensamento pedagógico, porém tais trabalhos não abordam, nem analisam de forma concreta a atuação dos intelectuais da educação, como infere Nunes:

Não faltam também trabalhos de exegese do pensamento pedagógico, pensamento este que aparece um tanto pasteurizado, expurgado das motivações efetivas do cotidiano da sua produção, particularmente da experiência vivida nas Diretorias de Instrução Pública dos maiores e mais importantes centros urbanos do país, onde estes educadores viveram impasses e propuseram alternativas que implicaram visões diferenciadas das relações Estado e Sociedade e Estado e Educação. (NUNES, 1992: 154-155)

Seguindo a afirmação de Nunes, de que reconstituir a trajetória desses intelectuais educadores, sua ação e suas teorias no espaço em que atuavam e as articulações que mantinham com outros grupos, numa espécie de “cartografia histórica”, poderá nos proporcionar uma nova visão/versão, que seria menos estereotipada quanto às relações entre a sua atuação social e a sua produção intelectual.²

O movimento ocorrido na relação entre a elite e a escolarização da sociedade no início da República no Brasil, é sem dúvida, o período sobre o qual os intelectuais educadores contemporâneos e os da época mais se interessaram em realizar produções que analisassem este momento da história da educação brasileira. Quanto a isso, Nunes coloca que, “em suma, nas décadas de 1920 e 1930 “pensar a nação brasileira”,

² Afirmação de NUNES, Clarice. 1992: 155. Para o aprofundamento na questão, consultar a obra da autora. Ver a referência bibliográfica.

estabelecendo ideais e espaços para o público, foi preocupação constante da elite brasileira. E a escola deveria criar a nação” (NUNES, 2001: 139-140). Um dos segmentos da pesquisa em história da educação está em realizar estudos comparados entre as produções, no entanto, este novo elemento de pesquisa encontra-se em desvalorização, muitos não o produzem, ou realizam tal estudo, sendo assim, podemos afirmar que “Vivemos um paradoxo: ao mesmo tempo em que se reitera o apelo para a realização de estudos comparados, em que se aponta a sua importância, eles são bastante escassos, para não dizer praticamente inexistentes.” (NUNES, 2001: 54).

Realizar uma pesquisa, evidenciando a análise da vida e da atuação dos intelectuais educadores que, com sua intervenção trouxeram novas formas de ensino e de aprendizagem para o Brasil recentemente republicano era essencial para suprir a falta de informações concisas sobre as origens do pensamento na área de trabalho da história da educação. Buscando assim, a preservação e a revalorização da memória educacional e cultural, tarefa que constitui um desafio permanente para a intervenção ativa da iniciativa pública e privada.³

Três educadores potiguares do século XX

O pensamento educacional no Brasil no início do século XX procurou articular as propostas surgidas para educação, com as transformações de ordem econômica e social ocorridas no período, absorvendo o surto nacionalista presente nas discussões da época. Grande parte da intelectualidade nesse período propunha formas renovadas de educação ou modelos que eliminassem o analfabetismo reinante. Um ponto importante a ser lembrado nesse cenário é se tomarmos a escola como resistência manifesta da cidade ao ímpeto modernizador, tornava-se imperioso mudá-la. O anseio de disciplinar o corpo, a mente, os gestos e sentimentos tomou conta de debates e propostas de intelectuais e educadores na década de 10 e das suas associações nas décadas de 20 e 30, como por exemplo, a Associação Brasileira de Educadores (ABE).

Henrique Castriciano natural de Macaíba-RN, nascido a 15 de março de 1874 e faleceu em NATAL, no dia 26 de julho de 1947. Em meados de 1909 viaja para a Europa, levando a idéia de colher informações para uma escola doméstica, destinada a

³ Assertiva de Fávero, quanto à pesquisa e estudo da biografia dos intelectuais educadores do Brasil. Encontrada no livro *Dicionário de educadores no Brasil*, 1992. Ver referência bibliográfica.

valorizar o cotidiano familiar e fazê-lo no plano da integração social da mulher, elevando-a pela técnica e dignificando-a pela consciência de sua indispensabilidade produtora. Ele defendia um modelo educacional europeu, Escolas Doméstica da Suíça, de fundamentação laica, baseada no cientificismo, onde os nossos costumes culturais deveriam ser preservados, considerando-se o contexto de mudanças, de reestruturação econômica e de modernização. Uma sólida educação, baseada nos princípios de que a base familiar garantiria, no seu pensamento, os laços de solidariedade, geralmente ausentes nas grandes cidades. De uma viagem realizada para a Suíça foi que surgiu a idéia de trazer para o Estado do Rio Grande do Norte o modelo de Escolas Domésticas.⁴

A mulher seria, na concepção de Castriciano, o esteio familiar, a família tida como célula básica. Em Cascudo vemos uma citação de Castriciano que afirma: “Boa educação é a que põe a mulher no lar para as tarefas que Deus lhe confiou” (CASCUDO, 1965: 75) Educação da mulher era tema constante em suas obras, onde discutia o papel que essa deveria assumir na sociedade: educar os filhos e preservar a família, idéias presentes no século XIX e meados do século XX.

Viajou à Europa com objetivo de obter informações sobre o funcionamento de escolas para moças na Suíça e ao regressar divulgou a proposta de criação de uma entidade no RN denominada de Liga de Ensino, com a finalidade, segundo documentos de época, auxiliar os poderes públicos em relação à instrução da mulher e consegue, com auxílio de grupos ligados ao poder político pôr em prática seus anseios. (Documento da Liga de Ensino do RN, 1927).

O nosso segundo educador analisado é Nestor dos Santos Lima, que foi nomeado Diretor da Escola Normal de Natal, onde denota-se de maneira concreta o ideário de modernidade que movia sua prática. Ele nasceu em Assú, no Rio Grande do Norte, em 01 de agosto de 1887. Foi um intelectual atuante, exercendo diversos cargos como o de diretor do Departamento de Educação do Estado, e neste cargo implantou uma nova organização no sistema de ensino, criando regimentos internos para grupos escolares, escolas isoladas, escolas rudimentares e conselhos de educação. Sua atuação no ensino remonta a participação num movimento de educadores e políticos, que viam na educação uma das vias de formação de identidade nacional e uma abertura para o

⁴ A tese de Andrea Gabriel Francelino Rodrigues, **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)** apresenta diversos anexos e constitui estudo minucioso sobre a Escola Doméstica de Natal.

mundo civilizado, introduzindo no ensino novos métodos didático-pedagógicos.

A visão inovadora de Nestor dos Santos Lima é revelada pela consideração histórica do processo educativo que lhe é pertinente. Em um de seus livros, denominado “Um século de Ensino Primário” (1927), é notória sua dedicação à educação, quando ele discorre sobre o grande avanço que o Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 constituiu para a educação pública do país. A lei determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. Nestor Lima tece importantes comentários acerca da Lei Imperial, ressaltando seu aspecto renovador, uma vez que este documento representou a consagração de princípios educativos adiantados, servindo ainda, como norma para muitas escolas, nas quais só resultados positivos produziriam a observância rígida dos seus preceitos.

É possível observar, ainda, a visão deste educador em relação à condição da mulher no processo educativo, quando analisa e defende o celibato pedagógico feminino, publicado numa série de teses especiais, oferecidas pela Revista *Pedagogium*. A participação feminina na educação era cercada de preconceitos, e quando exercida, era regida por uma série de restrições. Neste contexto, a mulher só poderia ser professora se fosse solteira ou viúva sem filhos.

Nele, delineia-se de maneira concreta o ideal de modernidade que movia sua prática, onde é notória sua dedicação à educação, quando ele discorre sobre diversos fatores que julgava importantes para a criação e manutenção das escolas, tais como: edifícios apropriados para o ensino, a contratação de professores, as matérias do currículo escolar, a remuneração dos docentes, entre outros, destacando também o avanço que a Lei-Geral de 15 de outubro de 1827 constituiu para a educação pública no país.

Com a influência dos ideais positivistas, a mulher passou a ser vista como responsável pela beleza e bondade que deveriam estar presentes na sociedade, por possuírem características como a moralidade, o patriotismo, a maternidade, a pureza, a doçura, etc. Com a divulgação sobre qualidades morais da mulher, era reforçado o mito da inferioridade biológica feminina.

O acesso ao ensino era direcionado aos homens para que se educassem nas artes do falar e do escrever, de forma que mesmo tendo conquistado um acesso restrito à

educação, a situação das mulheres, pouco se alterava haja vista que, apesar de terem obtido o direito às primeiras letras, raramente conseguiam ir, além disso. Mesmo que recebesse na maioria das vezes um ensino diferenciado. No Rio Grande do Norte tal fato representou um avanço, uma vez que, já no ano de 1850, as cinco escolas de primeiras letras para o sexo feminino foram freqüentadas por 96 meninas. A educação como função social é o meio pelo qual o indivíduo se torna parte de uma dada sociedade. Assim o ensino acadêmico para a sociedade brasileira, até a proclamação da República e divulgação dos ideais positivistas, era tido como necessário apenas para o sexo masculino que tinha a possibilidade de trabalhos em espaços privados e públicos utilizando dessa forma, os conhecimentos científicos e técnicos aos quais tinha acesso por meio da educação.

A atuação de Nestor Lima refletiu na reforma do Ensino Primário no Rio Grande do Norte, onde é possível perceber sua contribuição à educação, a partir de seu ideal de modernidade que possibilitou a revelação de uma face do processo educacional até então desconhecida; uma educação representadora de avanços relacionados à qualificação dos mestres, aos espaços destinados ao ensino e a instituição de novas práticas, proporcionando em um desenvolvimento social, por parte dos docentes e discentes, cumprindo a proposta de formação da sociedade moderna. Além disso, publicou vários trabalhos como: *Lições de metodologia* (1911); *Hino do Centenário do Ensino Primário* (1927); *A Matriz de Natal* (conferência apresentada a 25 de dezembro de 1909 e que lhe mereceu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHGRN).

O educador Luís Correia Soares de Araújo, ao contrário de Henrique Castriano e Nestor Lima, não realizou nenhuma publicação de livros, somente alguns artigos para publicação no periódico *Pedagogium*, ligada aos interesses dos professores que atuavam nas modalidades de ensino público e particular do estado, que realizava cerca de quatro publicações por ano e publicava artigos ou aceitava a colaboração de terceiros nas publicações. O professor Luís Soares, como é conhecido, nasceu na cidade de Assú, interior do estado. Realizou seus estudos do primário em escola particular e as humanidades no Atheneu Norte-rio-grandense, e posteriormente na Escola Normal, se diplomando em 1910. Exerceu inúmeras funções de diretor, já no início de sua carreira. No ano de 1913 assumiu a direção do Grupo Escolar “Frei Miguelinho”, instituição que

consagraria sua atuação como gestor escolar e educador, permanecendo no cargo por cinquenta e quatro anos.

Durante sua gestão no grupo escolar, fundou a Associação de Escoteiros do Alecrim em 1919, iniciativa de grande repercussão, introduzindo assim, o escotismo no estado potiguar, para tanto, contou com a colaboração do também gestor e educador potiguar, Henrique Castriciano, e do comandante Monteiro Chaves, que vinham fomentando o projeto juntamente com Luis Soares desde 1917. Foi um dos fundadores da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do estado, membro da Academia Potiguar de Letras e do Conselho Estadual de Educação. Teve grande atuação no movimento que findou na fundação da Policlínica do Alecrim, hoje denominada Hospital “Professor Luís Soares”. Recebeu inúmeras honrarias por parte diversas instituições, que reconheceram sua atuação e seu trabalho na busca por um ensino melhor para a juventude e infância norte-riograndense. Faleceu no dia 13 de agosto de 1967.

A preocupação de Luis Soares com a educação da mocidade pode ser vista nos seguintes trechos retirados de uma carta circular escrita pelo então diretor do Grupo Escolar “Frei Miguelinho” endereçada aos pais dos alunos da mesma, no ano de 1927, cujo título da carta número 11 é “A educação moral e cívica da juventude como base da ordem social”, publicada na revista *Pedagogium*⁵, periódico da Associação dos professores do estado, da qual Luis Soares foi presidente.

Presados amigos: A educação moral da juventude é, sem dúvida, o problema mais sério e difícil que temos a resolver nos tempos actuais, em que o ambiente formador da nossa mocidade apresenta-se contaminado de vícios e erros, ameaçando aniquillar o character do moço na phase justamente em que elle precisa de grandes reservas de energia moral para resistir os caprichos naturais da idade. [...] A educação doméstica é, sem duvida, uma grande força para o equilibrio da sociedade, e estamos convencidos de que vós a exerceis com maior desvello, pois só assim sentireis felizes os vossos lares, de cujas alegrias e tristezas estamos acostumados a partilhar de todo o coração, presos como nos achamos aos affectos dessas creaturas que estimamos como filhos e por cuja felicidade precisamos trabalhar ajudados pelo vosso esforço e solidariedade que nunca nos faltaram. [...] A missão do professor perdeu, na pedagogia do presente, a fôrma artificial de que se revestia na eschola do passado; actualmente os mestres têm de educar os seus discípulos nos princípios da verdadeira moral, applicando n’esse trabalho os methodos que as leis modernas collocaram ao seu alcance. Hoje, o professor sente, do mesmo modo,

⁵ A carta está publicada na edição 2 de 1927.

necessidade de ensinar aos seus discípulos tudo quanto se torna útil à vida, para que a obra de educação seja de facto a preparação para a vida. Entre outros conhecimentos, ensina-se aos moços os meios de evitarem certos males de ordem physica e moral, guiando-se nas noções elementares de hygiene mental como meio defensivo contra certos e determinados factores de degenerencia. A's vezes essa educação pode ser dada em classe, outras vezes, porém, só a podemos dar individualmente. (SOARES, 1927: 90-95)

Nestes trechos fica notória a preocupação do professor Luís Soares com a educação da mocidade potiguar, afirmando que cabe também aos pais o dever de cuidar da “preparação para a vida”. E que outros ambientes que sejam lugares de lazer saudáveis e que continuem a tarefa da escola de educar e desenvolver a moral e a civilidade.

Conclusão

A história da educação brasileira prima por uma história de seus principais educadores, responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento pedagógico nacional sob influências de intelectuais estrangeiros ou não. Esta produção sobre os intelectuais da educação teria dois objetivos ou vantagens: oferecer informações para o público em geral que se preocupa com o desenvolvimento da educação nacional e aumentar as referências para os pesquisadores que trabalham na área.

No cenário potiguar, os três educadores apresentados e analisados deram grande contribuição para o desenvolvimento da educação no Rio Grande do Norte, e no cenário nacional, quando a sociedade do estado potiguar e do Brasil buscavam na educação a construção de uma nação civilizada e desenvolvida. Henrique Castriciano foi um importante educador, sendo pioneiro ao instaurar a primeira escola de ensino domestico da América Latina. O educador Nestor Lima apresentou uma grande produção no tocante a educação, suas obras abordaram diversos temas referentes à educação potiguar. O professor Luís Soares, apesar de não ter realizado uma produção efetiva sobre a educação potiguar, teve grande importância no cenário pedagógico potiguar e seus ideais ficaram imortalizados nos periódicos do qual participou e nas vozes daqueles que produziram sobre sua atuação.

Concluimos que perceber como se deu o desenvolvimento das concepções pedagógicas no estado do Rio Grande do Norte, no qual nós, enquanto discentes do curso de história, modalidade licenciatura, atuantes em programa de bolsa de iniciação à

docência (PIBID/UFRN) desenvolveremos futuramente a atividade docente, muito provavelmente num ambiente escola da rede pública básica de ensino, se faz necessário para que nós, enquanto futuros docentes possamos realizar um trabalho, tentando buscar as referências no passado da nossa educação, compreendendo os métodos de ensino de conteúdos, e principalmente no que concerne ao papel da escola e do professor de “formar o cidadão”. Não com a intenção de repetir as ações, projetos e programas, mas olhando para o passado da educação, e para o presente, será assim mais propenso desenvolver atividades, uma vez que teremos o conhecimento sobre o modo de atuação do ensino no passado e os resultados que esses métodos alcançaram.

Portanto, este trabalho nos trouxe a oportunidade de analisar e perceber o desenvolvimento do pensamento pedagógico no cenário potiguar e nacional e nos aproximar das questões e debates antigos e atuais na produção historiográfica da história da educação.

Referências Bibliográficas

- A REPÚBLICA. **A remodelação do ensino**. Natal, novembro de 1935.
- CARDOSO, Rejane (org.). **400 nomes de Natal**. Coleção Natal 400 anos. Natal/RN: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Nosso amigo Castriciano 1874-1947: reminiscências e notas**. Recife:ImprensaUniversitária,1965.
- EDUCAÇÃO, Sociedade Brasileira de História da (org.). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados. São Paulo: SBHE, 2001.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.) **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep, 1999.
- LIGA DE ENSINO DO RN. **Estatuto da liga de ensino do estado do RN**. Natal: Typografia do Instituto; 1911.
- LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de ensino primário**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 1927.
- MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de; ARAÚJO, Maria Marta de. **Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional: uma história do**

- discurso 1911-1928. Natal, RN: 2003. 212 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- NUNES, Clarice. **História da educação brasileira**: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*. n.6, 1992.
- PEDAGOGIUM**, revista. A educação moral e cívica da juventude como base da ordem social. Artes Gráficas, Natal, maio de 1927.
- PEDAGOGIUM**, revista. Liga de ensino. Empresa Typographica Natalense LTD. Natal, ano 3, 1923.
- PEDAGOGIUM**, revista. Artes Gráficas. Natal 21 de abril de 1940, vol. 1, ano XX.
- PEDAGOGIUM**, revista. Educação feminina. Empresa Typographica Natalense LTD Natal, setembro de 1917, vol. 3.
- Personalidades Históricas do RN** - séculos XVIII a XIX. Natal: Fundação José Augusto, 1999.
- PETROVICH, Enélio de Lima. **Nestor dos Santos Lima** – Aspectos de sua vida e sua obra. Natal, 1987.
- PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Educação e modernização em Henrique Castriciano**. Natal,RN: EDUFRN, 2005.
- RODRIGUES, Andréa Gabriel F; PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Escola doméstica de natal**: signo de modernidade Educacional da sociedade norte-riograndense no século xx (1914-1945). Natal: UFRN, 2006.
- RODRIGUES, Andréa Gabriel F; Marlúcia Menezes de. **Educar para o lar, educar para a vida**: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). Natal: UFRN, 2007, 306 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- SOUZA. Henrique Castriciano de. Conferência realizada sobre Educação da mulher no Brasil. **A República**. Natal, RN: Typografia do Instituto. 23 de juho de 1911.
- VEIGA, Cynthia Greive; FONSÊCA, Thais Nivia de Lima e. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

1898 COMO PARADIGMA PARA A HISTÓRIA LATINO-AMERICANA

Daiana Pereira Neto*

1898 é um ano considerado como um momento de mudanças históricas importantes, sobretudo em relação ao continente americano. Primeiramente como devemos recordar que é o ano da emergência de uma nova potência mundial: os Estados Unidos da América, que despontam no cenário internacional após vencerem a guerra contra a Espanha. A Guerra Hispano-Americana de 1898, além de dar destaque a nova potência, marca o fim do império ultramarino espanhol, uma vez que Cuba torna-se independente e Porto Rico e Filipinas passam a ser protetorados norte-americanos.

A emergência dos Estados Unidos como “protetor” do continente abre um novo leque de alternativas a intelectualidade latino-americana, que passa a enxergá-los como novo inimigo comum. A perspectiva em relação antiga a metrópole também se modifica, e a Espanha passa paulatinamente a ser vista como a antiga pátria mãe.

Em 1998, quando do centenário de 1898, foi organizado uma coletânea de textos sobre o assunto, organizada por Leopoldo Zea, o que por si só demonstra a importância do assunto para a América Hispânica. Diversas abordagens são adotadas para analisar a influência do ano na intelectualidade latino-americana. Para exemplificar essa modificação tomemos o pensamento de Miguel Rojas. Ao ler *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm, o autor discordou profundamente da afirmação do mesmo de que o século XX se iniciou com a 1ª Guerra Mundial, ou seja, nada de mais importante aconteceu nos anos que precederam esse acontecimento. Tal afirmação ignora a Revolução Mexicana e por certo 1898. Para a América Latina “o breve século XX” inicia-se com 1898 (MIX, 2000).

O que faremos a seguir é apresentar o conflito, que funcionou como um divisor de águas na história do continente americano e a influência do mesmo na obra de Rubén Darío e José Enrique Rodó.

A Guerra entre Espanha e Estados Unidos

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sob orientação da professora Drª Beatriz Helena Domingues. Contato: daianapneto@hotmail.com

Concordo com Carlos Altamirano ao afirmar que para compreender os textos intelectualmente, não basta compreendê-los relacionando-os exclusivamente ao seu contexto é também necessário prestar a atenção aos elementos intrínsecos da mesma, desta maneira, conhecer o contexto de produção da obra e seus autores contribui irremediavelmente para o conhecimento da mesma (ALTAMIRANO, 2007: 9-17). Recorro então a uma historização do conflito. Uma série de fatores justificam, ou tentam explicar, as posições norte-americanas no fim do século XIX.

A guerra de 1898 foi deflagrada entre os dois países em razão de divergências em relação ao destino de Cuba. Desde 1895 estava estabelecida em Cuba uma rebelião contra o julgo espanhol. Os nacionalistas cubanos estabeleceram uma junta de apoio nos Estados Unidos, a fim de conquistar a simpatia para a sua causa e arrecadar fundos e armas. O governo americano lidou com a situação com extrema cautela, buscando resolver as questões diplomaticamente, já que parte da população norte-americana era favorável a causa cubana (FARIAS, 2008).

As relações com a Espanha iniciaram-se com duas comunicações diplomáticas. A primeira, em 26 de junho de 1897, alertava a Espanha que o país daria tempo suficiente para que a mesma pacificasse a ilha, mas que não ficariam parados por muito tempo e que não admitiriam medidas de extrema violência contra os revoltosos. Posição que foi reiterada em setembro do mesmo ano (FARIAS, 2008).

É também um momento delicado internamente para a Espanha, ano da “peseta enferma”, período de motins motivados pelo aumento dos preços de produtos destinados a subsistência da população. Para Fernando Marroyo, a subversão generalizada, motivada pelas dificuldades de se viver no próprio país, preocuparam muito mais o governo do que as perdas no Império ultramarino (MARROYO, 2000).

Acontecimentos em 1898 mudariam o contexto de relações pacíficas entre Espanha e EUA. O maior deles foi a explosão do encouraçado norte-americano Maine, que explodiu no porto de Havana matando 260 norte-americanos. Foram abertas investigações para denominar as causas do incidente. Porém a comoção popular norte-americana aumentou, exigindo a tomada de posição do governo, e requerendo medidas de guerra contra a Espanha. O resultado da investigação de que o encouraçado provavelmente foi destruído por uma mina submarina, só vieram a tona em março, no entanto, a opinião pública já havia se convencido da culpa da Espanha. Havia ainda o

fato de estarem em época eleitoral o que levaria os votos para a oposição, neste caso para os democratas, já que o presidente neste momento é McKinley.

Para os Estados Unidos para se evitar a guerra somente seria aceita a declaração da independência cubana e o fim dos conflitos com os revoltosos, porém, para a Espanha estava fora de cogitação declarar a independência da Ilha: foi oferecido autonomia, não independência. Para tentar evitar um conflito com os norte-americanos a Espanha procurou o apoio das potências européias. A reunião dos embaixadores com o presidente americano foi considerada como uma posição de não interferência no conflito (FARIAS, 2008).

Em 19 de abril de 1898 o Congresso Americano reconheceu a independência de Cuba, exigindo a retirada da Espanha da Ilha e dando autorização a presidência, se necessário, a utilizar o exército americano, para que essa sansão fosse garantida. Através da Emenda Teller o Congresso ainda garantia a não interferência jurídica na ilha, a não ser para sua pacificação, deixando ao povo o governo da mesma. Sabendo dessas resoluções a Espanha declarou guerra em 23 de abril.

Se no início das hostilidades as intenções norte-americanas eram apenas libertar a ilha de Cuba do governo espanhol, ao fim do conflito suas exigências para o acordo de paz incluíam a retirada da Espanha de Porto Rico e das Filipinas no mar do Pacífico. A Espanha, encurralada, aceitou as condições do acordo em Paris no dia 10 de dezembro de 1898.

A guerra trouxe mudanças significativas para a política externa dos Estados Unidos: expulsaram a Espanha do continente, fazendo valer a Doutrina Monroe, e ainda fincaram uma bandeira na Ásia. Assim, o país saiu de seu papel de não interferir nos assuntos europeus e se afirmou como uma das novas potências mundiais.

A Intelectualidade Latino Americana: A Geração de 1898

Além de 1898 representar uma vitória para os Estados Unidos, significou também o fim do decadente colonialismo espanhol. Como enfatiza Maria Helena Capelato, 1898 produziu mudanças recíprocas, tanto aos olhos dos antes colonizados ibero-americanos, quanto dos espanhóis, surgindo daí o conceito *hispanidad*, pleno de significado ideológico. O Desastre, com D maiúsculo, teve um impacto muito negativo dentre as camadas mais conservadoras da sociedade espanhola que o tomaram como

uma mancha na história militar do país. A derrota na guerra de Cuba foi responsável por uma crise de identidade, que se integrou também a um âmbito mais geral dentro do mundo europeu, que sofreu uma revisão de valores produzida por importantes mudanças econômicas e sociais relacionadas aos processos de industrialização, urbanização acelerada e a emergência de conflitos entre a burguesia e o operariado (CAPELATO, 2003).

1898 não significou, por completo, a independência dos colonizados da metrópole. Este momento abriu uma ponte de diálogo entre os intelectuais de ambos os lados do Atlântico destacando-se na América Rubén Darío e José Enrique Rodó, que em finais do século XIX questionavam a expansão do modelo utilitarista dos Estados Unidos em detrimento da cultura rica e espiritualizada da herança latina, base da cultura ibérica.

Essa valorização da cultura latina veio somada a negatividade dada a cultura anglo-americana, traduzida pela metáfora de Caliban. Esse personagem neste primeiro momento encarna a figura dos Estados Unidos da América: a criatura bestial e ignorante que marcha sobre o continente.

Rubén Darío foi um dos primeiros a erguer a voz e conclamar a união dos latinos contra o inimigo comum, que atacava a latinidade. Segundo Adja Durão, os contos de Rubén Darío são pródigos na crítica da sociedade, por que questiona em pontos essenciais, os valores da civilização capitalista em fins do século XIX e início do XX. Sua crítica a massificação é comparável a de Nietzsche, e esta pode ser percebida em *El pájaro Azul* (1886), *Arte y Hielo* (1888) e *El Rey Burgués* (1887). Contos que precedem 1898, mas que já vislumbram a crítica a uma sociedade massificada e marcada pelo avanço do capitalismo (DURÃO, 1996).

O artigo de Darío intitulado “El Triunfo de Calibán” é uma explosão de idéias provenientes dos acontecimentos de 1898. Nele vemos a expressão da idealidade da herança latina, da defesa da antiga metrópole colonizadora e da necessidade de união dos latino-americanos contra o inimigo comum: o utilitarismo dos calibans do Norte.

Para melhor visualização destes pontos, analisemos o texto. Já nas primeiras linhas vemos a valorização da herança latina quando Darío afirma:

No, no puedo, no quiero estar de parte de esos búfalos de dientes de plata. Son enemigos míos, son los aborrecedores de la sangre latina, son los Bárbaros. Así

se estremece hoy todo noble corazón. Así protesta todo digno hombre que algo conserve de la leche de la loba. (DARÍO, 1898)

Nessas curtas linhas podemos ver a indignação contra os norte-americanos vistos como inimigos e, pior, como destruidores da cultura latina, como os “bárbaros” que invadem novamente Roma para destruir sua herança (DARÍO, 1898).

O autor destaca a participação de Saenz Peña no Congresso Panamericano de 1898, onde o futuro presidente da República da Argentina, discursou em favor da cultura latina, o que para Darío “demonstró em su própria casa “al piel roja que hay quienes velan em nuestras repúblicas por la asechance de la boca del bárbaro” (DARÍO, 1898). Destaca também o discurso de Paul Groussac em Buenos Aires, reconhecendo no intelectual franco-argentino um porta-voz do ideal latino- americano em favor da herança ibérica, no livro *De La Plata Al Niágara* de 1897, “Viva España con honra!” é a frase que impera. Em terceiro lugar destaca o papel de Tanassi, italiano que na visão de Darío demonstra o fervor do sangue latino (DARÍO, 1898).

Esses três homens representam para Darío, as três grandes nações de raça latina, Argentina, França e Itália. Conclama, assim, uma união entre esses povos, que essa união deixasse de ser apenas uma utopia, para que juntos pudessem vencer o inimigo que vinha do Norte. Para o autor esse vigor cosmopolita ajudaria a “vigorizar la selva própria”, ou seja, a defender os países também em sua individualidade contra os tentáculos do novo país imperialista.

Um trecho que demonstra bem as incertezas e contradições que varriam a mentalidade destes latino-americanos do início do século, ao mesmo tempo em que amedrontados, eram encantados pelos gigantes do norte, vale transcrevê-lo:

Em uma manhã fria e úmida cheguei pela primeira vez ao imenso país dos Estados Unidos (...) espremido entre a imensidão de Long Sland e a silhueta de Staten Island, a beleza tentava, segundo o poeta, ao lápis, já que não, por falta de sol, à máquina fotográfica. (MONTEIRO, 2010: 171)

De modo menos encantado do que neste texto de 1894, citado por Pedro Meira Monteiro, Darío mostra-se menos deslumbrado com a “selva de pedra” norte-americana. A terra de Caliban tornou-se aqui algo mais amedrontador ao ideário espiritualista latino-americano.

Ensaísta e intelectual uruguaio, Rodó é outro clássico do pensamento americano. Assim como Darío, pertenceu a chamada Geração Modernista, que na maioria dos países surgiu no final do século XIX, geração que proporcionou uma renovação nas letras do continente, recusando-se a fechar-se ao mundo hispânico e abrindo-se as influências que vinham de outros lugares. A literatura latino-americana passa a ter estilo próprio afirmado na prosa e na poesia (CUNHA, 2007: 13).

Escrito em 1898 e publicado pela primeira vez em 1900, o livro de Rodó, *Ariel*, desencadeou acirrados debates ao longo do século XX, em função das diferentes interpretações dadas ao texto. Segundo Antonio Mitre, a obra se tornou uma das maiores influências do pensamento latino-americano, o que pode ser visto inclusive em textos de Sérgio Buarque de Holanda, historiador brasileiro¹. No entanto, com o passar do século, *Ariel* apenas desperta curiosidade acadêmica em pessoas “preocupadas com as coisas do passado” (MITRE, 2003: 103). Para Antonio Mitre, após mais de um século da publicação da obra talvez seja mais fácil enxergar em *Ariel*, o tempo histórico do qual foi expressão madura. Segundo ele, os temas principais do ensaio, sejam eles, apologia do ócio, beleza, educação, crítica ao utilitarismo e a deformação democrática, foram antes de tudo respostas ao embate entre tradição e mudança pelas quais passavam os países do Prata na virada do século (MITRE, 2003: 104).

Otávio Ianni complementa o pensamento de Antonio Mitre, ressaltando a grande onda imigratória, que exigiria uma “refundação” da pátria uruguaia (IANNI, 1991). Roberto Fernández Retamar afirma ainda que a obra de Rodó só pode ser plenamente entendida como produto de uma renovação que vinham experimentando as letras e o pensamento hispano-americano no período compreendido entre 1880 e 1920 (RETAMAR, 1988: 121) um período marcado pela intervenção norte-americana no sul do continente.

No início do texto rodoniano um velho professor, a quem os discípulos gostavam de chamar Próspero, fala a seus alunos em torno da estátua do majestoso espírito do ar. Eis um trecho:

¹ Quando mais jovem Sérgio Buarque de Holanda publicou muitos artigos em periódicos diversos entre eles um intitulado Ariel. Para mais detalhes ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Ariel. In: __BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 43.

Naquela tarde, o velho e venerado mestre, a quem costumavam chamar de Próspero, numa alusão ao sábio mago de *A Tempestade* shakespeariana, se despedia de seus jovens discípulos, depois de um ano de tarefas, mais uma vez reunindo-os a sua volta. (...) na sala dominava – como nune de seu ambiente sereno- uma primorosa estátua de bronze, representando o Ariel de *A tempestade*. (RODÓ, 1991: 13)

Rodó tem como objetivo de falar com a juventude latino-americana: “Penso também que o espírito da juventude é um terreno generoso onde a semente de uma palavra oportuna costuma gerar, em pouco tempo, os frutos de uma imortal vegetação” (RODÓ, 1991: 15). A juventude vista como a semente para a mudança.

Na obra de Rodó, Ariel representa toda a idealização de uma América Latina espiritualizada e humanista, contra os Estados Unidos da América, a terra de Caliban, os utilitaristas vazios. Ariel é o símbolo máximo do que deve ser alcançado e seu pedestal é a Cordilheira dos Andes.

Caliban, é para Rodó, o símbolo do utilitarismo norte americano. Afirma o autor:

Imita-se aquele em cuja superioridade ou prestígio se acredita. É assim que a visão de uma América deslatinizada por vontade própria, sem a extorsão da conquista e logo regenerada a imagem e semelhança do arquétipo do norte, paira sobre os sonhos de muitos sinceros interessados em nosso porvir. (RODÓ, 1991: 70)

“Temos nossa nortemania” mas é preciso impor limites. Para Rodó, assim como o Caliban de Shakespeare, os Estados Unidos representam o carnal, o material da vida humana. Mas em última instância também Caliban serviria a causa de Ariel, porque, para o intelectual, também é necessário o bem estar material. Espera que em algum dia a “vontade americana que se serviu apenas a utilidade e a vontade também seja inteligência, sentimento e idealidade” (RODÓ, 1991: 81).

Em suma a obra de Rodó é um discurso humanista em favor da educação e do ideal de uma América Latina mais espiritualista. No entanto, seu símbolo Ariel, não se prende somente a América Latina, mas também se estende a Europa. O texto tem como forte referência autores europeus, principalmente Renan.

As aspirações de Rodó entraram em declínio no pós -Segunda Guerra Mundial quando a crença em uma América Latina rica e espiritualizada entrou em declínio.

Considerações finais

Ao referir-me a 1898 como paradigma, quero dizer que efetivamente os acontecimentos deste ano constituíram fortes mudanças no pensamento latino-americano. Mudanças que podem ser notadas em diversos trabalhos. Tomei aqui Darío e Rodó como exemplos de uma geração, que comporta também José Gaos (mexicano), Paul Groussac (franco-argentino) e Mark Twain (norte-americano). Destaco como precursor valioso dessa idéia de defesa de uma cultura própria latino-americana em oposição ao norte, o poeta cubano José Martí, que morre no início da rebelião cubana contra a Espanha em 1895. Efetivamente Martí iniciou um pensamento de oposição a cultura anglo-americana e a defesa de uma cultura própria da América Latina².

No entanto, o que quero destacar aqui é a influência dos fatores externos na produção das reflexões de Darío e Rodó. Concordo com Quentin Skinner em afirmar que o contexto influi nos discursos dos autores, destacando a capacidade de escolha destes não encarando os indivíduos como massas passivas no mar dos acontecimentos (SKINNER, 2000). É necessário ressaltar que em um período histórico existem idéias recorrentes, como as que foram destacadas na obra de Darío e Rodó, autores chave do pensamento latino-americano, sendo assim os acontecimentos de 1898 são influências notáveis no pensamento destes autores e influiu de forma marcante nessa geração intelectual.

Por fim gostaria de destacar que este artigo é parte de uma pesquisa maior, que engloba também os trabalhos de Roberto Fernández Retamar, Georges Lamming, Aimé Césaire e Richard Morse, e muito ainda há por ser feito. Nesta parte de minha pesquisa procuro destacar o contexto de produção das obras de Ruben Darío e Rodó, dois intelectuais de extrema importância para o pensamento latino-americano, ou como afirma Carlos Altamirano, para a “literatura das idéias” latino-americanas.

Referências Bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. Idéias para um programa de história intelectual. Trad. Norberto Guarinello. **Tempo Social** - revista de sociologia da USP, v.19, n.1, 2007.

² Para mais informações ver: RODRÍGUES, Pedro Pablo. *Martí e as duas Américas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História**. V. 22. nº. 2. Franca. 2003.
- CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel Garcia Márquez e Octavio Paz: A questão da identidade Ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de La Soledad**. 2007. 142 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2007.
- DARÍO, Ruben. **El Triunfo de Caliban**. 1898. Disponível em <www.ensayistas.org/antologia/XIXA/dario/> Acesso em 20 de junho de 2010.
- DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. **A crítica da sociedade nos contos de Rubén Darío**. Londrina: Editora UEL, 1996.
- FARIAS, Flávio José de Moura. **A dimensão estratégica da política dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)**. 2008. 128 p. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em relações internacionais, Universidade paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade De Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- IANNI, Otávio. Apresentação. In: __. RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Tradução Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.
- MARROYO, Fernando Sánchez. 1898: Guerra Colonial, crisis nacional e tenciones sociales. In: _ ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario. **1898 ¿Desastre o Reconciliación?**. Instituto Panamericano de Geografía e Historia: México DF, 2000.
- MITRE, Antonio. **O Dilema do Centauro**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MONTEIRO, Pedro Meira. As Raízes do Brasil no Espelho de Próspero. In: DOMINGUES, Beatriz Helena; BLASENHEIM, Peter L. **O código Morse: Ensaio sobre Richard Morse**. Belo Horizonte: Editora UMG, 2010.
- RETAMAR, Roberto Fernández. Para o perfil definitivo do homem. In: __. **Caliban e outros ensaios**. São Paulo: Busca Vida1, 1988.
- RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Trad. Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.
- SKINNER, Quentin. Significado y Compresión em La historia de las ideas. **Prismas: Revista de História Intelectual**, s.v, s.n, 2000. Disponível em:

<http://4s.io/document/wFigR7J6/Quentin_Skinner_-_Significado_.htm>

Acesso em 15 de junho de 2011.

**A HISTÓRIA E O MITO:
A FIGURA DO ALEIJADINHO NA ESCRITA POLÊMICA DE AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR**
Camila Kézia Ribeiro Ferreira*

Este estudo ambiciona analisar uma das perspectivas historiográfica do início do século XX que almejou compreender as práticas e representações culturais que fundamentaram a construção de uma identidade em Minas Gerais. Dentro desta perspectiva historiográfica buscaremos examinar a escrita da história de Augusto de Lima Júnior, um célebre historiador regionalista, que apresenta um discurso polêmico acerca dos mitos fundantes da civilização mineira. Neste intuito, faz-se cara a análise do conteúdo¹ da obra *O Aleijadinho e a Arte Colonial* (LIMA JÚNIOR, 1942), em que procuraremos delinear os vestígios de uma tessitura da história abalizada na vivência nas Minas e na pesquisa documental. Contudo, sem negligenciar o contexto de produção da obra, utilizaremos como aporte teórico a História Intelectual, em que o estudo da formulação de idéias possibilitará um entendimento sobre a elite intelectual mineira que Lima Júnior pertencia.

Identidade: entre o nacional e o regional

A construção da identidade nacional brasileira tornou-se objeto cada vez mais atraente para as reflexões historiográficas. Mas o que é ser brasileiro? Esta pergunta movimentou gerações de diversos intelectuais, que se empenharam em respondê-la. A busca por esta resposta é perceptível em várias instâncias do conhecimento, como a Literatura, a Política, a Geografia e a História. Por meio desses estudos, o ser brasileiro foi pensado através de tipologias, como o sertanejo, o gaúcho, o matuto, o mineiro, o bandeirante, e tantos outros. Este período, considerado de Redescobrimto do Brasil

* Graduanda do curso de História no Instituto de Ciências Humanas e Sociais- ICHS, da Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP

¹ A análise de Conteúdo “trata-se de uma técnica baseada na análise da linguagem, mas cujo objetivo não é conhecê-la em si mesma, mas ‘inferir’ alguma outra realidade distinta por meio dela” (ARÓSTEGUI, 2006: 525). “A análise de conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor”(BARDIN, 2002).

(MOTA, 1990), foi marcado pelo intenso processo de construção e valorização dos heróis/icones/mitos do passado, almejando traçar uma coerência histórica à nação brasileira. A disputa pela formação da alma nacional tomou contornos regionalizantes, em que cada região buscou reinventar-se para contribuir na edificação do espírito pátrio.

Assim após o período republicano inicial (a dita República Velha) com o advento de Vargas ao poder, a missão por dar sentido e coerência a uma nova República foi o objetivo de diversos espaços produtores de conhecimento, como o próprio IHGB (Instituto Histórico e Geográfico), e o então recém-criado SPHAN²; que buscaram, sobretudo, construir signos que representasse a verdadeira ideologia brasileira republicana. O processo de escrita da história nacional é marcado pelo redescobrimiento do interior brasileiro (MOTA,1990), em que o *ethos ser brasileiro* é antes um *ser regional*, caracterizado pelos seus costumes, e antes de tudo pela sua terra. Neste sentido, é cara a reflexão sobre a relação entre modernismo e regionalismo, sendo que, as interpretações mais superficiais indicariam uma incompatibilidade entre tais perspectivas. Os aspectos regionalistas como as questões do *agrarismo, ruralismo, provincianismo, patriarcalismo, tradição e folclorismo*, incidem fortemente no imaginário na escrita moderna. Desta maneira a discussão entre o regional e o nacional, como Velloso indicou, produziu uma das principais estratégias do período do Estado Novo (1937-1945) na construção de uma identidade nacional. A tática estatal fundamentava-se no incentivo das diferentes versões sobre as origens da nacionalidade, estimulando, assim, os estados a criarem narrativas que oficializassem a *brasilidade*. A incompatibilidade e a polêmica sobre a origem da nacionalidade era uma forma da história nacional, “longe de ter um significado unívoco e delimitado”, abarcar “o imaginário da nacionalidade brasileira, compondo distintas articulações. O modernismo mineiro é um exemplo dessa dinâmica articuladora (VELLOSO, 2010: 61).

Com este intuito, através da *análise do conteúdo* da obra *O Aleijadinho e a Arte Colonial* (1942) de Augusto de Lima Júnior, procuraremos delinear os vestígios de uma tessitura da história abalizada na vivência nas Minas e na pesquisa documental.

² Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado em 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro do mesmo ano. O seu primeiro presidente foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente da instituição até 1967. Hoje este órgão é conhecido como IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Este polígrafo³ pode ser considerado um dos historiadores de caráter *regionalista* na escrita da história de Minas Gerais, visto que em suas letras é notável a busca por ressaltar o passado mineiro como ponto fundamental na edificação do *ser brasileiro*.

A construção da perspectiva historiográfica de Lima Júnior sobre o século XVIII, ou a chamada idade do ouro, comporta-se como “rito de instituição social da realidade das Minas” (ANDRADE, 2008:15), no qual o desbravamento dos “sertões ignotos e bravios” (LIMA JÚNIOR, 1962:12) e a edificação das primeiras vilas de ouro foram basilares na formação da identidade mineira. Desta forma, a compreensão da ‘identidade mineira’ tem um caráter fundamental em nossa pesquisa, visto que, sua significação perpassa a simples referência à terra natal de um indivíduo⁴. Ser mineiro, para Lima Júnior, é ter uma vivência intrínseca ao espaço natural e histórico de Minas Gerais, já que as belezas e obstáculos naturais dessa pátria constituem a fabricação de um espírito corajoso e persistente ao longo de sua História.

Augusto de Lima Júnior: entre verdades e polêmicas

Antes de aprofundarmos nos estudos sobre as obras historiográficas de Lima Júnior faz-se necessário alguns apontamentos biográficos. Durante o governo de Getúlio Vargas, Antônio Augusto de Lima Júnior⁵ (ou, somente, Augusto de Lima Júnior) foi indicado para averiguar o paradeiro e garantir a transferência dos restos mortais dos inconfidentes de 1789. Em 1936, embarcou no navio que trazia os restos mortais dos conspiradores de Minas. Vale a pena assinalar a descrição dada ao fato na biografia de Lima Júnior de 2004, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: “Sob sua supervisão pessoal os restos mortais dos Inconfidentes vieram sob câmara ardente, no salão nobre do navio, em regime de orações e homenagens diárias durante toda a viagem”.⁶

³ Segundo Sergio Miceli, em sua obra, *Intelectuais à brasileira*, podemos caracterizar nosso autor como polígrafo, ou seja, um homem de várias letras, visto que suas obras abarcam vários temas e estilos literários, como romances, poesia e obras historiográficas. Cf. (MICELI, 2001.)

⁴ “O Brasil é pensado segundo os postulados de uma história comprometida com a revelação das origens da nação e com a delimitação de uma identidade própria, capaz de produzir uma visão homogênea do país, partilhada pelas elites” (VENTURA, 1991:43).

⁵ Nasceu em Leopoldina, zona da mata de Minas Gerais, em 1889. Anos depois, foi estudar na Faculdade de Direito em Belo Horizonte, onde completou a sua formação ainda bem jovem, com 21 anos, em 1909.

⁶ INSTITUTO Histórico e Geográfico de Minas Gerais [IHGMG]. Biografia de Antônio Augusto de Lima Júnior, Belo Horizonte, 31 de julho de 2004. 22 p. (impresso). A trajetória de Lima Júnior, aqui descrita,

Em Minas, continuou prestando as homenagens, pretendendo, sobretudo, exercer um papel proeminente na decifração da história coletiva⁷. Além de profícuo autor de obras historiográficas e literárias (entre as quais, há algumas que não foram publicadas), Augusto de Lima Júnior escrevia constantemente artigos de jornais, sendo colaborador de diversos periódicos cariocas (como *A Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Correio da Manhã*). Ele também manteve presença ativa na imprensa do seu estado⁸.

Portanto, a dupla face da trajetória do autor Augusto de Lima Júnior, historiador e jornalista, é o que, a princípio, nos permitirá situar, e tentar compreender, a sua narrativa historiográfica. A autoria, neste sentido, parece repercutir na posição e definição do narrador. A escrita da história feita por Lima Júnior pode ser situada a margem de um modelo acadêmico/universitário - que, aliás, não havia se constituído plenamente até então -, podendo nesse sentido ser compreendida nos parâmetros historiográficos do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e com a Academia Mineira de Letras.

Suas atividades como intelectual foram tão polêmicas quanto os seus escritos sobre história. O discurso, muitas vezes áspero, de Augusto de Lima Júnior é parte integrante de suas polêmicas⁹, em que se valoriza a busca pela verdade histórica na medida em que essa condiciona e determina o seu presente.¹⁰ “Perquiridor da verdade”,

baseia-se neste texto. Cf. ESTADO de Minas, 10 de outubro de 1970; MINAS Gerais, 28 de outubro de 1970, p. 4.

⁷ O empenho de Lima Júnior ao organizar o ato cívico do novo sepultamento dos notáveis mineiros na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto Essa passagem da história pessoal de Lima Júnior pode ser encontrada no apêndice da obra *História da Inconfidência de Minas Gerais*, 1956.

⁸ Lima Júnior foi também fundador do jornal o *Diário da Manhã* (1927), que, nas mãos de outros proprietários, tornou-se o Estado de Minas. Ademais, este autor escreveu artigos para alguns jornais portugueses.

⁹ Roberto Ventura em sua obra *Estilo Tropical* reconstrói o contexto polêmico em que Sílvio Romero se insere. Ventura compreende o discurso polêmico e os intensos debates políticos/historiográficos do final do século XIX como forma de escrita pautada na “ciência evolucionista, com a ênfase na luta entre espécies, justificava a violência de tais debates como necessárias à propagação das novas idéias e ao aperfeiçoamento cultural e social” (VENTURA, 1991:80).

¹⁰ “Podemos completar o pensamento do ilustre publicista [Roberto Simonsen] afirmando que o ouro de Minas Gerais introduziu a civilização e a cultura num Brasil semi-bárbaro, pela disseminação e isolamento das populações, no feudalismo dos engenhos de açúcar; criou uma riqueza rápida, que foi participada em todos os recantos do nosso imenso território e tornou possível o sacrifício de vidas e de dinheiro na conquista, ocupação e povoamento do Sul do Brasil, que, sem o ouro das Minas e os fortes contingentes de homens que elas forneceram, seriam hoje nações espanholas” (LIMA JUNIOR, 1965: 82, 83). Nesta passagem podemos perceber que para Augusto de Lima a história de Minas teve um destaque especial no cenário nacional, possibilitando a formação do Brasil. Há também certo determinismo em sua

como assim se autodenominava, Lima Júnior foi crítico severo de diversos assuntos, desde questões religiosas¹¹ até o próprio exercício da escrita da história.

As polêmicas de Augusto de Lima Júnior: o caso Aleijadinho

A polêmica é recorrente à época de Augusto de Lima Júnior¹². Este aspecto pode ser conferido a uma prática cultural de uma geração, neste caso uma geração intelectual. A representabilidade desta geração está pautada no domínio das práticas discursivas, como fontes do saber, e o lugar onde o sujeito apresenta seu discurso é o campo das práticas culturais. Ou seja, através da prática do discurso o sujeito apresenta-se exatamente porque realiza uma representação diante seus pares pensantes. Segundo Sirinelli o estudo da construção do discurso permitirá uma compreensão sobre uma geração intelectual ligada às recepções das idéias que elucidam os costumes e modos da sociedade. Assim, o que se evidencia é a junção entre história do pensamento e suas recepções.

Logo, o saber possibilita a utilização e apropriação de um discurso, de uma idéia que trará um prestígio social numa hierarquia de uma geração de intelectuais, na qual se valoriza a disputa do saber entre os iguais.

Lima Júnior envolveu-se em diferentes pontos polêmicos durante seu ofício na escrita historiográfica. Dentre as tantas querelas optamos pelas polêmicas sobre Aleijadinho. O intelectual de Leopoldina lança severas críticas a todos que veneram esta figura como o ícone máximo da arte colonial brasileira, e busca, de maneira crítica, a verdade; palavra esta que apareceu diversas vezes em sua obra:

Ao tentar neste ensaio, fixar numa visão crítica perquiridora da verdade, a figura de Antonio Francisco Lisboa, celebrado na arte colonial com a alcunha de ‘O Aleijadinho’, eu não deixei de ponderar nas dificuldades que tal tarefa me oferecia. (LIMA JÚNIOR, 1942: 9)

narrativa, já que afirma que se não fosse o ouro certamente o Brasil não teria as configurações geográficas atuais, e seria em sua maior parte uma colônia Espanhola.

¹¹ Conferir sobre as críticas ao sacerdócio impuro na obra *Serões e Vigílias* (LIMA JÚNIOR, 1952).

¹² Segundo Roberto Ventura “A polêmica corresponderia, no plano cultural, aos processos teleológicos de aperfeiçoamento das espécies na natureza. Enquanto parte da ‘luta pela existência’, o debate traria a evolução da literatura e do pensamento, promovendo a sua seleção e depuração. A ‘luta das idéias’ permitira ao escrito romper, pela atuação conjunta da crítica e da polêmica, a indiferença do público pela literatura” (VENTURA, 1991:106). O que em nosso caso pode ser pensado para a História.

Tal busca pela verdade para Lima Júnior deve pautar-se na pesquisa documental empreendida em diversos arquivos¹³. O escritor mineiro tece um verdadeiro inquérito¹⁴ sobre o afamado ‘artista barroco’, que segundo ele “está convertido em Tabú, tem culto organizado [e] pagés à sua disposição...” (LIMA JÚNIOR, 1942: 10). Esta adoração a Aleijadinho, segundo Lima Júnior, obscurece os estudos sobre a História da Arte em Minas Gerais, visto que, a falsa áurea de herói barroco obscurece e relega a valorização patrimonial dos demais artistas mineiros¹⁵.

A polêmica sobre o Aleijadinho além de ser conteúdo principal da obra em questão pode ser visualizada em diversos jornais brasileiros em meados da década de 1950. Exemplo destes embates pode ser analisado no artigo *Profetas de Congonhas do Campo não são criação do Aleijadinho* escrito por Lima Júnior, e publicado no jornal Diário da Tarde no dia 12 de julho de 1958, como uma resposta a Lourival Gomes Machado, intelectual da dita *Academia SPHAN* (OLIVEIRA, 2008: 120). Este artigo é muito elucidativo para compreendermos a escrita polêmica de Lima Júnior. Ao criticar duramente¹⁶ o excesso de glorificação ao Aleijadinho ele recrimina as políticas patrimoniais assumidas pelo SPHAN. Estas condenações recaem principalmente sobre o diretor do SPHAN, Rodrigo de Mello e Franco de Andrade. Lima Júnior o critica por pautar-se numa histórica familiar, baseada na opinião de Rodrigo Bretas, biógrafo de Aleijadinho e bisavô de Rodrigo Mello e Franco de Andrade, e por isso uma história com interesses pessoais, familiares e não comprometida com a pesquisa documental e com a verdade histórica¹⁷.

¹³ Várias dessas documentações foram analisadas em suas viagens a Portugal como representante do governo brasileiro.

¹⁴ Augusto de Lima Júnior e outros intelectuais “Incorporaram, à crítica e à polêmica, traços orais, como o dialogismo dos desafios da poesia popular e a oratória inflamada própria aos processos e tribunais. Procuraram converter a palavra em ação, transformar o mundo pela força redentora do discurso” (VENTURA, 1991:167).

¹⁵ Lima Júnior, ao criticar a falta de estudos sobre outros artistas mineiros, propõe a pesquisa sobre João Gomes Batista. Cf.(LIMA JÚNIOR: 1942).

¹⁶ Nas palavras de Lima Júnior: “As tolices escritas pelos fregueses das verbas do SPHAN, já tem provocado sorriso discreto dos que nos visitam e ouvem as tais histórias que levam á conclusão de que somos realmente sub-desenvolvidos.” Artigo *Profetas de Congonhas do Campo não são criação do Aleijadinho* publicado no Jornal Diário da Tarde – 12 de julho de 1958.

¹⁷ Lima Júnior critica Rodrigo Melo Franco de Andrade: “Acreditando na versão oficial, baseada na opinião do bisavô de quem distribui as verbas, de que o Aleijadinho é o maior artista barroco do mundo, teríamos que acreditar ou fingir tal, como fazem muitos, que essas estatuas góticas são barrocas e que foram inventadas e esculpidas, originalmente, pelo Aleijadinho na pedra sabão de Congonhas do

Como vimos a tese de Lima Júnior fundamenta-se na crítica à super valorização de Aleijadinho e à atribuição de diversas obras a Antonio Francisco Lisboa sem um estudo comprometido com a verdade, livre de interesses econômicos, políticos e familiares. Neste sentido a hipótese de Lima Júnior é que a criação do mito Aleijadinho foi motivada pela questão racial, visto que Francisco Antonio Lisboa somente logrou o status máximo no altar da arte colonial nacional devido sua mestiçagem, e por representar o interesse de uma ideologia que culminaria na Inconfidência Mineira. Ou seja, ele atribui a importância conferida ao artista pelo fato de estar no período e lugar que necessitavam de um ícone para personificar uma ideologia, segundo Lima Júnior

Faltou aos demais o ambiente da Inconfidência Mineira, como predomínio do sentimento nativista e a lenda das deformidades que despertam no sentimento coletivo a admiração quase inconsciente que suscitam os mártires. (LIMA JÚNIOR, 1942: 19)

Mas a explicação do mito não o implica em matá-lo, parafraseando o nosso polemista. Augusto de Lima Júnior não se propôs apenas a desmistificar a figura de Aleijadinho, mas também buscou entender o sentido deste mito na formação da identidade nacional. De acordo com sua tese, Aleijadinho é uma construção ideológica, pautada em sua etnia e biologia, visto que a sua cor mestiça e sua condição física, ocasionada por um ‘reumatismo gotoso’, é mais importante do que seu dotes artísticos. E conclui, este artista genial é produto de um meio que estava desejoso por um herói representante da massa nativa.

A etnologia¹⁸ como categoria explicativa do Mito é uma característica ideológica deste contexto de *Redescoberta do Brasil*, em que as teorias raciais terão valor preponderante na construção do ‘ser brasileiro’.

O interesse supremo da obra de Antonio Francisco Lisboa, simples executor que seja, está sobretudo na sua significação étnica e social, mais que no seu valor artístico, tomado isoladamente o que o tornaria precário. É por isso que no

Campo.” Artigo *Profetas de Congonhas do Campo não são criação do Aleijadinho* publicado no Jornal Diário da Tarde – 12 de julho de 1958.

¹⁸ “A etnologia está no centro da relação singular que a razão ocidental estabelece com as demais culturas. No Brasil, as outras culturas não são externas à nação, mas parte integrante, o que fez com que a etnologia e o naturalismo tenham marcado a crítica literária e a história social” (VENTURA, 1991:40).

cenário de Minas, na rudeza das escalavradas montanhas de Congonhas do Campo, os profetas que ele esculpiu em pedra sabão tem um grande interesse para o estudioso e um valor emotivo para o sociólogo ou para o espírito místico. (LIMA JÚNIOR, 1942:17)

Ou seja, a construção da figura de Aleijadinho está atrelada a um plano político que renega a herança lusitana, instituindo-se o verdadeiro brasileiro através de uma figura mulata, fruto da união das raças branca, negra e índia.

Por fim Augusto de Lima júnior argumenta que Aleijadinho não deve ser entendido como “a figura de contrafação que se insistiu em lhe dar...”, mas, como um representante, mesmo que ‘forjado’, “das multidões anônimas” [...] dando voz “a consciencia nativista de sua Província.” [...] sendo ele o próprio “protesto popular contra o esmagamento cruel dos desejos de liberdade, dos apóstolos da Inconfidencia Mineira, o mais belo dos episodios civicos de nossa historia” (LIMA JÚNIOR, 1942: 74).

Neste trecho, Lima Júnior compreende que o próprio mito deve ser valorizado por representar o ideal de liberdade defendido por uma comunidade, e que através de um mito, ou uma lenda, conquistou a liberdade de escrever sua própria história.

Conclusão

A análise da construção do discurso político e intelectual de Lima Júnior é a porta de entrada para compreendermos a formação das ideias sobre a nação brasileira. Sua concepção de História está fundamentada na relação teleológica de passado/presente/futuro, em que o estudo do passado está ligado intrinsecamente a resolução dos problemas do presente e a projeção de um futuro civilizado. A análise desta perspectiva historiográfica nos permitiu discutir a questão da vivência nas Minas como pilar dessa identidade, visto que, estas terras transcendem a própria concepção de fronteiras geográficas.

A polêmica sobre Aleijadinho pode ser compreendida pela perspectiva espacial, pois, segundo Augusto de Lima Júnior, o culto ao Aleijadinho impede a construção da verdade sobre a história da arte de Minas Gerais. Esta verdade histórica é alcançada na medida em que se amplia a valorização de outros artistas, de modo que o conhecimento sobre o passado mineiro cresça e se desenvolva em uma política patrimonial coerente

com o espírito dessa Pátria. Neste sentido, a questão espacial nesta polêmica é observada na concepção de valorização de todas as Minas Gerais, desde suas pequenas cidades, como no caso polêmico do descaso das igrejas em Pitangui, até as cidades históricas como Ouro Preto e Mariana. A política patrimonial nas terras mineiras é vista por Lima Júnior como ponto fundamental para desenvolver e preservar a civilidade em Minas Gerais.

Portanto, a polêmica como categoria investigativa nas relações intelectuais é de grande valia para compreendermos a formação de um pensamento geracional, nos seus acordos e debates. A partir dessa pequena reminiscência da polêmica sobre Aleijadinho podemos conhecer um intelectual pouco conhecido no meio acadêmico mas que, é fundamental numa historiografia regionalista. Desta forma, há uma grande abertura às novas discussões no tocante a interpretação regional e seus desdobramentos frente à construção da identidade nacional.

Fonte

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **O Aleijadinho e a Arte Colonial**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1942.

_____. **Serões e Vigílias**. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1952.

Artigo Profetas de Congonhas do Campo não são criação do Aleijadinho publicado no Jornal **Diário da Tarde** – 12 de julho de 1958.

Referências Bibliográficas

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

GRAMMONT, Guiomar. **O Aleijadinho e o Aeroplano - o Paraíso Barroco e a**

- Construção do Herói Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- INSTITUTO Histórico e Geográfico de Minas Gerais [IHGMG]. Biografia de Antônio Augusto de Lima Júnior, Belo Horizonte, 31 de julho de 2004. (impresso). **ESTADO de Minas**, 10 de outubro de 1970. MINAS Gerais, 28 de outubro de 1970.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. São Paulo, Editora Ática, 6 edição, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2008.
- SIRINELLI, Jean-François. **Este século tinha sessenta anos: a França dos sixties revisitada**. Tempo, rio de Janeiro, v.8, n.16, jan-jun., p.13-33, 2004.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **Historia e Modernismo**. Editora Autêntica, 2010.
- VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**A CULTURA HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA OITOCENTISTA EM DISPUTA –
VARNHAGEN E TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE¹**

Leandro Maciel Silva*

O século XIX foi certamente o século de afirmação dos grandes estados nacionais, como afirma Eric Hobsbawm. Para o autor o nacionalismo talvez seja uma premissa das Nações. O sentimento de nacionalidade gerando a própria nação, de modo que esta não existe sem nacionalismo. Promover ou estimular o sentimento de nacionalidade era o grande objetivo dos Estados do século XIX (HOBSBAWN, 1998).

Um dos autores que se dedica a compreensão da formação de um sentimento de identidade nacional é Stuart Hall. No terceiro capítulo de seu livro “*A identidade cultural na pós-modernidade*”, Hall se dedica a análise da identidade nacional, ou como a partir das culturas nacionais a identidade nacional é (ou foi) pensada. A questão principal apontada é: “como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização?” (HALL, 2006: 47).

A discussão inicial é de que a identidade nacional não é inerente ao ser humano; não nascemos sujeitos nacionais, mas o discurso empregado nos leva a essa compreensão. A defesa é de que “a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos” (idem: 49). Sendo assim, podemos pensar a cultura nacional como um *discurso*, um sistema de representações que produz sentidos que podemos nos identificar e que constrói identidades.

A partir dessa consideração, Hall passa a usar o conceito de “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson (2008), indicando que a identidade nacional é formada a partir de uma narrativa sobre nação. As perguntas impulsionadoras agora são: como é imaginada uma nação moderna? Que estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum sobre o pertencimento ou sobre a identidade nacional?

O autor elenca cinco narrativas usadas para sustentar a ideia de “identidade nacional”. A primeira, é a “*narrativa de nação*”, construída através da história, da

¹ O presente artigo é apenas uma sistematização dos pontos principais a serem desenvolvidos no trabalho dissertativo, vinculado ao PPGH da Universidade Federal da Paraíba.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: leandro.macielsil@gmail.com

literatura e - nas sociedades contemporâneas - da mídia, produzindo sentidos, significados, à “comunidade imaginada”. A segunda, é a “ênfase nas *origens*, na *continuidade*, nas *tradições* e na *intemporalidade*”; os elementos nacionais estão suspensos e são imutáveis – podem estar adormecidos, não mortos. A terceira estratégia discursiva são as “*invenções das tradições*”, que segundo Hobsbawn e Ranger (1997: 01) as “tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas”. A quarta é a do “*mito fundacional*”, vinculando a nação a um passado “mítico”. Por fim, a noção de um “*povo puro, original*”.

A partir dessa produção narrativa sobre a Nação podemos estabelecer uma relação entre a constituição dos estados nacionais e a história, afinal a história estará no centro da produção do discurso nacional, estabelecendo uma escrita para o passado do Estado e pretensa Nação. É nessa perspectiva que a historiografia brasileira será pensada no século XIX, como fomentadora de uma nacionalidade a partir de uma escrita da história, uma escrita que dará ao Estado Imperial a pretensa história nacional desejada.

O objetivo dessa análise é perceber como a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, e a *História da província do Ceará*, de Tristão de Alencar Araripe, se inserem numa ampla e tensa disputa sobre como deveria ser escrita a História do Brasil no século XIX. O espaço promotor e divulgador desses projetos foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é a partir de suas revistas e de seus associados que podemos perceber esse debate. Um debate sobre como deveria ser escrito o passado, para se legitimar o presente e planejar as estratégias de desenvolvimento do estado, para o seu progresso.

Partindo da consideração de que a historiografia não só lida com o produto do trabalho do historiador, mas também com as suas apreensões sobre o que é a história - do ponto de vista teórico e metodológico -, a escolha pela historiografia se constitui como um posicionamento teórico que implicará na metodologia empregada, partindo do pressuposto de que a produção historiográfica pode ser representativa do seu lugar social.

Arno Wehling, no seu artigo “historiografia e epistemologia histórica” (2009) discute a possibilidade de a historiografia tornar-se o “laboratório” de uma

epistemologia da história. E é com a defesa desse ponto de vista que as análises nesta pesquisa serão feitas. Portanto, entendo que a historiografia é capaz de perceber a própria ciência da história como objeto de reflexão, de que a História pode ser compreendida historicamente. Nesse sentido, a própria epistemologia da história do século XIX terá de ser discutida, para uma compreensão mais apurada dos aspectos dessa produção promovida pelos autores analisados nesta pesquisa.

Portanto, a partir da historiografia a pesquisa trata da cultura histórica² do século XIX no Brasil, mais especificamente a cultura historiográfica promovida pelo IHGB desde a sua fundação (1839). A “Cultura historiográfica” que se quer perceber não pretende desenhar o padrão de escrita da história desenvolvido no XIX, muito pelo contrário, a pretensão é entender as tensões entre os vários projetos sobre como deveria ser escrita a história, principalmente a história nacional. Uma cultura historiográfica marcada pela disputa, não pela homogeneidade e por um modelo a ser seguido. O IHGB, portanto, se configura como o palco dessas disputas, aprovando e rejeitando os projetos a ele endereçados.

A proposta de interpretação está em consonância como os estudos sobre a escrita da história do século XIX, que tem como um dos principais colaboradores o professor Manoel Luiz Salgado (*In memoriam*), que percebe a historiografia deste período marcadamente influenciada pelo IHGB.

O IHGB e escrita da história nacional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um dos principais órgãos do estado brasileiro do século XIX e a sua função era promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil.³

A criação do Instituto se deu em 1838-39 e a sua intenção era promover uma identidade do Brasil, para isso o fez por base na História e na Geografia desse vasto país, que já estava no processo de construção como Estado, mas não como uma Nação. Tratava-se de promover a nacionalidade e à Nação. E o principal instrumento para isso

² “Cultura histórica”, para Jacques Le Goff (2003), é a maneira com que as sociedades ou as pessoas lidam com o passado.

³ A leitura de autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998) e Luícia Maria Paschoal Guimarães (1995), bem como a de Astor Antonio Diel (1998) são imprescindíveis para o desenvolvimento desse tópico, que pretende entender quais as ações empreendidas pelo IHGB para o fomento de uma escrita da história nacional. Lembrando que o IHGB foi fundado em 1838-39 e teve suas ações desenvolvidas no momento mesmo da constituição do Estado nacional brasileiro.

foi uma escrita da história que colaborasse para a construção da nação. Esse estado precisava de uma história, ou de um passado representado, requisito necessário para todas as nações.

A História nacional do Brasil pretendida pelo IHGB teria de se fazer em consonância com a ordem emergente do Estado brasileiro, ou seja, de acordo como o projeto imperial a partir de 1840, que tinha como figura central o príncipe herdeiro D. Pedro II. O Instituto contribuiria assim decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional.

Mas para isso precisava-se definir o modelo que seria adotado para a História Nacional. Assim, em 1840, o Instituto lança um concurso para se saber como deveria ser escrita a história do Brasil. O texto premiado foi oferecido por Karl Philipp de Von Martius, um viajante e botânico alemão. Sua dissertação intitulada “Como se deve escrever a História do Brasil”, foi publicada na Revista do IHGB, número 24, de janeiro de 1845. Nessa monografia Von Martius define como deveria ser escrita a história do Brasil, quais seriam os temas relevantes à história nacional. Para José Carlos Reis, de acordo com Mário Barata, o projeto de Martius propunha que a identidade do Brasil deveria ser buscada pelo que ele teria de mais singular, que era a “mescla das raças”. Assim, na leitura de Reis, Martius “lançou os alicerces do *mito da democracia racial brasileira*” (REIS, 2007: 26). Mito que seria largamente recuperado, com algumas alterações, por Gilberto Freire.

O que pode ser ressaltado desse projeto é que ele foi em larga medida aceito e difundido pela sociedade brasileira, assim a compreensão de que os portugueses foram os senhores da colonização e continuariam sendo o ideal de civilidade e de progresso foi estendido para a sociedade. Havia, pois, uma legitimação para a continuidade desse projeto empreendedor português para a “sociedade brasileira”, caracterizado pelo Império do Brasil, que tinha como representante máximo um descendente da família real portuguesa, D. Pedro II. A nação brasileira seria um grande império, tal qual Portugal. O Brasil seria um continuador do projeto português de expansão e progresso. Portanto, o passado brasileiro, para Von Martius, começaria em Portugal, depois na presença portuguesa no território brasileiro, e em seguida no desenvolvimento das atividades portuguesas nas terras *brasileiras* com o auge na independência e na formação do Império.

O império deveria ser centralizado no Imperador, representante da raça branca e europeia no Brasil. Quanto às raças brasileiras, é certo que Martius não se detém à “raça africana” para a constituição do Brasil, ou pelo menos não lhe dá lugar de importância nesse processo. Detém-se nos indígenas, que deveriam ser guiados pelos portugueses e colaborarem para o progresso.

Mas o projeto da história do Brasil também passaria pelo conhecimento desse vasto território, portanto, o (re)conhecimento das várias províncias do Brasil seria também de interesse para o historiador que se propusesse a escrever a história nacional. As histórias provinciais também deveriam compor essa história, a história do Brasil se constituiria também da somatória das histórias provinciais. A história nacional seria uma composição dessas histórias “menores”, mas de importância vital para a unidade da nação. Uma Nação deveria reconhecer as suas partes formadoras, considerá-las na sua história, reconhecer como parte do seu passado.

Lançadas as diretrizes para a escrita de uma história nacional, agora o espaço estava aberto para as intervenções de grandes intelectuais que materializassem o projeto de Martius e por consequência, o interesse maior do IHGB e do próprio Estado Imperial. Seria uma história fundante para o IHGB e para o Estado, pois não consideravam as escritas de uma “história” do Brasil anterior. Isso porque Pero Magalhães de Gândavo, com *História da Província de Santa Cruz* (1576); frei Vicente de Salvador, com *História do Brasil* (1627); Sebastião Rocha Pita, com *História da América portuguesa* (1730); e Robert Southey, com *História do Brasil* (1810) já tinham escrito suas obras, mas estas não se enquadravam no ideal de escrita do passado para a formação da Nação segundo o IHGB. Talvez Robert Southey tenha sido o mais criticado, pois sua interpretação crítica da possibilidade futura de colonização comercial portuguesa no Brasil (REIS, 2007: 23).

Então, mesmo com outras histórias do Brasil Varnhagen será considerado o “Heródoto brasileiro”, “materializando” entre 1853-57 o projeto lançado por von Martius. Mas a *História Geral do Brasil* partirá apenas de algumas indicações que foram feitas por Martius. A centralidade será o grande intento de Varnhagen.

Outro intelectual teve um projeto semelhante para a história nacional, mas com dimensões diferenciadas, se comparado a Varnhagen. A *História da Província do Ceará – dos tempos primitivo até 1850*, de Tristão de Alencar Araripe também partirá das

indicações de Von Martius e se pretendia compor a história nacional.

Varnhagen e a sua história nacional

Francisco Adolpho de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816, nas cercanias da vila de Sorocaba. Foi filho da portuguesa dona Maria Flávia de Sá Magalhães e do alemão Ludwig Wilhelm, fundidor. Aos oito anos Varnhagen mudou-se para Portugal, onde estudou no Colégio dos Nobres e no Colégio Militar (REIS, 2007: 23-4).

Pelo seu interesse pela literatura e história se aproximou na Academia Real de Ciências em Lisboa, sendo em 1839 se tornado sócio correspondente do IHGB. Sua fidelidade à casa real pode se confirmar por muitos motivos. No posto de segundo tenente, lutou contra D. Miguel e a favor do Imperador dos Bragança. Isso também o fez se aproximar cada vez mais do projeto nacional do Estado brasileiro, pois este seria a extensão do de Portugal. Em 1840, Varnhagen veio ao Brasil e teria freqüentado as reuniões do IHGB. No ano seguinte foi nomeado súdito brasileiro, passando a exercer a função diplomática por muitos países, passando por Lisboa e Madrid, onde pôde conhecer e aprofundar os seus estudos arquivísticos, principalmente sobre o Brasil (Ibdem: 24).

Em 1854, lança em Madrid o primeiro volume da *História Geral do Brazil*. Só em 1857 publica o seu segundo volume, talvez o mais contestado. Isso porque Varnhagen se afastou do ideal indianista defendido pelo IHGB. Apesar de ter grande notoriedade pelo Estado Imperial, Varnhagen sofreu deveras críticas pelas suas considerações sobre as populações indígenas na composição da Nação brasileira. Varnhagen divergia assim dos apontamentos de von Martius, que apontava que a história dos indígenas deveria compor a história do Brasil.

Devemos compreender a historiografia do Brasil do século XIX inteiramente vinculada ao IHGB, principal espaço para a sua legitimação. Qualquer proposta de uma escrita da história no século XIX, no Brasil, deveria, para ganhar notoriedade e validade, passar pelo Instituto e ser aprovado por ele. Sendo assim, temos de entender quais as aproximações dos membros deste Instituto com a erudição, com as letras. A historiografia do IHGB do século XIX estava inteiramente vinculada à Literatura⁴. É

⁴ Sobre essa aproximação e o IHGB e a Literatura, ver a entrevista de Lúcia Maria Paschoal Guimarães a

sobre essa ótica que devemos entender porque a obra de Varnhagen foi criticada pelo Instituto. O romantismo era de grande aceitação no IHGB, sobretudo as concepções indigenistas. (GUIMARÃES, 2009)

Apesar das críticas a obra de Varnhagen esta se configurará numa obra marcante para a historiografia brasileira do século XIX, mas também aos dias de hoje pela sua representatividade de uma dada compreensão sobre História e do tempo em que foi escrita.

De acordo com Capistrano de Abreu, “é preciso descobrir suas qualidades por baixo dos seus defeitos”. Assim a obra de Varnhagen está marcada pelo que Certeau chamou de “lugar social”, envolvida pelo tempo e espaço onde foi desenvolvida e por quem foi escrita.

Tristão de Alencar Araripe e a sua história provincial

Tristão de Alencar Araripe nasceu no dia 07 de outubro de 1821, na vila de Icó, na então província do Ceará. Ele foi membro de uma das mais tradicionais famílias do sertão cearense, a família Alencar. A tradição dessa família deve-se ao seu envolvimento político direto na Revolução “pernambucana” de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824, ambos movimentos republicanos de grande magnitude, ligados também ao próprio processo de independência do Brasil.

Tristão de Alencar foi filho do tenente-coronel Tristão Gonçalves e sobrinho do senador Martiniano de Alencar, portanto neto de Bárbara de Alencar, a matriarca da família, heroína do movimento republicano das províncias do Norte em 1817 e 1824. A família Alencar teve grande prestígio político no século XIX, principalmente na primeira metade deste século, sendo difícil deixar de falar de Tristão sem essa referência.

Formado em Direito em 1845, logo foi alocado aos quadros do funcionalismo público e depois da política. Essa carreira, iniciada na faculdade já era conhecida à época. Era um percurso muito comum no segundo reinado. Logo em seguida o que se pretendia era a ocupação de uma função pública, um cargo no executivo ou no legislativo. Segundo José Murilo de Carvalho⁵, fazia parte da lógica da administração

revista história e historiografia, ouro preto, número 3, setembro de 2009: 237-258.

⁵ As informações sobre uma elite política e econômica voltada para a formação e manutenção do Estado podem ser melhor conhecidas através do trabalho de José Murilo de Carvalho n’A Construção da Ordem, capítulos 1, 2, 3, 4 e 5.

pública aproximar os seus bacharéis para assim ter garantido o preenchimento dos postos de trabalho, principalmente nas províncias. Era assim como um cumprimento de etapas, primeiro a faculdade de Direito, depois o cargo público e logo em seguida a efetivação na vida política. Não foi diferente com Tristão de Alencar Araripe, que foi de chefe de polícia no Ceará, Espírito Santo e Pernambuco a presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além de deputado provincial e geral pelo Ceará.⁶

Conhecendo um pouco da formação familiar e política de Tristão de Alencar chegamos ao ponto central deste trabalho. Não é pretendido aqui investigar a familiar Alencar, apesar de ser uma iniciativa instigante pela exiguidade de trabalhos sobre esse assunto, principalmente sobre os nomes centrais nos movimentos de dezessete e vinte e quatro (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar). O que se pretende aqui é fazer uma análise sintética sobre a produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe, “História da Província do Ceará – *dos tempos primitivos até 1850*”, destacando o seu projeto para a história do Ceará e a contribuição dessa história para a Nação.

Destaco também a necessidade de uma compreensão mais apurada do livro que teremos como centro das nossas discussões, *História da província do Ceará* publicado em 1867. Para isso temos de considerá-lo como a primeira tentativa sistemática de produção historiográfica sobre o Ceará. De acordo com José Honório Rodrigues: sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro em ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico (RODRIGUES, 2002: 28).

A produção de Alencar Araripe inaugura a escrita da história do Ceará, o Ceará nasce para a História na sua escrita. É um nascimento para a historiografia.

Partindo das orientações do IHGB para uma escrita da história, Tristão escreve a história do seu “torrão natal” de modo a contribuir com a produção histórica do século XIX. A obra é submetida à análise do próprio Instituto para que a candidatura de Tristão seja efetuada. Através dela, o autor consegue seu posto de sócio em 1870.

⁶ Esses dados foram colhidos na cronologia da trajetória política de Tristão de Alencar Araripe, IN: SILVA, Ítala Byanca Morais da. Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

História Geral do Brasil e História da província do Ceará – aproximações e distanciamentos

Temos portanto, duas obras que fazem parte de um grande projeto para uma história nacional. Varnhagen adotara o centralismo para a constituição de sua história, enquanto Tristão se debruçou sobre a história da província do Ceará. São concepções diferenciadas para a escrita da história no século XIX, mas que tinham no IHGB e na proposta de von Martius uma influência destacada.

Talvez Tristão tenha sido o autor que mais se aproximou do projeto arquitetado por von Martius e do estilo indigenista almejado pelo IHGB, mas a *História da Província* sozinha não foi tão significativa para se constituir numa síntese da história do Brasil. Varnhagen fizera uma História verdadeiramente nacional, de uma Nação que era a extensão da própria história de Portugal ou dos portugueses no Brasil, de grande interesse para a legitimação do Estado imperial português no Brasil e de grande serventia para o jovem imperador. Mas o seu afastamento com o ideal literário do IHGB o fez passar por grandes críticas.

Tristão, por ter escrito e publicado a *História da Província do Ceará* só em 1867, sofrera grande influência dos projetos do IHGB e da própria obra de Varnhagen, que era assumidamente necessária aos conhecimentos da história do Brasil. Influência confirmada pelo fato de que Tristão almejava o posto de sócio do IHGB, conseguindo em 1870, tendo como obra para a candidatura a sua história provincial. Saber das aproximações literárias e da estrutura de uma história nacional pretendida pelo IHGB era também ter a possibilidade de se aproximar desse ideal e ser aceito ao “clube”, reconhecidamente um lugar para os grandes intelectuais do século XIX.

O cuidado é para que tenhamos noção de que os projetos, aqui apresentados brevemente, não são meras transposições daquilo que o IHGB estava pretendo e que foi proposto por von Martius, porque o próprio Instituto tinha idéias divergentes expostos pelos seus sócios na sua revista trimestral. (GUIMARÃES, 2010)

Embora haja grande influência do lugar social que foi o IHGB no século XIX, ainda podemos pensar nos projetos de Varnhagen e Tristão como propostas de como deveria ser escrita a história nacional, propostas que perpassam o Instituto, mas vão além dele.

Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaios e Estudos** (crítica e história) 1a. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**: dos tempos primitivos até 1850. 2 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 - 1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a. 156, n.388, PP. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vértice (1), 1998.
- _____ (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.
- _____ (org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- HOBBSAWN, Eric. **Nação e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ed. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen à FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. Varnhagen: mestre da história geral do Brasil. **Revista do IHGB**, abr./jun. 1967.
- VON MARTIUS, K. Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil? **Jornal ou Revista Trimestral do IHGB**. N. 24, jun. 1845.

**ESCRITOS AUTOBIOGRÁFICOS E ESCRITA DA HISTÓRIA:
HISTORIOGRAFIA E RELATOS SOBRE O PERÍODO MILITAR BRASILEIRO***

Telma Dias Fernandes**

A despeito do receio de valorização da dimensão individual, as biografias não perdem o efeito de encantamento sobre os historiadores. Os limites e os riscos nos são bem conhecidos e nem por isso a tarefa menos instigante. Já muito longe dos embates contra a influência positivista na história, sobremaneira refutada pelas mais diversas correntes historiográficas, os historiadores ainda tememos o debruçar sobre biografias ou narrativas confessionais, memorialísticas.

Quaisquer que sejam os traços que individualizem os testemunhos e nos possibilitem uma inscrição que pulverize a experiência humana podem significar o abandono do território próprio do historiador. O nosso medo é um atávico e visceral de sermos banidos do reino da ciência e de não sermos mais socialmente necessários. Ainda assim, os relatos de vidas, escritos ou não por quem os vivem, atravessam as narrativas historiográficas. Escritas confessionais parecem emprestar fidedignidade ao relato historiográfico e torna nossos desconhecidos personagens figuras mais próximas de nós mesmos.

Essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários -, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. [...] Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas. (GOMES, 2004: 11)

* Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa ainda em andamento que problematiza aspectos de uma historicidade do período autoritário militar brasileiro (1964/1985), a partir do cruzamento entre história e literatura. Neste texto não abordo com profundidade questões teóricas e sim teço comentários acerca das representações produzidas por Herbert Daniel, um dos autores enfocados na pesquisa.

** Professora da Universidade Federal da Paraíba, na área de Teoria e Metodologia da História. Pesquisadora ligada aos Grupos de Pesquisa: Saberes históricos: ensino de história, historiografia e patrimônio; História Cultural, ambos certificados pelo CNPq; Laboratório de história, em preenchimento

Esse temor não impede que a historiografia apresente vários exemplos, inclusive sob tendências historiográficas diversas, que tratam das biografias como fontes e como modos de problematizar a história. A escolha pelas escritas de si em suas facetas plurais aproximam os historiadores da literatura, das práticas com testemunhos orais e de uma valorização das sensibilidades na história.

A partir principalmente da década de 1970 do século XX, a historiografia ocidental tem revelado facetas de uma dinâmica de resignificações que permeiam o ofício dos historiadores. Não sendo possível negar as subjetivações presentes na história, não sendo possível omitir do ofício de historiador a narrativa e o nexos próprio à arte da escrita, restou a necessidade de pensar e reconfigurar o que faz e com que faz os historiadores a história.

Essas novas emergências epistemológicas possibilitam novas visibilidades para o que antes era interdito aos historiadores. O sensível pode ser tão fundante para pensarmos a historicidade quanto a produção e o governo ou a diplomacia. E os historiadores podemos nos ocupar das lágrimas, paixões, saberes e odores, amor, erotismo, corpo e biografias ou autobiografias. Estas últimas estão, sobremaneira, inscritas nas tecituras das sensibilidades e concorrem para a emergência dos sentidos que atribuímos à vivência.

Os registros de memórias dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, próprias às sociedades individualistas. Sociedades que separaram o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que, em todos os casos, afirmaram o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos. Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. E dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso. (*Idem*: 13)

Histórias de vidas ganham notoriedade em momentos de maior dramaticidade social e ou individual. O período marcado pela experiência da ditadura militar no Brasil (1964-1985) tem suscitado muitos relatos de memórias, ficções confessionais, filmes, documentários e textos de historiadores. Muitos desses relatos (ficcionais ou não) remetem com muita intensidade para um exercício catártico. Alguém poderia questionar: será que todos os escritos não compartilham dessa condição de operar

catarses? É possível, até mesmo para a narrativa dos historiadores, considerando o quanto do indivíduo participa da produção do ofício. Entretanto, esses momentos limites da experiência individual/social encontram nesse exercício a possibilidade de sobreviver à dor e ao espanto e de denunciar o que se considera como socialmente inaceitável. “A humilhação é uma experiência da impotência” (ANSART, 2005: 15) e do sofrimento, continua este autor. As experiências vivenciadas nos momentos de autoritarismo são atravessadas por humilhações. Contar, recontar, (re)atribuir sentidos para reminiscências, jogar com a memória são formas de continuar vivendo.

O período da história brasileira posterior ao golpe militar de 1964 e até alguns anos pós abertura política oficial conheceu momentos de profundas violências, violências sob diversos matizes. A violência contra a liberdade cidadã, as torturas físicas sobre os que eram aprisionados como subversivos. Uma violência que atingiu a muitos: militantes e seus parentes, amigos e amores; não militantes alienados das atrocidades que se perpetravam, mas que viviam numa relação de sociabilidade entranhada de autoritarismo. Em *Casulo das águas*, uma dona de casa expressa o medo e a raiva:

Essa vida tá uma loucura, meu Deus! Esse medo dentro da gente, esse clima pesado, esse ar de morte, cheirando à morte e sangue. O dinheiro não dá para mais nada. Reclamar não se pode. É tanto medo enfiado dentro da boca da gente, que a gente se borra só de pensar que está pensando que as coisas estão uma merda [...] desconfiada, desconfiando de todo mundo, até da sombra [...], a qualquer momento podem invadir a sua casa e matar seus filhos, ou você e seu marido. [...]. E fica aquele silêncio morno e incômodo, compartilhado por todos nós, nenhuma palavra [...] (ALMEIDA, 1983: 89)

A violência dos governos militares não se constituiu apenas na tortura física e nas prisões. Era também moral, ética e estética. Era uma experiência do perverso.

Alguns meses depois, Marcelo saiu de casa pela primeira vez. Fazia então um ano que não vira o sol ou pessoas na rua. [...] Custou muito para conseguir sair e sentir-se seguro. No início, tremia de pânico – e não era absolutamente medo da polícia ou de ser reconhecido, apenas. A multidão era um monstro ruidoso e devorador. (DANIEL, 1984: 233-234).

O momento mais crucial dessa história de restrições parece pertencer mesmo ao período pós 1968, com o AI5 e até a Abertura Política, que trouxe de volta muitos exilados, mas não parece pertencer a um projeto social pertinente a um grupo dotado de uma essência da maldade. A experiência de momentos autoritários aponta para uma historicidade, uma cultura histórica que se constrói nas dobras de um sentido autoritário

de sociabilidade e isto está bem delineado na literatura de Herbert Daniel.

Essas histórias dos jovens que viveram seus anos de juventude todo ou quase todo sob as tensões da ditadura militar, suscitam o interesse do contemporâneo. As narrativas de si, nas suas variadas facetas, foram recorrentes durante os anos logo posteriores ao movimento de Abertura que, paulatinamente, devolveu aos expurgados pelo sistema ditatorial militar, o direito a cidadania brasileira, mas não poderia garantir a resignificação da experiência dos autoritarismos e exílios. Os relatos parecem dizer em linhas e entrelinhas, em ditos e insinuados o quanto aquelas pessoas logravam compreender as razões pelas quais se viram mobilizados pelas causas revolucionárias ou se poderiam não ter militado, ter adormecido. Falar de si era como liberar um dispositivo que permitisse a compreensão da experiência turbulenta. A possibilidade de construir vidas depois de tantas mortes anunciadas, mesmo para os que se mantiveram vivos.

Se falar ou escrever sobre si é um dispositivo crucial da modernidade - como postulado por Giddens, Calligaris, Tourraine, entre outros -, uma necessidade cultural, o ato biográfico faria parte do processo de reconstrução de si e do mundo, [...]. O sujeito inventaria maneiras de narrar a si para repovoar um mundo abandonado pela voz da tradição e inaugura uma aventura pela qual o sujeito moderno aprende a si dizer, criando as condições de sua existência. (NÓBREGA, 2006: 107)¹

Neste artigo teço considerações acerca de um relato entre os que fazem parte de uma pesquisa mais ampla que privilegia narrativas, seja em forma de ficção ou memórias, com traços autobiográficos, sob o enfoque da relação desses autores com o autoritarismo militar. Busco problematizar aspectos da historicidade que cartografa esse período. Trato de um romance de Herbert Daniel *Meu corpo daria um romance*.

Herbert Daniel, escritor de uma escrita de si, memorialística, se permitiu virar o estilo literário pelo avesso. A sua é uma literatura rizomática, permitindo a produção de uma reflexividade aberta.² No início do livro *Meu corpo daria um romance*, como aviso preliminar, afirma:

¹ Esta citação faz parte da Tese de Doutorado de NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros, quando esta trata de uma emergência da modernidade no sentido da construção do sujeito moderno. Apropriei-me, entretanto, do sentido de repovoar o mundo de sentidos, quando as referências perdem os nexos compreensivos. O que me parece constituir grande parte das experiências dos militantes em movimentos de resistências que permaneceram vivos e deram depoimentos sobre as suas experiências.

² Quanto ao conceito de rizomático ver DELEUZE, G. & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs*. Vol. 1. (2004).

A armação do corpo do livro:

*reunir sombras e elipses onde se delineiam noções de corpo

- portanto de política.

*visitar um porão de encantos e fermentos, mas um porão com direitos a janelas para assombros, banalidades e novas linhas de fuga: para o horizonte.

*viajar sem temer escalas, em veículos que sejam frações impróprias. Estas não correspondem aos capítulos, parcelamentos ou estações ... Marcadas por fraturas, são eixos da espiral, ou correntes de muitos elos, que atravessam de ponta a ponta a narrativa. Frações: memória, ficção e fragmentos. (DANIEL, 1984: 10)

Escreveu obras de ficção e libelos políticos. Militou no PT, no Partido Verde e contra a discriminação das pessoas portadoras do HIV. Quando militante contra o regime militar participava de vários grupos de resistência armada e muitas vezes fora caçado pela repressão da qual conseguiu sempre escapar. Nem ele sabe muito bem como.

Cláudio e Daniel, por uma sorte fantástica, escaparam por pouco da prisão. Todo o resto da família sofreu a repressão. E muito violentamente. Queriam a todo custo saber de Daniel – e ninguém poderia dar nenhuma informação. Aqueles familiares sofreram uma tortura desmesurada. E quanto mais provavam no seu susto o desconhecimento, mais parecia aos torturadores estarem blefando. (DANIEL, 1984: 234)

Permaneceu no Brasil um tempo ainda como clandestino e deixou o país passando pela Argentina, França, Portugal até voltar à França e ser oficialmente um exilado.

Desistiu das reuniões dos exilados de esquerda. Pra ele, o sectarismo e dogmatismo não mudaram com o exílio dos militantes de esquerda e não se reconhecia mais naquela espacialidade, que entendia agora como uma armadilha, uma seita. Outros exílios o mobilizaram, sentia-se estrangeiro em si mesmo. Emudecera a linguagem afetiva e o passaporte para um reencontro com seus afetos passou a constituir sua prioridade. O que não implicou no abandono das causas sociais. Daniel se fez engajado até sua morte em decorrência do HIV.

Durante o período de resistência aos governos militares, para aqueles que se envolviam com a luta armada, com a revolução proletária -, pensar os afetos, os papéis culturalmente construídos para homens e mulheres era algo de somenos importância. Antes das filigranas, como eram interpretados os afetos, (ou sentimentos pequeno-burgueses) era preciso casa, comida, trabalho. E era mesmo preciso casa, comida e

trabalho. Também educação, saúde. Mas não sem lazer, mas sem abdicar do lúdico e da libidinagem. A luta de classes não contemplava todas as relações autoritárias. As relações autoritárias perpassavam as convivências familiares, o ambiente educacional, as relações amorosas. No exílio, escrevendo sobre o seu envolvimento e dos seus “companheiros” de militância, Daniel expressa essa angústia:

Quis extirpar o sexo antigo. Aos poucos, naquele ano, adotei um sexo futuro, novo, que naquele instante se tornava pura abstinência. A última vez que trepei com alguém deve ter sido em meados de 67. Abstinente passei toda a clandestinidade. Sete anos (Não posso deixar de escrever o prometido elogio à punheta, senão dificilmente poderei fazer alguém compreender a minha clandestinidade. Porque creio que se tivesse apagado meu sexo nunca teria acreditado na militância. Um militante sem sexo é um totalitário perigoso. Um punheteiro é apenas um confuso ingênuo e esperançoso) [...]. Com meu sexo militante e transcendente bastaria, eu me afirmava, o gozo do corpo abstrato, o corpo do guerrilheiro heróico em conjugação heróica com a utopia. Negava-me aos esquisitos prazeres da terra e combatia fisicamente pela criação da Grande Terra do Prazer. (DANIEL, 1984: 164)

Negou todas as suas paixões por companheiros de militância, Ângelo, Renzo e até mesmo por Cláudio que se tornou seu companheiro por duas décadas e até sua morte. Em dado momento da vida de revolucionário, Daniel resolveu negar todo o sexo compartilhado já que não seria aceito e não se aceitava fora da sexualidade hetero.

Parte significativa da juventude nos anos 1970/1980 tencionava a criação de mundos plurais e com outros padrões de normatividade, inclusive no sentido de absorver diversidades, perfis multifacetados. Sofriam existencialmente a ousadia de recriar sentidos. Podiam aderir à militância política, mas se viam exprimidos pela normatividade que lhes tolhiam os comportamentos sexuais dentro e fora dessa militância. E não só sexuais, mas também uma normatividade dos cânones artísticos ou das prerrogativas revolucionárias: arte clássica ou engajada. Mais que em outros momentos, o mundo da segunda metade do século XX, pensando especialmente na experiência da sociabilidade brasileira, vivenciou suas perspectivas predominantes atravessadas pelos maniqueísmos: esquerda / direita; clássico / engajada; moral / imoral.

Em *Meu corpo daria um romance* Herbert Daniel constrói diversos planos narrativos que vão formando uma colcha de retalhos, um mosaico maleável apontando para várias possibilidades de associações.

[...] Posso contar todo um romance de conflitos entre minhas vontades e meu desejo, ou seja, um romance com uma tessitura política – que exclui, portanto, uma trama regular e linear. Posso contar um romance que apresenta capacidades em confronto com poderes, exercícios físicos, através das variações do meu corpo. (DANIEL, 1984: 277)

Desse relato emergem suas lembranças de infância e adolescência, a relação familiar e amorosa, a descoberta de uma sexualidade não normatizada socialmente e que conhece interdições nas mais diversas sociabilidades, inclusive na militância política. Esta última parece significar para o próprio Daniel a chance de se esconder do desejo. Como militante ele projetava a aspiração de um mundo mais justo e se fazia injusto com o seu desejo de amar.

As histórias desses corpos subjetivadas em um corpo plural não são histórias de denúncia social direta, nem propõem respostas às interdições, venham essas interdições dos sentimentos do autor ou dos nichos de sociabilidade pelos quais circulara. O livro foi escrito no exílio, na França, e publicado depois do seu retorno ao Brasil. A sua narrativa emerge como um olhar posto sobre sua própria memória entrelaçada com o seu presente. Fala de tudo, de si e do outro. De outro livro de Daniel, o primeiro autobiográfico que escreveu, *Passagem para o próximo sonho*, retirei sua autoapresentação:

Herbert, nome de pia e registro; Daniel, nome de guerra que pegou. Estudante de Medicina na UFMG; 1,64m; crítico de cinema no rádio, Belô; dispensado do exército (regular) por insuficiência física (miopia? pé-chato?); autor de teatro estudantil; cabelos muito enrolados, olhos castanhos e semicerrados, chato nariz; vice-presidente do DCE da UFMG; gordinho; militante sucessivamente da Polop, Colina, Var-Palmares e VPR; clandestino durante seis anos, sem nunca ter sido preso; homossexual, já não mais clandestino; assaltante de banco, puxador de carro, planejador de sabotagem, guerrilheiro em Ribeira, seqüestrador de embaixador (em número de dois), remanescente; leitor, sempre, sempre; escritor de panfletos, aprendiz de ginasta; tímido não dançarino; jornalista em Portugal, em revista feminina; em Lisboa, estudante de Medicina reincidente; casado com homem, claro, homossexual; calça 39, usa 40; massagista, garçom, caixa, leão-de-chácara, gerente, porteiro de saunas de pegação de viados, em Paris, capitale de France, voilà; discursivo, falador trilingüe inveterado, pensante tanto quanto, com sotaque - não se nasce em Minas impunemente. Descoberta de saber fazer quase nada de quase tudo: ocupação de vagabundo. Penúltimo exilado em Paris: escapou da "anistia". Sem indulto (escapou por insulto), foi prescrito: reparou em vida alheia. Escritor. (<<http://reocities.com/Athens/acropolis/7051/exilio1.html>>, acessado em junho de 2011).

Seu retorno ao Brasil foi custoso, não recebeu anistia, coube-lhe esperar a prescrição de suas penas e mais um pouquinho pra atender a burocracia. Passagem de ida ou de volta? “(Digo às vezes volta. Mas essa é um restolho da ilusão. Sempre se vai)” (DANIEL, 1984: 348). Passou por aeroportos: Paris, Genebra. Aeroporto do Rio:

Tremia cada vez mais, mas não queria chorar.
O rapaz do computador, quando a máquina apitou, bateu de novo os dados.
Novo apito. Ele me diz:
-Você estava lá fora NE?
-É
-Você saiu naquela época, na foi?
- Foi.
Um tempo. Ele me encarava ternamente. E declamou:
- Tempos duros aqueles heim?
Uma lágrima rolou nos olhos dele. Ele saiu apressado para ir buscar não sei quem que poderia resolver rapidamente o meu caso. Aquela lágrima foi a melhor recepção que já tive na vida. Não sei quem é aquele amigo. Mas é um amigo que amo muito. (DANIEL, 1984: 330)

As pertinentes argumentações de Pierre Bourdieu (1996) quanto à “ilusão biográfica”, sobremaneira discutida e citada em várias obras historiográficas, coloca em pauta o risco de se perceber nas histórias de vida uma cronologia, um projeto coerente.

A presença do imponderável, da não resposta, das alteridades é intensa nos escritos ficcionais de Herbert Daniel, seja na construção narrativa ou nos sentidos de vida atribuídos aos seus personagens. A literatura de Herbert Daniel já dimensiona um lugar da multiplicidade e do relato de si como forma de interação com a memória.

Compartilho a perspectiva de cruzamento da história e literatura como uma prática relacional entre duas construções de saberes e não a literatura como um documento histórico no sentido de documento portador de um nicho de informações. Tanto quanto a história a literatura estabelece uma interface entre passado e presente e produz uma compreensão das interpenetrações temporais/espaciais. Somos obreiros no âmbito das simbologias e nestes ofícios atribuímos sentidos para as experiências.

A autobiografia, mesmo quando narrada através do recurso à arte literária, revela uma tensão entre o presente e o passado do protagonista e o inscreve em temporalidades, historicidades plurais. O personagem que diz de si mesmo o que deseja que de si fique registrado também revela possibilidades das espacialidades nas quais vive/viveu. Esse campo de tensão, a partir do qual os historiadores podemos problematizar a relação entre o passado e o presente não se deixa ver com nitidez de

uma equação matemática. Se o protagonista/narrador exprime aspectos das sociabilidades da qual fez/faz parte também exprime o que os diferencia, singulariza.³

Não temos um projeto fechado nas histórias de vidas, uma cronologia pré-estabelecida e também não os temos na história. Escritos como os de Herbert Daniel participam da prática de problematizar historicamente a experiência da ditadura militar no Brasil e perceber as pluralidades nem sempre visíveis. São momentos de uma reflexividade que permitem a emergência de alteridades e a desnaturalização dos eventos ou do que deles se diz.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru (SP): EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, Márcia de. **Casulo das águas**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: RDUFU, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte (MG): 2009.
- CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para uma história**

³ Sobre a relação entre personagem/narrador e a historicidade que representa ver, entre outros, BOURDIEU, P (2005); LEVI, G (1996); ALBUQUERQUE JÚNIOR (2007)

- do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CORBIN, Alain. Território do vazio. **A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- DANIEL, Herbert. **Meu corpo daria um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. **Vida antes da morte**. Rio de Janeiro. Tipografia Jaboti, 1989.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Mil Platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, M. A. **Anos 70: ainda sob a tempestade**. Rio de Janeiro: Aeroplano: Senac Rio, 2005.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org). **26 poetas hoje**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1976.
- LEVI, G. Os usos da biografia. In: FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (oeg). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MACHADO, Ana Maria. In: ALMEIDA, Márcia de. **Casulo das águas**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: RDUFU, 2005.
- NÓBREGA, Elisa Mariana Medeiros. **Histórias de confissões e de leituras: a emergência histórica das edições GLS**, 2006. (Tese de Doutorado. Digitado)
- PAZ, Octávio. **Labirinto da solidão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do livro, 1990.

A “VIDA DE ORÍGENES” NA HISTÓRIA ECLESIASTICA DE EUSÉBIO DE CESARÉIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CRISTÃ NO IV SÉCULO

Marcus Silva da Cruz*

Nós somos... Helenos ou bárbaros – ou talvez estejamos entre os dois? E o que se pode dizer sobre o que nós somos...com respeito a natureza e a nossa maneira de vida? Eles nos percebem como não estando nem do lado dos helenos nem aspirando [o estilo] dos bárbaros. Que fazem esses estrangeiros entre nós e que caráter revolucionário possui nosso estilo de vida?
(EUSEBIUS, 1954-56: I, 2)

As palavras de Eusébio de Cesaréia na *Preparação Evangélica* apresenta, de uma forma que somente podemos classificar de dramática, o problema da construção da identidade cristã durante a Antigüidade Tardia.

Ao longo do IV século a situação da comunidade cristã experimenta transformações que, não sem alguma razão, podemos classificar e adjetivar como revolucionárias. No início do século a Igreja cristã enfrenta a mais sistemática perseguição promovida pelo estado romano, àquela ordenada por Diocleciano (SORDI, 1988: 119-128). Em 313, porém, Licínio e Constantino concedem liberdade de culto aos cristãos (ODAHL, 2004: 117-120). Finalmente durante o reinado do imperador Teodósio o cristianismo torna-se religião oficial do Império Romano (MARAVAL, 1997: 18-27).

Em pouco mais de oitenta anos o cristianismo passa da condição de religião perseguida para a de religião oficial do estado. Tal transformação em um espaço de tempo relativamente curto traz importantes impactos para a comunidade cristã. O estreitamento das relações com o Estado romano, por exemplo, significa a concessão de uma série de privilégios jurídicos e econômicos que por um lado fazem aumentar o prestígio da Igreja na sociedade tardo romana por outro permitem um rápido e substancial crescimento dos bens e da riqueza da instituição (JOHNSON, 2009: 255-273).

Outro tipo de impacto que as transformações ocorridas no IV século, que nos

* Doutor em História Social. Universidade Federal de Mato Grosso.

interessa nesta oportunidade, diz respeito à construção da identidade cristã. A questão que atormentava e preocupava não apenas Eusébio, mas também aos cristãos de modo geral era o que eles eram? Qual sua posição e lugar na sociedade tardo antiga? Seria possível ser cristão e romano simultaneamente? E o que era ser cristão e romano? Diante das circunstâncias trazidas pelas mudanças vivenciadas neste momento os padrões identitários cristãos são profundamente abalados tornando-se necessário a elaboração de uma novo sistema referencial para a identidade cristã.

O principal desafio enfrentado na construção da identidade cristã no IV século é aquele representado pela alteridade em relação ao pagão. Tal dificuldade encontrava-se em dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, pelo fato do paganismo, entendido como sendo compostos pelas diversas religiões politeístas existentes neste momento, configurava-se enquanto a religião hegemônica a ser enfrentada, apesar da sua enorme fragmentação. Em segundo lugar e principalmente, pelo cristianismo compartilhar, com uma parcela significativa das religiões pagãs, a *paidéia* grego-romana. Podemos afirmar mesmo que cristãos e pagãos estavam disputando quem era o verdadeiro continuador e herdeiro do legado da tradição clássica.

Em nossa análise iremos centrar a discussão acerca da construção desta alteridade na *História Eclesiástica* de Eusébio na figura de Orígenes. Em primeiro lugar pelo lugar de destaque que esse autor ocupa na obra, o livro VI é praticamente todo ele dedicado ao pensador cristão alexandrino. Não podemos esquecer que Eusébio foi aluno de Pânfilo que por sua vez tinha sido um dos principais discípulos de Orígenes. Porém, o principal motivo de nossa escolha reside no que Orígenes representa para os pagãos e para os cristãos. Para os primeiros um usurpador e traidor da *Paidéia* grego-romana, pelo menos para Porfírio e para os segundos um modelo de cristão, pelo menos para Eusébio.

Desta forma Orígenes se apresenta enquanto uma figura emblemática e inserida no núcleo da questão essencial do problema da construção da identidade cristã no IV século, ou seja, o pensador alexandrino encontra-se no centro da disputa, entre pagãos e cristão, pela herança da *Paidéia* Greco-romana. Neste sentido em torno da biografia de Orígenes se instituiu um conflito entre a memória construída pelos pagãos e aquela elaborada pelos cristãos.

Nosso objetivo é analisar a “vida de Orígenes” presente na *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia como um fator na luta cristão pela *Paidéia* Greco-romana e por

consequente como elemento na construção da identidade cristã do IV século, e mais especificamente na elaboração de um novo paradigma identitário para, o que podemos denominar, *vir ecclesiasticus*. É preciso, portanto, conhecer, ainda que sucintamente, o homem que foi Orígenes. Oriundo de uma família cristã de Alexandria, no Egito, Orígenes provavelmente nasceu por volta do ano de 185. Seu pai, de nome Leónidas, foi seu primeiro mestre educando-lhe tanto na doutrina cristã quanto no pensamento clássico (QUASTEN, 2001: I, 351).

Orígenes viu seu pai morreu martirizado durante a perseguição de Severo (202) que significou mudanças importantes em sua vida. Em primeiro lugar devido ao confisco dos bens familiares o que o obrigou a dedicar-se ao ensino como forma de sobrevivência. O bispo de Alexandria, Demétrio, confia, então, a Orígenes a direção da escola de catecúmenos da cidade de grande renome tanto entre a comunidade cristã quanto fora dela (QUASTEN, 2001: I, 351).

Desde o início de seu magistério Orígenes demonstrou um forte interesse pela filosofia grega. Em uma obra da juventude intitulada *Os princípios* o pensador alexandrino procura realizar a audaciosa e hercúlea tarefa de conciliar a doutrina cristã e a filosofia grega, pois esta seria uma aliada na luta contra a heresia gnóstica fornecendo o instrumental necessário para esclarecer as verdades reveladas em contraposição a especulação mística dos gnósticos (MORESCHINI, 2008: 141). Nas palavras de Simonetti:

...a primeira tentativa de dar uma exposição problemática e profunda de alguns dados fundamentais da fé cristã. Tenha-se presente a tradicional acusação que se pagãos faziam aos cristãos, de serem fanáticos e ignorantes, absolutamente alheios às exigências e aos interesses, ao modo de pensar da cultura grega. Ora, *Os Princípios* constituem pontual refutação dessas acusações, porquanto os dados da fé cristã são ali expostos, examinados, aprofundados justamente segundo módulos e parâmetros oferecidos pela filosofia grega. Graças a esse caráter, o pagão se via logo à vontade: encontrava exposta ali uma problemática familiar: questões sobre o livre arbítrio, sobre as realidades incorpóreas, sobre a eternidade do mundo; encontrava-a exposta em forma e com procedimentos que lhe eram familiares. (SIMONETTI, 1985: 312)

As palavras de Simonetti situam claramente a posição de Orígenes no que concerne a nossa problemática. O pensador alexandrino é um dos primeiros e mais importantes autores cristãos a se apropriar da filosofia pagã e por conseguinte deslocar os padrões identitários da comunidade cristã.

Orígenes ainda se mostra fortemente ambivalente em relação à *Paidéia* Greco-

romana, a considera uma arte sedutora e inevitavelmente unida as veleidades humanas. A filosofia, para ele, deveria ter um uso funcional enquanto instrumento para a interpretação das Escrituras, pois é somente nesta que se encontra o verdadeiro conhecimento. No entanto, o alexandrino é profundamente atraído pelo pensamento clássico, pois em seu magistério insiste na importância da erudição secular em sentido bastante amplo para incluir mesmo a astronomia. Posição que compartilha com a educação de caráter platônico da época na qual a geometria e a astronomia eram disciplinas propedêuticas para o aprendizado da filosofia (MORESCHINI, 2008: 140-141).

Em suma, entendemos que tanto a vida quanto a obra de Orígenes são importantes testemunhos das transformações que a identidade cristã vivencia com a progressiva expansão da Igreja pelos espaços geográficos e sociais do mundo romano. Essa problemática atinge um ponto de virada no momento em que Eusébio de Cesaréia escreve a sua *História Eclesiástica* como já afirmamos acima. É portanto, neste contexto que devemos analisar a “vida de Orígenes” que encontramos no Livro VI desta obra. Nas palavras de Altaner e Stuiber:

Eusébio encontra-se no ponto crucial de duas idades. Por sua formação cultural, pelo âmbito de seus interesses e por suas obras, que recolhem a herança do passado, pertence ainda à época pré-nicena; como bispo e homem da Igreja, implicado na política do Estado, situa-se, de cheio, na nova era constantiniana, agitada por tantas lutas. (ALTANER e STUIBER, 1988: 222)

Desta forma, portanto, podemos perceber que Eusébio está situado em um *turning point*, aquele em que o cristianismo deixa a condição de uma *religio illicita* para obter a condição de liberdade de culto no Império Romano, aquele em que a Igreja cristã após vivenciar sua última perseguição passa a receber as benesses do poder imperial com a conversão dos imperadores.

É nesta situação absolutamente nova que Eusébio redige a sua *História Eclesiástica*, composta por dez livros, nos quais são relatados os principais acontecimentos e personagens relacionados à Igreja entre o nascimento de Jesus até o duplo triunfo de Constantino, primeiro sobre Maxêncio e depois sobre Licínio.

A importância da *Historia Eclesiastica* tanto para a história do cristianismo e da Igreja quanto em termos da sua contribuição historiográfica são bastante conhecidos (MOMIGLIANO, 2004: 187-217). Em nosso trabalho, no entanto, o interesse desta obra

reside no esforço de Eusébio em estabelecer um passado, uma memória para a Igreja e desta forma acaba por se defrontar com a questão do que é ser cristão, em outras palavras o que se coloca em então é o problema da identidade cristã, discussão crucial devido às transformações por que passava a sociedade tardo romana e por conseguinte a comunidade cristã. Neste esforço a figura de Orígenes surge como o modelo do *vir ecclesiasticus*, isto é, alguém que reúne tanto a defesa intransigente da ortodoxia quanto um herdeiro da *Paidéia* Greco-romana.

A primeira característica que Eusébio apresenta de Orígenes é a sua procura pelo martírio como ideal de vida cristão:

O incêndio da perseguição (*de Severo*) se propagava, e milhares de fiéis haviam cingido a coroa do martírio. Tal paixão pelo martírio se apossou da alma de Orígenes, ainda menino, que era para ele prazer ir ao encontro dos perigos, saltar e lançar-se à luta. Pouco faltou para que perdesse a vida, mas a divina e celeste Providência, para o bem da maioria dos fiéis, pôs obstáculos a seu ardor, por meio da mãe. (EUSEBIUS, 1998: VI, 2, 3-4)

Esta passagem da *História Eclesiástica* nos parece singularmente importante para construção da identidade do cristão e do *vir ecclesiasticus* na Antigüidade Tardia expliquemos porque. Até o IV século o modelo de cristão por excelência, aquele considerado como a forma de vida evangélica mais perfeita era o mártir. O mártir é o herói do cristianismo primitivo. Morrer por ser cristão era uma garantia de salvação. Para os clérigos o martírio também era a oportunidade de reforçar sua liderança sobre a comunidade cristã. No entanto, com a liberdade de culto em 313, as possibilidades de martírio se não cessam diminuem enormemente. É preciso, portanto, construir uma nova identidade cristã e um novo modelo de liderança clerical.

Neste sentido o Orígenes de Eusébio, que viveu durante o período da perseguição se legitima ao procurar ardentemente o martírio, porém para ele a “divina e celeste Providência” reservou outros planos, isto é, ser o novo modelo do *vir ecclesiasticus* defensor da ortodoxia e herdeiro da *Paidéia* Greco-romano.

Este duplo caráter da identidade clerical para Eusébio pode ser percebida em duas passagens do Livro VI da *História Eclesiástica*, a primeira em que Orígenes se mostra adepto incondicional da ortodoxia:

Mas Orígenes, que forçosamente tinha que conviver com ele, desde então deu

provas brilhantes de fé ortodoxa. Enquanto Paulo (assim ele se chamava), aparentando eloquência, reunia junto de si uma inumerável turba, não apenas de hereges, mas ainda dos nossos, Orígenes jamais consentiu em unir-se a ele para a oração, mantendo desde a infância a norma da Igreja e tinha horror, segundo sua própria expressão, das doutrinas heréticas. (EUSEBIUS, 1998: VI, 2,14)

Segundo trecho concerne a educação clássica de Orígenes, afirma Eusébio:

Iniciado pelo pai nas disciplinas helênicas, após a morte deste último, ele se entregou com maior ardor e inteiramente ao exercício das letras, de sorte que veio a possuir pouco tempo após a morte do pai, uma preparação suficiente nos conhecimentos gramaticais e consagrando-se a eles, acumulou, ao menos para sua idade, a base necessária. (EUSEBIUS, 1998: VI, 2, 15)

Porém, é importante salientar que essa erudição pagã estava a serviço da doutrina cristã, uma vez que a educação do alexandrino possui como elemento central e primordial o estudo das Escrituras:

Entretanto, ele já havia lançado sólidos fundamentos no conhecimento da fé, exercitando-se desde a infância nas divinas Escrituras. A estas se aplicara diligentemente, em medida extraordinária, pois seu pai, não contente de fazer com que passasse pelo ciclo dos estudos, não havia considerado supérflua a solicitude pelas Escrituras. Acima de tudo, portanto, antes de se dedicar às disciplinas helênicas, ele o havia levado a exercitar-se nos estudos sagrados, exigindo diariamente dele recitações e prestação de contas. E isto não desagradava ao menino, que, ao contrário, trabalhava com zelo excessivo, de tal sorte que não bastava conhecer o sentido simples e óbvio das Escrituras sagradas, mas já procurava, desde aquela ocasião, algo mais, querendo descobrir uma visão mais profunda. (EUSEBIUS, 1998: VI, 2, 6-9)

Outro aspecto da “vida de Orígenes” importante para nossa discussão é preocupação de Eusébio em descrever o estilo de vida do alexandrino como sendo semelhante, ou melhor igual ao do filósofo:

Durante muitos anos, observou este modo de filosofar, renunciando a tudo o que pudesse alimentar as paixões juvenis. Durante o dia inteiro, fazia grandes trabalhos de ascese e, a maior parte da noite dava-se ao estudo das Escrituras divinas, entregando-se assim a uma vida tão filosófica quanto possível, ora pelo exercício de jejuns, ora por escrita medida no tempo de sono, e cuidando de dormir não sobre uma esteira, mas estendido no chão...Dava tais exemplos de vida filosófica a testemunhas oculares e estimulava com justeza tão grande número de discípulos a zelo semelhante ao seu que atraía até mesmo pagãos infieis, não vulgares, mas importantes, cultos, filosóficos ao ensino que ministrava. (EUSEBIUS, 1998: VI, 3, 9, 13)

Esta passagem é de fundamental importância para nossa discussão, pois por meio

dela podemos perceber que Eusébio apresenta Orígenes como tendo um estilo de vida idêntico aos dos filósofos, portanto, era possível ser cristão, mais ser um clérigo e simultaneamente ter uma atuação que é admirada entre os pagãos. Em outras palavras, Eusébio se toma um modelo de conduta advindo da tradição clássica e o cristianiza. Estamos diante de um exemplo claro da tentativa cristã de se apropriar da herança cultural pagã.

Apesar de sabermos que no final do embate entre cristãos e pagão pela *Paidéia* Greco-romana para onde a balança penderá. A luta por esta herança ao longo do IV século foi particularmente intensa e nada indicava a posterior vitória cristã. A memória de Orígenes foi um dos *lócus* desta disputa.

Para Porfírio, Orígenes era um cristão fora da lei pela sua forma de vida e pela helenização de algumas de suas opiniões, alguém que tentou aplicar os métodos e os instrumentais exegéticos oriundos da *Paidéia* greco-romana às Escrituras. Orígenes representava um modelo de cristão capaz de se apropriar do legado clássico e submetê-lo aos ideais cristãos. Como podemos perceber nesta passagem da *História Eclesiástica* na qual Eusébio transcreve as palavras de Porfírio acerca de Orígenes:

Escuta, pois, o que assevera literalmente: ‘Alguns desejosos de encontrar explicação sobre a inclemência das Escrituras judaicas, em vez de romper com elas, apelam para as interpretações incompatíveis e em desacordo com o texto; assim, não tanto fazem apologia de opiniões estranhas, quanto aprovam e louvam suas próprias produções. Efetivamente, elogiam como enigmas as claras asserções de Moises, que eles proclamam como sendo oráculos repletos de mistérios ocultos; e tendo o senso crítico da alma obcecado pelo orgulho, apresentam seus comentários’. Em seguida, diz, após outras observações: ‘Tal absurdo origina-se de alguém que também eu conheci quando muito jovem. Ele era muito famoso e ainda goza de grande reputação por causa das suas remanescentes obras. Refiro-me a Orígenes, cuja ilustração largamente se propagou entre os mestres destas doutrinas. (EUSEBIUS, 1998: VI, 19, 4-5)

Por sua vez Eusébio descreve Orígenes da seguinte maneira:

Tão importante era para Orígenes o estudo muito acurado da Palavra de Deus, que aprendeu também a língua hebraica e adquiriu a posse de originais das Escrituras conservados entre os judeus, em caracteres hebraicos...Podem atestar seus êxitos nestas matérias os próprios filósofos gregos que floresceram em seu tempo, e cujos escritos encontramos menções numerosas de Orígenes...Efetivamente, Orígenes conservou-se fiel à doutrina de Cristo recebida dos antepassados... (EUSEBIUS, 1998: VI, 16.1; 19.1; 19.8)

Eusébio, tomando Orígenes como modelo, constrói a alteridade pagão/cristão assumindo a *paideia* greco-romana como um legado comum entre os elementos do binômio identitário. A questão que se coloca então é: se pagãos e cristãos compartilham uma mesma herança cultural o que os separam? A diferença, a distinção é de ordem religiosa. A partilha identitária fundamenta-se então na dicotomia fiel/infiel. Iniciando-se assim um processo de estabelecimento de uma nova partilha identitária que marcará profundamente o mundo medieval ocidental.

Voltemos a *História Eclesiástica*: “Os infiéis pagãos, todos eles ficavam impressionados com esses fatos [o decreto de Maxêncio que suspendia a perseguição aos cristãos], admiravam o caráter maravilhoso de tal transformação...” (EUSEBIUS, 1998: IX, 1, 8). Nesta passagem Eusébio chama claramente os pagãos de infiéis. Em outro trecho relata um prodígio que impõe a superioridade do Deus cristão tanto para os fiéis quanto para os infiéis:

Em seguida, não é forçado a combater com os romanos por causa do tirano, porque o próprio Deus arrasta-o para longe das portas, como que algemado. O prodígio outrora realizado contra os ímpios – que a maioria recusa a crer, julgando uma fábula, mas que para os fiéis é fidedigna, por constar dos Livros Sagrados – impõe-se simplesmente pela própria evidência a todos, fiéis e infiéis, que contemplam as maravilhas com os próprios olhos.” (EUSEBIUS, 1998: IX, 9, 5)

Em suma podemos concluir que para Eusébio, Orígenes é o modelo do cristão. Bispo, defensor da ortodoxia contra as heresias, destemido contra as perseguições e principalmente um pensador brilhante que se apropriou da *Paidéia* Greco-romana para utiliza-la como instrumento de compreensão das Escrituras e para revelação da verdade evangélica aos pagãos.

Referências Bibliográficas

- ALTANER, Berthold e STUIBER, Alfred. **Patrologia**. 2ªed. São Paulo: Paulinas, 1988.
- BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Antigo**. De Marco Aurélio a Maomé. Lisboa: Verbo, 1972.
- CAMERON, Averil. **The Mediterranean World in Late Antiquity**. London: New York: Routledge, 1993.

- EUSEBIUS. **The Ecclesiastical History**. Trad. LAKE, Kissopp. Cambridge: London: Harvard University Press, 1998.
- EUSEBIUS. **Præparatio evangelica**. Berlim: Akademie Verlag, 1954-56. 2v.
- JOHNSON, Luke Timothy. **Among the gentiles**. Greco-Roman Religion and Christianity. New Haven; London: Yale University Press, 2009.
- MARAVAL, Pierre. **Le Christianisme de Constantin à la conquête arabe**. Paris: PUF, 1997.
- MILES, Richard. **Constructing Identities in Late Antiquity**. London: New York: Routledge, 1999.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru SP: EDUSC, 2004.
- MORESCHINI, Claudio. **História da Filosofia Patrística**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- ODAHL, Charles Matson. **Constantine and the Christian Empire**. London; New York: Routledge, 2004.
- QUASTEN, Johannes. **Patrologia**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2011. v.I
- SIMONETTI, Manlio. **Eresia ed Eretici in Origene**. Augustinianum, 25, 1985.
- SORDI, Marta. **Los cristianos y el Imperio Romano**. Madrid: Ediciones Encuentro, 1988.

**O CONCEITO POLÍTICO DE POVO NO BRASIL (1750-1840):
REVOLUÇÃO E “HISTORICIZAÇÃO” DA LINGUAGEM POLÍTICA**

Luisa Rauter Pereira*

A história não pertence aos profissionais que a escrevem. A história é uma dimensão essencial da vida prática dos homens no mundo. A construção da história se dá primeiramente no cotidiano, no “solo instável da convicção relativamente difusa, pré-teórica e assistemática”, para citar Jorn Rüsen (RÜSEN, 2001), no qual os homens pensam, agem, perseguem seus objetivos. Ao agirem no mundo, e se expressarem através da linguagem, os homens constroem visões da história e do tempo, referem-se a fatos, criam concepções de causalidade e continuidade, interpretações sobre o passado, o presente e o futuro.

A linguagem é, portanto, revestida de historicidade, especialmente a linguagem política. Ela é uma expressão da consciência histórica das sociedades. Uma maneira de abordar essa questão é investigar a história dos conceitos políticos: abordar a diacronia das transformações na semântica dos conceitos fundamentais do vocabulário político para revelar as mudanças na forma como os homens constroem o tempo, a história, o passado e o futuro.

Apresentarei aqui uma investigação histórica sobre o conceito de povo no Brasil entre 1750 e 1840, no debate político luso-brasileiro através de uma documentação que inclui debates parlamentares, periódicos, textos doutrinários, e outros. Elegi para análise o fenômeno da temporalidade na semântica política e o processo de “historicização” que marcou a linguagem política entre os séculos XVIII e XIX no Brasil e no mundo ocidental como um todo.

Na linha de autores como Reinhart Koselleck, Marcel Gauchet, Pierre Rosanvallon, entre outros, definimos como historicização conceitual dois fenômenos correlacionados: primeiramente, a inserção dos conceitos em concepções processuais e universais do tempo o que lhes confere uma profundidade histórico temporal que antes

* Doutora em Ciências Humanas: Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ); Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Substituta no Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Agência Financiadora: CAPES

não possuíam. Também definimos como historicização dos conceitos seu contingenciamento, isto é, o fato de seus significados passarem a ser extraídos de percepções, análises, diagnósticos e julgamentos da realidade empírica presente, sejam quais forem os pontos de vista que os presidem”. Estes dois fenômenos afastaram cada vez mais a conceitualidade política de repertórios semânticos estáticos e a-históricos característicos do Antigo Regime e da medievalidade.

Meu trabalho parte da segunda metade do século XVIII na vasta colônia portuguesa chamada Brasil. O conceito de povo, especialmente em seu plural “povos”, era de grande importância na linguagem política e administrativa daquele momento. Os povos eram considerados a base do corpo social e político: o conjunto hierárquico dos corpos do reino português. “Felicidade”, “conservação” e “sossego” dos povos eram as justificativas, por exemplo, das petições das câmaras municipais ao rei. Nos textos legais de base do Império português, as Ordenações, o conceito aparece como o alicerce do corpo político social que deveria ser conservado e protegido, mantendo-se a justiça, isto é seus lugares estabelecidos, com seus privilégios e jurisdições. Era muito comum o uso de metáforas como a do corpo humano, na qual os povos eram os membros, e o rei a cabeça; e a metáfora da família, em que os povos eram os filhos e o rei o pai. Enquanto o rei tinha o dever de manter a harmonia e a justiça, os povos tinham determinadas funções para garantir o “bom funcionamento” do corpo social. O que importa destacar para os nossos fins é a a - historicidade destas concepções, seu caráter estático, fora do tempo histórico, e sua importância nesta segunda metade do século XVIII, de onde partimos. Vejamos um trecho das Ordenações Manoelinas que expressa bem estes significados: “assim se deve fazer o bom Príncipe, pois que por Deus foi dado [seu poder] principalmente não para si, nem seu particular proveito, mas para bem governar o seu povo, e aproveitar a seus súditos como a próprios filhos” (*Ordenações Manoelinas*,1984: 1).

Este conceito de povo tradicional essencialmente a-histórico, teve uma versão modernizada construída no século XVII. A razão natural dizia que os povos eram os detentores originários do poder, que fora dado a eles diretamente por Deus, e posteriormente passado ao reis sob condições estabelecidas em um pacto. Nesta concepção, o retorno da soberania aos povos era uma possibilidade em caso de tirania, o que seria um descumprimento do pacto originário. Os povos eram, junto ao rei,

responsáveis por manter a justiça, conservando de forma latente o poder dado por Deus. Poderiam, portanto, tomá-lo de volta em caso de arbitrariedade do detentor da soberania. Nos grandes movimentos de fins de século XVIII e primeira metade do século XIX essa idéia esteve amplamente presente, somando-se às idéias da ilustração francesa.

No movimento de 1817 na Província de Pernambuco essa concepção apareceu de forma evidente. A nobreza pernambucana se referia à tradicional relação entre os povos e o monarca, recordando que “a obrigação do rei e dos seus ministros é conservar os vassallos e súditos em paz, fazendo observar a cada um os ditames da razão e justiça”. Porém, continuava o documento, “como a justiça divina é só reta e igualmente distributiva, permite algumas vezes superiormente, que os mesmos que reconhecem a obediência castiguem as tiranias, mostrando rebeldia (...)” (*Ordenações Manoelinas*, 1984: 1)

Para além dessas concepções tradicionais e a-históricas sobre o povo no sistema político, o mundo luso brasileiro viveu na segunda metade do século XVIII as conseqüências de uma política que pretendeu “modernizar” o Império em crise através de diversas reformas institucionais e econômicas. O despotismo ilustrado pombalino buscou horizontalizar os povos como “súditos” do monarca, enfraquecendo a idéia de que estes tinham privilégios específicos dentro do Estado, os quais o rei deveria respeitar. Também combateu a penetração do ideário lustrado europeu.

Trouxe também, o que é central neste trabalho, a noção do povo como realidade natural a ser diagnosticada e controlada pelo estado monárquico. Nesta visão, os administradores do Estado deveriam basear sua ação política na apreciação do “estado civilizacional” do povo, o que seria definido por uma visão do mundo sócio-político orientada pelas ciências naturais.

Neste contexto, o conceito de “população” teve grande importância contra o perigo que o conceito povo representava enquanto sujeito de direitos e privilégios e ação no mundo. Na linha da doutrina fisiocrata, os administradores coloniais preocupavam-se com a falta de uma população na colônia, tanto no sentido quantitativo, como qualitativo, e a necessidade de aumentá-la, conhecê-la e controlá-la. Nas memórias da Academia de Ciências de Lisboa, essa temática foi constante.

A população colonial sempre foi um problema para as elites dirigentes, questão

que se agravou no século XVIII. Além da imensa quantidade de escravos, que sempre foi motivo de preocupação no que diz respeito à segurança, as autoridades percebiam como muito problemática a existência de um contingente humano etnicamente diverso, formado, por brancos pobres, índios, escravos libertos e mestiços sem lugar definido no sistema produtivo. Fora muito comum a percepção de que na colônia não havia um verdadeiro povo, mas sim uma vasta “plebe”, palavra correlata à palavra povo, que denota uma parte considerada inferior da população. Quero destacar que na primeira metade do século XVIII, a plebe era percebida de maneira totalmente diferente do que foi feito na segunda metade. Ao se buscar compreender as características da plebe, os administradores coloniais, via de regra, buscavam o exemplo histórico ou a autoridade de autores clássicos. A plebe do século XVIII era tida como a mesma da Antiguidade. Era como se o tempo não houvesse transcorrido. O mundo Antigo era um repertório de exemplos e máximas edificantes capazes de apontar características constantes da natureza do homem. O curso do tempo não era ainda visto como produtor do novo, pois a natureza humana não sofria alteração histórica.

Deste ponto de vista, tratando de uma revolta ocorrida na primeira metade do século XVIII, um administrador colonial buscou Platão que comparava a plebe

a um grande animal, do qual é preciso conhecer as manhas para saber como há de ser tratado, que se não tem este animal quem o amanse, faz-se furioso, se não o guiam, não sabe para onde anda, é terrível se não tem medo, começando a temer se perturba e foge. (LORETO COUTO, 1904)

Retomando o argumento, na segunda metade do século XVIII, com o despotismo ilustrado científicista, entrou em cena outra forma de perceber a plebe colonial por parte das elites coloniais. Através da idéia de “população”, a plebe passou a ser objeto de observação, catalogação, análise, a partir dos parâmetros das ciências naturais e econômicas do momento, deixando em segundo plano, o exemplo e a autoridade clássicas. Tratou-se de uma forma mais historicizada em que o tempo histórico era capaz de produzir diferença.

Num segundo momento da minha pesquisa, busquei investigar o conceito político de povo em uso no processo de Independência Brasileira, que se deu entre 1820 e 1823. Com o Rei português no Rio de Janeiro desde 1808, após a invasão napoleônica na península ibérica, as elites portuguesas iniciaram um processo revolucionário, que

pedia a volta do rei à Portugal sob um sistema constitucional. No reino do Brasil, os acontecimentos em Portugal tiveram repercussões que acabariam em 1822 levando à emancipação política, haja vista a intenção dos liberais portugueses de recolonizar o Brasil. É preciso ter em mente que desde 1808, o Brasil fora elevado à Reino Unido, deixando de ser uma colônia em termos jurídicos, uma vez que era então a sede da monarquia.

Nos anos de efervescência revolucionária do constitucionalismo do início dos anos 1820, o conceito de povo passou por um intenso processo de politização, isto é passou a ser objeto de maior controvérsia e disputa política. A tônica da utilização do conceito foi dada pela idéia de regeneração política. Era uma consciência do tempo como retorno a um momento ou estado considerado áureo que dominava a semântica do conceito: a regeneração era um processo em que os povos estavam acordando de um profundo sono; voltando a um estado originário em que seus direitos naturais haviam sido respeitados plenamente. Tal estado originário era freqüentemente representado pelo passado medieval português, anterior ao absolutismo monárquico.

Ao se falar em povo ao longo do movimento, os diversos grupos tendiam a perceber o conceito como algo estático, a histórico, numa forma de consciência histórica típica do século XVIII, marcada pela idéia de natureza humana, leis universais e estados originários: os povos eram então um conjunto de indivíduos com direitos naturais que deveriam ser satisfeitos. Independente e soberano – para os grupos de viés republicano; já para os monarquistas constitucionais, o povo seria indissolúvelmente vinculado à figura real, numa concepção que mantinha fortes vínculos com a idéia dos povos como os filhos ou corpos em relação com a figura real, mas agora reelaborada pelas teorias monárquicas da restauração francesa. A soberania do povo, portanto, não eliminava em absoluto o lugar fundamental do rei e o tipo de relação que tradicionalmente era esperado que mantivesse com seus povos: este continuava sendo “a cabeça e parte essencial desse corpo moral”, um “pai no meio dos seus filhos” (*O Bem da Ordem*. n. 5 1821. Apud. SILVA, 1987)

A facção monarquista constitucional predominou no movimento que realizou a independência a partir do Rio de Janeiro. Este grupo trouxe à tona também o conceito criado pelo despotismo ilustrado do século XVIII, reatualizado pelo liberalismo conservador do século XIX, que punha em relevo o “estado de civilização” do povo e a

conseqüente necessidade da tutela monárquica. Este viés sobrepujou o conceito político-revolucionário de povo posto em relevo por republicanos – entendida esta palavra na sua acepção mais larga.

Cabe ressaltar, citando os trabalhos de Valdeci Lopes Araújo (ARAÚJO, 2008) que este conceito de civilização que circulou entre a segunda metade do século XVIII até os anos 1820 não tinha toda a carga histórica que ganharia mais tarde: significava antes o grau de aproximação ou “atualização” em relação à natureza racional do homem e não tanto um movimento ou curso da história. Significava o movimento dos povos tomando consciência, ficando mais racionais, vencendo os obstáculos para a execução de seus direitos no mundo, acercando-se da realização prática de sua natureza, e não ainda propriamente um marcha universal do tempo.

Nos debates a respeito do poder provincial da primeira assembléia constituinte brasileira, aberta em 1823, percebemos nas falas de deputados de todas as vertentes usos do conceito que remetem a uma estabilidade e a-historicidade. Em geral, o conceito apresentou significados estáveis, estáticos e permanentes. Na fala de membros de diversas tendências políticas o povo é “sempre falta de luzes”, o povo é “sempre incapaz”, o que mostra que a constância e estabilidade ainda era a marca do uso do conceito. Tratava-se de um povo visto numa perspectiva em grande medida ainda a-histórica, própria deste contexto.

Percebemos nestes anos de 1820 também a permanência dos usos do passado como mestre da vida. Uma vez que a natureza dos povos era considerada constante, era possível ainda aprender com os exemplos oferecidos pela história. A experiência recente da Revolução Francesa e o passado Greco-romano eram freqüentemente inseridos nos argumentos políticos de todos os matizes. O periódico *Regulador Brasilico-Luso* de 1822 defendeu a continuidade do regime monárquico no Brasil após a Independência. A mudança de governo era sempre um mal como revelavam, na perspectiva do periódico, diversos exemplos históricos:

Qual será entre nós aquele que pretenda cingir sua frente com os louros ensangüentados dos Thouréts, dos Clemens, dos Maral, e dos Desmoullins? Quem deseja ver cortada a carreira dos seus dias, ser hoje aplaudido por um partido efêmero como foi Caio Graco em Roma e amanhã ser assassinado, como aquele foi às portas do Templo de Diana? Ser hoje levado ao Pantheon como Mirabeau e amanhã lançado na cloaca como esse fingido republicano?” (*Regulador Brasilico-Luso*. 29 de Julho de 1822)

Acreditamos que na experiência política e social conflituosa histórica da década de 1830, a historicização do conceito se aprofundou: os liberais conservadores que chegaram ao poder construíram um discurso político em que o conceito de povo apareceu cada vez mais despido de seu caráter político e potencialmente revolucionário, caracterizado pela historicidade típica do pensamento do Antigo Regime, e inserido em visões processuais do tempo e sociologicamente fundadas em diagnósticos do real. A história mestra da vida, embora não tenha sido abandonada de todo, fora cada vez menos posta em uso.

A questão do “legítimo povo”, aquele que teria direito a se expressar na cena pública, foi intensamente debatida nos periodismo da época. As lideranças liberais conservadoras no poder procuraram mostrar que as tentativas revolucionárias revoltas das ruas não eram manifestações do verdadeiro povo, mas de facções de desordeiros compostos pela plebe e por traidores da pátria. Atacando um jornal radical, o principal jornal liberal-moderado questionava: “O povo!! Pois 20 ou 30 vadios sem moral, sem educação, sem respeito alguns as leis constituem o povo para os redactores do Tempo!” (*Aurora Fluminense*, 1831)

O conceito de povo generalista, abstrato e teórico exaltado, fundado em direitos naturais á liberdade, à participação política e à insurreição, havia sido, neste discurso, o impulsionador do “espírito de sedição”, que havia dominado as províncias levando o caos ao Império. O lema destes políticos era o de que a política real não deveria ser fundada em perigosas teorias da soberania popular, mas na análise acurada das circunstancias do tempo, capaz de apontar o estágio de civilização do povo, que, julgava-se, ainda inicial. Era preciso substituir a “revolução dos homens” pela “revolução do tempo”, a única capaz de fazer marchar a civilização.

Nos debates na câmara e no senado em torno do federalismo – um dos grandes debates do Império brasileiro – fica claro este caráter temporal do conceito de povo: inserido na marcha temporal da civilização, agora entendida como a própria dinâmica universal do tempo histórico. Esta idéia do povo em processo apareceu nos debates do período vinculada à idéia de um espírito progressivo de ordem que estaria dominando o povo após as grandes revoluções provinciais. Apontava-se o apontavam o “*espírito progressivo de ordem que tem desenvolvido a maioria do bom Povo Brasileiro*, mais judicioso, e sensato, do que o supunhão os que o tem julgado incapaz de sustentar suas

Instituições livres, sua Independência, e Dignidade” (*Relatório do Ministro da Justiça*. 1835. Ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho: 5).

O conceito de povo se inseriu na consciência “moderada” e posteriormente, francamente conservadora erguida nesses anos, numa perspectiva temporal e sociológica que pretendia apontar as características do povo no presente histórico. Ao falar em povo, os liberais conservadores brasileiros realizavam análises sociológicas a respeito do momento civilizacional do povo, com o intuito dar um embasamento realista e factual ao projeto político centralizador, monárquico e antidemocrático. Era preciso atentar para os fatos, capazes de derramar “huma luz imensa sobre o estado do Povo; convém que não passem despercebidos quando se trata de avaliar o grão de efficacia das nossas leis que tem por fim prevenir e reprimir os delictos” (*Relatório do Ministro da Justiça*. 1833. Ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho: 5)

Formavam-se as bases da tradição imperial que sustentou o Império brasileiro até sua queda em 1889: enquanto o povo estivesse seguindo o lento e gradual processo de civilização, cabia à Coroa ocupar-se dos negócios políticos. Minha hipótese é a de que até a década de 1830, esta historicização não levou a uma visão futurista ou teleológica e a uma idéia clara de um futuro “povo brasileiro”. O povo permanecia numa eterna e latente trajetória histórica, pois parecia ainda impossível vislumbrar a constituição de um novo povo apto à vida política moderna. Uma história do conceito que permanece, portanto, ainda, sem final e sem amanhã.

Foi apenas mais tarde, nas últimas décadas do século XIX, que este conceito de povo eternamente “sem amanhã” dos anos 1830 foi posto em xeque. Novos grupos políticos e de opinião criticaram a tradição política imperial, trazendo a idéia de um futuro povo brasileiro. Este, entretanto, não seria um futuro de caráter político, mas eminentemente sociológico: o Brasil seria um povo-nação mestiço, unido, não por laços políticos, de vontade e ação, mas por elementos naturais, “sociológicos” ou “empíricos” como meio, raça, natureza.

Fontes

Anais da Câmara dos Deputados.

Anais do Senado Imperial.

Aurora Fluminense.

COUTO, Domingos de Loreto. **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904.

Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa para o adiantamento das Artes e da industria em Portugal e suas conquistas.

Tomo V, ano. 1815.

Ordenações Manoelinas. Livro I. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Regulador Brasílico-Luso.

Relatórios de Ministros da Justiça. [on line] E-collections at the Center for Research Libraries. Brazilian Government Document Digitization Project
<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=5&l2=24&l3=45>>

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Formas de Representação política na época da independência**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Valdei. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

GAUCHET, M. **La Condition Politique**. Paris : Gallimard, 2005.

GAUCHET, Marcel. **La révolution des pouvoirs**: la souveraineté, le peuple et la représentation, 1789-179. Paris : Gallimard, 1995.

KOSELLECK, R. **Futuro Pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. **Le peuple introuvable**: histoire de la représentation démocratique en France. Paris: Gallimard, 1998.

RUSEN, Jörn. Pragmática – A constituição do pensamento histórico na vida prática. In. **Razão Histórica. Teoria da História**: Fundamentos da Ciência Histórica. Brasília: Editada Universidade de Brasília, 2001.

WEHLING, Arno. O conceito jurídico de povo no antigo regime: o caso luso-brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro a.164, n. 421. Out/dez 2003.

**O "POST-SCRIPTUM" DO "RETRATO DO BRASIL" DE PAULO PRADO:
UM EXERCÍCIO DE INTERPRETAÇÃO ATRAVÉS DAS CATEGORIAS DE "DIAGNÓSTICO" E
DE "PROGNÓSTICO"**

Fernando Carvalho Ventura*

Introdução

Este trabalho consta de uma breve apresentação de Paulo Prado, considerando o seu processo de inserção no campo intelectual, além do desenvolvimento de sua obra.¹ Logo após, é traçada a trajetória editorial de seu *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Por último, é feita uma leitura do diagnóstico e do prognóstico que estão presentes na obra, privilegiando a parte intitulada *Post-Scriptum*. Este trabalho tem por objetivo estabelecer uma leitura sobre o que se pode considerar um "diagnóstico" e um "prognóstico" elaborados pelo intelectual nessa obra. Entendendo diagnóstico enquanto um conjunto de juízos proferidos acerca da presente condição de algo, e prognóstico enquanto um conjunto de juízos proferidos acerca da futura condição de algo, o objetivo é se centrar nos diagnósticos e prognósticos acerca daquilo que pode ser entendido enquanto a condição brasileira. A escolha desse texto específico de Paulo Prado se deveu especialmente ao fato dele conter de forma mais explícita passagens do autor que se enquadrem nas categorias a serem investigadas. Entende-se que a leitura da obra de Paulo Prado a partir das categorias analíticas de diagnóstico e de prognóstico pode contribuir para um maior aprofundamento da obra deste intelectual, ainda em grande medida, pouco investigada.

Paulo Prado e sua trajetória de inserção no campo intelectual

Paulo Prado, nascido em 1869, realizou parte de seus estudos secundários na Corte, ao passo que sua mãe se dedicava a complementar sua formação para que abrangesse a música, a dança, assim como as línguas estrangeiras. De 1884 a 1889, o autor de *Retrato do Brasil* realizou o curso Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, recebendo o título de bacharel na última turma que se formou durante o

* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense

¹ Para se realizar esta breve apresentação do autor foi utilizada a informação contida na "Cronologia", presente na oitava edição de *Retrato do Brasil*, de 1997, organizada por Carlos Augusto Calil.

Império. Durante seus estudos na faculdade, Paulo Prado também tomou parte na formação da Sociedade Promotora de Imigração, formada em 1887.

Após a conclusão do curso, o autor viajou para a Europa, de onde se inseriu cada vez mais no campo intelectual, o que é evidente a partir da constatação dos espaços de sociabilidade intelectual que passa a frequentar, do crescente círculo de amizades de que passa a dispor, e, de forma ainda mais clara e específica, do início de sua colaboração para o “*Jornal do Comércio*” que se dá em 1892, na coluna intitulada “*Notícias da Europa*”. Porém, após alguns anos na Europa, Paulo Prado passou a sofrer pressão dos seus familiares no Brasil para que retornasse. Quando de seu retorno, ele vem a tomar parte nos negócios da família de forma cada vez mais efetiva, ascendendo aos poucos na hierarquia da companhia Casa Prado Chaves, na qual se manteve ativo até sua morte.

A partir de 1918, Paulo Prado passou a manter copiosa correspondência com Capistrano de Abreu, o que renderia parceria editorial subsequente, com a “*Série Eduardo Prado – Para Melhor se Conhecer o Brasil*”, na qual se publicaria mais tarde edições de documentos como as “*Confissões da Bahia*”, assim como o relato do viajante francês Claude d’Abbeville, dentre outros. A relação com Capistrano de Abreu é importantíssima ao considerarmos o Paulo Prado enquanto historiador. Capistrano se afigurava a Paulo Prado enquanto o homem de ciências, do rigor científico, da erudição, que construiu uma imagem de si de reclusão, dedicada ao trabalho intelectual. Na outra mão, Paulo Prado se afigurava a Capistrano enquanto o homem de artes, cosmopolita, que construiu uma imagem de si ligada à circulação nos meios intelectuais.

Em 1922 participou de forma ativa da organização da Semana de Arte Moderna. Na obra de Sergio Miceli “*Nacional Estrangeiro*”, que estuda os bastidores do modernismo, fica claro o quanto Paulo Prado foi importante na articulação do evento (MICELI, 2003), sobre o assunto é muito citada também afirmação de Mário de Andrade: “Nenhum salão de ricaço tivemos, nenhum milionário estrangeiro nos acolheu. Os italianos, alemães, os israelitas se faziam de mais guardadores do bom-senso nacional que Prados e Penteados e Amarais” (ANDRADE, s.d.: 241). Paulo Prado é uma figura incontornável quando se trata da articulação do movimento modernista em São Paulo em termos materiais – como a citação anterior ilustra - ou de ideologias, entendendo ideologia enquanto um sistema de idéias e valores compartilhado por um dado grupo.

À época da Semana de Arte Moderna o autor já gozava de uma inserção e de um prestígio bem claros no campo intelectual, posto que ainda que não possuísse livros publicados já escrevia para periódicos de forma recorrente, sendo desse mesmo ano a publicação do seu “*O Caminho do Mar (notas para um livro)*”, no periódico “*O Estado de São Paulo*”, assim como a assinatura do prefácio da obra de Henrique Coelho “*Joaquim Nabuco – Esboço biográfico*”. Do ano seguinte até 1925, Paulo Prado dirigiu a “*Revista do Brasil*” ao lado de Monteiro Lobato. Neste mesmo período também assinou o prefácio “*Poesia Pau Brasil*”, para o livro de Oswald de Andrade, publicado nesta revista. Foi em 1925 que publicou “*Paulística*”, compilação de artigos publicados pelo “*Estado de São Paulo*”; primeiro de seus dois livros, sendo o segundo o seu “*Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*”, publicado em 1928, do qual se ocupará o presente trabalho.

Trajectoria editorial de “Retrato do Brasil”

Escrita pelo autor em 1927, a obra ora estudada foi editada por onze vezes. Sua primeira edição pela Duprat-Mayença em São Paulo no ano de 1928 rapidamente teve sua tiragem esgotada, levando a duas sucessivas reedições pela mesma editora no ano seguinte. A sua quarta edição se deu em 1931, pela Cia. Livreros Editores, no Rio de Janeiro, com uma tiragem de 2100 exemplares. É nessa edição em que foi incluída a “*Nota do Autor*”, na qual Paulo Prado afirma que o livro tivera um “inesperado acolhimento”, aproveita para destacar a confirmação de seu prognóstico contido no “*Post-Scriptum*”, afirmando que “*as profecias eram, porém, fáceis*”, além de ao final agradecer a crítica que houvera assinalado alguns lapsos que foram corrigidos nessa edição (PRADO, 1997: 49).

Sua quinta edição é póstuma, e foi promovida por seu filho Paulo Caio Prado, pela editora Brasiliense, também em São Paulo, no ano de 1944, ou seja, um ano após a morte de Paulo Prado. A editora Brasiliense, vale lembrar, foi fundada por Caio Prado Júnior, também pertencente à influente família Prado. Quanto à sexta edição, foi publicada pela José Olympio, em 1962 no Rio de Janeiro, essa edição conta com um prefácio assinado por Geraldo Ferraz, no qual prevalece a justificativa da reedição, assentada na atualidade do escrito, principalmente no que toca ao “*Post-Scriptum*”. Sua sétima edição se deu pela mesma editora, porém inserida na compilação “*Província &*

Nação”, que reúne em um só volume “*Retrato do Brasil*” e “*Paulística*”, essa edição faz parte da coleção, concebida por Afonso Arinos de Mello Franco, “*Documentos Brasileiros*”. A oitava edição é de 1997, publicada pela Companhia das Letras pela coleção “*Retratos do Brasil*”, essa organizada por Carlos Augusto Calil conta com apêndice no qual constam cartas do autor, resenhas da obra publicadas em jornais e revistas, assim como artigos de jornal sobre Paulo Prado. “*Retrato do Brasil*” foi editado novamente em 2000 e 2002 no Rio de Janeiro enquanto parte integrante da obra “*Intérpretes do Brasil*”, lançada pela Nova Aguilar, e que é uma compilação em três volumes de uma seleção de textos considerados canônicos sobre o pensamento social brasileiro, nesta edição há um texto introdutório assinado pelo historiador Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 2000: 3-23).

Uma leitura da obra através das categorias de “diagnóstico” e de “prognóstico”

“*Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*” é obra que chama a atenção do leitor já quando este, ainda no sumário, se depara com a divisão da obra em quatro capítulos e um “*Post-Scriptum*” que sugerem parte da proposta do autor. São intitulados os capítulos enquanto: “*A luxúria*”, “*A cobiça*”, “*A tristeza*” e “*O romantismo*”. A luxúria do português, somada à do indígena e aliada à passividade do negro resultaria em depravação dos costumes para o autor. A cobiça que alimentara o afã pelo vil metal por parte dos colonos também era elemento desintegrador dos costumes. A luxúria, assim como a cobiça, só poderia resultar em posterior tristeza. E os espíritos tristes seriam meio profícuo para a idealização e para os excessos românticos, também degeneradores do caráter.

A partir da leitura desses capítulos é possível notar uma periodização implícita, o primeiro deles se voltando para o século XVI, o segundo para o século XVII, o terceiro para o século XVIII e o quarto para o século XIX. O “*Post-Scriptum*” é ao início um balanço dos capítulos anteriores, ao final se voltando para o século XX. Essa parte da obra é a mais interessante para se traçar o diagnóstico de Paulo Prado acerca do seu tempo, assim como o prognóstico que o mesmo vislumbrava a partir de sua leitura do Brasil. Alguns pontos devem ser destacados acerca dessa constatação. Primeiro, quando se fala de uma periodização implícita na obra não se trata de períodos rigidamente delimitados, sendo as fronteiras dos períodos entre si de uma imensa

fluidez. Segundo, a forma que o autor intitula cada capítulo e, por conseguinte, se vale para exprimir um período, demonstra a proposta de Paulo Prado com o ensaio, não de estudar o período, mas impressões dos sentimentos que perpassavam a ação humana naquele período.

Para se entender os conceitos de povo, de nação, de identidade nacional, de história e de modernidade presentes na obra, estes devem ser articulados com outro, o de caráter nacional. Esta é a chave para se entender os anteriores na obra de Paulo Prado. O caráter nacional é definido a partir de uma psicologia própria ao povo brasileiro. Formadora da sua identidade nacional e motor da história da nação. Portanto, essa psicologia é um elemento sem o qual não seria possível pensar a modernidade no Brasil e dessa forma elemento sem o qual não haveria como a conduzir de forma adequada.

Algumas passagens exemplificam bem o que acaba de ser afirmado:

I- Quanto à função de formadora da identidade nacional, há uma passagem ao final do texto que a ilustra, onde Paulo Prado afirma que:

Para o ideal novo caminhamos todos na limitação das nossas contingências, conscientes ou inconscientes, e envolvidos em mil laços que são as tradições, as amizades, o dinheiro, os maus hábitos do meu pensamento e da minha vida – e os vossos. (PRADO, 1997: 211)

II- Quanto à de motor da história da nação, há uma logo ao início do texto, quando o autor afirma que:

O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a renascença fizera ressuscitar. (PRADO, 1997: 53)

III- Quanto à utilização dessa psicologia para se entender a modernidade no Brasil, recorre-se ao final do texto, onde, tratando da questão da mestiçagem, Paulo Prado afirma que: “Sugerimos nestas páginas o vinco secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida na sociedade já constituída, os desvarios do mal romântico” (PRADO, 1997: 195).

Mais do que uma psicologia própria do brasileiro, há no texto uma afirmação de uma psicopatologia da nação, inclusive responsável pela unidade nacional: “a indolência e a passividade das populações facilitaram a preservação da unidade social e política do vastíssimo território”, afirma o autor (PRADO, 1997: 196). No diagnóstico que Paulo Prado faz do Brasil na obra, é explícito o caráter patológico que ele atribui ao acúmulo desses sentimentos passados e que são tratados em cada um de seus capítulos de forma mais detida. Neste aspecto, é possível de se estabelecer uma aproximação com a obra de Manuel Bonfim “*América Latina: males de origem*”, na qual também prevalece o caráter patológico da condição brasileira, porém vale lembrar que estes autores virão a se distanciar no que toca à causa de tal patologia, que para Bonfim estaria no parasitismo metropolitano frente às populações nativas, ou seja, uma causa externa, enquanto que para Paulo Prado, a explicação para tal patologia passaria por uma dimensão interna também, do próprio caráter do brasileiro (BONFIM, 2000: 684-687).

São diversas as passagens do texto nas quais se faz explícito esse caráter patológico, mas uma em especial o exprime, a passagem na qual o autor afirma que: “O Brasil, de fato, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (PRADO, 1997: 199). Na produção intelectual do final do século XIX e da primeira metade do século XX há uma idéia de que a forma privilegiada de diagnóstico do país era a do ensaio histórico, assim como se fazia presente uma idéia segundo a qual o ponto de partida por excelência para estes ensaios fosse o período colonial, Paulo Prado se vale de ambas idéias em seu “*Retrato do Brasil*”; pois, como já dito, para o autor esse quadro patológico haveria se desenvolvido durante os séculos da colonização, se acentuando no período do Império e não sendo sanado após a proclamação da República, mas, pelo contrário, apenas acentuado novamente.

“Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia”, afirma Paulo Prado, que propõe para além de apenas um prognóstico, uma terapêutica também (PRADO, 1997: 208). Quanto ao prognóstico contido no “*Post-Scriptum*”, além de um notadamente pessimista, da desaparecimento do país, Paulo Prado apresenta dois alternativos: a Revolução ou a guerra.

Destas, a segunda alternativa foi a que veio a lhe render a previsão acertada da qual o autor trata na já mencionada nota inserida na quarta edição. Com respeito à primeira, afirma o autor: “A guerra, em toda a história, tem sido a terrível reveladora de capacidades que a rotina, a inveja, o egoísmo e a defesa natural dos açambarcadores de posições de mando encobrem, afastam, anulam” (PRADO, 1997: 208).

No que toca à primeira – a Revolução -, afirma: “Será a afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi malfeito” (PRADO, 1997: 209). A idéia de Revolução em Paulo Prado não é uma idéia de reestruturação social, é antes de tudo o apagar-se de toda a psicologia nacional, que atrofiava o organismo social e o impedia de crescer saudavelmente e não no “lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (PRADO, 1997: 199). A Revolução nos termos de Paulo Prado era o fazer tábua rasa da tradição, uma suspensão desta “a afirmação de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi malfeito.”, afirma o autor em relação à Revolução (PRADO, 1997: 209).

Considerações finais

Este pequeno exercício interpretativo permitiu levantar algumas questões interessantes acerca da obra “*Retrato do Brasil*”, o diagnóstico proferido pelo autor, que se vale de uma metáfora organicista, a preocupação de Paulo Prado com uma idéia de um corpo social padecendo de uma psicopatologia que lhe impedia de crescer, mas, pelo contrário, o levaria a definhir indefinidamente caso não houvesse um momento crítico: uma guerra onde surgiria a figura de um herói providencial, ou a suspensão de toda uma psicologia nacional assentada nos vícios da luxúria e da cobiça, da tristeza e do romantismo.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. ‘O Movimento Modernista’. In: **Aspectos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins, s.d.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena: A Obra de Paulo Prado**. Campinas: Editora Papyrus, 2000.
- BONFIM, Manuel. ‘América Latina: males de origem’ In: SANTIAGO, Silvano (Org.).

- Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000, vol.1
- BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. ‘A dinâmica dos campos’. In: **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.
- BYANCA, Ítala. **Os discípulos de Capistrano de Abreu**: Paulo Prado e o “Caminho do Mar”. Disponível em: <http://sbph.org/2006/teoria-metodologia-historiografia-e-acervos/itala-byanca-morais-silva?ml=1> (acessado em 18/07/2011).
- DUTRA, Eliana de Freitas. ‘O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil’. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000.
- MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. ‘Texto introdutório’. In. SANTIAGO, Silvano. (Org.). **Intérpretes do Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000.

SCIENZA NOVA E NOUVELLE HISTOIRE
UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE GIAMBATTISTA VICO
PARA A HISTÓRIA NOVA

Gabriel Cavalcante Cordeiro *

Lays Gomes Martins **

Introdução e Metodologia

Para tentar compreender o papel dos Juristas na constituição da História Nova (ou Nova História), buscamos uma Bibliografia que nos posicionasse frente à questão básica, e às questões que, à partir da primeira, se desenvolveram.

Embasados no Artigo de Antônio Risério sobre Giambattista Vico, buscamos investigar a questão lançada por ele, sobre o papel omitido da obra ‘viquiana’ na constituição da História Nova famigerada pela revista dos Annalles, e para tanto usamos a também famigerada obra de Jacques Le Goff.

Indo além disso buscamos o pensamento Jurídico Moderno na Itália e França, para compreender também o papel do pensamento dos juristas para a produção histórica, discutindo principalmente a questão do indício-prova e remontando também o momento histórico vivido pela ciência jurídica em si. Portanto nos voltamos à teoria do direito com publicações dos autores: Leonardo Greco e Claudemir Rodrigues Dias Filho. Ao nos depararmos com a questão indiciária, nos utilizamos de Carlo Ginzburg e as autoras Edna Furukawa Pimentel e Zilda Maria Montenegro. Hans Ulrich Gumbrecht, Arnaldo Momigliano e Paolo Rossi contribuíram na questão da compreensão de modernidade na ciência e discussões afins.

Dialogando entre esses buscamos entender um pouco melhor não só Vico, como os Juristas Modernos em geral em sua contribuição na constituição da História.

Este artigo, está dividido em 2 momentos: “*A Ciência Nova e A História Nova*” e “Os Juristas, o Método e a Antropologia Histórica”. No Primeiro buscamos resgatar as idéias principais e discussões acerca das obras de Vico (por meio de Risério) e de Le Goff, para então no segundo momento discutirmos ambos juntamente com outras

* Universidade Federal de Viçosa. Graduando em História

** Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduanda em Direito

discussões que julgamos pertinentes. Definido isso, começamos.

A *Ciência Nova* e a *História Nova*

Giambattista Vico viveu na região de Florença da atual Itália, e trabalhou por alguns anos apenas, no ensino superior. Como a maior parte dos estudiosos modernos o autor não se limitava a uma só área de conhecimento, se aventurando em áreas como Filologia, Jurisprudência, História, Filosofia e etc. Apesar de não ter sido reconhecido como bom prático e teórico em sua época, o autor de '*Ciência Nova*' fez-se reconhecido realmente após a morte, quando autores contemporâneos perceberam na obra supracitada um potencial analítico interessante, que viria a ser desenvolvido na Antropologia-Histórica; Ciência que ele acabou precedendo.

Em seu texto *A Via Vico* o brasileiro Antônio Risério elabora colocações que incluem Vico como parte de uma tradição de erudição renascentista, como um intelectual dotado de conhecimentos sobre um apanhado de novas e previamente indefinidas disciplinas. De acordo com Berlin, citado em seu texto, "Vico marcaria o início da história cultural comparativa, constituída, de fato, por uma série de novas disciplinas históricas, como sociologia e antropologia comparativas." (RISÉRIO, 1994: 38) e que "teria criado virtualmente uma nova esfera do conhecimento social, que abrange a antropologia social e os estudos históricos comparados de filosofia, lingüística, etnologia, jurisprudência, literatura e mitologia" (RISÉRIO, 1994: 38).

Dessa forma teria elaborado sua obra, que consiste basicamente em uma análise expositiva sobre as civilizações Pós Diluvianas e teria sido produzida, como destaca Antônio Risério, com a intencionalidade de confirmar o relato bíblico e exaltar a superioridade judaico-cristã; Porém ao longo do texto o autor se afasta levemente do proposto para se aventurar em uma análise diferenciada, para a época, que se assemelha a análises e construções contemporâneas encontradas na História Nova, principalmente no ramo atualmente chamado de Antropologia Histórica.

De acordo com Mario Sina e o próprio Risério, ao longo da obra Vico colocaria progressivamente de lado o relato bíblico, para colocar em primeiro plano a proposta sobre história da humanidade, que passava do estado de selvageria à civilização. Contemporaneamente, enquanto a maioria dos estudiosos de sua época se preocupava com "corpos marinhos encontráveis na superfície terrestre" (RISÉRIO, 1994: 40), Vico

estava tomado por uma obsessão histórico-antropológica; Enquanto esses tentavam mensurar as conseqüências geográficas e geológicas do dilúvio, Vico estaria buscando a vida social que se seguiu ao fenômeno diluviano. Paolo Rossi coloca que, para Vico, só o homem tem história, o que interessa a Vico não é o objeto natural, mas o ser sociável.

O autor Antônio Risério acredita que a obra *Ciência Nova*, teria sido elaborada para enfrentar esses novos rumos que então tomava a História já que, apesar de seu interesse pelo que houve aos pagãos, Vico tinha problemas em aceitar, enquanto pensador cristão, proposições como de uma realidade pré-adâmica do mundo, visão tal que se espalhava nos meios científicos de sua época. Diferentemente deles, Vico acreditava na história bíblica e na primazia hebraica, que para ele, seriam os mais antigos.

Risério surpreende-se em não ver o nome do florentino no rol dos precursores da nova história, sendo mencionado apenas de passagem. Inclusive o mesmo critica a presença de Marx nessas menções, já que ele teria sido apenas um filósofo da História, não historiador.

Na questão sobre a não menção de Vico, o autor faz um juízo, apontando para o narcisismo francês, como causador da citação breve de Vico, mostrando em autores posteriores como Voltaire, Michelet, Chateaubriand e Bacon, características presentes na obra de Vico. (RISÉRIO, 1994: 42) Lançando então a questão sobre a ausência de referências sobre a contribuição de Giambattista Vico.

Risério enxerga nos autores da História Nova, especialmente em Le Goff, terrenos viquianos; Para Risério o grande fundador da moderna consciência histórico-antropológica seria Vico, ou seja, como disse André Burgière, nos Annales assistimos “não ao nascimento mas ao renascimento de uma história antropológica” (RISÉRIO, 1994: 43), sendo Vico, constantemente excluído dos traçados genealógicos da ciência histórica.

Entende-se por História Nova a oposição ao paradigma tradicional à análise da História, originado nas décadas de 50/60/70 do século XX, por autores, influenciados pelo rompimento empreendido pelos compositores da revista ‘Annalles’ e a chamada História das Mentalidades. Essa (comumente chamada de Nova História) busca uma nova idéia, uma concepção diferente da história, uma preocupação com o saber histórico e até mesmo com a própria idéia de história. O que era previamente considerado

imutável é agora encarado como uma construção cultural sujeita a variações.

De grande relevância para a História Nova foi a Escola dos Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. Febvre, Bloch entre outros, queriam colocar a história no “presente”, estavam insatisfeitos com aquela História da tradição novecentista, em que o que se retratava era (em geral) o fato isolado e de um só ponto de vista, fato esse que o chefe político de uma nação o realizara direta ou indiretamente etc. Os criadores da nova história estavam dispostos a questionar, a problematizar, a indagar, a responder a essas e a outras inúmeras indagações históricas, estes sentiam a necessidade de extinguir a história “arcaica” onde só se narrava fatos “importantes”, datas e nome da autoridade política vigente.

Para o autor, os tradicionais (desenhados pelo autor como positivistas e metódicos) alegavam que se devia utilizar na pesquisa, o máximo de documentos possíveis, para se obter a totalidade sobre os fatos e não deixar nenhuma margem de dúvida no que se refere à sua compreensão. A busca desses fatos deve ser feita por mentes neutras, pois qualquer juízo de valor na pesquisa e análise altera o sentido e a verdade própria dos fatos, modificando, pois, a própria História. Esta se tornaria uma ciência falha e totalmente fora de seu caráter científico, e, portanto destituída de valor e validade. Coulanges chega a afirmar que a "História não é arte, mas uma ciência pura (...) a busca dos fatos é feita pela observação minuciosa dos textos, da mesma maneira que o químico encontra os seus em experiências minuciosamente conduzidas". (LEGOFF, 1990: 26-64)

Os historiadores da Escola dos Annales conseguiram dar uma nova roupagem na maneira de se pensar a história, de se trabalhar a história e seus acontecimentos, que se propunha a ir além da visão positivista da história como crônica de acontecimentos. Defendia-se uma idéia de História pura e total, que visse os lados econômico e social.

Uma palavra-chave que ajuda a acompanhar o ideal da História Nova é a **interdisciplinaridade**. Há um interesse na existência de uma interação entre a História, a Antropologia, a Economia, a Sociologia, a Ciência Política, a Geografia, a Arqueologia e outras áreas do saber.

A Nova História vem nos mostrar uma História que pode ser mais próxima, através do estudo das pessoas comuns, seus hábitos, costumes, crenças, mentalidades. Ideais tais que permeavam o estudo da Antropologia Histórica.

Para LeGoff a História Nova importa com o que “está por trás.” O documento é algo passível de análises. Anais, economia, sociologia, são extremamente necessários.

LeGoff destaca que Voltaire foi um dos que começou a pensar como na História Nova; para Voltaire a História deve ir passando por transformações como a Física, deixando de ser propriamente descritiva e especificamente, deixando de narrar os fatos dos poderosos.

Durkheim é outro que merece destaque, ao falar do suicídio faz uma investigação; há uma preocupação com a problemática.

Em *O que é fato social*, Durkheim mostra que a organização e coesão sociais não são somente regidas pelas leis do Direito. Ele introduz a questão dos *costumes e hábitos*, que também são elementos chaves para reger as sociedades. Da mesma forma que nos sentimos integrados quando cumprimos as leis, ao seguir os costumes considerados válidos pela sociedade nossa integração é facilitada. Isso contribui para reforçar a coesão social. No entanto, se não levamos em conta tais hábitos sociais, não nos integrando a eles, seremos punidos pela mesma sociedade, não pelas regras do Direito, mas com a exclusão, o deboche, a sátira e outros.

Michelet fala de uma História total e profunda, ou seja, aquela que vai além, que ultrapassa barreiras e chega a uma nova visão, indo aos “bastidores” daquilo que se passa. Alguns dos que desenharam essa Nova História, desejavam se desvincular da História da Política e se voltar direcionado ao social. Nesse sentido Vico, anteriormente, havia empreendido um esforço semelhante, ao empreender um trabalho focando nas civilizações pós-Dilúvio, de modo pouco discriminado, em relação à sua época, debruçando-se sobre civilizações antigas, e nas devidas medidas, sobre as pessoas e seus hábitos.

Le Goff (LEGOFF, 1990: 42) alega que a História Nova não é apenas da França, mas possui muito dela. Houve o aparecimento de novos problemas, novas ciências e principalmente de novos métodos. Como já vimos anteriormente Antônio Risério classifica a colocação como fruto de um ‘franco narcisismo’.

Os Juristas, o método e a antropologia histórica

Giambattista Vico, jurista renascentista do século XVIII tinha em seus ombros a tradição epistemológica, firmada no século XVII; um novo modelo epistemológico

formado teria se constituído, segundo Pimentel e Montenegro (PIMENTEL; MONTENEGRO, 2007: 185), numa nova ciência de onde nasce o método científico. Durante o período Moderno, Bacon e Descartes, Galileu e Newton, bem como outros, teriam se preocupado com a metodologia do saber. Os dois últimos, segundo Cambi (CAMBI, 1999: 135), teriam posto em destaque as etapas constitutivas do método científico (observação, hipótese, matematização, verificação experimental), para a elaboração das leis da natureza.

Gumbrecht destaca ainda a criação da imprensa e a descoberta do novo mundo, para a emergência de uma subjetividade condensada no chamado observador de primeira ordem (GUMBRECHT, 1998: 12). Em oposição à Idade Média, quando a verdade estaria “além da compreensão humana, ou, no melhor dos casos, era dada a conhecer pela revelação de Deus” (GUMBRECHT, 1998: 12), passava-se, o homem, a se ver como papel do sujeito na produção do saber; Numa caminhada rumo à modernidade, quando houvesse um conflito do sujeito espiritual com o mundo de objetos, e dali se extraísse uma leitura, estar-se-iam fixados os alicerces para o surgimento do chamado “campo hermenêutico”: mais um composto da tradição de análise racional e secular que se formava no Período Moderno, e com a qual Vico obteve contato direta ou indiretamente.

Apesar da ligação de Vico, com a tradição judaico-cristã, o vemos naquele momento como um subversor interno das idéias cristãs, das quais se aproveitou para que produzisse o que desejava, sem se preocupar muito com perseguições. Conforme a questão da subjetividade descrita acima, o autor ao retratar as sociedades pagãs se mostra muitas vezes preso a etnocentrismos comuns ao observador de primeira ordem do período relacionado por Gumbrecht. Além de escritor da obra *Ciência Nova*, Vico foi jurista, filólogo e historiador. Daqui podemos tirar relações interessantes.

Sabemos, por Ginzburg (GINZBURG, 1990: 154) que a constituição da disciplina historiográfica se deu em meados do Século XIX, e o fez muito em razão do paradigma indiciário, herdado do Método Moreliano de autenticação de obras de arte. Paradigma tal que implicava investigação minuciosa “talvez ínfima, para descobrir pistas e eventos não diretamente observáveis pelo observador” (GINZBURG, 1990: 152). Porém a busca pela verdade é relativizada, no sentido de que a ‘verdade’ em si é posta em questão. De forma semelhante a um médico o historiador buscaria os

indícios/sintomas para então colocar sua interpretação/diagnóstico.

Os juristas do período de Vico (e o próprio) estudavam e interpretavam casos judiciais e as regulamentações para o público e lidavam com a relação: *indício* sendo colocada como relevante e evoluindo muitas vezes a *prova* que comporia a reconstituição da *verdade*. Apesar de oposta ao pensamento atual sobre história no que tange ao fim, o tratamento do crime e sua investigação no que tange ao processo, remete nas devidas medidas o carro chefe do pensamento indiciário.

Na ciência Jurídica, conforme Leonardo Greco, em período contemporâneo ao de Vico, em 1667, teria emergido a livre convicção, uma apreciação ao sistema de provas legais, sendo assim um “instrumento de liberalização” do arbítrio judicial e soberano. (GRECO, 2004: 37) Teria havido, então, um fortalecimento e uma maior doutrina afirmativa em relação à avaliação e investigação dos indícios e das provas, para que se evitasse a necessidade da livre convicção do Juiz.

Sobre a livre convicção:

O seu grande perigo foi e continua a ser o espaço de aparentemente incontrolável arbítrio judicial que introduziu no sistema probatório, tanto mais nefasto quanto mais impessoal e técnica é a forma de investidura do juiz profissional. É difícil disciplinar por regras jurídicas o juízo fático no sistema da livre convicção, pois incalculáveis são as escolhas que o juiz deve fazer, estando sempre presente o risco do arbítrio. (GRECO, 2004: 37)

Então a prova teria caminhado mais um passo para ser o que hoje é, o que em linhas gerais no Processo Penal, a confirmação da verdade ou relevância do indício que advém da evidência, e o último do vestígio. Porém confirmação tal advinda de discussões e considerações, emergindo em última instância a decisão arbitral do juiz.

a evidência é o vestígio que, mediante pormenorizados exames, análises e interpretações pertinentes, se enquadra inequívoca e objetivamente na circunscrição do fato delituoso. Ao mesmo tempo, infere-se que toda evidência é um indício, porém o contrário nem sempre é verdadeiro, pois o segundo incorpora, além do primeiro, elementos outros de ordem subjetiva. (DIAS FILHO, 2010: 442)

Ainda pensando na questão indiciária, apesar desse distanciamento observado entre a visão de indício no meio jurídico e o indício no meio historiográfico percebemos uma relação existente, se pensarmos que muitos daqueles que se afirmavam juristas na

modernidade, tinham alguma relação também com o campo histórico. Pascal coloca que “História, geografia, jurisprudência (...) pertencem ao número das ciências ‘que dependem da memória e são puramente históricas’ (...) têm como princípio o fato”. (ROSSI, 2000: 71) Apesar da falibilidade da idéia de Pascal em relação à concepção histórica na perspectiva da História Nova, a aproximação das áreas se dava claramente no século XVII.

Tal noção da busca de um fato, uma verdade, da ciência pela confirmação e pelo estudo daquilo que é verossímil e relevante, se relaciona também com as noções historiográficas da dita tradição Metódica/Positivista do século XIX, quando a relação entre os Juristas e o fazer da História ainda era próxima. Antes, no século XVIII, durante o alvorecer do Iluminismo, quando houve a aceitação geral do Campo Hermenêutico (GUMBRECHT, 1998: 13), teria surgido a obra de Vico com pensamentos semelhantes, de conhecimento completo da história marcado, porém por um pensamento não de história circular como antes dele, mas em ‘espiral’. Ou seja, sua participação na literatura da História Nova, na questão da concepção histórica teria sido mais como parte da tradição que foi alvo de críticas do que como pioneiro, como o foi no caso de sua contribuição para a antropologia histórica e na investigação dos indícios, como aponta esse artigo. Dentro da antropologia histórica:

... o pensamento de Marshall Sahlins. O que este nos diz é que uma antropologia da história não é sinônimo do remoto ou do anônimo. Está em Ilhas de História. ‘Culturas diferentes, historiadores diferentes’, em contraposição ao ‘populismo’ da nouvelle histoire. Não se trata de estabelecer, em princípio, um contraste rigoroso entre história das elites e história da vida comunitária (RISÉRIO, 1994: 47)

Risério completa ainda: “Insisto no assunto apenas para sublinhar o nome de Vico na aurora de um movimento do pensamento que ainda hoje repercute” (RISÉRIO, 1994: 44) chama a atenção para questões ignoradas sobre Vico. Sua relação com pesquisas atuais onde se busca o singular, o diário, principalmente nos campos de História Social e História Cultural.

Conclusão

Considerando as reflexões efetuadas, conforme o método descrito na Introdução

podemos perceber em termos limitados (considerando a extensão desse artigo) a disparidade entre o atual método e pensamento histórico, que muito se baseia nas idéias de Carlo Ginzburg sobre a questão Indiciária, como tentamos demonstrar; e o método contemporâneo a Vico, ainda pautado pela ciência como conhecimento da verdade.

Percebemos também a questão do pensamento Jurídico contemporâneo a Vico, que era obviamente muito pautado pela decisão do Magistrado, que juntava a Legislação (Costumeira ou Escrita) com os Indícios, julgando o que for classificado como prova no Processo Criminal em busca da Verdade. Vimos também a questão que surgiu, onde se juntava a chamada 'livre-convicção' à toda dialética do Processo. Tal acontecimento pode-se dizer que ajudou numa maior investigação dos indícios e dedicação ao sistema de Provas; sendo o Processo Penal, parte essencial do Universo Jurídico de então; e considerando também que parte significativa dos Historiadores de então se ocupavam também das Jurisprudências, é possível dizer que houve um impacto não só metodológico (na busca de evidências para desenhar o fato histórico), como também um impacto da perspectiva, na possibilidade de compreender os diversos vieses e versões do acontecimento histórico. Concluindo, além da Antropologia Histórica, desenhada por Vico, cuja importância é defendida por Risério, Joyce e outros, os Juristas e a investigação criminal de então, teriam semelhanças com o método dos Historiadores da História Nova.

Referências Bibliográficas

BOCH, Marc. **Apologia da História**: ou ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DIAS FILHO, Claudemir Rodrigues. Cadeia de Custódia: do local de crime ao trânsito em julgado; do vestígio à evidência. **Revista dos Tribunais**. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/27896611/Cadeia-de-custodia-do-local-de-crime-ao-transitoem-julgado-do-vestigio-a-evidencia>>. Acesso em: 19/11/2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- GRECO, Leonardo. O Conceito De Prova. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano IV, Nº 4 e Ano V, Nº 5 - 2003-2004.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas da Modernidade”. In: **Modernização dos Sentidos**. Tradução de L. F. Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- LE GOFF, Jacques. A história nova. In: **A História Nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
- PIMENTEL, Edna Furukawa; MONTENEGRO, Zilda Maria C. Aproximações do Paradigma Indiciário com o Pensamento Freireano: Uma Construção Possível?. **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista. n. 3. 2007.
- RISÉRIO, Antonio. A via Vico. **Revista da USP**, São Paulo, n.23. 1994.
- ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: A idéia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000.

**UM QUASE BARTLEBY:
RODOLFO GARCIA E SUA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA LIMIAR**

Vitor Claret Batalhone Júnior*

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu em Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte, no dia 25 de maio de 1873. Após ter estudado no Colégio Militar do Ceará e na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, graduou-se bacharel em direito na famosa “Escola do Recife”. Além disso, Rodolfo Garcia atuou de maneira destacada como bibliotecário e historiador. Ao longo dos primeiros anos da década de 1910, Garcia radicou-se na capital federal onde conheceu Capistrano de Abreu, seu grande amigo e mestre. Esse último foi também um grande historiador, tendo sido recorrentemente identificado como o único historiador brasileiro capaz de produzir obra superior à *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. Entretanto, nem Capistrano nem Garcia realizaram tal tarefa (ABL, s/d: s/p).¹

Entre as publicações assinadas por Rodolfo Garcia, podemos mencionar os *Nomes de aves em língua tupi*, de 1913; o *Dicionário de Brasileirismos*, datado de 1915; sua colaboração ao *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o qual escreveu sobre *Etnografia Indígena e História das Explorações científicas no Brasil*; elaborou ainda o *Catálogo dos Livros, Folhetos, Documentos, Retratos, Bustos, Máscaras etc.*, pertencentes à Biblioteca, Arquivo e Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, obra de referência que foi publicada em número especial da Revista do IHGB, referente à edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil; além de seu *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens* e do *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Aparentemente, Rodolfo Garcia parece não ter escrito nenhuma grande obra. Porém apenas parece que o autor não o tenha feito (ABL, s/d: s/p).²

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES.

¹ Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=212&sid=350>>. Acessado em: 17/02/2011.

² Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=212&sid=350>>. Acessado em: 17/02/2011.

Em 1853, Herman Melville publicou seu *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street*, no qual contara a história ficcional de um indivíduo que trabalhava num escritório de Wall Street como copista manual de documentos. O fato curioso era que, quando alguém o indagava sobre sua opinião ou lhe demandava uma ação qualquer, Bartleby se limitava a responder: “Eu preferiria não o fazer”.

Já no final do século XX, no ano de 2000, o escritor catalão Enrique Vila-Matas se inspirou no personagem criado por Herman Melville e publicou um interessante livro intitulado *Bartleby e companhia*, no qual discutiu através de um ensaio ficcional, aquilo que ele denominou de “síndrome de Bartleby”. Tal síndrome seria uma espécie de pulsão negativa face ao ato da criação literária, dando origem àqueles que o autor identificou como sendo os “escritores do Não”: autores que ou escreveram pouquíssimas obras e depois se silenciaram profundamente, ou que, apesar de serem reconhecidos publicamente em relação aos seus potenciais literários, nunca chegaram a compor as tão esperadas grandes obras.

No ano de 1900, a Tipografia Laemmert, sediada no Rio de Janeiro, encomendou a Capistrano de Abreu um amplo projeto de anotação crítica da *História geral do Brasil* de Varnhagen (MATTOS, s/d: s/p). Essa edição revista e anotada constituiria a terceira edição da *História geral*, uma vez que as duas primeiras edições foram publicadas por Varnhagen ainda em vida. A primeira edição da *História geral do Brasil* foi publicada em Madrid, em dois volumes, entre os anos 1854 e 1857. Já a segunda edição, corrigida e aumentada pelo próprio autor, foi publicada em Viena em 1877. Entretanto, a terceira edição revista e anotada, sob a responsabilidade de Capistrano de Abreu, acabou sendo publicada apenas muitos anos depois da encomenda feita pela Tipografia Laemmert, pois em 1906 um incêndio na casa de edição destruiu boa parte dos materiais. De qualquer forma, o primeiro volume da terceira edição acabou sendo publicado em 1907 (CEZAR, 2002: 540-541).

Alguns anos após tal incidente, Rodolfo Garcia tomou parte no projeto de anotação crítica da terceira edição da *História geral do Brasil*. Todavia, Capistrano de Abreu acabara falecendo em 1927, de forma que a terceira edição integral da obra de Varnhagen foi publicada apenas nos anos seguintes (GONTIJO, 2007: 42). Assim, a maior parte dos volumes foi anotada e revisada especialmente por Rodolfo Garcia.

Enquanto trabalharam juntos, Rodolfo Garcia também acompanhou Capistrano em outros importantes empreendimentos, principalmente no que tange a publicação de documentos que os autores consideravam fundamentais para a consecução de uma história e de uma historiografia brasileiras mais completas do que as de seus antecessores. Dessa forma, o grande nome e a grande obra a serem batidos eram Varnhagen e sua *História geral do Brasil*.

Para compor o hercúleo trabalho de anotação da referida obra do Visconde de Porto Seguro, Capistrano e Garcia recorreram a inúmeros documentos e monografias históricas, muitos deles previamente conhecidos, outros, porém, inéditos. No que tange os documentos históricos primários utilizados, alguns daqueles que aparecem entre as notas de rodapé e de finais de seções merecem atenção privilegiada devido à sua frequência de utilização e aos anexos textuais que encontramos em suas edições. Entre tais documentos, destacamos a coleção da *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil*, os *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim, o *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* e a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador.

Encontramos em todas essas edições, prefácios, introduções críticas e notas escritas ou por Capistrano de Abreu ou por Rodolfo Garcia, sendo que em algumas ocasiões existem textos de ambos os autores. Todavia, dentro desse conjunto, os textos mais importantes assinados por Rodolfo Garcia encontram-se nas edições da *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)* e nos *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim.

A partir de 1922, a coleção da *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil* foi editada, contendo os volumes, a adição de prefácios, introduções e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Tais edições tiveram como origem uma demanda da Sociedade Capistrano de Abreu, a qual havia projetado uma série de publicações de documentos históricos intitulada “Eduardo Padro” (ABREU, 1935: XXIX). Sob a responsabilidade de Capistrano de Abreu ficaram os volumes das *Confissões da Bahia (1591-92)* e das *Denúncias da Bahia (1591-1593)*. No caso das *Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*, o estudo introdutório ficou a cargo de Rodolfo Garcia.

Entretanto, o fato interessante é que enquanto Rodolfo Garcia trabalhava no

processo de anotação da *História geral do Brasil* ele também trabalhava na edição crítica dos documentos históricos em questão. Dessa forma, tais documentos, assim como a *História geral*, passaram a compartilhar um mesmo núcleo discursivo lastreado sobre um conjunto de referências similares. As notas de rodapé adicionadas por Garcia à *História* escrita pelo Visconde contém inúmeras referências e citações das edições dos referidos documentos que Rodolfo Garcia tratava de anotar e prefaciá-los concomitantemente ao seu trabalho de anotação da *História geral do Brasil*. Houve momentos em que a própria versão da obra de Varnhagen serviu como referência em notas de rodapé ou no próprio corpo do texto, a fim de garantir as informações que visavam garantir as narrativas existentes nos prefácios e introduções críticas adicionados aos documentos aqui discutidos. Isso possibilitou o surgimento de um movimento de autorreferenciação discursiva através do qual tanto a *História geral* passou a fundamentar os anexos textuais presentes nos volumes editados com a colaboração de Rodolfo Garcia, quanto tais documentos passaram a fundamentar as notas adicionadas ao “monumento” varnhageniano.

Ao mesmo tempo em que Garcia trabalhava para oferecer uma versão anotada da *História geral* ao longo do ano de 1929, era escrito o prefácio e publicado o volume das *Denúncias de Pernambuco*. O mesmo fenômeno é observável no apêndice textual que introduz *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim, o qual conta com uma *Introdução Geral* escrita por Rodolfo Garcia.

Em 1923, sob os auspícios da presidência de Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras (ABL), foi esboçada uma tentativa de “começar a publicação de duas séries de obras raras e preciosas”, tratando dos “classicos nacionaes”. Esses volumes constituiriam a coleção Biblioteca de Cultura Nacional, que deveria abranger obras e documentos classificados dentro das seguintes especificações: história, literatura, “dispersos” e bio-bibliografia (ABL, s/d: s/p; GARCIA, 1939: 7-8).³ Posteriormente, o empreendimento passou a se chamar Coleção Afrânio Peixoto. Segundo o então presidente, tais edições deveriam ser “enriquecidas de introdução bibliographica, e de notas elucidativas, das quaes serão encarregados os nossos confrades que tiveram pendor por esse gênero de estudos” (PEIXOTO *apud* GARCIA,

³ Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>>. Acessado em: 17/02/2011.

1939: 7). Os escolhidos entre seus pares em função do “pendor por esse gênero de estudos” foram Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. A partir de então, ambos os autores estavam encarregados de executar uma tarefa considerada essencial para a constituição da história e da historiografia brasileiras.

Os *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim são uma das poucas obras desse projeto que foram efetivamente publicadas. Antes de serem editados sob a forma de um corpo textual único e homogêneo, os *Tratados* de Fernão Cardim eram constituídos por três códices singulares. O primeiro recebera o título de *Do Clima e Terra do Brasil*, o segundo, de *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil*, sendo o último tratado conhecido como *Narrativa epistolar* ou *Informação da Missão do Padre Christovão de Gouvêa às partes do Brasil* (GARCIA, 1939: 8).

Além de ter escrito a referida *Introdução Geral*, Rodolfo Garcia também adicionou notas ao texto da edição integral de *Do Clima e Terra do Brasil* publicada por Capistrano de Abreu em 1885. Essa edição foi estabelecida especialmente a partir de um manuscrito original existente na Biblioteca de Évora e de um códice existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contando também com o cotejamento da versão publicada em inglês por Samuel Purchas em 1625 (GARCIA, 1939: 15).

Já a *Narrativa epistolar* ou *Informação da Missão do Padre Christovão de Gouvêa às partes do Brasil* foi publicada primeiramente por Francisco Adolfo de Varnhagen em 1847. O Visconde de Porto Seguro também se utilizou de um códice existente na Biblioteca de Évora para publicar em Lisboa sua edição da *Narrativa epistolar*, obra que seria bastante utilizada na composição da *História geral do Brasil*. Mais uma vez as notas ficaram a cargo de Rodolfo Garcia, pois nem Varnhagen e nem Eduardo Prado, que trabalhou num edição para o IHGB em 1902, conseguiram adicionar as notas desejadas (GARCIA, 1939: 9-10).

Na sua *Introdução Geral*, Garcia esboçou uma pequena biografia do jesuíta, configurando-lhe não somente como um “precursor” da escrita da História do Brasil, mas também como um dos primeiros indivíduos a compor a linhagem dos “patriotas” brasileiros (GARCIA, 1939: 10-11). Dessa forma, Rodolfo Garcia criou as condições para que se tornassem pensáveis as idéias de uma nacionalidade e de uma história especificamente brasileiras que estariam em processo contínuo de formação desde pelo menos o século XVII. Dentro dessa história, Fernão Cardim foi conformado tanto como

uma personagem quanto como um autor. Entretanto, Rodolfo Garcia sempre caracterizou a obra do jesuíta Cardim antes como um documento do que como aquilo que ele poderia definir como sendo uma obra historiográfica autêntica segundo sua concepção.

Como afirmado anteriormente, também na *Introdução Geral* aos *Tratados* de Fernão Cardim podemos observar o referido movimento circular de autorreferenciação do discurso histórico enunciado por Rodolfo Garcia nas notas de rodapé, nos prefácios e introduções que escreveu para as edições da *História geral do Brasil* e dos documentos cujas edições críticas ficaram sob a sua responsabilidade. Portanto, encontramos novamente alguns indícios que nos permitem pensar que os estudos realizados por Rodolfo Garcia para compor as edições de tais documentos coloniais e da *História geral do Brasil* teriam sido realizados simultaneamente.

Parece que de certa forma, as possibilidades de se contar a história do Brasil sem tocar nesses documentos ou na *História geral* escrita por Varnhagen eram restritas e apenas aumentavam à medida que monografias e novos estudos eram realizados, assim como novos documentos eram descobertos, criticados, editados e publicados. Isso nos leva a uma última questão.

Capistrano de Abreu acreditava que um dos elementos essenciais para a composição da escrita de uma “História Pátria” mais completa, mais verdadeira do que as compostas por seus antecessores compreendia como etapa básica de trabalho o rastreamento, o descobrimento e a apuração crítica de documentos considerados fundamentais. Através desse procedimento necessário básico, Capistrano acreditava poder indicar e fechar as lacunas referentes à história e à historiografia brasileiras, especialmente aquelas que se referiam ao passado colonial, como por exemplo, o período das bandeiras. Segundo o autor, o conhecimento histórico sobre o século XVI e sobre as bandeiras era escasso, demandando de maneira imperativa, estudos que esclarecessem tais intervalos sombrios sobre o passado brasileiro (ABREU, 1931: 199, 204-205). Dessa forma, Capistrano deixa entrever uma concepção segundo a qual existiria uma estrutura fenomênica do passado com existência efetiva em potencial para além das representações historiográficas. Aproveitando o exemplo das bandeiras, podemos considerar que essas somente se tornariam objeto de pesquisa pertinente a um projeto ou questionário mínimo de trabalho caso algum indivíduo-historiador assim o

demandasse cognitivamente, mas não por força necessária emanada do objeto história do Brasil enquanto uma entidade que se acreditava suficiente. Isso não significa que as bandeiras não foram uma realidade determinada do passado, mas apenas que as bandeiras não são um objeto necessário da composição de uma estrutura-objeto que identificamos como a história do Brasil.

Rodolfo Garcia comungava tal crença com Capistrano de Abreu. O fato de ele ter herdado com tanto empenho, mérito e zelo a tarefa de anotar e prefaciar a *História geral do Brasil* assim como os documentos coloniais aqui referidos é um indício disso, mesmo que Rodolfo Garcia não tenha expressado tal crença historiográfica comum tão claramente como o fez Capistrano de Abreu.

Para finalizar esta reflexão sobre a prática historiográfica realizada por Rodolfo Garcia, prática essa que optamos por classificar como limiar, uma vez que foi construída em grande parte nos limites do discurso historiográfico efetuado pelo autor, ou seja, aquele discurso que se encontra nos anexos textuais das notas de rodapé, prefácios e introduções críticas adicionadas às obras e aos documentos historiográficos por ele processados, voltemos ao escritor criado por Herman Melville e principalmente à “síndrome de Bartleby” teorizada literariamente por Enrique Vila-Matas.

Como afirmado anteriormente, tal síndrome seria uma espécie de pulsão negativa em reação ao ato de criação literária. Aqueles que fossem portadores da síndrome seriam os “escritores do Não”, os quais teriam criado poucos textos e depois teriam se calado literariamente ou, apesar de serem reconhecidos como grandes autores literários em potencial, nunca chegaram a escrever suas esperadas páginas de gênio.

Garcia, assim como Capistrano, não chegou a escrever uma grande obra historiográfica. Poderíamos pensar que talvez o autor tivesse sido contaminado pela “síndrome de Bartleby”, escrevendo “apenas” alguns anexos textuais e se calado posteriormente sem conseguir efetuar sua tão esperada grande obra. Teria o peso da totalidade da referida estrutura fenomênica que os autores acreditavam existir para além das representações historiográficas que criamos acerca do passado esmagado suas pretensões de escrever uma nova e mais completa grande história geral do Brasil? Teria a pulsão pelo controle máximo dos documentos históricos desorientado a prática historiográfica de Rodolfo Garcia, levando-o a uma enseada de silêncio em lugar da tão

almejada nova história geral do Brasil? Teriam sido os documentos em excesso antes um obstáculo do que um conjunto útil de ferramentas para o trabalho cognitivo do historiador?

Já adianto que não possuo aqui tais respostas. Todavia, tendo a pensar que Rodolfo Garcia possuísse uma espécie de imunidade à “síndrome de Bartleby”, pois não faltou ao autor uma obra imensa e processada com frequência. Garcia escreveu muito, estudou muito, mas o resultado de seu trabalho é mais perceptível em espaços textuais heterodoxos. Suas notas, prefácios e introduções compõem junto aos seus poucos estudos editados singularmente, uma obra imensa. Como poderia então ter sido o autor um enfermo de Bartleby? Rodolfo Garcia poderia antes ter sido um quase Bartleby, ou melhor, um Bartleby às avessas, pois me parece que sua tão aguardada grande obra da “História Pátria” foi escrita de certa forma, e em coautoria com Capistrano de Abreu, nos limites espaciais e discursivos que passam amiúde despercebidos, ou seja, as notas de rodapé, prefácios e introduções.

Referências Bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e estudos**: (crítica e história). 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Afrânio Peixoto**. Disponível em:<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=44&sid=127>>. Acessado em: 17/02/2011.

_____. **Biografia de Rodolfo Garcia**. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=212&sid=350>>. Acessado em: 17/02/2011.

_____. **Discurso de posse de Rodolfo Garcia**. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=8478&sid=30>>. Acessado em: 17/02/2011.

CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une hétérologie de la nationalité**: Le cas Varnhagen. Tese de Doutorado. Paris: EHESS, 2002.

GARCIA, Rodolfo. **Escritos avulsos**. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1973.

_____. Introdução. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de. **Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoc a**: Denuncia es de Pernambuco (1593-1595). São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.

_____. Introdução Geral. In: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. **Sistemas de classifica o bibliográfica**: da classifica o decimal e suas vantagens. Rio de Janeiro: Associa o Brasileira de Bibliotecários, 1969.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30, n.59, p.15-36, 2010.

_____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História**. São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.

_____. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biograf ia. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Gradua o em História. Porto Alegre, v.14, n.26, p.41-76, dez., 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Capítulos de Capistrano**. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>>. Acessado em: 19/09/2010.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**: uma história de Wall Street. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MENDOÇA, Heitor Furtado de. **Primeira visita o do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoc a**: Confissões da Bahia (1591-92). Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.

_____. **Primeira visita o do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoc a**: Denuncia es de Pernambuco (1593-1595). São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.

SALVADOR, Vicente do, Frei. **Historia do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. **História geral do Brasil**: antes da sua separa o e independência de Portugal. 3. ed. Integral. São Paulo: Melhoramentos, 1927-1936.

_____. **História geral do Brasil**: antes da sua separação e independência de Portugal. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VILA-MATAS, Enrique. **Bartleby e companhia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

AUTOBIOGRAFIA DO SUJEITO E AUTOBIOGRAFIA DO ESPÍRITO

Isabel Cristina Fernandes Auler*

Em sociedades onde florescem ideologias individualistas que tomam o sujeito como valor central de sua cultura, a noção de biografia possui importante papel, pois a trajetória de uma pessoa torna-se elemento constituidor, e não apenas elemento contido, da própria sociedade¹. Devido à crescente valorização do indivíduo psicológico, a memória deste também se torna socialmente relevante, uma vez que demarca sua singularidade. “Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna”. (VELHO, 1994: 100).

O surgimento do sujeito moderno acompanhou a criação de um espaço literário cujo objetivo consistiu na expressão de sua individualidade e autonomia. A autobiografia, narrativa centrada no autor, “simultaneamente ponto de partida e objeto do texto” (ALBERTI, 1991: 69) atualiza este indivíduo moderno na medida em que se constitui como espaço específico para a reflexão deste quanto as suas experiências particulares. Sua origem é atribuída às Confissões de Rousseau, “texto no qual, pela primeira vez, o eu se fala na intimidade e se põe a nu, à disposição do julgamento dos leitores.” (ALBERTI, 1991: 69)

No entanto a autobiografia não foi a única novidade no âmbito narrativo a acompanhar o surgimento desta nova concepção do sujeito proveniente dos tempos modernos, pois a filosofia da História, uma nova maneira de refletir sobre os acontecimentos históricos e narrá-los, também surge neste período temporal. O objetivo deste artigo consiste em analisar as semelhanças entre o gênero autobiográfico e a filosofia da história, ambas originadas na passagem do século XVIII para o século XIX e interligadas pela difusão desta nova solaridade concedida ao homem. Para tanto, iniciaremos este artigo com o surgimento do “homem solar” e sua estreita ligação com

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

¹ Contudo é importante ressaltar a existência de descontinuidades e diferenças em relação ao grau de valorização do indivíduo nas chamadas sociedades modernas ocidentais. Análises generalizantes tendem a apagar as especificidades de cada grupo particular, portanto, essa ressalva apresenta-se como medida cautelosa contra possíveis associações simplistas.

as teorias do conhecimento dos séculos XVII e XVIII, para posteriormente, expormos as características de ambos os gêneros narrativos e, por conseguinte, compará-los, a fim de demonstrarmos a estreita relação que possuem.

A permanência da autoconfiança da razão

A centralidade concedida ao homem nos tempos modernos foi considerada por Heidegger, uma decorrência da pretensa objetividade dos paradigmas do conhecimento. Objetivismo e subjetivismo encontravam-se enredados pela concessão do estatuto de verdade aos conhecimentos advindos do saber humano - ao invés da certeza revelada pela salvação -, saber este, proveniente da lógica cartesiana, na qual o homem moderno deveria afastar-se do mundo sensível para alcançar a certeza científica através da razão. - “A íntima solidariedade entre subjetividade e objetividade com que Heidegger bem caracteriza os tempos modernos supõe o destaque comum do sujeito e da representação objetiva do existente.” (LIMA, 2000: 83)

Para Descartes é através da razão que o homem torna-se capaz de encontrar sentido para a vida. A ciência é vista como a possibilidade de alcançar um conhecimento que ultrapasse as particularidades. Essa certeza proposta pelo homem moderno apóia-se na separação entre *cogito* e sentidos, na qual o filósofo apreende o cogito como o abrigo de ideias e conceitos, “coisas reais, que vindo de Deus, na medida em que são claras e distintas, não podem nisso ser senão verdadeiras” (DESCARTES, apud LIMA, 2000: 89). Apesar desta invocação a Deus o projeto cartesiano tem por objetivo apontar a razão como faculdade humana capaz de determinar as condições do verdadeiro conhecimento com autonomia em relação às autoridades de sua época, como, por exemplo, a teologia. Por conta disso, a afirmação de um sujeito central torna-se condição para comprovar a força da razão.

Descartes parte do suposto de que a razão, embora pertencente a um ser finito, mantém em si a perfeição atribuída ao Criador. Pela *mathesis*, a penetração do infinito de tal maneira se dera no ser finito da matéria que aquilo que é visto (geometrizado) e calculado pelo agente humano não poderia ser contraditado pelo próprio Deus. A fábula solar continha uma dogmática não menos consistente do que a dogmática teológica. (LIMA, 2000: 94)

A capacidade do homem de pensar-se se tornou o alicerce para a existência da ciência como conhecimento infalível. A objetividade da pesquisa científica tornou-se

contrapartida da constância e centralidade do sujeito que a demonstra. A verdade, portanto, passou a ser encarada como certeza da representação e é a partir dessa transformação do mundo em imagem, da concepção do existente em objeto, que o homem converte-se em sujeito solar.

Compreendida essencialmente, imagem do mundo assim não significa imagem do mundo, mas sim o mundo captado como imagem. O existente, em seu todo, é então tomado agora como o que é existente apenas e na medida em que é fixado pelo homem que representa e produz. (HEIDEGGER apud LIMA, 2000: 78)

Contudo devemos nos perguntar sobre a verdadeira relevância desta centralidade do sujeito para a constituição de uma filosofia da história, uma vez que ambas estão apartadas por um período temporal de quase cem anos. De fato as mudanças que instituíram a filosofia setecentista são imprescindíveis para a compreensão desta nova concepção de história e, por isso, analisá-la-emos a seguir. Porém, de acordo com Ernst Cassirer, apesar das diferenças entre o pensamento do século XVII e XVIII, não há uma ruptura entre tais teorias do conhecimento, pois, pelo contrário, o que vemos é uma continuidade que parte das pressuposições estipuladas pela lógica cartesiana em particular. A autoconfiança da razão em momento algum fora abalada, assim como também não o fora sua coesão, posto que “antes de tudo, foi a exigência de *unidade do racionalismo* que conservou todo o seu poder sobre os espíritos.” (CASSIRER, 1992: 44). A solaridade do sujeito, portanto, mantém-se como base inquestionável para a construção do conhecimento científico do século XVIII.

De tudo o que precede sobressai que, comparando o pensamento do século XVIII com o do século XVII, em nenhum ponto verifica-se uma verdadeira ruptura entre eles. (...) A diferença que existe entre essas duas formas de pensar não representa uma radical mutação; apenas exprime uma espécie de deslocamento de acento. Cada vez mais o acento desloca-se do geral para o particular, dos “princípios” para os “fenômenos”. (...) A idéia de unidade e a de ciência continuarão sendo intercambiáveis. (CASSIRER, 1992: 43-44)

Para o século XVII a tarefa do filósofo consistia na criação de sistemas concatenados através da dedução rigorosa e do encadeamento lógico. O século XVIII por sua vez, renunciou ao método dedutivo desta explicação sistemática e buscou na física contemporânea de Newton o modelo para o seu novo método filosófico - “A via newtoniana não é a da dedução pura, mas sim a da análise” (CASSIRER, 1992: 45).

Apesar da manutenção da centralidade deste homem capaz de alcançar verdades absolutas, o método filosófico setecentista não parte da definição de princípios e axiomas, os quais levam ao conhecimento do particular. O filósofo agora tomará o caminho inverso, no qual os fenômenos tornam-se objetos de análise para que através deles se alcance os princípios axiomáticos da razão.

Para compreendermos melhor a filosofia da História originada em meados do século XVIII vamos analisar a concepção de Hegel, pois suas palavras nos fornecerão certa direção referente à vida intelectual de sua contemporaneidade.

A Filosofia da História hegeliana

De acordo com Hegel as mudanças históricas diferem das naturais uma vez que, apesar da diversidade do mundo natural, “nada de novo sob o sol é produzido” (HEGEL, 2008: 53) enquanto na História, as transformações caracterizam-se como um progresso para o melhor. Ao partir dessa constatação sobre a diferença determinante entre manifestações naturais e espirituais, nosso autor conclui que tal diferenciação deve-se a “uma real capacidade de transformação” (HEGEL, 2008: 53) presente no fenômeno espiritual, o qual é por ele denominado de impulso de perfectibilidade. Contudo, Hegel deixa claro ao leitor que tal princípio em nada se assemelha ao ideal de perfeição católico, pois a perfectibilidade para a qual a ação humana direciona-se é indefinível, indeterminada.

Esta evolução não pode ser confundida com as contingências presentes no mundo social, pois sua determinação não está no exterior das ações e sim no espírito, um princípio interior, caracterizado como o germe propulsor das transformações históricas. Hegel faz uma pequena comparação entre a evolução natural e espiritual e afirma que na natureza, as transformações ocorrem sem obstáculos e oposições, enquanto no espírito há a necessidade da conscientização e vontade do sujeito histórico para transpassá-la de intenção à realização. Devido à luta árdua presente na realização do progresso do espírito no tempo histórico, nosso autor a caracteriza como um “trabalho duro e ingrato contra si mesmo” (HEGEL, 2008: 54).

Apesar do ideal de perfeição para o qual caminha a humanidade manter-se indefinido, seu conteúdo é determinado, pois o progresso apenas se dá no âmbito espiritual. Mas o que significa espírito para Hegel? Nosso autor identifica sua essência

como o conceito de liberdade, este, portanto, é o objeto fundamental, pois conduz a esta evolução, dando-lhe sentido e importância. A história universal não se dá em todos os períodos temporais, muito menos se relaciona a qualquer progresso no âmbito social, ela representa uma marcha gradual e progressiva do espírito, cujo conteúdo é a consciência da liberdade.

A mudança para melhor, ocorre quando o embrião de possibilidades infinitas presente neste espírito concretiza-se no mundo real e é neste momento que o progresso apresenta-se como o “avanço do imperfeito para o mais perfeito” (HEGEL, 2008: 55). A própria imperfeição para Hegel torna-se o obstáculo e o impulso para a marcha da perfectibilidade. Voltamos à idéia de luta árdua: a existência imperfeita torna-se o instinto que possibilita a saída da alienação para o desvelamento da consciência de si, no entanto, o próprio espírito para evoluir precisa desfazer-se desta existência imperfeita, deve, portanto, superá-la.

Se a marcha da história universal encontra-se na progressão do espírito, da consciência da liberdade, o início desta evolução não reside na criação do mundo, mas sim no “ponto em que a racionalidade começa a entrar na existência mundial. (...) um estado em que ela aparece na consciência na vontade e na ação” (HEGEL, 2008: 57). Para Hegel liberdade consiste na formalização dos conceitos, na extração da significação geral presente em um caso particular, além da conformação da realidade a tais preceitos universais. A criação do Estado, portanto, torna-se o momento de saída da humanidade da pré-história e início da marcha gradual para o progresso.

A história do espírito inicia-se no momento em que a subjetividade da ocasião precisa revelar-se parte de um processo mais amplo e objetivo. Esta é a tomada de consciência que nos leva a percebermo-nos como parte de um processo maior e integrado: um caminho progressivo de evolução. “A história universal representa a evolução da consciência do espírito no tocante à sua liberdade e à realização efetiva de tal consciência.” (HEGEL, 2008: 57). Tal desenvolvimento é gradativo, pois consiste na superação do estágio evolutivo precedente, o que demonstra uma relação dialética que interliga as histórias dos diferentes povos. Devido a essa interdependência nosso autor caracteriza a história do espírito como um curso único e universal. Contudo, cada nível deste processo é diferente dos demais, uma vez que o espírito de cada cultura possui particularidades decorrentes de um princípio próprio, o qual determina todas as facetas

expressas na realidade de um povo. É neste momento que a Filosofia da História, diferencia-se do que Hegel chama de historiografia, pois sua essência não está nos valores morais intrínsecos a uma determinada cultura, mas sim nos atos do espírito deste povo. Para identificá-los torna-se necessário um poder de reflexão, capaz de extrair os princípios universais presentes em uma cultura particular.

Liberdade para Hegel consiste na autoconsciência da razão pensante e sua consciência, por conseguinte, implica na compreensão do indivíduo como um ser particular, e ao mesmo tempo universal, “capaz de abstrair-se de todas as particularidades, compreendendo-se como infinito em si” (HEGEL, 2008: 67). Somente a partir desta consciência da liberdade, desta autoreflexão capaz de renunciar a todos os sentidos e motivos sensíveis, que o filósofo torna-se capaz de reconhecer com precisão o espírito de um povo.

Primeiramente esse espírito tem por meta a sua autorealização, manifestação intuitiva na realidade do campo das ações. “A essência do espírito é a atividade; por intermédio dela ele concretiza suas potencialidades” (HEGEL, 2008: 68). Ao alcançar sua plena realização nas ações humanas a nação passa a agir por hábito, sem oposição, através de uma duração formal. Surge daí a necessidade de um novo propósito e é nesse momento que espírito particular alcança a universalidade: “uma representação generalizada de si mesmo, a transcendência de seu princípio” (HEGEL, 2008: 69). Ao satisfazer esse novo ideal de tornar-se autoconsciente, momento em que passa da mera intuição expressa na cultura, para o pensamento, o claro conceito de si próprio, o espírito acaba por aniquilar o povo que outrora o germinou. Esse afastamento do campo das ações para a idealização transforma o antigo espírito de uma nação em estágio do espírito universal, o qual será mais tarde a alavanca para um novo princípio que irá superá-lo no curso ao progresso.

Os princípios das sucessivas fases do espírito que anima os povos- em uma seqüência necessária de níveis – são apenas momentos do desenvolvimento de um único espírito universal, que por meio deles se eleva e completa na história, até se tornar uma totalidade abrangente em si. (HEGEL, 2008: 72)

A filosofia da história, para Hegel, não trata de assuntos passados, e sim do eternamente presente, uma vez que constitui os graus necessários para a compreensão do momento da narração, o agora essencial do espírito. Podemos concebê-la, portanto,

como uma narrativa autoreflexiva que presentifica as ações do passado ao ressignificá-las através de um processo teleológico construído no intuito de determinar o estágio presente do espírito, ou seja, a identidade filosófica que o autor construiu para sua contemporaneidade. Veremos agora como a filosofia da História hegeliana pode ser entendida como uma autobiografia do espírito.

O gênero autobiográfico

O relato autobiográfico tem a pretensão de organizar-se em uma seqüência ordenada, como se o biografado possuísse um sentido de vida, o qual daria significado aos acontecimentos que a preenchem. A noção de vida como uma história, um caminho linear possuidor de começo, meio e fim pressupõe uma finalidade para essa “trajetória”, um sentido que a torne coerente e orientada. O cerne da proposta autobiográfica encontra-se, portanto, na mobilização da memória a serviço da busca e reivindicação de uma identidade narrativa, pois a consistência do projeto depende desta evocação, fornecedora dos indícios do passado, cujo encadeamento lógico configura as circunstâncias do presente. São essas circunstâncias que envolvem os valores e preconceitos do indivíduo; projeto e rememoração associam-se para dar significado a suas ações.

De acordo com Shutz, o projeto é o resultado de uma indagação consciente de seu propositor e de sua relação com o campo de possibilidades, no qual está inserido. Ou seja, a identidade que se deseja edificar depende dessa complexa e permanente interação entre o projeto, o sujeito e sua sociedade. O processo de rememoração não apenas intervém na ordenação dos vestígios mnemônicos, como também faz uma releitura deles. Quando narramos um fato passado inscrevemos essa experiência em uma temporalidade que não é a do ocorrido, pois a experiência de narrar está atrelada ao tempo presente. Evocar, portanto, não é apenas receber uma imagem do passado; implica uma ação que a modifica. Portanto, assim como a filosofia da história de Hegel, o gênero autobiográfico proveniente do século XVIII não trata de assuntos passados, mas sim do eternamente presente.

De acordo com Aristóteles a evocação consiste em uma procura e por isso, difere-se do lembrar:

O ato de evocar difere do de lembrar, não só com respeito ao tempo, mas também em que muitos outros animais têm memória, mas, de todos com que estamos familiarizados, nenhum, arriscamo-nos a dizer, exceto o homem, partilha da faculdade de evocação. A causa disso está em que a evocação é, por assim dizer, uma espécie de inferência. (ARISTOTELES apud LIMA, 2009: 133)

A memória retém uma cena do passado, ao passo que a evocação tenta recuperar este fragmento armazenado. Para “resgatar” o esquecido ou o que permanece adormecido, porém retido na memória, torna-se necessário estabelecer uma associação de idéias, ou seja, é preciso haver um “ponto de partida”.

Uma pintura pintada sobre um suporte é, a um só tempo, uma figura (*phantasma*) e uma semelhança (*eikon*): ou seja, enquanto a mesma coisa é tanto isso como aquilo, embora ser isso e aquilo não seja o mesmo, e se possa contemplá-la tanto como uma figura, quanto como uma semelhança. Do mesmo modo havemos de conceber a imagem dentro de nós em si mesma ou como relativa a algo mais. Enquanto encerrada em si mesma, é apenas uma figura ou uma imagem; mas quando considerada como relativa a algo mais, isto é, como sua semelhança, é também uma lembrança. (ARISTOTELES apud LIMA, 2009: 132)

Memória e evocação correlacionam-se com a dupla possibilidade de conceber uma figura pintada: como puro objeto contemplativo ou como semelhante a algo mais. “A memória corresponde à imagem que em nós se conserva; o trabalho da evocação realiza-se a partir da semelhança que o agente seja capaz de estabelecer”. (LIMA, 2009: 137). Luiz Costa Lima, ao repensar a questão da memória, pela releitura de **De memória (450b 20ss)** traduzido acima, defende que o par “lembrança-evocação” relaciona-se com a *phantasia* através de uma orientação que, ao invés de olhar para o passado tem os olhos voltados a uma ação futura. Mas devemos ressaltar que Aristóteles não reconhecia o par desta forma, pois não cogitava uma imaginação criadora - a mimesis aristotélica retrabalha o que o cosmo já contém. Ao submeter a evocação à uma “torção temporal” que desloca o horizonte preso ao passado, próprio da cosmogonia grega, Costa Lima não só liberta a evocação para imaginar uma cena diferente da que lhe foi oferecida pela memória, como também ultrapassa as fronteiras impostas à mimesis por Aristóteles.

A evocação converte-se, por conseguinte, em semente da mimesis quando deixa de procurar restaurar o passado, senão que dele se desvia e tematiza o que, a

partir do resto guardado, na memória coletiva ou privada, é passível de ser desdobrado com aquele resto. (LIMA, 2009: 140)

A evocação, portanto, é uma representação mimética, um ver interpretativo ao invés de mera coincidência com a ação passada. O passado reconhecido tende a valer, para o evocador, como passado decorrido, ou melhor, percebido. O ausente torna-se presente através do fenômeno de reconhecimento, no qual o indivíduo ao tentar reconhecer-se na ação passada transforma-a em um passado presente. O que foi retido na memória, através da torção temporal decorrente da necessidade do sujeito de reconhecer-se neste passado, é alterado para adequar-se às afeições que o sujeito possui no presente. Há, portanto, uma tentativa, mesmo que inconsciente, de apagar suas fraturas em busca de uma identidade subjetiva homogênea, que assegure a coesão do que foi percebido e agora evocado. A concepção de um sujeito uno - ou de uma razão una se nos referirmos à filosofia da História – torna-se o elo entre as etapas da vida, ou da humanidade. Somente a partir de uma concepção de consciência totalizante do sujeito presente, ou de sua contemporaneidade, é que o autor concebe-se capaz de selecionar os momentos essenciais de sua história e direcioná-la progressivamente à imagem que possui de si no momento da narração.

A filosofia da História rejeitaria essa narrativa particular, pois a vida de um indivíduo consiste apenas em contingência, uma vez que o essencial encontra-se na análise do progresso da razão, evolução da autoconsciência do espírito ao invés de autoconsciência do sujeito. Contudo, embora paradoxal, autobiografia e filosofia da história estão intrinsecamente interligadas, pois ambas constituem um exercício de autoreflexão perspéctica, apenas deslocando-se do particular, o indivíduo, para o geral o espírito de uma época. A tentativa de homogeneizar o sujeito está presente em ambas, uma vez que toda evocação pressupõe uma torção temporal que presentifica o passado.

Em ambos os gêneros narrativos aqui apresentados, podemos perceber que o progresso encontra-se na consciência de si (indivíduo ou espírito) desvelada no tempo. A identidade narrativa apresenta-se através deste processo de autoconsciência, que tem o sujeito solar como base para sua edificação; tanto a razão quanto o sujeito são unos e completamente conscientes de si, pois é devido a essa possibilidade de se reconhecer através da análise passado que se torna possível escrever uma autobiografia do sujeito ou do espírito, ou seja, tornar sua identidade inteligível através dos estágios temporais.

O progresso da raça humana torna-se o vetor da história e seu alcance completamente indefinido, já que a única certeza consiste na existência de um aperfeiçoamento constante, o qual só pode ser percebido através da reflexão.

The Christian dictum from the Middle Ages comes to mind: no one is perfect who does not strive for further perfection. This principle, first involving the individual soul, is now transformed. It aims at the earthly future and, while tied back to human consciousness, bestows a direction on history. It is, so to speak, the progress which surpasses any regression. “Progress” becomes a processual concept of reflection [meu grifo]. (KOSELLECK, 2002: 228)

Retornamos assim à conclusão de Hegel: a filosofia da história constitui os graus necessários para a compreensão do momento da narração, o agora essencial do espírito. Filosofia da História do século XVIII, portanto, pode ser entendida como uma autobiografia da razão, uma vez que possui as mesmas ambições narrativas de construção identitária através de um exercício de autoreflexão, cujo alicerce encontra-se na centralidade do sujeito.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Literatura e Autobiografia. A questão do sujeito na narrativa. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.
- HEGEL, G.W.F. **Filosofia da História**. Brasília: Editora UNB, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. **The practice of Conceptual History**. California: Stanford University Press, 2002.
- _____. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos Históricos**; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **Mimesis: Desafio ao Pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VELHO, Gilberto: Memória, identidade e projeto. In: **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

**GEORGES LEFEBVRE:
DA BIOGRAFIA A TEORIA**

Enilson Pereira Oliveira*

Sobre Georges Lefebvre

George Lefebvre nasceu em 06 de Agosto de 1874 em Lille, cidade do norte da França. Filho de um empregado do comércio de uma indústria têxtil e neto de camponês. De origem modesta, terminou seus estudos preliminares em escola pública e tentou algumas vezes o ingresso na Universidade de Lille, sem êxito. Somente em 1898, Lefebvre é admitido na instituição já com 24 anos de idade (BUZZI, 2002: 177). Sua subsistência foi suprida no período de graduação com as bolsas de estudos que conseguiu do governo.

Foi professor de curso secundário em Cherbourg, Tourcoing e Lille. Depois, em Paris, entre 1918 a 1924, nas escolas de Montaigne e Henrique IV. Em Lille foi aluno do medievalista Charles Small Dutailis, mas logo Lefebvre abandona os estudos da Idade Média e se interessa pelo período revolucionário. Militante de esquerda em sua mocidade tem no socialista Jean Jaurès uma inspiração. É então admitido na Comissão de História Econômica da Revolução, criada com intuito de organizar a coleção dos fatos econômicos e sociais coordenado por Jaurés e trabalhou no chamado Departamento do Norte. (BUZZI, 2002: 176).

Este empreendimento de Jaurés tinha como finalidade uma história a partir de dados levantados nas diversas regiões. Uma história política e social que buscava uma visão nacional. Os trabalhos realizados pelos alunos da Comissão eram classificados e publicados como “teses ou teses complementares” (BUZZI, 2002: 182).

Tem seu primeiro trabalho publicado na Revista do Norte em 1903. Logo encabeça um grupo que dirige a Revista de História Moderna e Contemporânea junto com outros participantes da Comissão de História Econômica da Revolução (LEFEBVRE, 2002: 185). Mas o reconhecimento de Georges Lefebvre como historiador aconteceu de forma morosa onde a Revista do Norte foi um primeiro momento, mas que Paris ainda tardava a reconhecer.

* Pós graduando em História Política pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Lefebvre publica em 1914 uma tese também complementar intitulada *Documents relatifs à l'histoire des subsistances dans le district de Bergues. Sources, méthodes, histoire*.¹ Com esta tese complementar finalmente ganha algum relevo na cena parisiense e nacional.

Há contudo em nosso autor um descompasso em sua formação frente a outros intelectuais. Ele tinha 40 anos quando defendeu sua tese de mestrado, enquanto Albert Mathiez² tinha sustentado sua tese principal com 30 anos (em 1904) e Lucien Febvre com 33 anos (em 1911) evidenciando sua tardia titulação (BUZZI, 2002: 185). Assim, sua chegada a academia e sua ascensão foram mais lentas.

Geroges Lefebvre encontrou na Comissão de História Econômica da Revolução a possibilidade de exposição de seu trabalho e de ser reconhecido nacionalmente passando de estudante a historiador. Mas a Primeira Guerra Mundial impediu vôos mais elevados naquele momento. Terminado o conflito retoma suas anotações iniciadas em Lille, contudo a comissão de Estudos de Jourès neste momento não mais dispunha de recursos e os rendimentos de Lefebvre não possibilitavam a continuidade da pesquisa de forma adequada. Segundo o próprio Lefebvre, ele esteve "muito tempo [...] orando no deserto" (BUZZI, 2002: 188).

Estas dificuldades impostas ao autor em parte é agravada pela falta de penetração em Paris. Visto que na cena parisiense uma história local não tem espaço e Lefebvre ter uma evidente e confessa ausência dos círculos sociais parisienses. Segundo Stéphane Buzzi, “os periódicos estavam povoados de fórmulas prontas de linhas de pensamento não tendo ainda espaço para esse modo de fazer história”. Somente em 1924, com 50 anos, publica sua tese de doutorado "Os camponeses do Norte durante a Revolução" e foi o resultado de quase vinte anos de levantamentos de dados e pesquisa. Este trabalho é cumprimentado pelos especialistas como Aulard, Mathiez e Pirenne e permite ao autor a notoriedade e reconhecimento de seu talento, aumentando sua autoridade quanto à história da Revolução.

Admitido como professor em Estrasburgo em 1927 a pedido do grupo dos Annales, Lefebvre se une aos futuros fundadores da revista. Sua proximidade com Marc

¹ “Os documentos relativos à história da alimentação no distrito de Bergues. Fontes, métodos, história”. Este trabalho é reconhecido na cena nacional como “o melhor trabalho marxista”, segundo Albert Mathiez.

² Albert Mathiez era historiador e diretor dos Anais históricos da Revolução Francesa.

Bloch e Lucien Febvre alarga suas perspectivas e contribui para formação de seu pensamento. Em 1932 assume as funções de diretor dos Anais históricos da Revolução Francesa, após a morte de Albert Mathiez (FRIGUGLIETTI, 1972:01). É então nomeado na Sorbonne em 1935 e ocupa a cadeira de história da Revolução Francesa, a qual manteve até 1945 (BUZZI, 2002:190). Nosso autor morre aos 80 anos em Paris em 28 de agosto de 1959.

Georges Lefebvre e a escola dos *Annales*

Como dito anteriormente, Georges Lefebvre, Marc Bloch e Lucien Febvre se conheceram em Estrasburgo. A amizade e a afinidade entre eles permitiu que Lefebvre se tornasse então um colaborador importante da nova revista, fundada em 1929 com o nome de *Annales d'histoire économique et sociale* (BURKE, 1990: 16). O título da publicação mostrava já uma diferença marcante. Nele não se encontrava o vocábulo política. Isto mostra o objetivo de rompimento que tinha os autores dos *Annales* com a historiografia reinante naquele momento, ideia essa que há algum tempo vinha sendo desenhada por autores como o economista François Simiand que criticava, em um artigo de 1903 intitulado “*Méthode Historique et sciences sociales*, a história política praticada na época:

o estudo dominante, ou ao menos a perpétua preocupação da história política, dos fatos políticos, das guerras etc., que acaba por atribuir a esses eventos uma importância exagerada [...] é o hábito invertebrado de conceber a história centrada em indivíduos e não em torno de fatos, hábito que comumente leva ainda a ordenar as pesquisas em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, de fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida. (SIMIAND, 2003: 117)

Assim, neste ambiente estabelecido, os historiadores da chamada primeira geração dos *Annales* inspiraram-se e estabeleceram duas grandes críticas à história realizada na França. A primeira sugere que a história dos grandes nomes e dos grandes eventos deveria ser substituída por uma história que abrangesse os aspectos econômicos, sociais e culturais de um dado evento ou período histórico com todos os seus atores. Nesta crítica, incluiu-se a história política, com sua forma diplomática e narrativa tão convencional para época onde, segundo Lucien Febvre só se produzia e perpetuava “gerações de historiadores sem ideias, sem reflexão, sem exigências

intelectuais e que nos abarrotaram de nomes, títulos e datas” (FEBVRE, 1975: 16).

A segunda crítica implica em uma história problema, em que as questões do historiador assumiriam a mesma importância que suas respostas em substituição à história narrativa convencional (SOARES, 2005: 189). É nesta perspectiva que os *Annales* recusam a história política e criam a revista. É também nesse espaço de publicação e ambiente intelectual que Lefebvre coopera com grande frequência para o nascente periódico. São 43 textos do autor entre 1929 a 1938 (FRIGUGLIETTI, 1972: 189).

A revista *Annales d'histoire économique et sociale* englobava uma faceta comum com nosso autor: o interesse pelo social. É bom lembrar que neste grupo de contemporâneos esta questão os unia, além da própria formação intelectual como historiadores. Assim, indicavam a necessidade de realização de uma "escola de história social" como resposta para uma crise da profissão causada por uma escassez das possibilidades parisienses, já que, segundo Buzzi, em Paris as fórmulas pareciam prontas e inamovíveis conforme uma tradição intelectual positivista. (BUZZI, 2002: 165)

Georges Lefebvre se alinha à proposta dos *Annales*, pois também percebia a necessidade de uma história econômica e social envolvendo outros atores. Já possuía farto conhecimento de documentos por ocasião de suas pesquisas na Comissão de História Econômica da Revolução e entendia assim que a história praticada era imperfeita diante de sua complexidade.

Outra faceta é que Bloch e Lucien Febvre queriam uma história onde o centro seriam os homens e mulheres comuns em seu cotidiano. Mas estes historiadores não se propunham a reescrever a história de um ponto de vista como o de Jules Michelet, por exemplo, como sendo “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definham e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sentimentos” (MICHELET, 1990: 19). Isso poderia causar uma frustração visto que nem todos sofreram ou foram infelizes diante de suas realidades. Assim, queriam desvendar, de certa maneira, a história contada a partir de baixo, por atores até então esquecidos e tratados sempre como uma sombra que dão somente volume a um desenho não sendo nunca o mote principal. Os trabalhos nesse caminho colocavam assim, as massas sempre como coadjuvantes depositos de vontade, influência ou significação.

Mas para dilatar tal dimensão do fazer histórico e alcançar a complexidade da história proposta necessitariam de outras ferramentas metodológicas. Daí a defesa da interdisciplinaridade. Seriam necessários outros conhecimentos, outras habilidades além do que era utilizado na época (BLOCH, 1984: 22-35).

Lucien Febvre defendia o desenvolvimento do que ele intitula de psicologia das coletividades, ou melhor, uma psicologia histórica para compreender os fatos. Suas obras mostram assim sua profunda preocupação com o sentir, com o viver dos indivíduos. Preocupação com os homens no sentido mais amplo e relativo visando abarcar a complexidade dos fatos que envolvem a análise histórica. Acreditava ser necessário uma aproximação entre saberes históricos e psicológicos visando desvendar o mais íntimo da alma humana, pois ao encontrar essa essência poderia melhor entender os fatos coletivos, suas escolhas e conseqüências. Para ele, a definição de um gênio científico era “aptidão para descobrir correlações”. No caso dos historiadores é essencial, segundo Lucien Febvre ampliar e trocar experiências com psicologia e acumular informações sobre uma “psicologia histórica das coletividades” (SOARES, 2000:47).

Já March Bloch envereda por uma forma de antropologia histórica. Em *Os reis taumaturgos*, por exemplo, trabalha com a análise da crença no toque real para cura dos súditos. Nesse estudo mostra como o recorte a ser estudado é ponto convergente das instâncias cultural, política e religiosa. Não isola, contudo, o fato para estudá-lo. Em vez disso confronta informações locais com o plano geral. O social, o político e religioso estão presentes na obra. Mostra assim, que a análise de um fato – a crença no toque real para cura – só pode ser entendida ou averiguada por um conhecimento de múltiplos fatores historicamente dados.

Assim, para levar esses ideais a cabo, os historiadores dos *Annales* defendiam a necessidade de equipamentos metodológicos somente alcançáveis com a interdisciplinaridade. E Georges Lefebvre desde muito desenvolve um trabalho econômico e estatístico, pesquisando arquivos do Norte da França para a Comissão de História Econômica da Revolução, recolhendo e analisando os documentos coletados.

Diante dessas semelhanças, George Lefebvre coopera grandemente com estes pensadores, escrevendo uma história com base em documentos variados angariados pela França e analisados com instrumentos que geralmente eram utilizados por economistas

como Ernest Labrousse de quem Lefebvre também soube extrair a ferramenta de análise estatística de forma eficiente. Compartilhavam assim a necessidade de um diálogo com outras disciplinas e uma visão da história por outra ótica, envolvendo outro grupo de atores, com outros interesses, outras fontes e outras ferramentas. Uma história *économique et sociale*.

Georges Lefebvre e o Marxismo

O contato com a historiografia dos *Annales* não é a única influência marcante sobre Georges Lefebvre. O marxismo em sua obra também se faz presente. Em 1933, publica um de seus trabalhos mais conhecidos, "O Grande Medo de 1789". Nessa obra logo nos deparamos com a terminologia marxista. O "conflito de classes" e a relação de poder entre a burguesia e demais grupos se fazem presente em todo livro. Também há grande número de informações que mostram a opressão causada pela burguesia sobre os pobres. Dados econômicos e relações políticas apresentam-se também com relevo. Fica evidente ali a importância dispensada pelo autor sobre influência das bases materiais para o desenrolar da história. Para muitos, esse é o uso que faz Lefebvre do materialismo histórico de Marx. Sagnac vê, no entanto, como positivo o fato de Lefebvre saber "fazer o trabalho de historiador", isso quer dizer, "além dos números e os fatos materiais, mostrar aos homens aquilo em que trabalham e aquilo que eles sofrem." Não ter sido tão hermético a ponto de não permitir ver outras variáveis relevantes para a construção da história (BLOCH, 2002: 148).

Parece que o marxismo de Jaurès, ou melhor, o socialismo de Jean Jaurès (1859-1914) é um dos influenciadores de Lefebvre, além do próprio Marx, obviamente. A obra de Jaurès é inovadora quanto à visão que lança sobre a Revolução Francesa. Historiador e militante, Jaurès explicitamente quis ver a Revolução Francesa do ponto de vista socialista. Tal influência em Lefebvre se intensifica quando de sua participação na Comissão de História Econômica da Revolução coordenada pelo próprio Jaurès. Lefebvre tem assim seu contato com um trabalho marxista e é também por ele influenciado. Mesmo Marc Bloch, ao citar Lefebvre, admite: "muito naturalmente, é o problema das classes que, acima de tudo, preocupa Sr. Lefebvre" (BUZZI, 2002: 146).

A importância então, dada por Georges Lefebvre às bases materiais ficam bem evidentes. O primeiro capítulo de O Grande Medo de 1789 é intitulado "A Fome" e

inicia-se com uma citação de Tine da obra *O Antigo Regime*: “O povo assemelha-se a um homem que caminha dentro de um lago com água até a boca; à menor depressão do solo, à menor flutuação, perde o pé, afunda e se afoga” (LEFEBVRE, 1979: 25).

Basta assim, correlacionar o título do capítulo e seu desenvolvimento para perceber que as questões referentes à materialidade está no horizonte do autor constantemente. A materialidade é a base de seu trabalho. A fome somente pode estar presente quando o acesso aos meios materiais de existência se ausenta. As impossibilidades materiais de existência e a opressão politicamente dada fazem parte desse cenário. Aos capítulos que se seguem vemos: os errantes; os motins; os primeiros medos. E esse panorama é construído por Lefebvre ainda antes de 1789. Fica claro que sem uma abordagem dessa realidade material que assolava os campos e cidades francesas não poderia ser o Grande Medo passível de inteligibilidade, e seu mapeamento seria ofuscado.

Outra questão relevante e levantada pelo autor é a disputa pelo poder e tentativa de manutenção da ordem e dos privilégios que é constantemente abordada. Esse conflito político entre as classes é muitíssimo presente. Assim, é fato inegável que Lefebvre utilizava o marxismo em seu trabalho, mas rotulá-lo de marxista parece simplificação inócua para entendimento de seu esforço intelectual.

Visão de Lefebvre refletida no “O Grande Medo de 1789”

O Grande Medo tornou-se a designação das reações desencontradas, aparentemente contraditórias, das populações de certas províncias francesas, ocorridas nos últimos dez dias de julho e nos primeiros dias de agosto de 1789 e, segundo Lefebvre, não havia sido ainda adequadamente estudado (LEFEBVRE, 1979: 21-22).

Segundo o prefácio da edição brasileira escrita por Francisco José Calazans Falcon, Lefebvre reconhece que o Grande Medo não é o principal acontecimento da Revolução Francesa, mas um dos mais curiosos e polêmicos a ser estudado pelos historiadores da Revolução e importante para conhecer melhor o movimento revolucionário. De muitos dos estudos feitos por historiadores contemporâneos a Lefebvre derivam-se explicações errôneas de que para os favoráveis à Revolução o evento do Grande Medo era uma ação dos privilegiados, isto é, um esforço contra-revolucionário de elementos reacionários; já do ponto de vista dos eternos adversários

da Revolução, tratava-se, muito pelo contrário, de mais um complô dos grupos revolucionários inimigos da ordem, do Rei e da Igreja (LEFEBVRE, 1979: 16).

Assim, para clarificar o evento histórico e o problema apresentado, segundo Stéphane Buzzi, o autor organizou uma meticulosa documentação conseguida nos arquivos departamentais e municipais que cobriam aproximadamente 208 distritos municipais, além dos 671 departamentos de diversas localidades. Esses haviam sido utilizados para sua tese de 1924 “Os camponeses do Norte durante a Revolução Francesa” (BUZZI, 2002: 185).

Interessante notar que apesar do objeto de Lefebvre – O Grande Medo - ter um viés psicológico, faz-se seu rastreamento partindo das bases materiais sob as quais ele estava circunscrito. O autor enxerga também o assunto como importante para entender a Revolução, que foi um marco político, social e cultural, vendo igualmente no evento do Grande Medo que varreu a França revolucionária traços de mesma natureza.

Na obra o autor demonstra através de vasta documentação, que o medo se deu por motivos diversos em localidades também diversas. Em algumas regiões ele se inicia por medo da mendicância, em outros pela possível reação dos grandes senhores, em outras ainda por boatos de invasão estrangeira. Contudo, a nós importa destacar algumas formas que tangenciam tanto a historiografia dos Annales como do marxismo na obra citada.

Com os Annales, a obra tem proximidades diversas. O objeto escolhido, a história vinda de um grupo até então negligenciado, a ausência de um grande nome político, um problema historiográfico a ser respondido, enfim, uma história social.

Mas tem também com o marxismo sua proeminente tangência, visto que a luta de classe é central em seu objeto visto que, os campos foram varridos por insegurança, lutas violentas e ataques a clérigos, grandes senhores e ao fim, a própria monarquia. Para mapear tudo isso, o materialismo histórico de Lefebvre é ferramenta e lente que ordena o desenvolvimento cognitivo da explicação histórica.

Talvez o mais marcante no autor seja a conjunção equilibrada entre as correntes historiográficas de sua época em uma história social sem paixões que o pudessem cegar teórica e metodologicamente.

Há ainda, metodologicamente, uma inovação sobre o uso da estatística e dos dados econômicos e um devido tratamento desses dados pela historiografia. O autor

assim demonstra a dilatação do uso das fontes para as respostas sociais bem como a importância da interdisciplinaridade para a história social, sendo ele um dos primeiros historiadores a utilizar de forma tão refinada a estatística e a economia em prol de uma história problema fecunda.

Esses usos e inovações que faz Lefebvre de forma incomum em sua época são bem definidos pelo autor quando sugere que “somente podemos propor novas explicações para os fenômenos históricos se conhecermos a historiografia, pois muito embora a escrita da História dependa da exploração de novas fontes ou da leitura de fontes já conhecidas sob uma ótica renovada, ela não depende menos do diálogo com todo um repertório de interpretações pré-existentes” (LEFEBVRE, 1981: 2).

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra**. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1981.
- BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Sao Paulo : UNESP, 1990.
- BUZZI, Stéphane. **Georges Lefebvre (1874-1959), ou une histoire sociale possible**. L'histoire sociale en mouvement, France, n. 200, Mar. 2002.
- LEFEBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. SP: Scrita. 1995.
- LEFEBVRE, Georges. **1789 - o surgimento da Revolução Francesa**. SP: Paz e Terra, 1989.
- FRIGUGLIETTI, James. **Bibliographie de Georges Lefebvre**. Paris: Société des Études Robispierristes, 1972.
- LEFEBVRE, Georges. **O nascimento da moderna historiografia**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- LEFEBVRE, Georges. **O GRANDE MEDO DE 1789: os camponeses e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- MICHELET, Jules. 1842, OeuVres. vol.4. Paris. 1974
- SIMIAND, François. **Método histórico e ciências sociais**. SP: EDUSC, 1972.
- SOARES, Geraldo A. **História da vida cotidiana: o programa da escola francesa dos**

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

Annales. in: **Interface**. CCJE. Vitória, n, 5, ano III.

***A OBRA ARTHUR AZEVEDO E SUA ÉPOCA NA ESCRITA BIOGRÁFICA DE
RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR***

Giselle Pereira Nicolau*

As discussões sobre os limites entre história e biografia são antigas e, nos remetem à época clássica. Em seu importante estudo sobre o desenvolvimento da biografia na Grécia, Arnaldo Momigliano (1993) nos chama a atenção para os altos e baixos do gênero biográfico. No mundo de tradição ocidental, a prática da escrita de vida é concebida nesse momento, como uma prática cultural, com usos e funções políticas, que variaram ao longo do tempo em suas formas e utilizações. O ponto de corte para essa mudança ocorreu, fundamentalmente, na modernidade dos séculos XV-XVIII, em que se constatou uma nova maneira de conceber o homem e o mundo que o cercava. O processo de laicização do mundo e a ruptura com a ordem transcendental afetam a relação entre indivíduo e biografia, se aprofundando nos séculos subsequentes com historicidades próprias.

Nos anos 1980 o debate em torno das escritas de vida é reascendido na esfera acadêmica das ciências sociais e dos estudos históricos de um modo especial. Motivados pela guinada subjetiva, trabalhos que contemplam o indivíduo e as suas subjetividades passam a surgir nesse momento, em um diálogo com os modelos estruturalistas das décadas de 1960 e 1970. No interior dessas discussões, o gênero biográfico, antes menosprezado pelos estudos históricos, é redescoberto em meio a experiências no campo da história, ligadas ao cotidiano, à cultura popular, à história oral e à história das mulheres. Assim, observamos que o desejo de dar voz aos excluídos da história, reabriu o debate acerca da biografia.

Daniel Madelénat (1984), intelectual da área de teoria da literatura, tentou dar conta teoricamente da relação entre história e biografia, em sua obra *La Biographique*, partindo da historicidade do conceito de biografia no interior da cultura ocidental. Assim, este autor analisa este campo, a partir da chave interpretativa dos paradigmas. O paradigma clássico, que cobre o período da Antigüidade até o século XVIII; o paradigma romântico, entre o fim do século XVIII e o início do século XX; e, por fim, o

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista Capes.

paradigma moderno, que se configura ao longo do século XX, em um diálogo com outras áreas do saber, como a sociologia e a psicanálise, por exemplo.

Evidentemente, trabalhos ligados à renovação do campo político, como os de René Rémond (1996) e Philippe Levillain (1996) sobre os protagonistas da história possibilitaram um importante diálogo entre biografia e história, operacionalizado através do conceito de cultura política.

A lista de autores que pensaram essa relação entre história e biografia se amplia, quando mencionamos as considerações teóricas de historiadores ligados à *Micro – Storia*, como Giovanni Levi (1989), Carlo Ginzburg (1989) e Sabina Loriga (1998).ao atribuírem um valor heurístico para a biografia. Através da redução de escalas, o historiador passa a dar conta de fenômenos macro-sociais.

Neste sentido, pensar a biografia de Arthur Azevedo, escrita por Raimundo Magalhães Júnior é retornar a um debate reacendido nos 1980, e ainda hoje muito presente nas discussões sobre a escrita da história, no mesmo movimento de ousadia de trinta anos atrás. Pensar essa obra é, antes de tudo, analisar as condições em que ela foi concebida, levando em consideração a historicidade do autor que a escreveu, bem como o contexto em que esta foi produzida, para então analisarmos a maneira pela qual, o sujeito biografado aparece nesse livro. A escolha por esse trabalho se deve ao fato de ser a biografia mais completa do teatrólogo. Contudo, isto não exclui a possibilidade de dialogarmos com trabalhos como os de Sábato Magaldi (2001) e Flora Süssekind, (1986) que em certa medida, mencionam aspectos biográficos de Azevedo.

Raimundo Magalhães Júnior (1907-1981) teve uma frutífera vida intelectual. Foi jornalista, pesquisador, tradutor, ensaísta, contista e teatrólogo. Paralelo a essas atividades, Magalhães Júnior foi um defensor dos direitos autorais, sendo portanto um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), onde foi presidente, em 1952. Anos depois, ele foi eleito imortal da Academia Brasileira de Letras. Em suas atividades como biógrafo, Magalhães Júnior escreveu obras como a “*Vida e Obra de Machado de Assis*”, publicada em quatro volumes, “*Arthur Azevedo e sua época*”, que lhe rendeu o prêmio Sílvio Romero da Academia Brasileira de Letras; “*Martins Pena e sua época*” e, “*José de Alencar e sua época.*”

Escrita e publicada em 1955, em homenagem ao centenário de Arthur Azevedo, a obra “*Arthur Azevedo e sua época*” é uma biografia romanceada, que pretende dar

conta não só da história de vida deste teatrólogo, mas também a sua relação com os grandes acontecimentos ocorridos em seu tempo. No prefácio à segunda edição deste livro, Magalhães Júnior nos adverte que esta “não é a biografia de um homem, nem a história de uma época” (JÚNIOR, 1966: 1) mas sim, um pouco dos dois. Dessa maneira, observamos que Azevedo adquire contornos vivos e ativos, dignos de um gênio brasileiro. Dramaturgo, poeta, tradutor, contista, funcionário público e abolicionista, ele é tratado como um representante de uma época em que o Brasil passava por transformações políticas, sociais e culturais, que assinalaram a passagem do Império à República.

O momento da escrita dessa obra é um reflexo de um movimento de expansão do gênero biográfico no Brasil. Segundo Marcia de Almeida Gonçalves, entre os decênios de 1930-1950, foram anos de epidemia biográfica, especialmente nas décadas de 20 e 30. Intelectuais preocupados com a renovação da literatura e dos estudos históricos, na tentativa de configurar um campo de estudos brasileiros, consideraram a biografia como uma função heurística para realidade nacional. Dessa maneira, observamos que o trabalho de Magalhães Júnior é fruto dessa época, em que assistíamos ao surgimento da biografia moderna em solo brasileiro. (GONÇALVES, 2009: 97-152)

Em seu formato, a biografia de Raimundo Magalhães Júnior sobre Arthur Azevedo contém trinta e quatro capítulos, nos quais o autor goza de certa liberdade para traçar o perfil do biografado, ao dialogar com fases da vida de Azevedo, atribuindo juízos de valores em algumas situações.

A obra inicia-se com a descrição de São Luís do Maranhão e da sua importância, ao lado de Belém, para o comércio com Portugal. Uma cidade com grande influência portuguesa em sua arquitetura, com sobrados e edificações que lembravam a antiga metrópole. Da capital maranhense, jovens moços eram enviados para Coimbra e para Lisboa, onde recebiam formação intelectual. Odorico Mendes, Gonçalves Dias e, muitos outros, iam para lá, à procura de saber. Aos que não tiveram a sorte de cruzar o Atlântico, estes, “tornavam-se mestres de si mesmos”. (JÚNIOR, 1966: 3)

Dessa maneira, observamos a estratégia de Magalhães Júnior em traçar o panorama do extremo setentrional do país, ao articular a história da capital maranhense, suas relações sociais, econômicas e culturais, com a ambiência familiar de Arthur Azevedo. Filho da “bela sinhá-moça” Emília Amália Pinto de Magalhães e do vice-

cônsul português David Gonçalves de Azevedo, o teatrólogo é o primogênito de quatro irmãos. Criado em uma atmosfera de muito amor, Azevedo é relatado, em sua infância, como um autodidata com fortes inclinações para o teatro, visto que este lia e traduzia desde novo, as peças teatrais contidas na biblioteca de seu pai. Em meio às brincadeiras de infância: o teatro, com direito a encenações no quintal de sua casa. Não é à toa, que o primeiro capítulo é intitulado: “Um Dramaturgo de calças curtas”.

Fiel à história de vida de Arthur Azevedo, Magalhães Júnior, narra pormenorizadamente os tempos duros da adolescência de seu biografado, quando este, acompanhado do irmão Aluísio, são enviados para trabalhar em uma casa de comércio, sendo assim, afastados do ambiente familiar e de seus respectivos estudos, para tristeza de sua mãe, como podemos perceber em uma das Palestras de Azevedo para *O País*:

Lembro-me que essa adorável senhora desatou a chorar no dia em que nosso bom pai declarou, peremptoriamente, que não aprenderíamos latim.

- Não os quero para padres! – dizia ele. – No comércio não se precisa de latinórios!...

E ela repetia constantemente:

- Meu Deus! Que vão fazer no mundo estes meninos sem saber latim!
(JÚNIOR, 1966: 9)

Mais preocupado com o teatro, do que com as suas atividades como caixeiro, Arthur Azevedo é apresentado por Magalhães Júnior, como um vocacionado para a arte, levando ao fascínio os demais empregados do comércio, contagiados pelo seu entusiasmo. Ao lado do irmão Aluísio, futuro romancista, ele chegou a criar um pequeno grupo de artistas amadores, no qual também atuava como autor e ator, em um pequeno espaço adaptado de uma das dependências do Gabinete Português de Leitura, por ele construído com o auxílio dos demais caixeiros. O local, batizado com o título “pomposo e arrogante”, de Teatro Normal, foi palco de encenações ricas em comicidade, ao apresentar enredos que giravam em torno do satírico e do patético.

É interessante observar a maneira pela qual Raimundo Magalhães Júnior recria ficcionalmente o material biográfico de Arthur Azevedo. Trata-se de uma característica marcante da biografia moderna, na qual o biógrafo goza de liberdade para criar diálogo entre as personagens, ao penetrar no mais íntimo da consciência do sujeito biografado e daqueles que o cercam. Um exemplo notável é a passagem em que Júnior descreve o momento em que o pai de Arthur recebera a notícia de que este havia sido demitido da

casa de comércio por motivos de desordem:

Em casa, o “velho” Azevedo amarrou-lhe a cara. Pois não estava o rapaz tão bem encaminhado! Por que não sossegara? Que tinha de ir fazer, à noite, nas torrinhas dos teatros e, ainda por cima, de meter-se em brigas por causa de cantoras de operetas? (...) No fundo, ainda preocupado, o velho devia sentir certa indulgência, se não mesmo orgulho, do filho estouvado que, pelo menos, era valente e lutava pelas suas opiniões... (JÚNIOR, 1966: 13)

Narrado como um rapaz inquieto, Magalhães Júnior explora o lado satírico de Arthur Azevedo. Detestado e temido pela elite maranhense, por atingir diretamente, através de seus escritos, figuras de influência política. Em represália, o governador da província o demite da Secretaria do Governo, onde ocupara, por pouco tempo, o posto de amanuense. Sem muitas alternativas, Azevedo decide, então, tentar a vida como jornalista e escritor no Rio de Janeiro.

Estabelecido na capital do Império, logo de imediato, perderia o aspecto de provinciano que se encanta com a corte – algo que posteriormente servirá de inspiração para suas sátiras – por uma postura mais madura: a de um homem preocupado com o seu futuro. (MAGALDI, 2001: 152) Sem deixar de lado o amor pelo teatro, Arthur Azevedo por intermédio de um amigo de seu pai, consegue um emprego público. Ele é nomeado amanuense da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Como companheiro de repartição, Machado de Assis. Enquanto funcionário público, Azevedo é narrado como um trabalhador exemplar, metódico e organizado. É interessante notarmos a maneira pela qual Magalhães Júnior exalta as qualidades de seu biografado, ao eclipsar o autor de *Dom Casmurro*. Assim, o biógrafo diz que, em comum, estes dois escritores tinham a paixão pelo teatro. Arthur seria um sacerdote desse rito, enquanto Machado um penitente. O primeiro seria um talentoso teatrólogo, ao passo que o segundo não passaria de um invejoso. (JÚNIOR, 1966: 54-63)

Com relação à carreira teatral de Arthur Azevedo, Raimundo Magalhães Júnior é bastante fiel à trajetória de seu biografado. Como já dissemos, a todo o momento, o biógrafo aponta para idéia de um talento inato de Azevedo, dando a entender que este nascera para ser dramaturgo. No Rio de Janeiro, o teatrólogo se tornaria conhecido em 1876, quando leva ao palco *A Filha de Maria Angu*, uma paródia da opereta *La Fille de Marie Angot*, de Charles Lecocq. Tratam-se das comédias de costumes, uma espécie de gênero ligeiro, que ganhavam contornos brasileiros. Assim a opereta francesa nas mãos

de Arthur Azevedo “perdia o sal gaulês e, era acrescida de pimenta nacional” (PRADO, 1999: 89-113), ao revelar a “bem sucedida operação de transplante entre duas culturas” (PRADO, 1999: 89-113).

Todavia, gênero que Arthur Azevedo desenvolveu com maestria, o Teatro de Revista é narrado por Raimundo Magalhães Júnior como um espetáculo que ganhou popularidade e fama com Azevedo. Sabemos, pois, que este tipo de teatro surgiu na França com o objetivo de narrar os maiores acontecimentos nacionais e internacionais, funcionando como um *aide-mémoire*. Nas mãos de Azevedo, este gênero ganharia contornos específicos ao homenagear e caricaturar figuras de relevo na cena política. Vemos assim, que a Revista de Ano, *O Mandarim*, de 1883, por conter essa característica, se torna um grande sucesso. Deste modo, constatamos que este é mais um dentre os vários artifícios utilizados pelo biógrafo, ao demonstrar que, a despeito de Azevedo não ser o criador deste tipo de teatro, fora ele o responsável pela crescente aceitação do público carioca pelas suas Revistas de Ano, ao acrescentar essa marca particular a este gênero.

Contudo, Arthur Azevedo é apresentado na obra de Magalhães Júnior como um homem que lutou incansavelmente pela causa abolicionista. Pertencente a um grupo de intelectuais que assim como ele, consideravam que a escravidão era um sistema desumano, Azevedo fez de sua arte um instrumento de luta em favor da libertação dos negros no Brasil. Desse modo, o biógrafo neste capítulo descreve a sociabilidade abolicionista em torno de periódicos, comitês e reuniões. O teatro, palco de muitas encenações, é também local de discussões sobre o regime escravista, entendido como um retrocesso para o país. A pedido de Joaquim Nabuco, Azevedo então escreve *O Liberato*, peça encenada no Teatro Lucinda em 1881, sendo repetida em inúmeros festivais em prol da campanha emancipacionista. Assim, apresenta o teatro como um instrumento eficaz para a abolição, não só pela pedagogia, mas pela mobilização entre artistas e diretores que faziam espetáculos cuja renda era revertida para libertação dos escravos.

Todavia, se observamos na obra que Arthur Azevedo é incansável lutador da causa abolicionista, com relação à República, nosso biografado é apresentado como um homem indiferente, neutro. Para nós, isso soa como um paradoxo, pois ele pertenceu a um espaço de sociabilidade, que gestou esse regime político. Magalhães Júnior

apresenta com minúcia, os fatos que desencadearam na Proclamação da República, assim como destaca o posicionamento de Azevedo diante da movimentação de 15 de novembro: nem contra à República, nem a favor da Monarquia. Para descrever esse evento sob o olhar de seu biografado, Júnior utiliza cartas de Azevedo em que ele revela sua visão de imparcialidade para com o regime nascente. De início a República parecia não ter muito a lhe oferecer, pois a censura havia vetado sua Revista de Ano, *A República*, de co-autoria com Aluísio de Azevedo. Com efeito, Magalhães Júnior considera que isto se trata de uma desconfiança, pois anos depois, Arthur se tornaria um dos maiores entusiastas da República, ao apoiar o Floriano Peixoto.

Os anos iniciais da República são considerados turbulentos por Raimundo Magalhães Júnior, que narra com minúcia esse momento. Percebemos que, primeiramente, ele descreve toda a ambiência política e social, para então dar conta de seu biografado. Dessa forma, Arthur Azevedo é apresentado como um grande entusiasta de Floriano Peixoto, chegando a homenageá-lo em sua Revista de Ano *Major*. Tal é o entusiasmo pelo presidente que, Arthur chega a se afastar dos amigos que muito o estimavam, tais como Pardal Mallet, Olavo Bilac, Carlos de Laet, José de Patrocínio e muitos outros que se opunham ao regime florianista. No tocante à sociabilidade literária a qual Azevedo fizera parte, Magalhães então, diz:

Em torno dele, tudo mudava...E mudava vertiginosamente...Não só mudavam as coisas, as instituições políticas, a fisionomia da sociedade, os homens públicos...Mudava também o ambiente literário e jornalístico...Fôra-se a escravatura e o Império, fôra-se a nobreza forjicada e postiça, fôra-se o tálburi...e praticamente também se fôra a geração boêmia. (...) (JÚNIOR, 1966: 354)

Tema central de suas crônicas e Revistas de Ano, o processo de modernização do Rio de Janeiro é apresentado em sua totalidade. As reformas urbanas, o nascimento do jogo do bicho, a invenção do cinematógrafo, o uso do fonograma e o surgimento do automóvel eram relatados em seus escritos. Para Flora Süssekind, “as revistas cedem espaço para que se contem, junto à história de um processo de higienização e remodelação urbana, também outras: como a resistência, entranhada no cotidiano da cidade, de comportamentos proscritos pela modernização.” (SÜSSEKIND, 1986: 162).

Em síntese, na obra “*Arthur Azevedo e sua época*”, Raimundo Magalhães Júnior opta pela tipologia biografia e contexto, pois se valoriza a ambiência e o meio social,

em que o biografado vivenciou. Segundo Giovanni Levi, esses fatores caracterizam a “atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias.” (LEVI, 1989: 171) Dessa maneira, constatamos que a vida de Arthur Azevedo tem essa marca singular. Longe de reduzir o comportamento e ação deste teatrólogo, Magalhães Júnior construiu a imagem de Arthur Azevedo como um trabalhador incansável em suas múltiplas facetas: funcionário público, teatrólogo, cronista, contista e jornalista. Homem do teatro, Azevedo é visto como o pai dessa arte, que tanto lutara. O sonho de um Teatro Municipal saíra do papel, porém sua vida interrompida pela doença, não esperou a inauguração deste projeto que era alimentado diariamente, até que seus olhos cerrassem definitivamente.

Referências Bibliográficas

- GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquino de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: M. M. Ferreira & J. Amado (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. A Biografia como problema. In: Jacques Revel (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- MADELÉNAT, Daniel. **La Biographie**. Paris: PUF, 1984.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Arthur Azevedo e sua época**. São Paulo: Martins, 1995.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **The development of Greek biography**. S.I.: Havard University Press, 1993.
- RÉMOND, René (dir.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- PRADO, Décio de Almeida. **História Concisa do Teatro Brasileiro (1570-1908)**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SÜSSEKIND, Flora. **As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- MAGALDI, Sábado. **Panorama do Teatro Brasileiro**. 5. ed., São Paulo: Global, 2001.

**A ESCRITA DE SI DAS MISSIVAS E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA:
COLABORAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES**

Manuel José Veronez de Sousa Júnior*

Introdução

Em finais do século XX e início do século XXI, percebeu-se no Brasil uma grande procura e gosto, por parte dos leitores, por publicações de carácter biográfico e autobiográfico, isto é, pelas escritas de si, que, antigamente, eram praticadas somente por pessoas conhecidas, famosas e heróicas, mas hoje, ao contrário, já se vê a demanda por escritas autoreferenciais de pessoas “comuns”, do cotidiano nu e cru, de acordo com Ângela de Castro Gomes.

Dentro desse emaranhado de discursos autoreferenciais, temos um tipo de escrita de si chamada de correspondência, e ela pode ser, provavelmente, deveras importante para se desenvolver estudos dentro do campo da literatura e da historiografia literária, a exemplo das missivas escritas e trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, pois:

o diálogo entre os dois constitui uma oportunidade para se ler e sentir o movimento modernista sob outros ângulos, para acompanhar de perto o aprendizado de Drummond com o mestre de *Macunaima* e para repensar o lugar político e intelectual dos próprios modernistas. (GOMES, 2007: 7-8)

Porém, a escrita de si não é privilégio somente da área da literatura, e sendo um discurso normalmente memorialístico, ou seja, pautado através de reminiscências, qualquer um pode escrevê-las. O exemplo dado são os nossos políticos que comercialmente lucram abundantemente com suas interessantes autobiografias publicadas. Desse modo, todo o tipo de escrita de si existente, sejam cartas, memórias, diários etc., sempre tiveram autores e leitores, ou seja, essa prática já não é tão recente e nova, o que é novo nesse aspecto, são os poucos estudiosos que tiveram (penso ser ainda) a iniciativa de tratá-las como objeto sério e sistemático de estudos e teses, como

* Universidade Federal de Uberlândia, Mestrando do Curso de PG em Letras Mestrado em Teoria Literária. Bolsista da FAPEMIG. Esse artigo é parte do projeto intitulado “Epistolografia dos Andrades e a Literatura: possíveis contribuições”, desenvolvido sob a orientação da Profª Dr.ª Joana Muylaert

na área da literatura, onde já é mais freqüente esse tipo de estudo e abordagem. Visto, por exemplo, nas pesquisas da estudiosa Walnice Nogueira Galvão, a qual “propõe a analisar a escrita epistolar” (...) “particularmente sob o olhar literário.” (GOMES, 2007: 9).

Se entrarmos no campo educacional, especificamente nas matérias de educação, como a *História da Educação*, e tentarmos encontrar e analisar possíveis escritas de si, como missivas entre professores, alunos e pais de uma determinada escola, perceberemos a possibilidade de enxergar, em provável abundância, algum tipo de contribuição e desenvolvimento pedagógico e de encontro de novas pedagogias ou estratégias de ensino, principalmente no campo da escrita e da leitura. Daí que as práticas de uma escrita de si, dentro desse espaço privado, que de nenhuma maneira se exclui o espaço público, se mostram em tamanha importância e legitimidade para os estudos científicos e acadêmicos.

Mas, não se vê com muita frequência ainda pesquisas históricas que se propõem em manusear e explorar esse tipo de escrita, porque só recentemente é que essa prática, no campo da história, foi considerada fonte privilegiada e objeto mesmo da pesquisa histórica, que abrirá possibilidades de desenvolvimento e melhoria de pensamentos e reflexões acerca das problematizações intelectuais de determinado estudo.

Desse modo, o texto apresentará uma breve história dessa prática de escrita de si (chegando aos seus primórdios) e mostrando como essa prática se desenvolve e se apresenta dentro do contexto epistolar, ou seja, dentro desse gênero chamado cartas, destacando também que esse tipo de escrita de si não comporta uma verdade única e absoluta das coisas e ideias, conforme pressupunha a tradição crítica a respeito do tema. Após, veremos as contribuições possíveis que o estudo de cartas pode dar para a historiografia literária e uma breve explanação e reflexão sobre este tipo de historiografia. Por fim, as considerações finais.

Contando uma história da escrita de si

Ao se pensar em escrita de si, automaticamente já pensamos no retorno do autor, que já tinha sido morto no passado por Barthes, Nietzsche, Foucault etc., porém, perceberam (principalmente Foucault) que era necessário reviver, ressuscitar essa entidade intitulada “eu” e trazer à tona, novamente, o autor e sua importância. Essa

prática de discurso autoreferencial possui uma relação entre a produção da subjetividade e a escrita, pois “a escrita performa a noção de sujeito” (KLINGER, 2007: 27). Embora ela tenha se arraigado na cultura burguesa da Ilustração, a escrita de si em geral não nasceu da Reforma nem do Romantismo, ela é uma das práticas de escrita mais antigas do Ocidente, uma atividade já observada em Santo Agostinho que iniciava suas *Confissões* e essa tradição de escrita autobiográfica.

Na Antiguidade greco-romana, isto é, na parte Oriental do globo, o “eu”, segundo Foucault, era uma forma de estabelecer a *escrita de si* para contribuir especificamente na *formação de si*, ou seja, no cuidar-se de si, no treinamento de si por si mesmo, em que a escrita desempenhou um papel fundamental para si e para o outro. A escrita como prática subjetiva e particular e, claro, moldada ou controlada pelo pensamento, forma a elaboração de discursos, ideias e visões que são aceitas e reconhecidas como verdadeiras nos processos racionais de ação, mas o meu ponto de vista e modo de ver, esse reconhecimento da verdade deveria ser mostrado sempre com aspas, pois, pensar em uma verdade única, absoluta e certa para qualquer tipo de discurso e ação (principalmente aquele controlado pelo pensamento) é assaz ingênuo, limitado e perigoso, porque as verdades são muitas, dependendo apenas do ponto de visão e análise em que estamos do objeto em questão, ainda mais se esse objeto e essa voz ativa for um “eu”, cheio de lembranças fragmentárias e não totalmente confiáveis.

Foi entre os séculos I e II que a escrita de si se apresentou de duas formas relevantes, os *hupomnêmata* e a correspondência. Aqueles eram espécies de cadernetas individuais em que se anotavam citações, reflexões e pensamentos ouvidos pelos outros ou em algum lugar, sejam em livros, ou ditados orais e locais, fragmento de obras que “eram oferecidos como tesouro acumulado para a releitura e meditação posteriores” (KLINGER, 2007: 28). Lia-se, relia-se, meditava-se e dialogava esses retalhos de discursos consigo mesmo, primeiramente, para depois ir à busca das opiniões dos outros, embora, *a priori*, essas cadernetas não tivessem uma narrativa de si, como os diários da literatura cristã (que possuíam um valor de purificação, ocorrendo esta no momento pontual da escrita e do escrever), os testemunhos, os depoimentos, os discursos memorialísticos etc.. Isto é, os *hupomnêmata* procuravam “dizer o já dito, com a finalidade de *constituição* de si” (KLINGER, 2007: 28).

As epístolas, também chamada de cartas e, às vezes, correspondências possuem

um caráter específico e típico de escrita de si, imediatamente percebido ao longo de sua construção histórica, pois consegue operar ou trabalhar com essa reflexão pessoal destinando-a ao outro, ou seja, há um remetente e um destinatário estabelecidos que no momento próprio da ação de cada um, seja na escrita e/ou leitura da missiva, estarão lendo e escrevendo, numa espécie de treino autoreflexivo, de e sobre si. Ao mesmo tempo em que o missivista apresenta determinado conselho a um problema de um amigo interlocutor, por exemplo, já se faz ele próprio também aconselhado, caso algum dia passe por essa mesma ou semelhante ocasião.

Outra característica marcante e própria desse tipo de prática de escrita de si das cartas é a capacidade e a possibilidade que o eu epistolar (quem escreve) tem de se tornar presente e/ou ausente para o seu interlocutor (quem lê), num movimento racionalizado, recortado e interessado, sabendo ele, o missivista, o momento adequado para se aproximar (apresentar) ou afastar-se (ausentar) do receptor epistolar, dependendo sempre da ocasião e tema da missiva. Isso mostra, assim, a não possibilidade de se pensar atualmente o discurso da escrita de si das epístolas como um discurso totalmente sincero e que busca, ou tem valor de determinada verdade, pois toda palavra discursada que vem e sai da memória fragmentada de um eu também fragmentado (porque essa é a qualificação dada hoje ao eu da sociedade moderna) já não é mais sincera, devido às lacunas deixadas pelo esquecimento. De acordo com o filósofo David Hume, ela (a memória fragmentada discursada) é apenas a ideia (reminiscência) da impressão (acontecimento efetivo), sendo que essa ideia é sempre mais fraca que a mais fraca das impressões, estando longe de qualquer tipo de verdade e sinceridade completa.

“Escrever é ‘se mostrar’, se expor” (KLINGER, 2007: 28), abrindo brechas para uma observação e reflexão crítica de si mesmo sobre si mesmo e do outro sobre si, porém, não é uma exposição total do indivíduo, é uma exposição fragmentária, devido ao próprio caráter do eu moderno (já falado) e de sua memória. Baseando-se, desse modo, nesse eu, ousadamente percebemos e afirmamos que tal indivíduo é moldado pelo pensamento *tu és o que és em fragmentos de ti*, em que, na Antiguidade do Oriente e cristandade do Ocidente não possuíam ainda esse aspecto ambíguo, ambivalente e fragmentado, pois o eu indivíduo da Antiguidade Grecoromana oriental se pautava na ideia do “cuida de ti mesmo”, numa espécie de autoanálise e guia para uma arte de viver

bem, enquanto o eu do cristianismo ocidental se estruturava no “conhece a ti mesmo”, que paradoxalmente também tinha como um dos focos o cuidar-se de si, mas ao final de tudo, acabava na própria renúncia de si próprio, ao se conhecer, renunciando a carne em prol da salvação da alma (porém, conhecer-se realmente e totalmente é um pouco difícil, pois como vimos em Sócrates e em suas lições, é assaz complicado sabermos quem somos ou o que alguma coisa é). Conhecendo-se e cuidando de si, abriria a possibilidade de uma suposta salvação ou ascensão da alma.

Detendo-se mais na prática da escrita de si do gênero epistolar e sua possível contribuição para o estudo da historiografia literária

O que se nota recentemente é que os historiadores, sejam da história que chamo aqui de geral ou da história literária especificamente, vêm utilizando o gênero epistolar para seus estudos e sistematizações cognitivas, percebendo que as cartas possuem características de “intimização” (tornar-se íntimo) da sociedade. Desse modo, “a correspondência constitui, (...), o sujeito e seu texto” (GOMES, 2007: 19) e também um pouco de sua história, social e privada.

Dentro do universo das epístolas, é o outro (destinatário) e não o eu (remetente) que escreveu a carta, o responsável em arquivar e manter tais documentos, pois no movimento próprio que há nesse tipo de gênero de escrita, será sempre o outro que receberá as correspondências para ler e depois o encarregado de respondê-las, se necessário, observando, então, dessa perspectiva, a ideia de um pacto entre os missivistas, chamado pelos estudiosos de pacto epistolar, presente nesta categoria de prática de escrita de si.

Outro ponto observado é que essa escrita missivística tem um caráter “eminente relacional” (GOMES, 2007: 19), quer dizer, possui um lugar privilegiado e particularizado de sociabilidade, trocas, estreitamentos e vínculos entre determinados indivíduos e grupos. Um local de amplas chances e possibilidades de ser bem explorado pela história geral, pela historiografia literária e até mesmo pela literatura brasileira especificamente, onde podem-se encontrar, para estudos e análises, aspectos históricos e literariamente estéticos de determinada sociedade e época, além da vida particular e forma ímpar de estilo de determinado autor/editor, como o caso das cartas escritas e trocadas entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, nos

anos de 1925 a 1945. Se fizermos uma passagem analítica bem rápida durante esse período histórico, sobretudo dentro das epístolas de ambos, por exemplo, já veremos e sentiremos, a partir da representação, um pedaço da era Vargas, no Brasil, com sua ditadura do Estado Novo, em 1930, e após, 1938 a 1945, resquícios da 2ª Guerra Mundial e até o lançamento do livro de poesias de Drummond intitulado *O sentimento do mundo*.

Dentre essas várias relações que a prática de escrever cartas têm, nesse exercício de escrita de si, há uma outra relacionada com a possibilidade de fugir da solidão, de não estar mais sozinho, que se dá no próprio processo de consolo desse incômodo, através da escrita propriamente, entretanto, mesmo nessa tentativa de fuga e de consolo desse sentimento inquietante, não pode-se afirmar que serão as palavras consoladoras totalmente sinceras e verdadeiras, até porque, de uma certa forma, é preciso “enganar”, ou distrair, ou ficcionalizar a mente, ou a alma, ou o espírito do solitário para que não se sinta mais no sentimento de solidão. Assim, com certas normas de protocolação que as epístolas exigem, como selo, carimbo, endereços e nomes, podemos escrever nelas e “escrevendo, é possível estar junto, (...) através e no objeto carta” (GOMES, 2007: 20), mandando embora a solidão.

A escrita de si epistolar possui um ritmo “descontínuo” e “cíclico” (GOMES, 2007: 20) podendo acelerar ou desacelerar dependendo dos acontecimentos que, por ventura, aparecerem na vida dos correspondentes. Dentro desse movimento interno descontínuo e circular encontrado nas cartas, e, dentro também do momento de presença do eu epistolar na missiva (que como já foi dito, pode ausentar-se do mesmo modo), se percebe um movimento interno de distanciamento e aproximação entre esse eu da missiva e seu leitor interlocutor, dependendo, claro, do interesse e da vontade exclusiva do eu físico que escreve, o qual se aproximará e distanciará de seu destinatário, segundo sua própria razão. Nesse caso, o que se percebe é, mesmo quando distante esse eu da carta ainda é presente, mas em relação ao eu físico que escreve (chamado de escrevente por Barthes) e o eu textual encontrado na epístola, há um distanciamento constante e significativo e ainda de caráter presencial. Outros elementos que o eu da prática epistolar consegue movimentar aproximando-se e distanciando-se conforme sua regra de vontade, dentro de seu universo missivístico, são o tempo e o espaço, pois é dentro desse corpo das epístolas que esse eu consegue mostrar

determinada ambientação e temporalidade ao outro eu leitor e dialogador, onde pode perceber-se em um tempo presente, mesmo se falando de passado, ou seu contrário, e imaginar uma determinada ou delimitada visão do espaço para se situar e tentar compreender melhor o que está sendo dito para si através da escrita do outro.

Observa-se que, com a difusão e os estudos dessas escritas de si (cartas, diários, crônicas, autobiografias etc.), por parte dos estudiosos de várias áreas, inclusive os da historiografia literária e da literatura brasileira, eles trouxeram à tona “para o centro da análise a documentação dos ‘homens’ comuns” (GOMES, 2007: 20), (já falado anteriormente) que até então não eram lidos e não tinham nenhum interesse para o receptor comum ou especializado. Apenas heróis, mártires e grandes famosos tinham suas vidas, de alguma maneira, colocadas em biografias, testemunhos, discursos memorialísticos, autobiografias etc. e tinham suas cartas publicadas (quando haviam e eram permitidos) para a leitura e deleite dos curiosos leitores. E a partir da ideia e do interesse de se ler a vida de qualquer um, conhecido ou não, avistou-se a possibilidade de criar: “uma estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; como indício da(s) cultura(s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais.” (GOMES, 2007: 20).

Historiografia literária e literatura brasileira: Mário e Drummond

Podemos pensar a historiografia literária como uma forma de pesquisa que traz como relação, de análises e estudos, as pertinências, significâncias e possíveis contribuições entre (e para): a literatura e o período histórico em que ela se apresenta; as técnicas comunicativas e a literatura; e a criação artística literária e a materialização dos meios, próprios e propícios, para sua divulgação e configuração, podendo ser de modo manuscrito, impresso (livros, jornais, revistas, folhetos) e eletrônico; por exemplo. E segundo Süssekind e Dias, a historiografia literária pode ser responsável “por transformações significativas nas relações entre obra e suporte, entre autor, leitor e obra, entre matéria textual e modalidades diversas de produção e transmissão de textos.” (SÜSSEKIND e DIAS, 2004).

A legitimidade para um estudo de historiografia literária hoje vem da constante e crescente transformação das perspectivas de conceitos e teorias, bem como a mudança na significância de todo o horizonte epistemológico existente no momento

atual, em que se vivenciam, ao mesmo tempo, a ação de comunicação simultânea entre manuscrito e tipografia (datilografia), manuscrito e eletrônica (digitação) e também entre as formas de publicações, que podem ser impressas e/ou eletrônicas acarretando, por exemplo, na publicação do livro e na produção do hipertexto (divulgado por meio eletrônico). Essas convivências constantes além de destacar a própria mutação em curso, destacam “a necessidade de a materialidade das formas de comunicação literária ser enfocada como dimensão significativa do estudo das culturas letradas e da sua história.” (SÜSSEKIND e DIAS, 2004).

Quando se pensa em uma historiografia literária, o que surge de imediato no pensamento é a ideia (e a palavra) de tradição. Tradição esta que para a época clássica tinha como regra literária o imitar as coisas, e já na época moderna, a cartilha poética trazia (e ainda traz) a ideia de inovação, trabalho com a linguagem, aniquilação de tudo que é passado, como o presente e o agora, que no instante final de suas pronunciações, já se foram. Ainda há tradição, e para os tempos modernos e movimentos de vanguarda, ela (a do momento) surge como um silogismo eterno, em que a síntese se tornará sempre uma nova tese a ser batida, ou seja, rompida para ser rompida infinitamente.

A questão da tradição dentro do modernismo brasileiro é assaz presente e pontual nas produções artísticas e teóricas dos poetas e estudiosos, assim como em lugares mais confortáveis e tranquilos para se ter uma boa conversa, sem tensas pretensões, como as epístolas. Um exemplo é uma carta resposta (das várias existentes) de Mário de Andrade para Carlos Drummond de Andrade, em que aquele refuta toda a tradição intelectual deste, que era de influência francesa, inspirado principalmente por Anatole France:

(...) Devo imenso a Anatole France que me ensinou a duvidar, a sorrir e a não ser exigente com a vida.” Mas meu caro Drummond, pois você não vê que é esse todo o mal que aquela peste amaldiçoada fez a você! Anatole ainda ensinou outra coisa de que você se esqueceu: ensinou a gente a ter vergonha das atitudes francas, práticas, vitais. Anatole é uma decadência, é o fim duma civilização que morreu por lei fatal e histórica. Não podia ir mais pra diante. Tem tudo que é decadência nele. Perfeição formal. Pessimismo diletante. Bondade fingida porque é desprezo, desdém ou indiferença. Dúvida passiva porque não é aquela dúvida que engendra a curiosidade e a pesquisa, mas a que pergunta: será? irônica e cruza os braços. (...) escangalhou os pobres moços fazendo deles uns gastos, uns frouxos, sem atitudes, (...), amargos, inadaptados, horrorosos. Isso é que esse filho-da-puta fez. (ANDRADE, 2002: 67-68)

Isso mostra o propósito de Mário, de rompimento com as tradições do passado, especialmente as estrangeiras, para a apropriação e criação (se possível) de uma tradição nacional e atual (passível também de rompimento).

Considerações finais

As cartas, principalmente as pessoais, acumulam com frequência variadas informações e assuntos sem uma ordenação, finalização e hierarquização, assemelhando-se muito com a própria característica do eu moderno, que é também desordenado, não finalizado, não hierárquico e fragmentado, mas, sobretudo, reflexo próprio daquilo que se encontra dentro das epístolas, no movimento da escrita de si. Nas missivas, a narrativa é cheia e farta de movimentos e imagens, tanto por dentro, quanto por fora, apresentando um discurso multifacetado e laboriosamente construído, reforçando a ideia de que nas práticas da escrita de si, diferentemente como pensavam no começo de suas análises, não há um discurso sincero na sua totalidade, muito menos com valor de verdade única e inquestionável.

O gênero epistolar, visto como um processo e exercício de escrita de si, de alguma maneira, abre espaço preferencial para estabelecimento de vínculos e criação de redes que podem ou não possibilitar a conquista e manutenção dos desejos e/ou acontecimentos, contribuindo também para a mesma manutenção e conquistas de desenvolvimentos e descobertas de conhecimentos interessantes, úteis e assaz importantes para as ciências, as artes e quiçá, para a vida imanente do homem indivíduo.

Com isso, observa-se nesse determinado caso uma colaboração para os estudos de cultura, sociedade e momento histórico de uma determinada época, por exemplo, mais uma vez comprovando a importância desses tipos de escritas de si, inclusive e principalmente as cartas, para os estudos intelectuais e acadêmicos, como a historiografia literária e a literatura brasileira.

Enfim, trabalhar com cartas é fácil e agradável e, ao mesmo tempo, difícil e complexo, devido a sua vastidão, ao seu caráter de fragmentação, dispersão e, às vezes, à inacessibilidade imposta pelos segredos de família, de política ou profissionais. Mas quando o acesso é permitido, o pesquisador, ao analisar as epístolas de sua escolha, deve (ou deveria) recorrer a alguns procedimentos metodológicos, dentre os quais

firmados em questionamentos referentes ao gênero epistolar. Porém, estes não são questionamentos já fixados, moldados, determinados e pré-estabelecidos, as questões surgirão e se multiplicarão dependendo da forma como o pesquisador utilizar o material. Perguntas, por exemplo, como as que se seguem: Quem escreve e lê as cartas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual seu ritmo e volume? De quais assuntos tratam? Etcétera. Nesse sentido, Ângela Gomes reafirma a importância desse tipo de questões que chamam “a atenção do analista para as importantes relações estabelecidas entre quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita” (GOMES, 2007: 21).

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. **Carlos e Mário**: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita- e Mário de Andrade: 1924-1945 / Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade; organização: Lélia Coelho Frota; apresentação e notas às cartas de Mário de Andrade: Carlos Drummond de Andrade; prefácio e notas às cartas de Carlos Drummond de Andrade: Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si Escrita da História**. Rio de Janeiro, 7Letras 2007.
- KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro**: o retorno do autor e a virada etnográfica. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- SÜSSEKIND F., DIAS, T. (Org.). **A historiografia literária e as técnicas de escrita**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Vieira e Lent, 2004.

**VONTADE DE PROGRESSO:
O TEMPO HISTÓRICO NA NARRATIVA DE *FACUNDO***

Walderez Costa Ramalho*

Introdução

A América Latina, no século XIX, passa por profundas transformações no âmbito político, que se condensam nas independências e na formação dos novos Estados. Nesse contexto, diversos intelectuais irão se debruçar sobre a nova realidade que se lhes abria, traçando grandes projetos para as novas nações, os quais continham grandes expectativas para o futuro mas, ao mesmo tempo, sem nenhuma garantia de que aquilo poderia se tornar uma realidade, visto a inexistência de experiências passadas que as fundamentasse – por exemplo, o autogoverno ou as identidades nacionais.

No geral, o problema que os homens se colocavam estão relacionados à História: como articular passado e futuro num presente revolucionário, tão inédito e, por isso, tão incerto. Nesse sentido, é importante perceber como o tempo histórico foi articulado por esses pensadores, para dar conta da complexidade e da abrangência do momento em que viviam. Em outras palavras, todos eles possuem uma teoria da História

A Argentina é um caso extremamente fecundo para pensar essas questões, tanto pela sua formação complexa enquanto nação, como pelos intelectuais que ela produziu e sobre ela pensaram. Neste artigo, pretendo discutir a temporalidade histórica presente no pensamento argentino liberal do século XIX, especialmente na narrativa de *Facundo: civilização e barbárie*, de Domingo Faustino Sarmiento (1845). O problema que se coloca aqui é o seguinte: como está articulado o tempo histórico no *Facundo*? Para tanto, iremos ao longo deste trabalho refletir sobre o conceito de tempo histórico que aqui será abordado, e depois ver como essa ideia pode revelar características importantes da obra supracitada. Esperamos ver confirmada nossa hipótese de que Sarmiento deseja acelerar esse tempo histórico. Veremos que essa aceleração consiste naquilo que chamaremos de *vontade de progresso*, que o autor expressa ao longo da sua intriga.

Aspectos fundamentais para o entendimento dessa ideia – o contexto histórico e

* Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

intelectual argentino, demais pressupostos teóricos do autor como as concepções liberais, o romantismo, etc. – serão forçosamente retiradas desse texto, devido à sua brevidade e ao seu propósito. Espero um dia ter a oportunidade de trabalhá-los também, pois considero de extrema relevância entender o passado de um país tão próximo e importante para o Brasil atual, seja no âmbito político, econômico, cultural e sociológico.

O tempo histórico

Como é comum nos conceitos próprios das ciências humanas, o tempo histórico não possui uma única definição. Na verdade, o que caracteriza esse conceito é justamente as divergências de perspectivas entre grandes filósofos, historiadores, teólogos e demais pensadores ao longo da história ocidental. Existe toda uma produção intelectual riquíssima acerca desse tema, desde aqueles que propõem algumas definições, ou outros que fazem um panorama histórico-filosófico sobre as mesmas, para fazer surgir o problema da temporalidade histórica (Cf. REIS, 1994). Interessa-nos aqui a conceituação do historiador alemão Reinhart Koselleck, em sua obra *Futuro passado*, tanto pela sua atualidade (a 1ª edição é de 1979), como pela sua originalidade, importância, abrangência e capacidade de aplicação.

Segundo Koselleck, o estudo do tempo histórico tem necessariamente um caráter teórico, que ultrapasse a tradição e os vestígios (fontes) do passado em si mesmos. Trata-se de um conceito meta-histórico, no qual se trabalha com conceitos que não estão propriamente na linguagem das fontes, mas sim de uma linguagem posterior, do próprio historiador que analisa em retrospectiva: em outras palavras, de uma categoria científica. Ele não aparece explicitamente na fonte; porém o tempo histórico permanece ali – muitas vezes de forma oculta, porém condicionando e modelando as ações humanas. As pessoas não agem conscientes da influência da temporalidade histórica, mas isso não significa que esta não interfere fortemente na realidade social, em todos os períodos da história do homem.

Poder-se-ia pensar que o tempo histórico nada mais é que analisar a experiência humana através da cronologia, ou seja, reunir todos os acontecimentos e eventos do mundo em uma única definição físico-matemática do tempo, de acordo com o movimento planetário. Este tempo único tem a característica de ser, por excelência,

natural, possuindo o mesmo valor para todas as sociedades humanas ao redor da Terra. Bastaria colocarmos esses eventos em sequência, segundo sua datação, que teríamos assim o tempo histórico sob controle. Porém, quando nos deparamos com a história, dificilmente essa noção corresponde com as evidências que os estudos nos apresentam.

A singularidade de um tempo histórico único e comum a todos os povos é problematizável, na medida em que ele, “caso (...) tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações” (KOSELLECK, 2006: 14). Ora, as pessoas e as instituições tem suas formas próprias de ação, suas próprias formas de sofrer essas ações, seus próprios ritmos. O termo anacronismo tem justamente essa ideia de colocar um problema próprio de um tempo histórico específico e transplantá-lo para outro, sem tomar as devidas precauções contra equívocos que essa prática facilmente acarreta. Para evitar esse problema, faz-se necessário pensar cada sociedade de acordo com suas próprias temporalidades, de forma a aproximar mais daquele vivido e estabelecer relações mais fortes e verossímeis com a realidade presente do historiador.

Em suma,

na tentativa de tematizar o tempo histórico, não se pode deixar de empregar medidas e unidades de tempo derivadas da compreensão fisico-matemática da natureza; as datas, a duração da vida de indivíduos e instituições, os momentos críticos de uma sequência de acontecimentos (...), tudo isso só pode ter seu peso histórico avaliado se for medido e datado com o recurso a divisão do tempo natural. No entanto, a interpretação das circunstâncias produzidas a partir dos fatores acima citados conduz para além das determinações temporais compreendidas de maneira física ou astronômica. (KOSELLECK, 2006: 15)

Quando pensamos nos efeitos que a velocidade dos meios de comunicação imprimem na mentalidade; nas ações militares; nas decisões políticas feitas sob pressões e que miram a um determinado objetivo; nas inovações tecnológicas que norteiam e são norteadas pelas demais inovações e demandas das sociedades; tudo isso nos leva necessariamente a pensar um tipo de temporalidade que ultrapassa a mera cronologia, e que leva a uma dimensão histórica.

Mas como proceder a essa tarefa extremamente complexa? Como fazer aparecer o tempo histórico das diferentes sociedades ao longo da história? É aí que entram os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, como duas categorias científicas (meta-históricas) que, em estreita e constante relação e tensão entre si,

engendram o tempo histórico.

Como se depreende do próprio uso cotidiano dessas expressões, tanto “experiência” como “expectativa” são categorias formais, abstratas, que não nos remetem a uma dimensão histórica específica. São categorias mais amplas, generalizantes, que se referem não às histórias reais, mas às histórias possíveis. “Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006: 306). Não há expectativa sem experiência, nem experiência sem expectativa. Elas indicam, por assim dizer, uma condição humana universal, ou seja, tanto os índios do interior da América, ou os povos da antiguidade européia, ou os chineses, árabes, africanos, etc... atuam no mundo através da articulação entre essas duas categorias.

A experiência pode ser definida como “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006: 309). Essa experiência não se restringe ao plano individual no que se refere aos sujeitos e instituições: as experiências alheias também fazem parte da história. É a presença do passado. Ou seja, não o passado vivido em si mesmo, mas o peso que este tem nas ações humanas. Além disso, uma experiência já feita está completa, já que suas causas são passadas. Ela se aglomera para formar um todo, onde fatos e eventos ocorridos em tempos cronologicamente distintos se tornam simultaneamente presentes. Ela é composta de tudo o que se pode lembrar, da própria vida e da vida dos outros. Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência é espacial.

Por sua vez, a expectativa é o futuro tornado presente, é aquilo que se espera. Tal qual a experiência, ela se refere ao pessoal e ao interpessoal, e também ao agora, ao vivido. “Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2006: 310). Porém, essa presença do futuro não se dá da mesma forma que a presença do passado. A metáfora do horizonte é perfeita para demarcar essa diferenciação: “horizonte é a linha por trás da qual se abre no futuro uma nova experiência, mas que ainda não pode ser contemplado” (KOSELLECK, 2006: 311). Nesse sentido, por mais que haja prognósticos para o futuro, sempre se esbarra no limite que ele não é passível ainda de ser experimentado.

É justamente da tensão desses dois conceitos – que se relacionam, mas não de

forma simétrica – a partir do modo de ser de cada um deles, e de maneiras sempre diferentes, que surge e pode ser deduzido o tempo histórico. O futuro histórico nunca é aquilo mesmo que o passado foi, mas também pode ser diferente da experiência adquirida – pois elas podem também mudar com o tempo. Não o passado em si, mas a organização das lembranças no presente são sempre passíveis de transformação, tanto pela aquisição de novas experiências, quanto pela articulação entre elas e novas expectativas que se abrem. Vale ressaltar que nessa tensão, não há necessariamente um equilíbrio, pois experiência e expectativa constituem uma diferença temporal no agora, entrelaçando passado e futuro de maneira desigual.

No que concerne ao tempo histórico moderno, pode-se dizer que a sua característica central é justamente o desequilíbrio entre espaço de experiência – cada vez mais encurtado, comprimido e sob ameaça – e horizonte de expectativa – mais aberto, desejado, desafiador. Um conceito que marca claramente essa discrepância, e ao mesmo tempo tão típico para a experiência moderna, é o de *progresso*. Este se forma a partir do momento em que os homens passam a ter como objetivo um melhoramento da existência terrena, e não mais no plano divino, no além. Assume-se um risco de um futuro aberto, cada vez mais próximo da perfeição. Além disso, o espaço de experiência também passou por modificações: “o conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (KOSELLECK, 2006: 317), como o desenvolvimento da técnica, a revolução copernicana, a Revolução Industrial, etc.

Porém, esse novo espaço de experiência não era suficiente para servir de base a novas expectativas para o futuro. As expectativas se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências eram capazes de oferecer. E junto a isso estava a convicção de que esse futuro é, por definição, melhor do que o passado. Nessa forma de pensar e agir, não faz sentido esperar de braços cruzados por esse futuro. É preciso trabalhar – no mundo terreno, não no espiritual – para chegar a essa existência superior que nos aguarda. Daí surge uma nova forma de sentir e experimentar o tempo histórico, que pode ser condensada no conceito de *aceleração*. Pois esse progresso (tanto o científico quanto o sociopolítico) modificam os ritmos e os prazos do mundo da vida graças a essa aceleração. “Não apenas o fosso entre o passado e o futuro aumenta: a diferença entre

experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante” (KOSELLECK, 2006: 322).

Feitas essas considerações, passemos ao plano prático. O objetivo aqui será ver como Domingo Sarmiento, em sua obra *Facundo: civilização e barbárie* articula o tempo histórico para a Argentina do seu tempo. Nossa hipótese é a de que, ao realizar sua crítica à barbárie que se enraizaria em seu país, e desejar um movimento que levaria à civilização, Sarmiento trabalha com valores típicos da experiência temporal ao mesmo tempo moderna e modernizadora, e que aqui chamaremos de *vontade de progresso*. Relembremos que pontos fundamentais serão desconsiderados, devido à proposta deste texto.

O tempo histórico no Facundo

O tema principal da obra é, segundo Oscar Terán (TERÁN, S/D), o “enigma argentino”, ou seja, como uma revolução libertária levou ao despotismo. Baseado nos pressupostos do historicismo romântico, o autor coloca que o estudo da figura de Facundo Quiroga é a chave para se decifrar tal enigma. No seu pensar, Sarmiento lança mão de dois conceitos importantes para pensarmos a temporalidade histórica que ele vai trabalhar: civilização e barbárie. Na visão sarmientina, esses conceitos não se encontram isolados (embora sejam, de fato, dicotômicos), mas se encontram e se entrelaçam nessa realidade em que descreve. O termo “civilização” tem aí uma conotação axiológica, pois concebida dentro de uma cadeia histórica evolutiva e unilinear, como o estágio final que se inicia na selvageria e na barbárie. A ela estão relacionados termos como “Europa”, “constituição”, “idéias liberais”, “razão”, “virtude”, “moderno”, etc. Já entre os termos referentes à barbárie estão “americano”, “colônia”, “Espanha”, “despotismo”, “instinto”, e “atraso”. Pode-se perceber qual a conotação que Sarmiento dá à essas categorias, própria do período em que ele se situa.

Esses e outros aspectos são importantes para captarmos qual era o projeto nacional que Sarmiento pensava para a Argentina chegar mais rapidamente à fase civilizatória. Analisar qual era esse projeto, à luz da teoria de Koselleck sobre o tempo histórico, é o que nos interessa aqui. Certas passagens do texto são emblemáticas nesse sentido. Passemos a eles.

Na introdução, o autor vai se questionar sobre a validade de se combater o

despotismo e a barbárie de Rosas. Pois como o próprio autor afirma, ele não seria uma aberração, mas antes uma manifestação social típica de um povo. Seria a barbárie uma condição inata da Argentina? Para sair dessa ameaça, ele questiona se se pode abandonar uma das terras mais prodigiosas da América à devastação da barbárie. E ele responde:

Não se renuncia porque todas as brutais e ignorantes tradições coloniais puderam mais, num momento de extravio, na alma de massas inexperientes: as convulsões políticas trazem também a experiência e a luz, e é lei da humanidade que os interesses novos, as ideias fecundas, o progresso, triunfem no fim sobre as tradições envelhecidas, os hábitos ignorantes e as preocupações estacionárias. (SARMIENTO, 1996: 53)

Aqui temos uma visão geral de Sarmiento sobre o tempo histórico. O espaço de experiência, apesar de estar carregado de barbárie, pode ser reorganizado para justamente adequá-los ao progresso, este visto como algo natural, como uma “lei da humanidade”. Esta visão de progresso como fato inexorável é bem típico do século XIX, e carrega um sentido de modernidade brilhantemente trabalhado por Marshall Berman (BERMAN, 2007), onde todas as tradições parecem estar condenadas à desintegração e à morte. Isso pode ser bem problemático em alguns pontos, mas para Sarmiento, um homem que via a sua própria nação como atrasada, é o que justamente irá salvar a Argentina da ruína. Portanto, o autor anseia por ir mais rápido nessa corrida. A independência havia dado o primeiro passo: faltava agora vencer Rosas e colocar o país no rumo desejado, um fato que inevitavelmente se realizará.

Essa reorganização do espaço de experiência, que possibilitava uma expansão do horizonte de expectativa, pode ser vista no trecho seguinte:

Quantos resultados não colherão, pois, esses povoados argentinos desde o dia, já não remoto, em que o sangue derramado afogar o tirano. Quantas lições! Quanta experiência adquirida! (...) todas as questões sociais foram ventiladas: federação, unidade, liberdade de cultos, imigração, navegação de rios (...). O sentimento de autoridade está em todos os corações, ao mesmo tempo que a necessidade de conter a arbitrariedade dos poderes no-la inculcou Rosas profundamente com suas atrocidades. Agora não nos resta fazer senão o que ele não fez e reparar o que ele destruiu. (SARMIENTO, 2006: 321)

Em vez de encarar o governo Rosas apenas como algo lastimável, Sarmiento também vê o lado bom disso. Pois com as suas atitudes bárbaras, Rosas mostrava aos argentinos exatamente como não agir. Percebe-se um novo sentido para o espaço de experiência

que, ainda conservando um valor negativo – pelo próprio fato de conter a barbárie – pode ser revisto como uma lição para o futuro.

O problema seria então que Rosas, apesar de não poder ir contra o progresso natural, ou a “providência”, representa o atraso histórico para a Argentina – ou pelo menos um reforço do atraso, pois o país já estava comprometido pela herança colonial e espanhola. Essa ideia de providência é de grande relevância para a nossa análise. No último capítulo do livro – denominado “presente e futuro” - há uma passagem em que ele descreve as atrocidades e as atitudes bárbaras do déspota, que comprometem e só trazem como consequência um desserviço e atraso para a nação. Mas a providência é mais forte, e felizmente está do lado da (sua) Argentina: “Não se creia, porém, que Rosas não conseguiu fazer progredir a República que despedaça. É um grande e poderoso instrumento da Providência, que realiza tudo o que interessa ao futuro da pátria “(SARMIENTO, 2006: 315). A providência servia para animar os argentinos a tomarem o rumo certo para o futuro. Um futuro grandioso, que aguarda os argentinos com a condição de se estabelecer um novo governo (unitário e amigo dos europeus), propenso a levar as coisas segundo o seu caminho natural. Por isso que, apesar de haver uma certa conotação espiritual do termo, a providência se foca no mundo terreno, que irá permitir à Argentina se tornar finalmente uma grande nação. O horizonte de expectativa se abre, torna-se mais desejado e ansiosamente perseguido. O futuro, nessa perspectiva, é uma tarefa do homem argentino, que felizmente conta com a ajuda desse poderoso aliado, mais poderoso que Rosas.

Esses elementos nos permitem falar de uma *vontade de progresso* contida na intriga em questão. Se lembrarmos, como Terán, que o lugar do autor é antes político do que puramente científico (*Facundo* é uma resposta a um atentado sofrido por Sarmiento a mando de Rosas), ou se pensarmos na intensa utilização do autor de uma linguagem prescritiva – que remete à moral e à política – podemos entender melhor do que se trata essa vontade e como o autor a expressa. Uma característica fundamental para nós é que essa vontade de progresso ocorre quando há uma abertura positiva e feliz ao horizonte de expectativa, juntamente com uma reorganização significativa do espaço de experiência, por meio de uma hermenêutica histórica. É nesse sentido que podemos dizer que Sarmiento quer acelerar o tempo histórico para a Argentina, pois em sua visão “é necessário”, ou “é preciso”, ou “temos que lutar pelo” progresso e avançar rumo aos

estágios mais altos da civilização – lugar ocupado pela França e os europeus em geral. Se o país está em desvantagem nessa corrida, há de se correr atrás o mais rápido possível, para não comprometer de vez o futuro da pátria.

Mas como concretizar essa vontade? Para Sarmiento, a história é o lugar no qual se dá o embate entre civilização e barbárie, onde todos os povos do mundo se encontram nessa mesma marcha, sendo uns (Europa) mais à frente do que outros (América). O projeto sarmientino tem como primeiro fundamento levar a Argentina, um país ainda dominado pela barbárie, à civilização. Para tanto, a condição principal é derrotar Rosas.

(...) com a queda desse monstro entraremos pelo menos no caminho que conduz a um futuro tão belo, ao passo que sob o seu funesto impulso nos afastamos mais e mais a cada dia e retrocedemos a passos agigantados para a barbárie, a desmoralização e a pobreza. (SARMIENTO, 2006: 324)

Chegamos assim a mais uma característica da vontade de progresso em *Facundo*: ela se baseia em uma noção de transcendência histórica, que por sua vez possibilita essa aceleração do tempo. Em nossos dias, isso não parece fazer muito sentido, mas como sugere Antonio Mitre, os homens do Oitocentos “ainda pensavam que a transcendência histórica não somente era possível mas também um fato inexorável” (MITRE: 2). A concepção de História desses homens, e em particular Sarmiento, dava sustentação a essa transcendência, pois ela tinha um sentido e uma direção específica: “De fato, quando Sarmiento escreve sua obra, a civilização européia, com seu repertório de idéias e crenças, era a seta que assinalava a direção do futuro” (MITRE: 2).

Conclusão

Procuramos ao longo do texto mostrar como Sarmiento articula espaço de experiência e horizonte de expectativa em *Facundo*, chegando a um conceito de vontade de progresso que, embora não tendo sido trabalhado pelo próprio autor de forma direta, permeou por toda a sua narrativa, e serviu de pressuposto histórico-filosófico para seu projeto de nação.

Esse estudo não se ateve àquilo que a obra possui como tema central, mas antes a um aspecto implícito que, em grande medida, servia como sustentação para o pensamento do autor. Antonio Mitre ressalta esse ponto em seu texto, mas o vê dentro de um objeto maior (a identidade) que para ele seria realmente o objeto de *Facundo*.

Oscar Terán, por sua vez, e como foi dito acima, vê o enigma argentino como o tema principal. Mas nosso objetivo foi outro: entender qual é a temporalidade engendrada pela intriga sarmientina. Acreditamos que tal objetivo se situa dentro de um projeto mais amplo, que relaciona vários textos de autores latino-americanos sob essa mesma ótica. Espero um dia levá-lo a cabo.

Referências Bibliográficas

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papirus, 1994.
- MITRE, Antonio. **A parábola do espelho**: identidade e modernidade no *Facundo* de Sarmiento. Acesso em:
www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_12/rbcs12_03.htm
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TERÁN, Oscar. La generación del 37: Sarmiento y Alberdi In: **História de las ideias em la Argentina**: diez lecciones iniciales, 1810-1980.

NARRATIVA E METANARRATIVA DA CONQUISTA DO MÉXICO NA OBRA DE WILLIAM H. PRESCOTT

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes*

William H. Prescott causou enorme repercussão com sua obra *History of the Conquest of Mexico*, de 1843. Parcialmente baseado em documentos inéditos (ou há muito sem uso) advindos da Espanha, o livro foi traduzido em pouquíssimo tempo para outras línguas. No México, local onde a intelectualidade procurava formas de elaborar sínteses históricas sobre o século XVI, o interesse foi tamanho que duas traduções, quase simultâneas, foram feitas.

Prescott teve trajetória acadêmica sólida. Começou seus estudos nos anos 1820, quando abandonou a prática do Direito e dedicou-se unicamente à literatura, publicando estudos sobre Lord Byron, Alexander Pope, escritores franceses e italianos, sempre pela *North American Review*¹. Por conta da estreita amizade cultivada com George Ticknor, pioneiro intelectual hispanista dos Estados Unidos, professor de Harvard, que mais tarde seria o primeiro dos biógrafos de Prescott, passou a pesquisar literatos espanhóis.

Sua entrada para a elite dos historiadores de seu país deu-se após uma década de estudos de fontes e textos espanhóis, quando, em 1837, publicou *History of Ferdinand and Isabella*, obra sobre os Reis Católicos. O livro valeu-lhe indicações nas principais academias científicas norte-americanas de então. Para escrever essa obra, Prescott valeu-se de muitos contatos com intelectuais espanhóis e livreiros na Europa que, sempre que possível, remetiam material solicitado pelo americano em cartas.

Segundo Richard L. Kagan, a própria decisão de Prescott de investigar em primeira mão, lançando mão de fontes primárias, os feitos dos Reis Católicos “representou um marco na própria historiografia norte-americana”. Essa nova marca dava-se pelo rompimento da História eminentemente nacional que os Estados Unidos de

* Professor Adjunto de História da América - Departamento de História – ICHS/Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ Revista bimestral, depois trimestral, fundada em Boston, em 1815, pelo jornalista Nathan Hale. Serviu com o principal veículo difusor da intelectualidade da Nova Inglaterra até a década de 1860, quando passou a dividir a cena com outras publicações homólogas. Em suas páginas, George Ticknor, George Bancroft, Prescott, entre outros, publicaram alguns de seus textos discutindo História e questões culturais. A publicação existe até hoje. O acervo da revista (entre os anos de 1815 e 1900) foi digitalizado e encontra-se disponível na Biblioteca da Universidade de Cornell, no endereço: <http://digital.library.cornell.edu/n/nora/nora.html>.

então produziam: “ainda que os norte-americanos de princípios do século XIX lessem história européia – principalmente tal como a interpretavam Edward Gibbon, David Hume, William Robertson e Voltaire” –, ninguém produzia algo inédito sobre outro lugar do mundo (KAGAN, 1998: 230).

O sucesso de seu primeiro livro o encorajou a tocar adiante o projeto de sua longeva carreira historiográfica: mapear a constituição do império espanhol do século XVI (GARDINER, 1959: 11). Valendo-se dessa mesma rede de contatos que já lhe fornecera valiosos documentos espanhóis, o historiador pôs-se a trabalhar em mais um projeto: as Histórias das Conquistas do México e do Peru, entendidas como parte fundamental da constituição do império espanhol. Decidiu estudar primeiro a Conquista do México, respeitando a ordem cronológica das duas empreitadas, dando especial ênfase à figura de Hernán Cortés.

History of the Conquest of Mexico é separada em três partes (não evidenciadas na separação em livros): a primeira correspondia à introdução e se ocupava das chamadas “Antiguidades indígenas, as origens da nação, segundo o próprio autor (Prefácio, XI). A segunda porção era de uma narrativa eminentemente política dos eventos da Conquista, à qual Prescott afirmava ser a parte eminentemente histórica de seu livro. Finalmente, a conclusão do trabalho era, a seu ver, estritamente biográfica.

Logo, a história indígena ocupava a “parte filosófica” do livro. Ou seja, os índios, discursivamente, não tinham história, eram privados de temporalidade. Deviam constar do texto, pois era necessário demonstrar que não eram simples selvagens sendo conquistados. Aquele punhado de espanhóis, de cuja presença já se estava teleologicamente ciente, deveria conquistar uma nação de bárbaros impressionantes, com alto domínio de tecnologia e de sociedade estruturada. Sua barbárie, no entanto, não os eximia da lógica do choque entre povos: aqueles com mais alto grau de civilização devem sobrepujar seus oponentes nesses casos. No texto de Prescott, portanto, por mais fascinantes que fossem os astecas, mais encantadores eram os espanhóis que os subjugaram. O local discursivo seguia a fórmula do romance histórico: nos preâmbulos da obra deve se expor ao leitor tanto o protagonista quanto o antagonista, ainda que já saibamos que os defeitos e vícios de origem do segundo serão, indubitavelmente, superados pelas virtudes do primeiro.

A intenção dessa divisão era clara para seu próprio autor:

the general views of the Introduction will prepare the reader for the particulars of the Conquest, and that the great public events narrated in this will, without violence, open the way to the remaining personal history of the hero who is the soul of it. Whatever incongruity may exist in other respects, I may hope the unity of interest, the only unity held of much importance by modern critics, will be found still to be preserved. (XI – grifo no original)

Como Prescott afirmou na introdução de suas obras e em cartas pessoais, ele separava História e ficção pelo compromisso com a verdade dos fatos que a primeira deveria ter. Ainda assim, o texto escrito de seu punho era, acima de tudo, uma narrativa e estava sujeito às regras de quaisquer outras narrativas até onde os documentos assim o permitissem.

Ou seja, havia uma interessante combinação, comum a muitos contemporâneos seus, entre o uso rigoroso dos documentos (e nesse sentido uma valorização de seu uso para se chegar a uma verdade histórica) e o cuidado literário do texto. Uma obra autoral como a sua tinha que agradar pela fruição estética e pela congruência das informações; pela narrativa como fim e como meio para falar de História. Em outras palavras, a História, com o sentido de passado em si, repousava no texto do historiador; era algo a ser contado, separado da ficção pelo compromisso com a verdade dos fatos; mas era, acima de tudo, uma narrativa. Ele próprio escreveu que pensava a História como “uma épica em prosa, um romance de cavalaria” (apud LEVIN, 1959: 11). David Levin, com base nesses mesmos apontamentos, ponderou sobre o método historiográfico do intelectual da Nova Inglaterra:

The subject had to be an interesting narrative, on a “grand theme”, in which a varied group of remarkable, vigorous characters acted heroically on the largest possible stage. The grand theme involved the origins of a nation (preferably, in some way, America), the progress of Liberty in her battle against Absolutism, the conquest of a continent, or all of these. It included, if possible, some ‘poetic’- that is, melancholy- incidents. The scenery had to include something of the picturesque, and as much of the sublime as possible. (1959, 11)

A narrativa da Conquista feita por Prescott, centrada no gênio heróico de Cortés, tornou-se um paradigma. Mas não imaginemos que foi o bostoniano quem inventou a fórmula narrativa da Conquista do México centrada na figura do Marquês do Vale ou o primeiro que deu a história indígena como encerrada quando da queda de Tenochtitlan. Prescott valera-se de fontes espanholas coloniais e, em grande medida, do texto de Antonio de Solís. Alias, parte da decisão de continuar seu livro para além de 1521 deu-

se para se distanciar do texto do cronista espanhol:

Solis took the more politic course, of concluding his narrative with the fall of Mexico, and thus leaves his readers with the full impression of that memorable event undisturbed on their minds (p. X). [Sua opção por centrar a Conquista em Cortés, no entanto, coincide com a de Solís].

Nesse sentido, ao escolher antagonistas e protagonista claro, a narrativa histórica prescottiana ganhou força. Alberto Rodríguez (1995) fez uma leitura de *History of the Conquest of Mexico* na qual evidencia o papel dos espanhóis como heróis e mostra as marcas textuais que o bostoniano deixou na sua construção da aventura do herói Cortés. Elas se dariam em três etapas: 1) o herói abandona a vida que conhece (a saída de Cuba e os entreveros com o tirânico Velázquez de Prescott); 2) o herói adquire experiência (embates e negociações com totonacas, tlaxcaltecas, em Cholula etc.); 3) triunfo e fracasso do herói (queda de Tenochtitlan e ardis nos quais Cortés se enreda e que o levam à ruína).

Tulio Halperín, por sua vez, lembra-nos que a historiografia da conquista e da colonização passou a se sobrepôr às preocupações em explicar como o império espanhol pareceu “sobreviver a uma decadência plurissecular”. Este era a preocupação que, até meados do século XIX, oferecia “um núcleo temático e problemático à investigação do presente e do passado da América espanhola colonial”. Para o historiador argentino, os dois livros de Prescott sobre as conquistas do México e do Peru foram os grandes responsáveis por deslocar esse núcleo

para o momento inicial dessa experiência colonial. A história tem, agora, dois núcleos temáticos cuja integração não se faz sem ruído: as ricas e complexas civilizações pré-colombianas e as vitórias das hostes conquistadoras. A reação do historiador diante tanto de umas quanto das outras é igualmente perplexa: a grandeza monumental das realizações daquelas civilizações e o que as façanhas de seus conquistadores têm de descomunal não podem deixar de arrebatá-la sua admiração; os incompreensíveis extremos de desumanidade observados naquelas civilizações e os exageros, por demais compreensíveis, que marcaram as condutas de alguns heróis excessivamente vulneráveis às tentações da mais sórdida cobiça, inspiram, alternadamente, uma repugnância que excede a esfera do julgamento moral, e uma admiração com a qual convive contraditoriamente. (HALPERIN: 1997)

Ou seja, a narrativa que Prescott punha fim ao mundo indígena, que saía de uma “filosofia”, de uma descrição de seus modos de vida descolada do tempo histórico, para chegar como elemento antagônico ao jogo histórico da Conquista capitaneada por

Cortés e suas hostes. Se isto, como conteúdo, já podia ser visto em Solís e outros cronistas, como narrativa canonizava-se em Prescott.

Para além dessas considerações sobre a narrativa prescottiana da Conquista do México, vale pensar as muitas possibilidades de metanarrativas contidas tanto em seus textos quanto na historiografia sobre o historiador de Boston. Sobre este segundo ponto, vale lembrar que, uma década depois de sua morte, seu bom amigo, o hispanista George Ticknor (1864) tornou-se o primeiro biógrafo. As biografias que se seguiram a de Ticknor (OGDEN, 1904; PECK, 1905; GARDINER, 1969) mantiveram as mesmas características dramáticas da pioneira: todas construíram uma grande narrativa cronológica de um Prescott de jovialidade indômita (“handsome, gay, popular” [CHARVAT, 1943: xxii]), que se opôs a qualquer dificuldade (escassez de fontes documentais, problemas de visão, doenças etc.) para realizar seus trabalhos soberbos. Em estudo recente, John E. Eipper (2000) escreveu que os entusiastas biógrafos de Prescott procuravam, sempre que possível, fazer paralelos entre as realizações do historiador com as do Cortés por ele descrito em *History of the Conquest of Mexico*: “if the Conquistador emerged from the *Noche triste* undaunted, so too would the historian carry on through the darkness and dyspepsia of sundry ‘Melancholy Nights’ on Beacon Hill” (EIPPER, 2000: 417).

Mas é sobre a questão da metanarrativa do próprio *History of the Conquest* que nos debruçaremos. E ela foi proposta por autores hispanistas, encabeçados pelas americanistas Inga Clendinnen (1991) e Stephanie Merrim (1989). Ambas lêem *History of the Conquest of Mexico* como mais um elo de uma longa cadeia teórica que põe o mundo ocidental e seus valores como dominantes tanto política quanto culturalmente. Para Merrim, por exemplo, a representação que Prescott faz de Cortés e Montezuma pode ser compreendida como um microcosmo da historiografia eurocêntrica, uma aplicação da duradoura metáfora de “civilização e barbárie” proposta por Domingo Faustino Sarmiento na Argentina.

Já Clendinnen, por sua vez, sustenta que a “fábula Prescottiana” é central para a crença norte-americana e europeia de sua superioridade cultural, tecnológica e moral sobre os povos que não a partilham.

As conclusões de ambas as pesquisas são as mesmas: Prescott demonstrou como o Ocidente cristão triunfou sobre o mundo pagão porque as leis da História assim o

determinavam, tanto no século XVI, como no romântico e científico século XIX.

Para entender exatamente do que falam historiadores como Clendinnen, é preciso lembrar que Prescott escreveu e publicou *History of the Conquest of Mexico* durante a invasão que os EUA fizeram ao México, como decorrência da questão texana. Durante a guerra entre México e Estados Unidos (1846-1848), Prescott, que era contrário ao embate, dada sua orientação política (Whig) oposta ao Destino Manifesto e à política de James K. Polk (1845-1849), ainda publicou *History of the Conquest of Peru* (1847). Em 15 de maio de 1846, dois dias antes da declaração de Guerra feita pelos Estados Unidos, Prescott escreveu para George Sumner, irmão do abolicionista Charles Sumner:

The South and West seem to be overrun with a daredevil war spirit that one might expect to meet with in France, but not in a money-making democracy. Yet this same war spirit has been the bane of more democracies than one, and I fear we are reserved to point a moral, if we do nothing to adorn a tale. One would suppose that the millions of uncultivated acres inviting settlement and the hand of civilization that lie within our present limits might satisfy the most craving cupidity. (PRESCOTT, 1970: 597)

Antes disso, sobre a própria anexação do Texas, o historiador liberal já fiara outros comentários, dos raros em termos políticos que viria a emitir abertamente em sua vida. Afirmary, em resenha do livro de George Bancroft, que o ato era “the most serious shock yet given to the stability of our glorious institutions”, um “evil” que “assumes a tenfold magnitude; for it flows not so much from the single act as from the principle on which it rests, and which may open the way to the indefinite perpetration of such acts” (PRESCOTT, 1859: 305). Todas essas posições não impediram que seu livro fosse consultado pelos próprios soldados americanos que invadiam o México. Donald E. Pease lembra-nos que os norte-americanos faziam analogias entre a narrativa de Prescott e a campanha que realizam:

Upon reading Prescott's account of the Spanish conquest, U.S. soldiers propagated the belief that the Prescott epic foretold their second conquest of Mexico. As they envisioned the empires of Montezuma II (1466–1520) and Hernán Cortes (1485–1547) giving way to the irresistible force of the "empire of liberty" they were bringing to the Mexican people, the troops associated this contemporary struggle with events from the past of civilization itself. (PEASE, 2006).

Logo, temos que perceber uma clivagem entre as posições políticas e intenções

iniciais da narrativa de Prescott e a leitura que ela teve.

Por outro lado, há um segundo grupo, focado na História Cultural, que critica esse tipo de abordagem da obra de Prescott. John Ernest (1993), por exemplo, especialista em historiografia norte-americana do século XIX, faz um grande esforço para expor uma ambivalência que estaria presente na produção de Prescott. Ernest, por exemplo, continua a pensar a existência de uma metatexto em Prescott. Mas, opondo-se diretamente a Clendinnen e Merrim, argumentou que há mais do que uma metanarrativa; haveria uma explanação meta-histórica explícita em *History of the Conquest of Mexico*, que convidaria o leitor a, na verdade, questionar a hegemonia ocidental: “Prescott’s copious footnotes and intercalated bibliographical essays create a parallel narrative which enters into a dialogic relationship with the main text – in effect, metahistory deconstructs history” (ERNEST, 1993: 238).

Nesse sentido, John Ernest afirma que o bostoniano fizera uma narrativa da Conquista do México ao mesmo tempo em que construía uma meta-história de seu tempo, que buscava criticar: Prescott denunciava o “‘evil’ principle he so feared” (ERNEST, 1993: 233). Não fazia, pois, apologia do imperialismo norte-americano; tampouco acreditava que aquele ato de seu país pudesse encontrar uma coleção de *exempla* felizes no passado:

In other words History of the Conquest of Mexico functions as a metahistorical commentary, not on the character of the conquest itself but rather on the attempt to read and interpret the text of the past, and to use appeals to Providence based upon such a reading to justify political programs. (ERNEST, 1993: 235)

Referências Bibliográficas

- CHARVAT, William et alli. (Eds.). **William Hickling Prescott**: Representative Selections. New York: American, 1943.
- CLENDINNEN, Inga. ‘Fierce and Unnatural Cruelty’: Cortés and the Conquest of Mexico. **Representations**, 33, 1991.
- EIPPER, John E. The Canonizer De-Canonized: The Case of William H. Prescott. **Hispania**, Vol. 83, No. 3, Sep. 2000.
- ERNEST, John. Reading the Romantic Past: William H. Prescott's History of the

- Conquest of Mexico. **American Literary History**, Vol. 5, No. 2 (Summer, 1993).
- GARDINER, C. H. **William Hickling Prescott**: a biography. Austin: Univ. of Texas Press, 1969.
- _____. Prescott's Ties with Mexico. Center for Latin American Studies at the University of Miami: **Journal of Inter-American Studies**, Vol. 1, No. 1, Jan. de 1959.
- HALPERIN Donghi, Tulio. Historiografía Colonial Hispano-Americana e Multiculturalismo: a História da Colonização entre a Perspectiva do Colonizador e a do Colonizado. **Estudos históricos**, 1997, vol. 20.
- KAGAN, Richard. Prescott's Paradigm: American Historical Scholarship and the Decline of Spain. **American Historical Review**, vol. 101, 1996.
- LEVIN, David. **History as Romantic Art**: Bancroft, Prescott, Motley, and Parkman. Stanford: Stanford Univ. Press, 1959.
- MERRIM, Stephanie. Civilización y barbarie: Prescott como lector de Cortés. IN: Raquel Chang-Rodriguez and Gabriella de Beer (Eds.). **La historia en la literatura iberoamericana**. New York: City College, 1989.
- MORISON, S. E. Robert Carter's Recollections of William H. Prescott. **The New England Quarterly**, Vol. 32, No. 3, Sep. 1959.
- OGDEN, Rollo. **William Hickling Prescott**. Boston: Houghton Mifflin, 1904.
- PEASE, Donald E. Mexican-American War. **American History Through Literature**. Ed. Janet Gabler-Hover e Robert Sattelmeyer. Gale Cengage, 2006. IN:
<<http://www.enotes.com/american-history-literature-cc/mexican-american-war>>
acesso em 13 Jul. 2011.
- PECK, Harry Thurston. **William Hickling Prescott**. New York: Macmillan, 1905.
- PRESCOTT, William H. **Biographical and Critical Miscellanies**. Boston: Philips, Sampson and Company, 1859.
- _____. **History of the Conquest of Mexico, with a Preliminary View of Ancient Mexican Civilization, and the Life of the Conqueror, Hernando Cortes**. Nova York: Harper and Brothers, 1843 (3 vol.).
- RODRÍGUEZ, Alberto. El historiador William Prescott y su visión de los españoles.

Actas del XII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas 21-26/ago/1995, Birmingham, Vol. 4, 1998 (Del Romanticismo a la Guerra Civil / coord. 26/ago/1995, Birmingham, Vol. 4, 1998 (Del Romanticismo a la Guerra Civil / coord. Derek Flitter).

TICKNOR, George. **Life of William Hickling Prescott**. London, 1864.

WILSON, Diana de Armas. 'Ocean Chivalry': Issues of Alterity in Don Quixote.

Wilson Colby Quarterly, Volume 32, no.4, December 1996.

WOLCOTT, Roger (Ed.). **The Correspondence of William Hickling Prescott**. Boston: Houghton Mifflin, 1970 [1925].

**JOÃO RIBEIRO E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA:
PERCURSOS E PERSPECTIVAS**

Rogério Rosa Rodrigues*

O sergipano João Ribeiro atuou nas diversas áreas do conhecimento. Fez parte da geração de intelectuais de 1870 e teve grande afinidade com a produção de Silvio Romero. No ano 1887 fez concurso para a cadeira de história universal no prestigiado colégio Pedro II. Graças à sua produção em filologia e em poesia foi aceito na Academia Brasileira de Letras no ano de 1898. Na atividade de professor de história publicou em 1900 o manual didático *História do Brasil: curso superior*. O livro foi imediatamente saudado pelos maiores intelectuais da época como inovador na forma pela qual analisou a história do país.

Em um ano o sucesso de público e de crítica do livro obrigou o autor a preparar a segunda edição, atingindo em 1966 sua 19ª edição. Considerada obra de síntese exemplar sobre a formação histórica brasileira, o livro alçou João Ribeiro à carreira de historiador, sendo incorporado ao IHGB no ano de 1915. Três anos depois publicou outro manual didático intitulado *História Universal* (1918). Lançado em momento de maior maturidade no ofício de historiador este livro não teve o sucesso alcançado com *História do Brasil*.

Tal como *História Universal*, outra obra raramente mencionada pelo seletor público que estuda a produção de João Ribeiro é *História Antiga: Oriente e Grécia* (1892). Trata-se do primeiro manual publicado por Ribeiro em sua atividade como professor de história no colégio Pedro II. Sobre este livro Araripe Junior escreveu na revista *O movimento* em 1893:

Nas 385 páginas da *História Antiga* existe indicado tudo quanto a ciência e a investigação têm acumulado relativamente àquelas interessantes civilizações [Oriente e Grécia]. A história torna-se ali uma coisa palpável, e o elemento pitoresco, em síntese, habilita o cérebro menos disciplinado a receber uma sensação de conjunto dos fenômenos sociais, que não tardará a transformar-se em noções abstratas de leis inelutáveis. Sob este ponto de vista acho o livro

* Professor adjunto de Teoria e Metodologia da História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Doutor em História Social pela UFRJ. Projeto Financiado pelo CNPq.

brasileiro superior aos congêneres de Seignobos e de Corrêard.[...] João Ribeiro, em menos de 27 páginas, apura todos os progressos da ciência da história com uma tranquilidade de mestre, que, pelo muito que sabe e pelo que comparou, dispensa frases e suprime o entusiasmo. (Apud LEÃO, 1960: 89)

A proximidade de João Ribeiro com a cultura histórica alemã¹ se deve ao estreito laço de cumplicidade intelectual e afetiva que desenvolveu com Silvio Romero. De acordo com Roberto Ventura o estudo da língua alemã foi um diferencial no capital cultural desses intelectuais e serviu como elemento de diferenciação e originalidade de suas idéias se comparado ao círculo de intelectuais do Rio de Janeiro mais identificados com a escola francesa. A incorporação da cultura histórica alemã à produção de Ribeiro se efetivaria após viagens que realizou à Alemanha entre 1895 e 1914 mediante aproximação efetuada com intelectuais do círculo de Rio Branco e Joaquim Nabuco. Esse contato teria sido fundamental para a concepção do livro *História do Brasil: ensino Superior* e um dos aspectos a diferenciá-lo das demais produções do gênero em História no Brasil.

Circe Bittencourt ao referir-se a *História do Brasil: curso superior* afirma: “o espírito germânico está presente na construção do seu livro pela concepção de História e pela dinâmica pedagógica que imprimiu no livro, diferente do padrão tradicional francês” (BITTENCOURT, 2008: 186).

Angela de Castro Gomes complementa esta informação ao destacar a participação de João Ribeiro na reforma do ensino secundário de 1925. Ela ressalta que para Ribeiro tal reformulação era necessária “pois há cerca de 30 anos só se adotava no Brasil os livros de Seignobos e Grojais” (GOMES, 1996: 113).

De acordo com Angela de Castro Gomes historiadores como João Ribeiro, Oliveira Lima e Alcantara Machado estavam inseridos num campo intelectual que pensa a nacionalidade brasileira sob a influência da historiografia francesa, alemã e portuguesa. Em seguida observa que “no tocante á produção historiográfica *stricto sensu*, não se sabe muito sobre as leituras realizadas e a forma de apropriação que essa

¹ Por cultura histórica entendo o conjunto das experiências vividas pela Humanidade e os sentidos que os seres humanos dão ao mundo. Diferentemente entende-se o termo cultura historiográfica que opera de forma mais estrita aos sentidos que a história-conhecimento atribui a realidade passada. A concepção de cultura histórica e cultura historiográfica aqui formuladas são tributárias das idéias defendidas por SILVEIRA (2007), DIEHL (2002) e ALVES (2009)

literatura sofria” (GOMES, 1996: 116).

O mesmo não pode ser dito, como observa em nota a mesma autora, sobre a presença da literatura cientificista no Brasil. Trabalhos que balizem a importância de teorias raciais no pensamento intelectual brasileiro, principalmente entre os literatos, já mereceram estudos fundamentais como o de Ventura (1991), Schwartz (1993) e mais recentemente o livro organizado por Leyla Perrone-Moysés (2004).

Apesar da admiração que adquiriu da cultura histórica alemã, não encontrei nenhum estudo específico sobre a efetiva influência dessa produção na concepção de história de Ribeiro. Quando muito, os historiadores que tomam o manual didático como fonte central de pesquisa, repetem aquilo que os primeiros comentadores de sua obra disseram sobre a importância da *Kulturgeschichte* na elaboração de uma síntese da história brasileira. Ao que parece Araripe Junior teria sido um dos primeiros críticos a apontar essa influência em prefácio incorporado à segunda edição do livro que veio a lume poucos meses após a primeira lançada em abril de 1900.

Ao analisar o discurso proferido por Ribeiro por ocasião do ingresso no IHGB Angela de Castro Gomes destaca o fundo filosófico presente na proposta de história do intelectual sergipano. Para Gomes o comprometimento de Ribeiro com uma história vinculada no presente “se traduz tanto na constatação de ser o ‘passado’ um objeto construído pelo tempo presente, quanto na constatação de haver sempre um conteúdo ‘ético’ no trabalho do historiador” (GOMES, 1996: 109). Tal filosofia seria herdada de seu contato com a erudição alemã.

Patricia Hansen (2000), por sua vez, além de apresentar o deslumbre de Ribeiro com a cultura histórica alemã por meio das correspondências que trocou com amigos no Brasil no intuito de alongar sua permanência em terras germânicas, também arriscou uma comparação de sua visão de história com a de Jacob Burckhardt. Ao mostrar o empenho de Ribeiro pelo que fosse “caracteristicamente” nacional no Brasil, a autora arrisca uma hipótese: “essa busca de uma história que ‘é ainda hoje a mesma presente’, me parece estar amplamente fundamentada sobre a noção de ‘típico’, que é um dos traços distintivos de uma vertente da produção historiográfica de origem alemã do século XIX, a *Kulturgeschichte*” (HANSEN, 2000: 73). Seguindo essa mesma trilha eu arriscaria a dizer que um confronto das atuações profissionais de Ribeiro com a dos historiadores alemães do oitocentos poderá apontar características comuns, como a

atenção dada a narrativa, a inserção da filologia e o folclore e a preocupação com a construção de uma identidade nacional.

Segundo Roberto Candido da Silva, nos estudos filológicos João Ribeiro segue a vertente aberta por Silvio Romero e faz uma análise de viés culturalista, tomando por base os estudos de etnografia e folclore da vertente filológica alemã (SILVA, 2008: 137).

Como pode ser observado, os pesquisadores citados abrem a discussão sem aprofundá-la. Um estudo mais sistemático sobre a importância da cultura histórica alemã na concepção de história de João Ribeiro abriria novas possibilidades de entendimento da contribuição deste intelectual na cultura historiográfica brasileira, assim como sobre o papel da cultura histórica alemã na historiografia brasileira. Um breve olhar sobre os rumos que as pesquisas que tomam Ribeiro como objeto indicam a carência de estudos nesta perspectiva.

No exame da fortuna crítica sobre a atividade de historiador de Ribeiro é possível apontar o grande interesse despertado pela sua atuação como professor no Colégio Pedro II e pela obra que o consagraria no *metier* do historiador, o livro *História do Brasil: curso Superior*.

Um dos primeiros trabalhos a destacar neste sentido é a tese de doutorado de Flavio Bandeira de Melo defendida no Departamento de Educação na USP no ano de 1997 e só recentemente publicada em livro (2008).

No trabalho *Senhores da história e do esquecimento* Flavio de Melo tem como objetivo analisar as construções da História do Brasil sob viés monarquista e sob o ponto de vista republicano. Para dar conta da proposta o autor adotou a comparação como método e tomou como fonte principal dois manuais didáticos produzidos por intelectuais representantes de cada geração: imperial e republicana. O primeiro livro selecionado foi o manual do monarquista Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*, volumes 1 (publicado em 1860, cobrindo o período que vai do Descobrimento do Brasil até 1640) e volume 2 (publicado em 1863, cobrindo o período entre 1640 até a Independência do Brasil); o segundo o manual do republicano João Ribeiro, *História do Brasil, curso superior*, publicado em 1900.

Coerente com o título do trabalho, Flavio de Melo procura em sua abordagem

mostrar que a história opera entre a lembrança e o esquecimento. Neste caso, assuntos capitais da história do Brasil ganham tratamentos diferenciados a depender da postura política do historiador.

Seguindo a mesma trilha Arlete Gasparello (2002) centrou sua análise nos compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II com um recorte cronológico que vai de 1838 a 1920. Nesse percurso tomou como problema a construção da identidade nacional operada por meio desses manuais. O trabalho de Gasparello foi defendido como tese de doutorado na USP em 2002 e, embora com problemática diferenciada de Flavio de Melo, compartilha com ele o mesmo interesse pela presença dos manuais de história como fonte privilegiada para se entender a construção e divulgação da história do Brasil. Nos dois casos citados João Ribeiro não é o foco central da abordagem, mas os manuais didáticos da época, particularmente o *História do Brasil, curso superior* de 1900.

Outro trabalho a eleger o manual de Ribeiro como fonte de pesquisa é o de Patricia Santos Hansen publicado em 2000 pela editora Access. Fruto de uma dissertação de mestrado defendida na PUC-RJ, este trabalho toma como foco de análise unicamente a obra que consagraria João Ribeiro a historiador. Talvez em função disso - e também da proximidade com os arquivos que guardam a memória de João Ribeiro - a pesquisa de Hansen figura entre as produções acadêmicas mais completas sobre o intelectual sergipano. Isso porque além de tomar como fonte o livro *História do Brasil: curso superior*, a autora manuseia de forma criteriosa uma série de documentos que vai das correspondências, crônicas e discursos proferidos por Ribeiro.

Em função disso, explora minuciosamente uma gama de questões pertinentes a João Ribeiro como historiador. Entre elas sua desilusão com a política republicana que defendera na mocidade, sua troca de correspondência com intelectuais brasileiros, sua função diplomática na Europa, bem como suas investidas como historiador por meio da imprensa e no IHGB.

Tudo isso é feito sem perder de vista o objeto central de sua proposta, qual seja, o projeto de sociedade desenhado num espaço de projeção intelectual como era o Colégio Pedro II no final do século XIX, assim como a busca do entendimento dos motivos que teriam elevado um manual didático a consagrar o seu autor à condição de historiador por excelência. Conforme confessou a autora “acreditava que este aspecto da

repercussão do livro podia estar relacionado com os movimentos que configuravam o contexto de definição do campo intelectual e profissional da história na passagem do século” (HANSEN, 2000: 127). Foi em função desta preocupação que Hanssen implementou uma análise criteriosa da profissionalização do conhecimento histórico em um momento em que o *metier* do historiador se confundia com o do jornalista, do literato e do professor.

Em trabalho mais recente Roberto Candido da Silva (2008) buscou abordar a questão nacional em João Ribeiro a partir de duas de suas obras. O manual didático de 1900 e os estudos filológicos em *A Língua nacional* publicado em 1921. O trabalho foi defendido como dissertação de mestrado em 2008 no departamento de história da USP. Apesar de tomar como fonte central o mesmo livro analisado pelos historiadores acima nomeados, o pesquisador conseguiu trazer algumas inovações ao mostrar o entrelaçamento dos estudos filológicos com o de história numa defesa da nacionalidade brasileira que passava pela mistura das raças portuguesa, indígena e africana. Essa tem sido uma das tendências recentes nas pesquisas que tomam Ribeiro como objeto de estudo.

Em levantamento feito em base de dados da capes e nos anais de alguns eventos dedicados a história da historiografia no Brasil, foi possível localizar estudos mais pontuais sobre Ribeiro, porém todos trazem o mesmo vício: a utilização do manual didático como principal e, às vezes, como única fonte de pesquisa, tal como se observa nos trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação desenvolvidos por Karina Ribeiro Caldas (2005), Alzira das Chagas Pereira (1998) e Elvis Hahn Rodrigues (2010).² Nesses estudos há uma tentativa de atualizar as questões sobre a produção de João Ribeiro assim como testar novos referenciais teóricos, no entanto, repete-se a mesma fonte e, por isso, chegam a conclusões já constatadas pelos demais pesquisadores: a importância de Ribeiro como produtor de um dos primeiros manuais didáticos a romper com a divisão político-administrativa e promover uma síntese da história do Brasil.

Apesar da repetição é possível detectar o desenho de uma tendência nesses

² O pesquisador é mestrando em educação na UFJF e tem como objeto de estudo o projeto de nação no manual didático de João Ribeiro. Em sua proposta procura aplicar ao estudo o método da história dos conceitos proposto por Koselleck. Tais informações estão disponíveis no texto “Projetos de Nação e manuais de História. História do Brasil de João Ribeiro”, publicado nos Anais do Seminário de História da Historiografia, UFOP, 2008, disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h566.pdf> acesso a 29 de junho de 2010.

trabalhos: a ênfase nas questões de raça e nação em João Ribeiro, tal como aparece na dissertação de mestrado de Roberto Candido da Silva, no trabalho em desenvolvimento de Elvis Rodrigues e no artigo de Renata Figueiredo presente no livro *Cultura Política e leituras do passado* (2007: 249-266) .

Nesse breve levantamento, vale destacar a ausência de uma análise específica sobre a influência da cultura histórica alemã na concepção de história de João Ribeiro, assim como a pouca atenção dada aos dois livros de história geral publicados pelo autor, a saber *História Antiga: Oriente e Grécia* (1892) e *História das Civilizações* (1918). O mesmo se aplica às inúmeras crônicas, correspondências e memórias do autor.

De todos os trabalhos citados o único a implementar uma discussão mais detida sobre a influência da *Kulturgeschichte* no intelectual sergipano é o texto que serviu de prefácio a edição revisada do manual de história realizada pelo historiador Joaquim Ribeiro.

Em “A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional”, o filho do intelectual faz questão de ressaltar que a historiografia brasileira só ganharia objetividade científica “graças á contribuição do espírito germânico” (RIBEIRO, 1957: I). Para fundamentar sua assertiva destaca a importância que Martius, Handelmann, Armitage e Varnhagem desempenharam na produção da história do Brasil. A empolgação de Joaquim Ribeiro com cultura histórica alemã chega a ponto de desqualificar demais obras de importância capital para a historiografia brasileira. Em suas palavras os trabalhos de tradição luso-brasileira figuram como obras de “cronistas e historiadores parciais”, em seguida complementa: “não há duvida que a nossa verdadeira historiografia nasceu sob os auspícios da *clarividência* germânica” (RIBEIRO, 1957: I, grifo meu).

Para Joaquim Ribeiro, enquanto Silvio Romero e Tobias Barreto “resolviam a filosofia e o direito com as fecundantes idéias alemãs, João Ribeiro, no campo da história, realizou análoga fecundação”. Em seguida, completa sua análise: “Foi ele [João Ribeiro], de fato, o divulgador da *Kulturgeschichte* no Brasil” (RIBEIRO, 1957: III). Para Joaquim “.. antes dele, nenhum outro historiógrafo havia aplicado ao Brasil a metodologia da *Kulturgeschichte*” (RIBEIRO, 1957: V).

Apesar da empolgação do historiador pela influência da cultura germânica na historiografia brasileira, suas idéias não deixam de suscitar um questionamento

fundamental para o entendimento de nossa cultura historiográfica.

Treinados que somos a reconhecer a influência francesa em nossa formação, ignoramos o quanto as tradições intelectuais de outros povos pesaram em nossa formação,³ em particular em nossa cultura historiográfica. Ressalte-se ainda, que no caso do ofício dos historiadores, a cultura histórica alemã marcou profundamente a produção do conhecimento histórico no ocidente no final do século XIX. Mesmo a produção histórica francesa seria influenciada pela historiografia alemã, tal como se pode apreender na análise que François Hartog (2003) efetuou do diálogo de Fustel de Coulanges com Theodor Mommsen.

O estudo mais aprofundado da influência da cultura histórica alemã na concepção de história de um intelectual brasileiro do porte de João Ribeiro traria contribuições para o entendimento da abrangência dessa cultura histórica para além da Europa, além de permitir um exame mais detido sobre o processo de profissionalização da história como disciplina no Brasil. Para tanto, além de novos referenciais teóricos e novas questões é fundamental diversificar as fontes. Um exame mais criterioso da atividade de jornalista de Ribeiro, suas correspondências e memórias poderiam contribuir para uma análise mais aprofundada de sua atuação como historiador e para a compreensão do percurso e dos percalços da nossa cultura historiográfica.

Referências Bibliográficas

ALVES, Fabricio Gomes. Entre a cultura histórica e a cultura historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. *Aedros* - Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS (Porto Alegre), n. 5, v.2 (jul.dez.2009). Disponível em:

³ No final do século XIX e início do século XX a organização social e política germânica influenciou de forma direta os projetos intelectuais e políticos no Brasil. Em minha tese de doutorado destaquei o quanto o modelo militar da Alemanha impulsionou alianças políticas e modelo de organização social e militar. Essa influência se apresentou na tentativa de contratar uma missão militar germânica para modernizar o exército brasileiro, se tornou concreta com a construção da Revista *A Defesa Nacional* criada em 1913 por oficiais treinados na Alemanha também conhecidos como Jovens Turcos, além da declarada simpatia de Olavo Bilac ao modelo de educação militar germânico para a formação de espíritos patrióticos. Para maiores detalhes ver Rodrigues (2008);

<www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/11048/7322>, acesso a 2 de junho de 2010.

ARARIPE JUNIOR, T. A. João Ribeiro. Filólogo e historiador. In: RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Curso superior. 2. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1901.

BITTENCOURT, Circe, 1993, *apud* SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado**. João Ribeiro e a construção da brasilidade. Dissertação (Mestrado em História) USP, São Paulo. 2008.

CALDAS, Karina Ribeiro. **Nação, memória e história**. A formação das tradições nos manuais escolares (1900-1922). Dissertação (Mestrado em História) UFG, Goiânia. 2005.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

GASPARELLO, Arlette M. **Construtores de identidades: os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)**. Tese (Doutorado em Educação) PUC-SP, São Paulo. 2002.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HANSEN, Patricia Santos. **Feições e fisionomia**. A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

LEÃO, Mucio. Prefácio. In: RIBEIRO, João. **Crítica: clássicos e românticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Academia Brasileira de Letras, 1952.

_____. **João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

_____. Mucio. **João Ribeiro: ensaio bibliográfico**. Rio de Janeiro: Publicação da ABL, 1954.

_____. **João Ribeiro: trechos escolhidos**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

MELO, Ciro Flavio de Castro Bandeira de. **Senhora da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX**. Belo Horizonte: Argvmentum, 2008.

- MORAIS, Renata Figueiredo. Memórias e histórias da abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro. In: ABREU, Martha et AL (orgs). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PEREIRA, Alzira das Chagas. **Memória e história na obra de João Ribeiro**. Dissertação (Mestrado em História) UNI-RIO, Rio de Janeiro. 1998.
- PERRONE-MOYSES, Leyla. **Do positivismo à desconstrução**: idéias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.
- REIS, Antonio Simões dos. **João Ribeiro**: bibliografia sobre sua obra. Rio de Janeiro: Mec/INL, 1960.
- RIBEIRO, Joaquim. A posição doutrinária de João Ribeiro na historiografia nacional. In: RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Curso Superior. 16 edição. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.
- _____. **9 mil dias com João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Record, 1934.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**. A Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. **Saeculum Revista de História** (João Pessoa), 16 (jan. jun. 2007) disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum16_dos03_silveira.pdf>, acesso a 2 de junho de 2010.
- VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**SAN TIAGO DANTAS:
O TEÓRICO DO TRABALHISMO DEMOCRÁTICO**

Gabriel da Fonseca Onofre*

*Seja qual for o caminho que eu escolher, um poeta
já passou por ele antes de mim.*

Sigmund Freud

*Que pode fazer o intelectual quando o fanatismo
esbraseia os corações?*

Stefan Zweig

A ele como estadista, se aplicava, no Brasil, o que há pouco se disse de Churchill, na Câmara dos Comuns: os mais velhos não conheceram ninguém parecido; os mais novos dificilmente encontrarão outro igual. Observei depois que, como homem, somente a morte veio dar-lhe a verdadeira dimensão de grandeza. Tudo o que nele se acusava de versatilidade, hedonismo, ambição e vaidade, se sublimou naquele fim, espartano pela bravura, estóico pela modéstia e moderação. Se vaidade havia, ela se fundiu no esforço de não provocar piedade, de não fazer sofrer os que o amavam; se existia versatilidade e hedonismo, identificaram-se na calma com que, de um ano a esta parte, jogou indiferentemente as suas paradas nos dois tabuleiros, o da vida e o da morte; se restava ambição, ela transcendeu do pessoal para o nacional, pois, sabendo-se perdido, sua vocação de homem público o fez trabalhar até o fim, no encontro de soluções nacionais de que sabia não poder mais participar. (FRANCO: 1964: 6)

Em discurso bastante emocionado, o senador udenista Afonso Arinos pronuncia à beira do túmulo de San Tiago Dantas, em nome dos muitos amigos presentes, as últimas palavras de admiração e gratidão a um dos mais importantes intelectuais e políticos da sua época. Das distintas facetas de sua personalidade poliédrica- professor, jurista, advogado, diplomata, financista, escritor e estadista- nos interessa neste trabalho analisar a atuação de San Tiago Dantas como um importante teórico do trabalhismo. Ao ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em meados da década de 1950, substitui Alberto Pasqualini, então afastado por um derrame cerebral, como grande

* Mestrando em História pela Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

articulador de um projeto trabalhista capaz de influenciar uma ala expressiva do partido, com destaque para os grupos ligados mais diretamente a João Goulart.¹

Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1911. Descendente de militares - seu avó lutara na Guerra do Paraguai e seu pai comandara o encouraçado *Minas Gerais* durante a Segunda Guerra Mundial - não seguiu carreira nas Forças Armadas. Sem filhos, dedicou seu afeto à esposa Edméia e aos sobrinhos². Corpulento, mas não gordo, com pouco cabelo, mas não calvo, o carioca de raízes mineiras – gostava de lembrar suas origens de sangue materno da longínqua cidade de Paracatu, noroeste de Minas Gerais – diplomou-se em Direito pela Faculdade Nacional em 1932. Pouco tempo depois de formado, já lecionava como professor catedrático de diversas disciplinas de Direito.

Ainda como aluno de direito, entrou em contato com grupos que defendiam propostas nacionalistas e autoritárias para o desenvolvimento do país e o combate às ideias do liberalismo e do comunismo. Era o embrião da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fundado em 1932 pelo escritor Plínio Salgado. Aderindo à nova agremiação, San Tiago participa do recém-fundado semanário *A Ofensiva*. Atua também dando cursos pelo departamento de província da Guanabara, chegando a concorrer, sem êxito, a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal. Com a mudança da conjuntura política nacional a partir de 1935, marcada pela tentativa de revolução socialista organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a posterior implantação da ditadura do Estado Novo, a AIB assume uma postura de confronto com o novo regime, fato que leva ao afastamento gradual de San Tiago do movimento.

A partir desse momento, ele passa a se dedicar à vida acadêmica e à advocacia, tornando-se professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil e professor visitante da Universidade de Montevideu. No ano de 1938, assume duas cadeiras na Universidade do Brasil: uma na Faculdade de Ciências Econômicas e outra de direito civil da Faculdade de Direito. No início da década seguinte, exerce a

¹ Há outros teóricos trabalhistas, como Fernando Ferrari e Sérgio Magalhães. O primeiro, de perfil menos intelectualizado que os demais, possui atuação parlamentar e partidária de destaque, rivalizando com o grupo ligado a João Goulart. Expulso do partido, funda o Movimento Trabalhista Revolucionário (MTR) em 1960. Já o segundo, é um expoente das ideias nacionalistas, participando da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

² “No meu afeto, coube esse lugar aos filhos de minha irmã”. Testamento disponível no Arquivo Nacional. AP (47), Caixa 59.

direção da Faculdade Nacional de Filosofia, lecionando também na Faculdade de Direito de Paris. Atua com o mesmo destaque na área de advocacia, sendo considerado um dos maiores advogados do país.

Reaparece no cenário político como assessor de Vargas durante o seu segundo governo (1951-1954). Em 1955, retorna às atividades partidárias ao ingressar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).³ No início, foi visto com desconfiança pelos setores mais a esquerda do partido. Advogado bem-sucedido, seu escritório de advocacia atendia a muitas multinacionais, o que provocava hesitações nos setores mais nacionalistas. Aos poucos, o ex-militante do integralismo vai conseguindo seu espaço no partido trabalhista, sendo eleito, em 1958, deputado federal por Minas Gerais e um ano depois integrando a Executiva Nacional do partido, como um de seus quatro vice-presidentes.

No curto governo de Jânio Quadros, é nomeado embaixador do Brasil na ONU. No governo parlamentarista de João Goulart, no gabinete de Tancredo Neves, assume a pasta das Relações Exteriores. Chefia a delegação brasileira à Conferência de Ministros em Punta Del Este, quando Cuba foi expulsa da OEA, contra o voto do Brasil. Reeito deputado federal, com o retorno ao presidencialismo, torna-se ministro da Fazenda até junho de 1963, quando renuncia e reassume a cadeira de deputado federal. Exerce no final de 1963 e início de 1964, já com a saúde bastante frágil acometido por um câncer, a sua última importante atuação política, ao organizar, a pedido de Goulart, a a formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base. Seu objetivo era construir uma coalizão de apoio ao presidente e à aprovação de um programa mínimo de reformas pela via democrática, afastando as ameaças de solução radical que vinham das direitas e das esquerdas. Era a última oportunidade de solução democrática para o impasse que vivia o país. Seu fracasso representa o último suspiro da democracia brasileira.

O ingresso no PTB

O contexto de filiação de San Tiago Dantas ao PTB era um momento-chave para o partido. O sucesso eleitoral nas eleições de 1950, fruto da popularidade de Getúlio, ficou para trás. Após a morte de Vargas, o partido não conseguiu capitalizar o prestígio

³ Para uma biografia densa sobre San Tiago Dantas, ver o verbete de autoria de Vilma Keller no Dicionário Historiográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas.

de seu fundador e presidente de honra. A ausência de Getúlio desnordeou o sistema partidário, uma vez que foi montado tendo como eixo divisor o “getulismo”. Sua desapareição física revitalizou seu carisma, mas provocou a desorientação do eleitorado que não possuía mais sua principal referência simbólica. Nesse sentido, o desempenho do PTB nas eleições de 1954 foi decepcionante. Ainda que conquistando 56 cadeiras na Câmara dos Deputados (eram 51 na última legislatura) e elegendo oito senadores, sofreu derrotas duras no Rio Grande do Sul, estado que despontava como partido mais forte.

Assim, do ponto de vista eleitoral, a filiação de San Tiago Dantas aconteceu em um momento particularmente difícil para o partido. Despossuído de capital político relevante, o eminente jurista, todavia, destacou-se pelo seu capital intelectual, vital para entender sua ascensão meteórica no partido. Como nos ensina Bourdieu, a dependência a um partido é tanto maior quanto mais fraco o capital político acumulado ou o capital econômico e cultural possuído pelo político antes da entrada no partido (BOURDIEU, 1989). Não é de se estranhar que, na mensagem de apresentação da candidatura de San Tiago a vice-governadoria de Minas Gerais, ressaltou-se que ele “reúne em sua personalidade as características do intelectual e do homem de ação”.⁴ No documento político, San Tiago buscava se apresentar como imbuído de uma combinação de características entre o homem de ideias e o homem de ação, como político capaz de transformar ideias, suas ideias em fatos.

Desde o início San Tiago integrou o grupo janguista, permanecendo ao lado de Jango até sua morte em 1964. Por sua reconhecida capacidade intelectual, sua entrada no partido viria a preencher um vácuo com as mortes, em 1955, de Alberto Pasqualini e Lucio Bittencourt, dois ideólogos do trabalhismo⁵. Diferentemente de Bittencourt que confrontava crescentemente a liderança de Jango e, mais parecido, nesse ponto, com Pasqualini, San Tiago Dantas teve o papel de desenvolver um corpo doutrinário para o trabalhismo que se aproximasse das perspectivas políticas do grupo janguista, ao qual se filiou. A partir do seu *Jornal do Comércio*, especialmente de sua coluna na seção *Várias*, San Tiago contribuiu para difundir e renovar o trabalhismo, usando-o como veículo de propaganda das ideias nacionalistas, desenvolvimentistas e distributivistas.

⁴ Arquivo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47 (43), pacotilha 2.

⁵ Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (2001), o trabalhismo brasileiro, entendido como um corpo doutrinário de ideias, não era homogêneo, mas possuía um eixo central marcado pelo nacionalismo, distributivismo e desenvolvimentismo.

Isso explica, em grande parte, sua rápida ascensão ao Diretório Nacional, já em 1959, na qualidade de um de seus quatro vice-presidentes. Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, o trabalhismo elaborado por San Tiago Dantas foi a referência principal deste grupo janguista, rivalizando com o trabalhismo de Fernando Ferrari e Leonel Brizola, que disputavam com Jango a liderança do partido.

O trabalhismo democrático

O trabalhismo elaborado e proposto por San Tiago Dantas pode ser chamado de *trabalhismo democrático*. Sua proposta de renovação da sociedade baseava-se no imperativo do desenvolvimento econômico aliado às transformações das estruturas sociais, respeitando o processo e as instituições democráticas. Como jurista e político, situava a *política* e o *direito* como pilares do seu projeto de reforma da sociedade. A primeira era vista como instrumento de contínua transformação social, enquanto o papel do segundo estava em sedimentar os avanços conquistados, sem se deixar levar por soluções extremadas e pouco comprometidas com a ordem democrática.

Necessário observar também a grande influência do trabalhismo inglês. Embora sem adotar o princípio socialista adotado pelos ingleses⁶, a luta na esfera da legislação social e trabalhista aproxima o Partido Trabalhista Inglês e o trabalhismo democrático. Em 1945, recém terminada a guerra, os trabalhistas saíam vitoriosos das urnas, conseguindo formar, pela primeira vez, uma maioria suficiente para implementar as reformas enunciadas em seu programa. Nesse momento, as principais indústrias inglesas são estatizadas, bem como as ferrovias, serviços telefônicos e o Banco da Inglaterra.

Da experiência inglesa, o traço mais marcante no trabalhismo de San Tiago Dantas era a opção pelas reformas sem se deixar seduzir por soluções extremadas. O processo de reformas, no entender de San Tiago, se daria por sucessivas reformas sociais e econômicas, conservando as instituições. Sua reflexão política aproximou-se do modo inglês de fazer política, preferindo reformas às revoluções, conciliando

⁶ Nos anos 1950, os trabalhistas ingleses já não estavam mais no governo. O Partido Trabalhista Inglês incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção – a chamada Cláusula IV – no ano de 1918. Mas, diferentemente da grande parte dos defensores do socialismo, o trabalhismo inglês rejeita o socialismo revolucionário, optando pelo evolucionista. Prefere-se Bernard Shaw e Stuart Mill à Karl Marx.

tradição e mudança. A preocupação com os elementos de continuidade, com o respeito à dominação legal-racional, para adotar a tipologia weberiana, percorria suas análises:

A consciência coletiva, ao aceitar o Poder, reconhece nele um valor ético, jurídico, que se traduz no conceito de legitimidade. Portanto, um estudo dos tipos do Poder Estatal, em última análise, é um estudo sobre os estudos da sua aceitação ou sobre os seus tipos de legitimidade. (MOREIRA, 2007)

Sua visão baseava-se na tríade *Democracia – Paz – Reformas*, entendendo que a manutenção da estabilidade das instituições democráticas passava pela preservação da paz e pela eliminação das desigualdades:

Se quisermos salvar, no mundo de hoje, as instituições democráticas, em primeiro lugar, devemos preservar a paz; mas, em segundo lugar, e de modo igualmente imperativo, o que devemos é obter, no plano internacional e no plano interno, a abolição, tão pronta, quanto possível, das tremendas desigualdades econômicas que ainda se abatem sobre os povos e que, se tiverem de perdurar nas condições em que hoje se apresentam, não tornaram apenas difícil, mas impossível, a subsistência das características do regime democrático no mundo moderno. Salvar a democracia é eliminar desigualdades. (DANTAS, 1962)

Dessa forma, desempenhavam papel central na sua proposta de renovação da sociedade: a política externa independente e as reformas de base. A primeira pautava-se pela defesa da paz como ideal absoluto, podendo ser resumida nos seguintes pontos:

- 1- Defesa dos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção nos assuntos internos de outras nações;
- 2- Defesa dos interesses nacionais na questão dos preços dos produtos primários no comércio internacional;
- 3- Apoio á política de defesa da paz mundial, do desarmamento progressivo das nações e de coexistência pacífica entre os povos com regime social diferente;⁷

Seus princípios de política externa estavam intimamente ligados à questão do desenvolvimento econômico e social e ao destino da política interna:

sabemos o que significa, hoje, a preeminência da vida internacional na definição do destino particular de cada povo. Nenhuma comunidade consegue

⁷ Arquivo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, AP 47 (33), pacotilha 1. Programa de política externa da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.

mais resolver os seus problemas apenas através de sua política interna. Nenhuma comunidade pode mais vencer problemas como o do desenvolvimento econômico, da estabilidade da organização social e da própria preservação das instituições políticas, senão integrando com consciência plena, no grande processo universal de que participamos, tomando posição clara e corajosamente, em face das grandes opções que se abrem a cada nacionalidade no mundo moderno e que significam, pelas repercussões imediatas na ordem interna, muitas vezes um estímulo, muitas vezes um apoio, e também não raro um erro, que se explica longamente. (DANTAS, op.cit)

Era a defesa, portanto, de um maior protagonismo do Brasil nas relações internacionais, da adequação do país ao seu papel de potência emergente. A universalização das relações políticas, comerciais e diplomáticas – principalmente a defesa de sua extensão para o bloco socialista – servia, de um lado, como instrumento de expansão das exportações e desenvolvimento econômico; mas, também, como estratégia de defesa da não intervenção, da autodeterminação dos povos, da paz, do desarmamento e da descolonização e solidariedade com os países chamados na época subdesenvolvidos. Para os que viam como uma ameaça a relação com os países socialistas, San Tiago expunha a ideia da superioridade da democracia e da vocação democrática de nosso país:

convivência normal entre o Ocidente e o Oriente, com o risco de competição e interpenetração política e econômica (pois), apesar dos riscos, as democracias, longe de se intimidarem com a influência e competição dos países soviéticos, devem confiar na superioridade de seu estado de vida, que tenderá a triunfar num sistema de contatos internacionais, desde que cada Estado democrático se disponha a adotar internamente uma política de elevação de nível de vida e melhor distribuição de riqueza.⁸

Percebe-se a urgência, na sua visão, da introdução de sucessivas reformas sociais e econômicas. Em famoso discurso pelo recebimento do prêmio *Homem de Visão* de 1963, afirma que “a sobrevivência da democracia e da liberdade no mundo moderno depende de nossa capacidade de estender a todo povo, e não de forma potencial, mas efetiva, os benefícios, hoje reservados a uma classe dominante” (DANTAS, 1963: 7). Essas reformas teriam como objetivo a eliminação das três grandes desigualdades do país: a desigualdade de renda entre proprietários e

⁸ Discurso pronunciado em Santiago do Chile, durante a V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizado em agosto de 1959. Citado em Moreira, Op.cit.

assalariados; as desigualdades entre regiões; e as desigualdades entre a cidade e o campo. Basicamente estavam incluídas: a) Reforma agrária; b) Reforma educacional; c) Política para as empresas estatais; d) Política de defesa da indústria nacional; e) Política de defesa da economia popular; f) Política econômico-financeira.

Nesse sentido, o trabalhismo proposto por San Tiago buscou aliar desenvolvimento econômico e progresso social. Para atingir este fim, era preciso reavaliar o papel do Estado, entendido, agora, como incentivador e responsável por dirigir o processo:

Hoje o desenvolvimento econômico há de ser promovido, fazendo-se correr, paralelamente, o aumento da riqueza e sua melhor distribuição. Há os que pensam que o enriquecimento traz espontaneamente a melhor repartição, mas, ainda que essa tese fosse verdadeira, o que é contestável, não poderia ser admitida pelas mesmas razões que nos levam a repelir a do desenvolvimento econômico espontâneo e a preferir a do desenvolvimento intensivo e dirigido.⁹

Não se deve confundir, no entanto, a defesa da intervenção do Estado na economia com uma política contrária ao regime de livre empresa. Para San Tiago, o capital privado possuía um destacado papel no processo de produção de riquezas e promoção do desenvolvimento econômico. Não compartilhava, assim, a visão, comum em diferentes setores petebistas, que associava nacionalismo e estatismo. Temia, na verdade, que a defesa intransigente da ingerência do Estado na economia produzisse um surto antiliberal que pudesse extravasar do campo econômico para o campo político. Para Angela de Castro Gomes, a crescente ligação entre nacionalismo e estatismo pelas esquerdas provocava uma perigosa associação entre nacionalismo, estatismo, anti-imperialismo e radicalismo político. A reação do setor privado, por outro lado, era de negar o nacionalismo em bloco, não distinguindo variações, e assumindo cada vez mais uma postura antidemocrática. Era comum que o repúdio ao nacionalismo pelas direitas viesse acompanhado de uma postura conservadora com relação às reformas sociais, aos direitos trabalhistas e ao papel do Estado na economia (GOMES, 1994).

Nesse contexto, o trabalhismo de San Tiago Dantas - nacionalista, desenvolvimentista, distributivista e democrático – possuía papel fundamental como alternativa política moderada e reformista, ao mesmo tempo, que não-estatista e não

⁹ Discurso na Câmara dos Deputados durante a sessão de 30 de março de 1959.

antiamericana. A relação de seu trabalhismo com o conceito de democracia é definida por uma concepção “harmônica”, expressão simétrica na qual as partes convergem num todo. *Trabalhismo* e democracia não constituem uma antítese, mas uma síntese, no sentido hegeliano, ao produzir num terceiro momento algo novo. A estabilidade das instituições democrática depende de um amplo processo de reformas sociais e econômicas, ao mesmo tempo, que esse processo não pode prescindir de respeitar os princípios e instituições democráticos. Uma espécie de “revolução branca”, pois, no seu projeto de renovação da sociedade, não há lugar para extremismos, sendo realizado seguindo a dinâmica das instituições legais e democráticas.

Referências Bibliográficas

- ATTLEE, Clement. **Bases e fundamentos do trabalhismo**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo Franco. **Jornal do Brasil**, 20 de setembro. 1964.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DANTAS, San Tiago. **Ideias e Rumos para a Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- _____. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-64)**. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. & GOMES, Angela de Castro. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GOMES, Angela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro:

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

Relume-Dumará, 1994.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo & REIS, Adacir (orgs.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2007.

TERRITÓRIOS SOBREPOSTOS E HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS:
A HISTORICIDADE DA NARRATIVA PÓS-COLONIAL NA OBRA DE EDWARD W. SAID
Elisa Goldman*

O presente trabalho tem como objetivo localizar a obra de Edward W. Said no conjunto dos estudos pós-coloniais e problematizar o papel da diacronia histórica em sua narrativa. Entendemos que a inserção automática das reflexões de Edward W. Said no conjunto dos estudos pós-coloniais requer um cuidado analítico que aponta para uma diferenciação entre os autores representativos das contribuições nesse universo. Para tal reflexão, tomamos como base uma matriz de compreensão e definição do pensamento pós-colonial. Esta vertente¹ entende o pós-colonialismo como um conjunto variado de contribuições que se caracteriza pelo esforço de desconstrução dos essencialismos.

O “pós” não se caracteriza pela mera sucessão cronológica, sua definição implica numa reorganização do campo discursivo. A denominação pós-colonial possui uma amplitude que abrange situações de hierarquização e dominação referentes a questões de gênero, políticas ou até mesmo raciais. O pós-colonial pode ir além de um contexto histórico definido espacialmente e temporalmente.

Os autores reconhecidos como tributários desse escopo de reflexão são em geral pensadores que vivenciaram a diáspora e que tiveram inserção na Inglaterra ou nos EUA a partir dos anos 80. São representativos desse campo de reflexão: Homi K. Bhabha, Edward W. Said, Gayatri C. Spivak, Stuart Hall e Paul Gilroy. Estes autores compartilham o pressuposto de que o conhecimento reproduz a lógica da relação colonial, buscando hierarquizar o conhecimento a partir da sua origem e do seu lugar de enunciação.

Com base na análise do discurso podemos depreender a assimetria irreversível entre o Ocidente e o *outro*. A desconstrução do binarismo que se constituiu na relação colonial e se perpetuou após a extinção do colonialismo acaba por orientar a produção do conhecimento. O reconhecimento do caráter discursivo do social estimula uma proximidade entre o pós-colonialismo e o pós-estruturalismo, configurados nos

* Doutoranda em História – Programa de Pós-Graduação em História – PPGH - UERJ

¹ A definição com que trabalhamos se baseia na perspectiva do sociólogo; COSTA, Sérgio. *Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.21, número 60, suplemento 60, SP, fevereiro de 2006.

trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida. Devemos apontar o trabalho de Gayatri C. Spivak², *Pode o subalterno falar?*, como ilustrativo da proximidade com o desconstrutivismo de Derrida.

Seu artigo questiona o intelectual pós-colonial ao esvaziar o seu papel e a sua produção como um ato de resistência em nome do subalterno, sem que este ato esteja envolto no discurso hegemônico. Os intelectuais pós-colonialistas assimilam que o seu privilégio é a sua perda. A autora aponta a ausência do caráter dialógico na fala pelo *subalterno* e o desafio da construção do mesmo como objeto de conhecimento por parte dos intelectuais que almejam falar pelo outro. Aqui reconhecemos o problema da representação no sentido da afirmação do sujeito através do outro. A autora aponta os limites do realismo representacionista. Ao representar os subalternos, os intelectuais representam a si mesmos.

Ressaltamos outra perspectiva classicamente reconhecida como pós-colonial, ilustrada na elaboração do conceito de *hibridismo*³ por Homi Bhabha. A obra do crítico literário parece priorizar estratégias que não se enquadram nas polaridades clássicas definidoras de identidades coletivas. O conceito de *hibridismo* formula a constituição identitária na relação processual da manifestação de uma cultura.

A diferença é construída no processo de sua manifestação, ela não é a expressão de um arcabouço cultural acumulado, mas sim um fluxo de representações articuladas nas entrelinhas das identidades externas totalizantes. O sujeito é visto aqui como provisório, circunstancial que se coloca entre um sujeito falante e um sujeito “falado”, reflexivo. O segundo nunca atinge o primeiro, só lhe resta sucedê-lo.

² Gayatri C. Spivak, indiana nascida em Calcutá, professora do departamento de inglês e literatura da Universidade de Columbia, e autora entre outros, do livro *Pode o subalterno falar?* BH: Editora da UFMG, 2010. A autora foi tradutora da obra de J. Derrida para o inglês. Sua tese de doutorado em literatura comparada defendida na Universidade de Cornell foi orientada pelo crítico literário Paul de Man, um dos representantes da linha teórica desconstrucionista de Yale. Spivak, representante do chamado pós-colonialismo, marcado por uma base teórica de base marxista, pós-estruturalista e desconstrucionista se sobressai nos estudos sobre o feminismo contemporâneo, os fenômenos da globalização e o chamado multiculturalismo.

³ O Crítico literário indiano Homi K. Bhabha autor do livro *O Local da Cultura*, persegue uma estratégia teórica ao definir um espaço de enunciação que não seja limitado pela polaridade interno/externo, mas que se situa nas fronteiras do entremeio, definindo uma identidade coletiva. O conceito de *hibridismo* parece central para o conjunto de explicações acerca da identidade cultural. Este conceito tal como desenvolvido na obra de Bhabha tem sua origem na análise do linguista Mikhail Bakhtin que distingue a mescla de duas linguagens sociais no interior de uma mesma afirmação e ressalta o dialogismo de duas linguagens a partir de um “hibridismo intencional”.

O hibridismo suspende contingencialmente uma pretensão de homogeneidade que é hierarquizadora. O lugar de enunciação entre os sistemas de representação é definido por Bhabha como um *terceiro espaço* e corresponde a uma estrutura espacial definida como a contingência temporal do “indecifrável”, referenciado ao instante no qual o caráter construído e arbitrário das fronteiras culturais fica evidenciado. Uma das inúmeras críticas a essa perspectiva teórica opera no sentido de apontar a *circularidade* inócua das categorias analíticas, oriundas de Bhabha, para a construção do conhecimento.

As duas perspectivas pós-coloniais anteriormente apresentadas induzem a uma distância da produção pós-colonial de Edward W. Said. A abordagem de Said mais representativa dos escritos pós-coloniais pode ser verificada no livro *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*⁴ (1978). Devemos desenvolver a perspectiva de Said, ressaltando a sua perspectiva do Orientalismo e demonstrando como essa leitura cria dilemas inerentes à sua *démarche* teórica. A manifestação do vínculo entre a prática textual acadêmica e as relações de poder é o que está subjacente na crítica que Said faz do discurso Orientalista. A análise dos processos discursivos não invalida que os contextos de poder em que os textos são produzidos sejam equacionados. Na correlação entre referentes e elementos de significação é que se abre o espaço de denúncia dos processos “orientalizantes”.

Os Estudos Pós-coloniais buscam alternativas para a desconstrução da antinomia Ocidente/Oriente que sejam distintas da simples inversão do lugar da enunciação colonial. A desconstrução do essencialismo no discurso pós-colonial supera a visão simplista de uma mera inversão do protagonismo no discurso.

O Orientalismo é visto como uma totalidade que se transforma em um “discurso” caracterizado por uma sistematicidade expressiva, revelada por uma leitura de textos representativos. Como um tributário parcial da obra de Foucault, Said nega a

⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*, SP: Companhia das Letras, 2007. Primeira edição-1978. O Orientalismo é uma das obras mais lidas de Edward W. Said e consequentemente uma das mais criticadas. A despeito do reconhecimento do livro *Orientalismo* como marco inaugural dos chamados Estudos Pós-Coloniais em 1978 e tomando por base as variadas críticas que atribuem uma suposta superação das suas interpretações acerca das relações entre poder colonial e cultura, reconhecemos que os debates originados da sua leitura ainda produzem efeitos nos círculos teóricos que discutem o colonialismo, o Nacionalismo Pós-Colonial e/ou constituem as chamadas “teorias do terceiro mundo”.

existência de um Oriente real, mas opera na crítica desconstrutiva da autenticidade do Oriente produzido pelo Ocidente.

O discurso é uma configuração cultural e política da atitude textual. O Orientalismo pode ser definido como um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o Oriente e o Ocidente. A segunda formulação sintetiza uma forma de conhecimento que se caracteriza por uma relação cultural cambiante entre a Europa e a Ásia, ou por suposições, imagens, fantasias ideológicas sobre uma região do mundo chamada “Oriente”. O terceiro significado nos remete a um estilo ocidental para dominar e reestruturar a autoridade sobre o Oriente.

Podemos perceber linhas de continuidade entre a reflexão presente nos livros *Orientalismo* e *Cultura e Imperialismo*. O estudo da relação entre o Ocidente e os outros não se restringe a uma forma de entender um relacionamento desigual entre interlocutores distintos, mas constitui um acesso para o estudo da formação e do significado das práticas culturais ocidentais. Apesar da disparidade entre o Ocidente e o Oriente, há uma interação interdependente que promove uma identidade reflexiva no processo histórico do encontro entre as diferenças.

As chamadas *Histórias entrelaçadas* que fazem parte de um complexo de relações inibem as definições totalizantes e essencialistas. As relações entre o colonizado e o colonizador devem ser entendidas na perspectiva da própria disputa imperial.

Se desde o princípio reconhecemos as histórias profundamente complexas e entrelaçadas das experiências específicas, mas mesmo assim interligadas e sobrepostas – das mulheres, dos ocidentais, dos negros, dos Estados e culturas nacionais – não há nenhuma razão intelectual particular para conceder um estatuto ideal e essencialmente separado a cada uma delas. Mas seria desejável preservar o que há de único em cada qual, enquanto preservarmos também algum sentido da comunidade humana e as disputas efetivas que contribuem para sua formação, e na qual todas participam. (SAID, 1999: 65)

A dialética da relação colonizador/colonizado encontra ecos no pensamento do psiquiatra martinicano Frantz Fanon. A referência ao livro *Os condenados da terra* promove uma identificação de Said com algumas idéias que movimentam a reflexão sobre a descolonização no livro *Cultura e Imperialismo*. Fanon fundamenta a análise crítica ao nacionalismo derivativo como primeira etapa de descolonização, entendida como insuficiente. Esta caracterização induz a necessidade posterior de transição para

uma etapa de libertação onde a identidade seria genuinamente construída. Fanon se refere à transformação da consciência nacional numa consciência social.

Essa transição significa uma etapa processual em direção à libertação colonial. A teleologia da libertação, da descolonização, equivale a um sentido que visa à superação do nacionalismo nativista em direção a uma construção mais universal e humana. A superação da reificação sujeito-objeto em sua imobilidade aprisionadora corresponde à supressão da fragmentação brancos/nativos, esta só poderia acontecer por meio de um ato de vontade que na leitura de Fanon ocorre por meio da resistência violenta do colonizado em relação à dominação colonial.

Apesar das Histórias entrelaçadas e dos territórios sobrepostos, desenhados e redesenhados pela dominação européia, a libertação colonial deveria se despir da experiência mimética referente à modernidade européia. Diferente de uma identidade dependente e derivativa, a construção do outro deve pressupor um *ethos* integral no movimento pela resistência, ainda que historicamente o entrelaçamento na relação de dominação seja inevitável.

Para Said a História de todas as culturas é a História dos empréstimos culturais. As culturas não são impermeáveis, as apropriações, experiências comuns e a interdependência entre grupos diferentes devem ser observadas para impedir a rigidez analítica e conceitual.

O sentido do entrelaçamento para Said não diz respeito apenas à experiência colonial/descolonizatória. A reflexão do lugar epistemologicamente privilegiado do intelectual diaspórico, pertencente a dois mundos, pode servir para a compreensão do método do contraponto. Unir experiência e cultura, ler textos da metrópole e das periferias num contraponto promovem a suspensão geográfica e identitária que opera no sentido da busca de uma universalidade humanista.

A problemática da autoridade intelectual se baseia no lugar de observação, estabelecido fora das relações concretas entre culturas, entre potências imperiais e não imperiais, entre diferentes *outros*. Essa perspectiva oferece o privilégio epistemológico de julgar e de interpretar com “isenção” de interesses e compromissos com as relações em andamento.

Edward W. Said transforma a distância existencial e cultural em princípio teórico e em reflexão crítica. Produz-se, então, uma aliança entre a contingência

Histórica e a necessidade epistemológica. A construção do entre lugar intelectual permite que a superação dos binarismos (Ocidente-Oriente, nós-outros, colonizadores-colonizados) e a concretização de um lugar de enunciação híbrida, representativa do discurso pós-colonial.

Aqui percebemos os paradoxos do posicionamento do mediador ou interlocutor de um objeto que se quer fazer representar em sua obra. O problema da representação do colonizado na situação colonial implica no dilema saidiano entre a “autenticidade” verdadeira do outro e a construção da chamada “comunidade de interpretação”.⁵ A mediação presente na linguagem textual abre caminhos possíveis para a interpretação. Said se enquadra numa posição intermediária, não identificada pela postura realista clássica e por outro lado não limitada pela exclusiva premência do texto.

Nossa hipótese é que a vinculação entre conhecimento e relações de poder no interior da crítica pós-colonial erige uma ambivalência que inibe um determinismo condicionante da obra como produto do seu contexto. Nesse sentido podemos rastrear a distinção conceitual entre *filiação* e *afiliação*. A primeira retrata uma origem obrigatória por meio de uma linearidade e a segunda aborda um vínculo possível não obrigatório.

Said resume a sua teoria nos seguintes termos; o texto possui uma dialética de compromisso com o tempo e os sentidos. Os paradoxos de um texto indicam um discurso que se apresenta imutável e ao mesmo tempo contingente. O texto pode ser tenso e politicamente intransigente como o conflito entre o dominante e o dominado.

O conceito de *afiliação* funciona como um princípio crítico geral porque libera o crítico de uma visão estreita dos textos conectados por meio de uma filiação com outros textos, atribuindo um limitado peso ao contexto externo. As *afiliações* não são literárias, canônicas ou tradicionais.

A *afiliação* é uma característica da *mundanidade* do texto. Enquanto a *filiação* aponta para o âmbito utópico dos textos conectados em série, a *afiliação* é aquela que permite ao texto a sua manutenção e preserva o status de autor, o seu momento histórico, as condições de publicação, a difusão e recepção, valores, idéias assumidas.

⁵ Esse conceito será amplamente discutido no artigo “O Orientalismo reconsiderado” parte da coletânea *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, onde o autor rejeita a essencialidade de conceitos tais como; Islã, Oriente e árabes, afirmando a sua existência como “comunidades de interpretação”. Essas designações teóricas representam interesses, alegações, projetos, ambições, retóricas e significados que estão sobredeterminados pela História. É preciso então observar as medições teóricas atribuídas a essas categorias.

A insistência de Said na materialidade do texto, na *mundanidade* da sua produção e percepção do “estar no mundo“ se antecipa a adesão eufórica do desconstrutivismo das universidades norte-americanas nos anos 70. A *mundanidade* se ocupa da materialidade da origem do texto porque no seu ser material se inscreve a realidade das questões que o texto aborda. Para Said a mística da textualidade representa a antinomia da relação estreita entre o mundo e o texto.

A relação entre a cultura e o imperialismo é uma extensão da reflexão que se baseia no compromisso entre a textualidade e o mundo. O próprio conceito de *mundanidade* aparece como o centro de gravidade da sua obra, o que acaba marcando seu posicionamento crítico em relação ao pós-estruturalismo.

Os textos são observados como atos políticos que afetam as representações acerca das contingências Históricas. A tradição intelectual do Ocidente produziu um campo fértil para se observar os mecanismos de poder. Apesar das críticas de alguns romancistas ao processo colonialista, os romances e a literatura em geral formariam um *locus* privilegiado de observação das relações assimétricas constitutivas do imperialismo.

Para Said toda manifestação, seja um fenômeno intelectual ou artístico, é obra de um autor individual e expressa seu pensamento ou seu modo de sentir. Estas formas de pensar e estes sentimentos não são entidades independentes da conduta e das ações humanas.

Cada produção artística é expressão voluntária ou involuntária de uma coletividade. Said rejeita a concepção exclusivista do texto como fonte de um sentido interpretativo apontando para a demarcação contingencial dos sentidos externos atribuídos a essa produção. Mesmo reconhecendo a materialidade histórica do texto, Said ressalta o aspecto da ambivalência de sentidos interpretativos dos textos uma vez, que o autor tenta fugir da possível armadilha realista onde o texto seria “filho do seu tempo”.

O chamado *estilo tardio* traz a idéia de uma individualidade irreduzível que não se deixa esvaziar por meio da relação necessária entre o autor e o meio. O esvaziamento do determinismo está presente na idealização do conceito de *estilo tardio*, título que nomeia um livro parcialmente póstumo. Nessa coletânea Said desenvolve um conceito que esvazia o determinismo suscitado pela materialidade do texto na literatura. O autor

afirma em entrevista que tem interesse pela tensão entre o que se representa e o que não se representa, entre o articulado e o silenciado.

Todo estilo pressupõe o vínculo do artista com a sua época, período histórico, sociedade e predecessores. A obra estética, a despeito de sua singularidade irreduzível, sempre participa – ou paradoxalmente não participa – da era em que foi produzida e apresentada. O *estilo tardio* pode ser compreendido na relação dialética do artista com o seu tempo. O artista em pleno controle de seu meio estético abandona a comunicação com a ordem social estabelecida, do qual ele é parte para chegar a uma contradição na relação com a conjuntura. O *estilo tardio* é o que se dá quando a arte não abdica de seus direitos em benefício da realidade.

Retomamos a relação entre as reflexões de Said sobre a crítica literária e a leitura da dominação colonial por meio da associação entre cultura e imperialismo. A postura intermediária de Said, entre o realismo clássico e o pós-estruturalismo determina um princípio crítico por meio da relação de *afiliação* no processo de interpretação do texto.

Reconhecemos uma clara analogia entre os vínculos leitor-texto e a relação entre o colonizador e o colonizado. Esta comparação nos permite inferir que a *afiliação* não só vincula o mundo, o texto e a crítica, como provoca uma implícita rede de valores, expectativas e interdependência de sentido entre o colonizado e o colonizador. As conexões não lineares que vinculam texto e contexto estabelecem sentido de leitura para a cultura imperial presente nas sociedades coloniais.

Referências Bibliográficas

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- _____. MITCHELL, W. J. T. (comps.). **Edward Said: Continuando la Conversación**, Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CLIFFORD, James. On Orientalism. **The predicament of Culture**. Twentieth- Century Ethnography, Literature, and Art, Massachusetts: Harvard University Press, 1988.
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.21, número 60, SP: fevereiro de 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1979.

SAID, Edward W. **Orientalismo** - o Oriente como invenção do Ocidente. SP: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e Imperialismo**. SP: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. SP: Companhia das Letras, 2003.

_____. **El Mundo, El texto y El Crítico**. Buenos Aires: Editorial Debate, 2004.

_____. **Estilo Tardio**. SP: Companhia das Letras, 2009.

SHOHAT, Ella. Antinomies of exile: Said at the frontier of National narrations. In: **Edward Said: a critical Reader**, SPRINKER, Michael (ed.), Massachusetts: BlackWell Publishers, 1992.

_____. Notes on Post- Colonial. **Social Text**, número31-32, Third World and Post Colonial Issues, 2005.

_____. The “PostColonial”. in: Translation: Reading Edward Said between english and Hebrew. In: **Taboo Memories, Diasporic Voices**. Durham: Duke University Press, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Subaltern Studies: Deconstructing Historiography. In: **Selected Subaltern Studies**. (eds.) GUHA, Ranajit, SPIVAK, Gayatri Chakravorty, Oxford: Oxford University Press, 1988.

_____. **Pode o subalterno falar?**. BH: Editora da UFMG, 2010.

SPRINKER, Michael (ed.). **Edward W. Said: A Critical Reader**, Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

WALIA, Shelley. **Edward Said and the Writing of History**. Cambridge: Icon books, 2001.

SOBRE A HISTORICIDADE NOS ESCRITOS DE RICHARD RORTY

Flávio Silva de Oliveira*

A epistemologia é uma empresa notadamente moderna (RORTY, 1979). A criação de toda a sua indústria devemos senão a Descartes: a “mente” como um repositório de certezas, aquelas alcançadas apenas introspectivamente, avaliando as representações dos objetos lá fora. Valendo-se de tal maneira de conceber os novos caminhos da especulação filosófica, os intelectuais do período seiscentista e setecentista fizeram da epistemologia a auto-imagem da filosofia, e o representacionalismo seu coração: a idéia segundo a qual a mente é povoada por crenças as mais variadas, e nossa tarefa principal é fazer com que nossas crenças representem acuradamente a realidade “tal como ela é” (GUIGNON e HILEY, 2003). Calcada nesta perspectiva, a filosofia encontrou seu ponto de apoio para se tornar um supervisor cultural, capaz de julgar todas as asserções de conhecimento. E mais, um impulso para, de uma só vez, imunizar-se da história e colocar-se no caminho seguro da ciência – o realizar-se da vontade kantiana¹.

O cerne do conceito rortiano de anti-representacionalismo, entre os anos de 1972 e 1979, é a asserção da historicidade: o fato de que toda e qualquer consciência que existe é sempre uma consciência histórica, uma consciência que considera a si mesma já como um fenômeno fundamentalmente histórico. A historicidade, nesta acepção, converte-se no núcleo problemático da hermenêutica. A presente pesquisa ambiciona, portanto, explorar a virada de Richard Rorty da epistemologia representacionista à hermenêutica.

Tendo por base a hermenêutica histórica de Hans-Georg Gadamer, Rorty pretendia confrontar-se com o núcleo a-histórico em que se enredava a filosofia analítica – núcleo este herdado do projeto cartesiano-kantiano de construção de um

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES.

¹ Foi com Kant que a filosofia ganhou contornos claros de sua missão especial, qual seja, determinar os fundamentos do conhecimento, isto é, determinar exatamente o que nos é permitido conhecer. Num sentido explícito de que *fundamentos do conhecimento* são aquelas condições mais básicas que endossam qualquer caso de conhecimento humano. C.f. KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultura, 1999 (1787). (Col. Os Pensadores).

quadro permanente, neutro e a-histórico para a inquirição e para toda a cultura (RORTY, 1979). A hermenêutica, na contramão deste projeto, é um sopro de esperança de que nossa cultura não sinta mais o desejo de ascender às condições a-históricas de todo desenvolvimento histórico possível. Seu impulso é antes um clamor por pararmos de pensar em naturezas caracterizáveis desde uma perspectiva atemporal; que a busca da verdade é um projeto humano entre tanto outros – mais um modo através do qual podemos ser edificados.

Trata-se, fundamentalmente, de emprendermos uma investigação acerca do repúdio rortiano à a-historicidade, uma busca por “compreender como a hermenêutica pôde fazer jus à historicidade da compreensão” (GADAMER, 2005: 354). Um repúdio, portanto, ao cerne da prática desempenhada pelos filósofos anglo-americanos dos inícios do século XX.

A prática filosófica desempenhada pelos pensadores de tipo analítico floresceu na América do Norte, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1930), deslocando o pragmatismo do centro da discussão acadêmica. Absorvida pelo ímpeto de “esclarecimento lógico”, a filosofia analítica veio a tornar anacrônico o pragmatismo, pensamento que estava concorde e inclusive nasceu no contato com a filosofia alemã, em especial Hegel. Tratando especificamente de John Dewey, “o pragmatismo tomaria, de Hegel, o ‘sentido de história’, que implica que ‘nada, incluindo conceitos *a priori*, está imune ao desenvolvimento cultural’” (SOUZA, 2005: 41). O pragmatismo se aproxima do hegelianismo pela consideração essencial que dá a elementos como história, comunidade e cultura, sendo estes elementos expressões de uma intersubjetividade encarnada, únicos fundamentos da racionalidade (SOUZA, 2005). Ou seja, a historicidade como uma problemática que na filosofia hegeliana tem sua maior expressão, penetrando no pensamento americano pelas vias do pragmatismo; recusada, porém, quando da ascensão da filosofia analítica², esta detentora de uma “inabalável certeza de operar sobre um campo estável no tempo” (BORRADORI, 2003: 23) e continuadora da ambição kantiana por transformar a filosofia em uma pesquisa

² O que fica claro nas palavras de Wolfgang Röd, proferidas em um Seminário na UnB, em 1979: “[...] estou convencido que de que uma filosofia como a de Hegel, mesmo resultando grandiosa como um fenômeno histórico, não concorda com a orientação ou atitude básica do pensamento que hoje consideramos como atual; refiro-me à filosofia analítica”. RÖD, Wolfgang. O hegelianismo hoje – um anacronismo? In: *Hegel: um seminário na Universidade de Brasília*. Org. Nelson Gonçalves Gomes. Brasília, Ed. UnB, 1981: 09 – 20.

rigorosamente científica.

Rorty tem por certo que devemos abandonar este ideal, pois pensar a filosofia como uma disciplina organizada entorno de algum conteúdo ou assunto tipicamente seu, algo essencialmente filosófico como a “Natureza Intrínseca da Realidade” ou “Fundamentos do Conhecimento”, eclipsa o fato de que seus assuntos e problemas são nada mais que aberrações históricas. Na esteira de Heidegger, e retomando o pragmatismo em seu flerte com o hegelianismo, Rorty, assumindo uma postura marcadamente historicista³, pensa que a tradição filosófica (metafísica e cientificista) encobriu e obscureceu o significado do ser, levando os seres humanos a más interpretações de sua existência. Desse modo, a perspectiva que visa elevar a filosofia a um patamar de ciência rigorosa contrasta com o comprometimento de Rorty para com o historicismo: a visão de que toda atividade humana, incluindo os modos como pensamos, deve ser compreendida em termos de uma época histórica particular na qual nos encontramos inseridos (TARTAGLIA, 2007).

Se a meta da epistemologia moderna é encontrar rotas de fuga da história, a hermenêutica, ao revés, assenta-se no imperativo radical de reconhecimento de uma dimensão que é a historicidade: a pura facticidade do ser-no-mundo que só existe enquanto compreendendo-se como finito e aberto ao diálogo com a tradição e com a alteridade. Facticidade esta que nos fornece as [pré]condições para a compreensão e abertura ao mundo. A consideração dessa dimensão (a estrutura prévia da compreensão) foi justamente o problema hermenêutico visualizado por Heidegger, cuja forma foi sistematicamente elaborada em uma filosofia da finitude e da abertura (*Ser e Tempo*).

Em Rorty, vemos essa problemática ontológica da historicidade como o reconhecimento do condicionamento histórico da própria consciência histórica que atribui o privilégio epistêmico antes à comunidade que ao senso dogmático da objetividade – pautada em “representações privilegiadas” e/ou “propriedades intrínsecas da realidade”. “A Hermenêutica instiga para que nos ocupemos com ‘nossa linguagem’, ‘nossa cultura’, ‘nosso tempo’ como o lugar da única existência que podemos

³ O que aqui entendemos por “historicismo” não remete à Escola Histórica Alemã, datada do século XIX: “época do desenvolvimento da ciência histórica, na qual esta se constituiu, como ciência humana compreensiva, sob a forma de uma especificidade acadêmica” (MARTINS, 2002: 02). A forma historicista do pensamento rortiano deve ser compreendida em sentido lato, isto é: todo pensamento humano, que se compreende como tal, mantém e interpreta a si mesmo como intimamente relacionado com o tempo e, por isso, com a história.

compreender” (DAZZANI, 2010: 32). Neste sentido, o conceito de “comunidade” afirma a inutilidade de perscrutarmos por algo além de contextos limitados estabelecidos por circunstâncias e propostas cambiáveis; propostas que visam, através de diálogos livres e abertos, mediar crenças presentes com passadas possibilitando perspectivas de futuro; estar aberto à possibilidade de cada vez mais ampliarmos nossa comunidade através do diálogo: mediar o familiar com o estranho.

A historicidade hermenêutica em Rorty é portanto *conversação*. E conversar significa a necessidade de conversarmos mais: encontrar sempre modos novos, mais interessantes e mais inteligentes de [re]descrever o mundo e a nós mesmos. Ao contrário da busca pela verdade objetiva, este projeto não tem um ponto final: ele é o esforço infinito cujo objetivo é manter a procura por novas descrições para expandir nossos horizontes e incorporar novos pontos de vista (TARTAGLIA, 2007). Destarte, não há uma meta que esteja para além do acordo e da compreensão; não há algo como o desejo realista de confrontação com realidades não-humanas. Há apenas confrontos conversacionais visando a formação de hábitos para lidar com a realidade – para cada vez mais ampliarmos nossa comunidade.

Em sua luta contra o absoluto da representação, Rorty visualizou na filosofia continental o mesmo empenho que havia percebido no pragmatismo de William James e John Dewey. Em Gadamer e em Heidegger, Rorty reconheceu uma luta obstinada contra as distinções da metafísica moderna. *Verdade e Método I* e *Ser Tempo* são obras que descortinaram formas alternativas de pensamento desviantes da maneira moderna centrada em questões epistemológicas: método, subjetividade e distinções metafísicas subjacentes⁴ a qualquer teoria do conhecimento. Absolutamente contrária à suposição

⁴ A metafísica moderna cunhada por Descartes assentava-se sobre a distinção “mente”/“corpo”. Esta distinção técnica objetivava assegurar à filosofia um objeto e um método específico. O objeto da filosofia passaria a ser desde então a “subjetividade” (o mental) e o método a “introspecção” (HABERMAS, 2004: 236). O idealismo cartesiano (o sujeito como pólo irradiante da certeza, e que é a partir do que se encontra no sujeito que se constitui o verdadeiro conhecimento, aqui compreendendo-se sujeito como única e exclusivamente pensamento) instituiu doravante uma inédita hierarquia entre o intelecto e os sentidos, não somente da perspectiva dos resultados do conhecimento, pois o conhecimento intelectual sempre obteve primazia, mas ao mesmo tempo e essencialmente do ponto de vista dos *princípios* e do *ponto de partida*. O mundo material passa a ser coberto com o manto da dúvida, alcançando assim uma única certeza, a saber, o fato de “eu” possuir uma mente e que ela é constantemente iluminada por pensamentos. A partir de então abre-se um abismo entre o indivíduo e o mundo. O pensamento ou a linguagem passam a exercer a função de nos fornecer representações da realidade lá fora. O mundo perde sua condição de objeto das indagações filosóficas; a inquietação da filosofia dirige-se agora a saber o quão fidedignas são as representações do mundo, saber se o mundo e sua “imagem” correspondem ou não um ao outro

essencialista que a essência do homem é captar essências no espelho da natureza, a hermenêutica de Gadamer, segundo Rorty, nos oferece uma concepção alternativa da inquirição, permitindo-nos distanciar do essencialismo e alocando a busca da verdade em um contexto mais amplo (TARTAGLIA, 2007: 204). Isto é, um contexto onde a edificação antes que o conhecimento é a meta da inquirição. A posse da verdade objetiva como apenas um entre vários modos pelos quais podemos ser edificados. Ao contrário do desejo do epistemólogo de encontrar um contexto último, um ponto final cujo horizonte seja impossível superar, o projeto de tal hermenêutica não objetiva um estágio final. Por contraste, sua mensagem é que não podemos nos lançar para fora ou além de todas as comunidades humanas numa incursão a-histórica não contingente. Negar este fato é negligenciar nossa filiação à tradição que sempre nos interpela (DAZZANI, 2010).

A virada rortyana à hermenêutica tem em vista, portanto, um desembaraçar-se de velhos hábitos de pensamento, mas sem inaugurar outros sistemas de fundamentação para a cultura. Hermenêutica, neste contexto, não se alinha à metafísica, à epistemologia, ou, em última instância, à noção de Verdade. Seu apelo à hermenêutica é uma afirmação da historicidade, cujo mote é a impossibilidade de ascendermos a um conhecimento que seja livre de pressupostos. Sempre já nos encontramos posicionados no tempo e determinados por ele. Para onde quer que projetamos nosso olhar lá estarão valores, interesses e expectativas que visam tão-somente lançar luz à nossa situação presente, atribuir sentido aos acontecimentos diários.

Neste contexto, a história assume um *status* especial. Ambos, Rorty e Gadamer, pensam ser a história uma força ativa no presente, uma força que muda a forma como compreendemos a nós mesmos e a realidade, que determina o que somos e o que nos é possível pensar. Esta virada inicia-se por recuperar a vocação hermenêutica do pragmatismo deweyano em sua confluência com a filosofia continental (especialmente sua filiação hegeliana): a linguisticidade, o aspecto formativo ou edificante e, mais fundamentalmente, a historicidade da experiência. É desta perspectiva que Rorty extrai seu contextualismo: a afirmação de que todo objeto sempre já nos aparece contextualizado, sempre condicionado pelo tempo e pelo espaço, objetos que nos são

(GHIRALDELLI JR, 2008: 79).

revelados na linguagem – a linguagem cria a possibilidade de o homem compreender o mundo ao falá-lo (DAZZANI, 2010). O que conduz à conclusão que não há um contexto neutro ou algo definível fora de contexto. Afirmações de conhecimento, desejos, práticas, jogos de linguagem e crenças serão aceitos ou não segundo a comunidade de conversação que nos encontramos como partícipes. Mais uma vez, o privilégio epistêmico deriva antes do que a comunidade nos permite dizer mais que o contrário.

Para Rorty, a epistemologia é eminentemente fundacionalista. Seu pressuposto básico é a existência de marcos de referência, contextos últimos ou representações fundamentais, privilegiadas. Uma epistemologia fundacionalista preocupa-se então em descobrir os fundamentos sobre os quais se assentam os discursos e práticas do resto da cultura. A finalidade é, uma vez adequadamente caracterizados estes fundamentos, mapear possibilidades de finalização da investigação. Em oposição a este desejo de confrontação e restrição, a hermenêutica, um sopro de esperança antifundacionalista e holista, estabelece uma circularidade inevitável na compreensão do mundo e uma lógica de perguntas e respostas – o que institui um fluxo constante de práticas a outras. Desse modo, a realização definitiva da investigação ou a determinação dos “fundamentos racionais” de nossas práticas torna-se inconcebível. A interpretação e a compreensão do mundo antes como uma questão de conversação que de fundamentação (RODRÍGUEZ, 2003).

Enfim, no período acima aludido, Rorty executou *uma* leitura dos pensadores europeus de maior penetração na filosofia americana: Heidegger e Gadamer. Estes dois filósofos, segundo a perspectiva rortyana, lançaram a hermenêutica como um modelo alternativo de intelectual e cultura humanística. A chave de leitura deste deslocamento (da epistemologia à hermenêutica) está na peculiar interpretação de ver na hermenêutica o esvaziamento da noção de autoridade epistêmica ou moral, configurando-se como abertura dialógica à constituição futura de comunidades progressivamente mais incluídas e livres (RODRÍGUEZ, 2003).

No campo específico da Teoria da História, a epistemologia sempre exerceu grande influência na captação dos fenômenos históricos. Na filosofia americana, em seu formato analítico, a história é transformada em uma preocupação epistemológica. Rorty, ao efetuar sua virada hermenêutica, retomando o questionamento pragmatista-hegeliano

da historicidade, articulado com Heidegger e Gadamer, pretendia contribuir para a abertura do leque de possibilidades da indagação filosófica na América. Sua proposta, contudo, não poderia ser aceita tacitamente, pois o cerne da historicidade é a intersecção de categorias como verdade e comunidade; o que está em profunda oposição às diretrizes lógico-analíticas dominantes na filosofia americana até então. No entanto, esta leitura antifundacionalista da filosofia continental, “*cifrada en una imagen antiautoritaria y secularizada de la indagación intelectual, despreocupada de la verdad, de la racionalidad o de la universalidad*” (RODRÍGUEZ, 2003: VIII) rendeu a Rorty múltiplas críticas de filósofos e estudiosos que consideram sua postura idiossincrática uma traição ou mesmo um uso improdutivo daquela tradição, não fazendo justiça a seu espírito.

Referências Bibliográficas

- BORRADORI, Giovanna. **A filosofia Americana**: conversações. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- BOUMA-PREDIGER, Steve. Rorty’s Pragmatism and Gadamer’s Hermeneutics. In: **Journal of the American Academy of Religion**, Vol. 57, No. 2 (Summer, 1989), pp. 313 – 324. Disponível em: <http://www.jstor.org> acessado em 20/10/2009.
- DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **Rorty e a Educação**. Belo Horizonte: Ed.Autêntica, 2010.
- DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. In: **Obra escolhida**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. – 3º ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- DEWEY, John. **Reconstrução em Filosofia**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.
- ENGEL, Pascal; RORTY, Richard. **Para que serve a verdade?**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Volume I. Trad. Flávio Paulo Meurer. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2005.

- GHIRALDELLI JR., Paulo. A Minha Definição Pragmatista de Filosofia e o Antigo Representacionalismo. In: **Richard Rorty**: filósofo da cultura. Inês Lacerda Araújo, Susana de Castro (org.). Curitiba: Champagnat, 2008.
- GUIGNON, Charles B. On Saving Heidegger from Rorty. In: **Philosophy and Phenomenological Research**, Vol. 46, No. 3 (Mar.,1986), 401-417. Disponível em: <http://www.jstor.org>. acessado em 22/08/2009.
- GUIGNON, C. and HILEY, D. R. Introduction: Richard Rorty and Contemporary Philosophy. In: **Richard Rorty**. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo Balduer Moosburger. São Paulo: Nova Cultura, 1999 (1787).
- MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. In: **História**, Revista, 7 (1/2): 1 – 22, jan./ dez. 2002.
- RAMBERG, Björn. Post-ontological Philosophy of Mind: Rorty versus Davidson. In: BRANDON, Robert B (Org). **Rorty and His Critics**. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing, 2000.
- _____. Rorty e os instrumentos da filosofia. In: **Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência**. (Org.) Paulo Roberto Margutti Pinto, Cristina Magro, Ernesto P. F. Santos e Livia Guimarães. Belo horizonte, Minas Gerais. Editora UFMG, 1998.
- RÖD, Wolfgang. O hegelianismo hoje – um anacronismo? In: **Hegel**: um seminário na Universidade de Brasília. Org. Nelson Gonçalves Gomes. Brasília, Ed. UnB, 1981.
- RODRÍGUEZ, Gabriel Espinosa. **Consecuencia del neopragmatismo**. El espectro crítico de Richard Rorty. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Historia y Filosofía de la Ciencia, la Educación y el Lenguaje, Universidad de la Laguna, Laguna. 2003.

- RORTY, Richard. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 1979.
- _____. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.
- _____. **Objetividad, relativismo y verdad**: escritos filosóficos 1. Barcelona: Paidós, 1996.
- _____. Relativism: finding and Making (introduction, 1996). In: **Philosophy and Social Hope**. New York: Penguin Books, 1999.
- _____. Verdade e Liberdade: uma réplica a Thomas McCarthy. In: GHIRALDELLI Jr. Paulo. **Richard Rorty**: A filosofia do Novo Mundo em busca de mundos novos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. **Conseqüências do pragmatismo**. Trad. João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- SOUZA, José Crisóstomo. Introdução aos debates Rorty e Habermas: Filosofia, pragmatismo e democracia. In: **Filosofia, racionalidade, democracia**: os debates Rorty e Habermas. (Org.). José Crisóstomo de Souza. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- TARTAGLIA, James. **Rorty and the Mirror of Nature**. London and New York: Routledge, 2007.
- WAAL, Cornelis de. **Sobre Pragmatismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- WARNKE, Georgia. Rorty's Democratic Hermeneutics. In: **Richard Rorty**. Edited by Charles Guignon and David R. Hiley. New York, USA: Cambridge University Press, 2003.

**O SERTÃO E A AMAZÔNIA:
DE OLIVEIRA VIANNA A FOOT HARDMAN**

Alexandre Pacheco*
Robson Mendonça Pereira**

Desde o período colonial foram produzidas no campo literário imagens acerca da natureza no território brasileiro e dos homens que a habitam, enfatizando aspectos relacionados à sua exploração e a uma convivência nem sempre harmoniosa. Estas representações encontram-se presentes não somente no âmbito da historiografia, como também nos discursos de personalidades políticas e acadêmico-científicas que procuravam exaltar e justificar as ações de ocupação dos sertões e fronteiras. Tais processos tornaram-se foco de uma preocupação recente dos historiadores associada a um enfoque ainda mal definido, o da história ambiental.

Doin (2001) ao tratar das raízes do que denomina “Brasil bucaneiro” cita trecho revelador da parte introdutória ao *Recenseamento de 1920* redigido por Oliveira Vianna, no qual atesta o espírito de aventura que moveu colonizadores e desbravadores ao longo da história. O movimento expansivo de ocupação sem limites é descrito de maneira épica, em termos de uma luta entre civilização e barbárie, ao descrever e exaltar os modernos “bandeirantes”:

Nessa imensa e grandiosa linha do assalto a selva primitiva, o ponto de maior dramaticidade e violência não está, porém, nem na serra rio-grandense, nem nos altos platôs do Iguaçu. São os imensuráveis sertões do oeste paulista; compreendidos nas bacias do Paranapanema, do Tietê, do Mogi Guaçu e do Pardo, onde se está travando a nossa grande batalha do homem contra a floresta tropical e o deserto. É ai que o colonizador nacional revela a sua superioridade sobre o colonizador estrangeiro, pela sua capacidade organizadora e pela energia da sua ação. Não é, como o colono alemão, o desbravador isolado e em pequena escala; não ataca a floresta paulatinamente e aos bocados; bate-a em cheio e em grande, abrindo-lhe clareiras formidáveis, sobre as quais faz ondular o oceano verdejante dos cafezais. Não entra a selva, modesto e humilde, armado do seu machado e da sua foice, acompanhado da família, como um pequeno proprietário; invade-a, senhorialmente, como a invadia outrora, acaudilhando um numeroso exército de batalhadores, armados já agora, não de

* Doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR - Campus Porto Velho.

** Doutor em História pela UNESP/Franca. Professor do Departamento de História da UnUCSEH – Universidade Estadual de Goiás.

arcos, espadas e mosquetes, mas de instrumentos e utensílios aptos para o desbaste, a monda, as carpagens. (Recenseamento do Brasil, 1920: 307)

Vianna considera legítimos os motivos que levam “bugreiros” e “grileiros” a promover a destruição da paisagem natural e dos povos autóctones para abrir os sertões ao avanço da lavoura cafeeira e as forças motrizes do progresso que se complementava na ferrovia, no colono estrangeiro e na urbanização.

Este mesmo tipo de narrativa se repete em muitos outros relatos. É a constância de uma visão negativa a respeito das florestas e matas. Por detrás da imagem de uma natureza idílica e intocada, habitada por bons selvagens, que aparece nas gravuras e nos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram na América Portuguesa, persiste uma tensão ambivalente: o medo e o temor diante de um mundo desconhecido e indecifrável.

Warren Dean (1996) em seu longo estudo a respeito da devastação da Mata Atlântica assinalou que este sentimento estava presente na mentalidade de conquistadores que tentavam se aventurar naquela selva tropical. A defesa da civilização acabou por prevalecer no discurso dando legitimidade ao método que se seguiu durante séculos do domínio do homem sobre aquele cenário edênico, transformado em “espaço produtivo” através da técnica instrumental e pelas necessidades do desenvolvimento (SANTOS, 2005: 48-9).

Em inúmeros textos produzidos por escritores, naturalistas e políticos é possível encontrar diversas representações subjetivas a respeito dos sertões brasileiros, um sertão no plural, pois são múltiplas suas percepções mentais.

Nas primeiras décadas do período republicano o discurso de matriz positivista propunha uma clara definição geográfica e social do sertão, um imenso espaço territorial vazio a ser mapeado e devidamente nomeado. Nesta linha Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões* (1974), partia de uma visão dicotômica que se tornou clássica: o sertão como lugar da negação da nacionalidade, *locus* do incivilizado, da barbárie e do atraso em contraposição ao litoral. Propunha a urgente intervenção retificadora daqueles desvios a fim de tornar possível um projeto de nação que incorporasse o sertanejo em seu cerne.

Esta linha de proposição inspirou também diversos empreendimentos de expansão nas chamadas “franjas pioneiras” paulistas. O novo oeste (re)descoberto pela

Comissão Geográfica e Geológica que incorporou imensas áreas “vazias” ao mapa estadual. Em 1920, o então presidente de Estado Washington Luis, que militara décadas antes em favor da exploração dos diversos rios caudalosos, apontando as possibilidades econômicas daquele “sertão” paulista (ARRUDA, 2000: 130), vibrava com o sucesso da instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) que se fizera ao custo de formidável desmatamento e extermínio dos índios caingangues:

Ha em todo esse território entre os rios Paraná, Tietê e Paranapanema, que, ha pouco mais de uma dezena de anos, ainda figurava nos mapas paulistas como sertão pouco conhecido habitado por índios, e cuja superfície é maior que a de muitos Estados da União Brasileira, e hoje penetrados de estradas de ferro, um mundo novo de criar, na vida paulista. Com as medidas indicadas o êxodo que se nota para essas terras novas, não deixara nas outras, já em exploração antiga, o desamparo e a solidão; uma colonização sólida, fixa, continuará, por modo diferente, a prosperidade anterior.¹

Esta expressão do ideário do progresso demonstra um aspecto relevante: a ideia de um sertão móvel, fugidio e constantemente em mutação. Na medida em que as forças da civilização urbana avançavam em direção ao interior, o sertão parecia se deslocar para frente. Nas pequenas urbes localizadas em pontas de linhas férreas nas áreas de expansão cafeeira nos quais era difícil discernir o limite entre a ordem e a desordem, iam se definindo os contornos imediatos de uma civilidade estreita, permeada pelo favor dos chefes locais e pela violência de seus capangas, pela ausência da lei e território da bandagem.

Por outro lado, a ideia do sertão como lugar da negação da civilização não foi apenas capaz de engendrar transformações em territórios, no interior do Brasil, a partir de intervenções proporcionadas com a ajuda do avanço técnico e científico ocorrido no mundo ocidental: moldou também o sentido de como a memória de escritores tratou a construção da origem e identidade de seus viventes e o caso de Euclides da Cunha, neste sentido, se coloca como um dos mais emblemáticos.

De acordo com Ettore Finazzi-Agrò, o autor fluminense mobilizou sua memória para a construção da identidade sertaneja utilizando o recurso da substituição da História pela Geografia. Assim, por meio da mobilização de um memorialismo geográfico procedeu-se a busca da identidade proposta através do recolhimento de

¹ Mensagem presidencial. *ANNAES de 1920*, 1921: 61.

fragmentos dispersos de sua existência a partir da experiência que Euclides teve nos sertões baianos.

Movimento da memória, segundo Agrò, arqueológico e genealógico, passível de permitir a construção da origem e destino da trajetória do sertanejo através do recolhimento de seus “cacos coloridos e vetustos” (AGRÒ, 1999: 14) encontrados no espaço distante e atrasado do sertão que coexistiu de forma isolada diante de outras regiões mais modernas do país.

A partir dessa operação, a memória transformou-se em herança da geografia:

O caso que eu considero exemplar e paradigmático é, obviamente, o de Euclides da Cunha: brasileiro que, dentro de sua adesão inquieta ao positivismo, teve a coragem de descobrir e denunciar aquilo que outros brasileiros tinham escondido sob o tapete da história e das boas intenções nacionalistas. Ou seja, que sendo, a sua Pátria, uma “terra sem pátria” (o que significa também sem pai, sem descendência ou tradição paterna), sendo um espaço imenso e fundamentalmente sem história, era preciso pensar o País a partir não do tempo que ele ocupa, que ele organiza e pelo qual ele é supostamente organizado, mas, justamente, partir do espaço – espaço fundamentalmente vácuo – que ele realmente preenche e que lhe dá sentido. Toda a sua obra maior pode, de fato, ser lida como uma grande tentativa, finalmente consciente, de substituir a História com a Geografia e, por isso, de encontrar o Passado no Longínquo, o Antigo no distante, e, sobretudo, de identificar o princípio histórico com o Centro geográfico. (AGRÒ, 1999: 11)

Dessa forma, Euclides procura realizar a inscrição do sertanejo em um espaço construído como geograficamente histórico, demonstrando-o como um homem culturalmente não contemporâneo do Brasil no início do século XX (AGRÒ, 1999: 8-12).

Assim é preciso estudar o homem de Euclides não a partir do tempo, mas do espaço que ele ocupou já que o lugar do início seria definido “[...] a partir da forma que ele assume e que o delimita e o institui [...]” (AGRÒ, 1999: 7).

Agrò comenta o seguinte a respeito do olhar de Euclides da Cunha sobre o homem do sertão:

O Sertanejo, nesse epos negativo, é o *monstrum*, fascinante e terrível, que ocupa um Centro medonho onde se manifesta e, ao mesmo tempo, se oculta o passado nacional: ele é o mito racionalizado da Origem, ele é o ser irracional que logicamente, como todo fundamento, “vai ao fundo e some” deixando no seu lugar apenas e sempre um vazio. Desse espaço que está no começo dos tempos, desse homem primordial que fica À margem da História, só um geógrafo disfarçado de cronista, só um autor épico mascarado de cientista, tenta

recuperá-lo, justamente, como “figura”, isto é, como presença de uma ausência. (AGRÒ, 1999: 12)

Euclides ao retratar a vida do sertanejo frente ao processo de modernização do país, percebeu-o antes como reminiscência das formas de ser e de viver de homens rudes provindos de São Paulo. Homens que rumaram para o interior nordestino e se misturaram aos indígenas que ali viviam desde tempos imemoriais. Lá ficaram “[...] divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins.” (CUNHA, 1974: 88 e 89)

A essa situação de isolamento geográfico, por outro lado, somar-se-ia o isolamento que as formas de servidão — enquanto excrescências retrógradas de nossa nação — imporiam ao espírito dos sertanejos ao assumirem, por exemplo, a função de vaqueiros. Vejamos, neste sentido, as palavras do autor:

[...] o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas da sua terra, sem divisas fixas. Os vaqueiros são lhes servos submissos. (CUNHA, 1974: 108)

Por outro lado, o universo mental do homem sertanejo captado por Guimarães Rosa, se contrapõe frontalmente aos dos escritores da geração de Euclides da Cunha, ao revelar “as vicissitudes sertanejas e a complexidade de uma estrutura social regida por uma lógica própria” (CORREIA, 2010: 4-5). Para Rosa é praticamente impossível situar o sertão em um lugar físico, uma vez que por possuir uma natureza fugaz não se definiria por parâmetros teórico-rationais, mas a partir da experiência de seus viventes.

Mas em contraposição ao que expomos até aqui sobre o imaginário e as representações relativas ao sertão, o que dizer sobre as paisagens literárias voltadas à Amazônia e que a retrataram como uma espécie de imenso (de)sertão?

No tocante à Amazônia, podemos afirmar que o imaginário representado pelas forças de civilização também se fez também presente nas visões de vários cientistas, viajantes, religiosos, historiadores e literatos que procuraram descrevê-la. Neste sentido, podemos perceber os indícios desse imaginário na descrição que Francisco Foot Hardman realizou em seu livro *A vingança da Hiléia*, por exemplo, da literatura constituída sobre a região no final do século XIX e inícios do século XX. Para

Hardman, a Amazônia surgiria a partir dessa produção literária como voragem da História a partir dos impasses contidos em suas representações e que em conjunto a retratariam como o produto de uma de uma gênese incompleta (HARDMAN, 2009: 25).

Neste sentido, Franklin Távora no prefácio ao livro *O Cabeleira*, de 1876, espécie de manifesto naturalista, constante nesta sua obra romântica, retratou a Amazônia em sua imensidão e natureza complexa, através da perspectiva de que toda e qualquer representação artística, científica, política sobre a região deveria ser realizada considerando-se o processo civilizatório e as leis do progresso que o desenvolvimento da economia da borracha lá instaurou e fez com que a Amazônia se transformasse em uma nova fronteira para a expansão do capitalismo (HARDMAN, 2009: 25).

No citado manifesto, Távora delinea a Amazônia como um mundo que seria objeto dos mais variados anseios civilizatórios, tanto em termos de sua retratação literária como também em termos de sua inserção junto à cultura de elite do país.

Essa perspectiva em relação à Amazônia, por outro lado, não evitou que Távora também olhasse para a região como um (...) “território distante, remoto no tempo e no espaço, envolto nos mistérios de seus rios, florestas, línguas “sem história”, enfim, no império de uma violência naturalizada, na fúria ancestral de uma natureza indômita.” (HARDMAN, 2009: 25)

Essa visão de uma natureza violenta e bárbara configurou-se em verdadeiro lastro de lugar-comum das narrativas que tiveram a Amazônia como foco central, podendo, inclusive, ser encontrado em autores de países vizinhos como o romancista colombiano José Eustasio Rivera, em sua obra *La vorágine*, de 1924 (HARDMAN, 2009: 26).

Diante de nossa discussão, entretanto, cabe ressaltar que esse lastro de lugar-comum também pôde ser percebido a partir do final do século XIX e inícios do século XX, nas narrativas de autores como Inglês de Souza, em obras publicadas entre 1876 e 1893 como o *Cacaulista*, *História de um pescador*, *O coronel sangrado*, *O missionário* e *Contos Amazônicos*. Obras que se baseiam nas imagens presentes nas memórias de tapuios, caboclos e cabanos da região de Óbidos, no Pará, possibilitando a descrição por parte de Inglês de Souza da resistência cultural dessas populações contra a violência de coronéis (HARDMAN, 2009: 27-28).

A partir, entretanto, dessa abordagem da literatura do final do século XIX e inícios do século XX, em autores como Franklin Távora e Inglês de Souza, temos novamente a presença de Euclides da Cunha, como um dos principais autores do realismo naturalista que passou a predominar como esteio da representação literária da Amazônia durante o século XX (HARDMAN, 2009: 28).

Neste sentido, podemos notar tanto a partir das análises de Hardman quanto a partir de obras como *À Margem da História*, o quanto esse realismo naturalista também incorporou o lastro de lugar-comum que constantemente procurava descrever a Amazônia como um território violento e bárbaro. Isso, sobretudo na narrativa que Euclides teceu para a construção da experiência dos seringueiros em constante luta e adaptação à natureza da floresta amazônica nos longínquos seringais do Acre.

Na Amazônia, segundo Euclides da Cunha, o patrão transformou o migrante em seringueiro e o enviou para duras frentes de trabalhos na floresta. No momento de sua chegada, apesar de ser ainda um “brabo”, isto é, não ter aprendido a manusear o corte da seringueira, já era um endividado, pois havia sido obrigado a comprar seus mantimentos no barracão a preços exorbitantes e seguir solitário levando suas bagagens e seus mantimentos para seu posto de trabalho no meio da floresta. Nessa condição, contudo, ao final de todo um ano de trabalho, não conseguia saldar sua dívida. Continuava a ser um devedor e raramente conseguiria deixar essa terrível condição. Passando de “brabo” a “manso”, entretanto, o seringueiro ainda não seria capaz de saldar sua dívida e, portanto, não seria capaz de concretizar um sonhado enriquecimento que dificilmente poderia acontecer (CUNHA, 2006: 29-30).

Vejamos o quadro pintado por Euclides neste sentido:

Aquele tipo de lutador é excepcional. [...] O homem de ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adoece, mercê da incontinência generalizada. (CUNHA, 2006: 30)

Dessa forma, o patrão impunha ao seringueiro um contrato desastroso, onde os regulamentos eram dolorosos e expressivos, como o de não poder retirar-se antes de saldar as transações comerciais, além de só poder comprar no armazém do barracão. Esse regulamento fez com que o seringueiro fosse um estranho dentro de sua própria

morada já que o patrão não o ligava a terra. Por conta disso, todos os benefícios feitos nas propriedades seriam perdidos no momento em que o seringueiro delas se retirasse. Assim, o morador não se apropriava da terra para o cultivo devido ao fato de que a qualquer momento poderia ser expulso sem direito a nada (CUNHA, 2006: 30-1).

A descrição dessa sociedade que se desenvolveu nos seringais de forma anômala, e que isolou mentes e corpos, também deveu sua carga dramática à indignação que alimentou a escrita do autor em sua característica denunciatória. Isso foi passível de ser apreendido por nós através, novamente, do estudo de Leandro Tocantins, quando frisou a descrição que Euclides da Cunha fez da exploração do seringueiro pelo patrão em *À Margem da História*, uma descrição de um escritor horrorizado com a organização social presente nos seringais, que acabou por colocar à prova seus valores humanos e seus ideais políticos. Denunciou, por exemplo, que ele esteve à frente de uma das organizações do trabalho mais criminosas que o egoísmo humano poderia ter produzido (TOCANTINS, 1992: 134).

A análise de Tocantins, enfim, só veio corroborar nossa tese sobre a similitude que a concepção do seringueiro em Euclides da Cunha possuiu com a de seu sertanejo em termos de homens “esquecidos” pela Pátria, em pleno final de século XIX e alvorecer do século XX.

Em *Os Sertões*, lança-se em defesa do homem esquecido do interior brasileiro, vítima das injustiças sociais e da apatia dos poderes públicos. Em *À Margem da História*, reaparece mais agressivo nessa luta a favor do seringueiro, aquele que se constitui como hóspede dentro dos seringais [...] (TOCANTINS, 1992: 135)

Mas a escrita que incorporou a indignação, alimentando a denúncia do escritor fluminense, foi também capaz de descrever sem disfarces e sem piedade a real condição humana dos migrantes nordestinos em sua chegada e posterior esquecimento nos seringais.

Euclides da Cunha em *À Margem da História* escreveu sobre as duras condições dos brasileiros deslocados para a Amazônia como uma espécie de multidão de martirizados, que após enfrentarem os tumultuados embarques, chegaram à região com suas bocas famintas, seus corpos febrilizados e variolosos “[...] em condições de malignar e corromper as regiões mais salubres do mundo. [...]” Vivendo numa mobilização expurgatória que eles jamais se curariam, pois os “[...] banidos levavam a missão

dolorosíssima e única de desaparecerem...” (CUNHA, 2006: 49).

Essas imagens que compõem o sentido histórico do seringueiro podem ser também encontradas em artigos de Euclides da Cunha como “Entre os seringais”². Imagens que remetem a uma sociedade que teve suas tradições massacradas de forma dramática no momento de sua transplantação para a Amazônia. Tradições silenciadas pela solidão que esse tipo humano teve de enfrentar em meio à natureza dos seringais, já que ali o homem, ao ser desprovido do que poderia ter construído “[...] em anos de trabalho, pelo egoísmo e cobiça dos patrões, sucumbe ao ataque traiçoeiro das doenças. [...]” Homem, “[...] que faz parte da sociedade ‘que ali se agita no afogado das espessuras, esterilmente, sem destino, sem tradições, sem esperanças’” (TOCANTINS, 1992: 135).

O estudo de Tocantins, por outro lado, fez-nos perceber como o seringueiro se constituiu em Euclides da Cunha mais do que a tradução de um tipo humano que teve suas características físicas e estéticas produzidas a partir de seu isolamento. Tocantins demonstrou como o escritor fluminense foi mais fundo e tentou penetrar na alma desse homem ao descrever os males que sua condição miserável e a restrição de sua liberdade imprimiram ao seu espírito, a partir das formas de organização de trabalho criminosas presentes nos seringais.

A partir disso, vemos, de acordo com Tocantins, que a força da denúncia encontrada nos *Sertões* se repete em seu discurso sobre a Amazônia, caráter que fundamentalmente marcou sua obra, qual seja a representação do que é crucialmente humano nos tipos que retratou nessas duas regiões (TOCANTINS, 1992: 137).

Ao terminar nossa análise sobre o imaginário de representações do sertão e da Amazônia, vimos o quanto a produção literária baseada nestas duas regiões foi marcada, a partir da influência das forças de civilização, pela construção de imagens que tiveram como um claro fio condutor a recorrência da violência e da barbárie enquanto aspectos fundadores das relações entre os homens. Assim também entre os homens e o meio natural.

Percebemos isso a partir das imagens produzidas por Oliveira Viana em relação à exploração predatória da Mata Atlântica no sertão paulista, como também no enfoque

² Artigo publicado na revista *Kosmos*, no Rio de Janeiro, no início do século XX. TOCANTINS, 1992: 131.

realizado por Euclides da Cunha, tanto para o sertão nordestino, como para a Amazônia.

Referências Bibliográficas

AGRÒ, Ettore Finazzi. Geografias da memória: a literatura brasileira entre história e genealogia. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 12, p. 07 - 16, 1999.

BRASIL - MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO - DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA - **Recenseamento do Brasil** (Realizado em 1 de Setembro de 1920). Rio de Janeiro, Typ. Da Estatistica, 1922 (v. I – Introdução), p.305-9.

CORREIA, Iara Toscano. **Os muitos sentidos do sertão**: imagens e representações do sertão de Minas Gerais.

CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ed. Edições de Ouro, 1974.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA - **Recenseamento do Brasil** (Realizado em 1 de Setembro de 1920). Rio de Janeiro, Typ. Da Estatistica, 1922 (v. I – Introdução), p.305-9.

DOIN, José Evaldo de Mello. **O capitalismo bucaneiro**: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café. Franca, 2001. Tese (livre docência) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Mensagem presidencial. **ANNAES da Sessão Ordinaria do Senado do Estado de São Paulo de 1920 (2º ano da 11ª legislatura) organizada pelos tachygraphos Luiz Antonio Pereira da Fonseca e F. I. da Gama Filho**. São Paulo: s.c.p., 1921.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992.

**O BOTO, A SEREIA E O HISTORIADOR:
CONTRIBUIÇÕES DE SERGE GRUZINSKI PARA A HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA**
Wesley Oliveira Kettle*
Gabriela Alves Miranda**

O campo da história da ciência tem se debruçado, entre outras questões, sobre as trajetórias de indivíduos com o objetivo de compreender as relações que esses atores sociais estabeleceram em contato com outras civilizações. Diante disso, a historiografia que se preocupa com esse campo tem desenvolvido reflexões sobre a ideia de centro e periferia em relação à produção do conhecimento, mobilizando um número considerável de intelectuais em torno desse debate.

Duas questões foram fundamentais para nos levar a desenvolver este trabalho: a primeira é a percepção do debate intenso sobre a história da produção de ciência em perspectiva global da qual nos referimos anteriormente e o outro fator advém de questões suscitadas pela leitura que temos feito dos trabalhos do historiador francês Serge Gruzinski¹ e que pensamos contribuir para o campo da história da ciência. Nosso estudo pretende apresentar como alguns historiadores da ciência tem se posicionado no atual debate sobre o lugar dos indivíduos que produzem ciência em uma perspectiva de história global e apontar como o pensamento de Grusinski pode contribuir para a historiografia da ciência nesse aspecto.

O debate sobre a ideia de centro e periferia: algumas formulações

Ao enfatizar a natureza internacional da investigação científica nos esquecemos de que a ciência existe em um ambiente social local. Se essa configuração não moldar decisivamente o crescimento conceitual da ciência, ela pode, pelo menos, afetar o número e tipos de indivíduos que são livres de participar no desenvolvimento interno da ciência. Talvez o efeito seja mais profundo; só estudos futuros podem determinar a profundidade de sua influência. (BASALLA, 1967: 620)

Estudos dos últimos 20 anos vem trazendo novos caminhos para as discussões

* Doutorando do Programa de História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Bolsista Fiocruz.

** Mestranda do Programa de História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Bolsista Fiocruz.

¹ O título de nosso trabalho foi pensado a partir das ideias apresentadas por Serge Gruzinski em seu artigo: "O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio".

concernentes à relação entre centro e periferia no campo da história das ciências. O conceito de “centro e periferia” surge nas ciências sociais sob ênfase econômica por pensadores preocupados com o desenvolvimentismo pós guerra nas décadas de 50 e 60. (GAVROGLU *et all*, 2008: 155) Publicado em 1967 pela revista “Science”, o artigo de George Basalla, “The spread of Western Science” teve grande influência entre historiadores da ciência, atentando para uma expansão da ciência quando até então a maioria dos pesquisadores se preocupavam em explicar a razão da ciência moderna ter surgido na Europa. Ao deslocar os esforços de compreensão para difusão da ciência moderna – ao invés das razões de seu surgimento, Basalla sugere um modelo classificatório por três fases sucessórias. A fase 1 corresponde às sociedades “não científicas” e fontes de pesquisa da ciência européia; a fase 2 caracterizada por um período colonial de dependência em ciência e tecnologia; e finalmente a fase 3 cuja marca é a coroação de uma tradição científica independente.

O modelo basalliano incentivou estudos empíricos variados e nas últimas décadas sua receita esquemática de desenvolvimento científico tem sido questionada não apenas quanto à noção sobre o que é ciência, mas também permitindo recuperar papéis ativos das colônias nas interações com as metrópoles nas trocas de conhecimento científico.

Os pesquisadores do STEP (*Science and Technology in the European Periphery*)² defendem uma alteração histórico metodológica de três questões: da ênfase na idéia de transmissão para apropriação; “da perspectiva do centro para a perspectiva da periferia e de estudos isolados sobre a periferia para estudos comparativos” (2008: 154).

O referido grupo participa do debate da idéia de centro e periferia sugerindo uma análise das práticas de apropriação atentando para a circulação do conhecimento e viagens científicas. O que gostaríamos destacar desse argumento é a proposta de que os historiadores da ciência levem em consideração que o “centro” também se apropria dos conhecimentos científicos próprios da periferia (GAVROGLU *et all*, 2008: 161-163).

O STEP avança em seu argumento demonstrando que as escolhas realizadas pelos indivíduos localizados na periferia influenciam de alguma maneira o “centro” de

² O STEP é um grupo de pesquisa multi nacional, fundado em 1999 na cidade de Barcelona, preocupado com estudos sobre processos e modelos de circulação do conhecimento científico e tecnológicos entre centros europeus e periferias desde o século XVI ao século XX.

poder. Outro ponto importante considerado é a existência de uma articulação bastante perceptível entre o Império e suas colônias desde o Setecentos. Partindo dessas conexões visíveis seria possível estudar, mesmo levando em conta as assimetrias próprias dessa relação, interferências coloniais em relação às ações metropolitanas.

Podemos perceber as implicações dessa forma de pensar os estudos históricos sobre a produção do conhecimento científico no artigo “Riding the wave to reach the masses: natural events in early twentieth century portuguese daily presse”, no qual os autores, membros do STEP, investigam a importância concedida a eventos naturais, como o eclipse solar, terremotos, vulcões e o clima, por dois jornais: o “Diário de Notícias”, que circulava principalmente em Lisboa, e o “Diário dos Açores” que era produzido e circulava nas ilhas açorianas (SIMÕES, CARNEIRO e DIOGO, 2010).

O referido artigo compara, entre outras questões, como as formas de abordagem realizadas pelos dois jornais expressam de alguma maneira os interesses dos grupos envolvidos diretamente com sua publicação. Diante da proposta de nossa reflexão, nos importa destacar como a escolha das fontes e a forma de análise dos objetos está vinculada à preocupação com a idéia de centro (o jornal da capital) e periferia (o jornal do interior). Além disso, o artigo procura demonstrar como a periferia constrói suas próprias estratégias para alcançar seus interesses, de alguma maneira resistindo ao domínio do centro.

Tal abordagem nos parece muito importante para encaminhar estudos sobre o passado que permitam considerar a atuação dos grupos e indivíduos locais não apenas como meros receptores, mas também com capacidade de influenciar aqueles com quem entram em contato. Todavia, se é possível identificarmos influências da “periferia” sobre o “centro”, a discussão deveria avançar na direção de uma compreensão da complexidade das relações geopolíticas ao longo da história, em especial no mundo colonial – a isso retornaremos mais adiante.

Poderíamos também questionar se as conexões entre diferentes locais em momentos da história, como no século XVIII, eram tão bem definidas que permitam aos historiadores identificarem conexões políticas tão sólidas que possibilitem estudos desse tipo – nesse sentido, a utilização do termo “Império português” para o Setecentos pode ser revisto.

O historiador da ciência Sujit Sivasundaram participa dessa discussão sobre a

idéia de centro e periferia apresentando o argumento de que é preciso deixar de privilegiar outras tradições científicas que não apenas a européia. Além disso, o autor sugere que os estudos sobre a produção e circulação do conhecimento deveriam considerar o dinamismo dos centros e periferias. Segundo ele, essas relações conectam impérios, nações e regiões, possibilitando ao historiador da ciência a análise de uma história global (SIVASUNDARAM, 2010).

Sivasundaram completa seu argumento considerando que cada “local” tem a condição de ser “centro” nessa rede de conexões. Assim, é possível notarmos que o autor desenvolve sua proposta preocupado em enfatizar a fluidez dessas relações, diminuindo o caráter hierárquico própria das leituras de uma história da ciência tradicional, como da epígrafe que abre esta seção, todavia o historiador estabelece seu pensamento considerando o foco de análise a rede e seus pontos centrais e periféricos (SIVASUNDARAM, 2010: 157-158).

Kapil Raj em sua obra “Relocation Modern Science”, procura estudar a importância das relações na construção do conhecimento científico destacando o contexto de negociação entre a Índia e a Inglaterra ao longo do período colonial. O autor sugere que os estudos sobre a difusão da ciência não devem eleger vencedores e vencidos, mas considerar uma constante reformulação do conhecimento, destacando o protagonismo das negociações ocorridas no “local” (RAJ, 2007).

Segundo Raj, o resultado dessas negociações foi uma “cultura híbrida”, que emergiu da prática científica. Sua proposta é de que o foco seja a circulação dos atores sociais nesse contexto colonial, como forma de possibilitar o entendimento daquelas sociedades, se preocupando menos com a centralidade ou não dos “locais” (RAJ, 2007: 91-94).

O boto, a sereia e Serge Gruzinski

Mar, misterioso mar/ Que vem do horizonte/ É o berço das sereias/ Lendário e fascinante/ Olha o canto da sereia/ Ialá, oquê, ialá/ Em noite de lua cheia/ Ouço asereia cantar/ E o luar sorrindo/ Então se encanta/ Com as doces melodias/ Os madrigais vão despertar. (Vicente, Dionel e Veloso, Lenda das Sereias)

O fragmento da canção “Lenda das Sereias”, acima transcrito, descreve em parte a figura dessa criatura parte mulher e parte peixe que habita os rios e mares dos mais

diferentes pontos do planeta e atrai os homens com uma melodia fascinante. Sua perigosa influência foi retratada na Odisséia de Homero, sendo Ulisses, um dos poucos homens que não se renderam aos seus encantamentos (HOMERO, 2001). É possível que as sereias tenham atravessado o Atlântico escondidas nos porões das embarcações européias, o certo é que elas se adaptaram muito bem nos lagos, furos e rios amazônicos. O boto cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), por sua vez, é um mamífero endêmico dos rios da Amazônia, chamado pelos índios de “uiara”. É considerado pelos nativos como deus dos rios e protetor dos peixes, tendo como característica marcante sua afeição por festas, momento em que sai das águas e transforma-se em humano sempre trajando roupas brancas e portando um chapéu à procura de donzelas bonitas da cidade com o objetivo de levá-las à beira do rio para ali namorar e engravidar as moças.

Talvez a sereia e o boto que fazemos referência aqui não tenham suas divindades tão reconhecidas como o macaco Ozomatli e da centaura Ocyrhoë de Serge Gruzinski com quem ele dialoga em seu artigo “O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio” (GRUSINKI, 2003). Não possuem funções mitológicas como de anunciar o destino tampouco habitam cidades ou afrescos específicos. Todavia, escolhemos utilizá-los no sentido de representarem, de alguma forma, o local, o global e suas interseções. Assim como o macaco e a centaura fazem parte do afresco da “Casa Del Dean” e não estão presos a ele, nossa sereia e o boto habitam os rios da Amazônia enquanto se movimentam por todos os oceanos do mundo.

Reconhecemos que a compreensão de nosso estudo passa pela leitura dos trabalhos do historiador francês Serge Grusinski, em especial do artigo citado no parágrafo anterior. É certo que suas preocupações estão norteadas pelas questões próprias do campo da história cultural, todavia, diante do debate apresentado na seção anterior gostaríamos de apontar algumas formulações do referido autor que consideramos contribuir de alguma maneira com a história da ciência.

Os historiadores parecem cada vez mais conscientes da importância de não realizar estudos etnocêntricos³, e nós, historiadores não europeus, deveríamos compreender com mais facilidade a importância de realizar pesquisas que procurem

³ O campo da história ambiental tem sido muito importante para chamar a atenção dos historiadores para os eventos ecológicos e os fatores ambientais como elementos constituintes da história. Esse campo nos permite considerar a interação dos indivíduos com a natureza para entender a história das sociedades, possibilitando uma outra perspectiva que não a etnocêntrica.

privilegiar uma visão que não seja europocêntrica. Grusinski concorda com os prejuízos de uma história mundial partindo da Europa Ocidental e de suas problemáticas, criticando pesquisas que consideram apenas a realidade local⁴, como a história dos saberes dos índios amazônicos combinada com a história da sociedade colonial. Contudo, especialistas da Amazônia muitas vezes se esquecem de conectá-la à península ibérica e ao restante da América latina. Além de considerarmos que “outras centauras visitaram o Peru colonial no tempo em que sereias circulavam na América portuguesa” (GRUSINSKI, 2003: 322), botos também atravessaram o Atlântico em múltiplas direções do Império português.

Partindo da perspectiva da história comparada como forma de romper limites tradicionais da disciplina histórica, Gruzinski, baseando-se em sua experiência de pesquisa, aponta para a complexa existência de “paisagens misturadas” e a possibilidade de refletir sobre o enigma de suas ligações. Diante disso, ao invés de compararmos os saberes ameríndios com os portugueses, deveríamos problematizar suas interações; pensar o que significa a ligação entre as formas de sedução da sereia e do boto.

Este é um exercício que o historiador da ciência se depara quando estuda a produção de conhecimento acontecendo na interação entre duas ou mais culturas diferentes, explorar múltiplas histórias que se comunicam. Para essa tarefa, Grusinski compara o historiador a um eletricitista “encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais [...] desligaram ou esconderam, entaipando as suas respectivas fronteiras” (GRUZINSKI, 2003: 323)⁵. Muitas vezes a história da ciência além de não realizar as conexões necessárias também bloqueia suas fronteiras⁶.

Serge Gruzinski reconhece que abordagens nacionais, culturalistas e microhistóricas podem contribuir para a descontextualização do objeto investigado em relação ao lugar que ele pertence. Analisar os objetos de estudo nos espaços intermediários onde eles se mesclam pode tornar o debate entre centro e periferia menos

⁴ Grusinski critica o estudo comparativo que Sérgio Buarque de Holanda realiza entre a colonização espanhola e portuguesa, julgando “brilhante”, porém desconectado do restante das análises latino americanas.

⁵ Grusinski cita como exemplo as histórias que dividem Portugal da Espanha e a América espanhola da portuguesa.

⁶ Nossa crítica se faz no sentido de considerar a falta de diálogo que possa existir entre o campo da história da ciência e outras áreas como a história ambiental, a cartografia histórica ou mesmo a história política

tenso. Grusinski propõe a investigação desses espaços de interação planetária, chamados por ele de “teatro de interação” (GRUZINSKI, 2003: 325). Não estamos aqui propondo o encerramento do debate sobre a ideia de centro e periferia, tampouco desconsiderando a dimensão políticas que move os grupos envolvidos com esse tema, mas convidando-os a observarem como outros campos da história avançaram nessa reflexão.

Uma formulação importante de Grusinski para os nossos objetivos aqui se refere à constatação de que os termos utilizados na discussão de uma história global precisam ser muito bem explicados – reconhecemos a dificuldade dessa tarefa. Avançando nesse sentido, ele observa que ideias como “local” e “global” mudam ao longo do tempo e do espaço. Algumas perguntas apontadas por ele nos ajudam a problematizar essas categorias, nos levando a questionar: como os atores sociais perceberam a periferia diante da dominação do centro? Ou como o centro era percebido na periferia, “no seio de um espaço concreto, vivido dia a dia?” (GRUSINSKI, 2003: 331).

Segundo Grusinski, uma forma de responder essas perguntas pode ser considerarmos o nascimento simultâneo de representações do mundo relacionando o “local” e o “global”. Sua proposta é de que nossa investigação se preocupe em analisar o encontro dos olhares e das representações de mundo, ao invés de apenas estudar o olhar dominante. Podemos avaliar que isso seria muito saudável para os estudos desenvolvidos pelos historiadores da ciência, além de contribuir com o encaminhamento da discussão da ideia de centro e periferia.

Percebemos uma forte intenção de Grusinski em criticar uma história eurocêntrica e seus muitos prejuízos para a investigação do passado. Os historiadores que se preocupam em estudar a produção de conhecimento e outros temas nesse campo poderiam atentar para essa crítica e recuperar em suas análises “figuras nas sombras das periferias e na exceção” ao invés de repeli-las (GRUSINSKI 2003: 334). Não pretendemos fazer desta reflexão uma denúncia, mas apenas demonstrar as contribuições que o referido autor poder dar ao campo da história da ciência.

A observação acima apresentada abre a possibilidade de pesquisarmos, por exemplo, a atuação nos centros de poder por parte dos indivíduos que tem origem nas periferias, examinando seus novos comportamentos e sua capacidade de circulação em diferentes civilizações. Nesse sentido, cabe a análise da adaptação da sereia nos rios amazônicos tanto quanto identificar e examinar os deslocamentos dos botos em direção

a rios e mares antes nunca visitados.

Outra consideração importante apresentada por Grusinski se refere aos modos pelos quais esses indivíduos foram capazes de se adaptar. Isto é, não foi apenas a inserção nas redes locais ou a capacidade intelectual que contribuíram para o sucesso de circulação por diferentes civilizações, mas também as técnicas, o corpo, o clima e a alimentação entre outros fatores ambientais. O exame desse tipo de experiência nos levará a perguntar como foi possível viver entre dois mundos (e também sobreviver)?

As contribuições que apontamos colaboram para que o historiador da ciência se preocupe em examinar os mecanismos de acomodação, transformação e invenção localizados nesse “teatro de interações”, refletindo sobre as perguntas apresentadas por Serge Grusinski, afastando-se de uma visão europocêntrica de histórica, deixando emergir a complexidade das relações assimétricas.

O espaço falta para apresentarmos outras formulações que julgamos contribuir com as discussões do campo da história da ciência, entretanto, gostaríamos ainda de destacar uma última questão. Grusinski aponta o perigo de subestimarmos a capacidade de autonomia, de invenção e de reação das sociedades consideradas periféricas, resultando em “representações híbridas do espaço e do tempo [e] mesclas de crenças” (GRUSINSKI, 2003: 338). Isso nos possibilita pensar também na decorrência de técnicas e saberes mesclados, a identificação de um conhecimento mestiço, podendo ser percebido pelo historiador no “teatro das interações”.

Apresentamos um breve panorama da discussão da ideia de centro e periferia travada por alguns historiadores da ciência e em seguida oferecemos nossa leitura do artigo “O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio” de Serge Grusinski. Nossa preocupação foi demonstrar como o pensamento do referido autor pode contribuir com as pesquisas sobre a produção do conhecimento científico, especialmente em um contexto de contatos entre culturas distintas.

Chegamos ao final sem termos identificado o encontro entre o boto e a sereia, como teve a oportunidade de fazer Serge Gruzinski diante do afresco em que o macaco e a centaura estão pintados. Talvez pela fluidez dos caminhos que tomam os seres que escolhemos, por serem fugidios ou mesmo por descuido nosso, não completamos essa tarefa. Contudo, o que eles têm a nos dizer parece ser mais importante. Mas alguns estudiosos do passado relutam em travar diálogos dessa natureza. Por medo de

perderem suas embarcações, deixam de experimentar o encantamento.

Nossa reflexão se aproxima de um tom de denúncia, significando que é hora de encerrar, mas não podemos fazê-lo sem antes deixarmos um convite aos historiadores da ciência que porventura estejam dispostos, como Ulisses, a resistirem ao canto das sereias, que abandonem a cera que os impede de ouvi-las, as correntes e o mastro e aceitem a interação à beira do rio. Assim, descobrirão que “as sereias, porém, possuem uma arma ainda mais terrível do que seu canto: seu silêncio” (KAFKA, 1917).

Referências Bibliográficas

- BASALLA, George. The Spread of Western Science – A three-stage model describes the introduction of a modern science into any non-European nation. **Science**, vol. 156, p.611-622, 1967.
- GAVROGLU, K., K., Patiniotis, M., Papanelopoulou, F., Simões, A., Carneiro, A., Diogo, M. P., et al. (2008). Science and technology in the European periphery: some historiographical reflections. **History of Science**, XLVI, p. 153-174, 2008.
- KAFKA, Franz. O silêncio das sereias. **Folha de São Paulo**, 6 maio 1984. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/kafka2.htm>>. Acesso em: Julho 2011.
- RAJ, Kapil. **Relocating Modern Science** – Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900. London: Palgrave Macmillan Edition, 2007.
- SIMÕES, Ana; CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula. Riding the Wave to Reach the Masses: Natural Events in Early Twentieth Century Portuguese Daily Press. **Science & Education**, setembro, 2010.
- SIVASUNDARAM, Sujit. Sciences and the Global: On Methods, Questions, and Theory. **Isis**, 101 (1). pp. 146-158, 2010.
- GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 49, p. 23-60, set.-dez, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020>

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

**UNITÁRIO E FEDERAL:
A DISCUSSÃO ENTRE JOSÉ MURILO DE CARVALHO E EVALDO CABRAL DE MELLO**
Felipe Riccio Schiefler*

O presente artigo tem como objetivo a discussão acerca da dificuldade de se utilizar os autores José Murilo de Carvalho e Evaldo Cabral de Mello para a interpretação histórica da independência e para o processo de formação do Estado Imperial.

Primeiramente, cabe ressaltar que a comparação não visa buscar uma noção de que os dois autores representam as vozes contemporâneas da discussão entre centralizadores e federais, ou entre os integrantes dos partidos conservador e liberal surgidos na década de trinta do século XIX. Em outras palavras, não se quer aqui apontar para esses autores como forma de apresentá-los os representantes de ideias e debates que aconteceram na formação do Estado Imperial Brasileiro. As idéias não ficam imunes aos diferentes contextos históricos nos quais são elaboradas, e muito menos as ferramentas que a historiografia contemporânea tem para analisar a história são as mesmas. Desta forma, o que se procura aqui é um estudo sobre a viabilidade da utilização de obras que têm aspectos centrais incomuns e são, ao mesmo tempo, fundamentais para a historiografia brasileira, bem como para todos aqueles que têm interesse em conhecer mais a fundo a história do Brasil.

Dados a importância das obras dos autores para a historiografia brasileira e algumas divergências entre eles, acredita-se que uma tentativa de uma utilização conjunta faz-se necessária. Como ambos são responsáveis por um grande número de obras, nas quais são abordados diferentes temas e períodos da história brasileira, selecionaram-se para essa discussão, sobretudo, as seguintes obras: “A construção da ordem: a elite política imperial”, de José Murilo de Carvalho, e “A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824”, de Evaldo Cabral de Mello.

O objetivo aqui, longe de querer acabar que as dificuldades existentes para se utilizar essas duas vertentes historiográficas - se assim se podem chamá-las - é de apresentar algumas tensões entre os autores e fornecer, assim, algumas “pistas” de como

* Mestrando em Ciência Política - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

utilizá-los conjuntamente.

De um lado, a obra de Cabral de Mello se debruça sobre como o projeto de construção de um grande Império nos Trópicos se fez a partir da consolidação de uma elite localizada no Rio de Janeiro que se deu a partir da “inflexão imprevista” ocorrida ao processo de emancipação com a transmigração bragantina. Com isso, o modelo institucional do Estado Imperial e o formato no qual se deu a Independência foram comprometidos. Por outro, “A construção da Ordem” se interessa sobre um fato que possibilitou dirimir os conflitos intra- elite e, desta forma, favoreceu a consolidação da ordem política imperial, contrastando de maneira significativa com a América Hispânica.

Assim, pode-se mostrar como há uma diferença nas premissas de cada um dos autores que parece os tornar incompatíveis logo de saída: em Cabral de Mello, observa-se que a pergunta gira em torno de buscar como a formação do Estado Imperial esmagou outras formas nas quais grupos das elites regionais pensavam o formato da Independência; para José Murilo a questão é de mostrar qual o papel a formação – no sentido do seu treinamento – da elite política luso-brasileira e, depois, brasileira, influenciou para que o país, ao contrário dos seus vizinhos que formavam as colônias da Espanha, se mantivesse unido territorialmente.

A partir disto, pretende-se focar sobre duas principais tensões: 1) a diferença no papel dado pelos autores a transmigração bragantina e para a instalação da Corte nos Trópicos; 2) como a tensão entre os dois projetos historiográficos pode favorecer o entendimento do debate entre federal e centralização na primeira metade do século XIX. Neste ponto se fará também uma relação da noção de liberdade que tinham os grupos da elite que cada um dos autores estudou, e como ela estava associada ao debate entre federal e centralização.

A primeira tensão merece desde já um alerta: trata-se de um tema no qual os dois autores diferem em muitos pontos. Ou seja, para a utilização destes dois autores deve-se ter em conta tal incompatibilidade.

Para o historiador pernambucano, o período juanino significou o fim das possibilidades de um modelo de independência alternativo para as províncias do Norte¹,

¹ Como mostra Cabral de Mello em sua obra “O Norte agrário e o Império”, o termo Nordeste cunhou-se no século XX, sendo as capitânicas de Pernambuco, Bahia, Ceará, por exemplos, chamadas, até o fim dos oitocentos, de províncias do Norte.

modelo este que, segundo o autor, era o mais provável, tendo em vista o descompasso existente entre a política do Norte e do Sul. Segundo ele, caso a corte portuguesa tivesse seguido o mesmo destino da Coroa espanhola, a formação de juntas autônomas nas capitanias teria “se imposto naturalmente não só a Pernambuco como ao Brasil, à maneira do que acontecerá na América espanhola” (MELLO, 2004: 26).

O preço a ser pago para a manutenção da Corte não foi baixo. O Rio se apresenta, assim, como um elemento parasitário que promoveu ódio nas demais províncias devido à espoliação fiscal necessária para se manter uma corte onerosa nos Trópicos. O ressentimento pernambucano parecia maior ainda por causa dos constantes saques que se faziam a província, embalada à época pelo surto do preço do algodão, produto que no primeiro quartel dos oitocentos superou a tradicional cultura algodoeira. Como ressalta o autor, no ano de 1816, “pagas as despesas locais com a administração régia, transferiram-se para o Rio 360 mil contos, equivalentes a 32% da arrecadação” da capitania (MELLO, 2004: 30)². O pior é que pagar essa cota volumosa não se revertia em benesses para a capitania. Ademais, o parasitismo mostrava seus sustentáculos mesmo após o retorno de D.João VI: os investimentos em cerimonial da monarquia brasileira, à época da Independência, foram grandes. Com a criação da Ordem do Cruzeiro do Sul, se improvisava uma nobreza titular no Brasil e, através do Artigo 102, Item 11, o Imperador garantia para si a possibilidade de conceder títulos aos que prestassem trabalhos ao Estado. Além disso, pelo Artigo 142, Item VII, referente ao “poder moderador” constava como atividade do monarca a concessão de remunerações, honras e distinções. Em suma, surgia uma nobreza na qual a hereditariedade não ia além dos que possuíssem sangue real, e o título cabia somente ao seu proprietário (SCHWARCZ, 2008: 125-126)

Enquanto isso, na obra de José Murilo observa-se como o impacto da Corte em solo brasileiro não pode ser colocado como referencial principal para diferenciar os desencadeamentos em direção contrária entre a ex-colônia portuguesa e as ex-colônias espanholas no que se refere a fragmentação e permanência do antigo desses antigos territórios coloniais, porém poderia ter relação com o sistema de governo adotado³.

² O impacto é tão grande que se faz sentir até na bandeira da Confederação do Equador (1824), onde a um ramo de cana e um de algodão são os seus elementos constitutivos. Ver Frei do Amor Divino Caneca. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Ed. 34, 2005.

³ José Murilo salienta como houve tentativas de implantação da monarquia por dirigentes das elites políticas das ex-colônias espanholas, porém não houve candidatos ao cargo, como houve no caso

Ele dá um valor menor a transmigração e ao período de D.João VI em sua obra: para ele, a formação de um grande Império nos Trópicos antecedia estes fatos – conforme já o queria D.Rodrigo de Souza Coutinho -, e o principal fator para a formação política ter tomado tal forma é a socialização da elite que a tornava homogênea não só pela mesma ideologia de formação mas também pelos laços que se formavam na Universidade de Coimbra. Ainda que o autor não deixe de apontar para a importância da presença da Corte, ele a coloca como um fator que não alteraria o curso dos fatos, e salienta que “a independência viria com ou sem o rei e a monarquia” (CARVALHO, 2003: 15).

A ideia de Brasil estava na cabeça desses burocratas e dos políticos que lideraram a Independência. O traço de continuidade entre a colônia e o novo país era formado através desses burocratas provenientes da colônia que passavam pelo mesmo treinamento em Coimbra. Foi esse também um ponto relevante para diminuir os conflitos no interior da elite política. José Bonifácio, segundo ele, era o grande representante dessa elite: “educado em Coimbra em leis e ciências naturais, percorreu a Europa durante dez anos a serviço do governo português, ocupou altos postos na burocracia metropolitana, lutou em Portugal contra a invasão francesa e só voltou ao Brasil às vésperas da independência” (CARVALHO, 2005: 235-236).

Assim, pode-se observar o seguinte: para Cabral de Mello, a “interiorização da metrópole” alterou significativamente a relação entre as partes que compunham a colônia, fazendo com que províncias como Pernambuco pagassem pela instalação da Corte que, em contrapartida, não lhes repassava nada. A elite que se formara em torno do Rei – isto é, a elite fluminense - não queria, mesmo após o retorno de D.João, perder a sua posição hegemônica no processo de construção Imperial. Enquanto que, para José Murilo de Carvalho, a mudança não foi de grande monta para os desdobramentos futuros, pois, segundo ele, o traço de continuidade e a ideia de formação de um grande Império nos Trópicos já existia antes mesmo da vinda da corte, e era dado pelo treinamento em Coimbra e inserção posterior na burocracia imperial. Além disso, para ele, nem mesmo a experiência joanina foi capaz de efetivar uma centralização completa entre as partes constituintes do território. Exemplo disso seria a continuidade de, mesmo após 1808, Pará e Maranhão continuarem a tratar diretamente com Lisboa.

brasileiro, isto é, D.Pedro I. Ver *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 14.

Ao procurar articularem as ideias desses dois autores conjuntamente, deve-se atentar para essa diferença entre eles. Esse é um ponto no qual se tem que tomar um cuidado grande, mas que, acredita-se, não é um obstáculo intransponível. Trata-se de uma parte da obra dos dois autores na qual eles interpretam um mesmo período histórico e a mesma parcela da elite coeva – isto é, a elite fluminense e sua posição na construção do Império. Dado a forma diferente na qual os dois interpretam o papel da transmigração e do período joanino, nota-se que isso interfere na forma pela qual eles compreendem a solução monárquica tomada pela elite fluminense e qual a ligação desta elite com o período citado anteriormente.

O outro ponto a ser tratado aqui, apesar de apresentar também, em certos aspectos, incompatibilidades entre os autores, revela-se como um campo no qual se pode tentar uma análise conjugada entre eles, caso o objetivo que se tenha em vista seja o panorama mais abrangente dos principais aspectos da relação entre unitário, centralização, de um lado, e federal, do outro. Ademais, os conceitos de liberdade que foram forjados no Brasil oitocentista estão ligados a este debate.

Cabral de Mello se debruça sobre a elite pernambucana e suas clivagens no interior da capitania – unitário e federal-, enquanto José Murilo se apega a elite de burocratas que associavam as ideias federais a desastrosa experiência da América espanhola (CARVALHO, 2005: 165), ou seja, priorizam extratos diferentes da elite para suas análises⁴. Trata-se da questão federal e da centralização no Brasil Império. José Murilo de Carvalho tem um artigo no qual trata diretamente do tema, e foi publicado em seus “Pontos e Bordados: escritos de história e política”. Pelo lado de Cabral de Mello, o livro principal sobre o qual recai o estudo deste artigo é o que trata de maneira apropriada a ideia federal na capitania de Pernambuco, em uma época onde, segundo o autor, o tema era uma “sensibilidade eminentemente pernambucana”.

Assim, que se quer mostrar é a necessidade dos dois autores para o tema no Brasil oitocentista. Caso a escolha, como marco principal de um trabalho que pretenda abordar o tema, restrinja-se a um deles, não será possível uma análise mais acurada da elite política formada em Coimbra e seu papel na construção do conceito de

⁴ A dessemelhança no tipo de elite política que é priorizada para o estudo desses autores perpassa todas as suas obras. Porém, Cabral de Mello, ainda que trate da elite pernambucana e suas tensões como seu foco principal, não o faz sem mostrar a relação entre esta elite com, primeiro Portugal, e depois com o Rio. Assim, existem pontos que se tocam e não podem ser colocadas senão como perspectivas conflitivas, como por exemplo, a primeira tensão apresentada nesse artigo.

centralização no Império, de um lado, e da elite regional do Norte, suas clivagens e sua relação com a elite do Rio. Em outras palavras, caso um autor seja tomado isoladamente, os dois principais projetos de emancipação política do Brasil não poderão ser abordados de maneira mais aprofundada. Ademais, para a compreensão do tema da liberdade no Brasil oitocentista, necessita-se também da articulação das duas obras, pois não se pode compreender a noção de liberdade no Brasil oitocentista sem que se conheça a noção de autores que a vincularam com o projeto do Brasil mais descentralizado, como Frei Caneca e Diogo Feijó, e, de outro lado, a visão mais conservadora de liberdade, formada, sobretudo, pelo Visconde do Uruguai, onde o Estado central forte aparece, num primeiro momento, como o sustentáculo da liberdade nas localidades.

O texto de José Murilo de Carvalho “Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento” (CARVALHO, 2005: 155-187) aborda o debate de maneira sistemática, porém não enfatiza a questão do federalismo pernambucano. Ele dedica-se a ela em um parágrafo, e não nota como Pernambucano significou o principal foco do debate federal entre os anos de 1817 a 1824. Todavia, esse ponto não diminui a importância do texto do autor. Tanto para o estudo do tema como para o conhecimento de participantes da elite formada em Coimbra e que tiveram atuações em diferentes momentos do percurso da “construção da ordem”. Por exemplo, ele evidencia a diferença entre José Bonifácio, segundo o autor, um conservador puro, pois colocava o valor da ordem e da unidade em primeiro plano, ainda que com prejuízo da liberdade, do Visconde do Uruguai, político que começa a atuar na política Imperial em momento posterior a Bonifácio. O visconde, ainda que conservador, não colocaria a liberdade em segundo plano, e seria, para José Murilo, um liberal conservador. Neste sentido, o texto pode servir de grande aporte para se buscar uma contextualização história dos diferentes momentos e das diferentes questões pelas quais passava a elite política defensora do centralismo, isto é, dos que participavam da burocracia central. Assim, para o estudo dos discursos políticos e dos conceitos políticos do Brasil oitocentista, para o conhecimento mais amplo do vocabulário político da época, deve-se utilizá-los de maneira conjunta.

Pela própria trajetória de estudos do autor, o ponto mais forte do texto é a análise da parcela da elite que foi responsável pelos ideais de um Brasil centralizado.

Entretanto, para o estudo da corrente federal, como se verá abaixo, ele também mostra pontos cruciais de como o conceito foi articulado ao longo dos oitocentos.

Longe de esgotar o assunto, selecionou-se apenas três pontos referentes ao artigo de José Murilo: primeiro deve-se atentar para a relação que o autor define o conceito federal no Império: ele nota como, apesar de ter base na realidade colonial, o tema foi abordado por grupos distintos e de maneira distinta. Ele salienta como o conteúdo do conceito se altera e como isto está ligado com a relação dele com outros conceitos, como por exemplos, os de liberdade e do self-governement. Comparando-se com a tradição norte-americana, ele sugere que a discussão no Brasil Império foi tributária de Jefferson, isto é, enfatizou o self-governement, e não se ateuve ao pensamento de Hamilton, que insistia no fortalecimento do governo central. O segundo é a forma como ele articula a formação das noções de centralização e federalismo à distinção entre a elite formada em Coimbra e outros extratos da elite que não passaram por esse treinamento. Em outras palavras, como a primeira via no governo central, no Estado, a possibilidade de garantir os direitos civis e, assim, tornar os cidadãos livres de outra ameaça, os particulares, e a segunda, além de caráter localista, não via com bons olhos o Estado central, considerando-o o principal impasse para as iniciativas das localidades. Por último, cabe ressaltar um aspecto importante: como as revoltas regências impactaram a elite que foi responsável pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, e como isso serviu a ela de argumento para justificar o ato nas discussões na Câmara e no Senado (CARVALHO, 2005: 155-187). Como mostra o autor, os conservadores atrelavam as turbulências do período regencial à obra realizada pelo Código do Processo e do Ato Adicional, que representaram as manobras político-institucionais dos defensores de uma monarquia federal. Ou seja, essa foi uma arma importante para os debates em torno da Interpretação do Ato Adicional, situação onde, ao fim, os membros do Partido Conservador conseguem programar sua política⁵.

Cabral de Mello, diferente de José Murilo, dedica uma obra ao que ele chama de “federalismo pernambuno”. Assim, antes de qualquer coisa, deve-se fazer uma ressalva

⁵ Cabe aqui ressaltar que, assim como Cabral de Mello observa as clivagens no interior da elite pernambucana, a obra de José Murilo é responsável por um estudo pioneiro no qual o estudo da elite política formadora da burocracia central e das suas principais clivagens e modificações ao longo do século. Um bom exemplo é o estudo das principais diferenças entre os dois partidos que, a partir de meados de trinta, alternaram-se quase sem concorrentes na condução da política imperial. Ele traça uma diferença entre os dois programas, e salienta como esta está diretamente relacionada com a questão da centralização e descentralização.

a crítica feita a José Murilo mais acima. Não se pode negar que o tema federal em Pernambuco, dada sua relevância, merecia um tratamento mais incisivo do autor. Entretanto, trata-se, no caso, de um artigo, e não de uma obra inteira sobre o assunto.

Ao iniciar o estudo sobre o “federalismo pernambucano”, o autor ressalta que, à época da independência não havia uma ideia precisa acerca do conceito de federação. Utilizava-se o conceito como o sinônimo de confederação. Todavia, uma distinção se faz necessária: enquanto o termo se referia a união de unidades políticas autônomas em unidades políticas maiores em caso, principalmente, guerra, este é o caso das Províncias Unidas dos Países Baixos do século XVI, no Brasil ele recebeu uma “significação etimologicamente bastarda”, ou seja, a de “transformação de um Estado unitário preexistente em Estado federal” (MELLO, 2004: 15).

No entanto, deve-se ressaltar que a capitania tornou-se o principal centro da questão federal atrela-se ao fato de ter tido a experiência anterior de autogoverno. A tradição colonial pernambucana, a partir do caso da guerra holandesa, forjou uma noção contratualista de sua vinculação com a antiga metrópole. Isso, ainda que transformado ao longo dos séculos, reaparecia em dezessete como a “segunda restauração pernambucana”, diferenciando os pernambucanos dos demais integrantes do Império – pois aqueles seriam vassalos políticos, enquanto estes vassalos naturais -, diferenciação que se ligava ao ato de suserania espontânea da capitania após expulsar os holandeses, sem ajuda da Coroa, e de se incorporar a ela novamente⁶. O autor elucida que, ainda que exista uma relação do nativismo e a ocupação holandesa, coube, sobretudo, a segunda metade do setecentos a divulgação de “certa representação da restauração: ela teria sido obtida e lograda por gente da terra e significado um aspecto muito importante, uma espécie de matriz ideológica, para a construção de uma visão nativista e uma certa identidade conectada ao tempo dos flamengos” (SCHWARCZ, 2008: 133).

Assim, o foco principal de dezessete era a independência, mas isso não pode ser relacionado com o separatismo, pois “não havia a constituição prévia da nação brasileira” (MELLO, 2004: 44). Para se compreender o ciclo revolucionário pernambucano, segundo Cabral de Mello, o leitor deve estar atento a diferença entre a mata sul e a mata norte da capitania. Se o primeiro topos nativista havia sido cunhado

⁶ Cabral de Mello evidencia como as modificações no imaginário político acerca do nativismo não se dão através de formas deliberadas ou inconscientes, mas através da “dimensão constitutiva e reprodutiva das próprias relações sociais, isto é, pelo processo de como os grupos sociais se instituem como tais” (MELLO, 1997: 18)

pela açucarocracia, no século XIX, esta parcela da elite estava confinada a rotina agrária e havia se desqualificado na esteira da crise setecentista do açúcar. Quem, desta forma, teve papel central no ciclo revolucionário foram os mascates, agora nacionalizados, ao logo de três gerações, “pelo cargo publico, pela profissão militar, pelo ingresso no clero secular”

Os senhores de engenho da mata sul não puderam participar do surto algodoeiro que modificou a economia da capitania no início de oitocentos, pois as condições climáticas não lhes eram favoráveis. Os senhores da mata norte, ao contrario, converteram-se, em grande medida, ao algodão. O primeiro serviu de base de reação ao movimento federalista, e era vinculado em grande medida ao mercado português. O algodão tinha como principal comprador as praças inglesas (MELLO, 2001: 11-33).

O federalismo pernambucano, segundo o autor, desejava que, desfeita a união com Portugal, a soberania residisse nas províncias. Frei Caneca, ainda que raramente colocasse o vocábulo federal em seus textos, era tido na cota de ser um defensor do estado federal por pensar desta forma.⁷ O vocábulo federação sofria forte censura lingüística na corte a partir de outubro de 1822, e era atrelado aos infortúnios do processo de independência dos países de língua espanhola. Exemplo disso é o discurso de Silva Lisboa, numa sessão da Câmara dos deputados, em setembro de 1823:

O sistema federal também se estabeleceu nos Estados Unidos da América do Norte; e nestes últimos tempos têm praticado semelhantes confederações nas colônias da Espanha até a terra do fogo. (...) a fim de se obterem as pretensões de ambiciosos, que aspiravam a figurar cada um nas suas províncias e monopolizaram as respectivas honras do Estado. (In: COSER, 2008: 57)

O autor nota também como o modelo proposto por Diogo Antonio Feijó se assemelhava ao proposto pelo federalismo pernambucano. De fato, nas Cortes Constituintes de Lisboa, diante de uma plateia hostil, o deputado paulista – que, porém, não partilhava do processo socializador de Coimbra, pois era um padre secular – ressalta que a Constituição “obrigará somente aquela província cujos deputados nela concordarem pela pluralidade de seus votos” (FEIJÓ, 1999: 54). Ou seja, ela, para ter validade, deveria passar pelo crivo das províncias. As províncias deveriam ser consideradas como entes políticos livres pelo Congresso Soberano antes da formação da

⁷ Como mostra Cabral de Mello, são raras as vezes que se pode encontrar uma citação como esta no texto de Caneca: “o Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um estado federativo” (in: MELLO, 2004: 17).

Constituição.

Como se observa, cada um se concentra em um projeto político de maneira mais concentrada, ainda que não se possa fazê-lo sem se remeter a outra parte que estava participando desse momento histórico, a parte que não a principal é tratada pelos autores de maneira menos sistemática. Todavia, não há como compreender de maneira clara os projetos de independência de cada um dos grupos sem que se faça um estudo aprofundado das tensões que formaram o período da Independência.

E como se pode observar, a obra de José Murilo pode servir para explicar alguns pontos expostos por Cabral de Mello. Por exemplo, como se pode ver, Diogo Antônio Feijó e Frei Caneca, dois autores centrais para a formulação do conceito federal na época, eram padres, não passaram pela socialização de Coimbra, onde, além de se criar laços se formavam ideologicamente longe das principais “obras perigosas”, isto é, a partir do iluminismo italiano, que era marcadamente conservador. Segundo José Murilo, as instituições eclesiásticas tiveram, no Brasil, um papel maior na difusão de obras de autores como Mably e Rousseau. A política sistemática de não instalação de universidades em territórios coloniais de Portugal repercutiu numa menor difusão das ideias consideradas de risco, diferente do que ocorreu na América Hispânica.

Seguindo, propõe-se uma utilização dos dois autores para a compreensão da liberdade no Brasil dos oitocentos. De um lado, irá se articular a noção de liberdade com a noção de liberdade elaborada na época da Independência. Para isso, o autor oitocentista mais indicado para expressar esses sentimentos é o Frei Caneca. Porém, como foi dito mais acima, pode-se fazer uma boa relação do seu pensamento com o de outro padre secular, Diogo Antônio Feijó. Assim, nota-se como a ideia liberal no Brasil estava associada ao que ocorria na América espanhola, pois ambas se inspiravam no constitucionalismo espanhol, as Cortes de Cadiz (1810). No interior deste constitucionalismo é que pode-se apontar para a articulação da ideia de liberdade com o questão federal. Assim que Diogo Antonio Feijó, nas constituintes de Lisboa, colocava como medida chave para a formação de um estado justo a condição de as partes, por convenção, se associem:

Nenhuma associação é justa, quando não tem por base a livre convenção dos associados: nenhuma sociedade é verdadeira, quando não tem por fim as vantagens dos indivíduos que a compõem. Um homem não pode, não deve

impor leis a outro homem: um povo não tem direito algum a obrigar outro povo a sujeitar-se às suas instituições sociais. (FEIJÓ, 1999: 51)

Feijó não coadunava com a ideia de que Portugal e Brasil já formavam uma nação preexistente, vindo na tentativa de jurar-se uma Constituição sem que esta passasse pelo crivo das províncias uma ameaça para a formação de uma nação que se pautasse pela imposição, que peque logo na sua origem. Se Portugal aparecia, neste momento como o empecilho para isso, o papel do Rio, anos mais tarde, não será muito diferente. Neste ponto é possível uma correlação exata com o ideal de Caneca e dos autonomistas pernambucanos: não haveria liberdade se não houvesse um a possibilidade de todos os entes pactantes sejam tratados como iguais e possam decidir se vão querer pertencer ao Estado que então se formava. Isso explica a sua fala de que o Brasil “independente mas não estava constituído”, e expressa-se na passagem de Natividade Saldanha, em 1824:

Antes ser livre e não ser independente, do que ser independente e não ser livre. E que vantagem tiraríamos nós de tal independência! Não estarmos sujeitos ao Rei D.Joao VI e aos caprichos de Suberra, conde, hoje marquês, de Pamela, Salter de Mendonça e Gomes de Oliveira. Que ridícula vantagem! E não ficávamos sujeitos aos caprichos de Maciel da Costa (...) Antes viver na escravidão de Portugal do que na do Brasil, para que se não diga que os brasileiros foram tão estúpidos que tendo forças para separar-se da metrópole e tendo ocasião de adotar um governo livre e acomodado às suas circunstâncias, adotaram um governo infame e vil como são todos os governos absolutos. (In: MELLO, 2004: 19-20)

A obra de Cabral de Mello permite, desta forma, expressar a relação entre o conceito de liberdade no início do Império e o conceito federal coevo, isto é, do federalismo tal como o brasileiro, que visava a desconstrução, pois o que se buscava era “a transformação de um Estado unitário preexistente em Estado federal” (MELLO, 2004: 15).

A obra de José Murilo de Carvalho permite uma abordagem de um conceito de liberdade forjado por outra parte da elite política e numa parte posterior da consolidação da ordem política Imperial. O principal pensamento selecionado é o de Visconde do Uruguai. Se nos primórdios da formação brasileira o representante típico do político formado em Coimbra, José Bonifácio, não colocava a liberdade como um bem supremo, acima da ordem e da manutenção territorial, para Paulino de Souza a liberdade era um valor central. Seu conceito foi formulado a partir dos debates sobre a necessidade, para

os conservadores, de se recentralizar o Império, pois a descentralização promovida na regência seria a causa principal dos abalos sociais e políticos por que passava o país.

Destarte, para Visconde do Uruguai, a ameaça a liberdade não viria somente do Estado, os particulares também podem oferecer perigos, e o período regencial ensinara essa lição. Estaria no aumento de poder que tivera as províncias a chave para a formação das facções. Estas, além de ameaçarem a liberdade dos cidadãos, ameaçavam a unidade do Império. Caso uma facção assumisse o poder num pontentado local, seu objetivo seria o de aniquilar a facção contrária (CARVALHO, 2005: 155-187).

Para se instaurar um formato institucional no país necessitava-se de olhar para a realidade brasileira, e esta não se adequava, ainda, a um formato onde houvesse a combinação de descentralização com liberdade política. Este era o fim último a ser buscado, mas isso somente seria possível gradualmente. Primeiro passo seria a centralização sem liberdade, seguido de centralização com liberdade, até que se estaria apto para o self-governement. O Estado deveria servir de “pedagogo da liberdade”, isto é, seria através dele que se poderia educar o povo para o autogoverno (CARVALHO, 2005: 155-187).

Em suma, tanto para o debate entre centralização e federal, como para as noções de liberdade que fundaram o país, as obras de Cabral de Mello e de José Murilo de Carvalho são indispensáveis. Porém, como tentou-se explicitar, deve-se tomar algumas cautelas para o uso dos dois autores.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. In: Visconde de **Uruguai**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1999.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai**: centralização e federalismo no Império (1823-1866). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

FEIJÓ, Diogo Antônio (org.). **Jorge Caldeira**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. **A outra independência**: o federalismo pernambucano (1817-1824). São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. In: **Frei do Amor Divino Caneca**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

_____. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: TopBooks, 1997.

APROPRIAÇÕES DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO E PERSPECTIVAS SOBRE A ABERTURA POLÍTICA NO DISCURSO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) EM OCASIÃO DO PEDIDO DE REINTERPRETAÇÃO DA LEI DE ANISTIA (LEI Nº 6.683/79)

Juliana Ventura de Souza Fernandes*

Preocupa-nos, nessa comunicação, problematizar algumas perspectivas apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na redação da Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153 acerca do período de ditadura civil-militar (1964-1985) e abertura política no Brasil. Foi por meio desse documento que, em 2008, a OAB conduziu ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitação de mérito ao pedido de interpretação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) conforme princípios da Constituição de 1988. Avaliada pela Corte do Supremo, a solicitação foi julgada improcedente, em 2010, sustentando-se a interpretação usual da lei, que inclui os agentes públicos, que comandaram ações contra opositores políticos ao regime militar, como beneficiários. Tendo-se em vista algumas considerações a respeito do documento, procura-se forjar hipóteses sobre as dificuldades para a ampliação do debate sobre a Lei de Anistia no Brasil.

O argumento da OAB firma-se sobre a perspectiva de que esse dispositivo legal haveria sido “redigido intencionalmente de forma obscura”, estendendo o alcance da Lei nº. 6.683/79 aos agentes do Estado, o que violaria preceitos constitucionais fundamentais. Em linhas gerais, quatro são os eixos sobre os quais a OAB defende a incompatibilidade entre os princípios da Constituição e a Lei de Anistia. São mencionadas as afrontas ao fundamento de isonomia, aos princípios democráticos e republicanos e de não ocultamento da verdade e à dignidade da pessoa humana. Ressalte-se, por ora, o caráter de centralidade que a observância à Constituição adquire nas elaborações da OAB, evidenciada até mesmo pela natureza da ação jurídica em questão. Busquemos apresentar, desse modo, como os princípios constitucionais destacados vão se articulando nesse discurso a determinadas perspectivas sobre a ditadura e a abertura política.

No que se refere ao contexto de aprovação da lei, a OAB destaca aquilo designa designa a ilegitimidade do Congresso que a aprovou, como também, do Chefe de Estado

* Mestranda em História. Programa de Pós-Graduação em História (Linha História e Culturas Políticas), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

que a sancionou. O grifo do texto original exatamente sobre a afirmação de que o General fora guindado à posição por “companheiros de farda” – e não pelo “povo”, parece sugestivo da relação de oposição estabelecida entre os militares e o povo e da particular relação dos primeiros ao caráter obscuro da lei.

Ressalte-se, em primeiro lugar, que a citada lei foi votada pelo Congresso Nacional, na época em que os seus membros eram eleitos sob o *placet* dos comandantes militares. Sua carência de legitimidade democrática é acentuada quando se recorda que, por força da Emenda “*Constitucional*” nº 08, de 14 de abril de 1977, que ficou conhecida como “*Pacote de Abril*”, 1/3 dos Senadores passaram a ser escolhidos por via de eleição indireta (“*Senadores biônicos*”), tendo participado do processo legislativo do qual redundou a aprovação congressual, em 1979, da lei de referência. **Ela foi sancionada por um Chefe de Estado que era General do Exército e fora guindado a essa posição, não pelo povo, mas pelos seus companheiros de farda.** Em consequência, o mencionado diploma legal, para produzir o efeito de anistia de **agentes públicos que cometeram crimes contra o povo**, deveria ser legitimado, após a entrada em vigor da atual Constituição, pelo órgão legislativo oriundo de eleições livres, ou então diretamente pelo povo soberano, mediante referendo (Constituição Federal, art. 14). O que não ocorreu (Grifos do Original). (OAB, 2008: 23)

Aqui, também nos parece interessante ressaltar a demanda de legitimação da Lei de Anistia na vigência da atual Carta Constitucional. Se por um lado, essa demanda parece colocar em evidência um problema histórico de primeira ordem, qual seja a questão das apropriações que o presente realiza de seu passado e a maneira pela qual constrói memória, em contrapartida, pode conduzir a uma leitura histórica que se estabeleça sobre uma suposta oposição entre autoritarismo e democracia. No caso do Brasil, nos parece relevante situar como alguns marcos da abertura política estabelecem-se nas tensões inerentes a esses dois regimes.

A Lei nº 6.683, promulgada pelo último governo militar, inseriu-se nesse contexto de lóbrega ocultação da verdade. Ao conceder anistia a pessoas indeterminadas, ocultas sob a expressão indefinida “crimes conexos com crimes políticos” como acabamos de ver, ela impediu que as vítimas de torturas, praticadas nas masmorras policiais ou militares, ou os familiares de pessoas assassinadas por agentes das forças policiais e militares pudessem identificar os algozes, os quais, em regra, operavam nas prisões sob codinomes. Enfim, a lei assim interpretada impediu que o **povo brasileiro**, restabelecido em sua soberania (pelo menos nominal) com a Constituição de 1988 tomasse conhecimento da identidade dos responsáveis pelos horrores perpetrados, durante dois decênios, pelos que haviam empalmado o poder. Ora, **entre a Justiça e a Verdade não há separação concebível** (Grifos do Original). (OAB, 2008: 21)

A elaboração de Cartas Constitucionais ou Declarações de Direitos estiveram em diversas circunstâncias históricas relacionadas à instauração de novas ordens políticas e sociais, constituindo-se, de maneira bastante genérica, em atos fundacionais. Não seriam poucos os exemplos, particularmente se considerarmos a história daqueles países nos quais esses documentos assumem relativa estabilidade, a saber, os Estados Unidos da Constituição de 1787 e da Carta de Direitos ou a França da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

No entanto, mais comumente, essas proposições parecem não revelar rupturas radicais com algumas práticas políticas presentes naqueles regimes sobre os quais buscam se contrapor. Apesar das dimensões que provavelmente inauguram, esses episódios críticos nos quais esses documentos se consolidam estabelecem-se nos conflitos inerentes à temporalidade histórica, naquilo que desponta como ruptura, mas inserido em um debate com os elementos de uma tradição constituída.

No que concerne ao Brasil, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e, posteriormente, a elaboração da Constituição promulgada em 1988 são usualmente considerados marcos políticos fundamentais da redemocratização do país após mais de duas décadas de ditadura. Se a Carta Constitucional brasileira é geralmente destacada por seus avanços em termos dos direitos civis e sociais e das garantias democráticas previstas, da mesma maneira, no cerne da convocação da Assembléia Constituinte da qual é originária esteve presente um importante elemento que a aproximava do recente passado autoritário.

A Emenda Constitucional nº 26 - aprovada em 27 de novembro de 1985, quando a Câmara dos Deputados tinha à frente Ulisses Guimarães, além de convocar a Assembléia Nacional Constituinte, tão somente ratifica as disposições da Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6683/79), mantendo as ambigüidades presentes quanto à extensão da lei. Aqui, faz-se notável a associação entre as negociações em torno da Constituinte e uma maneira particular de se conceber a anistia, expressa no documento. Essa associação sugere que uma determinada noção de anistia foi condição indispensável às negociações que asseguraram a instauração da Assembléia Nacional Constituinte e, em última instância, a retomada da democracia.

A análise de Leonardo Avritzer procura apresentar aspectos problemáticos das teorias que freqüentemente têm sido mobilizadas para a reflexão sobre as transições do

autoritarismo para a democracia. Uma análise preliminar permite perceber que, em geral, essas teorias colocam a democracia como um modelo político desejável que, circunstancialmente, pode ser atravessada por um período autoritário, que poderia ser localizado como um processo temporalmente recortado de ruptura. A crítica a essa perspectiva autoriza que se coloque em questão se práticas e valores democráticos são, de fato, essencialmente vigentes nas sociedades às quais uma observação superficial nos permite denominá-las democráticas. Como pensar a presença de uma ordem política autoritária mesmo após a suspensão do veto imposto pelos regimes ditatoriais?

De acordo com Avritzer (2009), ao se levar em conta que a base da política democrática não é constituída apenas pela coordenação automática da ação política, mas sim pela incorporação de todo um sistema político, pode-se supor que a transição de um modelo autoritário para um modelo democrático pode se constituir em processo bastante longo e complexo. Processo esse no qual instituições democráticas podem conviver com uma cultura política não democrática ou, ainda, com culturas políticas de naturezas diversas e não exclusivamente democráticas.

Deve-se, para o autor, destacar a importância de se conceber Estado e sociedade de maneira descontínua, considerando que formas coletivas e solidárias de ação social têm impacto potencial sobre a renovação de um sistema político. Entretanto, se pode ser considerável a atuação de inúmeros atores sociais para o favorecimento de fissuras em uma ordem política estabelecida, para o controle da ação do Estado ou mesmo para a instauração de novas práticas, deseja-se igualmente evidenciar que os problemas para a consolidação da democracia não se reduzem ao adequado funcionamento de instituições políticas ou à existência de garantias de direitos. Sugere-se que os impasses para o exercício democrático requeiram consideração à coexistência de práticas autoritárias disseminadas em variadas práticas sociais, não apenas restritas às instâncias de poder formal, mas, também, extensivas aos diversos segmentos da sociedade civil, avaliados a partir da compreensão de suas atitudes com relação aos atributos democráticos.

Ao procurar destacar as estratégias de ocultamento da verdade no contexto de aprovação da Lei de Anistia, a OAB retoma, por exemplo, o problema fundamental que está no cerne dos processos movidos por familiares ou ex-presos políticos – as dificuldades de acesso aos arquivos. Isto porque, em geral, nas análises das comissões que visam algum tipo de indenização ou responsabilização do Estado o ônus da prova

recai sobre aquele que move a ação, o que em inúmeras circunstâncias pode criar impasses intransponíveis. Essa argumentação da OAB é também indicativa dos variados conflitos pós-abertura política concernentes ao problema das relações entre o autoritarismo próprio à ditadura e um presente que se pretende democrático. No entanto, ao aproximar de maneira radical verdade e justiça o OAB talvez deixe de fora um elemento que nos parece essencial ao problema do debate sobre a lei.

A mobilização retórica da idéia de verdade pode levar a perspectiva de um discurso unívoco sobre a ditadura. Claramente, não temos nenhuma pretensão de cair em relativismos perigosos que matizem a violência das práticas de tortura e repressão política. No entanto, a aproximação de verdade e justiça pode conduzir à elevação do discurso da vítima como um discurso da verdade, associando-o a um dever de memória. O discurso da reinterpretação procura, usualmente, ressaltar a necessidade de espaços de fala às vítimas do regime. Embora consideremos os importantes entraves à discussão sobre a ditadura, as prisões políticas e a anistia, a demanda subjacente à reinterpretação nos conduz a, pelo menos, dois problemas. Primeiro, podemos problematizar a própria definição do que seja uma vítima do regime, em geral relacionada aqueles que sofreram agressões diretas. Isso nos leva ao segundo problema: a questão de que o debate sobre ditadura e anistia não se coloca exclusivamente no plano das vítimas diretas em oposição aos agressores.

Nesse sentido, podemos colocar em pauta a oposição estabelecida entre a sociedade civil e os militares. A esse respeito, Daniel Aarão Reis aponta aquilo que considera os silêncios fundamentais sobre os quais a anistia brasileira se sustentou, a saber, “o silêncio sobre a tortura e os torturadores”, “o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura” e “o silêncio sobre as propostas revolucionárias da esquerda derrotada entre 1966 e 1973” (AARÃO REIS, 2010: 172-3). É necessário ponderar, igualmente, que o historiador compreende a anistia como um “pacto de sociedade”, que, baseado numa experiência de consenso, não significa invariavelmente unanimidade em torno de sua aprovação¹. Em relação à tortura e aos torturadores, identificam-se vozes

¹ Para Aarão Reis, nunca há unanimidade, por mais que algum consenso reunindo amplos segmentos sociais se forme em determinados momentos. Em relação à anistia, os diversos grupos não estiveram de acordo com a lei aprovada, destacando-se particularmente os que desejavam anistia ampla, geral e irrestrita, desmonte da polícia política e julgamento de torturadores. “A idéia de consenso significa formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferentes e de acordo com as circunstâncias, podem

comprometidas com sua denúncia já durante o regime ditatorial. Entretanto, a aprovação da anistia não foi capaz de forjar uma “narrativa clara e consensual, social e politicamente aceitável” sobre a tortura. Consolidou-se, em seu lugar, de acordo com o historiador, uma proposta de desvencilhamento do passado, chegando-se ao limite da negação.

Acerca do apoio de setores da sociedade à ditadura ou de sua base social de sustentação, Denise Rollemberg, ao analisar a esquerda e a luta armada, destacou a construção de uma memória segundo a qual, havendo consenso na resistência à ditadura, uma ampla base social daria suporte ao movimento em prol de sua derrubada. O fim do regime militar “seria resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia, dado o repúdio da sociedade aos valores autoritários” (ROLLEMBERG, 2007a: 47). Dessa forma, a historiadora apontou a dificuldade das esquerdas em reconhecerem as relações de identidade de segmentos da sociedade com o projeto político vitorioso em 1964. Sobre esse aspecto, são ilustrativos os altos índices de popularidade do General Médici, as mobilizações das “Marchas pela família com Deus pela liberdade” e a expressiva votação obtida pela Arena, inclusive nas eleições de 1978. É por terem por base essas considerações que alguns historiadores têm considerado mais apropriado o uso da terminologia ditadura civil-militar².

A construção da memória indicada por Denise Rollemberg enfatiza ainda o caráter de resistência, matizando os expressivos movimentos que possibilitaram à ditadura manter-se no poder por 21 anos. Essa não é, evidentemente, uma prerrogativa da pesquisa historiográfica. Seus reflexos aparecem presentes em outras importantes discussões políticas. Desse modo, se é correta a consideração de que a derrubada do regime democrático em 1964 mobilizou a oposição de setores civis, também se demonstra historicamente sustentável que tenha havido recepção favorável da ditadura por segmentos sociais não exclusivamente pertencentes às classes dominantes.

Com relação às propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973, primeiramente, é necessário destacar que a revolução – e não exatamente a

evoluir em direções distintas, mas concorrerem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo” (AARÃO-REIS, 2010:182). De acordo com o historiador, a repressão ou a ação da polícia política podem induzir ao consenso ou fortalecê-lo, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para sua formação.

² Ver a esse respeito ROLLEMBERG (1999 e 2007b), RIDENTI (1996) e AARÃO-REIS (2004), entre outros.

democracia, entendida como liberal e burguesa, constituía o objetivo de muitos dos grupos organizados³. É importante considerar também que alguns desses grupos somente com a derrota da luta armada e já no contexto pós-anistia, aderiram à resistência democrática, transformando-se em suas alas mais extremas.

No discurso da OAB a reiterada utilização da palavra *povo* pode sugerir a atribuição de um tratamento homogêneo à sociedade civil. Parece-nos implícita uma leitura que, ao contrapor a sociedade civil aos militares, conduz a OAB à adoção de uma perspectiva de incorporação de discursos supostamente consensuais contra a ditadura, dificultando a consideração aos diversos apoios que teve o regime para permanecer no poder. Além disso, no limite, pode acabar por desconsiderar os militares como membros (e produto, em algum sentido) dessa mesma sociedade. Ambas as vertentes podem dificultar discussões acerca da reinterpretação da anistia, uma vez que matizam ponto essencial ao debate – a ausência de consenso na luta contra a ditadura e a participação de setores mais amplos da sociedade no regime militar.

Assim, podemos nos deter em um último ponto da argumentação da OAB. No que se refere ao supostos acordos para transição, a entidade apresenta os seguintes questionamentos.

O derradeiro argumento dos que justificam, a todo custo, a encoberta inclusão na Lei nº 6.683 dos crimes cometidos por funcionários do Estado contra presos políticos é o de que houve, no caso, um acordo para permitir a transição do regime militar ao Estado de Direito.

A primeira indagação que não pode deixar de ser feita a esse respeito, é bem esta: **Quem foram as partes nesse legado acordo?**

Uma resposta imediata pode ser dada a essa pergunta. As vítimas sobreviventes ou os familiares dos mortos não participaram do acordo. A maior parte deles, aliás, nunca soube a identidade dos assassinos e torturadores, e bom número dos familiares dos mortos ignora onde estão os seus cadáveres.

O acordo foi, então, negociado por quem? Os parlamentares? Mas eles não tinham, como nunca tiveram, procuração das vítimas para tanto, nem consultaram o povo brasileiro para saber se aprovava ou não o acordo negociado, que dizia respeito à abertura do regime militar, em troca da impunidade dos funcionários do Estado que atuaram na repressão política.

E a outra parte, quem seria? Os militares aboletados no comando do País? Ora, até hoje a corporação militar não confirma o acordo pela excelente razão de que ela nunca admitiu o cometimento de crimes pelos agentes da repressão.

A contundente resposta da OAB de que as vítimas não participaram do acordo e que os parlamentares não poderiam representá-las, nos leva a pontuar, a despeito dessa

³ Uma discussão bastante consistente a esse respeito pode ser encontrada em ROLLEMBERG (2007a).

registrada ausência, as relações do Movimento Democrático Brasileiro com a aprovação da Lei de Anistia. O MDB, cuja oposição legal estava controlada por mecanismos do Estado, elaborou um projeto de transição parlamentar rumo ao restabelecimento da ordem democrática. Nesse aspecto, revela-se significativa a redação do documento “Constituinte com Anistia”, produzido pelo partido em 1978. Nele, o sentido de anistia é aproximado ao de “reconciliação”, “esquecimento” e “pacificação da família brasileira”, devendo ser concedida em favor de todos os civis e militares atingidos por atos de exceção. O documento propunha, nesse sentido, anistia recíproca e instauração de uma constituinte como projeto político de abertura.

O próprio Movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, criado em 1975, a partir do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) também apresentava suas nuances em face de sua principal reivindicação. Se Heloísa Grecco considera tamanha a relevância desse movimento, atribuindo-lhe caráter político instituinte (GRECCO, 2009), precisamos igualmente ponderar que, apesar de sua grande expressividade política, o problema da reciprocidade da lei não gerou sempre posições consensuais. Para exemplificar, lembramos da entrevista oferecida por Terezinha Zerbine, notória fundadora do movimento, em 2002 à revista *Caros Amigos*, na qual declara que os brasileiros deveriam naquele momento preocuparem com o avanço da política neo-liberal do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o problema da reciprocidade da lei era um mal que não poderia ser resolvido, embora não concordasse com seu caráter.

Por meio desses breves apontamentos procuramos sugerir a complexidade das discussões sobre a anistia, tendo como foco privilegiado as relações entre sociedade e ditadura. No discurso da OAB, a ruptura radical entre esses pólos parece ilustrativa das questões que parecem estar no cerne das dificuldades para o debate. A OAB ao dar centralidade ao respeito à Constituição acaba também por destacar o paradoxo existente entre os avanços democráticos e republicanos previstos pela Carta e o contexto de convocação da Assembléia Nacional Constituinte que a originou, circunstância essa na qual a anistia recíproca parece ter sido tratada como condição necessária para esse fim.

Referências Bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, anistia, reconciliação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 23, nº. 45, 2010.
- _____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo & SÁ-MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois**. Bauru/SP: Edusc, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e participação no Brasil democrático. In: ____ (Org). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez Editora. 2009.
- AVRITZER, Leonardo. **Cultura política, atores, sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia**. <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes>, 2009.
- BRASIL. **Julgamento da ADPF**, 2010. Obtido por: <<http://www.tvjustica.jus.br>>.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GABNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Wladimir & TELES, Edson (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
- GABNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, esquecer, escrever**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.
- GRECCO, Heloisa. Memória vs. Esquecimento, Instituinte vs. Instituído: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. In: SILVA, Haike R. Kleber (Org). **A luta pela anistia**. São Paulo: UNESP, Arquivo Público do Estado de SP e Imprensa Oficial, 2009.
- KOSSELECK, Reinhard. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.
- LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MDB. **Constituinte com Anistia**. Compromissos Políticos, Sociais e Políticos do MDB. Brasília: Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, 1978.

- MENESES, Ulpiano. Cultura Política e Lugares de Memória. In: KNAUSS, Paulo ET ali (Orgs). **Culturas Políticas, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- OAB. **Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental**. ADPF 153, 2008.
- POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, nº. 3, 1989.
- PRADO, Larissa Brisola Brito. **Estado democrático e políticas de reparação no Brasil**: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar. 209 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2004.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007ª.
- ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Orgs). **As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007b.
- ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**. Entre Raízes e Radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SAFATLE, Wladimir & TELES, Edson (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
- SANTA ROSA, Maynard Marques. Entrevista. **Folha de São Paulo**, 17 de maio de 2010. Caderno A18.
- SIKKING, Karthryn & WALLING, Carrie Booth. The impact of human rights trials in latin America. **Journal of Peace Research**. Los Angeles: Sage Publications, v. 44, nº 44, 2007.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

TELES, Maria Amélia de Almeida. Enfrentar a Herança Maldita. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Fevereiro de 2010.

**RAIMUNDO ANTONIO DA ROCHA LIMA:
A PALAVRA-AÇÃO EM PUNHO DO GLADIADOR DO PENSAMENTO
NA CIDADE DE FORTALEZA
1874-1878**

Ariane Bastos Gonçalves de Araujo*

A vida de Raimundo Antonio da Rocha Lima não foi o que está escrito sobre ele, e nem o será nas escritas futuras. Acredito no que escrevo, por isso escrevo uma verdade sobre Rocha Lima. Como disse Certeau, “*A escrita da história traz de volta os mortos, reinscrevendo-os na vida a partir de sua transformação em matéria prima de uma narrativa*” (CERTEAU, 1982: 65-119). A narrativa compreende um ato de exteriorização de eventos sucessivos. O universo da narrativa está rigorosamente delimitado pela existência de uma personagem e uma ação. Narrar é expor um acontecimento num tempo e lugar, marcado por uma intriga e ações secundárias que dão movimento à ação principal, ação que significa o acontecimento e valoriza a personagem, podendo ser um sujeito, ou um objeto, ou até um sentimento ou ideia¹.

A narrativa possibilita o “retorno” do morto ao historiador, paradoxalmente o esconde entre o jogo das estratégias discursivas. O processo de interpretação exige intérpretes que:

[...] são veículos de lógicas sociais e de estratégias individuais [...] exprimem-se através de modelos discursivos e fazem-se eco das crenças e valores (e respectivos combates) próprios do seu tempo [...] apesar disso, a interpretação que produzem não se esgota necessariamente na interação das lógicas com as temporalidades e as dinâmicas interpretativas. (MAURÍCIO, 2005: 12)

A interpretação é um processo de revelar e esconder sentidos, de (re)criar sujeitos históricos. A escrita do historiador não é um inventário frio que relata os acontecimentos como objetos vazios de experiências e significados. A escrita é sempre escolha. Modos de elaboração, argumentação. Historiar um acontecimento é também organizar um discurso, uma narrativa, selecionando o que deve e o que não deve ser escrito. Essa narrativa é fundamentada numa estrutura explicativa, a qual significa o acontecimento e cria um efeito de verdade, uma representação do passado.

Rocha Lima existiu. Cearense, nasceu em Fortaleza, 1855, filho póstumo de

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História e Culturas (UECE) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ História da doença, do beijo, das sensibilidades, das estruturas etc.

Raimundo Antonio da Rocha Lima e de Maria Amália de Albuquerque (NOBRE, 1965: 11-17). Cresceu entre três senhoras viúvas: D. Antônia Felismina, a avó; D. Maria Amália, a mãe; e D. Francisca Xavier de Albuquerque, a tia e preceptora, professora e dona da casa na Rua da Misericórdia defronte ao Passeio Público onde todos moravam e funcionava uma escola para meninas, na qual Rocha Lima iniciou seus estudos (ABREU, 1968: 71).

Os estudos secundários foram feitos no Atheneu² e no Liceu, respectivamente, em 1865 e 1867. Em 1870 funda com João Lopes Ferreira Filho, Fausto Domingos da Silva e Manoel do Nascimento Castro e Silva a associação Fênix Estudantal sob o patrocínio de Luís de Gonzaga, e “em 1871 à custa de muitos esforços e auxiliada pela província, sua mãe pôde mandá-lo para Pernambuco. Separado dos seus, Rocha Lima continuou ali o mesmo sistema de vida” (ABREU, 1968: 72) de dedicar todo o seu tempo livre para leituras na biblioteca do Convento do Carmo, onde foi morar. Retornando à Fortaleza no mesmo ano, devido sua condição de saúde. Em 1872 inicia reuniões para leitura e debate de ideias e autores ora em sua casa, ora na de Pompeu Filho, denominadas de Academia Francesa passando à historiografia como um movimento lítero-filosófico ocorrido na cidade de Fortaleza entre os anos de 1873 e 1875, tendo como membros Raimundo Antonio da Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Pompeu Filho, João Lopes Ferreira Filho, Dr. Melo, Xilderico de Farias, Araripe Júnior, Varela, Felino Barroso e França Leite.

Inicia sua participação no editorial do jornal *Fraternidade*³, em 1873, depois de ser-lhe “garantida a mais ampla liberdade de idéias e movimentos” (ABREU, 1968: 76) e em 31 de maio de 1874 funda, juntamente com João Lopes Ferreira Filho, Joaquim Hermano de Castro e Silva e Joaquim Lino de Oliveira, a Escola Popular direcionada ao ensino gratuito de operários e desvalidos (CÂMARA, 1999). Em 2 de fevereiro de 1876, Rocha Lima chega ao Rio de Janeiro para assumir uma posição de lente no Colégio Aquino. Entretanto retorna à Fortaleza dois meses depois, devido à morte de sua tia D. Francisca Xavier de Albuquerque. Desde então, continuou seus afazeres de

² Em todas as citações neste projeto respeitamos a ortografia original e não recorremos ao uso do sic por considerarmos que pela imensa quantidade prejudicariam a leitura.

³ O jornal maçom *FRATERNIDADE* circulava as terças feiras na cidade de Fortaleza. O primeiro exemplar circulou em 04 de novembro de 1873 e o último em 27 de abril de 1875. Os exemplares microfilmados da Biblioteca Pública Menezes Pimentel do Ceará informam serem seus redatores: Thomas Pompeu Filho, Araripe Júnior, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico de Farias e João Brígido dos Santos; e colaboradores: Rocha Lima, Dr. Basson e o Pe. Senador Thomas Pompeu.

amanuense com horas extras a cumprir na Biblioteca Pública até 1878, quando faleceu vítima de beribéri em Maranguape. Seus restos mortais jazem no cemitério João Batista, em Fortaleza. Fim da Academia Francesa enquanto ideal.

A Academia Francesa não foi uma instituição formal com registros documentais de sua formação e funções a cumprir. Foi muito mais um símbolo a unir jovens letrados num ideal de transformar e construir um projeto de sociedade num período de fortes confrontos de ideais na cidade de Fortaleza, o que para história legitimou-se como a moderna geração de 1870, década marcada na historiografia principalmente pelos confrontos entre liberais e conservadores católicos (CORDEIRO, 1997), pela revoada de ideias novas que chegavam do velho continente europeu construindo um repertório de leituras, condicionando um tipo de intelectual (OLIVEIRA, 2002), pelas sociabilidades maçônicas (ABREU, 2009) e de oposição entre “*os velhos e os modernos*” (CORDEIRO, 1997) assim como a moda e os costumes considerados civilizados. Preocupações com salubridade e principalmente a segurança devido às grandes levas de retirantes que a partir da grande seca de 1877 chegavam à Fortaleza. Neste ambiente social e cultural evocamos o morto Raimundo Antonio da Rocha Lima, apontado como centro convergente das ações da Academia Francesa, para compreender a partir de sua escrita e outros vestígios de sua trajetória de vida, o ideal de construir a *Acrópole Ideal* e formar o cidadão a viver nesta cidade.

“Sendo a cidade, por excelência, o lugar do homem” (PESAVENTO, 1999: 9), a *Acrópole Ideal* seria o lugar desejado por Rocha Lima. Nem barro, nem pedra ou o areal, ou os anseios da modernidade que despertavam na cidade de Fortaleza em fins do século XIX, movimentavam sua “metaforização do social (...). Ou seja, as representações da cidade tendem a assumir uma forma metafórica de expressão, com apelo a palavras e coisas que, associadas ao conceito de cidade, lhe atribuem um outro sentido” (PESAVENTO, Id.). O sentido colocado por Rocha Lima (de)marcava um lugar de ações humanas solidárias em prol de realizar, “o febril sonho do éden perdido pela culpa de Adão” (ROCHA LIMA, 1968: 339), a construção da cidade ideal, um paraíso terreno no tempo presente para toda a sociedade. Concretizada por uma “legião de anjos revoltados (...) em um Estado que seja o templo da justiça, erguido em uma sociedade que seja a Jerusalém da ordem e da liberdade” (ROCHA LIMA, 1968: Id.). Sua cidade era social e política, nascida das relações sociais e da participação de seus

habitantes. Para tanto, era preciso fornecer “o instrumento” necessário para a formação do cidadão ideal: o conhecimento, produto da inteligência humana.

A palavra dorme quieta, pelo olhar ela desperta⁴. O historiador desperta mortos, transformando-os em matéria-prima de sua narrativa histórica. Rocha Lima existiu. Seu retorno é possível pela escrita da história que aqui é tomada como uma presença física do ausente, um campo narrativo que produz sentidos, entretanto é incapaz de apreender o sujeito em todas as suas manifestações. O passado chega ao olhar do historiador deformado, sua leitura é distorcida pela distância entre o que observa e o que é observado. Cabe ao historiador criar um lugar e um sentido que justifique o retorno do morto.

A operação historiográfica concretiza esse retorno ao possibilitar uma certa prática, um procedimento científico, um fazer histórico. Optamos por trazer Rocha Lima através da análise de sua escrita, de compreender os sentidos, os rastros deixados por ele em seus discursos, críticas e textos. Por compreendemos a escrita enquanto uma prática social, um produto cultural, portadora de uma poética cultural, ou seja, de marcas sócio-culturais: ideias, imagens, imaginários, costumes que circulam em determinada época histórica. A perspectiva do estudo da Cultura Escrita permite-nos uma aproximação e compreensão não apenas do que um escritor/autor quis dizer ou disse, como também compreender quais as condições sociais e culturais possibilitaram e influenciaram a sua escrita; as relações entre seus escritos e o meio social em que atuava. Permite-nos ainda representar práticas de leitura e escrita, modos de perceber e expressar o mundo num dado espaço e momento.

Nossa pesquisa intitulada “Raimundo Antonio da Rocha Lima: a palavra-ação em punho do Gladiador do Pensamento na cidade de Fortaleza 1874-1878” objetiva analisar os escritos de Rocha Lima para compreender seu pensamento e seu ideal de constituição da *Acrópole Ideal*. Eis o âmago do pensamento e das ações de Rocha Lima, a *Acrópole Ideal* sintetiza, a nosso ver, o seu ideal de civilização. Na qual, as sociedades humanas seriam movidas por sentimentos e ações solidárias em busca da felicidade e do bem comum. Ponto problematizador das leituras feitas por Rocha Lima, e de como essas leituras foram apropriadas e utilizadas em sua escrita.

Os conceitos de palavra-ação e gladiador do pensamento contemplam reflexões

⁴ Inspirado no poema *No Livro* de Maria da Graça Landell de Moura.

do próprio Rocha Lima em seus escritos. Trabalhamos o recorte temporal de 1874 a 1878 por ser o período de produção escrita de Rocha Lima, referentes a discursos, estudos e críticas à autores e livros publicados nos jornais: *Constituição*⁵, *Cearense*⁶ e *Fraternidade*⁷, sendo postumamente reunidos na obra *Crítica e Literatura*⁸. Uma vez que, esses escritos nos possibilitam mapear, analisar e compreender o pensamento e o ideal de Rocha Lima. Mesmo os textos classificados como de análise literária, são fundamentais porque serve de pano de fundo para Rocha Lima estar discutindo a sociedade e o indivíduo; o cidadão, o Estado e a política; a ciência, a moral, o conhecimento e o papel do pensador; enfim, todos os conceitos que fundamentam sua análise e os métodos possíveis para a construção da *Acrópole Ideal*.

Djacir Menezes percebeu esta característica de escrita em Rocha Lima: “a intuição filosófica predomina de tal maneira nas críticas de Rocha Lima que os autores criticados são muitas vezes pretextos para a explanação de suas idéias” (MENEZES, 1968: 51-52).

Acompanhemos seu discurso pronunciado perante o Gabinete Cearense de Leitura, na sessão solene do 2º aniversário, a 2 (dois) de dezembro de 1877 sobre as ações humanas de construir uma civilização:

(...) a [ação] que fazemos hoje, começou no dia da primeira interrogação desassomburada do pensamento ao problema do universo, e só terminará com o último lampejo do cérebro, com o último alento dos músculos, com o derradeiro clarão do sentimento. Na turma dos seus operários encontra-se o pensador com a síntese e o artífice com a ferramenta, o sábio com a experiência e o artista com a inspiração, o filósofo com o método e o escritor com o estilo, ao lado da mulher com o amor, e da criança com a inocência. E tôda essa legião de anjos revoltados contra a imperfeição de sua natureza, a invadir as escolas, as oficinas, os museus, as bibliotecas, os laboratórios, a refundir nesses crisóis o ouro de suas idéias e sentimentos, para com êle firmar o trono de sua divina majestade, em um Estado que seja o templo da justiça, erguido em uma

⁵ Jornal *Constituição* (1863-1889), órgão conservador adiantando, em oposição às ideias pregadas pelo jornal Pedro II, também conservador, oriundo do rompimento de Domingos Jaguaribe e Joaquim da Cunha Freire do jornal *Pedro II*. Cf. FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A Imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição**. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2006: 81.

⁶ Jornal *Cearense* (1846-1891), órgão liberal, fruto do jornal Vinte e Três de Julho, de 1840, órgão político fundado para comemorar a ascensão liberal à presidência cearense, com a posse do senador Alencar. A partir de 1846, com a cisão do partido Liberal cearense, passa a ser chamado de *Cearense*. Id. Ibid. p. 18-19.

⁷ O semanário *Fraternidade* circulava as terças feiras na cidade de Fortaleza. O primeiro exemplar circulou em 04 de novembro de 1873 e o último em 27 de abril de 1875. Trazia na abertura de sua página: "Fraternidade, Fortaleza, Ceará, Organ dedicado a causa da Humanidade, propriedade da Aug Loj Frat Cearense. ORLO AB CAHAO. Typografia Brasileira", Impresso por Francisco Perdigão.

⁸ Publicada no Maranhão em 1878.

sociedade que seja a Jerusalém da ordem e da liberdade: - eis a cidade do futuro, onde cada habitante terá no cérebro um foco de luz, no coração um lago de amor! Nessa acrópole ideal, a dominar todos os espíritos, sob a hegemonia da verdade e da justiça realizaremos, nós o febril sonho do éden perdido pela culpa de Adão, segundo a lenda bíblica, e que as religiões prometem além do túmulo, à custa de martírios sofridos neste mundo. (ROCHA LIMA, 1968: 338-339)

Dentre os anjos revoltados evocados em seu discurso, acreditamos que Rocha Lima considerava-se o filósofo com o método, responsável pela *palavra-ação*: o pensar reflexivo e o como fazer. Com uma linguagem argumentativa e poética, expôs em seus artigos os seus ideais de moral, ciência, política, sociedade, progresso, civilização, verdade e amor. Seus discursos giravam em torno do uso da inteligência como guia da conduta social do cidadão, da construção da acrópole ideal, baseada na liberdade, igualdade e fraternidade.

Os escritos de Rocha Lima são fragmentos de um texto maior, o seu ideal, que em conjunto formam um plano de ação. O fim é a felicidade humana neste mundo, compartilhada na *Acrópole Ideal*. Os meios são efetivados pela inteligência e pela vontade, marcadas por uma sociedade solidária e participativa. Observa-se que as palavras “inteligência e vontade” funcionam como pontos irradiadores que interligam as ideias defendidas por Rocha Lima, assim como pontos de conexão entre todos os seus escritos. As compreendemos enquanto “*palavra-ação*”, ou seja, expressão do pensamento-ação. Por exemplo: inteligência, enquanto palavra-ação, tem o papel de movimentar/modificar as práticas sociais, pois para Rocha Lima a inteligência possibilita a construção de uma moral baseada na razão e na experiência social, liberta da ignorância, do medo e da inércia.

Vós, Srs. do Gabinete, empreendeis destruir o obstáculo (...) da ignorância. Aniquilando-o, aniquilareis todos os males, pois a ignorância protege a inércia nos músculos, o vício na consciência, o crime na sociedade, como a treva protege as feras nas cavernas e os salteadores nas estradas. (...) Examinai, portanto, essas vantagens para poderdes concertar o vosso plano de ataque. Vêde-a: a ignorância possui o exército imenso dos ociosos: seus soldados alimentam-se de preconceitos, fardam-se de arrogância, vivem escondidos na trincheira da inércia para só saírem a batalhar no campo da rotina, tendo por armas a indiferença e por tática a intolerância. Ainda com tôdas essas superioridades vós podeis vencê-la. (ROCHA LIMA, 1968: 341-342)

Rocha Lima, um gladiador do pensamento, buscou através dos círculos que congregou em torno de si: Fênix Estudantal, Academia Francesa e Escola Popular os

meios de realizar seu plano de vida, que tem como início o ano de 1871. Capistrano de Abreu afirma que neste ano “ocorreu um fato, o mais importante” da vida de Rocha Lima, no retiro do Jacarecanga, onde ao chegar de Recife fora convalescer, diante da esfinge da morte constituiu o seu plano:

Sob os cajueirais hoje mirrados como uma caravana de múmias, naqueles areais brancos (...) antolhou-se o problema da vida em tôda a sua eloquência. A visão aterrorizou-o, mas êle não procurou fechar os olhos à esfinge nem afugentá-la com esconjuros e exorcismos: ao contrário olhou-a em face e jurou vencê-la. Data daqui o seu plano de vida, êste plano a que sempre foi fiel, mais fiel à medida que mais fortes se tornavam as tentações. Uma vez disse-me: quando fui para Jacarecanga tinha 16 anos, quando voltei tinha cinqüenta. (ABREU: 72-73)

A Academia Francesa é um ponto-chave para compreensão da atuação de Rocha Lima, a consideramos como símbolo e materialização do seu plano de vida. Consideramos que o ano de 1871 também marca o início da Academia Francesa, e o ano de 1878, o seu fim com a morte de Rocha Lima. Desta forma, tencionamos as balizas da historiografia e a história literária que consideram o período de atuação entre 1873 e 1875, coincidindo e justificando seu término com o fim da Questão Religiosa e da circulação do jornal maçom *Fraternidade*.

Capistrano de Abreu informa sobre “o fim de uma existência em comum do grupo”, mas não sobre o fim a Academia Francesa:

Era na casa de Rocha Lima que reuniam-se os membros do que chamávamos Academia Francesa. Quanta ilusão! Quanta fôrça, quanta mocidade! (...) Essa existência em comum durou até princípios de 1875. Então uns retiraram-se da província; outros entraram em carreiras e ocupações contraditórias com a essência da *Academia*, outros acharam que a comédia se prolongara por demais, e lançaram para longe a máscara a que deviam a introdução no santuário. O isolamento a que Rocha Lima desde esta época se condenou foi um sofrimento bem doloroso para a sua alma sonhadora e meiga. (ROCHA LIMA: 78-79)

Refletir sobre o lugar social do Rocha Lima, assim como, a sua formação e a convivência com os amigos dos círculos formados por ele permitem compreender a ação da Academia Francesa, o seu pensamento e o seu sentimento de *ataraxia devorante* que o tomou, citado por Capistrano de Abreu ao expor o momento de isolamento e sofrimento de Rocha Lima a partir de 1875:

O círculo da família em que era tão amado não lhe bastava. Os estudos a que se entregava com avidez cada dia maior não podiam satisfazê-lo, e preocupações positivas chamavam-no a uma realidade torpe, que feria todos os seus instintos.

Possuía-o, pois, um desengano gélido, uma ataraxia devorante que escondia estoicamente, mas que por mais de uma vez irrompe em suas cartas e confidências. Julgou que o estado cessaria com a mudança para o Rio de Janeiro. Eis como se exprime em uma carta: “creio em sua fé e redenção, nos seus milagres e profecias. Pretendia fazer para ti o jornal de minhas crenças psíquicas, porém vejo ser uma inutilidade: desde tua partida só analiso uma idéia, só palpito por um sentimento, só me alimento de uma esperança, só sonho com um ideal!” (ABREU, 1968:79-80)

Eis a frase que (de)marcou o início de nossa busca: “só sonho com um ideal!”. Compreender os escritos de Rocha Lima significa aproximarmos do seu mundo, de suas experiências de vida, da cidade de Fortaleza vista, percebida e imaginada (PESAVENTO, 2007) por ele. Sua escrita possibilita, problematiza e tensiona as “certezas” historiográficas de um Rocha Lima positivista, intelectual determinado e justificado pela sua época.

Entendendo a construção biográfica como um jogo de estratégias narrativas, uma *metabiografia* (MAURÍCIO, 2005), no lugar de fabricar uma coerência biográfica, buscamos compreender as experiências vividas por Rocha Lima, assim como seu pensamento, suas práticas sociais e seu ideal de construção da *Acrópole Ideal* através do estudo de seus escritos e nos demais vestígios. Nosso olhar indiciário busca desviar momentaneamente da explicação das grandes estruturas sociais e culturais, e lançar luzes nas razões práticas e simbólicas de um sujeito histórico articulado as diversas dinâmicas sociais. Ressaltando a visão de que podemos nos aproximar da realidade vivida por Rocha Lima, considerando que os sujeitos falam de um lugar social, coletivo e histórico, negociando o que pode e deve ser dito. Somente nesse lugar constituinte, o discurso/a leitura/a escrita vai ter um dado efeito de sentido e verdade.

Ainda não conseguimos reproduzir na escrita, o que se consegue na música: harmonizar diferentes notas musicais, sem perder suas características individuais. Reconhecer nossa fragilidade em reger as várias vozes do passado e do presente, e as teorias que as (re)significam é o primeiro passo ao diálogo franco e aberto. É aceitar o fato de que somos atingidos de modos diferentes pelas ideias e pensamentos, mas não devemos negar, silenciar o que nos contradiz, o que nos ameaça, enquanto "fazedores" de uma verdade histórica.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Berenice. **Intrépidos Romeiros do Progresso**: maçons cearenses no império. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.
- ABREU, João H. Capistrano de. Raimundo Antonio da Rocha Lima. In: ROCHA LIMA, R. A. da. **Crítica e Literatura**. 3ªed. Fortaleza: UFC, 1968.
- ARAUJO, Ariane Bastos G. de. **Itinerários Historiográficos**: análise da constituição de narrativas historiográficas sobre a Academia Francesa. Monografia. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2009.
- AZEVEDO, Sânzio. **A Academia Francesa do Ceará (1873-1875)**. Fortaleza: Casa José de Alencar/ Imprensa Universitária, 1971.
- CÂMARA, J. A. Saraiva. **Capistrano de Abreu**: uma tentativa biobibliográfica. 2ª ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, UFC, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará Provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.
- GONÇALVES, Adelaide. Muitos Tipos na Educação para os Pobres: imprensa e instrução no Ceará de fins do século XIX aos anos 1920. In: Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará**: história e educação n2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.
- MAURÍCIO, Carlos. **A Invenção de Oliveira Martins**: Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1970). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- MENEZES, Djacir. Rocha Lima e a ideologia cearense de 1870. In: ROCHA LIMA, R.A. da. **Crítica e Literatura**. 3 ed. Prefácio de Capistrano de Abreu. Introdução e notas de Djacir Menezes. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1968.
- NOBRE, Geraldo. Rocha Lima (desfazendo equívocos). **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: RIC, 1965.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo Letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro(orgs). **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53. Jun, 2007.

RAMOS, José Tinhorão. **A província e o Naturalismo**. Edição fac-similar de 1966. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2006.

ROCHA LIMA, R. A. da. **Crítica e Literatura**. Prefácio de Capistrano de Abreu. Introdução e notas de Djacir Menezes. 3ªed. Fortaleza: UFC, 1968.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

**O ÍNDIO PENSADO PELA HISTORIOGRAFIA CEARENSE DO SÉCULO XIX:
REFLEXO DA POLÍTICA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL**

Ticiane de Oliveira Antunes*

As luzes imprimindo o ideal de civilização para os estudos históricos

Desde a colonização o ideal de civilização é um forte argumento para controle das porções de terras e da mão de obra indígena, porém essa prática se intensificou no século XIX, principalmente a partir da sua segunda metade, quando a consolidação do Império. Esse ideal reforçava o discurso de políticos e intelectuais deste período, responsáveis pela concepção do Estado Nacional, cujo berço era o pensamento ilustrado. Nele preconizava-se a crença de que os índios haviam desaparecido por força da atitude civilizatória, encabeçada pelo elemento branco, ação esta que almejava assimilar os diversos grupos “inferiores”, numa perspectiva evolucionista, onde o elemento final seria o cidadão pertencente à massa homogênea da nação brasileira, superior, civilizada e branca. Essa adesão significava, nesse discurso, uma espécie de redenção para o elemento indígena, afinal sua situação era de degradação moral. Esse ideal foi elencado pelo império brasileiro e continuado pelo pensamento liberal pós-proclamação.

Tal situação ideológica também resvalou na jurisprudência do estado que impôs ao indígena a condição de bárbaro carente de tutela ou mesmo de errante, destituído de status na nova concepção de sociedade. Uma vez desta forma caracterizado suas possessões foram enquadradas como terras devolutas, suscetível a apropriação pelo mesmo estado. E não só isso, ainda sob a égide do almejado progresso e a falsa ilusão de igualdade maculada pelo humanitarismo, o “novo cidadão” passa a ser inserido no mercado de uma forma injusta, na tentativa de tornar os índios mais produtivos e úteis ao país recém formado.

No Ceará, como toda província que pretendia se enquadrar às diretrizes evolucionistas do Império coadunou-se um quadro de intelectuais que passaram a pensar o índio cearense como elemento formador da identidade local, que almejava-se cidadão brasileiro. Tanto que os primeiros estudos históricos com caráter científico

* Universidade Federal Fluminense. Doutoranda. Agência Financiadora: FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

foram iniciados pela tradição do Instituto Histórico com este intuito. Assim no Ceará, como em todas as províncias foi fomentada uma série de pesquisas sobre esses autóctones, porém obedecendo à uma tendência nacional.

O século XIX marcado por anseios e símbolos de civilização e na crença de que o chegar aos mais recônditos ambientes. Numa correria em busca do desenvolvimento, os Estados teriam que ajustar sua batida ao ritmo compassado da tecnologia, da disciplina, do refinamento, da beleza e da ordem. De tal feita que, aqueles que não se enquadravam nesse padrão, eram considerados atrasados e inferiores. A civilização era então paradigma, caminho sem volta, parecia que o mundo caminhava para seu ápice “um processo de mudanças que fazia de um modelo de civilização uma via quase obrigatória” (COSTA e SCHWARCZ, 2000: 123). Na idealização do jargão “século das luzes”, acreditava-se que era chegado o momento da abundância e da alegria, no qual imperou as certezas de classificar o mundo, as plantas, os animais, os cometas e a própria sociedade, na dicotomia, avanço e barbárie. Todas essas idéias invadiram a cartilha ideológica do Império, que teve na figura de D. Pedro II seu maior entusiasta. Mecenas, poliglota, e amante das letras e das ciências o rebuscado intelectual imperador passou a estimular ações e políticas que tinham como base ideológica aspectos iluministas e liberais, típicos do período. Para tanto era preciso acelerar o processo de desenvolvimento dos aborígenes brasileiros, e mascarar a escravidão com uma harmônica teoria de criação de um povo saudável, que via na presença do colonizador branco europeu a esperança de branqueamento e elevação espiritual. Na mistura das três raças, o branco e seu sangue superior, elevava o Brasil a uma categoria de nação civilizada. A história brasileira, dessa forma nasce sob a ótica das elites e para as elites, uma história de homens brancos, onde os negros e índios foram se diluindo na marcha progressista da assimilação.

Segundo Almeida (2006), nessa época, os estudos etnográficos/historiográficos foram definitivos na busca da encontrar a origem da humanidade, a idéia de raça e sua caracterização detectaram povos que se comportavam primitivamente, seres inferiores que deveriam ser estudados, ensinados na cartilha da civilização e assim emancipados. Mas no caso do Brasil essas raças ainda permaneciam, mesmo depois de séculos de limpeza e ação portuguesa. Então como resolver tal pendência e criar uma imagem positiva e de superioridade e eugenia frente às demais nações? Criando uma memória

coletiva sobre o passado heróico dos povos autóctones americanos. Era necessário mitificar o índio para evitar sua interpretação de raça inferior, camuflar as características rústicas desse elemento originário da nação brasileira. Para isso pesquisas foram empreendidas sobre o passado dos povos americanos, buscando enaltecê-los e torná-los símbolos nacionais: “estudavam-se, pois os índios do passado, enquanto para os estudos do presente pregava-se a assimilação” (Idem: 217). Assim foi criado o IHGB com o intuito de criar um passado altruísta do Brasil e buscar nossas sementes que, uma vez plantadas em terreno fértil da colonização brotava um povo forte e em crescimento vertiginoso no presente do Império para um futuro promissor de progresso e civilização.

Essa ideologia guiou os estudos de pesquisadores ligados ao instituto, onde predominou a perspectiva assimilacionista, baseada no dualismo puro versus mistura, bem com bárbaro e civilizado. Elencou-se o passado como lugar intocado, onde habitava o tipo de índio alencarino robusto, corajoso, obediente e fiel ao português. Esse não mais existia no presente, seu ideal é ser civilizado, tornou-se então um cidadão pertencente à nação brasileira, por isso “índio bom é índio morto” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2007: 64), congelado, puro e intocado. Aqueles que chegavam reivindicando direitos de posse de terras, apegados aos costumes gentílicos tradicionais eram considerados degenerados, aptos a serem incorporados, com brandura, como prescreveu José Bonifácio¹, ou com violência, em casos de hostilidade.

Dessa forma, grosso modo, o IHGB corroborou para o conhecimento estereotipado do índio necessário para veicular seu aproveitamento enquanto mão de obra útil ao Brasil Império. O legado deste instituto resvalou a intelectualidade republicana empolgada com o positivismo, dando continuidade a seu projeto assimilacionista, tradição esta que só vai ser dissipada com os avanços historiográficos da segunda metade do século XX.

Esse amálgama cognitivo vai influenciar os estudos de mentes pensantes cearenses no sentido de buscar nas pesquisas dos povos autóctones da província seu ideal de sociedade em formação. Imbuídos com a tônica do progresso essa intelectualidade via o Ceará como uma província em processo de desenvolvimento, por

¹ Nos seus “Apontamentos para a Civilização dos índios brabos do Império do Brasil” defendia a perfectibilidade do índio e chegou a influenciar a legislação imperial que em seu processo constitucional de 1823 além de reafirmar a prática da catequese como processo para civilizar o índio, considerava que o Estado deveria proporcionar ao índio hostil a oportunidade de se tornar uma sociedade civil.

conta do investimento dos dividendos da produção algodoeira em ascensão, bem como dos empréstimos internacionais. Uma cidade remodelada aos padrões da *belle époque* necessitava de um passado laureado, assim como o resto do Brasil. Assim publicaram inúmeros estudos na Revista do Instituto do Ceará, os estudiosos como Guilherme Studart (Barão de Studart), Thomas Pompeu Sobrinho, Dr. Carlos Studart Filho, Antonio Bezerra de Menezes, Capistrano de Abreu e posteriormente Raimundo Girão, esses dois últimos destacados e inovadores, pela maneira plural que interpreta as fontes indígenas.

Eram, pois esses vultos que passariam a ser os obreiros do progresso das letras cearenses, destinados como estavam, por esse meio, a tirar da ignorância, que até então perdurava, a história. Eram eles que, ficando o marco inicial da existência desse utilíssimo grêmio, viriam, em futuro não remoto, contribuir, nesse particular, para o engrandecimento do berço nativo. Investigando o passado, rememorando as suas tradições, arrancando dos arquivos do solo ou das pedras carcomidas dos monumentos. Por intermédio desse Instituto dar-se-ia testemunho público do quanto valia o Ceará. (Texto de apresentação do Instituto na ocasião de sua inauguração em 1887. www.ihce.org.br, site visitado em 20 de setembro de 2010)

O trecho acima é bastante ilustrativo acerca do ideal que animava as pesquisas sobre os indígenas. Os “vultos” “escolhidos” pela elite da época são alguns dos muitos colaboradores que pensaram o índio no contexto cearense, bem como buscavam legitimar a história cearense dentro do molde do século XIX. Importa-nos tomar seu legado como referência dessa ideologia constituidora do pensamento elitizado que norteou o processo assimilacionista do indígena à sociedade nacional. Um nicho que influenciou sobremaneira o que chamamos de concepções estereotipadas

O que permaneceu e o que se modificou nos estudos sobre índios: breve análise do campo sociológico e historiográfico brasileiro, nordestino e cearense

O velho paradigma, surgido em plena ebulição da cientificidade da História enquanto de que a ciência existia independente do fato histórico, vem abaixo no último século, principalmente para aqueles que trabalham com as áreas das ciências humanas, e mais ainda para aqueles que trabalham com a temática indígena. Povos fadados ao desaparecimento, ou a dissolução reaparecem nos nossos tempos com toda a articulação que a sua visibilidade pública e legitimação jurídica sugerem, impondo a classe intelectual um esforço para atualizar seus conceitos e métodos de análises. Tudo

isso imprimir uma dinamicidade ao campo da antropologia e da história, - áreas que mais dialogam na questão indígena - no sentido de reverem seus modelos interpretativos, tornando-se mais atentas a pluralidade dos sujeitos históricos e a especificidade e complexidade do contexto em que estes estão inseridos e atuantes.

Na tradição sociológica os estudos sobre identidades são influenciadas pela tradição alemã, edificada na idéia de patrimônio, legado tradicional oral e escrito, ainda reflexo do dezenove. Nisso está imbricada a noção de pertencimento a uma determinada tradição nacional, o que implica a crença num ideal de pureza. Assim como na Alemanha, o Brasil passa a ser pensado pela intelectualidade como unidade, que é composta pela mistura, cujo resultado é a tradição nacional. Nesse processo surge o evolucionismo que pensa a cultura como todo, que é a cultura humana, porém umas mais atrasadas que outras. Essa concepção vai de encontro à diversificação compondo a identidade, afinal a cultura se processaria pela homogeneidade e não pela diferença. Uma tradição ensaísta ancorada nessa idéia de homogeneidade da identidade brasileira encontra terreno profícuo num Estado financiador que deseja criar uma unidade cultural e impõe a classe intelectual esta missão. Assim a questão da nacionalidade passa a ser uma espécie de “obsessão local” (SCHWARCZ, 1994). Nesse ínterim, como já foi mencionado o índio passa a ser o principal tipo nacional, ele passa a ser a “obsessão nacional”. Reforça-se a ideologia das três raças, pensando a mistura como qualitativo, potencial de nosso povo. Toda uma escola sociológica se alimenta da idéia de que o mestiço é o imperativo na nossa identidade. Felizmente o Estado nacional, constituída desde Império entra em colapso e muda-se também a perspectiva dos estudos sobre identidade. A idéia de pertencimento passa a ser mais uma escolha: ou por adesão a um estilo de vida ou por uma postura política. A partir daí se pensar brasileiro, ou mesmo índio está ancorado por uma escala de opções sobre o que NÃO é ser brasileiro, ou o que NÃO é ser índio. Aqui a visão estruturalista e a-histórica perde sentido, tudo passa a ser forjado e nada está engessado.

Na História não foi diferente, hoje com as inúmeras nomenclaturas e escolas, a historiografia, passa a pensar a identidade indígena com o olhar voltado para como se processa essas construções e concepções em determinado tempo, ou mesmo que fatores envolvem e tencionam essas acepções. O historiador passa a conclamar as nossas atenções para a percepção das manobras humanas, ou mesmo como elas pressionam

formas limitadas impostas pela cultura dominante, ou supostamente majoritária, adaptando-as a sua própria realidade. O historiador prefere eleger os aspectos de semelhanças comportamentais e da memória coletiva como norteadores das relações comunitárias. E mais ainda, a crença na ligação entre os pares dessa comunidade são despertados por demandas políticas, criando uma idéia comum de união, mas que é sentida individualmente. Se a política subentende-se um jogo de forças em constante conflito, essas referências mais ou menos transitórias de unidade comunitária são definidas no lugar da troca, da negociação. É este um lugar fluido, que Boccara (2001) prefere apontar como fronteira, um lugar de interação e por isso mesmo materializado nas práticas cotidianas. Um exemplo disso é a definição da fronteira simbólica que os conquistadores definiram a partir da existência de nações (império), drasticamente distintas das etnias indígenas, estas, por sua vez muito bem definidas e homogêneas, em relação a espaço e cultura. A idéia impressa pelos colonizadores era de um território a ser conquistado ocupado por grupos com mesmas línguas, culturas e sistemas políticos, o que facilitava, na teoria, a conquista. Tratando de povos indígenas peruanos, o historiador nos apresenta conceitos – que são suscetíveis a ação do tempo e dos sujeitos – bastante utilizados nos estudos sobre comunidades indígenas brasileiras. São eles a etnogênese, a etnificação e o etnocídio. Este último como já está explícito, diz respeito a etnias que deixaram de existir por vários motivos (por guerras ou epidemias) que sofreram a extinção física do pós contato. Os dois primeiros são processos que acontecem de forma concomitante, se relacionam o tempo inteiro. Uma vez obrigados a convivência com o colonizador, que impõe, por força externa seus padrões culturais (etnificação), os grupos indígenas reagem a esta estímulo forçado com adaptações, recriações de novas tecnologias de saber, gerando poder de transformar a partir de situação adversa. Obviamente que esses conceitos não conseguem dar conta da realidade que de tão complexa perpassa a camisa de força conceitual e metodológica, como já foi tão destacado no início desse tópico. Este é apenas um de muitos exemplos que podemos obter a partir das transformações na historiografia. De qualquer forma esses conceitos nos servem para perceber de que maneira “os índios se transformaram, mais do que foram transformados” (ALMEIDA, 2005).

A questão indígena na atualidade: alguns estudos

Na perspectiva da novíssima historiografia acerca do índio, queremos destacar a produção desenvolvida no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, por ser esta a que estou ligada como aluna recentemente². Dessa forma, iniciamos situando os estudos de Almeida (2003 a 2010), Garcia (2007), Rocha (2009), Malheiros (2008) e Maia (2010) e Dantas (2010) sobre a ação indígena no Rio de Janeiro, no extremo sul brasileiro, em Pernambuco, no Ceará e na Amazônia Pombalina. Os autores lançam luzes importantes para se pensar nos contextos jurídicos e ideológicos dessa constância existencial do índio durante os três séculos de colonização até o XIX. Inicialmente, por força da dependência absolutamente vital que o elemento colonizador possuía em relação ao habitante da terra conquistada, a legislação do império ultramar estabeleceu um sistema de mercês e benesses que iam de títulos honoríficos, postos oficiais de juízes e vereadores e até de patentes militares. Nesse ínterim esforços para “civilizar” os índios e assimilá-los aos sistemas, o governo conta com o apoio dos missionários que procuraram intermediar a convivência entre os interesses dos índios, muitas vezes contrários aos dos colonos e do próprio governo. Em troca de manutenção da economia colonial e do estabelecimento de fronteiras, esses índios, como aldeados garantem uma convivência mais ou menos digna. De tal feita que os índios, enquanto súditos reais se sentiam inseridos no sistema colonial, mesmo este o colocando em posição subalterna e discriminatória, ou mesmo quando lhes obriga a realizar trabalho compulsório para coroa, para igreja e para os colonos. O fato é que esses grupos chegaram ao dezenove com condição jurídica específica, apoiados pela crença de posse coletiva dos territórios, o que viabilizou a afirmação de identidades amparadas na origem dos antigos aldeamentos. Aqui destacamos em especial o trabalho de Dantas (2010), com objeto e metodologia de pesquisa afinada com a proposta aqui apresentada. A autora se propõe a perceber as continuidades e refabricação da identidade do povo Carnijó, etnia que provou o sertão pernambucano e chegou até o século XIX, quando até então eram considerados extintos, mestiços ou remanescentes, e que mesmo assim, contraditoriamente foi a primeira comunidade indígena do nordeste a

² São vastas e ricas as contribuições de várias instituições e estudos sobre esta temática a nível mundial e nacional, porém por questão de restrição de tempo e de nossa pouca experiência, resolvemos elencar os estudos ligados a este programa, bem como alguns desenvolvidos na produção historiográfica nordestina e cearense, a qual estamos mais familiarizada.

ser reconhecida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Através de análise documental original a autora avalia as estratégias de sobrevivência e participação dos citados índios na vida política local, através de alianças com políticos e, principalmente com a Igreja. Outro nicho de produção que destacamos como essencial é a já tradicional coletânea de estudos História dos Índios no Brasil organizada por Carneiro da Cunha (1992). Aqui encontra-se um apanhado importante sobre discussões que orbitam em torno da atualidade da pesquisa antropológica e histórica sobre índios, desde a pré-história a atualidade, focando a cultura como mais um aspecto que deve ser pensado historicamente nas pesquisas. Particularmente interessaram-nos nesse livro referência, além da Introdução (onde a historiadora destaca as imagens dos índios de acordo com os interesses dos colonizadores, e posteriormente da classe dirigente e ainda contextualiza a agência dos índios contemporâneos encabeçando movimentos políticos de auto afirmação) os capítulos sobre legislação indigenista do século XIX (onde o objetivo maior dessa legislação era além da já conhecida expropriação das terras, criar a legitimação para a transfiguração do índio em cidadão, não no intuito de conceder direitos a esses novos cidadãos, pelo contrário, uma vez inseridos na ótica liberal, os índios perderiam direitos coletivos acumulados com a legislação colonial. Ainda aponta que através da tutela, o Estado almeja, enfim, controlar a força de trabalho dessa população expropriada), bem como o que trata da situação dos índios no nordeste (aqui os autores chamam a atenção para a especificidade do nordeste, pois além de ser esta a área de mais antigo contato com o invasor a região deteve uma certa conservação da grande diversidade étnica dos povos, diante das frentes de ocupação que vinham do litoral e esbarravam com os obstáculos da resistência indígena, por isso o interior do nordeste conservou-se nas crônicas e nas fontes pelo signo da marginalidade e da barbárie, dado a dificuldade enfrentada pela colonização desse território com clima e povos tão adversos).

Ainda sobre essa particularidade dos índios do nordeste temos outra coletânea balizar, organizada por Pacheco de Oliveira (2004). As informações contempladas pelas pesquisas produzidas entre os anos de 1992 a 1996, proporcionam uma visão do fenômeno do ressurgimento dos povos indígenas nordestinos contemporâneos ancorados na reelaboração cultural de suas identidades coloniais. Mais uma vez os artigos nos chamam atenção para peculiaridades da região mais antiga do território

brasileiro, dessa vez na perspectiva de que o contexto da caatinga, das frentes pastoris e da ação jesuítica modelou as identidades múltiplas e heterogêneas, que proliferaram num Nordeste matizado pelo estereótipo do sertanejo pobre e acaboclado, bem distinto da imagem do modelo amazônico, e por isso mesmo desacreditado em seu processo de resistência. O organizador enfatiza que o olhar do pesquisador dos povos indígenas do nordeste deve está atento para a etnogênese, esta significando “tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecida” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004: 21). Muito profícuo e essencial é o estudo de Silva (2005) que analisa a dinâmica das vilas de índios no Ceará. Com riqueza documental e novas abordagens, a estudiosa consegue perceber a transposição da aplicação legislativa para as práticas sociais. O objetivo é perceber o comportamento do indígena frente às imposições do poder instituído, vislumbrado por isso uma dinâmica tão complexa quanto é o comportamento social, que abarca alianças, negociações e mesmo negações para futuros ganhos na convivência e atos de resistência. Através de sua narrativa é possível perceber que a vontade do indígena sobressai nas decisões dos administradores locais que, por conveniência, ou por estratégia transparece que existia naquelas povoações uma margem de negociação e tolerância. Tal visão é elementar para a intenção desta pesquisa que traz como protagonista os índios enquanto corpo coletivo, que nem sempre estavam dispostos a combater os gestores e os colonos, pelo contrário, o maior argumento apresentado por Silva e confirmado nesta proposta de pesquisa é que a grande reivindicação era pertencer ao sistema que foi imposto e lutar pelos direitos que àquele sistema pode oferecer: criar espaços, abrir frestas de participação, já que se rebelar ou negar a ordem nem sempre era possível. Como vimos existe uma tendência contemporânea de reconhecer que a teoria e a metodologia estão a serviço da complexidade que o objeto de pesquisa impõe, os conceitos parecem vir a cargo da experiência empírica da pesquisa.

Diante do exposto, o que almejamos objetivar como conclusão deste rápido desprezioso texto sobre a historiografia indígena é em primeiro lugar marcar a produção do século XIX como basilar dos estudos sobre a temática dando um status de cientificidade a mesma, porém contribuindo para sua estereotipação, mas que serviu para estruturar todo um campo de perspectiva de estudos. E em segundo lugar apresentar algumas pesquisas atreladas às inovações da historiografia que vai de

encontro àquela tendência limitada do século anterior, que tem como caracterização o descortinamento das diversas estratégias empreendidas pelos índios na situação adversa a que foram sujeitos durante todo o período colonial e imperial, bem como entender qual o caminho traçado pelos mesmos na busca por sua existência, frente a todo esse processo de negação e assimilação de seus quadros. Vimos que vários são os estudos que demonstram cada vez mais as facetas e arranjos construídos pelos indígenas e outros grupos subalternos na perspectiva de abrir frestas, ou espaços de sociabilidades nos sistemas excludentes que estavam inseridos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. Política Indigenista e Etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro, Século XIX. **Anuario IEHS**, v. sup 1, p. 219-233, 2007.
- _____. Etnicidade e Política Indigenista na Construção dos Estados Nacionais Americanos. Comunicação apresentada no Seminário Internacional **Pueblos Indígenas de América Latina – Siglo XIX – Sociedades en Movimiento**. Tandil, Argentina, 14 a 17 de agosto de 2006.
- _____. Os Índios no Tempo da Corte: reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro Oitocentista. **Revista USP**, v. 79, p. 94-105, 2008.
- _____. Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes. *Memória Americana*. **Cuadernos de Etnohistoria**, v. 16, p. 19-40, 2008.
- _____. Política Indigenista e Etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro, Século XIX. **Anuario IEHS**, v. sup 1, p. 219-233, 2007.
- _____. **Os Índios na História do Brasil**. 1a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

- BEZERRA DE MENEZES. Antonio. Algumas origens do Ceará. In:____. **Revista do Instituto do Ceará**. Tipografia Minerva, Fortaleza, 1918.
- BOCCARRA. Guillaume. Mundos neuvos en lãs Fronteras Del Nuevo Mundo. **Mundo Nuevo Nuevos Mundos**. Paris, Revista eletrônica. N 1, 2001. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/document426.html/>> Acesso em julho de 2010.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CORREA, Mariza. Traficantes do Excêntrico. Os antropólogos no Brasil nos anos 30 aos 60. In:____. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1988.
- GARCIA, Elisa F. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa**. Tese do Programa de Pós-graduação em História. UFF: Niterói, 2007.
- MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará Colônia. Século XVIII**. Tese do Programa de Pós-graduação em História. UFF: Niterói, 2010.
- MALHEIROS, Márcia. **Homens da Fronteira. Índios e Capuchinhos na ocupação dos sertões do leste, do Paraíba ou Goytacazes. Séculos XVIII e XIX**. Tese do Programa de Pós-graduação em História. UFF: Niterói, 2008.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- POMPEU SOBRINHO. Thomaz. Tapuias no Nordeste. In:____. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1952.
- ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751 - 1798)**. Dissertação de Mestrado em História. UFF: Niterói, 2009.
- SERAFIM LEITE. **História da Compainha de Jesus no Brasil**. Tomo III, livro I. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995.
- SILVA, Isabelle B. P da. **Vilas de índios no Ceará Grande: Dinâmicas Locais sobre o Diretório Pombalino**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005.

STURDAT FILHO. Carlos. Os Aborígenes do Ceará, In:__. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1965.

_____. Notas sobre os indígenas cearenses, In:__. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1931.

_____. A missão jesuítica de Ibiapaba. In:__. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1945.

_____. Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra – A Guerra dos Bárbaros. In:__. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1961.

SCHWARTZ, Lilia Katri Mortiz. Complexo de Zé Carioca. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. In:__. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995.

OLHOS AZUIS:

A HISTÓRIA DE UM RIO...

**HERMANN BLUMENAU E EMIL ODEBRECHT NOS ESCRITOS DE VICTOR LUCAS:
UMA ARTICULAÇÃO ENTRE BIOGRAFIAS E MITOS FUNDANTES**

Arnaldo Haas Júnior*

Uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o escrito. O escrito tem que ser melhorado na escrita de forma melhor para que o povo creia no acontecido.

(Antônio Biá – personagem de José Dumont no filme *Narradores de Javé*)

Apesar de terem se passado quase dez anos desde a sua produção, o filme “Narradores de Javé”, de Eliane Caffé, mantém sua atualidade devido às sugestivas provocações que faz a muitos daqueles que se aventuram nos terrenos de Clio. Postura um tanto perigosa, assumo o risco, considero o leitor conhecedor das linhas gerais que dão corpo à trama pautada nas desventuras dos moradores do Vale do Javé, uma pequena comunidade isolada no interior da Bahia. Apresento apenas uns poucos comentários.

Em Javé o tempo parou. O único sinal de mudança surge com a notícia de que as terras do povoado serão inundadas pelas águas de uma represa (a chegada do progresso?). Herdeiros de uma forte tradição oral, os moradores de Javé não possuem escrituras, certificados de posse de terras, o que não quer dizer que não saibam exatamente o quinhão que convém a cada um. Em Javé as extremas e os limites são ‘cantados’ e as ‘estrofes’ desse canto transmitidas de geração para geração. Mas o progresso, a civilização, exigem mais: sem escritura, sem direito à posse, sem direito à indenização. Como saída para o impasse, Zaqueu, morador local, sabedor de que a existência de algum bem passível de tombamento – algo valioso e exclusivo do lugar – seria capaz salvar Javé das águas, sugere a apresentação às autoridades de uma versão escrita da história do lugar, dos ‘grandes feitos passados’. Dá-se início então a elaboração da “Grande História de Javé”, trabalho outorgado a Antônio Biá, indivíduo que, embora tenha atraído para si o desafeto da comunidade, tem a vantagem de ser a única pessoa em Javé que sabe escrever. Convocado Biá sai do isolamento onde se

* Doutorando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes/REUNI.

encontrava e, a contragosto, aceita a nobre tarefa.

Após a coleta de vários depoimentos de pessoas mais velhas, cujas versões para os ‘grandes feitos passados’ mostram-se díspares, Biá chega num impasse. Aos poucos nota que a história de Javé vai se constituindo num campo de disputas, tensões e lutas onde o passado e o presente se entrelaçam e fornecem o substrato em que germina a pretensão de coerência de cada um dos relatos. Tanto no plano individual (uma busca por maior projeção pessoal ou familiar), quanto no plano coletivo (expectativa de salvar o Vale do Javé), o passado é acionado para vir em socorro do presente. Da parte dos depoentes afloram memórias diversas e conflitantes. Ocorre que, visando à cientificidade, os relatos precisam ser ajuntados em uma narrativa que lhes pode as arestas. Neste procedimento a escrita é convocada e sua função é aprisioná-los num enquadramento lógico, suprimir deles o inverossímil e construir a coerência. Contradição intransponível, o lápis na mão de Biá torna-se ao mesmo tempo o símbolo do seu poder – “*a história é de vocês*”, diz ele, “*mas a escrita é minha*” – e de sua impotência (passa-se o tempo e o livro é entregue aos moradores sem nada escrito): “*quanto às histórias, é melhor ficarem na boca do povo, porque no papel não tem quem lhe dê razão*”.

Início este artigo/comunicação com ideias captadas em “Os Narradores de Javé” porque o filme alude a um tipo de produção historiográfica que venho pesquisando ao longo dos últimos anos e que dá relevo a interessantes indagações. Refiro-me às obras de história local, trabalhos escritos em sua maioria por indivíduos sem formação específica na área de História. Guardados os devidos distanciamentos entre realidade e ficção, não há como deixar de traçar um paralelo entre a atuação de Antônio Biá e a dos autores de obras de história local: em grande medida também estes compilam múltiplos depoimentos orais (dentre outras fontes e vestígios do passado) e os inserem em uma narrativa que se pretende coerente. O que não se evidencia em seu trabalho é sob quais bases essa coerência é construída e à custa de quais recusas, omissões e inclusões voluntárias e involuntárias elaboram suas histórias¹. É evidente que, no caso das obras de história local, o que está em questão não é a salvação literal de uma comunidade, de um município ou de uma família, mas há nesses escritos motivações próprias que

¹ Em uma das cenas de “Os Narradores de Javé”, inclusive, Antônio Biá discorre sobre os efeitos de significação que uma narrativa bem articulada pode gerar.

reverberam na narrativa.

Para ser mais específico, nas páginas que seguem gostaria de dar a ler/ver particularidades de uma dessas obras, intitulada “Olhos Azuis... a história de um Rio...”, escrita por Victor Lucas, historiador amador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e cujo financiamento da edição coube à Universidade para o Desenvolvimento do Vale do Itajaí – UNIDAVI. Com efeito, interessa-me aqui refletir sobre a maneira como o autor conduz sua narrativa, articulando-a a biografia de dois indivíduos tomados como arquétipos identitários e símbolos de uma ‘germanidade’ pretensamente dominante no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, atitude, vale frisar, tangencialmente presente em obras de histórias locais escritas por outros autores.

Com efeito, embora tenha sido escrita, segundo Lucas, ao longo de mais de setenta anos, a obra foi editada no início da década passada, momento no qual em vários municípios que compõem uma das subdivisões do Vale do Itajaí, chamada Alto Vale do Itajaí, foram lançadas obras de história local, boa parte delas financiadas com dinheiro público. Não pretendo aqui explorar esta questão, mas observei em minha pesquisa que alguns dos autores dessas obras constituíram-se como vozes autorizadas, ‘Aedos’ responsáveis não só pela estruturação de discurso sobre a história e a memória locais, mas também pela divulgação de um ‘código de civilidade’ que sugere o significado da pertença ao “Vale Europeu”². De outra parte, existem entre os autores redes de reciprocidade suscitadas pelo pertencimento a partidos políticos específicos, clubes, entidades e associações (tais como Lions Clube, Rotary Clube e Câmara Júnior), assim como ligações com editoras e com os governos locais.

Este quadro, inicialmente projetado numa ordem de considerações que se processa para além das singularidades de cada uma dessas obras me permite indagar sobre o apelo à história ou, dito de outra forma, à narrativa escrita sobre o passado local suscitada pela expectativa de articular as bases para uma pretensa identidade. Marca também uma relação singular com a temporalidade e com a própria história, pois apresenta indícios de uma cultura histórica na qual os usos do passado apontam para efeitos políticos. Considero válido este argumento na medida em que, conduzido pelo princípio do estranhamento – uma fuga da naturalização do tempo – o interpreto na

² Vale Europeu é uma denominação que responde por uma forma peculiar de construção e ‘venda’ da imagem do Vale do Itajaí, sustentada pela crença de que o processo de colonização do Vale teria dependido quase que exclusivamente da atuação de imigrantes europeus.

esteira da proposta de Hartog (2003), concebendo a produção em série desses livros como sintoma de um regime presentista de historicidade³. De outra parte, a produção desses trabalhos sugere que os fenômenos culturais de grande amplitude, as políticas de memória e de patrimônio e as operações com a história não se restringem aos grandes centros, pois encontram respaldo também em locais como pequenos municípios do interior. Considero que há, portanto, um relevo comum em que se insere a recente produção de obras de história local no Vale do Itajaí. Mas são os declives, as dobras, os acidentes no relevo que conferem a cada uma delas suas respectivas especificidades, e, neste quesito, Victor Lucas chama a atenção do leitor.

Coube a Jaime João Pasqualini, à época reitor da UNIDAVI, a apresentação de “Olhos Azuis: a história de um Rio...”. Segundo ele, o aspecto que diferencia o trabalho de Lucas é o viés romanesco de sua historiografia, responsável pela “pedra do gênese da obra: a emoção”. O leitor que se dispusesse a “conhecer como tudo aconteceu nessas plagas através da leitura de Olhos Azuis” certamente o faria pelo melhor caminho, “porque a viagem pelas palavras não se dá apenas com os olhos, mas também com o coração”. Tãmanha seria a habilidade de Lucas, que a viagem pelas palavras se daria “sem afetar a cientificidade que um projeto desse porte requer”. Ou seja, para Pasqualini teríamos em Lucas uma perfeita articulação entre as demandas de uma escrita condicionada por diretrizes científicas e a fluidez resultante do fino trato com as palavras.

Quanto ao primeiro elemento dessa equação, cabe registrar que as fontes utilizadas por Lucas dificilmente são citadas. Ao tentar associar os desdobramentos da História do Vale com a iniciativa pessoal de dois indivíduos, Lucas praticamente divide o livro em dois atos. No primeiro o destaque é dado ao Dr. Hermann Blumenau. O autor se preocupa em traçar um itinerário da vida de Blumenau, tratando-o ora como químico, ora como filósofo, mas sempre e, impreterivelmente, como desbravador e herói. A Colônia Blumenau, núcleo irradiador do processo de colonização do Vale do Itajaí em sua porção mais interiorana, seria assim materialização do trabalho hercúleo do Dr. Blumenau. Mas, ao final de sua explanação no segundo capítulo da obra, Lucas tenha se justificar:

³ A noção de regime de historicidade, tal como apresentada por François Hartog, leva em conta os estudos sobre a epistemologia da história desenvolvidos por Reinhart Koselleck, especialmente os apresentados na obra “Futuro Passado” (Ver KOSELLECK, 2006).

Não nos detivemos mais do que o necessário na descrição das diversas facetas de sua vida e sua obra, mesmo porque esta incursão pelos meandros da história, não deverá ser encarada como uma biografia do fundador da Colônia de Blumenau, representando, apenas, uma simples sinopse dos acontecimentos anteriores à encampação e que de alguma forma, refletir-se-ão sobre o futuro de toda uma região, hoje reconhecidamente uma das mais importantes de Santa Catarina e das mais evoluídas do Brasil, resultado da temeridade de um visionário e sonhador e que perpetuaria o seu nome e o levaria à imortalidade. Entretanto, é preciso convir e reconhecer que, sem a intervenção do Governo Imperial, seu fim teria sido melancólico e triste. (LUCAS, 2001: 54)

A aparente contradição que há entre as afirmações contidas no fragmento acima e minha pretensão de sustentar a existência, nesta obra, de uma íntima ligação entre biografias e o processo de colonização esvaece quando da leitura do segundo ato da obra. Neste momento Lucas lança mão de um expediente comum às obras de história local. Personagens são arrolados numa cronologia em que se expressam os ‘grandes feitos’ inseridos num *continuum* cujo momento inaugural, um mito fundante, imprime um sentido para a história local e liga o passado e o presente, tendo em vista o futuro. Contudo, é também neste ponto máximo de identificação que ocorre a inflexão que resulta na grande diferença (ou distanciamento) entre os escritos de história local, pois a maneira como este *continuum* é (d)escrito associa-se a um estilo que varia significativamente de uma obra para a outra ou, mais especificamente, de um autor para o outro. Senão vejamos.

Gênese das gêneses, pioneiro dos pioneiros. O Alto Vale (o sertão) está para ser desbravado. Uma expedição é montada e o seu destino é traçado: partir de Blumenau e chegar ao Planalto. As canoas estão às margens do ribeirão Garcia, ponto de partida da expedição. O calendário assinala o dia 14 de janeiro de 1863. Victor Lucas assume daqui:

O dia amanheceu resplendente de sol. Enquanto os homens, seus subordinados e companheiros, ocupavam-se em carregar os alimentos e os demais utensílios necessários, o Dr. Blumenau e o engenheiro Emil Odebrecht ficavam de lado, dirigindo os trabalhos preparatórios, para que nada faltasse, evitando o supérfluo.

Dois soldados e um preto, de nome Crispim, estavam, igualmente, engajados numa azáfama que se estabeleceu às margens do rio.

Quem está ali, em pé, na canoa, é o legendário herói Siegfried, do Canto dos Niebelungen, a olhar “o mostro” com fauce que expele um hálito quente, do fogo, com um corpo enorme, disforme, a rugir medonhamente. Assim transmutado, arranca da espada, que rebrilha, ao sol, e investe resolutamente,

contra o inimigo mortal que, igual ao dragão da lenda, guarda um imenso tesouro. Seus cabelos louros esvoaçam ao vento cálido. Seus olhos azuis fixam-se sobre seu algoz que está ali, à sua frente, a encará-lo furibundo, prestes a jogar-se sobre ele e seu grupo e fulminá-los a todos.

Na verdade, quem está na canoa, ereto, em atitude de desafio, não é Siegfried, o lendário personagem, mas Emil Odebrecht, o braço direito do Dr. Blumenau, germânico, como ele. Nem o rio é o fabuloso Reno, das sagas e lendas, mas o grande e enigmático Itajaí-açu. A espada, também, não é aquela que fulminará o dragão fantástico. Entretanto, o dragão – o “monstro” – sim, este existe, é real e brasileiro. (LUCAS, 2001: 63-64)

O relato anterior, construído a partir de um conjunto de informações registradas no diário do engenheiro Emil Odebrecht, é o ponto a partir do qual tem início à epopéia que descreve sob quais circunstâncias foi estabelecida a ligação entre Blumenau e a Região do Planalto Serrano. O tom sóbrio e formal com o qual o engenheiro registra os acontecimentos de cada um dos dias da expedição – procedimento padrão em expedições dessa natureza – é cooptado, enquadrado na narrativa poética e “romanesca” de Victor Lucas e alçado a posição de “fato (serviço) de inestimável valor para Blumenau e para o Brasil” (LUCAS, 2001: 121).

Em sua tese de doutorado Nicolazzi (2008) elege como objeto privilegiado uma análise sobre a temática da representação do passado produzida por Gilberto Freyre na obra “Casa Grande & senzala”. Este historiador toma como referência a noção de estilo na história e é amparado, em grande medida, pelas contribuições teóricas presentes na obra “O estilo na história” (GAY, 1990) ⁴. Embora Nicolazzi dirija seus esforços para um estudo de caso específico, seu trabalho remete para uma realidade mais ampla que implica numa reflexão sobre a natureza do saber histórico. Entendendo que entre Gilberto Freyre (o autor a ser estudado) e Casa Grande & senzala (a obra), descortina-se o espaço do *estilo*, Nicolazzi procura problematizar este elemento sustentando a recusa de duas facilidades neste tipo de abordagem: “a primeira, é aquela que simplesmente psicologiza ou sociologiza a obra, que tenta encontrar no íntimo do autor ou na sua posição dentro da hierarquia social os elementos explicativos de sua prática” (NICOLAZZI, 1998: 16); a segunda, suscitada por um modelo de análise próprio de

⁴ Nesta obra, na página 17, Gay escreve: “O estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É a forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte de e de todo o ofício – e também da história. Salvo por alguns artifícios mecânicos de retórica, a maneira se encontra indissolúvelmente ligada à matéria; o estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo”. Registro aqui esta observação de Gay porque ela remete à concepção de estilo desse autor e oferece indicativos para se pensar à maneira como este conceito pode ser útil para os historiadores.

uma estilística, reduz a noção de estilo aos seus aspectos gramaticais. Para o autor, o que caracterizaria a obra de Freyre, sendo assim possível falar na existência de um estilo próprio, seria um esforço intencional e bem estruturado no sentido de estabelecer outras formas de representação do passado nacional.

Apresento estas breves considerações sobre a tese de Nicolazzi não porque o meu intuito seja empreender uma análise semelhante a que este historiador leva a cabo. Nem tampouco tenho por objetivo refletir sobre a polissemia discursiva que confere significados diversos e variadas possibilidades operatórias para a noção de estilo. Meu interesse é muito mais modesto. Levando em consideração as respectivas (e significativas) singularidades de cada objeto, o que me motiva é a expectativa de estabelecer, no limite, um elo entre a intenção que Nicolazzi afirma existir em Gilberto Freyre – elaborar uma forma variada de representação do passado nacional, utilizando-se de um estilo próprio – e a inclinação que Victor Lucas tem em produzir efeitos de realidade e ampliar a capacidade de oferecer aos possíveis leitores um sentido para o passado, lançando mão, para tanto, também de um estilo peculiar de escrita. Para além do conteúdo ou da forma, é exatamente no estilo que se manifesta a ‘impressão digital’ do trabalho de Lucas.

Conforme comentário anterior, Victor Lucas não escreveu nenhuma apresentação preliminar em “Olhos Azuis: a história de um Rio...”. Embora o reitor da UNIDAVI tenha tomado para si esta função, sua ação foi redundante, pois já nas primeiras linhas de seus escritos o autor registrou, de maneira indelével, o que o texto a ser descortinado legaria ao leitor. Breves divagações sobre a toponímia do Rio Itajaí, empreendidas em um linguajar extremamente refinado, talvez rebuscado, configuram-se como a fala do meirinho, uma convocação para “olhar mais de perto como se processou sua ocupação e colonização [do Vale do Itajaí], principalmente, na parte média e alta, cuja história continua indevassada no que possui de importante e essencial” (LUCAS, 2001: 15).

O título da obra de Lucas fala por si só. Metáfora central, reveste Emil Odebrecht, o louro, o germânico, com a aura do herói: Siegfried em terras brasileiras. À opera de Richard Wagner (*Der Ring des Nibelungen*) acrescenta-se uma nova roupagem. Trabalho de uma vida, o texto de Lucas, poético, parnasiano, que consegue ser ao mesmo tempo tão agradável como uma boa obra de literatura e tão prolixo quanto

o mais teóricos dos textos acadêmicos, conduz o leitor a um *grand finale* onde acontece uma inversão de perspectiva. Olhos Azuis, a metáfora, não designa mais apenas o pioneiro dos pioneiros, mas sim todo o conjunto de ‘homens’ relegados ao ostracismo após terem banhado com o suor do seu rosto a terra em que pisam os seus descendentes. A todos esses “Olhos Azuis” Lucas dedica uma página especial:

Foi em verdade uma vida de renúncias, a que hoje, dificilmente, alguém se dispõe a sujeitar. Bem diz um procardo alemão: “Den ersten den Tot, den zweiten die Not, den dritten das Brot”, que na língua vernácula quer dizer: Aos primeiros a morte, aos segundos a privação, aos terceiros o pão. Entretém-se com esse solilóquio e envereda pelas sendas da história, cheio de heroísmo e renúncia vivida por este punhado de bravos que forjaram com o seu trabalho, com o seu exemplo, a grandeza do Vale do Itajaí, estabelecendo ali, o mais lídimo triunfo sobre a pobreza, onde foi erradicada numa luta indesejada e sem quartel.

Tudo o que vemos é fruto do seu trabalho. Deles, tiramos o exemplo, a força, a coragem e a temeridade, quando o céu, sempre azul, cobre-se de nuvens negras ameaçadoras e tempestade, tão falada e ainda mais temida, que ameaça arrastar a nossa pátria para o abismo. Um abismo que não vem e não virá se mirarmos a viseira, em direção ao passado e dele tiramos os ensinamentos. (LUCAS, 2001: 168)

A inflexão na narrativa, que por um momento sugere aos leitores passíveis de enquadramento no arquétipo identitário esboçado por Lucas a impressão de pertencimento a uma história do Vale do Itajaí que se processa para além da ação de Hermann Blumenau e Emil Odebrecht, não consegue fugir ao peso de uma suposta dívida histórica que o autor acredita haver em relação a estes indivíduos. Esta é a marca ou, dito em outras palavras, o estilo próprio da escrita de Lucas. Dos seus rascunhos resultou uma obra de história local cujo apelo narrativo promove uma monumentalização do passado, uma expectativa de justificar o que se fez em tempos pretéritos, mas, principalmente, uma maneira encontrada para se entender/significar o presente. Dois caminhos distintos se abrem: o primeiro aponta para a constituição de uma identidade local e para expectativa de singularização da história local (via discurso nobilitador) em meio a tantas outras histórias que lhe são gêmeas; o segundo resulta num julgamento do presente, em que o passado é acionado como principal testemunha de acusação. Em ambos os caminhos um excesso de cores é usado para pintar o passado, o que não raro resulta em sua mitologização. Acontece que, como nos lembra Huyssen, “nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real

pode ser mitologizado tanto quanto o mito pode engendrar fortes efeitos de realidade” (HUYSSSEN, 2000: 16). Como diria Antônio Biá, “uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito”.

Referências Bibliográficas

GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. De Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

HARTOG, François. **Régimes d’historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio do Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUCAS, Victor. **Olhos Azuis**: a história de um Rio.... Rio do Sul: Nova Era, 2001.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Intérpretes: José Dumont; Nelson Dantas; Nelson Xanier; Rui Resende; Matheus Nachtergaele e outros. [S.I.]: Bananeira Filmes, 2003. (106 min).

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Sobre Casa Grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Rio Grande do Sul.

**TEORIA DOS AGENCIAMENTOS:
SUSPENSÃO DO DUALISMO ENTRE ESTRUTURA E INDIVÍDUO**

Rodrigo Amaro de Carvalho*
Roger Aníbal Lambert da Silva**

Introdução

Nosso objetivo no presente trabalho é compartilhar uma reflexão, ainda em processo, acerca da noção de agenciamento proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, no sentido de abordar como ela contribui na suspensão do dualismo entre estrutura e indivíduo, nos permitindo pensar de outro modo a experiência no tempo. Para tanto, faremos, primeiramente, uma apresentação de como o debate acerca da relação entre estrutura e indivíduo se apresenta na Teoria social e no campo historiográfico. Em seguida, trataremos de alguns aspectos da noção de agenciamentos, a fim de marcarmos a sua contribuição no sentido de suspender o dualismo que marca o debate mencionado anteriormente. Demonstraremos, por fim, que a filosofia de Deleuze e Guattari abre uma via para outra concepção de macro-história e micro-história, para além da problemática que parte da dicotomia entre a estrutura e o indivíduo.

Estruturalismo, sujeito e agência

O debate acerca da relação indivíduo e estrutura é um objeto de estudo paradigmático no âmbito da Teoria Social. A problemática que envolve a mediação entre agente social e a estrutura é ponto de divergência entre inúmeros estudiosos. Nesse sentido, a discordância reside, basicamente, entre o grau da capacidade de ação dos indivíduos em relação às possíveis determinações impostas pelos sistemas sociais em que estes se situam.

Nesta querela, por um lado, determinados autores - Karl Marx, Emile Durkheim, Louis Althusser, dentre outros – privilegiaram em suas análises a tese da predominância da estrutura sobre o indivíduo, Por outro lado, outros estudiosos – Georg Simmel, G. H. Mead, Alfred Schultz, Erwin Goffman etc - abordaram essa relação polêmica partindo da experiência primeira do indivíduo. Por fim, na tentativa de equacionar tais

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

polarizações, temos as obras de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, que, grosso modo, optaram por um terreno intermediário que combinasse elementos de ambas as interpretações.

Nesse sentido, na obra *Dualidade da Estrutura*, Giddens intenta estabelecer uma discussão entre o que chama de *teorias da ação* versus *teorias institucionais*. Dentro do panorama¹ estabelecido pelo autor são problematizadas as escolas funcionalista e estruturalista,² como representantes da vertente que estabelece a primazia do “*objecto sobre o sujeito* ou, em certo sentido, à *estrutura sobre a ação*” (GIDDENS, 2000: 5).

Do ponto de vista sociológico a controvérsia estrutura/agente, ou em outros termos, objetivismo/fenomenologia, se traduz de forma enfática e representativa no embate entre as proposições diametrais de Durkheim e Max Weber. De um modo geral, a sociologia durkheimiana reifica a sociedade uma vez que a apreende como coisa. Com efeito, a noção de “‘consciência coletiva’ supõe a existência de essência transcendental exterior aos indivíduos e que os enquadra coercitivamente na dimensão da norma” (ORTIZ, 1994: 10). Nesta perspectiva, toda ação praticada pelos indivíduos são vistas como decorrentes de um sistema objetivo de representações localizadas além do alcance dos atores sociais, haja vista que o indivíduo é tido de “forma dual – ser individual/ser social – a questão da ordem pressupõe, necessariamente, a adequação do indivíduo ao sistema da sociedade global” (ORTIZ, 1994: 10). Assim, o sujeito é concebido como um mero executor da estrutura.

Em contrapartida, se o pensamento durkheimiano enfatiza a transcendentalidade do social em detrimento das ações individuais, a teoria de Max Weber se assenta numa sociologia da compreensão, isto é, tem seu ponto de partida no sujeito. Grosso modo, para Weber “não existe um ‘mundo objetivo’ no sentido em que Marx se refere à sociedade global ou Marcel Mauss aos fenômenos sociais totais; a objetividade do social só pode ser apreendida através das ações individuais” (ORTIZ, 1994: 12). Deste ponto de vista, o mundo objetivo aparece como uma rede de intersubjetividade, enquanto “resultado de ações dirigidas para o ‘outro’ e que adquirem significado na medida em que o ‘outro’ compartilha comigo o mesmo mundo social no qual tais ações

¹ Giddens avança que as escolas, tanto filosóficas quanto sociológicas, não lograram êxito na tentativa de equacionamento da relação entre a *teoria da ação* e os problemas de transformação institucional, pois ação e estrutura foram vistas como antônimos. (GIDDENS, 2000: 3)

² É importante destacarmos que tanto o funcionalismo quanto o estruturalismo abrigam uma imensidade de vozes e olhares, e estamos cientes aqui da impossibilidade de se abarcar a sua totalidade.

se desenrolam”. Portanto, de modo inverso à perspectiva objetivista de Durkheim, Weber nos apresenta uma compreensão subjetiva da sociologia.

De modo similar, os interacionistas simbólicos - Schutz, Goffman, Simmel, G. H. Mead³, dentre outros - não obstante suas especificidades, problematizaram a sociedade partindo de epistemologias fenomenológicas. Assim, o interacionismo simbólico foi a

[corrente] que conferiu importância maior à observação da vida social enquanto construção activa por actores intencionais e cognoscíveis, tendo sido associado a uma explícita ‘teoria do sujeito’, tal como se encontra formulada na descrição das origens sociais da consciência reflexiva elaborada por Mead. (GIDDENS, 2000: 4)

No que se refere a esta abordagem, Giddens, em resumo, aponta que a crítica comumente levantada acerca desta tradição é a sua frequente limitação analítica quanto à abordagem das instituições sociais, na medida em que esta tem se limitado a tratar de problemas referentes à “microsociologia”, isto é, as relações interpessoais de pequena escala – abordagem esta chamada, pejorativamente, de psicologista.

Partindo das lacunas das abordagens supracitadas é que Anthony Giddens propõe a sua “teoria da estruturação”, argumentando que é um erro descrever sistemas sociais e ação individual como separados entre si, porque nenhum dos dois existe objetivamente salvo em relação recíproca. Nesse sentido, há o que Giddens chama de dualidade da estrutura, ou seja, a estrutura de um sistema proporciona aos atores individuais aquilo de que precisa para produzir, como resultado da própria estrutura. Em linhas gerais, a noção de estrutura trabalhada pelo autor traz consigo um “duplo sentido implícito” (GIDDENS, 1984: 71). Portanto, o conceito de estruturação nos permite, simultaneamente, pensar as condições que governam a continuidade e a transmutação e a reprodução dos sistemas sociais (GIDDENS, 1984: 25).

No que tange ao debate historiográfico, que também se vê às voltas com o debate acerca da agência e da estrutura, Roger Chartier afirma que, nos anos 1980, a história passava por uma “mutação maior que é o apagamento dos modelos de compreensão” – dentre eles, o paradigma estruturalista. Tal mutação se devia ao fato de que a partir das

³ Nesse sentido, por exemplo, Georg Simmel e Herbert Blumer, argumentam “que ‘sistemas sociais’ pouco mais são do que abstrações que não existem realmente, exceto através do que pessoas decidem fazer em suas intenções recíprocas” (JOHNSON, 1997: 4). Assim, sociedade, para Simmel, é “simplesmente o nome de certo número de indivíduos associados por interação” (SIMMEL, 1983: 174).

décadas de 1970 e 1980 “os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”. A ‘micro-história’, por exemplo, se situa neste contexto de deslocamentos, no qual o objeto da história não seria mais as estruturas que regulam, mas as estratégias executadas pelos indivíduos (CHARTIER, 2002: 82-84).

No que se refere à ‘micro-história’, na perspectiva de Jacques Revel ela remete a uma proposição historiográfica posta em prática por “um pequeno grupo de pesquisadores italianos no final dos anos 70 e na década de 80”, momento de crise do estruturalismo. Segundo o autor, “a aventura dos micro-historiadores não foi isolada”, entretanto, as várias experiências compartilhariam alguns traços característicos, dentre eles: “guardam uma distância crítica em relação à abordagem macrossocial, [...] se esforçam para dar à experiência dos atores sociais [...] uma significação e uma importância frente ao jogo das estruturas e à eficácia dos processos sociais maciços...” (REVEL, 1998: 8-10). Revel ressalta ainda que a “mudança de escala de análise é essencial para a definição da micro-história”, e concebe que a “aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora” (REVEL, 1998: 19, 32). Assim, a “micro-história” tem sido concebida em termos de um deslocamento de escalas de análise, sugerindo uma análise das ações dos indivíduos (microssocial), em detrimento da análise das estruturas (macrossocial).

Após este breve panorama, apresentaremos, a seguir, alguns aspectos da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari que acreditamos contribuir no sentido de pensar a história para além das reificações ontológicas que estabelecem uma relação dicotômica entre agente e estrutura, que é fundante, como vimos, para o debate da Teoria Social e tem marcado o debate historiográfico.

Noção de agenciamentos: o molar e o molecular

A noção de agenciamentos proposta por Deleuze e Guattari sugere a distinção de dois processos segundo os quais a realidade se configuraria: o agenciamento molar e o agenciamento molecular.

O primeiro processo remete a uma “*linha de segmentaridade dura ou molar*”, na qual “tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, a passagem de um segmento a outro”. Segundo os autores, “nossa vida é feita assim: não apenas os

grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 67).

Já o segundo processo, por sua vez, remete a “uma linha muito diferente da precedente, uma *linha de segmentação maleável ou molecular*, onde os segmentos são como *quanta* de desterritorialização”. Cabe ressaltar que, na perspectiva dos autores, “essa linha molecular mais maleável [...] não é simplesmente interior ou pessoal” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 68,72).

Esta distinção entre dois tipos de processos, assim como outras séries de “dualidades”, guarda ressonância com a teoria das multiplicidades. Deleuze concebe, na esteira de Bergson, que há dois tipos de multiplicidades, imanente uma à outra, que compõem o misto que é o real: a primeira é uma multiplicidade de ordem, numérica, *descontínua e atual*; já a segunda, por sua vez, é uma multiplicidade de organização, irreduzível ao número, *contínua e virtual* (DELEUZE, 1999: 28).⁴ Em outras palavras, há uma multiplicidade molar, composta por sedimentações, “estados”, a qual se refere aos “conjuntos ou elementos bem determinados (as classes sociais, os homens e as mulheres, determinadas pessoas)”; e uma multiplicidade molecular, constituída por fluxos, devires, a qual concerne as “partículas que escapam dessas classes, desses sexos, dessas pessoas” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 68).

Esta série de “dualidades” pode passar a impressão, a primeira vista, de que os filósofos suspendem um dualismo estabelecendo novos dualismos. Entretanto, trata-se de uma leitura apressada, pois o interessante em relação à linha de segmentaridade *molar* e à linha de segmentaridade *molecular* é justamente o fato de que “as duas linhas não param de interferir, de reagir uma sobre a outra, e de introduzir cada uma na outra uma corrente de maleabilidade ou mesmo um ponto de rigidez” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 68). Portanto, o que é preciso ter bem claro quanto à concepção de Deleuze e Guattari, é o fato de que

toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações,

⁴ A partir desta perspectiva, Deleuze enfatiza a “incompatibilidade do bergsonismo com o hegelianismo, e mesmo com todo método dialético”, pois “contra a dialética, contra uma concepção geral dos contrários (o Uno e o Múltiplo), o que Bergson pede é uma fina percepção da multiplicidade” (DELEUZE, 1999: 33,35).

nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 90)

Nesse sentido, “a questão é, portanto, que o molar e o molecular não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 93,95), pois o molecular, do mesmo modo que a organização molar, é coextensivo a todo campo social.⁵ Sendo assim, “a existência se mostra indissociável de agenciamentos variáveis e remanejáveis que não cessam de produzi-la”, ou seja, “cada um de nós combina concretamente os dois tipos de agenciamentos em graus variáveis” (ZOURABICHVILI, 2004: 20-21). Como afirma François Zourabichvili, acerca desta noção de agenciamentos:

Se a instituição é um agenciamento molar que repousa em agenciamentos moleculares [...], o indivíduo por sua vez não é uma forma originária evoluindo no mundo como em um cenário exterior ou um conjunto de dados aos quais ele se contentaria em reagir: ele só se constitui ao se agenciar, ele só existe tomado de imediato em agenciamentos. Pois seu campo de experiência oscila entre sua projeção em formas de comportamento e de pensamento preconcebidas (por conseguinte, sociais) e sua exibição num plano de imanência onde seu devir não se separa mais das linhas de fuga ou transversais que ele traça em meio às "coisas" [...]. Os dois pólos do conceito de agenciamento não são portanto o coletivo e o individual: são antes dois sentidos, dois modos do coletivo (ZOURABICHVILI, 2004: 20-21).

Nessa perspectiva, Deleuze e Guattari afirmam que entre o agenciamento molar e o molecular “a diferença não é absolutamente entre o social e o individual (ou interindividual)”. Cabe dizer que no plano molecular a própria “distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 98).

Portanto, a novidade desta noção de agenciamentos é a de que só dá para pensar em termos da dualidade estrutura e indivíduo no plano dos agenciamentos molares, seja para conceber uma determinação estrutural ou o poder de ação dos indivíduos. Em outras palavras, a dicotomia social e indivíduo concerne ao agenciamento molar, não ao agenciamento molecular.

⁵ Segundo Deleuze e Guattari, “trata-se, sobretudo, de não acreditar que basta distinguir massa e grupos exteriores dos quais alguém participa ou a que pertence e conjuntos internos que ele envolveria em si. A distinção não é absolutamente a do exterior e do interior, sempre relativos e cambiantes, intervertíveis, mas a dos tipos de multiplicidades que coexistem, se penetram [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 49-50)

Por outra macro-história e micro-história

A noção de agenciamentos proposta por Deleuze e Guattari remete a uma concepção de macro-história e micro-história bem diversa daquela que mencionada no primeiro tópico, pois concebem que

[a] diferença entre uma macro-história e uma micro-história não concerne de modo algum o tamanho das durações consideradas, o grande e o pequeno, mas sistemas de referências distintos, conforme se considere uma linha sobrecodificada de segmentos ou um fluxo mutante de *quanta*. (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 101)

Tendo em vista esta concepção que eles apresentam de macro-história e micro-história, os filósofos chegam a sugerir, inclusive, o que consideram como sendo a *tarefa do historiador*, qual seja:

[...] assinalar o “período” de coexistência ou de simultaneidade dos dois movimentos (de um lado, descodificação-desterritorialização e, de outro, sobrecodificação-reterritorialização). E é nesse período que se distinguem o aspecto molecular do aspecto molar: de um lado as *massas* ou *fluxos*, com suas mutações, seus *quanta* de desterritorialização, suas conexões, suas precipitações; de outro lado, as classes ou segmentos, com sua organização binária [...]. (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 101)

A fim de tentarmos compreender melhor essa questão, cabe recorrermos à distinção que Deleuze e Guattari estabelecem entre “duas espécies de vigilantes: os de visão curta e os de visão ampla”.⁶

Os vigilantes de visão curta têm uma luneta simples, capaz de observar somente “o contorno de células gigantes, de grandes divisões binárias, dicotomias, segmentos eles mesmos bem determinados, [...] ramos, cadeias, fileiras, colunas, dominós, estrias”. Entretanto, estes vigilantes “às vezes, descubrem, nas bordas, uma figura mal feita, um contorno tremido”. Tais vigilantes vão então buscar “a terrível Luneta de raios. Esta não serve para ver, mas para cortar, para recortar. É ela, o instrumento geométrico, que emite um raio laser e [...] restaura a ordem molar por um instante ameaçada” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 73-74).

Já os vigilantes de visão ampla têm “uma luneta refinada e complexa”, e “vêm uma coisa totalmente diferente do que os outros”, a saber, “toda uma micro-

⁶ Deleuze e Guattari tratam destas duas espécies de vigilantes tendo como referência a novela “História do Abismo e da Luneta”, de Pierrette Fleutiaux (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 73).

segmentaridade, detalhes de detalhes, [...] minúsculos movimentos que não esperam para chegar às bordas, linhas ou vibrações que se esboçam bem antes dos contornos...”. Sendo assim, essa outra luneta observa “todo um rizoma, uma segmentaridade molecular que não se deixa sobrecodificar por um significante como máquina de recortar, nem mesmo atribuir a uma determinada figura, determinado conjunto ou determinado elemento” (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 74).

Nessa perspectiva, consideramos que quando Deleuze afirma que “*o que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história*” (DELEUZE, 1992: 210), está fazendo referência a uma história que, a nosso ver, é própria dos vigilantes de visão curta, capaz de apreender apenas a efetuação do acontecimento, seus contornos, seus segmentos molares, sendo que para apreendê-lo em seu devir, seria necessário também produzir uma história própria dos vigilantes de visão ampla, apta a perceber o devir, os fluxos moleculares.

É justamente a contraposição entre estes dois modos de se produzir o conhecimento histórico que está presente em algumas reflexões do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. De acordo com o autor, os historiadores, comumente, se limitam a apreender os “relevos fixos, as figuras petrificadas, as formações mais cristalinas, as identidades de objeto e de sujeito mais cristalizadas” (...), não conseguindo perceber como que mesmo a “memória mais ossificada”, é sempre “trabalhada por dentro, corroída, porejada por processos microscópicos de ruína, por devires, por linhas de fuga, por virtualidades, por processos de mudança e transformação” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 89)

Nesse sentido, seria preciso “deixar a sombra tranquila da história-árvore” e “se aventurar pelos volteios da história-rizoma” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 253). Assim, o autor, a nosso ver, está questionando uma história que apreende o acontecimento apenas em sua efetuação em “estados de coisa”, própria dos “vigilantes de visão curta”, e propondo uma história que a capte o “devir”, própria dos “vigilantes de visão ampla”.

Através da análise que realizamos neste tópico, procuramos mostrar que Deleuze e Guattari não propõem que se abandone a análise das estruturas sociais em favor da análise da ação dos sujeitos sociais. Vimos que a contribuição dos dois filósofos está

precisamente em considerar o “micro” como a dimensão molecular, do processo, dos fluxos, do devir, tanto ao nível individual quanto coletivo; enquanto o “macro” se refere à dimensão molar, dos segmentos bem determinados, de divisões binárias, também tanto ao nível individual como no coletivo. Em outras palavras, a fronteira não é entre estruturas e indivíduos, mas entre dois sistemas de referências distintos que os atravessam: o agenciamento molar e o molecular.

Considerações finais

A perspectiva de Deleuze e Guattari abre uma via para outro modo de se pensar a história. Como vimos, os filósofos concebem a existência de dois tipos de agenciamentos a maneira de dois processos segundo os quais a experiência se configuraria ininterruptamente: o molar, como processo que enquadra a experiência em formas fixas; e o molecular, como processo que libera a experiência dessas formas. A partir desta concepção, percebemos que estudos historiográficos têm debatido em torno de formas fixas (estruturas, indivíduos) para representar a experiência no tempo. Mas esta, ao invés de remeter a essas instâncias puras, oscila entre um processo molar que a enquadra naquelas formas e um processo molecular pelo qual escapa dessas formas, prolongando os fluxos. Portanto, a noção de agenciamento contribui para uma abordagem histórica que conceba a experiência como um misto de processos heterogêneos que se misturam concretamente em graus variáveis, tendo em vista que ambos se distinguem, mas são inseparáveis.

Em suma, a partir da noção de agenciamentos e de uma outra concepção de macro e micro-história, a tarefa do historiador seria analisar como a experiência no tempo oscila entre dois processos: de um lado, é submetida a um agenciamento molar que remete a composição de formas sociais fixas, estruturas, sujeitos; de outro lado é direcionada a um agenciamento molecular que efetua a decomposição destas formas sociais, estruturas, sujeitos. Entretanto, cabe não negligenciar como este último processo pode levar novamente ao primeiro, e vice-versa, o que interdita qualquer espécie de atribuição de dualismo em relação a distinção destes dois agenciamentos, pois eles são imanentes um ao outro, sendo que um não pára de tentar reconstituir formas e sujeitos, enquanto o outro não pára de tentar desmanchar estas formas e sujeitos.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Trad. de Patrícia C. Ramos. Por to Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Trad. de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. **Conversações**. Trad. De Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Trad. de Aurélio Guerra Neto et. al. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura**. Agência e estrutura. Portugal: Ed. Celta, 2000.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SIMMEL, Geörg. Conflito e estrutura do grupo. In: MORAES Fº, Evaristo (Org.). **Simmel** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

**A CONFEDERAÇÃO ARGENTINA E A PÁTRIA DISTANTE:
APONTAMENTOS SOBRE A PARTIDA DOS EMIGRADOS RIOPLATENSES (1828-1842)**

Suellen Mayara Péres de Oliveira*

Introdução

O chamado movimento decembrista, liderado pelo unitário Juan Lavalle em dezembro de 1828, teria sido mais um entre tantos outros conflitos que alvoroçaram a vida política da região do Prata, senão fosse um marco na oposição entre o grupo federal e o unitário. No âmbito dos acontecimentos externos às Províncias Unidas do Prata, meses antes foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro com a finalidade de documentar o reconhecimento da Independência do Uruguai por parte do Império do Brasil e do governo das Províncias Unidas¹. Se por um lado o clima externo mirava um acordo de paz na região, por outro ponto de vista interno a assinatura da convenção revelou as fragilidades do projeto político levado a cabo pelo unitarista Bernardino Rivadavia².

Deste contexto pode ser observado que o enfraquecimento de Rivadavia cedeu espaço para atuação de outros membros do grupo unitário. Entre eles, Juan Lavalle conseguiu articular a adesão daqueles que lutaram em Ituzaingo para compor uma tropa que destituiria o federal Manuel Dorrego, eleito como governador da Província de Buenos Aires e representante das Províncias conjuntamente após o afastamento de Rivadavia.

Os desejos de dirigir e participar politicamente das decisões que partiam da província de Buenos Aires dividiu não somente os unitários, sobretudo aqueles homens das províncias vizinhas que se sentiam bastante afetados pela política do interior efetuada por Rivadavia. Em 1829, foram esses últimos responsáveis por um levantamento rural que marchou rumo à capital para afrontar o governo de Lavalle, cuja

* Mestre em História Social, doutoranda do PPGHIS/UFRJ. Bolsista CNPq.

¹ O nome oficial da atual República Argentina foi convencionado no governo de Bartolomé Mitre em 1862 com o fim da guerra civil, quando a capital do estado retornou para a cidade de Buenos Aires. Durante a gestão de Juan Manuel de Rosas, o nome oficial era Confederação Argentina e representava todas as províncias da região do Prata que aderiram ao Pacto Federal em 1831. Entre 1810 e 1831, o nome oficial era Províncias Unidas da região do Prata e também nomeava as províncias regionais que romperam com a monarquia hispânica. Apesar do nome Argentina significar Prata em latim, *argentum*, era mais comum o uso de rioplatense como identidade regional, o uso de Argentina como nome símbolo de um estado político começou a ser utilizado por Rosas.

² Foi governador da província de Buenos Aires e em 1829 representante com *status* de presidente das Províncias Unidas do Prata.

liderança era de Juan Manuel de Rosas.

Há alguns anos que o outro Juan que surgiu nessa cena era responsável pela comissão de pacificação dos índios e por tanto fizera alianças muito importante com os líderes do interior. Também é ele quem apontou a ilegalidade do governo de Lavalle que não havia sido eleito para o cargo, nem nomeado pela Assembléia das províncias. Diante da acusação Juan Lavalle negociou com Rosas a convocação de novas eleições para governador da Província de Buenos Aires, nesse entre tempo Rosas assumiu de modo provisório em 1829. Como governador de Buenos Aires, ele firmou em 1831 o pacto federal que unia as províncias litorâneas à província bonaerense com a proposta de acabar com o centralismo da capital representada oficialmente pela influência de seus representantes nas decisões da Assembléia de províncias. (SALVATORE, 2005).

Tal qual essa, histórias de pacto político entre as lideranças do centro e do interior foram comuns por toda América pós-independente. Seria um ledor engano interpretá-las apenas como uma característica de ausência de participação popular, ou como parte do fenômeno caudilhista visto que em muitos casos esse tipo de direção política das províncias não impedia o funcionamento das eleições em outras instâncias (SABATO, 1999). Igualmente importante é esclarecer que as eleições não eram a única forma de participação política da região do Prata, já que como argumentou Pilar Gonzalez Bernaldo, antes do estado nacional ter se consolidado como modelo político único havia inúmeras formas de tomar parte da comunidade política tais como atuar em guerras, na imprensa, em discussões em bares, associações salões literários e etc (GONZALES BERNALDO, 1997). Diante desses matizes parece ser o conceito de legitimidade o produtor da diferenciação de tais práticas participativas. Igualmente importante foi o modo que o estado cerceou-as pela punição, legalizando determinadas práticas políticas e outros dispositivos institucionais.

Voltando a 1828, havia uma proposta dos representantes provinciais, unitários e federais, que as eleições deveriam ser legitimada em várias instâncias políticas como na Assembléia e nos *cabildos*, a fim de combater o que para os grupos políticos era a fonte da corrupção da vida política: as direções compactuadas. Assim, formalizar as eleições foi uma das promessas de Lavalle ao assumir o poder depois do levante decembrista. Da mesma forma que Rosas quando assumiu eleito incorporou ao seu programa político essa demanda, mas como uma pressão para exigir da Assembléia de representantes

provinciais o aumento de suas competências como governador. Depois de um grande impasse a Assembléia decidiu a favor do pedido e encerrou seus trabalhos em caráter provisório. Após ter ganhado as eleições em 1829, Juan Manuel de Rosas passou a dirigi-la atuando tanto na instância administrativa quanto legislativa.

Entre as formas utilizadas por Rosas para promover a adesão da comunidade rioplatense uma delas foi divulgar um espaço de medo, simbolizado na luta para que o levante decembrista não se repetisse. É dessa forma que os unitários e o movimento de Lavalle foram transformados em um evento simbólico de práticas anárquicas de manifestar-se politicamente. Como foi também esse conflito a base de sua legitimidade para conduzir a Província de Buenos Aires com faculdades extraordinárias cedidas pela Assembléia das províncias (MYERS, 2002). Através de uma plataforma discursiva pragmática e novas leis, Rosas criou hierarquias dentro das formas de participar da comunidade política, valorizando as semanas das eleições e inferiorizando as manifestações públicas desde os movimentos armados até mesmo a crítica em jornais.

O historiador Jorge Myers apontou como as ações de prevenção e segurança dentro do discurso rosista, transformaram-se em práticas de legitimação de seu empreendimento político. Todavia, a manutenção dos poderes ampliados dependia da permanência da suposta ameaça dos unitários ao governo provincial (MYERS, 2002).

Art.3. El uso de las facultades extraordinarias cesará desde que el P.E. anuncie a la Sala haber pasado la crisis peligrosa, o desde que la H. Representación con conocimientos exactos, y previo informe al Gobierno, declare ser innecesaria la continuación de ellas. (MYERS, 2002: 126)

Então, parece fundamental o papel que a recordação do movimento decembrista exerceu na legalização de uma nova comunidade política criada por Rosas, quando foi governador (1829-1832).

Há que trazer para a reflexão algumas perguntas em relação a “crise perigosa” e como ela foi mobilizada por Rosas. A primeira delas se refere à ausência de um texto constitucional aprovado por todas as províncias da região do Prata, o que implica que dentro da arquitetura política não havia sido legalizado o *status* de ser cidadão. Portanto, quais governos poderiam ser considerados anárquicos e ilegais? A resposta aponta para uma interpretação de que os debates, as guerras e as disputas estavam inseridas em um estado em vias de consolidação, então o projeto rosista também apresentava uma

expectativa de construção.

Quando Rosas assumiu em 1829, a província de Buenos Aires sob gestão de Rivadavia havia sido pioneira ao adotar o voto universal em 1821 e extinguir a escravidão, contudo esse exercício conviveu com tantos outros instrumentos de mobilização política de diversos setores da população. Assim, estabelecia um jogo de exclusão e inclusão, logo a questão também pode ser refeita de outro ponto de vista: Rosas começou a excluir que tipo de modelo e participação política dentro do seu projeto?

Diante desse quadro diverso, o projeto político de Rosas estava muito mais ligado a uma condenação de práticas que dos indivíduos, durante o primeiro governo. Então, deve-se ter em conta que seus detratores não estavam definidos e posicionados em 1829. Logo, a perseguição e punição das práticas políticas foram às principais ameaças aos cidadãos bonaerenses.

Aqui se emoldurou o quadro de combate aos opositores e aos movimentos políticos para chegar ao poder. Dentro dele, o movimento decembrista aparece destacado como modelo às avessas, servindo de evento paradigmático para a exclusão de pessoas e de determinadas formas de participação política.

Inventando um passado de terror

Mediante a falta de um princípio constitucional, Rosas utilizou-se de decretos e editais que eram expostos publicamente nas ruas e nos periódicos. Em análise desses editais, percebe-se que as novas leis e decretos eram veiculados em regime público, eram assim fixadas nas ruas para que toda a população tivesse conhecimento.

Uma das leis mais polêmicas foi a lei de imprensa em 31/12/1829. Além de cercear as publicações da província aos olhares do governo, ela também partia de uma formalização do teor dos papéis públicos. Como apontaram vários trabalhos sobre o período rosista, ele utilizou todos os dispositivos disponíveis para combater seus críticos e criar uma esfera pública de aceitação popular (MYERS, 2002; SALVATORE, 2005; TERNAVASIO, 1999). Contribuiu para a recepção do discurso rosista as formas clássicas consagradas pela retórica, como por exemplo o catilinarismo (MYERS, 2002). Dessa forma a censura e o ataque se inseriam dentro de uma narrativa histórica, cuja inovação foi veicular uma nova cronologia para a direção política de Rosas na história

de Buenos Aires. Com tanto que tais narrativas servissem ao propósito de confinar o período rivadaviano e o projeto dos unitários ao passado. Cabe ressaltar que as narrativas históricas de Rosas circulavam em pequenos trechos em todos seus discursos, editais e até mesmo na introdução do texto das novas leis que ele criou. Contudo, tal representação histórica do tempo pretérito constituía um exemplo a ser combatido para que o presente fosse repleto de ordem e esperança.

Observa-se então que o governo de Rosas foi marcado por um espaço de terror porque perseguiu seus inimigos, censurou a imprensa e coibiu manifestações públicas contrárias ao seu projeto. Todavia, a narrativa histórica desse processo criada por ele e seus periodistas, como Pedro de Angelis, associou esse espaço do medo ao passado recente do período em que os unitários dirigiram a província. Assim, podemos entender que enquanto Rosas divulgava que a anarquia dos unitários era parte de um passado a ser combatido e jamais seguido como exemplo, os unitários e um bando de outros cidadãos não unitários, que também foram expulsos e identificados com aquele grupo, tinham que provar discursivamente que faziam parte de um tempo presente. Vemos assim que a ocupação de um espaço na nova comunidade política rosista ficou restrita àqueles que apoiaram Rosas, estes últimos foram também aqueles que fizeram uma opção por viver um novo presente e abandonar um passado recente.

Em suma, o cerceamento dos inimigos de Rosas em Buenos Aires foi acompanhado de várias narrativas que manipulavam o tempo. É a partir dessa época que Rosas assumiu como líder de uma nova federação. No seu novo mandato em 1835, a nova cronologia de seu governo já circulava com bastante recorrência dentro do contexto da história de Buenos Aires, inaugurada pelas narrativas da Revolução de maio (WASSERMAN, 2008). Em todas as publicações oficiais, o governo aparecia situado no tempo assim: “Viva la Federacion! Buenos Aires, 26 de la Libertad, 20 de la Independencia y 6 de la confederación Argentina.” (MYERS, 2002).

Restava ao grupo exilado de sua comunidade política enfrentar ou fugir do espaço do terror³. Excluídos pela força dos exércitos federais ou pela restrição da lei de imprensa, os inimigos de Rosas passaram a migrar para as províncias do interior. Em algumas delas, os unitários conseguiram apoio político. Em 1830, o general Paz

³ Tanto Michel Foucault quanto Benedict Anderson argumentaram que o terror é uma parte constitutiva do processo de consolidação do estado moderno. (FOUCAULT, 2009; ANDERSON, 1989).

organizou uma liga das províncias do interior sem romper com Buenos Aires e restituir a soberania da Assembléia de províncias. O fortalecimento das províncias do interior junto às lideranças unitárias que fugiram de Buenos Aires ameaçava o empreendimento rosista, principalmente porque a liga havia tomado uma parte da influência de Facundo Quiroga no interior. Daí que Rosas firmou o pacto federal unindo Buenos Aires as províncias litorâneas. A Guerra civil entre as duas ligas, e intensificação da perseguição aos opositores levou uma série de federais a romperem com Rosas, como o federal Tomas Guido.

Embora, a Liga do Litoral tenha saído vencedora desse embate, os representantes da Assembléia revogaram as faculdades extraordinárias do governador e convocaram novas eleições. Dentre 1833 e 1834, Rosas retornou ao interior e deu acabo a formação de novas alianças comandando um exército de campanha no deserto para por fim as comunidades indígenas, visto que para os estancieros os grupos nômades ameaçavam as atividades pastoris. Os interesses econômicos foram fatores incisivos no reconhecimento dos índios como estrangeiros a comunidade política que se forjava. É também dessa peregrinação de Rosas pelo interior que ele organizou a mazorca, um grupo político federal que exterminava e perseguia os críticos do pacto federal (SALVATORE, 2005).

Logo, a guerra reforçou ainda mais a retórica catilinária de Rosas e o argumento de que a província estava ameaçada. A vitória de Juan não foi apenas à guerra, mas também de um projeto político que afiançava e hierarquizava aqueles que podiam pertencer a vida política. Sendo assim em 1835, Juan Manuel de Rosas foi reeleito e mais uma vez convenceu a Assembléia a conceder os poderes extraordinários.

Após a vitória das províncias litorâneas sobre as do interior, não havia mais lugar para os fugidos e derrotados. Lembrar dos exilados unitários ou federais que deixaram escritos é fácil, mas os tantos outros que lutaram em seus bandos, se perderam nas margens do Rio da Prata vagando por terem sido estrangeiros em sua própria terra? Muitos viveram fugindo para sempre sem ao menos terem levantado a bandeira unitária. Quem eram esses outros estrangeiros que o discurso rosista identificava como pertencendo a seus inimigos políticos?

Um edital manuscrito publicado na Província de São Luis em 1836 ajuda a configurar esses outros exilados da Confederação Argentina. Talvez um dos poucos

papéis que circulavam nas províncias que tenha sobrevivido ao tempo, já que ele foi reproduzido em caráter manuscrito e provavelmente copiado de tantos outros que a direção bonaerense espalhou por todas as províncias depois da guerra.

O primeiro artigo a que se refere o edital se dirige ao grupo unitário como aqueles espíritos anárquicos e revoltosos que atentaram contra a ordem da Confederação. O segundo artigo acrescenta a punição àqueles que tomaram parte nos exércitos do interior e colaboraram com os levantes. Já o terceiro artigo reforça o controle das informações já estabelecido na lei de imprensa de 1829, para excluir aqueles que “de palabra tratar de adentrar al Pueblo para infundir-le Temor, y deán publicando noticias, faltar a verdad” (AGN. Argentina, 1836). O quarto artigo estendeu a exclusão também aos suspeitos de serem ou tomar partido dos unitários.

Até então, os artigos descritos se enquadravam nas querelas políticas entre o governo Rosas e aqueles que foram eleitos como seus inimigos, bem como daqueles que mesmo não sendo unitário mas letrados deferisse algum tipo de crítica na imprensa ao projeto da Confederação. Essa disputa política que iniciara em Buenos Aires com movimento decembrista já polarizava os unitários e federais também nas províncias do interior e após o fim da guerra entre as ligas, a perseguição também chegara ao interior. Todavia, em 1836 a querela de Rosas com os unitários passou a ser excludente com outros setores da população.

Apresentado a esse ponto, podemos voltar ao Edital da província de São Luis publicado em 1836. Depois de indicar as exclusões de um partido que fizera oposição à direção rosista, os artigos dos editais concediam aos cidadãos comuns o direito de eles mesmos realizarem as punições até então monopólio do governador.

Art.9º. Todo ciudadano esta autorizado para conducir a la prisión del modo que le parecer conviene dar lo, a cual momento in fragante sedimento a otro, introduciendo la discordia con sus combinaciones o asentadas las noticias con exoerança. (AGN. Argentina, 1836)

Ao compartilhar com a população o poder de usar a força e a punição, a direção política rosista criava na só um cordão de vigilância contra seus opositores, como também ampliava a perseguição a outros costumes incomuns às comunidades locais. Por isso, a concessão dessa vigilância fortalecia os vínculos comunitários das margens do Prata, uma vez que esse poder de punir pulverizava o uso do poder de justiça com as

peessoas comuns.

A conseqüência desse poder compartilhado foi a manipulação das comunidades locais para excluir de seu convívio aqueles indivíduos *outsiders*, com comportamento diferentes, estrangeiros de outro província e cidade, os baderneiros, ladrões etc. Para alimentar o envolvimento das comunidades o governo garantia o reconhecimento: “Art. 8º. El nombre de toda persona que denunciarle a al gobierno de semejantes criminales, será tan respetado que tendrá ella sobra fama.” (AGN. Argentina, 1836). Talvez, o uso do poder de denúncia e controle sobre as relações locais tenha sido mais eficaz que o uso dos cintos com a propaganda da Confederação (SALVATORE, 2005), ao que tange a criação de pertencimento à nova cidadania da Confederação.

Há que se levar em conta todas essas pessoas que foram levadas a júri por seus vizinhos, amigos e líderes locais acusados de serem unitários, mas na verdade estavam sendo vítimas por outros delitos ou desavenças no ambiente do lar. Punição que perseguiu até mesmo os federais que se opuseram ao uso abusivo dos poderes extraordinários, conseqüentemente, todos foram representados como inimigos da Confederação. Todos somaram as fileiras dos fugitivos e tornaram-se estrangeiros em sua própria pátria, visto que editais manuscritos como esse da província de São Luis foram reproduzidos e circulados por todas as cidades que margeavam o Rio da Prata.

Em tempos posteriores a Independência, a nação argentina não existia como um nacionalismo definidor das origens e dos limites da comunidade política. Ainda em 1830, prevalecia para os cidadãos a referência da nação como a pátria, a casa, o lugar onde se nasce (ANNINO e GUERRA, 2003; CHIARAMONTE, 2004). Nesse rumo, a direção política de Rosas construiu uma nova identidade e um novo vínculo de comunidade política que fugia aos padrões e modelos usados no século XIX, como a elaboração de uma constituição e instituições deliberativas de um típico estado nacional moderno. Desse ponto de vista parece adequada à interpretação de Marcela Ternavasio e Gonzales Bernaldo, cuja afirmação considera que o modelo político proposto por Rosas consolidou a união das Províncias mantendo suas autonomias e criando novos vínculos de pertencimento. (GONZALES BERNALDO, 1997; TERNAVASIO, 1999). No entanto, ele obteve sucesso porque usou o monopólio da força como nenhuma outra liderança rioplatense havia usado.

À medida que Rosas formulou um cidadão defensor do projeto da Confederação,

também incentivou a participação dos setores subalternos nas eleições, por esses meios, legalizou-se um novo comportamento civil. Vista dessa forma a perseguição e o espaço de terror praticado por Rosas fortaleceram os vínculos comunitários entre os rioplatenses que não pertenciam aos círculos das elites políticas.

Ao definir esse novo cidadão e essa nova pátria da ordem, o seu monopólio precisava definir os estrangeiros daí o papel fundamental da caracterização unívoca dos unitários levada a cabo pelo discurso rosista. Os Unitários passaram a representar não só seus interesses como grupo político, mas os hábitos de cidadãos maléficos a convivência pública. Ressalta-se também que diminuição do papel da imprensa dentro das formas de participação na vida pública motivou a fuga de vários grupos letrados da região que não eram unitários, como grande parte da geração de 1837 (WEINBERG, 1977). Então, temos que pensar nos exilados rioplatenses como estrangeiros de um novo projeto político empreendido por Rosas.

Em 1836, Rosas obteve a adesão das províncias do interior e os estrangeiros tornaram-se perseguidos políticos e exilados da sua margem do Rio da Prata, uma vez que a perseguição nas províncias do interior os empurraram para outros territórios políticos como Chile, Bolívia, Montevidéu e Brasil, dentre outros destinos europeus como a França.

Como essa experiência de estar fora da casa e da pátria por desavenças políticas mudou os indivíduos e suas bandeiras políticas? Responder a essa questão é um convite para observar as trajetórias desses exilados rioplatenses em seus múltiplos contextos e conexões. Certo é que o discurso rosista narrava uma nova comunidade política das quais muitos não puderam participar. Essa exclusão política das formas de participação institucional qualificou a experiência de ser estrangeiro em sua própria comunidade, pois a rota de fuga começara de uma província para outra. Nesse caso o que os qualificavam não eram ainda ser argentinos, sim pertencentes ao território do antigo Vice-Reinado do Prata. Nesse sentido, os estrangeiros tornam-se exilados quando emigram da região das províncias unidas à Confederação.

Igualmente cabe considerar que nem todos os exilados eram unitários. A esse grupo somou-se todos aqueles denunciados por conflitos da rua, das *pulperías*, já que o poder de acusação e julgamento as pessoas comuns levaram as querelas do mundo privado para o espaço público do terror. Logo, muitos exilados que lutaram contra

Rosas foram pessoas comuns que não tomavam parte do projeto político do grupo unitário. Até mesmo porque seus programas políticos esvaziaram-se para atender às demandas da guerra contra Rosas.

No exílio desses peregrinos, só havia lugar numa pátria do futuro, mas seria possível voltar ao lar e reapropriar de uma pátria política da qual eles não ajudaram a construir? A experiência de estar de fora de todos que fugiram do sistema rosista dividiu presença com a ampliação da participação política para outros setores da comunidade rioplatense. Quer seja para os novos cidadãos agregados, quer para os cidadãos proscritos os anos que marcaram a direção política de Rosas foram tempos de guerra, terror e esperança.

Referências Bibliográficas

- AGN.Argentina. **Edital da Província de São Luis**. Coleção Carlos Casavalle. Legajo 2311, 1836.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier. **Inventando la nación**. Iberoamérica siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão** (em português). 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GONZÁLES BERNALDO, Pilar. **Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- _____. “La identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas con el antiguo régimen. **Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. n.12 de 1997.
- MYERS, Jorge. **Orden y virtud, el discurso republicano en el regimen rosista**. 2ª edición. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- SABATO, H. **Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas**

- históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SALVATORE, Ricardo. Consolidación del régimen rosista (1835-1852). In: GOLDMAN, N. **Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.
- TERNAVASIO, Marcela. Hacia um régimen de unanimidad. Política y elecciones em Buenos Aires, 1828-1850. In: SABATO, H. **Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- _____. **Gobernar la revolución**. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816. Buenos Aires: siglo veintiuno editores, 2007.
- WASSERMAN, Fabio. **Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.
- WEINBERG, Felix. **El salón literario de 1837**. Buenos Aires: Hachette, 1977.

ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Maria Teresa Villela Bandeira de Mello*

O objetivo do trabalho é discutir as relações entre arquivos pessoais de cientistas, suas trajetórias profissionais e a história da ciência. A perspectiva é de que esses acervos permitem estudar não apenas a contribuição do cientista na produção de conhecimento mas também o ambiente familiar, intelectual e social no qual ele desenvolve seu trabalho. Além disso, pretende contribuir para os debates recentes que buscam estabelecer uma “reflexão crítica com relação aos arquivos, entendidos como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”. (HEYMANN, 2009: 1)

Para tal, tomamos como objeto de análise o arquivo de Rostan Soares (1914-1996). Médico sanitário e pesquisador com larga experiência na área de estudos voltados ao combate de doenças tropicais, em especial a malária e a esquistossomose. Rostan ocupou inúmeros cargos e funções em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde, entre as quais o Serviço Nacional de Febre Amarela, o Serviço Nacional de Malária, o Instituto de Malariologia e o Instituto Oswaldo Cruz.

Localizado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, o arquivo abrange o período 1904-1991 e contém um rico e volumoso conjunto documental que informa sobre a trajetória profissional do titular e sua atuação em instituições centrais no processo de formulação e implementação de políticas de saúde pública e suas relações com a ciência na segunda metade do século XX, no Brasil.

Nosso intuito é tomar o acervo de Rostan Soares como um exemplo de arquivo oriundo das práticas científicas que permite analisar, através de seus registros documentais, uma dupla dimensão da institucionalização do saber e constituição da memória. Por um lado, este acervo testemunha aspectos importantes do universo de produção do conhecimento científico e, por outro lado, espelha a atuação do poder público no combate às endemias rurais no Brasil do século XX.

Ao longo da História, os arquivos têm representado, alternada e

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutora em História.

cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação. A razão pela qual eles puderam servir a tantas finalidades é que os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único. Gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido.

Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e conseqüências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam. Em função dessa relação, os registros documentais sempre foram vistos como dignos de confiança e preservados de acordo com procedimentos administrativos claramente estabelecidos e compreendidos.

No que diz respeito especificamente aos arquivos pessoais, Castro Gomes aponta que a descoberta dos arquivos privados pelos historiadores é razoavelmente recente e, em geral, esteve associada à renovação teórica do campo historiográfico, do qual emergiram novos objetos e fontes para a pesquisa, além de novas metodologias. A autora ressalta a enorme importância que a história cultural teve neste movimento de renovação do fazer histórico que, igualmente fruto das novas abordagens teórico-metodológicas, colocou o indivíduo no centro de sua reflexão e promoveu um fecundo diálogo com outras áreas de conhecimento (GOMES, 1998: 121-127).

E ainda, se esta nova história transgredira os limites entre as disciplinas, tornara o social em todas as suas dimensões seu objeto e ampliara o conceito de documento histórico, o que estaria diretamente relacionado a esta “*revalorização do indivíduo na história*”, outras questões colocam-se no trato das fontes oriundas dos acervos privados. Justamente por retratar o indivíduo em sua dimensão privada e íntima, há o risco do historiador deixar-se seduzir pela ‘ilusão da verdade.’ Se a proximidade com o ‘real’ trazida pelos documentos pessoais pode induzir o historiador a considerá-los como testemunho da verdade, a autora rebate, considerando que:

É sob essa ótica que a ‘espontaneidade’, a ‘autenticidade’ e a «verdade» dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros. (GOMES, 1998: 125-126)

Aprofundando essa linha de reflexão, Heymann mergulha no universo dos arquivos privados pessoais partindo de uma constatação com relação à ‘aura’ dos documentos de arquivo: “(...) é quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até invisíveis da história e do mundo social.” (HEYMANN, 1997: 41-42)

Esta sensação parece fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos, cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua ‘papelada’, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

Entretanto, a autora, chama a atenção para o fato de ser necessário problematizar essa associação, relativizando a noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares. Heymann propõe uma ‘desconstrução’ da representação dos arquivos privados pessoais por meio do acompanhamento do processo sociológico de constituição destes arquivos, buscando destacar “(...) o que há de social na produção deste tipo de memória dos indivíduos” (HEYMANN, 1997:42).

A partir destas reflexões gostaríamos de levantar alguns pontos essenciais para a caracterização dos arquivos pessoais que fundamentam o exercício de nossa análise do arquivo Rostan Soares.

Em primeiro lugar, destacamos a importância da ênfase na questão da ‘acumulação’ para uma melhor compreensão do universo dos arquivos pessoais. Conforme se depreende da definição de arquivo privado¹, a unidade de cada um desses arquivos é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos. No caso dos arquivos pessoais cabe, em princípio, a uma pessoa física – o titular do arquivo – escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados.

É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades, e suas relações vão determinar e informar o que é produzido, recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro lado, e fundamentalmente, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira. A ênfase na acumulação significa que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental (HEYMANN, 1997: 42-43).

Assim, o que importa não é a produção de documentos, mas antes a acumulação que deu origem ao conjunto. No entanto, se é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação, única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo, por outro lado uma associação pura e simples entre esses dois elementos poderia levar a, pelo menos, dois equívocos. O primeiro seria imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades desenvolvidas por ele.

¹ Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação. Cf. BELLOTTO, 2004: 253.

Um segundo equívoco seria imaginar o arquivo como a ‘memória’ em estado bruto de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira. Esta perspectiva é alterada quando percebemos que estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada momento (HEYMANN, 1997: 44).

É importante ter sempre em mente, no caso dos arquivos pessoais, o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que os diversos documentos que os compõem são gerados e acumulados, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos.

Nesse sentido, podemos apontar algumas das várias instâncias de produção dessa memória. Por exemplo, na fase de acumulação do arquivo, a ação do próprio titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como a ação de auxiliares próximos. Após a sua morte, pode ocorrer a interferência de familiares que podem reduzir o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses.

No caso de doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que no processo de organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental. Sem falar nos ‘acidentes de percurso’ que podem ter atuado na delimitação do arquivo na sua forma final (intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, etc).

É necessário que se ‘desnaturalize’ a identificação entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual desde os primórdios da acumulação. A seleção dos documentos dentre todos os passíveis de serem guardados e seu agrupamento proporcionam, conforme já foi dito, o *sentido* dos mesmos.

Nesse ponto chamamos a atenção para a dimensão de ‘colecionamento’ existente na constituição de um arquivo pessoal, diferentemente do que ocorre nos arquivos

públicos e/ou institucionais, nos quais, em princípio, o binômio acumulação/produção é dado como natural. Vianna et alii propõem chamar o sujeito desse processo de acumulação, que se apropria privadamente de determinados documentos de ‘arquivador’, em contraposição ao *arquivista*, termo designado ao encarregado do arquivo quando este for deixado, pelo titular ou sua família, ‘*aos cuidados da história*’.

O arquivador constitui o seu arquivo de documentos segundo critérios que lhe são preciosos. Ele constitui seu arquivo como parte de si, segundo um movimento que é, em primeiro lugar, “(...) *um exercício de controle sobre os eventos e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória*” (VIANA, 1986: 67).

Um conjunto de documentos, por mais significativo que seja para um determinado assunto, representa sempre o vínculo pessoal que o arquivador mantém com o mundo, não se confundindo com este pela parcialidade inerente ao recorte que o arquivador opera na totalidade. Além disso, conforme anunciado acima, os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico, comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça, surpreender seu movimento, sua trajetória, enfim, as vontades de guardar que lhe deram origem. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos podem fornecer. No entanto, é somente, no ingresso da coleção no circuito público que esta relação pode ser observada com maior nitidez.

Só doa arquivos quem supõe que seus documentos vão configurar, para a história, o que o titular enquanto ator foi ou gostaria de ter sido para sua época. “*É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória, não se exhibe o que não se revela: não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem*” (VIANA, 1986: 69).

O gesto de doar, neste caso, está sendo tomado como ato deliberado de vontade, seja por atitude voluntária de destinar à guarda de uma instituição de preservação de memória sua coleção, seja fruto da ação persuasiva dessas instituições junto ao titular ou

família, seguindo orientação de sua política de acervo.

Cabe observar ainda o papel do arquivista ou documentalista no processo de construção dessa memória, ou seja, na produção do arquivo enquanto fonte, a partir do momento em que o arquivo é depositado em um centro de documentação. Enquanto responsável pela organização do arquivo, ele toma decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental realizando assim uma monumentalização, muitas vezes originada nos primórdios da constituição do arquivo (HEYMANN, 1997: 49).

O elemento em comum entre as diversas questões do campo arquivístico aqui levantadas, e que gostaríamos de ressaltar, é a importância da historicização dos documentos pessoais para o trabalho do historiador. É essa reconstituição da história do arquivo, de sua acumulação a seu tratamento, que permitirá ao usuário dessas fontes problematizá-las e explorá-las enquanto registros, não apenas de acontecimentos, atividades e relações, mas também de nexos e sentidos no centro dos quais está o próprio arquivo. O ‘arquivo histórico’ é o produto final da operação de monumentalização a que se dedicam as instituições de preservação da memória.

O Arquivo Rostan Soares como estudo de caso

O arquivo de Rostan Soares é a expressão documental de uma trajetória profissional iniciada no final da década de 1930, mas que incorporou e traduziu tradições da investigação científica e da ação sanitária desde o final do século XIX até a década de 1980. Composto por cerca de 21 mil documentos textuais e 1.400 documentos iconográficos o acervo contém correspondência, projetos e relatórios de pesquisa, requisições e registros de exames laboratoriais, textos científicos, fotografias, ilustrações científicas, separatas, periódicos, recortes de jornais, documentos pessoais e administrativos, produzidos e acumulados pelo titular durante o exercício de suas atividades como médico e pesquisador.

Merece destaque, no conjunto do arquivo, o grande volume de diários de

laboratório e protocolos de pesquisa contendo descrições minuciosas das atividades de rotina dos laboratórios nos quais Rostan desenvolveu boa parte de suas investigações. Constituído a partir de vínculos institucionais, temas de pesquisa definidos e do rigor dos registros, o arquivo de Rostan Soares fornece subsídios para se entender o cotidiano do trabalho de investigação, as estratégias políticas e científicas empreendidas pelo pesquisador para viabilizar seu trabalho, bem como a própria produção de fatos científicos.

A atuação de Rostan como médico sanitaria nos serviços de saúde pública, na década de 1940, e como assistente e pesquisador nos laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz, a partir da década de 1950, revela aspectos significativos da produção documental nesses espaços institucionais. Seu arquivo resultou da produção e da acumulação de documentos gerados durante cerca de 50 anos de atividades profissionais e apresenta uma grande diversidade de espécies e tipos documentais, oriundos das atividades de investigação científica em ciências biomédicas e biológicas.

Analisando sua trajetória, percebe-se que Rostan tinha como interesse primordial em suas pesquisas, desenvolver drogas para o controle de vetores da esquistossomose e da malária. Isso levou o cientista a realizar seu trabalho em sítios de pesquisa distintos – porém, complementares: o laboratório *stricto sensu* e o ‘campo’, lugar de coleta do material a ser investigado e de experimentação. Em outras palavras, seu arquivo revela a preocupação do cientista com a associação entre o saber teórico e os estudos voltados para a verificação prática. Nos laboratórios em que atuou como chefe ou assistente de pesquisa, Rostan constituiu o arquivo de uma vida dedicada à pesquisa básica e aplicada, “(...) nos levando à impressão de que guardou ‘todos os papéis’ de seu exercício de médico sanitaria e pesquisador” (SANTOS, 2002: 109).

O arquivo Rostan Soares é, em sua quase totalidade, composto por documentos referentes à sua vida profissional desenvolvida no âmbito de instituições públicas. Os poucos documentos que podem ser classificados como ‘papéis pessoais’, na verdade também estão ligados ao campo profissional.

Nesse ponto nos valemos da proposta de Welfel (2004) de que o local, por

excelência, de produção dos documentos da ciência é o laboratório, *locus* privilegiado do exercício da prática científica, isto é, de construção de fatos e objetos tecnocientíficos. Para a autora, é fundamental retomar o laboratório enquanto ‘elo perdido’ da corrente que opera uma integração das esferas institucional e pessoal. Essa abordagem é muito próxima daquela presente nos estudos sociais da ciência em sua vertente construtivista, representada principalmente por Bruno Latour (LATOURE, 2000).

Não pretendemos nos aprofundar no complexo universo dos estudos sociais da ciência mas apenas indicar elementos que nos ajudam a compreender melhor a particularidade e o sentido do trabalho científico e, conseqüentemente, os documentos decorrentes desse trabalho. Para Latour, a interação que acontece nas circunstâncias locais e contingentes do laboratório é o que define a ciência como prática social de produção do conhecimento. O conhecimento científico é viabilizado pelas estratégias utilizadas pelos cientistas para construir aliados e interessar outros cientistas e não cientistas, em seu empreendimento, o que depende da produção de provas e contraprovas, coisas para serem vistas e observadas pelos outros. Para ele, os fatos científicos, tal como se materializam em artigos, nada mais são do que ‘*caixas pretas*’ que, quando abertas, revelam o processo social de sua construção, no qual diferentes competidores procuram validar seus enunciados (LATOURE & WOOLGAR, 1997: 67).

Dessa forma, ele demonstra que o processo que leva à construção e ao estabelecimento de um fato científico é constituído por um lento caminho de transformação de enunciados, que são produto de largas, complicadas e sucessivas negociações que se iniciam no cotidiano dos laboratórios, mas neles não se esgotam. Seu argumento central está pautado na idéia de que a ciência não se distingue das outras práticas sociais. O cientista, como qualquer outro ator social, lança mão de estratégias de persuasão que visam garantir a aceitação dos enunciados por eles produzidos.

Essas considerações ajudam-nos a entender melhor a gênese de constituição do arquivo de Rostan Soares. O arquivo pessoal de Rostan Soares fez parte do universo de conjuntos documentais acumulados em laboratórios, nos quais pesquisadores isolados

ou grupos de pesquisa desenvolvem cotidianamente seu trabalho de investigação. Além disso, é preciso prestar atenção também na dimensão de ‘acumulador’ de Rostan Soares e na sua intervenção e participação na construção do seu arquivo pessoal.

Diferentemente de outros acervos de cientistas consultados, Rostan parece ter privilegiado, no processo de acumulação de seus ‘papéis pessoais’, apenas o viés de sua vida profissional e científica. Poderíamos interpretar essa constatação de várias formas.

Uma interpretação possível, e que nos é cara, é de pensar o arquivo de Rostan como um projeto de construção de sua auto-imagem; que gostaria de ver imortalizada através da doação de seus papéis a um centro de pesquisa e documentação localizado na instituição em que desenvolveu boa parte de suas atividades profissionais e científicas.

Uma pista para se perceber tal aspecto nos é fornecida por Santos, quando observa que apesar de sua trajetória como médico sanitaria e pesquisador ter se desenvolvido em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde, “(...) *no entanto, como tantos outros pesquisadores, Rostan Soares não figura na ‘galeria dos grandes cientistas’ com passagem pelo Instituto Oswaldo Cruz*” (SANTOS, 2002: 2).

No entanto, gostaríamos de pensar que, justamente, por esse ‘anonimato’ – ou falta de reconhecimento – durante sua vida pública, a construção de seu arquivo revestiu-se de uma importância ainda maior para Rostan. Talvez o cuidado na preservação dos papéis referentes quase exclusivamente à suas atividades científicas e profissionais esteja relacionado ao reforço de sua imagem enquanto pesquisador sério e dedicado e ele ainda aspirasse a um reconhecimento, mesmo que póstumo.

Sob esse aspecto, é sintomático, o farto volume de documentos referentes às duas maiores experiências desenvolvidas e coordenadas por ele, a saber: o ‘sal cloroquinado’² e o ‘Fiocruz 1’³. Não apenas pelo volume do material, mas pelo cuidado no registro e na preservação de documentos que relatam, quase ‘passo a passo’, o processo de pesquisa, seja em diários, protocolos de pesquisa, correspondência, seja em relatórios de testes, fotografias etc

² Mistura de cloroquina ao sal de cozinha distribuída à população da região amazônica para combate à malária endêmica, na década de 1950.

³ Composto de sulfato de cobre e ácido abiótico a ser empregado em campanhas do Ministério da Saúde no combate à esquistossomose na década de 1970.

Curiosamente, essas duas experiências tiveram grande repercussão e apoio institucional, à época de sua realização, mas, de certa forma, ‘fracassaram’. O sal cloroquinado porque não atingiu o objetivo proposto o Fiocruz 1 devido a questionamentos sobre a eficácia do produto que acabaram por determinar, institucionalmente, o encerramento da pesquisa.

Quem sabe Rostan não buscou uma ‘redenção’ futura, o reconhecimento pela história, que lhe foi negado pelos contemporâneos? Não devemos esquecer, entretanto, das várias instâncias que podem interferir na constituição de acervos e sua ‘construção’ enquanto fontes históricas. Desde possíveis intempéries até a atuação do arquivista/documentalista que podem interferir nesse processo e na conseqüente monumentalização da atividade científica.

Nosso esforço aqui foi no sentido de demarcar a importância, para o trabalho, do historiador, de um uso mais criterioso e original das fontes, de atentar para o arquivo como objeto e, não apenas como fonte. Se já há algum tempo o trabalho do historiador foi ‘desmistificado’ no sentido de ser visto como fruto de uma série de escolhas, como forçosamente subjetivo, parece em algum nível, que os próprios historiadores não atentam, na maioria das vezes, para a ‘subjetividade’ das fontes, em geral tomadas na sua literalidade.

Referências Bibliográficas

- GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2009.
- _____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muler. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.10, n.19, 1997.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. 1ª ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

_____. **Entre o laboratório, o campo e outros lugares:** gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

VIANA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivo e Administração**. vol.10-14, jul-dez. 1986.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro, v.2, n.I, 2004.

**HISTÓRIA INTELECTUAL E HISTÓRIA DO DIREITO:
OLIVEIRA VIANNA E O ESTADO NOVO**

Eduardo Lopes Campos*

Warley Alves Gomes**

Introdução

“O que seria uma história intelectual?”. Essa frase inaugura o ensaio de Helenice Rodrigues intitulado “*História Intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis*” (SILVA, 2002: 11). O presente trabalho objetiva justamente traçar os pontos básicos acerca do objeto deste recente campo¹ da historiografia – a história intelectual –, os desafios de sua consolidação e a importância de seu estudo para a História do Direito. Na verdade, pretende-se abordar não só as discussões que circundam a designação *história intelectual*, mas também relacioná-la a dois outros campos de pesquisa histórica: a *história dos intelectuais* e a *história das ideias*. Pela proximidade das propostas, muitas vezes torna-se difícil distingui-las.

Para Helenice Rodrigues da Silva, “o aparecimento repentino de um número considerável de obras consagradas a um fenômeno datado no tempo marca claramente o declínio irreversível desse mesmo fenômeno” (SILVA, 2002: 18). De acordo com essa concepção, o aparecimento da história intelectual e da história dos intelectuais, a partir dos anos de 1980, é um forte indício de crise da representação da figura do intelectual, motivo pelo qual se torna necessário o esforço por estudá-lo e compreendê-lo. Este trabalho, portanto, pretende também fazer uma reflexão sobre a figura do intelectual na contemporaneidade.

História intelectual, história dos intelectuais e história das ideias

Como já se afirmou, a distinção entre esses ramos da História perpassa por dificuldades em razão da proximidade de seus temas e da difícil delimitação da metodologia apropriada para cada uma. Além disso, essas disciplinas, em especial a

* Mestrando em Direito na PUC-Minas. Graduado em História na Universidade Federal de Minas Gerais.

** Mestrando em História na Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Utiliza-se aqui o termo em conformidade com a acepção do introdutor deste conceito, Pierre Bourdieu, descrito por Helenice Rodrigues como “uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições (...) definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem a seus ocupantes, agentes ou instituições”. O uso desse conceito pela história intelectual será explicitado mais tarde.

História Intelectual e a História dos Intelectuais, sofrem com a própria polissemia do termo “intelectual”, que se complica ainda mais com a constatação de que o conceito, e as terminologias que dele se originam no âmbito historiográfico, possuem diferentes conotações de acordo com os lugares (nacionalidades) onde são empregados (CHARTIER, 1990).

Menos interessada no conteúdo da produção de idéias, a história dos intelectuais se preocupa em conceber os intelectuais enquanto grupo social e enquanto agentes políticos, descrevendo, assim, as relações institucionais, as mobilizações políticas e as redes de sociabilidade que estabelecem entre si. Tal análise privilegia a participação dos intelectuais na vida pública, como em manifestações públicas ou por meio da assinatura de petições, ou mesmo situá-los em análises quantitativas, a exemplo de estudos influenciados pela história social, ligada à escola francesa dos *Annales*.

Dentro desse ramo disciplinar (mas não exclusivamente), destaca-se o uso de categorias de análise próprias da sociologia, como a noção de “campo”, de Bourdieu, e a noção de “estruturas (ou redes) de sociabilidade”, do historiador Jean- François Sirinelli. Esse último pretende entender as relações de produção de idéias no meio intelectual enxergando o mesmo como um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora” (SIRINELLI, 1996: 249).

Nota-se portanto, que são as relações sociais e acadêmicas e os vínculos políticos o foco da *história dos intelectuais*, que procura analisar, em primeiro lugar, o contexto de surgimento das representações dos “intelectuais”.

No âmbito da *história das idéias*, destacam-se métodos de análise que se concentram no conteúdo das obras, deixando de situá-las nos contextos de produção a que se ligavam, concentrando-se, por exemplo, na produção editorial em determinado momento ou no engajamento em determinado movimento político. A preocupação central da *história das idéias* é a análise do produto da atividade intelectual, tendo como referência principal o próprio texto e atribuindo menor importância às circunstâncias de sua produção. Não obstante, Michael Winock, no texto *As idéias políticas* (1996), vai mais além e propõe uma abordagem da história das idéias, que pense não apenas o texto, mas também o seu contexto de produção, sua circulação e apropriação por diferentes grupos sociais. A reflexão de Winock está alinhada a uma nova perspectiva

historiográfica, que difere das propostas anteriores. Outro importante intelectual que repensou a história das idéias, colocando-a em uma perspectiva mais contextualista foi Quentin Skinner. Skinner defendia a idéia de que era preciso entender o meio no qual determinada obra foi produzida, de modo a saber para quem ela foi dirigida (SKINNER, 2000).

Por último, e de mais difícil definição, a *história intelectual*² oscila entre métodos das duas outras citadas, procurando superar as limitações de ambas. Nesse sentido, congrega a análise interna das obras com a ponderação acerca dos elementos externos à produção intelectual, ou seja, o contexto em que se deu e tudo que o envolve (fatos, eventos, idéias, ideologias e mentalidades).

De projeto mais ambicioso, a história intelectual engloba perspectivas das histórias social, cultural e política, em um esforço de realização de uma prática historiográfica que “embora apreenda a dimensão interpretativa de uma obra, valoriza igualmente os domínios do social, do cultural e do político na elaboração de uma produção intelectual” (SILVA, 2002: 26)

Assim, surge na história intelectual a necessidade do emprego de categorias de análise que levem em conta tanto aspectos sociológicos, a semelhança do que faz a história dos intelectuais, quanto os aspectos intrínsecos do texto.

Portanto, a *história dos intelectuais*, a *história das idéias* e a *história intelectual* possuem, em comum, a meta de dar condições de inteligibilidade à produção intelectual em relação com o seu contexto, abrangendo aí, em diferentes níveis proporcionais ao foco de cada uma, as estruturas de organização política e social dos intelectuais, a difusão de suas idéias e a apropriação e reutilização de seu conteúdo.

Mas afinal, o que é um intelectual?

Outra questão a ser levantada é quanto ao significado do termo intelectual. Embora todos tenhamos uma idéia mais ou menos clara do que este conceito significa, parece uma tarefa bastante difícil precisar suas fronteiras. O que define um intelectual? Ele deve ter um compromisso ético ou social? Deve servir à verdade ou pode se posicionar como um especialista em uma área específica do conhecimento? Qual o grau de instrução adequado para que um indivíduo possa ser considerado um intelectual? O

² Tem-se aqui como referência, com fulcro nos já mencionados estudos de Roger Chartier, a história intelectual na forma como se desenvolveu na historiografia francesa do séc. XX.

professor das classes fundamentais do ensino pode ser considerado um intelectual, assim como o professor universitário? Sem dúvida ao nos depararmos com estas questões nos encontramos envolvidos em um labirinto aparentemente sem saída, mas um labirinto do qual, arriscamo-nos a dizer, o melhor é seu percurso, mesmo com todas as possibilidades de nos perdermos em desvios enganosos.

Embora não seja possível fazer isto neste espaço, acreditamos que a melhor forma de entender o papel do intelectual na sociedade é traçar um panorama histórico do conceito. Assim é possível captar as múltiplas significações que o termo teve ao longo do tempo. Neste trabalho, podemos apenas apresentar uma breve noção do conceito de intelectual – que já avisamos de início – não apresenta toda a complexidade do termo. Para fins mais práticos, vamos entender aqui o intelectual como uma figura típica da modernidade, participante do debate público. A primeira concepção do intelectual como uma personagem ativa no debate público, e como fruto específico da modernidade, veio do caso Dreyfus³, cuja personificação máxima do papel do intelectual se configurou em Émile Zola. Ao longo do século XX o termo apresentou diversas outras concepções, como a do intelectual de esquerda engajado – cuja personificação maior foi Sartre -, a do intelectual orgânico de Gramsci⁴ e a de Bobbio. Esta última nos é especialmente interessante.

Os ideólogos e os expertos

³ Muito embora usualmente se associe a origem do termo “intelectuais” à língua francesa, Carlo Marletti (In: BOBBIO, 1998: 637) identifica uma outra “forma de substantivação” ligado ao vocábulo russo *inteligencija*, “[...] criado pelo romancista P. D. Boborykin e quase contemporaneamente retomado e difundido por I. S. Turgeneev” e que indicava, após ser difundido na Europa, “[...]inicialmente, um grupo social particular, típico da Rússia czarista e de alguns países eslavos; mas logo se generalizou para designar a classe culta, a categoria das pessoas que têm, em todas as sociedades, uma instrução superior.” (IBIDEM, p. 637). O caso Dreyfus, quarenta anos mais tarde, surge, entretanto, como o primeiro contexto em que o termo *intellectuels* é usado pela primeira vez com conotações políticas, motivo pelo qual o consideramos, à semelhança dos autores consultados, como marco inaugural do conceito. Em 1894, o capitão Alfred Dreyfus, foi condenado erroneamente pelo crime de espionagem e deportado para a Guiana. A família de Dreyfus e alguns intelectuais realizaram uma ampla campanha a favor da revisão do processo e da reabilitação do capitão, que ganha um amplo acesso após a intervenção de Émile Zola, com a publicação do *Eu acuso*. A opinião pública se divide então em dreyfusards – que defendem a verdade e a justiça, que estão além da razão do Estado- e anti-dreyfusards – que apresentam um nacionalismo exacerbado e um anti-semitismo violento, defendendo o prestígio do exército. A figura do intelectual surge desse debate, a início, dos dreyfusards – é obvio que depois tal entendimento do conceito de intelectual sofre mudanças.

⁴ Gramsci pensa o intelectual orgânico como fruto do desenvolvimento capitalista-industrial da sociedade moderna. Este tipo de intelectual exerce atividades específicas e remete aos mais diversos tipos sociais, indo desde o professor primário até o químico ou o professor universitário.

Norberto Bobbio, em sua obra “os intelectuais e o poder”, distingue os intelectuais em duas figuras tipológicas: os “ideólogos” e os “expertos”.

Ao estabelecer sua classificação, Bobbio deixa claro que as distinções sempre servem aos objetivos de quem as faz. Por isso, o autor italiano explicita que, ao estudar a relação entre os intelectuais, a cultura e a política, sua distinção é útil na medida em que busca classificar o intelectual de acordo com o tipo de relação que mantém com a vida política e civil.

Bobbio também alerta que a distinção pretende ser objetiva, e por isso admite que uma mesma pessoa possa ser tanto um ideólogo quanto um experto. Como critério de distinção, o autor diz ser “a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político” (BOBBIO, 1997: 72).

O autor italiano explica que, por ideólogos, entende ser “aqueles que fornecem os princípios-guia”, e por expertos, “aqueles que fornecem conhecimentos-meio”. Ambas as figuras objetivam o agir político. O ideólogo, diferentemente do experto, se responsabiliza por ser o difusor dos princípios, dos valores fundamentais, dos ideais que buscam motivar a ação política do presente e do futuro, bem como moldar a memória das ações do passado. Por sua vez, o experto busca fornecer o conhecimento técnico, os saberes específicos necessários ou úteis para a realização dos objetivos (dos fins) propostos e aspirados pelo agente político.

Ambos são tipos ideais e, como tais, guardam certa intimidade com certos conceitos weberianos. O próprio autor associa os ideólogos à classificação weberiana de “ações racionais segundo os valores” e os expertos às “ações racionais segundo os fins”. O que legitima a ação do ideólogo é a conformidade com os princípios estabelecidos como legitimadores do agir político. Já o experto, encontra a racionalidade de seu ato na coerência em relação aos objetivos pretendidos.

No entanto, conforme outrora alertado, as duas distinções não se prezam a separar rigidamente os tipos de intelectuais. O próprio Bobbio nos diz que “como sempre, a realidade social não é uma bela esfera tão perfeita e redonda que se deixe dividir em dois hemisférios tais que aquilo que entra no primeiro não entra no segundo e etc.”

Oliveira Vianna: O intelectual e o Estado Novo

Passadas as apresentações conceituais de nosso debate, vamos ao nosso objeto de estudo: a participação do jurista Oliveira Vianna durante o governo do Estado Novo varguista. Tal intelectual teve participação ativa durante o governo autoritário de Getúlio Vargas. Foi ministro do trabalho e o principal responsável pela elaboração das leis trabalhistas durante o Estado Novo.

Antes de adentrarmos de maneira mais incisiva no papel ativo exercido por este intelectual durante a ditadura varguista, que durou de 1937 a 1945, é aconselhável perpassarmos brevemente pelas questões que estavam em circulação neste período. Após a Primeira Grande Guerra, notou-se em diversos países do mundo um declínio dos ideais liberais que se encontravam em voga até então. O conflito mundial deixou o continente europeu bastante prejudicado, com sérios danos materiais e mesmo morais. A Revolução Socialista na Rússia, o surgimento dos regimes nazi-fascistas, sobretudo na Itália e na Alemanha, serviram de exemplo para as outras nações e povoaram o imaginário de diversos líderes políticos e intelectuais ao redor do mundo. A Crise de 1929 também contribuiu bastante para que os valores do livre mercado sofressem um choque grave, sendo que até mesmo os Estados Unidos, país-exemplo do liberalismo político e econômico teve que rever suas posições.

Getúlio Vargas chega ao poder no Brasil em 1930, na chamada “Revolução de 1930”. Sua entrada no poder marca o fim da Primeira República, caracterizada pela preponderância das oligarquias mineiras e paulistas no poder. A Primeira República também foi caracterizada pelas fraudes eleitorais, por uma tentativa de isolamento das camadas populares na participação política, e pelas violentas repressões às reivindicações populares. Era a República do Porrete (CARVALHO, 1993). Com Vargas no poder as coisas mudariam radicalmente. O forte personalismo desse líder atraiu as massas, principalmente a classe dos trabalhadores, que teve grande parte de suas reivindicações atendidas. Apesar de todo o personalismo de Vargas, seu rompimento com o liberalismo (político e econômico) não se deu logo de início. Ele só veio a ocorrer em 1937, quando o caráter autoritário e intervencionista de sua política apresentou um viés mais exacerbado.

Mas Getúlio Vargas não permaneceu no poder apenas devido a seu autoritarismo e à propaganda (sabemos bem da importância do órgão de propaganda oficial do

governo – o DIP – para a construção e manutenção da imagem simbólica de Vargas). Vargas se apresentou como pai dos pobres (e mãe dos ricos), e atendeu diversas demandas das classes trabalhadoras. É aqui que se insere o papel de Oliveira Viana na política varguista. Como dito anteriormente, Oliveira Viana ficou encarregado do Ministério do Trabalho durante parte considerável do Estado Novo, e foi um dos principais responsáveis pela legislação trabalhista, cujas bases vigoram até a legislação atual. O jurista também colaborou na elaboração da Constituição de 1937.

Oliveira Vianna compartilhava dos valores de muitos homens da elite de seu tempo: era antiliberal, anticomunista, apresentava características autoritárias – mas não fascistas -, se orgulhava de basear suas idéias em pensadores brasileiros – mas não deixava de lado os estrangeiros -, era também racista e aristocrata. José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1993) apresenta também outras qualidades do jurista: era reservado, aparecia pouco em público, era honesto e não usufruía dos bens públicos para seu benefício particular. O pensamento de Oliveira Vianna, ao longo do tempo, passou de uma defesa dos valores rurais, de uma sociedade patriarcal (Cf. VIANNA, 1993: 327), aos ideais corporativistas, modernos, coletivos, de uma sociedade industrializada, na qual o campo perdia cada vez mais seu lugar para a vida urbana, mais complexa. Durante esta mudanças uma coisa permaneceu: aquilo que José Murilo de Carvalho chama de iberismo, caracterizado por uma sociedade fundada na cooperação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em prol de um objetivo maior, comunitário.

Outro elemento bastante presente no pensamento de Oliveira Vianna é o catolicismo. É, possivelmente, daí que vem o tom harmonioso do pensamento social deste intelectual⁵, a idéia de que uma sociedade corporativista funcionaria de maneira em que todos trabalhassem pelo bem coletivo. A Doutrina Social da Igreja Católica indicava que a amenização dos conflitos era a melhor forma de melhorar – tanto material quanto espiritualmente.

⁵ É importante ressaltar que a questão do conflito como elemento essencial para o progresso é algo bastante oscilante no pensamento de Oliveira Vianna. Algumas vezes o jurista apresentou uma concepção mesmo marxista de uma sociedade que progride pela luta de classes, e em outras, ele aponta a falta de conflitos como um fator positivo para o progresso brasileiro. De qualquer forma, não percebemos a questão do conflito quando da elaboração das leis trabalhistas durante o período que ficou no Ministério do Trabalho.

A participação de Oliveira Vianna no campo do trabalho vem antes mesmo da implementação do Estado Novo, sendo que o jurista já estava com Vargas desde 1932, quando foi nomeado Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. É nesta época que Oliveira Vianna rompe com o ideal de uma sociedade rural e patriarcal e começa a pensar em sua sociedade corporativista e industrializada. Entendendo que o Estado devia intervir na “questão social”, o jurista colaborou com as formulações intervencionistas apresentadas na Constituição de 1937 e nas leis trabalhistas.

A primeira delas, a Constituição de 1937, pelo Artigo 138, instituiu o sindicato único, vinculando os trabalhadores ao Estado, facilitando assim a cooptação de órgãos cuja função inicial seria representar as posições das classes trabalhadoras. A Constituição também apresentava o Artigo 139, que declarava a greve como atividade prejudicial ao trabalho, capital e, também, aos interesses da nação. O Artigo 136 colocava o trabalho em um alto patamar na sociedade brasileira: ele passava de uma condição social para se tornar um “dever social”. Não mais era uma simples condição para a vivência, mais do que isso, agora se configurava como uma obrigação *moral*. Desnecessário dizer que se Oliveira Viana se orgulhava de suas raízes nacionais, não hesitou em se aproveitar de elementos contidos na Constituição italiana, chamada de *Carta Del Lavoro*.

É necessário ressaltar que, embora a Constituição de 1937 apresente um caráter bastante autoritário, no qual a classe trabalhadora fica marcadamente submetida aos interesses do Estado, as intenções de Oliveira Vianna não estavam balizadas e uma simples intenção de controle das massas, mas antes na crença de que era preciso a construção de um Estado corporativo para que uma mentalidade mais coletivista substitua o que ele considerava o “espírito individualista” encontrado na sociedade brasileira de então, típico de uma origem colonial. Esse corporativismo de Oliveira Vianna estava muito mais vinculado à uma concepção católica de mundo, ancorada nos ideais da solidariedade e do comunitarismo. Para Vianna, o grande problema nacional era o “insolidarismo”, que tornava o caráter brasileiro inapto para tarefas associativas e para o exercício da cidadania. Para Oliveira Vianna, este “insolidarismo” seria a base da divisão da classe trabalhadora, divisão esta que observa-se principalmente na divisão de sindicatos por categorias trabalhistas. Daí a justificativa para a formação de um

sindicato único para todas as classes trabalhadoras, como meio de diminuir as fragmentações observadas dentro das associações (ARRUDA, 2007).

Não podemos nos esquecer também que as idéias de Oliveira Vianna estavam inseridas em um contexto mais amplo. A década de 1930 foi caracterizada pela tensão entre o liberalismo econômico e político de um lado, cujo maior expoente eram os Estados Unidos, e o nazi-fascismo por outro lado, sendo representados principalmente pela Itália e Alemanha. O governo de Vargas oscilou sobre estes dois pólos –ainda que rompendo abertamente com a idéia de um Estado liberal –, tendo aderentes de ambos os grupos entre seus dirigentes. As divisões porém não eram tão óbvias como podemos supor. Se observarmos o caso de Oliveira Vianna, percebemos que o jurista, embora não estivesse de acordo com o liberalismo político e econômico, não estava plenamente ligado às idéias fascistas. Se por um lado o jurista se apropriou de idéias contidas na *Carta del Lavouro* italiana, por outro também buscou elementos no New Deal rooseveltiano (ARRUDA, 2007). Somos aqui levados a considerar que em um ambiente de crise, como o foi o pós-1929, mesmo os Estados Unidos fez considerações sobre o liberalismo econômico desenfreado, constituindo assim medidas reformistas para tentar resolver os grandes problema da depressão econômica que vigorava.

Pela análise do intelectual sob estudo, é possível defender-se a validade analítica dos conceitos de intelectual formulados por Norberto Bobbio. De fato, como observa o próprio autor, os dois conceitos – ideólogos e expertos – não são opostos em se tratando de definir os intelectuais pela atuação que mantêm ou mantiveram nos seus contextos políticos. Oliveira Vianna, atuou ora como um ideólogo, ora como experto. Suas oscilações entre os dois tipos de atuação podem ser vistas por um contraste temporal, muito embora essa separação deve cuidar para não ser rígida demais.

Na chamada “República Velha”, o ideólogo Oliveira Vianna foi um grande crítico das oligarquias e um saudosista do Império, o ápice da civilização brasileira em sua opinião. Sua defesa voltava-se ao retorno da estrutura que então vigorava, qual seja, a centralização de poder, pautada nas competências do poder moderador, e a descentralização administrativa, marcada pela autonomia com que os senhores de engenho administravam suas terras e quem nelas habitavam (VIANNA, 1933). Em razão da inevitável modernização do país, pouco tempo mais tarde, em especial com a queda das oligarquias, Vianna desiste de sua apologia ao Império, conferindo crédito ao

Estado Novo como possível sucessor da época de ouro imperial. De certo modo, mantinha sua convicção acerca da melhor estrutura de governo, já que a Era Vargas foi marcada também pela centralização de poder nas mãos do Presidente, que iria se consolidar no Estado Novo, e a descentralização administrativa do Estado corporativista, onde o sindicato exerce papel de braço do Estado na regularização das relações de trabalho, contando com relativa autonomia principalmente para mediar os conflitos entre capital e trabalho. De todo modo, entre o governo provisório (1930-1934) e o Estado Novo (1937-1945), Oliveira Vianna passou a desempenhar verdadeira função de experto, colocando seus conhecimentos técnicos a serviço dos fins do Estado.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Hélio Mário de. **Oliveira Vianna e a legislação do trabalho no Brasil: 1932-1940**. São Paulo: LTR, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- _____, MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai, MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da *AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPARAKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. In: **Prismas**, Revista de história intelectual, nº 4, 2000.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. in: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

**A PROBLEMÁTICA DA BIOGRAFIA NO CAMPO HISTÓRICO:
UMA LEITURA DE ASTROJILDO PEREIRA**

Laryssa de Souza Goulart*

História, Biografia, possibilidades

Verifica-se, atualmente, uma demanda sócio-cultural pelas biografias e autobiografias, que remete as últimas décadas do século XX, onde ocorreu o retorno da biografia na pesquisa histórica. O interesse é crescente de diversas correntes historiográficas, como: a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e a historiografia brasileira atual. Porém essa relação entre história e biografia sempre foi problemática e conflituosa, a biografia acabou relegada a um gênero e a história conquistou o patamar de disciplina científica. Neste texto a pretensão é discutir o papel da biografia no campo histórico, ressaltando o retorno da biografia nos anos 70/80, tomando como exemplo Astrojildo Pereira um intelectual de destaque no cenário brasileiro no século XX, que tem sua trajetória ligada ao Partido Comunista Brasileiro, do qual foi o principal fundador e líder na década de 20.

Nas últimas décadas a historiografia experimentou alguns “retornos”, como a narrativa, o ressurgimento do acontecimento, a renovação da história política e da biografia, entre outros. Estas temáticas nunca desapareceram por completo mas foram deixadas de lado ao longo da hegemonia dos *Annales*, que privilegiava as dimensões estruturais de longa duração, e o domínio econômico-social (AVELAR, 2010). A partir dos anos 60, esta ambição totalizadora foi criticada e a pretensão era recuperar a feição humana dos processos históricos. Dessa forma, a biografia voltou à cena, com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, que demonstram as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à história o caráter de um processo com sujeito. Porém o retorno da biografia na historiografia foi problemático, como por exemplo, na França, a partir dos

* Mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis), bolsista CAPES. larygou@hotmail.com

anos 70, quando a biografia começa a interessar novamente, há um mal estar por parte dos historiadores, como Le Goff e Nora que a designavam fora do campo histórico e os biógrafos eram vistos como “vulgarizadores de baixo nível” (LEVILLAIN, 1996). A biografia era excomungada em nome de um método que recusava um mercado condicionado às regras de consumo. O mal estar inicial foi sendo dissipado e o estudo de trajetórias individuais passou a ser incorporado ao modelo macroestrutural dos *Annales*, mas a biografia se encontrava em uma encruzilhada teórica: apesar de legitimada como objeto de estudo dos historiadores, os seus usos se limitavam a duas formas, a biografia representativa (o indivíduo focado sintetizava outras vidas, representava um grupo/uma sociedade) e o estudo de caso (quando o indivíduo ilustra a ampla realidade abordada, é exemplo e não problema). Assim como Dilthey afirmava no século XIX, a biografia era um meio privilegiado de acesso ao universal. Contudo, o lugar da biografia como possibilidade de uma escrita da história só poderá ser pensado através da colocação de outras questões e ampliando os termos do debate.

De acordo com Levillain a história e a biografia durante muito tempo mantiveram relações de alternativa. O debate tem raízes na historiografia grega e condicionou o gênero biográfico ao longo dos séculos. Essa historiografia situava a história ao lado dos acontecimentos coletivos, condicionada a verdade, sendo uma narrativa e a biografia era uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo, sendo descritiva. A herança grega influenciou historiadores posteriores, que acabaram distanciando cada vez mais a história e a biografia, havendo um grande desdém da parte dos historiadores. A partir dessa distância inicial a biografia acabou se tornando um gênero:

O status da biografia é portanto historicamente incerto. Diferente da história para os gregos da época clássica, que temiam seus vínculos com o panegírico e não a consideravam verificável, independentemente do fato de ser um gênero descritivo e não narrativo, subordinando a cronologia à análise de tipos ideais em Plutarco, ou dedicada à análise das personalidades em Suetônio, sem examinar as circunstâncias nem escrutar a causalidade, peça-mestra da escatologia entre os cristãos, que fizeram dela um instrumento edificante, a biografia acumula um conjunto de características que lhe valeram a qualificação de “gênero” no século XIX. (LEVILLAIN, 1996: 148-149)

No século XIX a maioria das biografias pertencia ao domínio do elogio, a história celebrava figuras exemplares para a construção de uma história nacional. Com a

escola positivista o fato histórico adquiriu um ar de realidade histórica, e assim, era a história na pessoa e não o protagonista na história. Esse exagero fazia parte de um consenso que considerava a autonomia do indivíduo constitutiva da nação. Lavisse e Seignobos dominaram esta concepção da história destinada a inspirar uma realidade política e social em formação (LEVILLAIN, 1996). Para os positivistas a biografia não era exercício de fantasia, ela implicava regras rigorosas, uma cultura factual perfeita e questionavam a quantidade e o tipo de fatos que reuniriam para uma biografia, considerando que existiam fatos mais importantes que outros e determinantes, mas isso variava de acordo com o ponto de vista do autor.

O debate entre história e biografia só foi realmente colocado após a I Guerra Mundial, onde os *Annales* contribuíram com novos métodos e objetivos para modificações significativas. Constituíram a história como ciência social por abertura às outras ciências sociais, combinando o tempo cronológico da evolução e do progresso com a pesquisa, o fluído e o conceito. Assim a história passou a se afirmar melhor como ciência humana e social através de um povo e uma massa, esta foi a mudança de perspectiva da história: o homem como produto de uma sociedade. No início dos anos 80 o gênero biográfico volta a florescer mas a importância atribuída à biografia demonstrava que seu status continuava impreciso e sua inserção na historiografia era discutível.

Nota-se que um dos maiores problemas da inserção da biografia na historiografia é que ao longo dos anos a biografia foi constituída como um gênero, o que equivale dizer que ela resulta de um processo criativo no sentido literário e a história adquiriu um status científico, onde a verdade tem um papel de destaque. De acordo com Paul Ricouer uma das principais características da prática escrita dos historiadores é a intenção de construção de um discurso próximo da verdade, que ocorre desde a pesquisa documental, passando pela elaboração explicativa até se consolidar na construção textual (RICOUER, 1994). O problema é que o historiador biógrafo não pode renunciar à tarefa de narrar uma história verdadeira. Porém esta sensação de poder controlar a vida de seu personagem dá sentido ao trabalho de construção do texto biográfico e, ao mesmo tempo, é um grande risco, pois como penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual, com as lacunas documentais e as perguntas sem respostas. Neste momento se explicita a dimensão

ficcional de toda biografia. Para Levillain (1996) este debate não tem saída, pois, de um lado, o real é necessário para evocar o real, e de outro lado, o símbolo fala mais que o real. Assim, toda biografia resulta de uma tentação criadora, onde entre o autor e o biografado ocorre uma troca de identidade, como se o autor tivesse criado o personagem. Para tanto, o autor instruído sobre a vida da pessoa, remonta o curso de um destino fingindo pela narração constatá-lo ao longo do tempo. E o autor justifica esta ficção se apoiando na realidade literária de sua obra. Para Natalie Z. Davis o historiador pode proceder utilizando a imaginação sem deixar de lado a pesquisa em documentos, fazendo uma história de possibilidades, sendo as possibilidades de invenção restritas a um campo de possibilidades historicamente determinadas.

Debatendo a questão percebeu-se que a pretensão científica e o sonho de objetividade se distinguem da produção do historiador que se assemelha a uma narrativa de ficção (DEL PRIORI, 2009). Porém se a história fosse apenas um “gênero literário”, seria incapaz de produzir um conhecimento científico do passado. Dessa forma é necessário considerar que o foco do conhecimento é constituído da intencionalidade histórica (CHARTIER, 2002). Ele funda operações específicas da disciplina: construção e tratamento de dados, critérios de verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do saber e seu objeto. Verifica-se, entretanto, que a discussão a cerca da dicotomia verdade/ficção é um problema bastante debatido no interior do campo histórico, mas que ainda não se esgotou, sendo a biografia um elemento a mais nesta discussão.

O campo da escrita biográfica é certamente um palco privilegiado de experimentação para o historiador, que pode avaliar o caráter ambivalente da epistemologia do seu ofício, inevitavelmente tenso entre seu polo científico e seu polo ficcional. Desta forma, a biografia provoca um polêmico questionamento à absoluta distinção entre um gênero verdadeiramente literário e uma dimensão puramente científica, suscitando a mescla, o hibridismo, e expressa, assim, tanto as tensões, como as convivências existentes entre literatura e ciências humanas. (AVELAR, 2010)

O desenvolvimento da biografia nas últimas décadas está relacionado com a retomada da função narrativa do discurso histórico. De acordo com Le Goff (1990) a biografia histórica deve ser, de certa forma, relato, narração de uma vida, se articulando em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos. A possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente deve ser desconsiderada e os estudos devem

analisar a pluralidade de identidades, referências, locais. Desse modo o historiador biógrafo deve descartar a narração linear, descobrindo bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos, que devem ser encarados como fronteiras e possibilidades. Nesta direção metodológica encontra-se o texto “clássico” de Pierre Bourdieu (1996), que denomina de “ilusão biográfica” a escrita de uma trajetória individual que interpreta a vida como um todo, um conjunto coerente e orientado, que transcorre a partir de uma ordem cronológica (começo, meio e fim), ou seja, o relato linear. Pois, segundo o autor, tratar a vida como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significação e direção talvez seja uma ilusão retórica. Para Bourdieu os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, assim, não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do ‘eu’ de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que deveria. E se a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva através de um homem, tal como o retrato, ela não esgota a diversidade humana, como mostrou Saul Friedländer. Ela tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida. Seu método, como seu sucesso, devem-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer dela. A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes. (LEVILLAIN, 1996: 176)

Portanto, atualmente, o estudo histórico biográfico conta com perspectivas narrativistas no estudo de trajetórias individuais, onde os indivíduos são encarados como produtores de diversas identidades e subjetividades, não podendo ser enquadrados em sistemas sociais homogêneos. A narrativa biográfica é uma modalidade de escrita da história que se relaciona com a subjetividade, considerando afetos, modos de ver, perceber e sentir o outro. Assim a construção de uma biografia exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas, visando expor uma experiência de duração e estruturas imaginativas que relacionam uma vida e sua relação com a cultura, onde se insere uma “vida póstuma” na

qual mortos e vivos dialogam a partir das heranças do primeiro e das carências do segundo (SILVA, 2009). Dessa forma, este é um dos desafios do trabalho biográfico, pois ao falar do personagem, o biógrafo, de certo modo, fala de si mesmo, projeta suas emoções, seus valores e necessidades. Deve-se pensar a escrita biográfica como um “locus” privilegiado, que alarga a compreensão do passado, um campo de conflitos e de construção de projetos de vida (AVELAR, 2010).

Uma concepção importante para o debate biográfico é documento/monumento, cunhada por Jacques Le Goff (1992), consiste na crítica do documento, desconsiderando a ilusão positivista que via o documento como objetivo, inócuo, primário, autêntico. O autor afirma que o documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. Assim, o documento é monumento pois resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. Ou seja, todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente. (LE GOFF, 1992: 545)

Um elemento relevante para a discussão biográfica é o seu papel na (re)construção da memória, considerando a forma, quer por notoriedade ou por esquecimento, que a memória é construída ao longo do tempo e no interior de diferentes grupos. Em relação à memória, Le Goff (1992) diz que tanto a individual quanto a coletiva são postas em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. A recordação e o esquecimento são manipulados consciente ou inconscientemente por interesses, afetividade, censuras. Nesta mesma direção teórica encontra-se Pollak (1989) que vê a memória como um campo em constante disputa, conflito, onde a historiografia tem um papel fundamental na redefinição de memórias coletivas, portanto, a memória se situa no presente, deformando e reinterpretando o passado. Desse modo controlar a memória e o esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas, a memória é um instrumento e um objeto de poder. Algumas reflexões significativas quando se pensa no

biografismo como forma particular de memória são: a biografia supõe a utilização de forças sociais pela manutenção de uma memória, na qual o indivíduo faz parte de um grupo e da representação de ideias e expectativas; este indivíduo notável é visto como diferenciado dentro do grupo e da sociedade da qual ele faz parte, também se situa em um campo de disputa no qual memória e esquecimento se estabeleceram em relação a sua trajetória e a de outros de seu grupo; o biografismo é um objeto propício para constatar a multiplicidade de significados e expectativas que uma trajetória individual pode assumir em diferentes obras, autores, épocas.

Astrojildo Pereira: um ator político-intelectual

Considerando os elementos apresentados no texto, pretende-se uma reflexão em torno de um personagem curioso, às vezes exaltado e outras esquecido, representante dos ideais político-ideológicos de sua época, intelectual de destaque no cenário brasileiro, que contou com uma marcante militância política, principal fundador do Partido Comunista Brasileiro em 1922, liderança central na agremiação na década de 20, mas expulso desta nos primórdios da década de 30. Trata-se de Astrojildo Pereira Duarte Silva, jornalista, escritor, militante e crítico literário, que nasceu em 8 de outubro de 1890, em Rio Bonito/RJ e faleceu em 1965 (PEREIRA, 1974). Proveniente de uma família de classe média decidiu dedicar sua vida a causa dos menos favorecidos, militou no movimento operário desde a década de 10, quando se converte ao anarcosindicalismo e na década de 20 se torna comunista (FEIJÓ, 2001). O estudo aprofundado sobre a vida e a obra de Astrojildo é o foco do meu projeto de pesquisa de Mestrado, denominado: “Astrojildo Pereira e a formação do Partido Comunista Brasileiro”.

De acordo com Sirinelli (1996), assim como a biografia, a história intelectual é bastante apreciada na França, sendo recente o interesse por ela. Foi a partir dos anos 70 que ela adquire legitimidade científica e passa a interessar ao historiador. Em poucos anos, a história dos intelectuais tornou-se um campo histórico autônomo que é aberto e situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. Na historiografia dos atores do político os intelectuais ocupam um lugar de destaque. Assim, se torna indispensável o cruzamento da biografia e da história política, devido ao alto teor ideológico. O autor defende uma definição de intelectual que engloba duas concepções:

uma ampla e sociocultural, que abrange os criadores e os “mediadores” culturais, como jornalistas, escritores, eruditos; e outra baseada na noção de engajamento, onde se inserem os atores políticos. Portanto, Astrojildo Pereira se enquadra na noção de intelectual, definida por Sirinelli, pois desenvolveu um vigoroso trabalho como jornalista nos periódicos de esquerda e como escritor, e ainda participou da vida política do país, tanto com sua militância anarquista quanto ao fundar o PCB, partido importante que insere uma nova cultura política no país.

Sirinelli coloca que o historiador dos intelectuais tem que ficar atento, pois não é sua tarefa construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum. Questão importante também para o historiador biógrafo, pois o personagem não deve ser glorificado e nem responsabilizado por tudo, no caso de Astrojildo essa tarefa é fundamental, pois a maior parte da bibliografia existente sobre ele ou sobre o partido, ou o glorificam, ou o responsabilizam por todos os fracassos do partido, ou o esquecem. Encontra-se nesta questão o movimento de construção e reconstrução constante da memória. O que está em jogo é a definição da memória do PCB, há aí um campo de conflito no sentido de ou glorificar militantes importantes e influentes no partido, considerando que o partido representou um avanço para a política nacional e teve aspectos positivos, com obras de ex-militantes e pessoas ligadas ao partido, ou esquecer, silenciando esses militantes, considerando que o partido foi um fracasso, representa um retrocesso político ideológico (comunismo/leninismo/stalinismo), com obras escritas geralmente por pessoas vinculadas a correntes ideológicas contrárias ao partido. Assim, nota-se que a escrita desse tema carrega um forte teor ideológico, com poucas obras acadêmicas que seguem os novos paradigmas historiográficos.

Outra definição relevante de Sirinelli é geração, que seria um estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que adquire uma existência autônoma. As repercussões desse acontecimento fundador referem-se à gestação e aos primeiros anos de existência dessa geração. Esse conceito é importante porque no meio intelectual os processos de transmissão cultural são essenciais, um intelectual se define sempre a partir de uma herança, assim, o patrimônio dos mais velhos é elemento de referência explícita ou implícita. Aplicando esse conceito ao estudo de Astrojildo Pereira, algumas considerações devem ser pensadas: considerando os fundadores e os primeiros militantes do Partido Comunista Brasileiro (como, Octávio Brandão, Leôncio

Basbaum) a geração a qual Astrojildo pertence, ele se destaca de sua geração, se sim de que forma; quais as semelhanças e as diferenças entre ele e sua geração; qual a sua herança ideológica, o patrimônio cultural que Astrojildo carrega como o “jacobinismo” brasileiro ou o positivismo do início da República, o anarquismo; as identidades e subjetividades que compõem o grupo são as mesmas encontradas em Astrojildo; quais as ideias e expectativas de sua geração representadas por ele; na década de 30 Astrojildo caiu em profundo ostracismo ao ser expulso do partido, qual o posicionamento de sua geração em relação a este fato, e a exclusão foi da geração ou apenas de Astrojildo.

Em relação à biografia uma questão importante ressaltada por Mary Del Priori (2009) é que o personagem deve ser visto como ator crítico e produto de sua época. Esta questão é fundamental na análise de Astrojildo Pereira, pois se trata de um militante político de esquerda, que tem uma atuação marcante, principalmente na década de 20, sempre pregando contra o governo, através de uma propaganda sistemática, na tentativa de derrubá-lo. Para tanto, em primeiro lugar, deve-se pensar na questão da crítica ao documento, o documento/monumento, considerando algumas obras de Astrojildo, como *Construindo o PCB*, as quais contêm artigos publicados por ele na imprensa alternativa. A tarefa é analisar esses escritos como construídos com uma intenção definida, neste caso partidária e “educativa”, no sentido de informar/manipular a classe operária, para que esta se interesse e se filie ao partido, visando transformar sua luta econômica em uma luta política. E, ainda, analisar o personagem como produto de seu tempo, ou seja, Astrojildo Pereira apesar de revolucionário, contrário ao sistema, é produto desse sistema, portanto há permanências e rupturas em sua cultura, identidade, política, ideologia.

Considerações finais

Nota-se que atualmente a biografia histórica segue em direção ao paradigma pós-moderno, assim como a história cultural que a partir dele está construindo um campo hegemônico. Este consiste em compreender o mundo através de uma concepção empirista, subjetiva, personalista, se destacando o conceito de representação (CHARTIER, 1990). Assim como a cultura e a memória, a biografia passa a ser abordada de uma forma plural, considerando os conflitos, disputas, semelhanças, diferenças, cruzamentos. Identifica-se, nas últimas décadas um interesse crescente tanto

pela biografia quanto pela história. Esse interesse crescente pelas obras biográficas e autobiográficas talvez represente uma demanda por identidade, uma busca coletiva do eu que, confiante em sua identidade singular, procurava as características de sua distinção, apaixonando-se pelo outro (LEVILLAIN, 1996). Ou ainda uma busca, com a esperança de encontrar no outro um reflexo de si mesmo (SILVA, 2009). Em relação ao interesse pela história, no Brasil nos últimos dez anos, surgiu um público que lê e gosta de história, e por isso se desenvolveram diversas publicações neste seguimento (DEL PRIORI, 2009). Porém a produção histórica no país não é privilégio de historiadores, com jornalistas, escritores e autores sem especialização na área tendo sucesso de vendas ao grande público, que não está interessado em métodos, teorias e títulos acadêmicos. Portanto nesta questão se concentram grandes desafios para os historiadores brasileiros, pois terão que repensar os tipos de textos produzidos e que produzirão, pois a questão atual não é apenas atender as exigências acadêmicas, mas também responder a uma demanda social.

Referências Bibliográficas

- AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da História, escrita Biográfica: limites, tensões e possibilidades. In: **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP/Franca. 06-10 de set. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da história oral**. RJ: FGV, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.
- _____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2002.
- DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n.19, jul.- dez. 2009.
- FEIJÓ, Martin Cezar. **O revolucionário cordial** (Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural). SP: Boitempo Editorial, 2001.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. Mario Vilela. SP: Contexto, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. SP: Martins Fontes, 1990.

- _____. **História e Memória**. 2ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1992.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. RJ: UFRJ, 1996.
- PEREIRA, Astrojildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. SP: Ciências Humanas, 1980.
- _____. **Ensaio histórico e políticos**. SP: Alfa - Omega, 1974 .
- PIOVESAN, Greyce Kely. **Biografia, trajetória e história**. s.n.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, RJ, v. 2, n. 3, 1989.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas/SP: Papyrus, 1994.
- SILVA, Wilton Carlos. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Fronteiras**, Dourados/MS, v. 11, n. 20, jul.-dez. 2009.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. RJ: UFRJ, 1996.

**ESTRUTURALISMO E HERMENÊUTICA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA:
O DEBATE ENTRE LÉVI-STRAUSS E PAUL RICOEUR.**

Breno Mendes*

Introdução

O confronto entre estruturalismo e hermenêutica foi um importante episódio ocorrido na cena intelectual francesa da 2ª metade do século XX. Tal debate trouxe significativas implicações para a História da Historiografia Contemporânea, na medida em que, as reflexões de seus protagonistas frequentemente tocavam em importantes questões historiográficas. Para o presente texto, escolhemos enfatizar o embate ocorrido entre Lévi-Strauss e Paul Ricoeur registrado nas páginas da revista *Esprit*. O principal ponto de discórdia era a compreensão dos autores sobre a questão do “sentido”. Para além deste confronto, analisaremos a proposta ricoeuriana de incluir a análise estrutural em sua hermenêutica.

O Estruturalismo

Na década de 1950 a referência às estruturas era quase onipresente nas ciências humanas. O vocábulo “estrutura”, no entanto, foi criado quatro séculos antes na língua francesa, a partir do termo latino *structura*, que, por sua vez, provém do verbo *stuer* e traz como significados construir, edificar, erigir, empilhar, dispor em camadas. Entretanto, a simples presença do termo “estrutura” não implica automaticamente em estruturalismo. Lembremos que o conceito é utilizado também fora do campo das humanidades por físicos, químicos, biólogos e matemáticos. E. Durkheim e K. Marx são autores fundamentais para as ciências humanas que também empregaram o conceito, mas não foram estruturalistas (DOMINGUES, S/D).

O estruturalismo é uma corrente heterogênea. Diversos autores já enunciaram a dificuldade para construir uma definição aplicável às suas diferentes manifestações. Segundo R. Barthes o estruturalismo não foi nem uma escola ou um movimento, mas uma atividade realizada pelo “homem estrutural”. Ela consistiria, primeiramente, em não tomar seu objeto de análise como natural. A atividade estruturalista decompõe e

* Mestrando em História pela UFMG.

recompõe este objeto para explicitar suas regras de funcionamento, sua unidade elementar, sua estrutura. (BARTHES, 1967). Não esquecendo que o estruturalismo é uma corrente plural e que foi configurada de distintas maneiras nas diferentes disciplinas das ciências humanas faremos um esforço para apontar alguns pontos em comum:

A) Começamos pelo conceito de estrutura. Nas palavras de Piaget:

Uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. Em resumo, uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformações e de auto-regulação. (PIAGET, 1979: 07)

B) Em contraposição ao atomismo, o estruturalismo prima por uma visão de conjunto, de sistema. A aplicação do conceito de estrutura traz consigo a idéia de totalidade e interdependência entre seus componentes. O pesquisador estruturalista busca realizar um inventário das diferenças e oposições dos elementos internos a estrutura. Há uma esperança de inteligibilidade fundada na crença de que uma estrutura se basta a si mesma, não precisa recorrer a elementos externos para sua explicação (DOMINGUES, S/D; COSTA LIMA, 1970, PIAGET, 1979; POUILLON, 1967).

C) Prevalência da diacronia sobre a sincronia. Este ponto é polêmico e causou um mal-estar na comunidade dos historiadores. Tal incômodo não deixou de ser salutar para a Historiografia, haja vista o debate de Braudel com Lévi-Strauss e a cunhagem do conceito de longa-duração (Cf. REIS, 2008). Com efeito, realçar a sincronia não redundava em dizer que a estrutura tenha uma realidade completamente estática, fora da história (BONOMI, 1970). O que se busca é um ponto fixo que proporcione ao cientista um ancoradouro para vencer as aporias do devir e os males do relativismo, um esquema de permanências para operar as mudanças (DOMINGUES, S/D).

D) Os estruturalistas empregam uma abordagem conceitual que substitui o estudo sobre a intencionalidade ou a consciência pela noção de “inconsciente”. (DOSSE, 1993). O correlato desta postura é o descentramento do sujeito. (COSTA LIMA, 1970) “Por trás das interpretações racionalizadas do indígena – que se faz frequentemente observador, e mesmo teórico de sua própria sociedade – procurar-se-ão

as ‘categorias inconscientes’.” (LÉVI-STRAUSS, 1970: 49). Neste sentido, o estruturalismo é crítico ao projeto da modernidade iluminista de um sujeito consciente de si, racional e livre. O estruturalismo tenta mostrar que a força da estrutura é mais forte e se impõem aos sujeitos.

A Hermenêutica

A hermenêutica é tradicionalmente definida como a arte de ler e interpretar textos. Seu campo abrange a filologia clássica, a exegese bíblica e a hermenêutica jurídica. “A palavra hermenêutica é uma substantivação do verbo grego *hermeneuiein*, que em sua origem significa traduzir, interpretar, explicar e exprimir.” (DOMINGUES, 2004: 346). Nesta acepção, ela tem como tarefa “trazer à compreensão”, “trazer à luz”, “decifrar o sentido”. Sua aplicação se dá em passagens obscuras de um texto, mensagens cifradas dos oráculos, a intenção profunda de um legislador ao formular uma lei.

A história da hermenêutica é extensa e trilhada por caminhos sinuosos que remontam ao tempo em que ela era vista como uma *téchnè*, uma disciplina auxiliar de eruditos e magistrados, até sua constituição como doutrina filosófica autônoma e abrangente capaz de fornecer uma teoria geral da interpretação. O ponto de inflexão da passagem das hermenêuticas regionais (isto é, específica a uma disciplina) rumo a uma hermenêutica geral como doutrina filosófica capaz de delinear uma teoria geral da interpretação se deu com Schleiermacher (1768-1834) e ganhou força com os trabalhos de Heidegger, Betti, Gadamer e Ricoeur (DOMINGUES, 2004).

Com efeito, nosso ponto de partida será o da aplicação da hermenêutica às Ciências Humanas, algo que data do século XIX e remonta a autores como J. G. Droysen, W. Dilthey e M. Weber. Uma das principais características desta interação foi a distinção metodológica entre explicação e compreensão introduzida pelo historiador alemão Droysen, mas que fez fortuna na pena do filósofo Dilthey.

O contexto de Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi marcado pela ascensão do positivismo, programa que buscava estender os métodos das ciências naturais às humanidades. Isto ocorreria num projeto de unificação das ciências sob o paradigma fisicalista marcado pelos componentes empíricos e formais. O elemento empírico era motivado pela exigência de aproximar-se dos fenômenos tendo como base as notas da

observação e da experiência. Já o elemento formal, ou matemático, era motivado pela necessidade de traduzir estas notas em linguagem calculável, do número e da medida (DOMINGUES, 2004).

A proposta de Dilthey era defender a autonomia das ciências do espírito estabelecendo a especificidade de seus métodos e objetos. Ele buscou estabelecer um estatuto científico para as humanidades¹, mas rejeitou a unidade dos métodos entre as ciências (REIS, 2003). Para efetivar esta autonomia ele instituiu uma “epistemologia da diferença”. Uma primeira diferença substancial entre as ciências naturais e as humanas seria então de método, enquanto uma explica, a outra compreende, interpreta.

A explicação seria o método próprio das ciências da natureza. Ela se dirige a algo, a um objeto que é exterior ao sujeito. Seu objetivo é estabelecer nexos causais e leis gerais. As ciências naturais não “interpretam” a natureza, pois não lhe atribuem nenhum sentido subjetivo.

Já a compreensão, segundo Dilthey, seria método das ciências do espírito. Ela se dirige a um objeto que não é completamente alheio ao sujeito e está fundado na empatia e na revivência (compreensão empática). A intenção é compreender o sentido das expressões e manifestações humanas através de uma identificação empática entre o sujeito de conhecimento e o objeto-sujeito. Neste processo há uma transposição do sujeito de conhecimento para um outro ser humano através da mediação de uma obra, pois nesta “as possibilidades existentes na alma são trazidas ao entendimento pelas palavras exteriores” (DILTHEY, 2008: 267). A compreensão parte da expressão exterior (obra) para a vida interior que nela se expressa. Ela se dirige preferencialmente a expressões escritas, pois estas são duráveis, comparáveis: textos poéticos, filosóficos, jurídicos, documentos históricos escritos.

Chamamos compreensão o processo pelo qual as manifestações sensíveis dadas nos revelam a vida psíquica mesma; chamamos exegese, a arte de compreender as ‘manifestações da vida’; chamamos hermenêutica esta técnica de interpretação das manifestações vitais fixadas por escrito. (DILTHEY, *apud* REIS, 2003: 193)

¹ O contexto positivista era tão forte que Dilthey não passaria incólume por ele. O seu esforço em fundamentar as ciências do espírito sobre bases científicas é apontado por alguns autores como uma herança positivista em seu projeto. (REIS, 2003).

Através desta distinção de objeto e método, Dilthey acreditava fundamentar as Ciências Humanas, conferindo-lhe autonomia em relação às ciências naturais, uma vez que elas empregariam uma metodologia própria. Para ele, o conhecimento nas ciências do espírito só seria possível se o eu pudesse se colocar, empaticamente, no lugar do outro. Não obstante, a dicotomia entre explicação e compreensão sofreu pesadas críticas que apontavam como principal limitação da hermenêutica seu viés intuicionista, psicologista e subjetivista.

Estruturalismo x Hermenêutica: o debate entre Lévi-Strauss e Paul Ricoeur

Um primeiro momento do embate entre estruturalismo e hermenêutica se deu na década de 1960. Entre 1962-63 o “Groupe Philosophique” da revista *Esprit* consagrou diversas reuniões à leitura e discussão da obra *O pensamento selvagem* de Lévi-Strauss. Este autor foi convidado para participar da última reunião e responder às questões levantadas pelos integrantes do grupo. Ricoeur foi um dos protagonistas deste tenso encontro. Suas objeções ao estruturalismo consistem principalmente na subordinação da diacronia do evento à sincronia da estrutura e a questão do sentido (RICOEUR, 1963).

Vamos nos deter um pouco na discussão do sentido, pois este é um terreno disputado tanto pela hermenêutica quanto pelo estruturalismo. A análise estrutural busca fazer aparecer, trazer a luz, evidenciar e objetivar o que está aparentemente oculto: uma força invisível, uma ordem profunda, escondida, que estrutura os fenômenos vividos. Aliás, este domínio do simbólico é um dos importantes legados que o estruturalismo trouxe para as ciências humanas (DOMINGUES, S/D).

Para Lévi-Strauss, os símbolos não portam um significado, um sentido intrínseco. Na análise estrutural o sentido não reside nos elementos isolados, mas na sua composição, na maneira como estão combinados em um sistema. Este procedimento não contribui para a compreensão de si do sujeito cognoscente, é apenas uma operação sintática que combina elementos que não são significativos em si mesmos (LÉVI-STRAUSS, 1963).

Assim como a análise estrutural, a hermenêutica se coloca a tarefa de articular ou restituir o sentido, tendo a linguagem como seu meio por excelência. Embora em algumas ocasiões este trabalho tenha sido confundido com a instalação de verdade, a hermenêutica considera que sentido e verdade não se recobrem, e que sua tarefa própria

diz respeito ao sentido, cabendo a lógica instalar a verdade e estabelecer seus critérios². O trabalho próprio do hermeneuta, seja na filologia clássica ou na exegese bíblica, é restituir o sentido e salvá-lo da morte e do esquecimento (DOMINGUES, 2004).

Em contraposição à Lévi-Strauss, o posicionamento hermenêutico de Ricoeur é de que o sentido está sempre relacionado, e inclui a compreensão de si do sujeito, abarcando também a compreensão das coisas que o cercam. O sentido instrui a consciência (RICOEUR, 1963). O étnologo belga diz que o filósofo francês está preocupado é com o “sentido do sentido”, ou seja, um sentido que estaria por detrás do sentido, enquanto que, na sua perspectiva, o sentido jamais é um fenômeno primeiro, originário. Para Lévi-Strauss por trás do de todo sentido há um não-sentido, e o contrário não é verdadeiro. A significação é sempre da ordem do fenomênico (LÉVI-STRAUSS, 1963).

Com efeito, após este confronto no que tange a questão do sentido, a postura de Ricoeur não será a de meramente opor estruturalismo e hermenêutica. Seguindo seu procedimento típico, ele irá desfazer a antinomia entre ambos os paradigmas com vistas a construir uma mediação entre eles. Ele vê o empreendimento estruturalista como algo legítimo, embora não deixe de apontar seus limites. Sua proposta é de “uma articulação que de forma alguma seria um ecletismo entre hermenêutica e estruturalismo” (RICOEUR, 1978: 49). Ele chega mesmo a afirmar que não é possível fazer hermenêutica sem estruturalismo (RICOEUR, 1963).

A “resposta” ricoeuriana ao estruturalismo não se limitou a este debate com Lévi-Strauss. Em *A metáfora viva e Tempo e narrativa* ele ressalta a função de referencial do texto, seja ele historiográfico ou ficcional. Mesmo a ficção realiza esta referência, ainda que de forma indireta. Ela cria uma inovação semântica, isto é, atribui novos sentidos para o real e nos faz ver as coisas de um modo que os enunciados científicos não conseguem expressar. “A metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade” (RICOEUR, 2000: 14).

O enxerto estrutural na Hermenêutica de P. Ricoeur

² “No entanto, o lógico pode perguntar pelo *sentido* da verdade; o hermeneuta pelo sentido *verdadeiro* ou o *verdadeiro sentido*.” (DOMINGUES, 2004: 348).

Mais do que responder ao estruturalismo, Ricoeur faz consideráveis concessões a este paradigma, incluindo-o em sua hermenêutica, que outrora já havia recebido também o enxerto da fenomenologia. Dissemos acima que uma das principais críticas ao paradigma hermenêutico repousava na acusação de psicologismo dirigida à compreensão empática. Ora, o enxerto estrutural na hermenêutica é realizado justamente com o objetivo de “despsicologizar” a noção de compreensão. Tomaremos como base para discussão destes pontos seu ensaio “O que é um texto?”. Nesta concepção, texto é a fixação ou substituição do discurso oral pela escrita. Esta noção de texto, segundo Ricoeur, demanda uma nova abordagem da dualidade proposta por Dilthey entre a explicação (a princípio limitada às ciências da natureza) e a compreensão (a princípio restrita às ciências do espírito). A proposta ricoeuriana é que entre ambas a relação não seja antinômica, mas de complementaridade e reciprocidade.

Ele aponta para duas vias possíveis de análise dos textos: 1) A explicação estrutural que suspende tanto o referente externo como a figura do autor e se concentra em suas relações internas, suas estruturas. 2) Abordagem interpretativa que não toma o texto como uma estrutura fechada em si mesma, mas o restitui ao diálogo e a comunicação viva, interpretando-o. Segundo Ricoeur, a explicação estrutural não apenas é possível como é legítima. Ao tratar o texto em suas estruturas internas, a lingüística contrariaria Dilthey ao mostrar como é possível adotar procedimentos explicativos nas Ciências Humanas sem que isso signifique a importação de modelos epistemológicos das ciências da natureza. A explicação empregada pela lingüística provém do campo dos signos, isto é, do interior das humanidades. Já a via interpretativa abre espaço para a significação, para os sentidos, para que seja encadeado um discurso novo no discurso do texto, já que ele não está fechado em si mesmo. Nela o leitor apropria-se do texto e compreende melhor a si mesmo. A compreensão de si passa pelo caminho da compreensão dos signos de cultura. Este processo ocorre no momento da leitura quando o texto sai de seu “quase-mundo” sem sujeito e retorna ao mundo da ação, ao mundo da vida, onde o sujeito é o leitor (RICOEUR, 1986).

Embasado nestas posições Ricoeur irá propor seu conceito de interpretação. Nesta construção a noção de apropriação tem um lugar de destaque. Por apropriação o filósofo francês entende que “a interpretação de um texto se completa na interpretação de si de um sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro

modo, ou mesmo começa a se compreender” (RICOEUR, 1986: 152). Aqui a análise estrutural também desempenha um papel importante, pois é concebida como uma etapa necessária entre uma interpretação ingênua e superficial e outra interpretação crítica e profunda.

A intenção de Ricoeur com isto é colocar explicação e interpretação em um mesmo arco hermenêutico integrando-as, sem antagonismos entre si, numa concepção de leitura como retomada de sentido. A análise estrutural é importante para Ricoeur na medida em que ela convida a compreender o texto não por um desvendamento divinatório da intenção do autor, mas pelas suas próprias regras, por suas estruturas intra-textuais. Explicar um texto é destacar suas estruturas, suas relações internas de dependência que constituem sua dimensão estática. Interpretar um texto é trilhar o “caminho de pensamento” aberto por ele, é se colocar em marcha rumo a seu referente. É no momento da leitura que explicação e interpretação se entrelaçam.

Vamos concluir este tópico com a avaliação de Ricoeur a respeito do estruturalismo:

Fiz sempre uma grande diferença entre uma filosofia estruturalista e um estudo estrutural de textos determinados. Aprecio consideravelmente esta última abordagem, porque é uma maneira de fazer justiça ao texto e de o levar ao melhor das suas articulações internas, independentemente das intenções do autor. (...) Distingo isto de uma filosofia estruturalista, que, da sua prática, extrai uma doutrina geral em que o sujeito é eliminado da sua posição de enunciador do discurso (...) Estou numa relação conflituosa com o estruturalismo, que me parece atingir seu nível mais elevado em Lévi-Strauss, aquele, na escola estruturalista, cuja obra mais respeito. (RICOEUR, 1997: 110-111)

Considerações finais: as implicações do debate para a História da Historiografia

Para concluir nossa exposição iremos fazer uma avaliação do impacto que este debate obteve na Historiografia. Segundo F. Dosse, o estruturalismo foi o paradigma dominante nas Ciências Humanas entre as décadas de 1950 e 1970. Contudo, a partir dos anos 1980 a hermenêutica seria o paradigma que se fortaleceu. Neste modelo interpretativo a noção de historicidade se sobrepõe à de estrutura (DOSSSE, 2001). Após o giro lingüístico ocorrido a partir da década de 1960 a Historiografia não pôde negligenciar a dimensão textual da operação histórica, ou conceber a linguagem como um mero adorno, um epifenômeno. O enfraquecimento do modelo estrutural abriu caminho para o chamado “retorno” da política, da narrativa e do evento na historiografia

francesa. Esta nova configuração possibilitou também que a história dos intelectuais se constituísse como um campo de pesquisa autônomo.

Levando isso em consideração, um primeiro aporte trazido pela hermenêutica ricoeuriana diz respeito ao texto historiográfico. Na compreensão de Ricoeur, o texto emerge de uma experiência vivida, é configurado numa trama e retorna ao mundo da ação no momento da leitura. Nesta compreensão, o texto não se refere sempre a outros textos, mas tem em vista um referente externo, enraizado na experiência vivida pelos homens no tempo. O filósofo francês vai “Do texto à ação”, sem opor explicação e compreensão, estruturalismo e hermenêutica. A obra de Ricoeur leva a sério o giro lingüístico, porém, não se fecha no campo da discursividade, antes, cria uma abertura ao referente extra-textual.

O risco do descentramento do sujeito proposto pelo estruturalismo é eliminar o homem da historiografia e das demais ciências humanas, para descrever o jogo impessoal que ocorre entre os elementos da estrutura. Ricoeur não evita o descentramento do sujeito realizado pelos “mestres da suspeita” Marx, Nietzsche e Freud, que teve prosseguimento na atividade estruturalista de autores como Lévi-Strauss e Foucault. Em suma, o projeto ricoeuriano não é de um sujeito cuja consciência é totalmente transparente, um cogito que é soberano de si mesmo, que controla plenamente seu sentido. Em Ricoeur, não há nem sujeito exaltado (Descartes), nem sujeito humilhado (Nietzsche), mas, um cogito ferido. Em lugar de uma reflexão imediata da consciência sobre si mesma, ou de uma ausência de reflexão, o caminho que se abre é de uma via longa, uma hermenêutica do si que para compreender-se passa pelo desvio necessário da percepção do outro e também dos signos da cultura, isto é, dos textos historiográficos e ficcionais (RICOEUR, 1991 e 2010; GAGNEBIN, 1997; MENDES, 2011).

Então o que Ricoeur pretende não é um retorno às filosofias do sujeito, à reflexão total da consciência sobre si, tão duramente criticadas pelos estruturalistas. Tampouco, ele faz apologia da dispersão, da ausência de sujeito e de reflexão sobre si. Se os modernos esforçaram-se para construir um sólido edifício para o sujeito e a Razão, e os pós-modernos afirmavam que era preciso desconstruir tudo isso, a tarefa proposta por Ricoeur distingue-se de ambas: ele recolhe os cacos da consciência histórica ocidental, mas não para reconstituí-la da maneira como era originalmente.

Com suas mediações imperfeitas, suas proposições de sentido parciais, que levam em conta as críticas estruturalistas e as desconstrucionistas ele anseia um mundo habitável, onde seja possível viver-junto com o outro (MENDES, 2011).

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland, A actividade estruturalista. In: COELHO, Eduardo Prado. (org.). **Estruturalismo** – Antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- BONOMI, Andrea. Implicações filosóficas na antropologia de Lévi-Strauss. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.
- COSTA LIMA, Luiz. Introdução. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.
- DILTHEY, Wilhelm. A compreensão dos outros e das suas manifestações de vida. In: GARDNER, Patrick. (org.). **Teorias da História**. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das Ciências Humanas**. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola: 2004.
- DOMINGUES, Ivan. **O Estruturalismo e as Ciências humanas**, S/D. (mimeo).
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DOSSE, François. **A história do estruturalismo**. Volume 1: O campo do signo. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula inaugural. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.
- MENDES, Breno. Relações de Força e Relações de Sentido: Michel Foucault e Paul Ricoeur revolucionam a Historiografia. **Revista de Teoria da História**. Ano 2, nº5, Junho/2011.
- PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1979.
- POUILLON, Jean. Uma tentativa de definição. In: COELHO, Eduardo Prado. (org.).

- Estruturalismo** – Antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- REIS, José Carlos. História da história (1950/60). História e estruturalismo: Braudel *versus* Lévi-Strauss. **Revista de História da Historiografia**, nº 1, Agosto, 2008.
- REIS, José Carlos. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003.
- RICOEUR, Paul. **A crítica e a convicção**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action**. Paris: Seuil, 1986.
- RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**. Ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- RICOEUR, Paul. **Si mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. 3v. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, Paul; LÉVI-STRAUSS, Claude (et al.) *Autour de la Pensée sauvage*. Réponses à quelques questions. (entretien avec Claude Lévi-Strauss) **Esprit**, novembre, 1963.

NACIONALIDADE E HISTÓRIA NAS IDEIAS DOS INTELLECTUAIS CATÓLICO-MONARQUISTAS DE SÃO PAULO (1889-1904)

Flávio Raimundo Giarola*

Os primeiros anos de República no Brasil constituíram um período de intensa agitação política, marcado por várias decretações de estado de sítio, pelo arbítrio e pela violência como formas de resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais (JANOTTI, 1986: 8). Nesse contexto, grupos de inconformados com o novo regime tomaram corpo no país, constituídos, em grande parte, por indivíduos aliados do poder com a queda do Império. Os monarquistas foram um destes grupos e tiveram grande destaque no cenário nacional naquele período.

Como afirma Maria de Lourdes M. Janotti, os grupos monarquistas eram compostos de antigos políticos de expressão, obscuros políticos de província, funcionários vinculados à burocracia, portadores de títulos nobiliárquicos e jornalistas da imprensa partidária que tinham em comum ressentimentos relativos à perda do prestígio, dos cargos e dos privilégios que desfrutavam sob o Império. Também se encontravam, entre estes, homens novos: bacharéis das faculdades de direito, principalmente de São Paulo; jovens ligados, por parentesco, às famílias de políticos decaídos; católicos radicais e descontentes por diversas razões (Idem: 9). “Ligavam-nos, a todos, o profundo respeito pela tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso” (Idem: 10).

Segundo Ângela Alonso, enquanto os republicanos conservaram a equação Império = decadência e se lançaram à edificação de uma tradição republicana que suplantasse a imperial, os monarquistas se puseram a resgatar a tradição imperial, invertendo os vetores: o regime deposto virou um ápice de civilização e a República, sua ruína. Deste modo, criaram-se “duas versões da história nacional, uma legitimando o novo *status quo*, outra defendendo a ordem caída.” (ALONSO, 2009: 134).

Diante disto, este artigo pretende analisar as visões em torno da nacionalidade e da história do Brasil de uma parcela dos monarquistas, composta de intelectuais

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

católicos, nucleada em São Paulo e cujo principal veículo de divulgação de suas ideias, além das obras individuais, foi o periódico *O Comércio de São Paulo*, redigido por Eduardo Prado (1860-1901), assessorado por Afonso Arinos (1868-1916) e Couto de Magalhães Sobrinho. Estes indivíduos também se socializavam através das tradicionais reuniões na casa da família Prado¹; além de terem produzido artigos para a comemoração do Terceiro Centenário de Anchieta, em 1897; participarem ativamente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; e fundarem, em 1901, a Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios.

Nosso recorte cronológico vai de 1889, ano da proclamação da república no Brasil, a 1904, ano em que, segundo Janotti, a atuação monarquista entra em irremediável declínio após uma fracassada tentativa de golpe². Temos como hipótese que o contato e a amizade entre intelectuais como Eduardo Prado, Afonso Arinos, Brasília Machado (1848-1919), Teodoro Sampaio³ (1855-1937), General Couto de Magalhães (1837-1898), Joaquim Nabuco⁴ (1849-1910), João Mendes Júnior (1856-1923), Estevão Bourroul (1856-1914) entre outros, mediados pela convicção política e religiosa em comum, possibilitaram uma perspectiva singular diante da raça, da história e da nacionalidade brasileira, baseada na valorização do sertão e do mestiço; na exaltação do papel do “*bandeirante mameluco*” e dos jesuítas na formação nacional; e

¹ Me refiro ao *Brejão*, residência de Eduardo Prado. Segundo Teodoro Sampaio (1978: 276), “O Brejão tornou-se logo o ponto de convergência dos nossos homens de letras e de quantos estrangeiros ilustres vinham a São Paulo com intuítos de estudar as nossas”. Dizia ainda que Prado tinha conseguido juntar ali uma biblioteca de mais de doze mil volumes, “repertório soberbo de raridades bibliográficas sobre história e geografia do Brasil, como bem poucos possuem entre nós”.

² A partir de então, sua atuação é episódica. A geração mais ativa do Império começa a desaparecer e as instituições republicanas vão se tornando cada vez mais estáveis. Além dos monarquistas, os partidos dissidentes e o jacobinismo militar e popular também são vencidos no governo Rodrigues Alves. O domínio das oligarquias, resultado do projeto paulista republicano, tornara-se completamente hegemônico – arrasando qualquer resistência – e forte o suficiente para absorver suas divergências internas (JANOTTI, 1986: 255).

³ Danilo José Zioni Ferretti (2004: 238-239), afirma que, mesmo mantendo privadamente as convicções monarquistas, Teodoro Sampaio aderiu ao novo regime aceitando cargos públicos. Aparecia, assim, como uma ponte entre os principais setores oponentes da sociedade paulista da época, conseguindo manter trânsito livre, tanto entre os grupos republicanos no poder, quanto entre os “subversivos” católico-monarquistas, como seu amigo Eduardo Prado, João Mendes Jr., Brasília Machado.

⁴ Joaquim Nabuco é uma figura singular entre os intelectuais católico – monarquistas. De acordo com Ângela Alonso (2002: 328), a instauração do regime republicano foi uma momento de invenção de tradições, no qual atores aliados da política militante reconstruíram a crise do Império de um ponto de vista interessado. É o caso de Joaquim Nabuco e Teixeira Mendes (1855-1927), dois homens convertidos à religiosidade, que já não guardavam mais sombra do radicalismo que os unira na década anterior. Nabuco reconstrói, portanto, o seu ponto de vista, passando a valorizar a tradição imperial e o catolicismo daquela forma de governo. Assim, nos interessa para a pesquisa proposta, apenas os textos do autor posteriores ao ano de 1889.

na preferência pelos determinismos climático e geográfico em detrimento do racismo científico do período.

Para estes intelectuais, o caboclo mestiço possuía *status* especial, constituindo símbolo da nacionalidade. Na visão de Eduardo Prado, ele era o verdadeiro representante do Brasil, pois “foi ele que fez o Brasil” (PRADO, 1979: 26). Afonso Arinos, por sua vez, em 1897, antes do famoso livro de Euclides da Cunha (1866-1909) - *Os Sertões* -, mostrava a batalha de Canudos como a afirmação da existência do sertanejo, ignorado diante da sociedade cosmopolita do litoral. Falava da bravura épica destes indivíduos e de sua vivência harmoniosa com a natureza (ARINOS, 1968: 643-646), como se percebe na citação abaixo:

Dezenas de vezes o clarim tocou a avançar, e os soldados, tontos, alucinados, corriam desordenadamente em diferentes direções, vendo dançar-lhes diante dos olhos, como intangíveis demônios, as sombras esquivas e ameaçadoras dos jagunços. [...] Não se ouvia um grito que partisse daquelas figuras sinistras. Aos soldados eles se afiguravam inumeráveis e terríveis, porque apareciam em toda a parte e borbotavam de todos os pontos como entes invisíveis e fantásticos, seres encantados que se misturavam com todas as revoltas da natureza bravia” (Idem: 229, Apud: GABURO, 2009: 118-119).

Tal perspectiva representava uma resignificação do sertão como parte importante do território brasileiro. Segundo Luciana Murari, o olhar crescente dos intelectuais, a partir da década de 1870, para as regiões rurais e naturais expressava a procura por um Brasil profundo, que cabia compreender, assimilar ao movimento da história, à cultura e à sociedade brasileiras. “Propunha-se uma nova tomada de posse da terra e de suas riquezas naturais, e o primeiro passo para tal seria reescrever a história da colonização como processo de ocupação e de inserção do homem no ambiente” (MURARI, 2009: 19).

Deste modo, os católico-monarquistas de São Paulo viram, na figura do bandeirante, o grande desbravador deste ambiente, principal propulsor da expansão colonial. Para Teodoro Sampaio, a fusão das três raças nacionais teria sido o elemento que possibilitou esse avanço no país tropical: “(...) a expansão nas conquistas e o largo povoamento das solidões continentais dependeram quase exclusivamente deste elemento novo” (SAMPAIO, 1979: 168).

Segundo Danilo Zioni Ferretti, Teodoro Sampaio elaborava uma historiografia que ressaltava a originalidade de São Paulo e identificava, pioneiramente, o fruto de

uma mestiçagem positiva, o que ia na contramão do racismo científico da época e da autovisão de parte da elite regional que, conforme Alberto Salles, afirmava o caráter predominantemente branco da população paulista (FERRETTI, 2009). Esta perspectiva não esteve presente apenas em Teodoro Sampaio, mas apareceu também nas obras de vários outros intelectuais católicos e monarquistas do Estado.

Assim, apesar de uma valorização maior da fusão entre índios e brancos, estes intelectuais retomavam a ideia de que o Brasil seria formado por três raças diferentes (brancos, índios e negros), teoria já apresentada pelo naturalista alemão Karl Von Martius (1794-1868) no *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1845. De acordo com Maria Aparecida R. Mota, a constatação do pertencimento a uma formação racial distante do modelo étnico em vigor no mundo civilizado forçava a inteligência a encontrar uma saída honrosa para a armadilha em que se enredara a definição da identidade da nação (MOTA, 2000: 70). Em Silvio Romero, por exemplo, o impasse teria sido “superado” a partir de dois argumentos: “o processo ainda não concluído de formação da nação, enquanto agrupamento étnico, e o gradativo clareamento da população, sendo este argumento reforçado pelo peso “científico” das estatísticas” (Idem, *ibidem*). A apropriação deste debate na obra dos intelectuais católicos e monarquistas, entretanto, se apresentava de outra forma: a mistura racial teria sido um fator positivo para a adaptação do português ao novo território conquistado, não pelas possibilidades de branqueamento, mas pelo aproveitamento das características favoráveis dos indígenas.

Márcio Couto Henrique aponta a importância da ideia de aclimatação nos trabalhos de Couto de Magalhães, onde a mescla com o sangue indígena seria uma condição para que a raça branca pudesse suportar o desbravamento do clima tropical do Brasil. “Somente a partir do momento em que o branco europeu começasse a cruzar seu sangue com o do indígena ou do mestiço seu descendente, através da mestiçagem, é que ele estaria apto ao desbravamento das terras virgens” (HENRIQUE, 2003: 27). Deste modo, havia a ideia de que o índio teria uma imunidade natural ao meio ambiente hostil de nosso país, que deveria ser usada para destruir a braveza de nossos sertões.

Por outro lado, como afirma Márcia R. C. Naxara, a grande maioria das interpretações sobre o Brasil levavam a “uma leitura que permitisse bem pensar o Brasil somente como potencialidade visualizada num futuro potencial, quando ocorresse um

ajustamento entre esse majestoso ambiente natural, latente de possibilidades, e o potencial humano” (NAXARA, 2004: 294). Para os intelectuais estudados aqui, no entanto, esse ajuste teria ocorrido no passado, com a fusão do branco com o elemento indígena, representada na figura do “bandeirante mameluco”, que possibilitou a expansão e a vitória do homem sobre os trópicos.

Em vista disto, acreditamos que este grupo se aproximava, em certo sentido, muito mais das idéias deterministas de Buckle⁵ (1821-1862) e de viajantes que visitaram o Brasil no século XIX, do que do Darwinismo Social que ganhava cada vez mais adeptos no país. Isto porque viam o Brasil sob uma ótica territorialista, “marcado pelo empenho na construção da nacionalidade pela ocupação efetiva de seu interior despovoado” (FERRETTI, 2009). Com isso, entende-se a importância dada ao sertão e ao sertanejo, homens interioranos e esquecidos pela sociedade do litoral, em constante conflito com a natureza. Entretanto, se, para os viajantes, “A natureza tropical e o mundo selvagem são vistos em termos estéticos, como forma de compensar o desapontamento com a sociedade local” (VENTURA, 1991: 32), os intelectuais em questão viam por uma ótica contrária: a natureza seria inóspita, selvagem, e apenas o caldeamento racial teria fortalecido a raça brasileira para que houvesse a adaptação perfeita ao meio.

É o que expressava Eduardo Prado, ao dizer que o Brasil era um “triumfo nos trópicos”, pois o brasileiro constituiria uma raça que havia crescido e multiplicado, em uma zona tropical que se dizia inabitável, “com a força e a fecundidade das plantas vivas, que deitam raízes fundas e estendem longe as verduras de suas frondes” (PRADO, 1967: 276-277).

Tais argumentos, no entanto, não pretendem mostrar uma ausência de racismo entre estes homens. O General Couto de Magalhães, por exemplo, apesar de achar positivas as misturas ocorridas no Brasil, acreditava na superioridade da raça branca e dizia que a tendência da raça negra e índia seria o desaparecimento. O autor ressaltava, entretanto, que: “(...) se formos previdentes e humanos, eles não desaparecerão antes de

⁵ Thomas Buckle acreditava que, diante da magnitude da vegetação e da fauna brasileira, o homem era reduzido à insignificância. O meio físico tropical não era favorável para a produção de uma civilização notadamente evoluída e, sem a ajuda estrangeira, o Brasil teria regredido. O autor ainda dizia que, mesmo no presente, com todos os aperfeiçoamentos originários da Europa, não havia sinais de progresso real (SKIDMORE, 1976: 45). No entanto, todas estas conclusões foram feitas sem que o inglês jamais tivesse pisado em solo brasileiro.

haver confundido parte de seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades para resistirmos à ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil” (MAGALHÃES, 1975: 73).

A religião também desempenhou um papel importante no pensamento dos católico-monarquistas. As comemorações do Terceiro Centenário de Anchieta, em 1897, por iniciativa de Eduardo Prado, tiveram como elemento presente em quase todos os artigos a participação dos jesuítas na formação da sociedade colonial. A Companhia de Jesus teria tido um papel civilizador no Brasil através da evangelização. No artigo escrito por Joaquim Nabuco, por exemplo, o catolicismo é mostrado como o responsável pela amplitude do território nacional e pela fusão e convivência harmônica entre as três raças (NABUCO, 1979: 82).

De acordo com Ângela Alonso, as celebrações do Terceiro Centenário de Anchieta foram a expressão de uma luta cultural mais alusiva por parte dos monarchistas. Além de somar outro ícone ao panteão monarchista (os jesuítas), era um meio de apresentar o catolicismo como valor fundacional da nacionalidade, em revide à religião civil do positivismo.

Todavia, mesmo com a valorização do discurso católico, o círculo de intelectuais que temos por objeto não negava a ciência, ao contrário, se apropriavam dela de um modo específico. Assim - como aparece nos textos do general Couto de Magalhães, de Eduardo Prado e de Teodoro Sampaio para as Conferências Anchiéticas - houve um esforço constante em conciliar os dogmas tradicionais da igreja com as novidades do cientificismo através das idéias deterministas, deixando em segundo plano perspectivas como as de Gobineau (1816-1882), Spencer (1820-1903) e Darwin (1809-1882).

Devemos destacar ainda que a interação entre os dois elementos históricos elevados pelos católico-monarquistas de São Paulo, o bandeirante e o jesuíta, não deixa de ser conflitiva. Ferretti afirma que autores indianistas como Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Gonçalves Dias (1823-1864) e Machado de Oliveira, ainda que valorizassem a atuação dos colonos paulistas como construtores das fronteiras nacionais, tendiam cada vez mais a identificá-los como uma espécie de anti-heróis de nossa história que, movidos pela ganância, foram os responsáveis pelo extermínio dos povos indígenas. Deste modo, valorizou-se a figura do

jesuíta como defensor da liberdade dos índios e como agente civilizador do Brasil. Em fins do século XIX, no entanto, intelectuais republicanos ressignificaram a figura do bandeirante em oposição à interpretação indigenista-monárquica do passado (FERRETTI, 2009).

Para o grupo estudado por nós, no entanto, jesuítas e bandeirantes não eram excludentes, pelo contrário, eram complementares. Os jesuítas teriam ajudado a civilizar o paulista, evitando os conflitos entre brancos e indígenas e, com isso, facilitando o processo de miscigenação. Desta maneira, através da introdução do catolicismo, teriam contribuído na formação do elemento novo que viria a ser o “*bandeirante mameluco*”. Eduardo Prado dizia que, diferentemente das regiões protestantes do Norte, o Brasil católico permitiu a absorção dos bárbaros, através da fusão racial (PRADO, 1979: 24). A religião católica difundida na colônia pelos jesuítas permitiu, portanto, a aclimação definitiva da “planta humana européia” através do enxerto da “planta indígena”. Percebe-se, portanto, uma tentativa de conjugação entre a tradição indigenista de valorização do jesuíta e a tendência historiográfica paulista de fins do século XIX de valorização do bandeirante.

Esse resgate da tradição indigenista romântica também pode ser percebido nas representações que tais intelectuais faziam diante do indígena. Segundo Monteiro, duas posições fundamentais teriam marcado as idéias no Brasil a respeito da participação das “raças” indígenas na constituição de nossa nacionalidade. Uma vertente do pensamento imperial, apoiando-se na literatura científica de origem européia sobre “raças antropológicas” e “raças históricas”, acreditava que uma enorme gama de atributos positivos das “raças” nativas concorria, através da mestiçagem, para a formação do povo brasileiro, dando um caráter específico a esta nação. A outra, também lançando mão da literatura científica estrangeira, concluía que foram antes os atributos negativos dessas “raças” – sobretudo a sua inferioridade moral, física e intelectual – que justificavam e autorizavam a exclusão dos índios do futuro da nação, inclusive por meios violentos. O autor diz também que, à medida que avançava o século XIX e surgiam novos discursos científicos sobre as raças humanas, aprofundou-se a vertente pessimista que prognosticava a extinção total dos índios (MONTEIRO, 1996: 15-21).

Entretanto, percebemos que os intelectuais católico-monarquistas de São Paulo, nas décadas iniciais da República, ainda acreditavam no aproveitamento de alguns

atributos positivos dos povos indígenas para a constituição da “raça brasileira”. A constante afirmação do bandeirante como mameluco, principalmente nos textos produzidos para as Conferências Anchiéticas, somadas ao papel civilizador dos jesuítas, confirmam a manutenção de um discurso indianista característico da geração romântica do Império. Deste modo, os índios fariam parte da nacionalidade brasileira, desde que se civilizassem, através da mistura racial com o branco e da conversão ao cristianismo.

Este tipo de posição pode ter sido mantida pela influência exercida pelo General Couto de Magalhães, que, apesar de deslumbrar o futuro desaparecimento dos indígenas e dos negros, receitava a mistura racial, sobretudo com os primeiros, para o fortalecimento da raça diante do ambiente natural hostil. Monteiro refere-se a Couto de Magalhães como indivíduo que viveu a tensão entre a simpatia pelos índios, fruto de experiências no sertão, e os pressupostos teóricos sobre a inferioridade e o atraso dos selvagens em referência à civilização (MONTEIRO, 2001: 152). “Científico e romântico de uma só vez, buscava o delicado equilíbrio entre a integração dos índios à nação e sua total destruição” (Idem: 153).

Danilo Ferretti, por outro lado, percebe essa presença do indianismo nas obras de Teodoro Sampaio. O autor diz que a manifestação da sua posição historiográfica indianista transparece de forma tênue nos escritos sobre história paulista, que Teodoro insere na revista do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo) - com exceção de uma polêmica sobre João Ramalho, onde ele é explícito – e de forma incisiva nos textos proferidos e publicados fora do IHGSP, nas iniciativas do grupo de católicos e monarquistas em que freqüentava. Para Ferretti, essa diferença entre o tom de seu discurso indianista em espaços sociais diferentes, evidencia os limites impostos à visão monárquica no interior do IHGSP.

Portanto, defendemos aqui que a amizade existente entre tais indivíduos, juntamente com as iniciativas em comum que levaram adiante - como as Conferências Anchiéticas, a Sociedade de Civilização dos Índios e o *Jornal do Comércio de São Paulo* - não podem ser deixadas de lado para se entender o pensamento destes autores em torno da nacionalidade e da história do Brasil. Este intenso contato permitiu o surgimento de visões sobre o país que valorizavam o mestiço e a mestiçagem (sobretudo com o indígena), o sertão e o sertanejo, e os jesuítas e os bandeirantes na formação da nação. Fizeram isto utilizando de uma perspectiva territorialista, onde a expansão e a

conquista do sertão tinham lugar privilegiado. Buscaram, por isso, nos determinismos climático e geográfico, as explicações para o avanço dos portugueses nos trópicos. Entretanto, os conquistadores lusos só conseguiram tal feito através da mistura com o indígena, que já estava completamente adaptado à natureza e ao clima hostil do Brasil. Deste modo, o olhar especial que tinham sobre o sertanejo significava uma identificação do mesmo com o seu antepassado paulista, o “*bandeirante mameluco*”⁶.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: A geração 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: **Novos Estudos**, CEBRAP, no. 85, São Paulo, 2009, p. 134, disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002009000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessado em 19 de julho de 2010.

ARINOS, Afonso. Notas do Dia. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

FERRETTI, Danilo José Zioni. **A Construção da paulistanidade**: Historiadores, identidade e política em São Paulo (1856-1930). São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH – USP.

_____. Euclides da Cunha historiador: a reinvenção do bandeirante em os Sertões. In: **Revista de História**, nº 160, São Paulo, junho de 2009, disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092009000100014&script=sci_arttext>, acessado em 19 de julho de 2010.

GABURO, Vanderson Roberto Pedrucci. **O Sertão vai virar gente**: sertão e identidade

⁶ As questões que foram apresentadas neste artigo ainda se encontram em um período inicial de análise, visto que fazem parte de um projeto amplo de pesquisa que vem sendo desenvolvido no programa de pós-graduação em história (doutorado), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Temos consciência de que ainda necessitamos desenvolver várias formulações feitas aqui e, ao mesmo tempo, levantar outras que, possivelmente, surgirão com o desenvolvimento da leitura das fontes. Entretanto, esperamos ter indicado alguns dos pontos fundamentais de nosso trabalho.

- nacional em Afonso Arinos. 2009. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Vitória, 2009.
- HENRIQUE, Márcio Couto. **O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Pará, Pará, 2003.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAGALHÃES, General Couto de. **O Selvagem**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MOTTA FILHO, Cândido. **A vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.
- MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.
- NABUCO, Joaquim. Significação Nacional do Centenário Anchietano. In: **Conferências Anchiitanas**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional para as comemorações do dia de Anchieta, 1979.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- PRADO, Eduardo. O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Brasil. In: **Conferências Anchiitanas**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional para as comemorações do dia de Anchieta, 1979.
- SAMPAIO, Teodoro. O Instituto Histórico de São Paulo. In: **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SKIDMORE, Thomas E.. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

**AMPLIANDO HORIZONTES:
SUD MENNUCCI E A RURALIZAÇÃO DO ENSINO**

Henrique de Oliveira Fonseca*

Introdução

Este presente texto é fruto de estudos sobre a trajetória político-educacional de Sud Mennucci (1892-1948). Este indivíduo defendeu assiduamente uma postura ruralista para a educação, principalmente nas décadas 1930 e 1940. Acreditava que o futuro do Brasil só seria possível através de uma *ruralização* do ensino. Neste recorte temporal Sud Mennucci propõe as suas principais proposições defendendo reformas educacionais que compactuassem com ideal pedagógico ruralista.

Vale ressaltar que na década de 1930, período em que Mennucci inicia a estruturação desta sua perspectiva pedagógica, também se inicia um movimento educacional de grande vulto. Em 1932, foi lançado o ‘Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova’, difundindo uma nova base filosófica de se pensar a educação, defendendo a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, entrando em choque com as proposições católicas que até então detinham grande poder de influência nas estruturas educacionais. Este embate é considerado o grande *acontecimento* educacional da década de 1930, sendo tema de grandes pesquisas e obras no universo acadêmico¹.

Este é o breve panorama histórico que este estudo se insere, contudo, depois de ler estes dois parágrafos pouco esclarecedores, imagino que o leitor deve estar se questionando: do que realmente trata este artigo? Qual a validade de estudar este sujeito praticamente desconhecido nos estudos acadêmicos? Sua trajetória influenciou o panorama social ou político? Suas proposições tiveram alguma relevância? Mas afinal, quem seria este indivíduo desconhecido?

Antes de responder diretamente estas questões, compete um esclarecimento que indiretamente embasará as possíveis respostas. Este estudo se apresenta dentro de uma posição teórica defendida por Jean-François Sirinelli denominado ‘História Intelectual’, no qual o autor diz que,

* Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ A bibliografia dos estudos sobre este período é extensa, podemos destacar a título de elucidação algumas afamadas obras como CURY: 1988, BOMENY: 2000, XAVIER: 2002 e XAVIER: 2004.

para não ficar restrito apenas à abordagem das grandes correntes de pensamento, rapidamente tomou como objeto, além do estudo dos pensamentos construídos, o da articulação, em uma sociedade, entre estes e as percepções individuais ou coletivas, expressas em registros menos elaborados e, pois, os fenômenos de circulação, impregnação e enraizamento. (SIRINELLI, 2004: 2)

Distinguindo da teorização da ‘Historia dos Intelectuais’ que nas palavras de Sirinelli seria o estudo dos ‘papas da política’, ou seja, um estudo que visa examinar os grandes homens e suas grandes trajetórias de vida. Assim, compreendendo a importância de estudar os indivíduos que compõem as teias sociais sem distinção de valoração em importância, podemos, assim, embasar nossa abordagem.

Para iniciarmos este texto, que servirá como uma justificativa, ou ao menos um explicação pessoal a estes questionamentos, primeiramente buscaremos traçar o perfil de Sud Mennucci como também o panorama educacional que ele vivenciou.

Biografia e contexto

Sud Mennucci nasceu em Piracicaba em 1892, filho de imigrantes italianos. Formou-se em 1910, na Escola Normal de sua cidade natal. Sua vida no magistério foi bastante movimentada, lecionando aulas em diversas cidades. Em 1925, muda-se para capital do Estado para trabalhar como redator do jornal *O Estado de S. Paulo*. Nos anos seguintes, assume a diretoria do jornal *O Tempo* e da *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo* deixando o cargo do jornal *O Estado de S. Paulo*. No início da década de 1930, ajuda a fundar o *Centro do Professorado Paulista* (CPP). Em 1931, tornou-se *Diretor-Geral do Ensino* até maio de 1932, tendo retornado brevemente ao cargo em 1933. Em 1943 assumiu a diretoria do jornal *O Estado de S. Paulo* e novamente da *Diretoria-Geral do Ensino*, aglutinado esses cargos até 1945. Morreu no ano 1948. Suas publicações tiveram grande importância na literatura do período, destacando sua afamada e premiada obra: *A Crise Brasileira de Educação*, em que defendia o ruralismo no ensino nacional. Publicou também outros livros como: *Humor, História do Ensino Público no Brasil, Alma Contemporânea, Luiz Gama, Brasil Desunido, O que Fiz e o Que Pretendi Fazer, À Margem das Cartas Chilenas, A Ruralização, Aspectos Piracicabanos do Ensino e O Pensamento de Alberto Torres*, entre outros (GIESBECHT: 1998). Sua vida esteve sempre atrelada pelas lutas em favor do Ensino Rural no Brasil.

A partir destas informações sobre a trajetória de Mennucci, podemos adentrar no contexto social e histórico que esta biografia se inseria. Dando ênfase em uma análise das proposições educacionais.

Para tal empreitada, torna-se imprescindível um recuo histórico para compreendermos os elementos históricos que influenciaram diretamente o cenário educacional de 1930. Voltemos assim ao processo de transição política no final do século XIX. Nota-se uma busca pela construção de uma identidade nacional que se associasse ao novo contexto histórico: a República. A efervescência desta temática da construção dos valores constituidores deste novo *indivíduo brasileiro* é observada na literatura, nas artes, na política e, também, na educação. O fim da escravidão desestabilizou os alicerces sociais, promovendo uma necessidade de repensar os valores que guiavam a nação. Esse período foi caracterizado pela efervescência de teorias educacionais regionalistas, pois nestes microcosmos os conflitos de interesse das elites se mostram mais claros e mais arraigados, assim as escolas ganharam em seus projetos pedagógicos características singulares que serão na visão de um todo nacional, contraditórios e instáveis. Logo, nesse período podemos perceber um sistema nacional educacional descentralizado e flexível às demandas de cada região do país.

Mas, com as mudanças políticas de 1930 embasadas pelas concepções de um poder centralizador, a educação recebe uma atenção diferenciada pelos dirigentes nacionais, procurando de alguma forma homogeneizar o sistema que até então se configurava como regionalista. Neste processo destacamos o movimento dos *Pioneiros da Escola Nova* que polarizou a elite intelectual e política sobre as reformas da instrução pública. Esta polarização pode ser observada entre os católicos e os liberais² que lutaram dentro do campo político para angariar espaços na educação.

Neste cenário em que a educação assume o valor de veículo construtor de um novo indivíduo dotado de valores distintos do Brasil atrasado, o Estado banca a defesa de que a educação é a solução para os atrasos republicanos.

Contudo, este cenário dual figurou por muito tempo como o principal objeto das

² Tal embate é fortemente discutido na historiografia da educação, destacando a obra de Carlos Roberto Jamil Cury a *Ideologia e Educação Brasileira – Católicos e liberais*, que descreve sobre o posicionamento das elites intelectuais frente às reformas educacionais. Os católicos defensores do ensino tradicional, buscavam preservar a grande atuação da instituição na formação dos novos cidadãos, e os liberais, fortemente influenciados pelo ideal *escolanovista*, propunha uma outra roupagem para a educação, pregando a tríade educacional: a gratuidade, a laicidade e a racionalidade do ensino.

discussões engendradas pela historiografia ‘tradicional’ da educação. Diferentemente, procuramos compreender a atividade e influência de Sud Mennucci dentro de um panorama complexo de múltiplas propostas pedagógicas.

Assim o início da década de 1930, é fundamental para analisar as ideologias que utilizaram a via educacional como difusora e legitimadora de interesses perante a sociedade. Deste modo, a mentalidade do aluno - cidadão em construção - era o troféu ambicionado que possibilitaria a perpetuação da ideologia vitoriosa. Esta conjuntura qualifica-se como principal problema nesta trama, pois grande parcela da sociedade posicionava-se a favor do desenvolvimento da cidade em descrédito do campo, por isso

Sud Mennucci, sem dúvida [foi] um homem moderno de sua época, trafegava na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado ‘Escola Nova’, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado para um Brasil agrário. (MONARCHA, 2007: 20)

Sua concepção era fortemente ligada ao pensamento de Alberto Torres, considerado um dos pais do autoritarismo político da República, este intelectual iniciou a discussão sobre a aproximação entre educação e o meio rural³.

Sud Mennucci figurou no período de Vargas como defensor desta ideologia e lutou para a manutenção deste pensamento ruralista pelo viés da instrução pública. Observamos que este posicionamento tem início com o fim da escravidão, nesta conjuntura criou-se especulações sobre o futuro do Brasil, pois com a adesão do trabalho livre e da República a identidade nacional começava a ganhar novos rumos.

Com o objetivo de se montar um plantel qualificado para o trabalho livre, a educação assumiu o valor de ‘formação da alma’⁴ brasileira, portanto, foi neste espaço que as rixas política se afloraram. Já que “a República não só herdará do Império a fragilização da representação da nação, como produzirá o seu conceito: a ideia de insuficiência do povo” (ROCHA, 2004: 27).

No intuito de resolver as mazelas sociais e o atraso nacional, a corrente defensora do espaço agrícola buscou criar estratégias para a qualificação do trabalhador,

³ Este texto não pretende analisar profundamente a ligação do pensamento de Sud Mennucci ao de Alberto Torres, mas vale ressaltar que tal associação *político-ideológica* foi definidora na criação do conceito de ruralização do ensino por Mennucci. Mennucci em sua vida pertenceu a Associação dos Amigos de Alberto Torres - sociedade que lutava para por em prática as teorias torreanas - como também produziu um livro sobre o pensamento de Alberto Torres (GIESBECHT, 1998).

⁴ Conceito inspirado no livro de CARVALHO: 1990.

desta maneira, forjando uma identidade nacional eminentemente agrária.

A tradição e o seu valor

Assim, ao analisarmos o panorama educacional dos anos 30 notamos que este período figura-se para a historiografia educacional conservadora como uma momento marcado pelo dualismo político entre os católicos e os pioneiros da educação. Este *acontecimento* ficou marcado como o principal evento educacional. Muitos estudos ainda se empenham em descrever este grande acontecimento e como ele reverbera até hoje. Contudo, sem desqualificar estes grandes trabalhos, ou mesmo este embate, vale ressaltar a posição de Foucault sobre os estudos do *acontecimento*:

Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. (FOUCAULT: 2010: 5)

Portanto, acreditamos que a postura educacional de Mennucci, figuraria como um *acontecimento* que não obteve o mesmo alcance dentro da discussão historiográfica. Monica Pimenta Velloso nos estudos sobre o modernismo brasileiro diz que nesta discussão sobre o *acontecimento* “o tema da temporalidade histórica adquire centralidade, exigindo que se pense o acontecimento, além do momento cronológico que lhe deu origem. Trata-se de considerar a ‘espessura da temporalidade’, que confere sentido aos acontecimentos” (VELOSO, 2010: 34).

Logo, esta pouca *espessura* que adquiriu a defesa de Mennucci para a historiografia atual é que no final do texto pretendemos engrossar.

Através da perspectiva de Hans Ulrich Gumbrecht, analisaremos o período moderno no qual o filósofo historicizou de ‘Terceira Cascata de Modernidade’ ou ‘Alta Modernidade’ que se fixa no recorte temporal das vanguardas do século XIX e XX⁵. Esta cascata se insere no mesmo recorte em que Velloso estuda o modernismo brasileiro. Contudo, o próprio Gumbrecht, ao analisar a produção de Jorge Luís Borges, crê que, na América, outras proposições sobre a modernidade foram tomadas, algo

⁵ Hans Ulrich Gumbrecht, em o livro ‘Modernização dos Sentidos’ (1998), acredita que a modernidade pode ser observada em cascatas, e em cada cascata o ideal moderno é visto com mais nitidez, pois, as mudanças podem ser compreendidas com uma forte aceleração temporal, estes espaços/cascatas dentro da Modernidade funcionariam como catalisadores das alterações no mundo.

próximo do que Néstor Canclini denominou de *culturas híbridas* (CANCLINI: 2003).

Segundo Velloso é neste período que a modernidade aceita a tradição como um espaço de renovação do presente. Nada mais explicativo que o próprio princípio antropofágico do modernismo artístico brasileiro.

Abre-se, assim, uma possibilidade de interpretação da própria concepção de progresso nas perspectivas que se desenvolveram, como a de Sud. Partimos da aceitação da afirmativa que “a modernidade é passado/presente, integrando novidade e curiosidade à celebração do antigo” (VELLOSO, 2010: 16). Assim a concepção do meio agrícola como espaço de renovação e união entre os espaços temporais reaparece como uma peculiaridade essencial na leitura educacional de Mennucci. Tal leitura, parece se distinguir do principal pensamento educacional progressista do período, figurado pelo grupo dos ‘pioneiros da escola nova’.

Para compreendermos melhor vale lembrar as palavras de Estevão Martins, que em uma palestra⁶ comparou a estrutura do homem a uma cebola sendo que a composição humana seria feita em camadas adquiridas ao decorrer do tempo, contudo se pretendêssemos buscar o cerne desta cebola/homem, atingiríamos a parte mais interna do vegetal e notaríamos que este é constituído pela linguagem e que as camadas que a sobrepõe promovem novas interpretações a partir de novas relações com tempo. Assim, a linguagem que é formada por vários signos seria o limite ontológico do homem frente à interpretação do universo, “pode-se dizer que o signo é tudo aquilo que representa outra coisa”, porém, “a significação de um signo é uma questão individual, localizada no tempo e no espaço” (COELHO, 2003: 20-23), não obstante, segundo Umberto Eco, “a relação entre um símbolo e os seus significados pode mudar, crescer, deformar-se; o símbolo permanece constante e o significado torna-se mais rico ou mais pobre. Esse processo dinâmico contínuo será chamado ‘sentido’” (ECO, 2001: 23).

A linguagem representa então o princípio interpretativo do homem, e as camadas da cebola representariam as *interpretações* produtoras de *sentido* sobre a realidade. Sobre a palavra *interpretação* Ginzburg diz que “a palavra *interpretatio* significa tradução” (GINZBURG, 2001: 172).

Podemos então inferir que a tradução da realidade entre os pioneiros da escola nova e Sud Mennucci são distintas, e podemos situar esta diferença na relação da

⁶ Minicurso ministrado pelo professor Estevão Martins no 4º Seminário de História e Historiografia

valorização ou não do passado e suas tradições.

No “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)” fica evidente o posicionamento frente às produções do passado, este trecho é esclarecedor:

Não foram ataques injustos que abalaram o prestígio das instituições antigas; foram essas instituições criadas artificiais ou deformadas pelo egoísmo e pela rotina, a que serviram de abrigo, que tornaram inevitáveis os ataques contra elas (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932: 189)

Enquanto Sud Mennucci referencia o passado de outra forma,

Também é exato que da propriedade coletiva viemos nós, quando por aqui erravam as tribos indígenas, aliás mui pouco agricultoras, e é mui provável que voltemos para o mesmo regime, desde que os historiadores não se cansam de aludir à fatalidade cíclica da civilização. Entretanto, não será desarrazoado observar que esse ciclo fatal e iniludível, ao contrário do que parece a muitos, de olhos postos na velha máxima salomônica do “nihil novi sub sole”, não implica rigorosamente o fechamento da curva histórica dentro do mesmo plano. Os fatos mostram que a civilização é cíclica no sentido da espiral: torna, é certo, a passar pelos mesmos pontos, mas quase sempre em nível diferente. (MENNУCCI, 1934: 67-68)

Assim, não podemos afirmar que apenas o pensador do ruralismo voltava-se ao passado, pois a memória de certa maneira também balizou o pensamento dos *pioneiros escolanovistas*. Contudo, *os pioneiros* não buscaram no passado elementos para o presente e sim possibilidades de superação deste passado. Diferentemente, Sud Mennucci procurou reavaliar profundamente os elementos do passado para incluí-los reformados no presente, esta posição também era distinta dos católicos que pretendiam mesmo preservar um espaço tradicional para perpetuação da atuação religiosa na educação⁷.

Ressaltamos que os discursos estão em pleno combate neste processo, o jogo de poder se faz nas estruturas políticas, nas táticas de disseminação; as disputas fixam nas estratégias e articulações sobre análises da realidade, procurando fazer a melhor leitura e a melhor proposta entre os anseios políticos e a aceitação da população.

Ao observar o ‘Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova’ notamos várias características que dão indícios de como figuraria o discurso mais plausível frente às

⁷ Segundo informações presente em sua biografia escrita por Ralph Mennucci Giesbrecht, Sud Mennucci não era efervescido pelos preceitos católicos cristãos (GIESBRECHT: 1998), o próprio intelectual dizia que “não sentia a menor vontade nem o menor desejo de ser religioso” (MENNУCCI, In: CAVALHEIRO, 1944: 254).

várias mudanças e especificidade de seu período. A primeira grande estratégia presente no texto são seus 26 signatários, em que conglomeravam várias personalidades de grande vulto como jornalistas, políticos e artistas.

Dessa forma, o Manifesto deveria lançar, em nível nacional, o projeto de um grupo que reivindicava para si a liderança na condução do processo de modernização do país. Podemos considerá-lo, portanto, uma estratégia de poder, um documento que visava reafirmar princípios e, em torno destes, selar as alianças necessárias ao enfrentamento das disputas políticas do momento. (XAVIER, 2004: 27)

Sud Mennucci comungava de muitas posturas dos pioneiros e mesmo assim se colocava como opositor a este movimento. Sua principal crítica era sobre o empenho deste projeto ao desenvolvimento de uma pedagogia cidadina. Mennucci, ao observar a sociedade não compreendia tal posicionamento, já que a grande parcela da sociedade habitava o meio rural. Apesar disso, seu discurso não conseguia captar a grande mudança que já se anunciava; o café nunca mais conseguiria se reerguer como principal meio econômico, a indústria começava a esboçar a plenitude nos lucros, influenciando diretamente no novo panorama social urbano.

Para Mennucci o futuro do Brasil já estaria marcado pelo progresso ruralista; em seu livro ‘Pelo Sentido Ruralista da Civilização’ a conclusão é marcada por essa crença que o futuro urgiria como uma reforma do passado, Sud diz:

Dentro de dez anos (sic), o homem do campo não será mais motivo de ridículo que foi até pouco. Será um homem com a cultura dos homens da cidade porque a ruralização do ensino e, portanto, da educação humana, está vindo com rapidez de relâmpago, com brilhos dos meteoros, com a duração do granito. (MENNУCCI, 1935: 79)

Considerações finais

Sud Mennucci interpreta a educação a algo próximo o que, cerca de um século antes, José Bonifácio pretendia com a língua portuguesa, uma reforma para “limar com jeito e arte a ferrugem antiga” (ARAUJO, 2008), ou seja, escavar no passado indícios de caminhos a serem tomados. Para Mennucci, a visão dos pioneiros da educação propunha soluções que embaçariam as lentes visionárias do progresso, o político acreditava que a essência da identidade nacional ruralista pudesse ajudar a limpar os seus óculos construindo uma visão mais clara do futuro.

Portanto, este estudo, que tem como personagem principal um desconhecido, tem como utilidade uma reflexão sobre os preceitos modernos que rondaram o Brasil, e como as proposições dos pioneiros não foram as únicas expostas no período. A agricultura teve grande importância e obviamente ainda tem no cenário nacional, contudo a década de 1930 presenciou a ascensão da industrialização, tal fato alterou profundamente o quadro nacional. Segundo dados do IBGE, até a década de 1960, a maioria da população estabelecia-se na zona campestre. Todavia, conforme os dados deste censo foram nas primeiras décadas do século XX que se observou uma mudança no panorama social nacional, fundamentada por uma grande migração da população do campo para a cidade (BOMENY, 2003: 13). Sud Mennucci em sua defesa abre espaço para se entender como a tradição brasileira foi reinterpretada, e como o presente e seu novo contexto fez validar, em seu horizonte, presenças ou alterações desta tradição.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2000.
- CAVALHEIRO, Edgar. **Testamento de uma geração**. 1º Edição - Coleção Autores Brasileiros, Editora: Edição da Livraria do Globo, 1944.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas** - o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, Informação e Comunicação**. Ed. Perspectiva, 2003.
- CURY, Carlos Roberto Jami. **Ideologia e Educação Brasileira** – Católicos e liberais. 4ª edição – São Paulo: Cortez, 1988.
- ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. Ed. Perspectiva, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28ª reimpressão, Edição Graal, Rio Janeiro, 2010.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Sud Mennucci**: memórias de Piracicaba, Porto

- Ferreira, São Paulo... São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**, trad., São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização do Sentido**. São Paulo, Ed. 34, 1998.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA** (1932). disponível em:
<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>, acessado em: 02/06/2010.
- MENNUCCI, Sud. **Que Fiz e Pretendia Fazer** — Editora Piratininga S/A, Vol.1, São Paulo, 1932.
- _____ **A Crise Brasileira de Educação**. Editora Piratininga, 2ª ed,1934.
- _____ **A Ruralização**, Imprensa Oficial Do Estado De São Paulo, 1944.
- MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da Modernidade Republicana: cultura e política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.
- SIRINELLI, Jean-François. **Este século tinha sessenta anos: a França dos sixties revisitada**. Tempo, rio de Janeiro, v.8, n.16, jan-jun., p.13-33, 2004.
- VELOSO, Monica Pimenta. **História e modernismo**. Belo Horizonte, Autentica, 2010.
- XAVIER, Maria do Carmo. (Org.) **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Editora FVG. 2004.

**HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA E A CONSTRUÇÃO DOS IMAGINÁRIOS NACIONAIS:
JUAN LEÓN MERA E SUAS “INDAGACIONES SOBRE LA POESÍA QUÉCHUA”**

Cláudia Luna*

Introdução

No marco das comemorações relativas ao Bicentenário das independências latino-americanas, retornar os olhares para o século XIX pode ser bastante produtivo. Ali, após os processos de fundação das novas nações, segue-se etapa igualmente importante de construção dos imaginários nacionais. Para isso, será fundamental a lide dos homens de letras, aqueles que ajudam a forjar, através da historiografia literária, o marco zero da cultura nacional. Juan León Mera é caso emblemático do intelectual que recolhe "antiguallas curiosas" e resgata autores do período pré-colombiano e da Colônia para construir uma tradição literária equatoriana. Em nosso trabalho nos debruçaremos sobre suas "Indagaciones sobre la poesía quíchua", integrantes de sua *Ojeada histórico-crítica sobre la poesía ecuatoriana* investigando, entre outras questões, o papel que delega às culturas originárias na formação nacional, o projeto de historiografia literária que advoga e sua perspectiva sobre o "papel civilizador da poesia".

Literatura, história e historiografia literária

Um dos aspectos que singularizam a produção discursiva latino-americana é a estreita relação entre literatura e história. Considerando o texto fundador da Conquista, as Cartas de Colombo, temos o caráter múltiplo já exposto, na mescla entre relato de viagem, projeção utópica de um cenário pré-visto e descrição da população encontrada sob viés eurocêntrico. Como assinala Martin Lienhard

a operação escritural do 11 de outubro de 1492, a primeira que se realiza na América a partir do alfabeto, se pode considerar como o grau zero da escritura – no estilo ocidental – no continente; um grau zero que carrega, sem dúvida, todo o peso de seu passado europeu: a vinculação com os poderes político e espiritual. (LIENHARD, 1990: 33) (tradução nossa)

O período da conquista inaugura a “fetichização da escritura”, o uso político e fundacional da palavra, a construção de uma “cidade letrada” que busca ordenar o

* Professora de Literatura Hispano-americana do Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas da UFRJ

ingovernável, implantando o edifício colonial sobre os escombros das sociedades originárias, num processo em que Estado e Igreja comungam esforços e dividem seus ganhos. Constrói-se a história dos vencedores, a história oficial, que mascara o heterogêneo e destrói a diferença.

À primeira, segue-se a segunda conquista, como adverte David Viñas (1982). Efetivamente, no século XIX, quando se consumam as independências e se organizam os Estados nacionais na América Latina, em processo concomitante nos domínios do real e do imaginário, retoma-se, simbolicamente, o marco zero de construção das sociedades. Nesse contexto, se inscreve o surgimento das histórias literárias nacionais, concomitante ao nascimento de uma consciência “criolla”. No entanto, a definição do que seria a literatura nacional e, por conseguinte, de sua história, se relacionava tanto ao anti-espanholismo como à busca de diferenciação em relação aos demais países em processo de formação, co-participantes da comunidade linguística.

Ao mesmo tempo, como explica González Stephan, havia a dificuldade em implantar a fórmula básica do liberalismo europeu de que “a todo estado nacional correspondia uma literatura que lhe desse fisionomia e um passado que garantisse sua existência” (1987: 102-3). Fundar uma tradição literária, ademais, exigia o exercício de escolhas e exclusões: ao mesmo tempo em que se ordena e recompila a produção literária, se excluem outras práticas discursivas, como a cultura pré-hispânica, a literatura oral, a literatura de cordel, os folhetos, entre outras modalidades não cultas. Por isso ela considera que:

Nesse sentido é que as histórias literárias nacionais, como formações discursivas, são práticas ideológicas dos setores dominantes, que excluem a rica cultura indígena tanto pré-hispânica como a pós colonial (ou pode ser reduzida a sua mínima expressão); a literatura hispânica oral (como os romances e outras formas literárias); a literatura popular ilustrada (o folhetim, a literatura de cordel, os folhetos); da variada e heterogênea produção colonial ignora, em termos gerais, a poesia satírica, a narrativa de ficção, o teatro, a literatura hispânica feita por mestiços ou indígenas ocidentalizados e uma grande quantidade de crônicas. (1987: 193) (tradução nossa)

Sem dúvida, as histórias da literatura se constituirão a partir de uma concepção hegemônica do que seria o fato literário e de suas funções, associadas a dois modelos centrais: o liberal e o conservador. Enquanto o primeiro negava completamente o período colonial, por seu marcado anti-espanholismo, o outro admitia a herança deixada

pelos conquistadores. Nesse quadro se insere Juan León Mera. Sua *Ojeada histórico-crítica sobre la poesía ecuatoriana desde su época más remota hasta nuestros días (OHC)*, publicada em 1868, se insere num amplo conjunto de histórias da literatura dos demais países latino-americanos. O livro de Mera se inicia por um exame sobre a produção literária dos povos pré-colombianos, sugestivamente chamado de “Indagaciones sobre la poesía quíchua”.

Alicerça-se ele na matriz mais conhecida, a da literatura dos incas, tocando em muitos momentos como seu modelo os *Comentarios Reales*, do Inca Garcilaso de la Vega, obra que pertence aos domínios tanto da história como da literatura, e de quem retoma a concepção providencialista da história. Ao mesmo tempo, busca estabelecer uma sutil diferença na esteira da *Historia del reino de Quito*, do Padre Velasco, mencionando uma possível filiação ao povo “shiri”. Como ele explica “parece que sempre houve alguma diferença entre a fala dos índios do Peru e a dos de Quito (...) mas cremos bastante difícil averiguar hoje em dia se a unidade política e religiosa estabelecida pelos incas estendeu sua influência até a língua, amoldando totalmente a índole da de Quito à do Peru ou se a descontinuidade que notamos data somente do tempo da conquista” (OHC: 20). Anuncia-se aqui o primeiro desafio para o historiador da literatura nacional, qual seja o estabelecimento das fronteiras externas.

A construção das fronteiras

As tentativas de estabelecer nações, no século XIX, esbarrará na arbitrariedade de suas fronteiras, que, no processo de formação, não levaram em consideração a conformação pluriétnica das populações. Realizadas pelas elites burguesas e visando à homogeneização social, desde Bolívar (expressos em termos como peruanizar ou mexicanizar as populações de origem indígena) buscou-se aplicar sobre grande parte da população uma idéia de nação que não correspondia a suas realidades, em diversos casos. Ou seja, as fronteiras delimitadas seguiam muito mais as demarcações coloniais ou interesses das elites locais que a conformação cultural das populações originárias. Veja-se o caso das populações de origem quéchua, hoje disseminadas entre países como Peru, Bolívia e Equador, por exemplo. É o mesmo caso dos povos amazônicos. É o curioso fenômeno de ignorar a “nação de origem”, na constituição da “nação histórica”, desconsiderando suas diferenças.

Frente a esse quadro, pode-se perceber o quanto, no século dezenove, quando se buscava constituir uma nação equatoriana, a confluência e os choques de interesses seriam angustiantes. No caso do Equador, e, mais especificamente em Mera, podemos entrever a preocupação no mínimo em garantir o território como equatoriano, frente à sempiterna disputa com o Peru, afinal durante o século em questão o país diminuiu consideravelmente seu território, em disputas de fronteira com os países vizinhos. Em termos da fronteira oriental, advogará o papel fundamental dos jesuítas para consolidar em território real aquela que seria um território potencial, através de sua lide evangelizadora. Isto se revela claramente em seu romance *Cumandá*, em que valoriza os povos záparos, aculturados, e patenteia sua hostilidade em relação aos jíbaros (os povos shuares), por sua resistência a adequarem-se a esse “perfil nacional”, a se deixarem civilizar e submeter.

Da mesma forma como em relação à fronteira “externa” também a interna só se pode consolidar através de um amplo processo civilizatório. A partir de Quito, “centro aglutinador da nacionalidade equatoriana” (SALVADOR LARA, 1992: 213), Mera planeja ordenar a nação segundo seu princípio civilizatório, lutando para extirpar a barbárie. Para isso atuará em diversas frentes: como político, historiador, poeta, romancista, crítico literário, legislador, auxiliar no governo conservador de García Moreno, em suma, um polígrafo.

Em sua *Ojeada Histórico-crítica*, elaborada segundo o modelo do romantismo conservador, o primeiro aspecto a destacar é a valorização da herança indígena pré-colombiana, através da aceitação de que constitui um dos elementos formadores da nacionalidade equatoriana. No entanto considera-a morta e enterrada. Sobre o idioma quéchua, mostra uma visão dual. Considera-a uma das línguas “más ricas, expresivas, armoniosas y dulces de las conocidas en América” (OHC: 15). No entanto, considera-a degradada e em vias de extinção: “a la vuelta de un siglo será lengua muerta que nadie tratará de aprender, porque no cuenta con obra ninguna que la inmortalice como el griego y latin” (OHC: 19).

Embora reivindique a cultura quéchua como integrante da nacionalidade equatoriana, retira a seus próprios descendentes sua herança. Pois diz ele “muy raros son los pueblos modernos de indios donde se habla con alguna perfección el quíchua” (OHC: 20), este que para ele é um “maltratado y ya marchito idioma” (OHC: 25).

Mostra-se aqui uma clara diferenciação entre o povo, como entidade abstrata e idealizada e as populações reais. Por isso, a reminiscência do campo: “en los campos y aún en las ciudades, se oyen de tarde en tarde en boca de los indios estrofas armoniosas y agradables”. É uma visão idílica, do folclorista, que se delicia com os produtos inocentes do povo, diante do qual “el corazón se conmueve y se inclina a llorar la suerte de la infeliz raza proscrita de los incas y shiris”. (OHC: 20).

Como um típico seguidor de Herder, considera a diferença entre poesia natural e poesia da cultura. A primeira, espontânea, brota, imperfeita, muitas vezes anônima. A segunda é individual, fruto do trabalho, da intelecção: “porque es la poesía cosa que está intimamente encarnada en la naturaleza, es lo primero que descubre la inteligencia humana no bien raya la luz de la razón aunque sea flaca y vacilante. (OHC: 12), escreve, referindo-se à poesia quéchua. À poesia, ademais, delega um poder civilizador, de aprimoramento do espírito.

A essa visão contrapõe sua posição de classe / raça, contra quaisquer misturas indesejáveis: Nos mesmos versos com que se delicia pelo frescor e inocência, lhe repugna perceber que aquela língua está “malamente (...) mezclada con la nuestra (...) El abuso de la corrupción si se puede hablar sí, ha llegado al punto de hacer una mixtura todavía más escandalosa de las dos lenguas”. (OHC: 25) Para ele, a função das Academias era proteger e purificar o idioma espanhol, preservar a pureza do idioma, dentro do modelo peninsular.

Percebe-se, em suma, uma distinção entre o elogio dos incas e um olhar culto e paternalista sobre a produção popular, a defesa da pureza e separação bem clara entre os dois registros - o culto e o popular. Há, ainda, a marca do folclorista, do pesquisador popular, do colecionador das “Antiguallas curiosas”, que recolhe a cultura oral, que “brota espontaneamente” (a poesia da natureza oposta à poesia da cultura). Cabe a ele (o escritor culto) recolher, muitas vezes aleatoriamente, catalogar, ordenar esses materiais e apresentá-los a seus pares, devidamente depurados. Na verdade, estabelece os limites da “alta cultura” e a “baixa cultura” ou “cultura popular”. Constrói simultaneamente as duas, por contraste.

Mera assume a função de mediador entre os vários estratos culturais, o que significa dominar o seu próprio discurso e o do outro. Atua inclusive como censor e regulador dos gostos. Por isso será implacável com tantos “jovens” poetas, que não

dominam suficientemente a língua ou o cânon literário e retórico. Sua *Ojeada* é quase um receituário do que é a boa literatura, do que se deve evitar, de como se constrói um edifício cultural da elite, da arte “cultura”, negando a mescla de línguas e os temas “baixos”.

Não condena a mestiçagem física, mas renega enfaticamente a mestiçagem cultural. Ou seja, “tolera” a mestiçagem física desde que acompanha da adesão incondicional aos valores eurocêntricos e “civilizados”. Por exemplo, considera tão repugnante a mistura dos idiomas “cual nos repugnaria ver un hombre vestido con *cullma* o camiseta de indio y sombrero apuntado a la española, con puma y escarapela”. (OHC: 25)

Por isso, no fim da vida, exaltará orgulhoso os avanços no uso do idioma: “andaban mal, chapurraban el español con el quichua, formando a veces frases que hoy el diablo que las entendiera. (...) Ahora, si no podemos lisonjearnos de la pureza de la lengua, ya es castellano lo que hablamos en el hogar y fuera de él”. (OHC: 568)

Em outro momento, o tema é expresso com mais clareza. Trata-se da primeira carta que escreve em resposta a ao espanhol Juan Valera, com quem estabelece diálogo produtivo. Sobre a mestiçagem, diz ele

Yo no veo, señor, por qué pueda ser abominable el cruzamiento de una raza; lo abominable sería la amalgama de la abyección y vicios de la una con los vicios e instintos crueles de la otra; pero si del cruzamiento se forma una raza que por efecto de sus adelantos en la civilización llega a ser de ánimo levantado, humno, honrado y de otras prendas, es claro que podrá hombrarse con las mejores razas del mundo. Y es de advertir que la mezcla de sangre suele dar buenos resultados. (OHC: 515)

Diante das críticas que recebe, explica, na *Ojeada*, que o uso de vocábulos quéchuas em seus escritos visava a “dar carácter nuevo y americano a nuestra obra”. Apoia-se em Chateaubriand, citando em *Atala* o uso de Meschacebe, ao invés de Mississippi. É um procedimento que lhe parece acertado, já que “con palabras aunque sean exóticas hay que expresar algunos pensamientos, delinear algunas figuras, que de otra suerte no serían lo que fueron y deben ser”. (OHC: 432)

Advoga pela caridade, pelo trato humanitário do desigual. Finalmente, em todos os seus escritos, há a condenação implacável das rebeliões. Contra tal perigo defende, com alívio, a ascensão do “puñal de la salud”, como ocorrera sob García

Moreno, no Equador, Testigos Portales, no Chile ou Julio Arboleda, em Nova Granada. (OHC: 463).

Mera não prega o extermínio dos povos indígenas - como fizeram seus colegas liberais, em outras partes; como “bom” cristão, considera-os recuperáveis, desde que se submetam, ao mesmo tempo em que supõe que desaparecerão, através da mestiçagem e da aculturação: “Un siglo más, y no habrá hijos del sol en América”. Dentre as muitas causas, “la principal, es el cruzamiento con las razas europeas. En nuestras Repúblicas abundan los mestizos; estos se enlazan con los indios”. (OHC: 517). Mas considera a supremacia do elemento europeu:

el elemento español tiene que preponderar en su mezcla con el indígena, y acabará por absorberlo del todo: así tiene que ser naturalmente, puesto que éste vale mucho menos que el otro; y así conviene que sea, y así viene siéndolo desde el tiempo de la conquista, y sobre todo desde la independencia. (OHC: 517)

No final da vida, traça uma visão mais ou menos otimista, segundo seu ponto de vista, já que acha que a maior “parte de los ecuatorianos de origen español más o menos pura, que es sin duda la parte menor (...) se ha apresurado a acoger las luces y el orden y pulcritud de las costumbres de los europeos”. Um grupo que se dedicou à “reforma de las costumbres, de la cortesanía en el trato social, del buen gusto en las habitaciones, el vestido y la mesa (...) á fé que habrán de convenir en que no estamos á muchas leguas de distancia de la cultura europea”.

As choças desaparecem “y generalmente se construyen las habitaciones elegantes y con las conveniencias necesarias para la vida: se cantan óperas en vez de yaravies, y ya no se baila el costillar y el minué, sino cuadrillas y polkas y valsas”. (OHC: 569): Ou seja, vê com extremo agrado a adoção incondicional dos valores europeus, por parte da minoria culta, e a aproximação com aquele modelo civilizatório.

Deste grupo considera que “descienden las luces, siquiera lentamente, sobre los demás: él les comunica el movimiento regenerador que va sacándolos de la postración del semisalvajismo á la civilización” (OHC: 560). Por outro lado, lamenta que ainda haja uma considerável parcela avessa às luzes da civilização. Mera faz o mea-culpa, ao considerar que “nosotros participamos de esa terrible culpa conservándolo como nos lo dejaron”. A situação melhorou um pouco, mas é muito pouco, para “quienes, como yo, quisieran verlos levantados en el orden moral y social, y gozando las libertades y

garantías que dan á todos la constitución y leyes de la República”. (p. 560)

Assim, poderíamos sintetizar seu projeto: a prática da caridade, com a contrapartida da submissão (como o záparo, o “bom selvagem”), adestramento e controle, a aculturação, através de instituições como a Escola, a Igreja, o Exército, ou seja, a obediência a uma clara hierarquização de papéis.

El triunfo absoluto de nuestra lengua y nuestras costumbres es ya un hecho bajo cierto aspecto. El quichua no solamente va adulterándose, sino desapareciendo. Los indios van españolizándose, y apenas salen un poco de su antigua rudeza, dejan su lengua, vestido s y costumbres por los de la raza que los conquistó y dominó. (...) aunque esa lengua es muy expresiva, sonora y agradable, no cabe duda que el indio para civilizarse necesita ante todo adoptar un idioma culto. (OHC: 517)

O seu é um projeto claramente de “contra-modernidade”, para recorrer ao termo de Foucault. Mera tem clara consciência das transformações por que passa o mundo, mas as vê com extrema preocupação. Na verdade, Mera realiza um processo constante de aproximação entre os dois conceitos: a cristianização e a civilização. Como pondera Stocks, a substituição ocorrida no século XVIII na utilização do conceito de “cristianizar o pagão” por “civilizar o selvagem”, refletia tanto a expulsão dos jesuítas como a demanda crescente da economia em integrar nativos numa “economia mais secular de comercialização, agricultura e extração”. Ou seja, frente à necessidade de integrar-se ao novo discurso das elites burguesas e às novas bandeiras condutoras dos processos econômicos em curso, adota o conceito chave de “civilização”. mas carrega seu interior de toda herança e propósitos implícitos no outro termo.

Mera define essa “falsa” modernidade tal como a pensa Berman, como a velocidade das transformações, avanços científicas e confortos materiais, mas os considera (platonicamente) como enganosos. A ela contrapõe os valores religiosos, ou seja, a contramodernidade romântica religiosa, já que para ele a única civilização verdadeira é a do Cristianismo:

si es indudable que tenemos civilización y muy extendida y muy brillante y seductora, es una ‘civilización puramente material y pagana... El único medio para que los pueblos lleguen a una civilización perfecta en lo posible es el Cristianismo. (OHC: 535)

Dentro dessa perspectiva é que se pode entender o alcance de suas críticas aos conquistadores:

no condeno tampoco la conquista, porque creo que los pueblos civilizados tienen derecho de extirpar la barbarie donde quiera que la encuentren: lo que yo condeno es la manera como se hizo la conquista, y sobre todo lo que se siguió a ella, el modo como se la afirmó y conservó. (Cartas a Valera, apêndice a OHC: 536)

Aqui se evidencia sua vinculação com a corrente lascasiana, para ele a mais conseqüente, o que faria com que fosse por muitos considerado o precursor do indigenismo. Ou seja, a conquista se justificaria pelo processo evangelizador, realizado através do bom exemplo e da mansidão.

Quanto à construção da sociedade presente, premida pela oposição entre civilização e barbárie, no discurso de Mera, pode-se considerar que para ele não há somente raças civilizadas, há também “classes civilizadas”. Verifica-se aqui algo semelhante ao ocorrido na Europa dos séculos XVI a XVIII, quando está em curso uma série de “processos civilizadores”. Através de manuais e tratados, os ideólogos do poder “ensinavam” à sociedade “cultura”, ou seja, às classes sociais superiores (nobres ou burgueses), determinados processos de diferenciação em relação às camadas “inferiores”, o povo, o camponês, o artesão. Ao mesmo tempo, como orientar-se quanto à separação entre cultura das elites e cultura popular. Poderíamos, também no caso do Equador (América Latina) do século passado, detectar esse processo de paulatina separação de raças e classes “civilizadas”, agora que, pela lei, existiria uma suposta igualdade.

Dentre os procedimentos “condenados” pelo equatoriano, além, evidentemente da falta de religião e vícios, estão a linguagem incorreta e a mistura indesejável com membros de outras classes. Se consideramos que a pirâmide social do país tem evidentemente no topo os descendentes de espanhóis e em sua base os descendentes de indígenas, está mais evidente que se caracteriza aí o temor da mescla, o desejo de uma diferenciação social bastante demarcada.

Se associamos seu discurso sobre a bárbarie de outros povos e raças, e a supremacia da civilização ocidental (dentro de sua perspectiva relacionada à cristandade), a esse discurso contra a bárbarie das classes “inferiores”, pode-se considerar que a diferenciação racial de por si já funciona como um poderoso inibidor de qualquer tentativa de justiça social. Em outros termos, trata-se nada mais nada menos que de um tipo de discurso racista “humanizado”, aplicado para manter o

conformismo e justificar as desigualdades sociais, naturalizando-as.

Concluindo, Juan León Mera, em sua obra, admite a herança cultural dos povos originários, mas sob a condição de que ela permaneça no passado, como elemento amalgamado e devidamente purificado pelo contato salutar com a civilização ocidental. Por isso, acredita no poder civilizador da poesia, das artes e da educação, mantendo a confiança em um Estado de corte teocrático e moralizador dos costumes.

Referências Bibliográficas

- BARRERA, Isaac. **Historia de la literatura ecuatoriana**. Quito, Casa de la Cultura Ecuatoriana, v. III, 1953-1955. p. 259-288; 1960. p. 793-818.
- BERMAN, Marshal. **Porque o Modernismo ainda vigora**. Rio de Janeiro, CIEC, 1990. (Papéis Avulsos, 1).
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUSSEL, Enrique. 1492: diversas posiciones ideológicas. In: BONASSO, Miguel (org.). **La interminable conquista**. Buenos Aires: AYLLU, 1992.
- JOZEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves/ Editora da UFRJ, 2005.
- LEÓN MERA, Juan. **Ojeada histórico-crítica sobre la poesía ecuatoriana**. Barcelona: Imprenta de José Cuniel Sala, 1868-1893.
- _____. Antiguallas curiosas. Apêndice de ‘Cantares del pueblo ecuatoriano’. In: **Biblioteca Ecuatoriana Mínima**. Poesía popular. Alcances y apêndices. Índices. Quito: Cajica, 1960.
- LIENHARD, Martin. **La voz y su huella**. Escritura y conflicto étnico-social en América Latina (1492-1988). La Habana: Casa de las Américas, 1990.
- LUNA SILVA, Cláudia. **Indianismo romântico e projetos nacionais na literatura hispano-americana do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. (Tese de Doutorado)
- ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d’água, s.d.
- SALVADOR LARA, Jorge. **Ensayos sobre Montalvo y Mera**. Quito: Nueva Editorial, 1991.

GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. **La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX**. La Habana: Casa de las Américas, 1987.

STOCKS, Anthony Wayne. **Los nativos invisibles**. Notas sobre la historia y realidad actual de los cocamilla del rio Huallaga. Peru, Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 1981. Série Antropológica, 4.

O PROJETO DE BLAISE CENDRARS PARA A SOCIEDADE DOS AMIGOS DOS MONUMENTOS DO BRASIL E OUTROS PROJETOS PATRIMONIAIS DO ANOS 20 E 30

Karla Adriana de Aquino*

Os anos 20 e 30 assistiram no Brasil a emergência da questão patrimonial, com o aparecimento de seis projetos para criação de uma entidade para a proteção e conservação do patrimônio cultural brasileiro com abrangência nacional, até a instituição do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que normatiza a atuação do SPHAN/ Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, pela qual o Congresso Nacional aprovou a nova estrutura do MES/ Ministério da Educação e Saúde. Dos seis projetos, três foram de autoria de letrados: o primeiro de Blaise Cendrars, o segundo de Oswald de Andrade e o terceiro de Mário de Andrade. Todos os três, sobretudo os projetos de Blaise Cendrars e de Mário de Andrade, destacam a necessidade de proteção e conservação do atualmente chamado patrimônio “imaterial”, aquele que é de caráter intangível, especialmente, a arte popular e as manifestações culturais tradicionais, também destacadas por Oswald de Andrade. além de propor a proteção e conservação dos chamados bens de natureza imóvel e representantes da arte erudita. Por último, o Decreto-Lei nº 25 de 1937, se concede espaço ao patrimônio cultural de origem popular e natural em seus Livros de Tombo, na prática do SPHAN consagra o patrimônio material, relegando ao “imaterial” um espaço de exceção.

O poeta Blaise Cendrars (1887-1961), pseudônimo de Frédéric Louis Sauser, nascido em Chaux-de-Fonds, Suíça, viaja pela primeira vez ao Brasil em 1924, sugerindo a seus amigos paulistas partir em busca das tradições brasileiras. É assim que a ele se reúne parte do grupo dos modernistas em viagem à Minas Gerais: Olívia Guedes Penteadó, Godofredo da Silva Telles, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, seu filho Nonê e Mário de Andrade, o único do grupo que já estivera em Minas Gerais, em 1919, escrevendo aquele que é considerado seu “primeiro ensaio de fôlego”: “Arte religiosa do Brasil” (BATISTA, 2002: 8). No retorno da viagem à Minas Gerais, Blaise Cendrars é incumbido de escrever os estatutos da *Sociedade dos Amigos dos*

* Doutoranda do PPGHIS/UFRRJ.

Monumentos Históricos do Brasil. Se o projeto tivesse ultrapassado o estado de minuta, sendo efetivado, teria criado a primeira entidade para proteção e conservação do patrimônio cultural brasileiro a nível nacional.

Oswald de Andrade escreveu um esboço de projeto para criação de um órgão que cuidasse do patrimônio cultural brasileiro, o DODEPAB/ Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil, cuja sede seria o Museu Nacional e teria por finalidade “salvar, inventariar e tomba o patrimônio nacional” (CALIL, 2006: 86). Este projeto foi entregue a Washington Rodrigues, seu amigo pessoal, em 1926, logo após sua posse na Presidência da República.

E em 1936, Gustavo Capanema, titular do MES/ Ministério da Educação e Saúde, encomenda a Mário de Andrade, que trabalhava no Departamento de Cultura e de Recreação da Prefeitura de São Paulo, a elaboração de um anteprojeto sobre a questão da proteção aos monumentos e obras de arte do país (FONSECA, 2005: 97). Este projeto para o SPAN/ Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, que seria bem maior do que o restou acessível hoje, teria servido, como base para o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que define as normas de atuação do SPHAN, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual outorga ao “gênio” de Mário de Andrade sua concepção (MARTINS, 1987: 26, *apud* CHUVA, 2009: 164).

Houve pelo menos mais três projetos para criação de entidades de proteção ao patrimônio histórico e artístico que se destacaram nos anos 20 e 30. O primeiro foi o projeto de lei do deputado pernambucano Luís Cedro, de 1923, propondo uma *Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil*. O segundo foi o anteprojeto de lei federal apresentado pelo jurista mineiro Jair Lins, em 1925, que teve vários aspectos incorporados pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937. E o terceiro, o projeto de lei do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentado em 1930 e reapresentado em 1935, com o objetivo de criar uma *Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais* (CHUVA, 2009: 154, 158), que teria sido a principal fonte para Mário de Andrade por seu caráter de compilação dos projetos anteriores (TELLES: 2008).

Assim como Blaise Cendrars é despertado para a relevância do patrimônio cultural brasileiro pelas obras de Aleijadinho e pelo carnaval do Rio de Janeiro, os

projetos dos três letrados, ele mesmo, Oswal de Andrade e Mário de Andrade partem da preocupação com o patrimônio cultural material, especialmente os monumentos e as obras de arte, e estendem seu escopo para a proteção também das manifestações culturais “tradicionais”, para usar o termo mais genérico de Oswald de Andrade, inclusive as do tipo “imaterial”.

O projeto de Blaise Cendrars para a *Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil* define como seu objetivo: “A proteção e a conservação dos monumentos históricos do Brasil. Igrejas, palácios, mansões, casas particulares dignas de interesse (móveis, objetos e obras de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos, prataria, etc.)” (CALIL, 2006: 82-83).

Sendo assim, quanto às finalidades, à aplicabilidade e às condições para pertencer ao rol dos bens protegidos, esse projeto parte da necessidade de classificação e de um inventário dos monumentos históricos, para propor estender essa proteção e conservação às “Paisagens, Sítios e Belezas naturais do país”, com o estabelecimento de um Parque Nacional, bem como às manifestações artísticas populares “sob todas as suas formas: pinturas, esculturas, arte da mobília e caseira, músicas, canções e danças”. Cita ainda como ações: “Organizar festas populares tradicionais nos diferentes estados (carnaval, festas religiosas)”; ocupar-se da “Arte culinária”; “Interessar-se principalmente pelos vestígios da arte indígena e por todas as manifestações dos negros” e “Colecionar tudo o que concerne à Pré-História”. Preconizando para esses dois últimos parágrafos a criação de uma *Sociedade Folclórica Brasileira* (CALIL, 2006: 83)

Quanto ao que pertence à Sociedade, antes de tudo, ela é concebida como uma entidade privada, pública não-governamental, seguindo o modelo anglo-saxão. Mas, seria mantida mediante subvenção anual do Governo federal ao Comitê Diretor e subvenção anual dos diferentes estados aos diferentes Comitês de Iniciativa, além de rendas próprias, institucionais, geradas pela porcentagem na venda de bens tombados, ou comerciais, resultantes da venda de ingressos para museus e exibição de filmes; de livros; de fotografias; de discos de gramofone de música brasileira; da venda, compra ou troca de obras de arte; e também da quotização dos membros da Sociedade; de doações e legados. Além de prever verbas provenientes do turismo, de festas, do carnaval, de

peregrinações. Prevê a colocação sob proteção pública dos monumentos classificados e dos objetos inventariados declarados propriedade nacional. Diz em nota:

Uma vez que os Monumentos Históricos classificados e os objetos relacionados no Inventário fazem parte do patrimônio nacional, é urgente fazer votar esta Lei no menor prazo possível para protegê-los de toda evasão pois o tesouro artístico e histórico do Brasil não é inesgotável. Os Monumentos classificados e os objetos inventariados poderão ser declarados, pela mesma Lei, Propriedade Nacional, e serem colocados sob a Proteção Pública. (CALIL, 2006: 82)

O projeto prevê também uma “opção absoluta” em favor do Estado ou na sua falta da Sociedade de Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, prevenindo a evasão dos bens protegidos:

Em caso de colocação à venda de objetos que constarem do Inventário dos Monumentos Históricos, o Estado e na sua falta a Sociedade dos Amigos se reservam um *opção absoluta*, ante qualquer Museu nacional ou local e ante qualquer colecionador particular. Em nenhum caso os objetos assim vendidos poderão deixar o território nacional, mesmo se o comprador for brasileiro residente no exterior. (CALIL, 2006: 82)

Além disso, o projeto de Blaise Cendrars prevê a constituição de “um fundo de aquisição”, semelhante à figura jurídica de um fundação, segundo Carlos Augusto Calil. (CALIL, 2006: 84)

No que concerne às condições de pertencimento ao rol dos bens protegidos, o projeto de Cendrars considera que o bem deva, para ser classificado como monumento histórico, constar no Inventário dos Monumentos Históricos; ser objeto de proteção e conservação por pertencer às Paisagens, Sítios e Belezas naturais do país ou por ser expressão da arte popular “sob todas as suas formas”, extensivo às festas populares, à “arte culinária”, aos vestígios da arte indígena e a “todas as manifestações dos negros”, bem como a “tudo que concerne à Pré-História”. (CALIL, 2006: 82-83)

Os termos “bens”, “patrimônio” e “tombamento” não aparecem no texto de Blaise Cendrars. Portanto, não há previsão de Livros do Tombo. Mas de “proteção” e “conservação” através da “Classificação dos monumentos históricos” e de “Inventário dos monumentos históricos (móveis, objetos de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos)”. Tampouco há previsão de um equivalente ao atual “Registro de Patrimônio Imaterial”, equivalente ao tombamento para o patrimônio imaterial, mas de divulgação do patrimônio artístico e histórico do país mediante artigos de jornais e revistas,

monografias, livros, conferências, filmes cinematográficos e cartões postais, exposições e uma revista.

Portanto, não há procedimentos para tombamento especificados, mas os bens devem constar da “Classificação de Monumentos Históricos” ou do “Inventário dos Monumentos Históricos”. Não há previsão de procedimentos específicos para a proteção dos bens paisagísticos, etnográficos, ou arqueológicos.

O projeto para a *Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil* não prevê um Conselho Consultivo, mas um Comitê Diretor, reconhecido de “utilidade pública”, designando Membros fundadores: “Paulo Prado dona Olívia Penteado, dr. Oswald, etc. Membros fundadores”, “Sob o alto patrocínio de: Personalidades políticas, presidentes de estado, etc. Personalidades financeiras Personalidades mundanas, amadores, colecionadores, etc. Personalidades do mundo das Letras e das Artes Personalidades eclesiásticas”, e Delegados de Estado que seriam os Presidentes dos Comitês de Iniciativa em cada Estado.

Já o projeto de Oswald de Andrade para o DODEPAB prevê um organismo governamental, escolhendo como sua sede o Museu Nacional do Rio de Janeiro, define como “cargo” principal o de “Diretor com faculdade de escolha de auxiliares” e planeja “Fundar uma Biblioteca Brasílica, destinada à guarda do tesouro intelectual e artístico do Brasil anterior.” (CALIL, 2006:86), traçando em suas linhas praticamente um inventário de suas finalidades, sintetizadas como:

Salvar, inventariar e tomba o patrimônio nacional, as riquezas artísticas espalhadas pelo território brasileiro. Considerar monumentos públicos e proteger como tais as principais realizações arquitetônicas da Colônia e os sambaquis, necrópoles e demais vestígios da nossa pré-história. Organizar pela propaganda intelectual o conhecimento e a defesa dos bens artísticos do Brasil. (CALIL, 2006: 86)

Mas, mais a frente, estende seu escopo de atuação, falando da finalidade de se: “Divulgar e fixar em livros, revistas e pesquisas as nossas tradições, lendas e riquezas folclóricas” (CALIL, 2006: 86), abarcando assim o que hoje se chama de patrimônio imaterial, aproximando-se do texto de Blaise Cendrars quando este fala da necessidade de se ocupar “da arte popular sob todas as suas formas”. Outra semelhança entre os dois textos, como destaca Carlos Augusto Calil, está na articulação entre museus locais e um

Museu Nacional: “Criar e manter museus locais onde se guardem as riquezas artísticas e tradicionais que não se possam transportar para o Museu Nacional” (CALIL: 2006, 86). Além disso, ambos propõem atividades destinadas ao turismo, como no texto de Oswald de Andrade: “Organizar excursões educacionais e promover o turismo às principais regiões onde se acham os monumentos tradicionais da arte brasileira – Minas, Bahia, Marajó, Miracanguera etc.” (CALIL: 2006: 86). Outro ponto comum é a previsão de “uma certa autonomia financeira do órgão”, sendo provenientes as verbas, no texto de Oswald de Andrade, de “Emolumentos. Viagens. Propaganda” de Também se assemelham os dois textos, no que concerne à importância concedida à divulgação do “patrimônio nacional”, termo, aliás, usado por Oswald de Andrade, diz ele:

Organizar publicações, álbuns, coleções fotográficas, reproduções de documentos e fichas etc. em língua nacional e em línguas estrangeiras, para tornar conhecidas as riquezas culturais do Brasil. Entrar em relações com os museus dos outros continentes a fim de melhorar as nossas coleções e fazer conhecidas em todo o mundo o Brasil artístico e tradicional.. Organizar conferências e cursos na capital e cidades, tendendo ao conhecimento e à defesa do P.A.B. Divulgar e fixar em livros, revistas e pesquisas as nossas tradições, lendas e riquezas folclóricas. (CALIL: 2006: 86)

O termo “bens” não aparece no texto de Oswald de Andrade. Porém, aparecem no texto tanto “patrimônio nacional”, quanto “tombar”, logo na primeira frase das finalidades do projeto, que diz: “Salvar, inventariar e tombar o patrimônio nacional”. No entanto, não há previsão de Livros do Tombo, como no projeto de Mário de Andrade e no Decreto-Lei nº 25 de 1937.

O projeto de Mário de Andrade para o SPAN tem por finalidade: “determinar, organizar, conservar, defender, e propagar o patrimônio artístico nacional” (ANDRADE, 1936). Sua principal categoria é a de “obra-de-arte patrimonial”, entendida *arte* como: “A arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (SPHAN, 1980: 97, *apud* NASCIMENTO, 2009: 33), conceito que assim abrange tanto o bem tangível como o intangível, como ressalta Juliana Assis Nascimento. O alcance da proteção preconizada por Mário de Andradr, se vê no trecho a seguir, que não evoca o “interesse público” como o Decreto-Lei nº 25/1937:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (ANDRADE, 1936:1)

Seriam, pois, consideradas como “obra-de-arte patrimonial” “todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento”, pertencendo a, pelo menos, uma das oito categorias conceituadas por Mário de Andrade. São elas: 1) Arte arqueológica; 2) Arte ameríndia; 3) Arte popular; 4) Arte histórica; 5) Arte erudita nacional; 6) Arte erudita estrangeira; 7) Artes aplicadas nacionais; 8) Artes aplicadas estrangeiras. Destas, ao menos, as categorias de “Arte ameríndia” e de “Arte popular” referem-se às manifestações culturais populares, incluindo as “paisagens” e tudo o que seja considerado “folclore”. Definidas, em “Das Artes Arqueológica e ameríndia”, as paisagens como: “Determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brazis”, e folclore ameríndio, como: “Vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias, etc.”. Já em “Da Arte Popular”, as paisagens são definidas como: “Determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular”, e o “folclore”, como: “Musica popular, contos, historias, lendas, superstições, medicina, recitas culinárias, provérbios, ditos, dansas dramáticas, etc.” (ANDRADE, 1936) Portanto, a conceituação dada por Mário de Andrade permitiria a inclusão do hoje chamado “patrimônio imaterial” no rol de bens a serem protegidos. Essas oito categorias foram incorporadas pelo Decreto-Lei de 1937, porém sem uma clara conceituação, numa redação que não explicita o acolhimento do que seria o “patrimônio imaterial”.

O anteprojeto de Mário de Andrade para o SPAN não acolhe o termo “histórico” no nome do organismo governamental a ser criado, como no caso do Decreto-Lei nº 25 de 1937 que regula a atuação do SPHAN. Apesar disso, a categoria “histórico” tem papel significativo no projeto de Mário de Andrade, como se vê na categoria de “Arte histórica. (NASCIMENTO, 2009: 32). “Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma

fôrma refletem, conta, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional” (ANDRADE, 1936: 4).

O anteprojeto de Mário de Andrade prevê ainda quatro livros de Tombo a que corresponderiam quatro museus, sendo o primeiro o “Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico”, correspondendo às três primeiras categorias de artes: arqueológica, ameríndia e popular, este livro não só seria apropriado no Decreto-Lei nº 25/1937, como serviria de referência, já no século XXI, para a legislação que institui o *Patrimônio Cultural Imaterial*. Os outros Livros de Tombo seriam: Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Belas Artes; Livro de Tombo das Artes Aplicadas. Estes Livros de Tombo também foram incorporados no Decreto-Lei que regula o SPHAN, sendo eles: 1) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro de Tombo Histórico; 3) Livro de Tombo das Belas-Artes; 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas. No entanto, a correspondência preconizada por Mário de Andrade em seu anteprojeto entre Livros de Tombo e museus não é admitida no Decreto-Lei nº 25/ 1937.

A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, pela qual o Congresso Nacional aprovou a nova estrutura do MES/ Ministério da Educação e Saúde, criando o SPHAN, define como sua finalidade “promover em todo o país, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Lei nº378/1937, art. 46. Sphan, 1980: 107, *apud* CHUVA, 2009: 166). Já o Decreto-Lei nº25 de 1937 tem por finalidade proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, apresentando como condições de pertencimento ao patrimônio, diz que:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (CHUVA, 2009: 451-458)

O Decreto-Lei 25 de 1937, como se pode verificar no trecho acima citado, privilegia os bens com materialidade evidente Apesar disso, abre espaço, em suas finalidades e em seu Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, para a proteção dos bens pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, bem como para os chamados “monumentos naturais”. O texto não explicita, no entanto, o que se entende por “etnográfico” e “popular”, como no

anteprojeto de Mário de Andrade fica claro. O que se entende é que se trata de bens materiais de caráter “etnográfico”, mas o “etnográfico” resta impreciso. De modo que a amplitude do alcance da chancela do texto de Mário de Andrade torna-se, no texto do Decreto-Lei nº 25 de 1937, uma dúvida: o primeiro abarca as manifestações de caráter popular e o chamado “patrimônio imaterial”; o segundo abriria uma brecha para estes bens?

Art. 4º – O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º; (CHUVA, 2009: 452)

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que incluïrem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (CHUVA, 2009: 452)

A menção no primeiro item, de que se incluem no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico as coisas citadas no § 2º do art. 1º, diz respeito aos “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”. (CHUVA, 2009: 451)

Como mostrou Márcia Chuva, a prática do SPHAN quase não utiliza isso que eu chamo uma possível essa brecha para as manifestações culturais populares, ignorando aquelas de caráter “imaterial”. De 1938 a 1946, no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, de etnográficos constam apenas os bens móveis do acervo arqueológico e etnográfico do Museu Emílio Goeldi, tombado em 1940, e os bens móveis do Museu da Magia Negra, tombado em 1938; de paisagístico, são também dois os exemplos, quatro se contarmos o tombamento nesse Livro de Tombo do conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas e o de Carapicuíba; e de arqueológico, três exemplos, sendo dois acervos, um já citado, e um sambaqui. De qualquer forma, o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico somente não é menos utilizado que o Livro de Tombo das Artes Aplicadas, sendo ínfima a sua colaboração para o conjunto de bens tombados, levando em consideração os inúmeros casos do Livro de Belas-Artes

e do Livro de Tombo Histórico ou de bens tombados nesses dois livros conjuntamente. (CHUVA, 2009: 459-480) Constituem, pois, exceção os tombamentos de bens etnográficos: “Na verdade, o Sphan tinha dificuldade em aplicar o instituto do tombamento a bens inseridos em uma dinâmica de uso popular, ou que não apresentassem excepcional valor histórico e artístico”, diz-se no *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial* (Minc/ Iphan, 2003:108)

Nota-se, pois, a distância entre a prática do SPHAN e as intenções dos projetos dos três letrados, Blaise Cendrars, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, no que concerne ao escopo da proteção patrimonial, com o abandono no Decreto-Lei nº 25 de 1937 das tópicas das manifestações culturais populares e dos conhecimentos tradicionais, tão valorizadas por Cendrars e pelos modernistas. Apesar de o Decreto-Lei apropriar-se do discurso daqueles, aproximando-se deles em suas finalidades, cabe indagar como se relacionam as representações presentes nesses textos, especialmente, em que medida as representações do popular, da identidade “brasileira”, do que seja “nação” ou “Brasil”, se aproximam ou se distanciam e por quê. Portanto, ficamos com a resposta provisória de que foi a prática do SPHAN que se afastou de suas intenções originais, expressas no Decreto-Lei nº 25/1937, as quais se apropriavam, em alguma medida, daquelas propostas pelos três letrados.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Mário de Andrade, nº 30, 2002.
- BATISTA, Marta Rossetti. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Mário de Andrade, nº 30, 2002.
- CALIL, Carlos Augusto Machado. Sob o Signo do Aleijadinho, Blaise Cendrars precursor do Patrimônio Histórico, in MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Orgs.). **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2ª edição, 2005.

MARTINS, Judith. **Memória Oral**. Rio de Janeiro: Sphan/PróMemória, 1987. (Memória Oral, 1)

MINISTÉRIO DA CULTURA/ INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Minc/Iphan, 2 ed, 2003.

NASCIMENTO, Juliana Assis. **Mário de Andrade e a cultura tradicional popular e erudita**: das viagens pessoais à missão institucional no Departamento de Cultura e no SPHAN (1924 a 1945). Monografia de conclusão do Curso de História. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Departamento de História, 2009.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil**: uma trajetória. Brasília: MEC/ Sphan/ PróMemória, 1980.

TELLES, M. F. P. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-lei nº 25/37, in V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2008. Disponível em: <[HTTP://www.cenacine.com.br/wp-content/uploads/19408.pdf](http://www.cenacine.com.br/wp-content/uploads/19408.pdf)>. Acesso em 07/07/2010.

_____ e Marcio D’Oliveira Campos. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-lei nº 25/37. in: **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Ano V, nº 27, pp. 83-99.

**HISTÓRIA E LITERATURA NA BUSCA PELA IDENTIDADE NA
AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX:
A VISÃO DE RICHARD MORSE**

Beatriz Helena Domingues*

Nas décadas de 1960 e 1970, em grande parte devido ao temor despertado pela Revolução Cubana, houve um verdadeiro *boom* de latino americanistas e brasilianistas financiados por prestigiosas instituições norte-americanas. Já nos anos 1980, e principalmente nos 1990, houve uma significativa diminuição de recursos e, portanto, de pesquisas, sobre o tema. Isto não quer dizer que elas tenham desaparecido. Apesar da redução da quantidade, foram escritos importantes e instigantes ensaios sobre o subcontinente. Dentre eles certamente destacam-se os do historiador norte-americano Richard Morse.¹ Em seu último texto escrito por ele - um longo ensaio “The Multiverse of Latin American Identity, c.1920-c. 1970”, publicado em 1995 e ainda inédito em português -, Morse abordou a problemática da identidade nacional na América Latina com a erudição e criatividade que lhes são características (MORSE, 1995: 1-129).

Esta obra, pouco conhecida no Brasil, enfoca a problemática da identidade brasileira e latino-americana de forma panorâmica e analítica a partir das formulações de pensadores brasileiros e latino-americanos considerados como os mais expressivos, desde o Modernismo dos anos 1920 até a década de 1970. Algumas interpretações são desdobramentos de teses formuladas pelo autor em estudos anteriores, desde os anos 1940 até os 1990. Embora Morse tenha percorrido meio século de produção literária e histórica sobre o tema da identidade, neste ensaio centro minha análise na contribuição que este estudo pode oferecer à historiografia na década de 1920 sobre a problemática da identidade nacional na América Latina, com destaque para o período modernista. Além de ocupar um papel privilegiado na análise de Morse, o Modernismo abre grandes possibilidades de diálogo entre os estudos históricos e os literários. O Modernismo é importante porque, no entender de Morse, é com ele que começa a se gestar a busca da identidade brasileira e latino-americana, que continua até os dias atuais. Segundo ele, a

* Professora do Departamento de História da UFJF e pós-doutora pela University of Maryland-College Park. Este artigo é resultado parcial de pesquisa financiada pela FAPEMIG. biahd@yahoo.com.

¹ A obra mais conhecida do autor no país é *O espelho de Próspero*. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

eleição do Modernismo enquanto marco de um tipo de busca por nossa identidade realça a singular e original interação que então foi estabelecida entre a literatura, a cultura e a história da região, distinta da que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

“The Multiverse of Latin America Identity” é uma obra muito pouco conhecida no Brasil, inclusive por não ter sido ainda traduzida para o português. Como *O espelho e McLuhanaíma*, este é um texto denso e muito erudito, que analisa e compara muitos autores brasileiros e hispano-americanos, dentre os quais estão alguns mais conhecidos e outros relativamente ou totalmente desconhecidos do público brasileiro, lado a lado a clássicos da cultura ocidental que influenciaram na formação destes autores e do próprio Morse.

Morse analisa os modernistas dos anos 1920 comparando paulistas, portenhos e mexicanos; seguem-se suas interpretações sobre os ensaístas e romancistas da década de 1930 e, então, dos filósofos da década de 1950, com destaque para os mexicanos. Conclui o texto com interessantes considerações sobre a hegemonia das ciências sociais nas universidades na década de 1950, coincidindo com o início do *boom* literário. Antes disto, contudo, nos fornece uma rica e erudita explicação sobre o que entende por identidade e das limitações e obstáculos enfrentados por autores brasileiros e latino-americanos. Com é de seu feitio, recorre a comparações. Neste caso, com as sociedades europeias nas quais foi tardia a unificação nacional e, conseqüentemente, a construção de uma identidade nacional

Na leitura deste longo e denso ensaio, ficam claras influências como as de Michel Foucault e Friedrich Nietzsche, autores que reforçam exatamente a opção por genealogias ao invés de origem, ou origens, abraçada por Morse (FOUCAULT, 1971: 260-281). Outra referência guia do autor é bem menos nossa conhecida aqui: Alfred North Whitehead (WHITEHEAD, 1949).² Em livro intitulado *The Aims of Education and other Essays*, o pedagogo elabora uma genealogia do conhecimento humano que, segundo ele, é *ad hoc* e gradual. Morse toma este pressuposto para perseguir a produção intelectual latino-americana sobre a questão da identidade desde os anos vinte até os

² Morse também recorre a Whitehead em um artigo sobre a questão da identidade em Porto Rico - "Puerto Rico: eternal crossroads" - incluído em *New World Soundings*, pp. 201-225 (mas não tradução para o português)

setenta. Assim como os estágios de Whitehead não estavam restritos ou confinados a idades específicas, tampouco o são para Morse os momentos de gestação da problemática da identidade no pensamento latino-americano, para cuja compreensão considera muito mais válido o diálogo e a interdisciplinaridade do que a especialização em “disciplinas” que se excluem entre si.

O primeiro estágio de Whitehead é o do romance. Seria, segundo ele, uma primeira apreensão que se tem de um assunto (tema) ainda com o viço da novidade, quando suas possibilidades são apenas parcialmente reveladas por ideias um tanto vagas e não muito demarcadas. A transição de fatos (fontes, informações) para a consciência de suas inexploradas relações opera-se então por meio das emoções. Este estágio é associado por Morse ao Modernismo no Brasil e na América Latina, época de grandes insights.

O segundo estágio é o da precisão, quando o pensamento subordina a amplidão de ideias ainda meio desconexas à exatidão das formulações. Segundo Whitehead, proporciona gramáticas de linguagem e de ciência juntamente com um modo de análise que digere fatos na medida em que eles se acumulam. Morse os equipara aos trabalhos dos romancistas e ensaístas latino-americanos. Finalmente, o terceiro estágio, o da generalização, corresponderia à renovação do romantismo (primeiro estágio), porém agora com a ajuda de ideias ordenadas e de técnicas pertinentes. Morse o identifica com os trabalhos filosóficos dos anos 1940 e 1950.

Em suma, Morse optou por relacionar o Modernismo, o ensaio/novela e a filosofia, respectivamente, aos três estágios do crescimento mental identificados por Alfred North Whitehead. Estes três momentos/facetas da busca da identidade na América Latina sugeririam, como os estágios de Whitehead, formas de entender como o pensamento humano pode, a partir de vários ângulos e suposições, atingir um reconhecimento tácito de experiências compartilhadas.

Para os propósitos de Morse, os três estágios são aplicados não como grandes sistemas evolutivos, “mas para tratar a história cultural da ‘periferia’ menos como uma importação de modelos do que uma gestação doméstica” (MORSE, 1995: 16). Longe de se excluírem, conforme já assinalado, eles se complementam e entrecruzam, seja em um mesmo pensador, ou mesmo em uma só obra.

A tese de Morse neste estudo é que os modernistas desempenharam um papel

fundamental modelando a sensibilidade dos anos vinte, que tomou contornos mais definidos com os ensaístas e romancistas dos anos 30. Ideias decisivas sobre a identidade foram gestadas durante o Modernismo, adquiriram maior precisão com os ensaístas e romancistas e atingiram um maior grau de generalização com os filósofos. Em fins da década de 40 e início da de 50, destacaram-se os filósofos, particularmente aqueles ligados à fenomenologia e ao existencialismo, na reabilitação da imagem intelectual do continente, ainda que fossem desconhecidos de significativa parte do público. Eles teriam antecipado os cientistas sociais por duas décadas na profissionalização de suas disciplinas com um vocabulário que explicitou alguns *insights* dos modernistas, bem como os dos romancistas e dos ensaístas, elevando-os a altos planos de generalização.

O ponto realçado por Morse é que atividades nestas áreas – do Modernismo, do ensaio/novela e da filosofia – fizeram diferentes contribuições para a questão da identidade no sentido amplo do termo. Elas teriam usos heurísticos: conduziram à descoberta, à invenção e à resolução de problemas.

Ele centra sua análise em autores selecionados em cada um destes momentos, mas não se restringe a eles. Constrói uma espécie de “rede”, remetendo tanto às conjunturas internacionais como às nacionais, bem como às possíveis afinidades ou não entre estes pensadores. Ao mesmo tempo, tece várias interessantes apreciações sobre os pensadores, seja comparando-os entre si ou acentuando sintonias com alguns clássicos do pensamento ocidental.

As interpretações morsianas da história e da cultura brasileiras e latino-americanas caracterizam-se por uma visão bastante complexa e erudita da tradição tomista ibérica, e por uma abertura muito grande em relação ao seu objeto de estudo, à diferente mas não desigual América Latina. “The Multiverse of Latin America Identity” fornece uma visão ao mesmo tempo panorâmica e analítica das leituras e reflexões morsianas sobre o pensamento latino-americano no transcorrer do século XX.

A questão da identidade é tratada por Morse como uma construção humana e universal, ao mesmo tempo emocional e racional, que assumiu características especiais com a constituição dos Estados modernos. Na Europa, a busca por identidade começou no século XVI, mas, até o fim do XIX, países como a Alemanha, Rússia e Itália ainda estavam se debatendo para construir as suas próprias. Fora da Europa, um caso

interessante naquele momento foi o Japão. Levando-se em conta que o principal significado de identidade relaciona-se com sociedades nacionais, na América Latina é possível encontrar referências também a agregados de sociedades nacionais (América Latina), bem como a sociedades ou grupos sub-nacionais. É importante também distinguir identidade de 'caráter nacional': identidade é muito mais "uma consciência coletiva de vocação histórica. Realidade relaciona-se com o ambiente ao redor, identidade com reconhecimento tácito (MORSEI, 1995: 3)". Em outras palavras, identidade diz respeito a um tipo de conhecimento que necessariamente envolve emoções, consciência.

Morse entende que a Alemanha, a Rússia e o Japão podem, potencialmente, ser tidos como possíveis inspirações a América Latina em sua busca pela própria identidade desde 1920. Tanto no Japão quanto na Rússia havia uma nítida divisão da elite/intelectualidade entre pró-ocidentalização e tradicionalistas. A "pérola" da Universidade de Tóquio na segunda metade do século XIX era um instituto de "estudos bárbaros", cujo objetivo era traduzir textos ocidentais que parecessem úteis ao projeto nacional do Japão. Também na Rússia era possível detectar uma "civilização doméstica" consciente do que deveria ser importado e do que deveria ser "protegido".

A singularidade latino-americana começaria pela forma como suas elites e intelectuais lidavam com o que seria uma cultura original. Os japoneses reconheciam uma cultura doméstica para e pela qual os elementos exógenos deveriam ser assimilados seletivamente; e os russos nacionalistas sonhavam recuperar "um comunismo rural e um cristianismo não ocidental." Já a América Latina do século XIX não era uma única nação, ainda que suas partes fragmentadas compartilhassem uma língua e uma religião vindas da Península Ibérica, naquela ocasião considerada uma região "atrasada" na Europa ocidental. Se na Rússia os críticos das sociedades francesa e inglesa tendiam a considerá-las exemplos de um atomismo desprovido de alma, as elites da América Latina tinham-nas como referências de culturas europeias bem sucedidas, a serem tomadas como paradigmas. Depois de 1848, muitos russos, fossem eles eslavófilos ou europeizantes, sentiam que o socialismo jamais regeneraria um "equilíbrio" burguês no ocidente europeu e que, então, o primitivo coletivismo russo talvez oferecesse mais possibilidades na direção de uma transição para um socialismo moderno. Já as elites latino-americanas, exceto pelas intransigentes facções conservadoras ou ocasionais livre

espíritos, não estavam preparadas nem para as implicações da tecnologia, racionalização ou imperialismo ocidentais, nem para promover um amplo consenso sobre temas como cultura nacional e tradição.

Dentre os exemplos mencionados, Morse encontra mais sincronias entre a América Latina e o caso alemão do que com os demais. Pois, quando os líderes, pensadores, músicos e artistas germanos começaram a vislumbrar uma “nação” alemã, eles foram buscar ideias que inspirassem a identidade na etnicidade, no folclore e nas premissas filosóficas da história e da fé religiosa. Neste sentido, a Alemanha teria sido o primeiro "país subdesenvolvido", ou seja, seu advento ao palco mundial requereu não meramente sabedoria, poder militar e riqueza econômica, mas afirmação de um reconhecimento coletivo.³ Como a Inglaterra e a França tornaram-se (de certa forma não tão conscientes) os primeiros países desenvolvidos, com o advento da era industrial suas *intelligentsia* sentiam-se mais preocupadas e confortáveis com temáticas econômicas e políticas do que com prodigiosos interesses metafísicos da Alemanha.

Por que este contraste entre França e Inglaterra, de um lado, e Alemanha (e Rússia), de outro, forneceriam analogias com o caso latino-americano? Por que o caso alemão se aproximaria mais da situação cultural da América Latina do que a Rússia (ou o Japão), embora lidassem todos com conflitos entre tendências modernizantes e tradicionalistas? Qual a singularidade do caso latino-americano em relação a todos eles? Segundo Morse, tal singularidade adviria antes de mais nada de uma constatação cronológica. Em ambos os casos tratou-se de um processo tardio e que tratou da temática sob uma perspectiva holista. As primeiras tentativas de construir uma identidade na América Latina datariam do início do século XX, coincidindo com o

³ A caracterização, por Morse, da Alemanha como um país europeu "subdesenvolvidos" no século XIX ecoa na análise de Marshall Berman (BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982). Berman assinala que o *Fausto*, de Goethe, teve repercussão em toda a sociedade europeia, mas teve uma ressonância especial em países social, econômica e politicamente "subdesenvolvidos". Segundo ele: “Os intelectuais alemães do tempo de Goethe foram os primeiros a ver as coisas deste modo, comparando a Alemanha com a Inglaterra e a França, e com a América [EUA] em processo de expansão. Esta identidade "subdesenvolvida" foi às vezes fonte de vergonha; outras vezes (como no conservadorismo romântico alemão), fonte de orgulho; muitas vezes, uma volátil mistura de ambas.” Esta mistura ocorreu em seguida na Rússia e, no século XX contagiou os intelectuais do terceiro mundo: foi a hora destes "portadores de cultura de vanguarda em sociedades atrasadas experimentarem a cisão fáustica com invulgar intensidade". Na Alemanha, que é o caso considerado por Morse o mais significativo e paradigmático para entender o latino-americano, o dilema, segundo Berman, era: deveria a sociedade germânica lançar-se à atividade "judaica" material e prática, à maneira da Inglaterra, da França e da América (EUA)? Ou, por outra, deveria manter-se à margem destas tendências "mundiais" e cultivar um estilo de vida "germano-cristão", autocêntrico?"

início do movimento modernista em ambos os continentes.

A Alemanha produziu uma visão holista de mundo que misturava emoção e razão para tentar compreender sua identidade, que foi compartilhada pelos modernistas latino-americanos, grandemente influenciados por autores como Nietzsche e Freud. Como a Alemanha em fins do século XIX, os intelectuais latino-americanos da década de 1920 adotavam uma visão holística na forma como buscaram por sua identidade durante o Modernismo. Louis Dumont foi provavelmente um pioneiro ao reconhecer que a América Latina, se aceita como uma das grandes famílias de sociedades holísticas do mundo, não poderia jamais digerir as ideologias individualistas que vieram a se tornar a dieta principal da Europa industrial, e que entraram em colapso depois de 1918 (DUMONT, 1986). Morse aceita seus argumentos e acrescenta que, desde 1920, artistas e intelectuais latino-americanos têm sido mais bem-sucedidos em estabelecer um “diálogo cumulativo”. Isto pode ser visto em esferas como a da literatura, a do ensaio, a da filosofia e a das ciências sociais.⁴ No século XIX os escritores românticos queriam criar um imaginário de povo (de nação) a partir da invenção de uma narração, de uma linguagem, ou mesmo de uma língua nacionais: estavam especialmente empenhados em “revelar” “mistérios” de nossas “origens”, criando grandes narrativas épicas de fundação. O caráter essencialista do movimento levou seus mais variados representantes a buscar a identidade nacional em um nativismo/indianismo posteriormente contestado pelos modernistas (MONTEIRO, 2011).

Os próprios modernistas se tinham como vanguardistas em relação ao Romantismo, não no sentido de inventarem algo novo, mas porque se propunham, pelo contrario, retomar uma tradição que sempre fez parte de nossa história e cultura e que fora negligenciada pelos românticos.⁵ Interpretação semelhante foi abraçada por latino-americanistas do fim do século XX como Morse ao acentuar as singularidades do Modernismo latino-americano e brasileiro em relação ao europeu e ao nova-iorquino. Outro ponto importante a ser assinalado é a atenuação das interpretações que

⁴ Só para citar os mais conhecidos, este era o caso de Oswald de Andrade (1890-1954), Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Eles exemplificariam, dentre outros pensadores brasileiros dos anos 1920 e 1930, a premissa - compartilhada por Octavio Paz, Ángel Rama, Richard Morse, Pablo Neruda, Garcia Marques, dentre outros - de que a cultura e história da América Latina podem ser melhor compreendidas por seus poetas, ensaístas e filósofos do que por seus sociólogos e economistas.

⁵ Naturalmente se trata de uma generalização, necessariamente estereotipante, pois a rigor devemos reconhecer a existência de Romantismos, Modernismos, etc.(todos no plural).

diagnosticam um rompimento radical entre Romantismo e Modernismo em nosso continente. Conforme visto no item anterior, Morse encontra no Romantismo alemão um paradigma para o nosso Modernismo. E vê também continuidades entre o naturalismo das novelas da década de 1930 e aquelas do fim do século XIX.⁶ Neste artigo me concentro, contudo, nas reflexões de Morse sobre o Modernismo enquanto o estágio do “romance” de Whitehead.

Conclusão

Tenho para mim que o apelo da visão de Morse para nós brasileiros e para os hispano-americanos se deve ao fato de eles terem de fato mergulhado em nossa cultura sem, contudo, perder o “olhar estrangeiro”, tão enriquecedor neste tipo de análise. “Próspero” Morse não apenas se olhou no espelho da América Ibérica, conforme já reconhecido mesmo por seu ferrenho crítico Simon Schwartzman: ele devorou esta cultura no sentido sugerido pela antropofagia modernista brasileira e, como um executante de um ritual canibal, saiu desta experiência modificado e enriquecido.⁷ Na forma como interpretam as mais diversas formas de narrativas onde se percebe uma busca pela identidade latino-americana Morse parece, ao mesmo tempo, referendar e amenizar as teses de Bakhtin sobre o estilo grotesco no século XX. Segundo Bakhtin, o século XX assiste a um novo e poderoso renascimento do grotesco. Embora sua linha geral de evolução seja bastante complicada e contraditória, pode-se, no geral, distinguir duas linhas principais.⁸ O “grotesco modernista” (Alfred Jarry, os surrealistas, os expressionistas) teria retomado, em graus diferentes, as tradições do grotesco romântico e se desenvolvido sob a influência de diferentes correntes existencialistas. Já o “grotesco realista” (Thomas Mann, Bertolt Brecht, Pablo Neruda) retomou as tradições do

⁶ Ver: BORGES, Dain. “O naturalismo e a cidade no século XX: “The narrowest street” de Richard Morse”, In: DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter L (org.). *O código Morse*. Ensaio sobre Richard Morse. pp. 99-118.

⁷ Sobre a influência do Modernismo brasileiro (Oswald) em Morse ver DOMINGUES, Beatriz H. Próspero devorando Caliban: Richard Morse e o Modernismo brasileiro. In: DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter (org.). *O código Morse*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Sobre a antropofagia enquanto uma metodologia ver, por exemplo: ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. “Só a antropofagia nos une” In: MATO, Daniel (coord). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad central de Venezuela, pp. 121-132.

⁸ É importante levar em conta que, como Bakhtin finalizou seu PhD em 1940, é até este período que ele teoriza.

realismo grotesco do Renascimento e da cultura popular e, às vezes, refletiu também a influência direta de formas carnavalescas (Pablo Neruda) (BAKTHIN, 1993: 40).

Penso que a utilização do grotesco pelo Modernismo latino-americano e brasileiro não compartilha as características que Bakhtin denomina de "grotesco modernista". Pois, ao invés de dar continuidade ao Romantismo, está empenhado em retomar, como o realismo do grotesco medieval, as tradições, em especial aquelas vinculadas às tradições populares. Estaria, neste sentido, bem mais próximo do "grotesco realista", embora tampouco se confunda com ele. Nosso Modernismo, como o "grotesco realista", certamente retoma as tradições, como o fez aquele do Renascimento, dialogando com a cultura popular. Por vezes, também no nosso caso, assumiu formas carnavalescas. E o próprio Bakhtin deu um exemplo americano, Pablo Neruda, embora não nos diga precisamente como ou por que. Mas nem precisa.

A meu ver, a análise de Bakhtin contrastando o grotesco modernista (sujetivizante) com o (neo) grotesco realista pode ter exercido alguma influência nas interpretações de Richard Morse sobre as singularidades (positivas) do Modernismo latino-americano e brasileiro em relação ao europeu e/ou norte-americano. Pois, longe de ter sido somente um estilo de época, ele teria resgatado algo orgânico à nossa tradição. Alejo Carpentier faz análise semelhante sobre o papel do barroco em nossa formação cultural: o barroco seria um componente ahistórico e orgânico, mas somente no sentido de ter estado presente em todas as fases da nossa história (CARPENTIER, 1987).

Em suma, penso que o estudo de Morse ilustra, no campo da história em diálogo com os estudos literários, certas proximidades com certas categorias bakhtinianas adaptadas ao nosso continente, apesar da ausência de alusões a Bakhtin. Tampouco Bakhtin havia feito referências à América Latina. E, ainda assim, Robert Stam demonstrou de forma impecável a afinidade entre as categorias do teórico russo - com destaque para o grotesco e a carnavalização - para o nosso subcontinente e, claro, para o "país do carnaval" (STAM, 1992).⁹ Embora Stam tenha restringido sua reflexão à cultura cinematográfica (que escapa o escopo deste ensaio), considero pertinente também para o estudo de obras literárias e mesmo alguns ensaios. Um ótimo exemplo

⁹ Stam incorpora, em especial, a categoria "carnavalização" para abordar a produção cinematográfica brasileira do século XX.

seria a "brincadeira séria" do próprio Morse: McLuhanaíma: the sol id gold hero ou O heroi sem nenhum caráter (MORSE, 1990: 247-274). Neste, como em outros escritos, é perceptível uma influência difusa de Bakthin, do qual Morse era um declarado admirador.

Mesmo para aqueles que não concordam o pressuposto sobre o caráter pioneiro e singular Modernismo latino-americano e brasileiro ou outras interpretações morsianas, seu estudo é lapidar para historiadores interessados em um diálogo efetivo com a literatura, uma vez que, como dizia Morse, as obras de ficção podem e devem ajudar a iluminar processos históricos mais ou menos complexos.

Referências Bibliográficas

- BAKTHIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Um estudo sobre a obra de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1993.
- BETHELL, Leslie. Richard Morse e a *Cambridge History of Latin America*. In: DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter L (org.). **O código Morse**. Ensaio sobre Richard Morse. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CARPENTIER, Alejo. O barroco e o real maravilhoso. In: **A literatura do maravilhoso**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, edições vértice, 1987.
- DUMONT, Louis. **Essays on Individualism Modern Ideology in Anthropological Perspective**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- FOUCAULT, Michel de. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: **Ditos e escritos**. Estética, literatura e pintura. Forense Universitária. 1971.
- MONTEIRO, André. Iracema: história e f(r)icção. **Locus**. Revista de História. Dossiê História e literatura. vol. 32, 2011 (no prelo).
- MORSE, Richard M. The Multiverse of Latin American Identity, c. 1920-c. 1970. In: **Ideas and ideologies in Twentieth Century Latin America**. The Cambridge History of Latin America, vol. 10, edited by L. Bethell. New York: Cambridge University Press, 1995.
- MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero**: Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

MORSE, Richard M. **A volta de McLuhanaíma**: Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITEHEAD, Alfred North. **The Aims of Education and other Essays**. New York: MacMillan, 1949.

**É POSSÍVEL PERSCRUTRAR EXPERIÊNCIAS NA VIVÊNCIA HISTÓRICA
NO TEMPO PRESENTE?**

UMA PERGUNTA DESDE A CENA PÓS-MODERNA LATINO-AMERICANA

Silvia Karina Nicacio Cáceres*

Pensar desde a periferia

Para pensar a crise da modernidade a partir da América Latina, é preciso antes de mais nada arrancarmos aquela lógica pela qual nossas sociedades são irremediavelmente exteriores ao processo da modernidade e a sua modernidade só pode ser deformação e degradação da verdadeira.

Martín-Barbero

O ponto de partida da presente discussão é um lugar comum douto, um questionamento que podemos encontrar tanto em manuais historiográficos e sociológicos, quanto em conversas informais e não pretenciosas que se podem tecer nos corredores de universidades latino-americanas: é possível e desejável a persistente incorporação de levas teóricas oriundas de países do centro do capitalismo por nós, latino-americanos, povos de modernidade periférica? Essa pergunta se desdobra e trás implicações importantes para o tema do presente artigo, que versa sobre a possibilidade de estabelecer interconexões entre eventos traumáticos ocorridos na América Latina ao longo do século XX e eventos traumáticos em outras geografias modernas no mesmo período, eventos esses que conformam a genealogia de nossa pós-modernidade.

Sabemos que a pergunta em si e os vários termos nela empregados – *latino-americano, modernidade periférica* – já abririam um vasto debate que por hora podemos esquivar¹. O que em primeiro plano a pergunta revela é certo desconforto presente nos projetos de modernidade latino-americana na sua relação (subalterna) com

* Doutoranda do PPGHIS/UFRJ.

¹ Empregamos aqui a leitura de Frederic Jameson na qual o pós-moderno é a faceta cultural do capitalismo tardio. Jameson também emprega a distinção entre sociedades de irradiação de projetos de modernidade e sociedades de recepção: centro e periferia da modernidade. Tal distinção de maneira alguma implica numa postura dicotômica e unilateralista; cremos que o mesmo ficará mais claro ao longo do artigo. (JAMESON, 1998)

locais centrais de irradiação de projetos modernos (EUA e Europa Ocidental). Esse desconforto fora colocado e recolocado ao menos desde os processos de independência dos países latino-americanos e na roupagem mais recente da produção acadêmica encontra abrigo sob marcas como *estudos pós-coloniais*, *estudos culturais*, nomenclaturas chaves da ambiência acadêmica pós-moderna.

O “eterno retorno” da pergunta sobre a forma como nós latinos consumimos/incorporamos os projetos de modernidade formados alhures, tem nos levado a diversos impasses e uma constante polarização entre defesas que poderíamos chamar de inatistas e defesas universalistas². Quanto a isso, cremos que um primeiro passo importante para a superação dessa dicotomia, consiste em conceber, tal qual o faz Martín-Barbero, que a modernidade é um processo constituinte e constituído na América Latina. Tal postura favorece o abandono de teses culturais puristas e dicotômicas, largamente fomentadas entre nós pelos mais variados matizes políticos e alimentada pela “síndrome do atraso”³: a noção de que nós, latinos, sempre estaríamos um passo atrás da modernidade europeia e norte-americana, como se o processo de trocas culturais e referentes fosse transparente e passível de transposição tal qual.

Se estamos irremediavelmente inseridos nessa longa, confusa e tantas vezes dramática teia de eventos e processos a que chamamos modernidade, nosso lugar periférico de anúncio nos traz certas vantagens e riscos próprios dos locais à margem. Tais vantagens e riscos podem e devem ser mobilizados criticamente para encarar os desafios que a crise da modernidade nos abre. E um dos mais prementes desafios que encaramos no presente reside na possibilidade de mobilização crítica do passado pensando a formação social e ética das presentistas⁴ sociedades contemporâneas.

E de que tipo de crise estamos falando, e por que seria necessário dar-lhe resposta? Quando falamos em crise da modernidade, nos referimos às profundas transformações vividas no espaço público, na forma de pensar as instituições e seus papéis, na maneira de sentir e vivenciar o tempo. Atravessamos uma profunda transformação da modernidade a que nominamos cultura pós-moderna, caracterizada

² Sobre essa trajetória de debates ver a discussão de (LARRAÍN, 2005).

³ Sobre esse debate ver (MALERBA, 2009).

⁴ A caracterização da cultura pós-moderna como presentista está presente em vários autores, entre eles (HARVEY, 1999).

por um processo alargado de expansão da forma mercadoria e das trocas mediadas pelo mercado. Na cultura pós-moderna, a pilhagem dos signos embaralha os referentes e a vivência cultural incita e se dá no plano presente, sendo este sentido temporal soberano sobre os demais.

A crise da modernidade, como um terremoto que se abate sobre uma cidade lhe danificando o cemitério, deixou a mostra os ossos daquilo que se considerava ter obtido um “lugar de repouso”. Esse abalo do terreno sobre o qual se edificava a cidade e se enterrava seus mortos, fez com que uma vasta irrupção de memórias de passados traumáticos emergisse. Na falta de referentes que organizem claramente motivos, projetos, futuros, o passado irrompe à cena de forma caótica, recolocando a necessidade de significação dos eventos que parecem incompreensíveis e em parte inenarráveis. A irrupção do debate sobre Shoah, sobre catástrofe e pós-catástrofe emerge com força num cenário de embaralhamento simbólico, momento onde as frágeis criptas que poderiam sinalizar o luto dos ocorridos se rompem. Se pretendemos ainda tecer projetos de sociedade é necessário dar resposta a esse cenário de solo revolvido.

Retornando ao nosso cenário latino-americano, aqui cabe compreender as potencialidades e fragilidades de nosso lugar de anunciação. As tessituras da história da formação social latino-americanas, povoadas por experiências de tentativas de tradução e fracasso na incorporação do outro, sempre margearam o moderno, tangenciaram os limites da modernidade. Nossa modernidade é eminentemente uma modernidade em crise⁵. Estamos portanto em um terreno histórico pleno de potencialidades para se pensar os nós atados e desatados pela crise da modernidade.

Trauma e modernidade

Recentemente, um tema controverso se abriu na historiografia mundial ofertando a possibilidade de um patamar para a construção de universais negativos que supostamente poderiam organizar de forma simbólica distintas experiências vivenciadas na modernidade: o debate sobre os chamados “eventos limites” e os limites éticos que a

⁵ Dizer que nossa modernidade é eminentemente uma modernidade em crise pode parecer uma obviedade, já que um movimento persistente e constituinte da modernidade são as crises de toda ordem. O que estamos querendo dizer com isso é que a modernidade Latino-americana sempre se ergueu sentindo-se em desconformidade, sempre com certo sentido de falta, de incompletude. Sempre foi e se sentiu como projeto, como identidade em construção em um tenso diálogo com a alteridade encarnada tanto nos povos autóctones, nas populações negras, quanto nos povos europeus.

narração dos mesmos abre à historiografia⁶.

A ideia de *eventos limites* se refere a certas cenas da história contemporânea nas quais perpetraram-se cenas de violência, violação aos direitos humanos e assassinatos em larga escala, através de aparatos de Estado, de forma tecnocrática, e à luz de certas justificativas modernizantes. Tais eventos limites seriam, na leitura de muitos autores contemporâneos, o avesso cruel das utopias iluministas, o pesadelo constituinte inserido nos sonhos de sociedades emancipadas e auto-reguladas, sonhos que moveram *projetos democratizadores*⁷, vetor fundamental das várias modernidades e de sucessivas gerações intelectuais. Os ditos eventos limites seriam de fato um tenebroso limiar possível dos projetos modernos, uma narrativa oculta que margearia sua irrupção através das forças autômatas concatenadas pelos projetos modernos: O Estado, a burocracia, os processos desencarnados e desencantados de regulação da vida a que Weber nominou “gaiola de ferro”.

No debate historiográfico e filosófico de países do centro do capitalismo há um evento limite que catalisa a imagem do trauma da barbárie moderna. Tal evento é conhecido como *Shoah* (catástrofe em ídiche) ou Holocausto. A *Shoah* em sua performance extrema – o campo de concentração e extermínio – teria produzido um trauma (ainda) sem vias de narração e portanto, persistente em si. O limite do desumano não se encarnaria aqui nas vítimas físicas, mas nas vítimas morais, os sujeitos que sobreviveram porque se limitaram às tarefas objetivas da mera sobrevivência, aniquilando seu ser ético e moral⁸. Esse sujeito que se dobra ao ponto de se desumanizar é retratado em obras como *É isso um homem?* De Primo Levi, um dos mais retomados autores de literatura de testemunho do século XX.

E quanto à *Nuestra América* neste debate? Qual a importância e a pertinência do debate sobre um evento fora de nossa geografia e história imediatas?

Para certo campo intelectual latino-americano, o possível interesse pela *Shoah* na América Latina residiria além da mobilização ética movida por sentimentos humanistas e universalistas de solidariedade com as vítimas desse evento limite.

⁶ Esse debate fora incorporado pela historiografia internacional tendo como articulistas autores como Todorov, Dominique LaCapra, Sarlo entre outros autores. (TODOROV, 2000), (LACAPRA, 1994), (SARLO, 2001)

⁷ A descrição da modernidade como um processo social tecido por diversos projetos vetores é de Berman. Ver (BERMAN, 2008)

⁸ Sobre esse debate ver o capítulo “O ‘mulçumano’” de (AGAMBEN, 2008: 49-91).

Autores como Beatriz Sarlo (intelectual argentina) e Nelly Richard (intelectual radicada no Chile) compreendem que, a sua forma, a América Latina também passou no século XX pelos chamados eventos limites, eventos que em si se comunicam por comporem um mesmo limiar dos projetos modernos. As ditaduras militares que varreram o Cone Sul durante as décadas de 60 a 80 seriam exemplares de barbárie tecnocrática perpetradoras de traumas sociais, seriam portanto eventos limites.

O paralelo entre *Shoah* e o histórico de violações aos direitos humanos durante as ditaduras militares no Cone Sul está longe de ser um exercício escolástico de comparação/identificação com um estado cultural europeu. Afinal, o horizonte que tal comparação abre definitivamente não é positivo. Não há nada do que se orgulhar pelo fato de que certas sociedades foram varridas e fissuradas por aparatos burocráticos de morte e tortura. Não há aqui nenhuma “corrida cultural” de que se valha de forma positiva a comparação.

A prerrogativa do trauma é que sujeitos tenham sua história cindida por um evento marcante, uma perda profunda que não consegue ser reparada. O trauma é em si o anúncio do eterno retorno, sendo este o movimento que o funda, que o define. Sujeito e sujeito cindido são os momentos polarizados pelo trauma⁹. Paradoxalmente o trauma fala primeiro portanto, por aqueles que melhor podem falar, os que possuem vias de acesso à cena pública moderna¹⁰. Não gratuitamente, as primeiras memórias e tentativas de reparação desse evento limite paradigmático na historiografia – a *Shoah* – tenha sido a tentativa de narração judaica, povo que no pós-guerra vê o projeto sionista ganhar corpo e realidade através da construção do Estado de Israel¹¹.

Os sujeitos oclusos, esquecidos de si, esses constituem um dilema distinto para a memória de eventos limites. Pois o paradoxo que se abre a tais sujeitos reside na necessidade de articular a fala traumática, o sujeito fissurado, ao mesmo tempo em que se empreende um esforço por rememorar sua condição subalterna, condição esta que obviamente não se limita às exclusões sociais, mas se estende para as formações psíquicas, para um apagamento de marcas de constituição.

⁹ Ver (GAGNEBIN, 1999)

¹⁰ Hobsbawm: bandidos Habermas, constituição da cena pública.

¹¹ Com essa informação estamos querendo dizer que os judeus no pós-guerra são um povo articulista de um Estado-nação, ou seja, que os judeus migrantes ou não para o Estado de Israel, despontam em definitivo como atores da cena pública ocidental e isso não pode ser ignorado no que diz respeito à constituição de memória de tal povo.

Tentemos aclarar o recém-dito à luz de um exemplo. Não raras vezes ouvimos comparações entre o processo de conquista espanhola e a *Shoah*. A comparação se forja sobretudo através de números: o massacre de milhões que a colonização perpetrou, o massacre de milhares durante o Holocausto. Obviamente o argumento central em torno dos números serve a tentativa de comparação moral: *nós que nos chocamos com os massacres cometidos em campos de concentração durante a II Guerra Mundial, deveríamos ficar tão ou mais chocados com o massacre dos povos indígenas durante a colonização*¹².

Mas por que é necessário a comparação, recorrendo inclusive a força dos números? Porque a alteridade que sentimos na relação com os homens e mulheres atores dos atos e resistências da colonização espanhola pode parecer maior do que alteridade na relação com os eventos do século XX e seus protagonistas e vítimas. Obviamente o tempo cumpre função no que diz respeito ao distanciamento, mas não enquanto tempo linear cronológico, mas como tempo social instituído pelas transformações vividas no projeto moderno¹³.

A compreensão do trauma requer leituras do que é um sujeito, do que o constitui, qual o fundamento de sua ação. Dentro das matrizes de pensamento desenvolvidas ao longo da modernidade, certamente a perspectiva liberal de sujeito foi e persiste sendo, uma forte referência. Dentro desse marco é discutível a apreensão da ação de indígenas durante a colonização e mais plausível (embora não satisfatório) a apreensão de certas passagens e ações de judeus durante o Holocausto.

Não necessitamos partir de uma perspectiva liberal de agência, embora devamos compreender sua influência no mundo e no pensamento moderno. Uma das contribuições mais importantes da historiografia recente ocupada com a questão dos eventos limites é que esta, de certa forma, abre um vasto leque de debates sobre agência humana e sobre os compromissos éticos envolvidos na escrita da história. A América

¹² Essa comparação é inclusive o mote inicial da discussão de Todorov em *A Conquista da América*, lembrando que o eixo de debates de Todorov é justamente a constituição da alteridade no processo de conquista. Ver: (TODOROV, 1991)

¹³ Creemos que é possível e desejável ler a história de grupos pré-modernos, embora cada vez mais seja raro a subsistência dos mesmos. Na América Latina, uma chave de leitura moderna possui um amplo lastro para a compreensão da ação indígena pré-moderna: as teses românticas indigenistas. Isso fala bastante acerca do processo de construção de alteridade na América Latina já que, muitas vezes modernizamos os sujeitos para torna-los dignos de empatia. Tal postura possui um amplo lastro nos debates contemporâneos sobre direito à diferença. Ver: (BARBERO, 2006).

Latina ocupa um lugar estratégico no debate sobre constituição dos sujeitos e modernidade, já que, a despeito de termos possuído projetos de constituição de sujeitos nacionais unívocos, excluindo de tais processos o que fora considerado pré-moderno, bárbaro, não europeu, a persistência e a emergência constante das margens do moderno, do não moderno em nossas sociedades, nos abre a possibilidade de tentativa de compreender reflexivamente a constituição dos sujeitos no desenrolar da modernidade e, à luz de tal leitura compreender os desafios de tecer a narrativa em sociedades fissuradas por traumas modernos¹⁴.

Colocando em outros termos: porque nas sociedades latino-americanas a constituição de sujeitos modernos sempre foi um terreno de conflitos, onde a emergência do não moderno fora uma constante, porque tantos vastos seguimentos das sociedades latino-americanas se constituíram como outro mal incorporados a projetos modernos, por conta dessa “defasagem”, desse “atraso”, dessa “formação parcial” dos sujeitos modernos na América Latina, é que temos, de forma paradoxal, a possibilidade de “estar à frente” no processo de constituição de saídas para a crise da modernidade, crise que possui profundas bases nos chamados processo limites, seus traumas e fissuramento dos sujeitos¹⁵.

Essa possibilidade de “estar à frente” tem suas bases na formulação da pergunta que nos é pertinente: afinal, se falamos que traumas fundam a crise da modernidade contemporânea, e à luz disso tentamos reconstituir a narrativa dos sujeitos traumatizados, nós, latino-americanos podemos, desde nosso lugar à margem, inquirir sobre um corte ainda mais fundo, podemos inquirir sobre a(s) base(s) da formação dos sujeitos modernos já que a irrupção do não moderno é uma constante a que não pudemos ainda dar respostas satisfatórias em nosso processo de constituição moderna.

Dos sujeitos modernos

A descrição das ditaduras militares no Cone Sul como um evento limite, como uma catástrofe latina-americana é pertinente não só no que diz respeito à forma como fora perpetrada- através de aparatos de Estado – quanto pela abrangência de sujeitos a

¹⁴ Esse esforço de leitura ganha corpo à luz das discussões sobre a “história dos debaixo”. Ver a título de exemplo o trabalho de (SALAZAR, 2001).

¹⁵ Repor a terminologia que lê a história como processo linear é certamente equivocado. Aqui fazemos um uso irônico dos termos e desejos que tanto acalentaram gerações intelectuais na América Latina.

que fratura. Pela primeira vez em larga escala os aparatos repressores do Estado se voltaram contra parte dos segmentos médios letrados, segmentos que ao longo do século XX representaram e incorporaram desenhos hegemônicos de sujeito moderno latino-americano¹⁶. Essa é uma das primeiras vezes no qual há um largo processo de fratura e reestruturação social nas sociedades latino-americanas, é a primeira vez onde um projeto moderno suplanta violentamente um processo moderno anterior, derrocando inclusive parte dos sujeitos formados na leva moderna anterior.

Essa espécie de “corte na própria carne” perpetraavas memorialísticas que afluem constantemente na sociedade civil argentina, chilena e brasileira e constituem uma agenda relevante na pauta política desses países. Mas bem sabemos que as memórias públicas não se constituem de maneira espontânea e livre. Os segmentos médios letrados que protagonizaram resistências às ditaduras são o grupo da sociedade civil de tais países mais bem articulados e vitoriosos no que diz respeito à batalha pública por memória. Obviamente, a memória desse segmento não é mais ou menos legítima, mais ou menos importante do que a de outros grupos que passaram pela experiência ditatorial. É simplesmente um conjunto de memórias que, por difíceis e dolorosas que sejam, conseguiram desembocar na cena pública inclusive porque seus articulistas continuam sendo sujeitos com peso político nesse espaço.

Mas há uma série de sujeitos fraturados pelas ditaduras militares que possuem poucos canais de comunicação de tal fratura. Eventualmente tais memórias chegam a estar veladas devido à falta de protagonismo político estrito senso desses grupos que passam então a se enxergar como “não merecedor de memórias” já que não estavam claramente a frente da luta anti-ditatorial. O que dizer sobre o trauma indígena quanto à política industrialista da ditadura militar brasileira, política que rasgou territórios milenares? O que dizer dos milhares sujeitos populares que tiveram seus destinos alterados pelas políticas de controle ao “perigo vermelho”? O que dizer de homossexuais torturados, perseguidos e mortos por grupos de extermínio patrocinados por agentes das ditaduras?

A narrativa de constituição(s) e fratura(s) de tais sujeitos remonta a processos históricos mais largos do que a violência ditatorial. Efetivamente, há camadas sucessivas de violência que tais segmentos marginais aos projetos de modernidade na

¹⁶ Ver (SALAZAR, 2001).

América latina sofreram.

A tentativa de reconstituir a fala de tais sujeitos é um risco encarado por parte dos historiadores e intelectuais da América Latina contemporânea. O risco que comporta a tentativa de narração é o risco de reproduzir as matrizes idealistas de pensamento a que tanto devemos formulações hegemônicas da concepção moderna de sujeito. Dito em outras palavras: corre-se o risco de constatar que os sujeitos híbridos¹⁷ latino-americanos constantemente não “agem como deveriam”, ou seja, que tais sujeitos operam por lógicas não instrumentais, não cartesianas e que, ao mesmo tempo, são capazes de vivenciar e agir à luz de ideologias, de grandes projetos sociais, de redes de solidariedade pré-modernas.

Essas constatações não são exclusividades do cenário cultural e intelectual latino-americano. Mas aqui, sem sombra de dúvida, são capazes de ganhar potência dada à permanência e convivência de temporalidades distintas – moderna, pré-moderna, pós-moderna - a que temos que dar conta se quisermos compreender a agência dos diversos sujeitos que formam as tramas sociais de nossas sociedades.

Nesse momento de crise, estamos diante de um limiar e de uma possibilidade: o pós-moderno, em seu processo de pastichização da cultura, certamente nos redime da síndrome do atraso, pois corta seus mecanismos de articulação. Periferia e centro do capitalismo/modernidade estão definitivamente diante do mesmo limiar. Sem que tenhamos suplantado, ultrapassado as modernidades europeia e norte-americana, nos encontramos cara a cara. Portanto, para os que persistem na atitude (moderna!) de querer suplantar a crise que vivemos, devemos encarar as possibilidades de resposta mapeando e diagnosticando nosso lugar de anunciação.

Experiência em tempos pós-modernos?

A persistência do pré-moderno na América Latina permite que vislumbremos a tessitura da experiência por trás das resistências às violências modernas. É através de redes de solidariedade e compadrio que os sujeitos populares tecem a trajetória de suas experiências urbanas. Esse pré-moderno não deve, contudo ser idealizado como permanência dos laços gregários da tradição. De fato, o pior de dois mundos se une

¹⁷ Aqui utilizamos o termo de Canclini, que usa o conceito de hibridez como chave para a compreensão da modernidade latino-americana. Ver: (CANCLINI, 2003)

constantemente nas periferias latino-americanas, onde gangues urbanas acionam tanto tradições gregárias quanto os mais básicos cálculos de mercado para a venda de drogas, criando um cenário diatópico e pós-moderno onde a violência se converte em marca de ocupação territorial.

Mas é fato que nossa intrincada rede de interrelações temporais potencializa a possibilidade de (re)tecer experiências, sendo isso um dado fundamental para eventualmente superar a apatia e o pastiche pós-moderno, que nos desorientam quanto aos rumos possíveis de nossas sociedades em processo de crescente desagregação.

Falamos de experiência em sua acepção benjaminiana. Experiência é aqui tido como a possibilidade de significação das vivências humanas em uma narrativa que é apreendida por outros. O tempo da experiência é um tempo denso, povoado de significado, que não só abarca a agência e as vivências cotidianas quanto às insere em narrativas mais amplas nas quais as mesmas transcendem. Essa possibilidade de transcender os eventos é justamente uma carência da vivência pós-moderna, das sociedades pós-traumáticas, pós-catástrofe.

Concluindo, ou introduzindo o debate com uma citação de Willy Thayer compreendemos, junto com o autor que:

Vivemos transicionalmente sob o efeito de uma política informacional da memória. Toda marca do passado, toda invocação pode circular, ser vociferada pelos meios de comunicação, transitar pela rua ou pela universidade como corpo, ou rosto queimado, ou como psique marcada pelo flagelo, ou como vitimário. Tudo pode circular, mas como informação. Não como pondo de vista experiencial irreduzível, tenso, não festejante, em luto. (apud RICHARD, 2001: 25)

A experiência, em sentido benjaminiano, não simplesmente se apaga na modernidade, mas se constitui como espaço de resistência, instaurando uma temporalidade outra que não a da forma mercadoria, a que a circulação de informações em nossas mídias tão bem se adapta. Perscrutar o espaço ainda existente à experiência pode parecer uma postura intelectual eminentemente romântica. E o é, no sentido em que tal postura aposta na possibilidade de mobilizar o passado, mobilizar os espaços à margem da modernidade para eventualmente mapear soluções possíveis a nossa crise. Mais do que método de leitura do passado, estamos aqui, afinal, deslindando uma possível postura intelectual diante da crise. Mas como tal debate transbordamos o

assunto que até aqui tratamos.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, volume I. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, EDUSP, 2003.
- GAGNEBIN, J.M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- LA CAPRA, D. **Representing the Holocaust**: History, Theory, Trauma. Ithaca, Cornell UP, 1994.
- LARRAÍN, J. **¿ América Latina moderna?** Globalización e identidade. Santiago de Chile, LOM, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, J. Projetos de modernidade na América Latina. In: DOMINGUES & MANEIRO (org.). **América Latina hoje**: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- RICHARD, Nelly. **Residuos y Metáforas**: ensayos de crítica cultural sobre El Chile de la Transición. Santiago de Chile, Cuarto Propio, 2001.
- SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo. Buenos Aires, Siglo XXI, 2005.
- SALAZAR, G. **Estado, legitimidad, ciudadanía**. Santiago de Chile, LOM, 1999.
- TODOROV, T. **Los abusos de la memoria**. Barcelona, Phaidos, 2000.

**ENTRE CIENTISTA E POLÍTICO:
O CASO DE HOUSTON STEWART CHAMBERLAIN**

Tauãna Terra Cordeiro*

O conceito de nação exige que todos os seus membros devem formar como se fossem apenas um único indivíduo.

Friedrich Schlegel

A ciência da raça: breve histórico

Em 1775 Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), antropólogo e zoólogo alemão, propôs uma divisão dos seres humanos baseando-se na origem geográfica dos povos, classificando as espécies como caucasoide (branco), mongoloide (amarelo), malaia (marrom), etiópica (negro) ou americana (vermelho). Para Blumenbach, as diferenças raciais sofriam influência das variações climáticas. Mesmo que posteriormente utilizassem dados fenotípicos – como a frenologia e antropometria, por exemplo –, desde Blumenbach a cor da pele aparece como um preceito recorrente e de suma importância na classificação dos seres humanos.

Nos oitocentos, a classificação racial partia das relações entre Biologia e História. Os teóricos se dividiam entre duas correntes de pensamento ao discutirem a derivação primitiva da raça humana: havia aqueles que se posicionavam através do *monogenismo* – ancestrais comuns a todos os homens – e aqueles que eram adeptos do *poligenismo* – várias fontes originárias de ancestralidade.

As ideias monogenistas predominaram principalmente no século XVIII, mas se estenderam até meados do XIX. Seus teóricos davam continuidade às concepções de Blumenbach, dentre esses Cuvier e o etnólogo James Cowles Prichard (1786-1848). A monogenia nivelava todos os povos à unicidade através das escrituras bíblicas: a princípio os seres humanos teriam sido criados de modo comum e as variações que apresentavam eram resultado de uma degeneração. Nessa concepção, “vinha embutida, por outro lado, a noção de *virtualidade*, pois a origem uniforme garantia um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante”

* Graduada em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista do projeto “O conceito de raça de Houston Stewart Chamberlain em *Os Fundamentos do Século XIX*”, financiado pelo CNPq.

(SCHWARCZ, 1993: 47).

A partir de meados do XIX, o poligenismo começa a ter uma receptividade mais positiva ao fundamentar-se na interpretação biológica dos comportamentos do ser humano e principalmente por objetar o monogenismo, estabelecido através de dogmas da Igreja e suas Escrituras Sagradas. Os teóricos que seguiam essa vertente acreditavam que os homens derivavam de tipos primitivos distintos, uma vez que eram “espécies biologicamente separadas e descendiam de mais de um Adão” (GOLD, 1999: 26), e que por isso se justificariam as diferenças raciais observadas. Ocorria, nesse momento, a dissolução do conceito de homem universal¹, ao qual foi substituído pelo de raças e, conseqüentemente, surgiu dessa vertente uma hierarquização e classificação dos homens a partir de suas aptidões físicas e mentais.

Na segunda metade dos oitocentos, a frenologia e a antropometria se consolidaram como práticas científicas no intuito de analisarem as diferenças étnicas em termos de grau de inteligência, aptidões físicas e mentais, além de delinear uma personalidade comum a partir do tamanho e proporção cerebral. Sociedades de pesquisa surgiram nesse período na tentativa de estabelecerem uma teoria racial que abarcasse todos os questionamentos que ocorriam dentro das comunidades científicas. Em 1859 Paul Broca (1824-1880) funda a “Sociedade Anthropologica de Paris”, na qual predominava a vertente poligenista. Para Broca,

o cérebro é maior em adultos maduros que em idosos, em homens que em mulheres, em homens eminentes que em homens de talentos medíocres, em raças superiores que em raças inferiores [...] Outras coisas equivalentes, há uma notável correlação entre desenvolvimento da inteligência e volume do cérebro. (GOLD, 1999: 76)

As pesquisas de Broca evidenciaram que os crânios de negros eram menores que os dos caucasianos, mas que a medida craniana dos esquimós, lapões, malaios, e tártaros eram maiores que de todas as outras analisadas, inclusive dos povos mais civilizados da Europa (MAGNOLI, 2009: 26). Essa constatação tornava-se um entrave para a sua teoria fundamentada no tamanho do cérebro e dessa forma Broca afirmou que a medida do crânio não seria um elemento decisivo na superioridade intelectual das raças, mas que de toda maneira, um cérebro pequeno – como os dos negros – apresentava-se

¹ O ideário político da Revolução Francesa e as ideias iluministas estabeleciam-se em bases filosóficas para se pensar a humanidade como uma totalidade, pressupondo a igualdade e liberdade entre os indivíduos que confrontavam com os objetivos dos teóricos raciais dos oitocentos.

como aspecto de inferioridade.

Na “Escola Americana de Poligenia” Samuel George Morton (1799-1851), influenciado pelas ideias de L. Agassiz², baseou suas teorias raciais a partir da investigação que fazia das suas coleções de diferentes crânios humanos. Também acreditava que o tamanho do cérebro era um fator relevante na definição da inteligência e hierarquia das raças (SCHWARCZ, 1993: 54).

Joseph Arthur, Conde de Gobineau (1816-1882) publica em 1853 o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, no qual discorre sobre a doutrina do arianismo e do teutonismo, as quais postulam a superioridade da raça ariana sobre as outras. O autor não procurou escrever um tratado político – mesmo que anos mais tarde também tenha sido usado nesse sentido –, mas sim um tratado histórico e filosófico. Como mesmo afirma,

é uma questão de fazer a história juntar-se à família das Ciências Naturais, de lhe dar toda a precisão dessa espécie de conhecimento, finalmente de subtraí-la à jurisdição tendenciosa cuja arbitrariedade as facções políticas até hoje lhe têm imposto. (CASSIRER, 1976: 244)

Para Gobineau, as espécies humanas se dividiam em três grupos: brancos, amarelos e negros, sendo que o cruzamento entre o primeiro grupo – superior – com raças inferiores levaria à degeneração da espécie humana. O desenvolvimento da sociedade estaria intimamente e ligado às ações da raça branca, sendo que “todas as grandes civilizações teriam origem, direta ou indireta, nas raças brancas e, em particular, na ‘família ariana’. A miscigenação entre as raças conduziria à degeneração racial, com impostos desastrosos sobre as civilizações e os Impérios” (MAGNOLI, 2009: 24). Nesse sentido, apenas a raça branca teria condições de edificar uma vida cultural.

A teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882), apresentada na obra *A Origem das Espécies* de 1859, postulava um

desenvolvimento consistente à concepção de que as séries evolutivas dos organismos formavam uma árvore genealógica das linhagens; as formas relacionadas ramificavam-se de ancestrais comuns, desaparecendo algumas por extinção e outras sobrevivendo nos seus descendentes vivos pelas várias partes do mundo. (MASON, 1964: 341)

² Louis Agassiz (1807-1873) foi discípulo de Cuvier e desenvolveu trabalhos em defesa do poligenismo.

As ideias darwinianas serviram como um apaziguador entre os poligenistas e monogenistas do XIX e se estabeleceram como um paradigma da época. As ações do criador são substituídas pela seleção natural. Dessa forma, os monogenistas persistiram na defesa de uma ancestralidade comum e continuaram a hierarquizar raças e povos de acordo com seus níveis intelectuais e morais. Os poligenistas, por sua vez, admitiam a teoria de Darwin, mas afirmavam que mesmo nessa unicidade primitiva havia separações entre os seres humanos há tempo suficiente para gerarem heranças e capacidades distintas.

A “seleção natural” foi aplicada à sociologia, originando a escola do *darwinismo social*, na qual Herbert Spencer (1820-1903) era integrante. Nessa escola a miscigenação também era tomada como um fator negativo não só a partir de pressupostos raciais – pois implicava na degeneração dos “tipos puros” – mas também sociais, sendo que Spencer estendeu à sociedade os conceitos de “competição”, “seleção do mais apto”, “evolução”, e “hereditariedade” não apenas como agentes da evolução biológica, mas também maneiras pelas quais a humanidade progride (COMAS, 1970: 16).

Não apenas no âmbito das discussões científicas, mas também no cenário político a teoria de Darwin repercutiu de forma relevante. Uma vez tornada pública na época da edificação dos impérios coloniais, a teoria da sobrevivência dos mais capacitados ao meio foi apropriada como justificativa para na legitimação do imperialismo.

As técnicas que visam o aperfeiçoamento da espécie humana, a submissão e até a eliminação das raças inferiores definiu-se no que Francis Galton (1822-1911) denominou em 1883 de eugenia – do grego *eu*: boa; *genia*: geração. Galton dedicou sua pesquisa científica ao estudo de casamentos seletivos, pois acreditava que qualidades físicas, mentais e morais eram hereditárias. Mesmo que em 1859 tivesse sido publicado o *Hereditary Genius* – texto fundador da eugenia –, foi na obra *Inquiries into human faculty and its development* (1911) que o autor desenvolveu efetivamente sua teoria eugênica. Para ele, “suas ideias sobre hereditariedade mental produziram uma reforma política e religiosa na sociedade, que contemplaria o controle de casamentos e fertilidades, uma vez que o aprimoramento das raças humanas se daria exclusivamente mediante os cruzamentos selecionados” (CASTAÑEDA, 1998: 33). As concepções de

Galton ficaram conhecidas como “eugenia positiva”. Nos EUA, e já no início do século XX na Alemanha, a apropriação dessas ideias culminaram no que se chama “eugenia negativa”. Esse tipo de projeto visava à eliminação de possíveis gerações consideradas geneticamente incapazes através da proibição de matrimônios, esterilização sistemática e em casos extremos, extermínio.

Em 1894 Ludwig Schemann (1852-1938) funda na Alemanha a Gobineau-Vereinigung, na qual as ideias de superioridade da raça ariana encontradas nas obras do autor francês eram estudadas e tomadas como um dogma. Teóricos como Richard Wagner (1813-1883), Theodor Poesche (1826-1899), Karl Penka (1847-1912) e Chamberlain (1855-1927) foram importantes propagandistas dessas concepções. Essa iniciativa possibilitou que as doutrinas de pureza e superioridade da raça tivessem grande repercussão e fixassem-se no imaginário da sociedade germânica.

Na Alemanha, a partir da década de 1920, o antissemitismo é o produto de uma sociedade, de um tempo e de um sistema cultural em que a intolerância àqueles considerados inferiores tornava-se parte de um tipo de tradição. Assim, o pós-guerra alemão reunia as pré-condições necessárias para que, alguns anos depois, a aversão aos judeus resultasse no holocausto: antissemitismo utilizado como política de Estado; a ideia de espaço vital (*Lebensraum*), solidificada através do estudo inter-relacionado entre população e recursos naturais, resultou na defesa da expansão alemã no continente europeu; a Eugenia, Antropologia Rácica e Sociologia Genética – ou seja, o controle da seleção natural baseada no darwinismo social –, eram as ideias científicas que predominavam nas primeiras décadas do século XX; além das influências através da literatura de caráter antissemita, como o livro *Os Fundamentos do Século XIX*, produzido por Houston Stewart Chamberlain – que foi extremamente difundido e lido por nacionalistas alemães –, serviu também como referência para os futuros fundadores do partido nazista (ZAGNI, 2008: 1-19).

O cientista e o político: Houston Stewart Chamberlain (1855-1927)

Filho de Eliza Jane Hall e William Charles Chamberlain, Houston Stewart Chamberlain nasceu em 09 de setembro de 1855, em Southsea, Inglaterra. Seu pai queria que o filho seguisse carreira militar e aos onze anos o enviou a um internato composto por oficiais do Exército e da Marinha. Aos quatorze anos, Chamberlain sofreu

alguns problemas de saúde e buscou tratamento fora da Inglaterra – em Bad Ems, Montreux e Cannes. Ele sempre era acompanhado pelo seu tutor, o germânico Otto Kuntze, através do qual teve contato com a história, literatura e filosofia alemã. Foi em Cannes que no ano de 1878 conheceu e se casou com sua primeira mulher, Anna Horst. Mais tarde mudou-se para Florença, onde iniciara os estudos universitários na área de botânica. Em 1879, Chamberlain matriculou-se na Faculdade de Ciências Naturais da Universidade de Genebra, na qual obteve seu diploma de bacharel. Posteriormente mudou-se para Dresden, na Alemanha, e iniciou seus trabalhos em uma dissertação sobre o aumento das seivas nos vegetais. Transferiu-se para Viena em 1889 no intuito de continuar suas pesquisas em fisiologia vegetal.

Na manhã do dia 19 de janeiro de 1892, Chamberlain foi “possuído” por algo que denominou de "demônio da escrita". Ele afirmava que era uma entidade que não poderia ser ignorada e que, ao possuir seu corpo e escrever alguns ensaios, muitas vezes fizesse com que o próprio Chamberlain não reconhecesse suas produções.

Em 1899 Houston Stewart Chamberlain publica o livro que o consagrará como um dos teóricos raciais mais influente de sua época. *Die Grundlagen des neunzehnten Jahrhunderts* (Os Fundamentos do Século XIX) traz consigo a ideia de que superioridade moral, cultural, científica e tecnológica da civilização ocidental vem, em grande parte, da influência positiva da raça germânica sobre o desenvolvimento da história humana ao longo dos séculos. *Os Fundamentos do Século XIX* é considerado de grande importância para se pensar questões que perpassam as mais diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Filosofia, História, Religião e Ciência. Dada sua abrangência, cabe ressaltar que o foco deste artigo não está voltado para uma análise pormenorizada do trabalho de Chamberlain como um todo, mas limita-se à problemática específica das relações entre o político e o científico em sua obra e à influência que essas duas categorias exerceram no cenário intelectual alemão nas primeiras décadas do século XX.

A convergência particular de ciência e política, visto existir um diálogo entre pensamento científico e ações políticas no final dos oitocentos, pode ser abordada a partir da data da Unificação Alemã (1871-1918). Nesse sentido, a obra de Chamberlain repercutiu espantosamente na Alemanha e foi traduzido para inglês e francês e causou importante influência sobre seus contemporâneos. A repercussão não se limitou apenas

à Europa, atingiu também o continente americano. Em uma resenha que escreveu em 1913, o ex-presidente americano Theodore Roosevelt exprime que concorda com o conceito de supremacia da raça branca, porém não validava a ideologia germânica em sua totalidade:

Tudo o que ele diz em derrisão desse uso forçado da palavra “humanidade” poderia, com uma porcentagem muito maior de verdade, ser dito em relação às palavras e ideias simbolizadas por teutonismo e arianismo, do modo como o senhor Chamberlain utiliza tais termos. De fato, da forma como os usa, eles equivalem a pouco mais que expressões de seus gostos e desgostos pessoais. (ROOSEVELT apud MAGNOLI, 2009: 41)

O principal assunto que Chamberlain aborda em sua obra se refere à aversão aos judeus. A repulsa aos judeus e a afirmação de incompatibilidade dessa “raça” com a cultura alemã constituem a base das ideias escritas por Richard Wagner, que influenciou relevantemente as concepções de Chamberlain. O conceito de raça afastava-se das definições de cunho biológico para ser abordado culturalmente como um marcador de diferenças. O *Volk* alemão fora delineado por uma cultura presente no sangue do indivíduo. Claro que não se deve generalizar toda produção intelectual da época como “racista”, apenas apontar que as noções de raça foram relevantes na delimitação do que se entendia como “nacional” e “estrangeiro”. Dessa forma, as ideias de Houston Stewart Chamberlain também exerceram influência no cenário político alemão. O Kaiser Guilherme II (1859-1941) e Chamberlain trocaram correspondências e o teórico tornou-se conselheiro do Imperador. Em uma das correspondências, Chamberlain escreve que “a Alemanha [...] pode conseguir o controle absoluto do mundo (em parte pela política direta, em parte pela língua, cultura, métodos), triunfará se tomar uma nova direção a tempo, o que significa romper definitivamente com os ideais de governo Anglo-Americanos” (CHAMBERLAIN, 1902: 1).

Sua participação na Primeira Guerra Mundial efetivou-se através de *Kriegsaufsätze*, que foram ensaios de guerra como propaganda alemã. Em 1915 Chamberlain recebeu a *Eisernes Kreuz*³ (Cruz de Ferro) por serviços prestados ao Império e tendo demonstrado sua lealdade à nação germânica, torna-se cidadão alemão um ano mais tarde. Chamberlain também esteve em contato com Adolf Hitler (1889-1945). Os dois se encontraram em Bayreuth no dia 30 de setembro de 1923. Depois do

³ Criada pelo rei Friedrich Wilhelm III da Prússia, a Cruz de Ferro visava condecorar exclusivamente militares ou então civis que desempenhassem funções militares.

encontro, escreveu ao futuro Führer:

Você não é de forma alguma, como descreveram para mim, um fanático. Eu até acredito que você seja o oposto absoluto de um fanático. O fanático inflama a mente, você aquece o coração. O fanático quer dominar as pessoas com palavras, você quer convencê-las. (CHAMBERLAIN, 1923: 1)

Quando escreve *Mein Kampf*, Hitler dedica uma passagem à Chamberlain:

Muitos observavam essa orientação com ansiedade e censuravam crescente essa falta de plano e de ideais na política do Império. Muitos reconheciam as fraquezas internas e a insignificância dessa política. Todos esses, porém, estavam fora das hostes políticas. O mundo oficial ignorava as intuições de um Chamberlain, com a mesma indiferença com o que o faz hoje. Essa gente é demasiado estúpida para pensar por si mesma e demasiado orgulhosa para aprender dos outros o que é necessário. (HITLER, 2005: 118)

A sua biografia, intitulada *Evangelist of Race: The Germanic Vision of Houston Stewart Chamberlain* e escrita por Geoffrey G. Field, aponta como Hitler, Rudolf Hess (1894-1987), Joseph Goebbels (1897-1945), Dietrich Eckart (1868-1923), Heinrich Himmler (1900-1945), Baldur von Schirach (1907-1954), e, sobretudo, Alfred Rosenberg (1893-1946), dentre outros, tinham sofrido forte influência das suas teorias.

Para delinear essas apropriações, é possível estabelecer um diálogo com a obra Alfred Rosenberg, que foi um dos ideólogos do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*- NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães). Através dos princípios ideológicos que expôs, exerceu influência sobre a unificação do pensamento alemão. Sem tentar fazer uma exposição de todo o programa ideológico desenvolvido por Rosenberg em seus textos e discursos, algumas das suas declarações podem ser consideradas como indicadores da natureza e escopo do programa ideológico que apresentava à Alemanha nas primeiras décadas do século XX.

Rosenberg publicou em 1930 a obra *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts* (O Mito do Século XX) na qual, assim como Chamberlain, era possível observar a aversão aos judeus e a ideia negativa quanto à miscigenação das raças. Nesse obra, Rosenberg

se interessou pelas influências degeneradoras dos semitas sobre a cultura e a arte, rejeitou o cristianismo tradicional e defendeu a ideia de uma “religião do sangue”, que expressaria a nobreza do caráter ariano e teria expressões no paganismo indo-europeu, no bramanismo, zoroastrismo e no cristianismo primevo. (MAGNOLI, 2009: 41)

A obra de Rosenberg também adquiriu repercussão positiva na Alemanha de Weimar e uma adesão quase religiosa aos escritos do autor. Esse livro, dentre outras produções de Rosenberg, ofereceu algumas contribuições teóricas a fim de fundamentar “científica” e politicamente a concepção de mundo do NSDAP.

Entre outros aspectos, as ideias contidas nas obras de ambos autores permitem pensar a articulação – e por vezes a superposição – entre ciência e política, principalmente no que se refere às práticas eugênicas alemãs. Após a segunda década do século XX, a hereditariedade e a antropologia foram eventualmente apropriadas pelo nacional-socialismo em seu projeto de cartografia social. Estava claro o papel da antropologia e biologia, unidas à história, na definição do ideal de nação alemã. Dessa forma, o conceito de germanidade foi reforçado através dos discursos acadêmicos que, em sua essência, tornava autêntica a narrativa excludente daqueles considerados “indesejáveis”. Surgiram defensores radicais baseados no que denominava como ideologia *Völkish*, a qual defendia a ideia de uma nação pangermânica unificada e livre de ameaças exteriores.

Após o ano de 1933, a comunidade acadêmica foi tomada por um ativismo político extremo. A ascensão nacional-socialista após a terceira década do século

foi acolhida com enorme entusiasmo pelos geneticistas alemães, porque a ideologia nazista, ao estabelecer que as diferenças entre os seres humanos têm base biológica, que há seres superiores e inferiores, e que não deve haver igualdade jurídica entre os superiores e os inferiores, vinha ao encontro das ideias dos geneticistas de então. (BEIGUELMAN, 2002: 110-111)

A repulsa aos judeus estava ligada à afirmação de incompatibilidade dessa raça com a cultura alemã. Dessa forma, a questão do extermínio dessa parte da população passou a ser o ponto central da atenção dos geneticistas alemães. Essa concepção de pangermanismo afetou diretamente os centros intelectuais submetendo a ciência e o conhecimento às necessidades da política vigente. Vale ressaltar que nos anos que seguem 1933 as ações nazistas efetivaram as ideias mais extremas que os teóricos raciais e eugenistas propuseram nas décadas anteriores.

Referências Bibliográficas

BEIGUELMAN, Bernardo. Genética e Ética. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE,

- Christian de Paul de. **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 2002.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.
- CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. A. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. **Episteme**, v. 5, p. 23-48, 1998.
- CHAMBERLAIN, Houston Stewart. [carta] 20 fev. 1902, Viena [para] Kaiser Guilherme II, Potsdam. 17f. **Correspondência sobre assuntos políticos da Alemanha**.
- CHAMBERLAIN, Houston Stewart. [carta] 07 out. 1923, Bayreuth [para] HITLER, Adolf; 1f. **Correspondência sobre assuntos políticos da Alemanha e apoio às ideias de Hitler**.
- COMAS, Juan. Os mitos raciais. In: **Raça e Ciência**. I. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- GOLD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HITLER, Adolf. **Minha Luta**. São Paulo: Centauro, 2005.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MASON, Stephen. **História da Ciência - As principais correntes do pensamento científico**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VARA BRANCO, Alberto Manuel. O Nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX: o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico-filosófica e ideológica. Um caso paradigmático: A Alemanha. **Millenium**, n. 36, p. 1-28, 2009.

**O ADVENTO DA DEMOCRACIA NOS MODOS BURGUEÊS E ARISTOCRÁTICO:
ENTRE GUIZOT E TOCQUEVILLE**

Vítor Castro de Oliveira*

No conjunto de artigos e teses produzido sobre Alexis de Tocqueville (1804-1859), sobretudo a partir da segunda metade do século passado, a comparação com François Guizot (1787-1874) é, não sem certa razão, lugar comum. François Furet, cuja influência dificilmente seria exagerada, afirma que “Guizot nunca deixou de ser um dos interlocutores essenciais de Tocqueville e talvez o principal deles” (FURET, 1984: 230). Na obra mais influente sobre François Guizot publicada até o momento, Pierre Rosanvallon afirmaria a dívida de Tocqueville para com os liberais doutrinários (entre os quais Guizot é figura central), sustentando que “sua percepção do fato democrático deve muito a Royer-Collard e os temas que desenvolverá em *O Antigo Regime e a Revolução* são nitidamente marcados pela *História da Civilização* de Guizot” (ROSANVALLON, 1985: 54).

De fato, ao afirmar que a democracia, caracterizada pela igualdade de direitos, é “a forma universal da sociedade” (*apud* BARANTE, 1863: 137), definindo-a como *état social*, Royer-Collard influenciaria decisivamente o desenvolvimento de *A Democracia na América*, publicada em dois tomos, em 1835 e 1840¹. Contudo, o primeiro uso sistemático desse conceito com que Tocqueville teria contato seriam lições de Guizot sobre a história da civilização, ministradas nos últimos anos da Restauração (RICHTER, 2004: 66), lições em que apreenderia também a tese da continuidade entre o Antigo Regime e a Revolução quanto à questão da centralização política (ROSANVALLON, 1985: 59).

Não obstante essas semelhanças de fundo, se quisermos conhecer a originalidade de cada autor, é preciso atentar para as diferenças em seus discursos. Se, como destaca Sarah Maza, François Guizot participa do momento em que o elogio à burguesia marca a historiografia liberal, dando origem “um relato triunfalista no seio do qual o burguês figura como herói tanto para o passado quanto para o presente e o futuro” (MAZA,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/ UFES).

¹ Usa-se dizer a “primeira *Democracia*” para o livro de 1835 e a “segunda *Democracia*” para o de 1840.

2007: 23), Tocqueville nunca compartilhou sua fé nas classes médias (KAHAN, 1992: 18), aproximando-se mais facilmente da perspectiva liberal aristocrática, para a qual a existência de “corpos intermediários” entre o povo e o governo aparece como garantia para a liberdade (DIJN, 2008: 5).

O que se pretende analisar nas páginas que se seguem são as diferenças entre seus discursos justamente no domínio em que a semelhança é mais destacada, ou seja, em suas definições da sociedade democrática.

François Guizot: a nação burguesa

O advento da modernidade, para François Guizot, foi um processo secular marcado pela luta de classes e pela realização da unidade nacional no seio da burguesia. Essa igualização das condições, uma vez que são superadas a diversidade social e as hierarquias que marcaram o Antigo Regime, aparece para ele como o “traço essencial que distingue a Europa moderna da Europa primitiva” (GUIZOT, 2005: 168) e o processo que lhe dá origem é o da civilização, definida como “o aperfeiçoamento da vida civil, o desenvolvimento da sociedade propriamente dita, das relações dos homens entre si. [...] uma distribuição mais igualitária, entre os indivíduos, da força e do bem-estar produzidos” (GUIZOT, 2005: 32-33).

A história europeia poderia ser dividida em alguns grandes períodos. Do século V ao XII, a sociedade continha “reis, uma aristocracia laica, um clero, burgueses, colonos, poderes religiosos e civis, os germes, em uma palavra, de tudo o que forma uma nação” (GUIZOT, 2005: 167). Contudo, não havia nação propriamente dita, porque não havia “nada de público” (GUIZOT, 2005: 167). O que chama a atenção, portanto, é “a diversidade, a separação, a independência dos elementos da antiga sociedade europeia” (GUIZOT, 2005: 200). Nos séculos XVIII e XIX, diversamente, “vemos se reproduzir em toda parte duas figuras na cena do mundo, o governo e o povo” (GUIZOT, 2005: 167).

Esse movimento de simplificação da sociedade está ligado, para Guizot, à emancipação das comunas. Uma vez estabelecido o regime feudal, argumenta, “se formaram entre os proprietários dos feudos novas necessidades, certo gosto pelo progresso, pela melhora; para satisfazê-lo, um pouco de comércio e de indústria reapareceu nas cidades de seus domínios” (GUIZOT, 2005: 151). Homens de diversas

origens, “não somente homens da classe inferior” (GUIZOT, 2005: 152), vieram povoar essas cidades, “tornaram-se burgueses” (GUIZOT, 2005: 152). Assim, no seio da sociedade feudal surgiu a nova classe que viria a transformar a história europeia. Esse desenvolvimento inicial da burguesia, no entanto, não se fez acompanhar pelo da independência política e militar. Acostumados à vida errante, os proprietários do solo encontravam na pilhagem e na conquista “um grande meio de satisfazer suas paixões” (GUIZOT, 2005: 152). Foi assim que “as extorsões dos senhores sobre os burgueses redobram a partir do século XII [...]; era sobre os burgueses que se exercia sua violência” (GUIZOT, 2005: 152). A aristocracia aparece, portanto, como elemento de obstáculo ao progresso e é caracterizada por seu comportamento agressivo, quicá bárbaro, o que subverte a proposta ultrarrealista de um mundo regulado pela nobreza.

À violência dos senhores, a burguesia teria que impor uma sublevação. “A emancipação das comunas no século XI”, diz Guizot, “foi fruto de uma [...] guerra declarada pela população das cidades aos seus senhores” (GUIZOT, 2005: 154). Coloca-se assim, explicitamente, o tema da luta de classes, pois foi dela, “do seio da variedade, da inimizade, da guerra, [que] saiu a unidade nacional da Europa moderna” (GUIZOT, 2005: 158). Opondo-se à tendência constante de todos os elementos sociais “à separação, ao isolamento, a uma existência local e especial” (GUIZOT, 2005: 218) que caracterizou a primeira época, vemos sua aproximação, uma nova tendência “a se formar em sociedade geral, em corpo de nação e de governo” (GUIZOT, 2005: 218). Nota-se, assim, duas características fundamentais da transição para a modernidade. Há um movimento de simplificação, das hierarquias complexas à igualdade, e um movimento de incremento da coesão social, uma vez que se sai de um estado de isolamento para a constituição do “corpo da nação”.

Além disso, enquanto parte de um movimento de aperfeiçoamento do homem e da sociedade, a transição para a modernidade é irreversível. Ao longo da história, “o homem avança na execução de um plano que não concebeu, de que não tem nem mesmo conhecimento; é o operário inteligente e livre de uma obra que não é a sua. [...] Assim se executa, pela mão dos homens, o plano da Providência sobre o mundo” (GUIZOT, 2005: 219). Para além da religiosidade do próprio Guizot, o discurso providencialista completa a subversão da proposta ultrarrealista. Se Joseph de Maistre, em suas *Considérations sur la France*, interpretava a Revolução como uma punição

divina pelo fracasso francês em seguir as determinações do trono e do altar, recomendando o retorno à monarquia de direito divino (CROSSLEY, 1993: 6), Guizot afirmará que o advento da nova sociedade, do qual a Revolução foi uma etapa necessária, constitui o próprio plano divino.

Não obstante, o futuro não pode ficar em aberto, uma vez que a ameaça revolucionária precisa ser igualmente conjurada. É notável, nesse particular, que Guizot insista por diversas vezes ao longo do curso sobre o caráter definitivo desse processo. Foi, afirma, “entre os séculos XII e XVI, que se operou na Europa o trabalho lento e oculto que conduziu nossa sociedade a essa forma nova, a esse estado definitivo” (GUIZOT, 2005: 183). Irreversível, providencial, o advento da modernidade escapa à vontade humana, sendo preciso se conformar a ele. Não se deve também, excesso oposto, buscar aprofundá-lo, erro em que incorreriam as doutrinas revolucionárias.

No entanto, assim comprimida no tempo, a civilização chegaria a um estado estacionário, de verdadeiro imobilismo, o que negaria seu caráter progressivo, sua característica maior. Contudo, argumenta-se, é a própria estabilidade do novo estado social que possibilita o progresso, enquanto a revolução e a instabilidade lhe seriam opostas. Guizot não tem dificuldades, por exemplo, em afirmar que o poder de Luís XIV era “a um só tempo definitivo e progressivo, que não teme a inovação, porque pode contar com o porvir” (GUIZOT, 2005: 282). Assim, a manutenção da ordem, de um poder definitivo, não aparece em Guizot como um obstáculo ao progresso, mas como sua condição.

Além disso, a sociedade moderna é progressiva por que o movimento que a originou foi duplo. Como evocado acima, houve simplificação com relação à diversidade hierárquica, mas também complexificação, uma vez que se multiplicam as possibilidades das relações entre suas partes constitutivas. Se na Europa primitiva “um grande número de fatos ocorriam de forma isolada, estrangeiros [uns aos outros], sem influência recíproca. Hoje, não há mais isolamento, todas as coisas se tocam, se cruzam, se alteram ao tocar-se” (GUIZOT, 2005: 235).

À superação do isolamento social, corresponde a centralização da soberania, uma vez que “não somente os progressos [da sociedade e do governo] são comuns, mas todas as vezes que a sociedade avança para seu caráter definitivo e moderno, a realeza parece crescer e prosperar” (GUIZOT, 2005: 183). Se as soberanias locais convinham à

Europa primitiva, pois se supõe que dimensão das instituições políticas corresponde sempre à das relações sociais às quais se aplicam (GUIZOT, 1851: 57), a realeza moderna, ao incorporar a classe portadora do progresso, conclui a obra histórica da Revolução. Opondo uma e outra época, Guizot afirmará que “aqui, a nação burguesa é tudo, a comuna nada; lá, a nação burguesa não é nada, a comuna tudo” (GUIZOT, 2005: 148).

Alexis de Tocqueville: a destituição da nobreza

Graças às anotações de Tocqueville conservadas no arquivo familiar, sabe-se que ele seguiu com assiduidade o curso da *História da Civilização na França* de Guizot, compartilhando com os amigos Gustave de Beaumont e Louis de Kergolay a admiração pelo historiador (DÍEZ DEL CORRAL, 1989: 47). Essas influências se mostram desde as primeiras páginas da *Democracia*, quando Tocqueville afirma que a igualdade de condições e sua influência prodigiosa na sociedade americana foram os fatos que mais chamaram sua atenção na viagem aos Estados Unidos. Esse fato primeiro, “cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere usos e modifica tudo o que não produz” (TOCQUEVILLE, 2002a: 7). Desenha-se, então, o quadro de uma “grande revolução democrática” (TOCQUEVILLE, 2002a: 7) que, se não atingiu em toda parte os “limites extremos” (TOCQUEVILLE, 2002a: 7) em que pode ser observada nos Estados Unidos, não é menos verdadeira e perceptível em “todo o universo cristão” (TOCQUEVILLE, 2002a: 9). A história aparece, então, como campo incontornável para a observação desse fenômeno.

O quadro é o de um turbilhão em que se evidencia a complexidade da sociedade que se forma. Se, “há setecentos anos”, a França estava dividida entre poucas famílias de proprietários de terras que governavam os habitantes, se só havia nessa época um meio de governo – a força – e uma só origem para o poder – a propriedade fundiária –, “a sociedade, tornando-se com o tempo mais civilizada e mais estável, as diferentes relações entre os homens tornam-se mais complicadas e numerosas” (TOCQUEVILLE, 2002a: 8). Esse movimento, que abriga todas as classes da sociedade e que tende à sua mescla final, é elegantemente resumido na frase “os reis se arruinam nos grandes empreendimentos; os nobres se esgotam em guerras privadas; os plebeus se enriquecem no comércio” (TOCQUEVILLE, 2002a: 8). A instituição das comunas introduz “a

liberdade democrática no seio da monarquia feudal” (TOCQUEVILLE, 2002a: 9) e a criação de riquezas móveis introduz aperfeiçoamentos na indústria e no comércio (TOCQUEVILLE, 2002a: 9); os nobres concedem poderes políticos ao povo na pretensão de se opor ao rei ou a seus adversários; a autoridade real, para contra-arrestar a nobreza, eleva as classes inferiores. “Uns auxiliam a democracia por seus talentos, outros por seus vícios” (TOCQUEVILLE, 2002a: 8).

Esse quadro, traçado rapidamente, não difere fundamentalmente do exposto por Guizot. Numa análise de longo prazo da história francesa, destaca-se a passagem de um estado em que aparecem várias classes sociais para um estado de fusão entre elas, em que se nota a referência à comuna, ao progresso do comércio e das riquezas móveis como elementos de elevação do povo e igualização das relações sociais. Haveria ainda que se destacar que o elemento de conflito, explicitado por Guizot na forma da violência da aristocracia contra a burguesia, na insurreição comunal e no apelo à luta de classes como força progressiva, é matizado em Tocqueville, substituído pelos equívocos que cometem nobres e reis.

Também em Tocqueville, o elemento providencial aparece, uma vez que no grande progresso da democracia, “todos trabalharam em comum, alguns a contragosto, outros sem o saber, cegos instrumentos nas mãos de Deus” (TOCQUEVILLE, 2002a: 9). Contudo, se o movimento providencial marca a irreversibilidade do processo e dá continuidade à crítica ao ultrarrealismo, Tocqueville, sob o impacto da Revolução de Julho, não enxerga um fim claro para o avanço do nivelamento social. À visão dessa “revolução irresistível”, desafia o leitor: “pode-se pensar que depois de ter destruído o mundo feudal e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos? Parará agora que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos?” (TOCQUEVILLE, 2002a: 10)

Em oposição à historiografia doutrinária, que constituía um elogio à burguesia e consagrava seu triunfo na nova sociedade, Tocqueville escreve seu livro sob “uma espécie de terror religioso produzido na alma do autor pela visão dessa revolução irresistível que avança há tantos séculos através de tantos obstáculos e que se vê avançar ainda hoje em meio às ruínas que produziu” (TOCQUEVILLE, 2002a: 10). O progresso contínuo da igualdade entre os homens parece a Tocqueville um fato concreto, do qual não se pode duvidar. Em parágrafo característico de sua retórica profética, afirma que

chegará um tempo em que se poderá ver na América do Norte cento e cinquenta milhões de homens iguais entre si, que pertencerão todos à mesma família, possuirão o mesmo ponto de partida, a mesma civilização, a mesma língua, a mesma religião, os mesmos hábitos, os mesmos costumes, e através dos quais o pensamento circulará sob a mesma forma e se tingirá das mesmas cores. Todo o resto é incerto, mas disso não há dúvida (TOCQUEVILLE, 2002b: 219).

A avaliação da sociedade aristocrática que faz Tocqueville também difere substancialmente da de Guizot. Ao invés da violência contra os burgueses, ele vê “uma espécie de bondade recíproca” (TOCQUEVILLE, 2002a: 11) entre o povo e a nobreza. Longe de constituir elemento de fragmentação do “corpo da nação”, a nobreza aparece como elemento de coesão social. Segundo Tocqueville, se “a aristocracia havia feito entre todos os cidadãos uma longa cadeia que remontava do camponês ao rei; a democracia rompe a cadeia e separa os elos” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98). Na sociedade hierárquica, poderia haver estabilidade e glória, porque os prazeres do espírito e o trabalho, a ignorância e o culto às artes, a grosseria e o refino do gosto encontram-se em grupos sociais distintos e bem delimitados (TOCQUEVILLE, 2002a: 12).

Embora não se deva desesperar de dirigir o movimento democrático (TOCQUEVILLE, 2002a: 10)², os governantes têm agido na ignorância de suas características. Ao longo da história francesa, afirma Tocqueville, a democracia foi “abandonada a seus instintos selvagens” (TOCQUEVILLE, 2002a: 11). Então, ela “revirou”, “abalou” ou “destruiu” o que encontrava em seu caminho, “animada pelo calor da luta” em meio “às desordens e agitações de um combate” (TOCQUEVILLE, 2002a: 13), destruindo até mesmo “todas as leis da analogia moral” (TOCQUEVILLE, 2002a: 14) e inaugurando “um mundo onde nada se encadeia” (TOCQUEVILLE, 2002a: 15). Corrigir esse erro deve ser justamente, para ele, o novo foco dos governantes. Daí a necessidade de “uma nova ciência política para um mundo totalmente novo” (TOCQUEVILLE, 2002a: 10).

Se em Guizot o sentido do progresso parece se concretizar na sociedade moderna e definitiva, Tocqueville parece mais disposto a apontar suas ambiguidades,

² A crítica tocquevilliana da democracia não pode ser reduzida a seu aspecto aristocrático, cuja relevância pretendo demonstrar, pois, como afirma Françoise Mélonio “if democratic man rises up, Tocqueville knocks him down, but having knocked him down, he raises him up again in a perfectly Pascalian dialectic. For one must look at ‘the other side of the painting,’ and having demonstrated the instability and mediocrity of democracy, one must also show its grandeur.” (MÉLONIO, 2007: 348).

afastando-se da tranquilidade do antigo professor. Dirigir a democracia passa por apontar os riscos que ela oferece à liberdade, ocupando lugar de destaque a paixão igualitária e o individualismo.

Essa paixão não seria característica das “classes inferiores” como o pensam muitos franceses, “o instinto de que falo não é francês, é democrático” (TOCQUEVILLE, 2002b: 31) e, portanto, uma característica estruturante do novo estado social. Impossível de satisfazer inteiramente, pois que ela “foge, como diz Pascal, de uma fuga eterna” (TOCQUEVILLE, 2002b: 31), a paixão igualitária corrompe os espíritos, predispondo-os à servidão. Na segunda *Democracia*, Tocqueville explica que os homens dos tempos democráticos sentem um gosto natural pela liberdade, mas “eles têm pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível; querem a igualdade na liberdade e, se não podem obtê-la, querem-na ainda na escravidão. Suportarão a pobreza, o servilismo, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia” (TOCQUEVILLE, 2002c: 96).

Ao longo de seus escritos, Tocqueville tenderá a enfatizar cada vez mais a importância da aristocracia, que, desde a primeira *Democracia*, aparece como elemento de coesão social. Em 1840, Tocqueville retoma e desenvolve o tema, afirmando que o sentimento de pertença regional e familiar é mais vívido nos tempos aristocráticos, levando os homens a “sacrificar seus prazeres pessoais” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98) em nome de seus ancestrais e de seus descendentes. Além disso, como “todos os cidadãos possuem lugar fixo [na sociedade], uns acima dos outros, resulta que cada um dentre eles percebe mais alto um homem de cuja proteção necessita e abaixo descobre alguém de quem pode reclamar o concurso” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98). A consequência mais importante dessa corrente é que esses cidadãos estão “quase sempre ligados de uma maneira estreita a algo que está fora deles, e quase sempre se dispõem a esquecer de si mesmos” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98).

Nada disso seria possível numa sociedade em que a igualdade é a paixão dominante. Inequivocamente, “a democracia rompe a corrente e põe cada elo à parte” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98). A fragmentação aparece como uma segunda característica estruturante da sociedade democrática e o conceito fundamental para entendê-la é o de *individualismo*, “expressão recente que uma ideia nova fez nascer” (TOCQUEVILLE, 2002c: 97). Diferente do egoísmo, o individualismo não é um vício

privado presente em maior ou menor escala em todas as sociedades. Ele é “de origem democrática” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98), é um julgamento errado que leva “cada cidadão a se isolar da massa de seus semelhantes e a se retirar à parte com sua família e seus amigos” (TOCQUEVILLE, 2002c: 97), caracterizando-se, portanto, pelo esgotamento das virtudes públicas (TOCQUEVILLE, 2002c: 98).

A mobilidade da sociedade democrática impede o tipo de laço anterior, novas famílias se elevam o tempo todo e as famílias antigas entram em decadência, “a trama dos tempos se rompe a cada momento e o vestígio das gerações se apaga” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98). A proximidade das classes, por sua vez, faz com que “seus membros se tornem indiferentes e como que estrangeiros entre si” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98). Enquanto os séculos aristocráticos voltavam o homem para fora de si mesmo, a democracia “o volta sem cessar para si mesmo e ameaça trancafíá-lo por completo na solidão de seu próprio coração” (TOCQUEVILLE, 2002c: 98).

Os malefícios dessa condição social seriam expostos anos mais tarde, quando Tocqueville escreveu, sob o impacto de uma nova revolução, suas *Lembranças de 1848*. Sua argumentação se voltou então contra o domínio político das classes médias apregoado por François Guizot, à frente do ministério desde 1840. A Revolução de 1830 representaria, aos olhos de Tocqueville, o triunfo da classe média e o domínio de seus hábitos sobre o governo. Denuncia, assim, que os poderes políticos encontravam-se compactados “nos limites estreitos da burguesia” (TOCQUEVILLE, 1991: 34), que vive “tanto do Tesouro público quanto de sua própria indústria” (TOCQUEVILLE, 1991: 35) e que “quase só pensava em assuntos públicos para canalizá-los em benefício de seus interesses privados, esquecendo facilmente em seu pequeno bem-estar as pessoas do povo” (TOCQUEVILLE, 1991: 35). Longe de corrigir os instintos selvagens da democracia, o predomínio político da burguesia, numa espécie de adequação funcional, tenderia a acentuá-los ao fazer do individualismo a regra para a direção dos negócios públicos.

Considerações finais

Embora haja uma tendência da historiografia a afirmar a dívida de Tocqueville para com Guizot no que diz respeito à avaliação da natureza da sociedade pós-

revolucionária, ou seja, ao seu caráter igualitário, é preciso destacar algumas diferenças fundamentais. Pode-se observar que o advento da democracia corresponde, para Guizot, a um movimento que vai do isolamento das diversas classes (reis, aristocracia, clero, burgueses, colonos etc.) à coesão no “corpo da nação”, enquanto em Tocqueville ocorre o contrário: a hierarquia de Antigo Regime produziria coesão, enquanto a sociedade burguesa seria essencialmente fragmentada. O papel histórico da aristocracia também é subvertido e sua violência substituída pelas benesses que ofereceria e das quais a burguesia, fechada em seus “limites estreitos” seria incapaz. Não se pode derivar disso que Tocqueville desejasse um retorno da nobreza de Antigo Regime ao poder, uma vez que ficou clara a irreversibilidade providencial do fato democrático. Contudo, a ausência de corpos intermediários entre os indivíduos e o Estado tornaria, a seus olhos, mais difícil a resistência ao despotismo na nova sociedade.

Por outro lado, embora o elogio de Guizot às classes médias tenha lhe valido, nas mãos de Karl Marx, a inclusão no grupo dos “historiadores burgueses” que “expuseram bem antes de mim a evolução histórica da luta de classes” (MARX *apud* TRIOMPHE, 2002: 83), fica evidente pela leitura de Tocqueville que o imaginário liberal não pode ser reduzido à ideologia do capitalismo ou expressão dos interesses burgueses e que é preciso atentar para a existência de um discurso liberal aristocrático. Os debates historiográficos travados sob a Restauração e a Monarquia de Julho sobre o sentido da Revolução francesa apresentam-se, assim, como campo profícuo para o estudo dos discursos que marcaram o desenvolvimento do pensamento liberal.

Referências Bibliográficas

- BARANTE, Prosper de. **La vie politique de M. Royer-Collard**; ses discours et ses écrits. t. 2. 2ª éd. Paris : Didier et Cie., 1863.
- CROSSLEY, Ceri. **French Historians and Romanticism**: Thierry, Guizot, the Saint Simonians, Quinet, Michelet. New York: Routledge, 1993.
- DÍEZ DEL CORRAL, Luis. **El pensamiento político de Tocqueville**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- DIJN, Annelien de. **French Political Thought from Montesquieu to Tocqueville**: Liberty in a Levelled Society? Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- FURET, François. Naissance d'un paradigme: Tocqueville et l'Amérique. **Annales**. v. 39, n. 2. 1984.
- GUIZOT, François. **Histoire de la civilisation en Europe**. Chicoutimi : Université du Québec à Chicoutimi, 2005. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca>>.
- _____. **Histoire des Origines du Gouvernement Représentatif en Europe**. t. 1. Paris: Didier, 1851.
- KAHAN, Alan. **Aristocratic liberalism: the social and political thought of Jacob Burckhardt, John Stuart Mill and Alexis de Tocqueville**. New York: Oxford University Press, 1992.
- MAZA, Sarah. Construire et déconstruire la bourgeoisie: discours politique et imaginaire social au début du XIX^e siècle. **Revue d'histoire du XIX^e siècle**. n. 34. 2007.
- MÉLONIO, Françoise. Tocqueville and the French. In: WELCH, Cheryl B. (Org.). **The Cambridge Companion to Tocqueville**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- RICHTER, Melvin. Tocqueville and Guizot on democracy: from a type of society to a political regime. **History of European Ideas**. n. 30, 2004.
- ROSANVALLON, Pierre. **Le Moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la démocratie en Amérique I**. 1^{re} Partie. Chicoutimi : Université du Québec à Chicoutimi, 2002a. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca>>.
- _____. **De la démocratie en Amérique I**. 2^e Partie. Chicoutimi : Université du Québec à Chicoutimi, 2002b. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca>>.
- _____. **De la démocratie en Amérique II**. 1^{re} Partie. Chicoutimi : Université du Québec à Chicoutimi, 2002c. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca>>.
- _____. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias de Paris**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TRIOMPHE, Pierre. **L'Europe de François Guizot**. Toulouse: Privat, 2002.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O INDIVÍDUO, AS IDÉIAS E O MUNDO ÉTICO NA OBRA DE JOHANN GUSTAV DROYSEN

Renata Sammer*

Nossa ciência deveria poder dizer: Este é, ó Humanidade, o resultado do teu trabalho até aqui; e para o indivíduo: nesta sucessão você entra”. (*Unsere Wissenschaft würde sagen dürfen: Das ist, o Menschheit, die Bilanz deiner bisherigen Arbeit; und dem einzelnen Menschen: In diese Erbschaft trittst du ein*) (DROYSEN, 1977: 62).

O indivíduo surge na obra teórica (*Historik*) de Johann Gustav Droysen (1808-1884) como portador de idéias (*Ideen träger*) dada a sua natureza sensório-espiritual (*geistig-sinnliche Natur*) que lhe permite, desde o seu nascimento, vincular-se aos seus semelhantes pela habilidade em constituir um mundo de representações, o mundo ético, cujo movimento Droysen identificará como a própria história. Desta maneira se dissolvem as fronteiras entre sujeito e objeto. Enquanto objeto, o indivíduo destaca-se como portador de uma idéia capaz de iluminar as demais movimentando-as. Assim, a mais profunda compreensão (*Verstehen*) deve passar pela compreensão das idéias que movem o ser e o fazer humanos. Enquanto sujeito, o indivíduo volta a surgir na *Historik* como aquele que, interpretando os restos do passado encontrados no presente, permite que assim se expresse o mundo de representações que traz consigo. Desta maneira o sujeito que interpreta é também objeto da história por portar idéias que quando expressas revelam a configuração do mundo ético em seu presente. Apenas pelo exercício desta parcialidade pode-se contribuir para o conhecimento deste mundo que se move sem descanso. Assim, ao recusar a objetividade de cunho rankeano, Droysen adota um presentismo singular recuperando para o indivíduo o exercício de sua parcialidade. Parcialidade esta que o caracteriza tanto como sujeito quanto como objeto da história.

A princípio, a dupla natureza humana

Para que a história venha a ser estabelecida como uma disciplina independente das demais, é preciso antes discorrer sobre o seu sujeito, o seu objeto e a sua

* Renata Sammer é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio

metodologia. É o que nos propõe Droysen ao dar início à série de preleções reunidas e posteriormente publicadas sob o título de *Historik* (trabalharemos aqui com a edição de P. Leyh de 1977). É nesta parte introdutória da *Historik* que encontramos pela primeira vez o indivíduo, não como personalidade histórica específica, mas como representante de uma certa natureza (humana) que Droysen define como sensório-espiritual (*geistig-sinnliche Natur*). Pela experiência, o ser humano é capaz de formar signos (*Zeichen*) e associá-los (*Systeme von Zeichen*) constituindo assim um mundo de representações (*Welt von Vorstellungen*) (Droysen, 1977: 421). Este mundo de representações, que Droysen identifica ainda como ético (*sittlich*), pode ser experimentado, sentido e observado já ao nascer. Recebemos assim, de maneira inconsciente e imediata uma idéia “pronta” de passado e, à medida que crescemos, ampliamos e modificamos o conjunto de representações que cultivamos. Estas combinações de signos que estabelecemos através de nossos sentidos não são uma “reprodução reflexo” (*Abbilder*) da realidade, mas sim uma representação (*Vorstellung*) do que é e do que acontece, representação esta que, por estar relacionada a um determinado ponto no tempo e no espaço, modifica-se incessantemente. De fato, as percepções de espaço (*Raum*) e tempo (*Zeit*) são logicamente anteriores às demais e, portanto organizam as diversas experiências vividas (DROYSEN, 1977: 26). São ainda as percepções maiores de tempo e de espaço que nos permite estabelecer a “concomitância do ser” (*Nebeneinander des Seienden*) e a “sucessão do devir” (*Nacheinander des Gewordenen*). Dando prosseguimento à sua reflexão, Droysen reconhecerá a história como característica capaz de definir o gênero humano. Citando Aristóteles, lembrará que, enquanto o animal ou as plantas podem ter seus semelhantes reunidos sob um gênero comum (DROYSEN, 1977: 16), a característica capaz de reunir a humanidade sob um mesmo gênero é a história (DROYSEN, 1977: 17). Pois, diferentemente do mundo animal, lembra, o indivíduo é um resultado histórico absolutamente específico e, embora seja capaz de compreender as manifestações de seus semelhantes, seus gritos de pavor ou o amor que sentem pelos filhos (*Affenliebe*), cada indivíduo permanece uma individualidade específica.

Em cada personalidade repete-se o mesmo processo, mas a diversidade do caráter do indivíduo não é como a das plantas, dos animais, simplesmente quantitativa, eles [os indivíduos] não são apenas simples exemplares da mesma espécie, mas cada um é uma individualidade crescida das mesmas condições e atividades, cada um com um mundo próprio, uma história própria; Cada outro é a ele estranho e ainda semelhante, um pedaço do mundo exterior, mas

simultaneamente um espelho de sua própria e íntima natureza; um é ao outro compreensível (DROYSEN, 1977: 24).

É a vivência e a fabricação comuns que possibilitam que cada época e cada indivíduo sejam morfologicamente distintos (DROYSEN, 1977: 20). E é por isso que a história não pode ser definida em relação a idéias estáticas, ao belo, ao sagrado, ao poder, ao justo: “No mundo histórico não são as analogias, mas, poder-se-ia dizer, as anomalias o movimento.” (DROYSEN, 1977: 21).

Vale notar aqui que embora um certo “fundamento antropológico” - identificado como uma das respostas aos problemas levantados pelo historicismo (SCHOLTZ, 2011: 46) - possa ser identificado na *Historik*, dada a importância da dupla natureza humana nesta obra, devemos estar atentos e evitar aproximações apressadas entre a constância desta natureza e o mundo ético droyseano. De fato, embora a natureza humana seja constante, esta é marcada pela diversidade dos estímulos que recebe e conseqüentemente pela variedade dos signos imotivados que produz. As representações que assim constituímos modificam-se constantemente, à medida que nos expomos à novas experiências. Este universo de representações constitui o mundo ético, e seu movimento a história. É por isso que o gênero humano não pode ser definido segundo certa forma física que se repete, mas, por ser composto por individualidades específicas, a sua definição mais apropriada é a história.

E aqui Droysen voltará ao indivíduo que, como portador das idéias de seu tempo, idéias estas historicamente formadas e, portanto presenças do passado, busca compreender a história. Droysen reservará à interpretação posição privilegiada em sua teoria da história lembrando que: “O caráter da investigação histórica é compreender investigando, é a interpretação.” (DROYSEN, 1977: 22). Pois a este indivíduo caberá ainda captar a “onda de luz” (*Lichtwelle*), a especificidade de seu tempo presente em uma nova representação. Desta maneira, o indivíduo assume certa liberdade ao ser capaz de tornar-se, para além do portador de idéias, produtor de um sentido relativo, parcial, porém verdadeiro por corresponder ao momento circunstancial de seu ser. Esta inevitável parcialidade é o que concede ao mundo ético o seu movimento e ao indivíduo a possibilidade de ser um novo começo, o “ponto intermediário de um novo mundo” (*der Mittelpunkt einer neuen Welt*). (DROYSEN, 1977: 23).

Temporalidade, indivíduo e lembrança (Er-innerung)

A história estabelece rotinas, às quais somos forçados desde o nascimento, que nos constroem e que nos forçam a reagir. Com elas interagimos, construindo e aprofundando o nosso mundo de representações. Este mundo de representações que se move sem descanso, à medida que o homem vivencia novas experiências sobre o mundo, é portanto identificado por Droysen como a própria história. O que foi criado pela mão e pelo espírito humanos (*Menschenhand und Menschengestalt*) pode vir a ser por outros homens compreendido e esta acumulação de signos e de representações que se inicia já com as primeiríssimas sensações do recém-nascido e que se renova de maneira constante e incessante é o que faz de cada indivíduo um “resultado histórico” (*historisches Ergebnis*). Neste sentido, o mundo de representações do indivíduo pode ser identificado como presença do passado no presente, assim como identificamos documentos, monumentos ou ainda a própria linguagem.

A história não é a soma dos acontecimentos, mas um saber sobre o acontecido, nos diz Droysen. O acontecimento sem este saber e conhecimento, sem este interesse, seria definitivamente passado, esquecido. Apenas enquanto passado que não é passado, acontecimentos e eventos históricos existem em nossa lembrança. Droysen deixa logo claro que o passado não existe em si, ao contrário, existe apenas no presente: “o dado para a pesquisa histórica não é o passado – pois ele já é passado -, mas o que do passado aqui e agora ainda não é passado.” (DROYSEN, 1977: 397). Logo, “cada ponto no presente encontra-se em constante devir (*gewordener*). O que ele foi e como ele seria é passado; mas seu passado é nele ideal.” (DROYSEN, 1977: 397). Estes “pontos brilhantes” são o presente espiritual do passado. Apenas ideal, como “trens extintos” (*erloschene Züge*), “luz latente” (*latentes Licht*) , encontra-se este ponto entre nós (DROYSEN, 1977: 422). Cabe contudo à pesquisa histórica clarificá-lo: “Não é o passado que se torna mais claro, mas o que dele não é passado. O espírito finito possui apenas o aqui e o agora, mas seu passado se ilumina com um mundo de lembranças.” (DROYSEN, 1977: 397). O nosso “espírito finito“, nos lembra Droysen, possui apenas o aqui e o agora (DROYSEN, 1977: 422). Desta maneira, não nos é possível conhecer o começo e nem o fim. Mas através da investigação histórica é possível conhecer a direção deste movimento incessante que caracteriza o mundo ético-histórico. No confinamento do presente, nos é assim possível identificar de onde e para onde

movimenta-se o mundo ético (DROYSEN, 1977: 444). É por isso que a *mise en intrigue*, o estabelecimento de começos e fins relativos é reservado pelo autor para o capítulo sobre a interpretação. De fato, a crítica dos documentos não nos revela começos absolutos, começos (relativos) existem apenas em nossas lembranças.

Droysen reconhecerá na lembrança (*Erinnerung*) a faculdade humana que dá origem ao pensamento histórico. O historiador não deixa de indicar com um simples traço, *er-innerung*, a origem da palavra, apontando desta maneira para o sentido espacial do adjetivo que lhe dá origem, *innaro*. Este dá origem às formas alemãs modernas *der innere*, *innerer* (o interior, interior /interno) e a *Erinnerung*, a lembrança, que assume assim significado abstrato de movimento em direção ao interior, ao âmago, aos primórdios, às origens. Droysen não deixa de citar ainda a palavra grega antiga *anamínisis* que refere-se como o alemão *Erinnerung*, acredito, à condição presente da lembrança que, segundo a *Historik*, nos ocupa, garante a permanência do passado em nosso presente, em nossas ações e pensamentos. (DROYSEN, 1977: 425). Este além da lembrança, refere-se à presença. A lembrança compreendida como faculdade humana de tornar presente o passado (ou, como nos lembra Droysen, o que do passado ainda não é passado) pode ser assim encontrada nas fontes, nas idéias daqueles que nos deixam registros de suas lembranças, e em nosso interior, onde portamos nossas próprias lembranças.

A lembrança, portanto é o que faz a mediação entre o nosso presente tragicamente limitado ao aqui e agora e o passado. Sob formas ideais, o futuro e o passado, i.e. a idéia de passado e a idéia de futuro que portamos nos oferecem analogicamente uma visão da eternidade. Este desdobramento do indivíduo é o que lhe permite ultrapassar as bordas do aqui e do agora e conquistar uma certa consciência de continuidade que caracteriza o pensamento histórico (DROYSEN, 1977: 422). A sua compreensão passa pelo reconhecimento dos vestígios (*Spuren*) deixados pelo espírito e pela mão dos homens (*Menschengeist e Menchenhand*), que, apenas pelos homens podem ser compreendidos (DROYSEN, 1977: 423). O passado em si, “*wie es eigentlich gewesen*” (“como realmente foi”), para não deixar de lembrar aqui a máxima rankeana, simplesmente não existe. E é por isso que a história é fundamentalmente humana, infinita em sua diversidade.

Assim se estabelece a hermenêutica droyseana. O indivíduo, enquanto

manifestação singular desta totalidade, é capaz de compreender a totalidade onde se encontra, composta por demais indivíduos singulares. Este vai e vem, caracterizado pelas muitas e parciais tentativas de compreender a totalidade dos homens, é regido por uma ética que tem como característica fundamental a inconstância. Isto significa que tanto aquele que compreende como aquele que é compreendido é “apenas uma expressão de seu tempo, de seu povo, estado, etc.” (DROYSEN, 1977: 398). Este é o traço característico da hermenêutica droyseana: do geral ao particular e do particular ao geral alcançamos a compreensão, contudo indivíduo e mundo ético são simultaneamente totalidades em si e manifestações singulares além de formarem-se mutuamente. Apenas a lembrança, portanto é o que nos permite adquirir a consciência de continuidade onde inseriremos novas (nossas) ações. Esta mediação propiciada pela lembrança e manifesta na ação é a própria história. O presente desdobra-se infinitamente, assim como infinita é a variedade dos homens sobre a terra.

Pontos históricos: onde encontram-se a interpretação e a manifestação das idéias

O mundo ético droyseano é variável, inconstante e, enquanto houver homens sobre a terra, infinito. Ainda, a compreensão deste mundo e de sua configuração epocal, apenas pode ser apreendida pela consideração das forças e das esferas éticas em atuação no presente do historiador. Este mundo presente, conhecido, o mundo ético (*sittlich*) em sua mais recente configuração, é o que nos servirá para encontrar o “ponto histórico” a partir do qual poderemos produzir novo sentido através de nossas representações e interpretações. Ainda que inconstante este mundo ético nos informa com certa segurança sobre as coisas como elas “realmente” são. Certamente este aspecto “real” recupera aqui sua dignidade por estar associado a uma determinada representação fruto deste movimento incessante do mundo ético. Embora *sittlich* seja com frequência traduzido como moral, já nos foi aconselhado traduzir o adjetivo como ético(a) uma vez que o mundo de representações droyseano caracteriza-se pelo movimento constante (CALDAS, 2004: 23-24). Contudo, é importante notar que, embora *sittlich* guarde um forte significado ético-moral, pode ainda ser traduzido como “costumeiro” ou “relativo aos costumes”. Como os costumes, a ética encontra-se em constante movimento, é o que nos diz Droysen afinal. E, se não conhecemos nem o passado e nem o futuro, apenas o presente pode nos informar sobre o mundo ético. Este portanto não se mantém imóvel,

mas movimenta-se ao ritmo de nossas ações.

Por ter sido constituído historicamente, pelo acúmulo de experiências, este mundo ético circunstancial, “relativo aos costumes”, vem a ser um indispensável aliado para o historiador que busca preencher as lacunas entre os resquícios do passado encontrados no presente. Desta maneira, Droysen não poderia reconhecer na objetividade da escola crítica rankeana um adequado tratamento do que compreendia como história. Embora a crítica dos materiais seja necessária – a ela Droysen dedica boa parte de sua metodologia – a verdadeira natureza do conhecimento histórico é a busca da compreensão, a interpretação. Não apenas por ser impossível o exercício da objetividade pura (uma vez que o mundo ético-histórico vem moldando o indivíduo desde o seu nascimento), mas por ser necessário que o historiador expresse o passado que traz em si latente. Entre as formas possíveis de interpretação das fontes catalogadas por Droysen, a interpretação segundo os poderes éticos nos permitirá esboçar aqui mais algumas considerações sobre indivíduo e contexto histórico.

Ao indagar-se sobre os começos, ao introduzir o seu capítulo sobre interpretação, Droysen lembra que embora possamos descamar nosso objeto como uma cebola (*Wie bei einem Zwiebel*), camada por camada, nos resta difícil identificar a sua origem. Como identificar o começo absoluto? A famosa semente que dá origem ao magnânimo carvalho? (DROYSEN, 1977: 160). Droysen descarta a discussão ao redor dos começos possíveis por considerá-la infrutífera, uma entediante contenda ao redor do ovo e da galinha. Segundo o historiador, apenas nos frutos podemos encontrar a semente. E é por isso que defenderá a adoção de começos relativos (*relative Anfänge*) que bem sirvam à representação historiográfica que os estabelece. “Breve, cada consideração histórica compreende apenas trechos de um encadeamento sem fim.” (DROYSEN, 1977: 161). Aqui o argumento de Droysen retoma a já mencionada dupla natureza do ser humano. De fato, se somos seres historicamente formados, é fundamental que estabeleçamos pela interpretação dos restos passados novas representações (e, vale ainda notar, Droysen compreende como restos, fontes e monumentos uma variedade incrível de objetos históricos possíveis). Ao recuperar a indagação sobre os começos para a interpretação, Droysen restaura a liberdade de cada um tornar-se um novo começo e uma totalidade em si. Esta totalidade que nos auxilia a compreensão não determina o que é, apenas enriquece a sua compreensão. Cada interpretação afirma a liberdade do indivíduo e

assegura a autonomia da história como disciplina (DROYSEN, 1977: 162). Assim, os restos do passado no presente não são apenas resíduos de atos de vontade (*Willensakten*) individuais, existem ainda na história a reunião de muitos atos de vontade refletidos na direção de uma escola, do gênio de um povo, etc. (DROYSEN, 1977: 164). E estas grandes esferas subsumem o indivíduo, não por lhe serem superior, mas por conterem, por exemplo, a própria linguagem, sem a qual o indivíduo encontraria dificuldades em nos deixar registradas suas grandes idéias e ações.

Droysen reconhece quatro tipos de interpretação histórica: 1) A interpretação pragmática (*pragmatische Interpretation*), 2) a interpretação das condições (*die Interpretation der Bedingungen*), 3) a interpretação psicológica (*psychologische Interpretation*), e, 4) a interpretação das idéias (*Interpretation der Ideen*). Este último tipo abarca algo de especial significado que como um *Deus ex machina* rege o movimento dos indivíduos (DROYSEN, 1977: 165). Estes são interesses comuns, determinados pensamentos, ou ainda as grandes forças éticas, que dominam a vida dos homens, as idéias pelas quais a vida dos homens adquire a sua coesão e a sua força. Apenas com esta interpretação está completa a compreensão histórica. Através destas forças ou idéias, o homem tem a oportunidade de liberar-se do seu “pequeno eu” e viver nestas comunidades para além de uma presença efêmera e individual (*individuelles und ephemeres Dasein*) (DROYSEN, 1977: 166). A interpretação das idéias é, portanto a verdadeira possibilidade de compreensão e, entendidas como forças éticas, estas idéias representam a própria história e o seu movimento.

Logo, o movimento deste mundo ético (e não o mundo ético apenas) é o verdadeiro objeto do historiador. A este mundo estão relacionados os indivíduos que por suas ações e práticas costumeiras garantem a sua continuidade e o seu movimento. Para o indivíduo que busca compreender historicamente o mundo ético, outro indivíduo pode ainda apresentar-se como objeto, porém com algumas restrições. Assim, Droysen não deixará de notar, que embora o indivíduo possa vir a ser um importante objeto para o historiador, a verdadeira compreensão não pode deixar de lado as idéias que o movem. Droysen reconhecerá na habilidade humana de conciliar experiência e representação (assim a sua natureza sensório-espiritual) a impossibilidade de compreender-se o indivíduo distante do mundo ético que o forma. “Não há alguma relação do ser e fazer humanos que não seja a expressão e a manifestação de um pensamento.” (DROYSEN,

1977: 201).

Vale ainda notar que embora estas idéias estejam presentes em todo ser e fazer humanos, elas não são fixas, movimentam-se com o mundo ético, constante e incessantemente.

Apenas historicamente fecundam-se o conteúdo destas idéias éticas e sua expressão mais aproximada, i.e., elas não são como são mas o que são, elas são o historicamente acontecido, e elas acontecem e prosseguem sem descanso para continuar a acontecer. Certamente existiram em todos os tempos a Família, o Estado, etc., de forma explícita ou implícita, pois na natureza ética (*sittlich*) do homem está a necessidade, de que ele viva no Estado, Família, etc. Mas algo bem distinto é como estas formas e necessidades, estas idéias éticas (*ethischen Ideen*) foram formadas, e, nesta sua formação intermediária encontramos na história e historicamente e não pela especulação e de maneira especulativa o seu genuíno conteúdo e substância (DROYSEN, 1977: 202-03).

É preciso portanto que o historiador esteja atento às verdades relativas, que medeie as diferentes idéias em circulação. Apenas assim um indivíduo exponente, representante de uma determinada idéia, pode surgir como objeto singular. Devemos considerar sempre ao seu lado as demais idéias que esta idéia representada ilumina e põe em movimento. Assim, para recuperar aqui o exemplo citado por Droysen, Georg von Podiebrad, rei da Boêmia, defendeu o direito de Estado face às pretensões da Igreja, conquistando ainda a independência nacional da Boêmia. Nele encontram-se, lembra Droysen, as idéias de Estado, Igreja e nação. Contudo, a compreensão de seu presente (passado) só podemos alcançar ao identificar o “ponto histórico” onde se encontra. Este “ponto” encontramos apenas ao cruzar a linha de seu presente com a linha das configurações posteriores de Estado, nação e Igreja. O valor deste indivíduo para nós, lembra, não se deve à sua personalidade, mas à sua significação histórica adquirida (DROYSEN, 1977: 205). Pedro Caldas notou com propriedade que ao tratar de “idéias” e não de uma única idéia, Droysen preserva a diversidade para a interpretação de um determinado indivíduo, fato ou época, evitando assim que estes sejam reduzidos a uma única idéia. Assim, ao trazermos para a interpretação das idéias os grandes indivíduos, devemos reconhecer em suas idéias não apenas o resumo mais ou menos aproximado das idéias de uma época, mas a idéia que movimenta as demais, que as contradiz e que por elas é contradita. Apenas assim podemos compreender a idéia de sagrado em Lutero, de conhecimento em Kant e de poder em Napoleão (CALDAS, 2004: 131; DROYSEN, 1977: 208).

Aqui Droysen introduz um importante conceito em sua obra: a vontade. Todo ato de vontade supõe a produção ou a modificação de algo que existe apenas em seu estado ideal. Ao transformar-se em ato de vontade, a vontade estabelece, por assim dizer, a comunicação entre as idéias que transportamos e a configuração momentânea do mundo dos costumes. Ao identificar ambos como parte do mundo ético – as idéias são, como as esferas da vida comum, parte desta habilidade humana em elaborar *sans cesse* novas representações – Droysen descarta a aparente cisão entre mundo das idéias e mundo prático, entre ética e sociedade.

O sistema ético de uma época é apenas uma versão especulativa e o resumo do conhecimento até aqui alcançado das forças éticas; é apenas um meio, apenas uma tentativa de conhecer e pronunciar o ser lançado e em constante devir (*gewordene und seiende*) a partir de seu conteúdo ético, isto é, a partir de sua unidade e verdade. Certamente, uma verdade apenas relativa segundo a medida do até ali alcançado (DROYSEN, 1977: 203).

Ao atribuir movimento ao mundo ético, Droysen restaura a liberdade de ação para o homem moderno, concedendo um valor renovado à sua habilidade de interpretação. A vontade de transformação, de produção ou de manutenção faz-se verdade à medida que tendo sido gerada no mundo do indivíduo adentra o mundo ético. As grandes idéias éticas são absolutos relativos que adquirem estatuto de verdade histórica por encontrarem-se associadas a um ser ou a uma determinada esfera ética que contribui para o enriquecimento de nossa compreensão do mundo ético e de seu incessante movimento. A vontade é o que opera, de forma semelhante aos átomos no mundo natural, sobre o mundo humano. O indivíduo que atua encontra sua inspiração (sua vontade) no mundo ético-histórico. É a compreensão do movimento deste mundo ético que permite ao indivíduo atuar sobre o seu presente. O indivíduo é, em relação ao mundo ético droyseano, objeto e sujeito da história. Certo, o indivíduo se apresenta devedor das idéias que o formam desde cedo, mas este mundo de conjunturas, o mundo ético, jamais é determinante. Sobre ele o indivíduo pode, escolhendo “começos relativos” e estabelecendo “pontos históricos” relevantes, intensificar a compreensão do mundo ético-humano, e ser assim um novo começo.

A idéia de uma especificidade absoluta do indivíduo que atua sobre e que interpreta a história é portanto incompatível com a idéia de que a história assim como a natureza reproduz-se organicamente em repetitivos ciclos. Nesta concepção orgânica da

história o homem se encontra, segundo Droysen, desprovido de sua liberdade e de sua responsabilidade (*ohne Freiheit und Verantwortlichkeit*), suas ações são desprovidas de seu conteúdo ético (humano) (*ohne sittlichen Gehalt*) (DROYSEN, 1977: 403; 431). Contudo, ainda que livre, o indivíduo, assim como o mais genial ato de vontade é apenas um momento neste movimento incessante do mundo ético. O indivíduo livre, portador de idéias, não deixa de representar a configuração do mundo ético até seu presente (DROYSEN, 1977: 433). É por isso que a interpretação psicológica, que busca nas circunstâncias os motivos dos atos de vontade (DROYSEN, 1977: 404) é incompleta, a interpretação das idéias a complementa preenchendo suas falhas (DROYSEN, 1977: 433). Pois o homem surge nas comunidades éticas e é formado pelas forças éticas que as movimentam (DROYSEN, 1977: 407). A consciência da continuidade é o que o permite construir o *kosmos* do mundo ético (DROYSEN, 1977: 436).

Assim, as forças éticas que habitam o coração e a consciência (*Herz und Gewisse*) do indivíduo e a constituição das comunidades éticas onde vivem são indissociáveis, características comuns à natureza humana, nos lembra Droysen citando em seguida a Política de Aristóteles onde o estagirita nota que apenas bestas e deuses podem viver em isolamento absoluto (DROYSEN, 1977: 437). “Toda formação e mudança no mundo ético são alcançadas por atos de vontade (*Willensakte*) assim como no mundo orgânico tudo é formado a partir da célula” (DROYSEN, 1977: 441). Este sujeito ético que constitui através de suas ações livres, de seus atos de vontade, o mundo ético está portanto sob a influência do mundo ético que encontra ao nascer, das configurações das comunidades éticas. “Sobre as histórias está a história”, nos lembra Droysen (DROYSEN, 1977: 441). A originalidade de Droysen reside portanto na afirmação de que a liberdade é o pulso do movimento histórico. (DROYSEN, 1977: 442.) Pois embora submetido às forças maiores do mundo ético em movimento, o indivíduo guarda em si sempre a possibilidade de um novo começo. O movimento do mundo ético, vale ainda lembrar, é incessante e inapreensível em sua totalidade. Daí a crítica droyseana à pretendida objetividade dos historiadores oitocentistas: “A ‘objetividade’ não é a melhor reputação do historiador. A sua justiça é que ele tenta compreender.” (DROYSEN, 1977: 446-47). E compreendendo o historiador testemunha as forças éticas em seu interior e as comunidades igualmente éticas que o circundam.

Este mundo ético de fronteiras fluidas, presente tanto em nosso, “interior” como em nosso “exterior”, reconhecidamente instável, é, por fim, a própria história.

Referências Bibliográficas

CALDAS, P.S.P., **Que significa pensar historicamente**: Uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen, Tese de doutorado, PUC-RJ, CCS, departamento de história, programa de pós-graduação em história social da cultura, 2004.

DROYSEN, J.G, **Historik**, P.LEYH (éd.), Stuttgart/Bad Cannstatt: Frommann Holzboog, 1977.

MEINECKE, F., (1936), **El historicismo y su génesis**, México: Fondo de Cultura Económica (trad. esp.), 1982.

SCHOLTZ, G., “O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX”. In: **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 6, 2011.

**ESCRITA (AUTO)BIOGRÁFICA E PUDOR HISTORIOGRÁFICO:
O RELATO DE CAETANO LOPES DE MOURA SOBRE SUA PRÓPRIA VIDA
E OS LIMITES PARA UMA HISTÓRIA DO PRESENTE A PARTIR DO IHGB**

Isadora Tavares Maleval*

Introdução

Já com idade avançada e vivendo na Europa há muitos anos, o baiano Caetano Lopes de Moura recebeu uma encomenda que provavelmente muito o interessou: um pedido de ninguém menos que o Imperador do Brasil, D. Pedro II, de que escrevesse uma autobiografia.

Como não poderia, nem queria, recusar-se, levou esta tarefa a cabo, finalizando-a em 1852.

Ao longo deste artigo, faremos algumas indagações a respeito dessa produção elaborada por Caetano de Moura. Uma primeira questão a ser levantada é acerca do motivo que levou D. Pedro II a fazer o pedido; em que medida essa vida mereceria ser escrita, e por quê? Outra questão é sobre a maneira como foi feita a narrativa: o que foi privilegiado e o que foi negligenciado? E, por fim, haveria uma relação entre essa escrita memorialística e a tônica historiográfica empreendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Caetano fora sócio-correspondente?

O mulato baiano “soldado de Napoleão”

Caetano Lopes de Moura nasceu em 1780, na Bahia, e morreu em 1860, em Paris. Foi professor de latim, cirurgião das tropas da Legião Portuguesa durante as guerras napoleônicas, tradutor e escritor. Foi também um homem em meio ao turbilhão de acontecimentos gerados a partir da Revolução Francesa. Viveu, na Europa, o período napoleônico em seu auge e em sua decadência, mas também a Revolução do Porto, em 1820, e as Revoluções de 1848. Vivenciou, mesmo que do outro lado do Atlântico, os acontecimentos no Império do Brasil, desde os marcos essenciais para o seu desenvolvimento como tal: a partida de D. João VI e sua Corte de Portugal em direção ao Rio de Janeiro e seu retorno alguns anos depois; a proclamação da Independência do

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Dr^a. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Pesquisa feita através de apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Brasil, feita pelo filho daquele soberano, em 1822, assim como o retorno do Imperador do Brasil para Portugal na década de 1830. Por fim, também de longe, o período regencial e o Golpe da Maioridade daquele que viria a ser não só o soberano do país, como também seu mecenas, Pedro II.

Em sua autobiografia, Caetano contava que provinha de origem humilde. Seu pai, Maximiano Lopes de Moura, era carpinteiro e de cor “parda”: “Sou pardo, como foram meu pai e minha mãe; meu avô e avó foram também dessa cor entremeia, que alguns brancos desestimam por isso, que lhes traz à memória a de alguns antepassados” (MOURA, v. 4, 1912, abril de 1912: 277).

Da infância, narrava apenas como resolveu se tornar professor a partir dos estudos feitos nas Aulas Régias de gramática latina, língua grega, retórica e filosofia. Depois houve também as de matemática, todas na Bahia. Sobretudo a gramática latina teria grande peso em sua formação, e seria muito útil para as atividades que posteriormente viria a efetuar. Do desejo de se tornar professor veio, após ter tido uma grave doença, o de se tornar médico.

Apesar de ser supostamente de família humilde, com poucas posses, acabou indo para a Europa com a ajuda do pai de um colega seu para quem dava aulas. Primeiro em Lisboa, Caetano retomava um grande sonho: ir para a França. Isso porque também aprendeu o idioma francês com outro colega que o ensinava em troca de aulas de latim. Os romances franceses foram muito importantes na vida de Caetano e a França tornava-se um sonho, naquele momento, alcançável.

No ano de 1803, depois de algumas peripécias (foi parar na Inglaterra, onde ficou tempo suficiente para aprender também a língua inglesa), conseguiu ir para a França, onde iniciaria seus estudos de medicina, em Ruão, em um momento em que a popularidade de Napoleão Bonaparte só tendia a aumentar. Dedicou-se à botânica, disciplina que lhe seria útil em futuro não muito próximo. E, após fazer grande parte de seus estudos em Ruão, partiu para Paris, onde assistiu a muitas aulas na faculdade de medicina, mas acabou não tendo o diploma totalmente validado por não dispor de suficiente quantia monetária para pagar os cursos, assistindo-os, em grande parte, como ouvinte.

Nos primeiros anos do século XIX, Napoleão efetuava uma política que acabaria acarretando em uma mudança que seria sentida por ambos os lados do Atlântico

“português”. Em 1806, com o início do Bloqueio Continental às trocas de mercadorias entre a Inglaterra e outros países, e da não aceitação do mesmo por Portugal, as tropas francesas invadiram este reino dois anos depois, levando à transferência da Corte para o Brasil.

O destino do Império português teria sido selado, assim como o de Caetano Lopes de Moura. Segundo seu biógrafo, Cláudio Veiga, Caetano fora “arrastado pela corrente da história” (VEIGA, 1979: 42). Serviria durante cinco anos como ajudante de cirurgião na Legião Portuguesa, formada por oficiais portugueses que se incorporaram ao exército francês. Tinha, por esse motivo, forte ligação com Napoleão Bonaparte, a quem via com grande admiração, chegando a escrever uma *História de Napoleão Bonaparte desde o seu nascimento até à sua morte*, em 1846.

É importante demonstrar que o engajamento de Caetano na Legião Portuguesa não deixaria de trazer-lhe algumas vantagens. Com pouco dinheiro e vivendo fora de sua terra natal, o fato de se tornar soldado acabaria por garantir uma espécie de promoção social ao mulato *brasileiro*. O próprio Napoleão teria garantido pessoalmente a mercê da confirmação do cargo em que Caetano tinha servido na qualidade de serventuário, na única conversa que houve entre os dois (MOURA, v. 5, julho de 1912: 92-93).

Logo o Império napoleônico começava a ruir e a presença de Caetano de Moura servindo nas tropas da Legião Portuguesa, tornava-se cada vez menor. Em 1811, quando os franceses foram para a Rússia, Caetano ficou no batalhão de depósito, trabalhando na parte burocrática. Três anos mais tarde, seria licenciado do Exército. No mesmo ano, Napoleão abdicava, partindo para a Ilha de Elba. Voltavam ao poder os Bourbons, com Luís XVIII.

Mesmo quando Napoleão retornou no ano seguinte e tentou retomar o poder, Caetano de Moura – que morava na época em Grenoble – não retomou seu antigo posto como cirurgião das tropas. Apesar disso, nunca esqueceu o seu “herói” e, quase como forma de penitência, alguns anos mais tarde, escreveu a biografia de Napoleão. Logo em seguida, o baiano enquadrava-se na política da Restauração e via sua clientela aumentar.

Naquele momento, decidiu voltar a Paris, onde receberia notícias do Brasil e de Portugal mais facilmente. Passara, então, a se relacionar com membros da colônia portuguesa, sobretudo nobres (VEIGA, 1979: 84). O Conde de Linhares, por exemplo,

tornara-se seu amigo, depois que Caetano de Moura prestou assistência médica à sua filha.

Estava em Paris quando soube da Revolução do Porto, pois muitos que resolveram não prestar juramento às Cortes foram se abrigar na capital francesa. Logo ficara sabendo também a respeito da Independência do Brasil, que, segundo conta em seu *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*, só ocorreu devido a “uma série de decretos absurdos” produzidos pelas Cortes portuguesas, intencionando fazer com que o Brasil retornasse à antiga posição de colônia (MOURA, 1860:266). Para Caetano de Moura, ficava claro que, até aquele momento, nunca houve, por parte dos brasileiros, indicação de algum desejo separatista.

Segundo seu biógrafo, vivendo em Paris no meio de tantos portugueses, Caetano assumiu posição de *brasileiro*, jurando fidelidade à Constituição do Brasil outorgada em 1824 – fato relatado em sua autobiografia:

Como porém fosse indispensável para a consolidação da dita nova ordem das coisas, o reconhecimento das diversas potências da Europa, o Comendador Domingos Borges de Barros, que nesse tempo se achava nesta Capital, tomou sobre si o diligenciar, ao princípio de seu próprio modo e logo depois oficialmente. Era eu assíduo em casa desse meu patrício, e logo que foi publicada a Constituição não me descuidei de dar o meu nome, **para que no porvir se não pudesse duvidar de minha naturalidade** (MOURA, v. 5, outubro de 1912:216; grifos meus).

Passadas algumas turbulências, Caetano de Moura aceitou um cargo em Portugal e ficaria alguns anos em Lagoalva, trabalhando em uma propriedade do Conde de Linhares (MOURA, v. 5, outubro de 1912: 222-223).

Estava em Portugal, inclusive, quando D. João VI faleceu, em 1826, o que acarretaria uma guerra civil pela disputa do trono entre os irmãos D. Miguel e D. Pedro, depois deste último ter abdicado em favor de sua filha, Maria da Glória. Não por acaso, naquele momento, as propriedades onde Caetano trabalhava foram sequestradas e o Conde de Linhares fugiu para o Brasil. Caetano procurava, então, não se “tornar suspeito nem a um, nem a outro partido” (MOURA, v. 5, outubro de 1912: 225). Continuou em Portugal até a vitória de D. Pedro (o que alguns consideram demonstração de que apoiava o outro irmão), ocorrida em 1834. Nesse mesmo ano, por ocasião da morte de sua primeira esposa, resolveu partir de volta à França, com os três

filhos.

Entretanto, logo ficaria apenas com um dos seus filhos, pois os outros dois acabaram falecendo. Naquele momento, começava a carreira a serviço das letras. Foi a partir daí que iniciou sua “profissão” de tradutor, editor, mas também de escritor de livros, em grande parte, de cunho didático.

Já era um senhor de mais de 50 anos quando começou a atuar na tradução de livros ingleses e franceses para a língua portuguesa na Livraria Aillaud. Caetano de Moura fez muitas traduções para o português, como a dos romances de Walter Scott, mas também de livros “científicos”, como o *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Império do Brasil*, cuja autoria é de J. G. R. Millet de Saint-Adolphe, publicado em 1845. De acordo com seu biógrafo, Cláudio Veiga, Caetano teria atuado em 2/3 de sua produção (de mais de 30 livros) como tradutor (VEIGA, 1979: 118).

Traduzir poderia ser, inclusive, uma maneira de ficar mais próximo da *pátria*:

Abaixei os ombros à carga, porque não podia ao fazer, e botei-me a traduzir quanto lhe aprouve [ao Aillaud] com os olhos do entendimento virados para a Pátria, na esperança, de que se porventura, os do corpo os fechasse a mão da morte, não ficaria meu corpo sepultado no esquecimento (MOURA, v. 5, outubro de 1912: 229).

A escrita poderia ser, dessa forma, libertadora. Uma maneira de ser lembrado além da morte por aqueles ligados a ele pela língua.

Era em torno da Livraria Aillaud que uma rede de amizades se estabelecia. Foi ali que Caetano de Moura conheceu e tornou-se amigo do Visconde de Santarém e também de Ferdinand Denis. Foi ali também que publicou seus próprios livros, sendo o primeiro o já citado *História de Napoleão Bonaparte*, em 1846, e o último o *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*, publicado no ano de sua morte, em 1860, mas que já vinha sendo gestado desde 1854 (VEIGA, 1979: 127).

Segundo o biógrafo de Caetano de Moura, no meio dessa grande produção literária ocorreram algumas pausas. Em um primeiro momento (entre os anos de 1841 e 1843), Moura fez alguns trabalhos de pesquisa para o Visconde de Santarém, que escrevia livros de história. Em um segundo (entre 1847 e 1858), quando esteve a serviço do Imperador do Brasil, D. Pedro II.

Quanto a este segundo momento, pode-se dizer que se iniciou a partir de relatos de alguns personagens que estiveram em Paris e se encontraram com Caetano Lopes de

Moura, motivo pelo qual o Imperador teve notícias do aparente pauperismo com que vivia o baiano. Mesmo escrevendo e traduzindo muitos trabalhos, a vida em Paris não era nada barata.

Aliado a isso, em 1844, um livro reeditado por Caetano de Moura é dedicado e enviado ao Imperador. Trata-se do livro de Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano*. É possível também que Pedro II tenha lido outros livros traduzidos por Moura em sua adolescência, sobretudo os de Walter Scott. Foi, contudo, com a tradução do *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Império do Brasil*, oferecido ao IHGB, em 1846, que o mulato baiano teve sua trajetória ligada de forma mais notória ao Império do Brasil. Na sessão do Instituto, no dia 18 de março do mesmo ano, foram propostos os nomes do autor e do tradutor do dicionário como sócio-correspondentes da instituição. A aceitação veio em menos de um mês depois (VEIGA, 1979: 142-143).

Caetano Lopes de Moura passava a se associar à instituição que trazia para si a tarefa de escrever a história da *nação brasileira*, sob os auspícios do Imperador do Brasil. Este, sabendo da difícil situação de Moura, passou a conceder uma pensão para que ele pudesse melhor efetuar pesquisas nos arquivos europeus e viver de forma mais digna.

Além das pesquisas, Caetano de Moura receberia outras incumbências. Em 1856, foi solicitado por D. Pedro II para dar parecer ao poema de Gonçalves de Magalhães. Alguns anos antes, seu mecenas já havia feito um pedido ao baiano – para que escrevesse sua autobiografia. Um de seus últimos trabalhos foi, contudo, o *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*. A morte veio logo após o término deste texto, que jamais veria sair publicado¹.

A partir da autobiografia elaborada por Caetano de Moura muitos brasileiros poderiam também compreender alguns fatos históricos, sobretudo, ocorridos na Europa. Seria um relato de alguém que viveu naquele ambiente tenso, que conheceu personagens importantes e que teria muito a contar para os homens que não vivenciaram nada disso. O primeiro leitor deveria ser, provavelmente, o próprio Imperador do

¹ Nos últimos anos de sua vida, Caetano de Moura, além de fazer parte de um grupo de letrados que recebia mercês do Imperador, chegou a ser nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa (1852), Médico Honorário da Imperial Câmara (1855), e, posteriormente (1857), promovido a Oficial da Ordem da Rosa. Como é sabido, a Ordem da Rosa era uma importante honraria feita àqueles que se distinguiram por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado. Garantia, portanto, notoriedade ao portador de tal titulação.

Brasil². Postumamente, outros poderiam ler essa vida e, a partir dela, conhecer outras tantas vidas a ela entrelaçadas.

O sócio-correspondente do IHGB e as questões do presente: a autobiografia para a posteridade

Como já foi mencionado, Caetano Lopes de Moura foi por mais de uma década sócio-correspondente do IHGB. Assim sendo, empreendeu pesquisas (sobre o Brasil) nos arquivos europeus que seriam de relevância para as produções da instituição. Por esse motivo, é possível dizer que ele estaria ambientado com as discussões em pauta no Instituto em torno da escrita da história?

Vale a pena, neste ponto, avaliar a forma como Caetano empreendeu outra tarefa literária-historiográfica: a produção do manual de história já mencionado, o *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*. Neste caso, em muitos momentos do texto indicava que, para além de um resumo de outros livros – acepção original para a palavra *compêndio* ou *epítome*³ –, o que fazia também poderia ser considerado *história*⁴. Como breve exemplo para essa questão, basta comentar como termina cronologicamente seu livro – antes do início do período regencial: “Chegados somos à época em que naturalmente deve findar a nossa história, pois é certo que os acontecimentos ocorridos nos anos posteriores pertencem propriamente aos escritores dos séculos que estão por vir” (MOURA, 1860: 326).

Algo semelhante foi feito em sua autobiografia. O mulato baiano praticamente finaliza seu texto, em termos de questões políticas, com a guerra civil levada a cabo por D. Pedro e D. Miguel em Portugal. Depois desse acontecimento, restringe-se a comentar sobre sua vida dedicada às letras em Paris, sobretudo através da Livraria Aillaud.

Há vestígios de que a Caetano de Moura interessava postergar os escritos sobre o presente à posteridade – postura esta que muito se assemelhava àquela produzida pelo

² O próprio fato de Caetano ter vivido na Europa deve ter colaborado muito para D. Pedro II considerá-lo apto a ser objeto de uma escrita autobiográfica. Como é sabido, o Imperador era um homem com cultura vastíssima, mas só chegou a conhecer a Europa presencialmente já idoso. A Europa que conhecia e sobre a qual sonhava existia nos livros que lia, livros como os traduzidos por Caetano e, no caso da autobiografia, escritos pelo mesmo.

³ Segundo o dicionário de Antonio Moraes e Silva, um *compêndio*, seria um livro que deveria conter “o resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, ciência, preceitos” (1813:427).

⁴ Neste trabalho, Caetano de Moura também utilizou, quando achou necessário, documentos para subsidiar sua narrativa, inclusive transcrevendo-os no livro. Foi o caso, por exemplo, do diretório para “a civilização e conversão dos Brasis em 95 artigos” (MOURA, 1860:156-157).

IHGB. Isto pode ser verificado através de um pedido do próprio Caetano a D. Pedro II, no momento em que lhe enviara seus escritos memorialísticos: “Como, porém, para escrever a história de tão longa e tão atabalhoada vida, tenho de falar de pessoas que ainda estão neste mundo, e de coisas que tomam, talvez, em meu próprio louvor, praza a Vossa Majestade Imperial havê-la, desde já, por póstuma” (MOURA In VEIGA, 1979: 169).

E assim foi feito: a narrativa seria, então, guardada até o ano seguinte da morte do biografado, em 1861, quando o governante ofereceu sua primeira parte ao IHGB. O original da segunda parte ficaria retido ainda alguns anos com Pedro II, no Arquivo do Grão-Pará.

A publicação só sairia 50 anos após a sua feitura, em 1902, pelo *Jornal do Commercio*. Editada posteriormente por Alberto de Oliveira, saía na *Revista da Academia Brasileira de Letras* dez anos mais tarde com o título de *Biografia do Dr. Caetano Lopes de Moura escrita por ele mesmo*⁵.

Se coubesse, naquele momento da publicação, algum julgamento, este já estava a cargo dos “homens do futuro”, que poderiam utilizar a tão prestimosa imparcialidade para levá-lo a cabo. Esse era o desejo de Caetano de Moura.

Desejo semelhante parecia ter o IHGB. Desde sua fundação, em 1838, a instituição intencionava, em muitos casos, relegar aos vindouros análises que privilegiassem aqueles tempos turbulentos. Em diversas situações comportou-se dessa forma com as questões do presente: vetando projetos que pretendessem escrever a história contemporânea; negando a publicação de documentos que diziam respeito ao passado recente da nação brasileira; criticando aqueles que diziam fazer história, mas que, ao fim e ao cabo, não utilizavam fontes, nem trabalhavam com a crítica histórica, utilizando-se da memória (como testemunha ocular) para escrever a história; levando à frente projetos como a da “arca do sigilo”, para proteger documentos que devessem ser postos ao público apenas em um futuro determinado. Exemplos como esses são muitos⁶ e merecem atenção. Por ora, contudo, servem apenas de comentário⁷.

⁵ A autobiografia foi publicada em três partes na *Revista da ABL*: a primeira saiu em abril, a segunda em julho e a última em outubro de 1912.

⁶ Encontramos muitos deles na *Revista do IHGB*, sobretudo nas Atas das Sessões.

⁷ Ver a esse respeito outro trabalho meu que aborda de forma mais extensiva a temática nas Referências Bibliográficas.

Considerações finais

“De vossa Majestade Imperial, o mais humilde súdito e criado – Dr. Caetano Lopes de Moura” (MOURA, v. 5, outubro de 1912: 230) – E assim termina a autobiografia, juntamente com o pedido de que a esposa de Caetano de Moura, em caso de sua morte, continuasse recebendo as mercês conferidas pelo Imperador ao baiano.

Desta feita, compreende-se que a escrita de sua própria vida seria uma maneira de garantir uma boa assistência quando já estava idoso e doente. Os acontecimentos narrados, bem como a forma como isto foi feito, *tinham* que demonstrar uma vida quase sempre homogênea⁸, ao menos em um aspecto: o amor à “pátria” e o desejo de a ela sempre retornar. Parece, a partir da leitura da autobiografia, que toda a existência de Caetano gravitava em torno disso e o fato de ter vivido a maior parte de sua vida longe não diminuía esse amor, muito pelo contrário – foram as *circunstâncias* que o levaram a viver longe do Brasil: “Desterrado da Pátria por amor das letras, quando solteiro, e por amor dos filhos depois de casado” (MOURA, v. 5, outubro de 1912: 223).

Outro aspecto interessante nessa narrativa é a maneira que o escritor sempre procurou utilizar para descrever as relações entre Brasil e Portugal, antes e, mesmo, depois de 1822. Poucos traumas, muito em comum: assim era, segundo ele, a relação entre os países separados pelo Atlântico. Assim foi, portanto, a relação que ele próprio manteve com ambos.

Mesmo aquilo que transparece como sendo uma “lacuna” em uma biografia tão coesa, Caetano trata como se nada fosse além do mais natural possível: sua idolatria para com Napoleão, por exemplo. Não seria no mínimo estranho um luso-brasileiro se posicionar de forma tão decidida ao lado do Imperador francês, que tantos danos causou a Portugal? Não para Caetano de Moura. Ou, ao menos, não para aquilo que desejava aparentar. Isso não seria um deslize, mas apenas parte, também, das *circunstâncias*. Inclusive adorar Napoleão Bonaparte fazia parte das circunstâncias; não parecia ser uma questão de escolha pessoal⁹.

Desse modo, fosse omitindo escolhas que fizessem o leitor duvidar de seu amor

⁸ Produção que, como aponta Pierre Bourdieu em seu clássico texto sobre biografias, comporta uma “ilusão biográfica” (nesse caso, autobiográfica).

⁹ Para Cláudio Veiga, a vida de Caetano de Moura poderia ser resumida na relação entre os dois imperadores. Resumida não como se nada mais fosse importante, pois, como será visto, Caetano de Moura fez muito mais do que idolatrar Napoleão e D. Pedro. Resumida, porém, porque foi marca indelével em boa parte da vida do mulato baiano.

ao Império (primeiro luso-brasileiro, depois “apenas” brasileiro), fosse simplesmente “passando por cima” daquilo que poderia ser considerado incongruente com a trajetória que queria delinear, Caetano de Moura empreendeu uma escrita de si que levou em conta as expectativas que poderiam surgir a partir dela por parte do monarca dos Trópicos. O trabalho de escolha daquilo que *deveria* ou não ser dito foi feito com primor pelo mulato baiano.

Ainda assim, mesmo com todas as precauções tomadas por Caetano de Moura, o “Dr.” não deixava de nutrir receio de que sua escrita de si fosse lida por um amplo público no presente. Isso só poderia ser tarefa para os homens do futuro, definitivamente.

Fontes

MOURA, Caetano Lopes de. Biografia do Dr. Caetano Lopes de Moura escrita por ele mesmo. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, v. 4, abril de 1912, p. 273-293; v. 5, julho de 1912, p. 75-96, outubro de 1912, p. 205-230.
_____. **Epítome Chronologico da Historia do Brasil**. Paris: JP Aillaud, 1860.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDT, Hanaah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, José Murilo de (org.) **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1980.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto

- Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006.
- _____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995.
- _____. O tribunal da posteridade. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). **O Estado como vocação** – idéias e práticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, p. 3-27, 1988.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- JANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente. In: **Ars Historica**, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, (10):7-28, dez. 1993.

_____. **Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

RENAN, Ernest. O que é uma nação?. In: ROUANET, Maria Helena (org.). Nacionalidade em questão. **Cadernos da Pós/Letras**. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras, 1990.

SILVA, Antonio Moraes e. **Dicionário da língua portuguesa**.v.1. 1813.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VEIGA, Cláudio. **Um brasileiro soldado de Napoleão**. São Paulo: Ática, 1979.

**USOS DA BIOGRAFIA EM HISTÓRIA DAS RELIGIÕES:
A TRAJETÓRIA RELIGIOSA DO PASTOR ASSEMBLEIANO ESTEVAM ÂNGELO DE SOUZA
NO MARANHÃO**

Elba Fernanda Marques Mota*

Introdução

O fenômeno religioso no Brasil com sua especificidade constitui característica indispensável em qualquer tentativa de descrição ou análise da sociedade brasileira. Este conjunto produziu um cenário complexo e dinâmico para o historiador das religiões e das religiosidades, que procura, na temporalidade do passado, as singularidades, as mudanças e os sentidos das ações de indivíduos, de grupos sociais e de instituições, bem como o lugar e o papel do sagrado enquanto elemento da cultura.

A trajetória e a narrativa biográfica constituem ferramentas metodológicas de fundamental contribuição para a análise historiográfica de processos mais amplos, porquanto indivíduos, agentes ou sujeitos trazem em seus corpos a experiência de vida, e as marcas de seu tempo. São registros da memória guardados sob diferentes modalidades que apontam ou partem das histórias de vida, atravessadas pelas conjunturas.

Diante do exposto, serão abordados elementos acerca da cultura e da sociedade maranhense, delimitando sua religiosidade evangélica, por meio de uma instituição, precisamente, a igreja Assembleia de Deus. Esta temática será desenvolvida através da “maior liderança religiosa” do século XX, no Estado do Maranhão, o pastor Estevam Ângelo de Souza¹.

A escolha pelo tema justifica-se diante da amplitude que a igreja Assembleia de Deus possui hoje no Brasil, com o maior número de fiéis, registrado no último censo, totalizando 8 418 154 milhões de membros, segundo dados do IBGE (2000). No mesmo sentido que possui uma historicidade particular, pois completará 100 anos de atuação no Brasil em 2011. Sendo assim, entendemos ser de fundamental importância assinalar de que forma a maior denominação evangélica do país se formou ao longo de seu

* Mestranda em História Social –UERJ, Bolsista –FAPERJ, elbamota22@yahoo.com.br

¹ Opinião expressa pelo então arcebispo de São Luís, Dom Paulo Ponte, por ocasião de seu falecimento. E por lideranças políticas como o senador José Sarney e Roseana Sarney, então governadora do Estado em 1996.

centenário no Estado do Maranhão.

A Narração biográfica em história

A trajetória e a narração biográfica, na atualidade, detêm cada vez mais o interesse de historiadores, esta atenção é recente, posto que até o início da segunda metade do século XX, estas ferramentas eram vistas de forma negativa no campo da História, razão pela qual grande parte dos estudos realizados no Brasil, até o momento, tenha sido produzida por jornalistas e literatos² (PRIORE, 2009).

A imagem negativa atribuída aos estudos biográficos justifica-se por problemas relacionados à sua metodologia. Em primeiro, por privilegiar grandes figuras e terminar por heroicizar grandes homens da história, e em um segundo momento por sua linearidade, com o começo, meio e fim programados e atrelados através da vida do biografado (PRIORE, 2009).

Contudo, a partir das décadas de 1970 e 1980 houve uma reformulação na forma como se via a biografia, o que se caracteriza como o retorno da mesma aos estudos historiográficos, especificamente, os de teor científico e universitários. Entendemos este interesse pelas trajetórias de vida, dentro da conjuntura da chamada crise dos paradigmas, que levou a disciplina História a rever muitos dos seus postulados e a reintroduzir categorias e ferramentas antes abolidas, ou mesmo negligenciados.

Assim como as próprias modificações porque passou a tradição francesa de estudos históricos, caracterizada pela Escola dos Annales, que em sua primeira e segunda fase optou por estudos das grandes civilizações, estudos demográficos e séries quantitativas, em detrimento da história política e escritos biográficos. O que na atualidade, se apresenta através do acréscimo de estudos desenvolvidos na chamada História Política e as denominadas biografias históricas, o que contribuiu para o aumento de estudos que contemplem a segunda metade do século XX.

No mesmo sentido que ao interesse pelos escritos de vida, podemos elencar dois fatores principais segundo (BORGES, 2005): os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade.

Conforme (BORGES, 2005), isto se refere ao individualismo cada vez mais

² Quadro que ainda hoje se configura com o grande número de biografias produzidas por jornalistas.

crescente em nossa sociedade e ao interesse que o homem tem por si próprio e na vida do próximo, criando assim, uma teia de relações complexas em torno da problemática das normas e valores em torno da coletividade.

Em nosso caso específico, a trajetória de vida histórica se apresenta como suporte metodológico de nosso estudo. Faremos uso da mesma a fim de entendermos as tensões e o cotidiano de uma época específica da história cultural e política do Maranhão, através da religião, analisando a liderança de um homem, ponderando de que forma sua atuação tornou pública as relações de poder presentes no campo religioso maranhense.

A utilização de escritos biográficos na contemporaneidade nos auxilia em nosso estudo no intuito de romper com categorias até então impostas tais como:

A falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele só existe “numa rede de relações sociais diversificadas”. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. (PRIORE, 2009: 10. grifo do autor)

Nesse sentido, Estevam Ângelo de Souza possui sua trajetória própria, mas esta também se confunde com a sua vivência como pastor e, principalmente, atrela-se com a história da própria Assembleia de Deus. Assim, ainda que façamos o relato de especificidade de uma vida, esta vem pontuada por particularidades individuais e coletivas. Posto que o relato biográfico tornasse claras as relações entre o público e o privado.

O historiador que melhor contribuiu para este debate foi o francês Jacques Le Goff, autor de obras biográficas sobre o rei São Luís da França e São Francisco de Assis. A contribuição principal do mesmo vem no sentido de problematizar as trajetórias de vida destas personagens históricas, apresentado suas dúvidas, problemas e escolhas, demonstrando que, a figura histórica, ainda que seja conhecida, suas escolhas não afetam somente o público, mas, também, o espaço privado na sociedade em que a mesma está inserida.

A biografia como suporte metodológico da História, está aportada teoricamente no âmbito da História Social, especificamente, a História Cultural, dentro do que se habituou a chamar de “Nova História Cultural”, entendendo-se:

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural (...) é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. (PESAVENTO 2004: 15)

Como pressuposto principal desta “Nova História” está o destaque dado à cultura. Esta foi incorporada no discurso desta abordagem histórica. Para (PESAVENTO, 2004: 15) “a cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, admitindo-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa”.

Nesta reconstrução do discurso histórico, incorporou-se uma nova prática historiográfica, assim como a configuração de novos conceitos, como representação. O conceito de representação caracteriza-se como o de maior importância para a História Cultural, incorporado da interdisciplinaridade com sociólogos como Marcel Mauss e Émile Durkheim, para o discurso histórico; o seu principal formulador é Roger Chartier.

Este historiador francês é o grande expoente e um dos fundadores da História Cultural. Ele a define “como a análise do trabalho de representação (...). Esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido”. Este novo fazer historiográfico concebe as representações e as sensibilidades como imprescindíveis para se construir um discurso em história, de forma que a História Cultural concebe a representação como:

Classificações e exclusões que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo (...) todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 1990: 27)

Para o autor era fundamental repensar o sentido produzido por um texto, no mesmo sentido que entendê-lo como um discurso historicamente construído composto

por representações próprias. Estas possibilitam assim, a construção de identidades que para (CUCHE, 2002) “é muito difícil de delimitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional e dinâmico”. Por este motivo, ele utiliza o conceito de “estratégia de identidade”, pois considera difícil chegar a uma definição para o conceito.

Desta forma, a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, possibilitar a utilização de seus recursos de identidade de maneira estratégica (...). A identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais (CUCHE, 2002).

O outro campo teórico em que nossa análise está aportada é o da chamada Religiosidade, que esta aqui entendida no sentido de:

A religiosidade, na sua condição de característica exclusivamente humana, revela um atributo humano de busca do sagrado, sem especificar o que seja esse sagrado, tanto como fuga, quanto como explicação para o real vivido, ou ainda mesmo para negociações e entendimentos com a ou as divindades na procura de resoluções de problemas cotidianos. Esse atributo humano não está referido a nenhuma religião específica. (MANOEL, 2007: 19)

Ressaltamos que esta religiosidade, se manifesta na forma como a religião é praticada pelos indivíduos em seu cotidiano, através de suas práticas e, em especial, as redes de relações sociais estabelecidas em suas práticas enquanto fiéis e membros de uma instituição religiosa específica. A religiosidade está inserida no campo da chamada História das Religiões, campo que tem por objeto principal o homem. E, também, foi influenciada por esta nova forma de trabalhar a cultura, razão pela qual hoje se entende a Religião como uma construção sócio - cultural, portanto, discutir religião é debater transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, mas, principalmente, pontuar os atores sociais envolvidos neste redesenhar contínuo da sociedade.

Outra possibilidade teórica faz-se necessária em nosso estudo é a utilização da micro – história. Este campo da teoria histórica se desenvolveu em meados da década de 1970, como consequência das novas abordagens que se desenvolviam, diante da crise epistemológica da Escola dos Annales. O projeto desta teoria surgiu como novo campo para o micro, especialmente para as variações do tempo e a não predileção por tempos

de longa duração imutáveis (REVEL, 1998).

A utilização da teoria micro- histórica, justifica-se em nosso estudo, por a entendermos como:

Uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve. (REVEL, 1998: 20)

Esta abordagem nos permitirá, também, enriquecer a análise do social, com atenção à suas variações, deslocamentos e, principalmente, à sua mutabilidade, no sentido de perceber a complexidade das relações estabelecidas ao longo de uma trajetória de vida e, sobretudo, suas estratégias de regras sociais.

Estratégias que foram construídas no espaço social frequentado por Estevam Ângelo de Souza, e neste ponto incluímos sua casa, a igreja Assembleia de Deus e o Estado do Maranhão, ao longo da segunda metade do século XX.

É dentro deste referencial teórico que se desenvolverá a nossa análise, pois com a junção deste aporte teórico, alcançaremos nosso intuito principal, que é compreender as sociabilidades no Maranhão, ao longo da segunda metade do século XX, especificando sua religiosidade evangélica, através de sua liderança principal, Estevam Ângelo de Souza.

Escritos de Si: Estevam escritor

O pastor Estevam era autodidata, falava e compreendia a língua inglesa sem nunca ter frequentado um curso especializado, foi um homem estudioso que traduziu várias obras para o português. Este interesse pelas letras em geral o levou a produção de 12 livros, dois opúsculos e vasta literatura evangélica, dentre as quais figuram artigos publicados no jornal Mensageiro da Paz, ao longo das décadas de 1970 a 1995.

Sua escrita é algo a se ressaltar, pois esta era caracterizada por grande erudição e amplo conhecimento das principais teorias sociológicas e antropológicas da época, ou seja, para criticar o Estevam escritor, demonstrava primeiramente, seu conhecimento sobre a obra alvo de seu julgamento.

As obras são as seguintes: *O Pai- Nosso, O Bom Despenseiro, Com quem Caim*

Casou? As características da Igreja de Cristo, Liberdade para os jovens, Relação entre jovens e velhos, Títulos e dons do Ministério Cristão, Um Católico que foi Salvo, Os Dons do Espírito, Nos Domínios do Espírito, Os macacos evoluídos (Texto inacabado) O Padrão Divino para uma família feliz, Os Rastros de um Servo (Texto não publicado).

A obra *O Padrão Divino para uma família feliz*, foi publicada pela CPAD (Casa Publicadora da Assembléia de Deus) com o título “*E Deus criou a família*”. *Os Rastros de um Servo* é sua autobiografia, na qual faz um diário de sua vida e não foi publicada em razão de seus filhos Samuel e Benjamim Souza estarem produzindo uma biografia a seu respeito, o que até então ainda não foi feito.

Em sua última obra publicada *O Padrão Divino para uma família feliz* (que ele não viveu para presenciar o fato), percebe-se a intenção do autor em fazer um direcionamento às famílias cristãs para que elas seguissem os padrões bíblicos para viver de acordo com o que prega o Evangelho. Isto pode ser notado nas recomendações que ele faz às esposas, aos maridos, e aos jovens, preocupação particular do pastor, pois ele tinha conhecimento que o futuro da igreja dependia da participação destes, inclusive na forma como eles tratavam os mais velhos.

Para o autor Estevam, as relações entre velhos e jovens se caracteriza da seguinte forma: “Se equilibram através de um convívio capaz de produzir um ambiente de confiança, mediante a capacidade do líder e amadurecimento para orientar e a prontidão do jovem para atender” (SOUZA, 1995: 198).

Ele não acreditava em conflitos de gerações e sim em equilíbrio e amadurecimento de ambas as partes para viver em harmonia. O autor escreveu esta obra passados os seus setenta anos, sendo um homem que vivenciou as mudanças ao longo das décadas, descrevia a surpresa com a enorme diferença entre o fim do século XX e os tempos de sua juventude.

Outro posicionamento do autor é acerca das relações conjugais, entre marido e mulher. Ele considerava que ambos tinham obrigações e deveres, destaca os do marido fazendo uma comparação com o do verbo alimentar:

Lemos a palavra alimentar. O sentido do texto original é de nutrir, como cuidar de si mesmo ou de uma criança sua, que alimenta e que nutre. A expressão cuida dela, no original dá a idéia de aquecer, manter aquecida, o que significa

um amor caloroso e protetor, que é a maneira indicada para o marido cuidar de sua mulher. (SOUZA, 1995: 93)

Enquanto para a esposa ele indica o seguinte comportamento:

As mulheres crentes devem ser distintas e adornadas, mas não com uma ornamentação externa e, sim, pela beleza íntima do caráter cristão. As mulheres, em traje decente, se ataviem com modéstia e bom senso, não com cabeleiras frisadas e com ouro, ou pérolas, ou vestuário dispendioso, porém com boas obras como é próprio às mulheres que professam serem piedosas. O melhor e mais belo ornamento para a esposa cristã, é um espírito manso e tranquilo que é o grande valor diante de Deus. (SOUZA, 1995: 104)

Ao ler estas assertivas devemos ter claro o local do qual se fala e quem construiu estas proposições, ou seja, um líder evangélico, em uma obra que tem por objetivo ser um manual para toda família assembleiana, um público leitor que concordava e apoiava estas orientações colocando em prática as mesmas.

O Estevam escritor notava algumas modificações ocorrendo dentro da própria Assembléia de Deus, em um artigo publicado no jornal Mensageiro da Paz, intitulado “*Casa de Oração ou de Comércio*”? Ele se posicionava contra o fato das igrejas possuírem cantinas, pois, segundo o mesmo, igreja não é local de departamento comercial:

Temos tido tristes oportunidades de ver, em grandes igrejas, espaçosas áreas ocupadas por dezenas de vendedores, empenhados em propagar e vender suas mercadorias, parecendo simplesmente uma ‘feira livre’, onde vendem pipoca, picolé, sorvete, cachorro quente, sanduíche, coco, frutas diversas, etc.etc. Quem são os proprietários e vendedores? Quem constitui a grande freguesia? (...) Isto não somente é um mal visível, mas evidencia um mal interno e prenuncia um mal futuro, de proporções talvez imprevisíveis.(SOUZA, 1979: 6)

Este relato é particularmente singular por sua atualidade, ele foi escrito em 1979, mas é como se o autor estivesse se remetendo às igrejas nos dias atuais, o que demonstra, mas uma vez, a perspicácia e poder de crítica do autor, para quem “*Seria vergonha morrer um pastor rico*”, mesmo que o alvo fosse a própria Assembléia de Deus.

Nesta conjuntura, as obras do Pastor Estevam Ângelo de Souza representam um conjunto de doutrinas a serem seguidas por seus fiéis, que naquele período histórico, representavam todos os fiéis assembleianos do Estado do Maranhão.

Considerações Finais

A Igreja Assembléia de Deus no Maranhão conheceu nas quatro décadas de sua liderança um extraordinário crescimento e estruturação. Este processo se deu, em parte, pela sua atuação decisiva. A personalidade e o modelo familiar com a marca feminina da esposa Gizeuda Lima de Souza, os formatos iguais dos templos espalhados por todo o estado, o estilo centralizador e carismático, a forma paternalista de lidar com as pessoas e as situações, a capacidade de negociação política, a prática da simplicidade e da solidariedade, a ética e a moralidade determinadas por valores religiosos, perfizeram um padrão de liderança historicamente situado. Um padrão cada vez mais raro não somente no ambiente religioso evangélico, mas na sociedade em geral.

A história do movimento pentecostal brasileiro, e particularmente o assembleiano, foi construída a partir de trajetórias de vida como a de Estevam. Não foram poucos os *heróis ordinários* oriundos de um cotidiano composto de escolhas, opções, estratégias, jogos, contradições, dramas e tramas, onde os indivíduos inscreveram suas marcas. A de Estevam foi a simplicidade.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume / São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MANOEL, Ivan Ap. História, Religião e Religiosidade. In: **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, no. 1,2007.
- MOTA, Elba Fernanda Marques. **Poder, subjetividade e condição feminina no pentecostalismo maranhense**: o caso da Igreja Assembléia de Deus (1940-

1990), Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFMA, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2004.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: **Topoi**, v. 10, n. 19, jul. - dez. 2009.

SILVA, Rayfran Batista da. **A História da Assembléia de Deus no Maranhão: Assembléia de Deus em São Luís 80 anos de pentecostes e evangelização**. São Luís: Edgraf, 2001.

_____. **Síntese histórica da Assembléia de Deus em São Luís: 85 anos de evangelização, ação social e Pentecostes**. São Luís, Maranhão, 2009.

SILVA, Pekelman Halo Pereira. **As primeiras décadas do pentecostalismo assembleiano em São Luís (1921 a 1957)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), 2006.

SOUZA, Estêvam Ângelo de. **O Padrão Divino Para uma Família Feliz**. São Luís: SIOGE, 1995.

SANTOS, Lyndon de Araújo Santos. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luis: Edufma, 2006.

**HISTORIOGRAFIA DOS INTELLECTUAIS NO BRASIL:
RESSONÂNCIAS FRANCESAS**

Ana Marília Carneiro*

As últimas décadas do século XX foram palco de novas abordagens na história dos intelectuais, notadamente na historiografia francesa. Esse novo fôlego de renovação da história dos intelectuais se situa no movimento de renovação da história política e da chamada Nova História Cultural. Nessa configuração, o estudo dos intelectuais se deu a partir de novas contribuições e desafios teóricos metodológicos, como a noção de sociabilidade e geração, as questões postas pela história do tempo presente, as novas reflexões acerca das relações dos intelectuais com o Estado e o papel das “elites culturais”. O objetivo dessa apresentação é perceber, através de um panorama historiográfico, de que maneira a produção brasileira dialogou com essa literatura produzida sobre os intelectuais, sobretudo no domínio da política, delineando que tipo de abordagens e perspectivas foram manipuladas com o propósito de examinar as especificidades da intelectualidade brasileira.

A própria noção de *intelectual* é tributária da tradição francesa e gestada em uma configuração espacial e temporal específica. Vale lembrar que estamos tratando da concepção de intelectual moderno, que começa a se configurar na segunda metade do século XIX, tendo como um dos seus pressupostos fundamentais a conformação de um espaço público e da imprensa. Naturalmente, as diversas conjunturas históricas ao longo do século XX conformaram gerações intelectuais distintas; no entanto, procura-se aqui primeiramente delinear a noção de *intelectual* a partir de alguns aspectos invariantes.

A referência clássica nos estudos sobre intelectuais remete ao caso Dreyfus, famoso episódio ocorrido em fins do século XIX envolvendo Alfred Dreyfus, judeu, capitão do exército francês acusado injustamente por crime de espionagem política. As contradições que envolveram seu julgamento provocaram grande polêmica na sociedade francesa, dividindo a opinião pública. Um marco importante desses debates é a publicação de uma petição que viria a se tornar um manifesto intelectual: *J'accuse*, do escritor Émile Zola, onde os assinantes pediam a revisão do processo de Dreyfus em

* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

nome da justiça. Aqueles que defendiam Dreyfus ficaram conhecidos como *dreyfusards* (esquerda progressista), e foram designados pejorativamente pelos *antidreyfusards* (direita conservadora) como intelectuais.

A descrição desse caso é importante na medida em que traz à tona aspectos importantes na definição de *intelectual*. O primeiro deles é a questão da existência de uma esfera pública: o termo *intelectual* é vinculado à ideia de intervenção no espaço público.

Se as primeiras décadas do século XX constituíram-se em um importante marco pra conformação de uma espécie de intelectual francês, as décadas de 1950 e 1960 também representam a gestação de um outro tipo de intelectual, que pode-se chamar de político-revolucionário. Pode-se dizer que Jean-Paul Sartre se tornou um símbolo por excelência desse modelo de intelectual engajado. Apesar dos contextos distintos e processos particulares de cada região, a intelectualidade francesa e brasileira desse período partilhou de muitos referenciais comuns.

Proponho uma reflexão sobre a intelectualidade brasileira da década de 1960 e 1970, mais precisamente, de uma cultura revolucionária partilhada em grande medida pelos meios intelectuais de esquerda. Nessa análise, pretendo perceber de que maneira a historiografia brasileira consegue dialogar com a literatura, principalmente francesa, produzida sobre os intelectuais. Nesse sentido, os intelectuais brasileiros e sua proposta revolucionária através do teatro, literatura, artes plásticas, cinema, música, estavam articulados em um movimento contestatório mais amplo, cujo marco simbólico foi justamente o maio de 1968 na França.

Jean-François Sirinelli e Pascal Ory (2002: 218-224), para assinalar a amplitude e a intensidade tomada pelo movimento, percebe no Maio de 1968 a formação de uma “internacional das referências”. Os movimentos, dos quais o maio francês se tornou a expressão mais difundida, ocorriam em diversas partes do globo e se interligavam de múltiplas formas. Uma miríade de experiências que assumiram formas diversas, propostas distintas e alcances variados, encampadas, basicamente por setores diversos da juventude de esquerda. Maio de 1968 configura-se em um momento emblemático aonde se cruzam mais do que referências culturais; de forma mais ampla, conforma-se uma nova maneira de ver e agir sobre o mundo, a recusa das hierarquias, da autoridade, de poderes instituídos. Tratar de 1968 implica em não se aprisionar a um

limite cronológico preciso, mas simboliza a compreensão de um espírito de época de âmbito mundial; partindo dessa concepção de balizas móveis, podemos pensar também o contexto da guerra do Vietnã, a Revolução Cubana de 1959, a Primavera de Praga, o movimento hippie e pacifista nos EUA. Naturalmente, não podemos afirmar que esse horizonte de expectativas conformado por 1968 foi hegemônico; ocorreram, simultaneamente, outras propostas e visões de mundo que não exprimiram esse viés contestador – podemos citar aqui a produção da bossa nova e da jovem guarda, em que parte significativa dos seus integrantes não assumiram um tom politizado.

O Brasil da década de 1960 vivenciou essa atmosfera revolucionária através do sentimento de possibilidade de mudanças profundas na sociedade brasileira, apostando em uma modernidade alternativa àquela proposta pelo capitalismo norte-americano ou pela modernização conservadora impelida pela ditadura civil militar instaurada no país. Alguns artistas-intelectuais, em geral militantes ou simpatizantes da esquerda, foram os porta-vozes dessa possibilidade de transformação. A arte revolucionária passou a ser produzida como instrumento privilegiado para agir no espaço público e na política, como meio de se atingir a revolução social. Em particular, os escritores, dramaturgos, cineastas e demais artistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinham como objetivo a popularização da arte e a desalienação das consciências, procurando expressar os supostos interesses do povo. Na esquerda mais radicalizada, essa proposta assumia um viés não somente pedagógico, mas talvez messiânico, da compreensão de uma vanguarda que teria como tarefa a conscientização do povo para a emancipação.

Ao longo da sua obra¹, o sociólogo e historiador Marcelo Ridenti, inspirado na formulação teórica de Raymond Williams, se vale do conceito de “estruturas de sentimentos” para pensar, especialmente referindo-se às artes, o surgimento de um imaginário crítico – a *brasilidade revolucionária* – nos meios artísticos e intelectuais brasileiros nas décadas de 1950 e 1960 e depois sua transformação e (re)inserção institucional a partir de 1970 (década que assiste ao declínio dessa expressão político-ideológico-identitária). Pode-se dizer que a *brasilidade revolucionária* seria uma forma peculiar de articular uma identidade nacional brasileira com um projeto de revolução

¹ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas do povo brasileiro, do CPC à era da tv**. Rio de Janeiro: Record, 2000; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993; RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2010.

socialista ou nacional-democrático cuja ocorrência foi notada por Marcelo Ridenti em amplos setores da esquerda. Uma visão de mundo gestada antes da resistência à ditadura, tendo um período de incubação entre 1946 e 1964, quando diversos artistas e intelectuais brasileiros estavam à frente de uma proposta revolucionária para o Brasil. Em particular, os membros do PCB foram agentes expressivos na construção da brasilidade revolucionária. De acordo com Ridenti, somente na década de 1960,

paradoxalmente junto com o desenvolvimento da indústria cultural e com o crescimento das possibilidades de institucionalização profissional nos meios intelectualizados – a brasilidade revolucionária chegaria ao apogeu como construção de artistas e intelectuais, consolidando-se como estrutura de sentimento. (RIDENTI, 2010: 12)

Algumas das manifestações na década de 1960 mais expressivas do meio artístico e intelectual que carregavam um teor contestatório seriam as obras clássicas produzidas no início do Cinema Novo: *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; *Os Fuzis*, de Ruy Guerra; a dramaturgia produzida pelo Teatro Oficina e pelo Teatro de Arena (autores como Augusto Boal, Oduvaldo Vianna Filho, Gianfrancesco Guarnieri e peças e espetáculos como *Arena conta Zumbi*, *Arena conta Tiradentes* e o show *Opinião*) e também a obra de Dias Gomes; na música, a canção engajada de Edu Lobo, Geraldo Vandré e depois – em claro desacordo em algumas questões mais ortodoxas, embora partilhando uma espécie de substrato subversivo –, os tropicalistas e os mutantes; na literatura, o livro *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado. Todas essas produções, à sua maneira, imbuídas se um sentimento de nostalgia e de mal-estar com o presente, procuravam no passado uma raiz popular para construir uma nova nação, muitas delas idealizavam o homem do povo, sobretudo do campo, como símbolo da revolução brasileira². Os temas recorrentes eram a denúncia da exploração e da pobreza, sobretudo no campo, a condição de vida subumana dos camponeses; a reforma agrária, a conclamação do povo brasileiro a lutar em uma revolução, ao lado dos povos do Terceiro Mundo e da América Latina.

² Vale dizer que essa busca da identidade nacional perpassou todo o século XX. A celebração do caráter nacional do homem do povo dentro de um projeto político adquire força sobretudo nos anos de 1930 e 1940. A tônica tomada na década de 1960, apesar de herdeira dessas concepções, compreendia o homem do povo como agente da revolução social.

Esses anseios tinham como pano de fundo mudanças que estavam em curso na sociedade brasileira. O Brasil foi o palco de um acelerado processo de urbanização entre os anos de 1950 e 1970, quando a maioria da população, antes difusa na zona rural, se concentra nas cidades. Em 1964, com a derrubada de Goulart pelo golpe civil-militar, se instaurava um dos períodos mais repressivos da história brasileira; as manifestações depois de 1968 no Brasil (ano em que a ditadura recrudescia a repressão, com a instauração do AI-5) passaram a ser pautadas pelo combate contra a ditadura. Foi em 1968 que ocorreu a famosa *passeata dos cem mil*, quando estudantes, professores, intelectuais tomaram as ruas para protestar contra a ditadura. Também em 1968, fortaleciam-se as demandas do movimento estudantil, pelo ensino público e gratuito e por amplo acesso ao ensino superior. Essa proposta contestatória estava ligada a mudanças comuns que ocorriam no cenário internacional, que incluíam a luta pelo acesso ao ensino superior por uma camada mais ampla da população, mas também o surgimento da televisão e a incorporação de eletrodomésticos na vida cotidiana, o aumento das camadas médias, a urbanização, a liberação sexual.

Algumas considerações interessantes podem ser extraídas da leitura de Ridenti. Primeiramente, o autor chama atenção para a aproximação de afinidades entre os artistas e a política na América Latina: “no campo literário, houve um processo de conversão dos escritores em intelectuais, no sentido de se tornarem homens públicos. Eles se valiam de revistas político-culturais para difundir suas ideias para um público amplo”. No Brasil aconteceu algo semelhante, não só no campo literário. Em diversas áreas os artistas passaram a ter um estatuto de intelectual, como Caetano Veloso e Chico Buarque. A *Revista Civilização Brasileira*, de grande tiragem, principalmente depois do golpe de 1964, passou a publicar debates de escritores, cineastas, dramaturgos e outros artistas.

Ao trazer a noção de intervenção no espaço público para pensar a concepção do artista-intelectual, Ridenti traz a tona um dos elementos fundamentais da configuração do intelectual moderno.

Nesse sentido, de acordo com Sirinelli (1998: 261), sob o signo de *homens de cultura*, estão reunidos os criadores culturais (os que participam da criação artístico-literária) e os mediadores culturais (aqueles que difundem os conhecimentos dessa criação). Essas elites culturais se definiriam principalmente pelo reconhecimento

(pelos pares e pela sociedade) e pela sua capacidade de ressonância e de amplificação, ou seja, pelo seu poder de influência. Naturalmente, nem todo mediador cultural é um intelectual. Importa, além de se tratar de uma elite cultural, pensarmos a principal função social a ser desempenhada pelo intelectual: a intervenção no espaço público.

A noção de engajamento articulada à noção de elites culturais fica mais clara na definição de intelectual proposta por Sirinelli: a primeira definição de intelectual, mais ampla, de natureza sociocultural, abrange mediadores e criadores culturais, articulados em torno da produção, difusão e recepção da cultura. Nessa categoria estão o jornalista, o escritor, o professor secundário, enfim, todos aqueles que produzem e divulgam conhecimento. A segunda definição, mais estreita, de natureza política, é baseada na noção de engajamento do intelectual na vida da cidade. As duas definições parecem ser complementares; Sirinelli afirma que a acepção política não é autônoma da sociocultural, uma vez que as duas englobam tanto a notoriedade e a especialização, atribuições sociais que o intelectual põe a serviço de uma causa. Nesse sentido, “o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” (SIRINELLI, 1996: 246). Vale ressaltar que a aproximação entre intelectuais da década de 1960 e as culturas políticas de esquerda se constitui uma relação contingente de uma configuração específica, e não essencial. Embora a concepção de intelectual moderno, tributária da tradição francesa, esteja associada à esquerda progressista francesa envolvida no caso Dreyfus (os *dreyfusards*), a natureza do engajamento e perspectiva de intervenção na sociedade, seja conservadora, reformista ou revolucionária, não qualifica a condição de intelectual.

Ao comentar o engajamento de artistas-intelectuais através da veiculação das suas ideias em uma revista, Ridenti remete a um conceito caro à história dos intelectuais: as *estruturas de sociabilidade*, expressão desenvolvida por Sirinelli. As estruturas de sociabilidade seriam as redes aos quais os intelectuais aderem, como uma revista, um conselho editorial, os partidos políticos, manifestos, abaixo-assinados, bares, cafés, saraus, cine-clubes, etc. Esses lugares, naturalmente, variam de acordo com cada época e o grupo de intelectuais específico. O estudo de uma revista, por exemplo, poderia ser abordado a partir de duas dimensões: além de permitir um estudo do espaço

de sociabilidade e das relações afetivas, servem como lugar para análise do movimento das ideias que se propagam em determinada época. Na década de 1960, embora tenha já perdido muito da sua influência de anos anteriores, o PCB pode ser tratado como um lugar de sociabilidade de muitos artistas-intelectuais. Na mesma época, a Editora Civilização Brasileira e seus periódicos conseguiram formar um espaço de discussão aberto aos intelectuais de esquerda.

Ao tratar os artistas-intelectuais da década de 1960, embora não empregue o termo, Marcelo Ridenti empreende um estudo que poderia ser pensado a partir do conceito de *geração*, elaborado por Sirinelli. Para o autor, a brasilidade revolucionária compartilhada por artistas e intelectuais na década de 1960 não surgiu do nada, tem raízes na década de 1920, foi tributária de experiências anteriores, herdeira de lutas sociais diversas que envolveram anarquistas, comunistas, positivistas, tenentistas e outras inspirações intelectuais e políticas, e teve o seu amadurecimento no final dos anos 1950. A ideia de geração permite trabalhar justamente com a ideia da incubação, gestação. Aprofunda a noção de processo, dando-lhe sentido em um conjunto específico de atores sociais que correspondem a um mesmo parâmetro de idade, partilham experiências e, nas palavras de François Sirinelli, pode ser “compreendida no sentido de estrato demográfico, unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma” (SIRINELLI, 1996: 255). O conceito de geração, para além da proposta de Sirinelli, articulada em redes locais, permite pensar os intelectuais em 1960 no Brasil em diálogo com outros intelectuais fora do país. Havia um trânsito, não só de pessoas (Glauber Rocha morou em Havana, Jorge Amado passou um longo período na União soviética, Caetano Veloso morou em Londres, etc), mas de ideias que não ficavam encerradas no interior das fronteiras nacionais. A geração de 1960 no Brasil estava em sintonia com os intelectuais de outros países que se preocupavam com questões semelhantes, como intelectuais europeus de esquerda, como os filósofos Jean Paul Sartre, Louis Althusser, Michel Foucault e Hebert Marcuse ou o cineasta comunista Pier Paolo Pasolini.

Na historiografia brasileira que trata sobre os intelectuais nesse período, percebe-se o estabelecimento de um relativo consenso em relação ao declínio, a partir de 1970, dessa geração de artistas-intelectuais brasileiros que estiveram, nos anos 1960, marcados pela arte engajada. A partir da década 1970, aos poucos o sentimento

revolucionário que animava o cenário artístico intelectual foi perdendo força, começou a se conformar a um novo ambiente. Os motivos dessa mudança – ou crise, para alguns – são de diversas ordens, mas, de modo geral, seriam relativos à modernização conservadora promovida pelo regime militar, à inserção do bem cultural em uma sociedade capitalista e mercantilizada, à cooptação/institucionalização do intelectual de esquerda.

Esse sentimento de crise foi uma questão posta também na França. Sirinelli questiona a ideia de crise dos intelectuais franceses de esquerda, mas assinala uma mudança ou mutação. De acordo com o historiador, a partir da década de 1970, as grandes ideologias que alimentaram o debate francês conheceram um refluxo, desencadeando uma crise política, intelectual e cultural, conduzindo a uma reconfiguração ideológica e identitária de um modelo que havia sido dominante por muitos anos entre o meio intelectual de esquerda. Alguns dos sintomas dessa crise envolviam o recuo do marxismo, o desgaste dos modelos revolucionários de Cuba e China, a reavaliação do fenômeno totalitarista, ao poder de influência crescente da mídia na vida social. Para Sirinelli, a essa “depressão ideológica dos intelectuais de esquerda – até então dominantes na França, veio somar-se ao longo dos anos 1980, a uma crise identitária ainda maior, porque dizia respeito à categoria como um todo” (SIRINELLI, 2009: 50).

Pode-se perceber que alguns sintomas apontados por Sirinelli também estiveram presentes na recomposição da paisagem intelectual brasileira. Um dos mais próximos é a questão do aparecimento da indústria cultural e da mercantilização da arte. Sirinelli afirma que durante muito tempo a era do impresso, suporte privilegiado de expressão do intelectual da linha *dreyfusardiana* do início do século XX e do intelectual revolucionário, passa por uma mudança em fins do século XX, e agora tem concorrer com a dimensão da mídia. Ocorre uma mudança em larga escala dos meios de difusão e mediação cultural. A leitura de Yves Zarka (2010) para esse fenômeno é a do mundo tomado por predadores-midiáticos, do descrédito do discurso intelectual, as obras culturais são reduzidas a mero entretenimento e a espetacularização pasteurizada da cultura bombardeia os cidadãos (tornados consumidores) inertes através da tela da televisão. No entanto, a leitura de Sirinelli não retira da imprensa, rádio, televisão, ou da internet a possibilidade de se constituírem como potenciais veículos de contestação e

espaço de engajamento intelectual.

Passemos mais detidamente para as interpretações desse fenômeno na sociedade brasileira.

Marcos Napolitano problematiza a tese que aponta o estabelecimento da hegemonia da indústria cultural sobre a cultura engajada devido a essa perplexidade paralisante que toma conta dos intelectuais de esquerda no pós-golpe e ao isolamento do artista-intelectual do resto da sociedade. A produção e inserção do artista-intelectual de esquerda cada vez mais vinculado a formas mercantilizadas não seria resultado somente da mudança que sofreram os espaços em que tradicionalmente transitavam esses intelectuais, como círculos literários, universidades, instituições da burocracia oficial; muito menos de uma “cooptação” pelas classes dominantes. Esse processo seria mais complexo, e envolveria a crise político-ideológica do intelectual acerca da sua função na sociedade e a demanda de profissionais, artistas e técnicos por parte da indústria cultural.

Em relação à noção de cooptação dos intelectuais no âmbito da indústria cultural, para Marcos Napolitano “não houve cooptação, como processo estrutural e massivo, em função de um isolamento do artista intelectual. A ida ao mercado parece ter sido parte de uma estratégia, nem sempre de consequências satisfatórias do ponto de vista político, por parte do artista de esquerda” (NAPOLITANO, 2004: 315). Essa é a mesma linha de argumentação partilhada por Marcelo Ridenti, que, ao analisar a relação dos artistas-intelectuais com o PCB, descarta a noção de cooptação dos intelectuais pelo partido como instrumentos para fins políticos e empreende uma análise mais complexa dessa dinâmica. Por um lado, muitos intelectuais aderiam ao partido porque acreditavam que esse era um caminho viável para contestar a ordem estabelecida. Por outro, a questão da cooptação, via de mão única, cai por terra quando se pensa que a adesão ao partido muitas vezes beneficiava o artista-intelectual, que emprestava o seu prestígio ao partido e se favorecia com as redes de contatos internacionais, com as possibilidades de divulgação da sua obra em países comunistas. Esse foi o caso de Jorge Amado, que ao mesmo tempo em que – como filiado ao PCB – emprestava seu nome ao partido, teve sua obra divulgada em diversos países de orientação comunista; no fim de 1940, com a proibição do PCB, através do partido conseguiu exílio e viajou por vários países europeus, beneficiando-se das relações estabelecidas com outros intelectuais.

Em meados dos anos 1970, com a indústria cultural desenvolvendo-se a passos largos, começava a se delinear a possibilidade da institucionalização e inserção de muitos artistas- intelectuais revolucionários da geração de 1960 em diversas áreas. Em grande medida essa indústria cultural – muitas vezes com apoio estatal – estava disposta a comercializar os produtos culturais de oposição à ditadura, a exemplo do grande sucesso dos festivais de canção veiculados pela televisão, em emissoras como Globo e Record. A música conhecida como hino de resistência contra a ditadura, *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, foi exibida pelo Festival da Canção de 1968, promovido pela Rede Globo.

A dinâmica dessas mudanças que estavam em curso envolviam relações ambíguas também com o governo militar. Alguns artistas-intelectuais colaboraram com instituições governamentais, como a Embrafilme, e muitos filmes, ao mesmo tempo em que eram financiados pela Embrafilme, eram censurados pelo Departamento de Censura às Diversões Públicas.

Outros artistas-intelectuais foram acusados de se vender aos meios de comunicação, notadamente à Rede Globo. Esse foi o caso do teatrólogo comunista Dias Gomes, que se tornou um grande roteirista de novelas de sucesso para Globo. Naturalmente, partilho aqui da compreensão de que sua inserção na emissora não o impediria, necessariamente, de assumir uma postura crítica e engajada, de interferir na esfera pública. Obviamente, essa relação entre autonomia intelectual e inserção na grande mídia como forma de atingir a esfera pública é sempre carregada de tensões. Com efeito, é importante notar que muitos dos temas tratados em suas novelas eram tidos como progressistas, e incomodavam o regime militar.

Em parte, a reacomodação institucional dos artistas-intelectuais aos poucos minaria os seus anseios revolucionários. O artista-intelectual de esquerda, principalmente comunista, passa a reavaliar a sua função social perante o povo. Nos anos 1980 há um deslocamento da ideia de vanguarda, na medida em que a revolução passa a ser tarefa das bases. O PT encampou essa translação da esquerda.

Na verdade, em fins da década de 1970 e início da de 1980, o cenário brasileiro está completamente mudado, envolvido em um controvertido processo de distensão política. O país já era predominantemente urbano, o movimento pela anistia se fortalecia, os temas dos produtos culturais eram outros, o nacional popular estava

superado, o partido comunista foi legalizado, a esquerda empreendeu uma autocrítica. Enfim, a sociedade brasileira ganhava nova feição, assim como desaparecia, aos poucos, a conformação do artista intelectual de esquerda.

Apesar de muitas questões ainda precisem ser discutidas mais detidamente busquei, através desse ensaio, explorar algumas das especificidades dos artistas-intelectuais brasileiros a partir das questões colocadas pela historiografia produzida sobre o tema. Em grande medida, dialogar com os conceitos teórico-metodológicos e preocupações apresentados pela historiografia francesa sobre os intelectuais serve também para pensarmos a experiência brasileira.

Referências Bibliográficas

- NAPOLITANO, Marcos. Engenheiros das almas ou vendedores de utopia? A inserção do artista-intelectual engajado no Brasil dos anos 70. In: **1964-2004, 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil: anais do seminário UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- ORY, Pascal e SIRINELLI, Jean François. La fin d'un siècle? 1968. In: **Les intellectuels em France**. De l'Affaire Dreyfus à nos jours. Paris: Armand Colin: 2002.
- RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2010.
- _____. Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?. In: **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). São Paulo: Cortez, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- _____. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: MAUAD, Ana Maria; AZEVEDO, Cecília. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2009.

- _____. A sociedade intelectual francesa no limiar de um novo século. In: **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (org.). São Paulo: Cortez, 2003.
- ZARKA, Yves Charle. La destitution des intellectuels. In. **La destitution des intellectuels et autres réflexions intempestives**. Paris: PUF, 2010.

**DOMINGOS JOSÉ GONÇALVES DE MAGALHÃES:
O COLETIVO E O INDIVIDUAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO IMPÉRIO**

Ana Beatriz Demarchi Barel*

Em busca de um novo modelo inspirador para nossa cultura, e na tentativa de nos afastarmos do modelo lusitano, após a Independência, será a França que servirá de referência aos jovens intelectuais brasileiros. Além da instalação de todo um aparato de natureza estatal, o que constituía uma resposta a uma necessidade interna da nova colônia, tendo o Brasil atingido uma nova etapa de sua história, com a Independência política em 1822, torna-se fundamental um projeto de projeção da imagem da nova nação independente no cenário das nações modernas. Inúmeras medidas de ordem política e também de ordem cultural serão tomadas, dentre elas, e o que nos interessa neste trabalho, a publicação da *Revista Nitheroy*, em 1836, ou seja, alguns anos após a proclamação de nossa independência e o envio de representantes do novo país ao centro cultural da Europa no século XIX : a França. A importância da publicação para este projeto de formação da nação e o papel de Domingos José Gonçalves de Magalhães em sua elaboração como um dos instrumentos políticos de afirmação da identidade nacional brasileira é o que passamos a analisar.

Nitheroy, Revista Brasiliense. Ciencias, Letras e Artes. “Tudo pelo e para o Brasil”. Assim vem intitulada a publicação levada a cabo pelo grupo de jovens brasileiros de Paris, no início do século passado. A edição utilizada neste trabalho é composta por dois números e foi publicada por Dauvin et Fontaine Libraires, Passage des Panoramas, n° 35, Paris. Na primeira página temos a seguinte frase, escrita à mão, por Ferdinand Denis, provavelmente: *Ferdinand Denis: ce volume ma été donné para M. Araújo de Porto Alegre le 22 février 1837*¹.

A publicação de *Nitheroy* em 1836, em Paris, é menos a decisão de levar a público um texto de intenções literárias e uma demonstração de existência de vida intelectual numa monarquia nos trópicos do que a concretização diante dos meios intelectuais e diplomáticos de um documento de caráter oficial e que reforçava a adoção

* IEB-USP, Pós-Doutoranda em História Política.

¹ O exemplar utilizado para este trabalho encontra-se disponível no acervo da Sala da Reserva da Biblioteca Sainte Geneviève, em Paris. A biblioteca do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade Paris III também possui fotocópia deste exemplar.

de parâmetros franceses de construção de saber e de fazer culturais. Em outras palavras a *Revista Nitheroy*, bem como seus idealizadores, os jovens brasileiros do chamado “Grupo de Paris”, e que se constituía de Gonçalves de Magalhães, Torres Homem, Araújo Porto Alegre eram, naquele preciso momento histórico, os vetores de nossa diplomacia cultural na Europa, e a publicação não apresentava, a nosso ver, nenhuma intenção de maior vôleo no que diz respeito à Literatura propriamente dita nem ao movimento Romântico, particularmente. Mas, e a brevidade desta publicação parece vir corroborar o que está sendo dito, os textos presentes nos dois números parecem apontar menos para uma configuração definida, precisa e específica do movimento Romântico nas nossas Letras do que uma prova dos nove por parte de nossa jovem intelectualidade de suas potencialidades. Vale lembrar, o segundo número de *Nitheroy* já sai publicado com a seguinte “Observação final”:

Anunciamos ao público com mágoa e pesar, que vai ser interrompida a publicação desta Revista por motivos superiores, e independentes dos seus Redatores. Não podendo tão árdua tarefa ser sustentada por uma só pessoa, e tendo sido separadas aquelas que a esta empresa se votaram; impossível é o continuar. Esperamos contudo que, no seio de nosso país, reunidos, se nada houver que se oponha ao nosso ardente desejo de vermos o nosso país marchar na estrada da civilização e do progresso, que parece hoje obstruída, continuaremos a sacrificar os nossos estudos em proveito do país, sem esperança de outra recompensa que a satisfação de havermos lançado uma pedra para o edifício da nossa ilustração. Cumpre-nos aqui testemunhar os nossos agradecimentos ao Senhor Manoel Moreira Neves, negociante Brasileiro, pela maneira por que concorreu para a publicação desta obra. (MAGALHÃES, 1836: 261-262)

O caráter heterogêneo da publicação vai neste sentido, uma vez que temos, nos dois números que vieram a público, uma variedade de temas que vai das Artes e da Literatura até a Ciência e a Filosofia, passando pela Música, Astronomia, Economia, Física Industrial, e também pela Química. No texto de abertura do primeiro número, “Ao leitor”, texto introdutório, o objetivo da mensagem é a de explicitar ao leitor as intenções da publicação. Assim, nos dois primeiros parágrafos temos além da manifestação de uma intenção de oferecer ao público uma revista permanente e de cunho declaradamente nacionalista, o autor, não identificável, aponta as motivações de *Nitheroy*:

O amor do país, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade... os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria. Tal é o fim a que se propõem os autores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro (sic) amigo da glória nacional. (MAGALHÃES, 1836: 5)

Deixando claro que *Nitheroy* não trata “das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade” e cuja intenção é a de habituar o leitor a “refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria”, nosso interlocutor evidencia o tom nacionalista da revista. Seus únicos incentivos, aliás, como ele havia frisado no primeiro parágrafo são “o amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos”.

Nitheroy assume, pelo conjunto de características apontadas até o momento - nacionalismo, pragmatismo, concisão, leitor popular - um ar de documento nacional, declarando a intenção de querer colocar-se ao alcance de todos. No mesmo sentido, o parágrafo seguinte vem confirmar o teor da revista, ou seja, político e econômico, literatura e artes vêm em segundo plano, contribuindo, no entanto, para a construção de uma pátria alinhada com os valores da civilização moderna e progressista:

A economia política, tão necessária ao bem material, ao progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As Ciências, a literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo que é justo, santo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização, e tocar ao ponto de grandeza, que a Providência lhe destina. (MAGALHÃES, 1836: 6)

Se *Nitheroy* atinge seus objetivos é o que tentaremos verificar a partir de agora, iniciando a análise do texto de Gonçalves de Magalhães. Interessa-nos o texto de D. J. Gonçalves de Magalhães, “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil – estudo preliminar”, presente no primeiro número, pois nele se explicita o projeto individual do homem de Letras e, simultaneamente, do representante do Estado brasileiro, que imbrica iniciativa individual a intenção coletiva. Neste texto, vulgarmente conhecido como Manifesto Romântico, Gonçalves de Magalhães expõe um panorama rápido da história das Letras brasileiras, indicando alguns nomes importantes para cada período. Ele frisa também a relação de dependência de nossa literatura em relação a Portugal,

insistindo sobre o aspecto de opressão exercido pelo governo metropolitano português e suas consequências negativas para o desenvolvimento da cultura no Brasil.

O ensaio de Gonçalves de Magalhães é muito mais que um simples receituário dos valores prezados pela nova sensibilidade Romântica. É uma declaração de adoção de uma nova ordem estética, cultural mas também política, e esta nova concepção de fazer cultural era francesa: “Assim tem sempre medrado, olhando para a França, e nós nos lisonjeamos que ele (o Brasil) não retrogradará, tomando esta grande mestra por guia. (MAGALHÃES, 1836: 151)

Desta forma, afirma Magalhães nossa admiração pela França e a garantia de adoção dos modelos franceses de práticas culturais. Portador do que chama de “espírito eclético”, marca deste século XIX em revolta contra o padrão clássico e as normas rígidas que o caracterizam, Magalhães tem a consciência de nossa dependência cultural mantendo, ainda assim, a certeza de que nosso momento histórico não nos permitia mais autonomia. Condiciona, destarte, nossa evolução estética e a existência das condições necessárias à nossa independência cultural à adoção do novo modelo:

Se compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontramos, que cuidar-se-ia que entre o passado século, e o nosso tempo ao menos um século madiara (sic). Devido é isto a causas, que ninguém hoje ignora. Com a expiração do domínio Português, desenvolveram-se as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como Nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetros dos Reis...Eis aqui como o Brasil deixou de ser colônia, e à categoria de Reino Irmão foi elevado. Sem a Revolução Francesa, que tanto esclareceu os povos, esse passo tão cedo se não daria. Com este fato uma nova ordem de coisas abriu-se para o Brasil. (MAGALHÃES, 1836: 149-150)

Assumindo esta posição de seguidor fiel dos valores construídos pela Revolução francesa, Gonçalves de Magalhães faz de seu “Ensaio” uma profissão de fé dos valores republicanos, base da sociedade moderna e da civilização e portanto pré-requisito para todo programa literário em dia com as teorias de ponta na área. O tom do texto de Gonçalves de Magalhães é profundamente oficial e didático no sentido de que o leitor tem a impressão que seu autor é consciente do papel que terá este seu “Ensaio” para as Letras brasileiras. Neste sentido, Gonçalves de Magalhães indica a situação de vazio de informações disponíveis, com um olho no presente e outro no seu leitor futuro:

Todos estes trabalhos, e obstáculos indicamos, não com o fito de realçar o mérito deste nosso bosquejo, mas sim para podermos merecer desculpa de faltas, e penúrias, que borbulhar devem de todos os lados, e outrossim para que, à vista de tal incuria, e mendiguez, mais zelosos sejamos em pesquisar (sic), e conservar os monumentos de nossa glória para as raças futuras, a fim que não nos exprobrem nosso desmazelo, e de bárbaros não nos acusem, como faríamos com justa causa dos nossos maiores. (MAGALHÃES, 1836: 149-150)

O objetivo de *Nitheroy* não nos parece ser o de fundação do Movimento Romântico nem o texto de Magalhães parece ter sido denominado pelo seu próprio autor, uma única vez, como Manifesto Romântico. A revista quer fazer prova de conhecimento das teorias então em voga, não importando em que área de conhecimento – o que parece explicar ou justificar a variedade dos temas tratados bem como a capacidade de reflexão sobre estes mesmos temas, o que configurava a existência de uma *intelligenza* nacional formada – ou melhor, talvez, em vias de formação - mas a promessa real de germinação de um dos pré-requisitos básicos de toda nação que se quer moderna neste século XIX, uma identidade cultural nacional específica e única. É importante destacar o papel que desempenhou mais um dos “intermediários” entre os jovens brasileiros do Grupo de Paris e a cena internacional intelectual, representada pela França. Refiro-me a Eugène de Monglave.

Jornalista, fundador do Instituto Histórico de Paris², modelo de nosso Instituto Histórico e Geográfico, Monglave consegue reunir em 1834 um grupo de intelectuais para inaugurá-lo e também dar origem ao que Maria Alice de Oliveira Faria³ chama ‘uma das mais conceituadas agremiações eruditas do fim do século XIX e do século XX’, a Sociéte des Etudes Historiques, praticamente extinta com a segunda guerra

² Maria Alice Faria é autora de um texto sobre a presença dos brasileiros no Instituto Histórico de Paris, « Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris », (Les romantiques Brésiliens à Paris entre 1833 et 1856) » in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 266, 1965: 68–148. Nele, a autora fornece dados valiosos da história desta instituição, bem como traça suas origens, o percurso de seu idealizador, Eugène de Monglave, e a relação deste com os jovens brasileiros em Paris, na época de sua fundação. A presença dos brasileiros no Instituto será atestada pelos documentos das comunicações que aí fizeram bem como pelas atas das reuniões em que participaram e indicam o ano de 1855 como o último em que teriam participado de suas atividades.

³ Maria Alice Faria é autora, como já dissemos de « Os Brasileiros no Instituto Histórico e Geográfico de Paris e também de « Monglave e o Instituto Histórico de Paris » in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 2, São Paulo, 1967: 43–53. Segundo Pinassi, que teve a oportunidade de conhecer pessoalmente Maria Alice Faria, foi « por sua sugestão (de Antonio Candido), (que) Maria Alice de Oliveira Faria, durante quatro meses do ano letivo de 1960 – 61, foi a Paris justamente para empreender a tarefa de averiguar essa convivência ocorrida nos anos de 1833 – 1836, principalmente através da sua participação no Instituto Histórico. *Apud* Pinassi, Maria Orlanda. *Três Devotos, Uma Fé, Nenhum Milagre : Um Estudo da Revista Niterói, 1836*. Campinas, Tese de Doutorado IFCH – UNICAMP, 1996: 95.

mundial (FARIA, 1967: 47) : Em abril de 1834, abre-se o Instituto Histórico em sessão inaugural e contará, nos primeiros tempos, com a presença de grandes nomes do mundo intelectual, tanto da literatura e artes, como da história e das ciências. Tendo viajado para o Brasil nas primeiras décadas do século passado, Monglave aprendera o Português e foi ele o grande anfitrião dos nossos jovens brasileiros no Instituto Histórico, demonstrando enorme interesse por tudo o que dissesse respeito à cultura brasileira e à nossa Literatura então ainda iniciante, como nos ensina o texto de Maria Alice Faria:

É, pois, enquanto secretário-perpétuo do Instituto Histórico, que Monglave intensifica suas relações com os brasileiros. Não foi apenas quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao se fazer sócio da nossa agremiação, que ele se comunica com o Brasil, conforme escreve o Sr. O. Tarquínio de Sousa. Monglave abriu a porta do Instituto Histórico para os brasileiros, recebendo-os, orientando-os, dando-lhes oportunidade de participar dos trabalhos, dos Congressos Históricos que o Instituto organizava anualmente em Paris. Comenta livros brasileiros e livros sobre o Brasil, como é o caso da *Viagem histórica e pitoresca ao Brasil*, de J. B. Debret, que também pertencia ao Instituto...Acolhe os jovens escritores da primeira geração romântica, que encontram no Instituto uma tribuna para divulgar suas idéias novas e a nossa arte, literatura e história. O segundo trabalho lido na sociedade recém-fundada é a história das ciências no Brasil, de Torres Homem, traduzida e lida por Monglave na sessão da segunda classe (Ciências sociais e políticas), de 1º de junho de 1834. Nas sessões subsequentes seguem os outros trabalhos já muito citados, de Magalhães e Porto-Alegre, sobre a literatura e as artes no Brasil...Traduz e lê cartas de brasileiros, escreve necrológios elogiosos a membros brasileiros falecidos... (FARIA, 1967: 50-51)

Também será através de Monglave que o Imperador D. Pedro II será aceito como Membro Protetor em 1842 no Instituto e a *Revista Nitheroy* encontra também nele palavras de excelente acolhida junto ao público do Instituto: “Quanto à revista *Niterói*, os elogios insistentes que lhe prodiga, dá-nos a impressão de que se sentia seu padrinho. Chama-a de « revista gloriosamente efêmera », faz-lhe uma resenha, em 8 de junho de 1836, na sessão de História das Literaturas”. (FARIA, 1967: 50)

Lembremos que estes jovens, apesar da pouca idade, estiveram ligados, de uma forma ou de outra, todos, a atividades diplomáticas. É lugar comum o fato de que Magalhães foi o protegido do Imperador durante toda sua vida, e que, de volta ao Brasil, todos ocuparam cargos públicos, num ou noutra momento, numa ou noutra atividade ligada à cultura e mantinham um elo com o Estado, irrefutável. Citando o texto de Maria Orlanda Pinassi, já evocado anteriormente, temos informações importantes para o estudo da revista e deste projeto conduzido por Gonçalves de Magalhães:

Pouquíssimos são os dados que possam clarear as circunstâncias que levaram Torres Homem e Gonçalves de Magalhães a Paris. O mais certo é que o primeiro rumou para lá na condição de adido cultural da Legação Brasileira na França; o segundo chegou a ser nomeado para a mesma função, mas, na ocasião, já se encontrava em Paris...ambos tinham em mente aprofundar a formação humanista iniciada nos círculos intelectuais da capital brasileira. Prova disso é que Torres Homem conseguiria, então, realizar o sonho reprimido no Rio, frequentando a Faculdade de Direito de Paris, na qual se especializa em direito constitucional, economia política e sistemas financeiros, ao mesmo tempo em que aperfeiçoa-se no estudo de algumas línguas. Gonçalves de Magalhães dedicaria particular atenção aos estudos de Filosofia Eclética, através de Jouffroy, discípulo de Victor Cousin, aprofundando, assim, o que lhe havia sido ensinado por Frei de Monte Alverne. (PINASSI, 1996: 77)

A revista *Nitheroy* se aparenta, em suas finalidades, a um documento de teor diplomático e não literário, como comumente é considerada, o que, se por um lado, parece ser confirmado pela pouca importância que ocupa no conjunto dos textos o estudo de Gonçalves de Magalhães sobre a Literatura brasileira, por outro, realça seu valor de documento histórico o que, de forma enviesada, também contribui para compreender nosso percurso literário. Neste sentido, podemos evocar o texto recente de Maria Orlanda Pinassi, *Três devotos, uma fé, nenhum milagre – um estudo da Revista Niterói, 1836*, em que a autora defende a tese de que o texto de Magalhães teria sido um manifesto Romântico meio a contra gosto, e que a continuidade da revista ficara comprometida por problemas nos bastidores da política cultural da época, devido a desentendimentos entre Gonçalves de Magalhães e Luís Moutinho (FARIA, 1965: 68-148)⁴, então chefe da Legação brasileira em Paris. No capítulo III, item “Rusgas”, Pinassi transcreve um trecho do relatório enviado por Moutinho ao Governo no qual o

⁴ Maria Alice de Oliveira Faria fornece as seguintes informações a respeito de Moutinho: « Luís Moutinho de Lima Alvares e Silva foi chefe da Legação brasileira em Paris, de 1834 a 1838, o brasileiro que se fez mais conhecido e mais querido dos membros do Instituto Histórico, recebendo da sociedade o maior número de referências e sempre das mais lisonjeiras. Admitido como membro, em 30 de outubro de 1834, ocasião em que é lida sua carta de adesão... Moutinho de Lima ainda figura como membro da classe de História das Línguas e das Literaturas nas duas listas de membros publicada até 1855. ». Faria, Maria Alice de Oliveira. « Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris (« Les romantiques Brésiliens à Paris entre 1833 et 1856 ») in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 266, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1965: 68–148. Como indica no texto, Moutinho ocupa, então, o cargo de Ministro. A seu respeito, Raeders escreve: « Le Conseiller Luis Moutinho Alves de Lima, quoique jeune encore (41 ans), avait tout un passé brillant dans la politique et la diplomatie. Il avait été secrétaire particulier de José Bonifácio et il avait combattu avec intrépidité en faveur de l'indépendance de son pays. Il était très estimé à la fois de ses compatriotes résidant en France (ceux-ci lui offriront en 1838 une médaille d'or en témoignage de gratitude) et des Français eux-mêmes (il fut décoré de la Légion d'Honneur et membre de l'Institut de France). C'est à Paris qu'il est mort. » in Raeders, Georges. *Les origines du romantisme brésilien: nativisme et indianisme littéraire – influences françaises*, thèse de doctorat, Paris, 1954: 105.

chefe da Legação brasileira expõe apenas, a nosso ver, seu ponto de vista a respeito da dita “nova geração” não sendo possível ao leitor, que não possui o texto na íntegra, concluir que ele esteja fazendo referência aos jovens de *Nitheroy*:

A geração de 25 a 40 anos, (sic) tem sido nutrida nas mais funestas doutrinas e os órgãos da Imprensa Ministerial com razão se queixa (sic) do Estado moral do País (a França). Não se pode duvidar que a indicação tem sido pervertida, os laços da obediência quebrados, e ao mesmo tempo que a **Escola Moderna** exalta sobremodo os direitos do povo, jamais defende ou sustenta os direitos da autoridade. Confesso a V. Exa. que é com tristeza que encaro uma geração que tem recebido a sua educação religiosa dos livros de Dupey e a sua educação política do contrato social. (PINASSI, 1996: 103)⁵

Ainda segundo a autora:

O motivo aparente para o rompimento de Moutinho com Magalhães e Torres Homem teria sido causado durante um período de afastamento daquele para a Itália, por problemas de doença. Nessa ocasião, Torres Homem assumiu a chefia da legação e, segundo Moutinho (sic), esse teria tomado decisões à sua revelia. (Ver a respeito, ofício de 26/02/1836 enviado por Torres Homem ao Ministro Alves Branco, no Brasil. Arquivo do Palácio do Itamaraty). (PINASSI, 1996: 104)

A autora de *Três devotos, uma fé, nenhum milagre* deixa, na nossa opinião, passar ao largo uma excelente oportunidade de oferecer a seu leitor um trecho de autoria de Torres Homem que permitiria provar, textualmente, o motivo, ao menos o oficial, dado por um dos redatores da revista para seu desentendimento com Moutinho, pois na mesma página 104, Pinassi cita um longo trecho do ofício também datado de 26 de fevereiro de 1836, só que ainda com a versão do chefe da Legação. Neste trecho, Moutinho faz um desabafo, solicitando ao Governo que afaste Magalhães de suas funções, e deixando evidente a total falta de entendimento entre eles:

Não posso mais dissimular que a causa destes embaraços tem sido em grande parte a falta de cooperação da Secretaria. Por maior que seja a minha repugnância em usar as personalidades, experimento a necessidade como homem público de prevenir V. Exa. que o Sr. Torres, Secretário Interino e um jovem adido chamado Magalhães, que apenas agora começam a sua carreira, a incitam de uma maneira que não os pode acreditar. Pertencem, principalmente o segundo, a uma escola moderna que confesso não foi a minha, para a qual a subordinação é um servilismo, a civilidade uma adulação e a oposição feita aos

⁵ Este trecho faz parte de um ofício, segundo a autora, e é datado de 1º de julho de 1835, ou seja, antes da publicação do primeiro número da *Niterói* e é escrito por Luís Moutinho. Em nota referente a este texto Pinassi indica : »Os ofícios foram extraídos da Pasta « Legação Imperial em França » de nº 225/1/6, que se encontra no Arquivo do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

superiores uma virtude liberal e um feito tão glorioso que se procura obter a torto e a direito. Tenho procurado ver se essa desarmonia cessaria com o tempo e por meio da minha prudência, dando o devido desconto à mocidade sequiosa de novidades. Com efeito que interesse podia eu ter em promover mais embaraços ao meu espírito já não pouco desassossegado com meus próprios negócios. Mas o resultado desta prudência provocou um resultado contrário a meus desejos e sendo cada vez mais provocados vejo que não terei outro remédio senão dar conta de tudo a V. Exa. e suspender de suas funções esses dois empregados, ao menos o Adido Magalhães, antes que o contágio ganhe toda a Secretaria, ou resultem casos cuja responsabilidade se torne mais grave. Estou certo que V. Exa. ainda que não me conheça pessoalmente não deixará de sentir as circunstâncias em que me vejo, mas de minha parte acostumado a dificuldades na minha já longa e cansada carreira asseguro que ainda me restam forças para fazer frente à oposição de crianças e não desamparar o ponto que o Governo designou confiar-me. (PINASSI, 1996: 104-105)

Após este conflito com Luís Moutinho, Magalhães pedirá seu afastamento da Legação, segundo o ofício de 29 de abril de 1836, segundo indica Pinassi:

Tenho a honra de dirigir-me respeitosamente a V. Exa. para participar-lhe que, tendo ocorrido vários fatos nesta Legação vejo-me na triste necessidade de não poder continuar a servir debaixo de ordens do Exmo. Sr. Luís Moutinho de Lima, pelo que peço a V. Exa. haja por bem remover-me para outra Corte, ou decidir de minha posição como V. Exa. julgar mais justo em sua sabedoria. Certificando a V. Exa. que em todo tempo que tive a honra de servir nesta legação nunca faltei aos meus deveres, nem ao respeito com meu chefe. (PINASSI, 1996: 105)

Não nos parece que esta seja a única razão que justifique a inexistência dos seguintes números da revista. Parece certo que existissem rugas entre ambos mas, em sendo assim, as divergências pessoais ultrapassariam o caso da revista, sendo, então, todas as atividades que envolvessem decisões de Moutinho e Magalhães, conflituosas. Parece haver uma dissonância no que diz respeito a posições políticas e culturais ou de política cultural mas nada é claro, sendo necessário, talvez, para embasar esta tese evocada em *Três devotos, uma fé, nenhum milagre* a reunião de um grande número de documentos e de naturezas diferentes, e que atestassem com seguridade a hipótese levantada. Mais lógico seria pensar que não fosse intenção do Estado uma longa vida para a revista *Nitheroy*, uma vez que, segundo nossa hipótese, ela desempenhasse uma função muito mais diplomático-documental do que propriamente comportasse grandes intenções literário-artístico-científicas. Mesmo se isso continua apenas uma suposição é interessante e importante notar que houve um movimento de intelectuais brasileiros no sentido de construção de uma imagem do Brasil como nação moderna e independente

de Portugal, e que a publicação de *Nitheroy* reitera o desejo de compartilhar no cenário internacional dos mesmos valores culturais da França. *Nitheroy*, um dos instrumentos políticos da afirmação de um Estado Imperial em formação, resume e simboliza o projeto intelectual de Gonçalves de Magalhães e o projeto coletivo do Estado brasileiro independente.

Referências Bibliográficas

- BAREL, Ana Beatriz DEMARCHI. **Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional**. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2001.
- FARIA, Maria Alice. Os Brasileiros no Instituto Histórico e Geográfico de Paris (Lês romantiques Brésiliens à Paris entre 1833 et 1856). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, vol. 266, Rio de Janeiro, 1965.
- _____. Monglave e o Instituto Histórico de Paris. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 2, São Paulo, 1967.
- MAGALHÃES, GONÇALVES DE e alli. **Nitheroy, Revista Brasiliense**. Ciências, Letras e Artes. Paris, Dauvin et Fontaine Libraires, 1836.
- PINASSI, Maria Orlanda. **Três Devotos, Uma Fé, Nenhum Milagre: Um Estudo da Revista Niterói**, 1836. Campinas, Tese de Doutorado IFCH – UNICAMP, 1996.

**JULES CHAMPFLEURY (1820-1889) E A DIMENSÃO FICCIONAL DA HISTORIOGRAFIA DA ARTE REALISTA:
O EXEMPLO DE *LES AMIS DE LA NATURE***

Daniela Pinheiro Machado Kern*

Jules-François-Felix Fleury-Husson, que em Paris adotaria o pseudônimo de Champfleury, tornou-se conhecido como teórico do realismo e amigo de Courbet. Vindo da província, no começo da década de 1840 se instalou em Paris, com a ambição de iniciar carreira como artista. Logo muda seu objetivo e passa a atuar como escritor e crítico de arte, colaborando com vários dos periódicos que circulavam em Paris na época. Champfleury chegou a dividir um apartamento com Henry Murger (1822-1861), que publicaria entre 1847 e 1849 as *Scènes de la vie de bohème*, clássico sobre a vida da boemia parisiense. Em 1848 Champfleury publicou com Baudelaire, outro de seus amigos, no calor da revolução, o jornal *Le salut public*. No mesmo ano foi um dos primeiros a defender a obra de Courbet, de quem também se tornaria amigo. Juntos seriam os principais expoentes do realismo, respectivamente na crítica de arte e na pintura.

A defesa da pintura de Courbet, seu contemporâneo, ocorre simultaneamente ao interesse de Champfleury por mestres franceses da pintura não canônicos, como os irmãos Le Nain. No livro de 1850 que dedica a eles, *Essai sur la vie et l'oeuvre des Lenain, peintres laonnois*, explica em que condições esses pintores foram redescobertos:

Tendo a República ordenado uma nova classificação e remanejamento dos quadros do Louvre, foram encontrados, em 1848, nos porões, duas telas de Lenain que representavam cenas de aldeia, designadas geralmente nos leilões e nos gabinetes dos *amateurs* como *Intérieur de ferme*. (CHAMPFLEURY, 1850: 16)

A simpatia de Champfleury pela República, implícita no trecho citado, irá repercutir também em alguns dos argumentos que apresenta para defender a necessidade de valorização das obras dos irmãos Lenain, como o da necessidade de igualdade de tratamento dos variados gêneros de pintura. É nesses termos que comenta a fortuna

* Professora Adjunta do PPGAV e DAV/IA (UFRGS), Doutora em Letras (PUCRS), Doutoranda em História (PUCRS).

crítica relativa aos Lenain: “Um único contemporâneo dos Lenain deles se ocupou, e foi para insultá-los. Trata-se de cima para baixo nossos pobres pintores em nome da *nobreza* dos temas [...]. Começamos a nos desembaraçar desses preconceitos.” (CHAMPFLEURY, 1850: 25)

Como bem observa Meltzoff, essa reivindicação de igualdade irá persistir em escritos posteriores sobre a arte popular, pois «Para Champfleury as massas do povo não eram a parte mais baixa da nação, mas um grupo igual a outros, com uma arte, gosto e cultura independentes”. (MELTZOFF, 1942: 283)

É importante frisar que Champfleury escreve em um momento em que a história da arte estava se institucionalizando, tornando-se uma disciplina universitária. Na década de 1840 também surgem as primeiras histórias da arte universais, como a de Franz Kugler (1808-1858). A arqueologia também se estabelece na França, e revistas e sociedades voltadas à disciplina se multiplicam. Diante dessa crescente profissionalização, o jovem Champfleury, nesse mesmo texto de 1850, procura justificar sua iniciativa de atuar em duas frentes distintas, a artística, como romancista, e a de pesquisador e historiador, reconhecendo que por essa duplicidade pode vir a sofrer críticas:

Os museus, arquivos, bibliotecas não são suficientes se não são abertos com solicitude diante dos eruditos, que, como nós, abandonam os seus mais caros interesses para procurar uma data. Mas cometemos o erro de pertencer ao grupo dos Criadores. Não se quer que um romancista seja um arqueólogo, unicamente porque o arqueólogo não pode ser romancista. (CHAMPFLEURY, 1850: 49)

A tendência de disciplinarização da história da arte, da história e mesmo da história da literatura se consolidou no século XX, afetando o modo como a totalidade da obra de Champfleury foi recebida. Os principais estudos dedicados à ela ou tratam da literatura do autor, ou de sua produção como crítico e historiador da arte. Mais comum ainda é tratá-lo como um coadjuvante nos estudos voltados a Baudelaire ou, de modo especial, a Courbet. Meyer Schapiro, por exemplo, ao identificar Courbet com a nova geração de artistas que pregam a criação através do recurso aos próprios sentimentos, à observação e ao contato direto com a natureza, ao invés da erudição literária e do trabalho mental defendidos por gerações anteriores, aponta de igual modo as condições que deverão ser atendidas para a recepção dessa mudança:

Para apreciar Courbet em 1850, deve-se aceitar obras com temas banais, pintadas sem uma evidente retórica da beleza clássica ou romântica, e que revelem uma personalidade cuja resposta à natureza e à vida social, não importa o quão decidida e terrena, pareça não cultivada e mesmo tediosa ao lado da inventividade aristocrática de Ingres e de Delacroix. (SCHAPIRO, 1941, 1942: 181-182)

Champfleury certamente reunia as qualidades elencadas por Schapiro. Tanto ele como Courbet tinham franco interesse por arte folclórica e por formas de vida que considerassem mais autênticas, por se constituírem em uma alternativa à artificialidade que identificavam com a vida citatina burguesa. Champfleury, no entanto, ainda segundo Schapiro, passado o primeiro momento de euforia da Revolução de 1848, e sobretudo diante da instalação, em 1851, da ditadura de Luís Napoleão, recua politicamente, e irá se concentrar mais nos estudos sobre arte popular do que na criação literária, como forma de proteção. Quanto às características de sua literatura, Schapiro nela percebe uma tendência conservadora, ao identificar um afastamento dos temas da vida moderna:

Quaisquer que sejam as implicações de sua doutrina, com seus temas da classe baixa e o estilo direto, impessoal, sua própria escrita realista desde o princípio se ocupou principalmente com as divertidas ou sentimentais banalidades da vida do interior; o vasto, perturbador espetáculo da vida moderna e as lutas e processos de indivíduos sociais ou a autodescoberta de indivíduos sensíveis ficam de fora de sua arte. (SCHAPIRO, 1941, 1942: 187)

T. J. Clark (1972), por sua vez, é extremamente duro com Champfleury, que pinta como o antípoda de Courbet. Enquanto Courbet é revolucionário, esquerdista e libertário, Champfleury é reacionário e medíocre, em suma, o “parasita” de Courbet (CLARK, 1972:14). Mesmo o tão comentado interesse de Champfleury pela arte popular denotaria seu conservadorismo, uma vez que “as gravuras e xilogravuras que ele colecionava pregavam, todas elas, a submissão e a harmonia social” (CLARK, 1972: 66).

Visão mais ponderada apareceria posteriormente, tanto no texto de introdução escrito por Chu (1992), organizadora da antologia de cartas de Courbet, que apresenta um retrato complexo da atuação política de Courbet e, por conseguinte, de Champfleury, não de todo condizente com o modelo mais contrastado, heróico e “melodramático” elaborado por Clark, quanto em obras mais recentes voltadas ao estudo de Champfleury como crítico e historiador da arte, tais quais as de Franary

(1980) e de Asfour (2001).

No que diz respeito ao modo de estudar a obra de Champfleury, mesmo que os trabalhos sobre ela não sejam abundantes, ainda hoje é mais comum o tratamento em separado de suas obras ficcionais e históricas; no entanto, uma visão de conjunto pode se mostrar bastante esclarecedora, uma vez que o autor faz transitar um conjunto comum de valores, ideias e princípios pelos diferentes gêneros. Aqui me limitarei a analisar, brevemente, o modo como as conceituações de realismo e naturalismo ganham corpo em alguns escritos sobre arte de Champfleury, bem como em um de seus romances menos estudados, *Les amis de la nature* (1859).

A discussão sobre as diferenças entre naturalismo e realismo, que se impõe na França no começo da década de 1850, é muito bem sintetizada por Francis Wey, pioneiro na defesa da fotografia como arte, um dos fundadores do periódico *La lumière*, dedicado à fotografia, e mecenas de Courbet. Depois de constatar que os termos naturalismo e realismo passaram a aparecer com frequência nos textos de crítica de arte, Wey propõe uma diferenciação entre ambos:

Ao lado do Naturalismo, que parece se aplicar de maneira mais direta ao detalhe das coisas, eis que já vem o Realismo, que se estende de modo mais complexo, ao conjunto de um sistema; reproduzir os objetos tal como o acaso os apresenta, sem escolha, sem composição, e fazer prevalecer de maneira absoluta essa máxima: “Nada é belo a não ser a verdade”. (WEY, 1851a: 31)

Os realistas trabalham a partir de uma ideia central, a de que se deve mostrar a verdade a respeito da realidade; já o naturalismo, segundo essa concepção, “empalha a natureza toda viva”, a imita sem nenhum tipo de discriminação. Para Wey, o realismo supera o naturalismo por se apoderar, de modo renovado, da noção de ideal – com base nesse argumento, aliás, ele irá procurar defender a fotografia como arte, uma vez que ela “terá por finalidade definitiva destacar de modo mais vistoso e mais sentido o lado ideal da arte, ao se apoderar de tudo que diz respeito à realidade seca e crua” (WEY, 1851b: 34).

Essa preocupação de dissociar o realismo da imitação pura e simples, até porque essa é uma das características que então se costumava atribuir do ensino acadêmico de artes, também é recorrente em Champfleury. No Prefácio que escreveu em 25 de março de 1857 àquele que talvez seja seu livro mais célebre, *Le Réalisme*, Champfleury cita algumas passagens das cartas de John Constable (1776-1837), que influenciou

fortemente o romantismo francês nas artes, sobretudo Delacroix. Em um desses trechos Constable critica a imitação dos grandes mestres e elogia a interpretação da natureza, o que de algum modo prefigura alguns argumentos que seriam mais tarde lançados pelos realistas:

É assim que a ignorância pública favorece a preguiça dos artistas e os incita à imitação. Ela elogia de boa vontade pastiches feitos a partir dos grandes mestres, porque neles ela encontra a aparência de méritos que está habituada a reconhecer: ao contrário, ela se distancia de tudo que é uma interpretação nova e ousada da natureza [...]. (apud CHAMPFLEURY, 1857: 9)

A necessidade de se distanciar dos naturalistas se torna cada vez mais forte ao longo da década de 1850, uma vez que se avolumam as vozes que deles fazem pouco caso. Baudelaire em mais de uma ocasião escreveu jocosamente a respeito dos amantes da natureza. Em carta a Desnoyers, que organizou e publicou, em 1855, uma antologia que em homenagem a Denecourt, o guardião da floresta de Fontainebleau, que era então um dos principais destinos do turismo interno do país, Baudelaire assim se manifesta:

Meu caro Desnoyers, você me pede versos para o seu pequeno volume, versos sobre a *Natureza*, não é? Sobre os bosques, os grandes carvalhos, a verdura, os insetos, – o sol, sem dúvida? Mas você bem sabe que sou incapaz de me enternecer pelos vegetais, e que minha alma é rebelde a essa singular Religião nova, que terá sempre, me parece, para todo o ser espiritual um não sei quê de *shocking*. Jamais acreditarei que a *alma de Deus habita as plantas*, e, mesmo que ela as habitasse, me importaria muito pouco com isso, e consideraria a minha como de bem mais alto valor do que a daqueles legumes santificados. (BAUDELAIRE, 2010a: 46)

Alguns anos depois, em seu polêmico texto sobre a fotografia, de 1859, Baudelaire lastima mais uma vez que o naturalismo, projetado aqui na paixão pelo daguerreótipo, esteja tomando conta da sociedade francesa:

Em matéria de pintura e de estatuária, o Credo atual das pessoas da alta roda, sobretudo na França (e não creio que quem quer que seja ouse afirmar o contrário), é este: «Acredito na Natureza e apenas na Natureza (há boas razões para isso). Acredito que a arte é e apenas pode ser a reprodução exata da Natureza (uma seita tímida e dissidente quer que os objetos de natureza repugnante sejam descartados, como um pinico ou um esqueleto). (BAUDELAIRE, 2010b: 78-79)

Champfleury sem dúvida compartilhava com Baudelaire do espírito crítico em relação a essa voga do culto à natureza. E também em 1859 publica *Les amis de la nature*, definido por Bouvier, um de seus biógrafos, como um “...roman à clef e de

enorme bufonaria, que retraza as brincadeiras do grupo que sucedeu ao cenáculo realista de 1850” (BOUVIER, 1913: 318). Conforme Leakey (1969), em 1846 de fato foi criada em Paris, por um grupo de artistas e escritores boêmios, uma sociedade de amigos da natureza. O próprio Champfleury quando, em uma carta ao amigo Max Buchon, descreve a abertura da “Courbet-Exhibition”, em 28 de junho de 1855, menciona a chegada à exposição do poeta Gustave Mathieu, seguido de seus alunos, “alguns jovens *Amis de la nature*”. Os *Amis* haviam levado algumas *coquines*, que riam, corriam e escandalizavam as senhoras que foram assistir à exposição (TROUBAT, 1905: 108).

Não causa, portanto, espécie que Champfleury dedique *Les amis de la nature* justamente à Mathieu. O enredo, em poucas palavras, é o seguinte: Gorenflot, um burguês casado que cansou do próprio jardim, é tomado de amores pela floresta de Grateloup, que ele passa a “melhorar” às escondidas, com a ajuda dos trabalhadores que contrata. Ele deseja criar cenários mais pitorescos na floresta, e abrir novos caminhos. O filósofo Bigle, que frequenta o grupo boêmio dos *Amis de la nature* (devotos da natureza à distância, pois passam a maior parte do tempo em uma *brasserie*, bebendo e conversando), ainda que critique o abismo que há entre o que teorizam e o que realmente praticam, em um passeio à floresta se depara com Gorenflot, e acaba por se tornar testemunha no processo movido contra o burguês, acusado de causar danos à Grateloup. O caso ganha imensa repercussão na imprensa, e se transforma em uma divertida batalha ideológica, tendo Gorenflot conquistado o massivo apoio dos *Amis de la nature*. Ao final tudo se tranquiliza, e Gorenflot pode voltar a agir como bem quiser na floresta, dessa vez com a conivência dos guardas florestais. Para compreender esse romance, que não se enquadra, de resto, na leitura que Schapiro fez das obras ficcionais de Champfleury, Leakey (1969: 118-120) propõe algumas «chaves»: Gorenflot, o burguês “amante da natureza”, seria Donecourt, o homenageado da já mencionada antologia sobre Fontainebleau, de 1855; a voz realista do filósofo Bigle, por sua vez, que ironiza repetidamente a “mania naturalista”, seria inspirada em Baudelaire e no próprio Champfleury.

Há uma passagem emblemática do romance, analisada em detalhe por Przyblyski (1996), que trata de um incidente ocorrido com Lavertujeon, um *Ami de la nature* muito inspirado pelas naturezas-mortas holandesas (outra mania da época, que grassava entre os frequentadores do Louvre). O quadro pintado por ele, que

representava um queijo Brie, foi recusado pelo Salão de Paris, mas os quadros de um inglês e de um holandês, que também apresentavam queijos, foram aceitos. Bigle entra em cena, então, para explicar ao atônito pintor por que isso ocorreu:

- Você sabe o que ouvi dizer a respeito de teu quadro recusado? Disse Bigle: tu és acusado de ter opiniões muito avançadas.
- Eu? disse Lavertujeon.
- Sim, isso se vê em tuas obras.
- Oh! grita o inocente Lavertujeon.
- Eis o que me contaram, disse Bigle: os membros do Júri aceitaram os queijos de Chester e da Holanda porque eles não encerram nada de sedicioso, mas julgaram teu Brie um quadro demagógico.
- Tenho razão em dizer, retoma o filósofo, que a ideia deveria chocar. É um queijo de pobre; a faca, com seu cabo de osso e sua lâmina usada, é uma faca de proletário. Fizeram a observação de que tu tens uma violenta afeição pelos móveis dos pobres: tu és julgado demagogo, e tu o és.
- Eu não sou nada, disse Lavertujeon.
- Tu és anárquico sem o saber.
- São os mais perigosos, acrescenta Bigle. (CHAMPFLEURY, 1859: 19-20)

Lavertujeon é um naturalista na prática, pinta de modo detalhado objetos reais a partir de observação, mas não tem a consciência que um realista teria das implicações políticas de suas escolhas temáticas – algo que era mesmo uma questão premente no período, como deixa claro Schapiro: “Em uma época em que observação crítica da vida social era uma força revolucionária, os ideais de objetividade e realismo na pintura ou literatura eram politicamente suspeitos” (SCHAPIRO, 1941, 1942: 184). Bigle, portanto, fala aqui pelos realistas.

Champfleury, em escritos posteriores voltados à história da arte, como a *Imagerie populaire*, de 1869, continuará a desdobrar elementos do credo realista presentes tanto em romances tais quais *Les amis de la nature*, como em seus primeiros escritos sobre arte. Os artistas estão saturados de história e de civilização, imitam o passado e não mais percebem diretamente o presente, problema atacado já nos primórdios do movimento realista:

Nossos artistas sabem demais, eles não sabem o suficiente. Tantas obras do passado são, sem parar, colocadas sob seus olhos que eles não veem o presente. Se excetuamos os paisagistas, que vivem em plena natureza, aqueles que pintam o homem moderno parecem vê-lo apenas através das lunettes da antiguidade, da idade média, do renascimento, do século XVIII. (CHAMPFLEURY, 1869: XLVIII)

Uma solução possível, do mesmo modo prenunciada em sua obra ficcional e histórica, é a democratização do cânone das artes, que permita a recuperação do que é autêntico e verdadeiro, do que não se resume ao materialismo “naturalista” ou industrial. Champfleury milita para que deixe de ser um problema o encontro desses valores em outras classes sociais, que não a burguesa ou a aristocrática, ou mesmo em outras culturas que não a europeia. Ele haveria, assim, de criar paralelos artísticos que apenas se tornariam comuns nas vanguardas artísticas de princípios do século XX. É com um deles que concluo: “Entendo que um ídolo entalhado em um trono de árvore por selvagens esteja mais próximo do Moisés de Michelangelo do que a maior parte das estátuas dos salões anuais” (CHAMPFLEURY, 1869: XII).

Referências Bibliográficas

- ASFOUR, Amal. **Champfleury meaning in the popular arts in nineteenth century France**. Frankfurt: Peter Lang, 2001.
- BAUDELAIRE, Charles. Os dois crepúsculos: A Fernand Desnoyers [1855]. In: BAUDELAIRE, Charles; RUSKIN, John. **Paisagem moderna: Baudelaire e Ruskin**. Int., trad. e notas: Daniela Kern. Porto Alegre: Sulina, 2010a.
- BAUDELAIRE, Charles. Salão de 1859: O público moderno e a fotografia. In: BAUDELAIRE, Charles; RUSKIN, John. **Paisagem moderna: Baudelaire e Ruskin**. Int., trad. e notas: Daniela Kern. Porto Alegre: Sulina, 2010b.
- BOUVIER, Émile. **La Bataille réaliste: 1844-1857**. Paris: Fontemoing & Cie., Édít., 1913.
- CHAMPFLEURY, Jules. **Essai sur la vie et l'oeuvre des Lenain, peintres laonnais**. Avec un catalogue complet de leurs gravures, dessins et peintures. Paris: Librairie Archéologique de Victor Didron, 1850.
- CHAMPFLEURY, Jules. **Histoire de l'imagerie populaire**. Paris: E. Dentu Éditeur, 1869.
- CHAMPFLEURY, Jules. **Le Réalisme**. Paris: Michel Lévy, 1857.
- CHAMPFLEURY, Jules. **Les amis de la nature**. Paris: Poulet-Malassis et de Broise, 1859.
- CLARK, T. J. **Image of the people**. Gustave Courbet and the 1848 Revolution.

- Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1982.
- CHU, Petra ten-Doesschate (Ed.). **Letters of Gustave Courbet**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.
- FRANARY, David A. **Champfleury, the realist writer as art critic**. Ann Arbor, Michigan: UMI Research Press, 1980.
- LEAKEY, F. W. **Baudelaire and Nature**. Manchester, UK: University of Manchester Press, 1969.
- MELTZOFF, Stanley. The Revival of the Le Nains. **The Art Bulletin**, v. 24, n. 3, p. 259-286, Sep. 1942.
- PRZYBLYSKI, Jeannene M. Courbet, the Commune, and the Meanings of Still Life in 1871. **Art Journal**, v. 55, n. 2, Recent Approaches to 19th-Century Visual Culture, p. 28-37, Summer, 1996.
- SCHAPIRO, Meyer. Courbet and Popular Imagery: An Essay on Realism and Naïveté. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 4, n. 3/4, p. 164-191, Apr., 1941 - Jul., 1942).
- TROUBAT, Jules. **Souvenirs sur Champfleury et le Réalisme**. Paris: Librairie de la Province, 1905.
- WEY, Francis. Du naturalisme dans l'art. De son principe et de ses conséquences (a propos d'un article de M. Delécluse). **La Lumière**: journal non politique hebdomadaire. Beaux-Arts – Héliographie – Sciences. Première Année, n. 8, p. 31, Dimanche, 30 Mars 1851a.
- WEY, Francis. Du naturalisme dans l'art. De son principe et de ses conséquences (a propos d'un article de M. Delécluse) (fin). **La Lumière**: journal non politique hebdomadaire. Beaux-Arts – Héliographie – Sciences. Première Année, n. 9, p. 34-35, Dimanche, 6 Avril 1851b.

**CIÊNCIA E ESTADO:
A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE EDUARDO RABELO E A DEFESA DE PRESCRIÇÕES
LIBERAIS NO COMBATE À LEPROSA NO BRASIL**

Dilma Cabral*

Por um longo período a biografia teve seu lugar assegurado na produção historiográfica, constituindo-se num importante recurso metodológico de construção da memória política. Vinculada ao que se configurou como produção científica e acadêmica do historiador, a narrativa biográfica acabaria por se converter no gênero por excelência dos estudos de natureza política, especialmente dos grandes heróis e agentes da história pátria, e em elemento fundamental de formação de identidade nacional.

O estabelecimento de novos princípios para a produção historiográfica promoveria o declínio da ‘velha’ história política, movimento impulsionado pela própria transformação do campo histórico. Marco maior desta tendência seria a fundação da *Annales d’histoire économique et sociale*, que reuniria uma geração de historiadores comprometidos com o combate à história política factual e tradicional que dominara o século XIX. Não por acaso, a perda de prestígio da história política contribuiria também para a marginalização da temática da trajetória individual como objeto de estudo, em contraposição à ‘história acontecimento, a ‘nova história’ voltava-se para os movimentos coletivos e as variadas dimensões da vida em sociedade.

No entanto, viria também da historiografia francesa a reorientação que acabaria por reabilitar a biografia no universo acadêmico, processo que pode ser identificado à própria retomada da história política. Coube à terceira geração da Escola dos Annales capitanear o processo de renovação porque passaria a história política e o conseqüente retorno do interesse pelo gênero biográfico, fruto da crítica aos limites impostos pelo modelo de análise macro-estrutural, expressão na chamada ‘viragem antropológica’ (BURKE, 1997). Parte deste processo de crítica ao longo domínio da estrutura e da coletividade sobre o acontecimento e o indivíduo, seria o deslocamento do olhar do historiador para a perspectiva da análise micro-histórica, ao rever posições e concepções sobre as quais se assentara a ‘história nova’.

* Doutora em História pela UFF, pesquisadora do Arquivo Nacional e supervisora do grupo de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira-Mapa.

O redimensionar da pesquisa histórica apontou novas possibilidades de análise e redefiniu questões metodológicas e fontes de pesquisa, reinserindo a experiência individual como objeto do historiador. Se a redescoberta da biografia relacionou-se a uma história voltada para o cotidiano e os excluídos, a revisão do método biográfico contribuiria ainda para informar sobre a sociedade ao privilegiar as relações entre o individual e o coletivo, conciliando particular e coletivo. Este movimento não só permite identificar uma figura em seu meio, como distinguir aqueles que são os aspectos particulares e os que integram os padrões e modelos sociais vigentes.¹

Em texto clássico em que chama atenção para as armadilhas do uso da biografia, Pierre Bourdieu alerta para suas impossibilidades, especialmente a tentativa de extrair um sentido ordenado e coerente da experiência individual, ao que denomina de *ilusão biográfica*. Em contraposição, o autor enuncia outra possibilidade de análise ao propor a noção de *trajetória*, entendida como “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Idem: 189). Para além de uma identidade social pautada pela constância descrita por uma biografia, a noção de *trajetória* permite perceber os diferentes contextos no qual age o indivíduo, bem como suas transformações e deslocamentos em diferentes espaços sociais.

Desta forma, ao tomarmos a biografia do médico Eduardo Rabello como objeto de compreensão da elaboração de uma política pública de combate à lepra na década de 1920, podemos compreender que, para além de regulamentos sanitários e dispositivos legais, a ação do Estado se fez também a partir do posicionamento pessoal de seus agentes. Os itinerários percorridos por Rabello auxiliam na compreensão do significado da atuação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas e o embate científico travado em torno de questões fundamentais à época, como a curabilidade e a transmissibilidade da doença. Por outro lado, acompanhar sua trajetória nos permite ainda resgatar a historicidade do debate sobre o isolamento dos leprosos no Brasil, *desnaturalizando* sua adoção como base das políticas públicas que seriam seguidas para a luta contra a doença no país. Tal possibilidade situa-se na interseção entre o coletivo e o individual, para o que é necessário conhecermos as posições assumidas por Rabello

¹ Para um balanço do retorno dos historiadores ao gênero biográfico ver, entre outros: DOSSE, 2007; GUIMARÃES, 2008: 19-26 ; DEL PRIORE: 7-16, jun/dez 2009; LEVI, 1996: 167-182; SCHMIDT: 131-142, jul;dez.2004.

em seu campo profissional e à frente da Inspeção, bem como a dinâmica da construção da saúde pública como um problema nacional no período.

Na década de 1910 a lepra não fora estabelecida como uma prioridade sanitária para o Estado brasileiro, seu combate seria executado pelas unidades da federação com o auxílio da iniciativa privada, o que tornaria as entidades filantrópicas grandes parceiras dos governos. A década de 1920 promoveu uma profunda alteração neste quadro, com a aprovação do regulamento que reorganizou os serviços sanitários federais e criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que vinha substituir a Diretoria Geral de Saúde Pública. Sob a direção do médico Carlos Chagas, o DNSP seria responsável pela maior intervenção e centralização dos serviços de saúde nos estados, grande reivindicação do movimento sanitarista que colocara os sertões e as endemias rurais como objeto de ação do Estado.²

Para direção da Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, órgão da estrutura do DNSP, foi nomeado o médico Eduardo Rabelo, nome destacado da clínica médica e da pesquisa voltada para a dermatologia e sifilografia. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903, com a defesa da tese *Hematologia na ancilostomose*, cuja pesquisa foi desenvolvida nos laboratórios de Manguinhos. Em 1906 Rabelo foi aprovado no concurso para cátedra de dermatologia e sifilografia, da Faculdade de Medicina, ocasião em que já ocupava a chefia do Serviço de Doenças de Pele e Sífilis da Policlínica Geral de Botafogo. Na Faculdade Rabelo ficaria encarregado da organização do Laboratório de Clínica Dermatológica sendo o responsável, junto com Fernando Terra, pela progressiva aproximação da instituição com a pesquisa clínica e experimental.

O médico foi também um dos fundadores, em 1912, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, entidade que funcionaria como um importante pólo de articulação de profissionais de diferentes instituições que se agregavam em torno da pesquisa

² O decreto ainda definia que o serviço do DNSP seria organizado em três diretorias: a dos Serviços Sanitários Terrestres na Capital Federal, a de Defesa Sanitária Marítima e Fluvial e a do Saneamento e Profilaxia Rural. Além destas diretorias haveria ainda uma Secretaria Geral, onde funcionariam os seguintes serviços diretamente subordinados ao diretor do Departamento: fiscalização do exercício da medicina, farmácia, arte dentária e obstetrícia; estatística demógrafo sanitária; engenharia sanitária; fiscalização dos esgotos e de novas redes; profilaxia contra a lepra e contra as doenças venéreas; hospitais de isolamento, higiene e assistência médica à infância. Cf. CABRAL, 2007: 296.

dermatológica, na qual se inseria o estudo da lepra. Rabelo foi designado secretário-geral da Sociedade em 1912, ao lado de Oscar da Silva Araújo, sendo seus presidente e vice-presidente Fernando Terra e Werneck Machado, respectivamente. O médico assumiria ainda, em 1925, a titularidade da cátedra de dermatologia e sifilografia, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e a presidência da Sociedade Brasileira de Dermatologia, cargos em que se manteve até 1940, ano de sua morte (CARRARA, 1996: 89-92).

A criação de uma estrutura administrativa voltada para o combate à lepra procurava atender a compreensão de que esta era uma doença distinta das demais endemias que castigava a população brasileira e, por outro lado, seu combate necessitava de uma ação harmônica da União e dos estados, como forma de partilhar os custos sociais e econômicos impostos pela longa omissão dos governos. Estes elementos não livrariam a Inspetoria ser objeto de crítica dos que consideravam ser o saneamento dos sertões o princípio norteador para a criação do DNSP, não sendo prioridades o combate à lepra, às doenças venéreas ou a tuberculose.

Além disto, o estabelecimento da Inspetoria marcaria também o acirramento de disputas no campo da leprologia, que colocava em questão o modelo de profilaxia da doença a ser adotado pelo Estado brasileiro. Se havia concordância de que o isolamento deveria compor o alicerce da luta contra a lepra, conforme já comprovado em experiências internacionais, o modelo a ser adotado não havia ainda se consolidado. No caso específico da lepra a discussão sobre o código sanitário evidenciava um movimento que, baseado em dados epidemiológicos das áreas de maior incidência da doença, questionava a segregação compulsória dos leprosos e propunha um novo formato para a sua profilaxia. O declínio da lepra na Noruega, que recolocara a doença na pauta sanitária europeia no século XIX, converteu o isolamento na base de uma profilaxia eficiente. Considerado o único meio conhecido de impedir a propagação da doença, o isolamento tornou-se uma orientação sanitária internacional a partir das resoluções da 1ª Conferência Internacional de Lepra, em 1897. Neste período o problema da lepra internacionalizou-se e ganhou dimensões bem mais contundentes nas colônias, produzindo experiências nacionais dramáticas na segregação compulsória dos leprosos, como a havaiana.

No entanto, viria do mundo colonial a revisão dos princípios norteadores do

combate à lepra, postura imposta pela constatação de que apesar da experiência isolacionista das últimas décadas, não diminuiria a incidência da doença nestas áreas. O modelo adotado nas colônias inglesas e francesas promoveria esta releitura na profilaxia da lepra, cujo centro deixava de ser os hospitais de isolamento para tornarem-se os dispensários, que tratavam o doente sem afastá-lo de seu meio social. O padrão de tratamento misto dos leprosos utilizado pelos médicos britânicos Leonard Rogers e Ernest Muir na Índia, que conciliava o atendimento em ambulatórios e dispensários para os doentes não bacilíferos e os de *'lepra fechada'*, com isolamento apenas dos casos contagiantes ou em reativação da doença, tornar-se-ia uma experiência que seria utilizada em outros países (MONTEIRO, 1995: 126-9).

A 3ª Conferência Internacional de Lepra, em 1923 em Estrasburgo, manteve em suas recomendações finais os princípios de organização da luta contra a lepra das duas conferências anteriores, o que significava a segregação dos leprosos.³ No entanto, suas resoluções deixavam antever o prenúncio de que novos elementos seriam incorporados na profilaxia da doença. Segundo estas resoluções, a forma a ser tomada pelo isolamento era recomendada de acordo com o nível de endemicidade da doença no país, admitindo-se o isolamento domiciliar quando possível. Excetuava-se deste caso os indigentes, nômades ou vagabundos e as pessoas que não podiam ser isoladas em domicílio, para quem se recomendava a segregação em hospitais, sanatórios ou colônias agrícolas, conforme o caso e o país. Este evento pode ser tomado como o momento em que a comunidade médica internacional começa a evidenciar que a política de segregação compulsória, que tivera no isolamento insular o grande sonho profilático do combate à doença, sofreria severa crítica nas décadas seguintes, o que não impediria que fosse ainda largamente utilizada como o suporte da luta contra a doença em muitas experiências nacionais.

Em 1915, por ocasião dos trabalhos da Comissão de Profilaxia da Lepra, Eduardo Rabelo defenderia, junto com o médico Silva Araújo, medidas mais rigorosas de isolamento em decorrência da *"gravidade da doença e da impossibilidade de profilaxia específica"*, o que significou considerar que o isolamento domiciliar só deveria ser aceito em nosso país em condições excepcionais (*apud* ARAÚJO, 1956:

³ Em 1897 houve a 1ª Conferência Internacional de Lepra, em Berlim; em 1909 realizou-se a 2ª Conferência Internacional de Lepra, em Bergen, na Noruega; em 1923 ocorreu a 3ª Conferência Internacional de Lepra, em Estrasburgo, na França.

153). Para os médicos, a baixa contagiosidade da lepra estava comprometida por seu aspecto crônico, pelas incertezas de sua transmissibilidade, os problemas inerentes à sua bacilemia, a baixa eficácia do tratamento e da cura da doença. Rabelo e Silva Araújo argumentavam ainda que no Brasil, ao contrário da Noruega, a adoção de tal medida profilática esbarrava no regime político e administrativo descentralizado, na ausência de vigilância sanitária, na baixa educação sanitária da população e no grande número de indigentes e de pessoas de poucos recursos que constituíam a massa de leprosos.⁴

No entanto, podemos acompanhar o abrandamento das reservas de Eduardo Rabelo quanto o isolamento domiciliar, e o reconhecimento do seu papel na profilaxia da lepra, por ocasião de sua defesa ao regulamento sanitário de 1920. Argumentando favoravelmente sobre o isolamento domiciliar como uma medida profilática moderna, Rabelo fazia um extenso levantamento dos resultados epidemiológicos obtidos pelos países que praticavam o isolamento domiciliar, além de respaldar as prescrições do regulamento sanitário no tocante à lepra nos congressos médicos nacionais e internacionais. Os resultados epidemiológicos favoráveis de países como Alemanha, Islândia, Noruega e Suécia, que adotariam preferencialmente o isolamento domiciliar, teriam estimulado que esta medida fosse indicada em todos estes encontros internacionais, onde já se falava inclusive unicamente em vigilância médica para o leproso. Para o médico, mesmo na Noruega, o isolamento domiciliar em si não teria sido a medida mais eficiente, mas foi a possível. A vantagem da prática norueguesa, que resultou no isolamento do maior número de doentes, foi justamente a adoção de medidas liberais na profilaxia da lepra.

O regulamento sanitário brasileiro, aprovado em 1920, seguiria de perto esta experiência norueguesa, ao determinar que, concluído o diagnóstico positivo da lepra, o doente ou seu responsável seriam notificados da obrigatoriedade do isolamento e da liberdade de levá-lo a efeito em seu próprio domicílio ou no estabelecimento nosocomial que lhes conviesse (Brasil, 1920, art. 393). Quanto à questão da vigilância sanitária dos comunicantes, Rabelo afirmava que era distinta da realizada no leproso em domicílio, para quem eram indicados exames a cada seis meses. A defesa do isolamento como uma política pública conduzida pelo Estado brasileiro deve ser pensada a partir de fatores que procuravam congregar o conhecimento científico sobre a doença, seu

⁴ Sobre a Comissão de Profilaxia ver CABRAL, 2008: 183-6.

conteúdo simbólico e suas implicações sociais, políticas e econômicas. São estes os elementos que definirão os limites impostos ao combate à lepra neste período, que ajuda-nos a compreender os pequenos deslocamentos e a trajetória do discurso médico sobre os modelos profiláticos disponíveis, resultado do esforço de conciliar idéias e ações.

Eduardo Rabelo, tal como outros nomes que defendiam a adoção de medidas mais liberais na profilaxia da lepra, considerava que o isolamento obrigatório dos leprosos deveria pautar-se na construção de grandes e modernos leprosários, onde o conforto e a liberdade suavizariam a segregação, especialmente para os doentes oriundos das camadas mais abastadas da sociedade. Segundo o médico, os novos conhecimentos científicos apontavam para a baixa contagiosidade da lepra, o contágio da doença ocorreria na maior parte das vezes entre aqueles que desfrutavam do contato íntimo e prolongado com o doente, sendo o organismo mais receptivo nas primeiras décadas de vida, o que obrigava a uma revisão dos procedimentos profiláticos que segregavam indiscriminadamente todos os leprosos (RABELO, 1931).

Uma profilaxia baseada nestas novas aquisições científicas teria como base a vigilância sanitária dos leprosos para o controle dos comunicantes e, por outro lado, o afastamento das crianças do foco de infecção leprosa depois de seu nascimento. Sob sua direção a terapêutica da doença tornar-se-ia um importante ponto do modelo profilático adotado pela Inspeção, a criação de dispensários nos principais focos de lepra no país testemunhava o papel conferido ao tratamento clínico, priorizado em detrimento do isolamento nosocomial. A sua relevância na profilaxia da lepra pode ser dimensionada não só pela distribuição e generalização do chaulmogra, mas também pelo investimento em pesquisa sobre a ação terapêutica de plantas medicinais brasileiras e o contrato firmado com o Instituto Oswaldo Cruz para a fabricação de medicamentos para o tratamento da doença. Para Rabelo, a possibilidade de cura com o uso de medicamento esvaziava a discussão sobre o isolamento dos leprosos que, apesar de revestir-se de ideais humanitários, guardava ainda fortemente a idéia de degredo social.

O que foi considerado pelos seus críticos como prescrições por demais liberais para profilaxia da lepra, baseadas na vigilância sanitária e na educação higiênica, marcaria também a atuação de Eduardo Rabelo no campo da sifilografia. O modelo de intervenção defendido pelo médico para profilaxia da sífilis tinha por base a educação

higiênica da população, suas propostas não previam a regulamentação ou a criminalização da prostituição, nem mesmo a promoção da abstinência sexual masculina (CARRARA, 1996: 195-202). Eduardo Rabelo considerava que o tratamento da sífilis deveria ser predominantemente ambulatorial, a internação voluntária seria realizada em discretas enfermarias especiais, localizadas em hospitais gerais. Tal como argumentaria em relação à lepra, Eduardo Rabelo considerava que a tentativa de regulamentar a prostituição havia sido o grande empecilho à profilaxia da sífilis, que “(...) *poderia se manter no campo ‘puramente sanitário’, prescindindo de qualquer dimensão policial ou repressiva*” (apud Idem: 196). Segundo Carrara, no caso da sífilis o regulamento sanitário havia feito algumas conciliações entre diferentes modelos profiláticos para a doença, onde a proposta de Eduardo Rabelo, contrária à regulamentação da prostituição, harmonizou-se com a possibilidade expressa no decreto de um regime sanitário especial para as prostitutas (Idem: 218-9).

A conciliação entre prescrições liberais e proposições coercitivas no combate à lepra também esteve presente no regulamento sanitário de 1920. No decreto podemos identificar uma série de medidas que procuravam aplicar os modernos preceitos da higiene onde, além do isolamento domiciliar, encontraremos prescrições como, por exemplo: a confidencialidade da notificação do diagnóstico da lepra; a possibilidade do exame de confirmação do diagnóstico ser acompanhado por médico de confiança do suspeito ou doente; a possibilidade de recurso do diagnóstico para o Diretor-Geral do DNSP; a permissão de internamento de pessoa adulta que quisesse acompanhar o doente, desde que assumida suas despesas; a permissão para o doente isolado tratar-se com clínico de sua confiança; o consentimento, em casos excepcionais, da saída do leproso isolado em estabelecimento para visitar a família ou tratar de interesse próprio (BRASIL, 1920, arts. 382; 390, § 5º; 392; 393; 399; 401 e 411). Porém, também estavam prevista medidas de caráter repressivo, como: nos casos dos suspeitos negarem-se ao exame, quando poderia ser requisitado o auxílio da polícia para sua execução; o afastamento das crianças no caso de isolamento nosocomial de um dos pais, mesmo estando o outro saudável, ou o impedimento de entrada no país de imigrantes estrangeiros (Idem, art.390, § 4º; art. 409, h; art. 412 e 423).

Eduardo Rabelo teria condições de reafirmar os princípios liberais que orientariam os trabalhos da Inspeção de Profilaxia da Lepra, em diversas ocasiões. Em

1926 envolveu-se numa famosa polêmica na Academia Nacional de Medicina com o médico Belisário Pena, que atacava as propostas profiláticas e o que considerava os baixos resultados da Inspetoria. Já afastado da direção dos serviços da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, Rabelo compareceu à sessão da Academia Nacional de Medicina para, ao lado de Silva Araújo que o substituiu, responder às críticas de Pena. Rabelo retomava os argumentos já conhecidos trazidos da moderna profilaxia da doença, que favorecia a manutenção do leproso junto à sua família, das experiências internacionais que reduziam o número de doentes com medidas mais liberais, da necessidade de multiplicação de locais de isolamento juntos aos focos da doença, dos progressos da terapêutica, da baixa contagiosidade e a possibilidade de cura clínica da lepra. Rabelo reafirmava os princípios liberais que haviam formatado o regulamento sanitário e a atuação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, indicando que estes novos elementos que foram trazidos do avanço das pesquisas sobre a doença limitavam o isolamento do leproso.

Em 1931 o médico realizou uma conferência na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, onde teceu considerações sobre a profilaxia da lepra executada no estado pelo médico João de Aguiar Pupo, partidário da política isolacionista. Rabelo advogava um modelo profilático, para o Brasil e o estado de São Paulo, baseado no trabalho que Lonard Rogers vinha desenvolvendo na Índia, onde o tratamento profilático era diferenciado para cada grupo, não se adotando a segregação indistintamente. Segundo este modelo, o tratamento a ser dispensado estava de acordo com o risco de contágio e as condições individuais de cada doente, adotava-se para cada o isolamento, a quem seria indicado o tratamento em dispensários ou a vigilância sanitária.

Esta compreensão de um desempenho tímida ou ineficiente da Inspetoria, que acabou por ficar consagrado na historiografia sobre o tema, deve ser analisada de forma bastante cuidadosa. De forma geral, este discurso fez parte de uma estrutura argumentativa que compreendia que a construção de leprosários e, conseqüentemente o isolamento nosocomial dos doentes, deveria ser a base da profilaxia da lepra. Logo, a avaliação dos serviços da Inspetoria se daria estritamente pela construção de unidades de isolamento de leprosos, o que acabava por reduzir sua atuação e negar os possíveis resultados a serem obtidos pelo modelo profilático que vinha sendo adotado pelo órgão.

Se as dificuldades financeiras serviam como importantes limitadores para construção de leprosarias, conforme atestariam em diferentes situações Eduardo Rabelo e Silva Araújo, outros recursos profiláticos foram adotados, como os dispensários mistos utilizados no combate à lepra e às doenças venéreas. Devemos lembrar que Rabelo e Silva Araújo defendiam que o isolamento nosocomial funcionaria como uma punição aos doentes que não obedecessem às determinações a serem adotadas para o isolamento domiciliar, destinando-se mais especificamente a uma população de miseráveis e indigentes.

O aspecto que buscamos frisar nesta análise é que a política empreendida pelo governo federal durante a década de 1920 não foi apenas o resultado das dificuldades orçamentárias da Inspetoria, esta seria uma perspectiva bastante reducionista da ação do órgão. O que consideramos, a partir da atuação de Eduardo Rabelo em diferentes frentes, é que a atuação da Inspetoria na profilaxia da lepra foi, acima de tudo, decorrência de uma escolha política que orientaria a campanha contra a doença para prescrições mais liberais, onde o isolamento nosocomial do leproso não se constituía a base de suas determinações. Sob este argumento é que procuramos entender as alternativas profiláticas que estavam colocadas aos condutores da política contra a lepra e os princípios científicos que apoiavam tais escolhas, dispostos no regulamento sanitário de 1920 e executados pela Inspetoria até 1930. Os princípios profiláticos que orientaram a atuação da Inspetoria baseou-se na defesa da baixa contagiosidade da lepra, o que esvaziava a adoção de qualquer medida de segregação repressiva, a crença em sua cura e no papel determinante desempenhado pelo óleo de chaumoolgra reforçaria esta perspectiva sanitária.

Para entendermos que o isolamento do leproso assumiu diferentes significados no discurso médico, foi fundamental também perceber que o combate à lepra foi o resultado de opções profiláticas, que se tornaram o centro de um profundo debate que se deu ao longo das duas primeiras décadas do século XX. A atuação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra foi produto destas escolhas, as medidas executadas pelo órgão foram a expressão das posições defendidas por nomes como Eduardo Rabelo e Silva Araújo, e das prescrições profiláticas que conduziram a campanha contra a doença até a década de 1930. A experiência nacional com a lepra até esta data foi moldada levando em conta a defesa da cura e da baixa contagiosidade da doença, além do questionamento

da eficácia da segregação dos leprosos e os enormes custos financeiros e sociais de sua manutenção. Mas, apesar disto, é sob o mesmo princípio de que a compreensão sobre a formulação de políticas públicas para o controle de uma doença envolve diferentes níveis de análise, cujas escolhas e determinações são o resultado de muitos condicionantes históricos, é que podemos compreender as novas orientações para a profilaxia da lepra no Brasil que se estabeleceram após 1934, quando a Inspeção de Profilaxia da lepra foi extinta, dando lugar a montagem de um novo modelo de atuação do Estado brasileiro no combate à doença.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- BRASIL. **Decreto nº 14.354**, de 15 de setembro de 1920. Aprova o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição que acompanhou o decreto nº 14.189, de 26 de maio de 1920. Coleção de Leis do Brasil, v. 3, (art.393).
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História - novas perspectivas**. SP, UNESP, 1992.
- _____. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. **Topói**, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.
- DOSSE, François. La construcción de identidades políticas. In: _____. **El arte de la biografía**. Ciudad do México: Universidad Iberoamericana, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RABELO, Eduardo. Considerações sobre a profilaxia da lepra em São Paulo. Conferência realizada em 8 de abril de 1931, na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. **Brasil-Médico**. Rio de Janeiro, ano 45, n. 17, p. 371-2, 25 de abril de 1931.

REMOND, René. Por que a história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7 (n. 13, 1994): 07-19.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul; dez. 2004.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE O ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM NIETZSCHE

Frederick Gomes Alves*

A filosofia de Nietzsche se constitui enquanto uma crítica à tradição filosófica do Ocidente, tradição caracterizada por este, no *Nascimento da Tragédia*, como possuidora de um otimismo socrático e carregada de pressupostos falhos para uma elaboração filosófica consistente, tal como Nietzsche propõe. Não obstante, sua postura crítica deve ser avaliada em profundidade a fim de mensurar a importância das idéias da tradição filosófica ocidental na constituição de sua filosofia.

Tal postura, como Deleuze (1972) percebe, é uma crítica no sentido kantiano, que busca criticar os pressupostos e avaliar as potencialidades do pensamento em foco a fim de atualizá-lo. A crítica de Nietzsche à filosofia atualiza a própria filosofia. A história da filosofia tem assim sua legitimidade quando se busca compreender seu pensamento.

De igual modo, a compreensão do contexto histórico no qual o filósofo se insere, a relação de suas idéias com as implicações sociais, políticas e econômicas auxilia na elaboração de um quadro interpretativo mais rico e mais claro a respeito do mesmo. Trata-se de buscar causas suficientes, jamais necessárias, que enriquecem a compreensão da constituição histórica de sua filosofia.

Tal esforço, quando se trabalha com a perspectiva teórica da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) de Reinhart Koselleck, se estabelece na prática da história social. O esforço aqui é compreender o contexto histórico de Nietzsche a fim de estabelecer um quadro interpretativo que auxilie na historicização do próprio conceito de história no interior de dois períodos da filosofia nietzschiana, ou seja, os anos de 1869-1876 e de 1876-1882.

O presente trabalho possui dois momentos: no primeiro apresento uma rápida definição das implicações teóricas da história dos conceitos e a importância da produção de uma história social que lhe sirva de contraposto. Em seguida, apresento uma elaboração, que está em sua fase inicial, da produção dessa história social da

* Universidade Federal de Goiás. Mestrando. Bolsista CAPES.

Alemanha na segunda metade do século XIX, que contribuirá com a história do conceito de *história* em Nietzsche. Esse segundo momento possui duas etapas, a primeira é a consideração da relação de Nietzsche com o pensamento literário na Alemanha, a segunda é a apresentação da forma pela qual a posição social de Nietzsche, enquanto um professor acadêmico com uma formação humanista, influenciou na constituição de suas idéias.

História dos conceitos e história social: implicações teóricas

A história dos conceitos é uma dimensão da história que, juntamente com a história social, engloba todos os tópicos da história, tais como: história militar, política, econômica. Ambas as dimensões não são subtópicos da ciência histórica, elas possuem embasamento teórico que podem ser aplicados em todas as histórias (KOSELLECK, 2002).

Enquanto a história social toma os textos como ponto de partida para problemas que vão além dos mesmos, a história dos conceitos ocupa-se especificamente com estes. Seu foco está nos problemas de caráter lingüístico, seu estudo é do âmbito da Linguagem, legando à história social o estudo do Mundo social. Apesar das distinções, os domínios da história social e da história dos conceitos não são excludentes, o mundo social só é apreendido conceitualmente, e os conceitos sempre se circunscrevem a este mundo (KOSELLECK, 2006).

A história dos conceitos caracteriza uma pesquisa histórica enquanto eminentemente teórica, deixando os “conteúdos extralingüísticos” para “o campo específico da história social” (KOSELLECK, 2006: 106). “Ela interpreta a história em um sentido particular, por meio dos conceitos em uso no passado [...] assim como também entende os conceitos historicamente” (KOSELLECK, 2006: 110).

O procedimento é o da inserção das categorias históricas de “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”. Tais categorias permitirão o acesso à estrutura semântica do conceito de história na historicidade dos dois períodos da filosofia nietzschiana a serem investigados. Enquanto categorias, não são dedutíveis das fontes; eles compõem a linguagem científica do historiador na sua investigação do passado.

O presente trabalho procederá a uma investigação do ‘espaço de experiência’ da

filosofia nietzschiana – os pensadores (historiadores, filósofos, políticos, etc) com os quais Nietzsche manteve diálogo e que foram influentes em sua produção filosófica. Será preciso “entender o uso da língua pelo autor, por seus contemporâneos e pela geração que o precede, com os quais ele viveu em comunidade lingüística.” (KOSELLECK, 2006: 100).

É preciso, portanto, elaborar uma história social para uma compreensão mais adequada dos conceitos em uso no passado. É dessa forma também, que o contexto histórico auxiliará na compreensão da história do conceito de *história* de Nietzsche. Passo agora para uma apresentação superficial deste mundo social ao qual Nietzsche encontrava-se inserido.

A poesia nietzschiana da vida e a comunidade literária

Uma das características mais evidentes ao se defrontar com os trabalhos de Nietzsche é seu interesse pela vida e sua entusiasmo pela arte. A preocupação com a vida e seu estabelecimento como critério de avaliação é clara já em *O Nascimento da Tragédia*, mas fica ainda mais patente no segundo período de sua obra. (MARTON, 1990; CASANOVA, 2003)

Numa avaliação da recepção de Nietzsche na França, a autora Scarlett Marton faz ver que a obra de Nietzsche, tanto na França quanto na Alemanha, até a década de 1920, foi lida, com raras exceções, apenas pelo seu caráter literário, restando a Heidegger retomar sua vertente filosófica. (MARTON, 2009) Wolf Lepenies, ao tratar da relação entre Literatura e Ciências sociais trabalha com uma visão de Nietzsche enquanto poeta. Arte e Vida são temas permanentes na Alemanha, sobretudo em uma perspectiva de crítica da ciência.

Na Alemanha, a ciência deveria ser avaliada pela vida, e a enorme onda de hostilidade à ciência que, no século XIX, atravessava um país que, justamente em termos de ciência, se colocara no topo dos países europeus, era trazida pela suspeita – também pela influência de Nietzsche – de que a ciência ter-se-ia tornado alheia à vida e hostil a ela. (LEPENIES, 1996: 206)

A vida adquire tal importância no pensamento alemão que se configura, a partir das formulações filosóficas de Nietzsche, mas sobretudo de Dilthey, uma filosofia da vida, filosofia essa que fortalecerá como Simmel, Spengler, entre outros, no século XX.

[...] de um lado, [Nietzsche] havia "investido de uma nova beleza, força e sagrada inocência, elevado ao mais alto nível" e conduzido "à hegemonia espiritual" o conceito mais alemão, mais goetheano de todos, o conceito de "vida". (LEPENIES, 1996: 227)

Ao lado da escrita poética, crítica de uma concepção simplista de ciência e a favor de uma ciência que sirva à vida está a valorização da expressão artística mais caracteristicamente alemã: a música. A valorização da música e da filosofia metafísica de Schopenhauer em *O Nascimento da Tragédia* é clara. No segundo período da filosofia de Nietzsche, porém, Schopenhauer e a música perdem muito de seu valor, e a metafísica é completamente rechaçada "Pois a música não é uma linguagem universal, supratemporal, como frequentemente se diz em sua homenagem (NIETZSCHE, 2008: 80, §171)." Neste segundo período, Nietzsche pretende se distanciar das concepções e valores alemães para a criação de uma linguagem filosófica própria, isso requer o repúdio do que é caracteristicamente alemão, e do que outrora ele havia defendido.

Não obstante a música não mantenha seu papel, também em função do rompimento de Nietzsche com Richard Wagner, a arte como um todo permanece ainda como o campo unicamente capaz de fazer afirmações adequadas sobre os valores.

[...] para Simmel [autores como] Goethe, Carlyle e Nietzsche, eram marcados pelo antiintelectualismo e rejeitavam uma interpretação do mundo orientada exclusivamente pela quantidade e pelos números. Entretanto, quando se tratava de fazer afirmações sobre os valores últimos do homem, a arte se mostrava decisivamente superior. (LEPENIES, 1996: 240)

Nietzsche estava ligado às questões que faziam parte da sociedade alemã e do pensamento alemão, os temas gerais presentes em sua obra são recorrentes de toda uma ideologia alemã.

O atraso político e social da Alemanha em relação a seus vizinhos ocidentais faz parte, até mesmo no século XX, dos temas constantes da reflexão do alemão sobre si mesmo; e, se há uma ideologia alemã, ela consiste menos em investigar as causas e buscar soluções para esse atraso do que em contrapor, numa mistura de orgulho e pesar, o romantismo à Ilustração, o Estado de castas à sociedade industrial, a cultura à civilização, [...] para finalmente chegar à glorificação de um trajeto exclusivamente alemão e à exaltação da essência alemã. (LEPENIES, 1996: 203)

Na *Segunda Consideração Intempestiva* e n'*O Nascimento da Tragédia*, tais idéias estão claramente presentes no discurso engajado de Nietzsche a favor da "cultura alemã", do "povo alemão" e da "nação alemã". Há, neste primeiro período, uma defesa

cultural da Alemanha, mas de modo algum um nacionalismo político, eufórico com a vitória sobre a França em 1871. Episódio no qual Nietzsche, juntamente com Burckhardt, vê uma ação bárbara e sem qualquer cultura do “exército de Bismarck”.

A característica deste primeiro período de sua filosofia (1869-1872) é a motivação nietzschiana a respeito do renascimento da tragédia no espírito da música wagneriana. Para ele, a Alemanha já vem se preparando para receber Dioniso em seus braços há muito tempo

[...] que esperanças devem avivar-se em nós, quando os mais seguros auspícios nos afixam a ocorrência do processo inverso, o despertar gradual do espírito dionisíaco em nosso mundo presente! [...] Do fundo dionisíaco do espírito alemão alçou-se um poder que nada tem em comum com as condições primigênicas da cultura socrática e que não é explicável nem desculpável, a partir dela, sendo antes sentido por esta como algo terrivelmente inexplicável, como algo prepotentemente hostil, a música alemã, tal como nos cumpre entendê-la sobretudo em seu poderoso curso solar, de Bach a Beethoven, de Beethoven a Wagner. (NIETZSCHE, 1992: 118, §19)

O curso solar que anuncia o redespertar do dionisíaco na Alemanha é um forte sinal da possibilidade da reconfiguração da Alemanha como uma cultura trágica, precisamente pelo fato do anúncio vir da música alemã. Com esta exposição é perceptível também o porquê de Nietzsche, neste primeiro período, não possuir um projeto para a cultura moderna, limitando-se a criticá-la, e apresentando um projeto de renovação cultural unicamente para o povo alemão. As condições de possibilidade de surgimento de uma cultura autêntica só se acham no meio alemão, no curso solar da música, e exclusivamente na música alemã.

Profundamente diferente é sua visão já no segundo período (1876-1882). A Alemanha não pode mais comportar uma cultura autêntica, Wagner não encarna mais uma música dionisíaca, estando agora associado ao cristianismo. As esperanças de Nietzsche repousam, neste segundo período, no espírito europeu. "O caminho para uma nova saúde, uma saúde de amanhã e depois de amanhã, [está com] vocês, predestinados, vitoriosos, superadores do tempo, saudabilíssimos, fortíssimos, vocês, bons europeus!" (NIETZSCHE, 2008: 13).

A partir do exposto, já é possível traçar uma linha clara, ainda que tênue, entre o primeiro e o segundo período da filosofia nietzschiana. Um de otimismo com a nação alemã e com os valores alemães e um segundo, de distanciamento de qualquer idéia

nacional.

Em 1878, Nietzsche deixa de lecionar, em função de graves problemas de saúde e, desde então, se dedica a estudar e escrever seus livros. Não obstante ele desvincular-se da academia, toda a formação humanista e idealista ainda se faz presente em seu espaço de experiência e continua tendo força em suas idéias¹.

O filósofo mandarim Nietzsche

Para concluir, apresento agora uma interpretação do meio social no qual a filosofia de Nietzsche foi produzida caracterizando o filósofo, de acordo com o historiador Fritz K. Ringer, como um mandarim. Pensar Nietzsche como um mandarim contribui para o esclarecimento de muitas das posições e idéias que configuraram a filosofia de Nietzsche, principalmente no período entre 1869-1882.

Início com a exposição do tipo mandarim.

Para o cenário europeu, eu definiria “os mandarins” simplesmente como a elite social e cultural que deve seu *status* muito mais às qualificações educacionais do que à riqueza ou aos direitos hereditários. [...] Os “intelectuais mandarins”, principalmente os professores universitários, preocupam-se com a dieta educacional da elite. Preservam os padrões de qualificação que permitem a afiliação ao grupo e agem como seus porta-vozes em questões culturais. (RINGER, 2000: 22)

Nietzsche se encaixa nessa caracterização, ainda que não de modo pleno. Defensor de uma “aristocracia espiritual” nos seus escritos de juventude, Nietzsche não era um nobre, mas filho e neto de pastores protestantes; encontrou, contudo, um sentimento de exceção, de elite na elevação espiritual que sua formação acadêmica lhe concedeu. Esse era um sentimento comum dos mandarins. “A ideologia mandarim sempre teve um caráter elitista. Representou as reivindicações específicas das pessoas cultas” (RINGER, 2000: 125).

Nietzsche se formou no sistema acadêmico alemão do *Gymnasium* e das *Universitäten*, ou seja, foi aluno de professores universitários que compartilhavam e, principalmente, divulgavam os ideais mandarins. Não obstante, Ringer percebe a crítica de Nietzsche ao modelo educacional alemão, base da elite mandarim.

¹ A vinculação, ou não, na universidade nunca foi importante, até mesmo porque Nietzsche foi professor de filologia clássica na Basileia, universidade suíça, que possui algumas diferenças com relação ao meio alemão.

Nietzsche era especialmente crítico a respeito do ensino superior alemão. Não gostava do papel oficial que as universidades tinham passado a desempenhar, nem de sua subserviência à burocracia e de seu nacionalismo exacerbado. A seu ver, também o ensino estava sendo corrompido com o ingresso da mediocridade burguesa em busca de carreiras seguras. Estava convencido de que apenas uma pequena elite era capaz de uma educação humanista em seu sentido original e não se conformava com a leviandade filistéia que fazia do novo especialista em *Wissenschaft* “objetiva” uma caricatura do homem culto. (RINGER, 2000: 244)

Aqui estão presentes duas ideias ricas para a compreensão da filosofia de Nietzsche. A primeira é o elemento fundamental que orienta toda a crítica de Nietzsche à ciência, de um modo geral, e de um modo específico, à história. Tal ideia está presente em toda a *Segunda Consideração Intempestiva* e de um modo ainda mais claro no *Nascimento da Tragédia*². Segundo Nietzsche, o problema maior da ciência de sua época é sua subserviência aos interesses do Estado. Seu objetivo deveria ser, como está presente na ideologia mandarim, uma finalidade cultural, a elevação da cultura e não a manutenção do Estado.

[...] os mandarins desenvolveram uma racionalização muito mais sutil de suas reivindicações ao Estado. Sua argumentação assume a seguinte forma genérica: enquanto apenas administra seu território, mesmo legalmente, o governo não passa de uma máquina, de um dispositivo superficial e puramente organizacional, sem alma ou finalidade superior. [...] Se os interesses de um tipo mais convencional não podem influenciá-lo, então precisa de um objetivo maior, moral ou cultural. Sua existência – e sua expansão – só podem ser justificadas pelos valores culturais e espirituais que florescem sob sua capa. (RINGER, 2000: 26)

Nas conferências *Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino*, proferidas na Universidade da Basileia no ano de 1872, ele divulga sua profunda preocupação com a formação cultural do sistema de ensino alemão. Nelas, ele afirma que a cultura está sendo direcionada para fins comerciais e de sujeição ao estado moderno. A ampliação das universidades pela reforma universitária contra a qual Nietzsche direciona suas *Conferências...* possui a tendência de ampliar a inclusão da massa dentro das mesmas, eliminando seu caráter elitista e incorrendo numa redução dos valores nobres da cultura.

² Especialmente no tópico 23, que corresponde às páginas 134-138.

Assim, me pareceu que se tratava de distinguir duas orientações principais: duas correntes aparentemente opostas, ambas nefastas nos seus efeitos, mas unidas enfim nos seus resultados, dominam atualmente os estabelecimentos de ensino: a tendência à *extensão*, à *ampliação* máxima da cultura, e a tendência à *redução*, ao *enfraquecimento* da própria cultura. A cultura, por diversas razões, deve ser estendida a círculos cada vez mais amplos, eis o que exige uma tendência. A outra, ao contrário, exige que a cultura abandone as suas ambições mais elevadas, mais nobres, mais sublimes, e que se ponha humildemente a serviço não importa de que outra forma de vida, do Estado, por exemplo. (NIETZSCHE, 2003: 61)

Ora, segundo ele, a cultura controlada pelo estado liberal busca tão somente servir de meio para o progresso deste mesmo estado, e para os interesses privados. Esta inserção da massa nos meios acadêmicos alemães se intensifica e é tomada como uma das razões pelas quais há um sentimento de decadência cultural na Alemanha, nos anos de 1890-1920, através de uma mediocrização do ensino.

No próprio campo do ensino superior, os professores universitários alemães descobriam toda uma série de progressos que lhes pareceram sintomas ou aspectos da decadência geral. Em primeiro lugar, achavam que um número exagerado de alunos estavam se diplomando nas escolas secundárias e ingressando nas universidades, muitos deles sem talento nem suficiente preparação para tirar proveito da experiência acadêmica. (RINGER, 2000: 241)

Esta é a primeira tendência marcante da crítica de Nietzsche: o fim cultural para o qual a educação deve servir. Sua posição está em conformidade com a ideologia mandarim. A segunda tendência, mais delicada de se tratar e ainda mais complicada de se perceber, é o grupo de ideias que se configuram entorno humanismo.

Toda a formação dos mandarins foi uma formação classicista e humanista. Suas preocupações eram com o ensino do Latim, Grego e com o trabalho direto com os autores clássicos, não havendo espaço, nas universidades, para o ensino técnico, de caráter prático. Estabelece-se assim um ideal de educação “cuja juventude teve como nutriz a língua e a sabedoria da Hélade e do Latium” uma juventude educada “com o inestimável cuidado que se teve de fazer cair logo sobre seus jovens espíritos o raio dos sábios e nobres corações da bela Antiguidade” (NIETZSCHE, 2003: 53). Tal é a cultura clássica cujo valor supremo era a humanidade, os valores do humano, demasiado humano.

Eles constituiriam uma “aristocracia intelectual”, rigorosamente selecionada, capaz de dirigir os destinos de seu povo, criando para ele novos valores, fazendo dele uma “*humanidade integral*” e mostrando a ele que o homem é uma obra de arte que a própria natureza determina, e que a indústria, o Estado e uma especialidade intelectual podem fazer degenerar. (SOBRINHO, 2003: 36)

A ideologia mandarim era também preocupada com a direção da sociedade. Eles pretendiam produzir ideais e valores normativos para a edificação cultural da humanidade, com seus intelectuais à frente. O Estado ideal de Nietzsche vai na mesma direção.

Abarcando todo o sistema dessas normas, o Estado não era edificado em consideração de determinados indivíduos ou castas, mas das características humanas habituais. Em sua construção, os gregos mostram esse maravilhoso sentido para o típico-factual que depois os capacitou a tornar-se naturalistas, historiadores, geógrafos e filósofos. Não foi lei moral limitada, sacerdotal ou de casta, que decidiu na constituição do Estado e do culto do Estado, mas a mais ampla atenção pela *realidade do humano*. (NIETZSCHE, 2008: 100-101, § 220)

O humanismo em Nietzsche se intensifica a partir do segundo período, momento em que não mais há uma metafísica de artistas que sustente e garanta a legitimidade dos valores. Trata-se, a partir de 1876 com *Humano, demasiado humano*, de buscar valores humanos com os quais apenas a humanidade tem de arcar com suas consequências. “A partir de agora, a humanidade pode fazer o que quiser consigo mesma”, pois o mundo metafísico já não é mais uma possibilidade, “E seja qual for o resultado de nossa empresa, mesmo que tenhamos superestimado nossas forças, em todo caso não há ninguém a quem prestarmos contas, exceto nós mesmos” (NIETZSCHE, 2008: 86, §179)

Este segundo período marca também um aspecto em que Nietzsche se distancia da ideologia mandarim. Enquanto esta é marcada pelo seu idealismo, Nietzsche dele é crítico.

Inspiradas na filosofia idealista alemã e dedicadas à busca faustiana da verdade “pura”, [as universidades] eram cuidadosamente protegidas contra exigências prematuras de resultados práticos. [...] estavam destinadas a ter mais uma espiritualidade enobrecedora do que uma influência estreitamente utilitarista sobre os discípulos e a nação como um todo. (RINGER, 2000: 109)

Nessa pretensão de um conhecimento que busque “a” verdade, e que ela seja uma verdade “pura” estão os elementos com os quais Nietzsche não pode concordar.

Sua filosofia da vida, que pretende fazer uma pergunta radical a todo conhecimento a respeito de sua utilidade e desvantagem para a vida, não pode conceber um conhecimento puro, isento de valores humanos.

Conclusão

A tentativa de buscar compreender a filosofia de Nietzsche a partir de seu contexto histórico é arriscada, mas se levada a cabo com seriedade e respeito pelo método histórico-científico de investigação é possível construir um quadro interpretativo coerente e de acordo com as implicações que a ciência histórica se propõe. Dois autores me incitaram a enveredar por este caminho, que está em seus primeiros passos. O primeiro é um historiador, Hélio Sochodolak, que através de uma história social, sem a preocupação com uma história dos conceitos contudo, elabora uma interessante interpretação sobre a obra do jovem Nietzsche e sua relação com a história.

O segundo autor, Ivo da Silva Júnior, filósofo, parte de uma história das idéias filosóficas e apresenta uma interpretação legítima da relação de Nietzsche com a cultura filosófica alemã.

Para encerrar, cito um aforismo de *Humano, demasiado humano*, em seu segundo volume, *Opiniões e sentenças diversas* em que fica claro um esboço deste esforço de compreensão do contexto histórico e social que o próprio Nietzsche empreendia; não, é claro, com as implicações teóricas para a história dos conceitos que este trabalho se pretende ao focalizar a filosofia de Nietzsche.

O porta-voz dos deuses – O poeta exprime as opiniões coletivas mais elevadas que tem um povo; é sua boca e flauta. [...] E, no enevoamento da criação, o próprio poeta esquece de onde vem toda sua sabedoria espiritual – da mãe e do pai, de mestres e livros de toda espécie, da rua e particularmente dos sacerdotes. Sua própria arte o engana e ele acredita realmente, numa época ingênua, que *um* deus fala através dele, que cria um estado de iluminação: enquanto fala apenas o que aprendeu, sabedoria popular misturada com tolice popular. (NIETZSCHE, 2008: 84, §176)

Referências Bibliográficas

CASANOVA, Marco Antônio. **O instante extraordinário: Vida, História e Valor** na obra de Friedrich Nietzsche. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history**: timing history, spacing concepts. Stanford, Califórnia. Stanford University Press, 2002.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche** - das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Nietzsche, um "francês" entre franceses**. Scarlett Marton. São Paulo: Ed. Barcarolla: Discurso Editorial, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O nascimento da tragédia** - ou helenismo e pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Humano, demasiado humano** volume II: um livro para espíritos livres (Opiniões e sentenças diversas e O viajante e sua sombra). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003.

_____. **Cinco prefácios para cinco livros não escritos**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 1996.

_____. Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino. In: **Escritos sobre Educação**. Melo sobrinho (org). Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA JÚNIOR, Ivo da. **Em busca de um lugar ao sol**: Nietzsche e a cultura alemã. São Paulo; Ijuí: Discurso Editorial: Ed. UNIJUI, 2007.

SOBRINHO, Noeli. C. M. Apresentação: A Pedagogia de Nietzsche. In: **Escritos sobre educação**. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SOCHODOLACK, Hélio. **O Jovem Nietzsche e a História**: Como Ser Intempestivo e Duelar Com o Seu Tempo. Paraná: Unicentro, 2009.

**HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO:
UMA REFLEXÃO SOBRE A NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA “MEMÓRIAS DE UM SENHOR
DE ENGENHO” DE JÚLIO BELLO**

Augusto B. Medeiros*

Ariane Liliam da S. R. Medeiros**

Quando em certas situações narramos nossa vida, selecionamos e definimos aspectos sobre nossa personalidade, narramos vivências individuais e experiências. Essa narrativa ocorre em um enredo como uma trama que nem sempre segue uma seqüência linear, mas seu desenrolar possui um sentido próprio. Apesar de nos referirmos a nós, nossa vida tem também uma dimensão social, não podemos desvincular nossa vivência pessoal de um contexto mais amplo, não dizemos apenas sobre nós, mas sobre os que viveram conosco, sobre os espaços, sobre os grupos que participamos e sobre os acontecimentos. Narrar nossa vida, como já mencionamos, ocorre também em situações, essas situações pressupõem condições temporais e espaciais, quando lembramos dizemos mais sobre o nosso presente do que sobre o passado, narramos para ouvintes no presente e sob determinadas situações, contamos de algum lugar social e em um tempo. A narrativa autobiográfica assim pode ser compreendida como um espaço de construção de nós mesmos, no desenrolar das palavras trabalha a memória, o sentimento e a imaginação. Uma narrativa autobiográfica não é, portanto consequência de um único indivíduo somente ou de determinados contextos sociais, mas existe por essa relação, existe no meio, entre o eu e os outros, entre o indivíduo e o social, existe por essa interação. E não se refere apenas ao passado, mas existe entre passado e presente é nessa relação que a narrativa toma forma.

Assim as narrativas autobiográficas podem ser utilizadas pelos historiadores como documentos, problematizadas enquanto memória. No entanto no trato com essas narrativas autobiográficas é necessário perceber as relações entre o individual e o coletivo e entre o passado e o presente, buscar compreender a narrativa como um todo em um conjunto, como um fluxo com um encadeamento próprio que não necessita obedecer a uma trajetória linear e contínua, mas que pode ser descontínua e é nessa

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista CAPES. Email augustob.medeiros@yahoo.com.br.

** Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista CAPES. Email: lili_ariane@yahoo.com.br.

descontinuidade que deve ser problematizada. Os historiadores não devem buscar nas narrativas somente o passado a que se referem enquanto informação, pois segundo Walter Benjamin a narrativa não está interessada em transmitir o puro do que é narrado na forma de um relatório, mas “*mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.*” (BENJAMIN, 1993: 197-221) Utilizando-se de metáfora, Benjamin olhou a marca do narrador na narrativa como a marca da mão do oleiro em um vaso. O vaso, fruto do trabalho de um artista, moldado, toma forma, é construído por ele, carrega a marca do oleiro, assim como a narrativa carregaria a marca de seu narrador. Ampliando esse raciocínio, o que propomos é pensar o narrador inserido em uma sociedade e por isso, propomos pensar a narrativa como portadora não apenas da marca do narrador, mas de uma coletividade, e também portadora da marca do presente em que é construída, assim como o marca do oleiro na argila do vaso ocorre em um determinado tempo, e o vaso seria fabricado em um determinado presente pelo oleiro. O fluxo da narrativa é que lhe dá forma, assim como é o fluxo da mão do oleiro no vaso, esse fluxo, esse escorregar pela argila é que representa a marca do oleiro, assim como é a linguagem que representa a marca do narrador. Benjamin também utilizou a metáfora do mergulho para pensar nos acontecimentos inseridos na narrativa onde as coisas estariam de certa maneira submersas em um conjunto e que mesmo sendo retiradas estariam assim molhadas, impregnadas, contaminadas pelo todo.

Em nossa reflexão optamos trabalhar com a obra autobiográfica *Memórias de um senhor de engenho* de Júlio Bello, publicada na década de 1930, a obra abordou diversos momentos da História do Brasil tal como a economia canavieira, sua queda, e os fatores que envolveram essa economia como a utilização da mão-de-obra escrava africana, a posterior libertação dos escravos e a Proclamação da República. A narrativa insere-se também em um contexto já bem trabalhado por autores como Durval Muniz de Albuquerque Júnior, momento em que a sociedade dos engenhos no Nordeste brasileiro estava passando no início do século XX por mudanças o que acarretou a produção de obras de cunho memorialistas por uma elite que assistiu o crescimento das cidades, da sociedade urbana e industrial, revelando assim intenções referentes ao presente do autor ao propor esse olhar sobre o passado.

O nosso objetivo é pensar na relação, entre a memória individual e coletiva, na

maneira como o passado é narrado de acordo com o presente do autor e do espaço e tempo em que está inserido, o objetivo é pensar na trama narrativa, nos acontecimentos mergulhados nessa narrativa, no fluxo, na maneira como o narrador Júlio Bello deu forma a sua narrativa como um oleiro dá forma ao vaso, tal como disse Benjamin. Desta maneira, também objetivamos refletir de que forma as narrativas autobiográficas podem servir a historiadores, como podem ser tratadas pela história levando em consideração não apenas as informações de forma pura, mas mergulhadas na vida no narrador como nos propõe Benjamin, com flutuações da memória e subjetividade compreendidas de maneira positiva não invalidando o livro enquanto indício, mas abrindo o leque das abordagens, conduzindo não apenas ao autor, mas ao seu contexto social, a sua época permitindo pensar em quais circunstâncias e condições o autor sentiu a necessidade de contar sua história, e a publicá-la. Compreendendo a obra em seu caráter mais amplo, formulamos as perguntas: Como Júlio Bello construiu sua autobiografia na obra *Memórias de um senhor de engenho*?

Discutindo a utilização de autobiografias escritas ou transcrições de relatos de história de vida, Gabriele Rosenthal nos diz que quando os relatos autobiográficos são utilizados em pesquisas, questiona-se sobre a objetividade dos fatos, em busca de uma suposta verdade, e então a consequência disto é busca pela credibilidade e comprovação da exatidão destes textos de acordo com critérios externos ao texto, comparando-o com fontes históricas ou utilizando outras entrevistas como indícios. Deixa-se, portanto de aproveitar a história de vida como uma realidade em si mesma, ao invés disso busca-se encontrar a realidade de uma pessoa real atrás do espelho, o resultado dessa busca, porém é decepcionante, só deixa de ser quando passamos a compreender que a realidade está na própria autobiografia e não por trás do texto. Deixando de perceber as vantagens de compreender a autobiografia como uma realidade em si mesma, destruimos sua gestalt, e nos comportamos como crianças querendo encontrar uma pessoa real, porém a realidade está ali, no texto, pois é o texto que reflete as experiências. Recortando elementos, e aspectos, deixamos de analisar o todo da narrativa, e de compreender como esse narrador a constrói. Devemos realizar uma análise das autobiografias de maneira a pensar cada parte de acordo com sua significação funcional para a história de vida completa. Assim como na gestalt, as partes da vida de um narrador que constrói sua autobiografia só existem em sua relação com o todo, o todo, no entanto não seria

somente soma das partes e conhecendo-se a função das partes podemos conhecer o conjunto. A autora conclui que ao analisar uma história de vida devemos considerar a acumulação seqüencial, como o indivíduo constrói sua vida, respeitando a seqüência do indivíduo em nossa análise, e também devemos compreender as partes com uma função no conjunto da narrativa (ROSENTHAL, 2006:193-97).

Aproveitar a história de vida como uma realidade em si mesma, não significa entendê-la apenas em seu aspecto individual e ignorar o aspecto coletivo e social dessas narrativas autobiográficas, realizar uma pesquisa sobre os grupos de pertencimento do autor da autobiografia não invalida sua construção da realidade de si mesmo. A narrativa autobiográfica é um espaço de construção do sujeito por ele mesmo, a verdade do autor não estará em outros indícios ou por trás do texto, no entanto alguns aspectos não evidenciados no próprio texto podem ser investigados. Em nosso caso, como se trata de uma publicação, os prefácios da obra tornaram-se indícios complementares a narrativa do autor, sobre a maneira como construiu sua vida, o que não significa uma invalidação da construção ou uma busca pela verdade externa, mas em nosso caso compreendemos que os prefácios fazem parte da obra do próprio Júlio Bello, formam também um todo e são indissociáveis, revelando sujeitos próximos ao autor, tornando importante pensar a memória e a narrativa em um aspecto mais amplo, não apenas individual.

Tratando-se de memória é comum as pesquisas em história fazerem uso da idéia de memória coletiva de Maurice Halbwachs que já no início do século XX foi um dos precursores a pensar a memória em seu aspecto coletivo, em obras como *Les cadres sociaux de la mémoire* e *La mémoire collective*, a primeira em 1925 e a segunda na década de 1950. Para Halbwachs, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir no hoje as experiências do passado, e o instrumento social da memória é a linguagem. (BOSI, 1994: 43-59) Assim, para Halbwachs, existem duas maneiras de se organizar as lembranças, existe uma memória individual e uma memória coletiva, e o sujeito participaria destas duas espécies de memória que estão estritamente ligadas, conectadas, pois mesmo na memória individual o indivíduo não recorda sozinho, recorre a testemunhos de outros para reconstruir um quadro de memória que estava incompleto por sua lembrança individual, e assim apoiando sua memória individual na memória de uma coletividade o indivíduo acredita mais em suas recordações, o sujeito olha para o

passado não apenas com seus olhos, mas por múltiplos. Porém só há memória coletiva se um indivíduo sentir-se afetivamente ligado a um grupo, e se esse indivíduo pensar em comum em determinados aspectos, identificar-se com eles pode confundir o seu passado com o deles. O indivíduo lembra como membro de um grupo e utiliza noções comuns ao grupo (HALBWACHS, 1990: 25-47).

Discutindo a sociologia da memória coletiva e a fenomenologia da memória individual, Paul Ricoeur discutindo as idéias também de Halbwachs, buscou identificar a região da linguagem onde os dois discursos podem ser entrecruzados. Para Ricoeur: *“Em sua fase declarativa, a memória entra na região da linguagem: a lembrança dita, pronunciada, [...] o pronunciado desse discurso costuma ocorrer na língua comum, a língua materna, da qual é preciso dizer que é a língua dos outros [...]”*. Para Ricoeur é com a extensão da fenomenologia a esfera social que é possível pensar as múltiplas facetas da memória, é acreditando na existência de outrem, pois agimos com eles e sobre eles e somos também afetados por sua ação, os sujeitos são membros de uma comunidade. Por isso Ricoeur conclui que existe entre os pólos da memória individual e da coletiva um plano de referência que é o da relação com os próximos. *“Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros.”* E a proximidade é uma dinâmica em constante movimento e os próximos são os que me aprovam por existir e cuja existência aprovo reciprocamente pela estima, ocorre uma atestação em *“Si mesmo como um outro”* (RICOEUR, 2007: 138-142).

Julio Bello, um senhor de engenho em suas memórias

Apesar de afirmar que o livro é todo desordenado, passando a idéia de uma narrativa que não é pautada de forma linear, seqüencial, informando logo na introdução escrita em 1935 que a cronologia não foi bem atendida, e que as lembranças *“são aqui consignadas ao tempo em que me acudiram à memória.”*, a maneira como o autor organizou a narrativa, demonstra suas intenções, sua posição social e a influência dos grupos que sente pertencer. Em um primeiro momento, ao falar de sua infância exaltou o espaço do engenho, colocou-se como herdeiro de uma tradição, posteriormente, deslocou-se do seu habitat para deparar-se com a cidade, onde o próprio autor define esse momento como um *“hiato de permanência na cidade”* (BELLO, 1985: 131) e por

fim, retornou deparando-se com um engenho que não possuía mais seu período áureo. Essa construção realizada por Bello é, no entanto consciente, o autor ofereceu demonstração sobre o processo de construção da memória “*não conto toda a minha vida: oculto alguma coisa sem trair, contudo jamais a verdade daquilo que conto.*” (BELLO, 1985: 76) Júlio Bello admitiu fazer uma seleção, admitiu não contar toda sua vida, porém ocultou sem trair a verdade não do que ocorreu, mas do que contou, apesar de sabermos que quis informar o autor que a verdade estava ligada ao que ocorreu, porém substituindo essa idéia pelo “*que conto*” Júlio acabou transferindo o status de verdade para a narrativa, a verdade então está na própria narrativa, nela e em sua constituição, e não fora dela. Júlio criou uma verdade narrada, pois uma verdade sobre o que ocorreu não é possível, são versões, são construções, tal como a construção realizada por Bello.

O título do texto, a maneira como o autor se autoneoou como Senhor de Engenho, demonstrou um esforço do autor na construção de si mesmo pelo próprio título da obra. Nesse esforço, Bello abdicou de seu próprio nome para incorporar uma espécie de entidade social e histórica que é o senhor de engenho. É assim que Júlio Bello desejou firmar sua imagem para a história, é assim que se colocou no seu presente e que desejou ser lembrado, nomeando a própria obra. Porém compreender o processo seletivo da memória é entender que nessa seleção ocorre uma disputa de interesses pessoais e também do grupo social em que estava inserido o autor, de seus próximos, pois lembrar é um processo também social. Bello está inserido em um grupo ao qual se sente pertencer e por isso a forma como constrói sua narrativa, além de individual está também intimamente ligada às idéias desse grupo, o autor olhava o mundo, narrou, lembrou sofrendo a atuação do grupo ao qual pertenceu nesse processo de reconstrução.

Bello estava ligado ao movimento regionalista pernambucano da década de 1920 liderado por Gilberto Freyre. Albuquerque Júnior em seu livro *A Invenção do Nordeste*, tratou de uma literatura que fez surgir um Nordeste no imaginário do país e que foi difundido pelos romances, pinturas, peças e discursos políticos, foi quando o Nordeste foi inventado enquanto uma região identificável, diferenciada na literatura de intelectuais como Gilberto Freyre e José Lins do Rego, escritores regionalistas (ALBUQUERQUE JR., 2011: 78-186). A ligação com esse grupo pode ser percebida pelos prefácios de Freyre e José Lins do Rego. Gilberto Freyre em seu prefácio da obra

nos lembra a estadia de Bello em Recife onde estudou como um típico membro da elite canavieira pernambucana em importantes escolas da época como a Escola Politécnica do Rio e freqüentou espaços da elite como os teatros. Na zona urbana onde ocupou cargos de jornalista, deputado, senador e governador interino em atividades urbanas, sentia-se ainda assim ligado sentimentalmente a vida no engenho, a casa grande. (FREYRE, 1985: XIII a XVIII) De acordo com Manoel Correia de Andrade, Bello publicou alguns artigos no *livro do Centenário do Diário de Pernambuco*, que reunia artigos de Freyre e de outros que compartilhavam de suas idéias acerca dos hábitos, costumes e artes nordestinas, dentre esses autores está Julio Bello. (ANDRADE, 2004: 13-15) Bello que publicou na década de 1920 previamente no *livro do Centenário do Diário de Pernambuco*, capítulos publicados posteriormente em *Memórias de um Senhor de Engenho*, na década de 1930, informando em notas de rodapé essas prévias publicações.

Por isso Bello narrou um engenho do passado, envolto nas idéias do seu presente, nas idéias de perda desse passado, pertencente a uma elite canavieira, narrou essa elite com seus costumes fidalgos, hábitos cotidianos e cultura material fazendo uso de móveis de Jacarandá, porcelanas e quitutes. Vendo o quadro social mudar com a perda do poder dos antigos senhores e da tradição familiar, com a perda do poder dos descendentes das importantes famílias canavieiras, migrando esse poder para as mãos dos usineiros, Júlio Bello revelou em sua narrativa, uma nostalgia ao antigo modelo canavieiro como modelo ideal contrapondo-se as usinas. Sobre as memórias de Júlio Bello e sobre os escritos da época Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos informou que:

Os antigos patriarcas de engenho e de fazenda, que estavam em crise por terem perdido suas antigas referências, parecem desorientados. Olham em volta e não conseguem enxergar mais o seu mundo: sentem-se estranhos e inatuais. Daí a necessidade de reviver estas territorialidades perdidas, nem que seja em forma de romance ou de memória. A necessidade que sentem de escrever e registrar este mundo que estava desabando nasce da própria percepção que a escritura era a única forma ainda disponível para dar materialidade a esta geografia em ruína. Literatura nascida da tristeza, do lamento, da nostalgia, da melancolia, diante de um mundo cujas fronteiras vinham se apagando. (ALBUQUERQUE JR. [s.d.]: 10)

Júlio Bello caracterizou bem seu vínculo com a elite, narrando a ligação com outros membros pertencentes também a elite, membros que carregam nomes importantes assim como o seu Albuquerque, os Wanderley, os Cavalcanti dentre outras

famílias típicas da elite canavieira pernambucana. Considera-se de fato um senhor de engenho, possui uma ligação afetiva com esse espaço, o engenho é dotado de valor e adquire significado para o mesmo. Ao retornar ao engenho considera o autor o período que permaneceu na cidade um hiato de existência. Era no engenho que apoiava suas memórias, era lá onde residiam os familiares e nos engenhos vizinhos estava em contato com os seus amigos, conhecidos, escravos, gente que compartilhava como ele essa vivência rural esse sentir-se um senhor de engenho, ligado a terra, a tradição familiar.

Destinando o primeiro capítulo aos antepassados, as características físicas e psicológicas de seus descendentes, uma possível origem nobre de sua família. O segundo capítulo foi destinado ao engenho e o autor se colocou como um menino de engenho, posteriormente a divisão dos capítulos seguiu com a ida do autor para a cidade grande, a dedicação aos estudos, as amizades, a frequência em cafés e os últimos capítulos são marcados por um regresso do autor ao engenho, que nunca se desligou emocionalmente e a constatação de uma mudança, *“Regresso a Engenho. A Alegria de Outrora e a tristeza atual do povo: como as explico”* (BELLO, 1985: 131) quando encontrou o engenho de *“fogo morto”*, pois o homem da cidade havia comprado a usina e as terras, o que havia acabado com um engenho de trabalhadores alegres e festivos que passaram a trabalhar de forma exploratória para as usinas, *“A tristeza do povo é um fruto da época, do regime de trabalho e dos vícios regulamentados pela administração.”* (BELLO, 1985: 133)

Neste sentido o autor construiu a relação escravos e senhores de engenho como de ligações afetivas, chegando a informar em relação a lei de 13 de maio que *“fê-los livres, e eles não guardaram ressentimento do duro sacrifício que fizeram sem compensações [...] ficaram nos eitos respeitando o branco e servindo-o quase que com aquela humildade que o hábito e o atavismo lhes haviam ensinado”* (BELLO, 1985: 39). Tratando-se da construção espacial, Bello construiu o engenho como um local não só de relações afetivas e de trocas entre o senhor e seus escravos, mas também como um lugar onde se misturavam costumes portugueses, indígenas e africanos, e também festejos e tradições populares desses povos. No sétimo capítulo de Memórias de Senhor de engenho, inspirado em um artigo seu publicado no *Livro do Centenário do Diário de Pernambuco* livro este editado por Gilberto Freyre, Bello lembrou as manifestações populares existentes no engenho, o bumba-meu-boi, citando trechos de cantigas, o

mamulengo de procedência européia, o congo de origem africana, o fandango de origem ibérica, e o pastoril. O engenho, seus fazeres personificavam então a própria cultura nordestina miscigenada.

Essa estrutura narrativa Júlio Bello comunicou um período de decadência dos engenhos, chamou atenção para esse espaço, esse modelo que passou a não existir mais, mas que foi lembrado e construído com grande nostalgia pelo autor. Ao promover uma construção dos costumes, do espaço e do modo de vida do passado através de suas memórias registrando-as, Júlio Bello deu a própria narrativa uma importância histórica ao selecionar informações acerca de hábitos das elites e de hábitos populares. Bello retomou os temas abordados também por Freyre como a sociedade do engenho e de seus chefes patriarcais, sociedade marcada pelo latifúndio, monocultura e escravidão.

Através de sua autobiografia o sujeito lembra, evoca o passado e reconstrói sua vida, essas memórias não são produzidas individualmente, mas estão ligadas a memórias dos outros, por isso quando constrói a sua trajetória o sujeito põe-se como sujeito de uma época, de um espaço e como membro de um grupo social. Assim como fala do passado o indivíduo revela também o seu presente, pontos constantemente lembrados, ressaltados, selecionados ou esquecidos possuem relação com o presente, com o que a pessoa quer lembrar e com que cores que quer pintar esse passado. Assim em sua narrativa, na forma como foi construída, forneceu Júlio Bello um contorno para sua vida, e esse contorno deve ser respeitado e compreendido em seu todo por quem pretende trabalhar com essa autobiografia e outras escritas autobiográficas. Problematizando-as e compreendendo-as como um todo, poderemos perceber nessas narrativas autobiográficas construídas pelos autores, mais que o contorno da narrativa, mas também o contorno do rosto que o autor constrói para si.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Limites do mando, limites do mundo: a relação entre identidades de gênero e identidades espaciais no Nordeste do começo do século**. Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remessalimites_mando_mundo.pdf>. Acesso em 13.11.2010.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

BELLO, Júlio Celso de Albuquerque. **Memórias de um senhor de engenho**. 3 ed. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

ROSENTHAL, Gabriele. A Estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: BELLO, Júlio Celso de Albuquerque. **Memórias de um senhor de engenho**. 3 ed. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

GUSTAVO BARROSO E A MISSÃO NACIONAL

Afonsina Maria Augusto Moreira*

Na década de 1920 o Nordeste ainda era chamado de Norte, ou melhor, as duas denominações eram utilizadas. Um dos lugares de elaboração do discurso regional foi localizado nos trabalhos literários, folcloristas e de feição memorialista. O cearense Gustavo Barroso, em suas narrativas de recordações, escreveu em 1941:

Se eu não amasse o Ceará, não conservaria de memória a maioria dos fatos que ocorreram durante os anos em que lá vivi, sobretudo os três últimos antes de minha partida definitiva. Recordo a passagem, em 1907, de Juvenal Pacheco, tipo clássico do repórter carioca, entrevistando o Presidente do Estado e colhendo dados para o 'Jornal do Comércio' sobre as condições do Norte. Era então, moda *descobrir* o Norte. (...) Longe estava de adivinhar que em breve seríamos colegas naquele grande órgão da capital do país e que a ele daria minha primeira entrevista como Diretor do Museu Histórico Nacional . (BARROSO, 2000: 130)

Gustavo Barroso viveu seus primeiros 22 anos em Fortaleza, vindo a residir no Rio de Janeiro em 1910. De lá publicou sua trilogia de memórias *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941).¹ Nesses livros contou sobre suas experiências vividas em Quixeramobim, localizado no sertão central cearense, no sítio de seu pai situado no Benfica em Fortaleza, e no sítio Jurucutuoca em Mecejana no Ceará, descrevendo, também, histórias de menino e jovem: em casa, nas ruas, praças, na praia, nutrindo encanto profundo e permanente pelo mar e suas narrativas. Relatou sobre o seu convívio nos circuitos e círculos das letras na terra natal. As suas primeiras obras editadas, sobretudo, entre 1912 e 1932 foram classificadas de “sociologia sertaneja” e “estudos do folclore”, na época de publicação. O traço

* Afonsina Maria Augusto Moreira é professora no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará UFC. Licenciada em História pela UFC. Mestre e Doutora em História pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da PUC/SP, com a tese *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*, 2006.

¹ A trilogia memorialística contou com uma terceira edição: BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000. _____ . *Liceu do Ceará*. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000. _____ . *O Consulado da China*. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

biográfico marcou sua experiência intelectual, a feição memorialística foi perceptível tanto na trilogia, quanto noutros livros. Dentre eles destacam-se: *Terra de Sol: natureza e costumes do Norte* (1912), *Heróis e Bandidos. Os Cangaceiros de Nordeste* (1917), *Ao Som da Viola (Folk-lore)* (1921), *O Sertão e o Mundo* (1923), *Almas de Lama e de Aço (Lampeão e outros cangaceiros)* (1930) e *As Colunas do Templo. Erudição, Folclore, História, Crítica, Filologia* (1932).

Portanto, morando no Rio de Janeiro quando publicou sua bibliografia o próprio Gustavo Barroso seria um “descobridor do Norte”. Essa “descoberta” da região foi manifestada também numa literatura tida como regionalista, nos escritos biográficos, nostálgicos e memorialistas, oriundos, principalmente de escritores migrantes e residentes em cidades como São Paulo, e em especial o Rio de Janeiro, centros político-econômicos e pólos intelectuais, artísticos e editoriais. Barroso enveredou pelo caminho da saudade tanto em sua trilogia memorialística, quanto nos livros classificados de “sociologia sertaneja” e “estudos do folclore”. Escreveu artigos para a imprensa nacional que foram ajuntados e publicados em alguns de seus livros, a exemplo de *Terra de Sol* (1912). Por meio de obras com teor de pesquisa, estudo e memória Barroso construiu um Ceará e apresentou essa idéia ao público leitor. Concomitante a esse “descobrimento” percebeu-se a intenção em consolidar uma imagem de intelectual entrelaçado ao seu passado e à sua terra, de escritor telúrico, saudoso do Norte “exilado” no Sul. Não foi à toa que assinou ao lado de seu nome, com o pseudônimo *João do Norte*, sobretudo nas obras que versaram sobre a cultura popular.²

Nos livros de “estudos do folclore” e “sociologia sertaneja”, além de perceber semelhanças estruturais nos temas populares, nos contos, cantos, lendas, parlendas, canções, poesias, tradições, fábulas, indicando a sua possível ancestralidade, Gustavo Barroso se interessou em apontar as particularidades, apropriações e adaptações desses temas no sertão nordestino, no intuito de produzir um saber sobre características locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, escreveu no livro *As Colunas do Templo* (1932):

² Durval Muniz analisou no livro *A invenção do Nordeste e outras artes* como foram elaboradas práticas que deram origem à região Nordeste. Destacou a intenção de estudar “o Nordeste como uma identificação espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década deste século e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos ‘regionalistas’.” Comentando limites dessa noção de identidade, expôs: “Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético-discursiva” (ALBUQUERQUE Jr., 1999: 22-66).

Na demografia, na demopsicologia, um dos fenômenos mais curiosos não é o voo dos contos e lendas de continente a continente, genialmente adivinhado pelos irmãos Grimm, porem a maneira rapida e completa por que tomam a coloração local. É um verdadeiro mimetismo literario popular (BARROSO, 1932: 256)

Para Gustavo Barroso, perceber a “antiguidade”, a “ancestralidade” na cultura popular foi tão imprescindível quanto reconhecer a sua particularidade. Ou seja, além dos aspectos universais ele se preocupou com as peculiaridades, imprescindíveis ao discurso nacional.

A ambiência de Gustavo Barroso, em especial, entre as décadas de 1920 a 1940 foi estudada, com frequência, como um período de intensificação das relações entre Estado e intelectualidade na implementação de projetos de interpretação dos traços de brasilidade e na administração, por profissionais especializados, dos setores e órgãos desse Estado. Esse quadro foi intensificado no governo varguista. Assim, a política de “redescobrimto do Brasil” reservava ao saber especializado um lugar de relevo na consecução eficiente de uma política nacionalizante.³

Nesse período um dos temas em voga dizia respeito ao estudo da vida popular em consonância com o projeto de interpretação da vida nacional, uma vez que a elaboração de um saber sobre o Brasil tornou imprescindível o conhecimento, a classificação e o registro de experiências tidas como populares. Experiências definidas como o alicerce, a base de uma cultura nacional.

Um dos argumentos para a atividade escrita de Barroso foi a ausência, a distância e a modificação daquele Ceará lembrado. Esse movimento de invenção da região Nordeste também foi um movimento de invenção de trajetórias intelectuais, demarcando estilos de escrita. Em variados textos de Gustavo Barroso houve contentamento quanto ao passado recordado. Mas houve um intenso pesar, um

³ Acerca dessa política cultural, bem como, da relação entre intelectualidade e Estado escreveu o historiador João Ernani: “Getúlio Vargas, pelo bê-á-bá no bacharelismo e pela vivência parlamentar, era hábil no trato e domínio das letras da política e da política das letras. Excertos dos principais escritos de Vargas, como os volumes de *A Nova Política do Brasil*, repercutiam e amplificavam-se em discursos e pronunciamentos, convertendo-se em peça de propaganda e catecismo cívico. Extratos, premissas, encadeamentos explicativos... reverberavam um mar de citações e rodapés espraçados pelos vários escalões burocráticos e pela várias publicações subvencionadas ou mais próximas ao regime. Justificava-se que, a partir daquele presente, ter-se-ia ultimado o processo de profissionalização do escritor e do artista e que os desejos de inovação estética coincidiriam com os interesses de uma renovação política. De sincronias ou coincidências a obra de propaganda convertia compromissos e pactuações” (FURTADO FILHO, 2005: 87-88).

descontentamento quando constatou a passagem do tempo, a mudança e o fencimento das coisas, lugares e pessoas. Essa contrariedade foi um traço comum entre intelectuais do seu tempo que se dedicaram à temática regional, tanto através de narrativas de memória nostálgicas, biográficas, quanto de estudos folcloristas. O sentimento de conservação de um passado memorável marcou essa intelectualidade. Diante do processo modernizador a sociabilidade das cidades, as relações econômicas, políticas, culturais foram sendo alteradas. Isso foi flagrante em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e, de modo mais incipiente em cidades do Nordeste, como foi o caso de Fortaleza.⁴

Na invenção do Nordeste a temática da tradição sertaneja foi privilegiada sob a argumentação de que o bulício cosmopolita não havia chegado nessas áreas. Entre um olhar memorialista e uma ideação do popular a temática regional na década de 1920 foi entrelaçada ao discurso de reconhecimento e demarcação da identidade nacional.

Na implementação da escrita nacional Gustavo Barroso enveredou pelas trilhas da memória e da tradição popular. Corriqueiramente reportou o leitor à familiaridade com os temas estudados, recorrendo a frases como estas: “reproduzo neste livro ajudado da memória e de notas que me forneceram pessoas do lugar e às vezes os próprios cantadores”; “eu limito-me a transcrever a que ouvi” (BARROSO, 1921: 40-655); “vou tentar descrever-a neste artigo, ajudado das lembranças que me ficaram de tel-a ouvido contar na meninice”; “escutando dos lábios das velhas mucamas”; “o que me ensinou um velho vaqueiro do escaldante sertão da minha terra”; “a que vou dar aqui é a que se cantava, quando eu era menino, em Fortaleza (...) e ainda hoje me resôam na memória os sons dolentes”; “mas é tudo o que me ficou na memória das representações a que assisti, há vinte annos, quando menino” (BARROSO, 1923: 51-113-158-189-205); “contou-me curiosa aventura que tivera” (BARROSO, 1932: 55). Esse recurso, ou melhor, essa imagem de escritor íntimo das temáticas enfocadas se constituiu num caro desejo de conhecimento e reconhecimento de sua trajetória de telúrico intelectual. Por meio de frases como essas, Barroso teve a intenção de estabelecer aproximação entre o mundo oral e o mundo escrito, na medida em que a sua atividade literária foi impregnada por uma escrita memorialística. Inclusive, comentou, amiúde, que a

⁴ Acerca dessa ambiência de modernização, conferir (SEVCENKO, 1992). A respeito da modificação da sociabilidade urbana em face desse processo em Fortaleza, conferir (SILVA FILHO, 2001).

saudade foi a sua grande inspiração.

Uma das características desse estilo memorialístico consiste em estabelecer um estatuto de verdade ao mundo da escrita, na medida em que o relato é de quem viu, ouviu, enfim, viveu. Quanto a isso, se observa essa epígrafe do autor publicada em seu primeiro livro de memória *Coração de Menino* (1939): “Mas a saudade é a maior testemunha da verdade” (BARROSO, 2000). Assim, o relato a partir da vivência é utilizado para confirmar o estatuto de verdadeiro. Essas obras podem ser identificadas como uma autobiografia, ou seja, como obras de memória biográfica. Outra característica desse estilo é a tentativa de criar aproximação com a oralidade, na medida em que o texto é de quem viu, portanto, testemunhou. Assim, o estilo memorialístico presente em seus “estudos de folclore” e “sociologia sertaneja”, além de propor um valor de verdade a essas obras, também sugeriu uma aproximação com as expressões populares.

O desejo de mostrar aproximação afetiva com a fonte classificada como popular ou folclórica não impediu a separação, a hierarquia e diferenciação entre essa fonte (manifestada na maior parte das vezes pela oralidade) e o registro escrito. Há essa tensão em Gustavo Barroso, se aproximando e se distanciando da oralidade. Ao fazer a catalogação, classificação e registro demarcou-se a distinção entre a experiência popular e a erudita, a oral e a escrita. Ao se rogar o direito, e mesmo o dever, de falar, ou melhor, escrever sobre a “vida do povo”, o afastamento foi um pressuposto, uma vez que transcreveu experiências diversas e em constante movimento e transformação com o nome de popular ou folclórico. Ou seja, definir manifestações múltiplas da vida a partir desses conceitos foi também limitar o que elas não eram, ou seja, erudita e letrada. Arrancá-las do cotidiano, escrevê-las e circunscrevê-las foi um ato de distanciar aquilo que a escrita quis unir. Desse modo, a escrita da saudade é o que vai aproximá-lo da cultura popular, mas também distanciar-lo, nas vezes em que ele circunscreve o oral por meio do escrito.

Ora, Gustavo Barroso propõe uma aproximação com a cultura popular na medida em que se expressou como um testemunho da mesma, alguém que viu e, enfim, viveu essas tradições. Mas, por outro lado, ao circunscrevê-las ao mundo da escrita, nos moldes de uma cultura letrada, tirou-lhes do próprio dinamismo do cotidiano. Assim, ao invés de garantir sua vida, fez foi condená-las à morte. Quanto mais se outorgou o

direito de identificar a beleza dessa cultura mais ela perdeu a sua vitalidade.⁵

O sertão que foi reinventado e apresentado nas memórias e nos estudos regionais de Barroso foi o sertão da fartura da chuva, mas também, foi o da seca. Sertão da terra e da água que sangravam. Da dor e do sofrimento do sertanejo, tido como um forte em decorrência da luta com esse meio, que por sua vez, foi pensado como determinante das características dessa gente. A miséria foi explicada também a partir das condições naturais da caatinga, com os períodos de chuva e de estiagem.

O sertão dos vaqueiros, agricultores, rezadores, cangaceiros, cantadores e poetas. Dos cantos e contos violados. Do repentista com seus desafios e louvações na sonoridade das violas. De festividades, vaquejadas e adjuntos: mutirões da colheita e de construções de moradias. Das casas de taipa e das casas avarandadas. Sertão da pecuária extensiva e do roçado. Das lendas classificadas como naturais e sobrenaturais. Das fábulas. Dos animais mais comuns, como o gado, cavalo, cachorro e avoantes. Das crenças e superstições. Enfim, o sertão de variados costumes e tradições. Das artes e dos artefatos. Os sertões vividos também nas histórias contadas pelos sertanejos. E todas essas temáticas foram enfocadas nos livros de Gustavo Barroso, demarcando as características da região Nordeste.

Essas descobertas, segundo ele, se deram entre caminhadas, convívios, conversas, participação no cotidiano de rezas, festas e trabalho. Entre poesias e cantos. Barroso tocou no folclore através da memória. Em sua trilogia memorialística *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941), as experiências recordadas foram identificadas como ensinamentos e inspirações para seus “estudos de folclore” e “sociologia sertaneja”. Por outro lado, o recurso a uma escrita de memória também foi uma constante nesses estudos, na medida em que recorreu a uma narrativa de recordação para relatar episódios populares. Várias temáticas que foram catalogadas nessas obras foram também apresentadas em suas memórias.

Essa escrita nacional foi viabilizada pelo conhecimento das características regionais. Daí o autor se referir ao “typo exacto do brasileiro do Norte” no seu livro *Terra de Sol* (1912). Desse modo, ao conhecimento da vida nacional, foi tido como

⁵ Quanto às reflexões sobre popular e povo, foram fundamentais as obras: (BOLLÈME, 1988); (CHARTIER, 1993). A respeito da relação entre cultura popular e mundo das letras escreveu Michel De Certeau: “A idealização do ‘popular’ é tanto mais fácil quanto se efetua sob forma do monólogo” (DE CERTEAU, 1995: 59).

imprescindível o registro de um saber sobre experiências diversas das regiões que compunham o território brasileiro, tanto observando a natureza, quanto a cultura. Estudar as tradições populares desses rincões favoreceu a delimitação das peculiaridades e das semelhanças regionais, que compuseram e formaram a nação. Nessa perspectiva, quando especificou como sendo do Norte esse “typo exacto do brasileiro” a sua referência não era de contraposição entre o regional e o nacional, mas de complemento e aprofundamento das reflexões do projeto de escrita de um saber nacional.

Ao comentar o tipo de moradia e da hospitalidade no sertão, mencionou:

Sois toscas e humildes como tudo o que produz a sub-raça ignorante e infeliz do Norte; mas guardais na pobreza do vosso aspecto, na singeleza de vossa construção, a physionomia bem nacional dessa gente simples em cujas veias não corre sangue estrangeiro e consubstancia o verdadeiro typo ethnico da nacionalidade brasileira! (BARROSO, 1912: 194)

Esse trecho foi publicado no livro *Terra de Sol*, em 1912. No livro *Ao Som da Viola*, de 1921, Barroso também se referiu ao sertanejo como “(...) typo ethnico da sub-raça nordestina, vinda do luso e do indio(...)” (BARROSO, 1921). No livro *As Colunas do Templo* (1932), fez uso desse termo ao citar as poesias sobre os cangaceiros: “(...) exprimem todo o ardor da sub-raça áspera e forte(...)” (BARROSO, 1932: 36). Ao passo em que fez alusão ao mestiço como o modelo da nacionalidade, também propôs medidas para eliminar os cangaceiros e os beatos, tanto em *Terra de Sol* (1912), quanto em *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1930). Identificou na carência de estradas e de escolas, por exemplo, as causas da existência desses personagens no sertão e sugeriu medidas para acabar com tais manifestações. No capítulo *O Homem* do livro *Terra de Sol* (1912), dividiu a população do sertão a partir da seguinte tipologia: “Typos Anormáes e Tipos Normáes”. Fez adaptações dos temas da hereditariedade racial e da influência do meio na definição de perfis identitários. Esse recurso ao tema da hereditariedade tanto foi interpretado a partir de fatores positivos, como também, a partir de heranças tidas como degenerativas. Mas, o estudo tanto partiu de elementos concernentes ao meio e raça, quanto a dimensões culturais. No item em que definiu os “Typos Anormáes”, classificados como o cangaceiro e o curandeiro, foi comum o uso dessas explicações. Assim, quanto ao cangaceiro comentou: “(...) broncos cerebros de degenerados que já o são todos elles quase, na raça pelo cruzamento, na moral pelo

atavismo, pelas influencias externas e pela hereditariedade” (BARROSO, 1912: 154).

A respeito das práticas do curandeiro, o segundo tipo do grupo considerado “anormal”, lê-se: “(...) As reminiscências das bruxarias africanas e indigenas formam a base de todas as feitiçarias onde as européas apparecem apagadamente, com o seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores(...)” (BARROSO, 1912: 154-155). Foi perceptível a recorrência ao discurso sobre o atavismo racial, ou melhor, da hereditariedade racial como algo degenerativo entre esses moradores do sertão. Diante de práticas religiosas, de crenças, comparou o europeu ao negro e ao índio, concluindo que esses dois últimos, diante das experiências de crenças, eram “raças inferiores”. Isso remete à teoria evolucionista e a um pensamento eurocêntrico, em que ao europeu foi associado o papel de referência desse processo evolutivo.

Mas o posicionamento de Gustavo Barroso, expresso no livro *Terra de Sol* (1912), quanto ao tema da mestiçagem teve também outra perspectiva. Ao se referir aos tipos tidos como “normaes” (o sertanejo, o fazendeiro e o vaqueiro), o autor identificou os aspectos de positividade dessa fusão. Referindo-se a esse grupo concluiu: “(...) Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a intelligencia e a coragem que já lhe legára a raça, o cruzamento ancestral” (BARROSO, 1912: 167).

Ora, ficou explicitado um valor positivo. Quando fez menção à ancestralidade se reportou à herança indígena, negra e branca (portuguesa) na composição do perfil desse grupo. Perfil esse, positivo pela coragem e pela inteligência. Desse modo, o “typo ethnico da nacionalidade brasileira” corresponde, em especial, ao tipo que compõe esse grupo intitulado de “normaes”, ou seja, o sertanejo, o vaqueiro e o fazendeiro. Porém, isso não quer dizer que Gustavo Barroso tenha desconsiderado os cangaceiros, uma vez que o seu discurso sobre eles foi construído com ambigüidades.

Ainda em *Terra de Sol* (1912), há outra categoria interpretativa a respeito do homem do sertão:

Enfim, um dia, o gado começa a cahir de fome, de sede e de fadiga. É a época mais terrivel: é quando o nortista mostra a sua energia inflexivel, quando mais se acrisolam suas faculdades combativas, e mais se enrija, e mais se robustece sua titanica virilidade. Um minuto de fraqueza, um momento de desanimo, um instante de desencorajamento – e o sertão esmagal-o-á. Mas elle não se abranda e nem se verga. Só contra a impassibilidade da natureza, lucta, lucta sempre. Alguns desertam as fileiras; mas os que ficam continuam o combate.

E dahi, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a sêcca é um factor de progresso, porque fôrma e molda uma raça de fortes. (BARROSO, 1912: 25)

Gustavo Barroso fez uso dos temas do meio e raça apropriando aspectos sociais em suas análises. Foi um autor do período de transição entre um regionalismo naturalista, com inspiração nos fatores do meio e da raça na demarcação de elementos identitários e, de um “novo regionalismo” mais pautado em dimensões históricas e sociológicas da vida regional e nacional.⁶

A seca e a natureza no sertão aparecem como fatores positivos para a definição de aspectos dessa identidade. Dentre as características, associadas ao sertanejo, a força foi ressaltada freqüentemente. Barroso, inclusive, citou Euclides da Cunha, definindo a “raça do norte” como: ““rocha viva de nossa nacionalidade”” (BARROSO, 1912: 171). É possível concluir que Gustavo Barroso ficou vivamente impressionado com a leitura de *Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha, obra de fôlego, reportagem jornalística, relato cientificista de um ex-aluno da Politécnica, romance que o crítico Afrânio Coutinho situava na mesma estante de *A Ilíada* ou *Guerra e paz*. A sugestão euclidiana da “alegoria do granito” também exerceu influência na argumentação de Barroso. Euclides da Cunha (que escreveu *Os sertões* enquanto trabalhava como engenheiro no interior de São Paulo) usava como metáfora da nacionalidade a procura pelo granito, que Euclides avisava não se faria na superfície. Aí teríamos o quartzito, a areia, o cascalho, as pequenas britas... A “pedra bruta” seria encontrada adentrando-se e aprofundando-se no solo. Essa imagem retomava a oposição entre litoral e sertão, entre o cosmopolitismo e o insulamento.

A avaliação desse processo de fusão como contribuição ou atraso dependeu das características herdadas, bem como, da ocupação social. Então, se por um lado Barroso tratou da mestiçagem como positiva para a composição nacional, identificando o

⁶ A idéia de que a seca é um dos elementos de composição do caráter foi defendida pelo escritor cearense Guilherme Studart (o Barão de Studart) em 1908: “(...) A secca, encarada sob esse aspecto não é um mal, me parece, pois que forma o caracter do cearense como as fúrias do oceano formam o caracter do marinheiro” (AMARAL, 2002: 42). Sobre a diversificação de reapropriação das teorias sociais européias do século XIX no Brasil escreveu Lilia Moritz: “Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça. Este já é, porém, um debate que pressupõe a reflexão sobre a excelência da cópia e a especificidade desta no pensamento nacional (...)” (SCHWARCZ, 2002: 65).

sertanejo como componente do tipo exato da nacionalidade, com ricas manifestações folclóricas, justamente por sua diversidade, por outro, apontou o cruzamento como responsável pela degenerescência. Inclusive, propôs medidas para dirimir expressões comuns ao sertão como o cangaço e o “fanático religioso”, apontados como “inferiores”. Porém, no seu discurso há uma ambigüidade quanto ao cangaceiro que é apresentado como bandido e também como herói. Assim, a miscigenação ora é elogiada, ora é criticada. Mas mesmo classificando o homem do sertão entre tipos normais e anormais, tanto em *Terra de Sol* de 1912 quanto em *As Colunas do Templo* de 1932 definiu o sertanejo como “tipo da nacionalidade”, mas isso é apresentado como promessa, ou melhor, como expectativa.

Fontes

BARROSO, Gustavo. (João do Norte). **Terra de Sol** (Natureza e costumes do Norte).

Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912.

_____. **Heróis e Bandidos** (Os Cangaceiros de Nordeste). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

_____. **Ao Som da Viola** (Folk-lore). Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

_____. **O Sertão e o Mundo**. Rio de Janeiro: Leite e Ribeiro, 1923.

_____. **Almas de Lama e de Aço** (Lampeão e outros cangaceiros). São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1930.

_____. **As Colunas do Templo**. Erudição, Folclore, História, Crítica, Filologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

_____. **Coração de Menino**. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

_____. **Liceu do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

_____. **O Consulado da China**. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São

Paulo: Cortez, 1999.

AMARAL, Eduardo Lúcio. **Barão de Studart**: memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2002. (Coleção Outras Histórias, 9)

BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**. V. 6, n. 16. Rio de Janeiro: 1993.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FURTADO FILHO, João Ernani. Modernismo café-com-leite: intelectuais, arte e política, 1922-1945. **Revista Trajetos**, Fortaleza: Departamento de História da UFC, V. 3, n. 6, 2005. (Dossiê: Intelectuais e Cultura Letrada)

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No Norte da saudade**: esquecimento e memória em Gustavo Barroso, 305 f. Tese (Doutorado em História) - PUC, São Paulo, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

A HISTÓRIA DA ARTE COMO MONTAGEM DE TEMPOS ANACRÔNICOS

Vera Pugliese *

O presente estudo busca esboçar, sob uma abordagem comparativista, uma aproximação entre a noção de história da arte em Abraham Moritz (Aby) Warburg (1866-1929), e a de história em Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892-1940) no que tange às respectivas tentativas de constituição de uma historiografia da arte/historiografia crivadas pelo conceito de história da arte como montagem de tempos anacrônicos, que Georges Didi-Huberman (1953) abraçou em sua empreitada metodológica, com vistas à pretendida revisão epistemológica da história da arte.

Para tanto, parte-se da desconfiança de que tal aproximação pode ser pensada em função do comprometimento de Warburg e Benjamin com seus respectivos projetos, *Der Bilderatlas Mnemosyne* e *Der Passagenwerk*, que, questionados e até rejeitados por seus próprios meios acadêmicos, tomaram o vulto de cruzadas pessoais bem como se encontram entrecruzadas com seus percursos intelectuais. Esta reflexão reporta, de fundo, ao movimento crítico infraestrutural que a chamada Nova Teoria da Arte Francesa tem assumido, de colocar a si própria em questão ao investigar as bases epistemológicas sobre as quais a produção da história da arte se assenta.

A biografia de Aby Warburg adquire caráter lendário com a transferência da primogenitura ao irmão Max, aos 13 anos de idade, em um pacto de sangue que garantiria que ele pudesse estudar e constituir uma biblioteca ao logo da vida, ao invés de assumir a gestão do banco da família judia-alemã (SAXL, 1970). Em seguida chama a atenção a “inadequação” de Warburg em encontrar um foco de desenvolvimento acadêmico desde sua formação, como uma dificuldade em conciliar-se com um sistema de ensino cujos saberes eram rigidamente compartimentados. Ele se viu constrangido a distanciar-se de Carl Justi (1832-1917), em Bonn desde 1886. Proveniente da Escola de Viena, Justi consagrou a vertente da *Heldengeschichte*, uma história da arte rígida e linear que, calcada na glorificação de heróis – muitas vezes nacionais –, construía valorizações individuais que frequentemente sobrepujavam a produção visual em prol de seus autores. Visando também aproximar-se da especificidade da imagem, recusou as vertentes positivistas e tainistas da História da Arte, por crer que priorizavam o contexto

* VIS/IdA/UnB. Apoio: Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes - Universidade de Brasília.

social e até seu determinismo em detrimento da própria obra de arte.

Ao trilhar em direção às condições da criação artística, sem contudo desconsiderar seu contexto, Warburg se interessou pela história das religiões em contato com Hermann Usener (1834-1905) e pela relação entre a história da cultura e a psicologia com Karl Lamprecht (1856-1915). Doutorou-se na Universidade de Strassbourg, sob a orientação de Hubert Janitschek (1846-1893), em 1895, após dois anos nos quais estudou, em Firenze, a *Primavera* (c.1482) e *La Nascita di Venere* (1482-1485) de Sandro Botticelli (1445-1510), ensejando o que se constituiria como uma teoria da empatia. Daí nasceria o conceito de *Pathosformeln* (formas ou fórmulas de pathos) como gestos intensos, condensados, que poderiam ser reconhecidos tanto na obra de arte quanto nos códigos gestuais de uma sociedade, recentemente aproximado ao conceito de *alegoria* em Benjamin, por Adi Efal (EFAL, 2000).

Nesta mesma época, a obra de Jacob Burckhardt (1816-1897) também repercutia em Warburg sob a forma do estudo sobre os desenhos de Bernardo Buontalenti (1536?-1608), no qual associava imagens da “cultura visual” do final do século XVI na Toscana com a produção de reconhecidas obras de arte, como faria futuramente em seu último projeto, *Der Bilderatlas Mnemosyne*. Estendendo uma viagem aos Estados Unidos, em 1895, para o casamento de um irmão, Warburg passou os dois anos seguintes estudando os rituais da cultura Hopi, no Novo México, o que permitiu que ele contemplasse seu antigo interesse de pensar a história da arte como antropologia da imagem.

Paralelamente ao início da sistematização de sua biblioteca iniciada em 1886, realizou entre 1902 e 1904 uma pesquisa sobre a Capella Sassetti da Igreja de Santa Trinità, em Firenze. Seus afrescos apresentaram-no à complexidade das relações entre os meios artísticos na Itália e do Norte da Europa, abalando o viés estilístico então hegemônico na historiografia da arte.

Em 1909, Warburg fixou-se em Hamburgo, onde instalou sua biblioteca. Pouco depois, em 1912, já com a colaboração do jovem Fritz Saxl (1890-1948), passou ao estudo sobre os afrescos do Palazzo Schifanoia de Francesco Del Cossa (c.1430-c.1477), em Ferrara, devido ao interesse pelas representações astrológicas e mitológicas no Renascimento, rompendo novamente com o *establishment* acadêmico. Quando da apresentação deste trabalho ao meio científico no Congresso Internazionale di Istoria dell'Arte em Roma, ainda neste ano, Warburg utilizou diapositivos coloridos numa atitude inaugural – da qual somos tributários – e que permitia a conexão pormenorizada

da imagem com a teoria, sem empregar a imagem como ilustração do discurso, mas buscando desvendar o discurso da imagem. Este procedimento de associação de imagens, ainda que de modo seqüencial, estaria na base da futura constituição do *Bilderatlas* (DIDI-HUBERMAN, 2001: 452).

Em 1918, a afecção mental do historiador da arte agravou-se, tendo sido Saxl nomeado diretor de sua Biblioteca no ano seguinte, transformado-a em instituto, um círculo de pesquisadores que incluiria Erwin Panofsky (1892-1968). Em 1926, a Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg - KBW (Biblioteca da Ciência da Cultura Warburg) seria transferida para um edifício ainda em Hamburgo até seu traslado para a Inglaterra em 1933 – para protegê-la de interesses nazistas –, integrando-se ao Warburg Institut, que seria vinculado à University of London, em 1944 (SAXL, 1970: 333-338).

Após nova internação (1919-1924), Warburg continuou a pesquisar com a colaboração de Saxl e Gertrud Bing (1892-1964) até sua morte, em 1929, esforço coroado pela constituição do *Bilderatlas*, entre 1924 e 1929. Este projeto era constituído por pranchas de cartão preto com cerca de 130 cm de altura com reproduções de imagens associadas em *função* de temas em “um inventário dos modelos antiquizantes preexistentes que repercutiram na representação da vida em movimento e determinaram o estilo artístico na época do Renascimento” (WARBURG, 2010: 3). Dedicado à Deusa da Memória, o “mapa de imagens (*Bild*) da memória” era composto de três séries de pranchas nas quais foram dispostas cerca de 2000 reproduções de imagens associadas por temas motivados por duas preocupações centrais: a psicologia da criação do artista e seus processos de produção.

A busca de criação – ou da apreensão – de categorias imagéticas com base em suas associações era pontuada por pequenos textos¹ que aludiam a elas, sem, entretanto, explicá-las de modo discursivo, tornando o atlas uma obra visual. Mas a carga energética da associação das imagens *em montagem* transcenderia o campo da forma, por meio da dupla memória, individual e coletiva, da representação de gestos intensos, as *Pathosformeln*. Elas incorporariam a possibilidade da expressão humana cujas representações seriam inventariadas a partir de suas matrizes antigas, que sobreviveriam dinamicamente na memória coletiva como *presentes reminiscentes* por meio de uma

¹ Nas edições do *Bilderatlas*, além dos textos introdutórios e explicativos de outros autores e a pequena introdução do próprio Warburg, as reproduções fotográficas das pranchas costumam a as páginas

espécie de ato rememorativo, que atualizaria esses gestos visando à intensificação de seu significado profundo (CHECA, 2010: 138-139).

Pretende-se, mais adiante apresentar o conceito de montagem de imagens dialéticas do *Passagenwerk* (Projeto das Passagens) de Walter Benjamin, para mostrar como com diferentes objetos e intenções, Warburg e Benjamin utilizaram o conceito de *montagem* como uma *função*, um operador, que permitia agenciar duas ou mais imagens.

O “inacabamento” de cada painel ou de seus conjuntos inere ao *work in process* associativo do atlas, impossibilitando um inventário estrito devido às movimentações e reentradas das imagens nas pranchas e da própria relação entre os painéis, conforme o enfoque da visada de Warburg sobre um objeto de estudo, ou seja, a exigência de um tema que *atrairia* a si um rearranjo das imagens anteriores e novas imagens a elas agregadas. Não se trata, contudo de uma mera acentricidade do *Bilderatlas*, mas de uma natureza policêntrica na qual o centro deixa de ser um lugar geométrico para ser uma função, que pode ser deslocada para outro ponto ao longo do percurso do pensamento de Warburg. Quando se pensou em editá-lo, o que ocorreria apenas em 1992, ele cogitou a possibilidade de publicar o atlas em folhas soltas, o que talvez possa ser associado ao Poème de Stéphane Mallarmé.

Diferentemente de um modelo teórico linear, Warburg pensou a própria História da Arte como o *Bilderatlas Mnemosyne*: um espaço imersivo, uma trama de problemas cuja urdidura seria também objeto da disciplina. Seu último projeto era a materialização de um espaço expositivo particular marcado por escolhas e hierarquias próprias. Este espaço foi fisicamente inaugurado em 1926, quando apresentou a *Conferência sobre Rembrandt*, abandonando a projeção de slides pela recorrência às pranchas do *Bilderatlas* referentes ao tema, dispostas no centro do salão da KBW, enquanto caminhava entre elas, atualizando os problemas latentes ao explicitar associações de imagens.

Esse pensamento rizomático, paratático, heterotópico, disruptivo, desierarquizado e dinâmico do pensamento wargburguiano manifestou-se homologamente na montagem da KBW, reinventada continuamente. A proximidade física de objetos e livros e nas estantes, regidos pela *Gesetz der guten Nachbarschaft* (lei da boa vizinhança) materializava os novos problemas transdisciplinares que remetiam à filosofia da história.

Esta *Problembibliothek*, na acepção de Saxl, segundo Ernst Cassirer (1874-1945) catalizava “um conjunto de problemas concentrados na questão da sobrevivência da Antiguidade, a partir do qual deveria ser possível compreender e descrever os mecanismos da memória social, a função da memória coletiva da humanidade” (GUERREIRO), levando a História da Arte a questões tão novas que fugiam às classificações das disciplinas então existentes (SAXL, 1970: 327). Do mesmo modo, a KBW era regida por um princípio heterodoxo em relação às organizações das bibliotecas européias, segundo princípios de hierarquização e compartimentação do saber do homem moderno e as respectivas questões epistemológicas (SETTIS, 2000: 114-116).

Essa heterodoxia manifesta no *Bilderatlas* e na KWB aparece em cada estudo de caso. Warburg consignou a história da arte a um integral e "violento processo crítico" como princípio metodológico cuja chave era a associação de imagens. Tal associação deveria desencadear uma crise e "uma verdadeira *desconstrução das fronteiras disciplinares*" por meio do constante deslocamento epistemológico e nos modelos de tempo que a disciplina opera (DIDI-HUBERMAN, 2002: 33). O ininterrupto deslocamento proposto como movimento crítico atravessaria a história da arte, ao manifestar um “alargamento metodológico das fronteiras disciplinares” e uma multiplicação dos pontos de vista sobre a imagem. Ao transformar a relação sujeito-objeto em campos de saber imbricados, esse modelo teórico se colocava como uma arqueologia dinâmica que, longe de buscar sedimentos estáticos acumulados com o tempo, seria uma prospecção *transversa*. Dela emergiriam "momentos energéticos" para o sujeito que, diante da imagem, estaria "diante de um tempo complexo", apenas provisoriamente configurado e que se reconfiguraria dinamicamente mediante movimentos análogos, desterritorializando a imagem e o tempo que exprime a historicidade em um modelo linear (DIDI-HUBERMAN, 2002: 39)

Essa história da arte crítica proposta por Warburg antagonizava, portanto, a concepção evolucionista da história da arte como *grande narrativa*, expressão posteriormente celebrizada por Benjamin (1993: 191-221), que considerava a escrita linear de uma história totalizante e evolutiva. A partir de um ponto de vista ideal e objetivo, este discurso totalizante e obsedante buscava reconstituir o perfeito cristal do passado, uma noção da história como reconstrução fiel do passado e não, como professava o filósofo, a possibilidade da história como uma construção (BENJAMIN,

1993: 191-221). Warburg, por seu turno, propunha a história da arte como o caminho de uma "psicologia histórica da expressão humana" com uma distinção epistemológica vital em relação à história autoglorificante de Vasari e à história universal de Hegel, que apresentavam, respectivamente, monumentos e documentos onde Warburg via “vestígios de uma história da arte fantasmática, na dinâmica de uma sedimentação antropológica” (DIDI-HUBERMAN, 2002: 39-40).

Benjamin chamou de dialéticas as associações de imagens do *Bilderatlas Mnemosyne*, cuja estrutura em parataxe acabou por repercutir no conceito de montagem do também inacabado *Das Passagenwerk* (BENJAMIN, 2006) do filósofo alemão. Didi-Huberman situa Warburg no contexto da “mutação epistemológica” suscitada pelos “poderes” da reprodução fotográfica da virada para o século XX (DIDI-HUBERMAN, 2002: 456), que reporta também a Benjamin. O Projeto das Passagens insere, nos anos 1930, um pensamento historiográfico tão inovador que foi questionado até pelos companheiros da Escola de Frankfurt como Theodor Adorno (1903-69) e principalmente por Max Horkheimer (1895-1973), sob a acusação de subverter o materialismo histórico.

Benjamin pensou a relação entre as imagens a partir do grande conceito operador da *Montage*, que permitiria agenciar associações de imagens justapostas que manifestariam a força de atração que revelaria o sentido crítico da modernidade que queria propor.

Desde a adolescência, seu contato com Gershom Scholem (1897-1982) tendo como amálgama o interesse pelos estudos judaicos afastaria Benjamin da bem aparada via acadêmica do conhecimento objetivo. Judeu alemão que também percorrera um caminho tortuoso, percurso interdito entre áreas de conhecimento restritas por seus objetos de investigação, sofrera, em 1925, a rejeição de sua Tese de Livre-Docência *Ursprung des deutschen Trauerspiels* (Origem do drama barroco alemão), entre a Literatura e a Filosofia, da qual era oriundo. Sua relação com o Institut für Sozialforschung, dirigido por Adorno e Horkheimer, espinha dorsal da Escola de Frankfurt, tornara-se ainda mais problemática com sua interpretação do marxismo, em especial do materialismo histórico com textos que culminariam com *Über Begriff der Geschichte* (Teses sobre o Conceito de História), de 1940, nas quais questionava o positivismo do conceito convergencionista de evolução.

Partindo do conceito do *collage* cubista da década de 1910, da montagem

cinematográfica de Sergei Eisenstein (1898-1948) da década seguinte e pelo conceito de fotomontagem de John Heartfield (1891-1968), dos anos 1930, Benjamin propôs o *Passagenwerk*, que foi constituído entre 1927 a 1940, obra que resta “inacabada”, tendo sido interrompida com sua morte prematura. As pranchas com montagens fotográficas que envolviam as galerias urbanas do final do século XIX no *Passagenwerk*. As pranchas fomentariam um deslocamento emocional capaz de gerar um salto cognitivo, uma ponte transgressora de que uma historiografia linear não poderia dar conta, pois se trataria de um saber de outra ordem.

O *collage*, pedra de toque do Cubismo Sintético (1911-14), momento particularmente seminal do movimento francês, contribuiu, devido às suas inerentes propriedades, para o desenvolvimento do conceito de montagem. Assim, passam a ser propriedades dessa *função* moderna: a linguagem da colagem; o princípio da síntese; o acentramento; o caráter disruptivo; a imediaticidade da imagem complexa em parataxe; a dinamicidade do espectador; a estrutura indicial, a estratégia metonímica e a simultaneidade de diversas temporalidades.

Este último fator contribuiu sobremaneira para a intenção de Benjamin, assim como para Warburg, de relacionar a percepção presente com a memória perceptiva, em um modelo de tempo complexo no qual o objeto se apresenta em sua inesgotabilidade, sempre a partir de uma intencionalidade, como bem notou Merleau-Ponty (1994: 33-34; 55ss; 93). Assim, o indivíduo, diante da imagem dialética, sofreria um brutal deslocamento, com uma inevitável carga energética, de um sujeito cognitivo, analítico, distanciado e atemporal, para a condição de uma subjetividade cuja temporalidade que atinge o problema do anacronismo não apenas em relação às imagens a ele oferecidas simultaneamente que reportam a diferentes épocas, mas à projeção de sua própria memória em um *trabalho da imagem* como figurabilidade.

A experiência dessa dinamicidade e desse modelo tempo complexo no cinema, com o rápido desenvolvimento de sua tecnologia e de sua linguagem, propiciou mudanças transcendiam os desenvolvimentos da linguagem fotográfica a partir da década de 1880, conforme Benjamin denunciara em *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, em 1935-36, mediante o princípio de montagem, que não deixa de derivar da síntese cubista, principalmente no que tange a linguagem do *collage*.

A montagem cinematográfica permitira aos irmãos Auguste (1862-1954) e Louis Lumière (1864-1948) uma legibilidade mais eficiente do movimento da ação. A esta se

seguirá a de David W. Griffith (1875-1948), que elegia "o melhor" ponto de vista para *narrar* uma ou mais ações entrecortadas, de modo a dar a perceber aspectos simultâneos do espaço, mas ainda preservando a segregação de planos pictóricos como planos cinematográficos. Sequencialmente, passava a haver o cruzamento de narrativas paralelas. Um salto ainda seria dado por Sergei Eiseinstein (1898-1948), de modo a introduzir o simultaneísmo futurista na montagem cinematográfica na cena da "Escadaria de Odessa" em *Encouraçado Potenkim*, de 1925, ou ainda alegorias plásticas não literárias, como na famosa cena de Kerensky diante da Sala do Czar em *Outubro*, de 1927, que de modos diferentes trabalhavam várias temporalidades simultaneamente. Eisenstein chamava de *agit-atração* à força associativa das imagens que, ainda que sucessivas no tempo, criavam a sensação de simultaneidade capaz de permitir outra compreensão nos interstícios desse dinâmico e intangível amálgama.

Estes elementos não apenas eram exógenos à ordem plástica anterior, como também manifestavam-se engendrados por uma sintaxe própria, incompatível com aquela ordem, no sentido de operar intrínseca e estruturalmente um olhar de natureza diversa do que era antes exigido, convocando a constituição de um novo sujeito, diante de suas imagens, consciente e crítico a respeito de seus processos cognitivos.

Benjamin concentrou-se em seu projeto em dois períodos, entre 1927 e 1929 e de 1934 até sua morte, tendo, talvez levado em sua fuga da França, com a ocupação nazista, uma cópia dos manuscritos que teria se perdido. A cópia que deu origem à tardia publicação (1982) foi a que deixou em Paris e foi escondida por George Bataille na Bibliothèque Nationale de France, domicílio natural da pesquisa de Benjamin. Após uma introdução que contextualiza a obra editada postumamente em seu caráter de excepcionalidade, o livro consiste em dois exposés, *Paris, capital do século XIX*, escritos em 1935 e em 1939, que originalmente se dirigiam para dar a compreender o projeto para futuros editores; o cerne do projeto *Notas e materiais*, com 36 arquivos organizados de "A" até "Z" e de "a" até "r", segundo os temas que mapeiam o percurso do rizomático pensamento benjaminiano; os ensaios *Passagens parisienses I e II, O anel de Saturno ou Sobre a construção em ferro* e *Paralipômenos*.

Provavelmente seria impossível tentar impor uma cronologia linear de sua origem e desenvolvimento, uma vez que *Notas e materiais* parece ter sido composto pela contínua entrada de novos *Konvolute* (maços) e da reelaboração e reentradas dos antigos arquivos temáticos, conforme a pesquisa se desenvolvia e novas conexões se

impunham. Mas os manuscritos não se configuravam como fragmentos, uma vez que Benjamin transcrevia as anotações antigas juntamente com a escrita mais recente, criando um intrincado retículo de referências cruzadas, tudo isso organizado em um sistema de arquivos (temáticos), de modo a cada arquivo estabelecer relações intertextuais com os demais. Talvez não seja exagero dizer que este ensaio se tornou uma espécie de palimpsesto, na medida em que metaforizava os errantes percursos de Benjamin por Paris, conduzido por Baudelaire.

Percebendo as galerias, passagens parisienses cobertas por uma estrutura de ferro e vidro que abrigava os transeuntes entre as lojas dos edifícios contíguos – antevendo os centros de compras novecentistas – não apenas como a imagem do mundo moderno como caminhos, entradas, saídas, mas como um espaço imersivo cujas reproduções fotográficas poderiam dar ao homem do século XX, cruzando-se nessas passagens vestígios de um passado latente e percepções presentes, de modo que a própria forma das *Passagens*, manifestavam o percurso intelectual de Benjamin, novamente numa aproximação, e não em uma identificação perfeita, com a trajetória labiríntica de Warburg.

Evocando as *Wahlverwandtschaften* de Johann Wolfgang Von Goethe (1794-1832), obra que reportava ao conceito medieval de afinidades eletivas, para compreender a cadeia associativa de reflexões, Benjamin (2009), assim como a remissão de Warburg ao conceito de boa vizinhança e Eisenstein ao de agit-atração, interrogavam sobre a “plasticidade fundamental” das imagens em associação e a eficácia de sua síntese, o eixo de designação formal da montagem.

A noção da montagem atinge diretamente a base epistemológica da história em seus alicerces, porque interdita a crença na objetividade da história e de qualquer certeza interpretativa, além de incorporar conscientemente o conceito de anacronismo e de abertura dialética da imagem (PUGLIESE, 2005: 129). As pranchas do *Passagenwerk* apresentariam simultaneamente imagens em montagem paratática, junto à profundidade da percepção do sujeito no espaço-tempo de cada uma delas. Benjamin propôs uma imagem múltipla, fragmentária e dinâmica a ser *vivenciada* pelo sujeito que entraria em relação com ela, e não uma mera concentração semântica. Esta relação permitiria ao *sujeito* contatar a imagem, abrindo-a à dialetização, operação que pressupõe um estatuto especial para o sujeito que pode ser compreendido como um processo específico de cognição.

A afinidade *eletiva* entre os Projetos *Passagenwerk* e o *Mnemosyne* pode ser realizada pela abertura dialética das montagens em parataxe como quadros de homologias em que a imagem que essa soma de imagens dá acesso é ultrapassa por sua própria soma.

A associação propostas em ambos os projetos propiciada pela ruptura espaço-temporal de um pensamento transgressivo atravessa o nexos lógico-causal de um pensamento cumulativo e evolutivo, multiplicando as direções dos resultados das intelecções abertas por tal fenda. A própria noção de fenda se relaciona com o ato *formador* de uma imagem, havendo uma distância que a separa de seu objeto-referente, por mais abstrato que ele seja. De modo análogo, a apreensão de uma imagem está infundida de uma distância entre ela, por mais abstrata que seja, e um objeto-referente, mesmo que essa imagem seja auto-referente. Evidentemente, a existência da fenda pressupõe um sujeito diante da imagem, seja no ato de criá-la, seja no ato de vê-la, o que reporta à questão do olhar para desembaraçar este grupo de conceitos.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Lescov. In: **Obras escolhidas**. 5ª ed, São Paulo: Brasiliense, V.1, 1993, p.191-221.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- _____. **Ensaio reunidos**: escritos sobre Goethe. São Paulo: Editora 34, 2009.
- CHECA, F. El Proyecto Mnemosyne. In: WARBURG, A. **Atlas mnemosyne**. Madrid: Akal Ediciones, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, G. **L'Image Survivante**. Paris: Minuit, 2002.
- EFAL, A., **Warburg's "pathos formula"**. Disponível em <http://arts.tau.ac.il/qp/departments/images/stories/journals/arhistory/Assaph5/13adiefal.pdf>, acesso em 15 de março de 2010.
- GOMBRICH, E. H. **Aby Warburg: an intellectual biography**. Londres: Warburg Institute, 1970.
- GUERREIRO, A. **A biblioteca Warburg: entre o labirinto e o hipertexto**. Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/warb-labirinto.htm>>, acesso em 20 de julho de 2011.

KIRCHER, R. **Trabalho das Passagens de Walter Benjamin**. Disponível em http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_3_RenatoKirchner.pdf, acesso em 12 de junho de 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PUGLIESE DE CASTRO, P. M. **Entre o anônimo La Vierge Enfant e o São Domingos, de Matisse**: imagem e olhar na historiografia da arte. 2005. 324 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arte – Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais, Universidade de Brasília).

SAXL, F. The history of Warburg's Library (1886-1944). In: GOMBRICH, **Aby Warburg**: an intellectual biography. Londres: Warburg Institute, 1970, p. 325-330.

SETTIS, S. Warburg *continuatus*: descrição de uma biblioteca. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (dir.). **A memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 108-54.

WARBURG, A. **Atlas Mnemosyne**. Madrid: Akal Ediciones, 2010.

**PARA UM OLHAR NATIVO SOBRE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS:
NOVOS AUTORES E ATORES DO PROCESSO HISTÓRICO LATINO-AMERICANO**

Carlos Henrique A. Cruz*

Não é missão da Igreja Católica evangelizar, converter e civilizar também nossos irmãos indígenas? Por que então o movimento esquerdista, juntamente com certas ONGs e a corrente progressista da Igreja — a chamada esquerda católica — prega a *manutenção dos índios nos costumes tribais de seus ancestrais, na paganização e estagnação milenar, e os instiga para agitações, luta de classes e de raças?*

(...) a Igreja (...). recebeu de Nosso Senhor Jesus Cristo, seu divino Fundador, a missão de ensinar e converter todos os povos, em todos os tempos e lugares (...). No Brasil, foi admirável o heróico apostolado missionário, por exemplo, de Nóbrega e Anchieta (...). Entretanto, em nossos dias, vemos populações indígenas sendo usadas pelo marketing esquerdista e pela referida ala progressista, a fim de que os índios engrossem o contingente de movimentos de agitação, de luta de classes e raças. *Assim, surgiu um “novo índio”, com as características de um “sem terra”... latifundiário. Ficou reduzido a um “sem terra” de cocar na cabeça ao invés do boné do MST. Ele está muito distante da simpática figura do índio (ainda existente) que tanto contribuiu para a formação de nossa nacionalidade.*

O artigo de capa desta edição desvenda a manobra empreendida por essa revolução indigenista e descreve como se dá a manipulação do “novo índio” *subversivo, de celular, motosserra, antena parabólica e filmadora digital — personagem exótico, caldo de cultura* para a subversão comunista (...) para isso, a missiologia “atualizada” procura convencer os silvícolas a ficarem confinados em reservas indígenas, *estagnados, vivendo em tabas com as antigas superstições e selvagerias, disponíveis para serem manipulados como massa de manobra marxista.* Denunciar essa cruel utilização dos índios afigurase-nos um dever, enquanto católicos e brasileiros que prezam sua pátria e desejam o bem dos *índios autênticos* (Carta do editor In: *Catolicismo – Revista de cultura e atualidades*. São Paulo: junho de 2006; grifo nosso).

Em junho de 2006, a publicação *Catolicismo - Revista de cultura e atualidades* tem como matéria de capa: *A questão indígena – Movimento esquerdista manipula o índio para transformá-lo em agitador, num sem-terra de rosto pintado.* A reportagem com cerca de seis páginas procura denunciar a manipulação dos “povos indígenas” pelos grupos de ideologia esquerdista, alertando também para o uso dos “não índios” de uma “identidade indígena” da qual não teriam direito.

Limitamos em reproduzir quase na íntegra a carta do editor da revista, em uma

* Mestrando em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

citação longa, mas a nosso ver, necessária. Do mesmo modo, a análise estará limitada à questão de compreender a visão do que seria – ou não – uma “cultura indígena” e seus “representantes”. Desviando-se de comentários acerca do ataque à “ideologia comunista” e da questão também polêmica a respeito do “heroísmo” do missionarismo católico no Brasil.

Assentada em noções claras do que viria a ser os “índios”, a publicação se baseia em argumentos e idéias que poderiam vir encontrar correspondência em uma antiga tradição historiográfica. Nesta, tal qual a citação apresentada, as “culturas indígenas” também estiveram condenadas a manipulações. Apresentadas como vítimas indefesas da ordem colonial, destinadas ao desaparecimento, quer pela violência da “conquista” ou entregues a derrota cultural, assimilando-se a população e sujeitando-se às normas e à cultura dos “não-índios” - o *Telos* inevitável da aculturação (ALMEIDA, 2010, cap. 1).

Afeita a uma pureza originária, tal imagem ignora e repudia os processos constantes de transformações culturais e as reformulações de identidades, questões que analisaremos a seguir.

Um caminhar pelas identidades

Abrangente e redutor, o termo índio englobaria múltiplas culturas e populações que nunca haviam se reconhecido como portadores de uma unidade, seja étnica ou cultural. No entanto, tendo sido enquadradas em rótulos exteriores, aspiradas, mas por vezes desejosas aos novos modos de vida que começavam a se delinear desde a chegada dos primeiros navegantes europeus, parte destes “povos nativos”, movido por interesses diversos, se utilizariam dos marcadores étnicos genéricos, formando, assim, novas identidades: carijós, tapuias, tabajaras – e propriamente “índios”, resultado de em elaborado processo criativo e transformador do qual os ameríndios tomariam também a sua parte (MONTEIRO, 2001: 58,59).

Portanto, ao se tomar como intrínseco e natural uma pretensa indianidade, cerramos os olhos aos múltiplos dispositivos – coloniais ou contemporâneos – da criação das alteridades. Os limites e as fronteiras de uma “identidade indígena” no universo colonial foram delimitando-se de diversas formas; aos europeus, na base do seu universo cultural, em pares de oposições: civilização/barbárie, cristãos/pagãos, arredios/mansos.

Por sua vez, aqueles que seriam enquadrados a estes conceitos norteadores, não podendo ignorar o poder formativo destas exo-definições em meio às relações de dominação e contato, interagindo-se dos novos códigos vigentes, acabaram por perceber que só através destas “identidades inventadas” teriam certa forma de ação, contestação e acessos a direitos que somente na condição de “índios” poderiam reivindicar (POUTIGNAT e STREFF-FENART, 1998; RESENSE, 2003; CARVALHO JR, 2003). Definições que, embora impostas exteriormente, deixariam margens de liberdade aos grupos categorizados de estabelecer também seus próprios critérios de definições e ações¹.

Para uma “antiga historiografia” e visões do senso comum, perdurou-se e ainda se sustenta em alguns círculos a dicotomia “índios puros” e “descaracterizados”, o binômio da originalidade *versus* corrupção, ignorando-se que a criação das identidades surge como “processos dinâmicos sempre sujeitos a redefinição e recomposição”; não se impondo como “dados naturais, mas como uma divisão culturalmente elaborada do mundo social” (POUTIGNAT; STREFF-FENART, 1998), portanto claramente históricas.

Para Boccara, as identidades são antes de tudo sociopolíticas, tendo o seu caráter cultural como um valor secundário. Apoiado em Bordieu, defende que a “produção de categorias intervém na construção do mundo social” e que ao se considerar as “fronteiras” como um fato “y a las etnias (...) como entidades que se siempre existieron, (...), los americanistas han reificado sin darse cuenta los actos de dominacion, de construccion simbólica y de delimitación territorial que realizaron los agentes coloniales de Estado” (BOCCARA, 2000: 11). Cabe-nos, então, sempre um questionamento: o que significa “ser índio” em um determinado momento histórico? (BOCCARA, 2000; GARCIA, 2009).

Se a categoria índio era destinada, em princípio, aos povos originais das

¹ É certo que não ignoramos as situações de opressão e genocídios pelos quais passaram os ameríndios em todo o processo colonizador. Como nos lembra Pompa, os “contatos” não se davam em situação de “equilíbrio” cultural entre as partes envolvidas (POMPA, 2003). “Nas situações de dominação, a imposição de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder de fazer, existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença em uma determinada coletividade” (POUTIGNAT E STREFF-FENART, 1998: 143). Portanto, mesmo que ao se aproveitar das “brechas” em meio a estes processos de categorização – do qual não seriam vítimas passivas – os grupos nativos adentravam em um terreno, “jogaram um jogo”, cujo primeiro passo fora dado pelos europeus.

Américas, porém, como nos lembra Estensorro, vinculada menos a aspectos culturais, mas assentada especialmente em categorias jurídicas, teremos que ao forjar novas identidades e critérios de definições para as mesmas, tanto o Estado como os próprios “índios”, colocaram em marcha em relações de dinamismo, diferenciações e embates que hora se voltariam a reivindicações vistas e defendidas enquanto “históricas”, “tradicionais” e “originárias”; e outras filiadas a interesses e idéias bem “modernas”, fruto das relações coloniais – para um estudo histórico – ou contemporâneas – como no caso de nossa citação.

Vinculada a um discurso católico, a reportagem apresenta o discurso universalista da doutrina cristã, a apregoada missão sem restrições geográficas e temporais - ponto interessante para um diálogo com a historiografia. Seria justamente na missão de converter os povos nativos à “Verdadeira Fé” que a empresa colonizadora encontraria sua justificativa original, teológica-política para a dominação sobre o Novo Mundo (CASTELNAU-L’ ESTOILE, 2006). Para Juan Carlos Estensorro, a Igreja em seu processo de evangelização seria o principal mecanismo colonial de reprodução da diferença étnica. Para o autor, a “indianidade” seria “criada no seio (e para) a sociedade colonial”, justificando a permanência das ordens religiosas e, por consequência, das Metrôpoles em terras americanas. A “ocidentalização” e a “indianização” são apresentadas como faces de uma mesma moeda. Assim, o autor desfere um duro golpe às correntes de pensamento estruturalistas, que a seu ver, podem se converter na última ideologia colonial. Obrigando os povos nativos a uma defesa obstinada do que seriam os seus valores culturais, vistos sempre como incompatíveis à “modernidade”, reprovando-os no “ejercicio pleno de los derechos de ciudadanía o a los que, explícita o implícitamente, condenan como aculturados o traidores a su identidad a quienes aspiran a cualquier forma de cambio” (ESTENSSORO, 1998: 440).

Mestiçagens

Impossível parar a história e os fenômenos que a desencadeia. Os povos nativos foram se misturando aos europeus, posteriormente aos africanos e mais além a outros grupos que surgiam a partir destes contatos. Se a América colonial deveria estar dividida entre o mundo dos “brancos” e “índios”, relegando a população de origem africana a posição de um elemento perturbador da ordem, o fenômeno da mestiçagem veio

complicar ainda mais as divisões e políticas étnicas (MONER, 1969); mestiçagens físicas, hibridismos culturais e, inevitavelmente, as constantes reformulações das “fronteiras” que as delimitavam.

Na América espanhola o mestiço é visto como alguém que conserva além da ambiguidade física, a política, posto não saber a qual senhor natural pertenceria, ao “mundo dos brancos” ou ao que lhe surge em oposição, o “mundo indígena”. O fenômeno das “mesclas” abre espaços intermediários nos quais os indivíduos encontrariam novas formas de ação. Como alerta Gruzinski, a mestiçagem é um difícil tema para se trabalhar devido à dificuldade dos próprios historiadores em se trabalhar com categorias não fixas. Daí resultaria as discussões acerca de conceitos, tais como o de própria *mestiçagem*, *sincretismo*, *mistura* e etc. O historiador francês aposta, com ênfase, no cultural e na América como terreno privilegiado para análise, pois em solo americano se encontrariam quatro continentes – processo único: momento histórico de confluências (GRUZINSKI, 2001).

A política colonial hispânica de se separar a “república dos *españoles*” da “república dos índios” foi prontamente “balançada” pela mescla de raças. Morner apresenta como os povos de ascendência nativa souberam se aproveitar dessa política de segregação. No entanto, para o autor, haveria também um descompasso entre a lei e sua prática, já que apesar de seu estatuto legal, os “povos indígenas”, diversas vezes, não gozavam do prestígio que a lei outorgava.

A historiografia a respeito da América espanhola tem se dedicado há mais tempo ao complexo processo das mestiçagens, mostrando que a mescla de raças ao mesmo tempo em que abriam novos espaços para ação, castrava também direitos dos indivíduos de origem nativa, que diversas vezes se viram diluídos nas categorias formais de “mestiços”, “zambos”, “mamelucos”, “pardos” e etc. Ao perderem perante o estatuto legal sua “condição indígena”, homes e mulheres se encontravam expostos a coerções que até então estariam livres. Autores como Resende, Boixados e Faberman nos mostram casos em que indivíduos tiveram que entrar na justiça a fim de provar sua “condição indígena”; entretanto, haveria momentos que, ao contrário, não ser reconhecido como “índio” poderia ser mais vantajoso.

A resistência dos historiadores em se trabalhar com as questões relativas às mestiçagens já foi exposta. As fontes também se mostram problemáticas para se

desvendar tais fenômenos complexos devido à dificuldade de se encontrar exemplos claros a respeito. Os historiadores da América espanhola nos lembram também que as divisões hierárquicas das sociedades coloniais e suas criações de identidades se pautavam além da descendência ou dos critérios visuais: cor da pele e aparência física. Onde a riqueza, propriedade jurídica, antiguidade de residência conectava-se com a condição socioétnica, influenciando sobre ela, “branqueando-a” ou “escurecendo-a” (BOIXADOS e FABERMAN, 2009).

O declínio das “populações nativas” e o aumento dos números de mestiços sugerem que não só por conta das guerras de conquista e epidemias os “índios” foram paulatinamente desaparecendo dos registros estatais e da história americana. Incorporados aos contingentes mestiços da população, muitas vezes ignorados oficialmente, continuavam a exercer participação na sociedade atuando como atores de sua própria história (RESENDE, 2003).

O Santo Ofício, com seu olhar curioso e vigilante, apresentam-nos em seus registros pistas para a compreensão do uso e da defesa de uma “identidade indígena”. Os índios estariam isentos da ação inquisitorial na América espanhola e no Brasil até as leis pombalinas. No entanto, os mestiços deveriam responder ao tribunal. Como já foi dito, a fronteira entre índios e mestiços era tênue, cabendo ao réu muitas vezes provar em que categoria se enquadrava. Num rápido olhar sobre as fontes inquisitoriais podemos perceber que um mesmo indivíduo pode surgir no mesmo registro com diversas identidades étnicas, variantes na pena do escrivão, nos relatos das testemunhas e em sua própria adscrição.

Esta aparente confusão estaria assentada em diversos critérios de classificação, algumas vezes apoiados em características visuais, o fenótipo, por vezes bem semelhante entre índios e descendentes dos mesmos; outras pelo uso da língua em que o indivíduo se comunicava, o uso da “língua da terra” poderia marcar uma pretensa “indianidade”, enquanto um “falar ibérico” poderia indicar a mestiçagem; linhagem, costumes, vestimentas, lugar de moradia, matrimônios e profissão serviriam também como sinais para a classificação. Como dito, para um indivíduo implicado no Tribunal, defender-se como índio se mostrava mais interessante. Assim, apoiadas em diferentes razões, as testemunhas podiam apoiar ou desacreditar esta declaração: o denunciante podia declará-lo como “não-índio”, sabemos bem que diversas denúncias eram apoiadas

em contentas entre vizinhos e conhecidos; por sua vez o denunciado para se livrar das acusações poderia contar com testemunhos que apoiassem “sua verdade” (TAVAREZ, 2009). Assim, deveria ser exibido e reconhecido sinais distintivos de uma determinada condição. Mas o que prevalece para marcar uma identidade? Auto-declaração? Reconhecimento externo? Postura social? O uso dos artefatos de uma determinada “cultura”? Todos estes elementos? - Perguntas que ainda ecoam em nossa contemporaneidade.

Alguns pontos espera-se estarem claros em nossa apresentação: a criação das “diferenças”, fabricação das alteridades, identidades em contrastes, “invenção das tradições” - a historicidade das categorias usadas pelo historiador.

Portanto, ainda cabem alguns questionamentos à nossa longa citação – quem seriam os *índios autênticos*? E ainda, como seria *simpática figura do índio, ainda existente*? A autenticidade, a nosso ver, estaria em oposição ao que a publicação chama de *personagem exótico, caldo de cultura, o novo índio*, que embora ainda use cocar se utiliza também do celular e da motosserra - quadro nada simpático à reportagem. Talvez o editor da revista cristã nutrisse ainda a esperança de se encontrar os homens de cera, os “papéis em brancos” como aqueles descritos nos primeiros séculos de colonização e no afã otimista dos missionários jesuítas (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

O binômio pureza/descharacterização aparece de forma clara. Optando pela tecnologia deixam de serem índios, abrem mão de sua cultura. No entanto, de forma contraditória à publicação, nos mostra que caso não façam esta “opção”, continuarão *estagnados, vivendo em tabas com as antigas superstições e selvagerias, disponíveis para serem manipulados*. Triste destino, malfadadas “opções”: deixar de ser índio ou perder a marcha evolutiva da história. Escapatória - a doutrina cristã?

No centro dos debates

É com surpresa que a Europa em seu século XV recebe a notícia de novos homens: inocentemente nus ou promíscuos; sem religião ou idólatras; que devem ser protegidos ou, ao contrário, exterminados; melhores ou piores; frágeis ou fortes... uma sucessão de pares antagônicos. Sobram dúvidas sobre sua origem, sua relação no plano único da divindade e, principalmente, a respeito das políticas e das ações que lhes seriam dirigidas. Os ameríndios foram o centro de longos debates e representações.

Personagens que habitariam o centro das discussões filosóficas, teológicas e políticas (KATZEW, 2009).

A questão dos direitos indígenas se apresenta assim desde a colonização. Como nos lembra Manuela Carneiro da Cunha, “os direitos dos índios à sua terra, diz a Constituição, são históricos, e a história adquire uma imediata utilidade quando se trata de provar a ocupação” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

Visto a importância da disciplina para a questão, nós, “historiadores dos índios”, temos que ter em conta os inúmeros processos de transformações, os diálogos interdisciplinares e o uso crítico dos critérios e noções já estabelecidas. Uma vez que “o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado” (MONTEIRO in NOVAES, 1999: 239).

Autor expoente da chamada “nova história indígena” no Brasil, Monteiro orientou e/ou inspirou uma série de trabalhos relativos aos “grupos indígenas” em situação de contato. Estes novos trabalhos marcam claramente a virada da historiografia sobre o assunto, armada de novas fontes ou de novos métodos de leituras para as fontes já conhecidas, um novo olhar sobre as identidades, mestiçagens e trânsitos culturais.

Claramente, a nova história indígena deve muito à antropologia e à revolução dos estudos da *nova história cultural*, afeita a novos métodos e documentações, explorando as possibilidades da “circularidade cultural”, da “recepção” em detrimento da “tradição”, apostando na criatividade dos atores em oposição a uma rígida e aprisionadora estrutura (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; BURKE, 2000).

Pesquisadores se voltam para os estudos das legislações indigenistas, tais como o Diretório Pombalino, procurando rastrear a visão que os estatutos legais detinham dos grupos nativos, em que representações baseavam suas leis e como as mesmas eram recebidas em meio ao cotidiano destes personagens. A recomposição de culturas, relações de religiosidades, trânsitos sociais e apropriações da doutrina cristã ainda se mostram um terreno fértil para inúmeras análises, contando também com obras importantes (VAINFAS, 1995; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; CARVALHO JR, 2003; POMPA, 2003).

Os debates ainda se encontram em aberto. Como nos mostra a crescente

visibilidade dos povos indígenas, os processos de etnogêneses, os casos como da reserva Raposa Serra do Sol e a citação escolhida, a questão indígena ainda se mostra problemática e bastante atual.

Palavras Finais

Até recentemente, para os antropólogos o interesse estaria nos índios em sua “cultura original” em uma idade dourada onde o homem branco não interviria. Por sua vez, na história haveria um lugar claro para as populações de origem nativa: um remoto passado. Aos índios restaria a resistência heróica, mas inútil, visto a derrota (FERNANDES, 1970), ou na perspectiva assimilacionista, o esvaziamento de suas culturas, deixando de ser índios e passando a viver entre os colonizadores. O “contato”, para os povos indígenas, seria sempre em sua relação de revés: descaracterização étnica, perdas culturais progressivas que os levaria a descaracterização e a extinção étnica.

Assim como a história, a disciplina que a estuda encontra-se também em permanente transformação e, felizmente, estas questões, como já apresentamos, estão sendo revistas. Os índios como parte da história também se transformaram e continuam a mudar. Uma mesma sociedade pode experimentar variações em seu modo de ser ao longo da história (BOCCARA, 2001: 16). Talvez seja desnecessário lembrar aqui o quanto a população comumente descrita como “não-índia” mudou ao longo de toda a sua trajetória. Sendo assim, do “caldo de cultura”, além de sermos todos ingredientes, não há escapatória.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas** – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras, In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

- BOCCARA, Guillaume, 2000. *Mundos Nuevos em las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Processos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje em Tiempos de Globalización*. In: **Mundo Nuevo Nuevos Mundos**, revista eletrônica, Paris <www.ehess.fr/cerma.Revue_debates.htm>
- BOIXADÓS, R., FABERMAN, J.. *Clasificaciones mestizas. Uma aproximación a La diversidad étnica y social em Los Llanos riojanos del siglo XVIII*. In: FABERMAN,J., RATTTO, S. (org.). **Historias mestizas em el Tucumán colonial y las pampas** (siglos XVII-XIX). Buenos Aires: Biblos, 2009.
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. **Cultura com aspas, e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CARVALHO JR, Almir. **Índios Cristãos: A conversão dos gentios da Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru: Edusc, 2006.
- DANIELE, Leo. “Novo índio”: integrante da frente revolucionária anti-Brasil. **Catolicismo** – Revista de cultura e atualidades. São Paulo: junho de 2006. <www.catolicismo.com.br>
- ESTENSSORO FUCHS, J. C. **Del Paganismo a la Santidad. La incorporación de los indios del Perú al catolicismo. 1532-1750**. Travaux de l'Institut Français d'Études Andines. Lima, 1998.
- FERNANDES, Florestan. **A organização social dos tupinambás**. São Paulo: Difel, 1993.
- GARCIA, Elisa Fruhauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- KATZEW, I. “That this should be published and again in the age of the enlightenment?” Eighteenth-Century debates about Indian body in colonial

- México. In: KATZEW, I., DEANS-SMITH, S. (org.). **Race and classification**. The case of Mexican America. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- _____. Entre Armas e Armadilhas. In: NOVAES, Adauto. **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- _____. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada ao concurso de Livre Docência. Campinas: 2001.
- MORNER, Magnus. **La mescla de razas em La história de la America Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- RESENDE, Maria Leônia. **Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- TAVÁREZ, David. Legally Indian: inquisitorial readings of indigenous identity in New Spain. In: FISHER, A. B., O'HARA, M. D. (org.). **Inperial subjects: race and identy in Colonial Latin America**. Durhan: Duke University Press, 2009.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: COSAC NAIFY, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios – Catolicismo e Rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA E SOCIABILIDADES:
A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE GUSTAVO BARROSO**

Erika Moraes Cerqueira*

Coração de Menino - primeiro livro da trilogia de memórias escrita por Barroso - foi publicado pela primeira vez em 1939 e reeditado outras duas vezes ¹. A terceira edição, do ano de 2000, foi publicada pela Casa de José de Alencar com o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). A primeira questão que se coloca diz respeito à data da terceira edição. Por que os editores estariam interessados em apresentar uma autobiografia de um escritor cearense supostamente esquecido? Se tomarmos como verdade incontestada a ideia defendida por alguns historiadores ² de que nas últimas décadas houve um apagamento da memória de Barroso, relacionado principalmente a sua atuação na Ação Integralista Brasileira (AIB) e divulgação do antissemitismo no Brasil, a publicação no ano de 2000 seria uma incoerência. No entanto, acreditamos que essa questão deva ser relativizada, devido à permanência de uma noção sobre o caráter exemplar de sua trajetória, que a tornaria fonte de inspiração para novas gerações, conforme observamos na nota dos editores:

A iniciativa dos editores colima o alto objetivo de divulgar na atualidade, entre os jovens estudantes cearenses do curso fundamental e das escolas superiores, o gênio de nosso eminente conterrâneo, membro ilustre da Academia Brasileira de Letras e patrimônio imprescindível para a cultura cearense. (BARROSO, 2000: 03)

Identificamos no argumento do editores não apenas a valorização de Barroso como expoente da cultura cearense, como também o reconhecimento implícito por suas

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação da Prof^a Dr^a Helena Miranda Mollo, financiada pelo REUNI. E-mail: erika_mcerqueira@hotmail.com.

¹ Desde a segunda edição, foram introduzidas ao longo do livro notas explicativas do escritor e historiador Mozart Soriano Aderaldo. Essas se restringem a apresentar a nomenclatura e a localização atual dos lugares citados por Barroso, não se estendendo para análises mais elaboradas.

² Aline Montenegro Magalhães, historiadora que nos últimos anos se dedicou à análise do pensamento barroseano - sobretudo no que diz respeito à prática museológica desse intelectual - afirma, em **Troféus da guerra perdida**, que a atividade na Ação Integralista e a defesa do ideário nazista foram causas decisivas para o obscurecimento da imagem de Gustavo Barroso. Cf: MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. (Tese de doutorado).

atividades no âmbito das letras, o que tornaria fundamental a divulgação de sua figura entre a juventude. Se a imagem do escritor fora esquecida, a nota dos editores demonstra, por um lado, a relevância que ela ainda possui para alguns e, por outro, a crença que cerca sua figura como intelectual prestigiado no Ceará, o que nos leva a supor também a permanência de seu ideário. Uma hipótese para a manutenção de seu nome entre o dos autores consagrados na literatura cearense está relacionada à sua prática memorialista, que envolve vários artificios, desde a publicação de autobiografias até a organização de um arquivo pessoal. Tais estratégias evidenciam o objetivo de divulgar sua imagem e, por conseguinte, evitar o esquecimento, ações que indicam um trabalho constante para a conservação de sua personalidade. A estrutura das publicações demonstra esse esforço de construção de uma imagem idealizada, o que pode ser percebido desde o primeiro livro da trilogia de memórias e que examinaremos a seguir.

Coração de Menino é dedicado ao professor Lino da Encarnação, mestre do escritor no Colégio Parténon, que “depois de educar sem reclames nem mercantilismos várias gerações de meninos no Ceará, morreu humilde, pobre e esquecido de todos.” (BARROSO, 2000: 03). Ao dedicar o a obra ao professor, Barroso não só expõe certo lamento em relação ao esquecimento da memória de seu “pai espiritual”, como também deixa entrever o temor que o esquecimento lhe causa. A escrita de suas memórias parece ser uma busca por livrar-se desse pavor do abandono, o que nos permite compreendê-la como parte de um projeto de arquivamento de si. Prática definida por Philippe Artières como um mecanismo que contrapõe à imagem social a imagem íntima de si próprio, funcionando, dessa forma, como alternativa de construção de si mesmo e de resistência, que tem por objetivo recordar o passado, preparar o futuro e, sobretudo existir no presente³.

Na capa do livro, a despeito das publicações anteriores em que o autor utilizava o pseudônimo João do Norte⁴, aparece o nome verdadeiro do escritor⁵, acompanhado

³ Philippe Artières afirma que o arquivamento de si responde a uma injunção social, que exige do indivíduo que ele defina a si próprio e, em contrapartida, assegura a o reconhecimento de sua identidade. Artières destaca o trabalho de modificação que o redator faz no arquivamento de sua vida, analisa o exercício da reescrita a que ele se entrega e assinala que aspectos de sua vida ele oculta ou ao contrário valoriza. Ressalta, principalmente, um traço comum às práticas de arquivamento, qual seja, o desejo de tomar distância em relação a si próprio. ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”, op. cit., p. 28.

⁴ O pseudônimo, artifício empregado, em geral, para encobrir um embuste, é pouco comum nas autobiografias. Haja vista que esta modalidade de escrita tem por característica central o fato de ser o

de uma fotografia sua um pouco abaixo. O emprego do nome próprio não constitui simples detalhe, ela nos remete a ideia de um pacto autobiográfico⁶ em que o autor estabelece o compromisso de dizer a verdade. A proposta de autenticidade do relato constitui, por um lado, uma característica dessa modalidade de escrita e, por outro, uma estratégia de convencimento. A historiadora Ângela de Castro Gomes adverte, no entanto, que, embora as memórias possam ser consideradas “discursos que mobilizam a sinceridade como valor de verdade, não pode, por isso, ser tratadas como formas naturalizadas e espontâneas” (GOMES, 2004: 22).

Mais do que um espaço para o relato de suas memórias, a autobiografia foi uma alternativa encontrada pelo museólogo para a expressão de seus sentimentos, sonhos e frustrações. A epígrafe do livro é reveladora do que o autor entendia ser essa modalidade de narrativa: “Neste livro somente conto a verdade. Os arranjos e atavios literários envolvem-na só para diminuir-lhe a intensidade ou torná-la mais acessível ao leitor atual” (BARROSO, 2000: 03). A promessa de fidelidade aos fatos está novamente presente, agora de forma explícita na afirmação de Barroso, como orientação para a leitura e, principalmente como uma busca por conferir legitimidade a narrativa. Todavia, é o próprio autor quem afirma que *arranjos literários* foram introduzidos nessa escrita, ainda que com o suposto objetivo de produzir uma leitura prazerosa, a advertência é sintomática de que o narrador reconhecia a impossibilidade de total veracidade nesse tipo de narrativa e também estabelecia a presença de elementos imaginários.

autor o personagem da narrativa. Cf. LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau a internet**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

⁵ Philippe Lejeune afirma que o emprego do nome próprio ocupa um lugar central na autobiografia, pois “é nesse ponto que se resume toda a existência do que chamamos de *autor*, única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo texto escrito”. Lejeune lembra que, em muitos casos, a presença do autor no texto se reduz unicamente a esse nome, e acentua que o lugar concedido a esse nome é capital, pois ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma pessoa real, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável. Cf. LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico...**, op. cit., p.23.

⁶ Segundo Philippe Lejeune, o pacto autobiográfico é a relação de identidade do nome (autor - narrador - personagem). Ele explica que o pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao nome do autor, escrito na capa do livro. Para o Lejeune, uma das críticas feitas à ideia de pacto é que ela supõe a reciprocidade, um ato em que duas partes se comprometem mutuamente a fazer alguma coisa e, no pacto autobiográfico, como, como em qualquer “contrato de leitura”, há uma simples proposta que só envolve o autor: o leitor fica livre para ler ou não e, sobretudo, para ler como quiser. Contudo se a pessoa decidir ler, ela deverá levar em conta essa proposta, mesmo que seja para negligenciá-la ou contestá-la, pois entrou em um campo magnético cujas linhas de força vão orientar sua reação. Cf. LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico...**, op. cit., p. 73-74.

A inserção de elementos do campo literário na escrita barroseana nos remete a outra questão, qual seja, o aspecto moderno da narrativa. Os aspectos característicos do romance são utilizados na narrativa de forma a produzir o que se convencionou chamar de biografia romanceada. Tal modalidade de escrita, utilizada por Barroso, não constitui uma exceção aos modelos em voga no período, mas sim uma prática comum nos anos 1930. Problemática analisada por Márcia Gonçalves, em sua tese de doutorado, intitulada **Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza**. A autora explica que a biografia produzida na década de 30 e, por conseguinte a autobiografia, passou por transformações que mobilizaram parte significativa dos intelectuais:

Em finais da década de 1920, com destaque para os anos 30 e 40, identificaram-se uma epidemia biográfica e uma renovação da biografia. Houve quem, em coro com os ventos europeus, teorizasse sobre a emergência de uma biografia moderna em terras brasileiras. (...) Os estudos mais recentes sobre história da leitura e dos livros e sobre história intelectual no Brasil não concederam maior ênfase à análise dessas três temáticas correlacionadas entre si: a constatação do crescimento da publicação de biografias, a renovação do gênero e, derivada dessa perspectiva, certa teorização sobre a emergência de uma biografia moderna. (GONÇALVES, 2010: 97)

A escrita de si inclui elementos da ficção e se constitui como uma escrita de fronteira, em que aspectos do universo ficcional se coadunam com fatos de existência verídica. A advertência de Barroso, logo na epígrafe, evidencia que a autenticidade do relato deve ser colocada em suspenso, ainda que o autor faça menção, um pouco adiante, a outro elemento que, em sua opinião, é atestado de fidelidade, a saber, a saudade: “Como a distância azul as cerranias e as uniformiza, fazendo desaparecer anfractos e despenhadeiros, é possível que a saudade também azuleja homens e cousas na distância do tempo. **Mas a saudade é a maior testemunha da verdade**” (BARROSO, 2000: 03). A saudade possui duplo sentido, se por um lado ela suaviza recordações, comprometendo, de certa forma, a fidelidade da narrativa, por outro lado, ela é percebida como um atestado de veracidade, em outras palavras, só é possível sentir saudade de algo que realmente ocorreu.

A narrativa está em primeira pessoa, em boa parte do livro, indicando que o autor é o narrador. A escrita no tempo presente revela um narrador imerso no passado, escrevendo como se estivesse revivendo os fatos, ou melhor, como se fosse o menino

narrando suas aventuras naquele instante. Se o discurso, em algum momento, está no passado, rapidamente Barroso adota o presente para denunciar as injustiças, as desigualdades e as exclusões de que a sociedade é palco. Dessa feita, o relato se transforma em uma interpelação direta ao leitor, mobilizando sentimentos e levando-o a se insurgir⁷.

O livro está organizado em doze capítulos, cujos títulos são os doze meses do ano (iniciando em janeiro e terminando em dezembro), cada capítulo está dividido em quatro subtítulos (a exceção do mês de fevereiro que possui cinco subtítulos). Os subtítulos remetem as questões do cotidiano, do corriqueiro da vida doméstica e sertaneja, alguns fazem menção ao Folclore. A escolha de determinados acontecimentos e o ordenamento desses eventos em uma narrativa revelam o sentido que o autor desejou dar à sua vida e uma tentativa de organização do tempo, conforme nos assevera Ângela de Castro Gomes:

(...) interessa ressaltar como a fragmentação do indivíduo moderno pode conduzi-lo a, por meio da escrita de si, construir para si mesmo uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo. Um esforço que transforma esse tipo de escrita em uma prática de ‘domínio’ do tempo, que, da mesma forma que o ‘eu’, precisa e pode ser ordenado e significado por um sujeito. Um tempo que contém possibilidade simultâneas, que oferece escolhas e que é experimentado de forma aberta – como presentes e futuros possíveis. Um tempo que, mesmo acreditado como tal, pode não ser vivenciado como de evolução, progresso, aperfeiçoamento. (GOMES, 2004: 17)

A narrativa não inicia com o nascimento biológico⁸ do autor, mas sim com sua admissão no Colégio Parténon, o que insinua a tentativa de vincular o começo de uma vida ao universo das letras, como se houvesse uma inclinação natural, desde a infância, para o estudo. As habilidades de Barroso são destacadas no primeiro contato com o mestre Lino da Encarnação, ocasião em que o professor testou os conhecimentos do então aspirante a aluno do Colégio Parténon. Barroso teria respondido questões sobre Geografia e História com tamanha desenvoltura que o docente o teria inserido entre os alunos mais velhos. Os relatos que se seguem apresentam as aventuras de um menino e

⁷ Philippe Artières afirma que essa função é comum a muitos arquivos de vida. Cf. ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”, op. cit., p. 28.

⁸ O fato de não começar a narrativa pelo nascimento biológico parece evidente, afinal, em uma autobiografia seria impossível que o autor recordasse seu próprio nascimento. No entanto, alguns escritores optam por tentar reconstituir esse momento de suas vidas a partir das informações de parentes e amigos.

suas primeiras experiências na escola: os vínculos de amizade, as desavenças, as brincadeiras, atividades de classe e relações com a família.

A narrativa inicia com as lembranças relativas ao colégio, mas abre-se um interregno para explicações sobre a origem da família, dos nomes e laços de parentesco. O autor faz referência à origem germânica de sua mãe, que, segundo ele, seria responsável pelo seu apego à ordem e às coisas da terra. Ao traçar sua genealogia, o escritor intenta atribuir a si uma espécie de distinção pelo nascimento e, por essa razão, retoma informações sobre a profissão de seu avô materno que, supostamente, fora um engenheiro respeitado. A vinda de seu avô para o Brasil, a constituição de sua família e, principalmente o amor a nova terra seriam as razões para a fixação definitiva da família no país. A respeito de sua origem paterna, observa-se um apreço pelas tias e pelos tios, que ocupam espaço privilegiado na narrativa. As primeiras seriam responsáveis pela sua alfabetização e, posterior, inserção no mundo das letras, os segundos, em contrapartida, seriam baluartes de seu amor pela carreira militar. As histórias contadas pelos tios, especialmente as lendas sobre a guerra do Paraguai, teriam povoado a mente de Barroso desde a mais tenra infância, influenciando seu desvelo por tudo o que diz respeito ao tema.

A instrução das tias e a bravura dos tios teriam formado sua personalidade, e, associado a essas características, o *sangue* germânico de sua mãe, teria lhe conferido altivez e nobreza de caráter. Para além do aspecto apologético do texto, destacamos a economia de informações acerca de seu pai, apresentado como uma pessoa indiferente ao filho e à família, de poucos anseios na vida e nenhuma disposição para a mudança. Embora o pai seja qualificado de forma negativa na narrativa, não se pode menosprezar o seu papel como referência para Barroso, pois, verifica-se que os diálogos travados entre pai e filho estão sempre envoltos de grande emoção e respeito. Tais diálogos podem ser tomados, frequentemente, como reveladores de seu pensamento adulto, muito embora, Barroso seja enfático ao afirmar que não pretende seguir a trajetória de seu pai como tabelião, trabalhando em Cartório, com poucos recursos e sonhos.

A alusão aos pais é feita sob a ótica do lamento, pois, é recorrente o sentimento de desamparo causado pela morte da mãe - que faleceu sete dias após seu nascimento - e pela indiferença do pai - que o entregou aos cuidados das tias. O sofrimento causado pela ausência de ambos parece ter marcado sua personalidade de forma indelével,

constituindo uma característica que se faz presente ao longo de sua trajetória, marcada pelo sentimento de incompreensão e abandono mesmo na fase adulta, o que se discutirá adiante. Barroso - representado nas memórias – é um menino tímido e solícito, cuja resignação parece contrastar com o homem que se tornaria anos mais tarde:

meu pai raramente fala comigo e parece, ao meu ver, não me dar muita importância. Desde pequenino, por falta de um afeto maternal gerador de confiança ilimitada, eu me acostumara a viver muito comigo mesmo e a deixá-lo solicitar sempre, em vez de solicitar. (BARROSO, 2000: 27)

A descrição de sua casa é feita pela ótica do passado e, a partir dela, podemos compreender o amor de Barroso pelo pretérito. A rotina do menino parece impregnada pelo passado, por tudo que faz lembrar um tempo de outrora, resquícios de algo não vivido pelo escritor, mas que parece ter causado profunda impressão em seus sentidos, passando, assim, a possuir importância crucial em sua vida:

Nossa casa era uma casa antiga no aspecto, nos moradores e nos usos. Velho sobradão colonial, com paredes de fortaleza e soalhos de taboões. Velhos armários e velhas cômodas com velhas louças da Índia, pratarias e castiçais de vidro. Minha avó, octagenária. Minhas tias, passando dos sessenta. Acordava-se às cinco e meia da manhã, tomava-se café às seis, almoçava-se às dez e jantava-se às quatro da tarde. Às nove da noite todos dormiam. (BARROSO, 2000: 13)

A vigência de múltiplas temporalidades na narrativa pode ser considerada lugar-comum nas práticas de escrita de si, constituindo-as, por essa razão, como fonte privilegiada para a compreensão do tempo para seus autores. A historiadora Ângela de Castro Gomes destaca que as práticas de escrita de si podem evidenciar como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão e, também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser ‘decomposto’ em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc.

A caracterização do cotidiano familiar traduz uma rotina imersa no passado, percebido como um tempo que ainda revivia e orientava a percepção das pessoas inseridas naquele espaço. A hipótese que se apresenta é de que o convívio de Barroso com essa ambiência antiga teria despertado sua afeição pelo pretérito desde a infância, tornando-se, na idade adulta, o elemento orientador de projetos políticos e

historiográficos. Acreditamos que o “Culto da Saudade”⁹ tenha se originado dessas experiências específicas, constituídas ao longo de uma vida, no contato com a família, o que examinaremos no segundo capítulo.

A idade dos parentes com os quais Barroso conviveu até, praticamente, a vida adulta, nos leva a indagar sobre os valores que essas pessoas comungavam e que, hipoteticamente, lhe teriam sido infundidos. O amor ao passado seria resultado desse convívio? A essa situação, acrescenta-se o fato de que foram as tias as responsáveis pela alfabetização do menino Barroso, de forma que acreditamos, elas possuíram certa influência sobre o futuro escritor. A respeito da formação intelectual de sua tia Iaiá, irmã mais velha de seu pai, ele afirmou: “tinha bastante leitura e o espírito romântico da cultura de 1860. Falava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro” (BARROSO, 2000: 16). As informações sobre a tia nos permitem compreender o apreço pela Monarquia e pela tradição que, anos mais tarde, se tornariam elementos orientadores de sua escrita¹⁰.

O ambiente familiar foi determinante na vida do futuro escritor, com destaque para as agruras vivenciadas pela família do autor, que podem ser observadas nas referências a respeito das dificuldades financeiras enfrentadas pelos parentes. Identificamos, de um lado, certo conformismo em relação à carestia presente no sobrado, por outro, verificamos em Barroso, um desejo de enaltecer, por meio desse relato, suas realizações posteriores. A vida no sertão parece - à luz de suas memórias - privada de recursos básicos, o que teria forçado o escritor, desde seus primeiros anos, a buscar alternativas próprias para a realização de seus projetos: “Minhas tias e minha avó eram muito pobres. (...) Tinha, pois, de pedir o dinheiro àquele que, sozinho, me tem dado todo o dinheiro que tenho gasto comigo e com os outros, àquele que, sozinho, me fez o que sou: a mim mesmo” (BARROSO, 2000: 110). Os empecilhos em sua trajetória e a necessidade de fazer-se a si próprio são reiterados em outras partes do

⁹ “O Culto da Saudade”, artigo publicado por Gustavo Barroso no *Jornal do Commercio*, em 1912, é um projeto político e historiográfico que propõe uma relação afetiva com o passado, por meio da valorização do patrimônio histórico e da memória nacional. A preocupação com a tradição é o mote primordial do artigo e reflete sua proposta romântica. Cf: BARROSO, Gustavo. “O Culto da Saudade”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

¹⁰ Gustavo Barroso pode ser incluído entre uma tradição de intelectuais monarquistas que pensava positivamente o Império, malgrado as particularidades que envolvem cada um dos estudiosos, podemos citar: Eduardo Prado, Afonso Celso, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Rocha Pombo e Afonso Taunay. Cf: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. In: *Estudos Históricos*, v.2, n. 4, 1989: 172-189.

texto, conforme verificamos algumas páginas à frente: “Tenho a quase certeza de que nunca serei nada na vida. A pobreza dos meus é um peso quase esmagador. Para subir, tenho que contar comigo e somente comigo” (BARROSO, 2000: 164). Embora identifiquemos a descrição de uma infância vivida com poucos recursos, o tom lastimoso é usado para exaltar o sucesso experimentado na idade adulta.

Outro aspecto a ser destacado na autobiografia barroseana é a tentativa de vincular o autor aos ditos “homens ilustres da pátria”, em outras palavras, ao elogiar os vultos de sua região e expor o sonho de estar entre eles, Barroso propõe que o leitor o identifique como pertencente a essa categoria de indivíduos. A proposta de inserção do autor entre as personalidades do Nordeste é assegurada pelo uso de outra estratégia, qual seja, a identificação do escritor como vítima de injustiças por parte do poder público e da Imprensa. A fórmula empregada reflete o anseio de suscitar piedade entre seu público e, de forma mais sutil, retrata o objetivo de denunciar ataques que, supostamente, vilipendiavam sua imagem. Nesse sentido, a escrita de si seria um artifício para fazer justiça à sua figura:

(...) se essa voz misteriosa e quase imperceptível me contasse a poeira de ódio, incompreensão e inveja que levantariam meus passos pelo caminho a percorrer, juro que teria preferido o cartório, o sitiozinho, a vida miúda, igual corriqueira, em que o tempo passa pela gente, e não a que me coube, em que passo pelo tempo. (BARROSO, 2000: 164-165)

Não obstante o tom de pesar - evidente nas assertivas supracitadas - percebemos o desejo de glória por parte do autor, principalmente no que se refere ao orgulho pelos postos alcançados na política e nas instituições vinculadas ao campo das letras e da história. O discurso encomiástico pode ser observado na descrição sobre o profeta anunciando seus feitos futuros na política:

Se, nesse dia 1º de julho de 1898, um profeta chamasse o Governador do Estado e mostrasse aquele garoto cabeludo, franzino e pálido, de coçada ropinha de brim e meias caídas sobre os coturnos cambaios, dizendo-lhe: - Aquele menino contribuirá com a sua pena para acabar com a situação política que lhe parece tão sólida e o mantém como Governador; será Secretário de Estado, neste Palácio, daqui a quinze anos, onde receberá os cumprimentos bajulatórios de muitos destes mesmos coronelões deputados que hoje vêm saudar a V. Excia., será Deputado Federal e colega, na Câmara, dos Deputados que sobrem dos terremotos políticos; decerto S. Exa. soltaria a mais gostosa gargalhada deste mundo. (BARROSO, 2000: 140)

A tentativa de construir uma imagem de si como alguém que alcançou reconhecimento apesar das agruras da vida é concomitante aos ataques vivazes ao poder público e às injustiças que acreditava estar sendo vítima. O tom lastimoso do relato se apresenta mais veemente quando o autor se manifesta a respeito da modernidade e das transformações pelas quais o país passava. O desejo de imobilidade das coisas é acompanhado do ataque às modificações em curso, o que pode ser observado nas referências às construções urbanas e aos costumes do povo. São recorrentes as referências às perdas trazidas pelas reformas urbanas, como, por exemplo, no fragmento em que Barroso lamenta a derrubada de sua casa e de uma árvore: “Em 1934, quando a picareta das modernizações derrubou em Fortaleza o velho sobradão onde me criei, fui dizer o derradeiro adeus aquela amiga fiel e silenciosa (...)”. (BARROSO, 2000: 155)

Coração de Menino é concluído com uma denúncia ao cosmopolitismo e a presença da cultura norte-americana no Brasil, principalmente no que se refere às Festas Natalinas, marcadas pelo abandono da tradição cristã e adesão aos elementos característicos do Hemisfério Norte - transformação simbolizada na figura do Papai Noel:

Vivemos numa época de tanta confusão e de tão filauciosa ignorância que se propugna um vovô índio sem pé nem cabeça para substituir um Papai Noel sem cabeça nem pés, esquecendo a verdadeira tradição do país através da sua religião e dos seus usos: O Menino Jesus! (BARROSO, 2000: 247)

A crítica aos Estados Unidos é seguida por afirmações fulgurantes a respeito da tradição cristã e dos costumes nacionais, evidenciando o ufanismo do autor. A consecução do primeiro volume de memórias nos permite destacar alguns pontos que norteiam a obra. Em primeiro lugar, ressaltamos o aspecto laudatório do texto, ou seja, por meio do relato da infância o autor divulga virtudes que estariam presentes desde os seus primeiros anos de vida, de forma a tornar possível traçar uma continuidade entre o pensamento e da criança e do homem adulto. Os elementos que constituem a ideia central defendida ao longo da narrativa são: a fidelidade aos amigos; a preocupação com os mais humildes e incultos; a preocupação com a seca; o apego às letras e à carreira militar e a imagem do indivíduo incompreendido.

Referências Bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, 1998.
- BARROSO, Gustavo. **Consulado da China**. Rio de Janeiro: Getúlio M. Da Costa, 1941.
- BARROSO, Gustavo. **Coração de Menino**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 2000.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- BARROSO, Gustavo. **Liceu do Ceará**. Rio de Janeiro: Getúlio M. da Costa, 1940.
- BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico Brasileiro. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 3, 1942.
- BARROSO, Gustavo. O Culto da Saudade. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Vida Literária No Período Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. In: SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.) **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: UNIMEP, 2003.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. In: **Estudos Históricos**, 1998.
- CELSO, Afonso. **Porque me ufano de meu país**. Laemert & C. Livreiros - Editores, 1908.
- CHOR MAIO, Marcos. **Nem Rotschild nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONÇALVES, Márcia. **Em terreno movediço**: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 30, n. 59, 2010.
- GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs).

- Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GONTIJO, Rebeca. 'Paulo amigo': amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau a internet. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da guerra perdida:** um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. (Tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. In: **Estudos Históricos**, v.2, n. 4, 1989.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília, 1990.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- VELLOSO, Monica Pimenta. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.
- VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro:** Turunas e quixotes. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O TEMA DA POLÍTICA INDIGENISTA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Natalia Moreira da Silva*

Introdução

O processo de constituição de uma política indigenista¹ na primeira metade do século XIX ainda é relativamente negado em defesa de um “vazio legislativo” que tenha perdurado entre os anos de 1798, com o fim do Diretório dos Índios, a 1845, com o início do Regulamento das Missões. Todavia, durante as primeiras décadas do século XIX uma legislação proposta para uma Capitania/Província não, necessariamente, era autoaplicável a outra.

No campo de estudo que dimensiona o índio como o ator principal da história, a historiografia recente vem trazendo subsídios para um redimensionamento da importância da política indigenista e do impacto simbólico que esta política, bem como a resistência indígena, causaram no Brasil do século XIX, seja o contato inter-étnico, seja a questão da etnogênese, visando uma reinterpretação da história do indigenismo e dos índios. Desta forma, busca-se resgatar a ação e cultura indígena ao longo do contato com o Estado, com a Igreja, com colonos, bandeirantes e outros agentes, redimensionando a própria história deste contato e as políticas indigenistas.

Amparados nessa convicção, a proposta central desse artigo é fazer um levantamento da bibliografia sobre o tema da política indigenista na província de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, mostrando as questões que já foram sanadas e as lacunas ainda existentes.

Tupis X Botocudo: Um panorama da política indigenista na capitania/província de Minas Gerais em fins do século XVIII e começo do século XIX

Durante a segunda metade do século XVIII, a imagem dos chamados “Sertões do Leste” sofreu um processo de reelaboração, acelerado principalmente pelas discussões das pretensas potencialidades de exploração econômica do território (ESPINDOLA, 2008: 69-96). Os empecilhos que se apresentavam, além das barreiras

* Aluna do programa de mestrado em História da Universidade Federal de São João Del Rei.

¹ Entendemos política indigenista como sendo o conjunto de medidas formuladas por distintos poderes estatizados, que incidem direta ou indiretamente sobre os diversos grupos indígenas.

naturais como inúmeras cachoeiras e densidade da mata, eram a ferocidade e antropofagia do gentio chamado de Botocudo², o maior desafio (PARAÍSO, 1992: 413-430). No início do século XIX, os Botocudos ocupavam extensa área cobrindo o oeste do Espírito Santo, o leste de Minas Gerais e o extremo sul da Bahia com o vale do Rio Doce, caracterizado geograficamente como uma área de expansão entre as capitânias.

A divisão dos índios do Brasil no oitocentos em “mansos” e “bravos” aponta que as idéias da elite letrada brasileira eram balizadas pelas noções de selvageria e animalidade de alguns grupos nativos e a sedentarização de outros. Quase sempre, aos Tupis cabia a pecha de mansos, embora os Botocudos nem sempre foram representados como incivilizáveis. Nesse sentido, ao abordar a existência de duas representações acerca do indígena, veiculadas pelo mundo letrado do século XIX, compreende-se que cada qual atenderá de forma distinta à formação do Estado Nacional (RIEDL, 2000: 195-210).

Para Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1992: 133-154) “o que os Tupi-Guarani” no século XIX significaram “para a nacionalidade” (CUNHA, 1992: 136), os Botocudos significaram para a antropologia. No decorrer do século XIX os Botocudos atraíram a curiosidade dos cientistas europeus, tornando-se modelo de povo antropófago, “selvagem” e “guerreiro”, além de supostamente “primitivo”.

Grosso modo, no século XIX os Tupis eram tratados como sendo a categoria indígena dominante (praticamente desaparecida já na época da Independência), a mais adiantada na época do Descobrimento, quando povoava o litoral, partes da Amazônia e da atual região sul (RODRIGUES, 2002).³ Assim, quase toda a literatura indianista, por exemplo, se refere aos Tupis. Os Botocudos eram, algumas vezes, tratados pela mesma literatura como sendo o oposto dos Tupis. Enquanto estes eram leais, heróicos e destemidos, aqueles eram selvagens e traiçoeiros. Estas imagens parecem ter sido bem difundidas durante o século XIX.

Segundo Izabel Missagia de Mattos (MATTOS, 2004: 81), chamar os Botocudos à vida e “sociedade moralizada” seria um apelo comum na política

² A denominação etnocêntrica “Botocudo” personificava a reunião de diversas nações indígenas sob o dialeto *Borum*, uma variação do tronco Gê. Os Botocudos eram índios que se identificavam como Guerém, Gren e Kren – os homens verdadeiros – e foram os responsáveis pelo fechamento das áreas dos rios Pardo, Jequitinhonha, São Mateus, Contas, Mucuri e Doce à ocupação luso-brasileira.

³ O trabalho de Rodrigues é importante para entendermos a interpretação dominante entre os letrados de maior relevância do Império sobre as etnias indígenas ao fim da primeira metade do século XIX.

indigenista em Minas Gerais, sob a Diretoria Geral dos Índios, instituída pelas Cartas Régias de 1808. O que a figura do diretor geral nas províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo demandava era um comando geral para a solução do problema indígena. Foram três as Cartas Régias expedidas nesse ano, duas para a Província de Minas⁴ (13/05 e 02/12), concernentes aos Botocudos, e uma para os indígenas de São Paulo (05/11). A Diretoria Geral dos Índios seria um pressuposto do período pombalino que retornava com nova roupagem devido aos insucessos anteriores de tentativa de controle dos indígenas, que teria como principal atribuição conciliar os interesses dos indígenas aos interesses e expansionismo do Estado (AGUIAR, 2007: 7). Principalmente a partir da década de 1820, quando os ataques de colonos às populações indígenas passaram a ser vistos como empecilho ao assentamento da boa convivência e das ocupações menos agressivas. Por volta de 1823, cessou a guerra contra os Botocudos, contudo, os seus preceitos legais continuaram vigentes até 1831.

A política empreendida nas Cartas Régias para Minas Gerais foi desenvolvida por meio das Juntas Militares dos Rios Doce, Jequitinhonha e Pardo. Foram construídos quartéis, destacamentos e divisões militares. Em 1814, já haviam sido construídas 61 bases militares, sendo 27 sob o comando do diretor-geral e liberal francês, Guido Thomaz Marlière.⁵ Marlière parece possuir um olhar diferenciado com relação aos Botocudos. Em 1825 publicou num periódico de Ouro Preto:

O meu caráter não permite contar fábulas, nem denegrir aos Soldados das Divisões a quem estimo, pela penitência que fizeram, fazem e farão, debaixo ao meu Comando a benefício dos Índios, das suas crueldades passadas, todas ocultas pelos seus Comandantes aos governadores da Província, os quais não consentiriam por honra da Coroa, e sua, tais e outras piores barbaridades, para com os seus *irmãos índios*, com que vivem hoje em uma cordial união, enquanto durar o Sistema estabelecido debaixo dos Felizes e Humanos Auspícios do Imperador em cujo Reinado principiou e acabou, em Minas, a pacificação dos Botocudos, pelos meios filantrópicos, únicos aplicáveis para tudo quanto se chama *homem silvestre*. (*O Universal*, Província de Minas

⁴ Em Minas Gerais o primeiro diretor geral dos índios foi o militar francês Guido Thomás Marlière, figura controversa, que durante os anos de 1813 e 1829.

⁵ Guido Thomaz Marlière, militar e liberal francês, designado em 1813 para verificar irregularidades cometidas pelos diretores de índios das aldeias dos Puris, Coroados e Coropó no sul de Minas Gerais, apresentou um projeto de administração para os índios da região. Em 1818, foi indicado para o cargo de Diretor Geral dos índios de Minas Gerais, pelo governador Manoel de Portugal e Castro. Era o prenúncio de uma tentativa em Minas de uma retomada da civilização nos moldes da época do Marques de Pombal, abandonando a postura agressiva das Cartas Régias de 1808.

Gerais, Ouro Preto, 12/12/1825: 255. Grifos meus.)⁶

Enquanto o Presidente da Província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto, referia-se, em 1837, aos índios como “Selvagens mui desumanos”⁷ no relatório anual. O título da matéria, “Catequese e Civilização dos indígenas”, tratava, dentre outros interesses, do colégio que seria criado às margens do Rio Doce, da proteção da propriedade dos colonos, dos vastos terrenos do Mucury e da capacidade de navegação dos rios da região.⁸

“Selvagens mui desumanos” ou “homem silvestre”? Afinal, qual é a visão da primeira metade do século XIX sobre o índio? Essa foi uma questão intrinsecamente ligada à cultura letrada e às políticas estatais brasileiras desenvolvidas no século XIX: qual lugar ocuparia o índio dentro da sociedade dita civilizada, entendendo-se com isso que o Brasil era uma sociedade desse tipo? Campo amplo para o historiador, onde se encontram diversificadas abordagens.

“Vazio legislativo” ou indecisões parlamentares?

No campo de estudo que dimensiona o índio como o ator principal da história, a historiografia recente vem trazendo subsídios para um redimensionamento da importância, na história de Minas Gerais, da política indigenista e do impacto simbólico que esta política, bem como a resistência indígena, causaram no Brasil do século XIX, seja o contato inter-étnico (RIBEIRO, 2006), seja a questão da etnogênese (RESENDE, 2005: 9-48), visando uma reinterpretação da história do indigenismo e dos índios de Minas Gerais. Desta forma, busca-se resgatar a ação e cultura indígena ao longo do contato com o Estado, com a Igreja, com colonos, bandeirantes e outros agentes, redimensionando a própria história deste contato e as políticas indigenistas. Pretende-se desfazer certas noções de aculturação dos índios, bem como de uma história em que eles são apenas as vítimas imóveis.

Ainda na mesma seqüência, em particular o estudo de Izabel Missagia de Mattos

⁶ Posteriormente, em 1826, o militar francês Marlière reivindicou o título de Barão do Rio Doce a Dom Pedro I enviando-lhe diversos relatórios e correspondências publicadas pela imprensa. Sobre a vida de Marlière no Brasil, ver o trabalho de José Otávio Aguiar, *Memórias e Histórias de Guido Thomáz Marlière (1808-1836) – A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil*. Campina Grande, EDUFCG, 2008.

⁷ *Relatório do presidente da província de Minas Gerais*, Antônio da Costa Pinto, à Assembléia Provincial, em 1837, pp. 22-23. Site: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>.

⁸ Idem. Ibidem.

(MATTOS, 2004), analisando os processos de estratégias de sobrevivência dos Botocudos, mostrou a importância da questão indígena na primeira metade do século XIX. Em Minas Gerais, há um impacto devido à guerra contra os Botocudos, lançada pelo governo Real em 1808 com as Cartas Régias, revogadas somente em 1831, juntamente com a Carta Régia expedida para São Paulo. Na esfera econômica, na maior parte dos casos, ao redor dos quartéis e aldeamentos surgiram arraiais e vilas. Em volta dessa estrutura, fixaram-se soldados e suas famílias, artesãos, comerciantes, aventureiros e índios *mansos*. A relação dos Botocudos e a sociedade do entorno nem sempre era de cordialidade.

Estudos como os de Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1992: 133-154) e Mary Karasch (KARASCH, 1992: 397-412) enfocam as políticas estatais e criam um modelo interpretativo baseado nas grandes peças de legislação, como o Diretório dos Índios de 1757, as Ordens Régias de 1808 e o Regulamento das Missões de 1845, e uma cronologia de grandes fases da política indigenista brasileira.

Embora não pretendamos trabalhar com literatura indianista, vale ressaltar a importante análise de David Treece (TREECE, 2008) que associa essa literatura à política indigenista, da formação do Estado-nação. Para tanto, Treece desarticula a perspectiva tradicional, bem como recusa o enfoque homogeneizante, em que o movimento romântico é visto como discurso autônomo e invariável, descontextualizado política e culturalmente. Evidencia a inserção dos autores indianistas no meio social em debates políticos e culturais, mostrando a importância do problema indígena para o século XIX (TREECE, 2008: 11-33 & RODRIGUES, 2002: 37-38). Com esse modelo, Treece mostra como a figura do índio na cultura letrada tinha relação não só com essas políticas, mas com a formação do Estado como um todo.

Para a historiadora Kaori Kodama, que revelou a simultaneidade entre as discussões da Lei de Terras (1850) e a aprovação do Regulamento das Missões (1845), o que merece atenção por volta de 1830 é a questão racial dentro dos debates, pois em geral o problema principal que se apresenta é o da mão-de-obra escrava em iminente fim, o que faz aumentar as expectativas acerca da proposta paternalista de civilizar os índios para tornarem-se uma opção mais barata e menos arriscada que a importação de estrangeiros e possibilitando ainda um novo olhar sobre a entrada de africanos no Brasil (KODAMA, 2005: 200). Nessa trajetória de composição do Estado nacional, nos

debates sobre a questão nacional, o índio aparece em discussões acerca do aumento da população, colonização, trabalho, comércio e agricultura. Ou seja, na definição de uma pretensa população para a formação do Estado nacional.

Nesse sentido, vários eram os projetos indigenistas que concorriam no campo político (Câmara e Senado).⁹ Como não houve nas primeiras décadas do Império uma política central definida de incorporação dos indígenas à sociedade nacional, a questão da integração permaneceu em aberto até 1845, por mais que alguns políticos acreditassem que era um dever trazê-los para a civilização (SPOSITO, 2006: 26).

Por fim, ao que parece tanto o Primeiro Reinado quanto a Regência não desenvolveram uma política geral para se resolver o problema indígena. Mas longe de haver um “vazio legislativo” na política indigenista como apontado por Manuela C. Cunha após o fim do Diretório dos Índios em 1798, que seria preenchido apenas pelo Regulamento da Missões de 1845, o que possivelmente não houve foi consenso nas discussões que se seguiram na Assembléia Geral na primeira metade do século XIX. Pois houve encaminhamentos de projetos e discussões em maior ou menor medida para resolução dos problemas dos indígenas. Por essa época estimulou-se aldeamentos civis e religiosos de forma pacífica, criou-se às margens do Rio Doce uma escola para os índios mais jovens com roças e oficinas, em troca de trabalho em projetos agrícolas e comerciais. O que não reforça de modo algum a idéia de um “vácuo legal”. Devemos lembrar também que o Brasil durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX não se constituía em um “país”. Ou seja, segundo Patrícia Melo Sampaio (SAMPAIO, 2009: 183), uma legislação proposta para um Estado não necessariamente era autoaplicável a outro. Um bom exemplo foi a extinção do Diretório no Grão-Pará, com muitas de suas leis reformuladas e aplicadas em diversas partes do território durante os anos seguintes, ou seja, o Diretório pode ter vigorado até setembro de 1822, sendo extinto novamente por Dom Pedro (SAMPAIO, 2009: 183-184).

E ainda se levarmos em conta os debates na província de Minas Gerais, surge algo não mencionado por autores como Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1992)¹⁰

⁹ Anais da Câmara, 29 de maio de 1828, p.186. Anais da Câmara, 17 de maio de 1828, p.100-102. Anais da Câmara, 15 de julho de 1826, p.189. Site: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes>.

¹⁰ Com a abolição das Cartas Régias, as assembleias de cada província tinham autonomia para gerir aldeias e missões, bem como nomear funcionários para cuidar das mesmas. Para Manuela Carneiro da Cunha, isso significou que somente durante o Segundo Reinado se veria uma preocupação com o problema da inclusão do índio na sociedade nacional.

e David Treece, ou seja, que havia uma efetiva e constante preocupação com o índio na primeira metade do século XIX, questão que era importante para a formação da nação. Tema não apenas debatido no âmbito da Corte pelos letrados e políticos, mas também bastante debatido pelas elites locais por meio dos periódicos provinciais, fontes não investigadas pelos pesquisadores.

Considerações finais

Desde o fim do período pombalino, passou-se a escrever memórias, reflexões e projetos que propunham pensar a questão que a colonização havia deixado em aberto, ou seja, o que fazer com os indígenas. Impasses colocados justamente em uma colônia em crise. Na tentativa de modernizar as estruturas do Antigo Regime, novas alternativas começaram a ser gestadas. A partir da Independência do Brasil, fez-se necessário organizar o Estado soberano e a estrutura da sociedade, o que satisfaria os interesses da “boa sociedade” (MATTOS, 1999: 108). O conflito entre a sociedade efetivamente existente e a sociedade que pretendia ocupar o território nacional e compor a nação brasileira se tornaria evidente nos debates parlamentares. Segundo Mattos, “liberdade e propriedade” eram atributos fundamentais na sociedade do oitocentos. Eram os elementos que definiam os “estranhos” à sociedade civil (IDEM, 109).

Na província de Minas Gerais também se defendiam projetos políticos para a civilização dos gentios. Há indicação de que as preocupações que movem os projetos na esfera nacional, também movem os de caráter regional. Em 1837, o presidente da Província de Minas, Antônio da Costa Pinto¹¹, defenderia a adoção do sistema de missões católicas como modelo a ser replantado pelo Estado para governar os índios e, por conseguinte, aumentar a população da província de Minas. Também chama alguns índios de “Selvagens mui desumanos”¹², como já foi dito anteriormente, provavelmente referindo-se aos Botocudos.

Entretanto, o Botocudo não é diferido dos outros grupos indígenas nos debates do Senado e da Câmara. Existem diferenciações bastante contundentes nas correspondências da época (NAUD, 1971: 306-322) de Raimundo José da Cunha Matos (MATOS, 1981: 67-75) e de Guido Thomaz Marlière (NAUD, 1971: 322). Quando se

¹¹Relatório do presidente da Província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto, à Assembléia Provincial, em 1837, pp. 22, 23 e 24.

¹²Idem. Ibidem.

fala em um aspecto mais geral de civilização do índio não há diferenciação. Entretanto, quando se fala em política de civilização do índio na Província de Minas, o Botocudo é colocado em um patamar de “selvagem”, “feroz”, “bárbaro” e “antropófago”, enquanto os outros grupos são tidos como mais fáceis de domesticar. Apesar disso, se crê que ainda é possível civilizar os Botocudos.

A província de Minas Gerais ao longo dos séculos XVIII e XIX tornou-se centro econômico e tinha uma “relação orgânica” (SILVA, 2002: 88) com a propriedade, mediada por suas relações com o conjunto desta sociedade e pela influência do pensamento liberal. Wlamir Silva acredita que “Com a explosão constitucionalista da Revolução do Porto e a Independência, a nascente elite liberal mineira buscou ampliar a sua capacidade de convencimento da população, ciente da necessidade de representatividade para o êxito de seu projeto político” (SILVA, 2002: 114). A elite política seria a mediadora entre a sociedade civil e o poder estatal. Formuladora de um projeto político, de ideologias e de estratégias simbólicas na construção de uma hegemonia. Em 1842 o projeto liberal é derrotado, mas o autor acredita que é eficaz no plano provincial e capaz de sustentar uma alternativa de poder nacional. O historiador mostra uma identidade “liberal moderada” sendo construída nos anos de 1820 e 1840, exatamente em momentos de mudanças contundentes como a abolição das Cartas Régias em 1831, o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico em 1838 e a aprovação do Regulamento das Missões em 1845.

Assim, a “brandura” do indigenismo não seria apenas o fator de uma herança pombalina (CUNHA, 1992: 136-138) ou do “conservadorismo” imperial (TREECE, 2008) mas também pode ser derivada da moderação liberal. Neste sentido, o papel de Teófilo Ottoni¹³, partidário de um “liberalismo anglo-saxão”, já atuante nos anos de 1840 e que vai tentar colonizar justamente o Vale do Rio Doce nos anos de 1850, referendava o sistema de “brandura” e “moderação” como trato aos “filhos da selva”¹⁴:

¹³ Teófilo Benedito Ottoni nasceu na cidade do Serro, Minas Gerais, em 1807 e faleceu no Rio de Janeiro em 1869. Filho de comerciante, Ottoni frequentou a Academia de Marinha do Rio de Janeiro. Estabelecendo-se novamente na província de Minas, foi eleito deputado provincial em 1835, deputado geral na quarta legislatura, na quinta, que foi dissolvida, e na sétima. Em 1842 foi preso e acusado como sendo um dos chefes da Revolta Liberal. Ottoni também foi fundador e diretor da empresa de navegação e colonização do Mucuri, a Companhia do Mucuri, além de sócio do IHGB. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Guanabara, Conselho Federal de Cultura, 5º volume, pp. 264-265.

¹⁴ Teófilo Benedito Ottoni. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Ottoni ao Senhor Dr. Joaquim Manuel de Macedo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico

Com a análise das fontes, pôde-se notar que existia a preocupação em inserir o “selvagem” num mundo civilizado, de forma branda, pelo menos nas idéias das políticas públicas, e que os representantes políticos mineiros no Senado e Câmara demonstraram interesse e preocupação com a questão, além de uma divisão entre adeptos de uma visão mais benigna e os de uma visão mais negativa do índio.

Dentro desse quadro, de avanço notável nos estudos que redimensionam a política indigenista, a idéia de um “vazio legislativo” está lentamente perdendo terreno. Também sentimos a carência de um estudo mais profundo a respeito do Regulamento das Missões. A lei de 1845, pano de fundo de algumas análises e bastante citada por diversos autores, ainda não tem um trabalho a respeito da sua construção.

Enfim, a literatura que contemplou o índio, seja como ator social ou como figura da cultura letrada do século XIX, salvo os destaques apontados, e ainda levando-se em conta seus méritos e suas lacunas, justifica que se reabra as discussões acerca da política indigenista na província de Minas Gerais e as representações do índio. Afinal de contas, impõe-se a necessidade de se reconsiderar a trajetória do Estado brasileiro em um momento de crise e de tentativas de modernização das estruturas, bem como de tentativas de se amalgamar uma população imperial.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce (Minas Gerais). **Revista Fênix**, Julho/Agosto/Setembro de 2007, v. 4, Ano IV, nº 3, p. 7

_____. **Memórias e Histórias de Guido Thomáz Marlière (1808-1836)**

– A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil. Campina Grande, EDUFCG, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: Cunha, M. C. da. (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do Litoral. **Fronteiras**, Universidade Federal da

do Brasil, 1858, pp. 173-215. Site: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Consultado em 26/04/2009: 181.

- Grande Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 69-96, janeiro/junho, 2008.
- KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil**: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). Rio de Janeiro, 2005
Tese (Doutorado) - PUC, 2005.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais**. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1981.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**. A Formação do Estado Imperial. 4ª Ed. Rio de Janeiro ACCESS, 1999.
- MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta**: os Botocudos na Província de Minas. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.
- NAUD, Leda Maria Cardoso. Documentos sobre o índio brasileiro (1500 a 1822). In: **Revista de Informação Legislativa**. Arquivo Histórico, 2º parte, 1971.
- PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e a sua trajetória histórica. In: Cunha, M. C. da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- RODRIGUES, João Paulo C. S. **A pátria e a flor**: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- SAMPAIO, Patrícia de Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: (org.). Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos nem brasileiros**: Indígenas na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado) - USP, 2006.
- SILVA, Wlamir. **“Liberais e Povo”**: a construção da Hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / UFRJ, 2002.
- TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

**“UM GOVERNO JUSTO E LIBERAL”:
A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO DE MAXIMIANO LOPES MACHADO SOBRE A
PRAIEIRA**

Serioja R. C. Mariano*

*Só um governo justo e liberal poderá trazer a paz
doméstica, todas as felicidades sociaes e uma bem
entendida liberdade*
(MACHADO, 1983: 100)

A epígrafe é parte do posicionamento político de Maximiano Lopes Machado, escrevendo em 1850 sobre a Praieira. No argumento do seu discurso, o Brasil só se tornaria civilizado quando fizesse reformas para assegurar os direitos dos cidadãos, através de um “governo justo e liberal”. Essas e outras questões serão abordadas neste texto a partir da análise do livro “Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba”, publicado em 1851, dois anos após o término do movimento.

Compactuo da ideia de que não há autor nem livros superados, se pensados em determinadas épocas e contextos da escrita, sendo assim, “a história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realize” (REIS, 1999: 9). Portanto, a discussão historiográfica deve ter como base de análise o entendimento daquilo de Michel de Certeau (1982) chamou de *lugar social*, ou seja, a inserção do autor no contexto de produção da sua escrita e das suas escolhas teóricas e metodológicas, para assim, entender o discurso histórico construído pelo autor.

Para uma melhor compreensão da produção histórica, utilizarei como recurso alguns dados biográficos de Machado, lembrando que a biografia possibilita “um conhecimento do ser humano (...) em espaços e tempos diferentes” (BORGES, 2006: 215). Inicialmente faz-se necessário uma breve apresentação da sua trajetória, pois considero que assim poderemos entender melhor as posturas e práticas de uma cultura política¹ do Brasil oitocentista.

* Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista” (CNPq/UFPB).

¹ Pensar a cultura política como um conjunto de comportamentos, de formas de conceber a organização político-administrativa, bem como se “inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a

Nascido na capital da província da Paraíba, Maximiano Lopes Machado (1821-1895) era filho do português Manuel Lopes Machado e de Anna Joaquina de Albuquerque Machado. O contato com as primeiras letras foi no Convento Madre de Deus em Olinda, com os padres da Congregação São Felipe Nery. Morando em Pernambuco concluiu seus estudos em 1839 e logo em seguida, em 1840, cursava a Faculdade de Direito de Olinda, bacharelando-se no ano de 1844 em Ciências Jurídicas e Sociais, aos 23 anos de idade.

Seguir a carreira da magistratura era a porta de entrada no mundo da política, principalmente para aqueles que não tinham um sobrenome influente. Os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de *status* social para alcançar determinados cargos na administração pública. Com o sistema judicial centralizado, exercer a função de juiz pressupunha uma nomeação do ministério da Justiça. Após a formatura, o caminho dos letrados, como chama a atenção José Murilo de Carvalho na *Construção da Ordem*, era “conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico” (2006: 108).

A magistratura provincial desempenhou um papel fundamental na organização da administração pública, estreitava os vínculos e a possibilidade de ascensão. Na política local os magistrados eram vistos com uma posição superior dentro dos quadros da administração provincial. Após a formatura, foi nesse cenário e seguindo o caminho para entrar no espaço institucional que Carvalho chama de *Clube*, que Machado foi nomeado para o cargo de Promotor público de Olinda. Em 1847 assumiu, por Decreto Imperial, a função de Juiz Municipal do Termo de Areia, na província da Paraíba.

Na Paraíba atuou, também, como membro do Partido Liberal, do qual foi representante em duas legislações de 1846-47 e 1847-48. No último ano, da segunda legislatura, eclodiu em Pernambuco o movimento conhecido como a Praieira, e logo se estendeu à Paraíba.²

representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERNSTEIN, 1998: 353).

² Um movimento de contestação política que teve na liderança alguns membros do Partido Liberal. O contexto da década de 1840 foi um campo fértil para as disputas senhorias pelo poder político; para os grandes comerciantes e latifundiários reivindicarem um maior controle sobre o comércio de Pernambuco, que estava nas mãos dos estrangeiros (portugueses), nessa reivindicação estavam, também, alguns mestres artesãos e caixeiros; outra questão espinhosa diz respeito às restrições impostas pela Inglaterra ao tráfico intercontinental de escravos; não podemos esquecer outros aspectos da Praieira relacionados às disputas

Quando se propôs a escrever sobre a Praieira, Machado estava fugindo da repressão ao movimento e ficou refugiado de 1849 até 1850, escondido nos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A sua participação, enquanto simpatizante do movimento, teria se dado no momento em que acumulava os cargos de juiz e delegado da cidade de Areia (MACHADO, 2003). Ocupando essas duas funções teria abrigado os principais líderes, inclusive alguns vindos de Pernambuco. Em seguida, a força legalista invadiu Areia e travou-se um acirrado confronto, saindo vencedoras as tropas do governo, Machado foi ferido, conseguindo escapar.

E com pesar lamenta a fuga, mas:

Embora falto de recursos, peregrinando pelos sertões de alheias províncias para escapar das garras dos abutres desse detestável governo, o único alívio que sentia o meu coração era, quando escrevia os presentes factos, na esperança de um dia publicá-los, *para que não ficassem em olvido as malversações do presidente da Parahyba João Antônio de Vasconcellos*, - digno emulo dos que tem mais assolado as misérias províncias do Norte da *nossa malfadada pátria*. (1983: 13, grifos meus)

O trecho citado acima, logo na dedicatória do livro, já dá uma dimensão da perspectiva do discurso de Machado sobre a Praieira. Esse tom de crítica ferrenha ao governo central, representado pela figura do presidente da província, perpassa todo o livro.

Eudes Barros, no artigo “Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira” (1971), publicado na Revista do IHGP, justifica o tom das acusações de Machado contra o presidente João Antônio de Vasconcelos. A pouca idade do autor, na época com 27 anos, explicaria “o arrebatamento, algo irrefletido com que sua obra (...) invectiva tão desarrazoadamente o bacharel baiano que o governo imperial nomeara em 1848 para governar a terra paraibana.” (1971: 10-11). Segundo Barros as animosidades contra o presidente começaram quando este vetou um projeto de aposentadoria que estava na Assembléia provincial. O ódio expresso nas palavras de Machado seria porque ao término do movimento o presidente havia mandado prender o juiz da cidade de Areia, Maximiano Lopes Machado. Algumas frases mostram o tratamento e denotam o ódio e

entre os partidos, Conservador e Liberal, e as próprias contradições dentro dos partidos, como resultado de uma cultura política “dinâmica e volátil”. (CARVALHO, 2008: 53) O movimento é muito mais complexo do que foi apresentado aqui, apenas narrei alguns aspectos para situar o leitor, lembrando que o objetivo do texto é apresentar a perspectiva, o olhar de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira.

rancor com relação ao presidente: este seria um “pervertido e desencaminhado foi a vertente dos maiores males e desventuras”, ou ainda “pusilânime, incoseqüente e fraco”, que demonstrara sua “profunda ignorância” na política; “arbitrário por capricho” (MACHADO, 1851/1983: 34).

Publicado em Recife no ano de 1851³, esse é o primeiro trabalho histórico do autor⁴. Nesse período, já anistiado, morava em Campina Grande, onde atuava na área do magistério e na advocacia. Temendo represálias seu texto foi publicado só com as iniciais do seu nome, em forma de monograma. O livro é dedicado a Urbano Sabino Pessoa de Mello⁵, pois foi “o primeiro que escreveu sobre a revolta praieira em Pernambuco, a ninguém melhor do que a vós cabe o oferecimento desta pequena narração” (MACHADO, 1983). Dividido em sete capítulos, sendo o último a conclusão do trabalho, o autor apresenta um retrospectiva, para usar a suas palavras, dos partidos políticos no Brasil; da legitimidade da Constituição; na parte sobre a Praieira, reflete sobre as posições tomadas por pessoas envolvidas, seja de um lado ou do outro, do movimento.

Um homem antenado com o que estava acontecendo, era leitor de Vico, Montequieu, Cousin, Michelett entre outros que foram inspiradores dos seus livros e reforçaram pelo que consta, a sua postura contrária a concentração e centralização do poder. Utilizou-se também de documentos como jornais da época, ofícios, cartas, artigos, portarias, um *corpus* documental apresentado na tentativa de convencer o leitor da “sua verdade”. Como assevera Ângela de Castro Gomes: “toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’” (2004: 14). Portanto, nessa perspectiva, o que interessa

é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não se trata de ‘dizer o que houve’, mas dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode

³ O livro que utilizo nesta análise é a segunda edição, de 1983, publicado pela UFPB.

⁴ Maximiano Lopes Machado publicou outros livros: “A Paraíba e o Atlas do Dr. Cândido Mendes de Almeida” (1871) e “História da Província da Paraíba” (1890). Lançou um tratado de caligrafia quando era professor da Escola Normal do Recife, escreveu a introdução, da terceira edição, do livro “História da Revolução Pernambucana de 1817” de autoria do padre Francisco Muniz Tavares. Ainda publicou um folheto em 1887 no qual fez um “Esboço Biográfico do Conselheiro e Senador do Império Antônio Pinto Chinchorro da Gama”.

⁵ Em 1849, Urbano Sabino Pessoa de Mello publicou “Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco”.

enfeitar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do que certas reflexões se impõem. (GOMES, 2004: 15, grifos meus)

Esse “efeito de verdade”, que busca o autor, é justificado quando Machado inicia o livro falando sobre a necessidade de narrar os acontecimentos a partir de um tempo “um pouco mais ao longe”, por isso vai buscar as origens da desordem e da má administração no Brasil, - e porque não da Praieira -, desde a chegada da família real ao Brasil em 1808. Portanto, na sua concepção de história, a sucessão dos fatos é relevante para um melhor entendimento da trama histórica, numa sequência processual que dá maior veracidade aos seus argumentos.

Ao longo do texto tece sérias críticas ao presidente da Província João Antônio de Vasconcelos, aquele que será na sua narrativa o “grande vilão”, acompanhado dos representantes do Partido Conservador no Rio de Janeiro. A “culpa” das desgraças no Brasil não é do D. Pedro II, um “homem ilustrado, franco e de boa fé” e sim dos seus assessores diretos, os Saquaremas. Mas para argumentar sobre a “desordem” no Brasil apresenta um relato negativo sobre a monarquia desde 1822, com D. Pedro I, considerado propenso a “tyrannia e o despotismo” e influenciado por homens como José Clemente Pereira e Francisco Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá), representantes da “facção retrógrada” (1983: 23). Uma tirania que se expressa com o fechamento da Assembléia Constituinte (1823) e a repressão a Confederação do Equador em 1824. A salvação, a “Divina Providência” teria vindo com a Regência, que havia expulsado D. Pedro e seu curto e “tirânico” reinado, e extinguido essa “praga egypcia” (MACHADO, 1983: 27-28).

Mas mesmo com essa mudança no governo a “desordem e anarquia” ainda permaneciam com a “facção absolutista” nos anos de 1840, momento chave, segundo Machado, para “a constituição de um sentido verdadeiramente tyrannico: a centralização” (1983: 31). Ser contrário a centralização significava, no discurso de Machado, fazer oposição ao Rio de Janeiro, a Corte e aos políticos Saquaremas que mandavam e desmandavam no Brasil, inclusive na nomeação de funcionários públicos para as províncias, deixando os políticos locais sem a prerrogativa para escolher os seus representantes na administração. Uma afronta para as elites políticas regionais que não tinham nem o direito de nomear os seus vice-presidentes. Uma prática política criticada

por Machado, inclusive reclama da forma como o governo conseguia mais adeptos com as nomeações e com as condecorações e títulos honoríficos.

Uma dessas nomeações foi a do presidente da província da Paraíba, considerada “desacertada”, pois os governantes deveriam ser avaliados pela “sua capacidade intelectual e moral”. Vasconcelos não possuiria essas qualidades, pois, era um homem, segundo Machado “sem habilitações políticas” e “*sem nome conhecido*, pois que *tal nunca ninguém falou em razão de família*”. (MACHADO, 1983: 34, grifos meus).

Portanto, um homem sem sobrenome conhecido, esse era um dos cartões de visita da sociedade oitocentista, e sem habilitação política, estava fadado ao fracasso. No seu argumento, para ser um bom administrador era necessário ter instinto “verdadeiramente político” e uma capacidade “intelectual e moral” para governar, e essas qualidades o presidente Vasconcelos não teria. Um pensamento típico do ideário da herança do “liberalismo brasileiro em relação ao iluminismo português, pois a ilustração lusa possuía caráter extremamente pragmático, que visava a todo custo desenvolver o Estado e promover o bem comum” (MACHADO, 2009: 8).

Essa capacidade “moral” para governar significava não fazer oposição a Assembléia provincial, muito menos vetar as leis aprovadas pelos representantes legais da população: leis como aposentadorias e medidas de salubridade pública, e foi essa a postura que o presidente tomou ao chegar à Paraíba. Teoricamente, como precisava de apoio das lideranças locais para melhor governar, o presidente da Paraíba tentou se aproximar, no primeiro momento dos *rasgados* (do partido liberal) e, depois, dos *baetas* (do conservador).

Nas páginas que se seguem tenta explicar sobre os males do Brasil. O atraso era representado por um governo que feria os direitos constitucionais, tendo a frente à administração Saquarema. O partido Conservador seria *as trevas* contra *as luzes*, os liberais, estes considerados os responsáveis para trazer a ordem e a civilização. Com relação ao debate sobre quais seriam as bases dos direitos civis e políticos do cidadão, Machado argumenta que os princípios básicos para atingir a “boa ordem”, seriam os princípios como a liberdade, a segurança individual, a religião e a propriedade, estes deveriam ser garantidos pela Constituição.

É interessante observar como o discurso de Machado é fortemente influenciado

pela religião⁶, pois, considera “a primeira virtude civil e social” (1983: 194). Portanto, o seu pensamento está vinculado à permanência de uma perspectiva, ainda presente nos discursos do Brasil de meados do XIX, de que “a Constituição ainda continuava a ser o código sagrado na nação, ocorrendo justamente a ‘falta de ruptura com um modo de estruturação religiosa’” (NEVES, 2009: 200).

Um pensamento típico dos liberais no Brasil oitocentista, ou seja, a Constituição garantindo os direitos do cidadão, lembrando que a cidadania, na perspectiva de Machado, está relacionada a uma parcela da população, principalmente os votantes. Sendo assim, o governo legalista não deveria usar o nome da Constituição para punir os liberais que participaram da Praieira, pois estes só queriam garantir a moral, a religião e paz doméstica (MACHADO, 1983: 96).

A repressão aos liberais foi considerada um ato despótico, marcado pela violência que feria os direitos constitucionais do *ser* brasileiro. E o Partido Conservador era o grande mentor quando, por exemplo, “os mandões da Corte” nomeavam “altos funcionários que não tem responsabilidades”. Nesse momento Machado está se referindo ao Presidente da Província, o chefe de polícia e o promotor público, “uma trindade infernal” (1983: 102-107). Cargos importantes para o funcionamento do estado nacional e para um maior controle do poder central em relação às províncias. O cargo de presidente funcionava com elo entre as elites regionais e o Rio de Janeiro.

No dia 25 de fevereiro de 1849 o presidente da província da Paraíba emitiu um mandato de prisão para aqueles considerados líderes e que teriam dado acolhida aos “revolucionários” de Pernambuco na cidade de Areia. Machado ficou preso por pouco tempo, logo conseguindo um *habeas corpus* de um “honrado” juiz Victorino do Rego Toscano Barreto. O processo crime durou dois anos e, nesse ínterim, o acusado ficou escondido. Ainda sobre o processo crime que foi aberto, as críticas de Machado dizem respeito ao não cumprimento dos trâmites legais na condução do mesmo. Por exemplo, argumenta que em nenhum momento teve acesso aos documentos processuais de formação de culpa, muito menos fora chamado para depor. Não investigaram as denúncias e não havia provas da sua participação no movimento, da sua culpa. E se já havia um código criminal, com os artigos bem definidos, por que o mesmo não fora

⁶ A influência da religião no livro de Machado é perceptível na referência que faz ao “maior philosopho do presente século” (1983: 99), o Visconde de Chateaubriand (1768-1848), que escreveu “O Gênio do Cristianismo” (1802) em defesa da religião.

cumprido? E aí, apresenta um longo debate jurídico sobre a legalidade ou não do seu processo e dos demais envolvidos na Praieira. O processo continuou em segredo e os denunciados⁷ pelo Promotor foram considerados culpados “como principais autores da conspiração, morte e ferimento” na cidade de Areia e condenados a prisão. Para Machado, o resultado demonstra uma justiça feita á *Squarema!* (1983: 107-108).

Uma condenação vista como uma violação aos direitos do cidadão, partindo de um presidente que queria manter a todo custo o “miserável emprego”. No seu entendimento não houve o cumprimento de uma lei moral já que o governo pregava a punição em defesa do sistema constitucional representativo. Uma postura de “paixões ruins” orquestradas por “frenéticos partidistas” que conspiravam para “arrancar de um povo *livre* suas instituições, suas garantias, sua liberdade, dota sua vida moral” (1983: 111, grifo do autor).

Nas considerações finais, ou conclusão do texto, são apresentados os grandes responsáveis, na sua versão, pelas perseguições e punições sofridas e por todos os males da província: a culpa seria da centralização do poder, através das medidas criadas pelos *Squaremas*. Um partido que tinha a intenção de fortalecer o poder real, a partir de seus interesses, deixando o Brasil na desordem e na anarquia. Em sua opinião, enquanto membro do Partido Liberal, um sistema constitucional perfeito teria como base de sustentação *o saber, a civilização, a ordem e a riqueza*. Essa preocupação em manter a *ordem e a paz social*, nos aponta para um pensamento liberal, mais voltado para o político. Não há no texto uma preocupação com as questões sociais, como a escravidão.⁸

Não se pode esquecer que o livro foi escrito enquanto Machado ainda estava escondido e, portanto, compreende-se o *lugar social* de produção de discurso. Compreende-se também o tom de revolta pelas perseguições sofridas, quando perdeu o cargo de juiz; a paixão e as fortes críticas que faz ao governo legalista. Principalmente em um contexto em que o Partido Conservador (denominado *Squarema*) havia ocupado, mais uma vez, o lugar principal nas decisões políticas em detrimento do

⁷ Além de Machado foram denunciadas, no dia 30 de maio de 1849, mais 17 pessoas, dentre elas: Antônio Borges da Fonseca, Manoel Pereira de Moraes, João Batista do Amaral e Melo, Félix Peixoto de Brito e Melo, José Venâncio Alecrim, Manoel da Costa Alecrim, o padre José genuíno Holanda Chacon, só para citar alguns (1983: 108-109).

⁸ Mesmo em um determinado momento criticando a postura do presidente, que andava acompanhado por dois escravos e os fazia vender produtos nas ruas da capital, o que é considerado um atraso para Machado, a crítica é feita muito mais para desqualificar a postura do presidente do que uma preocupação com o trabalho escravo.

Liberal, que fora suplantado. Na Paraíba, em 1848 o partido dos *Baêtas/arrocho* (Conservador) voltava à cena política assumindo a maioria das cadeiras na Legislatura de 1848/1849, enquanto os *Rasgados* (Liberal), naquele momento estariam perdendo espaço no jogo político.

Por ter sido um dos participantes e/ou simpatizantes da Praieira, e ocupar cargos de status e prestígio social no contexto do movimento, Machado se utiliza desses argumentos para legitimar o seu discurso. A sua produção merece ser observada como *o lugar* em que se tentou perpetuar uma visão da História. Deve ser observada como um documento-monumento. No texto percebe-se um tom nos discursos que se pretendem falar com a autoridade de um deputado, de um magistrado, com a autoridade de quem conhece a “verdade” e precisa propagá-la para que ela ganhe cada vez mais efeitos de uma “verdade” eterna.

Ao longo da descrição do livro a cidade de Areia, cenário da Praieira na Paraíba, é dotada de sentidos, numa perspectiva da constituição de uma identidade do Areiense, esta legitimada pelas práticas de resistência dos liberais envolvidos. O relato biográfico ou autobiográfico, em parte, tem uma preocupação

em dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessários (BOURDIEU, 1996: 184)

O sentido é dar uma coerência aos relatos, estes dignos de serem lembrados e por isso ganham destaque enquanto estratégia discursiva. O que se percebe na prática da produção de si, no discurso de Machado sobre a Praieira, é que se constitui uma memória fundada nos relatos pela participação, enquanto testemunha ocular dos fatos. Um registro que vai se materializando na memória com a “história do indivíduo e dos grupos que a pertence” (CASTRO, 2004: 11).

Referências Bibliográficas

BARROS, Eudes. Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (19): 9-11, 1971.

- BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In : RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2006.
- CARVALHO, Marcus. A Praieira Revisitada: considerações sobre o debate. **Revista Almanack Braziliense**, nº8. Nov./2008:52-55.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro; Forense-universitária, 1982.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.
- MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**. 2ª ed. João Pessoa: UFPB, 1983.
- MACHADO, Maximiano Lopes. Em defesa da ordem e da civilização: o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado. In: **Revista COPEX/FIP**, Patos, 2009.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império de Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

**DE CAUDILHOS E HEROIS A GRANDES HOMENS REPUBLICANOS:
O IHGB, OS FARRAPOS E A REPÚBLICA (DÉCADA DE 1880 A 1930)**

Mara Cristina de Matos Rodrigues*

No início do século XX, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) não mais dispunha, como no século XIX, de uma seção de biografias de homens ilustres.¹ Contudo, mesmo que o fato se apresente como evidência do eclipse da biografia, principalmente na prática do historiador, isso não significa que a reflexão sobre as individualidades na história tenha desaparecido.² No que se refere à memória sobre o vinte de setembro de 1835 e os quase dez anos de guerra civil e república farroupilha (1835-1845), especialmente sobre o papel das lideranças que se revoltaram contra o império, apresentavam-se alguns desafios aos historiadores e biógrafos das primeiras décadas do século XX. Até então, o artigo mais importante sobre a história da guerra civil ainda era aquele escrito por Tristão de Alencar Araripe, em 1880. Neste texto, Araripe considerava as lideranças dos farrapos como caudilhos que se haviam empenhado na luta contra o império não para implantar a república no Brasil, mas para defender interesses privados. Desta forma, mediante a ameaça da integridade nacional, seu único mérito teria sido a bravura em combate e atitude de abandonar a República Piratini em prol do retorno à comunhão brasileira sob o imperador.

As proposições de Araripe sofreram dura oposição, fora do âmbito do IHGB, e obtiveram, em 1882, uma espécie de contraponto na obra *República rio-grandense*, da autoria de Joaquim Francisco de Assis Brasil, publicação encomendada pelo Club Vinte de Setembro, dos acadêmicos de direito da Faculdade paulista do Largo de São Francisco. Nesta obra, o seu autor pretendeu organizar os fatos ligados à revolução de maneira diferente da qual vinham fazendo os escritores até aquele momento:

Causas poderosas deveriam, pois, ter movido o ânimo da província insurrecta, que determinassem a excepcional energia do seu pronunciamento. Levados pela fatal mania de atribuir tudo à exclusiva influência dos indivíduos e nada às leis indefectíveis segundo as quais se efetua o movimento histórico, os escritores

* Professora adjunta do Departamento de História e do Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutoranda, com bolsa do CNPq, no Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹ Sobre as biografias no IHGB do século XIX, ver ENDERS (2000) OLIVEIRA (2009)

² A eclipse da biografia foi assinalada por HARTOG (2001) e DOSSE (2009).

que se tem ocupado até hoje da revolução riograndense vão procurar-lhe as causas em fatos isolados e imediatos, que, perante uma indagação mais exigente e mais racional, exigiriam por sua vez segunda e mais longa explicação. (ASSIS BRASIL, 1981[1882]: 2)

Desta forma, procurava contrapor a Araripe, neutralizando a acusação do caudilhismo como principal motivação das lideranças para a revolução, através da visualização das forças impessoais e históricas que agiam sobre as coletividades. A República Piratini, antes de seus líderes, é que merecia o epíteto de gloriosa. As individualidades eram diluídas na composição étnica de uma população: “Em resumo, a população riograndense – e cumpre notar que me refiro à que influi para o movimento de 1835 – é produto imediato destes fatores principais: açoriano e português, paulista e mineiro, espanhol; o elemento africano e o autóctone exercerão ação quase nula” (ASSIS BRASIL, 1981[1882]: 20-21). Os nomes e as qualidades dos chefes farroupilhas aparecem no texto de Assis Brasil subordinados à torrente de problemas políticos, relacionados às forças da natureza. As concessões que o autor faz às individualidades são muito restritas em face das forças que lhes subjagam.

Mas cumpria que esse golpe fosse tão eficaz quanto rápido, para que a província não sangrasse pelas feridas da guerra civil; para isso era preciso um chefe inteligente e prestimoso que se constituísse o foco de irradiação das forças: todos olharam para Bento Gonçalves. Era de fato a figura mais saliente, a entidade mais real de toda a província. Aquele homem de pequena, de resumidíssima estatura, de cerca de cinquenta anos de idade, inteligente, perspicaz e experimentado, cuja fama tinha saído gloriosa de todos os combates que em perto de trinta anos de serviço militar pelejara, - tinha-se tornado uma potência invencível no Rio Grande. O próprio marechal Barreto o chamara – *indomável*. (ASSIS BRASIL, 1981[1882]: 85-86, grifos do autor)

Desde então, esses dois textos capitais, de Araripe e Assis Brasil, sobreviveram como as duas principais versões sobre o caráter do movimento e das lideranças farroupilhas: para o primeiro, eram caudilhos que não adotavam por princípio nem o republicanismo nem o separatismo e para o segundo, homens que souberam se submeter à natureza, cidadãos que buscavam a resolução racional dos problemas nacionais: a república federativa. Na revista do IHGB, contudo, somente a versão de Araripe permaneceu válida, legítima e sem réplica. O heroísmo não era, decididamente, a melhor definição para as ações de farrapos ou legalistas e sim o seu reverso: caudilhos ou cidadãos submetidos às forças naturais e coletivas.

Em 1921, um ano após a tardia fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), o seu orador, o tenente-coronel Emílio Fernandes de Souza Docca, ingressava como sócio correspondente no IHGB. No seu discurso de posse (DOCCA, 1921) abordou o tema da revolução farroupilha, que continuava a ser objeto de instrumentalização dos políticos sul-rio-grandenses desde a propaganda republicana dos anos 1880, mas que não se constituía como um tema importante na historiografia nacional. Até então, com exceção do artigo de Araripe, a revolução farroupilha figurava nos artigos e conferências publicados na revista do IHGB, somente como parte de um conjunto de revoluções brasileiras do período regencial (BAPTISTA, 1917). Na oração de Souza Docca, precedida em alguns meses da forte comoção causada pelo traslado dos despojos imperiais e a revogação do banimento da família real, longamente acalentados pelo IHGB, o tenente-coronel apresentaria uma versão reabilitadora dos líderes farrapos. (GUIMARÃES, 2006: 165 e segs.) Contudo, o novo sócio parecia discursar com o cuidado de quem pisa em ovos ao falar de assunto polêmico perante uma platéia ideologicamente variada como era o IHGB naquela época: composta de antigos adeptos ou simpatizantes da monarquia e também por integrantes do *staff* republicano que vinham sendo integrados ao Instituto, entre outras coisas, como forma de garantir a sobrevivência político-cultural e econômica da associação (GUIMARÃES, 2006: 21-78). Esta situação parece significativa quando observamos a abertura da palestra de Souza Docca ao enunciar o posicionamento ideológico dos quatro principais líderes dos farrapos:

Sinto-me feliz de poder principiar, afirmando-vos que Bento Gonçalves, Bento Manuel, Canabarro e Netto nunca foram separatistas de coração. Não tiveram também ideias republicanas arraigadas. Isto em nada os diminui; porque os nossos maiores não devem ser venerados pelo simples fato de terem sido republicanos ou monarquistas, e sim porque souberam ser uma ou outra coisa, sendo, sempre, acima de tudo, Brasileiros. (SOUZA DOCCA, 1921: 825)

Este trecho, no que diz respeito às ideias defendidas pelos farrapos, aproxima o autor sul-rio-grandense mais de Araripe do que de Assis Brasil, para quem o elemento mais significativo na ideologia dos farrapos havia sido a defesa de uma federação, que se tornou república pela ação de idealistas. Para Souza Docca, parecia suficiente reabilitar as principais lideranças farroupilhas sem vinculá-las à memória republicana nacional. Ao contrário do que propusera Assis Brasil, todos os méritos do movimento

deviam ser atribuídos a eles. Os deslizos, ambiguidades e contradições do empreendimento que começara se afirmando como um levante para a destituição do governador provincial, com juras de fidelidade ao império, e terminara com a derrota de uma república separada do mesmo recaíram principalmente sobre agitadores republicanos (que eram estrangeiros ou provenientes de outras províncias brasileiras) e sobre o povo sul-rio-grandense, afeito à violência e à anarquia (SOUZA DOCCA, 1921: 831).

Como principal fonte de Docca para o posicionamento inicial dos farrapos era o manifesto de Bento Gonçalves, do ano de 1835, a sua mudança de posição no ano seguinte, aderindo à república Piratini e chegando a ser o seu governador, merecia uma explicação. Para o historiador, aos farrapos não restara outra alternativa, quando o governo monárquico reiterava o autoritarismo e recusava-se a dar ouvidos aos locais. O que realmente importava na compreensão dos intuitos das lideranças era a justiça de sua causa – a deposição de um governador corrupto e a sua resistência a um governo excessivamente centralista e autoritário. A proclamação da república e a separação do império, assim como afirmaram os historiadores que o precederam e muitos dos que se seguiram, para Souza Docca também tinha sido um *meio* de luta e não um *fim* em si mesmo.

Entretanto, quanto ao papel das individualidades na revolução, Souza Docca reverte tanto o pensamento de Araripe quanto o de Assis Brasil. Ao contrário do segundo, atribui papel fundamental aos quatro grandes: Bento Gonçalves, Bento Manoel, Canabarro e Netto e, ao contrário do primeiro, no decorrer de seu texto eleva os caudilhos a homens honrados e virtuosos que defendiam uma justa causa no campo de batalha:

Eram justas as causas, porque razoáveis eram as queixas. O levante foi, pois, contra os males apontados, e, por conseguinte, visava unicamente derrubar o Governo da província. Com este intuito, Bento Gonçalves, Bento Manuel, Antônio Netto e outros chefes ilustres e prestigiosos tramaram e dirigiram a revolta, que explodiu fragorosamente na véspera da primavera de 1835 e que revelou ao mundo a existência de um povo altivo forte, que sabia com entranhado amor e abnegação e coragem extraordinárias defender a sua liberdade, resguardar a sua honra (...). (SOUZA DOCCA, 1921:830)

Na citação acima, se verifica que as mudanças de posicionamento e as ambiguidades das grandes lideranças, assim como a tendência natural do povo à

anarquia e à violência eram atributos instáveis e secundários perante a justiça da causa em questão. No decorrer da narrativa, outras transformações são operadas principalmente no caráter dos grandes chefes. Ao final do texto e do relato sobre a revolução, Canabarro e os demais aparecem como grandes patriotas que aceitam a paz para melhor combaterem o perigo externo representado por Rosas. O Rio Grande, portanto, nunca fora “externo” ao Brasil. Além disso, as lideranças farroupilhas são transmutadas em cavaleiros medievais e entidades mitológicas:

Quem estudar os feitos dos rio-grandenses nesses dois quinquênios dignos de memória, terá a impressão de ler as lendas romanescas dos cavaleiros medievais: cada lutador aparece como um herói e muitas vezes qual verdadeiro semi-deus.

Os centauros idealizados na imaginosa lenda grega e que a história perpetuou, passaram do domínio da fábula para o da realidade, porque existiram de fato no Brasil meridional – os farroupilhas! (SOUZA DOCCA, 1921: 836)

A transformação dos caudilhos de Araripe e dos cidadãos de Assis Brasil em heróis clássicos parecia ser o suficiente para as ambições de reabilitação da memória farroupilha na história nacional. Somente em 1932, em outra conferência, Souza Docca transformaria algumas perspectivas e acrescentaria outros elementos à memória farroupilha e à de seus líderes. Antes disso, é digno de nota que esta versão do militar se aproxima da proposição de Alfredo Varela, que será seu grande opositor na polêmica sobre a revolução farroupilha em 1933, no que diz respeito ao caráter épico da revolução e mítico de seus heróis. (SILVA, 2010: 169-178). Entretanto, diferentemente de Varela, a preocupação de Souza Docca sempre foi estabelecer uma continuidade entre o passado e o presente tornando os contemporâneos identificados com as ações de seus antepassados. Para ele, não havia ruptura entre presente e passado e a história podia, portanto, ser fonte de lições e exemplos virtuosos.³

As comemorações do centenário farroupilha começaram cedo: três anos antes do esperado ano de 1935 as comissões constituídas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro para a organização dos festejos já se encontravam em plena ação.⁴ Talvez como resultado dessa mobilização, o IHGB iniciava já em 1932 uma série de palestras, a princípio anuais, a serem proferidas nos dias vinte de setembro deste ano e dos

³ Segundo Jaisson Oliveira da Silva, apesar de Alfredo Varela escrever uma epopéia e caracterizar os farrapos como heróis equivalentes aos da *Iliada*, aquele tempo e aquelas qualidades não poderiam ser revividas, não estavam mais disponíveis no presente da escrita. (SILVA, 2010: 167-170).

⁴ Ver “Atas do ano de 1932”. *RHRS*, 1932, 4º trimestre.

seguintes até o centenário. A primeira destas conferências ficou a cargo de Souza Docca e duas delas, de outros autores, proferidas em 1934, apresentam um caráter mais especificamente biográfico. Mas todas se relacionam com o processo de releitura e reabilitação da memória farroupilha para consumo nacional, esboçado em 1921, por Souza Docca.

A conferência do tenente-coronel em 1932, assim como a de 1921, não se detinha a biografar os chefes da revolução farroupilha, entretanto, apresentava novas interpretações quanto ao caráter ideológico da revolução e revelava elementos importantes para se compreender as possibilidades de representação do jogo entre as individualidades e as forças da história na reelaboração da memória farroupilha. Desta vez, ao contrário do que propusera onze anos antes, Souza Docca explicava as motivações da revolução sublinhando os ideais republicanos e federativos de suas chefias. (SOUZA DOCCA, 1932: 705) Contudo, as mudanças no discurso e na ação dos líderes farroupilhas que romperam suas juras de fidelidade ao imperador expressas no manifesto de Bento Gonçalves e um ano depois adotaram a república e a separação, exigiam, desta vez, uma explicação baseada no que Souza Docca considerava “métodos modernos para a investigação do passado” (SOUZA DOCCA, 1932: 711). Só assim poderia ser compreendido, de maneira vantajosa, o comportamento dos líderes farrapos: “A teoria do contágio mental explica-nos claramente o procedimento desses homens, *sem depreciá-los*”. (SOUZA DOCCA, 1932: 712, grifo meu). Mais importante do que conservar a coerência entre as teses defendidas em 1921 e aquelas que defendia em 1932, era preservar a positividade dos chefes farroupilhas, da revolução farroupilha e do povo rio-grandense, por consequência.

Se as lideranças não eram, no início do movimento, nem republicanas, nem separatistas, o curso dos acontecimentos se deveu primeiramente às repisadas ideias da inépcia e do autoritarismo do governo monárquico que os obrigaram a extremos. Contudo, neste momento, Souza Docca inovava a sua interpretação da ideologia dos farrapos admitindo não apenas a existência efetiva de ideais republicanos dentre os sul-rio-grandenses como também atribuindo primeiramente a eles a responsabilidade pela propagação dessas ideias dentre os chefes farrapos e a população. Esta pregação não era mais vista como uma agitação de oportunistas do estrangeiro e de outras províncias, mas como ideias acalentadas originalmente por naturais da terra, que haviam buscado a

aliança de republicanos dentro e fora do país. O heroísmo farroupilha acabou se diluindo numa variedade de novos homens, grandes por sua atuação, mas depurados de sua aura épica. Souza Docca acrescentou aos seus quatro centauros de 1921 a companhia de mais de dez grandes homens, identificados como a “elite republicana” da época.

Desta forma, a um só tempo, Souza Docca reafirmava perante seus consócios no IHGB o que a militância republicana do Club Vinte de Setembro já fazia na década de 1880: a vinculação entre o movimento farroupilha e a ascensão dos ideais republicanos no país e a reversão do estigma caudilhesco que pesava sobre os farrapos desde Araripe, subtraindo-lhes, porém, a aura de semideuses.⁵ Humanizar os heróis parecia ser uma exigência que diferenciava os empreendimentos da década de 1920 e de 1930. Esse procedimento também se verifica na biografia de Herbert Canabarro Reichardt (1934), sobre David Canabarro, de quem descendia por parte de mãe, tema de uma conferência em 1934. Este líder dos farrapos apresentava sérias dificuldades para biógrafos e historiadores, porque sobre ele, pairava a desconfiança de traição na batalha de Porongos. Desde o início do século XX, historiadores sul-rio-grandenses discutiam sobre o assunto e chegaram à conclusão de que o grande número de negros mortos naquele combate do final da guerra se dera em virtude do desgaste das tropas e da grande surpresa causada pelo ataque e não de uma escusa combinação com Caxias para facilitar o processo de paz.⁶ Mesmo assim, qualquer biógrafo ou historiador que falasse da vida de Canabarro, era obrigado a se posicionar sobre a surpresa ou traição de Porongos. Essa talvez tenha sido uma forte motivação para que Reichardt tenha preferido caracterizar o general como um simples e modesto “cabo”. Suas virtudes teriam sido aprendidas nos erros alheios, que evitava cometer, e seus atos eram caracterizados como resultado de sua simplicidade ou até rusticidade. Na biografia de Canabarro, Reichardt não se preocupou muito em caracterizar a ideologia do general, ressaltando e priorizando as questões relacionadas ao valor do biografado como militar e patriota, tal como fizera o coronel Alencastre (1934), na sessão anterior, em sua conferência sobre “Caxias e os generais de 35”. Para este, todos os generais, farrapos e

⁵ Sobre o uso político da revolução farroupilha pelos republicanos da década de 1880, ver LAZZARI (2004: 177 e segs)

⁶ Esta foi a conclusão de Alfredo Rodrigues (1900), que contestou a versão apresentada por Alfredo Varela (1915) em *Revoluções Cisplatinas*. Rodolfo Vilhena, também absolveu Canabarro em conferência apresentada no IHGB, intitulada “A surpresa de Porongos” (RIHGB, 1927, tomo 101, pg 259).

legalistas, haviam cometido erros políticos e militares, com exceção de Caxias (ALENCASTRE, 1934: 358).

Entretanto, mesmo que parcialmente renovadas as concepções destes historiadores, por romperem com o heroísmo clássico ao diluírem os atributos dos grandes homens na coletividade, como fizera Souza Docca, ou por considerá-los grandiosos principalmente pelos seus feitos militares, como Alencastre e Reichardt, permanece a noção de que era preciso estabelecer uma coerência entre as ações dos homens do passado e os do presente. As inconsistências históricas, por vezes, eram afastadas apelando-se para a lógica do presente, remetendo à idéia de exemplaridade do passado. Isso se pode verificar, por exemplo, quando Souza Docca argumenta que os farrapos não tinham sido separatistas porque os republicanos da década de 1880 também não o tinham sido:

Quando em 1 de janeiro de 1884 aparecia o primeiro número d'*A federação*, dizia Venâncio Ayres, em artigo de apresentação, que o que ele vinha pregando não era novidade, que vinha fazer uma aspiração, no presente, de uma aspiração do passado; que era a revolução de 1835 que renascia com a mesma bandeira e a mesma fé, e terminou concitando a salvação da unidade nacional, pela federação. (SOUZA DOCCA, 1932: 726)

Outros testemunhos podem demonstrar com maior clareza esta vontade de identificar o presente ao passado, de fazer o passado durar até o presente. Na sua conferência, Alencastre propôs que a inabilidade dos generais legalistas é que permitira a maior duração da luta farroupilha. O general atribuía as falhas maiores dos legalistas em face dos revolucionários por sua propensão a buscar soluções politicamente equivocadas para problemas morais e militares. Nesta ótica, o grande mérito de Caxias fora o estudo do território, das táticas, estratégias e dos valores dos seus opositores. Por respeitá-los, soube vencê-los. (ALENCASTRE, 1934: 347) A má política é que atrapalhava o curso dos acontecimentos no sentido de uma reconciliação entre revoltosos e imperiais. Antes de justificar os farrapos pelas questões ideológicas, tal como Docca e Assis Brasil procuraram fazer, Alencastre ressalta aquilo que os observadores eram unânimes em afirmar, mesmo quando contrários à legitimidade política e moral do movimento: as qualidades dos farrapos enquanto guerreiros, especialmente a sua bravura. Mas se estava em Caxias a sua principal fonte de identidade com o passado, a abertura de sua conferência não deixa dúvidas quanto à

continuidade presumida entre presente e passado através de várias formas de identificação, inclusive ideológica, com os generais dos farrapos:

Falo como militar, como riograndense, como regionalista. Como militar liga-me à classe e aos colegas um alto espírito de camaradagem, que me faz admirá-los nas suas proezas, nos seus sacrifícios. Como rio-grandense procuro sempre exaltar o valor da terra pampeana. Como regionalista amo a terra onde nasci, considero-a a melhor do Brasil, mas desejo-a rica, grande, culta, dentro da nacionalidade. Nunca foi o regionalismo um perigo para o Brasil. É uma forma de nosso nacionalismo. É um aspecto de nossa brasilidade. (ALENCASTRE, 1934: 326)

Desta forma, embora Souza Docca não chegue a invocar, em 1932, os sentimentos e ideais do presente para explicar o passado, implicitamente, a sua polêmica com Alfredo Varela, acerca do caráter separatista ou não da Revolução Farroupilha revela uma preocupação forte neste sentido. Para Docca, é o hábito de Alfredo Varela ver “tudo que é rio-grandense” pelo seu “uruguaiofilismo” que o faz pensar que os farrapos eram separatistas. De modo inverso, a maneira correta de ver o que é rio-grandense seria obviamente através de um brasileiroismo, que o autor propõe inclusive no título de seu texto “O sentido brasileiro da revolução farroupilha” (SOUZA DOCCA, 1935: 172) escrito em contestação à *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela.⁷ Um contemporâneo que se envolveu na polêmica, contra Varela e a favor de Souza Docca, afirmava, em 1934, em carta ao secretário do IHGRS:

Como sabe o ilustre mestre, acabo de percorrer todo o território do Estado – ou quase todo – sem ter ouvido uma referência a isso. Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Caxias, Montenegro, Santa Maria, São Leopoldo, Alegrete, Itaqui, Uruguaiana, Lavras, Santana, Bagé e Arroio Grande foram por mim visitadas, tendo conversado em todas essas cidades com o que elas têm de mais representativo na política, na administração, nas armas, nas letras, na indústria, e no comércio. Em muitas delas falei com parentes meus, intimamente, de coração aberto, como aliás, sempre falam os gaúchos. De nenhum, de ninguém, ouvi referência, por mais cega que fosse, à separação. (RIHGRS, 1934: 268).

Outras citações podem ilustrar o quanto esse procedimento ainda era admissível naquele contexto do início do século XX, inclusive dentre os que contestavam a legitimidade dos intuitos dos farrapos. Basílio de Magalhães, em sua conferência sobre os farrapos, no ano de 1934, refere-se explicitamente às suas objeções quanto ao uso do

⁷ A polêmica entre Varela e Souza Docca aconteceu sobretudo nas páginas do Jornal do Comércio e em publicações específicas, sendo Varela muito mais prolixo que Docca. (SILVA, 2010: 169 e segs)

passado farroupilha para instrumentalizar as lutas políticas no presente:

Cultor da história e mais amigo da verdade do que de Platão, não me era possível ouvir ali, numa impassibilidade de faquir em êxtase, heresias e desacertos concernentes a episódios máximos da nossa nacionalidade, explorados para fins subversivos. Protestei, corriji, dilucidei, e isso quando já estava a fechar-se para mim, definitivamente, a tribuna daquela assembléia federal, e quando, vitoriosa a revolução de 1930, não mais dispunha eu de colunas livres de imprensa, para manter-me na liça em público. (MAGALHÃES, 1934: 381)

Para Souza Docca e muitos intelectuais sul-rio-grandenses naquele momento do centenário farroupilha, além de reabilitar a imagem dos grandes homens do passado, importava revestir-se dos mesmos atributos patrióticos e republicanos em prol de suas ações no presente. Entretanto, antes de se pensar mecanicamente na exclusiva instrumentalização político partidária do passado, é importante pensar na necessidade de se forjar autoridade e legitimidade historiográfica no presente, pois muitos daqueles intelectuais já visavam uma atuação fora da esfera política. O outro algoz de Souza Docca, Basílio de Magalhães, é que sugere a pertinência desta interpretação. Ao discutir o separatismo dentre os farrapos, propõe que este seja visto com naturalidade e invoca a autoridade de marechais das nossas letras, em evidente ironia ao tenente-coronel Souza Docca:

Tratando-se de uma questão de tal relevo, a exigir detido exame e profunda meditação, – como é que poderia eu atrever-me, simples e bisonho soldado raso, a divergir desses marechais das nossas letras históricas, uns ainda felizmente vivos e outros já viajeiros do além? (MAGALHÃES, 1934: 385)

Para que os historiadores do presente pudessem a um só tempo reabilitar os grandes homens do passado e reivindicar a herança de suas virtudes morais, essas qualidades deveriam transpassar o tempo, permanecendo nos descendentes da terra, vinculando o passado guerreiro ao presente do historiador. A atitude parece se inspirar na concepção de exemplaridade do passado, e ao mesmo tempo integrava o processo civilizador, que permitia transformar os historiadores do presente em herdeiros dos caudilhos do passado: suas qualidades se mantinham, mas a sua disputa mudava de arena, assim como as suas armas. Se a avaliação das concepções dos autores parece por demais anacrônica, podemos recordar que em 1930 e 1932 foram travadas as últimas lutas dos sul-rio-grandenses no campo de batalha ao mesmo tempo em que as polêmicas

historiográficas nos jornais e nas tribunas dos institutos históricos, passariam a ser doravante, os palcos privilegiados dos centauros reivindicando seu espaço e prestígio na memória republicana da nacionalidade. Se havia ruptura entre passado e presente, ela se dava nas armas escolhidas para o confronto.⁸

Fontes

ALENCASTRE, Cel Álvaro Octávio de. “Caxias e os generais de 1835” (326-361).

RIHGB, 1934, Vol. 169

ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Istorico e Geografico do Brazil, por Tristão de Alencar Araripe. **RIHGB**, 1880, tomoXLIII, parte 2.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **História da República Rio-grandense**. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1981 [edição fac-similada de 1882].

Atas do ano de 1932. **RIHRGS**, 1932, 4º trimestre.

BAPTISTA, Homero. Revoluções brasileiras de 1817 a 1835, **RIHGB**, 1918, tomo 83.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Discurso de admissão como sócio correspondente. **RIHGB**, 1921, tomo 90.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Ideologia federativa na cruzada farroupilha. **RIHGB**, vol 166, 1932.

MAGALHÃES, Basílio de. Guerra dos Farrapos; Separatismo, Influencia de estrangeiros, Intervenção do Brasil no Prata. **RIHGB**, 1934, vol 169.

MORAIS, Eugênio Vilhena. Surpresa de Porongos. **RIHGB**, 1927, tomo 101.

Parecer dos srs. Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do dr. Alfredo Varela, **RIHGRS**, 1934, 4º trimestre.

REICHARDT, Henrique Canabarro, Vida de David Canabarro, **RIHGB**, 1934, vol 169.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **A surpresa de Porongos**. Réplica ao Dr. Alfredo Varela. Rio Grande: Livraria Americana, 1900. Tiragem à parte da memória publicada no **ALMANAK** do Rio Grande do Sul.

⁸ Segundo Grijó (2010), as revoluções de 1930 e 1932 assinalam as últimas etapas deste processo civilizador das elites rio-grandenses.

Referências Bibliográficas

- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: NEUMANN, E.; GRIJÓ, Luiz A. (orgs). **O continente em armas**: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- HARTOG, François. Plutarque entre les Anciens et les Modernes. In: **PLUTARQUE**. Vies parallèles. Paris: Gallimard, 2001.
- LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH UNICAMP, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Pós graduação em História Social, UFRJ, 2009.
- SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopeia dos titãs do pampa**: historiografia e narrativa épica na *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, Programa de pós-graduação em História, 2010.

**HISTÓRIA INTELECTUAL NO MÉXICO:
DUAS LEITURAS DA REVOLUÇÃO MEXICANA**

Warley Alves Gomes*
Carolline Martins Andrade**

No presente texto pensaremos acerca da relevância da História Intelectual para o estudo das ideias e dos intelectuais na América Latina. A partir dela temos a pretensão de explorar questões relacionadas aos intelectuais e ao poder no México durante as primeiras décadas do século XX.

A História Intelectual é um campo da historiografia que nos parece bastante complexo, pois integra e interage com a História dos Intelectuais e com a história das ideias. Enquanto a história das ideias, inicialmente, preocupava-se com uma análise interna das obras produzidas pelos intelectuais, sem levar em consideração o contexto no qual elas eram escritas, sem haver nem mesmo um diálogo com o ideário corrente no período de produção (WINOCK, 1996), a história dos intelectuais procurava, por sua vez, pensar as representações construídas em torno dos intelectuais, suas relações institucionais, mobilizações políticas e redes de sociabilidade.

No que se refere à história das ideias, algumas tentativas de análise que buscavam situar as obras em um determinado contexto já haviam sido feitas. Destacamos aqui as contribuições de Skinner e Michel Winock. Skinner, em seu texto *Significado y comprensión en la historia de las ideas*, já estabelece uma divisão em duas vertentes: uma contextual, que buscava pensar a obra dialogando com as ideias em seu período de produção, e outra que centrava sua análise apenas nas obras. Skinner posiciona-se à favor da primeira abordagem, constatando a necessidade do agente que produz determinada obra em comunicar-se com os homens de seu tempo:

Así, si es cierto que la comprensión de cualquier idea exige la de todas las ocasiones y actividades en que un agente determinado pueda haber usado la forma pertinente de las palabras, parece claro que al menos una parte de esa comprensión debe radicar en captar para que tipo de sociedad escribía ese autor en el intento de convencerla. (SKINNER, 2000: 180)

* Estudante de mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

** Estudante do 8º período de graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Winock, em seu texto *As ideias políticas*¹, apresenta a mesma preocupação de Skinner, de modo que realiza um balanço historiográfico, cujo resultado é uma nova abordagem para a história das ideias, em que se pense texto e contexto de produção das obras, dando ênfase para a circulação e apropriação destas por diferentes grupos socioculturais.

Enfatizamos que a história intelectual busca abordar algumas questões semelhantes à estas duas vertentes, e, como foi dito anteriormente, a consideramos mais complexa, pois oscila entre elas. A história intelectual procura refletir sobre as obras produzidas. No que se refere a estas obras, considera o limite temporal em que foram escritas, as ideias que circulavam naquele ambiente e período, as formas e os agentes que se apropriam delas, que tipo de intelectuais as produziram e quais eram suas redes de sociabilidade. Desta forma, a história intelectual dialoga com perspectivas sociológicas e políticas, que abrangem os campos da história social, política e cultural, constituindo-se em uma vertente de análise mais ampla que a das outras vertentes – história dos intelectuais e história das ideias – separadamente.

Quando pensamos na realidade latino-americana, a importância da história intelectual se mostra evidente. Ela se torna essencial para conhecermos os homens, as ideias e contexto em que ambos circularam, em uma região cujo o desenvolvimento da modernidade se deu de forma bastante diferente da Europa, marcada por uma cultura bem mais visual que escrita (CANCLINI, 2003) e pela constituição tardia de uma esfera pública² eficiente (COSTA LIMA, 2007). Nesta não houve formação de mercados autônomos para cada campo artístico, nem mesmo uma plena democratização cultural, isto é, há uma distinção clara entre as classes que dominavam os códigos de uma cultura intelectual escrita e as que situavam-se à margem desta cultura letrada. A compreensão destes elementos é preponderante, visto que estes “homens de letras” foram os principais construtores da ideia de América Latina, bem como de seus respectivos Estados nacionais, ainda que para isso fosse preciso apropriar-se de elementos da cultura popular.

¹ Texto publicado em meio a uma coletânea de artigos organizados por René Remond no livro *Por uma história política* (REMOND, 1996)

² Segundo o filósofo alemão Jürgen Habermas, a esfera pública simboliza uma dimensão do social que atua como mediadora entre o Estado e a sociedade, nela o público se organiza como portador da opinião pública.

Tendo claras essas noções, intencionamos examinar a situação dos homens de letras em meio a um México marcado por um intenso conflito armado. A escrita precisou ser afirmada frente à violência dos conflitos revolucionários e à cultura fortemente militarizada dos chefes políticos. Dada a impossibilidade de tratarmos de grande parte da intelectualidade mexicana neste texto, optamos por concentrar-nos na trajetória de dois escritores que vivenciaram e relataram as pugnas das décadas de 1910 e 1920: Mariano Azuela e Martín Luís Guzmán. O primeiro participou dos conflitos como médico e o segundo chegou a alcançar a patente de coronel. Tal fato foi crucial para compreendermos a forma como interpretaram a Revolução. Partindo de uma cultura letrada, e tendo antes participado de círculos intelectuais, agora o que viam eram os horrores das batalhas, a crueldade dos homens que lutaram nela, a pobreza e a exploração que lastimavam seu país. Após o fim das lutas, assistindo à subida de novos caciques políticos ao poder, estes intelectuais não seriam menos severos na crítica: a Revolução não mudaria o México, porque não se concretizou de forma plena.

Mariano Azuela (1873–1952) foi um escritor da cidade de Lagos de Moreno, no estado de Jalisco, norte do México, e antes mesmo da Revolução começar já escrevia novelas que representavam a exploração dos trabalhadores do campo pelos donos de terra³. Ao despontar da Revolução, ainda sob o comando de Francisco I. Madero, em novembro de 1910, Azuela apresentou grande admiração pelo político e passou a apoiá-lo em sua região. Madero representava a possibilidade do estabelecimento de uma democracia efetiva em um país que vivia há 34 anos sob a ditadura de Porfírio Díaz. Mais que isto, ele representava as esperanças de um México mais justo, que poderia se sustentar pelas leis, por uma divisão de poderes, por uma alternância no poder Executivo, por eleições livres e melhorias na educação.

A queda de Porfírio Díaz não tardou. Em maio de 1911, o velho presidente partia no navio Ipiranga rumo à França, onde morreria anos depois sem jamais retornar ao México. Após alguns meses Madero foi eleito presidente do México, no entanto a paz estava longe de ser alcançada. Enquanto Madero tornava-se presidente, Azuela também atuava em Jalisco. O romancista foi chefe político de Lagos de Moreno entre os meses de junho e agosto de 1911, mas logo foi afastado do cargo, por meio da pressão de velhos caciques políticos da região. Em 1911 escreve sua primeira novela cujo tema

³ Entre elas podemos mencionar *Los fracasados* (1908) e *Mala Yerba* (1909).

perpassava pela Revolução: *Andrés Pérez, maderista*. Nesta obra encontramos um tipo de personagem que iria aparecer em outras futuras: a do maderista de última hora, ou seja, a dos oportunistas que aderiram à Revolução apenas quando viram que poderiam obter vantagens a partir de seus ideais. A curta passagem pela política e a escrita de *Andrés Pérez* nos apresenta uma primeira evidência do que mais tarde se configuraria como um grande desencanto em relação à Revolução.

A decepção maior para Azuela foi a morte de Francisco Madero, assassinado de forma covarde por ordens de Victoriano Huerta, o qual tornou-se em seguida presidente do país, mas que passou à memória coletiva como “o presidente usurpador”⁴. Após a morte de Madero, os conflitos se intensificaram e o país sem uma liderança efetiva, dividiu-se entre três grandes líderes: Emiliano Zapata ao sul - líder camponês que defendia o retorno dos *ejidos* -, Victoriano Carranza no centro-norte – ex-porfirista, que havia aderido à causa maderista, e levava consigo parte dos setores mais conservadores do país-, e Francisco “Pancho” Villa - ex-bandoleiro cuja grande inspiração também era Madero, e cujas tropas consistiam de camponeses e pequenos proprietários do norte do México que desejavam uma reforma agrária que valorizasse a pequena propriedade.⁵

Em meio ao desencantamento por parte da morte de Madero, e com a Revolução aproximando-se de sua cidade, Azuela decide incorporar-se como médico às tropas villistas de Julián Medina.⁶ Sua participação como médico possibilitou Azuela ter contato com os homens que lutavam nas batalhas, de onde retiraria elementos para a escrita de sua obra que viria a ser a mais conhecida: *Los de abajo*. A obra apresenta a Revolução desde o ponto de vista das massas, daqueles que morreram nas batalhas. A Revolução é descrita de maneira bastante pessimista, sendo que o escritor constrói as personagens populares caracterizadas não só pela coragem, mas também pela barbárie,

⁴ Francisco Madero foi assassinado no dia 22 de fevereiro de 1913, fuzilado juntamente com Pino Suárez, vice-presidente, por ordem do general Victoriano Huerta, que conspirava com o governo norte-americano para derrubar Madero. O episódio ficou conhecido como “Decena Trágica”. Ver AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *A sombra da Revolução Mexicana: História mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000: 52-54.

⁵ Apesar de ambas as tropas serem consideradas camponesas, existe uma diferença grande entre os villistas e os zapatistas. A proposta dos zapatistas estava fortemente entrelaçada à um aspecto cultural indígena próprio do sul do México, e lutava pelas propriedades comunais de seus antepassados, enquanto os villistas nada tinham que ver com uma cultura indígena, e buscavam uma divisão de terras centrada na pequena e média propriedade.

⁶ A entrada de Azuela para as tropas villistas também se deu devido à indicação de seu amigo, o poeta José Becerra.

pelo gosto ao roubo e por condutas destrutivas⁷. A figura do revolucionário oportunista também reaparece em *Los de abajo* através da personagem Luis Cervantes. Esta personagem é interessante não só por representar tal tipo de “revolucionário”, mas também por ser uma descrição bastante pessimista dos intelectuais que participaram na Revolução. Ao longo da narrativa, Luis Cervantes utiliza-se de seu intelecto para manipular o líder Demetrio Macías, e sempre apropriando-se dos ideais da revolução para benefício próprio. Enfim, cabe dizer que a narrativa apresenta uma estrutura cíclica, simbolizando a opinião de Mariano Azuela, de que, após os conflitos, o México voltaria ao mesmo lugar: para as mãos dos caciques políticos.

Los de abajo passou dez anos praticamente despercebida pela crítica mexicana, e só em meados da década de 1920 ganhou relevância em seu país. Os governos de Álvaro Obregón (1920–1924) e Plutarco Elias Calles (1924–1928) foram caracterizados pela reconstrução estrutural e simbólica do México. Dentre estas duas a que se faz importante em nossa análise é a reestruturação simbólica, visto que é a de maior interferência dos intelectuais. Esta foi marcada por dois elementos fundamentais que vieram da Revolução: o nacionalismo e o populismo. Após os tempos conturbados dos campos de batalha era preciso refundar a nação mexicana. Devido à extensa participação das massas nos combates, os elementos populares foram os temas que predominaram na formação da nova identidade nacional. Na contramão do porfirismo, o mestiço e o indígena foram considerados os símbolos do México e passaram a aparecer fortemente nas artes – lembremos das pinturas dos muralistas -, na literatura, nos *corridos*⁸, nas fotografias da família Casasola (BARBOSA, 2006) e na poesia – no caso do *Estridentismo*, a vanguarda literária mexicana.

Foi a partir destes elementos que *Los de abajo* foi apropriada pelo novo governo pós-revolucionário, constituindo-se como a novela-exemplo da literatura revolucionária. A obra apresentava imagens que remetiam aos hábitos e costumes populares, além do fato de sua protagonista – Demetrio Macías – ser um mestiço. As personagens, em sua maioria, eram caracterizadas pela coragem, pela idéia do homem que não teme a morte,

⁷ Isto fica mais evidente na segunda parte da obra, através da introdução de duas novas personagens na novela: o Guero Marguerito e La Pintada. Em quase todas as cenas narradas na qual estas personagens estão envolvidas, suas condutas são marcadas por condutas agressivas.

⁸ Muitos *corridos* compostos durante o período revolucionário narravam eventos transcorridos durante a luta e os feitos dos homens que atuaram nela. O fato de serem composições populares contribuiu para sua incorporação na ideologia revolucionária

mas antes convive com ela – qualidades que iam ao encontro da ideologia construída pelo governo pós-revolucionário (BARBOSA, 1996; GOMES, 2010). Interessante notar que mesmo sendo a própria obra bastante crítica em relação ao processo revolucionário, ela ainda sim foi incorporada pelo Estado na reconstrução simbólica do país. O que a princípio nos parece bastante contraditório, logo torna-se uma prática comum do governo mexicano ao longo de todo o século. Calles colocou a Revolução em uma marcha constante, que para renovar-se – segundo a ideologia do Estado –, buscou incorporar mesmo os setores críticos à ela, construindo assim uma fachada liberal para práticas bastante autoritárias. A representação máxima desta ambigüidade manifestou-se na criação do Partido Nacional Revolucionário (PNR).⁹

A reconstrução simbólica deste México moderno se deu a partir do encontro entre dois posicionamentos: de um lado, os intelectuais buscavam compreender seu país após o caos das batalhas e estavam realmente envolvidos e esperançosos em relação ao futuro do povo mexicano, por outro lado, os líderes militares que passaram a governar o país, tinham um interesse em legitimar seu poder e a nova forma de política no México. O Estado apropriou-se de grande parte das discussões intelectuais na década de 1920 de forma a fundar o que Victor Díaz Arciniega chama de uma “cultura revolucionária” (ARCINIEGA, 1989). Para isto, a nova elite política mexicana incentivou os intelectuais que se dispunham a elogiar o novo regime, e discretamente, afastar aqueles que não estavam de acordo com as novas diretrizes. De todas as formas, víamos aqui, de maneira exemplar, a intervenção do intelectual no espaço público, ao mesmo tempo em que é formado por este espaço. Nas palavras de Julio Ramos:

⁹ O PNR foi criado pelo presidente Plutarco Elias Calles como uma forma do México se modernizar politicamente, não mais se ancorando em uma política personalista e favoritista. Uma formação bastante contraditória se nos atentarmos para a forma como Calles conduziu a política – antes e depois da formação do partido, que funcionou como um meio de Calles continuar atuando no comando político do México até a entrada de Lázaro Cárdenas na presidência em 1934. O PNR (depois PRM e PRI) cresceu rapidamente na cena política mexicana, incorporado diversos partidos menores, cooptando sindicatos, e até mesmo fraudando eleições. Ao observarmos a modernização da política mexicana, caracterizada por um partido que permaneceu no poder por aproximadamente 70 anos e um enorme aparato burocrático, podemos notar que ela não rompeu com algumas velhas práticas políticas, como o favoritismo, e mesmo o caciquismo, que permaneceu forte durante muito tempo nas áreas rurais, agora articulado a esta nova burocracia. Eis a tensão: uma modernização política que buscava o rompimento com a política caciquista, eleições mais seguras e livres, liberdade sindical e partidária e separação dos poderes, acaba se afirmando através de um partido criado a partir de um poderoso chefe político, e que buscou cooptar partidos menores e sindicatos, concentrou poder nas mãos do Executivo e até mesmo fraudou eleições.

Na conjuntura da revolução, as narrativas legitimadoras deveriam popularizar e democratizar o conceito de cultura. O espaço público do campo podia se ampliar, com a condição de que os escritores adptassem e promovessem seu discurso de acordo com as necessidades da Revolução. Esclarecemos: não se trata de oportunismo, pelo menos em termos de campo em geral, mas sim do efeito que as lutas sociais têm sobre o campo e seus discursos. Trata-se de exigências sociais às quais o campo responde, renovando-se e autocriticando suas linguagens e parâmetros de valoração, inclusive formal. (RAMOS, 2008)

Podemos pensar aqui o caso do México de acordo com as ideias de Bronislaw Baczko sobre o imaginário social. O imaginário seria o meio de alcançar não só o intelecto, mas a alma de um povo. Define-se através dele, identidades, inimigos, concepções de passado, presente e futuro. No caso do México resgatou-se o passado azteca, a valentia do indígena, colocou-se no presente a ideia do mexicano como o homem valente, que enfrenta a vida, não teme a morte, e a Revolução trouxe a perspectiva de um futuro promissor no qual o povo mexicano encontrará sua redenção. A ideologia construída pela nova elite política mexicana ultrapassou suas expectativas, alcançado os patamares de um mito.¹⁰

Se por um lado, o nome e Azuela é levado ao conhecimento nacional durante a década de 1920, Martín Luis Guzmán não teve a mesma aceitação por partes das elites políticas de seu país. *La Sombra del Caudillo*¹¹ (1929) é escrito sob o impacto do assassinato do general Francisco Serrano em Huitzac, nele há a mistura de

¹⁰ Pensamos aqui o mito de acordo com Raoul Girardet como um “sistema de crenças coerente e completo”, que “já não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu simples desenvolvimento” (GIRARDET, 1987: 11-12). A Revolução Mexicana, enquanto mito político, se move a partir de um jogo de imagens associadas que são evocadas e apropriadas por diferentes grupos políticos e sociais. A ideia da Revolução enquanto mito político, busca garantir a continuidade com um passado – no caso mexicano percebemos isso através da valorização dos elementos da cultura azteca, do passado de lutas -, ao mesmo tempo que projeta a ideia de um futuro promissor – a Revolução traria a felicidade e o progresso para o povo mexicano. A Revolução em seu aspecto mítico também está ligada à imagens como reunião, fusão, de entusiasmo coletivo, por parte dos cidadãos mexicanos.

Pierre Bourdieu define bem a diferença entre as ideologias e os mitos: “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comum ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1989: 10). Raymond Williams também nos oferece interessantes contribuições para pensarmos o conceito de ideologia a partir de uma breve historicização, apresentando as mais variadas formas pelas quais ele foi compreendido desde o século XVIII, passando pelas interpretações de Napoleão, Marx e Engels, e Lênin. Um aspecto muito relevante dos estudos de Williams é a relação feita entre ideologia e hegemonia. Enquanto ideologia seria um sistema de ideias ligado a uma classe específica, a hegemonia dependeria não apenas da expressão dos interesses de uma classe dominante, mas também de sua aceitação como “realidade normal” ou “senso comum” por seus subordinados. (WILLIAMS, 1985; 2007).

¹¹ O livro tem como data da primeira edição, pela editora espanhola Espasa-Calpe, o quatro de novembro de 1929, no entanto já vinha aparecendo em três jornais mais ou menos simultaneamente, dois nos EUA (*La Opinión* de Los Angeles e *La Prensa* de San Antonio) e um no México (*El Universal* da Cidade do México), entre 20 de maio de 1928 e 10 de novembro de 1929.

acontecimentos de 1924 e 1927. Inicialmente a obra foi impedida de publicação no México pelo ex-presidente Plutarco Elías Calles, o qual embora não ocupante formal da cadeira presidencial, ainda não estava fora do poder. Cabe lembrar que embora baseada em momentos históricos, *La Sombra del Caudillo* é uma obra ficcional. Os momentos que serviram de inspiração à sua escritura foram sobretudo os episódios vividos por Adolfo de la Huerta e Francisco Serrano, acrescidos de alguns pequenos elementos provenientes da rebelião de Arnulfo R. Gómez, candidato oficial do Partido Antirrelacionista, em que Gómez foi fuzilado em novembro de 1927.

O primeiro, em qual o autor esteve envolvido, refere-se à rebelião de Adolfo de la Huerta em 1923, ocorrida sob o governo de Álvaro Obregón. O levantamento foi sufocado com a contribuição militar de Plutarco Elías Calles - candidato de Obregón para a sucessão presidencial. Por sua vez, Guzmán havia apoiado De la Huerta e, com o fracasso da sublevação, se viu obrigado a um novo exílio, fixou residência na Espanha, onde posteriormente escreveu o romance. E o segundo episódio, corresponde à série de acontecimentos que desenrolou-se a partir de 1927, sob o regime de Calles, quando foi aprovada a modificação constitucional que permitia a reeleição à presidência - o que favorecia uma segunda candidatura de Obregón - sempre que não se tratasse de períodos sequenciais. Estes fatos culminaram com o levantamento do general Serrano, contrário à reeleição, e seu assassinato, junto com um grupo de seus partidários em Huitzilac em 1927.

La Sombra del Caudillo reflete acerca do exercício do poder no México. Um poder baseado na figura do caudilho, personalista, na ausência de partidos políticos efetivos e portadores de propostas, além de um política de privilégios. A escritura se concentra na degeneração, nos vestígios e sintomas que revelam as estratégias que conformam este mundo e se reproduzem tanto nas relações interpessoais como as coletivas. Assim, na obra, têm-se no lugar da construção da identidade nacional a busca de um status limitado pelo poder e influência externa. Esta se dá, sobretudo, face à influência estadunidense.

Con acierto Bruce-Novoa advierte que al juntar sucesos históricos de momentos diversos, Martín Luis Guzmán se coloca por encima de las figuras y de los hechos particulares, para mostrar: a México y el tipo de dictador que representaba el caudillaje, el ambiente político mexicano de aquel entonces, producto, por un lado, de la apatía cívica y la falta de educación del pueblo

mexicano y por el otro, de la manipulación cínica y cruel por parte de los líderes que siempre cuidaban primero sus intereses personales". (NOVOA apud BAÉZ: 619)

Podemos dizer que enquanto *Los de Abajo* de Azuela apresenta a barbárie da guerra ou o enfrentamento de caudilhos e exércitos sucessivos da Revolução, bem como a perspectiva dos de “abajo”, *La sombra del Caudillo* nos coloca o par da barbaridade da instituição militar e o poder político, a perspectiva dos “de arriba”. Segundo Carlos Montemayor, o que temos com Guzmán é a dissecação do poder político através do próprio exército.

Por fim, a ficção dialoga com o real de uma outra maneira, que não a própria de um discurso historiográfico, pois lida com o real não só a partir das semelhanças com as experiências vividas, mas também com dessemelhanças frente a elas. Procuramos mostrar aqui como, a partir da história intelectual, podemos apreender de maneira pertinente o contexto revolucionário e pós-revolucionário no México, a partir do cruzamento das trajetórias intelectuais de Mariano Azuela e Martín Luis Guzmán com suas obras produzidas durante este período, bem como com as ideias circulantes no país durante estas décadas.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana: História mexicana contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: Edusp, 2000.
- ARCINIEGA, Victor Díaz. **Querella por la cultura “revolucionaria” (1925)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- AZUELA, Mariano. **Los de Abajo**. Edición Crítica. Colección Archivos, RUFFINELLI, Jorge (coord.). Ed. ALLCA/UFRJ, 1996.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5.
- BARBOSA, Carlos A. Sampaio. **A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana (1900-1940)**, São Paulo: Unesp, 2006.
- BARBOSA, Carlos Alberto S.. **Morte e vida da Revolução Mexicana: Los de Abajo**

- de Mariano Azuela. Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.
- COSTA LIMA, Luiz. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz. **Trilogia do controle**. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUZMÁN, Martín Luis. **La Sombra del Caudillo**. Edición Crítica. Colección Archivos, FRANCO, Rafael Olea (coord.). Ed. ALLCA, 2002.
- RAMA, Angel. **A cidade letrada**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Julio. **Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. In: **Prismas**, Revista de história intelectual, nº 4, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

**ORVILLE ADELBERT DERBY:
SUA ATUAÇÃO HISTORIOGRÁFICA NA REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO PAULO EM TORNO DA ELABORAÇÃO DE UM MITO PAULISTA – O BANDEIRANTE
(1895-1907)**

Philippe Arthur dos Reis*

A produção historiográfica voltada ao bandeirismo, particularmente a que aborda a construção da imagem da “epopéia bandeirante” tem se desenvolvido de maneira muito ativa. Trata-se de um tema bastante estudado e visto de diversas formas, dentre as quais podemos destacar a sua apropriação e utilização no discurso político com fins ideológicos, a afirmação da pujança econômica e a visão do bandeirante como fundador da uma “raça” com fortes traços identitários atribuídos como legado aos paulistas que viveram em séculos posteriores, ainda que estes fossem diversos em termos demográficos, culturais e de procedência.

Tendo em vista que a maioria dos estudiosos reflete sobre as formas da utilização da figura heróica do bandeirante, principalmente entre o final do século XIX e início do XX, pode-se verificar o movimento da historiografia que trata do tema, sobretudo no que diz respeito ao processo de formação e dos agentes nele envolvidos.

Diversos são os agentes ligados ao processo de elaboração, construção e disseminação de uma imagem que unifica exclusivamente o estado de São Paulo, diferenciando-se dos demais da federação brasileira. Assim, Kátia Abud, por exemplo, analisa o papel dos intelectuais na formação do mito bandeirante, buscando questionar as próprias condições que levaram à sua criação “enquanto forma de conhecimento e à sua utilização como símbolo, na medida em que se considera que tal necessidade é fruto da própria dinâmica social” (ABUD, 1986: 4), principalmente a partir do início do século XX. Logo, Abud enfatiza o papel que autores paulistas, na maioria historiadores, tiveram no processo de construção e afirmação do heroísmo e do mito bandeirante, tais como Afonso d’Escragnole Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Alcântara Machado à qual “produziram obras históricas, fundamentados em fontes documentais, concretas, não forjadas, e cada um deles enfatizando um aspecto da figura do bandeirante, que auxiliaram na tarefa de consolidar a imagem do bandeirante” (ABUD, 1999: 78).

* Graduando em História na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. O presente texto encontra-se em desenvolvimento por meio de um projeto de iniciação científica, sob orientação do Prof. Dr. Jaime Rodrigues.

Lília Moritz Schwarcz observou que, a partir de 1870, houve o “fortalecimento e amadurecimento de alguns centros de ensino nacionais, como os museus etnográficos, as faculdades de direito, medicina, e os institutos históricos e geográficos” (SCHWARCZ, 1993: 14), sendo estas últimas as instituições responsáveis pela escrita e guarda da documentação “oficial” da história do país ou de cada unidade político-administrativa. Com isso, ficava evidente o empenho cientificista da época em classificar e inserir o país numa era de progresso.

Sobre o papel dos institutos históricos e geográficos como centros irradiadores da escrita e difusão da História, Schwarcz acredita que “ali foram produzidas falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante, e que essas instituições eram entendidas como espaços de produção de um saber histórico característico do século XIX” (SCHWARCZ, 1993: 99-100). Três exemplos de instituições congêneres foram privilegiados em sua análise: o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), o *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano* (IAGP), e o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP), fundados em diferentes anos do século XIX.

Desta forma, o IHGSP insere-se nessa perspectiva de análise do processo de construção da imagem do bandeirante como uma instituição em favor da ciência. Fundado em 1894, ligava-se aos interesses de uma elite política que buscava, pela eleição de um símbolo, realçar sua afirmação econômica e política frente às demais unidades da federação. O símbolo foi encontrado na figura do bandeirante, entendido como elo entre a pujança econômica vivida pelo estado naqueles primeiros anos da República e o elogio das conquistas que os sertanistas teriam realizado no período colonial, com vistas à expansão do território brasileiro.

Antônio Celso Ferreira deteve-se no papel desempenhado pelo IHGSP no processo de construção da imagem do bandeirante e sua vinculação com a construção do estado de São Paulo. O autor apresenta principalmente a produção de letrados e intelectuais paulistas cujas obras tiveram como principal objetivo a caracterização e construção de uma identidade paulista a partir de um passado heróico.

Fundado em fins do século XIX, o IHGSP teve uma influência decisiva sobre a construção e legitimação do símbolo bandeirante; sendo considerada uma instituição científica, havia também a mescla da ciência e desenvolvimento que perpassava o ideário da elite paulista representava um artifício para a legitimação de São Paulo frente

à política nacional sob o regime republicano recém instaurado e sua própria situação no interior da federação.

Segundo Ferreira, o IHGSP estava atento aos sinais de modernidade apresentados pela sociedade, principalmente a paulista, no início do século XX, mas com suas atenções voltadas ao passado para legitimar seus interesses. Dele pinçavam-se os temas políticos, como os desbravamentos e as conquistas levados a cabo pelos sertanistas paulistas no interior do território “brasileiro” entre os séculos XVI e XVIII. Tais feitos refletiam o surto de desenvolvimento pelo qual o estado, e principalmente a capital, passariam a partir do fim do século XIX e notadamente no século XX.

Antônio Celso Ferreira afirma que os textos dos autores ligados ao instituto paulista, “além de significarem a busca da superioridade intelectual e científica, (...) vinham à tona acompanhando a luta em torno de interesses econômicos e projetos políticos divergentes ou mesmo de cargos no aparelho do Estado” (FERREIRA, 2002: 109), o que nos chama a atenção para o interesse da intelectualidade paulista, quase sempre ligada a grupos com atuação político-partidária, quanto aos projetos unificadores da jovem República brasileira.

Muitos intelectuais paulistas, com produções diversas acerca da imagem do bandeirante, estavam ligados ao IHGSP, que congregava como sócios não somente historiadores, mas toda uma comunidade científica que buscava traçar aspectos históricos convergentes no estado de São Paulo. Assim, a História teria um papel muito importante nessa instituição.

Logo após sua fundação, o IHGSP lançou, em 1895, o primeiro volume de sua *Revista*, na qual abordaria, em seus diversos números, vários temas acerca do caráter da sociedade brasileira. Todavia, o foco principal seria a especificidade paulista, aqui construída sob o viés da “história oficial” elaborada principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assumindo o que Ferreira caracterizou como uma “feição aberta de desafio”. Os historiadores locais não ocultariam o propósito de abalar os alicerces da história da nacionalidade, até então construída pelo IHGB, ambicionando reescrevê-la de ponta a ponta. Isso fica evidenciado desde o primeiro volume da *RIHGSP*, onde foi publicado o texto “A história de São Paulo é a própria história do Brasil” (FERREIRA, 2002: 110).

Em seu livro, Ferreira contabiliza que, de um total de “532 textos publicados

entre os anos de 1895 e 1940, 352 estiveram voltados ao estudo da História, versando sobre personagens ou contextos sociopolíticos, levantamentos documentais, cronologias e estudos historiográficos” (FERREIRA, 2002: 117-118). O autor observa ainda que, nessas publicações, 9,3% dos trabalhos giraram em torno do povoamento de São Paulo e da expansão bandeirante (FERREIRA, 2002: 132), demonstrando o peso que a historiografia conferia e possuía no Instituto e entre seus sócios. O bandeirante tornou-se um personagem muito relevante nos estudos, um símbolo gerado para uma identidade própria do estado, mas que também convergia com os interesses políticos de uma elite que pretendia se afirmar no âmbito do território nacional.

Porém, não eram somente estudos de caráter histórico perfaziam os textos publicados na *RIHGSP*. Ferreira mostra que estudos acerca da Geografia, Etnografia, Folclore, Genealogia, Literatura, Arqueologia, Linguística, Etnologia, dentre outros, se fizeram presentes nos conteúdos, e que assim colaboravam, no processo de legitimação de São Paulo frente aos demais estados brasileiros, marcando assim o caráter cientificista que a instituição pregava.

Desta forma, pode-se afirmar que o símbolo bandeirante foi explorado e mistificado com seu heroísmo e grandes feitos por intelectuais, letrados e cientistas de áreas congêneres, em favor de uma identidade que se queria construir na passagem dos séculos XIX para o XX. Porém, a construção desse discurso deve ser analisada sob diferentes prismas e delineada pelas variadas influências que sofreu ao longo de sua elaboração até as pesquisas mais recentes, críticas em relação às obras que consagraram o bandeirantismo como alicerce da história de São Paulo.

A partir da leitura dos sumários dos noventa e cinco volumes publicados entre os anos de 1895 e 1999 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (doravante *RIHGSP*), nas coleções existentes nos acervos das bibliotecas do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e do Arquivo do Estado de São Paulo, por meio de um prévio levantamento, podemos verificar diversos autores que mencionavam o bandeirante nos títulos de seus artigos.

É preciso dizer que a presença de conteúdos relativos ao bandeirante na *RIHGSP* não se limita a esses títulos selecionados. Vários artigos abordam o tema sem explicitá-lo em seus títulos. Porém, para efeito de seleção, enfatizei a análise dos artigos cujos títulos faziam alguma menção ao bandeirismo e/ou bandeirante.

Logo, é notória a presença daqueles autores consagrados, elaboradores das bases para a construção do desbravador colonial, e que tinha como local de origem, na maioria das vezes, a vila de São Paulo e seu entorno. Nesse levantamento, que totalizou 105 títulos de artigos, pude verificar a presença de intelectuais menos conhecidos escrevendo textos sobre o bandeirismo. Eles não eram tidos por historiadores em sentido estrito: vinham de experiências profissionais em outras áreas e encontraram abrigo nas páginas da *RIHGSP*, que versava não somente sobre conteúdos de História ou Geografia, mas também de Literatura, Antropologia, Folclore, Arqueologia, Genealogia e Cartografia, dentre outros.

A partir do levantamento e a seleção dos autores, é de se notar a presença de um autor com um considerável número de artigos, cujos títulos versavam sobre o bandeirante e seu caráter expansionista nas primeiras publicações da *RIHGSP*: Orville Derby.

Nascido nos Estados Unidos em 1851, Orville Adelbert Derby graduou-se em geologia, vindo para o Brasil em 1870 para participar da *Expedição Morgan*, que pretendia estudar o litoral nordeste brasileiro, estendendo-se até os baixos cursos dos rios Tocantins, Tapajós e Xingu, no atual estado do Pará. Derby voltou aos Estados Unidos em 1872 e regressou ao Brasil em 1874, a convite do governo imperial. Participou ainda da fundação da *Comissão Geológica do Brasil*, e a partir daí, foram várias as suas atuações nos campos geológico e geográfico no país (TOSSATO, 2001: 22).

Além de sua presença no *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, o autor também teve atuação em diversas outras instituições: “foi sócio do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, militou no *Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* e participou na transferência do acervo de mineralogia deste último para o *Museu Nacional do Rio de Janeiro* (TOSSATO, 2001:20). Sua atuação também pode ser verificada em questões políticas e territoriais, pela defesa dos paulistas em relação ao território fronteiriço com Minas Gerais, do qual viria a surgir a tomo XI da coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (TOSSATO, 2001: 42).

De sua lavra, deixou 175 obras, entre artigos, livros e estudos que se concentram principalmente em áreas da Geologia, Geografia, Cartografia, Paleontologia,

Mineralogia e História. Em São Paulo, Derby foi um dos fundadores do IHGSP em 1894, tendo publicado na *Revista* vários artigos e trabalhos sobre a Geografia, Cartografia e História de São Paulo e do Brasil. Sua produção historiográfica concentrou-se nas rotas bandeirantes e nos litígios de divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o que podemos verificar pelos títulos selecionados a partir da *RIHGSP*, mantendo uma “vida intelectual bastante diversificada” (MAHAL, 2010), sendo reconhecido por Afonso Taunay que, em suas publicações na mesma *Revista*, afirma que “são artigos reveladores da maestria por ele adquirida ao tratar das velhas épocas paulistas, sendo alguns, as primeiras análises dos itinerários bandeirantes jamais referidas, assuntos comentados com a maior probabilidade e lucidez” (TAUNAY, 1951: 54).

Desta forma, a análise da historiografia produzida por Orville Derby na *RIHGSP* também nos servirá de apoio para uma melhor compreensão e estudo do debate historiográfico da época, que não se encerra somente nos autores mais conhecidos, mas incorporará aqueles que não se dedicaram exclusivamente à produção de narrativas históricas.

Tendo realizado o levantamento inicial dos artigos que tinham no título referências ao bandeirante nos noventa e cinco volumes da *RIHGSP*, e a posterior escolha de Orville Derby, em meio aos dezenove artigos que ele publicou na *Revista* entre os volumes I e XII, serão selecionados aqueles que se debruçaram sobre o bandeirismo.

O debate historiográfico sobre o bandeirismo ressurgiu com uma crítica mais acentuada, principalmente durante e após a década de 1980, tendo como balizas questões tais como quem teria sido o homem desbravador e expansionista que tanto foi abordado na historiografia paulista do começo do século XX.

O atual debate sobre o bandeirante ainda assim, privilegiou os autores do início do século XX como aqueles que construíram ou alimentaram a interpretação do homem heróico e oriundo de São Paulo – Taunay e Ellis, por exemplo. Logo, o debate pode ser expandido, incorporando outros autores para além dos consagrados na historiografia e analisados por autores atuais.

Além de sua contribuição nos estudos geológicos, Orville Derby contribuiu para a formação da história do Brasil e regional, e deve ser entendido como um homem de seu tempo, envolvido com uma intelectualidade da qual ele fazia parte, entre fins do

século XIX e o início do século XX. A análise de sua produção historiográfica ampliará o debate acerca do bandeirismo e da formação de uma identidade paulista.

Na *RIHGSP*, há seis artigos de autoria de Orville Derby que versam sobre o bandeirismo, cujos títulos mencionam também vocábulos relacionados ao tema, como expansão, territorialidade, busca por metais preciosos etc. Além desses, ele escreveu outros treze que remontam às discussões de áreas em litígio na divisa entre São Paulo e outros estados, sobre geografia e assuntos diversos, como pareceres sobre outros artigos. A tabela a seguir relaciona os textos publicados por Derby na *Revista*.

Artigos de Orville Derby presentes na *RIHGSP*

TÍTULO	VOLUME	ANO
<i>A denominação “Serra da Mantiqueira”</i>	1	1895
<i>Qual a verdadeira grafia do nome Guayaná</i>	2	1896-1897
<i>Um mapa antigo de partes das capitânicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.</i>	2	1896-1897
<i>A estrada de São Paulo ao Rio Grande do Sul no século passado.</i>	3	1898
<i>Um documento antigo relativo à questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais.</i>	3	1898
<i>Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas.</i>	4	1898-1899
<i>Itinerário do Rio de Janeiro até as minas do ouro, de 1732, de Francisco Tavares de Brito.</i>	4	1898-1899
<i>São Paulo, antigas divisas.</i>	4	1898-1899
<i>Primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais no século XVIII.</i>	5	1899-1900
<i>Autoridades coloniais na raia de São Paulo e Minas Gerais no século XVIII.</i>	5	1899-1900
<i>Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais.</i>	5	1899-1900
<i>Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté.</i>	5	1899-1900
<i>Nota sobre a questão de limites entre São Paulo e Paraná.</i>	6	1900-1901
<i>Aparelho misto para a navegação aérea de invenção do Dr. Domingos Jaguaribe – Parecer do IHGSP, por Teodoro Sampaio, Orville Derby e Francisco Ferreira Ramos.</i>	6	1900-1901
<i>Os mapas mais antigos do Brasil.</i>	7	1902
<i>João Ramalho, alcaide-mor de Santo André da Borda do Campo, era analfabeto?- Parecer do IHGSP, por Teodoro Sampaio, Orville Derby, Antônio de Toledo Piza e João Mendes de Almeida Júnior.</i>	7	1902
<i>As bandeiras paulistas.</i>	8	1903
<i>O laudo de Roma – Resposta ao Sr. A. da Gazeta de Notícias.</i>	8	1903
<i>A Serra do Espinhaço</i>	12	1907

A escolha da obra historiográfica de Orville Derby se justifica pelo volume de artigos na *RIHGSP* e pela hipótese de que seus escritos históricos, mais do que mero diletantismo, aliam-se à sua produção de caráter mais geral, sobretudo aos estudos geográficos. A idéia a ser verificada é que os textos históricos de sua lavra atrelem, de certa forma, a expansão bandeirante a uma identidade paulista, ao mesmo tempo em que procuravam soluções para as questões ainda em aberto, referentes à definição dos limites entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

A historiografia ocupa um lugar especial na produção intelectual de Orville Derby. Metade dos artigos que publicou na *RIHGSP* versava sobre História, o que pode demonstrar um uso do passado para legitimar o presente, ou mesmo para justificar posições e interesses acerca da formação e divulgação de uma imagem positiva sobre o paulista que se embrenhava sertão adentro. Esse objetivo articulava-se com o que pregava o próprio IHGSP, e a historiografia de Derby pode ser entendida não como um *hobby* feito em intervalos de suas outras atividades, mas com o entendimento de que a História era uma ciência que, aliada às demais, produziu um saber característico do século XIX e início do XX. Dentre outros autores, Laima Mesgravis informa que, além do clássico historiador das bandeiras paulistas que foi Afonso de Taunay, com sua pretensão de esclarecer a própria organização e funcionamento das bandeiras, “contemporâneos seus, como Alfredo Ellis Jr., Orville Derby, Antônio de Toledo Piza e outros” (MESGRAVIS, 2004: 119), também buscavam esclarecer essa proposta.

A escolha de Orville Derby para a compreensão do processo de construção da imagem do bandeirante também é algo a ser notado. Sua produção historiográfica insere-se num debate maior sobre o bandeirante, com visões e objetivos diferentes, sendo sua atuação na *RIHGSP* anterior à publicação dos autores consagrados como historiadores oficiais de sua época – os já citados Afonso de Taunay, Alfredo Ellis e, posteriormente Alcântara Machado e Cassiano Ricardo¹.

Por fim, a compreensão da obra historiográfica de Derby, além de ajudar a mapear o debate da época, também trará uma contribuição para o estudo do processo de construção da imagem positiva do bandeirante. Afinal, ainda hoje, no debate

¹ Afonso Taunay publicaria entre os anos de 1924 e 1950, 11 volumes da sua obra *História Geral das Bandeiras Paulistas*; Ellis Júnior publicaria *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista* em 1926, enquanto Alcântara Machado e Cassiano Ricardo publicariam, respectivamente em 1929 e 1940, *Vida e morte do bandeirante* e *Marcha para o Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*, todos estes considerados livros clássicos na historiografia das bandeiras.

historiográfico acerca da produção do início do século XX, poucos são levados em consideração outros autores para além do círculo dos historiadores consagrados, entendidos quase como os únicos que participaram do processo de difusão do homem desbravador oriundo de São Paulo.

Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo: FFLCH/USP, 1986 (Tese de Dout.).
- _____. “A idéia de São Paulo como fundador do Brasil”. In: FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tânia Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs). **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- ELLIS Júnior, Alfredo. **Raça de gigantes: A civilização no planalto paulista**. São Paulo: Helios, 1926.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- _____. “Vida (e morte?) da epopéia paulista”. In: FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tânia Regina de; IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- FERRETI, Danilo J. Zioni. **A construção da paulistanidade**. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). São Paulo: FFLCH/USP, 2004 (Tese de Dout.).
- MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Introdução de Sérgio Milliet; Ilustrações de J. Washt Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MAHAL, Marcelo Lapuente. “O paulista e o outro: A construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940).” In: FERREIRA, Antonio Celso; e MAHL, Marcelo Lapuente (orgs.). **Letras e identidades: São Paulo no século XX, capital e interior**. São Paulo:

Annablume, 2008.

- _____ **Orville Adelbert Derby**: ciência e vida intelectual em São Paulo (1886-1905). Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP – Franca, 2010.
- MESGRAVIS, Laima. “De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial”. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**, v. 1: A cidade colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste** – A influencia da “bandeira” na formação social e política do Brasil. 4ª ed., São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. “A construção de uma identidade paulista.” In: BUENO, Eduardo (org.) **Os nascimentos de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. “Derby e a História do Brasil”. In: **Orville A. Derby 1851-1951**: alguns aspectos de sua obra. Rio de Janeiro: Divisão de Geologia e Mineralogia, 1951.
- TOSSATO, Pierluigi. **Orville Derby**: o pai da geologia do Brasil. Rio de Janeiro: CPRM; DNPM, 2001.

A HISTORIOGRAFIA DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA MEXICANA

Laís Olivato*

No dia 18 de setembro de 2010, em ocasião das festividades pela comemoração do Bicentenário de Independência Mexicano, o atual presidente do México, Felipe Calderón declarou que:

O ano de 2010 será, sem dúvidas, tempo de júbilo e alegria. Em cada lugar, em cada escola, em cada bairro ou praça pública, viveremos intensamente o orgulho de ser mexicano, o orgulho de prover desse nosso passado rico em complexidade, dramatismo e glória, porém celebraremos também o orgulho de nosso futuro. Um orgulho que construiremos juntos, com a firme determinação de engrandecer cada dia nossa Pátria, como foi o ideal de nossos libertadores; porque finalmente a Pátria é de todos, a Pátria é para todos. (CALDERÓN, 2010)

O discurso de Calderón evidencia um imaginário social sobre a independência que percorre o México até os dias de hoje, além de fazer parte da idealização sobre a construção da identidade nacional de seu povo. O fato de não representar apenas a separação com a Espanha, mas também o momento fundador da Pátria, é recuperado constantemente pelo discurso político. Em decorrência das festividades oficiais do governo e da relevância do tema para os mexicanos, o número de publicações, acadêmicas ou não, sobre o movimento iniciado em 1810 aumentou significativamente. Muitos historiadores têm se debruçado sobre tarefa de reinterpretar esse passado, seja criticamente, ou para torná-lo mais heróico.

Em entrevista recente ao *Periódico y Agencia de Noticias Imagen del Golfo*, o historiador Enrique Florescano declarou que as comemorações pelo Bicentenário produziram uma “nova historiografia” oficial que se preocupou em apagar as diversidades regionais do país por trás de um discurso de unidade nacional que serviria para atender às exigências políticas do momento histórico do país atualmente. Florescano ignorou, contudo, uma produção historiográfica acadêmica de peso que, buscando analisar as especificidades dos acontecimentos do México em 1810, vem questionado a utilização de antigos métodos e fontes do que ele denominou “história

* Mestranda em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

oficial”.

Nessa nova corrente, a insurgência iniciada há duzentos anos pelo Padre Miguel Hidalgo de Costilla e, posteriormente, continuada por Padre José Maria Morelos y Pavón e Ignacio López Rayón, é interpretada a partir da constatação de que foi permeada pela construção de um espaço público¹ e de uma nova consciência política que merece destaque. Muito dos relatos insurgentes evidenciam o diálogo entre *criollos* e indígenas passavam pela discussão das relações entre política e religião num momento de disputa pelo poder.

O mesmo contexto foi crucial para o desenvolvimento dos setores populares. Além de uma participação ativa no processo emancipacionista, houve uma nova construção discursiva que passava pela discussão ilustrada questionando a natureza política da população. Aqui, podemos observar que o iluminismo moderno da passagem dos séculos XVIII e XIX se chocou com antigas tradições coloniais advindas do amálgama de tradições do Império Asteca e da Coroa Espanhola. Essa simbiose, aparentemente paradoxal, aparece em harmonia nas fontes documentais.

O movimento de independência se apresenta para os historiadores como um tema inesgotável. Desde o século XIX, as pesquisas historiográficas abordam seus diferentes aspectos à luz de seus respectivos contextos e interesses políticos. Mas, considero que é necessário investigar mais sobre a construção desse novo espaço público durante o movimento para compreender o ponto de encontro do discurso promovido por *criollos* na mediação com os setores populares considerando sua participação nessa conjuntura.

Entre os autores mais conceituados que se debruçaram sobre esse tema, está Luis Villoro autor de *El proceso ideológico de la revolución de independencia*, publicado pela primeira vez em 1951. Em seu prólogo, na primeira edição, o autor declara que trabalha com o conceito de “classe” que, em suas palavras, “pode nos servir para assinalar a circunscrição do mundo social vivido por cada homem e constitui um ponto de referência indispensável para situar o objeto” (VILLORO, 2002: 70). Sua análise se

¹ Os novos espaços de sociabilidade do século XIX se formaram no contexto dos movimentos iluministas. São caracterizados por meio de salões, tertúlias e ambientes sociais que permitiam o debate e a troca de ideias seja por meio de impressos ou de debates constituídos oralmente. Ver: DARNTON, Robert. **Os best-seller proibidos da França pré-revolucionária** trad. Hidegard Feist São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

concentra, portanto, na leitura da Independência como um processo revolucionário que colocou em choque diversos movimentos antagônicos de diferentes estratos sociais.

A obra de Villoro percorre a construção das classes sociais e seus respectivos interesses ao longo da colonização da Nova Espanha, até a crise provocada pela formação da concepção de soberania nacional entre os *criollos*. O autor marca a captura de Fernando VII pelo exército napoleônico para iniciar esse processo.

O movimento iniciado por Hidalgo em Dolores é descrito como um momento “vivência do instante”. O padre é interpretado como um representante do movimento de uma vasta comunidade humana. “Hidalgo coloca a liberdade como fundamento e, nesse precioso instante, buscou se encontrar com a fonte originária de toda a ordem social: o povo.” (Idem: 70). Tornou-se o símbolo de luta contra a opressão a que estavam sujeitas as classes proletárias, a miséria e a falta de organização que as impediam de projetar por si mesmas uma possibilidade revolucionária. Contudo, a tradução dessa liderança instantânea para as classes populares foi um movimento de desordem em que predominou a violência.

Além de analisar as classes que compuseram o movimento de independência, Villoro descreveu as idéias políticas de representatividade que permearam a revolução, principalmente no tocante à formação do Congresso de Chilpancingo.

A transposição do poder do caudilho popular, em contato direto com o povo, seguido e aceitado unanimemente por este, a uma assembléia deliberante, revela a intenção (talvez inconsciente) da classe média em ditar a direção da revolução ao seu aliado camponês: a ideia representativa é o instrumento dessa implantação. O choque do Congresso com os caudilhos populares resultava inevitável; nele se manifesta a junção entre duas classes e movimentos. (Ibdem: 121)

Por outro lado, segundo o autor, quando Iturbide chegou ao poder em 1820, a nova Assembléia declarou que o Congresso encarnava a soberania nacional, sem haver nenhuma referência à soberania originária do povo de que falava o movimento de Hidalgo.

Luis Villoro marcou a historiografia da independência mexicana que pensou esse movimento como uma revolução de luta de classes. Por esse motivo, a religião é vista como um tema secundário em sua obra. O autor preferiu tratar das condições econômicas que motivou os envolvidos no conflito e não menciona o misticismo

manifesto pelos indígenas liderados por Hidalgo e nem as implicações sociais que tal fato acarretou para os populares que após a derrota de seus líderes foram fortemente reprimidos pelo vice-reinado com prisões e excomunhões.

Outro historiador que buscou interpretar os grupos sociais que compuseram o movimento de Hidalgo, mas numa corrente distinta, foi Eric Van Young. Em *La Otra Rebelión: la lucha por la independencia de México 1810-1821*, publicado em 2001, o autor buscou interpretar como os dirigentes *criollos* e os seguidores indígenas se uniram nesse momento. Partindo do princípio que os dois grupos possuíam ideias tão diferentes sobre a política e a realidade social, Van Young foi além das explicações econômicas para a rebelião.

Parece-me que a resposta popular do meio rural às condições da mudança econômica, a privação material e a crise a curto prazo de finais da Colônia foi tão variada ao longo do país, que deveriam se considerar também outras origens, além das econômicas, da ação política coletiva e as formas ainda mais anônimas de protesto que tiveram lugar em suas margens (...) Este livro se dedica a argumentar que o coração de grande parte da insurgência popular se encontra na defesa da comunidade indígena rural como projeto moral, político, e inclusive teleológico; e não o agravamento econômico como tal. (VAN YOUNG, 2001: 74)

Diferentemente de Villoro, Van Young reconheceu que para lidar com a documentação disponível sobre a independência é necessário compreender os termos do imaginário permeados por símbolos religiosos dos envolvidos. O historiador, então, traçou o perfil da autenticidade das emoções religiosas das pessoas do campo baseado no que considera verdadeiro. Assim, esses sentimentos seriam facilmente manipulados pelos *criollos* como pressupõe o historiador.

Admite-se que houveram elementos que um observador histórico agora denominaria ideologia secular na expressão política popular, ainda que os próprios atores históricos não fizeram distinção entre o tipo de pensamento ‘secular’ e o ‘religioso’. (...) Por isso, não deveria nos surpreender que as manifestações mais ferventes da ideologia popular insurgente foram de caráter religioso, como o poderoso símbolo da Virgem de Guadalupe. De todo o repertório de manifestações, o sentimento milenarista/messiânico é o mais interessante e em algumas formas mais difícil de captar. Aqui o “problema ideológico” seria se poderíamos explicar melhor a forma e genealogia dessas crenças, vinculando-as com estruturas materiais – como seguramente faríamos com uma ideologia secular de mudança econômica e política – ou talvez tomando as como entendimentos culturais desenvolvidos em um reino simbólico relativamente autônomo, ou inclusive abordando as mediante alguma combinação de ambos enfoques. (Ibdem: 78)

Como é possível observar nesse fragmento, a obra de Van Youg se vale do conceito de messianismo para legitimar suas conclusões. Fernando VII representaria, segundo essa interpretação, a verdadeira liderança do movimento, uma vez que os relatos indígenas utilizados pelo autor apontam que o rei andava mascarado ao lado de Hidalgo para salvar a população da opressão do inimigo francês.

Esse tipo de monarquismo messiânico foi, para Van Youg, o motivo que levou os indígenas a aderirem ao movimento. Contudo, pelas cartas e jornais das lideranças populares, não é possível fazer essa afirmação.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a figura da Virgem de Guadalupe que aparece como elemento mais forte da mediação do discurso feita pelos padres do que a presença de Fernando VII também com um caráter messiânico que pressupõe manipulação dos indígenas e não elementos importantes que compõe um discurso político. Exploraremos melhor essa questão no capítulo um que trata da representação da Virgem e do Rei durante a insurgência.

Ao contrário de Van Youg, Jacques Lafaye em *Quetzalcoatl Y Guadalupe: la formacion de la conciencia nacional en Mexico* analisou a presença da religião como sendo uma continuidade no processo de formação da consciência nacional mexicana. Pois, a identidade mexicana, para o autor, foi construída a partir da junção do ideário mítico indígena representado por Quetzacoátl e da fé cristã consagrada com a aparição da Virgem de Guadalupe. Enquanto os indígenas conservaram sua antiga religião no nível ritualístico e adotaram, ao mesmo tempo, novos símbolos cristãos, o cristianismo também se viu contaminado, sobretudo em sua moral. A fé religiosa e a fé nacional deveriam ser correspondentes e complementares, mas para que houvesse uma aproximação efetiva do mundo mítico indígena com o cristão, era necessário que o catolicismo se “mexicanizasse”. Para o autor, um novo espírito milenarista foi absorvido pela Igreja Católica e, assim se criou uma visão messiânica da Conquista e da Independência.

De acordo com o historiador, esse período de formação identitária teria ocorrido, anteriormente, em 1767 com a expulsão dos jesuítas da Nova Espanha, considerados os guardiões da fé do povo mexicano. E, para ele, o evento criou um vazio espiritual e intelectual que se espalhou por toda a colônia. Por tal motivo, o movimento de independência se constituiu a partir da legitimação da soberania popular concedida aos

indígenas pelos párocos ilustrados e ao lugar central dado ao patrimônio religioso no centro político das decisões da nova nação. Tal análise evidencia uma hipótese otimista de Lafaye que não reconhece a exclusão social promovida pelos governos do século XIX no tocante às terras indígenas.

Nos discursos políticos de Morelos, podemos analisar que o padre buscou relacionar os eventos da guerra de independência com referências bíblicas e com o passado indígena. Para Lafaye, essa foi uma tentativa de elevar os fatos a um acontecimento comandado pelas mãos de Deus, o que configurou uma “guerra santa” semelhante ao Apocalipse.

Outro autor que tratou do movimento de independência por esse mesmo prisma foi Enrique Florescano. Em sua análise sobre o período da independência, o historiador relatou as diferenças entre as aspirações de uma elite *criolla* e as das massas indígenas. O primeiro grupo, almejando alcançar um Estado Nacional; o segundo, retornar a um estado pré-colombiano e ambos motivados por uma “guerra santa”.

De acordo com o autor, a construção do Estado Nacional pelos *criollos* passava pela afirmação de uma identidade religiosa expressa pelo símbolo da Guadalupe. Já os indígenas e as massas populares, estavam embebedos num furor religioso que os convencera de que eram eles os defensores da religião ameaçada pelos *gachupines*. Além disso, os dois lados classificaram seus inimigos como hereges ou partidários do Satanás e a maior punição de Hidalgo foi a excomunhão. Para Florescano, os atores do movimento

(...) defendiam a religião católica e a Santíssima Virgem de Guadalupe, desejavam a instauração de um novo reino, mas no sentido religioso, e queriam continuar sendo indígenas, homens integrados nas tradições igualitárias e solidárias de suas comunidades. (FLORESCANO, 2000: 513)

Acreditamos que o movimento de independência não pode ser classificado apenas como uma “guerra santa”. Pois a luta pela liberdade política e a participação popular na construção de um Estado moderno passou também por discussões como o fim da escravidão e da cobrança de tributos por castas². É necessário frisar que a presença da religiosidade na luta política foi fundamental para seus avanços, inclusive

² *Decreto contra la esclavitud, las gabelas y el papel sellado* (Miguel Hidalgo) está disponível no sítio <http://www.cervantesvirtual.com>, acessado em 23/11/09

esteve presente no primeiro capítulo da *Constitución de Apatzingán*³. Mas a noção de soberania popular presente nos capítulos subsequentes nos revela que havia princípios liberais na sua composição que derivavam de uma ilustração específica da Nova Espanha.

A identidade nacional no processo de independência não estava, contudo, acabada. A utilização do apelo popular, por meio dos elementos religiosos, nem sempre implicava a construção de uma nação. Apenas após a morte de Hidalgo, em 1811, é que Morelos começou a delinear um projeto que contemplasse a população e, ainda assim, os documentos revelam que o termo mais correto para definir ideologicamente o movimento é soberania.

O historiador Alfredo Ávila fez uma discussão interessante a respeito da soberania nesse movimento na obra *En nombre de la nación: la formación del Gobierno representativo em México (1808-1821)*. Dialogando com a historiografia tradicional, Ávila pretendeu estudar os grupos sociais formados em corporações, a fim de compreender os conflitos sociais na Nova Espanha, que contribuíram para a formulação de um novo conceito de soberania. Enquanto as obras clássicas na historiografia da independência⁴ apontam apenas para uma visão centrada na dicotomia entre insurgentes *versus* realistas, ou criollos *versus* peninsulares, Ávila vai mais além, pois parte da análise de uma procissão católica, reconhecendo a variedade de grupos sociais em conflito na Nova Espanha que estavam vinculados a um lugar comum, a Igreja.

Dessas procissões participavam uma grande quantidade de corporações que, segundo a cultura política do Antigo Regime eram representantes de toda a sociedade nova-hispana. No entanto, já era possível observar, em princípios de 1808, algumas rivalidades. Muitos artesãos já não se identificavam com os grêmios. O número de fazendeiros sem vinculação política estava aumentando e, assim como nas cidades, o montante de ociosos era crescente. Portanto, o crescimento demográfico e a nova realidade econômica tornavam inúteis as divisões sociais tradicionais. Além das doutrinas e as políticas da Ilustração que também contribuíam para destruir a antiga ordem.

³ “**Artículo 1º.**- La religión católica apostólica romana es la única que se debe profesar en el Estado.” A *Constitucion de Apatzingán* está disponível no sítio <http://www.cervantesvirtual.com>, acessado em 23/11/09

⁴ Como exemplo, podemos citar Villoro, Hamnett, Benson, Tutino, Anna, Hamill, Lynch e Wadell.

Na interpretação de Ávila, a data determinante para a formação do movimento de independência foi 1808, quando Napoleão Bonaparte invadiu a Espanha, aprisionou Fernando VII e deixou o império acéfalo. Na Nova Espanha, os membros do *Ayuntamiento* – a instituição política que representava a Corte espanhola na colônia - convocaram a reunião de uma Junta de Autoridades do Reino que tinha como intuito defender a soberania do rei exercendo os poderes políticos em nome do monarca ausente. As Juntas foram criadas como agrupamentos políticos cuja finalidade era enunciar os interesses de todas as possessões espanholas do atual México.

Os deputados enviados à Junta eram *criollos* eleitos por suas localidades como procuradores, mas seus poderes estavam limitados ao cumprimento das ordens dos cabildos. Todavia, uma nova cultura política⁵ começou a se impor nessas Cortes, onde foi estabelecida a igualdade legal que tornou a Nova Espanha uma unidade soberana, na qual os deputados deixaram de ser meros procuradores para se converterem em representantes nacionais, mesmo que não deixassem de representar os interesses privados de certos grupos ou indivíduos importantes das províncias. Por isso, Ávila não considera que o *Ayuntamiento* estava disposto a constituir uma nova nação, pois não foi proposto, nesse período, a constituição de um corpo social de indivíduos livres e iguais com um ideal comum.

O historiador definiu Hidalgo como um caudilho que havia aproveitado de seu carisma para conquistar o povo. A aclamação popular feita pelo Exército que lhe concedeu o título de *generalísimo* foi vista pelo autor como mais um dos indícios de sua autoridade radical. Em contradição, no movimento iniciado pelo padre em Dolores, a soberania estava radicada no povo, no exército ou nele mesmo, uma vez que os títulos concedidos pela população conferiam-lhe a legitimidade necessária para encabeçar a

⁵ “O interesse pelo conceito [cultura política] se deve ao fato que ele permite explicar ou compreender o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas próprias percepções, lógicas cognitivas, memórias, vivências e sensibilidades. Considerado "um sistema de representações, complexo e heterogêneo", o conceito torna-se útil ao historiador que rejeita anacronismos e não deseja estabelecer interpretações normativas ou unívocas. De modo geral, pode-se dizer que as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais frequentemente, como um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum. Têm igualmente algumas instituições-chave, como a família, os partidos, os sindicatos, as Igrejas, as escolas, embora grupos sociais diversos também possam ser importantes para sua transmissão e recepção. Por outro lado, as culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes ou na criação de identidades, sendo seus usos extremamente eficientes e pragmáticos. Em todos os casos, as culturas políticas articulam ideias, valores crenças, símbolos, ritos, vocabulário, imagens e memórias em prol de lutas políticas e culturais.” ABREL, Marta, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007: 13- 14

revolta.

Todavia, é interessante observar que a luta armada de Hidalgo também era em defesa da soberania do monarca. Somente com o avanço do movimento, a figura do padre se tornou uma representação soberana. Em vários documentos aparecem as medidas tomadas por ele e seus seguidores para transformarem socialmente a Nova Espanha. A abolição da escravidão, do tributo indígena e dos excessivos impostos do comércio regional, confirma a ideia de que o movimento tentava abolir a antiga estrutura social e, com isso, o sistema de representação do Antigo Regime, ainda que não tenha formulado concretamente um novo modelo político.

A interpretação de Lafaye e de Florescano ignorou a presença dos letrados que mediavam relações entre as lideranças populares e indígena. Ávila os considerou apenas pequenos burgueses cujo único interesse era o econômico. Em nossa perspectiva, contudo, esses mediadores são chaves fundamentais para compreender a formação do movimento iniciado por Hidalgo. Eles haviam se formado na Ilustração e, por isso, tinham um forte discurso político que acompanhavam os símbolos religiosos. O papel dos mediadores ilustrados nas independências hispano-americanas foi estudado por José Carlos Chiaramonte (2009) no caso argentino.

O historiador considera que, por um tempo, a historiografia nacional da América Latina buscou enaltecer as independências, atribuindo sua causa à Ilustração européia (como é o caso de Sarmiento na Argentina). Para entender um pouco mais sobre esse fenômeno, Chiaramonte procurou refazer a rota do periodismo em seu país. Segundo ele, foi por meio dos jornais que apareceram as maiores expressões das luzes. De fato, se observamos os estudos de Roger Chartier⁶, podemos acompanhar o desenvolvimento da ilustração por meio da cultura impressa e também da formação de centros de discussões em cafés ou, como estudou Darnton, na boemia francesa. O movimento intelectual em ambos os casos foi essencial para o crescimento e renovação da vida cultural e social. Afinal, as chamadas “luzes do século” colocaram aos interessados possibilidades de construção de uma nova sociedade que proporcionasse o bem estar geral.

Contudo, no caso específico da Hispanoamérica, observamos que esse

⁶ CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações trad. Maria Manuela Galhardo Rio de Janeiro: Bertand, 1990.

desenvolvimento das luzes esteve ao lado da religião. Para mencionar um exemplo citado por Chiaramonte na Argentina, em 1810, Pedro Cerviño, professor da Escola de Desenho de San Carlos, associou os estudos na natureza com o estudo da religião e da fé. Para ele,

Se algum estudo pode nos elevar para estas verdades [as da religião] é o estudo da Natureza, é o estudo desta ordem admirável que nela reina e descobre em toda parte a mão sábia e onipotente que dispôs, e que nos invocando para o conhecimento das Criaturas nos indica os grandes fins para os quais fomos colocados em meio a elas. (In: CHIARAMONTE, 2009: 54)

Outra autora que fez uma discussão interessante sobre a ilustração ibero-americana foi Beatriz Helena Domingues em *Tão Longe, Tão perto: a Ibero América e a Europa Ilustrada*. Domingues acredita que a Ilustração do século XVIII foi plural, uma vez que, o termo mais adequado seria então ilustrações no qual a católica fizesse parte de uma de suas variantes. Tal premissa parte do livro de Pocock *The Enlightenment of Edward Gibbon*, no qual o autor afirma que a Ilustração não pode mais ser entendida satisfatoriamente como um movimento universal unificado.

No caso mexicano, o estudo do periodismo não é centrado em teorias fundadas por pensadores, como o fez Chiaramonte, mas na construção desse pensamento específico por mediadores, que é típico da ilustração num momento de luta política, no auge de uma guerra em curso pela independência.

A historiografia mexicana atual vem buscando superar alguns cânones sobre este assunto e se debruçar em uma nova leitura da independência que passa, inclusive, pela pesquisa em História Intelectual. Com as novas pesquisas nesta área, a produção de conhecimento em torno da análise do discurso político, das populações indígenas e das mediações culturais irá produzir um novo olhar acadêmico sobre o tema.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Alfredo. **En nombre de la nación**: la formación del Gobierno representativo em México (1808-1824) México: Taurus-Centro de Investigación y Docência Económicas, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, províncias, Estados**: origens da nação argentina (1800-1846) São Paulo: Hucitec, 2009.

DARNTON, Robert. **Os best-seller proibidos da França pré-revolucionária**. trad. Hidegard Feist. Companhia das Letras, 1998.

Entrevista com Enrique Florescano. Disponível em:

<<http://www.imagendelgolfo.com.mx/resumen.php?id=234538>> acessado em março de 2011.

FLORESCANO, Enrique. **Memoria Mexicana**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LAFAYE, Jacques. **Quetzalcóatl y Guadalupe: la formación de la consciencia nacional en México**. Abismo de conceptos. Identidad, nación, mexicano. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

O discurso presidencial de Calderón. está disponível na íntegra no sítio <http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?catid=68:arco_bicentenario&id=259:discurso-del-presidente-felipe-calderon_hinojosa&option=com_content&view=article> acessado em novembro de 2010.

PALACIOS, Marco. **Las independencias hispanoamericanas: interpretaciones 200 años después**. Colombia: Norma, 2009.

VAN YOUNG, Eric. **La Otra Rebelión: la lucha por la independencia de México 1810-1821**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

VILLORO, Luis. **El proceso ideológico de la Revolución de Independência**. México: Cien de México (1ª ed. 1951), 2002.

**ELOGIOS DOS REIS DE PORTUGAL:
A MONARQUIA PORTUGUESA PELA ÓTICA DE UM HOMEM DE LETRAS**
Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva*

O Homem de Letras e as Luzes

A visão que hoje em dia temos do iluminismo – do movimento das “luzes” no século XVIII – é em grande parte determinada pelos autores que demonstram ser mais originais e fecundos para os séculos seguintes, os autores que poderíamos chamar de iluministas *clássicos* ou até *radicais*: Kant e Voltaire, Hume e Montesquieu, Rousseau e Diderot, entre outros. Isto pode causar a impressão equívoca de que seus contemporâneos mais tradicionais não pertenciam às luzes. Mas os visados não concordariam. Muita gente se reclamou das “luzes” no século XVIII: padres, publicistas e censores, políticos e até monarcas. Quando se tornam incompatíveis, uns menosprezam as “luzes” dos outros, mas ninguém se auto-exclui delas. (TAVARES, 2005: 153-154)

Luzes envergonhadas, esmaecidas, tímidas... esses são adjetivos comuns para tratar da Ilustração em Portugal. Tais expressões parecem considerar que “as luzes” imanaram do centro da Europa e chegaram ao mundo Ibérico enfraquecidas, iluminando pouco ou quase nada. No entanto, a Ilustração foi um fenômeno único, que irradiou da França, da Holanda ou da Inglaterra. Ao longo do século XVIII, o pensamento crítico e racional surgiu em diferentes países, assumindo variadas formas, conforme as condições sociais e históricas de cada localidade.

O equívoco talvez esteja, como destaca Rui Tavares, em voltar os olhos para aqueles pensadores que se tornaram ícones nos séculos seguintes ou em seu próprio tempo, como Voltaire, Rousseau, Kant, Locke e Montesquieu. No entanto, mesmo “sob uma ótica tradicional de apreensão das idéias da Ilustração - isto é, a partir de seus grandes pensadores - constata-se a heterogeneidade do movimento” (VILLALTA, 1999: 84). Mais do que consenso, o pensamento das Luzes é marcado por um profundo debate acerca de questões fundamentais como a política, a sociedade, a religião e os costumes.

Além das contradições presentes entre as ideias defendidas pelos principais pensadores das Luzes, é preciso levar em consideração que nem todos os homens que tomaram a Ilustração como guia obtiveram desses grandes pensadores. Vários ilustrados tiveram repercussão em um contexto bastante restrito e foram esquecidos pela História

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

da Filosofia. No entanto, ignorar a relevância dos pensadores de menor grandeza é deixar de lado a difusão do pensamento das Luzes, e as diferentes apropriações que foram feitas a partir de uma discussão mais ampla. Nesse sentido, concordamos inteiramente com a afirmação de Rui Tavares, ao dizer que “muita gente se reclamou das Luzes no século XVIII”. Retornaremos nesse ponto mais adiante, quando tratarmos especificamente da condição do letrado, tanto na Europa quanto em Portugal.

Se até agora não definimos sistematicamente o que foram as Luzes ou a Ilustração, não o fizemos, principalmente, pela dificuldade em estabelecer os contornos desse “amplo leque de idéias e debates que se fizeram presentes no século XVIII” (VILLALTA, 1999: 94). Ao mesmo tempo em que prevalece a diversidade de linhas de pensamento, é possível definir, ainda que com dificuldade, um fio condutor que une diferentes pensadores do século XVIII. O ponto central de toda essa discussão reside, certamente, na *razão*. Não se trata, todavia, de uma razão metafísica, mas de uma razão histórica. O que está em jogo é a capacidade de compreensão e entendimento do mundo através de explicações racionais, em detrimento de uma visão mística ou supersticiosa da realidade.

Nesse sentido, outra forte característica da Ilustração se define pela tentativa de *dessacralização* do mundo. O homem se torna o centro das discussões, pois é dotado de todas as condições para conhecer e controlar a realidade em que vive. Para Tzevetan Todorov “o pensamento das Luzes é um humanismo” ou uma espécie de “antropocentrismo”. Os homens das Luzes deixam de se preocupar com a eternidade para se ocupar com a vida terrena. “A busca de felicidade substitui a salvação” (TODOROV, 2008: 20) e a vida social e política se tornam prioridade. Dessa forma, os Estados tendem a se secularizar, distanciando-se dos pressupostos da religião, ainda que os indivíduos permaneçam religiosos. Isso marca uma virada importante tanto na teoria quanto na prática política.

Destaca-se também, na trajetória da Ilustração, o apego ao conhecimento e às ciências. Se a realidade é apreensível pelos homens, observá-la, examiná-la e compreendê-la, em seus mais diferentes aspectos, é parte fundamental do pensamento racional das Luzes. Dessa maneira, os *letrados*, para usar uma expressão cara ao período, foram em suma os desbravadores desse mundo que se descortinava no século XVIII. A propósito, eram mais que desbravadores. Não lhes bastava conhecer o mundo

em que viviam se não pudessem difundir suas novas descobertas.

Segundo Roger Chartier, o *letrado* apresentado pela *Encyclopédie*, através do verbete escrito por Voltaire, mostra, acima de tudo, um enciclopedista, ou seja, um homem que se interessa por mais de uma área do conhecimento (CHARTIER, 1997: 119). Mais do que isso, o *letrado* moderno, não é apenas um homem de grande erudição, mas alguém preocupado em esclarecer, no sentido de dissipar as trevas sobre o conhecimento. Por isso, prevalece nesse momento o uso da língua vernacular, que garante um maior acesso aos escritos e maior penetração do conhecimento nas diferentes classes sociais. Dito de outro modo, o *letrado* não escreve para seus pares, mas para a sociedade como um todo, na tentativa de “ilustrar as mentes daqueles que porventura tivessem carência de conhecimento” (CAJUEIRO, 2007: 33).

Também é característica do *letrado* a negação da função de escritor como ocupação. Mesmo com a expansão do mercado editorial, são poucos os pensadores que se assumem como escritores de profissão. O mecenas, portanto, ainda ocupa um papel de relevo na produção do conhecimento e não são raros os casos de *letrados* que procuram viver sob a tutela de um príncipe generoso, para que se mantenham independentes no mercado editorial, tido como pouco nobre. Nesse sentido, os valores da sociedade aristocrática têm presença forte, visto que “viver da própria pena era considerada uma atitude vil” (CAJUEIRO, 2007: 28).

Ao longo do século XVIII, o termo *letrado* vai adquirir novos contornos. Em um primeiro momento, pouco difere das noções de erudito ou douto. Mas em diferentes países da Europa, a função do *letrado* vai se aproximando cada vez mais da do intelectual, ou seja, daquele que possui uma postura engajada em relação à sociedade em que vive. No entendimento de Renato Cajueiro, em Portugal não houve essa compatibilidade entre o *letrado* e o intelectual, uma vez que no mundo luso, o uso da razão não se voltou para uma modificação sensível da realidade e sim para um fortalecimento da moral evangélica. Assim, a difusão das Luzes em Portugal estaria inserida no bojo do Iluminismo Católico e, por isso, limitada pelos dogmas da religião.

É inegável que o estabelecimento das Luzes em Portugal se deu de uma maneira diversa da vista em outros países da Europa. A penetração dos princípios da Ilustração se deu, principalmente, por meio da geração de *estrangeirados*. Esses homens, que por diferentes motivos saíram de sua terra natal, entraram em contato com o pensamento

crítico e racional surgente no mundo europeu. Assim, atentaram-se para a condição de atraso vivida por Portugal, em relação ao resto da Europa e buscaram pensar soluções para reduzir a distância que separava o reino lusitano do mundo moderno.

Segundo João Paulo Martins:

Durante o período joanino, de fato, iniciou-se uma política de subsídios para a educação de jovens lusitanos em academias e universidades do resto da Europa, uma política que foi mantida pelo Estado português até o fim do Antigo Regime. Tais portugueses formados no exterior, que em muitos casos nem voltaram à pátria, ficaram conhecidos como *estrangeirados* e foram muito importantes na manutenção de Portugal em contato com o conhecimento que se produzia alhures. (MARTINS, 2009: 65)

Dentre esses homens, destacam-se Luís Antônio Verney, autor do célebre *Verdadeiro Método de Estudar*; Antônio Nunes Ribeiro Sanches, médico e defensor da dissecação no estudo da Medicina; Luís da Cunha, diplomata e guarda-mor da Torre do Tombo; Alexandre de Gusmão, diplomata e grande conhecedor da Geografia; além de Sebastião José de Carvalho e Melo, principal secretário do reinado josefino¹.

Dessa forma, é a tentativa de romper com o atraso português que guiará, ao fim e ao cabo, o Reformismo Ilustrado empreendido por Sebastião José de Carvalho e Melo, em sua atuação como ministro de D. José I. Trata-se, neste caso, de um *absolutismo ilustrado*, definido por Francisco Falcon como

uma concepção de Estado inspirada em determinadas ideias dos “filósofos” da Ilustração, tendo com pressuposto fundamental a “educação do príncipe” a fim de convertê-lo num filósofo, ou num amigo dos filósofos, com o objetivo de conduzi-lo à realização de reformas “ilustradas”, ou seja, voltadas para o bem estar de seus súditos, destacando-se, entre elas, a educação como base de todas as demais. Na prática, esse reformismo buscou a modernização do aparelho de Estado, sua secularização e enriquecimento, sem abrir mão do poder absoluto do monarca e da estrutura social vigente. (FALCON, 1989: 55)

Sendo assim, intentou-se em Portugal o estabelecimento de um absolutismo de cunho *regalista*, ao mesmo tempo em que se incentivou a produção científica e a entrada de novas ideias, buscando conciliar a monarquia centralizada e a racionalidade

¹ Cf. ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *Verney e a Projecção de sua Obra*. Instituto de Cultura Portuguesa: Lisboa, 1980; ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustração, Pedagogia e Ciências em António Nunes Ribeiro Sanches. In: *Revista de História das Ideias*, Vol. 5, 1984; MAGALHÃES, Joaquim Romero. O Projeto de D. Luís da Cunha para o Império Português. In: *Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 653-659; CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizontes, 1984.

das Luzes. O catolicismo permaneceu como religião oficial, mas defendeu-se a supremacia do Estado diante do poder da Igreja, principalmente da Cúria Romana. Cândido dos Santos identifica o movimento reformista como *regalista* em política, *jansenista* em moral e progressista na cultura, distinguindo a Ilustração lusitana da francesa, uma vez que em Portugal não se sobressai o aspecto anti-religioso (SANTOS, 2004: 952).

Além da secularização do Estado, o Reformismo Pombalino apresentou sua faceta mais ilustrada através das idéias de progresso, racionalização e otimização da máquina administrativa, assim como nas reformas educacionais, na profissionalização da administração pública e na renovação da cultura portuguesa como um todo. As medidas pombalinas, com um todo, foram permeadas pela ideia de *Razão*, tão cara às Luzes. A racionalidade, no entanto, é controlada pelo governo, que incorpora os ideais ilustrados que se afinam com os interesses políticos em questão e exclui aqueles que entram em confronto com a Monarquia Católica. Não se trata, portanto, de uma Ilustração revolucionária, mas de um conjunto de práticas e teorias políticas de caráter fortemente progressista.

Da mesma maneira, os *letrados* portugueses, muitas vezes incorporados pelo projeto reformista, dificilmente rompem abruptamente com a realidade política vigente em Portugal. Suas críticas se voltam, principalmente, para o atraso social, cultural e econômico vivido por Portugal. Analisaremos, a seguir, a trajetória e obra de Antônio Pereira de Figueiredo, um autêntico *letrado* português.

Antônio Pereira de Figueiredo e seu *Elogio dos Reis de Portugal*

Antônio Pereira de Figueiredo era [...] um homem estudioso e bastante notado pelos seus dotes lingüísticos. Escrevia um excelente latim – talvez o melhor de sua geração – e um português simples, directo e muito seguro, que lhe permitia desenvolver raciocínios longos e profundos de forma aparentemente fácil para o leitor. Além desses primeiros predicados, Antônio Pereira possuía uma erudição sólida; porém – mais importante ainda – não estava conformado com ela nem desistia nunca de a ampliar. Dominava um território de leituras muito extenso, tanto de autores clássicos como modernos, e tinha uma facilidade invulgar para resumir as ideias de outros autores por escrito, capacidade que utilizou nos seus primeiros textos filosóficos e que o tornaria mais no melhor e mais produtivo censor de sua época, e certamente um dos mais competentes censores da Europa. Quando chegou a censor régio era já um dos principais doutrinadores do regalismo, a teoria política que mais influenciou o pombalismo, e nessa qualidade talvez o autor português mais conhecido e respeitado de sua época. Os seus livros, traduzidas para francês, foram peças importantes das intrincadas

controvérsias setecentistas sobre o jansenismo e bula *unigenitus*, o regalismo, episcopalismo e o estatuto das igrejas nacionais, o probabilismo, o molinismo e o combate aos jesuítas. Nessa altura seria já conhecido pelo seu nome de Antônio Pereira de Figueiredo, que adoptou após ter saído dos oratorianos (uma opção reveladora, pois os oratorianos tinham caído em desgraça com Pombal e Pereira de Figueiredo não teve dúvidas ao escolher seu campo), e foi com esse nome que assinou a sua tradução da Bíblia, a primeira tradução católica da Bíblia em português. (TAVARES, 2005: 92)

Antônio Pereira de Figueiredo nasceu em uma pequena vila simples chamada Mação, em 14 de fevereiro de 1725 e morreu em 1797, na Casa de Nossa Senhora das Necessidades, onde vivia como hóspede desde 1785. De origem bastante modesta – seu pai desempenhava um ofício mecânico – recebeu educação jesuítica no Colégio Ducal de Vila Viçosa, onde ingressou aos 11 anos e saiu aos 17. Em seus relatos pessoais, afirma ter aprendido com os Jesuítas a doutrina dos costumes, a Gramática Latina e a Latinidade. Além de bom latinista, saiu do Colégio com excelente formação musical, sendo também conhecido como bom músico. Já em 1743, aos 18 anos, foi noviço no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dispensado da condição de nobre, necessária para entrada no Mosteiro, por suas habilidades como músico e conhecimento do latim. No entanto, para iniciar seus estudos teria de esperar sete anos, o que não aceitou, abandonando o Mosteiro de Santa Cruz para e ingressa, meses depois, na Congregação do Oratório de Lisboa. Em 1746, Antônio Pereira inicia os estudos regulares, além de se aprofundar em Filosofia e Teologia. Ainda como teólogo, se torna conhecido pela publicação do *Novo Método da Gramática Latina*, em 1752. A partir de 1760, quando há a ruptura das relações diplomáticas entre o governo português e a Santa Sé, a obra de Antônio Pereira adquire contornos ideológicos claros, passando a defender a separação entre Estado e Igreja e a supremacia do Rei diante da República e da Igreja (SANTOS, 1982: 175).

Em 1768, Antônio Pereira é nomeado deputado da recém criada Real Mesa Censória, em reconhecimento de sua erudição e contribuição para o Reformismo Ilustrado. Um ano depois, rompe com a Congregação do Oratório, passando a presbítero secular, motivado pelos desentendimentos entre Sebastião José de Carvalho e Melo e os oratorianos. Durante todo o consulado pombalino, o escritor renderá diversos elogios ao reinado de D. José e Ministério do Marquês de Pombal, mantendo relação bastante próxima com esse último, lhe servindo de conselheiro político. Com a morte de D. José

I e queda do Marquês de Pombal, Antônio Pereira permanece integrando a censura portuguesa e se torna preceptor do príncipe D. José, para quem escreve o *Elogio dos Reis de Portugal*, em 1785.

Na dedicatória do livro, Antônio Pereira de Figueiredo escreve:

Nestes Elogios, ó Grande Príncipe D. José, tem Vossa Alteza taes exemplos de virtude, que se Vossa Alteza se empenhar na sua imitação, segundo naturalmente he vasto, e elevado seu animo, todos devem ter por certo, que não cederá Vossa Alteza a nenhum dos seus Augustos Maiores, mas vencerá na gloria das acções. Por tanto, Serenissimo Principe, este Compendio da Historia Portugueza quizera eu, que Vossa Alteza o recebesse, como hum espelho purissimo, em que Vossa Alteza veja claramente, de que modo se deve bem administrar a Republica, e segurar a felicidade dos Povos. (FIGUEIREDO, 1785)

Trata-se, portanto, de um *espelho de príncipe*, gênero literário comum desde a Idade Média, no qual se apresentam as virtudes necessárias para a realização de um bom governo (HANSEN, 2006: 134). Nesse caso, Antônio Pereira de Figueiredo elenca a trajetória de todos os reis de Portugal, para que sirvam de exemplo para o herdeiro do trono. No entanto, os objetivos do autor com a obra extrapolam a educação do futuro monarca. Em seu Prefácio, Figueiredo afirma que o *Elogio...* também tem como função apresentar a História de Portugal aos estrangeiros, que, segundo ele, não conhecem o passado português. Dessa forma, o livro sai à luz em edição bilingue (português e latim), para que possa ser lido e compreendido em outros países, levando às outras nações o conhecimento sobre a história portuguesa.

Por isso, o *Elogio dos Reis de Portugal* busca apresentar cada um dos monarcas que reinaram em Portugal, mostrando seus principais feitos. Contudo, ao longo do livro, Antônio Pereira de Figueiredo deixa transparecer muitos de seus princípios ideológicos, realizando críticas e ponderações acerca do passado. Ao tratar, por exemplo, do governo de D. Sancho II (1223-1248), o autor discute, paralelamente a questão da *tiranía*. Este monarca era acusado de abusar de seus súditos e, por isso, foi deposto do trono pelo Papa Inocêncio IV. Para explicar tal situação, Antônio Pereira estabelece uma interessante distinção entre passado e presente:

... muitos dos direitos, que naquelle tempo arrogavão a si os Bispos, debaixo do titulo de Liberdades da Igreja; hoje em dia que ha mais luzes e moderação, já elles se não reputão direitos do Clero, mas offensas da Real Authoridade. [...] ElRei D. Sancho vivia n'hum idade, em que o accusarem os Vassallos o seu

Rei, ou de tyranno, ou de negligente perante hum Juiz Estrangeiro, não se reputava traição, mas piedade: n'huma idade em que os Clerigos crião firmemente, e pertendião que todos assim cressem, que elles erão isentos de todo o poder dos Principes Soberanos, e em que nada lhes estavam sujeitos. (FIGUEIREDO, 1785: 57)

O autor se refere ao fato de alguns bispos da Igreja portuguesa reclamarem dos abusos do Rei ao Papa. Na perspectiva *regalista* de Antônio Pereira de Figueiredo, essa atitude é inaceitável, visto que, para ele, os bispos estão submetidos ao poder real. Por isso, define o período em que se deu o reinado de D. Sancho como sendo de “menos luzes”, criando uma distinção histórica entre as relações entre Estado e Igreja no passado e em sua época. A posição do autor não significa que ele concordasse com o governo tirânico, mas nem em caso dos maiores abusos por parte do rei, sua deposição se justificaria.

Outro caso de Rei deposto se passa já no Período Moderno, no governo de D. Afonso VI (1656-1667). Conta Figueiredo, espalhou-se em Portugal a notícia de que D. Afonso fora acometido por uma grave doença durante a infância, que prejudicou-lhe o juízo. Segundo os boatos, o rei andava na companhia de homens “facinorosos” e de “rotos costumes”, sendo eles a “peste da Republica”. Além disso, se encolerizava sem razão alguma e tinha fortes ataques de fúria, dando provas de ser um “animal indômito”. Por razão desses discursos difamantes, a imagem do rei ficou de tão prejudicada que mesmo obtendo inúmeras vitórias contra a Espanha, foi deposto por seus vassallos em 1667, perdendo o trono para o seu irmão D. Pedro.

Para Antônio Pereira, assim como no caso de D. Sancho II, não há justificativa para que se deponha um rei legítimo e, por isso, define a ação dos vassallos de Afonso VI como um “execrável exemplo para os vindouros”. A crítica à deposição dos dois reis se mostra perfeitamente alinhada com seus escritos anteriores, de cunho teórico-doutrinário. Nas teses *De Suprema Regum*, o autor mostra que o poder real tem “por objecto o que respeita à sociedade civil e à felicidade temporal dos homens”. No entanto, a conservação dessa sociedade exige que “não só a República, mas também a Igreja se sujeitem às leis dos Príncipes que, nas matérias temporais, não reconhecem superior na Terra” (SANTOS, 1982: 175). Dessa maneira, nem os vassallos, nem o Pontífice Romano tem o direito de interferir no reinado de um monarca, mesmo que esse não realize um bom governo.

Outro ponto digno de nota diz respeito ao reinado de D. Sebastião I. Como se sabe, o desaparecimento do rei na batalha de Alcácer-Quibir e a falta de um herdeiro para o trono suscitou o surgimento do *sebastianismo*. O mito sobre o retorno do rei foi fortemente combatido pelo Reformismo Ilustrado pombalino, assim como as ideias milenaristas e outras formas de superstição. Em consonância com esse pensamento, Antônio Pereira de Figueiredo não trata, em momento algum de seu texto, dos mitos e lendas sobre a volta de D. Sebastião. No entanto, em nota à biografia do rei, o autor busca deixar claro que a morte durante a batalha pode ser documentada:

Quando da morte deste infelice Rei na batalha d'Alcacerquivir dada a 4 d'Agosto de 1578, não houvesse outros Documentos, que os que nos segurão, que no fim do mesmo mez fora o Cardial Infante D. Henrique acclamado em Lisboa Rei deste Reino: isso devia bastar para todos os darem por certo, que ElRei D. Sebastião morrêra na dita batalha. Porque o mesmo facta da Acclamação d'ElRei D. Henrique suppõem averiguado, e posto na ultima evidencia o outro facta da morte do Rei seu sobrinho. Assim he desnecessario remetter aqui os Leitores para as Provas, que deste segundo facta produzio o Chronista Mór Fr. Manoel dos Santos no fim da sua *Historia Sebastica*. **E pôr ainda hoje em problema a morte d'ElRei Dom Sebastião na Batalha de Alacacerquivir, he fazer ridicula na Europa toda huma Nação**, que nella passou sempre por avisadissima, e discretíssima. (FIGUEIREDO, 1785: 328)

Além disso, Figueiredo destaca a falta de bom senso em se duvidar da morte de D. Sebastião I, indo de encontro ao pensamento supersticioso e mágico que por detrás do mito sebastianista.

Com essa breve análise do livro intitulado *Elogios dos Reis de Portugal*, esperamos ter mostrado a visão de um *letrado* português sobre a história de seu reino. Mais do que isso, acreditamos ter inserido o pensamento de Antônio Pereira de Figueiredo no contexto do Reformismo Ilustrado, do qual foi, ao mesmo tempo, fruto e produtor. Sua obra afina-se inteiramente com o ideário político que orientou o projeto pombalino, além de colaborar de forma decisiva para a difusão desse ideário junto aos seus leitores. Figueiredo buscou promover os ideais que lhe pareciam mais ajustados às necessidades do Estado, tendo o poder régio como centro, o catolicismo como base e a razão como guia, se mostrando um autêntico *letrado* e representante do Reformismo Ilustrado.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Cristina. Dirigismo Cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Maria Cristina (coord.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.
- CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados D’El Rey**: os conselhos da História e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.
- CHARTIER, Roger. O Homem de Letras. In: VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Ed. Presença, 1997.
- FALCON, Francisco Calazans. Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço – tempo setecentista. In: **Revista do Arquivo Nacional**. RJ, v.4, n.º 1, jan/jun 1989.
- FIGUEIREDO, Antônio Pereira de. **Elogios dos Reis de Portugal**. Lisboa: Officina de Simão Theddeo Ferreira, 1785.
- HANSEN, João Adolfo. Educando Príncipes no Espelho. In: **Floema Especial**. Ano II, n. 2 A, out. 2006.
- MARTINS, João Paulo. **Política e História no Reformismo Ilustrado pombalino**. Dissertação de Mestrado. UFMG. Belo Horizonte, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SANTOS, Cândido dos. Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung. In: **Revista de História das Ideias**, Vol. 4 – Tomo I, 1982.
- SANTOS, Cândido. Matrizes do Iluminismo Católica da época Pombalina. In: **Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- SANTOS, Eugênio dos. Pombal e os oratorianos. In: **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, nº 15/16. Lisboa: Instituto Camões, 2003.
- TAVARES, Rui. **O pequeno livro do grande terramoto**. Lisboa: Tinta da China, 2005.
- TODOROV, Tzevetan. **O espírito das Luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura:**
Usos do Livro na América Portuguesa. São Paulo:
FFLCH-USP, 1999. (Tese de Doutorado)

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DE VIDA:
A CONSTRUÇÃO DA BIOGRAFIA HISTÓRICA DE JOSÉ CARLOS RODRIGUES (1867-1923)**
Júlia Ribeiro Junqueira*

Na virada do século XIX para o XX, o *Jornal do Commercio* já era um dos grandes diários daquele período e, com a implantação do regime republicano, o nome desse meio de comunicação ficou especialmente vinculado à ação de um homem. Em 17 de outubro de 1890, um novo proprietário assumia a parte administrativa desse periódico. A atuação de tal indivíduo, entretanto, não se restringia apenas aos escritórios da redação do jornal, mas manifestava-se também nos do Palácio do Catete, além de estar presente em instituições notórias tanto no país como no exterior, contribuindo significativamente para aumentar o prestígio da tradicional folha. Tratava-se de José Carlos Rodrigues, homem abastado, nascido em 19 de julho de 1844, em Cantagalo, Rio de Janeiro.

Mesmo bastante jovem, em 1867, Rodrigues partiu para os Estados Unidos, onde começou a atuar como correspondente do *Jornal do Commercio* e, ainda, em Nova York, lançou a revista mensal *Novo Mundo* (1870-1879) (CARDIM, 1944: 132-133). Com o fim dessa publicação, o brasileiro tornou-se redator do *New York World* e colaborador do *The Nation*, além de trabalhar como tradutor na elaboração de livros didáticos. Permaneceu nos Estados Unidos durante quinze anos, já que, a convite do conselheiro Manoel Gomes de Oliveira, José Carlos Rodrigues transferiu-se para Londres, em 1882, para auxiliar o conselheiro a levantar fundos para a Estrada de Ferro Cantagalo. Durante os oito anos em que residiu nesta capital, o jornalista atuou como agente financeiro e prestou serviços ao governo do Brasil, intermediando negócios e empréstimos tanto para particulares como para o Estado brasileiro. Assim como aconteceu durante a sua estada em Nova York, Rodrigues também colaborou para a imprensa inglesa, especificamente nos jornais *The Financial News*, *Pall Mall Gazette* e para *The Times*.

Retornou ao país natal em agosto de 1890 e, em outubro desse mesmo ano,

* Doutoranda em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

comprou e assumiu, com a preciosa intermediação de Eduardo Prado junto à família Villeneuve, a propriedade do *Jornal do Commercio*. Adquiriu o periódico, em conjunto com mais 23 associados, ocupando-se dos cargos de gerente e de redator-chefe. Com a experiência adquirida em Nova York, José Carlos Rodrigues trouxe métodos modernos para a elaboração dos editoriais, importou linotipos, trazendo uma rapidez extraordinária ao processo de produção do diário. Atraiu novos colaboradores, a exemplo de José Veríssimo, do visconde de Taunay, de Alcindo Guanabara, de Araripe Júnior, de Afonso Celso e de Rui Barbosa. Rodrigues mantinha, ainda, correspondência com um número considerável de políticos, historiadores e homens de letras, como Joaquim Nabuco, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Oliveira Lima, Machado de Assis, Varnhagen, José do Patrocínio, Francisco Antônio Picot, visconde de Ouro Preto, barão de Capanema, barão do Rio Branco, entre muitos outros. Para se ter uma ideia, as trocas de cartas, telegramas, bilhetes e cartões entre José Maria da Silva Paranhos e o proprietário do *Jornal do Commercio* foram constantes, abarcando o período de 1895 a 1902. Em muitas delas, Rio Branco pede conselhos a José Carlos; em outras, relata questões políticas e de sua própria vida pessoal, como é possível perceber pela seguinte mensagem.

[...] Desejo também que V. converse com o Campos Sales e me diga se nos círculos políticos não produzirá mau efeito a minha entrada para o governo. Indo para lá, eu só me ocuparei da nossa política externa, porque continuo no meu propósito de 1875 de não mais me envolver em coisas de política interna. [...] O Campos Sales e você poderiam nesse caso aconselhar o Dr. Rodrigues Alves a dispensar-me de ir para o ministério, como tanto pedi [...]. [...] Não é só na política ou como ministro de Estado que se pode servir o país [...] (CORRESPONDÊNCIA PASSIVA DE JOSÉ CARLOS RODRIGUES, 1971: 33)¹

Aliás, entre outros interlocutores, estava o presidente Prudente de Moraes. O chefe de governo desfrutava da intimidade de José Carlos Rodrigues, conforme suas próprias palavras: “Por isso mesmo tanto maior é o meu reconhecimento e mais profunda a minha gratidão para o grande órgão da nossa imprensa e seu digno redator-chefe, pela justiça que me fazem auxiliando-me eficazmente no desempenho de minha

¹ Carta do barão do Rio Branco a José Carlos Rodrigues, pedindo-lhe que interceda junto a Rodrigues Alves sobre a questão de sua nomeação para o Ministro das Relações Exteriores. Carta de Berlim, de 12 de setembro de 1902, com a seguinte ressalva: reservadíssima.

tão difícil quanto patriótica tarefa [...]” (MORAIS apud CARONE, 1974: 54). De qualquer forma, sabe-se que Rodrigues, o “homem de confiança” dos presidentes e, ao mesmo tempo, proprietário e diretor da conceituada folha carioca, dispunha de livre acesso ao Palácio do Catete. As trocas de cartas entre José Carlos e Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e o barão do Rio Branco confirmam como, em muitos momentos, os redatores daquele diário, por meio de notícias bem selecionadas, favoreceram a política vigente.

Mesmo após a saída de Rodrigues do *Jornal do Commercio*, em 1915, a linha editorial do periódico não sofreu grandes transformações. Um antigo funcionário, Félix Pacheco, tornou-se o cérebro da redação, preservando as antigas relações sociais imbricadas com as redes de poder. Vale lembrar que, mesmo após a venda do *Jornal do Commercio* para o português Antônio Ferreira Botelho, que ocupava o cargo de gerente na folha e desde bem moço ali trabalhava, Rodrigues continuou a colaborar no diário, não deixando de exercer certa influência na redação do jornal. Em uma das missivas entre o antigo proprietário e Ferreira Botelho, o português esboçou um convite: “[...] não lhe queremos indicar a espécie de colaboração que poderia prestar-nos. Tal não teria obrigações fixas e poderá ser-nos prestada aqui ou na Europa, como o amigo entender melhor, quando queira, como queira, como possa, sem obrigações estritas, nem fixação de assuntos [...]” (BOTELHO, 1921)². José Carlos respondeu à carta de Botelho, primeiro referindo-se ao seu afeto pelo jornal que, no seu entender, continuaria o mesmo e isto se estenderia aos perpetuadores da sua obra e, em seguida, esclareceu que aceitaria o encargo se viesse a residir na Europa (RODRIGUES, s/d)³. Tal transferência de país acaba ocorrendo, já que Rodrigues se muda para Paris, local onde acaba falecendo com 79 anos de idade, em 26 de junho de 1923, sendo, entretanto, sepultado na capital inglesa.

Por meio desse pequeno resumo sobre a trajetória de José Carlos Rodrigues, percebe-se que o jornalista foi um homem letrado, presente nos diversos setores sociais do seu tempo, e mais, estava à frente de um dos mais renomados periódicos do país. A par disso, na sua correspondência passiva constata-se todo o seu poder de articulador

² Carta de Antônio Ferreira Botelho a José Carlos Rodrigues, convidando-o a colaborar novamente no *Jornal do Commercio*.

³ Carta de José Carlos Rodrigues ao comendador Antônio Ferreira Botelho, agradecendo o convite para colaborador do *Jornal do Commercio*.

político que, inúmeras vezes, certamente, favoreceu a si próprio, a seus aliados e ao *Jornal do Commercio*. Neste sentido, permear a curva da história de vida de José Carlos Rodrigues dentro de um contexto múltiplo, nos seus mais diversos ângulos, proporciona um amplo campo de pesquisa que compreende desde a história política renovada, entrecruzada com os conceitos da história cultural, até o estudo do biográfico, dentro de uma nova perspectiva, e muitos outros tópicos.

Arquitetando uma biografia histórica

Durante um bom tempo, no século XX, muitos historiadores não se sentiam à vontade em difundir estudos relacionados à história política. Uma das justificativas da supressão desse tipo de pesquisa está relacionada à ideia de que os trabalhos em torno da temática eram vistos como um meio de privilegiar a atuação da elite dominante na história do Estado. Tal argumentação fortaleceu-se principalmente devido à influência da *Ecole des Annales* que, combinada com um viés marxista, criticava a Escola Metódica de fazer certo tipo de história que exaltava a história política, as histórias nacionais e a história dos grandes homens. No entanto, sabe-se que, apesar destas críticas ao acontecimento e ao conhecimento do indivíduo, a história política nunca deixou de estar presente nos círculos acadêmicos (REVEL, 2009: 75-76 e 84). Contudo, esses julgamentos serviram para que a disciplina passasse por uma renovação de seu campo e de seus objetos de análise, isto é, a inclusão de novos atores sociais, o diálogo com a sociologia, com a ciência política e com a antropologia, e a ampliação das fontes, que passaram a ser analisadas a partir de ulteriores métodos de exame.

As transformações no campo da história política permitiram que suas vertentes também desfrutassem de certa renovação, como é o caso da biografia. Tal gênero discursivo nunca perdeu seu lugar nas prateleiras de uma livraria, como François Dosse demonstrou no prólogo de seu livro *O desafio biográfico: escrever uma vida*. O autor francês fez uma retomada histórica, através das editoras francesas, das produções biográficas, evidenciando o número expressivo desse tipo de publicação e destacou as estratégias editoriais para conquistar o público leitor francês ávido por histórias de vida, mas ressaltou também que, em todos os modelos biográficos, do clássico ao universitário, a pluralidade do indivíduo torna incapaz o conhecimento completo e pleno do biografado, deixando em parte sua história sempre por escrever (DOSSE, 2009: 19-

53). Sem dúvida, essa questão deve ser o primeiro ponto de reflexão para o biógrafo/historiador: a consciência que ele não dará conta da totalidade que constitui a vida de um indivíduo e, neste sentido, escolhas são feitas.

No caso da biografia histórica de José Carlos Rodrigues, optou-se por abarcar o período de 1867 a 1923, quando o jovem, recém graduado em Bacharel, se mudou para os Estados Unidos até o seu falecimento, ocorrido na capital francesa. Uma eleição que seguramente entrecruza-se com os objetivos acerca do caminho percorrido por esse jornalista e historiador, ou seja, examinar os vínculos sociais de Rodrigues, na conjuntura de sua trajetória jornalística, política e como historiador, tanto no Brasil, como em Nova York e em Londres; averiguar a sua participação nos bastidores da política do final do Império e da Primeira República, bem como identificar o grau de envolvimento e interferência que ele exerceu nessas questões; e, por fim, identificar suas contribuições para a história da imprensa, tanto concernentes ao *Jornal do Commercio* como para o periodismo no Brasil, e para a historiografia brasileira, a partir da herança cultural por ele deixada — sua coleção de livros e sua produção intelectual.

No entanto como dar conta da pluralidade do biografado nesse entretempo? Aqui, há um eixo ordenador dos três objetivos: o estudo do campo político. Para o entendimento dessas ações políticas que perpassaram os diversos caminhos percorridos por José Carlos Rodrigues, as ponderações de Pierre Rosanvallon são bem significativas. Ao definir o político como um processo que permite a constituição de uma ordem, na qual normas de participação e distribuição são deliberadas, Rosanvallon identificou como a atuação dos indivíduos ou dos grupos sociais, diante dos sistemas representativos, foi projetada para arquitetar a vida comunitária e, neste sentido, nas palavras do próprio autor:

[...] Trata-se de reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e as adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de retraçar de algum modo a maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações [...] (ROSANVALLON, 2010: 76).

Desta forma, tenta-se compreender e conjeturar, por exemplo, por que José Carlos Rodrigues, fazendo o caminho inverso de muitos dos filhos abastados da sociedade fluminense, da segunda metade do século XIX, optou pelos Estados Unidos,

ao invés de ir para a Europa, depois de se formar em Direito. Teria sido a perda irreparável de sua mãe, naquele período, motivo pelo qual o jornalista, aos 23 anos de idade, resolveu percorrer um novo caminho em terras longínquas. Ou, como afirmou Raimundo Magalhães Júnior, no texto “Rui, amigo e inimigo de José Carlos Rodrigues”, que, segundo Rui Barbosa, Rodrigues teria fugido como um simples tripulante em um navio norte-americano que partira do Rio com destino a Nova York, esquivando-se de uma intimação judicial, na qual era acusado de tentativa de estelionato. O fato teria ocorrido quando o jornalista exercia as funções de oficial de gabinete no Ministério da Fazenda, sendo ministro o conselheiro João da Silva Carrão, antigo professor de Rodrigues na Academia de Direito de São Paulo, que ficou no posto apenas cinco meses, já que seu Ministério se desfez (MAGALHÃES JÚNIOR, 1965: 161-163). Apenas suposições, mas que deixam rastros para que o biógrafo/historiador possa desvendar os fios da trajetória desse indivíduo e, assim, estar atento à complexa recuperação da curva de um destino individual.

As reflexões em torno desse estudo conduzem à noção do que seria uma trajetória. Para tal entendimento, as considerações de Pierre Bourdieu se constituem bastante apropriadas. De acordo com esse autor, a trajetória se apresenta como uma série de posições que um mesmo indivíduo ocupa, ficando este receptível a incessantes transformações (BOURDIEU, 2006: 189)⁴. Para tanto, esse caminho se constrói a partir de distintos acontecimentos e vínculos que se operam nas diversas posições ocupadas pelo indivíduo. Desta forma, segundo Bourdieu, a compreensão de uma trajetória só se apresenta através do estabelecimento dos estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e na interação do sujeito com outros indivíduos envolvidos no mesmo palco e confrontados em um determinado espaço.

No caso de José Carlos Rodrigues é perceptível verificar alguns dos múltiplos campos nos quais sua trajetória se desdobrou, o que permite compreender uma decisão tomada por ele e, até mesmo, um espaço ocupado. Por exemplo, a formação em Direito que lhe proporcionou não apenas um conhecimento na área, mas também boas relações de amizade, como a que sucedeu com o professor João da Silva Carrão. Ainda nos

⁴ Vale ressaltar que este texto foi originalmente publicado em 1986, quando Bourdieu fez uma crítica árdua aos estudos biográficos nos quais o indivíduo aparecia fora de suas relações sociais e como tendo o relato de sua vida de forma coerente, sem imprevistos e sem dúvidas.

corredores da Academia de Direito de São Paulo, o futuro proprietário do *Jornal do Commercio* já colaborava com o *Correio Paulistano* e com o *Correio Mercantil*; e, dando os primeiros passos como historiador, escreveu a obra *Constituição política do Império do Brasil*. O jornalismo talvez tenha lhe interessado mais, pois não chegou a exercer de fato a carreira de Bacharel, e foi com aquela profissão que obteve um reconhecimento notório no estrangeiro, visto que a própria imprensa norte-americana, em 1909, o consagrou publicamente, através de um banquete no Clube das Universidades, em Nova York, por seus serviços prestados aos meios jornalísticos daquele Estado (CARDIM, 1944: 137). Em Londres, além de trabalhos para alguns periódicos, o brasileiro teve o encargo de levantar fundos para a construção da Estrada de Ferro Cantagalo. O retorno ao Brasil só aconteceu quando José Carlos já era homem maduro, com 46 anos de idade, possuidor de uma considerável experiência no campo da imprensa e em outras atividades, como a de agente financeiro. Provavelmente, a prática adquirida durante os vinte e três anos em que morou longe do Brasil foi mais um dos fatores para obtenção de êxito nos negócios contraídos ao voltar para o Rio de Janeiro e nas suas relações de sociabilidade, principalmente aquelas ligadas aos círculos políticos.

A par disso, outra noção deve ser destacada. Se a biografia tem por natureza enfocar a vida de um indivíduo, necessariamente, há de se ter um olhar sobre o grau de desenvolvimento, nem sempre linear e cumulativo, que tal personagem conquista e dissemina ao longo da sua curva evolutiva. E, assim sendo, os indivíduos devem ser pensados em sua inserção em uma vida cotidiana, que é permeada por dúvidas e incertezas, na qual homens e mulheres apresentam um caráter fragmentário, uma identidade dinâmica, que geram momentos contraditórios no seu progresso de individualização. Ainda, de acordo com Giovanni Levi, a curva da trajetória do indivíduo consiste na análise de sua própria complexidade, na qual as decisões ambíguas e a formação não-linear revelam uma face da problematização do biográfico (LEVI, 2006: 173). É a partir dessa premissa que se investiga um dos pontos da história de vida de José Carlos Rodrigues, um homem que se tornou um reconhecido empresário no ramo jornalístico nas primeiras décadas do século XX, mas que, como mostram algumas evidências já citadas, também teria sido capaz de cometer atos ímprobos.

Ressalta-se que o termo “indivíduo” aqui empregado se ampara nas reflexões utilizadas por Norbert Elias, na obra *A sociedade dos indivíduos*, em que o autor

defende a ligação indissociável entre indivíduo e sociedade, conceitos que não são opostos. Ao contrário, ao pensar o indivíduo, este necessariamente deve ser analisado na sua relação com o outro, sendo tal intercâmbio permeado pela sociedade (ELIAS, 1994: 7). O indivíduo, através da história de suas relações, ou seja, suas convicções, afetos, necessidades e traços de caráter mediante a interação com os outros, constrói a sua “essência” pessoal. Deste modo, o indivíduo só passa a ser entendido a partir do seu relacionamento com o outro.

Vale mencionar a questão do contexto em relação à biografia. Tal abordagem não pode ser vista como um simples pano de fundo da trajetória de um indivíduo, reduzida a “comportamentos-tipos” do personagem ou se constituir apenas pela compreensão dos seus desvios e singularidades. Mas sim, deve expor as suas condutas perante as próprias normas que o contexto histórico justifica (LEVI, 2006: 176). No caso, um periódico, especificamente como o *Jornal do Commercio*, circunscrito a um ambiente de homens letrados, confere e possibilita o que Jean-François Sirinelli chama de estrutura do campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão (SIRINELLI, 1996: 249), *i.e.*, nessa atmosfera, compartilham-se amizades e relações de fidelidade que acarretam possibilidades de posições tomadas nos debates suscitados e, até mesmo, nas cisões advindas. Constitui-se um observatório das sociabilidades de certos indivíduos, cuja análise tanto do movimento das ideias como das relações sócio-afetivas, proporciona distintas abordagens de tal espaço e contexto. Muitos letrados do último quartel dos oitocentos e dos primeiros anos republicanos, certamente marcaram uma geração de homens que percorreram, apesar das variações, trajetórias simultâneas. Como é o caso de José Carlos Rodrigues e muitos dos seus contemporâneos, figuras permanentes nas redações de algum jornal, nos ciclos políticos, nas cadeiras das mais prestigiadas instituições daquele momento e, de alguma forma, envolvidos com a escrita da história do Brasil.

Outro ponto, ainda, se torna essencial para articular as possibilidades e os desafios na escrita de uma história de vida, no caso são as diversas fontes que permitem o biógrafo/historiador se deparar com a produção do “eu”, que certamente também depende de outro pronome: o “nós”. Ou seja, não se trata apenas de investigar os vestígios em que o biografado se apresentou na primeira pessoa do singular, mas, além disso, procurar rastros que proporcionem enxergar o indivíduo através do olhar de

outrem. No entanto, o espaço que o “eu” ocupa na vida cotidiana transformou-se ao longo do tempo e uma de suas maiores mudanças ocorreu com o aparecimento do sujeito moderno.

No século XVIII, a condição do sujeito e a relação indivíduo/sociedade demonstravam que algumas características, como: o princípio da autonomia, as práticas de interioridade, a afirmação da vida cotidiana e o novo papel que os sentimentos humanos passaram a adquirir, já se refletiam nas produções discursivas do “eu”. *As Confissões* de Rousseau refletem bem como essa subjetividade moderna se afirmou nos anos setecentos, inclusive, como Leonor Arfuch assegurou, foram estas formas de escrita autógrafa — confissões, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências — que possibilitaram um espaço de autorreflexão, consolidando o individualismo como um traço peculiar do mundo ocidental (ARFUCH, 2010: 36). Posteriormente, já no século XIX, o indivíduo que passa a existir nos diversos contornos narrativos, principalmente o do romance, não é mais aquele que somente pensa, mas também sente e crê; o indivíduo concreto que está ao nosso lado, com seus hábitos, seus gestos e seus costumes e, assim sendo, como diria Sabina Loriga, referindo-se ao homem-partícula de Hippolyte Taine, estaria “[...] em suas oficinas, seus escritórios, ao ar livre e à luz do sol, em sua terra e em suas casas [...]” (LORIGA, 1998: 241).

É a partir dessa ótica que se tenta desvendar os rastros de um homem múltiplo, como foi o caso de José Carlos Rodrigues que percorreu uma trajetória complexa. Para tanto se utiliza notas contidas em alguns jornais e revistas, tanto de autoria de Rodrigues como de outros autores, que, de alguma forma, mencionaram o jornalista; periódicos criados por José Carlos e aqueles nos quais o antigo proprietário do *Jornal do Commercio* exerceu alguma função; suas obras, diversificadas nas áreas da história política, da história da religião e da historiografia; livros de alguns de seus contemporâneos, nos quais se revelam algumas ações tanto de caráter profissional como pessoal do periodista; e, por fim, talvez perfazendo o maior conjunto de fontes e a mais privilegiada, uma farta correspondência: escrita epistolar, bilhetes, telegramas, ofícios políticos, cartões, dentre outros. Um material no qual não se trabalha a ideia como teoria autônoma, mas sim com o propósito de investigar o que há por de trás do pensamento: um autor, um contexto. Ademais, como afirmou Angela de Castro Gomes, correspondência privada, artigos escritos para periódicos e alguns discursos ou

assemelhados são documentos nos quais se evidencia a produção do “eu” e a persuasão política. Tais meios eram bastante praticados por aqueles homens do final do século XIX e das primeiras décadas do XX, como José Carlos Rodrigues, que viviam do jornalismo, do serviço público, do magistério, entre outras atividades, e que se ambientavam nos campos da política e das letras, áreas com fronteiras bastante fluidas naquele período (GOMES, 2009: 42).

Não é demais lembrar que, sendo o grupo da correspondência o maior volume de fontes a serem analisadas e, talvez, o que detém maior complexidade, requer também um trabalho cuidadoso e minucioso. Tais documentos, apesar da fragmentação, são abundantes e variados, proporcionando ao pesquisador um contato com certo espaço que registra a história do indivíduo e dos grupos a que pertence: o ambiente da sociabilidade, no qual o historiador, de acordo com Angela de Castro Gomes, examina a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa (GOMES, 2004: 15).

Ao mapear algumas estratégias teóricas e metodológicas para a constituição da biografia histórica de José Carlos Rodrigues, observa-se que são inúmeras as possibilidades da escrita de uma história de vida, que certamente permitem ao historiador a produção de certo conhecimento por meio do ato de narrar. Tais perspectivas ganharam novos aportes, sem dúvida, através da renovação da história política e de suas vertentes, como a biografia, que abriu um amplo campo de investigação e de análise das fontes, que passaram a ser bem diversificadas. No entanto, o debate também envolve os desafios dessa tarefa, que não são poucos, visto que algumas acuidades tornam-se fundamentais: a consciência que a escrita de vida do personagem não deve se prender a uma personalidade coerente e estável, nem na busca de uma unidade de sentido nos biografados, o que poderia levar a uma história cronológica, pouco problemática. Esquivando-se dessas armadilhas, o biógrafo/historiador deve estar atento ao tempo complexo e não linear que permeia a história de uma vida.

Referências Bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea.

Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

- BOTELHO, Antônio Ferreira. Carta de... a José Carlos Rodrigues, datada de 29 de novembro de 1921. **Arquivo IHGB**, coleção José Carlos Rodrigues.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CARDIM, Elmano. José Carlos Rodrigues: sua vida e sua obra. **RIHGB**, Rio de Janeiro, (185) 126-157, out./dez., 1944.
- CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- CORRESPONDÊNCIA passiva de José Carlos Rodrigues**, 1844-1923. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1971.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita de história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- _____. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In: _____. Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: Jacques Revel (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Rui, amigo e inimigo de José Carlos Rodrigues. In: _____. **Rui, o homem e o mito**. 2ª ed., corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- REVEL, Jacques. Retornar ao acontecimento. Um itinerário historiográfico. In: _____. **Proposições**. Ensaios de história e historiografia. Tradução de Claudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. Carta de... ao Comendador Antônio Ferreira Botelho, s/d.

Arquivo IHGB, coleção José Carlos Rodrigues.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

**POR UMA BUSCA DO SENTIDO:
APONTAMENTOS ENTRE A TEORIA INTERPRETATIVA DE RICOEUR E A ANTROPOLOGIA
ESTRUTURAL DE LÉVI-STRAUSS¹**

Daniele Maia Tiago*

Essa apresentação tem como principal objetivo buscar, dentro do debate exposto na *Revue Esprit*², respostas para alguns problemas de caráter epistemológico. Em 1963 o “Groupe philosophique” da *Revue esprit* dedicou várias de suas reuniões à leitura e discussões de *O pensamento selvagem* de Claude Lévi-Strauss. O próprio autor compartilhou de alguns desses debates e o resultado fora expresso no mesmo ano através da publicação do artigo: *Autour de la Pensée sauvage. Réponses à quelques questions* - no qual iremos nos pautar, a fim de corroborar nossas investigações.

O que estamos desenvolvendo aqui são premissas iniciais em torno desse debate. Desenvolver problemas dentro de um debate não se faz uma tarefa simples, na medida em que é constantemente posto em questão os princípios que fundamentam nossos questionamentos. Dessa forma, enumeraremos os principais pontos dessa discussão a fim de que nos ajude na construção de nossas hipóteses prévias.

Os problemas epistemológicos que proponho são cunhados segundo dois conceitos: o de discurso histórico e sentido. Sentido entendido como construção do historiador, onde o sujeito histórico possui papel efetivo³ (RÜSEN, 2001: 56). Ricoeur desenvolverá seu conceito de sentido fundamentado na sua noção de compreensão, ou seja, para o mesmo, sentido é um segmento da compreensão de nós mesmo (RICOEUR, 1963). De tal forma, devemos iniciar nossa fala, desdobrando o que Paul Ricoeur entende por compreensão e, em que medida, a partir dessa compreensão ele elabora uma teoria da interpretação. Estando a par dessa explicação, podemos entender suas noções de *discurso* e *sentido*, e, a forma pela qual Ricoeur entrará em discussão com Lévi-

¹ Esse trabalho é um resumo de um artigo desenvolvido durante o mestrado que realizo na Universidade Federal de Goiás.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás

² *Revue Esprit*. Disponível na internet via:

<http://www.esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=32948&folder=0>. Novembro de 1963.

³ Esse conceito de sentido histórico é baseado nos argumentos desenvolvidos por Rösen e que depois Ricoeur, de forma semelhante, também desenvolverá no mesmo eixo.

Strauss sobre suas colocações em *O pensamento selvagem*, no que tange as aporias hermenêuticas.

Ricoeur é explícito em seu conceito, “hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos” (RICOEUR, 1969: 19). Porém, se tomarmos essa como única definição hermenêutica, a conclusão que nos resta é que Ricoeur “regionaliza” a compreensão mediante a idéia de texto. Todavia, o que devemos pleitear é que essa concepção está diretamente ligada a uma caracterização da sua teoria da interpretação no que concerne o discurso histórico. Ou seja, para Ricoeur, hermenêutica não se encontra somente em um viés epistemológico, mas, também, em um viés ontológico⁴, onde o ser só se compreende enquanto compreende a si mesmo.

É nesse sentido que o filósofo francês retomará a noção de símbolo para, ao mesmo tempo, dar solidez ao desenvolvimento de sua teoria da interpretação e averiguar de que maneira suas argumentações são permeadas de uma *inteligência estrutural*⁵. O que está em pauta então é o problema que o próprio Ricoeur coloca e que nos servirá de aporte para desenvolver nossos questionamentos: há análise estrutural sem uma inteligência hermenêutica? Como pensar uma inteligência hermenêutica em relação com uma inteligência estrutural (RICOEUR, 1963: 22).

É a partir da solução desse questionamento que Ricoeur se propôs a resolver, que nós formularemos nosso principal problema: como pensar a influência de uma teoria da interpretação e de uma antropologia estrutural na constituição do discurso histórico? E como se dá a constituição do sentido histórico após o embate dessas duas filosofias (antropologia estrutural e hermenêutica)? Para tanto, aqui esse problema se enquadra no âmbito de uma teoria da história. Diríamos mais, alicerçados por Rösen⁶ estaríamos desenvolvendo um trabalho de fundamentação do conhecimento histórico, no qual podemos entender as categorias que permitem colocar a história no patamar de ciência e constituir os desdobramentos da teoria da história como meta-teóricos.

⁴ O que entendemos pela relação entre epistemologia e ontologia está ligado, respectivamente, ao que se pode conhecer e o que é dado a conhecer. Não desdobraremos essa relação devido a sua extensão, porém Ricoeur em sua obra – *O conflito das interpretações* – dedica um capítulo a dialética epistemologia e ontologia.

⁵ *Inteligência estrutural* ou *inteligência hermenêutica* são conceitos que apreendi de Paul Ricoeur e, que se referem tanto à extensão de uma filosofia, pensamento ou uma ciência, abrangendo todas essas caracterizações

⁶ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

Um primeiro ponto para avaliar esses pressupostos é a questão das vertentes que são tomadas por cada filósofo, ou seja, Lévi-Strauss ao se deparar com os desdobramentos de Ricoeur em torno do sentido acusa-o de um comportamento subjetivo, sendo assim caracterizada a atividade desenvolvida por Ricoeur como uma busca de um sentido do sentido (LÉVI-STRAUSS, 1963). O que o antropólogo francês estabelece então é que o “sentido nunca é um fenômeno primeiro, mas sempre redutível” (LÉVI-STRAUSS, 1963). Se pensarmos sentido como construção histórica daremos razão a Lévi-Strauss, primando pela idéia de que ele é sempre retirado de uma aporia anterior mediante um processo interpretativo.

Com essa abertura chegamos, por um caminho mais tortuoso, ao que Ricoeur propõe: “não é possível uma inteligência hermenêutica sem uma inteligência estrutural, visto que uma se elabora num plano filosófico e outra no científico, respectivamente” (RICOEUR, 1963:4). Ricoeur demonstra isso claramente em seu artigo *estrutura e hermenêutica*⁷, e, no mesmo intento, irá diferenciar hermenêutica e estruturalismo através dos mesmos termos que se utiliza para fundamentar seus argumentos sobre compreensão.

Ao iniciar tal diferenciação, começará por entender antropologia estrutural como uma ciência, devido a sua face objetiva, ou seja, para Ricoeur:

A antropologia estrutural é ciência num nível objetivo, pois para a mesma compreender não significaria retomar o sentido, pois a mesma não considera a existência do *circulo hermenêutico*, nem da historicidade da relação de compreensão. (RICOEUR, 1969)

A partir desse argumento, o que se faz claro para Ricoeur é que para a antropologia estrutural essa relação de compreensão é objetiva, independente do observador, e por isso ela é caracterizada como ciência nos padrões mais positivistas possíveis. Não se faz correto, no entanto, presumir a crítica de Ricoeur como positivista, mas sim redutora, na medida em que, por não aceitar que o sentido não é uma construção primeira, como afirma Lévi-Strauss, a antropologia estrutural tencionaria seus argumentos objetivamente e dessa forma se colocaria no hall de ciência objetiva. Um segundo ponto pelo qual Ricoeur pode ter desenvolvido esse tipo de pensamento

⁷ RICOEUR, Paul. *Leituras 2: a região dos filósofos*. São Paulo: Loyola.

também seria devido sua colocação de que o estruturalismo possuiria, um inconsciente mais voltado para um sistema categorial kantiano⁸, definindo o estruturalismo como: anti-reflexivo, anti-idealista e anti-fenomenológico (RICOEUR, 1969). E apesar de tecer todas essas críticas ao estruturalismo, o filósofo francês, ainda assim, exalta a posição estrutural que é indissociável da inteligência hermenêutica:

Não há análise estrutural, dizíamos, sem inteligência hermenêutica da transferência de sentido (sem metáfora, sem *translatio*), sem esta doação indireta de sentido que institui o campo semântico, a partir do qual podem ser discernidas homologias estruturais. (RICOEUR, 1969: 52)

Dessa forma, a relação entre as duas se faz na medida em que a hermenêutica decifra um *código* e, no momento em que se relaciona com a inteligência estrutural, que é objetiva⁹, ela se decodifica. Suscito aqui a idéia de *código*, pois para o estruturalismo, essa palavra é entendida no sentido de uma correspondência formal entre estruturas especificadas, ou seja, busca-se da fonologia essa noção, que é a raiz no qual Lévi-Strauss se pautou para elaborar sua antropologia estrutural, principalmente a partir de Jakobson.

Está claro aqui que Ricoeur nunca se colocou contrário ou reduziu a importância estrutural, ao contrário, sua intenção é agir de forma dialética¹⁰ com ele. O único propósito contrário que aqui ressaltamos, dessas duas linhas de pensamento, é no que tange a questão do sentido, do discurso e da temporalidade desse sentido. Para Ricoeur, “o método estrutural não esgota seu sentido, porque seu sentido é uma reserva de sentido pronta para a reutilização em outras estruturas” (RICOEUR, 1969). Já para Lévi-Strauss, compreender não é retomar um sentido, não há círculo hermenêutico, não há historicidade da relação de compreensão, o sentido não é um fenômeno primeiro. (LÉVI-STRAUSS, 1958).

Destarte, além da oposição de aporias da hermenêutica entre as duas filosofias, elas se imbricam quando se constitui o discurso histórico, ou mitológico. Pois nessa tarefa, tanto Lévi-Strauss quanto Ricoeur, por exemplo, concordam em um ponto:

⁸ Não pretendemos desenvolver aqui os princípios do sistema Kantiano que leva Ricoeur a estabelecer essa crítica, o que ressaltamos de mais importante são as condições as quais Ricoeur aloca o pensamento estruturalista, que são: anti-reflexivo, anti-idealista e anti-fenomenológico.

⁹ Entendemos objetiva no sentido de desvinculação do sujeito, de um processo racionalizado, direto.

¹⁰ Dialética para Ricoeur não está conceituada nos princípios hegelianos ou marxista, mas no âmbito de relação de conteúdos ou aporias contrária a noção de oposição.

mesmo que um trate discurso no modelo de diacronia e sincronia, e o outro em acontecimento e interpretação, não há, nesses modelos, oposições e sim relações dialéticas. Apesar de os críticos de Lévi-Strauss entender que o mesmo opõe diacronia e sincronia, Ricoeur não vê oposição e sim subordinação, na medida em que entende sincronia como ciência dos estados em seu aspecto sistemático e diacronia como ciência das evoluções aplicadas ao sistema (RICOEUR, 1969: 30). A história aqui entraria como secundária e atuaria como alteração do sistema¹¹.

A pretensão de Ricoeur é clara ao debruçar-se sobre esse problema, é simplesmente saber até onde vai esse modelo diacrônico-sincrônico na compreensão da historicidade, que é própria dos símbolos (RICOEUR, 1969). Portanto, Ricoeur não reduz ou menospreza o método estrutural, ele somente busca desenhar seus limites enquanto método, e ao questionar Lévi-Strauss, afirma que: o que é entendido como sentido para o estruturalismo nunca se esgota, pois ele possui uma reserva que está sempre pronta para a reutilização em outras estruturas (RICOEUR, 1969: 42)

Voltemos após esses desdobramentos essências para o entendimento de nosso raciocínio, as premissas iniciais do debate. Os pontos que são desenvolvidos no artigo publicados na *Esprit* ajudam, sobremaneira, na investigação de nossos questionamentos. Ajudam na medida em que, para Paul Ricoeur, suas principais polêmicas, que são perceptíveis no debate, com o estruturalismo, tangenciam o destino do sujeito, a dimensão intersubjetiva da interlocução e a ambição referencial da linguagem. Portanto, o discurso constitui a o ponto de encontro desses três conflitos.

Porém, Ricoeur concebe o estruturalismo como um modelo universal de explicações de análises estruturais legítimas e frutíferas, tal como eram aplicadas a um campo de experiência determinado (RICOEUR, 1995: 75). Nessa abordagem, segundo o que filósofo francês propõe, o estruturalismo perpassará pelos maiores campos em efervescência na década de 1950 e 1960, tais como o marxismo, a lingüística e a

¹¹ Aqui pode se resolver um problema que há tempos é discutido e mal interpretado, qual seja: de que Lévi-Strauss rejeita a história ou a condena de alguma forma. Se se lê atentamente *pensamento selvagem* e depois se busque a fonte do método de Lévi-Strauss (Franz Boas), esse problema é resolvido facilmente. Lévi-Strauss, nunca excluiu a história ou mesmo a reduziu, ele somente crítica a posição de elevação que os historiadores a coloca e, por conseqüência, esquecem das outras ciências. A afirmação de Lévi-Strauss está em Franz Boas, em sua antropologia cultural, quando ele mesmo afirma que esse seria o problema da antropologia moderna, que exagera na importância da reconstrução histórica enquanto, a antiga antropologia antiga não possuía a noção do que era reconstrução histórica (BOAS, 1963: 63). Ou seja, a história é importante e necessária para ambos, o que propõe Lévi-Strauss e Boas é saber medir essa importância.

psicanálise. Para tanto o questionamento da noção de sujeito do estruturalismo não é pautada segundo a hermenêutica da suspeita¹² que Ricoeur desenvolve, mas sim, como uma abstração objetiva ou seja, através da qual uma linguagem era reduzida ao funcionamento de signos sem qualquer sustentação num sujeito.

É perceptível, então, que há uma oposição de perspectivas. Ou seja, de uma teoria geral da interpretação que tem seu motor no resgate do sentido dinâmico do discurso que é produzido pelos homens, a uma teoria geral das relações que tem nas estruturas e mitos o fomento para a filosofia e para a história sendo mais relevante que os conteúdos. Mesmo havendo essa resistência, para Paul Ricoeur não se concebe a idéia de se fazer hermenêutica sem perpassar pelo estruturalismo, pois, apesar da contrariedade de tais argumentos, este se faz presente em grande parte das asserções ricoeurianas em sua tarefa de constituição de uma historicidade do sentido.

O que vemos em Ricoeur é que essa ausência do sujeito é impraticável. Primeiro, porque ao estabelecer sua noção de discurso, fundamentada nos desdobramentos de Benveniste, o próprio discurso seria algo que fala de alguma coisa ou alguém, dessa forma, Ricoeur, como ele mesmo afirma, “introduz a noção de sujeito do discurso como reflexo do ato de síntese predicativa” (RICOEUR, 1995: 84), ou seja, qualificando ou determinando o sujeito desse discurso, que é fundamental em qualquer interpretação, na medida em que esse discurso é textualizado. Textualização, que para Ricoeur, é a forma em se consolida a compreensão, explicação e solicitação, que Gadamer chamou de *subtilitas*¹³. A partir de sua matriz para conceitualização de discurso – Benveniste– Ricoeur afirma:

Mas a minha crítica ao estruturalismo não constitui uma menor ligação à viragem lingüística do que o próprio estruturalismo. Acabei de fazer referência a algo a acerca da minha luta pelo *discurso* no sentido de Benveniste e acerca

¹² Segundo Ricoeur, um dos principais méritos da hermenêutica da suspeita é: fazer-nos tomar consciência que não existe uma hermenêutica universal; que não existe um cânone universal para a interpretação, apenas linhas divergentes e até opostas(Ricoeur, 1969:35). E que esta tensão é a própria condição da interpretação, a expressão mais verídica da nossa Modernidade. Oscilamos hoje entre a vontade de escuta e a vontade de suspeita, entre o voto de rigor e o voto de obediência. Mas como também nos diz o autor “talvez o iconoclasismo mais extremo pertença à restauração do sentido” (Ricoeur, 1969:36). A Hermenêutica da suspeita rasga assim todo um novo horizonte para o próprio problema hermenêutico da confiança: o de uma confiança já não ingênua mas fundamentalmente pós-crítica

¹³ Na interpretação una, os três processos observados na hermenêutica resumem se a *aplicatio*. Na hermenêutica clássica é conhecida como interpretação por partes: *subtilitas intelligendi, subtilitas explicandi esubtilitas aplicandi*.

da oposição entre a semântica e a semiótica que adotei na sua esteira. (RICOEUR, 1995)

Essa crítica à oposição de categorias ou conceitos é ponto inegável de Ricoeur desde seus primeiros escritos, que nunca se pautou pela oposição, mas, pela dialética, ou no máximo subordinação, como foi o caso da diacronia e da sincronia. Porém aqui, o destino do sujeito não foi o único tema de polêmica com o estruturalismo. Outra controvérsia com Lévi-Strauss, no artigo da *Revue Esprit*, foi sem dúvida o caráter da compreensão e seus desenvolvimentos, que, tomando em consideração, nos faz questionar como se articula hermenêutica e estruturalismo.

Por conseguinte, ao suscitarmos que a primeira definição de hermenêutica de Ricoeur era concebida como uma decifração de símbolos, entendidos como expressões, contendo sempre duplo sentido e significado, Ricoeur entenderia a escolha de um sentido como o pressuposto geral de toda hermenêutica (RICOEUR, 1995: 106).

Mas e para Lévi-Strauss, dentro de seu trabalho etnológico e antropológico, como pensar que uma compreensão do outro ou de símbolos encara sempre a escolha de um sentido? Se dentro das leituras de pensamento selvagem surgem tais divergências quais seriam, em certa medida, a conceitualização correta do sentido histórico. Seria novamente a pertença a um mundo histórico concebido como tradição no qual se repassa o significado ou agora a atribuição de significado?

Deixamos claro aqui que estamos ponderando as análises de Lévi-Strauss mediante problemas levantados por Ricoeur, ou seja, possuímos um olhar direcionado, que para qualquer historiador é fundamental, para que não nos percamos na infinidade do debate entre esses dois pensadores. Todavia, ao se debruçar sobre as duas obras clássicas de Lévi-Strauss (*Antropologia Estrutural 1958* e *O pensamento selvagem 1962*), temos a clareza de quão diferentes são os questionamentos dos dois pensadores, se tomamos a diferenciação no âmbito de seus ofícios, um etnólogo e um filósofo, porém, vemos também, harmonia em um aspecto: não há hermenêutica sem uma premissa estrutural ou vice-versa.

Em sua antropologia estrutural, a concepção de discurso de Lévi-Strauss está além da linguagem, está relacionada com a palavra, no entanto, o mito, para o antropólogo, se caracterizaria como um modo de discurso. Assim, para Lévi-Strauss, a substância de um discurso está na história que o próprio discurso propõe desenrolar,

como por exemplo, a substância do mito se encontraria na história contada pelo mesmo. Continuamente, é a partir da sua mitologia que Lévi-Strauss irá desenvolver os conceitos que estão contrários aos de Paul Ricoeur. O sentido, para Lévi-Strauss, por exemplo, advém dos elementos componentes do mito que, por sua vez, pertence à linguagem; entretanto, para Lévi-Strauss, essa linguagem utilizada no mito precisa de propriedades específicas (LÉVI-STRAUSS, 1963: 226). Essas propriedades lingüísticas estão acima de um nível habitual e nesse caso estão associadas ao método que Lévi-Strauss utiliza, a lingüística estrutural, que teve influência clara da fonologia de Jakobson. Destarte, tanto na mitologia quanto na lingüística usada pelo antropólogo francês, é a análise formal que introduzirá a questão do sentido.

Por certo, outro grande ponto da obra de Lévi-Strauss – que é necessário esclarecer para que possamos entender o rumo de seu debate na *Revue Esprit* – é seu conceito de estrutura, delimitado a partir das *estruturas elementares de parentesco*, tendo como expoente o antropólogo e sociólogo Radcliffe-Brown. Lévi-Strauss desenvolveu um estudo de casos perante a importância do parentesco do Tio, visto como um expoente nas famílias indígenas, e para tal estudo, o conceito de *avunculado* do teórico supracitado: “recobre dois sistemas de atitudes antitéticas” (LÉVI-STRAUSS, 1963: 54).

Todo esse estudo desenvolvido por Lévi-Strauss, em um de seus artigos na *Antropologia estrutural*, quer mais que só mostrar a relação da antropologia com a sociologia, quer traduzir seu conceito de estrutura *sincro-diacrônica*, na qual permite ordenar elementos em seqüências diacrônicas que devem ser lidas sincronicamente (LÉVI-STRAUSS, 1963: 247).

Um dos pontos a ser tratado no debate publicado na Revista francesa, e que nos levará a pensar no desdobramento do conceito de sentido no discurso histórico trabalhado pelos dois pensadores, é sobre as intransigências do método estruturalista, que para Ricoeur está ligado ao totemismo. Para o filósofo francês, ao indagar Lévi-Strauss, essa seria a explicação mais fácil para o triunfo do estruturalismo, um triunfo sem resíduo (*Revue Esprit*, 1963: 169). A partir dessas inquirições sobre método, Ricoeur realiza mais três questões de suma importância, ambas sobre a possibilidade da unidade do pensamento mítico, sobre as relações do estruturalismo com outros modelos e por fima respeito da historicidade trava com Sartre e reproduzida no último capítulo

de *O pensamento Selvagem*.

Dessa forma o que se percebe é que essa *perlocução*, no viés do discurso histórico, oferecida por Ricoeur, nada mais seria do que uma retomada de outra retórica esquecida pelos estruturalistas e que advém de uma tradição grega, principalmente da noção de diálogo grego, e que nos faz pensar em um novo conceito de dialética, não mais como relação, mas uma retomada desde Platão para então constituir seu conceito de discurso. Dessa forma, a teoria da interpretação de Ricoeur é base para qualquer estudo na área de compreensão. Seus diversos embates com a antropologia estruturalista, por sua vez, foi o principal motor para que Ricoeur fundamentasse seu projeto de um resgate do sentido dinâmico, cifrado no discurso histórico através da constituição de uma hermenêutica do discurso histórico.

Torna-se muito mais complexo desenvolver um estudo sobre um debate, quando se trabalha com autores como Paul Ricoeur, ainda extremamente atual e com produção bibliográfica tão extensa quanto à de Lévi-Strauss. Porém, delimitar uma trajetória e um recorte é extremamente necessário para que tal exercício não se perca na imensidão de outros problemas que orbitam as tradições aqui expostas. Além de tudo, esse trabalho se conjectura como um diálogo entre esses dois pensadores e seus respectivos debates entre as áreas de confluência. Não se pretendeu, por sua vez, esgotar os desdobramentos sobre o diálogo desses pensadores, haja vista, que esse já se estende por décadas e com abordagens diversas.

Assim, o diálogo entre essas duas tradições proporcionaram mudanças que ajudaram a explicar, do ponto de vista da teoria da história, um conjunto de práticas que são constantes pontos de reflexão no que diz respeito à epistemologia da história, mas que são sempre abordados de forma inatingíveis, como, por exemplo, questões do sentido no discurso histórico dentro desses dois paradigmas – estruturalista e/ou hermenêutico – ou até mesmo o posicionamento desses dois importantes pensadores do século XX, que aqui se caracteriza como um trabalho dentro de um ambiente da história intelectual ainda muito em voga e em constante efervescência.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, R.A.P. **Paul Ricoeur e as faces da ideologia**. Goiânia, GO: Editora UFG, 2008.
- APEL, Karl-Otto. **Transformação da Filosofia 1 - Filosofia Analítica Semiótica Hermenêutica**. São Paulo: Loyola, 2005.
- BONOMI, A. **Fenomenologia e estruturalismo**. São Paulo: Perspectiva.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GARDINER, Patrick L. **Teorias da história**. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Parte II). Tradução de Márcia Sá C. Schuback. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.
- _____. **Pensamento Selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1985.
- LIMA, Luiz Costa. **O Estruturalismo de Lévi-Strauss**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- NUNES, B. **Hermenêutica e poesia: o pensamento poético**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.
- PIAGET, J. **O estruturalismo**. 3ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- Revue Esprit**. Disponível na internet via:
<http://www.esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=32948&folder=0>.
Novembro de 1963.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2008.
- _____. **Leituras 2 : a região dos filósofos**. São Paulo: Loyola.
- _____. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1955.
- _____. **Interpretação e ideologias**. 2ª ed. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- _____. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. v. 1.
- _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1996. v. 2.
- _____. **Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação**.

Tradução Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1976.

_____. **Da interpretação**: ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1965.

RICOEUR, Paul; MACEDO, Dion Davi. **A metáfora viva**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

WAHL, F. **Estruturalismo e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1970.

“AO LEITOR”:

IDENTIDADE NACIONAL E CIVILIZAÇÃO ATRAVÉS DO AMOR

Marcelo de Mello Rangel*

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os *autores* desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes podiam, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os autores desta *Revista*, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.

As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos que de todo se dedicam às ciências, aqueles, porém, que por sua posição não podem sacrificar o tempo à longa meditação, folgam, quando em um pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações e o enjôo de um longo estudo, colhendo n’uma hora o resultado de um ano de fadigas.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina¹.

A Niterói, *Revista Brasiliense* começa com a apresentação de seus princípios, e isto através de um pequeno texto intitulado “Ao Leitor”, que acabamos de transcrever na íntegra. Seus redatores evidenciam, logo de início, aquilo que pretendem, a saber, a orientação da vida prática dos homens do Império do Brasil, e isto a partir da medida do amor². Em duas páginas, os redatores da revista Niterói fazem conhecer seus propósitos.

* Doutor em História Social da Cultura (PUC-Rio) e Doutorando em Filosofia (UFRJ)

¹ MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE. *Ao Leitor*. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836). Não paginado. Daqui por diante, faremos as devidas referências no corpo do texto.

² Os redatores da *Niterói* são: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-alegre e Francisco de Sales Torres Homem. Segundo Plínio Doyle, em sua introdução à edição fac-similada da *Revista Niterói*, editada pela Academia Paulista de Letras em 1978, poderia existir um quarto redator, Eugene Garay de Monglave, como diz sublinhar Sacramento Blake, ou ainda, Cândido M. de Azeredo

Acompanhemos: “O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde” (MAGALHÃES et al., 1978).

“O amor do país”, este é o princípio que governa a confecção da *Revista Niterói*, é o princípio fundamental à civilização dos homens e mulheres que constituíam a *boa sociedade* do Império do Brasil, bem como essencial à delimitação e evidenciação de uma identidade nacional. O “desejo” de ser “útil” ao país que “amavam” provoca o lançar-se desses homens à vida prática, e isto através da literatura, ou se quisermos do pensamento³. Amor que conferiria pouca ou nenhuma glória, fazem questão de sublinhar. Dizendo ainda em outras palavras, o “amor do país”, que significa o interesse pelo “bem comum”, aparece como sentimento capaz de provocá-los à civilização, ou ainda, à reforma das idéias e dos costumes que orientariam a *boa sociedade*, e de caracterizar e de evidenciar a identidade nacional, ou seja, de delimitar a “nação”.

Anunciam a necessidade de se confeccionar artigos úteis em intervalos regulares. Úteis porque buscam cumprir o que seria a mais elevada das tarefas reservada àqueles que amam verdadeiramente seu “país”, a saber, ensinar a amar, a bem-querer o “bem comum”, e, em intervalos regulares, porque tinham a intenção de intervir e

Coutinho, que colaborara com alguns artigos. No entanto, o próprio autor afirma, no final de seu texto, que a hipótese de um quarto redator aparece graças a um “engano” cometido por Monglave ao afirmar que: “Des quatre rédacteurs de cette première livraison, trois appartiennent à l’ Institut Historique, MM. Torres Homem, de Magalhaens et Araújo Porto-Alegre”. (DOYLE, 1978. Não paginado)

³ Ainda segundo Magalhães: “Ao princípio cantava-se para louvar a beleza, a virtude e seus amores; cantava ainda para adoçar as amarguras d’alma [o que chama de trova]; e tanto que a idéia de Pátria apareceu aos Poetas, começaram eles a invocá-la para objeto de seus cânticos” (MAGALHÃES, 1978, nº. 1: 143).

Oferecemos uma versão encurtada do que significa a literatura no interior da *Niterói*, e isto com o objetivo de auxiliar a leitura das páginas que se seguem, até que possamos discutir esse tema mais propriamente. A literatura deve ser compreendida como um exercício do pensamento dedicado à evidenciação e intensificação da verdade, ou, se preferirmos, dos sentidos e valores adequados ao “bem comum”, ao bem da “pátria”, e isto no interior de um espaço físico específico – o “Brasil”. A literatura seria, então, todo pensamento capaz de evidenciar e intensificar o espírito do povo brasileiro, ou ainda, o conjunto de sentidos, hábitos e costumes fundamentais à vida no “Brasil”, espírito que cumpria sua lógica de desvelamento progressivo e ilimitado. Quando anotamos todo o pensamento estamos nos referindo à história, à filosofia, à poesia, à química e à física, à pintura e à música, à astronomia e à economia política.

Sobre a evidenciação do movimento progressivo do espírito do povo, segundo Valdeci Lopes de Araújo: “Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação” (ARAÚJO, 2008: 121)

intensificar, de maneira expressiva e vigorosa, o *espaço público*, discutindo todas as matérias, e isto a partir das medidas do amor, da liberdade e da verdade. Anotavam que seus “concidadãos” estavam, no entanto, preocupados com temas pessoais, particulares e corriqueiros, e não com aquilo mesmo que seria fundamental ao progresso moral e material do Império, a saber, o “bem comum”, a “glória da pátria”⁴. Como podemos ler:

Há muito reconheciam eles (os organizadores da Revista) a necessidade de uma obra periódica que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre causas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, acostumassem-os a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria. (MAGALHÃES et al., 1978)

Os organizadores da Revista vão permitindo entrever seu projeto. Declaram que a atenção do público, em geral, estaria direcionada às questões “diárias”. Boa parte da *boa sociedade* estaria atenta, a maior parte do tempo, a matérias pueris e a temas que só diziam respeito à “vida privada” de seus protagonistas. Atentos às “novidades”, incessantes, sobre a vida dos outros, ocupados em saber dos negócios alheios, orientados por objetivos “egoístas”, esqueciam e descuidavam da “glória da pátria”, do bem de todos, viviam em desamor.

Magalhães e seus companheiros pretendiam que seus “concidadãos” passassem a refletir sobre questões de interesse público, e isto orientados pelo amor, o que é o mesmo que dizer, orientados pelo interesse de evidenciar e fazer vigorar o que era bom para a totalidade dos “brasileiros”, movimento que permitiria, ao fim, o próprio abandono de uma vida determinada pelos instintos, pelas inclinações. Trata-se da necessidade de caracterizar e de estabelecer a totalidade nacional como medida.

Acompanhamos, até aqui, a apresentação de um princípio fundamental à *Revista Niterói*, qual seja, a necessidade de estimular os homens e mulheres da *boa sociedade* a pensar e a agir de acordo com o interesse público, a partir do imperativo do amor, princípio que seria responsável, a um só tempo, pela civilização desses homens e mulheres e pela delimitação e evidenciação de uma identidade nacional. Magalhães e

⁴ A compreensão de amor manipulada por Magalhães e por seus companheiros, a saber, querer o bem de todos, fora colhida junto à leitura de Chateaubriand, de seu “O gênio do Cristianismo”. Acompanhamos: “No tocante à caridade, filha de Jesus Cristo, quer dizer, ao pé da letra, *graça e júbilo* (...) Pela caridade nos ensina a maravilhosa verdade de que os homens se devem amar, porque assim o digamos, através de Deus, que espiritualiza o seu amor, e só lhes deixa a imortal essência, facultando-lhes a passagem”. (CHATEAUBRIAND, 1960: 60, v.1). Ver, também, ARENDT, S.d.

seus companheiros pretendem, inicialmente, civilizar, ou ainda, transformar as idéias e os hábitos dos homens e mulheres da *boa sociedade*, fazendo-os ultrapassar o “egoísmo” em favor do modo de ser do amor, ou ainda, do interesse fundamental pelo bem da “pátria”. No entanto, os companheiros de Revista lançam mão de uma estratégia específica para realizar seu projeto civilizador, a saber, trabalham na caracterização e na evidenciação de uma identidade nacional vigorosa também com o intuito de sensibilizar seus leitores, provocando-os à assunção do modo de ser do amor, e isto a despeito de uma decisão racional originária. Se, por um lado, anotam que pretendem disponibilizar lições úteis, especialmente através da economia política, lições que levariam a “nação” ao progresso moral e material, por outro lado, reconhecem uma outra necessidade complementar, a de emocionar e convencer os homens e mulheres “egoístas” a concretizar determinadas lições em nome do “bem comum”, por isto insistem na “literatura” e nas “artes”, insistem nelas porque elas seriam capazes de “animar a indústria”, “enchendo de glória e de orgulho”. Trata-se, portanto, de oferecer “lições úteis”, ou ainda saberes objetivos, fundamentais à exploração da natureza e à administração das riquezas e, a um só tempo, compor imagens e enunciados capazes de “encher de glória e de orgulho” o que, por sua vez, animaria ainda mais os homens.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina. (MAGALHÃES et al., 1978)

O que está em questão aqui é a evidenciação e a caracterização de uma identidade nacional vigorosa e promissora, e isto com um objetivo específico, o de civilizar os homens e mulheres da *boa sociedade*, ou ainda, de “animá-los” a produzir riquezas em nome do “bem comum”. Trata-se, no entanto, de uma caracterização especial, determinada por elementos subjetivos, ou ainda, uma caracterização sentimental⁵. Dizendo ainda de outra maneira, Magalhães e seus companheiros lançam

⁵ Esses critérios subjetivos são o “amor” e o “orgulho” pela “pátria”. Já o que chamamos de critérios objetivos fundamentais à determinação de uma identidade nacional são, segundo Hobsbawm, a língua, a

mão de sentimentos como o “amor” e o “orgulho” para caracterizar a “nação”, método que, além de delimitar e de evidenciar uma identidade nacional, acabaria sendo determinante na sensibilização dos seus leitores. Em última instância, os “brasileiros”, “egoístas”, passavam a ser um conjunto originário e homogêneo de homens e mulheres que se encontravam diante de algo “amável”, digno de “desejo” – a própria totalidade “Brasil”, e mais, que nutriam orgulho pela “pátria”. Segundo Magalhães e seus companheiros, os homens e mulheres da *boa sociedade* abandonariam suas inclinações e se dedicariam à “nação”, porque amando e orgulhando-se dela, passariam a orgulhar-se de si mesmos, e isto porque cada um se descobriria, de súbito, fazendo parte constitutiva de uma totalidade vigorosa e promissora – o “Brasil”. O que está em jogo aqui é a instauração de uma dependência mútua, ou seja, a “nação”, vigorosa e promissora, dependia da dedicação de cada um e, por conseguinte, cada um se sentiria protegido, ou ainda em casa, confiante e corajoso. Os companheiros de *Revista* criam que a ordem sentimental responsável pela caracterização da identidade nacional oferecia contentamento a cada “cidadão”, provocando experiências como a do pertencimento e a da confiança, a da coragem e a do próprio amor. Enfim, pretendiam seduzir e provocar os “cidadãos”, até então “egoístas”, a aderirem à “nação”, “elevando suas almas”, provocando “brio” e asseguramento⁶.

Magalhães e seus companheiros criam que homens e mulheres “egoístas” não seriam capazes de abrir mão de seus desejos mais idiossincráticos e de aderir, por conseguinte, ao seu projeto civilizador, se não experimentassem totalidades caracterizadas pelo “amor” e pelo “orgulho”, sentimentos que seriam determinantes à emoção e à satisfação de seus leitores (“egoístas”).

Tal é o fim a que se propõem os autores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional. (MAGALHÃES et al., 1978.)

etnia, o território comum, traços culturais comuns e uma história comum. Ver HOBBSAWM, 1998: 11 et seq.

⁶ De acordo com Eric J. Hobsbawm, o ponto de determinação da nação moderna, ou seja, a condição de possibilidade para que a nação moderna se concretizasse fora a instauração de um sentimento de pertencimento fundado, por sua vez, na convicção de que a nação era fundamental à existência de todos – “(...) de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para sua identificação individual (...)”. (HOBBSAWM, 1998: 14) Quanto à predicação dos termos “amor” e “orgulho”, ver SILVA, 1922 (1813): 124 e 372.

Os autores da *Niterói* reafirmam seu projeto civilizador a cada linha da apresentação, a saber, o de orientar o “Brasileiro” a bem-querer a todos, a pensar e a agir a partir do amor à “glória nacional”, imperativo que seria suficiente à superação do modo de ser egoísta, e isto porque ofereceria satisfação a cada um. Através de “considerações sobre todas as matérias” os homens aprenderiam lições úteis, ou ainda, instruções objetivas acerca de como deveriam se relacionar uns com os outros e, especialmente, de como deveriam produzir e administrar adequadamente as riquezas colhidas junto à natureza. Mas não bastaria ensinar lições úteis, algo mais seria necessário, e isto porque a maioria dos homens e mulheres da *boa sociedade* não estaria disposta a aprender e a realizar essas lições espontaneamente, a partir de uma decisão racional originária. Todas essas “considerações” que prometem orientar adequadamente através de instruções objetivas, também possuem a função de seduzir os sentidos, de manipulá-los através da utilização de totalidades como “pátria” e “nação” e de precipitar os homens e mulheres à ação adequada de forma imediata, ou seja, sem a participação originária da razão. Dizendo ainda em outras palavras, os redatores da *Niterói* entendiam que não era missão nada simples a de convencer e de corrigir as idéias e os hábitos profundamente “egoístas” dos homens e mulheres da *boa sociedade*, missão que precisaria ser concretizada a partir da utilização de duas estratégias complementares, a saber: 1) a disponibilização de “lições úteis” a todos, caminho que contava com a mobilização originária do aparato racional de seus leitores e, a um só tempo 2) a manipulação dos sentidos através das totalidades mencionadas, método que provocaria satisfação a cada um e a adesão à “nação” a despeito da própria razão, e isto para que se tornasse possível, num segundo momento, a própria concretização das “lições úteis” disponibilizadas - estratégia que faz reparar a influência de Schiller sobre os companheiros⁷.

⁷ Como afirma Schiller: “A mais urgente necessidade da nossa época parece ser o enobrecimento dos sentimentos e a purificação ética da vontade, pois muito já foi feito pelo esclarecimento do entendimento. Não nos falta tanto em relação ao conhecimento da verdade e do direito quanto em relação à eficácia desse conhecimento para a determinação da vontade, não nos falta tanta *luz* quanto *calor*, tanta cultura filosófica quanto cultura estética. Considero esta última como o mais eficaz instrumento da formação do caráter e, ao mesmo tempo, como aquele que é inteiramente independente do estado político e que, portanto, deve ser mantido mesmo sem a ajuda do Estado”. (apud BARBOSA, 2004: 28)

Em última instância, Magalhães e seus companheiros não criam que apenas a lógica, ou seja, que a argumentação estritamente racional, seria suficiente à civilização dos homens e mulheres que compunham a *boa sociedade*, e isto em mão inversa a contemporâneos como Frederico Leopoldo César Burlamaque, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Burlamaque escrevia a favor de concepções

Para concretizar esse objetivo, o de manipular seus leitores através dos sentidos, os redatores da Niterói lançaram mão de totalidades tais como “Brasileiro”, “pátria” e “nação”, imagens que fariam com que os seus leitores experimentassem sentimentos como o “amor” e o “orgulho” e, por conseguinte, os de pertencimento, confiança e coragem, tornando-os dependentes em relação à “nação”. Em outras palavras, os companheiros pretendiam fazer nascer, através da dependência e da satisfação de cada um em relação à “nação”, um carinho espontâneo (natural) e intenso, o que provocaria a civilização das idéias e dos costumes “egoístas” e, ao fim, a própria concretização da nação⁸.

Os companheiros de Revista se utilizaram de uma determinada estratégia para forçar a *boa sociedade* a agir e a pensar a partir do amor à “pátria”. Magalhães e seus

semelhantes às de Magalhães e de seus companheiros, em especial no que tange à necessidade de se abolir a escravidão, no entanto o seu método é estritamente “lógico”, como afirma. O autor compreende que os homens e mulheres da *boa sociedade* seriam “egoístas”, pois se dedicavam exclusivamente à realização de suas inclinações, e cria, no entanto, que este público se dedicaria à leitura atenta de suas obras e que seria capaz de uma decisão racional originária a favor do ultrapassamento do próprio modo de ser egoísta. Acompanhem: “Com efeito, as demonstrações dependentes de idéias abstratas exigem talentos consumados, uma lógica forte e clara, o que não está ao alcance de todos. E, demais, o raciocinar sobre coisas cuja realização só pode verificar-se no futuro arrisca o raciocinador a passar por falso profeta no espírito do comum; mas demonstrar o que todos observam, o que todos sentem, nada há mais fácil. Uma tal demonstração não entra no número de coisas possíveis, mas no das coisas reais e existentes, basta apresentar os fatos tais quais eles são e um cálculo sem réplica (...)”. (BURLAMAQUE, 1988: 105)

⁸ Magalhães e seus companheiros se dedicaram à superação do modo de ser do egoísmo, e isto através da disponibilização de lições úteis e, a um só tempo, a partir da manipulação dos sentidos de seus leitores. As lições úteis eram oferecidas através de enunciados científicos e a manipulação dos sentidos resultava de um jogo retórico no interior do qual os companheiros de Revista evidenciavam imagens de totalidade (nação, pátria Brasileiro etc.) capazes de instaurar sentimentos como amor, orgulho, pertencimento, confiança e coragem. O que está em jogo aqui é a tarefa de caracterizar, evidenciar e de naturalizar uma identidade que não era efetivamente compartilhada e seguia sendo uma espécie de imagem restrita a determinados homens e mulheres comprometidos com a construção do Estado imperial a partir do Rio de Janeiro e de províncias contíguas. Aí, o esforço de Magalhães e de seus companheiros no sentido de assumir a tarefa de caracterização, evidenciação e de naturalização da nação brasileira coincide com a *expansão para dentro* realizada a partir do Rio de Janeiro e de áreas contíguas. Melhor dizendo, Magalhães e seus companheiros participaram, à sua maneira - criticando a moralidade dos homens que compunham o Estado e a própria escravidão - da tarefa de construção de um lugar para a nação (Cf. GONÇALVES, 2009), ou ainda, de seu processo de corporeificação, o que fora fundamental à construção do Estado imperial. Ilmar Rohloff de Mattos anota que a *expansão para dentro* se tratou do “papel da coroa na manutenção da ordem e na difusão da civilização, em uma experiência histórica na qual a um império correspondiam um único Estado, um território unificado e contíguo e uma nação (...)” (MATTOS, 2009: 43).

E sobre a evidenciação e naturalização de um ente coletivo através de imagens de totalidade, o mesmo historiador afirma: “(...) a uma associação que era historicamente construída, buscava-se dar a aparência de natural. Se os novos cidadãos do novo Império do Brasil já não eram portugueses americanos, não deixavam de ser pernambucanos, bahienses, paulistas ou mineiros, todavia não deviam ignorar que desde então eram acima de tudo brasileiros. As identidades locais e regionais forjadas durante os trezentos anos da colonização portuguesa eram deslocadas em proveito de uma nova identidade, a ela articulando-se e subordinando-se como frações de uma mesma unidade”. (Id., 2010: 114)

companheiros investiram na confecção de textos que ofereceriam lições úteis ao bem de todos, mas algo mais sustentava seus escritos, qual seja o método de superpor termos como “pátria”, “país” e “nação”, de superpô-los e de fazê-los significar e evidenciar uma e a mesma coisa – todos, e, por conseguinte, de sensibilizar homens e mulheres “egoístas”, forçando-os a experimentar determinadas totalidades, conduzindo-os, através delas, à vivência de sentimentos como o amor e o orgulho, o pertencimento, a confiança e a coragem, vivência que os provocaria a agir, daí por diante, em nome do ente – todos, e isto a despeito de uma adesão racional originária.

Em verdade, destacamos, a partir da apresentação da *Revista*, dois interesses fundamentais de Magalhães e de seus companheiros, a saber: 1- evidenciar e caracterizar uma identidade nacional, a saber, aqueles que amam e se orgulham da pátria e 2- civilizar o Império. Para realizar seus interesses, os companheiros lançaram mão de duas estratégias complementares. Em relação à consecução do primeiro interesse, o da evidenciação e caracterização de uma identidade nacional, fora fundamental a resignificação de termos como “pátria”, “país” e “nação”, termos que, no interior de seus textos, reuniam as múltiplas identidades que compunham o Império do Brasil, a partir da imagem de uma totalidade mais originária que qualquer diferença⁹.

⁹ Os dicionários da época evidenciaram e intensificaram a redefinição do termo nação, termo que possuía em sua origem um significado étnico identificado à descendência ou à *gens*, e que conquista, ao longo do século XIX, especialmente, um conteúdo político. O *Vocabulário Português e Latino*, do padre Raphael Bluteau, publicado em 1716, registrava a significação étnica do termo, pois como podemos ler: “Nisso se diferencia nação de povo, porque nação compreende muitos povos, assim Beirões, Minhotos, Alentejões, & c. compõem a nação Portuguesa; Bávaros, Saxões, Suábios, Hamburguenses, Brandenbúrguenses, & c. compõem a nação Alemã; Castelhanos, Aragoneses, Andaluzes, & c. compõem a nação Espanhola (Apud PAMPLONA, 2009: 162). Já na 6ª edição do Dicionário Moraes Silva, publicada em 1858, o termo nação apresenta uma espécie de recunhagem semântica e, através de seu conteúdo político, articula e subordina inúmeras identidades étnicas evidenciadas por Bluteau como nações, senão vejamos: “**Nação**, s. f (do Lat. *Natio*) A gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e governo à parte: v.g. a nação *Francesa*, *Espanhola*, *Portuguesa* (...)”. O Dicionário Moraes Silva continua sua definição, agora junto a outro conceito, o de povo – “**Nação, Povo**. *Sin.* No sentido literal e primitivo. A palavra *nação* indica uma relação comum de nascimento, de origem; e *povo* uma relação de número, e de reunião. A *nação* é uma dilatada família; o *povo* é uma grande reunião de seres da mesma espécie. A *nação* consiste nos descendentes de um mesmo pai, e o *povo* na multidão de homens reunidos em um mesmo sítio. Em outra acepção a palavra *nação* compreende os naturais do país; e o *povo* todos os habitantes. Um *povo* estrangeiro que forma uma colônia em país longínquo continua ainda a ser Inglês, Português, Espanhol etc. é-o por *nação*, ou de origem. Diversos *povos* reunidos, ligados por diferentes relações comuns em um mesmo país, formam uma *nação*; e uma *nação* se divide em vários *povos*, diversos uns dos outros por diferenças locais e físicas, ou políticas e morais. A *nação* está intimamente unida ao país pela cultura, ela o possui; o *povo* está no país, ele o habita. A *nação* é o corpo dos cidadãos; o *povo* é a reunião dos reinícolas. Uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas; é a parte mais numerosa de que a *nação* é o todo” (Apud PAMPLONA, 2009: 164-165). Para uma interpretação detida da semântica apresentada acima, ver *Ibid.*, p. 163 et. seq. e PEREIRA, 2009.

Para a civilização dos “brasileiros”, o segundo interesse destacado, os companheiros utilizaram esses termos, incessantemente, com o intuito de provocar a experiência do amor, do orgulho, do pertencimento, da confiança e da coragem e, por conseguinte, emocionar e satisfazer os “brasileiros”, forçando-os a assumir o compromisso de agir em nome do “bem comum”.

Magalhães e seus companheiros fazem nascer um projeto nacional na medida mesmo em que resignificam e aproximam termos como “pátria”, “país”, “nação” e “Brasileiro”, fazendo-os significar uma totalidade originária fundamental ao bem de todos. Aí, caracterizam esta totalidade subjetivamente lançando mão de sentimentos como o amor e o orgulho e insistem, então, num projeto civilizacional marcado pela necessidade de provocar os homens e mulheres da *boa sociedade* - através da razão e dos sentidos -, a pensar e a agir orientados pelo amor, ou ainda, em favor do “bem comum”. Em verdade, se dedicaram a oferecer “lições úteis” a todos os seus “concidadãos” e a lançar mão dessas imagens de totalidade para provocar a experimentação de sentimentos como o “amor”, o “orgulho”, o pertencimento, a confiança e a coragem, sentimentos que originariam a satisfação dos “brasileiros” e, por conseguinte, a concretização de uma “nação” amorosa.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, V. L. de. **A Experiência do Tempo**. Conceitos e Narrativa na Formação Nacional Brasileira (1813–1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- ARENDT, H. **O Conceito de Amor em Santo Agostinho**. Instituto Piaget: Lisboa, S.d.
- BARBOSA, R. **Schiller & a cultura estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BURLAMAQUE, F. L. C. Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica. In: **Memórias sobre a escravidão**. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional: Brasília; Fundação Petrônio, 1988.
- CHATEAUBRIAND, F-R. A. **O Gênio do Cristianismo**. 2 vols. Rio de Janeiro: W. M. JACKSON Editores, 1960.
- DOYLE, P. Introdução. Niterói, Revista Brasiliense. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.
- GONÇALVES, M. de A. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no

- Romantismo brasileiro. In: In: GRINBERG, K; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial**. V. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MAGALHÃES, D. J. G. de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).
- MAGALHÃES, D. J. G. de; TORRES HOMEM, F, de S.; PORTO-ALEGRE, M. A. Ao Leitor. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836). Não paginado.
- MATTOS, I. R. de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, K; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial**. V. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. Transmigrar – Nove Notas a Propósito do Império do Brasil. In: PAMPLONA, M. A.; STUVEN, A. M. (Org.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- PAMPLONA, M. A. Nação. In: JUNIOR, J. F. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- PEREIRA, L. R. Povo/Povos. In: JUNIOR, J. F. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SILVA, A. de M. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Typografia Fluminense. 1922 (1813).

**NARRATIVAS INDIVIDUAIS, HISTÓRIAS NACIONAIS:
POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS DA OBRA *HISTÓRIA DO GENERAL OSÓRIO***

Nayara Emerick Lamb*

Pensar o biográfico, mais do que suas características, pressupõe pensar suas práticas e os usos que o envolve. Enquanto conceito vinculado ao ato de biografar, a *eleição* é uma das características mais marcantes do processo biográfico, que por sua vez é composto por opções políticas, sociais, culturais, etc. Configurada como registro, a narrativa biográfica pressupõe a eleição tanto dos sujeitos a serem narrados quanto dos episódios da vida destes sujeitos que serão circunscritos na narrativa, tendo em vista a impossibilidade de descrever o todo que compõe a vida de um indivíduo. Mais do que lembrar o indivíduo, o biógrafo deve conceber o *como* lembrar este indivíduo. O formato da lembrança impõe à biografia um exercício marcado pelo tempo e espaço do indivíduo que a concebe, no caso o presente da produção da obra. Ao selecionar o *como* lembrar o indivíduo, o biógrafo propõe um exercício entre a lembrança e o esquecimento, de forma a disputar com a história a “*visão do passado*” (SARLO, 2007: 12) que prevaleceria. Nesta disputa, o indivíduo torna-se um personagem do autor, personagem *re-apresentado* no presente a partir de sua visão.

Constatamos então que história e biografia partilham o uso da narrativa como forma de representar/significar o passado – a biografia de um indivíduo específico serve, sob a forma de uma narrativa, como espaço de representação histórica. História e biografia se complementam também se pensarmos que a elaboração de uma narrativa pode, em alguns casos, alterar significativamente as formas de apreensão de um evento. Uma biografia, analisada sob a perspectiva de fonte histórica, permite indagações sobre o passado do autor e as visões sociais presentes na produção da obra.

Tal entendimento nos serve no sentido de que nossa intenção é pensar as possibilidades historiográficas existentes na biografia *Historia do General Osorio*, entendendo-a como forma de representar/significar o passado a partir da trajetória de vida de um indivíduo específico, e também como figuração de experiências sociais coletivas.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ (PPGH). Bolsista CNPq. Orientanda da prof.ª dr.ª Marcia de Almeida Gonçalves.

A *História do General Osorio* escrita por Fernando Luiz Osorio, teve seu primeiro volume lançado no ano de 1894. A obra, uma vasta e farta biografia de seu pai, seria o passo derradeiro para seu ingresso na lista de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 25 de agosto de 1895. A biografia do Marquês de Herval só seria terminada com a publicação do segundo volume, em 1915, por seus netos Fernando Luiz Osorio e Joaquim Luis Osorio, dada a morte de Fernando Luiz, em 26 de novembro de 1896.

Num sentido mais amplo, pensar as possibilidades historiográficas desta narrativa nos encaminha para um processo maior em que as inter-relações entre história e biografia vêm sendo, cada vez mais, objeto de apreciação historiográfica¹. Desta forma, o exercício que nos cabe é justamente pensar sua natureza biográfica associada às suas possibilidades historiográficas, para que possamos inseri-la num contexto maior do debate entre História e Biografia.

Daniel Madelénat (1984) aponta que a produção biográfica sempre esta associada a algum tipo de uso, em especial o uso político. Para Madelénat, os usos políticos do biográfico permitem a figuração do sujeito em uma idéia imagética, no sentido de que permite uma extrapolação do real ao rerepresentar o objeto/sujeito particionado, ainda que tido como todo. Em sua análise, Madelénat pensa nas possibilidades de produção de conhecimento pelo biográfico e apresenta a história da produção biográfica problematizada por meio de três paradigmas, possibilitando uma historicidade para o campo. Esses paradigmas são: o Clássico (da produção Grego-Romana até a do século XVIII), o Romântico (do final do século XVIII ao XIX) e o Moderno (do início do século XX até o presente da produção de sua obra, a década de 1980). Essas divisões paradigmáticas que o autor constrói permitem uma categorização da produção, capacitando uma análise histórica do campo e construindo, principalmente, chaves de leitura interpretativas que nos servem no sentido de permitir definir e classificar a

¹ Cf. LORIGA, Sabina. A Biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998: 225-250, BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996: 183-191; GONCALVES, Marcia de Almeida. História de Gênios e Heróis: individuo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2.; GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em Terreno Movediço: biografia e história de Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009; LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (org's). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996: 167-182.

produção mesmo fora de seu campo ambiente, no caso o autor trabalha com a produção biográfica européia.

No dialogo com as fronteiras entre esses paradigmas podemos pensar o paradigma Clássico vinculado à uma temporalidade marcada pela presença de um dogmatismo valorizador do mundo imaterial, transcendente, em que a produção não pressuporia uma narrativa cronológica como temos na atualidade. Já o paradigma Romântico teria se configurado a partir da emergência do indivíduo como medida de todas as coisas e forma de pensar a condição humana, marca do forte processo de laicização, entre finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, que se caracteriza, segundo Marcia de Almeida Gonçalves, por uma

(...) variedade de posturas, propostas e questionamentos que a atitude romântica passou a designar. A sua maneira, tal atitude, pressupunha, em diversos campos da ação humana, outra equação para os usos e sentidos da liberdade, da imaginação, da racionalidade, e para as próprias formas de conhecer e de se relacionar com o mundo e a natureza por parte dos sujeitos humanos. (GONÇALVES, 2009b: 432)

O paradigma Moderno, por sua vez, foi marcado pela ascensão das filosofias do inconsciente e do racionalismo científico, que apontaram para uma nova forma de olhar o mundo, com fortes vínculos com o(s) modernismo(s). Segundo Marcia Gonçalves eram “Tempos em que as figurações do ‘ego’ tornam-se objeto de um saber especializado em descaminhos e meandros da psique humana” (GONÇALVES, 2009a: 154-155).

É preciso destacar que Madelénat não pensa essas categorias/paradigmas como rupturas, mas sim como encadeamentos da produção vinculada à estética de seu tempo. Nesse sentido, nos momentos de transição, e em alguns casos mesmo ao longo das temporalidades, essas categorias podem sobrepor-se e coexistir, ponto indispensável para a análise que pretendemos empreender aqui.

A biografia escrita por Fernando Luis Osorio compõe-se pela ordenação cronológica de fatos, com ênfase nos que seu pai esteve direta ou indiretamente envolvido. Enquanto biógrafo, Fernando Luiz aponta, em texto introdutório à obra, que optaria pela neutralidade ao narrar os eventos dentro da escrita do discurso que propunha para a criação de sua “*visão do passado*” (SARLO, 2007: 15), apresentando esta

(...) da forma que verá o leitor, em estilo simples e despretensioso; contando e não comentando; expondo minuciosamente os fatos; abdicando o direito de apreciar os feitos do biografado, mesmo porque, o filho criterioso que escreve a vida de seu Pai, deve restringir-se a narrar os acontecimentos, com singeleza e verdade; não lhe é permitido despir-se daquele pudor natural que, assim como o impede de exprobrar os seus erros, o proíbe de elogiar os seus acertos. (OSORIO, 1984: XVII)

No entanto, há uma longa distância entre o que aponta como sua meta enquanto autor e a realização de seu trabalho narrativo, em que podemos identificar um leque distinto e variado de participações e estilos.

Ao longo da narrativa vemos os fatos serem representados de forma direta e inseridos na experiência humana. O autor busca, não só apresentar seu pai, mas sim vincular sua vida à história da nação, com ênfase em sua participação na articulação da delicada questão da unidade territorial. A dedicação de Fernando Luiz em enfatizar que a vida de seu pai seria descrita como centro de apresentação dos momentos que constituem a coletividade se enquadra no eixo interpretativo que é marca da produção biográfica romântica do século XIX, em que a vida do indivíduo deve, em valores e importância se confundir com a própria história da nação. Nas palavras de Marcia de Almeida Gonçalves “Era como se o nascimento e a trajetória da unidade indivíduo devesse, em sentido, confundir-se com a unidade da nação.” (GONÇALVES, 2009b: 429). No que tange a articulação entre escrita biográfica e o processo de construção da nação brasileira, a autora nos esclarece que

Particularmente no que se refere às representações e ponderações sobre o par indivíduo/sociedade ou, de forma mais precisa, aos esforços discursivos, trabalhos de memória, de associar sentidos de trajetórias individuais aos da sociedade tida como nação, pode ser concedido destaque às biografias e autobiografias, em especial as primeiras, pela relevância nas produções letradas de muitos dos que assumiram o compromisso e a missão política de construir o império do Brasil. (Ibid: 429-430)

Projeto do século XIX, a construção da nação configurou-se com espaço para os homens de ciências e letras pensarem, descobrirem e redefinirem a si mesmos e ao mundo ao seu redor. Nesta lógica os integrantes do movimento romântico tomaram campo e estenderam-se como um dos mais importantes articuladores das noções que deveriam ser associadas à nação e ao Império que se queria construir em solo brasileiro.

No que tange ao Brasil do XIX, os debates sobre a construção da nação sempre apontaram para a busca por um algo ideal por parte desses *construtores do Império*

(MATTOS, 2005), um algo grandioso que pudesse representar, de forma adequada, a grandiosidade da nação em construção e de seu povo. Se pensarmos que essa busca por uma grande nação se caracteriza na construção, imaginada e representada, da mesma, podemos acreditar que o mesmo se reflete nos homens a que se espera a terem construído ou estarem a construir. Leva-nos à idéia de que tais homens também devem ser vistos e representados como ícones desta nação, exemplos a serem seguidos ou cultuados, grandes homens, gênios e heróis desta construção. Fernando Catroga afirma que estes procedimentos podem ser vistos como

(...) processos comuns à construção da memória individual (re-fundação, identificação, filiação, distinção, finalismo), mediante a seleção e fragmentação da seqüência dos acontecimentos e a sua integração num horizonte prospectivo, evocações marcadas pela escolha de ‘grandes homens’ ou de ‘grandes acontecimentos’, assim elevados a paradigmas, cuja lembrança aparecia como imperativo histórico que o futuro devia cumprir. (CATROGA, 2001: 60)

No entanto, a biografia escrita por Fernando Luiz Osorio apresenta uma dicotomia. Ainda que possamos encontrar na obra correspondências diretas com a produção romântica do biográfico no XIX, voltada para a construção da nação e dos grandes homens, heróis e gênios que a representam, sua narrativa não empreende um caminho de heroicização do personagem em foco. Marcia Gonçalves aponta que a tônica do herói romântico se caracteriza por “perfilar a especificidade de cada sujeito individual, por vezes de forma comprometida com a construção de modelos de ação virtuosa, passíveis de repetição por parte daqueles que em tais exemplos se mirassem” (GONÇALVES, 2009a: 457). Para Sabina Loriga (LORIGA, 1998: 225-250), o herói romântico do XIX se apresenta no homem que faz a História, um sujeito que é mais que o individuo dos fatos, é um homem capaz de transcender o mundo e desempenhar o papel cósmico que realiza o objetivo geral da humanidade.

Na obra de Fernando Luiz não vemos Osorio ser descrito como *esse* herói. Não que a figuração do marquês presente na obra não o tenha como um herói², mas não como o herói cósmico descrito por Loriga que *Faz a História*. Fernando Luiz descreve seu pai em termos mais castos e aponta como seu maior valor a honra como homem e militar, capaz de abandonar suas crenças republicanas e lutar ao lado do Império contra

² O herói que mais tarde seria consagrado com um dos três militares mais importantes da construção da Nação Brasileira (dividindo terreno com duque de Caxias e Almirante Tamandaré).

seus compatriotas riograndenses em um dos conflitos que mais marcaria a história local, como foi a Farroupilha. A narrativa apresenta Osorio como um jovem que, recém alistado no exército imperial, não teve outra escolha senão seguir as ordens dadas por seus comandantes e ser uma peça no jogo político e militar representado pelos conflitos em que esteve envolvido ao longo de sua carreira. Um homem passível de erros e acertos como qualquer outro. As poucas vezes que tentou tomar as rédeas de sua vida, tal escolha não lhe foi dada³, acabando como passivo homem mundano à mercê de entraves burocráticos.

Fernando Luiz, com olhar atento de biógrafo-filho, descreve Osorio como, acima de tudo, um nacionalista, um “homem de brio”, que é capaz de abdicar de suas necessidades pessoais pelas do coletivo da nação. Assim, ele aponta que a filiação de seu pai ao exército imperial era parte de sua honra e amor desapegado à nação brasileira, e não à Monarquia, pela qual lutara “por haver compreendido que ela ainda não fez o seu tempo neste país” (Ibid: XXX). Talvez por isso, na introdução de seu livro, Fernando Luiz consagra a narrativa da vida de seu pai à nação. Afirmando à mesma que “ele viveu servindo-te, desde a juventude à velhice, dedicadamente. Por ti derramou seu sangue no campo de batalha. Amou-te mais que à própria vida” (Ibid., Dedicatória), e pedindo que esta protegesse “contra o olvido a memória dos teus leais servidores” (Ibid., Dedicatória). Ainda que capaz de transcender à condição humana, o herói construído pelo autor não é o motor da história, mas sim parte integrante (ainda que fundamental) desta. Elementos constantes na narrativa – para além das defesas feitas de filho para pai – nos apontam um caminho em que o herói, que mais tarde se construiria, não é alguém acima dos fatos, mas sim parte integrante deles, não como alavanca, mas como engrenagem da História.

Tais elementos podem ser vistos na forma empregada por Fernando Luiz para narrar a vida de seu pai, de forma à se desprender da narração das ações individuais, abrindo espaço para a investigação das ações coletivas. O autor debruça-se sobre “*os fatos da história*” para, a partir deles, buscar entrelaçar a vida de seu pai aos acontecimentos de que foi agente integrante. Tal atitude também nos permite reconhecer o valor que o autor dá à história enquanto forma de compreender o mundo. Como posto

³ Refiro-me aqui às suas tentativas de baixa e dispensa das forças imperiais, em que os pedidos lhe foram negados consecutivamente, por conta de rixas políticas com membros mais elevados da hierarquia militar.

acima, no início do primeiro volume da obra, Fernando Luiz Osorio busca esclarecer os objetivos de seu trabalho em um longo texto introdutório dirigido ao leitor, no qual afirma que ao escrever as memórias de seu pai “*não faria mais do que escrever páginas da história nacional*” (OSORIO, 1984: XIII) e apontando também o que esperava da obra em si:

Esta obra, construída com elementos são, tem a vantagem de reprimir semelhantes resultados; de fazer que a verdade resplandeça na história, provocando de futuros escritores um juízo reto sobre o biografado, em todas as manifestações de sua individualidade considerado: como homem privado, soldado, político ou poeta. (Ibid: XVI)

Esclarecendo também que a obra “trata de um passado que não pode ser esquecido; de um vulto que teve uma história, de uma história que tem seu lugar reservado nos anais das nações, porque, está fortemente ligada à do Brasil” (Ibid: XX–XXI). Fernando Luiz nos esclarece o quanto à narrativa da vida de seu pai deveria servir ao apaziguamento do passado coletivo e à fixação desta história/memória comum. Constituindo-se em um *monumento* deste passado da nação, ou ao menos em um *traço* do que acreditava que deveria vir a ser este passado.

Fernando Luiz não enxerga ou apresenta seu pai como um motor histórico impulsionando as ações dos homens ao seu redor, papel que um herói romântico teria – nem como um gênio criador capaz de refletir toda a estética de uma geração, outro arquétipo da produção romântica –, mas sim como um dos homens impulsionados pelos movimentos da História, no qual sua trajetória serviria de e somente como espaço para a narrativa da nação. Sua história não reflete um monumento ao homem, mas sim um monumento à nação, ao Brasil.

Desta forma, a narrativa da trajetória de vida que Fernando Luiz faz de seu pai configura-se como representação não só do indivíduo personificado, mas também do tempo histórico no qual estava inserido. O que permite que a biografia alcance mais do que a ação de lembrar este indivíduo, permite a lembrança do passado no qual atuou. Este é o dado valioso em lembrar o passado a partir da artimanha de inseri-lo na vida dos homens que compuseram a história da Nação. Essa lembrança-narrativa permite a *co-memoração* do indivíduo e do tempo histórico, no sentido de que serve à coletividade. A *re-presentação* do passado a partir da vida do homem nacional, nos dá possibilidade de lembrar o tempo da ação e a possibilidade de inseri-la no contexto do

presente.

A dicotomia existente e as dificuldades em categorizar a obra de Fernando Luiz podem ser compreendidas se não nos esquecermos do dado precioso representado por sua publicação ter-se efetivado nos primeiros anos da República Brasileira. Como mencionado acima, a virada do século e, no Brasil, as transformações políticas desencadeadas nesses anos, representaram um momento de revisão de valores associados à emergência de novos processos políticos e sociais. No campo intelectual, e por sua vez no biográfico, o final do século XIX e o início do XX representariam uma virada substancial nas formas de conceber o homem e o mundo no qual este estava inserido. A emergência de uma nova sensibilidade, tida como moderna, impulsionou, entre 1890 e 1914 a empreitada intelectual nomeada como *revolta antipositivista* (GONÇALVES, 2009a: 154- 155).

Mais especificadamente no campo do biográfico, Marcia Gonçalves nos auxilia ao explicitar que esta biografia moderna seria um novo olhar sobre as possibilidades da produção biográfica:

(...) em tempos de gênese do modernismo e dos questionamentos sobre as dimensões da subjetividade, as biografias passaram a figurar entre narrativas de vida, revigoradas por suas possibilidades de ensaiar interpretações sobre indivíduos e suas fascinantes personalidades e fisionomias. (GONÇALVES, 2009: 155)

Como posto acima, a biografia escrita por seu filho Fernando Luiz, coloca ao narrador o exercício de pensar o sujeito em foco inserido nos fatos que compõem a história que se quer como da nação, ponto que a referencia nos quadros da biografia tida como romântica. Por outro lado, também como exposto acima, esse sujeito em foco não é o motor das ações que se desenrolam, mas sim uma parte atuante com limites claros de ação e que sofre, enquanto passivo da história, os efeitos dos fatos nela desenrolados, um sujeito afeito a erros e acertos como o próprio Fernando Luiz afirma ao apontar sua proibição, enquanto biógrafo, em comentá-los.

Nesse sentido, a narrativa desenvolvida por Fernando Luiz ocupa um espaço ainda não delimitado entre a biografia romântica do XIX e a biografia moderna do XX. Vemos a presença do ufanismo monumentalista do movimento romântico, descrito na busca por um ser exemplar, mas tal exemplaridade não se dá nos termos românticos. Fernando Luiz não quer seu pai um herói “profeta da realidade” (LORIGA, 1998: 236),

visa um herói cotidiano, capaz de aceitar o encadeamento dos fatos da vida, e nesse sentido se aproxima das biografias modernas que começaram “apostando na receptividade de outras formas de esquadrihar a humanidade contraditória de todo e qualquer sujeito individual.” (Ibid: 156), como colocado por Marcia Gonçalves.

As dificuldades de categorizar a obra de Fernando Luiz se apresentam por esta desenvolver em medidas próximas elementos de dois dos paradigmas apresentados por Daniel Madelénat, sem filiar-se diretamente a nenhum deles. Mais do que sobrepor-se como o autor já anunciara a possibilidade, vemos na obra elementos dos dois paradigmas de Madelénat desfrutarem do mesmo espaço-texto, anunciando a existência de um *espaço não delimitado*. Reconhecemos que a existência desse *espaço não delimitado* deve-se à temporalidade de sua produção e às transformações sociais e políticas vividas e experimentadas pelos homens desta. O surgimento de uma nova sensibilidade, as transformações políticas nacionais e internacionais, a emergência de um público leitor ávido por minúcias dos homens públicos, mais do que por suas características exemplares, uma noção do universal sobre o individual, a efervescência dos novos cenários urbanos e outros elementos que enunciam e compõem a temporalidade da virada do século, parecem ter, para nós, influenciado diretamente na produção do texto.

Nesse sentido, para além das dificuldades em categorizar a obra, acredito que possamos caracterizar a biografia do General Osorio na chave de uma narrativa de trajetória de vida que serve de espaço de figuração para o passado. E acreditamos nas suas possibilidades historiográficas por sua narrativa nos permitir visualizar o passado da forma como era concebido nos primeiros anos da República Brasileira, se pensarmos que a produção historiográfica do século XIX representa um movimento de construção não só da história nacional, mas também do que deveria ser a ela associado.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeí Lopes. **A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

- ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico**: Dilemas da Subjetividade Contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs). **Usos e Abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em Terreno Movediço**: biografia e história de Octávio Tarquínio de Souza. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. A
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. História de Gênios e Heróis: Individuo e Nação no Romantismo Brasileiro. In: GRIMBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2. B
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs). **Usos e Abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de Escala**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- MADÉLENAT, Daniel. **La biographie**. Paris: PUF, 1984.
- MATTOS, Ilmar R. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: **Almanack Braziliense**. n. 1, maio/2005. Revista eletrônica, IEB/USP. Disponível em: <<http://forum8maio2005almanackbrasiliense>> nº01. Acesso em: 05 de setembro de 2008.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República consentida: **cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- OSORIO, Fernando Luis. **A Guerra Civil dos Farrapos**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- OSORIO, Fernando Luis. **história do General Osorio**. Rio de Janeiro: Typ de G. Leuzinger & Filhos, 1984. 1-2 vol.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgarf. A Política Rio-grandense no Império. In: **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1979. (Documenta 2).
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. In: **Cadernos de Pesquisa do CADHIS** – nº 36/37: Ano 20, 2007.

**UM SÁBIO CIENTISTA VISITA O SERTÃO:
A HISTÓRIA DA NAÇÃO ATRAVÉS DA PENA DE FRANCISCO FREIRE ALEMÃO (1859-1861)**
Francisca Hislly Bandeira Cavalcante*

A discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque no século XIX, tornando-se uma das marcas características do pensamento histórico, cultural e científico no Brasil. Nesse momento, cientistas, literatos, historiadores, políticos e intelectuais brasileiros estavam dedicados à elaboração da identidade brasileira, para a afirmação cultural e para a construção da totalidade Brasil.

Diante do contexto social, político e cultural do Império Brasileiro na segunda metade do século XIX, em vias de afirmação e consolidação da monarquia, a legitimação da nação brasileira seria forjada através da instituição de um passado glorioso e de uma História nacional total, unânime, valiosa e, para tanto, conforme Guimarães (1988) tornava-se necessário para os intelectuais e políticos da época conhecer o Brasil em sua totalidade; desbravar sua natureza, cultura e história, conquistar o interior desconhecido e alargar as fronteiras habitadas e exploradas do país, além de esclarecer e educar a sociedade e criar nela um sentimento de amor à pátria e, assim, afirmar a unidade nacional.

Incorporar o território brasileiro em sua totalidade ao Estado Nacional, submetendo a natureza em seu estado puro, selvagem à cultura permaneceu como um dos objetivos mais almejados pela intelectualidade e pela administração brasileira no século XIX. O espaço natural passa então a ocupar um lugar de destaque na definição da singularidade da nação, nele se encontraria o “Brasil profundo”, que cabia compreender, assimilar ao movimento da História, à cultura e à sociedade brasileiras.

A marca do nítido esforço de associação entre natureza brasileira, investigações em História Natural e construção da nacionalidade pode ser localizada, especialmente, na atuação de um espaço de investigação científica: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O IHGB formou-se no bojo do processo de consolidação do estado nacional.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Pensar e delinear um perfil para o Brasil era um de seus principais objetivos. “O Instituto retiraria a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de Luz e Ordem” (GUIMARÃES, 1988: 15). Fundado em 1838, o Instituto consistia na mais importante instituição cultural do Império, acolhia as figuras mais expressivas das Ciências, da Literatura e das Artes do país.

Foi no cerne do IHGB que se elaborou um dos projetos mais audaciosos na tentativa de desfazer as barreiras internas fortalecidas pela pouca integração entre as províncias e trazer a tona a verdadeira e homogênea nacionalidade brasileira.

A formação da comissão científica do Império

Na seção Ordinária de 30 de maio de 1856 do IHGB, contando com a ilustre presença do Imperador D. Pedro II, o naturalista Manuel Ferreira Lagos, lança uma proposta, que, diante das circunstâncias nas quais se encontravam os estudos científicos no Brasil, agradava os personagens que compunham o quadro científico nacional, as palavras do naturalista foram as seguintes:

Propomos que o IHGB se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas. (Revista do IHGB, t. 19, 1856: 12)

Lagos tornava pública a intenção de se estudar o Brasil a partir das suas áreas menos conhecidas, portanto, menos produtivas e mais hostis para o império e inseri-las no projeto de formação de “uma individualidade nacional apoiada tanto na noção agregadora do território quanto na idéia de nação que, apagando as profundas diferenças sociais, tornava os contrastes naturais e culturais marcas de uma localidade própria.” (PESAVENTO, 1992: 217. In: LOPES, 1996: 83). As províncias citadas por ele correspondiam as do Norte do país. Esse discurso muito agradou o Imperador, que prontamente se disponibilizou a apoiar a expedição ao Norte brasileiro.

Organizada a Comissão, definidas suas Seções e escolhidos os cientistas que dela participariam, dentre os mais renomados da corte, restava escolher o destino da

viagem. Segundo Braga (2004), a escolha da província do Ceará se deu em princípios de 1857. A razão mais apontada para a escolha do Ceará enquanto primeira província a ser visitada pelos científicos encontra-se na suposta riqueza do solo cearense. Grande parte dos estudiosos da Comissão defende que se dizia existirem nas serras cearenses grandes jazidas de metais preciosos. Corroboravam para esse parecer as amostras de minerais da província, colecionadas nos mostruários do Museu Nacional. Para estes, a provável existência de metais preciosos foi a razão fundamental da escolha do Ceará como província a ser explorada, afinal essa riqueza, se realmente existia, precisava ser incorporada aos recursos da nação.

Enquanto ficavam prontos os preparativos para a viagem, a Comissão foi dividida em cinco Seções, cada uma sob a responsabilidade de um cientista. As Seções criadas e seus respectivos chefes foram as seguintes: *Botânica* para a qual foi encarregado Francisco Freire Alemão; *Geológica e Mineralógica* que ficou a cargo de Guilherme Schüch Capanema; *Zoológica*, assumida pelo porta-voz da proposta de formação da Comissão - Manoel Ferreira Lagos; *Astronômica e Geográfica* para a qual foi nomeado chefe Raja Gabaglia e *Etnográfica e Narrativa de Viagem*, tendo sido designado para ela Antônio Gonçalves Dias - o já reconhecido poeta indianista. Além dos chefes das Seções, foi designado para a Comissão o pintor José Reis de Carvalho. Autônomas quanto aos seus objetivos, as Seções ficavam na estrita obrigação de colaborar entre si, agrupadas em torno de um presidente, cargo para o qual foi recomendado o botânico Francisco Freire Alemão.

Em fevereiro de 1859 os integrantes da Comissão desembarcaram no Ceará. Os científicos mostravam-se cheios de entusiasmo com a idéia de que iam prestar um serviço relevante ao seu País, esperançosos eram de encontrarem alguma coisa de essencial ao desenvolvimento do Brasil e desvendarem um mundo de novidades no campo das Ciências naturais e da História.

Seis meses após a chegada a Fortaleza a Comissão iniciou sua viagem pelo interior cearense, no entanto, em menos de um ano de viagem pelo Ceará os problemas apareceriam. Cortes financeiros e falta de esclarecimentos ao presidente da Comissão acerca da liberação dos recursos para a jornada acabaram levando à decisão de retornarem as Seções à Capital da Província antecipadamente, em março de 1860. Em Fortaleza, combinou-se um novo itinerário para cada Seção. Os trabalhos pelo interior

da província se sustentariam por mais um ano.

Em abril de 1861 reunir-se-iam novamente em Fortaleza os chefes de Seção. A decisão não foi demorada: a Científica deixara de estar em condições de trabalho, decidiram pedir para serem chamados de volta à Corte. No dia 13 de julho de 1861, embarcaram e partiram. Chegaram ao seu destino em 24 de julho de 1861.

No Rio de Janeiro, os membros da Comissão assumiriam uma nova fase de seus estudos científicos, era necessário catalogar o material recolhido, estudá-los minuciosamente e principalmente, apresentar resultados concretos que justificassem a existência da Comissão e mostrassem a utilidade, já tão contestada por políticos e intelectuais do Império, dos estudos feitos no Ceará. Os relatórios de Capanema, Freire Alemão e Lagos foram lidos nas sessões de 4 de outubro, 22 de novembro e 6 de dezembro, respectivamente. Gonçalves Dias e Gabaglia não apresentaram relatórios. O de Gabaglia, segundo Capanema nos seus “*Apontamentos sobre as secas do Ceará*” (Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878), foi escrito e estaria em 1878 nas mãos de particulares, no entanto nada se sabe sobre o roteiro do relatório da Seção Astronômica e Geográfica. O relatório da Seção Etnográfica jamais foi escrito. Enfermo, Gonçalves Dias concluiu apenas a Parte Histórica e os Proêmios dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, publicados em 1862.

A existência da Comissão rendeu para o Museu do Rio de Janeiro mais de 14.000 amostras de plantas, sem dúvida a maior contribuição botânica para o acervo científico da instituição. A coleção Zoológica, também cedida para o Museu, era estimada em 17.000 exemplares, entre insetos, répteis, peixes e aves, a maior parte não figurava nos seus armários. Para o Museu foram encaminhados os instrumentos e materiais para uso na preparação de produtos, assim como os livros, mais de 2000 títulos que iriam constituir uma parte da Biblioteca do Museu, lá também foi depositada uma série de estampas de zoologia, etnologia e mineralogia.

Além do Museu Nacional, o IHGB recebeu muito do material conseguido pelos naturalistas no Ceará. Gonçalves Dias vasculhou boa parte dos arquivos municipais por onde passou, principalmente o do Icó e o do Crato, e obteve documentos e extratos de notícias interessantes à História e Geografia do Ceará, História essa que deveria ser incorporada a da nação, integrando todas as partes do território nacional. O mesmo fizeram Lagos e Freire Alemão. Essa documentação foi toda entregue ao Instituto.

Dentre os cientistas que participaram da Comissão Científica de Exploração um, em particular, destacava-se pela experiência e pelo largo respeito adquirido perante a comunidade científica nacional. Tratava-se do Botânico e Médico Francisco Freire Alemão de Cysneiros, que veio a ser chefe da Seção Botânica e Presidente da Comissão.

Francisco Freire Alemão de Cysneiros nasceu em 17941 na Freguesia de Campo Grande. Filho de João Freire Alemão e Feliciano Angélica do Espírito Santo, aprendeu latim ainda no início da sua instrução, quando tornou-se sacristão. Doutorou-se em medicina pela faculdade de Paris, tornando-se posteriormente professor de Botânica e Zoologia da Faculdade do Rio de Janeiro. Após ser jubilado neste cargo, lecionou na Escola Central, a pedido do próprio Imperador, ocupação que exercia na ocasião de seu nomeio para presidente da Comissão Científica. Em 1866, já com mais de 70 anos e carreira consolidada, Freire Alemão foi nomeado diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Alemão esteve à frente do Museu até o ano de sua morte, 1874. Foi sócio da Academia de Medicina, do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Academia Filomática do Rio de Janeiro, dentre outras. Foi também sócio fundador e presidente da Sociedade Velloziana. Quando a botânica brasileira do século XIX é estudada, o nome de Francisco Freire Alemão aparece com imenso destaque.

A escolha de Freire Alemão para a presidência da Comissão Científica de exploração das Províncias do Norte (1859-1861) e para chefe da Seção Botânica representava um reconhecimento do governo imperial e da comunidade científica como um todo, representada pelo IHGB, ao largo e eficiente trabalho desenvolvido por ele na área das ciências no Brasil.

À frente da Seção Botânica Alemão desenvolveu um trabalho admirável.

Desde a chegada a Fortaleza exercita o velho mestre toda a sua capacidade de trabalho. Estuda plantas, faz observações sociológicas, indaga, anota, transcendendo, pelo seu espírito naturalmente perscrutador, o campo que lhe era reservado. Minucioso, metódico, prossegue em seu hábito de estudar e trabalhar cotidianamente. Graças a essa honestidade profissional, o rendimento da Seção Botânica foi incomparavelmente maior que o das demais. (DAMASCENO, 1961: 26)

Alemão desenvolveu uma vasta produção escrita a partir das experiências no Ceará. No presente trabalho nos deteremos no estudo do seu Diário de Viagem, espaço onde Freire Alemão registra uma série de comentários, narrativas, observações e

impressões relativas ao clima, relevo, hábitos alimentares, festas, topônimos, condições econômicas, disputas políticas, traçado urbano, aspectos da arquitetura, problemas internos da Comissão entre outros. O chefe da Seção Botânica e Presidente da Comissão anotou passo a passo sua viagem pelo Ceará, atentando para os mais variados aspectos da vida no sertão. Descreve o ambiente dos saraus, a graça e desenvoltura das moças, a presença cotidiana dos escravos, as conversas nas calçadas, o desembaraço das crianças, a sonoridade da fala popular, os préstimos dos anfitriões, os serviços prestados nos povoados e vilas, enfim, esmiúça com riqueza de detalhes e visão analítica as singularidades do viver cearense na segunda metade do século XIX. Em concordância com a análise de Silva Filho (2006: 13), as considerações de Freire Alemão, “Colhida e produzida com o espírito do cientista, usualmente disposto a colocar em causa o objeto de sua investigação, a trama dos fatos e das ações está subordinada ao escrutínio da visão analítica, que extrai, separa, decompõe, enquadra, ordena, classifica.”

Estudamos o Diário de Freire Alemão na perspectiva de problematizar, questionar as impressões do cientista frente ao sertão e ao sertanejo cearense, historicizando as observações, os comentários, as narrativas da viagem, relatos, principais assuntos, as relações com outros personagens ligados à Comissão, entre outros aspectos, destacando também a importância do Diário no trabalho do Naturalista viajante.

As narrativas da viagem ao ceará no diário de Freire Alemão

Ao longo do século XIX as viagens científicas ganharam forte especialização e, conseqüentemente, isso se refletiu na literatura de viagem produzida pelos cientistas viajantes. Assim, as memórias, os relatos, os diários, as correspondências, as instruções de viagem e os relatórios científicos apresentavam algumas modificações e reafirmavam-se cada vez mais como elementos essenciais para o bom cumprimento da tarefa do naturalista viajante. Dentre as categorias que compõem a literatura de viagem, perpassando a crônica, a epístola, o romance, a poesia, o diário de viagem e o relato científico, acrescentado não raramente do correspondente iconográfico, destaco o corpo documental composto pelo Diário de viagem do naturalista. Nele, assuntos pessoais e profissionais aparecem associados, revelando aspectos da viagem científica que dificilmente figuram nos relatórios e nas comunicações oficiais. Longe de conterem

apenas informações do plano pessoal, os diários compõem um importante material para a análise da História das Ciências. Quase sempre as atividades profissionais aparecem conjuntamente com informações sobre a vida e o cotidiano de quem escreve. No caso específico de um estudo sobre a Comissão Científica de Exploração, encontramos enquadrado nesse tipo de literatura de viagem o Diário de Francisco Freire Alemão, que torna possível o mapeamento da dinâmica do trabalho científico e o cotidiano das localidades que foram visitadas por esse cientista.

O cotidiano de Freire Alemão no Ceará era determinado por seus objetivos científicos. Não havia dia que não fizesse algum tipo de investigação. Durante seu tempo livre, principalmente à noite, depois das conversas com a gente dos lugares por onde passava, anotava no Diário o que havia feito durante o dia, bem como suas impressões sobre o local, a população, as informações colhidas, entre outras. Além disso, preparava e empacotava as plantas coletadas e cuidava da correspondência oficial para o governo, tarefa essa que o cargo de presidente da Comissão exigia que fosse por ele executada. Havia em Freire Alemão uma curiosidade singular. Conversador, por tudo se interessava. Anotava tudo. Nas suas indagações valia-se tanto da gente, quanto da gente do povo.

As riquezas de detalhes presentes em suas anotações comprovam a observância metódica que possuía e o compromisso que assumia na condição de homem de ciência, mas acima de tudo demonstram o exímio observador e analista da sociedade que o cercava. Segundo Silva Filho, o Diário de Freire Alemão

(...) é talvez uma das expressões mais relevantes, não exatamente por presumida fidedignidade ao visto e escutado, mas pela dinâmica intrínseca de seu desenrolar, dia após dia, escandindo impressões e argumentos sob o influxo do calendário e das pausas que prenunciam o seguimento da jornada. A sucessão das semanas e dos meses vem aqui acompanhada de chegadas e partidas, descortinando sítios e paragens outrora ignorados dos intelectuais da corte. Para ir ao encontro de um Brasil até então impermeável ao saber oficial foi imperioso aderir à experiência do deslocamento. No caso, movem-se o autor e suas anotações, estruturadas a partir dessa itinerância e nela concretizadas. O diário é, por conseguinte, não somente resultado dessa viagem, mas ele mesmo um registro da mobilidade em apreço e só por ela tornado possível. (SILVA FILHO, 2006: 16)

A intensa mobilidade da Seção Botânica é evidenciada no Diário. Sua dinâmica pelo interior do Ceará desenrola-se folha após folha. Suas páginas dão conta das

inumeráveis movimentações ocorridas no transcurso dos povoados e vilas. Ali também estão algumas transcrições de documentos históricos encontrados nas localidades, principalmente dos livros das câmaras. Transcreve documentos com os quais entrava em contato e que julgava importantes para a História do Ceará e para a narrativa da viagem, como jornais, revistas, livros e documentos oficiais. Procurava os documentos escritos para que pudessem servir de contrapeso num meio sociocultural preponderantemente iletrado e alicerçado na tradição oral. Por vezes, procura comparar dados coletados nos arquivos com o depoimento de alguma testemunha ocular do acontecimento que investigava. Um desses casos se deu quando procurou confirmar com uma testemunha certo fato relatado em uma correspondência entre dois intelectuais cearenses, da qual tinha feito cópia quando se encontrava no Crato:

(...) nessa ocasião pedi ao Canuto que me acompanhasse, pois desejava conversar com ele, ao que se presta de melhor vontade. E em casa depois que se retiraram algumas visitas expus-lhe o que queria dele, que era a verificação dos fatos contados na Carta do Brígido ao D^r. Theberge no que conveio de bom modo, prometendo-me em tudo dizer a verdade ainda que com isso houvesse algum comprometimento. Li-lhe a carta toda, que ele acha exposto e visto alguns pequenos reparos, ou ocorria algumas circunstancias, que tudo escrevi. Prometeu que ia mandar a historia da morte do Tristão e outras notícias. (Alemão, Diário de viagem, vol. II, 2007: 18, folhas 190-191).

Suas primeiras ponderações sobre a gente do Ceará se fazem a partir de comparações com a realidade do Rio de Janeiro. A curiosidade, a inteligência e a comunicabilidade do cearense são por ele admiradas:

É notável nesta gente (a observação já feita por estrangeiros) o desenvolvimento da inteligência. As crianças são vivas, prontas em respostas, atiladas, desembaraçadas, perguntadeiras. As mulheres mui tratáveis, prestam-se da melhor vontade, sem constrangimento algum a dar informações, que se lhe pedem, fazendo sempre reflexões, e questões que indicam certa perspicácia. Nos homens se dá também viveza, loquacidade e astucia. Dizem que para o sertão é isso ainda melhor. O certo é que há grande diferença entre estes e os nossos matutos. Tanto mulheres (e estas mais) como homens são capazes de grande desenvolvimento industrial. (ALEMÃO, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba. apud DAMASCENO e CUNHA, 1961: 199 e 211)

Estando a pouco mais de seis meses no Ceará, Freire Alemão arrisca-se a fazer uma análise do povo cearense, classificando-o em duas categorias: a gente acaboclada, ou o povo, e a gente branca. Segundo ele, o povo cearense é primordialmente formado

pela raça cabocla¹: “Pondo de parte alguns poucos pretos, e por conseqüência também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceara é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano.” (ALEMÃO, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba. apud DAMASCENO e CUNHA, 1961: 210)

Freire Alemão toma como referencial teórico a hierarquia das raças, teoria recorrente no meio científico no qual atuava. Tais idéias tinham como ponto de partida a obra do naturalista alemão Carl Von Martius, sintetizadas no seu texto “Como se deve escrever a História do Brasil”. Essas idéias eram também compartilhadas por Gonçalves Dias que, entre outras coisas, defendia que a decadência dos índios não era motivada, e sim apenas acentuada pelo contato com os brancos. O poeta indianista, como pesquisador, não estava à frente das idéias do seu tempo, apesar do interesse que demonstrava pela população de índios, negros e sertanejos e seu lugar na formação do povo brasileiro

Diante da presença dos cearenses, Alemão demonstra um sentimento de estranheza. Ele percebia muitas diferenças com relação à sociedade do Rio de Janeiro, marcada pela grande presença de negros e alguns brancos. Em suas observações sobre a gente acabocladada do Ceará escreve:

Ainda não vi nesta gente urna mulher, nem um homem demasiadamente gordos. São todos mui inteligentes, desembaraçados, e falam bem (...) e com termos e frases, às vezes pitorescas; a sua pronuncia é antes descansada que apressada, correndo em umas e descansando em outras sílabas. Os homens são em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho; pelo contrário as mulheres estão sempre ocupadas (enquanto eles se balançam nas redes) fazem obras mui mimosas de rendas, de crivos, e de tecidos, etc. As mulheres são mui prolíficas (o que também acontece a respeito dos brancos).

.....

O natural desta gente e bom; são dóceis, pacatos, mas bulhentos em estando bêbados; e vingativos, principalmente por ciúmes. As mulheres dizem que são fáceis e devassas. A prostituição é aqui muitas vezes filha da necessidade. (ALEMÃO, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba. apud DAMASCENO e CUNHA, 1961: 210-211)

Suas impressões parecem positivas, mas aparentam construir uma imagem naturalizada das classes populares. Como lembra Jacques Revel (1990: 47) “a cultura

¹Conforme as definições mais tradicionais, o caboclo, ou mameluco, vem da miscigenação da raça branca com a indígena, com predominância dessa última.

das elites molda permanentemente a cultura popular ao que lhe convém.” Freire Alemão segue uma tradição já estabelecida na Europa, nas Américas e na Literatura de viagem, de considerar o homem como produto do meio. Sua religião, linguagem, artefatos, festas, entre outros seriam como que produtos do solo e da paisagem.

A outra categoria usada por ele para classificar o elemento humano do ceará, a gente branca, é descrita assim:

Parece ser mais ou menos mesclada da raça americana. (...) Não tenho observado esse achatamento da cabeça senão em alguns casos. Alguns são bem apessoados, principalmente os filhos do sertão. (...)

.....

Em geral todos tem grandes queixas da centralização do governo; há prejuízos arraigados, muitos apreciam o falso das coisas, e uma certa tendência pueril para o que chamam liberdade. Deixam mesmo entrever o desejo de independência, e os sonhos da república. Isto o temos notado mesmo no sexo feminino. Há sobretudo um sentimento de inveja para com o Rio de Janeiro, que se manifesta a seu pesar. (Alemão, Notas sobre Fortaleza e Pacatuba. apud DAMASCENO e CUNHA, 1961: 212-213)

Muitas outras temáticas e questões sobre o Ceará e sobre a atuação da Comissão são abordadas por Freire Alemão no Diário. Este estudo consiste em apenas um apanhado geral dos assuntos abordados pelo botânico em suas anotações pessoais. Há muito mais neste vasto e rico documento histórico, são múltiplas as possibilidades de estudo que enseja. Àqueles interessados na história, cultura, economia, sociedade, política e religião do Ceará na segunda metade do século XIX encontrarão nos relatos de Freire Alemão inúmeras informações sobre esta província do Norte brasileiro. Muito do Ceará dá-se a entender através da letra do presidente da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, ou simplesmente Comissão do Ceará. O maior ganho que destacamos neste trabalho, ao analisar um documento elaborado por um dos integrantes da Comissão, está relacionado à importância desses escritos para a História. Qualquer estudioso que queira debruçar-se sobre o fazer História no século XIX e sobre a Cultura do Ceará encontrará na documentação deixada pelos cientistas nacionais elementos importantíssimos.

Em concordância com Rios (2006: 11), “A vinda da Comissão Científica decretava a definitiva integração da província do Ceará ao projeto de constituição da História da nação brasileira.” Afinal, o Ceará, entre outras províncias do norte, fazia

parte do Império desconhecido e, por isso mesmo, arriscamos em dizer, mais temido. A corte foi ao interior. O Brasil “civilizado” descobriu e ajudou a construir o Brasil “pitoresco.”

Referências Bibliográficas

- ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I (Coleção Comissão Científica de Exploração, 3). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Crato - Rio de Janeiro, 1859 / 1860 – volume II (Coleção Comissão Científica de Exploração, 4). Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.
- BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. **Um sábio cientista visita o sertão: o Ceará e a Comissão Científica de Exploração no Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza, 2009. Monografia de Graduação em História.
- DAMASCENO, Darcy. O Botânico Freire Alemão. In: Os manuscritos do botânico Freire Alemão. Catálogo e Transcrição. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.81, 1961.
- DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da (orgs.). Os manuscritos do botânico Freire Alemão. Catálogo e Transcrição. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.81, 1961.
- DIAS, A. Gonçalves. Proêmio; Parte Histórica. In: **Trabalhos da Comissão Científica de Exploração**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1862.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- LOPES, Maria Margareth. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 3, n. 1,

1996.

REVEL, Jacques. Duas variações acerca do popular. In: **A invenção da sociedade**.

Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

RIOS, Kênia Sousa. Apresentação: A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: **A seca**

no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia (Coleção

Comissão Científica de Exploração, 2). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria

da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. Nota Explicativa. In: ALEMÃO, F. F. **Diário**

de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato, 1859 – volume I

(Coleção Comissão Científica de Exploração, 3). Fortaleza: Museu do Ceará,

Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

TRABALHOS DA COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO. Rio de Janeiro:

Tipografia Universal Laemmert,1862. In: BRAGA, Renato. **História da**

Comissão Científica de Exploração. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha,

2004.

SANTIDADE FRANCISCANA E CULTOS CIDADINOS NA ITÁLIA MEDIEVAL:

O CASO DE ASSIS

Miriam Lourdes Impellizieri Luna Ferreira da Silva*

Entre os séculos XII-XIII, há uma grande mudança na percepção da santidade e no culto aos santos no seio da sociedade cristã. Em parte, como resultado das novas diretrizes impostas e determinadas pela Igreja, em seu movimento de Reforma, desde o século anterior, mas, igualmente, pelo despertar de uma espiritualidade laica, desejosa, mais do que nunca, de participar ativamente da vida religiosa de seu tempo.

Aumenta o número de santos, a partir de modelos adaptados do passado e de novos, mais adequados aos interesses e necessidades da Cristandade, no afã de encontrar novos interlocutores e intercessores frente à divindade.

Contudo, este intercessor necessitava ser alguém próximo, de preferência um vizinho, cuja vida exemplar aos olhos dos homens e daqueles de Deus, atraía a atenção dos conterrâneos e autoridades eclesiásticas, esperançosos de que, a partir dali, pudessem ser beneficiados e contemplados pelos milagres que não tardariam a acontecer, confirmadores daquela santidade que desabrochava.

O desejo de ter seu próprio santo era tão grande que, muitas vezes, a cidade iniciava, com a ajuda do clero local, o culto ao seu antigo concidadão, considerado "homem de Deus", (VAUCHEZ, 1988: 215-243), sem esperar pela autorização de Roma, que se fazia, cada vez mais, obrigatória.

Não podemos esquecer que, entre os séculos XII e XIII, paulatinamente, a Igreja cria mecanismos de interferência, cada vez maiores, na tramitação do reconhecimento da santidade, o que está de acordo com os objetivos, do Papado reformista, de centralizar todos os processos religiosos, tanto na esfera eclesiástica como na laica.

A partir do pontificado de Inocêncio III (1198-1216), é criada toda uma teoria da santidade que visa conceder ao pontífice a reserva ou o monopólio do reconhecimento de um novo santo, através da obrigatoriedade da canonização realizada pelo papa.

A matéria é consolidada, em 1234, com a bula *Audivimus*, de Gregório IX, quando se estabelece que só poderia ser considerado santo e ter seu culto aprovado, na

* Professora de História Antiga e Medieval da UERJ; Doutorando em História Social da USP.

Cristandade, aquele que assim fosse julgado pela Santa Sé, após um rigoroso exame de verificação das virtudes e dos milagres do candidato. Dito em outras palavras, daquilo que passou a se chamar o processo de canonização (V. PACIOCCO, 1990: 41-47).

Tornava-se obrigatória, assim, a cerimônia de canonização oficiada pelo pontífice, em substituição às antigas cerimônias de translação e entronização promovidas pelos bispos locais, com a aquiescência de toda a população.

Ao mesmo tempo, fazendo eco ao desenvolvimento de uma espiritualidade laica, altera-se a percepção da santidade. De uma santidade nobre, herdeira dos séculos da Alta Idade Média, que passava necessariamente pelo alto clero ou pela aristocracia de sangue - o santo era, assim, um aristocrata de alta linhagem que se destacava pela sua beleza e generosidade - chega-se, a partir do século XII, a uma santidade mais próxima do homem comum, agora cidadão e laico. Os santos são recrutados entre os novos grupos sociais que emergem do desenvolvimento da economia mercantil e urbana que, se promovia o crescimento e a abundância de alguns, fazia cair na marginalidade um grande número de pessoas.

Tal fato pode ser reconhecido no próprio uso do mecanismo novo da canonização. Tomemos como exemplo Inocêncio III que, entre os anos de 1198 e 1203, determinou a abertura de seis processos que resultaram em cinco canonizações (VAUCHEZ, 1988: 295), entre elas a de um santo mercador, Omobono (†1197), em 1199. Depois de séculos de santos oriundos da nobreza, abre-se espaço para santos de origem popular ou burguesa, atraindo para o seu culto um grande número de fiéis, tornando possível ao homem comum à ascensão à glória dos altares.

A bula de canonização de Omobono de Cremona, a *Quia Pietas*¹, traz alguns elementos interessantes para nosso estudo que merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, a ideia de que a piedade de Deus para com os homens está em constante renovação através dos prodígios que realiza através dos seus santos. Em segundo, a definição dos elementos necessários para que a Igreja reputasse alguém como santo: as obras de piedade em vida e a prova dos milagres depois da morte.

Contudo, ao contrário do que acontecia até então, Inocêncio enfatiza muito mais as virtudes morais de Omobono do que os milagres realizados por ele, ponto que, até

¹ V. o texto da Bula In: <http://www.campi.e-cremona.it/alumni/ipertesti/omobono/doc.2.html>. Acesso em: 16/11/2006.

então, era fundamental e determinante para a santidade. O ideal pregado pela Cúria romana passa a ser de que são os méritos morais e a perseverança na fé que tornam possível ao santo realizar milagres. Estes últimos ocorrem na sequência daqueles primeiros, como um seu corolário.

Mas, o que poderia ter motivado esta mudança?

Bem, suas razões devem ser buscadas na própria conjuntura da época de Inocêncio III. As heresias ameaçavam o monopólio religioso da Igreja em toda a Europa, não obstante o avanço da política de repressão e perseguição aos movimentos heréticos, que tomara corpo ao longo da segunda metade do século XII. Assim, os novos santos, oriundos do povo, teriam como função reconduzir, com seu exemplo de vida, os desviados da fé católica, e encarnar, nas suas virtudes morais, os ideais que faltavam à hierarquia eclesiástica, motivo da maioria das críticas feitas à Igreja, tanto por hereges quanto pelos católicos.

Ao mesmo tempo, os hereges também desprezavam o milagre, vendo nele a possibilidade de ação das forças do mal.

De fato, freqüentemente, *o anjo de Satanás se mascara de anjo da luz (2Cor 11,14)* e alguns realizam boas obras *para serem vistos pelos homens (Mt 6,5)* e, alguns também resplandecem pelos milagres, mas a sua vida é reprovável, como se lê sobre os magos do Faraó (*Ex 7,22*) e também sobre o Anticristo, o qual *com seus prodígios induzirá ao erro até mesmo os eleitos (Mt, 24,24)*. Não bastam, pois, somente as obras, nem somente os prodígios, mas quando depois das obras seguem-se os prodígios, tudo isto nos dá um sinal seguro da santidade. (*Bula Quia Pietas, 2*)

Daí, porque não só se altera o foco da santidade, exigindo do candidato uma conduta exemplar e uma adesão perfeita à ortodoxia, como se passa a agir com maior rigor na definição e na comprovação do milagre como vindo exclusivamente de Deus.

Então, vindo a nossa presença o Venerável Irmão nosso Sicardo, vosso bispo, acompanhado de muitos religiosos e outras respeitáveis pessoas, humildemente ele nos narrou a vida, as obras e as circunstâncias da morte de um certo santo homem, de fato e de nome Homembom. Nestas narrativas sentimos o perfume da sua vida santa e na fé, conhecemos e proclamamos Deus admirável e gloriosas todas as obras. De fato, este Santo, segundo quanto nos foi contado a viva voz, como também pelo que foi escrito nas petições de muitas pessoas de fé (...) participava sempre das Loas matutinas, frequentava com a máxima devoção a oficiatura da missa e das outras Horas, e era tão assíduo nas orações que, nas Horas estabelecidas ou rezava sem interrupção ou jejuava antecipadamente, a menos que fosse levado por aquela ânsia que o impelia

como verdadeiro homem de paz a percorrer os vários pontos da cidade, ou o dever de prover com esmolas os pobres ou por qualquer outra causa justa.

Quando estava prostrado diante da Cruz do Senhor ou enquanto estava fazendo qualquer outra coisa, viam-no sempre movendo os lábios em oração. Hospedava os pobres em casa e cuidava deles, dando-lhes o que precisassem, socorria-os e quando morriam os sepultava; com grande firmeza se opunha aos hereges que estavam espalhados por aquela região. (...) Para terminar, ao final de sua santa vida, durante a missa de São Brício, prostrado como de costume em oração ... ele adormeceu em uma beata morte.

Seria muito longo enumerar um depois do outro, quantos e quais milagres se seguiram, o de quantas curas beneficiou aqueles que acorriam ao seu túmulo; um só, acima dos outros, julgamos dever registrar de modo mais particularizado... (*Ibid.* 3 -5)

Desta feita, Omebono, o primeiro santo laico e não nobre, em séculos, congregava em si as virtudes que faziam dele um excelente católico, um exemplo de ortodoxia a ser seguido por todos, no combate às heresias. Caridoso, extremamente piedoso, obediente aos preceitos religiosos, fiel aos sacramentos da Igreja. Mas, também um homem da paz, a cuja autoridade se recorria, em vida, para conter a violência latente na cidade, panorama comum nas comunas italianas medievais, imersas em rixas internas, em disputas entre cidades e no quadro maior, no conflito entre comunas e Império.

Logo, o culto a Omebono, reconhecido em Cremona expande-se para outras comunas e regiões. Contudo, é na cidade natal, onde seu corpo é sepultado e em cuja tumba ocorrem os milagres, que seu patronato é exercido, até os dias de hoje, como bem recordou o papa João Paulo II, em carta ao bispo de Cremona, ocasião em que denomina o período compreendido entre 13 de novembro de 1997 a 12 de janeiro de 1999, como "Anno di sant'Omobono", em preparação ao "Grande Jubileu do Ano 2000"².

Significativamente, os cultos patronais que se desenvolvem, no período, nas cidades italianas, teriam renascido a partir da Reforma Gregoriana, tornando-se uma das chaves principais na elaboração de sua consciência comunitária:

As igrejas locais que haviam, ao longo do tempo, definido uma autóctone memória hagiográfica, forneceram os materiais históricos para a elaboração de cultos que expressassem não mais ou não apenas a identidade eclesial, mas

² V. "Messaggio del Santo Padre a S. E. Mons. Giulio Nicolini, Vescovo di Cremona, nell'VIII centenario della morte di sant'Omobono" (24/06/1997). Disponível em: <http://www.campi.e-cremona.it/alumni/ipertesti/omobono/doc1.html> Acesso em: 13/11/2006.

também aquela cívica e municipal, em um momento de entregas culturais onde, sem que se modificassem nem os léxicos nem as sensibilidades a eles submetidos, realizou-se a passagem gerencial entre os velhos símbolos do poder episcopal e os novos da organização comunal. (BENVENUTI, 2005: 161-162)

É assim que, em várias comunas, são descobertas relíquias "santas" e para elas são criados novos lugares de culto. Como no passado, tanto os bispos como o clero local, assumem esta renovação, ligando-se às autoridades cidadinas, o que lhe concede uma feição cívica. Tratam-se, aqui, tanto de antigos cultos revigorados, como de novos, promovidos a partir da criação de santos concidadãos, ou ainda, pela adoção de cultos estrangeiros, rapidamente naturalizados. Podemos citar, como exemplo, a adoção de santos originários das regiões bizantinas, do final da Antiguidade e do início da Idade Média, pelas cidades italianas portuárias mais famosas (São Nicolau, em Bari) e pelas outras litorâneas, caso de São Gregório Taumaturgo que, torna-se patrono de Staletti e Laureana, nesta última localidade, substituindo o antigo patrono, o já citado Nicolau de Bari (SILVA, 2009: 12-14).

O certo é que o santoral urbano se alarga - é o que Anna Benvenuti chama de "inflação dos patronos" (*op. cit.*: 166)-, à medida que, identificado com a história da cidade, liga-se às novas realidades sociais e políticas, assumindo as autoridades públicas e não mais apenas as religiosas o encargo de manter viva a memória cívica. A construção da catedral e dos edifícios religiosos que fazem parte do complexo catedralício passa a ser financiada pela cidade, servindo como marco, em vários lugares, do nascimento da consciência cidadina.

Assim, se assiste ao uso deste "panteão" patronal no próprio exercício de poder da comuna, como em Siena, onde se destaca, no Palácio Público, o famoso afresco de Simone Martini, *Maestà*, que retrata a Virgem em seu trono, com o Menino no colo, rodeada por dois anjos e ... vinte e oito santos! Todo este conjunto de protetores, alguns tomados de empréstimo das cidades vizinhas, legitima e fortalece a comuna senense.

Daí não ser surpresa o uso que a cidade faz do seu santo patrono (ou dos patronos) e, principalmente, de como ela assume, rapidamente, o culto dos novos santos que surgem no seu interior, vistos como prova do favor divino à localidade. No caso da Itália, segundo Vauchez (1988: 216), o número de novos santos citadinos, no período entre 1150-1500, oriundos da burguesia comercial e artesanal só perde para o dos oriundos da média e pequena aristocracia (31% e 35%, respectivamente, do número

total), recordando que vários deles viviam na cidade e se identificavam com ela.

Desta forma, tem-se a formação de um par, que será fundamental para muitas comunas, na construção do seu imaginário político e no ideal cívico da paz interna: o santo e sua cidade natal.

No caso de Assis, que nos interessa mais particularmente, a pequena comuna umbra pôde se orgulhar de ganhar, em cerca de três décadas, dois novos santos (Francisco, em 1228, e Clara, em 1253) que, ao lado dos patronos tradicionais, como São Rufino e S. Vitorino, zelam pela cidade, livrando-a das querelas internas, protegendo-a das ameaças externas, das guerras e das pestes.

Significativamente, pela mesma época em que nasce o movimento franciscano, com a conversão de Francisco, sua opção pela pobreza e pela menoridade social, o reconhecimento da forma de vida do pequeno grupo de penitentes assisenses por Inocência III, é estabelecido o Pacto entre os Maiores e os Menores de Assis.

Ninguém, nem de entre os Maiores, nem de entre os Menores, causará divisão alguma na cidade de Assis, tanto entre os cidadãos como com os estrangeiros. O dito é igualmente válido para os Menores de Assis. Todos haverão de fazer causa comum nas coisas comuns e comunitariamente realizarão as coisas que devem executar em favor da cidade, ao estilo dos bons cidadãos. (PACTO entre los mayores y menores de la ciudad de Asis, 09 de noviembre de 1210. Disponível em: <http://www.franciscanos.net/document/pacto.htm>. Acesso em 24 de janeiro de 2011)

A cidade se vê, assim, pacificada depois de toda a turbulência social e política que havia marcado sua história recente, entre o final do século XII e a primeira década do XIII: criação da comuna com a expulsão do governador imperial e a destruição da Roca, guerra entre o povo e os nobres da cidade, derrota na guerra contra a vizinha e rival, Perusa.

Dois anos depois, em 1212, é a vez de Clara acompanhar Francisco em sua *sequela Christi*, abandonando tudo e todos, com alegria, doação de si mesma e abandono à "Senhora Pobreza", tão cara aos participantes do franciscanismo primitivo.

Para a população de Assis, dois jovens ricos, um da burguesia comercial em ascensão, a outra, oriunda da nobreza fundiária local, que tudo abandonam para viver em pobreza absoluta e que, logo, atraem companheiros, cujo recrutamento é feito entre os moradores da própria cidade e seus arredores, alcançando os vários grupos sociais, parecia suspeito e uma ameaça a paz tão duramente conquistada. Mas, pouco a pouco,

duradoura ligação se estabelece entre a cidade, de um lado, e os frades menores e as irmãs pobres³, de outro, tendo, respectivamente, à frente, Francisco e Clara.

As fontes que chegaram até nós apresentam um quadro muito interessante acerca da relação existente entre os dois santos e sua cidade natal. Tomemos, pois, como exemplo a *Vida I*, de Francisco, escrita por Tomás de Celano e a *Legenda Clariana*, cuja autoria foi recentemente confirmada como sendo do mesmo autor.

Ambos os textos se iniciam definindo os santos como assisenses: "Vivia na cidade de Assis, no vale do Espoleto, um homem chamado Francisco" (*Vida I*, 1,1); "Mulher admirável por seu nome, Clara de palavra e virtude, natural de Assis, (...), foi concidadã do bem-aventurado Francisco na terra, e depois, foi reinar com ele na glória" (*Legenda*, 1,1).

A conversão de ambos, isto é, a passagem da vida laica para a vida religiosa, apesar das diferenças, tem alguns pontos em comum. Não podemos esquecer que foi o exemplo e a pregação de Francisco que motivou Clara (*Legenda* 5-7), não obstante o estranhamento que a opção daquele ainda causava na população assisense.

O principal, contudo, é a visão da cidade que as fontes impõem, não a da Assis real, mas a da sua representação como Babilônia: lugar do pecado e da negação de Deus, da qual os santos, para viver como tais, devem se afastar.

Em todo o processo de conversão de Francisco (*Vida I*, 3-15), a cidade é sempre retratada de forma negativa, já que com seu burburinho, ruas estreitas, população concentrada no perímetro determinado pela muralha, suja e barulhenta, não se mostrava como propícia para ser o palco do desabrochar espiritual do santo. É fora da cidade que ele sempre se refugia, nos campos e nos seus arredores, para meditar e rezar.

Quando do seu enfrentamento com o pai e ruptura com o modo de vida que levava, até então, Francisco dá às costas à cidade natal e passa a viver fora desta, primeiro em Rivortorto, já com seus primeiros companheiros e, depois, na Porciúncula, que se torna a *casa mater* da primitiva fraternidade.

Quanto à Clara, esta igualmente, abandona "o lar, a cidade e os familiares" (*Legenda*, 8) para correr a Santa Maria da Porciúncula, em que estavam Francisco e seus frades, o que também motiva a ira e a violência dos parentes, que reprovam sua

³ As denominações "frades menores" e "irmãs pobres", aparecem, respectivamente, nos prólogos das Formas de Vida escritas por Francisco (1223) e Clara (1253). V. CAROLI, 1996: 123 e 2248)

atitude e sua escolha e tentam resgatá-la, já em São Paulo das Abadessas⁴. Logo após estes acontecimentos, Clara e sua irmã carnal, Inês, que a seguira alguns dias depois de sua fuga, são levadas para São Damião, onde tem início a Ordem das Irmãs Pobres (*Legenda*, 10).

Todos estes lugares situam-se fora da cidade, nas suas cercanias (de 1,5 Km a 3 Km de distância), e se Francisco, ainda volta Assis para pregar e esmolar, Clara, reclusa em São Damião, a ela não mais retornará, em vida.

Contudo, apesar do início tenso e da reação violenta da sociedade, o certo é que, com o passar do tempo e com o exemplo de vivência pura e literal do Evangelho, dado pelos frades de Francisco, na Porciúncula, e pelas irmãs de Clara, em São Damião, o processo de reaproximação com Assis vai acontecendo: a má fama e o estranhamento dos primeiros anos começa a dar lugar a boa fama, ao amor e à devoção, à medida que, se espalhava por outras comunas e regiões da Itália, e até, fora desta, o movimento franciscano e damianita.

Ao anúncio das suas mortes, Francisco, em 04 de outubro de 2226 e, Clara, em 11 de agosto de 1253, a cidade corre para prestar homenagem aos seus novos santos e proteger seus espólios, diante da ameaça existente, na época, do roubo das relíquias sagradas.

Acorreram as multidões louvando a Deus (...). Toda a cidade de Assis veio em peso, e a região inteira correu para presenciar as grandezas de Deus, que o Senhor da Majestade tinha mostrado com a glória do seu santo servo.

(...) Os frades seus filhos, que tinham ocorrido com toda a multidão dos povos das cidades vizinhas, que estavam tão contentes por participar daquela solenidade, passaram toda aquela noite em que morreu o santo pai dando louvores a Deus, parecendo sentinelas dos anjos pela doçura do júbilo e pela claridade das luzes. Quando amanheceu, juntou-se a multidão de Assis com todo o clero e, carregando o sagrado corpo do lugar em que morrera, levaram-no para a cidade entre hinos e louvores, tocando trombetas.

(...) Quando todos chegaram à cidade, com grande alegria e júbilo colocaram seu corpo santíssimo no lugar sagrado, mais sagrado depois disto, em que, para a glória de Deus todo-poderoso, ilumina o mundo pela multiplicação de novos milagres, como até então tinha ilustrado pela doutrina de sua santa pregação. (*Vida I*, 116-118)

No dia seguinte a São Lourenço, aquela alma muito santa foi receber o prêmio eterno (...)

⁴ Uma análise mais apurada deste argumento, do santo que foge de casa, e que se coloca contrariamente ao meio que o circunda, pode ser encontrada na obra de Alessandro Barbero, *Un santo in famiglia, vocazione religiosa e resistenze sociali nell'agiografia latina medievale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1991.

Acorrem homens, acorrem mulheres ao lugar. As pessoas afluem em tamanha multidão que a cidade parece deserta. Todos a proclamam santa, todos dizem que é querida e alguns choram entre fases de louvor. Vem o podestá com um cortejo de cavaleiros e uma tropa de homens armados, e montam diligentemente guarda naquela tarde e toda a noite para não perderem nada do precioso tesouro que tinham entre eles.

No dia seguinte, moveu-se a corte inteira. O Vigário de Cristo foi para lá com os cardeais e toda a cidade se encaminhou para São Damião.

(...) Com devota deferência, cercam então os cardeais presbíteros a santa morta e fazem os ofícios de costume junto ao corpo da virgem. Depois, achando que não era seguro nem digno que tão precioso tesouro ficasse longe dos cidadãos, levaram-no honrosamente para São Jorge com hinos de louvor, ao som de trombetas e com solene júbilo. Era o lugar em que estivera sepultado antes o corpo do pai São Francisco ... (*Legenda*, 46-48)

Se, a *sequela Chisti* os levou para fora da cidade, a morte os traz de volta para o seio natal.

Em 1230, o corpo de Francisco é trasladado, em procissão solene, da igreja de São Jorge, onde fora sepultado, inicialmente, para a sua recém construída Basílica, em lugar que, até então, fora da muralha, servia para as execuções de prisioneiros, mas que agora se torna solo sagrado, pela presença do santo.

Quanto à Clara, a pequena igreja de São Jorge, na saída da cidade, do lado oposto à da Basílica franciscana, é totalmente reformada, dando espaço à ampla Basílica clariana, em cuja cripta seu corpo passa a repousar, e ao novo mosteiro das irmãs damianitas que, a partir de 1263, serão chamadas de clarissas.

Além da função religiosa - realização de milagres junto ao túmulo, o que atraía peregrinos, e da proteção dada aos cidadãos e à cidade - um dado interessante se impõe quanto à presença dos espólios de Clara e de Francisco, em Assis. Estes são responsáveis pela urbanização e povoamento de áreas, até então, periféricas, que são incluídas no espaço físico da cidade. Esta verdadeiramente se alarga. No século XIV, as duas Basílicas e seus arredores estarão totalmente integrados aos bairros antigos, servindo de prova o traçado da nova muralha que é construída, então.

A partir daí, porém, Assis passará a sofrer, pelo menos até o século XVIII, com periódicos surtos de peste, assim como o restante da península itálica, o que reduz sua população, e faz com que a decadência política e econômica torne-se mais visível. Assim, cada vez mais se impõe o recurso ao apelo aos santos protetores. As imagens de Clara e Francisco, junto a São Rufino e São Vitorino, antigos patronos, aparecem nos estandartes pintados para as procissões penitenciais, que saindo de Assis se dirigem para

seus antigos conventos - Santa Maria dos Anjos ou Porciúncula e São Damião. Seus nomes são recordados nos hinos compostos para as principais celebrações religiosas, tornam-se patronos de confrarias e sociedades de assistência mútua.

E o que dizer de Clara? Recordando o papel que desempenhou na liberação da cidade, quando dos ataques e cerco do exército do imperador Frederico II, em 1240, e do de Vital Aversa, em 1241, que a tornaram "defensora da cidade", em pleno século XIII, em uma função só reservada até então, aos bispos santos, ela é alçada, quando da grande peste de 1656, à categoria de "libertadora da Pátria", de acordo com os versos de Francesco Aquilanti. E nos documentos da *Confraternità di Santa Chiara*, que faz pintar no refeitório da igreja, sua sede, a imagem da santa, depois reproduzida em santinhos distribuídos a todos que quisessem fazer parte da confraria, em que esta ordena à Morte, com sua foice ameaçadora: "Para! Não toque neles; são meus fiéis" (SANTUCCI, 1994: 241-244).

E, a peste que chegou a atingir de Nápoles, na Campânia, às cidades umbras, como Nocera, Valtopina, Gualdo, deteve-se às portas de Assis!

Referências Bibliográficas

- BENVENUTI, Anna. La civiltà urbana. In: _____. et al. **Storia della santità nel cristianesimo occidentale**. Roma: Viella, 2005.
- CAROLI, Ernesto. (a cura di) **Fonti Francescane**. Padova: Edizioni Messaggero/ Assisi: Movimento Franciscano, 1996.
- FRANCISCO de Assis (São). **Escritos e biografias de São Francisco de Assis**. Crônicas e testemunhos do primeiro século franciscano. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MICCOLI, Giovanni. **Seguire Gesù Povero**. Magnano: Edizioni Qiqajon, 1993.
- PACIOCCO, Roberto. **Da Francesco ai "Catalogi Sanctorum"**. Assisi: Porziuncola, 1990.
- PEDROSO, José Carlos Corrêa (org.). **Fontes Clarianas**. 3ª ed. Petrópolis, CEFEPAL/ Piracicaba, Centro Franciscano de Espiritualidade, 1994.
- SANTUCCI, Francesco. Chiara, "de la Patria Gran Liberatrice". In:_____. (org.). **Presenza clariana nella Storia di Assisi**. Assisi: Accademia Properziana Del

Subasio - Assisi, 1994.

SILVA, Miriam L. I. L. F. O Santo e a Cidade. In: MOREIRA, Alberto da Silva. (org.).

São Francisco e as Fontes Franciscanas. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2007.

_____. Ortodoxia e Santidade no Século IV: o exemplo da "Vida de Gregório Taumaturgo" de Gregório de Nissa. **I Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo**. UERJ/NEA: 2009. p. 1-18. Disponível em:

<<http://www.nea.uerj.br/publica/ebooks/mediterraneo1/DOC/Miriam%20Lourdes20Impellizieri%20Silva.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2011.

VAUCHEZ, André. **La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age**.

Roma: École Française de Rome, 1988.

_____. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental**. Séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

**WALTER BENJAMIN E A HISTÓRIA:
REFLEXÕES SOBRE AS TEMPORALIDADES DA MEMÓRIA**

Aline Ludmila de Jesus*

Os debates historiográficos sobre a memória têm se ocupado de uma problemática: a representação do passado. Paul Ricoeur mostra a importância da narração para essa representação, pois o ato de narrar sempre foi importante ao salvar o passado pela palavra que, sem essa retomada, desapareceria no silêncio. Sobre esse aspecto, Jeanne Marie Gagnebin aponta que nas operações realizadas pela memória há uma tensão entre presença e ausência: “presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2006: 44). Nesse sentido, a autora aponta para a tarefa embaraçosa e ousada do historiador: lutar contra o esquecimento e a mentira, mas sem cair numa concepção dogmática de verdade.

Imbuídos dessas considerações almejamos trazer a lume a concepção de memória em Walter Benjamin e sua contribuição à história. Os desdobramentos teóricos benjaminianos nos levam a uma reflexão acurada sobre a escrita da história, a sensibilidade histórica e os seus limites. Problemáticas que são discutidas a partir do trânsito entre as regiões intervalares – e tênues – da história, da filosofia e da arte. Aliás, se à arte apraz dizer o inominável, registrar o inefável, à história apraz a razão sensível ao mundo, receosa diante de formulações cerradas e dicotômicas.

Walter Benjamin traça a sua concepção de memória tendo como ponto de partida as suas críticas à linearidade temporal e ao progresso presente no historicismo alemão e na social-democracia alemão. O pensamento benjaminiano caminha em direção contrária às próprias filosofias da história, porquanto não se trata tão somente de críticas à linearidade temporal, mas às filosofias da história que pressupõem o progresso, soterrando os desvios e os solavancos da história.

Na concepção benjaminiana, o progresso é fundado na catástrofe e no inferno,

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), linha Política e Imaginário. Desenvolvendo dissertação sobre a teoria da história de Walter Benjamin, com bolsa CAPES.

ele não possibilita o desejo por outro estado de coisas, mas sempre apresenta o mesmo. Benjamin, no entanto, amplia essa noção de inferno à própria modernidade, demonstrando que ela se funde no Inferno. “Que as coisas continuam assim – eis a catástrofe” (BENJAMIN, 2006: 515). Sua consistência não reside naquilo que está por acontecer em cada situação, mas naquilo que é dado em cada situação. Benjamin ancora-se em Blanqui e em sua obra *A Eternidade pelos Astros*, para discutir que o universo dominado pela mercadoria se torna lastreado pela repetição, não obstante tenha como disfarce a novidade. Essa novidade disfarçada aparece, para Blanqui, “como o atributo daquilo que pertence ao mundo da danação” (LÖWY, 1998: 198). Inferno é, para Benjamin, a alegoria que pincela os traços da modernidade: traços que revelam sua dimensão de “catástrofe em permanência” e repetição desesperante das “penas eternas e sempre novas”. O pior dos Infernos é, nessa concepção, o de alguns personagens da mitologia grega: Sísifo, Tântalo e as Danaides são condenados ao eterno retorno da mesma punição.

Em oposição aos tempos lineares e os tempos calcados na idéia de progresso, Benjamin propõe temporalidades em termos de intensidade. São reconstruídas a partir daí novas formas de se pensar o tempo e, por conseguinte, a memória. A temporalidade em Benjamin é lastreada por diversos elementos, dentre eles, a teologia e a apropriação que ele faz da temporalidade proustiana. Ambas as tradições se entrecruzam na escrita benjaminiana guiando-nos a pensar as relações entre *outrora, agora e porvir*.

A respeito da tradição judaica messiânica, Benjamin se apropria de dois conceitos fundamentais que nortearão sua respectiva noção de memória: *rememoração e redenção (Erlösung)*¹. À rememoração apraz captar reminiscências do passado e circunscrevê-las no *tempo de agora - jetztzeit*. Experiências perdidas são, portanto, conduzidas ao presente, no intuito de despertar aquilo que adormecia nos recônditos do esquecimento, no outrora. Tal relação entre passado e presente não é contínua, tampouco é puramente temporal; são imagens de outrora que saltam descontinuamente para o agora. Aliás: “Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra

¹ O termo *Erlösung* foi, provavelmente, extraído de um livro que Walter Benjamin tinha um grande apreço: *Der Stern Der Erlösung* de Franz Rosenzweig. Nele, o termo redenção tem um sentido teológico – a salvação – e político – libertação. Utilizamos a tradução americana do livro em questão: ROSENZWEIG, Franz. *The Star of Redemption*. New York: University of Notre Dame Press.

presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação” (BENJAMIN, 2006: 504).

É no tempo de agora (*jetztzeit*), no instante, que há o surgimento do passado no presente, é o “evento do instante, daquilo que começa a ser... que deve, pelo seu começo, nascer a si, advir a si, sem partir de lugar nenhum” (MATOS, 1989: 63). No “agora” há a cristalização de um momento crítico do passado que se configura como mônada. A mônada cristaliza fragmentos passados que ainda existem e os envolvem no tempo presente. Na concepção de memória benjaminiana, portanto, trazer a lume o passado significa circunscrevê-lo no presente, sendo que esse último tempo polariza o que veio antes e o que virá depois. Sobre isso Benjamin escreve:

Que o objeto da história seja arrancado, por uma explosão, do continuum do curso da história é uma exigência de sua estrutura monadológica. Esta torna-se visível apenas no próprio objeto arrancado. E isso ocorre sob a forma da confrontação histórica que constitui o interior (e, por assim dizer, as entranhas) do objeto histórico e da qual participam em uma escala reduzida todas as forças e interesses históricos. Graças a sua estrutura monadológica, o objeto histórico encontra representado em seu interior sua própria história anterior e posterior. (BENJAMIN, 2006: 507)

Se na concepção de memória benjaminiana a rememoração é a retomada do passado no agora, isto é, a representação do passado mediante uma imagem do presente, a redenção é uma possível emancipação nesse *agora*. A redenção resplandece mediante uma rememoração das vítimas do passado que converge numa reparação, pois, como observa Michael Löwy, a rememoração do sofrimento permite uma possível reparação das injustiças passadas.

A redenção está alastrada nos ares do passado e está relacionada com a salvação; ela sobrevém mediante a imagem de felicidade de cada geração. Benjamin considera que o passado carrega consigo um *índice misterioso* pelo qual é remetido à redenção. São mistérios que, ao serem tragos para o agora, abrem uma cortina de possibilidades que impelem à redenção.

“*Telescopage*² do passado através do presente”, eis o que norteia a concepção de memória em Benjamin. A confluência do outrora com o agora não é o feliz reencontro

² O termo *telescopage* não tem tradução para o português. Em francês: “Abréviation d'une désignation complexe à une suite de parties de ses composants, appelée mot-centaure, mot-valise ou mot portemanteau. Rencontre conflictuelle entre des choses contradictoires.” <<http://www.le-dictionnaire.com/definition.php?mot=telescopage>>

entre dois tempos, é uma irrupção sagrada e profana que vem para salvar e também para destruir. Sob essa perspectiva, Benjamin evoca um tempo em termos de intensidade – *kairos* – que salva fragmentos passados. Essa retomada salvadora do passado faz com que ele seja (re)vivido de forma diferente, de forma infiel. O outrora no agora não é a simples repetição do que já foi, pois as reminiscências adquirem novas tonalidades – portanto, não se trata de conservar o passado, mas de retomá-lo numa dimensão transformadora.

Além da teologia, é latente na concepção de memória em Benjamin a apropriação que ele faz de Proust. Para esse autor francês o passado nos parece perdido nos subterrâneos do esquecimento. Ele permanece oculto até que, num acaso talvez, ele se acenda instantaneamente. Esse momento de possibilidade nos mostra que fragmentos do passado são mais do que resquícios de outrora, são fluxos que percorrem os caminhos temporais da memória e se instalam, no acaso e no instante, no agora. Mais essencial, portanto, do que a confluência entre passado e presente é a faísca que se acende no instante, fulgurando lembranças esmaecidas nos subterfúgios do passado.

A obra de Proust *Em busca do tempo perdido* é reconhecida pelas buscas e redescobertas de tempos perdidos, distantes e esquecidos. Para além de buscas voluntárias e involuntárias, trata-se de uma obra de reflexão sobre o tempo. É característico da temporalidade proustiana trazer à tona realidades soterradas nos subterfúgios do inconsciente e recriá-las no pensamento. O tempo, portanto, passa adquirir novas tonalidades diferentes daquelas calcadas num ciclo contínuo.

Subjazem à obra de Proust considerações sobre as vilezas das memórias voluntárias que se esforçam, com determinação e consciência, para lembrar o passado e sobre as memórias involuntárias que, dada a sua espontaneidade, são capazes de promover naquele que lembra sensações ao tirar o véu de recordações passadas. Segundo Jacy Seixas, tanto na filosofia de Bergson como na literatura proustiana, a memória voluntária, não obstante seja essencial à vida, é trivial e superficial, visto que sua dependência ao hábito, a torna, como pensa Bergson, uma “repetição passiva e mecânica”. Ainda nessa concepção, a memória voluntária não traz a lume o passado enquanto uma representação, mas o repete. A memória involuntária, ao contrário, é visualizada por Bergson e Proust como a “verdadeira memória.” Ela é espontânea e descontínua; “não soma nem subtrai, ela condensa” (SEIXAS, 2002: 47).

Para Benjamin, em Proust o que importa, então, não é a rememoração de uma vida em si, mas sim o tecido de sua rememoração – “o trabalho de Penélope da reminiscência” (BENJAMIN, 1994: 36). No entanto, Benjamin considera que a memória involuntária de Proust pode estar mais próxima do esquecimento, pois as reminiscências se compõem por meio de uma união entre aquilo que é esquecido e o momento no qual é lembrado. Há, portanto, uma inversão do trabalho da Penélope: aqui o trabalho é feito à noite e desfeito durante o dia – *se a recordação é, para Benjamin, a trama, o esquecimento é a urdidura* (BENJAMIN, 1994: 36). É à noite, no momento dos sonhos, do aflorar do inconsciente, que, alegoricamente, o passado se apresenta.

Sob esse viés, Benjamin argumenta que os acontecimentos vividos carregam consigo a finitude, ao passo que os acontecimentos lembrados esmaecem limites, pois são considerados como um remate para tudo o que veio antes e o que virá depois. Nas palavras do filósofo: “as intermitências da ação são o mero reverso do continuum” (BENJAMIN, 1994: 38). As recordações sobre o que passou são progressivas, enquanto as lembranças são saltitantes. Eis o método benjaminiano para pensar a memória, pois somente enquanto imagem que salta é que a relação entre passado e presente escapa da linearidade.

Imbuídos dessas considerações teológicas e das apropriações proustianas, percebemos que a concepção de memória em Walter Benjamin está lastreada de uma dimensão utópica ao reiterar a dissimétrica relação entre outrora, agora e porvir. Reluz-se de sua compreensão filosófica da história a necessidade de olhar o passado como uma imagem que salta, visualiza-se igualmente o desejo por um tempo vindouro – tempo esse desconhecido e aberto, não obstante, esfumado pela esperança.

A memória aqui não tem uma dimensão utópica, no sentido de retomar “imagens ideais”, mas utópica no sentido de trazer imagens “corrosivas”, violentas que abalam as normalidades históricas preestabelecidas. Como percebe Hannah Arendt, numa modernidade avessa à palavra comum, devemos nos transformar em “pescadores de pérolas”, pois assim seremos capazes de mergulhar num outrora, dele trazer “pérolas” para o agora e transformar esses “insólitos tesouros” num outro porvir.

O conceito de utopia fora, por muito tempo, cristalizado enquanto sendo algo impossível. Nas utopias de Thomas More e Campanella temos os esboços de uma racionalização da vida no *lugar outro*. Esse *lugar outro* é vislumbrado por ambos os

autores como sendo impossível de alcançar, não obstante, ele forneça aprendizagens que explicitam a necessidade de mudança no presente no afã de construir um futuro diferente.

Todavia, utopia não tem aqui o sentido do projeto racionalizado de um sonho impossível e inalcançável. Trata-se de uma utopia que pincela sonhos com a imaginação para irromper a destruição de uma ordem de catástrofes inscrita no agora e no outrora. Utopia pode ser compreendida como *outopos*, ou tem a idéia de negação, enquanto *topos* significa lugar, por conseqüência, *outopos/utopia* pode ser compreendida como a negação (*ou*) de um determinado lugar (*topos*) – e não lugar nenhum. Se considerarmos a *utopia* como a *negação* de um determinado *topos*, podemos pensá-la enquanto um desejo de dissipar algo, pois ela parte de um *topos* e nega-o, ao negá-lo ela busca um novo *topos* – no entanto, esse *topos* é (in)conclusivo. Nesta não-*conclusão* aloca-se o que Carlos Lima chama de *razão nômade da utopia*.

Sob essa perspectiva, a utopia se configura como “arqueologia do amanhã”. Ela busca instaurar a revolta, a destruição, a insurreição de uma determinada ordem e lugar no ensejo de se alcançar um novo lugar – eis aqui o aspecto nômade da utopia. Se pensarmos na utopia como parte da “filosofia do amanhã”, compreende-se que viceja nela reflexões sobre os tempos vindouros, não numa relação contínua, mas como algo que salta descontinuamente.

Benjamin parte da negação de determinados *topos*: o tempo linear e progressista, as catástrofes históricas e a dimensão infernal da modernidade. Urgia, portanto, uma reflexão acerca da própria história a fim de construir um novo conceito que rompesse com esse *topos* determinado no intuito de ensejar outro *topos* – *topos* esse que se sobrevém mediante a redenção.

A redenção Benjamin não é tão somente abarrotada de bons sentimentos, no sentido de que o próprio ato de rememorar possibilita a salvação do presente ou a conservação do passado. Para Gagnebin a redenção livra, porque destrói e não porque conserva. Nesse sentido, o caráter utópico está justamente conectado com uma dimensão destruidora e aniquiladora. A memória rememorada traz ao presente esperanças irrealizadas de outrora, aquilo que não foi ou que foi e foi relegado, e também a “necessidade” de evitar catástrofes. Se for dada à humanidade a possibilidade de outro porvir, ela também terá a capacidade de esquecer.

As considerações de Jeanne Marie Gagnebin nos ajudam a pensar que as considerações teológicas de Walter Benjamin não são respostas às interpelações e angústias dos homens. Ao contrário, elas abalam os edifícios dos sistemas lógicos, especulativos ou políticos (GAGNEBIN, 1999). Nesse sentido, a dimensão destruidora age para preservar a possibilidade de salvação. Para aprofundarmos nessas proposições, citemos um trecho do *Fragmento Teológico-Político*, texto pouco lido de Walter Benjamin:

O próprio Messias, apenas ele, é que perfaz todo o advir histórico, no sentido que só ele liberta, cumpre, leva ao cabo a sua relação com o próprio messiânico. Eis por que nada de histórico pode, por vontade própria e por si mesmo, querer se referir ao messiânico. Eis por que o Reino de Deus não é o *telos* da dinâmica histórica; ele não pode ser posto como meta. Visto historicamente, ele não é meta, mas fim. Eis por que a ordem do profano não pode se edificar segundo o pensamento do Reino de Deus, eis por que a teocracia não tem nenhum sentido político, mas tão-somente um sentido religioso. Ter negado com toda a intensidade possível a significação política da teocracia é o grande mérito de “*O Espírito da utopia*” de Bloch. (BENJAMIN apud GAGNEBIN, 1999)

Na concepção exposta no trecho, o *Reino de Deus* é consagração utópica de um novo lugar. A ordem das metas, a dimensão teleológica, o vir-a-ser profano, é substituída por uma irrupção. No entanto, aparentemente, esse trecho nos apresenta uma contradição: o ordem do teológico não pode se misturar com a ordem do político. Gagnebin nos guia a pensar que a ordem do político é a dimensão profana e, portanto, também orienta a idéia de felicidade, uma felicidade terrestre. Assim, se existe uma relação entre o político e teológico, é uma relação de forças opostas, pois não há uma concordância preestabelecida. No dizeres de Gagnebin, o Messias aparece no momento em que é dispensável; ele não vem instaurar o seu Reino que é complementar e diferente do reino terrestre. O Messias vem ao mundo quando esse mundo não é sagrado, tampouco profano, mas liberto, liberto, sobretudo, dessa oposição.

Articular o passado significa apreender reminiscências passadas que brilham no escuro do presente – se poucos conseguem vislumbrar o escuro do presente, poucos conseguem visualizar o “facho de trevas” (Agamben), a imagem que salta, pois como as estrelas ele está oculto, e revela-se, no escuro.

Lobrigar no seu próprio tempo o escuro – eis a dimensão “contemporânea” e utópica da memória benjaminiana. As considerações de Agamben nos permite entender o que é esse escuro ao recorrer à neurofisiologia da visão para mostrar que o escuro não

é, simplesmente, a ausência de luz, mas o resultado da atividade de um produto da nossa retina – *as off-cells*³. Perceber o escuro, não é, segundo Agamben, uma forma de resignação e inércia, mas é uma habilidade de conseguir neutralizar as luzes que provêm de uma época para desvendar as suas trevas. O escuro, então, é entremeado às luzes. O escuro, para o contemporâneo, é algo que lhe concerne, nas palavras de Agamben: “Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o fecho de trevas que provém do seu tempo” (AGAMBEN, 2009: 64).

Num universo repleto de galáxias e corpos luminosos – como as estrelas – há o escuro. Baseado na astrofísica, Agamben observa que as galáxias se distanciam de nós de modo que sua luz não nos alcança. O escuro que somos capazes de observar é uma luz que viaja velocíssima até nós, mas que não nos chega. O contemporâneo, porém, tem a capacidade de perceber essa luz ao procurá-la no escuro do presente.

Ser contemporâneo é “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar” (AGAMBEN, 2009: 65). O compromisso não está no tempo cronológico, é algo que se insere nele, mas que o transforma. A pontualidade está no instante que se acende no presente e, logo, desaparece, fica ausente, pois se instala num tempo “transcendental”. O tempo benjaminiano, e por conseguinte sua concepção de memória, não estão inseridos na linearidade, mas dentro dentro daquele átimo no qual lateja a irrupção de outro *porvir*. A utopia nômade se instala nas falsas utopias que cegam a humanidade com suas supostas luzes.

A dimensão utópica da memória benjaminiana se inscreve, exatamente, nesse anacronismo. Se o presente está permeado por um “muito cedo”, a rememoração mostra um “muito tarde”, lembrando-nos que algo urge no agora. Acrescenta a isso, um “já”, um agora que “ainda não”, pois é aquilo que está por vir, é uma luz que não pode nos alcançar, mas que está vindo a nós. A luz não pode nos alcançar, não obstante, pode ser apreendida, velozmente, de forma distante, pelo contemporâneo.

A memória em Benjamin tem a dimensão “contemporânea” à qual alude Agamben, porque cinde o tempo presente em mais tempos – outrora, agora e porvir – e estabelece neles uma desomogeneidade. Agamben reflete que mediante a interpolação do presente na homogeneidade do tempo linear, o contemporâneo cria essa singular

³ Segundo os neurofisiologistas a ausência de luz faz emergir células periféricas da retina, as *off-cells*, que entram em atividade e produzem na nossa visão o escuro. Ver: AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

relação entre os tempos. Ainda segundo o filósofo italiano, o contemporâneo fratura as vértebras de seu tempo e faz dessa quebraçura “o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações” (AGAMBEN, 2009: 75). A respeito disso, Agamben considera o tempo messiânico como *contemporâneo*, ele é o “ser” contemporâneo ao Messias que se inscreve no “tempo de agora”. Tempo esse cronologicamente indeterminado, mas que tem a capacidade de colocar em relação consigo o instante do passado e transformá-lo. Evoquemos o próprio Agamben:

(...) o contemporâneo (...) é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de ‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. (AGAMBEN, 2009: 72)

Ler de modo inédito a história: pensá-la em suas fraturas de outrora, em suas trevas de agora e em suas possibilidades do amanhã. Não seria a memória – e por desdobramento o esquecimento – para Benjamin uma “utopia” que interpola o(s) tempo(s)? Na utopia benjaminiana, o escuro do presente, pensado por Agamben, projeta suas sombras no outrora no desejo de que esse tempo responda ao agora. A exigência à qual aclama Benjamin é a de não ser “contemporâneo” apenas com o nosso tempo, mas também com o tempo passado.

Compreende-se, portanto, que a filosofia benjaminiana adquire uma dimensão de responsabilidade - é o amor ao possível que reverbera em sua paixão pelo mundo, porém, mais que possível é o amor ao impossível. Lembremos de Ernst Bloch, amigo ora afável ora hostil de Walter Benjamin, que em seu inventário daquilo que é portador de sonhos e utopias mostra que reverbera nos homens os sonhos: sonhos pelo possível e pelo impossível. Bloch mostra que a esperança não é uma ação resignada de espera, mas sim uma paixão pelas possibilidades e impossibilidades. Para o filósofo:

O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do ato de temer, não é passiva como este, tampouco está trancafiada em uma nada. O afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas, em vez de estreitá-las: ele nem consegue saber o bastante sobre o que interiormente as faz dirigirem-se para um alvo, ou sobre o que exteriormente pode ser aliado a elas. A ação desse afeto requer pessoas que se lancem ativamente naquilo que vai se tornando [Werdende] e do qual elas próprias fazem parte”. (BLOCH, 2005: 13)

Desejar o encanto em mundos de desencanto: eis a angustiante aspiração dos homens (modernos?). Tempos sombrios, tempos de catástrofes, acedia e resignação permeiam épocas histórias e, por conseguinte, se entremeiam nas subjetividades humanas. A paixão pelo mundo nos é dada como algo distante, como se não nos restassem possibilidades a não ser uma normalidade pesada. Os sonhos, o divino, o profano, o inumano e os desejos são soterrados pela história – aliás, por uma tradição historiográfica logocêntrica, insensível aos ritmos avessos ao coro do logos - por serem considerados domínios do irracional.

Amar o (im)possível: não é o *logos* benjaminiano que nos fala, tampouco é a existência de um projeto teleológico que nos admoesta, ao contrário, é a “memória utópica” do pensador alemão que nos interpela. Interpela-nos com a suavidade de um convite e não com o peso de uma missão. A articulação entre a memória proustiana e a tradição judaico-messiânica conduziu Benjamin à elaboração de uma “memória utópica”, sensível às discontinuidades e aos solavancos da história, doravante apreendida como a dimensão das possibilidades e (im)possibilidades, pouco afeiçoada à idéia mortuária do progresso.

Se os nossos desejos são como uma música que entoa “autênticos mistérios”, estamos imersos num mundo mudo – a modernidade – no qual as melodias não ressoam. Contudo, Benjamin revela que a música está destinada ao mundo conciliado, aquele que promete a redenção. Benjamin, nos seus estudos sobre as *Afinidade Eletivas* de Goethe, cita um poema inscrito na lápide que Stefan George colocou sobre a casa de natal de Beethoven:

*Antes que vos fortaleçais para a luta em vossa estrela
Canto-vos combate e vitória de altas estrelas.
Antes que alcanceis o corpo nesta estrela
Invento-vos o sonho em eternas estrelas.* (BENJAMIN, 2009: 121)

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ARENDDT, Hannah. **Homens em Tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BENJAMIN, Walter. **O conceito de crítica de arte no romantismo alemão**. M. Seligmann-Silva (trad., pref. e notas). São Paulo, Iluminuras/Edusp, 1993.
- _____. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Obras Escolhidas v. I: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Obras Escolhidas v. II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Obras Escolhidas v. III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BLOCH, Ernst. **L'Esprit de l'utopie**. Paris: Gallimard, 1977.
- _____. **O Princípio Esperança**. Vol. I (Tradução de Nélio Schneider), Vol II(Tradução e notas de Werner Fuschs) e Vol. III (Tradução e notas de Nélio Schneider). Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ, 2005 – 2006.
- GAGNEBIN, J.M. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- _____. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio/ Contraponto, 2006.
- LAGES, Susana Kampff. **Walter Benjamin: tradução e melancolia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MATOS, Olgária. **Os arcanos do inteiramente outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHOLEM, G. **A cabala e seu simbolismo**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- SEIXAS, Jacy Alves. Os tempos da memória: (des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história? **Proj. História**, São Paulo, (24), jun, 2002.

JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA NA “GALERIA DE HERÓIS DA PÁTRIA” DO IHGB

Bianca Martins de Queiroz*

Fundado no ano de 1838, O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contribuiu para o projeto de consolidação do Estado Imperial brasileiro que dava seus primeiros passos e necessitava de um passado adequado que lhe garantisse identidade própria frente ao conjunto mais amplo das nações (GUIMARÃES, 1988: 8). O projeto historiográfico desenvolvido na instituição foi profundamente marcado por essa conjuntura política, visto que, a maior parte de seus membros constituía-se de notórios homens públicos. A conjuntura do período regencial e dos primeiros dias do Segundo Reinado, repleta de disputas políticas, não se apresentava como propícia para que viessem à tona determinados acontecimentos recentes e contraditórios. Sobretudo se esses acontecimentos envolvessem personalidades em plena militância político-partidária (GUIMARÃES, 1995: 515). Assim, os intelectuais que estiveram à frente do IHGB responsabilizaram-se por selecionar os acontecimentos do passado mais adequados à consecução do projeto de legitimação monárquica. Forjaram dessa forma uma linha de continuidade entre o império lusitano e a monarquia brasileira, apresentando o processo de Independência como natural, sem traumas, nem rupturas. O passado começou a ser visto, neste momento, como um campo de experiência, que iluminado pelo presente, traria a figura total de uma identidade. Nesse sentido, a Independência tornou-se um marco, um evento a partir do qual todo o passado colonial poderia ser compreendido como a formação da nacionalidade (ARAÚJO, 2003: 172).

Os intelectuais do Instituto esmeraram-se na produção da memória nacional. Como parte desse projeto, organizaram uma “*galeria de heróis*”, de personalidades que deveriam ser cultuadas pelos serviços prestados à glória da pátria. Nessa busca de “*brasileiros ilustres*” a atividade literária foi um fator primordial de distinção. A publicação das biografias, enquanto reconstituições vivas do passado possuíram um claro sentido pedagógico, através da divulgação de “*vidas exemplares*”. O exemplo dos “*grandes homens*” deveria ser contagioso, fazendo surgirem novos exemplos, ou ao

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

menos servindo como guia moral e cívico (ENDERS, 2001: 8).

Januário da Cunha Barbosa sócio fundador e primeiro Secretário Perpétuo do IHGB figurou nesta “*galeria de heróis*”. Foi sacerdote, orador sacro, literato, poeta, professor de filosofia, jornalista e político (PORTO ALEGRE, 1847: 152; SIGAUD, 1847: 190). Homem polêmico e multifacetado atuou na Maçonaria, participou dos conflitos independentistas e foi responsável pela redação de vários periódicos. Destacando-se no púlpito, nas lides jornalísticas, na cátedra, nas letras, no exercício de cargos de direção e na condução de diversos trabalhos administrativos, Januário acumulou, ao longo de sua vida, diversas graças e distinções nacionais – dentre elas o Hábito e a Comenda da Ordem de Cristo e da Rosa, e o Oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro – e também estrangeiras, como a Real Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa (Portugal) e a de Francisco I, de Nápoles. Integrou várias sociedades literárias no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o já citado IHGB, e ainda diversas outras estrangeiras – dentre elas o Instituto Histórico de Paris, a Arcádia de Roma, a Real Academia de Ciências de Nápoles e a Sociedade Geográfica de Berlim (IPANEMA, 1997: 206).

Além de exercer diversas atividades, Januário teve considerável produção intelectual: foi autor de mais de cem sermões religiosos, diversos artigos de periódicos, poemas, traduções, biografias e também textos historiográficos.

Utilizaremos alguns dos apontamentos biográficos publicados na *Revista* do IHGB a respeito deste indivíduo para analisar a construção da imagem que se formou em torno do mesmo, louvado por seus talentos literários e políticos. Através do exemplo de Barbosa poderemos observar não apenas a maneira como o Instituto contribuiu para dotar a pátria de um passado adequado, repleto de valorosos servidores, mas também como essa instituição definiu sua própria identidade frente à conjuntura política do período.

O IHGB como um “lugar de memória”

Logo na sessão inaugural do Instituto, que ocorre a 21 de outubro de 1838, Januário da Cunha Barbosa traçou um sombrio quadro acerca do desenvolvimento dos estudos da história da pátria, entregues às interpretações de autores estrangeiros. Em seu discurso, além de tecer uma série de reflexões sobre a importância do culto a Clio,

concluiu que a Academia deveria chamar para si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente (BARBOSA, 1839: 9-18). Tal discurso é citado por diversos autores como um dos pilares da gênese da historiografia brasileira (GUIMARÃES, 1995: 507).

A partir de então a instituição responsabilizou-se por salvar e eternizar tudo aquilo que fosse suscetível de se tornar memorável, cuja definição dependia de uma série de disposições teóricas e pressupunha também um certo número de procedimentos metodológicos que abrangiam um campo que começava com a descoberta das fontes e se estendia até a produção textual (CEZAR, 2004: 14).

Dentre os 27 fundadores da instituição, 14 eram homens públicos, cuja influência ultrapassou os limites das benesses ou do prestígio que eles carregaram dentro do Instituto. Assim, orientado pelos homens que estiveram à frente dos acontecimentos de 1822, o IHGB começou a tecer a memória de um país recém-separado da metrópole e que carecia de unidade (GUIMARÃES, 1995: 515).

Estes indivíduos foram responsáveis pela orientação e consecução de todas as atividades da instituição. Seus trabalhos não se limitaram à organização da “*memória de papel*”, tão pouco às atividades em que pesassem a erudição e o cuidado com a pesquisa documental (GUIMARÃES, 1995: 516). Através deles constituiu-se a “*Memória*”, como foi definida por Pierre Nora (1993: 15): “*a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.*” Segundo este autor:

Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria... Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993: 13)

De acordo com Pollak (1989: 3), os “*lugares de memória*” apontados por Nora (os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seus estilos, as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e os costumes, certas regras de interação, entre

outros) podem ser considerados como os indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Memória esta estruturada por suas hierarquias e classificações, responsável pela definição do que é comum a um grupo e do que o diferencia dos outros. Nessa operação fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

A idéia da formação de um “*gigantesco estoque de material*” pode ser encontrada já no primeiro volume da *Revista*, em um ensaio publicado por Januário da Cunha Barbosa (1839: 109), denominado “*Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central*”. Segundo ele, as biografias de brasileiros ilustres figuravam entre os testemunhos dignos de destaque, assim como cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos, notícias dos costumes indígenas, entre outros.

A “*necessidade de recordar*” foi orientada pelas condições originais com que os integrantes do IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas do período, sobretudo o grupo dos políticos. Questão que se deslocava do plano intelectual para o da ação política. Foi deste patamar que foram tomadas as decisões de tornar públicos certos documentos; arquivar fontes cuja veiculação prejudicasse a imagem de determinados sócios e censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso. Procurava-se assim, para a construção da memória do Império, selecionar no “*vertiginoso repertório*” do passado os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A organização das lembranças era norteada pela necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822, que encontrava-se fragilizado pela falta de unidade das províncias e pela vacância do trono, que se estendia desde a Abdicação (GUIMARÃES, 1995: 516-7).

Como parte desse projeto de construção da memória da nação, o Instituto assumiu a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas. Para tanto, deu início à organização de uma galeria ordenada de homens ilustres, colocando-os em uma disposição espaço-temporal adequada, para que fossem percebidos de forma nítida por aqueles que quisessem seguir seus passos no caminho da “*honra e da glória nacional*”(CEZAR, 2004: 26). Segundo Januário da Cunha Barbosa, “*a história é um fecundo seminário de heróis*”, e através da vida dos grandes homens se aprenderia a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos. Assim, se

alguém praticou um ato “*digno de ser escrito*” os historiadores do IHGB estariam prontos pra registrá-lo (CEZAR, 2004: 23-4). Ocorre a partir de então no interior desta instituição, um processo denominado por Lúcia P. Guimarães (2001:280) de “*memórias partilhadas*”, que constitui-se na produção de narrativas escritas, que tomam forma dentro de um quadro de significado que lhes é dado pelo grupo onde são produzidas. Dentro desse quadro, a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator extremamente importante para o sentimento de continuidade e coerência de um grupo (POLLACK, 1992: 200-12).

O próprio Instituto Histórico, enquanto instituição encarnou muitas vezes a figura de um herói que seria um agente coletivo. Seus gestos heroicos diziam respeito a sua fundação e suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional (CEZAR, 2004: 23).

No segundo número da *Revista*, a preocupação biográfica aparece através da rubrica intitulada “*Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...*”. Mas essa seção não esgotava toda a obra biográfica deste periódico, que passou a publicar também “*esboços biográficos*” ou “*elogios*” pronunciados por ocasião do falecimento dos membros da instituição. O “*panteão de papel*” erigido pela *Revista* do IHGB e pelos inúmeros dicionários biográficos publicados no Segundo Reinado, não foi uma simples réplica da tendência internacional do culto aos grandes homens. Estava de acordo com as leis gerais que passaram a orientar a história do Brasil como sucessão de fatos e como narrativa, e que foram definidas por Martius em nome do Instituto (ENDERS, 2001: 2).

O IHGB adotou a noção de homem ilustre elaborada pelas academias iluministas. “*O grande homem das luzes*” além de dispor de uma série de méritos, se distinguiria do herói singular pelo fato de pertencer a uma “*república de talentos*”, ou seja, a uma coletividade de cidadãos notáveis (ENDERS, 2001: 1-3).

A seção dos “*Brasileiros ilustres...*” da *Revista* do IHGB segue a regra dos dicionários do período, encarregados de salvar do esquecimento tais homens ilustres. Entre 1839 e 1888, cento e dezoito personagens foram nela destacados. E embora a seção às vezes desapareça da revista, como por exemplo, entre 1852 e 1856, isso não impede que sejam publicados artigos biográficos ou necrológicos minuciosos, que também possuíam a função de exaltar a memória dos grandes vultos da pátria

(ENDERS, 2001: 4).

A galeria de heróis nacionais que o IHGB visava construir possuía raízes no período anterior a 1822. Dignos de figurar na galeria de vultos “*distintos por letras, armas, virtudes, etc.*” seriam todos aqueles que mesmo não sendo “*brasileiros por nascimento*”, o eram por suas “*ações gloriosas e por haverem passado grande parte de sua vida neste País*”. A relação dos biografados se compõe de uma mistura de brasileiros e portugueses, fator responsável por reforçar as linhas de continuidade e legitimidade da monarquia brasileira (GUIMARÃES, 1995: 522).

O exemplo de Januário da Cunha Barbosa

Logo após seu falecimento¹, o discurso fúnebre proferido por Manoel Araújo Porto Alegre em seu sepultamento é lido na 145ª sessão do IHGB realizada em 8 de março de 1846 (RIHGB, T. VIII, 1846: 145-151). Nesta mesma sessão Porto Alegre apresenta a proposta de confecção do busto do cônego, que seria inaugurado em cerimônia solene juntamente com o de Raimundo José da Cunha Matos. Sua proposta é aceita unanimemente e sem discussão.

Em seu discurso Porto Alegre (1846: 145) preocupou-se principalmente em exaltar as qualidades intelectuais e patrióticas de Barbosa. Logo de início lamenta que quase um quarto de século depois da consumação do “*fato estrondoso*” da criação do Império do Brasil, a morte arrebatou um dos “*principais atores dessa cena grandiosa*”.

Já não existe aquele que nessa época de entusiasmo propôs ao novo soberano do Brasil o título de Imperador, e que, no meio do terror das baionetas, erguia a sua voz impávida para anatematizar uma política opressora, que sonhava reconquistar na América um passado irreparável, e pendurar os grilhões coloniais no sólio onde se haviam sentado reis, e de onde emanaram fatos, que impossibilitavam um regresso à escravidão. (PORTO ALEGRE, 1846: 145)

Ainda referindo-se à criação do Império afirmou que o “*glorioso desfecho de uma peripécia tão brilhante*” não foi bastante para a “*alma ardente e criadora*” de Barbosa, que “*envolto no turbilhão, trabalhador incansável, dia e noite se afanou para fazer avultar a obra, para leva-la à sua possível perfeição.*” Seus esforços levaram o nome da pátria às regiões mais longínquas da Europa pelo contato que estabeleceu com

¹ Januário da Cunha Barbosa faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1846, aos 66 anos de idade.

as diversas sociedades literárias e científicas europeias. Sua vida, dividida entre o “*altar e a pátria*” foi “*triumfal*” e “*brilhante*” a sua carreira (PORTO ALEGRE, 1846: 146).

Vinte e seis títulos honrosos adornam a sua memória! Em dezoito congregações ilustres foi seu nome proclamado como de um sábio nos países estranhos, pois que no nosso de há muito havia conquistado os inalteráveis direitos que lhe asseguravam os grandes fatos da sua vida, a sua eloquência como orador sagrado, os seus vastos conhecimentos, e sobretudo, os padrões de glória que levantara à nossa terra, já ilustrando a memória de seus finados beneméritos, já coordenando as cordas esparsas da lira brasileira, e todo esse vulto literário que criara na formação e correspondência do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. (PORTO ALEGRE, 1846: 148)

O parlamento perdeu uma “*notabilidade conhecida nos dois mundos; um homem que conquistou seus títulos de mérito com um estudo apurado, com documentos traçados pelo seu próprio punho*”. A Sociedade Auxiliadora perdeu “*o agente incansável de sua missão... infatigável na propagação dos conhecimentos úteis à lavoura, horticultura, indústria e artes mecânicas.*” E o IHGB perdeu “*seu maior apoio, a coluna monumental de sua fundação.*” Ele era o “*piloto que dirigia do fundo do gabinete*” as viagens científicas, “*o depositário que recolhia e espalhava os tesouros ocultos de nossos anais, o mais zeloso conservador de sua glória e de sua existência.*” (PORTO ALEGRE, 1846: 148-9).

No dia 6 de abril de 1848 o Instituto Histórico realizou uma cerimônia para inauguração solene dos bustos de seus dois fundadores, Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos. Essa cerimônia apontada como a “*primeira do gênero em nosso país*”, contou com a participação de mais de 400 espectadores, tanto nacionais quanto estrangeiros. A ela compareceram o Imperador, ministros e conselheiros do Estado, senadores, deputados, grande parte do corpo diplomático e consular, médicos, advogados, militares, religiosos de todas as ordens e literatos de diversas nações. A sessão teve início com o discurso do presidente do Instituto, Candido José de Araújo Vianna, que colocou sobre os bustos coroas de pau-brasil. Tal discurso se inicia com o enaltecimento da idéia de fundação desta “*associação literária*” que partiu de dois “*distintos Brasileiros*”(RIHGB, T. XI, 1848: 216).

E chega à sua conclusão enaltecendo novamente a figura dos fundadores, “*varões respeitáveis*” por suas virtudes, cujas imagens devem inspirar o amor as letras, bem como a devoção à pátria e à monarquia (RIHGB, T. XI, 1848: 218).

A cerimônia prossegue com outro inflamado discurso, desta vez do orador do Instituto, Manoel de Araújo Porto Alegre, que logo de início assinala a importância do culto aos beneméritos. Afirma ser, dentre “*todas as oblações consagradas ao homem*”, as mais nobres “*e as que entram no domínio do heroísmo, as honras conferidas aos mortos*”. Pois:

Um povo se retrata todo inteiro nas honras que confere aos seus mortos ilustres. As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus beneméritos não têm futuro: são raças barbarizadas, cuja pátria é um vasto mercado, cujo berço é um balcão, e a vida uma cadeia tecida de anéis terrenos; são homens que fazem consistir toda a sua glória, toda a sua felicidade num pouco de metal: um sórdido e limitado horizonte circunscreve-lhes o universo de suas mais altas aspirações; e o templo do seu Deus, o altar de suas adorações se resume nas tábuas azinhavradas de uma criminosa gaveta. (...) Nos columbários, nos cemitérios, nas sombrias naves de verdura e de mármore, é que um povo encontra os títulos de sua glória legítima: a lista dos óbitos é o grande índice dos fastos da humanidade. (PORTO ALEGRE, 1848: 219)

Em seguida refere-se a Barbosa como “*governador justiceiro e vigilante, deputado ilustrado, repertório vivo de consultas nos altos tribunais e comissões a que pertenceu, poeta contemplativo diante da natureza*”. E prossegue louvando sua vasta erudição, suas qualidades de sacerdote, professor de filosofia e político (PORTO ALEGRE, 1848: 229-32).

Mais um discurso é proferido “*Sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil*” pelo sócio correspondente José Feliciano de Castilho. A cerimônia é apontada por este autor como um “*espetáculo augusto*”, como um grande acontecimento, capaz de congregar no mesmo recinto “*o monarca, o sábio, o artista, o filósofo, os que dirigem a nau do Estado, os que representam as civilizadas potências*”. Celebrava-se no Brasil a inauguração de uma nova era, representante da “*vitória de um século ilustrado sobre os preconceitos de antigos tempos*” (CASTILHO, 1848: 259). Novamente a importância do culto aos beneméritos é assinalada como um “*termômetro da verdadeira grandeza de um povo*”, capaz assegurar a imortalidade das nações: “*Essas duas são as fontes de onde dimana o crédito e a imortalidade das nações: - proteção aos seus homens grandes, enquanto vivos, depois apoteose de mortos!*” (CASTILHO, 1848: 265).

Neste discurso, a importância dos monumentos à memória é novamente evocada:

Dessa proteção ilustrada são opulentos herdeiros os povos que os protegidos honraram com suas obras: a imortalidade de um povo resulta da imortalidade de seus gênios. As gerações passam, mas ficam os monumentos de pedra, do livro, do nome; esses transcendem gloriosos os séculos, e servem não raro de escudo a nacionalidade . (CASTILHO, 1848: 264-5)

Conclui seu discurso afirmando ter o Brasil conseguido alcançar as “*condições sociais*” que lhe garantissem a imortalidade, através da proteção que o monarca desvelava às letras e às ciências, e do culto aos grandes vultos realizado pelo Instituto (CASTILHO, 1848: 266).

Como podemos observar, os discursos proferidos nesta cerimônia solene possuíam muitos pontos em comum, como a exaltação da idéia de fundação do Instituto e de seus idealizadores; a importância do culto aos beneméritos para a glória da pátria; e a necessidade da criação e manutenção de monumentos à memória a fim de dar ao presente e ao futuro os exemplos a serem seguidos. Outro aspecto comum destes discursos é o destaque dado à proteção imperial com que contava o Instituto, vital para a sua existência, e o constante louvor à figura do monarca.

A cerimônia contou ainda com a leitura dos elogios históricos a Januário da Cunha Barbosa, proferido por Francisco de Paula Menezes, e a Cunha Matos, proferido por Francisco Manuel Rapozo de Almeida.

As celebrações de aniversário do Instituto costumavam reunir as figuras mais expressivas da Corte, e seguiam, via de regra, um determinado ritual: saudação ao Imperador, discurso do presidente do IHGB, leitura do relatório anual do secretário perpétuo e o elogio aos sócios falecidos, proferido pelo orador oficial. Intercalando as falas, uma orquestra de câmara executava peças musicais, selecionadas especialmente para o evento (GUIMARÃES, 1999: 51).

Januário é novamente homenageado ao lado de Cunha Matos e Visconde de São Leopoldo, em razão da celebração dos 50 anos do Instituto Histórico. Estes homens são apresentados como os “*propugnadores do estudo e da glória*” do país, “*três vultos... os mais dedicados batalhadores dessa cruzada de luz, de liberdade e de ciência.*” (AZEVEDO, 1888: 49-50)

Esses os iniciadores da idéia que deve ensinar os brasileiros a velar as glórias da pátria, e abrir horizontes novos a estudos do país. Fundam eles o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e escrevem desse modo seus nomes nos fastos gloriosos da nação. (AZEVEDO, 1888: 49-50)

O texto termina exaltando as figuras dos fundadores do Instituto e deixando bastante claro o projeto que permeou esta instituição desde os primeiros anos de sua fundação:

Enriquecidos de vasta capacidade, dotados de vivo sentimento nacional, reuniram suas forças na formação desta sociedade que devia cooperar para alargar os limites das ciências e para gravar nas páginas da imortalidade as ações heróicas dos varões ilustres; e empreenderam tão ousado cometimento com toda dedicação, e robustez de ânimo, não atendendo aos obstáculos opostos a sua iniciativa. Fundado esse Instituto considerado hoje como uma instituição do país por contar a larga existência de 50 anos, e por ter tido sempre a sua frente o perdo, abriram eles por si mesmos os caminhos que deviam levá-los a posteridade e por isso vivem hoje na memória da pátria. (AZEVEDO, 1888: 53)

Para os autores de biografias ligados ao IHGB, o fato de registrar alguns dados de um glorioso nome do passado, salvando-o assim do esquecimento já era em si uma homenagem.

As celebridades recenseadas por esses autores são fruto da sociedade política do reinado de D. Pedro II. Elaborou-se mais do que uma “*galeria nacional*” uma “*galeria de espelhos*”, composta de servidores e dignitários do Império. Onde contemplava-se nos vultos do passado os papéis que o IHGB atribuía para si no presente: os de “*alavanca da civilização*” e de “*coluna sustentadora do trono*” (ENDERS, 2001: 27).

O peso das tradições nos meios intelectuais torna os processos de transmissão cultural essenciais, pois um intelectual se define sempre em referência a uma herança, como um legatário ou um filho pródigo. Estes indivíduos, apesar de se inserirem em um campo sociocultural mais amplo, procuram construir diferenças capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas. Demarcam, dessa forma, espaços e estabelecem meios de atuação (GONTIJO, 2005: 263). Neste processo, a referência ao passado assume grande importância, pois reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras sociais entre as coletividades. A memória, fenômeno construído, apresenta-se como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, à medida que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992: 9).

As homenagens prestadas a Januário da Cunha Barbosa através da publicação de elogios históricos e confecção de bustos, ilustram de forma bastante clara, o já citado

projeto do IHGB de formação de uma “*galeria de heróis nacionais*”, em que seus sócios também ocupariam lugar fundamental. Desta forma, o Instituto auxiliava na execução do projeto de construção de um passado adequado a nova pátria, bem como demarcava o espaço que esta instituição deveria ocupar na história da mesma. Para tal, nada mais adequado de que o exemplo de um de seus sócios fundadores, imortalizado como um importante homem das letras, que dividiu sua vida entre “*o altar e pátria*”.

Fontes

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro t. VIII, 1846.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro t. 65, v. 106,1902.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 330, jan./mar. 1981.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 158(394), jan./mar. 1997.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro t. 11,1848.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeci Lopes. **A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003. (Tese de Doutorado)

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro” – A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, 2000/1.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1994.

GONTIJO Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et alii (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

_____. O “Tribunal da Posteridade”. In: PRADO, Maria Emilia. **O estado como vocação: idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1839). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839- 1857). In: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

_____. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n.10, p.07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, vol.5, n.10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

**A HISTÓRIA INTELECTUAL COMO FERRAMENTA DE ESCRITA DA HISTÓRIA:
GILBERTO FREYRE E RICHARD MORSE COMO EXEMPLOS DE APLICABILIDADE
DO MÉTODO**

Mariane Ambrósio Costa*

Nas últimas décadas do século XX, diversas discussões acerca do estudo da História Intelectual fizeram com que o campo ganhasse novas possibilidades teórico-metodológicas. A crise que se abateu nas Ciências Humanas na década de 70 propiciou o surgimento de diversas novas ferramentas para que a História não entrasse no mesmo problema. O aparecimento da metodologia de redução das escalas, a chamada Micro História, a reestruturação da História Política, com a incorporação de elementos culturais às análises e as novas abordagens do estudo da Cultura, a análise de grupos de sociabilidades, o estudo das biografias e da História do Tempo Presente foram apenas algumas das estratégias utilizadas pelos historiadores para contornar tal crise (ZANOTTO, 2008: 35).

A História Intelectual ganhou com isso notoriedade e, conseqüentemente, novos estudos sobre suas possibilidades de abordagens e utilizações. Por ser um campo ainda recente, a mesma ainda tem fronteiras muito fluidas em relação a outras áreas do saber, tais como a crítica literária, a história dos intelectuais e a história cultural. Isso porque, segundo Robert Darton, a disciplina não possui nenhuma problemática norteadora, onde seus praticantes possam compartilhar algum sentimento de temas, métodos e estratégias conceituais em comum (DARTON, 1990: 112), o que por um lado dificulta que consigamos estabelecer o que é ou não História Intelectual, mas que, por outro, propicia que uma gama maior de interessados “às margens” dos outros campos possam se encontrar. Darton, contudo, é otimista:

Mas suas perspectivas podem ser classificadas de cima para baixo, e poderíamos imaginar um espectro vertical onde os temas se transformam gradualmente entre si, passando por quatro categorias principais: a história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os

* Mestrado em andamento, pelo Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientada pela Prof. Doutora Beatriz Helena Domingues. Contato: mariane.ambrosio@yahoo.com.br

climas de opinião e os movimentos literários), a história social das idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas). (DARTON, 1990: 112)

Seja qual for o tema, a principal divergência entre os estudiosos da História Intelectual reside na idéia da interpretação histórica e na relação entre texto, autor e contexto, ou ainda, na ênfase que se atribuí a um ou outro destes elementos para alcançar a compreensão dos significados contidos numa determinada obra. Uma das tentativas de solucionar tal inquietação foi a de Quentin Skinner, historiador britânico que é reconhecido como um nome da sistematização da História Intelectual. No seu artigo *Meaning and understanding in the History of Ideas*¹, de 1969, ele apresentou pela primeira vez o seu método, chamado de “Contextualismo Lingüístico”, proposta que viria a delimitar os rumos desta área de pensamento nos últimos anos.

Em linhas gerais, o que Skinner escreveu foi que o modo como estavam sendo feitas as análises textuais, e mesmo as contextuais estava inadequado à interpretação de textos. Sua ênfase era na necessidade de se construir uma análise historicamente concreta em tais interpretações (SOUZA, 2008: 03). No artigo supracitado, Skinner afirma haver uma questão que se coloca a todos os historiadores que se propõem a compreender uma obra: quais são os procedimentos adequados que temos que optar quando se tenta alcançar a compreensão dela? Sua proposta recusa o padrão textualista, que busca analisar o texto pelo texto, sem considerar que forças externas ajam sobre o mesmo (o que pode vir a criar mitologias, e não História), e também recusa uma análise contextualista que privilegiasse elementos políticos, sociais e econômicos enquanto determinante para o significado do texto (SKINNER, 2000: 149). Para melhor compreender a produção do significado nos autores e nos textos históricos, propõe o que chamou de “contexto lingüístico”. Para ele, para interpretar o significado dos textos, respeitando minimamente os contextos lingüísticos originais de sua produção, o historiador intelectual deve procurar compreender quais eram as intenções e motivações dos autores ao pronunciarem uma determinada palavra, frase ou enunciado. O entendimento de um dado texto não depende estritamente da compreensão de seus

¹ No caso deste trabalho, está sendo utilizada a versão traduzida para o Espanhol, com o título “Significado y Compresión em La historia de las ideas”, publicada em Prismas – Revista de História Intelectual, ano 2000.

significados, mas das intenções do autor no momento da escrita (SKINNER, 2000: 179).

Neste sentido, deslocando a atenção do texto para o contexto e, ainda, para o criador do texto, Skinner esforçou-se por demonstrar que são nos atos de fala dos autores, em seu mundo mental e no repertório lingüístico de sua época que o historiador das idéias deve buscar a interpretação de textos. Ao contrário da tradicional visão contextualista empregada na historiografia, a qual reduz o significado das idéias ao contexto social e suas causalidades, Skinner destaca que os significados de um texto ou de um dado enunciado devem ser procurados em contextos lingüísticos específicos, nos jogos de linguagens que governam o mundo mental e o vocabulário conceitual empregados pelos autores num dado tempo histórico. Situar o texto em seu contexto lingüístico significa, portanto, compreender os valores ideológicos compartilhados pelos agentes num mesmo período e obedecendo a um certo número de convenções sobre o que é possível a um autor dizer ou não num dado tempo, sobre o que é ou não legitimamente aceito por seus pares. (SOUZA, 2008: 10)

A partir de tais considerações, o que este artigo procura mostrar é uma proposta de análise comparativa entre dois intelectuais contemporâneos entre si: Gilberto Freyre (1900-1987), brasileiro, sociólogo, que em toda a sua obra procurou ver soluções onde os demais pensadores viam problemas, com base nos antagonismos insuperáveis e insuperados que fundamentariam a sociedade brasileira (SOUZA, 2007: 161); e Richard Morse (1922-2001), norte americano, *brasilianista*, que buscou, por um viés otimista como o de Freyre, mostrar aspectos positivos de nossa tradição ibérica, através de um olhar estrangeiro, que “devorou nossa cultura no sentido sugerido pela antropofagia modernista e, como os executantes do ritual canibal, saiu dessa experiência modificado.” (DOMINGUES, 2010: 78). A idéia de se comparar os textos e idéias provenientes dos dois autores não é infundada metodológica e temporalmente como se pode imaginar. Na década de 1940, Richard Morse, em visita a São Paulo, declarou que tinha a intenção de fazer de sua próxima obra um contraponto urbano de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre². Essa declaração nos diz muito nos dias de hoje. Até que ponto a obra Freyreana serviu de base para influenciar, ou mesmo deixar marcas, nos escritos de Morse? Partindo da idéia de que ambos dividiram não só o mesmo espaço temporal, mas também o mesmo espaço físico, e levando-se em conta a ampla divulgação da obra de Gilberto ao redor do mundo, nos desperta aqui um grande

² Morse era um admirador explicito de dezenas de escritores brasileiros, como Mário e Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Hollanda, e do próprio Gilberto. Sobre Morse analisando Gilberto Freyre ver FLORES-BÓRQUEZ, Melissa. “Seven months' milk: A note on Gilberto Freyre” In: Intercapillary Space. <http://www.intercapillaryspace.org/2007/09/seven-months-milk-note-on-gilberto.html>.

interesse por esta rica e pouquíssimo explorada fonte de trabalho: a comparação entre os dois autores. Antes, ou mais do que isso, uma possibilidade de investigação de possíveis tentativas de Morse de complementar idéias propostas por Gilberto ao longo de sua carreira. Para demonstrar as possibilidades de trabalho, foram analisadas estratégias metodológicas adotadas por ambos, e uma questão factual, onde ficam-nos claras as semelhanças de propostas entre os autores.

Uma questão de método

Ao analisarmos as escolhas teórico-metodológicas adotadas pelos autores, um ponto em que ambos de fato possuem similaridades é no que se refere ao uso da literatura como importante arma de expressão das identidades na América Latina. Para Freyre, a expressão literária e conhecimento científico não se excluem. Antes, devem ser cada vez mais entrelaçados para dar conta da multiplicidade que configura a experiência humana (SOUZA, 2007: 162). A interdisciplinaridade seguida por Freyre fez com que ele nunca adotasse uma teoria como referencial, nunca se mantivesse preso a uma metodologia específica, e nunca se limitasse a determinados tipos de fontes. Por isso, tomou empréstimos da literatura, da história e as ciências naturais, recusando antagonismos entre fontes e tipos de conhecimento. Além disso, utilizou-se de uma linguagem coloquial, típica de alguns romancistas, colada ao cotidiano, recusando o jargão acadêmico. Seu estilo coloquial era avesso a termos técnicos, com a intenção de que suas obras alcançassem a todo tipo de público (Idem: 167). Desta forma, Freyre valoriza o conhecimento literário como recurso indispensável para a compreensão de uma dada sociedade, casando-se perfeitamente com seu estilo ensaístico. Uma das características do Brasil mais destacadas em seus escritos, a miscigenação, é transformada por ele também em metodologia: ele propõe a criação e utilização de uma “miscigenação metodológica”, que revelaria a criação de uma nova abordagem, uma espécie de meta-método, que poderia ser compreendido como um repúdio a métodos convencionais tidos como métodos específicos e puros (Idem: 170). Em 1964, Freyre exerceu seu lado literato no livro *Dona Sinhá e seu Filho Padre* (FREYRE, 1964), onde se utiliza de influências pessoais para compor a história de uma mulher que cria seu filho para ser padre. Nessa “novela ensaística”, nas palavras do próprio autor, fica claro seu apreço pelas fontes literárias no estudo da História.

Morse também reconhece o valor da literatura para compreender a história e a cultura ibero-americana. Para ele, a literatura é o estilo que melhor exemplifica na Ibero-América o não completo “desencantamento do mundo”. Considera que a literatura ibero-americana amadureceu bastante na década de 1960. Ainda que os insights já viessem desde os primeiros relatos sobre o Novo Mundo, as novelas das décadas de 1930 e 1940 – nesta ocasião, os representantes do gênero do Realismo Maravilhoso – recuperaram seu passado mítico, e foram então capazes de expressar a América Latina não mais como periferia, mas como um mundo com uma lógica diferente, no qual a experiência privada e a realidade social eram complementares ao invés de excludentes (MORSE, 1988: 134). Seguindo a mesma linha de interpretação de Freyre, Morse acreditava que os grandes pensadores são os que recorrem às mais diferentes fontes e cultivam uma apreensão antropológica na confecção de seus textos. Morse também exerceu seu lado literato na novela *The Narrowest Street* (MORSE, 1945), que, segundo Dain Borges, apresenta uma interessante proximidade com novelas brasileiras do período, como é o caso de *Suor*, de Jorge Amado (BORGES, 2010).

Um dos pontos que Morse elogia em Freyre e também é um adepto é a opção de ambos pela longa duração e pelas totalidades. Ao propor-se escrever uma “pré História das Américas” em *O Espelho de Próspero*, Morse se utiliza desse aporte, considerando que seu percurso por um milênio não tem como objetivo explicar opções políticas, mas serve para sugerir compatibilidades em longo prazo entre as tendências mundiais e compromissos culturais herdados, alegando, inclusive, que o historiador tem obrigação de conhecer um horizonte temporal mais amplo, mas não com a intenção de traçar previsões (MORSE, 1988: 118). Freyre utilizou-se de método semelhante em *Casa Grande & Senzala*, onde aliando a antropologia a metodologias de história social, demonstrou seu gosto pelas totalidades em detrimento das seqüências, e da descrição em prejuízo da narração, seu “desprezo” pela cronologia (reduzida em *Casa Grande & Senzala* à tripartição Colônia, Império e República), sua recusa a história política, seu entusiasmo pela interdisciplinaridade e pelo pluralismo metodológico (MELLO, 2001: 21). A respeito disso, Helena Bomeny diz que o desprendimento para olhar na longa duração foi mais do que uma convicção ou um exercício de escrita de Morse. E neste ponto ele se compara a Freyre, pois ambos reagiram uníssonos na convicção de que o cotidiano não pode sacrificar a percepção e o reconhecimento da originalidade, da

riqueza e generosidade da cultura em movimento. Ambos fazem parte de uma corrente dos que apostam nos processos de longo curso e dos que olham o Brasil com a lente do otimismo fundado na própria maneira como esta sociedade foi engendrada: desafiada pela mistura étnica, pela forma particular como mesclou e incorporou hábitos de extrações muito distintas. Em comum a eles, diz Bomeny, está o método de pensar o Brasil no longo curso, alimentados pela literatura, como na narrativa sociológica de Freyre, impregnada de literatura, e no texto de Morse, pautado pela poesia e pelos escritos literários (BOMENY, 2010: 136).

Outro ponto que nos salta aos olhos seria a enorme influência autobiográfica que ambos impuseram a suas obras. Examinar todos os escritos de Morse e Freyre para demonstrar tal fato seria complexo, porém, se nos ativermos apenas a *Casa Grande...* e *O Espelho...*, podemos verificar facilmente tal posicionamento. Imbricados de forte carga emocional e sentimental, Morse e Freyre se deslocaram do ambiente e temporalidade em que estavam inseridos para aqueles de seus objetos de análise. Diz José Carlos Reis que Freyre, ao escrever, “faz uma transposição, uma transferência de si próprio para o passado brasileiro, para vivê-lo em sua intimidade e em seu espírito” (REIS, 2003: 52). E por pertencer ao objeto estudado, garante ao texto uma autenticidade peculiar, certa verdade interior. Ao escrever um elogio ao patriarcado e ao poder do senhor de engenho, habitante da casa grande, colocando-o como verdadeiro formador da identidade brasileira, Freyre deixaria claro, segundo Araújo, todo seu ressentimento frente à perda dos valores e da modernização que estava ocorrendo no Brasil, tentando demonstrar que a tradição deveria ser resguardada para que não perdêssemos nossa essência (ARAÚJO, 1994). Já Morse, no momento em que os Estados Unidos vivia um período de quebra de paradigmas e de autoconfiança, muito mais de confiança entre seus habitantes do que uma crise política propõe que se inverta o espelho no qual a Ibero- América tem sido espelhada por todo este tempo, e mostrar que a Anglo – América não é exatamente o exemplo de perfeição que demonstra. Diz isso após mergulhar de cabeça na cultura brasileira, devorando-a e deglutindo-a, e saindo completamente modificado de tal experiência, uma mudança que vai muito além de seu aspecto intelectual, é uma mudança de alma. Em relação a isso, diz Jeffrey D. Needell que “Morse, como Freyre, estava interessado em encontrar a si mesmo, e isso ocorreu no momento em que ambos optaram por buscar, em suas obras, o tradicional, a

vitalidade e a abertura para o que era profundamente enraizado na terra.” (NEEDEL, 2010: 149).

A Pré História das Américas: Otimismo como chave de interpretação

Se nas opções teóricas Freyre e Morse se aproximavam ao propor uma interdisciplinaridade que complementaria o estudo da História, dando ênfase no uso da literatura, principalmente aquele voltado aos estudos Ibero - americanos, passamos agora a uma demonstração de um tema comum a obra de ambos, que foi a abordagem dada por ambos na questão dos antecedentes europeus que moldaram o caráter da Ibero-América. Coube a ambos demonstrarem em seus escritos que apesar de estarem em uma relação “diferente” do resto dos países europeus, as escolhas intelectuais de Espanha e Portugal foram de fundamental importância para o que veio a se transformar a Ibero – América.

Em 1971, Gilberto publica, dentro do livro *Novo Mundo nos Trópicos*, um capítulo chamado *Antecedentes Europeus* (FREYRE, 1971: 33-56), onde busca demonstrar as raízes que fizeram do Brasil não apenas uma extensão da Europa, mas um território dotado de características próprias, um verdadeiro misto de Europa e África, de Cristianismo e Maometismo (FREYRE, 1971: 34). Após mergulhar de cabeça na cultura brasileira, devorando-a e deglutindo-a, e saindo completamente modificado de tal experiência, aliado a um momento em que seu país de origem, os Estados Unidos, passava por uma intensa crise de paradigmas, Richard Morse publica, em 1988, *O Espelho de Próspero*, onde, para basear suas propostas de um novo olhar da cultura do norte para a cultura do sul, identificando-a como algo positivo, escreve sua primeira parte chamada *Pré História* (MORSE, 1988: 21-68), onde demonstra as origens de nossa tradição ibérica, mostrando que somos fruto de uma opção cultural feita por Portugal e Espanha. Isso nos leva a importância de se ressaltar a intencionalidade de ambos, ou antes disso, a forma escolhida por cada um para descrever esta influência.

Mesmo partindo da herança ibérica deixada na América, eles têm finalidades diferentes. Morse se utiliza de uma erudição incrível e faz uma análise de cunho filosófico das correntes de pensamento que delinearão o pensamento ibérico, sempre comparando com as idéias inglesas, uma vez que sua intenção é fazer uma análise comparativa entre os dois modos de pensar ainda na Europa, e de que forma isso foi

trazido para as colônias americanas. Enquanto Gilberto faz uma análise mais acerca dos fatores que delinearão a cultura e a sociedade portuguesa, as influências de judeus e africanos para tal confluência, utilizando da mesma erudição, claro, mas buscando demonstrar as origens do “jeito” brasileiro de ser. Ou seja, enquanto Morse usa das filosofias correntes para delinear o espírito ibérico, Gilberto utiliza-se de influências mais pontuais acerca do mesmo tema. No caso deste estudo, as visões de Morse e de Freyre devem ser encaradas como complementares. Levando em conta o conhecimento da obra de Freyre por Morse, podemos considerar até mesmo certa intencionalidade por parte do historiador americano na idéia de tentar complementar o que foi dito pelo brasileiro. Obviamente isso é apenas uma especulação sem nenhuma forma de comprovação. Morse busca mostrar que o lado intelectual do homem espanhol foi fundamental para que se constituísse na Ibero - América uma tendência a uma visão compreensiva e unificadora, baseada na vontade geral e na tolerância, enquanto Gilberto nos mostra que foi a tolerância do povo português às invasões culturais que fez com que o povo português se tornasse adaptativo e trouxesse essa capacidade para a América.

O que nos leva a crer, desta forma, que ambos buscam na Pré História das Américas a origem para a tentativa de resposta das perguntas mais inquietante que temos: “quem somos?”, “qual nossa verdadeira identidade?”. Nenhum dos dois respondeu a estas perguntas que acredito serem sem resposta, mas ambos nos mostram que se perguntar “de onde viemos” é tão ou mais importante do que elas. Ambos enfatizam, de forma velada ou não, o quanto foi positiva a escolha feita pela Ibéria. Ambos nos mostram que a colonização da Ibero – América não foi um erro, e sim, o resultado de tal escolha.

Considerações Finais

Até onde vão nossos conhecimentos, não foram encontrados registros que demonstrem se houve algum conhecimento da parte de Gilberto sobre a produção do historiador norte americano, mas a relação inversa ocorreu. E toda esta admiração pela obra e pela pessoa de Freyre resultou em um ensaio escrito por Morse, publicado em 1995: *The Multiverse of Latin American Identity, c.1920- c. 1970* (MORSE, 1996). Neste livro, uma espécie de análise que Morse fez da questão de identidade em

pensadores brasileiros e latino-americanos, desde o Modernismo dos anos 1920 até a década de 1970, ele defende a tese principal de que os modernistas desempenharam um papel fundamental ao modelar a sensibilidade dos anos 20, que tomou contornos mais definidos com os ensaístas e romancistas dos anos 30, destacando, em fins da década de 40 e início da de 50, os filósofos, particularmente aqueles ligados à fenomenologia e ao existencialismo, na reabilitação da imagem intelectual do continente, ainda que fossem desconhecidos de significativa parte do público. Eles teriam antecipado os cientistas sociais por duas décadas na profissionalização de suas disciplinas com um vocabulário que explicitou alguns *insights* dos modernistas, bem como os dos romancistas e dos ensaístas, elevando-os a altos planos de generalização (Idem, 1996).

Dentro da temática da importância do ensaísmo da década de 1930 como um misto de questionamento acerca de fatos recentes, reflexões epistemológicas e especulações audaciosas, Morse dedica um pequeno artigo (MORSE, 1996: 70) onde ressalta a importância do pensamento de Gilberto Freyre, destacando que seu talento transpôs a fronteira entre as ciências sociais e a literatura, das quais ele resguardou categorias de ambos os modos de sensibilidade. O segredo da distinção de Freyre, segundo Morse, repousa além das brigas sobre a sua erudição, seus complexos políticos, suas opiniões sobre a civilização brasileira, sua incessante visão dos processos históricos, ou suas ambíguas definições de paternalismo, escravidão, raça, sexo e mulheres (MORSE, 1996: 72).

Desta forma, podemos concluir que como um admirador da obra Freyreana, Morse pode ter tomado para si a idéia de tornar um complementar da saga do brasileiro, dando seu olhar estrangeiro a temas que Gilberto tivera proposto, veladamente ou não, em sua obra. Para se constituir e constatar essa proposta, na linha defendida por Skinner, devemos tentar recuperar a esfera do pensamento de ambos na composição de suas obras, contextualizar o que, e de que forma, eles buscaram mostrar em seu texto suas opiniões acerca do Brasil, e tentarmos localizar o momento da produção para tentarmos reconstruir as intencionalidades de cada discurso. Desta forma, constataremos se foi este o objetivo do *brasilianista*, e se sim, se o mesmo foi alcançado.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. **Guerra e Paz**: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.
- BOMENY, Helena. Saudades do Brasil de Richard Morse. In: **O Código Morse**: ensaios sobre Richard Morse. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- DARTON, Robert. História Intelectual e Cultural. In: **O Beijo de Lamourette** – Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DOMINGUES, Beatriz H. Próspero devorando Caliban: Richard Morse e o modernismo brasileiro. In: **O Código Morse**: ensaios sobre Richard Morse. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- FLORES-BÓRQUEZ, Melissa. Seven months' milk: A note on Gilberto Freyre. In: **IntercapillarySpace**.Disponível em:
<<http://intercapillaryspace.blogspot.com/2007/09/seven-months-milk-note-on-gilberto.html>>.
- FREYRE, Gilberto. **Novo Mundo Nos Trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- FREYRE, Gilberto. **Dona Sinhá e o Filho Padre**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo Gilbertiano. In: ARAUJO, Rosa Maria Barboza; FALCÃO, Joaquim. **O Imperador das Idéias** – Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: TopBooks, 2001.
- MORSE, Richard M. **The Narrowest Street, Theatre Arts** (Sept. 1945): 523-31.
- MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero**: Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MORSE, Richard M. The Multiverse of Latin American Identity, c.1920- c. 1970. In: BETHEL, Leslie. **Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America**. United Kingdom: Cambridge University Press. 1996.
- NEDELL, Jeffrey D. Após a refeição. In: **O Código Morse**: ensaios sobre Richard Morse. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- REIS, João Carlos. Anos 1930: Gilberto Freyre, o relogio da colonização portuguesa. In: **As identidades do Brasil** – de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKINNER, Quentin. Significado y Compresión em La historia de las ideas. **Prismas** – Revista de História Intelectual, 2000.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Gilberto Freyre e as razões do Otimismo. In: **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira**. Belo Horizonte: Autentica 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, Texto e Contexto: a História Intelectual e o ‘Contextualismo Linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. **Revista de História e Estudos Culturais**, 2008.

ZANOTTO, Gizele. **História dos Intelectuais e História Intelectual**: contribuições da historiografia francesa. Rio Grande do Sul: Bilbos, 2008.

**UMA HISTÓRIA EM VERSOS –
APRESENTAÇÃO DE TEMAS HISTÓRICOS NAS POESIAS PUBLICADAS
DURANTE A GUERRA DE RESTAURAÇÃO (1640-1668)**

Pedro Paulo de Figueiredo Silva*

Toda crise da história gera interpretações a seu respeito. A assertiva parece um tanto banal, mas para o fim que se pretende chegar nesta comunicação é indispensável.

Outra sentença que pode parecer um tanto dispensável e não o é para o cumprimento desta mesma comunicação é a de que tais interpretações apenas cumprem seu sentido na história, uma vez que, comunicam com sucesso suas mensagens e seus posicionamentos.

A razão pela qual começo com estas duas premissas é a de ser aqui problematizada a sociedade portuguesa do século XVII, comumente tida por pacífica sob os domínios da Igreja, do Santo Ofício e da monarquia, três instituições, aparentemente, inquestionáveis. Entretanto, o crescente recurso às tipografias e cultura escrita em geral por estas *pessoas coletivas* (MARQUILHAS, 2001), seja para leitura pública ou privada, silenciosa ou oral, demonstra que as opiniões dos mais variados setores sociais, ou seja uma opinião pública, era de vital importância para o bom funcionamento do Estado.

A guerra pela qual Portugal recuperou sua independência da gigante europeia, mas com sinais de cansaço, Castela (a Restauração Portuguesa 1640 - 1668, sendo aclamado rei D. João IV, Duque de Bragança), é um evento bastante frutífero para indagações desta natureza. Por diversos motivos foi necessário apresentar à população - toda ela - questões que justificassem a crise política, a desobediência em relação ao antigo monarca que tinha "Rei Católico" por título e uma subsequente crise com o Papa. Tal demanda se dava, afinal, por ter sido esta população que preencheu a guerra. Não se trata de defender idéias como a de uma consulta pública, mas sim uma mediação claramente estipulada entre os interesses dos proponentes do conflito e aqueles que deveriam marchar por eles. Por vezes, os próprios relatos de época nos indicam isso, como nos traz Diogo Ramada Curto em um trecho citado de Jerónimo Freire Serrão:

* Aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGHIS/UFRJ, bolsista CAPES.

hũs papelinhos, que se chamão paschins, e amanhecem cada dia como carta de edictos, nos pelourinhos, portas de paços reais, de Igrejas, e d'outros lugares publicos, para chegar a noticia das pessoas com que falão, e não poderem alegar ignorancia do que nelles se contem. (SERRÃO *apud* CURTO, 1988: 153)¹

Em nota a esta citação, Ramada Curto traz outra também de utilidade para este trabalho: "não so amanhecem *papeis fixados nas paredes* em ãq conuidaã a aleuantamento, mas em pouco se attreuem falar nesta materia, mostrando desejo de novidades" (PARADA *apud* CURTO, 1988: 169). Dessa maneira, fica exposto o meio de circulação destes papéis, bem como alguns dos efeitos deles esperados.

Cabe então apresentar mais diretamente o conteúdo de algumas poesias publicadas no reino português, durante a Restauração, e que confirmam o caráter direcionado à ampla circulação com destacado veio pedagógico. Vejamos, pois, a *Gloria de Portugal*, de autoria de Francisco Lopes, impresso por Manuel Sylva em 1641. Trata-se de um pequeno papel que resume os acontecimentos, principais causas, justificativas e características da política filipina para com o reino, agora, independente.

Rey pay, vede o catiueiro
Que os Portugueses tiuemos,
Que sempre dinheiro demos
sem nos resgatar dinheiro:
O resgate verdadeiro,
Que se leua a berberia
He dinheiro cada dia,
E nós cada dia a dar,
Sem nos poder resgatar
E Deos que tudo sofria. (LOPES, 1641)

A presença do o vocábulo "dinheiro", bem como a caracterização de D. João IV como "pay" realçam a orientação popular. Também aspectos religiosos não deixam de figurar, dada a importância de sustentar a guerra por independência que não recebe o reconhecimento papal e se dá contra uma monarquia reconhecida pela Igreja como "Católica". Dois deles principalmente, a apresentação do rei como "revelado", uma tópica bastante frequente desde o desaparecimento de D. Sebastião em África e que inaugura em 1578 a crise hereditária que dois anos mais tarde culminou com a união de coroas. O segundo aspecto religioso reside na adequação metafórica aguda que articula

¹ As citações presentes neste trabalho reproduzirão as grafias e pontuações retóricas dos originais, o que pode revelar diferenças com as do período atual.

a heráldica portuguesa às chagas de Cristo.

Rey Portugues, quarto Ioaõ
Por reuelaçõ es diuinas,
Embaraçai as vossa quinas
Com a espada na outra maõ:
E feito hum Marte Christaõ
Quem nesse lugar vos poz
He Deos não pôde mentir,
A palaura ha de cumprir,
Que deu a vossos auõs.
[...]
E quando o leaõ vier
Asanhado, & sem rezaõ,
Iesu diuino leaõ,
Da nossa parte ha de ser:
Leão que só com querer
Sem vzar de ferro agudo
Defende, & em para tudo
Com o escudo, que conuem,
Quanto mais a h~u Rey ~q tem
Cinco chagas por escudo. (LOPEZ, 1641)

Um terceiro aspecto que confirma o direcionamento deste escrito a setores sociais mais variados e que tradicionalmente não se apontam como usuais consumidores de material escrito é a oposição que se pode fazer entre sua forma e outras mais graves, como Manuel de Galhegos demonstra em um elogio poético à *Ulysseia edificada* do dr. Gabriel Pereira de Castro:

O poema heroico he h~ua poesia leuantada, ~q tem por fim celebrar das acço~es do heroe veleroso, a ~q foi mais digna de memoria. He taõ defícil este modo de poetar, que de infinitos poemas, ~q se hãõ escrito no mundo, ha muito pocos, ~q mereçaõ o nome de perfeitos. Como defícil, como grande, & como obra, ~q red~uda em louuor da patria, elegeo esta acção o Doutor Gabriel Pereira de Castro: procurou nella chegar â maior perfeição: & como Deus o dotou de hum engenho vnico para todas as facultades alcãçou o primeiro lugar entre os heroicos, & colocou este soberano poema diante de todos os, ~q celebra a antiguidade. (...) por~q he solenne entre os heroicos naõ nomearem no proemio o heroe por seu nome, & não fartarem ao leitor de noticias. (CASTRO, 1636)

Há, então, de se reafirmar as diferenças de enunciação e da apresentação dos exemplares trabalhados. O cartaz de Lopez não está perto de ser indireto, lento e pouco noticioso como a *Ulysseia edificada*. Além disso, deve-se dizer que este impresso fora, antes de ser apresentado em formato cartaz, veiculado em um pequeno caderno. A reedição indica não só o sucesso na recepção de seu conteúdo e a confiança investida nele em cumprir positivamente a política publicística iniciada pela casa de Bragança.

Indica, ainda, a preocupação em criar uma edição vantajosa sob o aspecto econômico, uma vez que, a economia de papel, proporcionada pelo formato cartaz, barateia os custos de produção e aquisição².

Já a fim de destacar a apresentação de temas históricos nas poesias que serão aqui expostas, trago uma última citação da *Gloria de Portugal* para introduzir tais assuntos. Trate-se de uma apresentação das causas que, durante a União, contribuiu para uma situação de crise para o Império Português, com a inversão de relações diplomáticas que trouxeram novos inimigos para Portugal:

Se vierem nações varias
Bem as podeis consentir
Porque elles não haõde vir
Se não apagaruos parias:
Nunca nos foraõ contrarias
França, Olanda, Inglaterra,
Da mais incognita terra
Todos pazes nos pediaõ,
Porque tremião, & tremiaõ. (LOPEZ, 1641)

Veja-se, ainda, como a resistência é apresentada e para que público parece se destinar:

Inda ha gente varonil,
Que sem manhas, nãe arnezes
Sostenta contra Olandezes
Os estados do Brazil:
E com muitos poucos mil,
Faltos de pano, & de paõ
Não faltos de coração
Em sabendo o que ca vae,
Que tem ja hã Rey, ~q he pay;
Cada hum será hum leão. (LOPEZ, 1641)

Outro impresso que surpreende pelo conteúdo é a *RELAÇAM VERDADEIRA DA ENTRADA QVE EM CASTELA FEZ Fernão Martins de Ayala*³ (SALGADO, 1645). Este diálogo em versos narra de forma jocosa essa entrada feita por dez portugueses em Castela. Antes de prosseguir tomo por válidas algumas palavras sobre as chamadas

² Rita Marquilhas afirma em *A faculdade das letras* que o papel representava cerca de 75% dos custos de produção e consumo. (MARQUILHAS, 2001).

³ O título completo do texto é *RELAÇAM VERDADEIRA DA ENTRADA QVE EM CASTELA FEZ Fernão Martins de Ayala Tenente da Companhia de Manoel da Gama Lobo, Capitão de caualos na villa de Campo mayor, acompanhãdoo sòmente noue soldados, & da preza que fizeraõ, trazendo prezoneiros ao Conde de Senguem, que de Madrid vinha para Badajos com o posto de General da Caualaria, & dous criados seus com tres pessoas mais, em hum Dialogo composto pelo Autor do gracioso do Terracuça, Pero Salgado*.

relações verdadeiras. Estas são pequenas notícias rapidamente publicadas, com uma distância de poucos dias entre observação do fato, redação do manuscrito, impressão e vistoria dos censores. Por vezes, o intervalo de dias não chega a um mês completo, ao contrário dos textos que antes da Restauração chegava a ordem de um ano (até mesmo mais), o que facilita a percepção da grande demanda pela circulação de textos.

Estas notícias trazem no próprio título uma das observações mais importantes a serem feitas sobre elas, o adjetivo "verdadeira". Nem sempre eram em versos, na verdade, há de se admitir que em sua maioria eram prosas, sempre curtas e propositoras de uma "verdade" - e como toda verdade, simples. Estas relações eram produzidas com vistas a criar uma versão oficial, uma história, para os acontecimentos que narravam e, com isso, garantir o necessário apoio ao governo, ao exército e aos soldados. Este mesmo apoio devia, ainda, garantir estabilidade social para proposição de impostos e, também, incentivar a população capacitada à marchar pelo reino.

Mas a existência de textos poéticos sob a forma de *relação verdadeira* confirma a hipótese de que as diferenças entre as poesias de antes e depois da Restauração ocorreram a fim de garantir um entendimento facilitado, com potencial para atingir um público bastante diversificado. Deve-se também mencionar que as matérias tratadas passam também a ser de maior interesse para um público variado, ficam então menos presentes fábulas e epopéias e há um crescente de gêneros mais baixos e de estilo mediano em detrimento do grave, mostras da necessária adequação destas poesias que eram compostas de acordo com a preceptiva aristotélica.

Também em forma de relação, mas como um discurso heróico, uma poesia um pouco mais extensa, contando oitenta oitavas, é o *Discvrso Heroico sobre a Iornada, qve o inimigo fez à praça de Eluas. Votado e Hvmildimente sacrificado à sempre Augusta, & victoriosa Magestade delRey Dom Ioão o IV de Portugal* (anônimo, 1645). Após versar a resistência feita em Elvas a tropa castelhana muito maior em contingente, o autor utiliza um exemplo histórico para lembra o valor da gente portuguesa:

Se aruorando estandartes, & bandeiras
Nos cuida intimidar nesta derrota,
Saiba, que em Portugal inda ha forneiras
Como aquella fatal de Algibarrota;
Que cõ cabos de pas nas maõs guerreiras
Sem de fraqueza algũa darem nota
Quando de defender a patria tratem
A sete, & sete castelhanos matem.

Trata-se de um fato ou conto que remonta a batalha de Aljubarrota, onde Portugal também lutava por assegurar sua independência contra Castela. Um exemplo popular, anônimo de uma mulher, forneira, disposta a cobrar vidas e arriscar a sua própria em defesa da *patria*. O anônimo é entendido aqui com uma metáfora a própria gente portuguesa, um exemplo didático, proveitoso e capaz de entreter e gerar catarse. Mas de modo geral, deve-se firmar que os exemplos históricos surgem como modelos a serem seguidos e, no caso acima referido, sua característica popular e anônima conferem essas feições mais enfáticas e adequadas a uma maior divulgação.

Porém, outros textos trataram de fazer uma apresentação sobre a história da própria Restauração, uma versão para o momento do golpe e de seus desdobramentos imediatos, não indo além da coroação do rei em 15 de dezembro. Dois deles o *Teatro da Maior Façanha e Gloria de Portugal* (FIGUEIROA, 1642) e a *LVSITANIA RESTAVRADA DIRIGIDA A SEV RESTAURADOR EL REY DOM IOAÕ O QVARTO NOSSO SENHOR* (SOAREZ, 1641). Ambos são adequados de forma diferente dos impressos até agora apresentados. Compostos em estilo grave, com aspectos mitológicos e de fábulas e apresentam-se como epopéias. Mas, ainda assim, ao lê-los é possível perceber diferenças, principalmente materiais, entre eles e textos como o de Gabriel Pereira de Castro. São significativamente menores (os textos anteriores a Restauração variam entre 450 e 600 páginas, estes chegam a 150), sem, contudo, parecerem direcionados ao mesmo público que o da *Gloria de Portugal*.

Pode-se dizer que os poemas adequados à maneira que fora o referido cartaz buscavam uma movimentação popular direta e perseveraram e continuaram a garantir isso. Já os que foram adequados à maneira do *Theatro da maior façanha* apostavam no convencimento dos nobres portugueses hesitantes que permaneceram em Madrid, tanto que suas publicações se dão em 1641 e 1642, enquanto os de gêneros menos graves, líricos ou satíricos, continuaram a ser publicados por mais tempo.

Vejam os argumentos dos cantos do primeiro destes dois textos:

I: Descreve-se o estado em que se achava Portugal antes da feliz aclamação del-Rei Dom João o IV, nosso Senhor. Queixa-se o Tejo de tantos presentes males, e se lhe dão esperanças de ver-se livres deles.

II: Relatam-se as causas, que teve Portugal para isentar-se do tirânico jugo de Castela, e como a Nobreza deliberando aclamar seu próprio Rei, o sereníssimo Duque de Bragança, pedindo-lhe para o efeito o consentimento, ele galhardamente resoluto lhe aceita a proposta.

III: Dá-se à morte o Miguel de Vasconcelos, e felizmente é aclamado el-Rei Dom João o IV, nosso Senhor.

IV: Relata-se o milagre da imagem de Cristo N. Senhor Crucificado. Toma-se posse do Governo por el-Rei D. João o IV e felicissimamente ele é jurado, e obedecido por Rei legítimo de Portugal. O Tejo informado de como a Rainha N. Senhora chegando à Aldeia Galega passava a Lisboa, lhe prepara festas em suas águas.

V: Relata-se a jornada da Rainha nossa Senhora desde Vila Viçosa à Aldeia Galega. Como se embarca, e o Tejo a festeja em suas águas.

VI: Descem os Reis com toda sua companhia aos Paços do Tejo. Trata-se do que neles lhe sucedeu, e como felizmente entraram em Lisboa. (FIGUEIROA, 1642)⁴

Reparem que além da presença de elementos fabulosos - como a personificação da natureza do reino com o Tejo em festa -, todos os argumentos, exceto pelo último, inciam com marcas discursivas bastante próprias: "descreve-se", "relata-se", "relatam-se" e mesmo o último, apesar de não iniciar desta forma, não foge a tais características. Trata-se de fato de um discurso que apresenta uma versão para o que aconteceu no reino a partir do golpe de 1º de dezembro de 1640 até meados de janeiro com o juramento de D. João IV. Também não são menos presentes os elementos de caracterização do aspecto católico, o apoio divino e o relato de algumas ações, como o defenestramento de Miguel de Vasconcelos, secretário da vice-rainha Margarida de Mântua, à serviço da coroa castelhana em Portugal.

No instante os que animosos conspiraram
Para sucessos tanto presumidos,
Depois, que em Deus o peito reforçaram
No pão da vida a Deus, em Deus unidos,
Buscando o Paço alegres abalaram,
Deliberadamente destemidos,
A ver o rosto ao trance mais tremendo,
Que divulgou da Fama monstro horrendo
E para os fortes alígeros voando,
Majestoso sítio, que habitava
O pravo Vasconcelos, que sonhando
O Perigo, a esconder-se já tocava;
Com resoluta fúria penetrando
A estância em que medroso se ocultava,
Achado, sem valer-se resistência,
Se despediu da vida, e da insolência.
Que fulminando rápida homicida,
Tunante húa pistola, um raio ardente,
A raios exalou a própria vida,

⁴ As transcrições feitas deste texto se deram a partir de uma versão impressa pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não sendo, assim, a grafia igual ao do original.

Quem disparava tantos imprudente;
Com fúria justamente embravecida,
Ainda semivivo em continente,
De hũa janela em voo mal propício
Forçado ao mais tremendo precipício. (FIGUEIROA, 1642: III Canto, oitavas 17-19)

Já sobre a observação de milagres ocorridos em razão do golpe restaurador, Figueiroa representa a cena de um deles:

Foi visto (ó mais que sorte venturosa)!
Que a imagem de JESV que se arvorava
Na Cruz, a dextra a tudo poderosa,
Da dura Cruz benigna descravava;
Clamou da plebe a voz com fé piedosa,
Da plebe que por terra se postrava,
Glória da Lusa fé, da paz concórdia,
Dulcíssimo JESV misericórdia
Em lágrimas banhado o grave peito
O Arcebispo ilustre, e venerando,
Depois que na visão de doce objeto
Se esteve compungido regalando;
Rompendo em mil suspiros satisfeito
Alegre assi dizia a Deus falando,
Solta essa mão, Senhor, dessa Cruz dura,
Sem falta glórias nossas assegura.
Ser glória aos Lusos vossos, com firmeza
Piedosamente certo às vezes digo,
Quando até agora vi que esteve presa,
E que durava a estes o castigo;
Mas como, já, Senhor, essa grandeza
Se serve de isentá-los do perigo,
Soltais piedoso a mão para que possa
Caído o Luso erguer-se co' a mão vossa. (FIGUEIROA, 1642: IV Canto, oitavas 7-9)

Já a *LVSITANIA RESTAVRADA*, preocupa-se mais em apresentar os fatos de forma mais detalhada. Destrincha as cenas através dos participantes, dos lugares que ocupavam, das ações que empreendiam em cada momento da invasão do Paço. Mas antes disso, apresenta um diálogo entre a Paz e a Justiça, onde esta tenta convecer a primeira da necessidade da guerra:

Por tanto se pretendes, Paz amiga,
Não estragar o justo, & o decente,
Podes fazer comigo justa liga,
Em que o meio se dê mais conveniẽte:
Meu intento magnanimo se siga,

E tu, pois seu estilo to consente,
Iuntamente obrarás. Vamos à terra
Fazer justiça, & suspender a guerra.
Dice. E na Providência omnipotente
O fim, se conheceu ao que dicera,
Por h' u aceno breve, a que obediante
Os exos move toda a clara esfera:
Conhecida a vontade independente,
A pacífica forma, & a severa
Conformes no decreto, dando os braços,
Tecêrão de amizade novos laços.

E medindo por campos de çafira
Estádios de esplendor, milhas de estrellas,
Mais do que o Sol em muitas oras gira,
Em instantes de luz decêrão ellas:
Louva o Ceo, o ar aplaude, a terra admira
A vista breve das sustancias bellas,
Que, sendo ao mundo luminoso enredo,
Caminhão para o templo do Segredo. (SOAREZ, 1641: I Canto, oitava 74 e II Canto, oitavas 1 e 2)

O impresso ainda apresenta pequenas descrições encomiásticas a cada um dos participantes do movimento, sendo João Pinto Ribeiro o único não titulado agraciado. Até mesmo essa informação nos é boa para reflexão. Pois, segundo este papel, a participação popular seria bastante reduzida, restrita aos que viram o fato acontecer, foi então, um evento da nobreza. Uma conspiração de, seletos, quarenta nobres:

A Lealdade pois com voo brando
O edificio de Vlisses rodeava
Com atençaõ sollicita buscando
Varões dinos da empresa, que levava:
Tantos via magnanimos, que, quando
O encomendado numero notava,
Na copia do valor empobrecia,
Se h'us escusava, & outros escolhia.

Mas evitando excessos do preceito
Que o Segredo lhe deu sempre observado,
Quarenta convocou, numero eleito, (SOAREZ, 1641: II Canto, oitavas 17 e 18).

A fim de confirmar os diferentes lugares de circulação, deixo um exemplo da participação feminina que esta forma mais restrita representa. Creio bastante imediata as diferenças entre esta e a "fatal forneira de Aljubarrota":

Nem callarei por singular empresa,
Que maiores encomios merecia,
D'h'ua Eroica senhora Portuguesa

O animo, o valor, a bizzaria:
No verdadeiro amor da Patria acesa
A *illustre mãe* do Conde de Atouguia
Os filhos com a própria mão armàra,
E para a acção que sabe, os exortàra. (SOAREZ, 1642: II Canto, oitava 43)

Eis a grande distância que se pode observar entre estes dois últimos textos e aqueles que primeiramente foram expostos. Com certeza, tais diferenças apontam para lugares de circulação bastante diversos, mas que sem dúvida, deviam ser seduzidos à causa restauradora sem qualquer distinção. Aos nobres dirgiam-se muitos papéis, uma vez que, apenas quarenta aderiram ao movimento, ao povo, também, pois, muitos eram necessários para fazer frente à Castela. De qualquer maneira, plebe, clero e nobreza deveriam ficar sabendo da forma apropriada aquilo que acontecia nesse tempestuoso tempo. Quer-se, aqui, chamar a atenção para as demandas e para as contribuições que cada um deles podiam oferecer.

Era necessário apresentar o que lhes ocorria a fim de garantir um apoio social irrestrito e coeso. Apresentar uma versão, uma história, era uma maneira de mostrar o que aconteceu e o exemplo que isto pode fornecer para orientação do presente e do futuro - a historia *magistra vitae*. O aumento da divulgação de temas políticos pelo viés histórico é feito, então, a fim de garantir tal objetivo. Pela falta de espaço não foi comentada a *Valentia Christaã*⁵ de Francisco Lopes (LOPES, 1642), que mostra a trajetória do povo português a partir de seu passado e da defesa da fé católica, como forma de fazer oposição a mesma caracterização feita do povo castelhano. Observar uma interpretação para acontecimentos históricos de maneiras tão variadas em formas poéticas é interessante para observar as inúmeras transformações pela qual passa o gênero lírico no século XVII (CARVALHO, 2007; ANASTÁCIO, 2006) e para vermos como deixou de ser majotariamente grave e direcionado a uma leitura restrita. Dessa maneira, estes impressos contribuem não só para um estudo das formas poéticas, mas antes um estudo que pode contribuir para novas abordagens sobre a sociedade seiscentista e seu espaço público.

⁵ O título completo pode ser mais elucidativo: *Valentia Christaã, e grande respeito, qve tiveram os nossos Portuguezes no culto Diuino: & o descaro dos nossos inimigos. Em verso por Francisco Lopes liureiro.*

Referências Bibliográficas

- ÁLVAREZ, F. B. **Portugal no tempo dos Filipes**. Política, cultura, representações. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. **Poesia de agudeza em Portugal**. Estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII. São Paulo: Humanitas Editorial, Edusp, Fapesp, 2007.
- CURTO, Diogo Ramada. **O discurso político em Portugal (1600-1650)**. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- CRUZ, António. **Papéis da Restauração**. Coimbra: ed. da Universidade, 1940.
- MARAVALL, José Antonio. **A cultura do Barroco**: análise de uma estrutura histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- TORGAL, Luis Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. 2 vols.

Fontes

- anônimo. **Discvrso Heroico sobre a Iornada, qve o inimigo fez à praça de Eluas. Votado e Hvmildimente sacrificado à sempre Augusta, & victoriosa Magestade delRey Dom Ioão o IV de Portugal**. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.
- ARISTÓTELES. **Arte Poética**. Tradução de Paulo Costa Galvão. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>
- CASTRO, Gabriel Pereira de. **Ulysseia ou Lisboa Edificada**: Poema Heroico. Lisboa: Impresso por Lourenço Craesbeck, 1636.
- FIGUEIROA, Diogo Ferreira. **Teatro da Maior Façanha e Gloria de Portugal**. Lisboa: Impresso por Domingos Lpes Rosa, 1642.
- LOPES, Francisco. **Gloria de Portugal**. Oferecido a Catholica Magestade delRey N.S. Dom Ioaõ o IV. Lisboa: Impresso por Manoel da Silva, 1641.
- _____. **Valentia Christaã, e grande respeito, qve tiveram os nossos Portuguezes no culto Diuino**: & o descaro dos nossos inimigos. Em verso por Francisco Lopes liureiro. Impresso por Manoel da Silva. Lisboa, 1642.

SALGADO, Pero. **RELAÇAM VERDADEIRA DA ENTRADA QVE EM CASTELA FEZ** Fernão Martins de Ayala Tenente da Companhia de Manoel da Gama Lobo, Capitão de caualos na villa de Campo mayor, acompanhãdo sòmente noue soldados, & da preza que fizeraõ, trazendo prezioneiros ao Conde de Senguem, que de Madrid vinha para Badajos com o posto de General da Caualaria, & dous criados seus com tres pessoas mais, em hum Dialogo composto pelo Autor do gracioso do Terracuça, Pero Salgado. Lisboa: Impresso por Paulo Craesbeck, 1645.

SOAREZ, Vicente de Gvsman. **LVSITANIA RESTAVRADA DIRIGIDA A SEV RESTAURADOR EL REY DOM IOAÕ O QVARTO NOSSO SENHOR**. Lisboa: Impresso por Lourenço de Anveres, 1641.

O PROGRESSO ENTRE O NOVO E O ANTIGO

Laíse Helena Barbosa Araújo*

Instigante, um debate nascido no início do século passado desconfia do caráter ímpar do momento histórico chamado *modernidade*. Apeladas de “teorias da secularização” pelo grande opositor da perspectiva – H. Blumenberg –, as idéias de autores diversos como K. Löwith, C. Schmitt e C. Taylor compartilham a compreensão do período como uma derivação, mais ou menos direta, de idéias pré-concebidas no medievo. A nomenclatura consolidada por Blumenberg alberga muitas vezes propostas inconciliáveis e até opostas (MARRAMAQ, 1997), mas serve para o autor impugnar incisivamente a ilegitimidade da tese derivacionista e apresentar sua análise para a gênese da modernidade, sustentando-a como um fenômeno autenticamente novo. O presente texto propõe um novo interlocutor para o debate. À sua revelia e assumindo os riscos de uma apropriação não autorizada, o texto “*Progress*” and “*Decline*” an appendix to the history of two concepts de R. Koselleck será o ponto de partida para reforçar os argumentos dos que ratificam a tese de uma experiência “moderna” singular, sem que se obrigue, *a priori*, a concordar com tal argumento.

A aproximação não explícita com a discussão parece válida desde a tese central, que é, nas palavras do autor (2002: 219-220), “[em contraste com *declínio*], *progresso* é uma categoria moderna cujo conteúdo de experiência e excedente de expectativa não estava disponível antes do século dezoito”. É fato que, para Blumenberg, a modernidade se inicia bem antes, coincidindo com o que Koselleck chamaria de *Tempos Modernos*. No entanto, acredita-se válido o diálogo com este texto, em que a categoria analisada é a de “progresso”. Procede-se à breve apresentação dos argumentos do historiador dos conceitos para, em seguida, cotejá-lo com o texto “*Imitação da natureza*”: *contribuição à pré-história da idéia do homem criador* de Blumenberg e ensaiar o debate.

A compreensão conceitual, marca de sua historiografia, surge nesse texto com a análise de atos de fala do mundo cotidiano, e da linguagem política ou científica, de fins do século XIX. Segundo Koselleck, estes poderiam ser descritos a partir de dois critérios básicos de caracterização. Em primeiro, marcam o surgimento de uma nova

* Doutoranda em História Social da Cultura – PUC-RIO, bolsista do CNPQ.

perspectiva temporal, que sinaliza a substituição de tradicionais referências temporais, como os ritos de passagem, por uma consciência de uma inexorável e positiva transformação, desencadeada por um progresso “transpessoal”. A impessoalidade, ou *transpessoalidade*, que é a impossibilidade de se identificar um sujeito subjacente ao substantivo abstrato é a segunda característica da linguagem às vésperas do século XX: há uma efetiva exoneração do responsável pela ação, cujos sentido e origem foram deslocados para o progresso imanente e, quase sempre, positivo.

Koselleck define *Progresso* como o conceito preferencial para caracterizar as experiências modernas não somente no que se refere ao processo sócio-tecnológico, mas, sobretudo, porque descreve uma específica transformação do tempo histórico. Inicialmente vinculada a metáforas naturais ou espaciais, torna-se um conceito eminentemente moderno quando se desliga dessa origem semântica e adquire, de forma inédita, uma carga genuinamente histórica. O objetivo do historiador, assim, é reconstruir a formação lingüística da nova experiência de tempo condensada no conceito, que indica, de início, a desnaturalização das metáforas etárias (das *eras* ou *idades*) através da perda paulatina do sentido biológico-moral, a elas inerente, de decadência, permitindo a abertura para uma progressão ilimitada qualitativamente. Além disso, a emergência do conceito de temporalização, em um viés inusual, foi crucial para o estabelecimento da expressão.

A partir do século XVIII, os grandes objetivos a serem perseguidos por toda a sociedade, agora concentrados em técnicas cada vez mais sofisticadas de domínio da natureza e na aplicação de métodos matemáticos mesmo para desvendar regras morais, passaram a fazer parte da “performance da história humana” e ao clássico conceito de *perfectio* sucedeu-se a noção do *aperfeiçoamento* ou *perfectibilidade*. A grande diferença está na categoria de movimento processual que se agrega ao sentido de perfeição: no lugar de um alvo estável ou acabado, o fim da sociedade se desloca dinamicamente para um contínuo construir-se. Dotado de uma incognoscibilidade intrínseca, o alvo alcançável *progressivamente* se separa radicalmente do passado. As experiências vividas e conhecidas não são mais suficiente para traçar prognósticos ou delinear as expectativas. É nessa temporalização das concepções de perfeição e na abertura de um futuro, cujo horizonte é inextrincável, que reside a gênese do conceito moderno de progresso. Termo que conseguiu albergar uma série de expressões, sempre

com semântica de gerúndio, que traziam consigo as múltiplas facetas do “progresso”, como *crescimento*, *melhoria*, *agregação*, *avanço*, e, entre outras sinónímias, *aperfeiçoamento*.

A capacidade condensadora do conceito redundava em outra característica típica das expressões-chave da modernidade (Cf. KOSELLECK, 2006), tal qual Koselleck (2002: 229) a compreende: “o progresso ele mesmo” é um coletivo singular”. Concentrando diversas experiências, o alto grau de abstração característico do fim do século XVIII é uma revolução etimológica comparável às grandes revoluções da História (expressão que, *ipso facto*, só pode emergir desse contexto). A noção de “progresso ele-mesmo” é marcada pela impossibilidade de se definir um sujeito a ela subjacente (“o sujeito do progresso se universalizou”); não se refere mais a uma seara específica da realidade *em progresso*, senão que abarca uma coletividade de experiências e agentes cada vez mais generalizada: trata-se do progresso da Humanidade (conceito que, outra vez, concentra abstrativamente um povo hipotético para além da soma de todos os indivíduos). O progresso, como um coletivo singular, converte-se, então, em um agente histórico, promotor das mudanças que *se abatem* sobre os particulares ao longo do tempo. Tornando-se, por fim, um sujeito de si mesmo. Para reforçar sua tese, Koselleck perscruta os sentidos ligados ao termo (ou a seus correlatos) em um tempo anterior. Elenca uma série de exemplos, na Antiguidade ou na Idade Média, de uma “relativa progressão”, a “conceitos de sucessão”, que possuíam íntima relação com o lapso temporal, mas não se tratava em nenhum caso de um aumento indeterminado da qualidade geral do quadro presente, não se tratava da expectativa de um futuro melhor, como a moderna.

Koselleck (2002: 224) admite somente escassos exemplos de “progresso” antes da modernidade, que são aqueles científicos e arquitetônicos e, ainda mais difíceis de serem mensurados, avanços na justiça clerical e na pacificação social. Embora a Renascença evoque a consciência de um novo tempo, a remissão à Antiguidade como um modelo obscurecido pelo período das trevas – a idade *média* – impede a plena consumação da noção de progresso como um processo em direção a um futuro melhor: a referência de ideal não está adiante, senão atrás. Apenas o crescimento do conhecimento da natureza e a paulatina autonomização da razão ultrapassa a idealidade do saber antigo e abre a interpretação progressiva do futuro. Explica Koselleck:

Nature itself would remain the same, but the discovery of it would be methodically driven forward, so would its increasing domination. Farther-reaching inner worldly goals, such as a general improvement of life, followed from it, allowing the doctrine of Last Things to be displaced by the gamble of an open future. Since then, past and future differentiate themselves qualitatively from one another and, to this extent, a genuinely historical time is discovered that is encapsulated in the term “progress”. (KOSELLECK, 2002: 225)

É nesse ponto que o argumento de Koselleck toca sutilmente a tese apresentada por H. Blumenberg em *“Imitação da natureza”*. *Contribuição à pré-história da idéia do homem criador*. Como afirmado pelo historiador dos conceitos, Blumenberg acredita que a história do espírito moderno emerge da progressiva dominação da natureza, que traduz um antagonismo tipicamente moderno entre “construção e organismo, entre arte e natureza, vontade de forma e forma atualizada, trabalho e permanência”. Suas considerações, de teor mais filosófico que histórico, emergem de um contexto significativamente diferente daquele de Koselleck. Cabe àquele analisar a origem e a permanência do *pathos* da imitação da natureza, que enclausurou a criatividade artística dentro do casulo metafísico até a libertação na modernidade: “o *pathos* moderno da autêntica produção humana na arte e na técnica provoca a resistência contra a tradição metafísica da identidade entre ser e natureza, de que a determinação da obra humana como ‘imitação da natureza’ era a exata consequência”. Suas teses acerca da modernidade irmanam-se na consideração de um novo espaço histórico onde são possíveis criações transformadoras da realidade. Acredita-se, pois, em uma associação possível com o tema do progresso a partir das características centrais de Koselleck, como a “impessoalidade”, “indeterminação” e “ilimitação”. O conceito de progresso pressupõe um processo de modificação constante e agregador de novidade efetiva, que diferencia o que já é ou o *natural* daquilo que *deve ser* ou o *ideal*, ao mesmo tempo em que postula sua aproximação progressiva (*porque* não se confundem mais em uma só instância), como a atualização do ideal no real, a invasão inevitável e temporalizada do que *deve ser* naquilo que é.

A possibilidade da “novidade” é indicada por Blumenberg como traço fundamental da modernidade, já que até então havia uma repetição incontornável dos dados do real. A própria criação *no* mundo, engendradora do *novo*, só é cogitável em uma realidade que não detém em si todo o possível, onde o *ser* que traduz tem um contraponto que permite um excedente (lembre-se do “excedente de futuro” de

Koselleck). A capacidade de intervenção efetiva do homem no mundo, uma ação humana que não se confunda com a reprodução das formas prévias só é viável em um real que não exaure o “tudo”: apenas a legitimação do *não-ser*, como o que escapa ao já-aí, permite a criação, inventiva e agregadora, do homem no mundo. A proposta é analisar, partindo da tese de Blumenberg, a abertura de horizonte que advém com a modernidade como pressuposto para o surgimento do conceito de “progresso”. Tal análise concentra-se na contraposição da estrutura de dois modelos antipódicos, que delimitam a ruptura representada pela modernidade – o moderno e o antigo. Para uma melhor compreensão, faz-se uma rápida síntese de seus argumentos.

Em Platão, Blumenberg procurará mostrar como a noção de *mimesis* aprisiona a técnica na lógica da reiteração do real preexistente. O conceito explica a articulação do mundo do homem e a realidade do ser. Citando o livro X da *República*, Platão ensina que a arte (*tékhnē*) é uma atividade possível a partir da cópia (*mimesis*) das idéias. Tanto aquela do artesão (superior) quanto a do pintor (inferior) têm por base a imitação de verdades que habitam o mundo do ser e, ainda na *República*, há a figura do *phytourgós*, cujo ato *espontâneo* de sabedoria teria originado o mundo. É curioso pensar em uma criação espontânea no mundo pré-cristão, mas mais surpreendente, como frisa Blumenberg, é notar que essa figura criadora não foi recepcionada pelo platonismo cristão, mas o foi aquela do demiurgo, apresentada por Platão no *Timeu*. Subordinado ao ser absoluto das idéias, o demiurgo não é *criador*, tem função fundadora *cosmológica* e não *ontológica*. Criando o melhor cosmo que poderia surgir, a partir das idéias, normas obrigatórias, torna visível ao mundo dos sentidos o verdadeiro existente. Assim, o real não pode ser “complementado” efetivamente pela ação criativa humana, ou por outra entidade metafísica inovadora. O artefato não tem verdade, no máximo revela um modelo idealmente eterno.

Em Aristóteles, as formas de atuação do homem no real, o que hoje entendemos como *arte* e *técnica*, aglutinadas no termo *tékhnē*, resumiam a capacidade de operar na realidade por não apenas uma, mas duas modalidades básicas de configuração, a *imitação* e a *complementação*. Isso, contudo, não rompe com a estrutura metafísica que subjaz à *tékhnē* incessantemente imitadora, pois ratifica um ponto de referência normativo. A amplitude totalizante do conceito de natureza em Aristóteles abarcava tanto as formas dadas – *natura naturata* – quanto seu princípio produtor – *natura*

naturans, o que, de alguma forma, viabilizava a compreensão de uma natureza “(auto)completável” a partir de um modelo eterno. O conceito de natureza bipartido mantém o coeficiente ontológico e a concepção plena do cosmo: “a lei imanente de todo o movimento é a eterna autorepetição do ser”, nas palavras do filósofo. A estrutura fundamental que abrange a coisa e o espírito, a natureza e a arte não é “nem criadora para fora, nem engendradora para dentro” (BLUMENBERG, 2010), consumando uma dinâmica circular, em que o existente sempre provém do existente.

No estoicismo, a teologização do cosmo fortalece o fundamento metafísico da mimesis, dotando de dignidade teológica a plenitude e a perfeição do cosmo. A sanção religiosa do *topos* da *tékhnē* como imitação, em que a arte não é senão a consumação da própria natureza por outros meios, mesmo Deus só pode querer o que já é: sua vontade se restringe pelo fático, pela sua Criação, plena e acabada. Emergem, nesse contexto, duas posições opostas, mas possíveis a partir de um mesmo princípio metafísico, mostrando a ambigüidade inerente a modelo de criação como mimesis. Representante da Stoa, Posidônio (135 aC-51aC) concebe a invenção como descoberta do modelo da natureza a serviço do sábio e desloca a filosofia do seu posto de saber absoluto para dividi-lo com a perfeição técnica, enquanto Sêneca (séc. I aC) identifica na técnica e no trabalho sinais da carência do homem, intrínseca e injustamente insatisfeito ante a providência divina, que tudo criou a fim de proporcionar um mundo pleno para o homem. Sêneca é o primeiro a fazer a analogia da técnica com o excesso; com ele, ainda que de forma pontual na história do pensamento, a imitação muda sua conotação, perde seu caráter compositor em um cosmo perfeito, insinuando uma nascente recusa da noção de plenitude.

Vê-se também na concepção de vontade divina apresentada por Tertuliano um esboço de desalinhamento entre o pleno e o existente, porém o elemento volitivo não impede que o mundo seja considerado a realização exaustiva da possível por *necessidade*. O fato de que não se deve fazer o que Deus não quis cria inevitavelmente uma aresta do *não querido*, logo *não criado* por Deus, que não será enfrentada integralmente nesse momento. A longa hibernação de tais idéias se daria pela baliza incontornável das categorias teológicas. Segundo o autor, os elementos constitutivos para a representação da mimesis mostram-se, desde o princípio, em consonância com o conceito de criação. A doutrina bíblica da criação não teria introduzido pressupostos

novos, mas garantido a manutenção do *topos* vigente. Colocadas as brechas para a possibilidade do artefato que escapa ao todo, torna-se virtualmente possível, no campo das idéias, uma concepção de natureza a partir de sua facticidade e sua limitação ontologicamente justificável pela vontade divina. Aparece uma ranhura na imagem de cosmo absolutamente pleno, causada pela evocação da atualização de uma vontade, a qual necessariamente opera um corte no ilimitado, que se individualiza por uma *determinação*, e, portanto, exige um espaço de negatividade como *resto* do vetor positivo de sua consumação. Ou seja: a ênfase na Vontade tem como correlato o axioma das possibilidades não queridas.

Será a assunção plena do não criado por Deus o que permitirá o modelo atual, em que o homem define-se pela sua capacidade de romper e transformar o natural a partir da arte – seja ela a técnica ou a produção artística. É, aliás, a autenticidade dessa atividade propriamente humana que lhe garante “autocomprovação” e testemunha sua “genuína potência de ser”, de tal sorte que, no fim deste processo de ruptura iniciado em princípios do século XVI, a arte (concebida como *moderna*) será a “atividade propriamente metafísica”. Blumenberg identifica três processos básicos de afastamento do modelo clássico-medieval que culminarão na abertura para a modernidade: em primeiro lugar, requer-se uma mensuração de um espaço virtualmente livre para a liberdade artística; além disso, deve-se afirmar a ilimitude do possível contra a finitude do fático; e, por fim, é fundamental a dissolução da referência à natureza pela autoconcretização histórica do processo artístico, dentro do qual a arte é sempre gerada *na* e *a partir* da arte. Interessante perceber como esse último e crucial movimento de ruptura com o modelo antigo significa, na verdade, uma autonomização da instância histórica como lastro de fundamentação da atividade tipicamente moderna; a *natureza*, aí, é substituída pela *história* como lastro da atividade ontologicamente relevante. A transformação que funda a modernidade também aparece como índice de descontentamento e agravamento da insatisfação do homem com o dado, e um desejo transformador diante das barreiras do fático. A possibilidade da vontade na arte surge com o anseio por uma “terra ignota”, pelo “não existente”, pelo inexplorado”. A *obra* é originária em sua parcela de ser no mundo dos homens, pois concretiza a *invenção*, ato que estimula uma autocompreensão radical (signo do moderno e da contraposição ao *topos* da imitação da natureza). É, assim, na soleira da modernidade, no espaço entre o

fim do século XV e o início do XVI que Blumenberg localiza a oposição *homem criador versus imitação da natureza*.

Antes de apresentar essas considerações conclusivas, porém, há no argumento uma passagem chave - a polêmica com o conceito de criação divina estóica e a patrística. Central porque reforça seu argumento de uma novidade radical na modernidade, possível apenas a partir da ruptura com os limites metafísicos da teologia cristã. De certa forma, os padres cristãos seriam os responsáveis por encapsular a rebeldia do homem criador que desponta com o estoicismo. Ao analisar a maneira como Santo Agostinho apreendeu as conseqüências imanentes do pensamento da criação, Blumenberg ressalta como decisivo o fato de o espírito divino criador se identificar com o mundo inteligível platônico, i. e., o fato de as idéias e a potência demiúrgica se concentrarem no Deus onipotente. Defende a permanência da compreensão antiga em que o mundo sensível consuma integralmente a totalidade do possível de acordo com a ação da potência que converte o ideal em real. A manutenção da correspondência entre sensível e noético não se abalaria com a intervenção de um ato criador que decide o mundo a partir de sua vontade, já que esse ato se relaciona apenas com a totalidade fixada de um cosmo de idéias. O que é intrigante em sua argumentação é o fato de ela ser respaldada na inaudita distinção entre onipotência e infinitude, que implicaria a limitação de alternativas inovadoras mesmo para Deus, que, na Criação, teria esgotado todo o possível. A curiosa tese foi contestada por Henry Deku, que apresentou a contenda vivida entre Agostinho e Marcelinus, das possibilidades não visualizadas pela humanidade.

A questão de Marcelinus é como se afirmar a possibilidade real de salvação para o homem decaído, já que jamais se teve notícia de “homem não pecador”. Ao que Agostinho apresenta a tese das “coisas fáceis junto a Deus”, citando vários exemplos bíblicos de situações possíveis a partir do ponto de vista da revelação, mas de que não se tem exemplos fáticos correntes. Segundo Blumenberg, o que essa tese traz é a constatação de que a obra efetivamente criada por Deus tem mais possibilidades teológicas do que aquilo que apresenta, ou, de que a criação divina não diz respeito ao visível, mas à obra maior de consumação de sua vontade. Assim, mesmo a eventual não atualização do todo no fático não indicaria um excedente possível em relação ao criado idealmente. A distinção básica entre onipotência e infinitude decorre de uma imposição

antignóstica, que compele a concepção da criação como um ato finito racional, pois o infinito não podia ser admitido racionalmente (*apeíron hiletico*). Fundamental para a manutenção da mimesis dentro do quadro da metafísica clássica, a inviabilidade da potência infinita ser associada à onipotência divina, implica a exigência de definir a potência a partir do *possível*. Apenas quando o cosmo é pensado como finito, diante das possibilidades infinitas do ser, acontece a abertura para o irrealizado e para a realização criativa do homem, momento em que o mundo perde a sua autocompreensibilidade.

Blumenberg aduz que é com a sistematização do conceito de onipotência divina, no século XI com Pedro Damian, que isso será possível. A Escolástica é constituída por signos de uma mudança já irreversível, que já admite o ser anterior à vontade, e esta se relaciona apenas com a existência. Sob o *topos* da imitação, a alteração sistemática e direcionada à melhoria das condições da existência é algo absolutamente impensável em um universo de conceitos estáveis e refratários a quaisquer noções progressistas. Da mesma forma, para Koselleck (2002: 223-224) o conceito de progresso só assume a sua força de índice e fator histórico na modernidade, pois embora admita que já houvesse, às vésperas da Idade Média, o antagonismo fundamental entre progresso-regresso, que constituirá um dos pares conceituais antitéticos típicos da modernidade, tal concepção de progresso – “*profectus in the direction of perfectio*” – refere-se estritamente ao reino de Deus e não pode se confundir com um eventual avanço no reino dos homens – “the way to perfection cant be counted in years but in the soul”.

Muito embora seja coerente com a conclusão a que chega Blumenberg, a análise traz à tona uma dimensão que, se aprofundada, é capaz de provocar algumas fissuras à tese da independência das idéias modernas de criação com relação àquelas estabelecidas pela Igreja por volta do século IV. Se Deus absorve em uma única instância o “*mundus intelligibilis platônico*”, e há a compreensão integral da realidade no plano sensível, estaria mantida inquestionavelmente a antiga congruência entre *ser* e *natureza*: “No estado atual da criação, não há alternativa, sequer para o criador, e, depois do ato da criação, nada mais pode ser produzido de originalidade essencial” e Santo Agostinho não romperia, nem mesmo com a introdução dogmática do conceito de Vontade, o horizonte de visibilidade existente. Ao analisar a estrutura básica da teoria das razões seminais através dos conceitos de *Creatum* e *Creabile* chega à fácil conclusão de que mesmo o que ainda não é, e apenas *pode vir a ser* está delimitado dentro do quadro de

possibilidades pré-estabelecidas. Permanece-se no *frame* antigo, em que a matéria é concebida enquanto indeterminação formal de uma potência eterna a ser atualizada. Entretanto, acredita-se que a introdução de elementos referentes à noção de História em Agostinho e, principalmente, o surgimento de uma temporalidade linear concebida expressamente em contraposição ao tempo cíclico pagão faz com que no debate surja uma perspectiva diversa, que, ao menos em parte, desestabiliza a tese de Blumenberg. A cisão ontológica operada pelo ato de criação divina, que instaura um tempo progressivo, parece viabilizar desde sua concepção primeira a compreensão do mundo como factual, abrindo a possibilidade de um campo para fora do *dado*, como mostra Jean Guittou.

A compreensão do mundo como uma realidade *criada*, com um *início* ex nihil, a partir de um exercício de Vontade exterior, implica a instituição de dois planos de ontologia – um eterno, criador, e outro temporal, criado. O estabelecimento de um mundo temporal instaura uma permanência sucessiva, em que a atualização do ser não se dá, mesmo ontologicamente, de forma imediata, mas com um *hiato constante* na essência da realidade temporal, cuja estrutura fundamental é a da descontinuidade. Por outro lado, permanece intacta a noção de um *locus* de simultaneidade, que opera com a Criação de um modo solapado. O ser passa a admitir uma compreensão perspectiva, em que dentro de um cosmo temporal, aparece de forma fragmentada, enquanto a partir de uma perspectiva divina é visto como um todo condensado. É possível argumentar que o fundamento de Blumenberg é uma compreensão estática da criação, que lida com conceitos totais, que negligencia o fato de a cisão ontológica impedir que essa seja a única perspectiva e apõe ao horizonte contingente do homem uma percepção total que é negada à realidade temporal. Pois pelo fato de o “faticamente criado” estar inserido em uma realidade temporal, submete-se a uma estrutura parcial e contingente, em que, na verdade, sua essência excede *totalmente* esse *omnia*. O criado, uma vez que se realiza no tempo, nunca opera com toda a sua possibilidade, é *um ser* cuja essência mesma é a *falta* e a *temporalidade*. O *omnia* suporta *todo* o excedente da realidade temporal, por essência parcial, já que o pensamento de uma essência inerente a essa realidade remete necessariamente a uma totalidade que se encontre *fora* do contingente.

Ao posicionar-se contra a gnose, Agostinho tampouco religa-se ao pensamento helênico, mas apresenta uma nova exigência racional da não-contradição, válida para a compreensão da realidade temporal, enquanto a entidade divina absorve em si a

oposição dos contrários, perfazendo uma síntese perfeita. Desse modo, o infinito não pode ser pensado como oposto ao racional. A idéia exemplar só é finita a partir da perspectiva divina, que, por sua vez não “opera” com a lógica da não-contradição. A criação do tempo traz em si essas conseqüências, pois o cosmo temporal, cuja criação se distende em uma sucessão, impede o esgotamento das possibilidades; o mundo realizado implica um correlato não-realizado. A criação do tempo como suporte do mundo institui, ao estruturá-lo como uma realidade de contingência, uma instância de possibilidade de começos, em que o próprio pensamento de “novo” só tem sentido no tempo, que viabiliza a compreensão de qualquer ocorrência (natural, humana ou sobrenatural), qualquer fato como “criação”, pois permite que se pense em uma realidade acidentável e não absolutamente esférica. O tempo permite a compreensão de uma passagem de um *não-ser* para o *ser*, incompreensível em uma concepção de mundo eterno.

A própria estrutura da concepção de criação de um universo contingente exige um “furo” nesse universo que possibilite uma referência externa. É certo afirmar com Blumenberg que, em toda concepção de cosmo auto-referente, a mimesis é pensada como *imitatio*, então é preciso que um vetor aponte para fora do lugar onde a criação será colocada para que algo efetivamente novo ocorra. É preciso que esse desnível ôntico exista e se toque, de alguma forma, para que algo possa efetivamente “surgir”. Esse espaço de fora da criação precisa ser um *locus* de potência desnivelada em relação ao outro espaço para que se acrescente algo nesse espaço criado. A criação temporal é, para Santo Agostinho, o “milagre dos milagres”, pois é o que dá base segura à razão, ao engendrar a compreensão da causalidade criadora. O tempo é, por excelência, o suporte racional para uma razão que se estrutura a partir de uma compreensão causal. Através da justificação do temporal, Santo Agostinho opõe-se tanto à condenação filosófica do temporal, em que natureza impõe a regra absoluta da realidade, quanto à divinização do devir inerente ao mito cósmico, em que não há natureza e a exceção é a regra, que haviam sido os limites contrários do helenismo. E ao alojar a razão no tempo, torna-o um todo racional, pode se pensar que, de algum modo, contribui para estabelecer os fundamentos metafísicos da História e abre espaço para um conceito como o de progresso, que, ousa-se afirmar, não seria tão novo quanto se pretende.

Referências Bibliográficas

- BLUMENBERG, Hans. Imitação da natureza. Contribuição à pré-história da idéia do homem criador. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). **Mimesis e a Reflexão Contemporânea**. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2010.
- GUITTON, Jean. **Le temps et l'éternité**. Chez Plotin et Saint Augustin. Ed. Vrin, Paris, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. "Progress" and "Decline" an appendix to the history of two concepts. In: **The Practice of conceptual history**. Timing History, Spacing Concepts. Stanford University Press, Stanford, 2002.
- MARRAMAIO, G. **Céu e Terra**: genealogia da secularização. Trad. de Guilherme Alberto Gomes de Andrade. Editora da UNESP, São Paulo, 1997.
- MOMMSEN, Theodor E. St. Augustine and the Christian Idea of Progress: The Background of The City of God. In: **Medieval and Renaissance Studies**. Cornell University Press, Ithaca, New York, 1959.
- PINTO, Aline Magalhães. **Fragmentos, incertezas e pequenas ruínas** - comentário ao redor de "Imitação da natureza. Contribuição à pré-história da idéia do homem criador", texto de Hans Blumberg. Inédito.

**CALABAR:
HISTORIOGRAFIA E MITO**

Regina de Carvalho Ribeiro*

O objetivo do trabalho é analisar as apropriações acerca de Domingos Fernandes Calabar, mameluco atuante no contexto da dominação holandesa no século XVII. Pretende-se compreender os diferentes processos de mitificação política pelos quais o personagem fora submetido, a partir de uma historiografia do século XIX, momento de construção nacional, protagonizada principalmente pela produção de Francisco Adolpho de Varnhagen, que concebeu um Calabar traidor; e a partir de autores do século XX, sobretudo nos campos da literatura e do romance histórico, quando a figura de Calabar sofreu um processo de “heroicização”.

A problemática no que concerne o trabalho encontra-se em compreender como as distintas produções discursivas a respeito de Calabar, correspondem aos imaginários produzidos em diversos contextos de sua criação, questionando, por fim, sua mitificação como traidor.

Domingos Fernandes Calabar, natural da vila alagoana de Porto Calvo, nascido em 1609, era um mulato filho da negra Ângela Álvares com um português desconhecido. Apesar da maioria dos cronistas o retratarem como mulato há indícios de que sua mãe era, na verdade, “negra da terra”, ou seja, índia, o que permite pensar que Calabar era um mameluco, como é chamado por Frei Manoel Calado, eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607 e testemunha ocular dos acontecimentos no curso da guerra brasílica.

O mulato atuou ao lado da resistência portuguesa como um dos homens de confiança de Matias de Albuquerque de 1630 a 1632, ano em que se apresentou ao Alto Comando Holandês para prestar-lhes serviços a exatos vinte de abril. De fato, o mulato se manteve fiel a Albuquerque nesses dois anos, chegando a sair ferido por um mosqueteiro na defesa do ataque holandês no Real em março de 1630, quando começavam a se fortificar.

* Graduada da Universidade Federal Fluminense e bolsista de Iniciação à Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa subsidiada pela supracitada instituição e sob orientação do Professor Titular em História Moderna Doutor Ronaldo Vainfas.

Peça chave no curso da guerra, Calabar era homem de grandes qualidades. O mulato era profundo conhecedor das matas pernambucanas e seus caminhos, conhecia as táticas das guerrilhas e emboscadas realizadas em solo colonial, além de possuir o poder do diálogo com os índios. Sua atuação foi crucial no curso da guerra, através da qual os holandeses conseguiram efetuar as tomadas de Igarassu em 1632, de Rio Formoso, Itamaracá e Rio Grande do Norte em 1633 e de Nazaré do Cabo em 1634, além de sitiar o Arraial do Bom Jesus em 1635, deixando as tropas portuguesas sitiadas em suas restritas ocupações.

Calabar caíra prisioneiro dos portugueses numa entrada realizada em Porto Calvo, sua terra natal, graças à ação de um espião duplo chamado Sebastião do Souto. O major Alexandre Picard, quem comandara a expedição guiada por Calabar, tentou negociar a liberação do mulato nos termos da rendição, mas Albuquerque, comandante da resistência portuguesa, exigira sua entrega. Calabar fora submetido a julgamento de um tribunal militar montado na ocasião e culpado por crime de Lesa Majestade, sendo executado sumariamente com a pena de garrote seguido de esquartejamento em 22 de julho de 1635.

A problemática no que cerne a traição de Calabar foi estabelecida e não obstante, a pergunta “traiu a quem” vem supor, por meio da interpretação histórica, um variado campo de respostas. Em primeira instância, imagina-se que traiu aos portugueses. Contudo, vale ressaltar que entre 1580 e 1640 a Coroa Portuguesa estava unida à Espanhola, no episódio outrora retratado nesta mesma pesquisa, conhecido por União Ibérica, o que permite imaginar que Calabar traiu à Espanha. O que pode-se observar é que com o passar dos séculos a questão da traição do personagem é retomada com o enfoque variado de acordo com o olhar direcionado pela historiografia do momento vigente, dirigido sobretudo pelo próprio contexto histórico no qual a pergunta é respondida.

As primeiras discussões acerca do personagem Domingos Fernandes Calabar, e mais amplamente, da dominação holandesa no Brasil, começaram a ser desenvolvidas no século XIX, época em que surgiu o projeto de construção da nação brasileira no imaginário da elite de então, com a criação dos institutos históricos e geográficos, instituições preocupadas em produzir uma história oficial, onde os intelectuais reuniam-se com frequência. O primeiro a surgir foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

(IHGB), sediado no Rio de Janeiro e criado em 1838, visando unificar a nação recorria à construção de um passado que se pretendia singular através da seleção intencional de fatos históricos. Nos braços deste “Guardião da História Oficial” (SCHWARCZ, 1995: 99-100), como ficou conhecido, a imagem de Calabar fora construída adquirindo o significado de desertor à Pátria.

Posteriormente, surgiu o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano em 1862, um “Leão do Norte” (SCHWARCZ, 1995: 117-25) fruto da elite tradicional rural, que desejava preservar o passado como escudo contra um futuro incerto, buscando resgatar a restauração pernambucana como mito para a identidade regional e reafirmando assim o papel de Calabar enquanto traidor. A partir desta análise, pode-se afirmar que houve um processo de mitificação do personagem.

Nesse contexto, destaca-se o nome de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 – 1878), um dos primeiros a caminhar na direção da construção de uma História oficial. Entre suas maiores obras historiográficas, encontra-se *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* e, sobretudo, *História Geral do Brasil*, estudo clássico da Historiografia Brasileira. Ao aplicar a metodologia da crítica histórica às fontes produzidas por Varnhagen, é possível verificar a identificação dos discursos subjacentes.

A história oficial que Varnhagen se propôs a construir era uma produção que buscava suas origens na colonização portuguesa, como se o Brasil fosse uma continuação da história lusitana. No que diz respeito à entrada de outros povos na América Portuguesa, trabalha com modelo lusófilo e carrega nas tintas cunhando a nomenclatura “invasões estrangeiras”, encontradas nos livros didáticos até hoje.

No exame das “invasões holandesas”, o autor apresenta um balanço das guerras do açúcar, direcionando o olhar para a defesa e preservação da integridade do Brasil Colonial. Seus estudos contemplam o episódio do domínio holandês por identificar a guerra contra o inimigo comum como um elemento catalisador de forças que aglutinou as três raças, convertendo a restauração pernambucana em berço da brasilidade.

O autor ainda desconsiderava a miscigenação como característica da sociedade brasileira, visando o “embranquecimento”, valorizava as raízes portuguesas, silenciava os negros e considerava os índios como selvagens, produzindo “uma história branca, elitista e imperial” (VAINFAS, 1999: 2-3).

Varnhagen inaugurara ainda uma “linhagem de historiadores diplomatas” (GUIMARÃES, 2001: 77-9), sendo reconhecido pelas promoções e condecorações que recebera. Assim, a visão de Varnhagen não era exclusiva, mas está inserida na ideologia presente no imaginário do século. Antes de prosseguir o debate, é necessária a compreensão do conceito de “imaginário social” operado nesse trabalho, como definido por José Murilo de Carvalho em:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração,(...) O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, mas também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornarem-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. (CARVALHO, 1990: 10-1)

Em momentos como o do século XIX, a construção da identidade nacional e o projeto de unificação transformam-se em pauta de discussões entre a elite conservadora brasileira. Era, pois nesse imaginário, enquanto universo de projeção ideológica de uma nação brasileira, que a obra factual e historicista de Varnhagen se inseriu.

O que pode-se perceber em *História Geral* é a tendência das crônicas coloniais portuguesas de atribuir a Calabar, “sempre amigo das ciladas” (VARNHAGEN, 1854: 367), a responsabilidade pelas conquistas neerlandesas. O que significa que na guerra entre portugueses e holandeses, Varnhagen obviamente se posicionaria ao lado lusitano, contra os neerlandeses, chamados de inimigo, mais uma vez em conformidade com as crônicas lusitanas.

Ao abordar as tentativas do general português de recuperar Calabar, assegurando-o não só o perdão, mas ainda mercês, Varnhagen, já titulado Visconde de Porto Seguro, afirma compreender a opção do mameluco em continuar no serviço aos holandeses, repugnando voltar aos seus patrícios, e explica-a pelo seu medo de represália de todos os inimigos, devido a tantos males que o mesmo causara. Por isso, de nada adiantaria o El-rei acolhe-lo bem, se Calabar não ficaria tranqüilo e seguro com tal feito (VARNHAGEN, 1854: 521). Nesta interpretação, Calabar é apresentado como criminoso, El-rei como piedoso e os portugueses como valentes, por resistirem bravamente na defesa do território, e como injustiçados, porque Calabar mudara a sorte da guerra.

Na obra *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Varnhagen não perdoa a traição de Calabar, “origem de tantas lágrimas para a Pátria” (VARNHAGEN, 2002: 94), seja porque serviu contra sua Pátria, seja por ter aberto exemplo para a deserção de outros. Para o autor, a “infeliz deserção” do personagem fora pouco justificável, o que possivelmente teria dado origem a desconfiança inicial sobre sua lealdade aos flamengos.

Acerca da prisão de Calabar, escreve o autor: “(...) cujo merecido castigo esperava que Deus permitisse dar, ali, na sua terra natal, em paga dos males que havia causado a tantos de seus compatriotas e ao muito sangue que tinha derramado por todo o Brasil.” (VARNHAGEN, 2002: 121) E pelo crime contra a Pátria, ocorreu a traição mítica do traidor, o qual seria perdoado por essa historiografia do século XIX, da qual Varnhagen seria apenas um porta-voz.

Sob esse viés, ocorreu mitificação de Calabar, pelo simples fato de ser um mameluco ou mulato, torna-o um objeto de degradação por essa historiografia do século XIX, acrescentando-se sua traição aos portugueses, sentencia Varnhagen: “Desses pecados o Todo Poderoso lhe tomaria contas e com sua imensa misericórdia poderá tê-lo perdoado; porém, dos males que causou à Pátria, a História, a inflexível História lhe chamará de infiel, desertor e traidor por todos os séculos dos séculos.” (VARNHAGEN, 2002: 122)

Assim, já no século XIX, Calabar havia sido transformado em mito, uma espécie de anti-herói pelo Império, aquele que nenhum cidadão deveria considerar exemplo sob o risco de incorrer contra a sua Pátria Mãe, pois quando foi chamado a servi-la, não apenas abnegou suas funções em guerra como traiu aos seus, conforme definição de Raoul Girardet, numa fabricação de um discurso que articule real e imaginário, livrando-os de suas fronteiras exatas.

Entre as grandes “constelações mitológicas” (GIRARDET, 1987: 19), encontra-se Calabar, cuja mitificação fabricada pelo século XIX, em especial com as contribuições de Varnhagen, baseou-se a interação de sua mudança de lado na guerra, fato real, com o discurso de desertor nacional, simbologia discursiva, produzindo um imaginário que comporta a ideologia de defesa à pátria e a clara definição dos inimigos desta. Calabar mitificado fora O Grande Traidor, condenado por Varnhagen a sentença perpétua de esquecimento por toda a História, sendo mobilizado repúdio nacional à sua

memória.

Porém a História, não conseguiu esquecer-se de Calabar. A produção do século XX tende a aliviar a carga de culpa de traidor da nação outrora atribuída a Calabar. Houve mesmo os que banalizaram e os que heroizaram o personagem, principalmente na virada do século XIX para o XX e em especial na literatura e no romance histórico.

Ainda no século XIX, Agrário de Menezes no drama de 1858 *Calabar: drama em verso e cinco atos* constrói um Calabar como um rebelde romântico que se vinga em seu ato por todas as humilhações sofridas por ser mestiço, metamorfoseando a traição política de Calabar em uma vingança por amor, visto que passa para o lado holandês porque perde sua amada para um soldado português. A mitificação política cumpre-se na representação como gênio do povo, que tenta irromper a natureza no desejo utópico de liberdade, semente do nascente patriotismo vigente. Da obra, depreende-se uma heroicização do gesto transgressor pela traição, por exigir uma revisão crítica de poderes e valores instituídos.

O poema *Calabar* de Jorge de Lima de 1928 parece abrir o século XX às apropriações literárias do personagem-mito. Na obra, o autor concede um perdão histórico ao personagem, cuja traição é desculpada ora pela inconseqüência do mestiço valorizado, ora pela sabedoria na certeza da escolha consciente pelo bem de sua terra mãe. Percebe-se pois, um Calabar “erótico-religioso”, representando a humildade de um mulato que resguarda a essência do ser brasileiro, que no afã de se libertar da opressão ibérica, realiza um derradeiro golpe de misericórdia tentando a sorte com os holandeses, nova opressão, saúda o autor o fato de nenhuma das metrópoles européias saírem com a vitória.

Na teia literária, o personagem fora cair nas mãos de Geir Campos que escreveu *O sonho de Calabar* em 1959, um drama histórico com prólogo e três atos. Na obra, Calabar é um herói, cuja bravura na defesa por uma terra melhor permaneceu até o último suspiro de vida do mulato na forca, aparecendo como um homem sagaz que percebe que no fundo, a guerra trata-se de puro jogo de interesse.

Enfim, o autor revela o sonho do Calabar: “Uma guerra que ponha os inimigos fora de nossa terra e nosso mar” (CAMPOS, 1959: 92). O Calabar de Campos é representante do brasileiro, um ser humilde que quis defender sua terra das formas mais ingênuas possíveis e acabou enganado por todos os lados: pelos portugueses, pelos

holandeses e por Souto. Calabar era filho da natureza e mesmo que pudesse perceber os interesses da guerra, o jogo era maior que ele, nada pudera além de lutar na linha de batalha. Fora mesmo Calabar um dos primeiros cidadãos a perceber que o Brasil não poderia ter dono e alertar sérias questões pendentes no país a serem discutidas no âmbito por seus políticos, brotava das veias teatrais o aviso de Campos à geração dos anos 50 e 60.

No ano seguinte à publicação de Campos, o personagem ganhou uma versão romanceada por João Felício dos Santos em *Major Calabar*. Escrito em terceira pessoa, Calabar é, sem dúvida, o grande protagonista do romance, como herói, figura do cotidiano que representa a individualização de uma força política, ajudando a executar a ruptura necessária de uma formação social. De um “Calabar ético” a um “Calabar humano”, o autor do romance tende a mostrar que a decisão pela mudança de lado não fora mero impulso de selvageria nem desespero do personagem, ao contrário, com fruto de decisão muito refletida, o personagem passara mesmo por uma séria crise de consciência que ocupa considerável parte da obra.

Contudo, fora em 1975 que o personagem caíra nas graças de Chico Buarque e Ruy Guerra, ao escreverem a famosa peça intitulada *Calabar: o Elogio à Traição*, em pleno contexto de ditadura militar. Num aparente deslocamento de foco, de repente, o protagonista não se trata mais do personagem, mas de seu feito. A traição é então discutida num jogo satírico e dramático que atravessa todo o período de estabelecimento de Maurício de Nassau, embora haja breve confusão, pois logo após a morte Calabar, aparece o príncipe governando o Brasil Holandês.

Portanto, o sentido da peça ao por um homem ligado a questões políticas de época validar o uso da força pelo Estado, responde mais ao momento em que os autores estão escrevendo do que propriamente ao Brasil Holandês, justificando em última análise, a conveniente truculência dos militares. O espetáculo sofreu uma proibição promovida pela censura do regime, disfarçada de adiamento sem data prévia, pouco antes da estréia. Sendo a obra mais conhecida dentre as que mitificaram Calabar como herói, a peça possuía um teor político muito forte, nota-se pela analogia das guerrilhas ocorridas durante a guerra brasileira a acontecimentos recorrentes que os militares encobriam, atuando então, como uma voz revolucionária no teatro, transformado em um lugar de resistência.

A mentalidade mítica da traição do mameluco continua em voga na década de 1970, com Hércules Pinto escrevendo mais uma obra sobre a temática, intitulada *Calabar, o Patriótico* e publicada em 1976. Ao relativizar o personagem, na intenção de contextualizá-lo no mundo colonial, o autor acabou por deslocá-lo, discutindo questões que considera subjacentes à sua opção, tais como a liberdade e o patriotismo, além de julgá-lo com olhos do presente, como se brasileiro, entendida a condição de hoje, fosse Calabar já no século XVII. Por isso, o mulato é figurado em um “herói caprichoso e sonhador”, que “via o Brasil como um filho que ainda necessitava dos aconchegos maternos” (PINTO, 1976: 65). Deste modo, o interesse de guiar os holandeses não seria o de vender a sua pátria, mas de “salvá-la dos patriotas mentirosos”, talvez de protegê-la de si mesma.

Assim era Calabar da obra, profundamente ingênuo, mas ético; racional, cuja luta havia um propósito; batalhava com dignidade e moral, não havia intenções de traição; tudo não passara de uma opção. Fora, pois construído enquanto um herói representante do brasileiro, rebelde, patriota e sonhador, e não um perverso traidor, como fora condenado pela história.

Há ainda uma obra literária sobre o mameluco encontrado no século XX, que fora o poema de Lêdo Ivo publicado em 1985, intitulado *Calabar – Um poema dramático*. O cenário da dramatização é a praça em que foram expostos os quartos de Calabar. Com o propósito claramente político, o autor promove um deslocamento do tema de Calabar para o país que o condenou e continua a fazê-lo. Com a traição como pano de fundo, apresentada como “heroísmo de subversiva resistência”, o autor serve-se mesmo de Calabar na medida em que representa o “símbolo da repressão, do autoritarismo e da perseguição” (MICCOLIS, 2009: 36-7) exercida pelo Brasil durante toda a sua História, particularmente no presente do autor.

O autor afirma que o personagem fugiu da história escrita, numa referência talvez ao mito, mas explicita que também não está no túmulo dos heróis nacionais, mas vai até sua sepultura libertar os ódios que o apreendiam. Ao atribuir o caráter messiânico e salvacionista, o autor constrói um herói para o tempo presente, um redentor das mazelas produzidas pelo regime militar, ao mesmo tempo em que fora impiedosamente reprimido e morto.

Destarte, a relativização produzida por essas obras literárias quanto ao episódio

da traição, pode ser entendida ainda como produto da mudança no imaginário social, num possível interesse à modernizante colonização holandesa. Os “Calabares literários” desempenham a função de “doadores do gesto simbólico”, que deve ser recebido como exemplo pelo *ethos* forte de trair e alterar a ideologia da dominação (GÔUVEA, 1993: 124).

Assim, após analisados dois poemas, três dramas e dois romances, pode-se mesmo concluir a respeito da mitificação política do personagem. Como mito político segundo entende Girardet, mobiliza uma série de narrativas sobre o passado, oferecendo múltiplas ressonâncias e numerosas re-significações, que podem chegar a ser opostas, como “vilão” e “herói”, no caso de Calabar. Pode-se considerar ainda que o personagem fora apropriado literariamente, conforme conceito de Roger Chartier, enfatizando “a pluralidade de empregos e compreensões” e “a liberdade criadora dos agentes” (CHARTIER, 1991: 179-0) , na contextualização de suas produções, verifica-se que as inversões e os acréscimos realizados a Calabar, referem-se diretamente aos momentos e agentes produtores.

Os novos olhares sobre o mulato referem-se aos historiadores que vem descortinando a temática a respeito da História do Brasil Holandês desde o século XX. As mudanças no imaginário e na própria forma de fazer História parecem ter contribuído significativamente para a relativização do personagem histórico.

A despeito da produção historiográfica recente sobre o período, representada por nomes como Hermann Wätjen, José Antônio Gonsalves de Mello, Charles Boxer, Evaldo Cabral de Mello, Leonardo Dantas Silva, Ronaldo Vainfas, Frans Leonard Schalkwijk e Vasco Mariz, tende a considerar Calabar simplesmente como um homem que escolheu um dos lados no curso da guerra, e embora não tenha sido feliz em sua opção, traiu mesmo às tropas portuguesas. Vale ressaltar a menção de Evaldo Cabral de Mello faz ao episódio da execução sumária do personagem, considerada “queima de arquivo” devido aos serviços, conhecimentos e contatos que manteve com autoridades holandesas; e de Ronaldo Vainfas como “patriarca dos traidores”, principalmente pela expressividade do caso.

Destarte, a historiografia atual procura recuperar o Calabar no seu contexto, humanizando-o novamente, verificando sua atuação como consciente e racional. A partir de então, são iluminadas novas questões que envolvem o personagem, desviando

o olhar da velha discussão surda de quem ele teria traído para refletir sobre o sentido político de sua atuação, desempenhada por um homem, que além da ambição de ganhar dinheiro, embora essa faceta não tenha sido completamente desprezada pelos historiadores, teria apostado no lado que lhe pudesse colher melhores frutos para si e sua família, passando ainda por uma sede de reconhecimento, característica ofuscada na espécie humana, que aprendera a ler no orgulho um pecado impensável.

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. “A crítica.” In: **Apologia da História** – ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOXER, Charles R. **Os Holandeses no Brasil: 1624-1654**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. (Original de 1957). 2. ed. rev. Recife: Cepe, 2004.
- CALADO, Frei Manoel. O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade (manuscrito de 1648). CD-ROM anexo à **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**, de Francisco de Brito Freire.
- CAMPOS, Geir. **O sonho de Calabar**: Drama histórico em prólogo e três atos. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação.” **Estudos Avançados**, São Paulo, 5 (11): pp. 173-91. jan./abr. 1991.
- COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630 (manuscrito de 1644). CD-ROM anexo à **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**, de Francisco de Brito Freire.
- BARLEUS, Gaspar. História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil. (original de 1647). CD-ROM anexo à **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**, de Francisco de Brito Freire.
- DE LAET, Joannes. História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636 (original de 1664). CD ROM anexo à **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**, de Francisco de

Brito Freire.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia**: História da Guerra Brasílica (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOUVÊA, Carolina Maia. **Mitologia Política Brasileira nas Tramas Literárias**. (Tese de Titular.) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen.” In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.) **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico II. São Paulo: SENAC, 2001.

HOLANDA, Chico Buarque de, & GUERRA, Ruy. **Calabar**: O elogio da traição. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

IVO, Lêdo. “Calabar – Um poema dramático.” In: **Poesia Completa 1940-2004**. Estudo introdutório. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

LIMA, Jorge de. Calabar. In: **Poesia Completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste. 1630 1654. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____ **O Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____ **Rubro veio**: O Imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MENEZES, Agrário de Sousa. **Calabar**: drama em verso e em cinco atos. Dionysos. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, s.d.

MICCOLIS, Leila. **Passagem de Calabar** – Uma análise do poema dramático de Ledo Ivo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

PINTO, G. Hércules. **Calabar, o Patriótico**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

PUDSEY, Cuthbert. **Diário de uma Estada no Brasil** (manuscrito de 1640). Petrópolis: Índex, 2001.

SANTOS, João Felício dos. **Major Calabar**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os Institutos Históricos e Geográficos.” In: **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHALKWIJK, Frans Leonard. **Por que, Calabar? O motivo da traição**. Holanda: Appleodoorn, 2000. Tese captada na Internet. Disponível online em Memorial Pernambuco:
<http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/117historia/calabar.htm>
[Consult. Em 22-09-2009].

SILVA, Leonardo Dantas. “1635: Calabar e outros desertores”. In: **Holandeses em Pernambuco**. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira.” In: Dossiê Descobrimientos e Redescobrimientos do Brasil. **Revista Tempo**. vol. 4. n. 8. Niterói, dez.1999.

_____ **Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654**. (original de 1871) Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____ **História Geral do Brasil**. 1.ed. vol.I. Madri: Imprensa da V. de Dominguez, 1854. p. 367. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710#page/424/mode/1up> p. 424. [Consult. em 14-02-2011]

OS INTELLECTUAIS DE ESQUERDA E A GUINADA CRÍTICA DA HISTORIOGRAFIA ACERCA DA MEMÓRIA SOBRE VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA NA ARGENTINA

Isabel Cristina Leite*

Esta comunicação é parte de meu projeto de doutorado, cuja pesquisa ainda está em fase inicial. A historiografia referente à ditadura militar na Argentina e à repressão estatal é farta¹, assim como, podemos encontrar um considerável montante de estudos sobre organizações de esquerda na Argentina². Todavia, o estudo sistemático da historiografia sobre a violência revolucionária, com toda sua complexidade de fontes e visões e as representações nela intrínsecas, ainda está aos poucos se fazendo, principalmente no que diz respeito à revisão crítica da guerrilha.

De certa forma, afirma Fernando Catroga, a historiografia cumpre um papel de memória, uma vez que fala sobre o passado e constrói algumas representações e presentificações, que mesmo falando em nome da razão, se edifica de forma voluntária ou não, sob silêncios e recalques (CATROGA, 2001: 41-43). A historiografia sobre o tema da memória da luta armada na Argentina pode ser dividida em fases a partir da transição em 1983. Conforme demonstra Marina Franco, os primeiros trabalhos sobre a temática remetem a uma historiografia “militante”, ideologizada e dicotomizada. Na origem dessa memória pós-autoritária estaria o caráter defensivo frente a uma situação limite para sua sociedade e suas instituições, que é a criminalização do Estado. Desta forma, pode-se afirmar que a importância que a memória adquiriu no espaço público argentino é proporcional aos crimes cometidos pelo Estado de exceção. Em recente trabalho sobre memória e testemunho, Beatriz Sarlo defende que o campo da memória na Argentina é um campo de tensão entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar à outra etapa, encerrando o caso. “É um campo de

* doutorado UFRJ

¹ Para citar alguns: NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A ditadura militar Argentina*. São Paulo: Edusp, 2007; QUIROGA, Hugo. *A veinte años del golpe : con memoria democrática*. Rosario : Homo Sapiens Ediciones, 1996; DIAZ BESSONE. *La guerra revolucionaria em Argentina*. Buenos Aires: Fraternal, 1987; MADERO, Marta (org.) *Vida provada em Argentina: De los años treinta a la actualidad*. Tomo 3. Buenos Aires: Taurus, 1999; DHUALDE, Luis. *El Estado terrorista Argentino*. Buenos Aires: Vergara, 1999. JANZEN, Ignácio. *La triple A*. Buenos Aires: Contrapunto, 1986.

² Considerados clássicos, estão os textos de POZZI.op.cit.; GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón. Los Montoneros*. Buenos Aires: GRIJALBO, 1987; A publicação semestral *Lucha Armada em Argentina*, do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina, que desde 2005 reúne textos de pesquisadores da temática da guerrilha.

conflitos para os que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto (...) e deve ser ensinado, divulgado, discutido”³, e a evocação e publicização da experiência política do terror de Estado vivida nos anos da ditadura, a autora denomina como *atos de memória*. Só com os *atos de memória* seria possível minimizar a *prática social do esquecimento*⁴.

As sociedades que passaram pela experiência de viver sob o julgo de regimes autoritários têm buscado, cada qual à sua maneira, alternativas de lidar com este passado e administrar o legado deixado por estes governos militares. Conforme indicam Glenda Mezzaroba e Maria Paula Araújo, a Argentina está à frente de outros países que passaram por fenômenos semelhantes nas questões que se referem à justiça de transição, como o julgamento e punição de culpados, evocação e problematização das memórias da guerrilha por parte de seus antigos adeptos (ARAÚJO, 2010: 03), deste modo, passadas mais de duas décadas do fim da ditadura naquele país, os intelectuais de esquerda que estiveram ligados à luta armada estão em processo de revisão crítica deste modelo de luta, uma crítica que extrapola a discussão acerca da “eficácia” ou validade não da luta armada.

Durante e após os anos ditatoriais, quem primeiro possuía legitimidade social para construir a memória daquele passado era justamente quem havia sofrido “na própria carne” os males causados pela ditadura, ou seja, tanto associações como as *Madres de la Plaza de Mayo*, cuja “*condición de madres y familiares las deproveía de cualquier contenido político y remitía al espacio privado de su vínculo con las víctimas directas*” (FRANCO, 2005: 147), quanto os sobreviventes dos campos de concentração e tortura, desta forma, após a transição democrática na Argentina, o testemunho passa a ter um papel central na viabilização da condenação e reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado.

Dentre os anos de 1983 e 2003, a experiência da militância dos anos 1970, se configurou em um “regime de memória”, que oscilou entre políticas direcionadas à

³ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. pp.24.

⁴ De acordo com Mário Silva, essa *prática social do esquecimento* é uma das chaves necessárias para a compreensão da postura assumida pela sociedade política e civil, no que diz respeito ao regime militar: o esquecimento “compulsório” foi uma condição para a implementação do processo de distensão, incluída a Anistia e o advento da Nova Republica, isto no caso do Brasil. Todavia, cremos que o mesmo pode se aplicar no caso Argentino. SILVA, Mário. *Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Anablumme, 2008. pp.31.

recordação e à reparação. Por outro lado, autores mais importantes da atualidade que trabalharam com a questão da memória do período, como Elizabeth Jelin (2002), Hugo Vezzetti (2002), Pilar Calveiro (2005) e Marina Franco (2005), mostraram em seus trabalhos que os primeiros dez anos após o fim da ditadura foram também marcados pela construção e legitimação de uma visão sobre o passado como uma “guerra suja”, simbolizada pela metáfora “*dos demônios*”⁵, originada do informe *NUNCA MÁS*, produzido pelo CONADEP. Essa matriz interpretativa teria colocado os dois inimigos em condições de igualdade na responsabilidade da violência e terror. Conforme afirma Marina Franco, “*eso tenía como efecto ultimo la desculpabilización de la sociedad, su puesta al margen de cualquier responsabilidad social y su transformacion en una victima inocente entre esas fuerzas enfrentadas*” (FRANCO, 2005: 144).

Beatriz Sarlo, já havia chamado a atenção para o “efeito inibidor” da discussão autocrítica, provocada pela “teoria dos dois demônios”. Para a autora: “*La teoría de los dos demonios impide pensar por temor a tocar puntos incómodos*”. Ainda na década de 1980 Sarlo já dizia à militância da esquerda armada que deveriam “pensar no que fizeram, uma vez que já sabiam o que os militares haviam feito”. Tal afirmação teria lhe rendido críticas por parte dos ex-guerrilheiros.

Esa frase, que hoy sonaría tímida, fue contestada con la teoría de los dos demonios. Es decir que, para algunos, si pensábamos lo que habíamos hecho nosotros, estábamos equiparando lo que hizo el terrorismo de Estado con las acciones de los militantes revolucionarios. La teoría de los dos demonios es un chantaje fuerte. (SARLO, 2005)

Na segunda parte dos anos 1980 e o início dos anos 1990, a questão da luta armada e o desafio dos militares frente às organizações políticas continuaram sendo um tabu, contudo, o jornalismo investigativo e o aparecimento da produção memorialística biográfica foram rompendo com este silêncio, *pari passu*, ainda no processo de transição democrática, a tarefa de “olhar para trás” deixou de ser exclusividade dos

⁵ Os *dois demônios* que tomaram conta da Argentina seriam a guerrilha e o Estado, ou seja, a violência utilizada por um foi proporcionalmente utilizada pelo outro. Não se poderia analisar a força utilizada pelo governo desconsiderando a existência da guerrilha, o primeiro só agiu em função do segundo. Cf. ACUÑA, Carlos. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: ACUÑA, Carlos et.al. *Juicio, castigos y memorias. Derechos humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995; BIETTI, Lucas. Memoria, violencia y causalidad en la teoría de los dos demonios. In: *Finnish Journal of Latin American Studies*. n.3. April 2008.

historiadores profissionais (CAMPOS, 2009). *La noche de los lápices* é das primeiras obras de relevância dentro do jornalismo investigativo, que buscou responder às primeiras perguntas básicas sobre “o que? quem? como?” ocorreram as mortes e desaparecimentos (SEOANE, 1986). No caso dessa obra, nota-se, no momento de sua publicação, uma leitura que consagra a sua versão como *única e verdadeira*. O livro relata que em setembro de 1976, sete adolescentes da cidade de La Plata foram seqüestrados, torturados e desaparecidos como consequência da luta pelo no movimento estudantil, a partir do relato do sobrevivente Pablo Díaz. Como observa Marcos Tolentino, política dos adolescentes passou para um segundo plano no relato histórico difundido. Isto está relacionado ao contexto em que a obra foi produzida, em clima de pacificação e reconciliação nacional. Com a transição, houve a necessidade de ressaltar os crimes cometidos pela ditadura, utilizando-se do método de enfatizar traços de “inocência” nos militantes mortos (TOLENTINO, 2008). Por mais que a qualidade dos trabalhos jornalísticos variem, eles tiveram importante papel na apresentação de temas ainda obscuros naquele período sobre a ditadura e seu *modus operandi*, mas, também, demonstra interesse em temas clássicos, como a guerrilha. Foi nos anos 1990, que iniciou o que Hugo Vezzetti chamou de “paixão memorialística”, presente cada vez mais em *atos de memória*, como os discursos políticos e, ainda, nas manifestações das esferas públicas de países ocidentais, o que explica, em parte, o caso da renovação historiográfica sobre memórias de esquerda e das ditaduras na Argentina. Marina Franco, afirma que até início no final desta década, os pesquisadores não se dedicaram à temática da militância política dos anos 1970, à exceção dos que o faziam a partir de um espaço estigmatizado como, já referido anteriormente, à “historiografia militante” (FRANCO, 2005: 142).

A partir dos anos 2000, a preocupação acerca da memória e seu papel político tornou-se uma constante no trabalho acadêmico argentino. É mister citar mais três trabalhos fundamentais para se discutir a questão da memória relativa à violência, sua construção social e a crítica à luta armada, que também nos servirão para o diálogo. Primeiramente, os livros que se desdobraram da pesquisa *Memória colectiva y represión: perspectivas comparativas sobre el proceso de democratización en el cono sur de América Latina*, coordenado por Elizabeth Jelín, que foram lançados no período

de 2002 a 2006⁶, configuram-se em trabalhos que se debruçam sobre memórias da esquerda, dos militares e memória social, construída por datas e monumentos. No livro que abre a coleção, *Los trabajos de la memoria*, a autora trata das subjetividades explícitas nos depoimentos sobre o período militar e, também, como a memória teve um local privilegiado no “acerto de contas” com o passado. Jelin trata das diferentes formas de recordar e de como as questões acerca do trauma devem ser cuidadas e ensinadas, como essa memória é re-significada e, certas vezes, manipulada pelos depoentes. “*En la dictadura Argentina, lo enfasis sobre qué recordar y qué destacar fueran cambiando al largo del tiempo*” (JELIN, 2002: 64). É justamente estas mudanças sobre o que recordar e como recordar a luta armada que buscaremos na nossa pesquisa. Esse livro, bem como restante da coleção, é repleto de questionamentos acerca do que é, para que serve e como se pode trabalhar com as memórias das ditaduras.

O trabalho de Pilar Calveiro, *Politica y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los 70*, de 2005, mostra o caráter reativo da guerrilha peronista, uma vez que a violência estatal estava imposta na sociedade argentina desde o bombardeio da *Plaza de Mayo*, que depôs Juan Domingo Perón, em 1956. Seria a partir deste episódio que a esquerda viu a necessidade de se armar, para combater o exército e fazer a revolução. Com a derrota do projeto guerrilheiro, Calveiro busca dar conta das responsabilidades da experiência guerrilheira através da crítica aos membros da direção dos grupos, que conseguiram se exilar e deixaram jovens militantes, sem apoio, morrerem pela causa e critica também a adoção do universo de valores e mitos da organização militar que tanto combatiam.

Outro trabalho de relevância, é o livro de Hugo Vezzetti, *Sobre la violencia*

⁶ JELIN, Elizabeth, *Los trabajos de la memoria*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002; FELD, Claudia, *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002; JELIN, Elizabeth (compiladora), *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002; CATELA, Ludmila da Silva y Elizabeth JELIN (compiladoras), *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002; JELIN, Elizabeth y Victoria LANGLAND (compiladoras), *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2003; PINO, Ponciano del y Elizabeth JELIN (compiladores), *Luchas locales, comunidades e identidades*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2004; JELIN, Elizabeth y Federico Guillermo LORENZ (compiladores), *Educación y memoria. La escuela elabora el pasado*. Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2004. CRUZ, María Angélica, *Iglesia, represión y memoria. El caso chileno*. Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2004. JELIN, Elizabeth y Ana LONGONI (compiladoras), *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*, Siglo XXI Editores, 2005. HERSHBERG, Eric y Felipe AGÜERO (compiladores), *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*, Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI, 2005

revolucionaria: memórias y olvidos, de 2009. Vezzetti busca também radicalizar suas análises acerca da experiência guerrilheira. O autor critica a violência revolucionária e seu papel político na Argentina dos anos 1960 e 1970. O autor pontua as críticas realizadas à luta armada através de depoimentos e critica a forma como os direitos humanos sempre trataram os guerrilheiros, colocando-os em posição de vítimas. Desse modo, recupera a existência de uma crítica da violência revolucionária vinda de dentro do universo do protagonista, que desafiou o seu autoritarismo, seu messianismo e sua “cegueira política” para reconhecer a derrota e reconhecer as suas responsabilidades no processo de violência e de certa forma, no terror.

Este processo de crítica e autocrítica mais radical na Argentina teve seu início com o episódio da entrevista de Hector Juvé, em final de 2004, ex-militante da organização *Ejército Guerrillero del Pueblo* (EGP)⁷. Em sua entrevista, publicada pela revista de esquerda *La intempérie*, Juvé faz uma reflexão sobre as ações de fuzilamento de companheiros considerados traidores, realizados pelo grupo:

*Estuvimos todos cuando se lo fusiló. Realmente me pareció una cosa increíble. Yo creo que era un crimen, porque estaba destruido, era como un paciente psiquiátrico. Creo que de algún modo somos todos responsables, porque todos estábamos en eso, en hacer la revolución*⁸.

Tal depoimento levou Oscar del Barco, filósofo respeitado, responsável pela inserção do pensamento de Gramsci na esquerda argentina, a se pronunciar por meio de uma carta, dissertando a respeito da experiência guerrilheira. Diz Barco:

Como si no hubiera transcurrido el tiempo, haciéndome tomar conciencia (muy tarde, es cierto) de la gravedad trágica de lo ocurrido durante la breve experiencia del movimiento (...) En ese momento me di cuenta clara de que yo, por haber apoyado las actividades, era tan responsable como los que lo habían asesinado. (...) Ningún justificativo nos vuelve inocentes. No hay "causas" ni "ideales" que sirvan para eximirnos de culpa. Se trata, por lo tanto, de asumir

⁷ “Durante poco más de medio año, el *Ejército Guerrillero del Pueblo* (EGP) –un grupo de no más de 20 personas, sobrevivió con extremas dificultades en el monte salteño. No llegaron a realizar ningún operativo. Cuando la gendarmería lo desarticuló, ya había varios muertos; algunos de ellos producto de fusilamientos realizados por el propio grupo”. Retirado de *El interpretador*, junho de 2005. <http://elinterpretador.net/ensayos_articulos_entrevistas-numero15-junio2005.htm>

⁸ Hector Juvé e outro companheiro de organização, Frederico Méndez foram condenados à prisão perpétua, mas anistiados, alguns anos depois, por indulto do presidente Héctor Cámpora, em 1973, em função do fuzilamento de dois militantes, Adolfo Rotblat e Bernardo Groswald, que decidiram sair da guerrilha e se retirar da região do foco. Foram considerados traidores e perigosos para a segurança dos outros. Entrevista de Hector Juvé publicado na revista *La intempérie*, nº 15, em 2004, todavia foi reproduzido no site: <http://elinterpretador.net/ensayos_articulos_entrevistas-numero15-junio2005.htm>.

ese acto esencialmente irredimible, la responsabilidad inaudita de haber causado intencionalmente la muerte de un ser humano. (...) En este reconocimiento me lleva a plantear otras consecuencias que no son menos graves: a reconocer que todos los que de alguna manera simpatizamos o participamos, directa o indirectamente, en el movimiento Montoneros, en el ERP, en la FAR o en cualquier otra organización armada, somos responsables de sus acciones. Repito, no existe ningún "ideal" que justifique la muerte de un hombre, ya sea del general Aramburu, de un militante o de un policía. (BARCO, 2005)

Em função da trajetória de Barco, a sua carta obteve um considerável impacto no campo da intelectualidade de esquerda argentina e dos antigos militantes, outrora, ele também fora um apoiador da tentativa de implantação do foco de guerrilha de Salta, região norte da Argentina, junto a Che Guevara nos anos 1960. Foi a partir desta carta que a polêmica foi posta. Outras tantas foram publicadas na referida revista, indicando contradições nos pontos de vista, mas, sobretudo, mostrando que tais críticas romperam com a imagem que veio sendo construída por certo padrão de memórias construídas e reproduzidas ao longo dos anos, de militantes sempre posicionados como vítimas e, que omitiu, por vezes, seu caráter agressivo.

A repercussão da carta de Barco foi tamanha que a revista *Políticas de la memoria*⁹ publicou em 2006 um dossiê sobre a violência política na Argentina, coordenado pelo historiador e diretor do CeDInCI, Horacio Tarcus, onde disserta sobre a importância da carta de Barco para o início do debate ético-político na Argentina, de forma mais profunda e produtiva dos últimos trinta anos sobre a questão da violência revolucionária. A carta suscitou o aparecimento de uma discussão que por muitos anos evitou-se, por ser considerada “inapropriada” e, em certo ponto “perigosa”, levando a discussão para o âmbito ético-moral. O historiador afirma que Barco ultrapassou o limite do “pacto de silêncio” das esquerdas e trouxe à baila uma discussão que esta evitou por todos estes anos por pelo menos três motivos, quais sejam: a grande repressão que atingiu as esquerdas desde o golpe militar de 1976; a necessidade jurídico-política de centralizar o debate na denúncia do terrorismo de Estado para que se fizesse justiça; e o receio de que algum questionamento acerca da violência da esquerda pudesse remeter à “teoría de los dos demônios”, fazendo, desta maneira, o jogo da repressão (TARCUS: 2010). Deste modo, Tarcus aponta cinco questões levantadas por

⁹ Produzida pelo *Centro de Documentacion y Investigacion de la Cultura de Izquierda en Argentina* (CeDInCI)

Barco e que são passíveis de análise por serem consideradas o “núcleo duro” do debate:

- 1- Se há um compromisso radical com a verdade, os envolvidos com a organização EGP devem assumir a responsabilidade política e moral pelos fuzilamentos dos companheiros;
- 2- Se há um compromisso radical com a verdade, os envolvidos na luta armada na Argentina entre os anos 1960-1970 devem assumir a responsabilidade política e moral pelos assassinatos que foram cometidos pelas ações guerrilheiras;
- 3- Se há um compromisso radical com a verdade, os envolvidos na defesa e edificação do chamado “socialismo real” devem assumir a responsabilidade política e moral pelos crimes que foram cometidos pelos *gulags de esquerda*;
- 4- Não há distinção ética possível entre assassinatos legítimos ou ilegítimos. Ao tentar distingui-los, só evidencia a contradição na fala daquele que prega o humanismo. Por fim,
- 5- O princípio fundador de toda comunidade é “*No matarás*”. (TARCUS, 2008)

Não há consenso entre os intelectuais que estudam a esquerda sobre a repercussão deste debate na sociedade Argentina, a exemplo de Pablo Pozzi que afirma que mesmo 30 anos depois do fim da luta armada, excetuando notáveis exceções, há uma escassa discussão e compreensão do que foi a luta armada e seu significado para a sociedade que a gestou (POZZI, 2005).

Em parte, estas foram as primeiras discussões levantadas para o desenvolvimento da tese.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO. Maria Paula. Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada. In: **Anais do X Encontro Nacional de História Oral**. Recife, 2010.

CALVIEIRO, Pilar. **Política y/o violència**. Una aproximación a la guerrilla de los años 70. Buenos Aires: Norma, 2005.

CAMPOS, Esteban. Es posible uma memória completa? Acerca de olvidos y reacciones conservadoras en la narrativa histórica de los '60/'70 (2006-2009).

In: **Revista afuera**.

<www.revistaafuera.com/NumAnteriores/pagina.php?seccion=Articulos&page=07.Articulos.Campos.htm&idautor=151>.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

FRANCO, Marina. Reflexiones sobre la historiografía Argentina y la História reciente de los años '70. In: **Nuevo Topo**. N°1. 2005.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madri: Siglo XXI, 2002.

POZZI, Pablo. Para continuar con la polémica sobre la lucha armada. In: **Lucha Armada em Argentina**, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEOANE, Maria. **La noche de los lápices**. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1986.

TARCUS, Horácio. **Notas para una crítica de la razón instrumental**: A propósito Del debate en torno a la carta de Oscar del Barco. Retirado de: <<http://www.eci.unc.edu.ar/eci/uploads/File/Conferencias/Tarcus.pdf>>

TOLENTINO, Marcos. Los lápices siguen escribiendo: a produção da memória da ditadura militar argentina (1976-1983) no livro *La noche de los lápices*. **Anais do I Encontro de História** da UNICAMP.2008.

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y presente**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria**: memórias y olvidos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE ALEXANDRE KOYRÉ

Francismary Alves da Silva*

As obras de Alexandre Koyré sobre a revolução científica e o nascimento da Ciência Moderna, tais como *Études galiléennes* (1939), *Du monde clos à l'Univers infini* (1957), *Études d'histoire de la pensée philosophique* (1961), *La révolution astronomique: Copernicus, Kepler, Borelli* (1961), *Etudes newtoniennes* (1965) e *Études d'histoire de la pensée scientifique* (1966) são bastante conhecidas entre os estudantes e pesquisadores da área de História das ciências. Esses trabalhos propiciaram uma nova fase para o entendimento do desenvolvimento científico e, conseqüentemente, uma nova fase para a História das ciências. A partir de reflexões biográficas e historiográficas do autor em questão, o presente ensaio busca entender como os estudos de Alexandre Koyré estabeleceram um marco importante para as narrativas históricas acerca das ciências.

Conforme explica Thomas Kuhn (1989), os trabalhos da área de História das ciências desenvolvidos até o início do século XX podem ser classificados em dois tipos: os de gênero tradicional e os de gênero filosófico. Obras do gênero tradicional podem ser encontradas nas notas introdutórias dos grandes tratados científicos. Eram breves relatos históricos que ressaltavam, de forma pedagógica, a tradição de determinada ciência com intuito de angariar seguidores, de conquistar espaço e legitimidade para determinado campo científico. O gênero filosófico, como a denominação indica, possuía objetivos filosóficos, ainda que tivesse grandes semelhanças com o gênero tradicional. Essas duas tradições representaram os primeiros trabalhos na área de História das ciências e alcançaram com fulgor o século XX, influenciados pelas tendências da História do mesmo período. De forma muito parecida ao que era praticado pelos historiadores *tout court*, os historiadores das ciências escolhiam um ramo aceito da ciência contemporânea, cujo estatuto de verdade não pudesse ser questionado, e buscavam entender, a partir desse estatuto, as origens do referido conhecimento científico. Como tais narrativas se dedicavam às grandes descobertas, à descrição cronológica dos fatos a partir dos grandes feitos e de seus respectivos heróis, os erros ou

* Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista FAPEMIG. E-mail: francismarys@gmail.com

obstáculos encontrados no desenvolvimento das ciências não eram descritos por esses autores. Tão pouco se preocupavam em contextualizar (conforme aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais ou culturais) os momentos de produção de novos conhecimentos científicos. Assim, essas narrativas clássicas, de gênero tradicional ou filosófico, podem ser consideradas “presentistas”, ou seja, datam os valores, a perspectiva e a política dos vencedores. (ABRANTES, 2002). Segundo essas narrativas, o desenvolvimento científico seria a sujeição sucessiva dos segredos da natureza a métodos sólidos, descobertas confiáveis. (KUHN, 1989). Foi diante dessas narrativas históricas que os trabalhos de Alexandre Koyré se colocaram como uma alternativa teórico-metodológica.

O quadro historiográfico aqui descrito começa a mudar no início do século XX, quando as formas de narrar as ciências passaram a ser questionadas. Entre os inúmeros fatores que levaram ao questionamento dessas tendências histórico-narrativas, de cunho tradicional ou filosófico, ditas positivistas e presentistas, pode-se citar os trabalhos de Alexandre Koyré. Esse autor direciona suas críticas à História *whig*¹, metódica, positivista. Segundo afirma Koyré (1991d), em trabalho intitulado *Perspectivas da História das ciências*, originalmente escrito em 1961, o historiador realizaria uma dupla escolha: escolhe quais obras devem ser resgatadas do esquecimento e escolhe o que contar sobre essas obras. Portanto, diferentemente das concepções positivistas, as fontes não possuem em si a verdade histórica. A História passa a ser entendida como uma construção do historiador, visto que as fontes nos escapam pela ação do tempo, da natureza e dos homens. Segundo Koyré, as fontes são fragmentos incertos (*res gestae*) que o historiador utiliza conforme suas concepções ou objetivos (*rerum gestarum*). Diante dessa concepção a respeito da história e do fazer histórico, os trabalhos de Koyré, tais como *Études galiléennes* (1939), *Du monde clos à l'Univers infini* (1957), *Newton, Galilée et Platon* (publicado na *Revue Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* em 1960), *La révolution astronomique* (1961) e *Etudes newtoniennes* (1965), bem como suas reflexões historiográficas, tais como *Études d'histoire de la pensée scientifique* (1966) e *Études d'histoire de la pensée philosophique* (1971),

¹ Para maiores informações sobre a chamada historiografia whig, ver *The Whig interpretation of history* (A interpretação Whig da história), de Herbert Butterfield. BUTTERFIELD, Herbert. *The Whig Interpretation of History* (1931). Html edition for ©Eliohs by Guido Abbattista, 2002. Disponível em: <<http://www.eliohs.unifi.it/testi/900/butterfield/index.html>>. Acesso: 14 jul. 2011.

constituem importantes peças para o entendimento de um momento específico da História das ciências. Um momento em que a história das variadas ciências passa a ser concebida não como a narrativa do conhecimento verdadeiro em evolução, ou como a narrativa dos gênios e das grandes descobertas, mas sim, como uma construção do historiador. Momento em que historiador não seria mais aquele que ilumina a história oficial, tal como ela teria ocorrido, mas sim, concede-se uma escolha, um recorte. Pelas mãos de Koyré, as ciências ganham historicidade, contextualização. Trata-se da crítica à Escola Metódica (dita positivista), que ocorre a partir de meados da década de 1930.

Quais seriam as influências e os pares com os quais Koyré estaria dialogando? No mesmo período de produção intelectual de Koyré, de meados de 1930 até 1960, é possível observar relações entre as proposições koyrenianas e as transformações sofridas pela História propriamente dita. Tal fato pode ser observado porque as narrativas de História das ciências produzida no início do século XX não se distanciam daquelas produzidas pela História *tout court*, então orientada pela chamada “História positivista” ou “metódica”. Assim como esta, a História das ciências desse período, grosso modo chamada por Butterfield de *whig*, também era positivista, teleológica, metódica quanto às fontes confiáveis e oficiais, apegada às grandes narrativas, aos feitos, aos fatos e, ainda, crédula de uma noção de progresso linear, cronológico. Se no campo específico da História das ciências, essa corrente foi fortemente criticada por Alexandre Koyré, na História propriamente dita, o Programa dos *Annales* cumpriram a tarefa da “denúncia positivista”. Em consonância com os estudos históricos de seu tempo, as críticas de Koyré e as propostas dos *Annales* são, por vezes, semelhantes. Para melhor entender as relações entre os trabalhos koyrenianos e a proposta dos *Annales*, trabalho que pretendo desenvolver em meus estudos de doutoramento, julgo necessário, por ora, entender a trajetória intelectual do autor em questão: Alexandre Koyré.

Membro de uma abastada família de origem judaica, Koyré nasceu em agosto de 1892, na cidade de Taganrog, região sul da Rússia. Envolvido no movimento dos estudantes socialistas revolucionários, após a Revolução Russa de 1905, Koyré terminou seus estudos secundários na prisão. Conforme aponta Marlon Salomon (2010), são poucos e contraditórios os relatos biográficos sobre o autor. Em sua maioria, esses relatos são baseados nos depoimentos da viúva Dora Reybermann Koyré. Não há, por

exemplo, indicações exatas sobre o início da formação universitária de Koyré. (SALOMON, 2010). Apesar disso, sabe-se que em 1909, aos 17 anos, Koyré ingressa na universidade de Göttingen, na Alemanha, para estudar matemática e filosofia. Segundo os biografistas, nesse período, os estudos de Koyré abordam as teorias dos conjuntos e os paradoxos gregos. Em Göttingen, ele teria tido contato com Edmund Husserl, que lecionara na Alemanha entre os anos de 1900 e 1919. Alexandre Koyré também teria frequentado cursos com Adolf Reinach, Max Scheler, entre outros cânones da fenomenologia alemã.

No final do século XIX e início do século XX, a psicologia era responsável por prover as explicações para os campos da teoria do conhecimento e da lógica, papel que hoje é ocupado pela filosofia. Contra a tendência do psicologismo, Edmund Husserl e outros filósofos lançaram as bases da fenomenologia, que terá grande repercussão nas Ciências Humanas durante o século XX.

(...) as leis lógicas, sustentáculos da unidade de toda ciência, não podem, segundo Husserl, fundamentar-se na psicologia, ciência empírica e, como tal, sem precisão das regras lógicas. O psicologismo, diz Husserl, não consegue resolver o problema fundamental da teoria do conhecimento, ou seja, o problema de como é possível alcançar a objetividade; ou, em outros termos, como é possível que o sujeito cognoscente alcance, com certeza e evidência, uma realidade que lhe é exterior e cuja existência é heterogênea à sua. (CHAUI, 1980: VI)

Grosso modo, no lugar das tendências e explicações da psicologia, Husserl e os fenomenologistas colocam o pensamento filosófico, a lógica filosófica. Alguns biografistas de Koyré afirmam que a estadia do autor em Göttingen estaria mais ligada às questões da matemática do que às questões da fenomenologia em si. Contudo, alerta Marlon Salomon (2010), os arquivos de textos desse período já mostram um Koyré mais preocupado com questões filosóficas do que com questões matemáticas *stricto sensu*.

Em 1911, Koyré transfere-se para Paris, onde iria acompanhar os estudos desenvolvidos na Université Paris-Sorbonne (Paris IV). Na França, estudou com François Picavet, especialista em Idade Média e diretor de estudos na École Pratique des Hautes Études (EPHE). Durante esse período, Koyré preparou seus estudos sobre Santo Anselmo. Lá, também acompanhou os trabalhos de Henri Bergson no Collège de France. Os trabalhos de Koyré foram interrompidos durante a Primeira Guerra Mundial,

na qual o autor se envolvia ao lado do exército francês, pátria que o acolhera. Com o armistício, Koyré instala-se definitivamente em Paris e, sob a orientação de Etienne Gilson, defende a dissertação intitulada *L'idée de Dieu et les preuves de son existence chez Descartes*, na École Pratique des Hautes Études (EPHE), em 1922. No ano seguinte, defende sua tese de doutorado em Letras, na Sorbonne (Paris IV), trabalho intitulado *L'idée de Dieu dans la philosophie de Saint Anselme*, cujo estudo houvera preparado antes da guerra. No período pós-guerra, Koyré estabeleceu interlocução regular com Emile Meyerson, Salomon Reinach, Hélène Metzger e Gaston Bachelard, autores com os quais Koyré discutia as novas teorias da relatividade e da mecânica quântica, além das implicações filosóficas das mesmas.

Habilitado para lecionar filosofia, entre os anos de 1922 e 1931, Koyré ministrou disciplinas da cátedra de Ciências Religiosas na École Pratique des Hautes Études (EPHE). A partir de então, os trabalhos de Koyré na área de filosofia nunca cessaram, tão pouco sua proximidade com Husserl. Conforme relata Salomon (2010), Husserl e Koyré teriam trabalhado juntos na importante tradução das *Méditations Cartésiennes*. Segundo Salomon,

Esse episódio não é sem importância. Se aceitarmos a tese de Foucault de que o devir filosófico francês no pós-guerra foi marcado por duas leituras de que foram objeto as *Méditations Cartésiennes*, a importância de Koyré para a compreensão da história da filosofia francesa do século XX torna-se capital. (SALOMON, 2010: 196-197).²

Apesar de seus estudos (sobretudo sua dissertação e sua tese) abordarem questões filosóficas a respeito da religião, é a partir desse período que Alexandre Koyré começa a desenvolver discussões mais próximas da área de História das ciências e da epistemologia. Destarte, talvez a maior contribuição desse autor para a historiografia das ciências tenha sido demonstrar como as questões religiosas estão inseparavelmente atreladas às questões filosóficas e científicas. Essas discussões marcarão os futuros caminhos trilhados por Koyré, tanto intelectualmente, quanto institucionalmente, visto sua ida para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, como se verá adiante (DELORME, 1965).

Aos poucos, afirma Suzanne Delorme (1965), fica evidente, nos trabalhos de

² A tese foucaultiana em questão pode ser encontrada em: Foucault, Michel. *La vie: L'expérience et la Science. Revue de métaphysique et de la morale*. Canguilhem, ano 90, n.1, jan-mar, 1985.

Koyré, a impossibilidade de separar as questões religiosas das questões sociais, filosóficas, científicas. Esse argumento será a base para futuros trabalhos do autor, como *Études galiléennes* (1939), *Du monde clos à l'Univers infini* (1957), *La révolution astronomique: Copernicus, Kepler, Borelli* (1961) e *Etudes newtoniennes* (1965). Separar os âmbitos religiosos dos sociais, por exemplo, seria um passo para o anacronismo, tão combatido por Febvre.³ Essas ideias foram mais bem trabalhadas por Koyré durante as conferências proferidas na Faculdade de Artes, em Montpellier, entre os anos de 1929 e 1930. Assim, os estudos na área de História das ciências entraram, definitivamente, para a agenda de trabalhos de Koyré quando este se torna diretor da cátedra de História das Idéias Religiosas na École Pratique des Hautes Études (EPHE), no ano de 1931 (DELORME, 1965).

Nos primeiros anos da década de 1930, Koyré começa seus estudos sobre Copérnico, inicialmente movido por questões místico-religiosas e, somente depois, animado por questões de História das ciências propriamente ditas. É importante ressaltar que, se para o autor as questões religiosas estão inseparavelmente atreladas às questões científicas, por exemplo, seus trabalhos sobre filosofia e religião sempre abordaram aspectos relevantes da História das ciências. Portanto, é possível entender a função exercida por Koyré na cátedra de História das Idéias Religiosas da EPHE como um primeiro e significativo passo para os estudos do autor na área de História das ciências. Na sequência, Koyré aprofunda seus estudos nas obras de Galileu, de Spinoza e de outros temas relacionados ao nascimento da Ciência Moderna, que passa a exercer o papel anteriormente exercido pelas explicações religiosas do mundo. Em 1931, Koyré lança o importante anuário *Recherches Philosophiques*, periódico editado em parceria com Bachelard, que teve duração de seis anos, até 1936-7. A importância do anuário *Recherches Philosophiques* dá-se na medida em que o mesmo pretendia-se um espaço alternativo à academia, além disso,

³ Segundo relatos de biografistas, a relação entre Alexandre Koyré e Lucien Febvre data da década de 1930. Marlon Salomon (2010) explica que Koyré analisou os estudos de Febvre sobre Rabelais. Febvre, por sua vez, comentou essa análise de Koyré na revista dos *Annales*. Além da relação teórica stricto sensu, Febvre foi o responsável por propor a criação de uma cátedra de “História do Pensamento Científico” no Collège de France, visando a candidatura de Alexandre Koyré, no ano de 1951. Tal pedido foi negado, pois a assembleia de professores do Collège de France não concebia, em 1951, a criação de um programa de história do pensamento científico. É importante ressaltar que, em 1958, na sessão da École Pratique des Hautes Études dirigida por Fernand Braudel será criado o Centro de Pesquisas de História das Ciências e das Técnicas. (SALOMON, 2010).

Primeira revista de filosofia da geração entre guerras, ela será reconhecida como a responsável não apenas por introduzir na França as novas tendências filosóficas contemporâneas (fenomenologia, existencialismo), mas também por reintroduzir, em solo francês, a própria filosofia alemã. (SALOMON, 2010: 198)

Ao longo dos seis volumes editados da *Recherches Philosophiques* é possível encontrar trabalhos de Gaston Bachelard, Jean-Paul Sartre, Jacques Lacan, G. Bataille, Martin Heidegger, Edmund Husserl, entre outros. Nos artigos publicados pela *Recherches Philosophiques*, vê-se, portanto, a rede de interlocutores com os quais Alexandre Koyré estaria dialogando. Nos anos seguintes, Koyré tornou-se professor visitante da Universidade do Cairo, no Egito. Estando lá, publicou, em 1934, a tradução comentada do livro de Copérnico, *Des Révolution des Orbes Célestes*, originalmente escrito em 1543. Os estudos sobre Spinoza, Descartes e Galileu se aprofundam e, em 1939, Koyré publicou o célebre *Études galiléennes*. Os trabalhos de Alexandre Koyré na área de História das ciências se consolidaram ao passo que a Segunda Guerra Mundial estourou na Europa, com grande impacto na França. Koyré, que era judeu, tentou se alistar no exército britânico, mas, seguindo orientação do próprio general Charles de Gaulle, deixou o Cairo e seguiu para os Estados Unidos, onde estaria em segurança com sua família. (SALOMON, 2010). Assim, no ano de 1941, Koyré chegou à Nova Iorque. Lá, trabalhou como professor visitante na *New School for Social Research*. Foi nos Estados Unidos que Koyré publicou *Entretiens sur Descartes* (1944) e *Introduction à la lecture de Platon* (1945).

Com o fim da guerra, em 1945, Koyré regressa à França e à direção da cátedra de estudos sobre história das ideias religiosas na Europa Moderna, na École Pratique des Hautes Études (EPHE). Apesar do rápido retorno à Europa, Marlon Salomon (2010) observa que Koyré não se desligou completamente da produção histórica estadunidense. Koyré foi professor visitante na University of Columbia e na University of Chicago, em 1946. Também lecionou como professor visitante na University Johns Hopkins entre 1951 e 1953, e em Princeton, nos anos de 1954 a 1956, e depois, novamente, de 1960 a 1961. Na University Johns Hopkins, Koyré proferiu as conferências que mais tarde dariam origem ao célebre livro *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*, publicado em 1957. Ainda nos Estados Unidos, Koyré trabalhou com Bernard Cohen na tradução e edição crítica dos *Philosophiae naturalis principia mathematica*, de Isaac Newton.

Diante dos fortes vínculos estabelecidos nos Estados Unidos, pode-se afirmar que a presença de Koyré, bem como os trabalhos desenvolvidos pelo mesmo em solo americano, foram passos fundamentais para a consolidação e profissionalização da História das ciências nos Estados Unidos (SALOMON, 2010).

Outro aspecto importante da historiografia das ciências referente a Alexandre Koyré seria a separação entre o contexto da descoberta e contexto da justificativa.⁴ Essa separação, raiz da secção entre os trabalhos internalista e os trabalhos externalistas, está diretamente ligada ao legado deixado pela obra koyreniana. Afirma-se que alguns dos mais eminentes trabalhos da vertente interna (ou “Internalista”) foram produzidos no mesmo período em que Koyré inicia seus trabalhos na área de História das ciências (meados dos anos de 1930). Em artigo intitulado *Sobre as Raízes Sociais e Econômicas dos Principia de Newton*, ao comparar os diferentes enfoques dados aos trabalhos newtonianos, Olival Freire Jr. (1993) afirma que os trabalhos de Koyré enfocavam questões diferentes daquelas analisadas pela vertente soviética, representantes da vertente externalista. Em outros termos, Freire Jr. constata que os trabalhos de Alexandre Koyré estão em oposição aos trabalhos de Boris Hessen, o mais eminente autor da vertente externalista marxista soviética. Assim, a revolução newtoniana descrita por Koyré é diferente da revolução newtoniana descrita por Hessen. A narrativa de Koyré não nos permitira estabelecer a relação da mecânica newtoniana com seu contexto social, político e econômico (contexto da descoberta). Isto porque Koyré enfatizaria questões teórico-conceituais da Física, deixando de lado suas relações externas (sociais, políticas, religiosas, culturais, econômicas). De forma antagônica, o trabalho de Hessen não nos permitiria estabelecer relações mais diretas com o objeto específico de Newton, ou seja, com a Mecânica Moderna (contexto da justificativa). Em casos extremos, essas seriam as especificidades que colocariam as duas vertentes – Internalista e Externalista – em oposição.

Mas, ampliando essa visão que defende a característica teórico-conceitual como sendo a principal marca dos trabalhos de Koyré, pode-se dizer que o legado deixado por esse autor vai muito além do que está representado em seu mais conhecido epíteto:

⁴ Para maiores informações sobre o contexto da descoberta e o contexto da justificativa, ver SILVA, Francismary Alves da. Descoberta versus Justificativa: a Sociologia e a Filosofia do conhecimento científico na primeira metade do Século XX. *Revista de Teoria da História - RTH*, v. 1, p. 52-67, 2009. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/113/Descoberta_versus_Justificativa.pdf>. Acesso: 16 jul. 2011.

“internalista”. Em artigo intitulado *History of Science through Koyre's Lenses*, James Stump (2001) afirma que a interpretação padrão – internalista – utilizada para caracterizar os trabalhos de Koyré talvez não seja a mais adequada. Segundo explica Stump, os trabalhos de Koyré sobre a revolução científica concentraram atenção sobre o que pode ser entendido como estruturas ou “unidades de pensamento”. Segundo a concepção de “unidade de pensamento”, uma nova teoria não pode emergir de forma independente das demais teorias já aceitas. Isto ocorre porque a “unidade de pensamento” garante um elo filosófico, religioso, político, econômico e científico entre essas diversas formas de saber. Assim, determinado conhecimento também não pode emergir de forma independente do sistema sócio-cultural do qual essas teorias já aceitas fazem parte. Isto pode ser observado, também, por meio do conceito de *experimentum*, utilizado por Koyré em *Études newtoniennes* (1965) e *Études d'histoire de la pensée scientifique* (1966). Segundo a idéia de *experimentum*, um cientista questiona a natureza e esse questionamento é estruturado em linguagem matemática. Mas, esse *experimentum*, essa pergunta só é feita em linguagem matemática porque o homem já está submerso numa rede de conhecimentos estabelecidos e legitimados político-socialmente. De acordo com essa concepção de desenvolvimento científico presente nas obras de Koyré, as novas teorias científicas se relacionam, de alguma maneira, com o sistema filosófico, com o sistema sócio-cultural, com o econômico, com o político ou com o religioso. As descobertas não se realizariam isoladamente. Para serem aceitas, elas deveriam ter, minimamente, alguma relação com o contexto no qual se desenvolvem. Segundo Koyré, “[...] o pensamento científico não se desenvolve *in vacuo*.” (KOYRÉ, 1991a: 204).

Por fim, é possível concluir que a ampliação do legado deixado pelos trabalhos de Koyré, tal como proposta por Stump (2001), torna-se mais evidente ao confrontarmos suas ideias e sua trajetória intelectual. Nas obras de Koyré, vêem-se a relação entre as concepções matemáticas, filosóficas e científicas. Conforme demonstrei, Matemática, Filosofia e História das ciências, foram as áreas das carreiras acadêmicas seguidas pelo autor, primeiramente em Göttingen (1909-1911), posteriormente em Paris (1911- até a década de 1930, depois, novamente, de 1945 até sua morte) e, por último, em Nova Iorque (1941-1945). Percebe-se, pois, como a formação intelectual do autor, isto é, os caminhos por ele trilhados na Alemanha, na

França e nos Estados Unidos, bem como os interlocutores estabelecidos pelo mesmo, interagiram na formação de um pensamento que se tornou canônico na História das ciências.

Referências Bibliográficas

- ABRANTES, Paulo. Problemas metodológicos em historiografia da ciência, In: **Epistemologia e ensino de ciências**. Salvador: Arcádia, 2002.
- BUTTERFIELD, Herbert. **The Whig Interpretation of History** (1931). Html edition for ©Eliohs by Guido Abbattista, 2002. Disponível em: <<http://www.eliohs.unifi.it/testi/900/butterfield/index.html>>. Acesso: 14 jul. 2011.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Vida e Obra de Husserl (1859-1938). In: HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- DELORME, Suzanne. Hommage à Alexandre Koyré. **Revue d'histoire des sciences et de leurs applications**. Paris, vol. 18, n.2, 1965. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhs_0048-7996_1965_num_18_2_2409>. Acesso: 17 jul. 2011.
- FREIRE Jr., O. Sobre As Raízes Sociais e Economicas dos Principia de Newton. **Revista da Sociedade Brasileira de Historia da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 51-64, 1993.
- HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KOYRÉ, Alexandre. Da influência das concepções filosóficas sobre a evolução das teorias científicas. In: _____. **Estudos de História do Pensamento Filosófico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991a.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991b.

- KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento filosófico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991c.
- KOYRÉ, Alexandre. **Estudos Galiláicos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- KOYRÉ, Alexandre. **Etudes Galileennes**. Paris: Hermann, 1986.
- KOYRÉ, Alexandre. **Etudes newtoniennes**. Paris: Gallimard, 1968.
- KOYRÉ, Alexandre. **La révolution astronomique: Copernic, Kepler, Borelli**. Paris: Hermann Paris, 1961.
- KOYRÉ, Alexandre. Perspectivas da História das ciências. In: **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991d.
- KUHN, Thomas. A História da Ciência. In: **A tensão Essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- SALOMON, Marlon. Alexandre Koyré: Nota sobre sua trajetória intelectual. In: **Alexandre Koyré: Historiador do Pensamento**. Goiânia: Almeida & Clément Edições, 2010.
- SILVA, Francismary Alves da. Descoberta versus Justificativa: a Sociologia e a Filosofia do conhecimento científico na primeira metade do Século XX. **Revista de Teoria da História - RTH**, v. 1, p. 52-67, 2009. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/113/Descoberta_versus_Justificativa.pdf>. Acesso: 16 jul. 2011.
- STUMP, James B. History of Science through Koyre's Lenses. **Stud. Hist. Phil. Sci.**, Vol. 32, No. 2, p. 243–263, 2001.

FÉ E DEVOÇÃO NA OBRA DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Bruna Rafaela de Lima*

Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) nasceu e cresceu em uma família católica. Seu batizado – feito pelo padre João Maria, tornado santo pelo povo potiguar¹ –, ocorreu em maio de 1899, quando ele contava com menos de um ano de idade, atestando o respeito que a família tinha pelo ritual católico². Os anos que se seguiram, marcados – como não poderia deixar de ser – pela religiosidade familiar, exerceram influência não apenas sobre o menino *Cascudinho*, mas também sobre o intelectual que se manifestaria, anos mais tarde, em artigos³ e memórias⁴, sobre temas que diretamente ou indiretamente tinham relação com a História da Igreja e com as manifestações de devoção religiosa popular⁵.

Cascudo é tido por alguns dos estudiosos que se debruçam sobre seus escritos como um escritor excêntrico, “não apenas por sua personalidade plural e, tantas vezes, desconcertante [...] mas por ter-se mantido voluntariamente afastado dos grandes centros urbanos onde concentravam-se instituições e homens de letras” (NEVES, 2000). Acreditamos que um aspecto que viria, justamente, a reforçar essa excentricidade seria a convivência pacífica – para muitos, incompreensível – do homem de letras com o homem de fé em Cascudo.

É preciso lembrar que a primeira etapa da produção intelectual de Cascudo se insere claramente no período da Restauração católica, movimento da Igreja Católica que

* Mestre em História pela UNISINOS. Esse artigo é resultado de parte do terceiro capítulo (*O Homem de Fé e o Historiador Católico*) da minha Dissertação de Mestrado, intitulada: “Da rede ao altar: vida, ofício e fé de um historiador potiguar”. Professora da UVA/RN; do CEI MIRASSOL e do COMPLEXO DE ENSINO NOILDE RAMALHO (ED/HC/FARN).

¹ O termo potiguar é o gentílico usado para designar quem nasce no estado do Rio Grande do Norte e, em tupi, quer dizer “comedor de camarão”. As tribos potiguares habitavam as regiões do litoral do Nordeste brasileiro e eram inimigas dos portugueses.

² Os pais de Cascudo integravam a elite norte-rio-grandense, marcadamente católica, e viveram num período que antecedeu o fim do Padroado, em decorrência da Proclamação da República. Já Cascudo, apesar de ter sido criado nesse mundo, viveu os efeitos da cisão entre Igreja e Estado e do movimento da Restauração Católica, um “projeto bem concreto de restauração da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira, contando, para isso, com o apoio expressivo do próprio poder político”.

³ Referimo-nos ao artigo de abertura da Revista *Província II*, a qual traz uma homenagem da Fundação José Augusto a Cascudo pelos seus setenta anos de vida e cinquenta de trajetória intelectual. O artigo de Cascudo a que nos referimos intitula-se *Provinciano Incurável*.

⁴ Como exemplo, podemos citar o livro **O Tempo & Eu**.

⁵ Seus trabalhos enfocavam tanto as manifestações devocionais populares católicas, quanto o candomblé e o catimbó.

contou com a adesão de clérigos e intelectuais que se empenharam na construção de um Estado forte baseado na moral e nos valores do catolicismo liderada no Brasil pelo Cardeal Dom Sebastião Leme, as atividades de recatolização apresentaram especificidades regionais na construção dos seus discursos. O apoio dos homens das letras comprometidos com os dogmas católicos foi fundamental para a expansão do projeto restaurador, entre tais destacamos Jackson de Figueiredo⁶ e Alceu Amoroso Lima⁷ (Tristão de Athayde)⁸.

Em consulta ao acervo da biblioteca particular de Câmara Cascudo, localizamos vários livros – a maioria deles com dedicatórias – de intelectuais católicos na década de trinta, com destaque para os de Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Nilo Pereira⁹ e de Jackson de Figueiredo, autores que devem ter, sem dúvida, influenciado o pensamento de Cascudo e estimulado a sua adesão ao conservadorismo católico do período¹⁰. Cabe lembrar que foi também durante este período que Cascudo aderiu ao movimento integralista no Rio Grande do

⁶ Jackson de Figueiredo foi figura importante e atuante entre os intelectuais do início do século XX, empenhando-se na concretização da Restauração Católica. Entre suas muitas atuações, destacamos a organização e direção da Revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, que iniciaram suas funções em 1921 e 1922 respectivamente. Para Riolando Azzi, os nomes adotados para as instituições refletem o sentido sócio-político da Igreja naquele momento, isto é, a utilização da palavra “Ordem” como denominação de uma revista, refletia o combate que a Igreja pretendia travar contra as doutrinas que seus integrantes acreditavam promover a desordem social, como o comunismo e a laicização do Estado. Com o Centro Dom Vital, os clérigos prestaram uma homenagem ao Bispo pernambucano Dom Vital Maria, por ter combatido a maçonaria e o regalismo imperial, além da constante defesa do poder eclesiástico na política nacional.

⁷ Pensador católico e intelectual com uma das mais longas carreiras jornalísticas na imprensa brasileira (cerca de 4.000 artigos publicados). Formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1919, quando iniciou a sua colaboração em “O Jornal”, começou a assinar com o pseudônimo que o tornaria famoso, Tristão de Athayde, nome de um pirata português que atuou na Índia. Anos mais tarde, Alceu Amoroso Lima disse que optou pelo pseudônimo para não confundir a atividade literária com a de industrial, já que três anos antes, com a morte do pai, havia assumido a presidência da fábrica de Tecidos Cometa. A empresa somente deixou de pertencer à família pouco antes do começo da 2ª Guerra Mundial, em 1939. Nesta época, passou a demonstrar interesse por assuntos religiosos, o que o fez trocar uma intensa correspondência com o pensador católico Jackson de Figueiredo. Lançou o seu primeiro livro, “Afonso Arinos”, em 1922, mesmo ano em que se engaja no movimento modernista. Como líder da renovação católica no Brasil, fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, três anos antes de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras.

⁸ A atuação desses dois intelectuais foi significativa para a consolidação da proposta de Restauração da Igreja, no contexto do início do século XX, orientada para a recuperação dos valores católicos.

⁹ Nos tempos da Faculdade de Direito, em Recife, Cascudo tomou contato com as idéias do estudante Nilo Pereira que defendia o ensino religioso como alternativa para a crise educacional nos anos de 1930. Ver mais em: MOURA, Carlos André Silva de. *A Revista A Ordem e o discurso recatolizador em Pernambuco (1930-1937)*. Segundo depoimento de Nilo Pereira, durante a década de 1930, a “Faculdade de Direito do Recife era considerada o berço da intelectualidade nordestina. De suas salas e corredores, ebuliam idéias que conduziam os discursos da sociedade, reproduzidos em diversos ambientes sócio-políticos da região”.

¹⁰ Embora Cascudo não tenha se colocado como herdeiro de Jackson Figueiredo e de Alceu Amoroso Lima, acreditamos que ele tenha se identificado com o conservadorismo católico desses autores.

Norte, o que o aproximou ainda mais de uma postura católica e conservadora. Essa adesão fica também evidente na sua forte ligação com Dom Helder Câmara e na admiração que declarava ter por Gustavo Barroso¹¹. Admiração que se confirma na liderança absoluta de Barroso entre os dezessete autores mais presentes no acervo e nos quarenta e seis livros de sua autoria – alguns deles com dedicatória do próprio autor a Cascudo – que encontramos no acervo particular de Cascudo¹².

Ao analisarmos a produção cascudiana, encontramos elementos que revelam a grande familiaridade e conhecimento que ele tinha sobre as origens do catolicismo no Brasil e sobre a História da Igreja no estado do Rio Grande do Norte, como em seu livro *Religião no Povo*, no qual afirmou que “O português quinhentista foi base e cúpula dos fundamentos religiosos no Brasil” (CASCUDO, 1985: 310). Na plaquete *Paróquias do Rio Grande do Norte* – na qual ele reconstitui a história das paróquias do Rio Grande do Norte – isto fica bastante evidente

Paróquia e freguesia são sinônimos perfeitos. Pelo exposto são amovíveis ou inamovíveis na pessoa de seus párocos ou vigários. O pároco é demissível *ad nutum* ou colado, vitalício. ‘Freguesia’ e ‘vigário’ são funcionalmente sobrevivências de nomenclatura outrora oficial e, no presente, apenas sobrevivências. Nada mais. Os títulos populares, consagrados pelo tempo, são realmente ‘freguesia’ e ‘vigário’ que em nada dessemelham de ‘paróquia’ e ‘pároco’. (CASCUDO, 1955:05)

Dada a sua ligação intelectual e amistosa com o clero potiguar – coube a Câmara Cascudo¹³ a reconstituição – e divulgação – de aspectos da História da Igreja no Rio do

¹¹ Gustavo Barroso foi advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista, tendo produzido 128 livros e até um dicionário. Nasceu em Fortaleza, em 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro, em 03 de dezembro de 1959. Eleito em 08 de março de 1923 para a Cadeira nº 19. Em 1933, após ouvir a conferência de Plínio Salgado, Gustavo Barroso aderiu ao Integralismo, tornando-se seu mais importante doutrinador. No mesmo ano publicou o livro “O Integralismo em Marcha”, e, no ano seguinte, produziu a obra que daria ao Movimento Integralista seus mais sólidos fundamentos teóricos: “Brasil, Colônia de Banqueiros”. Embora não concordasse com o rumo dos acontecimentos, a partir de 1937, manteve-se fiel à doutrina filosófica do integralismo.

¹² Dentre os quarenta e seis livros de Gustavo Barroso que encontramos na *Babilônia*, alguns versam sobre a temática religiosa e sobre o Integralismo e cuja leitura podem ter influenciado Cascudo, sobretudo, em sua postura de militante católico conservador. São eles: **O Integralismo em marcha** (1933); **O Integralismo e o Mundo** (1933); **O Integralismo de Norte a Sul** (1934); **Espirito do Século XX** (1936); **Integralismo e Catolicismo** (1937); **Comunismo, Cristianismo e Corporativismo** (1938). As dedicatórias que constam nos livros de Gustavo Barroso que integram o acervo da biblioteca remetem à amizade entre os dois ou trazem saudações próprias do movimento do Integralismo. Do último que mencionamos – o livro de 1938 –, transcrevemos a dedicatória feita pelo autor no exemplar: “*Ao Cascudo, com um grande e apertado abraço do Gustavo*”.

¹³ Além de Cascudo, também Nestor dos Santos Lima (1887-1959) produziu obras que enfocaram a História da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, tais como *A Matriz de Natal*, de 1909, e *O clero na história do Rio*

Grande do Norte¹⁴, em especial, o resgate da história de algumas de suas paróquias mais antigas, fundadas mesmo antes da fundação da Arquidiocese de Natal, em dezembro de 1909¹⁵. Na plaquete escrita por Cascudo, em 1955, para a comemoração do centenário da Paróquia de Nova Cruz, encontramos elementos que atestam a confiança que era depositada em Cascudo e a atribuição de guardião que lhe foi designada pelos membros da hierarquia católica potiguar

A Paróquia de Nova Cruz não podia comemorar um Centenário sem ouvir a palavra autorizada do ilustre historiador riograndense, Luís da Câmara Cascudo. De um lado o testemunho eloqüente dos livros paroquiais, marcando desde o ano de 1855 até hoje a presença de Vigários, como também dando á antiga capelinha de Anta Esfolada o título de Matriz de Nova Cruz; e do outro, documentos autênticos do tempo do Império, mostrando que só em 1868 é que surgiu a Paróquia de direito, deram lugar ao nosso historiador a um acurado estudo do passado desta Paróquia, para nos dizer depois, conforme determinou o Exm. Sr. Arcebispo Metropolitano, se devíamos ou não comemorar um centenário. (MOURA, 1955: 08)

Alguns membros da Igreja chegaram a referir a liberdade – e a familiaridade – com que Cascudo tratava de temas tão importantes para a religião católica, muitas vezes esquecidos ou abordados de forma errônea, e a importância de suas produções para a informação dos fiéis católicos. O Monsenhor Primo Vieira, colaborador do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte (IHGRN), ao expressar sua admiração pelo interesse demonstrado por Câmara Cascudo pelos temas religiosos e, principalmente, católicos, afirmou

O seu livro ‘Religião no povo’ merece leitura atenta pela sua atualidade

Grande do Norte, 1954, obra que serviu, muitas vezes, de fonte para o próprio Cascudo em seus escritos. Nestor Lima foi professor de Direito Penitenciário da Faculdade de Direito da Universidade do Estado e lecionou também a Cadeira de Direito Internacional Público. Foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, instituição que presidiu durante trinta anos. Foi também sócio-correspondente de diversas instituições culturais do país, deixando uma obra extensa que abrangeu as áreas de educação, história e cultura popular.

¹⁴ Cabe, no entanto, ressaltar que apesar dos trabalhos de Nestor dos Santos Lima e de Câmara Cascudo, ainda está por ser feito um estudo abrangente e com perfil de síntese histórica – e que se estenda até os dias atuais – sobre a História da Igreja no Rio Grande do Norte.

¹⁵ “A Diocese de Natal foi criada a 29 de dezembro de 1909, pela Bula “*Apostolicam in Singulis*” do Papa Pio X, após desmembramento da então Diocese da Paraíba. Foi sufragânea, sucessivamente, das Arquidioceses de São Salvador da Bahia (até 1910), de Olinda (até 1914) e da Paraíba (até 1952). A 16/02/1952, pela Bula “*Arduum Onus*” do Papa Pio XII, foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana, com duas Dioceses sufragâneas: Mossoró e Caicó”. Desde 2007, a Arquidiocese vive um momento de festa, em função da celebração do Centenário de sua criação. Até final de 2009, serão realizadas visitas pastorais, “encontrões” com os agentes pastorais, peregrinação da imagem de Nossa Senhora da Apresentação, Padroeira da Arquidiocese, entre várias outras atividades.

especialmente agora, depois de Puebla, que a religiosidade popular é objeto de altos ensaios pelos teólogos da Igreja. [...] É com essa convicção que Câmara Cascudo desce à análise de certos hábitos e crenças religiosas, de certas rezas ingênuas, tocadas de um halo supersticioso, indo às fontes orais, com perguntas sábias que não condicionam jamais as respostas. Estas vêm na sua pureza original, espontânea e fidedignas. Tem ele a preocupação de salientar, na sua pesquisa, que essa fê simples ‘exprime a convicção de uma ortodoxia hereditária. E acrescenta: ‘Em verdade vos digo que a imaginação não participa da minha narrativa. (VIEIRA, 1979-1980: 65-66)

Cascudo dedicou-se também a escrever sobre as igrejas do Seridó, numa série de Actas Diurnas que viriam a ser publicadas pelo IHGRN. Em um dos artigos, ele destacou que “Os dois pontos mais antigos de povoamento na região do Seridó são o Acari e Caicó. As Igrejas, nascidas das primitivas Capelas locais, devem ser as veteranas no bom-combate da Fé” (CASCUDO, 1952: 187), advertindo que “Não tenho documentação para acompanhar a marcha da construção da atual Matriz da cidade de Serra Negra. O que se deduz é ter Manoel Pereira Monteiro iniciado as obras, senhor como era de fartos recursos e administrador do patrimônio da Santa” (CASCUDO, 1952: 191), para, então, concluir que “Na região do Seridó, a mais antiga Igreja é a matriz de Nossa Senhora do Ó, em Serra Negra, nascida e presente na Fé desde 1735...” (CASCUDO, 1952: 193).

Além de escrever sobre as origens das paróquias, Cascudo também manifestou sua preocupação em relação ao estado de abandono que se encontravam algumas igrejas históricas, como neste artigo em que fala da Capela de Cunhaú e faz um alerta às autoridades potiguares

Fiquei com Edgar Barbosa, perdão, com o Juiz de Direito Edgar Barbosa trocando mágoas pelo abandono das ruínas. E acalorados fizemos pacto de uma campanha obstinada pela defesa das ruínas, duplamente sagradas pelo heroísmo da Fé e do Martírio, até que se estabeleça a capelinha modesta e para ela volte, em lenta procissão romântica, a doce Nossa Senhora das Candeias, que testemunhou o massacre de 16 de julho de 1645. Juro à fê do meu grau que há muitos anos me bato por esse ideal como Dom Quixote por Dulcinéia del Toboso. Já escrevi, falei e pedi a meio mundo. [...] A Capela de Cunhaú é o santuário do Rio Grande do Norte. Lugar de morte pelo ódio e em louvor da fidelidade à tríade antiga consagradora, a Deus, ao Rei e à Família. A Pátria, terra dos pais, era a soma desses elementos. [...] Será possível a continuação desse abandono injustificado? Tanta verba espalhada e nessa chuva benéfica de ouro não caberão algumas moedas na mãozinha branca de Nossa Senhora das Candeias? Cunhaú se reergueria com pouco dinheiro. [...] Ninguém vai esperar, num colapso de burrice herética, a recusa a um apoio à Capela histórica, sagrada, tradicional e evocadora. Creio firmemente que os senhores Bispos de

Caicó e de Mossoró emprestariam todo o apoio. De cada paróquia do Rio Grande do Norte havia de vir uma pedra, com o nome da Paróquia, solidárias para a reconstrução da velha e gloriosa Capelinha mutilada. (CASCUDO, 1949)

Cascudo fazia questão de mencionar e valorizar as amizades que mantinha com autoridades eclesiásticas¹⁶, enfatizando a admiração e a afeição que sentia por alguns dos representantes do clero potiguar, como por Dom Marcolino Dantas

Considerarei Dom Marcolino, o primeiro bispo de Natal, amigo sempre presente. A morte existe, os mortos não. Já levei ao altar, como padrinho, mais de uma centena de crianças. Tenho um voto na minha vida: o de nunca levar aos outros as más notícias. Bastam os meios de comunicação para transmitir a tristeza. Sou Comendador da Ordem de São Gregório Magno (Santa Sé) e da Ordem Militar de Cristo, de Portugal. (CASCUDO, 1985-1986: 176)

De um artigo de Monsenhor Primo Vieira, publicado na Revista do IHGRN, depreende-se que Cascudo e Dom Marcolino – um dos mais representativos membros do alto clero norte-rio-grandense – eram amigos, e que o intelectual potiguar era presença constante em eventos e homenagens promovidos pela hierarquia católica do Rio Grande do Norte

Falou-me naquela tarde, com grande simpatia de Dom Marcolino Dantas, primeiro Arcebispo de Natal que considerava um verdadeiro santo e um amigo sempre presente. E para confirmar o que dizia apelava para aquela passagem do Evangelho em que Jesus fala do Deus do Jacob, de Isaac e de Abraão. ‘Se é também o Deus de Dom Marcolino e Deus é sempre o Deus dos vivos, Dom Marcolino continua vivo e bem vivo... os mortos são aqueles que não são lembrados’. Sorrindo, confessava-se, ao contrário de um Marcolino, como um pecador profissional. Os outros são amadores. (VIEIRA, 1979-1980: 65-66)

Reconhecido por seu catolicismo – pelo clero católico do Rio Grande do Norte – , e prestigiado – em vida – com as Comendas da Ordem de São Gregório Magno e da Ordem Militar de Cristo, Cascudo teria sua fé celebrada em elogios fúnebres após sua morte, como se pode constatar no discurso de Dom Nivaldo Monte¹⁷, proferido durante a missa de corpo presente celebrada na Academia de Letras potiguar

¹⁶ Ressaltamos que os contatos que Cascudo mantinha com as autoridades eclesiásticas iam além do Rio Grande do Norte, como atesta essa fotografia tirada durante uma viagem que fez a Sergipe (não conseguimos obter a data da referida viagem). Cascudo aparece na foto, entre leigos e autoridades católicas e locais.

¹⁷ Era o Arcebispo de Natal por ocasião da morte de Cascudo. Foi o segundo Arcebispo da Arquidiocese de Natal, com bispado entre os anos de 1967 a 1988. Foi o mesmo Dom Nivaldo quem celebrou também a missa em homenagem ao centenário de Cascudo, em 30 de dezembro de 1998, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

O Brasil, o Rio Grande do Norte e o mundo perderam um dos seus grandes filhos, a maior cultura folclórica do país, autor de trabalhos originais, pioneiros, de modo que vão frutificar no nosso meio, porque ele fez escola no Estado. [...] Se por um lado, a morte dele foi uma perda, por outro, sabemos que o seu exemplo permanece vivo, com ressonâncias eternas e universais. [...] Esse homem na sua vida, procurou ser, no meio que viveu e trabalhou, epifania de Deus, ou seja, espelho e revelação da eternidade. [...] Cascudo não tinha medo de ser tenro, terno, criança. O humanismo foi uma de suas características principais. (MONTE, 1986: 05)

A fé de Cascudo voltaria a ser referida pelo Cônego Jorge O'Grady de Paiva, que era potiguar e membro do IHGRN e da ANL-RN, durante a missa celebrada no Rio de Janeiro, pela passagem do trigésimo dia do seu falecimento: “Quem não vê, na fé cristã de Câmara Cascudo a influência de seu lado humano, universalizado por todos os povos e raças que jamais existiam sem crença?” (PAIVA, 1985-1986: 177).

Em julho de 2006, por ocasião da semana em homenagem aos vinte anos de “encantamento” de Câmara Cascudo, Monsenhor Francisco de Assis Pereira – personalidade de destaque na Arquidiocese de Natal, por ser um respeitado pesquisador da História da Igreja local e por ter sido o postulador da beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu¹⁸ – ao discursar na sessão solene do IHGRN, destacou a inestimável contribuição prestada por Cascudo para a história do Estado. Nesse discurso, intitulado “*A contribuição de Câmara Cascudo para a História da Igreja no Rio Grande do Norte*” e publicado sob a forma de artigo no livro que resultou das homenagens prestadas ao longo daquela semana, o Monsenhor Assis Pereira assim se referiu a Cascudo

Todo ramo da ciência tem os seus clássicos: Platão e Aristóteles na filosofia, Homero na literatura grega, Machado de Assis para a Literatura Brasileira. Na historiografia do Rio Grande do Norte, o grande clássico, o verdadeiro “ícone”, é sem dúvida, Luís da Câmara Cascudo. (PEREIRA, 2007: 82)

Referindo-se, especificamente, à contribuição para a Igreja Católica norte-riograndense, o Monsenhor destacou o interesse que Cascudo demonstrou pela temática

¹⁸ “Uma das maiores conquistas da Arquidiocese foi a beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu, reconhecidos pelo Papa João Paulo II como os Protomártires do Brasil. No ano de 1645, quando a colonização do Rio G. do Norte ainda estava recente, os padres André de Soveral e Ambrósio Francisco Ferro, mais o leigo católico Mateus Moreira e 28 companheiros, foram assassinados por calvinistas holandeses. Durante o martírio, eles afirmaram a fé na Eucaristia. Mateus Moreira, no momento em que lhe arrancavam o coração pelas costas, exclamava: “Louvado seja o Santíssimo Sacramento”. No dia 5 de março de 2000, após vários anos de trabalho do Postulador da Causa dos Mártires, Mons. Francisco de Assis Pereira, o Vaticano elevou os mártires potiguares aos altares. A beatificação aconteceu no Vaticano, com a presença de vários cristãos da Arquidiocese”.

em seus dois principais livros de história, *História da Cidade do Natal e História do Rio Grande do Norte*. Segundo Monsenhor Assis, do conjunto de crônicas publicadas por Cascudo, oitenta trataram de assuntos relacionados com a Igreja; das oitenta, 40 são sobre figuras de sacerdotes ilustres de nosso Clero, desde os padres com fama de santidade, como o Padre João Maria e o Padre Monte, aos que se envolveram com a política e com a Revolução, como Padre Miguelinho, passando por padres seus contemporâneos e grandes amigos, como Monsenhor Alfredo Pegado Cortez, o Cônego Jorge O'Grady e Dom Marcolino Dantas.

O Monsenhor esclareceu também que, apesar de a criação da Arquidiocese, em dezembro de 1909, e o Movimento de Natal¹⁹ não terem sido abordados por Cascudo em seus escritos, isto não diminuía a sua contribuição, uma vez que foi um dos mais atuantes colaboradores do Jornal *A Ordem*, veículo de comunicação da Arquidiocese de Natal e porque “sabemos, porém, que ele acompanhava e admirava todo este esforço de renovação da Igreja, [...] prova disto é a grande admiração que ele nutria por um dos mais notáveis artífices desta renovação, Dom Hélder Câmara” (PEREIRA, 2007: 92).

Percebemos que a Cascudo coube, por sua estreita – e até afetiva – ligação com representantes do alto clero potiguar, reconstituir episódios da História da Igreja no Rio Grande do Norte, por sua condição de historiador oficial da cidade do Natal – e por extensão, do Rio Grande do Norte – dedicou-se também à reconstituição histórica dos períodos da conquista e da colonização, atribuindo à Companhia de Jesus um papel bastante destacado nesse processo. Diante do exposto constatamos que a obra histórica

¹⁹ “A Igreja Católica do Rio Grande do Norte é considerada pioneira em ações sociais, sendo que muitas delas surgiram nas décadas de 1950 a 1960, na época do Movimento de Natal, e se expandiram em nível nacional e até internacional”. No início da década de 1940, em plena 2ª Guerra Mundial, Natal era uma cidade com 60 mil habitantes. No final de 1941, 20 mil soldados americanos desembarcaram nas praias de Parnamirim, o que significou um aumento bastante expressivo da população local, trazendo suas conseqüências em termos sociais, econômicos e culturais. Procópio Camargo, autor do livro “O Movimento de Natal”, usa o termo desorganização social para explicar o que viria acontecer: a instalação das bases militares, a chegada de técnicos e tropas americanas propiciaria o desequilíbrio da organização social da área, ocasionando elevação do custo de vida, proliferação das casas de tolerância, crise habitacional, mudança de comportamento com a introdução de novos costumes que abalam a estrutura tradicional. A grande procura de mão-de-obra para a construção e instalação do campo de Parnamirim e da Base Naval termina por ocasionar uma imigração rural em larga escala. Diante da situação, os jovens sacerdotes Eugênio Sales e Nivaldo Monte começam a pensar um jeito de “reorganizar” a sociedade em Natal. O conjunto de ações sociais realizadas pela Arquidiocese, na época recebeu o nome de Movimento de Natal. Criação do Patronato de Ponta Negra, idealização de reuniões e de cursos de formação permanente do clero, frentes de trabalho, incentivo à organização de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, criação da Campanha da Fraternidade, formação de lideranças, missões rurais, escolas radiofônicas, cooperativismo, educação de base mobilizavam pessoas e grupos, em busca de transformações sociais e da promoção humana.

casquiana, além de ter tido a função de “oficializar” a História da Igreja Católica norte-rio-grandense foi, principalmente, marcada por traços fortes da fé e da devoção pessoal do próprio Cascudo²⁰.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

(História do pensamento católico no Brasil, v. 5).

CASCUDO sepultado com honras de Estado. **Tribuna do Norte**, Natal, RN, 01 ago. 1986. Cidade.

_____. Pela Capela de Cunhaú. **Diário de Natal**, Natal, RN, 03 dez. 1949. Acta Diurna.

Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com.br/cascudo/index2.htm>>.

Acesso em: 25 jan. 2009.

_____. A mais antiga Igreja do Seridó. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**: 1951-1952, Natal, RN, v. 48-49, p. 187-193, 1952.

_____. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: Departamento de Imprensa, 1955. Plaquete.

_____. **Notas para a História da Paróquia de Nova Cruz**. Natal, RN: Arquidiocese de Natal, 1955. Plaquete.

_____. **Religião no povo**. João Pessoa, PB: Imprensa Universitária, UFPB, 1974.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal, RN: Fundação José Augusto, 1984.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o movimento de Natal. Natal, RN:

Fundação José Augusto, 1968.

MOURA, Carlos André Silva de. A Revista A Ordem e o discurso recatolizador em Pernambuco (1930-1937). In: SEMINÁRIO NACIONAL PODERES E SOCIABILIDADE NA HISTÓRIA, 1., 2008, Recife. **Anais...** Recife, PE: Editora da UFPE, 2008. v. 1, p. 2. 1 CD-ROM.

²⁰ Lembramos que a pesquisa e alguns dos resultados sobre “a fé e a devoção de Câmara Cascudo” são de dimensões bem maiores, que ultrapassam os limites desse artigo. Quem tiver interesse sobre o tema ver mais em: LIMA, Bruna Rafaela de. **Da rede ao altar: vida, ofício e fé de um historiador potiguar**. Dissertação de Mestrado. UNISINOS: São Leopoldo/RS. 2009.

NEVES, Margarida de Souza. **Roteiros para descobrir a alma do Brasil**: uma leitura de Luís da Câmara Cascudo. 2000. Disponível em:

<<http://www.modernosdescobridores.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2008. Relatório parcial de pesquisa CNPq.

PETROVICH, Enélio Lima. Câmara Cascudo – Imortal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, v. 77-78, p. 172-181, 1985-1986.

VIEIRA, Primo. (Monsenhor). Câmara Cascudo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, RN, v. 71-72, p. 65-67, 1979-1980.

**MARIANNE WEBER E MAX WEBER:
BIOGRAFIA E CIÊNCIA**

Thiago Tavares Reis*

Marianne Weber escreveu *Max Weber, ein Lebensbild*, alguns anos depois da morte prematura do marido em 1920. Em 1926, uma editora de Tübingen publicou a descomunal biografia de Marianne. Ela mobilizou fontes epistolares e sua intimidade conjugal, no intuito, de desvelar a “impetuosidade demoníaca” do pensador titânico que fora Max Weber. Frau Weber viveu pela imortalidade de seu cônjuge na Terra. Todavia, seríamos levianos se imputássemos à biografia em tela o atributo de “definitiva”. A objetividade “weberiana” de Marianne acaba por traí-la. Afinal, a biografia conclama não por “especialistas sem espírito”, mas por sensibilidades que flanam entre a ciência e arte. Dilthey indicou-nos que a biografia é a *cellula mater* da história. Ademais, ela incita-nos a pensar as intrincadas relações entre agentes individuais e estruturas sócio-econômicas. Intentamos comparar a biografia de Marianne com a elaboração teórico-reflexiva de Weber, mostrando o quão a intimidade do biografado elucidada a formação do seu aparato conceitual.

Uma das pechas lançadas, com contumácia, a Max Weber, é a de que o seu “espírito” trágico-melancólico, consubstanciado no conceito de *racionalização* “ubíqua” das distintas linhas de ações da modernidade (ocidental) desencantada, conduziria os seus leitores a atmosferas rarefeitas, cuja bruma pessimista turvaria a visão. Todavia, estaria Weber acometido por achaques e afecções em virtude do pessimismo? Quando lembramo-nos do prefácio de Nietzsche (2007) – aliás, as afinidades eletivas entre Weber e Nietzsche virão a lume *entrelinhas* – a “O nascimento da tragédia: helenismo ou pessimismo”, questões insinuantes desabrocham-se: I) será o pessimismo, necessariamente, sinal de decadência?; II) não existirá no pessimismo uma vitalidade insuspeita, um potencial de vida? e III) uma visão acurada da realidade não será, per si, dotada duma temeridade irresistível, que busca o terror como quem busca o inimigo, que procura um adversário digno contra o qual experimentar sua força?.

* Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), desenvolvendo dissertação sobre os sentidos histórico-culturais da racionalização religiosa e da racionalização do direito no pensamento de Max Weber. Bolsista FAPEMIG. E-mail para contato: thiagotavaresr@yahoo.com.br

Nietzsche, ao formular tais questões, estava examinando o reverberar do espírito dionisíaco na aurora da tragédia grega. Por razão contrária, os gregos, à época de seu declínio, tornaram-se otimistas e serenos. E dispara Nietzsche: o triunfo do otimismo, sobranceiro aos impulsos vitais, não seria sintomático da dissolução do vigor, da aproximação da “velhice”, da degeneração espiritual?

Com vagar, perceberemos quão matizado é o “pessimismo” weberiano, matiz que o impele a dizer sim às potências da vida e o sensibiliza para as tensões irreconciliáveis entre o racional e o não-racional. Weber definirá o racionalismo ocidental como o “racionalismo da dominação do mundo”, caracterizado por uma postura instrumental em face do mundo, doravante, “coisificado” pela lógica instrumental da relação meio-fim. Todavia, a racionalização da vida, embora pretenda regulamentar todas as esferas, recua-se diante da entrega despreocupada às formas mais intensas de experimentar a existência: *a artística e a erótica*. O amor sexual, assim como a arte, ambos configurados, à modernidade ocidental, como esferas valorativas específicas e autônomas, sintomáticos de uma *redenção intramundana*, pressionam o racionalismo teórico e prático. Beleza e Eros como salvação *neste mundo*, como redenção levada a cabo por forças mundano-profanas. A irrupção do irracional gora, de certa forma, o ímpeto “ubíquo” da racionalização.

Aliás, há, entre as caudalosas notas de rodapé weberianas inseridas na versão final d’A *Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, uma fulgurante: a nota 22¹ do capítulo final “Ascese e Capitalismo”. Contextualizemo-la: o trabalho é o *meio ascético*, por excelência, capaz de desviar o puritano das tentações da vida impura; entretanto, a ascese sexual no puritanismo permite o intercuro sexual com fins reprodutivos, lícito porque é o meio desejado por Deus (Sede fecundos, multiplicai-vos, Gn 1,28). A voluptuosidade da carne é amainada pelo trabalho austero. É nessas linhas que surge a nota fulgurante, na qual Weber relaciona o racionalismo puritano da sexualidade com o higienismo sexual protagonizado pelo “saber médico” em voga.

¹ Nota inserida na versão final d’A *Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, preparada para a edição dos Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião (Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie), cujo primeiro volume fora dedicado à sua mulher Marianne Weber com juras de amor “até o pianíssimo da velhice”. Os dois outros volumes foram dedicados a duas outras mulheres amadas e admiradas por Weber: o segundo a Mina Tobler e o terceiro, a Else Jaffe-Richthofen. A nota em tela, na edição brasileira preparada pelo sociólogo Antônio Flávio Pierucci, aparece como nota 216, página 252. Consultar: WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.252, nota 216.

Aos olhos puritanos, a ascese sexual prepara o corpo *tão-somente* para a sóbria procriação, afinal, a *concupiscência* própria ao coito, é pecaminosa, inclusive, entre cônjuges. O matrimônio contraído por interesses materiais – planejado a partir de cálculos racionais, a despeito de sua vileza – é preferível ao *eroticamente motivado*. Para o racionalismo sexual higienista, cujos portadores são os médicos especialistas, o sexo é limitado ao que for desejável para a saúde. O erotismo é racionalizado pelo “bisturi” médico, tornando-se “sexo sadio”. O utilitarismo do pedantismo médico equipara “o poderoso império das paixões humanas” a relações sexuais assépticas. Não nos esqueçamos: o império das paixões humanas é imponente, *pathos* sentido por Weber, o cientista por profissão.

Passemos ao ensaio weberiano *Zwischenbetrachtung*² – “Consideração Intermediária”, que em português, tal como em inglês, é conhecido pelo subtítulo “Teoria das Rejeições religiosas do mundo e suas direções” -, parte integrante do grande estudo sobre a “Ética Econômica das Religiões Mundiais”, situado entre o ensaio sobre a religião da China e o referente à religião da Índia. Localização intermediária: “entre” os seus escritos acerca das religiões universais, pulsa a irracionalidade da esfera erótica e artística. Porém, salta aos olhos, a reflexão weberiana relacionada ao processo de “eticização” da religiosidade ocidental, da religião transformada em moral. A religião desmagificada, eis o ponto.

Weber quer elucidar por quais motivos surgiram éticas religiosas de negação do mundo, atentando-se para as orientações que tomaram e para o seu “sentido”. O poder da *ratio*, mesmo que, em determinadas constelações históricas, não impere frente o vigor doutras esferas de valor, atua sobre os homens, inclusive, sobre aqueles “apartados” do mundo, afeiçoados ao monaquismo. Ademais, as interpretações religiosas do mundo e as éticas religiosas, racionais quanto aos seus desígnios, estão, irremediavelmente, sujeitas ao imperativo da *coerência*. Aliás:

² WEBER, Max. *Zwischenbetrachtung: Theorie der Stufen und Richtungen religiöser Weltablehnung*. In: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I* (GARS I). Tübingen: J.C. B Mohr, 1988, p.536-573. Tradução brasileira: Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: *Max Weber: textos selecionados. Coleção “Os Pensadores”*. São Paulo: Abril Cultural, p.237-268. As citações serão retiradas da tradução lusitana (tomamos a licença de alterá-las, quando necessário, para a ortografia brasileira), e comparadas com a edição espanhola, ambas preparadas a partir da edição alemã. Consultar: WEBER, Max. *Sociologia da Religião e Consideração Intermediária*. Lisboa: Editora Relógio D’Água, 2010. WEBER, Max. Excurso – teoría de los estadios e direcciones del rechazo religioso del mundo. In: *Ensayos sobre sociología de la religion*, I. Madri: Taurus Ediciones, 1987.

Finalmente, e acima de tudo, uma tentativa deste gênero em sociologia das religiões pretende ser e tem de ser, ao mesmo tempo, um contributo para a tipologia e a sociologia do próprio racionalismo. Parte, por isso, das formas mais racionais que a realidade possa adotar e procura determinar até que ponto certas conseqüências racionais, suscetíveis de se colocar em termos teóricos, foram tiradas na realidade. E, eventualmente, porque não o foram. (WEBER, 2010: 319)

Com o intento de contribuir para a “sociologia do próprio racionalismo”, o ensaio weberiano distingue a “ascese” da “mística”. Na ascese ativa, o asceta é “instrumento” divino, está a serviço de Deus; a ascese intramundana realiza-se por meio do trabalho racional. Por outro lado, o místico é o “receptáculo” do divino, preferindo a contemplação à ação. A “mística” recusa o mundo – contemplação que foge ao mundo. Aos olhares místicos, a criatura deve se calar para que Deus possa falar. Para o asceta intramundano, o comportamento místico é indolente, moroso; para o místico, o ascético é alheio a Deus, presunçoso. Weber faz essas distinções tipológicas – ciente, pois, de que seus tipos ideais não conseguem apanhar a variação empírica – antes de iniciar a discussão das tensões entre as religiões de salvação e o mundo.

As religiões de salvação caracterizam-se pela sistematização racional da conduta de vida, parcial ou totalmente. Elas proporcionam aos seus sequazes o horizonte da libertação do sofrimento, por meio de uma interioridade devota e imune à sofreguidão. *A religião transmutada em ética*: o adepto, outrora inseguro por conta da transitoriedade dos estados sagrados proporcionados pela orgia, pela ascese ou pela contemplação, agora, enrijece-se por um hábito sagrado duradouro, inquebrantável. Entretanto, uma vez “eticizada”, a religião entra em colisão com o mundo e suas ordens. A religião, eticamente racionalizada, passa a se orientar por *bens interiores de salvação*. Sendo a colisão intensificada pela progressiva racionalização e sublimação da posse exterior e interior dos bens *seculares*, levada a cabo pela modernidade (ocidental) desencantada. Pois, pelas palavras weberianas:

(...) a racionalização e a sublimação consciente das relações do homem com as diferentes esferas de bens exteriores e interiores, religiosos e profanos, na sua posse levaram a que se tornassem conhecidas, nas suas coerências intrínsecas, as leis internas próprias de cada uma das esferas e, por via disso, estas se deixassem entrar naquelas tensões entre umas e outras que haviam permanecido ocultas enquanto a relação com o mundo exterior era pautada pela ingenuidade primordial. Trata-se de uma conseqüência perfeitamente geral, e muito importante para a história das religiões, da evolução que torna a posse de bens

(intramundanos e extramundanos) algo de racional, a que se aspira conscientemente e que se sublima pelo saber. (WEBER, 2010: 323)

Quando as religiões de salvação criam comunidades fincadas numa base puramente religiosa, a primeira força com a qual elas entram em conflito é a comunidade natural de *parentela*. Não podem ser discípulos de Jesus aqueles que não rompem os grilhões filiais: “Eu não vim trazer paz, mas espada” (Mateus, X, 34) - “eis o que se diz neste contexto e, note-se bem, apenas neste contexto”, atenta-se Weber. Portanto, o crente deve estar mais próximo do salvador, do profeta e do sacerdote, do que dos seus consangüíneos e do seu cônjuge. A sujeição mágica e o exclusivismo das parentelas são destroçados a partir do momento em que a profecia cria uma *nova comunidade social*, tornando-se *religiosidade soteriológica comunal*. Neste momento, uma *ética religiosa da fraternidade* é criada. Esta tem dois princípios fundamentais: I) o dualismo da moral interna e da moral externa e II) a fraternidade é restrita à moral interna, aplicando a moral externa aos estranhos à comunidade. Assistência aos correligionários; hostilidade aos de fora. A fraternidade religiosa ao se pautar por sua lógica interna, calcada no dualismo da moral, choca com os valores do mundo – os quais são racionalizados e sublimados por suas normas próprias.

As tensões são patentes com a esfera econômica. Toda ação “primitiva” para influenciar espíritos e deuses, de índole mágica ou não, orientava-se por interesses deste mundo, e não do além. O além-túmulo assumia posição secundária, ao passo que, longevidade, saúde, honra e *riqueza – considerada como objetivo natural* -, eram consideradas primariamente. Todavia, a religiosidade sublimada e a economia racionalizada vieram a encontrar-se em permanente tensão: visto ser o universo da economia *moderna, racional e capitalista*, refratário à ética religiosa da fraternidade. A economia racional é um exercício objetivo, orientado pela impessoalidade do mercado. Weber, tal como o seu amigo Simmel ³, tomou o “dinheiro” como o que há de mais abstrato e impessoal na vida humana. Aliás, Simmel, o “sociólogo filosofante”,

³ Georg Simmel (1858-1918) estudou história e filosofia na Universidade de Berlim, instituição na qual também se doutorou, em 1881, com tese sobre a filosofia kantiana. Recusemos quaisquer tentativas de classificá-lo, haja vista a sensibilidade e plasticidade de seus ensaios. O anti-semitismo e o formalismo presentes nas universidades alemãs acabaram por soterrá-lo, apesar dos esforços institucionais de Weber. Para “confrontos” temáticos, consultar: COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Quanto às idéias simmelianas, consultar: WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

caracterizou o dinheiro como categoria “teológica secularizada”, cuja impessoalidade, com o seu toque de Midas, a (quase) tudo maculou.

Não raro a ética religiosa fraternal nutriu desconfiança para com o desenvolvimento das forças econômicas, encarando-o como hostil ao florescimento da fraternidade entre os membros da comunidade religiosa. As admoestações religiosas aos crematistas, apegados ao dinheiro e aos bens, atuam nesse contexto. A reação da ética religiosa à impessoalidade mercantil ressoou na ascese própria da renúncia ao mundo, típica dos monges, ascese “apartada” do mundo, “extramundana”, arvorada no repúdio à posse de bens. A ética religiosa apregoou aos monges uma condução de vida frugal, limitada ao absolutamente indispensável.

Para Weber o protestantismo ascético conseguiu atenuar as tensões religiosas para com a impessoalidade do universo econômico. A ética profissional puritana objetivou racionalmente as ações mundanas, decorrentes da vontade de Deus e vinculadas à comprovação do estado de graça, sempre inescrutável e exclusivamente particular. Portanto, a economia, doravante “racional” aos olhos de Deus, uma vez objetivada, padeceria, juntamente com outras ordens mundanas, apenas da corrupção inerente à Criação. A devoção protestante não tem objeto, tampouco exclusividade, é destinada a qualquer um, “não por amor ao homem, mas meramente por amor ao devotamento como tal, ou, para empregar as palavras de Baudelaire: por amor à santa prostituição da alma” (WEBER, 2010: 328).

Afinal, para Weber, a ética protestante, ancorada nas condutas racionais sob o império da vocação profissional, racionalizou o mundo moderno ao transformá-lo num férreo mosteiro. O racionalismo ocidental é desdobrado a partir da racionalização da conduta dos indivíduos no mundo, atenuando as tensões entre o processo de sistematização das idéias religiosas e o problema da racionalização das esferas econômica e política. Não foi à toa, pois, que Weber tenha evocado a asserção de Sebastian Franck, um dos mais populares escritores da Reforma, “você acha que escapou do mosteiro: agora cada um tem de ser monge o resto de sua vida”, sintetizando *um* dos “sentidos” da Reforma.

A ética da fraternidade das religiões de salvação esbarrou-se, também, com as ordens políticas do mundo. Para a religiosidade mágica, permeada por deuses funcionais, protetores dos bens incontestados, zelosos para com a ordem jurídica, a

tensão era, praticamente, inexistente. Entretanto, à medida que a ordem política tornava-se racional, tal como na esfera econômica, as tensões vinham à tona. Aos olhos weberianos, a máquina burocrática do Estado e o *homo politicus* racional nela inserido, uma vez objetivados racionalmente, atuam impessoalmente, *sine ira et studio*, sem ódio, tampouco com amor, mesmo para punir as ilegalidades. Ademais, o Estado é aquela associação que reivindica o monopólio da violência *legítima*. Ao “digo-vos que não resistais ao mal pela força” do Sermão da Montanha ele contrapõe: “Deves contribuir para o triunfo do direito mesmo pela força – senão serás responsável pela injustiça” (WEBER, 2010: 329).

O protestantismo ascético, caracterizado, sobretudo, pelo particularismo da graça, amaina os conflitos com as ordens políticas do mundo. Os desígnios divinos, inescrutáveis, são impostos aos indivíduos *neste mundo* e, portanto, impostos ao mundo sob o crivo da violência e da barbárie ética, avessas à fraternidade. Assim, o dever de fraternidade é tolhido a favor da “causa” de Deus. Por outro lado, Weber vislumbra na *busca mística da salvação* outro caminho: o da postura “alheia” à política, marcada pela bondade e fraternidade “acosmistas”, furtando-se à “à realidade da violência, a que nenhuma ação política se consegue esquivar, com a tesa da não resistência ao mal e com a máxima do oferecer a outra face” (WEBER, 2010: 331). Postura mística malquista a qualquer ética heróica, *profana e segura de si*, para a qual a contemplação mística é tibia em face do mundo.

O ensaio *Consideração Intermediária* complementa a obra-prima weberiana *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (2004). O protestantismo ascético, cujo filão calvinista legou-nos a doutrina da predestinação – uns estão agraciados pela glória, outros condenados ao malogro –, “criou” um sentimento de desmesurada *solidão interior* nos indivíduos. Apenas o “eleito” é capaz de compreender a palavra de Deus, nenhum pregador, tampouco sacramento, podem auxiliá-lo na estrada tortuosa da bem-aventurança. O protestantismo ascético, portanto, suprimiu a *salvação eclesiástico-sacramental*, adotando uma postura oposta ao catolicismo. A superstição mágico-sacramental, consubstanciada em cantos e música, fora banida na condução de vida ascética e racional dos protestantes. Arroubos sentimentais são inúteis à salvação puritana, vistos como desnecessária divinização da criatura. O “racionalismo” do protestantismo ascético despojou a religião de traços mágicos, desencantando-a,

conforme Weber:

Aquele grande processo histórico-religioso do desencantamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca de salvação, encontrou aqui sua conclusão. (WEBER, 2004: 96)

Só a consciência protestante ascética conseguiu “domar”, parcialmente, os conflitos entre as esferas mundanas de ação e a religião. A doutrina calvinista da predestinação, distinta das concepções piedosas do luteranismo, instalou um abismo descomunal entre Deus e os homens, imprimindo às decisões divinas o peso da inescrutabilidade. Os motivos por que Deus elegeu alguns homens para a vida eterna são indecifráveis, tais como aqueles que o levaram a condenar os não-salvos. Em síntese, são dois os atributos essenciais do protestantismo calvinista: I) a *solidão inaudita* dos indivíduos, deixados a si mesmos, a sós e obedientes aos mandamentos divinos e II) a *eliminação das mediações mágico-sacramentais* na relação Deus-homens.

Todavia, se os motivos divinos são imprevisíveis, o crente é agrilhado à alternativa: *eleito ou condenado*. Essa atroz alternativa ensejou a elaboração da doutrina da “certeza da salvação”, pela qual o trabalho intramundano é entronizado como meio para o aumento da glória de Deus na terra, propiciando aos crentes o alívio de que seu comportamento não só é benquisto por Deus, mas, “fruto direito da ação divina”. Afinal, “Deus ajuda a quem ajuda”, assim, a conduta metódica calvinista evita a tensão com as ordens do mundo, criadas segundo os fins divinos. A *certitudo salutis* não é confirmada por meio de obras meritórias isoladas, mas por uma conduta de vida racionalizada de *ponta a ponta, sóbria em face das veleidades mundanas*.

Sob o prisma do protestantismo ascético, as esferas irracionais da vida, a artística e a erótica, são, igualmente, “racionalizadas”. A ascese sexual despoja o sexo de seus elementos eróticos, desencantando-o, reduzindo-o aos fins reprodutivos. Quaisquer traços de lascívia e luxúria são condenados, sendo as relações conjugais eroticamente motivadas execradas. Libações e fruições artísticas desnorteiam a concentração ascética, desviando-a da vocação profissional. A arte “diviniza” a criatura, tornando-a pecaminosa. Portanto, a ascese intramundana afrouxa as tensões religião e a ordem política e econômica mundanas, no entanto, o pulsar irracional da vida persiste

fulgurante, irresistível. Só a férrea consciência puritana consegue apascentá-lo.

Aproveu à consciência ascético-protestante descarrilar os crentes dos trilhos voluptuosos da arte e do erotismo. Por outro lado, a ética religiosa da fraternidade permaneceu em tensão com os impulsos irracionais da vida, não conseguindo racionalizá-los. O êxtase mágico-religioso, ritualizado por meio de cantores e dançarinos, fez da religiosidade mágica uma fonte inesgotável de desenvolvimentos artísticos. A arte, portadora de efeitos mágicos, ficou, então, depreciada para o rigorismo da ética religiosa da fraternidade. Alegorias e símbolos religiosos glorificam sobremaneira a vil criatura, blasfemando contra o rigor ético divino. A arte transforma-se em *redenção intramundana*, libertando o homem das pressões quotidianas. Ao libertá-lo do jugo quotidiano, ela entra em concorrência direta com a religião de redenção, concorrência, eximamente, analisada por Weber: “qualquer ética religiosa racional se tem de voltar contra essa redenção intramundana irracional como contra um reino, a seu ver, de gozo irresponsável e de secreta insensibilidade” (WEBER, 2010: 338).

A ética religiosa da fraternidade, típica das religiões de redenção, encontra em profunda tensão com “a maior força irracional da vida”: *o amor sexual*. Para o pensador alemão, a sexualidade está sob o crivo de forças “demoníacas”; sob o império de formas irracionais de embriaguez, próprias das orgias mágicas, regulamentadas pela condução racional da ascese religiosa. A sexualidade, sublimada e transformada em “erotismo”, uma vez cultivada conscientemente, afasta-nos das convenções. O erotismo dribla o quotidiano, ocultando a base natural e orgânica da sexualidade. Ao se esquivar da trivialidade, o erotismo nos afastou do “prosaico naturalismo” do sexo.

Portanto, a esfera erótica confronta a racionalidade quotidiana, tornando-se uma *força extraquotidiana* - Weber acentua a vida sexual fora das convenções conjugais -, capaz de triunfar sobre o mundo. Essa sensação de redenção intramundana é malquista pela ética religiosa da fraternidade, ancorada num Deus extramundano e numa ordem divina eticamente racional. O erotismo colide com a religiosidade do amor, fraterna e refém do amor ao próximo. Segundo Weber, a relação erótica:

(...) em oposição tão radical quanto possível a tudo o que seja objetivo, racional, geral, o caráter ilimitado da dádiva corresponde ao interesse único que este indivíduo, na sua irracionalidade, tem por esse é apenas esse outro indivíduo. Esse interesse e, portanto, o valor intrínseco da própria relação residem, porém,

do ponto de vista do erotismo, na possibilidade de uma comunhão, que é sentida como plena fusão unificadora, como um desvanecimento do “tu”, e que é tão avassaladora que é interpretada simbolicamente, ou seja, em termos sacramentais. É mesmo porque a sua própria experiência é injustificável e inesgotável, e não pode ser comunicada por nenhum meio – sendo, nisso, análoga ao “ter” místico -, e não só em virtude da intensidade de sua vivência, mas também devido à realidade possuída de modo imediato, que o amante saber estar implantado no cerne, eternamente inacessível a qualquer esforço racional, do que é verdadeiramente vivo, e tão completamente a salvo das frias mãos esqueléticas das ordens racionais como do embotamento próprio do cotidiano. (WEBER, 2010: 344)

O êxtase erótico ressoa nas orgias extraquotidianas da religiosidade mágica, tanto é que as religiões de redenção promoveram a *eticização* e *desmagificação* da religiosidade. Entretanto, as experiências mais intensas da existência humana, a erótica e a artística, continuam a nos interpelar, mesmo diante das admoestações religiosas. “O reconhecimento da consumação do casamento, da *copula carnalis*, como “sacramento” na Igreja Católica é uma concessão a esse sentimento” (WEBER, 2010: 346). A ascese racional no seio do mundo, a partir de seus pujantes meios de regulamentação racional da vida, somente aceitou a sexualidade para fins reprodutivos: a geração e a educação austera dos filhos. Concessões - com o intuito regulamentador - feitas levando em conta o “colorido próprio do extraquotidiano” e as “quentes mãos sensuais” impulsionados pelo erotismo.

As forças “demoníacas” interpelam-nos rumo às possibilidades intramundanas de redenção, contra o “racionalismo teórico e prático” da religiosidade eticizada. Todavia, para Weber, essas possibilidades não fornecem aos seres humanos bases seguras para a ação no mundo. Como nos lembra Pierucci (1998) “o homem erótico, assim como o místico à sua maneira, insurge-se contra a dominância do homem de ação na modernidade enjaulada, petrificada pela civilização do trabalho, contra o homem profissional como tipo cultural hegemônico”. Modernidade “enjaulada” (ocidental) ambígua para o pensador alemão: a riqueza material é contraposta à pobreza espiritual. Weber não reconhece, de chofre, a legitimidade da irrupção erótica e artística no seio do mundo, é com vagar, que ele as encara: sua neutralidade axiológica é “sacudida” por sua vida pessoal em face do fulgor extraquotidiano do erotismo fora do casamento. Ademais, consoante o registro do sociólogo brasileiro:

Como se pode ver é deveras muito alto, altíssimo, o nível teórico

alcançado pela reflexão weberiana em torno do erótico nos últimos anos de sua vida. Impressiona como é elevado, grandioso, extremado: *alleräusserst*. E aqui, neste ensaio metodológico (Pierucci refere-se ao ensaio weberiano sobre o sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais, que é de 1917), ele alça este ligeiro, porém altaneiro vôo para logo em seguida concluir o parágrafo reatando a erótica com suas considerações sobre o método científico, tema central do ensaio: “Qualquer que seja a posição por nós assumida perante tal pretensão, ela em todo caso não pode ser provada ou refutada com os meios de nenhuma ciência. (...) Novamente, a separação das esferas de valor como chave mestra. (PIERUCCI, 1998: 7)

Marianne Weber besunta sua biografia com passagens devotas e sobrecarrega os seus leitores com uma verve, com frequência, sensaborona. Entretanto, ela consegue apreender, nalguns momentos, a “impetuosidade demoníaca” de seu cônjuge, revelando-nos a grandeza de um intelecto titânico e insaciável em face dos fenômenos histórico-culturais. Intelecto para o qual não há um *telos* inelutável inscrito na história humana, tampouco um progresso “ubíquo” capaz de “teleguiar” os trilhos históricos. Weber preferia os trilhos descarrilados das possibilidades históricas ao rigor das “leis históricas” – não é fortuita a sua recusa de Hegel e Marx a favor de Nietzsche. Quando Marianne se cala, veredas são abertas ao leitor curioso. A vida amorosa fora do matrimônio de Weber, tocada pelas “mãos sensuais” do erotismo, é soterrada, por exemplo. Else Jaffé e Mina Tobler nunca são mencionadas como amantes. A objetividade biográfica patina diante do fulgor erótico. Não só a biografia, mas, igualmente, a tão propalada objetividade científica, benquista pelo “austero” Weber.

Referências Bibliográficas

- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **O sexo como salvação neste mundo: a erótica weberiana nos Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião**. São Paulo: VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 1998.
- WEBER, Marianne. **Max Weber, uma biografia**. Niterói: Casa Jorge, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Sociologia da Religião e Consideração Intermediária**. Lisboa: Editora Relógio D’Água, 2010.

WEBER, Max. **Ensayos sobre sociología de la religion**, I. Madri: Taurus Ediciones, 1987.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I (GARS I)**. Tübingen: J.C.B Mohr, 1988.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

**IHGB NA REPÚBLICA:
ATUAÇÃO DO IHGB DO RIO DE JANEIRO NO CENÁRIO CULTURAL REPUBLICANO
(DITADURA CIVIL-MILITAR, 1966-1972)**

Jessica Suzano Luzes*

IHGB e sua relação histórica com o Estado

Com a concretização da Independência política, em 1822, temos o processo de organização do Estado Nacional Brasileiro. Neste período, encontramos medidas que “visavam, entre outros objetivos, a centralização do Estado e sua viabilização enquanto nação” (SCHWARCZ, 1989: 7).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ¹ fora criado para atender à uma demanda deste Estado em construção, que tinha como função elaborar um “perfil para a ‘nação brasileira’” (GUIMARÃES, 1988: 6).

Nos primeiros estatutos encontramos as regras de funcionamento do IHGB que previa “a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo ao ensino público, e aos estudos de natureza histórica”. (GUIMARÃES, 1988: 9).

Através destes, verificamos, também, as pretensões do IHGB do Rio de Janeiro, em manter vínculo com as instituições congêneres, quer nacionais, quer internacionais. Nesse sentido, o IHGB buscou construir um discurso não apenas de um estabelecimento carioca, mas como representante oficial² diante de outros discursos tidos como parciais.

* Graduação em História pela UFRRJ. Atuou como Assistente de Pesquisa pela Fundação Casa de Rui Barbosa no setor de políticas culturais, sob orientação da historiadora Lia Calabre. Atualmente aluna do curso de pós-graduação em ‘Arte e Cultura’ pela Universidade Cândido Mendes.

¹ Em 28 de fevereiro de 1827, temos a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. (SIAN). Esta fora criada com o objetivo de auxiliar o Estado Nacional a realizar a centralização do país e o seu desenvolvimento enquanto Nação. Partiu desta instituição a idéia da criação de uma “associação científica destinada a coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos necessários à história e geografia do Brasil” (SCHWARCZ, 1989: 7). O historiador Manoel Salgado Guimarães entende que [...] “... também a SAIN e posteriormente o IHGB pensam em projetos de natureza global, de forma a integrar as diferentes regiões do Brasil, ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade ‘Brasil’ ”. (1988: 8)

² Muita das vezes, tal instituto produzia pesquisas a favor de questões imperiais, que viriam a ser utilizadas até em conflitos exteriores. O IHGB no período inicial de sua formação até os anos iniciais da República tinha como sua segunda maior produção os textos de geografia. Estes estavam relacionados a diversos litígios em andamento na época, que envolviam demarcação de territórios. Como por exemplo, a disputa pela região do Acre, que envolvia diversas nações estrangeiras, cuja contenda fora dada a favor do Brasil, integrando tal território à Nação brasileira, causa esta defendida pelo barão do Rio Branco, sócio efetivo do IHGB. (SCHWARCZ, 1989: 22)

Temos, assim, um programa de ‘sistematização de uma história local’. Cabendo ao primeiro IHGB, do Rio de Janeiro, a “conquista do espaço e respeitabilidade nacional”, restando às demais a função de garantir as especificidades regionais e buscar definir a hegemonia cultural local. (SCHWARCZ, 1989: 05)

Manoel Salgado (1988) atenta a relação estreita entre o IHGB e o Estado Imperial, cabendo a este a manutenção quase que total da instituição:

Cinco anos após a sua fundação, as verbas do estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX. Tendo em vista, para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do estado para sua existência material. (SALGADO, 1988: 9)

Pesquisadores³ têm se preocupado em contextualizar as atividades do IHGB, apontando as transformações na estrutura interna do IHGB e na produção científica. Enfim buscam compreender as diferentes atuações na cultura brasileira conforme o momento histórico.⁴

Angela de Castro Gomes alertou que o IHGB teve problemas organizacionais e políticos no início da República, pois era muito vinculado ao regime monárquico e com o próprio Imperador Dom Pedro II. Neste momento, os sócios passaram a reformular os ‘moldes de atuação daquela academia como o tipo de narrativa histórica que ela subscrescia.’

Neste estudo procurou compreender a forma como se dava a produção do conhecimento histórico. Ressaltou que desde o início do funcionamento desta instituição fora estabelecido uma relação entre o saber erudito da história e seu ‘valor pedagógico, ou pragmático’, característica que perdurou até os anos iniciais da República.

Esta relação era considerada pelos sócios da instituição, como a principal

³ GOMES, Angela Maria de Castro (2009), GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (1988), SCHWARCZ, Lilia K. Moritz (1988).

⁴ Manoel Salgado Guimarães revela que o IHGB sempre teve uma relação com o Estado Imperial, e que este teria assumindo novas formas a partir de 1949-50, juntamente com a estabilização e centralização do poder monárquico. Neste contexto, temos significativas alterações: o imperador passa a comparecer às reuniões dos sócios, os trabalhos mudam de caráter, passa-se a produzir trabalhos inéditos nos campos de história, geografia, colocando em “segundo plano a coleta e armazenamento de documentos”. (GUIMARÃES, 1988: 8)

distinção entre a história e as ciências sociais, já que aquela tinha como ‘missão’ fazer conhecer o ‘passado comum’ de uma nação, e desta forma, incentivar o amor à pátria de seus cidadãos.

A autora considerou o IHGB como um local relevante para a época, já que neste eram realizadas discussões sobre como deveria ser a história, e importantes reflexões sobre possíveis projetos de futuro que buscavam a modernização do país.

Diferenciou a produção histórica construída na monarquia, cujas discussões eram direcionadas ao imperador, considerado a grande representação simbólica de seu Estado e de seus súditos, da República, na qual se assumiram outros compromissos, conforme se verifica no trecho:

Exatamente por isso, como ocorreu em inúmeros casos de formação de Estados nacionais ‘modernos’, o destinatário dos discursos científicos era outro, o que ganhava especial força no caso da história do Brasil, por seu sabido e acreditado valor pedagógico. Sem descuidar da educação das elites governantes, que tinham muito o que aprender com os ‘heróis’ e os grandes eventos da história privada, o interlocutor privilegiado da narrativa era o próprio ‘povo brasileiro’, a ser criado em um movimento simultâneo ao da construção de uma história, em que ele era também um protagonista, além de destinatário. (GOMES, 2009: 13)

Gomes (2009) defende que do final do século XIX para o início do século XX, não havia uma nítida separação entre o campo intelectual e político, mesmo havendo um possível afastamento, uma autonomia da dinâmica de cada um deles.⁵

Tais intelectuais corresponderiam a uma categoria sócio-profissional pouco definida, produzindo e mediando leituras da realidade social relevantes para a política.

Desta maneira, intelectuais seriam ‘profissionais’ responsáveis pela produção de bens simbólicos, fundamentais à consolidação de regimes políticos modernos, que se estruturam cada vez menos no uso da força. Temos assim, a necessidade de se construir vínculos fortes entre ‘cultura e política, entre história e memória e entre poder e saber’.

Neste sentido, temos a busca pela construção da identidade nacional, marcada pela continuidade, relacionada a dimensões simbólicas, que envolvem ‘invenção, divulgação, imposição e adesão de um determinado grupo social a valores, ideais,

⁵ Gomes (2009: 26) menciona que a noção de intelectual não definida na época não tem caráter negativo para a sociedade brasileira e para seus intelectuais, já que ‘mesmo na Europa do século XIX, onde há muito existiam instituições como universidades, museus, arquivos, associações literárias e científicas, essa distinção em andamento.’

crenças, ideologias, e etc’.

Desta forma, uma das tarefas do historiador é a produção de um ‘passado comum’ a uma determinada sociedade, elaborando referenciais que garantam a ‘origem’, e ‘continuidade’ no tempo, muita das vezes à revelia das mudanças que possam ter efetivamente ocorrido. Assim, ‘os processos de construção de identidade’, especialmente dos grupos nacionais, implicam na transformação das experiências vividas pelos próprios contemporâneos.

Constatou que no período de 30 anos, o IHGB passou por um sistemático investimento político e intelectual que buscava reerguer a instituição e reconduzir as discussões sobre a ‘produção da história e das memórias nacionais’.

O investimento em políticas públicas de cultura no período da Ditadura Militar (1964-1984)

Ao investigarmos o período da ditadura militar (1964-1984) percebemos que esta estimulou a construção institucional de uma política de cultura em finais de 1960 e início de 1970, especialmente nas gestões dos ministros da educação e cultura Tarso Dutra, Jarbas Passarinho e Ney Braga (MICELI, 1984; PÉCAUT, 1990; CALABRE, 2005; MAIA, 2006).

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi instituído pelo Decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966, cuja atribuição principal era a elaboração da política nacional de cultura.

Integravam tal Conselho, historiadores, literatos e antropólogos pertencentes principalmente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SANTOS, 2009).

A partir da leitura do decreto de criação do CFC, Calabre (2009) apresentou a principal atribuição do conselho em relação às organizações da área cultural

[...] conceder auxílio às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação e a guarda do seu patrimônio artístico e biográfico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística, [...] (Decreto-lei nº74, de 24 de novembro de 1966, artigo 2º, alínea e)

Tatyana Maia (2006) afirma que o CFC não adotou as ações culturais elaboradas pela sociedade civil na década de 1960. Sendo assim, as políticas culturais destinavam-

se à garantia do patrimônio e da propagação dos aspectos regionais. Ressaltou que a literatura especializada na ação dos governos militares na área da cultura têm investigado o caráter ‘caráter patrimonialista, elitista, tradicionalista e conservador’ de tais políticas. Nesse sentido, o Estado se detinha, principalmente, à conservação do patrimônio e condução de políticas associadas à ‘ideologia de segurança nacional’

Segundo Lúcia Lippi (2008), nas sociedades modernas ocidentais, os patrimônios históricos e artísticos buscam representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação.

A autora mencionou a pesquisa do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (1996) que estudou como a ‘nação é retoricamente produzida nos discursos sobre o patrimônio’. Para tal, analisou o discurso produzido pelos denominados ‘intelectuais do patrimônio’, historiadores e cientistas sociais. A partir destes, comparou dois momentos históricos distintos, o início da estruturação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan),⁶ em 1936/37, gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade,⁷ e seu sucessor Aloísio Magalhães.⁸

A gestão de Rodrigo de Mello e Franco valorizou a tradição, sendo necessário

⁶ Atentamos a variada denominação referente a tal órgão. De 1946 a 1970 mudou para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); no período seguinte, 1970 a 1979, recebeu o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre 1979 a 1990, tornou-se Secretaria (SPHAN) que em 1990 foi extinta por decreto, e passou a funcionar como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) até 1994; deste ano em diante, voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A história do SPHAN costuma ser definida em três fases. A primeira de 1937 a 1967. Uma segunda seria de 1967 a 1979, gestão de Renato Soeiro, não muito lembrada pela historiografia do patrimônio, é tida como continuista da fase anterior. A terceira fase, de 1979 a 1982, dirigida por Aloísio Magalhães é classificada como renovadora, onde novas frentes são adotadas, como a valorização da cultura popular. (Santos, 2009)

⁷ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Advogado, jornalista e escritor, formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi redator-chefe (1924) e diretor (1926) da Revista do Brasil.

Chefe de gabinete de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública, foi o principal responsável pela indicação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em dezembro de 1930. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968.

Online: disponível na Internet via:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/rodrigo_melo_franco_de_andrade>

⁸ Em 1979, assume a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Suas propostas de revisitação a conceitos enunciados por Mário de Andrade 50 anos antes o levam, nessa circunstância, a promover uma revolução nos valores àquela época cristalizados no IPHAN. Seu conceito amplo de bem cultural e sua formulação de que o melhor guardião do patrimônio é a comunidade que com ele mais de perto se relaciona estabelecem novos tempos para o trato com a memória nacional. É nessa ocasião que Aloísio, se valendo de sua habilidade como designer, começa a traçar um novo desenho para o quadro institucional relacionado com a questão cultural no Brasil. Online: disponível na Internet via: <http://www.mamam.art.br/mam_apresentacao/aloisio.htm>

restaurar ‘o fio da tradição, a memória da nação expressa nos bens materiais’. Desta maneira, o patrimônio é a combinação de objetos e monumentos associados ao passado. Realçou a tradição histórica e artística como uma forma de estabelecer a conexão entre os brasileiros do presente e com os do passado, convencendo as pessoas da unidade e a continuidade da nação.

A agência federal se fazia necessária para resguardar a herança recebida de outras gerações, sendo monumentos e objetos resquícios dessa herança, devendo preservar o patrimônio que ainda restava.

Na gestão de Aloísio Magalhães se priorizou o cotidiano. E as diversas tradições existentes no Brasil, “como havia vários patrimônios, não só monumentos mas também objetos, espaços, atividades – patrimônio imaterial ou intangível. Era preciso registrar essas práticas” (LIPPI, 2008: 129).

Aloísio buscou se distinguir de Rodrigo assinalando que a política tradicional do Iphan era norteadada por uma noção restrita de patrimônio, que valorizava apenas a herança cultural européia. Tal ênfase acarretava numa perda política, pois não se preservavam a autêntica cultura brasileira. Neste sentido, existiam “diferentes passados (tanto quanto diferentes grupos sociais). O passado devia ser visto como forma de construir a identidade cultural presente e futura” (LIPPI, 2008: 129).

José Reginaldo Gonçalves entende que nos dois discursos a identidade se apresenta em situação de risco, já que no decorrer do tempo tem-se um processo inevitável de destruição de valores, e assim a necessidade de se buscar preservar a identidade.

Lia Calabre (2009) contribuiu para pensarmos as políticas de patrimônio na ditadura militar ao alertar que no decreto de criação do Conselho Federal de Cultura havia um artigo especial para a câmara do patrimônio, que considerava não apenas o patrimônio edificado, sendo também objetos de atenção acervos e documentos bibliográficos, como por exemplo, os preservados pelos institutos históricos e geográficos espalhados pelo país.

Ao receber as solicitações, das mais diversas naturezas, as câmaras atendiam conforme as circunstâncias da época. Desta forma, percebemos que as ações do Conselho não ocorreram de forma homogênea, havendo variações significativas na sua forma de atuação.

Calabre (2006) afirma que já na segunda metade do ano de 1972, o órgão passava por dificuldades financeiras, fazendo com que inúmeros projetos não fossem apoiados na íntegra, chegando a negar auxílio para a maioria destes. Mesmo com problemas, o CFC teve um papel relevante, pois ajudou na regularização e institucionalização da cultura brasileira, ocasionando em mudanças significativas nos programas e políticas culturais.

No mapa demonstrativo dos convênios celebrados entre CFC e o IHGB, no período de 1969 a 1970, encontramos um total de 11 convênios, sendo que 7 eram para a manutenção e custeio do Instituto.

	Objetivo	Valor
1	Despesas Administração e manutenção	150.000,00
2	Custeio e Administração	150.000,00
3	Custeio	3.000,00
4	Administração do Instituto	80.000,00
5	Custeio do Instituto	70.000,00
6	O Brasil no Quatripartitu	10.000,00
7	Comemoração do Sesquicentenário Independência do Brasil	15.000,00
8	Publicação de Obras referentes ao Sesquicentenário da Independência	73.145,00
9	Pesquisas Históricas	6.000,00
10	Custeio e administração	140.000,00
11	Administração e custeio	40.000,00

Fonte: Mapa demonstrativo dos convênios celebrados pelo Conselho Federal de Cultura no período de 1969-1972.

Conselho Federal de Cultura - Ministério da Educação e Cultura

A partir de um processo⁹ no qual se tem escrito a discussão entre os conselheiros referente a um pedido de aumento de subsídio feito pelo IHGB, analisaremos a justificativa utilizada pelo IHGB para conseguir o aumento de verba e o parecer final a respeito deste¹⁰.

⁹ Foram encontrado o conveio e a prestação de contas no Palácio Gustavo Capanema e o parecer na Revista Cultura, do Conselho Federal de Cultura (CFC) - Ministério da Cultura e da Educação (MEC) no ano 3, 1969 – Mês de Agosto. Número 547 - Processo nº 853/69 - Auxílio.

¹⁰ O CFC editava todo mês a Revista Cultura, e a partir de 1971, Boletim Federal de Cultura. Estes divulgavam as diretrizes do MEC e os artigos dos membros do Conselho. Em 1969, o CFC criava o seu segundo periódico, a Revista Brasileira de Cultura, que se dedicava a publicar os artigos relativos às manifestações culturais e artísticas do país.

Este é um pedido do presidente do IHGB, Américo Jacobina Lacombe,¹¹ que recorreu a um órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação e Cultura solicitando o aumento de subsídio, haja vista que o estabelecimento se encontrava em crise.

No processo o IHGB mencionou documentos históricos no seu apelo, como o *Almanaque Laemmert*.¹² Conforme se constata no trecho:

à guisa de justificativa do interesse que o Conselho deve dispensar ao caso, dois documentos significativos, um, fotocópia de página do Almanaque Laemmert para 1868, em que o Instituto figura entre as entidades subvencionadas pelo poder Público, com 7 contos de réis, entre a Biblioteca Nacional e a Academia de Medicina, e outros trecho do Relatório do Ministro do Império em 1855, em que as suas atividades se capitulam entre as dos órgãos da administração nacional; porque, em verdade, sempre teve o seu relevo de uma instituição diretamente amparada pelo Estado. (*Almanaque Laemmert*, 1848-1889)

Neste trecho, o IHGB buscou rememorar o seu lugar historicamente junto Estado, ressaltando estar entre os estabelecimentos resguardados ao cuidados do Estado desde o Brasil Império.

A Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN)¹³ aprovou tal pedido, sendo este relatado por Hélio Vianna, conselheiro da CPHAN e da Comissão de Legislação e Normas.

No parecer final, o CFC defendeu a ampliação do subsídio ao IHGB alegando a “importância considerada indispensável para a subsistência, durante o ano, de tão benemérito estabelecimento, ligado através de 130 anos de trabalho à vida cívica e

¹¹ Américo Jacobina Lacombe fora convidado pelo Ministro Gustavo Capanema a ser diretor da Casa de Rui Barbosa em 1939. Esta fora inaugurada em 1930, sendo na sua origem era apenas um museu, destinado a guardar a memória do ilustre brasileiro que ali viveu de 1895 a 1923. Ficou na direção até 1967, quando se dá a transformação desse órgão do antigo Ministério da Educação e Cultura em Fundação. A partir de então, tornou-se presidente desta Fundação até 1993. Como presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, transformou o museu, destinado a preservar a antiga residência, os móveis, a biblioteca e o arquivo do grande brasileiro, passando a centro de pesquisas e editora.

¹² Este era uma revista de notabilidades profissionais, comerciais e industriais e continha a relação dos nomes de fazendeiros, comerciantes, negociantes, vereadores e membros da guarda nacional. Citações e referências a documentos eletrônicos. Online: disponível na Internet via: <www.crl.edu/content;pindex.htm>

¹³ O CFC estava dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, sendo que também havia uma comissão de legislação e normas exercendo o papel de uma quinta câmara. Inicialmente havia vinte e quatro membros designados pelo presidente da república, distribuídos por tais câmaras.

Cada câmara recebia solicitações diversas como: pedidos de auxílio, reconhecimento, apoio, estudos, etc. Estas eram distribuídas, sendo analisadas pelas respectivas áreas. Após uma avaliação inicial, emitiam-se pareceres para serem votados em reunião plenária. (CALABRE, 2006: 3)

cultural da Nação.”

Maria Madalena Diegues Quintella (MICELI, 1984: 115) desenvolveu um estudo sobre as elites culturais no Brasil. Em sua pesquisa, Quintella optou por instituições que atuavam em diferentes campos do saber, e que possuíam períodos de vida diferentes no panorama cultural, como o IHGB e o CFC. Nesta investigação, a autora procurou compreender a correlação entre o tipo de instituição e as metas culturais a que elas se propunham.

Para ela, as instituições relativamente antigas, como IHGB, tendem a uma autoculturação, ou seja, voltam-se para si mesmas, vivem de sua memória e para a preservação de seu patrimônio cultural.

Desta forma, o IHGB “reverencia o passado para legitimar sua posição no universo cultural” (MICELI, 1984: 133). Uma das formas de garantir este prestígio era salvaguardar fontes inacessíveis, protegendo assim documentos que continham informações sobre o passado da Nação.

Percebe-se nos trechos destacados que o discurso de autoculturação elaborado pelos sócios do IHGB era de certa forma aceito pelos conselheiros do CFC a partir do momento que concordam com o pedido, elogiam a produção de tal estabelecimento, e destacam o tempo de existência do mesmo.

A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1989) entende o IHGB como sendo um espaço de saber característico do século XIX e alternativo perante outros estabelecimentos contemporâneos “como os museus de história natural, as academias de direito e de medicina, entre outros...” (SCHWARCZ, 1889: 5)

Estudos¹⁴ têm focado a história das coleções (que não se restringe aos museus), e refletem sobre a forma como objetos foram diferentemente entendidos e classificados.

Abordaremos como a coleção de objetos tem sido analisada pelas ciências humanas, e como esta prática associa ao resgate de um tempo passado pertence a uma temporalidade específica característica do pensamento moderno ocidental.

O historiador James Clifford (1995) alertou a necessidade de se ter uma abordagem crítica, histórica do colecionismo. Assinalou as diferentes formas como os

¹⁴ Muitos deles têm contribuído para entender o tipo de conhecimento que o mundo ocidental tem produzido sobre os ‘Outros’, não-ocidentais. Ver LAGROU: 2008.

objetos são classificados pelas diversas sociedades. Muitas das vezes os espaços de coleções propõem uma realidade objetiva, não se preocupando com a forma como o objeto é produzido, e assim:

O colecionador descobre, adquire, resgata objetos. O mundo objetivo é dado, não produzido, e assim as relações históricas de poder no trabalho de aquisição ficam ocultas. O fazer do significado na classificação e exposição no museu é mistificado enquanto representação adequada. O tempo e a ordem da coleção apagam o labor social concreto do seu fazer. (CLIFFORD, 1995: 72)

Tal autor acredita que a partir de um período específico, virada do século XX, os objetos têm sido classificados como artefatos culturais (categoria científica) ou obras de arte (categoria estética).

Na sua argumentação explica que os objetos raros eram apropriados tanto para fins científicos, visando conhecimento, quanto para fins estéticos, podendo visar o lucro. Atentou que ambos construíam concepções distintas dos objetos, mas estes eram recuperados por serem “significativos, belos e antigos”.

Defendeu que a relevância comercial, estética e científica estava num dado sistema de valor que considerava o interesse e a beleza intrínsecos a objetos de um tempo passado, e assim colecionar peças do cotidiano de sociedades antigas é mais importante que colecionar objetos habituais de sociedades como a China e a Oceania.

Desta forma, atribui-se aos objetos antigos ‘um senso de ‘profundidade’ por parte destes colecionadores de mentalidades históricas, sendo assim ‘a temporalidade é reificada e resgatada enquanto origem, beleza e conhecimento’.

 (CLIFFORD, 1995: 73)

O autor atenta que este ‘sistema arcaizante’ é específico a cosmologia ocidental moderna, haja vista que os objetos diferentes obtidos no Novo Mundo eram reunidos e apresentados no século XVI, contudo não eram todos antiguidades valorizadas, advindas de civilizações primitivas ou passadas, se inseriam na categoria do ‘maravilhoso’, pertencendo a Idade do Ouro.

Seguindo a leitura de Gonçalves (2007: 48) sobre Clifford, entendemos que o que deve ser colecionado é classificado como ‘tradicional’, ‘autêntico’, constituindo-se como algo não misturado, e não atual.

Desta forma, o tradicional garante a essência e uma continuidade temporal. Tem-se uma concepção de tempo específica, na qual a história é vista como um processo irrefreável de extinção de culturas, havendo a necessidade de ‘resgatar’, ‘preservar’ as

‘culturas’ e as ‘tradições’, principalmente através do colecionamento e da exibição dos objetos.

Conclusão

Percebemos que nas políticas públicas de patrimônio, os diferentes discursos de nação construídos em diferentes momentos, conforme apresenta Gonçalves (1996), se fundamentam num sentimento de perda e da necessidade de se preservar determinados valores, objetos, monumentos.

A análise da atuação dos sócios do IHGB no CFC pode ampliar a compreensão da forma como o IHGB buscou se atualizar no cenário cultural republicano, através de um discurso que impedia a perda de objetos ou documentos, datados antes do Brasil República, e de alguma forma fundamentais para o Brasil contemporâneo enquanto nação.

Jacques Le Goff (1990) alertou que o documento passou a ser considerado monumento, sendo tratado em série, e inserido num conjunto formado por outros monumentos, como vestígios de cultura material, objetos de coleção. Entende que todo documento é falso e verdadeiro ao mesmo tempo, cabendo ao historiador entender as condições de produção, e mostrar em que medida é instrumento de poder.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990: 536)

Portanto:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultada do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1990: 538)

Referências Bibliográficas

- CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: _____. **Políticas Culturais**: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- _____. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. In: _____. **Estudos Históricos**. Número 37 Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Políticas culturais no Brasil: Balanços e perspectivas. In: RUBINO, Antonio (org.) **Políticas culturais no Brasil**. Edufba Salvador, 2007.
- _____. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CLIFFORD, James. Colecionando Arte e Cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.
- _____. Historicizando coleções e museus etnográficos. In: **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: MG: Argumentvm, 2009.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel/Idesp, 1984.
- _____. Os intelectuais e o Estado. In: _____. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, nº1, 1988.
- SANTOS, J. F. S. **Políticas Culturais do Patrimônio e o Conselho Federal de Cultura (1960/1970)**. Monografia de final de curso. Rio de Janeiro: UVA - Coordenação de História, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Os Guardiões da Nossa História Oficial** - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989.
- MAIA, T. A. Em busca da cultura nacional: a ação dos intelectuais no Conselho Federal

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

de Cultura. In: **Usos do Passado** - XII Encontro Regional de História ANPUH, 2006.

GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA AO PÉ DE PÁGINA DE CASA-GRANDE & SENZALA

Vanessa Carnielo Ramos*

Casa-Grande & Senzala foi publicada inicialmente em 1933 e reeditada cinquenta e uma vezes. Tal obra trouxe um novo olhar sob a sociedade brasileira e gerou novos debates acerca da formação de tal sociedade. Porém, um assunto ainda pouco discutido dentro da historiografia refere-se às suas inúmeras notas de rodapé, as quais Gilberto Freyre modificou nas vinte e cinco edições em que ainda encontrava-se em vida¹. Neste sentido, o estudo dos textos secundários (notas de rodapé) não tem sido dado em grande número dentro da produção historiográfica como um todo. No entanto, essas notas se demonstram de extrema importância quando se referem à compreensão textual, ou mesmo quando nos voltamos às fontes utilizadas ao longo do trabalho. De acordo com Anthony Grafton

De certo modo, elas constituem nas ciências humanas um equivalente das referências a dados nos relatórios científicos: fornecem suporte empírico para as histórias contadas e os argumentos apresentados. Sem elas, pode-se admirar ou desaprovar as teses históricas, mas não verificá-las ou refutá-las. (GRAFTON, 1998: 7)

Para Gérard Genette, as notas de pé de página fazem parte do que ele denomina de “paratextos”. Estes, por sua vez, são formados de tudo o que está localizado em torno do texto, ou seja, o título; prefácio, nome do autor, as mensagens na parte externa do livro (conversas e entrevistas), as notas de rodapé, as comunicações privadas (diários, correspondências); dentre outros elementos de um livro². Neste sentido, paratexto é o meio pelo qual um texto se torna livro, e se apresenta a seus leitores. Assim,

O paratexto compõe-se, pois, empiricamente, de um conjunto heteróclito de práticas e de discursos de todos os tipos e de todas as idades que agrupo sob este termo, em nome de uma comunidade de interesse, ou convergência de

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e bolsista CAPES.

¹ Importante ressaltar que Freyre escreveu cerca de novecentas notas de pé de página, acrescentando-as e retirando-as ao longo dessas vinte e cinco edições.

² Para Genette os *paratextos* são divididos em *peritextos* (título, nome do autor, prefácio e algumas notas) e *epitextos* (as correspondências e tudo o que está externo ao livro).

efeitos, que me parece mais importante do que sua diversidade de aspecto (GENETTE, 2009: 10)

Dessa forma, é necessário que compreendamos inicialmente o conceito de nota de rodapé que, inicialmente, era chamado de “glosa”³ e utilizado desde a Idade Média para esclarecimentos localizados no meio da página, porém, com a letra menor. Consonante com Genette, “uma nota é um enunciado de tamanho variável (basta uma palavra) relativo a um segmento mais ou menos determinado de um texto, e disposto seja em frente seja como referência a esse segmento.” (GENETTE, 2009: 281). Ou seja, as notas de rodapé podem também estar localizadas em qualquer parte do livro, podendo existir notas tanto do autor quanto do editor, bem como se referir tanto a uma palavra, frase, parágrafo, ou até mesmo remeter-se à obra como um todo.

Posto isto, as notas de rodapé da maioria das obras historiográficas geralmente são utilizadas para contar histórias que os autores consideram periféricos a ponto de estar no texto principal⁴, para explicar conceitos utilizados ao longo da página, ou mesmo para citar fontes que foram adotadas para construir suas hipóteses. Embora raramente se encontre um livro específico que trate da história das notas de rodapé, bem como de sua importância para a escrita da história, estas são utilizadas muitas vezes como artifício retórico-argumentativo para comprovar a plausibilidade da ideia esboçada no texto principal, ou seja, constituem-se parte fundamental da composição de uma obra historiográfica.

Segundo Marc Bloch, as notas servem para dar as referências das obras que foram utilizadas ao longo do texto, mas que, por sua vez, podem desanimar os leitores mais sensíveis a quem elas podem tirar o gosto por uma obra, justamente por não conseguirem seguir o texto principal. Para ele,

Um físico descreve uma experiência; fê-la ele próprio; ele é a sua própria testemunha; não precisa de se citar a si próprio: basta a sua assinatura, no princípio do seu livro ou no fim do seu artigo. Um historiador relata um acontecimento passado; não o viu; fala pela boca das testemunhas; e tem que referir essas testemunhas, primeiro por prudência, para mostrar que tem

³ Genette afirma que o aparecimento da palavra *nota* é datado por volta do ano de 1636.

⁴ É importante explicar que a nota de rodapé é uma extensão do texto principal, é a formação de um novo texto a partir de outro, um segundo discurso que conversa com o primeiro, redimensiona-o, fortalece-o ou o enfraquece. Dessa forma, o autor pode colocar a extensão na nota um complemento do assunto tratado no corpo do texto, mas também pode adicionar uma informação ou narrar um conto que não caberia no corpo principal, porém, que não perde em importância.

garantias, e sobretudo por honestidade, para nos permitir verificar eventualmente o uso que deu àqueles relatos. Citar as testemunhas ou, como por vezes se diz (a expressão, que não é muito feliz, está consagrada) “citar fontes” é o primeiro dever do historiador. (BLOCH, 2008: 22)

Existem críticas profundas em relação às notas de rodapé, uma vez que ocorre um processo de “interrupção”⁵ de uma leitura contínua para uma descontínua; ou seja, ocorre uma quebra da leitura, uma parada no texto para se remeter a outra argumentação, aprofundamento desta ou outra citação e, somente assim, posteriormente, o leitor pode voltar ao texto principal e continuar sua leitura. Outra crítica concernente às notas refere-se à influência do autor em sua construção e o entendimento do leitor, uma vez que, segundo Grafton, a nota somente permite que o leitor entenda seu conteúdo se souber os códigos utilizados para a escrita de notas de rodapé, ou se este tiver acesso ao computador ou anotações do próprio autor.

De acordo com Anthony Grafton, as notas de rodapé exercem duas funções:

Em primeiro lugar, elas convencem: convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo. Em segundo lugar, indicam as principais fontes que o historiador realmente usou. Embora as notas de rodapé comumente não expliquem o curso exato da interpretação que o historiador fez desses textos, elas muitas vezes dão ao leitor que possui um espírito suficientemente crítico e aberto pistas para permitir que o imagine – em parte. (GRAFTON, 1998: 30)

Destarte, no presente trabalho procuramos analisar as notas de rodapé escritas em *Casa Grande & Senzala*, uma vez que seu autor abusa da escrita desta “historiografia de segundo plano”, no sentido de utilizá-las para corroborar ou mesmo estabelecer um diálogo de si com outros historiadores, bem como a citação de fontes utilizadas em seu complexo trabalho. Freyre utiliza as notas de rodapé como um complemento de suas ideias e, claro, como evidência de sua memorável erudição⁶, principalmente no que diz respeito às histórias do cotidiano. A maior parte de suas notas

⁵ Interessante lembrar a afirmação de Ginzburg no Prefácio à edição inglesa de *O queijo e os vermes*: “*O Queijo e os Vermes* pretende ser uma história, bem como um escritório histórico. Dirige-se, portanto, ao leitor comum, bem como ao especialista. Provavelmente apenas o último lerá as notas, que coloquei de propósito no fim do livro, sem referências numéricas, para não atrapalhar a narrativa” (GINZBURG, 2006: 10)

⁶ Erudição esta não somente em relação às obras históricas, pois, Freyre cita nas notas de rodapé de *Casa Grande & Senzala* obras relacionadas às ciências humanas, ciências naturais e ainda obras literárias.

é utilizada para corroborar suas ideias expostas no corpo principal do texto, por isso as notas de rodapé são consideradas como artifício retórico-argumentativo, no qual o autor pode apoiar suas hipóteses. A obra (em sua edição final) é composta por cerca de 1/3 de partes consideradas secundárias, como prefácio e as notas de rodapé; são cerca de cento e sessenta e oito páginas⁷ somente dedicadas às notas de rodapé que estão carregadas de análises relevantes feitas por Freyre e seus estudos.

Partiremos, então, para o segundo momento de nosso trabalho, no qual abordaremos apresentaremos de forma breve os autores em questão, Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. Vale ressaltar ainda que o diálogo entre estes dois autores não permanece somente nas notas de *Casa grande & Senzala*, pois, estes continuam debatendo em livros e artigos posteriores, como veremos mais adiante.

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 15 de março de 1900 e se tornou o autor mais polêmico da historiografia brasileira desde a publicação de sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, em 1933. Suas obras mais famosas são sua trilogia *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959). Freyre foi bastante criticado, especialmente pela sua tese que se referia à mistura de “raças” aqui existente⁸. Assim, ele recebeu e ainda recebe diversas críticas em relação à sua teoria e até mesmo pela sua forma ensaística de escrever⁹, no entanto, enaltecido ou censurado, celebrado ou contestado, Gilberto Freyre e sua primordial obra são sempre polêmicos e sugerem debates profundos sobre a formação da sociedade brasileira.

O outro autor em questão no presente trabalho é Sérgio Buarque de Holanda. Este nasceu em São Paulo no ano de 1902 e faleceu em 1982, tendo como destaque as obras “Raízes do Brasil”¹⁰ (1936); “Monções” (1945) e “Cobra de vidro” (1944) *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1959).

Sérgio Buarque entra em confronto com Freyre, tanto no que diz respeito às suas teses quanto à forma de escrita que, por sua vez, se destoam da expressa em *Casa-*

⁷ Este número se refere à edição de 2009 da obra de Freyre.

⁸ Assim como Freyre expressa em seu Prefácio à 1ª edição: “era como si tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto com o da miscigenação” (FREYRE, 1933: XII)

⁹ No entanto, nosso objetivo no presente trabalho é analisar as notas de Gilberto Freyre e não nos aprofundar em suas críticas e elogios. Para melhor esclarecimento sobre tais críticas, ver: ANDRADE (2002); ARAÚJO (1994); DIMAS, LENHART & PESAVENTO (2007); MADEIRA & VELOSO (2000); NICOLAZZI (2008); ODALIA (2001), dentre outros diversos livros que abordam as temáticas que estão envolvidas não obras de Freyre.

¹⁰ Vale ressaltar que *Raízes do Brasil* foi traduzida para o italiano, espanhol, japonês, alemão e francês.

grande & Senzala, assim como afirma Antônio Cândido na apresentação de *Raízes do Brasil*:

Nenhum romantismo, nenhuma disposição de aceitar categorias banhadas em certa aura qualitativa – como “feudalismo” ou “família patriarcal” – mas o desnudamento operoso dos substratos materiais. Em consequência, uma exposição de tipo factual, inteiramente afastada do ensaísmo [...] e visando a convencer pela massa do dado e do argumento.” (CÂNDIDO, 1995: 11)

Assim como Freyre, Sérgio Buarque também realiza várias mudanças em sua obra, como podemos perceber no prefácio da segunda edição de *Raízes do Brasil*:

Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância. (HOLANDA, 1995: 25)

É importante assinalar que a primeira edição de *Raízes do Brasil* foi publicada pela “Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio”, a qual era dirigida por Gilberto Freyre e, por isto, a apresentação, tanto da coleção quanto do livro, foi feita por ele mesmo (Freyre). Esta apresentação foi retirada na segunda edição de *Raízes do Brasil*, portanto, entrando nas modificações que Sérgio Buarque bem explicita na citação acima.

Freyre e Sérgio Buarque entraram em confronto em diversos outros artigos e livros publicados. Um exemplo é a introdução de *Sobrados e Mucambos* na edição de 1949, na qual Freyre tenta responder as críticas realizadas por Holanda e, este, por sua vez, a responde em três artigos¹¹. Ou seja, à medida que suas obras foram sendo publicadas ocorreu um diálogo entre tais autores expressos tanto em forma de artigo quanto na modificação de suas obras que, no caso de Freyre e *Casa-grande & Senzala* se dá em basicamente três notas de rodapé.

Elide Rugai Bastos (2005) destaca com precisão este debate entre Freyre e Holanda nas obras *Sobrados & mucambos* e *Raízes do Brasil*, apontando para uma diferenciação de suas teses e forma de abordagem dos temas relativos ao Brasil deste

¹¹ Tais artigos estão publicados em nos livros de Sérgio Buarque *Cobra de vidro* (1978) e *Tentativas de mitologia* (1979). Os artigos são intitulados “Sociedade Patriarcal”, “Formação da Sociologia” e “Panlusismo”. O primeiro é dividido em três partes e foi publicado na **Folha da Manhã** e se encontram no acervo online do Banco de Dados Folha (<http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque.htm> acesso: 31/05/2011 às 14:30).

período. Uma das diferenciações apontadas por ela seria tangente às relações Estado/Sociedade, ou seja, Freyre enxergava uma continuidade entre tais instituições enquanto que Sérgio Buarque via uma oposição:

O primeiro vê uma continuidade entre os dois, isto é, o Estado seria resultado da ampliação do círculo familiar, preocupando-se o autor em demonstrar a plasticidade de setores do patriarcado que foram capazes de lutar por certas medidas que pareciam ir contra seus próprios interesses.[...] Sérgio Buarque de Holanda, numa perspectiva oposta, considera a existência de uma oposição entre as duas ordens, recusando as possibilidades de gradação entre elas. (BASTOS, 2005: 29)

Em *Casa-grande & Senzala*, Freyre acrescenta três notas nas quais estabelece diálogo direto com Sérgio Buarque e seu livro *Cobra de vidro* (1978), as notas estão localizadas nos primeiro (nota 74), segundo (nota 159) e terceiro (nota 85) capítulos¹². A primeira e a última nota se referem ao artigo publicado neste livro, *Panlusismo*, e a segunda ao artigo *S. I.*, do mesmo livro.

Em *Panlusismo*, Holanda analisa os escritos de Freyre, ora elogiando-os, ora criticando-os. Logo no início percebemos o tom irônico do autor ao comentar uma declaração de Freyre, na qual dizia que somente quando o autor encontra um público capaz de acompanhar o processo de recriação é que vale a pena escrever. Sérgio Buarque, então, escreve: “Depois disso Gilberto Freyre – então simples autor de artigos e *plaquettes* – publicou uma quinzena de volumes e ficou célebre” (HOLANDA, 1978: 74); no entanto, ainda no mesmo parágrafo elogia seu trabalho como estimulante para o interesse crescente do estudo da história social e da sociologia.

Em *Panlusismo*, Sérgio Buarque admira a tese da miscigenação de Freyre, em que através deste, estimulando

a mistura de raças, o intercuro das culturas, teremos aberto caminho à solução do problema, sem nos afastarmos dos princípios e dos métodos que constituem, segundo o autor, a maior contribuição portuguesa e brasileira para melhor ajustamento das relações entre os homens. (Idem, 1978: 77)

Posteriormente, insere uma discussão acerca da afeição do português colonizador ao trabalho da terra. Sobre este ponto Freyre debate na nota de número 74¹³

¹² Estas numerações referem-se à edição de 2009.

¹³ Importante dizer que Freyre, além do diálogo com Sérgio Buarque de Holanda e outros críticos, também acrescenta uma série de referência de trabalhos acerca do assunto tratado neste debate.

no capítulo I (Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida). Em suas palavras:

Em um dos estudos críticos publicados em seu livro *Cobra de vidro* (São Paulo, 1944), o Sr. Sérgio Buarque de Holanda diz a respeito do autor do presente ensaio, isto é, dos seus pontos de vista com relação à colonização agrária do Brasil pelos portugueses: “Quando o autor [de *Casa-grande & Senzala*] critica, por exemplo o Sr. Sérgio Milliet, pela afirmação de que o português colonizador não se afeiçoa muito ao trabalho da terra, penso que a razão está com o Sr. Sérgio Milliet, não com o Sr. Gilberto Freyre”. (FREYRE, 2009: 132 nota nº 74)

Sérgio Buarque apresenta explicações para seu posicionamento a favor de Milliet, afirmando que “Não faltam indícios de que a atividade dos portugueses, em quase todas as épocas, e já *antes da colonização do Brasil*, se associou antes à mercearia e à milícia do que à agricultura e às artes mecânicas.” (HOLANDA, 1978: 78). Neste sentido, Freyre responde na nota reproduzindo o trecho da obra que ele acredita ser referida por Sérgio Buarque – *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* – em que Freyre argumenta a favor do gosto do português pela terra.

Freyre afirma que essa relação portuguesa de desamor para com a terra, lavoura ou trabalho agrícola é evidente, mas que, como percebeu C. A. Taunay – *Manual do agricultor brasileiro* (1839) – tais trabalhos passavam a ser desempenhados por escravos, o que proporcionou o respectivo sucesso na lavoura de alguns grupos de colonos europeus que foram introduzidos no Brasil pelos portugueses. No entanto, Freyre declara que Taunay se esquece de salientar o fato de que

os açorianos – tanto em sua terra de origem como nas suas áreas principais de colonização no Brasil, homens mais livres que outros portugueses da influência do trabalho escravo – foram na América bons colonos de tipo agrário e pastoril, em cujos descendentes se desenvolveria maior amor à terra e ao trabalho e à vida de campo que na maioria dos descendentes de grandes senhores de escravos por um lado, e de escravos, por outro. (FREYRE, 2009: 133 nota nº 74)

Holanda afirma ainda, nessa mesma linha de raciocínio, que se o Brasil teve uma economia rural dominante foi somente na primeira fase da colonização, justamente por este fator de desapego do português à terra, “Se a economia rural chegou alguma vez a ter papel dominante na formação da sociedade portuguesa foi aparentemente a primeira dinastia” (HOLANDA, 1978: 78)

Porém, como uma cartada final Freyre faz uso das palavras de outro crítico, P. Madureira de Pinho, para corroborar sua hipótese:

Referindo-se à divergência entre nosso critério e o de outros autores que se têm ocupado do assunto, inclusive o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, escreve o Sr. P. Madureira de Pinho: “Quer nos parecer aliás que a divergência nada tem de essencial e apenas o que pretende Gilberto Freyre é ressaltar que não foi **absoluto** o desapego do português às lavouras” (*Fundamentos da organização corporativa das profissões rurais, cit, p. 9*). Tanto não foi “absoluto” que os portugueses fundaram no Brasil, sobre base principalmente agrária, a maior civilização moderna nos trópicos, tornando-se também lavradores notáveis em outras partes da América. (FREYRE, 2009: 133 nota nº 74 *grifo nosso*)

Em outra nota, de número 159, no capítulo II (O indígena na formação da família brasileira) Freyre estabelece outro diálogo com Holanda, este tratando da ação jesuítica sobre a cultura dos indígenas, referenciando-se ao artigo intitulado *S.I.* O trecho que Freyre cita na nota é o seguinte¹⁴:

Creio, com Gilberto Freyre, que os jesuítas tiveram realmente uma ação desintegradora sobre a cultura dos indígenas, mas também acredito que tal ação não caracteriza seu esforço, senão na medida em que ela é inerente a toda atividade civilizadora, a toda transição violenta de cultura, provocada pela influência de agentes externos. Onde os inácianos se distinguiram dos outros – religiosos e leigos – foi, isso sim, na maior obstinação e na eficácia maior do trabalho que desenvolveram. E, sobretudo, no zelo todo particular com que se dedicaram, de corpo e alma, ao mister de adaptar o índio à vida civil, segundo concepções cristãs. (HOLANDA, 1978: 97)

Neste sentido, Freyre acusa existir um “excesso de generalização” nas palavras de Sérgio Buarque, uma vez que, para o intelectual recifense existe uma diferença entre as ações desintegradoras de culturas indígenas efetivadas por diferentes grupos missionários, ou seja, cada um deles teve sua forma de agir sobre os indígenas, gerando formas diferentes de dominação de cultura: “É que seus métodos de ‘adaptar o índio à vida civil’ e suas ‘concepções cristãs’ têm variado consideravelmente” (FREYRE, 2009: 254 nota nº 159).

Na tentativa de validar seu argumento, Freyre utiliza-se de Lewis Hanke, uma vez que este demonstra a dualidade do julgamento do governo em relação aos indígenas, pois, uns julgavam os indígenas “de bom entendimento” e outros acreditavam que eram “gente que quer se mandada”. Assim, entre os jesuítas, acredita Freyre, parece que

¹⁴ Optamos por citar a passagem direta do livro de forma a ampliar o entendimento do leitor.

predominava a segunda opção.

Freyre destaca o trabalho do frei Basílio Rower – *Páginas da história franciscana no Brasil* – em que este mostra o trabalho de missionários franciscanos em diversas aldeias, nos quais os índios eram doutrinados em seu próprio “habitat”, diferentemente das missões jesuíticas¹⁵.

Os jesuítas das reduções não só afastavam os indígenas do seu *habitat* para conservá-los em meios artificiais como os privavam de liberdade de expressão e de ambiente favorável ao desenvolvimento de suas aptidões e capacidades, fazendo-os, ao contrário, seguir vida puramente mecânica e duramente regulada de eternas crianças, eternos aprendizes e eternos robôs, cujo trabalho era aproveitado por seus tutores. (FREYRE, 2009: 255-256 nota nº 159)

A última nota em que Freyre debate diretamente com Sérgio Buarque está localizada no capítulo III (O colonizador português: antecedentes e predisposições) no rodapé de número 85. Nesta, ele volta a tratar do artigo *Panlusismo* e sobre o mesmo assunto anteriormente tratado, ou seja, em torno do desapego à terra por parte do português, sendo que, para Freyre, este é um dos fundadores da agricultura moderna nos trópicos.

Neste pé de página Freyre faz referência à afirmação de Sérgio Buarque de que as atividades portuguesas se associaram “antes à mercancia e à milícia do que à agricultura e às artes mecânicas” (HOLANDA, 1978: 78), e declara ser uma generalização “aceitável”, uma vez que em *Casa-grande & Senzala* apresenta aspectos que favorecem a tal afirmação. Não obstante, Freyre alerta para os excessos, e neste momento ele isenta Sérgio Buarque de ser acusado, em considerar o povo português ausente de um passado agrário ou mesmo inimigo da lavoura. Para reforçar seu alerta ele cita diversos trabalhos que não negam ter existido um potencial agrícola nos portugueses: “É certo que o Brasil foi colonizado por um povo português já afastado da agricultura e empolgado por outros interesses; mas nem por isso destituído de aptidões para a agricultura.” (FREYRE, 2009: 350 nota nº 85).

Freyre apresenta um inquérito promovido no Rio de Janeiro por Carlos Malheiros Dias sobre a aptidão do português para a colonização agrícola, a conclusão final foi positiva para “as qualidades de atividades, de resistência física e de

¹⁵ Entretanto, Freyre chama atenção para a importância do trabalho jesuíta para a colonização e ainda afirma que os missionários do primeiro século de colonização chegaram a ser heróicos.

proliferidade essenciais a uma missão de colonização agrícola e de povoamento” (FREYRE, 2009: 351 nota nº 85). Assim, ele conclui que

Pelas evidências e fatos apresentados nesses e em outros trabalhos por estudiosos objetivos do assunto se vê que sob condições sociais favoráveis os portugueses se têm salientado como bons colonos agrícolas, especialmente como horticultores. (FREYRE, 2009: 352 nota nº 85)

Vale ressaltar ainda a crítica que Sérgio Buarque escreve neste mesmo artigo sobre essa defesa de Freyre em relação ao colonizador português:

Analisando o português como povo colonizador por excelência, não se cansa Gilberto Freyre de acentuar, entre seus traços positivos, a tolerância contínua, a constante docilidade a toda sorte de influxos externos, que o impedem de enrijar-se numa estrutura definitiva e perfeita. (HOLANDA, 1978: 79)

Feita a análise das notas argumentativas em que Freyre trava um diálogo com Sérgio Buarque, percebemos o quanto é profícua a análise das notas de pé de página da obra *Casa-grande & Senzala*, pois, nelas encontramos não somente uma gama de referências sobre os diversos assuntos tratados ao longo do livro, mas também, um campo de debate que nos ajuda a compreender melhor os embates e os diálogos entre os intelectuais da época.

O debate entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é apenas um dos diálogos a serem abordados, uma vez que Freyre modifica em torno de cento e cinquenta e sete notas de rodapé, acrescenta de trinta e oito e retira três. Em suma, a partir destes dados e desta análise realizada acima, ressaltamos, mais uma vez, a importância das notas de rodapé na obra em específico.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.
- BASTOS, Elide Rugai. Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo. **Revista Perspectivas**, São Paulo, 28: 19-36, 2005.

BLOCH, Marc. Crítica histórica e crítica do testemunho. In: **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. **Reinventar o Brasil** – Gilberto Freyre entre história e ficção. São Paulo: Edusp, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Naia & Schimidt Ltda., 1933.

GENETT, Gérard. **Paratextos editoriais**. Atelie editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição** – pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Ed. Papiros, Campinas, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Cobra de vidro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MADEIRA, Angélica e VELOSO, Mariza. Gilberto Freyre: uma leitura crítica. In: **Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento e na Literatura**. Ed. Paz e terra. 2000.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória e o ensaio**. Sobre Casa Grade & Senzala e a represnetação do passado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. (Tese de Doutorado)

ODALIA, Nilo. **Gilberto Freyre** – uma interpretação etno-cultural do Brasil. São Paulo: Especiente, 2001.

ORTIZ, Renato. Memória Coletiva e Sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: **Cultura brasileira e Identidade Nacional**. SP: Brasiliense, 1994.

Sites Consultados

<http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque.htm>. Acesso: 31/05/2011

<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/>. Acesso: 31/05/2011

**LETRAS EM FAVOR DA PÁTRIA:
A BIOGRAFIA DE GONÇALVES DIAS NOS ESFORÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE NACIONAL**

Andréa Camila de Faria*

Problematizar a biografia é pensar, ao mesmo tempo, a cultura histórica e também a cultura política, num duplo processo de entender as escolhas tanto de biógrafos quanto dos que são biografados e dos contextos nos quais estes se inserem. Isso porque a escrita de uma vida estabelece a preocupação com o registro das ações humanas, o que por si só traz uma dicotomia, uma vez que a própria ação de registrar uma vida pressupõe uma escolha entre o que será fixado e o que será esquecido. Ou seja, registram-se apenas aqueles que são julgados dignos de pertencerem à memória comum.

Assim, a escrita de vida, nos seus usos políticos, possibilita a construção de representações do indivíduo enquanto sujeito específico, podendo ser usada também como fonte pedagógica para uma sociedade, como complemento ou até ponto central aos brevíários da história nacional de qualquer país.

Durante o século XIX a escrita biográfica, em seus usos políticos, teve seus sentidos ampliados, em particular no que diz respeito ao seu uso, ao lado da história e da literatura, como contribuição para a fundação de uma identidade nacional. No caso particular do Brasil, cuja identidade nacional estava, em alguma medida, sendo formada após a constituição do Estado, as biografias serviram aos projetos de construção da identidade e ganharam uso pedagógico ao destacar e perpetuar na memória nacional a imagem daqueles que deveriam ser reconhecidos como filhos ilustres da pátria.

Como dito por Marcia de Almeida Gonçalves, “nas galerias de brasileiros e brasileiras distintos e ilustres, elegeram-se os indivíduos cujas vidas em seus sentidos e realizações deveriam confundir-se com os da própria nação” (GONÇALVES, 2009: 454), possibilitando assim que se efetivassem as estratégias da “expansão para dentro”¹

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho é fruto das pesquisas e reflexões obtidas durante a elaboração de minha dissertação intitulada “*O santo comércio da amizade*”: política, literatura e sociabilidades na trajetória de Gonçalves Dias, orientada pela Profª Drª Marcia de Almeida Gonçalves e defendida em junho de 2011.

¹ Expressão cunhada por Ilmar Mattos no artigo “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política” publicado no *Almanack Braziliense* em maio de 2005 e recuperada aqui a partir do texto de Marcia Gonçalves (*Op. Cit.*).

través da criação de *retratos em papel e letras*² daqueles que deveriam ser louvados e servir de exemplo a outros diletos filhos da pátria.

Ainda segundo Marcia, mas do que lembrar quem não deveria ser esquecido, nas biografias apresentava-se o exercício de *como* lembrar, elas eram, nesse sentido, um dos meios de construir a memória nacional (GONÇALVES, 2009: 454) e nesse *projeto* de construção de identidade, alguns conceitos apresentaram-se como norteadores das narrativas biográficas, numa tentativa de amenizar a fugacidade da condição humana, entre os quais se destacam em especial os de *gênio e herói*.

E, como aponta Maria da Glória de Oliveira, no século XIX, as biografias pertenciam ao projeto historiográfico do Império do Brasil e, nesse caso, nem a biografia nem a história se configuravam como gêneros puros ou inalteráveis, mas sim “como formas discursivas historicamente condicionadas por diferentes práticas e tradições letradas” (OLIVEIRA, 2009: 25-26). Assim ela afirma ainda, numa referência aos pressupostos defendidos por Manuel Salgado, que as biografias do período devem ser entendidas como parte do esforço dos letrados brasileiros em associar, através destes textos, os usos do passado à finalidades políticas do presente, fazendo com que as biografias dos brasileiros ilustres servissem como modelos de conduta e estímulo à imitação (OLIVEIRA, 2009: 56), num claro uso pedagógico desses retratos em papel e letras.

A biografia de Gonçalves Dias que Antônio Henriques Leal publica em seu *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos* (LEAL, 1987), está marcada por todas essas perspectivas. Obra referencial por ser fruto do trabalho de um biógrafo que foi um dos principais amigos do poeta maranhense, esta biografia trás em si as marcas das escritas biográficas do XIX, onde se procurava destacar o valor de uma vida individual para a pátria, e é também, em alguma medida, obra de transição por atribuir valor fundamental às fontes documentais, tal como serão, depois, prescritas pelas chamadas biografias modernas no século XX.

Publicado originalmente em 1874, o *Pantheon Maranhense* reunia 19 biografias divididas em quatro tomos publicados entre 1873 e 1875 pela Imprensa Nacional de

² Expressão cunhada por Marcia de Almeida Gonçalves para se referir as biografias num contexto de construção do imaginário nacional e que dá título ao projeto de pesquisa coordenado por ela na UERJ no qual atuei como bolsista PIBIC e no qual atuo hoje como pesquisadora.

Lisboa³. Entre os biografados por Antonio Henriques estão homens ilustres das mais diversas esferas: literatos, jornalistas, políticos e militares. Muitos contemporâneos entre si e em relação ao autor e com laços de amizade, como é o caso de Odorico Mendes e Gonçalves Dias. Entre os biografados destacam-se para nós, além de Gonçalves Dias, Manuel Odorico Mendes e Francisco Sotero dos Reis, João Duarte Lisboa Serra e João Francisco Lisboa, por terem convivido com Gonçalves Dias.

Maranhense nascido em 24 de junho de 1828, Antônio Henriques Leal era filho de abastados senhores rurais e doutor em medicina pela faculdade da Corte Imperial. Ao longo de sua vida, ocupou cargos políticos no Maranhão entre 1865-1867, dos quais se viu afastado por problemas de saúde; foi regente do Colégio Pedro II e participou de várias sociedades literárias e culturais, inclusive como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além de ter colaborado com diversos periódicos e de ter publicado o *Pantheon*, foi autor ainda de uma “Introdução” para a *História da Independência do Maranhão*, de autoria do visconde de Vieira da Silva, das *Lucubrações* (pequenos ensaios sobre história, literatura e medicina), da *Biografia de Antonio Marques Rodrigues*, entre outros escritos e edições.

Como dito, para nós o que torna a obra referencial é o fato de ela ter sido escrita não apenas por alguém que foi contemporâneo e coprovinciano de Gonçalves Dias, mas que foi, principalmente, seu amigo íntimo. Antonio Henriques esteve presente, fisicamente ou não, nos momentos mais marcantes da vida de Gonçalves Dias, sendo um de seus principais correspondentes e apresentando-se para nós nesse sentido como uma testemunha ocular dos fatos narrados por ele e pelo próprio poeta, uma vez que compartilhou com ele seus projetos, angústias, alegrias e sofrimentos.

Mas o valor da obra está também no seu pertencimento a essa galeria de ilustres que é o *Pantheon*. Ao escrever-lo, reunindo “os traços biográficos de alguns ilustres filhos duma província de quarta ordem”, Antonio Henriques tinha em mente a idéia de que a obra poderia e deveria servir a uma espécie de pedagogia, como, aliás, era uso corrente nas biografias publicadas no século XIX, e dessa forma sinalizava sua intenção de, em alguma medida, participar dos projetos de construção da identidade brasileira.

³ Esta é a organização original da obra, cuja ordem de publicação é: tomo I, em 1873; tomos II e III, em 1874; e tomo IV, em 1875. Aqui trabalhamos com a segunda edição, publicada em 1987, e que se encontra dividida em dois tomos, cada um deles reunindo o conteúdo integral de dois tomos da primeira edição, por isso a apresentação, nas referências, como tomos 1 e 2.

Em sua *Advertência* ao primeiro tomo, ele afirmava:

Não passam minhas aspirações do simples intento de indicar a meus comprovincianos a senda que devem trilhar, tomando por norma tão bons exemplos de casa, e aprendendo neles a se desalentarem ante as agruras da vida e a persistirem desvelada e desinteressadamente no patriótico empenho de bem-servirem a nossa mãe comum [a pátria]. (LEAL, 1987a: 06)

Pensava ele também em vingar a fama de alguns dos biografados, dentro da própria província, construindo um templo para guardar as cinzas “dos nossos homens eminentes por suas virtudes ou saber e letras”, tendo por fim último fornecer dados para que algum “abalizado escritor” construísse obra de maior vulto. Aliás, na *Advertência* ao segundo tomo ele reforça a idéia de que a obra deveria servir de exemplo para que outros trilhassem caminho parecido em suas províncias e possibilitassem por fim a construção/edição de um *Pantheon Brasileiro*.

Mais do que uma mera introdução ao segundo tomo, esta última *Advertência* era uma resposta a uma dura crítica recebida do então 1º secretário do IHGB, o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Segundo Antônio Henriques, Fernandes Pinheiro ao dar conta em sessão do Instituto do recebimento do primeiro tomo do *Pantheon* comentou que embora não tivesse tido tempo para “apreciar tão substancial obra”, havia se entristecido por encontrar no seu “simples título e exposição do plano (...) tendências autonômicas e um certo *particularismo* que muito desejava ver banido da recente literatura” (LEAL, 1987a: 06).

É então, por ver-se diante de uma acusação de regionalismo, condenado num Império cuja maior obra era a própria consolidação da nação, que Antônio Henriques reforça a idéia de ser o seu *Pantheon* um primeiro passo para a construção de um *Pantheon Brasileiro*. Mas para Mário Meireles, mais do que influenciada pelo *Pantheon*, a opinião de Fernandes Pinheiro estava baseada no fato de que na *Introdução da História da Independência do Maranhão*, do visconde de Vieira da Silva, Antônio Henriques havia explicado a adesão tardia do Maranhão à independência no fato de a província ter sido durante quase todo o período colonial um Estado “independente” ao Brasil, muito mais ligado à antiga metrópole, e que, portanto não tinha por obrigação ter comprometimento com a causa brasileira (MEIRELES apud LEAL, 1987a: XVI).

Falemos então daquela que é para nós referencial, a biografia de Gonçalves Dias. Já apontamos como é significativo o fato desta primeira grande biografia do poeta

ter sido escrita por um de seus amigos íntimos e apenas 10 anos após sua trágica morte. Mas não podemos deixar de demarcar também o simbolismo que cerca a publicação dedicada por Antônio Henriques a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, seu primo e melhor amigo de Gonçalves Dias. A publicação é, nesse sentido, uma dupla homenagem; homenageia ao mesmo tempo ao primo e ao grande amigo que tinham em comum. Prova disto é que ao editar as *Obras Póstumas de Gonçalves Dias*, em 1868, Antonio Henriques compõe uma biografia (a título de introdução) e dedicando-a a Teófilo, escreve:

Consente, amigo, que inscreva aqui o teu nome para com elle apadrinhar este padrão, embora humilde e perecedouro, enquanto [sic] não o erguemos de bronze ou marmore á memória d'aquelle, cujo verdadeiro e eterno monumento são as producções de seu genio transcendente. (LEAL in DIAS, 1868: XI)

Em 7 de setembro de 1873, era inaugurada em São Luiz (MA) a estátua do poeta. A publicação do terceiro tomo do *Pantheon* em 1874, integralmente dedicado à biografia do poeta, viria, assim, a completar a homenagem, em letras e mármore, há muito pretendida por Antonio Henriques, que foi aliás o mentor e realizador do projeto de construção da estátua.

Mas tanto o projeto da estátua quanto o da biografia não queriam exaltar apenas o amigo querido e já célebre no cenário nacional. A intenção de Antonio Henriques era exaltar o gênio, exaltar o valor quase sobrenatural de Gonçalves Dias para, a partir daí, exaltar a pátria. Assim ele diz, “Bendita a hora em que nasce um gênio, aqui, ali, além, que importa se for luz benéfica que esclareça e guie a humanidade?” (LEAL, 1987b: 07), e inicia sua biografia com um tom quase profético e que se manterá ao longo de toda a narrativa.

Preocupando-se em reafirmar a ligação entre o nascimento de Gonçalves Dias e o “nascimento do Brasil” que o próprio poeta havia feito ao escrever uma nota autobiográfica⁴, Antonio Henriques amplifica esta relação ao dizer “Nascia Gonçalves Dias com a nossa pátria, como Camões desaparecera com a sua” (LEAL, 1987b: 09). Assim, Antônio Henriques ao mesmo tempo em que repete a ligação entre a

⁴ Ao escrever uma nota autobiográfica a pedido do francês Ferdinand Denis, Gonçalves Dias relacionara seu nascimento ao nascimento da pátria, uma vez que nascera poucos dias depois da rendição de Caxias. “As províncias do norte do Brasil foram as que mais tarde aderiram à independência do Império. Caxias, então chamada Aldeias Altas no Maranhão, foi a derradeira. A independência foi ali proclamada depois de uma luta sustentada com denodo por um bravo oficial português que ali se fizera forte. Isto teve lugar à (sic) 1º de Agosto de 1823. Nasci a 10 de Agosto desse ano”. Cf. Lúcia Miguel Pereira (1943)

independência do Brasil, no que se refere à rendição de Caxias em 1 de agosto de 1823 e o nascimento de Gonçalves Dias em 10 de agosto daquele ano, relaciona o “nascimento” do Brasil – corporificado no poeta – ao “fim” de Portugal, numa relação semelhante a que foi feita por Alexandre Herculano.

Mas cabe-nos destacar que ao relacionar seu nascimento ao nascimento da pátria, Gonçalves Dias não criara um mero simbolismo, ele nos demonstrara um exercício em construir para si uma imagem e uma origem singular. Para Marcia Gonçalves, ao estabelecer esta relação, Gonçalves Dias, mais do que um pertencimento, firmava um compromisso de representar por meio de sua vida particular – e aqui entendemos também por meio de sua obra – a comunidade imaginada, sentida e significada como nação (GONÇALVES, 2009: 428), e seus biógrafos, a começar por Antonio Henriques, souberam explorar esta relação e usá-la como ponto de (re)afirmação da posição de Gonçalves Dias enquanto poeta nacional por excelência.

Aliás, para Antônio Henriques, Gonçalves Dias é aquele que liberta de uma vez por todas a literatura pátria, fundando uma literatura genuinamente brasileira, como já havia sido anunciado por Alexandre Herculano quando da edição dos *Primeiros Cantos* e como vai ser reforçado depois por Joaquim Manuel de Macedo⁵. Sua biografia ajuda assim a reforçar a idéia de que o poeta maranhense foi o verdadeiro inaugurador de uma *literatura nacional*, recuperando os elogios que foram feitos a sua obra à época da publicação dos *Primeiros Cantos*.

Não nos cabe discutir o talento de Gonçalves Dias. Certamente foi pela qualidade de seus versos e inovação no que tange ao desenvolvimento de uma poesia indianista de características tão próprias, que ele foi aclamado como maior poeta do Brasil já após a publicação de seus *Primeiros Cantos*. Mas será que o poeta teria hoje o mesmo reconhecimento se não fosse a produção de sua memória através das biografias? Será que ele seria tão aclamado se seu livro não tivesse chegado às mãos de Alexandre Herculano, impressionando-o a tal ponto de escrever um artigo exaltando a poesia de Gonçalves Dias e estabelecendo o fim da história literária portuguesa e o nascimento da brasileira? Parece-nos que não. Aliás, no artigo em questão, intitulado *Futuro Literário de Portugal e do Brasil*, publicado por Alexandre Herculano no tomo 7 da *Revista*

⁵ Macedo também é autor de biografias sobre o poeta. A primeira lida em seção do IHGB de 1964, ano da morte do poeta, em forma de elogio fúnebre e a segunda, uma versão um pouco ampliada da primeira, publicada em seu *Anno Biographico Brasileiro* em 1876.

Universal Lisboense, anos de 1847-1848, o escritor português afirmava que os “Primeiros Cantos” eram “inspiração de um grande poeta” e que o poema *Seus Olhos* eram as composições mais mimosas que já havia lido (HERCULANO apud DIAS, 1998).

Nesse sentido, José Henrique de Paula Borralho afirma que

A repercussão do artigo de Alexandre Herculano nos jornais do império foi imediata e pesou decisivamente para a visibilidade e dizibilidade do cantor timbirense e de sua utilização pelo império brasileiro dentro do projeto criador da nação. (BORRALHO, 2009: 208)

Num momento em que a nação se construía e se afirmava, receber a declaração de independência literária pelas mãos de um dos mais aclamados homens de letras da antiga metrópole certamente que se revestia de um aspecto mais do que simbólico, pois era também político. Com a exaltação de Gonçalves Dias feita por Herculano, o Império Brasileiro não era mais apenas independente politicamente, ganhara o aval para ser autônomo em sua literatura e história, e não seriam justamente essas duas esferas entre as principais responsáveis pela construção da nação?

Mas as relações entre o pertencimento do Maranhão tanto com Portugal quanto com o Brasil podem ser ainda mais complexificadas. José Henrique que em sua tese busca compreender o alcance da idéia de *Athenas Brasileira* – epíteto criado para o Maranhão por alguns grupos locais – no cenário intelectual brasileiro, afirma que a relação de pertencimento entre Maranhão e Portugal foi se modificando com o passar do tempo. Para ele,

Logo no pós-independência, foi uma arma contra os novos rumos políticos porque passava a nação, momento de indefinição, cuja “segurança” do antigo império servia como entificação de um padrão civilizatório, portanto, político e social, porém, à medida que o Império brasileiro ia se consolidando, esse passado lusitano foi sendo ressignificado, encapsulando a herança lingüística e cultural de Portugal como argumento justificador de que, exatamente por possuir tal passado e herança portuguesa, o Maranhão estava apto não só a participar do Império brasileiro, leia-se formação da nação, como em alguns aspectos a dar o tom dos elementos constitutivos balizadores de uma nação, como política, literatura, jornalismo. (BORRALHO, 2009: 17)

Nesse sentido parece-nos que ao reforçar a posição de Gonçalves Dias enquanto criador da literatura brasileira, Antonio Henriques estava, ao mesmo tempo, destacando a contribuição da província maranhense para a construção da identidade nacional,

afinal, ele mesmo afirmara que seu *Pantheon* tinha a função de vingar a fama de alguns dos biografados, dentro da própria província, e não seria de se estranhar por certo que ele quisesse também “vingar” a fama da própria província que a essa época já não possuía a prosperidade política que alcançara nos tempos coloniais.

E se, como havia afirmado Ernest Renan, “A nação é uma alma, um princípio espiritual” (RENAN, 1997: 39), formado pela posse comum de um rico legado de lembranças e pelo desejo de viver juntos, e também, “(...) o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções” (RENAN, 1997: 39), era preciso então que nesse processo onde se configuravam os projetos de construção da nação, houvesse algo que fosse capaz de organizar (ou mesmo criar) esse rico legado de lembranças para, a partir, daí homogeneizar o território tão vasto e com características tão diversas. E aqui, como em outras partes do mundo, história, literatura e narrativas de vida exerceram essa função.

Biógrafo atencioso e com trabalho facilitado por ser amigo e contemporâneo Antônio Henriques escreve a vida de Gonçalves Dias expondo os mínimos detalhes, desde a infância sofrida por ter sido afastado da mãe ainda pequeno, passando por seus anos de estudo em Coimbra – de onde lhe ficaram, além da formação de bacharel em direito, as amizades mais queridas – até chegar a maturidade. Nesse caminho nos faz conhecer todos os problemas enfrentados por aquele que foi chamado “esperançoso menino do Maranhão”⁶, desde a saúde frágil até os constantes problemas financeiros, mas nos mostra também o eterno apaixonado, o amigo mais que solícito, o apreciador de bailes e reuniões com seus queridos companheiros. E mais do que tudo, esmera-se em apresentar o *homem de letras*, em constante labor ressaltando a imagem de incansável “estudante” e a qualidade de todas as suas produções.

E é nessa busca por apresentar Gonçalves Dias como incansável *homem de letras* que Antonio Henriques vai construindo e reforçando sua imagem de *gênio transcendente*, como já o havia nomeado na dedicatória das *Obras Póstumas*. Para ele o indivíduo *nasce poeta*, quer manifeste o condão mais cedo ou mais tarde, e em Gonçalves Dias, “foi mui precoce o poetar”. Em sua descrição, Gonçalves Dias quando num momento de criação, apresentava-se como ente sobrenatural, de tal forma que em

⁶ Apelido que, segundo Antonio Henriques, Gonçalves Dias recebeu, ao chegar aos 15 anos a Coimbra, dos outros estudantes maranhenses que lá residiam, por sua aparência de menino, condicionada principalmente pela baixa estatura e vivacidade com que falava de seus planos.

certa passagem ele diz:

Quando estava inflamado pelo fogo sagrado da poesia, parecia que se lhe transfigurava a fisionomia, os olhos chamejavam, o rosto iluminava-se e a voz surda, como que arrancada de dentro, soava palavras ininteligíveis, saídas entrecortadas e à medida que as ia transmitindo ao papel. Os áugures e as sibilas da Antiguidade, ou os *pajés* de que fala em seus poemas, haviam de ter alguma coisa de semelhante, quando evocavam os espíritos. Muitas vezes fui, quando morava em sua casa, surpreendê-lo nesses momentos supremos: era belo e terrível ver-se! (LEAL, 1987b: 109)

Mas apresentá-lo como gênio, para além de lhe atribuir feições quase sobrenaturais, permitia a Antonio Henriques (re)afirmar o valor literário dos trabalhos de Gonçalves Dias, afinal, o gênio era aquele, segundo Kant, “capaz de produzir sua obra com originalidade” (KANT apud GONÇALVES, 2009: 456), e não de produzir imitações. Nesse sentido, Gonçalves Dias ao se destacar por sua originalidade literária e por sua qualidade poética, e alcançar reconhecimento dentro e fora da pátria era, por tanto, gênio.

Muito ainda poderia ser dito a cerca desta obra, contudo cabe-nos aqui mencionar ainda o valor de crítica que ela possui. Apesar da escrita em tom laudatório do poeta, aspecto central que procuramos demarcar, Antonio Henriques não deixa de empreender um exercício crítico, seja de crítica social – ao condenar, por exemplo, o preconceito sofrido pelo poeta que ao pedir mão de Ana Amélia em casamento teve seu pedido recusado por ser mestiço e filho bastardo –, seja de crítica literária através da recuperação dos debates da crítica da época em torno da produção de Gonçalves Dias, aspecto que permeia a biografia como um todo, mas para o qual o autor dedica ainda toda a sexta parte da obra.

O *Pantheon* possui ainda o valor de apresentar ao final de cada biografia um *Apêndice*, sob a forma de notas, que no caso específico de Gonçalves Dias traz uma série de fontes preciosas, como o processo instaurado após o naufrágio do *Ville de Boulogne* (1864), do qual o poeta foi a única vítima, os documentos de construção e o discurso de inauguração da estátua erguida em sua homenagem em São Luiz (MA). Este recurso parece ser, como aponta Glória de Oliveira, uma tentativa de atribuir à biografia um caráter científico, baseando-a, assim como a história, no uso sistemático de fontes documentais (OLIVEIRA, 2009: 17-18).

Aspectos como estes são o que fazem com que este trabalho de Antônio

Henriques seja referencial não só para nós como para os biógrafos que se seguiram a ele. Na opinião de Antonio Candido, a biografia de Gonçalves Dias feita por Antonio Henriques é

a fonte básica sobre o poeta, não apenas pela riqueza de informações e o alicerce documentário, mas pelo esforço honesto de estudar criticamente a obra. Este biógrafo equilibrado – em cujo método deve ter influenciado Sotero dos Reis – combina a segurança dos dados com a apreciação crítica e a capacidade de retratar vivamente (a começar pela aparência física), resultando estudos ponderáveis, apesar do tom encômio, próprio dessa linha *plutarquiana*. (CÂNDIDO, 1993: 353)

Para nós, a biografia feita por Antonio Henriques participa não só dos esforços de construção e consolidação de uma memória de Gonçalves Dias, mas também dos esforços de construção e consolidação da memória e da identidade nacional, ao nos apresentar um dos expoentes dos projetos de construção daquilo que passou a ser entendido como nacionalidade brasileira. Mais do que o esforço em favor da memória do amigo, o trabalho de Antonio Henriques era um esforço em favor da pátria.

Referências Bibliográficas

- BORRALHO, José Henrique de P. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_BORRALHO_Jose_Henrique_de_Paula-S>. Acesso em: 09 no. 2010.
- CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, vol.2, 1993.
- DIAS, Gonçalves. **Obras Póstumas de A. Gonçalves Dias**. Antonio Henriques Leal (org.). São Luiz do Maranhão: Belarmino de Mattos, 1868, vol. 1.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). In: **O Brasil Imperial** – vol. II – 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HERCULANO, Alexandre. Futuro Literário de Portugal e do Brasil. In: DIAS, A. Gonçalves. **Poesia e Prosa Completas**: volume único. Org. Alexei Bueno. Rio

de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. Tomo 1. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987a.

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. Tomo 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987b.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Gonçalves Dias. In: **Anno Biographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso. In: **RIHGB**. Tomo XXVII. Parte segunda. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

MADELÉNAT, Daniel. **La biographie**. Paris. PUF, 1984.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a História**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009. (Tese de Doutorado)

PEREIRA, Lucia Miguel. **A vida de Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

RENAN, Ernest. O que é uma nação?. In: ROUANET, Maria Helena (org.). Nacionalidade em Questão. **Cadernos da Pós/Letras**, nº19. Universidade do Estado do Rio de Janeiro-I.L.-1997.

**SONHO, MILAGRE E GUERRA:
OS CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA**

Edianne dos Santos Nobre*

Acompanhando cronologicamente os trabalhos publicados sobre Juazeiro e os fenômenos de 1889 chegamos à conclusão que ao longo do tempo a *história oficial* de Juazeiro foi sendo construída e consolidada com base no esquema tríplice *sonho-milagre-guerra*.¹ Esse esquema foi sistematizado por Francisco Salatiel Barbosa em sua tese de doutorado defendida em 2002 (publicada em 2007), mas já está presente na historiografia desde a primeira obra acadêmica sobre o tema, *Milagres em Joazeiro* (1976) do historiador Ralph Della Cava e se cristalizou em todas as produções que se seguiram até a mais recente obra publicada, *Padre Cícero: sociologia de um padre, antropologia de um santo* (2008) do sociólogo Antônio Braga. Percebemos que todos os autores obedecem a esse esquema que parte de três marcos temporais para explicar a trajetória pessoal e política do Padre Cícero aliando sua biografia à história da cidade de Juazeiro.

O primeiro marco é o *sonho* de 1872, quando supostamente o padre Cícero teve um sonho revelador no qual o próprio Jesus Cristo o orientava a se estabelecer no povoado de Juazeiro. Interpretado por Della Cava como um prenúncio do que viria a acontecer em 1889, - a “origem social do milagre” – o padre teria visto Jesus Cristo, como na representação do Sagrado Coração, acompanhado dos doze apóstolos em uma sala, quando entraram dezenas de maltrapilhos e flagelados e Jesus disse: “E tu Cícero, cuida deles!”. O sonho que só foi documentado em 1923, pelo próprio Padre Cícero em seu primeiro testamento é considerado como o grande motivador para a permanência do padre no povoado, uma vez que ele estava decidido a retornar para a capital Fortaleza, onde havia se formado no Seminário da Prainha no ano anterior (RAMOS, 2000: 21).

O segundo marco é o sangramento da hóstia em 1889, que foi considerado como

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

¹ Alertamos que esse trabalho de revisão historiográfica não se pretende completo em nenhuma medida. Levando em conta o elevado número de produções acerca de temas como Juazeiro, padre Cícero, romarias, só para citar alguns, seria impossível e possivelmente improficuo debruçarmo-nos sobre todos os trabalhos. Escolhemos os trabalhos acadêmicos que atenderam aos objetivos da nossa pesquisa. Em nossa dissertação de mestrado, trabalhamos com as obras mais relacionadas ao espaço de Juazeiro, ora como sagrado, ora como espaço de fanatismo. Ver NOBRE, 2010: 15-22.

milagre não só pelo padre Cícero, mas também por outros sacerdotes e pela população local e que passou a atrair centenas de pessoas ao povoado em busca de curas e graças. O bispo do Ceará na época, D. Joaquim José Vieira, mandou instaurar um inquérito para investigar se os fenômenos podiam ser considerados milagres. Esse primeiro inquérito feito entre março e novembro de 1891 tem no parecer final do Delegado Episcopal, o padre Clícério da Costa Lobo a aprovação teológica do sangramento da hóstia e dos outros fenômenos como sendo milagres passíveis de aprovação pela Santa Sé. O primeiro inquérito foi, no entanto, recusado e invalidado pela Diocese, que instaurou um segundo inquérito, que já surgiu com a função de provar que as beatas eram embusteiras e os pretensos milagres eram falsos. Em 1893 o processo foi enviado para Roma e em 1894 a decisão da Santa Sé foi a de que os fenômenos nada mais eram que embustes e falsidades cometidas pelas beatas contra a Igreja Católica.²

Foram exigidas retratações dos sacerdotes e das mulheres envolvidas em um longo processo que perdurou por todo o episcopado de Dom Joaquim. Entretanto, duas retratações jamais foram entregues, a do padre Cícero e a da beata Maria de Araújo. Ela foi condenada a uma vida reclusa em uma casa localizada no centro da cidade de Juazeiro e a causa da sua morte em janeiro de 1914 ainda é controversa. O padre Cícero perdeu suas ordens sacerdotais e, embora jamais tenha deixado de usar batina, enveredou pelo campo político, chegando a ser vice-governador do estado e primeiro prefeito de Juazeiro.

O terceiro e último marco, a *guerra*, foi um movimento que ficou conhecido como *Sedição de Juazeiro*. Em 1910, quando o marechal Hermes da Fonseca se tornou presidente do Brasil deu início a uma política que visava à substituição das oligarquias estaduais por aliados do governo. No Ceará, foi Franco Rabelo que assumiu o governo do estado em 1912. A situação ficou tensa no Cariri, pois a região concentrava o maior foco de apoio ao ex-governador Nogueira Accioly. O principal boato que circulava era que Franco Rabelo “ia atacar o Joazeiro, para crucificar o padre Cícero, degolar a população e tocar fogo na cidade!”, nos conta Antônio Xavier de Oliveira no livro *Beatos e cangaceiros* (1920). Como previram os boatos, em 20 de dezembro de 1913, ocorre o primeiro ataque a cidade. Até então o precavido padre Cícero já havia ordenado a construção de grandes valados no entorno da cidade. Essas trincheiras ficaram conhecidas como “Círculo da Mãe de Deus” e serviram de proteção aos soldados da “Guerra Santa”.

² Ver: Carta Pastoral de D. Joaquim Vieira de 1894 *apud* MACEDO, 1964: 133-139.

Obtendo sucesso na primeira batalha, o coronel Floro Bartolomeu³, principal aliado político do padre Cícero e responsável pela logística do enfrentamento organizou uma verdadeira peregrinação à Fortaleza, sede do governo. Liderando jagunços e romeiros que se dispuseram a pegar em armas para defender o povoado, ordenou a invasão das cidades administradas por rabelistas. A comitiva chegou à capital em 19 de março, cinco dias após Franco Rabelo ter sido deposto. Dois meses antes, em 17 de janeiro, havia falecido a beata Maria de Araújo. Dizia-se na cidade que ela fizera um último sacrifício: oferecera sua vida em prol da vitória de Juazeiro.⁴

Temos nestes três marcos, as justificativas que concorrem para uma interpretação quase hagiográfica da trajetória do padre Cícero e da eleição de Juazeiro como um lugar sagrado.⁵ A estruturação da narrativa a partir de três eventos que têm claramente um teor místico – mesmo a narrativa da guerra está impregnada de elementos religiosos – segue a tendência de se ignorar a participação feminina nos eventos de 1889, ainda se a principal fonte utilizada na produção dessa história – os inquéritos do processo episcopal – se constitui basicamente dos relatos dessas mulheres. Outra questão que se impõe aqui é que ao analisar cartas e jornais da época, é possível notar que há uma consciência de que as protagonistas dos “milagres” ou dos “fenômenos extraordinários” eram as beatas que, podemos dizer, formavam um grupo do qual se destacava Maria de Araújo. O que percebemos é que após a condenação dos fenômenos pela Santa Sé, em 1894, uma série de fatores concorreu para a transferência do protagonismo dos acontecimentos de 1889 para o padre Cícero, culminando com o desaparecimento das mulheres da história e, conseqüentemente com a construção de um relato oficial sobre o tema.

O livro *Milagre em Joazeiro*, considerado o pioneiro na análise e problematização

³ Floro Bartolomeu da Costa nasceu em Santo Antônio, distrito de Salvador na Bahia em 17 de agosto de 1876, filho de Virgílio Bartolomeu da Costa e Josefina de Jesus Batista. Formou-se em medicina em 1904 e chegou ao Juazeiro em 1908, por certo atraído pela fama do padre Cícero e do Juazeiro. Faleceu em 08 de março de 1926. Cf. PINHEIRO, 1963: 160; 213.

⁴ Ver: NOBRE, Edianne S. *Sertão Sobrenatural*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano V, nº50, novembro de 2009.

⁵ Em nossa dissertação de mestrado, tentamos pensar o processo de fundação do povoado como um espaço sagrado a partir dos relatos produzidos em 1889 pelas beatas e pelos padres envolvidos na questão religiosa. Ver: NOBRE, Edianne S. *O Teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (1889-1898)*, Natal, RN: UFRN, 2010. Outras obras estudam o espaço sagrado de Juazeiro numa perspectiva da vivência e experiência dos romeiros. Ver: RAMOS, Francisco Régis L. *O meio do mundo: territórios do sagrado em Juazeiro do Padre Cícero*. São Paulo-SP: PUC-SP, 2000; BARBOSA, Francisco Salatiel de Alencar. *O Joazeiro Celeste: tempo e paisagem na devoção ao Padre Cícero*. São Paulo: Attar, 2007.

histórica da trajetória do padre Cícero, foi produzido em um momento no qual predominava uma abordagem materialista da história aonde as questões econômicas e políticas ganhavam maior destaque, o que explica, por exemplo, o estudo aprofundado da política coronelista empreendido por Della Cava em contraponto ao descaso com as questões culturais e de gênero que necessariamente envolviam as beatas e o questionamento sobre a ausência delas na memória local. Por outro lado, como explicar que essa abordagem permaneça intacta e inquestionável até a primeira década do século XXI onde se impõem outras questões e mesmo depois dos estudos culturais e de gênero se consolidarem como abordagem metodológica válida para a interpretação da história.⁶

Olhando para as produções mais recentes do campo da história acerca do nosso tema, destacamos o trabalho de dois pesquisadores. Em sua dissertação de mestrado o historiador Régis Lopes analisou como os versos de literatura de cordel contavam a história do padre Cícero e de Juazeiro e como os romeiros liam e interpretavam esses versos. Na sua tese de doutorado, Régis Lopes amplia um pouco o escopo de seu trabalho e preocupa-se mais em analisar como o espaço físico de Juazeiro se transforma em espaço sagrado no imaginário dos devotos do padre Cícero e da Mãe das Dores, padroeira da cidade. A trajetória de Lopes é interessante porque ele chega aos romeiros através de seus estudos sobre o Caldeirão⁷ (1926-1936) e da literatura de cordel de João de Cristo Rei (1900-1983) cujo tema principal era os milagres do padre Cícero e profecias sobre o fim do mundo. O interesse deste autor é, portanto, entender mais as experiências dos romeiros e sua relação com a devoção do que propriamente questionar a trajetória do sacerdote. Trabalhos como o de Lopes impulsionaram uma discussão sobre temas mais gerais como “catolicismo popular” e “religiosidade popular”, mas continuaram a ratificar uma história centrada na

⁶ O que se percebe é que após *Milagre em Joazeiro*, toda a produção acadêmica sobre Juazeiro enveredou por questões relacionadas mais diretamente aos devotos e/ou às romarias, questão essa que foi favorecida a partir dos anos 1970 quando se iniciavam as primeiras discussões que levariam ao processo de reabilitação do padre Cícero com a Igreja. Nessa mesma época, é criada a Pastoral de romeiros decorrente também de influências pós-concílio Vaticano II e da nova postura da Igreja Católica diante das romarias. Além disso, também naquele momento começaram a ser publicados os principais trabalhos que teorizavam sobre as práticas messiânicas e milenaristas com destaque para as obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965), Ruy Facó (livro póstumo de 1964) e Duglas Teixeira Monteiro (publicado na década de 1980) onde há uma tendência de se comparar a questão religiosa de Juazeiro (1889-1894) com os movimentos de Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1914) que também giram em torno de um líder que detém o controle religioso e político sobre um determinado grupo de fiéis justamente em uma conjuntura delicada que envolvia a passagem do regime monarquista para o republicano.

⁷ Comunidade liderada pelo beato José Lourenço e que distava poucos quilômetros de Juazeiro. Ver: CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. *Um beato líder: narrativas memoráveis do caldeirão*. Fortaleza: UFC, 2004.

figura do padre Cícero (RAMOS, 2000: 11).

O antropólogo Salatiel Barbosa, por sua vez, utiliza tanto as falas dos romeiros como os folhetos de cordel para analisar o espaço de Juazeiro imbricado às andanças dos romeiros. Seriam eles os fundadores de Juazeiro como “uma cidade santa, que se reconfigura e se re-inscreve, no ritual da romaria” (2007: 16). A proposta deste autor é, pois, perceber quais elementos os romeiros se utilizam para desenhar uma “*Joaseiro Celeste*”. A cidade seria construída e reconstruída em um fluxo constante onde o espaço é provisório, constantemente modificado e reificado pelos seus praticantes. O autor faz uma espécie de esquadramento dos espaços de devoção mais visitados e procura neles as significações míticas empreendidas pelos romeiros. O horto, a igreja matriz, o santo sepulcro, a capela inacabada, a ladeira, são comparadas aos espaços bíblicos, se transmutam nesses espaços. Juazeiro se torna uma “*Nova Jerusalém*” porque seus andantes estariam refazendo a caminhada de Jesus Cristo.

O que notamos nessas obras é uma completa obediência a um esquema narrativo que pretende explicar o que significou Juazeiro dentro de um cenário nacional, mas que continua por ignorar o motor impulsionador da transformação de um povoado pobre e desconhecido em uma grande cidade comercial e industriária em menos de 20 anos. Ora, concordamos que foi através do padre Cícero que a história do milagre ganhou corpo e densidade política e religiosa, contudo, não haveria o milagre se não houvesse a participação de Maria de Araújo e das outras mulheres.

Messiânico ou milenarista: afinal, houve um “movimento” em Juazeiro?

Concluída em 1970 a tese *Miracle at Joaseiro* (New York: Columbia University Press, 1970) foi traduzida para o português em 1976 pela editora Paz e Terra. *Milagre em Joaseiro* trazia uma proposta inovadora para os estudos sobre a religiosidade dita “popular”. Ao problematizar historicamente um tema só tratado antes nos tendenciosos livros dos memorialistas, Della Cava abre as portas para uma documentação até então inexplorada. Guardadas em arquivos particulares e nos porões dos padres Salesianos (herdeiros da documentação e da biblioteca do padre Cícero) estavam, não só centenas de cartas enviadas e endereçadas ao padre Cícero como também o processo episcopal que trazia em suas páginas amareladas os relatos minuciosos sobre os eventos de 1889.

Chegando ao Ceará, (onde residiu por 14 meses, cinco deles em Juazeiro) seu

interesse inicial era explorar as questões políticas relacionadas às oligarquias estaduais que dominavam o Ceará. Não inadvertidamente, seu acesso a qualquer documentação era barrado constantemente por ser esse um assunto delicado para a elite cearense. Della Cava encontrou então na história do padre Cícero, uma oportunidade de falar de política e da política coronelista sem afetar tão diretamente os humores de seus anfitriões (Cf. DELLA CAVA, 2004). No entanto, em Juazeiro o problema do acesso às fontes continuou. Segundo ele, os documentos sobre Juazeiro eram mantidos a sete chaves principalmente devido à repercussão negativa do livro do jornalista Edgar Morel que havia tido acesso a uma parte desses documentos e publicou uma obra, não obstante, com um título irônico, – *Padre Cícero, o Santo do Juazeiro* (1946) – na qual detratava a figura do sacerdote, bem como classificava Juazeiro como um antro de fanáticos.

A despeito de sua trajetória complicada através dos arquivos, tentando convencer os detentores dos documentos de que era um pesquisador de confiança, Della Cava conseguiu acesso a praticamente toda a documentação existente sobre o padre Cícero e, além disso, foi pioneiro nas pesquisas hemerográficas, recortando qualquer notícia que houvesse sido publicada nos jornais brasileiros sobre Juazeiro. Apresentando sua pesquisa como um trabalho de história política que pretendia “reconstituir, pela primeira vez, de forma extensa e minuciosa, a narrativa histórica do movimento de Joazeiro e de seu líder, o Padre Cícero” (1976: 18), sua obra seria então a narrativa de um “movimento” cuja “pedra fundamental” tinha sido a transformação da hóstia em 1889 através de seu “líder”, o padre Cícero. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que Della Cava não qualifica os acontecimentos de Juazeiro como um movimento messiânico ou milenarista:

[...] *nem a teoria nem o modelo, quer messiânico, quer milenarista, é capaz de explicar, satisfatoriamente, um movimento que teve a duração de quase meio século* [...] Além disso, uma perspectiva milenarista rígida em demasia expõe-se a não levar em conta as relações entre os movimentos religiosos-populares e as realidades políticas dentro das quais eles cresceram e se desenvolveram. (*Idem*, 19: grifo nosso)

Neste parágrafo, Della Cava expõe suas opções teórico-metodológicas para analisar o caso de Juazeiro. Notamos que ele considera que houve em Juazeiro, um “movimento de quase meio século”, isto porque seu recorte temporal compreende o período que vai de 1872 a 1934, da chegada do padre Cícero ao Juazeiro até a sua morte, o que faz com que a

história do Padre Cícero e de Juazeiro se misturem. Ancorado principalmente nas proposições de Eric Hobsbawn sobre os movimentos operários (principalmente na obra *Primitive Rebels* (1965), citada também por Douglas Monteiro), para Della Cava era impossível ignorar as implicações políticas e as consequências geradas pelo “milagre” que afetaram não só a Diocese cearense, mas que gerou uma discussão político-teológica e avultavam também os efeitos que o aumento demográfico provocou na economia local e regional transformando Juazeiro em um dos maiores pólos de comércio e artesanato do sul do Ceará.

Assim, Della Cava entende que com a chegada dos romeiros ao povoado e independentemente da aprovação ou não dos milagres pela igreja, foi-se formando um aglomerado que só pelas mãos do Padre Cícero conseguiu ser controlado, adestrado. Daí surge a figura do líder, do estrategista que não podendo mais exercer sua função religiosa envereda pela política investindo assim no poder secular e não mais no poder temporal. A especificidade da abordagem teórico-metodológica de Della Cava contraria em alguma medida a tendência dos estudos brasileiros sobre movimentos religiosos. Ao alertar sobre o perigo das generalizações que entende que uma “ideologia popular e religiosa” possa ser “um veículo para protesto social”, o autor corrobora com as críticas feitas às abordagens funcionalistas dos conceitos de messianismo e milenarismo que se utilizam do conceito para justificar as tentativas de reorganização de uma sociedade perante um momento de crise (Cf. EINAUDI, 1994).

Os estudos sobre messianismo e milenarismo que se iniciam na década de 1960, com destaque para a obra *O messianismo no Brasil e no mundo* de Maria Isaura Pereira de Queiroz, tenderam a interpretar o caso de Juazeiro como um movimento messiânico. Na acepção de Queiroz, a população movida por um sentimento de insatisfação e vítima de uma opressão por parte de uma ordem social vigente se agruparia em torno de um líder, um guia espiritual que têm como função dirigir a comunidade em torno de um objetivo principal, que é a busca pela salvação. Haveria aí, “a formação de um grupo dinamicamente empenhado na realização daquilo que prometia a lenda. E este grupo, justamente porque sua principal característica é a atividade, forma um movimento messiânico” (QUEIROZ, 1963: 37)

Considerando as causas dos movimentos messiânicos em termos de “reforma” e “revolução”, Queiroz considera a questão religiosa de Juazeiro como um movimento

messiânico rústico do qual o padre Cícero destacou-se como líder empreendedor de uma reforma dos costumes “exigindo a realização efetiva dos comportamentos valorizados pela tradição” (*Idem*, 321). Aqui, a argumentação de Queiroz perde um pouco em termos de contextualização. Ela se refere principalmente aos textos relativos aos primeiros anos do padre Cícero no povoado de Juazeiro, os quais informam as ações do sacerdote para conter os ‘desregramentos morais’ que abundavam na região.⁸ Ora, mesmo com toda a influência que uma prática católica, digamos, mais rudimentar possa ter tido para o padre Cícero, não podemos esquecer que ele foi formado em um Seminário criado nos moldes de um catolicismo ultramontano e romanizante que não tolerava excessos, fossem os da vida social, fossem os do cotidiano religioso. A “reforma dos costumes” empreendida pelo sacerdote, que no entender de Queiroz corresponde a uma prática da tradição rústica, estava, no entanto, vinculada de forma mais acentuada naquele contexto a uma prática ultramontana que exigia o controle sobre o laicato de forma geral, não sendo suficiente para interpretar as ações do padre Cícero como ações de um líder messiânico.

Douglas Monteiro segue a tendência de Queiroz e coloca o caso de Juazeiro junto aos dos movimentos inseridos em “contexto de transformações sociais, políticas e econômicas que tiveram seu princípio antes da instauração da República” nos quais, as transformações dizem respeito “às mudanças no relacionamento entre o sistema local de mando e os círculos abrangentes do poder político, de administração e da economia” (1974; 1976: 42). Adaptando o conceito de rebeldia primitiva utilizado por Eric Hobsbawn para estudar os casos de banditismo social na Itália e na França, Douglas Monteiro propõe uma análise dos casos de Juazeiro, Canudos e Contestado, as “rebeldias primitivas brasileiras” a partir da ideia de que esses “movimentos” têm uma relação direta com uma espera messiânica (*Idem*: 41).

Também Rui Facó enxerga essa oposição que separa as classes dominantes das dominadas e divide estes últimos entre cangaceiros e fanáticos, isto é, entre os que se rebelam violentamente contra a ordem estabelecida e aqueles que esperam uma ajuda

⁸ O povoado tinha fama de abrigar desordeiros, pois, começou a se formar numa encruzilhada sob a sombra de três juazeiros aonde se reuniam os trabalhadores da região “*em rodas de samba e consumo de álcool*” (PAZ, 2005: 48). Além disso, funcionava como entreposto comercial que ligava a Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. Há relatos que sugerem também que no “*povoado-encruzilhada*” havia se estabelecido um grupo de prostitutas que marcavam sua presença nas festividades e sambas do povoado (DELLA CAVA, 1976: 42).

divina. O autor entende que os movimentos religiosos de Canudos e Juazeiro se deram em um contexto de relação de dominação entre os latifundiários e os “camponeses”, percebendo, por sua vez, as regiões onde se deram esses conflitos como zonas semifeudais sustentadas pelo monopólio da terra por um senhor/latifundiário e por uma economia de monocultura com predominância de trabalho escravo ou semi-escravo (1980: 13).

Na época de produção destes trabalhos destacam-se além das influências do materialismo histórico uma tendência a se analisar casos de “surto milenarista” em simbiose com ações de “banditismo social”, nas quais se encaixa perfeitamente a distinção feita por Facó entre os fanáticos e os cangaceiros. Em ambos os casos, o sofrimento social impulsiona uma tentativa de reforma política que podia acontecer por meios pacíficos ou por meios violentos. No caso do Brasil, e especificamente, daqueles estados situados na região que hoje chamamos de Nordeste, há ainda o fato de na região predominar pelo menos, até a primeira metade do século XX relações explícitas de coronelismo onde o mandonismo das oligarquias locais suplantara por vezes, o governo federal.⁹

É necessário ressaltar ainda que esses autores tendem a enxergar a história de Juazeiro como um bloco, isto porque a ideia de que a história do padre Cícero e a história do Juazeiro são uma só, está enraizada. No entanto, existe uma especificidade histórica e cultural no caso de Juazeiro que precisa ser acompanhado de perto. A confusão diz respeito principalmente no que concerne à questão das romarias. Ora, mesmo essas passam por transformações importantes que não podem ser desconsideradas, pois, corre-se justamente o risco de cair em uma armadilha que: 1) entende a história da cidade como a “hagiografia” do padre; 2) dá um sentido político para os acontecimentos, mas o retira a sua especificidade e a análise se torna puramente funcionalista.

Consideramos, que os eventos ocorridos em 1889 que deram origem às primeiras romarias aonde o culto era dado ao ‘Sangue Precioso’ que jorrava das hóstias e do corpo de Maria de Araújo¹⁰ correspondem a uma primeira fase da história do milagre que envolve mais diretamente o padre Cícero, Maria de Araújo e o bispo D. Joaquim. Depois, discernimos uma segunda fase que começa após a condenação dos fenômenos pela Santa Sé em 1894, aonde as consequências são: a suspensão das ordens sacerdotais do Padre Cícero;

⁹ Um pouco antes, na década de 1950, Victor Nunes Leal publicou o seu *Coronelismo, enxada e voto* no qual analisava o poder dessas oligarquias estaduais.

¹⁰ Maria de Araújo alegava ter os estigmas de Cristo. Há vários relatos sobre os sangramentos na cabeça e nas mãos.

o silenciamento das mulheres e, por fim, um reordenamento das romarias em torno do culto à Mãe das Dores por iniciativa do padre Cícero. Uma terceira fase decorre ainda, na qual, observamos a ascensão política do padre Cícero; a emancipação de Juazeiro do domínio do Crato e com a morte do padre Cícero em 1934 é possível perceber um novo reordenamento das romarias, agora em torno da figura do padre.

É preciso fazer algumas ponderações. Discordamos da possibilidade de se considerar qualquer processo ocorrido em Juazeiro, seja religioso ou político, como um movimento, no sentido de que haveria ali uma organização estratégica de um grupo em luta contra a ortodoxia. A ideia de movimento alude ainda à rebelião, o que na sua mais completa acepção não aconteceu no Juazeiro, houve sim, um embate que se deu muito mais no campo teológico – se os milagres eram verdadeiros ou não – uma vez, que os milagres são condenados como embustes há ali uma reorganização pacífica não só do espaço, mas das práticas e crenças.

Percebemos o caso de Juazeiro como uma “questão religiosa”, uma discussão que se dá principalmente sob viés filosófico e teológico e que não se manifesta como um protesto direto a determinada ordem dominante, como defende Rui Facó ou como algo que parte de casos de banditismo social. Além disso, os acontecimentos de Juazeiro não seriam messiânicos, como os classifica Maria Isaura Queiroz, uma vez que não há qualquer alusão nos relatos produzidos – seja pelas mulheres, seja pelos sacerdotes – da vinda de um Messias. Tampouco, o padre Cícero se coloca no lugar de profeta ou se atribui a função de predecessor de Cristo. A questão do Milênio também não aparece em nenhum momento e em nenhuma das fontes documentais há alusão à espera do milênio. A única referência relativa à *espera* diz respeito à Segunda Redenção, é, aliás, essa a função das visões e revelações transmitidas pelas mulheres: anunciar a segunda vinda de Cristo. Deparamo-nos, pois, com um caso de *parusia* que remete ao clima de fim de século que elas viviam naquele momento, e que envolve ainda os cuidados com a alma, visto que a segunda redenção trazia implícita a noção de juízo final.

A crença empenhada nos milagres, em primeiro lugar, pelas mulheres que se diziam instrumentos divinos e em segundo lugar pelas relações estabelecidas entre os sacerdotes e os devotos não feria os dogmas da Igreja Católica, pelo contrário, estava totalmente de acordo com uma prática religiosa católica que era tradicionalmente vivenciada na região e teve não só o apoio, mas a defesa, em termos teológicos – via correspondências e jornais –

de vários sacerdotes, médicos e políticos da região. Cremos que nosso trabalho a partir de agora é analisar esses relatos, os das mulheres que instituem uma crença. Consideramos que os fenômenos manifestados e narrados pelas beatas em 1889 marcam o início de um longo processo que transformou Juazeiro em um dos maiores pólos de romarias do Brasil. Pensamos que esses relatos merecem um estudo que se preocupe em problematizá-los e pensá-los em seu próprio contexto de produção levando em conta a participação dessas mulheres e as relações que elas empreenderam, não só com o padre Cícero, mas com todos os que em maior ou menor medida se envolveram de alguma forma na questão.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Francisco Salatiel de Alencar. **O Joazeiro Celeste**: tempo e paisagem na devoção ao Padre Cícero. São Paulo: Attar, 2007.
- BARROS, Luitgarde. **A terra da Mãe de Deus**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BRAGA, Antônio Mendes da Costa. **Padre Cícero**: sociologia de um padre, antropologia de um santo. Bauru-SP: EDUSC, 2008.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- _____. Antigas controvérsias, novos paradigmas: lembranças de um pesquisador na véspera do III Simpósio Internacional sobre o Padre Cícero. In: **Anais do III Simpósio Internacional sobre o Padre Cícero**. Juazeiro - CE, 2004.
- EINAUDI, Enciclopédia. Messias. In: **Religião-Rito**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Vol.30.
- _____. Milênio. In: **Religião-Rito**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. Vol.30.
- MACEDO, Nertan. **O Padre e a Beata**: vida do Padre Cícero. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1969.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano**. Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III)
- NOBRE, Edianne S. Sertão Sobrenatural. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano V, nº50, novembro de 2009.

_____. **O Teatro de Deus**: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (1889-1898). Natal, RN: UFRN, 2010. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Amália Xavier. **O Padre Cícero que eu conheci**. Fortaleza: Premium, 2001.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2ª edição revista e aumentada. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O Verbo encantado**: a construção do Padre Cícero no imaginário dos devotos. Ijuí - RS: UNIJUÍ, 1998.

_____. **O meio do mundo**: territórios do sagrado em Juazeiro do Padre Cícero. São Paulo-SP: PUC-SP, 2000. (Tese de Doutorado. Cedida pelo autor)

**O PREFÁCIO DE GOTA D'ÁGUA:
AS BASES DE UM PROJETO CULTURAL DE INTERFACE ENTRE
INTELECTUAIS E ARTISTAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Miriam Hermeto*

Gota D'Água é um texto da literatura dramática brasileira, escrito em 1975 por Chico Buarque e Paulo Pontes. Tendo sido lançado sob a forma de livro¹ e encenado no mesmo ano, tornou-se muito rapidamente uma referência nacional. O livro, que está na sua 39ª edição² e é encontrado com frequência em bibliotecas públicas de diferentes localidades e instituições, compõe-se basicamente de duas partes, ambas de autoria de Paulo Pontes e Chico Buarque: um Prefácio e o roteiro da peça.

O presente artigo tem como objetivo examinar o papel do Prefácio na construção dos sentidos da obra impressa, ressaltando, entretanto, que uma compreensão mais aguda do tema não prescinde do exame do conjunto. Escrito sob a forma de um ensaio sobre a realidade brasileira de então, meados da década de 1970, o Prefácio do livro acabou por cumprir diferentes objetivos, conclusão que vai ao encontro de análises feitas por Pesavento (2007) e Venancio (2009)³ com relação a “prefácios de próprio autor”. O ensaio pode ser analisado como uma forma de auto-legitimação dos autores do texto no campo artístico-intelectual; uma reflexão sobre a própria obra, tendo sido escrito já com os ensaios da peça bastante adiantados; e uma preparação da recepção do público leitor para os sentidos da obra, direcionando-a para a avaliação crítica da sociedade.

A presente análise recairá especificamente sobre o conteúdo formal das ideias veiculadas no Prefácio⁴. Antes disso, entretanto, uma consideração se faz necessária:

* Universidade Federal de Minas Gerais (Bolsista de Pós-Doutorado Junior da FAPEMIG no Programa de Pós-Graduação em História); Doutora em História; pesquisa realizada com financiamento da FAPEMIG.

¹ BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. *Gota D'Água*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

² A informação, obtida na Editora Record (em 18/06/2010), hoje responsável pelo selo Civilização Brasileira. Com uma média de 1,11 edições/ano, o livro pode ser considerado um sucesso editorial, especialmente levando-se em consideração o seu gênero literário.

³ Pesavento e Venancio analisam a construção dos perfis individuais de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, respectivamente, por meio do exame do conjunto de prefácios que os autores escreveram para as próprias obras. Cf. PESAVENTO (2007) e VENANCIO (2009).

⁴ Análise mais pormenorizada sobre a autoria do Prefácio, bem como de seu papel de legitimação dos autores de *Gota D'Água* no campo artístico-intelectual brasileiro da década de 1970, podem ser encontradas no segundo capítulo da tese de doutorado da autora deste texto. Cf. HERMETO, Miriam.

vários indícios⁵ de pesquisa apontaram para o fato que, embora no livro o Prefácio seja assinado pelos dois autores, é um texto de autoria apenas de Paulo Pontes. Assumindo essa conclusão, portanto, a partir deste ponto, será tratado como texto de único autor – que, no entanto, expressa ideias e projetos de um grupo de intelectuais e artistas em franco diálogo, em meados da década de 1970⁶.

Em termos de conteúdo formal, o ensaio explicita o que teriam sido as preocupações fundamentais no momento de escrever e produzir a peça. Mais do que uma simples exposição de ideias, torna-se uma espécie de manifesto/projeto. Manifesto, na medida em que claramente se posiciona contra um determinado “estado de coisas”. E projeto, no sentido de que projeta algo, qual seja a “*reaproximação do teatro brasileiro com o povo brasileiro*” (PONTES e BUARQUE, 2004: 18) – e a redundância dos adjetivos “brasileiros” não é ocasional, é mesmo uma reafirmação da ideia de nacionalidade.

Para compreender esse duplo sentido de manifesto/projeto, que torna o texto um importante documento para se explicar as intenções de engajamento de *Gota D’Água*, é fundamental analisar as tais preocupações centrais anunciadas, que são três. A primeira, com uma face da sociedade brasileira que vinha ganhando corpo: o trágico dinamismo da experiência capitalista que se vinha implantando no país, um “*capitalismo caboclo*”. A segunda, um problema da produção cultural brasileira daquele período: o sumiço do

Primeira escala: livro e leitura. In: _____. *‘Olha a Gota que falta’: um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980)*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Tese de doutorado. pp 123-202.

⁵ Além de uma análise das diferentes formas de assinatura deste texto, em diferentes suportes (livro e jornal-programa da peça, distribuído nos espetáculos entre 1975 e 1978), foram considerados indícios desse fato, também, entrevistas temáticas sobre a *Gota D’Água* produzidas recentemente, no âmbito da pesquisa (cf. BUARQUE, VENTURA E VIANNA, 2010). É importante registrar, especialmente, a declaração de Chico Buarque, que considerou que o fato de seu nome constar como autor do Prefácio no livro consistiria em uma “assinatura apócrifa” (cf. BUARQUE, 14/05/2010). Para decidir-se sobre a autoria do Prefácio, foram considerados ainda como indícios, referências de intelectuais e críticos de teatro ao texto, identificando-o apenas a Paulo Pontes.

⁶ O texto foi produzido em diálogo, especialmente, com o Grupo Casa Grande (nele mencionado explicitamente), uma associação informal de intelectuais, artistas e jornalistas (RJ, 1975-1978), sujeitos que compartilharam, durante alguns anos, uma inspiração política e construíram objetivos em comum: fomentar o debate sobre temas políticos e culturais, promovendo a participação social; resistir ao arbítrio, especialmente à censura; e criar um projeto de cultura para o país. Sua ação foi bastante relevante, tanto no sentido de trazer de volta à cena pública o debate sobre a cultura brasileira – com participação do meio artístico-intelectual e da sociedade civil –, quanto no que se refere à discussão de temas e conceitos novos no âmbito da cultura. Dele participaram os autores de *Gota D’Água* e outros nomes de projeção no meio, naquele contexto, como Antonio Callado, Luiz Werneck Vianna, Zuenir Ventura, Fernando Peixoto, Bete Mendes, Ferreira Gullar, os donos do Teatro Casa Grande, Max Haus e Moisés Ajaenblat, e vários outros. Além disso, o Prefácio dialoga também com outros sujeitos e lugares ligados à intelectualidade, mencionando teses de doutorado e pesquisas produzidas em instituições como a USP e o CEBRAP.

“povo” nas obras recentes. A terceira, uma questão formal (como eles mesmos definem): a palavra havia deixado de ser o centro do “*acontecimento dramático*” (PONTES e BUARQUE, 2004: 16). Cada uma destas preocupações tem significação política intensa e coerente com a proposta de esquerda da obra, que dialogava com a cultura política comunista da matriz do PCB e com a tradição da arte engajada que se havia produzido no Brasil entre final da década de 1950 e final da de 1960. Portanto, todas merecem ser analisadas mais cuidadosamente.

Ao explicar cada uma das preocupações, o autor faz reflexões e, por vezes, proposições. Ao analisar o “trágico dinamismo” da experiência capitalista brasileira, denuncia:

O santo que produziu o milagre é conhecido por todas as pessoas de boa-fé e bom nível de informação: a brutal concentração de riqueza elevou, ao paroxismo, a capacidade de consumo de bens duráveis de uma parte da população, enquanto a maioria ficou no ora-veja. Forçar a acumulação de capital através da drenagem de renda das classes subalternas não é novidade nenhuma. Novidade é o grau, nunca ousado antes, de transferência de renda, de baixo para cima. (PONTES e BUARQUE, 2004: 9)

Jogando com o vocábulo “milagre”, o autor refere-se tanto ao “milagre econômico” como política de governo, quanto à sua consequência mais visível, o “milagre” do aumento da desigualdade social, a partir do crescimento de poder aquisitivo da classe média, via transferência de renda das classes subalternas.

Em seguida, afirma que a experiência do *capitalismo caboclo* implantado no Brasil só foi possível por causa do regime autoritário, no qual ele ganhou contornos que nem os economistas imaginavam possíveis. E conclui que seria ingênuo acreditar que a manutenção e o sucesso dessa forma de capitalismo deviam-se exclusivamente ao regime. É aí que faz uma crítica social muito ácida: o papel das camadas médias na legitimação do milagre – e, portanto, no crescimento do poder das classes dominantes sobre as subalternas – era tão *sine qua non* quanto o do governo autoritário.

Se a raiz desse problema fosse moral, viver não dava trabalho nenhum. A verdade é que o capitalismo caboclo atribuiu uma função, no tecido produtivo, aos setores mais qualificados das camadas médias (...) o capitalismo caboclo passou a ser capaz de cooptar os melhores quadros que a sociedade vai formando. E isso, de certa forma, é inédito no Brasil. (PONTES e BUARQUE, 2004: 9)

A partir dessa constatação, analisa o movimento de esvaziamento da rebeldia do que chama “*a pequena burguesia brasileira*” que, recorrentemente na história de um Brasil dependente, teria sido o instrumento de expressão das necessidades das classes subalternas. Segundo Pontes, antes dessa fase de capitalismo radical, em que o poder de compra se ampliou e as formas de exploração se multiplicaram, a pequena burguesia ficava à margem da sociedade. Por falta de função – porque o sistema não tinha meios de assimilar a sua atividade criadora – restava-lhe exercer sua rebeldia contra o sistema. Nesse ponto, o autor se posiciona como intelectual/artista, definindo, nas entrelinhas, o que esperava que fosse (e o que não fosse) a sua obra no sistema cultural de então:

O disco, o livro, o filme, a dramaturgia, começam a ser produtos industriais (...) O inconformismo e a disponibilidade ideológica de setores da pequena burguesia foram, em muitos momentos de nossa história, instrumentos de expressão das necessidades das classes subalternas. Amortecendo-os, as classes dominantes produziram o corte que seccionou a base dos segmentos superiores da hierarquia social. (PONTES e BUARQUE, 2004: 12)

Segundo ele, tendo sido cooptadas as melhores cabeças das camadas médias pelo capitalismo em desenvolvimento – que seleciona os mais capazes – a ausência de rebeldia, naquele momento, teria contribuído enormemente para encurralar as classes subalternas. A peça é definida, então, como uma tentativa de promover, no movimento da dramaturgia brasileira, a reflexão sobre essa situação, identificada como “*a tragédia que deve ser encarada de frente*” (PONTES e BUARQUE, 2004: 14).

A ideia de *cooptação* é um dos grandes traços da cultura política comunista presentes no Prefácio e no roteiro, além da visão dualista de mundo. Nos quadros do Partido, a expressão tinha um sentido diferente: referia-se à participação de um membro em organismo dirigente do PCB, sem que houvesse sido eleito para isso. Em geral, isso era feito para que alguém que havia sido eleito, mas não podia exercer a função (por morte, prisão ou algum outro motivo), fosse substituído, até que houvesse o pleito regular. A substituição regular nem sempre era fácil, especialmente durante a Ditadura Militar, quando a realização do Congresso, onde aconteciam as eleições regulares, foi impedida pela grande repressão do Estado⁷.

Apesar a diferença de uso, o vocábulo tem um sentido interessante em *Gota*, pois que explicita a visão de mundo segundo a qual “as melhores cabeças” – ou a

⁷ FARIA. Depoimento escrito concedido à autora em 22/10/2010.

vanguarda, no vocabulário do Partido – teriam um papel libertador das classes subalternas.

O tema da cooptação de intelectuais pelo Estado começava a ser investigado na academia, mas os resultados ainda não haviam sido publicados⁸. Essa reflexão era, então pioneira e se mostrava, talvez, a grande contribuição para as reflexões em curso sobre a cultura nacional⁹.

Além do trabalho no *I Ciclo de Debates* do Casa Grande, em grande medida, a reflexão sobre o tema era produto, também, dos embates de Pontes na Associação Carioca de Empresários Teatrais – ACET, contra a tentativa do Estado autoritário de tutelar a cultura nacional, em especial o teatro¹⁰. Isso de fato acontecia, naquele contexto, em vários setores artísticos, como narra Frederico (2007):

A escalada repressiva, em alguns poucos anos, desmantelou os agrupamentos armados. A resistência cultural, ameaçada e censurada, rapidamente se desestruturou. Nesse momento, o “vazio cultural” passou a ser ocupado por uma inesperada e agressiva intervenção do Estado. Os ensaios de política cultural do regime, agora, ganham alento através de uma série de órgãos estatais: a Embrafilme, o Instituto Nacional do Cinema, a Funarte, o Instituto

⁸ Por exemplo, o trabalho de Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, que abordava o tema da cooptação de intelectuais no período do Estado autoritário getulista, só seria publicado em 1979. Cf. MICELI (1979).

⁹ Uma década depois, Francisco de Oliveira publicaria na Revista *Lua Nova* um artigo que se tornaria um clássico sobre a trajetória da intelectualidade brasileira. Ali, a avaliação é muito semelhante à feita no Prefácio de *Gota D'Água*, acerca da posição dos intelectuais no tipo de capitalismo que se desenvolvera no Brasil, distanciando-se das classes subalternas. Oliveira considera: “*A expansão capitalista aguardou os intelectuais na curva. Pois, na estrutura social contemporânea, os intelectuais são, decisivamente, membros das classes médias afluentes. Cresceram em número, tiveram seus salários e rendas aumentados muito mais do que a média dos trabalhadores (e a relativa erosão dos últimos anos serviu tão-somente para jogá-los ainda mais na oposição ao regime, mas não ao sistema capitalista) (...). Tornaram-se, pois, solidários com o êxito do sistema capitalista no Brasil. Neles, desempenharam um papel central; além de outras razões, constituem o núcleo mais importante das classes médias, cuja centralidade no capitalismo de hoje deslocou a antiga centralidade operária. Converteram-se em atores privilegiados da mídia política e elevam suas demandas específicas ao nível de demandas gerais da sociedade. Por esse complexo de razões, se des-solidarizam com o destino das classes sociais dominadas. Objetivamente, pela trama de relações tecidas no interior dos pactos burocráticos estatal e civil, seu destino de classe parece não ter ligação com o das classes sociais dominadas, pois os salários dos cientistas e intelectuais não têm por parâmetro a utilidade de sua força de trabalho para o capital, mas os fundos públicos*” (OLIVEIRA, 1985, 23-4). Mais de duas décadas depois deste artigo, Celso Frederico concluiria, na mesma direção: “*Nesse contexto, a esquerda passou por uma experiência inédita: até então, ela agia com desenvoltura e quase sem concorrência no campo cultural; depois, a intervenção do Estado não só censurava como também neutralizava sua ação ao cooptar intelectuais e artistas*” (FREDERICO, 2007: 361).

¹⁰ Em 1973, Paulo Pontes era secretário da ACET e participou ativamente da produção de um documento enviado para o Ministro da Educação, no qual se fazia um balanço da atividade teatral como atividade do setor terciário da economia e reivindicava-se a formas de financiamento governamental, sem paternalismo e tutela. Cf. ARRABAL, 1983: 140.

Nacional do Livro. Esse processo teve como coroamento, em 1975, a formação da política nacional de cultura, estabelecida pelo MEC. (FREDERICO, 2007: 360-361)

É interessante notar, entretanto, que, apesar de fazer a crítica ao Estado autoritário, Pontes faz também a crítica à industrialização da cultura, como uma forma de cooptação e de esvaziamento do sentido de resistência dos produtos culturais nos anos 1970. É uma visão clara do processo, ainda em andamento, de instalação da indústria cultural em definitivo, e da criação de um “*mercado de bens simbólicos*”, que alguns estudiosos analisaram posteriormente¹¹. Clara, do ponto de vista da crítica; mas dúbia, do ponto de vista da vivência – o que explicita um dos grandes paradoxos da produção cultural brasileira em meados da década de 1970.

Em termos práticos, *Gota D'Água* inseriu-se na estrutura da indústria cultural e no mercado de bens simbólicos em desenvolvimento. Isso pode ser observado não apenas pelo conjunto de produtos construídos em torno da ideia – o livro, os espetáculos e o disco – mas também pela forma como eles foram veiculados na sociedade. Como já foi visto com relação ao livro e será, ainda, analisado com relação aos demais produtos, estratégias comerciais e qualidade profissional se combinaram na composição do conceito de *Gota*. A lógica capitalista estava presente desde a produção até o encontro do texto e de seus produtos derivados com o público consumidor. Ademais, os autores do texto estavam, ambos, inseridos no mercado de bens simbólicos e sustentavam-se a partir dessa inserção. Pontes trabalhava na TV Globo e Buarque compunha o *casting* da Phonogram, multinacional que atuava no mercado fonográfico brasileiro.

Esse paradoxo entre a denúncia e a inserção no sistema denunciado foi percebido e debatido no campo artístico-intelectual, por meio de textos jornalísticos na imprensa alternativa, inclusive com a participação dos autores.

A segunda preocupação declarada torna-se um tópico do projeto de *Gota*: devolver a vida ao povo, nas artes, retomando, claramente, um movimento de produção de uma cultura nacional-popular. A peça, que versa sobre a tragédia do povo brasileiro, é anunciada como uma retomada de um projeto de nação calcado na “*única fonte de identidade nacional*” que deve ser a origem e a base de “*qualquer projeto nacional*”

¹¹ Sobre essa temática, cf. ORTIZ (2001), FREDERICO (2007), RIDENTI (2003) e NAPOLITANO (2001).

legítimo” (PONTES e BUARQUE, 2004: 15).

Esse projeto, que fora hegemônico na cultura brasileira, na visão do autor, teria sido interrompido pelo autoritarismo instalado no país após 1964. Aqui, claramente, Pontes faz a retomada do projeto nacional-popular que tinha sido capitaneado pelo PCB em final dos anos 1950, após a *Declaração de Março* e o abandono da política cultura zdanovista. Uma política que se tornou hegemônica na arte engajada de então. Hegemônica, mas plural em seus sentidos e propostas.

Uma concepção possível para o nacional-popular é a de Frederico (2007). O autor considera que a proposta não era exatamente gramsciana, já que Gramsci era pouco conhecido e lido no Brasil, mas ia em direção semelhante. Por nacional compreendia-se uma arte antiimperialista e capaz de interpretar a realidade brasileira de forma não alienada, visando a transformá-la. E por popular, uma arte que fosse crítica à tradição elitista nacional (para a qual a cultura era ornamento) e que visasse a democratização da produção cultural (Cf. FREDERICO, 2007: 339)

Napolitano (2001) também parte da definição gramsciana para refletir sobre as formas do nacional-popular no Brasil dos anos 1960 e 1970, sem restringir-se a ela. Seu foco, para compreensão de uma cultura nacional-popular, entretanto, está sobre a proposição de contínuo intercâmbio entre a língua popular e a culta, visando fundamentar a contra-hegemonia. No Brasil, ele identifica um movimento constante de “ida ao povo”, compreendido pelos artistas e intelectuais como um sujeito político difuso e carente de expressão cultural e ideológica. O papel que artistas e intelectuais se atribuíam, então, era o de articulação de uma expressão de consciência nacional direcionada para a emancipação da nação, a partir da “ida ao povo” (Cf. NAPOLITANO, 2001: 12-3). Para Napolitano, esse processo não redundou na construção de uma contra-hegemonia almejada – pelo contrário – em função da forte presença da indústria cultural no Brasil daquele contexto.

Observe-se uma nuance na interpretação de “popular” entre Frederico e Napolitano. Para o primeiro, relaciona-se mais à proposição de democratização da cultura. Para o segundo, à construção de busca de possibilidades de construção de emancipação nacional. Tais interpretações de natureza histórica – e, por isso mesmo, feitas *a posteriori* – mostram parte do mosaico de concepções de “nacional-popular” presentes no cenário cultural do Brasil das décadas de 1950 a 1970, bem como das

muitas possibilidades de debates e divergências entre os sujeitos que operavam com ela. Discutia-se, por exemplo, se o enfoque estaria na produção cultural a partir do povo ou no acesso do povo à produção cultural. Se “ir ao povo” e produzir cultura a partir dele não era uma forma de idealizá-lo e/ou tutelá-lo. Ainda, se o acesso do povo aos bens culturais seria a condição para a promoção da consciência nacional ou mero populismo¹².

No caso de *Gota D'Água*, a opção pela apresentação do povo no palco por meio de uma tragédia parecia excluir a possibilidade de idealização do povo – o que não necessariamente se efetivou no roteiro, baseado eminentemente na cultura política comunista com traços da herança zdanovista, como será analisado adiante. Pontes apresenta a necessidade de reinterpretação do povo, fora dos moldes da cultura industrial, quando “*a experiência de todos esses anos já (...) permite uma avaliação*” (PONTES e BUARQUE, 2004: 16). Vale esclarecer, “*todos esses anos*” de autoritarismo e de industrialização da cultura, o que seria o outro fator determinante do esvaziamento da produção cultural naqueles tempos.

Finalmente, sua terceira preocupação vem também acompanhada de uma proposta: recuperar o papel da *palavra* como “*centro do acontecimento dramático*”, em meio à “*crise expressiva*” deste setor das artes. Crise essa explicada por uma relação dialética entre a transformação da sociedade brasileira e as mudanças no interior da dramaturgia, “*as pressões amesquinhadoras*” da sociedade e a “*fobia pela razão*” na esfera da produção cultural (PONTES e BUARQUE, 2004: 16-17).

Em grande medida, ao colocar a crítica à arte sem povo ao lado da proposta de retomar um teatro que priorizasse a sensorialidade à palavra, Pontes ia ao encontro da proposta de retomada da literatura feita por Schwarz¹³. Ele afirma: “O desespero, o esteticismo, a omissão, o povo folclorizado, a importação de vanguardismo, o deboche, o autodeboche, foram alguns dos sintomas nascidos da falta de substância social (do povo) na cultura brasileira” (PONTES e BUARQUE, 2004: 12).

Essa declaração é uma forma de levante contra o teatro esteticista, que havia

¹² Para ter um panorama dos debates acerca dessa concepção no CPC, por exemplo, cf. NAPOLITANO (2001) e GARCIA (2007).

¹³ Segundo Napolitano (2001), as artes brasileiras – teatro, cinema e música – nos anos 60 aproximaram-se bastante da literatura, o que lhes conferiu característica singular. Sobretudo no que se refere ao teatro, essa característica foi marcante e teve conotação política explícita.

surgido com as vanguardas experimentalistas em final dos anos 1960 e se tornado conhecidas como “teatro de agressão”. Tanto ela quanto as reflexões propostas no manifesto/projeto procuram dar a entender que, além de resistir ao regime ditatorial e à sua legitimação pela sociedade, a peça deveria resistir à ação dos artistas e intelectuais dos anos 1970, pretendendo ser parte de um projeto de solução da arte engajada. Era, então, um projeto de resistência no interior do campo artístico e intelectual. Uma retomada das bandeiras do teatro engajado, hasteadas entre finais dos anos 1950 e meados da década de 1960.

Se eles pretendiam ser parte da solução, é preciso compreender o que precisava ser solucionado. E o problema pode ser compreendido pelo que Napolitano (2004) define como:

(...) crise de um tipo de artista/intelectual que é tributário dos anos 20/30, cujo estatuto é marcado por duas linhas de força: uma delas (...) seria o tipo burocrata nacionalista moderno’ (...); a outra, tributária da tradição engajada ocidental, marcada pelo imperativo ético de ação política pela palavra em nome de uma causa coletiva, pública e progressista, em nome da linhagem Zola-Sartre-Fanon. (NAPOLITANO, 2004: 309)

Gota D’Água é também um bom exemplo do hibridismo do nacional-popular no Brasil, visto que o projeto *Gota D’Água* mantém a tensão da sentença ‘produção da esquerda engajada & construção da indústria cultural => resistência civil ao autoritarismo’(Cf. NAPOLITANO 2004: 317). A solução proposta pelos autores, em grande medida, era a retomada da segunda linha de força, com o campo artístico-intelectual engajado, usando a *palavra* para falar em nome do povo.

Nesse sentido, a obra é ainda uma retomada da proposta nacional-popular, nos moldes brasileiros, que Napolitano (2004) identifica como uma variante de esquerda que se compôs como um mosaico cultural de diversas variantes “‘dependente’ e universal a um só tempo” (NAPOLITANO, 2004: 318).

Referências Bibliográficas

ARRABAL, José e LIMA, Mariângela Alves. **O nacional e o popular na cultura brasileira**; Teatro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BUARQUE, Chico. **Ópera do Malandro**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1978.

- BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. **Calabar**; o elogio da traição. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. (Coleção Teatro Hoje, 24).
- BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. **Gota D'Água**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (Coleção Teatro Hoje, 28).
- BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. **Gota D'Água**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. **Gota D'Água**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p. (Leitura, escrita e oralidade).
- FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Teorias. Interpretações. Vol. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à música engajada**; a experiência do CPC da UNE (1958-1964). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. (Coleção História do Povo Brasileiro).
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**; pontos de partida para uma revisão histórica. 4 ed. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio).
- NAPOLITANO, Marcos. Engenheiros de alma ou vendedores de utopias? In: **1964 2004**: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro, FAPERJ / 7 Letras, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aves de arribação: a migração dos intelectuais. In: **Lua Nova Cultura e Política**, vol. 2, n. 3, out-dez/85, pp. 20-26.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira** – cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O cativo de Clio: narrativa entre memória e história. In: ____; DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques. **Reinventar o Brasil**: Gilberto Freyre entre história e ficção. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- PONTES, Paulo e BUARQUE, Chico. Prefácio. In: BUARQUE, Chico e PONTES, Paulo. **Gota D'Água**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. (tradução: Alain François et. al.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: ‘entre a pena e o fuzil’. In: **ArtCultura**, Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, v. 9, n. 14, jan/jun 2007. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História.

SCHWARZ, R. Cultura e política. In: _____. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

VEIGA, Rui e JAKOBSKIND, Augusto (orgs.). **Paulo Pontes, a arte da resistência**. São Paulo: Versus, 1977. (Coleção Testemunhos e Teatro, v. 1).

VENANCIO, Giselle Martins. A utopia do diálogo: os prefácios de Vianna e a construção de si na obra publicada. In: GOMES, Angela de Castro e BISSO, Benito. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: FGV/ Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir). In: BUARQUE, Chico. **Ópera do Malandro**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1978.

Fontes Orais

BUARQUE, Chico. Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 14 mai. 2010. Mp3, 64 minutos e 19 segundos. Entrevista concedida a Miriam Hermeto.

VENTURA, Zuenir. Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 24 mar. 2010. Mp3, 75 minutos. Entrevista concedida a Miriam Hermeto.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 29 set. 2010. Mp3, 59 minutos e 05 segundos. Entrevista concedida a Rodrigo Patto Sá Motta.

Depoimento Escrito

FARIA, Antônio Augusto Moreira de. Depoimento escrito concedido a Miriam Hermeto em 22 out. 2010.

**SAN MARTÍN DE PORRES –
O SANTO MULATO NO VICE-REINO DO PERU**

Eliane Garcindo de Sá*

O Vice-Reino do Peru foi pródigo na produção de santos, beatos, religiosos. Os santos peruanos constituem elementos de uma identidade local, cristã e nacional. Santa Rosa e *San Martín*, especialmente, nasceram na Lima colonial. Santa Rosa era “*criolla*” e o santo, mulato. A presença de um santo mulato chama atenção nesse conjunto.

A construção da santidade de *San Martín*, nascido em 1579, se dá num contexto em que os papéis sociais de negros e mulatos se demarcavam com os limites da escravidão e de profundas diferenças raciais.

Reconhecido em vida como santo no âmbito da sociedade circundante, teve o frei os processos de beatificação e canonização prolongados. Foi beatificado em 1837 e canonizado em 1962, quando chegou à santidade como patrono da justiça social nas Américas, um registro que não encontraria sustentação em sua origem colonial.

A tardia canonização, a despeito dos esforços de proponentes da causa, poderia remeter a um conjunto de fatores políticos relacionados aos processos de santificação. Todas as circunstâncias estimulavam o enfrentamento da construção da santidade de *San Martín de Porres*, a partir ao século XVI.

A questão da condição e qualidade racial de *San Martín* não constituiu, até recentemente, um tema relevante na maior parte dos estudos biográficos no Peru.

No esforço de aprofundar essa questão estamos procedendo a análise e cotejo de diferentes textos sobre o tema e especialmente estudos biográficos.

José Antonio del Busto Duthurburu é um dos autores considerados e sobre cuja obra apresentamos aqui algumas reflexões e comentários.

Na *Introducción* de sua biografia (DUTHURBURU, 2001: 12), *San Martín de Porras (Martín de Porras Velásquez)*, publicada pela primeira vez em 1992, assinala a escassez de fontes para o estudo da vida de *San Martín*, admitindo que o *Proceso de Beatificación* continua sendo la “*fuelle medular*” para biografar o santo.

Busto Duthurburu declara que centralizou suas buscas no *Proceso de*

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Beatificación de San Martín de Porras e em fontes da época: “crónicas peruleras, relaciones virreinales, actas capitulares, cronicones conventuales y diarios como el de Suardo durante el gobierno del Virrey Conde de Chinchón” (DUTHURBURU, 2001:11)

E apresenta sua interpretação da própria obra:

Hoy hemos reconstruido su vida y nos quedamos satisfechos. Lo hemos sacado del mito y de la leyenda, de la tradición y de la sensiblería popular para ubicarlo en el terreno histórico y darnos, en definitiva, con el hombre. Podemos decir que lo hemos llegado a conocer como personaje histórico. Y concluimos que en Lima de ese entonces, ciudad entre beata y pecadora urbe de embrujos y milagros que en todo veía la mano de Dios o las uñas del diablo, vivió un hombre santo. Era limeño, bastardo, mulato y donado, su vida fue tan virtuosamente llevada que resulta explicable que la gente empezara a mirarlo como un logrado en caso de santidad. Y este es el verdadero contexto histórico de la vida de fray Martín de Porras Velásquez. (DUTHURBURU, 2001: 12-13)

O autor detalha a metodologia aplicada a análise do processo:

(...) Sus declaraciones o testigos, si bien han ganado importancia, también han merecido un tratamiento analítico. Son ópticas distintas las del hombre y la mujer, las del joven y el anciano, las del culto y lo inculto, las del noble y del plebeyo, las del interesado y del neutral, las del amigo y el enemigo, para no hablar de otros. En conclusión, no hemos valorado a todos por igual, sino que aplicando criterios de oposición, contraste y concordancia de promediación y anulación – hemos preferido a los testigos que vieron, conocieron y trataron a Fray Martín de Porras. Dejamos para un segundo lugar a los que solo oyeron hablar de él y se acogen a lo que fue público y notorio. A estos últimos casi no los tomamos en cuenta. Estamos familiarizados con las probanzas de servicio y relaciones de méritos; vale decir, estamos acostumbrados a tratar con los testigos, por eso creemos conocer sus virtudes y defectos, también sus criterios de apreciación, sus dependencias y compromisos, cuando no sus rebeldías y fobias.

(...) Y con los resultados – una vez que se deslindaron errores, fraudes, fantasías – recién se puede iniciar la biografía. (DUTHURBURU, 2001: 12)

O trabalho de Busto Duthurburu se distingue entre as biografias conhecidas por seu esforço de situar o santo em seu contexto histórico. Busca superar a simples menção aos fatos narrados pelas testemunhas, embora algumas vezes comentadas à luz da doutrina religiosa, muito comum na maior parte das biografias de *San Martin*.

Considerando que o processo foi a fonte privilegiada e conhecendo a metodologia a ele aplicada apresentamos algumas observações.

De fato, há o *Proceso Sumario* e o *Proceso Apostólico*.

Busto Duthurburu utiliza o *Proceso Sumario* como fonte principal de referência, o que também faremos.

O *Proceso Sumario* foi publicado em transcrição das fotocópias do original conservado no *Archivo Arzobispal* de Lima, pelo Secretariado “Martín de Porres”.

Está composto por uma primeira parte, apresentada em dois processos: o *Proceso de no culto*, que se desenvolveu entre 15 de maio e 8 de junho de 1660; e o *Proceso de vida y virtudes*, desenvolvido entre 12 de junho e 14 de julho de 1660.

Uma segunda parte é datada de 1664 e se compõe de declarações de testemunhas. Há um apêndice composto pelo testemunho de Juan Vazquez de Parra, ao qual voltaremos.

Esse *Proceso Sumario* contém as primeiras informações que se pode recolher e é o mais citado e estudado.

O *Proceso Apostólico* também conservado no *Archivo Arzobispal* de Lima foi enviado à Sagrada Congregação de Ritos, em 17 de junho de 1697. Tem, no total, 8 volumes manuscritos.

Esses são os registros com os quais se trabalhou desde muito cedo. A obra de Fray Bernardo de Medina, que conheceu o santo e foi testemunha no processo, intitulada *Vida Prodigiosa del Venerable Siervo de Dios Fr. Martín de Porras, Natural de Lima, de la Tercera Orden de N.P. Santo Domingo*, é considerada a mais importante. Foi publicada em 1673 em Lima e em 1675 em Madri. Segue, na estrutura e abordagem, muito de perto, o *Proceso Sumario*.

Outra obra reconhecida por sua importância, escrita no século XIX, por solicitação do Padre Balaguer, Doutor teólogo da Universidade de San Marcos, ex Prior do convento do Rosário e ex Provincial da Província de *San Juan Bautista del Perú* tem sua data de edição próxima à beatificação. Em 1863, escrita por Jose Manuel Valdez é: *Vida admirable del Bienaventurado Fray Martín de Porres*, Lima: Huerta y Cia Editores 1863.

Faz referências às fontes de investigação para o encargo a “*una historia fiel de la vida admirable de este héroe limeño, la lectura de la vida del beato, impresa en Lima y en Europa*”. (VALDEZ, 1863: 10) Seguramente o texto de Medina foi uma das fontes consultadas, além do *Proceso Sumario*.

Da leitura dos textos biográficos fica claro que os dados do *Proceso Sumario* têm função central. São estes que vão consolidando os registros e legitimando as reivindicações da santidade de *San Martín*.

O último registro do *Proceso* é o mais longo de todos. A testemunha é Juan Vázquez de Parra, que já prestara declaração, anteriormente. O notário lhe havia pedido brevidade, mas após voltar à casa recebera uma visita de *San Martín*, que, segundo narra, demorou a reconhecer, e que este lhe dissera: “*Declara tudo que sabes e vistes durante o tempo em que estivestes em minha companhia*”. Juan Vázquez fora recolhido por Frei Martin ao chegar da Espanha e aprendera com ele o ofício barbeiro. Com o argumento da visita de *San Martín* volta a prestar declaração, dando o maior depoimento do processo.

As circunstâncias e alguns aspectos dessa declaração sugeriram a necessidade de releituras críticas do *Proceso* e merecem comentário. Vázquez conta que uma vez viu *San Martín* em êxtase e sua descrição coincide com a de outras testemunhas:

tendido en el suelo, aspado en cruz, con un ladrillo en los labios - y sorprendido, imaginándolo muerto había llamado al Padre Maestro Abendaño que le había dicho ser el dichoso por ver lo que muchos lo deseaban. San Martín lo reprendió mucho por haber comentado so sucedido y diciéndole que callase y no murmurase o dijese de lo que veía. Por lo contrario “todos los Padres Maestros, Presentados y demás personas graves me decían que todo cuando viese en el proceder de fray Martín lo dijese, y pareciéndome que pecaría en decirlo, me fui a confesar a la Compañía de Jesús, adonde el Padre llamado P. Juan Vázquez me reprendió gravemente que por qué había de ocultar lo que Dios había dado a un varón justo y bueno, y que me tuviese de dichoso de haber llegado a ser su portero, y así digo lo que fui viendo (Proceso de Beatificación, 1960: 388)

A consideração do testemunho de Vázquez nos permite algumas observações:

- 1 - os mistérios de *San Martín*, a que voltaremos depois.
- 2 - o caráter formalista, talvez burocrático, das declarações. O notário pede brevidade, mesmos quando o testemunho tem mais a dizer.

Nesse caso, só consegue falar pela interferência da aparição do próprio sujeito do processo, o presumido santo. Nesse momento ninguém duvida da aparição do santo ao antigo protegido e assim ele pode fazer seu longo relato. Essa exceção fica

justificada.

A rotina, entretanto, é rígida. As testemunhas respondem a uma fórmula previa. São 20 perguntas. Na verdade, as perguntas são praticamente respostas que devem ser confirmadas. Já consideram, na sua formulação, todo o imaginário construído sobre o Frei, submetido a condições formais impostas pelas regras processuais que devem comprovar:

INFORMACIONES HECHAS POR PARTE DEL CONVENTO DE NUESTRA SEÑORA DEL ROSARIO DEL ORDEN DE PREDICADORES DESTA DICHA CIUDAD, TOCANTE A LA SANTA VIDA Y COSTUMBRES DEL VENERABLE SIERVO DE DIOS FRAY MARTÍN DE PORRAS, RELIGIOSO DONADO QUE FUE DE LA DICHA ORDEN DE PREDICADORE. (Proceso de Beatificación, 1960: 70)

3 - As perguntas já tem como pressuposto um imaginário - o que era “*público y notorio pública voz y fama*”.

Pelos critérios metodológicos de Busto Dhuturburu, esses aspectos não estão em questão. O descarte de depoimentos se faz pelo critério de erro alegado, fraude ou fantasia, o que pode, a nosso ver, implicar em alguns riscos: supor que há testemunhos absolutamente verdadeiros e perder registros que expressam um imaginário social ao redor da qual se constituiu a santidade.

Há informações preciosas, quando os testemunhos muitas vezes insistem em declarar algo mais ou querem escapar das questões apresentadas ou agregar detalhes que hoje podem esclarecer ou fornecer pistas de alguns aspectos que não eram importantes para os que viam os acontecimentos com os olhos da fé e da verdade pressupostas.

A leitura do que os testemunhos dizem ter ouvido dizer, “*por ser publico y notorio*” conduz a representações de um imaginário social que se constituía e observa-se a presença constante de alguns fatos e acontecimentos, uns mais recorrentes que outros. Algumas direções das construções da imagem de *San Martín* que se está formando podem ser percebidas por esse caminho.

Para nós, esta é uma razão importante para tomar este processo como fonte privilegiada.

É possível observar que tanto as questões propostas como as declarações, pressupõem a percepção de uma imagem de *San Martín* como um personagem estranho,

estranho, incomum, no lugar em que se encontra.

Essa estranheza é difusa, quase sempre, mas pode ser também precisada.

Voltemos à primeira observação sobre o que indicamos como o mistério de *San Martín*.

Há um testemunho particular que declara literalmente o que se pode deduzir através dos próprios depoimentos que era uma prática no convento e alvo de grande curiosidade geral. Diz a testemunha P. *Fray Antonio de Estrada*, da Ordem dos predicadores:

(...) Y que algunas noches, rendido del trabajo tan grande que siempre tenía el dicho siervo de Dios por el oficio que tenía de enfermero del dicho convento, y quería dar descanso a su cuerpo, se iba a la dicha sala del Capítulo, que es donde entierran a los religiosos que mueren en el dicho Convento, y allí, después de haber hecho sus oraciones. Se echaba en las andas en que llevaban a enterrar a los religiosos difuntos, y allí descansaba, hasta la hora de ocuparse en otros ejercicios, por tenerlos repartidos en diferentes horas de la noche. Y esto lo sabe este testigo porque, como tan aficionado suyo y de sus virtudes, le seguía con otros amigos, para ver lo que hacía, y esto responde. (Proceso de Beatificación, 1962: 205-206)

O que se pode perceber é que o comportamento de *San Martín* era visto como incomum e era alvo de vigilância por parte da comunidade religiosa, dentro e fora do Convento de Nossa Senhora do Rosário, como se verá a seguir.

As declarações de *Fray Vázquez de Parra* são também registro de que a comunidade conventual e não só em Nossa Senhora do Rosário se sabia, se presumia, se considerava que algo diferente acontecia a *San Martín*. Eram segredos, que ele não queria revelar em vida, mas que todos desejavam saber e ver, para os quais todos estavam atentos.

Tudo em *San Martín* ganha estranheza na descrição, como coisa observada e incomum: a maneira como se vestia, o que comia, se não usava sapatos, se não usava o chapéu sobre a cabeça, mas o tinha sobre os ombros. Tudo parece distinguir *San Martín*. Não era um homem como os outros, não era um “*donado*” como os outros, além do que era um mulato e muitos o faziam lembrar disso, embora ele mesmo nunca o deixasse de mencionar.

A imagem que nasce destacada particularmente dos depoimentos sobre *San Martín* enfatiza a sua humildade.

Embora sua ação de caridade fosse também recorrente, uma única vez um testemunho se refere à possibilidade de reconhecê-lo especialmente por essa prática de socorro aos pobres. O P *Fray Juan de Vargas Machuca*, da Ordem dos Predicadores, afirma:

Y así mismo fue la causa para provocar a este testigo a escribir la dicha oración e que, habiendo visto el Padre Non posum, del Orden de nuestro Padre San Francisco, religioso conocido de santa vida, y estando cercano a la muerte, le dixo a este testigo el dicho Padre Non posum: “¿Cómo los superiores no pintan al santo Fray Martín por padre de los pobres, repartiéndoles pan?” (Proceso de Beatificación, 1962: 118)

Os dons de cura são, entre tantos atributos, os que mais são citados “*por público y notorio conocimiento*”, como também seus dons de bilocação, agilidade e de transvoar. Essas referências indicariam que esses atributos tinham particular e significativo papel no imaginário que se forjava? Celia L. Cussen em *Iconografías de un santo mulato, Lima, siglos XVII-XVIII*, trabalhando sobre dois jogos de imagens que se produziu sobre *San Martín*, apresenta alternativas importantes para a compreensão das interpretações e significados dos atributos de santidade de *San Martín*. Cussen considera os elementos de representação e os imaginários sociais sobre os negros.

Para concluir me gustaría proponer que tanto las características como sanador competente como aquellas de místico estarían ligadas a las nociones culturales existentes en Lima tocantes a las cualidades y las capacidades del afrodescendiente. Por una parte, hemos establecido que los mulatos figuraban entre los barberos cirujanos de Lima en esta época, y que algunos de ellos eran muy respetados por sus habilidades y completamente integrados en la sociedad criolla. (CUSSEN, 2006)

Entre os atributos que parecem indicar para as testemunhas a santidade de *Martín*, esses referentes aos dons de curas foram características recorrentes.

A abordagem de Celia Cussen estimula a apresentação e enfrentamento de questões que tornam evidente que se as testemunhas, como o processo por si, são medulares, não são suficientes para a compreensão do tema, se tomados como narrativa *tout court*. Torna ainda mais evidente que a questão racial não deve ser um item de pouca relevância.

A menção constante que aparece sobre a expressão, que usava o próprio frei para

denominar a si mesmo, “*perro mulato*”, também lhe era dirigida por pares. Quase sempre as declarações tentam naturalizar ou neutralizar o uso da expressão, o que indica que essa não é uma referência que se possa desqualificar.¹

Uma complexidade social e de relações entre sociedade, raça e religião pode ser evocada através dos seguintes trechos em que se apontam alguns aspectos do cenário limenho:

A ojos de los oficiales coloniales, por tanto, Lima había adquirido unas dimensiones monstruosas y se había convertido hacia mediados de siglo en una ciudad fundamentalmente negra, una impresión que se vio sin duda reforzada por la creación de la reduccón y pueblo de Santiago del cercado, en que la población indígena de Lima fue obligada a reasentarse a partir de 1590. (MARTÍN, 2005: 24)

Lima, Metrópoli del Perú, ha sido justamente más célebre por su piedad que por su opulencia, desde que rayó en ella la luz del Evangelio. Aun no se habían pasado muchos años después de la conquista, y florecían en su privilegiado suelo innumerables personas de uno y otro sexo, que, en los claustros y fuera de ellos, se admiraron como dechados de la más sublime perfección. Mucho se complace Dios en Lima, decía un francés historiador de América, pues à un mismo tiempo se hallaban en ella tres grandes santos y muchísimos siervos de Dios, que probablemente será canonizados en el tiempo. (VALDEZ, 1863: 13-14)

Com que sentidos e significados se constituiu a santidade de Frei Martín, nesse conflituoso cenário? Poderia ser irrelevante sua qualidade/condição?

Se a sociedade o reconheceu santo, mesmo em vida, e imediatamente após a morte celebrou seus milagres, o tempo de reconhecimento da Igreja foi mais demorado.

Nos tempos em que escrevia Valdez, após a beatificação de Martín, havia muito estavam canonizados Santa Rosa de Lima, *San Francisco Solano* e Santo Toribio de Mogrovejo. Mais tarde, seriam canonizados *San Juan Macias* e *San Martín de Porres*. Entre os servos de Deus, que até hoje esperam reconhecimento da Igreja, está o índio Nicolás de Ayllon.

Citamos Ayllon porque representa também uma dimensão religiosa importante, agora relacionada à “*republica de los indios*”. Documento encaminhado pela nobreza

¹ Sobre o contexto da Lima negra, tratamos em *San Martín de Porres: um santo mulato no Vice-Reino do Peru*, paper apresentado no 3º Encontro Internacional de História Colonial (Universidade Federal de Pernambuco, Recife 4/7 de setembro 2010).

indígena de Cuzco ao Conselho de Índias, para impulsionar o processo de beatificação do índio indica que essa ação tinha também forte razão política, remetia à causa da evangelização, embora não tenha encontrado eco:

aliento a los demás indios de este Reyno en todas sus Provincias, así los que han venido al conocimiento del verdadero Dios y son hijos d la Iglesia Católica, como a los muchos que permanecen en su gentilidad y habitan las montañas y cordilleras (...) que sabiendo que a un pobre indio como ellos, porque sirvió a Dios, lo aclaman y veneran los españoles, se pueden animar eficazmente a dejar los españoles, se pueden animar eficazmente a dejar los horrores de gentilismo, entrándose por las puertas de la Iglesia a ser hijos de Dios y vasallos de Vuestra Magestad (BARRIOS, 2002: 325)

Quando confrontamos os registros referentes às diversas circunstâncias de manifestação de santidades constatamos que não podemos resumir todo o processo de beatificação e canonização ao reconhecimento imediato da sociedade, e mesmo tomar tal reconhecimento como homogêneo e uniforme. Tomemos por princípio dois momentos que parecem radicais: o reconhecimento imediato da santidade pela sociedade, de uma comunidade circundante e mais ou menos ampliada em suas dimensões; um segundo momento é o trâmite do processo que tem desdobramentos e desenvolvimentos variados para o reconhecimento oficial da Igreja e pode levar séculos.

Nos dois momentos, com suas variações e ritmos complexos, há relações sociais e institucionais tensionadas por jogos de poder e interesses que não se pode desconsiderar. As disputas internas da Igreja, das ordens religiosas entre si, as várias instâncias institucionais religiosas e a administração política estão presentes desde os primeiros movimentos de investigação do Processo Sumario até o final do Processo Apostólico.

Os monarcas intervêm, enviam embaixadores, procuradores, da mesma forma as ordens religiosas, todos buscam assegurar interesses junto à Sagrada Congregação de Ritos em Roma.

Eram tempos de controle sobre o reconhecimento de santos e se pode constatar os cuidados com que se desenvolve o processo de beatificação desde seus começos, no século XVII, para atender a exigências e normas e regras impostas.

Sob a coroa da monarquia católica, num processo de mundialização e universalização de uma cultura religiosa, construía-se a cristandade, constituindo-se em um amplo território.

Os espanhóis, e não só os castelhanos, os distintos grupos originários da península têm a tarefa de evangelizar e hispanizar diferentes povos e sociedades. A monarquia ampliada contém uma diversidade até então desconhecida.

A ordenação do novo conjunto de uma humanidade posta em relação é também a construção de relações e estruturas particulares e articuladas do Estado e da Igreja, atores relevantes no contexto.

Nessas relações o reconhecimento de santidades vinculadas aos diferentes grupos raciais tem particularidades que expressam circunstâncias, construções, significados de demanda de legitimidade que não podem ser naturalizadas.

Os registros dos processos de beatificação e canonização constituem registros privilegiados para a observação dessas biografias e sociedades, desde que sejam submetidos à cuidadosa análise crítica. A comparação de registros de diferentes processos seria provavelmente muito frutífera.

Referências Bibliográficas

- BARRIOS, Rafael Sánchez y Concha. Los santos y las concepciones políticas y sociales en el Perú virreinal. In: **Hispania Sacra**. Madrid: CSIC, 2002, vol.54, nº109. Disponível em: <<http://hispaniasacra.revistas.csic.es>>. Acesso em 18/03/2011.
- CAVALLINI, Giuliana. **St. Martín de Porres**. EUA: TAN Books ans Publusers, 2000.
- CAUTI, Fernando Iwasaki. Fray Martín de Porras: Santo, ensalmador y sacramental. In: **Colonial Latin American Review**, 3: 1, p.159-160. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/10609169408569827>>. Acesso em 12/10/2010.
- CUSSEN, Celia L. Iconografias de un santo mulato, Lima, siglos XVII-XVIII. In: **Cyber Humanitatis**. Santiago: Universidad de Chile, 2006, nº39. Disponível em: <http://www.cyberhumanitatis.uchile.cl/CDA/texto_simple2/0,1255,SCID%253D20020%2526ISID%253D689,00.html>. Acesso em 21/03/2011.
- DUTHURBURU, Jose Antonio Busto. **San Martín de Porras** (Martín de Porras Velázquez). Lima: Universidad Católica del Perú/Fondo Editorial, 2001.
- MARTIN, Jose Ramon Jouve. **Esclavos de la ciudad letrada**: esclavitud, escritura y

colonialismo en Lima, 1650-1700. Lima: Instituto de estudios Peruanos, 2005.

MEDINA, Fray Bernardo. **Vida Prodigiosa del Venerable Siervo de Dios Fr. Martín de Porras, Natural de Lima, de la Tercera Orden de N. P. Santo Domingo.**

Madri, 1675.

PROCESO de Beatificación de fray Martín de Porres: Volumen I Proceso Diocesano. Años 1660, 1664,1671. Secretariado de “Martín de Porres” Palencia España. 1960.

VALDEZ, Manuel. **Vida admirable del Bienaventurado Fray Martín de Porres.**

Lima: Huerta y Cia Editores, 1863.

**RECEPÇÃO DA PSICANÁLISE PELA PSIQUIATRIA NO RIO DE JANEIRO (1914-1944):
ATORES, FONTES E HORIZONTES DE EXPECTATIVAS**

Rafael Dias de Castro*

Aparatos teórico-metodológicos para a pesquisa sobre a recepção da psicanálise no Rio de Janeiro

Ao iniciar o estudo sobre a recepção da psicanálise no Rio de Janeiro, é necessário salientar que o historiador não pode e nem deve julgar ou ajuizar a maneira como determinada obra é entendida pelos leitores, nem valorizar determinadas recepções (julgadas mais corretas ou próximas dos originais) em detrimento de outras: *“It is not only rare but almost forbidden that a literary historian should hold judgments of quality concerning the works of the past ages”*. (JAUSS, 1982: 5)

A partir desta constatação, a metodologia, os conceitos e terminologias da *Estética da Recepção* podem ser esclarecidos, pois se delimita o princípio-chave de tal proposta: não existem interpretações falsas ou corretas quando se fala em recepção de textos, mas sim que a *experiência estética* na *recepção* de determinado texto perpassa não somente pelo *horizonte de expectativas* do produtor e receptor, como também pela *compreensão do sentido do texto* que se revela a partir da práxis histórica e social de onde este é produzido e recebido:

Quem deseja apreender as condições de diferentes constituições do sentido sobre um texto deve pesquisar *as interações entre um autor e seus leitores*, pois *a ação social do autor é tanto condição para a compreensão do texto pelo leitor, como a ação social, provável dos leitores, age como premissa para a produção textual do autor*. (GUMBRECHT, 2001: 175)

Acompanhando o estudo de Alejandro Dagfal (2004), percebe-se a necessidade de explicar, também, que entre os textos pertencentes ao campo literário e aqueles que pertencem ao campo da psicologia existem diferenças:

Aunque el simple placer estético no sea su objetivo principal, la producción y recepción de este tipo de textos [textos psicológicos] también están condicionadas por los cánones literarios de cada época, que determinan en el lector una cierta afinidad o un rechazo que no pueden explicarse solamente por

* Doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz (RJ), sob a orientação da Prof. Dra. Cristiana Facchinetti.

razones inherentes a los «contenidos teóricos». Es que en el estilo de enunciación de las ideas, en su articulación, en su forma misma, ya hay en juego algo del orden de lo estético que, independientemente del «contenido propiamente dicho», favorece o no la aceptación de determinados enunciados. (DAGFAL, 2004: 12)

De acordo com Dagfal (2004), quando um autor escreve uma obra de psicologia o faz por razões e interesses intelectuais que são muitas vezes sociais e idiossincráticos, além de serem compartilhados pelos pares: “Parafrazeando a Jauss, podría decirse que todo autor es en primer lugar un lector, que como tal está atravesado por la fusión de un horizonte de expectativas disciplinar y otro horizonte de expectativas más general, propiamente social” (p. 13). Sendo assim, segundo ele, interessaria reconstruir tais horizontes de expectativas: “A partir de allí podrán entenderse operaciones de lectura que, en otro tiempo o en otro lugar habrían resultado descabelladas, omisiones imperdonables o sincretismos que habrían parecido ridículos” (p. 16).

Neste sentido, deve-se observar o horizonte de expectativas interno ao texto e o horizonte de expectativa social. Nas palavras de Dagfal:

Este concepto de horizonte, precisamente, es central para la estética de la recepción, e implica una doble bipartición en los planos diacrónico y sincrónico. Por un lado, permite una continua puesta en relación del presente y el pasado, ya que se aplica tanto al lector (en el momento que interpreta un texto) como al autor (en el momento en que lo escribe), lo cual abre a una continua tensión entre el texto del pasado y el horizonte del presente. Por otra parte, diferencia un horizonte de expectativas de tipo social, más general (sostenido por una precomprensión de la realidad cotidiana, del mundo y de la vida) y un horizonte más propiamente literario, regido por los códigos estéticos de la literatura de la época. (DAGFAL, 2004: 11)

Determina-se, assim, que a recepção dos textos influi sobre o campo de experiência do leitor, da mesma forma que o conteúdo da obra e suas interpretações são vinculados ao horizonte de expectativas tanto do produtor quanto do público leitor. Hans Ulrich Gumbrecht, analisando os estudos sobre a recepção, propõe algumas condições para se avaliar a construção do sentido do texto, tanto pelo autor quanto pelo público leitor.

A perspectiva de Gumbrecht desenvolve-se num processo semelhante a estética da recepção de Jauss mas, de forma mais precisa, tenta proporcionar um aparelho terminológico para responder às questões vinculadas ao ato de recepção e de

constituição de sentido, ampliando assim os objetos e o arsenal metodológico proposto inicialmente por Jauss. Esta ciência da literatura fundada na teoria da ação (sugestão de Gumbrecht para a superação dos impasses da estética da recepção) não tem só como objeto os textos tradicionalmente literários, mas deixa entrever uma ampla consolidação metodológica de uma parte da prática de todas as disciplinas de orientação sócio-histórica: “porque, de um modo geral, o seu campo inclui o conhecimento social dos sujeitos da ação comunicativa, como condição, não tematizada em textos, das interações a que os textos servem de meio”. (GUMBRECHT, 2001: 181)

Para Gumbrecht (2001), a constituição de sentido, como produção do texto por parte do autor e a constituição do sentido como compreensão do texto, por parte do leitor, distinguem-se por aspectos básicos. Ambas as constituições do sentido são, contudo, ligadas por meio da possibilidade de serem descritas como ações e, de modo mais preciso, como ações reciprocamente relacionadas:

A função de cada texto precisa ser determinada pelo menos duas vezes; a primeira, como alteração do conhecimento de seus receptores, intencionada pelo autor (*função intencionada*), a seguinte, como alterações buscadas e realizadas pelos receptores quanto a seu próprio conhecimento (*necessidade/função realizada*). (GUMBRECHT, 2001: 179)

Gumbrecht (2001) propõe que pela seqüência “vivência/experiência/ação”, se podem compreender as etapas do processo de constituição do sentido. O primeiro passo para a pesquisa sobre recepção é a leitura do texto a ser interpretado (obra), com o propósito de desenvolver problemas, a partir dos quais, por meio de exposições e testemunhos dos leitores, se podem colher informações sobre seu lugar na vida: “Devemos por exemplo poder avaliar aproximadamente quando o texto foi produzido, que posição social ocupam os interlocutores, a que servia o texto como meio, que experiências e motivos os uniam ou diferenciavam” (p. 183). O passo seguinte é realizar uma análise da estrutura, onde são indagados todos os fenômenos textuais, do ponto de vista de sua contribuição para a constituição do sentido intencionado e para a realização da alteração intencionada do conhecimento do receptor:

As doações de sentido realizadas por determinados leitores (ouvintes) a um texto e os motivos (necessidades) de suas ações de compreensão só poderão ser reconstruídos com uma certa margem de confiança ao dispormos de

testemunhos, verbalmente articulados, de sua recepção. (GUMBRECHT, 2001: 185)

Esse trabalho de reconstrução do sentido deverá dar acesso não somente aos esquemas de ação e de experiência do produtor do texto, como, além disso, para a reconstrução e para a comparação das constituições de sentido realizadas por diferentes leitores.

A recepção da psicanálise no Rio de Janeiro: atores, fontes e horizontes de expectativas

A definição dos atores partiu, essencialmente, do levantamento de fontes, artigos e/ou outras publicações (livros e palestras), que indicaram vestígios da apropriação da teoria psicanalítica no Rio de Janeiro. Os periódicos consultados foram: *A Folha Medica* (1920-1944), *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1939), *Arquivos Brasileiros de Medicina* (1911-1944), *Arquivos Brasileiros de Neurologia e Psiquiatria* (1905-1942), *Boletim da Academia Nacional de Medicina* (1914-1944), *Boletim de Eugenia* (1929-1933), *Brazil Medico* (1910-1944) e *Imprensa Medica* (1927-1944).¹

O que proponho é uma abordagem que parte dos atores para identificar o horizonte de expectativa dos psiquiatras da época e suas experiências na recepção da teoria psicanalítica. Desta forma, o objetivo de minha tese é compreender e delinear a recepção e apropriação da psicanálise no Rio de Janeiro para a construção de projetos que visavam uma solução para permitir ao Brasil adentrar ao mundo moderno e civilizado. Meu foco são os psiquiatras e suas leituras da teoria de Freud, vislumbradas através da publicação de livros, artigos científicos e palestras ao público médico e leigo (pelo rádio, jornal, na Associação Brasileira de Educação, nas Sociedades Médicas). Meu recorte temporal se inicia no ano de 1914, quando Genserico Aragão de Souza Pinto defendeu sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o título: “*Da psicoanalise: a sexualidade das neuroses*”. Sua tese é considerada pelos médicos seus contemporâneos, e também pela historiografia sobre o tema, como o primeiro esforço sistemático de divulgação e emprego dos princípios freudianos em território brasileiro.

¹ Os periódicos *A Folha Medica*, *Arquivos Brasileiros de Medicina*, *Boletim da Academia Nacional de Medicina*, *Brazil Medico* e *Imprensa Medica* foram consultados devido a sua relevância no contexto médico e acadêmico em questão. Os periódicos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, *Arquivos Brasileiros de Neurologia e Psiquiatria* e *Boletim de Eugenia*, além do motivo citado acima, também foram consultados por serem *locus* privilegiado das discussões dos médicos psiquiatras do período.

Em meados da década de 1940, porém, a psicanálise começa a mudar de características no Rio de Janeiro. Dentre os fatores que contribuíram para essa mudança², está a criação do Centro de Estudos Juliano Moreira (1944), fundado por jovens psiquiatras ligados ao Serviço Nacional de Doenças Mentais, insatisfeitos com a psicanálise ensinada na Faculdade de Medicina pelo professor Henrique Roxo.³ O interesse de tais psiquiatras deslocava-se para o anseio de vinculação à IPA (International Psychoanalytical Association) para formação técnica e especialista, fato que já havia sido alcançado pela Sociedade de Psicanálise de São Paulo em 1937.⁴

No primeiro momento, se identifica um grupo de psiquiatras que apresentavam e discutiam a teoria psicanalítica: Antonio Austregésilo (1914; 1919; 1922), Juliano Moreira (1920), Henrique Roxo (1919; 1921), Afrânio Peixoto (1923), e o aluno de Austregésilo, Genserico Pinto (1914). Destes, Afrânio Peixoto questionava a teoria psicanalítica, Genserico Pinto se apropriava da teoria para o tratamento das neuroses e os demais apresentavam e discutiam a validade, as inovações, as aplicações e os limites de tal conhecimento.

Como se percebe, tais autores eram alguns dos principais psiquiatras cariocas do período. A importância de tais psiquiatras fica evidente na comissão da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, criada para elaborar uma classificação psiquiátrica brasileira:

Por proposta do Prof. Austregésilo foi designada uma comissão para apresentar um projeto de classificação de doenças mentais, o qual pudesse servir de base às estatísticas dos manicômios nacionais. Eleitos membros dessa comissão foram os Drs. Eiras, Afrânio Peixoto, Austregésilo, Roxo e eu [Juliano Moreira]. (Apud: FACCHINETTI; VENÂNCIO, 2006: 152)

² Outro fator que preponderou para a mudança de características foi o fim de projetos coletivos baseados em pressupostos raciais e eugênicos, devido aos contornos que a Segunda Guerra Mundial tomava, com a derrota da Alemanha nazista e a repulsa aos atos empreendidos por aquele país, cerceados por discursos de eliminação das raças consideradas inferiores.

³ Foram seus fundadores: “José Affonso Netto, Danilo Perestrello, Elso Arruda, Julio Paternostro, Oswaldo Domingues de Moraes e Walderedo Ismael de Oliveira. A esse grupo inicial, vieram se juntar mais tarde, José Leme Lopes, Souza Vianna, Januário Bittencourt, Mário Pacheco de Almeida Prado e Marialzira Perestrello” (PONTE, 1999: 80).

⁴ A padronização proposta pela IPA compreendia a análise didática, o ensino teórico e o trabalho clínico supervisionado. Tal sistematização da formação psicanalítica tem início no trabalho desenvolvido, a partir de 1920, no Instituto Psicanalítico de Berlim e foi oficializada como modelo da Associação Psicanalítica Internacional no Congresso de Bad-Hamburg, em 1925. Para mais, conferir: PONTE, 1999.

Genserico Pinto, enquanto aluno e discípulo de Austregésilo, foi o primeiro a sistematizar a teoria freudiana enquanto técnica no tratamento das doenças mentais. A este respeito, é interessante o depoimento de Juliano Moreira:

Nos convencemos de que não era indispensável, pelo menos no momento, a publicação da revista crítica que havíamos feito a mandado da Sociedade Brasileira de Neurologia, e que, aliás, apenas se propunha a vulgarizar as ideias do venerado Professor de Vienna. Depois um interno do Prof. Austregésilo, o Dr. Genserico Pinto, fez da psycho-analyse materia de sua dissertação inaugural. (MOREIRA, 1920: 366)

As expectativas destes intelectuais giravam em torno da definição de um campo de atuação da psiquiatria e no enquadramento das doenças mentais como responsabilidade da ciência psiquiátrica. Eles irão, por exemplo, tentar ampliar a autonomia da psiquiatria para além das fronteiras da instituição asilar, no intuito de implantação de um novo modelo de atenção à saúde mental no país.

Em relação à psicanálise, percebe-se que estes psiquiatras tinham como finalidade a vulgarização da teoria freudiana, apropriando-a em suas análises sobre o tratamento e enquadramento das doenças mentais. Como se percebe, tais estudos são importantes por serem parte inaugural da literatura psicanalítica e por servir de fonte de consulta, poucos anos depois, aos psiquiatras que pretenderam sugerir projetos para um Brasil moderno apoiados nos preceitos psicanalíticos.

José da Costa de Medeiros e Albuquerque, membro da Academia Brasileira de Letras e homem de muito prestígio na cidade do Rio de Janeiro, não era médico. Entretanto, devido a sua importância no cenário carioca, pode realizar uma conferência (publicada nos *Archivos Brasileiros de Medicina* em 1919) na Policlínica no Rio de Janeiro apresentando a psicologia de Freud e suas teorias sexuais. Mesmo não se enquadrando no campo médico-psiquiátrico, suas exposições sobre Freud são cruciais para se discutir a recepção da psicanálise no Brasil por privilegiar uma abordagem centrada mais na teoria do que na aplicação médica, que não era seu campo de atuação. (MEDEIROS e ALBUQUERQUE, 1919; 1922).

Considerado o grande entusiasta da teoria psicanalítica em solo brasileiro, Julio Pires Porto-Carrero inicia, segundo ele próprio, seus estudos sobre a psicanálise em 1918. Em 1923, torna-se membro da *Liga Brasileira de Higiene Mental* e começa a

estudar com afinco a teoria de Freud. Antes disso, no ano de 1922, ele publica um artigo pedindo a criação do serviço de neuropsiquiatria e medicina legal para a Marinha Brasileira, instituição na qual atuava como médico e professor:

O surto do progresso da psiquiatria brasileira ainda não encontrou, infelizmente, o devido eco na organização da Saúde Naval. A Marinha Brasileira ainda não possui uma clínica neuropsiquiátrica nos seus hospitais e muito menos um gabinete de psicologia experimental por onde passassem os candidatos ao serviço do mar e onde periodicamente retornassem os que já servem sob a bandeira. (PORTO-CARRERO, 1922: 181)

Neste artigo, a intenção de Porto-Carrero é instituir na Marinha uma consciência médica, para que tal instituição organizasse adequadamente seus serviços de saúde, criando um serviço de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Ao falar em psicologia, ele não menciona Freud, psicanálise ou outro aspecto vinculado a tal teoria.

Durante seus primeiros anos como membro da *Liga*, ele aprofunda seus estudos e começa a se tornar o grande entusiasta da teoria de Freud no Rio de Janeiro. Em 1926, ele divulga nos *Arquivos Brasileiros de Neurolatria e Psiquiatria* um texto onde apresentava os aspectos clínicos da psicanálise: “Não vou trazer novidade: apenas referir alguns aspectos clínicos da psicanálise, segundo se me têm apresentado no decorrer do exame e tratamento de alguns neuroticos”. (PORTO-CARRERO, 1926: 96)

Em 1927, diversos fatores corroboraram para que a psicanálise começasse a ser inserida em debates acerca do desenvolvimento do país e da constituição do povo brasileiro: o acelerado desenvolvimento do movimento sanitarista e sua perspectiva profilática, o pensamento higienista e a crescente difusão do pensamento eugênico no Rio de Janeiro, o surgimento da Sociedade Brasileira de Psicanálise instalada em São Paulo no mesmo ano (que definiu um local importante de discussão da teoria), o Decreto de 1927 que regulamentava a execução dos serviços de assistência aos psicopatas no Distrito Federal. Estas são algumas condições que, se não corroboraram diretamente, deixaram o cenário propício para uma leitura da psicanálise que visasse não somente o tratamento das doenças mentais, mas também a expectativa de defender e projetar as possibilidades que a teoria oferecia para o conhecimento psiquiátrico intervir na população brasileira e moldá-la, para que pudessem, enfim, atingir o patamar civilizado.

Entre 1927 e 1929, os livros de Deodato de Moraes (1927) (que não era médico,

mas contou com a colaboração de Porto-Carrero para escrever seu livro) e de Porto-Carrero (1929) passam a ser referências àqueles que procuravam se apropriar da teoria psicanalítica. Relacionando psicanálise e educação, os autores observavam que os desafios encontrados pela pedagogia poderiam ser solucionados pela via psicanalítica. Porto-Carrero, apresentando o livro de Deodato de Moraes, afirma:

A psychanalyse vem resolver os fundamentos da pedagogia; alguma pedra ha de ficar de pé (...). Freud vem mostrar que o psychismo merece ser estudado, antes de educado, e que não é possível submeter a todos á mesma craveira, ou construir homens em serie, como faz Henry Ford aos seus automoveis (...). Os professores que amam a infancia, os educadores que amam a sua patria muito terão lucrado se lerem e meditarem as paginas que seguem. (PORTO-CARRERO, 1927: 7)

Obviamente, nem todos concordavam com as opiniões expressas por tais autores. O educador Renato Jardim era um dos que criticavam alguns pontos sobre a aplicabilidade da psicanálise à educação. Para ele, o problema estava em que a psicanálise não colocava em questão nenhum dos problemas principais da educação: os fins (a educação como eminentemente social) e os meios (processo de ensino):

A Psychanalyse, com o aprioristico das suas interpretações, com as arrojadas hypoteses não verificadas em que se ergue, com o espirito mystico em que immerge e de que se nutre, não será jamais a orientadora da educação. Não ha no momento e não se prenuncia uma “pedagogia psychanalysta” (JARDIM, 1931: 6)

Percebe-se que o horizonte de expectativas daqueles que se interessavam pela psicanálise se transfere da vulgarização e/ou discussão da novidade teórica de Freud para a possibilidade que a teoria oferecia no enquadramento da identidade da população brasileira para a construção de um projeto para a mesma. No caso do exemplo acima, através da relação entre psicanálise e educação.

Outros vieses também foram seguidos por aqueles que se apropriavam da teoria psicanalítica. Com a criação dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* em 1925 (tendo sido interrompida sua publicação neste mesmo ano, voltando somente no ano de 1929) e do *Boletim de Eugenia* (1929), a teoria psicanalítica passa a ter um local privilegiado de discussão, desenvolvimento e propostas. Nestes e em outros jornais e periódicos, passava-se a discutir soluções para os problemas do alcoolismo (NEVES

MANTA, 1932; AYROSA, 1934), da educação e da conduta sexual (EDITORIAL, 1930; AUSTREGESILO, 1934), dos casamentos e de suas proles (EDITORIAL, 1931; PORTO-CARRERO, 1931), da infância (RAMOS, 1933; 1934). Desta maneira, a leitura que se faz da psicanálise é ampliada de técnica da psiquiatria para tratamento das doenças mentais, em um método capaz de identificar os problemas nacionais e tratá-los de forma com que a população resolvesse seus problemas médicos, psicológicos e eugênicos.

Diversos livros também foram lançados, no intuito de demonstrar, a um público mais amplo, a importância da psicanálise no ajustamento e na prevenção dos problemas médicos e psicológicos da população (NEVES MANTA, 1932; PORTO-CARRERO, 1933; AUSTREGESILO, 1934). Muitos ainda procuravam divulgar a teoria, através de livros e artigos, reafirmando a importância da psicanálise para a psiquiatria e para a solução dos problemas sociais. Dentre eles, Gastão Pereira da Silva (discípulo de Porto-Carrero) foi o mais profícuo, publicando diversos livros (SILVA, 1931; 1934) e diversificando a aplicação da teoria (em 1934, por exemplo, Gastão Silva criou na revista “Carioca” a coluna ‘Psicanálise dos sonhos’, onde analisava sonhos que chegavam a ele através de cartas de leitores).

Em última instância, partindo de pressupostos psicanalíticos, o projeto destes psiquiatras definia quem se inseria dentro daqueles que consideravam passíveis de serem civilizados, daqueles que não se enquadravam.

Considerações finais

Em meio a debates a respeito da “função do médico no saneamento social” (BOCCANERA, 1932) e incorporada aos projetos de construção do modelo ideal para o brasileiro, alguns psiquiatras se apropriaram da psicanálise para que um projeto para civilizar o Brasil pudesse vir a ser proposto e alcançado. Neste sentido, a psicanálise pode ser vista como uma doutrina capaz de dar conta não só da explicação dos sintomas e das origens dos problemas mentais mas, sobretudo, da prevenção, detecção e correção dos mesmos.

Definido os atores e seus interesses, identifica-se com maior precisão o grupo dos psiquiatras interessados em se apropriar da teoria psicanalítica, assim como as expectativas que estes possuíam. Situando o contexto social e médico do período,

percebe-se como a mudança de expectativas se dá dentro de um contexto do acelerado desenvolvimento do movimento sanitaria (a partir de 1918), aliado a um pensamento higienista e à crescente difusão do pensamento eugênico, onde a psicanálise começa a ser inserida em debates acerca do desenvolvimento do país e da constituição do povo brasileiro.

Proponho, com isso, que a difusão da psicanálise no Rio de Janeiro, nas décadas de 1920 e 1930, se deu através de discursos médicos psiquiátricos que tentavam dar conta de detectar, educar e corrigir os comportamentos da população brasileira considerados inconvenientes, com ênfase no tratamento (alcoolismo, criminosos) e na prevenção dos mesmos (infância, consultas pré-nupciais). Tais eram os projetos destes psiquiatras para o Brasil moderno, sendo a teoria psicanalítica fundamental para alcançar seus objetivos.

Referências Bibliográficas

- AUSTREGÉSILO, Antonio. **Conduta sexual**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1934.
- _____. Debilidade nervosa. In: **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal**, anno X, nº 1 e 2, 1914.
- _____. Psycho-analyse nas doenças mentaes e nervosas. In: **Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, ano 4, v. 1, n. 1/2, p. 87-114, agosto 1922.
- _____. Sexualidade e Psico-Neuroses. In: **Arquivos Brasileiros de Medicina**, anno IX, Rio de Janeiro, 1919.
- AYROSA, Carneiro. O alcoolismo – suas raízes psicologicas segundo a psychanalyse. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, anno VII, nº 1, janeiro-março de 1934.
- BOCCANERA, Silio. O medico em função do saneamento social. In: **Brazil Medico**, ano 46, número 53, 31 de dezembro de 1932.
- DAGFAL, Alejandro. Para una “estética de la recepción” de las ideas psicológicas. In: **Frenia**, volume IV, nº 2, 2004.
- EDITORIAL. Consulta pré-nupcial. In: **Boletim de Eugenia**, anno 3, nº 36, dezembro / 1931.

- _____. Inquerito sobre educação sexual. In: **Boletim de Eugenia**, anno 2, nº 24, dezembro / 1930.
- FACCHINETTI, Cristiana; VENÂNCIO, Ana T. Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. IX, 2006.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia básica e métodos de uma ciência da literatura fundada na teoria da ação. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- JARDIM, Renato. **Psychanalyse e educação**. Resumo comentado da doutrina de Freud e crítica de sua aplicabilidade à educação. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.
- JAUSS, Hans Robert. Literary history as a Challenge to Literary Theory. In: **Toward an Aesthetic of Reception**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- MEDEIROS e ALBUQUERQUE, A. A psicologia de um neurologista – Freud e as suas teorias sexuais. In: **Arquivos Brasileiros de Medicina**, anno IX, Rio de Janeiro, 1919.
- _____. **Graves e Fúteis**. Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1922.
- MORAES, Deodato de. **Psicanálise e Educação**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927.
- MOREIRA, Juliano. O pan-sexualismo na doutrina de Freud, pelo Prof. Franco da Rocha. In: **Brazil Medico**, ano 34, nº 23, 5 de junho de 1920.
- NEVES MANTA, Inácio. **A Psicanálise da Alma Coletiva**. Rio de Janeiro: Flores e Mano, 1932.
- _____. Psychanalyse do alcoolista e therapeutica da psychose alcoolica. In: **Imprensa Medica**, ano VIII, nº 133, 20 de dezembro de 1932.
- PEIXOTO, Afrânio. **Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional**. São Paulo: Companhia Nacional, 1923.
- PINTO, Genserico Aragão de Souza. **Da psicoanalise: a sexualidade das neuroses**. Tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1914.

- PONTE, Carlos Fidelis da. **Médicos, psicanalistas e loucos**: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. Outubro de 1999.
- PORTO-CARRERO, Julio Pires. Aspectos clinicos da psychanalyse. In: **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, III e IV trimestres, 1926.
- _____. É aconselhável um tal casamento? In: **Boletim de Eugenia**, anno 3, nº 36, dezembro / 1931.
- _____. **Grandezas e Misérias do Sexo**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1929.
- _____. Prefácio. In: MORAES, Deodato de. *Psicanálise e Educação*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927.
- _____. **Sexo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, Waissman, Koogan, 1933.
- _____. Um serviço de Neuropsiquiatria e Medicina Legal para a Marinha Brasileira. In: **A Folha Medica**, anno 3, nº 16, 15 de agosto de 1922.
- RAMOS, Arthur. A technica da psychanalyse infantil. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, anno VI, nº 3, julho-setembro, 1933.
- _____. Os furtos escolares. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, ano VII, nº 3, junho-setembro, 1934.
- ROXO, Henrique. Doutrina de Freud. In: **Manual de Psiquiatria**. (4ª Ed.) Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1946. (1ª Ed: 1921).
- _____. Sexualidade e demência precoce. In: **Archivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, 1º trimestre, 1919.
- SILVA, Gastão Pereira da. **A Psico-Analyse**: ensaios. Rio de Janeiro: Aderseb, 1934.
- _____. **Para compreender Freud**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

**ENTRE AS LETRAS E O BISTURI:
O DR. MANUEL SEGUNDO WANDERLEY E O QUADRO MÉDICO E CULTURAL DA CIDADE
DO NATAL EM TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX**

Ildegarde Elouise Alves*

“Médico, diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, sua vida foi mais um poema do que um bisturi”

(Jaime Wanderley)

Aspectos introdutórios

O presente trabalho faz parte das atividades do projeto “Práticas Médicas em Natal na Primeira República” do grupo de pesquisa “Os espaços na Modernidade” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Um dos objetivos desse projeto está em organizar conjuntos documentais para o estudo das práticas médicas em Natal no primeiro período republicano, devido as poucas pesquisas realizadas nesse âmbito em nosso estado, como veremos mais a frente. Nossa pesquisa é cercada por dificuldades no tocante a uma bibliografia específica, resultado dessas poucas pesquisas. Dessa forma, ao longo do desenvolvimento do nosso projeto trabalhamos com a bibliografia em questão e principalmente com a documentação disponível para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

No decorrer da pesquisa, um nome nos chamou atenção no quadro de transição dos séculos XIX para o XX: o Dr. Manuel Segundo Wanderley, que figurava com frequência nas notas do principal jornal da cidade, *A República*, tanto pelos seus feitos como médico imbuído de cargos públicos, como artista consagrado pelas elites e pelo povo. Começamos então a verificar o que já havia sido produzido sobre esse personagem e detectamos que o mesmo é ainda pouco estudado e referido na historiografia potiguar sendo o artista mais visualizado que o médico.

O Dr. Manuel Segundo Wanderley (1860-1909) foi uma figura bastante conhecida na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, pela sua intensa participação no espaço médico e cultural da cidade no final do século XIX e início do

* Aluna da graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista de Iniciação Científica no projeto “Práticas Médicas em Natal na Primeira República”, orientado pelo Professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha e fomentado pela PROPESQ/UFRN.

XX. Segundo Wanderley, de tradicional família no cenário potiguar, conclui seu curso pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1886, retornando à Natal em 1889, com família formada e livros publicados, e passa a figurar no cenário médico e cultural da cidade.

Na questão cultural, Segundo Wanderley atuou como teatrólogo, poeta e romancista, se tornando um dos artistas mais conhecidos da capital. Seus poemas se tornaram presenças constantes nos eventos oficiais no período de conformação do Estado Republicano. Os eventos teatrais, escritos e produzidos por este personagem, foram durante o fim do XIX, um dos principais divertimentos sociais da capital potiguar. Tal figura, mesmo com importância reconhecida, foi e continua sendo pouco estudada pelos pesquisadores locais. No campo da cultura, Segundo Wanderley é bastante citado em diversos trabalhos, antigos e recentes, devido a sua forte atuação nessa área, sem, contudo, receber estudos mais aprofundados.

No campo médico, mais necessariamente em uma historiografia da medicina potiguar (praticamente inexistente) o papel de Segundo Wanderley é ainda menos explorado que no campo cultural, possivelmente pelo fato de que os estudos voltados para uma história da medicina do Rio Grande do Norte contemplam principalmente a prática médica a partir do início do século XX, sem lançarem um olhar mais crítico a importância da última década do século XIX. Nesse contexto, a figura de Segundo Wanderley é de fundamental importância para a compreensão da legitimação do saber médico no Rio Grande do Norte em fins do XIX e primeiros anos do século XX, onde atuou como Inspetor da saúde do Porto (1891), médico adjunto do Hospital da Caridade (1894) e Inspetor de Higiene Pública (1897), além de outras funções. Foi também o primeiro médico no Estado a elaborar medidas de intervenção direta do poder público no meio social, sendo ainda o primeiro a apresentar um “Plano Sanitário para Natal” em 1896, ainda como médico adjunto do Hospital da Caridade, tendo assumido a Inspeção de Higiene Pública no ano seguinte.

O presente trabalho visa realizar uma análise do que se produziu historiograficamente sobre a figura de Segundo Wanderley no campo cultural e médico da Natal em transição para o século XX, buscando perceber porque a figura do artista Manuel Segundo Wanderley é mais explorada pelas pesquisas antigas e atuais, que a do médico Dr. Segundo Wanderley.

O Dr. Manuel Segundo Wanderley e o quadro médico e cultural da cidade do Natal em transição para o século XX na historiografia potiguar

a) Segundo Wanderley na historiografia médica potiguar

A produção de estudos referentes às práticas e saberes médicos em Natal, em especial na Primeira República, são poucos, principalmente por parte dos historiadores, sendo que, a maior parte destes são monografias e projetos de mestrado ainda em desenvolvimento. Quem mais produz a respeito de tais questões são médicos locais como Iaperi Araújo em publicações como *História da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte* e a biografia *Januário Cicco: um homem além de seu tempo*, e ainda Clóvis Travassos Sarinho em *Hospitais do Rio Grande do Norte*, dentre outras.

Os estudos voltados para uma História da Saúde em Natal no primeiro período republicano estão imbuídos, principalmente, no contexto de uma História Urbana, ou seja, a produção historiográfica existente até o momento está relacionada à história urbana da cidade do Natal no âmbito da saúde pública. Esta historiografia tem contemplado aspectos urbanísticos, arquitetônicos, ambientais e técnicas sendo que, as questões referentes a saúde pública e as práticas oriundas dessas apenas são colocadas em questão quando o pensamento médico, higienista e sanitário vão influenciar na formação e transformação do espaço urbano, como a obra de Pedro de Lima, intitulada *Saneamento e Modernização em Natal: Januário Cicco, 1920*.

Autores tidos como tradicionais na historiografia potiguar também se debruçaram timidamente sobre a temática. É o caso de Itamar de Souza em seu livro *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, no qual o autor dedica apenas quatro páginas para a questão da saúde pública na temporalidade estudada. Em meio a esses autores, é Camara Cascudo que dará uma maior ênfase à questão médica no estado em muitas das suas obras, sendo que é em sua clássica *História da Cidade do Natal* em que o autor faz um apanhado interessante e um pouco mais amplo sobre a questão da medicina e da doença ao longo da história natalense, principalmente de meados do século XIX e início do XX.

Segundo Wanderley só aparece em duas das obras citadas: *Hospitais do Rio Grande do Norte* e *História da Cidade do Natal*. No primeiro apenas como figurante no

processo de fim das atividades do antigo Hospital da Caridade em 1905, no segundo se apresenta de forma mais ativa e com importância reconhecida no quadro de transição das práticas médicas potiguares na virada para o XX.

Nas outras obras, o não aparecimento do Dr. Manuel Segundo Wanderley pode ser compreendida pelo fato de as mesmas estarem focadas num outro momento do quadro médico da cidade, a partir de 1909, com forte ênfase na década de 1920 onde o saber médico, já legitimado, “colhe os frutos” de um processo iniciado anos antes, no fim do século XIX, onde Segundo Wanderley é o principal protagonista.

b) Segundo Wanderley na historiografia cultural potiguar

As análises literárias do nosso estado são bem mais profícuas que as do campo da medicina e nessa, Segundo Wanderley tem papel garantido. Esse reconhecimento se dá principalmente pelo fato de ser o período de atuação do artista de fundamental importância para a consolidação dos ideais republicanos no estado e de uma nova forma de se utilizar a arte e da mesma ser percebida pelos patricios. Com a chegada de Segundo Wanderley à Natal se iniciam as manifestações artísticas em variadas vertentes de formas até então pouco vistas na capital potiguar.

Com a chegada de Segundo Wanderley chegam os livros que este trazia da Bahia de sua própria autoria, o que estimula a publicação de outros livros de artistas potiguares, as organizações literárias surgem aos montes na pequena cidade, como o *Le Monde Marche*, Congresso Literário, Castro Alves e Centro Polimático, todos com os seus devidos órgãos de publicação – Oásis, A Tribuna, O Iris e Revista do Rio Grande do Norte, respectivamente . O teatro passa a ser um dos principais divertimentos da cidade e no entanto, é por uma crítica recebida que Segundo Wanderley vai ser lembrado na historiografia potiguar, são as críticas de Antônio Marinho de 1901, publicadas em *A Tribuna*, primeira do gênero no estado que chocou a população erudita natalense e lançou uma dúvida aos méritos do notório Wanderley.

Nela, Marinho acusa Segundo de ser um gênio retardatário, que seria melhor aproveitado se trocasse os hábitos condoreiros por uma roupagem mais moderna, como se exigia as novas vertentes literárias. Segundo Wanderley responde com um Carta Aberta, pelo mesmo órgão, que lança a Marinho ao silêncio pela elite natalense. Nos deteremos agora ao que se produziu na historiografia potiguar acerca do artista Manuel Segundo Wanderley.

Os primeiros que se propuseram a apresentar um quadro dos poetas potiguares foram Ezequiel e Rômulo Wanderley. O primeiro com *Poetas do Rio Grande do Norte* da década de 1920 e o segundo com *Panorama da Poesia Norte-rio-grandense* já da década de 1930. Ambos apresentam traços biográficos sobre Segundo Wanderley, explicando sua filiação a escola condoreira pela influência dos anos de estudo na Bahia, onde teria tido uma forte aproximação com a produção de Castro Alves. Ressaltam também as outras atividades do artista, como médico e professor, apresentando ainda a bibliografia do mesmo.

Em *Alma Patrícia*, publicado pela primeira vez em 1921, Cascudo se propõe a fazer uma análise crítica de uma série de escritores já consagrados no Rio Grande do Norte até o período da publicação, dentre os quais, está Manuel Segundo Wanderley. A este autor, Câmara Cascudo faz uma longa análise crítica sobre toda a sua obra em diversas das suas variáveis, analisando o Segundo Wanderley poeta nos vários estilos que se apresentou, detendo-se principalmente à imagem do romântico e do condoreiro; o dramaturgo; o prosista. Destacou ainda a importância do mesmo nos meios e eventos públicos da cidade, não deixando de lado as considerações sobre a vida deste indivíduo e da sua relação com a elite política local.

Uma consideração importante de Cascudo está em tentar explicar o sucesso do poeta, a quem considerava, como alguns outros de seu tempo, como anacrônico. Para Cascudo, Segundo Wanderley fez sucesso porque soube perceber que a população (que de acordo com o autor de *Alma Patrícia* não tinha condições intelectuais de entendê-lo e menos ainda criticá-lo), quando tocada em seus sentimentos, se empolgava com os seus versos e o aplaudia. Daí o fato do poeta condoreiro buscar se apresentar sempre em eventos públicos onde as diversas camadas da população estivessem presentes, pois o arrebatamento das emoções do povo confirmariam o seu prestígio. Assim Cascudo descreve esse quadro

Entre todos os poetas, Manuel Segundo Wanderley foi o que possuiu maior soma de aplausos e de encomios. Recebeu manifestações, associações tiveram o seu nome, versos e livros eram arrebatados pelo público ávidos das tonitruâncias garrulas do nosso condoreiro fora de tempo. [...] A ação do estro de Segundo Wanderley foi considerável. De 1883 começa a surgir. Em 1889 tem início o ciclo das suas glórias, findas em 1909 com a sua morte. No teatro, no jornal, nos versos, nos discursos, Segundo foi o mestre consagrado pelo Povo. Ninguém o acusava de extemporâneo, nem tampouco a multidão entendia de estética para o julgar. Limitava-se a adorá-lo.(CASCUDO, 1991: 75)

Interessante notar que as críticas apresentadas por Cascudo à Segundo Wanderley não foram diferente daquelas apresentadas pelos poucos contemporâneos que o submeteram à críticas: Henrique Castriciano e Antônio Marinho. Cascudo se apóia principalmente no último para redigir suas críticas, discordando em esparsos aspectos e concordando na maior parte deles, muitas vezes repetindo a opinião do mesmo.

Em textos posteriores, como *Lembrando Segundo Wanderley*, que aparece como posfácio de uma coletânea de poemas de Segundo Wanderley em 1955, 34 anos após a publicação de *Alma Patrícia*, o tom crítico se apaga e cede lugar ao elogio. O condoreirismo outrora criticado se torna o diferencial do autor, especial justamente por não trair os seus ideais e influências oriundas dos anos de estudo na Bahia. O sucesso apresentado antes como fruto da aceitação de um público não especializado passa a ser explicado como o fruto de um trabalho de um artista que não se importou em apresentar o que acreditava.

O ano de 1960 marca o centenário de nascimento de Manuel Segundo Wanderley e uma série de estudos serão realizados a seu respeito. Nesse contexto, Tarcísio de Medeiros escreve nesse ano um texto publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN chamado *Segundo Wanderley e o Instituto Histórico*. Nele se apresentam considerações sobre a sua passagem como sócio do IHG/RN e a reação da instituição quando da sua morte. Faz ainda considerações à produção literária do artista.

O número seis da Revista da Academia Norte Rio Grandense de Letras de 1960 foi uma homenagem ao centenário de nascimento de Manuel Segundo Wanderley. Nesse número se encontra uma seleta de textos, que segundo consta na introdução, foram os melhores da semana de comemoração do centenário do artista. O conjunto é formado por dez textos, são estes: *Segundo Wanderley, o poeta dos heróis, dos mártires e dos artistas*, de Rômulo Wanderley; *Segundo Wanderley num rápido esquema das nossas Letras*, de Esmeraldo Siqueira; *Segundo Wanderley – O poeta das multidões*, de Palmira Wanderley; *Segundo Wanderley – teatrólogo*, de Ivo Filho; *Notas para o estudo de Segundo Wanderley*, de Rodrigues de Melo; *Duas naus de espanto*, de Newton Navarro; *Segundo Wanderley, sua vida, sua obra*, de Jaime Wanderley; *Segundo Wanderley: lírico, patriota, boêmio*, de Maria de Lourdes Trindade e Os

Wanderley no Rio Grande do Norte, de Luís da Câmara Cascudo.

Os textos em questão, de títulos bastante atraentes, são em grande medida análises bastante pessoais em torno da figura de Segundo Wanderley, tendo como plano de fundo, sua produção artística. O único texto que foge a essa regra é o de Rodrigues de Melo, onde se apresentam, além de informações sobre a vida do artista, uma série de referências documentais sobre Segundo Wanderley em livros, revistas e jornais, bem como importantes informações que transpassam o cristalizado sobre o que se apresenta sobre obra do médico poeta.

Já em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, dois pesquisadores colocam Segundo Wanderley no centro das discussões acadêmicas. São estes Sônia Othon e Tarcísio Gurgel.

Sônia Othon em *Dramaturgia da Cidade dos Reis Magos e Vida Teatral e Educativa na Cidade dos Reis Magos*, faz um trabalho de análise até então raramente explorado no âmbito dos estudos locais: a análise da história do teatro natalense até o início do século XX. No primeiro livro, as análises são mais sucintas, limitando-se a apresentar os autores e o que produziram. Dentre eles, Segundo Wanderley. Já a segunda obra, apresenta um caráter muito mais problematizador, na medida em que busca entender a prática teatral como elemento central para a educação dos populares e espaço de sociabilidades, ganhando destaque principalmente em fins do século XIX para o início dos XX, com o advento dos grupos amadores de teatro, entidades literárias e espaços para apresentações.

Sobre Segundo Wanderley especificamente, Othon em *Vida Teatral e Educativa* explicita o caráter pedagógico da obra de Segundo Wanderley da seguinte forma

Assim, educar pela festa e pelo teatro foi a causa abraçada pelo médico Manuel Segundo Wanderley quando retornou a Natal vindo da Bahia, como médico recém formado em 1889. preservando o 'hobby' intelectual do pai, o também médico, poeta e dramaturgo Luiz Carlos Lins Wanderley. Manuel Segundo partiu para escrever recitativos, dramas, comédias e revistas, peças quase todas encenadas por autores norte-rio-grandenses e, até por profissionais itinerantes que aqui se apresentaram. (OTHON, 2006: 100)

Mais adiante, Sônia Othon acrescenta

Percebe-se que Segundo Wanderley era um dramaturgo enriquecido pelo educador que existia nele, dando ênfase à pedagogia cultural do teatro pela ótica dos saberes científicos modernos, pela participação social da mulher e

acreditando que o aperfeiçoamento moral, político, social e estético de homens, mulheres, crianças e jovens poderia ser alcançado pela inserção da arte teatral como entretenimento na sociedade do trabalho. (OTHON, 2006: 112)

Tarcísio Gurgel é sem dúvida o autor contemporâneo que mais se dedicou ao estudo da obra de Segundo Wanderley em três textos clássicos para a compreensão do quadro cultural natalense do início do período republicano. São essas obras o artigo publicado pelo jornal O Galo, em 1999, com o título *Marinho x Segundo (pequena história de um escândalo na literatura potiguar)* e os livros *Informação da literatura potiguar* de 2001 e *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar*, de 2009, resultado da tese de doutoramento do autor.

Nos três textos citados, Gurgel analisa Segundo Wanderley em dois pontos específicos: o primeiro como o artista propagandista dos ideais republicanos, e justamente por isso acolhido no seio da elite política e cultural potiguar e o segundo, pela crítica sofrida pelo estudo de Antônio Marinho chamado “Segundo Wanderley como dramaturgo e como poeta”, publicado pelo periódico *A Tribuna* em três números de 1901, onde apresenta uma crítica ferrenha a obra do já consagrado artista Segundo Wanderley. O criticado responde a crítica sofrida com uma Carta Aberta, publicada pelo mesmo órgão. A Antônio Marinho, que falecera naquele mesmo ano, foi resguardado o silêncio, de uma Natal que tinha grande admiração por Segundo, e que pouco conhecia Marinho.

c) Segundo Wanderley na historiografia tradicional potiguar

No campo de trabalhos historiográficos sobre o Rio Grande do Norte, nossa produção é rica em trabalhos que estão focados principalmente numa visão política dos acontecimentos, que pouco ressaltam ou problematizam questões como cultura, conflitos sociais, sociabilidades etc. Mesmo obras recentes, quando destinadas a uma visão geral da história local, como *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, de Denise Monteiro, lançada em 2001 e que prioriza principalmente os aspectos políticos e econômicos da história local.

O diferencial está acontecendo na publicação de obras específicas, frutos de pesquisas de pós-graduações, que se expandiram se forma significativa nos últimos anos no estado, no entanto, estas não são o foco desta parte do trabalho, que visa perceber como estão apresentados o quadro cultural e médico local por meio de uma

historiografia tradicional da história do estado do Rio Grande do Norte, considerando especificamente o primeiro período republicano.

A primeira obra abordada é de autoria de Tavares de Lyra, primeiro a escrever uma síntese da história do estado, denominada *História do Rio Grande do Norte*, publicado na década de 1920. a obra toda é imbuída de um forte discurso político factual, não adentrando em outras perspectivas. No entanto, ao fim do livro, Tavares de Lyra elabora uma lista de 50 potiguares, segundo o autor, ilustres, que morreram antes de 1910, dentre eles, Manuel Segundo Wanderley. Dele escreve Tavares de Lyra: “Médico, professor, jornalista, dramaturgo, comediógrafo, orador e político, assinalou-se como homem de altíssimo valor e todos os campos que exerceu a sua atividade; mais foi sobretudo um grande poeta, cuja memória será inesquecível na sua terra.” (LYRA, 1998: 420).

Também Rocha Pombo em sua obra *História do estado do Rio Grande do Norte* confere um lugar à Segundo Wanderley em seu livro, numa parte denominada As Letras no Rio Grande do Norte. Interessante notar que essa obra escrita na mesma época que a obra de Tavares de Lyra e por um autor que nunca esteve no Rio grande do Norte contemple um aspecto raramente discutido nas sínteses históricas potiguares. Bem verdade que as considerações feitas à Segundo Wanderley por Rocha Pombo são baseadas em um artigo de Luiz Fernandes, como nos afirma o anteriormente citado Rodrigues de Melo e atingem unicamente a vertente artística de Segundo.

Luís da Câmara Cascudo também escreve sua *História do Rio Grande do Norte*, já na década de 1920. Também apresenta uma história primordialmente política e, incrivelmente, um dos maiores conhecedores da literatura potiguar não se dedica a uma análise da mesma na citada obra. Surge o quadro médico, apresentado nebulosamente, onde se passa do período imperial à 1909, ano da morte de Segundo Wanderley e inauguração do novo Hospital da Caridade sem nenhuma citação às condições, surgidas no período da transição do século XIX ao XX, que propiciaram o surgimento das novas perspectivas médicas a partir de 1909. O nome de Segundo Wanderley, de fundamental importância nesse contexto de transição, não é citado uma só vez.

Em estudo posterior, na década seguinte, chamado *História da Cidade do Natal*, Cascudo corrige essa falha e insere entre os dois períodos médicos o quadro sanitário do fim do XIX e os tratamentos as epidemias do período e destaca a atuação do então

Inspetor de Higiene, o Dr. Manuel Segundo Wanderley e o chamado Plano Sanitarista para Natal, o primeiro do gênero na cidade. Nos campos destinados a vida cultural da cidade, Segundo Wanderley também aparece, principalmente pelas peças teatrais por ele escritas e produzidas.

Por fim, Itamar de Souza em seu livro *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, dedica apenas quatro páginas para a questão da saúde pública na temporalidade estudada, e como Cascudo em sua história do Rio Grande do Norte, o autor já inicia a sua análise a partir de 1909, destacando o papel de Januário Cicco, saltando para a década de 1920, enfatizando a ação do médico Varela Santiago, principalmente na construção do Leprosário São Francisco de Assis, em 1929. Também a vida cultural da cidade na Primeira República não é contemplada nesta obra.

Podemos perceber então, que, do ponto de vista de uma historiografia tradicional potiguar, o campo das letras e da medicina é pouco trabalhado. Mesmo assim, a figura de Manuel Segundo Wanderley aparece pontualmente, sendo que o artista, é geralmente mais visível que o médico.

Considerações finais

Neste trabalho, tivemos a intenção de apresentar o que a historiografia potiguar, em aspectos culturais e médicos nos apresentava sobre uma importante figura de ambos os cenários: o Dr. Manuel Segundo Wanderley. Notamos então a deficiência da mesma não apenas por não tratar desse personagem, mais por não garantir a devida importância a um importante momento da história potiguar, que é o período de transição do século XIX para o século XX.

O período abordado é de fundamental importância para o estudo das práticas médicas e culturais da cidade na medida em que aquele foi um momento de afirmação de novos valores, não diferentes do contexto nacional, em que valores de higiene e civilidade representam o ideal do que queria ser a jovem república, baseada nos preceitos da ordem e do progresso. A figura do médico passa a ser crucial nessa situação, na medida em que seria o maior agente da regeneração social e em seus preceitos se justificavam as transformações físicas das cidades. A cultura seria a responsável pela mudança da mentalidade da população que se queria educar. A medicina higienizaria o corpo, a cultura, higienizaria os espíritos.

Nesse período de transição, o Dr. Manuel Segundo Wanderley surge como um dos principais “higienizadores” do corpo e do espírito da população natalense, pois atua, tanto no campo da medicina, implantando novas formas de prevenção e tratamentos de doenças e epidemias, quanto no campo da cultura, onde suas poesias eram apresentadas em eventos oficiais e suas peças teatrais como um dos principais divertimentos da capital potiguar, que entrava em sua Belle Époque. Mesmo assim, nossa historiografia não deu a devida atenção nem ao personagem e nem principalmente ao seu contexto histórico.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Iaperi. **Januário Cicco: um homem além de seu tempo**. Natal: EDUFRN, 2000.
- _____. **História da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1955-2005)**. Natal: EDUFRN, 2007.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Alma Patrícia**. Natal: Coleção Mossoroense, 1991.
- _____. Lembrando Segundo Wanderley (Posfácio). In: WANDERLEY, Segundo. **Poesias**. Natal: Tipografia Galhardo, 1955.
- _____. **História da Cidade do Natal**. Natal: IHG/RN, 1999.
- _____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1956.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar**. Natal: Ed. do Autor, 2009.
- _____. **Informação da literatura potiguar**. Natal: Argos, 2001.
- _____. Marinho x Segundo (pequena história de um escândalo na literatura potiguar). In: **Jornal O Galo**. Natal: Fundação José Augusto, dezembro de 1999. Ano XI, nº 12.
- LIMA, Pedro de. **Saneamento e Modernização em Natal: Januário Cicco, 1920**. Natal: Sebo Vermelho edições, 2003.

- LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.
- MEDEIROS, Tarcísio. Segundo Wanderley e o Instituto Histórico. In: **REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia da Imprensa, v. LIII. 1960.
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.
- MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OTHON, Sônia. **Dramaturgia da Cidade dos Reis Magos**. Natal: EDUFRN, 1998.
- _____. **Vida Teatral e educativa na Cidade dos Reis Magos – Natal, 1727 a 1913**. Natal: EDUFRN, 2006.
- POMBO, Rocha. **História do estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.
- REVISTA da Academia Norte Rio Grandense de Letras**. Homenagem ao centenário de Manuel Segundo Wanderley (1860-1960). Natal: 1960, Ano VIII, nº 6.
- SARINHO, Clovis Travassos. **Hospitais do Rio Grande do Norte** (notas, apontamentos, história). Natal/RN, 1988.
- SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Senado Federal, 1989.
- WANDERLEY, Ezequiel. **Poetas do Rio Grande do Norte**. Edição FAC-SIMILAR. Atualização e notas de Anchieta Fernandes. Natal: Sebo Vermelho, Clima, Cata-Livros, 1993.
- WANDERLEY, Rômulo. **Panorama da poesia norte-rio-grandense**. Natal: Edições do Val, 1965.

**ROBERT SOUTHEY E A ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE LISBOA:
O PROJETO DE ESCRITA DA HISTÓRIA DE PORTUGAL**

André da Silva Ramos*

A compreensão da *História do Brasil* (1810-19) de Robert Southey é sem dúvida um grande desafio para a historiografia brasileira. Por ser a primeira macronarrativa ilustrada sobre a então colônia portuguesa, muitos foram os historiadores que se dedicaram a leituras atentas sobre a obra, como José da Silva Lisboa, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. As produções literárias do poeta laureado e historiador britânico também foram objetos de estudo de alguns ensaios publicados pela revista do IHGB. Podemos dar destaque às reflexões de Oliveira Lima, Joaquim de Souza Leão Filho, Afrânio Peixoto e Rose Macaulay (LIMA, 1905; LEÃO FILHO, 1943; PEIXOTO, 1943; MACAULAY, 1947). Em todos estes ensaios os autores conferem destaque à relação de Southey com a literatura e história do Império português, já que o historiador residiu em Portugal durante 1795 e 1796 e 1800 e 1801. Nestas oportunidades, Southey escreveu relatos de viagens sobre Portugal, conheceu pessoalmente ilustrados como Manoel do Cenáculo Villas Boas e Antonio Ribeiro dos Santos, como também se familiarizou com as línguas portuguesa e espanhola. Dessa forma, as viagens de Southey pela península seriam determinantes para o delineamento da sua carreira como escritor, já que ele ganharia notoriedade publicando na *Critical Review*, *Monthly Review*, *Annual Review*, *Quarterly Review* e *Edinburgh Annual Register* sobre literatura e história de Portugal e Espanha.

Apesar de alguns destes elementos terem sido apresentados na Revista do IHGB, assim como também explorados pelo crítico literário português Adolfo Cabral, encontramos poucos ecos destes apontamentos na obra *O Fardo do Homem Branco: Southey o historiador do Brasil*, de Maria Odila da Silva Dias. A autora se propõe a contextualizar a *História do Brasil* a partir da categoria de “influência” intelectual, abordando como esta obra seria fruto das demandas do que ela compreende como romantismo inglês e dos interesses econômicos e políticos do Império Britânico. Segundo a autora, Southey refletiria o descontentamento de Samuel Coleridge e

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto pela linha Idéias, Linguagens e Historiografia. Pesquisa financiada pela CAPES.

William Wordsworth com o capitalismo industrial britânico, idealizando um retorno às tradições perdidas, ao passo que também veicularia os interesses expansionistas de um Império ávido por mercado consumidor (DIAS 1974, *passim*).

Apesar de apontar algumas correlações entre a *História do Brasil* de Southey e as formulações de Azeredo Coutinho nos *Ensaio sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias* (1794) e Hippólito da Costa no *Correio Brasiliense*, Dias não aprofunda as conseqüências conceituais desta relação, que, de fato, possui suas origens na enunciação do projeto da *História de Portugal*, formulado a partir do diálogo com as demandas político-historiográficas da Academia Real de Ciências de Lisboa. Southey compreendia a história de Portugal em dimensões imperiais transatlânticas, já que o mesmo enuncia que abordaria a história dos portugueses na África, na Ásia e no Brasil. Ora, mesmo que estas histórias tivessem princípios orgânicos de desenvolvimento próprios, exigindo a formulação de cronologias particulares, seriam significadas dentro da dinâmica do Império português.

No entanto, antes de Southey se propor a escrever esta obra uma comissão dedicada exclusivamente ao labor historiográfico foi formada na Academia Real de Ciências de Lisboa. Perante o promissor trabalho a ser realizado por esta comissão o Abade José Correa da Serra expunha que “Portugal poderá em breve, gozar de mais vasto, e claro horizonte que pertence a sua História” (SERRA, 1790: 10). Na introdução para as Memórias da Academia Real de Ciências, de 1789, podemos avaliar a importância que os acadêmicos conferiam à escrita da história a partir dos argumentos do Abade José Correa da Serra:

O estudo da literatura nacional parecerá por ventura a alguns menos próprio que os precedentes, para o aumento da agricultura, das artes e industria. Se essa observação é justa pelo que toca ao estudo da língua e da poesia, longe esta se verificar-se pelo que respeita à História da Nação. A história de cada povo parecesse com a dos indivíduos por serem uma e outra séries de ações motivadas por modos de ver, discurrir e desejar, que lhes tem sido próprios e habituais. Os erros em ambas produzem erros e os acertos seguem-se aos acertos. Mas um homem pode examinar toda a sua vida e aproveitar-se do que lhe aconteceu para concluir-se melhor e regular suas ações. Nas nações, pelo contrario, cada nação conhece tão somente a si mesma, sem que os erros das que lhe passaram lhe sirvam ordinariamente de proveito. Toca aos que aprofundam aos antigos sucessos fazer este exame e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito, ou de ruína e as causas por que crescemos ou diminuimos em número, em forças, em luzes, em riquezas. O conhecimento de que a nação é e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e

só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal, como a Academia. (SERRA, 1789: 9-10)

Podemos perceber que o Abade José Correa da Serra estava envolvido em um conceito de história que amálgama tanto a exemplaridade dos fatos passados, quanto uma perspectiva que se abria à percepção do tempo histórico como uma totalidade racional, que possui causas e conseqüências determinando o progresso. O enredamento de elementos discursivos clássicos e modernos vigentes no conceito de história disponível para os membros da Academia moviam as reedições dos cronistas portugueses. Na *Coleção dos principais autores da História Portuguesa*, que teve seu primeiro tomo publicado em 1806, Antonio da Visitação Freire escreve um prefácio para a reedição da obra *Da Monarquia Lusitana*, de Fr. Bernardo de Brito. A necessidade da escrita da história nacional era seguida da carência de historiadores e para suprir tal lacuna recorrer aos autores clássicos era uma maneira de buscar inspiração.

[A] Natureza tem sido de comum mais avara em criar Historiadores do que Poetas. Milton e Pope honrarão a literatura inglesa um século antes que Hume e Gibbon aparecessem e Camões já se achava à borda da sepultura, quando Fr. Bernardo de Brito ainda não concebia o elevado pensamento de imortalizar a sua Nação, escrevendo a sua História. (FREIRE, 1806: 1-2)

O ofício do historiador é concebido por Antonio da Visitação Freire como o mais difícil em meio às tarefas intelectuais. Para o acadêmico, Fr. Bernardes de Brito, que nasceu em 1569, iniciou nas belas letras a partir da poesia, o que lhe serviu de auxílio no enfrentamento de seus desafios historiográficos. Todavia, apesar das qualificações literárias, o cronista sofria as pressões de sistemas organizados para barbarizar a Europa, vindos da Espanha. Tais desafios, segundo Freire, tornavam os equívocos desta obra clássica dignos de indulgência. Dessa forma, o ilustrado demonstra uma nítida diferenciação dos elementos que compunham as crônicas desta época das narrativas que a situação presente requeria.

No tempo em que o emprego do Panegirista ou do Historiador era jamais inseparável do Genealógico e que esta condescendência do espírito humano era tão comum ao que escrevia os anais de um grande povo, como aos que relatavam as ações vulgares de um rico opulento; não deve ser estranho que Fr. Bernardes de Brito deduzisse a Monarquia Lusitana da origem do Gênero Humano, nem que o erudito Manoel Severim de Faria, Elogiador Contemporâneo de Brito, deduzisse dos Celtas Britonnios a ascendência dos

Britos. (FREIRE, 1803: 3)

Antonio da Visitação Freire diferencia as atividades do panegirista, do historiador e do genealógico, que em seu presente não poderiam mais se confundir. Os elogios das virtudes militares de membros da nobreza, que caracterizavam os panegíricos, ou a fundação mística das nações típicas das genealogias, cediam espaço para uma maior valorização de narrativas históricas comprovadas documentalmente e que acentuavam os avanços da sociedade civil, em suas dimensões legislativas e literárias (ARAÚJO, 2008: 39-41).

A publicação das crônicas foi avaliada como central para a composição da História de Portugal não somente pelos acadêmicos portugueses. Ora, Southey se interessou pelas narrativas sobre os grandes feitos dos fundadores da nação empreendidas pelo cronista Manoel Severim de Faria. O conhecimento das crônicas era facilitado pela Academia Real de Ciências de Lisboa, que de acordo com o historiador britânico as reeditavam e vendiam a preços acessíveis (SOUTHEY, 1960: 138). Para Southey, o empreendimento de escrever a *História de Portugal* passava pelo reconhecimento desta tradição literária, por sua vez envolvida em narrativas mitológicas e miraculosas, que mereciam tanto reconhecimento quanto os mitos fundadores de Roma.

Manoel de Faria é o meu guia, ele eu corrigirei ou ampliarei. As crônicas portuguesas e os historiadores espanhóis já li todos. Muitos destes é necessário comprar. Muitos meu tio possui. Ainda existe um grande gasto a fazer com livros indispensáveis. Mas o mais caro nunca perderá seu valor, pois eu não tenho nenhuma ambição de encher minhas estantes com livros que já extraí o essencial. Eu poderia vendê-los depois com pouco ou nenhuma perda. A “Monarquia Lusitana” de Brito e Brandão é um grande manual de informação. Os oito volumes o livreiro está procurando para mim – Bertrand, o único civil e razoável homem no comércio. A “História Genealógica” meu tio comprará e não é desejável confrontar e examinar todas as crônicas anteriores que possuem muitas passagens obscurecidas e perplexas. Milagres conectados com a história eu retirei porque eu não vou retirar o ornamento de uma tela vazia e Afonso Henrique tem merecimento de ter tantos milagres reconhecidos quanto Rômulo. As características insulares particulares das épocas e das pessoas devem ser arranjadas em capítulos suplementares e muitas questões podem descer para o fim das páginas em notas, aonde pode ser servido todo heterogêneo material de feliz miscelânea literária. (SOUTHEY, 1960: 145)

Para Southey, assim como a lenda do rei Artur narrada por Milton na *History of Britain* tinha a sua importância, as lendas portuguesas não poderiam ser esquecidas: “O

fabuloso de Tubal será brevemente narrado. Como Milton fez com nossas fábulas, as vans ficções de um país têm o direito de serem preservadas como as de qualquer outro. Tudo que é conhecido das nações pode ser coletado dos escritores clássicos” (SOUTHEY, 1960: 144). Naturalmente, o interesse de Southey pelas crônicas portuguesas era seguido de perto pela crítica literária empreendida pelos membros da Academia Real de Ciências de Lisboa. Neste particular, em seu diário que relata a segunda viagem a Portugal, Southey menciona conhecer os escritos de Francisco Dias Gomes (SOUTHEY, 1960: 5-31). Possivelmente Southey teve acesso às *Memórias de Literatura Portuguesa*, publicada pela Academia em 1793, na qual este ilustrado publica a *Análise e combinações filosóficas sobre a elocução e estilo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões*. Para Southey, as crônicas ofereciam aos portugueses as pinturas das diversas eras que caracterizam a formação da civilização portuguesa. Através das crônicas poderiam ser diferenciadas as maneiras em vigor durante a presença dos romanos na península, durante o período Gótico, durante a presença dos Mouros, como também relatar o surgimento de diversos estados cristãos e seus desenvolvimentos sobre as ruínas mouras (SOUTHEY, 1960: 141-144).

A preocupação do historiador britânico em retomar os cronistas portugueses estava envolvida na adoção de cronologias dinásticas, no desenvolvimento de temáticas militares, na reprodução de narrativas mitológicas, na adoção de uma concepção de tempo cíclica, na utilização de uma linguagem caracterizada pela contenção emotiva e clareza da palavra. Ora, Southey concebia a literatura e o desenvolvimento civilizacional enquanto uma unidade em suas dimensões formativas, o que tornava imprescindível que a *História de Portugal* fosse palatável e refletisse os anseios literários dos acadêmicos portugueses. Estes últimos, apesar das críticas aos excessos mitológicos dos cronistas clássicos, empreendiam o projeto de restaurar a linguagem em vigor nestes autores. Portanto, para os acadêmicos, os cronistas forneceriam mais elementos estilísticos do que informações confiáveis. No entanto, para Southey, o caráter militar das crônicas seria representativo do isolamento de Portugal com as demais nações européias.

Minha intenção é, quando estiver em Lisboa, realizar a História de Portugal, um longo, árduo, interessante e importante empreendimento, que posso fazer como dever ser feito. As pequenas conexões que Portugal tem tido com a política internacional da uma inteireza e unidade à narrativa: e nenhum país em sua

queda já forneceu ações mais esplêndidas ou exibiu uma maior importante lição. Seria necessário conhecer bem o país de que eu escrevo e familiarizar-me com a situação das cidades famosas por cercos e todos os campos famosos por batalhas. (SOUTHEY, 1960: 68)

Southey era um grande conhecedor da historiografia moderna e ao anunciar o seu projeto de escrita da *História de Portugal* demonstra a ambição de alcançar a fama e o retorno financeiro desfrutado por Hume, Roscoe, Gibbon e Robertson (SOUTHEY, 1960: 149). Ao irmão mais novo, Henry, recomendava a leitura de Gibbon, o elo que unia a história antiga à moderna (SOUTHEY, 1960: 108). A autoconsciência historiográfica de Southey deve ser levada em consideração ao avaliarmos os elementos que constituiriam o seu projeto de *História de Portugal*. Para Southey, nenhum país possuía uma melhor série de crônicas e à primeira vista se propõe “tecer as maneiras dos tempos na narrativa, na medida em que pode ser feito, ao invés de encher o volume com capítulos de apêndices. Neste ponto, preferencialmente, parecer mais com os cronistas antigos do que com os historiadores modernos” (SOUTHEY, 1960: 69). Ao escrever sobre o estilo que seria adotado na *História de Portugal* para Charles Watkin Willians Wynn, Southey expõe o seu anseio de ser conciso e de conter a fruição emotiva, abrindo espaço para elementos monumentais que se impusessem ao leitor: “Você encontrará meu estilo pleno, conciso e condensado em sentido, pleno como uma construção Dórica e eu acredito em sua durabilidade eterna. Com as notas eu removerei todo o excesso” (SOUTHEY, 1960: 149).

Ao exaltar as crônicas, Southey tinha a intenção não somente de se alinhar ao projeto de restauração dos cronistas pela Academia, como também refletir seu gosto pela contenção emotiva clássica. Portanto, os elementos que constituem o projeto da *História de Portugal* devem ser compreendidos em face à demanda do campo historiográfico português, ao passo que devemos considerar e inserir as preferências de Southey nos limites do campo discursivo da historiografia em vigência na Grã-Bretanha. Com relação às demandas historiográficas da Academia, Southey pretendia explorar as estruturas temáticas, temporais e estilísticas das narrativas dos cronistas clássicos, considerado pelos acadêmicos os pais da língua portuguesa. Assumindo este desafio de grande erudição, Southey expõe para John May, em Maio de 1801, o que já havia sido feito.

Metade do trabalho de um primeiro volume está feito, as madeiras já estão prontas e as pedras estão cortadas, embora metade do edifício apareça acima do solo. Para o final do reinado de Fernando o primeiro esboço está feito, o segundo esboço será sobre Diniz e a terceira e modesta cópia é sobre Sancho II. Meus guias tem sido Faria, Duarte, Galvão, Ruy de Pina, Duarte Nunes, Mariana, As Rainhas de Barbosa e Zurita, passo por passo. As provas da história genealógica tem sido indispensavelmente úteis. A “Monarquia Lusitana” eu ainda não estive apito a procurar e, de fato, os livros já citados, mais outros colateralmente consultados, são o bastante para prosseguir em princípio. (SOUTHEY, 1960: 169-170)

Neste ponto, podemos destacar o enredamento entre as demandas historiográficas estabelecidas pela Academia e as preferências de estilo narrativo de Southey. O historiador britânico tinha a intenção de soar como os cronistas antigos a despeito dos historiadores modernos, mas não por ser esta somente uma exigência da academia concernente à escrita da história de Portugal e sim uma exigência estética pessoal. Southey demonstra isto ao criticar o “mannerism” de escritores modernos como Gibbon, Samuel Johnson e Hume. A despeito de valorizar estes historiadores, exalta a contenção emotiva de Milton, Bacon, Jeremy Taylor e as traduções de Tácito por Thomas Gordon. A sobriedade de tais autores, segundo Southey, parecia mais adequada para as narrativas constituintes da *História de Portugal*.

A História. – Tenho testado minha força e posso puxar o arco. Provavelmente meu estilo não será afetado pelo maneirismo de qualquer escritor inglês, porque minhas leituras são exclusivamente estrangeiras. Prefiro a sobriedade das linhas de Lord Bacon e a poderosa força de Milton e Jeremy Taylor que nossos últimos escritores. Eles cortam suas sentenças em epigramas. As obras de Johnson desaprovo totalmente. Nele eu teria um bom manancial de inglês imaculado, sua narrativa pormenorizada é compreendida até por um leitor inculto. Gibbon é francês e Deus sabe que não tenho nada contra a França, mas os princípios que ele professa são abusivos. Hume carece um pouco de estilo. Um pouco de individualidade deveria existir. Recolhi nenhum livro que meu gosto poderia ser corrigido em tão impressiva linguagem quanto o Tácito de Gordon. (SOUTHEY, 1960: 62)

Entretanto, devemos confrontar as preferências literárias, estéticas e epistemológicas de Southey com os limites do campo discursivo ao qual o historiador britânico estava enredado. O campo discursivo da historiografia moderna é caracterizado por linguagens, narrativas e conceitos que possibilitaram a abertura de novas formas de se relacionar com o tempo, o que pode ser detectado a partir de expressões como “manners” e “customs”. Mark Salber Phillips aponta que diversos gêneros literários assim como a historiografia praticada por Hume, Gibbon, Robertson e

Smith empregavam estes termos para apontar experiências que não podiam ser expressas pelos vocabulários das narrativas clássicas. Dessa forma, “manners” indicava uma nova consciência histórica sobre os interesses de uma cultura moderna que acomodava novos valores, princípios estéticos e narrativos aos modelos clássicos (PHILIPS, 1997, *passim*).

A historiografia praticada por Hume, Robertson, Gibbon, Smith e posteriormente por Southey se propunha a compreender temporalmente as leis, os costumes, o comércio, a religião e a literatura, assim como outras manifestações culturais que acentuavam a diferença das maneiras de uma era ilustrada da brutalidade que caracterizava a virtude militar antiga (PHILIPS, 1997: 147). O campo discursivo do que denominaremos “historiografia das maneiras” compreenderá o processo histórico dividido por períodos e estágios, diferenciando as especificidades dos sentimentos, dos costumes e da cultura em cada estrato temporal (BROADIE, 2003: 262). Para os historiadores enredados nas teias lingüísticas da historiografia das maneiras o presente seria uma época mais iluminada do que o passado (O’ BRIEN, 2005: 11). Esta auto-compreensão permitirá a estes historiadores a elaboração de um modelo de macronarrativa comum para narrar a consolidação de uma Europa modernizada e enriquecida por um complexo sistema comercial (POCOCK, 1999: 10). Os estágios do passado anteriores à modernização são caracterizados pela ausência da liberdade individual, pela opressão das jurisdições aristocráticas como também da Igreja Católica, pelas formas inferiores de representações artísticas, pela brutalidade dos costumes, pela superstição e pela ausência de transações comerciais em escalas globais (BURROW, 2008: 313).

Ao enunciar o seu projeto de *História de Portugal*, Southey emprega a expressão “manners” associada à “literature”, como podemos ver em cartas para John May: “Aqui existe um grande plano e os embriões dos esqueletos dos capítulos sobre religião, maneiras e literatura do país estão flutuando perante mim” (SOUTHEY, 1960: 64). “As maneiras e a literatura do país deverão acompanhar a ordem cronológica dos eventos” (SOUTHEY, 1960: 65). Em carta para seu irmão Thomas, expressa sua vontade de realizar algo inédito em termos de escrita da história de Portugal, ou seja, o que os cronistas não realizaram no passado: “Procurarei também fazer o que nunca ainda foi feito: introduzir na narrativa as maneiras das épocas e das pessoas” (SOUTHEY, 1960:

68).

Apesar de Southey apontar que ao pintar as maneiras dos portugueses queria parecer mais com os cronistas do que com os escritores modernos devemos considerar que o historiador britânico não estava se submetendo à normatividade da historiografia clássica, que privilegia a narrativa de feitos militares e políticos exemplares. Como Southey mesmo aponta Gibbon já havia feito a passagem do antigo para o moderno. O que estava em jogo ao ler os cronistas era a necessidade de se retomar uma linguagem capaz de expressar a clareza adequada. De forma semelhante, o Abade José Correa da Serra, ao publicar as crônicas de André de Rezende sobre Dom Duarte, se mostrava menos interessado em apreciar as virtudes militares do príncipe que a pureza da língua, a locução suave, a delicadeza de gosto e o decoro do cronista. Nesse sentido, o Abade expõe como as narrativas dos cronistas poderiam contribuir para o presente: “Um dos objetivos das fadigas literária da Academia Real de Ciências, desde sua origem, foi a indagação dos nossos antigos portugueses, dos quais se pudesse esperar, ou nova luz à nossa história, ou novo lustre à nossa língua” (SERRA, 1789: 1). O Abade José Corre da Serra evidencia a perspectiva crítica através das quais as crônicas foram reeditadas, expondo que as narrativas fantasiosas poderiam retardar os progressos da História portuguesa. Estas possuiriam valor secundário perante a necessidade de acesso às fontes primitivas, assim, o retorno às crônicas é justificado em face ao projeto de restauração da língua.

São por conseguinte estes vestígios, estas narrações a base da certeza única da nossa História, e os únicos materiais que a constituem para a gente sisuda, que nela buscam instrução, e não desenfado. Os outros livros que delas tratam, faltos de valor próprio, podem tão somente pela pureza da linguagem, formosura do estilo, ordem e clareza do discurso, contribuir à propagação das notícias, sem que de modo algum as aumentarem ou as consolidem. Louvores são estes que ainda a bem poucos competem; porque na turba de tais livros é que nasceram as falsas representações que desfeão a nossa História e podem retardar seus progressos. Longe de que o numero destas obras secundárias mostre a riqueza do cabedal que possuímos, mostra pelo contrario a pouca curiosidade que entre nós houve, de remontar às fontes primitivas. (SERRA, 1790: 8)

Já nas *Cartas escritas durante uma curta residência em Espanha e Portugal*, de 1797, Southey estava familiarizado com o projeto de restauração da língua da Academia. O historiador britânico destaca as nove excelências da língua portuguesa que os acadêmicos resgatam do cronista seiscentista Antonio Souza de Macedo para a

composição do *Dicionário da Língua Portuguesa* (SOUTHEY, 1797: 285-286). Mas assim como os acadêmicos portugueses a intenção de Southey era encontrar uma forma narrativa clara para a História de Portugal compatível aos desafios literários do tempo presente. Dessa forma, Southey concebia o processo de restauração da língua associado ao polimento das maneiras do povo e progresso da nação. Os gêneros literários, a língua e as maneiras faziam parte de um mesmo processo de formação do povo português. “Conheço o progresso da língua passo por passo e tenho escrito um material em direção à história literária de informações colaterais e incidentais. Em tais anedotas pintarei as maneiras e o caráter dos povos” (SOUTHEY, 1960: 106).

O campo discursivo da historiografia das maneiras estava para além das preferências estéticas de Southey, pois através da sua vigência o historiador britânico desenvolveu a sua consciência sobre as mudanças entre as narrativas clássicas e modernas. Ora, ao anunciar o seu projeto para Charles Watkin Williams Wynn, Southey expõe novamente suas preferências clássicas, mas assume o que era inevitável:

A História ocupa-me muito – meu coração e espírito esta no trabalho. Espero que você goste do estilo pleno, conciso e não ornamentado, em que eu procuro unir força e clareza. Talvez, um pouco de maneirismo não é objetável, no mínimo, a linguagem de todo escritor clássico é peculiarmente sua. (SOUTHEY, 1960: 166)

Southey demonstra como em sua obra os adornos estéticos se uniriam às temáticas narradas. A sobriedade e a força das máximas morais de Bacon, Milton, Jeremy Taylor e Tácito eram mais apropriadas para as narrativas exemplares dos vícios e virtudes militares dos monarcas portugueses, no entanto, um pouco de “maneirismo” teria que ser incorporado às narrativas já que a obra seria constituída por “um esboço histórico das maneiras” ou “uma pintura das maneiras vigentes”. Ora, apesar de não gostar do excessivo “maneirismo” de Gibbon e Hume e preferir o distanciamento, a clareza da palavra e a contenção emotiva dos clássicos, Southey estava envolvido em performances narrativas que promoviam fusões de horizontes discursivos distintos. Dessa forma, a *História de Portugal* seria um universo discursivo complexo, pois apesar dos clássicos não serem mais um modelo a ser emulado o gosto pela narrativa clara deveria ser balanceado com as novas temáticas da historiografia moderna.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- BURROW, John. **A History of Histories**. New York: Alfred A. Knopf, 2008.
- CABRAL, Adolfo. **Southey e Portugal: aspectos de uma biografia literária (1774-1801)**. Lisboa: P. Fernandes, S. A. R. L., 1959.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- FREIRE, Antonio da Visitação. Vida de Fr. Bernardes de Brito. In__ **Coleção dos principais autores da História Portuguesa**, publicada com notas pelo diretor da classe de literatura da Academia Real de Ciências e por ela oferecida a S. Alteza Real o príncipe Regente Nosso Senhor (Tomo I). Lisboa: Tipografia da Academia, 1806.
- LEÃO FILHO, Joaquim de Souza. Robert Southey. **RIHGB**. Rio de Janeiro: IHGB Referências: N. 178, p. 11-29, jan./ mar. 1943.II.
- LIMA, Oliveira. Robert Southey. **RIHGB**. Rio de Janeiro: IHGB Referências: T. 68, v. 112, p. 231-252, 1905.
- MACAULAY, Rose. Southey em Portugal. **RIHGB**. Rio de Janeiro : IHGB Referências: N. 194, p. 117-118, jan./mar. 1947.
- O'BRIEN, Karen. **Narratives of Enlightenment: Cosmopolitan History from Voltaire to Gibbon**. Cambridge university Press, 2005.
- PEIXOTO, Afrânio. Southey e a história do Brasil. **RIHGB**. Rio de Janeiro: IHGB Referências: V. 181, p. 87-100, out./dez. 1943.
- PHILIPS, Mark. **Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820**. Princeton: University Press, 1997.
- PITTOCK, Murray. Scottish Enlightenment. In__ BROADIE, Alexander. **The Scottish enlightenment**. Cambridge University Press, 2003.
- POCOCK, J.G.A. **Barbarism and Religion: Narratives of Civil Government**. Cambridge University Press, 1999.
- SERRA, José Correa. **Coleção de livros Inéditos da História Portuguesa (Tomo I)**. Lisboa: Oficina da Academia, 1790.

SERRA, José Correa. Discurso Preliminar. In__ **Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas** (Tomo I). Lisboa: Oficina da Academia, 1789.

SERRA, Jose Correa. Prólogo. In__ **Vida do Infante Dom Duarte Pelo Mestre André de Rezende**. Lisboa: Oficina da Academia, 1789.

SOUTHEY, Robert. **Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838**. Ed. Adolfo Cabral. Oxford: Claredon Press, 1960.

**A FABRICAÇÃO DE UM APÓSTOLO:
BIOGRAFIA E HISTÓRIA INTELECTUAL DE FARIAS BRITO**

Thiago Lenine Tito Tolentino*

Neste artigo irei propor uma abordagem historiográfica, ressaltando os aspectos políticos e identitários existentes em torno da biografia de Raimundo de Farias Brito escrita por Jonathas Serrano e publicada em 1940. No ano de 1915, Serrano qualificava-nos povo “intelectualmente escravizado”. Farias Brito seria uma exceção, tendo desenvolvido um “pensamento autônomo, sem subordinações incondicionais a quem quer que seja” e que, segundo juízo de Sílvio Romero, fizera uma obra “sem par na literatura brasileira”, sendo a “de maior fôlego no gênero publicada no Brasil”. Farias Brito teria produzido um pensamento que, como ele, era “nascido na terra do sol”, “no esplendor ardente e ofuscante de uma natureza tropical”. Era, do Brasil, “seu filósofo e seu poeta” (SERRANO, 1940: 200; 195; 13;14; 11).

Apesar desta singularidade, Farias Brito seria um nome conhecido apenas por um pequeno círculo, pois, por aqui, os filósofos são desconhecidos a tal ponto que “a palavra ganhou sentido pejorativo”. O alvorecer do século XX guardaria este lugar aos filósofos, segundo Serrano, por se tratar de um “mundo de movimento febricitante, de crescente dinamismo, de silvos e de rangidos, de guinchos e de explosões, de treinos e de testes, de campeonatos e de *records*”. Em um presente como este, a ninguém sobriaria tempo nem lugar para a “meditação e os exames de problemas metafísicos”. E seria como intérprete dessa época que o pensamento de Farias Brito deveria fazer-se sentir entre nós. Sua especificidade residiria em não ter se deixado “empolgar pelo monismo materialista, nem pelo positivismo, nem pelo evolucionismo de Spencer”. Farias Brito teria adotado um estilo “poético e metafísico” de filosofar guardando um lugar singular dentre seus pares (SERRANO, 1940: 2; 38).

Acompanhando o desenvolvimento do pensamento de Farias Brito, Serrano destaca a relação que o filósofo cearense estabelecia entre filosofia e poesia. Haveria aí “muita analogia”, principalmente no que se refere à origem das duas nas “fontes ocultas do espírito”. Sendo a poesia a “expressão mais completa do sentimento do belo”, ao

* Doutorando em História na Universidade Federal de Minas Gerais.

passo que, a filosofia seria “o que há de mais belo no mundo”. À poesia, porém, estaria reservado um lugar menor, de uma “espécie de contemplação estética”, enquanto a filosofia seria o “princípio mesmo da atividade do espírito”, sendo a “árvore de que nasce, como fruto, a ciência”. Mas, no país onde, nas palavras do próprio Farias Brito, o positivismo “teve o poder de ditar leis ao governo e impor uma fórmula sectária a bandeira da nação”, o que despontava como princípio regulador da sociedade era a ciência. Esta não deveria ocupar tal posto preponderante, pois, “as ciências estudam somente aspectos particulares dos fenômenos, modalidades exteriores da força”. Nesta condição, o saber científico jamais poderia “se elevar a uma concepção do todo”. O autor conclui que por mais que “as ciências consigam intensificar a capacidade produtiva do homem, com os seus aparelhos e máquinas, jamais conseguirão duas coisas: libertar-nos do sofrimento e libertar-nos da morte” (SERRANO, 1940: 53-54; 57; 169-170; 206).

Se quanto à morte seria inútil fazer qualquer reflexão, apesar de a ciência ter já inventado tantas máquinas de morte, quanto ao sofrimento, a civilização, que tem como fiador o saber científico, parece que “ao invés de o diminuir, o tem aumentado” (SERRANO, 1940: 170). Tal concepção acerca da civilização ocidental teria feito com que Farias Brito reconhecesse, apesar de não abraçá-la, a propriedade de uma perspectiva *pessimista* no interior da tradição filosófica:

Se estudarmos a sociedade no que ela tem de falso em suas grandezas, ilusório em suas promessas, no que tem de doloroso em tudo; se observarmos a miséria sob todas as suas formas; se penetrarmos nos hospitais, nas prisões, nos lazaretos: se atendermos às queixas de todos aqueles que sofrem, veremos que essa doutrina [do pessimismo] não é exagerada nem falsa, e até podemos dizer que o quadro pintado por Schopenhauer fica ainda muito pálido quando comparado aos horrores da realidade. (BRITO apud SERRANO, 1940: 103)

A este estado de coisas, para piorar, somava-se a condição intelectual do ocidente moderno que destruiu o “Deus sobrenatural e invisível, mas nada foi concebido em condições de substituí-lo e servir de princípio para a existência universal”. A filosofia de Spinoza (Baruch Spinoza, 1632-1677), que identificaria “a ordem Divina com a natureza”, teria produzido, segundo Farias Brito, um “Deus morto”, “reduzido a uma simples fórmula geométrica e percebido através de concepção abstratas e estéreis”. A perspectiva de Burnouf (Eugène Burnouf, 1801-1852) que definia “Deus como a lei

reguladora do cosmos”, era repelida pelo filósofo cearense pelo fato de uma “lei ser apenas uma concepção abstrata da ordem dos fenômenos, e não uma realidade concreta” (BRITO apud SERRANO, 1940: 103; 116).

Por outro lado, Farias Brito observa que os pensadores que aceitavam o ponto de vista da *incognoscibilidade da coisa primeira*, como Kant e Spencer, no fundo, não teriam aberto mão de algo teológico em suas idéias. Defende Farias Brito que:

Em verdade o incognoscível de Spencer, a coisa em si de Kant, a vontade de Schopenhauer e o inconsciente de Hartmann e quaisquer outras concepções análogas, não são senão uma reprodução e cópia do Deus desconhecido dos teólogos. (BRITO apud SERRANO, 1940: 118)

A experiência da vida moderna sob as perspectivas da filosofia era desalentadora, segundo Farias Brito, porque, justamente, nada é “mais obscuro que a filosofia moderna, cuja última palavra é, como se vê, uma palavra de mistério”. Mistério compartilhado pela teologia, o que impedia a conversão do filósofo ao cristianismo. A trajetória, o “desenvolvimento histórico do pensamento”, teria sido, “desde a Renascença até nossos dias”, um processo de “promover a dissolução das crenças tradicionais da humanidade”. Em prol disso, teriam agido os maiores espíritos que, porém, não conseguiram responder à questão que surgia: “como reconstruir o futuro?” (BRITO apud SERRANO, 1940: 118; 124).

Farias Brito analisa criticamente o que vê como as soluções propostas para a crise moderna existentes na obras de Augusto Comte, Spencer e Marx. Quanto ao primeiro, Brito reforça a limitação da concepção cientificista do positivismo que compreenderia o mundo como um “produto meramente mecânico”. Esta perspectiva traria conseqüências sociais perversas, pois:

se o mundo é simplesmente uma máquina; se no mundo tudo se explica mecanicamente e o homem, de seu lado, obedecendo aos mesmos princípios não é senão igualmente uma máquina que de todo se desfaz com a morte, o que é lógico, o que é racional, é que cada um viva o mais e o melhor que lhe for possível, sem cogitar de outra coisa, a não ser de seu próprio interesse. (BRITO apud SERRANO, 1940: 129)

Farias Brito afirmava que esta concepção mecânica do homem era, sobretudo, errônea, pois fundamentalmente não existiria uma ciência do espírito. Isto significaria que é vão o grande esforço que envolve o trabalho de pensadores eminentes em

subordinar a lei reguladora da ação às mesmas leis reguladoras do movimento. Haveria um “abismo entre os fenômenos mecânicos e os da consciência”, de modo que, “mecanismo e consciência são princípios irreduzíveis”. Daí as críticas que o filósofo dirige às pesquisas em psicologia experimental, das quais “muitas já foram abandonadas, como as da psico-física e psico-metria”. Farias Brito conclui que a Ditadura Científica de Augusto Comte é “apenas o sonho de um visionário”, que a religião da Humanidade devia ser “considerada como definitivamente julgada” (BRITO apud SERRANO, 1940: 129; 106; 205) e que:

a insanidade desta chamada religião prova-se pelo isolamento a que ficou reduzida: e, se se quer, não obstante, uma prova material do absurdo que a caracteriza, basta considerar a influência detestável que chegou a exercer sobre o nosso país, após o estabelecimento da República” (BRITO apud SERRANO, 1940: 131)

Reconhecia, Farias Brito, que a sociedade moderna constitui uma realidade na qual “debaixo de certa aparência de cultura, em realidade domina por toda parte a injustiça” (BRITO apud SERRANO, 1940: 129). Que o saber humano deveria se dirigir a um presente no qual

O Homem com todas as suas dúvidas e sofrimentos, a sociedade com todas as suas aspirações e trabalhos, os governos em luta com as revoluções, as religiões em luta contra a anarquia, nada tem segurança nada tem estabilidade; e a vida da humanidade em geral pode ser reduzida a esta única fórmula: incerteza e fragilidade. (BRITO apud SERRANO, 1940: 129)

A percepção da experiência temporal vivida por Farias Brito não estava distante daquela do autor da clássica frase “tudo que é sólido desmancha no ar” (ENGELS; MARX, 2006; 48), período que sintetiza a experiência da modernidade. A noção da existência de uma questão social que irrompia no seio da sociedade moderna faz com que Farias Brito se dedique ao “socialismo científico de Marx”. Este, sendo “justo” na “crítica da organização das sociedades atuais”, não possuiria, porém, o “elemento reconstrutor”, capaz de “unir a humanidade”. Esta falta residiria no fato de o socialismo moderno ser “francamente materialista”, fundamentado na “concepção materialista da história”. Farias Brito defende que o único princípio logicamente concebível que pode servir como critério às ações nos termos do materialismo é o interesse. Tendo o interesse como critério para as ações, o socialismo teria de “logicamente erigir como

princípio da sociedade a ‘luta entre os homens’, na verdade, ao *homo homini lupus*”. Por seu radicalismo materialista, o socialismo passaria de “doutrina regeneradora que devia ser”, a “sistema organizado de luta pela comida”, quando os “homens só devem lutar por idéias” (BRITO apud SERRANO, 1940: 132-134).

Acerca da concepção de Herbert Spencer (1820-1903), Farias Brito a qualificava como “mera especulação filosófica”, pois baseada no intuito de se “explicar a sociedade como um organismo em analogia com o organismo individual”. Considerava Nietzsche um “estranho materialista”, que defendia “certa vontade poder” para a realização “do mais forte” (BRITO apud SERRANO, 1940: 131-132). Apesar de crítico das perspectivas teológicas, cientificistas e materialistas da modernidade, Farias Brito reconhece que, na verdade, “seria absurdo” ter a “pretensão de querer dar solução definitiva sobre assuntos de tão elevada importância”. O que lhe importa, porém, é o fato de não reconhecer no interior desta mesma tradição, “resultados positivos” para a “reconstrução do futuro”, apesar de esta questão ter sido objeto de “contínuas cogitações de tantos e tão valiosos pensadores”. Sua relação com a tradição é crítica e reverente. Seu pensamento se limitaria a “levantar questões e sugerir idéias” (BRITO apud SERRANO, 1940: 124-125).

Escrevendo na passagem do século XIX para o século XX, Farias Brito teria focalizado “o mal estar indefinível do mundo contemporâneo em todas as camadas sociais”. Mal estar provocado pela falência de “todas as doutrinas regeneradoras da sociedade”. Mal estar denunciado no “absolutismo dos capitalistas e banqueiros” que substituíra o dos “Papas e dos reis” (BRITO apud SERRANO, 1940: 167). O ambiente intelectual, no Brasil, foi caracterizado por Sílvio Romero, em clássica definição, pela chegada de “um bando de idéias novas” que “esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte” (ROMERO apud LUCA, 1999: 21). Horizonte no qual, agora, despontaria o:

Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na prosa e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife. (ROMERO apud LUCA, 199: 21)

Não obstante, foi Farias Brito uma voz dissonante no interior da referida Escola e fora dela. Era crítico da centralidade que o saber científico, o cientificismo, adquirira nas mais diversas esferas de atuação e produção humana. Segundo o filósofo, para

“resolver o problema da vida”, não bastaria a “ciência reguladora da indústria e criadora da riqueza”, mas era indispensável a “poesia, criadora do ideal, e a filosofia criadora da lei”. Seu ponto de partida residiria nas “condições existenciais” de “todos nós que vivemos, condenados irremediavelmente à morte”. Pergunta-se se haveria a possibilidade - levando em conta “tudo quanto há de ilusório em nossas aspirações” e as “desgraças a que estamos sujeitos” - de “explicar a cada um a necessidade em que está de compreender o papel que representa no mundo”. Acredita, neste sentido, que a filosofia poderia ocupar o lugar de princípio normatizador da sociabilidade humana, de tal forma que, a necessidade de uma filosofia totalizante seria criada pelas cisões provocadas pela própria condição da modernidade (BRITO apud SERRANO, 1940: 170; 108-109).

Farias Brito entende a filosofia em um sentido rigorosamente prático e moral cujo esforço principal seria o bem da sociedade. Este fim seria atingido mediante o *esclarecimento* dos homens a partir da “dedução moral” que os “levaria a uma concepção coerente e precisa da verdadeira significância racional da natureza”, esforçando-se, por este meio, em dar uma “justificação metafísica” do sofrimento e da morte. A filosofia moral desenvolvida por Farias Brito seria uma “teoria da liberdade” a partir da “consciência da ação” e do “domínio do homem sobre si mesmo”. A política, “que dá em resultado o direito”, e a filosofia, “que dá em resultado a moral”, deveriam ser as “duas alavancas, os dois eixos centrais do grande mecanismo social” (BRITO apud SERRANO, 1940: 170-171; 63-64).

A filosofia seria uma atividade permanente do espírito humano que, por essa razão, poderia mobilizar os homens a agirem moralmente, de forma que, segundo Farias Brito, o “grau de moralidade está na razão inversa do sacrifício das convicções às conveniências”. A noção de convicção opera de forma fundamental no pensamento do filósofo cearense, na medida em que este reconhece que “a verdade como regra das ações”, objetivada na “virtude”, seria passível, em meio “a dúvida profunda que nos domina”, de ser demonstrada “apelando para consciência de cada um”. Como as “convicções variam e estamos sujeitos a todo momento ao erro”, caberia à filosofia “encontrar elementos para convicções verdadeiras”. Neste sentido, o conhecimento seria “a representação da existência na consciência”; a verdade seria a “perfeita correspondência entre a representação e a coisa representada”; a certeza seria a “posse

da verdade”; e a convicção seria a “crença nessa posse” (BRITO apud SERRANO, 1940: 58; 106-107; 113-114; 195).

Para que a filosofia pudesse “deduzir convicções verdadeiras”, a perspectiva desenvolvida por Farias Brito insiste na importância do “problema Deus” para a compreensão dos “fenômenos universais”. Para ele, “negar Deus é negar a razão no mundo” e, por conseguinte, estaria fadada ao fracasso a possibilidade de qualquer dedução da moral a partir da própria natureza. O que o filósofo defenderia seria uma “religião naturalista”, segundo a qual Deus se confundiria com o próprio universo. Nos termos de uma religião naturalista, a filosofia teria papel preponderante, pois a finalidade da natureza, a “finalidade do mundo, seria o próprio conhecimento” (BRITO apud SERRANO, 1940: 128; 173; 133). A racionalidade deste princípio estaria sintetizada pelo filósofo nos seguintes termos:

tudo se desenvolve por dedução necessária e é de si mesmo evidente, sendo que, se se considera nossa peregrinação neste mundo como uma viagem eterna e se pergunta: para onde vamos? A resposta é: para o conhecimento; ou em outros termos: para a verdade, ou melhor, para Deus; ou ainda, em síntese, para a luz *Ad lucem*. (BRITO apud SERRANO, 1940: 135)

Jonathas Serrano, biógrafo de Farias Brito, não admite a conclusão do filósofo cearense segundo a qual *Deus é luz*, no sentido do conhecimento da natureza e de si mesmo. Serrano acredita que aí não se “logra distinguir se quem escreve é o poeta ou filósofo”. Para Serrano, Farias Brito não responde à “dificuldade fundamental”, se seria “pessoal ou não esse Deus”, se ele se “distinguiria do próprio cosmos”, se “teria ou não vontade”, se “poderia ou não escutar-nos e atender-nos”. Segundo o biógrafo, na verdade, faltava a Farias Brito “uma base mais segura na genuína metafísica neotomista” e por isso ele era “levado ao erro” de “não ter um fundamento sólido para o seu sistema ético”. Serrano lamentava o fato de Farias Brito “não ter sido católico, nem ao menos cristão” (SERRANO, 1940: 53; 126-127; 173; 276).

O que se percebe na biografia de Farias Brito escrita por Jonathas Serrano é o esforço deste em angariar para as hostes do pensamento católico a filosofia do pensador cearense. Intelectual engajado na defesa do cristianismo e da educação católica dos brasileiros, Serrano pertenceu àquela geração, “de depois da República”, que propunha uma “renovação espiritual”, pois entendia que a “literatura brasileira, nos meados do

século e particularmente entre 1820 e 1890, foi agnóstica, cética, quando muito deísta, ou conscientemente anticristã e sobretudo anticlerical” (LIMA, 1969: 281). Foi membro do Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira e redator de seu boletim; era membro do Conselho Arquidiocesano da referida *Ação*; participou da Associação dos Jornalistas Católicos; era membro do Centro Dom Vital e colaborador de sua revista. Escreveu para a *Revista Social do Rio de Janeiro*, periódico publicado pela União Católica Brasileira. A própria idéia de se escrever a biografia de Farias Brito teria surgido no início dos anos 1920, época na qual Serrano havia publicado a biografia de Júlio Maria. A biografia de Farias Brito iria, junto a de Júlio Maria, integrar a *Coleção Eduardo Prado*, organizada por Jackson de Figueiredo para compor a biblioteca do Centro Dom Vital (SERRANO, 1981: 179-180).

A caracterização de Farias Brito realizada por Jonathas Serrano consolidou a imagem do biografado que veio a ser o filósofo cultuado “pela direita católica” (AGUIAR, 2000: 20). Esta associação do pensamento de Farias Brito aos princípios católicos se dará posteriormente à sua morte. Com efeito, serão os escritores da revista *Brazileia*, fundada em 1917, ano da morte do biografado, que reivindicarão o legado do filósofo cearense. Em seu terceiro número, lançado em março de 1917, o editorial de *Brazileia* afirma compor-se de “três amigos de Farias Brito”, que seriam Álvaro Bomilcar, Damasceno Vieira e Jackson de Figueiredo. Este último era tido como “filho do grande morto” (MARTHA, 1917: 1). Segundo informações do próprio Jackson, este teria conhecido Farias Brito em 1909-1910 por ocasião de um concurso de lógica para o Colégio Pedro II (BOMILCAR, 1917: 57). Note-se, portanto, que praticamente toda obra do filósofo cearense já havia sido publicada antes de seu conhecimento do fundador do Centro D Vital. Somando-se a isto que Jackson de Figueiredo converteu-se ao catolicismo integral, ultramontano, apenas nos anos de 1915-1918, percebe-se que a melhor relação a se estabelecer entre o pensamento de Farias Brito e o nacionalismo católico das décadas de 1910-1930 é o de apropriação do primeiro pelo último.

De fato, basta que nos questionemos sobre o porquê de, frente à tamanha intimidade com o pensamento nacionalista católico, o filósofo cearense nunca ter se convertido ao catolicismo, para que visualizemos este processo de apropriação. Há em Farias Brito a defesa da religião em geral, como uma “produção do espírito”, assim como a ciência e a filosofia, de modo que, o filósofo sequer vê a possibilidade real de

uma falsa religião, por conseguinte, da existência de apenas uma “verdadeira Igreja” (BRITO apud SERRANO, 1940: 222), pois:

Há sem dúvida religiões inferiores, de caráter rudimentar e grosseiro, violentas, ferozes; há religiões detestáveis; mas ainda assim não é permitido dizer que sejam falsas religiões. Falsa religião seria somente uma doutrina que fosse pregada por impostura, uma teoria, por exemplo, que fosse propagada por um sofista de gênio que tivesse em vista afastar o povo do conhecimento do que ele próprio acredita ser a verdade, no intuito de tirar partido da corrupção social, o que se concebe, mas é difícil imaginar que possa realizar-se. (BRITO apud SERRANO, 1940: 221)

O que se percebe é que a apropriação do pensamento de Farias Brito, no interior das hostes católicas, pôde ter sido feita, sem maiores embates por seu testamento, pelo fato de sua filosofia estar em descompasso com o bando de idéias novas que assolara o país. Farias Brito se negava a reduzir a filosofia à ciência, entendendo que, se por um lado, deveria aquela reconhecer o valor do conhecimento científico, por outro lado, caberia à filosofia “jogar” com “todas as forças do espírito, sem excetuar a imaginação”. Por último, é preciso, ainda, reconhecer que, no que diz respeito ao caráter religioso e estritamente espiritualista do pensamento de Farias Brito, este autor entendia que “a metafísica se confunde em última análise com a psicologia”. Disso deveria se desprender que a filosofia seria a “ciência do espírito”, de modo que, às especulações acerca da *alma*, *consciência* e *espírito* não caberia uma atribuição de sentido divino, mas, a verificação de como estes “fenômenos psíquicos” se “conectam com o cérebro e o sistema nervoso” e entre si (BRITO apud SERRANO, 1940: 211). Nas palavras de Farias Brito:

É o que poderia chamar-se a indagação da base física do espírito. E aí não somente se deveria fazer o exame e análise dos sentidos e das sensações, como igualmente se deverá trabalhar por descobrir a conexão íntima entre os fenômenos psíquicos e as funções do cérebro e do sistema nervoso, sendo esta última precisamente a principal preocupação da psicologia fisiológica. Mas ainda que essa conexão seja descoberta e com o máximo de rigor precisada, o que decerto não será fácil, nem por isto deverá a psicologia ser absorvida pela fisiologia, porque de toda forma continuarão os fenômenos psíquicos a desenvolver-se, na conformidade dos seus processos próprios, constituindo uma esfera determinada de fatos que só poderão ser observados e devidamente interpretados pela introspecção” (BRITO apud SERRANO, 1940: 205-206)

Assim, observa-se que o filósofo, ao mesmo tempo em que admitia a possibilidade de um mapeamento do *fisiológico-psicológico*, ou seja, da *base física do*

espírito, reconhecia, por seu turno, certa especificidade nas relações que os *fenômenos psíquicos* estabeleceriam entre si, passíveis de entendimento mediante a *interpretação introspectiva*. Farias Brito era crítico sistemático das teorias da *psico-física*, da *psicometria* e das analogias organicistas e/ou evolucionistas da sociologia. Sua perspectiva, questionadora das principais matrizes que orientavam o pensamento cientificista das primeiras décadas do século XX no Brasil, acabou por lhe valer um lugar privilegiado no pensamento católico e depreciado dentre os cientistas do homem e da sociedade.

Tomando como o nosso maior mal o problema da educação, o biógrafo Jonathas Serrano nunca perdera de vista a questão pedagógica nas diversas áreas em que atuou. Nos anos de 1932-1934, período em que foi integrante da Comissão de Censura Cinematográfica, como representante do Ministro da Educação, Serrano teria corroborado para “impedir que o cinema fomentasse aspirações à quebra da ordem vigente”. Tal finalidade compatibilizava-se tanto com o intelectual ligado ao Estado quanto com o apóstolo da Ação católica. Serrano teria conseguido congrega sua “militância apostólica ao exercício intelectual”, de modo que, “sua inserção no tema cinematográfico resultou em uma produção simbólica consciente e ideologicamente engajada” (CAMPELO, 2007: 72). Esta mesma “habilidade” aparece na biografia de Farias Brito, em que Jonathas Serrano associa à figura do pensador cearense o mesmo sentido que teria realizado o filósofo francês Henri Bergson (1859-1941) na Europa: “reconduzir os jovens ao seio da verdadeira Igreja” (SERRANO, 1940: 275-276).

Ao fim do percurso da análise acerca da biografia de Farias Brito, percebemos que esta se constituiu na consolidação da figura do filósofo cearense como pensador integrante da tradição do pensamento católico brasileiro, apesar de não ter sido católico, sequer cristão. Desde então, o nome de Farias Brito teria sempre de figurar, particularmente na historiografia, ao lado dos expoentes do catolicismo do Brasil, como Jackson de Figueiredo e Júlio Maria, e de representantes do pensamento mais conservador que o país já conheceu, como Plínio Salgado (cf. BATISTA, 2006). Por outro lado, os intelectuais que não faziam parte destes dois grupos, católicos e integralistas, aceitavam como sendo aquele o justo lugar que caberia ao filósofo na história do pensamento brasileiro.

Segundo Gilberto Freyre, Farias Brito teria sido um “fracassado na política republicana” que, por isso, “refugiou-se com seu fraque preto e seus bigodes tristes nas

indagações da filosofia” (FREYRE apud AGUIAR, 2000: 20). Para o sociólogo pernambucano, o pensador cearense não teria “se firmado em idéias próprias” e em “métodos novos e seus de indagação filosófica” (FREYRE apud BATISTA, 2006: 109). Roland Corbisier, seguindo uma orientação hegeliano marxista, corroborava com a opinião de que Farias Brito, de quem “não lia os livros”, era “além de reacionário”, “palavroso”, “demagógico” e “indigno de um homem que pretendia passar por filósofo” (CORBISIER, 1978: 64).

Uma leitura positiva, fora dos meios católicos e de extrema direita, do pensamento de Farias Brito, teria ocorrido na década de 1950, por ocasião da visita ao Brasil do professor norte-americano Fred Gillette Sturm, da Universidade de Columbia. Sturm defendia “similaridades” existentes entre o pensamento do filósofo cearense e a “filosofia existencialista” e “fenomenológica”. Neste sentido, longe de ser um pensador “desprovido de originalidade”, Farias Brito estaria pensando no “interior de uma problemática ocidental”, podendo ser articulado a “importantes movimentos intelectuais da época”. Nos debates promovidos pelos filósofos brasileiros, o lugar atribuído a Farias Brito seria marcado, portanto, por divergências que iriam desde a exaltação da obra até a negação do próprio mérito da produção (BATISTA, 2006: 110-111).

A perspectiva historiográfica desenvolvida por nós pode contribuir com o debate, na medida em que expusemos o processo intelectual de apropriação da obra de Farias Brito pelo pensamento católico. Processo este que culmina com a publicação pela *Coleção Brasileira* da biografia do filósofo em 1940 escrita por Jonathas Serrano. Na opinião de Tristão de Athayde, um dos principais líderes católicos à época, trata-se de “um dos volumes mais significativos da *Coleção Brasileira*” e que deve ser classificado “entre os mais notáveis livros deste ano” (ATHAYDE apud ANDRADE, 1940: 73). Tal apropriação se deu, sem maiores problemas, menos em função do caráter cristão da obra, do que do ambiente cientificista que marcava a intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Se, hoje, o lugar reservado a Farias Brito é considerado divergente, nos anos 1930, o pensamento católico teve o mérito de angariar para sua tradição aquele que deveria ser erguido como o maior filósofo brasileiro, reforçando a identificação da história brasileira com a história do catolicismo.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido - Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.
- ANDRADE, Almir. Seção Livros. **Revista do Brasil**. Ano III, N° 24. Junho de 1940.
- BATISTA, Alexandre Blankl. **Mentores da Nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado**. Dissertação de Mestrado. UFRS. 2006.
- BOMILCAR, Álvaro. Necrológio de Farias Brito. **Brazileia - revista mensal: sociologia, arte, crítica**. Rio de Janeiro. Fevereiro de 1917. Ano 1. N 2.
- BRITO, Farias. Preconceito Positivista. **Brazileia - revista mensal: sociologia, arte, crítica**. Rio de Janeiro. Janeiro de 1917. Ano 1.
- _____. **Finalidade do Mundo - A Filosofia como atividade permanente do espírito**. Fortaleza: Tipografia Universal, 1895.
- _____. **Finalidade do Mundo - A Filosofia Moderna**. Belém: Livraria Universal, 1899.
- _____. **Finalidade do Mundo - Evolução e Relatividade**. Belém: Livraria Universal, 1905.
- _____. **A Verdade como regra das ações**. Belém: Livraria Universal, 1905.
- _____. **A Base física do espírito**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.
- _____. **O Mundo Interior**. Rio de Janeiro: Ed da Brazileia, 1914.
- CAMPELO, Taís. Jonathas Serrano, narrativas sobre o cinema. **Especiaria - Cadernos de ciências humanas**. v 10. n 17. Jan/Jun 2007.
- CORBISIER, Roland. Filosofia no Brasil. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. N° 4. Rio de Janeiro, outubro de 1978.
- Dicionário Biobibliográfico do IHGB de Historiadores, Antropólogos e Geógrafos Brasileiros**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993. 3° Vol. 194.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LIMA, Alceu Amoroso. A reação espiritualista. In: COUTINHO, Afrânio (DIR). **A Literatura no Brasil**. Vol IV. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S A, 1969.
- LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São

Paulo: Unesp, 1999.

Martha. **Brazileia** - revista mensal: sociologia, arte, crítica. Rio de Janeiro. março de 1917. Ano 1. N 3. 1.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Revista Social. Ano VIII, Vol VII. Rio de Janeiro, 1915.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História do Brasil.

Revista Brasileira de História. São Paulo. V 24. n^o 48. 2004.

SERRANO, Jonathas. Júlio Maria. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog (Seleção e Introdução dos textos). **A Igreja na República**. Brasília, EdUNB, 1981.

_____. **Farias Brito** – O homem e a obra. São Paulo: CEN, 1940.

_____. **Júlio Maria**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924.

_____. Paul Borget. **Revista Social** Ano VIII, Vol VII. Rio de Janeiro, 1915.

SILVA, Alvimar. **A Filosofia do Estado Novo**. Rio de Janeiro: s/e, 1939.

**HISTÓRIA INTELLECTUAL BIOGRÁFICA E A TEORIA INTERARTES:
CAMINHOS QUE SE ESTENDEM NA OBRA DO COMPOSITOR ESTÉRCIO MARQUEZ CUNHA**
Márcio Pizarro Noronha*
Eduardo Barbaresco Filho**

I

*Hoje sei que transformar sua vida em narrativa é simplesmente viver. Somos homens-narrativas. A ficção significa inventar algo diferente dessa vida. Li Paul Ricoeur, sei que a identidade narrativa não é uma mera quimera. E acabo de ler a tradução em francês do livro de Dorrit Cohn, *Le propre de la fiction* (o próprio da ficção), cuja fórmula implica haver algo próprio a biografia. Não, autobiografia não é um caso particular de romance, nem o inverso, ambos são casos de construção de narrativa.*

(LEJEUNE, 2008: 74-75)

“Muita coisa não posso te contar. Não vou ser autobiográfica. Quero ser bio”. (MOSER, 2009: 17). A afirmação é de Clarice Lispector a um dos historiadores de sua vida: justamente por ser escritora vê a dimensão da ficção, o entrecruzamento Real-Ficcional na vida e na tradução do sujeito. Nesse artigo discutiremos como a construção narrativa de uma vida interpõe espaços, lacunas, regimes temporais, diálogos da micro-história e suas particularidades no discurso do eu – si mesmo, reverberações possíveis na arte-música e interartes (relações interartísticas). Em caso específico tem-se o desdobrar da história intelectual do compositor goiano Estércio Marquez Cunha¹.

* Dr. Em História, Dr. Em Antropologia, Psicanalista. Realiza curadorias e textos de crítica das artes É autor e diretor de espetáculos intermédias e em dança-teatro e performance. Professor pesquisador e orientador do programa de pós Graduação da Faculdade de história da UFG.

** Ms. Em Música, Professor e Músico. Doutorando em História no PPGH – FH - UFG.

¹ Estércio Marquez é Compositor de Música Erudita residente em Goiânia, trabalhou como professor da UFG (desde 1970) nas disciplinas: estética musical, linguagem e estruturação musical, composição. Possui graduação em Composição pelo Conservatório Brasileiro de Música (1968), mestrado em Composição pela Oklahoma City University (1980) e doutorado em Artes Musicais pela University of Oklahoma (1982), sendo um dos primeiros compositores brasileiros a obter esse título fora do Brasil. Atua principalmente nos seguintes áreas: Composição Musical, Análise Musical, Teatro Música. Informações obtidas em: lattes.cnpq.br acessadas em outubro de 2010

As notas na pauta de uma partitura são notas de vida, de poética, de um mundo para-representacional. Parece nesse sentido sempre haver várias histórias, memórias e lembranças, sendo necessários recortes numa dimensão macro do trabalho proposto: o artista, músico contemporâneo e suas fraturas temporais numa relação espacial - local e universal; a singularidade de Estércio e a sua exemplaridade diante seus discursos sonoros ou escritos; a escrita biográfica e suas interconexões com a memória; a rememoração e sua referência ao passado que se torna presente, o testemunho, o encontro de múltiplas temporalidades de um mesmo sujeito e sua escritura, o esquecimento e a lembrança, a dimensão do ethos e do pathos² do compositor na criação artística, a história da música em Goiânia. O caminho investigativo perpassa a obra³ que deixa rastros da vida, **vidobra** (DOSSE), é a escuta/interpretação/análise das peças no cenário da contemporaneidade musical que diz o local e a data, o acontecimento, a época; é o diálogo com o compositor que sustenta uma cronosofia⁴ artística.

Na cronosofia de Estércio observamos diferentes modos de abordar o tempo no processo de criação e de composição, diferendo-se e em desdobramento do si (si mesmo enquanto outro e si mesmo enquanto mesmo). Nestes termos é que iremos, em conjunto, repontuar os momentos da obra e dos processos em suas questões estilísticas e construtivas propriamente ditas, pois nestas se revelam tipologias temporais por diferentes momentos e experimentos na história da música⁵.

Até o momento da pesquisa definiram-se três abordagens sobre as obras: aquelas significativas do estilo, técnica composicional do século XX, dodecafonismo, serialismo; outras peças no estilo “teatro- música”; peças que já foram executadas e podem indiciar momentos de vanguarda no cenário da música contemporânea erudita em Goiás. Podemos citar: Suíte Brasileira (Prelúdio, Côco, Toada e Congada) (1966), Suíte Clássica (Allemanda, Sarabanda, Minueto e Giga) (1966), Duas variações sobre

² Ethos: síntese dos costumes, valores éticos, hábitos. Pathos: paixão, desejo, angústia, sofrimento.

³ Entendida numa totalidade, conjunto de peças musicais, de textos e documentos, material de vídeo e áudio de e sobre Estércio.

⁴ Ricoeur (2007: 164) cita Pomian em *L'ordre du temps*. Neste o autor distingue maneiras de visualizar o tempo e traduzi-lo em signos; um desses modos é a cronosofia: atribuição de significação aos fatos, ordem do pensável que ignora o sentido dos limites; “excede o projeto da história racional...remexe com as ricas tipologias que opõem o tempo estacionário ao tempo reversível, o qual pode ser cíclico ou linear” (IBID: 165).

⁵ No curso Memória: Interface entre História e Psicanálise, Marcio Pizarro Noronha trata de desenvolver alguns destes aspectos, em particular em relação ao tempo do desejo e ao tempo Aíon, remontando às condições das culturas do tempo e os diferentes modos de apreensão de regimes de tempo.

um tema de Virgínia Fiusa (1966), Variações sobre um tema goiano (1966), Tema com Variações (1966), Sonata (Alegreto, Andante e Rondó) (1967), Música para Piano e Orquestra (1973), Música para coro e percussão (1979), Brincadeiras no Piano (1983), Moviemto para cordas (1983), Natal (1984) - - flauta I-II, violão, coro, atores, Seis pequenas peças para piano (1985), Música para Piano (série de 1 a 54) (1960 a 2001) - n°s 51, 52 e 54 Piano para quatro mãos, Variações sobre um tema de Jurema Marquez e Moraes (1988), Cantares para versos de Fernando Pessoa (1988) - voz, piano texto: Fernando Pessoa, Quatro Estações 1990 - voz, piano, Variações sobre do e solidão Maior (1993) – 4 Vozes, clarienta, piano, Suitenaglia (1993), Serenata que não fiz (1993), Movimento para sopro e percussão (1993) – orquestra, Três peças para quarteto de Flautas (1995), Concertino para violão e orquestra (1996), Magnificat (1997), Lírica infantil (1998). De acordo com o compositor há aproximadamente 300 peças ainda não catalogadas, ou que não foram executadas.

A narração de uma individualidade adota uma posição extrínseca ao próprio historiador na medida em que o “outro” entra em cena, é uma história feita por escolhas, migalhas (DOSSE). Nessas semioses históricas, a narrativa biográfica adquire laços com a ficção e a literatura, uma vez que se trata de um exercício de constante distanciamento do “eu” tornando o outro visível. Sopenña (1998: 166) numa leitura dos diários de Kafka comenta que é possível salvar o outro em nós apenas por um exercício de silêncio. O ato de contar a história do outro condiz com o fluxo da vida, narrar é viver, um ato performativo que pode revelar ou esconder faces do artista em questão.

Tem-se algo semelhante na relação com o historiador romancista. O romance é mais próximo à vida, cria uma história não factual cercada de ideologia e retórica. Enquanto o historiador relata fatos, o romancista historiador extrapola a sua humanidade e experiência de vida no personagem. São narradas imagens dialéticas que mesclam a compreensão do tempo do personagem e o tempo do próprio escritor. Nas palavras de Arendt (2008) tem-se a figura do historiador poeta, o artista/teórico que aciona um processo narrativo e envolve o ser humano que espera por arte, por poesia⁶. Para a

⁶ Notas de reflexão do curso de Hermenêutica e Psicanálise, de autoria de Marcio Pizarro Noronha, onde se observa o encontro e o desencontro que ocorre no campo narrativo, entre a ficção de si, a fabulação de si, e, um processo de invenção desconstrutiva do si mesmo. Assim, qualquer sujeito está sobredeterminado por esta condição de tecer o si mesmo e, ao mesmo, desmontar-se, num “des-tecer”, fios de Penélope na História. O professor Marcio Pizarro Noronha realiza a leitura comentada do livro

história a questão se funda na figura do documento e sua importância. “O recurso aos documentos marca uma linha divisória entre história e ficção (...) através dos documentos o historiador é submetido ao que um dia já foi” (RICOEUR, 2010: 237).

Nessa perspectiva, Albuquerque Junior (2007) diz que a história é uma proto-arte próxima da ciência e da filosofia com o papel de reintroduzir a arte, a sensibilidade, a imaginação, a intuição e o corpo na sua escrita. A fabricação da narrativa histórica media um lugar temporal, espacial, social, cultural, institucional; regras, conceitos e métodos; estilos, gêneros, tropos, convenções. É uma forma de construção da temporalidade, modo de articulação com o passado e seus eventos.

A questão colocada está na articulação das leituras de Ricoeur e Agamben, que apontam respectivamente à construção narrativa, a relação entre psicanálise, história e linguagem nos processos de compreensão e por outro lado, a história dos conceitos, a intersubjetividade na e produção de outros discursos com interfaces em vários dispositivos⁷. Ricoeur relaciona-se com Freud, Derrida; Agamben com Foucault, Derrida, Lacan, André Green. Dosse e Lejeune recortam esses autores na discussão de uma historiografia das idéias.

Da obra de Estércio a sua condição existencial, performática, inscrita, grafada, na qual o passado torna-se contemporâneo pela posição do sujeito artista, fragmentado. Um sujeito ligado à história das sensibilidades, onde se traduz a arte/música na sua performance e produção/criação, num tempo deslocado, que foca memórias, sinestesia, biografia e história. O historiador tem a função de resgate desse sujeito sensível, verificando nos domínios do tempo-espaco relatos sobre o que aconteceu ou não. Essa narração não resolve problemas ou sofrimentos, pelo contrário, uma vez que os acontecimentos permanecem vivos o passado sempre será repetido⁸.

sobre os “homens em tempos sombrios”, partindo da leitura particular do discurso de Arendt acerca do poeta Lessing.

⁷ Qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios...mas, a caneta, a escritura, a literatura, a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos. (AGAMBEN, 2009: 40).

⁸ Ricoeur (2007) busca na psicanálise um melhor entendimento. Para ele, o engodo de um recalque não é a solução para a felicidade do humano, não é uma volta ao passado de modo constante que possibilita o círculo livre de uma vida, e sim os mecanismos de elaboração da própria memória, como se cada volta ao passado fosse num novo ângulo, ou numa nova experiência. É preciso exercitar a relação entre lembrar, repetir e elaborar, fugindo da compulsão a repetição para começar a recordar. O problema da perelaboração será melhor discutido, estudado, no decorrer da pesquisa.

Dentre as formas de escritas de si e suas ramificações Lejeune (2008: 14-15) comenta sobre alguns elementos e o que determinam suas configurações: a forma da linguagem – narrativa e em prosa; o assunto tratado – vida individual, história de uma personalidade; situação do autor – identidade do autor e do narrador; posição do narrador, identidade do narrador e do personagem principal, perspectiva retrospectiva. Para o autor a narrativa torna-se autobiográfica quando atende esses critérios, diferente das memórias, da biografia (onde o narrador é diferente do personagem principal; relação eu e outro), diário, poema autobiográfico. Há um paradigma na proposição da pesquisa que permite-nos pensar esses meandros da biografia e da autobiografia, uma vez que as obras garantem e sustentam a idéia do que seja o compositor e por outro lado a biografia, escrita pela análise das obras e pela figura do outro, do historiador, recorta a dimensão ficcionalizante do sujeito da criação.

Albuquerque Junior (2007) cita duas correntes que podem ser lidas pensando nessas relações da história intelectual biográfica. De um lado Foucault, que propõem uma coleção de textos, uma teia discursiva em torno da singularidade do discurso de *Pierre Reviere*⁹, a produção de inúmeras narrações de um fato, suas escolhas e classificações, a construção do acontecimento histórico. De outro, Ginzburg que trabalha com indícios históricos, sintomas voltados a experiência do corpo ou fantasmáticos na ilustração narrativa de *O queijo e os vermes*¹⁰. Os dois autores trabalham com a idéia de índices, sinais. Numa leitura possível da biografia de Estércio no referido contexto em Foucault tem-se a classificação: o músico, o compositor, artista, crítico, o contemporâneo re-elaborado, narrado por suas singularidades e pela forma que o historiador escolhe o discurso. Em Ginzburg a análise seria realizada pela formação de Estércio, pela continuidade, é o compositor formado por uma universidade, que passou por vários lugares, deu aula em várias instituições.

⁹ A obra referida se chama: “Eu, Pierre Reviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão” de Michel Foucault - é resultado de um trabalho realizado por uma equipe em um seminário do College de France e oferece uma leitura sobre um crime ocorrido no séc. XIX; conhecimento do que é um dossiê; exemplo metodológico para análise e estudos de casos; discursos de origem, forma, organização e função diferentes - o do juiz de paz, do procurador, presidente, tribunal do júri, ministro da Justiça, dos médicos.

¹⁰ Obra de Carlo Ginzburg que narra a trajetória de Domenico Scandella, chamado Menocchio, um moleiro do norte da Itália, que no século XVI desafiou os poderes da inquisição afirmando que a origem do mundo estava na putrefação. Para Menocchio tudo era um caos, e formava uma grande massa, do mesmo modo que o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes. Ginzburg construiu o perfil de Menocchio, seus pensamentos, suas leituras e discussões, suas relações com amigos e vizinhos, refletindo uma Europa pré-industrial.

A construção narrativa de uma vida é tarefa de escolhas, uma história de parcialidade que pode caminhar entre o discurso literário e o próprio acontecimento. A questão colocada é: o que seria ficção e realidade entre literatura e história? A história seria no fundo uma grande ficção do mundo? Especulações a parte, a história remodela a experiência do leitor numa reconstrução do passado, das marcas deixadas a partir do ausente. Na ficção a experiência temporal e o irreal se cruzam, na narrativa histórica documentos comprovam e carimbam uma temporalidade. A história seria presa a sua narração, estritamente condicionada a ela? Ou melhor, a história seria presa a sua escrita?

A teoria literária oferece contribuições para a escrita da história. Há componentes retóricos no discurso histórico, até mesmo literários que, contudo, não desnudam a historiografia em favor pleno da literatura (ARENDDT, 2008).

O historiador/músico, nos meandros do tempo, aproxima-se da figura do crítico musical por necessitar da escrita para contar, relatar, uma história e construir uma narração, em que dialogam múltiplas temporalidades. O poder da palavra é fundamental na historiografia, é marca dos acontecimentos passados e garantia de recordação e vida para posteridade. É um espaço onde a matéria significativa adquire corpus para além de uma subjetividade transcrita, posição tomada por alguns autores, como Derrida (1991). Outros, como Barthes (2007), que compara a narrativa com a pintura, afirmam a escrita como um espaço rígido e fechado, capaz de significar somente aquilo que contem e sempre a mesma coisa.

A narrativa biográfica pode ser vista dentro da tríade ricoeuriana “testemunho, compreensão e representação”, ou ainda nas relações entre tempo vivido, tempo universal e tempo histórico (RICOEUR, 2010: 176) como um processo aberto, que produz aberturas, história parcial. Colocada essas questões a narração histórica biográfica impulsiona a investigar o que Estércio foi – realidades, acontecimentos, eventos – o que gostaria de ter sido – desejos, angustias, pathos, paixão e sofrimento – o que ele acreditou ser – ethos, mundo dos valores, ficção de si mesmo, crença, ilusão autobiográfica, necessária para manter algo que está além do desejo. Num recorte dessas três dimensões o personagem aparece como passado, presente e futuro; passado da anterioridade, retorno no tempo, história convencional; o passado como outro agora; o agora da posterioridade, o destino, porvir a projeção. Linhas de tempos entrecruzadas,

onde o presente é o agora num destino aberto, um mundo carregado de agoras¹¹ (DE ROSBO, 1987).

Costa (1998: 12) apresenta um modelo de análise cujo foco é a interpretação dessas questões narrativas de construção do sujeito. Os eixos para uma interpretação, sobretudo, num ponto de vista psicanalítico, estariam voltados ao lugar, o contexto relacional e histórico no qual o sujeito está inserido; ao argumento, consideração de uma história ou ficção no qual o lugar é tematizado; o ato resultante como cruzamento das duas etapas anteriores.

O intuito aqui proposto é o de pensar a construção narrativa de uma história intelectual artística das idéias e dos processos de criação na singularidade e exemplaridade da obra de Estércio Marques Cunha, de modo a destacar o cenário musical erudito goiano. A contribuição está diretamente ligada a história da consolidação da música contemporânea brasileira nos campos da composição, crítica, e performance – relações interartísticas, música teatro.

II

Estércio Marquez Cunha: exemplaridades e singularidades

“Em 1900 Mahler estava em situação de minoria, em 1910 Schoenberg, em 1950 Stockhausen. A história da música não é a história de uma maioria em determinada época. Galileu foi porta voz do seu tempo? Ou Einstein? A história da música assim como a história das ciências empolga-se com as exceções. São elas que revelam os verdadeiros interesses do momento. Se o senhor olhar a história como um conto, verá que são esses homens excepcionais que de certa forma relevante, desembaraçam os nós e reatam os fios até nós”

(BUCKINX, 1998: 14)

¹¹ A manipulação dessa pluralidade de durações é comandada por uma correlação entre três fatores: a natureza específica da mudança considerada – econômica institucional, política, cultural ou outra – a escala na qual esta é apreendida, descrita e explicada e, finalmente o ritmo temporal apropriado a essa escala. (RICOEUR, 2007:194)

A história individual proposta neste artigo dialoga espaços e tempos únicos na construção narrativa: aspectos da música na cidade de Goiânia (de 1965 a 2009) que perpassa a vida de diversos artistas/músico; a construção de lugares, instituições (Conservatório de música da UFG, EMAC); o processo de identidade cultural artística local e sua relação com o universal. Portanto, o estudo da vida do Compositor Estércio Marques Cunha é também história de lugares enquanto espaços de representação e manifestação simbólica artística.

As singularidades e especificidades do artista em questão apontam caminhos cruzados entre o local e o global, que culminam numa identidade dialética capaz de apontar as diversas faces: o músico, performer, compositor, crítico musical, professor universitário formador de vários músicos de destaque no cenário nacional ou internacional dentre eles: Lucia Barrenechea (pianista, professora da UniRio); Calimério Soares (compositor, professor, de Minas Gerais), Rodrigo Lima (ex-aluno de Estércio, vencedor de vários prêmios de música contemporânea)

Estércio nas suas exemplaridades gera muitos discursos como a figura do poliedro, ou do Rizoma Deleuziano¹², um sujeito múltiplo, artista sintomático, produto de outros ou de suas obras. Na sua história brevemente comentada em entrevista em setembro de 2010, relatou uma forte influência de sua produção na música de Gilberto Mendes e o movimento concreto dos anos 60. Para ilustrar esse cenário de representações pode-se comentar sobre uma de suas obras teatro música chamada “Reza” de 1970¹³. A idéia inicial era a de rememorar sua infância no interior do estado quando participava de terços, rezas, orações na casa de parentes ou conhecidos. O murmúrio, o material sonoro de muitas pessoas conversando ao mesmo tempo, ficou em sua memória e sempre o inquietava. A técnica principal utilizada foi a distribuição da massa sonora, ou seja, não era modal, tonal, dodecafônica, serialista, mas valorizava o timbre da voz em si, o falar ao mesmo tempo.

A performance foi apresentada na Catedral de Goiânia na década de 70, causou grande impacto no meio artístico cultural que era arraigado numa cultura elitista em

¹² Referente a construção do sujeito histórico: O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso." (DELEUZE e GUATTARI, 2004: 32-33). Não constitui-se de unidades, e sim de dimensões. O rizoma é feito de linhas: tanto linhas de continuidade quanto linhas-de-fuga como dimensão máxima, segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade metamorfoseia-se, mudando de natureza. O rizoma é o que já foi.

¹³ Informações obtidas em entrevista com Estércio em setembro de 2010.

moldes europeus da tradição pianística do século 19. Numa perspectiva ricoueriana tem-se a releitura do passado, da infância que se torna atual, lembrada e projetada como horizonte futuro na repercussão crítica. Essa peça representou um movimento vanguardista da música concreta brasileira no cenário goiano, que cumpre ser melhor estudado, pesquisado, desvendado.

Nos anos 60 falávamos muito de vanguarda da necessidade de experimentar, experimentar para dizer que é novo, mas não há nada de novo no mundo. Um grande ganho musical neste fim de século é a consciência que o artista adquiriu: a materialidade da música – o som, o ritmo, está em qualquer vibração percebida pelo ouvido e em todo o movimento, periódico ou não.¹⁴

Com o estudo da história biográfica e dos processos de criação da obra de Estércio pretende-se afirmar uma vida e sua historicidade. Dosse (2004) faz a construção histórica intelectual biográfica de Paul Ricoeur e diz:

A elaboração de uma biografia intelectual de Paul Ricoeur era um verdadeira desafio. Ao longo de seus escritos ele manteve sempre amais estrita reserva no que diz respeito a sua esfera pessoal. Quando o contatei para esse trabalho, ele fez questão de precisar que não desejava se comprometer com esse trabalho. Respeitei...o retrato resultante é portanto o de um homem que nunca havia encontrado. Essa situação poderia ter dissuadido qualquer empreitada histórica, mais ainda por, devido a ela eu não ter acesso aos seus arquivos pessoais... Que contribuição poderia trazer o olhar de um historiador, e além de tudo um historiador sem fontes inéditas? (DOSSE, 2004: 31)

Se por um lado Dosse sentia falta do conteúdo do arquivo, a presente pesquisa justifica-se no excesso de arquivo ainda não organizado, documentado. Dosse admirava Ricoeur, mas não tinha nenhum contato pessoal. Tem-se uma via de mão dupla na perspectiva do biógrafo historiador no campo da história intelectual e das idéias¹⁵ que essa pesquisa pretende adentrar: o historiador e o biografado têm uma mesma linguagem de compartilhamento de preocupações em relação à música contemporânea; o arquivo é extenso¹⁶ perpassando a criação artística de Estércio na produção

¹⁴ Citação do próprio compositor no encarte CD Lento Acalanto (2000).

¹⁵ Dosse (2004: 297) cita de Darnton o conceito de história das idéias – o estudo dos pensamentos sistemáticos, geralmente nos tratados de filosofia; história intelectual – o estudo dos pensamentos informais, das correntes de opinião e das tendências literárias, a história social das idéias.

¹⁶ Discussão do arquivista que será trabalhada no projeto maior com base em Derrida e a noção de escritura.

composicional, análise e crítica, e música e teatro. Aqui são configuradas as relações entre as artes, os processos de criação da obra e suas possíveis traduções.

A escrita biográfica¹⁷ reverbera espaços latentes de um pensamento híbrido com a teoria interartes¹⁸. Em ambos configuram-se linguagens direcionadas à construção de uma historiografia que intercala modos de contar a história de um indivíduo, seja pela narrativa, do romance ao diário, do testemunho ao documento, seja pela criação artística, da música ao teatro, dança, artes visuais. Portanto a abordagem adotada aqui para o campo da historiografia da História da Arte envolve uma reflexão em torno dos limites dos modos como são construídas as Histórias da Música e as Biografias de Compositores (nacionais e internacionais) que, de modo geral, ainda seguem os parâmetros de uma história do tipo positiva, linear e fundada em modelos estilísticos e de escolas musicais.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. **História a arte de inventar o passado**. São Paulo: Edusc, 2007.
- AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BUCKINX, B. **O pequeno pomo: ou a história da música no pós-modernismo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- COSTA, Ana Maria Medeiros da. **A ficção de si mesmo: interpretação e ato em psicanálise**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 1998.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2004.

¹⁷ Ver trabalhos de Sousa (2008) como referência para construção de uma história biográfica de artistas.

¹⁸ No campo interartístico Noronha (2007) afirma um conceito que se desdobra em três abordagens: fusão entre as artes, obra de Arte Total, perspectiva Wagneriana; separação entre artes e seus possíveis modelos e linguagens específicas; noção de intervalo, espaço que cada arte dialoga com outros modelos de representação. Estêrcio é enigmático para a estruturação de todas essas questões justamente por sua obra comportar um pensamento interartístico, híbrido com outras linguagens. Destaca-se a música que é produzida em cena, teatro música, ópera; música de câmara; trabalhos com a noção de sonoplastia e exploração de materiais não convencionais; peças solos, duos, trios, para instrumentos não convencionais como voz e clarineta.

DERRIDA. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

DE ROSBO, Patrick. **Entrevistas com Margarite Yourcenar**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1987.

DOSSE, François. **História e Ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSC, 2009.

_____. **Paul Ricoeur: Le sens d'une vie**. Paris: La decouverte, 2000.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rosseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NORONHA, Márcio Pizarro. Ensaio de composição: entre o conceito e asensação em literatura e arte moderna. In: SERPA, Elio Cantalício e MENEZES, Marco Antônio de. (org.) **Escritas da história: narrativa, arte e nação**. Uberlândia: EdUFU, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa**. Vol.3. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SOPEÑA, Frederico. **Música e literatura**. São Paulo: Ed. Nerman, 1989.

SOUSA, Cíntia Guimarães Santos. Poesia e Performance: relações interartísticas na produção artística de Paulo Bruscky. In: **anais da ABRALIC**; São Paulo: USP, 2008; Disponível em:
<http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/025/CINTIA_SOUSA.pdf> acessado em setembro de 2010.

Sites

<http://lattes.cnpq.br>

CDs: CD **Lento acalanto, Estércio Marquez Cunha**. Produzido por Yara Moreira no ano 2000; direção musical de Marshal Gaioto, gravado no estúdio “Barra – up music digital Studio”.

**UMA "LEI PARA INGLÊS VER":
A CONJUNTURA POLÍTICA DE 1826-31 E O PROCESSO DE CRIAÇÃO
DA PRIMEIRA LEI ANTI-TRÁFICO BRASILEIRA DE 1831**

Rafael Cupello Peixoto*

O presente artigo tem por objetivo analisar as razões da promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831, que teve como objetivo a supressão do comércio de escravos para o Brasil. Nosso foco serão os debates parlamentares relativos à discussão do término do tráfico negreiro para o país, ocorridos desde 1826, e que acabaram por resultar na criação da lei de 1831. Procuraremos apresentar aqui algumas contribuições bibliográficas a respeito desta temática, como também os primeiros passos desta pesquisa.

No Brasil, desde o período colonial, desenvolve-se uma dependência explícita da utilização de mão-de-obra escrava como força produtiva, constituindo-se numa sociedade escravista¹. Sendo um dos maiores importadores de mão-de-obra africana para o trabalho nas cidades e nas culturas de subsistência/abastecimento (KARASCH, 2000). O Brasil esteve envolvido com o combate empregado pela Grã-Bretanha contra o tráfico de escravos desde 1807². Constituindo-se nos principais ativistas *anti-slave trade*, os britânicos – seja por sentimentos humanitários, desencadeados, pelas representações religiosas protestantes que apresentavam a barbárie desse comércio e as atrocidades promovidas pela escravidão, seja por interesses econômicos – promoveram uma forte repressão à atividade ilícita do tráfico de escravos (TAVARES, 1988).

A Independência do Brasil em setembro de 1822, visou construir um Estado soberano que garantisse a manutenção do seu espaço territorial. O Brasil oscilava entre

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES-REUNI.

¹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. O Modo de Produção Escravista Colonial na América. IN: SANTIAGO, Theo (org.). *América Colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, pp. 89-143; GORENDER, Jacob. O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica. IN: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. Uma crítica às leituras de Ciro Cardoso e Gorender ver CASTRO, Antonio Barros de. *Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão*. IN: LAPA, op. cit., pp. 67-108. No tocante à ideologia da escravidão MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores de corpos, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos na América, 1660-1860*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

² A respeito da abolição da escravidão nas colônias inglesas e da reação dos senhores e dos escravos ver: COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória e Lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia das letras, 1998.

os pensamentos liberais desenvolvidos na Europa iluminista e as continuidades do modelo dos três mundos, o do governo do Estado, o da casa e o da rua, resultados das heranças culturais portuguesas. Segundo Ilmar de Mattos, “os fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América (...)” (MATTOS, 2004: 138-139). Os fundadores herdaram os fundamentos do mundo dos três poderes, e os consolidadores deram forma e empenharam-se em desenvolvê-lo e conservá-lo na “consolidação monárquica” (MATTOS, 2004: 138).

A necessidade do Brasil pelo reconhecimento internacional de sua independência, frente aos portugueses, proporcionou ao governo britânico a oportunidade de impor um novo tratado antiescravista como moeda de troca por esse reconhecimento. O tratado de 1826, além de renovar as prerrogativas dos britânicos no comércio com o Brasil, determinava para o ano de 1830 o fim do trato negreiro para o território brasileiro. Após a promulgação do tratado em 1827, e contrariando a ideologia naturalista escravista, o Brasil precisava exterminar um comércio fundamental para o funcionamento de sua economia (CONRAD, 1985).

É dentro desta conjuntura que na sessão de 31 de maio de 1831, Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, marquês de Barbacena, apresentou um projeto de lei que procurava dar fim ao tráfico negreiro. Após algumas emendas, que não mudaram o caráter da lei, acabou por ser sancionada em 7 de novembro de 1831. Entretanto, tal lei não dará cabo do comércio de africanos para o país, sendo o mesmo extinto apenas com a Lei Eusébio de Queirós de 1850.

Através de trabalhos que acabam por privilegiar as conjunturas externas, a Lei de 1831 acabou por entrar para a história como uma *lei para inglês ver*. Estes trabalhos acabaram por qualificar as pressões inglesas como fator determinante, não apenas para a elaboração da primeira lei anti-tráfico brasileira, como também, por dar fim ao comércio transatlântico de africanos para o Brasil no período de 1840-50. Dentre eles, podemos destacar as pesquisas de Leslie Bethell (BETHELL, 2002) e Robert Conrad (CONRAD, 1985).

Bethell defende que a Lei de 1831 nada mais foi do que uma tentativa dos parlamentares brasileiros de possibilitarem aos súditos do Império, envolvidos no comércio ilegal de escravos, um julgamento em tribunais nacionais. A lei trataria ainda de uma ação política do governo brasileiro para apresentar aos ingleses um

comprometimento contra o tráfico de cativos para o país, conseguindo assim o fim das pressões inglesas sobre a soberania nacional.

Por sua vez, Robert Edgar Conrad destaca que a mentalidade brasileira, do início do século XIX, estava enraizada na força e na defesa da escravidão, conseqüência de um processo histórico iniciado na América Portuguesa que desenvolveu uma sociedade, em todos os seus níveis, adepta do sistema escravista. Deste modo, a sociedade brasileira seria incapaz de viabilizar qualquer movimento abolicionista, tendo em vista que o tráfico negreiro era um dos elementos que compunham o sistema escravista. A estrutura social em que o Império Brasileiro se estabeleceu, com a elite dirigente sendo formada, em sua grande maioria, por grandes latifundiários e proprietários de escravos, é citada pelo autor, como um complicador para que qualquer medida fosse efetivamente tomada contra o sistema escravista.

Podemos perceber que tanto para Robert Conrad como para Leslie Bethell o papel inglês foi determinante para as ações do governo brasileiro que visavam combater o tráfico brasileiro de escravos. Os dois autores se utilizam da falta de uma ação coercitiva do governo brasileiro frente aos traficantes, como elemento-chave para afirmar a primazia britânica neste assunto. A nulidade da lei de 7 de novembro de 1831 em por fim à atividade negreira no país corrobora seus argumentos.

No âmbito econômico, diversos trabalhos demonstram a conjuntura internacional que acabaram por condenar e dar fim ao trato transatlântico de escravos durante o século XIX. O papel inglês destacando o papel dos EUA, Cuba e Brasil como representantes do que acabou por ser classificado por esta historiografia como a Segunda Escravidão. Outros trabalhos acabam por destacar o aumento dos interesses imperialistas das potências européias, em especial da Inglaterra, ocorridos com a mudança do sistema mercantilista para o sistema capitalista, iniciada ao final do século XVIII e consolidada durante o século XIX, como também da importância do trato negreiro no financiamento e no desenvolvimento industrial da Inglaterra, principal estado negreiro da Europa no século XVIII³.

³ Para maiores informações a respeito da conjuntura internacional para a extinção do tráfico negreiro, ver: BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002; para pesquisas referentes ao aumento dos interesses imperialistas das potências européias, ver: TAVARES, Luís Henrique Dias Tavares. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo, Editora Ática, 1988; RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. v.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; sobre a importância do tráfico negreiro no financiamento e no desenvolvimento

No âmbito das conjunturas internas, diversos trabalhos começam a revisitar os motivos provocadores para a criação da Lei de 1831. Rechaçando as pressões inglesas como determinantes para a apresentação de um projeto de lei brasileiro que visava extinguir o trato negreiro, esta historiografia apresenta outras razões provocativas para tal Lei. Entretanto, é importante apontar que esta corrente historiográfica não menospreza a atuação britânica na conjuntura política que acabou por culminar na lei de autoria do marquês de Barbacena⁴.

Jaime Rodrigues (RODRIGUES, 2002) destaca os acontecimentos internos no Brasil como forma explicativa para a elaboração da lei anti-tráfico brasileira de 1831. Segundo ele, o papel inglês é superdimensionado por parte da historiografia especializada, entretanto, tais pressões não são descartadas pelo autor, afirmando terem sido as mesmas responsáveis por aglutinarem a elite política imperial para que se chegasse a uma proposta consensual para o término do contrabando escravista. No que diz respeito à conjuntura que resultou na Lei de 1831, Rodrigues afirma que o fato de em 1830 o comércio brasileiro de escravos já se encontrar proibido em virtude de um tratado internacional assinado entre brasileiros e britânicos, em 1826, e não por um diploma nacional, afetou os parlamentares brasileiros a defenderem a dignidade do país e a demonstrarem a autonomia e soberania do Brasil frente às demais nações do mundo. Para isto, teriam elaborado uma lei que reforçasse a proibição do trato de africanos, procurando exprimir, perante aos demais povos civilizados, o comprometimento do país no combate a este *infame comércio*. Rodrigues lembra ainda que uma lei brasileira, também, poderia garantir aos súditos brasileiros envolvidos no tráfico, o julgamento em tribunais brasileiros e não nos internacionais, compostas por comissões mistas com juízes ingleses e brasileiros, como era estabelecido pelo tratado anglo-brasileiro de 1826. Os fenômenos da *africanização* e da *haitinização*, aliados às teorias médicas da corrupção dos costumes provocadas pelos africanos, também são enumeradas como

industrial da Inglaterra, ver: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.

⁴ Sobre esta historiografia que trabalha as conjunturas internas para o fim do trato negreiro, ver: MAMIGONIAN, Beatriz e GRINBERG, Keila (org). Dossiê – ‘Para inglês ver?’ Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, n^{os} 1/2/3, Jan/Dez 2007, pp.86-340; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP, Editora da UNICAMP/CECULT, 2000; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

causas geradoras para a primeira lei nacional proibitiva ao comércio de carne humana. Segundo o autor, o fator principal para o não cumprimento da Lei de 1831 se deu devido ao fato de não haver um projeto consensual a respeito do tráfico, por parte da elite política imperial antiescravista.

Tâmis Parron (PARRON, 2011) afirma que o Brasil desenvolveu ao longo do período imperial brasileiro o que ele denominou de *política da escravidão*. Esta deve ser entendida como:

uma rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com os órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais; a esse modo, é claro, correspondia também um protocolo discursivo, com seus lugares-comuns e suas verdade universais. (PARRON, 2011: 18)

Entretanto, tal *política da escravidão* não pode ser entendida como estivesse sempre presente no Parlamento brasileiro. Pelo contrário, ela detém dois momentos históricos chaves: a *política do contrabando de escravos* e a *política da escravidão na era do pós-contrabando*. A primeira, corresponderia ao período de 1835-1850, sendo o Regresso o ponto de fundação desta política. Esta, se configurou num processo de defesa ideológica para a reabertura do tráfico negreiro em *nível sistêmico*, sendo instituído desde as altas estruturas do poder até as mais baixas esferas políticas. A segunda, corresponderia ao período de 1850-1865 e visava a manutenção da ordem escravista, sem que com isso fosse questionada qualquer tipo de mudança na estrutura social do Império do Brasil, mantendo, com o apoio dos grupos sociais, tanto membros do Partido Conservador como do Liberal, condições para a reprodução do cativo como meio de desenvolvimento econômico do Estado nacional. Sendo assim, para o autor durante o período que engloba o Primeiro Reinado e o início da Regência (1826-1835) não haveria ainda institucionalizado dentro das estruturas de poder (Câmara, Senado, Executivo) uma *política da escravidão*, mas sim, uma *politização* do tráfico negreiro, iniciada em 1827, devido a repercussão, dentro da Câmara dos Deputados, da assinatura entre os governos brasileiro e britânico do tratado anglo-brasileiro de 1826. Serão construídos, durante esta conjuntura, os principais argumentos escravistas que servirão de base da *política da escravidão* implantada a partir de 1835.

Com o deslocamento das discussões muito mais para a esfera da disputa entre Executivo e Legislativo do que para a formação de um grupo político defensor de uma

política da escravidão, a Lei de 1831 é promulgada sendo entendida por Parron "como exercício probatório de autonomia dos órgãos representativos" (PARRON, 2011: 85). Defendendo esta ideia, Parron argumenta que a lei ganhou autonomia em face aos artigos do tratado anglo-brasileiro dando liberdade aos africanos, (pois utilizava o termo *livres* e não *libertos*), pronunciou fazendeiros (respondiam criminalmente se participassem do contrabando negreiro) e ignorou a pirataria. Portanto, haveria na Lei de 1831 uma característica extraparlamentar e autenticamente antiescravista. Portanto, os debates parlamentares ocorridos durante o Primeiro Reinado ensinaram aos parlamentares brasileiros a prática legislativa.

Partindo da leitura da historiografia especializada e dos primeiros contatos com os anais da Câmara e do Senado imperial, acreditamos poder levantar algumas hipóteses sobre os motivos geradores da Lei de 1831. Mesmo as afirmativas apresentadas acima dos trabalhos de Rodrigues e Parron, acreditamos que suas conclusões não encerram a discussão para as causas da primeira lei nacional anti-tráfico. Isto porque, partindo de dados apresentados pelos próprios autores – em especial Parron, a respeito da conjuntura política do período em questão (1826-1831) – pensamos que alguns itens deste período precisam ser melhor analisados para que possamos ter uma perspectiva mais ampla das conjunturas internas, sem menosprezar as conjunturas externas, que levaram os parlamentares brasileiros a sancionarem tal lei.

O primeiro item que acreditamos ser de suma importância para a compreensão desta conjuntura está relacionado ao papel desempenhado pelos *negociantes de grosso trato*⁵ dentro dos grupos políticos brasileiros. Como nos alerta Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA e COSTA, 2004), a maior parte da elite política do Primeiro Reinado provinha de negociantes do centro-sul e da Bahia. João Luís Ribeiro Fragoso (FRAGOSO, 1992) nos demonstra que apenas 29 famílias empresariais detinham o controle da atividade negreira no Brasil (cerca de 10% dos *negociantes de grosso trato*)⁶. Riva Gorenstein (GORENSTEIN, 1993) reafirma a atuação destes indivíduos no

⁵ Indivíduos que se caracterizavam como um setor altamente dinâmico e dono de grandes fortunas ligados ao grande comércio e as atividades financeiras. Cf. GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)*. In: MARTINHO, Lenira Meneses; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

⁶ Acreditamos que não podemos descaracterizar a atuação destes sujeitos sociais, que através de relações de reciprocidade que podiam, inclusive, chegar a casamentos entre famílias de sócios (Ex: famílias Velho,

processo de emancipação política, como também suas práticas de enraizamento na elite dirigente do império . Por conseguinte, pensamos que devemos observar as redes de sociabilidade de nossos parlamentares, procurando possíveis relações destes com os *negociantes de grosso trato*, afim de configurar seus posicionamentos nos debates parlamentares a respeito do tráfico negreiro com suas relações sociais.

Outro item que merece destaque é o Senado imperial. João Carlos Escosteguy Filho (ESCOSTEGUY FILHO, 2010) em trabalho de cunho gramsciano, procura destacar o Senado como *locus* de atuação dos intelectuais orgânicos da direção Saquarema, na qual procuravam defender uma política do tráfico negreiro e da escravidão, que atendia aos interesses da *classe senhorial* do Vale do Paraíba, como se fossem de interesse nacional. Sendo assim, através da atuação destes intelectuais orgânicos a *classe senhorial* do Vale do Paraíba, a partir do período regressista (1835) se constitui enquanto *classe dominante* dentro dos aparelhos de Estado, consolidando seu projeto político em 1850. Neste trabalho, o autor destaca que o caráter vitalício dos senadores constituía um local no qual era possível uma maior homogeneidade e permanência de projetos políticos por parte dos grupos políticos ali constituídos. Outro fator que nos chama a atenção é a reputação que o Senado teve durante o Império brasileiro; de elemento ligado a Pedro I durante o Primeiro Reinado, passando por local de entrincheiramento dos principais caramurus, inimigos da liberdade no início da Regência, a espaço de moderação e boa política, ao longo da década de 1840. Tendo em vista, que a Lei de 1831 é elaborada nessa Casa, devemos atentar para estas diferentes reputações, procurando observar até que ponto elas influenciaram na atuação dos senadores e nas suas atuações políticas, não nos esquecendo, evidentemente, de observar que grupos políticos foram responsáveis por estas caracterizações do Senado.

Tendo em vista as preocupações destacadas acima, e partindo dos pressupostos teóricos de Edward Palmer Thompson (THOMPSON, 1997) para compreendermos as causas da criação de uma lei, na qual devemos examinar as contingências que levam à sua elaboração associando a ideologia, interesses e sensibilidades regendo tais contingências, ou seja, dos que elaboram, executam, perpetuam e ampliam uma lei.

Carneiro Leão e Pereira de Almeida), desenvolveram redes comerciais que envolviam distantes regiões e diferentes produtos, sendo o tráfico de escravos uma das principais atividades mercantis. Cf. FRAGOSO, João Luis R. *Mercadores e Negociantes Imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séc. XVII e XIX)*. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.36, p.99-127, 2002. Editora UFPR.

Assim como, das análises de Ilmar Rohloff de Mattos (MATTOS, 2004) sobre a consolidação dos *Saqueiros* como classe dirigente do Estado Imperial, na qual apresenta o tráfico de africanos como sujeito aos interesses de Estado, afirmando que a posição dos Liberais como defensores do fim do comércio brasileiro de escravos não pode creditá-los à figura de opositores da escravidão e tráfico, pois pretendiam participar desta atividade comercial. Entretanto, percebiam com exatidão a aliança entre *Saqueiros* e os traficantes negreiros na condução dos negócios do Estado que acabava por não permitir a participação dos inimigos de sua política de Estado no monopólio do tráfico. Acreditamos que a criação da Lei de 1831 é resultado das conjunturas políticas dos anos 1820-30 e que deve ser observada como um mecanismo de disputa pela gestão do Estado, na qual devemos observar que tanto o cativo como o tráfico negreiro estavam inseridos na prática legislativa e na articulação social do Império brasileiro.

No entanto, isto não quer dizer que descaracterizamos as pressões inglesas sofridas pelos políticos brasileiros dentro destas conjunturas políticas. Pelo contrário, partimos do pressuposto de que o tratado anglo-brasileiro de 23 de novembro de 1826 que abolia o comércio brasileiro de escravos num prazo de três anos após a sua ratificação, ocorrida em 1827, acelerou a criação de uma lei brasileira, contrária ao tratado de africanos, e ajudou a delimitar as atuações políticas dos grupos políticos imperiais pelo controle dos aparelhos de Estado. Antes da apresentação do tratado ratificado entre os governos brasileiro e britânico a Câmara dos Deputados, as discussões referentes ao tráfico de escravos eram escassas. A partir dela, as discussões a respeito do comércio negreiro se concentram e tiveram maior atenção da Câmara. O mesmo fenômeno ocorre entre os anos 1830-31. Com a validade do tratado iniciada em 1830, o comércio passa a ser ilegal; Câmara e Senado passam a se preocupar em estabelecer uma lei nacional capaz de extinguir o contrabando ilegal de negros. Logo, tendo em vista estas questões, podemos perceber o papel inglês nas ações políticas que desencadearam tal diploma.

Nossa pesquisa ainda se encontra em caráter inicial e nosso *corpus* documental está sendo analisando com a preocupação de elaborarmos dados prosopográficos dos parlamentares brasileiros, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, que participaram das discussões a respeito da extinção do tratado de africanos para o país. As culturas políticas da escravidão e o constitucionalismo como prática do liberalismo

brasileiro estão entre os cuidados metodológicos que estamos observando para analisarmos nossas fontes documentais. Pretendemos ainda, utilizarmos alguns periódicos contemporâneos à análise (1826-1831) para aferirmos de forma mais ampla as culturas políticas da escravidão na época.

Portanto, acreditamos que a análise dos grupos políticos que compunham o Senado no período em que o projeto foi elaborado e aprovado, a possível ligação de *negociantes de grosso trato* com membros da Assembléia Geral do Império e a conjuntura política dos anos de 1826-31 que estão sendo analisadas em nosso trabalho poderão contribuir com novos dados que nos ajudarão a ter uma percepção mais ampla que acabou por resultar na Lei de 7 de novembro de 1831.

Referências Bibliográficas

- BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial, 1776-1848**. Rio de Janeiro, Editora: Record, 2002.
- CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de Glória e Lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Cia das letras, 1998.
- ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. **Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2010.
- FRAGOSO, João Luís R. **Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. Mercadores e Negociantes Imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séc. XVII e XIX). In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.36, p.99-127, 2002. Editora UFPR.
- GORESTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Meneses;

- GORESTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: Holanda, Sergio Buarque de e COSTA, Marcos. **Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LANDES, David. **Prometeu Desacorrentado**. Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MAMIGONIAN, Beatriz e GRINBERG, Keila (org). Dossiê – ‘Para inglês ver?’ Revisitando a Lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 29, n^{os} 1/2/3, Jan/Dez 2007.
- MANTOUX, Paul. **A Revolução Industrial no século XVIII: estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra**. Tradução de Sonia Rangel. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1988.
- MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores de corpos, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos na América, 1660-1860**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo, Editora Hucitec, 2004.
- PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- POLAYNYI, Karl. **A grande Transformação**. As Origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas-SP, Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: outro horizonte. v.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTIAGO, Theo (org.). **América Colonial**: ensaios. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

TAVARES, Luís Henrique Dias Tavares. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

THOMPSON, E.P. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.

**VISÕES DE NAÇÃO NA OBRA DE HEINRICH VON SYBEL:
A FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO ALEMÃO POR GUILHERME I**

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha*

Introdução

Situado entre os mais influentes autores alemães do século XIX, Heinrich Karl Ludolf von Sybel (1817-1895), apresenta em sua obra características do que foi o alvorecer de um específico sentimento nacionalista germânico.

Político, membro da aristocracia prussiana e um dos mais bem sucedidos pupilos de Leopold von Ranke, em idos de 1889, Sybel obteve pleno acesso aos arquivos berlinenses para escrever o primeiro volume de seu *Die Begründung Des Deutschen Reiches Durch Wilhelm I* (Fundação do Império Alemão por Guilherme I).

Considerada a o lugar social deste historiador, é perceptível o alto grau de representatividade que suas ideias e proposições possuíam sobre o ideário nacional alemão naquele fim de século.

O protestantismo e a defesa de um Estado Alemão sob a tutela prussiana são as marcas de um intelectual de convicções Nacional Liberais¹ e membro ativo na política local.

O cargo de diretor dos arquivos prussianos em Berlim facilitou sua empreitada na escrita de sua última e mais detalhada obra, dividida em sete volumes publicados entre 1889 e 1895.

Em termos gerais, importantes particularidades são verificáveis na historiografia alemã deste período, no caso de Sybel, prática e discurso tornam-se indissociáveis, na medida em que atuação política e intelectual se entrecruzam em seus escritos sobre a nação.

O resultado desta mescla é perceptível principalmente em seus trabalhos mais maduros, como este que me proponho a analisar.

Em uma publicação repleta de apelos nacionalistas e influências políticas do

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES. Bolsista CAPES.

¹ O Partido Nacional Liberal (*Nationalliberale Partei*) foi um Partido político alemão, fundando em 1867 e extinto com a dissolução do Império Alemão, ao fim da Primeira Guerra Mundial. Prosperou entre os anos de 1871 e 1879, quando foi o principal aliado de Bismarck no *Reichstag*, defendendo avidamente a *Kulturkampf* imposta pelo Chanceler de Ferro.

presente, o autor percorre os séculos que precederam a constituição do sentimento nacional germânico, perpassando por eventos julgados relevantes ao advento da unidade política alemã no século dezenove.

No início do primeiro volume, Sybel trata dos chamados “tempos antigos” (*ältere Zeit*), citando as influências da Revolução de 1830 na Prússia, até o princípio do reinado de Frederico Guilherme IV.

Atentarei-me, portanto, a esta parte introdutória da publicação, pelo fato de ser este o momento onde se tornam mais explícitas as motivações de escrita, bem como as concepções nacionais ideais do autor. Neste sentido, meu objetivo será evidenciar como o historiador percebe ideia e prática políticas a partir de menções ao que concebe por nação e nacionalismo ao longo de seu trabalho.

Bases políticas nacionais para a fundação do Império

Já no prefácio da obra, Sybel, menciona não ocultar inclinações prussianas e Nacional Liberais em sua escrita da história. Segundo ele os conflitos de 1866 não teriam eclodido por simples arbitrariedades de paixões pessoais, “mas pelo embate inevitável entre antigos direitos, que haviam crescido por séculos, e o sentimento nacional que paulatinamente os havia feito declinar”². Isso causou uma situação social não saudável, que se tornou insustentável, onde apenas uma crise violenta poderia trazer um estado de convalescença.

Vale lembrar que já aposentado das atividades políticas e de sua cátedra em Bonn, no momento da escrita deste volume, Sybel se encontrava descrente em relação aos rumos tomados pela nação alemã após as guerras de unificação. Forte opositor do sufrágio universal, assim como Georg Gervinus e Theodor Mommsen (Cf. BENTIVOGLIO, 2010), discordava de seus companheiros Nacional-Liberales e da política externa e financeira de Otto von Bismarck.

Associando o declínio desses “antigos direitos” (*herangewachsener Rechte*) à ascensão da nacionalidade coletiva, o autor percebe o nacional como vocação principal em períodos de transição.

Percebendo o tempo como mudança de qualidade positiva, se apresentando

² “Die Kämpfe von 1866 waren nicht ein willkürlich gemachtes Ergebnis persönlicher Leidenschaften: sie entsprangen vielmehr aus dem unvermeidlichen Conflictte alter durch Jahrhundert herangewachsener Rechte mit den immer stärker drängenden nationalen Bedürfnissen” (SYBEL, 1890: 15).

como qualidade portadora de sentido, percebe-se aos moldes da tipologia de Jörn Rüsen elementos de uma constituição *genética* de sentido na narrativa de Sybel. De ameaça a ser reelaborada historicamente, “o tempo passa a ser percebido como qualidade das formas da vida humana, como chance de superar os padrões de qualidade de vida alcançados, como abertura de perspectivas de futuro” (RÜSEN, 2007: 58).

O futuro para além do momento presente se revela intimamente ligado à constituição do Estado Nacional. A baliza deste porvir será esclarecida pelo autor em passagens centrais de seu texto.

Sybel menciona que ao longo da história, o estado, a religião, a literatura e a política econômica não exerceram influências favoráveis à formação de um governo nacional alemão. Uma consciência nacional apenas aparecerá com o avanço civilizacional.

Esta ideia de avanço pode estar associada ao que Robert Southard concebe como a particular percepção de progresso existente nas formulações teóricas de Sybel. Herdeiro de uma tradição jurídico-histórica dos tempos de frequência aos seminários de Friedrich Carl von Savigny na Universidade de Berlim, Sybel se habituou a pensar e julgar a adequação de instituições e práticas em termos das necessidades e nível cultural de povos e países distintos.

Este hábito mental poderia, de fato, facilmente se tornar um padrão de avaliação de práticas contemporâneas e a verificação de necessidades futuras. Acostumado a pensar a mudança, mesmo gradual, como normal, “Sybel foi capaz de pensar no progresso como uma norma e, assim, julgar mudanças repentinas e até mesmo grandes como desejáveis, desde que contribuindo para o progresso em longo prazo” (SOUTHARD, 1995: 101).

Além disso, a concepção de um “espírito nacional” (*Volksgeist*³) herdada de Savigny pode representar nos termos de Koselleck uma filosofia progressista, que transforma a história em uma unidade processual do acontecer que inaugura, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade (KOSELLECK, 2006: 35).

Mais à frente em sua narrativa, o autor esclarece que o período referente ao reinado de Maximiliano I (1493-1519) representou a ascensão de instituições imperiais

³ Savigny, através de seu conceito de *Volksgeist*, explica a necessidade de compreender a inter-relação entre a lei e as pessoas. A lei e os indivíduos não podem estar isolados um do outro e isso é explicado a partir desta concepção. Cf RAI, 2010.

essenciais na formação do sentimento nacional, tais como: a Corte Imperial, a organização de distritos, uma lei de fisco e um contingente estatutário do exército.

“A tradução da Bíblia de Lutero criou uma língua tangível a todos os Estados alemães e foi uma expressão da unidade nacional” (SYBEL, 1889: 11).

Neste ponto, mais do que convicções protestantes, é possível notar a junção de elementos da cultura aos da política, e a percepção de um período de transição identificado por Benedict Anderson como a decadência dos impérios dinásticos e o surgimento de novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho, o capitalismo editorial e o surgimento de práticas de controle estatal (ANDERSON, 2008).

Sybel menciona que a Guerra dos Trinta Anos resultou para a Alemanha na decadência da autoridade imperial e na perda do sentimento nacional em função da ascensão do individualismo ao povo germânico.

Este entrave ao desenvolvimento do sentimento nacional comum se revela em Sybel a partir, da não formação (ou a formação tardia) de uma homogeneidade política, aquela imposta por objetivos, e imperativos inescapáveis, aparecendo eventualmente sob a forma nacionalista (GELLNER, 1983: 39).

Nestes termos, Sybel percebe em episódios pontuais da história alemã, a ausência de uma congruência nacional responsável pela existência da ideia político-nacional enquanto teoria de legitimação política.

A dicotomia entre Áustria e Prússia face aos estados alemães

Ao tratar de seu estado de origem e seu principal rival ao longo século, Sybel demonstra sua clara posição, não diferente daquela defendida em suas obras anteriores ao processo de unificação. A solução por uma Alemanha pequena (*Kleindeutsche Lösung*), ainda se reflete nos escritos tardios do autor, em trechos que remetem claramente à Prússia como condutora ideal do processo de unificação e manutenção das fronteiras nacionais⁴.

Sybel menciona que o espírito do individualismo havia feito o império em pedaços, e apenas o desenvolvimento posterior de um sentimento específico, em formas

⁴ Debates a respeito da formatação do estado alemão unificado se deram ao longo de praticamente todo o século XIX. Em 1861 uma conhecida controvérsia envolveu o autor e o historiador Julius von Ficker, ávido defensor da solução por uma Alemanha Grande (*Grossdeutsche Lösung*).

de governo especiais poderia produzir uma solução.

Alguns estados puderam estender seus domínios e influência de acordo com estes princípios “tradicionais” e “egoístas”, assim como para sobrepor-se aos de outros, forçando-os a reconhecer sua ascendência. Contudo, com o consentimento do Estado, “egoísmo e sentimento nacional poderiam se unir, tornando-se representantes do interesse nacional comum” (SYBEL, 1890: 14).

Esta ideia particular de individualismo é marca de uma concepção “liberal conservadora”, já perceptível em sua História da Revolução Francesa (*Geschichte der Revolution Zeit*) escrita em 1865. O favorecimento do constitucionalismo e do Estado de Direito (*Rechtsstaat*) revelam o quanto Sybel é influenciado pelas ideias de Burke, “indicando uma tentativa de definir uma posição política própria do autor” (IGGERS, 1983: 116).

O historiador prossegue afirmando que naquele cenário de crise, dois estados haveriam de sustentar em bases firmes o poder na Alemanha, seriam eles a Áustria e a Prússia.

Antoine Guiland enfatiza que a burocracia e militarismo prussianos eram mal vistos pelos cidadãos do *Kaiserreich*, por isso os objetivos nacionalistas de Sybel se embasavam em uma forma de convencer a classe média liberal das vantagens de aceitação das instituições daquele estado (GUILLAND, 1915).

Há no mesmo sentido, uma preocupação em descaracterizar vínculos culturais e políticos entre as duas nações. Sybel enfatiza que os conflitos entre elas não carregava um espírito nacional que representasse a constituição do povo alemão. A Áustria e a Prússia trabalhavam por seus próprios fins.

Sybel busca frisar que apesar de certa harmonia mental entre a Prússia e o restante da Alemanha, até então não havia sinais de um movimento pela unificação política. Entretanto, “o período que se seguiu foi de imensa prosperidade literária e científica para o povo alemão, que fez com que surgisse um sentimento de união entre os diferentes povos germânicos” (SYBEL, 1890: 26).

O autor percebe no fenômeno da produção literária um dos alicerces da nacionalidade germânica. Como apontado por Anderson, conceitualmente, o capitalismo editorial constitui-se na junção das possibilidades do capitalismo à tecnologia de imprensa, criando de modo incisivo uma homogeneidade na diversidade

de línguas humanas.

Essa homogeneidade é um indício de fronteiras linguísticas e cognitivas que viriam a consolidar-se enquanto bases para o surgimento da nação moderna (ANDERSON, 2008). Neste sentido o próprio Sybel seria herdeiro desta tradição literária de objetivos marcadamente nacionalistas e de forte influência sobre o senso comum alemão.

Ainda no campo das idéias, o autor aponta que a recepção da filosofia francesa trouxe a valorização de uma forma de individualismo, que dificultou a formação de uma percepção nacional coesa.

Novamente é necessário remontar à análise do autor das idéias e propostas políticas francesas e sua notória influência burkeana. O processo revolucionário seria para Sybel, uma forma desnecessária de se alcançar um Estado constitucional baseado na lei (*Rechtsstaat*), e os franceses haviam falhado em tal etapa principalmente devido à concepção errônea de liberdade que possuíam, “sendo este o principal motivo para a não conquista da igualdade e a derrota da revolução por si própria” (apud GUILLAND, 1915: 174).

Portanto, para Sybel, apesar da gradativa evolução de aspectos nacionais comuns, fatores externos teriam sido decisivos ao entrave da constituição nacional germânica. No campo das ideias havia uma crescente mistura de concepções personalistas e cosmopolitas, e na prática um dualismo político a respeito da soberania prussiana ou austríaca.

A Confederação Alemã e as *Burschenschaften*

A posição do autor se torna ainda mais clara ao tratar dos desdobramentos políticos do século dezenove, bem como dos entraves e benefícios à constituição da consciência nacional alemã naquele período.

Sybel aponta problemas relacionados à constituição e a divisão do poder nos primeiros anos da Confederação Alemã (*Deutscher Bund*), sendo que o poder legislativo destoava da importância política de cada um dos estados. Então a mais importante demanda de um grande povo, “a independência nacional, havia se tornado para a Alemanha, com a conclusão de sua gloriosa guerra de libertação, ao invés de um direito adquirido, uma questão de força” (SYBEL, 1890: 56).

Segundo Southard, Sybel clamava por mais do que uma mera aceitação do porvir, ele queria que as pessoas percebessem o inevitável, afirmando que a história provia os vencedores com a consciência necessária de sua certeza histórica.

No caso da força prussiana, não poderia ser diferente, tentar reter o progresso, nas palavras de Sybel “não seria apenas um erro, mas uma atitude criminosa” (apud SOUTHARD, 1995: 105).

Ao debater o surgimento das fraternidades estudantis (*Burschenschaften*) nos círculos universitários, o autor deixa transparecer sua discordância quanto ao radicalismo desses movimentos, em especial aqueles mais ligados aos ideais iluministas franceses.

Utopias e o entusiasmo juvenil parecem não encher os olhos do autor, que de fato possuía uma preocupação prática com a escrita da história nacional.

Como apontado por Rüsen, o processo de conhecimento da ciência histórica está sempre determinado pela relação à aplicação prática, elaborado pela pesquisa e formatado pela historiografia (RÜSEN, 2007: 85).

Assim, considerando a práxis como fator determinante da ciência, tal efeito pode estar baseado em intenções mais ou menos conscientes dos historiadores, estando também em suas expectativas, desafios e incitamentos que experimentam no contexto social de sua escrita.

Desta maneira, o descrédito com concepções nacionalistas divergentes daquelas professadas por Sybel em sua obra, podem refletir uma preocupação presente com os rumos da Prússia naquele fim de século.

Pela elevação moral, e inspiração patriótica, esperavam liderar o Estado do futuro ao grande objetivo de unidade nacional. Em certa medida, suas noções deste futuro Estado eram indefinidas, e eram nada mais que fantasias impraticáveis, deste modo esse entusiasmo emergiu em alguns grupos ao cúmulo de um fanatismo selvagem, estando estes dispostos a empunhar a espada em favor da tirania. (SYBEL, 1889: 57)

Sybel menciona ainda que acreditar em tais convicções seria induzir ao mesmo erro da maior parte dos liberais europeus do período, valorizando direitos individuais sem perceber a necessidade de um governo forte centralizador.

Com esta afirmação, o autor resume bem a posição de um típico nacional-liberal prussiano, preocupado com questões de ordem administrativa e militar, reproduzindo

anseios pela força do Estado em seus escritos.

Contudo, e apesar das críticas, as *Burschenschaften* e o pensamento presente nas Câmaras dos Estados do Sul, tiveram uma importante contribuição como germe dos movimentos pela unidade Alemã. “Foram importantes no sentido de manter a consciência nacional para toda uma geração, apesar de derrotas e oposições, com a ideia de participação da população nos assuntos públicos” (SYBEL, 1890: 59).

O nacionalismo, de acordo com Anthony Smith, não requer que os membros de uma nação sejam semelhantes, mas apenas que eles sintam um vínculo de solidariedade entre eles próprios e com elementos nacionais. "Um senso de nacionalismo pode surgir e ser produzido de qualquer ideologia dominante existente em determinado local" (SMITH, 1983). O nacionalismo se constrói em laços religiosos, de tradição ou crença preexistentes.

Sybel parece perceber de certo modo, a importância daquelas distintas manifestações nacionalistas surgidas nos anos da Confederação. Suas considerações prévias deixam clara sua discordância quanto aos ideais desses movimentos, sem desconsiderar a relevância coletiva para ideário nacional subsequente.

As influências da revolução de 1830 e o reinado de Frederico Guilherme IV

Nos capítulos finais, Sybel trata das influências da revolução parisiense de 1830 sobre os estados alemães, além do início do reinado de Frederico Guilherme IV na Prússia.

A revolução de Julho de 1830 em Paris causou grande empolgação na Alemanha, pois a população se encontrava descontente quanto a questões internas. Havia o receio de que a vitoriosa democracia francesa atravessasse as fronteiras nacionais exportando suas ideias radicais.

Os levantes em vários países acabaram chegando à Alemanha. Segundo Sybel, não é correto afirmar que o sucesso recente dos liberais possuía plena aceitação popular. Havia sim, um descontentamento geral em relação às medidas repressivas e reacionárias da Confederação Alemã. Ainda, sem sombra de dúvidas, estava evidente que quaisquer tendências revolucionárias por parte da população eram escassas. “As novas constituições elaboradas foram essenciais para a preservação da ordem, ao atender algumas das demandas populares” (SYBEL, 1890: 85).

A iminência de um conflito fez com que os estados do sul se mancomunassem com a Prússia, através de um sistema militar único, independente da Confederação e dos interesses austríacos. Este seria, de acordo com Sybel, o primeiro passo para um verdadeiro Império Nacional Alemão.

Theodore Hamerow nota que este tipo de percepção sobre os processos revolucionários de meados do oitocentos prevaleceu na sociedade alemã, principalmente como contraposição aos da classe média burguesa, apelando a um nacionalismo emergente. Segundo Hamerow, Sybel repudiava uma visão da história como contemplativa e em seu lugar desenvolvia o conceito de história como ação. "Suas páginas são emocionantes, partidárias, e excitantes. Ele buscava o sentido não em um tipo covarde de objetividade, mas no milagre vivo da grandeza nacional" (HAMEROW, 1954: 30).

Esta posição se confirma quando Sybel mais uma vez exagera a importância da Prússia em meio àqueles incidentes. Segundo o historiador, o estado prussiano, que recentemente havia sido responsável pela reorganização de toda a Alemanha por meio de sua burocracia, professava desejos de paz e a não intervenção em assuntos franceses. "A administração prussiana havia feito coisas maravilhosas para muitos setores do país, que haviam degenerado por anos sob o controle do clero ou empobrecido pelos prejuízos da guerra" (SYBEL, 1890: 86).

Todo este equilíbrio era ameaçado pela difusão de ideias radicais. Ao fazer uso de suas concepções jurídicas, Sybel conclui que poucos compreendiam claramente que a demanda por direitos iguais é nobre e apropriada, se isso significar igualdade no direito de proteção e reconhecimento nas cortes, ou em poucas palavras, igualdade perante a lei. "Mas isso se torna justamente o contrário quando passa a significar o desejo de gozo e influência iguais, sem considerar o poder produtivo do indivíduo, dando início ao plano de inclinações comunistas" (SYBEL, 1890: 101). Como apontado por Volker Dotterweich, a origem de Sybel em parte explica sua orientação política, que em síntese seria "a atitude de um burocrata prussiano, com o liberalismo orientado para o progresso de um burguês renano" (DOTTERWEICH, 1974: 54). Quando criança, a inclinação burguesa-renana o fez se opor ao ultramonatismo, à democracia radical e ao socialismo, além de negar quaisquer tipos de soberania popular.

Sybel enxerga nos desdobramentos da Revolução de 1830, o germe das ideias

nacional-liberais (as de seu próprio partido), que haviam sido tão importantes décadas mais tarde na consolidação do estado unificado. O estopim para aquela “tomada de consciência” por parte dos liberais teria sido a suspensão da constituição de Hanover pelo rei Ernest Augustus, fazendo com que os liberais enxergassem que no âmbito da Confederação, e no decadente estado de sua constituição, nenhum cidadão alemão poderia estar seguro quanto a atos de violência e repressão.

Assim, a palavra de ordem para o partido liberal em todos os estados alemães era a de que com a união de suas forças poderiam atingir o objetivo de mudar a constituição confederada, “e mais além, através de alianças políticas derrubar a confederação com a criação de um novo poder central, que deveria ser nacional e liberal” (SYBEL, 1890: 107).

Nesta linha, não se surpreende a vanglória à ascensão de Henrique Guilherme IV ao trono prussiano, descrita por Sybel como um momento de grande “entusiasmo nacional”.

“Frederico Guilherme, cujo coração se revoltava com qualquer tipo de arbitrariedade despótica, se sentia bastante inclinado a garantir aos seus súditos direitos individuais” (SYBEL, 1890: 113).

Esta aprovação dos Hohenzollern, bem como a associação dos monarcas como guias ideais da ideologia nacional, está presente ao longo de toda a obra de Sybel.

Como um dos líderes da chamada Escola Histórica Prussiana, ao lado de Heinrich von Treitschke, desde as revoluções da metade do século, Sybel passou a lidar com o problema do estado nacional alemão. “Para ele, a monarquia constitucional seria a forma natural dos estados modernos europeus” (DOTTERWEICH, 1974: 187).

Fontes

SYBEL, Heinrich von. **The founding of the German empire by William I**. New York: T. Y. Crowell & co, 1890.

SYBEL, Heinrich von. **Geschichte der Revolutionzeit, 1789-1800**. Düsseldorf, 1853-79. 5 v. 8. Eng. History of the French Revolution ; tr. from the 3d ed. by W. C. Perry. London, 1867.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENTIVOGLIO, J. C. . Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, v. 3, p. 20-58, 2010.
- DOTTERWEICH, Volker: **Heinrich von Sybel**. Geschichtswissenschaft in politischer Absicht. (1817-1861). Schriftenreihe der historischen Kommission bei der bayerischen Akademie der Wissenschaften, Schrift 16, Göttingen, 1978.
- GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.
- GUILLAND, Antoine. **Modern Germany and her historians**. New York: McBrice, Nast and Company, 1915.
- HAMEROW, Theodore S. **History and the German Revolution of 1848**. The American Historical Review, Vol. 60, No. 1, Oct., 1954.
- IGGERS, Georg. **The German Conception of History**: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present. Rev. ed. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1983.
- MOMMSEN, Wolfgang J. Objektivität und Parteilichkeit im historiographischen Werk Sybels und Treitschkes. In: Reinhart Kosellek / Wolfgang J. Mommsen / Jörn Rüsen (Hg.): **Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft**. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1977, S. 134 - 158 (Beiträge zur Historik, Bd. 1).
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- RAI, Neetij. Volksgeist: In View of Friedrich Carl Von Savigny. **Social Science Electronic Publishing**, October 21, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **História viva – teoria da história III**: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. UnB, 2007.
- SMITH, Anthony D. **Theories of nationalism**. United States, Holmes & Meier Pub; 2 edition, 1983.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

SOUTHARD, Robert. **Droysen and the Prussian School of History**. Lexington, KY: University Press of Kentucky, 1995.

PLÁGIO, CÓPIA E CRÍTICA NA ERUDIÇÃO HISTÓRICA DA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA

Pedro Telles da Silveira*

I

Seria interessante começar esta investigação não com as referências às passagens nas quais o problema do *plágio* ou da *cópia* aparece mais claramente – antes mesmo de questionar o significado destas mesmas palavras na época –, mas sim com aquelas nas quais se pretende enfatizar o aspecto inverso, qual seja, o da novidade das composições finalizadas pelos membros da Academia Real. De fato, se as menções às problemáticas aqui destacadas não se constituem em aspecto *frequente* dos textos, prólogos e censuras das obras estudadas, ao menos sua relativa recorrência parece indicar que estavam no interior do conjunto de preocupações aos quais os autores, censores e demais membros dessa mesma agremiação procuravam dar conta para si mesmos e para o público. Essas preocupações – veremos numa seção posterior deste estudo – adquirem maior relevância sob o pano de fundo das transformações por que passa a escrita da história desde finais do século XVII.

Tendo isso em mente, é possível destacar o prólogo das *Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta*, escrita pelo frei Lucas de Santa Catharina e impressa em Lisboa no ano de 1734. Para além do *topos* da modéstia, através do qual o autor afirma seu desmerecimento ao tratar de tão elevado tema, ele inclui a novidade de seu empreendimento no rol dos argumentos que seus leitores devem considerar para tê-lo em boa conta e julgá-lo favoravelmente:

Esta Religião tão esclarecida, e tão acredita, he o emprego da minha escritura, desigual assumpto, ainda a mais elevada penna, que a minha, a que só faz affouta o ver, *que he a primeira, que a offerece, em fôrma de Historia no nosso idioma*; e onde se não acha caminho trilhado para o acerto, tem se quer esta resposta para satisfazer a Critica (CATHARINA, 1734: II-III; *grifo meu*)

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, instituição na qual desenvolve a pesquisa intitulada “O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)”, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi. A pesquisa à qual este texto está vinculado recebe apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

O caráter inédito de seu empreendimento – ao menos em português – torna compreensíveis os eventuais defeitos da obra, embora também se possa entrever que a própria novidade é elemento a ser destacado nestas *memórias*. O parecer do acadêmico José Barbosa, por sua vez, ao seu colega Alexandre Ferreira por conta de seu *Suplemento Historico, ou Memorias, e Noticias da Celebre Ordem dos Templarios*, publicada um ano após as *Memorias de Santa Catharina*, permitem entrever que a novidade das composições podia ter um caráter dedicadamente mais positivo:

(...) e posso dizer, que cada pagina, que lia, me confirmava mais no grande conceito, que sempre fiz deste illustre Escritor, porque observey, que para investigar as noticias, que pedia o seu assumpto, *totalmente novo em Portugal, e para convencer os anachronysmos, em que cahiraõ alguns Authores*, não perdeu o trabalho (...) (BARBOSA *apud* FERREIRA, 1735: I-II; *grifos meus*).

Percebe-se que o assunto *totalmente novo* da obra implica também na vontade de desfazer os erros e presunções comuns, com o que nos aproximamos do próprio objetivo das *memórias históricas*. Outro prólogo, agora o das *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Joaõ o I*, de autoria de José Soares da Silva, demonstra que, para aquele que compõe as *memórias*, nunca é o bastante estar atento apenas ao que sua pena origina ao encontrar o papel:

(...) trabalho nesta parte invencivel, e inexcusavel, pelo que sempre se encontra de *novo* no que se acaba de escrever, (...) *descobrimdo-se* Documentos legaes, e veridicos, com que *se destroem opinioens assentadas, e envelhecidas*, como tambem se póde ver no discurso destas Memorias, nas quais, embora tenha tido sempre uma “exata diligencia em apurar, e estabelecer a verdade, com as opinioens mais solidas, mais constantes, e mais verossimeis”, é sempre possível haver mais o que ler, averiguar e acrescentar. (SYLVA, 1730: III-IV; *grifos meus*)

A escrita de *memórias*, portanto, é sempre feita pela adição de alguma informação ou pela emenda de algum autor ou interpretação que já se conhece anteriormente. Os dois caminhos que se abrem para a execução desta tarefa são a leitura, a validação e a impugnação de autores que já trataram do assunto discutido ou a descoberta, a transcrição e a avaliação de documentos inéditos. De qualquer forma, impõe-se sempre ao acadêmico Real a tarefa de “escrever mais do que está escrito”.¹

¹ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 14. de Agosto de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Memorias, e Estatutos da Academia Real da Historia Portugueza*, 1721, p. 5; como se tratam de coletâneas de textos diversos, em que cada um inicia com uma nova numeração,

Mas porque estes problemas aparecem quando se trata da escrita de *memórias*? Um exame da *cópia* entre os membros da Academia Real irá nos fornecer a necessária entrada aos problemas que lhes assolavam.

II

De acordo com o dicionário de Raphael Bluteau, *cópia*, entre outros significados, indica “abundância” (BLUTEAU, 1712: 533) e é nesse sentido que a palavra é mais utilizada entre os membros da Academia Real da História Portuguesa. Para Jeronymo Contador de Argote, por exemplo, de modo a se escrever *memórias* é necessária uma “innumeravel copia de Documentos extrahidos dos Archivos deste Reyno” (ARGOTE, 1732: II); Diogo Barbosa Machado, por sua vez, repete quase que ponto por ponto a exortação: “Para huma Historia não ser notada de defeituosa, he necessaria grande copia de documentos” (MACHADO, 1736: VIII-IX). E, antecipando muito do que veremos na próxima seção, é este o sentido do termo quando Filippe Maciel expressa ter entendido, na conferência de 2 de novembro de 1724, do que se trata a escrita de *memorias historicas*:

(...) o trabalho de escrever memorias, era dispor os materiaes para se formar huma Historia; e sendo certo que ao artifice não pertence cortar na pedreira o marmore, mas só animalo, era todo o seu cuidado o descobrir materiaes em tanta *abundancia*, que separados os uteis dos inuteis, pudesse offerecer huma grande *copia* daquelles ao artifice, a quem esta destinada a composiçãõ da Historia (...). (C.D.M.A.R.H.P, 2 de novembro, 1724: 1-2; grifos meus)

É também através do sentido de “abundância” que se chega aos termos-irmãos de *cópia*, o *copioso* e a *copiosidade*. Seguindo as entradas do dicionário de Bluteau, tem-se o mesmo significado para as três palavras (BLUTEAU, 1712: 533).

Percebe-se, portanto, que é possível chegar ao coração mesmo do empreendimento crítico do qual resultam as *memórias* através do campo semântico definido pelos termos *cópia* e *copioso*, empreendimento do qual o padre André de Barros, na passagem a seguir, oferece uma viva e dramática representação:

(...) tem que trabalhar a industria, que investigar, que suar. Tem que resolver as Historias alheas, por onde estão espalhadas noticias proprias nossas. Tem que

utilizamos a referência em rodapé, assinalando doravante apenas a abreviatura do título e a data da conferência, para além do ano e da página da citação.

averiguar Chronologias, observar tempo, consultar Archivos, e até resolver pedra, e depois de bem cansados os olhos em ver, tem que chorar sobre as cinzas. (C.D.M.A.R.H.P., 22 de novembro, 1727: 23)

Com isso, podemos ver que, para os acadêmicos, compor *memorias* podia ser muito diferente de escrever *historias*. Se foi apenas três anos depois do início das conferências da Academia Real que Filippe Maciel se deu conta do que lhe cabia fazer enquanto trabalhava em suas *memórias*, pode-se perguntar o que é que apresentava tanta dificuldade neste gênero de composições para que os acadêmicos passassem tanto tempo procurando justificá-lo?

III

Segundo Mark Salber Phillips, aqueles que estudam a historiografia dos séculos XVII e XVIII muitas vezes o fazem com os olhos voltados para a evolução dos métodos eruditos, isto é, estudam esta historiografia “principalmente em termos de sua contribuição para uma metanarrativa do desenvolvimento disciplinar” (PHILLIPS, 1999: 9). Embora bastante frutífera, esta abordagem acaba por deixar de lado os problemas relacionados ao gênero textual e à própria atividade de escrita com os quais os historiadores e eruditos da época tinham de se haver. As consequências de se deixar em segundo plano esses aspectos se tornam mais graves quando se considera que, muitas vezes, os métodos de pesquisa e os sistemas de escrita não eram diferenciados como etapas ou procedimentos diversos e que, além disso, gêneros historiográficos diferentes implicavam em relacionamentos diferentes por parte do historiador com o material a partir do qual este compunha sua obra. Dito de outra maneira, a pesquisa para escrever uma *história* não era a mesma para escrever uma *memória histórica*. Somado a tudo isso, tem-se de pensar no *gênero* literário como uma estratégia comunicativa (PHILLIPS, 1999: 20-21) de onde se torna compreensível a preocupação dos membros da Academia Real da História Portuguesa em serem entendidos – e apreciados – corretamente. De uma forma ou de outra, todos esses aspectos aparecem, com maior ou menor grau de consciência, nos textos que viemos analisando.

Dessa forma, já na conferência do dia 28 de agosto de 1721, Manuel Telles da Silva afirma que, embora todos concordem com os fins da escrita da história, há pouco consenso sobre os métodos através dos quais se devem alcançar estes fins; e, a respeito de seu objetivo de compreender a história eclesiástica do bispado de Elvas, ele chegara

à conclusão de que há diferença entre “escrever memórias, e escrever Historia particular de vidas de Prelados”,

porque a composição de memórias permite disputas de origem de nomes, questioneens, e provas de factos duvidosos, dissertações, e discursos, que se não admittem na narração historica de vidas dos Reys, Principes, Prelados, e Varoens insignes, porque deste se deve só escrever a patria, a familia, o nascimento, os empregos, as composições, as acções dignas de memoria, e de exemplo, e outras circunstancias semelhantes. (C.D.M.A.R.H.P., 28 de Agosto, 1721: 11-12)

Histórias e *memórias* compartilham um mesmo interesse pelo passado, mas o fazem a partir de perspectivas muito diferentes. Passagens como essas abundam nas discussões da Academia Real – das quais os prólogos e censuras fazem parte –, todavia por economia de espaço, trabalharemos apenas com uma passagem das *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*, de autoria de Manuel Pereira da Sylva Leal.

Segundo este autor, o gênero das *memórias históricas* ou *memórias para a história* “era até agora pouco conhecido na nossa Hespanha, cujos Historiadores quasi sempre escreveraõ Chronicas, ou Annaes” e muito menos conhecidos eram os requisitos para este tipo de composição. Em contraste, é sabido que a história é a “escripção mais difficultosa, a que se póde applicar”, sendo preciso, para escrevê-la, “grandes, e vastas noticias, paciencia, e exacção; de estylo culto, e polido, e outras muitas qualidades no que a compoem, e de hum total reitor de todas as mais occupações”; a escrita de *memórias*, contudo, chega a eclipsar as próprias dificuldades da história, pois além de observar todos os preceitos da escrita daquela, o historiador ainda precisa dar conta de realizar o trabalho de juntar as notícias e

examinar os factos controversos, ponderar, e referir os fundamentos das opinioens, que achou, e declarar o juizo, que fez sobre elles; ao mesmo tempo, que o Historiador refere, sem ser obrigado a dar razaõ alguma do seu dito: só da ligadura do estylo seguido sem interrupção, está dispensado; por ser este impraticavel na narração de huns factos, cuja verdade, ou falsidade se vay juntamente examinando: dependendo por esta causa em muitas partes de algumas digressoens. Em fim o Escritor de memórias, he o que junta com industria, trabalho, e vigilancia o cabedal, que o da Historia hade depois dispender a seu arbitrio, sem ter experimentado a molestia da sua aquisição; e todos sabem quanto mais custoso, e cançado he aquelle emprego, do que este (LEAL, 1729: VII).

Torna-se claro, então, que enquanto a escrita da história requer apenas a ligação entre os fatos numa ordem, nas *memórias* é preciso reunir as informações, julgá-las e fornecer um veredito sobre as mesmas, ou ao menos os meios para que posteriormente o historiador possa julgá-las. As *memórias* se constituem, portanto, como gênero que antecede a escrita de uma história (MOTA, 2004). Se, por um lado, reforça-se a necessidade para aquele que escreve *memórias* de ter um grande conhecimento de tudo o que já foi dito a respeito de seu assunto, seja ele a história eclesiástica de Braga, Elvas ou da Ordem dos Templários, é possível afirmar, por outro lado, que a própria vitalidade do gênero ao escavar arquivos e livros de outros autores acaba por colocar o historiador em posição desvantajosa. De certa forma, é possível afirmar que a própria história *savant*, ou seja, a história erudita e/ou crítica, acaba por colocar o historiador em maus lençóis. Para sustentar esta afirmação, é preciso olhar para o quadro mais amplo da escrita histórica na qual a atividade erudita se inseria.

IV

A disputa que colocou frente a frente o padre Joseph Bastide e aquele que é considerado o fundador da ciência da diplomática, Jean Mabillon, é mais frequentemente lembrada por ter motivado a elaboração de uma resposta por parte do último que significou – ainda que temporariamente – o triunfo da erudição histórica por sobre os pré-conceitos baseados na fé ou na confissão religiosa. Pode-se pensar, entretanto, que no ataque de Bastide a Mabillon também estava em jogo os limites entre os diferentes gêneros historiográficos:

Sabe-se que o primeiro dever de um historiador e a primeira lei da história é a de procurar e dizer a verdade: *mas um homem que nunca escreveu história e somente fez prefácios (...) não deve usurpar o nome de historiador?* (BASTIDE *apud* BARRET-KRIEGEL, 1996: 149).

Frente a este ataque, o golpe de mestre de Mabillon consistiu em afirmar-se *enquanto* historiador e, ao comparar a este o juiz, indicar de modo muito claro que entre as atividades do historiador se incluía a de escrever prefácios, dissertações e notas nas quais os fatos seriam mais examinados do que narrados (MABILLON, 1990: 104). A inscrição da história dentre as atividades do conhecimento – e não apenas do deleite – é inegavelmente uma defesa da história erudita, entretanto a posição adotada por Mabillon

é apenas uma num amplo espectro de possibilidades existentes àqueles eruditos que procuram justificar suas atividades. Questão com múltiplas respostas: a que gênero e, por conseguinte, a que escritor pertence a composição da história erudita? Uma grande parcela do debate sobre o método passa por aqui.

Uma dessas respostas é a dada por Sebastien Le Nain de Tillemont; ao advertir contra a leitura superficial de suas *Memoires pour servir à l'Histoire Ecclesiastique des six premiers siecles*, o erudito francês reporta também os problemas de gênero que sua obra coloca:

L'Auteur aura plus de peine à se justifier dans l'esprit de beaucoup de personnes sur ce qu'il ne donne pas une histoire suivie & continue, comme on a accostumé de faire, mais divisée par titres, où l'on ne voit qu'une chose à la fois, sans qu'on sache ce qui se passoit en mesme temps dans le estre de l'Eglise, ni la liaison que les differens évenemets ont les uns avec les autres. Ainsi elle est assurément moins agreable, & moins avantageuse mesme pour les personnes qui veulent lire l'histoire ecclesiastique, & s'en instruire en peu de temps. Mais ou avoue que ce n'est pas proprement pour ces personnes que l'on a fait ce travail, quoiqu'elles fassent les plus grande nombre. On y a eu principalement en vue, comme on l'a marquée dans la preface des Empereurs, ceux qui veulent s'instruire des choses à fond, soit simplement pour connoistre la verité & s'en nourri, soit pour composer ensuite quelque ouvrage plus important. (TILLEMONT, 1713: IV-V)

A passagem demonstra que Tillemont – autor que Manuel Pereira da Sylva Leal considera ser o modelo no que toca à escrita de *memórias* – compreende a defesa da erudição histórica como uma reavaliação dos objetivos da leitura histórica. Isso significa que as *memórias* não se endereçam ao leitor casual, mas sim a seus colegas eruditos e logo, enquanto gênero, as *memórias* têm de oferecer algo que atenda às expectativas deste leitor erudito. A composição dos diferentes gêneros historiográficos, portanto, condiciona ao mesmo tempo em que é condicionada por uma série de questões que vão desde a pesquisa até a recepção.

A partir desta breve referência ao contexto francês do século XVII podemos perceber que a afirmação da história erudita e/ou crítica resultou – embora seu alcance possa ser questionada – numa transformação de algumas das características pelas quais as histórias eram avaliadas. Preocupações de estilo cederam lugar a problematizações de fontes e a necessidade de verificar os fatos fez o historiador se engajar num processo de prova que, se não era de todo inédito, ao menos foi perseguido de forma mais intensa. As *memórias* históricas surgem não como recuo no entendimento da história mas como

coroamento dessas posições, afirmando num gênero de composição todo ele novo a primazia da discussão a partir de autores e documentos. Para retornarmos ao contexto português e ao campo de nossas preocupações, veremos como – um tanto quanto inadvertidamente – é a própria erudição que traz a ameaça do plágio, concluindo nosso percurso na presente reflexão.

V

Num dos inúmeros apanhados que comparam sua tarefa com a dos demais historiadores, o acadêmico Diogo de Mendonça Corte-Real afirma que o “Historiador não he Panegyrista, *mas sim hum compilador*, e instructor dos fatos antigos, para a lição dos seculos vindouros”(C.D.M.A.R.H.P., 8 de fevereiro, 1730: 30). Praticamente a mesma distinção já havia sido feita pelo frei Bernardo de Castellobranco sete anos antes, embora a diferença nos parâmetros indique como, no decorrer de sua existência, os membros da Academia Real foram se acostumando com sua tarefa:

(...) se è claramente que quem agora escreve mai vem a ser hum *investigador*, *collector*, e *copilador* de memorias para a Historia, que depois se ha de escrever, *do que propriamente Historiador*. (C.D.M.A.R.H.P., 13 de maio, 1723: 68)

Percebe-se que, para o frei Castellobranco, investigar e coletar não se colocam entre as tarefas ordinárias do historiador; Corte-Real, por sua vez, é de opinião contrária, o que demonstra a dificuldade que os membros da Academia Real tiveram de assimilar as posições adiantadas por Mabillon e Tillemont, por exemplo – em quem, nomeadamente, se inspiravam. Essas posições resultaram justamente na valorização do que Bastide critica em Mabillon, ou seja, que o historiador deixasse de ser aquele que compõe para ser aquele que coleta. Mesmo assim retorna a pergunta: como compor *memórias históricas*?

No prólogo a suas *Memorias*, o frei Lucas de Santa Catharina resume numa frase o método que seguiu para escrever sua obra: “escrevo o que acho nas Historias, especialmente nas nossas, ainda que taõ disperso” (CATHARINA, 1734: VII). Embora breve, a passagem pode indicar quase que a totalidade de seu método: de uma parte, a organização de livros, de outra, a cópia e a transferência de anotações de um lado para o outro. Mesmo que à primeira vista simplória, este resumo do método ainda tem muito o que nos revelar.

De acordo com as entradas do *Vocabulario Portuguez, e Latino*, de Raphael Bluteau, um segundo significado do verbo *copiar* é o de “Tirar copia. Tresladar” (BLUTEAU, 1712: 533). Como é de praxe, seu uso não possui uma uniformidade, havendo significados variantes.

Nesse sentido, na censura que faz às *Memorias* de José Soares da Silva, Francisco Xavier de Menezes, o 4º Conde da Ericeira, elogia a grande *cópia* de documentos utilizada por este autor e que depois são passados a sua obra (MENEZES *apud* SYLVA, 1730: I) e é essa grande quantidade de documentos e autores trabalhados que inviabiliza uma crítica pormenorizada à própria obra, como o próprio José Soares da Sylva com bastante argúcia percebe (SYLVA, 1730: IV). Mesmo assim, ao se endereçar a seu leitor, Sylva toma o cuidado de demonstrar que seu trabalho não foi apenas o de jogar citações, passagens e trechos de um lugar para o outro:

(...) se leres estas Memorias com a atençaõ que ellas pedem, acharás, que o que cheguey a compor, *naõ foy so trasladar*, nem de tudo o que está escrito deste Principe (...). Naõ duvido que se as vires sem esta reflexaõ, poderás abrir estes livros em parte, que digas contigo, *isto já está escrito*; porém se reparares com mais advertencia o como está escrito, e naõ foraõ factos assentados, e que naõ padecem duvidas na Historia, (que estes saõ muitos), tal vez, que os encontres com alguma novidade, já que o exame de fatos controversos é o que justifica a escrita de *memórias*, caso contrário “era escusado escreverse, ou mandarse escrever estas Memorias, naõ se fazendo mais, que dizer o que está dito” (SYLVA, 1730: IV-V). A passagem se torna mais eloquente quando se considera que a palavra *plágio* nem mesmo consta no dicionário de Bluteau, demonstrando que o problema surge por uma dobra do conceito de *cópia*, que entre a positividade do *copioso* admite a negatividade do copiadador – trabalho quase mecânico e servil.²

Tendo seguido nossa reflexão até este ponto, estamos aptos a identificar o paradoxo que assim aparece: através das *memórias*, isto é, através dos procedimentos da história erudita, o historiador assume o papel de um compilador, colhendo e organizando passagens, livros e, até mesmo, bibliotecas e arquivos – ainda assim, é necessário que ele chegue a algum resultado novo com relação a própria bibliografia que constituiu. A dificuldade que se entrevia – qual seja, o retorno das *memórias* a uma

² No dicionário de Bluteau, *plagiario* possui dois significados, ambos derivados do latim: o primeiro, apoiado em Ulpiano, indica aquele que vende escravo por pessoa livre; o segundo, retirado de Marcial, denota “aquelles que se attribuem a si as obras de outros Authores” (BLUTEAU, 1727: vol. IX, 141). Com relação ao segundo significado de *cópia*, que viemos trabalhando aqui, ele transparece no terceiro sentido de *copiadador*: “Aquelle, que traslada livros, cartas, &c” (BLUTEAU, 1712: vol. II, 533).

história – encontrava seu corolário na seguinte pergunta: se o historiador é um mero compilador, como ele irá trazer qualquer *novidade*?

VI

Muito frequentemente se escreve a história da produção historiográfica entre os séculos XV e XVIII como uma narrativa do progressivo triunfo da disciplina historiográfica, na qual diferentes métodos e procedimentos são adquiridos uns em seqüências aos outros e a figura do historiador termina por alcançar sua voz. No presente texto, contudo, procuramos reconstruir alguns dos debates em torno à escrita da história como uma alternativa a certos extremos daquela visão. Dessa forma, cremos que um dos resultados possíveis alcançados no presente texto foi o de compreender essa mesma narrativa não como uma de triunfo mas sim como de complexificação, uma na qual métodos, personagens, demandas e respostas em grande medida se sobrepõem mais do que se seguem; com isso, pudemos deixar claro que, se para uma historiadora como Isabel Ferreira da Mota resume a empresa crítica da Academia Real como a passagem da *glosa à crítica* (MOTA, 2003: 64), talvez não seja desmedido pensar na glosa dando origem à própria crítica.

Referências Bibliográficas

- ARGOTE, Jeronymo Contador de. **Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732.
- BARRET-KRIEGEL, Blandine. **L'Histoire à l'Age Classie - La Défaite de l'Erudition**. Paris: PUF, 1996, vol. II.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez, e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712, vol. II; 1727, vol. IX.
- CATHARINA, Frei Lucas de Santa. **Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- FERREIRA, Alexandre. **Suplemento Historico, ou Memorias, e Noticias da Celebre Ordem, dos Templarios**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735.

- LEAL, Manuel Pereira da Sylva. **Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729.
- MABILLON, Jean. **Breves reflexions sur quelques regles de l'Histoire**. Paris: P.O.L., 1990, pp. 101-165; tradução para o português de autoria de Fernando Felizardo Nicolazzi.
- MACHADO, Diogo Barbosa. **Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, tomo I.
- MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da Historia**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.
- PHILLIPS, Mark Salber. **Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- SILVA, Manuel Tales da. **Collecçam dos Documentos, Memorias, e Estatutos da Academia Real da Historia Portugueza**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1721; 1723; 1727; 1730.
- SYLVA, Joseph Soares da. **Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Joaõ o I**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, tomo I.
- TILLEMONT, Sebastien Le Nain de. "Avertissement". in: **Memoires pour servir a l'Histoire Ecclesiastique des six premiers siecles**. Paris: Carhles Robustel, 1713, tomo I, pp. III-XXI.

**O MAL ENTRE CONCEITOS E PERSONAGENS:
UMA ANÁLISE DO NACIONAL-SOCIALISMO ATRAVÉS DA BIOGRAFIA**

Fernando Gomes Garcia*

I

Que a história é feita por indivíduos, mas que transcende sua vontade, isso já se sabe e há muito tempo. Mas quais são as interações entre indivíduos e sociedades? Estariam os primeiros dominados por um coletivo, ou gozariam de liberdade irrestrita para moldar a sociedade, bem como lhes apetece? Pode um homem apenas, uma biografia, alterar o mundo radicalmente? Que obscuras ligações podem ser reveladas, quando se trata de descobrir os elos entre homem e sociedade? Norbert Elias, em *O Processo Civilizador* sugere algumas chaves de ligação entre indivíduo e sociedade. Para ele, a sociedade nada mais é do que um composto de indivíduos, o que, de longe poderia significar a proeminência do indivíduo sobre o social. As ações, na medida que são desencadeadas, passam a ser ações sociais – terreno onde o indivíduo perde por completo seu poder. Nessa argumentação que Elias desenvolve, podemos perceber influências ambas de Max Weber e de Freud; para o primeiro, as ações sociais são desencadeadas pelos indivíduos, mas nada mais comum do que um interesse de uma ação ter um resultado indesejado. A influência freudiana faz-se sentir na maneira como o indivíduo é incorporado pela sociedade. A sociedade de indivíduos é uma sociedade vigiada, donde nascem os princípios, a coerção, o medo de ser expulso de uma determinada sociedade por transgredir seus princípios, a incorporação por parte do ego do jogo de regras prevalecentes, onde o próprio indivíduo se censura para não cometer nada que ofenda o coletivo. O processo civilizador, pois, para Elias, é um processo onde o indivíduo cada vez mais volta suas pulsões para si, impõe-se o auto controle e satisfaz suas vontades de maneiras subliminares ao invés de diretas.

A relação entre a sociedade e indivíduo não é sempre a mesma, no entanto, e Agnes Heller nos permite uma fecunda interpretação ao adicionar em na discussão o conceito de comunidade. Há um capítulo em seu livro, "Indivíduo e Comunidade: uma contraposição real ou aparente" que nos interpela com a seguinte questão, a qual busca-

* Aluno concluinte de graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: José Carlos Reis

se uma resposta ao longo de todo o capítulo: "Existe uma contraposição real entre indivíduo e comunidade, ou trata-se de uma contraposição aparente" (Heller, 1929: 89). Como nosso objeto de interesses aqui é a relação dos indivíduos com as comunidades, resumiremos o argumento da autora a eles. Para a autora, o máximo nível de integração entre indivíduo e comunidade foram nas sociedades clânicas, tribais ou mesmo nas pólis gregas. Os imperativos axiológicos morais dos indivíduos eram determinados pelas comunidades naturais, ou seja, aquelas que já existiam anteriormente ao nascimento do indivíduo. Sendo educado dentro dessa comunidade, que possui seus próprios fundamentos axiológicos, o indivíduo e a comunidade estão plenamente integrados. Não é preciso dizer que a identificação entre indivíduo e comunidade começa a se desintegrar com o surgimento das sociedades liberais e avanço do capitalismo. Com o fim dos estamentos existente nas sociedades, o indivíduo burguês se via livre para executar sua liberdade individual. Este parecia ser seu ideal. Sem as comunidades naturais que subsumiam o indivíduo em sua esfera, que hoje, anacronicamente, podemos dizer tirânicas, as relações sociais se dão em torno de grupos que se organizavam ao acaso, por interesses comuns mas não determinantes, ou então por uma sociedade de massas manobrável.¹

Na sociedade burguesa há a inevitabilidade da busca da comunhão entre indivíduo e comunidade – tais, como a princípio, seriam as classes de trabalhadores. O homem liberal burguês, começou a sentir a carência e a solidão deste mundo moderno criado pela falta de comunidades. A liberdade do homem, previamente glorificada, viu-se desmoronada. O argumento de Heller, discípula de Lukács, aproxima-se do de Elias é que o homem é possuído por duas faces. Ela fala-nos de que o homem é tanto um indivíduo-particular e humano-genérico. É a partir dessa comunhão ontológica que podemos observar o fenômeno biográfico dentro de uma sociedade de massas, pois, para poder se sentir humano, a solidão precisa ser abandonada e uma comunidade precisa ser criada. Uma comunidade positiva, onde os anseios desse indivíduo-particular comunguem-se com a axiologia de uma comunidade. Pois o ser humano nunca é o

¹ A palavra "massa", com efeito, tem nesse contexto um sentido bastante lato. (...) a estruturação interna na qual não se podem desenvolver nem a individualidade, nem a comunidade; a sociedade dos homens, então, passa a expressar-se desde o primeiro momento como se formassem uma multidão manipulada e como se por todos os lados dominasse uma atitude de dispersão (HELLER, 1929: 96)

indivíduo individual, interesseiro e egoísta, mas sim um indivíduo que alcança sua plenitude num grupo.²

Mas não lhe escapa que esses fenômenos de carência, típico dos sistemas capitalistas e das sociedades altamente modernas podem desenvolver tipos diferentes de comunidades. Comunidades onde os princípios axiológicos, em vez de ser positivos, seriam negativos, e seus membros, igualmente, em vez de desenvolver a personalidade positivamente, desintegram-se, na negatividade. A sociedade liberal, não se deu por satisfeita com a elevação ao extremo do indivíduo em sua esfera. Trata-se, mesmo, de uma incapacidade ontológica do homem em não reunir-se em comunidades. E as comunidades modernas devem ser feitas de laços que ligam os imperativos axiológicos do indivíduo aos imperativos axiológicos das comunidades. Heller nos instiga a pensar³

Portanto, comunidades cujo conteúdo axiológico sejam negativos, uma individualidade não será construída, mas sim destruída, pulverizada. O indivíduo deixará de existir enquanto ser. Esta condição é a condição do fascismo, do nazismo, do totalitarismo. E é sobre ela que nos debruçaremos em seguida.

II

François Dosse nos fala sobre a desconfiança dos historiadores em relação as biografias em seu *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. O autor diagnostica ainda nos anos 80 uma dificuldade dos historiadores escreverem biografias – muito desse preconceito é originário do estruturalismo nefasto da Escola dos Annales, de finais da década de 60. Mas justamente um herdeiro dessa tradição, Marc Ferro critica essa tendência. Comentando sobre seminários organizados sobre a Revolução Russa, em 1950 e sobre o governo de Vichy, estranha que em nenhum momento Nicolau II ou Pétain tenham sido citados.⁴

² Dado que a atitude livre com relação à comunidade (ou, em outras palavras, a escolha da comunidade) faz parte da essencialidade do indivíduo, o próprio conteúdo axiológico desse indivíduo manifestar-se-á antes de mais nada no conteúdo axiológico da comunidade por ele escolhida. (HELLER, 1929: 109).

³ Decerto, três fenômenos históricos que se diferenciam em seu caráter e em seu tipo influíram de tal modo em nossa época que a busca da comunidade voltou a sofrer um retrocesso. São eles: o culto da personalidade no socialismo; o fascismo; a manipulação de grupo no mundo burguês contemporâneo. (HELLER, 1929:105)

⁴ ...a radicalização democrática, que combate a evocação dos grandes homens, e a abordagem historicista que tende a preservar a separação estanque entre os domínios da carreira pública e da vida privada. Ante o interesse pela vida cotidiana ele se espanta, porém, que isso não beneficie em nada o gênero biográfico (DOSSE, 2009: 104)

Às dificuldades ao gênero biográfico, considere-se seu gênero híbrido, mais longe da História e mais perto da ficção. Pese sobre isso, também, que a sobrelevação de personagens em alguns casos, torna-os "mestre da vida", ao estilo clássico da escrita da História, baseada em grandes nomes e em grandes homens. A historiografia da década de 70 e 80 pareceu rejeitar esse modelo ao privilegiar o social, as estruturas, o que é imóvel e o que todos compartilham – a mentalidade. Ainda sobre as biografias, mesmo hoje quando o interesse por elas é maior e são elas que mais crescem no mercado editorial, elas parecem uma ocupação menos importante por parte do historiador, tanto por, como muitas vezes mal julgam alguns, ocultar o pano de fundo que é o social, e por privilegiar uma pessoa. Temos apenas mais uma consideração deve ser feita, seguindo os elementos que Dosse oferece.

Ele distingue alguns *topois* em que o historiador se baliza ao escrever a biografia de alguém. Em vez de citá-las aqui e discuti-las, direi as únicas duas que me convidam a esta empresa e a emprestam um quê de surpresa. O primeiro *topos* que me traz a escrever *sobre* uma biografia de Hitler é a historicização da personagem histórica. Por pior que fosse seu caráter, podemos julgá-lo como o demônio da Alemanha e responsabilizá-lo por todo mal causado entre 1933-1945, pela guerra, pela perseguição dos anti-sociais, pela eliminação dos judeus? Faço ainda outras duas perguntas que tem relação direta com minha monografia.⁵ Como foi possível a ascensão de Hitler na Alemanha? Como foi possível que conseguisse tamanho número de seguidores e poder? Preocupa-me, também, algo que chamou a atenção de John Lukács.⁶ E outra questão, importantíssima, que retiro de Karl Jaspers, gênio alemão que teve que abandonar seu

⁵ Meu trabalho é sobre a crise da representação histórica na modernidade, contrapondo a teoria moderna da história, tal como se constituiu, e seus paradoxos ao se tratar de temas limites, tais como o Holocausto. O ponto que procuro investigar é como foi possível o Holocausto, ou, mais ainda, como é possível narrar o Holocausto.

⁶ Peter Geyl, escreveu um livro sobre Napoleão, intitulado *Napoleon: For and Against*. Sobre seu livro, o autor diz: "Quero dizer, com fidelidade à minha própria palavra, que encontrei muito mais do que um paralelo para me atrair. Napoleão tinha um fascínio próprio e a historiografia francesa, um encanto só seu. Nem mesmo o artigo de 1940, para começar, me foi sugerido pelo problema da semelhança ou contraste entre Napoleão e Hitler, *mas, sim pelo problema historiográfico da interminável variedade de interpretações de Napoleão, sua trajetória, objetivos e realizações (...)*". Para John Lukács, assim como para Geyl, Napoleão e Hitler preocupavam o número de seguidores que ambos megalomaniacos conseguiam, com o passar do tempo. Compartilhamos dessa preocupação.

país pela porta dos fundos. Qual é a culpabilidade da sociedade alemã, como um todo, no genocídio inteiro de um povo e na auto-destruição da própria nacionalidade.⁷

3

Caracterizo este trabalho especialmente como uma aventura. Os motivos citados relativos à temática já atestam isso, nem mesmo a personagem histórica em questão. Ainda explicando a surpresa desta empresa, devo evidenciar duas questões que pesam para a modesta contribuição deste trabalho. A primeira delas é a escassez da bibliografia consultada.⁸ Algo, no entanto, de positivo, tenho a dizer sobre esta empresa, que talvez enalteça suas intenções, se não seus alcances. Na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, nos anos 80 e 90, houve o que John Lukács chamou de Hitler-Welle. Como a bibliografia que procuramos sugeriu, mesmo que tenha significativamente aumentado os trabalhos sobre o período nazista no Brasil, ainda é escassa a bibliografia sobre o tema. Espero, então, com este trabalho, trazer algumas questões ainda não tenham sido colocadas em relevo e tornar mais acessível os trabalhos a respeito do Nazismo.

4

Trataremos aqui a questão de como o nazismo e a exterminação em massa dos judeus foi possível na Alemanha entre 1890 e 1945, além de ver como, por trás de uma biografia, é possível analisar não apenas o indivíduo, mas sua interação constante com a

⁷ Almost the entire world indicts Germans and the Germans. Our guilt is discussed in terms of outrage, horror, hatred and scorn. Punishment and retribution are desired, not by victors alone but also by some of the German emigrés and even citizens of neutral countries. In Germany there are some who admit guilt, including their own, and many hold themselves guiltless but pronounce others guilty.

The temptation to evade this question is obvious; we live in distress-large parte of our population are in so great, such acute distress that they seem to have become insensitive to such discussions. Their interest in anything relies (...) that would give them work and bread. (...) In the end, what we call guilt has one all-embracing source. But this can be clarify only by what is gained by means of thistinctions. (JASPERS, 2000:21-23).

Este tratamento da culpa invocado por Jaspers também no recoloca a questão do silêncio. Perguntamo-nos mais s do que "como é possível cometer tanto horror", mais "como lidar com a? Como justificá-la? Como falar sobre ela?".

⁸ Por exemplo, a mais famosa biografia escrita sobre Hitler de Joachim Fest, nos anos 1970. A própria auto-biografia de Hitler não foi lida. De Ian Kershaw também não lemos *Hitler*. Dispensamos também a leitura de *Hitler, Interpretationen 1923-1983* do historiador Gerhard Schreiber. As obras de Martin Brozsat, um dos mais influentes e corajosos estudiosos alemão do nacional-socialismo e dos tempo de terror de Hitler também foram ignoradas. Como vemos, são várias lacunas bibliográficas, que tanto o tempo, a erudição e, as limitações linguísticas nos impediram.

sociedade. Dessa forma, procuraremos responder como o nazismo foi possível.⁹

Ernst Jünger, literato e guerreiro alemão da Primeira Guerra, escreveu um *romance* em 1922, baseado em seus relatórios de guerra chamado *A Tempestade de Aço*. Seu livro foi um valoroso inspirador, na aristocracia e na alta burguesia alemã do valor e do *ethos* guerreiro durante a República de Weimar. Mais do que um relato da guerra onde o valor, a honra e a disciplina são exaltadas, enquanto obra literária, o autor põem seu talento para defender entre a sociedade alemã os valores guerreiros da era guilhermina julgados perdidos na revolução traidora de Weimar. Jünger valoriza a guerra como um prazer, como uma diversão, onde o soldado comum obedece seu superior, onde a hierarquia é valorizada, todos sabem seu lugar mesmo que não venha ordem de cima orientando-os e o prazer de matar o inimigo é adocicado como uma aventura que todos devem experimentar.

Bloem, outro autor alemão da época, escreve *Nação contra nação*, onde o horror da guerra, o medo, a ingloria de matar outro ser humano é substituída, por um sentimento que transtorna o indivíduo, transforma-o em outra coisa, tira-lhe sua humanidade e acontece uma estranha modificação de face e de caráter. É o momento em que as tropas precisam se organizar para enfrentar o inimigo, matá-los, furar a defesa e "já não se tratava de uma pessoa oposta a uma outra...regimentos e divisões contra regimentos e divisões... Ali era nação contra nação" (ELIAS, 1997: 190).

A guerra era vista por esses autores que a glorificavam não apenas como uma tarefa agradável, um esporte prazeroso, mas como um gerador de código moral próprio que dispensava o humanismo, a civilização e os altos valores conquistados pelo pensamento como "sentimentalismo piegas" e "sermões" (ELIAS, 1997: 189). Contra a República de Weimar que se sustentava numa democracia, num aparato de estado

⁹ Walter Benjamin diz que não existe tragédia maior do que deixar que as coisas tomem seu rumo natural. Hannah Arendt com quem divido a preocupação já expressa "de como o nazismo foi possível", alicerça como fundamento do regime a extinção sistemática e burocrática dos judeus da Europa. Ela peca em seus estudos um aparelho estatal desenvolvido para isso. Tudo o que pode ser encontrado a respeito do genocídio das minorias e do aprisionamento nos campos de concentração, deve-se à **autonomia** da SS e dos Einsatzgruppen, responsáveis pelos aniquilamentos, – mas jamais houve um aparelho de estado burocraticamente formado para isso. Quanto a Benjamin, seu pessimismo se dá em relação aos partidos social democratas, que acreditavam no destino da história, onde o comunismo seria alcançado sem a efetiva luta do proletariado, com o desenvolvimento da burguesia capitalista, que, conseqüentemente, traria o fortalecimento do operariado alemão. O jogo de xadrez sem o autômato messiânico movendo as peças.

complexo, no pluripartidarismo, cada vez mais crescia na burguesia e na aristocracia um sentimento revanchista contra o tormento de Versalhes e a República de Weimar. A disciplina, o brio, a vontade de ferro e um desejo de refazer uma "comunidade alemã" prevaleciam sobre esses homens. E essa geração da burguesia de 1890 (Hitler nasceu um ano antes), compartilhava desse sentimento. Culpavam os judeus pela derrota na guerra, alimentando um antissemitismo já secular.

5

Como (supostamente) uma pessoa destruiu um Estado burocrático e racional, complexo e bem organizado, assumindo-se como líder supremo de um povo? A explicação para isto, encontramos-la, com Ian Kershaw, que nos fornece um aparato teórico weberiano para sustentar seu argumento.¹⁰ Em uma narrativa clara, fluente e seguindo as temáticas apresentadas, acredito que Kershaw tenha conseguido demonstrar isso com sucesso.¹¹ De acordo com nossa argumentação até agora, há certo entre Elias e Kershaw. Segundo Kershaw, todo o processo de chegada de Hitler ao poder foram frutos do acaso que pouco ou nada dependeram de sua força pessoal ou mesmo carisma. Enquanto Elias nos coloca um palco alemão do pós guerra, pronto para figurar um líder genocida. Se é verdade que havia um palco montado para o nazismo, não é verdade que apenas este poderia ser o único autor da peça.¹²

¹⁰ Estou interessado, franca e exclusivamente, na natureza, no mecanismo, no caráter e no exercício do poder ditatorial de Hitler. Ao adotar o conceito de "dominação carismática", de Max Weber, tentei encontrar respostas (...) a perguntas sobre por que, dentre todos os fanáticos nacional-racistas de opiniões aproximadamente iguais, na Alemanha do pós-I Guerra Mundial, foi Hitler que exerceu tamanha atração; de que modo um candidato tão improvável conseguiu obter o controle do funcionamento de um complexo Estado moderno; por que – *contrariando todas as expectativas* [grifo meu] seu poder não foi cerceado pelas classes dominantes tradicionais, mas rompeu com todas as limitações; qual foi o peso de seu papel pessoal na formulação da diretriz política; e se, de fato, ele imprimiu pessoalmente o comando político e tomou as principais decisões até o fim.

¹¹ O primeiro capítulo do livro de Kershaw, na verdade, debate entre as diferentes interpretações e biografias que fizeram sobre Hitler, opondo, principalmente, as da Alemanha Oriental com a Alemanha Ocidental. Uma enforça o poder das estruturas e classes dominantes em seu aval dado a Hitler. Outros preferiam versões onde o poder de Hitler era exaltado como inquestionável e supremo. Ambas as interpretações são criticadas, buscando-se, entretanto, virtudes tanto em umas e outras, conseguindo com isso, Kershaw, ao que parece, um perfil do poder de Hitler bastante equilibrado, dando as devidas atenções à personalidade em questão, à sociedade onde ele conseguiu mover-se para se tornar líder, ao mesmo tempo que discute a legitimidade desse poder.

¹² Em seus primeiros trinta anos de vida, [Hitler] foi um João-ninguém. Nos vinte e seis anos restantes de sua existência, deixou uma marca indelével na história, como ditador da Alemanha e instigador de uma guerra genocida ... a vida infantil de Adolf Hitler não forneceu um único indício do personagem que iria

A carreira política de Hitler começou com o cumprimento uma função do exército de fiscalizar os partidos que agitavam a região da Bavária, colocando-o em contato com o Partido dos Trabalhadores Alemães. Lá saiu do anonimato, descobrindo seu talento como orador, colocando as coisas de maneira simples, preto no branco, preconceituosamente, de maneira a agitar o público. Conquistou assim seu espaço no partido, participando da criação de seu programa em 1920. Em 1923, ele e outros líderes do partido tentaram Putsch, fiasco militar, que tornou-se instrumento de poder e glória pessoal para Hitler. Na prisão escreveu a primeira parte de *Mein Kampf* e fez vários seminários nazistas para os muitos que o visitavam. Sua ausência no partido até 1924, mostrou a fragilidade endêmica dos partidos völkisch de estabelecer uma liderança, deixando um vácuo no poder, com vários candidatos mostrando-se ineficientes no comando do partido. Sem Hitler, seria certa uma divisão ou mesmo desaparecimento do Movimento Nazista.

A liderança de Hitler no partido, além da fragilidade das outras peças, era seu poder de oratória e liderança. Após contato com antissemitas de importante alcance, tanto em Linz, como em Viena e Munique, desde a década de 1920-1930, Hitler vinha gestando sua idéia, em muito parecida com outros grupos völkish e mesmo com a aristocracia. Mas foi seu contato com Alfred Rosenberg (Feder, Lueger, Shönerer e outros também exerceram influência) que o fez remodelar seu pensamento, que continuou o mesmo até o final de sua vida: a cosmovisão de que o desenvolvimento do mundo é uma luta entre raças, as superiores e as inferiores, ambas com grande forças de autoconservação, e que a raça mais elevada era a Ariana, e a mais inferior, a Judaica. E com o bolchevismo judaico que havia conquistado o forte povo russo, era uma tarefa do povo alemão derrotar o inimigo judeu, que estaria prestes a iniciar uma nova guerra. Essa era sua idéia messiânica, que o colocava como líder de toda a direita, por seu poder de idealizador e realizador. Em sua "idéia" constava também uma mudança de política externa, onde o Lebensraum seria conquistado na Rússia, onde a economia alemã floresceria, ao invés de reconquistar as antigas colônias. É preciso dizer, entretanto, que seu público primário era uma clientela völkisch já existente e que esperava já esse messias. O papel de Hitler foi se expandindo na medida que a República de Weimar foi

fazer o mundo prender a respiração. Ao contrário, parecia apontar para um futuro de insignificância e mediocridade. (KERSHAW, 1993: 9)

se ruindo. O Plano Young para renegociar as dívidas de guerra, a hiperinflação e a crise de 1929 fizeram o partido crescer. Conseguiu, nas eleições (desnecessariamente) convocadas em 30, cerca de 13 milhões de votos, e em 32, o sucesso foi maior, contando também com o crescimento do partido. Esse sucesso era atribuído a Hitler, o que provocou uma união da direita populista em torno dele, tornando ainda mais evidente as aclamações de que era objeto.¹³

O poder público de articulava-se em torno da "idéia". Nela ainda constava o avanço da civilização alemã ariana internamente, com a destruição dos seus agentes nocivos. Vejamos como a "idéia" e o "messianismo" de Hitler conseguiu alcançar as massas e as elites tradicionais, por onde ele não tinha circulação. Sua intuitiva missão histórica de salvar a Alemanha fez com que díspares correntes völkish caíssem sob seu comando (além do sucesso nas eleições). Aqui levantamos novamente a questão de Kershaw: "como pôde um candidato tão improvável chegar ao poder".¹⁴ Em 1930, com o crescimento do partido para mais de 100 mil partidários e com o crescimento expressivo da SA, conseguiram apenas um terço dos votantes. Pleiteando a chancelaria, Hindenburg, Presidente do Reich, o negaria diversas vezes desde 13 de agosto de 1930.¹⁵ Até 1933 ainda predominava no partido a tendência geral dos partidos völkisch, de extrema volatilidade entre os membros e ameaças de rupturas constantes. A não obtenção da chancelaria causava reboiço entre os partidários, temendo que todo o crescimento de então se esvanecesse e o partido perdesse a força.¹⁶ Assim, mesmo com a liderança consolidada, mas sob o risco de desaparecer o partido, as lideranças incentivavam cada vez mais o culto a Hitler, posto que este era o principal angariador de

¹³ Tomemos como exemplo este discurso: "É minha convicção sólida, como a rocha, que Hitler não se afastará um milímetro de seu pensamento nacional-socialista. ... *É que ele combina em si o idealizador e o político* [grifo meu]. Conhece seu objetivo, mas também enxerga os meios de atingi-lo. ". (KERSHAW, 1993: 39)

¹⁴ Mesmo com esse "carisma" e essa comunidade que se juntava em seu entorno, Hitler continuava como uma alternativa improvável ao poder alemão. Nas eleições de 1928, antes da crise, não conseguiram mais que 2,6% dos votos.

¹⁵ Embora a democracia àquela altura não tivesse um futuro muito promissor, uma ditadura nazista parecia muito menos provável do que alguma outra forma de governo autoritário, como uma ditadura militar ou até o retorno a um estilo de governo bismarckiano, possivelmente sob uma monarquia restaurada. Na guindagem ao poder de Hitler, os acontecimentos fortuitos e os erros de avaliação dos conservadores desempenharam um papel maior do que qualquer ato do líder nazista em si (KERSHAW, 1993: 44)

¹⁶ Em si, portanto, a "liderança" não era garantia de unidade interna. Mas há boas razões para imaginarmos que, sem a acentuação da autoridade suprema de Hitler no Movimento, ampliada pelo culto da personalidade incomumente vigoroso que passou a se ligar a ele, o partido seria dilacerado pelo faccionismo (KERSHAW, 1993: 45)

votos do partido, o mais apto a reunir todas as lideranças, capaz de manipular as massas - watimulando o "fica ou racha"¹⁷. Seu o poder carismático foi ganhando autonomia de seu círculo interno e, com sua "idéia", tornou-se a "liderança carismática" esperada pelos alemães, em uma "comunidade nacional". Essa ascensão extra-partidária, de reconhecimento de Hitler com uma "aura" de grandeza e capacidade única de liderar a Alemanha, fez com que todos no partido tornassem-se leal a ele. Ele seria a alternativa a Weimar. Sua participação no partido, desde seu ingresso em 1919, como quinquagésimo quinto membro, só o fez crescer.¹⁸ Nesse mesmo programa foi estabelecida a lealdade ao líder como autoridade do movimento. O Movimento Nazista, assim, ficou conhecido como Movimento do Führer.

Enquanto isso, sua influência se influiu na massa, com seus interesses materiais, do "arroz com feijão", inclusive com a criação no partido de diversas entidades representativas das mais variadas profissões. E a própria Juventude Hitlerista. Mesmo isso não garantia a Hitler uma aceitação completa entre o povo. Fora do círculo *völkisch*, Hitler era mal visto como "a de um biruta com aquele cabelo e bigodinho" (KERSHAW, 1993: 58) e as posições a seu respeito era a de que "Ninguém votará nele; aquele palavrório não consegue convencer ninguém" (KERSHAW, 1993: 58)

Nos corredores do poder tradicional e do Reichswher, Ernst Röhm foi o primeiro a garantir o acesso a Hitler aos que futuramente lhe garantiriam a chancelaria. Esses foram os membros da elite, que financiariam o partido, e o dos militares do Reichwehr.¹⁹ Com esse acesso e a simpatia de alguns de seus programas, a direita

¹⁷ Para mostrar o poder da oratória de Hitler àqueles que já estavam dispostos a aceitar um messias para salvar a Alemanha, citamos aqui alguns exemplos de reações a seus discursos: Kurt Lüdecke, um de seus admiradores recordou ter ficado "hipnotizado pela simples força de sua convicção (...) a vontade intensa do homem, a paixão de sua sinceridade [que] pareciam fluir dele para dentro de mim" (KERSHAW, 1993: 48).

¹⁸ Em agosto de 1921 o partido já contava com mais de três mil membros, afora um episódio que lhe garantiu mais poder. Sob a ameaça de juntar o partido com outro movimento *völkisch*, cioso de perder a, Hitler demitiu-se do partido. Mas sua indispensabilidade como propagandista foi reconhecida e ele retornou ao partido, com uma posição fortalecida. Em 1929 o partido contava com 100 mil membros. Foi nesse momento que a saudação "Heil Hitler" passou a ser utilizada entre os membros do partido como sinal de obediência ao líder. Aliado ainda a Hitler, estava a reforma partidária de 1926, que colocava como missão do partido colocava a "missão" e a "idéia" de Hitler como principais objetivos a serem alcançados, mas enquanto plataforma, permaneciam vagos, tais como em objetivos e práticas após assumir o poder.

¹⁹ Para além das doações financeiras da elite tradicional (Dietrich Eckhart, Lüdecke, Putzi Hanfstaengl, Julius Lehman, Hugo Bruckman e Carl Bechstein, além do marechal-de-campo Ludendorff) e colaborações do Reichwehr (que distribuíram milhares de exemplares do Tratado de Versalhes). Com essas primeiras arrecadações, o partido adquiriu seu próprio jornal, o *Völkischer Beobachter*.

elitista dispôs-se a associar ao Nazismo para dar cabo aos diferentes tipos de marxismo e impor, novamente ao governo a hierarquia que tanto sentiam falta. Com Brüning se tornando primeiro-ministro, o Reichstag foi perdendo sua importância e, através do artigo 48 da Constituição, o governo era feito através de "decretos emergenciais" assinados pelo Presidente. O poder do partido nazista era minado, concomitantemente os partidos de esquerda ganhavam mais eleitores e as elites ficavam mais temerosas. Mais do que o apoio popular, precisavam do acesso ao Presidente do Reich que sistematicamente se negava dar a chancelaria a Hitler, desde 13 de agosto de 1932, quando os nazistas obtiveram um terço da votação. Após esse fracasso em obter a Chancelaria, o partido entrou em crise e seus membros mais ilustres declaravam que se não houvesse um episódio rápido de renovação do poder do partido, ele decairia.

A elite queria um estado autoritário, principalmente os juizes, onde pudessem gozar de sua autonomia. Reclamavam da ingerência de Weimar em assuntos particulares. Hitler, neste cenário, parecia uma figura, apesar de um tanto grotesca, confiável para assumir o poder. O próprio presidente do Reich sendo um latifundiário, e a elite temendo as esquerdas, além de simpatizar com alguns ideais nazistas, conseguiram convencer que Hitler, em 30 de janeiro de 1933 assumisse a Chancelaria. Dessa maneira a elite tradicional alemã pensava ter derrubado a odiosa República de Weimar e colocado uma marionete no poder para resolver os problemas que julgavam urgente.²⁰ Logo foram extirpados os partidos políticos, os antissociais foram colocados em campos de trabalho, tribunais especiais foram sendo criados para julgar casos rápidos de crimes políticos. Aproveitando-se da fragilidade das democracias da Liga das Nações, na base da aposta foi conquistando vitórias militares e diplomáticas. Seus crimes, posteriormente, foram legalizados com base na autoridade da "vontade do Führer". Tudo com a posterior anuência dos juizes que, pensando ter recuperado o poder, legitimavam a cruza do Führer. Hitler se tornou o homem mais poderoso da Europa, mesmo que por alguns anos. O poder burocrático foi totalmente destabilizado, sendo que a figura de Hitler não era obedecida por seu cargo estatal, mas sim por sua

²⁰ O erro fatal de avaliação da direita conservadora foi imaginar que Hitler seria domado pela participação no governo, de tal modo que a bolha nazista estouraria. Quando se verbalizaram preocupações a respeito das intenções de Hitler, elas foram mitigadas pela afirmação de Hugenberg de que nada poderia acontecer, porque "estamos encurralando Hitler", e pelo comentário lacônico de von Papen [vice-chanceler] de que "nós o contratamos" (KERSHAW, 1993: 65).

liderança carismática. E como toda liderança carismática não pode cair na rotina, nem perder o poder áureo que o circunda, Hitler evitava participar dos jogos de poder e das decisões governamentais. Mas todo poder carismático em algum momento decai, seja por sua própria incapacidade de gerar fatos novos para animar o povo, seja por insucessos na política externa, mostrando que a missão do líder tinha falido.

A culpa da população alemã deve ser distribuída diferentemente entre seus merecedores, como Jaspers propõe. Ao círculo carismático *völkisch* deve-se a maior parte da culpa, posto que pela sua ação foi forjado o Movimento do Führer. Às elites tradicionais, embora não desejassem um governo sangnolento, por valorizarem a disciplina e dispensarem a moralidade, também são culpados. O exército, a única ameaça real a Hitler, por conveniência de opiniões, tornou seu aliado até, por fim, subjugar-se a em 1938. Às massas, embora não houvesse quase nenhuma, podem ser vistas como inocentes. Mas isto seria um erro. Não cederam seu apoio, mesmo que por questões materiais, cedendo o voto? Não colaboraram com o regime de terror com denúncias? Não se tornaram menos homens, participando de uma comunidade carismática axiologicamente negativa? Não preferiram viver a resistir e defender os assolados pelos crimes? Todos foram inocentes, para não dizer ingênuos quanto à ascensão de Hitler ao poder. Todos, inclusive Hitler. Mas por essa mesma inocência, recai a todos uma culpa metafísica. Tal como numa tragédia, onde o herói busca agir corretamente moralmente, mas por imprevistos e influência dos deuses – os alemães são culpados pela tragédia nazista e pelo holocausto. E, talvez, o menos culpado de tudo isso seja Hitler. Quantos racistas há no mundo? Mas a eles faltam o poder que o acaso deu a Hitler.

Referências Bibliográficas

- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LUKÁCS, John. **O Hitler da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- DOSSE, François. **O Desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

KERSHAW, Ian. **Hitler**: um perfil do poder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

JASPERS, Karl. **The Question of German Guilt**. New York: Fordham University Press, 2000.

**O EXÍLIO DE FACUNDO:
A EXPERIÊNCIA DO DESLOCAMENTO NA ESCRITA DE SARMIENTO**

Alysson Faria Costa*

Introdução

Pretendo, neste texto, investigar *Facundo: Civilização e Barbárie* (SARMIENTO, 1997), dialogando com as abordagens críticas (MITRE, 2003: 39-70; ALTAMIRANO, 2005; POMER, 1983; PRADO, 1999: 53-73) que revisam esta obra de Domingos Faustino Sarmiento. Essas abordagens, repensam as categorias operatórias – Civilização e Barbárie – integrantes da obra e ressaltam um amplo debate sobre a modernidade e o projeto de construção do Estado Nacional argentino. Minha leitura dialoga com esses interlocutores da obra de Sarmiento enfatizando a flexibilidade destas categorias operatórias de *Facundo*. Ao esmiuçar a singularidade desta obra problematizarei sobre a articulação da escrita do autor com seu itinerário como intelectual e a interferência da experiência do exílio no indivíduo e na sua *leitura* do seu tempo.

Nesse sentido, a leitura de *Facundo* possibilita que lidemos com uma fonte histórica que, através da escolha de um personagem – Facundo Quiroga – o autor nos conduz a uma interpretação profunda dos dilemas da sociedade argentina em uma época marcada por conflitos civis que grassavam em seu território, pelos dilemas no estabelecimento de um projeto de modernização que não se efetivava nacionalmente. *Facundo*, como dito, foi redigido nesse momento histórico e sua trama não ficaria isenta da interferência desses acontecimentos e seria permeada pela fluidez e porosidade destas categorias conceituais – civilização e barbárie¹ –, característica do contexto da modernidade americana, em que progresso e tradição habitam um mesmo espaço e integram os mesmos territórios de identidade. A identidade latino-americana forjar-se-ia na interação entre os elementos das luzes e da tradição.

* Graduando do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Em seu texto, Sarmiento evidencia que os elementos pertencentes a esses dois mundos não estão isolados. No teatro dos acontecimentos a *civilização se barbariza* e a *barbárie se civiliza*, ou seja, na experiência histórica da sociedade argentina essas identidades não estariam dissociadas.

A modernidade revisitada por Sarmiento e seus desdobramentos na trama de *Facundo*

A imprecisão destes territórios² das identidades bárbara e civilizada, que ao contrário do que muitos críticos questionam³, é uma das características singulares e um dos pontos originais da obra de Sarmiento. Ao enveredarmos pela trama de *Facundo*, somos convidados a desenvolver uma sensibilidade, digamos, compreensiva⁴ de sua escrita, a qual possibilita conjecturarmos sobre a *instabilidade* vivenciada – pela sociedade e pelo escritor – durante o momento que se formulava um projeto moderno fundamentado por modelos europeus de desenvolvimento racionalizado e progressista, os quais teriam que se integrar à tradição argentina, compreendendo e adequando-se às especificidades da realidade americana, para que esse projeto se consolidasse.

Sarmiento concentra suas forças em *Facundo* na elaboração de uma interpretação que compreendesse os espaços e sujeitos que teriam que ser inseridos no Projeto Moderno, personagens estes que não são os mesmos que integrariam a trama do Projeto europeu e que não eram considerados nos modelos de progresso da modernidade européia. Com isso, na leitura da obra percebemos a inquietação de Sarmiento para que essas idéias e modelos não fossem plenamente imitadas em território americano. *Facundo* não se constitui, nesse sentido, como um manifesto de crítica a barbárie e as tradições camponesas argentinas para defender irrestritamente a modernização e urbanização.

Inserido nessa perspectiva, concordo com a argumentação de Júlio Ramos (RAMOS, 2008: 27-45), ao destacar que, Sarmiento, com seu *Facundo*, se diferencia inclusive por realizar uma crítica ao Projeto Moderno *descontextualizado*⁵ com os locais

² Aqui, utilizo o termo território compreendido tanto em sua dimensão espacial, quanto o ambiente de construção das identidades coletivas e individuais que possuem um campo de significação próprios – geográfico, social e culturalmente – e não estaria polarizados.

³ Por considerarem *Facundo* como um texto limitado, polarizado em que essas categorias configurariam dicotomias insuperáveis – sendo que o ambiente bárbaro deveria ser submetido ao progresso e a modernização – e opostas que se manifestariam na constituição da sociedade argentina.

⁴ Esta sensibilidade compreensiva seria uma das marcas dos próprios referenciais que motivariam a escrita do autor, que ao destacar as características da cultura, sociedade, economia e política argentina cruza perspectivas do Romantismo e da Ilustração.

⁵ Descontextualizado em relação as singularidades americanas, resgatando antigo debate sobre “idéias fora do lugar”(SCHWARZ, 2000: 9-31; FRANCO,1976: 59-64). Muitos pensadores utilizavam dos modelos europeus de modernização, racionalização e organização política pensando em um transplante direto para o território americano. Sarmiento manifesta sua preocupação com os personagens, ambientes, culturas que não são contemplados pela *escrita* européia, por isso, considero interessante na escrita do

de sua implantação. Reitero que as reflexões de Sarmiento sobre seu tempo não estariam isentas das interferências do ideal ilustrado, de um projeto político republicano, racionalista e urbanizador europeu, no entanto, como integrante de uma geração posterior em relação aos pensadores que realizaram o movimento de independência, ele possuía um distanciamento necessário para repensar alguns referenciais que respaldavam as idéias do movimento de emancipação e que não obtiveram o êxito esperado no momento posterior a independência.

A crítica à imitação irrestrita do modelo de progresso europeu pode ser vislumbrada logo nas primeiras páginas de *Facundo*. O que estava em jogo era o manejo e a apropriação da cultura européia, por isso o autor procurou conhecê-la “em seus próprios termos”. Podemos perceber esse reconhecimento nas citações que o autor faz na sua obra (Head, Humboldt, Shakespeare, Cousin, Hugo, Fourtoul, Villemain). Sarmiento, ao justificar a perspectiva que orienta sua abordagem, destaca que a biblioteca européia era limitada e anacrônica para compreender as especificidades e singularidades das sociedades e acontecimentos americanos. Por isso, seria importante que se compreendesse os antecedentes históricos que levaram aos dilemas vivenciados pelas sociedades americanas no momento pós-independência. Nas palavras de Sarmiento:

Sem estes antecedentes ninguém compreenderá Facundo Quiroga, como ninguém, na minha opinião, compreendeu ainda o imortal Bolívar, pela incompetência dos biógrafos que traçaram o quadro de sua vida. Na *Enciclopédia Nueva* li um brilhante trabalho sobre o general Bolívar no qual se faz àquele caudilho americano toda justiça que merece por seus talentos e por seu gênio; mas nesta biografia, como em todas as outras que dele se escreveram, vi o general europeu, o marechal do império, um Napoleão menos colossal; mas não vi o caudilho americano, o chefe de um levante de massas; vejo o arremedo da Europa, e nada que me revele a América. (SARMIENTO, 1997: 57)

Dialogando com essa perspectiva é possível problematizar a inquietação do autor com o descompasso das interpretações européias sobre a realidade americana e a dificuldade de coerência da leitura européia para compreender os personagens históricos de destaque na história americana. Principalmente porque Sarmiento acredita e enfatiza em seu *Facundo* que estes homens singulares, seriam importantes representantes da personalidade de um povo, de suas preocupações e comportamentos.

autor a preocupação com as tradições, com os tipos singulares da sociedade argentina. Mesmo que essa preocupação tenha um intuito de integração coercitiva (projeto unitário).

Creio que podemos visualizar isso na preocupação que o autor tem em interpretar e conhecer a geografia física e humana dos pampas, local considerado por muitos viajantes⁶ europeus como espaço vazio, sem identidade⁷. Sarmiento analisa essa região caracterizando-a como uma categoria social, destacando não somente sua especificidade geográfica, mas, compreende como um ambiente que produz e fomenta uma vivência sócio-cultural muito intensa. Investiga também as influências que o espaço geográfico exerceria nos indivíduos, e como esses indivíduos possuiriam traços que caracterizariam comportamentos da cultura e do ambiente em que vivessem.⁸ Além disso, essa região e seus habitantes seriam o ambiente no qual o autor buscaria a autenticidade da personalidade argentina: “.... em *Facundo Quiroga* não vejo um caudilho simplesmente, mas uma manifestação da vida argentina” (SARMIENTO, 1997: 56).

O suposto “atraso” da sociedade argentina produzido pela selvageria e violência do qual seria dotado o mundo bárbaro que assim era lido e interpretado pela biblioteca européia, não corresponderia à realidade deste mundo no continente americano, principalmente depois que ele é sacudido pela revolução⁹. As antinomias, como dito, mais que categorizarem identidades *essencializadas* isoladas, destacam no teatro dos acontecimentos uma íntima interação hierárquica, ressaltando a especificidade da modernidade latino-americana, que no caso argentino teria como principal liderança um *Bárbaro-Civilizado*¹⁰ na figura de Juan Manuel Rosas. O processo revolucionário seria a arena que romperia esse suposto invólucro, o qual manteria o elemento bárbaro e civilizado isolados um do outro. Inclusive este processo revolucionário permitiria

⁶ Alexandre Von Humboldt, Alcides D’Orbigny e Arsène Isabelle que visitaram a América Platina nas primeiras décadas do século XIX, foram algum dos viajantes europeus que realizaram suas visitas científicas por essa região.

⁷ Apesar de reconhecer a dificuldade de se fomentar sociabilidades nessas regiões, Sarmiento não ignora a cultura, os tipos sociais que movimentam esse ambiente

⁸ Seria nessa região que viveria o caudilho *Facundo*, que apesar de ser um representante do mundo não-civilizado, Sarmiento o categoriza como uma personagem que representa traço marcante da personalidade Argentina e de sua tradição sócio-cultural.

⁹ Tanto no período de independência, quanto no contexto histórico que Sarmiento vivencia – do exílio, do processo de fundamentação e consolidação do Estado Nacional - seria marcado pelas guerras civis que grassavam a Argentina, as quais romperiam com esses estereótipos mobilizando grande parte da sociedade argentina a transitar por diferentes categorias.

¹⁰ A barbárie de Sarmiento não é imaginada a isolada, como o mito do bom selvagem. Ela é um fenômeno que, apesar da tentativa da civilização de isolá-la, eliminá-la, esse ambiente selvagem se irrompe e mescla-se com os elementos civilizados, promovendo uma combinação de características ao inserirem-se no processo revolucionário.

visualizar como essas categorias não se apresentam dissociadas geográfica e culturalmente na sociedade argentina.

Há que se lembrar que esse conflito de territórios referenciais, em um primeiro momento, adquire uma dimensão geográfica – Europa versus América – mas, quando interiorizado na trama de *Facundo*, esse dilema passa a ser historicizado e integrado ao processo de emancipação e organização do projeto de Nação Argentina, nos quais essas categorias não permaneceriam isoladas e simplificadas por uma hierarquia simplista que positivava totalmente o elemento civilizado e execraria o elemento bárbaro.

Geografias do exílio: o itinerário do intelectual e sua escrita

A Argentina questionada e debatida por Sarmiento é essa sociedade paradoxal, ela não é somente a antiga colônia que guardava a herança espanhola construída durante quase três séculos, também não é somente Buenos Aires e seu desenvolvimento econômico, cultural e sua força política. Por isso, a Argentina pensada por Sarmiento teria que conhecer e reconhecer suas particularidades para elaborar uma solução mais *harmônica* que conciliasse os elementos estrangeiros com os nativos¹¹. Pensando nesse sentido, podemos considerar *Facundo* tanto como um texto que é crítico a determinado modelo de modernidade – racional, progressista herdeiro dos princípios da ilustração – mas, ao mesmo tempo, defende tal modelo adequando-o para integrar-se mais coerentemente com as especificidades do território americano.

A reflexão das especificidades do ambiente social, político, cultural que os intelectuais vivenciam e elaboram seus textos, é de fundamental importância para compreendermos a trajetória e as motivações que instigam a escrita intelectual. Sarmiento, por exemplo, escreve da arena política¹² e não de um lugar acadêmico empenhado no estabelecimento de profecias de verdade, nesse sentido o próprio autor

¹¹ Destaco entretanto, que Sarmiento vivencia e lê o pensamento ilustrado e civilizado para construir seu texto, sua interpretação sobre os elementos da tradição não é orientada por uma perspectiva totalmente empática – essa influência romântica na escrita de Sarmiento, poderia ser melhor compreendida na sua preocupação de resgatar as vivências, os tipos sociais da sociedade argentina para difundir uma tradição comum que construísse e consolidasse um projeto nacional –, como destaca Julio Ramos, a medida que reconhece e investiga as tradições orais, Sarmiento tem como intuito elaborar estratégias que submetam esses mundo na economia ocidental do sentido(RAMOS, 2008: 27-45).

¹² Diferente de um texto que se pretendesse científico – com uma abordagem que busca na natureza a verdade absoluta e irrevogável da realidade – *Facundo* foi redigido com essa compreensão sobre textos com uma perspectiva política, caracterizada por um incentivo à capacidade transformação da ordem natural das coisas que pode ter a vontade humana.

destaca essa espontaneidade de sua escrita e suas possíveis limitações.

Ao refletir sobre as redes de amizade, de debate dos intelectuais e da circulação das idéias no território (RÉMOND, 2003: 231-269) latino-americano, creio que, uma perspectiva estimulante a ser problematizada poderia investigar a interferência que a experiência do exílio promoveria sobre o local e o momento de escrita de Sarmiento. Apesar de possuir vasta bibliografia sobre suas obras, a temática do exílio, constitui-se como uma faceta ainda pouco esmiuçada do seu itinerário intelectual. A abordagem sobre exílio possibilita uma ponderação interessante para pensarmos o processo de escrita de *Facundo*, que fora redigido no Chile, publicado em folhetim no periódico *El Progreso*. Inclusive, o período em que esteve exilado foi um momento importante para consolidação da carreira periodista de Sarmiento e para sua trajetória como intelectual.

A problematização do itinerário intelectual potencializa a ambientação temporal da escrita de Sarmiento, ao revisitarmos sua biografia e enveredarmos pelas intrincadas redes políticas e sociais que configuraram os circuitos intelectuais do XIX. As novas leituras sobre as biografias – como a proposta por Philippe Levillan – possibilitam uma abordagem mais aprofundada sobre *personagens* históricos de destaque (RÉMOND, 2003: 141-186).

Essa revisitação da Biografia proposta por Levillan distancia-se das polarizações que exaltavam ou simplificavam a história dos biografados, o autor aponta para as possibilidades analíticas que a Biografia permite aos pesquisadores, ao colocá-los em contato com determinados itinerários destes personagens, fomenta novas abordagens e oportunidades de mergulhar em complexas e intrincadas redes das histórias social, política, cultural, econômica, intelectual dos biografados, diversificando as paisagens da suas vivências e incrementando as fisionomias dos biografados para que visualizemos a importância e a singularidade destes agentes históricos.

O Exílio, entretanto, pode ser considerado uma situação paradoxal e polissêmica, pois se configuraria pelo distanciamento de indivíduos ou grupos das comunidades de pertencimento histórico a que estavam vinculados, contudo, esse afastamento não provocaria necessariamente um isolamento¹³. Ponderando sobre a experiência do exílio Edward Said, apresenta uma abordagem instigante sobre essa temática ao destacar a

¹³ No caso latino-americano essa vivência *diaspórica* de muitos intelectuais constituiria uma experiência importantíssima para as manifestações de resistência e questionamento, principalmente porque esse distanciamento não eliminaria as memórias que muitos exilados teriam de seus países do origem.

profundidade e intensidade da vivência exilada (SAID, 2003: 46-60). Os exilados seriam esses indivíduos que vivenciariam situações marcadas por profundos dilaceramentos e recomposições dos referenciais que integram suas identidades individuais e coletivas, por mais traumatizante que esses deslocamentos tenham sido, a vida no exílio configuraria novas estratégias de sociabilidades e novos espaços para fomentar resistência e para circulação de idéias.

Esses *deslocamentos* dos vínculos de pertencimento que ocorrem na vivência do exilado possuem seus contratempos já que essa vivência entre lugares diferentes é desgastante e dificulta a constituição de um estado de placidez e segurança. Por outro lado, *desenraizamentos* (TODOROV, 1999) possibilitam momentos de redimensionamento das identidades através da negociação das diferenças – lingüística, social, étnica, religiosa – com que a vida do exilado tem que lidar. O exílio seria um importante catalisador político, cultural, econômico das ações humanas, quando investigamos a trajetória de alguns dos intelectuais latino-americanos que foram exilados percebemos que suas experiências se constituíram como vivências decisivas no processo de escrita destes sobre a América Latina.

Como destaca Said, a pluralidade dessas experiências, suscitariam uma consciência *contrapontística*, a qual, caracterizaria para o exilado uma sensibilidade balizada pela simultaneidade dos referenciais que influenciam as relações sociais promovidas por ele nos países em que é acolhido, pois, por mais que este se integrasse ao novo ambiente, as vivências nos locais de acolhimento seriam interpretadas sobre o pano de fundo da memória de como seria essas mesmas vivências no ambiente de que teria sido *desenraizado*. Nas palavras do autor:

Assim, ambos os ambientes são vívidos, reais, ocorrem juntos como no contraponto. Há um prazer específico nesse tipo de apreensão, em especial se o exilado está consciente de outras justaposições contrapontísticas que reduzem o julgamento ortodoxo e elevam a simpatia compreensiva. (SAID, 2003: 46-60)

Ao investigarmos sobre o exílio na América Latina percebemos que suas interferências no solo americano remontam desde o período colonial, momento no qual, o continente americano recebia coercitivamente número considerável de grupos e indivíduos que eram expulsos de seus países de origem – a maioria desses grupos eram

originários das metrópoles – ou destes fugiam por perseguição de seus governos¹⁴.

Ao conjecturar sobre essa experiência, compreendo que o e exílio constitui-se como uma vivência decisiva para construção do pensamento latino-americano. O exílio fissuraria o invólucro da identidade rígida dos nacionalismos, dos regionalismos oligárquicos e do egoísmo coletivo ao promover uma interação não necessariamente harmônica e democrática, mas que inseria a exterioridade de outras culturas no cotidiano das sociedades anfitriãs, promovendo o incremento do debate intelectual, do reconhecimento social pela negociação – muitas vezes conflituosas – das diferenças.

Considerando a tradição histórica desses deslocamentos de grupos políticos e intelectuais pelos países latino-americanos e europeus podemos revisitar a experiência do exílio compreendendo sua importância histórica para a confecção das redes de amizade e debates intelectuais latino-americanos. Nesse sentido, a experiência do exílio adquire importância decisiva no processo de escrita de muitos intelectuais exilados que *tematizaram* tanto sobre seu país de origem, quanto ao país anfitrião e, utilizando uma escala mais ampla, refletiram sobre América Latina. O deslocamento geográfico fustigaria, de certa maneira, um redimensionamento das premissas de escrita.

Podemos revisitar a trajetória de Sarmiento redimensionando o ambiente que influenciou na escrita de *Facundo*. O exílio de Sarmiento pode ser considerado como uma dessas situações mencionadas acima em que o distanciamento geográfico de seu país não minou as possibilidades de questionamento das propostas federalistas e principalmente de divergência da figura de *Rosas*.

O exílio no Chile possibilitou também um ambiente mais distante de políticas de perseguição do governo *rosista*, esse *desenraizamento* do autor propiciaria um clima mais oportuno, em que seus textos encontrariam um ambiente de diálogo mais favorável, não estariam submetidos à dura ingerência e censura do governo *Rosas*. Nesse caso, o periodismo se constitui como um espaço animador atuando como principal suporte no qual Sarmiento consolidou sua identidade intelectual e de educador

¹⁴ O exílio foi e ainda é uma prática recorrente de política seletiva utilizada por diferentes governos. Essas práticas de banimento não eram medidas aleatórias e atualmente, o banimento, o exílio configuram-se como estratégias importantes para minar resistências e dissensões contra regimes políticos vigentes em diversos países. Cabe ressaltar que devido a sua polissemia conceitual, as experiências desses deslocamentos, banimentos, desteros durante o período colonial possuíam premissas diferentes dos exílios dos séculos XIX e XX, mas prefiguraram os precedentes que consolidariam a dinâmica dos exílios destes períodos posteriores.

na sua vivência no exílio e que permitiu que manifestasse e divulgasse suas divergências contra os *rosistas* e federalistas.

Outra experiência importante e que incentivou a atividade periodista do autor foi fomentada pelas amizades que teceu no exílio, as quais atuaram como interlocutoras estimularam os debates que incrementaram a escrita de *Facundo*. Entre essas amizades os encontros com Manuel Montt¹⁵ contribuíram para incentivar a escrita não somente do *Facundo*, mas para instigar a atividade política de Sarmiento através do periodismo. O trabalho na redação de periódicos¹⁶ no século XIX configurava uma arena importante de embate de ideais e projetos políticos.

As amizades intelectuais tecidas no exílio foram fundamentais para incorporarem Sarmiento definitivamente nos círculos dos periódicos e do debate público não somente chileno, mas argentino e latino-americano. Sua amizade com Lastarria¹⁷, José Maria Núñez possibilitou sua vinculação como redator do periódico *El Mercurio* localizado em Valparaíso. A sua vivência como redator seria importante para os vínculos e distensões com diferentes grupos e que lhe renderia posteriormente o convite retornar a Santiago na redação de *El Progreso* que publicaria *Facundo*.

O ambiente agitado do periodismo chileno possibilitava espaços para a ação política, estimulando articulação de filiações intelectuais através dos diferentes periódicos, um pouco desse panorama Sarmiento nos apresenta em seu *Recuerdos de Provincia*:

Pero desde 1841 la prensa de Chile fue adquiriendo en el pacífico mayor reputación, y Chile ganó muchos en ello, por la vivacidad de su polémica y por el combate de las ideas todos a la discusión. *El Mercurio* ensanchó sus columnas; las cuestiones literarias sostenidas en él y en *La Gaceta* provocaron la aparición de *El Semanario*. *El Semanario* trajo la idea de crear *El progreso* en Santiago donde no había hasta entonces diario. (SARMIENTO, 1991: 247)

Esse mesmo ambiente que proporcionava espaço para expressão de idéias que era perseguidas, censuradas em sua terra natal, não suprimia outro dilema profundo da

¹⁵ Futuro presidente chileno, na época dos diálogos com Sarmiento era Ministro do Interior e dos negócios estrangeiros e interinamente exercia ao mesmo tempo o Ministério da Guerra e da Fazenda. Designou Sarmiento como diretor da Escola Normal de Perceptores.

¹⁶ Tanto tecendo novas filiações como fomentando divergências, questionamentos de posicionamentos das redações de diferentes periódicos – como no caso *El Mercurio* e suas indisposições com *La Revista Católica* – foi neste período de redator de *El Mercurio* que Sarmiento redigiu textos importantes tematizando sobre a educação popular, imigração européia, temas que seriam recorrentes em escritos posteriores do autor.

¹⁷ José Victorino Lastarria Santander posteriormente se exilaria no Peru, foi ministro da Fazenda.

vivência no exílio que frequentemente lhe causava desconforto. Diante das duras críticas que lhe eram feitas a seus artigos políticos comumente associavam-lhe a figura de estrangeiro, o que incomodava por demais Sarmiento. Em *Recuerdos de Provincia* o autor destaca sua amargura diante das críticas que recebia de outros jornais por causa de seus questionamentos políticos e de sua situação de *forasteiro*.

Em determinados momentos Sarmiento destaca suas angústias e frustrações devido as duras críticas que recebera como personagem público estrangeiro em um país no país que o recebera: “*Um día la exasperación tocó en el delirio, estaba frenético, demente, y concebí la idea sublime de desacierto, de castigar a Chile entero, de declararlo ingrato, vil, infame*”(SARMIENTO, 1991: 245).

Sarmiento entretanto, reconhece o ambiente profícuo que sua experiência no Chile propiciou ao debate de idéias: “*Así este Chile a quien quería ensambenitar me mostraba en aquel momento virtudes dignas de respeto, delicadeza y tolerancia infinita, y muestras de simpatía y aprecio que hacían injustificable el suicidio que yo me había preparado*” (SARMIENTO, 1991: 247).

Conclusão

Ao problematizar sobre essa vivência do exílio em Sarmiento procurei problematizar sobre a interferência que essa experiência exerceria principalmente em sua escrita, a qual, poderia manifestar-se e ser fomentada pelos ambientes que o autor aportaria. *Facundo*, propicia indagações interessantes sobre esse olhar exilado.

Esse olhar *contrapontístico*, possibilita que no indagamos também a respeito do processo de escrita dos pensadores latino-americanos sobre as singularidades de sua região e de outras regiões latino-americanas. Inclusive, podemos investigar quais os vínculos – caso existam – sobre essa escrita *desenraizada* e gênero muito apreciado pelos intelectuais latino-americanos: o ensaio.

Creio que, o exílio foi uma experiência importante e que fomentou a organização redes de amizade intelectual no continente americano. Se pensarmos principalmente a respeito da arena de debate que o periodismo motivara no século XIX, o exílio, em determinados contextos, propiciou ambiente efervescente para os diálogos e divergências da intrincada rede intelectual latino-americana.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. “Introducción al Facundo”. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. **Cadernos de Debate**. n. 1, 1976.
- LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- POMER, León (org.). **Sarmiento**. São Paulo: Ática, 1983.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX**: Tramas, Telas e Textos. “Para ler Facundo de Sarmiento, Natureza e Identidade Nacional nas Américas”. São Paulo: Edusp, 1999.
- RAMOS, Júlio. **Desencontros da modernidade na América Latina**: Literatura e política no século 19. “Saber do outro: escrita e oralidade no Facundo de Domingos Faustino Sarmiento” Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. “Reflexões sobre o exílio”. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Recuerdos de Provincia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991.
- SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª. ed., São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. “Em visita a própria casa”. Trad. Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

**REFLETINDO E ESCRREVENDO O BRASIL:
ROCHA POMBO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**
Mariana Rodrigues Tavares*

Introdução

As primeiras décadas do regime Republicano têm despertado interesse do meio historiográfico brasileiro nos últimos tempos. Conforme nos apresenta Ângela de Castro de Gomes: “muitos são os historiadores, particularmente os que se dedicam à história política e cultural, que têm retomado o período numa chave distinta daquela que o consagrou como a República “Velha.” (GOMES, 2009: 21-31).

Partilhando da concepção exposta acima, o trabalho procura analisar a produção historiográfica do período da primeira fase republicana através da inserção de José Francisco da Rocha Pombo no campo intelectual brasileiro. Para tanto, evidencio o grande número de suas publicações e de sua associação ao renomado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ¹. Também apresento uma breve biografia do autor aliada a uma catalogação das reedições do livro “*História do Brasil*” por meio de consulta ao site da Biblioteca Nacional. Como forma de destacar a importância das publicações desse autor no âmbito do mercado editorial, o artigo contém uma pequena análise da Companhia Melhoramentos de São Paulo, responsável pela maioria das reedições do livro examinado aqui.

O Mercado Editorial e o IHGB na Primeira República

Como mencionado anteriormente, meu propósito é demonstrar a inserção deste autor no campo intelectual do primeiro período republicano, através da obra intitulada “*História do Brasil*” e suas inúmeras reedições. Para além disso, destaco a presença de um mercado editorial em conjunto com o aumento da difusão do livro didático² e a atuação do Instituto Histórico e Geográfico na estruturação da História do Brasil neste

* Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: historia.mari@gmail.com

¹ Neste artigo opero com a categoria de campo intelectual de autoria de Pierre Bourdieu amplamente discutida em sua obra “*Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*.” Além dessa chave de análise, utilizo no presente texto as concepções teóricas de Ângela de Castro Gomes na obra “*A República, a História e o IHGB*”.

² É preciso esclarecer que as obras (como por exemplo, a utilizada nesta análise) de José Francisco da Rocha Pombo se direcionaram principalmente ao público escolar, pois o autor escreveu em sua grande parte obras de caráter didático.

momento. Pelas evidências empreendidas através de recentes pesquisas³, pode-se compreender o crescimento do ramo editorial no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX e os anos iniciais do século XX. As diversas editoras desenvolviam táticas de venda e estratégias, sendo possível identificar aí a existência de competitividade entre os livreiros e os respectivos estabelecimentos. Havia especificidades de vendagem e de publicações de manuais didáticos, principalmente os que se referiam a História do Brasil, pois tinham um especial investimento neste período.

Para corporificar esta pequena análise, cito algumas das mais importantes editoras⁴ localizadas no Rio, deste contexto: a Livraria Clássica, a Livraria Portuguesa, a Garnier, a Villeneuve, a Livraria Alemã, a Livraria Quaresma e a Livraria Laemmert além dos nomes, AM Fernandes da Silva, João Batista da Costa e Júlio Gonçalves Mendes, entre muitos outros.

Conforme o apresentado pela pesquisadora Alexandra Lima da Silva no artigo “*Mercado Editorial de Livros Didáticos de História do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*”, o florescimento do mercado editorial incluiu o crescimento de investimentos da elaboração de materiais didáticos e de livros escolares. Entretanto a própria autora interroga a respeito de quais seriam as razões que permitiram tal aumento. Como justificativa podemos apontar certa ampliação do público leitor e a participação no projeto de edificação da identidade nacional. Alexandra Lima (SILVA) defende que os livros didáticos funcionavam como um mecanismo de instrução para o povo, pois sem isso a recente República não conseguiria progredir no âmbito cultural. É necessário destacar ainda, o caráter divulgador de concepções e de ideologias que o livro didático assumia e que continua assumindo hoje, tornando-se um espaço solidificador de memórias dominantes⁵.

Passemos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desde a sua fundação em 1839, tinha como propósito guardar documentos, fatos e nomes a fim de preservar a

³ Como exemplificação das recentes pesquisas posso citar o artigo da pesquisadora Alexandra Lima da Silva, intitulado “*Mercado editorial de Livros didáticos de história do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*”.

⁴ As editoras mais importantes do período como a Laemmert, a Garnier e a Alves, optavam editar obras de autores oriundos do Colégio Pedro II ou da Academia Militar, pois asseguravam certa vendagem e raramente seus nomes seriam barrados pelos conselhos educacionais responsáveis pela avaliação dos livros. A estes últimos acrescente o fator de que eram formados em sua maioria por membros do IHGB.

⁵ Além da importância que assume o livro didático, a própria escola atua como um lugar que aumenta a potencialidade metacognitiva e que surge como o lugar de desenvolvimento da consciência histórica.

história nacional do país. Este método de trabalho calcou-se em muito na moderna concepção de história, em que o conhecimento histórico se compunha da cronologia predominante dos acontecimentos políticos, além de promover a elaboração da gênese histórica brasileira⁶.

A transição do Império para a República impôs novas questões acerca da construção da idéia da nação brasileira. Como já destacado inicialmente⁷, os eventos como Abolição e a Proclamação da República foram marcos para se pensar a origem nacional. Os intelectuais do IHGB se responsabilizaram pela produção de bens simbólicos e também atuaram na ministração de aulas de história em boa parte dos principais colégios. Conforme o defendido por Maria Cristina Dantas Pina o próprio currículo de história proposto para as escolas secundárias⁸ nos primórdios republicanos, tinha como problemática a expressão dos ideais de nação e de cidadão, atentando para a composição étnica das classes que compunham a nacionalidade brasileira. Essa característica discursiva que privilegiava a origem do povo brasileiro perdurou no século XX tendo como vertente influenciadora a corrente positivista, atuante na delimitação do debate histórico veiculado pela escola.

O autor

Biografia⁹

José Francisco da Rocha Pombo, nasceu em Morretes, no Paraná a 4 de Dezembro de 1875. Era filho de Angélica da Rocha e de Manuel Francisco Pombo. Faleceu a 26 de

⁶ Ao trabalhar com as diferentes concepções acerca da escrita da História e do próprio ofício do historiador, é preciso afirmar que a moderna concepção de história da qual partilharam os historiadores do IHGB e da primeira fase republicana, se constituía numa forma de escrita que olhava para os acontecimentos do passado buscando encontrar certa origem e prévia dos acontecimentos que iriam se desenvolver no futuro. Este método historiográfico não mais enxergava na história a “senhora” mestra da vida (seu entendimento clássico) e sim concebia o tempo com linearidade e era veemente a necessidade da busca da verdade única em oposição ao erro. Para uma análise mais aprofundada ver Reinhart Koselleck, *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Editora PUC Rio.

⁷ Ver obra citada de autoria de Angela Maria de Castro Gomes, intitulada “*É a história uma ciência?*”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: A República, a História e o IHGB. BH: Editora Argumentvm, 2009 (parte 1), pp. 21-31.

⁸ Como evidencia a pesquisadora Circe Bittencourt, o ensino secundário nos anos 1920 compreendia os ginásios e as escolas normais, cuja responsabilidade ficava a cargo do Governo Federal.

⁹ Há dados diferentes sobre a biografia de Rocha Pombo. No entanto apesar das discordâncias entre elas, optei por utilizar aqui aquela que me pareceu mais coerente. Baseie-me na biografia de autoria de Nádia Maria Weber pertencente ao artigo intitulado “*História Cultural e fontes literárias: o caso da loucura na literatura simbolista de Rocha Pombo*”.

Junho de 1933, no Rio de Janeiro.

Filho de professor desde muito jovem inclinou-se para o magistério e aos 18 anos já lecionava substituindo seu pai. Ao longo de sua carreira foi poeta, historiador, professor e jornalista. No meio jornalístico teve seu primeiro artigo publicado na revista “*Fluminense*”, de José Serafim Alves. Foi responsável pela fundação e direção, aos 22 anos, do jornal semanal, “*O Povo*”, na própria cidade de Morretes. Nas páginas destes periódicos, costumava defender a Abolição e a República. Possuía intensa atuação¹⁰ em diferentes órgãos que compunham a província e a sua participação na vida política e intelectual lhe renderam o cargo de deputado provincial em 1886.

Trabalhou como professor nas cidades de Ponta Grossa e Castro, onde nesta última fundou um colégio em 1882. Ainda nessa mesma localidade e no mesmo período, casou-se com Carmelita Madureira, filha de grandes fazendeiros. Mais tarde, retornando a Curitiba envolveu-se na redação da *Gazeta Paranaense* e em 1887 dirigiu o *Diário Popular*.¹¹

No ano de 1897, mudou-se para o Rio de Janeiro, continuando a desempenhar o ofício como professor e jornalista. Através de concurso ingressou na Congregação do Colégio Pedro II e também na Escola Normal. Em 1900, Rocha Pombo foi admitido como sócio do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Nesse mesmo ano, participou da Universidade do Povo, fundada por Elísio de Carvalho, local em que lecionou História Geral. Posteriormente, no Paraná, em 1912 fundaria uma Universidade, intento planejado desde 1892.¹² Rocha Pombo fez parte de um grupo

¹⁰ Rocha Pombo além de uma intensa atuação política teve também uma enorme produção nos mais variados gêneros como romances, poemas, contos, ensaios, dicionários e manuais didáticos. É possível traçar uma listagem com as principais produções que são: *Honra do Barão* (1881); *Dadá* (1882); *A religião do belo* (1882); *Petrucello* (1889); *Nova Crença* (1889); *A supremacia do ideal* (1889); *Visões* (1891); *A Guairá* (1891); *In Excelsis* (1895); *Marieta* (1896); *O Paraná no Centenário* (1900); *História da América* (1900); *História do Brasil* (1905-1917 – dividida em 10 volumes); *No Hospício* (1905, obra de vertente simbolista); *Contos e Pontos* (1911); *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa* (1914); *Nossa Pátria* (1917); *Notas de Viagem* (1918); *História do Rio Grande do Norte* (1922); *História Universal* (1929); *História do Paraná e História de São Paulo*.

¹¹ Os biógrafos de Rocha Pombo levantam a hipótese de que no Paraná este autor possuía um relacionamento de certa proximidade com os anarquistas italianos que fundaram a colônia Cecília.

¹² Conforme os pesquisadores da *Casa de Memória Rocha Pombo* a Universidade não saiu do planejamento por dois motivos principais que foram o boicote de alguns de seus inimigos políticos e falta de interesse em criar uma Universidade, pois havia Faculdades nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, apresentam também como argumento o fato da eclosão da Revolução Federalista no Estado do Rio Grande do Sul. A criação da Universidade só ocorreu em 1912 por intermédio de Nilo Cairo e Vítor do Amaral.

literário com cunho Simbolista¹³ e de outro socialista no Rio de Janeiro. Participou na colaboração das revistas simbolistas *O sapo*, *O cenáculo* e outras. Por um longo tempo também escreveu para o *Correio da Manhã*.

Pode-se citar entre os seus inumeráveis cargos e ocupações¹⁴ seu pertencimento a antiga *Academia de Letras do Paraná* e da filiação a atual *Academia Paranaense de Letras*, da qual é patrono da cadeira de número 17. Em 16 de Março de 1933, foi eleito membro da *Academia Brasileira de Letras*, na cadeira de número 39, ocupando a vaga de predecessores como Alberto Faria, Oliveira Lima e do renomado patrono Francisco Adolfo de Vernhagen, Barão e Visconde de Porto Seguro. Faleceu em 26 de Junho de 1933, no Rio de Janeiro. Seu sepultamento ocorreu no Rio onde residia, entretanto em 1966 seus despojos foram levados para a Academia Paranaense de Letras, em Curitiba. A urna com seus restos mortais foi levada para Morretes, onde foi inumada na praça pública que recebeu seu nome.

Rocha Pombo e a inserção no Campo Intelectual

Após trilhar os caminhos do mercado editorial e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, meu próximo objetivo é corroborar a importância intelectual do historiador José Francisco da Rocha Pombo.

Antes de dar início a esta prerrogativa, gostaria de expor algumas considerações acerca da intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Conforme propõe Angela de Castro Gomes (2009: 26), “intelectuais seriam profissionais da produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos.” (GOMES, 2009: 26). Além de produtores de bens simbólicos, esses intelectuais estavam integrados a “redes de sociabilidade diversas” (GOMES, 2009: 26), ou seja, não havia uma delimitação precisa da profissão que exerciam, ocorrendo não raramente uma fluidez às outras áreas de atuação do meio científico.

Outro aspecto discutido por Ângela de Castro Gomes na obra em questão se refere à posição social ocupada pelo IHGB. Já destaquei no transcorrer do trabalho a

¹³ O expoente deste movimento e também conterrâneo de Rocha Pombo foi Nestor Victor. Os poetas simbolistas curitibanos de profunda relação com Rocha Pombo foram: Júlio Pernetá, Euclides Bandeira, Silveira Netto, Ricardo de Lemos e Dario Veloso, influenciados pelas obras trazidas da Europa por João Itiberê da Cunha.

¹⁴ Entre os anos de 1916 e 1918, Rocha Pombo recebeu um cargo no Congresso Estadual, porém alegando problemas de saúde não aceitou.

ação fundamental que essa Instituição desempenhava na construção de uma História do Brasil. Angela de Castro evidencia que o IHGB funcionava como espaço de legitimação para historiadores e mais do que isso, era “a Instituição que os congrega e consagra pelo pertencimento” (GOMES, 2009: 25).

O sociólogo Pierre Bourdieu elaborou um conceito para compreender a inserção e as disputas no meio intelectual. Para o teórico cada área de estudo está ligada a um universo “no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004: 20). Partindo desta concepção proponho a existência de uma inserção de Rocha Pombo no campo intelectual anteriormente mencionado.

Como já demonstrado na biografia, sua atuação se estendia aos meios jornalísticos na publicação de periódicos com conteúdos republicanos e abolicionistas dos quais era partidário; literários com intensa divulgação simbolista e também encontramos participação magisterial. Mais do que a composição de escritos, chamo a atenção para as Instituições de trabalho do autor. Rocha Pombo lecionou no Colégio Pedro II e na Escola Normal¹⁵, ambas comprometidas com a educação de inúmeros jovens, futuros cidadãos da recente República.

Não poderia deixar de evidenciar a entrada de Rocha Pombo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1900. Como argumentado por Angela de Castro Gomes e por qual concepção também compartilho, ser associado ao IHGB garantia aos membros um foro de reconhecida legitimação no âmbito intelectual brasileiro. Os sócios produziam textos importantes sobre vários assuntos ligados ao Brasil e principalmente após a Proclamação da República a incumbência de traçar e de edificar a história nacional ficou a cargo desses associados.

Após demonstrar as razões que justificam a participação de Rocha Pombo no espaço de reconhecida intelectualidade, gostaria de verificar a influência deste autor através da obra “*História do Brasil*” e de suas demasiadas reedições. Por meio de catalogação disponível no site da Biblioteca Nacional pude identificar 29 edições do

¹⁵ Uma característica importante que é preciso mencionar é que tanto o Colégio Pedro II quanto a Escola Normal eram Instituições que recebiam principalmente um público seletivo geralmente pertencente à elite econômica e política do país.

livro **História do Brasil**¹⁶ (1905), divididas entre as publicações dos anos 1918 e 1967, e editadas pelas editoras W.M. Jackson, Weiszflog Irmãos (que posteriormente incorporaria a Companhia Melhoramentos de São Paulo), J. Fonseca Saraiva e a com maior número de edições, a editora Melhoramentos no total de 14 reedições da obra em questão.

Além da grande importância de “*História do Brasil*”, outro livro merece igual atenção nesta análise. Conforme explicitado por Alexandra Lima da Silva, a obra “*Nossa Pátria. Narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras*”¹⁷ de Rocha Pombo surpreende pelas enumeráveis reedições. Conforme a autora “Da primeira, em 1917, à última em 1970, foram 88 edições e cerca de 452.000 exemplares impressos” (SILVA, 2010). Demonstrando assim “a extensa duração no uso de um livro didático, que atravessava gerações e gerações” (SILVA, 2010).

No decorrer desse texto Alexandra ainda evidencia a ampla circulação desta obra pelo território brasileiro perpassando pelos estados de São Paulo, Santa Catarina, Maranhão, Sergipe, Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte.

Após explicitar tais aspectos das obras de Rocha Pombo, gostaria de destacar mais algumas características que comprovam a posição influente que este historiador ocupava no espaço acadêmico. Em artigo publicado no Correio da Manhã de Junho de 1951, Sérgio Buarque de Holanda ressalta a contribuição dos trabalhos de historiadores como Rocha Pombo e João Ribeiro voltados para o ensino escolar da história. E não só esta publicação trouxe o enorme peso de seus escritos como também considerou Rodolfo Garcia¹⁸ seu sucessor na Academia ao relatar que:

(...) não há como desconhecer o extraordinário mérito da obra de Rocha Pombo, sua utilidade provada, os serviços prestados aos estudiosos, que a estimam entre todas as congêneres. Se conferidas às estatísticas das bibliotecas, verifica-se que sua “*História do Brasil*” é nessa, classe, o livro mais consultado, o mais lido de

¹⁶ As obras aqui encontradas dividem-se entre edições ilustradas, edição especial de centenário, edição para ensino secundário e ensino superior.

¹⁷ Esta obra foi destinada a crianças (alunos) e pessoas simples do povo.

¹⁸ Rodolfo Garcia foi um historiador e intelectual brasileiro, membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras, eleito em 02 de Agosto de 1934 e também foi Diretor do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional.

todos, o que significa popularidade e vale pela legítima das consagrações.¹⁹

E concluía afirmando que “No gênero, a *História do Brasil* é a mais vasta, a mais considerável de nossa literatura, pela superfície imensa que cobre, das origens do Brasil aos dias atuais.”

A escolha que fez em catalogar as obras de José Francisco da Rocha Pombo teve a intenção de comprovar a influência dos escritos desse autor na formação de várias gerações. Além disso, quis deixar evidente a inserção do mesmo no campo intelectual do período enquanto membro efetivo e honorário do IHGB, jornalista de *O Povo* e deputado. Acima de tudo, o que seus livros indicam é que sua produção didática de História foi reeditada até a década de 1970 sendo assim possível identificar sua enorme popularidade no que concerne a elaboração do estudo pátrio.

Da Alemanha ao Brasil: breve trajetória da Companhia Melhoramentos nos primórdios republicanos

A fim de compreender um pouco da linha editorial das publicações de Rocha Pombo, apresento uma pequena narrativa sobre a trajetória da editora Melhoramentos, responsável por boa parte das publicações do autor principalmente das obras “Nossa Pátria”²⁰ e “História do Brasil”²¹.

A fundação da Companhia Melhoramentos de São Paulo ocorreu na região de Caieiras pelo coronel Antonio Proost Rodovalho, importante personagem nos empreendimentos relacionados à urbanização da própria cidade. A partir de 1887, Rodovalho iniciou mecanismos para a confecção de fibras de papel. Mais tarde, em 1890 no Salão Nobre do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro aconteceu a instalação da Companhia e venda das ações.

No ano de 1894, chegou a São Paulo, o alemão **Otto Weiszflog** vindo de

¹⁹ O trecho acima foi extraído do site <http://www.ihgs.com.br/caieiras/patronos/josefrancipombo.html>. Nesse site é possível encontrar o trecho aqui referido, porém não consta de qual obra foi retirado dificultando dessa forma o referencial para a citação.

²⁰ Na própria contracapa do livro “Nossa Pátria”, o autor menciona: “*Autorizo a Companhia Melhoramentos de São Paulo a usar na composição dos compendios que para ella tenho escripto, e estou escrevendo, a graphia que lhe convier.*

Rio- Março 1925. ”A partir deste trecho é possível perceber a importância dada à relação entre Rocha Pombo e a Editora Melhoramentos.

²¹ Nesta obra também se encontra uma homenagem póstuma feita pela Editora Melhoramentos à Rocha Pombo.

Hamburgo. Desde a chegada esteve em contato com o ramo do papel ao trabalhar na papelaria do também alemão Bühnaeds. A empresa de Bühnaeds possuía sociedade com Rodovalho estendendo o negócio a oficinas de encadernação e confecção de cadernos. Posteriormente nos anos 1896 e 1900 imigraram para o Brasil os outros dois irmãos Weiszflog já com tradição em artes gráficas graças ao financiamento do pai. Em 1899 a família associou-se a Bühnaeds e logo em seguida iniciou seus negócios com a Companhia Melhoramentos de São Paulo para o fornecimento de papel. Mais tarde devido aos problemas de saúde de Bühnaeds, a Weiszflog Irmãos assumiu a direção empresa. Em 1906 a Companhia Melhoramentos de São Paulo teve o afastamento de Rodovalho.

Os primeiros anos do século XX proporcionaram inúmeras inovações no maquinário e na impressão de álbuns, mapas, cadernos e etc. Em 1912 por encomenda de *Francisco Alves* a Weiszflog Irmãos ingressou no universo da produção de livros escolares. Toda trajetória de aproximação da Companhia Melhoramentos e dos Irmãos Weiszflog teve fim com a incorporação da editora Melhoramentos pela Weiszflog em 04 de dezembro de 1920. A justificativa para tal procedimento se deve por problemas financeiros da Companhia Melhoramentos e da carência de abastecimento de papel vivida pela Weiszflog Irmãos e por outras editoras no período. O timbre COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO se transformou em EDIÇÕES MELHORAMENTOS e passou a fazer parte das edições produzidas pela Weiszflog Irmãos. Posteriormente conforme o apresentado pela pesquisadora Gabriela Pellegrino Soares (2010) entre os anos 1938 e 1943, a Melhoramentos já representava uma das seis maiores editoras brasileiras e a com maior índice de publicações direcionadas às crianças²² e às obras de cunho didático²³. O índice de impressões cresceu no decorrer dos anos e os editores expandiram seus livros para diversos estados brasileiros como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Considerações Finais

A proposta desta pesquisa foi a de promover um estudo mais aprofundado de um

²² Podemos afirmar que este número de publicações voltadas ao setor infantil se deve a atuação de Arnaldo de Oliveira Barreto.

²³ Na área da educação o destaque ficava a cargo do educador Lourenço Filho convidado a assumir a direção da Biblioteca Infantil em 1926.

dos intelectuais que compuseram a primeira fase republicana. Para tal intento, evidenciei no decorrer da composição desta análise os métodos dos quais fiz uso, porém nunca é demais justificar a escolha pelo livro “História do Brasil”. Esta obra pode ser encontrada nas mais diversas versões e o que chama atenção é quantidade de reedições que teve principalmente pela Companhia Melhoramentos.

O campo intelectual era neste momento conformado por algumas instituições que desfrutavam de prestígio entre os intelectuais. São elas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (1933). Além disso, publicar obras em editoras célebres como a Francisco Alves e a Companhia Melhoramentos representavam meios eficazes para o pertencimento e a consolidação nesse campo. A comprovação de que Rocha Pombo era um intelectual de renome é o seu pertencimento a todas essas instituições e o reconhecimento advindo delas.

Por fim acredito que o que foi realizado aqui e o proposto pela estruturação do trabalho mostram o crescente interesse em pesquisas sobre a existência de uma intelectualidade brasileira centrada na construção de um ideário nacional desenvolvido para a recente República. Meu objetivo ao escolher tratar de José Francisco da Rocha Pombo tem haver também com a permanência de suas obras no âmbito escolar durante gerações²⁴. Estou certa de que muitas pesquisas de mesmo cunho têm sido feitas nas últimas décadas e que esses novos vieses enveredados pela historiografia brasileira nos conduzirão a uma produção que se distanciará da recorrente noção estado novista de “República Velha”.

Referências Bibliográficas

BAUER, Carlos. História, Educação e a Construção da Identidade Nacional. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Tunja, Colômbia. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia. número 010.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo

²⁴ Há edições da obra História do Brasil que datam de 1996. [História do Brasil 5 Volumes] História do Brasil 5 Volumes- Rocha Pombo 1996 História do Brasil. E também há uma obra do mesmo autor reeditada no ano de 2003, que se chama *Os Holandeses no Brasil Mitos e Verdades*, pela editora Vila do Príncipe. A editora é pouco conhecida, mas pelo fato de ser paranaense já indica uma inclinação em resgatar algo sobre as obras de Rocha Pombo.

- científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- GOMES, Angela Maria de Castro. “É a história uma Ciência?” o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: **A República, a História e o IHGB**. BH: Editora Argvmentvm, (parte 1), 2009.
- LIMA, Maria. Ensinar a escrever no âmbito do livro didático de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **A História na Escola** - autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **A História na Escola** - autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- PINA, Maria Cristina Dantas. **A Escravidão no livro didático de História: Rocha Pombo e o ensino de História na Primeira República**. Artigo extraído de pesquisa no site de busca Google Acadêmico.
- POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil** (Curso Fundamental). São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1941, 4º edição.
- _____. **Nossa Pátria** - Narração dos Fatos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925, 34º edição.
- SANTOS, Ivan Norberto dos. **As concepções de História na História do Brasil de Rocha Pombo**. Produzido para XIII Encontro de História Anpuh-Rio.
- SANTOS, Nádia Maria Weber. **História Cultural e fontes literárias: o caso da loucura na literatura simbolista de Rocha Pombo**. Artigo extraído de pesquisa no site de busca Google Acadêmico.
- SILVA, Alexandra Lima da. Mercado editorial de Livros didáticos de história do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). **II Seminário Brasileiro Livro e Mercado Editorial**.
- SOARES, Gabriella Pellegrino. Os irmãos Weiszflog em busca dos mercados escolares: identidades das Edições Melhoramentos dos primórdios à década de 1960. In:

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). **Impresso no Brasil** – Dois séculos de livros Brasileiros. SP: Ed; UNESP, 2010.

VIANNA, Juliana Golin Xavier. A produção didática de Rocha Pombo: Análise de História da América e Nossa Pátria. **Revista Vernáculo**, n.23 e 24, 2009.

Sites utilizados

<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/josefrancipombo.html>.

<http://www.bn.br>

<http://www.estantevirtual.com.br>

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O DISCURSO DO ATRASO PORTUGUÊS EM *HISTÓRIA DO BRASIL DE FRANCISCO SOLANO CONSTÂNCIO*

Thamara de Oliveira Rodrigues*

As narrativas sobre o Império luso-brasileiro têm uma história própria e ainda pouco estudada no que se refere às obras produzidas por autores portugueses durante o século XIX. No cerne dessa história encontram-se os eventos de 1822 que encadearam o surgimento do Império do Brasil separado do Reino Unido construído durante o reinado de D. João VI. Estes acontecimentos inserem-se em um processo mais longo projetado em uma dimensão temporal que leva ao passado e ao futuro do ano 1822, delineando a fronteira entre a antiga e a moderna experiência de tempo.¹ Acoplado à emancipação política brasileira, outro processo ainda mais longo estava em pauta: a crise do Império Português. Deste modo, pretendemos apresentar neste artigo um projeto de pesquisa em andamento que busca compreender as significações da perda do Brasil para Portugal e como esta perda foi mobilizada no discurso do atraso português. Iremos nos limitar a apresentar o tema, a principal fonte, os problemas e a hipótese básica do projeto.

Entre as principais características da crise do Império, citadas nas documentações utilizadas, destacam-se as acusações contra o centralismo absolutista, a interferência das ordens religiosas (em especial a dos jesuítas), a pouca dedicação do governo à indústria e à agricultura. Essas características impulsionaram a reforma ilustrada portuguesa acelerada e projetada a partir do reinado de D. José I e que sobreviveria entre continuidades e descontinuidades até o reinado de D. João VI.

A transferência da corte para o Brasil e a posterior consolidação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves colocou à prova o sentimento (forjado ou não) da unidade imperial. Se até o século XVIII a monarquia portuguesa se caracterizava pela sua forma corporativista², em que o poder político era negociado na esfera central e periférica, a

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Este artigo está relacionado ao projeto de pesquisa “A *Independência* de Portugal: a produção da continuidade na cultura histórica no Brasil entre 1808-1840” fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), orientado pelo professor Dr. Valdeci Lopes de Araujo. A pesquisa é vinculada ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e ao Laboratório de Estudos de Cultura Histórica e Modernidade no Mundo Luso-Brasileiro (CHM).

¹ Sobre a discussão que envolve a formação de uma nova experiência do tempo no processo de independência ver ARAUJO, 2008.

² Sobre a discussão que envolve o caráter corporativista da Monarquia Portuguesa ver HESPANHA, 2001

partir do século XIX, a própria concepção de Império passou a ser reavaliada. A transferência da corte, os tratados de comércio de 1810 e a elevação a Reino Unido fortaleceram o sentido de Império Luso-Brasileiro, e intensificaram a necessidade de projetos reformistas ligados ao território americano, entre eles destaca-se o do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Apesar disso, as relações entre a parte do Império português e a parte americana se tornaram mais complexas. A transferência da sede do poder evidenciou disparidades entre os pólos do Império - uma atividade comercial diferenciada e autônoma passou a ser reivindicada pelos habitantes do território americano.³

Assim, estava em pauta para a administração portuguesa a capacidade de atender politicamente as demandas das partes européia e americana do Reino Unido nas novas relações econômicas que estavam se desenhando. Lidar com a pressão de ambas as partes do Império foi uma árdua tarefa para o governo de D. João VI. Esse cenário desenrolou-se até 1820, quando a eclosão da revolução constitucionalista do Porto abriria a conjuntura para o colapso das soluções reformistas aos moldes do Antigo Regime, colocando em tela a solução formal/constitucionalista.⁴ Entre 1820 e 1822 várias possibilidades foram extenuadas, e os conflitos da Independência produziram um momento de crítica⁵ e distanciamento do legado português na historiografia brasileira. Mesmo para aqueles que defendiam a união com Portugal, a Independência era uma necessidade, ainda que justificada em torno do tema de uma espécie de “independência portuguesa”, ou seja, a incapacidade das elites de Portugal em ceder seus interesses em nome de uma verdadeira união com o Brasil. O argumento da “culpa de Portugal”, foi um dos temas recorrentes entre os grupos que precisavam lidar com o fato da independência e legitimá-lo.

Desta forma, no Brasil, após a independência, diversos letrados produziram narrativas com a função de explicar e justificar a emancipação. Mas estes textos não tiveram princípios homogêneos. Dar sentido à história do Brasil para alguns autores

³ Para uma análise do impacto da transferência da Corte portuguesa para a unidade Imperial ver CHAVES, 2006: 47-177.

⁴ Para uma melhor compreensão da relação entre Revolução do Porto e Independência Brasileira ver PIMENTA, 2008 e NEVES, 2009.

⁵ A relação entre crítica, temporalidade e crise no pensamento iluminista em que a percepção do tempo histórico como tempo evolutivo-progressivo, situando a crise como uma espécie de intensificação do tempo em direção a outro, estabelece a crítica como o movimento da moral privada em direção à esfera pública. Para uma análise mais completa do tema ver KOSELLECK, 1999.

passou pela produção da descontinuidade com Portugal enquanto que para outros a continuidade era um mecanismo central.

Já em Portugal, a independência do Brasil acentuou o sentimento de atraso⁶ do reino. Dentro desta conjuntura, a questão que intelectuais e estadistas se propuseram a responder foi como sustentar a noção de Império em tempos de crise. Ana Rosa Cloquet da Silva buscou compreender como a geração de intelectuais luso-brasileiros formados pela tradição do reformismo ilustrado entendeu e justificou a dissolução do Império Português na América. Ela verificou que esses intelectuais e estadistas se propuseram a diagnosticar e denunciar a decadência moral e econômica de Portugal.⁷

Os desafios gerados pela queda do Antigo Regime indicavam a necessidade de se “regenerar” a Nação. Esses desafios foram acentuados depois da derrota do absolutismo miguelista em 1834; a nova ordem política e econômica instigava a criação de uma nova opinião pública carregada de ideias e de valores que sustentariam o objetivo de “refundar” a Nação Portuguesa através das bases representativas. Assim, uma nova geração de intelectuais portugueses passou a acreditar que somente a razão histórica, e não mais a razão iluminista, poderia fundamentar a compreensão de uma nação em regeneração, sendo orientada pela prática historiográfica, pois Portugal era um país rico de passado e somente a partir deste passado poderiam surgir os elementos necessários para regenerar o presente de acordo com os princípios liberais em expansão.⁸

Era na fronteira entre a geração do reformismo ilustrado e a geração romântica que se encontrava Francisco Solano Constâncio (1777-1846). A primeira, preocupada em diagnosticar a decadência e restaurar o Império Português em seus áureos tempos a partir na crença em uma razão iluminista, a segunda já tinha em vista outros problemas depois da Revolução do Porto, da Independência do Brasil (e a fragmentação do Império) e a posterior ascensão do liberalismo em Portugal: construir sobre as bases

⁶ Ora usamos a palavra decadência, ora atraso. Isso acontece porque percebemos através das fontes utilizadas que o termo mais comum para se referir à crise portuguesa é “decadência” e não “atraso”. Mas também empregamos o conceito “atraso” por considerarmos que ao utilizarem “decadência” os autores não estão remetendo a uma experiência clássica ligada a uma apreensão de tempo cíclico: decadência e auge. Percebemos, a partir de uma análise histórico-conceitual, que “decadência” vislumbra elementos da experiência de tempo moderna, indicando uma concepção de tempo processual e linear.

⁷ Quanto à atuação dos ilustrados luso-brasileiros frente à crise do “Antigo Sistema” ver ARAUJO, 2008 e SILVA, 2006.

⁸ Para uma discussão completa sobre a geração romântica portuguesa e sua relação com a construção da nação ver CATROGA, 1998.

representativas a nação portuguesa, (re)significando seu passado glorioso para transformar seu presente em crise em detrimento de um futuro próspero ancorado na razão histórica. Esse autor, apesar de ter vivido uma carreira pública bastante intensa e diversificada, ainda é um nome que tem passado despercebido nos estudos sobre a cultura histórica luso-brasileira oitocentista. A sua intensa atividade publicista deixou escritos em áreas diversas. Entre os predicados profissionais e intelectuais aos quais seu nome está relacionado destacam-se: médico, escritor, cientista, filólogo, pedagogo, tradutor, jornalista e diplomata. Mas foi ao fazer um mapeamento da decadência do reino de Portugal e na busca por apresentar soluções para superar o atraso diagnosticado que a sua obra ganha destaque significativo nesta investigação.

Desta forma, este projeto pretende analisar as maneiras pelas quais foi pensada, no interior da cultura histórica disponível entre 1808 e 1840, a separação entre Brasil e Portugal e a natureza das relações entre esses dois espaços político-cultural a partir de conceitos e linguagens histórico-políticas identificáveis nas obras de Francisco Solano Constâncio, particularmente em seu livro “História do Brasil”.

Constâncio nasceu em 24 de julho de 1777 em Lisboa, ano do início do reinado de D. Maria I. Filho do cirurgião Manuel Constâncio, mudou-se aos 14 anos para a Inglaterra e depois para a Escócia a fim de se formar em medicina e cirurgia. Pouco se sabe sobre sua vida em Londres e em Edimburgo, mas é certo que não obteve o diploma na célebre Universidade escocesa, obtendo uma habilitação profissional em uma instituição menos renomada, especialmente nos estudos médicos – Universidade de Saint. Andrews. A sua saída da Escócia foi relacionada à sua expulsão da Universidade em 1797, dentre as razões alegou-se a hostil ironia e sarcasmo anti-acadêmico do autor, que pôde ser confirmada nas páginas do periódico *The Ghost*, sob anonimato entre abril e novembro de 1796.⁹

Os interesses científicos de Constâncio garantiram-lhe a admissão como membro de algumas sociedades científicas: “Royal Medical Society” e a “Natural History Society”, nesta última veio ter pouca participação. Viajou para Holanda e Alemanha e estabeleceu uma primeira permanência em Paris em pleno fervilhar da Revolução Francesa e das mudanças gestadas pelo período jacobino. Em 1799, voltou a Lisboa e

⁹ Sobre a biografia de Francisco Solano Constâncio consultar CARDOSO, 1995 e SOUSA, 1979.

até 1807 exerceu atividade clínica com significativo sucesso.

A sua declarada preferência pela França e o risco de ser identificado como um colaborador do exército francês, o levaram a abandonar novamente Portugal. Como observou Luis Cardoso, Francisco Constâncio vivia “o desencanto típico de alguém que emigra e experimenta a sensação de exílio”¹⁰. Essa experiência foi notoriamente expressa no artigo *On the state of Portugal during the last 30 years* publicado em 1808 no periódico *The Monthly Repertory of English Literature*. Esse artigo apresentava um panorama da miséria política e econômica do Estado português fazendo referências positivas apenas à administração pombalina e à ação ministerial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Esse diagnóstico do reino foi articulado por Constâncio através da retórica da ruína do Estado português expressando uma vontade de reforma e mudança política através dos princípios do liberalismo clássico. Foi a partir do discurso da decadência portuguesa que emergiram as críticas contra as perseguições religiosas, a união ibérica, os tratados de comércio realizados com a Inglaterra e a ausência das “luzes” no corpo administrativo do reino. Neste sentido, foi na esfera de divulgação e debate de temas ligados a economia política que Constâncio mais se dedicou, e neste domínio pode-se visualizar mais claramente o tema que viria marcar a maior parte de sua obra: o atraso econômico e político de Portugal frequentemente atribuído à marginalização da agricultura e pela preferência da importação frente ao fortalecimento de uma indústria nacional. São estas convicções que relevam o apreço pela administração de Marquês de Pombal:

Sem aprovar todas as medidas do Marques de Pombal, e reconhecendo pelo contrário, que cometeu muitos erros e não poucas injustiças, não posso deixar de admirar a sua administração, à qual devemos a cultura do Brasil, a existência do nosso comércio, o melhoramento dos estudos, o estabelecimento do erário, e a regeneração do exercito e da marinha, e extinção dos jesuítas e a diminuição da influência das mais ordens monásticas cuja supressão e progressiva tinha já sido decretada, e da qual depende em grande parte a prosperidade interna de Portugal. (CONSTÂNCIO, 1839: 82)

Durante algum tempo do ano de 1809, Constâncio manteve em Londres uma ligação com adeptos do revolucionário venezuelano Francisco de Miranda, a quem serviu como intermediário frente ao governo inglês para obter apoio diplomático a favor dos interesses emancipatórios das colônias espanholas do sul e central. Esse apoio foi

¹⁰ CARDOSO, 1995: XIII.

visível nos dois artigos publicados no periódico inglês *The Statesman*. Mas independente das causas que levaram Constâncio a apoiar Miranda, rapidamente a abandonou e voltou para Paris em 1810, onde permaneceu até 1822. Neste período, sua produção intelectual ganha vitalidade. Em 1815 organizou seu primeiro periódico, *O observador lusitano em Paris*. Neste periódico, que envolve outros autores portugueses vivendo no exterior, sobressaiu-se uma grande quantidade de documentos que se assemelham ao artigo “*On the state of Portugal during the last 30 years*” denunciando Portugal à deriva dos demais países europeus e “vassalo” da Inglaterra. Em sequência, a nova experiência editorial do autor português foram *Os anais das Ciências, das Artes e das Letras*, publicado entre 1818 e 1822. Entre as diferenças significativas em relação ao *Observador Lusitano em Paris* ressaltam-se os assuntos ligados a ciência da economia política.

Devido ao poder liberal proveniente da Revolução de 1820 foi nomeado pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, “Encarregado de negócios Políticos e Comerciais e Portugueses”. Em junho de 1822 foi enviado em tarefas diplomáticas aos Estados Unidos. Mas em 1823 foi demitido por não reconhecer o novo regime restaurador. Viveu em Nova York até 1826 exercendo a sua profissão de médico e no mesmo ano voltou para Paris onde viveu até a data de sua morte. Após restabelecer-se em Paris voltou a sua prática jornalística e publicou os *Novos Anais das Ciências e das Artes*. Posteriormente, passou a dedicar-se à atividade da linguística e da filologia, publicando gramáticas de português, francês, inglês e o *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa* que teve 11 edições até 1868.

Em 1836 se recusou a exercer o cargo de deputado às Cortes de 1837, eleito pelo círculo de Barcelos. Em 1839 escreveu a obra que é o foco deste projeto, *História do Brasil - desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I*, da qual falaremos mais detidamente adiante. Em 1841, o autor iniciou outras atividades editoriais, *Espirit des Revues Anglaises* e *La Grande Bretagne em 1840*¹¹. Ainda no ano de 1841 foi nomeado sócio correspondente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, sendo esta a sua última informação biográfica. Constâncio morreu em Paris em 1846.

¹¹ Além dos trabalhos editoriais e das obras citadas, muitas outras não foram mencionadas neste texto, o que inclui as diversas traduções realizadas pelo autor.

História do Brasil é uma obra dividida em dois tomos e abarca diversos elementos da história política, social, administrativa, militar e econômica do Brasil no período compreendido entre a chegada dos portugueses à América e a abdicação de D. Pedro I em 1831.¹² O primeiro tomo narra os eventos e características do Brasil desde o descobrimento em 1500 até o fim do reinado de D. João IV em 1656. O segundo tomo narra a regência da Rainha D. Luiza e termina com a abdicação de D. Pedro I. O livro é dividido em 21 capítulos que têm por critérios temáticos os eventos e as características do Brasil, como por exemplo: *Do Descobrimento do Brasil, e origem deste nome*(capítulo I), *Aspecto do país, costumes e língua dos indígenas* (capítulo 2), *Acontecimentos que prepararam a separação e independência do Brasil* (capítulo XIV). Como se percebe, o livro não tem por objetivo realizar uma narrativa das dinastias monárquicas do Estado Português, e sim “oferecer ao público uma história resumida, mas exata dos principais acontecimentos dignos de memória, de que o Brasil tem sido o teatro desde que foi descoberto por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I”¹³.

As invasões francesas entre 1807 a 1811 causaram em Portugal um sentimento de dúvida sobre seu futuro, gerando um período de instabilidade política e social que se estendeu aproximadamente até a Regeneração Portuguesa em 1851. A invasão napoleônica acarretou eventos que mudaram a história de Portugal como a Revolução do Porto e a Independência do Brasil. Neste sentido, o termo história passou a ser evocado para ampliar o entendimento de um tempo que se tornou incerto e assim, as narrativas historiográficas passaram a considerar elementos do corpo civilizacional dos Estados como instituições, grupos sociais além de suas dimensões políticas. Difundiu-se um conceito de história que valorizava a experiência acumulada e esta devia ser objeto de reflexão crítica e também instrumento de estranhezas para formação de novas expectativas que se assemelhava a história nacional. Essa transformação do conceito de história que não se relacionava mais com a premissa ciceroniana ocorreu simultaneamente com a modificação semântica do conceito e com os movimentos políticos e sociais que desestruturaram o Império Português. Após a revolução liberal,

¹² Para escrever esta obra, o autor utilizou-se majoritariamente da *História do Brasil* de M. Southey por apreciar neste autor um espírito de imparcialidade, praticamente inexistente, na opinião de Constancio, entre os escritores ingleses, quando tratam de terras e nações estranhas.

¹³ CONSTANCIO, 1839: I.

as narrativas historiográficas não poderiam mais limitar-se aos monarcas, mas deveriam relatar todos os elementos que compunham o corpo nacional¹⁴.

Constâncio considerava que a independência do Brasil era algo inevitável, isto porque o modelo de colonização sustentado por Portugal estava para ele há muito fadado ao fracasso. O autor defendia e, isso se tornou claro em sua narrativa, que era preciso que Portugal fomentasse um novo tipo de estratégia comercial e consolidasse um novo Império em que interesses de ambos os lados fossem contemplados. Visto a incapacidade de Portugal em realizar tais reformas, Constancio identificou que a culpa pela perda do Brasil (perda não apenas no sentido de colônia, mas como um lugar possível de comercialização) coube principalmente às cortes portuguesas:

As Cortes não souberam adotar acerca do Brasil um sistema tal, que, conciliando os interesses dos habitantes daquele vasto continente, apertasse de novo os laços que uniam o Brasil a Portugal. Muito difícil e melindroso era o negócio, sendo impraticável sujeitar de novo à metrópole tão remotas províncias que de mau grado obedeciam a Corte do Rio de Janeiro. O único árbitro sensato era desde logo proclamar que o Brasil seria governado por uma Constituição feita por seus próprios deputados, e uma assembléia residente no país, sendo o poder executivo confiado a um Príncipe da Família Real. (CONSTÂNCIO, 1839: 266)

Realizada a independência, entendida por alguns estadistas e letrados, entre eles Constâncio, como um processo inevitável e esperado, caberia às cortes uma reavaliação das práticas comerciais portuguesas, que incluiria o Brasil como eixo importante dos novos moldes de relações comerciais. José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855) ao escrever o *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal* (1830), obra traduzida por Constancio para o francês em 1830, defendeu o caráter “constitucional” da monarquia portuguesa, retornando, segundo ele, às memórias do tempo para demonstrar aos povos do Brasil e Portugal os rumos que deveriam garantir sua “justa união”:

Ou eles [os brasileiros] queriam ou não queriam continuar a fazer parte da monarquia portuguesa, era esta a única questão que [as cortes portuguesas] lhe devia ter proposto. Se o queriam, deviam declarar os termos em que isto lhes fazia conta, e estes termos lhes deviam ser amplamente concedidos; e se o não queriam, deviam-lhes desejar uma boa fortuna; e **fazer esta separação como bons amigos, o que então não era difícil**. Mas o congresso, parte por prejuízos

¹⁴ Para a discussão a cerca do conceito de História ver KOSELLECK, 2006. Quanto à especificidade do conceito de História em Portugal ver MATOS, 2009.

próprios, e parte **por fraqueza em condescender com os prejuízos de alguns negociantes egoístas**, que, sem quererem despendere um só real, gritavam furiosamente **pela união forçada do Brasil**, abismou-se nesta interminável e impolítica questão; perdeu com ela irremediavelmente aquela parte da monarquia; e perdendo-a, converteu em inimigos os que podiam ser os seus melhores amigos. (CARVALHO, 1830: 246)

Assim, parece-nos que as macro-narrativas produzidas em Portugal após a independência pretendiam constituir uma aproximação entre Brasil e Portugal durante e após o processo de ruptura política. Citando um documento produzido em Congresso pelos Procuradores da Província em junho de 1822, Francisco Constancio entendeu que

O Brasil reconhece os direitos de Portugal; mas com magoa vê que o Portugal recusa reconhecer os seus: o Brasil quer o mesmo soberano, mas nunca reconhecerá por soberanos os membros do Congresso de Lisboa; quer a sua independência, fortalecida por uma união bem entendida com Portugal. Em uma palavra este país aspira a formar, com seus irmãos da Europa, duas grandes famílias governadas cada uma por leis em harmonia com os seus interesses particulares, e regidos ambas pelo mesmo centro.” Bem se colhe d'este documento qual era em geral o desejo dos Brasileiros de não romper inteiramente o nexos que os ligava a Portugal. (CONSTÂNCIO, 1839: 308)

Visto a biografia de Constâncio e esse pequeno apontamento sobre a sua interpretação da independência do Brasil, parece-nos central compreender o que teria levado um autor de intensa produção intelectual a reunir suas impressões políticas, econômicas e culturais em uma escrita da história do Brasil e não de Portugal. Esta questão está relacionada a um processo mais amplo que exige a compreensão das significações da perda do Brasil para Portugal mobilizadas no discurso do atraso. E também está relacionada a uma possível dificuldade lusa em produzir um distanciamento¹⁵ histórico com relação ao Brasil. Dito de outro modo, caberia investigar em que medida o Brasil teria sido mobilizado através dos discursos como o futuro-passado¹⁶ de Portugal.

A partir da análise prévia da obra *História do Brasil* e de outras produções de Francisco Solano Constâncio percebemos que o autor estava envolvido nos debates

¹⁵ Distância histórica refere-se ao sentimento de temporalidade construída em um relato histórico, uma vez que este relato incorpora as posições dos sujeitos em relação ao passado. Para uma análise mais completa ver PHILIPS, 1997.

¹⁶ Para melhor compreensão desta categoria ver KOSELLECK, 2006.

acerca do incerto futuro do Império Português. Constâncio faz parte de uma geração preocupada em entender as condições estruturais atribuídas ao discurso da decadência portuguesa e, para além da compreensão das causas dessas estruturas, fez-se necessário, para esta geração de letrados, buscar possíveis soluções para superar o atraso de Portugal e sistematizar a entrada deste país na modernidade. Sendo assim, nossa hipótese é que a obra de Constâncio é arquitetada por linguagens, conceitos e narrativas imersas em uma conjuntura internacional, em que uma nova concepção de Império estava se sistematizando e as relações espaciais entre Europa e América estavam sendo reavaliadas numa perspectiva de produção de continuidades e de rupturas.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdeí Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- CARDOSO, José Luís. **Francisco Solano Constâncio: Leituras e ensaios de economia política (1808-1842)**. Banco de Portugal, Lisboa, 1995.
- CARVALHO, José Liberato Freire de. **Ensaio histórico-político sobre a construção e governo do Reino de Portugal**. Paris: Bossange, 1830.
- CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico. In: **História da História em Portugal séculos XIX-XX**. Vol. 1 (A história através da História). TORGAL, L.; MENDES, J.M.A. & CATROGA, F. Temas e Debates, 1998.
- CHAVES, C. M. G. O outro lado do Império: as disputas mercantis e os conflitos de jurisdição no Império Luso-Brasileiro. In: **Topoi**. V. 7, n.12, jan-jun, 2006.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **História do Brasil - desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I**. Tomo I e II. Paris: livraria portuguesa de J. P. Aillaud, 1839.
- HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UERJ, 1999.
- _____. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006.
- MATOS, Sérgio Campos. História – Portugal. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). **Diccionario político y social Del mundo iberoamericano** – La era de las revoluciones, 1750 – 1850. Fundación Carolina, Madrid, 2009.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Estado e política na independência”. In: **O Brasil Imperial**, v. 1. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PIMENTA, J.P. “A independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica”. In: **Revista digital de História Iberoamericana**, vol. 1, número 1, 2008.
- PHILIPS, Mark. **Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820**. Princeton University Press, 1997.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português. São Paulo:Hucitec, 2006.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de. **Solano Constâncio: Portugal e o mundo nos primeiros decênios do sec. XIX**. Lisboa: Editora Arcadia, 1979.

**“O PRÍNCIPE DE NASSAU”, DE PAULO SETÚBAL –
ANÁLISE RESUMIDA**

Bruna Salles Braconi de Moura*



Biografia do Autor

Paulo Setúbal (P. S. de Oliveira), advogado, jornalista, ensaísta, poeta e romancista, nasceu em Tatuí, SP, em 1º de janeiro de 1893, e faleceu em São Paulo, SP, em 4 de maio de 1937.

Órfão de pai aos quatro anos, sua mãe cuidou sozinha de nove filhos pequenos. É em Tatuí que Setúbal passa sua infância e dá início aos estudos. Já na adolescência, o

* Universidade Federal Fluminense - Graduanda em História.

autor e sua família transferem-se para São Paulo e Paulo entra para o Ginásio Nossa Senhora do Carmo, dos irmãos Maristas, onde estudou durante seis anos. Aí começou o gosto pela poesia, sobretudo a de Antero de Quental e Guerra Junqueiro e o interesse pela literatura e pela filosofia. Teve como principais influências autores como Immanuel Kant, Baruch Spinoza, Jean-Jacques Rousseau, Arthur Schopenhauer, François Marie Arouet “Voltaire” e Friedrich Nietzsche.

Fez o curso de Direito em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e ainda freqüentava o 2º ano quando decidiu fazer-se jornalista. Ingressou no diário A Tarde a fim de escrever sobre literatura, mas não obteve sucesso, pois ainda era um principiante na profissão. Então, este passa a exercer o cargo de revisor, mas pouco tempo depois leva algumas de suas poesias para o diretor do periódico e logo a seguir, tem a publicação de uma delas naquele jornal e o cargo de redator lhe é oferecido.

É em 1912 que a tuberculose ataca o organismo de Paulo Setúbal pela primeira vez e faz com que ele tenha que deixar São Paulo para repousar em Tatuí. Tem uma melhora e, em 1914, já com 22 anos, forma-se em Direito.

Iniciou-se, então, a principal fase de sua produção literária. Destaca-se, especialmente, pelo gênero do romance histórico, com *A marquesa de Santos* (1925) e *O príncipe de Nassau* (1926). Sabia como romancear os fatos do passado, tornando-os vivos e agradáveis à leitura. Os sucessivos livros que escreveu sobre o ciclo das bandeiras, a começar com *O ouro de Cuiabá* (1933) até *O sonho das esmeraldas* (1935), tinham o sentido social de levantar o orgulho do povo bandeirante na fase pós-Revolução constitucionalista (1932) em São Paulo, trazendo o passado em socorro do presente.

Em 1935, Setúbal toma posse na Academia Brasileira de Letras, na vaga de João Ribeiro. O autor também foi membro da Academia Paulista de Letras e dos Institutos Histórico e Geográfico do Brasil e de São Paulo.

O escritor faleceu na capital paulista no dia 04 de maio de 1937 e é publicado “*Confiteor*”, livro que contém várias de suas memórias inacabadas.

Principais Obras de Paulo Setúbal

Alma cabocla, poesia (1920);

A marquesa de Santos, romance-histórico (1925);

- O príncipe de Nassau, romance histórico (1926);
- As maluquices do Imperador, contos-históricos (1927);
- Nos bastidores da história, contos (1928);
- O ouro de Cuiabá, história (1933);
- Os irmãos Leme, romance (1933);
- El-dourado, história (1934);
- O romance da prata, história (1935);
- O sonho das esmeraldas (1935);
- Um sarau no Paço de São Cristóvão (1936);
- A fé na formação da nacionalidade, ensaio (1936);

Sobre o livro “O príncipe de Nassau”

Todos nós trazemos da meninice uma quase aversão por coisas de história pátria. É natural. Nas escolas, propositalmente, despojam a História do Brasil de todos os atavios que seduzem: a lenda, o fato curioso, a anedota interessante, o episódio novelesco. Apresentam-na desgraciosamente ouriçada de datas, nua de galantarias e feitiços. Não há nada mais árido, tal como nos ensinam, do que esse estafante rol de capitânicas hereditárias, donatários, Tomés de Sousa, Mens de Sá, emboabas, e não sei quantas outras maçadas com que nos atulham a cabeça em véspera de exame. A consequência disso é que feitos os preparatórios conseguida a aprovaçãozinha simples, o brasileiro fecha irremessivelmente a História do Brasil. Resultado: essa vastíssima ignorância nacional sobre as mais rudimentares ninharias do nosso passado. A não ser os beneditinos dos institutos, a não ser meia dúzia de eruditos de boa-vontade, não há ninguém mais no Brasil que se preocupe com estudos históricos. (SETÚBAL, 1983: 5)

O objetivo de Paulo Setúbal é fazer com que o povo se interesse pela sua história, que eles deixem de ser indiferentes. Foi dentro desse contexto que ele escreve seu primeiro romance histórico: Príncipe de Nassau. O autor decidiu escrever sobre outros personagens da História do Brasil começando com o holandês Maurício de Nassau e outros heróis pernambucanos que fundaram a nacionalidade brasileira.

Sacudir um pouco essa indiferença, contribuir com qualquer esforço, um grão de areia que seja, para que o povo se interesse pela sua história, eis o ferrão que me aguilhoa a publicar este novo romance. O PRÍNCIPE DE NASSAU, assim como o tracei, não tem outro intuito senão o de por ao alcance toda gente, com a amenidade de que fui capaz, um período quase selvagem, mas interessantíssimo, que há muito já se foi. Serviu-me de tema o Brasil Holandês. Não os trinta longos anos de guerra, que seriam incabíveis nos moldes dum

romance leve. Surpreendi, apenas, os batavos no auge do seu domínio. Passou-se o tempo em que eles invadiram a Bahia, donde foram rechassados. Passou-se propriamente, da conquista de Pernambuco e das capitânicas adjacentes. Estão, agora, os flamengos no apogeu, solidificados na terra nova. Esse apogeu, que foi brilhante, e a revolução pernambucana, que foi épica, são os fundamentos deste livro.

Empenhei-me de coração em suavizar o rude da matéria enfeitando-a com o pitoresco e o aventuroso que andei catando nas crônicas da época. Tentei, dentro do que colhi, reconstituir com fidelidade uma era morta, vulgarizar homens e fatos, evocar heroísmos, popularizar a trama romanesca da rebelião, pintar os espírito bárbaro-religioso daqueles dias, tornar enfim acessível a todo mundo esse escuro passado de há três séculos. Por esse lado, no sentido patriótico, este romance é fundamentalmente verde-amarelo.

Se, por acaso, correndo por esse Brasil afora, tiver o PRÍNCIPE DE NASSAU a boa fortuna de despertar em algumas almas um pouco mais de paixão e de entusiasmo pelas coisas pátrias, dar-me-ei por fartamente pago das minhas penas através de alfarrábios e de arquivos. E as minhas penas não foram poucas. (SETÚBAL, 1983: 5-6)

O livro se inicia com as guerras holandesas, quando este país envia um príncipe ao Brasil, rodeado por sábios, poetas, artistas e pensadores.

Nesse instante o Brasil se insurge como um só homem, colonos desesperados contra soldados de aço... ainda não éramos Pátria, ainda não era a defesa do solo, não era a repulsa ao conquistador, mas a fé. A Holanda insistiu em lançar em suas colônias a semente luterana e os conquistadores espumavam contra os católicos – saques, profanações, massacres. O Brasil inteiro levantou-se contra os hereges – três raças se fundiram para combatê-los. Foi a fé que os uniu e deste conagração surgiu a nacionalidade. (SETÚBAL, 1983)

Paulo Setúbal, autor com espírito extremamente nacional e pleno de brasilidade, sente a necessidade de colocar seu talento a disposição para que a história pátria possa ser popularizada.

Ao defender a brasilidade, o escritor cita a epopéia da defesa e formação do solo, a ação dos jesuítas desenvolvimento do país, a exaltação da base ética da nacionalidade e a fusão das três raças que constituíram o Brasil inicialmente: o índio, o negro e o português que, posteriormente, deram origem ao mameluco.

É importante considerar que a brasilidade foi tema constante nos movimentos literários e de pensamento filosófico e político dos anos 20. Destaca-se aí o Modernismo, defendido por vários intelectuais na época, como por exemplo, Monteiro Lobato e Cassiano Ricardo. Contudo, Setúbal não teve participação direta nas ações e debates do movimento. O que o torna em comum com o Modernismo é a defesa da brasilidade, citada anteriormente, e a falta de estrangeirismo, características que os

modernistas desprezavam e combatiam. Portanto, a inserção do autor nesse movimento cultural se faz a partir do momento em que retoma a história do Brasil.

Setúbal situa seu romance como “verde-amarelo”, corrente modernista que surgiu na década de 1920.

Uma breve definição de “verde-amarelo”

Este grupo representa a vertente conservadora do modernismo paulista que expressa sentimento nacional e uma das correntes dentro do modernismo que Setúbal mais se identificava.

Composto por autores como Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Candido Motta filho. Esses e outros intelectuais acreditam que a busca da brasilidade está em um “retorno ao passado”, pois este é o reduto das tradições mais puras e verdadeiras. Os verde-amarelos buscam explicar a nacionalidade recorrendo ao simbolismo do Curupira, personagem inspirada nas lendas do folclore brasileiro.

“Tendo os pés voltados para trás, o curupira efetuará o seu deslocamento no tempo, sempre marcado pela idéia de um eterno retorno” (FERREIRA; DELGADO, 2006).

Estrutura Narrativa

O príncipe de Nassau é um romance histórico que foca no auge da dominação holandesa em Pernambuco.

Um romance é histórico quando o narrador é geralmente onisciente e conhece os episódios, fatos e personagens descritos. Portanto, ele pode interromper a narrativa a qualquer momento para fornecer ao leitor esclarecimentos, fazer citações, indicar fontes, antecipar condutas e até intervir diretamente no discurso narrativo. A história é contada na terceira pessoa gramatical.

Uma característica interessante do estilo de Setúbal é, segundo Cassiano Ricardo – que teve a oportunidade de conhecer não só o poeta, mas também o homem – fazer com que o leitor “ouça” sua obra, como se o que ele escrevesse fosse algo “gritado”.

Setúbal tem um estilo claro, simples e direto, fato que consegue envolver o leitor sem que este faça muito esforço. Seus personagens não possuem uma análise psicológica profunda e exaustiva, apenas o básico para que os leitores possam diferenciá-los. Em sua trama, o autor dá prioridade a ação, ao movimento e a intriga.

O romance do escritor não tem fidelidade histórica, ele o elabora a partir de uma base documental, que pode ser vista no seguinte trecho do livro analisado: “- Vosmecê falou com boca de ouro, Gaspar Dias, gritava João Blaar; João Fernandes é canalha! Raça imunda! Um *João-Toucinho!*” (SETÚBAL, 1983: 23).

Em nota, o autor explica que os holandeses, para zombarem do português, chamavam-no depreciativamente Speck-Jean, João Toucinho. É um termo corrente nas memórias da época e pode ser encontrado no “Diário” do Holandês curioso que residia no Brasil ao tempo de guerra. Essa informação foi tirada da Rev. do Inst. Arq. Pern. Vol. 32, pág. 121

De acordo com a pesquisa documental do autor, “O Príncipe de Nassau” também conta com personagens históricos como André Vidal, soldado goiano que lutou contra a invasão holandesa no Brasil, e o próprio Maurício de Nassau, príncipe que governou Pernambuco de 1637 a 1644.

O escritor não pretende escrever seus romances baseados em uma fidelidade história, mas sim passar a idéia de que a história do Brasil é feita da ação de alguns personagens. Seus romances históricos são redigidos a partir de uma base documental.

Edições e reimpressões do livro “O Príncipe de Nassau”

- Primeira Edição: 1926 - Editora Companhia Nacional
- Segunda Edição:
- Terceira Edição:
- Quarta Edição: 1933. Reimpresso em 1938 - Editora Companhia Nacional
- Quinta Edição: 1945 - Editora Clube do Livro
- Sexta Edição: 1949 - Editora Saraiva
- Sétima Edição: 1953. Reimpresso em 1963 - Editora Saraiva
- Oitava Edição: 1957. Reimpresso em 1959 e 1960 - Editora Saraiva
- Nona Edição: 1973. Reimpresso em 1983 - Editora Saraiva
- Décima Edição: 1993 – Editora Nacional (edição comemorativa dos 100 anos de Paulo Setúbal)

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Glauco. **Paixão Brasileira**: Literatura e vida de Paulo Setúbal. 1ª ed. Rio de

Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

MACHADO, Luiz Toledo. **História e Ficção**: Uma interpretação da Vida e Obra de Paulo Setúbal. 1ª ed. Lisboa: Universitária Editora, 2003.

SETÚBAL, Paulo. **O Príncipe de Nassau**. 9ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

VELLOSO, Mônica. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Liberalismo Excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Sites Consultados

Artigo sobre “O Príncipe de Nassau”. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigo_r6/artigo%2010.pdf> Acesso em: 9 de maio de 2011

Biografia de Paulo Setúbal. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=318&sid=294>> Acesso em: 9 de maio de 2011

Edições do livro “O Príncipe de Nassau”. Disponível em:

<www.estantevirtual.com.br> Acesso em: 12 de maio de 2011

**RELATOS DE SI, RELATOS DA HISTÓRIA:
O SIGNIFICADO DE 1930 NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE VARGAS EM 1950**

Juliana Martins Alves*

Introdução

Que república é essa ? É realmente uma ‘coisa pública’? Essa é a república que nós queremos ? Em 1930, essa pergunta teve uma resposta: ‘Aquela não é a verdadeira república, ela é velha. Nós somos a nova.

Manuel Salgado Guimarães

Um mês após a vitória do movimento civil-militar iniciado em 03 de outubro de 1930, empossado na chefia do Governo Provisório, Vargas registrava em seu Diário:

Sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução... E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução. (...)

[Eu] entrei de botas e esporas nos Campos Elíseos, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo do Catete, com poderes ditatoriais. (VARGAS, 1995: 20/11/1930)

Naquele mesmo ano, celebrando a vitória dos *revolucionários* de 1930, noticiava o *Diário da Noite*, em 24 de outubro: "*VIVA O BRASIL ! VIVA A REPÚBLICA NOVA E REDIMIDA !* [sic]" (24/10/1930: 1).

A versão consagrada durante o primeiro governo Vargas de que a *Revolução de 1930* foi um movimento de “salvação nacional”, “*refundador*” (de “retorno às origens”) do regime republicano, com o *expurgo* dos “males” da “Velha” República, compreendida entre os anos de 1889 e 1930 – entre eles, o *liberalismo*, a ausência de projetos de desenvolvimento econômico e social para o país; o modelo agrário-exportador dominante no passado “quase feudal” da República Velha, colocado em xeque pela crise econômica de 1929 (VARGAS, 1938: 134); o Federalismo, a concentração de poderes nas mãos das oligarquias estaduais, a “inépcia” do Estado, a fraude eleitoral – foi objeto da disputa de memórias diversas, entre seus detratores ou

* Doutora em História pela USP, com área de concentração em História Social.

partidários e defensores.

Apesar de identificada em algumas análises como expressão da “*História dos vencedores*” (DECCA: 1982), a *Revolução de 1930* – enquanto referente para a *periodização* da evolução econômica, política e social brasileira – constituiu, durante várias décadas, um *marco*, praticamente, indisputado na historiografia contemporânea.

A *operação* de transferir para o *acontecimento* uma dimensão que não é, propriamente, sua; mas, sim, do conjunto de fenômenos que aquele passou a *designar*, *simbolizar* e *representar* remonta às próprias práticas discursivas e memórias construídas em torno do *Movimento de 1930* durante os dois períodos governamentais de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954).

Partindo de algumas sugestões teórico-metodológicas, segundo as quais a historiografia deve investigar e “*interrogar*” sistematicamente as “*memórias construídas*”, bem como as “*condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado*” (GUIMARÃES: 2005) este texto objetiva refletir, brevemente, sobre: a) os sentidos e significados atribuídos à *Revolução de 1930* na campanha eleitoral de Vargas em 1950; b) os elementos que confluíram para a *conformação* deste *acontecimento* como *divisor temporal* de “*longa duração*” e forte compartilhamento de sentidos, com desdobramentos, inclusive, na produção historiografia sobre o período; e c) sobre as vinculações da construção do “*marco de 1930*” com um projeto político, passível de ser *datado* e contextualizado entre as décadas de 1930 e 1940, sendo resgatado e *re-significado* durante a campanha eleitoral de Vargas à presidência da República em 1950.

Construindo um novo tempo e a nova ordem

*Nego a subserviência do Brasil. (...)
Nego o predomínio dos que a revolução de 30
ferreteou para sempre. Nego o ocaso dos nossos
ideais.*

Getúlio Vargas

Periodizar, nomear “um ‘tempo’” – lembram Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu – “é um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício” (2009:

1). Daí a importância de considerar *quando, de que forma e com que objetivo* tais designações e periodizações foram construídas. Para Maria Helena Capelato, a “importância das datas decorre não tanto de uma transformação evidente, mas de uma intenção transformadora. Elas expressam um ajuste de contas com o tempo anterior cujas possibilidades consideram-se esgotadas” (CAPELATO, 1982: 19).

A ruptura com os marcos político-institucionais da “República ‘Velha’”, a necessidade de fortalecimento do Estado, com a ampliação de sua capacidade de intervenção nas esferas econômica e social, associados às noções de “*modernidade*” e “*progresso das instituições*”; o redirecionamento das forças produtivas, a superação do “atraso econômico”, associado à “velha” ordem agrário-exportadora e em crise no pós-1929; além do enfrentamento da questão social através da criação de um conjunto de Leis Sociais e instituições, que possibilitassem a interveniência do Estado nas relações capital-trabalho e o controle sobre o operariado, com o fim de evitar que as demandas trabalhadoras tivessem um curso “explosivo” – foram elementos centrais da proposta política varguista. No âmbito do discurso, eles estiveram permanentemente vinculados ao ideário construído em torno da *Revolução de 30*, com Vargas na direção do Estado.

Dessa maneira, era fundamentada a noção de “colapso” do liberalismo, como doutrina, em razão de sua incapacidade para responder às questões colocadas pelo mundo moderno. Entre elas, a incorporação da classe trabalhadora ao sistema político, “sob as vistas cautelosas do Estado”, e o progresso econômico. A “*nova ordem*” econômica e social a ser construída exigia, pois, um Estado forte, que organizasse “*de cima*” a sociedade (CAMARGO: 1989). Vários autores assinalam a presença das idéias positivistas de Augusto Comte na *Revolução de 1930*. Para Comte, a “*política positiva*” era aquela que condena a “*riqueza opressiva*” e, por outro lado, evita a “*desordem social*”.¹

¹ A esse respeito, consultar as correspondências de Lindolfo Collor, um dos “revolucionários” de 1930, a Vargas. (SCHWARTZMAN: 1982: 184-185). Referindo-se aos estudos sobre os movimentos grevistas, Marilena Chauí assinala que Azis Simão registra 12 greves ocorridas somente no estado de São Paulo em 1930. No período de agosto de 1930 a novembro de 1935, uma série de relatórios de cônsules e adidos norte-americanos no Brasil são enviados ao Departamento de Estado, contendo *páginas e mais páginas* dedicadas à atividade comunista e às movimentações trabalhadoras. Daí concluir a autora, a Plataforma de Vargas em 1930 “*leva a sério*” tais “*recomendações*” e em novembro daquele ano, no mês seguinte à “*Revolução*” de 03 de outubro, Lindolfo Collor inicia a obra anunciada pela plataforma de Getúlio Vargas: em 26 de novembro de 1930, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (dec. 19.433). (CHAUÍ, 1978: 85-86). Para Ângela de Castro Gomes, a escolha de Lindolfo Collor para a chefia do Ministério do Trabalho – não fortuitamente, *batizado* de “*o Ministério da Revolução*” – seria,

A convergência entre reformas político-institucionais e as idéias de “*reconstrução da Nação*” mostravam-se, desse modo, definidas desde 1930. O “Movimento Revolucionário” de 30 – situado entre as “*Revoluções que constroem o Estado*”, diferentemente daquelas que “*destroem o Estado*” – legitimaria o projeto governamental implementado nas décadas de 1930 e 1940.

Este projeto consubstanciou-se em elementos, como: a) a proposta *corporativa de Estado* colocada nos anos 30 e, permanentemente, associada à orientação da política estatal, sob os dois governos de Getúlio Vargas (ALVES: 2010); b) as políticas públicas desenvolvidas por vários Ministérios entre 1930-1945; c) a estruturação de um modelo de organização e participação dos trabalhadores, através do sindicalismo corporativista; d) a implementação da Legislação Trabalhista e Sindical, sistematizada pela CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*) em 1943, que passaria a ser nomeada como a “bíblia do trabalhador”, sendo transformada pelo discurso oficial em mais uma conquista da “Revolução de 1930” (BMTIC, Maio de 1943). E, por último, e) a criação de um novo conceito de “democracia”, definida como “substantiva” (*econômica, corporativa e social*) – a *cidadania corporativista* (Gomes: 1988) – vinculada aos direitos sociais e à organização sindical corporativa das classes trabalhadoras, com a exclusão dos direitos políticos a partir de 1937.

Esta nova definição de *democracia* “substantiva”, construída durante o governo estadonovista – fundada nos “*direitos do trabalho*” e na “justiça social”, que teria possibilitado aos trabalhadores entre 1930 e 1945 passarem de “*proscritos*” a “*cidadãos*”, no dizer do presidente – seria, permanentemente, contraposta à “democracia política liberal” baseada em partidos, representantes de *interesses particularistas*, a “*democracia de fachada*” da “República ‘Velha’”, conforme as idéias políticas autoritárias dominantes no pós-1930. (Arquivo GV Ce 1950. 08/09. 00/20: 3-4; VARGAS, 1950: 38-39, 53; 56, 28; Idem, 1969: 68).

Rogério Dutra dos Santos identifica a origem do conceito de “democracia substantiva” no pensamento do jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985) que, segundo argumenta o autor, foi o “responsável pelo modelo teórico de um *Estado antiliberal*”, fundando-o na idéia de uma “*democracia substancial*, que acabou por transformar-se

nesse sentido, plena de significado, não obstante o curto espaço de tempo em que permaneceria no cargo. (GOMES, 1991: 2).

no paradigma jurídico constitucional das ditaduras ocidentais do século XX”, tendo grande influência no Brasil (SANTOS, 2006: 3).

Todavia, cabe lembrar que o conjunto dessas reformas político-institucionais e as Leis Trabalhistas não se dirigem a trabalhadores “passivos”, desprovidos da “consciência *real*” de seus interesses (FERREIRA, 1997, 2005: 10) ou que desconhecessem formas de associação ou de luta por direitos. Uma luta sistemática pela efetivação e ampliação dos direitos do trabalho no Brasil já vinha sendo travada desde a primeira República.²

Dessa forma, a noção de “*revolução*” seria relacionada a um programa de ação “*construtivo*”, levado a efeito durante o Primeiro Governo Vargas, permanentemente, referida ao *marco de 1930*, com vistas à legitimação de uma nova ordem econômica, política, social e cultural.³

Mesmo após a derrubada do governo estadonovista em outubro de 1945, o restabelecimento dos partidos políticos (a criação do PSD e PTB pelo governo Vargas no contexto de “democratização” do país) e sob a vigência do regime *liberal-democrático*, definido pela Constituição de 1946 – que manteria a organização sindical corporativa dos trabalhadores e, praticamente, intacto o arcabouço institucional do Estado Novo – o sentido primordial atribuído ao “marco” da *Revolução de 1930* não seria, substancialmente, alterado. Mas, sim, investido de novos *valores* e significados.

O que ocorreria, particularmente, durante a campanha eleitoral de Vargas (candidato pelo PTB) à presidência da República em 1950 e em seu segundo período governamental (1951-1954), quando Getúlio retornaria ao poder do Estado, então por vias democráticas, sendo o voto das camadas operárias urbanas colocando no centro das atenções de políticos e governantes.

² Como mostra Carla Anastácia em sua tese de doutorado a adesão do operariado aos sindicatos oficiais, sob a tutela do Ministério do Trabalho, e ao sindicalismo corporativista, nas décadas de 1930-40 (buscando “apropriar-se” da estrutura sindical, como *espaço de luta*) representou um movimento de defesa dos trabalhadores contra os abusos, violências patronais e boicote aos direitos do trabalho. (1990). Sob esse prisma, a nova historiografia brasileira, igualmente, tem demonstrado que a disputa entre capital e trabalho pela efetivação da legislação trabalhista foi parte constitutiva da própria identidade coletiva dos trabalhadores e de sua *consciência de classe* ao longo da história. A questão da “apropriação” pelos trabalhadores dos sindicatos oficiais como *espaços de luta* é desenvolvida, por Hélio da Costa. (1997).

³ A representação política das idéias de revolução nos regimes varguista e peronista é analisada por Maria Helena Rolim Capelato. (1998: 150). Consultar também CAPELATO. In: FERREIRA E NEVES (orgs.), 2005, Livro 2.

1930: entre o passado e o presente

Agimos, impelidos pela mesma força renovadora que pretendia reconstruir o Brasil Novo... A Revolução de 1930 não foi uma revolução meramente política; representou uma era decisiva na vida nacional, foi uma revolução da própria cultura brasileira, em busca de novas formas de expressão. (...) A Revolução de 30, não foi [e nem] será detida...

Getúlio Vargas

A articulação entre trabalhismo e corporativismo, enquanto “invenções”, partes de um mesmo projeto, construído nas décadas de 1930-1940, ou *re-invenções* durante o segundo Governo Vargas, capazes de se articular à vigência da *liberal-democracia* foi analisada em alguns estudos (GOMES: 1988; ALVES: 2010).

Nos anos 1950, a reafirmação do ideário construído em torno do “Movimento de 1930” seria associada não somente às transformações operadas nos planos econômico, político, social, cultural, jurídico-institucional (materializadas na estrutura do Estado brasileiro) entre 1930-1945; mas, também, relacionada a uma “nova etapa” da “*revolução*” que deveria seguir o seu curso no segundo governo Vargas. Nessa perspectiva, a compatibilidade entre a *renovação* dos “*ideais de 1930*” e o ordenamento *democrático* estabelecido pela Constituição de 1946 (POMAR: 2002) estaria na própria ampliação do “sentido de democracia”, baseada na *ordem*, no *trabalho*, no *progresso* e na *paz social*.

“*Uma democracia que preze a si própria, fundada na Justiça Social*” – lecionava o candidato Vargas – “não está apenas no papel, para uso exclusivo de alguns”, mas na “prática efetiva do bem comum, na *conciliação humana entre o capital e o trabalho...*” (GV. Ce 1950/08/09-0020: 2). Sem estes valores, não haveria “*instituições seguras, não há democracia [política] que resista*”. A “*liberdade está em jogo quando o Estado [não atua]*”. Por certo, afirma ele: “*os equívocos sobre a democracia, sempre existiram. Trata-se de uma palavra que... muitos pronunciam, mas não [a] praticam*”. Enquanto outros, “*viciados em confundir democracia com interesse pessoal*” e o com o “*individualismo [liberal] egoísta*”, estranharão que seus interesses estejam “*hoje, [subordinados] ao bem público*”. (GV Ce 1950. 08/09. 00/20: 3-4; Vargas, 1950: 38-

39, 53). Em vista disso, a retomada dos princípios e valores da *Revolução de 30*, representaria: a “*CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA*” [sic] – a verdadeira. Isto porque, corroborava a *Revista Trabalhista*: foi nos anos 1930 que se talhou uma certa “*visão da causa pública*”, tendo todas as iniciativas governamentais um sentido: o de “*amparar o trabalhador e elevá-lo, na sociedade, à categoria humana que lhe pertence, por justiça*” (Agosto de 1950: 15).

Sob esse prisma, 1930 estaria também associado à necessidade de se empreender no “*Brasil, um movimento de redenção do trabalhador nacional*”. Não casualmente, em outubro de 1950, após o anúncio da vitória de Vargas nas eleições de 1950, contra a tese da maioria absoluta defendida pela UDN, o *Índice do BMTIC* que re-inaugura a sua publicação, interrompida no governo Dutra, estampa a cópia fotostática do decreto de criação do Ministério do Trabalho – “o Ministério da Revolução” – com a assinatura de vários participantes da “Revolução de 30”.

Dessa forma, nas palavras do presidente, o Movimento de 30 e as conquistas trabalhistas de seu primeiro governo teriam possibilitado que as “*aspirações do passado*” se concretizassem “*no presente, ou seja, [realizassem] um movimento de translação do horizonte da esperança para o campo das realidades*”. E “*quando uma idéia adquire os contornos de uma realidade útil*” – argumentava Getúlio – “*não é ser progressista tentar destruí-la pelo simples gosto de inovação*”; porquanto, “*conservar-se o que custou sacrifícios não é característica de uma escola política, mas um dever da inteligência...*”. Por esse motivo, “*o progressismo não é, [e] nem pode ser, um adversário... da conservação dos valores adquiridos, mas, representa, na ‘mecânica social’, a força que impele o espírito humano a conquistas novas*”. Portanto, afirma: “*a cidade política de amanhã*” tudo ficará a dever “*aos construtores avisados [do Estado e da Nação]*” (VARGAS, 1951: 28. Os grifos são meus).

Dessa maneira, justificava o ex-presidente, não se poderia “*fazer a história voltar ao passado*”. Posto que, na sua visão: o retorno à “opressão [econômica e social]” a que as classes operárias foram submetidas, antes de 1930, na “República ‘Velha’”, à “desorientação secular” que o *governo revolucionário* herdou no pós-1930, a “um ‘*laissez-faire*’ ultrapassado por todas as nações”,⁴ ao “liberalismo licencioso e

⁴ Nesse sentido, o discurso varguista contrariava a tendência anti-intervencionista que ganha impulso ao final da Segunda Guerra.

criminoso”, esquecido dos deveres para com a coletividade, ao regime da “*democracia formal*”, inclinada aos “verbalismos” – que o “insigne sociólogo Oliveira Vianna chamou de ‘generalidade sonora’ – à fraude eleitoral e à *corrupção do voto* representariam a “anarquia” pura e simples. Nessa linha de argumentação, o “*voto livre e secreto* [indepassável]”, relacionado à “*depuração*” do regime democrático, igualmente, entraria no rol das “conquistas” da Revolução de 30.⁵ De onde conclui o ex-presidente que: “*fidelidade à tradição, não quer dizer contemplação do passado, mas... apoio na experiência adquirida*”, para novos empreendimentos e realizações (GV Ce 1950. 08/09. 00/20: 255).

Reinterpretando e, ainda uma vez, *re-significando o acontecimento*, rememorava Vargas: “A revolução de 1930 era um inevitável histórico. Sua marcha obedecia a um determinismo inexorável. Era uma torrente, uma força da natureza, um transbordamento de águas revoltas”. Através de seu “programa construtor e renovador”, governante e governados deveriam continuar “irmãos, a lutar, trabalhar e propugnar pela grandeza do Brasil” (1951: 208, 209).

Assim, nos anos 1950, o ideário construído em torno do *Movimento de 1930*, que *conformou* o projeto político estatal durante o primeiro governo Vargas, seria reinvestido de novos valores e significados, em face da *experiência adquirida*. Isto é, tratava-se não de negar as “*conquistas*” que a *Revolução* teria inaugurado, quais sejam: a) a estrutura sindical corporativa, b) as bases da “*democracia social*”, *substantiva*, corporificada nas leis e instituições, edificadas entre 1930-1945, c) a “*depuração*” do regime democrático, com a instituição do “voto livre e secreto”, d) a superação das práticas do “liberalismo sem peias” e da “livre-concorrência” desmedida (idéias da “República Velha” mais do que “caducas, mortas”) – aos quais o governo do pós-1930 buscou pôr “cubro e freios” (VARGAS: 1950). Pelo contrário. Tratava-se de sistematicamente reafirmar as referidas *conquistas*, mesmo em um ordenamento político não mais autoritário.

Por esses motivos, nas palavras do Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, em 1945, é que “depois do presidente Getúlio Vargas” e do “*aprimoramento*”

⁵ (Arquivo GV. Ce 1950/08/09-0020. 08 e 09 de 1950: 68, 255; *Estudos para discursos sobre o sentido ideológico do trabalhismo, expressando as diretrizes fundamentais do partido Trabalhista Brasileiro*. Arquivo GV. Ce 1950/08/09-00/44: 15; 1950/08/09-0020: 106, 255; VARGAS, 1950: 134, Idem: 1951: 218, 42; 236).

alcançado por “*nossas instituições políticas e sociais*”: “*ninguém mais*”, no Brasil, acreditaria “*em democracia sem planificação e sem justiça social*” (O Estado de S. Paulo, 04/03/1945: 3).

Em vista disso, invocar o “marco” de 1930, como “divisor temporal” e *re-significar* o seu *ideário*, atribuindo um sentido às transformações do passado (entre 1930-1945), reinterpretando-as no *presente* e projetando-as para o futuro quando a “revolução” seguiria o seu curso, significava para o estadista e candidato Vargas nos anos 1950, “falar a linguagem das obras e das realizações”. (1951: 42).

Em 1951, após assumir a presidência da República, pontificava Getúlio: “*Com o Movimento de 1930 foram lançadas no País as bases da pacífica, mas incisiva e irretroagível revolução social*” (Consultor das Leis do Trabalho, 1951).

Palavras finais

Em face do exposto e dos propósitos desta comunicação, pode-se concluir que a *re-significação* do Movimento de 1930 pelo discurso varguista – como “acontecimento” *inaugural*, “(re) fundador”, capaz de *engendrar* uma nova ordem econômica, política e social – além da busca de conferir legitimidade à ação governamental seja nas décadas de 1930-1940 ou 1950, ligou-se, profundamente, a um processo de construção de memórias. Nesse aspecto, contribuindo para consolidar versões hegemônicas sobre o passado anterior a 1930, não casualmente denominado, pejorativamente, como “República ‘Velha’” (ABREU E GOMES, 2009).

O que implicaria no alijamento/“*silenciamento*” e desqualificação de um todo um conjunto de experiências, vivências e práticas de atores políticos e sociais, instituições, projetos de identidade coletiva, movimentos associativos e culturais ocorridos na Primeira República. Tomando por empréstimo a proposição de Jorge Ferreira: não há como dissociar certas expressões das “relações entre história, poder e memória”, fazendo surgir, assim, uma dada maneira de “lembrar e de contar o passado”, crivando-o de “esquecimentos e silêncios”. (FERREIRA: 2005, 381).⁶

Não pretendo com a afirmação acima negar ou minimizar várias das práticas mencionadas pelo discurso varguista, como a fraude eleitoral e as violências que,

⁶ O autor refere-se aqui às memórias construídas sobre a classe trabalhadora pelas tradições historiográficas do “Populismo”.

efetivamente, ocorriam na primeira República. Mas, sim, ressaltar a eficiência de um discurso e a efetividade prática do ideário construído sobre o Movimento de 1930 e sobre este “marco”, cuja “longa duração” estará presente, inclusive, na produção historiográfica sobre o período (MARTINS: 1982). A vasta bibliografia existente sobre a *Revolução de 1930* evidencia, por si só, a importância desse evento. Segundo assinala Lúcia Lippi de Oliveira, mesmo aqueles que “não a consideram um *acontecimento* relevante dedicaram tempo e espaço à demonstração desta tese” (DHBB, 2001: 5002).

Todavia, a designação de “República ‘Velha’”, ao que se supõe “construída” por Vargas, vem sendo objeto de revisões e discussões. Várias análises têm surgido contrariando tal designação. Esses estudos têm recuperado a ação de diversos atores políticos e sociais, suas práticas e instituições, anteriormente, relegados ou esquecidos pelo que se convencionou a partir da criação do “marco” da Revolução de 1930.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. A. et. alii (coords.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. 2a.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, Vol. V.
- ALVES, Juliana Martins. **Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- ANASTÁCIA, Carla. **Corporativismo e cálculo político: o processo de sindicalização dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.
- CAPELATO, M. H. R. O Estado Novo: o que trouxe de Novo?. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, Livro 2.
- _____. **Os Arautos do liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **Multidões em Cena**. (Propaganda política no varguismo e no peronismo). São Paulo: Papirus/Fapesp, 1998.
- CAMARGO, A. **O Golpe silencioso (As origens da República Corporativa)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CHAUÍ, M. S. e CARVALHO FRANCO, M. S. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

- DECCA, E. S. De. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOMES, Angela de Castro e ABREU, Martha. Dossiê. **Revista Tempo**. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. (26). Vol. 13, Niterói, RJ, 2009.
- GOMES, A. C. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- _____. “O ‘ministério da Revolução’”. In: GOMES, A. C. (Org.). **Trabalho e previdência: sessenta anos em debate**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- GUIMARÃES, Manoel S. **Historiografia e Cultura Histórica: notas para um debate**. Ágora, Santa Cruz do Sul. (1). Vol. 11.
- MARTINS, Luciano. “A Revolução de 1930 e seu significado político”. In: **A Revolução de 1930 (Seminário Internacional)**. Brasília: UNB, 1982.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia Intolerante – Dutra, Adhemar e a repressão ao partido comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- SANTOS, Rogério Dutra. **O Constitucionalismo Antiliberal no Brasil: Cesarismo, positivismo e corporativismo na formação do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, (Tese de doutorado em Ciência Política), 2006.
- VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.
- _____. **A Nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, Vol. V.
- _____. **A política trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, (Coletânea de discursos relativos à política trabalhista, englobando o período 1945-1947), 1950.
- _____. **A Campanha presidencial (Discursos)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. **O governo trabalhista do Brasil**. Vol.III (1951-1953). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.
- Revista de História**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.
- SCHAWARTZMAN, S. **Estado Novo: um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**.

Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1982.

Fontes documentais

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, No. 105, Ano IX, Maio de 1943.

Consultor das Leis do Trabalho. Ano III, No. 6, Abril-junho de 1951.

Diretriz Trabalhista. Rio de Janeiro, Ano I, No. 3, Maio de 1951.

Diário da Noite. Rio de Janeiro, 24/10/1930.

O Estado de S. Paulo, 04/03/1945.

Revista Trabalhista. A Revista dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, Ano 1, No. 3, Agosto de 1950.

Arquivo

Arquivo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc. Pastas GV Ce 1950. 08/09. (Documentos da Campanha presidencial de 1950).

MIL' TONS:

UMA IDENTIDADE CULTURAL MUSICAL

Alberto Carlos de Souza*

Introdução

Este estudo – um diálogo entre História e Cultura – buscou apresentar um momento da música brasileira no cenário histórico que se apresenta na década de 1970, confrontando, ao mesmo tempo, a biografia (musical e individual) de Milton Nascimento, tendo como ponto de partida os discos “Minas” e “Geraes”. Dentre toda a vasta discografia de Milton Nascimento, a nossa escolha se deu por “Minas” (1975) e “Geraes” (1976) obras consideradas pela crítica como a produção musical mais representativa do movimento Clube da Esquina. Além disso, estas obras permitem uma interpretação em que se destaca o tema da identidade.

Dessa forma, Hall (2006) entende que neste tempo em que nós vivemos, marcado pela globalização, a crise de identidade é inevitável. Assim posto, entendemos ser função da escola criar junto ao alunado um espaço de valorização de seu patrimônio cultural e para tal, consideramos a teoria dos lugares de memória – conforme proposição de Nora (1984) em que a teoria dos lugares da memória foi formulada e desenvolvida a partir dos seminários orientados por Nora na *École Pratique de Hautes Etudes*, de Paris, entre 1978 e 1981, sendo editada em “*Les Lieux de Mémoire*”, uma obra composta por quatro volumes. Reportando-se à memória nacional francesa, Nora, nesta obra, considera ser importante inventariar os lugares onde a memória – cada vez mais ameaçada de desaparecer -, ainda permanece encarnada.

Objetivo

Este estudo buscou discutir o lugar da memória na obra poética “Minas” (1975) e “Geraes” (1976).

Caminhada Metodológica

* Doutorando em Humanidades, pela Universidad Nacional de Rosario(UNR)- Argentina. Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira- Niterói/RJ. Professor de Arte da Secretaria Municipal de Educação de Vitória e Serra/ES. Acsouza71@bol.com.br

Nossas fontes de estudo foram os discos “Minas” e “Geraes” lançados, respectivamente, em 1975 e 1976, entrevistas e livros tendo como tema a vida e obra de Milton Nascimento. Onde só foram usadas as músicas compostas por Milton e seus parceiros que estão nos LP’s “Minas” (1975) e “Geraes” (1976), gravados pelos Estúdios EMI/ODEON, as músicas selecionadas foram as seguintes: Fé cega, faca amolada, Saudade dos aviões da Panair, Gran Circo, Ponta de Areia , Trastevere, Idolatrada, aula e Bebeto, Menino, Promessas do Sol, Lua Girou, Circo Marimbondo, Primeiro de Maio, O Cio da Terra.

O conceito de lugares de memória, conforme concepção de Nora (1992) foi a baliza norteadora do relatório. A teoria dos Lugares de Memória foi formulada a partir dos seminários orientados por Pierre Nora entre 1978 a 1981, na École Pratique des Hautes Études – em Paris. A partir de 1984, sob sua direção, iniciou-se a edição de “Les lieux de mémoire”, uma obra que partindo da constatação do rápido desaparecimento da memória nacional francesa, propôs o inventariamento dos lugares onde a mesma ainda se mantinha de fato encarnada, graças à vontade dos homens e apesar da passagem do tempo. Para Nora (1992) símbolos, festas, emblemas, monumentos, comemorações, elogios, dicionários e museus são lugares de memória.

A musicalidade de Milton Nascimento

Milton Nascimento é reconhecido nacionalmente como um ícone mineiro. Mas, engana-se quem pensa que ele nasceu e foi criado no bucólico Bairro de Santa Teresa, em Belo Horizonte. Milton nasceu no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1942. Mas quem era essa criança? Poderia ser, como nos diz Del Priore (2007), uma criança como muitas outras crianças brasileiras, como aquelas que estão em toda parte, com destinos variados e variados rostos: rostinhos mulatos, brancos, negros e mestiços. Algumas amadas ou outras simplesmente usadas.

Milton era filho de Maria do Carmo, uma empregada doméstica que veio do interior de Minas e que trabalhava na residência do casal Carvalho Silva, mas que acabou morrendo vitimizada pela tuberculose quando a criança tinha apenas um ano.

Em relação à inserção das mulheres de classes menos favorecidas no trabalho, como foi o caso de Maria do Carmo, moça negra e interiorana, temos de considerar que historicamente as mesmas sempre foram pressionadas a obter remuneração “[...] As

empregadas domesticas (...) existem desde o fim da escravatura. No campo, as mulheres sempre estiveram presentes na lavoura, basta ver qualquer ilustração de colheitas de café ou cana de açúcar para constatá-lo...” (SOUZA, 1997: 182). Buscando analisar a condição feminina, no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, especificamente no que diz respeito às atividades laborais, Leite (1984) registrou, a partir de uma seleção da documentação naquele século, extraída de livros escritos ou traduzidos para o português, que as escravas, além dos serviços domésticos ou trabalho na roça, também eram utilizadas como aguadeiras, amas-de-leite, lavadeiras, rendeiras ou vendedoras. Esta autora constatou, também, a partir de registros de Gendrin, datados de 1817, que as mulheres (brancas) do Brasil, além de preguiçosas, eram muito mais cruéis que os homens, na tarefa de “educar” os seus negros e negras.

Pois bem, com a morte de Maria do Carmo o pequeno Bituca foi mandado para a casa de sua avó, em Juiz de Fora. Nesse ínterim, Lilia se casa e vai morar na cidade de Três Pontas no interior de Minas Gerais. Muito ligada ao pequeno Bituca, só sossegou quando obteve a guarda do menino.

Esse laço de afeto que nasceu entre Bituca e Lilia, uma vez fortalecido, seria estendido a todas as mulheres. Tempos depois, com a ajuda de Fernando Brant, Milton fez um hino de valorização à mulher. Em “Idolatrada” (NASCIMENTO; BRANT, 1975), a mulher tem muitas qualidades que Bituca aprendeu a reconhecer em Lília: ela é corajosa, cuidadora da casa e da família, amiga e verdadeira. Os fragmento da letra desta música, que apresentamos a seguir, dá conta disto: “Grande é grande a tua coragem, o teu amor (...) Tu és mulher, cuidas da casa e da família...”.

Pela primeira vez, um trem comparece na vida do pequeno Milton. Do Rio de Janeiro para Três Pontas a viagem foi de trem. Zino, perdido na leitura de um romance. Lilia contagiada com a alegria de Bituca; para ela, era como se o menino estivesse brincando de viajar num Trenzinho Caipira. Em, com saudades, Lília se lembrou do tempo em que estudava na escola pública e que foi aluna de Villa-Lobos. “Lá vai o trem com o menino (...) Vai pela serra, vai pelo mar” (SADIE, 2002). O encanto que tinha pelos bondes do Rio de Janeiro automaticamente foi transferido para os trens. Muitos anos depois, juntamente com o Fernando Brant, Milton Nascimento estaria resgatando de sua memória recordações dessa viagem, numa de suas músicas, ao falar de outra estrada de ferro; citada por eles como uma estrada “natural” que ligava Minas ao mar:

estamos falando da Estrada de Ferro Bahia-Minas, construída no final do século XIX e desativada na década de 60, que ligava o oeste de Minas Gerais ao sul da Bahia (HISTÓRIA DA ESTRADA DE FERRO BAHIA-MINAS, 2008). Tratava-se da música “Ponta de Areia” (NASCIMENTO; BRANT, 1975).

Naquela viagem de trem, na qual foi pela primeira vez para Três Pontas, Bituca também se encantou pelas montanhas e cafezais. Somou-se a isso, no decorrer dos anos em que viveu naquela cidade, o encanto pelas lendas contadas pelos seus avós paternos, o amor de sua mãe, as invenções de seu pai, a religiosidade mineira, a comida trivial, as sessões dominicais de cinema, as brincadeiras com as outras crianças e com o seu maior brinquedo – a música. Tudo isso foi parte da travessia de Milton em direção à mineiridade – sentimento ou noção da particularidade do jeito mineiro de ser. Jeito de ser mineiro, uma coisa que brota da terra, o “O Cio da Terra” (NASCIMENTO; HOLLANDA, 1976), na qual nasce o trigo que forja o milagre do pão, onde se decepa a cana e, roubada a sua doçura, se lambuza de mel.

Das casas em que morou em Três Pontas, Milton guarda boas lembranças dos quintais que tinham de tudo, anuncia: Circo Maribondo. Carro de som na rua e a meninada em alvoroço. O palhaço em bom tom pergunta à garotada: Hoje tem marmelada?

Perdidos nessas lembranças de um tempo que não volta mais, Milton Nascimento e Ronaldo Bastos sonham enquanto rabiscam a letra da música “Circo Marimbondo”: eu cheguei de longe, não me atrapaia (NASCIMENTO; BASTOS, 1976).

Noutro espaço desse tempo que não volta mais, Milton – agora com o Márcio Borges -, continua falando de circo. Um outro circo, o circo humano, no qual o palhaço, corre um risco que pode ser simbólico ou real. Conforme adverte Goudard (2009: 25), no circo, “A vida é colocada em jogo na cena, e a morte – para ser julgada? – é verdadeira e frequentemente convocada”.

Em “Gran Circo” (NASCIMENTO; BORGES, 1975), Milton e Márcio Borges parecem reduzir o mundo a um picadeiro, no qual todos nós podemos ser palhaços famintos ou bailarinas loucas.

Milton tinha cinco anos quando ganhou o seu primeiro instrumento que foi uma gaita de uma escala só. Foi com o seu segundo instrumento musical, uma gaita dotada

de sustentados e bemóis, que a família percebeu que “o menino tinha jeito para a coisa”. O pequeno Milton fez todos os seus estudos iniciais em uma escola pública e que, curiosamente, levava o nome de um padre negro: tratava-se do Grupo Escolar Cônego Victor. Por parte destas crianças negras Bituca, por morar no seio de uma família branca, ouvia com frequência desaforos do tipo, “Ô macaco!” (DUARTE, 2006). um de seus melhores amigos até hoje. Noutra casa, na mesma rua em que a família de Bituca morava, outro menino vivia encantado pela música. Seu nome – Wagner -, e, que por ser filho de uma professora de piano e acordeão, estava acostumado a conviver com música o tempo todo. A genialidade musical de Bituca começa na sua mais tenra infância; desde pequeno já inventava e musicava suas próprias histórias.

A participação de crianças na obra de Milton e o seu afeto pelas mesmas é algo muito presente em sua vida e obra. Milton tem um filho biológico, o Pablo, nascido em 1972 e fruto de seu relacionamento com Káritas. Ao que parece, Káritas teve uma grande importância na vida de Milton. A letra da música “Primeiro de Maio” (NASCIMENTO; HOLLANDA, 1972), ao falar de uma mulher cujo corpo é comparado a uma oficina onde ela – tecelã -, fia nas malhas do seu ventre um novo ser do amanhã, até parece ter sido feita sob a inspiração de Káritas grávida. Entretanto, Milton Nascimento afirma não ter apenas um, mais muitos filhos: "As pessoas falam: ‘Ah, seu filho...’. Em vez de um filho, tenho milhares que vou semeando por aí. Sempre que alguma coisa me toca, quero trazer para perto. É assim na música, na vida, no palco" (VIANNA, 2006).

Supomos que esse gosto pelo repente, Bituca adquiriu do seu pai - Senhor Josino. Uma dessas histórias cantadas por Bituca, “Porcolitro”, acabou ficando muito conhecida pela meninada trespontana. Era a história de um litro de leite que virou porco e que saiu pelo mundo protagonizando muitas aventuras. Durante oito anos, Porcolitro encantou o imaginário de Bituca e de toda a criançada trespontana. Trilhar uma estrada, com fé cega, faca amolada. Uma estrada que começa em Três Pontas e vai dar, de início, em Belo Horizonte e, depois, em todo o mundo. Brilhar e acontecer. Uma caminhada com muitos irmãos e irmãs de fé. Um encontro, no ano de 1975, com um desses muitos irmãos de fé - o Ronaldo Bastos. Aonde vai dar essa estrada? Numa música: “Fé cega, faca amolada” (NASCIMENTO; BASTOS, 1975).

Bituca formou o seu primeiro grupo musical quando ainda era adolescente: ele

tinha apenas catorze anos de idade e ainda morava em Três Pontas. Participaram deste grupo outros quatro amigos: Dida, Paulo, Carlinhos e Vera. O grupo se chamou “Luar de Prata” e se inspirou no grupo musical norte-americano *The Platters*. Com a entrada de Wagner Tiso no grupo, nasce entre ele e Bituca “[...] uma parceria que iria durar por toda a vida. Milton Nascimento e Wagner Tiso foram parceiros em composições, em espetáculos, discos, conjuntos de bailes, em bancos de praças e botequins” (DUARTE, 2006: 57). As apresentações do grupo “Luar de Prata”, com Bituca no vocal, eram cada vez mais frequentes e, logo, o grupo seria conhecido não apenas em Três Pontas, mas em toda a região. O grupo chegou a gravar duas músicas do “*The Platters*”, num disco de 78 rotações. Os meninos sempre eram levados pelos pais ou tios para eventos onde se apresentavam. Bituca, além de tocar sanfona e gaita, ou no vocal, ganhou de sua avó materna o instrumento que viria a ser a sua marca registrada: um violão. Bituca em pouco tempo dominou a arte de tocar o violão e, dessa forma, o instrumento foi inserido no grupo musical. Aos poucos o grupo “Luar de Prata” foi deixando de existir, pois seus integrantes, excetuando Bituca, tinham, por diversas razões, mudado de cidade. Bituca formou um novo grupo, intitulado “Milton Nascimento e seu conjunto” e a estréia do mesmo aconteceu no Automóvel Clube de Três Pontas. Milton estava estudando o segundo ano do curso técnico de Comércio, em três Pontas, quando foi convocado para servir na Escola dos Sargentos das Armas (ESA), em Três Corações, o serviço militar.

Morando em Alfenas, Wagner Tiso fundou um conjunto apropriadamente chamado *W's Boys*: todos os integrantes – Wagner, Waine, Wanderley e Wesley -, tinham o nome iniciado pela letra W. Convidado por Tiso a participar nos finais de semana como um dos *crooners* do grupo, Bituca não teve escolha a não ser trocar seu nome: de Milton passou a ser o Wilton Nascimento. O “Tamba Trio”, formado por Luis Eça, Beбето Castilho e Hécio Milito foi a grande referência musical para este grupo. E começa a aventura de Milton por muitas estradas. Um primeiro caminho que vai dar em Belo Horizonte, a cidade moderna. Outros caminhos... Um caminho foi dar em Roma.

Na milenar Roma, um rio - o Tibre. Trans Tiberim, o rione Trastevere. Em Trastevere, uma igreja privilegiada – a Basílica de Santa Cecília, a padroeira da música. Na mesma Roma, na Igreja de Santa Maria della Vitória, uma obra prima absoluta, observada por Janson (1992) O Êxtase de Santa Teresa. Em Belo Horizonte, a cidade

moderna, no bairro de Santa Teresa, em êxtase, o menino Bituca, que havia se metamorfoseado em Wilton, volta a ser Milton: calado, ouvindo e sorrindo como sempre. Sempre na companhia de muitos amigos. Junto com um destes, o Ronaldo Bastos, constrói em versos a “Trastevere” (NASCIMENTO; BASTOS, 1975) moderna – a cidade de Belo Horizonte.

Na capital mineira, estando com vinte anos, pois o rapaz nunca quis depender financeiramente de seus pais. Milton precisava arrumar um emprego, pois, ainda naquele tempo, não dava para viver só de sua música. Para sobreviver, conseguiu uma vaga de escriturário numa estatal brasileira.

Naquele tempo Milton e os irmãos Tiso – Wagner e Gileno -, formavam um trio musical de nome Holiday. A entrada de Milton e dos irmãos Tiso no “Célio Balona” se deu pelas mãos de Pacífico Mascarenhas, considerado a maior referência bossa-novista mineira em todos os tempos. De imediato, Milton foi contratado como *crooner* fixo daquele famoso conjunto, no qual permaneceu por dois anos.

Corria o ano de 1963. Milton continuava participando do Conjunto Célio Balona, e no tempo que restava ainda tocava no *Holiday* ou fazia apresentações solo em bares. Mesmo com tantas ocupações ainda arranjou tempo para formar o grupo Evolussamba, que tocava samba em uma boate japonesa de Belo Horizonte. Pouco antes das festas de fim de ano, Milton recebeu a notícia do adoecimento de sua mãe. Entrou em pânico, até lembrar que lá em Três Pontas, uma mulher ficar doente correspondia a engravidar. Entre o natal e o dia dos Reis Magos, comemorado em seis de janeiro, nas duas semanas que passou em Três Pontas, Milton Nascimento aproveitou toda a calma interiorana para refletir sobre os rumos que queria dar à sua vida. E surge o “Evolussamba” como algo inusitado, um grupo de samba pra tocar numa boate japonesa. Tudo nesse conjunto musical parecia ser muito doméstico e improvisado. O grupo “Evolussamba” seguia seu rumo tocando samba na boate japonesa. Numa dessas apresentações, o Danilo Vargas – diretor e apresentador de um programa dominical na televisão mineira -, que os convidou para uma apresentação no programa “A tarde é nossa”, na extinta TV Itacolomi. O sucesso foi tão grande, mas, se dependesse da timidez de Bituca, nada disso teria acontecido, pois foi a contragosto que ele topou a empreitada de tocar na televisão.

No ano de 1964, início do mês de março pairou várias nuvens, sobre os Estados

de São Paulo e Minas Gerais, instalava-se como uma brisa quente, um boato, da queda do então presidente da república, Jango, pelos militares. Transcorrido aquele mês, o boato tornou-se fato real e foi o general Castello Branco quem deu um telefonema a um deputado amigo informando que “a fatura estava liquidada”. Era o começo da Ditadura no Brasil, instalada no dia 31 daquele mês, mas que teve como prenúncio muitos fatos relevantes e que serviram para aumentar a instabilidade política, dentre outras, a Conservadora Marcha com Deus pela Liberdade e os movimentos com milhares de pessoas na capital paulista e mineira, protestando contra medidas políticas adotadas pelo presidente Jango (GASPARI, 2003).

Passeatas estudantis, revoltas e o golpe sendo instalado pelos militares ... Um turbilhão de acontecimentos todos ao mesmo tempo. Uma nuvem cinzenta paira sobre o céu da Pátria, Mãe gentil. Dúvidas, muitas dúvidas. Então o menino Bituca tímido e calado desaparece, dando vez ao jovem Milton, crítico, consciente. Ao compor, com o seu amigo Ronaldo Bastos, “Menino” (NASCIMENTO; BASTOS, 1976), talha a ferro e fogo, a bala que rasga seu peito.

O dia 31 de março de 1964 marcou o início de um dos períodos mais críticos de nossa história. No mesmo dia, uma boate estava sendo inaugurada na sobreloja do Edifício Maleta. Mesmo assim, os jovens frequentadores do edifício Maleta foram à inauguração da Boate Berimbau, afinal a vida continuava com ou sem ditadura. Tocar ou cantar nessa boate, era o sonho de consumo de qualquer músico da cidade, pois, nesta casa só tocava “fera”. Então, Wagner juntamente com Milton e Paulo Braga formou o “Berimbau Trio”. Com esta formação foram convidados a tocar nessa que era a casa de shows mais conceituada de Belo Horizonte, como todas as demais capitais brasileiras, tentava se adaptar ao novo regime – a ditadura-, e cercada por militares que garantiam a ordem e os bons costumes da Nação. Enquanto isso, em Três Pontas, e todas as demais cidades do interior do Brasil, a população festejava o golpe militar na crença ingênua de que o mesmo nos livrava da ameaça do comunismo. A cidade moderna, idealizada pelo engenheiro paraense Aarão Reis em 1897, com o nome de “Cidade de Minas”, vão sendo ofuscados pelas sombras dos militares. Sufocados, os jovens Milton e Brant sonham com o horizonte perdido e, na esperança de reavê-lo, fazem promessas. Promessa de luz, promessa pro sol, também pedem coisas pra lua de prata ou pros deuses gregos. Vagando como zumbis numa tragédia que oprime, em

sinal de resistência à opressão, Milton e Fernando Brant rascunham “Promessas do Sol” (NASCIMENTO; BRANT, 1976). As apresentações na Boate Berimbau estavam agendadas para o “Berimbau Trio” por todos os finais de semanas. Num dos intervalos da apresentação do grupo, Márcio Borges, que estava na platéia, se aproximou de Milton. O refinamento intelectual do rapaz a nosso ver, Márcio – de maneira muito sensível -, havia percebido algo que limitava a tensão psíquica do cantor, referida por Ostrower (1987: 27) como “uma intensificação do viver, um vivenciar-se no fazer”. Bem diretivo, quis logo saber: O que está havendo? A partir daquela conversa, ao que parece, um bloqueio – referido por Milton, como dor no peito -, começou a se dissipar. Isto também marcou o início de uma relação muito intensa e produtiva entre os mesmos.

Tal despertar se deu de forma inusitada: certa ocasião os dois saíram para assistir, às duas da tarde, um filme: “Uma mulher para dois”, de François Truffaut. Milton e Márcio Borges saíram do cinema, às dez da noite, após três sessões consecutivas e encantados com tudo. Nesse momento, nascia o grande compositor. Para a alegria de Márcio Borges, Bituca propôs ao amigo: “[...] Vamos lá pra tua casa agora. Pega um violão pra mim, um papel e um lápis, que nós vamos começar a compor.” (DUARTE, 2006: 94). E então, num arrebatamento, escreveram de uma única vez, três músicas, das muitas que ainda iriam compor, a partir daí: “Paz do amor que vem” (Novena), “Gira, girou” e “Crença”. Outro amigo, de grande influência em sua vida – Fernando Brant -. Com Brant, Milton assinaria muitas de suas canções. Com estes dois amigos e muitos outros, todos tendo em comum o gosto pela música, é que nasceu o movimento denominado “Clube da Esquina”. Mas de que esquina estamos falando? Estamos nos referindo à confluência das ruas Divinópolis e Paraisópolis, no Bairro de Santa Teresa, na cidade de Belo Horizonte. Naquela esquina havia o “Bar do Tuchão”, onde Milton e seus amigos costumavam se encontrar. Daí a expressão “Clube da Esquina”. Entre os principais membros deste movimento, podemos citar Milton Nascimento, Fernando Brant, Márcio e Lô Borges, Beto Guedes, Nelson Ângelo, Wagner Tiso, Toninho Horta, Robertinho Silva, Novelli, Nivaldo Ornelas, Ronaldo Bastos, Tavinho Moura e Murilo Antunes. Trata-se, no entanto, de uma lista incompleta.

Na cidade moderna, ainda sufocada pela ditadura, um grupo de jovens sentados à mesa de um bar. Cansados de tanta cerveja, decidem, pelo menos naquela noite – entre

uma conversa e outra -, só tomar Coca-cola. Conversas sobre o que? Montanhas, trens, trilhos, igrejinhas. E, também, sob obviedades que começam a passar pelas cabeças de Milton e Brant: coisas do tipo, onde tomamos a nossa primeira Coca-cola? Saudades do tempo das vacas magras em que só se dava para viajar de ônibus? Decididamente, não. Viajar, agora, só se for em aviões. Saudade de que, então? Saudade dos Aviões da Panair (NASCIMENTO; BRANT, 1975).

Mas, observa Garcia (2000), que, a rigor, o Clube da Esquina não “começa” numa esquina, mas nas escadarias e apartamentos do Edifício Levy. Como já foi referido anteriormente, por volta de 1963, Milton Nascimento morava numa pensão/apartamento do quarto andar deste edifício e no décimo sétimo andar morava a numerosa família Borges, com muitos filhos, dentre eles, Lô e Márcio. Tendo esses rapazes um mesmo interesse em comum – a música -, a aproximação entre eles foi inevitável. A inserção de Milton no panorama musical popular brasileiro – como era muito comum em sua época - se deu através dos festivais. A sua primeira aparição como cantor foi no Festival Nacional da Música Popular da TV Excelsior, em São Paulo, no ano de 1966, quando defendeu a música “Cidade Vazia”, de autoria de Baden Powell. Nesse festival, a grande vencedora foi “Porta Estandarte”, de Geraldo Vandré e Fernando Lona, sob a interpretação de Tuca e Airton Moreira. “Cidade vazia” foi classificada em quarto lugar e Milton, por sua interpretação, ganhou o primeiro troféu de sua carreira: o “Berimbau de Bronze”. Neste mesmo ano, Elis Regina incluiu no seu álbum “Elis”, lançado pela CBD-Philips, uma de suas músicas – a “Canção do sal”; considerada pelos críticos como a sua primeira aparição expressiva enquanto compositor. Com esta canção – e com a ajuda de Elis -, Milton Nascimento começa a ganhar prestígio: “[...] não era só mais uma bela voz, era um compositor de vanguarda, dizia-se.” (DUARTE, 2006: 113). A ajuda de Elis foi decisiva e se deu através de um convite para participar do programa televisivo (ao vivo) “O fino da bossa”, do qual era, juntamente com Jair Rodrigues, apresentadora. Nesta ocasião fizeram um dueto com a “Canção do sal”, arrancando muitos aplausos da platéia. Milton estava conseguindo viver razoavelmente bem – dividia um quarto de pensão com o seu primo Jacaré -, na Vila Mariana. Quando faltava dinheiro, tinha o suporte daquele primo que estava morando em São Paulo para estudar o “científico”. Por essa ocasião, compôs “Irmão de fé”, música que inscreveu no Festival Berimbau de Ouro.

No entanto, logo Milton não pode mais contar com o apoio do primo que havia terminado seus estudos. Ao voltar para o Rio, Milton foi à casa de Caetano Veloso, a quem costumava visitar. Naquele dia, sentia-se particularmente triste. O que se passa, perguntou Caetano. Milton referiu estar triste, pois soubera que um casal de amigos havia se separado. Milton começou a tocar uma melodia. Tempos depois, agora em sua casa, Bituca recebendo Caetano, começou a dedilhar novamente aquela música. Caetano lhe presenteou, ali na hora, com a letra. Assim nasceu “Paula e Bebeto” (NASCIMENTO; VELOSO, 1975), a história de um casal que se amava de qualquer maneira, pois “qualquer maneira de amor vale a pena, qualquer maneira de amor vale amar”.

Retornando a São Paulo, dessa vez as coisas se tornaram melhores: apareceram novos trabalhos e novos amigos. Um desses, o cantor Agostinho dos Santos, decidiu apadrinhá-lo. E foi pelas de Agostinho dos Santos que Milton chegou ao Rio de Janeiro. Agostinho tomou conhecimento que, desde a desclassificação de “Irmão de fé” Milton andava meio decepcionado com os festivais de música, de tal modo que ninguém seria capaz de fazê-lo mudar de opinião. E as inscrições para o II Festival Internacional de Canção (FIC) estavam abertas. Como garantir da participação de Milton Nascimento? A saída foi usar um artifício, pedir para o amigo gravar três das suas composições numa fita, de posse daquela fita, Agostinho dos Santos inscreveu Milton e as três músicas no II FIC. Foi por intermédio de Elis Regina que Milton soube estar inscrito no II FIC e, o que é melhor, classificado. No Rio de Janeiro, na noite da festa, o Maracanãzinho estava lotado. Desta vez, um público diferente, mais colorido. Num lugar especial, nas cadeiras de pista, bem próximo do palco, lá estavam eles: Lília, Zino, a família Brant e muita gente que veio de Três Pontas. Dentre eles, seu amigo de infância, o Dida. No desfecho deste festival, o saldo foi muito positivo para Milton Nascimento: Travessia foi premiada com o segundo lugar, Milton ganhou o prêmio de Melhor Interpretado e foi o artista mais aplaudido do festival. “Minas” foi criado numa época de grande crise financeira na vida de Milton Nascimento, de tal forma que nem ele mesmo pode entender como criou algo tão claro.

De fato, o disco “Minas” resiste ao passar do tempo e nunca envelhece com o passar dos anos, pois seu repertório é constantemente revisitado e reinterpretado por seus autores e novos intérpretes, com seus arranjos, energia e vigor em seu repertório

(BAHIANA, 2006). Enquanto “Geraes” foi uma espécie de continuação de “Minas”. No entanto, enquanto “Minas” esteve fiel à mineiridade – lembranças, paisagens, igrejinhas e trens -, “Geraes” incorporou elementos da latinidade às toadas mineiras. O resultado, aclamado pela crítica, foi uma fusão de ritmos interioranos e latino-americanos. Muitos foram os amigos convocados para a gravação de “Geraes”. Isso só serviu para atestar o prestígio de Milton Nascimento, visto que, alguns deles – já bastante famosos -, estavam ali apenas para participar do coro. Uma mistura de vozes famosas e anônimas. Havia amigos de todos os lugares: gente do tempo do Clube da Esquina, todos os participantes do “Som Imaginário” (já extinto), Miúcha, Toninho Horta, Bebel, Chico Buarque, Tavinho, Noguchi, Pii e outros. Também participaram de “Geraes” Mercedes Sosa, que fez um dueto com Milton em “Volver a los deciesiete” (de autoria de Violeta Parra), o “Grupo Água”, que participou das músicas “Caldeira”, “Promessas do Sol” e “Minas Gerais” e Clementina de Jesus, fazendo dueto em “Circo Marimbondo”. O LP “Geraes”, juntamente com “Meus caros amigos”, de Chico Buarque foram os discos mais vendidos no ano de 1976.

Um das músicas que mescla o tradicional jeito mineiro de ser com a latinidade é “Lua girou” (NASCIMENTO, 1976). O fragmento da letra desta música dá conta disso: “A lua girou, girou, Traçou no céu um compasso”.

Considerações Finais

Como na canção acima, a vida de Milton Nascimento também girou; o menino experimentou fases como se fosse a lua. O pequeno Bituca foi minguante quando perdeu a sua mãe e foi mandado para Juiz de Fora. Não fosse todo o desvelo de Lília, a sua nova mãe, a história que contamos acima teria sido outra, como a história de muitos meninos largados à sua própria sorte.

Quando, juntamente com Lília e Zino, Bituca toma o trem em direção a Três Pontas, o menino experimenta a sua fase crescente. E crescente, o menino torna-se cheio. Pleno do afeto de seus pais e também pleno de criatividade, ao descobrir Porcolitro e a música. Por fim, Bituca abre-se para o novo. Quando vai morar em Três Corações, lugar onde serviu o exército, torna-se Wilton. Depois, já em Belo Horizonte, vira (novamente) Milton. E nesse processo, torna Milton Nascimento, um mineiro sereno que caminha por uma estrada chamada mundo.

Referências Bibliográficas

- BAHIANA, Ana Maria. **Nada será como antes**: MPB anos 70 – 30 anos depois. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2006.
- BORGES, Márcio. **Os sonhos não envelhecem**: histórias do Clube da Esquina. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- DUARTE, Maria Dolores Pires do Rio. **Travessia**: a vida de Milton Nascimento. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GARCIA, Luis Henrique Assis. **Coisas que ficaram muito tempo por dizer**: o Clube da Esquina como formação cultural. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOUDARD, Phelippe. A estética do riso: do corpo sacrificado ao corpo abandonado. In: WALLON, Emmanuel (Org). **O circo no risco da arte** [Tradução Ana Alvarenga; Augustinho de Tugny; Cristiane Lage]. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HISTÓRIA DA ESTRADA DE FERRO BAHIA-MINAS. **Diário de Alcobaca – Bahia**: guia virtual. Alcobaca, 4 ago 2008. Disponível em: <www.alcobaca.bahia.net/2008/08/vdeo-histria-da-estrada-ferro-bahia.html>. Acesso em 6 set. 2009.
- JANSON, H.W. **História da arte**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEITE, Mirian Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro – século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NASCIMENTO, Milton. **Milagre dos peixes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1973. 1 CD: digital, estéreo.
- NASCIMENTO, Milton. **Milagre dos peixes ao vivo**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1974. 1 CD: digital, estéreo.

- NASCIMENTO, Milton. Lua girou – arranjo e adaptação de Milton Nascimento sobre tema folclórico. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo. 61.192.511.
- NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. **Clube da esquina**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1972. 1 CD: digital, estéreo.
- NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. Fé cega, faca amolada. In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.245.259.
- NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. Menino. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo. 61.192.481.
- NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. Gran circo. In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.274.774.
- NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. Trastevere. In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.247.782.
- NASCIMENTO, Milton; BASTOS, Ronaldo. Circo marimondo. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo. 61.192.473.
- NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Saudade dos aviões da Panair (Conversando no bar). In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.192.406.
- NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Idolatrada. In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.247.740.
- NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Ponta de areia. In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.247.731.
- NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Promessas do sol. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.192.422.
- NASCIMENTO, Milton; HOLLANDA, Francisco Buarque de. O cio da terra. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo. 60.299.355.

- NASCIMENTO, Milton; HOLLANDA, Francisco Buarque de. Primeiro de maio. In: NASCIMENTO, Milton. **Geraes**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1976. 1 CD: digital, estéreo. 60.299.231.
- NASCIMENTO, Milton; VELOSO, Caetano. Paula e Bebeto. In: NASCIMENTO, Milton. **Minas**. Rio de Janeiro: EMI/ODEON, 1975. 1 CD: digital, estéreo. 61.247.758.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1992.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SADIE, Stanley. **The New Grove Dictionary Grove of Music and Musicians**. 2nd ed. V. 26. London: MacMillan, 2001.
- SOUZA, Beatriz de Paula. Mães contemporâneas e a orientação dos filhos para a escola. In: MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença Rebello (Orgs.). **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- TRUFFAUT, François. **O cinema segundo François Truffaut: textos reunidos por Anne Guillain**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VIANNA, Luiz Fernando. Biografia e DVD levam Milton Nascimento de volta a Três Pontas. Rio de Janeiro: **Folha de São Paulo** [on line], 15 jun 2006. Disponível em: <www.1.folha.uol.br/folha/ilustrada/ult90u66073.shtml>. Acesso em 7 set 2009.

**ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO BHERING E O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE MARIANA
EM MEADOS DO XIX¹**

Kelly Eleutério Machado Oliveira*

Segundo Gérard Noiriel (2010), o que define, ainda hoje, os pilares da intelectualidade são: “criticar o poder”, “governar a opinião” e “esclarecer o cidadão”. Partindo desse pressuposto, o que difere é o espaço público. Em consonância com tais considerações, este artigo tem por objetivo refletir sobre a atuação do *padre político* Antônio José Ribeiro Bhering no espaço público da cidade de Mariana. Bhering assumiu uma vida pública e ativa durante anos, exercendo cargos como vereador da Câmara Municipal de Mariana e diretor do jornal *O Novo Argos* (1829-1834), dentre outros. Traria ele traços de um intelectual “moderno” que, estando na Câmara, se utilizou desse espaço para *criticar o poder* e, escrevendo nos jornais, *governar a opinião e esclarecer os cidadãos?* Trata-se, portanto, de refletir sobre o espaço público de expressão de certa intelectualidade e até que ponto Bhering pode ser tomado como um intelectual.

História intelectual e intelectuais: breves considerações

A história intelectual

Como um campo de estudo vasto e, de certo modo, recente, a história intelectual fomentou nas últimas décadas discussões teóricas e metodológicas que estimularam a historiografia a produzir novos e instigantes estudos sobre seus objetos. Fala-se em objetos porque definir um é negar a pluralidade (enfoques teóricos, recortes temáticos, e estratégias de investigação) que caracteriza o *campo*² de estudos (mais do que uma área disciplinar). Por haver uma multiplicidade de objetos não há um modelo para praticar a história intelectual. Preocupado com essa questão que pode levar o historiador a se

¹ Este texto é fruto de algumas reflexões que se deram no âmbito da disciplina, História Intelectual e dos Intelectuais, ministrada, no primeiro semestre de 2011, pela Prof.^a Dr.^a Eliana Dutra.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas. Kelly.eleuterio@yahoo.com.br

² Uma crítica que se faz à noção de campo desenvolvida por Bourdieu é que todas as questões parecem ser reduzidas à ideia de estratégia e dominação. Nesse sentido, talvez o termo “afinidades eletivas” de Goethe seja mais adequado, pois pressupõe que nem tudo é relação de força.

perder no emaranhado de pontos sem conseguir, por isso, tecer ao final um bordado coerente, Carlos Altamirano precisa algumas ideias para um programa de história intelectual. Que programa seria esse? Um programa que se beneficie da história política renovada e dos instrumentos da sociologia.³

Assim como Altamirano lança algumas ideias para um programa de história intelectual, Sirinelli esboça um método a partir dos **itinerários, sociabilidades e gerações**. Diz ele, “um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho pródigo” (SIRINELLI, 1996: 255). A história intelectual está longe de ser um nicho da história política. Os estudos dos intelectuais não podem ser reduzidos à simples assimilação destes a um grupo de pressão, estudado enquanto tal, questões de solidariedades de idade, gerações e itinerários têm que ser levados em conta.

Segundo F. Dosse a história intelectual era na década de 60 entendida como história individual. Foi marginalizada em função de abordagens que privilegiaram a longa duração, as estruturas, a história das mentalidades. A história intelectual caiu, assim, em descrédito. Porém, a partir da mudança de paradigma nas ciências sociais, emergida nos anos 80, a história intelectual e dos intelectuais ressurgiu no bojo da renovação da história política. Essa renovação pressupôs novas perspectivas, seja através de novos objetos como a opinião pública, a mídia ou o discurso. Para Dosse, por exemplo, o objeto da história intelectual é essencialmente discursivo. A história intelectual tornou-se, deste modo, um campo aberto, situado entre a história política, social e cultural (SIRINELLI, 1996: 232).

Os primeiros trabalhos sobre história intelectual e dos intelectuais surgem na França. Nos EUA o que ajudou a configurar esse campo foi o giro lingüístico⁴. Segundo José Murilo de Carvalho “a virada lingüística não pode ser ignorada, mesmo que não se admitam as posições radicais que reduzem tudo a linguagem ou ao texto” (CARVALHO, 1998: 127). A retomada da lingüística pela historiografia trouxe grande contribuição, principalmente metodológica.

³ Ver Altamirano In: bibliografia. Basicamente esse programa propõe um diálogo com várias áreas de interesse como a história política, a história das idéias, a história das elites e a história da literatura. Ou seja, ultrapassar as fronteiras não como um turista, porém como estrangeiro.

⁴ Chama de Linguistic Turn a “importação” do estruturalismo da França. Ver texto de Dosse In: bibliografia.

Para Sirinelli a história intelectual é um empreendimento: *arqueológico*, pensar o grupo em si mesmo (geração), as solidariedades; *geográfico*, onde estão os intelectuais, as redes de produção cultural; e *genealógico*, evidencia as relações de filiação, o que religa esses homens a um passado. Assim, Sirinelli demonstra que outras questões estão em jogo e que os intelectuais não são necessariamente um grupo de pessoas que manipulam os bens simbólicos como pretendeu Bourdieu.

Para Chartier o discurso vem do social; para Foucault o social é definido no discurso; já Skinner privilegia a multiplicidade dos discursos; Pocock fala em atos de linguagem e Koselleck em conceitos. Independentemente de discordarem quanto ao objeto específico da História Intelectual todos destacam o discurso em suas análises. Tanto Pocock quanto Skinner operam no que chamamos de contextualismo lingüístico, são membros da escola de Cambridge e, vale dizer, essa escola não se enraíza na tradição do giro lingüístico dos EUA. Skinner colocou o texto a prova do contexto e com isso ele evitou o internalismo. Seu ponto de partida é, portanto, a exterioridade do texto. Eles se abriram à heurística.

No que diz respeito à história intelectual no Brasil, José Murilo de Carvalho evidencia que apesar dos avanços ainda há pouca problematização na prática da história intelectual. Sugere a partir disso, “o uso de conceitos e práticas relacionados à retórica como instrumento de análise para pensar a história intelectual do Brasil”⁵. Afirma o autor,

as incorporações de novas abordagens têm sido feitas de maneira um tanto informal e fragmentada. A crítica literária tem avançado muito mais rápido e tem ido mais longe sobretudo, como era, aliás, de esperar, na incorporação do debate lingüístico e da teoria da recepção. A fecundação mútua entre a crítica literária e a história intelectual certamente poderia trazer avanços mais significativos. (CARVALHO, 1998: 126)

Os intelectuais

Há uma incerteza lexical no que diz respeito à história intelectual: história das ideias, dos pensamentos, dos conceitos. Por isso, muitas vezes, essas histórias são tratadas como sinônimos. Porém, o objeto da história das ideias é diferente do objeto da história do pensamento que, por sua vez, é diferente do objeto da história dos conceitos.

⁵ O texto de José Murilo de Carvalho, ver bibliografia, nos apresenta como a história intelectual no Brasil é, em certa medida, herdeira da tradição retórica portuguesa. Diante disso, nos sugere utilizar a retórica como chave de leitura para se pensar a intelectualidade no Brasil.

Notam-se, com isso, dificuldades de se definir as fronteiras do campo. Para Sirinelli⁶ um meio de afastar a história intelectual da história das ideias (proposta de método) é se ater no itinerário, geração e observação das estruturas relacionais.

Se há uma incerteza lexical no que diz respeito à história intelectual, divergências também são percebidas quando a questão é um de seus objetos, *i.e.*, os intelectuais. A palavra é polissêmica (SIRINELLI, 1996: 241). Diante dessa constatação, o autor propõe duas acepções para o termo intelectual. A primeira mais ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e os mediadores culturais. A segunda mais estreita ligada à noção de engajamento. Afirma ainda que não se pode dar uma definição muito rígida, mas é necessário o mínimo de harmonia.

Para muitos historiadores o termo intelectual surge na França depois do *l'affaire Dreyfus*⁷. Assim o é para C.Charles. Tem-se, nesse momento, a entrada dos intelectuais na cena pública. Para C. Charles essa petição (o manifesto a favor de Dreyfus) partiu de três pilares constitucionais: *o direito ao escândalo*; *direito de se reunir* (assim eles se afirmam como uma comunidade política e social); *direito de reivindicação* (poder simbólico). O que esse momento trouxe de tão diferente, visto que petições nunca faltaram na França?

O caso Dreyfus causou uma ruptura com a ordem anterior; mudou a questão do debate público. Foi feito com formalidade e não com panfletagem. O evento foi isolado, mas o manifesto gerou debates sobre a legitimidade do grupo. Para Altamirano a figura do intelectual não está dissociada da imprensa, sendo essa que, em grande medida, favorece seu surgimento. Para esse autor os intelectuais são uma espécie moderna e o engajamento público é uma das questões primordiais.

Esse debate também levou a reflexões se os intelectuais teriam nascido de um evento ou se eles teriam sido constituídos historicamente, isto é, se houve um desenvolvimento gradativo que culminou no intelectual, de tipo moderno. Nesse sentido, C.Charle pensa na genealogia das figuras até chegar ao intelectual, pensa em

⁶ Ver: “Os intelectuais”. In: bibliografia. Esse texto é muito importante por trazer um panorama geral da história intelectual apresentando os motivos que levaram a seu descrédito, bem como sua retomada na década de 80 com a mudança de paradigma nas ciências sociais. Além disso, Sirinelli oferece nesse texto uma proposta metodológica, *i.e.*, um possível como se trabalhar com história intelectual.

⁷ De maneira geral o *l'affaire Dreyfus* foi um caso de espionagem, seguido de um grave erro judicial que envolvera o capitão Alfred Dreyfus condenado em 1894 pela justiça militar francesa ao degredo perpétuo na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa.

continuidades e rupturas. A figura do homem das letras não é estanque. Isso vai sofrendo segmentações até o século XIX. Já Goulemot não aceita o argumento que os intelectuais são herdeiros dos homens das luzes (porque isso é trazer capital simbólico).

Vejam bem: muito oportunamente mostrou o professor Ivan Domingues em aula ministrada no dia 06-07-2011⁸, que o conceito pode ser moderno, pode ter surgido na França depois do *caso*, mas isso não significa que não houve figuras na Idade Média ou mesmo na Antiguidade que não tenham exercido atividades intelectuais. Isso demonstra, de certo modo, os limites e as fronteiras das disciplinas (História e Sociologia). Sociólogo que é o professor Ivan Domingues não vê problema em falar em intelectuais na antiguidade, já os historiadores têm dificuldades de aceitarem esse posicionamento. O professor Ivan não comete o tão temido anacronismo. Ele faz uma observação das mais pertinentes.

Como podemos notar C.Charle afirma que o grupo que se reuniu para defender Dreyfus quando de sua acusação se pautou num direito que lhe era assegurado pela Constituição, o direito ao escândalo. Nesse sentido, é interessante observar como na Inglaterra a tradição intelectual foi e, talvez, ainda seja anti-intelectual⁹. Na Inglaterra não há uma tradição do escândalo, das paixões políticas, dos manifestos efusivos. Como dito, a postura é anti-intelectual, pois que se desenvolveu a partir da conotação pejorativa de intelectual - descrito como sendo acima de todos, falando do alto, os donos do poder e da verdade. São mais comedidos diferente do que acontece na França¹⁰. Como afirma Domingues,

sobre os franceses, o escritor britânico Doutor Johnson dizia em defesa dos ingleses, conhecidos por não terem a poderosa retórica dos rivais, que “um francês tem que falar sempre, quer ele entenda do assunto, quer não; um inglês

⁸ Ivan Domingues é professor de Sociologia da UFMG. Foi convidado pela professora Eliana Dutra para proferir a aula de encerramento do curso. Na ocasião o professor apresentou seu texto intitulado: *O Intelectual Público, a Ética Republicana e a fratura no Éthos da Ciência*, que aguarda sua publicação na França.

⁹ Ver JEREMY, Jennings Ralph, KEMP-WELCH, Antony (Dir). *Intellectuals in Politics. From the Dreiffus Affaire to Salman Rushdie*. London, Routledge, 1997. Esse artigo é bem elucidativo das diferenças que há entre os franceses e os ingleses no que diz respeito à tradição intelectual. Na França aflorariam as paixões políticas enquanto na Inglaterra os intelectuais seriam mais contidos e menos expressivos. O caso Rushdie serviu, de certo modo, para mudar o papel do intelectual na Inglaterra.

¹⁰ Na França o que prevalece é a tradição do manifesto, do falar *ao e para* o público. Ver, por exemplo, o texto de Shlomo Sand (in: bibliografia). Nesse artigo Sand evidencia como os intelectuais franceses se vêem, ou melhor, se auto-representam. Ora Voltaire ora Rousseau; Comte, Tocqueville; Zola e outros.

se contenta em não dizer uma palavra quando não tem nada a dizer”. (*Apud* DOMINGUES, 2010:06) ¹¹

Representações do intelectual

E. Said é um dos intelectuais que se propuseram a pensar no papel desse grupo. Alguns o acusaram de defender a representação de exilado para o intelectual por ser ele mesmo um “desterrado”. Acusação injusta. Obviamente ele carrega as marcas de sua história, como todos. Segundo ele próprio sua descrição do papel do intelectual não condiz com sua experiência de vida, isto é, não diz o que diz porque viveu o que viveu, mas porque assim acredita que deve ser. Para ele o intelectual deve falar “a verdade ao poder”.

Para Said o intelectual deve ser amador e dissidente, atuando à margem do poder. Afirma que o que pretendeu com suas conferências foi falar dos intelectuais como “aquelas figuras cujo desempenho público não pode ser previsto, nem forçado a enquadrar-se num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido”. (SAID, 2005: 12). Daí ele caracterizar o intelectual como um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta dizer a verdade ao poder¹².

Como disse Domingues é preciso reinventar o intelectual público, engajado nas causas maiores e “o modelo não há de ser Rousseau, Diderot ou Sartre, mas Zola” (DOMINGUES, 2010: 22). Não um intelectual específico como temos nas universidades, mas o intelectual universal cujo horizonte são os problemas humanos, “o intelectual como cidadão do mundo”.

Noiriel (2010) ¹³ descreveu o papel do intelectual como sendo em qualquer época ou lugar “criticar o poder”, “governar a opinião” e “esclarecer o cidadão”. Esses são para o autor, ainda hoje, os pilares da intelectualidade. A isso ele acrescenta um dado importante: as responsabilidades dos intelectuais são essas, mas o espaço público muda e isso fará diferença. Então, novamente perguntamos: Antonio José Ribeiro Bhering exerceu tais papéis?

¹¹ JUDT, T. *Passado imperfeito – Um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no após guerra*, p. 338.

¹² “Representações do Intelectual” é uma obra de Edward Said que apresenta a transcrição de várias conferências ministradas por ele sobre o tema dos intelectuais. Várias questões são postas como *o que é um intelectual, qual sua relação com a sociedade*, etc. Uma de suas primeiras conferências, justamente a que nomeia o livro, nos apresenta vários intelectuais como Gramsci, J. Benda, Foucault e como eles definem ser intelectual.

¹³ Ver: NOIRIEL, Gérard. *Dire La Verité au Pouvoir. Lés Intellectuels em Question*. Marseille: Agone, 2010.

Antonio José Ribeiro Bhering: um intelectual?

Voltemos, então, à questão que direcionou nosso olhar para o *padre político*, Bhering. Traria ele traços de um intelectual “moderno” que, estando na Câmara, se utilizou desse espaço para *criticar o poder* e, escrevendo nos jornais, *governar a opinião e esclarecer os cidadãos*? Trata-se, portanto, de refletir sobre o espaço público de expressão de certa intelectualidade e até que ponto Bhering pode ser tomado como um intelectual. A essa questão acrescenta-se outra: Teria sido Bhering um intelectual público? Quando Ivan Domingues define público como “ser quem vive das penas, das ideias, do pensamento, atua na cena pública e influencia a opinião pública”, não nos restam dúvidas, Bhering foi um intelectual!

Por outro lado, a partir da definição de intelectual apresentada por Said, Bhering jamais poderia sê-lo, pois ele habita a esfera do poder, está nele, não é um exilado e nem pretende ser... Se para Foucault o intelectual deve falar a verdade ao poder e Said se apropria dessa formulação, inclusive, fazendo-a título de uma de suas conferências, Bhering não foi intelectual. Para de fato pensarmos nesse sujeito como podendo ser considerado um intelectual é preciso pensar no espaço público e não apenas na arena pública.

Essa ideia de espaço público é muito complexa quando nos referimos ao Brasil por motivos óbvios. Trata-se de uma sociedade patrimonialista, patriarcal e escravista. De todo modo, há um espaço público, o espaço das ruas onde as querelas acontecem; o espaço público da Câmara Municipal, mais fechado, mas ainda assim público; o espaço das igrejas; das festas; das boticas; o espaço da própria casa que ao ser oferecida como gabinete de leitura (aqui vemos o público invadindo a esfera do privado) torna-se também um espaço do público; e, principalmente, o espaço dos jornais e panfletos.

Trata-se de um espaço onde as ideias circulavam. A tribuna era complementada com a imprensa. Se intelectual público é estar na arena pública, manifestando, protestando, Bhering o foi. Mas a questão é mais complicada que isso. Bhering estava na arena política, discutiu e debateu questões centrais, como a anistia aos sediciosos de 1833 (ano da Revolta da Fumaça); como a educação religiosa mais livre e menos ortodoxa (questão essa que levará à sua expulsão do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte onde havia estudado). Porém, onde ecoavam suas palavras? Dirigia-se às minorias? Seu projeto de educação incluía os negros, por exemplo?

Diante de tantas questões não podemos criar uma gaiola de ferro, uma designação generalizante que tente enquadrá-lo numa categoria, nesse caso, de intelectual. Precisamos pensar na sua ação, na maneira como o próprio Bhering se percebe e mesmo como ele se coloca na cena pública. Não dá para se pensar na figura do intelectual sem pensar no público e na imprensa. Talvez antes de ser um intelectual, no sentido moderno, Bhering tenha sido porta-voz e parte integrante de certa elite política.

Antonio José Ribeiro Bhering pode ter tido uma vida intelectual; pode ter feito parte da elite política e cultural (elite cultural e elite política são muito diferentes); pode ter exercido atividade de redator e diretor de jornais; pode ter atuado, como atuou, de forma intensa na imprensa, mas isso o torna um intelectual? Bhering exerceu atividades intelectuais, mas não foi um intelectual se entendermos o termo como um homem engajado em causas universais, disposto “a falar a verdade ao poder”, dizer em nome das minorias. No caminho inverso, se intelectual se definir por um homem letrado, que busca o conhecimento e o esclarecimento, se coloca diante de um acontecimento que acha ilegítimo, critica o que está dado, ele o é. Deixando de lado as interrogações, quem foi Antonio José Ribeiro Bhering?

Antonio José Ribeiro Bhering¹⁴ nasceu em Ouro Preto, filho legítimo de José Antonio Ribeiro e Ana Francisca da Silva. Apesar dos quatro irmãos que possuía instituiu como único herdeiro e testamentário seu irmão João José Ribeiro Bhering, não obstante ter deixado certa quantia para cada um dos outros irmãos¹⁵. Considerado por Costa Filho “uma das pessoas mais interessantes daquela época, em Minas (...) um dos mais pugnazos da honra culto e combativo” (*apud* MENDES, 2005:16).

Bhering desempenhou um papel fundamental não somente na Revolta do Ano da Fumaça¹⁶ como também na política. Podemos considerá-lo “um homem do Império” pela sua longa jornada na política. Vereador da Câmara Municipal de Mariana por 12 anos (não consecutivos); vice-diretor da Instrução Pública (1849); diretor do jornal *O*

¹⁴ Uma breve menção a Bhering pode ser apreciada no Dicionário das Famílias Brasileiras. Ver referências bibliográficas.

¹⁵ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana: Testamento de Antônio José Ribeiro Bhering; Códice 291-1º ofício, Auto: 5600. Inventário, código: 44 e auto: 1023 1º ofício.

¹⁶ Segundo Francisco Iglesias tal denominação “Sedição do Ano da Fumaça” se deu em função de naquele ano Ouro Preto ter assistido a um dos invernos mais rigorosos de sua história. A neblina era tão espessa, densa, que mal conseguia-se ver um dedo a frente. Tal questão vem hoje encontrando respaldos numa História do Clima.

Novo Argos (1829-1834) (MENDES, 2005: 16); professor de Filosofia e Retórica do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (1827-1829).

Como professor não se eximiu de sua responsabilidade de educador. Como sugere o excerto do jornal *O Universal*, em que se noticiava as aulas públicas que seriam ministradas por ele em Ouro Preto em 1830,

Se propõem estabelecer, nesta Imperial Cidade de Ouro Preto, em curso de Filosofia Racional e Moral, e de lições da Língua Francesa, a que presidirá o já bem conhecido Sr. Padre Antonio José Ribeiro Bhering, que acaba de lecionar nestes ramos com feliz sucesso no Seminário Marianense. [...] Ocioso seria assoalhar de novo as qualidades físicas, e morais, que tornam recomendáveis o nosso Ilustre Patrício o Sr. Bhering para que a Mocidade se entregue sem receio à sua direção moral, e científica: o nosso Patrício assaz tem provado seus conhecimentos, seu bom método de ensinar e sua conduta Civil, e Religiosa, pelo grande número de alunos, que freqüentaram com proveito sua aula em Mariana. (*O Universal*, nº 360) (Apud ALMEIDA, 2009:02)¹⁷

Bhering se valeu dos impressos que circulavam em Mariana e Ouro Preto para expressar sua opinião. Deu contribuições em jornais como *O Universal*, *Homem Social*, *União Fraternal* e *O Novo Argos*¹⁸. Neste último, em que era redator, defendia a liberdade de imprensa e enxergava nela a possibilidade de denunciar posturas absolutistas de autoridades civis e eclesiásticas. De acordo com Sirinelli, as revistas, e também os jornais são lugares de fermentação intelectual, viveiro e espaço de sociabilidade (SIRINELLI, 1996: 248). Além de escrever para esses jornais ele muitas vezes foi notícia nos mesmos.

Foi noticiado no *O Universal* no ano de 1830 que “um gabinete de leitura estabelecido na casa do Sr. Padre Antonio José Ribeiro Bhering, se acham francos os periódicos de S. Paulo, Rio de Janeiro, e Minas para quem os quiserem ler gratuitamente” (ALMEIDA, 2009: 03) . Segundo Wlamir Silva,

a concentração desses periódicos na moradia de um liberal já nos indica uma ação coletiva e premeditada de produzir a divulgação desse ideário. Podemos sugerir ainda que o padre e professor de Filosofia Ribeiro Bhering fazia mais que franquear periódicos. Havia pouco que o padre Bhering havia sido excluído do Seminário de Mariana, porque “expendia doutrinas opostas à Religião, e à Constituição do “Império”. Era Bhering, então, um mestre de talento

¹⁷ Para uma breve trajetória de Bhering e o conflito que se estabeleceu entre o padre e a diocese de Mariana ver: ALMEIDA, Gabriela Bheriou. “Propostas educacionais conflitantes”: entre os costumes religiosos e a Monarquia Constitucional. Minas Gerais, 1829-1835. In: II Encontro Memorial do ICHS, Mariana, 2009. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/anais2.html>

¹⁸ Idem

persuasivo. A circulação em sua casa devia ocorrer na dinâmica de leituras públicas e discussões. (SILVA, 2009:137)

Antonio José Ribeiro Bhering também foi membro da Sociedade Patriótica Marianense cujas reuniões se deram entre os idos de 1832 e 1833. Os membros dessa Sociedade se afirmavam como defensores da Constituição e dispostos a disseminarem as luzes na província. Assim, o objetivo da Sociedade era alertar os mineiros sobre os riscos do absolutismo chamando-os à luta. Bhering foi, portanto, um ilustrado, um ator social de um contexto dinâmico. Em 1854, dois anos antes de sua morte, assinava como membro da Assembléia Legislativa Provincial, era secretário da presidência. As relações sociais que estabeleceu durante sua vida proporcionaram-lhe destaque e notoriedade: de vereador a deputado; de padre a cônego, de aluno do seminário a professor do mesmo em apenas três meses.

Consciente de sua longa jornada na política imperial e de sua atuação no âmbito local e provincial reclamou para si, no momento de sua morte, o direito a um funeral com honras, pois considerava justo por ter exercido as funções que desempenhou. Um liberal que ainda ansiava pelos ideais típicos de uma sociedade de Antigo Regime, quais sejam: privilégios e reconhecimento. São as contradições dos liberais em um país monárquico e escravista.

Tão logo o triunfo das “tropas da legalidade”¹⁹ e o restabelecimento da ordem abalada pelo movimento de 1833, entra em cena a discussão sobre a anistia, capitaneada pelo padre Bhering. A discussão sobre a anistia aos sediciosos de 1833 fomentou debates calorosos no Senado possibilitando-nos repensar sobre a natureza do movimento, se uma mobilização de restauradores, como quiseram alguns, ou uma revolta na qual se lutava pela conquista de cargos na direção política local, para além do questionamento de abusos e perseguições políticas.

Tal projeto de anistia além de habitar o Senado também transitava na Câmara

¹⁹ A Província de Minas Gerais não ficou alheia às revoltas que tomaram conta do Império no período das Regências. Em 22 de Março de 1833 eclodiu em Outro Preto a Revolta do Ano da Fumaça De cunho conservador tentava rechaçar um governo legalmente constituído pela Regência de tendências liberais. Aproveitando-se da ausência do presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza que se encontrava em Mariana os sediciosos se rebelaram. A consequência foi a deposição do Presidente e de seu Vice Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ambos estabeleceram um governo em São João Del Rey de onde organizariam a tentativa de retomada da ordem. O “Governo Intruso”, assim chamado por ter destituído o governo Legal permaneceu no poder por dois meses sendo então rechaçado pelas “tropas do exército da legalidade”.

dos Deputados e propunha o “por no esquecimento” o crime dos homens de Ouro Preto, “anistia significa esquecer” afirmaria Baependy. O Visconde de Cairu também defendeu o Projeto de anistia porque segundo ele a revolta do Ouro Preto foi “mais produto dos tempos do que dos homens”. Tal discussão fora incitada na Câmara de Mariana em 1833 por Bhering e chegou ao fim em 1835. Para seu desapontamento foram 57 votos a favor da anistia contra 28.

Anistiar os sediciosos de 1833 era para Bhering um grande crime. Ele que se declarou fiel à Constituição, que via a Regência como Legal não poderia aceitar tal medida. Ainda mais em se tratando de um movimento ilegal que fez sair dos cofres públicos mais de 60 contos de réis, além das mortes e do sangue dos mineiros que foi derramado. Atuou junto às tropas do exército da legalidade em prol da manutenção da ordem, pegou em armas para defender o governo legalmente constituído pela regência e junto com o Padre Miranda também concordou com a medida de convocar os seminaristas para pegarem em armas. De maneira alguma esses sediciosos que tanto mal causaram a sua pátria poderiam ser perdoados ou como defenderam alguns senadores acerca da anistia: esquecidos. Esse foi para Bhering o mais “funesto presente”. Colaborou com o Exército da Legalidade, juntando-se às Forças e marchando rumo a Mariana.

Diante disso, percebe-se que Antonio José Ribeiro Bhering participou da revolta efetivamente, votou projetos, sugeriu criação de cursos, ministrou aulas, pegou em armas para defender sua posição política e utilizou como arma também suas palavras através dos discursos pronunciados em jornais e através da diretoria que exerceu no *O Novo Argos*. Passou pelo primeiro reinado, atravessou as ruas agitadas da Regência, sobreviveu ao Regresso Conservador e morreu em 1856, ainda, um político atuante que, por tudo isso, criticou o poder, por mais que não estivesse fora dele; governou a opinião conclamando os cidadãos a defender sua pátria; e esclareceu o cidadão, com suas aulas de Filosofia, Retórica e Moral²⁰.

²⁰ Obviamente é necessário um aprofundamento dos termos poder, opinião e cidadão nessa conjuntura precisa que é o período regencial, ou melhor, o período do Império. De todo modo, o texto cumpre seu propósito, de certo modo, provocativo, de pensar um padre, vereador, como um intelectual. Não estamos com isso afirmando que um padre ou mesmo um político não possam ser intelectuais, mas no Brasil do século XIX as questões são um tanto mais complexas.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales**. Notas de Investigación. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.
- _____. **Para um Programa de História Intelectual Y Otros Ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- ALMEIDA, Gabriela Bherdou. Propostas educacionais conflitantes: entre os costumes religiosos e a Monarquia Constitucional. Minas Gerais, 1829-1835. In: **II Encontro Memorial do ICHS**, 2009.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida & BUENO, Antonio Henrique da Cunha (orgs). **Dicionário das Famílias Brasileiras**, v.I: Ibero América: São Paulo, 1999.
- CARVALHO, José Murilo. História Intelectual: la retórica como clave de lectura. In: **Prismas**. Revista de História Intelectual, n.2, 1998.
- CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels”**. 1880-1900. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- DOMINGUES, Ivan. O Intelectual Público, a Ética Republicana e a fratura no Éthos da Ciência. In: conferência proferida em Ilhéus, Bahia, no **Seminário de História e Filosofia da Ciência**, ocorrido em agosto de 2010.
- DOSSE, François. La historia intelectual después Del linguistic turn. In: **Historia Y Grafia**, UIA, n.23, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional Brasileiro**: Minas Gerais, 1831 1835. São Paulo, Editora Hucitec, 2007.
- GOULEMOT, Jean M. **Adieu les Philosophes**. Que reste-t-il des Lumières? Paris: Seuil, 2001.
- JEREMY, Jennings Ralph, KEMP-WELCH, Antony (Dir). **Intellectuals in Politics**. From the Dreiffus Affaire to Salman Rushdie. London, Routledge, 1997.
- JUDT, T. **Passado imperfeito** – Um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MENDES, Jairo Faria. Memória dos Jornais Mineiros do século XIX: Revisão crítica das fontes historiográficas. In: **III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Novo Hamburgo, RS, 2005. GT de História da Midiologia.
- NOIRIEL, Gérard. **Dire La Verité au Pouvir**. Lês Intellectuels em Question. Marseille:

Agone, 2010.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SAND, Shlomo. Mirror, Mirror on the wall, Who is the true intellectual of them all? Sef-images of the intellectual in France. In: **Intellectuals in Twentieth Century France**: mandarins, and samurais. New York: Saint Martin's Press, 1993.

SILVA, Wlamir. **Liberais e o povo**. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo, Editora: Hucitec, 2009.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÈMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

TRINDADE, Raymundo. **Breve Notícia dos Seminários de Mariana**. Editada sob os auspícios da Arquidiocese de Mariana, 1951.

**CHARLES BOXER:
HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA**

Alberto Luiz Schneider*

Nos últimos anos tem surgido uma vasta produção de balanços e análises de conjunto sobre a historiografia brasileira, movimento que procura debater a sua trajetória de diferentes historiadores, refletindo também os rumos tomados pela pesquisa histórica no Brasil dos últimos anos. Muitas obras procuram compreender a produção historiográfica brasileira desde o século XIX, mas pouco tem sido escrito sobre os estrangeiros que se dedicaram a história do Brasil. Razão pela qual Charles Boxer (1904-2000) – um dos primeiros “brasilianistas” a escrever sistematicamente sobre o Império português – mereça maior atenção por parte dos historiadores brasileiros.

Charles Boxer foi um intelectual, bibliófilo e historiador notável e prolífico, tendo publicado mais de trezentos textos, entre livros e artigos¹. Militar de origem – campo em que atuou, entre outras atividades, como tradutor e intérprete de idiomas orientais, especialmente o japonês – a partir de 1947 tornou-se acadêmico e historiador profissional, embora jamais tenha tido formação acadêmica no sentido estrito da palavra. Naquele ano, assumiu a Cadeira Camões de Estudos Portugueses do King’s College London, onde trabalhou por mais de 20 anos. Stuart Schwartz considera o historiador inglês como o maior responsável pela introdução do Império Português, especialmente o do Atlântico Sul, na historiografia de língua inglesa. Porém, de todas as peculiaridades de Boxer, sua erudição é a característica mais notada por quem quer que se interesse por sua obra. Para o historiador norte-americano Stuart Schwartz,

ninguém teve melhor domínio de crônicas, gramáticas, cânticos, peças de teatro, narrativas e histórias numa perspectiva imperial do que Boxer; e a maneira como ele conseguia fazer uso de um texto desconhecido relativo à Etiópia ou Macau para esclarecer um acontecimento ou um episódio no Maranhão ou na Bahia diferenciava seu trabalho. (SCHWARTZ, 2009: 452)

Até os anos 40 Boxer dedicou-se a pesquisar a Império Português, no século XVI, concentrando-se especialmente no Japão, na China (especialmente Macau) e na

* USP – História – Pós doutorando.

¹ Ver: ALDEN, 2001.

Índia (Goa). A partir dos anos 50, no entanto, Boxer volta-se ao Atlântico Sul e ao Brasil. Nos últimos anos a discussão sobre os Impérios modernos tem assumido certa relevância na historiografia de língua inglesa, historicamente interessada nessa temática. Questões em torno das concepções de poder e das inter-relações entre as partes do Império, envolvendo europeus e não europeus no interior desse processo, têm recebido crescente atenção. A publicação de uma série de títulos, como *Peripheries and Center*: (Jack Greene), *Empires of the Atlantic World* (John Elliott), *Lords of all the World* (Anthony Padgen) apontam em tal sentido. *Portuguese Oceanic Expansion*, dos historiadores portugueses Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, direcionado ao público de língua inglesa, sugere a acolhida de publicações acerca dos Impérios modernos.

A obra de Charles Boxer

The Christian Century in Japan, 1549-1650, concluído em 1948 e publicado em 1951 – é seu primeiro grande livro, materializando um projeto que Boxer havia iniciado nos anos vinte. Até aquele momento, já havia publicado inúmeros artigos, documentos e ensaios de certa relevância; no entanto, *The Christian Century*, editado pela prestigiosa Universidade de Michigan, garantiu à obra audiência quase imediata. No texto, vê-se um intelectual maduro, escrevendo baseado em notável domínio de fontes impressas em japonês, português, inglês, holandês, espanhol e francês². Se até o final da década de 1940, Boxer havia se dedicado fundamentalmente à Ásia, em particular Japão, China (Macau) e Índia (Goa), a partir dos anos 50, mudou o foco de sua atenção, dirigindo-a ao Atlântico Sul. Dauril Alden afirma que Boxer esteve se preparando por muitos anos para escrever sobre alguns aspectos da história do Brasil.

O movimento de Boxer acompanha o deslocamento do próprio Império português, que a partir do século XVII tem no Atlântico Sul seu pólo mais dinâmico³. Desde os anos trinta, Boxer coletava documentos e obras raras sobre o século XVII, sobretudo a respeito das invasões holandesas no Novo Mundo. Ao estudar as lutas entre portugueses e holandeses, Boxer chega à figura de Salvador de Sá, o que gerou o extraordinário *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, talvez seu melhor livro, publicado em 1952. O fato de dominar perfeitamente as línguas

² Ver: ALDEN, 2001.

³ Ver: BOXER, 2002: 163-189.

portuguesa e holandesa proporcionou a Boxer condições privilegiadas para estudar a conquista neerlandesa no Nordeste do Brasil.

Salvador de Sá (o velho, 1602-1688) – descendia da família dos fundadores do Rio de Janeiro, Mem de Sá e Estácio de Sá – foi caçador de índio, cultivador de cana-de-açúcar, traficante de escravos, almirante, governador e general, tendo lutado e reconquistado Angola em 1647. O livro de Boxer é uma alentada biografia, em que se encontra um amplo repositório de informações sobre a história de Portugal, da África, Angola em particular, da América portuguesa – onde o autor, inclusive, explora as conexões com a América hispânica, particularmente Paraguai, Potosí e Tucumán – mostrando o contexto extraterritorial não contemplado pela historiografia brasileira, excessivamente presa às fronteiras. O livro chama a atenção para a importância de se estudar os governadores de capitania, militares, burocratas, o clero, as classes médias, os proprietários, as câmaras, os mercadores. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686* (1952) e *The Dutch in Brazil* (1957) são, para o historiador português Romero Magalhães, “livros excelentes, que continuam a ser essenciais para se entender o Brasil, Portugal e os Países Baixos. E, sobretudo, as dinâmicas da economia atlântica em construção e as políticas européias do XVII”. (MAGALHÃES, 2009: 535).

Tanto em *Salvador de Sá*, como em *The Dutch in Brazil*, Boxer evidencia o esforço holandês em fundar um império no Atlântico Sul, arrancando dos portugueses o controle sobre o comércio do açúcar brasileiro e de escravos da África Ocidental. O livro, de quase 500 páginas, embora de evidente qualidade e atualidade quando de seu lançamento, não alcança a excelência intelectual de *Salvador de Sá*, mas confere visibilidade à emergência do Atlântico Sul no século XVII, assunto praticamente inédito na historiografia de língua inglesa. No livro, Boxer cita e se vale do clássico de Hermann Wätjen, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien. Ein Kapital aus der Kolonialgeschichte des 17* (1921), bem como do extraordinário *Tempo dos Flamengos* (1947), de José Antônio Gonsalves de Mello, formando, com eles, a tríade de autores clássicos acerca do período holandês no Brasil. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654* (1975), de Evaldo Cabral de Mello, beneficiou-se largamente desses estudos.

A década de 1950 foi, segundo Dauril Alden, os anos mais produtivos de

Charles Boxer. Além dos livros comentados, o historiador publicou dezenas de artigos e três outros livros: *South China in the Sixteenth century* (1953), *The Great Ship from Amacon* (1959) e *The Tragic History of the Sea* (1959), ainda marcados pelo seu antigo interesse na presença lusitana no Oriente. Os anos cinquenta, no entanto, marcam a virada “brasileira” de Boxer, cada vez mais interessado no Atlântico Sul, como a lista de artigos publicados sugere⁴.

The Golden Age of Brazil: The growing Pains of a Colonial Society, 1695-1750 (BOXER, 2000), publicado nos Estados Unidos em 1962, fecha a trilogia dos grandes livros de Boxer dedicados ao Brasil, fruto de suas pesquisas desde a década de 1950. "A Idade de Ouro do Brasil" é, evidentemente, uma referência ao ouro das Gerais, tema que ocupa boa parte do livro, mas é também uma alusão ao fato de que América portuguesa, na primeira metade do XVIII, torna-se absolutamente essencial ao Império português, o que, por sua vez, tornaria o reinado de D. João V (1706-1750) relativamente próspero. Tempo em que se realiza o ensimesmamento da colônia americana, marcada pela penetração ao interior e, em grande medida, autocolonizada. Evaldo Cabral, em pequeno e importante artigo, lembra que a “leitura da obra [da obra de Boxer em questão] faz-nos antes lembrar a asseveração de Gilberto Freyre, segundo a qual o século XVIII foi o século mais agreste, isto é, o mais sertanejo, da história brasileira”⁵. A afirmação de Freyre, segundo a qual o século XVIII foi o século mais agreste, refere-se a ocupação efetiva dos vastos sertões brasileiros, formadores de uma cultura já bastante diferenciada das tradições metropolitanas, fenômeno que, de certo modo, caracterizaria a sociedade e a cultura brasileira até as raias do século XIX, quando se imporia a tendência à reeuropeização. Capistrano de Abreu localiza a gênese de um Brasil interior no século XVII, tempo de caminhos e bandeiras a rasgar o continente em sentido oposto ao litoral.

The Golden Age of Brazil trata fundamentalmente das questões em torno da expansão territorial e populacional, impulsionadas pela descoberta e exploração do ouro nas Gerais. No livro, Boxer valoriza a formação do espaço geográfico do que viria a ser o Brasil, inclusive o Tratado de Madri, de 1750, que legitima a expansão para o Oeste. Conflitos como as guerras dos Emboabas e dos Mascates também são analisados, assim

⁴ Ver: WEST: 1984.

⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. “O Século Agreste”. Folha de São Paulo, 09 de setembro de 2000.

como as invasões francesas e os diferentes fluxos migratórios, oriundos de Portugal e de outros pontos da colônia. Também aparecem as atividades missionárias, especialmente dos jesuítas, uma antiga obsessão de Boxer, que tencionava escrever sobre Antonil, o que jamais aconteceu. Além de Antonil, por longos anos Boxer acalentou a expectativa de escrever uma biografia sobre Padre Antônio Vieira, que ele considerava a figura mais destacada do mundo português do século XVII. Para Dauril Alden, “dos nove livros que Boxer pretendeu escrever e nunca completou, seu projeto Vieira, um complemento perfeito de *Salvador de Sá*, é provavelmente nossa maior perda”. (ALDEN, 2009: 386).

*Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao Bahia, and Luanda, 1510-1800*⁶ (1965) é uma das melhores contribuições à história política do Império português. Trata-se de “um pequeno, mas fundamental livro de história comparada, repleto de insights e sugestões a respeito do papel do governo local no sistema imperial português”, afirma Stuart Schwartz (2009: 450). Boxer estava na vanguarda dos estudos sobre a história social das interações entre portugueses e não portugueses no ultramar, conferindo importância às Câmaras e à Misericórdia, presentes em todo o mundo português. “Quem não está na Câmara, está na Misericórdia”, insiste o historiador inglês.

Historiadores de língua inglesa, como o britânico Russel-Wood (*Fidalgos e filantropos*), e os americanos Stuart Schwartz (*Burocracia e sociedade no Brasil colonial*) e Dauril Alden (*Royal Government in Colonial Brazil*) aceitaram percorrer os caminhos proposto por Boxer. Em Portugal, Romero Magalhães, em “Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial portuguesa”, também pode ser considerado tributário da discussão esposada em *Portuguese Society in the Tropics*. No Brasil, apenas recentemente surgiram novos estudos dedicados à administração colonial. Entre eles se pode citar *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, de Maria Fernanda Bicalho, o volume organizado por Fragoso, Bicalho e Gouvêa, *O Antigo Regime nos Trópicos* e, de Laura de Mello e Souza, *O Sol e a Sombra*, aonde aspectos da obra de Boxer são retomados.

Antes da publicação de *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825* (1969), Charles Boxer escreve *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Os dois livros

⁶ BOXER. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965

condensam décadas de estudos sobre os impérios holandês e português. *The Portuguese Seaborne Empire* – publicado quando Charles Boxer tinha 69 anos – representa um amplo painel historiográfico de sua obra, onde o historiador condensou toda uma vida de pesquisa, dedicada às margens litorâneas de três continentes, inseparável da trajetória de Portugal. Embora o autor não utilize uma ligação econômica, nem uma perspectiva economicista, os espaços coloniais asiático-afro-brasileiros inscrevem-se na trama da expansão capitalista liderada pela Europa Ocidental; nesse sentido, embora diferente, trata-se de uma leitura que o aproxima daquela delineada por Caio Prado ou Fernand Braudel.

Embora *The Portuguese Seaborne Empire*, possa ser lido como o ponto de chegada do historiador britânico, Boxer ainda publicará três livros (e vários artigos), dois deles bastante importantes e traduzidos ao português: *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas, 1440-1770* (1975), *The Church Militant and Iberian Expansion, 1440-1770* (1978) e *João de Barros. Portuguese Humanist and Historian of Asia* (1981). Boxer foi sensível à emergência de uma extraordinária gama de novos estudos sobre as mulheres na história, mas não foi capaz de produzir uma obra à altura do que se estava escrevendo nos anos 70, inclusive por ser um tema que não estava no centro de suas preocupações intelectuais. O contrário ocorreria com *The Church Militant*, um livro que fecha um longo caminho, iniciado com *The Christian Century in Japan*. Boxer jamais se furtou em classificar a Inquisição como “odiosa”, nem deixou de apontar a dimensão antissemita da Igreja Ibérica, embora tivesse o cuidado de considerar que, nota Stuart Schwartz, “o abuso, a exploração e a discriminação racial faziam igualmente parte dos sistemas coloniais inglês, holandês e outros”. (SCHWARTZ, 2009. P. 448).

Charles Boxer e Gilberto Freyre

Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825, publicado em 1963, é fruto de três conferências proferidas na Universidade da Virgínia, em 1962: “Marocco and West Africa”, “Moçambique and India” e “Brazil and Maranhão”. Nelas, Boxer consolida sua visão de conjunto sobre o império português. Ao trabalhar com a questão racial, envolvendo os portugueses e os outros, os “povos de cor”, significativamente optou por abordar diferentes pontos do império. Utilizando-se de

narrativas de colonos e padres, afirma Russel-Wood, Boxer “transmite com eficácia ao leitor o cinismo, o subterfúgio e a deturpação que eram inerentes ao modo como os colonos descreviam suas reações aos índios”. (RUSSELL-WOOD, 2009: 472). Referindo-se à América portuguesa, comenta as relações inter-étnicas nas áreas de forte presença indígena, como São Paulo e a Amazônia, ou negras, como a Bahia e o Maranhão, destacando a existência da mestiçagem, mas empenhando-se diligentemente em evidenciar, sempre pautado pelas fontes, as práticas racistas dos portugueses, num debate implícito, mas consciente, com Gilberto Freyre. Em *The Portuguese Seaborne Empire* (1969), Boxer afirma:

Não faltam autoridades contemporâneas eminentes que nos asseguram que os portugueses nunca tiveram preconceito racial digno de nota. O que essas autoridades não explicam é por que, nesse caso, os portugueses, durante séculos, deram tanta ênfase ao conceito de ‘limpeza’ ou ‘pureza de sangue’, não só de uma classe mas também de uma perspectiva racial, nem o motivo por que se encontram com tanta frequência expressões como ‘raças infectas’ em documentos oficiais e na correspondência privada até o último quartel do século XVIII. (BOXER, 2002: 262)

Boxer procura demonstrar que as pessoas de “sangue infecto” ou com “defeito de sangue”, mesmo quando livres e até proprietárias, tinham suas possibilidades restritas, pois “o padrão social que prevalece era aquele da consciência da superioridade branca” (BOXER, 1997: 40). O tema relativo aos contatos entre os colonizadores e as gentes de outros continentes, e a conseqüente mestiçagem, não aparece apenas em *Race Relations*, mas de uma ou outra forma está em quase todas as obras de Boxer, especialmente em *The Portuguese Seaborne Empire, Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas, The Church Militant and The Iberian Expansion, The Golden Age of Brazil e Portuguese Society in the Tropics*.

O tema em torno da mestiçagem fez a ventura e a desventura de *Casa Grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933. Trata-se de uma inflexão no modo de abordar o assunto, pois encarou a questão da sexualidade inerente à miscigenação e ultrapassou o conceito de “raça” então em voga. Ainda que não tenha se livrado de todo o ranço científico-darwinista, encampou a noção de cultura (fruto de sua formação na antropologia culturalista nos Estados Unidos), entrelaçando o fenômeno da

miscigenação étnica e as múltiplas mesclas culturais⁷. Como se sabe, a leitura de Freyre – segundo a qual os portugueses quase não teriam preconceito racial, seriam predispostos à miscigenação, além de dotados de plasticidade e adaptabilidade aos trópicos – foi muito questionada. Freyre atribuiu ao português a formação histórico-cultural brasileira, “amolengada”, frouxa e lasciva quanto aos rigores do preconceito racial. A obra de Freyre foi pesadamente criticada, com mais ou menos pertinência. Teria sido um dos criadores do mito da democracia racial; teria tomado a escravidão doméstica da casa-grande como padrão adocicado do escravismo colonial. A escola paulista, de Caio Prado, Florestan Fernandes e Fernando Novais atacou impiedosa e barulhentemente a obra de Freyre, por não valorizar o legado econômico. A crítica de Boxer, porém, foi sutil e radical, noutra direção.

Boxer parte de uma premissa visceralmente oposta a de Freyre, no que concerne à tolerância racial. Ao invés de analisar a vida doméstica nos engenhos, num ponto circunscrito do império, o litoral atlântico do Nordeste brasileiro, Boxer estuda a relação dos lusitanos com os “povos de cor” no “Marrocos e África Ocidental”, em “Moçambique e Índia” e no “Brasil e Maranhão”⁸. O historiador examinou os estatutos de “limpeza de sangue” e os textos dos cronistas e letrados portugueses no Antigo Regime, num largo período, de 1415 e 1825, insistindo em que os portugueses eram tão racistas quanto os outros europeus da época. Os estatutos de “pureza de sangue” produziram inabilitações e estigmas de toda sorte contra os descendentes de judeus, mouros, índios, negros, todas “raças infectas”.

Charles Boxer se concentrou na dimensão institucional e ideológica da antiga sociedade portuguesa, produzindo uma reflexão de ordem política, diferentemente de Gilberto Freyre, que se dedicou à vida cotidiana, afetividades e sociabilidades – o que, em parte, explica as diferenças de interpretações. As “raças infectas” abordadas por Boxer são criações de sociedades aristocráticas, em que o conceito de raça associa-se à linhagem, à ancestralidade e ao sangue. Ao contrário de Freyre – cuja noção de raça deriva, ainda que em oposição, do conceito biológico, herdeiro do cientificismo darwinista do século XIX – Boxer pensou as instituições políticas e a mentalidade do Antigo Regime. O certo, porém, é que Boxer se opõe, conscientemente, à noção de

⁷ Ver. PALLARES-BURKE: 2005.

⁸ Durante boa parte do período colonial, a Amazônia, chamada genericamente de Maranhão, não pertencia ao “Estado do Brasil”, mas era vinculada diretamente a Lisboa.

Freyre:

Não faltam autoridades contemporâneas eminentes que nos assegurem de que os portugueses nunca tiveram preconceito racial digno de nota. O que essa autoridade não explicam é por que, nesse caso, os portugueses, durante séculos, deram tanta ênfase ao conceito de ‘limpeza’ ou pureza de ‘sangue de sangue’, não só de uma classe mas também de uma perspectiva racial, nem o motivo por que se encontram com tanta frequência expressões como ‘raças infectas’ em documentos oficiais e na correspondência privada até p último quartel do século XVIII”. (BOXER, 2002: 262)

A oposição não é apenas intelectual, mas também política. Freyre flerta com o salazarismo e sua noção de “luso-tropicalismo” foi usada pela ditadura portuguesa para justificar a dominação luso na África. Boxer, ao contrário, torna-se *persona non grata* em Portugal de Salazar.

Boxer e a historiografia brasileira

A maior contribuição de Boxer aos historiadores brasileiros está no seu olhar imperial. Evaldo Cabral de Mello chama a atenção justamente para essa questão, pois considera uma das melhores qualidades de Boxer a capacidade de olhar as diferentes possessões do Império, sem prejuízo das especificidades locais, mas compreendendo as relações entre as partes.

Que a um historiador inglês devam Portugal e o Brasil a primeira obra de conjunto acerca da expansão colonial do velho reino, constitui algo merecedor de alguma surpresa e sobretudo de reflexão (...). A abordagem supranacional da história luso-brasileira foi assim deixada a estrangeiros (...). A Boxer cabe boa parte do crédito pelo reconhecimento de que as histórias portuguesa e brasileira tornam-se separadamente ininteligíveis e pela tendência, que já se detecta na historiografia mais recente, de saltar este fosso, como acaba de fazer Luiz Felipe de Alencastro em "O Trato dos Viventes" (...). (MELLO. O século Agreste. Folha de São Paulo, 09 de setembro de 2000)

A abordagem boxeriana do Império português – livre do peso dos dramas nacionais, brasileiros e portugueses, provavelmente contribuiu para que o historiador inglês enxergasse as partes do Império como integrantes de um grande corpo político, econômico e cultural, sem, contudo, enxergar nele apenas o papel avassalador do Estado, à maneira de Raimundo Faoro, ou o peso da família patriarcal, como em Gilberto Freyre, ou apenas o “sentido da colonização”, como em Caio Prado Jr. O fato de Boxer conhecer a história dos outros impérios modernos, como o holandês, o inglês e o espanhol, certamente enriqueceu-lhe o olhar.

A temática imperial tem uma razão de ser nas décadas de 1950: o início do movimento irrefreável da descolonização, que punha em xeque o que restava dos grandes impérios erigidos por portugueses, holandeses, ingleses e franceses ao longo os últimos séculos. Um tema que mobilizava espíritos críticos e agitava os intelectuais e a universidade.

Se a historiografia pós-estruturalista, na qual os jovens historiadores foram educados, é caracterizada pelo que François Dosse chamou de “história em migalhas”⁹, vertical, com recortes temporais e espaciais restritos, em profundidade, a produção historiográfica de Boxer causa certo espanto, pois é marcada por abordagens horizontais, no espaço e no tempo, que comparavam informações fornecidas pelas fontes oriundas do Império, assente nas diferentes camadas documentais. Depois da inegável contribuição da micro-história, revisitar a obra de Boxer, com sua visão horizontal, mas documentada e criteriosamente contextualizada, é também uma maneira de reconhecer méritos nesta postura historiográfica.

Boxer não partia de grandes esquemas interpretativos *a priori*, nem deixava as evidências documentais serem sufocadas por estruturas teóricas, nem produziu um pensamento marcado por um espírito teleológico. Ao invés de apriorismos teóricos, fiava-se no domínio da documentação, na construção criteriosa de contextos e, através desse expediente, buscou construir um amplo quadro explicativo do mundo português. Mas atrás da leitura de Boxer havia um sistema interpretativo, que esta pesquisa almeja descortinar.

Referências Bibliográficas

- ALDEN, Dauril. **Charles R. Boxer**: An Uncommon Life. Soldier, Historian, Teacher, Colletor, Traveller. Lisboa, Fundação Oriente, 2001.
- _____. Charles R. Boxer e The Church Militant. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik. **O Brasil no Império Marítimo português**. Bauru: Edusc, 2009.
- _____. **Royal Government in Colonial Brazil**: with special reference to the administration of the Marquis of Laradio, vice-roy, 1769-1779. Berkley / Los Angeles: University of California Press, 1968.

⁹ Ver: DOSSE: 1995.

- BETHENCOURT, Francisco, CURTO, Diogo Ramada. **Portuguese Oceanic Expansion**, 1400-1800. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOXER, Charles R. **The Christian Century in Japan**, 1549-1650. Berkeley: University of California Press, 1951.
- _____. **Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola**, 1602-1686. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. (Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto).
- _____. **Os Holandeses no Brasil**, 1624-1654. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- _____. **The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825**. London: Hutchinson, New York: Knopf, 1969. Tradução brasileira: _____. **O Império Marítimo Português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of Colonial Society**. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1962. Tradução brasileira: _____. **A Idade de Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. **Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825**. London: Oxford, University Press, 1963. Tradução brasileira: _____. **Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. **Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas, 1440-1770**. London: Duckwoth, 1975. Tradução portuguesa: _____. **A mulher na expansão ultramarina Ibérica, 1415-1815**. Lisboa: Livros Horizontes, 1977. (Tradução de Saul Barata).
- _____. **The Church Militant and Iberian Expansion, 1440-1770**. Baltimore & London: John Hopkins University Press, 1978. Tradução brasileira: _____. **Igreja militante e a expansão Ibérica, 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOXER, Charles. **João de Barros**. Portuguese Humanist and Historian of Asia. Xavier Centre of Historical Reseach Studies no.1, Concept Publishing Company, New

- Dellhi, 1981.
- _____. **Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825**. London: Oxford, University Press, 1963. Tradução brasileira: _____. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. **O Império Marítimo Português, 1415 - 1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos Annales à História Nova**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- ELLIOTT, J.H. **Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830**. New Haven, EUA: Yale University Press, 2006.
- GREENE, Jack. **Peripheries and Center: Constitutional Development in the Extended politics of the British Empire and the United States, 1607-1788**. Athens & London: University of Georgia Press, 1986.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Algumas notas sobre The Portuguese Seaborne Empire The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik. **O Brasil no Império Marítimo português**. Bauru: Edusc, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Forense/Edusp, 1975. Ver ainda: _____. **Rubro Veio: o Imaginário da Restauração Pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1987.
- PADGEN, Anthony. **Lords of all the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain, and France, 1500-1800**. Yale: Yale University Press, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos**: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. O uso de fontes literárias por Charles Boxer no estudo das relações raciais no Brasil e no Maranhão. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik. **O Brasil no Império Marítimo português**. Bauru: Edusc, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart B. Religião popular e a Igreja militante: Novos rumos no estudo do Brasil colonial. In: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik. **O Brasil no Império Marítimo português**. Bauru: Edusc, 2009.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- WÄTJEN, Hernann. **Das Holländische Kolonialreich in Brasilien**. Ein Kapital aus der Kolonialgeschichte des 17. Jahrhunderts. Haia/Gotha, 1921. Tradução brasileira: _____. O Domínio Colonial Holandês no Brasil. Um capítulo da História Colonial do Século XVII. São Paulo/Rio/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.
- WEST, S. Georg. **A list of the Writings of Charles Raph Boxer Published between 1926 and 1984**. London. Tamesis Books, 1984.

A EXTREMA DIREITA CATÓLICA REPRESENTADA NOS ESCRITOS DA REVISTA PERMANÊNCIA (1968-1974)

Glauco Costa de Souza*

Introdução

As contribuições teórico-metodológicas advindas da *História Cultural* francesa contribuem para o estudo das diversas manifestações religiosas existentes no Brasil, com análises pautadas na interface do sagrado em diversos âmbitos, seja na sua relação com os aspectos sociais, culturais e/ou políticos. Para tanto, a historiografia francesa relacionada ao fenômeno religioso, denominada por Albuquerque (2007) de *História Cultural do Sagrado*¹, permite a apropriação de alguns métodos da *História Cultural* do político, sendo a presente comunicação guiada pelas vertentes da história dos *intelectuais* e do *biográfico*.

Os conceitos e as análises que são propostas por essas duas abordagens permitem ao estudioso entender as linhas que regem as mudanças históricas geradas pela interação entre os grupos que compõem uma sociedade. Tais métodos, advindos das ciências humanas, colocam em foque o evento histórico diante das *representações* dos grupos, de acordo com suas visões sobre o mundo. Seguindo esses pressupostos, pretende-se abordar nesta comunicação o conflito político e teológico que existiu entres os setores conservadores e progressistas da Igreja Católica durante o regime militar no Brasil, entre os anos de 1968 a 1974, conhecido pela história contemporânea como “anos de chumbos” do governo ditatorial².

Tal conflito está presente na revista *Permanência*, liderada pelo católico leigo

* Mestrando em história do programa de pós-graduação da UNESP/Assis, que possui como pesquisa: “*Conflitos Teológicos e Políticos da Igreja Católica no Brasil presente nos artigos das revistas Hora Presente e Permanência (1968-1974)*”. O Projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob a orientação do professor Dr. Ricardo Gião Bortoloti.

¹ Neste artigo o professor Eduardo Bastos de Albuquerque trata das orientações historiográficas advindas da *História Nova* e da *História Cultural* francesa, quando ambas tratam da religião. Ele discute sobre as contribuições dos conceitos de *mentalidade* e *representação*, no qual aponta para os refinamentos conceituais que podem contribuir para o estudo do pesquisador. Assim, Albuquerque propõe o desdobramento epistemológico da história religiosa praticada nos anos anteriores e chama a atenção dos historiadores aos conceitos de *sentidos* e *prática*, pois tais conceitos possuem a “finalidade de perceber o significado atribuído ao mundo (...) de modo a atribuir historicidade a visões de mundo que estão no cotidiano e que fundam a religiosidade de um grupo social (...)” (2007: 47).

² Conhecido como “golpe dentro do golpe” o período compreende o momento da edição do ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968 até o final do Governo Médice, presidente que liderou a ala da “linha dura”, com a radicalização imposta aos setores de esquerda e pelo avanço das medidas repressivas. Para mais informações consultarem o artigo escrito por Coimbra (2001).

Gustavo Corção, escritor e jornalista ativo dos principais jornais de extrema direita que compunham o cenário da imprensa política brasileira no período³. O grupo *Permanência* contava com a participação de vários intelectuais católicos, em sua maioria professores de Faculdades, jornalistas e políticos que apoiaram a instalação do regime militar. O sucesso da relação entre religião e política deve-se ao fato da ditadura ter por base doutrinária o discurso religioso, pautado na defesa dos valores cristãos.

Dessa forma, o conflito formado entre os setores da esquerda católica e os da ala conservadora gerará a *representação histórica* de um momento marcado pela interferência da estrutura política nas práticas religiosas e teológicas do grupo em questão. Esses artigos refletem episódios que são marcados pela postura conservadora do movimento Permanência contra membros da Igreja, que “subverteram” a doutrina católica por influência do pensamento moderno, especificamente, do marxismo científico.

Portanto, cabe ao trabalho aproximar o grupo *Permanência* do seu ambiente de sociabilização⁴, onde pessoas compartilhavam o mesmo espaço por comungarem o mesmo sentimento religioso e que atuaram na construção de um discurso anticomunista/modernista, para salvaguardarem o país da ameaça comunista. Após a demarcação do espaço intelectual, a pesquisa utiliza-se das contribuições da biografia⁵ para o estudo dos escritos de Gustavo Corção, por identificar no escritor um indivíduo que atuou dentro do seu espaço histórico, influenciando e sendo influenciado por essa conjuntura.

Por último, alguns artigos de Corção serão analisados no intuito de identificar as

³ A Revista Permanência foi lançada em circulação em Outubro de 1968 por seu grupo. Ela fazia parte da imprensa que atuava na veiculação da ideologia política da ditadura. Em várias publicações de Permanência o grupo editava artigos publicados por Gustavo Corção publicados no jornal *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

⁴ De acordo com Michel Lagrée (1998: 382), a história religiosa encontra-se em um momento de *Fascinação* da interface, no qual recorre a novos objetos de estudos de outros campos historiográficos, englobando a percepção do social e cultural. Dessa forma, o autor reconhece que uma das linhas de frente do estudo do religioso é a história *intelectual*, que “Contribuiu para aclimatar a história social e cultural dos intelectuais enquanto grupo, com os instrumentos de análise apropriados: redes, gerações”.

⁵ Teresa Maria Malatian (2008: 30) afirma que as relações da biografia com a história ganham força a partir da década de 1980 e 1990, com contribuições do historiador francês Roger Chartier. Segundo Malatian, ele foi o responsável pelo florescimento da história narrativa e da valorização do indivíduo na nova fase da historiografia francesa, após a crise do marxismo e do estruturalismo. Influenciado pelos conceitos de Bourdieu sobre o *Habitus*, a *Nova História Cultural* busca a afirmação da liberdade individual manifestada nas escolhas realizadas pelos sujeitos. Sendo assim, nas escolhas individuais pode-se “afirmar que o indivíduo só existe numa rede de relações sociais diversificadas e esta diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo”.

complexas relações entre vida privada e vida pública vividos pelo católico, no intuito de reconstruir uma *narrativa histórica* do contexto social no qual pertenceu⁶. Suas críticas em relação aos assuntos polêmicos vividos no interior da instituição *representam* a visão de um grupo determinado, compostos por membros que atuaram junto à formação ideologia da ditadura. Foi durante esse período que a democracia no país se enterrou no vazio político do governo e a censura tornou-se o único inimigo político para os grupos de esquerda, tanto para os revolucionários como para os membros progressistas da Igreja Católica no Brasil.

Os Intelectuais do Grupo *Permanência*

O grupo *Permanência* teve sua primeira reunião em outubro de 1968, mês em que lançou sua revista nos meios de comunicação da época. Segundo Antoine (1980), seus artigos se caracterizavam por críticas de cunho teológico⁷ e filosófico⁸ aos setores progressistas da Igreja e pelo apoio de alguns episódios relacionados à ditadura militar⁹. Por isso, ao combaterem os progressistas católicos por meio do ataque ao pensamento moderno, torna-se possível a análise do conflito interno na instituição e do seu contexto histórico.

Partindo da análise de um grupo de intelectuais católicos, especificamente, sobre sua compreensão simbólica da realidade brasileira, as contribuições da *História Cultural* conferem ao pesquisador da religião um amplo leque de possibilidades teóricas e conceituais para construção do seu trabalho. Desse modo, a comunicação apropria-se

⁶ Para a realização dessa tarefa, os conceitos de *prática/representação* do historiador francês Roger Chartier (1988), advindos da sociologia de Bourdieu, são fundamentais para se compreender teoricamente a visão de mundo dos membros do grupo *Permanência*.

⁷ Encontra-se na revista *Permanência* artigos que criticam o progressismo católico por abalar as estruturas dos principais dogmas católicos, como a questão do celibato, do catecismo e da infalibilidade do Papa. Como exemplos, em sequência, seguem-se os artigos: LAGE, Alfredo. *O que é Desclerificação?* RJ: *Permanência*, junho de 1969: 53-57; RODRIGUES, Pe. Afonso. *Leitura Brasileira do Catecismo Holandês: dê um diário íntimo*. RJ: *Permanência*, novembro de 1969: 38-47; MELO, Gladstone Chaves de. *“Ubi Petrus, ibi Ecclesia”*. RJ: *Permanência*, novembro de 1968: 29-32.

⁸ Quanto aos artigos com teor filosófico, as críticas se dirigiam aos sistemas de pensamentos surgidos com a modernidade. Pela campanha anticomunista, muitos artigos combatiam o marxismo, como: FRANCO, Alexandre. *A Infra-estrutura Ideológica dos Coletivismos: o marxismo puro e o marxismo revisto e adaptado por Lenine*. RJ: *Permanência*, dezembro de 1969: 24-34. Esse artigo teve continuidade por mais três números posteriores.

⁹ Em relação à ditadura militar, o grupo inseria nas revistas, logo após o término dos artigos principais, “janelas” que tratavam de alguns episódios que relacionavam a Igreja com fatos políticos da época. Têm-se várias notas que tratam da relação de grupos progressistas católicos com a guerrilha brasileira, como no episódio dos padres dominicanos que atuaram com Carlos Mariguela, um dos principais líderes comunista do país no período. Uma das notas é: *Aviso aos Comunistas*. RJ: *Permanência*, dezembro de 1969: 23.

do conceito de *intelectuais* por se estudar uma revista católica formada por um grupo de pessoas que se reuniam constantemente para refletirem sobre o contexto no qual viviam.

A liderança intelectual do grupo concentrava-se na figura do católico leigo Gustavo Corção, além de contar com a participação de vários religiosos beneditinos do Rio de Janeiro e de intelectuais leigos como Alfredo Lage, Gerardo Dantas, Nuno Veloso e outros¹⁰. Como o pensamento de Corção era influenciado pela corrente integrista francesa de Jean Ousset¹¹ e das revistas francesas *Permanences* e *Itinéraires*, os artigos escritos pelos seus membros receberam forte influência do pensamento católico vindo da França nesse período.

Segundo Pierucci (1990: 149), o integrismo se desenvolveu no mundo católico com a crise modernista, “na qual fez que aparecesse um catolicismo moderno, ‘junção da razão com a fé’, e um catolicismo integral ou intransigente, ‘totalmente tradicional e hierárquico’”. Surge no final do século XIX a corrente integrista, que tinha por objetivo combater o pensamento moderno que se difundia na Europa. Desde então, o integrismo acolheu os grupos tradicionalistas, ultraconservadores, ultra-ortodoxos e antimodernos da Igreja Católica com o intuito de perseguir os pensadores católicos progressistas. Para Pierucci o pensamento integrista possui as seguintes características:

- 1) a autoridade sacra para a qual se pretende inerrância literal é o texto papal (melhor dizendo, certos textos de papas), não a Sagrada Escritura; 2) a motivação do zelo militante é a defesa de valores religiosos ameaçados de decomposição pelos efeitos da modernidade; 3) a modernidade, por conseguinte, é pensada como síndrome antagônica à tradição que se quer preservar; 4) numa sociedade condenada a se desagregar pelos próprios erros, o único e legítimo portador da boa ordem sociopolítica a restaurar é a Igreja hierárquica, o alto clero; 5) para a restauração de uma sociedade integralmente cristã, ou seja, confessional em seu conjunto, é indispensável a manipulação ou o exercício do poder político (PIERUCCI, 1990: 150)

¹⁰ Sua redação era composta por Maria Graça Carvalho Pierotti, Sileno Ferreira da Costa, Gabriel Chaves de Melo, Maria de Lourdes Ganzarolli de Oliveira e Maria Helena A. P. Fraga. Entre os colaboradores mais frequentes encontram-se, Paulo Rodrigues, Gladstone Chaves de Melo, José Artur Rios, Lenildo Tabosa Pessoa, José Pedro Galvão de Souza, Helena F. Rodriguez, Aíla Gomes, Oscar Mendes, Ruy de Ayres Bello, Luís Delgado. Além dos católicos leigos, participaram da edição da revista religiosos da ordem beneditina, como D. Lourenço Almeida Prado OSB, D. Irineu Pena OSB, D. Marcos Barbosa e Pe. Antônio Candal.

¹¹ Segundo Antoine (1980), Jean Ousset foi o coordenador de “*Centre d’Etudes Critiques et de Synthèse*”, criado em 1946, e que deu origem em 1949 à revista *Verbe – La Cité Catholique*. Em julho de 1963, *Verbe* é substituída pela revista mensal *Permanences*.

Em relação ao desenvolvimento da corrente integrista no Brasil, o primeiro representante do catolicismo integral foi Jackson de Figueiredo, que criou nas décadas de 1920 o *Centro D. Vital* e a revista *A Ordem*. O *Centro* se caracterizou por sua posição contrarrevolucionária, “em defesa da ordem cristã na sociedade e sua intransigência ao pensamento moderno em favor da teologia católica” (ANTOINE, 1980: 17).

Mas, logo após a segunda guerra mundial, surgem as primeiras fissuras no catolicismo brasileiro. Surgem, de um lado, grupos católicos preocupados com a problemática social, o que os levou a uma tendência política de esquerda. De outro, grupos preocupados em manter a “civilização ocidental cristã, combater o comunismo ateu e discutir a problemática religiosa da modernidade” (CALDEIRA, 2004: 7-8).

Com o Golpe de 1964, resultado da insatisfação dos setores do exército com a crise política dos governos populistas de Janio Quadros e João Goulart, acentuaram-se mais as discussões entre os grupos católicos. Dessa forma, observa-se a formação de vários grupos conservadores que serviram de apoio ao regime instalado. Entre os mais significativos se destacaram os grupos *Hora Presente*, de São Paulo, *Permanência* e a *TFP*¹², com sua revista *Catolicismo*, sob a liderança de Plínio Corrêa de Oliveira. Tais grupos se caracterizaram por retomarem a problemática integrista: combater o pensamento moderno e a infiltração comunista na sociedade brasileira por meio da defesa dos dogmas pregados pela Igreja Católica Romana.

Então, formado o jogo político entre os diversos grupos que compuseram essa cena histórica, a *história intelectual* oferece pistas conceituais para uma análise histórica sobre o período. Como afirma Lagrée (1998), a *história religiosa* na contemporaneidade requisitou novos objetos e novas abordagens que correspondem a solicitações vindas da própria dinâmica religiosa da sociedade. Assim, percebe-se que no Brasil, desde o início da década de 1950, várias instituições religiosas compuseram o *corpo social* do país. Como descreve Montes (1994: 69), ocorreu um processo de “rearranjo do campo religioso” com a vinda de imigrantes nordestinos, absorvidos em massa pelo processo de urbanização e industrialização dos anos 50. Desse processo, o catolicismo passou a disputar o espaço político e social com outras religiões, como o protestantismo (e suas variações) e as religiões afrobrasileiras.

¹² Tradição, Família e Propriedade, movimento criado por Plínio de Oliveira em 1960.

Pensando nessas transformações do campo religioso e político brasileiro, a *história religiosa* é inseparável do conceito de “*imigração religiosa*” (LAGRÉE, 1998: 380). Ou seja, da interação sucessiva de grupos portadores de uma cultura religiosa diferente do padrão nacional. Desse intercâmbio cultural entre os grupos sociais no Brasil surgiram organizações vinculados à Igreja Católica, comandados e organizados por movimentos de matrizes progressistas. Portanto, de acordo com Sirinelli (1996: 244), a *história dos intelectuais* torna-se um campo autônomo e aberto, situado no cruzamento da história política, social e cultural. Ou seja, os intelectuais e o grupo *Permanência* formaram um *meio polifônico*¹³, onde suscitaram representações dissonantes da própria realidade, em contraposição aos seus grupos de oposição religiosa e política.

Nesse sentido, o grupo *Permanência* selecionou, ordenou, estruturou e narrou uma realidade histórica. O conteúdo de seus artigos não pode ser dissociado do contexto de sua publicação e da figura de seus idealizadores. Nos seu conjunto, os artigos da revista revelam um mundo como *representação*, no qual a cultura se articula entre o mundo do texto e do sujeito.

Portanto, os intelectuais que formaram o grupo veicularam em suas revistas posições políticas e teológicas contrárias aos dos grupos progressistas que compunham o cenário político e religioso a partir de 1968. Diante da ameaça comunista propagada pela onda revolucionária dos grupos de esquerda na década de 1960, o grupo *Permanência* se posicionou contra os princípios pregados por esses grupos e contra a irrupção da doutrina marxista em setores da própria instituição.

O Líder do Grupo Permanência: Gustavo Corção

Gustavo Corção nasceu em 1896, na cidade do Rio de Janeiro. Coursou o ensino público no colégio Dom Pedro II e cursou engenharia na escola Politécnica, apesar de

¹³ Existem três ferramentas de análises essenciais para se empregar o conceito de intelectual no grupo em análise (SIRINELLI, 1996: 245-246): a noção de *itinerário*, que consiste na reconstituição das trajetórias de intelectuais e suas influências no plano político ou cultural, como no caso de Gustavo Corção; a noção de *geração*, por representar grupos complexos, podendo, ou não, exercer influência ideológica às gerações de intelectuais seguintes, como no caso a herança intelectual do integrismo francês; e a noção de *sociabilidade*, como o grupo *Permanência*, que se destacou por ser ponto de encontro de itinerários intelectuais individuais ou coletivos e por representarem forças antagônicas de adesão (laços de amizades, fidelidades e influências) ou exclusão (posições tomadas, debates suscitados e cisões resultantes).

não concluir o curso. Durante anos foi professor da disciplina de eletrônica na escola Técnica do Exército, atual Instituto Militar brasileiro. Seu contato com o catolicismo veio depois de uma crise existencial causada pela morte de sua mulher, que falecera em 1936. Dessa experiência com o cristianismo se tornou membro do *Centro Dom Vital* e defensor dos ideais pregados pela Doutrina Social da Igreja¹⁴.

Nas décadas de 1950 e 1960, com as mudanças conjunturais ocasionadas pelo fim da 2ª guerra mundial e a bipolarização do mundo, Corção liderou, no catolicismo brasileiro, à ala conservadora da Igreja em oposição à ala progressista, comandada pelo católico leigo Alceu Amoroso Lima¹⁵. Com a radicalização do cenário político e religioso, ocasionada pelo golpe militar de 1964, Corção modifica a tonalidade de sua produção discursiva na imprensa. Essa alteração teve como causa imediata a ameaça comunista que, segundo ele, era fruto do liberalismo, herdeiro da tradição revolucionária de 1789¹⁶.

Sendo assim, as tensões e os conflitos sociais vividos por ele estão impregnados pelas transformações culturais deste contexto. Dessa forma, seus escritos produziram *pontos de intersecção* capazes de revelar a *representação* de um momento histórico, que ligam o indivíduo Corção com sua cultura¹⁷.

¹⁴ É o conjunto dos ensinamentos contidos na doutrina da Igreja Católica e no Magistério da Igreja Católica, constante de numerosas encíclicas e pronunciamentos dos Papas inseridos na tradição cristã. Tem por finalidade fixar princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política dos povos e das nações. Dessa forma, Corção se inseria dentro dessa corrente por tratar de conceitos como liberdade, democracia e totalitarismo, relativas a cultura política brasileira. Teve influência de vários teóricos católicos como Jacques Maritain (1822-1973), Donoso Cortés e Joseph de Maistre.

¹⁵ Conhecido na imprensa católica como Tristão de Athaide, o conflito entre ele e Gustavo Corção iniciou-se no *Centro Dom Vital* por divergências de pensamento. Segundo Antoine (1980: 45) o conflito nasce e se afirma do momento em que, sob a influência da *Ação Católica*, os cristãos do Brasil se sensibilizam para o problema social. A ruptura se consuma em 1968, quando desaparece o *Centro D. Vital* após quarenta anos de atividade sob a presidência de Alceu Amoroso Lima, e Gustavo Corção funda o *Centro Permanência*. A partir daí, “[...] o encarniçamento de Gustavo Corção contra seu ex-amigo surpreende pela violência e continuidade: segundo ele, Alceu Amoroso Lima faz parte de uma “sub-raça de obstinados rebeldes” que povoam a Igreja”.

¹⁶ Para Gustavo Corção a crise sobre o papel da autoridade é consequência do processo democrático brasileiro, frágil, segundo ele, por ter sido reduzida ao povo nos governos populistas da década de 1960. Corção afirma que o liberalismo brasileiro é fruto dos desvios causados pela Reforma Protestante e Renascimento Cultural, pois deslocaram o centro do universo de Deus para o homem. Dessa forma, os processos desencadeados pela Revolução Francesa ao Estado Moderno “é o cavalo de Tróia que assola a Igreja nesses tempos” (*Devemos Tolerar os Heréticos?* *Permanência*. nº 31, abril de 1971: 9-12)

¹⁷ Com as contribuições advindas da sociologia bourdieusiana, os conceitos de *práticas* e *representações* revelaram-se essenciais para a *História Cultural*. Dessa maneira, os historiadores passaram a encarar a biografia de um ângulo novo, distante da história positivista que exaltava a história heróica e literária dos grandes homens. Assim, a biografia torna o indivíduo e/ou seu grupo como “[...] uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais

Com o fim do *Centro Dom Vital* em 1968, Gustavo Corção e Julio Fleichman criaram o grupo Permanência no final do ano. Segundo Chorão, em artigo da própria revista, Corção se destacava por seu catolicismo intransigente e por seu pessimismo diante da interferência do mundo moderno nos assuntos da Igreja. Dessa maneira, ao combater a mentalidade pós-conciliar e a infiltração comunista no país, ele se confundia com a própria revista, “pois não é possível medir a influência de Corção no grupo Permanência, que se concentra em torno de suas ideias”¹⁸.

Formado o grupo de intelectuais em torno da edição da revista *Permanência*, os discursos presente nos artigos do periódico trataram de assuntos relativos a crise democrática do país, sobre a invasão do pensamento moderno na sociedade, pela crítica aos grupos de esquerda e aos progressistas da Igreja Católica no Brasil. Nesse sentido, a narrativa presente nos escritos da revista remete as ações representadas pelo grupo católico diante do conflito vivido por eles, em contraposição aos diversos grupos que compunham o contexto histórico.

Portanto, as análises dos artigos escritos por Gustavo Corção norteará a construção do trabalho por representar os intelectuais de *Permanência*, formado por católicos pertencentes aos grupos de extrema direita brasileira. Dessa forma, ao se examinar os escritos de Corção percebe-se que a biografia desfaz a oposição entre indivíduo e sociedade, pois como descreve Priore:

O indivíduo não existe só. Ele só existe “numa rede de relações sociais diversificadas”. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim, como o indivíduo, suas ideias, representação e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence. (PRIORE, 2009: 10)

Os Artigos de Gustavo Corção na Revista *Permanência*

A revista *Permanência* estrutura-se internamente em cinco partes: *editorial, seção de artigos, janelas, documentos e correspondência*¹⁹. Nas capas estão contidas as

palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual (PRIORE, 2009: 9).

¹⁸ CHORÃO, J. Bigotti. *Uma Voz Insubmissa*. RJ: Permanência, março de 1970: 75-77.

¹⁹ 1) Editorial: constitui-se no primeiro artigo de todas as edições. Ele é escrito pelo grupo do conselho redacional da revista. Os membros eram itinerários, sempre revezavam no comando da redação da revista. 2) Seção dos Artigos: sempre compostos pelos principais artigos, escritos pelos colaboradores das revistas, incluindo extratos de artigos e outros estudos que saíam nos principais jornais do país e de revistas internacionais, principalmente as francesas. 3) Janelas: são notas rápidas inseridas após o final de um artigo ou no espaço de uma lacuna. Podem ser notícias ou comentários do artigo abordado

informações sobre o grupo do conselho redacional, os colaboradores e alguns dados sobre assinatura anual, preço via-aérea e número avulso. Em todo o período estudado (1968-1974), o nome de Gustavo Corção aparece em primeiro lugar dentre os colaboradores, além de abrir a *seção de artigos* das edições analisadas. Também lecionava nos cursos oferecidos aos membros e aos assinantes da revista²⁰.

Na maioria dos artigos, Gustavo Corção utiliza-se do discurso anticomunista para criticar os episódios vividos pela Igreja Católica no plano cultural. Dentro do campo religioso, formaram-se grupos no interior da instituição que se confrontaram pela hegemonia do poder simbólico. Esse confronto teve suas repercussões no âmbito da cultura brasileira, principalmente no imaginário social. Nos artigos referentes ao conflito político/teológico e dogmático, foram 31 artigos escritos na revista que apresentam episódios que envolveram os membros da esquerda católica nos assuntos políticos e sociais do período ditatorial brasileiro.

Nos seus escritos Gustavo Corção debatia os conceitos relativos aos principais sistemas de pensamentos formadores do pensamento progressista católico. De maneira especial, o pensamento marxista era o alvo principal do escritor. Em relação ao conceito de *revolução*, por exemplo, ele afirma que “[...] o que confere o caráter satânico ao revolucionarismo que vemos no comunismo, na revolução cultural e nos movimentos hippies é a famosa recusa da criação e de seu Ator”²¹. Percebe-se que a estrutura da narrativa anticomunista é construída pelo escritor por sua oposição ao sistema, principalmente por ter se infiltrado no pensamento progressista da Igreja Católica. Assim, para ele:

Trazendo para o plano da cultura as considerações atrás tecidas, eu diria que a crise da Igreja não é, nem pode ser, endógena. Não vem de dentro da Igreja porque o ‘dentro’, eclesial, ou o eclesial propriamente dito é santo, sem mancha e sem ruga. Vem do que há de exterior, mundano ou carnal nos membros da Igreja, e vem do que há de exteriorizante, de mundanizante e de materializante no envoltório cultural em que a Igreja está imersa para o serviço dos homens que Cristo na cruz veio salvar. (*Anarquismo e Progressismo*. Permanência, nº 28/29, Fevereiro de 1971: 7-13)

anteriormente. 4) Documentos: espaços de transcritos da imprensa católica ou de documentos pontifícios, relativos a dogmas da Igreja católica romana. 5) Correspondência: cartas de fiéis do mundo todo, sempre elogiando a revista pela luta anticomunista e críticas a corrente progressista.

²⁰ No editorial da revista nº 05, agosto/setembro de 1970, encontra-se a descrição desses cursos. O grupo mantinha economicamente a revista por meio de funcionamento de atividades. Gustavo Corção ministrava cursos de religiões para os leigos, Curso de Religião para o grupo, conferências e o curso de *Entropia Cultural*.

²¹ Corção, Gustavo. *O Revolucionarismo*. Permanência, nº 5 (Outubro de 1969). p. 3-7.

O ápice da “ameaça vermelha” na instituição, tanto para a sociedade brasileira quanto para a Igreja, de acordo com os artigos de Gustavo Corção, esteve relacionado ao episódio da prisão dos padres dominicanos e o assassinato do líder comunista Carlos Mariguela. Dos artigos relacionados ao conflito interno da Igreja, entre 1969 a 1970 foram publicados 4 artigos condenando e exigindo a excomunicação dos padres dominicanos que se envolveram no episódio. Ao explicar as *Origens do Progressismo* no Brasil, o escritor narra o episódio de acordo com sua opinião:

Os exemplos se multiplicaram, e na década de sessenta podíamos dizer que, com raras exceções, todas as pessoas tocadas ou influídas por Economia e Humanismo se tornaram comunistas. A província dominicana do Brasil foi devastada. Em 1968, produziu dois escândalos: o provincial e o vice-provincial já ‘casados’ deixam a Ordem e a Igreja, e o pior faz do convento da Perdizes o quartel general da ação popular (...) Um convento dominicano se transforma em coito de guerrilheiros. Mais um passo e temos o episódio que culmina com a morte do terrorista Mariguela entregue à polícia por seus dois cúmplices e companheiros: dois frades dominicanos. (Gustavo Corção. *Permanência*, nº19, Abril de 1970: 21)

Em relação ao antimodernismo, o discurso empregado pelo escritor se concentrava aos assuntos teológicos e dogmáticos vividos pela Igreja em âmbito mundial. Para Gustavo Corção, o produto final de todos esses elementos contestatórios à Doutrina Social da Igreja se resultou na *Igreja dos Pobres*, com a formulação da *Teologia da Libertação*, que

Para completar a vergonha e culminar a tristeza, todas as apostasias tomaram a direção dos mais odiosos inimigos da Igreja. Sim, a educação máxima exercida pelo século sobre os religiosos se fez com a m... feia, burra e triste que é o comunismo. Foi nesse excremento de uma diarreia histórica que se atolaram os religiosos enjoados de aves-marias e padre-nossos, enjoados do corpo e do sangue do salvador. (*Vida Religiosa*. *Permanência*. nº 72, Outubro de 1974: 12-17)

Nota-se, portanto, que a estrutura da narrativa do jornalista católico Gustavo Corção se constituiu em oposição aos grupos progressistas da Igreja. Por meio do discurso anticomunista/modernista torna-se possível visualizar os conflitos sentidos pelo escritor que tocam a esfera pública e privada, permitindo o acesso à realidade no qual ele pertenceu, atentando-se sempre pelas distorções dessa realidade cultural representadas no seu discurso sobre o plano político e social.

Fonte

Revista Permanência (1968-1974)

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de.. Da História Religiosa à História Cultural do Sagrado. In: **Ciência da Religião** – História e Sociedade, n. 5, 2007.
- ANTOINE, Pe. Charles. **O Integrismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Domínios Diferenciados e Reflexos identitários: o pensamento católico “antimoderno” no Brasil. In: **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, nº 04, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e Representações**. Lisboa: ed. Difel, 1988.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura Ontem e Hoje: Resgatando Uma Certa História. In: **Psicologia em Estudo**. Maringá, nº 2, 2001.
- LAGRÉE, Michel. História Religiosa e História Cultural. In: RIOUX, Jen-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MALATIAN, Teresa Maria. A Biografia e a História. In: **Cadernos CEDEM**. São Paulo, nº 1, 2008.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Fundamentalismo e Integrismo: o nome e as coisas. In: **Revista da USP**, São Paulo, nº13, 1999.
- PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, nº 19, 2009.
- MONTES, Maria Lucia. As Figuras do Sagrado: Entre o Público e o Privado. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Vol. 4.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRF/FGV, 1996.

**INTELECTUAIS CATÓLICOS E A SACRALIZAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL:
DIÁLOGOS POLÍTICO-RELIGIOSOS A PARTIR DA CORRESPONDÊNCIA DE D. SILVÉRIO
GOMES PIMENTA (1890-1922)**

Natiele Rosa de Oliveira*

Intelectuais católicos e ação política na República brasileira

No romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, o personagem Bentinho, ao falar da promessa feita por sua família de destiná-lo ao sacerdócio, comenta:

Minha mãe era temente a Deus, sabes disto, e de suas práticas religiosas, e da fé pura que as animava. Nem ignoras que minha carreira eclesiástica era objeto de promessa feita quando fui concebido (...) A promessa, feita com fervor, aceita com misericórdia, foi guardada por ela, com alegria, no mais íntimo do coração. Penso-lhe que lhe senti o sabor da felicidade no leite que me deu a mamar. Meu pai, se vivesse, é possível que alterasse os planos, e, como tinha a vocação da política, é provável que me encaminhasse somente à política, embora, nestas terras, os dois ofícios não fossem nem sejam inconciliáveis, e mais de um padre entre na luta dos partidos e no governo dos homens. (MACHADO DE ASSIS, 1998: 151)

A ficção de Machado de Assis nos remete a uma questão há muito debatida na política, a do fundamentalismo teológico do poder temporal e da estreita relação estabelecida em muitos momentos, entre Igreja e Estado. Se voltarmos nossos olhares para a tradição política brasileira, a questão torna-se evidente, posto que a Igreja Católica constituiu-se historicamente como parte integrante do Estado, separando-se deste somente após a Proclamação da República, em 1889.

Não é difícil supor, neste sentido, que esta simbiose entre as duas instâncias no Brasil deixaria legados que se colocam para além do ponto de vista institucional. Pois, se por um lado, a República partia de um projeto de laicização da esfera estatal, por outro ela abria o flanco para um novo tipo atuação política e para uma nova concepção da vida pública. Neste sentido, a formação do cidadão, bem como a construção de uma ética para a República se transformaria numa questão fundamental, colocada na pauta dos diferentes projetos políticos em debate no país, durante os anos iniciais de consolidação do regime.

Diante deste cenário, o romance machadiano apresenta sua verossimilhança com

* Mestranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

a realidade brasileira do período, posto que “nestas terras”, como dissera Machado, muito “mais de um padre” tenha ocupado a cena pública, na tentativa de imprimir na república os valores cristãos. Mas o que podemos observar é que a militância católica não se realizou apenas por parte do clero, mas também, por homens que estavam fora da estrutura eclesiástica. Literatos, juristas, políticos, historiadores, se empenharam na defesa de uma “república cristã”, tal como definiu Diogo de Vasconcellos e Bernardo Pinto Monteiro¹ (AEAM, 1890), ou na defesa de uma liberdade aos moldes ingleses que, nas palavras de Ruy Barbosa, tem seus méritos “por nunca ter se separado da Bíblia e da Cruz” (RUY BARBOSA, 1903).

Neste trabalho pretendemos refletir sobre a atuação de um grupo de intelectuais e políticos, ligados ao então Bispo mineiro Silvério Gomes Pimenta, nos anos iniciais da República no Brasil. A escolha deste sujeito histórico, não se deu ao acaso, mas antes, diante da atuação do eclesiástico enquanto um intelectual engajado nos negócios da República.

Jean-François Sirinelli, na busca de uma definição para o termo “intelectual”, propõe uma conceituação que seja baseada em dois aspectos complementares: uma de caráter amplo, que englobe os “criadores e os mediadores culturais” e outra de caráter mais restritivo, baseada na noção de engajamento (SIRINELLI, 1996: 242-243). O autor sugere ainda, que quando se trata de empreender um estudo dos intelectuais enquanto atores políticos, o historiador deve partir da noção mais ampla, sob a condição de, em determinados momentos, “fechar a lente”.

Embora a definição do historiador francês nos seja válida em alguns aspectos, é necessário considerá-la a partir das especificidades da realidade latino-americana e, mais especificamente, da realidade brasileira. Em primeiro lugar, devemos destacar que nossa intelectualidade gozou de pouca autonomia, sobretudo no período sobre o qual nos debruçamos neste trabalho, pois, como aponta Ângela de Castro Gomes, a distinção entre o campo intelectual e o campo político era tênue e difícil de ser estabelecida (GOMES, 2009: 26). Neste sentido, muitos de nossos intelectuais, ocuparam cargos no Estado e mesmo em outras instituições, como, no nosso caso, a Igreja.

No entanto, compreendemos que os anos iniciais da República no Brasil

¹ Correspondência enviada por Bernardo Pinto Monteiro e Diogo de Vasconcellos a Silvério Gomes Pimenta, em 09 de agosto de 1890.

constituíram-se em um momento privilegiado de atuação dos intelectuais por dois motivos. O primeiro deles, diz respeito ao alargamento de uma cultura urbana, que, como aponta Carlos Altamirano, constitui-se no cenário por excelência de atuação dos intelectuais, pois, como afirma o autor:

Tal como em quase todas as partes, também nesta região [América Latina] o espaço característico dos intelectuais é a cidade, ainda que não sejam unicamente as capitais ou as grandes cidades. A condição urbana define igualmente o tipo de cultura em que eles se formam, uma cultura de padrão europeu ocidental que, desde a conquista e a colonização ibéricas, tem suas sedes e seus focos de irradiação nas cidades. (ALTAMIRANO, 2008: 11-12)

Em paralelo à ampliação da cultura urbana há também neste período, como aponta Maria Tereza Chaves de Mello, uma ampliação do espaço público no Brasil através da disseminação de associações e de locais como livrarias – que muitas vezes funcionavam também como editoras, como é o caso da livraria *Garnier* -, confeitarias, clubes, lugares que se tornaram grandes pólos de debates intelectuais (MELLO, 2007).

O segundo motivo pelo qual as primeiras décadas de nossa experiência republicana foi palco de grandes atuações intelectuais é o fato de que, colocava-se aos brasileiros, uma questão nova e difícil de ser resolvida: o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico considerados, pelos republicanos do período, os elementos responsáveis pelo “atraso” em que o país se encontrava (GOMES, 2009: 25). Desafio sobre o qual se empenharam nossos “homens de letras” que, segundo Eliana Dutra, engajaram-se na produção de um conhecimento eficaz sobre o país, marcado por um anseio reformista, de modernização política e social, tendo em vista enquadrá-lo na marcha das grandes civilizações (DUTRA, 2005: 24).

Assim, a virada do século XIX para o XX foi marcada por inúmeros debates entre intelectuais dos diversos setores da sociedade, acerca dos rumos da recém-proclamada República brasileira. Afinal de contas, pensar a república, significava também pensar um projeto de nação, pois como afirma Daniel Pécault, os projetos intelectuais:

eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. (...) Instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade: tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos

intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional. (PÉCAULT, 1990: 22)

E certamente, os caminhos propostos para o país foram muito diversos, dependendo da posição social, das crenças e valores daqueles que se posicionavam na cena pública nacional.

Partindo, portanto, da definição de Sirinelli, podemos pensar que os personagens ora em cena agrupam-se por um traço comum, por suas atuações nos negócios da República, seja no âmbito do Estado, seja por suas inserções nos debates políticos e sociais da época. No caso dos intelectuais católicos, sobre os quais trataremos neste trabalho, definem-se por um “eixo de engajamento” comum: a tentativa de imprimir na sociedade e na política republicanas, seus valores religiosos.

É notável a pouca relevância devotada pela historiografia brasileira à atuação da intelectualidade católica, enquanto um grupo de atores sociais que tiveram participação expressiva na vida política nacional. Embora haja trabalhos importantes sobre algumas revistas e periódicos católicos, como é o caso da revista *A Ordem* e do periódico *O Santuário* (RODRIGUES, 2005; PEREIRA, 2010), pouco se discute ainda sobre o tema. Nota-se também que, em geral, atribuí-se a atuação católica a um período posterior à década de 1920, por considerar-se que este é o momento em que as frentes de militância da instituição se reorganizam para uma recristianização da sociedade. Neste sentido, pouco se discute o período anterior.

Segundo Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, a dificuldade está em ver que foi neste momento que a hierarquia católica discutiu e consolidou um tipo de estratégia para lidar com a política, cujo foco não estava no âmbito da arena política institucional. Para as autoras, longe de estar distante dos grandes acontecimentos do período, a Igreja – em especial através dos intelectuais católicos – deles participou e para eles se preparou. Nos movimentos nacionalistas, nos debates sobre educação, eugenia, arte moderna, a intelectualidade católica constituiu-se num interlocutor de primeira grandeza (GOMES e FERREIRA, 1989: 268).

Neste sentido, como aponta Sérgio Miceli, a formação de uma elite católica, capaz de atuar nos mais diversos setores da sociedade, foi uma preocupação da alta cúpula eclesiástica brasileira (MICELI, 2009). Alguns dos próprios membros do clero

atuaram, eles mesmos, como intelectuais. É o caso do já referido bispo mineiro Silvério Gomes Pimenta.

Nascido em 1840, na cidade de Congonhas, Silvério ingressou, em 1858, no Seminário de Mariana tendo sido ordenado por D. Antônio Ferreira Viçoso em 1862. Enquanto sacerdote atua como professor de Latim e História no Seminário da Boa Morte (OLIVEIRA, 1940). Tido como um “homem de grandes predicados oratórios” dedicou-se à escritura de Sermões dos quais três foram publicados em 1873 sob o título *O Papa e a Revolução*. Neste mesmo ano, o sacerdote fundou em Mariana o periódico *O Bom Ladrão* e publicou sua primeira obra, intitulada *A Prática da Confissão*. Em 1876 publica a biografia *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*. Esta obra, anos mais tarde, em 1920, lhe rendeu a indicação para ingressar a Academia Brasileira de Letras, ocupando o lugar de Alcindo Guanabara e sendo recebido por Carlos de Laet. Em 1890, funda também em Mariana o periódico *O Viçoso*, através do qual empreendeu durante muitos anos uma intensa militância católica.

Seus contatos intelectuais com setores laicos da sociedade lhe proporcionaram, em 1910, a indicação para ingressar como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, IHG-MG (AEAM, 1910). Em 1917, é eleito também como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB (AEAM, 1917). Foi neste contexto, que Silvério Pimenta travou diálogos com figuras importantes da sociedade da época, como o político e historiador Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, o ex-conselheiro do Império José Bonifácio, dentre outros políticos e intelectuais como Afonso Pena, Aureliano Pimentel, Cesário Alvim e Ruy Barbosa².

Portanto, a partir da correspondência do bispo, tentaremos reconhecer os interlocutores de Silvério Pimenta, remontando assim às suas sociabilidades intelectuais, bem como a forma como estes atores representaram e partilharam suas experiências, seus valores e seus projetos de futuro (GOMES, 2004). Neste sentido, tentaremos perceber a elaboração, por parte destes sujeitos, de um ideal político, ligado a valores religiosos, e como este foi concebido em relação à República brasileira. Debruçaremos-nos também, sobre outros discursos produzidos pelo eclesiástico e seus

² Cf. Correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos e Correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta.

interlocutores, visando destacar suas apropriações e articulações com elementos típicos da tópicos republicana.

A “República cristã” como ideário político

No dia 09 de agosto de 1890, o político Bernardo Pinto Monteiro e o historiador e à época vereador da Câmara Municipal de Ouro Preto, Diogo de Vasconcellos, remetem a seguinte carta ao bispo de Mariana, Silvério Pimenta:

Passamos às mãos de V. Rvm. a combinação de candidatos, que nos encarregamos, para a eleição próxima de 15 de setembro. Maduramente reflectimos, e pesamos as circunstancias, afim de removermos os pretextos, quiçá desejados, de manifesta e violenta intervenção. Só visamos o resultado: Attendo que o puro ideal catholico seria partidário restricto, e convindo nas actuais emergências reunirmos todos os elementos tendentes ao nosso fim, foi nosso pensamento encetar a luta com caracter essencialmente democrático, reivindicando-se antes que tudo a soberania do povo conculcada, e por isso, exigindo-se de nossos candidatos o compromisso de restabelecerem a plena liberdade da Igreja (...) Estimando que V.S. nos dispense toda a sua benevolência, e attenda a boa consciência de nossos esforços, na grave tarefa que temos assumido, o que desejamos e queremos é que ao menos em Minas se porte o povo, como lhe compete, fazendo das urnas o baluarte de nossa liberdade, vindicta de nossos brios, e o berço único legítimo de uma república christã. (AEAM, 1890)

A carta de Bernardo Monteiro e Diogo de Vasconcellos traz alguns elementos importantes de serem destacados. Um deles diz respeito à mobilização de elementos típicos da tradição republicana, como a soberania popular e a liberdade, para a defesa de um ideal que estava longe de ser propriamente “republicano”, - pelo menos no sentido em que o conceito era concebido no período – ou seja, um ideal católico.

Maria Tereza Chaves de Mello aponta que os anos que precederam a instauração da República no Brasil foram marcados por um movimento de deslegitimação simbólica e teórica da Monarquia, atacando seus suportes maiores, como a própria figura do monarca, a religião e o romantismo. As questões brasileiras passaram a ser consideradas por meio de uma nova linguagem que subvertia o sentido romântico-hierárquico do Império. A linguagem cientificista modelou novos símbolos e “o vocábulo *república* expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado” (MELLO, 2007).

Não obstante, é necessário matizar as pretensões e os alcances destes projetos modernizadores do período, pois, como aponta José Murilo de Carvalho, embora, a

partir de 1870, tenha se avançado em alguns aspectos, a modernização no Brasil ainda guardou traços de uma tradição rural, patriarcal e hierárquica que se refletiria inclusive e, sobretudo, na política (CARVALHO, 1998: 120). É necessário atentar-se, portanto, à polissemia dos conceitos de moderno e tradicional, pois é a partir da maneira como eles se combinavam que teremos o sentido da modernidade (ou de determinado grau de modernidade), bem como seu maior ou menor grau de rompimento com a tradição. Assim, nos vazios de nossa república, floresceram os aspectos de nossa cidadania inconclusa, a contração do espaço público e a diluição de seus limites com o privado, o autoritarismo como traço marcante dos esforços modernizadores brasileiros. Todos estes elementos combinaram-se bem com o conservadorismo católico do período.

A questão do fundamentalismo religioso na política, como mostra Skinner e Bignotto (BIGNOTTO, 2001; SKINNER, 1996), permeou a tradição republicana e foi colocada inicialmente nos debates do humanismo cívico em sua contraposição com o pensamento escolástico medieval. Segundo Bignotto, dois aspectos fundamentais estão nas raízes do “republicanismo moderno”: o abandono progressivo do papel de Deus nas concepções da vida pública e a afirmação contínua do valor da vida ativa contra o modelo medieval da vida contemplativa (BIGNOTTO, 2001: 31).

Mas se, por um lado, a tradição republicana foi paulatinamente se laicizando³, o pensamento católico desenvolvia novas formas de lidar com a política. Por meio da matriz teológica denominada de aristotélico-tomista, o catolicismo combinou a discussão aristotélica sobre as virtudes a serem praticadas na cidade e a concepção elaborada por Tomás de Aquino, de liberdade enquanto livre arbítrio. Não seria em vão que a encíclica *Aeterni Patris*, promulgada pelo Papa Leão XIII em 1879, recomendava o tomismo como filosofia cristã privilegiada a ser ensinada nos colégios católicos (PECCI – Leão XIII, 2005). A encíclica *Litteras a Vobis*, promulgada pelo mesmo Papa em 1894 e dirigida especificamente ao clero brasileiro, traz elementos importantes para pensar as estratégias adotadas pela Igreja para manter-se atuante na República. Nela, Leão XIII destaca:

Finalmente é necessário que todos os católicos lembrem que para a Igreja interessa muitíssimo quais homens sejam admitidos na assembléia legislativa; e,

³ Como aponta Bignotto, o elemento laicizante será um vetor importante do republicanismo moderno, constituindo-se em uma das grandes inovações da matriz do humanismo cívico.

portanto, sem violar o direito das leis civis, é necessário que todos juntos se esforcem por eleger com o sufrágio geral pessoas tais que unam ao amor pelo Estado o zelo provado pela religião. (PECCI – Leão XIII, 2005: 578)

A sacralização da República seria, portanto, a forma de atuação católica sobre a política brasileira. Mas como constituir a “república cristã”, tal como a qualificaram Bernardo Monteiro e Diogo de Vasconcellos? Em primeiro lugar, era necessário inserir-se nos debates operando com uma linguagem (POCOCK, 2003) que fosse palatável aos republicanos e seus demais interlocutores, ou seja, era necessário apropriar-se do vocabulário político que formava os elementos da tópica republicana. E mais do que isto, era necessário mobilizar estes elementos para atuar de forma mais eficaz na política.

A inserção católica nos debates públicos do período se deu por meio da ampliação de seu arsenal discursivo, através de seus periódicos, e também dos discursos produzidos por bispos para circularam nos domínios de suas dioceses e que eram conhecidos como Cartas Pastorais. Estes discursos traziam, além de diretrizes internas da Igreja – visto que alguns eram dirigidos aos próprios eclesiásticos -, discussões sobre políticas públicas, questões sociais e outros temas correntes nos debates públicos do período. Escritos individualmente ou conjuntamente pelos bispos eram, muitas vezes, denominados por eles próprios como manifestos. Foi este o sentido dado ao documento que, em 1912, um grupo de bispos mineiros, dentre eles Silvério Pimenta, direcionou ao Congresso Federal, em protesto contra o estabelecimento do divórcio no país:

Illmos Exmos Srs Representantes da nação

A vista do protesto, que há pouco se levantou em todo o Brasil contra o projecto do divorcio, mal podíamos suspeitar os catholicos, que tão depressa houvesse de surgir no seio da Representação Nacional essa tentativa tão categoricamente repellido pelos catholicos, que são quase totalidade da Nação, e mais por todos aquelles que preservam a honra do lar, a prosperidade da Pátria, a dignidade humana. Por isso dolorosamente surprehendidos com o apparecimento d’esse projecto que para satisfazer alguns poucos a quem a indissolubilidade do matrimonio se apresenta como insupportavel a seus desejos e paixões, e para contentar uma seita inimiga do nome christão, vem affrontar a crença de vinte milhões de catholicos brasileiros (...) Confiamos sem hesitar, que os illustres representantes do povo, de nenhum modo hão de trahir o mandato que lhe foi conmettido (...) nem convertam em lei os desejos condenáveis de alguns poucos contra as anciãs e clamores do povo inteiro. (AEAM, 1912)⁴

⁴ Tal documento encontra-se na correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta.

O argumento utilizado no documento é claro: trata-se de uma evocação da soberania popular. A mensagem subjacente ao documento é a de que “os representantes do povo”, não podem trair o poder que lhes foi delegado pela soberania (católica) da nação, para atender aos designos de um grupo menor, posto que os “vinte milhões de católicos brasileiros” constituem a maioria da população do país.

Ao que indica ainda a correspondência de Silvério Pimenta, o documento fora levado ao Congresso por uma ilustre e já conhecida figura do cenário político e intelectual brasileiro, como mostra as cartas trocadas a seguir:

Itaverava em visita 4 de agosto de 1912
Illmo. Revmo. Dr. José Bonifácio
Meu querido amigo,
Confiado no patriotismo e nos sentimentos catholicos de que Vsra tem dado eloqüentes provas, venho pedir a Vsra o favor de apresentar esse protesto que os Bispos Mineiros fizeram ao Congresso Federal contra o divorcio. Espero merecer de Vsra mais este favor sobre tantos que lhe devo e me confesso.
De Vsra
Silvério Arcebispo de Mariana. (AEAM)

Ao que responde Bonifácio em setembro do mesmo ano:

Rio, 2 de setembro de 1912
Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo de Marianna
Como deve ter visto pelos jornaes cumpro a honrosa incumbência com que Vsra me distinguio apresentando a Câmara o protesto dos Bispos Mineiros contra o divorcio. Como bons catholicos estamos firmes a combater a proposta (...) obedecendo assim a sua elevada orientação.
Apresentando a Vsra contentos de sabido apreço e pedindo suas bênçãos,
José Bonifácio. (AEAM)

Mas José Bonifácio não seria o único dentre importantes políticos e intelectuais do período a apoiar a causa católica. Ruy Barbosa, em seu discurso pronunciado no Colégio Anchieta em 1903 – discurso este citado em uma das Pastorais de Silvério Pimenta -, faz uma elaborada defesa da manutenção dos valores cristão na república. O argumento de Ruy não se resume apenas à mobilização de elementos da tópica republicana. É a uma de suas matrizes que ele irá recorrer para legitimá-lo:

Falara da Pátria. Venho de falar-vos do trabalho. Agora vos falarei no ideal. Se eu vos dissesse que o ideal é a parte mais grave da realidade humana? (...) O ideal não se define; enxerga-se por clareiras que dão para o infinito: o amor abnegado; a fé cristã, o sacrificio pelos interesses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tudo o que alheia o homem da

própria individualidade (...). Aí tendes, caracteristicamente, o valor prático desse elemento imponderável, mas decisivo, nos destinos humanos. Vede a Idade Média, a Renascença, a Revolução Francesa, a Emancipação Americana: quatro épocas, individualizadas cada uma por uma idealização profana ou sagrada. E notai. Na Renascença o ideal pagão irradia pela terra as graças de Hélade; mas os prodígios de uma civilização gerada no culto exclusivo da beleza evocam do mesmo berço as artes mais gentis e os mais hediondos crimes. Na Revolução Francesa o ideal filosófico, ermando os altares, poluindo os templos, exterminando os sacerdotes, entrega a França à anarquia sanguinária do Terror, cujas alucinações homicidas legitimaram como remédio providencial a tirania militar. Na Emancipação Americana o ideal cristão funda uma constituição sem igual, uma democracia sem igual, uma prosperidade sem igual (...) tudo genuína e direta progênie dessa liberdade inglesa, que nunca se separou da Bíblia e da Cruz. (RUY BARBOSA, 1903)

A matriz do republicanismo norte-americano foi uma das grandes inspirações da República no Brasil. Os adeptos do modelo norte-americano davam ênfase especial à questão da conciliação entre liberdade e o exercício do poder, ou seja, à governabilidade do Estado. Neste sentido, as inovações do sistema norte-americano no que diz respeito à separação dos poderes – que buscava, justamente, garantir sob a forma da lei a liberdade dos indivíduos -, a duplicação do legislativo como instrumento de absorção das tendências separatistas e a força dada à suprema corte como elemento de equilíbrio, foram reformulações políticas reivindicadas por alguns republicanos brasileiros (CARVALHO, 1998). Ao operar com esta matriz, por uma via certamente bastante distinta dos demais republicanos, Ruy Barbosa se coloca nos debates do período de forma perspicaz e engenhosa. Ao mesmo tempo em que evoca questões caras aos projetos republicanos, defende-os sob a ótica do ideal cristão.

A defesa dos ideais religiosos sob a evocação do “exemplo norte-americano”, foi uma prática adotada em outros momentos pelos católicos. Maria Ataíde de Almeida mostra que, o jornal *A Gazeta*, de Recife, vinculou em 1919 uma matéria sob o título de “Magnífico Exemplo!”, onde exalta os governadores de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, por serem católicos praticantes. O artigo faz uma alusão aos Estados Unidos, “onde os homens de Estado não se sentem ofuscados praticando publicamente os seus deveres e sentimentos religiosos” (ALMEIDA, 2007).

Foi caminhando nesta direção, que a formação do “cidadão cristão” constituiu-se numa das preocupações colocadas na pauta das políticas católicas do período. A associação entre os valores cristãos e as virtudes cívicas do cidadão republicano, foi

uma tópica recorrente nos discursos católicos e o próprio Ruy Barbosa o fizera no seu. Debatendo com a idéia de fraternidade oriunda do ideal francês, Ruy a contrapõe com a fraternidade cristã – que afirma que a união entre os homens se dá em função de serem todos filhos de Deus – colocando-a como recurso fundamental na passagem do indivíduo (privado) para a cidadania (vida pública):

Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade, de que o Cristo lhes dera a fórmula sublime, ensinando-os a se amarem uns aos outros: *Diliges proximum tuum sicut te ipsum*.⁵ Dilatai a fraternidade cristã, e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à humanidade. (RUY BARBOSA, 1903)

O mesmo recurso é utilizado por Silvério Pimenta em sua Pastoral de março de 1912. A resignação cristã e a obediência ante ao soberano legítimo, desde que suas leis se subordinem às leis divinas, é também colocada como uma virtude cívica. Neste sentido, Silvério afirma que é necessário ensinar aos cidadãos:

a amar esta Pátria e cooperar para a sua prosperidade, obedecendo a suas leis, quando não forem contrárias à lei de Deus, e concorrendo para que seja governada por homens honestos, probos, prudentes e justos, com exclusão dos ímpios, ineptos, escandalosos, venais, que a seus vis interesses sacrificam os da comunidade. Ensinem que somos obrigados a respeitar os depositários da autoridade suprema na Federação e no Estado, e proporcionalmente os outros indivíduos, que representam alguma parcela daquela autoridade. Insistam tanto mais neste particular, por que se vae extinguindo a noção de obediência à autoridade, sem a qual não há sociedade bem governada e próspera. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1921)

O apego à autoridade, que aqui ganha contornos claros de autoritarismo, foi também um dos sentidos produzidos pelo pensamento católico em sua associação com o lema “ordem e progresso”, caro aos adeptos da idéia de “ditadura republicana”. A subordinação do progresso à ordem e ao esvaziamento dos conflitos, sobretudo das lutas por direitos sociais, dará o tom, por exemplo, do discurso anticomunista que virá nos anos posteriores.

Será, portanto, na retração do espaço público, laico e socializado pela política, na dissolução dos limites entre o público e o privado, na rendição da educação republicana à educação cristã, que o discurso católico vai ancorar suas bases de

⁵ Amarás teu próximo como a ti mesmo.

sustentação. Todos estes elementos nos permitem pensar que talvez a substituição da política pelo propósito de devolver ao social um fundamento religioso, seja um dos elementos importantes e problemáticos, que caracterizam a debilidade da tradição republicana brasileira.

Fontes

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Cartas Pastorais de D. Silvério Gomes Pimenta**. Rio de Janeiro: Editoras Leite e Ribeiro & Maurillo 3, 1921.

MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de (AEAM). _____. **Pastoral colectiva do Arcebispo e Bispos da Provincia Ecclesiastica de Marianna sobre o estado de guerra com a Allemanha**, 1917. Arquivo 04, gaveta 01, pasta 02.

_____. **Correspondência com o Dr. Diogo de Vasconcellos**. Arquivo 4, gaveta 2, pasta 8.

_____. **Correspondência diplomática de D. Silvério Gomes Pimenta**. Arquivo 4, gaveta 1, pasta 6.

_____. **Correspondência enviada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais a D. Silvério Gomes Pimenta**, em 30 de outubro de 1910. Arquivo 4, gaveta 3, pasta 11.

_____. **Correspondência enviada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a D. Silvério Gomes Pimenta**, em 31 de maio de 1917. Arquivo 4, gaveta 3, pasta 11.

Ruy Barbosa. **Discurso no Colégio Anchieta (1903)**. Fundação Casa de Ruy Barbosa. Disponível online.

Referências Bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe. **A Igreja na História**. São Paulo: Paulinas, 1999.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. A república cristã: fé, ordem e progresso. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍÁ, Artur César (Orgs.). **Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Uberlândia: EDUFU, 2007.

- ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: _____ (Org.). **Historia de los intelectuales en America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2005.
- AUBERT, Roger. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. In: ROGIER, L. J. ; AUBERT, R. D. E KNOWLES, M. D. **Nova História da Igreja**. Vol. V. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. **Origens do republicanismo moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- CARDOSO, Sérgio. **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- COSTA, Antônio Carlos Figueiredo. **A República na praça: manifestações do jacobinismo popular em Minas Gerais (1893-1899)**. São Paulo: Baraúna, 2010.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- _____. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, n. 4, 1989.
- JULIA, Dominique. O Sacerdote. In: VOVELLE, Michel (Org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto, 1999.
- _____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

- MACHADO DE ASSIS, J.M.. **Dom Casmurro**. São Paulo: O Estado de São Paulo/ Klick editora, 1998.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- OLIVEIRA, Mons. Alípio Odier de. **Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.
- PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PECCI, Gioacchino (Leão XIII). **Documentos de Leão XIII (1878-1903)**. São Paulo: Paulus, 2005.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. **Guardai-vos dos falsos profetas: matrizes do discurso anticomunista católico (1935-1937)**. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 2010.
- POCOCK, J. G. A. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem – uma revista de intelectuais católicos: 1934-1945**. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.
- SIRINELI, Jean-Fançois. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TRINDADE, Raimundo (cônego). **Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. V. 1.

**TEÓFILO BENEDITO OTTONI:
ESCRITA DE SI E TRAJETÓRIA POLÍTICA NO BRASIL IMPERIAL (1807-1869)**

Weder Ferreira da Silva*

Ao concluir de forma melancólica um livreto explicativo publicado em 1859, Teófilo Benedito Ottoni invocava Libitina, deusa romana que representa a morte, os cadáveres e as pompas fúnebres. Exímio produtor de imagens fortes de si mesmo, mais uma vez Ottoni agia como excelente historiador de si mesmo ao vaticinar nas últimas linhas do livreto uma citação latina das *Odes* de Horácio: *Non omnis moriar; mutaque pars mei.Vitabit Libitinam.* –¹

Cento e um anos depois o vaticínio e a invocação de Ottoni a Libitina nos impressiona. O Decreto nº 49.314 de 21 de novembro de 1960 expedido pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira mandava conceder a Teófilo Ottoni honras de chefe de Estado durante o traslado de seus despojos mortais do Rio de Janeiro para a cidade de Teófilo Otoni, fundada em 1853 pelo próprio político oitocentista.

Deputado provincial, deputado geral, líder da Revolução Liberal 1842, presidente dos Assinantes da Praça Comercial do Rio de Janeiro, presidente do Montepio da corte do Rio de Janeiro, pioneiro da colonização do vale do Mucuri, líder popular durante a Questão Christie, senador do Império. Para compor este currículo Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869) seguiu uma trajetória de vida que este bem próxima das principais questões que mobilizaram a elite brasileira durante boa parte do Brasil Império. Neste sentido, o estudo da trajetória de vida de Teófilo Ottoni é revelador para entender a evolução política, econômica e social da época em que viveu. Sua atuação na vida política durante o Império interagiu de forma intensa e polêmica com as principais linhas de força que estruturaram o Brasil daquele período.

Por ter atuado decisivamente em algumas das querelas políticas de grande relevo para a História do Brasil imperial, o estudo da trajetória de Teófilo Benedito Ottoni (1808-1869) poderá nos fornecer informações que auxiliam na compreensão das idéias e das ações dos “construtores e herdeiros” do Estado nacional brasileiro. Para tanto, nossa

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Bolsista do Instituto Cultural Amílcar Martins. wedhistoria@yahoo.com.br

¹ Não morrerei por inteiro, parte de minha obra há de sobreviver-me. (Horácio. *Odes*, III, 30. 6-7)

proposta consiste não apenas investigar a atuação política de Ottoni, também se tentará discorrer sobre as dimensões que compreendem os discursos políticos produzidos por Teófilo Ottoni, bem como as estratégias utilizadas pelo político mineiro para a escrita de si.

Em sua atuação na esfera pública no Brasil oitocentista, Ottoni versa sobre questões que estavam na ordem do dia para a elite imperial que “guiou” as ações para estruturar o Estado nacional brasileiro. Nesta atuação, Ottoni utiliza-se de vocabulários políticos de nos ajudam a entender melhor a linguagem política do Brasil Imperial, sobretudo no processo político que culminou com na Abdicação de Pedro I no Sete de Abril de 1831.

Assim, objetiva-se com este trabalho saber o que Ottoni estava fazendo ao publicar seus textos, e de que forma eles se inserem no contexto de estruturação do Estado Imperial. Para além das querelas políticas, o estudo da atuação de Teófilo Ottoni pode oferecer elementos para uma maior compreensão do processo de formação do Estado Nacional no Brasil. Neste sentido, serão proficuas as análises de textos como a *Circular aos Eleitores Mineiros* de 1860, texto em que o político expõe sua trajetória de vida, procurando assim, evidenciar suas idéias e forjar um itinerário de sua atuação política. Para tanto, vamos privilegiar o período que antecedeu e sucedeu o processo de Abdicação do trono, analisando algumas passagens da *Circular*, notadamente os excertos em que o político faz de trechos do jornal *Sentinella do Serro*. Neste sentido, faremos uma análise da atuação de Ottoni recuperando os conceitos de trajetória e de geração de Jean François Sirinelli (SIRINELLI, 2006: 131-137). Também serão utilizados os preceitos teóricos da “história do discurso” elencados por John Poccock na obra *Linguagens do Ideário Político*.

Para Poccock, os participantes do debate político – vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos – proporcionam uma textura extremamente rica à investigação histórica (POCCOCK, 2003: 25). Assim, através dos pares conceituais relativos aos conceitos de *langue* e *parole*, procuraremos compreender nas fontes em questão as estratégias presentes nos atos de fala e nas *performances* discursivas criadas por Teófilo Ottoni. Mais ainda, tentaremos trazer o foco da discussão para as questões ligadas à “escrita de si” e para o campo das produções biográficas e autobiográficas.

O entusiasmo dos historiadores pela pesquisa no campo das narrativas biográficas e autobiográficas tem ganhado destaque nas recentes publicações editoriais no Brasil e no mundo. Um breve passar de olhos em catálogos de editoras e em estantes de livrarias atesta que o país experimenta um grande aumento de publicações de caráter biográfico e autobiográfico – a título de exemplo citemos apenas *O Retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis (DAVIS, 1987) e *D. Pedro II*, de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2007). Este entusiasmo dos pesquisadores do campo das ciências sociais se deve ao fato de que o contato com fontes primárias, documentos, papéis, cartas, bilhetes e fotografias e escritos autobiográficos são capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social vivenciado tanto por homens e mulheres “comuns” quanto por personagens de maior relevo na história. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com aspectos muito íntimos da história de seus personagens. O acesso a tais fontes tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência diretamente vivida, sem mediações (HEYMANN, 1997: 41). Paralelo a este movimento, é importante ressaltar que é cada vez maior o interesse do leitor por um certo gênero de escritos – uma escrita de si – que inclui diários, cartas, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de trajetórias de vida, por exemplo. Conforme apontou Giovanni Levi, nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de registros documentais alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes – nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras da vida cotidiana dos atores sociais (LEVI, 2006: 169).

Na esteira das transformações que a historiografia passou desde a década de 1980, a biografia, isto é, o indivíduo, emerge como tema relevante para a compreensão não apenas do social, e para os aspectos inerentes à “invenção” de si. Estas novas abordagens passam a ocupar espaço privilegiado no conhecimento histórico, suscitando, com isso, reflexões sobre o espaço privado e o público, entre o individual e o coletivo e entre as formas narrativas e analíticas da escrita da história (GOMES, 2004: 9). Daí a importância dos acervos pessoais como elementos para a compreensão da “superfície

social” em que age o indivíduo numa multiplicidade de campos, a cada momento. Analisando a trajetória de Ottoni descrita na *Circular*, é possível observar que as narrativas autobiográficas evidenciam de forma clara como o itinerário de um indivíduo varia no tempo, o que atesta, mais uma vez, aquilo que Pierre Bourdieu chamou de ilusão biográfica – isto é, a ilusão de uma linearidade e coerência do indivíduo (BOURDIEU, 2006: 183-191). Dito isto, cabe ainda ressaltar a proposição de Paul Ricoeur, para quem a história de vida de indivíduo não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta de si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas (RICOEUR, 1997: 425).

Teófilo Benedito Ottoni nasceu em 27 de novembro de 1807 na Vila do Príncipe, comarca do Serro Frio, Minas Gerais e faleceu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1869. Foi o primogênito entre os doze filhos do político e negociante Jorge Benedito Ottoni e de D. Rosália de Souza Maia. Casou-se em 10 de novembro de 1841 no Rio de Janeiro com D. Carlota Amália de Azevedo Cunha, filha do Conselheiro Joaquim Francisco de Azevedo e de D. Marianna de Azevedo Cunha.

Da pequena Vila do Príncipe até sua eleição ao senado do Império em 1863 a trajetória de Teófilo Ottoni, assim como a de sua geração (SIRINELLI, 2006: 135-137)² foi marcada pela atuação decisiva e polêmica em diversos episódios de relevo da história do Brasil Império. Assim como o fez em todos os empreendimentos de sua carreira, Teófilo Ottoni procurou deixar registros minuciosos de como entendia sua própria atuação. Exímio produtor de imagens fortes e eficazes seja o *Pojirum* dos “selvagens do Mucuri” ou o famoso lenço branco à frente da multidão na Questão Christie (DUARTE, 2002: 101-110), Ottoni continua a inquietar a imaginação de historiadores, políticos e biógrafos, recebendo deles novas figurações: o bandeirante moderno, de Godofredo Ferreira (FERREIRA, 1934); o pioneiro do nordeste mineiro, do Frei Olavo Timmers (TIMMERS, 1969); o ministro do povo, de Paulo Pinheiro Chagas (CHAGAS, 1978); o campeão da liberdade de Daniel de Carvalho (CARVALHO, 1934); o mais adiantado político liberal do Império de Basílio de

² Para Jean François Sirinelli o conceito de geração, malgrado suas “restrições” e “obstáculos”, configura-se em elemento incontestável para a análise histórica. Neste sentido, ele contribui para reabilitar o “acontecimento”, na medida em que a investigação de um acontecimento inaugurador pode revelar traços que marcam indelevelmente a trajetória dos atores sociais, possibilitando, assim, uma maior nitidez daquilo que o autor caracteriza como “respirações do tempo”.

Magalhães (MAGALHÃES, 1915: 145) e, recentemente, o mais “conspícuo representante do que se poderia chamar de liberalismo republicano mineiro”, de Valdeir Araujo (ARAUJO, 2008: 50-61). De acordo com este último autor, apesar dos estudos recentes sobre a figura de Teófilo Ottoni, o mito tem sobrevivido e ainda orienta muito da nossa compreensão. Tarefa difícil, no entanto, é separar o homem histórico de sua figuração mitológica (ARAUJO, 2007: 15).

Entre os documentos de maior repercussão de sua trajetória, a famosa *Circular aos Eleitores Mineiros* (doravante *Circular*) é uma espécie de autobiografia publicada em 19 de setembro de 1860 no Rio de Janeiro, sendo esta, de acordo com Francisco Iglésias, muitas vezes inteligente, mas quase sempre sectária (IGLÉSIAS, 1976: 80). A publicação da *Circular* reacendeu os ânimos dos partidos Liberal (luzias) e Conservador (saquaremas), até então arrefecidas devido a Política de Conciliação, implementada por Honório Hermeto Carneiro de Leão, o marquês de Paraná. Em 1861 a *Circular* ganharia uma nova edição, agora nas páginas do *Correio Mercantil*, editado por M. Barreto & Otaviano.

No referido documento, Ottoni procura convencer os leitores de sua linearidade de pensamento, cujas raízes se encontram nos tempos da juventude, ou como prefere o político, no “verdor dos anos”. Interessante notar que Ottoni atrela a história do Império à sua própria trajetória de vida. Assim, quando as movimentações pela independência ecoaram no pelo Brasil, como num golpe de sorte também aflorou no peito do jovem Ottoni o sentimento de liberdade que iria guiá-lo em todas as suas ações políticas século XIX a dentro. Daí a dimensão mítica que conecta o nascimento nacional e pessoal em um só movimento:

Eu contava com apenas 13 anos de idade quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito pela liberdade.

Levantado no Porto em 24 de agosto de 1820, repercutiu sucessivamente no Pará, na Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1821.

Foi uma fâsca elétrica que, passando pelo espírito patriótico de meu pai, o Sr. Jorge Benedito Ottoni, abrasou-me também a jovem imaginação [...] e enraizavam em meu espírito as idéias liberais. (OTTONI, 1915: 200)

Após concluir o ensino elementar no Serro, Ottoni desembarca no Rio de Janeiro, já capital do Império, em 1826 para se matricular no curso de engenharia mecânica da Academia da Marinha, local em que entrou em contato com Joaquim José

Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí. Em suas aulas, o então liberal e futuro saquarema, ensinava mecânica e também lições sobre as idéias liberais de Thomas Jefferson, “de quem era caloroso encomiasta e eloqüente expositor” (OTTONI, 1915: 203).

Foi nesta ambiência intelectual que Ottoni ingressou no Clube dos Amigos Unidos,³ liderado por Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Cipriano Barata. Em 1829, sob o pseudônimo de *Jovem Pernambucano*, começa a fazer ferrenha oposição ao governo de Pedro I em jornais como *O Independente* (de Joaquim José Rodrigues Torres) e *Astréia* (de Antônio José do Amaral e de José Joaquim de Vieira Souto), no Rio de Janeiro e nos periódicos *Astro de Minas*, de São João del Rei e *Eco do Serro*, de Diamantina.

Por discordar das regras e do elitismo da Academia da Marinha Ottoni narra em sua *Circular* que sofreu represália de oficiais de alta patente da Academia. Segundo o político liberal, seus superiores na Marinha sugeriram que o mesmo fosse participar de missões na costa da África e no Baixo Amazonas. Diante da situação delicada, Teófilo Ottoni retorna à sua cidade natal levando consigo uma pequena tipografia, responsável pela impressão do famoso periódico *Sentinella do Serro* – jornal que teve grande destaque no processo de Abdicação de Pedro I e pela oposição intransigente à figura do monarca português.

Não se sabe ainda quais as razões que levaram ao misterioso desaparecimento de todos os exemplares do *Sentinella do Serro* dos arquivos e bibliotecas (CARVALHO, 2008: 35, nota 18). O próprio Sacramento Blake já dava conta do desaparecimento do *Sentinella* ainda no século XIX. O autor do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* afirma nunca ter visto o *Sentinella*, tampouco poderia precisar quando teria cessado sua circulação (BLAKE, 1883: 267).

Embora desaparecido, é possível reabilitar alguns fragmentos dos artigos veiculados no periódico. Esta estratégia já foi empreendida por José Murilo de Carvalho quando o historiador recuperou no artigo de José Teixeira das Neves, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* alguns fragmentos do *Sentinella*. Na parte recuperada é possível reconstituir as acepções que moldaram o discurso político de Teófilo Ottoni.

³ De acordo com o autor da *Circular*, o Clube dos *Amigos Unidos* originalmente proveio da loja maçônica Grande Oriente do Passeio Público. Ao ingressar na entidade, Teófilo Ottoni logo se tornou secretário da mesma instituição. Cf.: *Ibid.*, p. 202.

Neste sentido, o conteúdo do texto é paradigmático para compreender a influência da cultura política estadunidense em Ottoni. Nas páginas do *Sentinella* o político mineiro dizia que seu partido era o daqueles que desejavam que o Brasil imitasse a terra de George Washington e que o nosso povo deveria ser em tudo semelhante ao povo norte-americano. E dizia ainda: “O nosso Norte é a Liberdade Americana, a liberdade da Pátria de Franklin, única que nos agrada; e pela qual sacrificaremos a própria vida, se preciso for” (CARVALHO, 2008: 26). Seria difícil encontrar mais enfática manifestação de adesão aos valores da liberdade em sua matriz norte-americana (CARVALHO, 2008: 26).

No que se refere aos periódicos de oposição a Pedro I, Lúcia Bastos Pereira das Neves destaca que estes forneciam mais opinião do que notícias, a partir de reuniões secretas em clubes, deslocaram o espaço da discussão política para fora da Câmara dos deputados e da esfera pública de poder. Tiveram atuação decisiva nos acontecimentos de abril de 1831 periódicos de conotação *moderada* como a *Astréia*, a *Aurora Fluminense* e *A Malagueta* e jornais *exaltados*, como foi o caso do *Nova Luz Brasileira*, *O Tribuna do Povo* e o *O Republico*, editados na Corte; o *Observador Constitucional*, em São Paulo, a *Gazeta Paraibana*, a *Abelha Pernambucana* e o já citado *Sentinella do Serro* (NEVES, 2002: 12-13).

É possível reconstituir outros fragmentos preciosos da *Sentinella* para lançar luz sobre a articulação dos jornais que faziam oposição a Pedro I no período que culminou com o processo de Abdicação do trono. É o próprio Ottoni quem narra esta articulação em sua *Circular*. Dessa narrativa, emergem elementos importantes para dimensionar a atuação política e a importância dos periódicos brasileiros daquele período. De acordo com Ottoni, quando Pedro I realizava sua viagem a Minas Gerais o editor do jornal *O Republico* publicava um aviso para o congênere mineiro: “Olá da *Sentinella do Serro*, Alerta!” (OTTONI, 1915: 205).

Ottoni não só procurou evidenciar explícita oposição ao autoritarismo de D. Pedro I como também convocou a população do Serro a sair às ruas para “deitar armas” em apoio aos fluminenses nos conflitos das noites das Garrafadas, contra a tirania daquilo que denominava de “governo pessoal”. Segundo José Murilo de Carvalho esta atitude de Ottoni lembrava a figura de um *town meeting* da Nova Inglaterra (CARVALHO, 2008: 26). Nesta atuação o político mineiro conseguiu reunir na praça

central do Serro todas as autoridades da cidade para arrecadação de fundos para a compra de armas, pólvora e salitre, a fim de compor um arsenal para um possível confronto – na oportunidade, foram arrecadados a significativa quantia de 11 contos de réis (11:000\$000).

De acordo com Ottoni, somente na noite do dia 22 de abril de 1831 a notícia sobre a Abdicação do 7 de abril chegava ao Serro. Seu pai, Jorge Benedito Ottoni, à época deputado no Conselho Provincial em Ouro Preto, enviara uma carta em que se comentava os acontecimentos da Corte. Eis a descrição de como foi acolhida no Serro a notícia:

Instantaneamente a cidade iluminou-se, bandas de música acompanhavam a guarda cívica e a população em massa, que até ao romper do dia percorreram as ruas, cantando hinos patrióticos, entre vivas à liberdade, à Revolução de 7 de Abril, ao redator da *Sentinella do Serro*, etc, etc. (OTTONI, 1915: 208)

Ao consolidar o processo que pôs fim ao primeiro reinado, Ottoni se diz contrariado pela oportunidade que se perdeu de se realizar reformas profundas na constituição imperial outorgada em 1824. Ao interpretar a tomada do poder pelos *moderados*, em detrimento dos *exaltados*, Ottoni destaca que o Sete de Abril constituiu-se numa verdadeira *Journée des dupes*⁴ devido o fato de aqueles que haviam concebido, organizado e realizado o movimento terem sido limados de participação política durante a Regência, haja vista o fato de os *moderados* terem aderido ao movimento apenas nas vésperas da Abdicação:

O 7 de abril foi um verdadeiro *journée des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratecliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata do termo. (OTTONI, 1915: 209)

Anos mais tarde, o autor do célebre *Um Estadista do Império* faria o mesmo juízo da movimentação política do pós-abdicação. Para Joaquim Nabuco, “a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos (NABUCO, 1899: t1, 21).

Como se sabe, os anos que sucederam a Abdicação foram marcados pela

⁴ Dia dos tolos ou dos enganados, em francês.

exacerbação revolucionária que ameaçou de forma contumaz a integridade territorial do Império. Diante do quadro ameaçador, Ottoni opta pela causa monarquista. É a partir daí que ele esboça as idéias que irão guiar sua atuação ao longo de todo o processo político posterior à Revolução de Sete de Abril.

É também nas páginas do *Sentinella* que Ottoni divulgará seu pensamento político e o modelo pelo qual se deveriam guiar a evolução política do Império após a abdicação do trono. Face à riqueza de detalhes, cabe aqui reproduzir o trecho publicado transcrito para a *Circular* e retirado do periódico serrano de forma mais detalhada:

Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a constituição do Brasil *cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembleias provinciais os conselhos gerais de província, abolindo a vitalidade do senado, e isso desde já*. Mas se, contra nossa humilde opinião, a câmara dos deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola. Ainda assim, pois, recomendaremos obediência aos decretos legais da assembleia geral. Esperaremos pela próxima legislatura, e, fazendo ver aos nossos patrícios a necessidade de atenuar legalmente o demasiado vigor que a constituição dá ao sempre funesto elemento monárquico, apontaremos pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionais, para serem reeleitos, e os deputados estacionários ou retrógrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional. (OTTONI, 1915: 213)

Para os objetivos deste trabalho, cabe pensar o que significava o vocabulário “republicano” para Teófilo Ottoni. Podemos inferir que a idéia de República define um projeto político que irá conduzir o percurso do liberal mineiro. De acordo com Valdeci Araujo, ao utilizar o termo “republicanizar”, talvez o político esteja entre os primeiros a fazê-lo (ARAUJO, 2008: 54). Para Ottoni, a idéia de república deveria ser um ideal a ser seguido, de modo que esta etapa política deveria ser uma evolução natural do modelo monárquico. Neste sentido, Ottoni – assim como muitos outros políticos de sua geração – possuía uma linguagem política que em muitos aspectos estava atrelada a um modelo clássico (ou aristotélico) de sucessão histórica das formas de governo. Daí o temor de que os excessos democráticos poderiam arrastar o Império do Brasil às “funestas falanges da anarquia” e do despotismo – como julgava ser o caso das repúblicas americanas que emergiram da fragmentação antigo Império Espanhol.

Para acertar as contas com sua trajetória, forjando assim uma falsa ilusão de

linearidade racional para suas ações (BOURDIEU, 2006), o político destaca que na agitação e devaneio de sua luta contra o governo pessoal de Pedro I vislumbrava uma forma que se fundamentava numa democracia pacífica, isto é, modelo democrático que deveria ser guiado por certa classe média, enfim, uma “democracia da gravata lavada, que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só” (OTTONI, 1915: 210).

Assim como o modelo gradualista de governo estava atrelado a elementos aristotélicos, podemos observar no fragmento acima que, para Teófilo Ottoni a idéia de democracia também derivava de elementos clássicos. Como já foi percebido por Antonio Candido (CANDIDO, 1988: 9), o conceito de democracia operado por Ottoni apresenta-se de forma restritiva, ou seja, não poderia – ao menos a curto prazo – ser estendido a toda população brasileira. Esta perspectiva fica explícita no artigo compilado da edição nº. 43 da *Sentinella do Serro* de 21 de junho de 1831, reproduzida na *Circular*:

Trezentos anos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéia alguma sobre a organização do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fautores [sic] do despotismo, precisam de ótimos guias para se não desviar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-los aos horrores da anarquia, ou entregá-lo dinovo às garras do poder absoluto. Estes os dois medonhos cachopos que ameaçaram a nau do Estado desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração política. (OTTONI, 1915: 211)

Para Ottoni, os excessos da liberdade poderiam levar a “nau do Estado” ao despotismo ou à anarquia, daí o fato de Ottoni se alinhar à causa monárquica em detrimento dos movimentos que, ao fim e ao cabo, acarretariam na fragmentação do Império durante o período regencial. Somente pelo viés de uma espécie de “revolução passiva” seria possível colocar em curso o seu projeto político de republicanizar as instituições Imperiais. Releva-se então um processo de transformação que deveria ser lento e gradual. Por fim, seu republicanismo passa a ser o zelo pelo funcionamento adequado de uma monarquia parlamentar para que fosse garantida a ordem e a integridade na jovem nação.

Neste sentido, o Sete de Abril colocou em evidência um projeto que derivou da cultura política constitucionalista típico das duas primeiras décadas da nação brasileira.

A defesa intransigente da Constituição – entendida como elemento fundamental para garantir a Liberdade e a Independência – garantia o funcionamento do principal mecanismo jurídico-político limitador do poder do Estado por meio da separação entre poder e direito. Além disso, era necessário afastar a nação da turbulência política que soçobrava as nações vizinhas. Interessante notar que também era este o pensamento de Evaristo da Veiga. O traço dominante da trajetória do “intrépido livreiro” também era a defesa da Constituição. “Queremos a Constituição; não queremos Revolução”, exclamava o Evaristo logo após o Sete de Abril (MATTOS, 2005: 11).

Para José Murilo de Carvalho, Teófilo Ottoni possuiu um percurso político de lógica impecável (CARVALHO, 2005: 28). Ferrenho opositor do chamado “governo pessoal”, Ottoni constituiu-se em figura de grande importância não só para o Sete de Abril como também em outros episódios de destaque na trajetória política do Brasil. Atuou firmemente e foi um dos principais entusiastas do processo que antecipou a aclamação de Pedro de Alcântara em 1840. Em 1842, o político liderava em Minas Gerais a malograda *Revolução Liberal de 1842*, momento que ficou preso, recebendo a alcunha pejorativa de *Luzia* – vocabulário político que viria rotular todos aqueles que se alinharam ao Partido Liberal. Cerca de dois anos mais tarde o político foi anistiado pelo júri da Câmara de Mariana. Após o insucesso da Revolução Liberal, Ottoni vai abandonar temporariamente a vida política em 1847 para dedicar-se ao audacioso projeto da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, responsável por construir a primeira estrada em moldes modernos no Brasil. Nesta empreitada de forte cunho civilizatório, também fundou a povoação de Filadélfia (clara alusão à homônima norte-americana), primeira cidade-empreendimento da história urbana de Minas Gerais, atraindo para os sertões do vale do Mucuri imigrantes estrangeiros de diversas nacionalidades (SILVA, 2009). De acordo com José Murilo de Carvalho, “mais do que os inconfidentes, Teófilo Ottoni exibiu traços do moderno e do republicano na vertente norte-americana: liberdade, espírito empresarial, participação política, desejo de mudança, tudo simbolizado no gesto fundador da Nova Filadélfia” (CARVALHO, 2008: 28).

Em 1860, ao publicar a *Circular aos Eleitores Mineiros*, Teófilo Ottoni retorna à vida pública elegendo-se deputado pelo Rio de Janeiro e por sua província natal. Retornando à Câmara dos deputados como líder do Partido Liberal, Ottoni reacendeu as

antigas rivalidades entre *luzias* e *saquaremas* com discursos inflamados nas tribunas, em panfletos e opúsculos e em artigos que reverberavam nas páginas de diversos periódicos da Corte e das províncias. Preterido cinco vezes pelo imperador para o assento no senado, somente em 1863 Ottoni assumiu uma cadeira na câmara vitalícia do Império. Seu último ato público de relevância para a história do Império foi ter apoiado e assinado o *Manifesto do Centro Liberal*, publicado em março de 1869 – precursor do *Manifesto Republicano*, publicado em 3 de dezembro de 1870. No dia cinco de outubro de 1869 Ottoni comparece no senado pela última vez. Doze dias depois falecia o político liberal mineiro. Para seus biógrafos e também para a historiografia, Teófilo Ottoni constituiu-se no mais conspícuo representante do liberalismo no período imperial. Retomando a proposição de Ilmar Matos citada nas primeiras linhas desse trabalho, Ottoni pertenceu de fato à geração daqueles que no pós-abdicação tomaram para si a árdua tarefa de imaginar, construir e amalgamar o grande e complexo mosaico brasileiro.

Fontes

- BLAKE, Francisco Vitorino de Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.
- MAGALHÃES, Basílio de. A Circular de Teófilo Ottoni. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXXVIII, 1915.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**: Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. t. 1.
- OTTONI, Teófilo Benedito. **A Colonização do Mucuri**. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1859.
- OTTONI, Teófilo Benedito. Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Teófilo Benedito Ottoni. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXXVIII, 1915.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes de. A instrumentalização da linguagem. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano XLIV, nº 2, julho-dezembro de 2008.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Teófilo Benedito Ottoni: a força histórica de uma experiência moderna. In: ___. (org.). **Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias Republicanas. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. julho a dezembro de 2008.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. In: **Estudos Avançados**, 4 (8), 1988.
- DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Ottoni e seu lenço branco. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 1, p. 101-110, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: ___. (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- SILVA, Weder Ferreira. **Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. (Dissertação de Mestrado)
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1997. vol. 19.
- IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848/1868. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. vol. 3, t. II (**O Brasil Monárquico: reações e transações**). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora

da FGV, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, nº1, maio de 2005.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Abdicação. In: Ronaldo Vainfas (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

POCCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. t 3.

SIRINELLI, Jean François. Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

DA DESCRIÇÃO À VISUALIZAÇÃO POR MEIO DA *COR LOCAL*:
O EMPREGO DO RECURSO NARRATIVO NA HISTORIOGRAFIA NACIONAL OITOCENTISTA
Eduardo Wright Cardoso*

As visões na história – testemunho e metáfora

Para François Hartog há uma história da visão, ou, mais do que isso, do visível e do invisível (HARTOG, 1986: 55). O historiador francês, aliás, sustenta que seria possível destinar um capítulo, dentro desta história geral, à arqueologia do olhar historiador. Proponho aqui, contudo, um breve artigo. O objetivo é discorrer sobre a importância da visão na historiografia nacional oitocentista e sobre como ela se constituía, a partir da *cor local*. O “ver” sempre acompanhou o ofício histórico, embora, como lembra Hartog, o historiador não possa ser confundido com a testemunha (HARTOG, 2001: 10).

A visão, contudo, é limitada. Ela não pode alcançar todos os eventos do pretérito. Incompleta, ela também não pode ser abandonada posto que se constitui num recurso fundamental para a escrita da história. A solução então não é descartá-la, mas alterar seu estatuto. Quando, enfim, os historiadores se convencem de que a história é feita no passado, a visão se torna metafórica (HARTOG, 1986: 56). Marcel Gauchet acrescenta, aliás, que é esta ruptura que distingue a história antiga de sua versão moderna: os historiadores antigos viam, enquanto os modernos precisam criticar a visão para, ulteriormente, incorporá-la à história (GAUCHET, 2002: 10).¹ Assim, a partir deste momento, não seria mais possível ver diretamente. *A visualidade do passado depende agora da mediação das palavras. Como, contudo, isso pode se concretizar? Este é, pois, o objetivo deste estudo.*

No desenvolvimento de seu artigo, Hartog identifica três modelos visuais decalcados de historiadores franceses do século XIX. O modelo primeiro, baseado em Augustin Thierry e Prosper de Barante, recorre constantemente a metáforas picturais para a representação do passado, buscando restituir-lhe as *cores verdadeiras*

* Aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. Esta pesquisa é financiada pela Capes.

¹ Evidentemente, a formulação é uma simplificação. Tucídides contrapunha – criticava – os testemunhos recolhidos a partir de seu próprio testemunho. *A autópsia* era uma maneira de fazer calar os testemunhos (HARTOG, 2001: 18-19).

(HARTOG, 1986: 57). Barante, aliás, almejava realizar uma pintura fiel da história e, para isso, defendia o uso das técnicas narrativas características do romance histórico. Isso permitiria a obtenção da cor justa ou da *cor local* (HARTOG, 1986: 57). Além do uso das técnicas romanescas, havia outro requisito para a representação fiel do passado: o historiador deve abster-se do texto e, assim, permitir que o tempo já transcorrido seja recuperado. Carine Fluckiger constata que o ideal de mediação transparente é, de fato, uma característica da *cor local*. Busca-se a reprodução do próprio passado e não apenas um discurso sobre a história (FLUCKIGER, 1995: 75).

Embora largamente presente na escrita da história do oitocentos, o recurso da *cor local* recebeu pouca atenção da historiografia até agora. Trata-se de um mecanismo narrativo derivado do campo da técnica pictural que visa, em maior ou menor escala, aproximar o texto de uma pintura. A formulação clássica do conceito se estabeleceu durante o romantismo francês, a partir de escritores como Victor Hugo e Benjamin Constant (KAPOR, 2003: 3). De acordo com Jan Kamerbeek, a concepção romântica é o resultado da convergência de duas tradições: a noção de *genius saeculi* (que remete ao espírito do século ou *Zeitgeist*, corrente no século XVII) e o legado artístico (teatral e pictural, em voga no oitocentos). Desta confluência emerge a *cor local* que sintetiza três elementos na escrita literária: *localidade*, *temporalidade* e *centralidade* (in: ESCARPIT, 1986: 399).

Fluckiger destaca, sobretudo, os dois primeiros. Entretanto, como a historiadora sustenta, no texto histórico, o mecanismo agrega outras funcionalidades, como valor poético, busca pelas origens, mediação transparente, questão nacional e de pertencimento, condição de verdade e autenticidade, entre outras (FLUCKIGER, 1995: 6-7). Exatamente devido à pluralidade de elementos que a caracteriza, a *cor local* rejeita uma metodologia analítica restritiva. Mesmo assim, é possível tentar apreendê-la a partir da variedade de referências e vínculos ao campo pictórico, como *pintura*, *retrato*, *colorido*, *desenho*, *cores* etc., além da aproximação entre o historiador e o pintor. Denominei esta multiplicidade de evocações do recurso de *retórica pictórica*.²

Por volta de 1820, a expressão é constante na produção intelectual francesa (FLUCKIGER, 1995: 12). Na historiografia, ela é largamente empregada pelos

² Liliane Louvel estabelece, de maneira análoga, um *léxico pictórico* que evidenciaria a presença de imagens mentais no texto (LOUVEL, 1998: 114-120). Ambos são compostos pelas mesmas expressões, sugerindo vínculos, que tentarei apresentar na sequência do artigo, entre a *cor local* e o *iconotexto*.

historiadores ditos narrativistas ou românticos, como Barante e Thierry. Jean Glénisson assevera que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasce justamente quando esta historiografia romântica encontra-se em evidência (GLÉNISSON, 1961: 257). Além disso, de acordo com Temístocles Cezar, Thierry, Barante e Cousin são as principais referências dos românticos brasileiros (CEZAR, 2002: 118). O contato, portanto, é direto e perceptível.

A *cor local*, contudo, é uma visão alternativa. Não se pode excluir, evidentemente, a visão real, testemunhal. O historiador poderia também ver com seus próprios olhos. Cezar tratou brevemente deste ponto, ao sustentar que a visão historiadora, no caso do IHGB, vincula-se à história do tempo presente. O instituto não rejeita esta forma de historiar, apenas recomenda a parcialidade e o critério. De acordo com o historiador: “A história do tempo presente é, nessa perspectiva, um tipo de história que pode ser vista. A memória opera, também, sobre um espaço óptico.” (CEZAR, 2004: 15).

A noção persistirá ainda no decorrer do século.³ Varnhagen, por exemplo, não hesita em incorporar sua visão ao texto. Ela se assemelha, se seguirmos a tipologia estabelecida por Hartog, ao olhar de Michelet, caracterizado por ser penetrante e participativo (HARTOG, 1986: 60-65). O historiador aqui não se apaga; ao contrário, ele se mostra: o leitor o vê. Na *História geral do Brasil*, por exemplo, ao abordar os regimentos de Henriques, Varnhagen assevera, em nota: “Destes ainda, em nossos tenros anos, alcançamos a ver dois, na procissão de corpos, no Rio de Janeiro, fazendo-nos tal impressão, que até hoje se não nos varreu ela da memória.” (VARNHAGEN, 1975, tomo III: 97).

Além disso, é impossível dissociar esta visão da viagem. Como é reconhecido, o IHGB não só recomendava aos seus sócios que viajassem, como também financiava expedições com intuits exploratórios e como instrumento para o recolhimento de fontes (GUIMARÃES, 1988: 21). Um dos benefícios principais da viagem é, aliás, justamente a possibilidade de testemunhar, de ver a história e o passado. O historiador não pode contentar-se com o arquivo empoeirado. É imperativo que ele viaje, que ele veja. Esta é, ao menos, a exigência contida no *Quais os meios de que se deve lançar*

³ Durante o oitocentos, a cientifização da história promove o declínio do testemunho que passa a ser substituído pelo arquivo. Hartog lembra, contudo, que vezes dissonantes continuam a ser ouvidas, como a de Michelet (HARTOG, 2001: 24).

mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geographia do Brasil?, redigido por Rodrigo de Souza da Silva Pontes e publicado na *Revista do IHGB* em 1841:

As excursões científicas porêm não se destinam sómente a colligir copias, desenhos, ou descrições de monumentos. Pontos ha de Historia e Geographia referidos, ou indicados pelos diversos escriptores de maneira opposta e contradictoria. Alguma vez succede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exactidão, sem exame e conhecimento dos logares em que se passaram as scenas relatadas, ou sem determinar, segundo os principios da sciencia, a posição geographica destes mesmos logares. (SILVA PONTES, 1841: 151)

O pretérito longínquo, no entanto, jamais poderia ser visualizado. A visão é, antes de tudo, limitada pelo tempo. Assim, adota-se um recurso narrativo que poderia novamente fazer o historiador - e o leitor – visualizar o passado. Ao concebê-lo como uma pintura, uma imagem portanto, o historiador que recorre à *retórica pictórica* visa torná-lo presente, mesmo que de forma metafórica. Eis, aqui, a hipótese que perpassa este estudo: *no momento em que o historiador não pode mais ver diretamente, ele recorre a artifícios narrativos que salientam a dimensão visual da narrativa, produzindo uma imagem do passado. A cor local, creio, pode ser concebida, desta forma, como um recurso de visualização do pretérito*. Como, no entanto, se constitui esta operação?

Cor local como iconotexto?

Há inúmeros elementos que permitem a preeminência da *visualidade* no discurso. Para aprofundar a análise da funcionalidade da *cor local* na historiografia, contudo, julgo ser válido considerar as contribuições do campo dos estudos literários. Para isso é necessário destacar o aspecto escriturário da operação historiográfica. A discussão é antiga. Paul Ricoeur advoga que, desde Vico, existe a preocupação com a dimensão retórica do discurso histórico (RICOEUR, 2007: 261). Allan Megill e Donald McCloskey são mais contidos e remontam o debate à década de 1960. Não pretendo aqui retomá-lo, mas apenas destacar que a escrita histórica envolve procedimentos narrativos e estilísticos.⁴

⁴ Este reconhecimento, contudo, envolve diferentes denominações. Para Hayden White, a história é uma narrativa que envolve ficção (WHITE, 1994: 141). Luiz Costa Lima discorda da integralidade da tese de

A tese de Megill e McCloskey, aliás, é polêmica: a historiografia não deriva apenas do trabalho de arquivo, mas envolve também recursos narrativos e, mormente, a tentativa de persuasão do leitor (MEGILL e McCLOSKEY, 1987: 221). Se correta, não há dúvida de que a *cor local*, enquanto estrutura narrativa, participaria deste objetivo maior. Afinal, os historiadores, ao valerem-se deste mecanismo, pretendem tornar o passado visível ao leitor – corroborando a importância da visão como elemento comprobatório – através de uma representação fiel do tempo pretérito. Contemplemos, então, outra ilustração, extraída da obra *Curso elementar de litteratura nacional*, de 1862, de autoria de Fernandes Pinheiro:

Ninguém desconhece a importancia do estudo da historia, *magistra vita, testis temporis*, na phrase de Cicero. Com o fio d’Ariadne conduz-nos ao labyrintho do passado, e *faz-nos assistir pela imaginação* a factos ocorridos em estranhos climas e remotas eras. Fe-la classificar nas bellas letras o encanto que causa-nos a sua leitura; *por isso que não poucas vezes a penna do historiador converte-se em pincel, e descrevendo, ou narrando, deslumbra-nos pelo brilhantismo do colorido*. (PINHEIRO, 1862: 152, grifos meus)

Entretanto, como esta tentativa de visualizar o passado pode ser concretizada do ponto de vista narrativo? Já salientei que esta presentificação ou visualização do pretérito ocorre no nível metafórico. Por isso a importância da consideração da dimensão narrativa do texto histórico. Reconheço, contudo, que a perspectiva historiográfica não pode ser diluída em uma análise retórica, correndo-se o risco de limitar-se ao texto e, desta forma, eliminar o que caracteriza a história, de acordo, por exemplo, com Ricoeur: prova documental, explicação causal/final e composição literária (RICOEUR, 2007: 263) Considero, pois, que conceber a *cor local* no “âmbito retórico” é apenas uma etapa deste esforço interpretativo.

Nesse sentido, talvez uma possibilidade analítica válida seja pensar a *cor local* como *iconotexto*. Esta categoria, de acordo com Liliane Louvel, expressa a evocação de imagens na narrativa. A autora, almejando entender o funcionamento destas produções imagéticas, esboça a noção de *poética do iconotexto* (LOUVEL, 1998: 16). Embora voltada para a ficção, creio que a categoria pode ser importante aqui posto que ambos, *cor local* e *iconotexto*, objetivam, em última instância, ressaltar a *visualidade* da

White, mas reconhece a adjacência entre história e ficção (LIMA, 1989: 101-102). Reformulo: não se trata, apenas, de uma questão terminológica. Mas, como salientado, inúmeros historiadores e críticos reconhecem a *literaridade* do discurso histórico, para utilizar uma expressão cara a Ricoeur.

narrativa. A introdução da imagem no texto promove o ingresso no domínio da retórica, posto que se trata de um pensamento por analogia ou metáfora que transporta o sentido de um receptáculo a outro (LOUVEL, 1998: 84).

Uma modalidade de *iconotexto* é a *descrição pictural*, isto é, o relato minucioso de quadros, pinturas, imagens, fotografias, desenhos etc., sejam eles reais ou não. O aspecto importante a ser considerado então é que, por definição, a *descrição* também remete ao caráter visual do texto. Louvel assevera que o enunciado descritivo possui já uma ligação ao pictural e ao visual. Para confirmar isso, cita a Enciclopédia de Diderot e d'Alembert, na qual descrição é definida “como traçar um retrato e fazer um quadro”.⁵

Ora, a *cor local* compreende estes dois elementos: *picturalidade* e *descritividade*. O primeiro já foi abordado; concentremo-nos no segundo. O mecanismo narrativo aproxima-se da descrição devido à sua busca pelo particular e pelo detalhe (FLUCKIGER, 1995: 43). Desta forma, creio que é possível conceber a *descrição* como pertencendo a este desejo de representação visual do passado e, portanto, como relacionado à *cor local*. É possível perceber esse anseio na multiplicação de obras que contém no título, a expressão descrição ou formas semelhantes, durante o oitocentos.⁶

Esta profusão de títulos demonstra que o aspecto *descritivo* parece ser um elemento muito importante na produção intelectual do período. E um dos objetos

⁵ Reproduzo a abordagem da autora e cito as definições do termo nos principais dicionários dos séculos XVIII e XIX. No *Vocabulário Portuguez Latino*, de Raphael Bluteau, *descripcam* corresponde a: “Definição imperfeita. Representação, ou pintura de alguma coisa com palavras.” (grifo meu) (BLUTEAU, 1712-1728, volume 3: 115). A grafia parece ter mudado mais do que a definição pois, no século seguinte, de acordo com o *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, *descripção* significa: “Pintura, debuxo de algum objecto, com palavras.” (SILVA, 1813: 565). O mesmo vale para o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, no qual *descripção* é “O retrato de huma cousa por palavras.” (PINTO, 1832: s/p).

⁶ Assim, em um levantamento preliminar, é possível listar as seguintes obras: *Corografia paraense, ou descripção física, histórica, e política, da provincia do gram-pará*, por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, de 1833; *Noticia descritiva da provincia do Rio-Grande de S. Pedro do Sul, por Nicolau Dreys*, de 1839; *Noticia histórica e descritiva do mosteiro de Belem*, por F.A. Varnhagen, de 1842; *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*, de Milliet de Saint-Adolphe, traduzido por Caetano Lopes de Moura e datado de 1845; *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, editado e nomeado por Varnahgen em 1851; *Descripção da costa do Brasil de Pitimbú á São Bento e de todas as barras, portos e rios do litoral da Provincia de Pernambuco [...]*, por Manoel Antonio Vital de Oliveira, em 1855; *Descripção do estado do Maranhao, Pará, Corupá e Rio das Amazonas [...]*, por Mauricio de Heriarte, de 1874; *Tratado de geographia descriptiva especial da Provincia de Minas-Geraes: em que se descreve com particular attenção todos os ramos de sua lavoura, industria e commercio [...]*, de José Joaquim da Silva, de 1878; *Noticia descritiva da regio missioneira na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Evaristo Affonso de Castro, 1887; *As Missões na provincia do Rio Grande do Sul: noticia descriptiva e necessidade de sua colonisação*, por Joaquim Saldanha Marinho, 1887; e *Rio Grande do Sul: descripção physica, histórica e econômica*, por Alfredo Varela, de 1897.

centrais da descrição é a natureza. Flora Süssekind lembra, aliás, que o objetivo maior da produção dos escritores nas décadas de 1830 e 1840 é a delimitação justamente da paisagem nacional, a partir de sua descrição (SÜSSEKIND, 1990: 158).

Visualizando a natureza

Luiz Costa Lima destaca que a aclimação do ideário romântico no Brasil foi específica. Na Europa, o romantismo tinha na natureza um lugar para a auto-reflexão e um estímulo à libertação. Nos trópicos, ao contrário, o movimento foi estimulado pelo próprio Estado imperial. Com isso, o papel da natureza também é alterado: torna-se um espaço para a nostalgia, sentimentalismo ou êxtase (COSTA LIMA, 1984: 134-135).

Sem o impulso reflexivo/contestatório, cabe ao observador da natureza empreender uma descrição minuciosa da paisagem (COSTA LIMA, 1984: 136). Para Ferdinand Denis, lembra o autor, este exercício descritivo deveria incluir os costumes, ou seja, trata-se de salientar o exótico.⁷ Ademais, para os poetas, cantar a natureza era uma forma de exaltar a identidade nacional. Lembremos que o primado da observação se caracteriza por ser uma defesa da originalidade local (COSTA LIMA, 1986: 146), ou da *cor local*. O autor aprofunda o assunto e explica a razão deste culto à natureza: servia tanto para manter o vínculo com a Europa quanto para marcar a diferença da América (COSTA LIMA, 1986: 205).⁸

Entretanto, como proceder para classificar esta descrição? Louvel oferece uma hipótese que objetiva eliminar uma sistematização demasiado subjetiva (LOUVEL, 1998: 87). Trata-se de reconhecer o que a autora denomina de *marcas* ou *dispositivos de picturalidade*. Antes de abordá-los, voltemos a Varnhagen: no tomo I, da *Historia geral do Brazil*, o historiador introduz um relato da geografia do Rio de Janeiro. Antes do exercício descritivo, contudo, o historiador alerta o leitor: “E agora que o theatro de nossas emoções se transfere a esta paragem, convem que o leitor a tenha presente, para o que nos esforçaremos por lhe transmitir uma leve idéa das scenas em cuja descrição quasi imaginamos que todas as palavras se nos desbotam.” (VARNHAGEN, 1854: 247).

⁷ Isso comprovaria, por exemplo, a proposição de Kapor cuja hipótese é que a *cor local* é uma faceta do *exotismo* (KAPOR, 2003: 5).

⁸ Guimarães percebe procedimento semelhante na escrita da história. Ela era endereçada internamente à elite política do Estado imperial e, externamente, aos países civilizados europeus que assim poderiam legitimar esta história em construção (GUIMARÃES, 1998: 14).

Avisado, o leitor prepara-se para reconhecer a paisagem ou prestar atenção nela. Aqui, podemos perceber duas características que permitem a constatação da presença do *iconotexto*. A primeira refere-se ao espaço textual. Louvel assevera que a imagem no texto é constantemente bem delimitada, como a sublinhar sua aparição. Trata-se do que a autora chama de *enquadramento* (LOUVEL, 1998: 97). Assim, o próprio historiador antecipa a irrupção do quadro, da imagem que será apresentada ao leitor, para demarcar sua relevância. Há, também, um segundo elemento que permite confirmar a presença do *iconotexto* nesta passagem e, mais do que isso, corroborar a vinculação entre *iconotexto* e *cor local*: trata-se do uso de um vocabulário derivado do campo pictórico (LOUVEL, 1998: 114). Assim, é possível estabelecer a semelhança entre o que Louvel denomina *léxico pictural* e aquilo que acredito se constituir uma *retórica pictórica*, pois ambos introduzem na narrativa expressões relacionadas à pintura, como cores, pinceladas, quadros, imagem, cena, retrato, paisagem, entre outras. Como se percebe no excerto, Varnhagen faz uso dessas expressões.

Antes de tratar dos acontecimentos relacionados à província do Rio de Janeiro, Varnhagen considera apropriado que o leitor (re)conheça a natureza da região. Ora, dois elementos parecem evidentes aqui: o ideal de mediação transparente, relacionado à presentificação, por um lado, e, por outro, a importância do papel da natureza, como antecedente dos acontecimentos que serão, posteriormente, narrados.

Três anos depois, na publicação do II tomo de sua *Historia geral do Brazil*, Varnhagen retoma sua descrição do Rio de Janeiro. O historiador havia sido criticado, por exemplo, pelo geógrafo francês d’Avezac que questionara, aliás, as descrições efetuadas. Assim, na introdução da obra, o historiador justifica sua abordagem:

Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estylo, afim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra, ou que n’outros não consentiríamos que os períodos saíssem aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão nobre, e repassados do nosso modo de sentir na presença de sucessos, que fora necessário ser de pedra uma pessoa para não se commover. (VARNHAGEN, 1857: XII)

Como se divisa, novamente Varnhagen utiliza um vocabulário extraído do campo pictural para abordar as descrições. Além disso, outro elemento que comprovaria a vinculação entre *cor local* e *iconotexto* encontra-se no contato entre um *estilo*

empolado e a pintura feita com mais verdade. Afinal, o historiador busca fazer uma pintura com mais verdade. Ora, justamente Fluckiger já havia delimitado que uma das funções da *cor local* é a condição de verdade, isto é, de uma representação fiel do passado que, por sua vez, acarreta uma preocupação com a escrita (FLUCKIGER, 1995: 6-7).

Já salientei, a partir de Süssekind e Luiz Costa Lima, o significativo papel que a natureza desempenha na literatura. Como se vê, contudo, as descrições naturais possuem também um aspecto importante para a historiografia. O naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius, vencedor do concurso lançado pelo IHGB acerca de *Como se deve escrever a história do Brasil*, recomenda justamente que o historiador detalhe a natureza a fim de tornar o texto mais atrativo para o leitor comum (MARTIUS, 1973 [1844]: 400). O exercício descritivo atrai o leitor e produz reconhecimento. Mas não só, pois a natureza interfere no próprio desenvolvimento da história. Martius via a natureza como parte da explicação histórica ou um caminho para isso. Para ele, o elemento natural fornece a chave do tempo (GUIMARÃES, 2000: s/p.). De acordo com Guimarães, Martius concebe a história da natureza e a história dos homens de modo coordenado. Afinal, “o conhecimento de uma importa necessariamente no conhecimento da outra para a composição de um grande quadro a ser admirado pelo olhar europeu. Um olhar que busca se conhecer/reconhecer ao mesmo tempo que se afirma pelas mãos do viajante-pintor.” (GUIMARÃES, 2000: s/p.).

Mas o professor bávaro ensina mais: ele recomenda o ter visto, o viajar como condição de verdade. Percebe-se, pois, que sua visão opera nos dois estatutos: o metafórico e o real. Nas suas palavras: “Para um tal trabalho [escrever a história salientando a diferença entre as diversas províncias], segundo certas divisões gerais do Brasil, *parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população.*” (MARTIUS, 1973: 400, grifo meu). O historiador ideal é, sobretudo, um naturalista.

Resumamos, pois: *as descrições picturais que têm na natureza um objeto frequente e podem ser acessadas através da cor local visam autenticar a narrativa e persuadir o leitor*. O historiador incorpora sua visão à história que escreve. Ele testemunha e produz conhecimento. Entretanto, quando sua visão já não alcança mais o

passado longínquo, ele não abre mão de ver. A visão é agora metafórica. Além de destacar o geral, o nacional, e valorizar o detalhe, o específico, creio que a *cor local* possa ser interpretada como uma forma de visualização da história. Hartog constata que, no momento em que o passado não pode mais ser testemunhado pelos historiadores, a visão se torna metafórica. Ao destacar, por exemplo, por meio da *descrição*, a dimensão visual da narrativa, o pretérito torna-se novamente visível. Assim, se a distância temporal produz “cegueira”, a *cor local* permitiria novamente visualizá-lo.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a História do Brazil. In: **Revista do IHGB**, tomo 6, 1973 [1844], pp. 381-403.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso elementar de litteratura nacional**. Rio de Janeiro: Livraria B.L. Garnier, 1862.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA PONTES, Rodrigo de Souza. Quais são os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à história e geografia do Brasil. In: **Revista do IHGB**, tomo 3, pp.149-157, 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brazil [...]**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 2 tomos, 1854-1857.

_____. **História geral do Brasil**: antes da sua separação e independência de Portugal. 8ª edição. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 5 tomos, 1975.

Referências Bibliográficas

CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle**. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Tese de Doutorado. Paris: EHESS, 2 volumes, 2002.

_____. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DH/UEM, v. 8, n. 1, 2004.

COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ESCARPIT, Robert. **Dictionnaire international des termes littéraires**. Berne: A. Francke, 1986. 5v.

FLUCKIGER, Carine. **L'histoire entre art et science**: la "couleur locale" chez Thierry et Barante. Mémoire de licence. Université de Genève, 1995.

GAUCHET, Marcel. L'unification de la science historique. In: GAUCHET, M. **Philosophie des sciences historiques**: le moment romantique. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Européia, 1961.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. In: **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

HARTOG, François. L'oeil de l'historien et la voix de l'histoire. In: **Communications**, ano 1986, número 43.

_____. El testigo y el historiador. In: **Revista Universitaria Semestral**, ano XI, n. 21, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, 2º semestre 2001.

KAPOR, Vladimir. Exotisme et couleur locale – essai d'une analyse contrastive des champs sémantiques respectifs. In: **Proceedings, France and the Exotic**, University of Birmingham, UK, 2003.

LOUVEL, Liliane. **L'oeil du texte**: texte e imagen dans la littérature de langue anglaise. Paris: Presses Universitaires du Mirail, 1998.

MEGILL, Allan, e McCLOSKEY, Donald. The Rhetoric of History. In: NELSON, John. **The Rhetoric of the Human Sciences**. Language and Argument in

Scholarship and Public Affairs. The University of Wisconsin Press, 1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras 1990.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

**O INTELLECTUAL CORTESÃO E A CIVILIZAÇÃO:
UM PERFIL DOS FUNDADORES DO IHGB E DE SUA REVISTA**

Sérgio Campos Gonçalves*

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente.

Visconde de São Leopoldo (PINHEIRO, 1839)

A compreensão do perfil dos intelectuais reunidos em torno da Revista do IHGB passa, antes de tudo, pelos elementos unificadores de grupo, isto é, para compreender a estrutura dos membros fundadores, sua biografia coletiva, é preciso observar a formação de tais intelectuais através de sua procedência educacional e social e relacioná-la com suas funções políticas (FERREIRA, 2004). Afinal, conforme ilustrou José Murilo de Carvalho, apesar de suas rixas e interesses diversos, tal grupo de intelectuais - essa “ilha de letrados num mar de analfabetos” - partilhava de valores e de uma linguagem comuns. Isso teria contribuído para que houvesse um acordo básico sobre a estrutura política e social no processo de formação do Estado, pois os grupos dominantes teriam desenvolvido uma capacidade de processar conflitos em respeito à estabilidade das bases do sistema imperial (CARVALHO, 1996: 38).

Apesar dos inevitáveis conflitos envolvidos na formação do Estado na primeira metade do século XIX, havia, para Carvalho, uma “unificação ideológica da política imperial” entre os indivíduos da Corte. A educação superior teria sido um elemento importante de afinidade, em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela; em segundo lugar, porque a elite do império partilhava de um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades, em consequência de sua educação superior se concentrar na formação jurídica; e em terceiro lugar, porque a educação superior se concentrou na Universidade de Coimbra até a Independência - depois dela, a formação intelectual da elite letrada se concentrou em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. Carvalho

* Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca, e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

compreende que a concentração geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e inculcia neles uma “ideologia homogênea dentro do estrito controle que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil” (CARVALHO, 1996: 55).

Além disso, a elite política envolvida com o poder imperial desde a Independência apresentava, segundo Carvalho, “características básicas de unidade ideológica e de treinamento” oriundas da política de formação de elites do Estado português. Desde o início, portanto, apresentavam sua vocação para a participação na Corte. Não é por acaso que o núcleo dessa elite cortesã fosse formada por burocratas, notadamente por magistrados “treinados nas tradições do mercantilismo e absolutismo portugueses”. Conforme Carvalho assinala, a educação em Coimbra, a influência do direito romano, a ocupação burocrática e os mecanismos de treinamento contribuíam para dar à elite que esteve à frente da consolidação do Estado imperial um consenso básico em torno de algumas opções políticas fundamentais (CARVALHO, 1996: 210).

A procedência educacional em torno da Universidade de Coimbra esteve ao centro da formação de várias gerações da elite do Império Brasileiro, dos anos 1820 até, pelo menos, o fim da década de 1850, a partir da qual houve um aumento da diversificação da economia e o surgimento de novas atrações de carreira. Realizada por Roderick e Jean Barman, a análise prosopográfica do primeiro círculo de sociabilidade do Império, formado por Família Imperial, Conselho de Estado, Senado e Conselho de Ministros, e de seu segundo escalão, formado por Câmara dos Deputados, Alto Comando do Exército e da Marinha e Supremo Tribunal de Justiça, sustenta que o intelectual do Império foi determinado pela posse do título acadêmico, pela figura do *homem letrado*, do *bacharel*. É nessa elite política cortesã envolvida com a política imperial que se observa a estrutura do grupo que fundou o IHGB (BARMAN, 1976).

A política cultural do Império, da qual o IHGB fez parte, foi importante para que houvesse uma mínima coerência de idéias sobre a nação e de Estado que se queria elaborar. Agregados ao objetivo da pesquisa histórica, que, segundo o secretário Januário da Cunha Barbosa, visava a “eternisar pela historia os factos memoraveis da patria”, outros fins também interessavam ao IHGB (BARBOSA, 1839: 9). Conforme Arno Wehling analisou, tais propósitos incluíam “o ‘esclarecimento’ da sociedade, pelo desenvolvimento da ‘cultura literária’, levando a um aprimoramento das relações sociais; o aperfeiçoamento da

administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais; e o exercício mais aperfeiçoado de cargos eletivos” (WEHLING, 1983: 11).

A elite política e intelectual envolvida com o projeto historiográfico do IHGB representava, em geral, os grupos políticos moderados que eram partidários da monarquia constitucional, os quais buscavam impor um projeto político centralizador às demais regiões do país a partir de 1854. Conforme Wehling observa, estes integrantes do “partido do regresso, da ordem ou (depois) conservador”, avessos ao absolutismo e contrários ao liberalismo radical e ao republicanismo do Período Regencial, teriam reagido às forças centrífugas regionais insubmissas ao poder central do Império que ameaçavam a monarquia constitucional não apenas em sua constituição política, mas também “em seus desdobramentos econômicos, políticos, sociais e ideológicos – liberalismo, grande propriedade, escravidão, padroado, voto censitário” (WEHLING, 1983: 11).

Naquele momento conturbado, a fundação do IHGB em 1838 pode ser compreendida como uma forma de reação em favor da monarquia constitucional, dado que, em larga medida, significou a criação de um instrumento institucional para a elite cortesã tentar direcionar o futuro do Estado brasileiro. De acordo com Wehling, tratava-se de um esforço emanado do Rio de Janeiro para encaminhar politicamente o Brasil, assegurando os interesses dos cafeicultores escravistas do centro-sul, e, ao mesmo tempo, para enfrentar o que lhes parecia “federalismo excessivo (com o eventual desmembramento do país) e ameaça à estabilidade social (oposição à escravidão)” (WEHLING, 1983: 12).

A elite letrada fluminense fez da monarquia constitucional uma solução centralizadora, pois, além de significar o controle político provincial, também garantia a conservação de seus próprios fundamentos: a grande propriedade, a escravidão, o sufrágio censitário e o padroado”. Wehling observa que todos estes temas, quando surgiram nas páginas da Revista do IHGB em meados do século XIX, foram tratados de um ponto de vista “moderado”. Do mesmo modo que, quando alguns deles foram declaradamente combatidos, como a escravidão, “a crítica supõe sempre uma solução evolutiva e não (como o liberalismo radical) de ruptura”. Quanto ao plano do pensamento político e histórico, Wehling explica que à perspectiva explícita do nacionalismo romântico somou-se a concepção histórico-filosófica do historicismo (WEHLING, 1983: 15-16).

Por conseguinte, a construção do IHGB está profundamente ligada ao perfil social dos seus membros e à posição destes na configuração social da sociedade de corte imperial.

Os sócios fundadores do Instituto encontravam-se em uma “ilha de letrados”, todos viviam na capital do Império, eram vinculados ao Estado monárquico, conviviam na Corte e idealizavam um Brasil que deveria obedecer aos preceitos da civilização ocidental e europeia.

Quadro nº 1 - Fundadores do IHGB: perfil sócio-profissional

Fundadores	Naturalidade	Escolaridade	Formação	Ocupação	Origem sócio-econômica
Alexandre Maria de Mariz Sarmento	Portugal	N. Médio	Aulas Régias	Político	Pai: F. Público
Antônio Alves da Silva Pinto	S/ informação	N. Superior	Direito / Coimbra	Advogado	S/ informação
Antônio José de Paiva Guedes de Andrada	S/ informação	S/ informação	S/ informação	F. público	S/ informação
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	BR / RJ	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	Pai: Militar
Bento da Silva Lisboa	BR / BA	N. Médio	Aulas Régias	Político	Pai: F. Público
Caetano Maria Lopes Gama	BR / PE	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	Pai: F. Público
Cândido José de Araújo Viana	BR / MG	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	Pai: Militar
Conrado Jacob de Niemeyer	Portugal	N. Superior	Escola Militar / Lisboa	Militar	Pai: Militar
Emílio Joaquim da Silva Maia	BR / RJ	N. Superior	Medicina / Paris	Médico	S/ informação
Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim	Portugal	N. Superior	A. Marinha / Lisboa	Político	Pai: Militar
Francisco Gê Acaiaba de Montezuma	BR / BA	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	S/ informação

Inácio Alves Pinto de Almeida	BR / BA	S/ informação	S/ informação	S/ informação	S/ informação
Januário da Cunha Barbosa	BR / RJ	N. Médio	Seminário / RJ	Político	S/ informação
João Fernandes Tavares	BR / RJ	N. Superior	Medicina / Paris	Médico	Pai: F. Público
Joaquim Caetano da Silva	BR / RS	N. Superior	Medicina / Montpellier	Professor	S/ informação
Joaquim Francisco Vianna	BR / RJ	N. Superior	Matemática / Coimbra	Político	Pai: Militar
José Antônio Lisboa	BR / RJ	N. Superior	Matemática / Coimbra	Político	Pai: Militar
José Antônio da Silva Maia	Portugal	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	S/ informação
José Clemente Pereira	Portugal	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	S/ informação
José Feliciano Fernandes Pinheiro*	BR / SP	N. Superior	Cânones / Coimbra	Político	Pai: Militar
José Lino de Moura	BR / MG	S/ informação	Aulas Régias	F. Público	Pai: Juiz
José Marcelino da Rocha Cabral	Portugal	N. Superior	Direito / Coimbra	Advogado	S/ informação
José Silvestre Rebelo	Portugal	S/ informação	S/ informação	Comerciante	Comércio
Pedro de Alcântara Bellegarde	BR / RJ	N. Superior	A. Real Militar / RJ	Militar	Pai: Militar
Raimundo José da Cunha Matos	Portugal	N. Superior	Escola Militar / Lisboa	Político	Pai: Militar
Rodrigo de Souza da Silva Pontes	BR / BA	N. Superior	Direito / Coimbra	Político	Pai: Militar
Tomé Maria da Fonseca e Silva	S/ informação	S/ informação	S/ informação	F. Público	S/ informação

* Visconde de São Leopoldo

Fonte: GUIMARÃES, 1999: 39.

O quadro dos 27 fundadores do IHGB revela uma relação entre a procedência social, a homogeneidade cultural e ideológica dos seus membros e a vocação da historiografia produzida pelo Instituto para endossar a política cultural e civilizatória que emanava da monarquia brasileira. Neste seleto grupo, predominavam indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e funcionários públicos que fizeram a Independência e que adotaram a monarquia para dar forma ao país. Viviam no centro do *establishment* imperial, a Corte, e formavam a “ilha de letrados” que esteve à frente da literatura e das artes palacianas. De acordo Lúcia M. Paschoal Guimarães, “daqueles segmentos da sociedade luso-brasileira, saíram os homens públicos que dirigiram o país até meados do século XIX. Esses mesmos vultos estiveram à testa do Instituto Histórico” (GUIMARÃES, 1999: 42). Na prática, a direta participação do alto escalão do Estado monárquico gerava um reconhecimento institucionalizado da Revista do IHGB como instrumento legítimo de expressão historiográfica, dado que, conforme Bourdieu atesta, “as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às suas condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção” (BOURDIEU, 1996: 133).

Entre esses homens públicos, tal qual observou Arno Wehling, “a heterogeneidade funcional era compensada pela unidade ideológica”, pois quase todos os fundadores do IHGB eram indivíduos de visão nacionalista e centralizadora. De acordo com Wehling, a ação política dessa elite política “regressista” tendia a reforçar a autoridade central e a garantir a monarquia constitucional: “reação às revoltas regionais, Lei Interpretativa do Ato Adicional, reforma do Código de Processo Criminal”. A fundação do Instituto inserir-se-ia neste processo e, por essa razão, os textos publicados na Revista do IHGB são muito claros na defesa da Monarquia constitucional e do sistema unitário como regime político ideal para o país (WEHLING, 1999: 36). Membros da elite política do Império, os fundadores do IHGB professavam os mesmos ideais: “a defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito a (sic) nível nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política...” (WEHLING, 1994: 155).

Havia, assim, uma cultura política compartilhada pelo grupo de intelectuais fundadores do IHGB, para o qual a Monarquia constitucional configurava como um importante fator de coesão para seu projeto de Estado e de futuro para o Brasil. Seu perfil encerra uma espécie de um código e um conjunto de referentes formalizado tanto no jogo

interno da política nacional quanto em uma tradição política mais abrangente, da monarquia.¹

Os fundadores do IHGB eram notórios homens públicos, mas o vínculo quase visceral entre os interesses do Estado e a produção historiográfica ia além de uma simples presença de burocratas de alto escalão nos quadros institucionais, pois o Estado monárquico usufruiu da elaboração de um discurso histórico legitimador de seus interesses (Cf. GUIMARÃES, 1995: 514-515). Por um lado, o IHGB nutriu-se do dinheiro imperial para sustentar suas atividades, tanto que, cinco anos após sua fundação, as verbas do Estado já representavam 75% de seu orçamento (GUIMARÃES, 1988: 9). Por outro, integrou uma “política de memória nacional”, que, segundo Arno Wehling, envolveu três frentes. Enquanto a primeira diz respeito ao plano literário, profundamente ligado ao *establishment* regressista, comprometido com a “busca da identidade nacional” através do romantismo, as demais se apresentaram a partir da ação direta do poder público: a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que visavam à consolidação da educação, da cultura e da administração pública; e a criação do IHGB, através da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o qual enunciava abertamente suas finalidades científicas, culturais, educacionais e administrativas (WEHLING, 1999: 33-35). Com isso, é compreensível que houvesse uma expressiva afinidade entre os interesses do Estado imperial que se firmava, o projeto historiográfico do IHGB e o perfil social, político e profissional dos membros do Instituto.

A construção da memória do Império nas páginas da Revista do IHGB e o estoque do material que deveria ser historicamente lembrado, de acordo com Lúcia M. Paschoal Guimarães, foram orientados pelas condições nas quais os grupos políticos bem relacionados com o IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas em que estavam envolvidos.² Desse modo, “graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador”, observa Lúcia Guimarães, a prática historiográfica do IHGB visou a sustentar o projeto político da Monarquia imperial centralizadora e constitucional (GUIMARÃES, 1995: 599).

A submissão às normas de etiqueta política do espaço de sociabilidade da Corte não

¹ Sobre o estudo do intelectual enquanto fenômeno individual e coletivo da cultura política, ver BERSTEIN, 1998.

² Isto é evidente em VIANA, 1839: 82-83; LISBOA; MONCORVO, 1839: 252; LISBOA; MONCORVO, 1841: 96; PANTOJA; VIANA; PONTES, 1840: 254-256; REBELO, 1840 e VARNHAGEN, 1844.

é aleatória. A figura do intelectual na Monarquia brasileira envolvido com a fundação do IHGB, assim como a autorização do que poderia ser publicado nas páginas da Revista do Instituto, situava-se na rede de conexões e interdependências da configuração social do Império, tal qual os determinantes da ação e do poder na noção de *habitus* e de *campo* de Pierre Bourdieu.³

Intelectual patriota e civilizador

A análise do perfil dos sócios do IHGB revela um vínculo irrefutável com a hierarquia interna do Estado. Mas seu exame mostra, também, que a forma da organização do quadro social do Instituto formava, nas palavras de Lilia Moritz Schwarcz, “um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade de corte” (SCHWARCZ, 1993: 102). Isto é, a “ilha de letrados” a partir da qual se definia a figura do intelectual vinculado ao Estado imperial estava ao centro da teia das relações sociais que circunscreviam o IHGB, cujo padrão da organização hierárquica é análogo ao de uma sociedade de corte. Nessa esteira, Manuel Luiz Salgado Guimarães também atesta que o IHGB era marcado por critérios que presidiam e organizavam “um tipo de sociabilização própria da sociedade de corte”. Por isso, sua produção historiográfica estava apoiada na teia das relações sociais e pessoais da Corte, dado que, “enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estava se efetuando fundamentalmente no espaço universitário”, segundo Manuel L. S. Guimarães, “entre nós esta tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais”. Para Guimarães, o Estado desempenhou um papel marcante ao se pensar a construção da história nacional, pois atuou “como eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial” (GUIMARÃES, 1988: 9).

Não é por acaso que entre os nomes presentes no Instituto havia dez conselheiros de Estado, seis dos quais senadores. Reunindo a nata da política imperial, a *intelligentsia* cortesã defensora da Casa de Bragança, através de seu desejo de fundar uma historiografia nacional e original, atuava no IHGB, nas palavras de Lília Schwarcz, com “a intenção não

³ “Não é possível compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 1998: 190).

só de ensinar e divulgar conhecimentos, mas também com o desejo de formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria” (Cf. SCHWARCZ, 1993: 102). Envolvidos com a política cultural do Império e protagonistas de sua prática historiográfico-discursiva, os intelectuais fundadores do IHGB não possuíam um perfil aleatório. Formavam uma combinação de políticos, literatos e funcionários públicos que gravitavam ao redor do trono na sociedade de corte fluminense. Seu interesse no controle da produção historiográfica evidenciava o propósito de se consagrar como a elite central no cenário nacional, diante das forças contrárias à cristalização do poder centralizado da monarquia no Rio de Janeiro e em sua Corte. Para isso, edificaram um discurso que associava a fundação do IHGB à realização da razão universal, da civilização ocidental e européia, para legitimar o arranjo político do poder imperial.

No período pós-Independência, a geração romântica patrioticamente empregou na história uma lógica comemorativa do estandarte nacional. Essa elite política, “ideológica e esteticamente nacionalista e, com frequência, romântica”, nas palavras de Arno Wehling, tinha o objetivo de consolidar o ideal nacional através da reconstituição da História pátria, pois “os documentos dos anos iniciais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro demonstraram, pelas idéias expostas e pelos autores mencionados, a forte influência do romantismo europeu, particularmente o francês”. Wehling explica que “romantismo e nacionalismo entrelaçam-se com bastante naturalidade, na Europa como no Império nascente”. Os fundadores do Instituto objetivaram reconstituir a História pátria para consolidar o ideal nacional, mas como não dispunham de um passado medieval, recorreram à temática indígena. Muito antes do indianismo literário de Gonçalves Dias ou Alencar, observa Wehling, há um “indianismo erudito” nas páginas da Revista do IHGB: “a partir de 1839, quando são estudados guaicurus, tupinambás e outras tribos na perspectiva etnológica ou na de sua incorporação ao processo civilizatório”. A idealização do passado histórico brasileiro, de suas riquezas naturais e de suas potencialidades, encontrado desde as primeiras páginas da Revista do IHGB denuncia que a fórmula nacionalista-romântica encontrou terreno fértil entre os intelectuais brasileiros no século XIX. Em que pese a tensão permanente entre “a valorização da cultura nacional e o padrão universal do naturalismo racionalista”, os membros do IHGB acreditavam que o “gênio da história” servia ao “progresso da humanidade”; segundo Wehling, os estudos históricos eram vistos

no Instituto Histórico “como instrumentos de aperfeiçoamento institucional para esclarecimento dos titulares de cargos eletivos, que deveriam aprimorar a representação e elevar o nível de consciência política dos representados” (WEHLING, 1999: 36-39).

No IHGB, como na historiografia ocidental oitocentista em geral, consolidou-se a versão nacionalista e romântica do historicismo. O Instituto Histórico articulou as noções de *Estado e Civilização* em sua prática discursiva-historiográfica para explicar o movimento temporal das culturas, situando-as em uma dinâmica social teleologicamente orientada na qual o ápice estava o modelo europeu, em especial França e Inglaterra. Conforme Wehling compreende, “mais do que o romantismo e o nacionalismo no plano ideológico”, essa “lógica da história” teve o historicismo como o plano teórico-metodológico que deu forma e racionalizou a cosmovisão dos fundadores do IHGB (WEHLING, 1999: 42).

A articulação do IHGB e de seus membros com os interesses da Monarquia constitucional centralizada na Corte fluminense fez nascer uma historiografia que produziu uma leitura específica do Brasil, limitada pelas fronteiras do Estado Nacional e pelo jogo das relações sociais de sua sociedade de corte. A leitura da história empreendida pelo IHGB, segundo Manuel Luiz Salgado Guimarães, buscou “dar conta da gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo (GUIMARÃES, 1988: 8).

Enquanto conhecimento aplicado, a História desempenhava uma função pragmática, pedagógica. A concepção de História compartilhada pelos membros do Instituto Histórico era muito próxima àquela verificada no Instituto Histórico de Paris, para o qual caberia à História regenerar pacificamente o corpo social, afirmando seu presente nacional e educando-o a partir dos exemplos do passado. Fundamental, o conhecimento da História seria capaz de fornecer a orientação para materializar o desenvolvimento civilizatório. Essa formulação é exemplar no discurso que Januário da Cunha Barbosa proferiu aos associados do Instituto na sua Segunda Sessão Aniversária:

A política, e a civilização em geral, exigem que nos appliquemos a salvar da voracidade dos séculos os factos, que nos conduzirão ao estado presente da nossa moralidade, e que sirvão nos tempos futuros de comparação com os nossos progressos, depois de constituídos em nação independente. Testemunha dos tempos, luz da verdade, ella [a História] abunda de elementos necessarios á nossa civilização, e á prosperidade do Estado; mestra da vida, offerece exemplares de heroicos feitos aos que prezão a honra de servir a Patria, e de viver além da sepultura pela recordação de gloriosas acções. (BARBOSA, 1840: 587)

De acordo com Manuel L. Salgado Guimarães, “era preciso ver na História um ensinamento moral e a importância dos fatos narrados estava justamente na possibilidade de se extrair deles uma lição, constituí-los em fonte de exemplos, inspiração para o patriotismo” (GUIMARÃES, 2002: 196-197; Cf. MALERBA, 2007: 351-370).

Os intelectuais fundadores do Instituto Histórico proclamavam carregar essa tarefa patriótica: responsabilizavam-se por domesticar os fragmentos do passado nacional, imprimindo neles um sentido histórico que fornecesse explicações históricas para as demandas da realidade do presente e que, também, ensinasse o Brasil a alcançar os mesmos progressos materiais de que a Europa civilizada desfrutava.

Considerações Finais

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um palco privilegiado da política cultural do Império no século XIX. Enquanto os fundadores do Instituto participavam da rede de sociabilidades na qual se consolidava a posição dos homens de Estado que orbitavam a Corte, sob seus holofotes, se promulgou a versão oficial da trajetória histórica do Brasil nas páginas de sua Revista.

A rede de sociabilidades dos homens de letras, sua mentalidade civilizatória e a cultura política monarquista e constitucional de sua geração evidenciam que a figura do intelectual fundador do IHGB e de sua Revista situa-se em outro tempo e em outro lugar em relação à dicotomia de Julien Benda, entre o intelectual verdadeiro e o intelectual moderno-traidor. Para a elite cortesã do Império do Brasil no século XIX, não haveria uma separação, como para Benda, entre o intelectual verdadeiro, que coloca seu pensamento a serviço da razão universal da humanidade, e o intelectual moderno-traidor, que coloca seu pensamento a serviço dos interesses temporais do Estado e da nação (BENDA, 1999; Cf. BOBBIO, 1997: 50). Muito pelo contrário, o significado do intelectual no contexto da fundação do IHGB se define justamente através de um discurso que une a fala em nome da razão, da humanidade e da civilização, à fala em nome do Estado e da nação. Unificada por uma mesma leitura de passado e perspectiva de futuro, sujeita à mesma etiqueta moral de mentalidade civilizatória e aos valores de uma cultura política monarquista, a *intelligentsia* da elite cortesã imperial fundou a Revista do IHGB como uma realização da razão, da civilização ocidental e européia, para legitimar o arranjo político do poder do Estado monárquico brasileiro.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **RIHGB**. 1:9-18, 1839.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **RIHGB**. 1840, tomo 2 (suplemento): 582-603.
- BARMAN, Roderick; BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 18, No. 4 (Nov., 1976), pp. 423-450. Disponível em: Acesso em: 01/05/2011.
- BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BENDA, Julien. **Exercice d'un enterre vif**. Paris: Gallimard, 1946.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Campo del poder, campo intellectual y habitus de clase. In: _____. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2000.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CASTILHO, José Feliciano de. Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil. **RIHGB**. 11:259-266,1848; 2.ed. 259-266

- COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Discurso d'abertura recitado pelo Vice Presidente o Exm. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, no dia 27 de Novembro de 1840. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **RIHGB**. 1840, tomo 2 (suplemento): 574-582
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FAZENDA, José Vieira. Instituto Historico e Geographico Brasileiro, subsídios para sua História (1838-1911), pelo Dr. José Vieira Fazenda (Bibliothecario do Instituto). **RIHGB**. T. 74, v. 124, p. 277-439, 1911.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: ____; TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). **Anais do X Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2002, Rio de Janeiro. História e Biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O tribunal da posteridade. In: PRADO, Emilia Prado. (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838-1889. **RIHGB**. 156(388), jul./set. 1995.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, pp. 184-200, dezembro 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial. Sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. t. II, vol. I, 6 ed. São Paulo: DIFEL: 1985.
- LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, Flavio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de Ataíde. Juízo sobre a obra intitulada "Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil", par Horace Say. **RIHGB**. 1:308-315, 1839; 3.ed. 250-255.

- MALERBA, J. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- MALERBA, Jurandir. História, memória, historiografia: algumas considerações sobre história normativa e cognitiva no Brasil. ____; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- NEVES, Lúcia Maria P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação**: idéias e práticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- NISBET, R. **História da idéia de progresso**. Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Ed. UNB, 1985.
- PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguiar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a obra intitulada "Compendio das eras da provincia do Pará" por Antonio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto. **RIHGB**. 2:235-251, 1840; 3.ed. 242-258.
- PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguiar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre os "Annaes da provincia de São Pedro" publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. **RIHGB**. 1:315-322, 1839; 3.ed. 255-260.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de IIIustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente. **RIHGB**. T. 1, p. 65-85, 1839; 2.ed., p. 77-97; 3.ed., p. 61-76.
- PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **RIHGB**. 3:547-557, 1841; supl. 33-43; 2.ed. 547-557; 3.ed. 451-458
- PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Discurso official do orador do Instituto o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. Sessão pública no dia 6 de abril de 1848 para inauguração dos bustos do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos. **RIHGB**. 11:215-288, 1848.
- REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juízo sobre a obra intitulada

- "Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau continent" par Alexandre Humboldt, membro honorario do Instituto. **RIHGB**. 2:105-108, 1840; 2.ed. 105-108; 3.ed. 105-108.
- REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juízo sobre a obra intitulada "Notícia descritiva da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul" por Nicolau Dreys. **RIHGB**. 2:99-105, 1840; 2.ed. 99-105; 3.ed. 99-105.
- SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Primeiro juízo...acerca do "Compendio da Historia do Brazil" pelo Sr. Jose de Abreu e Lima. **RIHGB**. 6:60-83, 1844; 2.ed.60-83
- VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a "Historia do Brazil" publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. **RIHGB**. 1:91-6, 1839; 3.ed. 81-85.
- WEHLING, Arno. **A invenção da História: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Game Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.
- WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**. V. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.
- WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ORGANIZANDO A BIBLIOTECA DE BABEL:
CATÁLOGOS BIBLIOGRÁFICOS SOBRE A LÍNGUA TUPI (1874-1881)

Iuri Bauler Pereira*

Em 2 de dezembro de 1881 foi inaugurada, no prédio da Biblioteca Nacional do Brasil, a monumental *Exposição de História do Brasil*, projeto capitaneado pelo bibliotecário Benjamim Franklin Ramiz Galvão, que apresentava em diversas salas e galerias os tesouros bibliográficos e artísticos do acervo na Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia de Belas-Artes, da coleção pessoal do Imperador e de outros colaboradores particulares e instituições, algo sem precedentes no século XIX. Em seus corredores, percorridos pela família imperial no dia da inauguração e por centenas de pessoas no mês subsequente, figuravam quadros, esculturas, mapas, gravuras e obras diversas, impressas e manuscritas.

Na sala *Ayres de Casal*, dedicada à geografia, corografia e viajantes, foram expostos três dicionários manuscritos tupi-português: um dicionário anônimo do século XVI, atribuído a José de Anchieta; os manuscritos do *Diccionario Brasiliano*, copiado pelo frei Mariano da Conceição Velloso, no século XVIII; e as fichas manuscritas do naturalista americano Charles Frederick Hartt, falecido na década de 1874. Junto deles – distribuídos na terceira vitrina e na segunda vitrina, respectivamente – estavam expostas raríssimas edições de André Thevet, Jean de Léry e José de Anchieta, entre outros “tesouros bibliográficos” da Biblioteca Nacional. O lugar desses três manuscritos, representativos de três momentos distintos da dicionarização da língua tupi, é sintomático da importância que os instrumentos linguísticos tupi-português adquiriram no século XIX.

O principal produto desta exposição foi o monumental “Catálogo da Exposição de História do Brasil”, um trabalho bibliográfico que mobilizou instituições e livreiros particulares, e onde consta uma sub-seção de *Linguistica Brazilica*. Na chave de classificação do catálogo, esta sub-seção está acompanhada da bibliografia sobre *Ethnologia Brazilica*, compondo a sub-chave *Ethnographia e Linguistica*, e classificadas como parte da *História Natural*, em conjunto com *Zoologia*, *Botanica*,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), pesquisa financiada pelo CNPq.

Mineralogia e Geologia, além de obras gerais do gênero, como tratados de naturalistas, classificados na “Classe X” da seguinte forma:

- CLASSE X – Historia Natural
- 1) *Obras Geraes*
 - 2) *Ethnographia e Linguistica.*
 - A) *Ethnographia brazilica*
 - B) *Lingusitica brazilica*
 - 3) *Zoologia*
 - 4) *Botanica*
 - 5) *Mineralogia e Geologia*

A consolidação dessa bibliografia, reunida no catálogo, se dá, assim, nos quadros de referência dos conhecimentos sobre a língua indígena, articulada à Etnografia e classificada na História Natural, campo marcadamente científico. É de se destacar que, ao examinar o conjunto geral da seção de *História do Brasil*, em que está inserida a *História Natural*, há uma categoria consagrada à “*Civilização dos Índios*”, submetida à *História Econômica*. A separação, enfim, dos conhecimentos sobre a língua tupi do problema da civilização das populações indígenas e da efetivação de projetos de catequese, marca uma autonomização da linguística como campo científico, materializada nos estudos dos anos 1880 em diante. A definitiva consolidação do *corpus* bibliográfico e da necessidade do estudo das línguas, reforçada durante o século XIX e articulada a argumentos civilizatórios, literários e filosóficos, como veremos a seguir, conduz também a uma autonomização dos instrumentos linguísticos tupi-português como um gênero específico.

“A bibliographia das linguas americanas tem sido modernamente objecto de incessantes investigações e de aturado estudo, mas é certo que ainda não possuímos neste particular um trabalho systematico e perfeito tanto quanto o-exige a sciencia”, dizia o bibliógrafo e pesquisador Alfredo Valle Cabral, em 1881, na nota preliminar de sua fundamental “Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas à lingua tupi ou guarani tambem chamada lingua geral do Brazil” publicada no oitavo volume dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Composta por 302 referências bibliográficas descritivas, segundo as palavras do autor, se não é “uma memoria completa acerca da bibliographia da grande lingua sul-americana, [...] fica sendo por enquanto a menos deficiente” (CABRAL, 1881: 143-144); de fato, é o catálogo mais

completo produzido no século XIX, amplamente baseado no acervo da Biblioteca Nacional e em outras catalogações precedentes.

A *Bibliographia* de Valle Cabral é composta por 20 gramáticas, 19 dicionários e vocabulários, 10 catecismos, 140 “obras várias sobre a língua” e 113 manuscritos; nem todas as referências ali coligidas eram de existência comprovada – em especial na seção dos manuscritos – e a classificação e distribuição das matérias não pode ser considerada definitiva. Contudo, o catálogo de Valle Cabral é a mais completa recensão bibliográfica sobre o assunto no período e demonstra a amplitude da produção sobre a língua tupi, expressa na instituição que concentrava grande parte destas obras e que assumiu uma posição de centralidade na coleção e divulgação dos escritos sobre a língua, a partir dos anos 1870. A importância da bibliografia da língua indígena no acervo da Biblioteca é destacada, por exemplo, a partir da reimpressão da *Gramática Kiriri* por Ramiz Galvão, em 1877, precedida por um estudo introdutório comparativo de Baptista Caetano Nogueira.

Na bibliografia de Valle Cabral está em jogo uma dupla organização: da diversidade dos gêneros em um único catálogo e da diversidade bibliográfica das línguas indígenas do Brasil em uma única “grande língua sul-americana” através da única referência ao tupi-guarani. Esta organização articula uma diversidade de formas textuais envolvendo a língua tupi que circulam no século XIX, incluindo gramáticas, dicionários, vocabulários, catecismos, glossários, etimologias, estudos comparativos, tabelas e textos teóricos. Também marca um período de organização deste *corpus* diversificado em grandes sistemas lógicos, regidos pela linguística comparativa e pela recuperação da noção de “línguas gerais”. A “Babel americana” e sua diversidade de línguas e dialetos é reduzida e organizada em grandes famílias, em que são buscadas as correlações entre os dialetos e a definição de línguas-matrizes e raízes antigas. No caso do Brasil, não só os textos e manuscritos sobre a língua são reunidos e organizados – em um movimento análogo à “vernacularização” operada pelos missionários coloniais – mas também articulados em um sistema teórico que inclui múltiplos dialetos e produções linguísticas em uma só grande língua tupi-guarani, que se estenderia do Amazonas ao Prata, e englobaria os dialetos kiriri, apiacá, caiuí, entre outros.

Precedendo a *Bibliographia* exaustiva de Valle Cabral, publicada em um momento em que o *corpus* documental da língua já estava em grande parte reeditado e

centralizado, dois tipos de catálogos dos anos 1870 – utilizados, inclusive, como base para a primeira – permitem esboçar a circulação singular destes textos na Europa e na América: o catálogo apresentado por José Vieira Couto de Magalhães em seu livro-projeto *O Selvagem*, e os catálogos comerciais de livreiros europeus como a *Bibliotheca Americana* do bibliógrafo francês Charles Leclerc, e a *Bibliotheca Hispano-Americana*, da casa londrina Trubner & Co.

Em *O Selvagem* são apresentadas em uma seção bibliográfica específica as principais obras em circulação e sua possível contribuição para o projeto civilizatório ali proposto, bem como os detalhes de propriedade das obras consideradas raríssimas: boa parte delas fazendo parte – muitas vezes como “único exemplar conhecido no Continente” – da coleção pessoal do Imperador ou do ex-presidente argentino Bartolomeu Mitre, cuja coleção de línguas indígenas se tornaria famosa. É evidente, neste último caso, a raridade das gramáticas e vocabulários coloniais, muitas vezes constando só como um exemplar, tratadas como um “tesouro” de posse imperial:

Pena é que sejam hoje tão raros os livros sobre as línguas indígenas, e tão raros que eu senti dificuldade até para organizar um catálogo d’elles; e com isso será justamente a primeira dificuldade com que terá de arcar aquelle que se empenhar n’esta árdua, mas gloriosa senda, eu concluirei este capitulo com a relação d’esses escriptos, alguns que conheço só por noticia, outros que possuo ou que tenho visto. (MAGALHÃES, 1876: 67)

A raridade das obras é assinalada por Couto de Magalhães como um dos grandes entraves para a o estudo das línguas indígenas no Brasil, constituída como um pesado investimento de tempo e riquezas: “mas como conseguir que os brasileiros se dediquem a estudar línguas selvagens? [...] a pequena colleção que eu possuo em uma única língua custou-me muito dinheiro, e muito tempo” (MAGALHÃES, 1876: 97). De fato, a raridade e o preço elevado das obras são confirmados pelos outros catálogos do século XIX.

A *Bibliotheca Americana*, organizada para divulgar os livros disponíveis à venda na coleção do antiquário francês Charles LeClerc e fonte privilegiada para sua cotação no mercado europeu é a primeira com uma seção específica para as línguas indígenas, demonstrando a importância que a questão adquiria no fim do século XIX. Nela constam algum destes livros raríssimos com preços exorbitantes, se comparados

com as outras obras disponíveis: a primeira edição americana conhecida da *Arte de la Lengua Guarani*, do jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, era cotada em 1.000 francos, enquanto a média dos livros sobre a língua tupi publicados no século XIX é de 15 francos. Couto de Magalhães afirma ter “confiscado” a edição que lhe pertencia em “uma carreta em Cerro-Corá”, durante a Guerra do Paraguai, como um legítimo butim de guerra. Segundo o catálogo do autor, as edições de artes gramáticas coloniais eram quase todas de posse do Imperador Pedro II ou do ex-presidente argentino Bartolomé Mitre. A Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Brasil; e a biblioteca particular de Vicente Fidel López, na Argentina, eram os outros detentores dos “tesouros” linguísticos no continente.

Mesmo as publicações oitocentistas sobre a língua tinham uma circulação reduzida, se levarmos em conta outros dois catálogos estrangeiros do período: a *Bibliotheca Hispano-Americana* (1870) e a *Bibliotheca Glottica* (1858), ambas publicadas pela Trubner & Co., registram unicamente as publicações de Gonçalves Dias e Ferreira França, realizadas pelo livreiro alemão F.A. Brockhaus de Leipzig, além de alguns artigos publicados na revista do IHGB. Contudo, eram elas as únicas edições disponíveis sobre a língua tupi e reconhecidas mesmo em bibliografias internacionais, demonstrando a importância desta produção para o período.

No texto introdutório de sua reedição da *História da Paixão de Christo* do padre missionário Nicolas Yapiguay, Francisco Adolfo de Varnhagen apresenta uma breve descrição bibliográfica de alguns destes exemplares únicos – como a edição de 1687 da *Arte Grammatica da língua Brasilica*, do Padre Luiz Figueira – espalhados por bibliotecas e coleções particulares da Europa. O próprio Varnhagen, e o alemão Julius Platzmann modificarão este quadro de inacessibilidade e raridade, ao realizarem concomitantemente, entre os anos de 1874 e 1878, a reedição dos principais textos coloniais em torno da “grande língua americana”: as artes gramáticas dos missionários José de Anchieta, Luiz Figueira e Antonio Ruiz de Montoya.

Estas obras, produzidas por missionários e elaboradas em conjunto com o material doutrinário da catequese, estão articuladas à empresa de conversão dos indígenas na América colonial, entre o século XVI e o XVIII. A língua tupi apropriada pelos letrados oitocentistas era, portanto, produto direto desta atividade dos missionários, que registraram e organizaram gramáticas de línguas gerais usadas na

colônia (DAHER, 2006). Estes textos não podem ser analisados de forma autônoma, pois constituem instrumentos teológicos, indissociáveis do material doutrinário no qual estão inscritos (DAHER, 1998). A apropriação destes textos nos século XIX, contudo, é regida por uma noção de nacionalização das letras e pela abstração das formas altamente modelizadas e dos usos e funções da produção letrada colonial (MOREIRA, 2008).

A partir do cruzamento das informações recolhidas nos catálogos anteriormente mencionados e de um mapeamento das doações e publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – em especial nos *Relatórios Semestrais* e no “*Annexo ao relatório do secretário. Relação das obras e impressos oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de [...]*” – é possível visualizar, através da tabela 1, um panorama cronológico da divulgação desses instrumentos linguísticos tupi-português no Brasil oitocentista, tendo como data limite a *Bibliographia* de Valle Cabral (1881). Estão listados, na tabela abaixo, dicionários e gramáticas da língua tupi, bem como vocabulários diversos que utilizam os instrumentos linguísticos tupi-português como base, ou que apresentam dialetos diretamente ligados à “língua geral”.

Tabela 1: instrumentos linguísticos tupi-português em circulação no Brasil (1795-1881)

[Autor, (re)impressor, organizador] (mss): exemplar manuscrito

Fr. Francisco Mariano da Conceição Velloso	<i>Diccionario Portuguez-Braziliano</i>	1795
Fr. Francisco Mariano da Conceição Velloso	<i>Arte Gramática</i> do Padre Figueira	1795
Guido Thomas Marliere	<i>Vocabulário Portuguez-Botocudo (mss)</i>	1833
Fr. Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão	<i>Poranduba Maranhense (mss)</i> [IHGB]	1843
João José da Silva Guimarães	<i>Memoria sobre os Apiacás</i> [IHGB]	1844
Fr. Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão	<i>Etymologias Brazilicas</i> [IHGB]	1846
Edme François de Jomard	<i>Noticia sobre os Botocudos</i> [IHGB]	1847
John Lucock	<i>Vocabulary of tupy langauge</i> [1818] (mss)	1852
João Joaquim Silva Guimarães	<i>Arte Gramática</i> do Padre Figueira	1852
Anônimo	<i>Vocabulario da Lingua Bugre</i> [IHGB]	1852
Barão de Antonina	<i>Vocabulario dos Indios Cayuas</i> [IHGB]	1853
Pe. Manuel Justiniano de Seixas	<i>Vocabulario da Lingua Indigena Geral</i>	1853
João Joaquim da Silva Guimarães	<i>Diccionario da Lingua Geral</i>	1854

Gonçalves Dias (& Bispo do Pará)	<i>Vocabulario do Alto-Amazonas</i> [IHGB]	1854
Gonçalves Dias	<i>Vocabulario do Alto-Mearim (mss)</i>	1854
Cel. Raymundo Correa de Faria	<i>Compendio da Lingua Brazilica</i>	1858
Gonçalves Dias	<i>Diccionario da Lingua Tupy</i>	1859
Ernesto Ferreira França	<i>Chrestomathia da Lingua Brazilica</i>	1859
José de Lacerda	<i>Vocabulario Tupy</i> (no <i>Diccionario</i> Portuguez)	1859
Karl Friederich Von Martius	<i>Glossaria Linguarum Brasiliensium</i>	1863
Lourenço Da Silva Araújo Amazonas	<i>Diccionario da Lingua Tupyca (mss)</i>	1864
Charles Frederick Hartt	<i>Notes on the lingoa geral or modern tupi</i>	1872
Julius Platzmann	<i>Arte Gramática de Anchieta</i>	1874
Julius Platzmann	<i>Arte Gramática de Anchieta</i>	1876
Francisco Adolpho Varnhagen	<i>Tesorode la Lengua Guarany de Montoya</i>	1876
Julius Platzmann	<i>Tesoro de la Lengua Guarany de Montoya</i>	1876
Francisco Adolpho de Varnhagen	<i>História da Paixão de Christo, de Yapiguay</i>	1876
José Vieira Couto de Magalhães	<i>O Selvagem: curso de língua geral</i>	1876
Baptista Caetano Nogueira	<i>Apontamentos sobre o Abaãneênga</i>	1876
Pedro Luís Sympson	<i>Grammatica da Lingua Brazilica Geral</i>	1877
Ramiz Galvão	<i>Arte Gramática Kariri de Mamiani</i>	1877
Julius Platzmann	<i>Arte Gramática de Figueira</i>	1878
Emilio Allain	<i>Arte Gramática comparada Anchieta/Figueira</i>	1881

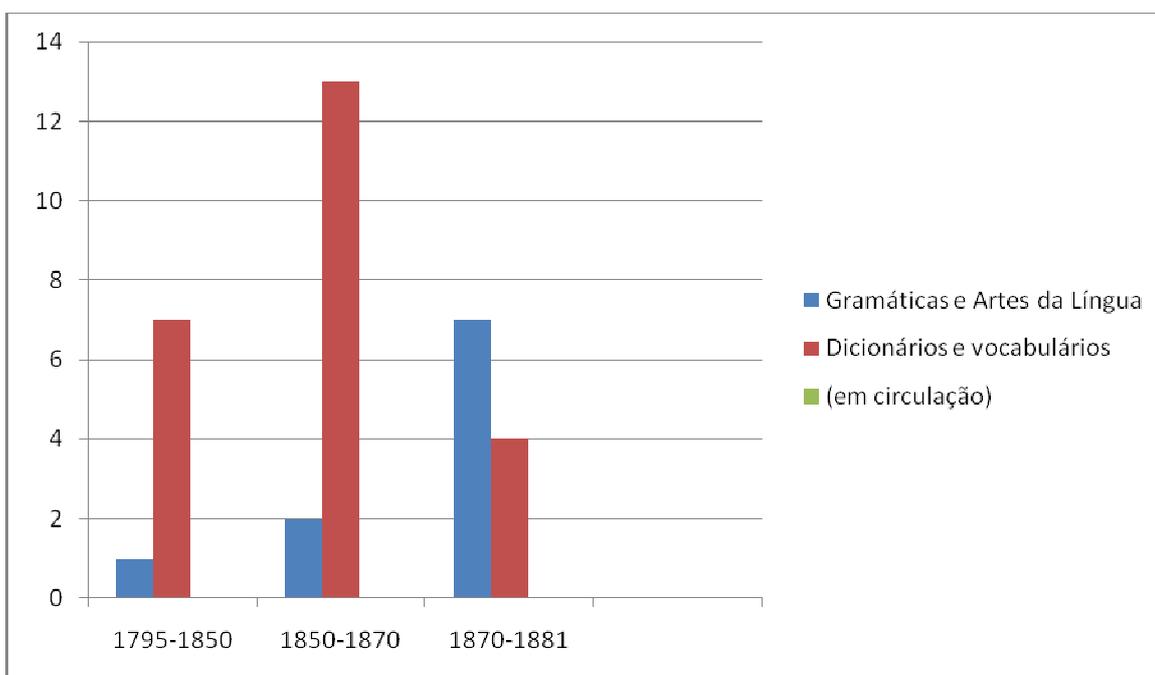
Um exame dos catálogos bibliográficos do século XIX, referentes à língua tupi, demonstra a uma grande onda de publicações sobre a língua, iniciada na década de 1850 – com dicionários e gramáticas sendo produzidos à época – e consolidada na década de 1870 com a reimpressão de gramáticas “missionárias”, antes raríssimas no continente americano, como vimos. A década de 1880 foi, assim, um período relativamente “retrospectivo”, onde o caudal de publicações, notícias e teorias sobre o tupi-guarani é reunido, compilado e organizado, sob a égide da Biblioteca Nacional, no Brasil, e na coleção particular de Bartolomé Mitre, na Argentina.

A década marca também um período de arrefecimento da produção de dicionários e outros instrumentos linguísticos compilatórios em prol de traduções, de obras de linguística comparativa e debates etimológicos, em um aparente aprofundamento do interesse na estrutura da língua, representado sobretudo pela

produção de Batista Caetano. O único grande trabalho lexicográfico dos anos 1890 é a *Poranduba Amazonense*, de João Barbosa Rodrigues. Depreende-se, portanto, que o momento de produção e circulação fundamental para a língua tupi, no século XIX, concentrou se entre os anos 1850 e 1880, em três décadas de publicações e debates que consolidaram a bibliografia linguística no Brasil e o lugar da língua tupi no ambiente letrado do Império.

Um exame rápido da tabela 2 – “*Instrumentos linguísticos publicados por década (1795-1881)*” – evidencia a transformação na produção e circulação destes textos a partir dos anos 1850, quando o número de publicações – de meio século, é importante ressaltar – praticamente duplica em uma década. Este fato é ainda mais expressivo se for levado em conta o fato de terem suporte impresso, reproduzidos em tipografias ou na revista do IHGB, em comparação ao *corpus* majoritariamente manuscrito da primeira metade do século. Outra característica é a crescente publicação de gramáticas, que nos anos 1870 ultrapassa a de dicionários e vocabulários, baseada nos projetos de reimpressão de Varnhagen e Platzmann.

Tabela 2: Instrumentos linguísticos publicados por década (1795-1881)



Uma característica dessa “cultura letrada” específica é a grande participação provincial: boa parte dos dicionários são produzidos ou compilados nas províncias

setentrionais no Império, como Grão-Pará, Amazonas, Maranhão e Bahia. Se esta especificidade está ligada à proximidade com grandes populações indígenas consideráveis (aqueles a que Couto de Magalhães se referia como “*províncias em que existe maior população selvagem*”), também deve ser considerada a especificidade de cada projeto editorial, bem como as possibilidades de financiamento oferecidas pelas Assembléias Provinciais, como no caso de Pedro Luiz Sympson e Raymundo Correa de Faria. Ambos receberam auxílio monetário das respectivas Assembléias Provinciais (Amazonas e Pará) para completarem seus projetos editoriais ligados à língua tupi, indicando a possibilidade desta ter sido uma prática comum nas províncias do Império.

Examinando geograficamente, podemos verificar essa considerável participação provincial na produção de instrumentos linguísticos nos anos 1850-1870: na província do Amazonas, foi publicado o compêndio do major Pedro Luiz Sympson (1877); na província do Pará, os instrumentos produzidos em torno do Seminário Episcopal do Pará: o de Manuel Justiniano de Seixas (1853), o *Vocabulário do Alto-Amazonas* (1854) e o do Coronel Raymundo Correa de Faria (1858); na província do Maranhão são destacáveis os manuscritos da *Poranduba Maranhense* (1846) e do *Vocabulário do Alto-Mearim* (1854), ambos oferecidos ao IHGB. É válido ressaltar que estas províncias setentrionais eram foco de constantes preocupações com relação à integração das populações indígenas.

No caso do Pará, as publicações estão evidentemente articuladas ao Seminário Episcopal do Pará, em especial a *Cátedra de Língua Indígena Geral*, criada em 1851, para uso do qual são prioritariamente produzidos; o Maranhão está representado por um dos principais pesquisadores da língua tupi nos anos 1850, o poeta maranhense Gonçalves Dias, que realizava pesquisas em sua província natal; a província do Mato Grosso era espaço privilegiado para expedições e notícias etnográficas durante a segunda metade do século XIX, e seus vocabulários estão ligados a notícias mais amplas de exploradores; na Bahia, há a iniciativa editorial solitária de João Joaquim da Silva Guimarães, possivelmente ligada a pretensões de carreira literária do autor. A relativa ausência de publicações na Corte e sua contrapartida provincial sugerem, dentre as hipóteses da pesquisa aqui apresentada, uma possível estratégia de inserção dos homens de letras provinciais, muitas vezes não ligados ao IHGB.

Referências Bibliográficas

- AYROSA, Plínio. **Apontamentos para a Bibliografia da Língua tupi-guarani**. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: USP, 1953.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogo da Exposição de História do Brasil**. Brasília: EdUNB, 1981.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Guia da Exposição de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881.
- CABRAL, Alfredo do Valle. Bibliographia das obras tanto impressas como manuscriptas relativas á lingua tupi ou guarani tambem chamada lingua geral do Brazil. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Volume VIII (1880-1881). Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1881.
- DAHER, Andrea. Dos intérpretes aos especialistas: a gramaticalização e a dicionarização das línguas indígenas da América portuguesa e hispânica nos séculos XVI e XVII. In: LOPES, Alexandre Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- DAHER, Andrea. Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos bilíngües no Brasil do século XVI. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Anped, 1998, n.8.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**. A história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.
- LECLERC, Charles. **Bibliotheca Americana**. Catalogue Raisonné d'une très precieuse collection de livres anciens et modernes sur L'Amérique e Les Philippines. Paris: Maisonneuve & Co. 1878.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **O Selvagem**: I- curso da língua geral segundo Ollendorf. II- Origem, costume e região selvagem. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.
- MOREIRA, Marcelo. A nacionalização das letras da América Portuguesa durante o romantismo. Artigo apresentado para o **Colóquio Relações luso-brasileiras: D. João VI e o oitocentismo**, realizado no Real Gabinete Português de Leitura nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2008.
- NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil**: dos relatos de

viajantes aos primeiros dicionários. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1996.

NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.

TRUBNER & Co. Bibliotheca Hispano-Americana. **A catalogue of Spanish books printed in Mexico, Guatemala, Honduras, the Antilles, Venezuela, Columbia, Ecuador, Peru, Chili, Uruguay, and the Argentine Republic; and of Portuguese books printed in Brazil. Followed by a collection of works on the aboriginal languages of America**. London: Trubner & Co, 1870.

TRUBNER, Nicol. **Bibliotheca Glottica: Literature of American Aboriginal Languages**. London: Trubner & Co., 1858.

YAPUGUAY, Nicolas. **Historia da paixão de Christo e taboa dos parentesco em lingua tupi por Nicolas Yapuguay, com uma resenha dos impressos acerca da dita lingua**. Vienna, Imp. I. e R. do Estado, 1876.

DONA SINHÁ E O FILHO PADRE:
O MODO GILBERTO FREYRE DE FAZER LITERATURA¹

Rodrigo Alves Ribeiro*

Autor de ensaios sociológicos densos Gilberto Freyre envereda para a literatura de ficção. A novela, ou melhor, a seminovela, é a expressão narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre*. Narrativa que objetiva descrever e interpretar valores e práticas sociais da cidade do Recife dos fins do século XIX e princípios dos noventa. Dona Sinhá e seu filho, José Maria, configuram a história narrada. Trata-se de texto autobiográfico. É autobiográfico em decorrência da condição psicológica assumida pelo tempo introspectivo e pela constância da memória [in]voluntária em Gilberto Freyre: no estrato social dos personagens Dona Sinhá é código exemplar desta afirmativa. Ela é anunciada pela atribuição distintiva que a qualifica e não pelo nome que a substantiva. *Dona Sinhá e o Filho Padre* tem continuidade quando da publicação de outra seminovela: *O Outro Amor de Dr. Paulo*. O mesmo Paulo Tavares do apego proibido de José Maria. Uma extensão dos apegos psicológicos de um escritor marcado por imposições e convenções sociais. A escrita de Gilberto Freyre é projeção de sua trajetória existencial. *Dona Sinhá e o Filho Padre* é, em resumo, estímulo ao prazer da leitura; ao galardão do eu do leitor. Um compromisso singular de Gilberto Freyre. Marcel Proust, em texto de 1905 sobre John Ruskin, professa os contornos do deleite de uma leitura, dizendo:

Talvez não haja na nossa infância dias que tenhamos vivido tão plenamente como aqueles que pensamos ter deixado passar sem vivê-los, aqueles que passamos na companhia de um livro preferido. Era como se tudo aquilo que para os outros transformava em dias cheios, nós desprezávamos como um obstáculo vulgar a um prazer divino: o convite de um amigo para um jogo exatamente na passagem mais interessante, a abelha ou o raio de sol que nos forçava a erguer os olhos da página ou a mudar de lugar, a merenda que nos obrigavam a levar e que deixávamos de lado intocada sobre o banco [...]. (PROUST, 2011: 09)

¹ Artigo apresentado à disciplina História, Memória e Identidade, ministrada pela Prof^ª Dr^ª Kênia de Sousa Rios, do Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado em História Social, da Universidade Federal do Ceará – UFC.

* Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco – UPE. Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Autor do livro *Moradas da Memória: uma história social da casa-museu de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: DEMU/MinC/IPHAN, 2008.

Gilberto Freyre, na abertura de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, incita no leitor possíveis percepções de leitura. A existência da personagem Dona Sinhá, no texto ficcional não só, aparentemente, inquieta o leitor como o próprio narrador/autor. A forma narrativa da seminovela, com primeira edição de 1964, é iniciada quando o sentido, ou o significado, de existir das coisas e dos seres é refutado. Dona Sinhá é o parâmetro estético à percepção do leitor: o narrador/autor dialoga não apenas com o leitor comum, mas com os literatos a tempos iniciados no gênero da novela literária. É patente o intuito de Gilberto Freyre de prestidigitação. Efeito estético que prediz o autor seminovelistas e sua personagem principal, Dona Sinhá, extraída de uma quimera: do fantástico. (TODOROV, 2010: 30) Afinal, como fazer existir a imaginação? Ou melhor: como Dona Sinhá existira? Tzvetan Todorov, em *Introdução à Literatura Fantástica*, fala da condição de existência dos seres e das coisas pela interseção da incerteza:

Num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar. aquele que o percebe deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós. Ou o diabo é uma ilusão, um ser imaginário; ou então existe realmente, exatamente como os outros seres vivos: com a ressalva de que raramente o encontramos. O fantástico ocorre nesta incerteza; ao escolher uma ou outra resposta, deixa-se o fantástico para se entrar num gênero vizinho, o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural. (TODOROV, 2010: 30-31)

Gilberto Freyre, ao relatar as caracterizações de Dona Sinhá, nas primeiras páginas, descreve o lugar de fala da senhora aristocrática, criando visualidades e ambiências. O narrador/autor oferta aos leitores a sensação da sinestesia. Efeito que refina a linguagem e fundamenta a lógica da narrativa. Simulando um *déjà vu* o nosso narrador/autor permite a transferência de um sentido para outro: do visual para o auditivo; ou do visual para o olfativo. O jogo das sensações em Gilberto Freyre é recurso respaldado pela psicologia. É recurso condizente às dualidades da narrativa proposta pela seminovela. Os arranjos da descrição na narrativa dão a Gilberto Freyre o status de manipulador de sentidos e palavras. Manipulador no sentido mais alentado do termo: um recurso de poder de sedução do leitor; um paramento de evocação de

passados e memórias; um meio de expressar autonomia e autoridade de escrita. Uma elaboração da “literatura de testemunho”, até. (SELIGMANN-SILVA, 2003: 08) Tratar de autoria implica na “popularidade” de um tipo de escrita anunciada. Sérgio Buarque de Holanda, em exercício de crítica literária sobre as poesias de Manuel Bandeira, lembra que o reconhecimento de um autor está vinculado “a uma técnica extremamente cultivada”. (HOLANDA, 1996: 395)

Fica evidente que a “receita” de transfigurações seguida por Gilberto Freyre delineara a sua seminovela. Um recurso de estética autobiográfica. Dona Sinhá, personagem de título e conteúdo, prediz asilo consagrado uma vez que o desencanto do autor com o fim de um passado sagrado é patente. Dona Sinhá é sinônimo de eternidade. É a imagem transfigurativa da nostalgia. É exemplo da transitoriedade da vida. É fugacidade, efemeridade e efeméride, da existência. Dona Sinhá é o ressentimento e a austeridade resistente às passagens aceleradas do tempo. Gilberto Freyre, ao revelar-se herdeiro dos tempos de Dona Sinhá, expõe sua reclusão psicológica. Reclusão expressa na lembrança, na melancolia. O modo Gilberto Freyre de fazer literatura não o permite negar-se.

O estetismo literário de *Dona Sinhá e o Filho Padre* compõe uma personagem ambígua. Ambígua como o “gênero” da seminovela. Faço referência ao filho de Dona Sinhá: José Maria. Um José Maria menino-menina. Personagem de uma ficção das lembranças remotas de Gilberto Freyre. Lembranças de uma realidade externa à realidade da narrativa literária. Gilberto Freyre, na condição de narrador/autor, trata a seminovela como acontecimento da escrita literária. Define a seminovela como indicativo de distinção frente à novela: como novidade. No entanto, para efeito de classificação nos manuais de teoria da literatura, a seminovela de Gilberto Freyre não deixa de ser novela. Afinal, para Afrânio Coutinho, o tema de uma narrativa literária é a forma por meio “da qual o autor manifesta a sua filosofia da vida, a sua atitude geral e sua visão do mundo”. (COUTINHO, 2008: 52) Apesar dos manuais de teoria literária, providos de função didática plausível, Gilberto Freyre traz ao círculo das discussões sobre modos de escrita da literatura a noção de tempo na qual reside a relação hierárquica entre o passado e o presente. O passado, neste esteio relacional, assume a condição de dimensão superior frente ao presente. Trata-se de um tempo proustiano: o presente como a dimensão legítima na qual o autor escreve a sua obra.

Dona Sinhá e o Filho Padre, portanto, exemplifica, sob o efeito da trama, o fazer-se e o refazer-se das personagens na ambiência da narrativa. Para tanto, Gilberto Freyre assume a posição de narrador/autor e não a de criador de um personagem narrador.

A seminovela, aos modos de Gilberto Freyre, caracteriza-se pela interferência do autor que escreve. O exercício da escrita projeta uma narrativa balizada pela legitimidade da autoria. A literatura é um campo de autoridade e da autoridade. As questões, com aparência de dúvidas, levantadas por Gilberto Freyre, imprimem à *Dona Sinhá e o Filho Padre* o efeito da descrição como categoria de elo com a realidade absoluta e a realidade da narrativa ficcional; e entre os devaneios de um autor e a expectativa de seus potenciais leitores: a narrativa ficcional como recurso de prazer da leitura. A seminovela é, aos olhos de Gilberto Freyre, um gênero narrativo que associa crítica literária e invenção criativa. As especulações acerca da definição do gênero literário de *Dona Sinhá e o Filho Padre* são recorrentes. Recursivas não no sentido de classificá-la arbitrariamente, mas na intenção de firmar-se parâmetros de apreensão da obra; e, daí, perceber-se as suas especificidades. Procedimento com fundamentação nas incursões de Tzvetan Todorov sobre as feições da produção literária contemporânea.

O narrador/autor também fora leitor. Gilberto Freyre, na seção *Conversa do autor com o leitor, em torno do modo por que foi esboçada a seminovela Dona Sinhá e o filho padre*, elenca os literatos vitorianos fundantes ao modo de escrita por ele proposto. Literatos que manipulavam a fusão do cotidiano com o fantástico. Daí, Kipling, Steveson, M. R. James, W. F. Harvey, Conan Doyle e Harvey figurarem como leituras imprescindíveis. No entanto, cabe esclarecer, que o anúncio de formas e estilos de escrita não se resumem à identificação de supostas origens inspiradoras de uma narrativa literária. *Dona Sinhá e o Filho Padre* externa as inspirações de seu autor sem que o mesmo autor perdesse suas especificidades estilísticas e de enredo: a ação dos personagens e os efeitos da mesma ação delimitam o tempo da trama da seminovela. *Dona Sinhá e José Maria*, em meio ao conflito de valores inter-geracionais, estimulam a descrição de outras questões relatadas na narrativa, formando assim a trama que a tematiza: os apegos de uma *Dona Sinhá* às convenções culturais de um tempo açucarocrático fragmentado.

A composição da seminovela, pautada nos literatos vitorianos, é de feição ambígua. Ambigüidade que traduz não só o tempo da narrativa, mas as mudanças e

permanências aviltantes da cidade do Recife dos fins do século XIX. Cenário no qual Dona Sinhá e José Maria são inseridos. Contudo, vale salientar, que não se trata de uma composição temporal externa aos personagens: o século XIX como tempo cronológico absoluto. Gilberto Freyre, pois, elabora um tempo de memórias involuntárias ao passo que os personagens iniciam, findam e reiniciam as suas aparições na narrativa da seminovela. Um exercício Proustiano de [re]constituir o tempo: o das referências ancestrais. O passado de Gilberto Freyre é evocador. É dimensão alegórica para seus anacronismos de memória. A literatura, em termos de tratamento metodológico, exige apurado diálogo interdisciplinar. A literatura de Gilberto Freyre é baliza desta constatação. Exige, portanto, abordagem analítica sincrônica com o fim de que esta perspectiva não reduza o estilo do autor a artifício da história literária: exercício que traça a linha entre a suposta decodificação do pensamento do autor e seu adjacente contexto. Ter consciência de tamanha premissa não significa a constatação de um exercício fácil de ser realizado. Afinal, identificar a dinâmica da “operação trópica” (WHITE, 1994: 29) na elaboração de uma narrativa implica na conseqüente fundamentação do discurso de feição historiográfica ou literária.

Em *Dona Sinhá e o Filho Padre* os recursos da linguagem, a exemplo das “figuras de linguagem”, atribuem ordem às concepções e os argumentos de seu autor. Metonímias, metáforas e neologismos avolumam a narrativa. É constante, a propósito, o uso de metonímias na descrição ou configuração dos personagens. Simulando conversa com o irmão de Dona Sinhá, sobre os modos de menino com tendência a ser homem, o narrador/autor⁶ faz menção às expressões da oralidade sob a regência metonímica: “[...] Será que eu pequei aos olhos de Deus, enchendo as terras de Olindeta de mulatos sadios e de sararás escovados? Acho que não. Pecar quem pecou, deixando de dar ao Brasil mulatos fortes [...] foi o tal do Nabuco.” (FREYRE, 2000: 80) Os recursos da linguagem destituem dos acontecimentos descritos na narrativa a estirpe da exatidão. A narrativa literária é, portanto, um expediente interpretativo. É instrumento de simulação de realidades e de projeção de experiências; ou desejos.

A articulação entre os personagens, com destaque para Dona Sinhá, externam valores que exprimem sentimentos dos falidos do patriarcado açucarocrático. Gilberto Freyre apresenta uma Dona Sinhá imersa em desalento, amargura e ressentimentos. Dona Sinhá, considerando os textos de Gilberto Freyre relatando fases

transitórias do patriarcado, é a transfiguração dos resultados do regime político-econômico republicano sobre a cultura do açúcar. *Ordem e Progresso*, com primeira edição de 1954, faz menção aos discursos de extremos: à “tensão dos aflitos”.(SEVCENKO, 1999: 20) Freyre, ao escrever literatura, dedicou-se a estudar as permanências.

Dona Sinhá e o Filho Padre, portanto, traz a público passados que “tocam em nervos”. (FREYRE, 2001: 49) Traz a público referências do “animismo”. Trata de atribuir função, em termos narrativos, às expressões da linguagem e do subjetivo de nosso narrador/autor. As passagens descritas da seminovela, as relatadas nos ambientes internos e externos, que dão sentido e dinâmica aos personagens, configuram a existência do animismo: instrumento de composição das imagens, das translações metafóricas e sinestésicas; indicativos “[...] do caráter vivo daquelas coisas que nos parecem ser objetos inanimados”. (FREUD, 1996: 87) José Maria, menino cândido e filiforme, é objeto de promessa e posse. Dona Sinhá, amante absoluta do filho, vê-se na iminência de perdê-lo para as incontínuas intestinais. Sôfrego e debilitado José Maria é prometido à vida religiosa caso fosse salvo por um milagre. Curado pela interseção de Nossa Senhora das Dores, santa evocada pela mãe exemplar, o menino põe-se em conflitos. Salvo do primeiro assédio da morte, José Maria morre. Morre após o retorno das diarréias e febres tísicas. O personagem José Maria é, para Gilberto Freyre, sem a menor impertinência da refutação, um lastro de fuga. A fuga do eu. José Maria é a transfiguração das imposições, ou repressões, do real. Gilberto Freyre delibera à literatura o patamar de campo possível às realizações ansiadas pelo eu. A literatura é, com efeito, a condição castiça de transpor, de “superar a própria situação particular”. (HOLANDA, 1996: 402) Mas a morte do personagem José Maria, a propósito, não marcaria o depauperamento dos anseios existenciais de Gilberto Freyre? Alguns deles, provavelmente.

De todo modo, o filho padre morrera sem a realização dos desejos do eu e do corpo: algo que indica que não há realização humana absoluta; morrera sem desfrutar das brincadeiras que o tempo de ser menino propunha. Fora alfabetizado a partir dos seis anos de idade. Preferia pintar e desenhar às letras. Mas, por outro lado, a distinção exigida por Dona Sinhá ao filho frente aos ensinamentos cotidianos da negra Inácia iam-no aproximando dos dogmas da religião católica e da disciplina do latim. Menino

de educação rígida que o tio materno, João Gaspar, não admitia ser “conhecido por Sinhazinha”. (FREYRE, 2000: 61) Gilberto Freyre faz-se imagem de José Maria. Um José Maria como ponto de fuga para o seminovelista. Um José Maria introspectivo, imaginativo e misantropo. Um Gilberto Freyre iniciado no latim, mais afável aos desenhos e menos adepto ao exercício da escrita quando menino de igual idade à de seu personagem. Um Gilberto Freyre, assim como José Maria, que em idade escolar participava de diálogos literários em meio aos meninos mais velhos. Em meio aos jovens do tipo Paulo Tavares:

Esta tem sido a história de muito menino brasileiro de quem, em quatro séculos de vida do Brasil, a mãe ou avó tem feito padre. Um psicanalista não consideraria senão com desdém o aspecto que aqui se sugere do problema. Mas nem tudo em psicologia pode ser esclarecido pela psicanálise. Se há razões que a razão não compreende, como dizia o francês, também há na psicologia dos adolescentes criados, como no Brasil, durante séculos, em ambiente Católico-patriarcal, aspectos que nenhum das psicanálises parece conhecer: nem a de Freud nem as de subfreuds. (FREYRE, 2000: 66)

Freyre não simula modéstias. Ele é a definição de si mesmo. Os intervalos na narrativa em *Dona Sinhá e o Filho Padre* afirmam a posição de escritor em elencar tanto aspectos do conteúdo quanto da forma da narrativa. E da aceção do gênero da seminovela: um apontamento de análise sincrônica. Dos elos e das continuidades. Ao passo que Freyre executa a auto-crítica literária procura referendar as inconstâncias de Dona Sinhá: uma Wanderley como “todos os Wanderleys autênticos”.(FREYRE, 2000: 13) Mãe controladora sem de todo conseguir cercear os impulsos do filho. É pertinente afirmar que o afeto de José Maria a Paulo Tavares era recíproco. E recorrente é a menção de Gilberto Freyre aos literatos vitorianos – aos “amigos compreensivos, afins, fraternos” de Oxford. (PALLARES-BURKE, 2005: 121) Referendar os sentimentos “pueris” entre meninos faz Gilberto Freyre acenar para a Inglaterra de sua juvenildade; dos inícios da década de 1920:

Emocionalmente, o jovem Freyre se completava com a confraternização dos jovens, belos e sofisticados rapazes, tão própria da vida oxfordiana. Nesse aspecto, ao menos, Oxford deve tê-lo surpreendido e cativado. Ele, que uma vez se descrevera como ‘um faminto de ternura’, se viu seduzido de imediato pelos rapazes ‘encantadores’ desse centro de saber. [...] O aconchego que tivera nos Estados Unidos – especialmente com as manifestações de amizade de Armstrong e de Oliveira Lima – iria também se repetir ali, mas ganhando uma nova dimensão. Diferentemente desses seus amigos, superiores em idade e em

conhecimento, os de agora em Oxford eram seus iguais.[...]Jovens do mesmo sexo, estudantes, afastados da família, a maioria coabitando em moradias estudantis e confinados ao ambiente essencialmente masculino das *public schools* desde os 10 anos de idade, as condições de vida dos jovens de Oxford eram favoráveis ao desenvolvimento de relacionamentos profundos e às vezes homoeróticos. (PALLARES-BURKE, 2005: 121)

Gilberto Freyre elabora um José Maria aos modos oxfordianos. Percebe no filho padre um referencial às expectativas e experiências dos “grandes afetos”. Paulo Tavares, portanto, o marco central das ternuras senis. Mas, o mesmo Gilberto Freyre, no desdobramento da narrativa, expõe-se, na qualidade de narrador/autor, reticente quanto ao afeto cuidado por José Maria e Paulo Tavares. A prática sexual entre ambos, pois, os distanciariam da homossexualidade. Um parecer aquartelado pelo tabu – inviolável e inocentador – velado do narrador/autor da seminovela. Um assunto para ser tratado à sombra da surdina. A aparente solução de Gilberto Freyre para o enredo da amizade forte e intensa foi a de quase realizar a promessa de Dona Sinhá de formar o seu filho padre e a efetivação da partida de Paulo para a Bélgica e, depois, à França para estudar medicina: “coincidência significativa” (FREYRE, 2000: 68). Daí, Gilberto Freyre instituir a morte simbólica de José Maria quando da partida do amado, assim como a morte biológica do “sinhazinha” quando acometido novamente pelos desarranjos intestinais. Uma relação, na acepção dos estudantes da Inglaterra vitoriana, de tom “platônico”.

As vicissitudes dos personagens de Gilberto Freyre não os destitui da condição humana. Freyre os trata como categorias do social, como referências da psicologia do comportamento, como estratos do vivido. Personagens narrados em tramas. Narrados como heróis do extra-literário, como legitimidades ao prazer da leitura, como indicativos à empatia do leitor, como fruição estético-sensitiva. Em resumo: primazias da narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre* condizentes com a premissa de Roland Barthes, por exemplo, acerca da obra do Marques de Sade; acerca da *histoire intime* de Jules Michelet e os irmãos Eduard e Jules de Goncourt. Insignias das práticas de leitura de nosso narrador/autor:

[...] o prazer da leitura provém evidentemente de certas rupturas (ou de certas colisões): códigos antipáticos (o nobre e o trivial, por exemplo) entram em contacto; são criados neologismos pomposos e irrisórios; mensagens pornográficas vêm encaixar-se em frases tão puras que poderiam ser tomadas por exemplos de gramática. (BARTHES, 200: 39-40)

Em Gilberto Freyre, a condição do estímulo ao prazer da leitura é primaz. Há, em *Dona Sinhá e o Filho Padre*, a estética das sensações. Involuntárias, até, de acordo com Proust. Freyre é o autor consciente dos recursos voluptuosos da narrativa. Os devaneios e culpas do eu de José Maria, personagem de “colisões”, atribuem à trama da narrativa o impacto entre a moral e a brandura do encanto varonil. Na transgressão incontinente de José Maria reside o pudico e o lascivo do leitor. Reside a psicologia Freudiana: as mãos e seus apegos de impulso; e o claustro de misantropo.

[José Maria.] Mas estaria livre de pecado? Seria ele um anjo que ainda não pecasse? Dona Sinhá seria capaz de jurar que sim. Ele [...] começara já a sentir-se pecador. Talvez até merecedor de umas surras de cordões de frade da Penha. Pois a verdade é que já há algum tempo quando sozinho, no banho morno, ele dera para brincar com a piroca, amolegando-a como se fosse um passarinho, apertando-a como se fosse um dos peixinhos do seu aquário; e desse amolegar e desses apertos lhe vinham uns gostos de que ele não se animara a falar com a Mãe nem à Inácia nem a ninguém. Era um segredo seu. [...] E as carícias que vinha fazendo à piroca, a ponto de virem as pontas dos seus dedos ardendo do desejo de tocarem na ‘tetéia’, como chamava Inácia, à sua piroca? Eram desejos que aumentavam logo depois que a Mãe o deixava à noite na sua cama, depois de rezarem juntos. Era como se a piroquinha ardesse da vontade de ser tocada pelos seus dedos de pequeno demônio.[...] Pecado cometido com as mãos. Na solidão. No escuro. Em segredo. (FREYRE, 2000: 50-53)

O autor de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, na dedicatória da primeira edição, oferta a Otávio de Faria, a Jorge Amado e a Guimarães Rosa um novo modo de escrever literatura: a seminovela. A posição de Gilberto Freyre, na enunciação da dedicatória, é a de escritor renomado pouco destro no gênero da [semi]novela. Dedicar aos pares o resultado de um esforço e obter de pronto a legitimidade, não garantem a Gilberto Freyre o resultado aspirado. Algo, vale afirmar, que não cabe ser apurado aqui. De todo modo, passagens de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, dedicadas a anunciar o modo “já fora de tempo [...] [de] ser romancista” (FREYRE, 2000: 13) de seu autor, são passíveis de verificação. As pausas as quais o narrador/autor dedica a temas, à primeira vista considerados ornamentais, são significativos ao processo de composição da escrita narrativa e da legitimidade do discurso que a acompanha. Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, alerta: “O discurso está na ordem das leis; que a muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”. (FOUCAULT, 2009: 07).

De acordo com César Leal, crítico literário, o modo Gilberto Freyre de fazer literatura deve-se à “imaginação visual” (LEAL, 2000: 08-09): estímulo à recordação de experiências. No entanto, é plausível considerar também a imaginação auditiva de nosso seminovelistas. Um articulador de sonoridades das palavras. Em passagem dedicada a relatar o medo de Dona Sinhá diante do fascínio de José Maria pelo mar o narrador/autor, no uso de verbos no pretérito imperfeito, articula movimento e sonoridade ao que relata. A flexão dos verbos, no pretérito imperfeito, no Recife, é considerada referência social costumeira. Daí a menção do narrador/autor ao tema:

Dona Sinhá só confiava em pescador, para levar o filho além dos arrecifes, que fosse da Irmandade; que só se largasse para o mar, fazendo o Pelo-Sinal; que soubesse cantar a Ave-Maria e rezar o Creio-em-Deus-Padre, no caso de qualquer Iemanjá repontar do verde das águas para seduzir cristão e desencabeçar homem de bem. (FREYRE, 2000: 91)

Dedicar *Dona Sinhá e o Filho Padre* a três interlocutores traduz-se na tentativa de Gilberto Freyre de reparar excessos em um tipo de escrita por ele debutada: “A Otávio de Faria, Jorge Amado, Guimarães Rosa, novelistas esplendidamente completos, cada um a seu modo, a admiração de um incompleto, quando muito, seminovelistas”. (FREYRE, 2000: 11) A seminovela, para Gilberto Freyre, implica na elaboração e no conseqüente refinamento de experiências de escrita, de memórias e de experiências de vida. Escrever obra de ficção não o destitui da condição de refrator de sua ascendência. Aspecto do qual Otávio de Faria, Jorge Amado e Guimarães Rosa demonstraram ir além. Freyre ler o passado. Distrai-se com a película amarelada de um tempo amaciado pelo saudosismo.

Este semi-romance – ou seminovela? – ninguém pense que seja, mesmo remotamente, autobiografia disfarçada; ou biografia romanceada; ou história sob a forma de ficção. Terá num ou noutro trecho um pouco de biografia não de indivíduo só mas de vários, considerados na pessoa imaginária de um tipo como que socialmente ideal; e um tanto, também, de história: história de uma época de transição na vida brasileira e que foi a dos avós, já adultos, e a dos pais, ainda crianças, do autor. (FREYRE, s/d: 192-193)

A narrativa ficcional é uma projeção. Premissa da qual Gilberto Freyre não fugiu. A seminovela por ele construída exemplifica suas intenções ideais e sentimentos em relação à vida. Projeção que, distante das conceituações racionalistas, institui realidades. A ficção, portanto, esboça a visão do ficcionista que, para dialogar e

confortar os anseios do leitor, precisa narrar mediante uma forma. A forma legitima o tema. O tema, por sua vez, a forma. O tempo da narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre*, ou melhor, a realidade projetada pela seminovela, obedece às seguintes observações: O que acontece? Quem – participa – motiva os acontecimentos? Em que circunstâncias e espaços os acontecimentos adquirem sentidos? As condições e circunstâncias de existência ficcional de Dona Sinhá e de seu filho, José Maria, impõem-se diante do narrador como se este também fosse personagem da seminovela. Gilberto Freyre, na categoria de narrador, manipula a existência das personagens ao situá-las no drama existencial – psicológico – de José Maria e das condições materiais de Dona Sinhá: recifenses do bairro de São José do Ribamar. É perceptível que uma das características da narrativa de *Dona sinhá e o Filho Padre* é a de levantar discussões acerca da crítica literária, do papel do narrador na ficção, da ambigüidade dos seres humanos, da busca por definição dos gêneros literários. Gilberto Freyre elabora uma literatura de crises: tanto as do próprio narrador quanto as do “conflito da personalidade humana enfrentando meio social hostil à realização de seus objetivos existenciais”. (COUTINHO, 1983: 29)

A impertinência da classificação dos gêneros literários implica na arrumação das aspirações de um autor após a feitura e publicação de seu texto. A classificação é o crivo do olhar externo. Olhar de quem analisa para definir. Gilberto Freyre procura antecipar-se à crítica literária quando afirma que *Dona Sinhá e o Filho Padre* não é uma novela e sim, a seu modo, uma seminovela. Uma quase novela? Ou digamos que uma seminovela seja a fusão entre os gêneros romance e novela? Por mais inquietante que seja aos olhos do leitor acadêmico sobre o texto de Gilberto Freyre, o pendor inclassificável de sua obra levanta, indubitavelmente, questões como as que acabo de mencionar. Questões que possibilitam ao leitor um trânsito menos desnorteador sobre o terreno pantanoso das incursões literárias do escritor pernambucano. A condição de narrador é assumida por Gilberto Freyre. Um narrador que descreve cenas com apurado lastro de alguém que testemunhara algo vivido. *Dona Sinhá e o Filho Padre* tem suas personagens e caracterizações envoltas à fala de um narrador preocupado em aludir memórias, devaneios fantásticos e vínculos com o passado. Há, nos inícios do texto, um embate entre o narrador e a sua interlocutora ancestral: uma Sinhá urbana de aparente origem familiar da Zona da Mata açucareira de Pernambuco que reclamava a inserção

de sua trajetória e valores nas páginas literárias. Dona Sinhá inquietava-se por entender que a sua biografia era descortinada, desvendada. Uma Dona Sinhá vinculada ao passado, de ares de receptáculo humano, de anedota fabulosa, de substantivo sobrenatural, de abstrações psíquicas.

Gilberto Freyre, na qualidade de narrador, impõe-nos a crença na existência de Dona Sinhá para além da realidade ficcional. Aspecto de valor singular uma vez que lampejos autobiográficos são por ele manipulados na elaboração da seminovela. Instituído o gênero literário por ele mesmo anunciado, o da seminovela, fica claro aos olhos do leitor que a dimensão na qual as personagens, as paisagens e os objetos são ambientados conceitua o modo Freyriano de fazer literatura. A seminovela, tanto quanto a novela, é a descrição alternada entre cenas passadas em espaços “ao ar livre” e em “recinto fechado”. Perspectiva focada por Gilberto Freyre, em 1921, quando da análise do livro de Mário Sette, *Senhora do Engenho* e, no ano de 1918, quando escreve texto de crítica literária, para o *Diário de Pernambuco*, sobre o livro *Urupês* de Monteiro Lobato. As funções e qualidades assumidas por Gilberto Freyre – a de narrador e a de autor ao mesmo tempo – estilizam a sua prática de escrita. *Dona Sinhá e o Filho Padre*, um exercício de plausibilidade e verossimilhança estética, expressa os elos do escritor com o vivido e com o desejo de ter vivido. Anseios aplanados no tempo anacrônico de *déjà vu*. No decurso de *Dona Sinhá e o Filho Padre* passagens que demonstram a tentativa do escritor de situar, iniciar, seus leitores no gênero literário da seminovela. “[...] Não nasci para romancista inovador de casos e de personagens; e sim para outro gênero de bisbilhoteiro das intimidades da natureza humana: a bisbilhotice do real ou do mais real que o real [...]”. (FREYRE, 2000: 18)

Dona Sinhá e o Filho Padre é um campo de debates. As tentativas de situar a seminovela na oficialidade literária imprime a Gilberto Freyre a necessidade de ampliar seu diálogo para além da horizontalidade do texto. Freyre demonstra preocupação frente aos seus pares ao lançar-se “oficialmente” literatura do quase romance, da quase novela. Diz o escritor que a novela adquire tamanho sentido quando da articulação de ideias no formato de trama. “Uma novela quase sem enredo [, sem trama]. [É uma] seminovela”. (FREYRE, 2000: 87) O trocadilho de distinção entre a novela e a seminovela não obriga o autor de *Dona Sinhá e o Filho Padre* a voltar suas atenções a objetiva diferenciação entre história e ficção. O lampejo ficcional do modo Gilberto Freyre de fazer literatura

não procura distinguir, ou dissociar, a história da ficção. Um exercício, de fato, não empreendido pelo cultor da açucarocracia. Roger Chartier, a propósito, alude sobre o perigo que o apartamento entre a história e a ficção revela se tratarmos a dinâmica da escrita como objeto reducionista dos manuais de literatura. Estes compartimentam, classificam. (CHARTIER, 2010: 24) Se a definição ligeira do conceito de ficção resume a própria ficção ao papel de mera informante do real objetivo, a seminovela Freyriana confere à estética ficcional o patamar de real supremo quando a memória é instituída como referência importante à interpretação de escritos literários.

Os dois pontos de análise mencionados acima por Roger Chartier destitui a narrativa de *Dona Sinhá e o Filho Padre* de obrigações para com as normas da história literária. Logo, o uso do contexto como plano de sustentação e pretensa via de explicação da narrativa da seminovela não condiz com a interpretação aqui em proposta. Afinal, a distinção combativa entre história e ficção ou história e literatura não garante amplitude de visão para o pesquisador interessado nas peculiaridades literárias. Gilberto Freyre, dentre os constantes intervalos explicativos, não se distancia de questões de ordem conceitual. Entre um diálogo e outro dos personagens e destes com o narrador/autor é de apreensível detecção as reafirmações autorais e da estética literária freyriana. Em *Dona Sinhá e o Filho Padre*, porém, os diálogos entre personagens não formulam a trama da narrativa, mas são as trajetórias interpessoais – sob a especulação psicológica do narrador – que acabam por articular a trama da seminovela. Num jogo de mea-culpa Gilberto Freyre justifica-se para o leitor ao passo que tópicos narrativas são retomadas: a exemplos da tentativa de definição do gênero seminovela e da combativa distinção entre história e literatura. Hayden White, acerca do embate entre a suposta objetividade da história e a subjetividade da literatura, alerta-nos para o processo de escrita da história como gênero narrativo. Afirmativa relevante à reflexão em torno da apropriação da literatura pela história. Apesar de ambas as disciplinas apresentarem seus limites com relativa distinção não há como negar que

O discurso literário pode diferir do discurso histórico devido a seus referentes básicos, concebidos mais como eventos ‘imaginários’ do que ‘reais’, mas os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível. (WHITE, 1994: 27)

A revisão nos cânones da história sugerida por Hayden White não é para Gilberto Freyre um problema abrasivo. Aliás, não é de fato um problema por ele especulado. Muito embora, contudo, é evidente a diferenciação entre os pólos do real e o ficcional quando a nota de advertência, ou “Aviso ao Leitor”, do *Dona Sinhá e o Filho Padre* prediz: “O itálico não aparece no texto desta seminovela para dar ênfase a palavras[,] porém simplesmente a fim de distinguir o histórico do fictício”. (Freyre, 2000: 09) E das diferenças entre o que é imaginado e o que é resultado da inspiração. Inspiração, cabe esclarecer aqui, destituída do sentido de concepção do acaso. Sobre esta questão, conclui Maurice Blanchot: “a obra atrai aquele que se consagra para o ponto onde ela é à prova da impossibilidade”. (BLANCHOT, 2011: 177) E cabe ser aqui destacado a seguinte proposição: se o real e o fictício para o escritor pernambucano, na estruturação do texto, são anunciados pela inscrição do itálico para demarcar o histórico, é porque o mesmo itálico serve de legitimação para os relatos da ancestralidade do próprio Gilberto Freyre contidas na seminovela.

Atribuir existência à Dona Sinhá e a seu filho, José Maria, exigira do criador das criaturas o compromisso para com as “narrativas que competem”; para com os fazedores e legitimadores da escrita literária. Trata-se de um voto inviolável firmado com os pares; e com a vigilância dos leitores. Gilberto Freyre, em linhas gerais, aponta para a relevância do efeito da descrição diante do real. A finalidade da descrição, portanto, é executar a negação de receitas destinadas a impor um traço de escrita. Freyre procura, a seu modo, disciplinar sua escrita de “ensaio metodológico”. Estilo por ele refinado quando da publicação de *Casa-Grande & Senzala* em 1933. Proposta narrativa vigente em *Dona Sinhá e o Filho Padre*. O “ensaio metodológico” em Gilberto Freyre é configurado pela análise sociológica prevista na seminovela: as práticas cotidianas como verificação da existência do patriarcado do açúcar. Práticas, muitas delas, resultantes do mais desprendido pudor. *Dona Sinhá e o Filho Padre*, um “gênero” literário, tem a escrita descritiva associada aos intervalos de auto-crítica literária, o padrão da forma narrativa. Gilberto Freyre, ciente do apelo das temáticas abordadas, constitui as ligações entre os personagens. A seminovela, em suma, angariara leitores mediante o senso de especulação do narrador/autor. Tornou-se acontecimento da escrita da literatura, muito embora não fugira da classificação prevista: a de novela literária.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter e PORTER, Roy [Orgs.]. **Linguagem, Indivíduo e Sociedade**. Trad.: Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: UNESP, 1991.
- BLANCHOT, Maurice. **O Espaço Literário**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- COUTINHO, Afrânio. **Notas de Teoria Literária**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. [Ensaio Geral]
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009. [Coleção Leituras Filosóficas]
- FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu e outros Trabalhos** (1913-1914). Trad.: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Poesia e Prosa. In: **Livro dos Prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005.
- PROUST, Marcel. **Em Busca do Tempo Perdido**: no caminho de Swann. Trad.: Mario Quintana. São Paulo: Globo, v. I, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio [Org.]. **História, Memória, Literatura**: testemunho da Era das Catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2010. [Debates, 98]
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 07, nº 13, 1994, jan./jun., p. 21-48.

**A FUNDAMENTAÇÃO DE UMA GERAÇÃO INTELECTUAL E SUA CULTURA POLÍTICA:
AS *CARTAS QUILLOTANAS*, *LAS CIENTO Y UNA* E A DISPUTA SOBRE A CONCEPÇÃO DE
INTELECTUAL ENTRE SARMIENTO E ALBERDI**

Bruno Passos Terlizzi*

“Estoy contento con el Boletín, anima al soldado, austa a Rosas”.
Carta de Sarmiento dirigida ao gen. Urquiza.

“S.E [gen. Urquiza] me encarga le diga respecto de los prodígios que dice usted hace la imprenta que hace muchos amos que las prensas chillan en Chile y hasta ahora don Juan Manuel de Rosas no se ha asustado”
Carta resposta de Urquiza a Sarmiento.

Introdução

A geração de intelectuais argentinos da primeira metade do séc. XIX, também denominada Geração de 37, foi responsável pela criação de inúmeras linguagens políticas que marcaram profundamente a cultura política do país ao longo da história política e intelectual desse país. Concepções como "civilização e barbárie", estabelecidas por Sarmiento, ou o as reflexões constitucionalistas e jurídicas empregadas por Alberdi, as duas são exemplos da atuação intelectual desses personagens na montagem da nação após 1810, mas principalmente ao longo do rosismo e do contexto logo após sua queda em 1852 com a batalha de Caseros. Dentre as inúmeras concepções estabelecidas por esses pensadores da cultura e do político, encontra-se a própria concepção e atuação do intelectual e a maneira como este deveria agir com relação ao fenômeno do político. Em outras palavras, a própria figura do que é ser intelectual estava em disputa entre aqueles que arrogavam para si tal epíteto. Uma breve, porém detida análise das *Cartas Quillotanas* de Alberdi e *Las Ciento y Una* de Sarmiento são testemunhos privilegiados para se entender a dinâmica em torno do conceito de intelectual, as fragmentações e as disputas internas a essa geração de liberais que foram muito além de uma oposição *tout court* ao rosismo, tal como são

* Mestrando bolsista financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/Fapesp, no programa de pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia IFCH/Unicamp, sob orientação do prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

tradicionalmente conhecidos dentro da história argentina.

Nesse sentido, uma das formas de analisar a produção intelectual de um autor é perceber os diálogos conflitivos nos quais um se envolve em sua época de produção cultural. A disputa em torno de um modelo, de um conceito ou projeto é parte de um contínuo diálogo, nem sempre amistoso, entre os pares de um mesmo círculo intelectual ou de opositores que a todo momento impõem barreiras à penetração de uma dada visão de mundo. Em outras palavras, a dinâmica da produção intelectual e a subsequente crítica às idéias esboçadas permite identificar inúmeros fenômenos concernentes à história dos intelectuais e história das linguagens políticas; fenômenos como a partilha de um conjunto de idéias entre os pensadores envolvidos em torno de alguma querela; a recepção das idéias ou da produção crítica de um indivíduo em uma determinada época; a formação de novos conceitos ou a tentativa de substituição ou mesmo superação de uma dada idéia; além da possibilidade de estabelecer um certo "itinerário político e intelectual" de uma personalidade histórica em seu contexto de produção (SIRINELLI, [1996] 2010: 231-271).

Sendo assim, acompanhar a produção intelectual de um indivíduo e as reverberações do conjunto da obra dessa mesmo intelectual entre os pares de sua época é entender a dinâmica que atende à própria produção em si. Ou seja, quando se abre uma polêmica em torno de um conceito, de um projeto ou de uma causa política a produção e fundamentação da posição política de uma dado intelectual se dá na medida de sua produção e das respostas a outras produções que anteriormente os criticaram. Essa dinâmica da produção e fundamentação de um intelectual é uma senda possível para se analisar os conflitos e concepções políticas existentes historicamente, tal qual a história política e intelectual da Argentina da primeira metade do séc. XIX se apresenta como campo de análise.

A geração de 1837 dentro da história intelectual argentina

Quando se pensa a história intelectual argentina do séc. XIX a geração de 1837 apresenta-se como um dos primeiros grupos de intelectuais que se reuniram em torno de inúmeras e diferentes problemáticas políticas, sociais e culturais que influenciavam a produção dos constituintes círculo de letrados. Este grupo de intelectuais recebeu essa alcunha devido aos encontros rotineiros que ocorriam na casa do livreiro portenho

Marcos Sastre em meados da década de 1830. Nos fundos dessa loja de livros, personagens como Estévan Echeverría, Juan Baltista Alberdi, Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López e José Marmol se encontravam para uma prática de leitura coletiva, troca de idéias e principalmente para discutir as últimas tendências artísticas, literárias e políticas da Europa – mais especificamente as provenientes do contexto cultural da França (MYERS, 1999).

Naquele momento, apesar de já sofrer algumas críticas e inovações, o Romantismo, com sua estética e temática começava a vingar no solo cultural argentino após uma longa estada de Echeverría na França e a disseminação de suas ideias após sua volta ao restrito círculo literário, por meio de sua obra *La cautiva*¹. No programa estético inicialmente discutido por esse grupo, está a idéia que irá orientar muitas de suas produções: conhecer mais a fundo o contexto social argentino; conhecer a geografia, a sociedade, a cultura que existia e que estava se formando dentro da recente nação surgida após os conflitos de independência que se iniciaram em 1810. Por fim, esperava-se conhecer a nascente nação para transformá-la a partir de suas bases, de suas ditas “raízes”. O que fora realizado no âmbito da política ao se separarem da Espanha a partir da primeira década do XIX, deveria acontecer igualmente no campo das idéias e da construção da nova nação. Entretanto, este projeto estético, artístico e sociológico é particularmente desviado pelos acontecimentos políticos nos quais os argentinos estariam envolvidos já ao final da década de 1820.

Este contexto político se caracteriza pela crescente polarização entre dois partidos: Unitários e Federalistas. Dominando inicialmente a cena política portenha, os Unitários, com uma visão de cunho liberal setecentista, desencadearam um movimento de reformas político-sociais que, num primeiro momento, modernizaram ou/e criaram novas instituições que iria imprimir uma influência sobre o círculo político intelectual como o Colégio de Ciências e a concomitante Universidade de Buenos Aires, ambas na capital portenha. Liderados por Bernardino Rivadavia, filho da elite independendista bonaerense, o grupo dos unitários desenvolveu um conjunto de reformas que acaba por

¹ O livro conta o cativeiro de uma mulher branca após ter sido captura em dos "malones" - ataques - indígenas e seu retorno ao mundo "civilizado" como forma de recuperação da honra feminina supostamente perdida. Nesse livro, o autor trabalha – além da passionalidade, do sublime e da liberdade poética – a idéia do exótico na figura do indígena que irrompe como elemento de ruptura da ordem civilizada. (ALTAMIRANO: 1997).

desagradar alguns setores mais conservadores da época que passavam a estabelecer uma forte oposição a esse movimento reformista.

Estas rusgas ficam ainda mais evidentes no momento em que se estabelece um congresso constituinte para definir a carta magna do novo país a partir de 1825-26. Consolidados em torno da pujança e da centralidade de Buenos Aires, os Unitários almejavam uma centralização política das outras províncias em torno da província de Buenos Aires; algo que desagradava profundamente as elites provinciais, já que nessa partilha de poder, a fração que lhes sobrava era muito pequena. O conflito entre as quatro paredes do salão constituinte ganha então as ruas, de modo que o país passava por um conflito aberto entre os partidários unitários e seus opositores federalistas.

Buenos Aires, como centro dessa nova organização política, tendia a esgarçar esses conflitos, o que resultaria na investida e consolidação do general Juan Manuel de Rosas no comando da província de Buenos Aires, como forma de restabelecimento da ordem perdida após o fuzilamento de Manuel Dorrego pelas forças unitárias do gen. Lavalle. Filho de uma elite estancieira, criadora de gado, que se consolidava como força político-econômica na província de Buenos Aires desde o final do séc. XVIII, Rosas envolveu-se com a causa federalista como forma de manter os privilégios, a centralidade e o poder político-econômico da província de Buenos Aires, tal qual esta estava se aprofundando dentro do contexto interno da nação. Seja por sua experiência junto aos *gauchos* "peones", seja pela rigidez de sua formação militar, Rosas administrará o governo da província de Buenos Aires de forma dura e autoritária, esperando nada mais do que cega obediência como arma contra o caos político estabelecido pelos opositores, segundo diziam seus críticos e sustentadores (TERNAVAZIO, 2009)

Nesse sentido, Rosas irá perseguir de forma cabal todos os opositores do regime que ele iria passo a passo aprofundar a partir de um domínio centralizador, chegando inevitavelmente às portas dessa restrita elite letrada que começava pensar a Argentina e projetava encima deste cenário um futuro de modernidade e progresso irrestrito. Indecisos num primeiro momento, parte dessa elite intelectual apoiaria o projeto ordenador e disciplinador do general portenho, mas logo embarcariam nas fileiras da oposição, desenvolvendo continuamente uma ação político-literária contrária ao

governo Rosas. Segundo alguns críticos apontam², é a subida de Rosas pela segunda vez ao poder em 1836, com suas medidas autoritárias e perseguidoras contra qualquer oposição política, dadas principalmente pela soma dos poderes extraordinários, conferidos pela Sala dos Representantes, que dá o elemento de coesão política entre estes intelectuais que, aliados do poder político, conservam suas idéias como armas necessárias no jogo político estabelecido então. Em outras palavras, os eventos políticos acabam por produzir um "desvio" nas primeiras intenções deste grupo, tornando cada vez mais partidária e combativa a produção intelectual desses autores. Sendo assim, é a política que dará o tom dessas produções literárias, ensaísticas, históricas e sociológicas, aprofundando ainda mais a noção de "o tempo da política"³.

Os "românticos de 37" reclamavam que a simples importação dos ideais Iluministas de liberdade, constituição ou participação política direta não se fundamentavam se não estivessem sob a constante guarda e vigilância de uma elite intelectual que atuasse por meio das idéias. É esse o novo fundamento que esta nova geração irá se balizar dentro da literatura politicamente enviesada: a crença de que o cabedal de idéias acumuladas ao longo de suas experiências intelectuais é que permitiria desenvolver um projeto de nação. A base de entendimento desta geração estaria no fato de que o excesso político promovido por Rosas não promovia o desenvolvimento de um projeto de nação moderna, nem tão pouco a simples implementação de idéias e conceitos políticos externos, sem o conhecimento da realidade histórica do tecido social sobre o qual se pretende cerzir um projeto de nação moderno⁴, tal qual os membros do partido unitário imaginavam.

Ao longo dos quarenta anos em que atuou na vida política e cultural argentina, a geração de 37 passou por fases, caracterizando-se por uma crescente aglutinação em torno da oposição política ao general Rosas em seu começo, e conseqüentemente a desagregação do grupo após a queda do principal elemento de coesão (Rosas), a partir da vitória do general entrerriano Justo José de Urquiza, e o envolvimento direto na

² HALPERIN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una nación*. Buenos Aires: emecé, [1995] 2007: 24: "Es la inesperada agudización de los conflictos políticos a partir de 1838, con el entrelazamiento de las crisis uruguaya y la argentina y los comienzos de la intervención francesa, la que lanza a una acción más militante a un grupo que se había creído hasta entonces desprovistos de la posibilidad de influir de modo directo en un desarrollo político sólidamente estabilizado".

³ *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2007.

⁴ "A experiência coletiva é praticamente inconcebível sem que nela intervenha certa exterioridade". (ROSANVALLON, 2010: 87).

partilha de poder político num segundo momento; o que permite ver as fraturas, contradições e diferentes posicionamentos que seus integrantes possuíam⁵. Ainda assim, a atuação política por meio da literatura - que pensou as problemáticas argentinas daquele contexto, e o posterior envolvimento direto de muitos dos integrantes na política de fato - tudo consolidou um modo de pensar a história Argentina que conservou durante muito tempo reverberações na produção historiográfica, já que o mito da independência e o projeto moderno de nação são elementos com os quais ainda hoje a historiografia, a sociologia e a ensaística nacional dialogam.

Em uma tentativa de perceber os diálogos, mas fundamentalmente os conflitos entre os participantes dessa geração que a historiografia alcunhou de geração de 37, escolheu-se as obras *Las Cartas Quillotanas* de Juan Bautista Alberdi e *Las Ciento y Una* de D.F. Sarmiento para se perceber os temas que os uniam, mas também as problemáticas que os fragmentava a partir dos diferentes pressupostos e concepções que carregam com relação à atuação político-cultural do intelectual na montagem da nação argentina. Em outras palavras, é a partir de obras produzidas após a caída de Rosas, e a conseqüente subida de Urquiza, que os posicionamentos e as conceitualizações desses dois intelectuais entrarão em conflito, deixando transparecer as disputas e oscilações que compõem a história política e dos intelectuais.

Las Cartas Quillotanas; Las Ciento y Una e a disputa em torno da concepção de intelectual no contexto da Argentina após Caseros

Tradicionalmente, essa “troca de cartas” entre Sarmiento e Alberdi é conhecida na historiografia como a principal polêmica entre os membros participantes da geração de 1837. Nesse sentido, tem-se que buscar uma certa origem entorno desse conflito; este, no caso, se daria a partir dos acontecimentos contemporâneos à formação do “Ejército Grande”, capitaneado por Urquiza contra as forças do rosismo, no qual alguns intelectuais, dentre eles Sarmiento, apresentaram-se nas fileiras do general

⁵ "(...) passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual". (BERSTEIN, 1998: 355).

demonstrando aberta intenção em ajudar e participar na montagem da campanha militar. No caso de Sarmiento, este acreditava que sua presença seria de fundamental importância; algo que foi contrariado pela pouco apreço e receptividade de Urquiza à “ajuda” dos intelectuais na organização política e militar antes e depois de Rosas. Isso quer dizer que Urquiza também iria dividir num primeiro momento a percepção e o apoio dos intelectuais em relação ao novo momento político da Argentina. Sarmiento, tentando descrever sua experiência como *boletínero* [escritor de boletins e informes] do exército da coalizão contra Rosas, e ao mesmo tempo deixando transbordar sua oposição política ao general entrerriano, escreve o livro *Campanha del ejército grande*.

Em outras palavras, os antecedentes dessa disputa entre os dois intelectuais argentinos, que tomou proporções públicas com as *Cartas Quillotanas* de Alberdi e com a resposta de Sarmiento por meio da publicação de *Las Ciento y Una*, colocam este marco como início da polêmica entre os dois intelectuais argentinos com a dedicatória do sanjuanino a Alberdi em sua carta de Yungai, que fora originalmente dirigida a Urquiza, e que abre o livro do autor em *La campaña del ejército grande*. É interessante perceber que é nesse livro [*La campaña*] que Sarmiento entra como personagem político, criado e analisado por ele mesmo, dentro de um certo território da política real, em que o autor descreve com persistência o conflito indissolúvel, segundo a ótica sarmientina, tanto entre intelectuais e guerreiros como entre civilização e barbárie.

No caso do livro *La campaña del ejército grande*, este é o último livro no qual Sarmiento tenta, ademais de *Recuerdos de provincia* e de *Argirópolis*, uma forma de construir certa aproximação ou aliança entre os intelectuais e o poder, o que resultaria em um fracasso, de acordo com a análise do próprio autor. Isso quer dizer que Sarmiento com estes livros não consegue articular uma certa união dos intelectuais em torno da concepção de qual deve ser o papel do intelectual diante do poder político. A subida de Urquiza representa uma fragmentação entre os intelectuais argentinos emigrados que se encontravam no Chile, tal qual Alberdi e Sarmiento, após sua participação na campanha militar. Sendo assim, não seria casual que não podendo polemizar com o estado das coisas, ele mire outros alvos tal como a relação de outros intelectuais com o poder e o livro [*Campaña...*] venha com uma dedicatória destinada a Alberdi, o que na verdade é quase a imposição de um desafio ao outro autor, que por

sua vez apoiava as novas condutas políticas do gen. Urquiza⁶.

Na estrutura de composição desse diálogo, os dois autores escolhem o espaço público existente na publicação de um livro como forma de estabelecer suas diferenças. Estas publicações não são correspondências no sentido convencional, em que há uma seqüência de trocas de cartas entre um autor e outro; antes é uma disputa em campo aberto em que cada autor em sua respectiva publicação retoma os pontos que julga necessário ser debatido ou posto em cheque. Sendo assim, não há comunicação entre os destinatários, o que faz com que os temas, apesar de serem muito próximos, sejam dirigidas a um destinatário desconhecido e impessoal. Como primeiro a responder a uma provocação explícita feita por Sarmiento em seu prefácio ao livro *La campaña del ejército grande*, Alberdi busca fixar seus parâmetros de crítica e exposição de idéias, de modo a colocar Sarmiento como um elemento apartado e superado devido aos seus planos e maneiras de atuação intelectual. Na seqüência, Sarmiento em *Las ciento y una* responde utilizando-se de uma estratégia discursiva que busca provar que Alberdi não teria altura moral para criticá-lo e deixa-lo à margem da história. Em seu texto, Sarmiento, como recurso retórico, se dirige a jurados imaginários que vão desde a História, passando pelos aliados e emigrados argentinos no Chile, chegando mesmo em Urquiza. Por não ser uma polêmica aberta, por meio de “cartas respostas”, pode-se dizer que os livros fazem parte de um duelo do qual sairia vitorioso aquele que demonstrasse as melhores razões para se converter em modelo de intelectual no período de possibilidades que se abria na política argentina após a queda de Rosas (BECÚ).

Os motivos que teriam levado um acirramento entre Sarmiento e Alberdi ligam-se eminentemente às novas possibilidades de reorganização política que a vitória de Urquiza sinalizava no contexto da segunda metade do séc. XIX argentino. Ou seja, o motivo evidente da disputa é a posição ante Urquiza, pois Sarmiento percebe nas ações tomadas pelo general entrerriano uma espécie de continuidade da herança política deixada por Rosas, já que houve a manutenção dos governadores provinciais em seus postos, bem como a permanência da adoção de alguns símbolos federais, a exemplo da

⁶ “Usted que tanto habla de política práctica, para justificar enormidades que repugnan el buen sentido, escuche primero la narración de los hechos prácticos , y después de leídas estas páginas, llámeme detractor y lo que guste. Su contenido, el tiempo y los sucesos probarán la justicia del cargo, o la sinceridad de mis aserciones motivadas. ¡Ojalá que usted pueda darles este epíteto a las suyas!”. (ALBERDI, 2005: 78).

faixa vermelha – simbolizando o federalismo e fundamentalmente o rosismo. Em outras palavras, Sarmiento tenta construir um certo consenso em torno da idéia de que a intelectualidade argentina deveria também fazer oposição férrea a Urquiza, devido a fato de um possível novo Rosas estar surgindo no cenário político de então. Alberdi por sua vez já havia aceito, junto ao general Urquiza, o cargo de enviado diplomático frente ao governo chileno, demonstrando seu apoio ao novo governo ao fundar um clube de residentes argentinos no Chile que simpatizavam com os vitoriosos de Caseros.

No prefácio ao livro *La campaña...*, também conhecido por “carta de Yungay”, tornam-se evidentes as diferenças históricas entre Sarmiento e Alberdi no que concerne tanto no campo da ação política como em relação ao papel do intelectual dentro do novo período de reorganização nacional a partir de 1852. As *Cartas Quillotanas* ao serem publicadas como resposta ao prefácio de Sarmiento acabam por estabelecer uma nova dinâmica a qual o autor de *Facundo* não estava acostumado; ou seja, o livro “resposta” de Alberdi concretiza uma sistematização que obriga a Sarmiento a uma troca de lugar, que deixa o papel de acusador e ganha a perspectiva de acusado, de modo a definir os termos e problemas da polêmica sem que Sarmiento pudesse modificar o rumo da discussão. Entre os termos elencados por Alberdi nessa dinâmica discursiva está em jogo a concepção de intelectual que cada um possui e concomitantemente imprimem sobre suas produções literárias e culturais, bem como sobre a forma de atuação política que cada um adota.

Alberdi defende a posição de um ideólogo que se mantém à margem das lutas políticas, de modo a aceitar as condições da realidade contextual, em que a função do intelectual seria sistematizar e propor soluções aos dilemas que deságua nos problemas enfrentados inicialmente. Ou seja, o modelo de pensador de Alberdi é o indivíduo, cuja posição privilegiada dentro da sociedade, permite uma análise mais contundente e sistemática, e que a partir daí se daria a atuação político ou a geração de uma influência sobre aqueles que detêm o poder político. Sarmiento, por sua vez, tenta sempre imprimir uma leitura mais total sobre a realidade; de alguma maneira seria o estadista que reúne em si a formação livresca e uma sabedoria política inata e capacidade estratégica, conseguidas por meio da interação até mesmo física do indivíduo com a realidade, tal como o autor tenta demonstrar em seu livro autobiográfico *Recuerdos de Provincia* (SARMIENTO, 1995)

Como leitor crítico da atuação e do pensamento de Sarmiento, Alberdi em sua primeira “carta”, conhecida por *Cartas sobre la prensa y la política militante de la República Argentina*, propõe dois modelos de intelectuais: um adequado aos momentos de luta contra a tirania rosista e cujo instrumento fundamental é a imprensa escrita; e outro tipo de pensador que necessário nos tempos de (re)organização nacional e que requer esforço e propostas sistemáticas, em que o saber legislativo ocupa um lugar predominante. O que Alberdi estava estabelecendo é uma espécie de temporalidade em relação à atuação do intelectual, em que Sarmiento estaria identificado com o primeiro modelo de intelectual, cuja função e forma de atuação começava a ser posta em cheque.

O que Alberdi faz ao analisar a atuação político-literária de Sarmiento por meio da imprensa, cuja validade o autor teria posto a prova devido fundamentalmente aos efeitos inócuos de sua produção, de maneira que Alberdi vê um certo círculo vicioso nesse tipo de atividade intelectual, chegando mesmo a qualificar esse tipo imprensa como cega, impaciente e pueril. Em outras palavras o tipo de atuação e produção intelectual de Sarmiento encontra-se inadequada para as necessidades do novo contexto político que se abria na Argentina. Nesse sentido, Sarmiento fornece a Alberdi um ponto de partida adequado para inaugurar uma etapa que encerraria a anterior, em que o escritor de *Facundo* é elegido como objeto de crítica a um modelo de procedimento intelectual e político⁷. Para Alberdi, essa nova abertura histórica exigem que a produção intelectual ferrenha e profundamente combativa seja substituída por uma outra que seja baseada em propostas construtivas em torno da organização constitucional e institucional do país. “*Destruir es fácil, no requiere estudio: todo el mundo sabe destruir en política com en arquitectura. Edificar es obra de arte requiere aprendizaje*”. (ALBERDI, [1853] 2005)

Em outras palavras, isso demonstra que as novas perspectivas históricas marcariam um certo deslocamento dos sujeitos frente às instituições que passariam a ser formadas, o que subentende-se a diminuição ou o fim da glória pessoal⁸. A crítica

⁷ MAYER, Marcos. “Prefácio”. In ALBERDI, J.B. *Cartas Quillotanas*. Buenos Aires: Losada, 2005. p. 14: El escritor liberal que repitiese hoy el tono, los medios, los tópicos que empleaba en el tiempo de Rosas, se llevaría chasco, quedaría aislado y sólo escribiría para no ser leído”

⁸ MAYER, 2005: 14: “(...) Alberdi no planteaba una lucha a muerte con el destino natural de la Argentina, sino un cambio paulatino a partir de las condiciones realmente existentes en ese momento, es decir, caudillos, cultura política acostumbrada a más de veinte años de rosismo, ejércitos gauchos. Sobre esa plataforma debe iniciarse el proceso de organización del país y en ese sentido sus *Bases* revelan ya

implícita presente na reflexão de Alberdi é a de que Sarmiento estaria saudosos dos tempos do rosismo em que a crítica política se dava por meio da figura personalista do crítico que veiculava seu posicionamento a partir do ataque contundente ao adversário político tal qual *Facundo* deixa transparecer. Sarmiento, em seu estilo e maneira de construir suas reflexões frente ao fenômeno político e cultural, apresenta-se com uma inteligência desaforada que, diante de um certo ideal clássico de clareza, concisão e objetividade; antes o autor é tomado de um arrebatamento em que a indignação, o furor, a raiva e principalmente o exagero como forma de convencimento extravasam nos textos como meios de se encetar a crítica política. Em síntese, Alberdi subordinaria a questão ideológica sob a política; Sarmiento proporia o inverso na medida em que os valores da civilização, tal qual o autor imaginava e defendia, deveriam orientar a prática política e a montagem da nação argentina; ou seja, a nação não iria existir como tal enquanto não aceitasse ou cumprisse as exigências da civilização.

Como a História e a experiência que advém dela são elementos arrogados por Sarmiento para fundamentar sua posição e autoridade intelectual, Alberdi busca então criticar a participação do escritor sanjuanino na campanha militar de Caseros, encabeçada por Urquiza. Isso porque Alberdi tenta revelar que a atuação intelectual de Sarmiento, ou o modelo de atuação feita por ele como “boletínero” do exército, é inócua e periférica, devido ao desinteresse demonstrado por Urquiza em relação à figura e ao papel do intelectual. Marginalizado do processo decisório dentro das forças de Urquiza, Sarmiento empreende uma dinâmica de crítica à atuação do *caudillo* entrerriano, o que faz com que Alberdi o critique dizendo: “*En el ejército grande emprendió usted [Sarmiento] dos campañas: una ostensible contra Rosas, otra latente contra Urquiza; una contra el obstáculo presente, otra contra el futuro*” (ALBERDI, 1853).

Ou seja, a importância da função de “boletínero” desempenhada por Sarmiento durante a campanha do exército grande é diminuída por Alberdi, tendo como fundamentação a próprio desinteresse de Urquiza, mas também eminentemente a maneira de atuação intelectual de Sarmiento que não contribuiria com a nova ordem.

Nessa dinâmica de definição do que deveria ser um intelectual e qual a maneira de um deste atuar sobre os novos problemas que se apresentam a partir de 1852, Alberdi

desde el título la idea de punto de partida. Alberdi no recurre al eufemismo: ‘Dad garantías al caudillo, respetad al gaucho, si queréis garantías para todos’.

critica Sarmiento ao afirmar que a dinâmica adotada por este se baseia no fato de que são as idéias prévias que constroem a realidade na obra do autor, e não o contrário tal qual defendia o escritor de *Las bases*. Dessa maneira não seria necessário estar fisicamente em contato com a história, sendo uma espécie de testemunha ocular, tal qual Sarmiento arroga tal experiência e autoridade para si, uma vez que a realidade em si é negada pelos princípios e crenças do autor. Isso quer dizer que, no caso de Sarmiento, a distância ou proximidade dos fatos não importa, pois o que influenciaria a atividade intelectual desse escritor seriam os referenciais e ideias que alimentam seus projetos de nação. “*Es el saber y no el protagonismo, una experiencia social y no personal la que determina el valor de la opinión de un intelectual y la pertinencia de sus opiniones y pronósticos sobre la realidad*”. (MAYER, 2005: 18)

Este posicionamento abre uma brecha na qual Sarmiento irá mergulhar como forma de contenção das críticas de Alberdi em relação a sua prática intelectual. Num primeiro momento, tenta reverter a situação de modo a contestar a autoridade de Alberdi como advogado, já que o imaginário em torno dessa função confere em si certa autoridade aos escritos de Alberdi⁹. Em outras palavras, a inexistência de um título acadêmico ou socialmente reconhecido por Sarmiento, como o de advogado, faz com que o autor se lance em uma defesa de seu próprio espaço de emissão de opinião ao arrogar para si um auto-didatismo que seria a grande virtude de um intelectual, já que, bem ao estilo romântico, o autor teria aprendido tudo por meio do esforço individual e sem o auxílio de instituições, tal como Alberdi teria feito. Ainda assim, o fato é que na perspectiva de Sarmiento a idéia de saber é um tanto caótica e desordenada, em que a leitura contínua e acumulativa são o material cujo autor vai dando forma ao seu pensamento e os posicionamentos políticos ao longo de sua produção intelectual. Tal como Sarmiento arroga para si, é o empenho contínuo em relação à aquisição e acumulação de conhecimento que dá certa autoridade aos seus textos e opiniões.

Tengo treinta años de estudios pacientes, silenciosos, hechos en dónde y cómo se aprenden las cosas que se desean aprender; y no consiento en que truchimanes vayan a presentarme ante los como ellos de escoba de sus pies (SARMIENTO, [1853] 2005).

⁹ PRIETO, Adolfo. “Las ciento y una: el escritor como mito político” in. *Revista Iberoamericana*. University of Pittsburgh. vol. LIV, Núm. 143, Abril-Junio. 1988.

A perspectiva de intelectual, na concepção de Sarmiento, se dá sobre tudo encima da noção de experiência, no contato com os eventos históricos e políticos e seus contextos de produção. É a partir dessa perspectiva que Sarmiento contrapõe como argumento a experiência obtida em suas *Viajes por Europa, África y América* (SARMIENTO, 1993) como forma de maior fundamentação intelectual concernente ao autor. Entretanto, Alberdi toca justamente nesse ponto para mais uma vez encetar suas críticas dentro da idéia do conceito de intelectual que estava em disputa nesse diálogo cerrado entre os dois pensadores argentinos: em sua opinião, o conhecimento acumulado não é um trabalho individual, mas acima de tudo social, em que a imediata conseqüência seria a formação das instituições que por sua parte organizam a sociabilidade de uma nação. Sendo assim, o intelectual teria que desaparecer entre as instituições, após suas campanhas e batalhas; na paráfrase baseada em São João Batista, importa que o intelectual diminua para que as instituições organizadoras da sociedade cresçam.

Essa perspectiva de “desaparecimento” gradual da figura do intelectual afronta diretamente a posição e a perspectiva intelectual que Sarmiento assume, pois é a idéia do indivíduo atuante e participativo nas causas e interesses da nação que confere fundamentação e autoridade. O que se quer dizer é que Sarmiento em sua argumentação, tanto no sentido de construção de sua própria figura, como na estrutura de composição de seu principal livro: *Facundo*, trabalha com a idéia de “grande homem” ou “homem exemplar” no sentido de aquele indivíduo que explicaria uma época ou contexto histórico específico, tal qual a filosofia de Victor Cousin sugeria. (MAYER, 2005: 19). O racha entre as duas perspectivas sobre a função e concepção política dos intelectuais se dá em torno do indivíduo: Sarmiento imagina que a política é um campo de atuação para homens especiais, um âmbito heróico e aristocrático de atuação política; para Alberdi, o enfoque ou a dependência sobre o indivíduo é mais moderada, de modo que sua perspectiva seria menos personalista.

Por fim, um último ponto que é válido abordar, dentro os muitos levantados nessa rusga entre Alberdi e Sarmiento, em torno da figura do intelectual seria a relação deste com a imprensa e os meios de divulgação da crítica política. O que está sendo posto em dúvida aqui é a validade e a fidedignidade a atuação intelectual diante dos fenômenos políticos e do processo histórico de construção da nação. Alberdi ao criticar

as obras e opiniões de Sarmiento deixa transparecer que Sarmiento como escritor possui certo oportunismo dentro de sua prática intelectual, sendo uma espécie de “gaucho malo” do periodismo da época. Seja em *Facundo*, *Recuerdos de Provincia*, ou nos artigos de jornal que Sarmiento escreve, a ação do autor estaria sempre enviesada por uma auto-promoção, fazendo dos eventos um palco para uma certa exaltação do autor. Isso ficaria claro nos textos *Argirópolis* e *Campaña do ejército grande* devido à mudança de opinião política em relação à Urquiza depois que este, nega ou tão pouco requere os serviços intelectuais de Sarmiento; ou seja, a marginalização dentro das novas perspectivas de atuação política fazem com que Sarmiento inicie uma oposição ao general entrerriano por meio de seus escritos. Para Alberdi, isso seria um exemplo típico do descompromisso e oportunismo de Sarmiento que estaria escrevendo com o fim de sempre de se auto-elevar, de modo a criar um espaço de atuação política; isso quer dizer que Sarmiento seria um “escritor a sueldo”, que se passava por polemista como forma de obter dinheiro, diferentemente do escritor tucumano que teria suas rendas provenientes de sua atuação como advogado (KATRA, 1988)

A resposta de Sarmiento, seguida sempre de uma linguagem passional e exaltada em relação a seu oponente, trabalha a argumentação no sentido de demonstrar a hipocrisia de Alberdi ao demonstrar as vinculações que este apresentaria com o novo governo provincial de Urquiza ao ser nomeado para o cargo de encarregado diplomático no Chile. Nesse caso, a estratégia de Sarmiento é a abertura de uma aparente contradição entre prática e discurso, fenômeno tão caro aos intelectuais em sua relação com a compreensão e atuação política em relação a uma dada realidade histórica.

Ponderações finais

Entre os vários temas e problemas que cercam essa disputa, o que se apresenta como elemento fundamental é a disputa pela definição do papel do intelectual na montagem da nova ordem política da sociedade argentina pós-Rosas, a partir da vitória de Urquiza em Caseros. Em outras palavras, seria dizer que nos diálogos existentes entre a troca de cartas de Sarmiento e Alberdi o que está em jogo é também a definição do papel do intelectual nos destinos da nação e na construção de uma nova sociedade.

Por um lado, um modelo de intelectual atuante por meio da imprensa e com todo o aparato e estrutura que cerca esse tipo de campo de emissão de opinião e crítica, visão

esta que estaria mais atrelada ao exercício intelectual de Sarmiento em obras como *Facundo, Viajes por Europa África y América, Recuerdos de Provincia e Argirópolis*. Alberdi por sua vez pensaria na atuação do intelectual sob um viés um tanto legislativo e organizador do Estado Nacional, em que o intelectual deixando de lado certo personalismo se imiscuiria dentro das instituições de modo a participar de sua formação sem que estas dependessem de seus criadores ou organizadores.

Seria válido ainda questionar se as duas concepções se excluem ou por que se excluem ou são prioritárias na visão de cada autor. Ou seja, um intelectual no contexto de queda do rosismo e ascensão de uma nova ordem deve responder aos problemas existentes em uma sociedade por meio da crítica e opinião veiculado pela imprensa ou deve atuar junto aos governantes quase como um conselheiro ou "espelho de príncipe" influenciar positivamente na construção de uma nova sociedade? O que se nota é que uma das estratégias usadas pelos dois autores/intelectuais, utilizada para esboçar essa resposta, foi continuamente desqualificar a posição do outro de modo a mostrar a superação de um certo modelo adotado. Haveria então uma disputa por qual seria a forma mais contemporânea, mais moderna ou que melhor atendesse e respondesse aos problemas existentes dentro daquele contexto histórico.

Si hubiera que elegir un término adecuado debería decirse que los libros participan en un duelo a muerte del cual saldría vivo quien demostrara las mejores razones par convertirse en el intelectual adecuado a los tiempos que se abren con la caída de Rosas (MAYER, 2005: 17)

Por fim, dentro das discussões apresentadas pelos dois está o fato da autoridade como intelectual estar também perpassada e fundamentada pela figura representativa de uma dada profissão. No caso de Alberdi, sua formação em ciências jurídicas e sua atuação como advogado conferem a ele um certo *locus* de emissão de opinião crítica que será profundamente atacado por Sarmiento, justamente por esse não possuir formação acadêmica e ser duramente ironizado por Alberdi por esse fato. Ou seja, ficava ainda em aberto a questão da função e do espaço do construção da crítica intelectual diante das difusas realidades históricas do séc. XIX argentino.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. **Ensayos argentinos**: de Sarmiento a La vanguardia. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- ALBERDI, J.B. **Cartas Quillotanas**. Buenos Aires: ed. Losada, 2005.
- BECÚ, Horacio Z. La polémica de Alberdi y Sarmiento en Chile. In: SARMIENTO, D.F. **Las Ciento y Una**. Buenos Aires: Losada.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX e SIRINELLI. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación**. Buenos Aires: emecé, [1995] 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006.
- MAYER, Marcos. Prefácio. In: ALBERDI, J.B. **Cartas Quillotanas**. Buenos Aires: Losada, 2005.
- MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en La cultura y en la política argentines. In: GOLDMAN, Noemi (coord). **Nueva Historia Argentina**. Tomo III. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1999.
- PALTI, Elias. **El momento romántico**: Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2008.
- _____. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2007.
- POCOCK, J.G.A. O conceito de linguagem e o metier d'historien: algumas considerações sobre a prática. In: **Linguagens do Ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Editora, 2010.
- SARMIENTO, D.F. **Recuerdos de Provincia**. Barcelona: Linkgua, 2006.
- _____. **Facundo**. Madrid: Alianza, 1970.
- _____. **Las Ciento y Una**. Buenos Aires: Losada, 2005.
- _____. SARMIENTO, D.F. **Viajes a Europa, África y Europa**. Buenos Aires: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1993.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. São Paulo: Editora FGV, [1996] 2010.

Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

TERÁN, Oscar. **Historia de las Ideas en Argentina**. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2009.

TERNAVAZIO, Marcela. **História de la Argentina (1806-1852)**. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2009.

**REUNINDO O PASSADO:
ERUDIÇÃO E NARRATIVA NA *HISTORY OF BRAZIL* DE ROBERT SOUTHEY**

Flávia Florentino Varella*

Esta pesquisa pretende analisar a *History of Brazil* publicada por Robert Southey entre 1810 e 1819, em Londres. O primeiro projeto do poeta laureado de escrever a história do Brasil foi delineado quando realizava sua segunda viagem para Portugal em 1800 e era bem mais ambicioso do que veio a realizar (HUMPHREYS, 1978: 6). Em 1804, em carta a um amigo, revela que estava planejando sua escrita como parte de uma história mais ampla do Império Português, a qual seria dividida em dez ou doze volumes. O primeiro conjunto versaria sobre a parte europeia, consistindo na história de Portugal, em três volumes; o segundo conjunto seria sobre a história do Império Português na Ásia, com dois ou três volumes; o terceiro sobre a história literária da Espanha e de Portugal, em dois volumes. Somariam a essas partes uma história do Brasil, dos jesuítas no Japão, assim como uma história do monacato, todos esses três tópicos teriam um volume cada (SOUTHEY, 1855: 183).

Poucos anos depois, em 1810, quando a primeira parte da *History of Brazil* estava sendo impressa, ainda enxergava esse livro como integrante de um todo mais grandioso e, de fato, parece sempre ter tido esse projeto em mente.¹ Depois de terminada essa empreitada, seguiria a escrita da história de Portugal, do Império Português na Ásia e um volume suplementar sobre as possessões africanas. Por fim, ainda almejava escrever uma história das ordens monásticas. Nesse momento uma parte do projeto é reconfigurada novamente, apesar de Southey ainda manter o desejo de escrever a história do Império Português. É digno de nota que em ambos os projetos existiu a intenção de dedicar pelo menos um volume para a questão da religião católica e de suas ordens.² Esse plano, infelizmente, não foi realizado por Southey que, após o

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: flavia_varella@hotmail.com

¹ Joaquim de Sousa Leão informa que, em 1804, Southey já tinha escrito três volumes *in quarto*, de 500 páginas cada um, da *História de Portugal* e que, em 1805, dava essa obra como praticamente terminada. LEÃO, 1943: 16.

² Southey acabou por escrever uma elegia a religião anglicana publicado em 1824: *The book of the Church*. Por outro lado, em seu *Sir Thomas More, or, Colloquies on the Progress and Prospects of*

término da *History of Brazil*, parece não ter tido tempo suficiente entre suas diversas ocupações literárias para finalizar o que seria o grande projeto de sua vida.

Em 1877, Francisco Adolfo de Varnhagen apontava como um dos aspectos da falta de popularidade da *History of Brazil* em território brasileiro a intolerância de seu autor em relação ao catolicismo (CEZAR, 2007: 309). Outros fatores, certamente, também contribuíram para constituir tal cenário, como a edição luxuosa da obra, que lhe impunha um preço elevado, e a falta de domínio da língua inglesa pelos brasileiros em geral. O próprio Cônego Fernandes Pinheiro, anotador da tradução de Southey, impressa em 1862, critica várias vezes os julgamentos do poeta laureado sobre a alegada superstição dos fiéis católicos e o excesso de supostos milagres alimentados por sua Igreja.³

A antipatia que Southey nutria pela religião católica, provavelmente adquirida na época de sua primeira viagem a Portugal em 1796 (HUMPHREYS, 1978: 5), é, sem dúvida, um dos elementos centrais da *History of Brazil*. Aliado a isso, existia o desejo de imbuir os leitores de seu código moral através do encorajamento de qualidades como decência, dever, piedade e pureza (BOLTON, 2007: 6). São constantes suas manifestações sobre as “superstições” e o “fanatismo” dos fiéis católicos.⁴

Em uma de suas polêmicas passagens comenta que:

The tricks by which Joam Fernandes persuaded the Pernambucans that the Saints had actually engaged in their behalf, *were borrowed from the practices of a Church, which from the earliest ages of its history to the present day, has systematically juggled with the credulity of mankind* (SOUTHEY, 1817: 681-682).

Do ponto de vista da crença dos colonos, a história do catolicismo apresentava-se para Southey como repleta de fábulas inventadas para alimentar a superstição dos fiéis. Soma-se a isso que a “história” dos selvagens passava por uma religião primitiva caracterizada como o simples produto de uma mente humana sem ajuda de ninguém e

Society (1829) e *Essays Moral and Political* (1832) faz diversas referências à corrupção e fanatismo da Igreja e religião católicas.

³ Citamos apenas a título de exemplo. SOUTHEY, 1981, Vol. II: 161).

⁴ Já na introdução do primeiro volume Southey sinaliza a importância desse vocabulário: “The series therefore of their adventures; the discovery of extensive regions; the manners and *superstitions* of uncivilized tribes; the efforts of missionaries, in whom zeal the most *fanatical* was directed by the coolest policy; the rise and the overthrow of the extraordinary dominion which they established; and the progress of Brazil from its feeble beginnings, to the importance which it now possesses, these are topics of no ordinary interest”. SOUTHEY, 1810: 2. Grifos meus.

sem um guia. Com a Ilustração, a filosofia transformou a história da religião em uma história da mente “filosófica” ou “natural” em que tinha início em um estado de “natureza” ou “selvagem” desenvolvendo-se no decorrer dos estágios civilizacionais (POCOCK, 2005: 15). A história da religião do selvagem brasileiro e do colono português configurava-se como a história da superstição uma vez que viviam em um estado de selvageria e barbarismo.

Os aspectos da história que Southey visava narrar se distanciavam bastante da história européia, no sentido de que tratava da história de um povo que não figurava entre os civilizados e que tinha como seus primeiros habitantes as tribos selvagens. Ao comentar o assunto de sua *History of Brazil*, esclarece que:

its materials differ from those of other histories: here are no tangles of crooked policy to unravel, no mysteries of state iniquity to elucidate, no revolutions to record, nor victories to celebrate, the fame of which remains among us after their effects have past away (SOUTHEY, 1810: 1).

Certamente seus leitores não encontrariam uma historiografia de matriz taciteana, pois faltava ao Brasil os *arcana imperii* que tanto favoreciam a formulação desse tipo de narrativa.⁵ Provavelmente, Southey estava familiarizado com o tacitismo, ou seja, com a utilização da linguagem taciteana e dos escritos históricos do historiador latino Tácito na explicação do comportamento político e na arte de desvendar o que está sob as aparências. Mas como escrever sobre os segredos e artimanhas dos governantes se tratava de uma história onde nem um governo autônomo ou uma estrutura de poder institucionalizada existiam? Muito menos poderia versar sobre revoluções em um país pacífico que conseguia sustentar sua imensa unidade territorial por causa dessa característica. Também não lhe era facultado escrever do ponto de vista de uma história civil pela simples impossibilidade de narrar uma história em que a selvageria e o fanatismo religioso tivessem sido substituídos pela emergência das maneiras e do comércio, condição que talvez o Brasil se aproximasse com a vinda da Família Real em 1808. Southey teria que escrever outro tipo de história, uma história de um povo supersticioso que engatinhava nos graus de civilização e sem nenhuma revolução que pudesse ser seu catalisador.

⁵ Para um panorama do tacitismo e de sua aplicação como forma de interpretação da conjuntura política, vide: ARAUJO; VARELLA, 2009 e MOMIGLIANO, 2004: 157-185.

A história do Brasil, como grande parte da história do Novo Mundo, não se enquadrava no modelo narrativo disponibilizado pela historiografia europeia para a explicação do desenvolvimento do homem na Terra. A história dos selvagens deveria ser escrita sobre diferentes princípios da do homem civilizado tendo em vista que esse estado primevo não poderia ser encontrado dentro da teoria dos quatro estágios, desenvolvida em sua plenitude pela Ilustração escocesa, em que a sociedade era dividida em caçadores, pastores, agricultores e comerciantes. Existia uma diferença importante entre selvagens e bárbaros, em que os últimos foram classicamente definidos como aqueles que estão fora da fronteira do império. Os persas eram bárbaros, por exemplo, pois haviam sido governados por reis como se fossem escravos, já os alemães e góticos eram bárbaros no sentido de não civilizados, pois viviam em vilas e acampamentos na floresta ou em lugares descampados (POCOCK, 2005: 11-12).

Enquanto a história dos bárbaros está ligada a Heródoto e toda uma tradição clássica, que passa pela *Germânia* de Tácito, em que os povos não falantes do grego ou, posteriormente, do latim figuravam nessa temática, a história dos selvagens se mostra como um fértil campo investigativo com a descoberta do Novo Mundo. Foi uma consequência da Ilustração que os selvagens do Novo Mundo tenham sido incluídos na história filosófica e um desenrolar dessas proposições sua quase exclusão da “história”, quando foram relegados ao conceito alternativo de “natureza” (POCOCK, 2005: 157-158).

Após a descoberta do Novo Mundo e da certeza de que os seus habitantes eram seres humanos e não monstros houve a necessidade de integrá-los na história sacra e na filosofia aristotélica da natureza. O Novo Mundo exigia uma nova história, em um sentido filosófico e narrativo, e a historiografia foi pressionada por essa nova demanda (POCOCK, 2005: 161). Com Locke formulou-se a explicação de que o estado de natureza não seria algo estático, mas em movimento, onde os humanos eram primeiramente caçadores em busca de comida. Ao estado de caçador procedeu a apropriação da terra, mas não da propriedade. Os agricultores, que faziam da terra sua propriedade assim como fonte de produtos, adquiriram direitos e construíram leis para que os caçadores fossem excluídos de uma sociedade fundada na agricultura (POCOCK, 2005: 169).

A Ilustração definiu a história como o processo pelo qual a civilização foi

produzida e os selvagens americanos não eram vistos como tomando os passos cruciais para deixar o estado de natureza, condição na qual sempre viveram, em direção a algum dos estágios de civilização mais avançados. A condição de selvagem poderia ser encarada como perpetuadora das qualidades mentais e dos costumes que ela mesma gerava e apenas a invenção de Deus ou de pessoas civilizadas poderiam libertá-los desse estado natural (POCOCK, 2005: 167-174). Nesse sentido podemos tentar entender o papel controverso que os Jesuítas possuem na *History of Brazil*, apesar de difundirem as crenças católicas possivelmente supersticiosas, poderiam tirar o selvagem de seu estado inerte e desenvolver os princípios básicos de sociabilidade, como lei e propriedade. Apenas o dinamismo de uma sociedade pastoril é que poderia dar início ao progresso da sociedade.

Os americanos viviam em pequenas sociedades de coletores e caçadores onde não existia uma estrutura de governo, nem o manejo do cavalo, do aço ou da pólvora que tornavam os europeus habilitados para atuar na história. Tendo em vista o não cumprimento desses e de outros requisitos, não foi muito difícil caracterizar os americanos como selvagens. Tal vocabulário foi empregado por Robertson em sua *History of America* de forma inédita e os primeiros habitantes do Novo Mundo atenderam definitivamente por selvagens e o termo bárbaro foi reservado apenas para o rude europeu. Apesar da posição de selvagem constituir de forma decisiva a filosofia do progresso da sociedade, o selvagem não fazia parte da narrativa da história europeia. A história da Europa começava com os bárbaros pastores e a condição de selvagem vinha antes disso (POCOCK, 2005: 186-187). Não existiria uma fase selvagem para ser narrada na história europeia e enquanto o estado "selvagem" foi expulso dessa história, "o progresso da sociedade" foi expulso da história da América pré-colombiana. Havia um consenso formulado de que a passagem de uma sociedade de pastores para de agricultores e depois para comerciantes e cidadãos polidos, que consistia "o progresso da sociedade" em si, tivesse ocorrido apenas na Europa. Dessa forma, a história do Brasil, por exemplo, começaria com a fase selvagem, enquanto que a da Europa com o estado bárbaro (POCOCK, 2001: 328).⁶ Os indígenas brasileiros residiam em um estado

⁶ Southey reconhecia a diferença entre um estado bárbaro e selvagem: "But in appreciating the good which the Jesuits effected, it must be remembered that the Spaniards in Paraguay were sinking fast into a state which can neither properly be called savage nor barbarous, but which of all states in which man has

selvagem e seus habitantes, em geral, ainda em uma sociedade cristã bárbara envolta em superstições e fábulas.

Robertson dedicou-se a escrita da história do Novo Mundo que havia sido colonizada pelos espanhóis e pelos britânicos (Estados Unidos), mas dentro dessa grande América ainda faltava ser contada a “história” dos selvagens brasileiros descobertos com a colonização portuguesa. Tal tarefa foi assumida por Southey, que reconhecia a diversidade dos estágios civilizacionais que existiam sincronicamente em solo brasileiro (SOUTHEY, 1817: 449-450).

O estado selvagem estava intrinsecamente ligado ao grau de civilização em que os habitantes do Brasil se encontravam e, dessa forma, a história que Southey estava escrevendo exigia que falasse:

[...] of *savages* so inhuman that little sympathy can be felt for any sufferings which they endured; and of colonists in whose triumphs no joy will be taken, because they were not less cruel than the cannibals upon whom they warred, and being avaricious as well as *barbarous*, perpetrated the worst of crimes for the vilest of motives (SOUTHEY, 1810: 1).

Se por um lado os indígenas estavam no estado selvagem, Southey não via nos bárbaros colonizadores portugueses uma melhor sorte já que estes ainda figuravam no estado de barbarismo, em certo sentido, associado à religião católica. É de se notar também que o poeta laureado nunca esteve no Brasil e parece não ter achado essencial encontrar-se em solo brasileiro para traçar os rumos de sua obra. A autópsia, de fato, não era necessária para o tipo de história que almejada escrever, os documentos e a filosofia da história serviriam de parâmetros para nortear sua narrativa de forma plena. A erudição há longo tempo enxergava na “[...] coleta de documentos o seu negócio” (MOMIGLIANO, 2004: 101).

Apesar de a *History of Brazil* ser tida pela historiografia, de forma geral, como a primeira obra completa de história do Brasil publicada, ainda não obteve uma grande variedade de estudos. Sua importância não reside apenas na construção do Brasil enquanto um país com uma história própria, ainda que fortemente devedora de Portugal, mas também para a consolidação de uma historiografia que versasse sobre esse vasto território. Como já mencionado, fora do cenário brasileiro não existe nenhuma obra

ever been found to exist, is perhaps that in which the fewest virtues are developed”. SOUTHEY, 1817: 380.

dedicada a analisar a *History of Brazil*, sendo a maioria dos estudos sobre Southey voltados para sua extensa obra literária. No cenário brasileiro, ainda hoje figuram como principais referências a dissertação e a tese de Maria Odila da Silva Dias. Sua dissertação “O Brasil na historiografia romântica inglesa. Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott”, publicada nos *Anais do Museu Paulista*, em 1967, e sua tese publicada em forma de livro em 1974 sob o título *O fardo do homem branco*, são as únicas obras dedicadas a tratar monograficamente de parte da produção historiográfica de Southey.⁷

Nesses dois estudos, Dias busca entender a *History of Brazil* pelo prisma da historiografia romântica sob a proposta de que Southey teria “uma concepção essencialmente intuitiva e sensível da história, o que lhe permitiria, aliás, desenvolver um método todo imaginativo de revivência empática do passado” (DIAS, 1974: 60). Ao analisarmos ambas as publicações de Dias, o conceito de *reviver* é posto claramente pela autora como peça chave no entendimento da proposta historiográfica do poeta laureado. O sentimento de reviver o passado, dessa forma, seria o efeito principal que as longas descrições feitas por Southey objetivavam produzir em seu leitor. Existem diversas citações de Southey, traduzidas livremente pela autora, que são postas como comprovação de sua hipótese, principalmente ao longo da dissertação publicada nos *Anais do Museu Paulista*. Contudo, ao verificar as passagens em inglês encontramos algumas divergências entre os trechos que foram traduzidos e o que está escrito nos originais. Vejamos alguns exemplos.

Quando Dias descreve as propostas de Southey e Walter Scott para a história, afirma que ambos entendiam que “escrever a história subentendia ainda certa atividade afetiva, e de simpatia com os homens do passado, - atividade subjetiva a que deveria corresponder um estilo peculiar de narrativa”. Após essas palavras, cita as de Southey em uma carta a John May como comprovação de sua proposição:

não se tratava apenas de preencher uma cronologia, mas de reviver, de reencarnar os modos e os temperamentos dos homens (CURLY, 1967: 13).⁸

⁷ Southey também publicou a *History of the Peninsular War* entre os anos de 1823 e 1832.

⁸ Apesar de não constituir uma citação de mais de três linhas, julgamos necessário destacar esse trecho pelo seu valor analítico. É possível distinguir que se trata da carta citada por Dias apenas pela datação e destinatário da mesma, assim como pela presença da palavra cronologia em ambas as partes.

Quando cotejamos com o original, observamos uma discrepância entre o que foi originalmente escrito em inglês, não citado em nota de rodapé por Dias, e a tradução. Southey escreveu na carta:

but they [dramatist and novelists] only pay attention to the chronology, and not to the manners or mind of the period (SOUTHEY, 1855: 107).⁹

Apesar de se tratar de uma tradução livre para a língua portuguesa, a diferença de significado das duas frases é latente. Em momento algum conseguimos delimitar uma passagem na qual Southey afirme que sua historiografia estaria preocupada com o reviver histórico. Pelo contrário, todos os indícios que temos são de que sua fixação pelas descrições detalhadas não se referem ao desejo de reviver o passado, mas de um erudito preocupado em não omitir nenhuma informação que seja.¹⁰ Quando Southey escrevia o terceiro volume da *History of Brazil* se deparou com a falta de informações sobre alguns anos que sua obra abordava e pensou “[...] so there of course I must bring in the picture of manners etc..., and the main difficulty will be to keep within the limits of the volume, for loving the fullest information myself, prolixity of matters (not of manners) is the sin which most easily besets me” (LEÃO, 1943: 54). Sua narrativa tendia, devido às suas inclinações eruditas, a longa descrições e um amplo conjunto de informações.

O interesse britânico pelo mundo social e a crescente curiosidade em relação a aspectos anteriormente subjugados pela centralidade que a narrativa política tinha no discurso histórico parecem ter ajudado na revalorização da erudição como componente da história. O fascínio pelos costumes e hábitos em geral, assim como pelos detalhes intrigantes adquiriram um tom de investigação filosófica entre os eruditos (MOMIGLIANO, 2004: 96). Por outro lado, os eruditos e antiquários nutriam certa predileção pelo mistério que envolvia a Antiguidade, em parte devido às lacunares informações que existiam sobre esse período e pelo desejo de reunir fragmentos que um dia poderiam montar uma totalidade. Para que um dia isso fosse possível era fundamental a tarefa da descrição exaustiva (MOMIGLIANO, 2004: 90). Ao erudito a história dos selvagens brasileiros certamente parecia tão obscura e cheia de mistérios

⁹ A carta, na verdade, é de 14 de dezembro de 1798 e não 15 de dezembro, como indica Dias.

¹⁰ A monumentalidade da biblioteca de Southey, com 14.000 títulos quando veio a falecer, é mais um aspecto revelador de seu interesse erudito. Cf HUMPHREYS, 1978: 9.

quanto esse período da história europeia, apresentando-se como um desafio irrecusável.¹¹

Dias apresenta uma carta bastante interessante sobre a necessidade que Southey tinha de englobar todos os dados em sua narrativa, não deixando nada para apêndices complementares. Entretanto, como veremos, existe uma diferença sutil dos trechos que Dias cita e a carta em si. Dando continuidade ao seu argumento de que Southey seria o precursor de uma nova historiografia, essencialmente romântica e profundamente preocupada com o reviver histórico, a autora cita a tradução livre de uma carta de Southey datada de 26 de março de 1800: “uma coisa sobretudo hei de tentar escrevendo história, entrelaçar tanto quanto possível na narrativa, os estudos e os modos da época, de sorte a aproximar-me nesse ponto, mais dos velhos cronistas do que dos modernos historiadores” (CURLY, 1967: 13-14). Após essa citação das palavras traduzidas de Southey, a autora complementa: “tinham [Southey e Scott] a intenção de reviver os hábitos, os sentimentos e a mentalidade dos velhos tempos sem relegá-los, como Hume, para apêndices e notas”. Ao fim desse trecho, curiosamente cita, em nota de rodapé, uma parte em inglês da carta que havia traduzido anteriormente: “to weave the manners of times, as far as possibly can be done, into the narrative, instead of crowding the volume with appendix chapters”. Pesquisando a carta na íntegra, pudemos verificar o argumento de Southey:

One thing I shall especially attempt in writing history – to weave the manners of times, as far as possibly can be done, into the narrative, instead of crowding the volume with appendix chapters; rather, in this point to resemble the old chroniclers than the modern historians (ROBBERDS, 1843: 342).

Southey parece apenas elucidar que não pretendia incluir apêndices em sua obra e, para não ter que recorrer a essa estratégia, tentaria entrelaçar ao máximo as maneiras na narrativa o que, de fato, deixou sua *História* bastante longa e repleta de muitos detalhes. Novamente não existe a incorporação do conceito, que nos parece mais uma categoria apropriada por Dias da literatura sobre o Romantismo, de reviver ao vocabulário utilizado por Southey quando se trata de sua obra historiográfica maior,

¹¹ Vale a pena salientar que a Sociedade dos Antiquários do Norte mostrou interesse desde o início da criação do IHGB em manter correspondência com esse Instituto visando realizar um trabalho comparativo entre as diversas partes das Américas, que tinham uma história que não se enquadrava dentro da tradição europeia, e o velho continente. GUIMARÃES, 2000: 128.

talvez pelo fato de não existir uma sincronia perfeita entre sua proposta poética e historiográfica. A possibilidade de a erudição gerar um tipo de presentificação do passado já foi anteriormente ressaltada (ARAÚJO, 2006: 324).¹² Apesar disso, é importante frisar que não existe uma equação perfeita entre descrição e reviver o passado, tendo em vista que nem toda descrição tem esse caráter epifânico. O debate de Southey deve ser entendido no contexto mais amplo das disputas sobre as formas de escrita da história e do papel da erudição na historiografia.

Por outro lado, as resenhas que saíram quando da publicação da *History of Brazil* criticaram bastante a obra principalmente por pecar pelo excesso de informação. Joseph Lowe, em resenha publicada na *Monthly Review*, comenta “Mr. Southey’s peculiar manner of writing history”:

His plan is to be *sparing of general reflections*, and to relate with scrupulous accuracy and minuteness the occurrence of detached events, observing generally the order of their date. The remarks which he permits himself to make are only those which arise out of the subject of the narrative; *a course which is very different from that of the writers who concentrate a body of facts for the illustration of a previously-conceived doctrine* (MADDEN, 2002: 151).

E acrescenta que:

Without entering into any general discussion of the best mode of writing history, we must say that *Mr. Southey has gone greatly too far into particular detail for the taste of the present generation*: which expects something more than a succession of objects and occurrences, clearly and specifically described, but not brought together so as to produce effect by combination (MADDEN, 2002: 151).

O pecado de Southey, para Lowe, foi não ter selecionado e organizado sua narrativa de forma a produzir um sentido claro à história narrada, gerando um excesso de informação que beirava apenas a curiosidade e seus leitores acabavam não sabendo o que fazer ou como interpretar tantos dados.

Outro resenhista da *History of Brazil*, do qual não conhecemos o nome, salientou os mesmos aspectos da narrativa de Southey. Concorde que o historiador juntou vários fatos, utilizou de fontes autênticas, e não deixou escapar a menção de nenhuma informação de interesse para a história do Brasil. Contudo:

¹² Uma argumentação também nesse sentido, mas de forma bastante distinta, pode ser encontrada em BANN, 1994: 129-152.

To say this, is to pronounce no ordinary panegyric; and yet we see no indication, in the present work, that Mr. Southey was endowed with the most important qualities of a great historian. *The comprehensive views of the great philosopher do not appear to predominate in his mind*. We are far from presuming to say that he is not entitled to rank, and rank highly, among enlightened men. But with his good intentions, with his industry, and his talent for composition, we could wish that his depth and originality of thinking were still more conspicuous (MADDEN, 2002: 149).

Os contemporâneos de Southey não poderiam esquecer a *History of England* de David Hume ou mesmo o *Decline and fall of the Roman Empire* de Edward Gibbon, e esperavam uma narrativa ilustrada que apresentasse um panorama do Brasil e não apenas um conjunto infinito de informações sobre esse território. Buscavam encontrar uma filosofia da história em que “[...] dever-se-ia reter somente os mais importantes e os mais seguros [fatos] a fim de cobrar um fio condutor na mão do leitor e para que ele fique em situação de formar um juízo acerca da ruína, renascença e progressos do espírito humano”, uma vez que apenas dessa forma seria possível aprender “[...] a conhecer o caráter e os costumes dos diversos povos” (CASSIRER, 1994).

O resenhista continua:

Amidst *all the details*, for example, respecting tribes of savages with which the work abounds, *no assistance is offered to the reader in generalizing the phenomena of savage life; scarcely any in tracing the causes of the peculiarities among different tribes*, of which his narrative makes mention; no attempt is made to *illustrate the springs of human nature*, as exhibited in those unfavourable circumstances; to trace the points of agreement and diversity between this the most unhappy state of society, and that which is presented at all the different stages of civilization. Had Mr. Southey avoided those lengthened statements and explanations, which a full treatment of the subject would have required (*though they would have been more instructive and more interesting, too, than so much repetition of the details respecting the particular tribes*), comprehensive reflections drawn from a profound insight into the subject, however shortly expressed, would have thrown a light upon his pages for which the work at present contains nothing to compensate...(MADDEN, 2002: 149-150).

Na opinião de seus resenhistas, Southey acabou se perdendo em sua própria curiosidade sobre o Brasil e na narração de inúmeros detalhes que, ao fim, parecem ter apenas lhe interessado.¹³ Por outro lado, sua renomada fama literária gerou grandes

¹³ Southey era consciente de que a *História do Brasil* não teria grande popularidade, mas tinha como sua missão escrevê-la. “But I am far from regretting that so much time and labour has been bestowed upon a subject for which few English readers (such as readers are now) can be expected to feel much interest. No

expectativas sobre a realização narrativa de seu livro e seus resenhistas viram essas expectativas totalmente frustradas quando leram e reconheceram nessa história um conjunto minucioso de informações sem nenhum fio condutor e sem um estilo que elevasse a obra ao patamar que estava reservado para ela.

Esses dois exemplos da recepção da *History of Brazil* em momento algum citam o caráter de reviver histórico que segundo Dias seria tão marcante nessa história. Por outro lado, corroboram com nossa hipótese de que a descrição minuciosa feita pelo poeta laureado estava ligada à erudição e não ao Romantismo, se é que atualmente ainda podemos chamar tal fenômeno com essa nomenclatura. Embora Dias aponte para alguns fenômenos que podemos encontrar na obra de Southey, seu trabalho não tinha como se beneficiar da renovação na história das ideias que indicou para os limites de grandes categorias como “Romantismo” para descrever o que então ocorria.

Ao caracterizar o que Southey entendia como o verdadeiro historiador, Dias afirma que “para que fosse completa [a narrativa], algo deveria ser acrescentado à objetividade e ao rigor crítico de uma obra histórica, pois os fatos deviam despertar os sentimentos do leitor a fim de ficarem gravados em sua memória.”. Logo no final dessa frase insere uma nota de rodapé em que cita as palavras de Southey “‘...to be understood, and felt and remembered...’ (Carta de Southey a Mr. Ebenezer [...])”. Ao que tudo indica, a citação do original em inglês de Southey, avalizaria a proposta da autora em relação ao reviver histórico, contudo, quando analisamos um fragmento maior da carta tal proposição parece não se sustentar. Nessa carta Southey se referia ao estilo de *Madoc* e argumentava que:

my rule of writing, whether for prose or verse, is the same, and may very shortly be stated. It is, to express myself 1st, as perspicuously as possible; 2nd, as concisely as possible; 3rd, as impressively as possible. This is the way to be understood, and felt, and remembered (SOUTHEY, 1855: 275).

Em momento algum Southey toca no assunto do “despertar os sentimentos do leitor” em um sentido romântico, pois provavelmente seus pensamentos estavam mais preocupados com o impacto retórico que poderia causar aos seus leitores do que com a proposta historiográfica romântica. Na medida em que a força retórica da sua narrativa

other person could have brought the same industry abs the same advantages to the task [...].” LEÃO, 1943:56.

ajudaria seus leitores no processo de memorização da composição, a variante “impressively” estaria ligada a “remembered”.¹⁴

Com a apreciação da teoria dos estágios civilizacionais e da posição que o selvagem brasileiro e dos colonizadores poderiam ter dentro dela, assim como do estudo sistemático da erudição enquanto componente da historiografia moderna, buscamos compreender o vocabulário que Southey articulou para a escrita da história brasileira. Momigliano já havia insinuado a junção realizada pela historiografia britânica setecentista entre erudição e narrativa histórica (MOMIGLIANO, 1954: 450-463). Por outro lado, também procuramos analisar em que medida é possível tomar essa historiografia como romântica tendo em vista que, em um primeiro momento, não parece sustentável a hipótese de que o poeta laureado estivesse engajado em um projeto de reviver a história do Brasil colonial.

É necessário deixar claro que não buscamos o enquadramento de Southey em qualquer outra “corrente de pensamento”, mas entender as linguagens mobilizadas pelo autor em seu contexto discursivo. Nos manuais o Romantismo inglês é datado do final do século XVIII. Assim, a *History of Brazil* (1810-1819) estaria ainda nos primeiros anos do “movimento”. Um período em que não havia ainda um programa romântico claro e os caminhos eram forjados muito particularmente por cada autor nos diversos gêneros. No lugar então de enquadrar essa obra no contexto “romântico”, mas valeria recuperar alguns contextos específicos, seja da dinâmica do gênero histórico, seja das linguagens mobilizadas por Southey em seu livro.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, 2006.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus** (Juiz de Fora), v. 12, 2006.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas da formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

¹⁴ Para uma explicação dos usos da retórica e de seu papel na historiografia romana, principalmente na taciteana, vide: VARELLA, 2008: 71-87.

- ARAÚJO, Valdei Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no *Correio Braziliense* (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In: GALERY, Maria Clara Versiani; PERPÉtua, Elzira Divina; HIRSH, Irene (orgs.). **Tradução, vanguarda e modernismos**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BANN, Stephen. Clio em parte: sobre o antiquariado e fragmento histórico. In __. **invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994.
- BOLTON, Carol. **Writing the Empire**: Robert Southey and Romantic Colonialism. London: Pickering and Chatto, 2007.
- CASSIRER, Ernest. A conquista do mundo histórico. In: **A filosofia do iluminismo**. Campinas; Editora da UNICAMP, 1994.
- CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**. 11(3), Setembro/Dezembro 2007.
- CURLY, Maria Odila Dias. O Brasil na historiografia romântica inglesa: um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott. **Anais do Museu Paulista**. Vol. 21,1967.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **O Fardo do Homem Branco**: Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariato e escrita da história. **Humanas**, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000.
- HUMPHREYS, R. A. **Robert Southey and his History of Brazil**. London: Hispanic and Luso-Brazilian Council, 1978.
- LEÃO, Joaquim de Sousa Carneiro (ed.). Cartas de Robert Southey a Theodore Koster e a Henry Koster: anos de 1804 a 1819. **RIHGB**. Vol. 178, 1943.
- LEÃO, Joaquim de Sousa. Robert Southey. **RIHGB**. Vol. 178, 1943, p. 16.
- MADDEN, Lionel (ed.). **Robert Southey**: the critical heritage. London: Routledge, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnald. Tácito e a tradição taciteana. In: __. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 157-185.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. "Gibbon's contributions to historical method". **Historia** 2, 1954.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: __. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
- POCOCK, John. **Barbarism and religion: barbarians, savages and empires**. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- POCOCK, John. **Barbarism and religion: narratives of civil government**. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ROBBERDS, J. W. (ed.). **A memoir of the life and writings of the late William Taylor of Norwich**. Vol. 1. London: John Murray, 1843.
- SOUTHEY, Charles Cuthbert (ed.). **Life and correspondence of Robert Southey**. New York: Harper & Brothers, 1855.
- SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. Prefácio de Brasil Bandecchi. Vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol. I. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-row, 1810.
- SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol. II. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-row, 1817.
- SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. Prefácio de Brasil Bandecchi. Vol. I. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro. Vol. IV. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- VARELLA, Flávia Florentino. *Sine ira et Studio: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito*. **História da Historiografia**, número 1, 2008.

BEAUREPAIRE RORAN:

O USO DA BIOGRAFIA INTELLECTUAL NO ENTENDIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE E NA CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA TÉCNICA DAS SECAS

Carla Navarro Y Rosa*

Angela Lúcia Ferreira**

Introdução

O “Nordeste” é constituído também por representações, imerso numa identidade regional criada a partir da memória e dos discursos, que permanecem até os dias atuais. A essas representações, inclui-se a de povo sofrido, trabalhador, vivente de uma região inhospita marcada pelas irregularidades climáticas e pelos grandes períodos de estiagem. Chama-se a atenção para o problema da seca e dos retirantes, outrora já evidenciadas pelos viajantes, como, por exemplo, Henry Koster (1810) que adentrou a região e relatou suas impressões sobre a fauna, flora e seus habitantes. Essa ideia reverberava por todo o país e ganhou ênfase, no século XIX, dando fôlego a uma embrionária busca por entendimento e por respostas concretas para solucionar ou amenizar os efeitos da seca que afligia a região em determinadas épocas. Em meio à construção de uma Nação e de identidades regionais que lhe dessem substância, e do despertar mundial das discussões científicas, o debate técnico sobre as secas começou a ganhar importância entre os intelectuais brasileiros.

Entre fins do século XIX e início do XX, foi então, um período de emergência de, hoje considerados, grandes personagens ligados à questão das secas, a partir dos debates nas sessões do Instituto Politécnico e do Clube de Engenharia, nos seus respectivos meios de divulgação – periódicos como o Boletim do Instituto Politécnico e a Revista do Clube de Engenharia –, nas diversas revistas especializadas publicadas à época, na própria da Escola de Engenharia, nos relatórios solicitados pelas instituições governamentais e no material bibliográfico produzido por estes intelectuais.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduanda em História-licenciatura. Bolsista CNPq-balcão.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora, professora do Departamento de Arquitetura e dos programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Estudos Urbanos e Regionais. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Dentre as figuras que contribuíram para trazer a tona, nesses fóruns, o problema que assolava o Nordeste, destacam-se Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan, Newton Bulamarque, André Rebouças, Paulo de Frontin, entre outros. Sobretudo, o engenheiro militar Beaurepaire Rohan que, juntamente com André Rebouças, deu início aos primeiros estudos sobre as formas mais eficazes de combater os efeitos da, então considerada, pior seca das “províncias do norte”, entre 1877 a 1879. Sua obra, “Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às seccas são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brazil” propiciou o surgimento de uma série de discussões, envolvendo diversos profissionais, sobretudo engenheiros, que buscavam respostas propositivas ao problema que grassava a região, que seria mais tarde denominada, Nordeste.

Mas, como Beaurepaire Rohan se inseriu nesse contexto de efervescência de opiniões e de estudos sobre as secas e contribuiu para o entendimento e as soluções acerca das estiagens no “Nordeste”? Parte-se do pressuposto que, no decorrer de sua vida, Beaurepaire Rohan sofreu múltiplas influências recebidas a partir de sua formação como engenheiro e do seu quadro de relações, entre as quais consta uma forte ligação com a Coroa Portuguesa, o que, juntamente com a sua disposição e capacidade para o trabalho, o proporcionou um lugar de destaque dentro do panorama político, intelectual e militar da época, a atingir cargos de alta responsabilidade e reconhecimento em diferentes partes do país. Isso propiciou um maior contato de Beaurepaire Rohan acerca de diversas vicissitudes existente na nação brasileira em formação e, em especial, a região “Nordeste” que, naquele momento, havia se transformado num problema nacional.

Entender, portanto, o da vida e da obra de Beaurepaire Rohan na formação e na consolidação da cultura técnica das secas no “Nordeste” brasileiro, no final do século XIX, é o objetivo desse trabalho, apontando elementos que contribuem no estudo da importância dos sujeitos históricos para a historiografia brasileira.

Para tanto, fez-se uma análise das fontes documentais presentes no acervo físico e digital do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCurb), vinculado ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que busca “compreender a função da cultura técnica nos processos históricos de reestruturação territorial do espaço regional do “Nordeste” e,

consequentemente, de construção da infraestrutura material de suporte entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX”.¹

Ademais, tornou-se imprescindível adentrar-se numa discussão quanto à relevância do estudo da biografia intelectual, pertinente para a qualificação do trabalho do autor, que só pode ser feita na medida em que se atenta para as características subjetivas do construto do sujeito histórico e, portanto, social, cultural, político e econômico. Por isso, o trabalho exigiu um embasamento fundamentado em autores, cujos trabalhos se complementam e dão uma visão geral das problemáticas sobre a escrita biográfica, quer conceituando biografia intelectual quer refletindo sobre os principais desafios e metas da biografia na escrita historiográfica. Neste sentido, as reflexões de Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007), Eliana Angotti Salgueiro (1997), Carla Bassanezi Pinsk (2006), Alexandre de Sá Avelar (2010) e Joaquim Alves (1982), foram utilizadas como aporte teórico.

Faz-se presente ainda, a questão da formação do “Nordeste” enquanto região e consequentemente da “identidade nordestina”. Isso se fez necessário uma vez que dela faz parte o imaginário sobre o “Nordeste”, cujas representações assentam em grande medida acerca da problemática das secas, vinculadas sobretudo, à formação de uma História Nacional, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Neste sentido, utilizaram-se as obras de Durval Muniz de Albuquerque Junior (1999), de Manoel Salgado Guimarães (1988), de Gilberto Freyre (1989) e de Djacir Menezes (1970). Essa discussão teórica que embasa e norteia a análise se encontra no primeiro item a seguir.

Ademais, o presente trabalho se estrutura na apresentação de fatos ou elementos de destaque da atuação de Beaurepaire Rohan, no qual se focou passagens da vida do engenheiro, e a sua relação com discussões técnicas sobre a seca nos finais do século XIX. Em seguida, tece-se comentários de sua obra “*Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação ás seccas são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brazil*” (1877), já mencionada, e motivadora do interesse pelo objeto de estudo. Por fim, as considerações finais abordam a importância de se estudar determinados personagens, os contextos em que surgem e que se constroem como

¹ O projeto de pesquisa, intitulado “Cultura técnica, projetos e reconfigurações urbanas e territoriais (Nordeste/Brasil, 1850-1930)” conta com o apoio financeiro do CNPq.

sujeitos para o entendimento dos processos históricos.

A biografia intelectual e a historiografia das representações das secas e do “Nordeste”

A primeira discussão que se coloca é quanto à relevância do estudo da biografia intelectual. As reflexões de fontes históricas feitas por Carla Pinsk (2006) indicam uma série de conceitos para biografia. Um dos quais a redimensiona para uma vertente narrativa oral, escrita ou visual dos diversos acontecimentos da vida de uma pessoa ou personagem. Segundo estes pressupostos, a biografia dá-se a partir de uma pesquisa de dados referentes às mais variadas categorias que vão desde o pessoal até o profissional do sujeito, a fim de montar o quadro de sua vida.

É considerado como um gênero histórico, já que alia a análise à narrativa. Como tal, elementos da moral e do imaginário continuam sendo intrínsecos, assim como a própria subjetividade de quem conta e de quem lê. Segundo Pinsk (2006), no contexto historiográfico, de formas diferenciadas e conforme a própria dinâmica do pensamento das respectivas épocas em que se insere, nos dias atuais, a biografia assume uma importância que adentra por questões de caráter teórico-metodológico que abarcam diferentes temáticas como memória, interpretações, sociabilidades e o deleite da projeção do outro e da leitura sobre o mesmo.

A biografia não apresenta somente o “eu”, nem o “outro”, mas o “eu” e o “outro” dentro das relações que estabelecem, sejam elas de ordem política, econômica, cultural ou social. (PINSK, 2006). Entretanto, um estudo biográfico exige técnica, método e, como toda a ciência, baseado e alicerçado sobremodo, no uso de fontes documentais. Por outro lado, a biografia não somente precisa de fontes para sua sustentação como é em si uma fonte para a História, já que por meio dela se pode verificar não somente o óbvio, que seria a vida do indivíduo, como também o implícito como as características do espaço e do tempo em que se insere. Ao torná-la elemento explicativo de um cosmo social faz que com a biografia se distancie do velho estudo das ações individuais e abra caminho para o entendimento mais amplo do contexto em que está inserido o personagem histórico do qual fala. Não se trata de subestimar as peculiaridades da vida do indivíduo, mas de trabalhá-las de forma diferenciada, tentando compreendê-las como fruto e consequência de um processo de outras ações e

formador de uma determinada época e lugar. Nas palavras de Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007), o indivíduo precisa ser contextualizado.

Assim feito, a produção de biografias, afirma Benito Bisso Schmitd (1997), aponta questionamentos inovadores para o conhecimento histórico. Apesar de, segundo o autor, não ser um gênero limitado aos trâmites da História; deixa claro que apenas o historiador, pela sua formação, possui habilidades próprias que os diferenciam.

No que se refere à construção representativa do Nordeste, verifica-se uma aproximação com a própria ideia de criação do Estado brasileiro, que se dá a partir de uma discussão feita em busca de uma identidade nacional. Trata-se, segundo Manoel Salgado (1988), de viabilizar um projeto de pensar a História Brasileira de forma sistemática por meio da “disciplinarização” do que se pode chamar a própria História. Era necessário pensar-se, não apenas em uma unidade nacional, mas em “identidades nacionais” ou regionais.

Em meio desse cenário, começa a despontar a também região Nordeste, trabalhada por Albuquerque Júnior (1999). O autor procura responder de que forma surgem as bases constitutivas da região e como sua ideia se consolida no físico e no imaginário nacional. Permeando os limítrofes de uma “história sentimental”, evidenciado por Margareth Rago (1999 apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999), é movimentado pelo estudo do imaginário social. O autor quebra estereótipos, por meio dos quais explora os discursos que os delimitam e que ganham forma antes, durante e após a formação da região, uma “invenção”, a partir da memória e de práticas discursivas. É atribuído ao Nordeste um sentido homogêneo, imerso numa identidade regional criada a partir da memória e dos discursos. Constitui-se assim, por representações, que o forma, que o cria e que viabiliza o aparecimento de estereótipos. Por outro lado, sua representação pode ser vista numa escrita descritiva que reporta às paisagens nordestinas, ao sol abrasador, ao habitante forte, às “vicissitudes climáticas” (CUNHA, *1901*, 1999: 107)², ao “cautério das secas” (CUNHA, *1901*, 1991:109), culminando em tentativas de modernizar a região pela técnica e, desta forma, melhorar a condição de vida de seu povo.

Assim, o estudo da biografia intelectual ajuda a entender o sujeito histórico

² A data em itálico foi um artifício usado pelos autores para mostrar o período em que o autor escreveu sua obra, desde que relevante na estrutura narrativa do trabalho.

Beaurepaire Rohan, como construto, ligado intrinsecamente, também, à edificação da região “Nordeste” – na qual se insere a questão das secas.

Beaurepaire Rohan: Aspectos da Vida e Obra

As palavras usadas por Euclides da Cunha, em “Os sertões” para designar Beaurepaire Rohan, demonstram o quanto o engenheiro se evidenciou nas discussões do Instituto Politécnico, nas quais, suas considerações iriam erguer e movimentar debates em torno da questão das secas.

Ora quando se traçar, sem grande precisão embora, a carta hipsométrica dos sertões do Norte, ver-se-á que eles se apropriam a uma tentativa idêntica, de resultados igualmente seguros.

A ideia não é nova. Sugeriu-a há muito, em memoráveis sessões do Instituto Politécnico do Rio, em 1877, o belo espírito do conselheiro Beaurepaire Rohan, talvez sugestionado pelo mesmo símile, que acima apontamos (CUNHA, 2001:144).

Descrito como um homem de mente brilhante, de “aprumo e competência prometedores”, (GÓES,1938: 10), Beaurepaire Rohan foi considerado, um dos grandes nomes nos debates iniciais sobre as secas ao lado de Rebouças e Gabaglia.

Considerações acerca da origem familiar e atuação profissional: a vida

Nobre, militar, político e engenheiro renomado, Beaurepaire Rohan, foi oriundo de uma família europeia, de nacionalidades bem heterogêneas. Sua mãe, de nome Maria Margarida Skeis de Rohan, de origem anglo-portuguesa, cujo pai fora cônsul inglês no Rio de Janeiro, casou com Jaques Antônio Marcos de Beaurepaire, portador do título de conde, com a patente de marechal-de-campo do exército francês. Jaques Beaurepaire foi desertor do exército francês de Napoleão, refugiando-se em Portugal. Beaurepaire Rohan, espelhado na figura paterna, seguiu a carreira militar, conseguindo aí uma carreira promissora. A atividade militar que o pai exercia favorecia o contato de Beaurepaire Rohan com a profissão. Desde cedo o menino Henrique ficava, segundo Raúl de Góes (1938), deliciado com os fardamentos. Infere-se que houve uma forte influência do pai em Beaurepaire Rohan, que, ao longo do tempo, se incorporou às forças armadas e seguiu uma destacada carreira, participando inclusive na Sabinada, quando a Coroa determinou que seguissem para a província os contingentes militares

estacionados em Sergipe e Alagoas, em meio dos quais se encontrava o capitão Beaurepaire Rohan. Sua função era a de fazer um levantamento imediato das posições ocupadas pelo Exército.

Após esse episódio, já de volta ao Rio de Janeiro, seus serviços como Engenheiro ficaram à disposição da Câmara Municipal da Corte. Executou, neste período, várias ações: ampliação da área da cidade, alargamento de novos traçados e ruas, nivelamento para o escoamento das águas (GOES, 1938).

Em paralelo a carreira militar, o engenheiro foi uma figura politicamente ativa, chegando a atingir alguns cargos importantes, nomeadamente o de Vice-Presidente da província do Paraná, (1855 a 1856) e de Presidente do Pará (1856-1857) e da Paraíba (1857-1859). Sua permeabilidade entre a vida política e a carreira militar se deu, visivelmente ao assumir o cargo de Ministro de Guerra, em 1864. Ademais, esses cargos, principalmente o de Presidente da Paraíba, proporcionaram a Beaurepaire Rohan um maior contato com a problemática das secas. Por outro lado, o fato do engenheiro ter sido precursor das atividades do Marechal Rondon³, principalmente em relação aos indígenas, ocasionou múltiplos deslocamentos, o que fez com que tivesse uma percepção sobre o território nacional bastante ampla.

Importante ainda destacar em sua formação, sua participação como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, bem como sua formação enquanto bacharel dos cursos de Física e Matemática. Beaurepaire Rohan constituiu-se assim enquanto figura carismática e de influência militar e política (GÓES, 1938).

Seu lado intelectual permitiu o engajamento e a participação em pertinentes discussões que ocorriam na época. Escreveu múltiplos trabalhos sobre temas diversos, nos quais incluem o “Relatório da Comissão Geral do Império”, de 1875; “Estudos acerca da organização da carta geographica e da historia physica e política do Brasil”, 1877; “Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação ás seccas são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brazil”, 1877; “O futuro da grande lavoura, da grande propriedade privada do Brazil”, em 1878; “O abolicionismo e seus adversários”, publicado em 1884, “Conquista, Catechese e civilização dos selvagens no

³ Militar de origem indígena, ligado à construção de linhas telégrafas dos atuais Mato Grosso e Goiás, e à exploração da Amazônia (DIACON, 2004).

Brazil”, publicado pela Revista Mensal do Ensaio Filosofico Paulistano, 1852.

Considerações acerca dos melhoramentos das províncias do Norte: a obra

As obras, nomeadamente as duas primeiras acima mencionadas, escritas por Beaurepaire Rohan permitiram, em adição a sua vivência na Paraíba e das viagens à região Nordeste, escrever “Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às seccas são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brazil” (1877). Suas observações dão conta de discussões sobre os melhoramentos das regiões afetadas pelas secas, cuja problemática já havia aparecido em suas reflexões, em 1827, conforme ele próprio evidencia.

Na viagem que, durante a secca de 1827, fiz da Bahia á antiga capital do Piauhy, tive a occasião de notar que a palavra rio nem sempre exprime naqueallas paragens a idéia de um curso d’água permanente. (ROHAN, 1877: 8)⁴

Escrito em 1877, a segunda edição da obra, publicada no Rio de Janeiro pela “Typografia O Globo” (1877). Obra que se insere no contexto de discussões técnicas e institucionais em torno da grande seca de 1877-79, tornar-se-ia uma referência para a compreensão do problema das secas e para a construção de propostas para a sua superação – baseadas, sobretudo, na política da açudagem.

Na parte inicial do livro, intitulada “Advertência”, Beaurepaire Rohan faz algumas observações sobre discussões anteriores feitas por Viriato de Medeiros⁵ que era contestado por Thomaz Pompeu⁶. Na medida, em que, conforme a fonte indica, Pompeu era a favor dos açudes e plantação de arvoredos à semelhança de Beaurepaire Rohan que já havia exposto sua opinião em 1860, ao contrário de Medeiros que defendia a impraticabilidade de tais medidas.

Há dias passados publicou a *Reforma*, uma segunda edição, uma memória que o senhor Viriato de Medeiros fizera apparecer em 1860 nas colunas do *Correio Mercantil*. Não podendo concordar com as ideias de hábil engenheiro

⁴A ortografia e a pontuação das citações deste trabalho foram atualizadas em relação aos documentos originais, inclusive com correções eventuais dos erros tipográficos e de redação.

⁵Bacharel em Engenharia, político e militar foi deputado Geral e Senador. Nasceu em 23 de junho de 1823 e veio a óbito em vinte e sete de junho de 1900. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 18 ago.2011.

⁶Bacharel em ciências jurídicas e sociais, foi sacerdote da Igreja Romana, filiado do Partido Liberal, foi advogado, jornalista e Senador. Nasceu em 6 de junho de 1818 e veio a óbito em 2 de setembro de 1877. Disponível em <http://www.encyclopediaordeste.com.br>. Acesso em: 18 ago.2011.

relativamente aos meios de impedir o efeitos das seccas que em certos annos flagellam algumas províncias do Norte, publiquei então no mesmo jornal um escripto meu, em refutação ao plano, por elle proposto. (...) Ultimamente o Sr. Senador Thomaz Pompeo de Souza Brazil publicou no mesmo jornal alguns artigos em que combateu com vantagem as idéias do Sr. Viriato de Medeiros. Vi com satisfação que o distincto geógrafo se acha no mais perfeito accordo comigo a respeito do assumpto. (ROHAN, 1877: 3)

Segue-se o segundo capítulo designado por “Considerações”. Nele, Beaurepaire Rohan invoca alguns meios propostos para neutralizar os efeitos das secas, baseados, segundo ele mesmo dá a entender, na sua experiência como Presidente da província da Paraíba do Norte. Informa, ainda que foi durante o período que exerceu o cargo que divulgou sua opinião sobre a questão. (ROHAN, 1877) “E havendo eu, durante a minha presidência na Parayba do Norte, enunciado oficialmente o meu sentimento sobre este ponto, creio do meu dever, aproveitar a ocasião para dar mais algum desenvolvimento aos raciocínios que então produzi.” (ROHAN, 1877:6).

Reporta-se assim, à plantação de arvoredos; à impraticabilidade das fontes artesianas; à construção dos canais de comunicação com o rio São Francisco e à construção dos açudes. Sobre os últimos, o autor vai dispor a uma discussão de maior envergadura. Beaurepaire Rahan, chama assim, a seu favor a opinião pública que se posiciona em abono aos açudes e evidencia a importância da generalização destes, na tentativa de minimizar as disparidades climáticas e as secas no Ceará.

São feitas também algumas considerações sobre as variáveis que levam as regiões a serem afetadas pelas secas, nas quais constam as condições climáticas/atmosféricas causadoras de secas e que perpetuam as mesmas, tais como correntes de vento e o deslocamento de massas de ar. Para embasar essa ideia utiliza-se do estudioso das condições climáticas, José Coelho da Gama e Abreu, que o próprio autor menciona como seu amigo (ROHAN, 1877); ventos e brisas do mar, bem como diferenças entre dia e noite e mudanças de estações do ano, aparecem como influenciadores do surgimento e perpetuação das secas. Para substanciar seus argumentos, emprega a obra de Francis de Castelnau em “Expédition dans Le parties centralles de l’Amérique Du sud”. (ROHAN, 1877); diferenças climáticas e comparações entre a Costa do Pará e a do Ceará. Por fim, alude mais uma vez aos açudes e à sua importância para o término dos efeitos das secas nas regiões atingidas. “[...] uma época chegará, em que, abumbrada terra, a falta de chuva não fará mais os

estragos que se lamentam hoje. E no leito desses açudes e em suas margens protegidas pelo arvoredo, quantas espécies alimentícias não poderá plantar cada habitante?” (ROHAN, 1877: 20) Beaurepaire Rohan acredita na resolução da problemática das secas e na revitalização da terra, por meio da construção dos açudes e o faz utilizando-se de um discurso no qual é constatado claramente a convicção que impõe em suas palavras.

Considerações finais

A contextualização do indivíduo e de suas realizações em meio do cenário de uma época e de um lugar tal como o propõe as discussões sobre biografia intelectual, dá-se, a partir do contar de acontecimentos, repleto de subjetividades inerentes ao biógrafo e à própria pessoa que lê e interpreta os fatos narrados.

Beaurepaire Rohan é um sujeito histórico, construído a partir de suas realizações, nas quais sua inserção no quadro de discussões sobre as secas do final do século XIX e mais ainda, quando é apresentado como um dos primeiros a evidenciar a importância do aprofundamento de estudos de algumas medidas de combate às secas, como é o caso dos açudes, conferindo-lhe significância ímpar neste trabalho.

Assim sendo, constatou-se que a construção do sujeito Beaurepaire Rohan e de sua importância para as discussões técnicas sobre as secas, (submersas na criação da região “Nordeste” e da ideia de Nação brasileira), dão-se por meio de um conjunto de acontecimentos, como as suas múltiplas viagens, que o fizeram conhecedor de muitas peculiaridades das regiões nas quais esteve, a cargos renomados, entre os quais se destaca o de Presidente da Paraíba, a partir do qual conheceu mais a fundo a realidade das secas. Por outro lado Beaurepaire Rohan sofreu múltiplas influências recebidas a partir de sua formação como engenheiro e do seu quadro de relações, entre as quais consta uma forte ligação com a Coroa Portuguesa, o que, juntamente com a sua disposição e capacidade para o trabalho, o proporcionou um lugar de destaque dentro do panorama político, intelectual e militar da época.

Assim o comprova no “Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às seccas são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brazil”(1877). Contudo, verifica-se no estudo da obra, que muito antes, já em 1827, devido às suas viagens, a realidade sobre as secas, já era sua conhecida e, começara, já então a refletir

sobre a questão.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita na História: possibilidades, limites e tensões**. *Dimensões*, v.24, 2010.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- FERREIRA, Angela Lúcia A. (org). **A dimensão técnica da seca e a construção e planejamento do território e da cidade (1850-1935)**. [Relatório Técnico apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico - CNPq]. 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Rio e Janeiro: Record, 1989.
- GOÉS, Raúl. **Beaurepaire Rohan (uma figura do segundo Império)**. João Pessoa: A União, 1938.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “Civilização do Couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais**. Rio de Janeiro: Artnova Ltda, 1970.
- Os “INDESEJÁVEIS” na cidade. As representações sobre os retirantes da seca (Natal, 1890-1930). In: FERREIRA, Angela Lúcia. (Org.); DANTAS, George (Org.). **Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890 1940)**. Natal: EDUFRN, 2006.
- PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROHAN, Beaurepaire. **Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às seccas são susceptíveis algumas províncias do Norte do Brazil**. Rio de Janeiro: Globo, 1877.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Arão Reis: o progresso como missão**.

Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais,1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos**. Estudos Históricos, 1997.

DIACON, Todd A. Rondon. **Perfis Brasileiros**. Companhia das Letras, 2004.

WARING, Geraldo A. **Irrigação no Nordeste do Brasil**. Mossoró: ESAM, 1989. (Col. Mossoroense, 489, série C).

Agradecimentos

Os autores agradecem ao CNPq o apoio financeiro recebido – recursos e bolsas de IC e PQ, assim como, aos participantes do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo – HCUrb, especialmente os pesquisadores Yuri Simonini e George Dantas pelas importantes contribuições dadas ao trabalho.

**TRÁGICO ACIDENTE AÉREO MATOU O GOVERNADOR E COMOVEU A POPULAÇÃO:
NARRATIVAS SOBRE A MORTE DE DIX SEPT ROSADO**

Raimundo Nonato Araújo da Rocha*

O anúncio

No dia 12 de julho de 1951, uma quinta feira, por volta das 11h e 30min, o comandante da Base Área de Natal entregou ao vice-governador e governador em exercício do Estado do Rio Grande do Norte, Sylvio Pedroza, um telegrama proveniente do comandante da Base área de Aracajú. O teor da comunicação era o seguinte:

Informo que o avião PP-LPG após sobrevoar as 8h e 30min este campo caiu no rio do sal em sobrado distante do aeroporto três quilômetros tendo perecido todos os tripulantes e passageiros ignorando-se os números vistos que os mortos se encontram presos aos destroços. Avião completamente danificado. – (a) Comte. Miranda. (TELEGRAMA. 12/7/1951. Arquivo Digitalizado de Dix-Sept Rosado. Imagem 22)

Minutos após o recebimento desse telegrama, o governador Sylvio Pedroza recebeu outro telegrama do Governador de Sergipe comunicando que havia caído, nas imediações de Aracajú, um avião da empresa Linhas Áreas Paulistas (LAP) e que todos os passageiros estavam mortos. No mesmo telegrama perguntava se o Governador Dix-Sept Rosado estava no avião.

No momento em que o governador recebia os telegramas, na cidade de Natal já podia ser confirmada a notícia captada por rádio-amadores desde as primeiras horas da manhã: o avião que conduzia o governador do Rio Grande do Norte não encontrou condições de pouso em Aracajú e terminou caindo no Rio do Sal, situado a três quilômetros da capital de Sergipe.

O Governador Dix-Sept Rosado e sua comitiva haviam decolado, às 4h15min da manhã, do dia 12 de julho de 1951, do aeroporto de Parnamirim, a bordo do avião Douglas, de prefixo PL - 3 PPLG da LAP, com destino ao Rio de Janeiro. A viagem do governador potiguar tinha como destino a Capital Federal, onde iria tratar de assuntos políticos e buscar recursos para minimizar os efeitos da seca.

A morte de Dix-Sept Rosado acontecia três meses após a morte de Mário

* Professor doutor do Departamento de História da UFRN.

Negócio de Almeida e Silva, que havia sido um dos seus principais auxiliares, ocupando a função de Secretário Geral do Governo. Além disso, Dix-Sept e Mário nutriam amizade desde os bancos escolares. Mário Negócio morreu em acidente automobilístico, ocorrido em 30 de março de 1951, próximo a cidade de Tacima, no interior da Paraíba. Mário Negócio nasceu em 1911, na cidade de Fortaleza, mas aos quatro anos foi morar em Mossoró. Advogado de destaque na região em torno de Mossoró, foi eleito deputado estadual (1946-1950).

A notícia foi divulgada em jornais locais e nacionais. O jornal carioca “A Noite”, por exemplo, dedicou duas páginas inteiras, publicadas no dia 17 de julho, para comentar o ocorrido. A notícia, intitulada “Impressionante catástrofe do PPL-P6! 32 mortos no desastre do avião das Linhas áreas Paulistas.” A seguir mostra uma grande foto dos destroços do avião no Rio do Sal e outra grande foto de três cadáveres (adultos e crianças) já enrolados em sacos plásticos, antes de serem removidos para Aracajú. Na reportagem o jornal descreve que embora o acidente tivesse ocorrido a uma distância de três quilômetros de Aracajú, as equipes de busca só conseguiram chegar ao local 11 horas depois, em razão do terreno pantanoso e das péssimas condições de acesso (A noite, 17 de julho de 1951: 8-9).

A ida do Governador ao Rio de Janeiro tinha sido anunciada, por meio de telegrama, ao presidente Vargas nos seguintes termos:

[...] Tenho hora comunicar Vossa Excelência próximo dia 12 viajarei até essa Capital avião LAP, fim tratar assuntos interesses administração pública. Sirvo-me esse ensejo para expressar Vossa Excelência a minha confiança de que, como de outras vezes Governo meu estado receberá preclara atenção eminente Presidente República, dispensando amparo justos reclamos populações castigadas pela estiagem, de que o Rio Grande do Norte vem suportando. [...]
(Imagem do Arquivo digitalizado de Dix-Sept Rosado. Imagem 10)

Na tarde do dia 11 de julho, em razão da viagem prevista para o dia 12, houve a transmissão do poder para o vice-governador Sylvio Pedroza. Na transmissão do cargo, o governador anunciou que na viagem ao Rio de Janeiro assinaria contrato com o Banco do Brasil para ampliar o saneamento de Natal e iniciar o saneamento de Mossoró.

O governador levou em sua comitiva de viagem alguns auxiliares de governo: o dr. José Gonçalves de Medeiros, Diretor do Departamento de Imprensa; o agrônomo Felipe Pegado Cortez, Diretor do Departamento de agricultura e o dr. José Borges de Oliveira, Diretor do Departamento de Assistência aos Municípios.

As repercussões

A repercussão da morte de Dix-Sept permanece forte nos dias atuais. Um blog local assim se refere ao ex-governador:

Dix-sept Rosado, como era conhecido, hoje é nome de cidade, bairro de Natal, de praça em Mossoró – sua terra – e nome de ruas em dezenas de municípios do Rio Grande do Norte. Alto, forte, óculos “ray-ban” marrom, quase sempre vestido de mescla, era um homem popular, sem ser populista. Tinha o carisma de líder, vivia no meio do povo e conversava política 24 horas por dia. Tinha paciência de ouvir e ponderação ao falar. Nasceu para a vida pública, mas o destino ceifou uma das maiores lideranças do Estado no desastre aéreo de Sergipe.

(<<http://oesteneews-coisaspotiguares.blogspot.com/2009/06/dix-sept-rosado.html>>)

Na mesma lógica laudatória, a deputada federal Sandra Rosado, sobrinha de Dix-Sept, ao abrir o seminário “Os rosado em tese”, realizado em 2011, lembrou uma música da campanha de Vingt Rosado¹ para prefeito de Mossoró. Entre os versos da música lida pela deputada estavam os seguintes trechos:

Dix-sept Rosado foi bravo
De alma pura, varonil;
Tombou no campo da honra
Lutando pelo Brasil.

Choram rios, choram montes,
Chora o céu e o mar;
Cobriu-se de dor e pranto
Todo povo potiguar.
(ROSADO, 2001b: 9)

Este mesmo sentimento se fez presente no calor dos acontecimentos. A partir da confirmação da notícia as mobilizações no Rio Grande do Norte ganharam as ruas e os jornais. A população foi estimulada ao luto; o bispo – Dom Marcolino Dantas – fez missas na Catedral com a participação do coro do Colégio Salesiano e da Banda da Polícia; poetas fizeram poesias; as fotos da família inconsolável e das multidões que visitavam o corpo foram amplamente divulgadas.

Também as superstições se fizeram presentes no imaginário da morte de Dix-

¹ Após a morte de Dix-Sept, os seus irmãos foram eleitos para cargos no executivo e legislativo. Vingt, por exemplo, foi eleito prefeito de Mossoró várias vezes. A citação se refere, especificamente, a campanha de 1952. Nessa campanha, Vingt saiu-se vitorioso e Dix-Sept foi usado como exemplo de luta, como modelo a ser seguido.

Sept. Segundo relato de Laíre Rosado para o jornal “O Mossoroense”, na época do acidente algumas pessoas diziam que o fato de Dix-sept usar constantemente um paletó da cor marrom pode ter favorecido para o acontecido. Um amigo seu chegou a dizer que não havia gostado do paletó marrom que Dix-Sept havia usado durante a posse no cargo de governador, pois esta dava azar. Coincidentemente, seis meses após, Dix-sept Rosado, trajando o mesmo paletó marrom, morreu num desastre aviatório e em pleno exercício do poder. (Relato feito por Laíre Rosado).

(<<http://www2.uol.com.br/omossoroense/010111/conteudo/emery.htm>>).

O colunista Nizário Gurgel, por exemplo, assim escreveu para o jornal A República:

Vôo fatal

À memória do popular e digno governador Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia [...]

DIX-SEPT ROSADO

Chegaste cedo ao termino da vida,
Em plena mocidade, audaz e forte!
Enfrentaste a batalha mais renhida.
Sentiste aurir no peio a própria sorte.

Após tanta vitória,veio-te a morte!
Quanta gloria te foi interrompida
Na beleza de teu augusto porte.

Inflamado pela honra merecida!

Voaste para o céu num vôo fatal!
Levaste o coração do povo todo,
De tua gente do torrão natal!
Bemdito sejas tu na eternidade!
Tiveste um a existência sem apôdo
E tinhas por dilema a caridade!
(Imagem do Arquivo digitalizado do Governador Dix-Sept Rosado. Imagem 30.)

As homenagens de todo o Brasil eram amplamente divulgadas na imprensa local e os jornalistas locais passaram a exaltar a figura do governante morto tragicamente. Perceba-se nos próprios versos de Nizário observasse a construção de uma imagem: um jovem lutador, vitorioso, caridoso e destinado à glória, deixava seu povo com o coração sofrido.

Texto com sentido idêntico pode ser encontrado no panfleto distribuído em Mossoró para a celebração da missa de 7º dia. O amor recíproco entre o ex-prefeito e o seu povo é exaltado com Folheto distribuído pela Prefeitura de Mossoró anunciando a missa de 7º dia. A comoção era imensa.

No dia 13 de julho de 1951, o jornal carioca “A noite” apresentou a seguinte notícia iniciada com a seguinte manchete: “ “Exemplo para as novas gerações brasileiras”: como do Dr. Raul de Góes, presidente do Instituto Nacional do Sal, se referiu à personalidade de do Governador Dix-Sept Rosado.”

O senhor Ivo Aquino, líder da maioria no senado, enviou telegrama ao senador Georgino Avelino (PSD/RN): “peço ao caro amigo representar-me nas exéquias do Governado Dix-Sept Rosado e de seus dignos auxiliares às suas famílias e ao govêrno [sic] do Estado, as minhas condolências pela grande perda do doloroso golpe que sofreram com o desaparecimento de filhos tão dedicados e ilustres do Estado do Rio Grande do Norte”. (Imagem do arquivo digitalizado de Dix-Sept Rosado. Imagem 27).

O jornal Diário de Natal assim noticiou o sepultamento: “Sepultadas as vítimas da maior tragédia [sic] que já enlutou a vida política e administrativa do Rio Grande do Norte: os corpos do Governador do Rio Grande do Norte e dos seus companheiros de infortúnio José Borges de Oliveira, José Gonçalves, Felipe Pegado Cortez, Jacob Wolfson [médico], Agenor Coelho, Sandoval de Oliveira e Pedro dos Santos, foram acompanhados até o cemitério do Alecrim por” (Imagem do arquivo digitalizado de Dix-Sept Rosado. Imagem 34).

A senhora Darcy Sarmanho Vargas, esposa do presidente Vargas e presidente da LBA, encaminhou telegrama a primeira dama Adalgiza Rosado lamentando o episódio. Outros telegramas com o mesmo teor, endereçados a própria Adalgisa ou ao Governador Sylvio Pedrosa, foram enviados por ministros, governadores, senadores, deputados, prefeitos.

As sessões do Senado e da Câmara foram suspensas logo que as notícias da tragédia foram confirmadas. Os jornais de todo o país anunciam o fato. Essa repercussão nacional foi amplamente divulgada na imprensa local, que passou a exaltar a o ex-governador com características extremamente positivas, com características de um homem sem defeitos.

Nesse clima de exaltação, em 19 de agosto de 1952, pouco mais de um mês após

o acontecimento, formou-se um movimento popular para a doação de uma estátua de bronze do ex-governador à cidade de Mossoró. Um dos panfletos distribuídos em Mossoró conclama a população a exaltar o ex-governador.



Imagem do Arquivo Dix Sept Rosado, imagem 106.

Um cronista descreve os acontecimentos durante o sepultamento da seguinte forma:

Dix-Sep (Sepultamento)

1.-)Na cidade do Natal no Cemitério do Alecrim, 13 de julho, arrebol de um dia sem sol e duma esperança frustrada (para não dizer furtada).

[...]

4.-) A família do extinto e as autoridades de todas as ordens abeiravam-se da campa cercada pela gente que transbordava do cemitério pelas ruas adjacentes na ânsia se não de ver e ouvir, ao menos de participar daquela homenagem ao seu supremo magistrado.

5.-) Ocorreu-nos então esta alocução inédita: Autoridades, homens do povo: eis que um do povo chegou a ser, entre nós a suprema autoridade.

Milagre da educação doméstica excelência do regime democrático que o Brasil defende...

Edifique-nos, ainda, o comportamento exemplar dessa esposa e mãe integrada nessa paisagem de tristezas, compungida e estóica, – entre a saudade do companheiro que se foi e está a vista e a dos filhinhos queridos e distantes...

[...]

Fernando Tavora

(Arquivo Dix-Sept Rosado. Imagem 108)

Pelo exposto, pode-se perceber claramente a comoção popular diante da morte do governador.

A chegada ao poder

Toda a exaltação ao Governo Dix-Sept precisa ser dimensionada com exatidão. Na verdade o governador só ficou no cargo entre 31 de janeiro de 1951 – dia de sua posse - e 12 de julho de 1951 – dia de sua morte. Não é possível falar de uma gestão, pois ele ficou no poder por apenas 5 (cinco) meses e 12 (doze) dias.

A historiografia norte-rio-grandense tem analisado Dix-Sept Rosado como um político construído a partir da imagem do pai. Nesse sentido, necessário se faz que entendamos esses vínculos familiares e o grau de autonomia de Dix Sept em relação aos negócios e compromisso do pai.

Dix-Sept Rosado nasceu no dia 25 de março de 1911, na cidade de Mossoró. Seu pai, o farmacêutico Jerônimo Rosado, chegou a Mossoró em 1890 e lá fincou as raízes familiares e profissionais. Em entrevista concedida, em 1998, Vint-un Rosado, irmão de Dix-Sept, narra a história do seu pai e explica como foi estabelecido seu vínculo com Mossoró:

Meu avô paterno, Jerônimo Ribeiro Rosado, era português. Ele casou-se com uma moça – Maria Vicencia do Nascimento Costa – que pertencia a uma família de recursos, a família Costa, aqui de Pombal na Paraíba. Com a seca de 1877, muita gente daquela região ficou na miséria, inclusive meu avô. Meu pai tinha o mesmo nome do avô. Ele nasceu no dia 8 de dezembro de 1861. Quando meu pai tinha dez anos meu avô morreu. Ele ainda era rapazinho quando se mudou para Catolé do Rocha, também na Paraíba, para trabalhar. Seu primeiro emprego foi na loja do português Amorim, como caixeiro [...]. Nesse tempo [...] ele fez amizade com o juiz Venâncio Neiva, [...] [que] foi chefe político e presidente da Paraíba. [...] Aos poucos o juiz foi vendo que o menino tinha vontade de crescer. [...] Primeiro colaborou para que meu pai concluísse os estudos no Liceu Paraibano, na capital da Paraíba. Concluídos os esses estudos [...] doutor Neiva fez uma carta aos dois irmãos dele que moravam no Rio de Janeiro pedindo para que eles auxiliassem meu pai a trabalhar e a estudar. [...]. [...]. Estudando e trabalhando [...] meu pai concluiu o curso de Farmácia. Com o título de farmacêutico, ele voltou para a Paraíba e se estabeleceu com uma farmácia em Catolé do Rocha. Em 1890, doutor Almeida Castro que era médico e chefe político aqui em Mossoró, o convidou para vir estabelecer-se aqui na cidade. (ROCHA, 2001: 106-7)

Jerônimo Rosado ao chegar a Mossoró, em 1890, instalou-se com uma farmácia, onde produzia e vendia fórmulas farmacêuticas. Em 1911, foi nomeado, pelo governador Alberto Maranhão, 2º Juiz Distrital para o triênio 1911 e 1913. Paralelamente as atividades da farmácia e de Juiz, ensinava Física e Química em colégios da cidade. Em 1915², começou a explorar jazidas de gipsitas³, em suas terras, no povoado de São Sebastião⁴. Foi presidente da Intendência do município entre 1917⁵ e 1919. Além disso, exerceu o cargo de Coletor Federal entre 1922 e 25 de novembro de 1930, quando faleceu (BRITO, 1985: 62-3).

Do ponto de vista familiar, o patriarca teve 21 filhos⁶ frutos de dois casamentos – três do primeiro e 18 do segundo. A primeira mulher, Maria Amélia Henriques Maia, faleceu e Jerônimo casou com Isaura Henriques Maia, ambas filhas do paraibano Laurentino Ferreira Maia. A partir do sexto filho, Jerônimo começou a numerá-los sistematicamente. Do sexto ao décimo filho a numeração era em língua portuguesa. Do décimo primeiro ao vigésimo primeiro filho, Jerônimo passou a nomeá-los com algarismos em francês. Assim da 11ª filha – Laurentina Onzième – até o caçula,

² Há divergências quanto a data do início de exploração da gipsita por Jerônimo. Alguns autores se referem a 1912. (<<http://www.citybrazil.com.br/rn/govdixseptrosado/historia-da-cidade>>)

³ A gipsita é um minério que pode ser usado como matéria-prima para diversas indústrias, tais como: fabricação de cimento e gesso para a construção civil; fabricação de moldes cerâmicos; nas indústrias de jóias e automotiva; na medicina; na odontologia. Os Rosados extraíam o minério, industrializavam o gesso e comercializavam a produção.

⁴ O povoado de São Sebastião, posteriormente chamado Sebastianópolis, pertencia ao município de Mossoró. Em 1951, em homenagem ao governador falecido, o povoado passou a ser denominado Governador Dix Sept Rosado. Em 1963, o município foi emancipado.

⁵ Para dimensionar o tamanho de Mossoró em 1917, pode-se citar: o município possuía uma população em torno de 16.000 habitantes, dos quais 13.000 vivia na zona urbana; existia na cidade apenas três automóveis de passeio, dois carros de luxo, duas diligências. Jerônimo Rosado não estava entre os proprietários desses bens. Um dos carros de luxo pertencia ao médico Almeida Castro, responsável por trazer Jerônimo para Mossoró.

⁶ Com a primeira mulher – Maria Amélia Henriques Maia – teve os três primeiros filhos, os demais foram frutos do segundo casamento com Isaura Henriques Maia, irmã da primeira esposa. Os filhos de Jerônimo Rosado foram os seguintes: 1. Jerônimo Rosado Filho (1890-1920); 2. Laurentino Rosado Maia (1891-1891, morreu pouco dias após o parto); 3. **Tércio** Rosado Maia (1892-1960); 4. Isaura Rosado (1894-1894, morreu dois dias após o parto); 5. Laurentino Rosado Maia (1896-1897); 6. Isaura **Sexta** Rosado de Sá (1897); 7. Jerônima **Sétima** Rosado Fernandes (1898); 8. Maria **Oitava** Rosado Cantídio (1899); 9. Isaura **Nono** Rosado Maia (1891-1915); 10. Vicência **Décima** Rosado Maia (1902); 11. Laurentina **Onzième** Rosado Fernandes (1903-1922); 12. Laurentino **Duodécimo** Rosado Maia (1905-1954); 13. Isaura **Trezième** Rosado Maia (1906), casada com o médico Lavoisier Maia; 14. Isaura **Quatorzième** Rosado de Magalhães (1907); 15. Jerônimo **Quinzième** Rosado Maia (1908-1908, morreu antes de completar um ano de vida); 16. Isaura **Seize** Rosado Coelho (1910); 17. Jerônimo **Dix-sept** Rosado Maia (1911-1951); 18. Jerônimo **Dix-huit** Rosado Maia (1912-1996); 19. Jerônimo **Dix-neuf** Rosado Maia (1913); 20. Jerônimo **Vingt** Rosado Maia (1918-1995); Jerônimo **Vingt-un** Rosado Maia. (1920-2005). (<http://lojajeronomorosado.blogspot.com/2011/07/jeronimo-rosado-patrono-da-loja.html>).

Jerônimo Vingt-um Rosado Maia, todos foram numerados em francês.

As primeiras versões historiográficas sobre o velho Jerônimo, construídas pela história local, o apresentam como um homem de muitas habilidades: farmacêutico, professor, industrial, comerciante, intendente capaz. Contudo, estudos produzidos, sobretudo, na academia a partir dos anos 1990 nos mostram outras faces do patriarca. O trabalho de Ana Lucas, por exemplo, demonstra que Jerônimo Rosado construiu uma fortuna contando com os lucros da mina de gipsita e das rendas da botica. Entretanto, a autora nos mostra que as atividades na botica não se limitavam a venda de produtos, mas se prestava também a ser consultório para os médicos da cidade atenderem seus pacientes. Jerônimo Rosado fornecia gratuitamente o espaço da farmácia para os médicos. Todavia, essa generosidade tinha um importante elemento de troca. Isso porque, esses médicos eram também políticos e “não é difícil de imaginar, por um lado, a relação entre médico-político e paciente-carente no interior do nordeste” na Primeira República (LUCAS, 2001: 75) e, por outro, os benefícios adquiridos por quem emprestava o espaço para as consultas.

Pode-se afirmar que Jerônimo Rosado construiu, ao longo das primeiras décadas da República, um poder baseado no comércio, na indústria e nas relações clientelistas. Ele não era tratado como um coronel, mas estava a serviço de uma elite política. Nessa perspectiva, como afirma o professor Lemuel Rodrigues, Jerônimo Rosado não era um líder político, mas um prestador de serviços a uma elite política, sobretudo, ao médico Almeida Castro (RODRIGUES, 2001: 211).

Após a morte de Jerônimo, em 1930, as atividades econômicas da família tiveram continuidade com seus filhos Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia e Dix-Neuf Rosado Maia. Dix-Sept, sobretudo, concentrou a administração dos negócios do pai, ampliando os trabalhos nas jazidas de gesso. Foi na condição de empresário, que gerenciava com eficiência os recursos familiares, que Dix-Sept avançou na atividade pública. Dessa forma, em 1948, foi eleito prefeito de Mossoró e, em 1950, foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Nascido em Mossoró em 1911, Dix-Sept tinha 19 anos de idade quando o pai faleceu. Desde muito jovem costumava observar o pai gerenciando os negócios, acompanhando desde o concerto dos carros da mineradora a administração financeira. Assim, a morte do pai não trouxe uma vida nova, mas uma continuidade do que já fazia.

Entre 1930 (ano da morte de Jerônimo Rosado) e 1948 (ano em que Dix-Sept foi eleito prefeito de Mossoró) 18 anos se passaram. Isso demonstra que a ascensão política de Dix-Sept não tem uma relação direta a política exercida pelo pai. Obviamente a estrutura familiar ajudou, mas a hipótese que construímos neste trabalho é que foi o próprio Dix-Sept quem inaugurou a ascensão política da família. Essa ascensão foi fortalecida pela sua morte.

A eleição de Dix-Sept Rosado

Dix-Sept foi eleito prefeito de Mossoró, pela UDN (União Democrática Nacional), em 21 de março de 1948, tendo como companheiro de chapa Jorge de Albuquerque Pinto. Seus adversários foram Sebastião Fernandes Gurgel e Antônio Mota, ambos do PSD (Partido Social Democrático). Tomou posse no cargo no dia 31 de março de 1948 (BRITO, 1985: 110-112).

Em razão de sua candidatura ao governo do Rio Grande do Norte, pediu, inicialmente, no dia 6 de junho de 1950, licença para se candidatar. Em seu lugar assumiu o vice-prefeito Jorge de Albuquerque Pinto. Posteriormente, renunciou em definitivo ao cargo de Prefeito, no dia 1 de julho de 1950, para assumir a candidatura ao governo pela *Aliança Democrática*, que reunia 3 partidos: PSD/PR/PSP.⁷

A candidatura de Dix-Sept ao Governo do Estado esteve vinculada a um complexo quadro político, pois inicialmente o nome dele não era ao menos citado no processo sucessório. João Câmara, senador do PSD, iria ser candidato ao governo do Estado e contaria com apoios da UDN e do PSD. Todavia, a morte de João Câmara mudou o quadro político. O governador José Varela (PSD) resolveu indicar o primo e deputado estadual Augusto Varela (UDN) como candidato. Dix-Sept (UDN) passou um integrar uma frente contra o candidato do governador. Essa frente foi vencedora das eleições.

Concluindo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que ainda está em andamento. Assim, os resultados aqui apresentados dizem respeito a uma parte do trabalho.

⁷ Maiores informações podem ser obtidas em BRITO, 1985. Informações mais genéricas sobre o tema estão disponíveis no site: <<http://oestepotiguarsite.blogspot.com/2009/11/prefeitos-constitucionais-de-mossoro.html>>

Todavia, já é possível perceber que as imagens construídas sobre Dix-Sept transmitem a ideia do que poderia ter sido. Foi em torno dessas imagens que o poder da família Rosado se fortaleceu ao longo desses anos. Sucessivos mandatos de diferentes membros da família sempre evocam a imagem de Dix-Sept.

Referências Bibliográficas

A NOITE. Rio de Janeiro. 1952 – diversos números.

Arquivo particular e administrativo do Governador Sylvio Pedroza. Fundação José Augusto. Natal. (Arquivo e, organização)

Arquivo particular e administrativo do Governador Dix-Sept Rosado. Fundação José Augusto. Natal. (Arquivo e, organização)

BRITO, Raimundo Soares de. **Legislativo e executivo de Mossoró numa viagem mais que centenária: 1853-1985**. Fortaleza: Imprensa universitária da UFC, 1985.

FELIPE, José Lacerda Alves. A reinvenção do Lugar: os Rosado e o “País de Mossoró”. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza; ROSADO, Isaura Amélia Rosado Maia. (Orgs.). **Os Rosado em tese**. Anais do Seminário 5 meses de governo 50 anos de história (Mossoró, 2001). Natal: Normalize / SerGraf, 2001.

JORNAL A REPÚBLICA. Natal. 1952 – diversos números.

LUCAS, Ana Maria Bezerra. O mandonismo rosadista em Mossoró. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza; ROSADO, Isaura Amélia Rosado Maia. (Orgs.). **Os Rosado em tese**. Anais do Seminário 5 meses de governo 50 anos de história (Mossoró, 2001). Natal: Normalize / SerGraf, 2001.

NASCIMENTO, Larisson C. **Profissionalização do jornalismo em Mossoró: profissionalismo e poder local**. São Carlos: UFSC. 2008. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. **Identidades e ensino de História**. São Paulo: USP. 2001. (Tese de Doutorado)

ROSADO, Carlos Alberto de Souza; ROSADO, Isaura Amélia Rosado Maia. (Orgs.). In: **Os Rosado em tese**. Anais do Seminário 5 meses de governo 50 anos de história (Mossoró, 2001). Natal: Normalize / SerGraf, 2001a.

ROSADO, Sandra. Mensagem de abertura. FELIPE, José Lacerda Alves. A reinvenção

do Lugar: os Rosado e o “País de Mossoró”. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza; ROSADO, Isaura Amélia Rosado Maia. (Orgs). **Os Rosado em tese**. Anais do Seminário 5 meses de governo 50 anos de história (Mossoró, 2001). Natal: Normalize / SerGráf, 2001b.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. Estratégia de poder no Rio Grande do Norte: o caso da família Rosado em Mossoró. In: ROSADO, Carlos Alberto de Souza; ROSADO, Isaura Amélia Rosado Maia. (Orgs). **Os Rosado em tese**. Anais do Seminário 5 meses de governo 50 anos de história (Mossoró, 2001). Natal: Normalize/SerGraf, 2001.

Site Consultado

<<http://oestepotiguarsite.blogspot.com/2009/11/prefeitos-constitucionais-de-mossoro.html>>